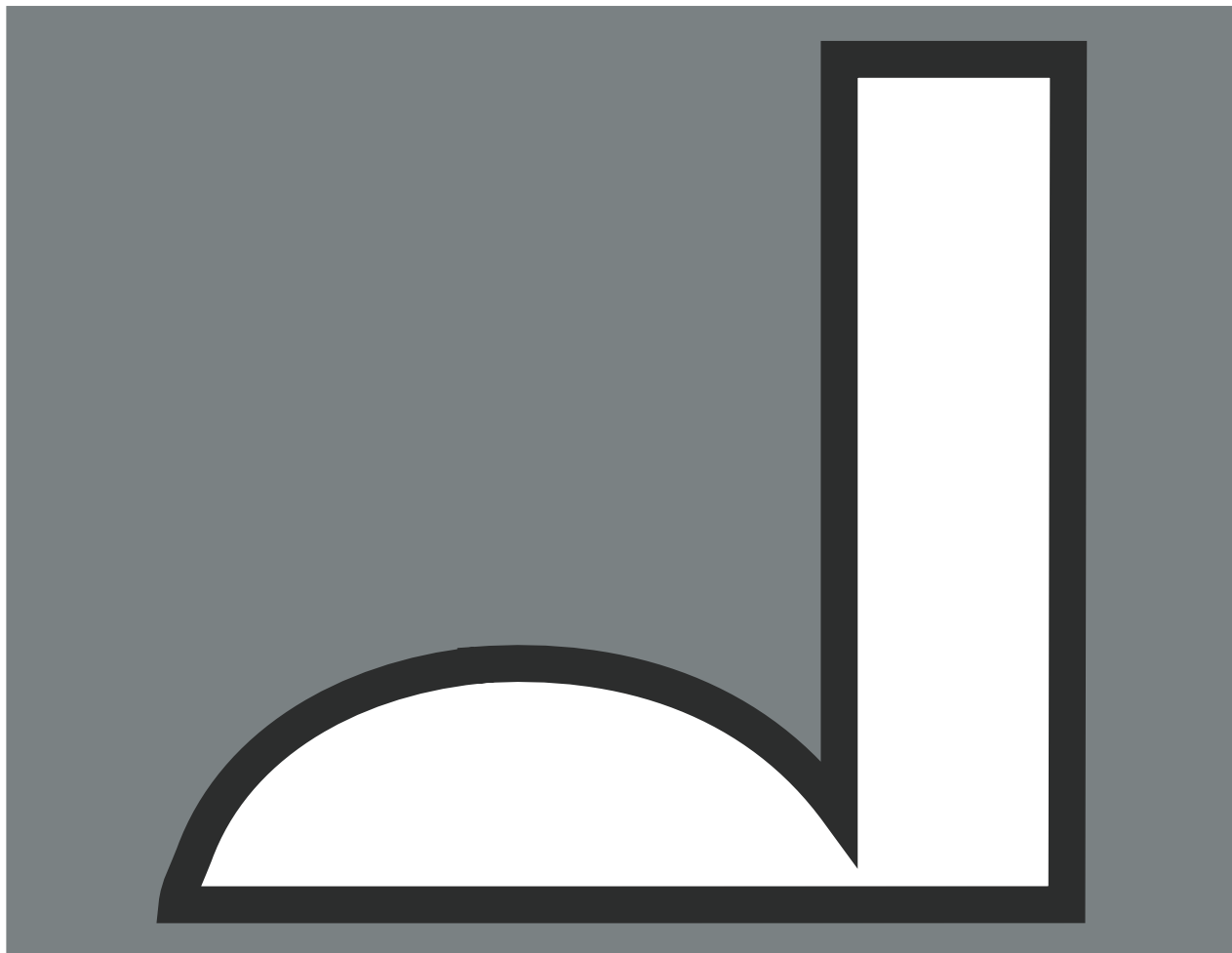




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

(*)Atas de Comissões Permanentes do Senado Federal

ANO LXVII – SUP. "A" AO Nº 48 – TERÇA-FEIRA, 17 DE ABRIL DE 2012 – BRASÍLIA-DF

(*) Republicado, em 18/4/2012, para correção do ano da publicação.

MESA DO SENADO FEDERAL		
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP)		3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)
1º VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP)		4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)
2º VICE-PRESIDENTE Waldemir Moka - (PMDB-MS) ^(3,4)		SUPLENTE DE SECRETÁRIO 1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC) ^(1,5A,7)
1º SECRETÁRIO Cicero Lucena - (PSDB-PB)		2º - João Durval - (PDT-BA)
2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO) ²		3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
		4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 16.11.2011.
5. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
6. Em 29.11.2011, vago em virtude de o Senador Gilvam Borges ter deixado o mandato.
7. O Senador Casildo Maldaner foi eleito 1º Suplente de Secretário na sessão plenária do Senado Federal de 08.12.2011.

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) - 25	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 25	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15
Líder Renan Calheiros - PMDB Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Romero Jucá ⁽⁶⁾ Sérgio Souza ⁽⁶⁾ Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia ⁽¹²⁾ Líder do PV - 1 Paulo Davim	Líder Walter Pinheiro - PT ^(22,26) Vice-Líderes Acir Gurgacz Lidice da Mata ^(20,39) Inácio Arruda Eduardo Lopes ^(7,43) Líder do PT - 13 Walter Pinheiro ^(22,26) Vice-Líderes do PT Wellington Dias ⁽⁷⁾ Lindbergh Farias ⁽²⁾ Ana Rita ⁽²⁶⁾ Anibal Diniz ⁽²⁾ Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Pedro Taques ⁽²¹⁾ Líder do PSB - 4 Lidice da Mata ^(20,39) Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares ⁽³⁰⁾ Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes ^(7,43)	Líder Jayme Campos - DEM ⁽²⁴⁾ Vice-Líderes Cyro Miranda ⁽³⁴⁾ Flexa Ribeiro ^(6,33) Lúcia Vânia ⁽³⁵⁾ Mário Couto ⁽³¹⁾ Paulo Bauer ^(5,32) Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁷⁾ Paulo Bauer ^(5,32) Flexa Ribeiro ^(6,33) Líder do DEM - 5 José Agripino ^(24,34,45,46) Vice-Líder do DEM Jayme Campos ⁽²⁴⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PP/PS/C) - 13 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes Blairo Maggi ⁽¹⁹⁾ Alfredo Nascimento ⁽⁴⁵⁾ João Vicente Claudino Líder do PTB - 6 Gim Argello Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino Mozartillo Cavalcanti Líder do PR - 6 Blairo Maggi ⁽¹⁹⁾ Vice-Líderes do PR Alfredo Nascimento ⁽⁴⁵⁾ Vicentinho Alves ⁽⁴²⁾ Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim ^(17,47)	Governo Líder Eduardo Braga - PMDB ⁽³⁸⁾ Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lidice da Mata ^(20,39) Jorge Viana Vital do Rêgo	PSD - 2 Líder Kátia Abreu - PSD ^(11,13) Vice-Líder Sérgio Petecão
PSOL - 1 Líder Randolfe Rodrigues - PSOL ⁽¹⁸⁾		

- Notas:**
1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerà a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) designa-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerà a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSNB Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lidice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSIAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSIAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSIAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSIAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senadora Lúcia Vânia é designada 3º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSIAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lido na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senadora Lidice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme Of. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
43. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 038/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
44. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
45. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme Of. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUI/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

EXPEDIENTE	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Patrícia Freitas Portella Nunes Martins Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1- SECRETARIA-GERAL DA MESA	
1.1- ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES NO SENADO FEDERAL	
1.1.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE	
Ata da 6ª Reunião, Ordinária, realizada em 20 de março de 2012	5
Ata da 7ª Reunião, Conjunta, realizada em 20 de março de 2012 (Realizada em conjunto com a 7ª Reunião da CCJ) (Publicada no Item 1.1.2)	
Ata da 8ª Reunião, Conjunta, realizada em 21 de março de 2012	30
Ata da 9ª Reunião, Ordinária, realizada em 27 de março de 2012	62
Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de março de 2012	89
Ata da 11ª Reunião, Conjunta, realizada em 28 de março de 2012 (Realizada em conjunto com a 7ª Reunião da CI) (Publicada no Item 1.1.5)	
1.1.2 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ	
Ata da 7ª Reunião, Conjunta, realizada em 20 de março de 2012	93
Ata da 8ª Reunião, Ordinária, realizada em 21 de março de 2012	134
Ata da 9ª Reunião, Conjunta, realizada em 21 de março de 2012 (Realizada em conjunto com a 8ª Reunião da CAE) (Publicada no Item 1.1.1)	
Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de março de 2012	142
Ata da 11ª Reunião, Ordinária, realizada em 28 de março de 2012	145
Ata da 12ª Reunião, Ordinária, realizada em 4 de abril de 2012	184
1.1.3 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA	
Ata da 6ª Reunião, Conjunta, realizada em 1º de março de 2012 (Realizada em conjunto com a 3ª Reunião da CI) (Publicada no Item 1.1.5)	
Ata da 7ª Reunião, Conjunta, realizada em 6 de março de 2012	205
Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de março de 2012	243
Ata da 9ª Reunião, Conjunta, realizada em 8 de março de 2012 (Realizada em conjunto com a 9ª Reunião da CRE) (Publicada no Item 1.1.4)	
1.1.4 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE	
Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de fevereiro de 2012	248
Ata da 6ª Reunião, Ordinária, realizada em 1º de março de 2012	286
Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de março de 2012	301
Ata da 8ª Reunião, Conjunta, realizada em 6 de março de 2012 (Realizada em conjunto com a 7ª Reunião da CMA) (Publicada no Item 1.1.3)	
Ata da 9ª Reunião, Conjunta, realizada em 8 de março de 2012	327
Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de março de 2012	328
Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de março de 2012	359
Ata da 12ª Reunião, Ordinária, realizada em 22 de março de 2012	381
Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de março de 2012	417
Ata da 14ª Reunião, Ordinária, realizada em 29 de março de 2012	418
1.1.5 – Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI	
Ata da 3ª Reunião, Conjunta, realizada em 1º de março de 2012	455
Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de março de 2012	494
Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de março de 2012	511
Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de março de 2012	522
Ata da 7ª Reunião, Conjunta, realizada em 28 de março de 2012	550
Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de abril de 2012	579

1.1.6 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de março de 2012 593

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de março de 2012 604

1.1.7 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT

Ata da 3ª Reunião, Conjunta, realizada em 6 de março de 2012 **(Realizada em conjunto com a 7ª Reunião da CMA) (Publicada no Item 1.1.3)**

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de março de 2012 634

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de março de 2012 653

Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de março de 2012 670

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de março de 2012 704

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**ATA DA SEXTA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 2012, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.**

Às dez horas e dezesseis minutos do dia vinte de março do ano de dois mil e doze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Lindbergh Farias, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Ivo Cassol, Sérgio Souza, Romero Jucá, Waldemir Moka, Ricardo Ferraço, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, José Agripino, Alvaro Dias, Paulo Bauer, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Clésio Andrade, João Ribeiro, Blairo Maggi, Kátia Abreu e Randolfe Rodrigues, e, ainda, do Senador Antonio Russo e da Deputada Rosinha da Adefal. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Acir Gurgacz, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, tendo falta justificada em virtude de se encontrar em licença para tratamento de saúde, Lobão Filho e Demóstenes Torres. O Presidente declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura das Atas da 4ª e 5ª Reuniões, que são dadas como aprovadas. Em seguida, comunica aos Membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 106-GP-TCU, de 6 de março de 2012, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Deliberação (acompanhada do Relatório de Auditoria) proferida pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-008.799/2011-3, que “trata de Relatório de Auditoria realizada na Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), com o objetivo de avaliar a atuação da Agência no controle e supervisão dos investimentos no setor ferroviário nacional”; Aviso nº 13 de 2012, de 29 de fevereiro de 2012, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do Real referentes ao mês de janeiro de 2012, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da pauta. Item 1– Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2004-Complementar, não terminativo, de au-

toria do Senador Paulo Paim, que “dispõe sobre a criação de conselhos tripartites, com representantes do governo, empregados e empregadores, para fiscalizar a concessão de incentivos fiscais”, tendo como Relator o Senador Cyro Miranda, que oferece relatório contrário ao Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, contrário ao Projeto. Item 2– Projeto de Lei do Senado nº 331 de 2011, não terminativo, de autoria do Senador Armando Monteiro, que “altera a redação do art. 16 da Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, que disciplina a formação e consulta a banco de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito, de forma a excluir a responsabilidade solidária do consulente quanto aos danos materiais e morais causados ao cadastrado por inobservância”, tendo como Relator o Senador Francisco Dornelles, que oferece relatório favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa. Após a leitura do relatório, usa da palavra o Senador Armando Monteiro. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CAE-CCJ. Item 3– Projeto de Lei da Câmara nº 2 de 2012, não terminativo, de autoria da Presidente da República, que “institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, inclusive os membros dos órgãos que menciona; fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição Federal; autoriza a criação de 3 (três) entidades fechadas de previdência complementar, denominadas Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo – FUNPRESP-Exe, Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Legislativo – FUNPRESP-Leg e Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário – FUNPRESP-Jud; altera dispositivos da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004; e dá outras providências”, tendo como Relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório favorável ao Projeto e contrário às Emendas nºs 1 a 33. Nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal, a matéria tramita em regime de urgência. Nos termos do art. 375, II, do Regimento Interno do Sena-

do Federal, a matéria tramita simultaneamente nas Comissões de Assuntos Sociais; de Assuntos Econômicos; e de Constituição, Justiça e Cidadania. Foram apresentadas, perante a Comissão de Assuntos Sociais, nos termos do art. 375, I, do Regimento Interno do Senado Federal, as Emendas nºs 1 a 33. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Francisco Dornelles, Lídice da Mata e Kátia Abreu. É solicitada vista pelos Senadores Randolfe Rodrigues e Cyro Miranda. O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. Item 4– Projeto de Decreto Legislativo nº 71 de 2011, não terminativo, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann, que “disciplina o pagamento da ajuda de custo dos membros do Congresso Nacional”, tendo como Relator o Senador Lindbergh Farias, que oferece relatório favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão Diretora. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Ivo Cassol, Randolfe Rodrigues e Eduardo Suplicy. É solicitada vista pelos Senadores Ivo Cassol e Eduardo Suplicy. O Presidente da Comissão concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. Item 5– Projeto de Lei da Câmara nº 40 de 2010, Complementar, não terminativo, de autoria do Deputado Leonardo Mattos, que “dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial à pessoa com deficiência filiada ao Regime Geral de Previdência Social”, tendo como Relator o Senador Lindbergh Farias, que oferece relatório favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com Parecer favorável ao Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto, e pela rejeição da Emenda nº 1, de autoria do Senador Gim Argello. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Francisco Dornelles, Gim Argello, José Pimentel, Alvaro Dias, Ricardo Ferraço, Randolfe Rodrigues, Kátia Abreu, Antonio Carlos Valadares, Ivo Cassol e, ainda, a Deputada Rosinha da Adefal. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Aprova, também, a apresentação de Requerimento de Urgência para a Matéria. Item 6– Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2011, terminativo, de autoria do Deputado Edson Ezequiel, que “dispõe sobre o prazo para emissão de recibo de quitação integral de débitos de qualquer natureza pelas instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, nos termos da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964”, tendo como Relator o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela apro-

vação do Projeto. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Cyro Miranda e Francisco Dornelles. É apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Cyro Miranda. O relator, Senador Aloysio Nunes Ferreira, manifesta-se pela aprovação da Emenda nº 1. A Comissão aprova o Projeto e a Emenda nº 1-CAE por quatorze votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Item 7– Projeto de Lei do Senado nº 61 de 2010, terminativo, de autoria do Senador João Durval, que “altera a Lei nº 9.250 de 26 de fevereiro de 1995, e a Lei nº 8.134, de 27 de dezembro de 1990, para permitir a dedução dos valores pagos a título de pedágio, para fins de cálculo do imposto de renda da pessoa física”, tendo como Relator o Senador Blairo Maggi, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, com Parecer contrário ao Projeto. Após a leitura do relatório, usa da palavra o Senador Cyro Miranda. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto por quinze votos contrários, nenhum favorável e nenhuma abstenção. Item 8– Projeto de Lei do Senado nº 713 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que “cria o Fundo de Desenvolvimento da Mesorregião da Metade Sul do Rio Grande do Sul e dá outras providências”, tendo como Relator o Senador Vital do Rêgo, que oferece relatório pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CDR, apresentando, ainda, a Emenda nº 2. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CDR. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. Item 9– Projeto de Lei do Senado nº 300 de 2005, terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que “acrescenta parágrafos ao art. 6º da Lei nº 10.820, de 2003, determinando que a taxa de juros cobrada sobre empréstimos consignados em folha não excedam em 05 pontos percentuais ao ano a taxa básica da economia (taxa Selic)”, tendo como Relator o Senador Luiz Henrique, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. Item 10– Projeto de Lei do Senado nº 270 de 2011, terminativo, de autoria do Senador Roberto Requião, que “altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física, do salário pago a empregado doméstico”, tendo como Relatora a Senadora Vanessa Grazziotin, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto. Em 6/3/2012, foi concedida Vista Coletiva. A Matéria é retirada de pauta, a pedido da Relatora. Item 11– Requerimento

da Comissão de Assuntos Econômicos nº 3 de 2012, de iniciativa da Senadora Kátia Abreu e outros, que “requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, conjunta com as Comissões de Serviços de Infraestrutura e de Desenvolvimento Regional e Turismo, para instruir e debater o Projeto de Lei do Senado nº 118 de 2009, que “altera a alínea ‘b’, do inciso II, do § 2º, do art. 4º da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, com vistas a permitir a exploração de instalações portuárias privadas para uso geral”, com a presença dos seguintes convidados: Ministro-Chefe da Secretaria Especial de Portos; Sr. Willen Mantelli, Diretor-Presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários – ABTP; Sr. Eduardo Requião, ex-Superintendente do Porto de Paranaguá-PR; do Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI; Sr. Luiz Antônio Fayet, representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; e do Presidente da Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres de Uso Público – Abratec”. Em 6/3/2011, foi lido o Requerimento pelo Vice-Presidente no exercício da Presidência, Senador Lobão Filho. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 3 de 2012-CAE. Item 12– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 4 de 2012, de iniciativa do Senador Romero Jucá, que requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos dias 20 e 21 de março, para instruir o Projeto de Resolução do Senado nº 72 de 2010, que “estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior”, com a presença dos seguintes convidados: Exmo. Sr. Cid Gomes, Governador do Estado do Ceará; Exmo. Sr. Marconi Perillo, Governador do Estado de Goiás; Exmo. Sr. Raimundo Colombo, Governador do Estado de Santa Catarina; Exmo. Sr. Renato Casagrande, Governador do Estado do Espírito Santo; Exmo. Sr. Simão Jatene, Governador do Estado do Pará; Exmo. Sr. Nelson Barbosa, Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda; Exmo. Sr. Carlos Velloso, Ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal; Sr. Luis Roberto Barroso, Jurista; Sr. Luis Paulo Rosenberg, economista e consultor da Rosenberg e Associados; Sr. Aguinaldo Diniz, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção – Abit; Sr. Jorge Gerdau Johannpeter, Conselheiro do Instituto Aço-Brasil; Sr. Paulo Antônio Skaf, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – Fiesp; Sr. Hamilton Dias de

Souza, Advogado Constitucionalista; Sr. Clóvis Panzarin, Membro da CP Consultores Associados; Sr. Luiz Aubert Neto, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos – Abimaq; Sr. Artur Henrique da Silva Santos, Presidente da Central Única de Trabalhadores – CUT; Exmo. Sr. Paulo Pereira da Silva, Presidente da Força Sindical; Sr. Roque Carraza, Jurista; Exmo. Sr. Luiz Carlos Hauly, Secretário de Fazenda do Estado do Paraná; e Sr. Heleno Taveira Torres, Professor da Universidade de São Paulo – USP. Em 6/3/2011, foi lido o Requerimento pelo Vice-Presidente no exercício da Presidência. Usa da palavra o Senador Cyro Miranda. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 4 de 2012-CAE. Item 13– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 5 de 2012, de iniciativa do Senador Valdir Raupp, que requer, com fundamento no inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, para debater o processo de desindustrialização que ocorre no país, com os seguintes convidados: Exmo. Sr. Fernando Pimentel, Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Sr. Antônio Delfim Neto, Economista; Sr. Paulo Skaf, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – Fiesp; Sr. Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI; Sr. Artur Henrique, Presidente da Central Única de Trabalhadores – CUT; Exmo. Sr. Paulo Pereira da Silva, Deputado Federal e Presidente da Força Sindical; e Sr. Paulo Bellini, Presidente do Grupo Marcopolo. Em 6/3/2011, foi lido o Requerimento pelo Vice-Presidente no exercício da Presidência. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 5 de 2012-CAE. São lidos e serão apreciados posteriormente os Requerimentos nºs 6, 7 e 8 de 2012. O Requerimento nº 6 de 2012, de iniciativa dos Senadores Flexa Ribeiro e Delcídio do Amaral, requer a realização de audiência pública, conjunta com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada a obter e discutir as informações veiculadas na imprensa sobre a situação da Celpa – Centrais Elétricas do Pará S.A., com a presença dos seguintes convidados: Exmo. Sr. Simão Jatene – Governador do Estado do Pará; Sr. José da Costa Carvalho Neto – Presidente da Eletrobras; Sr. Nelson José Hübner Moreira – Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel; Exmo. Sr. Márcio Zimmermann – Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia; Sr. Jorge Queiroz de Moraes Junior – Presidente do Conselho de Administração do Grupo Rede da Celpa; Sr. Ronaldo Romeiro – Sindicato dos Urbanitários do Estado do Pará. O Requerimento nº 7 de 2012, de iniciativa do

Senador Delcídio do Amaral, requer a inclusão do nome do advogado do escritório de advocacia Pinheiro Neto, Sr. Luiz Fernando Valente de Paiva, entre os convidados para participar da audiência pública sobre a qual trata o Requerimento nº 81 de 2011 – CAE. E o Requerimento nº 8 de 2012, de iniciativa do Senador Ricardo Ferraço, requer a inclusão dos nomes dos senhores Michal Gartenkraut, economista da Rosenberg & Associados, e Hamilton Dias de Souza, advogado tributarista, dentre os convidados da Audiência Pública, objeto do Requerimento nº 87/2011, aprovado na 70ª Reunião Extraordinária, na data de 20 de dezembro de 2011, para debater as desonerações tributárias e os incentivos fiscais concedidos pelo governo e com significativo impacto na arrecadação fiscal para o ano de 2012. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e doze minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 4ª e 5ª Reuniões.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

As Atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico aos Srs. Membros que esta Comissão recebeu os seguintes documentos para o seu conhecimento.

Aviso do Tribunal de Contas da União.

Aviso nº 106 GP-TCU, de 06 de março de 2012, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da deliberação, acompanhada do relatório de auditoria, proferida pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo TC008799/2011-3, que trata de relatório de auditoria realizada na Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), com objetivo de avaliar a atuação da Agência no controle e supervisão dos investimentos no setor ferroviário nacional.

Aviso do Banco Central do Brasil.

Aviso nº 13, de 2012 (29 de fevereiro de 2012), do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95, demonstrativo das emissões do Real referentes ao mês de janeiro de

2012, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

Os expedientes serão encaminhados aos Membros da Comissão por meio de ofício circular.

Como temos uma pauta extensa, passaremos ao item 11 da pauta.

Item 11:

ITEM 11

REQUERIMENTO Nº 3, DE 2012 – CAE

Requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, conjunta com as Comissões de Serviços de Infraestrutura e de Desenvolvimento Regional e Turismo, para instruir e debater o Projeto de Lei do Senado nº 118 de 2009, que “altera a alínea ‘b’, do inciso II, do § 2º, do art. 4º da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, com vistas a permitir a exploração de instalações portuárias privadas para uso geral”, com a presença dos seguintes convidados: Ministro-Chefe da Secretaria Especial de Portos; Sr. Willen Mantelli, Diretor Presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários – ABTP; Sr. Eduardo Requião, ex-Superintendente do Porto de Paranaguá-PR; Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI; Sr. Luiz Antônio Fayet, representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; e do Presidente da Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres de Uso Público – Abratec.

Autoria: Senadora Kátia Abreu e outros.

Observações:

Em 6/3/2012, foi lido o Requerimento pelo Vice-Presidente no exercício da Presidência, Senador Lobão Filho.

Em votação o requerimento.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento nº 3, de 2012, da CAE. Portanto, vamos realizar essa audiência pública para instruir a votação desse projeto. Próximo requerimento.

ITEM 12

REQUERIMENTO Nº 4, DE 2012 – CAE

Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, nos dias 20 e 22 de março, para instruir o Projeto de Resolução do Senado nº 72 de

2010, que “estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior”, com a presença dos seguintes convidados: Exmº Sr. Marconi Perillo, Governador do Estado de Goiás; Exmº Sr. Raimundo Colombo, Governador do Estado de Santa Catarina; Exmº Sr. Renato Casagrande, Governador do Estado do Espírito Santo; Exmº Sr. Simão Jatene, Governador do Estado do Pará; Exmº Sr. Nelson Barbosa, Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda; Sr. Robson de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI; Sr. Fernando Blumenschein, economista e coordenador de projetos da Fundação Getúlio Vargas – FGV; Sr. Luis Paulo Rosenberg, economista e consultor da Rosenberg e Associados; Sr. Aguinaldo Diniz, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção – ABIT; Sr. Marco Pólo de Mello, Presidente-Executivo do Instituto Aço-Brasil; Sr. Paulo Antônio Skaf, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP; Sr. Hamilton Dias de Souza, Advogado Constitucionalista; Sr. Clóvis Panzarini, Membro da CP Consultores Associados; Sr. Luiz Aubert Neto, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos – Abimaq; Sr. Artur Henrique da Silva Santos, Presidente da Central Única de Trabalhadores – CUT; e Sr. Paulo Pereira da Silva, Presidente da Força Sindical.

Autoria: Senador Romero Jucá.

Observações:

– Em 6/3/2012, foi lido o Requerimento pelo Vice-Presidente no exercício da Presidência, Senador Lobão Filho.

Informo que esse requerimento, para contemplar todos os convidados, sofreu as seguintes alterações: inclusão do Exmº Sr. Cid Gomes, Governador do Estado do Ceará; inclusão do Sr. Roque Carrazza, jurista; substituição do Sr. Robson Braga de Andrade pelo Exmº Sr. Carlos Velloso, ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal; substituição do Sr. Fernando Blumenschein pelo Sr. Luis Roberto Barroso, jurista; substituição do Sr. Marco Pólo de Mello pelo Sr. Jorge Gerdau Johannpeter.

Comunico aos Membros que recebi ofício do Sr. Luís Roberto Barroso para informar sua impossibilidade de comparecer à audiência pública e sugere a inclusão

do Sr. Heleno Taveira Torres, Professor da USP nessa audiência pública.

Eu gostaria de registrar que teremos a primeira audiência pública, às 14 horas, coordenada pelo Presidente da CCJ, Senador Eunício Oliveira. Amanhã, teremos mais uma audiência pública, coordenada por mim, também às 14 horas.

Pessoalmente, acho que, nesta proposta, há tanta gente que vai ser difícil fazer uma audiência pública produtiva. Mas, como foi isso o combinado e ajustado, cabe a mim cumprir aquilo que já foi acordado pelas lideranças.

Em votação o requerimento, com as devidas alterações e com a inclusão do Dr. Heleno Taveira Torres.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o Requerimento de nº 04, de 2012, da CAE.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, peço a gentileza de incluir o Sr. Luiz Carlos Hauly, Secretário de Fazenda do Paraná na audiência de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral Bloco/PT – MS) – Já que se trata de uma multidão, mais um.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Fazemos fila.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral Bloco/PT – MS) – Então, inclui-se o Secretário de Fazenda, do Paraná, Luiz Carlos Hauly, para participar da audiência pública de amanhã.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Será uma audiência pública muito produtiva, com o tempo que todos terão para expor as suas preocupações, e os Senadores, para debater. Imagino que o resultado dessa audiência vai ser um grande sucesso.

O tempo para cada um falar será de um minuto.

ITEM 13

REQUERIMENTO Nº 5, DE 2012 – CAE

Requer, com fundamento no inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, para debater o processo de desindustrialização que ocorre no país, com os seguintes convidados: Exmº Sr. Fernando Pimentel, Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Sr. Antônio Delfim Netto, Economista; Sr. Paulo Skaf, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP; Sr. Robson Braga de Andra-

de, Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI; Sr. Artur Henrique, Presidente da Central Única de Trabalhadores – CUT; Exmº Sr. Paulo Pereira da Silva, Deputado Federal e Presidente da Força Sindical; e Sr. Paulo Bellini, Presidente do Grupo Marcopolo.

Autoria: Senador Valdir Raupp.

Observações:

Em 6/3/2012, foi lido o Requerimento pelo Vice-Presidente no exercício da Presidência, Senador Lobão Filho.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o Requerimento nº 5, de 2012-CAE.

Passo à leitura do seguinte requerimento:

REQUERIMENTO Nº 06, DE 2012 – CAE

Nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizada nesta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), audiência pública destinada a obter e discutir as informações veiculadas na imprensa sobre a situação da CELPA – Centrais Elétricas do Pará S/A, com a presença dos seguintes convidados:

– Sr. Simão Jatene, Governador do Estado do Pará;

– Sr. José da Costa Carvalho Neto, Presidente da Eletrobrás;

– Sr. Nelson Hübner, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel);

– Sr. Márcio Zimmermann, Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia;

– Sr. Jorge Queiroz de Moraes Júnior, Presidente do Conselho de Administração do Grupo Rede da CELPA; e

– Sr. Ronaldo Romeiro, Presidente do Sindicato dos Urbanitários do Estado do Pará.

Assina este requerimento o Senador Flexa Ribeiro, mas eu também o subscrevo, até porque o Grupo Rede detém o controle de várias empresas distribuidoras, entre elas a Enersul, que atende o Mato Grosso do Sul.

Nós vamos votar, conforme determinam os atos desta Comissão, na próxima semana.

E passo à leitura do seguinte requerimento:

REQUERIMENTO Nº 07, DE 2012 – CAE

Nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado federal, requeiro a inclusão do nome do Ilmº

Advogado Luiz Fernando Valente de Paiva, do escritório de advocacia Pinheiro Neto, entre os convidados para participar da Audiência pública de que trata o Requerimento de nº 81, de 2011-CAE.

E aqui também, outro de minha autoria e do Senador Aloysio Nunes Ferreira:

REQUERIMENTO Nº 08, DE 2012 – CAE

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão dos nomes do Sr. Michal Gartenkraut, economista da Rosenberg Consultores Associados, e Hamilton Dias de Souza, advogado tributarista, entre os convidados a participar da audiência pública objeto do Requerimento de nº 87, de 2011-CAE, aprovado na 70ª Reunião Extraordinária, na data de 20 de dezembro de 2011, para debater as desonerações tributárias e os incentivos fiscais concedidos pelo Governo, com significativo impacto na arrecadação fiscal do ano de 2012.

Esse requerimento é de autoria do Senador Ricardo Ferraço.

Nós vamos entrar agora na pauta.

ITEM 1

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 248,
DE 2004-Complementar
– Não terminativo -**

Dispõe sobre a criação de conselhos tripartites, com representantes do governo, empregados e empregadores, para fiscalizar a concessão de incentivos fiscais.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Relatoria: do laborioso Senador Cyro Miranda.

Relatório: Contrário ao projeto.

Com a palavra o Relator, Senador Cyro Miranda, do Estado de Goiás.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em que pese o proposição, de autoria do Senador Paulo Paim, ser altamente meritória, nós temos, pelo exposto a seguir, que rejeitar o projeto.

A proposição foi exaustivamente discutida com o autor bem como a Consultoria desta Casa, mas não se logrou encontrar solução para afastar os vícios de inconstitucionalidade que maculam a proposição em análise.

Vejamos por quê.

O projeto propõe a criação de conselhos tripartites formados por representantes do Governo, dos empregados e dos empregadores para fiscalizar a concessão de incentivos fiscais pela União, Estados,

Distrito Federal e Municípios. Tal conselho teria poderes inclusive para o cancelamento da isenção quando julgá-la indevida.

Em que pese o louvável objetivo do projeto, qual seja, de prestigiar a participação da sociedade civil no controle da atividade legislativa, principalmente em questões tributárias, o projeto esbarra em óbice constitucional.

É legítimo que a lei complementar estabeleça requisitos de observância obrigatória pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em matéria de Direito Tributário. A ponderação aqui desenvolvida diz respeito à intenção de impor por uma lei da União a criação de um conselho tripartite à revelia dos demais entes envolvidos e dotados das importantíssimas responsabilidades descritas no projeto.

No que se refere ao ICMS, compete ao Confaz, dentre outras atribuições, promover a celebração de convênios para efeito de concessão ou revogação de isenções, incentivos e benefícios fiscais do imposto. O conselho é constituído por representantes de cada Estado e do Distrito Federal.

É importante destacar que a concessão de incentivos fiscais pelos Estados é tema bastante sensível, notadamente para os Estados que não contam com incentivos naturais para a atração de incentivos produtivos.

Nesse sentido cumpre destacar o importante papel desenvolvido por esta Comissão na discussão do tema que, aliás, será objeto de audiência pública em conjunto com a CCJ logo mais.

Sem querer entrar nesse mérito, que ultrapassa o escopo da proposição em análise, eu não posso deixar de rogar aos nobres pares que analisem com o merecido cuidado a questão, pois, como já disse em outras oportunidades, a sobrevivência de alguns Estados como Goiás, Santa Catarina e Espírito Santo, dentre outros, depende da atração de investimentos produtivos de fora.

Por fim, não podemos deixar de destacar outro óbice constitucional, vislumbrando-se no presente projeto a criação por meio de lei de iniciativa parlamentar de órgão de estrutura do Poder Executivo. Trata-se de competência privativa do Chefe do Poder Executivo, nos termos da Constituição de 1988.

Desse modo, apesar de parabenizarmos o autor do projeto pela importante iniciativa de buscar a participação popular no processo legislativo e no controle das finanças públicas, nós apresentamos relatório pela rejeição do projeto.

É esse o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão.

Não havendo nenhum Senador ou Senadora que queira discutir, coloco em votação o relatório do Senador Cyro Miranda.

As Srs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE contrário ao projeto.

Item 2:

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 331, DE 2011

– Não Terminativo –

Altera a redação do art. 16 da Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, que disciplina a formação e consulta a banco de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito, de forma a excluir a responsabilidade solidária do consulente quanto aos danos materiais e morais causados ao cadastrado por inobservância.

Autoria: Senador Armando Monteiro.

Relatoria: Senador Francisco Dornelles.

Relatório: Favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ.

Observações:

1. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ;

2. A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.

Com a palavra o Relator, Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – O projeto do cadastro positivo visa facilitar a vida do devedor adimplente, permitindo até que ele possa obter crédito mais rápido e de forma mais barata.

É feito o cadastro. Só tem seu nome no cadastro aquele que deseja. Ninguém é obrigado a ter seu nome no cadastro, só tem se deseja. Quem entrar pode sair. E se, por acaso, verificar que as informações não são aquelas que deseja, ele pode se retirar. De modo que só tem o seu nome no cadastro aquele que deseja e as informações que ali constam são aquelas que o cadastrado deseja. Pois bem. Havia que, nessa questão, considerar a responsabilidade objetiva. O consulente que seja responsável pelas informações – o consulente é aquela pequena empresa que vai ao cadastro e pede informação. Ele não pode ser responsável por aquela

informação. Quem é responsável é o banco de dados. De modo que o projeto do Senador Armando Monteiro retira do art. 16 a palavra “consulente”, tirando deste a responsabilidade objetiva.

Foi retirado também o parágrafo único, que vedava a anotação de informações sobre o serviço de telefonia. Tem pessoas que só podiam recorrer a esse tipo de informação.

Por esse motivo o meu parecer é favorável ao projeto apresentado pelo Senador Armando Monteiro e aprovado pela Comissão de Justiça.

O SR PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Sr. Presidente...

O SR PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Eu queria me dirigir aos companheiros da Comissão para, primeiro, registrar a minha satisfação pelo teor do parecer do nobre Relator, Senador Francisco Dornelles, que, do alto da sua experiência, do seu conhecimento, pôde entender que não tem sentido responsabilizar os consulentes, que são apenas usuários dos bancos de dados, sobre informações equivocadas que possam advir desses bancos, pois não têm esses pequenos empresários qualquer ingerência na fonte de dados. Dessa forma, é absolutamente necessário, para que este se torne um instrumento operacional, excluir a responsabilidade do consulente.

De outro modo, é sempre importante lembrar que a adesão ao cadastro positivo é voluntária, depende de autorização prévia do cadastrado, que também tem o direito de obter o cancelamento quando solicitado, acessar gratuitamente as informações sobre ele existentes no banco de dados, inclusive o seu histórico, cabendo ao gestor manter sistemas seguros por telefone ou por meio eletrônico de consulta para informar as observações de adimplemento e solicitar a impugnação de qualquer informação sobre ele erroneamente adotada e tem até sete dias para a correção ou o cancelamento e comunicação ao banco de dados.

Portanto, fica evidente que o consumidor está plenamente protegido por meio dessas garantias e que não há retrocesso quanto aos seus direitos, mesmo porque, se o consulente utilizar de forma indevida a informação, continuará com a possibilidade de responder não solidariamente, mas em ação cível comum.

O SR PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria continua em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo Senador ou Senadora que queria discutir, eu coloco em votação o relatório do Senador Francisco Dornelles.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer da CAE favorável ao projeto, com as Emendas de nºs 1 e 2 da CCJ/CAE.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle em decisão terminativa.

Vamos ao item 3. É um Projeto de lei da Câmara.

Nós temos quórum para deliberar sobre matérias terminativas.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não sei exatamente o número, Sr. Presidente, mas sou Relatora de um projeto de lei de autoria do Senador Requião que é terminativo. Acho que é o último item, o de nº 10 da nossa pauta.

Eu gostaria de solicitar a retirada desse projeto para que a gente possa debatê-lo melhor. O objetivo do projeto é nobre, o Senador é aplaudido no Brasil inteiro pela proposta, mas nós precisamos tratar de algumas questões. Então eu, como Relatora, gostaria de pedir a retirada, Sr. Presidente.

O SR PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, por solicitação da Relatora, Senadora Vanessa Grazziotin, o item 10 é retirado de pauta, para reanálise. É o projeto do competente Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, na verdade, há uma pressão não justificada do Executivo em relação a esse projeto de formalização das empregadas domésticas, que não têm aposentadoria, não têm plano de saúde e que conseguem um número de apenas 25% de informalidade no Brasil.

A Senadora relatora pede a retirada de pauta. Eu gostaria só que se fixasse um horizonte para isso, para que a retirada não seja, como quer o Governo, *sine die*, ou seja, para sempre.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, eu...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Senador Requião, eu conversei duas vezes com V. Exª hoje e expliquei as razões neste momento. Não estou retirando o projeto por pressão de Governo coisa nenhuma. Pelo contrário, o Governo está muito disposto a nos ajudar. Então, não há nenhuma pressão do Governo. Mesmo porque, Senador Requião, esse não é o único projeto que tramita na Casa. Eu tenho

um também que contribuiu muito com as empregadas domésticas, que diminui muito o valor da contribuição de 11% para 5%, igualando a contribuição dos micro-empresendedores individuais, projeto em que o Senador foi o Relator e que a gente já aprovou, salvo engano, numa comissão.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR)

– Muito bom, por sinal.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB

– AM) – Então, Senador, repito aquilo que eu disse: o Brasil lhe aplaude pelo processo. O Governo, mais do que ninguém, que tem uma mulher na Presidência da República, quer resolver essas questões, mas, para isso, nós precisamos dialogar. É só isso. Traremos de volta o projeto à pauta, e V. Exª vai ver que, possivelmente, será aprovado por unanimidade.

Era isso. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Vanessa. Senador Requião, muito obrigado.

Como nós já temos quórum, nós vamos começar pelos terminativos.

Se todos estiverem de acordo...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sei que os terminativos precisam de quórum qualificado, mas esses pontos, os pontos 3, 4 e 5 são muito importantes. Quem sou eu para dizer que uma matéria é mais importante do que a outra. Mas são projetos muito relevantes. O de nº 3 toca no Funpresp.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Mas nós votaremos rapidamente os terminativos.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – V. Exª é que manda.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 110, DE 2011

– Terminativo –

Dispõe sobre o prazo para emissão de recibo de quitação integral de débitos de qualquer natureza pelas instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, nos termos da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

Autoria: Deputado Edson Ezequiel.

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Com a palavra o Relator, Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Lei da Câmara é de autoria do Deputado Edson Ezequiel e tem por finalidade estabelecer prazo para emissão de recibo de quitação de débitos de qualquer natureza pelas instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional. A proposição compõe-se de três artigos. O primeiro estabelece a garantia objeto da matéria de emissão de recibo de quitação de débito de cinco dias, contados da comprovação de liquidação integral do débito. Então, recibo, cinco dias depois da quitação.

Em seus parágrafos 1º e 2º, determina ainda que o disposto no Projeto de Lei não se aplica aos casos em que a lei haja determinado prazos e procedimentos específicos, cabendo às instituições financeiras esclarecer tais situações, e que, nos casos de contratos de financiamento imobiliário, o prazo é de trinta dias a contar da data de liquidação da dívida. *(Comentários fora do microfone.)*

No art. 2º, fica estabelecida a penalidade pelo descumprimento da lei proposta, nos termos do art. 44 da Lei nº 4.595, de 1964. O terceiro artigo contém a cláusula de vigência de noventa dias.

Na justificação, o autor argumenta que as instituições financeiras demoram muito a entregar o recibo de quitação de dívida e que isso causa transtornos ao mutuário ou devedor adimplente com suas obrigações. A proposição foi distribuída para esta Comissão em decisão terminativa.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 99, inciso I, do RISF, opinar sobre aspectos econômicos e financeiros de qualquer matéria... Portanto, a matéria é efetivamente desta Comissão, no seu âmbito temático.

Não há nenhum reparo a fazer quanto à constitucionalidade e juridicidade nem sobre a competência do Congresso para dispor sobre essa matéria. Portanto, não há, em relação aos requisitos formais, nenhum óbice à aprovação.

No mérito, não temos nenhum reparo a fazer por ser oportuna e conveniente a proposição, visto que não há razão para a demora na entrega do recibo de quitação de dívida, assinalada pelo nobre autor do projeto em exame, particularmente quando a regra geral de cinco dias úteis admite exceção prevista em lei e, no caso específico de financiamentos imobiliários, que podem necessitar de pesquisa mais complexa por parte da instituição financeira, o prazo é de trinta dias, que entendemos, por não estar explicitado de outra forma no Projeto de Lei, como assinalou o autor

na regra geral, tratar-se de trinta dias corridos e não de trinta dias úteis.

Além disso, a matéria, obviamente, não implica aumento de despesas ou diminuição de receitas públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária.

O voto, pois, é pela aprovação do presente Projeto de Lei.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Para discutir, o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma sugestão, se o nome Senador Aloysio concordar, fazer uma emenda oral e depois passá-la por escrito, se ele concordar, que o prazo para a parte imobiliária fosse de quinze dias, dez dias, perdão, e para as outras, até quinze dias; prazo de, no máximo, quinze dias corridos; perdão, dez dias corridos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Senador, se o senhor pudesse... Eu não entendi direito qual é a emenda que o senhor quer apresentar.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Da parte imobiliária, mantém-se trinta dias.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Trinta dias é a quitação.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Isso. E, nas demais, dez dias corridos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Dez dias corridos. Para mim, está bem. Acho razoável dez dias. O financiamento imobiliário é de trinta dias, que é um prazo bastante razoável, e dez dias parece-me um prazo bastante razoável. Portanto, aceito com muito prazer a emenda proposta por V. Ex^a.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Porque, muitas vezes, a pessoa tem urgência dessa quitação que envolve outros problemas do cotidiano.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Apresentarei a emenda, caso seja votada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Estou pedindo explicação ao Senador Aloysio, porque não entendi bem a proposta do Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Senador Dornelles, estou propondo uma emenda no sentido de que o prazo imobiliário continue sendo de trinta dias, mas, nos outros casos, até dez dias corridos.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Não são cinco dias?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Em vez de cinco, dez, porque, muitas vezes, nesse espaço de tempo, o banco não tem condições de apresentar...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Concordo plenamente com V. Ex^a.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Agradeço a sugestão de V. Ex^a, que seguramente aprimora o meu parecer. Incorporo a emenda proposta por V. Ex^a, de cinco para dez dias corridos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não havendo mais nenhum Senador ou Senadora que queira discutir, coloco em votação o Projeto com a Emenda de nº 01-CAE, do Senador Cyro Miranda, ampliando de cinco para dez dias.

Quem vota com o relator, vota “sim” ao Projeto e à Emenda nº 01-CAE.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, “sim”.

Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Sim”.

Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Sim”.

Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Sim”.

Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Sim”.

Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – “Sim”, com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Sim”.

Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – “Sim”, com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Sim”.

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Aloysio é voto conhecido.

Senador e aniversariante Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Com o relator e com a emenda do Senador Cyro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Sim, Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Com o relator e com a emenda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – São 14 votos “sim”, nenhum voto “não”.

Portanto, a Comissão aprova o Projeto, com a Emenda nº 1, da CAE, de autoria do Senador Cyro Miranda.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 61, DE 2010

– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de fevereiro de 1995, e a Lei nº 8.134, de 27 de dezembro de 1990, para permitir a dedução dos valores pagos a título de pedágio, para fins de cálculo do imposto de renda da pessoa física.

Autoria: Senador João Durval.

Relatoria: Senador Blairo Maggi.

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Observações:

1. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, com Parecer contrário ao Projeto.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Com a palavra o Relator, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, este projeto tem, como já foi dito aqui, decisão terminativa.

Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 61, de 2010, de autoria do nosso colega, o eminente Senador João Durval, que propõe permitir a dedução, na ocasião da declaração de ajuste anual do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), dos valores pagos a título de pedágio.

Apresentada em março de 2010, a proposição foi discutida na Comissão de Infraestrutura (CI) e agora na CAE, com decisão terminativa.

O parecer da Comissão de Infraestrutura foi pela rejeição da matéria.

A nossa competência aqui na CAE para deliberar em caráter terminativo sobre a proposição decorre do art. 91, I, combinado com o art. 99, IV, ambos do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Não há dúvidas quanto ao mérito e quanto à intenção contida no projeto, que é desonerar o cidadão comum, por meio de compensações, dos excessos da carga tributária.

No entanto, no PLS em análise, propõe-se deduzir integralmente do IRPF as despesas com pedágio rodoviário, o que significa, na prática, transferir para a União os gastos próprios do particular que utiliza automóveis e rodovias. Seria como estatizar completamente uma despesa privada, dividindo o ônus com todos os demais contribuintes, motoristas ou não, que suportam, ao honrar suas obrigações tributárias, a manutenção da máquina pública.

Então, Sr. Presidente, a análise em resumo, pelo fato de esta Casa, de esta Comissão não poder legislar sobre matéria tributária, a nossa...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS Fazendo soar a campainha.) – Eu pediria por favor... Muita conversa paralela! Está prejudicando inclusive a exposição do Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Então, concluímos que o Projeto de Lei do Senado nº 61, de 2010, do Senador João Durval, é imbuído das melhores intenções, mas não pode prosperar aqui nesta Casa, em função dos problemas que já relatamos.

Então, somos pela rejeição do projeto, em caráter terminativo.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Para discutir, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu concordo plenamente com o Senador Blairo. Além do que, ele não citou um aspecto de controle: seria

muito difícil controlar. Seria necessária a placa do automóvel, o automóvel estar vinculado ao proprietário, uma complicação tremenda. Então, concordo como o relator inteiramente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o projeto.

A votação será nominal.

Senador Suplicy, como vota?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Com o relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Quem vota com o relator, deixo bem claro que é “não”, que o voto é pela rejeição.

Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Com o relator. “Não.”

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Com o relator. “Não.”

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – “Não.”

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Não.”

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pela rejeição. “Não.”

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador e aniversariante Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Não.” Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – “Não.”

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Gim Argello.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – “Não.”

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com o relator. “Não.”

Senador Blairo Maggi. O voto já é conhecido. (Pausa.)

Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com o relator. Portanto, “não.”

Resultado: 15 votos “não.”

Portanto, a Comissão rejeita o projeto.

Item 8.

O Senador Vital do Rêgo pede a retirada de pauta do item 8. Portanto, não votaremos.

Item 9.

O Senador Luiz Henrique solicita a retirada de pauta. O Senador Luiz Henrique, graças a Deus, já está se recuperando de uma pequena cirurgia que fez e, na próxima semana, já estará conosco aqui, zero quilômetro.

Item 10.

A Senadora Vanessa Grazziotin solicitou a retirada, até para uma análise mais apurada junto com a liderança do Governo. Então, nós voltamos, agora, ao item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2012

– Não Terminativo –

Institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, inclusive os membros dos órgãos que menciona; fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição Federal; autoriza a criação de 3 (três) entidades fechadas de previdência complementar, denominadas Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo – FUNPRES-P-Exe, Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Legislativo – FUNPRES-P-Leg e Fundação de Previdência Complementar do

Servidor Público Federal do Poder Judiciário – FUNPRES-P-Jud; altera dispositivos da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004; e dá outras providências.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador José Pimentel.

Relatório: Favorável ao Projeto e contrário às Emendas nºs 1 a 33.

Observações:

1. Nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal, a matéria tramita em regime de urgência;

2. Nos termos do art. 375, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria tramita simultaneamente nas Comissões de Assuntos Sociais; de Assuntos Econômicos; e de Constituição, Justiça e Cidadania;

3. Foram apresentadas, perante a Comissão de Assuntos Sociais, nos termos do art. 375, I, do Regimento Interno do Senado Federal, as Emendas nºs 1 a 33.

Com a palavra o Relator, Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o objetivo deste projeto de lei, de iniciativa do Governo Federal, do Executivo Federal, tem como finalidade regulamentar os §§ 14, 15 e 16 do art. 40 da Constituição Federal, que cria a Previdência Complementar dos Servidores Cíveis da União, distribuídos em três grandes fundos: um fundo destinado ao Executivo, outro ao Legislativo mais o Tribunal de Contas e um terceiro ao Poder Judiciário.

Esse processo se iniciou em 1999, através da Emenda Constitucional nº 20. Posteriormente, com a Emenda Constitucional nº 41, nós tivemos uma série de outras mudanças no regime próprio do servidor público da União, e, em 2007, veio este PL, o Projeto de Lei Complementar nº 2, de 2012, que agora se encontra aqui no Senado Federal. Esta matéria teve um conjunto de regulamentações ao longo da sua tramitação. Ainda em 2001, o Congresso Nacional aprovou as Leis Complementares 108 e 109, que regulamentam o grande instrumento da previdência complementar. Como todos sabemos, a Lei Complementar 109 trata do grande guarda-chuva da legislação da previdência complementar aberta e fechada, e a Lei Complementar nº 108 se destina à previdência complementar fechada da União, dos Estados, dos Municípios, das autarquias, das fundações, das empresas públicas e das sociedades de economia mista.

Em seguida tivemos a criação da Previc, que é uma autarquia federal, que regulamenta e fiscaliza a previdência fechada que hoje tratam daquela matéria como também aquelas abrangidas pela Lei Complemen-

tar nº 108. A Previc dá toda uma estrutura ao Estado nacional para que possamos ter um instrumento forte de fiscalização e de normatização, e este projeto de lei complementa um ciclo que o Estado Nacional iniciou em 1998, convergindo no sentido de que a previdência pública brasileira tenha regras semelhantes, seja o trabalhador da iniciativa privada, seja ele autônomo, seja empresário ou servidor civil da União. Portanto, estamos com este projeto de lei concluindo um ciclo que assemelha os vários sistemas da previdência pública brasileira, que tem um piso de um salário mínimo e um teto que hoje é de R\$3.916,00. A partir daí temos a previdência complementar. No caso concreto das estatais existentes hoje, já temos uma regulamentação desde 2001, em que existe a contribuição paritária de um para um. Aqui também se cria a mesma regra. A contribuição do trabalhador da União será de até 8,5% e a contribuição da União como empregadora será também de até 8,5%.

Esta matéria é objeto de grande debate. Inicialmente, a proposta previa um fundo único para os três Poderes da União. No diálogo na Câmara Federal, com a participação muito forte do Poder Judiciário, das duas Casas, das Presidências da Câmara e do Senado, com acompanhamento do Tribunal e Contas da União, com debates significativos ao longo desses 12 anos por parte do Poder Executivo, chegou-se à conclusão de que é preferível ter três fundos, um fundo destinado aos servidores do Poder Judiciário, um fundo destinado aos servidores da Câmara, do Senado e do Tribunal de Contas e um terceiro fundo para os servidores civis do Poder Executivo.

No debate na Câmara Federal, ficou uma discussão sobre o Ministério Público Federal. O entendimento do Executivo é que ele, no regulamento, ficará ao lado do Poder Judiciário. Por que não se criou um fundo próprio para o Ministério Público Federal? Dado o seu tamanho, os custos de administração seriam muito significativos para o volume de recursos ali previstos.

Como muito bem o Sr. Presidente já registrou, foram apresentadas 33 emendas que estão sendo rejeitadas. Nós apresentamos com certa urgência o nosso parecer, tendo em vista a urgência constitucional em que o projeto está inserido e queremos, com nossa apresentação de hoje, se os nossos pares concordarem, abrir vista coletiva e, durante este período que é razoável, conversarmos, fazermos as composições que por ventura entendermos legítimas do Senado Nacional, do Congresso Nacional.

Assim, Sr. Presidente, do ponto de vista da constitucionalidade formal não há reparos a fazer tendo em vista que a matéria deve ser disciplinada em lei ordinária, de iniciativa privativa do Poder Executivo (CF, art.

40, § 15), não havendo, também, qualquer problema que diz respeito à constitucionalidade material, à juridicidade e à adequação financeira e orçamentária, uma vez que a proposição atende aos demais dispositivos constitucionais sobre o tema e é totalmente compatível com o que estabelece as Leis Complementares nº 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001, que, respectivamente, dispõem sobre a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar, e dá outras providências e dispõe sobre o regime de previdência complementar e dá outras providências.

Com relação às emendas apresentadas, opinamos pela sua rejeição, conforme explicitado no texto a esse parecer.

Fiz questão, Sr. Presidente, de não entrar na rejeição sob o aspecto de adequação, exatamente para dar esse espaço de diálogo, que é inerente a esta Comissão e aos nossos Pares.

Voto

Destarte, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2012, rejeitadas as emendas apresentadas à proposição.

É esse, Sr. Presidente, o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão.

Pela ordem, tem a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, arguindo o art. 130, § 3º, do Regimento Interno, solicito vista.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vista coletiva.

Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, os pareceres do Senador Pimentel são sempre caracterizados pelo bom senso e pela competência, mas esse é um assunto complexo... Nós recebemos o parecer do Senador ontem à noite, ou hoje de manhã. De modo que eu entro nesse pedido de vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra a Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, na mesma direção da fala do Senador Dornelles, o PSB também pede vista.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Também peço vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vista coletiva ao item 3. Portanto, vamos autá-lo na próxima terça-feira.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, eu também me associo aos Senadores, pela relevância do projeto, que requerem vista coletiva desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, vista coletiva do item 3 da pauta.

Pela ordem, com a palavra o Senador Gim Argello.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem para solicitar a V. Exª, às Senadoras e aos Senadores que, por favor, por inversão de pauta, possamos apreciar o item nº 5 da Ordem do Dia de hoje, projeto de que é Relator o nobre Senador Farias e que trata da concessão de aposentadorias especiais a pessoas com deficiências filiadas ao Regime Geral da Previdência. Hoje, em nossa Comissão, estamos recebendo vários portadores de deficiência. Como há vários aqui e vários lá fora e há um quórum maior, eu pediria essa inversão de pauta. É um projeto muito justo que está tramitando há muitos anos no Congresso Nacional e hoje, nesta Comissão, ele é terminativo.

Então, aproveitando o quórum, peço a V. Exª que faça essa inversão de pauta por ser uma questão mais que de justa. Para o senhor ter uma ideia...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem...

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Senador, Ricardo, antes, gostaria de citar aqui o exemplo...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O Senador Gim Argello está falando. Não sei o que está acontecendo. Há muitas conversas paralelas. Está impossível administrar esta reunião da CAE hoje.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Veja o senhor a seriedade e a importância desse projeto, que tramita no Congresso Nacional há vários anos. Hoje vamos fazer justiça nesta Comissão. Cito como exemplo aqui o Sr. Marcley, que é do Instituto Chico Mendes. É funcionário público há 18 anos e está hoje aqui. Ele me disse: “Gim, eu já vim aqui várias vezes. Estou acompanhando esse projeto há muitos anos”.

Hoje você e seus companheiros todos, Deputado Iolando, que se encontra aqui, todos vocês hoje, se Deus quiser e o Presidente consentir na inversão de pauta, esta Comissão hoje vai fazer justiça. *(Palmas.)*

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, com a palavra o Senador Lindbergh Farias. (*Pausa.*)

V. Ex^a pediu a palavra pela ordem, Senador Lindbergh...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu pedi a palavra pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Perdão. É que a voz está muito parecida. Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Apenas para me associar à manifestação do Senador Gim Argello no sentido de submeter ao conjunto do Plenário desta Comissão a inversão de pauta, para que nós possamos votar essa emenda, pelo seu mérito, pela sua justiça, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Se todos os Senadores e Senadoras concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Então inversão de pauta do item 5 e, depois, apreciaremos o item 4, para concluir a reunião de hoje da Comissão de Assuntos Econômicos.

ITEM 5 PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 40, DE 2010-COMPLEMENTAR – Não Terminativo -

Dispõe sobre a concessão de aposentaria especial à pessoa com deficiência filiada ao Regime Geral de Previdência Social.

Autoria: Deputado Leonardo Mattos.

Relatoria: Senador Lindbergh Farias.

Relatório: Favorável, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

1. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com Parecer favorável ao Projeto;

2. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto, e pela rejeição da Emenda de nº 1, de autoria do Senador Gim Argello.

Com a palavra o Relator, Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, primeiro agradecer ao Senador Gim Argello que está se empenhando nessa matéria, me telefonou ao longo das últimas semanas para discutir a matéria. Vamos ao relatório.

O projeto em análise pretende disciplinar a aposentadoria especial das pessoas com deficiência, ins-

tuída com a Emenda Constitucional (EC) nº 47, de 5 de julho de 2005, mediante modificação do § 1º do art. 201 da Constituição Federal, que...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS. *Fazendo soar a campainha.*) – Eu pediria, por favor, as conversas paralelas, está ficando difícil. Isso aqui está parecendo escola primária!

Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, vou tentar ser o mais breve possível.

Entre os requisitos estabelecidos no projeto, está a exigência de tempo de contribuição diferenciado, conforme se trate de deficiência leve, deficiência moderada e deficiência grave.

Se a opção for pela aposentadoria por idade, as pessoas com deficiência poderão requerê-la com sessenta (60) anos de idade, se homem, e cinquenta e cinco (55) anos, se mulher, desde que comprovada a contribuição mínima de quinze (15) anos e igual período de existência de deficiência.

A proposta atribui ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a competência para atestar o grau de deficiência e realizar perícia quinquenal, para reavaliação. Análise.

As normas que se inserem no campo do Direito Previdenciário, tais como a concessão de aposentadorias pelo Regime Geral da Previdência Social (RGPS), também estão entre aquelas de iniciativa comum, prevista no art. 61 da Constituição Federal.

No caso da utilização de critérios e condições diferenciadas para pessoas com deficiência, para o recebimento de aposentadoria especial, há exigência de lei complementar, tal como está definido no § 1º do art. 201 da Constituição Federal. A proposição atenta para essa necessidade de instrumento normativo específico a veicular tal regulamentação, não havendo, assim, impedimentos no que se refere ao aspecto constitucional.

Há muitos anos, as pessoas com deficiência de todo o Brasil travam uma luta intensa pelos direitos ligados à Seguridade Social, com o objetivo de garantir uma aposentadoria especial e de acordo com as necessidades desse segmento da sociedade.

Por entender justa essa luta, o Congresso, especialmente esta Casa, de onde partiu a iniciativa de Emenda Constitucional (e eu quero fazer uma homenagem ao ex-Senador Flávio Arns e ao atual Senador Paulo Paim, pela luta por essa bandeira aqui), esforçou-se por aprovar a mudança no referido artigo 201, que permitiu a adoção de critérios específicos para a concessão da aposentadoria especial. Tratou-se de uma novidade em nosso Direito Previdenciário que, no passado recente, somente permitia a adoção desses

requisitos e critérios diferenciados quando vinculados às atividades exercidas e não à condição do beneficiário.

A partir da Emenda Constitucional nº 47, de 2005, é que se facultou às pessoas com deficiência a aposentadoria especial, independentemente do tipo de trabalho que possuem. Sem dúvida, foi uma conquista que garante o tratamento equânime a esses cidadãos, dentro do princípio da discriminação positiva estabelecido pela Constituição.

No entanto, a falta dessa regulamentação impede a concretização dessas garantias. Atualmente, a Previdência Social não disponibiliza nenhum benefício de aposentadoria diferenciado para pessoas com deficiência, aguardando iniciativa legislativa que defina as novas ações referentes ao assunto.

O Congresso Nacional, muito embora tenha tido algumas iniciativas para regular o direito constitucionalmente garantido, até o momento não conseguiu concluir o trâmite para a aprovação das propostas apresentadas.

Diante desse cenário, as pessoas com deficiência têm buscado o Judiciário para a satisfação do seu direito. São inúmeros os mandados de injunção impetrados por várias entidades de classe. O Congresso Nacional não pode mais tolerar essa situação, não apenas por negligenciar a concessão de direitos às pessoas com deficiência, mas por deixar que outro poder da República tenha de fazer o seu papel, pois é isso o que acontece nos mandados de injunção: o Judiciário produz norma de decisão aplicável à omissão.

Desse modo, é mais que oportuna a análise do PLC nº 40, de 2010. Sua redação é cuidadosa, pois foi sensível em relação aos posicionamentos tomados pelos tribunais superiores, no sentido de anuir a favor das pessoas com deficiência a decisão pela concessão de aposentadoria especial.

Em um universo de 44,1 milhões de vínculos ativos, em 31 de dezembro de 2010, apenas 306 mil pessoas...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu pediria, por favor, silêncio. Está difícil! O Senador Lindbergh está expondo o seu relatório e parece-me que as coisas não caminham porque a conversa continua.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, falava aqui que, segundo dados da RAIS/2010 de 44,1 milhões de vínculos ativos apenas 306 mil são de pessoas com deficiência. Isso representa 0,7% do total de vínculos. É um número muito pequeno se comparado à representatividade da população com deficiência grave, hoje 0,7%, hoje 6,7% segundo o Censo de 20010. Ou seja, de 6,7 da população apenas 0,3% estão incluídos no mercado de trabalho.

Entendo que essa proposição servirá como um forte estímulo à inserção desses trabalhadores no mercado formal de trabalho, melhorando as condições socioeconômicas e físico-psicológicas desse segmento da população.

É notório que as pessoas com alguma deficiência revelam capacidade surpreendente nos empregos obtidos, dada a utilização acentuada dos sentidos não comprometidos e a disposição redobrada com que se dedicam ao trabalho. Inserir-lhes nos processos de produção econômica, concedendo-lhes direitos de acordo com a especificidade de sua condição, é também uma forma de aumentar a produtividade e uma necessidade social. Nada mais justo do que compensar essa dificuldade adicional com uma redução no prazo exigido para aposentadoria. E o tempo de contribuição, disciplinado pelo grau de deficiência, parece-nos bastante justa e compatível com a situação dos possíveis beneficiários.

Portanto, com absoluta ciência de que a aposentadoria especial é uma das principais pautas do movimento em defesa dos direitos da pessoa com deficiência que recebi esta relatoria em março de 2011.

Ocorre que, desde a Câmara, o projeto enfrentava resistências de setores do Governo e do Parlamento, sob argumento do potencial impacto no orçamento da Previdência. O cenário era certo: o posicionamento contrário a itens específicos do projeto dificultaria a sua aprovação.

Como relator do PLC 40/2010, grande parte do meu trabalho em 2011 foi promover diversas reuniões com esses setores, no intuito de buscar condições técnicas e políticas para sua aprovação e sanção.

Acredito que essas tratativas foram fundamentais para que este projeto passe a ser, efetivamente, uma lei a atender a população com deficiência do Brasil.

Assim, o substitutivo abaixo proposto – eu queria chamar a atenção para isso, Senador Gim Argello – resulta desse grande esforço, envolvendo diversos setores do Governo Federal, Ministério Público, Defensoria Pública, conselhos, associações e da sociedade civil, avalizado pela Casa Civil e pela Secretaria de Relações Institucionais.

Estou confiante de que o diálogo franco e aberto com todos os seguimentos, somada à sensibilidade do Governo da Presidenta Dilma, permitiu a elaboração de um texto equilibrado e que atende adequadamente as pessoas com deficiência.

Voto.

Em face dos argumentos expostos, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2010-Complementar, na forma do Substitutivo apresentado.

Srs. Senadores, rapidamente. Estou há um ano com essa relatoria, Senador Agripino. O Senador Alvaro Dias me cobrava. Qual foi o nosso esforço? A gente sabe que, na Casa, pouco vale a gente aprovar um projeto, e esse projeto ser derrotado numa outra comissão, no plenário, ou o governo vetá-lo. Foi um ano de intensas negociações. Não foram menos de trinta, quarenta reuniões. E havia uma discussão com o Governo Federal do impacto na Previdência. Nós mostramos este número em relação à deficiência severa: dos 6,7% dos cadeirantes – A Deputada Rosinha da Adefal, que tem um trabalho fantástico como Deputada Estadual de Alagoas, e, agora, como Deputada Federal – com deficiência grave, só 0,7% têm vínculo formal no mercado de trabalho.

Nós fizemos um acordo com o governo e cedemos numa parte. Em que parte nós cedemos? Na parte da deficiência moderada, da deficiência leve, em que permitimos uma diminuição; na deficiência grave, uma diminuição de dez anos. Ou seja, se tem 35 anos, cai para 25. O Projeto da Câmara falava na deficiência moderada de oito anos. Nós, num acordo com o governo, fechamos em seis anos; e na deficiência leve, que eram cinco anos, no acordo, nós fechamos em dois anos. Por que eu fiz isso? Há uma grande discussão na definição do que é deficiência leve, deficiência moderada, e deficiência grave. O governo é que vai regulamentar isso. Inclusive, o Ministério e a Secretaria dos Direitos Humanos têm uma parceria com a UFRJ e já estão tratando do assunto. Mas um tema que tínhamos aqui... Eu digo que às vezes os números são inflados.

Olha só: dizem que 23% da população têm deficiência. Em cima desses números, o Governo Federal fazia um estudo em cima do impacto. Eu mostro aqui: no IBGE de 2010, desses 23%, 15% têm deficiência visual leve. Então, isso acaba contaminando um pouco o debate. Por isso aceitei esse acordo. Devo dizer que algumas áreas do governo ainda resistiam a esse projeto, mas o governo fechou esse acordo. E estou muito satisfeito porque, quando a gente fecha um acordo com o governo, a gente pode colocar para votar no plenário do Senado e pedir urgência também na Câmara dos Deputados para aprovar imediatamente essa regulamentação de uma emenda constitucional de 2005. Então, hoje, estou muito satisfeito neste dia, Senador Gim Argello, que se envolveu nessa pauta, porque acho que a gente pôde trabalhar esse aspecto da negociação, da construção de consenso. Então, é um dia de vitórias.

Eu queria, inclusive, só para terminar, anunciar que amanhã será comemorado no Salão Negro do Congresso Nacional o Dia Internacional da Síndrome de Down, que é uma iniciativa do Governo Brasileiro na

ONU que conseguiu aprovar na ONU. De fato, esse é o primeiro Dia Internacional a ser celebrado em todas as nações do mundo. Quero aproveitar este momento também para fazer o convite a todas as Sr^{as} e Srs. Senadores, às pessoas que assistem a esta sessão, para estarem amanhã, às 10 horas, no Salão Negro do Congresso Nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão.

Com a palavra o Senador Dornelles, Senador Pimentel, Senador Alvaro Dias, Senador Gim Argello, Senador Cyro Miranda e Senador Ferraço.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, quero cumprimentar o Senador Lindbergh, pelo imenso trabalho que ele fez, tentando convencer o governo da importância deste projeto. Ele conseguiu uma coisa rara, que é o apoio do governo para um projeto de iniciativa do Legislativo.

Parabéns, Senador, pelo seu trabalho, pelo seu brilhante parecer. Se fosse possível dar nome a um projeto, eu diria que este é o Projeto do Senador Lindbergh Farias.

Os meus cumprimentos e o meu apoio integral.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Dornelles.

Com a palavra o Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, quero parabenizar... (*Interrupção do som.*) ...pelo parecer e registrar que esta Emenda Constitucional nº 47 foi uma construção coletiva do Congresso Nacional, iniciada em 2003 e que concluímos em 2005. Eu fui o relator geral dessa matéria na Câmara Federal. Em seguida, o Deputado Leonardo Mattos, que é de Minas Gerais, que é cadeirante e autor do projeto, apresentou este projeto como a sua principal propositura na Câmara Federal. Eu tive oportunidade, como Ministro de Estado, de fazer audiência pública no Estado de Minas Gerais, ao seu lado, além de uma série de outros debates na Câmara Federal, onde aprovamos uma proposta que foi fruto de um grande diálogo, naquele momento, e que vem ao Senado, onde tivemos a felicidade de ter o nosso Senador Lindbergh como Relator, que, com a sua sensibilidade, avança no projeto e o aprimora; e, em seguida, volta à Câmara. Vamos manter esse diálogo com os nossos Pares da Câmara Federal, para que a gente possa analisar, no menor tempo possível, esse projeto aprimorar e, a partir dali, ir à sanção presidencial, fechando um ciclo que se iniciou com a Emenda Constitucional nº 47, que aqui, no Senado Federal, à época, obteve uma votação unânime, bem como na Câmara Federal, da mesma forma, foi votada por unanimidade.

Portanto, estamos fazendo justiça a esse setor, da mesma maneira que a PEC nº 5, de 2012, que está aqui na Casa e que trata dos portadores de doenças as mais variadas. Para os servidores da União, a gente precisa urgentemente votá-la no Senado Federal, em que tem o nosso Líder do PSDB como Relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça, onde está para ser incluída na Ordem do Dia.

Portanto, Sr. Presidente, entendo que essas matérias vêm no sentido de aprimorar a nossa legislação e acobertar aqueles que precisam ser tratados de modo diferente por serem diferentes no seu local de trabalho.

Parabéns ao nosso Senador!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador José Pimentel.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, a aprovação dessa matéria nos dá grande alegria. Certamente estamos cumprindo o nosso dever de olhar para as pessoas mais necessitadas deste País. E faço um retrospecto e uma homenagem. A homenagem, ao ex-Senador Flávio Arns, hoje Vice-Governador do Paraná, que me inspira em matérias dessa natureza. O Senador Flávio Arns, atual Vice-Governador, prestou um grande serviço ao Paraná trabalhando, na Secretaria de Educação, com o ensino especial quando eu fui Governador do Estado. A partir de então, passei a me orientar pelos ensinamentos de Flávio Arns.

A esta matéria procurei dar celeridade, em nome de Flávio Arns, desde o primeiro momento, quando conseguimos a assinatura de todas as Lideranças de modo que fosse para a pauta em regime de urgência.

O Ministro Garibaldi Alves nos pediu, fez um apelo para que aceitássemos retirar o regime de urgência, para que a matéria pudesse ser alterada, a fim de que o Governo pudesse aprovar, uma vez que, nos termos em que estava posta, S. Ex^a, como Ministro da Previdência, não poderia dar o aval à sua aprovação. Por esta razão, concordamos em retirar o regime de urgência, e o Senador Lindbergh Farias assumiu a responsabilidade da relatoria. Creio até que o incomodei demais, cobrando sempre, cobrando sempre. Hoje quero aplaudi-lo pelo parecer favorável à matéria com as alterações propostas pelo Governo.

Trata-se de um avanço. Vamos contemplar, sim, na medida do possível. Obviamente, sempre queremos o ideal, mas sempre o ideal não é possível. Neste caso, talvez, não se alcance o ideal, mas é um grande avanço, e temos de reconhecê-lo, agradecendo ao Senador Lindbergh Farias pela apresentação desse parecer favorável à aprovação dessa matéria.

Portanto, Sr. Presidente, as nossas homenagens ao ex-Senador Flávio Arns e ao Senador Lindbergh

Farias pelo parecer favorável, dizendo ao Senador Garibaldi Alves, pelo apreço que temos por S. Ex^a, nosso colega Senador, que o seu apelo foi atendido naquela oportunidade para que pudéssemos chegar a este consenso, a este entendimento que leva à aprovação desse projeto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu vou passar a palavra ao Senador Gim Argello. Antes, porém, gostaria também de registrar a presença da Deputada Rosinha da Adefal, do PTdoB de Alagoas, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Nós vamos abrir a palavra a V. Ex^a também. Embora não seja regimental, penso que a data é muito importante. V. Ex^a vai fechar as falas aqui de todos os Senadores e Senadoras.

Senador Gim Argello, V. Ex^a está com a palavra.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente; muito obrigado, Deputada Rosinha, que é do PTdoB lá das Alagoas. É muito bom ter todos vocês aqui. É muito bom parabenizar você, Lindbergh, pela sua sensibilidade. Fomos lá, pedimos, tivemos reuniões com o Ministro Garibaldi, levamos o Sirley, que está aqui, um cadeirante, Presidente da Associação. Muito obrigado a todos vocês que são aqui de Brasília e vieram hoje, um dia marcado, com o nosso Lindbergh, para essa votação. Faço referência também ao Valdeir, um deficiente visual, que é nosso amigo, conhecido de Jatobá, aqui de Brasília. Cumprimento-o, e a todos vocês o nosso muito obrigado.

Queria agradecer, em especial também, ao autor deste projeto, que hoje é vereador lá em Minas Gerais, Leonardo Mattos, que esteve na reunião, veio de Minas para essa reunião com o nosso Ministro Garibaldi, quando analisamos, participamos, efetivamente, de avaliar esse acordo muito bem construído pelo Senador Lindbergh. Então, ao Senador Garibaldi, ao Leonardo Mattos, em especial também ao Deputado Iolando, do PTB do Distrito Federal, que é um deficiente, mas um lutador pela causa. Parabéns, Deputado Iolando! Parabéns a cada um de vocês e, principalmente, a esta Comissão, ao Senado da República pela sensibilidade de aprovar, no dia de hoje, um projeto tão relevante quanto este, porque fazer política é isto: olhar pelos mais humildes, pelos mais necessitados. Estou muito orgulhoso hoje da votação deste projeto.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Gim Argello.

Só queria registrar aqui um erro aqui da Mesa: a Deputada Rosinha da Adefal é do PTdoB – falha nossa aqui.

Passo a palavra, agora, para o Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Quero votar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Como?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Quero votar. Não quero discursar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Randolfe.

Depois do Senador Randolfe, será a Senadora Kátia Abreu e, depois, o Senador Valadares.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Depois dessa feliz fala do Senador Ricardo Ferraço, não posso comentar muitas coisas. Só quero cumprimentar o Senador Lindbergh Farias, em especial, porque é uma mudança do parâmetro como se trata a pessoa com deficiência. Não é tratar como coitado. Em vez do substantivo coitado, tem que ser incluído o substantivo inclusão. Em vez da pena, tem que ser incluída a cidadania.

Queria cumprimentar, então, o Senador Lindbergh Farias e reafirmar o convite de Lindbergh para amanhã fazermos um belíssimo ato pelos direitos dos cidadãos, das pessoas com Síndrome de Down.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Randolfe.

Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Para cumprimentar também, Presidente, o Senador Lindbergh Farias pelo seu relatório; dar parabéns a esse avanço para a sociedade brasileira. Parabéns ao Senado Federal, ao Congresso Nacional por tratar de forma justa os portadores de deficiência física e mental.

Como psicóloga, trabalhei, por longo período, com crianças deficientes na minha juventude e sei o quanto é importante esse tratamento justo para com esses portadores.

Muito obrigada. Parabéns, Lindbergh!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Kátia Abreu.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – De forma breve, eu gostaria de acentuar o que disse o nobre Senador Lindbergh: que é notório que as pessoas com alguma deficiência revelam capacidade surpreendente nos empregos obtidos, dada a utilização acentuada dos sentidos não comprometidos e a disposição redobrada com que se dedicam no trabalho. Inserir-los nos processos de produção econômica, concedendo-lhes direitos de acordo com a especificidade de sua condição, é também uma forma de aumentar a produtividade e uma necessidade

social. Meus parabéns! Destaquei esse parágrafo porque resume o pensamento de todos nós que fazemos parte desta Comissão: de conceder justiça e dar um tratamento mais justo e compensatório a essas pessoas com deficiência.

Meus parabéns, Sr. Presidente, pela celeridade com que colocou esta matéria para votarmos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Valadares, pelas palavras.

Senador Ivo Cassol, último Senador inscrito.

Depois, vou passar a palavra para a nossa querida Deputada.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero aqui parabenizar meus colegas, principalmente o Senador Lindbergh Farias, pela busca, junto com o Governo Federal, no entendimento de dar condição especial para todas as pessoas com deficiências especiais, especialmente quando vocês dão um exemplo de vida para nós. Eu vejo, muitas vezes, muito marmanjo reclamando da vida, enquanto vocês, com todas as dificuldades, dão exemplos pelos quatro cantos onde vocês andam, com as dificuldades da gestão administrativa municipal, algumas vezes estadual e até mesmo federal.

E, ao mesmo tempo, nesse entendimento desta Casa, com este projeto de lei, vamos ter também condições de dar, especialmente quando percebemos que muitas pessoas presas acabam recebendo uma bolsa salário; saem do presídio e, infelizmente, voltam para lá de novo e continuam ganhando, muitas vezes prejudicando a sociedade como um todo.

E eu não consigo entender como o Governo Federal não tinha buscado ainda o entendimento para ajudar vocês.

Então, podem contar conosco, nós, Senadores, especialmente o Senador Ivo Cassol. Tenho, lá no meu Estado de Rondônia, tantos e tantos amigos que fizeram parte da minha administração e que deram exemplo de vida. Então, com certeza, estamos resgatando o que é direito de vocês.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Cassol.

Agora, a Deputada Rosinha da Adefal, para concluir os debates e a discussão.

A SR^a ROSINHA DA ADEFAL (PTdoB – AL) – Bom dia a todas e bom dia a todos.

Eu gostaria de agradecer à Presidência desta Comissão por me permitir a palavra, sabendo que isso não faz parte do protocolo. Estou quebrando todo o protocolo, mas agradeço a oportunidade.

Quando soube que hoje estava em pauta a discussão deste projeto, eu me antecipei, vim correndo, porque não podia deixar de estar presente, Senador. E eu vim aqui por quatro razões: a primeira delas é fazer um apelo aos Senadores, porque respeito às diferenças. A aplicação do princípio da igualdade, tratar de forma desigual os desiguais. Isso é respeitar o princípio da igualdade, e quando se fala em igualdade, em respeitar os princípios – com a pessoa com deficiência é assim que deveríamos agir. Não dá para pensar que uma pessoa que não tem limitações físicas ou sensoriais tenha a mesma condição no mundo de trabalho, inclusive de aposentadoria.

Então, eu queria fazer esse apelo a vocês, porque esse projeto de lei nada mais é do que a regulamentação da Emenda nº 47. Desde 2005, temos esse direito assegurado, mas não conseguimos colocá-lo em prática por falta de regulamentação.

Sou trabalhadora desde os 18 anos de idade. Hoje, tenho 38 anos. Por conta da afirmação – não é nem benefício, nem privilégio – de um direito respeitado, que é a questão da lei de cotas no serviço público, sou funcionária do TRT desde 1992. E, se hoje estou aqui, é porque tive a oportunidade de me inserir no mundo do trabalho e ter a minha capacidade laborativa reconhecida. Ao longo desses anos, ela tem diminuído, e isso também precisa ser visto. Para qualquer pessoa, com limitação ou não, essa capacidade laborativa diminui com o decorrer dos anos. É normal do corpo do ser humano. E nós, pessoas com deficiência, nos dedicamos muito mais para cumprir as nossas obrigações no trabalho e, claro que nossa capacidade laborativa vai diminuir muito mais do que para uma pessoa que não tem limitações. É nisso que está fundamentado esse relatório e esse projeto de lei.

O apelo que faço a vocês hoje, Senadores, é exatamente de reconhecer a nossa capacidade laborativa, porque não queremos nos aposentar por invalidez. Somos um trabalhador como qualquer outro, temos a capacidade de trabalhar, mas por que, depois de mostrar tantos anos de trabalho e dedicação, vamos nos aposentar por invalidez? No momento em que mais precisamos dos recursos, que é justamente para continuar tendo saúde?

Então, faço esse apelo.

Esse é o primeiro motivo de estar aqui.

O segundo motivo é agradecer ao autor desse projeto, o hoje Vereador Leonardo Mattos, à época Deputado Federal; parabenizar todos os envolvidos na Câmara Federal e neste Senado. Aqui no Senado, o Senador Paulo Paim, o Senador Flávio Arns e, em especial, o Senador Lindbergh. Tenho acompanhado, desde o início do ano passado, toda a articulação dele.

Em algumas reuniões, ele até me chamou e eu fiquei ausente. Peço até desculpas, mas tenho acompanhado desde o primeiro mês, quando ele me convidou para uma reunião no Ministério da Previdência, para tratar exatamente desse projeto de lei, em que ele já estava com a relatoria. Então, tenho inclusive lhe defendido, Senador, porque também sou cobrada como parlamentar, ou porque as leis não saem do papel ou porque a gente não consegue aprovação. E quem está do lado de lá da sociedade não entende que não adianta ir a uma guerra para perder. A gente tem que ter realmente, aqui dentro desta Casa, tudo bem articulado, tudo bem amarrado para que os dois lados da moeda fiquem satisfeitos. Enquanto a gente não chegava a esse acordo com o Executivo, não adiantava constar da pauta de votação para perder.

Quero parabenizar e agradecer todo o empenho de V. Ex^a para chegar a este magnífico relatório. Não tivemos perdas. Com certeza, a diminuição dos anos é um ganho para a gente em relação ao projeto inicial, porque reduzir dez anos, oito anos, vocês não têm ideia do que significa na vida de uma pessoa com deficiência.

Por fim, venho a esta Casa também para firmar um compromisso, como Deputada Presidente da Frente Parlamentar em Defesa das Pessoas com Deficiência, sabendo que esse projeto retornará à nossa Casa, de, mais uma vez, me empenhar pela urgência na aprovação. Vou me articular, fazer o possível para pegar essa relatoria e ficar na sombra do Senador Lindbergh para que a gente consiga essa aprovação e essa articulação lá na nossa Casa também. Então venho aqui, no dia de hoje, também firmar esse compromisso, esse comprometimento, como pessoa com deficiência que está no Parlamento nacional, principalmente para defender esse segmento da população, de me empenhar para que a gente consiga, com a máxima urgência, a aprovação tal qual está na proposta do Senador Lindbergh.

Meu muito obrigada pelo espaço a mim concedido. Agradeço a vocês todos, mais uma vez, fazendo um apelo para que, não só aqui nesta Comissão, mas que nesta Casa a gente consiga a aprovação urgente.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Deputada Rosinha da Adefal. Tenha-nos como parceiros e, mais do que nunca, como Senadores e Senadoras que vão trabalhar pela aprovação dessa proposta que é, acima de tudo, um projeto cidadão.

Não havendo mais Senador e Senadora inscritos, passamos à votação.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE favorável ao projeto, nos termos da Emenda de nº 1-CAE, Substitutivo.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Peço a V. Ex^a que submeta ao Plenário um requerimento, que é de praxe, para a urgência da matéria, a fim de que vá ao plenário imediatamente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Se todos os Senadores e Senadoras estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Nós encaminharemos, em caráter de urgência, esse projeto para que seja votado no plenário.

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 71, DE 2011

– Não Terminativo -

Disciplina o pagamento da ajuda de custo dos membros do Congresso Nacional.

Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann.

Relatoria: Senador Lindbergh Farias.

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

1. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão Diretora.

Com a palavra o Relator, Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, depois dessa homenagem toda, agradeço os Senadores, sou Relator de uma matéria controversa, mas são ossos do ofício. É um tema muito importante.

O Projeto de Decreto Legislativo nº 71, de 2011, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann, propõe a inclusão de dois parágrafos no art. 1º do Decreto Legislativo (DLG) nº 805, de 2010, o qual fixa idêntico subsídio para os membros do Congresso Nacional, o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado e dá outras providências.

Essencialmente, a proposição estatui que a ajuda de custo destinada a compensar as despesas com mudança e transporte é devida aos membros do Congresso Nacional apenas no início e fim do mandato. Hoje é no início e fim da Sessão Legislativa.

O projeto estabelece, ainda, que a ajuda de custo não será devida ao suplente reconvocato dentro do mesmo mandato.

Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, quero primeiro dizer aqui, Sr. Presidente, que recebi esse projeto, fui designado Relator e quero separar um campo. Este Senador que vos fala, em nenhum momento, associa-se a discursos contra o Parlamento, à ideia de que este Parlamento não produz, de que é uma Casa de regalias. Não compartilho com isso. Não sou afeito também a apresentar algumas propostas para ter o aplauso fácil nas ruas. Muito pelo contrário, Sr. Presidente. Tenho sempre muito esse cuidado. E eu quero dizer que foi com esse cuidado e atenção que eu examinei esse projeto da Senadora e hoje Ministra da Casa Civil Gleisi Hoffmann. Fui atrás da história, Sr. Presidente. Meu parecer é favorável por isso.

Estou convencido, porque, quando a gente vai olhar a história – e eu peguei aqui o Decreto Legislativo nº 53, de 1948, foi a referência mais antiga que encontrei sobre essa ajuda de custo: naquele momento, os Parlamentares, de fato, mudavam-se para o Rio de Janeiro. Na ideia de receber, em toda sessão legislativa, aquela ajuda de custo, os Parlamentares mudavam para o Rio de Janeiro com as suas famílias e, ao final da sessão legislativa, retornavam para os seus Estados. Foi essa a base que fez surgir essa lógica da ajuda de custo. Isso foi modificado. Nós vamos e voltamos toda semana para os nossos Estados. A proposta da Senadora Gleisi Hoffmann é de, então, estabelecer essa ajuda para a transferência, quando o Senador ou Deputado eleito, ou o Ministro nomeado chegar ao final do mandato.

O meu relatório é favorável por esse motivo. Vocês sabem que, depois desse decreto de 1948, nós tivemos pós Constituição de 1988, o Decreto Legislativo nº 72, que estabelecia a ajuda de custo, mas tinha incidência de Imposto de Renda. O decreto legislativo de 1995 dispõe também sobre essa ajuda de custo, e aí sem referência expressa à incidência de Imposto de Renda. Depois, havia também uma ajuda de custo na sessão legislativa extraordinária. Mas isso foi abolido pela Emenda Constitucional nº 50, de 2006.

Então, Sr. Presidente, eu não consigo... O argumento para essa ajuda de custo é a transferência do Parlamentar, do Senador, do Deputado, do Presidente da República, Vice-Presidente da República e do Ministro. Eu não tenho, a partir dessa análise histórica que fiz, outro caminho que não seja dar um parecer, apresentar um relatório favorável ao projeto da Senadora e hoje Ministra da Casa Civil Gleisi Hoffmann.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Quero pedir vista. Vou dar os motivos de por que quero pedir vista.

Infelizmente, alguém da imprensa quer sempre alguém como cobaia. E eu não vou aceitar isso.

Para me inteirar mais sobre essa matéria e por essa... Não fui eu que fiz essa lei, não fui eu que aprovei essa lei. Agora, a maneira que a repórter me entrevistou... Ela me perguntava sobre a questão do Imposto de Renda e me perguntava sobre a questão do segmento. E eu falei que ia me inteirar e que, se algum dinheiro tivesse entrado na minha conta, com certeza, era legal.

E estão colocando a todo tempo: ah, o Cassol é a favor de manter isso, o Cassol é favor de manter aquilo. Eu quero deixar bem claro que quem foi contra ou é contra isso, no mínimo, deveria ter devolvido o dinheiro aos cofres públicos, e não devolveu. Então, é muito fácil muitos ficarem falando que é contra ou a favor, isso e aquilo.

Infelizmente, a todo o momento, há algo, e já são duas semanas consecutivas. Então, estou pedindo vista a esse projeto. Quero verificar de onde começou, até o momento que está em pauta para ser votado por nós.

Portanto, peço vista desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, pedido de vista do Senador Ivo Cassol, ao Projeto de Decreto Legislativo nº 71, de 2011.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Só a título de esclarecimento, Excelência.

Tanto essa matéria quanto o Funpresp voltam para apreciação na terça-feira seguinte, correto?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – No caso do Funpresp, foi pedido de vista coletiva e, portanto, ele tem o prazo de uma semana, aliás, de, no máximo, cinco dias. A essa matéria, só apenas pedido vista pelo Senador Cassol, que vai analisar e, em função da análise que fizer, vai apresentar na próxima semana.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Peço vista coletiva, então, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Também peço vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pedido de vista coletivo.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Supply.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, aqui eu faço uma sugestão ao Senador Lindbergh Farias: se abirmos mão desse recurso hoje pago aos Congressistas, que possa o mesmo se tornar uma contribuição ao Fundo Brasil de Cidadania, para financiar a renda básica de cidadania para todos os cidadãos brasileiros.

É a sugestão que faço ao Senador Lindbergh Farias.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, aqui colocada a sugestão ao Senador Lindbergh Farias pelo Senador Eduardo Supply.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, antes de V. Ex^a encerrar essa dinâmica reunião, quero me dirigir especialmente a V. Ex^a para lhe fazer um apelo. V. Ex^a avocou um projeto da maior relevância, da maior importância para a Federação brasileira, projeto este apresentado ainda pelo então Senador Marconi Perillo, nosso querido Governador do Estado de Goiás. E este projeto aperfeiçoa os critérios de funcionamento do Confaz, que, ao meu juízo, deve ser a mesa mediadora para que possamos evoluir para o ambiente de uma competição fiscal lícita entre os Estados brasileiros, considerando a necessária autonomia e prerrogativa dos nossos Estados federados.

Considerando, Sr. Presidente, que esse parecer está avocado já há alguns meses, dirijo-me a V. Ex^a para ponderar se já não está na hora de nós trazermos esse parecer para debate nesta Comissão, tendo em vista o ambiente de que nós estamos nos avizinando na direção de encontrarmos um mecanismo que, embora proporcione limites, possa também proporcionar aos Estados federados condições de trabalhar o seu desenvolvimento regional.

Este, o apelo que faço a V. Ex^a, na condição de Presidente, para que possamos acelerar o debate e, quem sabe, a deliberação desse projeto que tramita nesta Casa há dois anos. Assim, este é o apelo que faço a V. Ex^a para que possamos estudar a possibilidade de trazermos esse projeto para o debate desta Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Sem dúvida, Senador Ricardo Ferraço. Nós conversamos ontem, em reunião inclusive com o Minis-

tro Guido Mantega, e vamos fazer uma avaliação sobre a pertinência de se colocar também essa discussão, que, do meu ponto de vista, é muito importante, especialmente em função do momento que vivemos hoje.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– E até, Presidente, se me permite, em razão do tempo e do prazo que ela tramita nesta Comissão. Em se tratando de um tema como esse, que pode contribuir muito para um ambiente de competição fiscal lícita, não tem sentido, ao meu juízo, esse debate ser prorrogado, pois esta é uma atribuição desta Comissão e esse projeto tramita nesta Casa há quase dois anos.

Então, acho muito importante que, sendo V. Ex^a um homem sensível, preocupado com as questões federativas, possa V. Ex^a acelerar o debate dessa questão que tem tudo a ver, inclusive, para aperfeiçoar e modernizar um projeto que foi implantado em 1975 num outro ambiente político.

Então, apelo a V. Ex^a, pois tenho certeza que com a concordância do Senador Francisco Dornelles, nosso professor e guru, Ministro, para a necessidade de aperfeiçoarmos o funcionamento do Confaz.

É o apelo que faço a V. Ex^a.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Ferraço, sempre muito atento a todos os assuntos aqui da Comissão de Assuntos Econômicos.

Pela ordem, com a palavra o meu caro Senador por Santa Catarina, Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, apenas para endossar o que diz aqui o Senador Ricardo Ferraço. Nesta semana ou na última semana, surgiu uma novidade que vem ao encontro dessa tese do princípio federativo, para fortalecer quem é quem na história. O Presidente da Casa, Senador José Sarney, anunciou a composição de uma comissão de notáveis para, no prazo, em princípio, de 60 dias, Sr. Presidente, trazer uma proposta que venha a definir novas regras de um pacto federativo.

Essa comissão de notáveis virá ao encontro do equilíbrio dos Estados Federados, de suas participações, em função até da Emenda nº 72, cuja resolução está tramitando no Senado. Acho que tudo vem ao encontro, vem para buscar uma convergência, para se reestruturar e pensar em uma grande agenda positiva para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado.

É importante essa reflexão sobre essa comissão de notáveis. De qualquer maneira, só quero fazer um registro aqui. O Senado tem suas comissões perma-

nentes, que são onde precisamos fazer, onde devemos fazer esse debate do pacto federativo. No meu ponto de vista, e isso já externei ao Presidente Sarney, Senador Casildo Maldaner, comissões especiais não contribuem para o trabalho legislativo, ainda mais uma Comissão Especial de Notáveis. Eu queria saber qual o resultado dessa Comissão Especial de Notáveis quando, na verdade, o melhor foro para se discutir isso é aqui nas comissões. Um Congresso que vota só medida provisória quando nós temos condições de discutir política, especialmente a Federação, são as comissões permanentes. Então, tira-se isso das comissões fins para se criar uma comissão especial.

O que eu estou dizendo aqui já disse ao Presidente Sarney. Sempre fui muito claro com relação a isso, o próprio Líder Walter Pinheiro também insistiu muito com relação a essa questão. Acho que nós estamos tirando o foco das comissões permanentes no momento em que o Congresso só vota medida provisória. Onde nós fazemos o grande debate de projetos políticos são nas comissões do Senado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Observe V. Ex^a a contradição. No mesmo momento em que o Senado constitui uma comissão de notáveis, ao meu juízo, esvaziando o papel das comissões permanentes, porque quem deveria liderar, quem deveria debater são os Senadores, que estão aqui para isso. Enquanto o próprio Senado constitui uma comissão de notáveis, o próprio Senado continua votando e deliberando temas da maior relevância para a vida federativa. São dois pesos e duas medidas. O Senado precisa encontrar um tema de coerência e convergência na tramitação desses temas que são da maior relevância. Ao mesmo tempo em que se institui, Professor e Ministro Dornelles, uma comissão como essa, o Senado está debatendo temas como o Fundo de Participação dos Estados, distribuição de *royalties*; o Senado está querendo debater incentivos fiscais por projeto de resolução sem a contemplação de lei complementar, que exige manifestação de Câmara e Senado.

Portanto, lembrando o meu avô, a situação “está de vaca não conhecer bezerro no curral da fazenda”. Porque nós precisamos encontrar uma forma organizada, coordenada e coerente de fazermos um debate como esse, porque estamos impactando a vida federada e, de modo fatiado, impactando as receitas dos Estados Federados, mas não estamos debatendo esses temas de maneira integrada.

De modo que eu me associo a V. Ex^a por essa manifestação absolutamente coerente, até porque V. Ex^a tem a responsabilidade de dirigir uma das mais importantes Comissões do Senado, que é a Comissão de Assuntos Econômicos, e não pode naturalmente dei-

xe de manifestar a sua discordância por ver a nossa Comissão sendo esvaziada como está.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Ferraço.

Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Nobre Presidente e nobre Senador Ricardo Ferraço, eu tenho examinado pelo ângulo de que a Comissão de Assuntos Econômicos não tem que liderar essas teses. Pelo contrário, se essa comissão é de notáveis ou não é para trazer subsídios. Eu encarei com esse objetivo. Eu tentei expor, talvez não tenha clareado, mas eu quero é neste sentido: que venham como subsídios a esta Comissão, que tem, em última instância, o papel de tratar essas questões nacionais do princípio federativo, de um novo pacto neste País... Se contribuições aqui chegarem, e com esses prazos pré-estabelecidos em 60 dias, por que não as recebê-las? Por que negá-las? Isso seria no sentido de nos ajudar, como algo a mais. É com esse espírito que encaro. Só quero deixar claro isso, sem abrir mão das prerrogativas constitucionais que por dever nós temos de encarar, ainda mais o Senado, que tem a nobre função de representar os Estados Federados neste Congresso Nacional.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Não tenho discordância da manifestação do eminente Senador Casildo. Apenas acho, então, que deveríamos sustar todo debate, deliberação e votação desses temas enquanto essa comissão pudesse concluir seus estudos. Essa é a questão central. Senão, nós podemos transformar as contribuições e sugestões dessa comissão de notáveis numa manifestação absolutamente inócua. Quando ela decidir sobre assuntos que já deliberamos, se há uma coisa que nem Senador tem condição de fazer é voltar no tempo, porque já teremos deliberado sobre *royalties*, já teremos deliberado sobre ICM de importação, já teremos deliberado sobre incentivos fiscais. Aí, qual o sentido dessa comissão, uma comissão de faz de conta?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Dornelles; depois, Senador Sérgio Souza.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Primeiro, eu queria dizer o seguinte: é impossível esvaziar uma comissão presidida pelo Senador Delcídio do Amaral. Ele representa o que existe de mais nobre, mais profundo no Senado Federal. De modo que uma comissão presidida por S. Ex^a nunca será esvaziada.

Segundo, concordo com o ângulo levantado pelo Senador Casildo e entendo que foi apoiado por V. Ex^a. Acho que, tendo sido criada uma comissão de notáveis, por uma questão de consideração, nós devemos, primeiramente, esperar que os notáveis apresentem as sugestões e depois, então, o assunto, aí sim, será o grande debate aqui.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Depois dos notáveis.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Mas não podemos, simplesmente, ignorar a comissão dos notáveis. De modo que nós precisamos da opinião dos notáveis sobre incentivo fiscal, sobre *royalties*, sobre problemas federativos e, posteriormente, quando apresentarem a proposta dos notáveis, nós aí faremos um grande debate aqui na Comissão para o poder decisório. Mas vamos aguardar. Acho que não podemos tomar nenhuma decisão sobre esses assuntos que estão sendo abordados antes que os notáveis encerrem o trabalho e apresentem o seu relatório, a sua proposta.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Dornelles.

Vou levar essas preocupações à Liderança do Governo, porque, realmente, para ter coerência, nós precisamos, primeiramente, receber a contribuição dos notáveis e, depois disso, os Senadores se debruçarem sobre essas sugestões, que têm de ser amplas, não só sobre FPE, FPM, pacto federativo, *royalties* do pré-sal; quer dizer, temas importantíssimos, Senador Ferraço, para que, depois, as comissões permanentes se posicionem. Mas é fundamental essa sugestão do Senador Dornelles e de V. Ex^a também. Levarei à Liderança do Governo isto: esperar o trabalho dos notáveis para que os mortais Senadores façam uma análise das suas propostas.

Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente Senador Delcídio, Sr^{as} e Srs. Senadores aqui presentes, primeiro, acho que o Senado tem tal estrutura de consultoria e Senadores da experiência do Ministro Dornelles que não precisaríamos de notáveis para nos orientar, mas acho que sempre é bem-vindo. Minha preocupação é com o atraso. Em dois meses talvez tenham um trabalho? Acho que em dois meses não se consegue trazer um trabalho que venha a orientar, a pautar todos os projetos que estão acontecendo aqui no Senado no que diz respeito ao pacto federativo. E nos foi imposta, há mais de dois anos, pelo Supremo Tribunal Federal, uma data terminativa para votarmos o FPE, que é agora, final de 2012. Ainda não começamos. Há cinco projetos, parece-me, que estão parados na Comissão de Desenvolvimento Regional,

e é a primeira comissão; depois passarão por outras comissões, pela CCJ e aqui, na CAE, que será a Comissão – acredito eu – terminativa para esses projetos.

Este é um ano de eleição. Dois meses; já se foi março; vem abril, maio; junho é mês de convenções; aí as eleições. Nós vamos começar a apreciar esses projetos quando? Em novembro, dezembro? Eu tenho as minhas ressalvas com relação a isso e quero manifestar a minha intenção de que deveríamos tratar desses temas todos conjuntamente, porque não dá para você tratar de *royalties* e de FPE separadamente, porque, no momento em que você está tratando de redistribuição de *royalties*, marca o relatório de *royalties* e usando como base o índice de FPE, como você vai tratar, primeiro, de *royalties*, Senadores e Senadoras, e, depois, vai tratar do FPE? Se você não tem um índice definido, justo para cada Estado, como você vai tratar, primeiro, das consequências para depois tratar das causas? Eram essas as minhas colocações.

Quero dizer que este é o ano do pacto federativo, e esta Comissão, Senador Delcídio, tem o papel de conduzir os trabalhos nesse sentido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Sérgio Souza, só para esclarecer, o Senador Dornelles está dizendo que, se não for possível os notáveis concluírem os seus trabalhos por 60 dias, pode haver uma proposta de prorrogação de prazo, não é, Senador Ferraço? Para os notáveis concluírem as suas...

Eu só queria fazer um registro: as audiências públicas... Hoje mesmo, às 14h, nós temos audiência pública – aí convido a todos – sobre o Projeto de Resolução nº 72, com a presença de – são vários requerimentos, entre eles, o do Senador Ricardo Ferraço – vários Governadores: Governador Perillo, Governador Colombo, Governador Casagrande, Governador Cid Gomes, Governador Jatene; também com a presença de Nelson Barbosa, Paulo Skaf, Hamilton Dias de Souza, Artur Henrique da Silva Santos, Clóvis Panzarini.

Amanhã também, às 14h, mais uma audiência pública, por iniciativa do Senador Ferraço e outros Senadores também, com o Ministro Carlos Velloso; Aguinaldo Diniz Filho, Presidente da Abit; Paulo Pereira da Silva, Presidente da Força Sindical; Luiz Aubert Neto, Presidente Abimaq; Jorge Gerdau Johannpeter, Conselheiro do Instituto Aço Brasil; Luis Paulo Rosenberg, economista; Luis Roberto Barroso, jurista; Roque Carraza, jurista.

Eu acho que sugestões aparecem nas audiências públicas. Por isso, as audiências públicas existem e estão no Regimento das comissões. Portanto, essas ponderações feitas aqui pelo Senador Ferraço, pelo

Senador Dornelles, pelo Senador Sérgio Souza e pelo Senador Casildo vou levar à Liderança do Governo até para esperar essas contribuições dos notáveis. Senão, corremos o risco de votar determinadas coisas que vão bater de frente, vão chocar com as conclusões dos notáveis.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Imagina se a deliberação do Senado for contraditória à manifestação...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Dos notáveis.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) –... de uma própria comissão que o próprio Senado constituiu. Ou seja, nós precisamos colocar um pouco de ordenamento neste debate. O que me parece, Sr. Presidente, é que, enquanto esta Comissão não se manifestar, todos os assuntos que versam sobre a temática deveriam ficar suspensos para que esta Comissão pudesse concluir os seus trabalhos. É esse o apelo que faço em nome do bom senso, em nome da preservação de nossas prerrogativas, em nome da coerência no exercício dos nossos mandatos. Eu acho que isso preserva, institucionalmente, o Senado e não o expõe a uma condição de fragilidade em relação àquilo que quer.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Ferraço. Acho que a sugestão é importante. Vamos avaliar este assunto, porque a nossa preocupação é a preservação das ações e decisões do Senado Federal.

Quero apenas registrar – já falei das audiências públicas de hoje e de amanhã, da Comissão de Constituição e Justiça e da CAE, com relação ao PRS nº 72 – que também convido os Senadores e Senadoras para uma reunião conjunta – a Comissão de Assuntos Econômicos, com as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, do Senado Federal; Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; de Finanças e Tributação; de Fiscalização Financeira e Controle; e a Comissão Mista de Planos, Orçamentos e Fiscalização –, no dia 22 de março, quinta-feira, às 10h, para uma audiência pública com o Ministro Alexandre Tombini, em cumprimento ao disposto no art. 9º, § 5º, da Lei Complementar nº 101/00, Lei de Responsabilidade Fiscal, determinando que, no prazo de 90 dias, após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, a avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços do primeiro semestre de 2011.

Portanto, nada mais tendo a tratar, dou por encerrada a presente reunião.

Hoje teremos audiência pública da CCJ e CAE, às 14 horas, sobre o projeto de resolução do Senado Federal. E amanhã, da mesma maneira, teremos mais uma audiência pública às 14 horas sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 72. E na quinta-feira, às 10 horas, uma audiência pública com a presença de outras Comissões também, portanto, é uma audiência pública conjunta com a presença do Ministro Tombini, Presidente do Banco Central.

Agradeço a todos pela atenção, paciência e carinho.

A reunião está encerrada.

(Iniciada às 10 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 12 minutos.)

ATA DA DÉCIMA REUNIÃO CONJUNTA, OITAVA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E NONA REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA, EM CONJUNTO, NO DIA 21 DE MARÇO DE 2012, ÀS 14 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e trinta e três minutos do dia vinte e um de março do ano de dois mil e doze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, e do Senador Eunício Oliveira, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, reúnem-se as referidas comissões, com a presença dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ana Rita, Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Blairo Maggi, Casildo Maldaner, Cyro Miranda, Demóstenes Torres, Eduardo Suplicy, Flexa Ribeiro, Francisco Dornelles, Inácio Arruda, Ivo Cassol, José Pimentel, Kátia Abreu, Marta Suplicy, Paulo Bauer, Pedro Taques, Romero Jucá, Sérgio Souza e Vanessa Grazziotin, e, ainda, do Senador Walter Pinheiro. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Lídice da Mata, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Luiz Henrique, tendo falta justificada em virtude de estar licenciado para tratamento de saúde, Lobão Filho, José Agripino, João Vicente Claudino, Antonio Russo, João Ribeiro, Jorge Viana, Eduardo Lopes, Pedro Simon, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Alvaro Dias, Gim Argello, Magno Malta e Randolfe Rodrigues. A Presidência declara abertos os trabalhos e informa que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública, com a presença, como expositores, do Excelentíssimo Senhor

Luiz Carlos Hauly, Secretário de Fazenda do Estado do Pará, do Excelentíssimo Senhor Paulo Pereira da Silva, presidente da Força Sindical, do Senhor Aguiinaldo Diniz Filho, presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção – Abit, do Senhor Luiz Aubert Neto, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos – Abimaq, do Senhor Jorge Gerdaui Johannpeter, conselheiro do Instituto Aço Brasil, do Senhor Michal Gartenkaurt, professor, representando o Senhor Luis Paulo Rosenberg, economista e consultor da Rosenberg & Associados, do Senhor Roque Carraza, jurista, do Senhor Heleino Taveira Torres, professor da Universidade de São Paulo – USP, e do do Senhor Tiago Cedraz, advogado, com a finalidade de instruir o Projeto de Resolução do Senado Federal (PRS) nº 72 de 2010, que “estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior”, em atendimento aos Requerimentos nº 4 de 2012-CAE, de iniciativa do Senador Romero Jucá, nº 99 de 2011-CCJ, de iniciativa do Senador Ricardo Ferraço, nº 100 de 2011-CCJ, de iniciativa do Senador Acir Gurgacz e outros, nº 101 de 2011, de iniciativa do Senador Armando Monteiro, nº 5 de 2012-CCJ, de iniciativa do Senador Ricardo Ferraço, nº 7 de 2012-CCJ, de iniciativa do Senador Armando Monteiro, e nº 9 de 2012-CCJ, de iniciativa do Senador Armando Monteiro. Após as exposições dos convidados, usam da palavra as Senadoras Marta Suplicy e Kátia Abreu e os Senadores Ricardo Ferraço, Armando Monteiro, Romero Jucá, Blairo Maggi, Paulo Bauer, Casildo Maldaner, Eduardo Suplicy e Antonio Carlos Valadares. Antes de encerrar os trabalhos, o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Delcídio do Amaral, submete às Comissões a dispensa da leitura das Atas da 7ª e 8ª Reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos e da 7ª e 9ª Reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que são dadas como aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezessete horas e cinquenta e quatro minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, Secretária da Comissão de Assuntos Econômicos, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos. – Senador **Eunício Oliveira**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão

de Assuntos Econômicos (CAE), em conjunto com a 9ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A pauta se destina à realização de audiência pública.

Meu caro Senador e Presidente Eunício, a finalidade é a de instruir o Projeto de Resolução do Senado Federal (PRS) nº 72, de 2010, que “estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior”.

São estes os requerimentos que pautaram a realização desta audiência:

- RQE nº 04/2012, do Senador Romero Jucá;
- RQE nº 09/2012, do Senador Armando Monteiro;
- RQJ nº 099/2011, do Senador Ricardo Ferraço;
- RQJ nº 100/2011, do Senador Acir Gurgacz e de outros;
- RQJ nº 101/2011, do Senador Armando Monteiro;
- RQJ nº 05/2012, do Senador Ricardo Ferraço;
- RQJ nº 07/2012, do Senador Armando Monteiro;
- RQJ nº 07/2012, do Senador Armando Monteiro.

A Reunião é destinada a instruir a seguinte matéria: PRS nº 72/2010, do Senador Romero Jucá e de outros.

Convido a ocupar assento à mesa o nosso Deputado...

Onde está o Senador Eunício? (*Pausa.*)

Senador Eunício, sem V. Exª não podemos começar os trabalhos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)
– Consertou bem, consertou muito bem!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O Senador Eunício Oliveira, nesta reunião conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, coordena os trabalhos no que se refere ao PRS nº 72.

Vou chamar os convidados: o Deputado Luiz Carlos Hauly, Secretário de Fazenda do Estado do Paraná; o meu caro Deputado Paulo Pereira da Silva, Presidente da Força Sindical; o Dr. Aguinaldo Diniz Filho, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit); o Sr. Luiz Aubert Neto, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq); o Dr. Jorge Gerdau Johannpeter, Conselheiro do Instituto Aço Brasil; o Dr. Luís Paulo Rosenberg, aqui representado pelo Dr. Michal Gartenkraut; o Sr. Roque Carraza, jurista; o Sr. Heleno Taveira Torres, Professor da Universidade de São Paulo (USP); e o Sr. Tiago Cedraz, advogado.

Os convidados já se encontram no plenário da Comissão, já fazem parte da Mesa de trabalhos, da Mesa que vai dirigir os trabalhos desta reunião conjunta.

De acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência – ontem, o Senador Eunício já falou também sobre as regras a serem seguidas – adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições por dez minutos; em seguida, abriremos a fase de interpegação pelas Senadoras e pelos Senadores inscritos; a palavra será concedida aos Senadores e Senadoras pela ordem de inscrição – aqui, há uma lista de inscrição –; os interpeagantes disporão de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpeagado.

Vou começar pelo Secretário de Fazenda do Estado do Paraná, o Deputado Luiz Carlos Hauly. Eu o cumprimento. Quero registrar a alegria de tê-lo neste debate. V. Exª é um homem muito experiente. É Secretário de Fazenda de um Estado pujante, que é o Paraná.

Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Hauly.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY – Muito obrigado, Presidente Delcídio do Amaral e Presidente Eunício de Oliveira.

Srªs e Srs. Senadores, Srªs e Srs. Deputados, convidados, empresários, trabalhadores do nosso querido País, que tem sido tão prejudicado por essa situação que beneficia os produtos estrangeiros em detrimento dos produtos brasileiros.

Quero expressar aqui que, ao longo de 40 anos de vida pública, 25 anos dedicados ao ICMS, 20 na Câmara dos Deputados, cinco na Secretaria da Fazenda do Paraná, a guerra fiscal é um instrumento contra o trabalhador, contra a empresa brasileira e contra o cidadão brasileiro. Priva os trabalhadores do emprego justo e do bom salário, priva as empresas brasileiras de competir com as empresas estrangeiras, priva também os Estados de terem mais receitas e também os Municípios que são sócios do ICMS.

Desde 1965, o ICMS brasileiro vem sendo deformado e chegamos a este momento crucial onde vemos um processo de desindustrialização e uma avalanche de importação no nosso País.

Eu asseguro a v. Exªs que os mecanismos adotados hoje na guerra fiscal beneficiam temporariamente uma empresa quando passa esse período como ave de arribação, busca-se outro Estado para fazer investimento com novos benefícios.

Eu conheço, já li, já estudei muitos casos em que os incentivos que são feitos aleatoriamente, à revelia da Constituição, à revelia da legislação do ICMS, eles produzem uma distorção e estão hoje todos percebendo claramente, mais nitidamente do que em outros momentos, a grave situação dos incentivos fiscais no Brasil.

Evidentemente, quando se vai dar um incentivo, ele teria que ser orçamentário. Mas qual governador conseguiria dar um incentivo no orçamento? Utiliza-se, então, o instrumento fiscal, não o dinheiro do ICMS do seu Estado, mas do outro Estado. No mundo inteiro, os países que adotaram o IVA (imposto de valor agregado), tipo ICMS, começando pela França, onde foi criado o IVA, toda a Europa utiliza o IVA, o Canadá utiliza o IVA, ele é de destino, ele não é de origem, é cobrado no Estado consumidor. E a questão federativa, o pacto fiscal é feito com os outros tributos da União, não com o imposto estadual, tanto que no Canadá, que o melhor exemplos que temos aqui próximo, tem duas alíquotas, uma federal e uma estadual. E é cobrado pela União, com exceção de Quebec, que é uma província muito altiva e que faz a cobrança e manda a parte federal para o governo federal.

Lá eles têm os incentivos, mas são incentivos financeiros, são financiamentos que são dados às empresas de longo prazo, com juros baixos. Essa política de integração da concessão do crédito – não de dar um crédito do ICMS ou do tributo, que é destrutivo, destrói a economia. Uma empresa que tem um incentivo aqui compete com outra que não tem incentivo. Evidentemente, se a empresa tem um incentivo fiscal vai derrubar o preço da outra empresa ou a outra empresa vai quebrar, vai falir.

O Brasil se submete a isso há várias décadas, e piorando. Cada vez pior.

O Supremo Tribunal Federal já decidiu a matéria no ano passado, julgando 14 ADINs, de um total de quase 45 que estão no STF. E o Supremo foi claro: não pode haver guerra fiscal. Então, ela é inconstitucional, ela é ilegal. Mas não deu efeito de repercussão geral, de efeito vinculatório ainda. Eu tomei a liberdade, no final do ano passado, na última reunião do Confaz, do ano que foi em São Paulo, saí frustrado porque o Confaz, Secretário de Fazenda, não tem autonomia para decidir o fim da , fiscal. E eu alertei, ainda há duas semanas, que o Confaz, que deveria ter colocado fim à guerra fiscal, vai ser atropelado pelo Supremo e pelo Congresso Nacional.

O Senado da República tem prerrogativa constitucional para fazer a mudança que está sendo proposta aqui. Existe um parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional em que se confirma essa posição legal, constitucional, de se fazer essa reforma do ICMS na interestadual e na importação do exterior. É um brilhante parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, pelo Procurador-Geral Adjunto Fabrício Da Soller e pela Procuradora-Geral da Fazenda Nacional, Adriana Queiroz de Carvalho. Portanto, a questão fe-

derativa, nós temos que resolver em outra instância, não na instância da discussão do ICMS.

O ICMS tem um sócio majoritário, um sócio importante, que é o Município que tem 25%. O ICMS é uma receita que entra no caixa, 25% vão para a educação e 12%, para a saúde. Ele tem efeito de vinculação também da ciência e tecnologia em outras áreas. Vinte por cento do ICMS vão para o Fundeb, que é a grande política de transformação educacional deste País. E na medida em que faz incentivo com dinheiro do ICMS, nós estamos renunciando dinheiro na educação, na saúde, além do prejuízo da concorrência.

O Brasil, para ser um país de concorrência plena, precisa organizar o seu sistema tributário, começando pelo ICMS.

Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, a missão é da mais alta importância. Sem dúvida, o pacto federativo e o pacto fiscal federativo são importantíssimos, mas, na segunda etapa, neste momento presente, pela pressão exercida hoje pelos produtos que estão chegando ao Brasil, criando uma competição desleal, desonesta, com o subfaturamento na importação, trazendo produtos de países onde não há legislação tributária, previdenciária e trabalhista como nós temos, está destruindo a nossa economia, destruindo o nosso País, destruindo milhões de empregos. O mercado interno brasileiro poderia ser totalmente aquecido com o fortalecimento de uma política fiscal mais adequada às nossas empresas brasileiras. Eu não tenho dúvida, estou falando com conhecimento de causa de quem tem debatido por centenas e centenas de vezes esta matéria.

O uso do crédito outorgado ou presumido do ICMS se constituiu num instrumento pernóstico, e podemos dizer até certo ponto criminoso, porque ele cria um crédito ficto na importação. Você traz um produto de R\$1 mil, renuncia o seu tributo, cobrando 3%, 4%, e dando 12% de crédito. E alguns Estados dão 18% de crédito, destruindo totalmente o IVA.

O sistema do ICMS, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, senhoras e senhores, tinha que ter uma alíquota de tal maneira que fosse debitando e creditando e não causasse impacto nenhum na concorrência, na formação de preço relativo da economia.

Então, com muita convicção, faço um apelo, como fiz ao Presidente do Supremo, pela publicação da repercussão geral do efeito vinculatório. Quando eu me dirigi, eu me atrevi, ousei a chegar ao Presidente do Supremo. Faço o mesmo às Sr^{as} e aos Srs. Senadores da República, que têm a responsabilidade de conduzir a política dos Estados. Esta é a Casa dos Estados, não é a Câmara dos Deputados, para que possamos fazer essa mudança importante da Resolução 72, que é um

passo apenas. Não se trata de resolver todos os problemas; é um passo decisivo, certo, eficiente, para iniciarmos o processo de finalização da guerra fiscal. Que Deus abençoe vocês, Sr^{as} e Srs. Senadores e os assessores, na condução desse processo! E eu não tenho dúvida de que nenhum Estado vai perder um centavo ao acabar com a guerra fiscal da importação. E asseguro, pelas contas, pelos cálculos que faço junto com a minha assessoria, que é do mais alto nível deste País, porque a minha economista-chefe é a economista que faz os cálculos do Cotepe e Confaz, que todos terão ganhos, menores ou maiores, pelo fim da guerra fiscal, que vai beneficiar os Estados, vai beneficiar as empresas, vai beneficiar os trabalhadores, vai beneficiar o Brasil, neste mundo globalizado tão competitivo e tão pesado...

(Interrupção do som.)

O SR. LUIZ CARLOS HAULY – ...uma expectativa muito grande de todos nós, brasileiros.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Secretário de Fazenda Luiz Carlos Hauly.

Com a palavra o nosso Deputado Paulo Pereira da Silva, Presidente da Força Sindical.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu pediria somente que não se manifestassem, por favor, dessa maneira. Estamos aqui tendo tolerância, paciência com todos.

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT – SP) – São os nossos chinezinhos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Dez minutos, Deputado Paulo Pereira.

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT – SP) – Delcídio do Amaral, Eunício Oliveira, Senadores, Senadoras, companheiros empresários – porque, agora, já somos companheiros –, quero também cumprimentar os dirigentes sindicais que aqui estão em nome do Bira, Presidente da CGTB.

Embora estejam aqui vários setores da nossa economia, que vão poder expor a situação de cada um desses setores, eu queria falar um pouco de cada um deles. Quando a gente vê o Brasil de cima, parece que a coisa está tudo bem. O Brasil está crescendo, tem superávit na balança comercial, cresceu 2,9%, tem empregos, principalmente na área de serviços e de comércio, a popularidade da Presidente Dilma está bem. Então, parece que, no Brasil, está tudo bem. O grande problema é quando a gente desce para o setor industrial, o setor mais importante da economia brasileira. Eu queria dar aqui uma noção para os Senadores de

alguns levantamentos que a Força Sindical tem feito e que, provavelmente, os próprios setores empresariais – alguns – vão apresentar.

Eu queria mostrar a rapidez desta coisa da desindustrialização. Há uns seis meses, levei à Presidente Dilma uns tubos de cosméticos, que as mulheres usam mais que nós. Esses tubos de cosméticos eram fabricados em São Paulo por seis empresas, que tinham cerca de seis mil trabalhadores. O custo de produção de cada mil tubinhos daqueles era de R\$36,00. A China estava colocando dentro de São Paulo a R\$3,80 o milheiro. Para o nosso, tinha toda a fiscalização, Anvisa, o diabo; para o dos chineses, não, podia entrar de qualquer jeito, não tinha pintura por dentro, não tinha nada.

A Presidenta Dilma determinou ao Ministro Pimentel que fizesse uma reunião conosco e com o setor rapidamente. O Ministro tomou lá uma licença não automática, que podemos fazer apenas por dois meses... Aliás, nós aqui cumprimos tudo quanto é regra da OMC; eles lá não cumprem nada conosco. O resumo dessa história é que, na semana retrasada, as seis fábricas fecharam e seis mil trabalhadores estão desempregados, inclusive não tendo recebido nem os direitos. Estou dando esse exemplo para mostrar a vocês a rapidez dessa coisa da desindustrialização.

O setor de autopeças, que, em 2003, tinha um superávit de 460 milhões, no ano de 2011, teve um déficit de 4,640 bilhões, ou seja, em nove anos, tivemos uma perda razoável no setor de autopeças.

No setor de vestuário – com certeza, o Aguinaldo vai falar melhor que eu –, para resumir, esse setor tinha, em 2004, um superávit de US\$400 milhões; em 2011, US\$4,8 bilhões de déficit; previsão, segundo o setor, de US\$6,2 bilhões para 2012.

No setor de máquinas, tivemos, em 2010 – em 2010, pertinho –, um déficit de 15 bilhões; em 2011, 18; a previsão deste ano é de passar de 20.

No setor químico, em 2002, tínhamos um déficit – porque o setor químico tem muito problema de importação – de US\$6,3 bilhões; em 2010, US\$20,7 bilhões; em 2011, a previsão é de US\$29,7 bilhões de importação. No setor eletro-eletrônico, nós tínhamos, em 2000, um déficit de US\$7,4 bilhões, porque esse é um setor que tem muitos produtos importados. Em 2001, houve um déficit de US\$31,590 bilhões. A previsão para 2012 é de 37,8.

Ou seja, os companheiros industriais aqui presentes vão poder falar um pouco mais dos setores. Mas o resumo é que tivemos um déficit na balança comercial de US\$93 bilhões no setor de manufaturados. Isso significa, segundo o Barack Obama, que com cada bilhão de dólares você cria cinco mil empregos novos. No setor de vestuário, com certeza, criaria muito mais.

Vocês criaram lá o “importômetro”, que mostra que com um bilhão de dólares emprega-se muito mais aqui no Brasil. Se nós perdemos, no ano 2011, Senador Jucá, US\$93 bilhões de importados, o déficit da balança, nós perdemos no Brasil quase 500 mil empregos bons. Nós não estamos falando de emprego na área de serviços, na área de comércio, que são empregos com menor remuneração; estamos falando de emprego na indústria. A indústria perdeu no ano passado a possibilidade de criar 500 mil novos empregos.

A gente poderia dizer o seguinte. Não dá para dizer que tudo isso é por causa dos portos, mas os portos, segundo o Dieese que fez um levantamento para a Força Sindical e nos entregou esse estudo hoje, representam 22% desse problema, ou seja, são responsáveis por um quarto do problema. Dos outros problemas vou falar em seguida. A questão portuária representa, então, um quarto do problema que estamos enfrentando.

Ontem aqui houve governador que quase chorou porque se falou tanto dessa história da importação, só que ele só pensa no Estado dele; não pensa no que está acontecendo fora. Hoje nós iniciamos uma série de manifestações. O ABC, por exemplo, parou a Anchieta; amanhã vai parar a Paulista. Vou falar das manifestações em seguida.

Já tem desemprego na indústria. Em São Bernardo, Marta, os metalúrgicos nos deram dados hoje, segundo os quais, 9 mil pessoas foram demitidas em dois meses. Manaus – está aqui a Vanessa, que sabe disso – nós cansamos de dizer que era a ilha de importação. Manaus está quebrando por causa da importação. É um negócio doido: 5 mil pessoas foram mandadas embora nos últimos dois meses em Manaus. Nós vamos fazer manifestação lá, vamos parar o parque industrial contra isso.

Essa guerra dos portos...Eu vi ontem Governador falando...O programa de Santa Catarina é bonito, chama-se Pró-Emprego, só faltou pôr na frente “na China”, porque lá há 2 mil trabalhadores trabalhando nesses empregos que foram criados, normalmente, para carregar caminhão, carregar ferro nas costas e descarregar navio. É esse o modelo de desenvolvimento que nossos governadores defendem? É isso que eles estão pensando para o Brasil? Não é nem apertar parafuso. Se fosse apertar parafuso ainda estava bom; é carregar aço nas costas. É esse o modelo que estamos defendendo e chorando aqui na frente dos Senadores – uma coisa até meio vergonhosa.

Eu acho que o Governo Federal, até por que deixou isso ir longe, Senador, tem que resolver isso. Não pode deixar o Estado quebrar agora. Nós queremos ajudar nessa negociação, mas não podemos imaginar

que importar é o que importa e que se lasque o resto. Vamos importar e, se as empresas quebrarem – um parque industrial que demorou 200 anos para se fazer –, está tudo bem.

Acho que é isso que precisamos discutir. Eu, por exemplo, não posso concordar... Em Anápolis, a Hyundai é a base da Força Sindical. A Hyundai não tem uma peça nacional, nenhuma. É uma coisa vergonhosa. A gente abre os jornais do dia e vê três, quatro páginas de anúncios da Hyundai, e ela não tem uma peça brasileira. O carro mais importante da Hyundai, chamado Azera, entra no Brasil por US\$9,860.00 dólares. Já entra pré-montado, terminam de montar lá e vendem para os bestas dos brasileiros por R\$100 a R\$120 mil. Tudo ali está dentro. Tem R\$18 mil de propaganda para cada carro. Por isso existe tanta propaganda por aí.

Aí, o que está acontecendo? Vai-se conversar com as montadoras antigas e elas nos dizem: “A onda é essa? Vamos embora.”

O Brasil importou, no ano passado, 960 mil carros. No ano passado, o Brasil importou 380 mil motos. Por isso está havendo problema em Manaus: porque as motos estão entrando inteirinhas.

Enfim, o meu tempo aqui é curto, mas eu queria dizer que há outros problemas que precisamos enfrentar. Precisamos enfrentar a questão dos juros, do câmbio. Não podemos permitir que o Brasil tenha 20 fiscais. Nós temos 20 fiscais para fiscalizar os portos brasileiros. Vinte! Não dá para fiscalizar nem um *container*.

No ano passado, aprovamos aqui 120 fiscais – o que já é uma vergonha –, mas até hoje eles não foram contratados. Agora, a Presidente disse que vai contratar.

Nós precisaríamos ter um Ministério da Indústria e Comércio mais preocupado com a indústria nacional. Tudo que pedimos, eles não podem fazer, porque há problema com a OMC, problema com aquilo...

(Interrupção do som.)

Para encerrar, eu disse ao Ministro Pimentel que quem quiser exportar abacaxi para os Estados Unidos pode exportar à vontade, desde que esse abacaxi tenha a mesma acidez do abacaxi produzido no Havaí. Ou seja, é fácil exportar, mas, se não for desse jeito, não entra. Um empresário fez isto: pegou um navio, levou para a China e, chegando lá, teve de voltar.

Então, precisaríamos ter um Ministério mais preocupado com isso.

Também lembro aos Senadores que não podemos permitir essa história das compras do Governo. Vocês sabem – é notícia todos os dias – que o uniforme do Exército brasileiro vem da China? Os instrumentos da Banda Nacional são chineses? Quando a

banda vier tocar aqui no Senador, olhem a marca nos trombones. Ela é chinesa e é bem pequeninha, para que não se enxergue.

Hoje, aprovamos o ensino de música nas escolas e os instrumentos que estão sendo comprados são chineses, porque são mais baratos.

Eu não vou continuar enumerando aqui, mas há muita coisa vindo da China e isso está servindo de exemplo para o Brasil inteiro. E o Governo está comprando! Então, precisaria haver alguma medida que impedisse o Governo de continuar comprando coisas da China.

Nós estamos realizando, trabalhadores e empresários, uma série de manifestações a partir desta semana. Como eu disse, o ABC parou hoje. Amanhã, haverá manifestações de bancários e metalúrgicos de São Paulo na Paulista. Vocês estão convidados para uma grande manifestação que acontecerá na segunda-feira, em Porto Alegre; na quarta-feira, em Santa Catarina; no dia 4 de abril, em São Paulo; no dia 13, em Manaus e estamos programando outras, para enfrentar essa guerra dos portos e para enfrentar a desindustrialização.

Peço a Srs. Senadores que possamos também discutir uma alternativa para não quebrar os Estados importadores e para que lembrem que precisamos votar, com urgência, a Resolução nº 72, para tentarmos resolver 22% do problema da importação.

Era isso.

Muito obrigado pelo tempo. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Delcídio d Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Paulinho.

Agora, passo a palavra ao Sr. Aguinaldo Diniz Filho, Presidente da Abit.

V. S^a dispõe de 10 minutos.

O SR. AGUINALDO DINIZ FILHO – Sr. Presidente Delcídio do Amaral, Senador Eunício Oliveira, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, componentes da Mesa, Sr^{as} e Srs. Senadores aqui presentes, nossos prezados companheiros de luta, os trabalhadores aqui presentes, recebam o nosso abraço.

Vou falar rapidamente, senhoras e senhores, sobre o setor têxtil.

Neste momento, estou representando um grupo de trabalhadores de cerca de oito milhões de pessoas. Somos a segunda maior cadeia produtiva do País, entre empregos diretos e indiretos. Eu, como Presidente da entidade, vou informar rapidamente alguns números, para que os Srs. Senadores, que talvez não os conheçam, tenham uma noção, uma percepção do tamanho e para onde o nosso setor está indo, como está sendo dilapidado um setor que é histórico no País.

Próximo.

Rapidamente, somos um setor com 80 bilhões de ativos, 30 mil empresas em atividade, oito milhões de empregos diretos e indiretos. Temos um faturamento de R\$100 bilhões por ano, absolutamente representativo, representamos 3,5% do PIB.

Eu já tive oportunidade de dizer à Presidente Dilma que o nosso setor pode ser uma porta de saída para o plano de transferência de renda que o Governo usa e faz muito bem usar. Nosso setor tem capacidade de absorver trabalhadores que, porventura, estejam fora do mercado de trabalho.

Próximo.

Este dado é fundamental, Sr^{as} e Srs. Senadores. É um dado do BNDES. O nosso setor é o setor com mais condições de gerar empregos, em praticamente todos os demais setores. Esse é um dado do BNDES que mostra que um setor nosso que fature R\$10 milhões a mais pode gerar 1.382 empregos. Nós só não podemos permitir que esses empregos sejam gerados na China. Realmente, nós, como brasileiros, não podemos permitir que isso ocorra de uma forma que ouse dizer até ingênua. Então, isso mostra a nossa capacidade de acumular e de gerar empregos.

Próximo.

Este dado, Sr^{as} e Srs. Senadores, tem a ver com a manutenção ou não do setor têxtil no País, se a sociedade brasileira aqui representada quer ou não quer um setor com essa importância. O nosso setor têxtil e de vestuário representa 4,9% do PIB da indústria de transformação e gera 10,6% dos empregos gerados. Assim, 10,6% dos empregos na indústria de transformação são gerados entre têxtil e vestuário.

Nós colocamos aqui calçados, porque vestuário, têxtil e calçados estão na mesma luta. Nós estamos na mesma guerra contra a China, que quer os nossos empregos. Eu sou radical ao falar da China.

Vemos ali que os três setores geram 6,8% do PIB e 16,5% da massa trabalhadora na indústria de transformação. É um número que nós, em hipótese alguma, de sã consciência, brasileiros responsáveis que somos todos nós, vamos permitir que haja uma diminuição dessa capacidade de geração de empregos.

Próximo.

Este mostra rapidamente, como o Deputado já falou, o nosso déficit. No setor, já fomos superavitários em 2004, 2005 e estamos caminhando para, em 2012, um déficit de US\$6,2 bilhões.

A entidade não é contra a importação. Absolutamente. Nós somos um país “linkado” e a importação hoje faz parte do mundo inexoravelmente. Nós só não podemos ser ingênuos no processo de importação neste País. Então, eu pergunto: será que nós, do setor, desaprendemos a trabalhar, desaprendemos a produzir,

desaprendemos a ter qualidade? Não é isso. A indústria têxtil brasileira é tão competitiva ou mais, no chão de fábrica, do que uma indústria chinesa. Eu conheço várias indústrias na China e a indústria no Brasil não perde em competitividade para as indústrias chinesas. É extrafábrica. São problemas muito além do que o que pedimos aos Srs. Senadores para votar na Resolução nº 72. Sabemos da estrutura do custo Brasil, em que não vamos entrar especificamente.

Próximo.

Este é o ponto. O processo de desindustrialização no Brasil é galopante. Nós estamos depenando, na minha opinião, toda a indústria nacional. Eu falo que, no Brasil, temos uma dívida. É uma dívida termos o agronegócio, o minério. Isso é fundamental. Nós temos uma dívida. Agora, não podemos ser excludentes. Vocês devem ter visto e lido que 47% da pauta de exportação brasileira foram seis produtos. Eu acho que isso dá ao País uma fragilidade muito grande. Não podemos permitir que a indústria nacional de transformação se esvaia.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a indústria brasileira está perdendo a capacidade de transformar. Estamos perdendo a capacidade de sair do produto básico para ir ao produto elaborado. Isso é inadmissível. Nós não podemos, Sr^{as} e Srs. Senadores, deixar para a geração futura um país desindustrializado. Na minha opinião, isso é um crime de lesa-pátria.

Próximo.

Aqui, chegamos ao ponto em que vou me deter um pouco. Só esta transparência seria suficiente para esta reunião de hoje. O nosso setor, Sr^{as} e Srs. Senadores, teve um déficit, no ano passado, de 3,5 bilhões e 62% desse déficit entraram nos Estados que dão incentivo de ICMS. Então, nós estamos permitindo que o trabalhador brasileiro não tenha a oportunidade e dando essa oportunidade para outros países. É realmente uma coisa que fica difícil de compreender e de entender. Esse número, por si só, mostra que, se está assim no nosso setor, provavelmente estará em outros: são 62%.

Nós, brasileiros, estamos incentivando a importação, subsidiando a importação via ICMS, o que causa um dano terrível à indústria têxtil. Se vocês calcularem, se nós calcularmos – eu tenho esse número – o número de empregos não gerados por esse incentivo, equivalente aos US\$3,5 bilhões, verificaremos que isso é aterrador. Nós estamos desempregando um pai de família no interior do Brasil para empregar um pai de família no interior da China. Eu, como brasileiro, sou radicalmente contra.

No dia 02 de agosto, eu fui um pouco, talvez,... acho que eu extrapolei com a Presidente Dilma. Eu

fui convidado – o Senador Armando Monteiro estava presente – para o lançamento do Plano Brasil Maior. Foi-me dada a palavra, e eu acho que eu extrapolei. Eu falei para a Presidenta Dilma lá no Palácio: “Por fim, Presidenta – eu contei os casos e disse –, eu detesto chinês. O chinês quer a nossa matéria-prima e o nosso emprego. Nós temos que pensar isso de uma forma radical”.

Próximo.

Não vocês do fundo; outros.

Aqui mostra o crescimento da importação nos Estados que subsidiam a importação. Cresceu 959%. Nos Estados normais, onde não há esse incentivo, cresceu 235%. Então, mais uma vez, como pode estarmos discutindo um assunto como esse?

Acho que a Resolução 72, cujo relator é o Senador Romero Jucá, tem que ser votada com urgência. Isso não vai resolver o problema da indústria nacional. O problema da indústria nacional vai além da Resolução 72, mas, Sr^{as} e Srs. Senadores, nós não temos mais muito tempo. Esse é o grande problema. A indústria nacional, como um todo, não tem mais muito tempo. Estamos chegando a um ponto, um *break-even*, do qual, depois, não há como retornar. Eu estou falando isso como um empresário de 40 anos dentro de uma empresa. Eu vivo no chão de fábrica há mais de 30 anos. Conheço a indústria no Brasil bastante. Então, não podemos permitir, Sr^{as} e Srs. Senadores, que a indústria do Brasil, como um todo, e a indústria têxtil sejam depenadas e que criemos empregos em outros países. Isso eu não admito. Eu tenho dois netos. Será que vamos entregar para os meus descendentes um País desindustrializado? Não podemos!

Próximo.

Para concluir, esse quadro seria cômico, se não fosse trágico. A indústria têxtil nacional caiu 14,88% na produção no ano passado. A indústria de vestuário caiu 4,4%. As vendas do varejo subiram, em volume, 3,58% – são dados do IBGE – e, em valor, 11,82%. Então, nós industriais brasileiros não estamos usufruindo o crescimento e a pujança do País, o controle da inflação, a melhoria de renda, a melhoria de emprego. Nós estamos entregando para terceiros países.

Próximo.

Era isso. Quis ficar exatamente dentro do tempo. Agradeço muito a oportunidade, Sr. Senador.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Dr. Aguinaldo Diniz Filho.

Com a palavra, agora, o Sr. Luiz Aubert Neto, Presidente da Abimaq.

V. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. LUIZ AUBERT NETO – Boa tarde, Senador. Serei curto até nos cumprimentos. Boa tarde, Senadora. Obrigado pela oportunidade.

Eu vou falar aqui das consequências também.

A Abimaq é uma associação que foi fundada há 72 anos. Começou com o sindicato da indústria têxtil, fabricante de máquinas têxteis. Lá nós temos 30 setores, e um deles é de máquinas têxteis.

Eu afirmo para os senhores aqui que não existem mais fabricantes de máquinas têxteis no Brasil. Acabaram-se todos. Nós começamos com a indústria têxtil. Não existem mais. Só existem importadores de máquinas. Nem mais importadores de máquinas há, porque nós estamos trazendo o tecido pronto.

Senhores, quando a 5ª Avenida de Nova York, que é o lugar mais caro do mundo, está mais barata que o Shopping Metrô Tatuapé, na zona leste de São Paulo, alguma coisa está muita errada neste País; alguma coisa está muito errada. E não é só isso que estamos discutindo aqui, não.

Então, eu queria mostrar, primeiro, o *site* da Abimaq, o “desempregômetro”. Entre no *site*; isto aqui. Nós lançamos – há o “impostômetro” – o “desempregômetro”. O que é isso aí? Nesse “desempregômetro”, o que nós mostramos? São dados do IBGE, já estamos com quase 5,7 bilhões de importação na indústria de transformação. Nós já geramos lá fora – não é perda de emprego isso – quase 154 mil empregos diretos, 60% disso na China, isso em dois meses e meio. Isso tem uma metodologia, são dados do IBGE. Quem quiser entrar no *site* da Abimaq verá isso aí. É um painel monstruoso que colocamos lá, que é justamente para sensibilizar os senhores aqui.

Acho que o principal que viemos discutir aqui, senhores – é lógico que isso aqui é mais um fator do custo Brasil – é que país que queremos ser, se vamos transformar o Brasil numa potência, ou se vamos virar uma colônia da China. Não dá mais para aceitar isso. O processo de desindustrialização, desde que assumimos a diretoria da Abimaq, há quatro anos, eu me sentia o chato da festa – sabe aquele chato que vem contar sempre a mesma piada, e você não aguenta mais? – e eu dizia: o Brasil está desindustrializando, o Brasil está desindustrializando...

Agora estamos num processo virulento de desindustrialização. Vou dar alguns exemplos para os senhores: fresas universais. São máquinas que nós usamos para treinar nossos funcionários no Sesi/Senai. Há quinze anos, havia vinte fabricantes de fresas universais no Brasil; concorrência pura. Sobrou um fabricante, só um; os outros todos viraram importadores, porque é muito mais fácil. Fabricantes de válvulas, que é uma *commodity* mundial, havia 70 fabricantes

no Brasil; sobraram 20. O resto está virando importador. Está muito mais fácil importar. Eu ganho mais importando. Quero dizer isso ao senhor. Eu não tenho risco, eu não tenho risco trabalhista, não tenho nada. É muito mais fácil importar. Eu digo aos senhores: o empresário não acaba; a indústria acaba. O empresário vai buscar soluções. Você aperta, ele vai buscar uma solução, mas o emprego...

Só para os senhores terem uma ideia, uma regra geral, uma regra de ouro: não existe país desenvolvido sem uma indústria de transformação desenvolvida. Não existe. Olhe a Alemanha, a maior fabricante de máquinas do mundo, quem está segurando as pontas da Europa hoje com toda a crise no continente? É a Alemanha. Por quê? Porque agrega tecnologia, tem inovação tecnológica, tem estudo. Os nossos funcionários do nosso setor, salário médio: R\$3.000,00 sem encargos. Tempo médio de estudo dentro de nossas fábricas: nove anos, comparado com a Coreia.

Eu queria agora mostrar os números aqui, para vocês terem uma ideia. É isso que deixo para reflexão.

Abimaq. O que é Abimaq? Foi fundada em 1937. Nós representamos 4.500 empresas no Brasil todo. Olhem estes dados: mais de 85% pequenas e médias indústrias. São 260 mil empregos diretos – para vocês terem uma ideia de como o setor automotivo faz o *lobby* –, nós empregamos mais que o setor automotivo. A indústria de máquina brasileira emprega mais do que o setor automotivo e fatura mais do que esse setor e na cadeia toda. Nós temos onze sedes no Brasil todo.

Por favor, para frente. Deem uma olhada!

Faturamento do setor. Em 2011 foi R\$81 bilhões. Deem uma olhada nesses números! Nós não recuperamos ainda a crise de 2008. Nesse ano faturamos R\$84 bilhões. Estamos ainda 4% abaixo de 2008.

Deem uma olhada nos números das importações! As importações subiram quase 40%, e as nossas exportações, 4,7%.

Quero fazer um parêntese aqui: na década de 80, nós éramos o quinto maior fabricante de máquinas do mundo; hoje somos o 14º. Na década de 80, se pegássemos toda a produção industrial do Brasil e comparássemos com toda a Ásia, tirando o Japão – peguem China, Coreia, Taiwan –, na década de 80, somando todos esses países, não dava a produção industrial brasileira. Hoje, depois de 30 anos, nós não representamos 15% desses países! Isso é o maior ato de vandalismo que já foi feito com a indústria brasileira. Repito para os senhores: é um ato de vandalismo que foi feito com a indústria brasileira – e está sendo feito.

Então, temos de ter consciência – o que ponho aqui para os senhores é questão de consciência – de

que país que nós queremos ser, que país que nós desejamos.

Para frente, por favor.

Deem uma olhada nesse número! Esse é um número técnico. Eu quero mostrá-lo aos senhores. O que é o Nuci? O Nuci é o nível de utilização da capacidade industrial instalada. Isso mede o quanto a minha máquina está trabalhando, meu torno está trabalhando quantos por cento. Quanto chego a um índice de 85%, 86%, estou lá trabalhando plenamente. Isso em um turno. Deem uma olhada nesse número! Em 2008, nós estávamos com 85%; hoje, estamos com menos de 70%. É o pior índice desde a década de 90!

Agora, se os senhores me disserem: “Calma aí, Luiz, você acabou de mostrar que o seu setor só está 4% no faturamento”. Foi aquilo que o Paulinho falou, eu estou faturando, mas não estou fabricando mais. Não tenho mais como competir aqui dentro. Eu perdi toda a competitividade. O que eu faço? Vou à China, pego uma representação, trago o Ching Ling para cá, tiro a plaquetinha dele, continuo vendendo no Brasil, tiro nota fiscal, recolho os impostos, mas não fabrico mais. Eu perco todo o conhecimento que isso gera.

Vamos dar um exemplo da Embraer. Senhores, hoje vocês viram o balanço da Embraer. Pela primeira vez na história, houve prejuízo. Os senhores sabem quantos engenheiros a Embraer tem dentro do seu setor de tecnologia informação? Três mil engenheiros. Notem o que isso gera de conhecimento. O mesmo ocorre em nosso setor.

Então, nunca estivemos tão mal como agora.

Quanto veio a crise de 2009, em setembro de 2008, em março, chegamos com 76, hoje estamos com 72. Isso mostra que as nossas máquinas estão paradas.

Para frente, por favor.

O modelo brasileiro. Dêem uma olhada nisso aqui. Vou começar a falar do café. O Brasil é o maior produtor mundial de café. Somos os maiores exportadores mundiais de café. Sabe qual é o país mais exporta café no mundo? É a Alemanha, sem ter um pé de café. Aquele sachê de café que tomamos vem da Alemanha.

A soja. Hoje, no Brasil temos a maior produtividade mundial de soja, graças à Embrapa, conhecimento técnico, e às nossas máquinas no campo. Hoje, 76% de nossas exportações de soja vão para a China. Sabe o que China está fazendo hoje? Ela está construindo a Sojabras, na Bahia, com investimento de US\$ 1,5 bilhão. Não vai entrar um parafuso brasileiro, porque a China tem cinco mil anos de comércio. Quando se exporta soja bruta, 70% do que tem lá é água. Ou não é? Eles vão processar a soja aqui e mandar para lá. Com cinco anos de frete, já pagaram esse investimento. Por que não criamos a nossa Sojabras? Porque cau-

sa desse diabo que estamos discutindo aqui: guerra fiscal. Porque, quando eu tiro a soja do Mato Grosso e vou para o fiscal, há o crédito ICM ou não tem, isso inviabiliza qualquer investimento em máquinas e equipamentos neste País. Por isso não temos a Sojabras. Nós deveríamos fazer a Sojabras aqui e não o chinês vir aqui nos ensinar.

Vou falar de celulose. O Brasil tem a maior produção de celulose do mundo. Devido ao nosso clima, o eucalipto cresce três a cinco vezes mais rápido do que em qualquer outro lugar do mundo. Nós exportamos 95% da nossa celulose. Hoje, 60% do papel que consumimos aqui vêm da China, onde agrega valor.

Vou falar do algodão do Agualdo. O Brasil hoje é o maior produtor de algodão do mundo. Estamos mandando algodão para China e para a Índia. Déficit da balança comercial do setor: cinco bilhões.

Pena que eu não vou ter mais tempo, mas vamos para frente.

Posso falar o mesmo do pré-sal, onde temos as maiores reservas. O maior déficit da balança comercial hoje no Brasil é da indústria química, quase US\$30 bilhões e já estamos exportando óleo cru, 10% das nossas exportações. Nós não temos capacidade de processar isso aqui.

Quanto ao alumínio, temos as maiores reservas de bauxita e alumínio do mundo. Há 30 anos não sai uma fábrica nova de alumínio no Brasil, porque a energia elétrica do Brasil é a mais cara do mundo. Então, a CBA foi construir uma fábrica no Uruguai, para fugir do custo Brasil. Está gerando emprego lá, mas vai vender para o Brasil. É isso que está acontecendo. Quer fugir do custo Brasil? Vai para o Uruguai, para o Paraguai, para outros lugares, porque aqui não dá mais, não está dando, eu não tenho mais competitividade.

Para frente, para acabar.

Minério de ferro. Deem uma olhada nisto. Hoje, o Brasil é o maior exportador de ferro do mundo. Temos as maiores reservas de minério de ferro do mundo e só temos – o Sr. Gerdau está aqui para comprovar – 2% da produção de aço do mundo. Dá para acreditar nisso, Senador? Eu vim discutir aqui isto: que País queremos ser.

Se nós conseguimos ter uma Embraer – que há um tempo algum maluco beleza disse: “Vamos ter uma indústria aeronáutica aqui” –, dá para fazer qualquer coisa neste País, basta vontade política. É isso que estamos discutindo aqui. Temos de ter vontade política. É ridículo vir aqui discutir essa guerra fiscal, em um país que tanto precisa da indústria.

É ridículo eu estar aqui, me desculpem. Quando me falaram que íamos discutir isso, nós temos de

discutir um plano para um Brasil melhor! Porque não está dando mais para a indústria.

Vamos à frente, por favor.

Isto é o custo Brasil. Vou fechar aqui em respeito aos outros.

O que é isto? Estou cansado de falar de Brasil e China, de câmbio e China. Se pegássemos uma indústria alemã que vende um produto na Alemanha por €100 euros e trouxéssemos para o Brasil, ela venderia esse mesmo produto aqui por €143 euros. É 43% o custo Brasil, e temos todas essas desgraças aqui, impostos são recuperáveis, logística, juros – que, em minha opinião, é o maior câncer que temos aqui. No Brasil, nos últimos 16 anos, nós pagamos 4 trilhões de juros da dívida, 4 tri! Dá para ter ideia do que é isso? Fora o que a sociedade civil paga. Isso é do governo. O ano passado, nós pagamos 350 bi em cartão de crédito. É o maior câncer que nós temos aqui. Não sobra dinheiro para nada, não sobra dinheiro para investimento, não sobra dinheiro para poupança, não sobra dinheiro para educação, não sobra para saúde. É a maior transferência de renda da história do capitalismo que um país já fez para um único setor. Nós temos que acabar com isso!

Para frente, por favor.

E aqui, a taxa de investimento. Isso daqui é o que vai garantir o meu futuro, é o que nós investimos hoje para colhermos lá na frente. Para que possamos crescer sustentavelmente, o Brasil tem de investir de 23% a 25% do PIB. Se vocês derem uma olhada lá em cima, nos últimos 11 anos, a taxa média nossa foi de 17%; da América Latina, nossos vizinhos, 19%; do mundo todo, 24%; Rússia, Índia e China, a China investe 50% do PIB dela, 50%!

E, para fechar – prometo que é para fechar mesmo, Senador – olhem a consequência de tudo isso, o País que nós temos, no próximo quadro. Esses dados não são da Abimaq, são do último Fórum Econômico Mundial. *Ranking* de competitividade entre 136 países: estamos em 41º em logística, 76º em telefonia celular, 87º em ferrovias, e por aí vai, e campeões absolutos em taxa de juros, 136º. Mas o pior de tudo, olhem o *ranking* social em que estamos, olhem o estrago que faz esse negócio de juros nisso que estamos discutindo, o *ranking* social: PIB *per capita*, 71º; distribuição de renda, só ganhamos de Botsuana e de Havaí; qualidade de ensino de primeiro grau, 127º. E vai por aí.

Eu vim pedir aos senhores o seguinte. Em minha opinião, tenho certeza absoluta de que o Brasil nunca teve uma oportunidade de mudança como estamos tendo agora. A porta está se abrindo para o Brasil. Há um alinhamento de planetas aí que temos de aproveitar agora. Então, o que estou fazendo é um

grito de alerta aos senhores: vamos transformar este País! Esta discussão aqui é ridícula, ninguém sai ganhando com isso, nem os Estados, nem o Brasil, nem a indústria brasileira. O que nós precisamos é de uma política industrial e que a gente possa trabalhar por um Brasil melhor.

Obrigado. Obrigado pelo desabafo. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Dr. Luiz Aubert Neto.

Agora, com a palavra o Dr. Jorge Gerdau Johannpeter, conselheiro do Instituto Aço Brasil.

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER – Exmº Sr. Senador Delcídio do Amaral, Srs. Senadores, senhores representantes da força trabalhadora, senhores empresários, acho que o momento é extremamente importante e as posições já colocadas nos deram uma fotografia importante. Dentro do processo, quero fazer um breve histórico do significado da guerra fiscal e dos incentivos fiscais.

O primeiro momento da história do incentivo fiscal foi estruturado de uma forma que acho extremamente importante porque possibilitou a descentralização industrial.

Nosso próprio Grupo Gerdau, com esses projetos, foi ao Nordeste. Estamos na Bahia, em Recife, Pernambuco, Fortaleza, e esse avanço, essa descentralização é extremamente importante.

Ela era feita em relação ao investimento feito e o retorno em longo prazo era pago em relação a investimentos. Isso trouxe uma descentralização extremamente importante, altamente benéfica ao desenvolvimento empresarial e industrial do País.

Surgiu, em cima disso, uma segunda modalidade de uso de incentivo, que foi o famoso sistema de troca de notas, em que a mercadoria era transportada internamente nos Estados, pagavam até somente 1% de imposto do ICMS e a mercadoria retornava. Lógico que isso funcionava melhor com mercadorias em que o frete pesava pouco. Depois, foi-se ampliando essa guerra, e, realmente, já começaram aí distorções, já não obedeceram a critérios legais, como foi estabelecido dentro das normas e princípios da legislação, mas essa guerra, esse dinheiro ainda ficava no Brasil.

E aí fomos para a terceira etapa dessa loucura absoluta da guerra fiscal, que foi a guerra dos portos. Como foi dito, essa guerra...A inteligência, o sistema, o incentivo é feito com o imposto dos outros, não é do próprio Estado. O exemplo que foi dado do incentivo do próprio país ou na própria região, o que cada Estado, Município faz com seu dinheiro é problema deles, mas fazer o incentivo com o dinheiro dos outros é um tema tremendamente diferente.

Quais as consequências desta sistemática feita da guerra dos portos? Em primeiro lugar, o absoluto desequilíbrio da competição no cenário nacional, porque, no produto importado, conforme se paga 12% ou 18%, o Estado fica com 3% desse ICM e financia os 9% para os 12% ou 15% para o empresário importador. Esse importador, conseqüentemente, entra no mercado e perturba totalmente a estrutura.

Mas o mais grave desse desequilíbrio do mercado, no meu entender, é que nós financiamos, incentivamos o emprego no exterior. Isso é uma loucura! Se perguntarmos, em qualquer lugar do mundo, como a nossa imaginação pode ir a tal ponto e como o país permite um absurdo destes de usar incentivo para gerar empregos no exterior...

No caso da siderurgia, hoje, temos uma capacidade de produção de 70% acima do mercado interno. Nós estamos com fornos parados. A siderurgia tem fornos parados, por quê? Porque, nessa situação da crise mundial, tem uma capacidade ociosa no mundo de vinte vezes a capacidade instalada no Brasil – são números ao redor de 500 milhões de toneladas –, e nós recebemos essa importação – que está vindo ao Brasil que, historicamente, tinha 4% a 6% de importações – para alguns produtos que o Brasil não produz, não tem escala, por isso não produz, chegamos, hoje, a números acima de 20%.

E a guerra continua. Esse desespero do cenário mundial evidentemente leva a uma situação de preços tremendamente difíceis. Se os senhores olharem os balanços siderúrgicos, nesses últimos tempos, verificarão a situação delicada, a tal ponto que esses 9% de incentivo significam quase o dobro do lucro das empresas siderúrgicas.

Então, a loucura que foi construída e o absoluto desrespeito à geração de empregos no País – e já foi bem colocado o que significa esse emprego no setor industrial – é uma coisa dramática, é difícil entender. Foi declarada claramente a inconstitucionalidade, a ilegalidade desses processos. Fico admirado que existam governos estaduais que continuam fazendo naturalmente. Eu produzo vergalhão no Rio Grande do Sul, produzo no Paraná, e Santa Catarina me importa a 3% de ICM, para competir conosco. Esse quadro, vamos dizer, se fosse em um setor, mas, hoje, como foi posto aqui, nós saímos de um superávit com números aproximadamente de US\$20 bilhões no setor de manufaturados, e hoje estamos com US\$92,6 bilhões, praticamente US\$93 bilhões de déficit acontecidos gradativamente, praticamente nesses últimos três ou quatro anos. E a tendência, se não for mexido – e a responsabilidade desta Casa é enorme –, é irmos para os US\$150 bilhões.

Aí volto sempre a pergunta: que país nós queremos? A verdade é que, nesse caminho, estamos destruindo um parque industrial que foi construído em gerações e gerações. Já tivemos um pouco desse exemplo na indústria de autopeças brasileira, em que, de repente, a proteção aduaneira foi a 2%, e sobraram menos de 10% de indústrias nacionais. Elas foram todas entregues ao parque internacional.

Então, temos uma responsabilidade enorme nesse sentido. Para dar um número concreto sobre a siderurgia, nós tínhamos uma importação de 1,6 milhão de toneladas, em 2007, e, hoje, temos – na importação direta – 3,7 milhões. Na indireta, tínhamos 2,3 milhões de toneladas e fomos para 5 milhões. Hoje, com a soma dos dois números, direta e indireta, vamos a um número aproximado de 8,8 milhões de toneladas paradas.

Essa é conjugação do cenário internacional, e trago o exemplo da siderurgia, mas sentimos esse processo principalmente porque estamos no meio da cadeia. Para nós, não adianta resolver o problema da siderurgia, porque a siderurgia ainda é um produto razoavelmente exportável, mas dependemos da cadeia – setor de máquinas, automóveis –, que faz com que, dentro desse quadro, a solução tenha que ser global. Não adianta dar uma correçãozinha. O mundo, hoje, trabalha com cadeiras produtivas.

Estamos trabalhando em uma pesquisa, em que se analisa quanto tem de impostos escondidos no automóvel importado e quantos tem na fábrica. Praticamente, o automóvel importado tem zero de imposto com o sistema de IVA. Não tem impostos sobre folha de pagamento. Não tem essa loucura de impostos sobre a energia. São todos impostos que se compõem. Esse automóvel da porta da fábrica do Brasil tem próximo a 20% de impostos escondidos, porque o PIS/CONFINS não se credita plenamente, é um sistema físico em vez de ser financeiro. No mundo inteiro, é financeiro. Tenho cem pessoas trabalhando nessa papelada, para colocar nota para cá e para lá.

A Petrobras tem 900 pessoas. São 900 pessoas que estão no custo, em vez de estar gerando riquezas. Isso é a loucura tributária que tem de ser corrigida.

Por que é importante esse primeiro passo dos 4%? Nós sabemos que é impossível fazer uma reforma tributária... Nesta Casa, já participei, talvez, de quatro ou cinco momentos de tentativa de construção, que vão se desvirtuando. O único modo de fazermos é por etapas. E essa etapa aqui é absolutamente crucial, porque é uma primeira etapa na tentativa de corrigir um pouco essa distorção absoluta que é a guerra fiscal, o nosso sistema tributário. Temos uma oportunidade fantástica.

Gostaria de colocar mais uma coisa. Os Estados que estão fazendo essas ilegalidades ganham, hoje, 3%

de ICM. Eles vão ganhar 4%, vão ganhar 1% a mais, e não querem fazer essa medida. Essa medida atual é destruidora de trabalho e de emprego.

Então, meus senhores, a responsabilidade desta Casa é fazer essa pequena correção, no sentido de buscar isonomia competitiva. O empresário brasileiro é competitivo. O aço brasileiro é o segundo aço mais barato na produção do Brasil. Nossos indicadores, competência, nossos operários, somos o segundo melhor do Brasil. E temos o segundo mais caro do mundo. Por quê? Pela estrutura tributária de logística. Não pode um Big Mac brasileiro custar 42% a mais do que um Big Mac americano. Esse é um problema de moeda etc., mas devemos fazer aquilo que está na nossa mão de correções tributárias ou para evitar essas distorções.

Faço um apelo a esses Estados: pensem um pouquinho no País e nessa miudeira de 1%, 2%. Vão ganhar 4%, ganham 1% a mais nessa correção. E é o primeiro passo no sentido da correção tributária. A caminhada é longa, no meu entender, mas ela tem que ser feita. Aquilo que é erro da nossa casa nós temos de corrigir, mas vamos começar com essa primeira caminhada.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Dr. Jorge Gerdau Johannpeter.

Agora, com a palavra, o Sr. Michal Gartenkraut.

O Deputado Paulinho, da Força, terá que se retirar, pois tem uma reunião com o Ministro Guido Mantega agora. Só hoje, ele foi autorizado a sair antes, porque ele é fundamental nessa discussão.

Com a palavra o Dr. Michal Gartenkraut.

O SR. MICHAL GARTENKRAUT – Muito obrigado,

Excelentíssimo Sr. Senador Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, na pessoa de quem cumprimento todos os membros da Mesa, Sr^a Senadora, Srs. Senadores, senhores aqui presentes.

Gostaria, em primeiro lugar, de agradecer o convite. Sinto-me muito honrado em participar deste debate democrático.

Eu gostaria de começar a minha exposição, concordando integralmente com a preocupação com a situação da indústria, exposta aqui pelas pessoas que me antecederam.

Por favor, próximo *slide*.

A indústria de fato está sofrendo, notadamente a indústria da transformação, que é a maior porção da nossa indústria. As causas desse sofrimento eu classifico em estruturais – cuja lista já conhecemos bem, a qual não vou detalhar: a carga tributária, já foi abor-

dados aqui; os juros altos; a infraestrutura deficiente; a qualificação de mão de obra, e por aí vai. Não quero entrar nessas causas. Isso já foi muito bem elaborado e é muito conhecido de todos.

Existem causas conjunturais. Eu enumerei aqui três, que julgo as mais importantes. A primeira causa conjuntural da situação atual da indústria, que é preocupante, é de fato o reflexo da crise mundial. A crise teve seu momento mais agudo em 2008, mas as consequências de uma crise financeira mundial centrada no núcleo do capitalismo são tão deletérias, que perduram até hoje e, muito provavelmente, ainda vão durar por muito tempo.

Um dos efeitos importantes dessa crise – peço para passar o próximo *slide* e depois voltar – é o que aconteceu com a nossa exportação de manufaturados para o principal mercado de manufaturados brasileiros, que são os Estados Unidos.

Fica muito claro que a exportação vinha com desempenho bastante satisfatório, muito positivo e que, em 2008, despencou. Essa é uma das causas do problema da indústria. Sem dúvida, mesmo que as exportações tivessem ficado no mesmo patamar, e não ficaram, não surpreende, portanto, o aparecimento de um déficit enorme, quando se computam apenas os manufaturados.

A boa notícia é a de que o processo já reverteu. Com os sinais de recuperação da economia americana, já estamos vendo, aqui, na nossa exportação de manufaturados nos últimos dois anos, uma melhora que é significativa em relação ao fundo do poço de 2009, mas que ainda está muito longe do patamar que atingimos, quando a crise nos colheu a todos.

Então, a boa notícia é a de que parece que, pelo menos nesse quesito, o pior ficou para trás. E acreditamos que de fato a economia americana, principalmente, já está em processo de recuperação, ainda que muito lenta.

Por favor, queira voltar ao *slide* anterior.

O segundo ponto, talvez mais importante, é a questão do câmbio valorizado. O câmbio valorizado é tão deletério – e me sinto muito à vontade para falar isso, porque, há quatro anos, escrevi um artigo no jornal *Valor*, que me custou muitas críticas, quando o câmbio estava por volta de 2,40, alertando justamente para essa situação que estamos vivendo hoje. Eu dizia, então, que a queda da taxa de câmbio naquela época – 2,40! – só tinha começado. A questão do câmbio valorizado é importantíssima. Ela, como causa do que está acontecendo na indústria, espalha-se por vários fatores.

Mas, antes de falar sobre isso, eu queria trazer aqui alguns números, para dizer que esse, na realidade,

como muitos sabem, é um problema que está afetando muitos países no mundo. O dólar está desvalorizando-se em relação às demais moedas, então há muitas moedas ao redor do mundo que estão sofrendo, talvez algumas em maior ou menor grau, o mesmo problema que nós estamos sofrendo.

O que fazem esses países? O que eles estão fazendo? Eles fazem o que dita o livro-texto de macroeconomia. Tem-se de aumentar, e não restringir a importação nesse caso. Por quê? Porque a importação ficou mais barata e o torna mais competitivo numa situação que é muito desfavorável do lado da receita, por causa do câmbio. Então, o conteúdo importado, tanto dos PIBs como das exportações de praticamente todos os países, tem aumentado.

Eu trouxe aqui alguns dados, que vou relacionar para as senhoras e para os senhores.

A China, em 2001, tinha uma participação de importações sobre o PIB de 18,4%; em 2010, o percentual passou para 23,7%. A Índia – começando com os BRICS, nossos companheiros – era mais fechada: 10,45% em 2001; o percentual passou para 16,5%. O da Rússia, em 2001 era 13,7%; passou para 16,8%. O do México, 23,7% em 2001; passou para 29,1%. Na Coreia, que é um grande concorrente nosso, era 28% a proporção de importações sobre o PIB em 2001; o percentual passou para 41,8%. No Japão – sempre sabidamente muito fechada a economia japonesa –, em 2001, 8,5% do PIB, muito parecido com o nosso número; o percentual passou para 12,7%. Na Alemanha, para citar um exemplo singular, 25,8% a importação sobre o PIB em 2001; o percentual passou em 2010 para 32,5%. Nos Estados Unidos – parecidos conosco nesse quesito, economia grande, com liberdade, mas sempre bastante protegida –, 11,5% em 2001; em 2010, 13,5%.

A maioria dos países está fazendo o que é bastante razoável. Na realidade, todo o resto constante, restringir importações passa a ser, nessa situação de câmbio supervalorizado, o verdadeiro tiro no pé, porque, todo o resto constante, se eu importo menos, o câmbio valoriza ainda mais. E é o câmbio que está machucando.

Então, o que os países todos estão fazendo, na realidade, é o que faz sentido: aumentar, passar para um novo patamar de relação importações/PIB. Nós não estamos fazendo isso; estamos fazendo pior: por causa do câmbio valorizado, não conseguimos nem enxergar o aumento de importações nessa relação. Tal é a distorção que o câmbio produz na comparação que o nosso número passou de 10,1, em 2001 – pasmem –, para 8,6, em 2010. Caiu. Nós sabemos que não caiu.

Na realidade, as importações estão aumentando e estão crescendo acima do PIB.

O que está acontecendo aqui? Para comparar as importações, em dólar, com o PIB, em reais, eu tive que usar a taxa de câmbio, como todos fazem. Esses dados são da OECD e do FMI. Então, aparecemos aqui na contramão do resto do mundo única e exclusivamente por causa do câmbio valorizado. Esse é um problema muito sério.

Por favor, dois slides à frente.

O câmbio real efetivo só fez cair. Aí não dá para enxergar muito bem, mas o Governo finalmente tomou providências a respeito do câmbio. É esse ponto que está machucando mais a indústria. E nós, hoje, estamos com um câmbio mais desvalorizado em relação ao que havia há um mês por muito mais do que os 9% que andam circulando por aí como sendo a conta, a diferença a favor dos produtos importados. Se o problema é esse, a desvalorização recente já resolveu. Na realidade, precisa-se de mais. O lugar certo de procurar a solução é ali.

Felizmente, o Governo está tomando providências no lugar certo: no fluxo de capitais e não no comércio. Tomou as medidas necessárias para garantir que capitais especulativos e todo tipo de manobra que estavam valorizando, supervalorizando a nossa moeda, pelo menos, estacassem, e, na expectativa de novas medidas, a taxa de câmbio finalmente voltou a um patamar mais razoável. Hoje, nós estamos em R\$1,80, R\$1,81 e provavelmente vamos, durante este ano, recuperar não toda a queda, mas, pelo menos, as quedas mais recentes.

Eu quero mostrar mais um gráfico – só mais um tempinho, Presidente – para ilustrar a distorção que o câmbio valorizado causa.

Esses são dados da Fiesp, do IBGE, trabalhados pela nossa empresa de consultoria. Eles mostram o custo unitário do trabalho em dólar para a indústria paulista. Entre 2003 e 2012, ela aproximadamente triplicou. Boa parte disso aconteceu não por aumento de salário, mas por perda de produtividade e pelo câmbio valorizado, porque isso está em dólar. Isso aqui está causando a perda de competitividade da indústria brasileira. A indústria brasileira não pode competir. Com portos ou sem portos, com guerra fiscal ou sem guerra fiscal, ela não pode competir com o resto do mundo nessa situação.

Nossa projeção para o consumo doméstico, ilustrada pelo crescimento do comércio varejista brasileiro, é de um crescimento da ordem de 6%. A nossa projeção para a indústria é da ordem de zero – entre zero e um. Esse diferencial que os técnicos chamam jocosamente de boca do jacaré, na realidade, está abrindo,

e a diferença é coberta pelas importações. Então, é muito séria essa situação, e fico muito à vontade para falar sobre ela.

Peço licença, como técnico, engenheiro e economista, mas não jurista – não sou advogado –, para chamar atenção para outro item relacionado à questão da constitucionalidade, afinal de contas estamos aqui na Comissão de Constituição e Justiça.

Por favor, o próximo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Dr. Michal, o seu tempo já se esgotou e ainda temos mais três palestrantes.

O SR. MICHAL GARTENKRAUT – Estou encerrando.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu só queria ler um artigo que ontem não foi citado no debate. Trata-se do art. 34, §8º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. E vejam que estamos há 14 anos da promulgação da Constituição.

Dispõe esse parágrafo:

§ 8º. Se, no prazo de sessenta dias contados da promulgação da Constituição, não for editada a lei complementar necessária à instituição do imposto de que trata o art. 155, I, b, [o ICMS] os Estados e o Distrito Federal, mediante convênio celebrado nos termos da Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, fixarão normas para regular provisoriamente a matéria.

Percebam que destaquei a palavra “provisoriamente” em vermelho e a enfatizei aqui para ressaltar a palavra do Constituinte. Como não há a lei complementar citada nesse artigo – e ela poderia ser, por exemplo, a Lei Kandir, mas esta não serve porque trata dos temas incentivos e isenções –, estamos em um buraco negro; estamos no provisório exatamente como estamos em relação ao Fundo de Participação.

Essa é a observação que gostaria de fazer.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – V. Sª terminou?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não, não.

O SR. MICHAL GARTENKRAUT – Ainda não.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Ah, desculpe!

O SR. MICHAL GARTENKRAUT – Próximo slide, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Dr. Michal, por favor, nós já estamos indo há quase vinte minutos já.

O SR. MICHAL GARTENKRAUT – Eu já estou terminando. Só queria falar sobre as alíquotas diferenciadas do ICMS. Na realidade, esse é um instrumento que foi criado aqui...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. MICHAL GARTENKRAUT – Eu vou passar muito rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Dr. Michal, todos respeitaram o tempo. V. Sª já está próximo de vinte minutos, o que não é certo, por se tratar de um desrespeito aos outros que cumpriram o tempo.

O SR. MICHAL GARTENKRAUT – Então, por favor, passe o próximo slide, só para mostrar, e eu encerro aqui.

Obrigado.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, como terá início a Ordem do Dia na sessão plenária – e esse é mais um dos motivos da minha preocupação, porque temos uma medida provisória a ser apreciada em votação nominal –, pediria licença a V. Exª para fazer um breve comentário sobre o que ouvi aqui e me retiraria para apresentar essa medida provisória, abrindo a Ordem do Dia para a votação do primeiro item da pauta. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora, é complicado em função da programação que nós estabelecemos aqui. Se abrirmos essa exceção, outros Senadores e Senadoras podem também... Todos aqui têm uma série de atividades e acho que assim abríríamos uma exceção, com todo o respeito que tenho pro V. Exª...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito bem. Então, apenas para dizer que, infelizmente, não poderei participar, pois terei que ir agora ao plenário. Mas foi extremamente desafiador o que nós ouvimos, principalmente percebendo que a tal guerra dos portos chega a 20% do nosso problema, mas que o grande problema nacional é estratégia de política de desenvolvimento da indústria.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigada, Senadora.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas não concordando com V. Exª. Essa tem que ser resolvida antes, porque é fácil de resolver. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu vou passar a palavra ao Dr. Roque

Carraza, jurista, por dez minutos, por favor, uma vez que temos ainda muitos Senadores inscritos.

Portanto, V. S^a dispõe de dez minutos.

O SR. ROQUE CARRAZA – Exm^o Sr. Senador Delcídio do Amaral, digníssimo Presidente desta Mesa, Exm^{os} Srs. Senadores, demais integrantes da Mesa, minhas senhoras e meus senhores, é uma grande honra, para mim, participar desta audiência pública que gira em torno de questões, a meu ver, eminentemente constitucionais.

Eu não ignoro que, a respeito do assunto que hoje faz os nossos cuidados, as opiniões já se encontram formadas e firmadas, seja por convicção doutrinária amadurecida, seja por interesse de defender Unidades federadas ou setores empresariais; Mesmo assim, não me furtarei de emitir a minha opinião, que V. Ex^{as}, com inteira liberdade, é claro, aceitarão por boa ou rejeitarão por inconsistente.

Eu começo dizendo uma obviedade: as normas jurídicas de mais alto grau encontram-se na Constituição, que, entre outras coisas, estabelece, com riqueza de pormenores, o processo legislativo *lato sensu*. De fato, a edição das emendas constitucionais, das leis complementares, ordinárias, delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos, resoluções do Senado se encontra pormenorizadamente disciplinada em nossa Carta Magna, o que eu acho muito bom, porque, como se sabe, o Direito vive de formas. É isso que dá estabilidade e segurança às relações intersubjetivas, tornando adequada a vida social.

Por outro lado, como também ninguém do mundo jurídico ignora, as normas constitucionais não têm todas a mesma importância, já que algumas veiculam simples regras, ao passo que outras, verdadeiros princípios.

Os princípios constitucionais são muito mais importantes do que as regras constitucionais. Os princípios constitucionais orientam a interpretação e a boa aplicação de todos os atos normativos, inclusive dos mandamentos constitucionais. Sempre que um mandamento constitucional tiver pluralidade de sentidos, deverá ser interpretado e aplicado em consonância com o princípio constitucional que lhe for mais próximo.

Os princípios constitucionais, em resumo, são vetores para soluções interpretativas. Não é à toa que, na análise de qualquer problema jurídico, por mais trivial que ele seja ou por mais trivial que pareça ser, deve o operador do Direito alçar-se ao plano dos princípios. Para quê? Para verificar em que sentido, em que direção eles apontam. Nenhuma interpretação será havida por jurídica e, portanto, por boa se fizer *tabula rasa* de um princípio constitucional.

Pois bem; um dos princípios constitucionais mais relevantes é o princípio federativo consagrado já no

art. 1º da nossa Lei Maior, que veda tratamentos que impliquem preferências ou discriminações em favor de Unidades federadas ou de pessoas físicas ou jurídicas nelas domiciliadas ou sediadas.

Tão marcante é o princípio federativo que lei alguma, nenhum poder, nenhuma autoridade poderá, direta ou indiretamente, às claras ou de modo sub-reptício, derogá-lo ou, de algum modo, amesquinhá-lo. Tanto isso é certo que o art. 60, §4º, inciso I, da Constituição, com todas as letras, estabelece:

“§4º. Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I. a forma federativa de Estado”.

Pois bem; se nem a emenda constitucional pode tender a abolir a forma federativa de Estado, por muito maior razão não o poderão fazer as leis, as medidas provisórias, os decretos legislativos, as resoluções do Senado, que, dentro da pirâmide jurídica, ocupam patamar inferior ao ocupado pelas emendas constitucionais. Enfim, o princípio federativo é cláusula pétrea, veicula aquilo que o Ministro Carlos Ayres Brito, do Supremo Tribunal Federal, expressivamente chama de “núcleo imodificável da Constituição”.

Posto isso, entro no assunto central.

O Projeto de Resolução do Senado nº 72, de 2010, de autoria do nobre Senador Romero Jucá, propõe alíquota zero de ICMS para as operações interestaduais com mercadorias e bens importados do exterior, desde que, após o desembaraço aduaneiro, não tenham sofrido nenhum processo de industrialização, não se considerando processo de industrialização a colocação ou substituição de embalagens.

Como consta da justificativa do projeto, tenciona-se, com isso, eliminar a guerra fiscal, cujos efeitos deletérios são por todos conhecidos. Agora, sem embargo do alto espírito público que sempre norteiam S. Ex^a, entendo que esse projeto padece de irremissíveis inconstitucionalidades. A primeira: ele trata de matéria sob reserva de lei complementar. A justificativa do projeto é clara: “objetiva-se, com esta resolução, eliminar, ou pelo menos, minimizar a guerra fiscal impedindo que Estados concedam, unilateralmente, incentivos, vantagens, benefícios em matéria de ICMS” Ora, a Constituição, no artº 155, §2º, XII “g”, com todas as letras estatui que isenções, incentivos, em matéria de ICMS, somente poderão ser concedidos por convênios celebrados e ratificados nos termos de lei complementar.

O Direito, como há pouco referi, vive de formas, e a forma adequada para tratar desse assunto é a lei complementar. O Constituinte originário entendeu que, pela sua magnitude, essa matéria deveria passar pelo crivo do Congresso Nacional e só poderia ser aprovada pelo voto da maioria absoluta dos integrantes

do Congresso – Câmara dos Deputados e Senado da República. Então, uma resolução do Senado não tem essa dimensão, esse alcance para imiscuir-se em questão concernente à guerra fiscal. A meu ver, essa é uma inconstitucionalidade berrante que, seguramente, merecerá a devida correção do Supremo Tribunal Federal, que é o garante da Constituição, é o guardião da constitucionalidade dos atos normativos.

Tenho para mim que o projeto, ao impor às operações interestaduais, com bens e mercadorias importados, tratamento de ICMS mais favorável do que às operações com bens e mercadorias nacionais, malfere os arts. 151, Inciso I e 152, ambos da Constituição, que veiculam o princípio da não discriminação tributária em razão da origem ou do destino de bens serviços

As pessoas políticas não podem graduar para mais ou para menos seus tributos em razão da procedência ou do destino dos bens, das mercadorias ou dos serviços. Também os acordos e tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário (GATT, ALADI, Mercosul), que são de observância obrigatória ao teor do art. 98 do Código Tributário Nacional, exigem, peremptoriamente, o mesmo tratamento fiscal às operações com produtos originários do exterior em relação às operações realizadas com produtos nacionais. Há, inclusive decisões do Supremo Tribunal Federal nesse sentido.

É certo que uma resolução do Senado pode fixar alíquotas interestaduais. Isso está posto, de maneira clara, no art. nº 155, Parágrafo 2º, IV, da Constituição. É igualmente certo o fato de que essas alíquotas podem variar de acordo com a região do País. Aliás, a Resolução nº 22, de 1989, estabelece duas alíquotas para o ICMS nas operações interestaduais: 7% e a alíquota básica de 12%. Mas isso foi feito com respaldo na parte final do mencionado art. 151, Inciso I, da Constituição Federal para equilibrar o progresso das regiões do País. Isso realmente é possível. Agora, o que a resolução do Senado não pode fazer é fixar alíquotas de ICMS diferentes para produtos nacionais e importados similares.

Chamo a atenção de V. Ex^{as} para um dispositivo da Organização Mundial do Comércio. Leio: “os bens importados devem receber o mesmo tratamento recebido a equivalente de origem nacional”

Outro princípio que me parece violado...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Dr. Roque, eu só pediria para que V. S^a fosse concluindo porque o tempo já expirou.

O SR. ROQUE CARRAZA – Então, peço vênias apenas para levantar a seguinte questão: o princípio da seletividade do ICMS permite até que resoluções do Senado fixem valores diferentes para mercadorias mais essenciais. É verdade. Mas o que torna a merca-

doria mais essencial é a sua natureza intrínseca, não a sua procedência. Uma mercadoria não será mais ou menos essencial de acordo com a sua origem, mas, sim, de acordo com a sua propriedade intrínseca, com a sua própria natureza. Enfim, rejeitando, *data maxima venia*, o projeto de resolução do Senado, V. Ex^{as} estarão reafirmando a pujança do princípio federativo e dando, a meu ver, adequada interpretação ao texto constitucional.

Agradeço a gentileza e bondade de me terem ouvido. (*Palmas.*).

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Dr. Roque Carraza.

Com a palavra agora o Professor Heleno Taveira Torres.

V. S^a pode fazer aqui também, sem problemas. Dez minutos.

O SR. HELENO TAVEIRA TORRES. – Exm^o Sr. Senador Delcídio do Amaral, Exm^o Sr. Senador Eunício Oliveira, em nome de quem saúdo esta Mesa e também aos eminentes Senadores, Sr^{as} e Srs. aqui presentes, tenho a honra de me dirigir a esta Casa, o Senado da República, em um momento fundamental. Essa discussão já permeia o Direito Tributário de há muito. Clamamos por uma solução para a guerra fiscal de há muito, Senador Delcídio, não é de hoje. O Senador Dornelles, que está aqui, foi um dos grandes batalhadores por reformas tributárias que se sucederam e malograram neste País.

Esperamos que aqui tenhamos o início de um grande momento, mas de um grande momento que seja coerente com aquela carta, aquele grande contrato social firmado também, por assim dizer, entre os Estados da República, que é a Constituição Federal. Nenhum acordo político pode ter prevalência sobre o Texto Constitucional. Então, precisamos entender basicamente, nesta sessão, que, se o Projeto de Resolução nº 72, de autoria do eminente Senador Romero Jucá, a quem saúdo com veemência nesta sessão porque tenho admiração profunda por V. Ex^a, suporta, na linha do que falou o Dr. Roque Carraza, uma verificação de compatibilidade com a Constituição.

Quero insistir em ponto, com a devida vênias aos senhores que me antecederam: o processo de desindustrialização do País não decorre dos incentivos fiscais de ICMS apenas. É um problema estrutural, é um problema de apreciação de câmbio, é um problema de juros altos, que, por muito tempo, persistiram neste País, é um problema de reformas tributárias que não foram feitas, de uma carga tributária pesadíssima inclusive sobre folha de salário, algo destrutível para nossa economia. Portanto, a solução não está somente na guerra portos, está também na guerra tributária como um

todo. Se é para reduzir ou eliminar uma guerra, temos que reduzir ou eliminar todo o processo que deteriora as relações tributárias entre os Estados da Federação.

Por isso, qualquer medida não pode ser adotada à revelia da Constituição. Precisamos verificar como chegamos até aqui. Chegamos até aqui porque o Supremo Tribunal Federal, por mais de vinte anos, negou-se a julgar diversos processos sobre guerra fiscal, que lá se encontravam. Sejamos verdadeiros nesse ponto. No ano passado, e muito em função deste projeto de resolução que hoje aqui se discute, o Supremo Tribunal Federal retornou à pauta diversos desses julgamentos.

São Paulo e Espírito Santo mantiveram compromissos entre eles, inclusive, para não julgar os incentivos do Fundap no próprio Supremo Tribunal Federal. E os governos, tanto do Fernando Henrique Cardoso, quanto do Lula se negaram a aprovar reforma tributária completa na Constituição; não levaram à frente esses projetos. Resultado: somando isso com a negligência da nossa administração tributária na defesa comercial, anos e anos de negligência na defesa comercial deste País, chegamos então a um modelo complexo, extremamente difícil de solução no momento que é encontrar, dentro do pacto federativo, uma solução para a guerra fiscal, que hoje se apresenta sob a terminologia de guerra dos portos.

Por favor.

No final, o que se teme é isto: que o contribuinte pague a conta enquanto for mantida a guerra fiscal. Em uma ou outra forma, se virmos aprovada essa resolução ou se alguma outra forma não for adequada para eliminar na sua integralidade a guerra fiscal, o último a pagar a conta é o contribuinte. Quer com perda de empregos, quer com valores elevados no preço de seus bens.

Por isso, é fundamental examinar que o critério que o Supremo Tribunal reclama é exatamente aquele da ilicitude de certos incentivos fiscais concedidos em contrariedade à Lei complementar nº 2.475. Então, um dos elementos importantes aqui desta discussão não é só o problema da Resolução nº 72, mas é também verificar se os requisitos veiculados pela lei complementar são ainda coerentes com esta Constituição vigente, uma lei complementar de 1975, ainda de um período de regime militar e que não tem mais cabimento à luz do federalismo e do Estado democrático de direito da atualidade.

No âmbito da União Europeia, a solução para problemas típicos de incentivos fiscais foi resolvido com dois procedimentos básicos: o congelamento dos incentivos fiscais e um progressivo desmantelamento desses instrumentos. Pela resolução de conselho dos representantes dos estados membros, em 1997, essas

medidas de congelamento e desmantelamento geraram, no código de conduta da União Europeia, instrumentos importantes não para impedir a organização de novos incentivos fiscais e sim garantir o equilíbrio entre os países membros da União Europeia.

Não é diferente o que se pede aqui. O que se propõe é verificar a necessária compatibilidade de soluções para incentivos fiscais danosos para a indústria brasileira à luz da Constituição, garantido o equilíbrio do pacto federativo e, especialmente, um valor fundamental que está no artigo 3º como mandamento de objetivo do Estado, que é aquele da necessária redução de desigualdades regionais. Por isso, essa lei complementar requer atualização. A exigência de unanimidade entre os Estados para conceder benefícios fiscais já não pode prosperar, não tem sentido falar em unanimidade dos Estados. E a nossa proposta é que esse tratamento seja idêntico ao que se estabelece para revogação de incentivos fiscais. No mesmo artigo está ali disciplinado que é necessária a unanimidade para a concessão e quatro quintos para revogação. Ora, não tem o menor cabimento, num Estado democrático de direito, uma Constituição com órgãos que não reconheçam a diferença de minorias. Não há um único órgão na Constituição que decida por unanimidade, Senador Delcídio. Um único órgão! Todos os órgãos do nosso ordenamento jurídico decidem por maioria, seja por maioria absoluta, seja de dois terços, seja com outros coeficientes; nenhum por unanimidade.

Pode passar, por favor.

Então observamos que a exigência de mudança de lei complementar é um fator importante. Mas não é só isso. Nós temos que realmente reduzir esse peso desmedido do sistema tributário, mas não vamos discutir isso porque é pacífico. Se o Senado tem esse enorme e de grande relevância papel de avaliar periodicamente a funcionalidade do sistema tributário nacional, e a discussão de hoje está centrada exatamente num momento desse sistema que é a funcionalidade do ICMS, vejamos o que diz o Texto constitucional.

Diz que a resolução do Senado aprovada por maioria absoluta dos seus membros estabelecerá as alíquotas aplicáveis às operações e prestações interestaduais e de exportação. Nessa linha, somente a alíquota pode ser objeto de tratamento pela resolução. Na resolução que temos hoje, a de nº 22, nós temos 12% e 7% de alíquotas interestaduais.

O Projeto de Resolução nº 72 original trazia essa alíquota em zero por cento. Nós sabemos que há outros substitutivos, outras propostas de emenda, talvez não seja essa versão original que passe, mas o importante que temos que identificar é isto: é possível estabelecer alíquota zero? Não, não é. Não é porque

isso equivaleria a incentivo fiscal e só lei complementar pode dispor sobre incentivo fiscal; somente lei complementar ou mediante convênio. O segundo aspecto é que isso poderia enfrentar, diferentemente do que entendem outros colegas, um problema severo com a não cumulatividade do ICMS. Outro aspecto relevante é que o parágrafo 1º e o parágrafo 2º remetem ao Confaz o compromisso de baixar normas para fim de enquadramento de bens e mercadorias. Ora, então nós teremos um tratamento diferenciado por bens ou mercadorias que vai de encontro a tudo aquilo que disse o professor Roque Carraza.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Pediria só um minuto para concluir, Sr. Presidente.

Mais especificamente no tratado internacional do GATT, é dito de forma expressa que é vedado o tratamento diferenciado entre produtos nacionais e importados no que concerne a qualquer forma de tratamento tributário. Se os senhores me permitirem, eu posso ler, mas “a qualquer forma de tratamento diferenciado em matéria tributária”.

Passemos à próxima.

O que eu entendo é que solução fundamental para isso seria estabelecer alíquota única de 4% para todas as operações interestaduais sem discriminação. Essa é a solução definitiva para a guerra fiscal no Brasil. Se é para estabelecer alíquota de 4% para operações interestaduais com importados, que se estenda tudo isso a todas, sob pena de termos um enfrentamento no Supremo Tribunal Federal por razões de inconstitucionalidade que aqui já foram muito bem apontadas pelo Prof. Roque Carraza, por incompatibilidade com o acordo GATT, porque estaremos ferindo diferenças de tratamento dentro do País e porque necessariamente não podemos esperar que só a Resolução seja suficiente para resolver esse problema pois é necessário lei complementar que disponha sobre os regimes de créditos.

Nós temos, Senador Delcídio, na outra ponta, Estados que glosam esses créditos; temos também Estados que não têm nada a ver com isso, que não concedem incentivo fiscal nenhum, estão tributando as operações de entrada, e perderão receita com essa medida. Teremos também, nessa ponta, Municípios que não têm nada a ver com esse processo e perderão receita com essa medida.

Então, essa é uma questão federativa da maior relevância para o que a lei complementar deve ser chamada como meio necessário para um amplo debate que envolva esta Casa do Senado em complementação com a Câmara dos Deputados para uma solução global. Enquanto não vier, essa Resolução pode ter

aplicação, e nessa aplicação a competência do Senado pode ser exercida. Que o seja, mas que o faça de forma global, não 12% ou 7%, mas 4%, como já se discutiu nesta Casa, como uma alíquota única para operações interestaduais. Isso será constitucional, coerente com os fundamentos da Constituição brasileira.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Prof. Heleno Taveira Torres.

Depois de uma grande caminhada, o último convidado, Dr. Tiago Cedraz, advogado.

O SR. TIAGO CEDRAZ – Obrigado, Presidente. Posso falar daqui, não tem problema, até prefiro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Prefere? Por favor, não se avexe não. Ajoelhou tem que rezar.

V. Sª tem dez minutos.

O SR. TIAGO CEDRAZ – Sr. Presidente, agradeço pela oportunidade de comparecer a este debate, democrático e importante para todos os Estados da Federação.

Gostaria de cumprimentar os membros da Mesa e os demais Senadores na pessoa do Senador Eunício Oliveira, Presidente da CCJ.

Ciente, Sr. Presidente, do tamanho do nosso papel nesta audiência que é meramente subsidiar os Exm^{os} Srs. Senadores para exercerem de fato o controle da constitucionalidade e definirem a necessidade e a conveniência da aprovação dessa resolução – questões políticas, econômicas, sociais.

Também, Sr. Presidente, gostaria de louvar o trabalho da Consultoria Legislativa desta Casa, cuja competência é reconhecida; já elaborou, como devido, sua análise de constitucionalidade desse projeto.

E, Sr. Presidente, já pelo adiantado da hora, vou tentar ser o mais curto possível e me ater unicamente às questões de natureza jurídica.

Pode passar, por favor.

Nesse particular, identificamos, para ser bem sucinto, três questões jurídicas em debates, as quais consideramos as mais relevantes. A primeira diz respeito à competência do Senado, via resolução, estabelecer alíquota zero do ICM nas operações interestaduais; a segunda, que o Prof. Roque já mencionou, sobre uma possível ocorrência de discriminação tributária ilegítima, dado um tratamento supostamente mais gravoso aos produtos importados; e, se há algum tipo de alteração no regime constitucional de partilha da receita do ICM.

Por favor.

Sr. Presidente, a discussão sobre a competência do Senado coloca em lados opostos dois artigos da Constituição: 155, §2º, IV e 155, § 2º, XII. O Prof. Roque, na brilhante exposição que nos antecedeu,

ressaltou, em caso de isenção, incentivo e benefício fiscal, a necessidade da lei complementar. Mas, Sr. Presidente, o art. 155, § 2º, XII já foi prestigiado com a edição da Lei Complementar nº 2.475, que disciplina quais são os requisitos para concessão e revogação dos benefícios, ou seja, a concordância unânime de todos os membros do Confaz.

A definição da alíquota pelo Senado observa o texto do art. 155 §2º, IV, que diz:

“ IV – resolução do Senado Federal, de iniciativa do Presidente da República ou de um terço dos Senadores, aprovada pela maioria absoluta, estabelecerá as alíquotas aplicáveis às operações (...) interestaduais (...)”.

A discussão, afinal, fica: é ou não é benefício?

Então, bem claro que benefícios foram aqueles concedidos pelos Estados na legislação estadual, gerando uma vantagem competitiva. Aqui, não se trata nem de benefício, nem de isenção, apenas a definição da alíquota: podia ser 0,5%, podia ser 2%.

Antigamente se falava em zero; agora, já se fala em dois, já se fala em quatro.

Então, está claro que aquele argumento de que 0% é um benefício, uma isenção travestida, não persiste, porque já se fala agora em dois e já se fala em quatro. Então, Sr. Presidente, com relação a essa primeira discussão, vale a pena ressaltar que essa alíquota vai ser aplicada de forma uniforme; ou seja, o benefício também seria se um Estado tivesse um benefício em detrimento do outro, o que não se verifica pois a alíquota é uniforme para aqueles produtos importados.

O segundo questionamento diz respeito à provável existência de tratamento tributário mais gravoso, criando a assim chamada discriminação tributária ilegítima. Sr. Presidente, o art. 152, já citado também pelo Prof. Roque e que traz essa previsão, fala da impossibilidade de se diferenciarem bens e serviços em razão da procedência ou destino; ou seja, um Estado não pode, em detrimento de outro especificamente, criar esse benefício.

Nesse caso, novamente o mesmo argumento: o que está sendo criado via resolução é uma obrigação geral, irrestrita para todos os Estados. Precedente do Supremo também nesse sentido, tanto neste caso como no outro caso... Tem um caso em Minas Gerais, onde se criou uma alíquota para a farinha de trigo. O Supremo disse que, como se criou para todos os Estados da Federação, não se pode dizer que, em razão da procedência, se está criando uma distinção.

Agora, com relação ao que foi mencionado pelo Prof. Heleno, com relação aos acordos internacionais firmados, ao GATT, os tratados internacionais preveem que o Brasil não vai diferenciar produto de determinado

país. Novamente, não há país algum cuja procedência vá ser discriminada pela resolução, que se aplica a todo e qualquer país e a todo e qualquer produto.

Então, mais uma vez, no nosso humilde entender, Prof. Heleno, não se consubstancia a discriminação.

Terceiro questionamento, por favor.

Com relação à violação do regime constitucional de partilha de receita, a partilha da receita prevista no art. 155, §2º, inciso VII, está colocada ali e estabelece: “a) alíquota interestadual, quando o destinatário for contribuinte do imposto; b) a alíquota interna, quando o destinatário não for contribuinte dele”.

Sr. Presidente, a resolução não toca nesse aspecto. O que se verifica, na verdade, ao final, pelas projeções feitas pelos *experts* em Economia, é que, provavelmente, o mercado vá reagir quando implementada essa resolução. Alguns Estados da Federação vão aumentar receita, e outros vão diminuir. Isso é consequência.

Não há, em nenhum aspecto, no texto da resolução, alteração dessa partilha. E essa consequência acontece quando se majora alíquota, quando se diminui alíquota, e não se pode prever com exatidão. Tem-se a estimativa de que alguns Estados terão receita maior, e outros, uma receita menor.

Sr. Presidente, mais três minutos?

Há outra discussão posta, está no próximo *slide*, com relação à anualidade.

Foi colocada na discussão por Santa Catarina, com relação à anualidade, só que o conceito de anualidade tratado no âmbito das disposições orçamentárias. Em direito tributário, seria correto o respeito ao princípio da anterioridade tributária, que prevê que o tributo será observado no ano subsequente ou, se muito próximo do final do ano, pelo menos após 90 dias.

Nesse caso, não se fala em instituição de tributo, nem majoração de tributo, que é para a regra de anterioridade tributária. Nesse caso, estamos falando de diminuição de alíquota.

Por fim, Sr. Presidente, concluindo, o Prof. Heleno falou com muita propriedade que, durante muito tempo, as Adins aguardaram julgamento no Supremo, mas também, Dr. Heleno, há de ser louvada a posição do Executivo, que decidiu dar ao tema tratamento prioritário. Então, verifica-se no tratamento dado pela equipe da Fazenda a vontade de se tratar e resolver o tema de uma vez. Fico preocupado, pois fico com a impressão de que esses efeitos, por exemplo aumento de arrecadação – são efeito prático depois de implementada a resolução, então, sendo considerados o cerne da inconstitucionalidade. São os efeitos da resolução.

A minha receita diminuiu; logo, é inconstitucional, mas a constituição propriamente dita do texto da resolução, no nosso humilde entender, não se verifica.

Por favor.

Por fim, apenas um resumo do que vem acontecendo: os Estados não passam, porque, respeitando a lei complementar mencionada pelo Prof. Roque, os Estados deveriam submeter ao Confaz e, à unanimidade, o Confaz aprovar, coisa que nunca aconteceu e que gerou essa enxurrada de ações de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal.

Mais um por favor.

A conclusão é de que o Projeto de Resolução do Senado nº 72, do Senado, revela-se em conformidade com a competência que lhe foi constitucionalmente outorgada nos termos do art. 155.

Prof. Roque, compete ao Senado....os dois incisos – o IV, que fala da competência do Senado, e o XII, que fala da necessidade de lei complementar – não competem entre si; são harmoniosos. O legislador, na verdade, gostaria de impedir a qualquer custo a guerra fiscal. Então, o artigo que prevê a necessidade de o Confaz, justamente... Para se conceder um benefício, é preciso que vocês se entendam e, mediante consenso, para não eclodir uma disputa... E o artigo que trata da competência do Senado, que é a casa que representa a Federação, para estabelecer alíquota interestadual, nada mais justo que a Casa que representa a Federação o faça, do que uma federação, de forma isolada, faça isso a seu melhor proveito.

Então, o projeto de resolução revela-se adequado e razoável ao fim que se destina, qual seja eliminar o tratamento vantajoso atualmente proporcionado por vários Estados às mercadorias importadas. E o projeto de resolução amolda-se ao princípio inserto no art 152, da Constituição, não prevendo discriminação tributária ilegítima.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. HELENO TAVEIRA TORRES – Presidente, o senhor poderia ler o art. 3º do GATT Houve uma divergência na leitura.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vamos ter oportunidade de debater agora. Quando os Senadores questionarem, V. Sª terá oportunidade de exercer o contraditório.

Nós vamos, agora, iniciar o período dos Senadores inscritos.

Vamos começar pelos autores dos requerimentos. Eu queria perguntar aos Senadores e Senadoras se a gente poderia fazer uma arguição de todos os Senadores de uma vez só e, então, eu passaria, na mesma sequência, a palavra a cada expositor, por-

que senão nem sei até que hora nós vamos ficar aqui nesse debate.

Se estiverem de acordo... *(Pausa.)*

Vou seguir esse critério.

Fazemos o seguinte: aos autores de requerimentos vamos dar até cinco minutos e, depois, aos demais Senadores inscritos, os três minutos dentro do Regimento, dentro do que foi dito aqui no início e também ontem pelo Senador Eunício.

Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, na condição de relator dessa matéria na Comissão de Constituição e Justiça, eu me julgo com absoluta condição de fazer esse relatório, cômico da minha responsabilidade, do meu compromisso com o meu Estado e do meu compromisso com o Brasil. Vou agradecer, mas, devido à escassez de tempo, não será possível o debate. Então, vou expressar todo o meu sentimento no parecer que vou oferecer na Comissão de Constituição e Justiça.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Ricardo Ferraço. Senador Armando Monteiro

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Muito rapidamente, Presidente, quero registrar que as exposições hoje oferecidas aqui confirmam, de forma inequívoca, o entendimento de que, do ponto de vista da lógica econômica, do interesse nacional, a manutenção desses incentivos nos parece claramente uma posição que fere, que lesa, lesiona, os interesses do País, não apenas porque desequilibra a concorrência empresarial, não apenas porque desestimula a formação do investimento e do capital fixo em nosso País, penalizando especialmente os trabalhadores porque, sem o investimento e a formação do capital fixo, não há geração de empregos.

Por outro lado, a meu ver, tensiona as próprias relações federativas, posto que, em grande medida, você está concedendo incentivo com o chapéu alheio, ou seja, tensionando esse pacto federativo que é, de resto, tão tensionado pela situação que nós identificamos.

A questão que se coloca, a meu ver, é: qual o papel que o Congresso Nacional deve desempenhar nesse momento? O Congresso tem a oportunidade de decidir sobre uma questão que é relevante. Evidentemente, não podemos deixar de dar os primeiros passos imaginando que vamos resolver todos os conflitos federativos do Brasil, que, de resto, permanecem e que vamos, de um só golpe, promover também uma ampla melhoria do ambiente tributário do nosso País.

Veja que sou Parlamentar há treze anos e devo confessar uma frustração: quando vim para o Congresso

Nacional, inicialmente para a Câmara dos Deputados, vim com a ideia de que poderíamos promover uma reforma tributária neste País. Decorridos treze anos, os mesmos problemas federativos, as nossas contradições, as nossas assimetrias, as nossas desigualdades, não possibilitam que se promova um pacto político que nos conduza a uma reforma tributária ampla. Portanto, na impossibilidade de promover reformas estruturais, o que compete ao Congresso Nacional, todas as vezes que for instado a fazê-lo, é promover melhorias incrementais, seja no ambiente microeconômico, seja no ambiente institucional. É isso que incumbe ao Congresso Nacional fazer.

Nós temos a oportunidade concreta, que nos foi oferecida pela iniciativa do nobre Senador Romero Jucá de poder mitigar, de poder atenuar um quadro grave que se abate hoje sobre a indústria brasileira, causando extraordinários prejuízos socioeconômicos ao País. Portanto, não devemos agora remeter essa discussão à solução dos problemas estruturais que o País acumula há muito tempo, tampouco a aprovação dessa resolução deve diminuir o ímpeto reformista desta Casa, que tem que ter a compreensão de que nós precisamos avançar muito na direção, por exemplo, da redução do custo Brasil, da melhoria do ambiente institucional, da realização das grandes reformas que o nosso Brasil carece. Mas não tem sentido uma posição de imobilismo, de um impasse que de resto será ou poderá ser um impasse permanente.

Eu prefiro ficar com a tranquilidade de quem, diante de uma oportunidade concreta, procurou como parlamentar agir. Quero, portanto, dizer que não tenho nenhuma dúvida de que o Congresso Nacional não se furtará, não tangenciará diante de uma questão como essa. Reconheço que os Estados que serão afetados, se vierem a ser efetivamente afetados – porque eu tenho a compreensão de que essa alíquota que está sendo proposta é superior ao que os Estados efetivamente estão fruindo, eles e os entes municipais, nesse caso. Mas, a acreditar que eles sofrerão perdas, eu acho que é razoável que se discuta mecanismos de compensação, e já houve uma manifestação, ontem, do Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, que trouxe aqui ou pelo menos indica a disposição do Governo Federal de fazer isso.

Ao final, dirigindo-me ao nobre Senador Ricardo Ferraço, que tem sido um Parlamentar exemplar nesta Casa, pela sua combatividade, pela forma com que defende as suas posições, com elegância e com espírito público, quero apenas dizer ao nobre Senador Ricardo Ferraço que ele vai, de resto, como relator na CCJ, decidir segundo os aspectos legais constitucionais, e não na visão apenas do interesse do seu Estado. Essa

questão, pelo menos na visão do que incumbe à CCJ, é uma questão de natureza jurídica e, portanto, esse parecer não pode efetivamente ser contaminado por uma visão meramente regional ou estadual.

Portanto, confio que o nobre Senador Ricardo Ferraço haverá de entender que, com a responsabilidade do papel que lhe cumpre, ele haverá de decidir segundo os preceitos mais amplos que nos remetem a uma análise serena e isenta da questão da constitucionalidade.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Armando Monteiro...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Fui citado e, pelo art. 14, peço a palavra para responder já de pronto ao meu eminente amigo, Senador Armando Monteiro. Se V. Ex^a me autorizar, na condição de Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Ricardo Ferraço, perfeitamente, pelo art. 14

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Senador Armando Monteiro, fique absolutamente seguro e tranquilo que eu saberei responder com altura e responsabilidade ao interesse nacional e ao interesse do meu Estado. E tenho a convicção de que os nossos interesses, tanto os do meu Estado e os interesses nacionais, não são incompatíveis. Muito pelo contrário. Até porque, se há um Estado nesta Federação que fez o dever de casa, que encarou pela frente uma das maiores crises econômicas, administrativas e éticas deste País, este Estado foi o Espírito Santo, este povo foi o capixaba.

Os capixabas deram, nos últimos anos, uma demonstração clara de responsabilidade e de como se dar a volta por cima. Foi isso que nós fizemos no Espírito Santo. Nós nos levantamos, sacudimos a poeira e demos a volta por cima. E é com a responsabilidade que tenho e que me foi delegada pelos capixabas que eu estarei exercendo, na Comissão de Constituição e Justiça, as minhas convicções, e tenho absoluta convicção de que aquilo que estarei relatando é compatível com o interesse do meu Estado e com o interesse do Brasil. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Ricardo Ferraço. Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu não tenho perguntas a fazer, mas eu queria fazer algumas observações e dar algumas informações.

Primeiro dizer que nós debatemos bastante antes de apresentar este projeto e, assim como colocou tão bem o Dr. Tiago Cedraz, o Senado tem atribuição sim e está inferido na sua responsabilidade de tratar este tema. Nós não estamos discriminando produtos importados. Pelo contrário, estamos dando um tratamento igual a todos. Estamos, sim, acabando com a discriminação do produto brasileiro; estamos invertendo e igualando os produtos, porque hoje, na prática, isso não ocorre. Quer dizer, Estados fizeram efetivamente um desbalanceamento da relação entre o produto brasileiro e o produto importado. Estamos aqui retomando a igualdade. Não estamos criando nenhum mecanismo para diferenciar o produto brasileiro perante os produtos importados, assim como não estamos falando contra as importações. Não estamos dizendo que vamos proibir importação. O que estamos dizendo é que as importações têm que ocorrer em pé de igualdade com os produtos brasileiros. O que nós não queremos é criar disparidade negativa para o produto brasileiro.

Qual é a consequência disso? A consequência disso todos nós já sabemos. Está aqui o jornal de hoje da cidade de Manaus: 5 mil desempregados em dois meses na Zona Franca de Manaus, por conta de importação de motocicleta e de aparelhos de ar condicionado. Esse é o retrato.

Se lá está ocorrendo isso e existem mecanismos, imagine o que não ocorre em outras regiões do Brasil.

Segunda questão, nós temos um problema a resolver: exatamente a situação dos Estados que têm esse incentivo. Temos consciência de que não podemos largar de mão os Estados que têm mecanismos. Mas nós já avançamos. O projeto previa alíquota de zero. Já avançamos para 4%, mais do que a arrecadação real dos Estados e Municípios. Então, efetivamente, estamos equilibrando.

Além disso, o Governo não tem se furtado a debater com as bancadas e com os governadores dos Estados uma política de compensação, de investimento em logística, em infraestrutura, em condições para que a atividade econômica desses Estados possa ser suportada até que haja o equilíbrio dessa ação. Então, estamos trabalhando no sentido de construir uma alternativa, mas essa alternativa é urgente.

Por que o Brasil foi o primeiro a sair da crise em 2008/2009? Porque nós tínhamos um mercado interno consumidor que deu substância à produção brasileira, comprou grande parte do PIB brasileiro.

Agora, no momento de dificuldade internacional, nós temos dificuldade de colocar o produto brasileiro por conta do câmbio, por conta dessa própria concorrência internacional muito grande, devido à crise, no exterior, nós vamos abrir o nosso mercado dando

incentivo para produtos importados serem vendidos aqui e tirarem o emprego dos brasileiros? Essa é uma questão decisiva.

Se tivéssemos alguma dúvida quanto à constitucionalidade, o que nós não temos, para resolver essa questão, teríamos até que mudar a lei, se fosse necessário. Não é, porque estamos promovendo equanimidade de alíquotas, e não estamos nem mudando os valores delas. No final a alíquota é a mesma.

Então, eu queria registrar a importância do debate e agradecer a todos os debatedores. Aqui foram apresentadas posições divergentes, mas com muita responsabilidade e, acredito, com amor ao Brasil, com uma ótica patriótica no sentido de debater soluções para o País.

Acredito, Senador Delcídio, que esgotamos, com esta audiência de hoje, o debate nas comissões. Agora, temos que votar a matéria. O Senado precisa se manifestar, porque é urgente, é relevante, é imprescindível que tenhamos aqui a condição de dar uma resposta ao povo brasileiro, às empresas brasileiras e aos trabalhadores brasileiros que estão nas fábricas vendo o seu emprego minguar e a situação ficar cada vez mais difícil.

Agradeço e, como autor da resolução, registro que a proposta, discutida inclusive com o Senador Delcídio, é de que a alíquota seja de 4%, exatamente para minorar as dificuldades dos Estados que estão levantando esses questionamentos.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Romero.

Agora com a palavra o Ministro Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Vou levar para lá esse assunto.

Boa tarde aos Colegas, Senadoras e Senadores, nossos convidados desta tarde.

Participei 100% do tempo na discussão de ontem e na discussão de hoje e fico imaginando que quem está em Casa – essas sessões são exibidas depois pela TV Assembleia –, os nossos telespectadores da TV Senado acabam entendendo menos do que quando começou a assistir, porque quem fala defende o seu ponto de vista e o faz muito bem.

Ontem, por exemplo, foi a vez dos governadores e a grande maioria dos que falaram ontem foi favorável à não aprovação da resolução. Quer dizer, no debate de ontem ganharam os contrários. No debate de hoje, ganharam aqueles que são a favor. Ontem foi 4 a 5, perdendo por quatro, e hoje foi 6 a 3. Então dá para sentir que se trata de assunto extremamente delicado.

Quero repetir mais ou menos o que eu disse ontem. Quando estamos na posição de empresário, de

presidente de uma associação, representante, nós, de fato, lutamos por aquilo que entendemos que é o correto, direito e necessário. Não há erro algum nisso. Mas, quando o homem tem a oportunidade de sair da cadeira de empresário e mudar para a cadeira de governador ou de político, ele passa a ter a visão do público. E ontem a visão do público que nós ouvimos foi estarrecedora, preocupante com o que vai acontecer com os Estados se porventura for aprovada essa Resolução nº 72.

É claro que ouvimos e vimos ontem alguns exageros, não é, Senador Monteiro? Alguns que falam em números muito grandes, muito altos. Mas não podemos, de forma alguma, deixar de debater esse assunto. E hoje foi dito aqui pelos empresários e pelos representantes de associação e ficou bem claro para quem ouviu: o problema da nossa indústria não está só na questão desse ICMS ou da guerra dos portos – longe disso!

E aí concordo com o Senador Monteiro de que nós temos que começar, mas esse começar não significa pegar 14 Estados e colocá-los em grandes dificuldades. É isso que vai acontecer. Para resolver um assunto que é nacional, de 27 Estados, vamos pegar 14 e colocá-los em grandes dificuldades.

Então, o Senado, junto com o Governo, temos que encontrar um jeito, uma forma de transição para fazer isso. O que me preocupa é quando o Governo, como disse ontem, e o Ministro Guido Mantega disse isso há alguns dias também, apresenta formas de compensar com investimentos. O problema é que os Estados que hoje auferem lucros e receita com essa prática contam com esse dinheiro no dia a dia do seu caixa, para as suas despesas correntes. Então, não adianta fazer investimento de longo prazo. Não é que não adiante. O investimento de longo prazo não vai resolver o problema de caixa dos Estados. Então, nós temos que avançar, começar, mas com preocupações.

O Estado de Mato Grosso mesmo – eu disse ontem aqui –, que nem aparece naquela lista dos 14, perde R\$200 milhões quando se retira toda essa operação. É uma coisa que nos preocupa e nós, como Senadores, teremos que tomar essa decisão.

Fiz algumas observações, já concluindo, Sr. Presidente.

A vontade política regional criou uma distorção, porque a União não olhou para o desenvolvimento regional. Só que agora a vontade política nacional, que somos nós, não pode criar outra distorção.

Quando ouço os juristas... E temos demandas no Supremo ou em qualquer lugar, graças a diferentes ideias. Ninguém pensa igual. E vimos hoje aqui juristas brilhantes de um lado, defendendo uma posição,

e juristas brilhantes de outro lado, defendendo outra posição. Para leigo como eu, que não sou da área do Direito, só tenho que comemorar as diferenças, porque é nas diferenças que vamos construir.

Resumindo, quero dizer: nós precisamos avançar. Não podemos ficar no imobilismo. Mas os problemas que o Brasil enfrenta não estão simplesmente nesse ponto. Eu disse aqui várias vezes e quero dizer isso para a Abimaq. Eu importo pá carregadeira, patrol, trator da China – aí os chineses estavam aqui atrás – a um terço do preço praticado no Brasil. Quer dizer, não pode essa diferença de preço estar só na questão da guerra dos portos.

Mais uma vez, temos que começar, mas temos que resolver o problema como um todo, e aí a gente passa por tudo que foi dito aqui: custo de energia, custo de dinheiro, custo de mão de obra, juros altos, problema na nossa folha de pagamento – todos os senhores conhecem os problemas.

Mas quero louvar aqui a atitude de começar com a preocupação de não esculhambarmos aqueles que vêm trabalhando para resolver seus problemas nos Estados hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado.

Não, aqui o art. 14 só vale para Senadora e Senador.

Com a palavra o Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria inicialmente fazer um reparo ao que disse o Deputado Paulinho quando mencionou que em Santa Catarina esse mecanismo de incentivo fiscal gera dois mil empregos. Não é verdade. Ele está mal informado. Gera pelo menos oito mil empregos diretos e, segundo informações que eu possuo, outros vinte mil indiretos, pelo menos, no mínimo.

Portanto, eu só queria fazer essa correção, porque essa audiência é pública e nós temos que transmitir a todos os que participam dela e a todos que assistem a ela números e informações verdadeiras.

Outra informação que ouvi aqui, até com certo espanto, foi a prestada pelo presidente da Abimaq, dizendo que a indústria do vestuário e a indústria têxtil não têm máquinas sendo produzidas no Brasil há 20 anos – máquinas para essa finalidade. Deu até o número de indústrias que existiam e que não existem mais.

Fiquei em dúvida se o fato de essas indústrias não existirem mais tem relação com a guerra dos portos, porque pelo menos na minha região, Santa Catarina, há 20 anos nunca ouvi um empresário do setor têxtil e de confecções falar que comprou máquina no Brasil

para a sua atividade. Todos que eu conheço compram máquinas no exterior, e máquinas muito boas, necessárias para a competitividade e para a produtividade.

Outra informação que eu queria colocar – essa eu faço em relação ao que disse o Dr. Gerdau, que todos nós, no sul do Brasil, respeitamos e admiramos muito pela sua competência, pelo sucesso como empresário e como frequentador assíduo do meu Estado também – é que não vai dar certo para Santa Catarina essa questão dos 4%, porque se o padrão de 4% for instituído para todo Brasil, o senhor mencionou que nós até arrecadaríamos mais, porque hoje são 3%. Na verdade, ninguém mais vai importar por Santa Catarina por questões logísticas, e o senhor sabe disso. Então, os 3% vão ficar valendo nada e os 4% não vão existir; perderemos um bilhão por ano, como disse ontem aqui o Governador Raimundo Colombo. Penso que seria necessário.

Agora, quero manifestar, Sr. Presidente, minha opinião. Aqui ouvindo tantos, e eu ouvi todos ontem e todos hoje – louvo a iniciativa do Senador Romero Jucá; acho que isso permite o debate –, houve queda de exportações brasileiras há muitos anos e não apenas nos últimos anos por causa da guerra dos portos. Vários fatores contribuíram para isso. Nós também sabemos que houve redução de investimentos da indústria brasileira. Houve uma redução drástica, grande, expressiva. O industrial brasileiro não investiu nos últimos 5 anos, 10 anos, 15 anos, tanto quanto investiu na década passada ou retrasada.

Por outro lado, sabemos que muitos empresários brasileiros foram investir no exterior para de lá exportar para cá, ou fizeram parcerias com empresas no estrangeiro para terem, evidentemente, condições de competir no mercado interno e também se firmar no mercado externo. Cito só como exemplo – já fiz isso ontem aqui – a indústria moveleira de Santa Catarina quebrou, deixou de existir por causa da política cambial, e não foi do Governo Lula nem do Governo Dilma, foi de antes. Portanto, não estamos aqui falando de questão ideológica, partidária, estamos falando de questão econômica e, como tal, temos que abrir a análise de uma forma absolutamente desapassionada.

Eu diria que Santa Catarina, por exemplo, não quer e não pode perder esse um bilhão por ano. Por isso já falei ontem, é preciso criar um mecanismo dentro dessa resolução ou de outra que permita que o Estado possa assimilar isso.

Não estou discutindo aqui sobre a legalidade, se o Estado fez direito ou fez errado, mas o fato é que não podemos simplesmente ser penalizados, como muito bem disse aqui o Senador Blairo Maggi. Se fizemos em Santa Catarina, se foi feito no Espírito Santo, se

foi feito em Goiás foi porque o Governo Federal não cumpriu o seu papel e não fez nada. Como continua não fazendo, porque hoje nós queremos para Santa Catarina um regime automotivo, que permita atrair novas empresas para o Brasil e novos investimentos, e o governo demora para nos dar respostas e tomar providências, apesar dos nossos esforços e da humildade até e da postura de reivindicação que fazemos seguidamente.

De qualquer forma, eu diria que outros mecanismos precisam ser feitos, não da compensação, porque compensar não é uma prática que possa ser e deva merecer confiança no Brasil. Lei Kandir é o melhor exemplo disso. O meu Estado perde, perde muito pela falta da aplicação e do cumprimento da Lei Kandir.

Por isso mesmo, eu diria e pergunto, obviamente a todos: será que todos os problemas do Brasil da desindustrialização, do desemprego, da falta de competitividade vão se resolver com essa medida? Não.

Quero votar, Senador Jucá, quero contribuir, mas quero que alguém venha dizer o que vai ser feito com o juro neste Brasil. Desde que José Alencar morreu, ninguém mais falou do juro. O juro está baixando 0.25 pontos a cada reunião do Copom e todo mundo faz festa, e nós continuamos o mais alto do mundo.

O que se vai fazer com a política cambial, que aqui foi muito bem colocada pelo Senador Blairo Maggi, que obriga, que estimula as indústrias brasileiras a promoverem mais importações?

Onde está a redução da carga tributária que não vem, que não se faz, que vergonhosamente coloca o Brasil como o país que mais cobra impostos sobre medicamentos humanos no mundo, 33,9%, contra medicamento veterinário, que só custa 19%?

Onde está a redução do custo Brasil? Onde está a desoneração da folha? Onde estão essas providências, que governos se sucedem e não atacam e não resolvem?

Agora se resolve tudo penalizando três, quatro Estados de forma mais dura e outra meia dúzia de uma forma mais branda, para quê? Para permitir que algum outro Estado importe mais? Tenho certeza de que não é esta a questão. Talvez até possamos falar de constitucionalidade, mas não vou entrar nesse mérito, já disse ontem qual era a minha posição a respeito, mas com certeza, senhores, nós não podemos apenas, Secretário e amigo Deputado Haully – V. Ex^a que comigo tantos anos conviveu na Câmara –, não podemos simplesmente votar essa resolução e dar o assunto por encerrado. É preciso ampliar muito e mais profundamente esse debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Paulo Bauer.

Com a palavra agora o Senador Casildo Maldaner e depois, concluindo os Senadores e Senadoras inscritos, Senador Eduardo Suplicy;.

Aí vou passar a palavra para a Mesa.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC)

– Sr. Presidente, Srs. debatedores, nobres Colegas, que é polêmico o tema não há a menor dúvida. Que o debate está se travando não é de hoje nós sabemos.

O que se debateu e afirmou-se, e não vem de hoje, e mesmo a Carta Magna diz, que o princípio federativo existe e tem que ser respeitado, inclusive a autonomia dos Estados dos Estados Unidos é até diferente e bem mais forte que no Brasil. E os Estados brasileiros, seguindo o princípio federativo, têm procurado adotar aquilo que é de sua competência, e tem procurado até em função do que existe no Brasil hoje, de que o Estado não é regulador, é centralizador na sua arrecadação geral – sabemos disso – dos valores que o Governo Federal arrecada em relação aos Estados e aos Municípios. Por isso essa romaria que nós conhecemos dos prefeitos e dos governadores que vêm a Brasília, que não é de hoje.

Então, não se mexe nisso, não tem se mexido nisso.

E dentro daquelas mínimas competências que os Estados detêm, eles procuram criar alguma sobrevivência, eles têm que procurar atuar nessa linha. No caso do ICMS, como é uma competência estadual, eles têm procurado buscar, até pensando na descentralização do País, até na ramificação do desenvolvimento. Como o Governo Federal tem criado alguns incentivos em regiões do Brasil, há alguns dos Estados, como nós, que temos de procurar dentro do que podemos para atrair, e vamos fazer. Não é diferente em alguns deles, e aqui o Senador Blairo Maggi falou muito bem, há 14 ou 15 Estados que estão nessa situação.

Nós, Santa Catarina, estamos procurando buscar aquilo que nos é possível dentro do princípio federativo, daquilo que é uma questão de sobrevivência; nós fomos buscar, fomos buscar e procuramos. E há, inclusive, dentro desse princípio, uma questão até orçamentária. E há uma programação disso, há motivação de empresas que lá se estabeleceram em função do que prevê, do que está na legislação estadual e do que é garantido, pelo princípio federativo, numa legislação complementar, inclusive, em que o ICMS é tratado, na legislação inferior a isso, ou por legislação ordinária ou por resoluções ou coisa que o valha. Baseadas nisso, várias empresas se estabeleceram.

Ainda hoje de manhã me procuraram, dizendo: “Nós, por exemplo, no Porto de Itajaí, investimos cerca

de R\$200 milhões”. Quer dizer, nós temos cinco portos mais ou menos estruturados em Santa Catarina, e os investimentos aconteceram em cima disso, houve uma motivação para isso, que estou sentindo que é descentralizar os movimentos do Brasil, do norte, do sul para o norte, é uma motivação para nos prepararmos para o futuro.

Agora, se essa Resolução nº 72 entrar em vigor, nós podemos, como o BNDES nos financiou, podemos entregar isso que nós investimos para o BNDES. Nós vamos já despachar, vamos desempregar, no outro dia, centenas de trabalhadores que estão aqui trabalhando, que estão aqui investindo, que estão aqui alocados, que estão aqui vivendo. Não há como. Por quê? Mesmo porque, se é 3%, se é 3,5% hoje, se for para 4%, que melhore 0,5%, como dizia o Senador Paulo Bauer, isso não vai resolver, vai ser a mesma coisa que zerar, porque há o espírito concentrador hoje, e aí não há a menor dúvida de que a concentração vai acontecer, nós sabemos para onde. E aí isso vai dismantelar, vão virar tapera esses portos estruturados, essa logística que, no princípio federativo, tem sido estabelecida.

Isso nos dá uma dor de cabeça enorme, sem dúvida alguma, e aí é um beco sem saída, porque é uma programação orçamentária, é uma programação de vivência, e se abruptamente nós colocarmos em vigor essa resolução, em 90 dias ela vige. E aí? É um drama. Nós precisamos tratar disso numa transição, temos de ter um cuidado com isso. Temos um juramento de bem representar os Estados aqui, cada um de nós, dentro do princípio constitucional, dentro do princípio do Brasil, mas cada um de nós, e a representação dos Estados cabe ao Senado, cabe a nós cuidar disso. Então, temos de ir com cuidado, com calma em relação a essas questões, senão não é fácil.

Quero aqui apenas expressar isso. Já ouvimos o Ministro da Fazenda, sei que ele tem permitido, e aí não é só buscar a compensação, como diz o Ministro Paulo Bauer. Não é compensação, que depende, pode ser momentânea, pode ser uma vez e depois não tem, e aí não se mexe no geral, não se mexe na estrutura nacional. Aí, como diz o Senador Armando Monteiro, que nós respeitamos muito e que Santa Catarina respeita, é um começo. Mas esse começo, na verdade, diz-se que vai mitigar, mas para nós, para 14 Estados, sufoca, ao invés de mitigar. Mitigar com sufocar dá rima, mas são expressões bem antagônicas, positivo e negativo. Isso não é fácil. Nós temos que encontrar um caminho. Sei que está estourando. Hoje, praticamente, sei que Pernambuco, pelo desenvolvimento que tem, pelos portos avançados, até torço para que não sufoque, que continue a se desenvolver. Essa é a saída, mas nós queremos que os portos, que a logística dos

investimentos, que o BNDES, que o Governo Federal autorizou a financiar, inclusive... Aprovou esses projetos, tem aprovado os projetos nessas áreas de logística, e assim por diante. E aí fica difícil nós cortarmos tudo isso agora.

Então, essas são as questões.

Faço esses comentários porque estamos, ultimamente, ruminando uma saída – uma expressão que se usa na serra catarinense: ruminar. Acho que em Mato Grosso também se usa, quem cria gado. Enfim, fica digerindo isso de maneira difícil para encontrar uma saída. Isso nós queremos.

Para finalizar, digo aos ilustres catarinenses – porque para nós é catarinense, não só porque de nascimento eu sou gaúcho e criado no oeste catarinense, sou catarinense – que o Dr. Gerdau tem muitas ligações com o nosso Estado, já dito aqui pelo Senador Paulo Bauer. Mas eu quero tirar uma dúvida. Diz-se que na área siderúrgica, a que o grande amigo Gerdau é relacionado, o Brasil exporta minério, vai para a China muito minério, lá é industrializado em vergalhões, em longarinas, em tubos, e que esse produto, o minério bruto, vai daqui para a China, dá a volta ao mundo, é industrializado lá, vem de novo, nessa distância toda o produto trabalhado e entra no Brasil pagando 14%, ou 12% de ICMS na entrada. Entra no Brasil e ainda se diz que é mais barato que o produzido aqui País. Eu não entendi bem essa mecânica.

Eu deixo esta pergunta porque prometi que iria fazê-la, para me esclarecer em relação a isso.

Pelo respeito que temos, pela amizade que nós temos, desde a época que tive a honra de governar o meu Estado e o Dr. Jorge Gerdau já frequentava, inclusive nas hípicas catarinenses, ele é muito tradicional a isso também, é muito ligado. Desde aquela época nos afinávamos.

Eram essas as minhas colocações, Sr. Presidente e nobres Colegas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner.

Agora, Senador Suplicy. Depois, mais outros dois Senadores se inscreveram, Senador Valadares e Senadora Kátia Abreu. Vou encerrar as inscrições, porque vou passar a palavra para a Mesa para concluirmos esta audiência pública.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Delcídio do Amaral, quero cumprimentar e agradecer a colaboração dos Srs. Secretário Luiz Carlos Haully, Paulo Pereira da Silva, Aguinaldo Diniz Filho, Luiz Aubert Neto, Jorge Gerdau Johannpeter, Michal Gartenkraut, Roque Carraza, Helena Taveira Torres e Tiago Cedraz.

Digo que, como Senador por São Paulo, há uma responsabilidade de um lado de ao mesmo tempo estar muito sensível e consciente da diminuição tão significativa da participação da indústria em relação à potencialidade, inclusive de quem acompanhou o progresso industrial e hoje certamente nos preocupa, do ponto de vista da perda de oportunidade de emprego em relação àquilo que acredito São Paulo possa novamente a ter, principalmente se isso decorre de alguns estímulos fiscais que resultam em importações que não parecem tão racionais, conforme o depoimento da área empresarial.

Mas avalio que, como Senador por São Paulo que esteja preocupado com a harmonia, solidariedade e equidade entre todos os Estados da Federação, este debate está sendo muito rico e acredito que as autoridades do Governo brasileiro estão conscientes em proporcionar aos demais Estados que haja medidas suficientes para manter o objetivo de equidade da federação.

Eu acho que o debate havido ontem e hoje foi muito rico para que todos estejamos mais conscientes das possíveis alternativas.

Acho que o autor, Senador Romero Jucá, ouviu com muita atenção cada uma das ponderações e também tem dialogado com as autoridades da Fazenda, da Receita Federal, que participaram de nossos debates.

Há um aspecto, entretanto, que não tem sido colocado com tanta ênfase, por enquanto, no que diz respeito aos aspectos da competitividade. O Senador Paulo Bauer, por exemplo, mencionou diversos aspectos como política cambial e outros temas sobre a questão fiscal, o custo Brasil etc, que são importantes.

Mas quero adicionar um fator que me parece muito importante e para o qual tanto o meio empresarial quanto o meio de trabalhadores, quanto nós, aqui no Congresso Nacional e no Executivo, precisamos estar atentos. Eu me refiro às formas de transferência de renda que existem nos diversos países do mundo, em especial nos países mais desenvolvidos em relação a nós, pois, se não estivermos conscientes do que lá ocorre, estaremos sendo menos competitivos e deveremos ou protestar, ou fazer semelhante, ou ainda melhor.

O Sr. Jorge Gerdau Johannpeter é responsável por empresas, por seu mérito excepcional, tanto no Brasil quanto em diversos países, inclusive nos Estados Unidos da América. Há pouco, Armando Monteiro me disse que as empresas pelas quais o senhor é responsável hoje inclui oito empresas nos Estados Unidos, na área siderúrgica. Então, o senhor tem uma consciência possivelmente mais clara do que eu vou citar.

Nos Estados Unidos da América, desde 1975, iniciou-se um procedimento denominado crédito fiscal por remuneração recebida – *Earned Income Tax Credit*, que foi aprovado pelos dois principais partidos e foi aumentando durante o governo Bill Clinton. Se o senhor examinar *My Life*, a autobiografia de Bill Clinton, ele tem dezessete citações ao EITC, dizendo que ele ia mais do que dobrar, ia ampliar para casais sem filhos, um filho, dois filhos. O Presidente Barack Obama aumentou para maior valor, inclusive casais com três filhos ou mais.

Para exemplificar, se um trabalhador e sua esposa, nos Estados Unidos da América, no ano passado, tiveram um rendimento da ordem de US\$18 mil, eles tiveram um crédito fiscal por remuneração recebida de US\$5,250, ultrapassando mais de US\$23 mil, que, para um casal com duas crianças, é a linha oficial de pobreza nos Estados Unidos. Ou seja, o conjunto da sociedade norte-americana recolhe impostos, pagos normalmente até pelos que estão nas faixas maiores de renda, e complementa a remuneração dos trabalhadores, tornando-os em melhor condição, provavelmente mais produtivos. Agora, quem complementa essa renda é o conjunto da sociedade.

Em países que competem tanto...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Suplicy, só a questão do tempo, por favor.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sim. Um minuto e meio a mais.

Em países que competem tão diretamente, como o Reino Unido, Tony Blair criou o *Family Tax Credit*, que ali, para um trabalhador que ganha oito mil libras esterlinas, tem direito a 50% a mais de crédito familiar, vai para doze mil a remuneração.

Ora, nós temos aqui o Bolsa Família, que é uma transferência de renda. Mas não se pensou nesse aspecto. Quero transmitir aos senhores e às senhoras que nós, brasileiros, temos que ter consciência disso, pensar qual é a melhor forma.

E eu argumento que a melhor forma para ser estudada por todos é aquela que já é objeto de lei, aprovada por consenso do Congresso Nacional, que um dia vai acontecer uma renda básica de cidadania igual para todos os cidadãos, mas, para isso, eu precisaria de mais de trinta segundos, e vou deixar para outra ocasião em respeito ao apelo do Presidente Delcídio do Amaral. Só quero transmitir ao Sr. Luiz Aubert Neto que, quando a Abimaq quiser comigo discutir e se os empresários Aguinaldo Diniz, Jorge Gerdau Johannpeter quiserem conhecer melhor, disponho-me na hora em que quiserem dialogar em profundidade a respeito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

Agora com a palavra o Senador Valadares e depois, fechando, a Senadora Kátia Abreu.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, senhores convidados, o que me preocupa em todo esse debate não é a questão em si dos incentivos fiscais, que, no momento, estão sendo concedidos a alguns Estados, como o Espírito Santo, por exemplo, à importação. Mesmo porque, e isso já foi demonstrado pelos oradores que me antecederam, essa não é a questão crucial que está causando certa depressão ou falta de crescimento do nosso produto industrial. Há outros fatores que aqui foram analisados, inclusive taxa de juros, crise internacional. Enfim, vários são os fatores que contribuem para o recrudescimento dessa crise de diminuição do PIB na indústria brasileira.

O que me preocupa, na realidade, em primeiro lugar, Sr. Presidente, é que a nossa Federação tem uma proeminência efetiva consolidada da União. A União tem mais receitas porque as contribuições não entram na conta das transferências voluntárias. E a das transferências obrigatórias no Fundo de Participação, por exemplo, dos Estados, a União tem uma receita que é substancial, e teimosamente não divide com os Entes Federados, pelo menos na mesma proporção que os Entes Federados entram na composição da receita da União. Não há uma contrapartida efetiva que consolide esse processo de fortalecimento da nossa Federação envolvendo Estados e Municípios.

Assim, para abreviar esta questão, já que estamos no final desta audiência pública, o que nós vemos é que o Senador Romero Jucá, que é um legislador consciente de seu papel de formular propostas em benefício do Executivo, notadamente porque ele pensa no País, mas, no momento em que apresentou essa resolução, ele pensou na possibilidade de o Governo vencer etapas. Em vez de um projeto de lei complementar, que passaria na Câmara, no Senado, podendo sair daqui do Senado ir para a Câmara e, da Câmara, voltar para o Senado, um caminho muito longínquo, difícil de você adotar uma perspectiva de que essa lei complementar poderia ser ou não aprovada. Aí para queimar etapa: projeto de resolução dispondo sobre incentivos fiscais, que podem ser ou não concedidos.

Então, Presidente, a meu ver, a proposta boa, consentânea com a Constituição, é a que V. Ex^a relatou, porque é um projeto de lei complementar, que inclusive acaba com essa camisa de força que representa hoje o Confaz, onde todas as decisões são tomadas por unanimidade. Na época da ditadura, tudo bem, isso era permitido, mas, hoje, estamos em um regime de plena

democracia, estamos vivendo na plenitude do regime democrático. Por que, então, não aguardar o relatório de V. Ex^a e essa resolução ser deixada um pouco de lado e aproveitá-la, como estamos aproveitando, visando ao debate, que é construtivo, que é bom, uma vez que estamos aprendendo e muito com os nossos visitantes, com os governadores que aqui vieram?

Portanto, Sr. Presidente, para finalizar, aqui está a Lei Complementar nº24, de 07/01/1975, antes da Constituição de 1988, que dispõe sobre os convênios para concessão de isenções do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e dá outras providências.

Pois essa disposição, da unanimidade do Confaz, foi nesta Lei, que ainda está em vigor.

Se alguém quiser, no âmbito federal, ter os incentivos fiscais do ICMS, tem que se alterar essa lei e as posteriores, que foram aprovadas depois dela.

Acho que o Senado Federal cumpre um papel importante ao debater essa matéria, Sr. Presidente, mas deveria levar em consideração fundamentalmente que, como nós participamos de uma Federação, isso vai impactar os Estados, que vão tomar prejuízo, como Espírito Santo, Santa Catarina e tantos outros que aqui foram citados. Deveríamos entender, já que se quer aprovar mesmo por cima de pau e pedra, mesmo sabendo que essa questão vai ser judicializada, vai bater às portas do Supremo, já que se quer aprovar assim, por que não se adota uma regra de transição, permitindo aos Estados perdedores a possibilidade de rearrumar as suas receitas em dez anos ou quinze anos até a complementação da alíquota de 4%?

Esta é a minha sugestão, Sr. Presidente, parabenizando V. Ex^a por ser relator de uma matéria tão importante. Esta, sim, é que define de forma constitucional o problema dos incentivos. E quero também felicitar todos os que participaram dos debates, que nos deram verdadeiras aulas de conhecimento técnico sobre o assunto.

Agradeço V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Valadares pelas palavras.

A última Senadora inscrita é a Senadora Kátia Abreu.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Obrigada, Sr. Presidente.

Gostaria de agradecer a presença de todos, parabenizar por esta audiência, por este debate tão intenso e tão produtivo neste momento.

Apenas um comentário bastante rápido por conta do horário e da nossa Ordem do Dia: como disse Armando Monteiro, e gostaria aqui de reafirmar, é a

questão principal do imobilismo do Congresso Nacional diante das reformas que nos coloca diante dessas situações. Isto é que é desanimador: os Estados terem que recorrer a mecanismos de distorções, de excrescências econômicas, porque imposto reduzido de importação é uma excrescência econômica, isso não existe, total e absoluta, sem querer ofender os Estados, sem querer tirar deles o direito do desespero de encontrar soluções para terem receitas. Que é uma excrescência todo mundo já sabe.

Os próprios governadores desses Estados estão cientes disso e que algum caminho precisa ser encontrado para minimizar essa transposição de situação, mas continuar com elas – situações que se arrastam por trinta anos –, isso não é mais possível. O Brasil e o Congresso Nacional precisam ter decisão política para contornar essas situações. Vamos, no entendimento desta Casa..., porque, a cada dia que passa, estamos vendo a ausência das reformas, fazendo com que os Estados se rivalizem aqui dentro: um dia é pelo pré-sal; um dia é pela origem e pelo destino dos ICMS; um dia é pela isenção do ICMS; um dia é pela guerra da industrialização.

Quer dizer, estamos criando um país de malucos, e quem sofre com isso é o povo – não é demagogia dizer isso –, é a sociedade, são os empresários, que enlouquecem para trabalhar neste País. E, quando digo empresários, 80% são micro e pequenos empresários neste País, são os trabalhadores com insegurança jurídica.

Então, por essa esculhambação geral por falta de reformas é que critico a minha Casa, o Congresso Nacional. Não é presidente da República que faz reforma, não; quem faz reforma é Deputado e Senador, governo querendo ou não. Cada um tem a sua responsabilidade sobre isso.

Agora, dizer, por exemplo, que o câmbio, os encargos da folha são os grandes algozes da indústria, eu tenho minhas dúvidas – claro que sim, que são difíceis. Essa questão prejudica a indústria, sim, mas, muito pior do que isso, o que está destruindo a indústria nacional é a falta de poupança interna, Dr. Gerdau. Apreendi isso há muito tempo com o senhor, na nossa ação empresarial. Não existe poupança interna no País. Estamos importando poupança, poupança externa, gerando déficit, e não se deixa a taxa de juros cair. E por que vai dar poupança interna, se fizer a reforma da Previdência, a reforma administrativa para cortar gastos correntes e limitar os gastos de governo? Não é deste governo; é de qualquer governo. Vamos fazer para o próximo governo, mas vamos fazer. Fazer as privatizações, acelerar as concessões, as privatizações.

Não é fazer como os portos do Brasil: depois de 200 anos abertos por D. João VI, eles são fechados por um decreto da secretaria dos portos, que impede a construção de porto privado misto. Então, as reformas – administrativa, trabalhista, tributária, previdenciária – é que vão dar, de fato, oportunidade ao País para ter a sua poupança interna. Aí, sim, a indústria vai ter um câmbio equilibrado e também a queda nas taxas de juros.

Então, só clamo por isto, e concordo inteiramente com as opiniões a respeito – já disse no início. Precisamos focar nas reformas e não perder o sentido, porque estamos vivendo no curto e no médio prazo. Só se fala em Copom, no dia da reunião, na taxa da inflação, em superávit, se a taxa de juros vai cair, e em qual é o câmbio.

Ninguém está falando nas questões estruturantes do País; só na conjuntura, que é o curto e médio prazo. Agora, o futuro se constrói hoje. Precisamos construir o futuro hoje, e não esperar o desastre chegar para ele ser construído. Então, o curto prazo, bem ou mal... Com tudo o que a Presidente herdou, ela está fazendo bem o seu dever de casa, o Banco Central está agindo bem, mas e o estruturante? E o estrutural deste País? E as reformas que precisamos fazer?

Então, quero aqui reiterar o que disse o Armandinho, apoiá-lo integralmente e dizer que estamos vivendo mais uma divisão no País, mais uma divisão entre Estados, uma situação constrangedora entre os colegas Senadores. E não precisava nada disso, se todos resolvêssemos, decidíssemos e comunicássemos o Governo, que iria aplaudir se fizéssemos as reformas necessárias.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigada, Senadora Kátia Abreu. E pela precisão também no tempo.

Agora, vou devolver a palavra para a Mesa. Vou conceder três minutos para cada expositor, na mesma sequência, começando com o secretário de Fazenda do Estado do Paraná, Luiz Carlos Hauly.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY – Muito bem. Acho que não nos devemos dividir: nem Estados, nem Senadores, nem Municípios. O Brasil tem de se unir neste momento para enfrentar a maior máquina de manufatura da história da humanidade, que é a China e os países do sudeste asiático.

A brincadeira do benefício fiscal dos Estados acabou. Acabou. Tem que acabar aqui no Senado da República. Os secretários de Fazenda não conseguiram pôr fim à guerra fiscal, porque não têm autonomia. Há os seus governadores e outros interesses envolvidos. Eu falo como um Estado que dá incentivo defensivamente,

e peço a Deus que ilumine os Senadores. Com muita alegria, ouvi a posição do Governo. Sendo um homem de oposição, me solidarizei no primeiro minuto com o Ministro Mantega, o Nelson Barbosa e a Presidente Dilma, para colocar fim à guerra fiscal. Ela é danosa. São R\$300 bilhões, em 2010, de importação. A alíquota de 3%, se aumentar para 4%, você vai ganhar. Nenhum Estado da Federação vai perder, a não ser que o seu porto diminua a condição. Santa Catarina tem um dos melhores portos do Brasil, como o Paraná também tem um excelente porto. Temos uma força grande. Eu duvido – duvido e desafio qualquer um para discutir isso – que vá perder receita na importação. Estou desafiando! Desafio qualquer um para dizer.

A mudança vai trazer mais receitas, vai trazer ordenamento, vai trazer a moralização do setor e a competitividade. Não é tudo. Estou focando só no fatiado, só nesse tema hoje. Não estou falando de reforma tributária, não estou falando de pacto federativo, nem de impacto social; estou falando só de resolver o problema da importação, que é gravíssimo. Resolveu esse? Vamos, em seguida, resolver o outro.

O Supremo vai decidir a matéria, vai ter repercussão geral, mas o Senado vai decidir antes do Supremo, porque aqui é a Casa dos Estados. Concordo que deva ser por resolução. É constitucional, é legal a resolução, atende todos os requisitos – está aqui o parecer da Procuradoria da Fazenda Nacional na mesma linha do Tiago Cedraz – brilhante posição, quero homenageá-lo e dizer que realmente o Senado da República não pode abrir mão das suas prerrogativas: aqui é a Casa dos Estados. Senadores da República, o Parlamento tem de ser valorizado, e o Senado também. Por isso, acredito na força e na capacidade de discernimento, o que vai ser bom para Santa Catarina, para o Paraná, para o Espírito Santo, para o Brasil. Vai ter muita receita.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Secretário Hauly, que se está retirando porque vai pegar um avião para Curitiba. Quero só comunicar que o Dr. Michal Gartenkraut também teve de se retirar, porque tinha já um voo marcado. E também o Deputado Paulo Pereira da Silva se retirou por causa de uma reunião com o Ministro Guido Mantega.

Portanto, passo a palavra agora ao Dr. Aguinaldo Diniz Filho por três minutos.

O DR. AGUINALDO DINIZ FILHO – Sr. Presidente Dalcídio, para concluir, a colocação de um setor, a colocação de um setor que emprega... Queria pegar as palavras do Senador Armando e da Senadora Kátia Abreu, muito bem colocadas. Eu vi uma consonância na colocação, muito bem posta, além dos outros Senadores.

O Senador Armando colocou da necessidade de os senhores implementarem rapidamente a votação da Resolução nº 72. Ela não vai resolver por si só. Não há dúvida de que temos um arcabouço tributário para resolver neste País. Acontece, Srs. Senadores, que não temos tempo. O tempo da indústria está expirando. Realmente, não temos tempo. Não podemos permitir... Eu lembro quando o Senador Armando Monteiro era presidente da CNI: várias vezes, participei de reuniões sobre reforma tributária. Não vou entrar no mérito, que extrapola a nossa função de dia a dia, mas concordo que precisamos dessas reformas.

Mas há um detalhe crucial, Senador Delcídio Amaral: nós não podemos esperar. A indústria brasileira como um todo está sendo atacada de uma forma absolutamente não igualitária. A indústria brasileira não quer favores. Ela quer uma condição de competição. Nada mais do que isso, Srs. Senadores. Agora, em sendo votada a Resolução nº72, em sendo votada, como foi dito aqui, se o ICM de 4% passar a vigor, vamos estancar um pouco de uma hemorrhagia existente. Nós não podemos esperar que morra a indústria ou que ela chegue a uma situação de não ter mais condições de sobrevivência.

Então apelo, em nome do setor têxtil de confecção, à consciência dos Srs. Senadores, porque é importante que haja a votação dessa resolução, embora saibamos todos que o nosso problema, o custo Brasil, tem que ser mais discutido.

Queria dizer para o Senador Paulo Bauer que a informação dada de que somente dois mil empregos foram criados, o Deputado Paulinho e o senhor, Senador, falaram que oito mil empregos são gerados, com certeza são... Eu não tenho esse número específico, mas queria dar outro número ao senhor.

Desde 2010, Sr. Senador, 771 mil empregos deixaram de ser gerados no Brasil devido ao incentivo à importação. Esse incentivo representou R\$18,9 bilhões de não formação do PIB. Então, esse é um número que eu gostaria também de deixar com o senhor.

E, como sou cumpridor de horário, muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Dr. Aguinaldo Diniz Filho.

Agora passo a palavra para o Dr. Luiz Aubert Neto, da Abimaq, por três minutos.

O SR. LUIZ AUBERT NETO – Primeiro, quero agradecer o convite. Obrigado. Pena que o Senador Maurílio foi embora. Queria dizer a ele que temo pela produtividade das fazendas dele se ele começar a comprar máquinas da China. Antes de ir embora, ele veio me dizer: “Luiz, eu não sou louco. Estou compran-

do pá carregadeira para pegar estrume de vaca.” Eu falei: então está certo. Ele não é louco de fazer isso.

Outra coisa que eu quero dizer aos senhores: cada celular desse, para os senhores terem uma ideia, equivale a dez toneladas de minério de ferro. Somem quantos celulares existem aqui para saber quanto dá isso.

Quero dizer aos senhores que conhecimento é poder. A Apple hoje, em termos de mercado, vale cinco vezes a Petrobras. Sabem por quê? Porque lá existe conhecimento.

Estamos hoje com esse processo de desindustrialização, perdendo todo o conhecimento da nossa indústria. Senador, quando falei para o senhor da indústria têxtil, é isso, estamos perdendo conhecimento. Alemanha e Inglaterra são os maiores fabricantes de máquinas para a indústria têxtil. Nós perdemos esse conhecimento. Nós dependemos deles hoje para isso.

Hoje, nós não podemos mais nos dar ao luxo de o Brasil perder isso e eu trocar um celular desse por dez toneladas de minério de ferro. Está errado. Nós temos que mudar esse conceito. Nós, da indústria de máquinas, não somos contra a importação de máquinas. É aquilo que o Aguinaldo falou: o que nós queremos é igualdade na briga, porque hoje a briga aqui é de Rambo contra Mazzaropi. O pessoal vem todo armado lá de fora. Você quer comprar uma máquina da Alemanha, são dez anos para pagar, dois anos de carência e juros de 2% ao ano. E ainda quando eu tenho o BNDES aqui a 6,5% ao ano, falam que estou sendo subsidiado. Olhem o absurdo disso.

Então nós queremos igualdade para brigar. Não é a indústria brasileira que não é competitiva; é o Brasil que não está competitivo. É isso que eu quero mostrar para os senhores. E essa guerra fiscal, nós temos que resolver isso rápido. É o que a Senadora falou: isso é para o bem do Brasil, é para o nosso futuro.

Então, esse é o recado que eu quero dar. Obrigada pela oportunidade e que Deus ilumine os senhores para que possamos mudar este País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Dr. Luiz Aubert Neto.

Agora com a palavra o Dr. Jorge Gerdau.

O SR. JORGE GERDAU JOHANNPETER – Os trabalhos foram extremamente produtivos. Creio que realmente vamos conseguir construir algum consenso para a solução dos problemas. Mas gostaria de observar o seguinte: eu aceito que os Estados que usaram mecanismos artificiais para obter resultados em função das contingências e situações globais tenham buscado a sua solução, mas os senhores estão buscando essa solução destruindo a indústria brasileira. Nós já vimos o que os Estados Unidos fizeram. Não é brincadeira

ter um déficit que saiu de 20 positivos para 92 bilhões de déficit da balança comercial, a caminho de chegar a 150 bilhões.

O fato é: o que nós queremos? Nós precisamos, como foi dito pelos nossos juristas inversamente, e o Senador Jucá afirmou corretamente, nós queremos isonomia competitiva. Não pode o produto importado pagar menos imposto do que o produto nacional. E os senhores, nos Estados, estão estimulando o pagamento de menos impostos do que a indústria nacional. Se fosse o contrário, até que eventualmente poderia interessar. Mas eu não posso, a qualquer título, aceitar que o produto importado pague menos impostos do que o brasileiro. E isso está sendo feito na guerra fiscal. Consequentemente, nós temos que arrumar essa guerra fiscal dos portos imediatamente.

Dizer que não faz fatores, que não pesa é olhar todas as coisas de uma forma só. Não se pode dizer que a balança comercial não mudou e toma todos os setores que importam e exportam. Deve-se olhar segmento por segmento. A indústria tinha uma participação no PIB de 27%; está em 17%.

Então, na realidade, o meu apelo é este: vamos aproveitar a resolução. Ela, indiscutivelmente, é o primeiro passo para se reduzir e sanear a guerra fiscal. E há dois saneamentos. É o primeiro passo e o segundo aspecto é no sentido de criar a igualdade de tratamento fiscal mínimo, de modo que eu não tenha que pagar 9% a mais de ICM do que o aço importado da China ou da Turquia. Isso é suicídio! No meu País?

Não interessa se o Estado precisa, vamos destruir a indústria. Estamos trabalhando nisso. Nós já vimos os Estados Unidos destruírem a sua indústria com mecanismos artificiais, etc. Vamos repetir isso? Que país nós queremos: com ou sem indústria? Essa é a pergunta.

Então, o Senado tem na mão a oportunidade de dar o primeiro passo de mais cinco ou seis. E não adianta dizer: não, não vamos fazer, porque vamos continuar aproveitando essa confusão tributária e empurrar para adiante. Se não fizermos isso agora, provavelmente vamos levar mais um ano até achar outra solução.

Vamos resolver isso e fazer o passo a passo.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Dr. Jorge Gerdau.

Agora passo a palavra para o Dr. Roque Carraza, três minutos.

O SR. ROQUE CARRAZA – Não sendo eu nem político nem empresário, não me cabe falar das conveniências econômicas da resolução que está para ser votada, mas apenas das conveniências ou inconveniências jurídicas.

O jovem e brilhante professor Tiago Cedraz me contraditou quando eu sustentei que uma resolução do Senado, nos termos da Constituição, não pode fixar alíquotas de ICMS diferentes para operações interestaduais com produtos nacionais e para operações interestaduais com produtos importados ou similares. E, se não me equivoco, o fez invocando o art. 152 da Constituição Federal, que estabelece: “É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferenças tributárias entre bens e serviços de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.”

O brilhante jurista sustentou que essa discriminação só não pode ser feita pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.

Ocorre, no entanto, que nenhuma norma jurídica pode ser considerada no isolamento de um único dispositivo de lei, até porque o legislador, mesmo o constituinte, não dá estampa a normas jurídicas, mas apenas textos a cujos enunciados o intérprete atribui significados. Esses significados, sim, são as normas jurídicas. É por isso que nenhuma norma jurídica é encontrada num único dispositivo de lei, de decreto, de portaria. A melhor interpretação, todos sabemos, é a sistemática que leva em conta o ordenamento jurídico como um todo considerado.

Ora bem, o art. 152 da Constituição não está posto isolado no sistema; ele está dentro de um contexto e há de ser interpretado em sintonia com o art. 151, I, que proíbe a União de fazer essas distinções com produtos próprios, a não ser para favorecer o desenvolvimento regional do País.

Ora, o que a União não pode fazer com os tributos próprios necessariamente não poderá fazer com tributos em outras unidades federadas, tributos no caso dos Estados e do Distrito Federal. A União, no caso, representada pelo Senado da República, não pode também impor aos Estados discriminação tributária em relação a produtos de origem importada.

Quanto à conveniência ou à inconveniência econômica ou política, deixo isso para os versados no assunto. Mas eu continuo insistindo na inconstitucionalidade de uma resolução que estabeleça alíquotas diferenciadas para operações interestaduais com produtos nacionais e com produtos estrangeiros similares.

A última palavra, evidentemente, será dada pelo Supremo Tribunal Federal quando for provocado a pronunciar-se a respeito. Mas o Senado da República também tem o dever de zelar pela supremacia da Constituição, e esse trabalho, claro, há de ser feito previamente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Dr. Roque Carraza.

Quero registrar que estive hoje, aqui, também participando dessa audiência pública, o Deputado Alfredo Kaefer, do Paraná. Como na hora acabei não registrando a presença de S. Ex^a aqui, faço-o agora.

Concedo a palavra ao Professor Heleno Taveira Torres, por três minutos.

O SR. HELENO TAVEIRA TORRES – Muito obrigado.

Na verdade, antes de tudo, gostaria de fazer um esclarecimento: eu estou aqui na condição, de fato, de professor, mas também na de conselheiro jurídico da Fiesp. E estive na reunião onde se deliberou pelo apoio da Fiesp a essa resolução. De modo que quero deixar muito claro o meu absoluto envolvimento e empenho. O Dr. Jorge Gerdau sabe muito bem disso, pois não é de hoje que estamos lado a lado lutando pela indústria. O eminente Senador Armando Monteiro e eu estivemos também lado a lado em tantas lutas. Na discussão sobre o crédito-prêmio do IPI, estive aqui, nesta bancada, em uma audiência pública em prol da indústria brasileira. E tenho certeza de que muitos dos problemas da indústria brasileira, hoje, decorrem da errônea decisão pela extinção do crédito-prêmio de IPI naquele momento, o que criou uma dificuldade enorme para a indústria brasileira, principalmente a exportadora. Todavia, obviamente, o Congresso fez a sua parte. Foi votada aqui duas vezes a lei de transação especial, que, por fim, foi aprovada. Obviamente, não cabe tampouco a mim fazer esse tipo de juízo.

Mas, num controle de constitucionalidade, eu quero antecipar aos senhores os riscos dessa resolução, a exemplo do que fez o Dr. Roque Carraza, com brilhantismo. É evidente que dele não tergiverso em manter absoluta coincidência de princípios quanto à necessidade de cautelas na edição dessa resolução. Por quê? Porque, do contrário, nós teremos não só uma Adin no Supremo, mas ações judiciais pipocando tanto do lado de quem concede o incentivo, tanto de quem tem que, na outra ponta, tomar crédito dessas operações.

Essas operações não terminam no Estado concedente; elas vão impactar o Estado de destino, Senador Delcídio. Por isso, embora tenha ouvido com muito interesse o que disse o Senador Armando Monteiro – e quero dizer-lhe que estamos em plena coincidência –, devo alertar-lhe, contudo, Senador, para aquela leitura do artigo III do Acordo GATT, que mencionei antes, onde se lê o seguinte:

“As Partes Contratantes reconhecem que os impostos e outros tributos internos, assim como leis, regulamentos e exigências relacionadas com a venda, oferta para venda, compra, transporte, distribuição ou utilização de produtos no mercado interno e as re-

gulamentações sobre medidas quantitativas internas que exijam a mistura, a transformação ou utilização de produtos, em quantidade e proporções especificadas, não devem ser aplicados a produtos importados ou nacionais, de modo a proteger a produção nacional”.

Frise-se: “de modo a proteger a produção nacional”.

“Os produtos do território de qualquer Parte Contratante, importados por outra Parte Contratante, não estão sujeitos, direta ou indiretamente, a impostos ou outros tributos internos de qualquer espécie superiores aos que incidem, direta ou indiretamente, sobre produtos nacionais. Além disso, nenhuma Parte Contratante aplicará, de outro modo, impostos ou outros encargos internos a produtos nacionais ou importados, contrariamente aos princípios estabelecidas no parágrafo I”.

Não é só de uma isonomia de que trata esse artigo III. Por isso, a minha preocupação e a minha obrigação, como professor de Direito, de vir aqui e, humildemente, dizer aos senhores as cautelas que nós temos de tomar para evitar ações judiciais que, depois, podem inviabilizar a própria aplicação de tudo isso e criar problemas de maior monta, inclusive para os próprios Estados no desdobramento dessas medidas.

Eu tenho certeza de que estamos em mãos seguras e espero, sem dúvida nenhuma, que nós cheguemos a um acordo na deliberação dessa resolução para evitar que problemas jurídicos posteriores possam inviabilizar a sua aplicação e aprofundar ainda mais as desigualdades regionais que a Constituição exige... Porque não se pode interpretar a Constituição por tiras. O Senado tem a competência de editar resoluções sobre alíquotas, mas essa resolução tem que manter o equilíbrio do pacto federativo em conformidade com a Constituição.

Essa é, modestamente, a minha contribuição, Senador Delcídio do Amaral, a quem eu muito agradeço, dizendo que é uma honra estar ao lado de Jorge Gerdau e todos os demais convidados que participam desta audiência pública ao lado dos Srs. Senadores que nos antecederam.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Professor Heleno Taveira Torres.

Concedo a palavra, agora, ao último convidado, Dr. Tiago Cedraz, por três minutos.

O SR. TIAGO CEDRAZ – Muito obrigado, Presidente. Gostaria de agradecer o convite, por requerimento do Senador Armando Monteiro, que vem tratando o tema com obstinação e patriotismo, colocando até de lado, como foi dito aqui, as questões da própria União da Federação que ele representa.

Quero louvar aqui as palavras da Senadora Kátia Abreu, que conseguiu, fugindo um pouco da discussão jurídica, mostrar que é preciso enxergar a questão com um pouco mais de abrangência, e dizer, Sr. Presidente, da minha satisfação em poder dividir a Mesa com os Professores Roque Carraza e Heleno Taveira Torres.

Por fim, pegando emprestadas as palavras do Senador Blairo Maggi, quero ressaltar que se trata de uma questão onde certo grau de razão assiste a ambos os lados. Como o Professor Roque disse já na sua primeira intervenção, essa discussão foi amplamente debatida e esgotada, tanto assim que quem tem sua opinião já a tem basicamente formada.

Todavia – e, aí, respondendo as últimas colocações do Professor Roque e do Professor Heleno –, como disse da outra vez e volto a repetir, não há essa perseguição, essa discriminação na medida em que a resolução tem um teor geral e abrangente. Queria colocar ao Professor Heleno que a resolução não diferencia de qual país é procedente o produto ou a mercadoria nem qual a mercadoria. Quando os Estados Unidos discriminam a laranja ou o algodão brasileiros, a Organização Mundial do Comércio toma providências; contudo, aqui não há a discriminação de um produto de determinado país ou determinado país que está enviando determinado produto. Então, nesse sentido, se assim não se pudesse fazer, o Imposto de Importação já seria a primeira discriminação de todas, porque, para entrar, tem que pagar o Imposto de Importação.

Então, concluindo, agradeço a V. Ex^a pela oportunidade de participar desse debate que muito me honrou. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Agradeço ao Dr. Tiago Cedraz.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas da 7^a e da 8^a reuniões da CAE, bem como da 7^a e da 9^a reuniões da CCJ.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Eu quero, ao passo que agradeço a presença de V. S^{as}, registrar a sua paciência, pois estamos aqui desde as 14h30, e um debate muito profícuo.

Eu participei da audiência pública de ontem; uma audiência pública intensa, forte, mas, hoje, tivemos uma audiência mais técnica. Nós ouvimos os professores, ouvimos o parecer de juristas, ouvimos empresários – e, aqui, registro a pessoa do Dr. Jorge Gerdau, uma verdadeira referência para todos nós –, ou seja, aquelas pessoas que convivem, que estão no dia a dia e

são testemunhas absolutas das dificuldades que o País enfrenta.

É curioso, Senador Armando Monteiro, Senadora Ana Rita, Senador Casildo Maldaner, que essa discussão tenha começado em cima do PRS nº 72, mas, hoje, o que foi exposto aqui, como disse o Dr. Jorge Gerdau, é que esse é o primeiro passo; nós temos que, como Senadores e Senadoras, avançar muito mais ainda, porque precisamos passar a limpo esses temas que o Brasil e que todo o mundo veem, mas que, lamentavelmente, nós não conseguimos modificar e alterar.

Então, a meu juízo, foi uma reunião extremamente importante, conceitual, aprofundada, com debates qualificados, respeitosa e, portanto, eu quero aqui, em nome do Presidente Eunício Oliveira, que teve uma agenda fora e não pôde ficar até o final, cumprimentar todos os convidados pela competência, pela tranquilidade, pelo equilíbrio, pelo espírito público. Estamos falando do Brasil, e acho que isso é que é importante.

Espero que, agora, tendo encerrado esta audiência pública, aprofundemos ainda mais as nossas conversas envolvendo os Governadores, envolvendo o Ministro da Fazenda e também debatendo aqui, com os Senadores e Senadoras, para buscar uma solução que efetivamente vire uma página, mas reconhecendo as dificuldades que alguns Estados brasileiros podem eventualmente enfrentar em função dessa medida.

Quero agradecer a todos.

Dou por encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 54 minutos.)

ATA DA NONA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2012, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e sete minutos do dia vinte e sete de março do ano de dois mil e doze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Lindbergh Farias, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Inácio Arruda, Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Sérgio Souza, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Clésio Andrade, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Ricardo Ferraço, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, José Agripino, Alvaro Dias, Armando Monte-

ro, João Vicente Claudino, Gim Argello, Antonio Russo, João Ribeiro, Kátia Abreu e Randolfe Rodrigues, e, ainda, dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Renan Calheiros. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Acir Gurgacz, Luiz Henrique, tendo falta justificada em virtude de se encontrar licenciado para tratamento de saúde, Francisco Dornelles, Ivo Cassol e Demóstenes Torres. O Presidente declara aberta a Reunião, dando início à apreciação das Matérias constantes da pauta. Item 1– Projeto de Decreto Legislativo nº 71 de 2011, não terminativo, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann, que “disciplina o pagamento da ajuda de custo dos membros do Congresso Nacional”, tendo como Relator o Senador Lindbergh Farias, que oferece relatório favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão Diretora. Em 20/3/2012, foi concedida Vista Coletiva. Anunciada a Matéria, usam da palavra os Senadores Lindbergh Farias, Relator da Matéria, Sérgio Souza, Valdir Raupp, Cyro Miranda, Ana Amélia, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira, José Agripino e Eduardo Suplicy. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto. Item 2– Projeto de Lei da Câmara nº 2 de 2012, não terminativo, de autoria da Presidente da República, que “institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, inclusive os membros dos órgãos que menciona; fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição Federal; autoriza a criação de 3 (três) entidades fechadas de previdência complementar, denominadas Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo – FUNPRESP-Exe, Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Legislativo – FUNPRESP-Leg e Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário – FUNPRESP-Jud; altera dispositivos da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004; e dá outras providências”, tendo como Relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório favorável ao Projeto e contrário às Emendas nºs 1 a 33. Nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal, a matéria tramita em regime de urgência. Nos termos do art. 375, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria tramita simultaneamente nas Comissões de Assuntos Sociais; de Assuntos Econômicos; e de Constituição, Justiça e Cidadania. Foram apresentadas, perante a Comissão de Assuntos Sociais, nos termos do art. 375, I, do Regimento Interno do Senado Federal, as Emendas nºs 1 a 33. Em 21/3/2012, foi apresentado Voto em Separado, de autoria do Senador

Randolfe Rodrigues, contrário ao Projeto. Em 22/3/2012, foi apresentada Complementação de Relatório, favorável ao Projeto, contrário às Emendas nºs 1 a 33, apresentando a Emenda nº 34. Após a leitura da complementação do relatório pelo Senador José Pimentel, Relator da Matéria, e do Voto em Separado pelo Senador Randolfe Rodrigues, usam da palavra os Senadores Roberto Requião, Lobão Filho, Aloysio Nunes Ferreira, Eduardo Braga, Alvaro Dias e Lídice da Mata. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão rejeita o Requerimento de Destaque para votação em separado da Emenda nº 2, proposto pela Senadora Lídice da Mata. Colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto com a Emenda nº 34, remunerada como Emenda nº 1-CAE, e contrário às Emendas nºs 1 a 33. Vota vencida a Senadora Lídice da Mata. Item 3– Projeto de Lei da Câmara nº 63 de 2011, não terminativo, de autoria do Deputado Pauderney Avelino, que “altera a alínea c e inclui a alínea e no art. 2º do Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, que determina a hora legal do Brasil, visando a modificar os fusos horários do Estado do Acre e de parte do Estado do Amazonas do fuso horário Greenwich ‘menos quatro horas’ para o fuso horário Greenwich ‘menos cinco horas’”, tendo como Relator o Senador Cyro Miranda, que oferece relatório favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator, para reexame. Item 4– Aviso nº 76 de 2011, não terminativo, de autoria do Tribunal de Contas da União, que “encaminha cópia do Acórdão nº 2.261, de 2011 – TCU – Plenário, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada com o objetivo de analisar a governança das agências reguladoras federais de infraestrutura (TC 012.693/2009-9)”, tendo como Relator o Senador Ivo Cassol, que oferece relatório pelo conhecimento e arquivamento. A Matéria tramita simultaneamente nas Comissões de Serviços de Infraestrutura; de Assuntos Sociais; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; de Educação, Cultura e Esporte; e de Assuntos Econômicos. O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa a Senadora Ana Amélia Relatora “ad hoc” da Matéria. Após a leitura do relatório pela Relatora “ad hoc”, usa da palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira. É solicitada vista pelos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda. O Presidente da Comissão concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. Item 5– Projeto de Lei do Senado nº 406 de 2009-Complementar, não terminativo, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que “acrescenta

os §§ 3º e 4º ao art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para condicionar a destinação de recursos públicos a entidades privadas à existência, em seus estatutos sociais, de regra que limite a permanência de seus dirigentes”, tendo como Relator o Senador Armando Monteiro, que oferece relatório contrário ao Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer contrário ao Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, contrário ao Projeto. Item 6– Projeto de Lei do Senado nº 314 de 2010-Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Valter Pereira e outros, que “altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para atualizar os limites de receita bruta empregados na definição de Microempresa e de Empresa de Pequeno Porte e na opção pelo Simples Nacional”, tendo como Relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto. O Presidente da Comissão designa o Senador Antonio Russo Relator “ad hoc” da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator “ad hoc”, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, pela prejudicialidade do Projeto. Item 7– Projeto de Lei do Senado nº 209 de 2010, terminativo, de autoria do Senador Neuto De Conto, que “regulamenta o pagamento da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) por meio da utilização de precatórios”, tendo como Relator o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, com Parecer contrário ao Projeto. Após a leitura do relatório, usa da palavra o Senador Casildo Maldaner. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova a Declaração de Prejudicialidade do Projeto por quinze votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Item 8– Projeto de Lei do Senado nº 70 de 2011, terminativo, de autoria do Senador Ciro Nogueira, que “dá nova redação ao inciso VII do art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda da pessoa física e dá outras providências, para prorrogar a dedução no imposto de renda das pessoas físicas das contribuições previdenciárias do empregado doméstico até o exercício de 2018”, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 71 de 2011, terminativo, de autoria do Senador Cyro Miranda, que “altera o art. 12, VII, da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para estender até 2018 a permissão para deduzir do imposto de renda da pessoa física o valor da contribuição

patronal, à Previdência Social, do empregador doméstico”, tendo como Relator o Senador Acir Gurgacz, que oferece relatório pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 70 de 2011, nos termos do substitutivo que apresenta, e pelo arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 71 de 2011. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator, para reexame. Item 9– Projeto de Lei do Senado nº 323 de 2011, terminativo, de autoria do Senador Pedro Taques, que “altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para limitar a exigência de laudos de avaliação para portadores de deficiência adquirentes de automóveis com isenção do Imposto Sobre Produtos Industrializados”, tendo como Relator o Senador Randolfe Rodrigues, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com Parecer pela prejudicialidade do Projeto. O Presidente da Comissão designa o Senador Lobão Filho Relator “ad hoc” da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator “ad hoc”, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por dezesseis votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Item 10– Projeto de Lei do Senado nº 635 de 2011, terminativo, de autoria do Senador Walter Pinheiro, que “dispõe sobre o sistema de pagamentos e transferências de valores monetários por meio de dispositivos móveis (STDM)”, tendo como Relator o Senador Alvaro Dias, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta. Após a leitura do relatório, usa da palavra o Senador Eduardo Suplicy. É solicitada vista pelos Senadores Ciro Nogueira e Armando Monteiro. O Presidente da Comissão concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. Item 11– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 6 de 2012, de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro e outros, que requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, conjunta com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada a obter e discutir as informações veiculadas na imprensa sobre a situação da Celpa – Centrais Elétricas do Pará S.A., com a presença dos seguintes convidados: Exmo. Sr. Simão Jatene – Governador do Estado do Pará; Sr. José da Costa Carvalho Neto – Presidente da Eletrobras; Sr. Nelson José Hübner Moreira – Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel; Exmo. Sr. Márcio Zimmermann – Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia; Sr. Jorge Queiroz de Moraes Junior – Presidente do Conselho de Administração do Grupo Rede da Celpa; Sr. Ronaldo Romeiro – Sindicato dos Urbanitários do Estado do Pará. Em 20/3/2012, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. Colocado em

votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 6 de 2012-CAE. Item 12– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 7 de 2012, de iniciativa do Senador Delcídio do Amaral, que requer, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão do nome do advogado do escritório de advocacia Pinheiro Neto, Sr. Luiz Fernando Valente de Paiva, entre os convidados para participar da audiência pública sobre a qual trata o Requerimento nº 81 de 2011-CAE. Em 20/3/2012, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 7 de 2012-CAE. Item 13– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 8 de 2012, de iniciativa do Senador Ricardo Ferraço, que requer, nos termos regimentais, a inclusão dos nomes dos senhores Michal Gartenkraut, economista da Rosenberg & Associados, e Hamilton Dias de Souza, advogado tributarista, dentre os convidados da Audiência Pública, objeto do Requerimento nº 87/2011, aprovado na 70ª Reunião Extraordinária, na data de 20 de dezembro de 2011, para debater as desonerações tributárias e os incentivos fiscais concedidos pelo governo e com significativo impacto na arrecadação fiscal para o ano de 2012. Em 20/3/2012, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 8 de 2012-CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e oito minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 9ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Item nº 1 da pauta.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Pimentel, pela ordem.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, estou solicitando inversão de pauta, para que o Item nº 2 seja o primeiro item da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Se todos os Srs. Senadores e Srªs Senadoras concordarem... O Senador Pimentel está sugerindo que o Item nº 2 seja o primeiro item da pauta, uma inversão de pauta.

Se todos os Senadores e Senadoras concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Portanto, Item 2:

ITEM 2
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2012
– Não Terminativo –

Institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, inclusive os membros dos órgãos que menciona; fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição Federal; autoriza a criação de 3 (três) entidades fechadas de previdência complementar, denominadas Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo – FUNPRESP-Exe, Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Legislativo – FUNPRESP-Leg e Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário – FUNPRESP-Jud; altera dispositivos da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004; e dá outras providências.

Autoria: Presidente da República

Relatoria : Senador José Pimentel

Relatório: Favorável ao Projeto, contrário às Emendas nºs 1 a 33, apresentando a Emenda nº 34.

Observações:

1. Nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal, a matéria tramita em regime de urgência;

2. Nos termos do art. 375, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria tramita simultaneamente nas Comissões de Assuntos Sociais; de Assuntos Econômicos; e de Constituição, Justiça e Cidadania;

3. Foram apresentadas, perante a Comissão de Assuntos Sociais, nos termos do art. 375, I, do Regimento Interno do Senado Federal, as Emendas nºs 1 a 33;

4. Em 21/3/2012, foi apresentado Voto em Separado, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, contrário ao Projeto;

5. Em 22/3/2012, foi apresentada Complementação de Relatório, favorável ao Projeto, contrário às Emendas nºs 1 a 33, apresentando a Emenda nº 34.

Com a palavra o Relator, Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nós tivemos a oportunidade, na reunião anterior desta Comissão, de fazer a leitura do relatório, fazer a sua apresentação, em que o Funpresp cria uma previdência que tem regras semelhantes para o trabalhador assalariado, para o autônomo, para o empresário e para os servidores

civis da União. Portanto, é um ciclo de medidas que tem como objetivo criar um sistema semelhante a todos esses trabalhadores.

Iniciou-se com a Emenda Constitucional nº 20, de 1998, que deu continuidade, com a Emenda Constitucional nº 41, de 2003, com a Emenda Constitucional nº 47, de 2005. E essa proposta encontra-se no Congresso Nacional desde 1999, inicialmente Projeto de Lei Complementar nº 9. Em 2007, foi encaminhada ao Congresso Nacional essa proposta que hoje chega ao Senado com o nº 2, e foi retirado o Projeto de Lei Complementar nº 9. Essa proposta cria três fundos de previdência complementares, um para o Poder Executivo, outro para o Poder Legislativo mais o Tribunal de Contas, e o terceiro para o Poder Judiciário.

No que diz respeito à gestão, é uma gestão paritária, com seis membros no conselho deliberativo, sendo três de indicação do patrocinador, ou seja, três do Poder Executivo, três do Poder Judiciário e três do Poder Legislativo, nos seus respectivos fundos, e os outros três membros são eleitos pelo funcionalismo. A diretoria é composta de quatro membros, também paritária: dois indicados pelo patrocinador e os dois outros eleitos pelos beneficiários e pelos assistidos.

Nós temos também a parte da contribuição, que é de até 8,5% por parte do patrocinador, e também a parte do patrocinado. Se, porventura, o beneficiário quiser contribuir com um valor maior, como prevê a legislação, ele deduz esse valor do imposto de renda no montante de até 12% das suas receitas correntes líquidas.

Nós tivemos, no curso do debate, aqui, no Senado Federal, um pedido do Poder Judiciário, em nome do Ministro Marco Aurélio, encaminhado a vários Senadores desta Casa e desta Comissão, para que, no § 4º do art. 19, fosse feita uma adequação de redação, como forma de deixar em incisos diferentes o Supremo Tribunal Federal e o Conselho Nacional de Justiça. Do que trata esse art. 19? Ele determina que a remessa do regimento que cria o Funpresp do Executivo é competência do Ministério do Planejamento; no que diz respeito ao Funpresp do Legislativo, é competência das Mesas da Câmara e do Senado; e a tratativa do Funpresp do Judiciário, é competência do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça. Estamos separando em incisos para ficar mais explícita essa redação.

Portanto, Sr. Presidente, esse parecer nós já havíamos apresentado na reunião anterior, quando rejeitamos as 33 emendas e acolhemos a Emenda nº 34 como emenda de redação.

É esse, Sr. Presidente, o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, meu caro Senador Pimentel.

Aqui o Regimento indica que o Senador Randolfe deveria proferir a leitura do seu voto em separado, voto esse que foi apresentado em 21 de março, pela rejeição do projeto, mas o Senador Randolfe ainda não se encontra aqui na Comissão de Assuntos Econômicos. Portanto, eu vou colocar em discussão a matéria e, se todos concordarem, o Senador Randolfe depois fará a leitura do seu voto em separado e abrimos novamente a discussão, se esse for o entendimento.

Portanto, a matéria está em discussão.

Senador Requião, provavelmente para se posicionar favoravelmente ao projeto.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR)

– É o que V. Exª gostaria, como discípulo...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Aloysio Nunes ...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR)

– ...fiel do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Agripino.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR)

– Mas eu quero trazer algumas considerações sobre esses três fundos.

Eu fui governador por 12 anos e, como governador, eu administrei o Fundo de Pensão do Estado do Paraná. O Fundo de Pensão do Estado do Estado do Paraná foi o único fundo do Brasil que não teve prejuízo com a crise. Mas também na minha primeira administração foi criado o primeiro fundo de capitalização do País. Eu criei esse fundo numa parceria com o ex-Ministro da Previdência Raphael de Almeida Magalhães, com o ex-reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o estatístico Aníbal Teixeira, com o Carlos Lessa, o economista Carlos Lessa, e mais uma equipe de estatísticos. Eu criei esse fundo, coloquei o fundo em movimento e, quando esse fundo estava com cerca de R\$200 milhões de capitalização, recebi uma visita do ex-governador do Paraná, Jayme Canet Júnior, principal acionista privado do Banco Bamerindus. E o Canet me trouxe uma advertência. Ele disse: “Governador Requião, eu estou me desfazendo das ações do Bamerindus, porque eu acredito que o Bamerindus está quebrando. E eu soube que o conselho paritário de funcionários, porque nós tínhamos criado um conselho paritário de funcionários públicos do Judiciário, do Legislativo e do Executivo, está pretendendo aplicar os recursos do fundo no Bamerindus. Eu tentei convencer os conselheiros do Conselho Administrativo de que não deveriam fazer isso, mas vi que já estavam cooptados por essa ideia. Então, acreditando no Governador Canet, eu mandei para a Assembleia Le-

gislative uma proposta extinguindo aquela configuração do fundo para, posteriormente, mandar outra que tirasse um pouco de poder de negociação do conselho e abrisse para a base do funcionalismo, que poderia ter uma visão mais crítica – segundo seus interesses – das aplicações. Logo mais adiante, o Bamerindus quebrou e a assembleia aprovou, então, a extinção do fundo, para retomá-lo mais adiante. O Bamerindus, simplesmente, faliu.

Agora, estou dando uma olhada na economia do nosso País e na economia do mundo. A China diminui a sua meta de crescimento de 3,5% para 7,5%. Os empresários brasileiros têm cerca de R\$ 240 bilhões aplicados em letras do Tesouro. Não investem produtivamente porque têm medo e não investem na Bolsa, na certeza de que podem perder dinheiro. Não é dúvida, é quase uma certeza. Os Estados Unidos quebraram em função da falência da financeirização da economia. E aquela ilusão dos lucros da Bolsa, que acabavam desaguando em prêmios maravilhosos para os executivos, acabou.

Então, quando vejo que o Governo quer criar um fundo para colocar em capital de risco o dinheiro do funcionalismo público, eu me assusto. Esse fundo só pode ter uma finalidade, que se confessada até seria passível de discussão: capitalizar empresas com aplicações. Esse fundo abre a possibilidade de ser administrado por fundos de investimento e pela banca privada.

Os lucros fantásticos do capital financeiro se encerraram na história do planeta Terra. E esse fundo já foi ensaiado em outros países. Foi o fundo do Milton Friedman, no Chile. Quebrou. Ele é mais amplo que o nosso, portanto com a possibilidade maior de atomizar investimentos e a consequente diminuição do risco de perda. Mas os chilenos, hoje, somente recebem de 30% a 35% do valor das suas aposentadorias, porque o fundo explodiu, no Chile. Com as ideias de Milton Friedman ele foi também para o Menen, na Argentina. E o fundo da Argentina quebrou.

Quando eu extingui esse fundo de capitalização, passei a administrar como Governador – porque fui Governador por três vezes, não consecutivas, mas por duas vezes consecutivas e um intervalo no Senado – o Fundo de Repartição do Estado do Paraná. Qual foi a primeira providência que tomei, olhando a circunstância econômica do Brasil e do mundo? Proibi o Fundo de Investimentos do Paraná – porque a situação de governador me dava essa capacidade – de investir em qualquer coisa que não fosse letra do Tesouro. E o Fundo de Investimento do Paraná foi o único fundo que não perdeu dinheiro com a crise. As perdas fantásticas da Previ e dos fundos públicos do Brasil são conhecidas.

Então, não consigo entender como essa ideia de privatização do Milton Friedman chega ao Governo brasileiro e aporta agora na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado da República. Por que três fundos, se nós, quando pensamos em investimentos coletivos, imaginamos que a concentração dos recursos possibilita a atomização das aplicações e a diminuição do risco? Três fundos, um para o Judiciário, um para o Executivo e um para o Legislativo significa uma dificuldade e a perda da escala e da atomização possível.

Enfim, Presidente, quero me manifestar frontalmente em defesa da aposentadoria do funcionalismo público do País e contra a existência desse fundo de capitalização de fundos de investimento e o exclusivo favorecimento na prática, talvez não seja intenção, dos bancos e dos rentistas.

Seria mais ou menos interessante se o fundo, por exemplo, uma vez que o Governo quer ensaiá-lo, tivesse uma medida preventiva: por oito anos ficasse proibido de investir em qualquer coisa além das letras do Tesouro Nacional.

Os funcionários públicos nos procuram nos gabinetes e dizem: quem vai arcar com o possível prejuízo? Prejuízo igual ao dos fundos norte-americanos, igual ao do fundo do Chile, igual ao do fundo da Argentina. O Governo tem que arcar com o prejuízo. Isso, para mim, é impossível. Como é que o Governo entrega à banca a gestão de um fundo de investimento e vai arcar com um prejuízo que não é possível, é quase necessário e obrigatório nas circunstâncias da economia brasileira?

Medidas cautelares. Não existem. O fundo será auditado. Uma auditoria paga por quem? Pela administração do fundo. Como governador, vi como funcionam as auditorias. Elas são contratadas, elas querem mercado e geralmente favorecem o contratante. As auditorias diziam que a economia norte-americana não quebrava até a véspera do estouro. O fundo não abre uma perspectiva, por exemplo, para o conjunto dos funcionários exigirem uma determinada auditoria, em um determinado momento, como eu engendrei na substituição do fundo de capitalização do Paraná, que, como eu saí do governo, nunca foi efetivada.

Só há um objetivo claro: capitalização de fundos de investimento e investimentos em empresas escolhidas pelos seus dirigentes. Não vejo benefício algum.

Ontem, lendo uma matéria do *The Economist*, que elogia o fundo, verifiquei que eles avaliam que esse fundo pode melhorar o déficit da Previdência depois de 60 anos, mas antes disso continuaremos pagando 22,5% do patrão, que é a contribuição patronal, mais os 8,5% no limite estabelecido no fundo de capitalização. Pagamos a repartição e pagamos 8,5% no fundo

de capitalização. Aumenta, sem sombra de dúvida, o déficit da Previdência no curto prazo.

O Governo diz que o fundo começa a funcionar em 30 a 35 anos. *The Economist* fala em 60 anos. Só há um objetivo claro, Presidente: capitalização dos fundos de investimento, aumento da receita manipulada pelas bancas. E os banqueiros, os rentistas do Brasil, que aplicam em letras do Tesouro, tiveram, no último ano, um lucro de R\$226 bilhões. E eles são 21 mil em um país de 200 milhões.

Não consigo entender a insistência, a velocidade e a absoluta falta de oportunidade de discussão. Por exemplo, eu, agora, deveria estar na presidência da Comissão de Educação, porque presido aquela Comissão, mas estou ausente para poder discutir aqui. Mais tarde, também na presidência da Comissão de Educação, eu deveria estar discutindo a mesma coisa na Comissão de Constituição e Justiça. Tudo de afogadilho. Tudo sem discussão.

Agora, Presidente, sei as influências que recebem as aplicações desses fundos. Recentemente, o fundo de previdência da prefeitura de Curitiba – e a notícia é de 15 a 20 dias atrás – quebrou, porque tivemos aplicações no banco do Murdock, nos Estados Unidos, e no Cruzeiro do Sul. E o resgate não é possível. A Argentina bota a Cristina Kirchner em desespero para capitalizar o prejuízo dado pela banca privada. E o fundo do Chile, como eu disse, paga 30% da aposentadoria. Eu acho que a Previdência tem que ter solução. A previdência urbana é superavitária, mas a previdência social do Brasil só não é superavitária porque existem despesas que deveriam ser orçamentárias, que deveriam ser cobradas do erário, como aposentadoria de não contribuinte trabalhadores rurais e outras generosidades socialmente não só aceitáveis como necessárias, como, por exemplo, a pensão integral do deficiente físico, o aposentado por deficiência, que votamos à unanimidade outro dia e será sancionada, e que não podem ser carregadas no cálculo da capitalização da previdência de repartição. Então, a crise da Previdência é de malversação dos seus recursos e de carregamento, sob a presidência, de generosidades socialmente necessárias que o Congresso e o Governo Federal têm feito ao longo dos anos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Concluindo, Senador Requião, por favor.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Em benefício do funcionalismo público, trazendo a esta Comissão a precaução de que estamos jogando para uma quebra necessária... Por exemplo, por que o Governo não ousou mais e não colocou a previdência dos militares nesse pacote? Medo de que a quebra provocasse uma revolução? Então, disse: “Não, pre-

cisávamos de uma emenda constitucional”. Qual é a dificuldade de passar uma emenda constitucional no Congresso Nacional como passou a aposentadoria integral dos deficientes?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Requião, concluindo, por favor.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – É um jogo de capitalização para a criação de grandes empresas brasileiras no mercado do mundo. É o mesmo jogo que está sendo equivocadamente jogado pelo BNDES há muito tempo. Ele não favorece o funcionalismo, não é inteligente. É predador o projeto. Portanto, manifesto-me de uma forma desfavorável e garanto ao Plenário e à Comissão meu voto contrário, na Comissão de Constituição e Justiça e no plenário do Senado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Por favor, eu pediria às pessoas que estão aqui presentes que não se manifestassem quando das falas dos Senadores e Senadoras.

Agradeço essa atenção.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Excelência, quero arguir o art. 132, § 6º, inc. I, do Regimento Interno, para garantia do direito de pronunciar meu voto separado ao relatório do eminente Senador José Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Será dado, e estávamos aguardando, Senador Randolfe, V. Exª...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O atraso foi meu, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – ...a chegada de V. Exª aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos.

Estamos discutindo a matéria. Existem três Senadores que já pediram a palavra: Senador Aloysio Nunes, Senador Agripino Maia e Senador Alvaro Dias.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Presidente, tem um destaque meu. Será possível assegurar a minha palavra?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Já recebemos aqui o destaque e vamos colocá-lo mais adiante em votação.

Portanto, passo a palavra para o Senador Aloysio Nunes, depois, Senador Agripino, Senador Álvaro

Dias. Então, o Senador Randolfe faz a leitura do seu voto em separado. Depois, se ninguém mais quiser discutir o assunto, vamos colocar em votação, primeiro, o destaque da Senadora Lídice e, após a votação do destaque, em função do resultado dessa votação, daremos sequência à apreciação da matéria.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente Delcídio, indago a V. Ex^a se não seria mais produtivo e mais eficiente que pudéssemos ouvir, antes da discussão da matéria pelos nobres colegas, as alternativas ao relatório, quais sejam o substitutivo do Senador Randolfe e a emenda da Senadora Lídice da Mata. Acredito que poderíamos formar um juízo com mais clareza, mais facilidade, se ouvirmos todos os lados de uma vez só e, aí sim, discutirmos a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, se todos os Senadores e Senadoras concordam, já passo a palavra imediatamente ao Senador Randolfe Rodrigues para proferir a leitura do seu voto em separado. Depois, aqueles Senadores e Senadoras que quiserem fazer comentário sobre as duas propostas colocadas, todos terão não só o direito, mas, acima de tudo, o tempo necessário para colocar suas posições.

Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero, inicialmente, concordar com a argumentação apresentada pelo meu caro colega Roberto Requião.

No voto em separado que aqui apresento, quero suscitar argumentos já levantados neste Congresso Nacional outrora, da votação de um projeto similar, durante o Governo Fernando Henrique, argumentos de outrora contrários a esse projeto. E que considero, como o teor da matéria é o mesmo, encaixam como uma luva nesse debate.

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 2, de 2012 (nº 1.992, de 2007, na origem), de autoria do Presidente da República, que institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, inclusive os membros dos órgãos que menciona; fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição Federal; autoriza a criação de três entidades fechadas de previdência complementar, denominadas Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funprespe-Exe), Fundação de Previdência Complemen-

tar do Servidor Público Federal do Poder Legislativo (Funpresp-Leg) e Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud); altera dispositivos da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004; e dá outras providências.

A matéria foi distribuída ao eminente Senador José Pimentel, que apresentou o seu relatório, opinando pela aprovação do projeto.

Como a devida vênha, Sr. Presidente, sou obrigado a discordar da relatoria de S. Ex^a, e a concordar com as argumentações anteriores do nobre então Deputado José Pimentel que, no dia 11 de março de 1997, votou a favor da Emenda Aglutinativa nº 39 à Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 1995, que previa a exclusão no Substitutivo do Senado Federal dos dispositivos que dão fundamento ao PLC nº 02, de 2012.

À época, o Deputado José Pimentel seguiu a orientação do eminente líder então na Câmara dos Deputados do Partido dos Trabalhadores, o Deputado Humberto Costa, que combateu a ideia afirmando que:

A grave distorção que foi cometida pela emenda que veio do Senado é propor que a relação de contribuição entre o afiliado e a entidade mantenedora, o patronato ou o Governo, seja de um para um não de dois para um, o que, na verdade, leva à inviabilidade completa desses fundos de pensão.

O eminente Deputado Pimentel foi seguido em sua decisão pela eminente Deputada Marta Suplicy e pelos Deputados Paulo Paim, Walter Pinheiro e Inácio Arruda.

Eu quero outrora, argumentar, meu querido Lindbergh Farias, trazer aqui as argumentações apresentadas por V. Ex^a, à época Deputado pelo Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados, então Líder do PSTU, contrário àquela proposta.

Dizia o eminente e querido Lindbergh Farias:

O PSTU é a favor dessa emenda porque ela corrige um ponto do substitutivo que nós podemos chamar de o ponto da negociata. Na verdade, são negócios que o Governo está fazendo. Fica claro para todo mundo que é injustificável o Governo querer tornar toda a previdência complementar, obrigar que seja entregue aos fundos de pensões privados. Isso é negócio, Sr. Presidente, isso é negócio, é uma distorção incrível.

Continuava o eminente colega Lindbergh Farias:

Por isso, o PSTU apoia essa emenda aglutinativa. Nós achamos e somos contra que seja obrigatório a previdência complementar ser entregue aos fundos de pensões privados, beneficiando banqueiros e seguradores.

Infelizmente, naquele momento, a Emenda Aglutinativa foi rejeitada por 265 votos contrários e 170 votos favoráveis, além de cinco abstenções, que foram

incluídos pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, no art. 40 da Constituição, §§ 14 e 16, viabilizando o atual projeto.

Cabe, entretanto, perguntar por que, se a Constituição foi alterada em 1998, apenas agora estamos votando novamente o presente projeto. Ora, isso se deveu à extraordinária resistência da oposição contra o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 9, de 1999, do Governo do PSDB, que regulamentava a matéria.

Efetivamente, o Governo conseguiu uma primeira vitória no tema, quando a Câmara dos Deputados, no dia 28 de novembro de 2000, aprovou o texto básico daquela proposição, com 264 votos favoráveis, 138 contrários e 4 abstenções.

Naquele momento de forma coerente, o Deputado José Pimentel, acompanhado do Deputado Paulo Paim, votou contra a proposição, seguindo a orientação do seu líder, o Deputado Walter Pinheiro, que registrou:

O Partido dos Trabalhadores entende que esse debate deveria privilegiar a intervenção do setor público numa das áreas de suma importância para seus servidores.

A lógica adotada na proposta ora apresentada é da transferência de uma fatia considerável para a iniciativa privada.

É lógico que essa intenção afirma-se claramente no sentido de atender aos interesses do setor financeiro, que se tem beneficiado, como no caso americano e do Reino Unido.

Ora, o projeto aprofunda para os novos servidores a possibilidade da busca de uma complementação acima do que seria o salário de benefício. É bom lembrar que, neste particular, os fundos de pensão têm sido mundo afora o grande cenário de poupança. Portanto, abre mão o Governo de disputar uma área considerável ao transferi-la para um setor cuja fúria [ele se refere ao mercado] todos conhecemos. Há também no projeto uma distorção entre o que se concebe como benefício e o que se concebe como contribuição definida. Não há a intenção de garantir a esses servidores a percepção de benefícios futuros.

Há de se jogar na perspectiva do risco, principalmente se levarmos em consideração as questões de invalidez e de morte, o aspecto da pensão familiar.

Portanto, Sr. Presidente, nessa lógica de contribuição definida, submete-se o futuro servidor a um jogo de risco: se o fundo de pensão obtiver ganhos, estará garantido, em tese, ao servidor, a partir de sua contribuição, aquele valor; se não obtiver, não há mais garantia de que esse servidor terá sequer o valor contribuído e fixado como aquele previsto para sua possibilidade de ganho futuro.

Obviamente, Sr. Presidente, não é esse o projeto que poderá resolver, como tenciona o Ministro da Previdência, os graves problemas que S.Ex^a levanta de déficit no setor previdenciário do País, até porque se partirmos do princípio de que isso se aplicaria aos novos servidores públicos, em nada incidiria, do ponto de vista do debate que se trata agora, sobre aumento do salário mínimo e seu impacto nas contas públicas, principalmente no atendimento dos servidores públicos inativos.

Continuo o voto proferido pelo Partido dos Trabalhadores naquela oportunidade da votação do fundo de previdência proposto pelo Presidente Fernando Henrique na Câmara dos Deputados.

O Partido dos Trabalhadores, entendendo que esse projeto não atende às perspectivas dos servidores públicos, trama contra a possibilidade de poupança nacional e atende aos interesses cada vez maiores de setores privados dessa área, encaminha o voto “não”.

Naquele momento também o Bloco Parlamentar PSB/PCdoB encaminhou o voto “não” e chamava a atenção dos Srs. Deputados para o caráter privado do fundo de previdência.

Dizia no voto encaminhado pelo Bloco:

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, fundos tais como a Previ e Petros, para citar os mais famosos, que são manipulados nas grandes negociatas praticadas pelo Governo Federal, nunca consultaram os funcionários, os servidores, o povo brasileiro para saber se deveriam ou não sustentar negociatas vergonhosas do Governo Federal, como a venda das empresas estatais ou a compra de sucatas do setor privado.

Não se trata da atuação do fundo, mas da atuação do Governo do Sr. Fernando Henrique Cardoso o do Governo do Sr. Fernando Collor.

Esses Governos praticaram infâmias com os fundos e agora querem transferir a sua responsabilidade para os servidores públicos.

Sr. Presidente, esses argumentos foram apresentados há mais ou menos dez anos, na ocasião da apresentação de uma proposta encaminhada pelo governo Fernando Henrique à Câmara dos Deputados. Como li, nos votos contrários das lideranças do Partido dos Trabalhadores, do Partido Comunista do Brasil, do Partido Socialista Brasileiro, esse projeto encaminhado, então, é, na prática, a réplica desse projeto que está sendo encaminhado hoje para apreciação no Senado Federal.

Não quero aqui argumentar Cazuza e dizer que “eu vejo o futuro repetir o passado. Eu vejo um museu de grandes novidades. O tempo não para”. Eu quero acreditar e argumentar aqui e pedir a coerência política das lideranças que, há dez anos, fizeram essas

manifestações que aqui reclamo claramente contrárias àquela proposta *ipsis litteris*, como foi lida ainda pouco na fala das lideranças, contrárias àquela proposta que nada mais representava do que a privatização da previdência pública, a transferência *contrario sensu* do que é previdência. Previdência pública significa segurança. Transferir previdência pública para fundo de pensão significa colocar a aposentadoria, a previdência dos servidores na mão da incerteza dos fundos de pensão, na mão do mercado, na mão da privatização e à mercê dos banqueiros, do mercado financeiro.

Ou seja, a regulamentação do regime complementar de previdência para os servidores titulares de cargo efetivo, prevista na Emenda Constitucional nº 20, de 1998, ficou paralisada na Câmara dos Deputados porque a bancada oposicionista não aceitava que esse regime somente pudesse oferecer planos na modalidade de contribuição definida, exatamente o que pretende a presente proposição.

Ora, como certamente concordarão todos aqueles que votaram contra essa ideia desde que o Governo Fernando Henrique Cardoso a apresentou, um projeto ruim apresentado pelo Governo do PSDB não se torna bom só porque a mesma coisa foi apresentada pelo Governo do PT.

O PLC nº 2, de 2012, como fazia o PLP nº 9, de 1999, busca, exatamente, privatizar a previdência dos servidores públicos e transferir recursos para o sistema financeiro.

O PLC nº 2, de 2012, como fazia o PLP nº 9, de 1999, transfere todo o risco da operação para os servidores públicos, na medida em que ambos criam regimes de previdência complementar de benefício definido. O servidor apenas sabe quando vai contribuir. Não tem nenhuma garantia de quando vai receber. Se o fundo investir tudo em títulos podres ou se imperar a improbidade, o problema é exclusivamente do servidor, que será entregue às facilidades e aos riscos do mercado financeiro.

Exemplos nós temos pelo mundo. Na Argentina, a moratória de 2002 fez os fundos de pensão perderem 75% de seu patrimônio. Nos Estados Unidos, desde 2008 milhões de trabalhadores perderam suas economias. E na Europa, até a OCDE já advertiu sobre o grave risco da queda nas bolsas e dano ao fundo de pensão.

E mais, auditoria do Ministério da Previdência e do Bacen apontou que, entre 2003 e 2007, houve nada menos que R\$ 200 milhões de prejuízos em 3 Estados e 112 prefeituras, com perdas de 10% a 38% do volume operado. Pagam caro por papéis federais e os revendem barato.

A CPI Mista dos Correios apontou que, entre 2000 e 2005, ocorreu um rombo de R\$ 75,9 milhões em fundos de pensão patrocinados por estatais em negociações de títulos públicos. E um rombo de R\$ 729 milhões em 14 fundos em operações da BM&F e R\$ 54,8 milhões em título.

Também é bom registrar que, em 2009, a Secretaria de Previdência Complementar apontou um déficit de R\$ 530 milhões no Fundo de Pensão da Sabesp.

Exemplo de que os fundos não garantem segurança é que a União tem feito aportes para garantir a solvabilidade de alguns deles. Em 2008, aprovou ajuda de R\$ 400 milhões ao Portus (Cia. Docas), que acumulou rombo de R\$ 1,8 bilhão. A Petrobras, BR Distribuidora e Refap assinaram acordo, em 2008, para um aporte de R\$ 6 bilhões ao Plano Petros. Desse total, R\$ 4,6 bilhões foram destinados ao pagamento de dívidas e correção de pensões, reajustados pelo IPCA mais 6% ao ano. Outros R\$ 1,4 bilhão foi destinado à paridade contributiva.

Além disso, mesmo se o regime for bem administrado, a contribuição máxima do Governo prevista no projeto é, indiscutivelmente, insuficiente. O valor de 8,5%, do qual ainda serão descontados os recursos necessários ao pagamento dos benefícios especiais e das mulheres, dos quais o Governo deixa de se responsabilizar, não será, segundo todos os estudos atuariais, bastante para pagar uma aposentadoria razoável.

O próprio Governo tem tido a coragem de apresentar números que exigem uma rentabilidade real superior a 5% ao ano, que não é alcançada em nenhum lugar do mundo. Se os números do Governo fossem verdadeiros, todos os fundos de pensão do mundo viriam aplicar seus recursos no Brasil. Se os números fossem verdadeiros, essa reforma não seria necessária.

Ademais, é totalmente falso o discurso do déficit crescente. O gasto do Governo com a previdência dos servidores públicos tem representado parcela cada vez menor das despesas públicas. E isso apesar de não se fazer sentir ainda os efeitos das duras reformadas da previdência pelas quais já passamos.

Faço minhas as palavras da representante da Auditoria Cidadã da Dívida que, em audiência pública realizada no último dia 19 de março na Comissão de Direitos Humanos, advertiu que a proposta em discussão representa risco zero para o mercado financeiro, para a União, autarquias e fundações públicas e risco total para o servidor, cujo benefício dependerá do volátil mercado.

O real desequilíbrio não está nas contas da Previdência Social e sim na sangria permanente de nossos recursos pelo pagamento dos juros e amortização da dívida pública, que em 2011 consumiu nada menos

que R\$708 bilhões, valor que representa 45,05% do Orçamento Federal. O gasto total com Previdência Social chegou a 22,01%.

A terceira reforma da previdência que agora o Governo quer aprovar é coerente com os compromissos que nosso país assumiu com o Fundo Monetário Internacional, em memorando de política econômica enviado pelo Governo brasileiro em 1998.

Somente um setor da economia, Sr. Presidente, está feliz com esta proposta, justamente o setor que mais tem lucrado no último período, o setor bancário. Em 2000, os planos de previdência privada tiveram uma receita de apenas R\$5 bilhões. Após sucessivas reformas previdenciárias, este montante passou para R\$53,57 bilhões. E, caso esta Casa cometa o despropósito de aprovar o PLC 2, de 2012, esta lucratividade subirá exponencialmente.

E em que tipo de ativos estes bancos, que serão os gerentes dos recursos dos fundos de pensão, investirão o dinheiro dos servidores públicos? Uma parte considerável será para comprar ativos denominados tóxicos, ajudando os países europeus a sair da crise, importante a instabilidade em nosso país.

Investir a aposentadoria futura dos servidores públicos em papéis podres, em um mercado que transforma fortunas em lixo de um dia para a noite é uma grande temeridade.

E o próprio Governo admite na justificativa do PLC que “a mudança de regime terá um impacto negativo nas contas públicas no curto prazo”. Em exposição feita pelo representante do Ministério da Fazenda em audiência na CDH este “curto prazo” foi estimado em mais de trinta anos. Ou seja, o chamado déficit da previdência crescerá nas próximas três décadas e neste período os bancos se capitalizarão com a contribuição dos servidores aos respectivos fundos.

Este projeto é coerente com aquela máxima que diz: privatiza-se o lucro e socializa-se o prejuízo. Assim, cabe observar que, se aprovada a presente proposição, a mais grave consequência será o desmantelamento do serviço público brasileiro. A independência e a qualidade do serviço público ficarão, certamente, comprometidas com a total incerteza que será trazida pelo PLC nº 2, de 2012.

Sr. Presidente, este projeto concretamente não resolve o chamado déficit da previdência, visto que ele próprio afirma que teremos mais trinta anos de manutenção desse déficit. Este projeto penaliza os servidores públicos. Este projeto já foi rejeitado, já foi oposto nas duas Casas do Congresso Nacional, quando tentou ser aprovado há mais ou menos 10 anos na forma de emenda à Constituição. Naquele momento, a outrora combativa oposição disse claramente que esse projeto

só era interessante para o mercado financeiro. Ele era abominável para os servidores públicos, demantelava o serviço público brasileiro e não atendia a nenhum dos interesses da Nação.

Dessa forma, Sr. Presidente, não há razão para votar favoravelmente a esse projeto, e opino pela rejeição do PLC.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/ PT – MS) – Eu pediria a não manifestação, por favor. Continua a discussão.

Com a palavra, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, assíduo leitor do livro *Os Cães do Senhor*.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/ PSDB – SP) – Quanto à leitura, Sr. Presidente, trata-se de um código particular, utilizado entre nós.

É que o Presidente Delcídio do Amaral tem formação jesuítica, estudou em uma boa escola mantida pelos jesuítas, que são conhecidos – eles mesmos se autodenominam assim – “os cães do senhor”, pela fidelidade com que servem aos ditames do senhor, especialmente do Papa, diante dos quais o dever dos jesuítas é de uma obediência absoluta. O lema *perinde ac cadaver*, obedeça como se fosse um cadáver, essa é a regra de obediência do jesuíta ao Papa.

Estou falando, Sr. Presidente, porque não estou obedecendo, aqui, nesta minha intervenção, a nenhuma ordem, de ninguém, apenas à minha visão das coisas.

Eu ouvi o discurso do meu querido amigo, Senador Randolfe Rodrigues. Discordo do conteúdo do discurso e vou dizer por quê.

A forma como sempre, é escorreita. Apenas faço uma reserva quanto à utilização do advérbio temporal “outrora”. “Outrora” significa há muito tempo. Mas, no caso brasileiro, “outrora” é como se fosse ontem. Haja vista, por exemplo, a letra do Hino à República, que é de 1889 e que diz assim: “Já nem cremos que escravos outrora tenha havido em tão nobre país”. “Outrora” era um ano antes, 1888.

Ora, a posição que o PT manifesta agora não é de outrora, é recente. É recente. É bastante recente a sua mudança de posição, a sua rendição à realidade dos fatos. A minha posição já era assim, não outrora, mas há muito tempo e continua sendo assim recentemente. Afirmei, durante, inclusive, a minha campanha eleitoral para o Senado, que considerava profundamente injusto e regressivo o atual sistema de previdência do funcionalismo público brasileiro.

O Senador Randolfe Rodrigues é um homem de esquerda. Ora, a esquerda, para mim, prega a equidade, essa é a característica básica da esquerda, além, evidentemente, da democracia, dos direitos humanos.

Mas a luta pela equidade é absolutamente característica da esquerda em todos os tempos, em todos os lugares.

Ora, o atual regime de previdência brasileiro, comparando-se o regime de previdência do serviço público com o regime do serviço privado, é profundamente injusto e regressivo. Os números estão aí, não mentem.

O *deficit* da previdência do regime geral, Srs. Senadores, no ano passado, foi de R\$36 bilhões. Trinta e seis bilhões de reais para um regime do qual dependem 25 milhões de brasileiros aproximadamente, um *déficit*, aliás, que vem diminuindo graças à formalização crescente do mercado de trabalho.

Mas repito o número: 25 milhões de brasileiros no regime geral e um *deficit* de R\$36 bilhões. Olhemos para a previdência dos servidores públicos federais: 1,1 milhão de aposentados e pensionistas, e qual é o *déficit*? Cinquenta e seis bilhões de reais. De modo que o *déficit* do regime que atende a 1,1 bilhão de brasileiros, servidores públicos federais, é de R\$56 bilhões, enquanto que o *déficit* do Regime Geral, que dá cobertura a 25 milhões de brasileiros, é de 36 bilhões.

Como é que pode um homem de esquerda sustentar uma situação dessas, profundamente iníqua, profundamente injusta?

Esse *déficit* é um dos principais alimentadores da dívida pública brasileira, e é preciso parar essa sangria em determinado momento. Aliás, a Constituição Federal já previu, no art. 40, em alguns parágrafos, creio que nos §§ 14, 15 e 16, a necessidade da instituição de um regime de previdência complementar, optativo, para os servidores públicos que ingressassem no mercado de trabalho.

O projeto de lei que estamos examinando aqui está tramitando no Congresso Nacional desde 2007. Não é de hoje, não. É de 2007. E o atual Governo, apesar de ter uma base parlamentar oceânica – e, como todo oceano, tumultuada –, não conseguiu aprovar até agora.

É por isso, aliás, que eu gostaria de apresentar algumas emendas, Sr. Senador Pimentel, para melhorar o projeto e não vou apresentar, porque, se eu apresentar agora, ele vai voltar para a Câmara e vai ficar mais dez anos para ser aprovado. E, durante, mais de dez anos, esse fator de desequilíbrio e fator de injustiça, essa iniquidade vai continuar.

Disse o Senador Requião que ficaria feliz se os recursos dos fundos fossem aplicados exclusivamente em letras do Tesouro. Ora, eu torço para que a aplicação das letras do Tesouro tenha rendimentos decrescentes, na medida em que diminua a dívida pública. Hoje, as letras do Tesouro são muito valorizadas no mercado exatamente porque o Brasil tem uma dívida pública muito alta. E esse regime atual que pretende-

mos modificar é um dos alimentadores dessa dívida pública, que pressiona, por sua vez, a taxa de juros; que, por sua vez, engorda o mercado financeiro. Ora, como é que uma pessoa de esquerda quer manter uma situação dessas? Eu não entendo. Sinceramente, não entendo!

Eu tenho, realmente, uma objeção forte ao projeto tal como foi aprovado pela Câmara, diferente, aliás, do projeto original, na medida em que se criam três fundações. O ideal seria uma fundação, porque o instituidor é um só. O custo seria menor, diminuiriam os custos administrativos, você teria um poder financeiro mais concentrado, e, portanto, haveria melhores condições de negociação na hora da aplicação desses recursos. Tem razão o Senador Requião. Porém, devolvê-lo para a Câmara agora? São mais dez anos. Mais dez anos se não acontecer nenhuma dessas coisas que costumam acontecer na base do Governo. Como dizia um grande jesuíta, o Padre Antônio Vieira, é semelhante ao que ocorre com os peixes, no seu famoso Sermão de Santo Antônio aos Peixes, pregado em São Luís do Maranhão: “O que me desedifica em vós, peixes [dizia o Padre Antônio Vieira, jesuíta], é que vós comeis uns aos outros”. E o que é pior: os grandes comem os pequenos.

Mas, enfim, diante dessas condições de falta de rumo, falta de energia, falta de projeto político que caracteriza efetivamente o Governo atual, seriam mais dez anos. E não estou aqui falando como oposição. Estou falando como alguém que quer que as coisas melhorem. E vão melhorar.

Acho, inclusive, Sr. Presidente, que o projeto traz salvaguardas para evitar aplicações doidivas, aventureiras no mercado financeiro. Vejam as próprias regras que disciplinam a aplicação desses fundos. Elas determinam que sejam seguidos critérios prudenciais determinados pelo Conselho Monetário Nacional, e as entidades onde podem ser aplicados deverão ser certificadas pela CVM. Mais ainda, quem acredita na participação, quem acredita na gestão compartilhada estará satisfeito com a forma como o projeto prevê a constituição dos órgãos diretivos dessas fundações, cujos conselhos de administração e conselho fiscal serão preenchidos de forma paritária entre os servidores públicos e indicados do instituidor.

Por isso, Sr. Presidente, vou votar a favor do projeto de lei, esperando que essa sangria e essa injustiça sejam estancadas, para que possamos ter uma previdência mais equitativa e mais saudável.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Aloysio Nunes, é uma exposição jesuítica.

Passo a palavra – estava inscrito também e eu me enganei aqui – ao Senador Pimentel. Aí o Senador Eduardo Braga, depois o Senador Agripino, Senador Alvaro Dias e Senador Ferraço.

Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, essa matéria que estamos discutindo hoje, como muito bem já foi explicitado no nosso voto, a que o Senador Aloysio Nunes Ferreira faz referência, tem sofrido uma série de complementos, de ajustes e de melhoria na gestão e na governança ao longo dos últimos 12 anos.

Se voltarmos a 2001, o Congresso aprovou, quase por unanimidade, as Leis Complementares nºs 108 e 109. A Lei Complementar nº 109 trata da governança, da gestão, da responsabilidade e também da fiscalização da previdência complementar aberta, e a Lei Complementar nº 108, que também é de 2001, trata da gestão, da governança e da fiscalização da previdência complementar fechada da União, dos Estados, dos Municípios, das autarquias, das fundações, das empresas públicas e das sociedades de economia mista.

Portanto, lá em 1997, essa legislação ainda não existia.

Em 2001, regulamentando a Emenda Constitucional nº 20, aprovamos esse arcabouço legislativo que permitiu uma nova forma de gerir, de fiscalizar, de acompanhar, e é exatamente nesse período que a indústria da previdência complementar tem crescido com solidez no Brasil.

Se observarmos hoje, temos mais de R\$500 bilhões de ativo na previdência complementar fechada, aí destacando a Previ do Banco do Brasil, a Petrus, a Vale, que hoje é uma empresa privada, e tantas outras. São quase 200 empresas, e as grandes empresas do Brasil todas têm previdência complementar. Inclusive eu sou vinculado à Previ do Banco do Brasil desde a minha posse no banco na década de 70.

Por falar em Previ, ela é anterior à Lei da Previdência Pública brasileira. A Previ é de 1904, e a legislação previdenciária brasileira é de 1923. E criamos a Previ lá no início do século passado exatamente porque ninguém tinha aposentadoria. Os trabalhadores trabalhavam até deixar esse mundo, e as suas viúvas tinham uma pensão. Se a viúva constituísse nova família, ela perdia a pensão. Para resguardar as viúvas que poderiam constituir nova família após a morte do bancário, foi criada a Previ em 1904.

É verdade que, até 2001, tínhamos uma legislação que deixava a desejar, alvo de muitas críticas, e ali tivemos novo marco regulatório. Posteriormente, em 2003, tivemos a mudança do art. 40 da Constituição Federal, adequando a governança da previdência

pública do servidor da União às mesmas regras da previdência complementar das estatais brasileiras, e, em 2007, é encaminhado esse projeto ao Congresso Nacional. Nós precisávamos criar uma forte autarquia independente, com estrutura própria para fiscalizar, normatizar e acompanhar essa nova previdência. E, em 2010, criamos a Previc, aprovada pelo Congresso Nacional no final de 2009, que entrou em vigor em janeiro de 2010.

Portanto, o Estado nacional, independentemente de ser situação ou oposição, ao longo desse período, da Emenda Constitucional nº 20 para cá, tem criado toda uma estrutura, um arcabouço jurídico de governança, de gestão, de aplicação de recursos, exatamente para proteger a previdência complementar. E nós estamos fechando esse ciclo para que os trabalhadores, a iniciativa privada, os autônomos, os empresários e os servidores públicos da União passem a ter regras semelhantes e não ter mais trabalhadores de primeira e segunda categoria.

O Senador Aloysio tem razão, nós teríamos um conjunto de adendos para melhorar esse projeto, mas, se o fizéssemos, teria de voltar para a Câmara. E, como nós queremos que ele entre em vigor imediatamente, para que só a partir de 2047 comece a ter efeito sobre as finanças públicas brasileiras. Portanto, esse projeto resguarda o direito adquirido, a expectativa de direito, e a Presidenta Dilma, o Estado nacional estão tomando essa decisão no momento em que a nossa decisão a nossa economia continua robusta, para que, se, no dia de amanhã, tivermos alguma crise, não tenhamos de tomar medidas de última hora, como aquelas a que estamos assistindo em algumas economias centrais, a exemplo de Portugal, da Espanha, da Itália, entre outros países, que também tinham regime menos vantajoso do que esse, mas que tiveram que tomar essas medidas.

Quero aqui registrar que, no que diz respeito à aplicação dos recursos, a diretoria desses fundos pode administrar diretamente e pode também terceirizar. Esse projeto, em sua fase primeira, não permitia gestão própria. Foi feita essa adequação na Câmara Federal, e sou um daqueles que acreditam nas instituições, na governança e no arcabouço jurídico em que o Brasil aprovou para que pudéssemos agora dar mais esse passo para que os trabalhadores civis da União tenham as mesmas regras que têm os demais trabalhadores brasileiros, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Pimentel.

Com a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, efetivamente, esse é um tema que o Brasil precisa enfrentar. Todos nós queremos ver a

nossa economia crescendo, e crescendo de forma saudável. E queremos mais ainda, queremos que o Brasil não perca a oportunidade da nossa janela do bônus demográfico, a exemplo do que fizeram os tigres asiáticos. Ao contrário de olharmos para situações como a que aconteceu com os nossos países vizinhos, deveríamos olhar os exemplos bem-sucedidos em situações similares a que o Brasil vive. O Brasil vive um momento em que o número de trabalhadores ativos *versus* o número de trabalhadores inativos, seja no regime geral, seja no regime da previdência pública, é muito maior. Portanto, estamos vivendo o que os economistas chamam de bônus demográfico. Se nesse bônus demográfico não enfrentarmos o déficit da Previdência, Sr. Presidente, o futuro do Brasil não será muito diferente não do Chile e da Argentina, mas da Grécia, da Espanha e de Portugal, que passaram a ter graves e sérios problemas de como financiar sua economia num mundo competitivo em função de seu déficit público, agravado pelo seu déficit na previdência.

Somado a isso, ainda vem a questão da longevidade brasileira. A cada ano, aumenta, portanto, a expectativa de vida do povo brasileiro, para alegria de todos nós.

Portanto, Sr. Presidente, é importantíssimo que o Brasil possa daqui para frente vencer esse desafio. Todos os direitos atuais estão assegurados. Os direitos adquiridos dos atuais servidores estão absolutamente assegurados. Aqueles que adentrarem a carreira a partir de agora é que estarão diante desse novo regime. Regime importante, portanto, daqui a 20, 30 anos, para que esta janela não seja para as futuras gerações um grande pesadelo. Os atuais servidores públicos, portanto, não terão nenhuma perda de nenhum direito. Ao contrário. E, como já foi dito aqui pelos Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Pimentel e outros, é importante entender que há salvaguardas muito claras quanto à disciplina dos recursos desses fundos, e essas salvaguardas assegurarão que esses fundos terão uma aplicação e uma governança extremamente eficiente.

Obviamente que todos queremos que o Brasil finalmente possa ter taxas de juros competitivas com o mundo em que estamos nos inserindo. Somos a sexta economia do mundo, com uma crescente mobilidade social. O Brasil vive uma mobilidade social extremamente importante e é injusto o balanço numérico, numeral que acabou de ser colocado aqui pelo nosso Senador Aloysio. Ora, enquanto mais de 25 milhões de aposentados geram um déficit de 36 milhões, menos de 1,200 milhão geram R\$56 bilhões de déficit. É óbvio que isso precisa ser estancado. É óbvio que isso precisa ser equilibrado. E é óbvio que um País que está em transformação, que está em evolução econômica,

em evolução social, em evolução de políticas públicas precisa enfrentar isso.

Portanto, Sr. Presidente, votamos com o Relator, apoiando a proposição do Governo que mostra para o futuro uma diminuição gradual, segura e efetiva do déficit da Previdência e assegurará cada vez mais ao Brasil juros competitivos em um mundo em que esperamos estar inseridos, ou seja, entre aqueles que são mais desenvolvidos e que têm a melhor qualidade de vida para todos e não para alguns privilegiados.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Eduardo Braga.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, são 13 anos de atraso. Há 13 anos este tema foi debatido no Congresso Nacional e foi rejeitado pelos atuais propositores. Eu pretendia fazer referência às afirmações daquela época, mas com precedência o jovem Senador do PSOL já o fez e com o brilhantismo de sempre. O Randolfe se caracteriza pelo conteúdo consistente, pela forma contundente, pela elegância contumaz e, sobretudo, pela competência. Apesar de ser um principiante no Senado Federal, já é um professor.

Ele fez referência às afirmações do PT à época para derrubar uma proposta que pretendia a modernização e evitar rombos sucessivos que foram se somando ao longo do tempo. O discurso do PT mudou. Mas por que demorou tanto para mudar? Faz-se uma universidade em menos tempo. Cursa-se o ensino fundamental em menos tempo. Até o Mobral se fazia em menos tempo. O PT levou 13 anos para mudar o seu discurso e o seu conceito a respeito de previdência para o servidor público do País.

Mas se demorou tanto e mudou, por que a pressa agora? Por que não nos oferecer o tempo suficiente para que possamos aprimorar essa proposta? Nós que, coerentemente, mantemos a posição de 13 anos, queremos aperfeiçoar essa proposta e não podemos. Estamos impedidos pela pressa do PT.

Ora, Sr. Presidente, essa urgência não se justifica. Quem ousou esperar 13 anos, poderia esperar mais um mês. O projeto tem como premissa o respeito ao direito adquirido – isso é essencial –; estabelece a possibilidade da opção – isso também é democrático –; busca estabelecer isonomia entre servidor privado e servidor público – todos devem ser iguais perante a lei, e devemos evitar determinados privilégios concentrados pontualmente.

O trabalhador pode optar pelo serviço público ou não. O trabalhador, ao optar pelo serviço público, pode optar ou não por esse regime de previdência complementar. Como o trabalhador da iniciativa privada. E

não poderia ser, portanto, mais justo do que estabelecer essa isonomia de opções. Qualquer trabalhador do setor privado corre os riscos aqui ressaltados que correrão os servidores públicos. Se os servidores da iniciativa privada podem correr riscos, por que só os servidores públicos deveriam ter o privilégio de não correr riscos? O que nós devemos fazer é trabalhar para reduzir a hipótese do risco. E essa é a razão das emendas que proponho.

A redução dos riscos na administração dos fundos. Se há corrupção na administração dos fundos, combatamos a corrupção. Devemos considerar crime hediondo. Há aqui um projeto do Senador Pedro Taques que considera corrupção ativa, passiva e – acrescentei em emenda – também o peculato crime hediondo. Vamos aperfeiçoar a legislação e os mecanismos para combater a corrupção. Com isso, reduziremos também os riscos da má gestão na administração desses fundos.

Temos vários pontos a criticar no projeto. Não há uma limitação para os recursos administrados em carteira própria. Um limite ao poder discricionário em relação à decisão do investimento com recursos do fundo assegura a busca pela otimização na alocação dos recursos garantidores. Apresentei emenda nesse sentido, limitando em 20% os recursos que podem ser administrados em carteira própria. Não há um prazo para que seja feita a licitação para a contratação das entidades que irão gerir os recursos do fundo. Com isso, os recursos serão geridos por instituição financeira federal, enquanto não houver licitação. Apresentei emenda estabelecendo o prazo de um ano para a realização da licitação. Cada instituição contratada poderá administrar no máximo 20% dos recursos do fundo. Apresentei emenda propondo que esse limite seja de 10%, o que dilui ainda mais o risco e limita a exposição da entidade às instituições financeiras contratadas.

Vejam que estamos trabalhando na tentativa de reduzir esses riscos aqui apontados. A proposta confunde aposentadorias especiais garantidas pela Constituição Federal com risco atuarial. O Estado precisa definir mecanismos para evitar o desequilíbrio atuarial do fundo. Para isso, apresentei emenda propondo, em nome do nosso Partido, o PSDB, que seja criado plano de custeio, custeado com recursos do Tesouro Nacional, com o objetivo de compor o fundo de cobertura de benefícios extraordinários, do qual serão vertidos montantes à conta mantida em favor do participante, para garantia das aposentadorias especiais, evitando o desequilíbrio atuarial.

Portanto, tarde, é verdade, 13 anos depois, o PT e o Governo chegam à conclusão de que é preciso modernizar e que é preciso estabelecer mecanismos que estabeleçam igualdade entre servidores públicos

e servidores privados. O que nós lamentamos, repito, é não termos a oportunidade de aperfeiçoar a proposta.

Sr. Presidente, desejo pedir destaque para essas emendas, para que elas possam ser votadas. Não sei se haverá possibilidade aqui e na Comissão de Constituição e Justiça, uma vez que houve um voto em separado, ou se terei que fazer a opção no plenário do Senado Federal. Mas gostaríamos que essas emendas fossem consideradas. Elas não pretendem, de forma alguma, inibir o avanço, a modernização. Elas pretendem aprimorar a proposta. Afinal, mesmo treze anos depois, há aqui equívocos; há aqui vazios que podem ser preenchidos; há aqui desvios que podem ser corrigidos, e há riscos que podem ser minimizados com emendas que são apresentadas com a boa intenção de melhorar a proposta do Governo. É a oposição contribuindo propositivamente. É a oposição sendo sensata, responsável, querendo o bem do País, legislando a favor da sociedade brasileira, não adotando uma postura irracional de irresponsabilidade simplesmente pelo gosto de ser contra o Governo. Somos contra o Governo quando ele erra. Somos contra o Governo quando ele se constitui em fábrica de escândalos. Somos contra o Governo quando é leniente com a corrupção, mas somos a favor do Governo quando pretende modernizar, adotando mecanismos que evoluem, que significam avanço, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida o povo brasileiro.

Portanto, Sr. Presidente, o a pelo que fazemos ao Relator da matéria, a V. Ex^a e a esta Comissão é no sentido de que ponderem todos sobre as emendas que estamos apresentando.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não há mais nenhum Senador inscrito.

Sobre a mesa, requerimento da Senadora Lídice da Mata, que passo a ler:

Nos termos do artigo 312, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro destaque para votação em separado da Emenda nº 2.

A Senadora Lídice está presente?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, estou assinando os meus pedidos de destaque e já chegam à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A Senadora Lídice não está presente.

Estou aguardando as emendas do Senador Alvaro Dias.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pois não, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Excelência, só a título de esclarecimento, porque me

perguntam sobre isso, a minha vaga nesta comissão é de suplência. A titularidade é da ilustre Senadora Kátia Abreu, em virtude dos cálculos de proporcionalidade. Por conta disso, o PSOL não terá voto nesta comissão. E vou correr para a CCJ, porque parece que o mesmo projeto vai ser chamado na reunião extraordinária na CCJ.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, para facilitar o trabalho de V. Ex^a, atendendo a apelo do Relator José Pimentel e conversando com o Senador Aloysio, vamos retirar os pedidos de destaque aqui na Comissão e apresentá-los no plenário do Senado Federal, onde teremos obviamente um quorum maior para a deliberação desta matéria. Creio que os 81 devem tomar conhecimento do que pretendemos. Por isso, nós teríamos a rejeição dessas emendas aqui e perderíamos a oportunidade de debatê-las no Plenário. Por essa razão, Sr. Presidente, última forma, retiro o pedido de destaque e me reservo a apresentá-lo no Plenário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias, pelo bom-senso. Portanto, essas emendas serão apreciadas no plenário do Senado, Senador Pimentel.

Tenho que dar sequência à votação.

A Senadora Lídice acabou de chegar. Com a palavra V. Ex^a.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, perdoe-me, mas fui chamada na Comissão de Educação para garantir o quórum para votação de um projeto terminativo. Portanto, retirei-me, mas voltei imediatamente.

Trata-se trata de uma emenda feita pelo Senador Antonio Carlos Valadares na CCJ, e aqui, nesta Comissão, eu assino, para que ela possa ter a tramitação. Como Líder e companheira do Senador Valadares, faço-lhe este favor.

Esta Emenda nº 2 trata justamente da discussão da criação das três fundações, buscando o Senador Valadares, após reunião com assessores do Poder Judiciário, fazer com que a fundação do Poder Judiciário seja apartada desse projeto, considerando-a inconstitucional.

O art. 93, *caput*, da Constituição Federal, estabelece que o Supremo Tribunal federal exerça o poder de iniciativa, encaminhando o projeto de lei do Estatuto da Magistratura, com *status* de lei complementar, observando os princípios elencados no citado artigo. O inciso VI enuncia que a aposentadoria dos magistrados

e a pensão dos seus dependentes deverá observar o disposto no art. 40 da Constituição.

Leio o art. 93 da Constituição Federal, Sr. Presidente:

Art. 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:

(...)

VI – a aposentadoria dos magistrados e a pensão de seus dependentes observarão o disposto no art. 40;

Portanto, Sr. Presidente, a emenda do Senador Valadares tem como objetivo a retirada da criação da fundação do Poder Judiciário por compreendê-la e comprová-la absolutamente inconstitucional por vício de origem.

Portanto, peço a atenção dos Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras desta Comissão para que nós não possamos contaminar o conjunto do projeto com a inconstitucionalidade do vício de origem da fundação do Judiciário. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Lídice da Mata.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Pimentel, pela ordem.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, a posição do relator é contrária ao destaque, tendo em vista que está retirando o Poder Judiciário do Funpresp. Com isso, o Funpresp ficava apenas para o Poder Executivo e o Poder Legislativo.

O §15 do art. 40 da Constituição Federal determina que, na criação da previdência complementar, a competência é do Poder Executivo.

Essa matéria já foi objeto de ação declaratória de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal, que declarou esse artigo constitucional. Portanto, o encaminhamento dessa matéria é competência exclusiva do Poder Executivo, conforme consta no § 15 do art. 40 da Constituição Federal. Por isso, proponho a rejeição do destaque e da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, para deixar bem claro, o relator, Senador Pimentel, é contrário à emenda apresentada pela Senadora Lídice da Mata. Portanto, vou colocar agora, apresentado o Requerimento de Destaque nº 2 para votação em separado.

Em votação o requerimento de destaque para votação em separado da Emenda nº 2.

Volto a registrar, o relator, Senador Pimentel, tem voto contrário à emenda apresentada pela Senadora Lídice da Mata.

Os Senadores que concordam com a emenda da Senadora Lídice da Mata, que contraria o posicionamento do Senador Pimentel; os Senadores que concordam com o requerimento da Senadora Lídice da Mata permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Portanto, rejeitado o requerimento.

Retorno agora à votação do relatório do Senador José Pimentel.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, contra o voto da Senadora Lídice da Mata.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com a Emenda nº 34, renumerada como Emenda nº 1-CAE, e contrária às Emendas nºs 1 a 33.

Quero pedir aos Senadores e Senadoras que permaneçam, pois temos só dois itens de caráter terminativo, e estamos com quórum, Senador Renan.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 323, DE 2011

– Terminativo –

Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para limitar a exigência de laudos de avaliação para portadores de deficiência adquirentes de automóveis com isenção do Imposto Sobre Produtos Industrializados.

Autoria: Senador Pedro Taques

Relatoria : Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

1. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com Parecer pela prejudicialidade do Projeto.

Uma vez que o Senador Randolfe Rodrigues não se encontra presente, indico relator *ad hoc* o Senador Lobão, o objetivo Senador Lobão.

Eu peço aos Senadores e Senadoras que permaneçam, pois temos só duas matérias com votação em caráter terminativo; as outras são não terminativas.

Eu pediria para garantirmos o quórum nessas duas matérias.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Da Comissão de Assuntos Econômicos, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 323, de 2011, do Senador Pedro Taques, que altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para limitar a exigência de laudos de avaliação para portadores de deficiência adquirentes de automóveis com isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados.

Sr. Presidente, da análise. De acordo com a juridicidade e o mérito do projeto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 323, de 2011.

Esse é o voto, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Lobão, pela objetividade. A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o projeto.

Votação nominal.

Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com o relator.

Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Lobão Filho, voto já conhecido.

Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Antonio Russo.

O SR. ANTONIO RUSSO (PR – MS) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Kátia Abreu.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Dezesseis votos SIM; nenhum voto NÃO; nenhuma abstenção.

Aprovado.

A Comissão de Assuntos Econômicos aprova o projeto.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 635, DE 2011

– Terminativo –

Dispõe sobre o sistema de pagamentos e transferências de valores monetários por meio de dispositivos móveis (STDM).

Autoria: Senador Walter Pinheiro

Relatoria : Senador Alvaro Dias

Relatório: Pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Com a palavra o Relator, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, estou aqui procurando já na página 385... V. Ex^a já anunciou o objetivo do projeto, que é do Senador Ciro Nogueira...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS. *Fazendo soar a campanha.*) – Eu pediria, Senador Eunício... O voto de V. Ex^a é um voto crucial aqui. Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – O parecer do Projeto 635 da Comissão de Assuntos Econômicos, dispõe sobre o sistema de pagamentos e transferências de valores monetários por meio de dispositivos móveis.

Este projeto foi distribuído a esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa, é constituído de sete artigos e tem estrutura similar à Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001, que reorganizou o sistema de pagamentos brasileiro.

O art. 1º define o objetivo da lei, que é regular a atuação das câmaras e dos prestadores de serviços de pagamentos e transferências de valores monetários por meio de dispositivos móveis (STDM).

O art. 2º define o que é o STDM, esclarecendo que ele será regulado pela autoridade competente e que as disposições da lei não se aplicam as operações bancárias pela Internet.

O art. 3º define que a oferta de serviços de pagamentos e transferências dentro do STDM será feita por empresas constituídas unicamente para esse objetivo.

O art. 4º disciplina as características dos registros de contas individuais mantidos em nome dos usuários dos serviços do STDM. Os valores depositados nestas contas não serão remunerados e poderão ser utilizados para transferências, pagamentos, saques e aquisição de créditos para uso do celular.

Há um segundo art. 4º, de forma que será necessária emenda de redação para correção da numeração deste artigo e dos subsequentes.

O segundo art. 4º autoriza as instituições ofertantes de serviços de transferências e pagamentos por meio do STDM a intermediar a oferta de serviços financeiros, como crédito, aplicações financeiras e seguros.

O art. 5º determina que “todas as empresas que oferecerem o serviço de pagamentos e transferências por meio de dispositivos móveis participarão de uma câmara de compensação responsável pela compensação e liquidação das operações em tempo real e pelo credenciamento dos estabelecimentos para saques de recursos em dinheiro”.

O art. 6º determina que os valores depositados nas contas para movimentação por meio de dispositivos móveis deverão ser depositados em contas e aplicações no Sistema Financeiro Nacional (SFN).

Sr. Presidente, na sua análise, compete à Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre matérias que tratem de transferência de valores, bem como sobre aspectos econômicos e financeiros de qualquer matéria que lhe seja submetida. Portanto, cabe a esta Comissão oferecer o parecer sobre a matéria.

Na leitura dos artigos, nós percebemos que há um objetivo de modernização dos serviços e de oferta de facilidades àqueles que são usuários do sistema financeiro no País. O grande atrativo desse tipo de movimentação financeira é o amplo alcance da tele-

fonia celular em todo o País, o que poderia permitir o acesso a serviços financeiros básicos a uma parte da população brasileira que hoje está à margem do sistema financeiro.

Atendendo o apelo do Presidente para ser rápido, nós entendemos que os Srs. Senadores já conhecem o assunto, embora seja um assunto de natureza técnica, há sobretudo o propósito da modernização e da facilitação para os usuários do sistema financeiro do País.

Por essa razão, o nosso parecer é favorável, o nosso voto é pela aprovação do projeto, com apenas uma emenda, em que nós substituímos a expressão “autoridade monetária competente” por “autoridade competente”. E outra emenda enumerando o segundo art. 4º para art. 5º e os demais subsequentes, porque houve um equívoco: havia no texto duas vezes o art. 4º.

Portanto, Sr. Presidente, o nosso voto é pela aprovação.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – Sr. Presidente...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Em discussão.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – ...solicitar vista.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – Pedido de vista.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Vista também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, vista coletiva.

Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Apenas registrar que se trata de uma iniciativa muito positiva do nosso Líder Walter Pinheiro, que tem estudado este assunto. Por exemplo, no Quênia, tem havido uma repercussão muito positiva, permitindo às pessoas que utilizam celulares realizarem transferências monetárias, o que facilita muito para a população que tem no celular uma maneira de se comunicar e, inclusive, para realizar operações financeiras. Estou de acordo com o parecer do Senador Alvaro Dias, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

Esclareço aos Senadores que houve um erro da Mesa, erro pessoal meu. Há o item 7, de que é Relator o Senador Aloysio Nunes.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, DE 2010 – Terminativo –

Regulamenta o pagamento da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) por meio da utilização de precatórios.

Autoria: Senador Neuto De Conto.

Relatoria : Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto.

Observações:

1. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Serviços e Infraestrutura, com Parecer contrário ao Projeto.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Com a palavra o objetivo Relator, Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, o objetivo do projeto, como lembrou V. Ex^a, é permitir o uso de um meio alternativo de pagamento à cobrança da Cfem, sem a necessidade de que eles sejam feitos em dinheiro, com a oportunidade de se fazer uma compensação entre o que é devido pelas empresas de mineração, a título de Cfem, e o que elas têm a receber materializado por precatórios.

O parecer é pela prejudicialidade, uma vez que a matéria relativa a precatórios está ampla e exaustivamente disciplinada na Constituição Federal, não cabendo, neste momento, espaço ao legislador infraconstitucional para inovar nesta matéria.

Além do mais, este projeto de lei do Senado que estamos relatando incorre em inconstitucionalidade, uma vez que adentra pela competência própria dos Estados e dos Municípios dos quais essas receitas relativas à exploração ou compensação financeira decorrentes dela como receitas originárias.

Por isso, consideramos prejudicado o projeto. Já há toda uma disciplina que não merece ser alterada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Apenas para repensar que a intenção do Senador, na época, Neuto de Conto, era meritória, sem dúvida alguma, para tratar desse tema. Mas, como surgiu a legislação desde julho do ano passado, que encobre esse, o parecer do Senador Aloysio Nunes é pela prejudicialidade. Não há a menor dúvida.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – A matéria está exaustivamente regulada, com as nossas homenagens ao nosso querido amigo Senador Neuto de Conto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, declaro prejudicado o projeto, nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado.

Em votação a declaração de prejudicialidade.

Votação nominal.

Quem vota com o Senador Aloysio Nunes Ferreira vota “Sim” à declaração de prejudicialidade do projeto. Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator, Sr. Presidente. “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Sim”.

Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Sim”.

Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Sim”. Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Sim”.

Senador Lobão Filho

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – “Sim”.

Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Antonio Russo.

O SR. ANTONIO RUSSO (PR – MS) – “Sim”, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Kátia Abreu.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – E o voto do Senador Aloysio Nunes é um voto conhecido.

Quinze votos “Sim”; nenhum voto “Não”.

Aprovado.

A Comissão aprova a declaração de prejudicialidade do projeto.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Para um esclarecimento, em função da dinâmica e tumultuada reunião: o que aconteceu com o Item 1 da nossa pauta, que já foi relatado pelo Senador Lindbergh, já foi dado vista coletiva? Em tese, nós deveríamos estar votando essa matéria hoje, que trata de um tema importante, que é a extinção do 14º e do 15º salário dos Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Ferraço, só para historiar, para não haver nenhuma dúvida.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Por favor!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Em função do questionamento que V. Ex^a apresentou.

Foi solicitado pelo Senador Pimentel, Relator do Item 2, que nós fizéssemos uma inversão de pauta para votarmos o Item 2 primeiro. E isso foi aprovado por todos os Senadores e Senadoras. Depois, como nós estávamos com a Casa cheia, portanto, com Senadoras e Senadores em número suficiente para votar nominalmente aquelas matérias que exigem votação nominal, e o Plenário aprovou, terminamos de votar agora todas as matérias que exigiam votação nominal;

portanto, exigiam quórum necessário para as votações nominais. Agora, nós retornamos à pauta e vamos começar pelo Item 1, que é não terminativo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Agradeço a V. Ex^a a explicação e a retomada da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) –

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 71, DE 2011

– Não Terminativo –

Disciplina o pagamento da ajuda de custo dos membros do Congresso Nacional.

Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann;

Relatoria : Senador Lindbergh Farias;

Relatório: favorável ao projeto.

Observações:

1. *A matéria ainda será apreciada pela Comissão Diretora;*

2. *em 20/3/2012, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.*

O relatório já foi lido pelo Relator na sexta reunião, realizada em 20 de março, ocasião em que foi concedida vista coletiva.

Pergunto ao Relator se deseja fazer uso da palavra.

Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, é bem breve.

Eu já li o relatório na semana passada. Vou explicar resumidamente, Senador Aloysio.

Esse é um projeto da Senadora e hoje Ministra da Casa Civil Gleisi Hoffmann. Eu fui designado Relator, Senador Aloysio Nunes. Designado Relator, fui entender essa história.

A referência mais antiga que encontrei foi uma regulamentação do Decreto Legislativo nº 53, de 1948. Fui atrás da história.

O procedimento naquela época se justificava porque os Parlamentares se mudavam para o Rio de Janeiro com sua família, passavam todo o ano no Rio de Janeiro e voltavam ao final para os seus Estados. Foi aí que surgiu. Hoje nós sabemos que a coisa não acontece dessa forma. Nós voltamos todo final de semana para as nossas bases, para os nossos Estados. Então, o projeto da Senadora e Ministra Gleisi Hoffmann modifica, na verdade, a ajuda de custo e, em vez de ser no início de cada sessão legislativa, passa a vigorar no início e no final do mandato.

Quero complementar dizendo que o Decreto nº 7, de 95, estabelecia que a ajuda de custo destinava-se à

compensação de despesas com transportes e outras imprescindíveis para o comparecimento à sessão legislativa ordinária ou à sessão legislativa extraordinária.

Em 2006, também, com a Emenda Constitucional nº 50, de 2006, já houve uma mudança e foi vedado o pagamento para sessão legislativa extraordinária.

Então, o que faz o projeto da Senadora e Ministra Gleisi Hoffmann? Ela coloca dois parágrafos no Decreto Legislativo nº 805, de 2010, que foi o que fixou o subsídio dos Deputados e Senadores. O § 1º fala justamente nessa mudança de, em vez de ser no início da sessão legislativa, ser no início e no final do mandato. Coloca um segundo parágrafo, dizendo que a ajuda de custo de que trata o § 1º não será devida ao suplente reconvocato dentro do mesmo mandato.

Eu fiz um relatório muito sóbrio. Eu não compartilho de opiniões, Senador Renan Calheiros e Senador Valdir Raupp, de alguns setores que tentam demonizar a prática legislativa, como se esta fosse uma Casa de privilégios.

Agora, concretamente, quero falar a cada um dos Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras. Hoje nós temos que fazer essa adequação legislativa. Não dá para explicar a um trabalhador, nos nossos Estados, a existência dessa ajuda de custo que é confundida com o 14º e o 15º salário. Entendo o motivo que originou essa ajuda de custo, mas hoje acho que esta Comissão de Assuntos Econômicos tem que fazer essa adequação legislativa proposta pela Senadora e hoje Ministra da Casa Civil Gleisi Hoffmann, alterando “início e fim de cada sessão legislativa” por “início e final do mandato”.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, eu gostaria de enaltecer a iniciativa da então Senadora Gleisi, hoje Ministra, que, em pouco tempo aqui nesta Casa, pouco mais de quatro meses, teve a iniciativa ousada de sugerir ao Congresso Nacional, ao Senado importantes projetos, como esse aqui relatado pelo Senador Lindbergh.

Entendo, como V. Ex^a, Senador Lindbergh, que tinha a sua finalidade. Não se trata, é bom esclarecer isso, de 14º e 15º salários. Nunca se tratou. Na verdade, isso se refere a uma ajuda de custo, como V. Ex^a colocou, que se justificava no tempo em que o Senado ainda estava no Rio de Janeiro ou mesmo quando veio para Brasília, no final e no início da década de 50 e de 60. Justificava-se naquela época devido aos valores gastos para a locomoção. Mas hoje Brasília está perto de qualquer região do Brasil. Um avião, com

poucas horas de voo, nos deixará em qualquer capital de uma das unidades federativas deste País. Então, não se justifica mais, Senador Cyro, essa verba que é uma verba para custeio dessa despesa de início e final de cada ano legislativo, mas se justifica trazendo essa verba para o início e o término do mandato, porque as famílias dos Senadores normalmente migram para Brasília no início do mandato e retornam aos seus Estados ao término do mandato.

Eram essas, Sr. Presidente, as colocações que eu queria fazer a V. Ex^a e a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o laborioso Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Obrigado, Presidente Delcídio, o cientista do Senado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu estou aqui ao lado do Líder da Bancada, Senador Renan Calheiros, e quero dizer que o PMDB concorda com o projeto da Senadora Gleisi e com o relatório do Senador Lindbergh, coerente, até porque nós temos passagens para deslocamentos, temos a verba indenizatória de algumas despesas, como todas as Sr^{as} e os Srs. Senadores sabem.

O meu voto é favorável. O PMDB concorda com o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, é evidente que foi feito, no início, com um intuito, que era a mudança, a ida e a volta do Senador, não como uma coisa que se perpetuasse. Sou plenamente a favor de que se acabe com isso. Mas o que existe hoje aqui é um movimento de pressão, em determinados setores, com relação à convivência dos Senadores e ao seu ganho, o que não é a realidade. Há aqui um falso moralismo. Primeiro porque, a não ser a verba indenizatória, todas as outras verbas têm uma destinação, e não como ganho. Um Senador da República ganhar líquido dezenove mil e alguma coisa não é condizente com a sua atividade. Como também, a mesma coisa, se o senhor for ao mercado de trabalho e se quiser levar um CO para a sua empresa por dez, doze, quinze ou vinte mil, o senhor não leva. Não existe correção. São oito anos sem corrigir, e quando vem, é uma correção de 40% e a sociedade grita.

Toda base de trabalho tem um sindicato. Todos os anos, aquilo é reajustado. Eu não vivo do salário de um Senador, tenho outras atividades na minha vida empresarial, mas tenho pena daquele que é obrigado a viver com R\$19 mil, em uma estrutura que temos aqui.

O que precisa ser revisto não são essas coisas. Eu acho que esses acessórios não são legítimos, como também não são legítimos os ganhos aqui colocados.

Lembro-me que, na legislatura passada, ganhava-se líquido pouco mais de R\$13 mil, se não me falha a memória. Depois de oito anos, quando vem a correção, é de quarenta e poucos por cento, e a sociedade grita. Isso tem que ser normatizado, como para os profissionais desta Casa, que também ficam cinco, seis anos sem ter um reajuste. Existe inflação. Maior ou menor, mas existe, e temos que acompanhar esses custos.

A minha posição é essa, a do senhor também, pelo projeto. Mas que nós pensemos de forma diferente quando se propuser remuneração.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado.

Senadora Ana Amélia. Depois, Senador Ferraço e Senador Benedito de Lira.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria cumprimentar a autora do projeto, nossa colega Senadora Gleisi, especialmente o trabalho aplicado do nosso colega Lindbergh Farias a respeito da matéria, que é muito importante para que a sociedade brasileira, que acompanha com lupa a atividade do Congresso Nacional, seja desta Casa ou da Câmara Federal. Ainda bem que os demais Poderes também estão expostos, porque antes o foco era só sobre o Legislativo, e hoje também sobre o Executivo e o Judiciário. Há uma vigilância permanente dos meios de comunicação sobre a nossa atividade e as denúncias que frequentemente aparecem envolvendo autoridades. Penso que esta é como as iniciativas populares da ficha limpa, uma forma de levar disciplina e austeridade no gasto público.

E gostaria de propor ao Senador Lindbergh, se não for possível acatar uma emenda, a sugestão de um novo projeto, para que ministros de Estado não engordem seus vencimentos com os conselhos de empresas estatais, o que também, de certa forma, desvirtua o processo de formação de seus vencimentos. Seria muito oportuno que também, junto com isso – hoje, a própria Ministra Gleisi Hoffmann está ocupando um cargo estratégico, que é o Gabinete Civil da Presidência da República –, a ministros de Estado que saem, especialmente do Parlamento, com o salário de Senador, não fosse permitido a acumulação com jetons da participação de conselhos de empresas estatais. É uma sugestão que dá um pouco mais de equilíbrio no tratamento dessa matéria tão importante que o Senador Lindbergh Farias acabou de relatar, com o meu apoio e o apoio do Partido Progressista, que tem como líder o nosso grande Senador Francisco Dornelles.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Com a palavra o Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, apenas para manifestar o meu

integral apoio à proposta da Ministra Gleisi Hoffman e o meu integral apoio ao parecer equilibrado do Senador Lindbergh na direção que, a meu juízo, vai fazer muito bem ao Senado da República e poderá ser uma importante e relevante referência para o conjunto dos Legislativos brasileiros nos dois níveis federados, porque o Senado precisa ser referência – as assembleias e câmaras municipais olham para o nosso Senado da República e o veem como referência.

Manifesto o meu integral apoio a esse projeto porque representará o fortalecimento institucional ao Senado da República.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Ferraço.

Com a palavra o Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, quero colocar essa matéria ao lado de outras importantes matérias na Casa em que não vejo tanta preocupação do Senado Federal. Não sou contrário ao projeto, até porque, quando nos dispomos a participar do processo político do País, é com o objetivo de servir.

Não sei se cabe ainda, Sr. Presidente, mas dou como sugestão, como disse a Senadora Ana Amélia, estamos aqui, com isso, acabando com o 14º e o 15º salário. Subentende-se que temos um 13º. Consequentemente, como não somos funcionários públicos e, sim, agentes públicos, queria saber do Relator se ainda cabe incluir o 13º também, porque não precisa ter 13º salário para Senador.

Com o tempo, seria interessante que pudéssemos até propor honorabilidade do mandato. Para quê? Já é uma representação extraordinária ser Senador da República, representando o Estado.

Não sou contra o projeto, mas proponho ao Relator, se for possível, incluir o 13º salário, porque se subentende que também estamos recebendo 13º salário. Vamos passar a receber salário apenas de fevereiro a dezembro, que é quando estamos aqui no exercício do mandato. Nesse período é quando o Senado poderia ter essa responsabilidade de pagar aos Senadores.

É a sugestão que dou ao Relator. Ou, então, caso não seja possível, proponho à Mesa que inclua isso no bojo do projeto como uma emenda de plenário que estou apresentando verbalmente, considerando que eu não sabia que essa matéria estava entrando na pauta na manhã de hoje, pois cheguei há pouco do interior lá do meu Estado.

Sr. Presidente, voto favoravelmente, independentemente disso. Entretanto, proponho também isso, considerando, repito, que o Senador da República não é funcionário público e o 13º salário foi criado para

atender os funcionários, quer sejam celetistas, quer sejam do quadro de carreira dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União e dos Estados e Municípios. Senador é um agente público, consequentemente acho que também deveria abdicar e abrir mão do 13º salário.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Benedito de Lira.

Com a palavra agora o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, quando essa matéria que está em discussão efetivou-se em 1995, ela foi aprovada com argumentos, que persistem até hoje.

Quanto mais Senadores falarem, mais argumentos em favor e contrários à matéria vão ser apresentados. Mas há o argumento que leva o meu partido a se posicionar. O Senado, como a Câmara dos Deputados, tem a obrigação de dar exemplo, e a sociedade observa os exemplos que aqui são dados.

Em nome do exemplo, portanto, o Democratas vota a favor, mas vota fundamentalmente para que a Nação observe o exemplo do Congresso Nacional, sem considerar as razões em favor e em contrário que levaram à instituição do 14º e do 15º salário.

Em nome do exemplo que o Congresso Nacional precisa dar, o voto do Democratas é “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Agripino.

Senador Eduardo Suplicy, último orador inscrito.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, quero elogiar a iniciativa da Senadora Gleisi Hoffman, hoje Ministra da Casa Civil, e também a forma com que o Senador Lindbergh Farias aqui argumentou, explicando muito bem que o Senado, neste caso, deve modificar o procedimento, dar o exemplo. Acho que isso é importante para a sociedade brasileira.

Sou a favor, Sr. Presidente, do parecer do Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, rapidamente, só para dizer...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado.

Senador Lindbergh, pela ordem.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – A Senadora Ana Amélia, tendo em vista a sua sugestão, poderia, na verdade, apresentar outro projeto, porque esse é um projeto de decreto legislativo que trata da remuneração dos membros do Congresso Nacional, então, não teria como acolher aqui. Mas é uma sugestão válida, um debate válido.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ)

– Quanto à sugestão do Senador Benedito de Lira, é muito ousada. Sou mais conservador. Vou ficar com o projeto original da Senadora e Ministra Gleisi Hoffmann.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não havendo mais nenhum Senador ou Senadora que queira discutir a matéria, em votação o relatório do Senador Lindbergh Farias.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão Diretora.

Os itens 3 e 8 foram retirados por solicitação dos relatores.

Portanto nós iríamos para o item 4.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Presidente, eu ia solicitar...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Armando Monteiro, é um prazer muito grande.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – ... com a vênua de V. Ex^a uma inversão de pauta para relatar o item 5; se V. Ex^a assim permitir.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, vamos para o item 5. Todos estão de acordo? *(Pausa.)*

Eu gostaria só de registrar, antes de dar a palavra para o Senador Armando Monteiro, que eu vou acrescentar aqui ao parecer do Senador Lindbergh a manifestação do Senador Ivo Cassol, que depois estará à disposição das Sr^{as} e dos Srs. Senadores. Eu gostaria só de ler um único parágrafo:

Entretanto, reitero o entendimento do texto trazido pelo Senador Lindbergh Farias na parte conclusiva de sua análise, em que assevera que, do ponto de vista econômico e financeiro, a situação proposta implica em redução de despesas e não por incorrer a Casa em pagamento ilegal, que é o conceito de custeio, como muitos Senadores aqui falaram.

Portanto, vou juntar essa manifestação do Senador Ivo Cassol, que não pôde estar aqui presente, está recebendo ministros de Estado lá em Rondônia, ao parecer do Senador Lindbergh.

ITEM 5**PROJETO DE LEI DO SENADO****Nº 406, DE 2009 – Complementar****– Não Terminativo –**

Acrescenta os §§ 3º e 4º ao art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para condicionar a destinação de recursos públicos a entidades privadas à existência, em

seus estatutos sociais, de regra que limite a permanência de seus dirigentes.

Autoria: Senadora Marisa Serrano

Relatoria : Senador Armando Monteiro

Relatório: Contrário ao Projeto.

Observação:

– *A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer contrário ao Projeto.*

Com a palavra o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Sr. Presidente, esse projeto é de autoria da então Senadora Marisa Serrano e pretende alterar o art. 26 da Lei Complementar, ou seja, a Lei de Responsabilidade Fiscal, para determinar que a transferência de recursos públicos a setor privado somente poderá ser realizada para entidades que, estatutariamente, sigam regras de rotatividade de seus dirigentes.

Já há previsão legal suficiente de mecanismos institucionais de controle e fiscalização da aplicação de recursos públicos. Basta utilizá-los de forma eficaz para obter os resultados desejados. Daí o exercício já institucionalizado de complexo e extenso processo de fiscalização que envolve diversos órgãos públicos de diferentes níveis de governo que atuam na prevenção, controle, investigação e repressão de eventuais desvios: o Ministério Público Federal, os Ministérios Públicos Estaduais, o Tribunal de Contas da União, os Tribunais de Contas dos Estados e dos Municípios, as Controladorias da União e as dos Estados, a Polícia Federal, as Polícias Estaduais, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário, apenas para citar os órgãos mais evidentes.

A medida nos parece inócua, dado que a rotatividade pretendida não é condição suficiente para garantir uma boa utilização de recursos públicos, representa, tão somente, uma ingerência do Estado sobre a organização e a administração de entidades de direito privado e não favorece ou tem maior vinculação com a realização do interesse público.

Os transtornos que poderiam advir dessa medida, no entanto, são de grande monta, uma vez que as entidades sérias, a exemplo das Santas Casas, que colaboram efetivamente com o Poder Público na execução de atividades de interesse social, ver-se-iam obrigadas a promover, de maneira açodada, alterações em seus estatutos sociais e em sua própria estrutura organizacional. Com isso, projetos sociais relevantes, executados em regime de colaboração entre o Estado e as entidades privadas sem fins lucrativos, seriam colocados em risco, em detrimento de toda a sociedade.

O art. 26 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que a autora pretende alterar com esta Lei Complementar,

já condiciona essas transferências à lei autorizativa específica, ao atendimento das condições estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, à previsão orçamentária do repasse pretendido, à regular condição de funcionamento da entidade beneficiária e à prestação de contas da aplicação dos recursos postos à sua disposição.

Sr. Presidente, colegas Sr^{as} e Srs. Senadores, o nosso entendimento é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 406, de 2009 – Complementar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Armando Monteiro.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CAE contrário ao Projeto.

Vamos passar ao Item 4 da pauta.

Como eu disse, o Senador Ivo Cassol está recebendo Ministros de Estado em Rondônia. Eu queria indicar a Senadora Ana Amélia, também do PP, para ser Relatora *ad hoc* da matéria constante do Item 4.

ITEM 4

AVISO Nº 76, DE 2011

– Não Terminativo –

Encaminha cópia do Acórdão nº 2.261, de 2011 – TCU – Plenário, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada com o objetivo de analisar a governança das agências reguladoras federais de infraestrutura (TC 012.693/2009-9).

Autoria: Tribunal de Contas da União.

Relatoria: Senador Ivo Cassol.

Relatório: pelo conhecimento e arquivamento.

Observações: 1. A Matéria tramita simultaneamente nas Comissões de Serviços de Infraestrutura; de Assuntos Sociais; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; de Educação, Cultura e Esporte; e de Assuntos Econômicos.

Indico como Relatora *ad hoc* da matéria a Senadora Ana Amélia, a quem concedo a palavra.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Delcídio do Amaral, encaminha-se cópia do Acórdão nº 2.261, de 2011 – TCU – Plenário, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o funda-

mentam, referente à auditoria realizada com o objetivo de analisar a governança das agências reguladoras federais de infraestrutura, como V. Ex^a muito bem definiu na referência à matéria.

Há uma extensa descrição de tudo isso. Como se trata de uma questão técnica e já bem explorada pela Casa, limito-me apenas, em nome do Senador Relator Ivo Cassol a ir direto ao voto da matéria, que tem várias páginas da descrição do relatório propondo que a Comissão tome conhecimento dessa matéria, que foi distribuída aos Senadores, e determine a remessa do respectivo processado ao Arquivo, já que não se trata de uma deliberação sobre mérito dessa questão, mas apenas aquilo que o próprio Tribunal de Contas definiu como regras para serem seguidas.

Esse é o voto, que faço em nome do Senador Ivo Cassol.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Senador Aloysio Nunes Ferreira, com a palavra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu peço a palavra para propor alguma ação nossa em relação a alguma reação nossa que não seja o simples arquivamento dessa matéria.

A Senadora Ana Amélia acaba de receber a relatoria *ad hoc*, portanto não teve condição de se aprofundar no exame do conteúdo do relatório do TCU. Mas esse relatório contém reservas e senões graves em relação ao funcionamento das agências reguladoras. E esse é um ponto crucial para o bom funcionamento da economia brasileira, a sua relação com a sociedade, todos nós sabemos.

Eu só vou citar alguns exemplos, meus caros Colegas.

Sobre as competências regulatórias: foi constatada a inabilidade dos conselhos setoriais em fornecer diretrizes estratégicas para os entes reguladores e delimitar objetivos de longo prazo a serem atingidos, sendo o caso mais notório o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transportes.

Sobre autonomia: o período de quarentena para os dirigentes previstos na legislação das agências é considerado curto em relação aos moldes internacionais; deve ser examinada a possibilidade de extensão da quarentena para pelo menos doze meses. Esse assunto foi debatido pelo Senador Requião quando discutíamos a indicação do Sr. Bernardo Figueiredo para Agência Nacional dos Transportes Terrestres, o trânsito entre o setor público e o setor privado.

Sobre autonomia financeira: também é uma situação muito delicada das agências que se veem às voltas com o contingenciamento de seus recursos, com

insuficiência de dotações orçamentárias, com déficits permanentes.

Sobre os mecanismos de controle: apesar da utilização de instrumentos de gestão contidos no Plano Plurianual (PPA) e na Lei Orçamentária Anual, as agências reguladoras e os respectivos Ministérios em geral não dispõem de metodologias sistematizadas e instituídas formalmente para avaliar o desempenho finalísticos dos entes reguladores. Se viu recentemente agora na Conferência sobre Águas ocorrida em Marselha a falta de diálogo entre o Ministério do Meio Ambiente e a Agência Nacional de Águas.

Sobre o controle social: tem sido registrada a baixa participação da sociedade no processo de controle social. Há uma recomendação para o Senado. Recomendaram ao Senado Federal que estude a viabilidade de se adotar rotina mais rigorosa na avaliação dos candidatos ao cargo de direção das agências reguladoras.

De modo que o relatório é pesado. Eu penso que mandá-lo para o Arquivo, como propõe o relator Ivo Cassol, com todo respeito ao relator titular da matéria, seria pouco. Como o Tribunal de Contas se debruçou sobre o assunto, um assunto da maior importância, a minha sugestão, Sr. Presidente, é que nós convidemos o Presidente do Tribunal de Contas da União e eventualmente também presidentes das agências reguladoras para examinar essa questão perante a Comissão de Assuntos Econômicos numa audiência pública, em vez de simplesmente mandá-lo para o Arquivo.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria, como relatora *ad hoc*...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – ... acolher a sugestão do Senador Aloysio e, inclusive, pedir vista coletiva desse relatório para examiná-lo ou, então, decidido pela Comissão, talvez até fosse o caso dessa audiência pública, dependendo do calendário de audiências da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Ana Amélia, como é relatora *ad hoc*, não pode pedir vista; mas, o Senador Aloysio Nunes já pediu vista e também o Senador Cyro; portanto, vistas coletivas. Aí nós analisaremos a oportunidade de se fazer uma audiência pública para discutir essas questões.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É que concordo com os argumentos do relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) –

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 314, DE 2010 – Complementar – Não Terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para atualizar os limites de receita bruta empregados na definição de Microempresa e de Empresa de Pequeno Porte e na opção pelo Simples Nacional.

Autoria: Senador Valter Pereira e outros

Relatoria : Senador José Pimentel

Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto.

Índico o Senador Antonio Russo como relator *ad hoc* da matéria.

O SR. ANTONIO RUSSO (PR – MS) – Muito obrigado, Presidente.

Já vou direto à análise do relatório, se o senhor me permitir.

Quanto ao aspecto constitucional, cabe à União legislar sobre direito tributário e sistema tributário, conforme o disposto nos arts. 24, I, e 48, I, da Constituição Federal (CF). A definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte em lei complementar está prevista no art. 146, III, “d”. A iniciativa parlamentar é amparada pelo art. 61 da mesma Carta.

A competência da Comissão de Assuntos Econômicos para deliberar sobre a proposição decorre do art. 99, IV, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Embora bem calcada nas regras vigentes de técnica legislativa, conforme a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, a matéria não mais inova o ordenamento jurídico, haja vista o advento da Lei Complementar nº 139, de 11 de novembro de 2011. Realmente, os argumentos utilizados na justificação do projeto são bastante consistentes, não havendo o que opor em relação à necessidade de se reajustar os valores de referência do Supersimples.

Assim como vem sendo feito em relação à tabela do imposto de renda da pessoa física, o legislador pode e deve exercer sua prerrogativa de contribuir para que programas de desoneração fiscal e estímulo ao desenvolvimento econômico não se percam em razão da depreciação de seus referenciais.

Entretanto, a atualização dos valores do Supersimples já foi levada a cabo pela Lei Complementar nº 139, de 10 de novembro de 2011, motivo pelo qual a presente proposição perdeu a oportunidade, nos termos do art. 334 do RISF.

Voto.

Pelas razões apresentadas, o voto é pela declaração de prejudicialidade do PLS nº 314, de 2010 – Complementar.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório do Senador Antonio Russo.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CAE, pela prejudicialidade do projeto.

Para encerrar, três itens, requerimentos:

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 6, DE 2012

Requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, conjunta com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada a obter e discutir as informações veiculadas na imprensa sobre a situação da Celpa – Centrais Elétricas do Pará S.A., com a presença dos seguintes convidados: Exmo. Sr. Simão Jatene – Governador do Estado do Pará; Sr. José da Costa Carvalho Neto – Presidente da Eletrobras; Sr. Nelson José Hübner Moreira – Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel; Exmo. Sr. Márcio Zimmermann – Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia; Sr. Jorge Queiroz de Moraes Junior – Presidente do Conselho de Administração do Grupo Rede da CELPA; Sr. Ronaldo Romeiro – Sindicato dos Urbanitários do Estado do Pará.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro e outros

Observações:

1. Em 20/3/2012, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 7, DE 2012

Requer, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão do nome do advogado do escritório de advocacia Pinheiro Neto, Sr. Luiz Fernando Valente de Paiva, entre os convidados para participar da audiência pública sobre a qual trata o Requerimento nº 81 de 2011– CAE

Autoria: Senador Dalcídio do Amaral

Observações:

Em 20/3/2012, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 8, DE 2012

Requer, nos termos regimentais, a inclusão dos nomes dos senhores Michal Gartenkraut, economista da Rosenberg & Associados, e Hamilton Dias de Souza, advogado tributarista, dentre os convidados da Audiência Pública, objeto do Requerimento nº 87/2011, aprovado na 70ª Reunião Extraordinária, na data de 20 de dezembro de 2011, para debater as desonerações tributárias e os incentivos fiscais concedidos pelo governo e com significativo impacto na arrecadação fiscal para o ano de 2012.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Observações:

1. Em 20/3/2012, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Agora, antes de terminar, eu gostaria de ler dois requerimentos. *(Pausa.)*

O Senador Inácio Arruda não está presente. Então, vamos deixar para a próxima semana.

Devemos realizar, no dia 28 de março, amanhã, quarta-feira, às 14 horas, reunião conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada a obter e discutir as informações veiculadas na imprensa sobre a situação da Celpa – Centrais Elétricas do Pará S.A.

O requerimento é de autoria do Senador Flexa Ribeiro e também minha, com a presença do Presidente da Eletrobrás, José da Costa Carvalho Neto; do Diretor-Geral da Aneel, Nelson José Hübner; do Presidente do Grupo Rede, Jorge Queiroz de Moraes Junior; do Sr. Ronaldo Romeiro, Presidente do Sindicato dos Urbanitários do Estado do Pará; e do Governador do Estado do Pará, Simão Jatene.

Amanhã, às 14 horas, teremos audiência pública, evidentemente, se todos os convidados, Senador Aloysio Nunes, confirmarem presença.

Agradeço a todos os Senadores e Senadoras. Foi uma reunião importante, discutimos e votamos projetos fundamentais para o País e para a Casa também. A reunião está encerrada.

(Iniciada às 10 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 48 minutos.)

ATA DA DÉCIMA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2012, ÀS 13 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às treze horas e cinquenta e dois minutos do dia vinte e oito de março do ano de dois mil e doze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Humberto Costa, Lídice da Mata, Marta Suplicy, Jorge Viana, Antonio Carlos Valadares, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Ivo Cassol, Romero Jucá, Clésio Andrade, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias, Paulo Bauer, Armando Monteiro, João Vicente Claudino e Antonio Russo. Deixam de comparecer os Senadores Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Vanessa Grazziotin, Casildo Maldaner, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, tendo falta justificada em virtude de se encontrar licenciado para tratamento de saúde, Lobão Filho, Francisco Dornelles, José Agripino, Demóstenes Torres, João Ribeiro e Kátia Abreu. O Presidente declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da Ata da 9ª Reunião, que é dada como aprovada. A Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da pauta. Item 1– Mensagem (SF) nº 26 de 2012, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 500,000,000.00 (quinhentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Estado de Pernambuco e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial (BIRD), em apoio ao ‘Programa de Desenvolvimento das Políticas Públicas do Estado de Pernambuco’ (Expanding Opportunities, Enhancing Equity in the State of Pernambuco Development Policy Loan)”, tendo como Relatora a Senadora Lídice da Mata, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Armando

Monteiro, Humberto Costa e Antonio Carlos Valadares. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprova, também, Requerimento de Urgência para a Matéria. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e dezesseis minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 9ª reunião.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 26, DE 2012

– Não Terminativo –

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 500,000,000.00 (quinhentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Estado de Pernambuco e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial (Bird), em apoio ao “Programa de Desenvolvimento das Políticas Públicas do Estado de Pernambuco” (Expanding Opportunities, Enhancing Equity in the State of Pernambuco Development Policy Loan).

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

De acordo com a Resolução nº 43/01 do Senado Federal, encontram-se presentes para acompanhar a apreciação da matéria, a Sr^a Eliane Bukara, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, representando o Tesouro Nacional; e o Sr. Paulo Câmara, Secretário da Fazenda do Estado de Pernambuco.

Com a palavra a Relatora, Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, agradeço a relatoria deste projeto e o apoio do PSB hoje, com a presença do nosso querido Senador Antonio Carlos Valadares, que veio para acompanhar a votação desta matéria.

Este projeto, Sr. Presidente, propõe seja autorizada a contratação de operação de crédito externo entre o Estado de Pernambuco e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial (BIRD) –, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, “em apoio ao ‘Programa de Desenvolvimento das Políticas Públicas do Estado de Pernambuco’”.

É um projeto de grande mérito que nasce de uma mobilização dos governadores do Nordeste que, junto à Presidência da República, conseguiram o apoio para contratarem esse crédito. Esses governadores discutiram entre si critérios para que cada um dos Estados tivesse uma parcela desses recursos. O Estado de Pernambuco já apresentou sua proposta; e está aqui diligentemente me fiscalizando o Senador Armando Monteiro.

A operação de crédito sob exame será efetuada na modalidade denominada *Development Policy Loan* – DPL, Margem Variável (*Variable Spread Loan*), com taxa de juros baseada na LIBOR mais *spread* definido pelo credor e amortização em cinquenta parcelas entre 2017 e 2041.

De acordo com o cálculo efetuado pela STN, o custo estimativo da operação com o BIRD situa-se em 3,12% ao ano, flutuante conforme a variação da LIBOR, patamar considerado aceitável pela STN, tendo em vista o custo médio de captação do Tesouro Nacional no mercado internacional.

Portanto, na nova modalidade, esse recurso não vem direcionado para nenhum projeto em especial, mas é incorporado ao orçamento do Estado. No entanto, o Governo de Pernambuco já adiantou que pretende dirigi-lo para investimentos – e não pode ser para gastos com nenhum tipo de custeio, só voltado para investimentos – em ações relacionadas com as UPAs especiais, a rede de construção de escolas e o melhoramento do sistema rodoviário do Estado de Pernambuco, um Estado irmão da Bahia, governado pelo Governador Eduardo Campos, Presidente do nosso partido, que muito nos honra com a sua juventude e ímpeto no Governo de Pernambuco, buscando desenvolver uma agenda social que atenda às necessidades do povo daquele Estado.

Portanto, Sr. Presidente, vou direto ao voto.

Ante o exposto, voto favoravelmente à autorização para a contratação da operação de crédito externo pleiteada pelo Estado de Pernambuco, com a garantia da República Federativa do Brasil, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2012

Autoriza a contratação de operação de crédito externo entre o Estado de Pernambuco e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial (BIRD) –, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, para financiar o “Programa de Desenvolvimento das Políticas Públicas do Estado de Pernambuco”.

Neste Projeto de Resolução, no art. 1º, autorizamos o Estado de Pernambuco a contratar operação de crédito e, a partir daí, discriminamos todos os aspectos do contrato realizado: o devedor, o credor, o garantidor, amortização, e assim por diante. E, no último parágrafo, o prazo máximo para o exercício da presente autorização, que é de 540 dias contados a partir da vigência desta resolução.

Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Peço, portanto, a aprovação deste projeto pelas Sr^{as} e pelos Srs. Senadores e, após a sua aprovação nesta Comissão, solicito a urgência para que possa ir imediatamente ao plenário para votação.

Além disso, da mesma forma que V. Ex^a nos atendeu de pronto nesta matéria para Pernambuco, gostaria de fazer um apelo ao Senador Eduardo Suplicy, que é o Relator do projeto de resolução em que vamos buscar garantir o prazo do nosso empréstimo para Bahia, para que possa trazer para esta Comissão, o mais rápido possível, o seu parecer a fim de que possamos, com a sua anuência e seu amor pela Bahia, na próxima semana, na próxima pauta, dia 3 de abril, votá-lo, antes da Semana Santa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Lídice da Mata. Só quero esclarecer que o parecer do Senador Suplicy já está pronto e que vamos pautá-lo na próxima terça-feira. Essa questão da Bahia já foi equacionada. Assim, vamos pautar para deixar tudo absolutamente em ordem com a nossa querida Bahia.

Meu caro Senador Armando Monteiro. Em seguida, o Senador Humberto Costa.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Prezado Senador Dalcídio do Amaral, quero cumprimentar aqui os nossos colegas, a nossa Senadora Lídice da Mata e os nossos companheiros Senadores.

Quero fazer alguns registros, Sr. Presidente. Em primeiro lugar, não poderia deixar de registrar ao Presidente da Comissão, o nobre Senador Delcídio do Amaral, o nosso reconhecimento pela presteza, pela forma ágil com que permitiu que esta matéria viesse a ser hoje votada, contando, evidentemente, com a sensibilidade e o entendimento que V. Ex^a tem da urgência e, sobretudo, do mérito dessa iniciativa, na medida em que vai proporcionar recursos para que Pernambuco possa fazer investimentos importantes de caráter reprodutivo seja no reforço à infraestrutura social, por meio da estrutura das UPAs, seja por meio de um plano viário de recuperação da nossa malha que se inscreve, hoje, como uma prioridade muito importante do nosso Estado.

Eu quero me congratular com a nobre Senadora Lídice da Mata pelo seu parecer, sabendo e conhecendo a sensibilidade da Senadora e a sua absoluta convergência para esse entendimento de que são recursos muito importantes, especialmente para a nossa região e para o nosso Estado, e quero, finalmente, destacar a forma diligente, proativa com que o Governador Eduardo Campos tem atuado na defesa dos interesses de Pernambuco, sobretudo ampliando as fontes de financiamento do Estado sem por em risco o equilíbrio fiscal de Pernambuco, que é um dos Estados que hoje têm o melhor perfil de endividamento no Brasil. Tudo isso mercê de uma gestão fiscal zelosa, responsável, que tem sido a marca do seu Governo, um Governo que é a um só tempo empreendedor e, ao mesmo tempo, tem sido prudente na gestão dos recursos do Estado.

Então, era este o registro.

Faço os meus agradecimentos, solicito ao Presidente que me conceda aí a oportunidade de manifestar logo meu voto, que é, naturalmente, pela aprovação do parecer, tendo em vista que eu vou, agora, ler um voto da Resolução nº 72 na CCJ.

Agradeço ao Presidente, cumprimento a nossa nobre Relatora e os nossos companheiros aqui nesta sessão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro, que trabalhou intensamente para viabilizar essa operação, que, sem dúvida nenhuma, será uma operação importante para a boa aplicação desses recursos no nosso querido Estado de Pernambuco.

Com a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, Sr^a Senadora, Senadores aqui presentes, eu quero ser breve, em primeiro lugar, para agradecer, em nome de todos os pernambucanos, tanto o trabalho que foi feito pela Senadora Lídice da Mata quanto

a disponibilidade e a presteza com que V. Ex^a coloca em discussão e votação esta matéria, que é da maior relevância para o nosso Estado.

São recursos para serem aplicados na área social, especialmente na área da saúde. Hoje, sabemos, claramente, depois de alguns anos que as UPAs estão implantadas no nosso Estado, em vários Municípios, a enorme capacidade de resolução que elas têm demonstrado, a capacidade que têm de permitir que a Rede de Alta Complexidade possa funcionar focada na alta complexidade, bem como recursos que são essenciais para o fortalecimento da infraestrutura do nosso Estado.

O Senador Armando Monteiro foi muito feliz na sua colocação. Pernambuco hoje é um modelo de gestão administrativa, de gestão fiscal, um Estado que tem conseguido atrair investimentos extremamente importantes, e a equipe de Governo tem demonstrado uma enorme capacidade também de buscar onde existem esses recursos, para que eles possam ser aplicados no nosso Estado. Todos nós sabemos que esse é um recurso extremamente relevante, US\$500 milhões, e com essas finalidades importantes que têm a aplicação desses recursos.

Então, quero também aqui agradecer a V. Ex^a, Senadora Lídice da Mata, elogiar aqui o trabalho não somente do Governador Eduardo Campos, que esteve aqui ontem conversando com todos os Senadores para que nós pudéssemos ter essa votação hoje, mas também a seus auxiliares aqui presentes, o Dr. Lauro, que representa o Secretário Maurício Rands, Secretário de Governo, e também o nosso Secretário da Fazenda, Dr. Paulo, que está aqui presente também.

Portanto, é uma alegria para todos nós de Pernambuco ver esses recursos aprovados pelo Senado para que possam estar à disposição do nosso Governo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Humberto Costa. Com a palavra o Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria de enfatizar a diligência com que V. Ex^a procedeu com relação a esta matéria, atendendo a um apelo do Governador do Estado e da Bancada do Estado de Pernambuco visando à contratação, através do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), um financiamento de US\$500 milhões, recursos essenciais para melhoria da infraestrutura social e também para a realização de obras no setor rodoviário, melhorando, assim, a malha rodoviária do Estado de Pernambuco, que está necessitando, segundo proposta do próprio Governador, de um reforço financeiro, vi-

sando, assim, a melhorar a qualidade da prestação do serviço e também à distribuição da riqueza produzida no interior e na capital.

Portanto, o Estado de Pernambuco está de parabéns porque atendeu a todos os requisitos exigidos pelo Tesouro Nacional. O fator adimplência é essencial, é importante e foi cumprido à risca pelo Estado de Pernambuco, que é um exemplo, como aqui foi acentuado pelo Senador Armando Monteiro, de gestão fiscal responsável.

Também houve a aprovação do projeto pela Cofix, que autoriza a obtenção do financiamento externo. Portanto, o projeto foi aprovado pela Comissão de Financiamentos Externos, que é a Cofix.

Também aproveito o ensejo para parabenizar a Relatora, nossa Líder do PSB, pela forma brilhante como elaborou seu parecer, fazendo justiça ao Estado de Pernambuco, que é exemplo de progresso, de desenvolvimento e de engajamento com o nosso Brasil tanto nas políticas públicas que são desenvolvidas em favor da distribuição de renda, como na realização de obras fundamentais para o progresso daquela grande terra que se chama Pernambuco.

Portanto, Sr. Presidente, antecipando já, antes da aprovação da matéria, antes da tramitação final da matéria, eu gostaria de, representando aqui a nossa Líder e os demais Senadores que aprovam esta matéria, pedir vênua a V. Ex^a para apresentar um requerimento de urgência para que a mesma seja apreciada pelo Plenário do Senado quem sabe ainda hoje, V. Ex^a colocando à disposição do Presidente Sarney a referida matéria.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Valadares.

Não havendo mais nenhum Senador ou Senadora que queira discutir, em votação o relatório da Senadora Lídice da Mata.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado.

Em votação a apresentação do requerimento de urgência proposto pela Senadora Lídice da Mata e pelo Senador Valadares.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com a apresentação do requerimento de urgência permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a apresentação do requerimento de urgência para a matéria.

Solicito aqui à Secretaria da Comissão de Assuntos Econômicos o encaminhamento urgente des-

te processo para que, o mais rapidamente possível, o Plenário do Senado, como disse muito bem o Senador Valadares, talvez até hoje mesmo nós tenhamos condição de votar essa operação de empréstimo.

Ao mesmo tempo, quero registrar não só o trabalho da Bancada de Pernambuco, do Senador Humberto Costa, do Senador Armando Monteiro, o trabalho do Governador, do competente Governador de Pernambuco, Eduardo Campos...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, se V. Ex^a me permitir, eu quero informar a V. Ex^a que não só o Governador esteve com V. Ex^a, que abriu todas as portas da Comissão para dar celeridade ao processo, como também esteve com o Senador Humberto Costa, com o Senador Armando Monteiro e também com o Senador Jarbas Vasconcelos. Nós acompanhamos essa visita, eu e a Senadora, ao gabinete do Senador Jarbas Vasconcelos, do PMDB, que se manifestou favoravelmente e vai, no plenário, fazer um pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Votará favoravelmente.

Então, eu quero, mais uma vez, registrar aqui, primeiro, o trabalho competente do Governador Eduardo Campos, que está fazendo uma grande gestão em Pernambuco. Eu estive, recentemente, em Pernambuco, porque tenho uma filha que se formou em Medicina em Recife, e pude constatar a popularidade e a aceitação extraordinária do Governador Eduardo Campos, a gestão do Governador Eduardo Campos à frente do Estado de Pernambuco, um Estado que tem tradição e história e que, sem dúvida alguma, terá anos de progresso, de desenvolvimento, de geração de emprego, de inclusão social e, acima de tudo, de cidadania.

Cumprimento os seus Secretários, o Dr. Lauro e o Dr. Paulo Câmara, Secretário de Fazenda, e registro o esforço do Governador Eduardo Campos não só junto ao Governo Federal, mas junto à Bancada, aos Senadores Humberto Costa, Armando Monteiro e Jarbas Vasconcelos, todos eles representantes fundamentais no sentido de garantir o desenvolvimento econômico e social que é sonho de todos os pernambucanos. E hoje, mais do que nunca, tendo Eduardo Campos como Governador do Estado, não só uma grande liderança em Pernambuco e no Nordeste, mas uma das maiores lideranças do Brasil e Presidente de um partido extremamente simpático, um partido que, sem dúvida alguma, crescerá muito nos próximos anos, um partido com que, graças a Deus, tenho a oportunidade de fazer política em meu Estado, o Mato Grosso do Sul.

Por isso, dou por encerrada esta reunião, solicitan- do à Secretaria o encaminhamento à Mesa do Senado,

para que, se possível, votemos hoje esse empréstimo de US\$500 milhões do Banco Mundial para investimentos em infraestrutura, em logística e, como disse aqui o Senador Humberto Costa, em saúde, enfim, em segmentos fundamentais para o desenvolvimento econômico e social do nosso Estado.

Senador Paulo Bauer, de Santa Catarina, aqui presente também.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Quero apenas cumprimentar V. Ex^a e todos os membros da Comissão pela decisão, pela providência e pelo rápido encaminhamento, cumprimentar principalmente o grande Estado de Pernambuco, onde estarei na próxima segunda-feira, e também o Governador daquele Estado, que tomou a iniciativa e vai ter esse dinheirão todo para investir em favor do povo e da terra que governa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Nós é que queríamos para os nossos Estados, não é?

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Está encerrada a reunião.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 13 horas e 52 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 16 minutos.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ATA DA 9ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, REALIZADA PELA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA (7ª REUNIÃO) E DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (7ª REUNIÃO), DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, EM 20 DE MARÇO DE 2012, SALA Nº 3, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às quatorze horas e trinta e dois minutos, do dia vinte de março de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Eunício Oliveira, com a presença dos Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Álvaro Dias, Aníbal Diniz, Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Blairo Maggi, Casildo Maldaner, Cyro Miranda, Delcídio do Amaral, Demóstenes Torres, Eduardo Braga, Eduardo Suplicy, Flexa Ribeiro, Francisco Dornelles, Gim Argello, Inácio Arruda, José Agripino, José Pimentel, Lindbergh Farias, Magno Malta, Mozarildo Cavalcanti, Paulo Bauer, Pedro Taques, Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Sérgio Petecão, Sérgio Souza,

Valdir Raupp e Waldemir Moka e das Senadoras Ana Rita, Lídice da Mata, Lúcia Vânia e Vanessa Grazziotin reúnem-se as presentes Comissões. Justifica a ausência o Senhor Senador Luiz Henrique. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta a Reunião. Passa-se à apreciação da Pauta: **Audiência Pública Assunto / Finalidade:** Destinada a instruir a elaboração do Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal ao Projeto de Resolução do Senado nº 72, de 2010. **Requerimento(s) de realização de audiência:** RQJ Nº 00099 / 2011 Senador Ricardo Ferraço; RQJ Nº 00100 / 2011, Senador Acir Gurgacz e outros; RQJ Nº 00101 / 2011, Senador Armando Monteiro; RQJ Nº 00105 / 2011, Senador Ricardo Ferraço; RQJ Nº 00106 / 2011, Senadora Marta Suplicy; RQJ Nº 00004 / 2012, Senador Flexa Ribeiro; RQJ Nº 00008 / 2012, Senador Eunício Oliveira; RQE Nº 00004 / 2012, Senador Romero Jucá **Reunião destinada a instruir a(s) seguinte(s) matéria(s):** PRS Nº 00072 / 2010, Senador Romero Jucá e outros. **Convidados:** **1. Marconi Perillo**, Exmo. Governador do Estado de Goiás – GO; **2. Raimundo Colombo**, Exmo. Governador do Estado de Santa Catarina – SC; **3. Renato Casagrande**, Exmo. Governador do Estado do Espírito Santo – ES; **4. Cid Gomes**, Exmo. Governador do Estado do Ceará – CE; **5. Helenilson Cunha Pontes**, Exmo. Vice-Governador do Estado do Pará – PA; **6. Nelson Barbosa**, Secretário Executivo do Ministério da Fazenda – MF; **7. Paulo Skaf**, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP; **8. Hamilton Dias de Souza**, Advogado; **9. João Cayres**, Representante do Presidente da Central Única dos Trabalhadores, Artur Henrique da Silva Santos; **10. Clóvis Panzarini**, Membro da CP Consultores Associados. **REQUERIMENTO APROVADO: 1) REQUERIMENTO Nº 9, DE 2012-CCJ “Em aditamento ao requerimento nº 99, de 2011 – CCJ, que pediu a realização de audiência pública com a finalidade de instruir o Projeto de Resolução do Senado nº 72 de 2010, que “estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior”, requeiro que seja acrescentado, como convidado, o Sr. Luiz Carlos Hauly, Secretário de Fazenda do Estado do Paraná.”** Autoria: Senador Alvaro Dias. **Resultado: Aprovado. 2) REQUERIMENTO Nº 10, DE 2012-CCJ “Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública conjunta da CCJ e CAE, com o objetivo de debater o Projeto de Resolução**

do Senado nº 72/2010, que estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior, seja substituído o nome do Ex- Ministro do Supremo Tribunal Federal, Carlos Velloso pelo nome do Advogado Tiago Cedraz.” **Autoria:** Senador Armando Monteiro. **Resultado: Aprovado.** Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião, às dezoito horas e trinta e oito minutos, e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Senador Eunício Oliveira) e pelo Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (Senador Delcídio do Amaral) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eunício Oliveira**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – Boa tarde a todos. Vamos começar?

Eu sei que a sala está lotada hoje, e gostamos quando está assim, mas vou pedir um pouquinho de silêncio. Peço às assessorias de imprensa um pouco de silêncio para começarmos o nosso trabalho.

Estou ao lado do meu companheiro Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos. Esta é uma reunião conjunta das duas comissões, a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, do Senado Federal.

Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Justiça e Cidadania em conjunto com a 7ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização da primeira audiência pública destinada a instruir o Projeto de Resolução do Senado nº 72, de 2010, que estabelece alíquotas do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviço de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação nas operações interestaduais, nas operações de mercadorias importadas do exterior, conforme os Requerimentos nº 99, 100, 101, 105 e 106, de 2011, da CCJ, e o Requerimento nº 8, de 2012, da CCJ, de iniciativa dos Senadores Ricardo Ferraço, que é o Relator dessa matéria, Acir Gurgacz, Armando Monteiro, Marta Suplicy e Eunício Oliveira, respectivamente, e

Requerimento nº 4, de 2012, da Comissão de Assuntos Econômicos, de iniciativa do Senador Romero Jucá.

Esta reunião tem como convidados...

Já disse que, de acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal esta é uma reunião conjunta. Amanhã teremos outra reunião conjunta. Hoje eu terei a honra de presidir esta reunião em conjunto com o meu companheiro Senador Delcídio do Amaral e amanhã ele presidirá e eu ficarei ao seu lado, porque teremos reuniões conjuntas hoje e amanhã. Combinamos assim, até porque o Senador Delcídio, logo mais, terá um assunto importante a tratar fora da Comissão e eu terei que comandar os trabalhos até o final, se Deus quiser.

Gostaria de convidar para compor a Mesa o Governador do Estado de Goiás, Exmº Sr. Marconi Perillo, o Exmº Sr. Cid Gomes, Governador do meu querido Estado do Ceará.

O Governador avisou, por intermédio do Secretário Mauro Filho e de sua assessoria, que está terminando uma audiência aqui no Ministério e chega daqui a pouquinho. Então pediria à Mesa que separasse um lugar para o Governador Cid Gomes.

Convido o Exmº Sr. Governador Raimundo Colombo, do Estado de Santa Catarina, o Exmº Sr. Governador Renato Casagrande, do Estado do Espírito Santo, o Exmº Vice-Governador do Estado do Pará, Elenilson Cunha Pontes, o Dr. Nelson Barbosa, Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, o Dr. Clóvis Panzarini, membro da CP Consultores Associados, o Dr. Hamilton Dias de Souza, advogado, o Dr. João Cayres, representante do Presidente da Central Única dos Trabalhadores, Artur Henrique da Silva Santos, o Dr. Paulo Skaf, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. *(Palmas.)*

Todos à mesa? *(Pausa.)*

Meus caros governadores, Senadores, Senadoras desta Comissão de Constituição e Justiça e também os que compõem a Comissão de Assuntos Econômicos, meu querido Senador Delcídio do Amaral, Presidente da CAE, senhores expositores, senhores governadores, minhas senhoras e meus senhores.

Hoje e amanhã, como disse, nós teremos aqui, Senador Romero Jucá, que é autor da resolução, duas audiências públicas conjuntas. A nossa CCJ e a Comissão de Assuntos Econômicos serão palco de um tema muito atual e, por que não dizer também, polêmico, cuja discussão é imprescindível em relação à questão da nossa Federação.

Aproxima-se o momento de o Senado votar o Projeto de Resolução nº 72, de 2010, que uniformiza as alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercado-

rias e Serviços – ICMS, nas operações entre Estados, envolvendo produtos importados.

Nesse ponto, quero reafirmar a minha crença de que a decisão do Senado e as discussões, que, previamente, informarão, com destaque para as nossas duas audiências conjuntas, têm uma importância que, a meu ver, transcende os interesses deste ou daquele Estado.

Na verdade, estamos aqui, Sr^{as} e Srs. Senadores, convidados, para escrever um novo e significativo capítulo do processo de redefinição do nosso pacto federativo brasileiro.

Nesse contexto, lembro de outras iniciativas que estão em tramitação nesta Casa, como a democratização da distribuição dos *royalties* e participações especiais provenientes do petróleo extraído da plataforma continental, projeto que foi aprovado aqui por ampla maioria das Sr^{as} e Srs. Senadores, ora em exame na Câmara dos Deputados; do novo critério para a divisão dos recursos do Fundo de Participação dos Estados, que entrará em vigor no ano que vem; e da troca do índice que corrige, Senador Armando Monteiro, as dívidas dos nossos Estados e Municípios brasileiros, que já recebeu a sinalização, em uma reunião que tivemos com o Ministro Guido Mantega, e também na sua exposição à CAE, durante quase um dia inteiro, presidida pelo Senador Delcídio, para assegurar a questão a renegociação da discussão dos juros das dívidas dos Estados e dos Municípios brasileiros.

Para assegurar o sucesso da presente discussão, a CCJ e a CAE convidaram como expositores autoridades estaduais e federais, atendendo requerimento das Sr^{as} e Srs. Senadores, líderes empresariais e da classe trabalhadora e estudiosos de questões tributárias e federativas, com distintas visões acerca do problema e do Projeto de Resolução nº 72.

Hoje, para os convidados aqui, de acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições; em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos; a palavra aos Senadores será concedida na ordem de inscrição; os interpellantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para resposta do interpellado, sendo-lhe vedado interpellar os membros da Comissão;

Eu vou dar a palavra ao Senador Delcídio do Amaral.

Se quiser fazer uso da palavra, V. Ex^a, como Presidente da CAE, tem a palavra como primeiro a falar.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Meu caro Presidente, Senador Eunício Oliveira, Presidente da CCJ, Governadores, juristas, Presidentes de associações, Senadores e Senadoras, esta reunião

que estamos realizando hoje, esta audiência pública, que terá continuidade amanhã também, da mesma maneira como nós organizamos a audiência pública de hoje, ela visa, como disse muito bem o Senador Eunício, ela objetiva discutir o Projeto de Resolução nº 72.

O Projeto de Resolução nº 72 é de iniciativa do Senador Romero Jucá. Eu fui o Relator na Comissão de Assuntos Econômicos e, evidentemente, desde o início, nós procuramos trabalhar esse projeto com muito cuidado, não só preocupados com a situação da economia brasileira, com o processo de desindustrialização, mas também olhando aqueles Estados que, legalmente, implementaram uma série de políticas e que, evidentemente, em função do Projeto de Resolução do Senado, essas políticas poderão vir a ser modificadas.

Por iniciativa, inclusive, do Senador Ferraço, foi apresentado um requerimento que determinava que a CCJ avaliasse a questão da juridicidade, da constitucionalidade do Projeto de Resolução nº 72.

Assim foi feito. Depois de uma discussão com os Líderes do Governo, optou-se pelas audiências públicas para se discutir abertamente os prós e contras e uma oportunidade muito boa não só de nós mostrarmos as dificuldades que hoje enfrentamos com os importados, os produtos manufaturados que entram no Brasil em função de políticas adotadas por alguns Estados, e, ao mesmo tempo, também os problemas que esses Estados enfrentarão no seu orçamento, na Lei de Responsabilidade Fiscal, em toda a construção que foi promovida ao longo dos anos.

Eu não tenho dúvida nenhuma de que isso vai exigir não só um trabalho dos Senadores, dos Governadores, mas também da União. Nós temos que, ao encaminhar a votação do Projeto de Resolução do Senado, estudar formas de compensar os Estados, fazer algum tipo de compensação, ou, eventualmente, como diz o Senador Casagrande, uma transição. Nós, inicialmente, havíamos discutido até uma proposta de transição, mas, evidentemente, o quadro internacional se modificou, e, conseqüentemente, nós hoje vivemos uma realidade muito diferente da realidade que vivenciávamos quando esse projeto foi apresentado na Comissão de Assuntos Econômicos.

Portanto, acho que esta é uma excelente oportunidade para que nós façamos esse debate, para que tenhamos a percepção clara do momento que o País enfrenta e do risco de desindustrialização, o que é muito ruim para o País, ao mesmo tempo compreendendo as dificuldades dos Estados que vão ser diretamente afetados por esse Projeto de Resolução do Senado.

Portanto, amanhã prosseguiremos e, dentro do que eu combinei com o Senador Eunício, vamos alternar a presidência das audiências públicas e esperamos

ter, ao longo dos próximos dias, condição de encaminhar soluções no sentido de, eventualmente, votar o Projeto de Resolução na próxima semana, e é claro que essas compensações passam por investimentos em logística, passam por várias alternativas que foram colocadas à mesa, como compra antecipada de *royalties*. São soluções que, e não tenho dúvida nenhuma, o Ministro Guido Mantega, o Secretário Executivo Nelson Barbosa, que está aqui presente, estão muito propensos a avaliar, debater, sensíveis para aquilo que já externalizaram os governadores afetados pelo Projeto de Resolução nº 72.

Portanto, quero colocar a Comissão de assuntos econômicos absolutamente à disposição de todos os senhores e senhoras. Acima de tudo, eu acho que estamos avançando. Perto do que se previa inicialmente e a forma como estamos fazendo esse debate, acho que isso é salutar, é importante. Não tenho dúvida nenhuma de que vamos chegar a uma solução que atenda aos Estados que enfrentam essas dificuldades, mas, acima de tudo, uma solução que atenda o Brasil.

Devolvo a palavra para o meu querido Presidente Senador Eunício Oliveira.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Delcídio do Amaral.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Ricardo Ferraço, pela ordem.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, quero apresentar duas questões.

Esta é uma audiência pública com uma audiência pouco vista aqui na CCJ. Estamos tendo o prazer de receber governadores, autoridades, secretários executivos, e estamos começando a nossa audiência pública às 14h50min. Temos ontem do dia às 16 horas. Parece-me que esse prazo será muito exíguo para que possamos aprofundar o nível e a dimensão do debate que precisamos fazer aqui. Então, peço a V. Ex^a e ao Senador Delcídio que, desde já, possam pensar em um formato para que possamos seguir adiante com esse debate.

Segundo, não é possível relatar, não é possível votar na próxima semana esse projeto. Esse projeto tem que ser relatado na CCJ, tem que ser relatado na CAE e tem que ser apreciado pelo Plenário do Senado, segundo reza, determina e está consagrado na Constituição Federal e em nosso Regimento.

Peço reparo, então, para que não estejamos criando qualquer tipo de impressão que não seja a verdadeira. Não há como se votar isso na semana que vem.

É o registro que faço. Obrigado.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Senador Ricardo Ferraço, essa audiência não se destina a discutir o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Armando, a Mesa vai responder às duas questões apresentadas pelo Senador Ricardo Ferraço, até antes mesmo de registrar aqui a lista de autoridades.

A condução dos trabalhos vai ser muito tranquila em relação às autoridades que estão aqui. Estamos acostumados e esta Comissão normalmente tem tratado de assuntos importantes, de interesse do País e normalmente ela é casa cheia.

Segundo, esta matéria não vai ser votada hoje. Portanto, pelo nosso Regimento Interno – V. Ex^a conhece até mais do que eu – não podemos fazer votação de matéria sem antes fazermos as audiências públicas.

Logo, teremos uma audiência pública hoje, nesta Comissão, conjunta com a CAE, e amanhã, à tarde, nós teremos outra, a segunda audiência pública para discutir essa matéria também sem deliberação e sem votação na tarde de amanhã.

Portanto, não temos nenhum problema com o plenário porque não vamos apreciar matérias deliberativas. Podemos ficar aqui, porque o Regimento me permite isso. Com todo respeito a V. Ex^a.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Antes de dar a palavra ao primeiro palestrante da tarde de hoje, vou registrar aqui, com prazer, a presença do ex-governador Esperidião Amin, ex-governador de Santa Catarina e Deputado Federal; da Dr^a Luzia Toledo, ex-senadora e Deputada Estadual pelo PMDB do Espírito Santo; do Dr. Marco Polo de Mello Lopes, Presidente Executivo do Instituto Aço Brasil; do Dr. Michal Gartenkraut, consultor da Rosenberg & Associados; do Dr. Gerson Camata, nosso querido ex-senador pelo Estado do Espírito Santo; do Dr. Luiz Pastore, ex-senador; do Dr. Marcos Guerra, ex-senador e Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo; de Audifax Barcelos, Deputado Estadual do Espírito Santo; de Paulo Foletio, Deputado Estadual do Espírito Santo; de Maurício Duque, Secretário de Fazenda do Estado do Espírito Santo; de Handerson Siqueira, Superintendente das Relações Nacionais do Governo do Espírito Santo – o Espírito Santo veio todo aqui hoje; do Dr. Sérgio Rogério de Castro, Diretor da CNI e suplente do Senador Ricardo Ferraço; da Dr^a Naciene Vicente, Prefeita de Ibirapu, Município do Estado do Espírito Santo; do nosso ex-companheiro de Câmara e Prefeito de Vitória, Espírito Santo, João

Coser, de quem tive a honra de ser companheiro na Câmara dos Deputados; do Dr. Gilson Amaro, Prefeito de Santa Teresa e Presidente da Associação dos Prefeitos do Estado do Espírito Santo; do Dr. Sebastião Carlos Hanna de Macedo, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo; de Ubiraci Dantas de Oliveira, Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil; do Dr. José Clóvis Cabrera, Coordenador da Coordenadoria de Administração Tributária da Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo.

Eu vou pedir, para tentar ordenar os trabalhos... Obviamente que terei muita dificuldade em cortar a palavra de um Senador ou de um Governador de Estado. Mas, para que a gente possa... ou de um presidente de uma entidade importante que está aqui como convidado neste dia de hoje, na Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania... Eu quero informar aos que estão desconfortáveis aqui – e agradeço pelo silêncio – que instalamos um telão na sala 7; eu pedi à direção da Casa que instalasse um telão na sala 7, para os que estão aqui desconfortáveis e em pé, se quiserem, podem se deslocar para a sala 7.

Eu vou fazer o seguinte: para ordenar os trabalhos, eu só pediria às pessoas que não são Senadores ou Deputados e que estão nas bancadas, que há Senadores e Senadoras em pé. Se for possível, sem nenhum tipo de grosseria, pediria permissão para alguém que os Senadores pudessem tomar assento nos seus lugares.

Eu vou ordenar os trabalhos dessa forma: sete minutos para cada orador, obviamente que a Mesa terá tolerância de mais dois ou três minutos, pedindo vênias aos palestrantes que se deslocaram dos seus Estados para vir aqui, mas, pelo número de palestrantes, não havia como não atender os Srs. Senadores pelos seus requerimentos...

Concedo a palavra ao ex-Senador e pela terceira vez Governador do Estado de Goiás, meu querido amigo Marconi Perillo.

O SR. MARCONI PERILLO – Exm^o Srs. Presidentes e amigos, Eunício Oliveira, da CCJ, e Delcídio do Amaral, da CAE, Exm^{os} Srs. Governadores amigos do Ceará, Pará, Espírito Santo, Santa Catarina; Exm^{os} Srs. representantes de outros Estados; Exm^{os} Srs. Senadores e Senadoras; secretários estaduais de Fazenda; Dr. Nelson Barbosa, Secretário Executivo do Ministério da Fazenda; Dr. Paulo Skaf, Presidente da FIESP; demais autoridades que compõem a Mesa; Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, recentemente, viemos à Presidência do Senado para uma reunião conjunta entre o Presidente da Câmara, o Presidente do Senado e aproximadamente 14 go-

vernadores e outros cinco vice-governadores. Viemos trazer um apelo dramático dos Estados em relação a situação falimentar dos Estados.

Viemos também trazer notícia de que o pacto federativo está ferido de morte. Só quem administra um Estado ou um Município, hoje, sabe aquilatar o que estou dizendo. Nós enfrentamos problemas de toda ordem. O aumento do piso salarial, por exemplo, vinte e dois e alguma coisa, contra uma inflação de menos de 6%; perdas em relação à Lei Kandir, às desonerações da Lei Kandir.

Somente no ano de 2010, o meu Estado teve perda – aliás, todos os Estados tiveram perdas nominais de quase R\$22 bilhões.

No ano de 2012, certamente que essas perdas chegarão perto de 26, R\$27 bilhões; e alguns Estados sofrem muito com isso. Além do que, nós temos também um crescimento enorme das dívidas externas que são pagas com base em alguns indexadores que nos cobram algo inimaginável.

Temos uma situação de desconforto total em relação ao comércio eletrônico, que ainda não foi regulamentado, redução significativa de recursos de transferência da União para os Estados, uma concentração de algo em torno de 72% de receitas com a União contra catorze para os Estados e Municípios. Enfim, é uma situação dramática no seu conjunto.

Já que estamos aqui no Senado, que é a Casa de Rui Barbosa, a Casa da Federação, este debate nos propicia refletirmos um pouco sobre o papel da Federação e as dificuldades vividas pela Federação.

Eu vou abordar, já que o tempo é muito curto, a questão desse projeto de resolução sob três aspectos. Primeiro, o econômico. O meu Estado arrecadou, no ano passado, R\$9 bilhões de ICMS, vai arrecadar R\$1,9 bilhão a menos com a aprovação desse Projeto de Resolução 72. Um bilhão e novecentos a menos! Isso significa a falência do meu Estado.

No aspecto social, isso vai significar a demissão de centenas de milhares de trabalhadores. Porque eu não tenho dúvidas, Srs. Governadores, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, nós vamos ter fábricas importantíssimas sendo fechadas por conta dessa medida. Todos nós queremos um acordo que resolva a questão da chamada guerra fiscal, convalidando os incentivos já concedidos e definindo, via remissão ou via acordos, uma solução futura. Até porque os Estados foram obrigados a se agarrar aos incentivos fiscais porque não tivemos no Brasil, até agora, uma política de desenvolvimento regional.

Não dá para acreditar, meu querido amigo, Presidente Delcídio do Amaral, que nós vamos ter qualquer tipo de compensação às perdas. Eu ajudei a aprovar

a Lei Kandir, como Deputado Federal, e os Estados, hoje, amargam uma perda enorme. Eu já disse e quero repetir – Pará que o diga e outros: quase R\$28 bilhões de perda e não há ressarcimento.

Para a gente conseguir menos do que R\$4 bilhões/ano no Orçamento é uma briga todos os anos. E as demandas são cada vez maiores em relação aos nossos governos. Os recursos diminuem, mas as demandas são cada vez maiores em todas as áreas. É uma situação muito difícil.

Portanto, no aspecto econômico, representa uma perda enorme para vários Estados, que estão como o meu caso: vão quebrar, vão falir. No aspecto social, o fechamento de fábricas, de indústrias e a demissão, a exoneração de centenas de milhares de funcionários.

Mas eu vou fazer aqui uma abordagem rápida em relação ao aspecto jurídico, que eu acho que é mais grave. Se me permitem, vou ler aqui um documento que, primeiro, trata da inconstitucionalidade do PRS 72, de autoria do nosso querido Senador Romero Jucá. Esse PR contém, em sua justificativa, referências praticamente exclusivas à chamada guerra fiscal. Pretende regular os efeitos dos benefícios fiscais concedidos por Estados onde se realiza a importação de produtos estrangeiros. Reduz as alíquotas apenas para produtos de origem estrangeira que não tenham sofrido processo de industrialização no Estado de origem.

Nós também poderemos fazer o contrário. A indústria nacional, também, pode começar a retaliar e a cobrar isonomia em relação ao que se está pretendendo fazer quanto aos produtos estrangeiros.

Reduz as alíquotas apenas para produtos de origem estrangeira, mantém, entretanto, a alíquota interestadual para produtos idênticos de origem nacional. Não se está a estabelecer alíquotas diferenciadas em relação ao grau de essencialidade das mercadorias, o que seria possível. De fato, mercadorias idênticas, sejam de procedência nacional, sejam de procedência estrangeira, têm o mesmo grau de essencialidade.

Portanto, o projeto não se justifica à luz da norma constitucional, que admite a seletividade das alíquotas em função do seu grau de essencialidade.

A leitura da justificação do projeto evidencia que o único tema tratado é o relativo a incentivos fiscais. Claro, portanto, que o que se está disciplinando são os efeitos econômicos desses incentivos. Não se desconhece a relevância econômica da matéria – “guerra dos portos”. Todavia, a matéria deve ser regulada na forma prevista na Constituição. E, para tanto, o art. 155, § 2º, inciso XII, “g”, da Constituição Federal, atribui à lei complementar, Congresso Nacional, maioria absoluta, competência exclusiva para regular incentivos fiscais estaduais.

Há, portanto, invasão de competência legislativa, além do que se disse há evidente tratamento discriminatório entre bens nacionais importados em operações realizadas no País.

Essa diferenciação infringe o art. 152 da Constituição Federal, que veda “aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino”.

O Supremo Tribunal Federal vem, reiteradamente, entendendo que, em nenhuma circunstância, discriminações internas devem ser toleradas. Foi nesse sentido que entendeu ser inconstitucional o estabelecimento de alíquotas diferentes de IPVA entre os veículos nacionais e importados (relatório do Ministro Eros Grau).

Por fim, o projeto prevê serem também alcançados pela alíquota diferenciada os produtos importados que tenham sofrido processo de industrialização incipiente, delegando ao Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) a competência para disciplinar o grau de industrialização em razão do qual os produtos sofrerão a incidência de uma alíquota ou de outra.

Tal delegação de competência fere o princípio da legalidade, até porque, em última análise, será o órgão estadual que estabelecerá os critérios em função das quais as alíquotas serão aplicadas.

O até agora exposto demonstra que o projeto apresentado tem vícios de inconstitucionalidade que o inviabilizam.

Não se discute, com esses comentários, se a chamada “guerra dos portos” produz efeitos negativos para a economia nacional. Ainda que isso possa ocorrer, no meio utilizado, há de ser o previsto na Constituição, ou seja, projeto de lei complementar, que, como referido – repito, é a lei complementar –, não se pode resolver questão que envolve inconstitucionalidade com outra inconstitucionalidade, pois como disse apropriadamente o Ministro Sepúlveda Pertence, inconstitucionalidades não se compensam. Nem se diga que não se está coibindo a prática de concessão de incentivos pelos Estados, pelo fato de estes poderem veiculá-los no âmbito das operações internas. O argumento apenas demonstra que não se cuida de atacar os efeitos internos ao Estado no que toca à prática de incentivos fiscais. Contudo, os efeitos interestaduais desses incentivos são regulados pelo Projeto de Resolução do Senado nº 72.

Como a questão posta envolve interesses federativos – estou terminando, Sr. Presidente –, sobretudo do referente às operações interestaduais, é claro que se está tentando disciplinar matéria de incentivos por via transversa, em fraude ao previsto no art. 155 da Constituição Federal.

Por último, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de pedir a atenção dos Senadores ao Projeto de Lei do Senado nº 85, que é de minha autoria, que é aquele que quebra a unanimidade do Confaz. O Confaz foi criado no regime autoritário. Era fácil lidar com a unanimidade no Confaz. A situação hoje é completamente diferente. Nós vivemos em um regime democrático, e eu gostaria de solicitar aos senhores, principalmente ao relator, Senador Delcídio Amaral, atenção em relação a esse PLS.

Nós precisamos de uma solução para a questão da unanimidade do Confaz. Eu havia proposto quatro quintos, a Senadora Lúcia Vânia apresentou uma emenda reduzindo para três quintos. Eu creio que, com isso, nós poderemos alcançar algum tipo de consenso aqui em relação a esse PLS. Nós vivemos muitos problemas que precisam ser resolvidos no âmbito do Confaz e não resolvemos porque essa tal de unanimidade nunca nos leva a soluções definitivas em relação a problemas como, por exemplo, o problema da guerra fiscal.

Eu agradeço a todos pela atenção e faço um apelo aqui aos meus ex-colegas Senadores, aos atuais Senadores e Senadoras: levem em consideração as angústias de vários governos estaduais, de vários Estados que garantiram emprego, renda e desenvolvimento graças a muito esforço e sacrifício.

Nós queremos, juntos, buscar alternativas, mas não alternativas que quebrem os nossos Estados.

Muito obrigado a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Marconi Perillo.

A Mesa fez aqui uma revisão e deu a V. Ex^a dez mais três, que virará regra para os demais apresentadores nessa tarde de hoje.

Com muita honra, vou conceder a palavra ao brilhante Governador do meu Estado, que tem feito uma gestão extraordinária para o povo cearense, Governador Cid Ferreira Gomes.

Tem a palavra V. Ex^a, Governador Cid Gomes, por dez mais três minutos, com o perdão da Mesa, pelo tempo.

O SR. CID GOMES – Obrigado, Senador Eunício Oliveira, que, para nosso orgulho, preside esta comissão importante do Senado da República, a Comissão de Constituição e Justiça.

Quero cumprimentar o Senador Delcídio Amaral, que preside a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, e abraçar os colegas Governadores Marconi Perillo, de Goiás, Raimundo Colombo, de Santa Catarina, Renato Casagrande, do Espírito Santo, e o Vice-Governador do Estado do Pará, Helenilson Pontes.

Quero também cumprimentar o Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, o Presidente da FIESP, Dr. Paulo Skaf, todos os Senadores e todos os Deputados. Peço permissão para saudá-los em nome do Deputado decano da bancada do Ceará, ex-Presidente desta Casa, Dr. Mauro Benevides, Deputado Federal pelo nosso Estado. (Palmas.)

O habitual nessas ocasiões é que, proposta uma medida, aqueles que se insurgem contra ela comparecem à discussão e os que não se opõem ou são favoráveis acabam faltando e deixando de emitir a sua opinião. Eu me colocaria nessa discussão como alguém que está no meio, alguém que está no centro.

É notório, é pauta da grande imprensa e é preocupação de todos os brasileiros o processo de desindustrialização que está acontecendo em alguns setores da nossa economia.

O Ceará, que é um Estado que se destaca como o maior produtor e o maior exportador de calçados no Brasil, que se destaca no setor têxtil, vem sofrendo com a concorrência muitas vezes desleal de produtos importados que chegam aqui, por fatores diversos, principalmente a escala, com valor diferenciado a menor e que ainda são incentivados a partir de políticas instituídas por diversos Estados brasileiros.

O Estado do Ceará é um desses Estados que vem há décadas procurando compensar a desigualdades regionais tão fortes no Brasil, e vale a pena lembrar que o Nordeste tem metade da renda *per capita* nacional e, portanto, 1/3 da renda *per capita* do Sul e do Sudeste do Brasil. Então, faz-se necessária uma política federal, nacional, de integração nacional, de redução das desigualdades.

Na ausência ou na fragilidade das poucas políticas que existem a nível federal neste sentido, e estou falando historicamente no Brasil, diversos Estados passaram a procurar mecanismos para atrair empregos, mecanismos para atrair movimentação em portos, e é bem o que se fala nesta questão.

A discussão pode parecer simples para setores que representam os Estados mais ricos do Brasil, que já convencionaram chamar isso de guerra fiscal, quer dizer, já embutiram no tema uma expressão pejorativa para uma iniciativa que diversos Estados menos desenvolvidos tiveram para atrair empregos, para melhorar a condição de renda das pessoas que moram nessas regiões e nesses Estados.

Então, a necessidade de se discutir um novo pacto federativo é uma necessidade real, é uma necessidade absoluta. Nós temos, nesse momento, diversos temas, alguns já elencados pelo Governador Marconi Perillo, que são inadiáveis no sentido de que a gente possa buscar mais equilíbrio e ter efetivamente políticas pú-

blicas que fazem do Brasil um país menos desigual, um país mais equilibrado.

Mas creio que isso não pode servir de argumento para que a gente comece a resolver alguns dos problemas que, a meu juízo, estão muito próximos do consensual. Essa questão das importações, de incentivos a importações, a meu juízo – e respeito opiniões diferentes –, é um tema que interessa a todos os brasileiros. Nós não podemos fazer isso também pela complexidade que são o Brasil e o sistema federativo do nosso País. Não podemos fazer isso a partir de uma visão única de uma alíquota única e de uma hora para outra. Há que se reconhecer que alguns Estados têm nesse instrumento um instrumento fundamental para suas economias. Portanto, são Estados que merecem ter a atenção no sentido de que os efeitos dessa medida possam ser modulados. E é essa objetivamente a proposta que queria apresentar aqui, já consolidada, inclusive, no substitutivo do Senador Delcídio do Amaral. Mas eu acrescentaria uma pequena modificação.

O Brasil, já há muito tempo, como política de reconhecimento às desigualdades regionais, tem alíquotas diferenciadas segundo a origem do produto. Isso está reconhecido no substitutivo do Senador Delcídio do Amaral, mas não se reconhece uma diferença que, a meu juízo, já é parte da política regulamentada e chancelada pelo Confaz.

Na proposta do Senador Delcídio do Amaral, a modulação acontece, que é o que eu queria propor para que Espírito Santo, para que Santa Catarina, para que Goiás tenham modulados os efeitos e possam adaptar as suas economias num prazo razoável para substituir essa eventual renda, mas acho que falta o reconhecimento de que os Estados do Espírito Santo para cima possam ter uma alíquota diferenciada, como assim já é com as demais mercadorias. Quando um produto é originário do Sul e do Sudeste, ele tem uma alíquota de 7% nesses Estados, e o diferencial, a diferença é paga nos Estados consumidores.

Então, a proposta que eu faria para o substitutivo do Senado Delcídio do Amaral é que ficasse modularmente implantada ao longo de alguns anos, a ser discutido isso com os Estados, procurando soluções compensatórias para esses Estados que são mais notoriamente perdedores, a partir de levantamentos reais do que significa isso de receita para os Estados de Espírito Santo, de Santa Catarina, de Goiás, e vendo de que forma haveria uma compensação para essa perda modulada, preservando-se esse diferencial de alíquota, assegurando aos Estados do Espírito Santo e do Nordeste, enfim os Estados mais pobres do Brasil, uma alíquota maior, para efeito de importação, do que ficaria para o Estado; e para os Estados do Sul e

Sudeste, uma alíquota menor, que poderia ser 5% e 2%, por exemplo. Era a proposta que eu tinha a dar.

Naturalmente, as preocupações não se esgotam com essa questão. Mas, repito, é importante que a gente comece a dar o primeiro passo. Mas que não fique só por aí. É importante que a Câmara Federal vote a questão da redistribuição dos *royalties*, assegurando ao Rio de Janeiro, assegurando ao Espírito Santo o que já existe de receita consolidada historicamente.

É importante que essa questão colocada pelo Senador hoje Governador Marconi Perillo da unanimidade do Confaz seja revista. Não faz sentido. Você muda a Constituição brasileira com um quórum qualificado de três quintos, e para mudar uma decisão ou para chancelar uma decisão entre Estados da Federação há que se ter unanimidade. E toda unanimidade é burra. Então, dispensa-se; esse instrumento não é compatível com os dias de hoje, enfim, com os desafios que se tem que enfrentar nessa área de um novo pacto federativo.

Eu poderia aqui citar muitos outros exemplos de temas que têm que ser discutidos, e o fórum adequado, o espaço adequado, o espaço legítimo, o espaço constituído originariamente para ser o espaço de equilíbrio entre os Estados que fazem a Federação brasileira é o Senado.

Portanto, quero aqui aproveitar a oportunidade para conclamar o nosso conterrâneo, Senador Eunício Oliveira, junto com o Senador Delcídio do Amaral, essas duas importantes comissões desta Casa, que liderem um grande esforço de discussão de um novo pacto federativo para o nosso País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – Obrigado, Governador Cid Gomes. V. Ex^a ainda tinha dois minutos e cinquenta; foi bastante econômico no tempo, assim como é com o dinheiro do nosso Estado.

Passo a palavra ao Governador Raimundo Colombo, do Estado de Santa Catarina.

O SR. RAIMUNDO COLOMBO – Sr. Senador Eunício Oliveira, Presidente da CCJ, Senador Delcídio do Amaral, Presidente da CAE, ao cumprimentá-los, cumprimento a todos os Senadores e Senadoras; cumprimento nosso Governador de Goiás, Marconi Perillo; o Governador Renato Casagrande, do Espírito Santo; nosso Governador Cid Gomes, do Ceará; o Governador Simão Jatene, do Pará; nosso vice-governador; Nelson Barbosa, Secretário Executivo do Ministério da Fazenda: o Presidente da FIESP, Paulo Skaf; Dr. Hamilton Dias de Sousa, advogado; Dr. Artur Henrique da Silva Santos, Presidente da Central Única de Trabalhadores; e Clóvis Panzarini, membro da Consultores

Associados; para Santa Catarina, esta é uma reunião muito importante. Essa decisão afeta tremendamente o nosso Estado. Não há nenhum brasileiro consciente que seja a favor da desindustrialização. Não há nenhum brasileiro consciente que não seja a favor do fortalecimento da indústria nacional.

De forma muito clara, esta é a nossa posição. No entanto, parece que a unificação da tarifa dos impostos resolve todos os problemas, o que é um absurdo pensar assim. Ela apenas reloca. Ninguém vai deixar de importar porque você modifica a tarifa interna. Ela apenas modifica o caminho da entrada do produto. Como está aqui neste mapa, hoje esta é a distribuição. São Paulo, por exemplo, importa 36,34% do produto nacional; o segundo é o Rio de Janeiro com 8,39%; o Paraná com 8,30%; o Rio Grande do Sul, 6,93%; Santa Catarina, 6,57%.

Então, o que nós vamos fazer na prática é concentrar ainda mais essa importação e essa ação econômica nos Estados que têm o poder de transformação e de consumo maior. Esta é a medida prática, este é o resultado do que vai acontecer com esta decisão aqui.

Eu não acho, e todos os estudos que nós realizamos apontam que vai se diminuir a importação, que vai fortalecer a indústria nacional, até porque nem sempre importar é uma coisa danosa à nossa economia. Por exemplo, o setor têxtil de Santa Catarina, que é o maior setor têxtil da América Latina, conseguiu sobreviver e reencontrar o caminho importando, importando da fazenda e transformando em produto acabado em moda, de tal forma que revigorou sua economia, que cresceu 28% no ano passado, gerando emprego no Brasil, gerando renda, melhorando a vida das pessoas.

Com esta medida, vamos fragilizar todas as ações decorrentes desta.

Santa Catarina – e no outro mapa eu mostra – o que nós importamos? Parece assim que o Estado cometeu um crime. Nós importamos 62%, 63% de matéria prima, 19% ou 18,4% de materiais e equipamentos; de manufaturados, nós importamos 19%. Então, 81%, isso é bem acima da média nacional, nós transformamos em Santa Catarina, agilizando as nossas indústrias. Isso gerando emprego e renda para o nosso País.

Santa Catarina tem cinco portos, três privados e dois públicos. Modernos, ativos, produzindo. E, evidentemente, eles ficaram mais competitivos porque o navio vem carregado e volta carregado; o preço do transporte diminui significativamente, tornando a nossa economia mais competitiva.

O Deputado Décio Lima, que está aqui, estava me mostrando agora: no porto de Itajaí – são dois portos, Navegantes e Itajaí –, nós importamos, no ano passado, 8 bilhões e 700 e exportamos 8 bilhões e 400,

ou seja, mesmo assim, nós conseguimos desenvolver. Por exemplo, o maior índice de importação é de cobre. Nós não produzimos cobre, que tem de ser importado por qualquer lugar do Brasil. Não temos produção própria. Então, não há um crime nefasto contra a economia brasileira.

É importante que isso fique claro, para que todos compreendam que o processo é mais profundo e que as coisas não podem ser decididas de qualquer forma. Por exemplo, esta Casa – e eu tive o privilégio e a honra de conviver com muitos dos senhores aqui, durante quatro anos –, desde 1972, apenas em dois momentos, atuou em relação ao ICMS. Em todos eles, encaminhado por unanimidade: na regulamentação da Constituição de 1988 e quando o Supremo julgou uma medida em relação ao combustível de avião, quando precisava ser tomada imediatamente uma medida e o foi por consenso. Não há consenso. A resolução, no meu entendimento, não é a forma adequada de resolvermos isso a tão curto prazo.

O que pode acontecer na economia de Santa Catarina? Vamos perder da nossa receita R\$950 milhões. Há poucos dias, tivemos o impacto do piso salarial dos professores, com um aumento de 22,22%. Ninguém é contra aumentar o salário dos professores, mas nenhuma categoria do Brasil teve um aumento de 22%. Vai ser greve no Brasil inteiro. E nós estamos com este problema agora: se, de um lado, tem de se ter um aumento de despesa maior, por outro, tem uma diminuição de receita muito significativa, comprometendo a nossa lei orçamentária. Se essa resolução for votada na semana que vem, ela vai entrar em vigor daqui a 90 dias. O que fazemos com a lei orçamentária? O que fazemos com a Lei de Responsabilidade Fiscal? Como se consegue superar essas dificuldades? Não pode ser tomada essa medida dessa forma.

O Governo de Santa Catarina não se nega a construir um novo momento, não se nega a desenvolver todas as ações necessárias para fortalecer a indústria nacional, para fazer com que a vida das pessoas melhore através do trabalho e da dignidade, para fazer com que o nosso País fique cada vez mais independente. Nós estamos abertos a isso. Para isso, queremos um diálogo. Não adianta a compensação financeira apenas para o governo, através de financiamento. É bem-vindo, mas e a economia do Estado? E as empresas que se instalaram? E a atividade econômica de diversos setores? De que forma podemos avaliar isso?

Então, desculpem-me, Srs. Senadores, mas não é possível votar semana que vem e impor aos Estados um prejuízo desse tamanho. Fica absolutamente ingovernável. (*Palmas.*)

Esta Casa, que é a Casa de políticos experientes, esta Casa, que é a Casa que se desenvolve com bom-senso, com espírito público e com responsabilidade. Precisamos exercê-la profundamente. Nós estamos abertos a construir uma transição. Nós estamos abertos a ceder. Se errados estivermos em algum item daquilo que é importado, nós nos comprometemos a modificá-lo imediatamente. Se for possível fazer um processo seletivo daqueles que prejudicam a economia, estamos prontos e habilitados para agir. (*Palmas.*)

Eu queria falar em tom de desabafo, mas de profunda preocupação: imaginem terem uma perda de receita, daqui a 90 dias, de R\$100 milhões por mês, numa arrecadação da ordem de R\$1 bilhão! Fica absolutamente ingovernável. Eu tenho certeza de que nenhum dos senhores quer isso para nenhum Estado da Federação.

Dizer mais é desnecessário, porque acho que todo mundo sabe o tamanho da responsabilidade que estamos assumindo neste momento. Eu peço, em nome do Estado de Santa Catarina, que, ao longo do tempo, produziu, trabalhou, construiu, que ele não seja afetado dessa forma, porque é uma coisa que tenho certeza de que nenhum dos senhores quer, pois também tenho certeza de que todos os brasileiros gostam de Santa Catarina e a respeitam. Claro, aqui, estão aqui Governadores que falaram pelos seus Estados, mas a nossa situação é muito grave! Eu peço o apoio, a compreensão, o bom-senso e o diálogo de todos os senhores para que possamos construir uma transição. Nós faremos todo o esforço, todo o sacrifício necessário para contribuir, embora, sinceramente, eu saiba que todos os senhores sabem que o problema da desindustrialização do Brasil não é esse. Isso, de certa forma, impacta, mas o custo Brasil, a carga tributária e tantas outras coisas têm um impacto muito, muito, muito maior que esse aspecto.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Governador Raimundo Colombo.

Eu concedo a palavra ao Governador Renato Casagrande, governador do Estado do Espírito Santo. Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. RENATO CASAGRANDE – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Eunício Oliveira, Presidente Delcídio do Amaral; quero também cumprimentar os Senadores, Senador Ricardo Ferraço, relator da matéria; Senador Magno Malta e Senadora Ana Rita; em nome dos três Senadores capixabas cumprimentar a todos os Senadores e Senadoras aqui presentes; cumprimentar a nossa bancada da Câmara dos Deputados aqui presentes também, muito obrigado pela presença;

lideranças políticas, prefeitos, empresários, trabalhadores, instituições; Deputada Luzia, representando a Assembleia Legislativa; o Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo; o Conselheiro Hanna. Então, são diversas lideranças do Espírito Santo que estão presentes com a preocupação do Estado com a votação desta matéria. Cumprimentar os governadores, os palestrantes aqui presentes.

É uma alegria estar aqui por algumas razões. A primeira, pela oportunidade de debater um assunto tão importante para o Brasil e para o nosso Estado, que está gerando um debate profundo e confrontos profundos também em torno da importação e do comércio internacional. A segunda é porque esta Casa é a casa do equilíbrio federativo. O Senado é a Casa da Federação. Eu tive a honra de ser Senador por quatro anos e esta é uma Casa que preserva, resguarda os interesses da Federação brasileira. E nós estamos em um momento de muita riqueza em termos de assuntos de interesse dos Estados e dos Municípios; nós estamos discutindo aqui um assunto, que é ICMS, estamos discutindo na Câmara os *royalties*; nós estaremos discutindo daqui a pouquinho o FPE; nós teremos que discutir – o Ministro Mantega disse ontem que esta Casa discutirá o comércio eletrônico; discutirá o indexador da dívida. Nós temos assuntos diversos que ou sobrecarregam ou afetam a despesa ou a receita dos Estados, Senador Dornelles.

Então, nós estamos em um momento de muitos temas que exigem desta Casa uma coordenação, uma coordenação sobre os governadores, ou com os governadores, com os prefeitos e o Governo Federal para que nenhuma medida seja adotada na direção de desequilibrar a Federação brasileira.

Nós nos reunimos na quinta-feira à noite, os governadores do Sudeste, e discutimos dois princípios que acho fundamentais observarmos. O primeiro princípio é o de que nenhum governante pode ter a sua receita reduzida. Você ter uma receita reduzida. Você tem a expectativa de uma receita neste ano, ou teve uma receita no ano passado, e no ano que vem ou neste ano tem uma receita menor do que a que teve no ano passado, não por redução da atividade econômica, mas por alguma alteração de regra tributária, ou de qualquer outra alteração em tributos, que afeta a receita dos Estados e Municípios. Então, este é um princípio que tem que ser observado pela Casa.

O segundo princípio é o de que é fundamental, na hora de se estabelecer compromissos para os Estados e Municípios, que nós possamos estabelecer receitas compatíveis com esses compromissos, para que não haja, também, uma incapacidade para a execução do planejamento desses Estados e desses Municípios.

Então, é um momento importante. E esta Comissão, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que se reúne com a Comissão de Assuntos Econômicos, esta é a Comissão que terá que analisar a constitucionalidade desse projeto. Não vou me ater nesse tema; outros palestrantes, o Governador Marconi já debateu o tema; o Professor Hamilton vai debater o tema da questão da constitucionalidade, que é fundamental a gente avaliar. Poderia se discutir, deve-se discutir a questão da autonomia dos Estados, até aonde vai a autonomia do Estado para estabelecer política de desenvolvimento regional; deve e precisa ser discutida a questão da guerra fiscal *versus* competição fiscal. Eu concordo plenamente, aqui foi discutido o Confaz, e o Senador Ricardo Ferraço tem debatido comigo, com profundidade, que o Confaz pode ser um instrumento para limitar ou estabelecer critérios para que haja uma competição saudável no País.

Então, são temas que esta Comissão e este Senado têm capacidade de discutir com profundidade.

Quero aproveitar também a oportunidade, além dessas reflexões, Sr. Presidente, de falar um pouco sobre o Estado do Espírito Santo. Quero que, se possível, passem sobre alguns dados do meu Estado.

Pode passar, por favor.

Em 2005, o Estado era o quarto em importação; hoje somos o oitavo em importação, representamos 4,2% das importações do nosso País. Verifiquemos que estamos reduzindo a participação do Estado. Lá nós temos um mecanismo de incentivo à importação. Falarei sobre ele na próxima lâmina.

Pode passar.

Ali são os produtos: a ulha betuminosa é um produto muito importado pelos portos capixabas, é carvão, não tem similar desse produto no Brasil; diversos itens aqui; automóveis, sobre os quais há acordos bilaterais e há hoje uma política do Governo Federal com relação a IPI sobre automóveis, Imposto de Importação, e decreto que vai regulamentar a nacionalização, o conteúdo nacional para a implantação de unidades fabris no nosso País.

Pode passar, por favor.

Antes de entrarmos nas comparações – volta uma lâmina –, tem uma questão que é fundamental nós colocarmos com rapidez para vocês, como funciona o mecanismo de incentivo ao comércio internacional do Estado do Espírito Santo. Primeiro, na década de 60, o Governo Federal tomou a decisão de eliminar boa parte das lavouras de café. O Espírito Santo funcionava, Senador Gerson Camata – foi governador do Estado – funcionava e tinha o seu dinamismo econômico baseado na produção de café. Superprodução, preços lá embaixo; o Governo determinou que mais

de 60% das lavouras fossem eliminadas. E assim foi feito, porque era uma determinação e não uma opção.

O Estado então, em 1971, final da década de 60, início da década de 70, com as lideranças da época, políticas e empresariais, o Estado bolou um mecanismo de incentivo ao comércio internacional. Era para incentivar a importação e a exportação, as duas coisas. Só que com a Lei Kandir, a exportação não teve mais como ser incentivada. Ficou o incentivo à importação, que teve grande impulso a partir da década de 90. Mas, o mecanismo veio como alternativa a uma decisão do Governo Federal, e o mecanismo que nós executamos no Estado do Espírito Santo é um mecanismo que não executa uma renúncia direta. Nós recolhemos os 12%, que é a alíquota interestadual do produto importado pelos portos capixabas. Nós recolhemos os 12%, não renunciemos; desse recolhimento, os 25% vão para os Municípios. Então dos 12% do total do recolhimento, 25%, que são 3% dos 12%, vão para os Municípios. O Estado recolhe em torno de 2% e 7% retornam ao setor empresarial como financiamento, tudo contabilizado, por dentro do orçamento. E fazemos isso já desde 1971. Isso gerou, agora em 2011, uma receita para os Municípios de R\$600 milhões e gerou para o Estado uma receita de R\$425 milhões. O Estado do Espírito Santo demorou muito para recuperar a sua capacidade de investimento, para se reorganizar.

Se nós tivermos decisões que retirem a receita do Estado, nós começaremos a perder capacidade de investimento de Estado e diversos Municípios do Estado do Espírito Santo terão dificuldade de atender a Lei de Responsabilidade Fiscal. Um estudo feito pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo aponta que 44 Municípios do Estado terão dificuldade de atender a Lei de Responsabilidade Fiscal, porque na hora que você faz uma redução de doze para quatro, estabelecendo uma morte súbita no sistema, de forma abrupta, nós teremos no Espírito Santo a saída de algumas empresas, que nós calculamos em torno de 60%.

Operam no Espírito Santo porque lá tem o incentivo; fazem distribuição para o Brasil. Boa parte dos produtos vai para São Paulo, grande centro consumidor. Se não tivermos o incentivo, boa parte das empresas se deslocará para São Paulo porque o mercado consumidor é lá. Outras ficarão porque distribuem para o Brasil todo, e a posição do Espírito Santo é estratégica, mas nós perderemos, num decorrer de tempo curto, em torno de 60% da receita dos Municípios e dos Estados, e perderemos a atividade econômica, o que, conseqüentemente, significará também perda de receita. Então, nós temos uma situação financeira de reflexão por parte do Senado.

Poderia passar mais uma lâmina, por favor.

O nosso Estado contribui com o País...

Pode passar.

Nós recolhemos, ali na 14ª posição, em 2011, catorze bilhões, duzentos e noventa e dois milhões de reais em tributos para o Governo Federal. Nós recebemos de volta, em termos de tributos, do Governo Federal quatro bilhões de reais. Estamos na razão federativa, que os economista conhecem bem, na 14ª posição.

Pode passar.

Nós temos transferências voluntárias pequenas; também estamos numa posição muito abaixo...

Pode passar.

Estamos lá no final da fila. De 2004 a 2011, nós recebemos de transferência voluntária duzentos e oitenta e quatro milhões de reais.

Pode passar, por favor.

Então, há uma necessidade de termos investimentos do Governo Federal em infraestrutura no Estado do Espírito Santo. Não podem querer tratar igualmente os desiguais, não é possível. Nós não recebemos investimentos em infraestrutura e não podemos, agora, de forma abrupta, receber um tratamento, na área tributária, sem pensar em uma transição. Na hora em que a Presidente Dilma quis mudar a legislação previdenciária, criando um fundo complementar, pensou-se nos novos servidores. Na área tributária, para qualquer medida, tem que ter transição. Se não houver transição, não tem condições de fazer e realizar a adaptação.

É uma proposta que a gente faz.

Por favor, pode passar.

Nós, além desse problema do ICMS, o Estado do Espírito Santo enfrenta problemas sérios com outros assuntos que estão aí relacionados, mas que não são tema da pauta. Mas, como o Senado tem que se preocupar com as 27 unidades da Federação, eu relaciono outras preocupações que o nosso Estado tem.

Pode passar.

Então, o que é fundamental para nós. Tem o debate sobre constitucionalidade; tem o debate da autonomia dos Estados. Mas, como governador, eu tenho que pensar no fato concreto de o Senado querer votar essa matéria. Então, se for votar, é importantíssimo que pense numa transição temporal.

Não é possível adotar uma medida dessa para os Estados que dependem – Espírito Santo, Santa Catarina, Goiás – efetivamente desse mecanismo. Não é possível uma decisão que leve a uma mudança rápida. Não é possível! É um apelo que a gente faz ao Senado para que, por favor, observe a questão do equilíbrio federativo. Nós temos que ter investimentos em infraestrutura e as compensações, e nós estamos ofertando para esse debate exclusões; produtos que poderão ser excluídos imediatamente, que estejam

sendo afetados pela importação; que nós possamos, imediatamente, excluir os produtos dessa lista que são incentivados, para que a gente possa ganhar e ter uma transição que nos dê condições de adaptação, de recebermos os investimentos em infraestrutura do Governo Federal, para que nós fiquemos competitivos com os demais Estados da região Sudeste.

Então, é uma proposta concreta, clara. Fiz esta proposta, ontem, ao Ministro Guido Mantega, ao Secretário Nelson Barbosa. Eu espero, sinceramente, que o Governo tenha solidariedade federativa com os Estados e que o Senado possa exercer o seu papel de instituição que equilibra a Federação.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – Obrigado, Governador Casagrande, do Espírito Santo.

Concedo a palavra ao Vice-Governador do Estado do Pará, Dr. Helenilson Cunha Pontes.

O SR. HELENILSON CUNHA PONTES – Caro Senador Eunício Oliveira, meu caro Senador Delcídio do Amaral, que está presidindo esta reunião, Governadores Marconi Perillo, de Goiás; Cid Gomes, do Ceará; Renato Casagrande, do Espírito Santo; e Raimundo Colombo, de Santa Catarina; Secretário-Executivo Nelson Barbosa, do Ministério da Fazenda; Presidente da FIESP, Paulo Skaf, o Estado do Pará se alinha a qualquer iniciativa da Federação que coloque na pauta a rediscussão do pacto federativo.

Talvez nenhum outro Estado da Federação tenha sido vítima de uma discussão no âmbito do ICMS como o Estado do Pará.

Quando se discutia aqui no Congresso Nacional a Lei Kandir, havia uma unanimidade nacional de que o Brasil não poderia exportar tributos. Aqui vieram setores empresariais, classe política, sociedade do Brasil pugnar pela desoneração das exportações e pela previsão de uma compensação aos Estados exportadores. Àquela altura, a exportação no Estado do Pará representava em torno de 15% a 20% da sua economia e o Estado do Pará aceitou, em nome da repactuação, do Pacto Federativo, a desoneração das exportações.

O que nós assistimos hoje aqui é mais uma oportunidade de rediscussão do Pacto Federativo, é mais um momento em que o Senado Federal e o Brasil tem a oportunidade de discutir efetivamente qual é o papel dos Estados e qual é o papel da União. Preocupamos o federalismo imperial que estamos construindo no Brasil nos últimos dez anos, o agigantamento da União, a criação de ônus e despesas aos Estados e aos Municípios. Sem a avaliação das contrapartidas

para o financiamento dessas despesas, tornar-se-á inviável muitos Estados e certamente muitos Municípios.

Medidas como esta da alíquota interestadual do ICMS dirigida especialmente à importação preocupa por quê? Porque, em vez de criarmos uma solução para um problema que está afetando certamente setores da indústria nacional, se criarmos uma assimetria com produtos nacionais, daqui a pouco o Senado vai discutir aqui a alíquota para os produtos nacionais, porque o produto importado vai ficar com quatro, com dois ou com cinco e o nacional, com vai ficar as regras de sete e de doze hoje vigentes. Então estaremos criando, com essa norma, uma assimetria que vai exigir do Senado, daqui a pouco, uma rediscussão da validade, da oportunidade dessa regra.

Por isso fica a indagação: por que, em vez de discutirmos uma alíquota especial para os importados, não se debruça o Senado sobre uma grande rediscussão sobre as alíquotas interestaduais de ICMS? Uma grande rediscussão sobre a oportunidade de mantermos em sete e em doze, Governador Cid, a alíquota no destino tão pugnada por todos os economistas, por todos os especialistas. Por que não avança o Senado Federal numa rediscussão ampla das alíquotas interestaduais? Por que limitar o debate apenas aos importados, que afetam direta e mais pesadamente quatro ou cinco Estados? Por que não colocar, nessa discussão, o esforço exportador de Estados como o Pará, que seguidamente dão sua contribuição no saldo da balança comercial brasileira e que sofrem prejuízos de um bi, um bi e duzentos por ano, Governador Perillo; por ano é o que o Pará perde. Nem por isso o Estado do Pará deixa de dar a sua contribuição ao Brasil, incentivando, contribuindo para que o Brasil se coloque no cenário internacional como uma economia forte, com quase US\$400 bilhões de reserva.

Por que não regulamos a Emenda 42, que garante aos Estados exportadores – Pará, Minas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul – a devida compensação pelo seu esforço exportador? Por que olharmos para a árvore quando estamos diante da floresta?

Este debate traz hoje a oportunidade de o Senado Federal rediscutir uma política de desenvolvimento regional a partir de um mecanismo importantíssimo, que é alíquota interestadual de ICMS, que desloca efetivamente receita do Brasil industrializado para o Brasil pobre.

O Pará também tem renda *per capita* abaixo da média nacional, Governador Cid, mas nem por isso o Estado deixa de gerar o seu superávit desonerado de tributação. Quase metade da economia do Pará não paga ICMS porque está desonerada de ICMS. Os indicadores do Pará não são segredos para os senhores,

mas esta Casa, a Casa da Federação, tem a oportunidade, a meu ver histórica, de amplificar esse debate, de prever efetivamente medidas de compensação aos Estados que não podem objetivamente ficar sem as receitas da noite para o dia. Já basta a criação de despesas no plano federal para governadores e prefeitos, que, de uma hora para outra, veem seus orçamentos impactados por pisos, por definições no plano federal sem as correspondentes contrapartidas.

Não vou aqui me alongar na dívida dos Estados, como disse o Governador Perillo, no comércio eletrônico, na discussão dos *royalties*, enfim, mas, especificamente em relação ao ICMS, em relação às alíquotas interestaduais do ICMS, elas podem ser instrumentos de redistribuição da riqueza nacional. O ICMS é objetivamente um imposto destinado a redistribuir a riqueza entre um Brasil rico, industrializado, e o Brasil pobre, que precisa de investimentos. Por que limitar o debate apenas aos importados? A proposta que o Pará faz é que esta Casa amplifique o debate, rediscuta as alíquotas interestaduais, considere o saldo de balança comercial dos Estados exportadores, regule efetivamente a Emenda nº 42, compense os Estados exportadores, que sofrem hoje com a não compensação pela União do seu superávit de balança. Por que limitar o debate a uma questão pontual que vai atingir pesadamente três ou quatro Estados? Por que o Senado Federal não se debruça efetivamente sobre uma política de desenvolvimento regional que coloque as alíquotas interestaduais do ICMS como instrumento fundamental da alocação de investimentos e de receita entre Estados desenvolvidos e Estados pouco desenvolvidos?. Essa é uma oportunidade histórica que o Senado Federal tem de iniciar e amplificar esse debate.

Evidentemente, não se pode, de uma hora para outra, acabar com tudo que foi construído ao longo dos últimos vinte anos, do ponto de vista de incentivos fiscais. Mas não podemos aceitar e nem continuar, como brasileiros responsáveis, com a luta fratricida entre Estados atrás de investimentos produtivos enquanto assistimos ao agigantamento da União em face da Federação.

A Federação brasileira está se transformando em um império. Os Governadores já não sabem mais o que fazer com as limitações orçamentárias. Brigam entre si por incentivos fiscais enquanto a União se agiganta nas suas arrecadações, e os números estão aí.

A amplificação da arrecadação das contribuições. Os tributos que mais cresceram na última década, em arrecadação, estão fora da partilha constitucional, porque isso não é objeto de debate no âmbito do pacto federativo.

O Pará se alinha a qualquer discussão e proposta que coloque no centro do debate a rediscussão da nossa Federação e, sobretudo, do tamanho da União em face dos Estados e, sobretudo, em função do agigantamento da União sobre as autonomias estaduais, tirando poderes de Governadores e Prefeitos, enfraquecendo o federalismo, enfraquecendo a Constituição e tirando de Estados e Municípios poderes para implementar políticas públicas.

Um grande abraço. Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – Muito obrigado, Vice-Governador do Estado do Pará, Dr. Helenilson Cunha Pontes.

Concedo a palavra ao Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, Dr. Nelson Barbosa.

O SR. NELSON BARBOSA – Boa tarde a todos. Quero cumprimentar o Senador Eunício Oliveira, o Senador Delcídio do Amaral. Cumprimento o Governador Renato Casagrande, Raimundo Colombo, Marconi Perillo, Cid Gomes, cumprimento Dr. Helnison Cunha, Paulo Scaf, Presidente da Fiesp; o João Carlos, representante da CUT, demais Senadores e Senadoras, Deputados aqui presentes, Secretários de Fazenda que participam do Confaz junto comigo, representantes de associações empresariais, venho aqui trazer a posição do Governo Federal, o porquê de o Governo Federal considerar importante aprovar a Resolução nº 72. Mas eu queria começar também respondendo alguns pontos levantados pelos Governadores.

Vemos a Resolução nº 72 não como um fim. Ela é o início de um debate. E é o início porque é urgente; ela é urgente porque a indústria brasileira tem sido muito afetada pela concorrência internacional. A indústria brasileira hoje está em um nível de produção similar ao que estava em 2008, cerca de quatro anos atrás. Desde então, o Brasil cresceu bastante, mas houve também uma intensificação da concorrência internacional, concorrência, às vezes, baseada em práticas predatórias. E isso tem comprometido o crescimento do emprego, comprometido o crescimento de um setor importante da economia, que a indústria, setor em que normalmente, se tem o maior aumento da produtividade, setor em que se tem mais inovação tecnológica. E é por isso que o Governo Federal apoia a Resolução nº 72 e a considera urgente, importante para aumentar a geração de emprego e promover o desenvolvimento da nossa economia. Todos os Governadores já tiveram várias reuniões com a equipe do Ministério da Fazenda, e as outras questões federativas também estão sendo tratadas. Nós tivemos no ano passado uma longa discussão sobre *royalties* aqui nesta Casa. Hoje, ela está na Câmara. Nós vamos ter, neste ano, uma discussão inevitável sobre o FPE, e o Governo Federal pode aju-

dar na solução. Nós vamos ter uma discussão sobre as dívidas, como foi colocado por vários Senadores, e o próprio Ministro Mantega, na semana passada, quando esteve nesta Casa sinalizou que estaria aberto a discutir essa questão, desde que não seja modificada a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nós estamos apoiando uma emenda constitucional para mudar a tributação do comércio eletrônico, para que se faça uma divisão entre origem e destino, para que a tributação não fique só concentrada no centro de distribuição. E nós, no âmbito do Confaz – estão aqui presentes hoje vários secretários de Fazenda –, estamos tentando construir uma resolução no Confaz para diminuir a incerteza jurídica relacionada a vários incentivos estaduais que, por motivos vários, não foram submetidos ao Confaz, mas que hoje ou já foram ou podem ser objeto de decisão do STF, criando incerteza jurídica para as empresas, criando incerteza de emprego para os trabalhadores e criando incerteza também para as autoridades públicas.

Então, primeiro, queria deixar claro que essa questão da Resolução nº 72 não é o único instrumento, não é a única face do debate. Ela é apenas um primeiro passo numa questão que achamos urgente, principalmente no contexto internacional que estamos vivendo.

Vou apresentar aqui muito rapidamente alguns pontos.

Pode colocar.

Todo o mundo já sabe do que se trata, mas qual é a proposta?

Redução da alíquota interestadual do semestre de 4% via resolução do Senado.

Hoje, as alíquotas vigentes são 12% e 7%, dependendo da origem do produto e para onde vai. Do Sudeste para o Nordeste, na maioria dos casos, é 12%; do Nordeste para o Sudeste, é 7%.

Vários Estados hoje concedem benefícios fiscais...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. NELSON BARBOSA – Ao contrário: do Sudeste para o Nordeste, 7%; do Nordeste para o Sudeste, 12%.

Hoje, vários Estados concedem benefícios fiscais para importação e acabam prejudicando a produção nacional. Então, o que a resolução faz?

Já houve várias versões. A primeira versão reduzia a zero. No ano passado, numa audiência que até ocorreu na CAE, foi feita uma proposta de redução gradual a 2%. Houve uma conversa com o Ministro Mantega, também envolvendo a Presidente Dilma, e o Governo Federal hoje propõe uma redução para 4%. Reduzir a alíquota interestadual sobre importações para 4%, e estalecer nessa resolução requisitos de conteúdo

local mínimo para diferenciar o que é importação e o que é fabricação.

Então, essa é a resolução que nós consideramos necessária neste momento.

Pode passar.

Sobre a constitucionalidade.

Eu não sou advogado. Portanto, não sou *expert* para isso, mas enviamos aos Senadores – para aqueles que não receberam, estamos à disposição para enviar – um parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional que diz por que, no entender do Ministério da Fazenda, essa resolução é constitucional.

Eu sei que há juristas que discordam. Houve alguns artigos recentemente. Respeito a opinião de juristas, e essa opinião é debatida nos fóruns apropriados.

Nós achamos que essa resolução é constitucional pelos seguintes motivos:

1) nossa interpretação é de que é competência do Senado Federal estabelecer as alíquotas nas operações interestaduais.

Como foi mencionado aqui, o Senado já exerceu essa atribuição duas vezes, uma quando fixou a alíquota diferenciada de 12% e 7% e outra quando fixou uma alíquota também diferenciada para combustível aéreo.

Essa alíquota pode ser diferenciada para o mesmo tipo de produto. Hoje, um carro que sai do Sudeste para o Nordeste paga 7%; um carro que sai do Nordeste para o Sudeste paga 12%. O mesmo bem, alíquotas diferenciadas. Por isso, achamos que ela pode também ser diferenciada, apesar de ser o mesmo bem, pois foi feita uma resolução do Senado.

Nós achamos que ela não viola o art. 152 na nossa interpretação, interpretação da Procuradoria-Geral – o parecer está disponível aos Senadores – porque o art. 152, segundo interpretação, normatiza a atuação do legislador estadual, distrital e municipal, não do legislador federal. A prova é que tivemos a resolução que fixou as alíquotas de 12% e de 7% para o mesmo bem, dependendo da origem e do destino. E ela não dá tratamento diferenciado ao produto importado, porque a alíquota final, a alíquota que o consumidor vai pagar continua a mesma, o que vai mudar é a distribuição entre o Estado por onde entra o bem e o Estado onde é vendido o bem, a alíquota continua a mesma. Então, se hoje você tem uma alíquota final que é 18%, ela é hoje 12% no Estado onde entra, 6% no Estado onde é vendido. Ela vai ser 4% e 14%, o consumidor vai continuar pagando a mesma alíquota.

Pode passar.

Por que achamos isso importante? Esse incentivo do ICMS funciona como se a taxa de câmbio fosse mais baixa para aquele produto que entra por aquele

porto onde há o benefício. É como se fosse uma redução de preço.

Para dar um exemplo sobre isso, peguei um bem que tem uma alíquota de 18%, que é mais ou menos a alíquota média de ICMS no Brasil para bens industriais. Se o bem importado tem um crédito presumido de 75%, ou seja, dos 12%, 9% você dá de crédito presumido, isso significa o quê? Na hora em que aquele produto entra por um porto e vai para outro Estado, um Estado discrimina que ele cobrou 12%, mas ele dá um crédito presumido de 75%, então, na verdade, ele cobrou 3% – 25% de 12%. No Estado de destino, o bem paga 6%. Quanto é que o bem pagou no final? Ele pagou 3% e pagou 6%, pagou 9%. Se o bem for nacional, ele vai pagar 12% no Estado onde foi produzido e vai pagar mais 6% no Estado onde foi vendido.

Então, esse incentivo às importações funciona como se eu estivesse dando uma depreciação cambial, uma redução de preço de 9%. Significa que, para aquele bem, para o bem produzido no Brasil, é como se a taxa de câmbio fosse de 1,80 e, para o bem que entrou por aquele porto, a taxa de câmbio fosse a 1,64. É como se fosse uma desvalorização cambial.

Nós, do Governo Federal, entendemos perfeitamente porque esses benefícios são adotados. Fazem sentido do ponto de vista de uma lógica estadual, trazem atividade, trazem receita para aquele porto. A questão é que, no estágio que o Brasil está hoje e no estágio, principalmente, da concorrência internacional, esses incentivos estão causando mais efeitos prejudiciais sobre toda a economia do que benefícios localizados em alguns Estados. É por isso que a gente apoia a Resolução 72.

Pode passar.

Por que mudar? Como eu falei, os incentivos são válidos, mas eles devem ser neutros para o País. Quando um Estado dá um incentivo e atrai uma atividade de outro Estado para seu território, a atividade continuou no Brasil, continuou gerando empregos no Brasil. Quando você dá um incentivo para um produto que vem de fora, você tirou a atividade do Brasil, você tirou emprego do Brasil. No contexto que a gente tem hoje, com a apreciação cambial e a intensificação da concorrência internacional, esses incentivos já adquirem um efeito nacional, não têm um efeito irrisório. Incentivos à importação estão agravando o problema da competitividade. Nós queremos atuar sobre o problema da competitividade. O Governo tem várias iniciativas. Todos os senhores acompanham o esforço que o Ministro Mantega e todos nós do Ministério da Fazenda temos feito recentemente para combater tendências especulativas para apreciação do Real; o esforço de todo o Governo, especialmente da Ministra Miriam

Belchior, para aumentar os investimentos em infraestrutura para reduzir o custo Brasil. Estamos também tendo uma discussão para reduzir o custo de energia. Estamos atuando sobre essas frentes.

Fazemos várias desonerações com tributos federais. Hoje, pela manhã, nós tivemos mais uma rodada de reunião com alguns setores industriais para discutir desoneração da folha de pagamento, ou seja, nós atuamos em várias frentes. Essa não é a única frente, mas essa é uma frente muito importante hoje para o Brasil.

Por que temos de atuar já e por que começar por isso, Vice-Governador Helenilson?

Concordo que todo debate é importante. Nós estamos tendo o debate. Por que começar por isso? Porque essa generalização da guerra dos portos está gerando incerteza jurídica para as empresas, está gerando incerteza jurídica para os governos. Vários desses incentivos foram feitos à revelia do Confaz e podem ser questionados em algum momento, e aí a transição é uma transição jurídica, que significa imediata. Nós estamos tentando construir uma solução que possa ser uma transição mais gradual.

E, por fim, na ausência de uma solução para a guerra dos portos, o que vai acontecer no Brasil é que outros governadores incomodados e outros Estados incomodados com a concorrência também vão adotar a guerra dos portos. E se todo mundo fizer guerra dos portos, vamos perder emprego e vamos perder produção. Se todo mundo fizer guerra dos portos, todo mundo vai arrecadar menos, vai ser um jogo de soma negativa, e o Brasil, como um todo, vai perder produção e emprego.

É por isso que esse tema é urgente, e eu peço a compreensão e a colaboração de todos os Senadores e Senadoras.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Dr. Nelson Barbosa, Secretário Executivo do Ministério da Fazenda.

Concedo a palavra ao Sr. João Cayres, que é representante do Presidente da Central Única dos Trabalhadores, Artur Henrique da Silva Santos.

O SR. JOÃO CAYRES – Senador Eunício Oliveira, Senador Delcídio Amaral:

Em nome da Central Única dos Trabalhadores, da CUT, em nome do nosso Presidente Dr. Henrique, que, em virtude de um compromisso de última hora, não pode vir, estou assumindo a posição no seu lugar, quero saudar os Governadores presentes, Marconi Perillo, Raimundo Colombo, Renato Casagrande, o Vice-Governador do Pará, Helenilson Pontes, o Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, e o Presidente da FIESP, Paulo Skaf.

Na verdade, quero ser bem curto.

Quero saudar também o companheiro Paulinho, da Força Sindical, que é Deputado e Presidente, o companheiro Bira, da CGTB, e, em nome deles, os outros companheiros sindicalistas. O companheiro Carlos Crica, do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, também está presente.

Nós, da Central Única dos Trabalhadores e também do movimento sindical, estamos organizando alguns atos – em São Paulo, será no dia 04 – com relação a essa questão da desindustrialização.

Como Secretário Geral da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT, tive a responsabilidade de organizar uma conferência sobre política industrial no ano de 2010. Na oportunidade, tiramos várias propostas e as apresentamos aos candidatos à Presidência da República. Desde então, estamos preocupados com uma coisa muito silenciosa.

Apesar de estarmos vivendo um momento único na história do Brasil de crescimento grande – inclusive com a crise que tem o mundo, o Brasil continua crescendo –, nós percebemos que algo estranho estava acontecendo. Apesar do Plano Brasil Maior, que foi anunciado pelo Governo Federal, e apesar de uma coisa muito complicada que foi a questão dos incentivos da linha branca, percebemos que houve um aumento tremendo de vendas dos produtos, mas, ao mesmo tempo, algumas empresas da nossa base, como em São Carlos, onde fizemos um ato com cinco mil pessoas, estavam demitindo por causa das importações, e fomos analisar isso. Isso aconteceu não só em uma empresa em São Carlos, mas também, em Joinville, em Santa Catarina, em uma empresa que produz itens para a linha branca. Também temos problemas em outros Estados, como no Amazonas, em relação a isso.

O que quero colocar bem claro é que nós somos contra essa questão da guerra fiscal.

Tivemos um exemplo desastrado no final dos anos 90. Não fomos contra a descentralização do setor automobilístico, mas contra a forma como foi feita. As empresas receberam incentivos fiscais para se descentralizar e irem para outros Estados, o que gerou outro problema: desemprego no Estado onde existia. Gerou o quê? Empregos, apesar de serem na indústria, com baixos salários, e precários, que é o exemplo que nós temos, pois fizemos uma pesquisa, através do Dieese, nas 17 cidades onde existiam montadoras na época.

O mais engraçado é que, onde se pagava o menor salário, era onde justamente o custo de vida era mais alto. O discurso era que as empresas iriam para o interior e que pagariam um salário menor porque o custo de vida era menor. Pego, então, o caso da Iveco, em Sete Lagoas, em Minas Gerais, que é onde se paga

o menor salário. É um absurdo, pois uma empresa que produz produtos, bens, caminhões que chegam a R\$ 400 mil paga um salário inferior a quatro vezes o que paga a mesma empresa que produz produtos similares, como a Mercedes, a Scania e a Ford. Nada justifica isso, até porque o preço dos produtos é o mesmo. O produto é o mesmo no Brasil inteiro, o preço é o mesmo, mas os salários são diferenciados.

O que nós percebemos, e essa é nossa preocupação, nessa questão da guerra dos portos, como está se colocando, e não acho legal esse nome, é que isso está contribuindo para a questão da desindustrialização. As empresas nos seus países de origem têm incentivos para exportar. Elas vêm para o Brasil e conseguem mais incentivos ainda. Nós conseguimos perceber, com detalhes, que estão criando empregos em outros países. Nós vemos o caso dos chineses e o caso dos coreanos.

Queria aproveitar esse momento para dizer que nós vivemos um momento único. Sei que, nos anos 90, a situação não era fácil. Era aquela coisa de cachorro correndo atrás do rabo, uma dificuldade muito grande. Estamos vivendo um momento único na história, eu gostaria de frisar, um momento de crescimento econômico onde nós poderíamos aproveitar isso e discutir de fato uma política industrial, uma política que fosse não de governo, mas uma política de Estado, para que isso fosse algo perene para que a gente consiga de fato discutir todo setor industrial do Brasil, de maneira que a gente consiga preservar os nossos empregos em qualquer Estado, para que não aconteça o que aconteceu recentemente em Joinville, com a empresa de Gipsy – mudou para outro Estado, não cabe aqui ficar citando, até para não criar desavença. Mas vemos que continua essa discussão da guerra fiscal.

E só para colocar um exemplo bem claro. Na nossa categoria, eu como sou funcionário da Ford, metalúrgico do ABC, a nossa categoria, por incrível que pareça, de dezembro até agora – esse era um momento de crescimento – já perdemos quase 10% da nossa categoria; foram demitidos em virtude de algumas empresas que trabalham com esses setores que estão sendo importados fecharem as portas ou perderem competitividade, ou coisa parecida. Estão demitindo trabalhadores de uma maneira silenciosa. Não são grandes empresas, não são grandes exemplos assim, mas estamos tendo problemas não só no ABC como no Brasil como um todo.

Essa é a preocupação que nós trazemos como trabalhadores, e que queremos deixar bem clara para os Senadores que discutem essa questão do pacto federativo, queremos colocar também para os governadores a nossa preocupação sobre algo que está

acontecendo; o próprio Barack Obama colocou recentemente que ele quer que as empresas americanas produzam nos Estados Unidos. Eles cometeram um erro, talvez pelo encanto liberal dos anos 80, que era interessante produzir nesses países e que eles ficariam com o que é mais nobre. Por exemplo, a Nike produzir no Ceilão, mas eles têm o *designer*, e aí produzia. A Apple começou a produzir na China ou na Coreia, só que hoje a Samsung produz o mesmo produto de uma forma disfarçada, e eles ficam brigando por patentes. Ou seja, perderam o tal do *designer* o tal do alto lucro que eles teriam com o desenvolvimento do produto e não com a produção.

Então, lembramos que a indústria está aqui. Não existe indústria que não produza. Não existe indústria só na questão intelectual, só no desenho, só na produção. Queremos que a indústria brasileira produza aqui. É lógico que há coisas que não produzimos, matérias-primas, como foi citado nos exemplos dos governadores, mas o que estamos percebendo é que várias coisas poderiam ser produzidas aqui e, ao invés disso, com esses incentivos, as empresas estão se aproveitando. Pegando no meu caso o sentido das montadoras. O Paulinho citou ontem com o Governador Alckmin, criticando porque a Presidenta comprou um carro importado, mas há uma política das montadoras de não produzir carro muito bem feito aqui. Por exemplo, não temos carros, eles diziam que não tinham escala para produzir. Mas hoje vemos X-35, Veracruz, todos carros caros sendo vendidos, muitos carros, mas eles não produzem aqui. Utilizam uma política, como é o caso do acordo bilateral com o México, produzem aqui os populares, que têm menos recursos tecnológicos, e importam os que dão mais lucro do México ou de outros países.

Temos que discutir essa política industrial, porque o Brasil hoje não é mais um paizinho que não tinha mercado não. Fala-se muito no custo Brasil. É lógico que é algo que precisa ser discutido, mas por outro lado temos o lucro Brasil que é muito grande, é muito interessante para as empresas, por isso que eles estão vindo para cá.

Basicamente, era isso que eu queria colocar. Acho que cada um aqui tem as suas considerações. Os governadores colocaram a posição de cada um. Entendo isso também, que cada um tem que ver. Mas, por outro lado, estive, na semana passada, no Espírito Santo e achei interessante porque há um investimento muito grande nesse Estado e vendo algumas empresas, como a Imetame, o próprio Estaleiro Jurong buscando trabalhadores na roça porque está faltando mão de obra, eles estão treinando e estão buscando a mão de obra. Isso é algo interessante. Por isso frisei bastante essa questão desse momento único. E às vezes estamos

discutindo algo, como dizia o Milan Kundera que nem tudo que reluz é ouro, achamos que aquilo é ouro fazendo certas políticas, e vamos acabar morrendo pela própria boca, fazendo uma política que a nosso ver, ao ver dos trabalhadores não vem ao encontro dos interesses do nosso País e nossos objetivos futuros.

Então, insisto que possamos neste ambiente discutir de fato uma política industrial que já foi iniciada pelo Governo com a questão do Plano Brasil Maior, mas queremos também reforçar que a participação dos trabalhadores e empresários nos conselhos de competitividades tem que ser acelerada, é algo que está meio devagar – precisamos acelerar isso – porque vivemos uma democracia e queremos também dar a nossa opinião.

Quero aqui agradecer a oportunidade em nome dos trabalhadores das centrais sindicais presentes.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Dr. João Carlos.

Nós ainda temos aqui o Presidente da Federação das Indústrias, Dr. Paulo Skaf, a quem concederei a palavra agora; temos ainda o Dr. Hamilton Dias de Souza, que é advogado; e temos, ainda, o Dr. Clóvis Panzarini, que é membro da CP Consultores Associados.

Então, passo a palavra ao Presidente Paulo Skaf, e na sequência o Dr. Hamilton Dias de Souza e depois ao Dr. Clóvis.

Dr. Paulo Skaf tem a palavra.

O SR. PAULO SKAF – Muito obrigado, Presidente, boa tarde a todos, muito obrigado pelo convite honroso de estar aqui nesta importantíssima audiência pública, ao Presidente Eunício Oliveira; Srs. Governadores que aqui estão; Srs. e Srs. Senadores; Secretário Nelson Barboza, que, aliás, fez uma brilhante apresentação aqui; companheiros, lideranças empresariais, de trabalhadores, enfim, a todos.

É um prazer muito grande estar aqui e, sem dúvida, estando no Senado Federal, seria muito bom discutirmos a competitividade, como já foi dito aqui por alguns que me antecederam, a competitividade do nosso País.

Se perguntarmos por que geramos a energia da forma mais barata possível, com 80% da matriz energética em hidroeletricidade e termos o terceiro preço mais caro do mundo na conta de luz de todos os brasileiros. Se perguntarmos por que temos um dólar – que no ano 2.000 era US\$ 1 igual a R\$ 1,85 –, hoje, US\$ 1 igual a R\$ 1,80 se tivemos 112% de inflação no meio desse caminho de doze anos. A conta não fecha.

De junho de 2004 para cá, os países que alteraram as suas moedas em relação ao dólar, quem menos alterou foi a China, com 33%. Há países que

alteraram em até 117%. O dólar, em relação ao real, em junho de 2004, era R\$ 2,52 e hoje é 1,80. Então, poderíamos, sim, fazer essa discussão.

Seria muito importante, Presidente Eunício Oliveira, nós pegarmos – aqui no Senado Federal – e abrímos uma discussão em relação à competitividade do Brasil.

Dias atrás um importante jornal fez um estudo, que ele mesmo desenvolveu e publicou, que é mais caro produzir no Brasil que nos Estados Unidos; é mais caro produzir no Brasil que na Itália; é mais caro produzir no Brasil que no Paraguai. Então, isto é muito ruim para o nosso País. Mas este é um outro assunto, não é a pauta de hoje.

Nós viemos conversar sobre a Resolução 72. É inegável, quando alguém fala, põe dúvidas sobre a desindustrialização e confunde, que desindustrializar é quando a produção de um país pára. Não, desindustrializar é quando reduz a participação industrial no PIB.

Em 1985, a produção industrial do Brasil era 27% do PIB. Hoje, representa 14,6 apesar de responder por 37% do bolo da arrecadação; temos menos de 15% do PIB, mas pagamos 37% dos impostos arrecadados no País.

O bom emprego, o emprego intensivo, onde gera intensivamente emprego, o melhor salário, a melhor tecnologia, a inovação, está na indústria de transformação. A indústria de transformação que o Brasil levou duzentos anos para construir. Essa indústria de transformação já está exposta por essa dificuldade da falta de competitividade e, por mais absurdo que seja, nós estamos falando aqui – e aí entra na pauta de hoje – de termos incentivos fiscais de Estados a produtos importados.

Nós deixamos de ter, como aqui bem colocou o Secretário Nelson Barboza, se todos fizerem essa guerra dos portos – bonito ou feio, é assim que é conhecida – o que irá significar? Nós iremos usar os incentivos além da variação, além do dólar barato, do real sobrevalorizado, vamos usar o dinheiro que deveriam os Estados usar para saúde, para educação, para segurança da nossa população, da população brasileira, para incentivar os empregos e a competitividade dos produtos do exterior, da China ou de qualquer outro país. Isto é um absurdo! Com todo o respeito, Governador Colombo, de Santa Catarina – não sei se está aqui –, com todo o respeito, o senhor falou que não devemos ser contra a importação. Nós podemos discutir, sim, que com o câmbio sobrevalorizado e com todas essas dificuldades conjunturais, podemos discutir, sim, se interessa ao Brasil a questão da importação. Mas não é o que estamos discutindo aqui, nós estamos discutindo aqui incentivos estaduais no produto importado.

O seu estado, Santa Catarina, um estado industrializado, um estado que tem fábricas importantíssimas do setor têxtil, em Joinville e Blumenau; um estado em que, por exemplo, a força cama, mesa e banho é a cadeia do algodão... O Brasil é autossuficiente em algodão; o Brasil produz com competência algodão, com custo e com qualidade, com fábricas verticalizadas, que produzem fio, tecido, confecção, malha. Este é o Estado de Santa Catarina. O senhor sabia que um terço das importações de têxteis vem pelo seu Estado? O senhor sabia que, nos últimos dois anos, em termos de produto acabado, de confecção pronta, daquilo que interessa ao Brasil aumentaram em 50% as importações? Isso é de interesse de Santa Catarina? Isso é de interesse do Brasil?

Antes de governadores de estado, antes de interesses estaduais, antes de setor produtivo, antes de sindicatos, nós somos brasileiros. Então, a pergunta é: interessa ao Brasil dar incentivo fiscal a um produto importado?

Além de toda a dificuldade de competitividade que o Brasil tem, nós, durante o ano passado inteiro, discutimos a guerra dos portos, e nós estamos hoje, no Senado Federal, com a sensibilidade de uma maioria que diz: "Chega! Não está interessando ao Brasil".

Governador Marconi Perillo, V. Ex^a sabe da amizade e do respeito que tenho por V. Ex^a, mas as indústrias do seu Estado não estão fechando por causa dessa importação de incentivos fiscais. A questão de agregação de valor e índice de nacionalização é outro assunto. Certamente, as indústrias que estão fechando no seu Estado fecham por causa de importações predatórias, porque, quando o senhor importa uma mercadoria e transforma e transfere... Nós já não estamos mais falando sobre isso; nós estamos falando é daquela importação que entra num Estado e transfere para outro com incentivo fiscal. É disso que nós estamos falando.

Agora, também como brasileiros, se nós sentirmos aqui que os Estados têm as suas dificuldades, cabe ao Governo Federal – e, pelo que aqui disse o nosso Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, está sendo feito – fazer compensações, investimentos.

Não tenha dúvida nenhuma de que cabe ao Governador defender o seu Estado, bem como aos Senadores, mas não pode o Estado ter um interesse maior que o Brasil.

Então, eu diria que não há dúvida de que nós precisamos aprovar a Resolução nº 72. Eu não enxergo essa resolução beneficiando a nenhum brasileiro, não, absolutamente; pelo contrário. Estudos da FIESP, estudos técnico-científicos, que vou colocar à disposição do Senado, demonstram que, nos últimos dez

anos, graças à guerra dos portos, graças ao incentivo fiscal estadual no produto importado, 915 mil empregos foram embora do Brasil para serem gerados em outros lugares.

O Brasil tem 200 milhões de habitantes. No ano de 2030, nós vamos ter 150 milhões de brasileiros precisando de um emprego. E não é abrindo mão da nossa indústria de transformação... A indústria de transformação cresceu 0,1% no ano passado! Não vai ter crescimento do Brasil acima de 3% se a indústria não crescer; se não houver mudanças fortes e rápidas. Este ano a indústria vai crescer zero de novo! Não vai haver geração de empregos – e no ano passado já não houve. Tudo que se gerou no início do ano desempregou no final do ano.

Então, Sr. Presidente, Sr^a Senadora, Srs. Senadores, a sociedade está, há muito tempo... Eu acho que, se fizermos uma consulta, não vai haver um brasileiro que concorde que é bom dar um incentivo fiscal, tirando dinheiro da saúde, da educação do povo do Brasil, em qualquer Estado, para beneficiar a competitividade de um produto produzido num outro continente, seja no Japão ou na China, ou em qualquer país da Europa, ou nos Estados Unidos. Isso está errado!

É lógico que, resolvendo e aprovando a Resolução nº 72, não se acabaram todos os problemas; porém, nós temos que começar a resolver os problemas. Este é um problema gravíssimo; esse é um problema que, quando nós explicamos para um grupo de fora, ele não pode entender, porque não existe isso em nenhuma parte do mundo: um país, principalmente com as circunstâncias do nosso, do tamanho do nosso, que expõe a sua indústria da forma que se está expondo. Isso sem falarmos da falta de defesa comercial, da prática desleal de comércio, do subfaturamento, das práticas ilegais e desleais de comércio que existem além de todos esses aspectos. E nós precisamos discutir isso também no Senado, mas hoje nós estamos discutindo a Resolução nº 72. Ponha-se 4% na origem, ponha-se o resto no destino e acaba com essa possibilidade de dar incentivo num produto que não é produzido por brasileiros, não.

Como aqui foi bem falado, a guerra fiscal já é um problema que precisa ser discutido, sim, mas, pelo menos, nós estamos, aqui, incentivando algum canto do nosso País.

Agora, guerra dos portos? Nós estamos dando incentivo para alguma coisa que vem de outros continentes e que não traz benefício nenhum ao Brasil.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – Obrigado.

O SR. MARCONI PERILLO – Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, pede a palavra o Senador Marconi Perillo.

O SR. MARCONI PERILLO – Quando for possível, eu gostaria de usar a palavra com base no art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Artigo 14. Se V. Ex^a... De quanto tempo V. Ex^a precisa para usar o art. 14?

O SR. MARCONI PERILLO – Uns cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a tem dois minutos. V. Ex^a foi citado e pede a palavra. Vou lhe dar dois minutos, apenas para um esclarecimento, porque eu também, aqui, não quero fazer um debate.

O SR. MARCONI PERILLO – Eu também tenho um respeito profundo pelo meu amigo, Dr. Paulo Skaf. Eu queria apenas colocar algumas coisas no seu devido lugar.

Em primeiro lugar, o Governo Federal aprovou, recentemente, um projeto que estabelece a obrigatoriedade de produção de pelo menos 65% de componentes industriais.

É outro assunto, mas eu queria dizer que em Goiás, por exemplo, a partir deste ano, o IX35 já será fabricado com base nesse projeto e nessa determinação.

Todos os outros produtos que são produzidos, quer pela Mitsubishi, Hyundai ou pela Suzuki, no meu Estado obedecerão, rigorosamente, essa regra nova, esse regramento legal novo.

Essa discussão em relação à guerra fiscal é debatida, às vezes, de forma um pouco emocional, mas os Estados que se viram obrigados a instituir suas políticas de incentivo são muitos. São pelo menos 16 Estados, começando pelo Amazonas e descendo até Santa Catarina. Esses Estados que tiveram incentivos federais ou criaram suas políticas de incentivos estaduais se viram obrigados a tomar essas iniciativas, Presidente, porque nós não tivemos, ao longo do tempo, uma política de desenvolvimento nacional.

No meu Estado, por exemplo, essa política significou geração de emprego, sim. Milhares, centenas de milhares de empregos foram gerados lá.

As fábricas não fecharam ainda, Dr. Paulo, mas poderão fechar se nós não tivermos um ajuste fino em relação a esse projeto de resolução.

Eu estou aqui, é claro, eu defendo, eu tenho uma visão de País, mas estou aqui defendendo os seis milhões de goianos que dependem de emprego, que dependem de uma política de industrialização.

Mais que isso, só para concluir, nós sofremos uma guerra tremenda em relação a produtos primá-

rios, guerra praticada por São Paulo e outros Estados. Por exemplo, não depende o Estado de São Paulo de ICMS de leite, de carne e outros produtos primários. Lá, eles fazem o ICMS negativo – zero, ou menos de zero –, porque eles não dependem desse ICMS.

Então, na verdade, a guerra fiscal é praticada tanto de um lado em relação a outro, quanto do outro em relação ao outro.

Nós sofremos muito nessa área da produção primária, porque as alíquotas em São Paulo, por exemplo, são alíquotas muito baixas e não podemos dispensar esse ICMS. (*Palmas.*)

Desculpe, aí, pela...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador. Obrigado, Governador.

Bom, eu vou dar a palavra ao próximo orador, ao próximo palestrante inscrito.

O SR. RAIMUNDO COLOMBO – Sr. Presidente, só que eu pedi pelo art. 14, também, para... É um minuto só, só para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Colombo.

Os Senadores estão inquietos, ali, para fazer intervenções aqui.

O SR. RAIMUNDO COLOMBO – É bem rapidinho.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu vou fazer o debate. Eu vou dar o mesmo tempo para V. Ex^a, mas...

O SR. RAIMUNDO COLOMBO – Vou ser bem rápido.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senão, depois, os Senadores vão me cobrar, aqui, o tempo de réplica.

O SR. RAIMUNDO COLOMBO – Perfeito.

É só para posicionar e reafirmar: a indústria têxtil catarinense sobreviveu à concorrência da China porque importou fios e tecidos, e, na transformação, cresceu 28% e gerou milhares de empregos. Afirmo e reafirmo: o presidente da Fiesp na está bem informado. Essa guerra fiscal precisa ser bem discutida. Santa Catarina é o maior produtor de linha branca.

O Governo de São Paulo, no ano passado, baixou o ICMS para 7%, e fez uma grande crise em Santa Catarina. Por quê? Porque atraiu a indústria Samsung e LG para São Paulo, e, por causa disso, antes de a empresa se instalar em São Paulo já baixou o ICMS, e nós tivemos que baixar também. Então, só vale para um lado? É essa questão que tem de ser esclarecida. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Governador, Governador, vamos fazer

o seguinte:... Presidente, eu vou dar a palavra ao Dr. Hamilton, e, em seguida,...

O SR. PAULO SKAF – *(Fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – V. Ex^a tem um minuto, não são trinta segundos não. Eu ia fazer um debate na Mesa, mas ainda não é momento oportuno.

O SR. PAULO SKAF – Muito rápido. Eu só quero dizer ao Governador, com muito respeito, que eu, aqui, estou representando a Fiesp, mas também a CNI, e aqui está o representante da Associação Brasileira da Indústria Têxtil de Confecção, e eu acho que talvez precise conversar melhor com o setor têxtil, porque eu estou bem informado e estou afirmando aquilo que o setor têxtil pensa em Santa Catarina e no Brasil todo. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – Obrigado, Presidente Paulo Skaf.

Esse debate é importante, mas o momento ainda não é adequado.

Eu vou passar a palavra para o Dr. Hamilton Dias de Souza, que é advogado.

V. S^a tem a palavra.

O SR. HAMILTON DIAS DE SOUZA – Presidente desta Comissão, Senador Eunício Oliveira; Srs. Governadores; Srs. Senadores; autoridades presentes; minhas senhoras e meus senhores, eu pretendo vir aqui falar apenas sobre uma questão de constitucionalidade e até que ponto é de competência desta Casa dispor sobre incentivos fiscais a pretexto de cuidar de alíquotas interestaduais.

Durante esta tarde, todos nós ouvimos os vários expositores falando em incentivos fiscais. A Constituição Federal estabelece que a disciplina de incentivos fiscais é de competência exclusiva do Congresso Nacional pela maioria absoluta dos seus membros. Isto é, por lei complementar.

O que pretendo demonstrar apenas é que a sede própria dessa discussão não é resolução do Senado Federal, mas, sim, uma ampla discussão no Congresso Nacional.

O tema é de uma enorme importância federativa.

Tenho, ao longo de minha vida profissional, visto vários ângulos dessas questões de incentivos fiscais. Fala-se, hoje, em incentivos portuários ou em guerra dos portos. Mas guerra dos portos é um capítulo apenas do grande tema incentivos fiscais. E incentivos fiscais só podem ser disciplinados pela lei complementar a teor do que prescreve expressamente o art. 155, § 2º, inciso XII, alínea G, da Constituição Federal. Ao Senado da República compete apenas o estabelecimento das alíquotas das operações interestaduais.

Não pode, entretanto, o Senado da República, a pretexto de estabelecer tais alíquotas, fazê-las de forma diferenciada, de sorte que os produtos importados estejam sujeitos a uma determinada alíquota – zero, dois ou quatro por cento – e os demais produtos a outras alíquotas – sete ou doze por cento. O que se faz não é por uma questão de distribuição do bolo tributário; o que se pretende apenas é evitar os efeitos dos incentivos fiscais concedidos pelos Estados. Isto – repito – é matéria sob disciplina de lei complementar e que exige a maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional.

De há muito tenho assistido aqui, no Congresso Nacional, várias discussões relativas às reformas tributárias das revisões constitucionais. E, nas revisões constitucionais, assisti, por mais de uma vez, que elas pararam, que elas não prosseguiram, exatamente em face do debate sobre incentivos fiscais.

O que eu quero dizer: eu não discuto que a guerra dos portos, a chamada guerra dos portos possa ter efeitos nocivos. Isso não se está sustentando aqui. O que estou sustentando é que a via é equivocada para tratar do problema e resolução; a via correta é a lei complementar do Congresso Nacional. Claro que se diz aqui que essas isenções e esses incentivos são inconstitucionais.

O Supremo Tribunal Federal, em dezenas de oportunidades, tem decidido serem inconstitucionais tais incentivos. Muito bem. E por que isto? Por que há incentivos fiscais? Por que os Estados fazem isto? Eu diria que os Estados fazem isso porque hoje se exige unanimidade da deliberação dos Estados. Procurei há pouco conversar com alguns secretários de fazenda e lhes digo que não tenho notícia de um só incentivo para um determinado Estado de caráter industrial ter sido aprovado por unanimidade nos Estados.

Na impossibilidade de concessão de incentivos em face de uma regulação que volta ao tema regulação de 1975, numa época do Estado autoritário em que o Poder Executivo tudo podia, inclusive indicar os governadores de Estado e influir nas decisões dos Estados, a unanimidade era simples. Com a Constituição de 1988, a situação mudou. Mas perdura a Lei Complementar nº 2475, a necessidade de decisão unânime. Com a falta e a impossibilidade de se conseguir tal decisão, há uma anomia, há uma falta de regra, cada Estado faz aquilo que bem entende, o que é nocivo para o País.

Diria que é o momento, sim, de discussão da Resolução nº 72 e de pensar alguma coisa maior, de pensar na disciplina dos incentivos fiscais, de regular diferentemente a matéria que, hoje, é tratada, na minha opinião, pela obsoleta Lei Complementar nº 2475.

Quero dizer ao Sr. Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, com todo o respeito, que não me parece que as inconstitucionalidades apontadas possam ser superadas. Em primeiro lugar, porque eu digo e insisto que não encontrei contra-argumento e, portanto, quando não se encontra contra-argumento há uma sensação de que realmente falta comunicação. Portanto, perdoe-me a insistência, não encontrei contra-argumento ou argumento de que, sim, o tema de hoje versa sobre incentivos fiscais. E versando o tema sobre incentivos fiscais, sua regulação pode ser feita via lei complementar por maioria absoluta das duas Casas do Congresso Nacional.

Em segundo lugar, foi dito que não haveria inconstitucionalidade no que respeita a um dispositivo constitucional contido no art. 152, no sentido de que é vedado que os Estados, Distrito Federal e Municípios estabeleçam diferenças tributárias em razão da procedência ou destino dos bens.

Em essência, o que foi dito é que esse dispositivo é endereçado aos Estados e não ao Senado. Portanto, não há inconstitucionalidade. O argumento, perdoe-me, é simplista. O que o art. 152 da Carta da República claramente consigna é que não pode haver tratamento discriminatório no que respeita a tributos internos. Imaginem V. Ex^{as}, e vejo aqui tributaristas eminentes e pessoas muito ligadas, como o eminente Senador Dornelles, se tivéssemos diferenças de tratamento tributário em matéria de impostos internos, ICMS, IPI e outros. Como cumpriríamos os tratados internacionais? Como seria possível ter um sistema tributário harmônico? Por que o art. 152 da Constituição se refere a Estados, Distrito Federal e Municípios? Por uma razão, porque não poderia se referir jamais à União, dado que a União pode instituir um imposto de importação e de exportação e instituir discriminações relativamente à origem e ao destino.

É evidente, e o Supremo Tribunal já o disse, que a dicção, a inteligência deste art. 152 é no sentido de que deve haver isonomia no que respeita a tributos internos entre bens de procedência estrangeira e os nacionais. Não vejo como escapar da inconstitucionalidade. E quando falo da inconstitucionalidade, Srs. Senadores, senhores presentes, o que quero dizer é que o tema federativo é de primeira grandeza, o tema é de imensa relevância, o tema não é necessariamente ruim para o País.

Tive oportunidade de ler um parecer da Fundação Getúlio Vargas sobre essa questão de incentivos fiscais e a conclusão da Fundação Getúlio Vargas é que os incentivos fiscais de caráter industrial têm tido reflexos benéficos para o País. O tema é discutível e exige discussão.

Por todas as razões, penso que é muito difícil tratar de um tema tão relevante como esse – perdoe-me, aqui, o Senador Romero Jucá, autor da proposta –, é muito complicado discutir um tema como esse por meio de um veículo inconstitucional, com todos os problemas jurídicos que isso pode acarretar.

Encerro, Sr. Presidente, essas minhas considerações, que tiveram o objetivo de levantar uma importantíssima questão e evitar que um tema como esse seja objeto de judicialização.

Muito obrigado, Senhores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como último palestrante da tarde, vou conceder a palavra ao Dr. Clóvis Panzarini, membro do CP – Consultores Associados.

O SR. CLÓVIS PANZARINI – Presidente, Senadores, Senadoras, meus senhores, minhas senhoras, muito obrigado pelo honroso convite para participar deste debate, desta audiência pública. Vou procurar levantar aqui alguns pontos do ICMS, algumas sutilezas que, muitas vezes, passam despercebidos do analista.

Os impostos do tipo valor agregado, como é o ICMS, têm sutilezas que, às vezes, escapam até daqueles que estão fazendo a legislação inerente a eles. Vou colocar três pontos, para ajudar a discussão, que, talvez, num primeiro momento, possam parecer heresia.

Primeiro ponto: importação não gera um centavo de receita de ICMS.

Segundo ponto: alíquota interestadual não é carga tributária; é mero parâmetro de partilha de receita entre Estado de destino e Estado de origem.

Terceiro ponto: quem arca com o ônus do subsídio concedido ao ICMS, no âmbito da guerra dos portos ou da guerra fiscal, é a vítima, é o Estado de destino da mercadoria.

Dito isso, vou procurar, rapidamente, falar sobre eles. Muito do que vou falar aqui já foi dito, então vou passar rapidamente.

Qual é o nosso problema? Temos uma situação, no contexto da guerra dos portos, em que a mercadoria importada chega ao consumidor final com uma carga tributária mais baixa do que a produção nacional. Em média, 9 pontos percentuais. Por isso, enxergou-se como um remédio para solucionar esse problema a redução ou a eliminação da carga tributária interestadual, que vou mostrar, é o *funding* da guerra fiscal ou da guerra dos portos.

Não resta dúvida de que todos os benefícios fiscais até aqui concedidos, seja para atração de indústrias, seja para atração de importadores, fere o art. 155, § 2º, 12, g, da Constituição e Lei Complementar nº 24, pela simples e boa razão de que nenhum des-

ses incentivos passou pelo Confaz, obteve aprovação unânime dos membros daquele Conselho.

Já foi dito aqui e diz-se recorrentemente que esse dispositivo da unanimidade é uma herança da ditadura, antidemocrático e que, por isso, ele deve ser abolido. Não penso assim. A lógica da unanimidade é a lógica do poder de veto. E não há um único Estado, um único representante estadual que não tenha usado recorrentemente o poder de veto no Confaz, pela simples e boa razão de que esse imposto, tendo tributação de fronteira, a decisão de um ente tributante afeta a economia dos “n” menos 1. Imaginem os senhores se acabássemos com a unanimidade e um grupo de Estados que não produz automóveis se reunisse para dar isenção em operação interestadual com automóvel, enquanto que um outro grupo de Estados que não produz soja se reunisse para dar isenção em operação interestadual com soja. Daí a lógica do poder de unanimidade, que é utilizada, inclusive, nas diretivas da União Europeia, no caso do IVA.

E essa guerra fiscal, ou a guerra dos portos, além de todos os efeitos deletérios sobre a economia e sobre a arrecadação dos Estados, traz enorme insegurança jurídica, tanto para o empreendedor beneficiado – uma vez que a Lei Complementar nº 24 prevê a nulidade do ato concessivo se não passar pelo Confaz – quanto para o adquirente das mercadorias importadas, que pode ser obrigado a estornar os créditos fiscais interestaduais contaminados por benefícios espúrios porque não aprovados pelo Confaz.

A munição da guerra fiscal, como costume dizer, é a alíquota interestadual. Daí por que se vislumbrou a possibilidade de eliminar a guerra fiscal eliminando a sua munição. Daí por que se fala em princípio de destino nas operações interestaduais: justamente para acabar com a guerra fiscal. Se adotássemos o princípio de destino, o Confaz, obviamente, poderia ser extinto no dia seguinte, porque, aí, a decisão de cada ente tributante... Os efeitos dela se circunscrevem ao território do seu Estado, não contaminam a economia dos n-1 Estados.

Eu já disse que o aspecto mais cruel da guerra fiscal é que quem financia é o Estado destinatário da economia.

Este esquema me parece bastante didático.

Imaginem um Estado guerreiro, importador, que importa uma mercadoria. Ele dá deferimento numa operação interestadual e tributa na fronteira 12%, mas ele dá um presente de 9%. Portanto, esse Estado generoso não abriu mão de 9, ele recebeu marginalmente 3%, ou R\$3,00 nessa hipótese. Esses 12% que supostamente foram cobrados são moeda do outro lado da fronteira para pagar imposto para o Estado de destino, e eles

são lançados a crédito. Suponha que não tenha sido adicionado nenhum valor, essa mercadoria é vendida pelos mesmos 100. O Estado destinatário dessa mercadoria recebe 6 em vez de 18: ele perdeu 12. É claro que a perda... Se alguém perde, alguém ganha. A soma dos ganhos está do outro lado: o Estado generoso ganhou 3 atraindo essa atividade. O importador aliciado para esse esquema ganhou 9 – 9 mais 3 dá os 12 que o outro Estado perdeu.

Ou seja, receita pública, em vez de se converter em educação, saúde e segurança, está indo financiar atividades ilegais e ineficiências econômicas, ineficiências de logística. É claro que os 9% não são totalmente repassados ao consumidor, porque eles vão, exatamente, financiar a ineficiência da logística.

Bom, eu disse que a importação, em um imposto sobre o valor agregado, gera zero de ICMS. Por que ela gera zero de ICMS? Porque cada centavo cobrado no desembaraço aduaneiro é devolvido para o transformador ou o comerciante dessa mercadoria.

Em que momento a importação vai virar imposto? Vai virar na saída subsequente da mercadoria transformada ou comercializada. Não é por outra razão que, naquele gráfico anterior, essa mercadoria importada gerou receita na hora em que saiu do Estado – é uma operação final do ponto de vista daquele Estado.

Então, obviamente, a importação em si não gera imposto, é o contrário. Se a mercadoria fosse produzida internamente, ela geraria emprego e, pelo efeito multiplicador, mais imposto. Quando ela é importada, o imposto cobrado na fronteira é devolvido na hora em que essa mercadoria é transformada ou comercializada.

Então, nós estamos num modelo surrealista de substituição por importações. Já disseram os defensores da guerra fiscal que a indústria brasileira quer voltar ao modelo de substituição de importações. No modelo atual, no qual temos uma carga tributária com tributo doméstico menor do que o interno, menor do que a produção interna, nós estamos substituindo produção nacional por importações, nós estamos destruindo empregos no Brasil e criando empregos na China.

Outro argumento que ouvi é que isso não é relevante, porque 83% das mercadorias importadas são bens intermediários e, portanto, os Estados industrializados estão chorando sem motivo. Ora, destruir emprego em uma siderúrgica não é diferente do de destruir emprego em uma fábrica de bonecas, como se disse aí. Qual a diferença? Alunos que a indústria brasileira os tivesse só no último ano da cadeia, que é na hora de montagem, mas nós temos toda cadeia produtiva e qualquer importação de matéria-prima, de insumos ou de bens de capital destroem emprego com o mesmo efeito deletério do que a destruiu...

Próximo, por favor.

Vou entrar no último aspecto: a questão da constitucionalidade.

Próximo, por favor.

Tem-se dito que o Senado não se pode estabelecer uma alíquota interestadual diferente para mercadoria de acordo com sua origem. Ora, ela já o faz atualmente – o Secretário Nelson Barbosa já levantou esse ponto. Faz 30 anos que a Resolução do Confaz discrimina por destino. E não tenho notícia de nenhuma Ação Direta de Inconstitucionalidade questionando isso aí, pela simples e boa razão de que a alíquota interestadual não é carga tributária e que o Estado cobra de um lado é devolvida, até o último centavo, do outro. E não é por outra razão que a própria Constituição manda que, quando se vende uma operação interestadual ao consumidor final, há de se aplicar a alíquota interna, até porque a própria Constituição veda que se discrimine por destino, aí se tem que aplicar a alíquota interna do Estado de origem, porque a Constituição proíbe que se discrimine por Estado de destino.

Agora, na alíquota interestadual, o que se cobra de um lado se devolve do outro. Para concluir, acho que, primeiro, é surrealista esse modelo de estabelecer diferenciação tributária... Se estabelecer benefício fiscal, com imposto doméstico, para mercadoria produzida no exterior e que faz concorrência predatória à produção nacional. Em segundo, a única forma de resolver isso é reduzir ou eliminar drasticamente a alíquota interestadual e o instrumento para isso é a resolução do Senado Federal. Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Agradecendo a todos os Srs. Governadores e convidados que fizeram suas exposições, vou abrir agora a fase de interpelação e de comentários pelos Srs. Senadores. Peço a compreensão dos Srs. Senadores, tendo em vista que nós estamos com a Ordem do Dia, como falou o Senador Ricardo Ferraço, mas esta matéria... Embora não seja deliberativa nem votada hoje, nós temos duas medidas provisórias trancando a pauta e daqui a pouco preciso fazer o rezeamento para ir até lá.

Eu vou pedir a compreensão dos Senadores, pois o Regimento diz que são apenas três minutos, mas eu darei sete minutos para cada Senador: cinco minutos mais dois minutos. Peço a gentileza de serem sucintos para que a gente possa fazer esse debate ainda hoje, tendo-se em vista que amanhã nós teremos a repetição do debate.

Em primeiro, consulto ao Senador Romero Jucá, autor da Resolução, se deseja fazer algum comentário e, em seguida, passo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço, como primeiro inscrito e, obviamente, como

Relator, respeitando-se, obviamente, o tempo regimental, a quem, portanto, peço desculpas. Em seguida, chamarei por ordem de inscrição: Senador Armando Monteiro, Senador Paulo Bauer, Senador Blairo, Senador Flexa Ribeiro, Senador Magno Malta, Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, apenas para registrar a importância do debate. Nós tivemos um debate de alto nível. Quero dizer que entendo que a medida que o Senado discute é constitucional: nós temos a condição, sim. Precisamos intervir nessa questão que é de extrema relevância para o Brasil. Lembrar que nós enfrentamos a crise de 2008, a crise internacional também. Nós enfrentamos a crise de 2008 porque nós tínhamos um mercado interno que teve a condição efetiva de agregar poder de compra e fazer com que a economia brasileira enfrentasse esse momento de dificuldade. Agora nós estamos vivendo outra crise internacional e estamos com uma dificuldade a mais: estamos abrindo nosso mercado interno para produtos importados em uma velocidade muito grande. Então, é necessário que nós tenhamos condição de agir diferentemente do que agimos em 2008. O assunto é muito mais premente.

Foi falado aqui da urgência dos números, da desindustrialização, da necessidade de manter a geração de empregos. Tudo isso é um debate importante. Acredito e tenho participado de debates com o Governo Federal na busca de compensação para os Estados. Entendemos o problema dos Estados que têm mecanismos de incentivo à importação. É importante que a gente construa alternativas que devem ser levadas em conta em nome de todo o País.

Então, quero registrar a importância do debate da CCJ e da CAE. Vamos continuar aqui atentos. A matéria é extremamente urgente e, na minha visão o ajuste de 0 para 4% já avança no sentido de dar mais condição aos Estados que têm mecanismos hoje.

Na verdade, a complementação de investimentos em logística e em outros investimentos que o Governo Federal pode fazer em parceria com outros Estados vai minorar a dificuldade que sabemos que existe para os Estados que têm esse mecanismo.

Mas é, sem dúvida nenhuma, um assunto extremamente relevante.

Quero aqui finalizar registrando que entendo e vou defender aqui a constitucionalidade da medida. Que nós tenhamos condições de aprová-la... Claro, se forem surgindo ajustes e se surgirem mecanismos que possam minorar algum tipo de dificuldade, as propostas são bem-vindas, mas o Senado não pode se furtrar a discutir e a votar rapidamente essa matéria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Romero Jucá, que é autor da Resolução.

Obrigado pela síntese. Passo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço, pedindo compreensão para o tempo.

Senador Ricardo Ferraço, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Senador Eunício, é absolutamente impossível em 7 minutos que nós possamos fazer o enfrentamento de um tema tão relevante como esse. Mas longe de mim descumprir uma norma, até para que a igualdade de oportunidade possa estar sendo ofertada ao conjunto dos Senadores.

Primeiro, discordo frontalmente do Senador Romero Jucá. Na condição de Relator desta matéria, não estou convencido como ele da constitucionalidade deste tema que trata de incentivos fiscais por meio de um projeto de resolução. Estamos tratando aqui de um tema federativo da maior relevância e ele, que já foi governador, deveria considerar essa questão, porque nós estamos na prática suprimindo a autonomia de governadores que estão onde estão com a legitimidade do voto popular e precisam ser consideradas sim as manifestações que foram feitas aqui, inclusive pelo primeiro deles, o Governador Marconi Perillo.

A segunda questão é que precisamos desmistificar de uma vez por todas algumas falsas verdades que ficam sendo ditas e parece que sendo repetidas se transformam em verdade. Essa não é a realidade do comércio exterior brasileiro. O Brasil não vive nenhuma crise em seu comércio exterior. Se pegarmos aqui a evolução da balança comercial brasileira de 1992 a 2011, nós perceberemos com clareza que as importações subiram à medida que subiram as exportações, esse é um processo natural. Precisamos aqui desmistificar também que qualquer tipo de importação é um mal em si mesmo. Não é verdade e quero responder aqui ao Presidente da FIESP. Temos aqui uma nota que revela o quanto são inconsistentes as afirmações do Presidente Paulo Skaf.

A realidade do comércio exterior em 2011, se formos fazer uma análise correta ao longo de todo o ano. No Brasil, em 2011, as exportações alcançaram US\$256 milhões, com importações de US\$226 milhões e expressivo superávit comercial de US\$30 bilhões.

O crescimento das exportações foi de 26,8%, superior ao crescimento das importações, que foi de 24,5%. Ou seja, além dessa avaliação, é preciso que façamos aqui também uma reflexão. São Paulo sozinha, sem incentivar, já chegou a responder por 40% das importações do Brasil.

Vejamos o fato de como os Estados incentivados contribuem para a balança comercial e de como São Paulo contribui.

Como demonstra claramente o gráfico, aqui divulgado pelo Governador Colombo, as importações brasileiras continuam extremamente concentradas no Estado de São Paulo, que, em 2011, importou US\$82 bilhões, com diferença extraordinariamente grande em relação aos demais Estados. Caso os demais Estados não possam prosseguir com incentivos para suas atividades portuárias, haverá uma concentração ainda maior e evidente das importações pelo Estado de São Paulo.

Foi em virtude dessa concentração de importações, que em São Paulo crescem fortemente pressionadas pela indústria paulista, que em São Paulo houve um déficit de US\$22 bilhões. O Brasil só conseguiu o superávit comercial de US\$30 bilhões porque os demais Estados brasileiros tiveram, em seu conjunto, um superávit de US\$52 bilhões. Em que pese a evidente importância de São Paulo, o Brasil não começa e não termina na Avenida Paulista. É preciso que a gente considere, historicamente, as razões que fizeram com que os Governadores buscassem, em seus Estados, uma sobrevivência, para descentralizarmos o desenvolvimento econômico e a oportunidade para o conjunto de brasileiros – isso ficou expresso na fala do Dr. José Hamilton. Em quaisquer dos indicadores econômicos e sociais, quer de equilíbrio fiscal, quer de superávit de suas contas, quer de capacidade de investimento, em todos os itens que nós considerarmos, vamos verificar que, ao longo do tempo, isso foi muito mais benéfico ao País.

Agora, precisamos dar um freio de arrumação nisso tudo? Acho que precisamos. E eu não estou aqui para defender a guerra fiscal, mas a competição fiscal lícita, que é praticada em muitos países organizados e civilizados. E, parece-me, o caminho adequado para isso é a sugestão dada pelo Governador Marconi Perillo, porque nós temos um ambiente que precisa ser aprimorado e aperfeiçoado, que é o Confaz.

O Confaz foi edificado em 1975, no regime militar, quando não apenas os Governadores, mas os Secretários de Fazenda eram eleitos pelo Governo Federal. Então, a unanimidade era pacífica. De lá para cá, com essa cláusula, que engessava os governos e os Estados federados, todos ao seu jeito e ao seu modo, procuraram a sua sobrevivência, e o resultado disso que foi feito foi muito positivo para o conjunto dos Estados brasileiros.

Trago aqui o testemunho do meu Estado. Eu tive a honra e o prazer de ser Vice-Governador do Espírito Santo, junto com o Governador Paulo Hartung. Com um trabalho coletivo, que contava à época inclusive com o

apoio do atual Governador Casagrande, em oito anos, conseguimos fazer o dever de casa; em oito anos nós conseguimos reduzir a miséria e a pobreza à metade; em oito anos nós conseguimos sair de um ambiente nefasto para sermos o Estado que lidera o *ranking* da Secretaria do Tesouro Nacional em capacidade de investimento, oportunizando uma melhor condição de vida para os nossos cidadãos, para os nossos trabalhadores e para os nossos conterrâneos.

De modo que é preciso considerar, sim – e, na condição de relator, eu farei isso –, o conjunto de problemas e desafios das diversas regiões do Brasil. Acho que chegou o momento de o nosso País encontrar um mecanismo adequado, moderno para que nós possamos calibrar essa competição fiscal, Presidente Paulo Skaf, para que a gente não assista à concentração econômica em torno de São Paulo. Nós precisamos de que o Brasil se desenvolva por completo. São Paulo é importante? Não. São Paulo é fundamental, mas nós precisamos que São Paulo seja um pouco mais solidário às realidades dos diversos Estados brasileiros. (*Palmas.*)

Se São Paulo, sem incentivar, já importa 40% daquilo que importa o Brasil, o que acontecerá se os nossos Estados não tiverem atratividade para suas regiões?

Mas volto a insistir: não defendo a guerra fiscal, defendo a competição fiscal lícita, defendo que esta Casa possa, sim, debater o projeto, que está há quase um ano avocado pelo Senador Delcídio do Amaral, que é o projeto que aprimora e aperfeiçoa a sistemática de funcionamento do Confaz. Imaginem um projeto que foi apresentado em 2010, quando Marconi Perillo ainda era Senador da República, para que o Confaz possa ser, sim, um ambiente de calibragem, um ambiente de modo a regular, para que os Estados federados possam exercer a sua autonomia com limite, mas possam exercê-las, até porque quem governa lcom aquilo que há de mais sagrado, que é a vontade da população.

E nós precisamos reverter – e já encerro, Sr. Presidente – essa prática que vem do regime militar. Não é verdade que, a partir de Brasília, nós tenhamos capacidade para governar este País. Esse centralismo que foi uma máxima até 1988, que a Constituição de 1988 reviu, precisa ser enfrentado. Não é verdade que a burocracia de Brasília produzirá a solução para o conjunto dos Estados brasileiros, pela quantidade, pela diversidade do nosso País!

Então, nós precisamos, sim, aproveitar este instante, até para que o Senado possa decidir o que quer fazer, porque, ao mesmo tempo em que o Presidente Sarney constitui uma Comissão para discutir pacto federativo, o mesmo Senado da República está deli-

berando e votando temas da maior relevância e que vão impactar os Estados federados!

Nós precisamos ter coerência. Nós precisamos debater todos esses temas de forma integrada, porque disse bem aqui o Secretário Nelson Barbosa: esta é a porta de entrada. O que o Governo deseja é fazer a reforma do ICMS. Essa é a primeira medida. Atrás dela, vem, naturalmente, o debate em torno da transferência da origem para o destino. E isso impacta fortemente a vida não apenas de 12 ou de 15 Estados brasileiros! Isso vai impactar a realidade dos 27 Estados brasileiros! E nós temos uma República federativa, coordenada por três entes federados. E é preciso considerar, sim, a realidade dos nossos Municípios, dos nossos Estados e a realidade da República.

Portanto, Sr. Presidente, na condição de relator, se eu pudesse fazer uma proposta aqui até a S. Ex^a, que preside em exercício esta Comissão neste momento... Diante de tantos apelos, de tantas sinalizações, o Governo e o Senado não podem passar como um trator por cima dos Estados federados. O Governo e o Senado não podem atropelar a legitimidade do conjunto dos nossos governadores, até porque os nossos governadores aqui sinalizaram um tom de entendimento, de uma janela para que possamos buscar ferramentas que possam dar a essa questão segurança jurídica, mas possam dar paz e tranquilidade aos nossos governantes.

A proposta que faço é que a gente suspenda não os debates – os debates são fundamentais –, mas eu acho que, se nós temos tantos temas federativos sendo aqui debatidos, nós precisamos suspender a votação de todos eles, até em respeito ao Presidente Sarney, que acaba de constituir uma Comissão para debater a reestruturação do pacto federativo.

Eu acho que nós precisamos suspender a deliberação, a votação de uma medida como essa, e nós precisamos debater Fundo de Participação dos Estados, nós precisamos debater a reforma do IMCS, e nós precisamos debater, com certeza, essa questão que é o projeto de resolução.

A proposta que faço é que nós possamos encaminhar todos esses temas com a responsabilidade que precisamos ter na casa de Rui Barbosa.

O que diferencia o Senado da Câmara? É que aqui todos os Estados têm o mesmo peso. Aqui São Paulo tem três; o Espírito Santo também tem três; Goiás também tem três; e nós precisamos trabalhar aqui a fraternidade e a solidariedade federativa!

O Senado não é casa de rolo compressor. O Senado é casa em que nós precisamos aprofundar esse debate, para que esse debate não seja eivado de equívocos para o conjunto do País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco/PMDB – RR) – O Senador Armando Monteiro tem a palavra.

Eu quero apenas registrar e dizer ao Senador Ricardo Ferraço que já houve o debate entre os Líderes com o Presidente Sarney sobre essa questão. Ficou definido que nós discutiríamos e votaríamos as matérias do FPE, da Resolução nº 72, do comércio eletrônico, de acordo com o andamento das discussões, independentemente da comissão de notáveis que discute o pacto federativo. Essa comissão vai dar contribuições ao processo do Senado, e o Senado, posteriormente, irá verificar de que forma vai ou não agregar essas contribuições ao processo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Essa é uma comissão de faz de conta!

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco/PMDB – RR) – Não! É uma comissão destinada a discutir a filosofia e os aspectos técnicos do pacto federativo, mas ela não tem poder de inserir qualquer proposta legislativa por enquanto.

Com a palavra, o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Sr. Presidente, senhores palestrantes e companheiros do Senado, primeiro, quero agradecer ao Senador Ferraço, que nos proporciona a participação no debate agora, já que a intervenção do Senador se estende, a ponto de ele querer desqualificar um pouco o papel das Comissões, ou seja, o seu próprio papel como Relator em duas Comissões da Casa.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Não! É o contrário!

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – E se supõe que, agora, vamos mudar o rito do processo legislativo, porque uma Comissão Especial foi criada com a função de assessorar a Presidência da Casa. Permitam-me dizer que essa é uma inversão grave do processo legislativo, é uma violência ao processo legislativo.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de retomar aqui um aspecto da fala do companheiro Ferraço, que diz que não há crise no comércio exterior brasileiro. O Senador olha, de forma, parece-me, aligeirada, o que seria a árvore. Ou seja, o saldo da balança comercial é visto como conjunto das atividades exportadoras e importadoras, sem se levar em conta, por exemplo, a situação da conta do déficit de manufaturados. Se tomarmos a conta de manufaturados, o balanço entre exportações e importações de manufaturados, veremos que o quadro que se desenha é um quadro dramático dada a velocidade da deterioração do saldo da balança comercial na área de manufaturados.

Meu caro Senador Marconi Perillo, em 2016 – portanto, há pouco mais de cinco anos –, o déficit da conta de manufaturados, excluídos petróleo e *commodities*, era da ordem de US\$6 bilhões apenas. No ano passado, em 2011, esse déficit alcançou US\$92 bilhões. O produto importado supria mais ou menos 10%... O nosso coeficiente de importação era da ordem de mais ou menos 10% do consumo do País. Isso dobrou nos últimos anos, ou seja, o produto importado já responde por 20% do nosso consumo de produtos industriais no Brasil. A velocidade desse processo está produzindo um quadro grave no Brasil que não tenho dúvida em apontar como um quadro de desindustrialização. Não é ainda perda de produto, nem poderia ser, em termos absolutos, mas é uma perda de posição relativa da indústria na formação do produto global da nossa economia, é uma perda de empregos no setor industrial.

Portanto, esse quadro precisa ser percebido pelo conjunto da sociedade brasileira, bem como as graves consequências que advirão dessa situação.

O Brasil criou a mais importante plataforma manufatureira da América Latina. Isso foi produto do trabalho de gerações. Não podemos permitir o desmonte dessa estrutura em decorrência de uma série de equívocos e ainda da falta de efetividade das políticas do nosso País e de uma incompreensão também do Poder Legislativo de que o tempo político tem de estar sincronizado com as exigências do tempo econômico.

O mundo não vai esperar – no mundo, há o acirramento da competição em escala global – que o Brasil resolva suas contradições e, mais do que isso, esses problemas federativos, que eu reconheço, de assimetrias, de desníveis. O mundo não vai esperar que o Brasil resolva esses problemas. E, até lá, a indústria pagará uma conta alta, que poderá representar um prejuízo irreversível para o País.

Não bastasse o custo Brasil, não bastasse a questão da apreciação cambial, é absolutamente irracional imaginar que se conceda incentivo fiscal à importação. Isso é algo que fere a lógica econômica. No Brasil nós vivemos o seguinte paradoxo: as exportações de manufaturados não estão desoneradas totalmente, porque, ao longo da cadeia, há um resíduo tributário que o setor exportador não consegue desonerar de todo. Daí a previsão no Plano Brasil Maior da utilização da figura do reintegro, que é um crédito dado a quem exporta para poder compensar esse resíduo tributário ao longo da cadeia. Então, veja que paradoxo: o Brasil não desonerou as exportações de maneira efetiva, há um acúmulo de crédito no setor exportador e, por outro lado, o Brasil incentiva importação, concede incentivos fiscais à importação. Isso é algo que, em qualquer fórum

internacional, não se sustentaria, é algo esdrúxulo, é algo que não se justifica.

Portanto, eu quero aqui dizer que o Senado Federal tem, através do Projeto de Resolução 72, a oportunidade de poder afirmar claramente uma posição que se traduza na interrupção dessa prática que é tão lesiva aos interesses do País. Portanto, o Senado precisa dar uma resposta a essa questão, resposta que, infelizmente, não temos dado em outras questões que afetam o custo Brasil, como, por exemplo, quando renovamos a reserva geral de reversão que é um custo da conta de energia elétrica que foi renovado por mais 20 anos por uma decisão desta Casa.

Então, se o Senado não for capaz de atuar firmemente quando tem a oportunidade de atuar, como agora, através da Resolução 72, nós vamos assistir com uma grande responsabilidade o agravamento desse quadro dramático que se abate sobre a indústria brasileira.

Quero também registrar o respeito que tenho às manifestações que foram trazidas pelos Srs. Governadores. Acho que essa faceta da guerra fiscal revela, nada mais nada menos, do que a incapacidade de promover uma concertação no nosso País, que possa colocar os interesses nacionais permanentes acima dessas contradições e desses falsos antagonismos.

Eu gostaria de dizer que tenho, sim, a compreensão de que esses Estados precisam receber compensações. A forma de fazer e o ritmo evidentemente terá que ser definido num processo amplo e tenho certeza de que, para isso, o Governo Federal, haverá de se sensibilizar. Mas não creio, não posso compreender a ideia de se postergar, de não se decidir sobre uma questão que é tão grave e que afeta de maneira tão danosa os interesses da indústria brasileira.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Ricardo Ferraço, pela ordem.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu fui citado pelo eminente Senador Armando Monteiro...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Ricardo, eu não estava aqui. Foi ofensivo?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Foi intelectualmente ofensivo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Armando Monteiro é um *gentleman*, jamais...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Não poderia ser fisicamente ofensivo...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Até porque seria uma covardia...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Nem intelectualmente.

Senador Ricardo, vamos prosseguir, temos vários Senadores inscritos, V. Ex^a tem feito um papel tão importante nesta Comissão e tem desempenhado um papel tão importante nessa relatoria – e eu tive a honra de fazê-lo relator – exatamente para fazer esse encontro do Governo Federal com os governos estaduais. Há um desencontro, ninguém tem dúvida disso e acho que V. Ex^a deu uma contribuição enorme com esse parecer para que a gente fizesse esse encontro que está acontecendo. O Governador Marconi Perillo, o Governador Casagrande...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – V. Ex^a me convenceu.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Todos eles estiveram com o Ministro Guido Mantega e há um esforço nosso, tanto deste Presidente, como do Presidente da CAE, como do Senador Romero Jucá e agora também do Senador Eduardo Braga para que a gente busque um entendimento.

Eu acabei de dar uma entrevista ali fora dizendo que o meu Estado não é tão afetado, mas a gente precisa buscar o entendimento porque todos nós somos brasileiros e nacionalistas.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Fiquei inspirado, aqui, no Governador Marconi Perillo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – – Pois é, mas peço vênica a V. Ex^a. V. Ex^a já brilhou demais nesse aspecto.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – E o Senador Armando Monteiro, que é um *gentleman* nesta Casa, um Senador disciplinado, educado, competente, importante para o Estado de Pernambuco e para o Brasil, jamais seria deselegante com V. Ex^a. V. Ex^a está dando interpretação errada.

Vou dar a palavra para o Senador Blairo Maggi. Tem a palavra V. Ex^a. (*Pausa.*)

Desculpe-me, desculpe-me, Senador Blairo Maggi. O Senador Paulo Bauer está à frente de V. Ex^a na inscrição.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Eu, com o muito prazer, cederia minha vez ao Senador Blairo Maggi, mas já que V. Ex^a decidiu que devo falar antes dele, pela ordem de inscrição, com muito prazer, usarei da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Se V. Ex^a quiser ceder...

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Não, não. Vou falar antes porque, com certeza, ele vai engrandecer a minha manifestação depois.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem a palavra, então, V. Ex^a, pela ordem de inscrição.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Eu não tenho nenhum questionamento a fazer.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Presidente, só vou ceder o lugar porque ele está de aniversário hoje!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois é! É aniversário do Paulo Bauer.

O Governador Colombo, que me deixou um pouco bambo, na sua apresentação, tem que sair agora, porque ele tem duas audiências. Espero que uma delas seja com o Ministro da Fazenda, para resolvermos essa questão e, amanhã, já colocaríamos essa matéria para encaminhar.

Senador Paulo Bauer, meus parabéns!

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Obrigado.

Sr. Presidente, nobres Srs. Senadores, Srs. Governadores, eu não tenho propriamente uma questão a apresentar, mas quero deixar registrado aqui que tenho um convencimento pessoal de que essa matéria, efetivamente, afronta o dispositivo constitucional. Eu entendo que as justificativas aqui apresentadas sobre a constitucionalidade, ou melhor, sobre a inconstitucionalidade desse projeto de resolução estão adequadas e corretas. Entretanto, é preciso fazer uma menção.

Nesta Casa, neste Senado, muitas vezes, ao longo deste ano de mandato – certamente, os que estão aqui há mais tempo do que eu ou os que já passaram por aqui viram isto outras vezes –, já vimos algumas inconstitucionalidades serem praticadas. Se não, vejamos: votamos aqui com a maioria governamental uma autorização para que a Presidência da República, para que o Governo estabelecesse anualmente o valor do salário mínimo sem consultar esta Casa cada vez que assim decidisse ou anunciasse o novo valor. A Constituição determina que a cada ano o Congresso Nacional, o Senado Federal deve se manifestar. O Governo não observou isso. Nós vimos também serem criadas aqui empresas, como a do trem-bala, por medidas provisórias. Isso também ofende a Constituição, principalmente se consideramos que medida provisória só deve ser utilizada em caso de relevância e urgência. E nós vimos agora o Supremo Tribunal Federal decidir que as medidas provisórias doravante só podem ser aprovadas se forem analisadas por comissão mista, coisa que esta Casa não vinha fazendo. Portanto, já está se tornando rotina, Governador Raimundo Co-

lombo, votarmos aqui matérias não constitucionais ou não completamente embasadas naquilo que a Constituição prescreve.

Vamos ter que lutar, vamos ter que discutir, vamos ter que divergir, vamos ter que nos impor, como disse o Senador Ricardo Ferraço, para tentar fazer prevalecer a própria Constituição da República. Vai ser difícil, tendo em vista a maioria governamental e tendo em vista que o Governo, efetivamente, conta com o apoio dessa maioria governamental. Já era maior. Está diminuindo, mas, ainda assim, acho que ele tem condições de alcançar vitórias, apesar desse aspecto.

Presidente Paulo Skaf, V. S^a falou a respeito dos vários assuntos do Brasil que o setor empresarial quer ver contemplados. Eu, que sou filho de Joinville, nascido em Blumenau, com família em Jaraguá do Sul, as três cidades mais industriais de Santa Catarina, posso dizer a V. S^a que já estou careca, no dia do meu aniversário, de ouvir falar de custo Brasil, de carga tributária, de juro alto, de desoneração da folha, e nada disso está sendo discutido hoje. A única coisa que se resolveu discutir é colocar os Estados que estão abrindo portos para que o Brasil se desenvolva com mais máquinas, com mais insumos como os patinhos feios da economia nacional e da desindustrialização. Sem dúvida nenhuma, isso não cabe para o Estado de Santa Catarina, como muito bem disse o Governador Raimundo Colombo, que se desenvolve, que cresce, que produz mais, que gera emprego sem parar, apesar de ser também importador. Portanto, eu diria que o Governo Federal precisa, sem dúvida nenhuma, contemplar outras questões também ou talvez até antes dessa mudança de ICMS, para nós termos a viabilidade da nossa indústria, do nosso desenvolvimento, da geração de empregos e da competição internacional.

Quando se falou aqui – V. Ex^a sabe muito bem – de Brasil maior, naquela lei que nós votamos, nós votamos uma proposta que procurava solucionar o problema da indústria de confecções e da têxtil em relação à concorrência internacional. Não resolveu. Não resolveu, tanto é que o Ministro Mantega, há duas semanas aqui, anunciou que estava revendo aquela lei para melhorá-la. Por quê? Porque os incentivos estabelecidos lá, de 1,5% sobre o faturamento em troca da contribuição previdenciária, patronal, não foi suficiente. Portanto, é preciso sempre colocar que nem tudo se resolverá com essa medida agora. Certamente, as outras precisariam ser resolvidas, principalmente a do juro alto no Brasil. Que saudades do José Alencar! Depois que se foi, não se conseguiu mais fazer com que, neste País, se falasse do alto juro que se cobra para manter a inflação sob controle, que é uma situação econômica terrível e danosa para o País, no meu ponto de vista.

Ao Dr. Nelson Barbosa eu só preciso dizer, como já disse ao Ministro Mantega na última semana: se há uma coisa em Santa Catarina – e o Governador Raimundo e o Secretário da Fazenda aqui presentes são testemunhas disso – de que não podemos ouvir falar é da Lei Kandir, apesar do apreço que tenho por ele pessoalmente. Porque a Lei Kandir, que foi criada para compensar o esforço do nosso povo, da nossa gente, do nosso industrial, do nosso exportador, serviu, na verdade, para enganar nossa gente, que se sente todo dia, cada dia mais, trabalhador e lutador em favor de um Brasil maior, mas que não tem a resposta, que espera, Sr. Presidente, Srs. Senadores, nove longos anos a duplicação de uma rodovia de 100 Km que mata gente toda semana e que não chega ao final nunca por falta de competência, de decisão política e de atitude do Governo Federal, que deveria dar retorno ao Estado, pelo esforço que nós fazemos. Se não dá o dinheiro da Lei Kandir, poderia fazer de outra forma.

Tenho muito medo desta palavra: compensação. Nós não precisamos e não queremos compensação. Porque compensação é só para quem efetivamente não está fazendo tudo que pode, tudo que sabe, tudo que deve. Compensação é para quem é mais fraco, para quem é menos forte, para quem não consegue realizar toda a sua tarefa. Nós preferimos que seja feita a justiça. Talvez aquela proposta que foi aqui colocada pelo Governador Perillo e pelo Governador Casagrande fosse a melhor. Implantar alguma coisa, mas com mais tempo, com mais racionalidade e com mais possibilidade de ser assimilada ao longo da história e ao longo da atividade de cada Estado, para não termos, ao final de tudo, talvez uma outra Adin correndo no STF, para questionar este assunto e, outra vez, nós voltarmos à estaca zero. Talvez fosse necessário um pouco mais de diálogo e de boa vontade do Governo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – Agora sim, Senador Blairo Maggi, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento nossas Senadoras e nossos Senadores, os Governadores aqui presentes – sejam bem-vindos.

Ouvi atentamente as colocações dos governadores e dos representantes do Governo e também da federação que aqui falaram. Na realidade, se nós formos ouvindo parte a parte, nós vamos dando razão a cada um que fala aqui e, ao final, não sabemos exatamente para que lado devemos pender. Mas quero falar aqui como quem já ocupou a cadeira de governador, como os que estão aqui.

Antes de ser governador – aliás, minha vida inteira, fui empresário –, lembro-me de que, em uma oportunidade, o Governador Marconi Perillo e o saudoso Governador Dante de Oliveira, junto com os Governadores do Mato Grosso do Sul e de Goiás, tentaram fazer uma compensação, de Brasília, aliás, sobre a questão da Lei Kandir. Como empresário, presidente de associação, assim como está o Presidente Paulo Skaf hoje aqui, fui lá e botei o pé na porta, briguei, esperneei. Conseguimos segurar, atrapalhamos o governo do Estado naquele momento para que ele não conseguisse fazer nenhuma mudança. Depois, já na posição de governador, Paulo Skaf, eu mudei de cadeira e tive que mudar de postura. E, durante os meus dois mandatos como governador, eu procurei a todo momento fazer com que a reforma tributária proposta não ocorresse, porque, se ela ocorresse naquele momento e da forma como estava sendo colocada, o meu Estado de Mato Grosso simplesmente iria à falência, iria quebrar. E vejo hoje aqui os Governadores na mesma posição em que eu me encontrava ali atrás, há pouco mais de três, quatro anos.

Então, quando digo que todos têm razão, e realmente todos têm razão. Agora, não consigo entender como é que vamos resolver um assunto, sem fazer com que o Executivo – e aí é o Governo e aqui está o representante, o querido amigo Nelson Barbosa – diga como é que vai ser essa compensação, como é que vai ser o período de transição que nós devemos fazer. Porque uma coisa é certa: não dá, não têm condições e seria um crime contra qualquer Estado da Federação brasileira simplesmente ir lá hoje, depois que nós votarmos aqui a resolução e se ela for aprovada, dizer que, daqui a 90 dias, esses Governadores não tenham mais em seus orçamentos a possibilidade de ter esses recursos para gastarem no dia a dia e fazerem frente à saúde, educação, segurança pública, salários, etc.

Então, entendo, assim como o Sr. Paulo Skaf colocou, que estamos dando aqui um subsídio para a indústria estrangeira... Eu disse aqui outro dia ao Ministro Guido Mantega que estamos trazendo equipamentos da China por um terço do preço que é fabricado aqui no Brasil, e aí, é claro, que não é só da guerra dos portos – o senhor tem toda razão –, é uma penca de coisas aqui que precisam ser resolvidas *pari passu*.

Essa discussão de hoje é válida. Ela não pode ser invalidada. Como falou o meu colega Ricardo Ferraço, não sei se no tempo em que estamos querendo fazer vamos conseguir fazer, ou seja, dar a competição necessária à indústria nacional sem prejudicar os Governadores dos Estados que estão aí e que, é fato, perderão receita. Não há dúvida nenhuma. E como será feita, então, essa compensação para que eles

possam fazer o seu dia a dia. Uma compensação ao longo do tempo, com infraestrutura, é boa, mas não resolve o problema dos Estados. Isso é a mesma coisa que chegar à casa de um cidadão hoje e falar que vai tirar o salário dele, que ele não tem mais renda e que vai construir uma bela casa para ele morar. Ele vai morar na casa, mas vai morrer de fome. Ele não vai ter condições de cuidar da família, dar estudo, educação. Então, as coisas que os Senadores têm de levar em conta aqui não é só a vontade da Fiesp, que é legítima, a vontade dos Governadores, que é legítima, e a defesa do Governo, que tem aqui o seu papel para ser feito e que é legítimo também.

E aqui o Governador Perillo já foi Senador; o Governador Casa Grande já foi Senador; o Colombo já foi Senador, quer dizer, estão na posição de entenderem a complexidade desse assunto. E é isso, Senador Ricardo Ferraço, que nós vamos ter que votar aqui. As discussões de hoje e as discussões que ocorrerão amanhã são de muita importância, e eu lamento – sei que os Colegas Senadores têm outras coisas para fazer, há medidas provisórias a serem votadas no plenário agora –, mas essa discussão, ouvir os Governadores e todos os interessados aqui é de suma importância para resolver o assunto.

O Mato Grosso, que não está nem relacionado aqui nessas questões, teria uma perda hoje de R\$200 milhões por ano. É muito dinheiro para um Estado como o Mato Grosso. Então, eu e meus colegas Senadores do Mato Grosso não poderemos acompanhar numa votação para prejudicar os Estados, o Estado que eu represento, e acho que os demais também não farão isso.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Próximo orador inscrito.

O próximo orador inscrito é o Senador Flexa Ribeiro.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, Senador Eunício Oliveira, Governador Marconi Perillo, Governador Renato Casagrande, Vice-Governador Helenilson Pontes, do meu Estado, o Estado do Pará, Dr. Néelson Barbosa, Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, Paulo Skaf, Presidente da Fiesp, Presidente da CUT, senhores convidados, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, Presidente Eunício Oliveira, nós ouvimos, aqui, os governadores, os nossos convidados, ilustres advogados tributaristas que colocaram, aqui, os seus conhecimentos, mas o que quero referendar, de pronto, acho que foi o Governador Marconi que fez referência a que o federalismo brasileiro está ferido de morte.

É verdade isso, Dr. Néelson Barbosa. É lamentável ver que a Federação brasileira passa por momentos angustiantes.

A relação entre Governo Federal, os governos estaduais e os governos municipais precisa e deve passar por uma revisão urgente, que é o pacto federativo, que já foi, aqui, referido, e quem tem de puxar essa discussão é a Presidenta Dilma Rousseff, urgentemente.

Não há mais como se manter a concentração de receita com a União, além de 60% de tudo que é arrecadado, em mão da União. E Estados e Municípios, onde? Então, têm de ser oferecidos serviços aos cidadãos brasileiros que ficarem com menos de 40% da receita arrecadada.

Aí, Dr. Néelson Barbosa, eu vou me referir a algo de que, aqui, já se falou bastante, que é a desoneração das exportações.

Todos nós temos consciência de que é necessário desonerar os produtos brasileiros para que tenhamos competitividade.

Não podemos exportar tributos. Isso é consenso de todos. Então, nós temos certeza de que não se exportam tributos.

Agora, não podemos, também, reduzir os tributos na importação. Não tem como, porque, aí, nós estamos tirando a competitividade, também, dos produtos nacionais, ou estamos fazendo a “desindustrialização” nacional.

Aqui, foram dados números da questão... O Senador Ferraço e o Senador Armando colocaram números das exportações brasileiras.

Eu tenho certeza absoluta de que esses números vão nos levar, vão nos demonstrar que nós estamos cada vez mais avançando para que o Brasil volte a ser, Senador Ferraço, um exportador de *commodities*.

Eu tenho tranquilidade em relação a isso e, aí, o meu Estado do Pará vai ser, sem sombra de dúvida, um dos Estados mais prejudicados.

O Governador Simão Jatene tem dito... O Governo brasileiro está incentivando que o melhor dos mundos para um Estado brasileiro seja importar tudo e não exportar nada. Esse é o melhor dos mundos, porque, ao importar, você tem vantagens e, ao exportar, você tem desvantagens.

Qual é a desvantagem? Você não tributa nada, não pode tributar ali, não deve, e ainda tem o ônus de ter de devolver ao exportador o crédito que ele acumula do ICMS nos insumos que ele tem de comprar. Ainda fica onerado desses créditos o governo do Estado.

Então, eu quero dizer, Dr. Nelson – V. S^a, como Secretário Executivo do Ministério da Fazenda –, que o Governo Federal, em 1996 – e aí é impessoal, o Governo Federal –, aprovou a Lei Kandir, que era necessária

àquela altura, já que a balança comercial brasileira era negativa. O Pará tem o segundo saldo comercial da balança brasileira, que teve um saldo, Senador Ferraço, da ordem de US\$30 bilhões. O Pará contribuiu com US\$16 bilhões neste saldo de US\$30 e tantos bilhões. Foi o segundo melhor saldo. Ele, o Governo Federal, ao desonerar a exportação, tirou dos Estados e dos municípios receita. Ele, ao desonerar, tirou ICMS. Ele foi à fonte da receita dos Estados. Quando, meu amigo Paulo Skaf, o Governo Federal incentiva – e tem de incentivar – a indústria automobilística para poder não trazer desemprego, que reduz o IPI de qualquer setor, ele tira, ao desonerar, ele tira a receita dos Estados e dos municípios, porque ele vai desonerar IPI. Quando entra no fundo de participação do FPE e FPM, ele, ao desonerar o IPI, está tirando dos Estados e municípios.

Eu tenho um projeto de lei, que não caminha, porque o Governo Federal não o deixa caminhar, que, quando ele der redução do Imposto de Renda ou do IPI, o Governo Federal o faça da parte que cabe a ele; dos 45% que cabem ao Governo Federal que ele dê isenção dentro daquela parte e não na parte dos Estados e municípios, penalizando ainda mais Estados e municípios.

Então, eu queria pedir ao Dr. Nelson... O Senador Ferraço tem razão – eu já concluo Presidente Eunício. Nós estamos discutindo o Decreto Legislativo nº 72. Este é o ponto que nós temos que discutir aqui, mas não podemos fugir da discussão das outras questões dos *royalties* do petróleo, do comércio eletrônico, do fundo de participação, da Lei Kandir e outras questões. Preocupa-me quando o decreto diz que o Confaz baixará normas para definição do que se considera industrialização. Tudo o que fica para ser regulamentado por lei complementar me dá arrepio, porque nada será feito *a posteriori*.

O Governo, Dr. Nelson, ele aprova o tem interesse pontual. Nós vamos aprovar o Decreto Legislativo nº 72, o Governo, como disse o Senador Ferraço, ele está... Eu quero aqui dizer que concordo com os governadores, que não podem sofrer um corte imediato de suas receitas, tem que ter uma legislação de transição. É preciso que essa redução seja feita num processo de transição, mas é preciso também que a gente ponha para discutir, se possível, em um pacote por inteiro, porque aí, sim, nós vamos poder fazer a transição de todos esses processos que atinge os Estados e municípios de todo o território brasileiro.

Eram essas as questões que eu queria colocar, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu vou dar a palavra ao Senador Cyro Miranda. Nós ainda temos seis inscritos. E ainda vou

dar a palavra aos componentes da Mesa, para quem quiser se manifestar. V. Ex^a tem cinco minutos. Ainda temos cinco inscritos.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Serei breve, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou dar a palavra ao Senador Cyro Miranda. Em seguida, vou dar a palavra aos componentes da Mesa, depois volto aos Senadores e vou encerrar.

Senador Cyro Miranda tem a palavra.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Obrigado, Sr. Presidente. Serei breve.

Senador Eunício Oliveira, eu quero cumprimentar a Mesa na pessoa do nosso Governador Marconi Perillo, Governador do nosso Estado.

Sr. Presidente, de tudo o que eu ouvi aqui, primeiro, eu tenho de acreditar piamente na palavra de cinco governadores que trouxeram uma questão aqui das mais delicadas e números que não são sofismas; são números que trazem uma realidade e consequências gravíssimas. Então, eu coloco, Sr. Presidente, a palavra dos senhores governadores, dos cinco governadores que aqui trouxeram uma amostra da realidade do que poderá acontecer caso, no afogadilho, tenhamos essa lei votada.

Têm aqui vários mitos. Um deles, Sr. Presidente: o Brasil importa bens supérfluos em detrimento da produção nacional, das nossas contas externas. Análise: nada menos de 86% da pauta de importações brasileiras são constituídas de bens intermediários, insumos para produção, bens de capital para investimento e combustível. Portanto, as importações constituem, em sua grande maioria, o motor que impulsiona a dinâmica da atividade econômica e a expansão da capacidade produtiva do País.

Tem outro mito aqui também, Sr. Presidente: os Estados que praticam a concessão de benefícios de ICMS perdem arrecadação, aplicam mal os recursos e deterioram suas finanças, sacrificando a sua própria população, que fica privada de serviços públicos essenciais. Ledo engano. Não é o que se observa na prática. A arrecadação de ICMS em relação aos respectivos PIBs não caiu. Ao contrário, cresceu para um patamar de 7% do PIB. Incentivo não causa perda de arrecadação. Sem investimento, a arrecadação teria sido zero. Ao contrário, há um aumento da arrecadação indireta.

Outro mito, Sr. Presidente: concorrência entre os Estados para atrair investimento mediante concessão de incentivo de ICMS é um mal que precisa ser extirpado do sistema tributário, devendo ser o principal objetivo da reforma tributária. Ledo engano, Sr. Presidente. As principais distorções do sistema tributário brasileiro, alta carga tributária, alto grau de regressividade, multi-

tributação de mesmo fator gerador, incidência em cascata sobre base reduzida, não são na área do ICMS.

Sr. Presidente, São Paulo tem 36,3% das exportações sem incentivar; em segundo lugar, vem o Rio de Janeiro, com 8,4%. O meu Estado, depois de muitos esforços, incentivando, tem 2,5%; tinha 0,4%. Então, isso não é ameaça.

Como desenvolver as regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste sem política de desenvolvimento industrial? Como melhorar o IDH? Como melhorar a distribuição de renda? Como erradicar a pobreza, que é meta do Governo Federal, nessas regiões?

Ora, senhores, qual o Estado que perdeu receita? Eu desafio que alguém aqui diga qual Estado que perdeu receita nos últimos dez anos. Nenhum.

As regiões Sul e Sudeste absorvem 60% dos recursos do BNDES – 60%. Qual a responsabilidade econômica e social desta Casa? Nenhuma?

A Central dos Trabalhadores vem aqui e faz a defesa de uma parcela dos trabalhadores. Vão a outros Estados, como o meu Estado, e perguntem aos nossos trabalhadores que dificuldade teremos daí para frente.

Não podemos pensar egoisticamente. Temos de pensar de forma republicana. Temos de pensar num Brasil imenso com desigualdades grandes. Não podemos tratar os iguais desiguais.

Nesta Casa, eu vi uma votação contra os *royalties* totalmente diferente; a posição era muito parecida com essa. Eu quero lembrar aos senhores: pau que dá em Chico dá em Francisco.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Há um apelo da Senadora Vanessa, do Senador Magno Malta e do Senador Valadares...

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Dia 8 foi o Dia Internacional da Mulher. É melhor o senhor atendê-la.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Do Senador Valadares... Se V. Ex^a começar a tomar o meu tempo, eu vou cortar aqui, na mesa.

(Intervenção fora do microfone.)

Então, eu vou... Hoje é o Dia Internacional da Mulher? Está ficando doido?

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Não, já foi, mas é o mês todo.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Magno Malta está no Espírito Santo hoje.

Então, têm o Senador Magno Malta, a Senadora Vanessa, o Senador Lindbergh e o Senador Valadares. Eu vou pedir à mesa mais um pouquinho de paciência, pedindo aos Senadores para serem, obviamente, sucintos, mais uma vez. Feitas essas quatro inscrições,

estão encerradas as inscrições e eu vou depois dar a palavra para a mesa.

O Senador Lindbergh tem a palavra... Não, desculpe. O Senador Magno Malta tem a palavra.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Eu estava inscrito na frente e você queria botar o PT, não é? Lindbergh, *el demolidor*...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador, o seu tempo está correndo.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Senador Eunício, não vou chover no molhado porque tecnicamente cada um faz a sua defesa da maneira que acredita e da maneira que acha interessante para si. Cada Estado fez a sua defesa e a defesa de cada Estado é a nossa. O Governador Renato Casagrande, historicamente e tecnicamente, já colocou a posição do Estado do Espírito Santo. O Governador Marconi Perillo, o Vice-Governador do Pará também já colocaram muito bem colocado, enfim, todos colocaram muito bem colocado as posições dos seus Estados, as necessidades do seu povo. Então, não tenho necessidade de chover no molhado. É possível até que a minha palavra seja emocional, mas com sentimento de quem já pagou o preço, fez o dever de casa e agora vai ser sacrificado.

Eu ouvi o Dr. Nelson Barbosa, Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, e ele fez uma declaração técnica, defendendo o que ele pensa e também o que pensa o Ministro Guido Mantega. Na verdade, eu pensava que o projeto era do Senador Romero Jucá, mas na li, na *Época* desta semana, que o Romero disse que não era dele, ele só assinou; o projeto é do Guido Mantega mesmo, o Romero já tirou o corpo fora. A gente achava que era, mas é do Ministro Guido Mantega. É o Guido que quer. E aí o Dr. Nelson disse que a Nação tem visto o esforço do nosso Ministro Guido Mantega em manter o equilíbrio como se Mantega fosse um He-Man, um Super-Homem que está fazendo o bem para nós.

O País está equilibrado pelo sangue, suor e esforço de uma Nação inteira. Todos nós somos sacrificados o tempo inteiro. E se o equilíbrio está mantido, isso se deve a Goiás, ao Pará, ao Espírito Santo, a São Paulo, ao Rio de Janeiro, enfim, a todos nós, porque quando se coloca dessa forma parece que temos um Super-Homem que está fazendo um grande esforço para fazer um favor para todos nós. Ele não está fazendo favor a ninguém; nós é que fizemos o favor de eleger a Dilma e dar um emprego bom para ele.

Ele disse que estamos numa crise mundial. Esse negócio da crise mundial é igual a gerente de banco que não quer emprestar dinheiro para os outros. O sujeito chega lá e ele diz: é norma do Banco Central. O cara não sabe, fica parado na frente dele, tem que

aceitar e ir embora. É norma do Banco Central, não posso fazer esse empréstimo... Tudo o que o Governo quer, a conversa é a crise mundial. Escuto falar disso desde menino e este País nunca acabou. Já viveu crises terríveis e hoje vive um grande momento, mas a conversa é a mesma.

Pois bem. O nosso Governador colocou o porquê do nosso incentivo fiscal que hoje, de forma debochada, as pessoas chamam de guerra dos portos, como se aqueles que têm portos fossem os criminosos e os sugadores da Nação em detrimento de um desequilíbrio e da perda dos outros.

Quarenta anos de uma economia fundada em cima desses incentivos. Diz o Dr. Nelson: “há muita coisa que se discutir, mas esse é um passo”. Acredito que é um passo. Mas é um passo que não pode ser dado sozinho, tem que ser coletivo. Junto com ele há outro passo importante que tem que ser discutido, qual seja, Fundo de Participação dos Municípios. E eu pergunto ao Dr. Nelson: é normal que o Maranhão receba 14 e o meu Estado receba 1,5? Não é normal. O Maranhão recebe 14; nós recebemos 1,4.

Fundo de Participação dos Estados: Alagoas e Bahia recebem mais do que nós. Não estou discutindo o fato de receberem mais. Estou discutindo o que é desequilíbrio. Quando o Senado votar esta resolução, estará enfrentando o art. 60 da Constituição, que é cláusula pétrea, só outra constituição pode mudar, é o pacto federativo.

O País precisa discutir o pacto federativo. Estamos neste debate hoje graças a um esforço de corda esticada, porque o que o Governo queria era votar isso no ano passado, a toque de caixa. Mas fomos ao gabinete do Senador Romero Jucá e pedimos pelo amor de Deus, pensando até que era do Senador Romero Jucá o projeto, mas o Senador disse que não era dele, mas do Ministro Guido Mantega. É ele que quer, pirracento. Eu quero, eu quero. Pronto! E nós não queremos, não queremos, não queremos. Nós queremos é que a indústria siga o seu caminho, continue crescendo, que o Brasil continue crescendo com o esforço de todos nós. Não é de meia dúzia de técnicos que estudaram em Harvard que, se dá certo, são gênios; se dá errado, é o povo que não cooperou. Nós cooperamos desde a época do sangramento, Senador Marconi Perillo. Todos nós. É esforço de todos nós, não é de um homem só, não é de um governo só.

Por isso o pacto federativo precisa ser colocado na pauta, Fundo de Participação dos Municípios, Fundo de Participação dos Estados. E fico muito orgulhoso de ver o Líder do meu Partido, Senador Blairo Maggi – e o Partido havia decidido isto –, tomar essa posição em favor desses Estados, não só do meu.

O nosso querido Cyro Miranda encerrou dizendo que “pau que dá em Chico dá em Francisco”, quem é Senador hoje pode ser Governador amanhã. E vai amargar o preço daquilo que votou hoje aqui. Vamos discutir? Vamos, mas o pacto federativo. É um passo? É um passo, mas ele pode esperar.

O que não queremos é ganhar prêmio de consolação. Não precisamos disso. “Ah, vamos dar uma compensação!” Aliás, o Delcídio até já levou a dele. Eu gostaria que os Parlamentares do PT do meu Estado também fizessem como o Delcídio, que foi para cima da Presidente: “Eu sou do PT. Vocês não me vão desmoralizar”. O discurso que Deda fez ontem lá. “Eu fundei este Partido. Eu tenho uma história. E ninguém vai me desmoralizar aqui perante meu povo, do que eu fiz como prefeito, como governador. Se tirarem um real do meu Estado, vou até as últimas consequências”. Não disse isso, Valadares? Deda disse isso ontem. É o que você precisa falar, João. Você precisa fazer uma guerra interna primeiro, quebrar as cadeiras de casa primeiro, porque, no meio da rua, nós todos brigamos juntos. E Delcídio já levou. Delcídio já recebeu. E uma compensação boa. Brigou e já levou o dele.

Agora, vamos dar um cala-boca para Renato Casagrande. Vamos dar um cala-boca para Marconi, lá para o Pará. Depois, eles que se virem. Dizia o nosso querido Blairo: vamos construir uma casa boa para eles e, depois, eles que se lixem com essa casa vazia, sem comida e sem móvel dentro. Não é honesto. Não é honesto. É preciso que se faça uma transição, para quando saírem desse incentivo fiscal lá na frente, os Estados nem se lembrem que existia esse incentivo fiscal, porque foi tão bem feito, tão bem discutido, que não levou para vala Estados pujantes que, mesmo na miséria que este País viveu, nunca se curvaram e ajudaram a construir um país onde a Federação quer tudo para ela sozinha. Ora, isso é gula demais, é garganta grande demais que tem o Governo Federal. Porque tendo o bolo para si... Gim Argello deu uma risada. Não foi do que eu falei não, não é? Ah, é o celular.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador, para concluir.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Não, para concluir, Senador. V. Ex^a já vai completar doze minutos.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – É gula demais. Empobrece os Estados, que, por via de consequência, não têm como fazer com os prefeitos. Os governadores vão voltar a um estágio pelo qual já passamos, absolutamente vergonhoso, enquanto o Governo Federal nada de braçada, realiza tudo, aparelha tudo. E aí é uma democracia que não vai ter nunca alternância de

poder, porque quem está no Governo Federal e concentra o poder nas suas mãos, na verdade, faz o enfraquecimento e o empobrecimento dos Estados e, por via de consequência, dos Municípios. Eu penso que devemos levar a discussão às últimas consequências e discutir essa passagem, essa ponte, de maneira que, ao olhar para trás, lá na frente, nós nem nos lembremos de que já tivemos, um dia, algum tipo de incentivo em nossos Estados, tão bem feito foi, pensando em todos, não pensando só na Federação que quer tudo para si.

Fui rápido. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Antes de dar a palavra para a Senadora Vanessa Grazziotin, quero afirmar que o Presidente da Fiesp gostaria de ficar aqui até o final. Por isso, eu estava insistindo em interromper o Senador para ouvi-lo, mas ele tem uma reunião agora, com o Kennedy Alencar, ao vivo, na Rede TV!. O debate está começando e não seria correto deixar o jornalista com a cadeira vazia nem fazer o Dr. Paulo Skaf ficar aqui tão angustiado. Portanto, Senadora Vanessa, eu vou dizer ao Presidente Paulo Skaf que a Mesa lamenta V. Ex^a não estar aqui no final, mas compreende que V. Ex^a tenha de sair nesse momento.

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu vou, Sr. Presidente, tentar compensar aqui o tempo do Senador Magno Malta e falar brevemente sobre esse assunto, mesmo porque esta não é a primeira audiência pública, eu acho que todos nós que aqui estamos já tivemos oportunidade de expressar a nossa opinião – eu, particularmente, tive no último debate que nós fizemos.

Em relação à guerra fiscal.

Sr. Presidente, temos tipos específicos, nós temos várias espécies, várias formas de guerra fiscal, mas nós poderíamos dividi-las em dois grandes grupos: a guerra fiscal praticada dentro de um processo produtivo que se estabelece no País e a guerra fiscal que beneficia produtos importados – não são insumos para a produção, são produtos que já chegam para a venda. O projeto de resolução apresentado, nº 72, trata desse último.

Em relação à guerra fiscal, Sr. Presidente: eu não acredito que ninguém... Eu não vi nenhum dos Srs. Senadores aqui falar que concorda com a guerra fiscal ou que defende em princípio a guerra fiscal, nenhum, nenhum Senador, nenhuma Senadora, nunca vi nenhum deles defender isso. Entretanto, todos reconhecem que tem sido a guerra fiscal o principal instrumento de desenvolvimento regional e de desconcentração de produção, Secretário Nelson Barbosa,

o principal infelizmente. Essa é uma realidade para a qual não podemos fechar os olhos.

O Brasil, ainda na época dos militares, entendeu que precisava desenvolver uma região importante, uma região com uma densidade populacional muito baixa, mas uma região muito rica do ponto de vista de suas riquezas naturais – eu aqui me refiro à Amazônia. Foi por isso que nasceu a Zona Franca, que, do ponto de vista legal, é o único modelo amparado, que tem abrigo na legislação brasileira, na Constituição Federal, para dar incentivos fiscais. É um modelo de desenvolvimento baseado exatamente em incentivos fiscais e talvez seja o único legal do Brasil, mas é aquele que mais sofre – o Secretário Nelson Barbosa sabe disso. Somos o Estado que mais sofre, porque nós sofremos com o processo produtivo, com a própria iniciativa do Governo Federal de incentivar alguns setores no processo produtivo nacional, como é o caso da Lei de Informática, e, além disso, nós sofremos com a guerra fiscal.

Há um mês que os jornais da minha cidade, além das manchetes sobre o apagão de energia que tivemos no final de semana, não têm outra manchete que não seja sobre o desemprego no distrito industrial. A quantidade de aparelhos de ar condicionado split que nós produzíamos e que era responsável por nossa participação no mercado nacional foi invertida. Tínhamos em torno de 50 e pouco a 60% – o Secretário Nelson Barbosa sabe do que eu falo – dos aparelhos de ar condicionado split fabricados no Brasil. Houve uma inversão e hoje nós não chegamos a 30% do mercado – são empregos que nós perdemos.

Então, é óbvio que acabar com a guerra fiscal é um passo necessário. Agora, Secretário Nelson Barbosa, eu quero dizer a V. S^a que eu sou muito sensível às intervenções dos Senadores que representam o Espírito Santo, que representam Santa Catarina, muito sensível. De fato, não pode, de uma hora para a outra, porque o Senado aprova um projeto de resolução, um Estado se ver perdendo uma parte importante de sua arrecadação.

Então, eu não entendo como continuamos esse debate, Senador Eunício, sem saber exatamente qual será a compensação. Senador João Pedro, é preciso discutir qual será a compensação. Então, eu acho que o debate vai avançar, a gente sente que vai avançar. Mas o que é mesmo que o Espírito Santo vai ter?

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – É a mesma coisa comparativamente, e olhem que eu falo aqui pelo Estado, pela unidade da Federação que mais sofre com a guerra fiscal no Brasil. Nós somos obrigados, todos os meses, a entrar com

uma ação direta de inconstitucionalidade – a última foi contra o Governo do Estado de São Paulo –, porque... São Paulo hoje é o Estado que mais pratica guerra fiscal, é aquele que mais tem processos produtivos estabelecidos. É quem mais pratica! É quem mais pratica! (*Palmas.*)

Então, nós precisamos, Secretário Nelson... Mas eu não tenho dúvida nenhuma da boa vontade dos Governadores. O que o Governador Casagrande não pode é perder um bilhão de sua arrecadação, como meu Estado jamais poderia... Então, nós estamos prontos para votar, acabar com a guerra fiscal. Agora, precisamos ver esse problema resolvido, porque hoje vai ser o Espírito Santo e estamos discutindo a guerra fiscal de importados; amanhã, quando chegar o debate, porque esta é a porta de entrada (ninguém tem dúvida), vamos querer acabar com a guerra fiscal como um todo, mudando-se da origem para o destino. Aí, novamente, o Estado que mais vai sofrer será o meu, porque a gente não consome nada, a gente só produz. E nós não temos vantagem alguma, porque quando se dá incentivo à Zona Franca, não se lhe dá nenhuma vantagem, mas dá-se somente a possibilidade de o norte do Brasil produzir também, porque nossas desvantagens comparativas com relação à infraestrutura, em relação à logística e à formação do capital humano são imensas.

Então, as vantagens tributárias vêm exatamente para sobrepor as enormes desvantagens que nós carregamos. Então, eu gostaria, Senador Eunício, de... Eu espero que no próximo debate, eu sei (não tenho dúvida) que vamos votar sem ter outros debates. Mas que discutamos de forma completa. Vamos acabar com a guerra fiscal? Vamos. Quem está perdendo não é o Estado A ou B, quem está perdendo é o próprio Brasil, quem está perdendo é o povo mais humilde: são os trabalhadores que estão perdendo. Para se ter uma ideia, isso atingiu sabe o quê? Juta e malva. O que juta e malva tem a ver com isso? Nós, juntamente com o Pará, somos os maiores produtores de juta e malva (uma coisa linda!) e são os ribeirinhos que produzem isso sem derrubar uma árvore, porque produz na várzea. Pois, enquanto um saco de juta e malva, produzido por nós, em nossa região norte, custando quatro e poucos centavos, o que vem importado da Índia, com muito incentivo, custa três e pouco. Então, são nossos ribeirinhos, mais de 20, 30, 40 mil famílias que ficam no interior protegendo a Amazônia sem derrubar uma árvore. Então, nós todos queremos. Tenho certeza de que Santa Catarina quer, o Espírito Santo quer, porque não defendem, como nenhum de nós defendemos, exportação de empregos. No fundo, resumidamente, esse incentivo para importar é um incentivo para a ge-

ração de empregos em outros países que não o Brasil. Mas é preciso entender e botar na mesa como esses Estados reporiam as perdas que terão imediatamente com a aprovação dessa resolução. Obrigada.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Só uma consulta... Se não estou equivocado, amanhã teremos uma audiência pública dentro dessa linha...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Amanhã nós teremos outra audiência pública para instruir o 72 na Comissão de Assuntos Econômicos, obviamente que em conjunto com a Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Então, eu gostaria de deixar para amanhã minha participação, não só porque haverá votação nominal agora no Senado ou pelo adiantado da hora, mas amanhã eu farei minha inscrição para debater este tema, pois quero aproveitar este assunto muito importante, por isso o deixarei para amanhã, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Casildo. Então, nesse caso, há dois oradores inscritos, mas não estão aqui presentes, foram para a votação nominal. Eu darei a palavra ao Senador Marconi Perillo... Senador e Governador... É porque construí amizade com o Governador Marconi Perillo quando ele era Deputado. Depois, ele foi duas vezes Governador, Senador e agora Governador para a alegria do povo de Goiás. Tem a palavra V. Ex^a, Governador Marconi Perillo, tão aplaudido pelo povo do Estado de Goiás.

O SR. MARCONI PERILLO – Alegria minha, Senador e amigo Eunício Oliveira.

Quero aproveitar aqui para saudá-lo como goiano pela assunção à Presidência da CCJ. Nós goianos consideramos o Senador Eunício também goiano e não só cearense, afinal de contas, ele tem uma propriedade em Corumbá de Goiás, onde é um grande produtor e um grande amigo nosso. O povo de Corumbá e o povo de Goiás gostam muito do Senador Eunício e devem muito a ele, porque é um gerador de empregos naquela região.

Mas, Presidente, eu quero fazer um parêntese para agradecer a participação aqui nesta reunião, nesta audiência, dos Senadores goianos. Quero agradecer-lhes pela forma contundente com que defendem os interesses de Goiás. Ficaram aqui quase que o tempo todo os Senadores Cyro Miranda, Lúcia Vânia e também o Senador Demóstenes. Quero agradecer a eles e aos nossos Parlamentares a defesa intransigente dos as-

suntos que interessam aos 6 milhões de goianos que representamos.

Quero agradecer muito ao Dr. Nelson Barbosa pela forma respeitosa com que ele sempre nos trata. Sempre discute as questões da Federação de maneira muito altiva.

Cumprimento os governadores – e aqui ainda se encontra meu querido ex-colega e amigo Renato Casagrande, nosso Helenilson, Vice-Governador do Pará, os nossos advogados, o nosso representante da CUT e da Fiesp – pela forma cordial e respeitosa com que esse debate foi travado.

Eu considero que esse debate foi uma vitória para um tema que é de uma relevância profunda para a Nação. Suscitar esse debate aqui com a participação de tantas pessoas especialistas na área constitucional e tributária, governadores, Senadores, com o Governo Federal por meio do Dr. Nelson, foi um momento rico na discussão de um assunto que se arrasta há anos. Foi também, meu querido Senador Valadares, um momento importante para que reflexões fossem feitas, não apenas pró e contra o incentivo, ou a “guerra dos portos”, ou a “guerra fiscal”, mas também uma discussão que levou em consideração a necessidade, de um lado, de buscarmos um caminho para a legalização daquilo que ainda não tem o apoio e o consenso do Confaz ou da legislação, mas também a busca de um entendimento, de um consenso, de um diálogo que possibilite aos nossos Estados condições de continuarem-se desenvolvendo, de continuarem gerando emprego, renda e prosperidade para o seu povo.

Acho que essas horas em que estamos aqui foram horas muito bem ganhas. Vamos sair daqui com a convicção de que há dúvida, de que esse debate emocional, é um debate polêmico, mas precisa de uma saída boa para todos. Não podem alguns Estados, meia dúzia de Estados, talvez um pouco mais, sair desse debate destroçados, destruídos, sem recursos para cumprirem seus orçamentos, para fomentarem seus empregos, para garantirem a continuidade do seu processo de industrialização. Nós todos somos homens e mulheres sensatos, experientes. Eu já estou na vida pública há 30 anos, estou no quarto mandato consecutivo majoritário, já tive a experiência de ter sido duas vezes Governador e aprendi, meu Governador Valadares, com essa história toda de que nada melhor do que o diálogo, o respeito mútuo para construirmos um entendimento que seja bom para todos, para os brasileiros que vivem no meu Estado, para os brasileiros que vivem no Espírito Santo, em Santa Catarina, no Pará, no Ceará, mas também para os brasileiros dos outros Estados, que também merecem o nosso respeito e a nossa solidariedade. Nós não viemos aqui para

mantermos essa discussão muitas vezes infundada em relação a guerras. Nós viemos aqui para buscar uma solução que signifique um caminho para o futuro não só em relação a importações; nós viemos aqui para construir algo dentro do Confaz que signifique também a remissão de multas, de algumas ações que são impetradas hoje por alguns Estados contra outros e, ao mesmo tempo, para buscar um caminho também para regulamentar os incentivos já concedidos, garantindo, assim, segurança jurídica aos contratos, e para encaminhar, no Confaz, com a participação de todos, uma solução definitiva para o futuro, garantindo aos Estados emergentes condições de continuarem crescendo e se desenvolvendo.

O senhor sabe, Ministro, das nossas intenções. O senhor conhece o meu Secretário de Fazenda. Todos nós queremos encontrar um caminho que nos leve à sobrevivência, mas, ao mesmo tempo, à garantia do resguardo jurídico, do resguardo da Constituição, com legalidade para todos os nossos atos. Nós só vamos conseguir construir isso com bom-senso, com equilíbrio e com regras de transição, regras que garantam a sustentabilidade do nosso desenvolvimento. Se fizermos isso, vamos encontrar um caminho, mas, repito, nós não podemos sair daqui prejudicados, diminuídos, massacrados em nome de outros interesses.

Lembro-me bem, Presidente, que, quando da crise de 2008, o Governo Federal editou um pacote de socorro à indústria automobilística nacional, especialmente à indústria automobilística paulista, para a garantia de empregos e para que a saída da crise fosse mais rápida. Todos nós, brasileiros de outros Estados, aplaudimos aquela medida, porque nós a considerávamos correta, adequada para aquele momento. O que não pode é haver dois pesos e duas medidas: hoje, aplaudimos uma medida de incentivos que colabora com São Paulo e com outros Estados; e, amanhã, sermos prejudicados pela falta de tolerância ou pela falta de uma medida que possa garantir também a nossa sobrevivência.

De qualquer modo, Presidente, julgo que esta audiência, que este debate foi muito importante para debatermos um tema que era como brasa sob cinzas, um tema que aguça os nossos sentimentos de bairrismo, de regionalismo, mas que é um tema que exige e exigirá da gente muito esforço, se quisermos buscar uma saída. Não dá para, de repente, esquecermos tudo que já foi feito, a segurança jurídica dos contratos e fecharmos os olhos para um processo de industrialização, que é evidente e vital para os nossos Estados.

Se erros foram cometidos no passado, esses erros se deveram a muitas responsabilidades da União, dos Estados que praticam esse tipo de incentivo, dos

Estados que já praticaram esses incentivos no passado. Nenhum Estado cresceu sem receber incentivos fiscais, principalmente incentivos fiscais federais. Os nossos Estados – são dezesseis – crescem, sobretudo, à custa de incentivos locais, financiando o seu desenvolvimento através do seu ICMS. Nós queremos crescer com base nos nossos próprios esforços e também queremos crescer com o apoio permanente, contínuo da União.

Eu já agradeço à Presidenta Dilma pelo tratamento dispensado ao meu Estado até aqui. Quero agradecer-lhe, nesta oportunidade, Dr. Nelson, pela deferência, pelo respeito em relação ao meu Estado. Tenho certeza de que não será diferente no tratamento desse tema que está sendo debatido de forma tão fervorosa e apaixonante aqui na Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

Muito obrigado a todos pela oportunidade. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Concedo a palavra ao Dr. Nelson Barbosa.

O SR. NELSON BARBOSA – Obrigado, Senador. Vou ser breve.

Também agradeço ao Governador Marconi Perillo por sua postura, sempre colaborando com o diálogo na construção das soluções, no âmbito do Fórum dos Governadores. Também o seu Secretário, no Confaz, também nos ajuda muito a construir as soluções.

Foram feitas várias considerações. Eu gostaria de só colocar alguns pontos, principalmente para os Senadores. Houve alguns estudos desde que essa isenção foi colocada; alguns a favor, alguns contra. Nós, no Ministério da Fazenda, temos material do ponto de vista jurídico, que argumenta por que nós entendemos que a resolução é constitucional, e que está à disposição dos Senadores. Não é só um parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional; há também pareceres de juristas privados defendendo a constitucionalidade, e esse material vai estar disponível. Do ponto de vista econômico, há estudos. Há um estudo da consultoria Rosenberg, apontando que o ICMS não seria o principal incentivo, e há um estudo da consultoria LCA, apontando que o ICMS faz, sim, diferença. Assim, se os advogados divergem, imaginem os economistas. Além desses estudos, há um estudo da Federação da Indústria de Goiás argumentando a efetividade dos incentivos de ICMS; há um estudo da Federação da Indústria de São Paulo, argumentando como isso tem afetado o desenvolvimento industrial. Esse material está à disposição dos Senadores e das Senadoras que estiverem interessados. A minha equipe poderá disponibilizá-lo.

Sobre a questão da agenda federativa, como falei, é uma agenda longa, uma agenda difícil, mas é uma agenda que, acho, a gente pode resolver. O Governo Federal, ao apoiar a Resolução nº 72, também quer trazer esse debate para o Senado. E isso eu tenho ressaltado em todas as reuniões do Confaz. Eu sou Presidente do Confaz, presido as reuniões. Conheço todos os Secretários de Fazenda e debato com eles, pelo menos uma vez a cada três meses, todas essas questões e, quando não, entre as reuniões. O Confaz é um fórum muito bom, porque ali há os maiores especialistas em política tributária estadual. O Confaz é um fórum para construir as soluções, mas eu acho que a condição política de aprovação é nesta Casa, até porque aqui não há unanimidade; aqui cada Estado tem representação igual, e a maioria vota.

Então, foi por isso que O Governo Federal trouxe e apoiou essa Resolução 72. E é por isso que nós também estamos em discussão, no âmbito do Confaz, de iniciativas mais amplas, que envolvem também o ICMS como um todo, iniciativas que envolvem também a questão do comércio eletrônico.

O Ministro Guido Mantega já recebeu alguns dos governadores mais afetados pela medida. Já teve conversas com o Governador Casagrande, teve conversas também, recentemente, com o Governador Raimundo Colombo, está à disposição para ter uma conversa com o senhor também, Governador Marconi, e nós estamos desde ontem... Já estamos há algum tempo, mas desde ontem retomamos as reuniões para ver exatamente o cálculo do impacto fiscal em cada um dos Estados mais afetados.

O Ministro pediu que fizéssemos esses cálculos, que tivéssemos uma conversa específica e separada com cada Estado, e depois voltássemos para ter uma reunião dos governadores com ele. Está acontecendo, então, essa discussão da velocidade em que se vai fazer isso e como a União pode compensá-los. Está ocorrendo. Não estamos nos furtando a essa discussão. Eu acho que esta aqui é uma audiência para discutirmos o mérito da questão, por que ela é importante, e eu espero que a gente tenha mostrado por que ela é importante do ponto de vista da União, por que a União resolveu entrar num assunto eminentemente federativo, mas nós temos discutido, sim, também com representantes de vários Estados.

Por ser o Estado mais afetado, até faço o mea-culpa, nós temos discutido mais com o Espírito Santo. Nós discutimos com o Governador, discutimos com o Prefeito João Coser, discutimos com a Senadora Ana Rita, com toda a bancada do Espírito Santo. E, no âmbito do Confaz, temos discutido principalmente com os Secretários.

Então, a discussão está em andamento, e nós estamos tentando construir uma solução que contemple essa preocupação.

Um ponto positivo que posso ver é que todos aqui concordam que incentivo para importados é uma coisa que não faz mais sentido no Brasil. Com o grau de desenvolvimento que nós temos hoje, isso não faz mais sentido. Nós temos que construir uma solução para eliminar esse tipo de incentivo, que fez sentido no passado, mas hoje ele acaba tendo um efeito totalmente prejudicial sobre o País, ainda que tenha efeitos benéficos em alguns Estados.

Então, o desafio eu acho é um desafio para todos nós – Governo Federal, governadores e também o Congresso –, e tenho certeza de que a gente pode construir essa solução.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Eu convido o Senador Ferraço para presidir esta reunião, vez que, após a fala do Governador do Espírito Santo no seu Estado, Casagrande, eu gostaria de me pronunciar, uma vez que estou inscrito.

Enquanto o nosso Presidente está participando da votação no plenário, V. Ex^a, por merecimento, como grande relator desta matéria, vai presidir esta reunião histórica, encerrando assim o trabalho da nossa Comissão.

Com a palavra o Governador Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares.

Tivemos hoje, na parte da manhã, uma reunião boa com a bancada do PSB no Senado, e a bancada do PSB no Senado tomou a decisão de nos ajudar a construir um caminho da transição. Então, muito obrigado, Valadares, Lídice da Mata, Capi e Rodrigo Rollemberg, que são Senadores nossos aqui da Casa.

Eu quero, para encerrar minha participação nesta audiência, agradecer a todos, mas agradecer especialmente aos capixabas que vieram preocupados com a situação nossa do Espírito Santo. Instituições já registradas. Não registrei ainda o Dr. Zardini, Procurador do Ministério Público do Estado. Muito obrigado.

A oportunidade do debate produziu resultados, na minha avaliação.

Primeiro, aqui foi dito pelo Senador Armando Monteiro, presidente da CNI, que o Brasil não pode esperar. E é verdade. Mas o Brasil também não pode desorganizar o Espírito Santo. Então, existe mérito num debate e mérito no outro debate. Cada um que defende posições tem méritos, tem fundamentos, tem consistência. O Senador Blairo Maggi, Pimentel, sentido onde o senhor está, ficou nessa posição de ouvir um lado e concordar com os argumentos e de ouvir

o outro lado e concordar com os argumentos. Então, há argumentos fortes de um lado e argumentos fortes de outro lado.

Esta Casa e esta Comissão vão analisar a constitucionalidade. Os senhores já viram que o Senador Ricardo Ferraço vai fazer um relatório consistente, pelo conteúdo e pelo estudo que está promovendo com relação a essa matéria. Então, esta Casa e esta Comissão terão a oportunidade de analisar a constitucionalidade.

Mas, Dr. Néelson, se existem argumentos de um lado e de outro, é fundamental que a gente encontre caminhos. Tenho a certeza de que o Governo Federal não quer derrotar o Espírito Santo, tenho convicção disso; se derrotá-lo, essa será uma surpresa negativa, uma decepção com relação a uma situação que se estabelece de redução de receita. No debate sobre a Federação, um dos princípios tem de ser este: os Estados e os Municípios não podem perder receita, senão se quebra o equilíbrio federativo, rompe-se o princípio constitucional do equilíbrio federativo.

Então, estamos confiantes e apostando nisso. Há dias em que parece que não vamos achar o caminho, há dias em que parece que vamos achar o caminho. Mas estamos confiantes, Dr. Néelson, de que o equilíbrio vai tomar conta desse debate. E vamos achar o caminho para que uma proposta seja aqui apresentada, depois de discutida aqui a constitucionalidade da matéria. Se houver a constitucionalidade, por decisão desta Comissão, vamos encontrar um caminho racional e equilibrado, que nos proteja e que proteja o Brasil.

Os senhores viram que demos uma contribuição de R\$14 bilhões por ano com tributos arrecadados no Estado do Espírito Santo e recebemos R\$4 bilhões. Não estamos reclamando. Nós não reclamamos disso. O Espírito Santo é um Estado que tem condições de dar sua contribuição para o Brasil. Temos de melhorar um pouco a nossa contribuição e queremos que o Congresso e o Governo Federal não prejudiquem aquilo que nós construímos nesses últimos anos. Nós construímos uma organização administrativa no Estado.

É muito importante que a gente trabalhe na transição. Ontem, acolhi as propostas que o Ministro Guido Mantega fez de investimento no Estado. Precisamos, como remédio, como vacina, de investimento no Estado do Espírito Santo, para que possamos fazer frente e dar base ao nosso desenvolvimento no Estado.

É bom que o Governo avalie que há três Estados mais prejudicados, Espírito Santo, Santa Catarina e Goiás, penso, nessa ordem. Pode haver uma posição geral para o Brasil ou uma posição que crie uma excepcionalidade para esses Estados, construindo uma transição, construindo os investimentos onde é preciso, na área de infraestrutura. Mas estamos oferecendo

uma posição de retirar da pauta de produtos incentivados, num debate que vai permear esses Estados com o Governo Federal, para que possamos construir essa transição. Então, é nessa posição que estou confiante, porque isso nos protege economicamente.

Agradeço muito ao Senado. Agradeço ao Presidente Eunício, que conduziu com equilíbrio esta importante e consistente audiência, e a todos os palestrantes que participaram conosco do debate.

Obrigado, Srs. Senadores.

Um abraço! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu tive de sair daqui para participar da votação da PEC nº 05. O Brasil inteiro estava aguardando essa PEC, que aprovamos nesta Comissão e que encaminhamos ao plenário.

Senador Pimentel – V. Ex^a foi Ministro da Previdência –, fizemos essa correção aqui, com a participação de V. Ex^a e de todos os Senadores desta Comissão, por unanimidade. Fizemos a votação da matéria extrapauta. Acabamos de aprovar no plenário do Senado Federal uma matéria que vai corrigir uma injustiça com os aposentados por invalidez deste País inteiro. Houve a anuência do Líder do Governo, do Líder do Congresso, Senador Pimentel, e de todos os que aqui estavam para que pudéssemos aprovar essa importante matéria.

Senador Ferraço, V. Ex^a deu a palavra ao Senador Casagrande, para o Dr. Nelson Barbosa, para Dr. Hamilton já? Não. E para o Dr. João Cayres.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Estava inscrito o Senador Antonio Carlos Valadares, mas não está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Valadares não está aqui, então eu vou passar a palavra ao Dr. Hamilton e, em seguida, ao Dr. João Cayres. Se ele não chegar, eu vou encerrar.

Os Governadores têm cada um uma audiência com condição de sair.

Tem a palavra o Dr. Hamilton.

Governador Casagrande...em casa de Senadores a gente trata todo mundo por Senador. Impressionante! V. Ex^a foi um grande Senador e, por isso, se tornou Governador do seu Estado do Espírito Santo.

Concedo a palavra ao Dr. Hamilton Dias de Souza.

Não está encerrada ainda não. O Dr. Hamilton vai fazer uso da palavra e, em seguida, Dr. João Cayres. E, após, encerramos

O SR. HAMILTON DIAS DE SOUZA – Muito rapidamente, o que se viu hoje foi uma ampla discussão, maior do que a referente ao Projeto de Resolução 72, que tem a ver com o tema de incentivos fiscais. Isso foi extremamente proveitoso, várias questões constitucio-

nais foram suscitadas, nem todas foram respondidas, não me parece que este seja o momento adequado para voltar às questões constitucionais. No decorrer do dia de amanhã, o tema será retomado, mas quero manifestar aqui a minha posição, após ouvir os demais debatedores, que falo aqui como cidadão brasileiro que está firmemente convencido de que realmente o foro adequado para o trato dessa matéria é o Congresso Nacional, em sua inteireza, por suas duas Casas e não apenas o tema se presta a ser cuidado pela Câmara alta, o Senado da República.

Por essas razões, agradeço a atenção, foi uma honra estar aqui.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para suas considerações finais, eu concedo a palavra ao Dr. João Cayres, que representa a Central Única dos Trabalhadores, com quem negociei tanto tempo aqui em Brasília quando era Presidente da Federação do Comércio.

Tem a palavra V. S^a.

O SR. JOÃO CAYRES – Senador Eunício, Secretário Nelson, Dr. Hamilton, Srs. presentes, quero agradecer a oportunidade de estarmos também dando a nossa opinião, de não ser apenas sujeito passivo mas ativo nessa discussão. Foi um momento de muita reflexão e aprendizado, de entender como funciona e quais são as defesas de cada governador de cada Estado.

Nós, da Central Única dos Trabalhadores, queremos continuar esse debate e estamos com o propósito, sim, de defender não só a indústria brasileira, mas também a questão do nosso País. É algo que a gente tem percebido e que foi colocado no debate e feito esse alerta.

Então, agradeço aqui a oportunidade e que tenhamos uma boa discussão e uma boa votação.

Obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, para encerrar, eu poderia falar alguns minutos?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Jamais eu negaria a palavra a V. Ex^a, Senador por Sergipe, Antonio Carlos Valadares, para fazer as considerações finais, na presença dos nossos últimos palestrantes.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, eu tenho a minha opinião pelos debates que foram aqui efetivados, inclusive com a opinião abalizada do constitucionalista Dr. Hamilton de Souza de que é inafastável a possibilidade de uma briga jurídica do STF atrás da obtenção de uma definição daquele órgão sobre a inconstitucionalidade da proposta, se ela for aprovada.

Estou inteiramente de acordo de que o Senado Federal – e agora a Constituição de Justiça – decida sobre as propostas enfocando o ângulo da constitucionalidade, da regimentalidade, da legalidade. Nesse ponto, o art. 155 da Constituição é muito claro e uma proposta que poderia ter sido feita através de uma lei complementar, de um projeto de lei complementar que tem um quórum especial de votação por maioria absoluta. Já num projeto de lei ordinária, o quórum é simples e de fato não há participação efetiva da Casa da federação, que é o Senado Federal, que não se manifestaria através de um quórum qualificado.

Essa é a primeira opinião.

Segundo, a União tem sido muito generosa, principalmente no decorrer dessa crise internacional, com o setor industrial, renunciando impostos, como o IPI, e essa renúncia desencadeou também um processo de crise nos Municípios brasileiros, com a queda da arrecadação, notadamente nos Municípios mais pobres, que representam 70% da população, que depende do Fundo de Participação. E o IPI é um componente importante do Fundo de Participação dos Municípios e também dos Estados.

Eu também gostaria de dizer o seguinte: se há uma queda no PIB industrial do Brasil, isso não se deve à falta de cuidado do Poder Público, do BNDES, de todas as instituições financeiras do Brasil, do próprio Ministério da Fazenda, preocupados com o fortalecimento da indústria brasileira como fator importante para o nosso desenvolvimento, a âncora para a receita pública e também para a geração de emprego e renda. Então, não faltou essa preocupação. Agora, dizer, afirmar que essa importação ocorrida em Estados como o Espírito Santo, Santa Catarina etc. está provocando uma crise no setor industrial do Brasil, a ponto de gerar desemprego no Estado de São Paulo, por exemplo, acho que é uma falácia.

Sabemos que o setor industrial não vem crescendo por várias razões, e uma delas é a crise internacional, que reduziu os mercados, isto é, o setor industrial não tem como colocar, da forma como colocava antes, seus produtos no mercado externo. Além do mais, o setor industrial tem sido prejudicado pelas altas taxas de juros, pela sobrevalorização do real. São vários os fatores que contribuem para o decréscimo do setor industrial no Brasil. Mas não se pode apontar como causa exclusiva, como causa principal essa questão da importação, que tem origem em Estados como o Espírito Santo, que, há mais de quarenta anos, vem com essa prática e nunca gerou nenhuma crise no Brasil. Só agora que se levanta essa possibilidade da dissolução do Estado de São Paulo, que é o carro-chefe da economia nacional, porque ocorre momentaneamente

uma, vamos dizer, importação e a dispensa de determinados impostos e incentivo ao setor industrial, que se beneficia com essa importação.

Por isso, a minha palavra aqui é de preocupação, no sentido de que serviu, sim, para o debate a aprovação do requerimento desta audiência pública, porque ela alertou todos nós sobre muitos assuntos sobre os quais tínhamos dúvidas. Valeu sob esse aspecto, mas, do ponto de vista jurídico, a meu ver, essa proposta não pode vingar lá fora. No mundo jurídico, ela não vai ter nenhuma validade. Vai bater lá no Supremo e vai morrer.

Então, seria melhor que aproveitássemos este debate, que foi importante – ainda vamos ter outra audiência pública –, e que o Senador Romero Jucá tirasse a proposta e entrasse com uma lei complementar. Aí, sim, estaríamos no rumo certo, que é o determinado pelo nosso Regimento e pela nossa Constituição. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Valadares.

Antes de encerrar, existem dois requerimentos sobre a mesa que quero submeter ao Plenário: um, do Senador Alvaro Dias, que já aprovou na Comissão de Assuntos Econômicos a participação do Sr. Luiz Carlos Hauly, que é Secretário de Fazenda do Paraná e é Deputado Federal; e o outro é do Senador Armando Monteiro, que pede a substituição do nome do ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal, Carlos Velloso, pelo nome do Advogado Tiago Cedraz.

Portanto, submeto a matéria ao Plenário.

Os Srs. Senadores e as Srs. Senadoras que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Eu quero agradecer a presença do Governador Marconi Perillo, do Governador Cid Gomes, do Governador Raimundo Colombo, do Governador Renato Casagrande, do Vice-Governador Helenilson Cunha Pontes, do Dr. Nelson Barbosa, que teve muita paciência aqui com os Senadores hoje, nos debates, e que vai levar, com certeza, ao Ministro Mantega as informações que ele colheu aqui nesta audiência pública.

Agradeço a V. Ex^a pela firmeza, pela paciência e pela competência de estar aqui esclarecendo todas as questões em relação ao assunto, instruindo esta importante matéria que estamos debatendo no Senado Federal.

Agradeço também a presença do Dr. Clóvis Panzarini, que é da CP Consultores; do Dr. Hamilton Dias de Souza, que é advogado e que veio defender o seu ponto de vista; do Dr. João Cayres, que veio aqui representando o Artur Henrique da Silva Santos e do Dr. Paulo Skaf, que é Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião conjunta, lembrando que amanhã, às 10h, haverá reunião ordinária da CCJ e, às 14h, a segunda audiência pública conjunta da CCJ e CAE, para instrução do Projeto de Resolução nº 72, de 2010, e agradecendo a presença da imprensa e de todos que nos acompanham.

Boa noite e até amanhã, se Deus quiser.

(Iniciada às 14 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 38 minutos.)

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e quarenta e quatro minutos, do dia vinte e um de março de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Eunício Oliveira, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Demóstenes Torres, Armando Monteiro, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Humberto Costa, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Lauro Antônio, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena e Mozarildo Cavalcanti reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Viana, Inácio Arruda, Eduardo Lopes, Renan Calheiros, Luiz Henrique, Gim Argello e Magno Malta e a Senadora Marta Suplicy. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 6ª Reunião Ordinária, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM 1) TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 464, DE 2011** **Terminativo Ementa do Projeto:** Estabelece medida cautelar de interesse público de suspensão das atividades de estabelecimento empresarial envolvido na falsificação, adulteração ou alteração, entre outras práticas, de medicamentos, cosméticos e correlatos, e define outras providências. **Autoria do Projeto:** Senador Humberto Costa. **Relatoria do Projeto:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Resultado:** O Substitutivo oferecido ao PLS nº 464, de 2011, é dado como definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do RISF. **ITEM 2) EMENDAS DE PLENÁRIO**

AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 2010

Não Terminativo Ementa do Projeto: Dispõe sobre o processo e julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organizações criminosas; altera os Decretos-Leis nºs 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997, e 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e dá outras providências.

Autoria do Projeto: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. **Autoria das Emendas nº 1, 2, 3, 5 e 9 – PLEN:** Senador Romero Jucá. **Autoria das Emendas nº 4 e 8 – PLEN:** Senador Luiz Henrique.

Autoria das Emendas nº 6 e 7 – PLEN: Senador Alvaro Dias. **Relatoria do Projeto:** Senador Mozarildo Cavalcanti. **Relatório:** Pela rejeição das Emendas nos 3, 5, 6, 7 e 9-PLEN, pela aprovação da Emenda nº. 1

que apresenta, bem como das subemendas que apresenta às emendas nos 1, 2, 4 e 8-PLEN. **Resultado:** **Concedida vista aos Senadores Pedro Taques e Armando Monteiro, nos termos regimentais. ITEM 3) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 160, DE 2008** **Não Terminativo** Cria Centros de Atendimento Integrado à Mulher – CAIM vítima de crime de estupro, tipificado no art. 213 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal. **Autoria:** Deputado Eduardo Cunha. **Relatoria:** Senador Francisco Dornelles. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com três emendas de redação que apresenta. A matéria será apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. **Resultado:** **Retirado de Pauta para reexame do Relatório. ITEM 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 39, DE 2007** **Não Terminativo** Acrescenta o art. 879-A ao Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do trabalho), para regular a declaração da prescrição intercorrente na execução trabalhista. **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatoria:** Senador Armando Monteiro. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta. Em 19/03/2012, foi recebido o Relatório reformulado pelo Senador Armando Monteiro, com voto favorável ao projeto, com uma Emenda que apresenta. A matéria será apreciada ainda pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. **Resultado:** **Aprovado o Parecer, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CCJ. Votam com restrições os Senadores Aécio Neves, Ricardo Ferraço, Aloysio Nunes Ferreira, Pedro Taques e Eduardo Suplicy.** Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião, às onze horas e vinte e oito minutos, restando adiados os demais itens constantes da pauta, a saber: **ITEM 4) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 96, DE 2009, ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENA-**

DO Nº 405, DE 2009 e ITEM 7) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2012; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eunício Oliveira**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 6ª Reunião Ordinária.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico às Sr^{as} e aos Srs. Senadores membros desta Comissão, para conhecimento, o recebimento dos seguintes documentos:

– Ofício nº 129, de 2011, do Presidente da Câmara Municipal de Agudo e Ofício nº 1.103, de 2011, do Presidente da Câmara de Vereadores de Canoinhas, que se manifestam sobre o destino do programa Interlegis na reforma administrativa do Senado Federal. Expediente conferido. Enviado Ofício nº 22, de 2012, da Presidência desta CCJ, encaminhando as referidas correspondências ao Sr. Senador Benedito de Lira, Relator do Projeto de Resolução nº 96, de 2009, o qual trata do assunto mencionado;

– Correspondência da 22ª Promotoria de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, enviando sugestões legislativas. Expediente conferido. Enviado o Ofício nº 25, de 2012, da Presidência da CCJ, à Promotora de Justiça Bianka Karina Barros da Costa, por meio do qual agradeço a colaboração para o debate democrático e informo que a sugestão legislativa produzida por S. Ex^a já é matéria tratada pelo Projeto de Lei do Senado nº 496, de 2003, que ora se encontra em trâmite nesta CCJ, e serão dadas as devidas providências; e

– Correspondência nº 33, de 2012, do Presidente da Comissão de Portos, Sr. Edmundo Paes de Barros Mercer, encaminhando relatório sobre a análise do desempenho do Sistema Portuário no exercício de 2011. Expediente conferido. Enviado o Ofício nº 26, de 2012, da Presidência desta CCJ, ao Presidente da Comissão de Portos, por meio do qual informo que o

referido relatório será posto à disposição dos Srs. Senadores interessados na matéria.

A nossa reunião de hoje destina-se à deliberação dos itens de nºs 1 a 7.

ITEM 1
TURNO SUPLEMENTAR DO
SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 464, DE 2011
– Terminativo -

Ementa do Projeto: *Estabelece medida cautelar de interesse público de suspensão das atividades de estabelecimento empresarial envolvido na falsificação, adulteração ou alteração, entre outras práticas, de medicamentos, cosméticos e correlatos, e define outras providências.*

Autoria do Projeto: Senador Humberto Costa.

Relatoria do Projeto: Senador Antonio Carlos Valadares.

Observações: Em 14/03/2012, foi aprovado o substitutivo oferecido ao PLS nº 464, de 2011, ora submetido a turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Coloco em discussão a matéria, esclarecendo que poderão ser oferecidas emendas ao Substitutivo até o encerramento da discussão.

É vedada a apresentação de novo substitutivo integral, conforme preceitua o art. 282, §2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Algun Senador deseja discutir a matéria? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria e não havendo sido oferecidas emendas, o Substitutivo é dado como definitivamente aprovado, sem votação, de acordo com o art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal, tendo em vista que ele já foi votado, em turno único, de fase terminativa e de votação nominal.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

ITEM 2
EMENDAS DE PLENÁRIO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 2010
– Não Terminativo -

Ementa do Projeto: *Dispõe sobre o processo e julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organizações criminosas; altera os Decretos-Leis nºs 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código*

Penal, e 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997, e 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e dá outras providências.

Autoria do Projeto: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Autoria das Emendas nº 1, 2, 3, 5 e 9 – PLEN: Senador Romero Jucá

Autoria das Emendas nº 4 e 8 – PLEN: Senador Luiz Henrique

Autoria das Emendas nº 6 e 7 – PLEN: Senador Alvaro Dias.

Relatoria do Projeto: Senador Mozarildo Cavalcanti

Aliás, quero parabenizar o Senador Alvaro Dias pelo belíssimo relatório que V. Ex^a apresentou a esta Comissão e que foi aprovado na noite de ontem, corrigindo uma distorção acerca das pessoas que se aposentam por invalidez permanente. Parabéns a V. Ex^a pelo relatório de ontem.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – E parabéns a V. Ex^a, que agiu com celeridade nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado.

Prosseguindo, concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti para preferir a leitura do relatório.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador Mozarildo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, Srs. e Sr^{as} Senadoras, é um projeto de lei da Câmara, de 2010, que já tramitou por esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo recebido parecer pela sua aprovação, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo) ofertada pelo Relator, Senador Aloizio Mercadante.

A referida emenda foi aprovada no Plenário da Casa, restando prejudicado o texto original do Projeto de Lei Complementar. Seguiu-se, então, a redação do vencido, pela Comissão Diretora, com vistas ao turno suplementar, oportunidade em que foram apresentadas nove emendas (Emendas nos 1-PLEN a 9-PLEN). Retorna agora o processado a esta Comissão, desta feita para exame das referidas emendas de plenário.

Vou adiantando, Sr. Presidente, passando para a análise.

Com relação à Emenda nº 1-PLEN, não observamos vícios de ordem regimental, constitucional ou de juridicidade. Apenas sugerimos que, em vez de encaminhar a decisão ao órgão correicional, melhor seria somente dar-lhe conhecimento. É uma questão apenas de redação. Não se afigura razoável encaminhar os autos ao órgão corregedor, além do que, para

evitar o uso indiscriminado da medida excepcional, mostra-se suficiente apenas dar conhecimento da decisão que a adotou.

Também não vislumbramos vícios de ordem regimental, constitucional ou de juridicidade na Emenda nº 2-PLEN. Não obstante, sugerimos acrescentar apenas um parágrafo (em vez de dois), com a seguinte redação:

“§ 6º As decisões do colegiado, devidamente fundamentadas e firmadas, sem exceção, por todos os seus integrantes, serão publicadas, sem qualquer referência a voto divergente de qualquer membro.”

No que tange às Emendas nos 3, 5, 6 e 7-PLEN, também não vislumbramos vícios de ordem regimental, constitucional ou de juridicidade.

Entretanto, não estamos de acordo com o alargamento das hipóteses de autorização de porte de arma de fogo do modo como proposto nas Emendas nos 6-PLEN e 7-PLEN. A função dos oficiais de justiça, alcançados pelas emendas, sempre que ocorrer em local que demonstre risco à integridade dos mesmos, deve ser apoiada pela polícia judiciária, a qual possui treinamento específico para enfrentar tais situações. Não é coerente mandar o oficial de justiça cumprir uma ordem judicial com o risco da própria vida somente porque ele tem autorização para portar uma arma de fogo. Consequentemente, somos pela rejeição das Emendas nos 3-PLEN, 5-PLEN, 6-PLEN e 7-PLEN.

Estamos, contudo, de acordo com a Emenda nº 4-PLEN, que, de resto, também não apresenta qualquer espécie de vício. Os argumentos relacionados à necessidade de rapidez na efetivação das medidas protetoras das autoridades são convincentes. Preocupa-nos, somente, a questão da devida informação aos órgãos de trânsito competentes da existência de tais veículos, até para a própria segurança de quem os utilizará. Desta forma, propomos uma pequena mudança na referida emenda no intuito de sanar este óbice, na forma da subemenda apresentada – que apresentaremos.

Com relação ao art. 9º do Substitutivo, somos pela aprovação da Emenda nº 8-PLEN e pela rejeição da de nº 9-PLEN. A primeira apenas atribui a competência aos órgãos de segurança institucional, paralelamente às forças policiais, para a proteção das autoridades judiciais e membros do Ministério Público. De fato, muitas vezes são justamente integrantes das forças policiais as implicadas em processos que envolvem organizações criminosas, sendo necessário prever que a proteção dessas autoridades poderá ser feita também pelos agentes das próprias instituições a que pertencem. Noutro giro, entendemos que as restrições inseridas pela Emenda nº 9-PLEN não se coadunam com a necessidade de se adotarem medi-

das protetivas com celeridade, e ainda podem implicar o abarrotamento do CNJ e do CNMP, que não terão condições de analisar, de imediato, uma a uma, as comunicações que lhe forem encaminhadas, para dar ciência da requisição de proteção policial. Obviamente, nada impede a atuação desses órgãos em momento posterior, sendo mesmo desnecessário que todas as requisições lhe sejam comunicadas.

A despeito do mérito revelado pela Emenda nº 8-PLEN, apresentaremos uma subemenda para conferir ao art. 9º do Substitutivo uma redação que reuniria o consenso dos órgãos policiais e judiciais.

Outra emenda que apresentamos nesta oportunidade é no sentido de ressaltar os integrantes de missões policiais da obrigatoriedade de se submeterem ao aparelho detector de metais a que alude o inciso III do art. 3º do Substitutivo ao PLC nº 3, de 2010.

VOTO

Por todo o exposto, somos pela rejeição das Emendas nos 3, 5, 6, 7 e 9-PLEN, e pela apresentação da Emenda nº 1 – CCJ, e das Subemendas às Emendas nos 1, 2, 4 e 8-PLEN, a seguir:

Emenda nº 1-CCJ

Dê-se ao inciso III do art. 3º do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 03, de 2010, a seguinte redação:

“Art. 3º[...]

III – instalação de aparelhos detectores de metais, aos quais se devem submeter todos que queiram ter acesso aos seus prédios, especialmente às varas criminais ou às respectivas salas de audiência, ainda que exerçam qualquer cargo ou função pública, ressalvados os integrantes de missão policial, a escolta de presos e os agentes ou inspetores de segurança próprios.”

Subemendas:

Subemenda à Emenda nº 1-PLEN

Dê-se à Emenda nº 1-PLEN ao Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 03, de 2010, a seguinte redação:

Dê-se ao § 1º do art. 1º do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 03, de 2010, a seguinte redação:

Art. 1º[...]

§ 1º O juiz poderá instaurar o colegiado, indicando os motivos e as razões que acarretam risco à sua integridade física em decisão fundamentada, da qual será dado conhecimento ao órgão correicional.

Subemenda à Emenda nº 2-PLEN

Dê-se à Emenda nº 2-PLEN ao Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 03, de 2010, a seguinte redação:

“Inclua-se no art. 1º ao Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 03, de 2010, o seguinte § 6º, reenumerando-se o atual § 6º como § 7º:

‘§ 6º As decisões do colegiado, devidamente fundamentadas e firmadas, sem exceção, por todos os seus integrantes, serão publicadas, sem qualquer referência a voto divergente de qualquer membro.’”

Subemenda à Emenda nº 4-PLEN

Dê-se à Emenda nº 04-PLEN ao Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 03, de 2010, a seguinte redação:

“Dê-se ao §7º do art. 115 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, acrescido pelo art. 6º do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 03, de 2010, a seguinte redação:

“Art. 6º. [...]

‘Art. 115. [...]

§7º. Excepcionalmente, mediante autorização específica e fundamentada das respectivas corregedorias, e com a devida comunicação aos órgãos de trânsito competentes, os veículos utilizados por membros do Poder Judiciário e do Ministério Público que exerçam competência ou atribuição criminal poderão temporariamente ter placas especiais de forma a impedir a identificação de seus usuários específicos, na forma de regulamento a ser emitido, conjuntamente, pelo Conselho Nacional de Justiça, Conselho Nacional do Ministério Público e pelo Conselho Nacional de Trânsito.’ (NR)”

Subemenda à Emenda nº 8-PLEN

Dê-se à Emenda nº 8-PLEN ao Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 03, de 2010, a seguinte redação:

“Dê-se ao art. 9º do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 03, de 2010, a seguinte redação:

‘Art. 9º Diante de situação de risco decorrente do exercício da função às autoridades judiciais ou membros do Ministério Público e seus familiares, o fato será comunicado à polícia judiciária, que avaliará a necessidade o alcance, e os parâmetros da proteção pessoal

§ 1º A proteção pessoal será prestada, de acordo com a avaliação realizada pela polícia judiciária, e após a comunicação à autoridade judicial ou ao membro do Ministério Público, conforme o caso:

- I. pela própria polícia judiciária;
- II. pelos órgãos de segurança institucional;
- III. de forma conjunta pelos citados nos incisos I e II.

§ 2º Será prestada proteção pessoal imediata nos casos urgentes, sem prejuízo da adequação da medida, segundo a avaliação a que se referem o caput e o § 1º deste artigo.

§ 3º A prestação de proteção pessoal será comunicada ao Conselho Nacional de Justiça ou ao Conselho Nacional do Ministério Público, conforme o caso.

§ 4º Verificado o descumprimento dos procedimentos de segurança definidos pela polícia judiciária, esta encaminhará relatório ao Conselho Nacional de Justiça ou ao Conselho Nacional do Ministério Público.”

Portanto, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação, com as emendas e subemendas aqui, neste momento, já lidas.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Em discussão a matéria.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, o Senador Pedro Taques, o Senador Alvaro Dias e o Senador Demóstenes Torres.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu gostaria de pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a pede vista. Vista concedida.

Não há mais o que discutir.

Vista concedida ao Senador Pedro Taques em relação às emendas de plenário.

Vista coletiva solicitada pelo Senador Armando Monteiro, ao Item 2 da pauta.

Item 3 da pauta.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Do Item 5, V. Ex^a é o relator.

Já coloco a solicitação de V. Ex^a para inversão de pauta. Mas, antes, vou dar a palavra ao Senador Dornelles, que é o próximo item da pauta, que é o Item 3, que V. Ex^a é Relator.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, estou conversando com membros do Governo para ver se há um entendimento, de modo que eu queria solicitar a V. Ex^a a possibilidade de o projeto ser retirado de pauta.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Permita-me dar uma sugestão a V. Ex^a? Eu olhava ainda hoje, pela manhã, o projeto. O projeto se iniciou em 2008. Naquela ocasião, havia a redação do Código de 40, que falava que só mulher poderia ser estuprada. Hoje, qualquer um, homem também, pode ser estuprado, e a condição é justamente essa, a que cria só fala na condição da mulher. Se for para atendimento à mulher, que é o grande alvo, realmente, dos estupros, então, poderia haver uma modificação no projeto de lei, Senador Dornelles, no intuito de colocar que é a mulher vítima de estupro. Porque, com a alteração que houve em 2009 ou 2010, então, também hoje o homem pode ser estuprado legalmente.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Eu acato a sugestão de V. Ex^a, apenas pediria que fosse retirado de pauta para que pudéssemos examinar essas e as ponderações do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Trata-se do Projeto de Lei da Câmara nº 160, de 2008, exatamente este que cria Centros de Atendimento Integrado à Mulher (Caim) – não gosto desse nome – vítima de crime de estupro, tipificado no art. 213 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal). A autoria é do Deputado Eduardo Cunha. O Senador Dornelles, como Relator, pede a retirada de pauta para reexame da matéria.

Portanto, está retirado de pauta para atendimento ao Senador Dornelles e reexame da matéria o item 3.

O Senador Armando Monteiro solicita inversão de pauta para o item 5.

Submeto aos Srs. Senadores a solicitação de inversão de pauta feita pelo Senador Armando Monteiro para o item 5 da pauta.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, esclarece o Senador Armando Monteiro que é breve o item 5, porque nós gostaríamos de, efetivamente, ter hoje a votação do item 4. Mas, como ele diz que será breve o item 5, não criaremos objeção.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em votação a inversão de pauta solicitada pelo Senador Armando Monteiro.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada a inversão de pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 39, DE 2007

– Não Terminativo –

Acrescenta o art. 879-A ao Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), para regular a declaração da prescrição intercorrente na execução trabalhista.

Autoria: Senador Alvaro Dias.

Relatoria: Senador Armando Monteiro.

Observações: a matéria será apreciada ainda pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Armando Monteiro para proferir seu breve relatório, como sempre.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o projeto em tela pretende regular a prescrição dos créditos trabalhistas nos casos em que, por responsabilidade exclusiva do

exequente, não foi dado impulso à sua execução, nas condições que especifica.

O autor do projeto, nobre Senador Alvaro Dias, nesse projeto, já no seu parágrafo único, faculta ao magistrado a possibilidade de decretar a prescrição do crédito, desde que não haja ocorrido fato novo, decorridos cinco anos da decisão que determinou o arquivamento dos autos, depois de ouvido o exequente e o Ministério Público do Trabalho.

O projeto que ora apresento busca solucionar uma situação dúbia existente no âmbito da execução trabalhista: a aparente imprescritibilidade dos créditos decorrentes de condenação em reclamação trabalhista.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

Passo à análise.

De início, cabe consignar que se entende por “intercorrente” a prescrição que se dá no curso do processo, mais precisamente após o trânsito em julgado da demanda.

Para Irany Ferrari e Melchiades Rodrigues Martins, “a prescrição intercorrente é aquela que se verifica no curso da execução, portanto, depois do trânsito em julgado da decisão”. Sua aplicação tem por objetivo não só evitar a delonga do projeto de execução, mas também estimular a parte credora de se valer do seu direito.

É indubitável que as normas que regem a relação de emprego são de natureza imperativa, de ordem cogente, o que se evidencia em especial naquelas em que o caráter protetor ao empregado é evidente, como são as verbas trabalhistas de caráter alimentar.

A proposição em análise pretende acrescentar o art. 879 à CLT, a fim de estabelecer prazo de um ano para o arquivamento dos autos pelo juiz, quando não for dado impulso à execução por responsabilidade exclusiva do exequente.

É sabido que o tema prescrição intercorrente sempre foi polêmico dado a natureza do crédito trabalhista e do princípio da irrenunciabilidade do crédito trabalhista.

Ainda considerando que a execução trabalhista é promovida por impulso oficial, a teor do art. 878 da CLT, não haveria que se falar na perda da pretensão do exequente no curso da execução. Aliás, é justamente nesse sentido que o enunciado da Súmula 114 do Tribunal Superior do Trabalho orienta: É inaplicável na Justiça do Trabalho a prescrição intercorrente.

A Súmula 327 do Supremo Tribunal Federal, editada em 1963, por seu turno, autoriza o emprego da prescrição intercorrente no âmbito da execução trabalhista, mas o faz tão somente quando a paralisação do

processo por mais de dois anos vincular-se à prática de atos e incumbência exclusiva do exequente.

Maurício Godinho Delgado, cujo entendimento foi acolhido no TST no bojo de alguns agravos de instrumento em recurso de revista, manifesta-se sobre a celeuma jurisprudencial criada acerca da inaplicabilidade da prescrição intercorrente na seara trabalhista. Godinho, no entanto, admite a inviabilidade de prosseguimento da execução trabalhista no caso de omissão reiterada do exequente por mais de dois anos, abandonando de fato a execução.

Trata-se de alternativa que melhor harmoniza juridicamente os verbetes 114 do TST e 327 do STF, haja vista que privilegia a segurança jurídica da prescrição bienal trabalhista com o princípio da proteção do trabalhador.

Por esse motivo, propõe-se o acolhimento do *caput* do art. 879-A à CLT alterando-se o prazo prescricional de um para dois anos, a bem da compatibilização do dispositivo com o inciso XXIX do art. 7º da Constituição.

Já em relação ao parágrafo único do art. 879-A, que se pretende acrescentar à CLT, estabelece-se prazo de 5 anos, contados da decisão que determinou o arquivamento dos autos, para que o juiz, ouvidos o exequente e o Ministério Público do Trabalho, decrete a prescrição dos créditos, caso não tenha ocorrido fato novo.

Fica, entretanto, vedada a aplicação da prescrição intercorrente, quando iniciada a execução esta ficar paralisada por não se encontrar o devedor ou bens a serem penhorados ou por qualquer outro motivo que não dependa da vontade da parte.

Não se pode, pois, olvidar que os créditos trabalhistas, dada a sua natureza alimentar, são indisponíveis, não podendo o legislador impor restrições temporais a sua realização pelo exequente por motivos alheios ao seu controle. Nesse contexto, a legislação não pode ser instrumento do retrocesso social, nem tampouco sacrificar o bem comum, que encontra fundamento no primado do trabalho e tem como objetivo o bem-estar e a justiça sociais, razão pela qual não podemos acatar esse dispositivo da forma como havia sido proposto.

VOTO

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 39, de 2007, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CCJ

Dê-se ao artigo 879-A, na forma que dispõe o artigo 1º do Projeto de Lei do Senado nº 39, de 2007, a seguinte redação:

“Art. 879-A. Quando o exequente, por 2 (dois) anos, não praticar ato de responsabilidade exclusivamente sua, do qual dependa a continuidade da execução, o juiz poderá, ouvido o Ministério Público do Trabalho, decretar a prescrição intercorrente.”

Era esse o nosso parecer, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

Senador Pedro Taques em seguida.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Meus cumprimentos ao Senador Relator, Armando Monteiro.

Gostaria de colocar à sua apreciação a opinião do TST sobre a sua emenda.

A modificação que pretende o Senador Armando Monteiro, estabelecendo em dois anos o prazo, segundo o TST, incorre em inconstitucionalidade.

O art. 7º da Constituição fixa o prazo de prescrição das ações trabalhistas em cinco anos. A emenda do Senador Armando Monteiro reduz para dois anos. O prazo de dois anos, indicado pelo mesmo dispositivo, aplica-se apenas após a extinção do contrato de emprego. Pondera o TST que há demandas ajuizadas no curso da relação contratual cujas sentenças gerarão execução que, por óbvio, não poderão enfrentar prescrição intercorrente bienal. Diga-se ainda que o prazo de prescrição da pretensão executória não se pode mostrar inferior ou diverso ao aplicável à ação de conhecimento que se conta como visto em cinco anos.

São ponderações do presidente do TST.

Adite-se, por fim, que a Lei nº 11.051, de 2004, ao criar a prescrição intercorrente na execução fiscal manteve o prazo de cinco anos. A Lei 6830/80, como se recorda, aplica-se subsidiariamente ao processo de execução trabalhista, por autorização do art. 889 da CLT. Assim, ao menos com vistas à simetria, muito mais adequado será adotar o prazo consagrado constitucionalmente, de cinco anos, na eventualidade de criação da prescrição intercorrente para o processo do trabalho.

Por isso, peço ao Senador Armando Monteiro ponderar essa alegação do Ministro João Dalazen, presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Com o maior respeito ao entendimento trazido pelo Ministro Dalazen, através da palavra sempre firme do Senador Alvaro Dias, insisto no nosso entendimento, por entender que o crédito trabalhista tem outra natureza.

E também lembro ao Senador o que dispõe o inciso XXIX do art. 7º da Constituição Federal quando diz, de forma clara, o seguinte:

“XXIX – ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho”.

Portanto, a própria Constituição já dispõe sobre esse prazo de dois anos após...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Senador, o que alega o TST é que esse prazo de dois anos, indicado nesse dispositivo a que V. Exª faz referência, aplica-se apenas após a extinção do contrato de emprego.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Exatamente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Que as demandas ajuizadas no curso da relação contratual, cujas sentenças gerarão execução que, por óbvio, não poderá enfrentar essa prescrição intercorrente bienal.

Essa é a alegação do TST, que vive o problema no dia a dia, que julga essas ações. Ele tem essa experiência e, obviamente, traz exatamente o que estabelece o art. 7º da Constituição, que prevê o prazo de dois anos apenas nessa circunstância, apenas após a extinção do contrato de emprego. Por isso, a nossa ponderação.

Creio que seria adequado a esta Comissão atender essa recomendação do TST, com todo respeito ao Senador Armando Monteiro.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Relator, penso que os Tribunais Regionais do Trabalho têm jurisprudência que fala em dois anos – alguns Tribunais Regionais do Trabalho – no prazo da prescrição intercorrente. No entanto, o TST, como nós todos sabemos, tem jurisprudência consolidada, que são cinco anos. Então, pedindo vênias ao Sr. Relator, entendo que essa jurisprudência do TST é mais favorável ao cidadão trabalhador. E, se aplicarmos esse entendimento, mais uma vez pedindo vênias ao Senador, nós estaremos aqui trazendo prejuízo ao trabalhador.

Portanto, vou votar contrariamente a esses dois anos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em votação a matéria.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada a matéria com voto contrário: Senador Aécio, Senador Aloysio, Senador Pedro Taques, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Apenas uma orientação, Sr. Presidente: com destaque para a emenda. Aprovamos o texto do projeto, destacando a emenda, porque nós pretendemos votar contra a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A emenda é de relator. Já está no projeto. Se V. Ex^a quisesse fazer um destaque, passou o horário. A votação é em separado.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Mas é o que estou pedindo, destaque...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já passou.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Porque, normalmente, no plenário e por simetria, o Presidente anuncia: votação do projeto com destaque para a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Mas lá é terminativo; aqui, não é terminativo.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Bom, então, nós tentaremos retirar essa emenda na Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu lamento e peço desculpas a V. Ex^a, mas a matéria já tinha sido votada com os votos contrários que registrei dos Senadores.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Mas nós votamos contrariamente a...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a votou contrariamente, o Senador Pedro Taques votou contrariamente, o Senador Ricardo Ferraço votou contrariamente, o Senador Aloysio...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Contrários à emenda.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – ... E o Senador Aécio Neves. Foram esses Senadores que votaram contrariamente.

Então, aprovado o relatório, passa a constituir o parecer da Comissão.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, votei contrariamente. Levantei minha mão também. Perdão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Peço vênica a V. Ex^a, mas eu olhei para aí e não vi, lamentavelmente, o braço de V. Ex^a levantado. V. Ex^a levantou agora, no questionamento do Senador Alvaro Dias, quando a matéria já havia sido aprovada pela Mesa.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Presidente, apenas...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques. Só um minutinho.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu sou testemunha ocular.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – De quê?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – De que o Senador Suplicy levantou a mão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Depois. Na segunda.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Não, desculpe-me...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Está bem. O voto de V. Ex^a será contado contrariamente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Presidente, apenas para clarear: os Senadores que votaram levantando o braço votaram contrariamente à emenda por entenderem que prejudica o trabalhador.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Ok. Está claro isso.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – E, na Comissão de Assuntos Sociais, vamos tentar modificar o que foi aprovado aqui, retornando aos cinco anos.

É isso, Sr. Presidente, para ficar claro.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Na outra comissão, V. Ex^a poderá fazer a emenda. Aqui, lamentavelmente, passou o prazo. V. Ex^a é sempre muito atento, mas é porque a matéria não é terminativa e, não sendo terminativa, teria que destacar.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – De qualquer maneira, quero agradecer ao Senador Monteiro, por aprovar o projeto de nossa autoria, e tentaremos na Comissão de Assuntos Sociais fazer prevalecer a jurisprudência firmada pelo TST.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Próximo item da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO

Nº 96, DE 2009

– Não Terminativo –

Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.

Autoria: Mesa do Senado Federal

Relatoria: Senador Benedito de Lira, nesta Comissão, e Senador Ricardo Ferraço, na Subcomissão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A Mesa está com a palavra. Logo que terminar dará a palavra a V. Ex^a.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Prosseguindo...

Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do PRS nº 96, de 2009, e, total ou parcialmente, das Emendas apresentadas junto à Mesa nºs 3, 4, 5, 9, 10, 12, 14, 16, 18, 19, 20, 22, 29, 30 e 32 e das Emendas da CCJ nºs 4 a 7, 9, 12 a 17, 19 a 31, 34, 37, 39 a 51 e 53, na forma do substitutivo que apresenta, que incorpora todas essas alterações, restando rejeitadas as demais emendas.

Observações: – Em 14/03/2012, foi concedida vista aos Senadores Ricardo Ferraço, Randolfe Rodrigues, Sérgio Petecão, Roberto Requião, Armando Monteiro e Eduardo Suplicy, nos termos regimentais.

– Em 19/03/2012, foi recebida a Emenda nº 57, de autoria do Senador Pedro Taques, dependendo ainda de relatório.

– Em 20/03/2012...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Quero só concluir.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Desculpe. Achei que V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não, Senador...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Na verdade, estou recebendo uma comunicação aqui – não sei se se confirma – de que iniciou-se no plenário uma sessão deliberativa...

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – É a mesma confirmação que recebi.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – ...para discussão da PEC da reforma política. Se isso realmente se confirma, teremos que encerrar a reunião.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Tenho a mesma informação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Consulto a Mesa se... *(Pausa.)*

Já houve o início no plenário. Portanto, lamento que, na quarta-feira, às 11 horas e 27 minutos, estejamos todos reunidos nas Comissões e, mais uma vez, sejamos atropelados pelo plenário do Senado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não. Pela ordem.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, tendo em vista a eventual suspensão desta reunião e a importância dessa matéria que deve ser discutida agora, ou daqui a pouco, ou amanhã, ou, enfim, na primeira oportunidade, que trata da reforma administrativa do Senado da República, estarei apresentando um voto em separado, um substitutivo. Acho importante que possamos aprofundar esse debate por tudo que representa para o contribuinte brasileiro a necessidade de uma reforma no funcionamento, na rotina e nos procedimentos do Senado da República.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tendo em vista, Senador Aécio Neves, que o plenário do Senado começa a funcionar neste momento e que, às 14h, vamos ter aqui uma audiência pública com várias autoridades convidadas, em vez de suspender, vou encerrar essa reunião para dar cumprimento ao que determina o Regimento, pois, estando funcionando a Ordem do Dia no plenário, não há como haver as Comissões, sob pena de serem nulos todos os nossos atos.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Mas sou solidário a V. Ex^a, Sr. Presidente. Acho que esse não é o horário mais adequado para que tenhamos sessão no plenário, a não ser em caráter absolutamente excepcional. V. Ex^a, mais uma vez, age corretamente, cumprindo o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 28 minutos.)

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2012, TERÇA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às doze horas e sete minutos, do dia vinte e sete de março de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Eunício Oliveira, com a presença dos Senadores José Pimentel, Jorge Viana, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Aloysio Nunes Ferreira, Armando Monteiro, Gim Argello, Randolfe Rodrigues, Lindbergh Farias, Valdir Raupp, Eduardo Braga, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Lauro Antônio, Flexa Ribeiro, Flexa

Ribeiro, Cícero Lucena, José Agripino, Ciro Nogueira, Mozarildo Cavalcanti e João Ribeiro e da Senadora Marta Suplicy, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Pedro Taques, Eduardo Lopes, Pedro Simon, Renan Calheiros, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Alvaro Dias, Demóstenes Torres e Magno Malta. Justificam ausência os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 8ª Reunião Ordinária, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM 1) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2012 Não Terminativo** Institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, inclusive os membros dos órgãos que menciona; fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição Federal; autoriza a criação de 3 (três) entidades fechadas de previdência complementar, denominadas Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo – FUNPRESP-Exe, Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Legislativo – FUNPRESP-Leg e Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário – FUNPRESP-Jud; altera dispositivos da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004; e dá outras providências. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador José Pimentel. **Relatório:** Favorável ao Projeto, pela rejeição das Emendas apresentadas à proposição, e com uma emenda de redação que apresenta. A matéria é apreciada em regime de urgência, simultaneamente pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais, nos termos do § 1º, do art. 64, da Constituição Federal; Foram apresentadas, perante a Comissão de Assuntos Sociais, nos termos do art. 375, I, do Regimento Interno do Senado Federal, as Emendas nºs 1 a 33. **Resultado: Concedida vista coletiva, nos termos regimentais.** Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião, às doze horas e quinze minutos; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador Eunício Oliveira, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 8ª Reunião...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não, Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Solicito a dispensa da leitura.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Dispensada a leitura da Ata.

As Srªs e Srs. Senadores que aprovam a Ata, que já foi distribuída e cuja dispensa da leitura foi solicitada pelo Senador Pimentel, permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada a Ata. Será publicada no Diário do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à deliberação de item único, em regime de urgência constitucional. Item 1, exclusivo da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2012 – Não Terminativo –

Institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, inclusive os membros dos órgãos que menciona; fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição Federal; autoriza a criação de 3 (três) entidades fechadas de previdência complementar, denominadas Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo – FUNPRESP-Exe, Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Legislativo – FUNPRESP-Leg e Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário – FUNPRESP-Jud; altera dispositivos da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004; e dá outras providências.

Autoria: Presidência da República.

Relatório: Favorável ao Projeto, pela rejeição das emendas apresentadas à proposição, e com uma emenda de redação que apresenta.

Observações:

– A matéria é apreciada em regime de urgência, simultaneamente pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais, nos termos do § 1º do art. 64 da Constituição Federal;

– Foram apresentadas, perante a Comissão de Assuntos Sociais, nos termos do art. 375, I, do Regimento Interno do Senado Federal, as Emendas nºs 1 a 33.

Em 27/3/2012, foi recebido voto em separado do Senador Pedro Taques.

Senador Pedro Taques – S. Exª deve estar em outra Comissão –, se quiser, venha à Comissão agora, neste momento.

O Senador Pedro Taques apresenta voto em separado contrário ao projeto e às emendas apresentadas à matéria.

A relatoria é do Senador José Pimentel, do PT do Ceará.

Concedo a palavra ao Senador José Pimentel para proferir o relatório.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, este Projeto de Lei nº 2 é de autoria do Poder Executivo e tem como finalidade criar a previdência complementar dos servidores civis da União. Ele cria três fundos: um destinado ao Poder Executivo; outro, ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas da União; e, terceiro, ao Poder Judiciário.

Na tramitação desta matéria, foram apresentadas 33 emendas. Estou rejeitando as 33 emendas.

Esta matéria tramita no Congresso Nacional desde 1999. Inicialmente, como projeto de lei complementar. Em seguida, através da Emenda Constitucional nº 41, nós alteramos totalmente aquele dispositivo e passou a ser uma lei ordinária. Já temos as Leis Complementares nºs 108 e 109, ambas de 2001, que regulamentam esta matéria. A 108, em específico, trata da previdência complementar da União, dos Estados, dos Municípios, das autarquias, das fundações, das empresas públicas e sociedades de economia mista.

Agora, este projeto de lei, ao criar os três regimes, também trata da gestão, trazendo a gestão paritária para o Conselho Deliberativo. São seis membros: três deles de nomeação do Executivo, no caso do Funpresp do Executivo, e da mesma forma para o Judiciário e o fundo legislativo, e os três outros membros são eleitos pelo corpo funcional.

No que diz respeito à diretoria, ela é composta por quatro membros, dois de nomeação do patrocinador e os dois outros eleitos pelos beneficiários, pelos participantes.

Portanto, do ponto de vista, Sr. Presidente, da constitucionalidade formal, não há reparos a fazer, tendo em vista que a matéria deve ser disciplinada

em lei ordinária, iniciativa privativa do Poder Executivo (CF, art. 40, § 15), não havendo, também, qualquer problema no que diz respeito à constitucionalidade material, à juridicidade e à adequação financeira e orçamentária, uma vez que a proposição atende aos demais dispositivos constitucionais sobre o tema e é totalmente compatível como o que estabelecem as Leis Complementares nº 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001, que dispõem, respectivamente, sobre a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar, e dá outras providências, e sobre o Regime de Previdência Complementar.

Com relação às emendas apresentadas de nº 1 a 33, opinamos pela sua rejeição, conforme explicitado no anexo a este parecer, e estamos acolhendo, Sr. Presidente, a Emenda nº 34 como emenda de redação. Voto.

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2012, rejeitando as Emendas nº 1 a 33 e acolhendo a Emenda nº 34 como emenda de redação.

É esse, Sr. Presidente, o nosso parecer.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Antes de dar a palavra pela ordem ao Senador Randolfe, tendo em vista que fiz esta reunião extraordinária, vou dar vista... A Presidência vai dar vista coletiva.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito, Presidente. Era para isso. Eu ia arguir o art. 132, mas V. Exª, competentemente, já o fez.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Ao ver a movimentação de V. Exª, já me rendi aqui.

Coloco essa matéria em vistas coletivas até a reunião de amanhã, às 10 horas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, isso é um júbilo para a minoria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado. Partindo de V. Exª, ainda fico mais vaidoso ainda, do ponto de vista positivo da responsabilidade com o meu trabalho.

Nada mais havendo a tratar, tendo em vista que a matéria está em vista coletiva até amanhã, às 10 horas...

Havia o pedido de voto em separado do Senador Pedro Taques. Como ele não está presente, por deferência ao Senador Pedro Taques, Senador Randolfe, vou permitir a leitura do voto em separado na reunião de amanhã.

A pauta de amanhã está cheia. Esse vai ser o item 1 da pauta de amanhã.

Portanto, agradecendo a presença de todos, está encerrada a presente reunião extraordinária.

(Iniciada às 12 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 15 minutos.)

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e quarenta e um minutos, do dia vinte e oito de março de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Eunício Oliveira, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Jorge Viana, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Eduardo Lopes, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Armando Monteiro, Gim Argello, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Aníbal Diniz, Rodrigo Rollemberg, Humberto Costa, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Lauro Antônio, Flexa Ribeiro, José Agripino, Ciro Nogueira e Mozarildo Cavalcanti e das Senadoras Marta Suplicy, Ana Rita e Lúcia Vânia, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Demóstenes Torres e Magno Malta. Justificam ausência os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Última Reunião Ordinária, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta:

ITEM 1) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2012 Não Terminativo Institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, inclusive os membros dos órgãos que menciona; fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição Federal; autoriza a criação de 3 (três) entidades fechadas de previdência complementar, denominadas Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo – FUNPRESP-Exe, Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Legislativo – FUNPRESP-Leg e Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário – FUNPRESP-Jud; altera dispositivos

da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004; e dá outras providências. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador José Pimentel. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com a emenda de redação que apresenta, e contrário às demais Emendas apresentadas. A matéria é apreciada em regime de urgência, simultaneamente pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais, nos termos do § 1º, do art. 64, da Constituição Federal; Foram apresentadas, perante a Comissão de Assuntos Sociais, nos termos do art. 375, I, do Regimento Interno do Senado Federal, as Emendas nºs 1 a 33; Em 27/03/2012 foi recebido o Voto em Separado do Senador Pedro Taques, contrário ao Projeto e às Emendas apresentadas à matéria; Em 27/03/2012, foi lido o relatório, e concedida vista coletiva, nos termos regimentais; Em 28/03/2012 foram recebidas as Emendas nºs 35 e 36, de iniciativa dos Senadores Pedro Taques, Inácio Arruda e Vanessa Grazziotin, que receberam Parecer contrário. Durante a Reunião o Senador Antonio Carlos Valadares apresenta Requerimento de Destaque para a Emenda nº 2, de sua iniciativa, que é rejeitado pela Comissão. **Resultado: Aprovado o Parecer, com a Emenda nº1-CCJ. Votam vencidos os Senadores Pedro Taques e Randolfe Rodrigues. Fica prejudicado o Voto em Separado do Senador Pedro Taques. ITEM 3) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 72, DE 2010 Não Terminativo** Estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior. **Autoria:** Senador Romero Jucá e outros. **Relatoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatório:** Contrário ao Projeto. Foram realizadas duas audiências públicas, em Reunião Conjunta, da Comissão da Constituição, Justiça e Cidadania com a Comissão de Assuntos Econômicos; Em 28/03/2012, foi recebido o Voto em Separado de autoria do Senador Armando Monteiro, favorável ao Projeto; A matéria será apreciada, posteriormente, pela Comissão de Assuntos Econômicos. **Resultado: Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. EXTRAPAUTA: OFÍCIO “S” Nº 61, DE 2011 Não Terminativo** Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA, para compor o Conselho Nacional de Justiça. **Autoria:** Presidente da Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatório:** Votação secreta. A matéria é submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ. **Resultado: Concedida**

vista coletiva, nos termos regimentais. REQUERIMENTO APROVADO: 1) REQUERIMENTO Nº 11, DE 2012-CCJ “Nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro destaque, para votação em separado, da Emenda nº 02/2012 – CCJ, ao PLC nº 02, de 2012.” **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Resultado: Rejeitado.** Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião, às quinze horas e vinte e três minutos, restando adiados os demais itens constantes da pauta, a saber: ITEM 2) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 45, DE 2009, ITEM 4) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 96, DE 2009, ITEM 5) EMENDAS DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 2010, ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 405, DE 2009 e ITEM 7) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2012; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eunício Oliveira**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – Bom dia a todos!

Havendo número regimental, declaro a aberta a 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata que foi distribuída às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se acham. *(Pausa.)*

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras membros desta Comissão o recebimento dos seguintes documentos:

– Ofício nº 455, do Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), que apresenta sugestões a respeito da proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2011, que altera os arts. 102 e 105 da Constituição Federal, para informar os recursos extraordinários e especial em ações rescisórias.

Expediente conferido e enviado ao Ofício nº 029, de 2012, da Presidência da CCJ, informando que a referida proposta de emenda à Constituição encontra-se pendente de audiência pública, conforme Requerimento

nº 3, de autoria dos Senadores Francisco Dornelles, Demóstenes Torres, Ricardo Ferraço e Antonio Carlos Valadares. O conteúdo da análise da Anamatra ficará à disposição dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras.

– Ofício nº 54, de 2012, da Câmara Municipal de Seara, no Rio Grande do Sul, encaminhando Moção de Apelo nº 2, de 2012, à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 115, de 2011, que altera o inciso VI do art. 50 da Constituição Federal para vedar a instituição de impostos sobre medicamentos de uso humano.

Expediente conferido e enviado ao Ofício nº 030, de 2012. Apresenta à CCJ o Senador Luiz Henrique, Relator da matéria, para conhecimento.

A presente reunião destina-se à deliberação dos Itens de nºs 1 a 7.

ITEM 1 **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2012** **– Não Terminativo –**

Institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, inclusive os membros dos órgãos que menciona; fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição Federal; autoriza a criação de 3 (três) entidades fechadas de previdência complementar, denominadas Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo – Funpresp-Exe, Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Legislativo – Funpresp-Leg e Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário – Funsresp-Jud; altera dispositivos da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004; e dá outras providências.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador José Pimentel, que é favorável ao projeto, com a emenda de redação que apresenta, e contrário às Emendas nºs 1 a 33 apresentadas.

Observações: – *A matéria é apreciada em regime de urgência, simultaneamente pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais, nos termos do § 1º, do art. 64, da Constituição Federal;*

– *Foram apresentadas, perante a Comissão de Assuntos Sociais, nos termos do art. 375, I, do Regimento Interno do Senado Federal, as Emendas nºs 1 a 33;*

– *Em 27/03/2012 foi recebido o Voto em Separado do Senador Pedro Taques, contrário ao Projeto e às Emendas apresentadas à matéria;*

– Em 27/03/2012, foi lido o relatório, e concedida vista coletiva, nos termos regimentais;

– Em 28/03/2012 foram recebidas as Emendas nºs 35 e 36, de iniciativa dos Senadores Pedro Taques, Inácio Arruda e Vanessa Grazziotin.

Consulta sobre eventual manifestação decorrente do pedido de vista. Senador Pedro Taques, V. Exª tem um voto em separado, consulto se V. Exª quer lê-lo.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Gostaria de ler, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem V. Exª a palavra para leitura do voto em separado, para proferir o seu relatório em relação ao voto em separado.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – São cem laudas, mas eu resumi para sete.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Só um minuto, Senador Pedro Taques.

Vou pedir à mesa a gentileza de observar o problema de microfonia que está ocorrendo no nosso som, e nós queremos ouvir o Senador Pedro Taques.

V. Exª tem a palavra, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, como nós todos sabemos, em matéria desta natureza, compete a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas, nos termos do art. 101 do Regimento Interno. E é sob esta ótica que cabe aos seus integrantes manifestar posicionamento, sem ingressar, neste momento processual, no mérito finalístico da proposição, apesar das emendas apresentadas.

Com a devida vênia, sou obrigado a discordar do relatório do Senador José Pimentel, apesar de sua riqueza, apesar de sua qualidade, mas me cabe discordar.

O Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2012, apresenta diversos vícios de inconstitucionalidade e antijuridicidade, ao menos ao meu juízo, salvo melhor juízo desta Comissão. Passo a relatar alguns pontos:

II.1 – Da necessidade de lei complementar específica para regulamentar a previdência complementar pública.

Passo a argumentar, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, observo que a matéria nela tratada deve ser precedida por normas gerais nacionais que orientem toda a Federação com parâmetros que observem as especificidades da previdência complementar de natureza pública, conforme dispõe o artigo 40, § 15, da Lei Fundamental da República. Este dispositivo constitucional exige, explicitamente, para fins de instituição da previdência complementar

dos regimes próprios dos servidores efetivos civis e membros de Poder, a observância, no que couber, dos pressupostos do artigo 202, sendo o principal deles a regulamentação da respectiva matéria por meio de lei complementar a cargo do Congresso Nacional, pressuposto esse obrigatoriamente aplicável quando do disciplinamento da matéria prevista naquele comando normativo.

Doutrina abalizada aponta que há necessidade de edição de normas gerais próprias para a previdência complementar de natureza pública prevista para servidores e membros de Poder, e que esta exigência constitucional não foi preenchida pelas Leis Complementares nº 108 e 109, de 2001.

Por honestidade intelectual, Sr. Presidente, existe quem defenda que essas duas leis complementares já supririam a exigência do art. 40, § 15, combinado com o art. 202 da Lei Fundamental.

Sem as referidas normas gerais nacionais, sistêmicas locais poderiam criar universos absolutamente distintos para classes similares de servidores, a depender as distinções unicamente de um critério territorial. A multiplicidade de regimes previdenciários complementares que poderá advir, constitui risco extremado, o que levou o constituinte, a partir do paralelismo explícito com o artigo 202, a subordinar a matéria à lei complementar a cargo do Congresso Nacional, como o fez no caso das aposentadorias especiais.

O Congresso Nacional, porém, ainda não editou a lei complementar que discipline a organização e o funcionamento das entidades fechadas de previdência complementar de natureza pública para os regimes próprios dos entes da Federação, com vistas a cumprir um dos pressupostos do artigo 202 da Lei Fundamental, o qual deve ser aplicado quando da leitura e interpretação do artigo 40, §§ 14 e 15 do mesmo Diploma.

Observar, no que couber, o artigo 202 e seus parágrafos implica, necessariamente, replicar, para fins de regulamentação da previdência complementar dos servidores efetivos e membros de Poder, os pressupostos constitucionais explicitados no referido artigo, preocupando-se em harmonizá-los com as diretrizes maiores da Magna Carta, em especial os artigos 37 a 40, que preveem uma série de direitos e garantias aos servidores efetivos e membros de Poder que os colocam em posição diferenciada – nos benefícios e sacrifícios – em relação aos agentes públicos sem vínculo permanente com o Estado e trabalhadores da iniciativa privada.

Por isso, lá à frente eu argumento que não seria possível a aplicação das leis complementares 108 e 109 que tratam especificamente não de servidores públicos de carreira.

Isto significa pronunciar-se sobre normas gerais em um vasto leque de temas tais como os arranjos institucionais admitidos; a portabilidade das contribuições previdenciárias – do servidor e patronal recolhidas aos regimes próprios dos entes da Federação para a previdência complementar de outro ente (medida essencial para garantir os direitos constitucionais no caso de contagem de tempo recíproca); a impenhorabilidade do saldo da previdência complementar de natureza pública – porque, como nós todos sabemos, existe decisão do Superior Tribunal de Justiça permitindo a penhorabilidade da previdência privada –; a representação paritária dos Poderes e órgãos autônomos e seus servidores e membros de Poder nos órgãos decisórios dos entes previdenciários; as condições prudenciais aceitáveis para a taxa de desconto, dentre outros tópicos diferentes que deveriam ser regidos pela lei complementar própria, o que as 108 e 109 não fazem.

Reitero que é ponto de vista assentado na doutrina a distância entre estas regras gerais exigidas e a normativa atualmente existente.

Equivocada se mostra a tentativa de escamotear a necessidade dessa lei complementar específica com base em termos isoladas constantes das Leis Complementares nº 108 e 109, de 2001. Segundo essa linha de argumento, que defende que essas duas leis complementares já resolveriam a exigência do art. 40, §15, combinado com o art. 202, o artigo 31 da Lei Complementar nº 109, de 2001, justificaria a instituição da previdência complementar dos regimes próprios. Nada mais falso, como devido respeito, pois o próprio objeto daquela Lei, contido em seu artigo 1º, é a previdência complementar daqueles colaboradores abrangidos pelo Regime Geral da Previdência Social (como podem ser os servidores ocupantes exclusivamente de cargo em comissão, assim como os empregados públicos contratados pela administração direta e entidades da indireta nas hipóteses legais).

A Lei Complementar nº 109, de 2001, visa disciplinar a previdência complementar de natureza privada, organizada de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, administrado pelo INSS.

Digo de outra forma: observar o artigo 202 da Constituição e seus parágrafos, no que couber, não pode significar aproveitar as normas infraconstitucionais (leis complementares) que regulamentaram a previdência complementar privada dos segurados do INSS, porque tais normativos não resolvem as questões próprias do regime administrativo que o Estado estabelece com seus servidores e membros de Poder. Conforme argumentado, aqueles tópicos precisariam de uma lei complementar própria. Outra mostra da incompatibilidade com a ordem jurídica dessa aplica-

ção extensiva do regime privado ao servidor público *stricto sensu* de que se trata é a hipótese de retirada de patrocínio da previdência de natureza privada regulamentada.

Essa ocorrência é explicitamente aceita pela Lei Complementar nº 109, de 2001, segundo a qual qualquer patrocinador poderá solicitar a sua retirada da entidade de previdência, mediante prévia e expressa autorização do órgão regulador e fiscalizador.

II.2 – Da inconstitucionalidade de conceder “natureza privada” ao ente responsável pela previdência complementar pública.

O segundo ponto a contaminar a regularidade jurídica do projeto é a pretensão do projeto, em seu art. 4º, §1º, de conceder aos entes responsáveis pela previdência complementar do servidor público a forma de “fundação, de natureza pública, com personalidade jurídica de direito privado”. Repito: fundação de natureza pública, com personalidade jurídica de direito privado. Trata-se, inicialmente, Sr. Presidente, de inovação no figurino jurídico da administração pública federal, pois a suposta “fundação pública de direito privado” não existe no ordenamento jurídico. De fato, a criação dessa figura jurídica é objeto de proposição legislativa ainda não apreciada pelo Congresso Nacional – é o Projeto de Lei Complementar nº 92, de 2007. Esse mencionado projeto de lei complementar, aliás, foi alvo de objeção formal e frontal do Procurador-Geral da República comunicado à Presidência da Câmara dos Deputados e do Senado da República.

É evidente que a finalidade, a origem das contribuições, aportes financeiros do Estado e o regime administrativo de tutela absoluta a que a entidade fechada de previdência complementar do regime próprio está submetida são essencialmente públicos, como, aliás, reza o já citado artigo 40, § 15 da Constituição da República.

A intenção do Constituinte de dar natureza jurídica pública às entidades fechadas de previdência complementar dos regimes próprios dos entes da federação fica cristalina quando se examina a tramitação das propostas de Emendas à Constituição nºs 40 e 67, de 2003, que resultaram na Emenda nº 41, também de 2003. Naquela ocasião, a Emenda de Redação nº 251, propôs a retirada da “obrigatoriedade de as entidades de previdência complementar dos servidores públicos serem de natureza pública.” Lá em 2003, houve uma emenda. Essa emenda, porém, foi rejeitada sob a justificativa de que a “natureza pública dessas entidades deve ser mantida tendo em vista serem patrocinadas por entes de direito público”, conforme consignado no Relatório do então Senador Tião Viana, hoje Governador do Estado do Acre.

E não poderia o Constituinte dispor de outra maneira. Trata-se de garantias que precisam ser asseguradas àqueles que exercem, com os poderes que o Estado lhes confere, função tipicamente pública, não como forma de privilégio, mas como meio de assegurar aos cidadãos que agentes empoderados das faculdades estatais contarão com a isenção e a imparcialidade necessárias no trato da coisa pública. E tais isenção e imparcialidade são garantidas exatamente pelo regime de tutela administrativa que, no ordenamento jurídico brasileiro, é sinônimo da natureza pública.

Nada na ordem jurídica admitiria que a simples criação de uma entidade fechada, ainda que batizada de pública para mascarar sua essência privada e afastar a responsabilidade do Estado para com seus servidores e membros de Poder, pudesse impor limites ao regime próprio de previdência, cujo aparato é fundamentalmente direcionado pelas normas de Direito Público, como nós todos sabemos.

II.3 – Da inconstitucionalidade de atribuir à Previc a deliberação sobre a extinção da entidade de previdência complementar pública.

Outra questão – e passo a relacionar – de relevo diz respeito à extinção da entidade fechada de previdência complementar de natureza pública. O artigo 19 do projeto aqui debatido pretende estabelecer que a “constituição, o funcionamento e a extinção dos fundos de previdência do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, a aplicação de seus estatutos, regulamentos dos planos de benefícios, convênios de adesão e suas respectivas alterações, assim como as retiradas de patrocínios, dependerão de prévia e expressa autorização do órgão fiscalizador das entidades fechadas de previdência complementar”, diga-se a Superintendência Nacional de Previdência Complementar, autarquia federal vinculada ao Ministério da Previdência Social.

Além de afrontar o princípio da independência dos Poderes – porque aqui nós estamos a tratar de fundo de previdência do Legislativo e do Judiciário, além do Executivo –, essa proposta traz em sua essência outro vício de inconstitucionalidade, com respeito ao Sr. Relator, na medida em que reserva à entidade do Executivo o poder de decidir sobre a extinção de entidades fechadas de previdência complementar, criadas sob a forma de fundações que integrarão a administração indireta federal. Nessas bases, o dispositivo proposto subverte o artigo 37, inciso XIX da Constituição, que reserva ao Congresso o poder de decidir por lei sobre criação e extinção de entidades da administração indireta.

Já me encaminho para o final, Sr. Presidente, com a última objeção: da antijuridicidade da ausência, no processo legislativo, de elementos considerados

indispensáveis à espécie pela Lei de Responsabilidade Fiscal

A Lei Complementar nº 101, de 2000, como nós todos sabemos, exige, em seu art. 16 que:

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhada de:

I – estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II – declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

O próprio Relator, S. Ex^a o Senador Pimentel, admite em seu voto que “É certo que [isto está entre aspas], no curto prazo, haverá um aumento da despesa pública”. No entanto, seu voto não demonstra a sua asserção de que tal aumento será de pequena ou grande monta. Era um dos esclarecimentos que eu gostaria de saber do Sr. Relator. Ao contrário, sustenta essa afirmação em estudos – respeitáveis estudos, é bom que se diga – a respeito do aumento de despesa, mas estudos de quatro anos atrás.

A mudança do sistema de repartição simples para o de capitalização que pretende o projeto traz em sua essência significativa elevação do gasto público em função do custo do longo período de transição.

Aqui, Sr. Presidente, o aumento de despesa dar-se-á, ao menos a meu juízo, salvo melhor juízo do Sr. Relator no seu esclarecimento, no tocante a esse período de transição.

Do ponto de vista jurídico, releva notar que a referida nota – existe uma nota técnica no tocante a isso, feita pela Câmara dos Deputados – dá conta de que, no âmbito da tramitação deste projeto de lei complementar lá na Câmara dos Deputados, não foram apresentadas quaisquer simulações ou cálculos por parte do Governo Federal que objetivem minimamente dimensionar quais serão esses custos.

Carece, portanto, o presente projeto de elementos essenciais exigidos pelo ordenamento jurídico da República Federativa do Brasil para uma proposição desta natureza, a saber a estimativa do impacto orçamentário e sobre os percentuais dos Poderes e órgãos com limites de pessoal específicos fixados nos termos do artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Desta forma, entendo inadmissível a aprovação de um projeto que, em matéria tão sensível que afeta diretamente a vida de milhões de famílias e impacta tão fortemente as contas públicas, desconsidere esses cuidados básicos aqui relatados.

Voto da seguinte maneira: em face de todo o exposto, votamos pela rejeição do PLC nº 2, de 2012, por inconstitucionalidade e contrariedade ao ordenamento jurídico nacional, na forma do art. 133 do Regimento Interno do Senado Federal.

É este o voto em separado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu vou pedir ao Senador José Pimentel – obrigado, Senador Pedro Taques – para dar parecer para as duas emendas que foram apresentadas, que ainda não têm pareceres, pelo Senador Pedro Taques – o Senador José Pimentel já recebeu as emendas? Refiro-me às Emendas nºs 35 e 36, de autoria do Senador Pedro Taques.

Obviamente que, depois do parecer do Senador José Pimentel, eu vou abrir a matéria para discussão. No encerramento da discussão, nós vamos colocar a matéria principal em votação, e somente o voto em separado do Senador Pedro Taques, pelo Regimento Interno, será colocado, obviamente, em votação se a matéria principal não for aprovada.

Passo a palavra ao Senador José Pimentel, para proferir parecer das Emendas nºs 35 e 36, de autoria do Senador Pedro Taques.

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, Senador Eunício Oliveira, Sr^{as} e Srs. Senadores, as duas emendas apresentadas, de autorias do Senador Pedro Taques e da Senadora Vanessa Grazziotin, a primeira trata que a contribuição seria exclusivamente do patrocinador no que diz respeito ao § 3º, do art. 17.

Esta redação fere o art. 202 da Constituição Federal, que diz que as contribuições são paritárias, e também a Lei Complementar nº 108, que disciplinou essa matéria no que diz respeito à criação de previdência complementar por parte da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de suas autarquias, de suas fundações, da suas empresas públicas e também das sociedades de economia mista. Esta Lei Complementar nº 108, em seu art. 1º, é muito clara: a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, inclusive suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente são regulamentadas por esta Lei Complementar nº 108, de 2001, que foi aprovada no Congresso Nacional quase que por unanimidade.

E a Lei Complementar nº 109, que trata da previdência privada aberta também é da mesma época.

Portanto, em face de esta matéria estar disciplinada na Lei Complementar nº 108 e também no art. 202, o nosso parecer é contrário à Emenda nº 35.

Quanto à Emenda nº 36, ela propõe que a fundação seja exclusivamente pública, alterando a redação do § 1º, também do art. 17.

De certa forma, está matéria também faz parte do voto em separado do nobre Senador Pedro Taques, que, embora seja um voto muito bem elaborado, mas, *data vênia*, tem total divergência, até porque é do ordenamento jurídico brasileiro a existência de fundações públicas de direito privado. Conheço varias delas, entre essas a Fundação de Comunicação, no Estado de São Paulo, que é uma fundação antiga; tivemos também a Padre Anchieta, e outras mais. Então, tudo isso tem como base o art. 5º, inciso IV, do Decreto nº 267, que diz:

Fundação Pública – a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos da União e de outras fontes.

É verdade. O nosso Senador Pedro Taques tem toda a razão quando diz que foi encaminhado ao Congresso Nacional esse projeto de lei complementar que, até então, não foi ainda votado. No entanto, nós temos, lá na década de 1960, essa previsão legal. E é esse o embasamento que se dá para a criação da fundação pública de direito privado, deixando claro, no caso concreto, de que esta fundação está subordinada à Lei de Licitação, de Publicação e daqueles atos todos em que a legislação brasileira exige. Portanto, nosso parecer também é contrário a essa emenda.

Quero ressaltar, Sr. Presidente, aproveitando a oportunidade, que o § 15 do art. 40 da Constituição Federal é literal: afirma que será uma lei de iniciativa do Poder Executivo. E, na matéria que trata da previdência do regime próprio do servidor público, o legislador foi muito explícito. Todas as vezes que se exigiu lei complementar, como está previsto no § 4º do art. 40, fala-se que leis complementares disciplinarão.

Nos outros parágrafos, fala-se simplesmente em lei, porque se deixa claro que é uma lei simples. Portanto, com a *vênia* do nosso Pedro Taques, quero divergir de V. Ex^a nesse aspecto, porque o art. 15 diz: “O regime de previdência complementar de que trata o § 14 será instituído por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo”. Portanto, o legislador teve o cuidado, nessa matéria, de tratar que é uma lei simples.

Por isso, Sr. Presidente, mantenho o parecer sem alteração.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O parecer de V. Ex^a é contrário à emenda?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Exatamente, Sr. Presidente. Contrário às duas emendas e às de nº 1 a 33, acolhendo apenas a emenda de redação de nº 34.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Pimentel.

Vou colocar a matéria em discussão.

Para discutir a matéria, o primeiro orador inscrito é o Senador Alvaro Dias.

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, nós já expusemos a nossa posição sobre essa matéria na Comissão de Assuntos Econômicos, mas creio que cabe repetir alguns dos argumentos, sobretudo aqueles de natureza política, que enfatizam a mudança de discurso do partido do Governo, do principal partido do Governo, que, há 13 anos, impediu que essa matéria prosperasse no Congresso Nacional.

Portanto, há um atraso de 13 anos. E a indagação que se faz necessária é se essa mudança de discurso não ocorreu tarde demais e se prejuízos já não se somaram ao longo desses 13 anos em razão dessa intransigência à época.

Por que não se debateu com maturidade política e com responsabilidade pública assunto dessa natureza? Houve intransigência de natureza política ou ausência de visão estratégica de futuro? Não houve a capacidade de previsão em relação às dificuldades do Estado brasileiro, no que se refere à Previdência Social, que alcança os servidores públicos de todas as esferas da Administração Pública. Não havia a previsão para o *deficit* que ocorre em Estados, em unidades da Federação e na própria União?

Ocorre, Sr. Presidente, que, se há 13 anos, desejava-se a instituição da previdência complementar para o servidor público, não há por que não desejá-la agora. O que não se compreende é essa celeridade, é essa subtração da prerrogativa, que deveríamos ter, de debater com amplitude uma questão de tal importância.

Nós estamos premidos pelo tempo, estamos empurrados pelo Governo, somos obrigados a deliberar em curtíssimo espaço de tempo e estamos proibidos de aprimorar essa proposta que apresenta equívocos, que deveriam ser sanados.

As alegações de inconstitucionalidade devem ser ponderadas. Por exemplo, o Senador Antonio Carlos Valadares apresenta a emenda, considerando inconstitucional a parte referente ao Supremo Tribunal Federal, que deveria ser tratada através de lei complementar,

por iniciativa do próprio Supremo Tribunal Federal. O Senador Antonio Carlos Valadares apresenta a emenda e pede destaque para suprimir esta parte. No entanto, nós sabemos que o objetivo do Governo é a aprovação sem alterações, a pretexto de que não se retorne à Câmara dos Deputados, como se o Senado fosse apenas a Casa da homologação, sem competência e qualificação para o aprimoramento das propostas de lei que tenham origem na outra Casa do Congresso Nacional.

Mais uma vez, vou me referir a alguns pontos além desse já destacado, que é enfatizado pelo Senador Antonio Carlos Valadares. Na prática, devo me referir a outros pontos que consideramos críticos. Não há limitação para os recursos administrados em carteira própria. Um limite ao poder discricionário em relação à decisão de investimentos com recursos do fundo assegura a busca pela otimização na alocação dos recursos garantidores. Apresentamos emenda nesse sentido, limitando em 20% os recursos que podem ser administrados em carteira própria.

Outro ponto: não há um prazo para que seja feita licitação para a contratação das entidades que irão gerir os recursos do fundo. Com isso, os recursos serão geridos por instituição financeira federal, enquanto não houver a licitação. Há emendas estabelecendo o prazo de um ano para a realização da licitação. Portanto, o que se busca é reduzir riscos que o texto a ser aprovado aqui e, em seguida, rapidamente, no plenário do Senado Federal, como deseja o Governo, é um texto que acumula hipóteses de riscos.

Outro ponto: cada instituição contratada poderá administrar no máximo 20% dos recursos do fundo. Há emenda, de autoria do nosso Partido, propondo que esse limite seja de 10%, o que dilui ainda mais o risco e limita a exposição da entidade às instituições financeiras contratadas.

Outro ponto: a proposta confunde aposentadorias especiais, garantidas pela Constituição Federal, com risco atuarial. O Estado precisa definir mecanismos para evitar o desequilíbrio atuarial do fundo. Para isso, há emenda propondo que seja criado plano de custeio, custeado com recursos do Tesouro Nacional, com o objetivo de compor o fundo de cobertura de benefícios extraordinários, do qual serão vertidos montantes à conta mantida em favor do participante, para garantia das aposentadorias especiais, evitando o desequilíbrio atuarial. Essa emenda é da maior importância, e nós gostaríamos que fosse considerada.

Não pretendo pedir destaque na Comissão, como já fizemos na Comissão de Assuntos Econômicos, para essas emendas, mas apresentaremos no plenário. Se rejeitadas, transformaremos em projeto de lei. Nosso

objetivo é contar inclusive com a contribuição da liderança do Governo para que a matéria possa ser debatida com mais tempo, *a posteriori*, a fim de evitarmos riscos maiores em razão das deficiências da proposta já combatida por alguns dos nossos colegas, inclusive, há pouco, pelo Senador Pedro Taques, que apresentou um voto em separado pela rejeição desta matéria.

Em tese, o Partido concorda com a previdência complementar do servidor público. Concorde. Não há como não concordar. É um avanço, significa a modernização dos mecanismos de atendimento das aspirações das pessoas que trabalham. É a busca de uma solução para fazer frente ao déficit existente, mas o que nós não podemos aceitar é essa pressa, esse atropelo, essa urgência descabida depois de tanto tempo de espera, de omissão, de convivência com os erros e com os desvios. Ora, nós não estamos aqui para contrariar boas teses do Governo e, por isso, estamos apoiando a tese da previdência complementar. O que nós não podemos apoiar são falcaturas governamentais, ilícitos praticados, desvio de dinheiro público, incompetência, alteração da legislação para facilitação dos desonestos que transformam o País em fábrica de escândalos. É claro que a oposição não concorda com tudo isso, mas concorda com a tese da previdência complementar para o servidor público até para estabelecer isonomia em relação a trabalhadores brasileiros que sofrem consequência de uma previdência ineficaz, insuficiente, incompetente, incapaz de atender a suas aspirações, promovendo injustiças brutais, não corrigidas ao longo do tempo.

Portanto, Sr. Presidente, é um voto complexo. Nós somos forçados a aprovar o projeto em razão do conceito, em razão da postura que vem sendo adotada pelo Partido há tanto tempo, mas não nos conformamos com os seus erros, com seus equívocos, com a fragilidade que apresenta, com os riscos que oferece, com a porta aberta para desvios, para corrupção, para privilégios a determinados fundos e seus gestores. É evidente que há possibilidade de corrupção na gestão desses fundos e temos que buscar mecanismos para evitá-la e temos que buscar instrumentos para combatê-la.

Vamos insistir: votaremos favoravelmente ao projeto, mas não descansaremos enquanto não pudermos aprovar alterações que possam significar o seu aprimoramento, e o faremos mesmo que seja complementarmente através de projetos que apresentaremos depois da votação dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Alvaro.

Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de iniciar a minha fala, dizer, de antemão, que não tenho absolutamente nenhum tipo de preconceito contra servidores públicos, até porque sou servidor público com dois vínculos, um na Prefeitura de Olinda, onde sou médico, e um no Governo do Estado de Pernambuco, onde sou médico também. Portanto, não me move nenhum tipo de preconceito em relação aos servidores nesse debate.

Mas entendo que já era tempo de começarmos a dar a todos os trabalhadores brasileiros, sejam eles funcionários públicos ou trabalhadores da iniciativa privada, um tratamento isonômico no que diz respeito à questão da previdência social e a uma série de outras questões que são também relevantes.

Esse projeto tem essa condição ao mesmo tempo em que leva em consideração outros aspectos importantes.

Com certeza há um consenso nesta Casa, em qualquer debate que se faça na CAE, audiências públicas, em qualquer lugar, de que o Brasil é um país que carece de ter uma poupança interna maior, para podermos dar um salto no desenvolvimento. E nós sabemos o papel que não apenas o Brasil, mas internacionalmente, os fundos de pensão assumem em relação a essa questão, especialmente na aplicação em investimentos estruturadores e de longo prazo. Gerar essa poupança interna já é, por si só, uma razão extremamente importante para a aprovação desse Projeto.

Por outro lado, é um Projeto que, em nenhum momento, retira direitos dos servidores, primeiro porque aqueles que já estão na ativa estão com seus direitos adquiridos respeitados. Isso vai valer para quem entrar no serviço público ou para quem fizer a opção nesse período de transição. Ninguém vai perder a sua estabilidade. E o servidor público ainda terá um benefício. Por exemplo, se tratamos das empresas estatais em que há fundos de pensão assemelhados a esse, apesar de sabermos que, no serviço público, a demissão é um processo mais difícil do que na iniciativa privada, os trabalhadores contratados na condição de filiados ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço não têm estabilidade da forma como o servidor público a tem. Então, também nesse aspecto, não há prejuízo para os servidores.

Também vamos encarar um problema que é da maior gravidade, que é de profunda injustiça: hoje, há um déficit na previdência dos servidores públicos da União de R\$60 bilhões, que são pagos pela população; são recursos do Tesouro que, hoje, cobrem esse rombo. Isso dificulta investimentos em outras áreas, até mesmo na própria previdência social do trabalhador privado. Então, é preciso garantir que isso não aconteça mais.

Segundo, essa proposta dá sustentabilidade a esse modelo, à condição da aposentadoria e da pensão do servidor público, o que, hoje, não existe. Anualmente, dependemos de aportar R\$60 bilhões do Orçamento da União, recurso do Tesouro, para bancar as aposentadorias de servidores públicos federais.

Num momento de crise grave, como a que, agora, está sendo vivida por alguns países – e, antes, ninguém imaginava que esses países pudessem passar por tal crise –, como Espanha, Itália, Grécia, Portugal, onde a faca passa, primeiro, é exatamente na previdência do servidor público, na previdência do trabalhador. Então, é necessário que haja um sistema autossustentável, e é isso que está sendo proposto pelo Governo neste momento.

Deve haver uma participação mais efetiva do servidor público. É justo que o Estado banque 22% dessas contribuições e que o servidor público banque 11%? O Estado não é um patrão, o Estado não é um empresário, o Estado é o representante da população para fazer a implantação de um conjunto de políticas. Se não há recursos para isso, os investimentos não serão feitos. Faltará recurso para a saúde, para a educação, para uma série de áreas importantes.

Então, aqui, estamos dando ao servidor público federal o mesmo tratamento que a Petrobras, a Caixa Econômica e a Eletrobrás dão, e não vemos ninguém reclamando por conta disso. Portanto, isso não é algo que trará prejuízo para o servidor público. Vamos ser mais justos. A União não pode dar um tipo de contribuição da forma como é hoje, desproporcional em relação à contribuição que o servidor dá para ter uma aposentadoria integral.

Por outro lado, um dos grandes méritos desse Projeto é que, com base na legislação já vigente, ele vai garantir a legalidade dessa figura jurídica que é a fundação estatal ou pública de direito privado. Não sou advogado. Longe de mim querer discutir aqui com o Senador Pimentel ou com o Senador Pedro Taques! Mas a verdade concreta é a seguinte: hoje, há fundações estatais públicas de direito privado. Na Bahia, inclusive, é a instituição que organiza todo o sistema de atenção básica na área da saúde; em Sergipe, em Pernambuco, e existem ações de inconstitucionalidade que até hoje não têm nenhum posicionamento definitivo.

Então, acho que o mérito, inclusive, desse projeto é garantir que tenhamos agora, com o consentimento do Congresso Nacional, a adoção desse modelo.

Isso não é privatização, gente! As regras de licitação para contratação que essas fundações estão obrigadas a cumprir são da Lei nº 8.666. São regras de licitação. A contratação de profissionais é feita por intermédio de concurso público; os princípios de im-

peçoalidade, publicidade, eficiência, eficácia, todos eles estão garantidos nesse tipo de fundação.

Eu diria o seguinte, só para concluir minha fala – porque outros companheiros e companheiras, sem dúvida, querem se manifestar. Quero me referir ao Líder do PSDB.

Na verdade, previdência social – isto está demonstrado no mundo inteiro – tem que ser política de Estado. Não se trata de cobrar: “Por que isso não foi feito há oito anos? Por que não foi há doze, quando o PSDB era governo?”

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Nós não tínhamos maioria, não. Vocês tinham maioria. E nós reconhecemos, em muitos momentos, os nossos erros. Nós éramos presas de um corporativismo. Hoje, com a responsabilidade de gerir o Estado, não podemos continuar a ser presas desse corporativismo.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Senador Humberto, V. Ex^a me concede uma aparte? V. Ex^a fez referência...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Se o Presidente conceder, porque eu já falei muito! O Presidente permite?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já que o PSDB foi citado, sou obrigado a dar a palavra ao Senador Alvaro Dias.

Como V. Ex^a é sempre muito educado, vou dar a palavra a V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Atendendo à solicitação do meu amigo e colega Senador Humberto, no plenário do Senado Federal, vou ler alguns discursos do PT, de treze anos, quando esta matéria estava em debate no Congresso Nacional. Apenas isso, Senador.

Nós não estamos inventando nada. O obstáculo foi colocado pelo seu partido, sim. Não creio que seja demérito para V. Ex^a admitir essa realidade, mas, já que V. Ex^a não quer admitir, vou fazer a leitura da tribuna, no plenário do Senado Federal, quando esta matéria estiver em debate. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Na verdade, eu quero admitir. Eu quero admitir que nós erramos. Hoje, nós fazemos uma autocrítica em relação a isso.

(Manifestação das galerias.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Bom, eu tenho o direito de ter minha opinião em relação a essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vamos ouvir o Senador Humberto Costa. Está com a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Estou preocupado com o Brasil, estou preocupado com quem ainda vive na miséria, estou preocupado com a falta de dinheiro para a saúde, estou preocupado, inclusive, em garantir...

(Manifestação das galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Por favor, o Plenário não pode se manifestar, de acordo com o Regimento Interno do Senado. As galerias não podem se manifestar. Os senhores estão aqui tão quietinhos, com a permissão da Mesa! Senador Humberto Costa, para concluir, por favor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Como diz um ditado do Nordeste, quem tem ideia fixa é doido. Então, mudar e pensar de forma diferente é sinal de inteligência, eu entendo; de sobriedade, de serenidade e de capacidade de avançar, de capacidade de mudar. Por que não?

Existem no Brasil, hoje, alguns temas que, independentemente de PT, PSDB, PMDB, deveriam ser temas da sociedade, temas de Estado – a questão da educação, a questão da saúde, a questão da previdência social, a segurança –, e não deveríamos aqui travar sobre eles um debate de “a”, de “b” ou de “c”. Mas eu queria dizer, por último – eu não vou dizer o nome dele, não...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Humberto, para concluir. Há 14 Senadores inscritos para esta matéria.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – O Líder do PSDB.

Eu vou terminar aqui. É só para dizer o seguinte: eu acho também que o nobre Líder do PSDB precisa acreditar um pouco mais na natureza humana. Ele parece ser defensor daquela ideia de que o ser humano é, por essência, mau, corrupto. Não, nós estamos aqui discutindo o modelo que, de acordo com as regras que estabelecemos aqui, agora, e de acordo com o interesse que isso representa para a sociedade, será tratado, iremos lidar com ele com a maior lisura, com a maior seriedade e com a maior ética. E a oposição vai cumprir o seu papel de fiscalizar o seu funcionamento.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Tema a palavra V. Ex^a, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o mal

deste projeto de lei, para mim, é que ele me opõe a dois Senadores, afasto-me do entendimento de dois Senadores que admiro pela sua competência, pela sua integridade, pela sua dedicação ao exercício do mandato, que são os Senadores Randolfe Rodrigues e Pedro Taques.

Com o Randolfe, já debati ontem. Mas eu gostaria de rememorar o voto do Senador Randolfe Rodrigues, do qual eu discordei.

É um voto em que ele dissecou, de uma maneira absolutamente impiedosa e precisa, a metamorfose operada pelo PT em relação a esta matéria. E não apenas do PT como entidade, pessoa jurídica, mas das pessoas físicas, dos Deputados e Senadores do PT, em relação a este tema.

O Senador Randolfe deplora essa mudança. Eu não. Eu acho que é a constatação das realidades, a mudança das circunstâncias, que faz com que o PT promova essa reviravolta na sua posição inicial.

Agora, eu quero dizer também que essa mudança que o PT opera em nível nacional, aqui no Congresso, não é acompanhada de mudança similar da sua atitude nas assembleias legislativas, por exemplo.

Em São Paulo, há três anos, foi instituído um fundo de previdência complementar para os funcionários públicos que vierem a ingressar o serviço público estadual depois da promulgação da lei. O PT moveu uma batalha encarniçada contra o projeto de lei de iniciativa do Governador José Serra. Uma batalha encarniçada, usando os mesmos argumentos, aliás, que o Senador Randolfe Rodrigues usou ontem contra o PT. Então, eu pediria aos dirigentes desse partido que comunicassem aos seus correligionários que atuam nas assembleias e nas câmaras municipais que houve uma mudança na orientação, que os tempos mudaram e os senhores mudaram. Porque continua a haver o duplo discurso, a dupla face. Quando está no governo, pensa de um jeito e, quando está na oposição, pensa de outro. Não é?

Em relação ao meu querido amigo e geralmente guru em matéria jurídica, Pedro Taques, também, infelizmente, sou obrigado a discordar.

Creio que o argumento central do Senador Pedro Taques é em relação à impropriedade da espécie normativa, lei ordinária, para regular esta matéria. Discordo de S. Ex^a.

O Senador Pimentel, Relator da matéria, já fez a refutação do argumento. Eu aduziria, ao que disse o Senador Pimentel, que, efetivamente, na Constituição da República, anteriormente à mudança introduzida para a reforma da previdência, havia a exigência de uma lei complementar para regular esse assunto. Vejam, por exemplo, a redação do § 15 existente antes da mudança constitucional. Dizia o seguinte o § 15:

Observado o disposto no art. 202, lei complementar disporá sobre normas gerais para a instituição do regime de previdência complementar pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, para atender aos seus respectivos servidores titulares em cargo eletivo.

Acontece que houve uma mudança. O Congresso Nacional decidiu mudar. Mudou de lei complementar para lei ordinária. Houve uma decisão do Congresso Nacional: mudou a espécie normativa chamada a regular essa matéria. Então esse é, no meu entender, o equívoco em que incorre o Senador Pedro Taques.

Agora, diz a Constituição, em sua redação atual, que se aplica o disposto no art. 202 no que couber. Ora, no 202 e seus parágrafos há determinadas posições que cabem, outras que não cabem. Por exemplo, a vedação da participação da União, Estados e Municípios no custeio dos fundos de previdência privada a que se refere o 202, *caput*. Então, há normas que cabem e normas que não cabem.

De modo que, por essa razão fundamental, Sr. Presidente, é que me afasto do entendimento do Senador Pedro Taques. Previdência, fundação pública de direito privado existe. A Fundação Anchieta e outras já foram citadas. S. Ex^a o Senador Pedro Taques citou até uma proposta do então Senador Tasso Jereissati para que houvesse uma previsão expressa da existência de tal figura, fundação pública de direito privado. A bancada do PT foi contra, Tião Viana. Mas, ao mesmo tempo em que foi contra, não promoveu a inclusão no texto constitucional da exigência de fundação de natureza pública, de modo que a questão está em aberto. Existem fundações, existem sim, fundações públicas de regime jurídico privado, que são objeto de doutrina, de jurisprudência, de discussões, e não estão no texto constitucional.

Quanto à previsão de receita para cobrir as despesas que serão acrescidas...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Senador Aloysio, o senhor me dá um aparte nessa particularidade?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pois não.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Eu não fiz referência. O anexo V do Orçamento de 2012 prevê a contratação de sessenta e quatro mil e poucos funcionários. É exatamente a quantia de 64.579 servidores. E foi colocado no Orçamento a contribuição de 22%, por parte da União, para os atuais servidores e para esses. Portanto, como não existia ainda a fundação, foi essa a forma que encontramos para encaminhar o Orçamento de 2012. E podem ser remanejados esses recursos. Ao lado disso, uma vez sancionada a lei, tem até 180 dias para que o Executivo, o Legisla-

tivo e o Judiciário encaminhem o regimento à Previc, que, após a sua aprovação, tem mais 240 dias para o fundo entrar em funcionamento. Em outras palavras, dificilmente ele inicia as suas atividades em 2012 em face desse calendário elástico que estamos colocando, para permitir exatamente esse conjunto de informações.

Quero aqui registrar que, com relação à iniciativa do Líder do PSDB de, em seguida, fazer ajustes, eu tenho acordo, porque nós estamos tratando de uma matéria muito importante para o Estado nacional e fatalmente vamos ter que fazer complementações posteriores em outros projetos de lei.

Eu sugeriria – e estou disposto a ajudar inclusive se for possível nesta matéria – que, tão logo os regulamentos e os regimentos cheguem à Previc, de posse desse material, a gente se debruçaria sobre esse aprimoramento.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Ciente desse compromisso de V. Ex^a de trabalharmos para implementar as sugestões do Senador Alvaro Dias, formulados em nome da nossa bancada, encerro aqui o meu pronunciamento, dizendo que não acompanharei o voto em separado do Senador Pedro Taques e fico com a posição do relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra à Senadora Marta Suplicy.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Deixando de lado as ironias, mas só fazendo uma reflexão de que o ser humano aprende com a experiência, passo às minhas reflexões.

O Funpresp corrige o problema do tratamento previdenciário mais favorável que é dado ao servidor público em relação ao que é dado ao trabalhador privado e procura corrigir um déficit abissal.

O problema desse tratamento desigual entre o servidor público e o trabalhador privado é ainda mais grave quando vemos os números. Em 2011 tivemos que buscar fundos da ordem de R\$27 bilhões e 800 milhões para cobrir o déficit no pagamento de 669 mil ex-servidores públicos e pensionistas. Ou seja, R\$41,7 mil anuais por pessoa. Já no caso dos trabalhadores privados, o déficit é de R\$36,5 bilhões para pagar 24,6 milhões de aposentados e pensionistas do INSS, ou seja, R\$1,5 mil anuais por pessoa.

Esse elevado custo do atual sistema de previdência do servidor público é evidente que o torna insustentável. O Funpresp vai na direção de dar sustentabilidade contábil a esse sistema. E na transição do sistema, enquanto a maior parte dos servidores ainda estiver fora do Funpresp, o custo da previdência vai aumentar. Mas daqui a cerca de 30 anos, quando

o fundo se tornar a regra e não a exceção, a despesa do Governo reduzirá substancialmente.

Pelo Funpresp, o servidor público passa a contribuir obrigatoriamente com 11% sobre R\$3.916,20, que é o valor máximo do INSS, para receber este valor quando ele se aposentar. Para complementar, ele pode contribuir com o que ele quiser para o fundo financeiro do Funpresp, que será aplicado, segundo regras prudenciais aplicadas aos fundos de pensão a fim de evitar o risco de quebra. Essas regras são definidas pelos órgãos competentes, como o Conselho Monetário Nacional e a Comissão de Valores Mobiliários.

Um aspecto importante do fundo é que até o limite de 8,5% do seu salário, para cada R\$1,00 que o servidor contribuir a mais para o fundo, o Governo também vai depositar R\$1,00. Ou seja, se o servidor recebe R\$10 mil e decide depositar R\$850,00 para complementar a sua aposentadoria, o Governo vai depositar em seu nome mais R\$850,00, perfazendo uma poupança total de R\$1.700,00. Essa contribuição adicional do Governo é um incentivo à previdência complementar e equivale à contribuição das empresas no caso dos trabalhadores privados. Vale dizer que nesse exemplo ele também deverá contribuir com 11% do seu salário, no caso R\$1.100,00, para poder receber a aposentadoria básica de R\$3.916,20.

Simulações do Ministério da Previdência Social indicam que se o servidor contribuir 35 anos por este sistema, tendo, vamos supor, uma taxa real de juros anual de 6%, ele deverá receber a integralidade do seu salário quando aposentar.

Vale dizer que a adesão ao Funpresp só é obrigatória para os novos servidores públicos, sendo facultativa para os atuais, e que é fundamental a aprovação imediata do Funpresp para garantir que o sistema possa entrar em funcionamento nos próximos meses. Por isso, estamos tentando evitar aprovar qualquer emenda ao projeto para impedir o seu retorno à Câmara. Qualquer aperfeiçoamento legislativo pode ser realizado por um novo projeto de lei sem prejudicar a tramitação deste.

A Funpresp também traz uma vantagem concreta para os servidores da ativa, pois facilita a concessão de aumentos e recomposição de salários, porque, hoje, todos sabemos que a política salarial do servidor público é muito afetada pela obrigatoriedade de se passar esse aumento aos aposentados e pensionistas multiplicando o custo fiscal. Com a Funpresp, o valor da aposentadoria se desvincula do valor do salário dos servidores da ativa e passa a depender apenas do quanto o aposentado acumulou na sua previdência complementar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senadora Marta Suplicy.

Concedo a palavra ao Senador Aécio Neves, para discutir a matéria. Senador Aécio Neves tem a palavra.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero saudar a evolução. Darwin já nos ensinava que a espécie humana é uma espécie em permanente evolução.

Lembro-me, Senador Eunício, e eu era ainda Líder do PSDB na Câmara, no Governo do Presidente Fernando Henrique, do esforço que fizemos para trazer esta matéria à votação na Câmara naquela época. Não foi possível. A oposição do PT foi extremamente dura. Lembro-me, ainda, que, após a eleição do Presidente Lula, o Senador Tarso, aqui, propôs medida na mesma direção e encontrou mais uma vez, apesar de já estar no Governo o PT, uma enorme resistência explicitada num parecer do então Relator da PEC nº 40, Senador Tião Viana. Isso, obviamente, não desmerece e não tira a importância da posição hoje apresentada pelo PT e por alguns dos seus aliados.

O PSDB, Sr. Presidente, muitas vezes criticado até pela forma como faz oposição, continuará a fazê-la, até porque temos e teremos sempre a mesma posição como Governo e como oposição. Estamos, agora, na oposição, espero que não por um período extremamente longo, mas manteremos aqui a nossa mesma posição, a nossa mesma compreensão da importância da previdência complementar do servidor público.

Trago, aqui, duas questões que, na verdade, são preocupações já externadas por alguns companheiros. Já antecipo, com toda vênica e pedindo vênica ao ilustre Senador Pedro Taques, que sempre traz contribuições importantes ao debate nesta Casa, que estaremos, Senador Pimentel, inclusive, com os compromissos aqui assumidos por V. Ex^a de aperfeiçoamento desse processo. Temos algumas sugestões já apresentadas e outras a apresentar, mas faço apenas duas considerações distintas: a primeira delas é de que é claro para nós que o regime de contribuição definida é atuarialmente mais firme, mais robusto. O risco de fracasso financeiro corre sempre por conta dos participantes, que, obviamente, terão sempre que se esforçar para controlar as aplicações. Então, terá que haver sempre um esmero, uma preocupação do gestor dos fundos para garantir o resultado, o retorno adequado dessas aplicações. Teoricamente, é assim que deveria funcionar, mas, na prática, caro Senador Pimentel, se o gestor não está obrigado a apresentar um retorno definido, e é esse o ponto que coloco aqui para apreciação de V. Ex^a, para pagar os benefícios preestabelecidos, a chance de imprudência e também – por que não? –

de ilícito se eleva. Cito aqui o exemplo dos fundos de pensão do Chile que, hoje, pagam não mais que 30% dos valores dos salários da ativa, exatamente por essa razão. Para tanto, e essa é a sugestão que trazemos, o contrato de gestão financeira do fundo deveria conter uma cláusula que fosse bianual mínima de retorno, como se procede, por exemplo, num contrato de gestão, amarrando-se a remuneração do gestor a essa taxa. Podendo, inclusive, quando o retorno não houver, chegar a zero, portanto, em caso de fracasso.

O que me faz trazer aqui esta reflexão, ilustre relator, é exatamente a composição a que hoje assistimos da direção dos fundos de pensão. São substancialmente partidarizados. Nós assistimos permanentemente a disputas de poder dentro de facções do partido que hoje governa o Brasil. A Previ talvez seja o maior desses exemplos. Algumas aplicações temerárias. E poderia deixar aqui como exemplo a forma, não a participação, mas a forma como veio participar de alguns consórcios que participaram do processo de concessão de aeroportos, portanto, sem garantia mínima de retorno adequado.

Fica, portanto, essa reflexão, porque o comando, o controle, a gestão desses Fundos deveria ser eminentemente profissionalizada. A meritocracia deveria substituir as indicações partidárias que tem sido a marca da composição dos fundos de pensão ligados ao atual Governo.

Uma segunda questão, Senador Pimentel, foi já trazida e será por nós aqui destacada e apresentada em plenário. Parte-se do pressuposto de que as aposentadorias especiais são uma concessão do Poder Público e, por essa razão, coerentemente, deveria ele ser o financiador dessas aposentadorias especiais. Não caberia, a meu ver, aos recursos do fundo do contribuinte serem os responsáveis pelo pagamento dessas aposentadorias especiais. Essa solidariedade, a meu ver, não faz sentido, porque o futuro participante depende de quanto consiga capitalizar para si. Há uma proposta à Emenda nº 31, apresentada pelo PSDB, assinada pelo Líder Alvaro Dias, que propõe exatamente isso para o financiamento complementar das aposentadorias especiais, definidas nas hipóteses dos §§ 4º e 5º, bem como no caso das mulheres do § 1º do inciso I. Veja bem, não somos contra as aposentadorias especiais, mas devem ter outra natureza de financiamento.

Então, seguindo a Constituição Federal: será criado plano de custeio, custeado com recurso do Tesouro Nacional, com objetivo de compor o Fundo de Cobertura de Benefícios Extraordinários, do qual serão vertidos montantes da conta mantida em favor do participante,

para garantia da aposentadoria especial acima definido nas hipóteses e na forma prevista nesta lei.

Portanto, ficam essas sugestões a V. Ex^a.

Levo em conta, até pela credibilidade que V. Ex^a tem nesta Casa e nesta Comissão, de forma muito especial, a forma sempre democrática como trata as questões sob sua responsabilidade... Como aqui foi dito, na verdade, e repetido o que dizíamos lá atrás, nos idos de 1990, esta é uma questão de Estado, e aqui hoje ouvimos novamente este discurso, de outras bocas, mas, felizmente, das majoritárias hoje nesta Casa. Essa é uma questão de Estado e, para tanto, nós temos contribuições, Senador Pimentel, que gostaríamos de apresentar e para as quais gostaríamos não apenas da anuência, como também da atenção e do interesse de V. Ex^a.

Antecipo desde já a posição do PSDB favorável ao texto de V. Ex^a, com essas ressalvas.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Aécio Neves.

Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, lembrando que ainda temos oito oradores inscritos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Qual a ordem, Presidente?

Desculpe-me, Senador. Só para dizer a ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A ordem de V. Ex^a? É o próximo orador depois do Senador Valadares.

Senador Valadares, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, trata-se de uma terceira reforma da Previdência Social. As duas outras ocorreram em 1998, no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, e a outra, em 2003, no governo do Presidente Lula.

O nosso relator, Senador José Pimentel, acompanhou todas essas reformas desde o início. É hoje, com a maior certeza, a pessoa mais versada neste assunto, intelectualmente preparada para desenvolver esta matéria, para apresentar o seu relatório, porque o conhecimento não lhe falta sobre Previdência Social, não só porque passou pelo Ministério da Previdência, mas porque se trata de um homem que estudou esta questão detidamente na Câmara dos Deputados e no Senado e, tanto numa Casa quanto na outra, demonstrou sua eficiência e a solidez do seu mandato. Por isso, com todo o respeito, recebo o relatório do Senador José Pimentel apenas com uma restrição de caráter constitucional, sobre a qual falarei logo a seguir.

Sabemos que o Brasil, hoje, adota um regime previdenciário de repartição em que os trabalhadores ativos financiam as aposentadorias e pensões em

curso, esperando que no futuro seus benefícios previdenciários sejam custeados por outros. É o regime de repartição adotado em nosso País. O que se pretende com a adoção do projeto de lei que cria a Previdência Complementar é incluir o regime da capitalização, em que os benefícios de cada indivíduo são custeados pela capitalização prévia das contribuições ao longo da vida. Essa é a definição técnica da capitalização.

Há uma preocupação, não só do atual Governo, mas de outros governos, de que as despesas com a Previdência e o déficit do regime previdenciário continuem sobremaneira elevados. Um comparativo: em 2005, o regime próprio do servidor tinha uma despesa da ordem de R\$10 bilhões; em 2011, eram R\$52,7 bilhões. A continuar essa situação, não só aumentaremos o déficit como poderemos, amanhã, entrar numa situação tão difícil que aqueles que têm o direito, por meio de suas contribuições, a uma aposentadoria, poderão não recebê-la como esperado. Por isso, a necessidade de uma alternativa que já é prevista na Constituição Federal de um projeto de lei dispondo sobre aposentadoria complementar, justamente para somar-se à previdência básica. Nesse caso, o servidor poderá ter uma situação melhor no futuro, sem nenhum transtorno, sem nenhuma preocupação de que, somando-se o regime da capitalização com o da repartição, possa se beneficiar de uma aposentadoria mais vantajosa.

Sr. Presidente, a Câmara dos Deputados aprovou esta matéria, que aqui está sendo ratificada pelo Relator. Há a preocupação de que possamos retirar do âmbito desta matéria alguns dispositivos que se manifestam inconstitucionais, daí a apresentação de uma emenda não para atender a privilégios de uma categoria, não para manter privilégios de uma instituição, mas para colocar em termos a proposta que é defendida com tanto ardor pelo Governo Federal e por nosso Relator. Escoimando-se essa inconstitucionalidade, temos certeza absoluta de que o poder de iniciativa da Presidenta da República continuará obedecendo aos ditames constitucionais, mas, caso persista no texto a obrigatoriedade de que o Poder Judiciário não tenha a iniciativa de apresentar um projeto de lei complementar ao Congresso visando esse mesmo objetivo a que se propõe o governo, essa matéria se tornará, portanto, em parte, inconstitucional.

A nossa emenda, Sr. Presidente, baseia-se naquilo que está escrito na nossa Constituição, no art. 93, que diz:

Art. 93 Lei Complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:

(...)

VI – a aposentadoria dos magistrados e a pensão dos seus dependentes observarão o disposto no art. 40.

Como o projeto que veio da Câmara inclui esse tipo de exigência que deveria partir de iniciativa do Supremo, consideramos que neste ponto a matéria é inconstitucional. Então, propomos na emenda que apresentamos, a Emenda nº 2, a retirada dessa parte a fim de que o Supremo, quem sabe, até unindo-se ao Ministério Público e à Defensoria Pública, possa constituir um fundo complementar de aposentadoria que seja mais robusto e possa beneficiar os futuros servidores daquela instituição. Essa proposta, que considero justa, poderá no futuro atender aos defensores públicos, aos procuradores e aos demais membros do Ministério Público e da Magistratura Federal e, quando por ocasião da feitura e da elaboração de projetos nos Estados, poderá ser aplicado em benefício de uma aposentadoria complementar que possa de forma vantajosa atender as instituições da Magistratura, do Ministério Público e da Defensoria Pública.

São essas as minhas considerações, Sr. Presidente.

Apresentei essa emenda e já há um destaque que eu gostaria de defender com essa mesma argumentação no momento apropriado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – No momento apropriado darei, a palavra a V. Ex^a.

Para discutir a matéria, Senador Randolfe Rodrigues. Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, não vou aqui reiterar os argumentos que ontem apresentei no voto em separado na Comissão de Assuntos Econômicos. Lá apresentei os argumentos outrora apresentados pelos então nobres líderes do Partido dos Trabalhadores para rejeitar daquela feita o Projeto de Lei nº 9, apresentado pelo governo do Presidente Fernando Henrique. Aliás, há de se destacar e saudar aqui os nobres líderes do PSDB, Senador Aécio, Senador Aloysio Nunes, porque mantêm coerência com a posição que anteriormente sustentavam. Considero importante a coerência como elemento da política.

Como diz a boa educação, eu vou somente trazer aqui um argumento apresentado outrora. Não vou declinar o nome do líder, em nome da boa educação e do art. 14 também. Mas o argumento de então dizia que a lógica adotada na proposta apresentada era a da transferência de uma fatia considerável para iniciativa privada; que é lógico que essa intenção afirmava-se claramente no sentido de atender aos interesses do setor financeiro, que se tem beneficiado, como no caso americano e no caso do Reino Unido; e que, portanto, abria mão o Governo de disputar uma área conside-

rável ao transferi-la para um setor cuja fúria – fala-se do mercado aqui – todos conhecemos.

Continua o argumentador com um argumento contundente e que, naquele momento, denunciava a lógica do PL 9, que me parece, ou melhor, que é no mesmo sentido objeto do PL que hoje estamos apreciando.

Submete-se o futuro servidor a um jogo de risco. Se o fundo de pensão obtiver ganhos, estará garantido, em tese, ao servidor, a partir da sua contribuição, aquele valor. Se não obtiver, não há mais garantia de que esse servidor terá sequer o valor contribuído e fixado como aquele previsto para sua possibilidade de ganho futuro. É a mesma coisa. O antigo PL 9, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, e hoje o projeto que estamos apresentando.

Os argumentos de quem outrora era contrário servem como uma luva agora para ser contra essa matéria. Há o argumento da crise mundial, há o argumento da crise da Europa. Eu ouvi aqui como se a previdência e os servidores públicos tivessem sido os responsáveis pela crise europeia. Vamos dar a Cesar o que é de Cesar; vamos dar nome aos bois. Os responsáveis pela crise de 2008 nos Estados Unidos e na Europa não foram a previdência pública e os servidores daqueles países, foram os bancos e o sistema financeiro, que agiram de forma irresponsável. Os grandes bancos norte-americanos agiram, em 2008, irresponsavelmente, emitindo uma série de papéis sem terem lastro, criando, emitindo, comercializando esses papéis, esses chamados “derivativos”, que depois foram transformados nos chamados “ativos tóxicos”. Esses papéis foram crescendo demasiadamente sem terem lastro financeiro, até que, em certo momento, estouraram. Ora, a crise é dos bancos, culpam os servidores. E aqui no Brasil nós vamos entregar ao mercado financeiro, que foi o verdadeiro responsável pela crise na Europa e nos Estados Unidos, a previdência dos servidores. *(Palmas.)*

A ordem não é a que está sendo dita; a ordem é inversamente proporcional à que está sendo dita. Nós estamos entregando ao mercado financeiro, estamos entregando a ele, o verdadeiro responsável pela crise na Europa e nos Estados Unidos. Aí vêm aqui dizer que a previdência é que foi responsável, que foram os servidores. Nós estamos entregando para o mercado financeiro a nossa previdência, em nome daquilo que não foi.

Outra questão, Sr. Presidente: falaram da previdência nos países europeus. Vamos aos países europeus, Senador Taques. Vamos à Holanda. À Holanda, país europeu. Nós estamos reduzindo a contribuição da União com a previdência pública. Estamos reduzindo para 7,5% a 8,5% a contribuição da União com

a previdência pública. Pois bem, na Holanda, a contribuição do servidor é de 8%. Senador Pedro Taques, sabe quanto é a contribuição do estado holandês com a previdência pública? É de 16%, de 16%. E o estado holandês não quebrou por conta disso; ao contrário, é dito como parâmetro de previdência pública para nós.

Além disso, Sr. Presidente, estamos reduzindo a contribuição previdenciária da União, em paralelo inclusive a instituições públicas. No Previ, que é um fundo de pensão, a contribuição mínima do empregador é de 7%. O Banco do Brasil, no Previ, contribui com no mínimo 7% e faz aportes adicionais de 10%, totalizando uma contribuição que pode chegar à ordem de 17%.

Mas tenho outro argumento: o déficit. O propala-do déficit. Vamos conversar sobre o déficit. Se existe mesmo esse déficit, então vamos ser mais radicais. Por que a gente também não amplia a redução da contribuição previdenciária para os militares? Por que os militares não estão atendidos aqui?

(Manifestação das galerias.)

Sabem por que os militares não estão atendidos? Porque, aqui, prevalece a velha lógica: “A corda arrebenta pelo lado mais fraco”. “Os militares, não! Com eles, a gente não mexe. Com os servidores do Judiciário, do Legislativo, que são mais fracos, vamos mexer. Contra esses servidores, que não têm arma, que não podem fazer levante, vamos adiante!” *(Palmas.)*

É a lógica...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou pedir às galerias, mais uma vez, silêncio, por favor. Regimentalmente, não é permitido manifestação. Há um Senador na tribuna que precisa ser respeitado.

Senador Randolfe, tem V. Ex^a a palavra para concluir.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado, Sr. Presidente.

Outro argumento é o de que, no serviço público, a receita com os servidores aumentou. Esse argumento também não é verdadeiro, Sr. Presidente. Vejamos a evolução dos gastos com o serviço público nas últimas décadas: o número de servidores ativos do Poder Executivo, em 1991, era de 991.996 servidores; em 2010, esse número caiu, ou seja, não acompanhou sequer a evolução do Produto Interno Bruto. Esse número não cresceu. Caiu mesmo o número de servidores! E, com isso, fragilizamos mais a máquina pública brasileira. Estamos no caminho de reduzir cada vez mais o Estado brasileiro, de reduzir cada vez mais a máquina pública. Em 2010, havia 970.605 servidores públicos.

Há outro argumento sobre o chamado déficit e sobre os gastos que os servidores impõem à Administração Pública. Vejamos: em 1995, o governo

do Presidente Fernando Henrique gastava 56,2% de sua receita corrente líquida com os servidores ativos e inativos; esse percentual, em 2010, foi de 33,3%. Ou seja, o gasto com os servidores públicos reduziu. Não podem argumentar aqui novamente que está aumentando o gasto com os servidores públicos para provarem isso! (*Palmas.*)

Esse argumento reflete exatamente o inverso do que aconteceu. O gasto com os servidores públicos era de 4,89% em 2009 e, hoje, Sr. Presidente, é de 4,15%.

Há ainda outra argumentação apresentada para justificar a mudança. Vamos deixar claro aquilo de que estamos cuidando aqui: como muito bem sustentou o Senador Pedro Taques, estamos contrariando a Constituição da República, Constituição esta que fez com que o País estivesse fundamentado no estado de bem-estar social e que, nessa base, fundou um sistema de previdência pública sustentado no princípio da repartição. Estamos substituindo o sistema de repartição simples por um sistema de capitalização, enviando a previdência pública para os fundos privados. Isso, claramente, no meu entender, concordando com o Senador Pedro Taques, vai contra o que estabelece a própria Constituição da República no seu espírito, ao fundar neste País um estado de bem-estar social.

Há também o argumento de que isso serve para reduzir o gasto público. Ocorre que vamos aprovar, hoje, um projeto que vai aumentar o gasto público. O próprio projeto, em sua argumentação, diz, claramente, que, assim que aprovado, durante os próximos trinta anos, haverá aumento dos gastos públicos. É dito:

(...) isoladamente, a mudança de regime terá um impacto negativo nas contas públicas no curto prazo, na medida em que o Governo deixará de receber a contribuição previdenciária sobre a parcela da remuneração dos novos servidores que ingressarem no serviço público que ultrapassar o teto e que implica um gasto adicional, na medida em que passará a contribuir para o regime complementar, capitalizando reservas individuais para os servidores.

Ou seja, nada há de redução de gasto. Durante trinta anos, a União vai pagar mais para a previdência. Vamos aprovar uma matéria que vai aumentar o gasto.

Isso é dito pelo Senador Randolfe e pelo Senador Pedro Taques? Não! Isso é dito pelo Secretário Executivo do Ministério da Fazenda em matéria de capa do jornal *O Globo*. Ele admite, claramente, o aumento do gasto público e o temor de que os gastos com os servidores, depois da aprovação dessa matéria, em virtude do aporte da União, venham a superar os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ainda não encontrei um argumento concreto para aprovarmos isso. É a continuação de uma ótica que

só interessa a um setor: ao mercado financeiro, aos bancos. O que estaremos aprovando aqui é uma sinalização aos bancos, ao mercado. É, mais uma vez, fazer a oração, a prece ao deus-mercado em seu altar e, dessa vez, colocar como sacrifício os interesses da Nação e dos servidores públicos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Eduardo Braga.

Repetindo, informo, mais uma vez, às pessoas que estão nas galerias que é regimental a não manifestação. Em havendo manifestação, sou obrigado a determinar o esvaziamento das galerias. Então, vou pedir silêncio aos senhores para que a gente possa continuar essa discussão. Essa discussão pertence aos Srs. Senadores.

Senador Eduardo Braga com a palavra.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, primeiramente, quero dizer que, nesse quase um ano e quatro meses de mandato, raramente divirjo do eminente Senador Pedro Taques e do eminente Senador Randolfe quanto ao conteúdo das matérias, mas gostaria de iniciar essa minha participação exatamente fazendo menção já aos argumentos aludidos pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira com relação à questão da constitucionalidade.

A própria mensagem presidencial que encaminhou o texto original nos idos de 2007 já fazia menção às questões das leis complementares que embasavam o art. 40, nos §§15 e 16, bem como a Emenda Constitucional nº 20, de 1998, que resulta desnecessária com relação à questão ora submetida a esta Comissão.

Ao mesmo tempo, lembro que nesta mesma CCJ a referida PEC, com parecer do Senador Tião Viana, então enumerada como PEC nº 67, em 2003, recebeu parecer pela constitucionalidade na Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Portanto, já há precedentes quanto à constitucionalidade, em que pese até hoje a ação direta de inconstitucionalidade já levantada nunca ter sido julgada, com pareceres favoráveis do próprio Ministério Público Federal e da Advocacia-Geral da União à constitucionalidade da matéria.

Portanto, creio que esta é uma questão bastante discutida e fundamentada previamente.

Vamos à questão fundamental com relação à criação dos três fundos.

Sr. Presidente, o Brasil vive um momento de transformação: econômica, social e de suas políticas públicas. Primeiramente, é importante anunciar a todos que nos assistem pela TV Senado e nos ouvem pela Rádio Senado que todos os servidores ora na ativa e ora aposentados terão todos os seus direitos adquiridos

até que eles possam estar aposentados pelo regime atual. O que estamos falando aqui na criação desses fundos é exatamente para os futuros servidores públicos, para os que haverão de entrar a partir de então na carreira de servidor público e de servidor público civil, porque a própria Constituição da República trata o servidor público militar como uma carreira específica de servidor público militar e o diferencia da carreira do servidor público civil. Portanto, são duas carreiras distintas e precisam ser tratadas de forma distinta pela própria Constituição.

Agora, todos queremos que o Brasil possa ter juros que possam financiar o crescimento econômico e aumentar a participação de investimento *versus* o PIB brasileiro. Como diminuir a taxa de juros no mercado se o Brasil precisa ir buscar recursos no mercado financeiro para poder financiar o seu déficit? Para financiar o seu déficit, precisa pagar, portanto, juros ao mercado que possam significar aporte de recursos. É esse ciclo que muitas vezes impede o Brasil de avançar. É preciso fazer com que haja redução de déficits fiscais – entre eles, o déficit da previdência. E aí, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, senhores que nos acompanham pela TV Senado e pela Rádio Senado, é preciso saber que o Regime Geral da Previdência, que tem aproximadamente 26 milhões de beneficiados gera um déficit da ordem de R\$36 bilhões, enquanto o regime de previdência do servidor público, com 1,1 milhão beneficiários, gera um déficit da ordem de R\$56 bilhões.

Sr. Presidente, eu gostaria de ter o direito do uso da palavra de forma democrática. Presido outra comissão nesta Casa e, no exercício do Regimento, respeito ao direito democrático da manifestação, mas aqui estou usando a palavra como Senador da República representando o povo do meu Estado e creio que, da mesma forma como respeito todas as representações que recebo nesta Casa, gostaria de ter garantida a minha palavra neste plenário, com o mesmo respeito e com a mesma educação com que ouvi todas as manifestações.

Portanto, Sr. Presidente, é muito importante dizer que, para que o Brasil possa avançar, para que o Brasil possa fortalecer seus fundamentos de transformação econômica e social, nós temos que tomar a decisão de fazer enfrentamentos, enfrentamentos importantes. E um desses enfrentamentos que temos que fazer é a reversão da expectativa de déficit fiscal gerado por um desequilíbrio que há num dos segmentos da nossa previdência. E isso é uma verdade verdadeira porque os números são incontestes.

Mais do que isso, é importante dizer que a criação desses fundos não significa que esses fundos serão obrigatoriamente privatizados. Eles poderão ser

terceirizados quanto à operação; a gestão será feita, de acordo com a lei, por conselhos paritários estabelecidos e com uma diretoria que é nomeada por esse conselho entre os beneficiados, com regras de governança e salvaguardas que são explicitadas claramente no texto da lei.

O que eu quero dizer é que, se o Brasil quiser preparar-se para o futuro, precisa enfrentar determinados dilemas e determinadas situações. O que, neste momento, o Senado da República na CCJ faz é exatamente o enfrentamento para as futuras gerações. Nós não estamos colocando em risco o direito assegurado de nenhum dos atuais servidores. Nós estamos dizendo que, a exemplo desta Casa que, ontem, teve a coragem de acabar com o 14º e 15º salários dos Senadores da República, nós tenhamos a coragem de enfrentar o déficit daqueles que têm grandes salários no serviço público federal e não contribuem para ter uma aposentadoria com um salário proporcional ao que ele recebe. Por que dois pesos e duas medidas por parte da opinião pública, daqueles que querem se manifestar? Por quê?

Por que nós, Senadores, temos que ter um tratamento que queremos dar à Nação brasileira e teremos que criar uma casta de brasileiros privilegiados? Para o futuro, em detrimento de toda a Nação brasileira? Não, Sr. Presidente, os brasileiros não querem isso. O povo brasileiro não quer isso.

Portanto, eu acompanho o voto do eminente Relator, nosso querido Senador José Pimentel, dizendo que a responsabilidade dos Senadores desta Casa com o Brasil e com as futuras gerações transcende questões partidárias, transcende questões de corporativismo, transcende direitos que foram acumulados ao longo dos vícios, muitas vezes, da ditadura neste País. O que nós estamos fazendo hoje aqui, ao contrário, é preparar o Brasil para uma transformação futura que dê direitos iguais e oportunidades iguais, inclusive na previdência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço. Lembro que ainda temos seis inscritos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, mesmo sendo de um dos 27 Estados federados, incluindo o DF, que não tem considerado pelo Governo Federal o seu esforço e a sua contribuição para o desenvolvimento nacional; mesmo vindo de um Estado que, muito mais do que desconsiderado, está sendo ultrajado, saqueado no interesse da sua população e do seu esforço, este não é o momento de votarmos como situação ou como oposição. Este é o momento de votarmos em favor de um Brasil que nós

precisamos aperfeiçoar e que precisamos melhorar. Este é o momento, portanto, de fazemos uma escolha do futuro que queremos construir, de um Brasil para o qual precisamos olhar pelo para-brisa, e não pelo retrovisor. A manifestação bem sustentada do Senador Eduardo Braga sinaliza nessa direção.

Portanto, tenho como propósito na vida posicionar-me; e a minha posição é absolutamente favorável a esse projeto, que não é um projeto de governo, mas de Estado. É um projeto de nação. É um enfrentamento necessário para que possamos modificar algumas estruturas carcomidas do Estado brasileiro, que não pertencem e que não são propriedades de qualquer corporação, mas são propriedades do contribuinte brasileiro, de centenas de milhares de brasileiros que não são acolhidos por políticas públicas e que precisam ser acolhidos. Precisamos, sim, votar esse fundo. Se há uma crítica a ser feita é que esse fundo poderia ter ousado muito mais.

Dessa forma, quero manifestar o meu voto, a minha concordância com a necessária mudança que nós precisamos fazer, implementando e votando esse projeto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Ferraço, pela incisa e rápida participação.

Concedo a palavra ao Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, antes de mais nada, eu queria cumprimentar todos desta Comissão pela maneira como estamos respondendo à responsabilidade que adquirimos junto aos eleitores nas urnas, trabalhando pelo interesse do Estado brasileiro, do cidadão brasileiro.

Eu queria cumprimentar o Senador Pimentel, que é um estudioso do tema. Foi muito adequada a indicação dele como Relator.

Ao mesmo tempo, quero dizer que é histórica esta reunião na CCJ, até pelos argumentos que se contrapunham aqui, até ainda há pouco, entre colegas do PT e colegas do PSDB. É uma evolução que o Brasil está experimentando importantíssima. Estamos lidando com a previdência de servidores. Não custa lembrar que, durante muito tempo, neste País, determinados segmentos da sociedade tentam satanizar a atividade do servidor; achar que ela não é uma atividade importante para o Estado brasileiro. Qualquer tentativa de se criar condições de trabalho para os servidores é rechaçada por determinados segmentos da sociedade brasileira.

Porém, para podermos enfrentar com altivez esses posicionamentos, nós precisamos tratar com responsabilidade a questão da previdência hoje. O Líder

do Governo, Senador Eduardo Braga, já apresentou números importantes.

A Previdência, meu caro Senador Randolfe, não é uma Previdência que cuida exclusivamente dos servidores públicos. Ela tem toda uma política de acolhimento do cidadão brasileiro que tem um custo e que é uma referência para o mundo. Mas, quem já foi prefeito, governador, quem está nesta Casa, que tem a missão de procurar aperfeiçoar a legislação brasileira, tem uma responsabilidade.

Eu vi Senadores do PSDB aqui se posicionando, e alguns até acham estranho que, agora, em relação a esse tema, PSDB e PT tenham posição semelhante. Nós temos o Ministro Garibaldi, que tem uma história dentro desta Casa e que também tem uma preocupação muito importante em encontrar uma solução. Meu irmão, Tião Viana, foi o último Relator deste tema aqui, no Senado. Antes dele, o Relator, na PEC, ainda do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, foi o PSDB. Foi, aqui, no caso, o Senador Beni Veras, do PSDB do Ceará. Hoje quem preside esta reunião é o Senador Eunício e o relator é um Senador do PT, também do Ceará. Isso é uma contribuição que aquele Estado, que ajudou na formação do meu, está dando ao Brasil.

Mas eu queria só fazer um pequeno paralelo, porque o Senador Randolfe colocou alguns pontos. Este é um tema que, de fato, nos dividiu em muitos momentos. Mas, diferentemente de quando a PEC do governo do Presidente Fernando Henrique foi discutida na Câmara, onde o meu partido se dividiu. O Deputado Eduardo Jorge, na época, apresentou uma proposta já trazendo o tema da previdência complementar. Houve o debate lá e veio aqui para o Senado. E só para fazer um pequeno ajuste, para nos aproximar mais ainda: quando foi debatida aqui, no Senado, aquela PEC, o líder do PT na época era o Senador José Eduardo Dutra, que reapresentou a proposta do Deputado Eduardo Jorge, de trabalhar e discutir aqui, naquela época, na proposta do governo Fernando Henrique, a previdência complementar. Então, só estou querendo dizer que não é bem assim.

O Partido dos Trabalhadores tinha uma posição diferenciada, mas eu tenho que fazer justiça com o Líder Eduardo Dutra, que, já naquela época, aqui na Comissão de Constituição e Justiça, apresentava proposta de ser incluída a previdência complementar. Então, é bom que o Senador Alvaro Dias leve isso para o Plenário; é bom mesmo que o Brasil discuta, porque nós viraremos uma página.

Quando a gente discute melhor salário para servidor, coloca-se imediatamente que não pode haver melhor salário por causa dos custos da previdência.

Quando se quer aumentar o salário mínimo, não pode por conta do déficit da previdência. Vamos virar essa página. Vamos fazer a previdência ficar sustentável. Isso, daqui a 20 anos, ela vai começar alcançar.

Quando se contrata um servidor hoje, Líder Eduardo Braga, quando se contrata um servidor num Município, num Estado ou na União, se está fazendo um contrato para, pelo menos, 60 anos. Isso é uma conquista do Brasil. Os brasileiros estão vivendo mais. Essa é uma conquista nossa. A média de vida dos brasileiros leva a este número: 60 anos de custo. E nós temos que, definitivamente, romper; não é um discurso meramente de interesses econômicos. É um interesse social do Brasil. Por isso, coloco aqui claramente: é o interesse, de fato, de criar um ambiente sustentável para os servidores.

Estou tornando público o meu voto favorável ao relatório do Senador Pimentel. Cumprimento os colegas. Lamento ter que divergir, nesse aspecto, de alguns brilhantes Senadores desta Casa, que colocaram a sua posição. Mas nós temos que entender que o governo do Presidente Fernando Henrique tentou fazer uma reforma na previdência. Não conseguiu. O governo do Presidente Lula tentou fazer. Avançou pouco. E agora o Senado está fazendo algo que é fundamental: dando sustentabilidade para o servidor público, para a previdência. Vai demorar para começarmos a ver, na prática, isso. Se tivéssemos feito há 20 anos, já estaríamos colhendo hoje. Por esse lado, eu acho que estamos trabalhando pelo servidor público, porque, com isso conquistado, ninguém mais vai usar o argumento de que o déficit da previdência é proibitivo para uma melhoria de condição de salário dos servidores públicos. Então, pensando nesse conjunto e pensando no futuro deste País, eu me associo a todos aqueles que, neste momento, querem ajudar o Brasil a ter uma política de Estado, que une todos nós que temos uma preocupação com a estabilidade do servidor público, que ele possa trabalhar, mas, essencialmente, que não corra risco depois de prestar serviço tão nobre, como é o serviço público, ao País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu vou conceder a palavra ao Senador Eduardo Lopes, ao Senador Renan Calheiros, ao Senador Armando Monteiro e vou encerrar a discussão...

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, brevemente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Romero Jucá e Senador Suplicy. E vou encerrar as inscrições.

Tem a palavra o Senador Eduardo Lopes.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu tenho aqui alguns números e, conforme ouvi o Senador Eduardo Braga falando, números que às vezes têm alguma diferença. Segundo dados do Ministério da Previdência, os 960 mil servidores públicos geraram um rombo de R\$51 bilhões em 2012 e o valor do rombo em 2010 é R\$8 bilhões superior ao déficit provocado pelos 24 milhões de aposentados brasileiros que trabalham com carteira assinada, os chamados celetistas, e que desfrutaram do Regime Geral de Previdência Social, cujo teto é de R\$3.689,00.

O Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, afirma que a mudança garantirá ganho ao Tesouro a longo prazo, como já foi citado, de cerca de R\$20 bilhões por ano, que poderão ser destinados à saúde, educação etc. O importante, como foi falado aqui pelos que me antecederam, com respeito ao mérito – aqui se discute muitas vezes a questão da forma como vai ser feito –, há quase uma unanimidade. O importante é que a medida garante – realmente aos servidores em exercício ela não atinge de forma nenhuma os seus direitos – o equilíbrio atuarial do sistema previdenciário, que, se não for mantido, trará sérios prejuízos às gerações futuras e à saúde financeira do País – esses são os pontos favoráveis que nós estamos citando –, a isonomia do sistema previdenciário entre trabalhadores do RGPS e servidores públicos.

A previdência complementar para os servidores públicos é exigência constitucional, por isso estamos aqui tratando do assunto. A gente percebe uma unanimidade quando se diz que o assunto é de Estado. Então, isso é exigência constitucional e temos que enfrentar realmente o assunto. Esta é a oportunidade para mudança; afinal, o Brasil não passa, como foi citado aqui por outros Senadores, por uma crise financeira aguda, como ocorre com países europeus.

Eu gostaria de fazer uma observação rápida também no que diz respeito ao fato de que, integrantes do Ministério da Previdência, ao detalhar as contas da Previdência Social em audiências públicas realizadas na Câmara dos Deputados, demonstraram que não existe rombo da Previdência. O atual déficit se deve a problemas passados, existentes antes de 1966, quando a Previdência foi unificada. Separando as contas, a Previdência Social Urbana teve um superávit de R\$14,3 bilhões ante um déficit registrado na Previdência Rural.

Em relação aos servidores públicos, com a criação do Regime Jurídico Único, em 1990, houve unificação de todo o funcionalismo. Com isso, ficaram sob o mesmo regime aqueles que tinham contribuído com base nas regras do regime geral da previdência social e os

estatutários, que não pagavam contribuição. O déficit, então, seria fruto de mau planejamento no passado.

Tenho ainda também outra observação. Em razão de pressões exercidas por entidades que representam os servidores públicos federais, alguns pontos da proposta original podem ser revisados e, dentre eles, destacamos... O Senador Pimentel até já assumiu esse compromisso e, indo para o plenário, eu creio que a discussão vai ser ampliada. Mas quero também aqui afirmar que vou votar conforme o Relator. Mas, como eu disse, em razão das pressões, algumas coisas podem ser revisadas: por exemplo, a criação de um fundo especial para servidores que exerçam atividade de risco, como policiais federais, rodoviários, médicos que trabalham em regiões de fronteira; o aumento do percentual máximo da participação da União sobre o montante que exceder o teto da regra geral; mudança na natureza jurídica. Também pela proposta original seria uma fundação pública de direito privado com gestão terceirizada. As entidades representativas dos servidores querem que a fundação e sua gestão sejam inteiramente públicas. Inclusão dos militares. Cito também a criação de fundos de pensão diferenciados para cada Poder. A questão da portabilidade dos recursos do fundo não está bem definida. Já foi dito aqui, é compromisso do Senador, juntamente com o Líder, o Aécio e também Alvaro Dias. E a situação das mulheres no novo regime.

São alguns pontos, algumas observações que eu coloco. Repito: percebemos que, quanto ao mérito, não há realmente divergência, é praticamente unanimidade. Com respeito à forma, alguns detalhes certamente serão discutidos em plenário.

Eu voto favorável ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Eduardo Lopes.

Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Líder do PMDB, meu líder, Renan Calheiros. Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente, Senador Eunício Oliveira, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero cumprimentar V. Ex^a pela presteza que teve com esta matéria, que é interesse nacional. É matéria, portanto, suprapartidária, por isso surpreende esta convergência toda. Quero cumprimentar também o Senador Delcídio Oliveira, Presidente da...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Do Amaral. Oliveira sou eu.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Delcídio do Amaral. Essa fusão acaba viciando.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – São várias reuniões conjuntas, não é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) –

Em alguns momentos, nós tivemos reuniões conjuntas.

Eu quero cumprimentar o Senador Delcídio do Amaral também pela presteza com que encaminhou a matéria. Ontem, tivemos a oportunidade de discutí-la e votá-la na Comissão de Assuntos Econômicos. E cumprimentar também o Senador Jayme Campos. Hoje pela manhã, tivemos a oportunidade de votar o Funpresp na Comissão de Assuntos Sociais. Isso é muito importante.

Ontem, a Bancada do PMDB no Senado Federal se reuniu com o Ministro Garibaldi Alves Filho, que tem transformado a aprovação do Funpresp no objetivo maior da sua presença no Ministério da Previdência Social. Nós fizemos um longo debate, com a participação de todos, e mais uma vez agradecemos a presença entre nós do Garibaldi, que tem sido, à frente do Ministério da Previdência Social, um exemplo de competência, de capacidade de gestão, e tem, mais do que qualquer outro, entendido a necessidade da criação desse fundo da Previdência Social como um objetivo, como uma prioridade do nosso País.

Quero cumprimentar também o Senador José Pimentel, que é o Relator da matéria no Senado Federal em todas as comissões. O Pimentel conversou com todos e compôs interesses na medida do possível, viu a todos, e mais uma vez demonstrou para a Casa e para o País a sua familiaridade com o assunto. Pimentel é um dos grandes especialistas em matéria de Previdência Social no Senado Federal, e sua presença como relator do Funpresp ressalta mais uma vez essa questão que todos nós já conhecemos.

O Funpresp, Sr. Presidente, atualiza a Previdência Social, reformula a Previdência Social, moderniza a Previdência Social, preservando direitos adquiridos. E, como todos sabem, é um passo concreto, é um passo significativo para, no futuro, nós equilibrarmos a Previdência Social, aliviando esse déficit que a todos preocupa. Já foram feitas, ao longo da discussão da matéria, algumas concessões. A principal delas foi transformar esse fundo, na prática, em três fundos, que foi a única maneira, com a participação do Congresso Nacional, especialmente da Câmara dos Deputados, naquele primeiro momento, para resolvermos a tripartição dos poderes, que é um mandamento constitucional. Sem dúvida que o Funpresp vai incrementar a poupança nacional – precisamos hoje aumentar a poupança nacional – e vai expandir mecanismos de financiamento do investimento que é muito importante para garantirmos na prática o desenvolvimento do Brasil. De modo que ontem, na bancada, houve apenas a divergência do Senador Roberto Requião, que, com a experiência de ex-Governador, como alguém

que tem muita familiaridade com os fundos, ousou fazer algumas sugestões que poderão ser encampadas na evolução da legislação da previdência no Brasil e até mesmo na regulamentação do Funpresp. É uma oportunidade para que possamos exatamente fazer o que essa oportunidade não nos garante, não nos reserva, que é o direito de fazer alteração, porque, em fazendo alteração, a matéria voltará para tramitar na Câmara dos Deputados.

De modo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o posicionamento do PMDB é pela aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Renan Calheiros.

Vou passar a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Armando Monteiro, lembrando que temos vários itens a serem discutidos na reunião de hoje.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma brevíssima manifestação, Sr. Presidente, eu que acompanhei com muito interesse o debate que foi travado na CAE e hoje aqui na nossa CCJ. O primeiro registro é que nós vivemos no Congresso Nacional, sobretudo aqueles que têm já 13 anos de mandato – 12 na Câmara Federal e pouco mais de um ano no Senado da República –, a frustração de constatar que o Brasil tem uma agenda de reformas inconclusas. O Brasil tem um atraso nessa agenda de reformas e, ao longo desses 13 anos, em raros momentos, pudemos experimentar, por exemplo, a sensação de que podemos ter contribuído verdadeiramente para retomada dos temas que são de interesse do País, sobretudo na perspectiva dessas reformas estruturais. E não há dúvida nenhuma de que essa matéria que hoje votamos aqui na Comissão se inscreve, a meu ver, como a mais importante matéria desta legislatura, pelo que significa, pelos efeitos que advirão da mudança desse regime, cujo itinerário era, sem dúvida nenhuma, insustentável. É, por assim dizer, um roteiro, meu caro Senador Pedro Taques, da imprevidência. Se o Brasil não interrompesse esse processo, estaríamos de alguma maneira contribuindo para um regime que não é sustentável ao longo do tempo.

Nessa perspectiva, nós nos perguntamos sempre por que o Brasil construiu uma sociedade tão desigual. Nós que falamos tanto em distribuição de renda, por que construímos a 6ª economia do mundo e, paradoxalmente, uma sociedade que é marcada ainda por tantas desigualdades? Podemos atribuir isso ao nosso processo de formação econômica. Podemos falar, seguramente, do grande déficit educacional; a educação era apenas acessível à elite brasileira durante muitos anos, mas, seguramente, podemos também localizar

essas distorções na má qualidade do gasto público do Brasil, que tem um caráter regressivo. O gasto público que é apropriado por setores minoritários da sociedade brasileira, e vejam como a previdência pública neste País nos dá o exemplo de que um milhão de brasileiros apenas se beneficiam ou geram um déficit de quase R\$60 bilhões para o conjunto da sociedade brasileira. Só para exemplificar, os programas sociais que foram expandidos nos últimos anos, como o Bolsa Família, têm um alcance de quase 15 milhões de brasileiros, e isso a um custo de R\$15 bilhões ou R\$18 bilhões. Quando imaginamos que, para sustentar a previdência pública e beneficiar de forma direta apenas um milhão de brasileiros que têm altos salários, na média da sociedade brasileira, e que endereçam um conta ao Estado de quase R\$60 bilhões, nós temos a medida de como a qualidade do gasto público, neste Brasil, contribuiu para criar essa sociedade extremamente desigual que nós temos. Então, parece-me que corrigir essa distorção para o futuro sem violentar direitos que foram já adquiridos, constitui-se realmente numa ação do maior significado e do maior alcance para a sociedade brasileira.

Quero me congratular, portanto, com o Relator, o eminente Senador José Pimentel, que fez um trabalho sério, que conhece essa matéria em profundidade e também registrar a minha admiração pelo trabalho deste grande Ministro do Brasil, que é o Ministro Garibaldi Alves, que, com o seu jeito paciente e com a sua forma simples, pôde traduzir no processo de permanente abertura, a sua ação missionária, no sentido de fazer com que hoje tenhamos todos a compreensão da importância e da urgência dessa reforma.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Armando.

Concedo a palavra ao Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Prezado Presidente Eunício Oliveira, queria, primeiro, dar uma informação que nem todos souberam. Felizmente, o laudo com respeito ao Presidente Lula, sobre o seu estado de saúde, informa que ele foi curado inteiramente do câncer. Mas há uma notícia triste: Millôr Fernandes faleceu ontem à noite, em sua residência, de falência múltipla dos órgãos. Como Ziraldo salientou, o Brasil, e ele próprio, perdeu dois grandes colegas do humor.

Eu queria, Sr. Presidente, dizer que estive muito atento às observações dos Senadores Pedro Taques e Randolfe Rodrigues, que, inclusive, entusiasmaram muitos do que aqui estão. Mas quero falar, com muito respeito para com esses que aqui estão procurando trazer a sua opinião, lembrando também o que disse

agora há pouco na Praça de Havana, na celebração da missa, Bento XVI, o Papa, que a verdade é um anseio do ser humano. Procurá-la supõe um exercício de liberdade autêntica. O Senador Randolfe Rodrigues aqui mencionou que muitos dos problemas acontecidos por desequilíbrios ocorridos no mercado financeiro foram por iniciativas de instituições financeiras e de natureza internacional, multinacional. Em verdade, essas eram de natureza diferente daquelas que estão previstas neste projeto de lei do Funpresp e que foi relatado pelo Senador José Pimentel.

Uma das características que podemos aqui observar em seu parecer é que essa proposição prevê a administração das entidades compartilhadas entre participantes, os seus servidores, os seus patrocinados, os três poderes, e, em cada caso, os conselhos deliberativo e fiscal terão composição paritária entre representantes dos patrocinadores e dos participantes assíduos.

Assim como acontece hoje com os fundos previdenciários, como o Previ, do Banco do Brasil, e os correspondentes da Petrobras, onde estão os participantes de maneira paritária, não temos ouvido reclamações de procedimentos inadequados, e, quando porventura estes ocorrem, imediatamente, há uma reação da comunidade e daqueles que são representados.

Então, quero dizer aos presentes que vou votar de acordo com o parecer do Senador José Pimentel, acreditando que não haverá problemas como os previstos pelo Senador Randolfe Rodrigues.

Era o que eu gostaria de salientar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Suplicy.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, primeiro, quero registrar a felicidade com a notícia sobre a saúde do Presidente Lula. Realmente, o Senador Suplicy nos dá uma grande notícia. Havia grande expectativa da sociedade brasileira em relação aos exames que o Presidente iria realizar hoje. Graças a Deus, a notícia é bastante auspiciosa, o que nos coloca extremamente satisfeitos!

Também quero dar os parabéns ao Senador José Pimentel pelo trabalho competente e profundo que realizou na relatoria dessa matéria nas três Comissões.

Estamos legislando para o futuro do Brasil. Na verdade, estamos evitando que, no futuro, o País tenha de retirar direitos, tenha de fazer o que muitos países da Europa estão fazendo ou terão de fazer no futuro, exatamente por causa do desequilíbrio atuarial da sua previdência. Estamos preservando os direitos dos trabalhadores, dos servidores públicos. Estamos

avancando para os novos servidores com uma regra implantada para toda a sociedade.

Portanto, vou acompanhar o voto da Relatoria, dizendo “sim” a essa matéria, Sr. Presidente.

Era esse o registro que eu gostaria de fazer.

Muito obrigado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, o Presidente da República em exercício, Marco Maia, na segunda-feira, disse para nós que ligou para o senhor para falar a respeito do projeto de cotas para negros nos concursos públicos. Por favor, qual foi a resposta que o senhor deu para ele?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não foi a mim que ele se dirigiu. O Presidente em exercício, Marco Maia, não se dirigiu ao Presidente desta Comissão. Ele deve ter se dirigido ao Presidente do Senado Federal. Portanto, não tenho resposta a dar para o senhor, lamentavelmente.

O último orador...

(*Manifestação das galerias.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE. *Fazendo soar a campanha.*) – Silêncio, por favor!

(*Manifestação das galerias.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE. *Fazendo soar a campanha.*) – Silêncio!

(*Manifestação das galerias.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou acionar a segurança!

(*Manifestação das galerias.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE. *Fazendo soar a campanha.*) – Senhores, vou acionar a segurança. Se os senhores não se comportarem aqui, vou acionar a segurança!

Peço aos senhores, mais uma vez, silêncio. Não é permitido manifestação das galerias. Os senhores entraram aqui por anuência desta Presidência. Não quero ser grosseiro, não quero usar o Regimento para retirá-los daqui. Peço aos senhores e às senhoras que, por gentileza, façam silêncio, o que é fundamental para que os senhores possam permanecer nas galerias desta Comissão. Então, mais uma vez, peço a gentileza de fazerem silêncio.

Vou conceder a palavra ao último orador inscrito, por deferência ao Senador Petecão, por deferência ao Acre. Quando o Senador pediu a palavra, já haviam sido encerradas as inscrições, mas vou conceder a palavra a S. Ex^a. Em seguida, vou colocar a matéria em votação.

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Sr. Presidente, serei muito breve. Quero parabenizar o Ministro Garibaldi pela condução do diálogo que ele teve com os parlamentares. Sinceramente, foi a primeira vez que recebi um telefonema de um ministro pedindo que nós pudéssemos olhar com carinho, ver a importância desse projeto para o País.

A minha fala aqui é no sentido de parabenizar o Ministro Garibaldi pela sua humildade e pela sua simplicidade em ligar para o meu gabinete e pedir que nós, neste momento tão importante para o País, pudéssemos analisar com muita responsabilidade esse projeto que hoje vamos votar aqui na CCJ.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Petecão, pela rapidez do encerramento da discussão.

Encerrada a discussão.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, V. Ex^a encerrou a discussão?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Encerrei a discussão. O que V. Ex^a deseja?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Só para parabenizar o Senador Pimentel...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a tem a palavra sempre.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Obrigado.

Parabenizar o Senador Pimentel pelo relatório, mas, com todo respeito, as questões constitucionais que aqui foram levantadas não foram infirmadas.

Quero também dizer que esse equilíbrio fiscal, a longo prazo, nós todos defendemos, mas, para que nós lá possamos chegar, precisamos desse equilíbrio a curto e médio prazo, e esse projeto, com toda certeza, a menos ao meu juízo e respeitando as posições contrários, acarretará esse prejuízo.

Parece-me que estamos diante de uma doença que é muito grave e precisamos dar um remédio. Mas, antes de curar o doente, nós podemos matar o doente. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Está encerrada a discussão.

Existe um requerimento sobre a mesa.

Requerimento de destaque para votação em separado da Emenda nº 2:

“Nos termos do art. 312, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requereu destaque para

votação em separado da Emenda nº 2, de 2012-CCJ ao PLC nº 2, de 2012.

*Sala das sessões,
Antonio Carlos Valadares. “*

Vou colocar em votação...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Só um minuto.

Vou colocar em votação o requerimento do Senador Valadares. O requerimento é para que a Emenda nº 2, do Senador Valadares, seja destacada do relatório. Se o requerimento for aprovado – para deixar bem claro, pedindo a atenção dos Srs. Senadores –, nós vamos votar a matéria e vamos votar a emenda em separado.

Se a matéria for aprovada, vamos votar a emenda em separado.

Se a matéria não for aprovada, vamos votar o voto em separado do Senador Pedro Taques.

Os Srs. Senadores que concordam...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Antes, eu gostaria de dizer o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como autor do requerimento, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Há uma praxe nesta Comissão de que quase 50% dos requerimentos de destaque são aprovados. Espero que os companheiros entendam que já se tornou quase que uma jurisprudência, uma tendência consolidada nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vamos ouvir o Senador Valadares. Ainda temos mais três matérias na pauta.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – E essa matéria, Presidente, é importante porque diz respeito ao único ponto que eu considero divergente, que há inconstitucionalidade da inclusão da magistratura, que tem o poder originário na Constituição de discorrer tendo o poder de iniciativa para apresentar um projeto de lei complementar disposto sobre a criação do fundo da justiça e quem sabe amanhã envolvendo o Ministério Público e a própria defensoria pública.

Acredito que esta emenda, em vez de prejudicar, vai consolidar o projeto que estamos ora apreciando.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, como relator, é possível falar sobre a matéria?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como relator.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Nós encaminhamos contra o requerimento, tendo em vista que o §15 do art. 40 é explícito: a competência para encaminhar a matéria ao Congresso Nacional é do Poder Executivo.

Se essa matéria for aprovada, nós estaremos retirando todo o Poder Judiciário do Funpresp, ou seja, ficaria valendo apenas para o Executivo e o Legislativo.

Sobre o art. 15 e a Emenda nº 41, que tratou dessa matéria.

O assunto já foi questionado no Supremo Tribunal Federal, e o Supremo Tribunal Federal considerou a Emenda nº 41 constitucional com aqueles ajustes que ele fez. E a Associação dos Magistrados Brasileiros, em 2004, encaminhou a Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 3.297, que foi distribuída para o Ministro Carlos Ayres de Britto com pedido liminar. Teve um parecer muito substantivo do Procurador-Geral da República da época, mostrando que o art. 15 do art. 40 é constitucional e, por conta disso, até hoje essa Adin não foi apreciada.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, há um engano. Estou falando do art. 93, e não do art. 40.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – É porque o art. 93 trata de matéria...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – O que diz o art. 93, nobre Senador?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Pois não. Art. 93: “Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:

VI – a aposentadoria dos magistrados e a pensão” etc.. Art. 40.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – A fundamentação da Adin, nobre Senador, é exatamente essa, e a Procuradoria-Geral da República...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – A iniciativa devia ser...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Um de cada vez.

Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Eu discordo apenas disto: a iniciativa é do Supremo, e, nesse caso, infelizmente, há um vício de iniciativa. Em vez de ser do Supremo, está sendo da Presidência da República.

A única discordância que tenho.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a já defendeu a emenda de V. Ex^a. Só quero ouvir o Relator para colocar o requerimento em votação.

Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Para concluir, Sr. Presidente.

O art. 15 determina que a competência dessa matéria é do Poder Executivo em matéria específica. E é essa exatamente a fundamentação do Procurador-Geral da República ao contestar a Adin da Associação dos Magistrados Brasileiros.

Portanto, Sr. Presidente, temos plena convicção de que a matéria é constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Srs. Senadores, vou colocar o requerimento do Senador Valadares para votar uma emenda em separado, a que o Senador José Pimentel já se manifestou contrariamente.

Os Srs. Senadores que concordam com o Senador Valadares para destacar a emenda, por gentileza, levanten o braço. Para destacar a emenda do Senador Valadares. *(Pausa.)*

Foi rejeitada a matéria com os votos do Senador Valadares, do Senador Randolfe Rodrigues, do Senador Alvaro Dias e Senador Pedro Taques.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Essa matéria vai bater no Judiciário, infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e as Srs. Senadoras que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado, contra os votos do Senador Pedro Taques e do Senador Randolfe Rodrigues.

Aprovado o relatório, passa-se a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto, com a Emenda nº 1–CCJ, de redação, de iniciativa do Relator e contrário as demais emendas.

A matéria vai a plenário.

Próximo item da pauta:

ITEM 2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 45, DE 2009

– Não Terminativo –

Acrescenta o inciso XXIII ao art. 37 da Constituição Federal, dispondo sobre as atividades do sistema de controle interno.

Autoria: Senador Renato Casagrande e outros.

Relatoria: Senador Inácio Arruda.

Relatório: favorável à proposta, com duas emendas de redação que apresenta.

O Senador Inácio Arruda se encontra presente? *(Pausa.)*

Como o Senador Inácio Arruda não se encontra presente, vou retirar a matéria de pauta, pela ausência do Relator, Senador Inácio Arruda.

Próximo item da pauta:

ITEM 3
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO
Nº 72, DE 2010
– Não Terminativo–

Estabelece alíquotas...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou pedir um pouco da atenção. A reunião não acabou ainda.

Eu vou aguardar um pouquinho para ver se consigo falar.

ITEM 3
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO
Nº 72, DE 2010
– Não Terminativo–

Estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior.

Autoria: Senador Romero Jucá e outros

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Contrário ao Projeto, por inconstitucionalidade.

Observações: – *Foram realizadas duas audiências públicas, em Reunião Conjunta, da Comissão da Constituição, Justiça e Cidadania com a Comissão de Assuntos Econômicos;*

– *Em 28/03/2012, foi recebido o Voto em Separado de autoria do Senador Armando Monteiro, favorável ao Projeto;*

– *A matéria será apreciada, posteriormente, pela Comissão de Assuntos Econômicos.*

Aqui aproveito para agradecer a presteza do Senador Delcídio do Amaral.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Ricardo Ferraço, para proferir o seu relatório.

Na sequência da leitura do Senador Ricardo Ferraço, haverá a leitura do Senador Armando Monteiro e vou conceder vista coletiva a esta matéria para buscar o entendimento.

Senador Ricardo Ferraço tem a palavra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, antes de iniciar a leitura do meu

parecer, quero registrar e dar aqui o meu testemunho da forma democrática com que V. Ex^a, na condição de Presidente desta Comissão, tem coordenado não apenas os trabalhos de uma forma geral, mas especificamente este tema, permitindo que toda argumentação, todo debate pudessem ser feitos para que o necessário juízo de valor pudesse efetivamente ser consolidado. Então, faço este registro pela forma com que V. Ex^a tem conduzido os trabalhos na Comissão de Constituição e Justiça, especificamente em um tema como este, de alta relevância, para não apenas o meu Estado, mas para o conjunto dos interesses dos Estados federados, considerando sobretudo ser esta Casa uma Casa que representa a Federação brasileira. Portanto, faço este registro, dou este testemunho da forma com que V. Ex^a conduziu os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE. *Fazendo soar a campainha*) – Vou pedir um pouco de silêncio, pois há orador na tribuna, por favor.

Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – O art. 1º do Projeto de Resolução em exame, de autoria do Senador Romero Jucá, propõe reduzir a zero a alíquota do ICMS “nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior”.

O §1º do art. 1º circunscreve a aplicação da alíquota zero aos bens e mercadorias importados que não tenham sofrido processo de industrialização ou que tenham sido submetidos a processo de industrialização que importe mera troca de embalagem.

O §2º do art. 1º dá competência ao Confaz para definir o que se considera industrialização.

O §3º do art. 1º prevê a observância do que dispõe a legislação do IPI, enquanto não sobrevém a deliberação do Confaz prevista no §2º.

O art. 2º, Sr. Presidente, Srs. Senadores, determina a vigência imediata da nova alíquota.

A matéria, Sr. Presidente, Srs. Senadores, tramitou inicialmente na Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, onde foram realizadas audiências públicas para o debate da matéria.

O Presidente daquela Comissão, Senador Delcídio do Amaral, foi o relator do Projeto e apresentou relatório com emenda substitutiva, propondo a redução gradual das alíquotas interestaduais, até atingir-se o piso de 2%, em 2015. Para minorar os impactos da medida sobre as unidades federativas ainda em desenvolvimento, foi previsto escalonamento diferenciado em relação às operações realizadas nas Regiões Sul e Sudeste e destinadas às Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e ao Estado do Espírito Santo, que tenho a honra de representar nesta Casa.

Além disso, Sr. Presidente, foi proposta a extensão da alíquota zero a produtos que não atendam requisitos de Conteúdo Local Mínimo – CLM, estabelecidos pelo Confaz, que também deverá fixar os critérios e procedimentos aplicáveis no processo de Certificação de Conteúdo Local Mínimo. Até que isso se verifique, a alíquota zero será aplicada aos produtos que não sejam submetidos a processo industrial definido na legislação do IPI.

Por fim, foi proposta a exclusão, do novo regime, das operações com energia elétrica e combustíveis líquidos ou gasosos, derivados ou não de petróleo.

O relatório não chegou a ser votado na Comissão de Assuntos Econômicos em razão de o Plenário ter deferido requerimento de minha autoria para que a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade desta matéria fossem examinadas por esta Comissão, nos termos do art. 101, I, do Regimento Interno do Senado da República.

Visando auxiliar na formação do juízo dos membros desta Comissão e da Comissão de Assuntos Econômicos, ambas realizaram, em conjunto, audiências públicas para esclarecer os Senadores quanto aos aspectos jurídicos, econômicos e sociais envolvidos no Projeto.

Após examinar detidamente a matéria, na condição de relator designado por esta Comissão, estou convencido de que o Projeto viola diversos dispositivos da Constituição Federal, pelas razões que serão expostas adiante.

É indubitoso, Srs. Senadores, que o Senado Federal detém competência para estabelecer, em relação ao ICMS, “as alíquotas aplicáveis às operações e prestações, interestaduais e de exportação”, mediante resolução de iniciativa do Presidente da República ou de um terço dos Senadores, conforme preconiza a Constituição Federal em seu art. 155, § 2º, IV. Esta exigência, de caráter formal, foi atendida no caso concreto, pois vinte e nove Senadores subscreveram a proposição de que ora se cuida.

A questão, Sr. Presidente, Srs. Senadores, brasileiros que nos acompanham com real e relevante interesse nessa matéria, que se deve enfrentar, porém, é se o Senado tem competência ou não para, através de resolução destinada à fixação de alíquotas interestaduais de ICMS, restringir a autonomia dos Estados e do Distrito Federal para o regramento de incentivos fiscais.

O ICMS é, por determinação constitucional, um imposto não-cumulativo, na medida em que o que for devido em uma determinada operação será compensado com o montante cobrado nas operações anteriores, “pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal” (art. 155, § 2º, I, da CF). A Constituição supõe,

portanto, uma efetiva integração entre os Estados e o Distrito Federal, de modo que as mercadorias e serviços circulem livremente entre eles, devendo o Estado de destino reconhecer o crédito referente ao imposto pago na operação anterior ao Estado de origem.

Assim, por suas próprias características, o ICMS é um tributo que demanda uma regulação nacional, destinada a estabelecer as bases a serem observadas pelos Estados e pelo Distrito Federal na instituição, cobrança e repartição do produto da arrecadação do imposto, especialmente nas transações interestaduais.

Com o objetivo de uniformizar a disciplina do ICMS, a Constituição outorgou competência ao Senado da República para fixar alíquotas de ICMS nas operações e prestações interestaduais, como se verifica do art. 155, § 2º inciso IV, que estabelece:

§ 2.º O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte:

IV – resolução do Senado Federal, de iniciativa do Presidente da República ou de um terço dos Senadores, aprovada pela maioria absoluta de seus membros, estabelecerá as alíquotas aplicáveis às operações e prestações, interestaduais e de exportação;

O trato da matéria pelo Senado Federal se explica por se tratar de órgão de representação dos Estados e do Distrito Federal no Congresso Nacional, possibilitando amplo debate da questão e deliberação por maioria absoluta, evitando os entraves políticos que poderiam surgir caso a determinação das alíquotas em questão ficasse sujeita à deliberação direta dos entes da Federação, já que o tema é extremamente delicado, por envolver a partilha de receitas tributárias.

Chamo aqui a atenção dos Srs. Senadores para uma explicação, um registro, uma reflexão do eminente jurista Ives Gandra da Silva Martins:

O sentido do inciso IV do § 2º é inequívoco. Objetiva sistematizar as operações relativas a circulação de mercadorias e prestações de serviços quando transcendem às forças impositivas de cada unidade federativa, para que os reflexos em tais operações sejam idênticos para todo o país. Sendo o Senado a Casa da Federação, nada mais lógico, claro, meridiano, que a definição de alíquotas aplicáveis a tais operações lhe fosse atribuída não ficando ao livre arbítrio dos Estados.

Assim, ao Senado Federal compete a importante missão de compatibilizar os interesses dos Estados “exportadores” e “importadores” de riquezas, na medida em que a fixação de alíquotas interestaduais interfere diretamente com a divisão das receitas provenientes do ICMS exigido nessas transações.

Contudo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não é isso o que propõe o Projeto ora em exame. Consta da justificação que:

(...) a introdução de alíquota zero nas operações interestaduais com mercadorias importadas do exterior desfaz o elemento estrutural que permite aos Estados conceder as vantagens comparativas a esses produtos, resolvendo um dos graves problemas resultantes da guerra fiscal no ICMS.

Como se constata, o Projeto objetiva reduzir alíquotas nas operações interestaduais com produtos importados, com o único propósito de impedir que, nessas situações, tenham eficácia os incentivos de ICMS concedidos pelos Estados importadores. Em outras palavras: o que se busca é a disciplina indireta dos referidos incentivos.

É nítido, portanto, que o tema envolvido não é de mera calibragem de alíquotas interestaduais para bem dividir a receita do ICMS entre os Estados e o Distrito Federal. O que se quer, na realidade, é utilizar a alíquota interestadual como instrumento para atingir outra finalidade, ou seja, obstar a eficácia de incentivos fiscais, diversa, portanto, daquela para a qual foi concebida (distribuição do ICMS entre os Estados de origem e destino).

Tanto é assim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que todos os debates havidos nas audiências públicas realizadas em conjunto por esta Comissão e pela Comissão de Assuntos Econômicos – CAE giraram em torno da chamada “guerra fiscal” do ICMS, particularmente do que se alcunhou de “guerra dos portos”.

Sucede que o Senado Federal não pode tratar desse assunto isoladamente, mediante resolução. Se o fizer, invadirá campo reservado ao Congresso Nacional, que detém competência privativa para, através de lei complementar aprovada pela maioria absoluta dos membros de suas duas Casas, “regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados” (CF, art. 155, §2º, XII, “g”).

Trago também, Sr. Presidente, para a audiência dos nobres colegas Senadores, como contribuição na firmação do seu juízo, outro registro do eminente jurista e professor Ives Gandra da Silva Martins, que aparece em seu artigo “Incentivos Fiscais Nocivos ao Brasil”, publicado na edição de 20 de março de 2012 do prestigioso jornal *Folha de S. Paulo*. Tece as seguintes considerações o eminente professor e jurista Ives Gandra:

A Lei Suprema dá competência exclusiva ao Congresso Nacional, por lei complementar, para regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do DF, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.

Diz ainda o eminente professor Ives Gandra:

Ora, a lei complementar submete-se a processo de elaboração mais complexo do que a resolução senatorial, na medida em que implica aprovação pela maioria absoluta dos membros das duas casas do Congresso Nacional, mas espanca qualquer dúvida sobre mácula na Lei Suprema.

É porque a deliberação tomada nesse tema apenas pelo Senado Federal pode vir a ser contestada como violadora da Carta da República, por implicar invasão de competência legislativa.

O Supremo Tribunal Federal já se pronunciou sobre a matéria, da seguinte maneira:

Os princípios consagrados pela Constituição da República, em tema de ICMS (...), justificam a edição de lei complementar nacional vocacionada a regular o modo e a forma como os Estados-membros e o Distrito Federal, sempre após deliberação conjunta, poderão, por ato próprio, conceder e/ou revogar isenções, incentivos e benefícios fiscais” (ADI 1.247 MC/PA – Rel. Min. Celso de Mello – J: 17/08/1995).

A exigência de lei complementar (“lei nacional”), cujo processo legislativo é mais complexo do que o das leis ordinárias, explica-se porque a concessão de incentivos de ICMS pelos Estados e o Distrito Federal envolve valores fundamentais da República, como a autonomia estadual, o pacto federativo e a redução das desigualdades regionais e sociais. Está em jogo o interesse nacional, o que supõe debate amplo da matéria pela via legislativa adequada.

Se o que se pretende é resolver a questão relativa à concessão de incentivos de ICMS, deve ser utilizado o meio apropriado para fazê-lo, de forma clara e direta. E o meio que a Constituição prevê é a lei complementar. Não se podem utilizar medidas paliativas sujeitas a procedimento legislativo mais simples (resolução do Senado) para atingir finalidade que, por imposição constitucional, só pode ser perseguida mediante processo legislativo complexo e com quorum de aprovação especial (lei complementar).

Aliás, o Supremo Tribunal Federal tem sistematicamente declarado a inconstitucionalidade de normas editadas sem observância do processo legislativo próprio da lei complementar, quando a Constituição o exige.

Portanto, não compete ao Senado baixar resolução que, reduzindo as alíquotas interestaduais, retire a eficácia de determinados incentivos de ICMS. A aprovação da Proposta implicaria, em última análise, usurpação, pelo Senado Federal, da competência reservada ao Congresso Nacional para disciplinar a concessão de incentivos, isenções e benefícios relacionados ao imposto estadual, afinal o objetivo declarado da proposta não é outro senão reduzir ou mesmo eliminar

o tratamento vantajoso proporcionado para mercadorias importadas, como atesta a justificação do projeto.

A eventual inconstitucionalidade dos incentivos do ICMS concedidos a produtos importados não justifica o uso excepcional da resolução do Senado como forma de corrigir distorções. É função desta Casa cumprir o que manda e o que determinar a Constituição Federal. E se esta diz que a matéria de incentivos de ICMS deve ser regulada por lei complementar, nós temos, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a obrigação de obedecer ao rito processual adequado para resolver a questão.

A pretexto de corrigir uma inconstitucionalidade, não se podem praticar atos em desacordo com a Constituição, pois já decidiu de novo o Supremo Tribunal Federal que – isso é muito importante, Sr. Presidente – não se compensam inconstitucionalidade, como concluiu o eminente Ministro Sepúlveda Pertence. Não há como você, portanto, compensar aquilo que é ilegal, aquilo que é inconstitucional.

Ressalta-se que não se está discutindo se a desoneração de ICMS para importados é boa ou ruim. Não estamos entrando aqui, até então, nesse juízo de valor. O que se afirma é que essa questão se encarta num tema maior relativo aos incentivos de ICMS como um todo, cuja disciplina há de ser feita por lei complementar e não por resolução do Senado. Com efeito, a dita guerra dos portos é apenas uma das vertentes da chamada guerra fiscal.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a mesma solução que se pretende aplicar ao caso dos importados deveria ser adequada para resolver a concessão de outros incentivos concedidos para os produtos nacionais, tanto em operações internas quanto em operações interestaduais. Entretanto, isso não é viável por uma resolução do Senado que não tem espectro tão amplo, ou seja, se por resolução nós estivéssemos aqui criando um precedente para regular incentivo fiscal sobre produtos importados, também, por resolução, nós poderíamos, por atos outros, regular regramento de outros incentivos fiscais no que diz respeito à relação de produtos produzidos em Estados Federados. Ou seja, a partir de então, por projeto de resolução, incentivos fiscais poderiam ser alterados aqui no Senado da República, a meu juízo, num confronto absurdo com aquilo que reza e que prega a Constituição Federal.

Para melhor evidenciar essa ilegalidade do presente projeto de resolução, por desrespeitar o processo legislativo previsto na própria Constituição para o trato dos incentivos de ICMS, entendo oportuno demonstrar que a causa verdadeira da guerra fiscal, Sr. Presidente, é o regramento previsto na Lei Complementar nº 24, de 1975, de viés autoritário para a concessão e revogação de desonerações de ICMS em geral e que,

para resolver o problema de forma adequada, faz-se necessário editar uma nova lei complementar que cuide da matéria, em conformidade com os princípios democráticos e federativos que presidiram a elaboração da Constituição de 1988. Essa nova lei complementar poderia viabilizar a competição fiscal lícita, que pode ser boa para o desenvolvimento econômico e social das regiões e do país como um todo, independentemente das características dos incentivos (industriais, portuários, comerciais), desde que observadas regras adequadas.

Os incentivos de ICMS assumem formas as mais variadas e podem influir na carga tributária de qualquer segmento de atividade econômica cujas atividades sejam oneradas pelo imposto (indústria, importação, atacado, varejo, serviços de comunicação e transporte). Não raro, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a mesma empresa possui incentivos diversos, cuja combinação lhe permite reduzir custos e baratear seus produtos, beneficiando a cadeia produtiva e o consumidor. Essa situação é comum em se tratando da instalação ou ampliação de empreendimentos em regiões mais afastadas dos grandes centros, onde há necessidade expressiva de investimentos em infraestrutura, logística, recursos humanos, capital humano, entre outros fatores.

Por isso, as desonerações de ICMS devem ser examinadas de forma global e não isoladamente, como pretende o projeto em discussão nesta Comissão. É incorreto argumentar que os incentivos denominados “portuários” sejam necessariamente prejudiciais à indústria. Pode haver interconexão entre tais incentivos e aqueles aplicáveis às etapas subsequentes da cadeia econômica. Por vezes, a desoneração da importação faz parte de uma “cesta” de incentivos destinada a viabilizar a atividade industrial em diversas regiões do nosso País. Vale dizer, os incentivos ditos “portuários” podem auxiliar contribuintes que desenvolvam ou desejam desenvolver atividades industriais em nosso País. Cito, Sr. Presidente, dois exemplos, tão simples quanto corriqueiros, bastantes para demonstrar o que se afirma:

1º) A instalação de novas plantas ou a ampliação daquelas já existentes sempre envolve investimentos fixos, incluindo a aquisição de máquinas e equipamentos, alguns dos quais fabricados somente no exterior. A desoneração de ICMS no desembaraço de tais bens reduz o respectivo custo de aquisição, permitindo que os recursos equivalentes ao benefício sejam aplicados no próprio empreendimento;

2º) Antes de instalarem ou ampliarem unidades industriais no País, é comum que empresas importem produtos acabados com o objetivo de torná-los conhe-

cidos. O passo subsequente consiste na substituição paulatina das importações por bens de produção nacional. Esse movimento tem ocorrido em alguns segmentos industriais de diversos Estados brasileiros. São expressivos os exemplos que se podem colher no setor automobilístico, em que veículos antes importados passaram a ser produzidos localmente. Citem-se, entre outros, os casos: da Citroen, que, em 2000, passou a produzir o Xsara Picasso na cidade de Porto Real, no Rio de Janeiro; da Mitsubishi, que, em 1998, passou a produzir a cabine dupla L200 na cidade de Catalão, em Goiás; da Nissan, que, em 2008, passou a produzir a picape Frontier em São José dos Pinhais, no Paraná; da Audi, que, de 1999 a 2006, produziu o modelo A3 também em São José dos Pinhais, no Paraná.

Portanto, veículos que, antes importados, passaram a ser produzidos em diversos Estados federados em função da bem sucedida e exitosa experiência.

É nesse contexto que deve ser examinada a chamada “guerra fiscal” do ICMS, a fim de ser determinada a sua causa e encontrada a solução para debelá-la. A alcinha não se aplica apenas a certo tipo de incentivo, mas sim a qualquer espécie de desoneração de ICMS criada sem a observância das normas gerais que disciplinam a sua concessão. A expressão não envolve um juízo crítico acerca de os incentivos serem ou não instrumentos adequados para a implantação de políticas públicas. Mesmo porque, a questão não comporta maniqueísmo. Se a finalidade do incentivo for compatível com o interesse público, ele será bom. Do contrário, não; cabe a cada caso uma avaliação específica.

Pois bem. Uma das principais – senão a principal – causas da chamada “guerra fiscal” é a exigência, estabelecida na Lei Complementar nº 24/1975, de autorização unânime dos representantes dos Estados e do Distrito Federal para a concessão de medidas desonerativas do ICMS, inclusive quando de interesse restrito de um Estado ou região, no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz.

O consenso unânime é praticamente impossível quando se trata de concessão de incentivo destinado a atrair investidores para determinado Estado, pois os demais receiam que as empresas neles localizadas, sobretudo as indústrias, migrem para outras localidades, em função dos incentivos. Como cada um dos membros do Confaz tem o poder de vetar os incentivos pretendidos por outros, acaba sendo inviabilizada a competição fiscal lícita entre os Estados brasileiros. Aliás, como as mais modernas e avançadas federações mundo afora que o fazem com regras calibradas, com regimentos e limites muito bem definidos.

Por tais razões, disseminou-se pelo país o que se convencionou chamar de “guerra fiscal”. É que muitos

Estados, além do Distrito Federal, vêm agindo unilateralmente, como forma de induzir investimentos privados necessários ao seu desenvolvimento e de viabilizar a redução das desigualdades regionais e sociais, conforme determinado pelos arts. 3º, III e 170, VII, da Constituição Federal.

Afigura-se claro, portanto, que a principal causa de descumprimento da Lei Complementar nº 24/1975 é a sua ineficácia. A exigência de um quorum de deliberação unânime leva, invariavelmente, à impossibilidade de aprovação de incentivos em um determinado território. Os Estados interessados, de seu turno, premidos por necessidades imperiosas de estimular o desenvolvimento local são forçados a conceder tais incentivos de maneira unilateral. Impõe-se, nessas condições, editar nova lei complementar que regule a matéria em consonância com o disposto na atual Constituição.

De fato, a Lei Complementar nº 24/1975, editada com base no art. 23, §6º, da Constituição anterior, produzia seus efeitos quando o sistema político nacional era centralizado e com caráter claramente autoritário, o que viabilizava a concordância unânime de Estados e do Distrito Federal, até porque, Sr. Presidente, à época, a indicação da política a ser seguida era datada pelo Ministério da Fazenda, o que, naturalmente, influenciava poderosamente na decisão do Confaz. De igual forma, os governadores eram eleitos indiretamente, popularmente governadores biônicos. Então, a unanimidade era quase uma ação e consequência por gravidade.

Além disso, prevê a mesma lei complementar que as deliberações tomadas possam ser ratificadas por meros decretos dos Poderes Executivos estaduais. Nesse contexto, entendia o Supremo Tribunal Federal que as deliberações tomadas por convênios celebrados nos termos da lei complementar referida tinham caráter impositivo, vale dizer, todas as unidades federativas eram obrigadas a adotá-las.<http://www.ricardoferraco.com/2012/03/27/integra-do-parecer-do-senador-ricardo-ferraco-sobre-o-prs-72-que-trata-do-icms/> – [_ftn14#_ftn14](#).

A Constituição de 1988, de inspiração democrática, aboliu a fórmula dos convênios impositivos. Como já mencionado, ao tratar da matéria o art. 155, §2º, XII, “g”, outorgou competência à lei complementar para “regular a forma” pela qual os próprios Estados e o Distrito Federal poderão conceder e revogar isenções, incentivos e benefícios fiscais de ICMS. Isso significa que os entes interessados podem ou não instituir tais desonerações no seu âmbito territorial, desde que obtida autorização prévia, na forma disposta em lei complementar, que pode até substituir o sistema de convênios.

Diante da sensível alteração no trato constitucional da matéria, deveria ter sido revisto o procedimento estabelecido na Lei Complementar nº 24/1975, cujo fundamento de validade era a antiga Constituição de 1967/1969. Como, entretanto, até hoje não foi editada a lei complementar de que trata o art. 155, §2º, XII, “g”, da atual Constituição, permanece em vigor, provisoriamente, a fórmula obsoleta dos convênios.

A incompatibilidade da sistemática de convênios impositivos com o regime constitucional vigente é evidenciada, sobretudo, pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no sentido de que as disposições desses convênios só se tornam eficazes após a manifestação expressa do Poder Legislativo de cada ente interessado. Ou seja, não basta mais a simples ratificação por simples decreto do Poder Executivo, como previsto na Lei Complementar nº 24/1975, como deixa claro, aliás, o §6º do art. 150 da Constituição Federal.

Nesse novo cenário, Sr. Presidente, Sr. Senadores e Sr^{as} Senadoras, não tem mais sentido exigir-se deliberação unânime dos Estados e do Distrito Federal para a criação de políticas fiscais desonerativas. Afinal, ainda que haja autorização de caráter geral, cada ente terá a opção de adotá-la ou não.

Não convence o argumento de que a unanimidade seja exigência do sistema para que a maioria não oprimam a minoria, ainda que se trate de um único Estado. A realidade tem mostrado que não se coaduna com o princípio federal que a oposição de alguns poucos Estados, ou de um só, muitas vezes pautada por razões egoísticas, possa impedir a maioria qualificada de tomar as medidas adequadas para alcançar objetivos públicos relevantes, consistentes em criar políticas de incentivos com vistas à redução das desigualdades regionais. Esse poder de veto afigura-se excessivo, desproporcional numa Federação que se orienta pelo espírito democrático e cooperativo, na busca do equilíbrio socioeconômico entre as suas regiões.

Além disso, costuma-se alegar que o ICMS, por ser tributo de âmbito nacional, exigiria disciplina uniforme de todas as suas matérias. O argumento, Sr. Presidente, é falso, pois a carga tributária é variável em cada Estado, já que há autonomia para estabelecer alíquotas internas próprias e sistemas de tributação também próprios, como os relativos à substituição tributária, diferimento e outros. Assim, nada impede que haja incentivos fiscais em determinados Estados ou regiões com vistas a atender às suas necessidades, naturezas e peculiaridades.

Saliente-se que é incontestável que os incentivos de ICMS, nas suas mais variadas formas, contribuíram, Sr. Presidente, de forma significativa para descentralização industrial e econômica do País, da qual

resultou a redução dos extraordinários desequilíbrios socioeconômicos entre as diversas regiões do nosso País de extensão continental.

A propósito do tema, Sr. Presidente, recorde-se aqui que esse não é um debate novo. No Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek, um dos mais exitosos do nosso País, houve, afirma o então Presidente JK:

A ocorrência de acelerado crescimento econômico, com base industrial, na região Sudeste, em parte à custa da estagnação, do atraso e mesmo da perda relativa de terreno das demais regiões do País. Ao invés de uma progressiva distribuição espacial da produção, da propriedade, da riqueza e da renda, como se esperava nos meios oficiais, verificou-se o contrário, isto é, uma forte concentração econômica. O polvo econômico cresceu rapidamente, mas sugando as demais regiões com seus tentáculos” [já afirmava o Presidente Juscelino Kubitschek, de saudosa memória, em 1956].

Por outro lado, as iniciativas adotadas pelo Governo Federal com vistas a estimular as regiões menos desenvolvidas mostraram-se pouco eficazes, como é o caso da Sudene e da Sudam, o que acabou agravando ainda mais, aprofundando ainda mais as diferenças econômicas e sociais entre elas e a região Sudeste, onde ainda se concentra a maior parte do PIB nacional. Isso motivou intenso fluxo migratório das regiões mais pobres com destino aos grandes centros, causando problemas sérios para os Estados mais desenvolvidos por demandas em políticas públicas como habitação, segurança, saúde, mobilidade urbana e tantas outras.

A Constituição de 1988 mudou esse paradigma, ao estabelecer como objetivo fundamental da República “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”.

Os incentivos de ICMS foram e são o meio prático que os Estados e o Distrito Federal encontraram para cumprir o mandamento constitucional, seguindo a tendência internacional de estimular determinadas regiões através da concessão de desonerações fiscais a novos investimentos privados. A estratégia, enfim, surtiu o efeito objetivado pela Constituição.

Acrescenta-se, de fato, estudo elaborado pela Fundação Getúlio Vargas, demonstrando, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que as políticas de fomento baseadas no ICMS atraíram investimentos privados que proporcionaram expressivo aumento do PIB *per capita*, da arrecadação tributária e da oferta de empregos, nas localidades onde se instalaram.

Coerentemente, dados divulgados pelo IBGE comprovam que os incentivos de ICMS contribuíram decisivamente para o aumento da atividade industrial

em Estados de regiões menos favorecidas economicamente.

A retropolação das contas regionais, de 1995 a 2007, mostra que os oito Estados mais industrializados do País (SP, MG, RS, PR, RJ, SC, BA e AM) perderam participação na indústria de transformação nacional no período, reduzindo de 88,7% (1995) para 87,2% (2007). Os Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul perderam, respectivamente, 4,3 pontos percentuais e 1,6 pontos percentuais de participação, que foi redistribuída entre os outros Estados do nosso extenso País. De acordo com o IBGE, “este processo foi impulsionado por investimentos regionais ou mesmo pela guerra fiscal, ou ainda pela procura de mão-de-obra mais barata em outras unidades da federação”.

Conforme apontado, ainda, pelo IBGE, essa descentralização econômica alterou a distribuição do PIB, que reúne o conjunto das riquezas que os brasileiros, com grande esforço, suor e trabalho, produzem. Os oito maiores Estados, Sr. Presidente, que concentravam 81,5% do PIB, em 1995, caíram para 78,7%, em 2007. Neste período, alguns Estados mais poderosos reduziram sua participação, mas um conjunto, enfim, de outros Estados aumentou a sua participação no conjunto da riqueza do nosso País.

Em consequência, houve redução do fluxo migratório oriundo das regiões menos desenvolvidas, na última década, em função da melhoria da qualidade de vida naquelas localidades, ou naqueles Estados.

Além disso, o Banco Central do Brasil aponta que, no período de 1991 a 2007, as Regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste apresentaram maior crescimento do IDH do que as Regiões Sul e Sudeste.

É interessante apontar que, ao contrário da ideia comum de que os incentivos só seriam favoráveis aos Estados que os tenham concedido, o estudo da Fundação Getúlio Vargas mostra que deles resultam efeitos indiretos e induzidos benéficos à economia nacional, incluindo os Estados mais desenvolvidos. Devido às interconexões regionais da economia, os empreendimentos incentivados projetam efeitos positivos também para outros Estados, na medida em que os mesmos participam da cadeia produtiva da implantação e operação da unidade. Isso inclui, Sr. Presidente, o fornecimento de máquinas, material de construção, peças, insumos e serviços gerais e também a produção dos bens e serviços consumidos pelos funcionários e suas famílias, com a renda derivada da operação desses empreendimentos.

Os números divulgados pela FGV impressionam, Sr. Presidente. Analisando dados de doze plantas industriais beneficiárias de incentivos concedidos por oito unidades federativas (BA, DF, ES, GO, PE, PR, MG e

SC), o estudo, enfim, demonstra que, no agregado entre os projetos, o PIB gerado pelos empreendimentos se multiplica por 4,4 durante a implantação e por 4,0 na fase de operação.

Por tais razões, a FGV conclui que eventual supressão dos incentivos estaduais seria prejudicial para a economia e a população dos Estados e do País, bem como para a arrecadação estadual e federal. Entre os prováveis efeitos deletérios, podem ser destacados: queda do PIB, desemprego, perda de arrecadação estadual e federal, aumento de preços, concentração econômica, aumento do fluxo de migração, redução da qualidade de serviços públicos, agravamento das desigualdades regionais e sociais.

Os dados apresentados em relação aos empreendimentos industriais evidenciam que as desonerações de ICMS contribuíram decisivamente para a descentralização e o desenvolvimento regional. As empresas, atraídas pela redução da carga tributária nas diversas etapas da cadeia de produção e comercialização, fizeram investimentos que elevaram a taxa de emprego, a renda *per capita* e a arrecadação tributária de Estados e Municípios que, de outro modo, nada – ou muito pouco – receberiam em termos de investimentos produtivos, diante dos custos logísticos mais elevados decorrentes da maior distância dos grandes centros consumidores.

O que antes se referiu demonstra que os incentivos têm contribuído para o desenvolvimento industrial de regiões e mesmo para o do País como um todo. Há, atualmente, conforme vários indicadores econômicos apresentados no curso de audiências públicas realizadas no âmbito desta Comissão, grave processo de desindustrialização em curso. Isto se deve não a incentivos fiscais, mas a fatores outros, como falta de infraestrutura, encargos sociais, taxa de juros elevada, apreciação do real frente a outras moedas e, especialmente, altíssima carga tributária.

Em uma dessas audiências, Sr. Presidente, ficou evidenciado que, quando são subtraídas essas variáveis, como câmbio, custo Brasil, ausência elevadíssima de investimentos na infraestrutura, e assim por diante, os incentivos não representam mais de 1% daquilo que o Brasil está importando, até porque São Paulo, que não incentiva, chegou a responder por 40% de tudo aquilo que o Brasil tem importado nos últimos anos.

Portanto, Sr. Presidente, além dos fatores que, naturalmente, estão relacionados às premissas constitucionais, nós estamos aqui tentando demonstrar para os nossos pares e colegas que, também, do ponto de vista econômico, essa proposta não irá produzir aquilo que deseja o Governo brasileiro, ou seja, diminuir a intensidade das importações. Até porque, quando

olhamos para o perfil das importações que o Brasil vem realizando nos últimos anos, o que o Brasil está importando são bens intermediários, máquinas e equipamentos, insumos industriais, combustíveis. Portanto, a tendência é de que essas mesmas importações continuem acontecendo. Só que, ao invés de doze ou de quinze Estados federados dinamizarem sua atividade portuária, o que nós estaremos percebendo é que as mesmas importações, em lugar de dinamizarem doze ou quinze Estados federados, estarão dinamizando ou estarão ampliando ainda mais a concentração econômica em torno de um e de outro Estado.

Na linha da ineficiência econômica pretendida por este projeto, também trago a exame e reflexão dos nobres Senadores uma reflexão do ex-Ministro Mailson da Nóbrega. Afirmo o ex-Ministro Mailson da Nóbrega, de incontestável reputação:

Diagnósticos equivocados costumam resultar na prescrição errada do remédio e provocar efeitos colaterais indesejáveis. Esse é o típico caso da decisão do governo de lutar pelo que entende ser a “guerra dos portos”. A ideia, defendida por lideranças das indústrias e apoiada pelo Ministério da Fazenda, é eliminar os incentivos fiscais do ICMS criados por alguns Estados para importações por seu território, inclusive via portos secos (caso de Tocantins). A medida está na proposta de Resolução 72, do Senado.

E vai adiante, Sr. Presidente, o ex-Ministro Mailson:

Intuitivamente, faz sentido. Se os Estados barateiam o valor da importação, diz-se, o produto entrará no país em competição desleal com a indústria brasileira. Assim, o incentivo equivaleria a uma valorização cambial e contribuiria para a desindustrialização do país. Será?

Um exame mais detido da questão dirá que a medida em estudo pode acarretar novos problemas sem resolver aquele que se imagina existir. A grande maioria dos bens importados com tais incentivos é constituída de matérias-primas, partes, peças e componentes. Tudo indica que a indústria que os importa recorre ao benefício diante da necessidade de mudar sua cadeia de suprimentos. É uma forma de lidar com a perda alarmante de sua competitividade, provocada por problemas estruturais graves (que todos conhecem e não precisam ser aqui comentados). Ou mudam, comprando mais barato, ou não preservam o mínimo de competitividade. Ou mudam ou podem morrer.

Diz ainda o ex-Ministro Mailson:

Se aprovada, a medida terá quatro efeitos colaterais negativos:

1) o governo terá que compensar os Estados pela perda de arrecadação.

Segundo se vê na imprensa, Estados como o meu Espírito Santo, Santa Catarina e Goiás terão perdas que alcançam cifras bilionárias

2) provavelmente o governo terá que se comprometer a criar um fundo de desenvolvimento regional para compensar a perda do instrumento de atração de investimentos pelos Estados. Quanto será o valor desse fundo?;

3) sem a segurança de que serão compensados, os Estados provavelmente conseguirão que seus Senadores possam, de alguma forma, no Senado, ampliar e gerarem maior complexidade para esse debate.

As importações incentivadas representam cerca de 25% do total; o fim do incentivo deslocará as mercadorias para outros portos, particularmente o de Santos, que já está congestionado. Haverá uma piora na logística que impactará o curso das empresas e reduzirá a competitividade das que exportam – conclui o ex-ministro Mailson da Nóbrega.

É preciso serenidade, liderança e conhecimento adequado das consequências das medidas, principalmente de seus efeitos colaterais. Não é, infelizmente, o que se vê na ação do governo e na pressão para aprovar, a seu juízo e a meu juízo, a mal estudada Resolução 72, ora em discussão.

Desse modo, afigura-se excessiva a proposição ora em exame, que pretende simplesmente inibir a eficácia dos incentivos concedidos às importações, sem considerar suas interconexões com os incentivos industriais e agravando a situação de vários Estados que neles encontram relevante fonte de receita para atender as necessidades de suas populações.

Aliás, tem sido amplamente notificado que se a medida fosse aprovada a União teria de criar formas de compensação das perdas, e a experiência com a Lei Kandir demonstra que elas nem sempre são eficazes.

O que o nosso País realmente necessita é de uma nova lei complementar que discipline integralmente o tema das isenções, incentivos e benefícios do ICMS, conforme exige o art. 155 da Constituição Federal.

Devemos caminhar, pois, no sentido de permitir a competição fiscal lícita em nosso País, mediante lei complementar, com regras que de um lado evitem que medidas unilaterais e posturas intransigentes possam prejudicar os interesses nacionais e de outro lado preservem a autonomia estadual para concessão de desonerações de ICMS destinadas ao desenvolvimento local, de forma condizente como o espírito democrático e o federalismo cooperativo que inspiram a nossa Constituição Federal.

A propósito, Sr. Presidente, Srs. Senadores, foram localizados dois projetos de lei que tratam da Lei Complementar nº 24, de 1975, eixo adequado para

que possamos criar um regramento na nossa necessária e inadiável competição fiscal lícita. Justamente para suprimir a chamada “guerra fiscal” e viabilizar a competição fiscal lícita é que, de autoria do Senador Flexa Ribeiro e do então Senador Marconi Perillo, tramitam nesta Casa medidas propondo o aperfeiçoamento desse projeto que poderia e deveria ser o ancoradouro natural para que nós fizéssemos um regramento de uma competição fiscal em nosso País.

Além das ilegalidades que nós registramos aqui anteriormente, Sr. Presidente, em relação à necessidade de este tema ser debatido e encaminhado por lei complementar e não por projeto de resolução, existem outras que eu gostaria ainda de abordar.

Ainda que o Senado Federal pudesse interferir com incentivos de ICMS concedidos pelos Estados e o Distrito Federal, seria inviável fazê-lo através de resolução prevendo alíquota interestadual diferenciada do ICMS para bens e mercadorias importados do exterior. O Senado só pode distinguir onde a Constituição expressamente autoriza. E, no caso, há vedação expressa.

Trago para contribuição e audiência dos nossos Pares que nos acompanham uma manifestação ainda do professor e eminente jurista, professor conceituado, Ives Gandra da Silva Martins, ainda em seu artigo de 20 de março de 2012, no jornal Folha de S. Paulo, sobre o PRS 72/2010: “Outro aspecto que merece reflexão diz respeito ao estabelecimento de alíquota zero apenas para as mercadorias que sejam importadas por um Estado e dali remetidas para outros Estados”.

Afirma o professor Ives Gandra:

As mercadorias nacionais que são objeto de operações interestaduais continuam se sujeitando às alíquotas interestaduais vigentes, de 7% ou 12%, conforme o caso.

Há, portanto, diferença tributária em razão da origem dos bens, o que não é possível, a teor do artigo 152 da Constituição Federal, que veda “aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços de qualquer natureza em razão de sua procedência ou destino.

Diz ainda o professor Ives Gandra: “O Supremo Tribunal Federal...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Por gentileza, V. Ex^a está lendo o relatório e está lendo um parecer paralelo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Não, não. Eu estou afirmando, por base...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu sei. Estou acompanhando o relatório de V. Ex^a. Se não, vai dar problema aqui.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – O tema é tão relevante para a Federação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu sei. Nós estamos com 1h45min da leitura de V. Ex^a. Vou pedir vênua a V. Ex^a, sem criar nenhum tipo de constrangimento, para se ater ao relatório, para a gente concluir.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu estou me atendo ao relatório, porque a manifestação de um jurista da reputação do professor Ives Gandra...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Mas não consta do relatório. Mas não consta do relatório.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – ...faz parte da minha argumentação para que eu possa criar um juízo de valor e convencimento do quanto ilegal e inconstitucional é esta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Nós estamos apenas lendo o relatório. Nós não estamos no debate. No debate, V. Ex^a terá a oportunidade de fazer novamente esse histórico.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Por essa razão...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Por gentileza. Por gentileza.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, por questão de piedade.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – E eu já encerro a participação do professor Ives Gandra:

Por essa razão, o tema de alta relevância para a Federação deveria ser discutido no foro próprio, que é o Congresso Nacional, de forma a serem estabelecidas regras claras que disciplinem a competição fiscal entre os Estados. O exame isolado pelo Senado, embora compreensível, pode tisonar a Lei Suprema, motivo pelo qual sugerimos o caminho da lei complementar.

É o que assevera e conclui o eminente professor e jurista Ives Gandra Martins.

Com efeito, Sr. Presidente, o sistema constitucional brasileiro tem no princípio da igualdade um de seus principais pilares (CF, art. 5º). Em matéria tributária, a garantia de tratamento igualitário aplica-se: (a) a todos os contribuintes que se encontram em situação equivalente (CF, art. 150, II); (b) aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no que respeita aos tributos federais, excetuados os incentivos regionais (CF, art. 151, I); (d) aos bens e serviços sujeitos à competência

tributária dos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios (CF, art. 152).

Vale dizer, o princípio da igualdade tributária tem um aspecto subjetivo, no sentido de proteger pessoas (físicas e jurídicas) e os entes públicos contra discriminações infundadas, e um aspecto objetivo, no sentido de evitar que bens e serviços sejam submetidos, enfim, a tratamento tributário distinto em matéria de tributos estaduais e municipais.

Isso não significa que nenhuma discriminação possa haver. Pode, desde que compatível com a natureza do tributo e com as normas constitucionais que regulam a sua instituição.

É o que se verifica no referido art. 151, I, da Constituição, que admite a quebra da uniformidade dos tributos federais com o objetivo de incentivar regiões menos desenvolvidas.

No caso dos produtos nacionais e importados, a única hipótese de discriminação tributária constitucionalmente prevista é a do art. 153, I, que permite à União instituir imposto específico sobre a **“importação de produtos estrangeiros”**, cuja finalidade, como sabemos, é regular o comércio exterior e equilibrar a balança comercial, a exemplo do imposto de exportação.

De resto, o que a Constituição assegura é a cobrança de ICMS e contribuições na importação, de modo a submeter aos produtos importados a mesma carga tributária incidente nas operações internas, ou seja, interestaduais.

Portanto, verifica-se que não há fundamento constitucional para a diferenciação de alíquotas do ICMS com base no país de procedência das mercadorias, como pretende o projeto ora em análise. Pelo contrário, o exame da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal revela que o tipo de distinção não é admitido, por razões de isonomia, devendo os bens, mercadorias e serviços da mesma espécie ficar sujeitos ao mesmo regime de tributação, independentemente de sua origem ou destino.

A esse respeito, Sr. Presidente, muito se discutiu no passado e se discute no presente sobre a possibilidade de conceder isenções de ICMS aos produtos nacionais e não aos importados. A Suprema Corte, o Supremo Tribunal Federal decidiu – chamo a atenção, no bom sentido, dos nobres Senadores –, de forma reiterada, que o tratamento isonômico seria de rigor, a ponto de ser editada a Súmula 575, com o seguinte teor: **“À mercadoria importada de país signatário do GATT – Acordo Geral de Tarifas e Comércio – da Organização Mundial de Comércio ou membro da Alalc, estende-se a isenção do imposto de circulação de mercadorias concedida a similar nacional.”** Então, decidiu o Supremo Tribunal Federal, acerca

da Súmula 575, que haja a necessária simetria entre os dois produtos por tipo de origem, ou seja, deve-se conceder ao importado o mesmo tratamento dado a similar nacional.

Em ocasião mais recente, o Supremo Tribunal Federal apreciou um caso considerado como “protecionismo às avessas”. Cuidava-se de transporte internacional de cargas. As empresas estrangeiras eram isentas do ICMS no transporte de cargas do – e para o – Brasil, por força de tratados internacionais. As empresas nacionais submetiam-se ao tributo nessas mesmas operações, por força da Lei Complementar nº 87, de 1996. Para preservar a isonomia entre os serviços prestados por empresas nacionais e estrangeiras, decidiu o Tribunal pela declaração de inconstitucionalidade da exigência do ICMS em face das empresas nacionais com base no art. 150, II, da Constituição, **“enquanto persistirem os convênios de isenção de empresas estrangeiras”**, ou seja, as empresas estrangeiras, por conta de acordos internacionais, gozavam de isenções. As companhias nacionais não gozavam de isenções e foram ao Supremo Tribunal Federal requerer simetria, requerer igualdade de tratamento. E o Supremo Tribunal Federal, a partir da Súmula nº 575, deu às companhias nacionais o mesmo tipo de tratamento que as companhias internacionais tinham por conta de acordos com o GATT.

Esse voto, Sr. Presidente, foi dado pelo nosso queridíssimo Ministro Nelson Jobim à época, no Supremo Tribunal Federal, ex-relator da Constituinte, aqui, no Congresso Nacional, pessoa de notório saber e de uma jornada extremamente bem-sucedida e exitosa no nosso País, no campo da vida pública, política e jurídica.

Mas não fica por aqui, Sr. Presidente.

Ainda, em outra oportunidade, decidiu o Supremo Tribunal Federal que os veículos de origem nacional e importada deveriam ficar sujeitos à mesma alíquota do IPVA, tendo em vista que “o artigo 152 da Constituição Federal estabelece a isonomia tributária”, como definiu o Ministro Eros Grau. Embora o precedente verse sobre IPVA, é sua menção é pertinente para demonstrar que a Corte Suprema tem sido intolerante com qualquer medida tributária de caráter protecionista ou arrecadatório.

Na esteira da jurisprudência colacionada, verifica-se que não subsiste a pretensão, materializada no Projeto em exame, de fixar alíquotas interestaduais de ICMS distintas para mercadorias nacionais e importadas. O tratamento tributário tem de ser idêntico para ambas.

Entretanto, durante as audiências públicas que realizamos aqui, nesta Comissão, em parceria com a Comissão de Assuntos Econômicos, foi alegado que

a vedação ao tratamento diferenciado de ICMS só se aplicaria aos Estados e ao Distrito Federal e não ao Senado, pois esta Casa não foi mencionada no texto do art. 152 da Constituição.

O argumento não se sustenta, pois, como demonstrado, a uniformidade de tratamento entre produtos nacionais e importados decorre do princípio da igualdade, reproduzido não só no art. 152, como também nos arts. 5º e 150, II, da Constituição Federal, aplicáveis a todas as esferas de governo, portanto, dos entes federados.

De qualquer forma, observa-se que o argumento baseia-se numa interpretação meramente literal do Texto Constitucional, que não é a melhor. A boa doutrina constitucionalista é assente quanto à necessidade de interpretar-se a Constituição de maneira sistemática e harmônica, procurando-se atribuir máxima eficácia às suas disposições, de modo a afastarem-se soluções práticas que contrariem os seus princípios.

A leitura integral da Seção II (“Das Limitações ao Poder de Tributar”) do Capítulo I (“Do Sistema Tributário Nacional”) do Título VI (Da Tributação e do Orçamento”) da Constituição Federal demonstra que os dispositivos nela inseridos encerram limitações que têm como destinatários a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, por serem aqueles os entes políticos aos quais foi conferida a competência para instituir tributos destinados a assegurar sua autonomia. O objetivo, Sr. Presidente, de tais limitações é proteger os contribuintes e os próprios entes tributantes contra excessos fiscais.

Para que tais limitações sejam eficazes, devem elas ser respeitadas por todos os órgãos encarregados de legislar sobre os tributos por elas alcançados.

Nesse sentido, sua interpretação deve ser ampla, de forma a evitar que, por vias transversas, seja enfim frustrada a sua finalidade.

O fato de o Senado não ter sido mencionado entre os destinatários do art. 152 da Constituição Federal não o exime de observar as limitações próprias do ICMS, quando atue na condição de legislador do imposto estadual, fixando suas alíquotas interestaduais. Não faria sentido impedir que os Estados e o Distrito Federal possam diferenciar produtos nacionais e estrangeiros se o Senado Federal pudesse dimensionar o imposto que lhes cabe em percentual diverso conforme a origem dos referidos produtos. Ademais, ainda que o art. 152 da Constituição não se aplicasse ao Senado, o tratamento tributário uniforme do ICMS para produtos nacionais e importados se imporia por força dos arts. 5º e 150, II, da Constituição Federal.

De outro lado, Sr. Presidente, Srs. Senadores, foi alegado, em favor da constitucionalidade do Projeto, que

o Senado já praticou alíquotas diferenciadas conforme a procedência e destino de mercadorias e serviços, por intermédio da Resolução nº 22/1989. Além disso, também fixou alíquota diferenciada para determinados serviços, através da Resolução nº 95/1996. É verdade. Contudo, nos dois casos mencionados, o Senado agiu respaldado pela Constituição Federal.

Com efeito, a Resolução nº 22/1989 fixou alíquotas diferenciadas do ICMS, tendo em vista a situação dos Estados “do Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Espírito Santo, grandes importadores de produtos manufaturados, que o Senado Federal procurou proteger, com o evidente objetivo de reduzir as desigualdades regionais, como preconizado no art. 3º, III, da Constituição Federal, contemplando-os com alíquotas privilegiadas em operações interestaduais de entrada (...)”. (voto proferido do Min. Maurício Corrêa, relator da ADIMC 2.021-8/SP – J: 04/08/1999 – destaquei).

Já a Resolução nº 95, de 1996, fixou em 4% a alíquota do ICMS na prestação de transporte aéreo interestadual de passageiro, carga e mala postal valendo-se da regra do art. 155, § 2º, III, da Constituição, segundo a qual o ICMS “poderá ser seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços”, conforme exposto no Parecer nº 576/2003, desta Comissão, que examinou a matéria e será abordado no tópico seguinte do presente Parecer.

O caso em exame é diferente. Não se pretende reduzir as desigualdades regionais – é possível até que a medida as agrave – nem atender à seletividade do ICMS. O critério que se pretende adotar é o país de origem da mercadoria, em contrariedade ao princípio da igualdade (CF, arts. 5º e 150, II) e à regra que veda expressamente a estruturação de tributos estaduais de forma a *criar* “diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino” (CF, art. 152). Assim, os precedentes do Senado não legitimam o Projeto ora em discussão.

Por fim, alega-se que a redução das alíquotas interestaduais do ICMS para os produtos importados não altera a carga tributária, pois é a alíquota do Estado de destino que determina sua real dimensão. Isto porque, em razão da não-cumulatividade, o ICMS incidente na operação interestadual pode ser creditado pelo destinatário e deduzido do imposto devido na saída posterior da mercadoria. De modo que o resultado final será o mesmo independentemente do percentual da alíquota interestadual.

O argumento é econômico e tergiversa a questão jurídica em debate. O ponto é que a Constituição proíbe qualquer diferença de tratamento tributário em razão da procedência das mercadorias sujeitas ao ICMS. A vedação engloba todas as fases da cadeia de comer-

cialização da mercadoria ou bem, não se limitando à última etapa (venda destinada a consumo final).

Por outro lado, o autor do Projeto, aparentemente, não levou em consideração a possibilidade de agravamento de situação concreta que vem causando grande preocupação aos Estados e ao Distrito Federal, por interferir diretamente com a repartição do ICMS nas operações interestaduais.

Trata-se da questão das operações interestaduais que destinem mercadoria ou bem a consumidores finais, cuja aquisição ocorra de forma não presencial no estabelecimento remetente. O que se tem verificado é que empresas instalam seus centros de distribuição em determinado Estado, a partir do qual são remetidas mercadorias a consumidores finais de todo o país, que as adquirem pela internet, ou através de telemarketing ou visita a *showroom*. Apesar de os destinatários efetuarem as compras no Estado de seu respectivo domicílio, o ICMS é integralmente devido ao Estado de localização do centro de distribuição, por força da regra do art. 155, §2º, VII, “b”, da Constituição Federal. Inconformados, alguns Estados e o Distrito Federal firmaram o Protocolo ICMS 21/2011, pretendendo criar um mecanismo de partilha do ICMS, de modo que o Estado de destino participe da arrecadação do imposto nesse tipo de operação. A matéria foi levada ao Supremo Tribunal Federal, que se manifestou de forma unânime no sentido da inconstitucionalidade da exigência do ICMS pelo Estado de destino dos bens ou mercadorias (ADI 4.565/DF – Rel. Min. Joaquim Barbosa – J: 07/04/2011).

A redução da alíquota interestadual dos produtos importados poderá agravar essa distorção, em face da regra do art. 155, § 2º, VI, da Constituição, que diz:

Art. 155

§1º

§2º(...)

VI – salvo deliberação em contrário dos Estados e do Distrito Federal, nos termos do disposto no inciso XII, (g), as alíquotas internas, nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, não poderão ser inferiores às previstas para as operações interestaduais;

De fato, se se admitir que os produtos importados possam ficar sujeitos a um regime de alíquotas diverso dos nacionais, nada impede que, no caso de aprovação da resolução proposta, os Estados e o Distrito Federal criem uma nova forma de estímulo às importações. As alíquotas internas do ICMS das mercadorias importadas poderiam ser reduzidas ao mesmo patamar das interestaduais, o que reduziria o preço de venda e ampliaria significativamente o comércio inter-

no e interestadual desses produtos. Dessa maneira, os contribuintes localizados nesses Estados ou que neles venham a se instalar, poderão criar centros de distribuição de produtos os mais variados com destino a consumidores finais domiciliados em todo o país, com aplicação das alíquotas internas, equivalentes às interestaduais (reduzidas).

Com isso, Sr. Presidente, nós estamos insistindo nessa tese, na tese da ineficiência econômica, para além das ilegalidades que nós estamos afirmando aqui no nosso parecer.

Assim, se aprovado o Projeto, é possível que, em vez de proteger-se a produção nacional, como desejado pelo seu autor, se verifique uma forma de “protecionismo às avessas”, na medida em que a redução da alíquota interestadual pode ter por efeito estimular o comércio de importados. Vale dizer, a temida invasão dos importados poderá efetivamente ocorrer. E com amparo constitucional. Com o agravante de que tal benefício será aplicável aos produtos finais, com prejuízo inestimável à indústria nacional.

Em suma, conclui-se que o Senado, quando atua como legislador em matéria de ICMS, fixando as suas alíquotas interestaduais não pode criar distinções entre mercadorias e serviços em razão de sua procedência ou destino, salvo quando em cumprimento de disposições constitucionais específicas. No caso dos produtos de origem estrangeira, inexistente regra de estatuta constitucional que justifique a diferenciação pretendida, conforme pacífica jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, evidenciando a inconstitucionalidade do PRS 72/2010. Além do mais, a implantação da medida poderia implicar efeitos colaterais prejudiciais à indústria nacional, tendo em vista que permitiria a redução das alíquotas internas para mercadorias importadas destinadas a consumidores finais.

3. Inobservância do critério de seletividade estabelecido no art. 155, § 2º, III, da Constituição Federal

Como mencionado no tópico anterior, esta Comissão já teve oportunidade de examinar questionamento relativo à existência ou não de competência do Senado Federal para estabelecer alíquotas diferenciadas de ICMS para determinadas mercadorias ou serviços, durante a tramitação dos Projetos de Resolução do Senado nºs. 27/2000 e 42/2001, ambos de autoria do eminente ex-Senador Osmar Dias.

Na ocasião, foi aprovado o Parecer nº 576/2003-CCJ, relatado pelo Senador Luiz Otávio, que concluiu:

A competência atribuída ao Senado para a fixação de alíquotas interestaduais (...) não está sujeita a condicionantes que impeçam o estabelecimento de alíquotas especiais conforme a natureza da mercadoria ou do serviço, até por que a seletividade do imposto

é uma das metas de justiça fiscal preconizadas pelo próprio constituinte e que, por isso mesmo, deve ser buscada, a todo o tempo, pelo legislador infraconstitucional, dentro de sua esfera de competência.

Em outras palavras, decidiu esta Comissão que a seletividade do ICMS deve ser buscada através de alíquotas especiais fixadas em contemplação da natureza da mercadoria ou do serviço, obviamente porque são as características particulares de cada mercadoria ou serviço que definem a sua finalidade precípua e, por conseguinte, o seu grau de essencialidade.

Por conseguinte, é forçoso concluir, *a contrario sensu*, que mercadorias e serviços de características similares devem ficar sujeitas à mesma tributação. Não fosse assim, seria violado o critério da seletividade, que comporta apenas distinções entre diferentes espécies de mercadorias e serviços.

Entretanto, o critério de diferenciação utilizado no Projeto não é a natureza e a essencialidade do bem ou mercadoria, mas sim a sua origem. De acordo com a proposta, ficariam sujeitos a alíquotas distintas de ICMS produtos idênticos e que, portanto, possuem o mesmo grau de essencialidade. Unicamente porque uns são de origem nacional e outros do estrangeiro.

À toda evidência, um produto não se torna mais essencial do que outro em virtude do país de procedência. Tanto isso é verdade que a tabela de incidência do IPI (TIPI), imposto que obrigatoriamente tem de ser seletivo (CF, art. 153, §3º), prevê alíquotas idênticas para produtos nacionais e importados enquadrados na mesma classificação fiscal.

Como explica o Professor Roque Antonio Carrazza, “a seletividade, no caso, deve levar em conta a finalidade da mercadoria ou do serviço. Não sua destinação ou origem, que a isto obsta o art. 152 da CF.”

Portanto, a proposição ora em exame contraria pela nossa Comissão, ela contraria frontalmente a orientação anteriormente firmada por esta Comissão, pois, em vez de estabelecer “alíquotas especiais conforme a natureza da mercadoria ou serviço”, cria – ou deseja criar – alíquota especial para bens e mercadorias da mesma natureza, ferindo a seletividade do ICMS prevista no art. 155, § 2º, III, da Constituição Federal.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, acrescente-se a esta rebusta argumentação que a medida proposta visa alcançar mercadorias “importadas e destinadas diretamente a outro Estado”, quando “o trânsito pelo Estado onde ocorre a importação não agrega, ou agrega um valor pouco expressivo, ao processo de importação do bem ou mercadoria”.

Acontece que o Confaz será o órgão competente, pretendido, em última análise, para selecionar os produtos sujeitos à nova alíquota, em função do nível

de industrialização considerado necessário no Estado de origem para caracterizar um produto como de origem nacional.

Tal previsão implica, na prática, delegação da competência do Senado ao Confaz, em violação aos princípios constitucionais da legalidade e da separação dos Poderes (CF, arts. 2º, 5º, II e 150, I), na medida em que seria permitido a órgão formado por representantes do Poder Executivo inovar na ordem jurídica, estabelecendo critérios, requisitos e procedimentos para a aplicação ou não da nova alíquota aos produtos de procedência estrangeira industrializados no País.

Aliás, a esse respeito, Sr. Presidente, faço registro de outra jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

Não basta, para que se legitime a atividade estatal, que o Poder Público tenha promulgado um ato legislativo. Impõe-se, antes de mais nada, que o legislador, abstendo-se de agir *ultra vires*, não haja excedido os limites que condicionam, no plano constitucional, o exercício de sua indisponível prerrogativa de fazer instaurar, em caráter inaugural, a ordem jurídico-normativa. Isso significa dizer que o legislador não pode abdicar de sua competência institucional para permitir que outros órgãos do Estado – como o Poder Executivo – produzam a norma que, por efeito de expressa reserva constitucional, só pode derivar de fonte parlamentar. O legislador, em consequência, não pode deslocar para a esfera institucional de atuação do Poder Executivo – que constitui instância juridicamente inadequada – o exercício do poder de regulação estatal incidente sobre determinadas categorias temáticas [...].

Não é essa uma afirmação feita por mim na condição de Relator, mas é uma afirmação feita pelo eminente Ministro Celso de Mello, que assim se manifestou na ADI 1296, que me parece um caso absolutamente adequado a isto que estamos tratando e discutindo, porque estaria o Senado abrindo mão de prerrogativa sua e delegando, de maneira ilegal, uma prerrogativa para o Confaz.

Assim, tendo a Constituição atribuído ao Senado a competência para estabelecer alíquotas interestaduais do ICMS, mostra-se inconstitucional a delegação dessa atribuição ao Confaz, que, nos termos da proposição ora em exame, poderia definir o enquadramento de bens e mercadorias no conceito de Conteúdo Local Mínimo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ainda sobre o tema, decidiu o Supremo Tribunal Federal, em outra oportunidade, pela ***“impossibilidade de a alíquota, nas operações de exportação, ser fixada pelo convênio. [...] A fixação da alíquota, em tal caso, cabe ao Senado Federal”***. Essa posição foi defendida pelo Ministro Carlos Mário Velloso. Como a fixação da alíquota interestadual do ICMS também

competo ao Senado, aplica-se o mesmo princípio, o mesmo raciocínio ao caso ora em exame, realçando mais essa inconstitucionalidade de delegação da matéria ao Confaz, colecionando tantas outras inequívocas violações à Constituição Federal.

Portanto, Sr. Presidente, em face dessas minhas defesas, em face dessas minhas convicções é que estamos concluindo o nosso parecer, votando consciente de que o real interesse público implica sempre no cumprimento da Constituição. Em face dessa e de tantas outras inconstitucionalidades é que nós concluímos pela rejeição e pelo arquivamento desse projeto.

Esperei, ao longo da minha defesa, enfrentar todos os temas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que foram tratados nestes meses todos em que esta Comissão, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, tratou dessa matéria de absoluta relevância, não apenas para o meu Estado, mas para o conjunto dos Estados brasileiros.

Concluo meu parecer, recomendando a rejeição e o arquivamento desse projeto, pelas dezenas de ilegalidades que nós registramos aqui em nosso parecer.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela sua paciência.

Também muito obrigado pela paciência e tolerância dos Srs. Senadores e das Sr^{as} Senadoras, pela relevância, pela importância desse tema para nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Ricardo Ferraço, esse foi o relatório mais denso e mais extenso da história desta Comissão: 2 horas e 37 minutos. Parabenizo V. Ex^a pela forma tão rápida com que o proferiu. Estou elogiando V. Ex^a pela consistência.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – O que desejei foi enfrentar tudo aquilo que, ao longo desses meses, nas audiências públicas, foi debatido. Tudo aquilo procurei enfrentar, procurei desmistificar, para que pudéssemos fazer, a bem da verdade, um debate que pudesse contribuir com o País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – Com a compreensão do Senador Armando Monteiro, apenas peço para dar como lido nosso parecer da Comissão de Constituição e Justiça que trata do Ofício do Presidente da Câmara dos Deputados que comunica a eleição do Sr. Emmanoel Campelo de Souza Pereira para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Peço que o parecer seja distribuído a toda a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para dar como lido, apenas?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – Para dar como lido.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para dar como lido, apenas, incluo o Ofício “S” nº 61, de 2011, e dou como cumprida a primeira etapa, dando vista coletiva do Ofício “S” nº 61.

A Senadora pediu a palavra?

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Peço vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Darei vista coletiva dessa matéria, mas, antes, vou conceder a palavra ao Senador Armando Monteiro para fazer o voto em separado. Em seguida, não vou discutir essa matéria hoje.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Eu queria me manifestar rapidamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou dar a palavra ao Senador Armando Monteiro e, em seguida, vou encerrar a reunião e abrir o debate... Inclusive, há um outro item na pauta que vou retirar de ofício, ao final. Vou ouvir apenas o Senador Armando Monteiro e vou encerrar a reunião porque são 15h09.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, é uma manifestação rápida.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Armando Monteiro tem preferência como voto em separado.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Sr. Presidente, eu não queria ser descortês com a Senadora. (*Pausa.*)

Sr. Presidente e companheiros do Senado, não podendo, naturalmente, concorrer com o brilho do parecer do relatório do nobre Senador Ricardo Ferraço, aliás, um alentado e copioso relatório que embasa a posição do nobre Senador Ricardo Ferraço, vou apenas poder oferecer não o brilho, mas o contraponto, apresentando meu voto em apenas cinco minutos. Esta é a promessa que faço aos companheiros da Comissão.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu gostaria de ouvir inteiro o voto de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Armando, vamos ao relatório.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – E quero dizer, Sr. Presidente, que, quando há algo mais substantivo para embasar o parecer, nós prescindimos de considerações mais extensas. E, como não tenho nenhuma dúvida da constitucionalidade da resolução, e isso é um entendimento claríssimo, nós, evidentemente, podemos prescindir de considerações mais extensas,

inclusive arrimadas muitas vezes em pareceres muito complexos do ponto de vista técnico.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Mas julgo que teremos oportunidade ainda para o debate e para o enfrentamento.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Per-

feito, aliás, debate que, de resto, já travamos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/

PMDB – CE) – Senador Ricardo, vamos ouvir o Senador Armando Monteiro, por favor. A matéria não está em debate, ele está fazendo um voto em separado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB –

ES) – Claro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – O

debate já travamos, mas eu gostaria só de referir que o nobre Relator faz primeiro essa consideração de que essa matéria deveria ser tratada através de lei complementar, e eu vou direto para colocar nossa posição de que não há dúvida quanto à espécie legislativa eleita pela Constituição Federal para a fixação das alíquotas aplicáveis às operações e prestações interestaduais. À luz do art. 155, § 2º, inciso IV, da Constituição Federal, o instrumento, por excelência, para veiculá-las é uma resolução do Senado Federal, de iniciativa de um terço dos Senadores, requisito esse preenchido pelo PRS em análise.

Nesse sentido, é transparente e esclarecedor o parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional exarado agora, já em 2012, que trata sobre o projeto de resolução em tela. Diz o parecer:

Aliás o texto constitucional fala em “alíquotas” e não em “alíquota”, a demonstrar que o constituinte deixou ampla margem de decisão para o Parlamento brasileiro fixar diferentes alíquotas, com base em quaisquer critérios, eis que também não estabeleceu aqueles que deveriam ser seguidos pelo Senado Federal nesse mister.

Como se viu, já foram utilizados os critérios de destino da operação (conforme o Estado de destino da operação interestadual e mesmo exterior) e o tipo de serviço prestado, não havendo nenhum óbice para que outros sejam estabelecidos, como é o caso da procedência do bem ou da mercadoria [...].

Retrospectiva breve sobre o uso da prerrogativa estabelecida pelo citado dispositivo revela que ela foi usada por duas vezes pelo Senado Federal. A primeira, em 1989, por meio da Resolução do Senado nº 22, que estabeleceu duas alíquotas aplicáveis às operações interestaduais e uma para as operações de exportação (posteriormente tornada ineficaz pela imunidade concedida às exportações em 2003, pela Emenda Constitucional nº 42). Como regra geral, a alíquota foi fixada em 12%, com exceção das operações

originadas nos Estados das regiões mais desenvolvidas – regiões Sul e Sudeste (exceto Espírito Santo) –, quando tinham como destino as outras regiões do País, situação em que a alíquota passou a ser de 7%.

Na segunda vez em que fez uso da atribuição, por ocasião da Resolução nº 95, de 1996, o Senado fixou em 4% a alíquota de ICMS para a prestação de transporte aéreo interestadual de passageiro, carga e mala postal.

Muito ao contrário, sempre que desafiadas perante a Suprema Corte, foram as normas estaduais conflitantes com as alíquotas diferenciadas estabelecidas por essas Resoluções que tiveram a sua inconstitucionalidade declarada (ADI 4.565-MC, relatoria do Ministro Joaquim Barbosa).

Igualmente, não procede o argumento de que o projeto trata de benefícios fiscais no âmbito do ICMS e que, por esse motivo, teria de ser veiculado por lei complementar. O PRS nº 72, de 2010, ao estabelecer alíquota interestadual de ICMS para produtos provenientes do exterior que não sofram agregação de valor no Estado de importação, cuida apenas da partilha da arrecadação do tributo entre os entes federativos nessas operações. O gravame sofrido pelo contribuinte de fato permanece o mesmo, já que a alíquota incidente será sempre a interna do Estado de destino. A redução da alíquota interestadual não reduz a carga tributária incidente sobre a mercadoria ou serviço, portanto, por si só, não é apta a conceder qualquer benefício tributário a quem quer que seja.

Se a alíquota interestadual hoje aplicável é suficientemente elevada para que alguns Estados concedam benefícios fiscais, ao arrepio da Constituição e da lei, isso não transforma a sua redução em matéria diretamente atinente a benefício fiscal.

Vencida essa discussão, questiona-se a delegação ao Confaz para definir “industrialização”, que seria considerada inconstitucional. Muito embora a Constituição não faça nenhuma menção ao Confaz, o fato de o texto da Resolução fazê-lo não o torna inconstitucional.

Portanto, entendemos ser o argumento descabível. Ademais, ainda que houvesse vício, ele seria sanável, já que outras formas para definir o termo “industrialização” poderiam ser adotadas, sem prejuízo algum.

No mérito, vale mencionar que o Projeto de Resolução 72 objetiva combater os deletérios efeitos da chamada guerra dos portos, que podem ser resumidos em três dimensões: contribui para a destruição das cadeias produtivas, gera desemprego e diminui a capacidade do efeito multiplicador na economia decorrente dos aumentos dos investimentos e da produção industrial, ao deslocar a produção doméstica em favor dos bens importados. Segundo, reduz a arrecadação

total do ICMS para o conjunto dos Estados, dado que os ganhos de receita de ICMS dos Estados que concedem os benefícios fiscais não compensam as perdas dos Estados destinatários das mercadorias subsidiadas.

Portanto, guerra dos portos é fazer concessão com os recursos alheios. É uma forma de utilização de recursos públicos para financiar a geração de empregos no exterior, desafiando a racionalidade econômica e social.

O resultado – e já estou concluindo, Sr. Presidente – é que a guerra dos portos está desenhando nova rota de importações no Brasil, com prejuízos para a indústria nacional, para o Erário dos Estados consumidores ou processadores de mercadorias subsidiadas e para toda a sociedade, que perde postos de trabalho e recursos fiscais.

No entanto, preferimos deixar a cargo da Comissão de Assuntos Econômicos, por serem mais atinentes à sua competência, algumas importantes discussões sobre o mérito do projeto, que, de resto, já foram exaustivamente debatidas nas audiências públicas que realizamos aqui, quando, de forma inquestionável, vários setores da indústria brasileira puderam trazer a sua posição, claramente convergente no sentido de que essa guerra dos portos não interessa verdadeiramente à indústria nacional e, pelo contrário, está sendo um elemento destruturante das cadeias produtivas nacionais.

Foi essa a palavra que o setor têxtil e de vestuário pôde trazer. Foi essa a posição do setor de bens de capital, aqui trazida, de forma inequívoca, pela presidência da Abimaq. Foi essa a palavra do setor siderúrgico. É essa a expressão do setor de eletro-eletrônicos.

Portanto, na discussão do mérito, não há nenhuma dúvida de que esse incentivo é e tem um caráter deletério.

No entanto, não poderia deixar de reconhecer que defendemos ainda a necessidade de um período de transição para os Estados que se valeram da utilização dessa prática. Não deixei nunca de considerar essa posição.

Para finalizar, os incentivos dados à importação, ainda que a pretexto de fomentar o desenvolvimento regional, não encontram paralelo em nenhum país do mundo e são nocivos, portanto, à indústria brasileira. Certamente, não é esse o mecanismo ideal para melhorar a distribuição de riquezas no Brasil. Aliás, é possível afirmar que a concessão de incentivos a produtos importados é o pior instrumento de desenvolvimento regional disponível, pois os empregos e as rendas geradas nas *tradings*, nas comerciais importadoras dos Estados que concedem esses benefícios são muito

menores que os empregos e a renda perdidos no conjunto da economia nacional.

É essa a nossa posição.

Agradeço aos companheiros pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A Presidência declara que esse item da pauta está dado vista coletiva pela Presidência nesse PRS nº 72, de 2010. Os demais itens que não foram votados ficam como itens remanescentes para a próxima reunião.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, a matéria do Item 4 já é a terceira ou quarta vez que entra na pauta para ser objeto de apreciação. Eu gostaria de fazer um apelo a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Que na próxima pauta V. Ex^a coloque como Item 1, para ver se podemos definir essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Está deferido o pedido de V. Ex^a.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Eu peço que o Item 1 seja o Item 2.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Item 1 é o de V. Ex^a, o Item 2 é o do Senador Inácio Arruda e o Item 3, que eu sei que vai demorar o resto da tarde, é a discussão do PRS nº 72 na próxima pauta. Está deferido o pedido de V. Ex^a.

Agradecendo a presença de todos, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 23 minutos.)

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE ABRIL DE 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e quarenta e cinco minutos, do dia quatro de abril de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Eunício Oliveira, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Jorge Viana, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Eduardo Lopes, Romero Jucá, Renan Calheiros, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Armando Montei-

ro, Gim Argello, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Aníbal Diniz, Clésio Andrade, Ricardo Ferraço, Lauro Antônio, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena e José Agripino e das Senadoras Marta Suplicy, Ana Rita e Lúcia Vânia, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Pedro Simon, Vital do Rêgo, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Demóstenes Torres e Magno Malta. Justifica ausência o Senador Luiz Henrique. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Última Reunião Ordinária, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM 2) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 45, DE 2009 Não Terminativo** Acrescenta o inciso XXIII ao art. 37 da Constituição Federal, dispondo sobre as atividades do sistema de controle interno. **Autoria:** Senador Renato Casagrande e outros. **Relatoria:** Senador Inácio Arruda. **Relatório:** Favorável à Proposta, com duas emendas de redação que apresenta. **Em 04/04/2012, durante a discussão, o Senador Inácio Arruda reformula o Relatório para acolher as sugestões apresentadas pelos Senadores Pedro Taques e José Pimentel. Resultado: Aprovado o Parecer, favorável à Proposta, com as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ. ITEM 4) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2012 Não Terminativo** Dispõe sobre a criação de cargos no quadro do Ministério Público Militar. **Autoria:** Ministério Público da União. **Relatoria:** Senador Pedro Taques. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com a emenda de redação que apresenta. **Resultado: Aprovado o Parecer, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação. ITEM 5) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2012 Não Terminativo** Altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região – MG, cria Varas do Trabalho em sua jurisdição e dá outras providências. **Autoria:** Tribunal Superior do Trabalho. **Relatoria:** Senador Clésio Andrade. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado: Aprovado o Parecer, favorável ao Projeto. Aprovado o Requerimento nº 13, de 2012-CCJ, de urgência para a matéria. ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2011 Terminativo** Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para disciplinar a realização de eleições primárias para a escolha do candidato a Presidente da República. **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatoria:** Senador Pedro Taques. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto, e, no mérito, pela sua aprovação, com uma emenda que apresenta. **Resultado: Concedida vista aos Senadores José Pimentel, Randolfe Rodrigues e Eduardo Suplicy, nos termos regimentais. EXTRAPAUTA: ITEM 1) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2012 Não Terminativo** Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição

do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região – PR e dá outras providências. **Autoria:** Tribunal Superior do Trabalho. **Relatoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado: Aprovado o Parecer, favorável ao Projeto. Aprovado o Requerimento nº 12, de 2012-CCJ, de urgência para a matéria. ITEM 2) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 65, DE 2011 Não Terminativo** Altera o art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para criar o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, em Belo Horizonte, Minas Gerais. **Autoria:** Senador Clésio Andrade e outros. **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatoria “ad hoc”:** Senador Aécio Neves. **Relatório:** Favorável à Proposta, com uma Emenda que apresenta. **Resultado: Concedida vista aos Senadores Pedro Taques, José Pimentel, Randolfe Rodrigues e Armando Monteiro, nos termos regimentais. REQUERIMENTOS APRECIADOS: 1) REQUERIMENTO Nº 12, DE 2012-CCJ** “Requeiro, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2012.” **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Resultado: Aprovado. 2) REQUERIMENTO Nº 13, DE 2012-CCJ** “Requeiro, nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, tramitação em regime de urgência do Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 4, de 2012, que ‘altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, cria Varas do Trabalho em sua jurisdição e dá outras providências’.” **Autoria:** Senador Clésio Andrade. **Resultado: Aprovado. 3) REQUERIMENTO Nº 14, DE 2012-CCJ** “Nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada Audiência Pública desta Comissão em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e a Comissão de Assuntos Econômicos para discussão sobre critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE, propostos nos Projetos de Lei que tramitam nesta Casa Legislativa, com a participação dos seguintes convidados: Sr. José Roberto Rodrigues Afonso, Economista; Min. Gilmar Ferreira Mendes, Ministro do Supremo Tribunal Federal; Sr. Arno Hugo Augustin Filho, Secretário do Tesouro Nacional; Sr. Nelson Henrique Barbosa Filho, Presidente do CONFAZ em exercício.” **Autoria:** Senadores Randolfe Rodrigues, Pedro Taques e Blairo Maggi. **Resultado: Aprovado. 4) REQUERIMENTO Nº 15, DE 2012-CCJ** “A fim de instruir a tramitação do Projeto de Resolução do Senado Nº 96, de 2009, que ‘altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores

modificações”, requeremos, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, seja elaborado pela Diretoria-Geral, até a próxima reunião desta comissão, os impactos financeiros relativos: à proposta da Comissão Diretora – PRS nº 96/2009 –; ao relatório apresentado pelo senador Benedito de Lira; ao voto em separado apresentado pelo senador Ricardo Ferraço em 28 de março de 2012; ao relatório aprovado, por unanimidade pela Subcomissão Temporária de Reforma Administrativa, em 6 de julho de 2011; bem como, o impacto financeiro, quando houver, de cada emenda apresentada após agosto de 2011.” **Autoria:** Senadores Eduardo Suplicy, Ricardo Ferraço e Aloysio Nunes Ferreira. **Resultado: Aprovado.** Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião, às doze horas e vinte e nove minutos, restando adiados os demais itens constantes da pauta, a saber: ITEM 1) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 96, DE 2009, e ITEM 3) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 72, DE 2010; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eunício Oliveira**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Bom dia a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada.

A Ata será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos Itens de nºs 1 a 6.

ITEM 1

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO

Nº 96, DE 2009

– Não Terminativo –

Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.

Autoria: Mesa do Senado Federal

Relatoria: Senador Benedito de Lira

Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do PRS nº 96, de 2009, e, total ou parcialmente, das Emendas apresentadas junto à Mesa nºs 3, 4, 5, 9, 10, 12, 14, 16, 18, 19, 20, 22, 29, 30 e 32 e das Emendas da CCJ nºs 4 a 7, 9, 12 a 17, 19 a 31, 34, 37, 39 a 51 e 53, na forma do substitutivo que apresenta, que incorpora todas essas alterações, restando rejeitadas as demais emendas.

Observações: – *Em 14/03/2012, foi concedida vista aos Senadores Ricardo Ferraço, Randolfe Rodrigues, Sérgio Petecão, Roberto Requião, Armando Monteiro e Eduardo Suplicy, nos termos regimentais;*

– *Em 19/03/2012, foi recebida a Emenda nº 57, de autoria do Senador Pedro Taques, dependendo de Relatório;*

– *Em 20/03/2012, foram recebidas as Emendas nº 58, de autoria do Senador Gim Argello, nºs 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70 e 71, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, dependendo de Relatório;*

– *Em 22/03/2012, foi recebida a Emenda nº 72, de autoria do Senador Inácio Arruda, dependendo de Relatório;*

– *Em 26/03/2012, foi recebida a Emenda nº 73, de autoria do Senador Gim Argello, dependendo de Relatório;*

– *Em 27/03/2012, foi recebida a Emenda nº 74, de autoria do Senador Francisco Dornelles, dependendo de Relatório;*

– *Em 28/03/2012, foi recebido o Voto em Separado de autoria do Senador Ricardo Ferraço;*

– *Em 04/04/2012, foram recebidas Emendas nºs 75, 76, 77, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, dependendo de Relatório.*

– *A matéria será apreciada pela Comissão Diretora.*

O Senador Benedito de Lira se encontra ausente? *(Pausa.)*

Não está no livro, está ausente.

Havendo várias emendas de Senadores dependendo de relatório do Senador Benedito de Lira, que não se encontra presente para relatar, e como essa é uma matéria extremamente debatida, complexa, eu, obviamente, tenho que retirá-la de pauta para, na próxima semana, ouvir o Senador Benedito de Lira, o relatório sobre as emendas, qual é o posicionamento dele: a favor ou contra as emendas.

Portanto está retirado de pauta o Item 1.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Pois não, pela ordem, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – CE) – Presidente, ao cumprimentá-lo, lembro que temos matérias bastante complexas. Em que pese no livro nós termos quórum, está visível a ausência do quórum mínimo adequado e necessário de maioria absoluta dos membros.

Então indago a V. Ex^a se com este quórum nós temos possibilidade... Não quero fazer questão de ordem, longe disso, mas indago se o bom senso não nos recomenda o sobrestamento desses temas polêmicos pela ausência absoluta de quórum nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Senador Ricardo Ferraço, primeiro quero deixar bem claro para a população brasileira, com todo o respeito a V. Ex^a, que nós temos quórum nesta Comissão. Temos inclusive quórum qualificado para discutir e debater as matérias com a chegada do novo Líder do bloco, o Senador Gim Argello.

Então compreendo V. Ex^a. Vamos aos temas mais suaves. Os temas mais polêmicos que houver, no momento em que acharmos adequado, por exemplo, a reforma administrativa, a questão do PRS nº 72, que eu sei que preocupa V. Ex^a, que tem um trabalho intenso nessa questão, obviamente não vou colocar matérias sem ter aqui o número qualificado para a votação, inclusive no processo nominal, que é legítimo fazer no momento oportuno.

Eu compreendo a posição de V. Ex^a, mas quero inclusive agradecer a esta Comissão, porque desde o dia em que assumi até hoje todos os Srs. Senadores que a compõem permitiram que aqui fizéssemos todas as reuniões com o quórum deliberativo. Devo isso não só ao comando da Presidência, mas aos Srs. Senadores que compõem responsavelmente esta Comissão.

Compreendo a preocupação de V. Ex^a, mas nós temos quórum para deliberar as matérias.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Confio no bom senso de V. Ex^a.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Já que estamos tratando de questões administrativas da Comissão, eu queria indagar de V. Ex^a a respeito do agendamento da audiência pública que foi decidida pela Comissão para a instrução da PEC nº 15, se não me engano, a chamada PEC dos recursos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – V. Ex^a tem toda a razão. Há um compromisso da Mesa. Nós tínhamos as audiências públicas para debater o PRS nº 72, e eu disse que logo que terminassem

essas audiências públicas... Nós temos duas audiências públicas. É um compromisso da Mesa com o Senador Randolfe Rodrigues e com V. Ex^a. Então vou determinar à Secretaria da Mesa que já marquemos as duas reuniões para instruir tanto a PEC nº 15 como a outra PEC, por solicitação do Senador Randolfe Rodrigues.

Atende a V. Ex^a dessa forma?

O compromisso assumido por esta Mesa é sempre palavra empenhada, palavra honrada, se Deus quiser.

Item 2 da pauta, Proposta...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – ...de Emenda à Constituição nº 45, de 2009, não terminativo. Acrescenta o inciso XXIII ao art. 37 da Constituição Federal, dispondo sobre a atividade do Sistema de Controle Interno.

Autoria do Senador Renato Casagrande, grande Governador do Espírito Santo, e outros. Também foi um grande Senador nesta Casa.

Relatoria do Senador Inácio Arruda.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Favorável à proposta com duas emendas de redação que apresenta.

Antes de conceder a palavra ao Senador Inácio Arruda, pede a palavra pela ordem o Senador Eduardo Suplicy.

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, com respeito ainda ao Item 1, eu até verifiquei, é fato. Pensei que o Senador pudesse chegar ainda, mas ele está em Maceió. Então V. Ex^a tem razão, porque seria difícil ele chegar a tempo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Não posso fazer o relatório aqui sem o Relator aparecer nas emendas.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Está certo. Mas conversei há pouco com o Senador Aloysio Nunes, que, na semana passada, havia considerado solicitar à Diretoria-Geral, inclusive com o setor orçamentário da Casa, uma estimativa das quatro proposições colocadas. As estimativas foram feitas pela nossa assessoria, mas, no diálogo com o Senador Aloysio Nunes, ele falou: “Eu gostaria que a Diretoria-Geral e o setor responsável pelo orçamento da Casa fizesse uma estimativa das quatro propostas que foram aqui colocadas e serão objeto de consideração, apreciação e votação”.

Então queria sugerir que, até em nome do Senador Aloysio Nunes e do Senador Ricardo Ferraço, que foi Relator na Subcomissão de Reforma Administrati-

va, e também em meu próprio, como Presidente, que possamos requerer à Diretoria-Geral que faça a estimativa das propostas do ponto de vista orçamentário, para que tenhamos, assim, um voto muito consciente na próxima quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a, como Presidente da Subcomissão, não solicitou esses dados?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Nós fizemos toda a estimativa com a ajuda dos assessores, mas foi uma ponderação do Senador Aloysio Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tudo bem. Só quero respeitar a ausência do Relator. Acho que V. Ex^a poderia ligar para o Senador Benedito de Lira, porque seria importante, inclusive para a formação de juízo de valor dos demais Senadores, essa informação. Eu acho que V. Ex^a poderia sugerir, como Presidente da Subcomissão, ao Relator Benedito de Lira que fizesse isso. Eu acho que o nosso objetivo aqui é fazer as coisas da forma mais transparente possível – essa é a nossa obrigação.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou conceder a palavra a V. Ex^a.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já dou a palavra a V. Ex^a.

Portanto, Senador Suplicy, vou sugerir que V. Ex^a encaminhe essa solicitação ao Senador Benedito de Lira ainda no dia de hoje, para que, na próxima semana, ele possa nos apresentar.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Bom, V. Ex^a tomou uma decisão, mas eu acho que o Presidente pode muito bem pedir isso. Todos aqui têm interesse em ter essa apreciação orçamentária por parte da Casa. Por que tem que encaminhar ao Benedito? Vai demorar mais duas semanas. Não sei, acho...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senadora Marta, Senadora Marta.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas V. Ex^a já tomou a decisão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senadora Marta, o Relator tem todas as prerrogativas, quer dizer, se eu fizer qualquer tomada de decisão aqui individualizada ou então de ofício, estarei ferindo o relatório. E tenho que respeitar todos os Srs. Senadores quando apresentam relatório.

Acho que o dado, a informação é boa. Agora, cabe ao Senador Benedito. Inclusive vou ligar para ele e sugerir que, como Relator, solicite isso à Casa, a fim

de que todos nós, todos os Srs. Senadores tenham um juízo de valor do que estão votando: se essa reforma é melhor ou pior, no que ela melhora e no que ela piora. Isso é extremamente complexo. É um processo dessa altura. Houve uma subcomissão que analisou essa matéria e nós vamos tratá-la na próxima quarta-feira. Vou sugerir isso.

Vou aproveitar a oportunidade da sugestão do Senador Suplicy e de V. Ex^a, Senadora Marta, e vou pedir ao Relator que o faça de ofício, até porque ele tem poderes para isso. A Mesa só poderia fazer se houvesse requerimento por parte dos Srs. Senadores.

Portanto, vou ao Item 2 da pauta.

ITEM 2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 45, DE 2009

– Não Terminativo –

Acrescenta o inciso XXIII ao art. 37 da Constituição Federal, dispondo sobre as atividades do sistema de controle interno.

Autoria: Senador Renato Casagrande e outros

Relatoria: Senador Inácio Arruda

Relatório: Favorável à Proposta, com duas emendas de redação que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda para, se quiser, fazer o relatório dessa matéria.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, antes de mais nada, desejo uma boa Páscoa a todos, que têm um espírito elevado neste período.

Quero dizer que a iniciativa do Senador Casagrande e outros visa incluir inciso no art. 37 da Constituição que estabelece regras relativas às atividades do sistema de controle interno da União, dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios.

É uma matéria, Sr. Presidente, que foi muito discutida no Senado Federal, discutida com os agentes de controle interno do Governo Federal, dos governos estaduais, municipais, e que tem um objetivo muito simples: primeiro, sistematizar esta ação, ou seja, fazer com que União, Estados e Municípios, na busca do controle e do melhor funcionamento das atividades desses poderes, possam agir concomitante; e, segundo, estabelecer uma carreira para essa atividade.

Esse debate foi intenso. O Senador Casagrande foi o autor, mas esta proposta teve o apoio da maioria dos Srs. Senadores que atuaram na Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle do Senado Federal. Praticamente ela é uma proposição daquela Comissão e objetiva aperfeiçoar os mecanismos de controle da Constituição, que já estabelece um comando no sen-

tido de que o Estado aprecie as suas atividades, controlando, para que a gente possa ter cada vez mais transparência no uso dos recursos públicos do nosso País. Põe a Ouvidoria Pública como uma das atividades de controle interno desses órgãos do Poder Público.

Portanto, Sr. Presidente, o nosso relatório vai ao encontro do sentido estabelecido pelos autores.

A determinação para que as atividades do sistema de controle interno sejam desempenhadas por órgãos de natureza permanente é importante para fortalecer a estruturação do sistema e explicitar a necessidade de que atue de forma continuada, como instituição essencial ao regime democrático, independentemente da disposição meramente circunstancial de um governo. Isso tem muito valor na opinião dos autores e é a opinião do relator.

No mesmo sentido, a exigência de que as atividades do sistema de controle interno sejam executadas por servidores públicos organizados em carreiras específicas confere vigor aos órgãos que integram o sistema, pela profissionalização que a medida promove, bem como pela maior independência proporcionada pela sujeição ao regime impessoal e isonômico da seleção por concurso público.

Somos, pelas razões apresentadas, favoráveis à aprovação, na íntegra, da PEC nº 45, de 2009.

No intuito, unicamente, de aperfeiçoar a técnica legislativa da proposta, sem alterar seu conteúdo, apresentamos duas emendas à proposição. A primeira delas, para que o art. 1º faça referência expressa à Constituição Federal e para corrigir, no inciso que se pretende acrescentar ao art. 37 da Lei Maior, o início do texto em letra maiúscula e a ausência de pontuação após o vocábulo “Municípios” e nas expressões “em especial” e “na forma da lei”. A segunda emenda que apresentamos determina que a emenda constitucional que decorrer da PEC entrará em vigor na data de sua publicação, e não de sua promulgação.

Ainda com respeito à avaliação da técnica legislativa da proposta, convém esclarecer que preferimos manter, no novel inciso, a referência expressa à União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Essa referência poderia, a princípio, ser considerada dispensável, uma vez que o *caput* do art. 37 da Constituição já promove menção a todos os entes federativos. Acreditamos, no entanto, que a manutenção da referência se justifica não apenas pela simples extensão do art. 37 da Constituição, mas pela clareza que proporciona ao comando.

Portanto, Sr. Presidente, com as emendas de redação, o nosso parecer é pela aprovação da Proposta de Emenda Constitucional do Senador Casagrande e demais companheiros daquela Comissão especial-

mente, porque de lá emanou a proposta do Senador Casagrande.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria.

Mais uma vez agradecendo aos Srs. Senadores pela presença maciça no plenário, aqui, na Comissão, na quarta-feira de cinzas... *(Pausa.)*

Não. Quarta-feira de cinzas, Senador Pedro Taques? Não me induza ao erro, Senador. *(Risos.)*

Para discutir a matéria, o primeiro Senador inscrito é V. Ex^a, Senador Pedro Taques.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem. Rapidinho. Apenas...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela orla ordem, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – É apenas para pedir a V. Ex^a, atendendo a um apelo do Tribunal Regional do Trabalho no Paraná, que incluía extrapauta o projeto do qual sou relator, que está em mãos da sua assessoria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Sem deixar de atender a V. Ex^a, tão logo acabemos a pauta principal colocarei a matéria de V. Ex^a em extrapauta.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Inscreva-me, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Senador Pedro Taques tem a palavra, Senador Valadares e Senador Pimentel.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apenas cumprimentando o Relator e o Autor do projeto, só tenho uma sugestão, se o Relator me permite.

Esse dispositivo, ao meu juízo, precisaria de uma simetria com o art. 74 da Constituição. O art. 74 menciona Legislativo, Executivo e Judiciário. E aqui o inciso XIII, objeto da proposta de emenda, não trata dos poderes da República, por mais que o *caput* do art. 37 o faça. Mas isso pode trazer distorções no sentido da organização desse sistema de controle que é absolutamente necessário na administração pública.

Outro detalhe, se V. Ex^a me permite.

Na questão da topologia ou topografia legislativa, não se afigura como recorrente no Brasil a utilização desta expressão “a que se faz referência”. Melhor seria, com todo o respeito, é apenas uma sugestão que faço a V. Ex^a, se nós redigíssemos assim: “às atividades do sistema de controle interno previstas no art. 74”, porque o art. 74 já faz referência ao Legislativo, ao Executivo e ao Judiciário, essenciais ao funcionamento da administração pública.

É apenas uma sugestão de redação, mas concordando inteiramente com o mérito da proposta de emenda de V. Ex^a.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, a respeito das sugestões do nosso colega Pedro Taques, a relatoria está de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Então V. Ex^a incorpora as sugestões sem alterar o relatório.

Próximo orador inscrito, Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, gostaria de aproveitar esta oportunidade para felicitar o autor da matéria por essa iniciativa louvável e também o relator, que não só fez um brilhante parecer, como terminou aceitando uma proposta de redação do Senador Pedro Taques para aperfeiçoar o projeto.

Destaco que esse projeto considera importante para o sistema de controle que a administração pública contemple de forma permanente a existência desses órgãos, ou seja, esses órgãos devem desempenhar as suas funções de forma permanente. E essas atividades serão exercidas por servidores organizados em carreiras específicas. Assim, os servidores terão que se submeter a concurso público de provas e títulos e, além disso, serão organizados em carreiras de, por exemplo, ouvidor, controlador, auditor governamental, enfim, carreiras especializadas nessas funções que são previstas na emenda constitucional.

Entendo que a administração pública é favorecida com a aprovação dessa matéria. Há muitos Estados e Municípios que já dispõem de seus sistemas de controle interno, mas essa obrigatoriedade de inclusão na nossa Constituição sistematiza, sem dúvida alguma, a função essencial da administração pública, que não é apenas de corrigir erros *a posteriori* que sejam descobertos pelos órgãos de controle externo, a exemplo do Tribunal de Contas, mas que existam órgãos de controle interno que possam coibir abusos da administração pública, do gestor público e que possam evitar erros que venham a repercutir no futuro do gestor público e da própria Administração.

Portanto, é da essência da boa administração que o Controle Interno e também a Controladoria, a Auditoria e a Correição sejam prestigiadas pelo Poder Público. Essa é a razão maior do nosso respeito à proposta do nosso ex-Senador e atual Governador do Espírito Santo, Renato Casagrande.

Parabéns, então, mais uma vez, ao nobre Relator, Senador Inácio Arruda!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, Senador Eunício Oliveira, quero saudar o Senador Inácio Arruda pelo seu relatório.

Também quero registrar que, desde 2001, a Lei nº 10.180 regulamentou o Controle Interno no que diz respeito ao Poder Executivo. Em seguida, em 2003, foi criada a Controladoria-Geral da União por meio da Lei nº 10.683, que aprofundou o assunto e organizou a carreira exclusiva dos Controles Internos no Executivo. No entanto, no Poder Judiciário e também no Poder Legislativo, há uma série de decisões que precisam ser aprimoradas. No Poder Legislativo, há duas resoluções, uma da Mesa do Senado e outra da Mesa da Câmara dos Deputados, que precisariam sofrer uma mudança significativa a partir dessa Emenda Constitucional. Ao mesmo tempo, nos governos estaduais, nos governos municipais e nos Judiciários estaduais, há Estados em que a carreira do Controle Interno já está regulamentada, mas, em outros Estados, isso não ocorre.

Essa matéria, que está em forma de lei, acredito, não alcançaria o pacto federativo. Se temos o interesse de vincular o pacto federativo, temos de elevar essa matéria para a categoria de lei complementar, para que ela tenha caráter vinculante, não no sentido de fixar valores de remuneração ou outros mecanismos de controle interno, mas no sentido de determinar a obrigatoriedade de que os 26 Estados, o Distrito Federal e os 5.565 Municípios tenham a organização também do seu Controle Interno. Da forma como estamos fazendo, isso é constitucional, mas vai depender de uma lei de cada ente do pacto federativo para que isso se materialize, para que isso se concretize. A intenção é excelente, mas, na prática, isso ficaria a critério de cada ente do pacto federativo. E a única possibilidade que o Congresso Nacional teria de legislar, criando regras permanentes para o pacto federativo, seria por lei complementar, e, nesse aspecto, o Congresso Nacional teria também competência para proceder.

Era essa a sugestão que eu deixaria para o nosso Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Pimentel.

Não havendo mais quem quera discutir a matéria, vou colocar a matéria em votação.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, a posição do Senador Pimentel sugere uma alteração mais substancial em relação ao que os autores propuseram, porque S. Ex^a propõe uma lei complementar, o que criaria, de imediato, a vinculação de todos os entes, inclusive o Legislativo, o Judiciário e os órgãos dos Poderes estaduais, para, é claro, compatibilizar com o que já existe na União. Considero

que isso é o mais ajustado. Mas isso cria o aspecto de uma vinculação mais forte.

Também quero, Sr. Presidente, acolher a proposição do Senador Pimentel, que propõe que, em vez de lei, seja lei complementar, para dar mais força ao comando que estamos querendo precisar com as alterações propostas pelo Senador Casagrande e por outros.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então, V. Ex^a incorpora, além da sugestão...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – É claro! Incorporamos, além da sugestão do Senador Pedro Taques...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Calma! Vamos ficar no registro de que a Secretaria da Mesa...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Lei complementar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Inácio...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sim, eu o estou ouvindo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Inácio, para que a Secretaria da Mesa possa fazer o registro e colocá-lo no relatório de V. Ex^a, quero saber se V. Ex^a incorpora as sugestões do Senador Pedro Taques e as sugestões do Senador José Pimentel.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Ok?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – OK.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então estão incorporadas as duas sugestões ao relatório do Senador Inácio Arruda, que vou colocar em votação.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório do Senador Inácio Arruda, que vai fazer parte, vai constituir o parecer da Comissão favorável à proposta com as Emendas de nºs 1, da CCJ, e 2, da CCJ.

A matéria vai ao Plenário do Senado.

ITEM 3

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO

Nº 72, DE 2010

– Não Terminativo –

Estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Trans-

porte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior.

Autoria: Senador Romero Jucá e outros

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Contrário ao Projeto.

Observações: – Foram realizadas duas audiências públicas, em Reunião Conjunta, da Comissão da Constituição, Justiça e Cidadania com a Comissão de Assuntos Econômicos;

– Em 28/03/2012, foi recebido o Voto em Separado de autoria do Senador Armando Monteiro, favorável ao Projeto;

– A matéria será apreciada, posteriormente, pela Comissão de Assuntos Econômicos.

– Em 28/03/2012, a Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.

Srs. Senadores, ontem à noite, nós tivemos oportunidade – o Senador Romero Jucá, que é autor da resolução, eu e outros companheiros como o Líder do Governo, a Ministra Ideli e o Ministro Guido Mantega – de discutir essa matéria. E por compreender que ainda há uma busca de entendimento com os Estados brasileiros, principalmente de três deles: Goiás, Santa Catarina e Espírito Santo, aqui defendido com tanta veemência pelo Senador Ricardo Ferraço, repito: na busca desse entendimento, nós conversamos bastante ontem com o Ministro Guido Mantega.

Há uma sensibilidade do Governo em não criar problemas, não prejudicar esses Estados e encontrar mecanismos que atenuem essa questão da chamada guerra dos portos. Por esse motivo, nós também levantamos ontem, o que é uma bandeira do meu Partido, o PMDB, que inclusive tem aqui proposta nesse sentido, aproveitando a colocação da Presidente Dilma, perfeita do ponto de vista de Brasil, do ponto de vista de crescimento do País, do ponto de vista de investimento, do ponto de vista de proteção da indústria nacional – ela alegava, naquele momento, o tamanho, o espaço imenso de *spread* que existe na relação com os bancos, a indústria e o comércio brasileiro –, então, aproveitando o gancho, o Senador Romero Jucá estava presente e o Senador, nós colocamos isso ao Ministro Guido Mantega.

Acho que essa é uma matéria que nos une a todos, une todos os Senadores, porque nós representamos os Estados brasileiros. E assim como não é justa a taxa de *spread* cobrada pelos bancos brasileiros, Senador Armando Monteiro, também não é justa a taxa de *spread* entre o que o Governo toma do mercado financeiro, mesmo com essa taxa absurda de juros, e o valor cobrado dos Estados brasileiros nas suas dívidas.

Alegava o Ministro, naquele momento, que tem uma preocupação com a lei de responsabilidade fiscal. Entendo eu, e acho que assim entendemos muitos de nós – na defesa dos nossos Estados, tenho certeza de que todos nós –, que não há uma mudança na lei de responsabilidade fiscal. Há uma mudança do indexador que está matando os Estados brasileiros.

Nós precisamos salvar os empregos do Brasil, nós precisamos salvar a indústria nacional, sou plenamente a favor dessa questão, mas precisamos também salvar os Estados brasileiros desses juros absurdos que são cobrados. No momento, na época, era o juro que o Banco Central, que o Governo brasileiro recebia e repassava para os Estados, mas nós estamos vivendo outro momento e essa renegociação precisa ser feita.

Então, em função disso e em função da busca que ainda existe de negociação desses Governadores com o próprio ministro Guido Mantega, com a área econômica, contando com a sensibilidade do Governo, que abriu essa negociação e permanece nela, é que eu vou retirar de pauta de ofício – o Relator não poderia mais retirar de pauta, o autor já não podia mais retirar de pauta, mas a Presidência vai retirar de ofício –, dando oportunidade para que a gente busque esse entendimento até a próxima semana. *(Pausa.)*

Já dou a palavra a V. Ex^a, Senador Romero.

Na próxima semana, tiraremos nós tiraremos... colocaremos esta matéria de pauta e aí vamos colocá-la em discussão no debate e na aprovação. Espero a compreensão dos Srs. Senadores para esta decisão.

Peço a compreensão do Senador Armando Monteiro, que já pediu a palavra pela ordem antes do Senador Ricardo e antes do Senador Romero.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Também peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu sei que V. Ex^a já levantou a mão. O Senador Pimentel também levantou a mão.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Acho bom deixar para falar depois da Semana Santa.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu só quero deixar claro aqui, da forma mais transparente possível, qual a motivação, Senador Inácio Arruda, para a retirada de uma matéria tão importante e tão debatida nesta Casa. Mas acho que também este é o momento oportuno porque nós estamos debatendo a questão do Estado brasileiro, do pacto federativo, da discussão que nós temos que fazer aqui no Senado, nós, Senadores, que somos os verdadeiros representantes dos Estados brasileiros. Então, essa discussão é nossa e nós não podemos perder esta oportunidade, já que há uma abertura da área econômica para esta discussão.

Por esse motivo, pedindo desculpas, pedindo vênias ao Senador Armando Monteiro, ao Senador Clésio Andrade, ao próprio autor da matéria, o Senador Romero Jucá, que tem sido tão paciente e tem participado de todas as discussões para encontrar a saída para os Estados brasileiros que têm esse problema na questão da importação, é que vou retirar de pauta. Mas, antes, vou dar a palavra ao Senador Armando Monteiro, Senador Romero Jucá, Senador Ricardo Ferraço, Senador José Pimentel, Senadora Ana Rita.

Senador Armando Monteiro, tem a palavra V, Ex^a.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – É difícil a gente se colocar contra a sua orientação, porque V. Ex^a tem pautado a sua atuação à frente da Presidência sempre por uma posição de muito equilíbrio, de muita serenidade e, portanto, é difícil a gente se contrapor a sua orientação. Agora, como nós estamos discutindo aqui a constitucionalidade do projeto e, como autor desse voto que foi apresentado em separado, eu não tenho nenhuma dúvida da constitucionalidade da matéria, não tem essa decisão aqui um caráter já, rigorosamente, que pudesse apontar para a conclusão da deliberação do Legislativo, mas um aspecto técnico da constitucionalidade, eu quero dizer a V. Ex^a que acho que poderíamos votar a constitucionalidade, já que a decisão de mérito ainda não está sendo dada. Portanto, era uma etapa que nós cumpriríamos, inclusive, em homenagem à própria CCJ, a quem cabe apreciar essa questão da constitucionalidade.

Mas, eu volto a dizer, é difícil a gente se contrapor a uma solicitação e a uma orientação de V. Ex^a;

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Armando Monteiro, fiz a minha fala aqui pedindo vênias e desculpas a V. Ex^a porque sei que V. Ex^a foi presidente da CNI e conhece profundamente essa questão da indústria nacional em relação às importações que estão entrando no Brasil. E nós não podemos, obviamente, permitir que a crise externa venha para o Brasil.

Nesta semana, li com muita atenção, Senador Romero Jucá – já dou a palavra a V. Ex^a –, que, na França, o grande debate que está acontecendo é um presidente que defende ser mais suave com os imigrantes e o outro que é contra a imigração. Olha a que ponto nós chegamos. O debate do cargo de presidente da república está tendo a relevância de discutir, porque acham eles que os imigrantes tomam empregos daquelas pessoas. Você imagine a indústria nacional, as centrais sindicais e aqueles que têm sensibilidade com os trabalhadores brasileiros.

Mas peço a compreensão de V. Ex^a porque houve, ontem à noite, um avanço nessa conversa. E eu não me furtarei, quero deixar bem claro aqui, se for

o casão, na busca desse entendimento, até a fazer uma extraordinária na próxima terça-feira, à tarde, se for o caso. De antemão, esta matéria está repautada para quarta-feira como primeiro item da pauta, às dez horas da manhã.

Então, vou dar a palavra ao autor da resolução, Senador Romero Jucá, que tem acompanhado este trabalho e que tem dado muito, muito do seu suor e da sua inteligência para que encontremos uma solução que resolva ou pelo menos amenize o problema de todos.

Tem a palavra de V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Presidente Eunício, eu pedi a palavra porque quero, primeiro, corroborar as palavras de V. Ex^a, que trataram exatamente do entendimento que foi procurado construir ontem com o Ministro Guido Mantega, com a Ministra Ideli Salvatti, com os líderes partidários, com o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e também de Assuntos Econômicos, exatamente discutindo de que forma pode-se avançar no sentido de construir uma solução negociada para aprovar a Resolução 72 com menos efeitos para os Estados que serão impactados.

Nós temos aí um calendário urgente. Nós queremos votar esta matéria rápido, mas elogio e aplaudo a decisão de V. Ex^a de dar mais alguns dias. Não serão esses poucos dias que vão, de certa forma, atrasar a votação, mas será possível, de acordo com os entendimentos que foram mantidos ontem com o Ministro Guido Mantega, que nós possamos ter efetivamente algo a apresentar aos Estados no sentido de facilitar a votação. É preciso buscar a compensação para os Estados que serão mais afetados. Nós temos uma pauta comum de assuntos de interesse da Federação, que passa pelo comércio eletrônico, que passa pelo indexador da dívida dos Estados. São assuntos que precisam ser encaminhados também.

Então, na verdade, esse prazo dará condição de nós termos um processo de negociação para apresentar aos Senadores de todos os Estados, não só dos Estados impactados, mas algo que atenda todos os Estados brasileiros, já que o Senado se debruça sobre questões importantes do equilíbrio fiscal.

Então, eu quero apenas aplaudir a decisão de V. Ex^a e dizer que, como autor, tenho pressa de que esta matéria seja votada, mas espero que, na próxima quarta-feira, a gente já possa trazer esta matéria, mesmo discutindo somente a constitucionalidade, podendo anunciar algumas medidas de compensação, podendo anunciar algumas ações de benefícios aos Estados e, portanto, podendo facilitar votação de matéria tão importante para a conjuntura brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Romero Jucá, pela compreensão, como autor, e pela firmeza como V. Ex^a coloca e tem discutido esta matéria.

Concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, na mesma linha, cumprimento V. Ex^a pela acertada decisão e, evidentemente, me contraponho à decisão do Senador Armando Monteiro, com quem eu convirjo quase sempre. Não convirjo sempre porque, neste particular, lamentavelmente, nós estamos em conflito aberto no campo intelectual, no campo do conteúdo, em que pese o meu respeito à forma sempre muito civilizada, sempre muito cordata, sempre muito respeitosa com que o Senador Armando Monteiro defende as suas convicções. E nós estamos exatamente num ambiente absolutamente democrático em que o conflito de ideias é muito importante para o aperfeiçoamento dessa relação.

Evidentemente, estando em outro campo, se o Senador Armando Monteiro tem a convicção da legalidade desse projeto de resolução, eu estou absolutamente convencido de que ele viola em pelo menos quatro pontos a Constituição Federal. Mas esse é um debate que nós faremos, evidentemente, no dia em que o tema estiver sendo colocado para o Plenário desta Comissão, reafirmando a minha convicção de que este tema é um tema que trata de incentivos fiscais. Portanto, este é um tema já absolutamente solucionado e decidido pelo Supremo Tribunal Federal, pois tema como este só pode ser tratado por meio de lei complementar.

Mas esse é um debate que nós faremos oportunamente.

Quero cumprimentar V. Ex^a por essa manifestação de absoluto bom-senso na condução dos trabalhos da Comissão de Constituição e Justiça. Estou chamando a atenção de V. Ex^a pela importância que tem a função de V. Ex^a como Presidente desta Comissão.

O Supremo Tribunal Federal... E V. Ex^a fazia manifestação aqui a respeito da necessidade de nós efetivamente alterarmos o indicador das dívidas dos Estados brasileiros. Isso é absolutamente injusto. Não faz sentido que esse cassino continue sendo praticado contra os governos estaduais, que estão sendo sangrados nas suas receitas governamentais. O tema a que V. Ex^a faz menção é um tema federativo da maior importância.

Mas eu quero incluir outro ponto na pauta do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça. O Supremo Tribunal Federal, ao final de 2011, declarou que, se o Congresso Nacional, até o final de 2012, não construir novas diretrizes, novos critérios para a

distribuição do Fundo de Participação dos Estados, o Supremo Tribunal o fará. Nós já estamos no mês de abril, e não há ainda sinais claros de que esta Casa tomará a iniciativa de fazer um debate desse tema, que também será um tema muito complexo.

O Senador Romero Jucá é autor de proposta; o Senador Randolfe é autor de proposta; eu também sou autor de proposta. Acho que nós poderemos iniciar pela Comissão de Constituição e Justiça um debate, um confronto dessas propostas, dessas teses, chamando aqui autoridades, especialistas, e, enfim, quem sabe, fazer um calendário, para que a gente não passe pelo vexame de no prazo não estabelecer uma nova regra e ver de novo não a missão do Congresso, mas o Supremo Tribunal Federal judicializando uma questão que é de prerrogativa específica e exclusiva dos Senadores, desta Casa, que representa a República e os nossos Estados.

Portanto, o apelo que faço a V. Ex^a, na condição de Presidente desta Comissão, a importante Comissão de Constituição e Justiça, é que V. Ex^a possa liderar esse projeto, esse processo, e que nós possamos iniciar rapidamente o debate de novos critérios para a distribuição do FPE.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Ricardo Ferraço.

A matéria está fora de pauta, mas estou dando a palavra, pela ordem, aos que já estavam inscritos, para passarmos para o próximo tema.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador José Pimentel e a Senadora Ana Rita. A matéria está fora de discussão, mas V. Ex^a tem a palavra pela ordem, pois já havia pedido.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Senador Eunício Oliveira, nosso Presidente, quero parabenizá-lo pela iniciativa em retirar esse projeto de lei da pauta, para que nós possamos construir esse entendimento, envolvendo os interesses dos Estados-membros, em especial do Estado do Espírito Santo e de Santa Catarina, onde os nossos Senadores e a nossa Senadora Ana Rita têm conduzido esse debate com muita presença, com muita preocupação, para que nós possamos ter uma construção que interesse ao Estado Nacional e que respeite os interesses dos Estados-membros, em especial do Espírito Santo.

Quero registrar que a reunião de ontem foi muito produtiva, até porque já é resultado de uma série de outros entendimentos em que os Governadores do Espírito Santo e de Santa Catarina apresentaram as

suas demandas. As bancadas do Espírito Santo e de Santa Catarina estiveram presentes nessa discussão. Ontem, com a participação deste Senador, dos Senadores Walter Pinheiro e Eduardo Braga, do nosso Presidente Eunício Oliveira, do Senador Delcídio Amaral e do Senador Romero Jucá, que é o autor da Resolução nº 72, com o Ministro Guido e a Ministra Ideli, nós avançamos muito e acreditamos que, até quarta-feira, nós teremos o entendimento de que se possa votar essa matéria com a tranquilidade que assegure os interesses dos Estados-membros e que passe também pelo comércio eletrônico, que é uma demanda que está na agenda política brasileira. É uma cobrança permanente dos governadores regulamentar o ICMS nessa matéria, principalmente com a questão da dívida dos Estados.

Lá, no final dos anos noventa, quando os Estados pactuaram com a União essa dívida, a realidade brasileira era uma. A dívida pública federal tinha uns indexadores que não permitiam ao Estado ter outro critério de atualização dessas dívidas. Hoje, com a folga que nós temos, a dívida pública brasileira tem outros indexadores, mas a gente continua com essa maneira que traz graves problemas para os Estados brasileiros.

Por isso, precisamos, Senador Eunício, caminhar com essa agenda também para que possamos resolver a questão do indexador da dívida dos Estados. Comungo com V. Ex^a: não é preciso alterar a Lei de Responsabilidade Fiscal, que é uma lei específica que trata desse tema. Por isso, espero que, com as bênçãos da Semana Santa, na quarta-feira, nós possamos aprovar o relatório do Senador Armando Monteiro, indo para a CAE, para concluirmos essa discussão dentro das nossas comissões.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Fico muito tranquilo quando escuto V. Ex^a dizer exatamente isto – e V. Ex^a é um estudioso das leis, é um técnico nessa questão, além de político: a Lei de Responsabilidade Fiscal não será alterada, alterando o indexador.

Tenho a mesma posição e vou defendê-la em todos os lugares e em todas as instâncias, dentro e fora do governo, e nesta Casa.

Senadora Ana Rita pediu a palavra pela ordem.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, eu não poderia deixar também de me manifestar para dizer que V. Ex^a tomou uma decisão bastante acertada ao retirar o projeto da pauta para que possamos continuar avançando no processo de negociação com o Governo Federal.

Conforme o nosso Senador Pimentel relatou, a reunião de ontem foi bastante produtiva. É uma sequência de diversas outras reuniões já realizadas com o Ministro Guido Mantega, inclusive com a Bancada do

Estado do Espírito Santo, com o nosso governador. Entendemos que no que se refere às compensações financeiras, nós já avançamos bastante. Precisamos da garantia de realmente termos uma transição, considerando a especificidade do Estado do Espírito Santo.

Pelo relato feito pelo Senador Pimentel, com quem tivemos oportunidade de conversar um pouco ontem à noite também, nós podemos dizer que o Estado do Espírito Santo com certeza não sairá prejudicado desse processo. É possível, sim, construir essa transição, construir essa compensação dentro de um pacto federativo, considerando toda a realidade brasileira, mas de modo especial a realidade do Espírito Santo.

Quero aqui dizer que a decisão da retirada do projeto da pauta é acertada, para que possamos ter um tempinho até a próxima semana para fazermos a finalização desse acordo e dessa negociação, concluindo de fato todo esse trabalho.

Quero parabenizar e agradecer pela sensibilidade do nosso presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Randolfe, V. Ex^a pediu a palavra pela ordem?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sim, excelência.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, no mesmo sentido que o Senador Ricardo Ferraço apontou ainda há pouco. Esse debate da Resolução 72 é um debate da federação, é um debate do pacto federativo.

Temo que corramos o risco de, primeiro, ter o constrangimento de concluir o ano e o Senado Federal, e o Congresso Nacional não responder à decisão do Supremo Tribunal Federal que declarou a atual partilha do FPE inconstitucional. Segundo, ano passado, fizemos nesta casa o debate sobre os *royalties*; no meu entender, o debate da Resolução 72, tal qual o debate sobre os *royalties* e o do FPE são debates da federação e deveriam caminhar juntos. Parece-me que perdemos uma oportunidade e estamos diante de um constrangimento que – quero voltar a advertir – o Congresso Nacional não pode passar, que é o de chegarmos a dezembro e não termos, Senador Ricardo, legislado sobre o FPE, como determinou o Supremo Tribunal Federal.

Nesse sentido, Presidente, V. Ex^a me informou ainda há pouco e solicitou que eu marcasse com a Secretaria da Mesa a audiência pública que havia solicitado para debater o tema do FPE, combinando agora com a Mesa ficar acertado o dia 17 de abril, terça-feira, ou seja, sem ser a que vem, a outra, para

fazermos a audiência pública que foi objeto do nosso requerimento aprovado por esta Comissão, que deverá ser, conseqüentemente, junto com a Comissão de Assuntos Econômicos.

Presidente, eu queria estender esse requerimento – já temos constituída aqui, inclusive por sugestão do Senador Pedro Taques, uma comissão de notáveis que vai debater a federação e da qual fazem parte o Ministro Nelson Jobim e outros – para convidar a fazer parte dessa comissão, já que a teremos. E me parece que o presidente desta Comissão de Notáveis, tudo indica, embora não tenha sido, será o Ministro Nelson Jobim. Eu queria estender o meu requerimento à mesa de debates do FPE a presença, também, do Ministro Nelson Jobim e a participação, na audiência, dos membros da Comissão de Notáveis. Creio que essa audiência, Presidente, que o senhor solicitou que dialogássemos com a secretaria da CCJ e a marcássemos, esta audiência que estamos marcando para o próximo 17 de abril parece-me que pode ser, finalmente, o deflagrador aqui deste debate inevitável para o Congresso Nacional, que é o debate do Fundo de Participação dos Estados, comum a este debate que estamos tratando, sobre a Resolução 72.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Pedro Taques pediu a palavra, pela ordem.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, apenas para ressaltar a importância desse debate. Alguns já estão dizendo que o Supremo Tribunal Federal não poderia ofertar esse prazo ao Congresso Nacional. Isso, no mínimo, é desconhecimento do que diz a Constituição. O Supremo não só pode como deve fazer isso, diante da omissão do Congresso Nacional em legislar na obrigação que lhe é devida. Aliás, é uma função primária do Congresso Nacional e nós não o fazemos.

Esse debate, concordo com o Senador Randolfe, seria interessante. Não faço parte dessa Comissão de Notáveis porque eu não sou notável para fazer parte dessa comissão, eu sou não notável. Ela será constituída no dia 12 e seria interessante a convocação, o convite a esses membros da Comissão, para que aqui estejam debatendo esse fato.

Ontem, fiquei estudando a constitucionalidade dessa resolução como um juvenil, vamos chamar assim, enquanto caía uma chuva, aqui em Brasília, que mais parecia uma cachoeira, e todos estavam debatendo isso nos aspectos políticos, vamos dizer assim.

Então, concordo com o adiamento desta votação, mas não podemos nos esquecer de que esta Comissão vai debater sobre a constitucionalidade deste projeto. E aqui, concordando, em parte com o que disse o Se-

nador Armando, não pode abrir mão de sua atribuição e não é esta a intenção de V. Ex^a, pelo histórico na Presidência deste Colegiado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Pedro Taques.

Próximo item da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2012

– Não Terminativo –

Dispõe sobre a criação de cargos no quadro do Ministério Público Militar.

Autoria: Ministério Público da União

Relatoria : Senador Pedro Taques

Relatório: Favorável ao Projeto, com a emenda de redação que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Taques, para sua breve leitura, para colocarmos esta matéria em pauta.

Tem a palavra V. Ex^a. Em votação – desculpe.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Vou atender à sugestão de V. Ex^a e fazer uma breve...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Antes, quero só fazer um comunicado, com a devida vênua a V. Ex^a.

Senador Suplicy, dê uma pausa no seu telefone só um minuto para eu dar uma informação a V. Ex^a, por favor. V. Ex^a havia feito um pedido, e a Senadora Marta Suplicy também, para que solicitássemos à Mesa as informações sobre custos dos projetos que estão... do tema em relação a vários pareceres, vamos dizer assim, relatórios que nós temos aqui.

O Senador Benedito me encaminha agora, através do seu gabinete, que já no dia 28 de março ele encaminhou ofício à Dr^a Dóris Marize Romariz Peixoto, solicitando todas as informações – não vou ler aqui, porque temos uma pauta extensa e quero concluir essa pauta –, que vai desde o item “a” até o item “i” da letra “a” letra “i”. Outro também vai da letra “a” até a letra “p”, de solicitações feitas para instruir, obviamente, o relatório e ele terá essas informações à disposição dos Srs. Senadores. Então, a matéria já está vencida e, por esse motivo...

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Agradeço, Sr. Presidente. A partir do diálogo havido, eu tinha solicitado até a preparação de um requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já está atendido V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Eu só quero fazer um apelo: que a Diretoria Geral possa preparar as informações a tempo de estar tudo pronto na reunião de quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Até quarta-feira, nós vamos estar com esta matéria em pauta.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador.

Senador Pedro Taques, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Vem a exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2012, que “dispõe sobre a criação de cargos no quadro do Ministério Público Militar”.

O escopo da proposição é a criação de um cargo de Procurador da Justiça Militar e de dois cargos de Promotor da Justiça Militar. São previstas na parte normativa da proposição a criação e o provimento dos cargos referidos condicionados à expressa autorização em anexo próprio da lei orçamentária anual e a previsão de que as despesas decorrentes da aplicação da Lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Ministério Público da União.

Preliminarmente, Sr. Presidente, há que se anotar a inexistência de inconstitucionalidade formal por vício de iniciativa e, igualmente, a inocorrência de inconstitucionalidade material.

A técnica legislativa é satisfatória.

É de se registrar, contudo, a necessidade de alteração do quanto consta no parágrafo único do art. 1º, *litteris*:

Art. 1º (...)

Parágrafo único. A criação e o provimento dos cargos a que se refere este artigo ficam condicionados à expressa autorização em anexo próprio da lei orçamentária anual do exercício de 2010, nos termos do art. 82 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009.

A Lei nº 12.017/2009, citada, dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2010 e dá outras providências, como nós todos sabemos.

Temos para nós, por conta disso, a demandar correção, que projeto de lei tramitando em 2012 e apto a tornar-se lei apenas a partir desse marco temporal faça referência expressa à Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2009 e à Lei Orçamentária Anual de 2010, normas com nítida característica de eficácia temporal limitada, o que não ocorre com lei ordinária que tenha por objeto a criação de cargos públicos, especialmente nas carreiras do Ministério Público da União.

Entendemos desnecessária, portanto, a referência do dispositivo ao condicionamento “à expressa autorização em anexo próprio” da Lei Orçamentária Anual de 2010.

A proposição que temos sob exame, a prosperar e tornar-se lei, estará, em 2012, fazendo referência futura a uma lei passada, com vigência temporal limitada e exaurida.

Por conta disso, consideramos inócua a cautela consubstanciada na emenda apresentada na Câmara dos Deputados no que concerne à alusão à Lei Orçamentária cujo erro se denota na necessidade de apontar para uma lei que, como ocorreu, pode já não mais vigorar.

Entretanto, tendo em vista a opção formulada por aquela Casa Legislativa, optamos por apresentar, conquanto não alcance a melhor técnica legislativa, uma emenda corrigindo o erro material – repito, um erro material – na referência à LOA de 2010 para 2012. Aqui foi um erro material.

Saliente-se que as despesas com a criação dos referidos cargos estão devidamente previstas no anexo V desta última.

No mérito, somos pela necessidade de aprovação. A criação da 11ª Circunscrição Judiciária Militar, sediada no Distrito Federal, autorizada pela Lei nº 8.457, de 4 de setembro de 1992, reclama, à toda obviedade, a existência de membros do Ministério Público Militar para o desempenho das funções constitucionais e legais do *Parquet* perante a Justiça Castrense.

Assim, somos pela aprovação, nesta Comissão, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2012.

É o voto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, eu coloco a matéria em votação.

Em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, de redação, da CCJ.

A matéria vai a plenário, Senador Pedro Taques.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2012

– Não Terminativo –

Altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região – MG, cria Varas do Trabalho em sua jurisdição e dá outras providências.

Autoria: Tribunal Superior do Trabalho

Relatoria: Senador Clésio Andrade

Relatório: Favorável ao Projeto.

Concedo a palavra ao Senador Clésio Andrade para proferir o seu breve relatório.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (PR – MG) – Sr. Presidente, é bem resumido o relatório.

O PLC nº 4 passa de 36 para 49 juízes desembargadores para Minas Gerais; cria mais 21 Varas de trabalho em Minas Gerais, distribuídas nas seguintes cidades: Belo Horizonte, 8 (oito) Varas do Trabalho; Alfenas, 1 (uma) Vara; Araguari, uma Vara; Betim, uma Vara; Alfenas, 1 (uma) Vara; Araguari, 1 (uma) Vara; Betim, 1 (uma) Vara; Contagem, 1 (uma) Vara; Formiga, 1 (uma) Vara; Itabira, 1 (uma) Vara; Ituiutaba, 1 (uma) Vara; Iturama, 1 (uma) Vara; Pouso Alegre, 1 (uma) Vara; Sete Lagoas, 1 (uma) Vara; Uberaba, 1 (uma) Vara; Uberlândia, 1 (uma) Vara; Viçosa, 1 (uma) Vara.

A proposição cria também 21 cargos de Juízes do Trabalho; 380 cargos efetivos de analistas judiciários; 164 cargos efetivos de técnicos judiciários, e 59 cargos em comissão.

O resumo do relatório é esse.

A Análise

Cabe a esta comissão pronunciar-se, conforme o art. 101, I, do Regimento Interno, do Senado Federal, sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das proposições.

No tocante à constitucionalidade, cabe registrar que a matéria tratada no projeto é de iniciativa privativa do Tribunal Superior respectivo e não fere qualquer dispositivo da Carta Política.

No que diz respeito à adequação orçamentária e financeira, a Lei Orçamentária para 2012, a Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012, prevê, no item 2.6.9 do seu Anexo V.1, autorização para a criação dos cargos de que trata a proposição.

Quanto ao mérito, o projeto nos parece adequado e relevante, haja vista as razões expostas pelo Tribunal Superior do Trabalho, corroboradas, inclusive, por parecer do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

É este o relatório, Presidente.

Por isso mesmo, ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2012.

É esse o relatório.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Para discutir, pede a palavra o Senador Aécio Neves. Tem a palavra V. Ex^a, Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Na verdade, Sr. Presidente, é apenas para registrar a importância da aprovação deste projeto. O Senador Clésio Andrade fez um sucinto, mas objetivo e competente relatório.

É uma proposição já do Tribunal Superior do Trabalho, corroborada pelo Conselho Nacional de Justiça.

Na verdade, é um consenso a necessidade de ampliação dessas vagas em Minas Gerais. Elas estão distribuídas, do ponto de vista técnico, adequadamente, até por proposta do Tribunal Superior do Trabalho, na capital e em várias cidades do interior.

Eu gostaria, portanto, de registrar os meus cumprimentos ao Senador Clésio pela oportunidade de trazer à votação da Comissão de Constituição e Justiça essa matéria que espero possa ter a aprovação unânime dos Srs. Senadores.

Como solicitei já pessoalmente a V. Ex^a, estaria aqui a PEC nº 65, para que pudesse também ser colocada extrapauta em votação, para que pudéssemos iniciar a solução de um histórico e gravíssimo problema que diz respeito à Justiça Federal, com a criação da Vara Exclusiva para Minas Gerais, já que hoje a Primeira Vara da Justiça Federal tem exatamente nas demandas de Minas Gerais mais de 50% ou 60% do total das demandas que ali chegam. Portanto, interessa não apenas a Minas Gerais, mas a todos os outros Estados que participam da Primeira Região, Sr. Presidente. Peço que V. Ex^a, ao final, possa colocar essa matéria também em votação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu jamais deixaria de atender a uma solicitação de V. Ex^a, em se tratando de matéria tão importante para o seu Estado, Minas Gerais.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, eu coloco em votação a matéria.

Os Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras que aprovam, queiram permanecer como se acham.

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da comissão favorável ao projeto.

A matéria vai a Plenário.

O próximo item da pauta é nominativo. Portanto, preciso da presença dos Srs. Senadores nesta comissão, pois ele é terminativo nesta comissão.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2011

– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para disciplinar a realização de eleições primárias para a escolha do candidato a Presidente da República.

Autoria: Senador Alvaro Dias

Relatoria: Senador Pedro Taques

Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto, e, no mérito, pela sua aprovação, com uma emenda que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Taques, lembrando aos Srs. Senadores que estão fora da Comissão que vamos para um processo com votação nominal.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador Pedro Taques, como Relator da matéria.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 156, de 2011, de iniciativa do Senador ALVARO DIAS, propõe alterar a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para disciplinar a realização de eleições primárias para a escolha de candidato a Presidente da República.

Nesse sentido, o art. 1º da proposição acrescenta o art. 7º-A à Lei das Eleições, nos termos seguintes:

Art. 7º-A. A escolha do candidato a Presidente da República poderá ser feita mediante realização de eleições primárias, conforme as normas estabelecidas no estatuto do partido e atendendo aos seguintes pressupostos:

I – a partir de 1º de abril até o primeiro domingo de junho do ano da eleição, dia em que se realizarão as eleições primárias, os pré-candidatos poderão fazer campanha eleitoral, não constituindo infração eleitoral o pedido de votos;

II – a Justiça Eleitoral poderá acompanhar todo o processo de escolha do candidato, expedindo o Tribunal Superior Eleitoral as instruções necessárias à sua realização e fiscalização;

III – os meios de comunicação poderão realizar debates entre os pré-candidatos, observando-se, no que couber, o disposto no art. 36-A;

IV – o candidato escolhido nas eleições primárias deverá ter a sua candidatura formalizada pela convenção, para fins de registro junto à Justiça Eleitoral.

Já o art. 2º da iniciativa estabelece que a lei que se quer aprovar entra em vigor na data da sua publicação, observado o disposto no art. 16 da Constituição Federal.

Na Justificação, em resumo, o ilustre autor do projeto informa que o seu objetivo é ampliar o número de participantes que tomarão a importante decisão de escolher o candidato do partido para concorrer à eleição presidencial, reduzindo, por conseguinte, o poder das cúpulas partidárias que, muitas vezes, fazem essa escolha mediante barganhas ou acordos espúrios.

Por outro lado, ressalva que não se pretende obrigar os partidos a realizarem as eleições primárias, mas propiciar as condições para que possam optar por fazê-las, mediante a assistência da Justiça Eleitoral, que também dará credibilidade ao processo eleitoral primário.

A Justificação registra, ademais, que a Lei das Eleições já prevê em seu art. 36-A a realização de

prévias partidárias e que a inspiração da presente iniciativa é o modelo americano.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE. *Fazendo soar a campanha.*) – Por favor, há um orador na tribuna. Eu pediria, por gentileza, um pouco de silêncio.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, dado que todos já têm o projeto e o voto em mão, dou o projeto como lido.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Pedro Taques dá o projeto como lido.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Peço vista, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Peço vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vistas coletivas aos Senadores José Pimentel, Randolfe Rodrigues e Eduardo Suplicy.

Pede a palavra, como autor, o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, como há o pedido de vista coletiva, gostaria apenas de fazer uma consideração rápida. Como disse o Relator, Senador Pedro Taques, de forma competente como sempre, nós não estamos impondo a realização de primárias; estamos estimulando que os partidos políticos as realizem. Evidentemente, os partidos que optarem pela realização das primárias estarão antecipando, de forma legal, a campanha eleitoral, promovendo um grande debate no País, ocupando espaços na mídia nacional, politizando, conscientizando, e é por meio desse debate na campanha eleitoral que o partido encontrará o seu melhor discurso e, certamente, as melhores propostas para oferecer à sociedade.

O partido deixa de ser apenas uma sigla para registro de candidaturas e começa a ser construído como partido programático que se aproxima das aspirações populares. É a revitalização do partido, a valorização da sua militância, quase sempre esquecida nos últimos tempos. O militante passa não apenas a ser convocado a aplaudir no dia da convenção a imposição de uma candidatura, mas passa a ser artífice do processo eleitoral, responsável, por um projeto de poder, ou melhor, um projeto de nação. Creio, Sr. Presidente que a modernização, ampliação

das instâncias democráticas já existentes nos partidos políticos é respeito à militância e ao eleitor, mas esse debate faremos, já que há o pedido de vista, na próxima quarta-feira. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Alvaro Dias.

Um pouco mais de atenção dos senhores, por favor: mais uma vez, agradeço a presença de todos os Srs. Senadores aqui hoje – a sala está lotada – para discutir todas as matérias da pauta. Já extinguímos a pauta, seis itens já terminamos, mas temos dois pedidos de inclusão de extrapauta. Um deles é do Senador Alvaro Dias, que pede a inclusão do

EXTRAPAUTA

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2012

– Não Terminativo –

Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região – PR e dá outras providências.

Autoria: Tribunal Superior do Trabalho.

Relatoria: Senador Alvaro Dias.

O parecer é favorável à criação de Varas do Trabalho para melhorar o atendimento ao trabalhador do Estado do Paraná, que S. Exª tão bem representa.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias para o seu breve relatório, já que estamos matéria extrapauta e há outra matéria solicitada pelo Senador Aécio Neves, que também é do interesse do Estado de Minas Gerais.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, vou ser sucinto, e, antes de apresentar o voto, o relatório, eu faria – tenho certeza de que também em nome do Senador Pedro Taques – um apelo para que o projeto de autoria do Senador Pedro Taques, que diz respeito a transformar corrupção em crime hediondo seja colocado como prioridade nesta Comissão de Constituição e Justiça, em razão das circunstâncias. Temos que dar resposta a certos questionamentos da sociedade brasileira, e esse projeto é uma boa resposta.

Em relação ao projeto do Tribunal Regional do Trabalho, região do Paraná, compreendida pelo Paraná, com sede em Curitiba, o nosso parecer obviamente é favorável porque se trata de fazer com que a justiça do trabalho chegue mais próxima do trabalhador. O trabalhador poderá ter acesso facilitado nos seus pleitos à Justiça do Trabalho. Portanto, o parecer é favorável como ocorreu em relação ao projeto que diz respeito

a Minas Gerais. Pedimos aprovação unânime dos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria.

Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Pedro Taques. Em seguida, ao Senador Pimentel.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – É para concordar com o Senador Alvaro acerca da necessidade da criação do Tribunal Regional do Paraná, Sr. Presidente. Também, valendo-me do art. 14 do Regimento Interno, já que fui mencionado por S. Ex^a, digo que concordo, que precisamos colocar esse projeto em pauta. Tenho certeza de que V. Ex^a está trabalhando para que isso ocorra. É o Projeto de Lei do Senado nº204, de 2011, já relatado pelo Senador Alvaro Dias. Penso que aqui, ao menos em tese, ninguém se furtará a debater o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem V. Ex^a, Senador Alvaro Dias, o apoio da Presidência desta Mesa e desta Comissão.

Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, também vamos encaminhar o nosso voto favorável até porque essa matéria tem previsão orçamentária, está no Anexo V do Orçamento de 2012, portanto, não há nenhum óbice. O nosso voto é favorável, o voto do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Pimentel.

Em votação o Projeto de Lei nº 6 da Câmara, de 2012, de Relatoria do Senador Alvaro Dias, favorável ao projeto da criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, Estado do Paraná.

Em votação a matéria.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, não sei se regimentalmente é possível, mas encareço que tenha tramitação em regime de urgência essa matéria dos tribunais.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em votação o requerimento de regime de urgência solicitado pelo Senador Alvaro Dias.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento de urgência de V. Ex^a, a matéria vai direto, ainda hoje, ao Plenário do Senado Federal.

O segundo item da pauta extra.

EXTRAPAUTA

ITEM 2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 65, DE 2011

– Não terminativo –

Altera o art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para criar o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

Autoria: Senador Clésio Andrade e outros.

Relatoria: Senador Renan Calheiros.

Como S. Ex^a teve que se ausentar e tendo em vista de que se trata da criação de um Tribunal Regional Federal em Minas Gerais, eu designo o Senador Aécio Neves como Relator *ad hoc*, no dia de hoje, se concordar – e tenho certeza de que concorda, porque é para o seu Estado, Minas Gerais – proceder à leitura desse relatório, favorável à proposta, com a emenda que apresentou o Senador Renan Calheiros. *(Pausa.)*

Portanto, concedo a palavra ao Senador Aécio Neves para a leitura do relatório.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente, pela deferência para com os Senadores de Minas Gerais ao inserir, em pauta extra, essa matéria que, na verdade, responde a uma demanda não apenas da Justiça Federal de Minas Gerais, mas de todo o Brasil.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Renan Calheiros ofereceu relatório a essa proposta que tem, como primeiro signatário, o ilustre Senador Clésio Andrade, que, na verdade, traz-nos, hoje, na verdade, a oportunidade de corrigir já uma distorção que eu poderia chamar de histórica.

Em sua justificativa, o Senador Renan Calheiros menciona que o propósito da criação desse tribunal é possibilitar maior agilidade nos andamentos dos processos atualmente submetidos à Justiça Federal, muito sobrecarregada pelo aumento das demandas judiciais, que vem exigindo a presença e a atividade de maior número de magistrados federais e de desembargadores. Atualmente, o Estado mineiro se encontra na 1ª Região da Justiça Federal, cujo congestionamento de processos, segundo Relatório da Justiça em Números, emitido pelo Conselho Nacional de Justiça, é bem superior ao dos demais ramos do Poder Judiciário. A Associação dos Juízes Federais de Minas Gerais também informa que o atraso no julgamento dos recursos no âmbito do TRF da 1ª Região, que atualmente inclui o Estado de Minas Gerais, é endêmico, havendo processos cuja tramitação dura até sete anos.

Segue a justificativa mencionando que Minas Gerais é a terceira unidade federada com maior movimentação de ações e processos referentes à Justiça

Federal de 1ª Instância, e que mais de quarenta por cento dos recursos em tramitação na 1ª Região são oriundos de Minas Gerais.

E eu atualizo a informação dada, Sr. Presidente: 42%, para ser mais exato, do movimento, especificamente, dos recursos em tramitação na 1ª Região, são oriundos de Minas Gerais.

Eu apenas acrescento ao relatório do Senador Renan algumas poucas e objetivas informações. E agradeço a atenção dos Srs. Parlamentares, em especial do Senador Pedro Taques, que conhece em profundidade essa questão.

Minas, Sr. Presidente, é o segundo Estado mais populoso do País e a terceira maior economia, sendo responsável por 42% de todos os processos que tramitam na 1ª Região da Justiça Federal. Cerca de 30% dos juízes e Varas do Tribunal Regional Federal da 1ª Região estão em Minas Gerais, um Estado com 20 milhões de habitantes.

O Tribunal Regional da 1ª Região atende, hoje, a treze Estados, além do Distrito Federal, o que justifica, na verdade, esse desmembramento. São treze Estados e o Distrito Federal atendidos por apenas um tribunal regional federal.

Hoje, há um congestionamento que se calcula ser superior a 87% de processos que, entrando em um ano, não são julgados naquele mesmo ano. O número de Desembargadores que compõem o Tribunal da 1ª Região, atualmente vinte e sete, é absolutamente insuficiente para julgar uma demanda de aproximadamente 300 mil processos distribuídos anualmente, uma média de onze mil processos distribuídos para cada juiz em apenas um ano. Portanto, é humanamente impossível que sejam julgados de forma adequada. Dessa forma, solicito aos meus ilustres pares o apoio a essa proposta encabeçada pelo Senador Clésio, uma demanda histórica não apenas da bancada mineira no Congresso Nacional, mas de todos aqueles que acompanham o acúmulo de demanda sob a responsabilidade do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Com a criação desse tribunal, da 6ª Região, estaremos atendendo não apenas a Minas Gerais, mas a todos os outros doze Estados e Distrito Federal, que terão obviamente aliviados 42% das demandas do Tribunal da 1ª Região, melhorando a qualidade das decisões e agilizando essas mesmas decisões. Portanto, o meu parecer é favorável à aprovação dessa proposta nos termos do parecer apresentado pelo Senador Renan Calheiros, Sr. Presidente.

Esse é o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira (Bloco/PMDB – CE) – Muito obrigado, Senador Aécio.

Em discussão a matéria.

Para discutir, pede a palavra o Senador Pedro Taques. Tem V. Exª a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, vou pedir vista desse projeto, pedindo vênias aos Senadores, para analisar somente a questão da constitucionalidade formal, conforme o art 96, Inciso II, da Constituição. No mérito, concordo absolutamente com o projeto porque temos na 1ª Região Federal, como bem disse o Senador Aécio, o Distrito Federal e mais treze Estados da Federação. O ideal é que criássemos um tribunal regional federal para a Região Norte, com sede em Manaus ou Belém, até em razão da logística de movimentação dos cidadãos do Estado do Amapá, de Roraima para Brasília. O ideal seria que desmembrássemos também o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, deixando só São Paulo e passando Mato Grosso do Sul para o Tribunal Regional Federal a ser criado no Paraná. Já existe um estudo do Conselho Nacional sobre isso, o Ministério Público também tem estudos sobre isso. Então, peço vista dessa proposta de emenda, mas, desde logo, manifesto que, no mérito, é absolutamente necessária, em razão do número de feitos que temos e do número de demandas do Estado de Minas Gerais. Portanto, peço vista para analisar a questão da constitucionalidade, de acordo com o art. 96, Inciso II, e uma proposta de emenda à Constituição já apresentada na Câmara dos Deputados.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Tem a palavra o Senador Pimentel. Em seguida, o Senador Randolfe Rodrigues; depois, o Senador Armando Monteiro.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, eu também peço vista, vista coletiva, em face da preocupação da constitucionalidade do art. 96, Inciso II, letra “c”. Todos nós temos clareza do acúmulo de processo que temos na 1ª Região. É uma área de extensão territorial e também de pessoas muito grande. Temos clareza da necessidade de criar novos tribunais regionais federais, até porque o Brasil criou várias Varas Federais, principalmente de 2003 para cá. Isso está sobrecarregando o Tribunal Regional da 1ª Região. É justo o pleito de Minas Gerais. Precisamos discutir também as questões da Bahia, que está vinculada à 1ª Região. Portanto, essa repactuação territorial da justiça federal brasileira é necessária. No entanto, eu também tenho a mesma preocupação sobre a competência constitucional do Congresso Nacional sobre esta matéria. Por isso, Sr. Presidente, solicito vista.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Randolfe, tem a palavra V. Ex^a

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, quero cumprimentar o Senador Clésio Andrade, ao mesmo tempo em que cumprimento o Senador Aécio Neves pela brilhante iniciativa de trazer o mapa da Justiça Federal para a realidade geográfica. Na rápida análise do mapa da Justiça Federal, há um anacronismo, uma discrepância entre a realidade geográfica do Brasil e o mapa da Justiça Federal da forma como ele está.

Então, a iniciativa é brilhante e quero, no mérito, também, Senador Clésio, ao parabenizá-lo, tal como o Senador Aécio Neves, manifestar nosso voto favorável.

Também peço vista, Presidente – se V. Ex^a já concedeu vista coletiva – tal qual destacou ainda há pouco o Senador Pedro Taques, talvez nós possamos fazer alguns ajustes mais adequados do mapa à sua realidade. Realmente – eu comentava há pouco com o Senador Pedro Taques – é um pouco sem sentido Boa Vista, Roraima, e Belo Horizonte, Minas Gerais, dentro da mesma região. O desenho da Justiça Federal me parece ter uma distância enorme da realidade cultural da realidade geográfica do País.

Acredito que com o pedido de vista, aproveitando a oportunidade que nos é oferecida pela belíssima Bancada de Minas Gerais, pelo Senador Clésio e pelo Senador Aécio podemos fazer os ajustes necessários no mapa para termos mais identidade entre as realidades geográficas e a Justiça Federal do País, inclusive facilitando as ações judiciais, tornando mais possível impetrar *habeas corpus*, mandados de segurança, enfim, trazendo proximidade geográfica, o que me parece ser o objetivo da divisão da Justiça Federal em região.

Então, peço vista coletiva, não sem antes cumprimentar o autor e o relator da matéria.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Armando Monteiro; em seguida, Senador Aécio.

Senador Armando.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Solicito vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vista coletiva, solidariamente, Senador Armando Monteiro.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (PR – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra, em seguida ao Senador Aécio.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aécio Neves; em seguida, Senador Clésio Andrade.

Senador Aécio Neves, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, na verdade, esta é uma matéria vencida. Foi pedido vista coletiva. Obviamente, estamos à disposição para buscar o entendimento que permita trazer à realidade de hoje a estrutura, a divisão dos tribunais regionais federais. Acho que é um trabalho que mereceria a atenção de todos os Srs. Senadores. Mas, esperamos que possamos, em breve, trazer novamente esta matéria à votação.

Na verdade, peço pela ordem a V. Ex^a, não sei também se seria regimental já a esta altura, mas, para solicitar que a proposta aprovada, relatada pelo Senador Clésio Andrade, que altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho possa tramitar também em regime de urgência. V. Ex^a poderia submeter ao Plenário para que, dada a relevância do tema, possa ir imediatamente a Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Clésio Andrade pede a palavra, pela ordem. Em seguida, respondo ao Senador Aécio Neves.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (PR – MG) – Sr. Presidente, eu queria só complementar algumas informações. Primeiro, parabenizar o Senador Aécio pelo brilhante relatório – S. Ex^a foi relator *ad hoc* – do Senador Renan Calheiros e ilustrou fortemente e muito bem sobre a importância desse tribunal em Minas Gerais.

Mas eu complementaria para os nossos Senadores, se possível, levassem em consideração que esse Tribunal Regional Federal de Minas Gerais não traz nenhum custo adicional para a Nação. O Senador Aécio Neves, como governador, já colocou o prédio do antigo tribunal de alçada à disposição; ele está aguardando a criação desse tribunal. Do ponto de vista orçamentário, provavelmente terá que haver só um desmembramento, visto que o TRF1 vem insistentemente pedindo um aumento de desembargadores, inclusive trabalhando fortemente para construir um prédio três maior do que o atual TRF1, o que não justifica no momento que tirar Minas Gerais, com 50% desses processos. Por isso a importância de que esse projeto é diferente um pouco daqueles todos que sabemos que precisa no Brasil. Até porque, e aí eu pediria também o apoio dos Srs. Senadores para nós procurarmos o Presidente da Câmara, porque tem realmente lá um projeto para criação de quatro novos tribunais, por sinal, muito bem distribuídos. Ele está praticamente pronto para ser votado. Se votar, resolve Minas Gerais também, Sr. Presidente, só que lá há problemas jurídicos sérios que estamos percebendo, algumas áreas não concordam com esses desmembramento; sabemos que o governo também não concordo com a criação dos quatro novos tribunais. Por isso mesmo não podemos ficar prejudicados

em Minas, ou seja, 50% de todos os processos que vêm para o TRF1 são provenientes de Minas Gerais.

Então, eu complementaria com essas colocações e reforçaria o pedido do Senador Aécio Neves com relação também à urgência no Tribunal Regional do Trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Aécio.

Obrigado, Senador Clésio.

Vou colocar em votação o pedido de urgência, o requerimento do Senador Clésio Andrade e o requerimento do Senador Aécio Neves.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o regime de urgência da tramitação do projeto que altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região – MG, que cria Varas do Trabalho em sua jurisdição e que dá outras providências permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento do Senador Clésio Andrade e do Senador Aécio Neves.

Há outro requerimento sobre a mesa, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que solicita realização de audiência pública conjunta para discutir sobre os critérios de cálculo, entrega e controle das liberações e distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE).

Em votação o requerimento do Senador Randolfe Rodrigues.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Quero ainda comunicar aos Srs. Senadores...

Senador Eduardo Braga, a Agência Brasil acaba de dizer que V. Ex^a, agora, é o Presidente da CCJ.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Eu?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É, disseram que V. Ex^a é o Presidente da CCJ. Veja como V. Ex^a está em evidência! Eu me sentiria muito honrado em ser substituído por V. Ex^a.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Ainda bem que estou aqui calado!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Foi um equívoco da Agência Brasil, e peço que ela o corrija, pelo menos para que não achem que fui destituído.

Senador Eduardo Braga, Senadora Marta Suplicy, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou colocar em pauta, não hoje, uma matéria que penso ser de extrema relevância e que foi objeto do debate de ontem à noite com o Ministro Guido Mantega. Vou colocar em pauta a PEC que regula a Prestação de Serviço no comércio eletrônico. Quero anunciar aos senhores que pautarei

para a próxima semana três PECs. Vou pedir que tramitem em conjunto as PECs nºs 103, 56 e 113, que é de minha autoria. Tenho parcela nessa matéria, que é extremamente relevante para proporcionarmos um equilíbrio no comércio eletrônico no Brasil.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, tão bem dirigida pelo Senador Delcídio do Amaral, tem procurado colaborar no sentido de rediscutir a questão do pacto federativo no Brasil. Essa é uma matéria de extrema relevância. Quero cumprimentar o Líder do Governo, o Senador Eduardo Braga, pela negociação que estamos fazendo, obviamente capitaneada por S. Ex^a, junto ao Governo, para que aproveemos essa matéria extremamente importante para todos os Estados brasileiros.

Portanto, essa matéria estará na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania na próxima semana. Vou fazer um entendimento com o Senador Delcídio do Amaral – tenho feito bons entendimentos com S. Ex^a –, para que analisemos, em conjunto, essa matéria, para que ela tramite em regime de urgência aqui e seja aprovada, para corrigirmos mais essa distorção que existe no Brasil, no chamado comércio eletrônico, que se avoluma a cada dia.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem a palavra V. Ex^a, Senador Eduardo Braga, Líder do Governo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, primeiro, quero dizer a V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE. *Fazendo soar a campanha.*) – A reunião ainda não acabou, e o Líder do Governo está com a palavra.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Senador Eunício Oliveira, primeiro, quero dizer que a CCJ, presidida por V. Ex^a, tem prestado grandes serviços não apenas ao Brasil, ao povo brasileiro, mas também ao Senado da República. Esse erro da Agência Brasil é imperdoável, tendo em vista que eu jamais poderia substituí-lo à altura nesta Comissão.

Em segundo lugar, quero informar a todos os Senadores e Senadoras e ao Brasil sobre o grande avanço que V. Ex^a acaba de anunciar, ao colocarmos em pauta essa matéria referente ao comércio eletrônico, que vem penalizando todos os Estados brasileiros, principalmente os Estados que, hoje, têm uma perda de receita muito grande, tendo em vista que esse comércio eletrônico acaba recolhendo 100% do seu ICMS no Estado de origem, sem permitir, portanto, que haja qualquer tipo de crédito ou de débito no destino. Isso

tem acarretado grandes perdas de arrecadação em praticamente todos os Estados da federação.

Na questão do pacto federativo é uma das matérias pertinentes, importantes. Ontem, num longo debate com o Ministro Guido Mantega, com a Ministra Ideli, com V. Ex^a pela CCJ, com o Senador Delcídio do Amaral, da Comissão de Assuntos Econômicos, bem como com a liderança do Governo no Congresso e a liderança do PT, além da participação do Senador Romero Jucá, que é o autor da Resolução 072, avançamos na discussão do pacto federativo e tivemos um entendimento muito importante que poderá ser representado numa vitória importante na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania na próxima semana e, logo a seguir, na Comissão de Assuntos Econômicos, para que nós possamos dar um passo importante no fortalecimento do pacto federativo, recompondo receitas de Estados que estão tendo grandes prejuízos em função do comércio eletrônico, que é uma realidade que está aumentando cada vez mais a partir do momento em que cresce o Plano Nacional de Banda Larga e que cresce o acesso do povo brasileiro, através da Internet, a esse novo horizonte de comércio pelo meio eletrônico, é natural que esse meio ganhe cada vez mais espaço e participação no PIB nacional.

Portanto, quero parabenizar a iniciativa de V. Ex^a e parabenizar esta Comissão por este avanço importante no fortalecimento do pacto federativo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Eduardo Braga. Quero somente corrigir V. Ex^a dizendo que eu me sentiria muito honrado em ser substituído por V. Ex^a.

Senador Ricardo Ferraço, tem a palavra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, Senador Eunício, eu só faço elogio-ló, mas são elogios porque V. Ex^a só faz por merecê-los. Depois, pela forma como V. Ex^a conduziu mais esta reunião, V. Ex^a traz essa outra excepcional notícia. O comércio eletrônico deve representar este ano, em nosso País, algo como R\$25 bilhões em produtos e serviços comercializados. E, na prática, diferentemente de qualquer outro tipo de comercialização de produtos e serviços, não estamos partilhando entre os Estados federados o ICMS de tudo aquilo que é comercializado pelas empresas ponto com, que hegemonicamente estão situados em um ou dois Estados da federação brasileira. Isso tem gerado inclusive conflitos no Supremo Tribunal Federal, porque alguns Estados colocaram alíquotas adicionais para partilharem o consumo no seu destino. Isso já foi reconhecido como inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, que classificou esse tipo de iniciativa como uma espécie de bitributação, Senador Pedro Taques.

Então, esse é um tema muito relevante, muito importante, que está alinhado com o tema em voga no Senado Federal e novas bases para repactuação do nosso pacto federativo. Ou seja, quando o constituinte consagrou o comércio eletrônico, no capítulo tributário da nossa Constituição, em 1988, à época não tínhamos o comércio eletrônico, ou o comércio eletrônico não tinha relevância alguma. Hoje tem e tem uma relevância muito forte.

Portanto, está absolutamente certo V. Ex^a em priorizar este tema para, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, possamos oferecer uma resposta aos Estados federados.

Cumprimento de novo V. Ex^a, por essa mais importante iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Ferraço.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Desculpe ter falado tanto ao telefone, Sr. Presidente, mas era exatamente em diálogo com a assessoria do Senador Benedito de Lira.

É importante, sim, que V. Ex^a possa considerar o requerimento por mim apresentado, pelo Senador Ricardo Ferraço, também assinado pelo Senador Aloysio Nunes, para tornar ainda mais completas as informações que o Senador Benedito de Lira, como relator, gostaria de obter da diretoria geral.

Então, agradeço se puder também apreciar e aprovar esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Requerimento de autoria de V. Ex^a, do Senador Ricardo Ferraço e do Senador Aloysio Nunes Ferreira: a fim de instruir a tramitação do Projeto de Resolução do Senado nº 96, de 2009, que “altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações”, requeremos, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, seja elaborado, pela Diretoria-Geral, até a próxima reunião desta Comissão, os impactos financeiros relativos à proposta da Comissão Diretora (PRS nº 96/2009); ao relatório apresentado pelo Senador Benedito de Lira; ao voto em separado apresentado pelo Senador Ricardo Ferraço em 28 de março de 2012; ao relatório aprovado, por unanimidade, pela Subcomissão Temporária da Reforma Administrativa, em 06 de julho de 2011, bem como o impacto financeiro, quando houver, de cada emenda apresentada após agosto de 2011.

Eu vou colocar o requerimento em votação, Senador, mas sem prejuízo da votação. Eu não vou impedir a votação apenas porque tem um requerimento de inserção de matéria.

Portanto, eu vou colocar em votação requerimento de V. Ex^a, solicitando à Diretora-Geral essas informações para complementar o relatório do Senador Benedito de Lira, sem prejuízo da votação da matéria aqui no plenário da Comissão.

Portanto, em votação o requerimento dos Srs. Senadores Eduardo Suplicy, Ricardo Ferraço e Aloysio Nunes Ferreira.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Nada mais havendo a tratar, desejo boa Páscoa a todos os brasileiros, a todos os membros desta Comissão, a todos que compõem a assessoria e a todos que nos assistiram nesta manhã.

Tenham todos uma boa Páscoa e que Deus abençoe a todos nós.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 29 minutos.)

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

ATA DA 5ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, COMPOSTA PELA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, E 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE MARÇO DE 2012, TERÇA-FEIRA, ÀS 8h30, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA Nº 6.

Às oito horas e trinta e nove minutos do dia seis de março de dois mil e doze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, reúnem-se as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA; Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT; e Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ANA AMÉLIA, ANIBAL DINIZ, ANTONIO CARLOS VALADARES, BLAIRO MAGGI, CLÉSIO ANDRADE,**

CRISTOVAM BUARQUE, CYRO MIRANDA, EDUARDO SUP LIC Y, FLEXA RIBEIRO, INÁCIO ARRUDA, IVO CASSOL, JOÃO RIBEIRO, JORGE VIANA, LAURO ANTONIO, MOZARILDO CAVALCANTI, PEDRO SIMON, PEDRO TAQUES, RODRIGO ROLLEMBERG, ROMERO JUCÁ, SÉRGIO SOUZA, VALDIR RAUPP, VANESSA GRAZZIOTIN, VICENTINHO ALVES, WALDEMIR MOKA e WALTER PINHEIRO. Deixam de comparecer os demais Senhores Senadores titulares das referidas comissões. Fica registrada a presença em plenária da Senhora Deputada Federal **JÔ MORAES**. A Presidência declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e aprovação das Atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Passa-se à **PAUTA**, destinada à realização de **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, com o objetivo de debater as providências que serão tomadas pelo Governo Brasileiro para a reconstrução da Estação Antártida Comandante Ferraz e retomada das pesquisas do Programa PROANTAR, comprometidas pelo incêndio na madrugada do dia 25 de fevereiro deste ano. Comparecem os seguintes convidados: Exmo. Sr. Celso Amorim, Ministro de Estado do Ministério da Defesa; Exmo. Sr. Julio Soares de Moura Neto, Almirante-de-Esquadra da Marinha do Brasil, Comandante da Marinha do Brasil; Exmo. Sr. Marcos José de Carvalho Ferreira, Contra-Almirante da Marinha do Brasil; Exmo. Sr. Luiz Antonio Elias, Secretário-Executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia; Sr. Jefferson Simões, Professor do Centro Polar e Climático da Universidade do Rio Grande do Sul; Sra. Rosalinda Carmela Montone, Professora Doutora da Universidade de São Paulo. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senhores Senadores Cristovam Buarque, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Mozarildo Cavalcanti, Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Pedro Simon, Sérgio Souza, Anibal Diniz, Jorge Viana e a Senhora Deputada Jô Moraes para tecer comentários e questionamentos. Os convidados respondem as perguntas e apresentam suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e um minutos, lavrando a presente ata Leany Barreiro de Sousa Lemos, Égli Lucena Heusi Moreira e Álvaro Araújo de Souza, que lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. – Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. – Senador **Eduardo Braga**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Sob a proteção de Deus, declaro aberta a 7ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A reunião destina-se a audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 14, de 2012, da CMA, nº 1, de 2012, da Comissão de Ciência e Tecnologia, e nº 10, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores, com o objetivo de debater as providências que serão tomadas pelo Governo brasileiro para reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz e retomada das pesquisas do programa Proantar, comprometidas pelo incêndio que atingiu aquela estação na madrugada de 25 de fevereiro.

Solicito ao Senador Blairo Maggi e ao Senador Cristovam Buarque que acompanhem nossos convidados.

Convido os senhores expositores a tomarem assento à Mesa: Exmº Sr. Celso Amorim, Ministro de Estado do Ministério da Defesa; Exmo. Sr. Julio Soares de Moura Neto, Almirante-de-Esquadra, Comandante da Marinha do Brasil; Sr. Luiz Antonio Elias, Secretário-Executivo e Ministro interino do Ministério da Ciência e Tecnologia; Sr. Jefferson Simões, Professor do Centro Polar e Climático da Universidade do Rio Grande do Sul; a Srª Rosalinda Carmela Montone, Professora Doutora da Universidade de São Paulo, e o Contra-Almirante Marcos José de Carvalho Ferreira, Secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar.

Antes de iniciar nossa reunião, quero, em nome das três Comissões, fazer uma homenagem póstuma ao Suboficial Carlos Alberto Vieira Figueiredo e ao Primeiro-Sargento Roberto Lopes dos Santos, que foram promovidos de forma póstuma ao posto de Segundo-Tenente e considerados como heróis mortos em serviço, o que facilitará o pagamento das indenizações aos seus familiares.

Por determinação da Presidenta Dilma Rousseff, os militares mortos foram admitidos na Ordem do Mérito da Defesa no grau de Cavaleiros, a principal honra concedida pelo Ministério da Defesa.

Um minuto de silêncio em memória dos nossos heróis.

(*Procede-se a um minuto de silêncio.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – O Brasil foi surpreendido, alguns dias atrás, com o incêndio que destruiu parte da estação brasileira Comandante Ferraz, na Antártica. Houve uma grande consternação no País e, no Congresso Nacional, onde o Programa Antártico Brasileiro vem recebendo da Frente Parlamentar em Defesa do Programa Antártico, presidida pelo Senador Cristovam Buarque, grande apoio dos parlamentares, por compreenderem a importância estratégica da presença do Brasil na Antártica e das pesquisas ali desenvolvidas para o conhecimento das mudanças climáticas, para conhecimento das frentes frias que atingem o País, para o conhecimento da biodiversidade marinha; enfim, a Antártica é uma das fronteiras ainda a serem conhecidas pelos seres humanos.

Tive a oportunidade, em 2007, de visitar a estação Comandante Ferraz e quero registrar aqui que foi uma das maiores emoções da minha vida. Eu me senti, Ministro Celso Amorim, Comandante da Marinha Julio Soares de Moura Neto, orgulhoso de ser brasileiro; de ver a dedicação, Dr. Jefferson Simões, com que militares e cientistas, ali naquela localidade isolada, de clima extremo, se dedicavam a conhecer aquela região e construir um futuro melhor para toda a humanidade.

O objetivo desta audiência pública conjunta, e aqui cumprimento o Senador Fernando Collor, presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e o Senador Eduardo Braga, presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia. O nosso objetivo conjunto, das três comissões, é garantir os meios necessários para que, o mais rápido possível, o Brasil possa reconstruir a sua base na Antártica dentro de novos padrões tecnológicos, permitidos pelos padrões tecnológicos dos últimos anos, garantindo segurança e conforto. E, para que aproveitemos essa oportunidade, e o Brasil conheça mais profundamente a importância das pesquisas desenvolvidas ali, apoiadas pelo Programa Antártico Brasileiro, e que possamos não apenas garantir recursos mais expressivos, mas também regulares para o financiamento dessas pesquisas estratégicas para o Brasil e para toda a humanidade.

Agradeço a presença de todos os nossos convidados na manhã de hoje e vamos imediatamente iniciar... Vou passar, antes, a palavra ao Presidente da Frente Parlamentar em Defesa do Programa Antártico, Senador Cristovam Buarque, para fazer a sua saudação e já registrando que o Ministro Celso Amorim, quando convidado, imediatamente aceitou o nosso convite, mas informou que, em função de outros compromissos, faria a apresentação, ouviria a apresentação da Marinha, mas teria de retirar-se em seguida. Qualquer questionamento a ser feito em relação ao Ministério

da Defesa e à Marinha especificamente será respondido pelo Comandante da Marinha. Agradeço muito, Sr. Ministro, a presença de V. Ex^a e a presença do Ministro interino do Ministério da Ciência e Tecnologia, do Comandante da Marinha e dos dois pesquisadores convidados para esta audiência pública.

Passo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF)

– Senador Rodrigo Rollemberg, Sr. Ministro, senhores comandantes, cada um de nós, Senador e Senadora, cada um de nós faz parte de diversas frentes. Eu próprio faço parte de diversas frentes e posso dizer, com a experiência de todas, que nenhuma, nenhuma atrai tanta simpatia da parte dos parlamentares como a Frente Proantar. Nenhuma! Quando vamos lutar por mais verbas para os projetos respectivos das nossas frentes, sempre temos, aqui e ali, alguma dificuldade, alguma preferência diferente. No caso do Proantar, é unânime o empenho dos nossos parlamentares em colocar emendas, visitarem, darem apoio, fazerem discurso.

Por isso, Sr. Ministro, fique certo de que a frente vai fazer tudo que for possível, de acordo com os pedidos que forem feitos por vocês, para que tenhamos, o mais rápido possível, a nossa base não apenas reconstruída, mas creio que este pode ser um bom momento para reconstruí-la ainda melhor do que ela tem sido, graças ao heroísmo dos nossos soldados e dos nossos cientistas. Contem conosco!.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Passo a palavra, neste momento, ao Ministro Celso Amorim.

O SR. CELSO AMORIM – Exm^o Sr. Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Senador Rodrigo Rollemberg; Exm^o Sr. Senador Cristovam Buarque, na pessoa de quem cumprimento os demais Senadores aqui presentes; Sr. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação Interino, Dr. Luiz Elias; senhores pesquisadores: Dr^a Rosalinda Carmela Montone e Dr. Jefferson Simões; senhoras, senhores; senhores membros do Ministério da Defesa; Sr. Comandante da Marinha; senhores jornalistas. Para mim sempre é motivo de honra e de satisfação comparecer às diversas comissões do Senado Federal e aqui debater temas de interesse público.

Queria aproveitar também para pedir, Senador Rodrigo Rollemberg, que transmita a todos os Senadores, em especial ao Senador Collor, que foi o relator da recente medida provisória sobre produtos de defesa e empresas estratégicas de defesa, pela rápida apro-

vação desse agora projeto de conversão em lei, que vai ajudar muito a nossa indústria e favorecer ainda mais as atividades do nosso Ministério em áreas de tecnologia avançada, que, seguramente, são também uma preocupação de todos aqueles que se interessam pela Antártida.

Mas é natural que a Antártida exerça um fascínio particular, porque ali se juntam muitas coisas: o espírito inovador; a capacidade do homem, do ser humano, melhor dizendo, de enfrentar situações inóspitas; a determinação científica, a determinação dos cientistas de buscar respostas para os problemas que são do Brasil e da humanidade em condições, muitas vezes, muito adversas; a beleza natural; o mistério. Tudo isso está composto nessa questão da Antártida. Talvez aí, Senador Cristovam, resida essa unanimidade em torno disso.

E mais do que isso: como tive a oportunidade de acompanhar a questão da Antártida por vários ângulos, a Antártida é um continente de paz, é o primeiro continente real e totalmente desnuclearizado, é um continente do qual a guerra está banida, no qual o meio ambiente é preservado por convenções internacionais, pelo tratado internacional e pelos protocolos dele decorrentes. Então, tudo isso faz da Antártida algo muito especial.

Nessas questões que envolvem assuntos públicos, inclusive da gravidade como esse que aconteceu agora, é muito difícil – aliás, nisso me louvo também nas palavras do Senador Rollemberg – não associar as experiências pessoais de cada um de nós. Eu acompanhei a questão da Antártida por muitos anos, em várias posições – como integrante da equipe do Ministro Renato Archer; depois, com o Senador Luiz Henrique, no Ministério da Ciência e Tecnologia; como Ministro das Relações Exteriores; e agora –, mas quis o destino que eu só fosse, efetivamente, visitar a Antártida agora, um mês e meio ou dois meses antes do acidente. É muito provável, inclusive, se não certo, que eu tenha cumprimentado, dado a mão aos dois suboficiais, hoje tenentes, porque foram promovidos postumamente, que faleceram tentando debelar o incêndio. Então, essa vivência pessoal, como a sua, aumenta, naturalmente, a nossa emoção e aumentou, digamos assim, a nossa consternação ao tomar conhecimento desse infausto acontecimento.

Eu queria – obviamente já foi feito aqui – juntar-me à homenagem aos dois heróis que tentaram debelar o incêndio e que perderam suas vidas nessa tentativa.

Queria agradecer muito a toda a comunidade científica e, naturalmente, à própria Marinha, mas à comunidade científica e a todos que têm participado do debate público pela maneira elevada com que têm

participado. Li ambos os artigos, o do senhor, Senador Rollemberg, e o do Senador Cristovam Buarque, todos muito oportunos, todos no tom que realmente refletem essa unanimidade em torno da importância desse tema.

Nós do Governo constantemente queixamo-nos da mídia, mas devo dizer que, se há uma situação em que o interesse nacional e a grandeza do empreendimento se sobrepõem a qualquer outra questão menor foi esta questão, e isso para nós já é um motivo de satisfação.

Eu queria, particularmente, também prestar minha homenagem aos pesquisadores, porque eu estive na Antártida atendendo a um convite do Comandante da Marinha Julio Soares de Moura Neto há, como disse, pouco mais de mês e meio, dois meses, talvez, acho que nem chegou a dois meses, e lá coincidiu minha presença com a entrada de um grupo de pesquisadores e a saída de outro. Deles, só vi expressões de alegria, de satisfação, apesar das dificuldades. Passar um inverno na Antártida, como vários haviam passado e se dispunham a passar de novo, não é algo fácil, mas todos muito animados por esse espírito de devoção à causa da ciência, à causa do conhecimento, da qual, naturalmente, beneficia-se a humanidade, mas da qual se beneficia o Brasil diretamente, em virtude da importância que as pesquisas na Antártida têm. Não vou me alongar sobre isso porque temos aqui o Ministro interino da Ciência e Tecnologia, mas, pela importância que as pesquisas têm para questões como mudanças de clima, meteorologia mesmo, corrente, do Brasil, para previsão do tempo, para questões ligadas a biologia marinha, para tantas outras questões relevantes para nós, pude constatar, em todos, essa alegria de estar participando em algo que realmente conta de maneira importante para a humanidade e para o Brasil.

Por isso, Sr. Presidente da Comissão, Senador Rollemberg, quero fazer minhas suas palavras, embora eu estivesse até procurando aqui seu artigo, mas não o tenho comigo. Se não cito mal, de memória, “nós vamos, sim, reconstruir, refazer a estação, e vamos fazê-la melhor e em termos mais adequados às exigências atuais”. Estou me antecipando ao que iria falar, mas aproveito para dizer que não foram outras as determinações da Presidenta da República, expressas, aliás, na primeira nota que ela emitiu a esse respeito no dia mesmo do acontecimento, dia 25 de fevereiro.

Então, antecipando-me ao que vou falar em seguida de uma maneira mais geral, quero dizer que faço minhas as suas palavras, e essa é a determinação tanto do Ministério da Defesa, da Marinha, naturalmente, e também do Ministério da Ciência e Tecnologia, e fico muito contente de ver que é a determinação também

dos nossos parlamentares, muito especialmente aqui dos nossos Senadores.

Como todos sabem, o acontecimento ocorreu na madrugada de 25 de fevereiro. O Comandante Moura Neto me deu a notícia na manhã desse dia. Imediatamente, ou poucos minutos depois, eu comuniquei à Presidenta da República, que determinou que as medidas, que na realidade já haviam começado a ser tomadas, continuassem a ser tomadas, e também, nesse mesmo momento, ela estabeleceu, de maneira clara, o que se refletiu na nota, como eu disse, a determinação de continuar com os trabalhos e de refazer ou recriar, digamos, a nossa Estação Antártica.

Eu diria também, como um tributo à eficiência, tanto da Marinha e, nesse caso, também da Aeronáutica, que esteve envolvida, que a maioria dos sobreviventes puderam deixar o lugar, porque um grupo ficou lá, um grupo sobretudo de oficiais e suboficiais e praças da Marinha ficaram no local na ocasião, e chegaram aqui em 48 horas, algo que não é fácil, porque quem conhece a Antártida sabe como é difícil; você depende de janelas específicas. Nós conseguimos. A Força Aérea Brasileira enviou um avião Hércules, que se deslocou para Punta Arenas e de Punta Arenas. Em paralelo, graças ao apoio que tivemos de outros países, como a Argentina, a Polônia e o Chile, sobretudo do Chile, já tínhamos conseguido transferir os cientistas para a base chilena. Eles vieram num avião argentino, o que demonstra o espírito de solidariedade que existe na Antártida, até Punta Arenas, no continente. Foram resgatados, e 48 horas depois eu, o comandante da Marinha e outros oficiais estávamos esperando esses pesquisadores no Rio de Janeiro. Alguns tinham ficado em Pelotas e tomado outro rumo. Naturalmente, do Rio eles seguiram.

Então, eu quero dizer que houve uma preocupação muito grande em agir com rapidez também com relação a eles. Quanto aos corpos, foi necessário um pouco mais de tempo para que eles pudessem ser trazidos, porque isso exigiu a ida de outra missão de Frei até lá, para que fossem resgatados e identificados. Era muito difícil o trabalho de resgate e identificação, mas, relativamente, tendo em vista as circunstâncias, foi bastante rápido o resgate. Eles puderam, então, vir em outro avião da Força Aérea Brasileira, que foi até a Base Frei e de lá voltou ao Brasil, fazendo apenas escala no Chile. Se ele tivesse que parar no Chile e fazer procedimentos... Todo o procedimento de identificação, maior e mais prolongado, teria de ser feito no Chile, o que atrasaria muito mais. Isso permitiu que já na manhã de terça-feira – o acidente ocorreu no sábado –, numa cerimônia presidida pelo Vice-Presidente Michel Temer, representando a Presidenta da Repú-

blica, com a nossa presença, naturalmente, fossem recebidos também os corpos.

Neste momento, passando para as providências que já estão ocorrendo, eu diria que imediatamente a Marinha instaurou um inquérito policial-militar, que está se desenvolvendo. Ele tem o prazo de 40 dias, prorrogável por mais 20, para identificar as causas porque a gente ouviu muita especulação: foi isso, foi aquilo. Acho que qualquer especulação é prematura, porque isso tem de ser objeto de uma investigação em profundidade, inclusive há também uma perícia policial em andamento, que, segundo me disseram, deve ser concluída entre o dia 7 e o dia 10.

Em paralelo, esse grupo básico que permaneceu na região está realizando uma avaliação do local, porque houve abrigos e outras instalações que foram preservadas, não foram destruídas, porque estavam afastadas do foco central do incêndio. Estão verificando, inclusive, as condições de habitabilidade, verificando, por exemplo, também se ainda existem alimentos degradados nas despensas, porque há uma grande preocupação – quero sublinhar isso – com a preservação do meio ambiente nessa situação. Quero sublinhar isso porque isso não só é uma preocupação nossa, naturalmente, mas é também uma obrigação decorrente do Tratado da Antártida e de todos os seus protocolos.

Eu queria aproveitar também para destacar outro assunto também muito importante, porque, coincidentemente, com esse episódio trágico, foi – digamos assim – renoticiada... Digo renoticiada, porque isso já tinha sido objeto de notícia. Há cerca de dois meses e meio, foi dada maior divulgação ao fato de que uma embarcação, uma chata, que transportava combustível havia afundado. Isso não tem nada a ver com o acidente em si, mas a volta do tema à mídia coincidiu, praticamente, com o dia do incêndio. Houve muita preocupação e, inclusive, especulação se havia tido sigilo em torno da matéria, o que não era o caso, porque já tinha sido objeto de matérias na televisão e de respostas claras da Marinha na época. O mais importante não é isso. A recuperação dessa chata era um motivo de grande preocupação, porque também não é uma coisa simples trabalhar na Antártica, mais ainda quando a base de apoio acabou de sofrer os danos que sofreu. Mas essa chata já foi recuperada.

Eu acho que isso é importante dizer, Senador, porque verifiquei que, se não me engano, na Comissão Mista sobre o Proantar – penso eu que foi nessa ocasião, não tenho certeza –, o Senador Alvaro Dias expôs várias questões relativas a esse assunto. Então, essa chata já foi recuperada, o óleo se encontra dentro dos navios, e a hipótese de um desastre adicional, do ponto de vista ambiental, está totalmente descartada,

já foi totalmente sanada. E eu acho que merece registro a rapidez e a eficiência com que a Marinha realizou isso, e contou com o apoio da Petrobras, que cedeu uma embarcação que estava arrendada por ela. Naturalmente, tudo isso tem que ser pago por nós, mas cedeu e foi possível, dessa forma – talvez de uma maneira mais técnica, isso possa ser exposto depois, se houver necessidade –, retirar essa chata e todo o óleo que lá dentro havia.

Bem, eu diria que estamos agora em uma fase intermediária. As providências mais imediatas de resgate, coincidindo até com esse resgate da chata, que, enfim, foi um fato paralelo, essa fase já começa a ser superada. Estamos agora enfrentando outros aspectos ainda ligados ao acidente. Como eu disse, o inquérito policial militar continua sendo desenvolvido, com a participação do Ministério Público Militar. Ao mesmo tempo, já temos que começar a pensar como vamos fazer, como seguir a determinação da Presidenta, o desejo de todos de continuar com as pesquisas.

Então, o que eu poderia dizer? Há providências de natureza prática e logística que nós temos que considerar, inclusive devido à aproximação do inverno. A ideia nossa, da Defesa e da Marinha – depois, evidentemente, tudo isso poderá ser completado com mais detalhes –, é que um grupo básico, quer dizer, um subgrupo do grupo básico que normalmente lá fica, de oficiais e praças, fique na base de Frei, no Chile. Seria um grupo de quatro pessoas – eu creio que um oficial e três praças – para conduzir os trabalhos, verificar se a neve está interditando o caminho, se as instalações que não foram, na ocasião, atingidas pelo incêndio continuam acessíveis... Enfim, eles têm que continuar dando apoio logístico a uma ou outra operação que continuará a ser feita, como inclusive remoção de escombros, remoção de detritos alimentícios, etc., que continuará a ser feita. Então, esse grupo que atravessaria lá o inverno é de quatro pessoas. Já tinha havido contratos preliminares pela própria Marinha com a base chilena, que é uma base da Força Aérea, mas eu ontem falei com o Ministro. Na realidade, falei com o Ministro interino, porque o Ministro estava em Washington. Falei com o Ministro interino do Chile não só para voltar a agradecer todo o apoio que eles nos têm dado, mas especificamente para me referir a essa questão, porque nós vamos necessitar de instalações para essas pessoas. Na realidade, é um camarote com quatro beliches, quatro camas, e o eventual uso de helicóptero, que provavelmente será o helicóptero chileno. Não sei se com o tempo se pensaria em deslocar algum para lá, mas, enfim, o helicóptero chileno para eventual uso. Naturalmente, isso depois... Como eu disse ontem, favor e amizade não se pagam, mas o

custo, evidentemente, do que for deslocamento, essas coisas todas, nós temos que enfrentar. E eu vou voltar a isso mais tarde. Então, esses quatro ficariam lá.

Em paralelo, nós já vamos trabalhar também em apoio às pesquisas. Como? Primeiro, com o nosso navio antártico, que é o Almirante Maximiano, que já se estava próximo e se deslocou para a região. Ele talvez tenha que sofrer alguma adaptação, dependendo do tipo de pesquisa que se queira fazer, mas já serve de base. Nós temos dois navios que normalmente vão: um navio polar, que é o Almirante Maximiano, e um navio oceanográfico, que é o Ary Rongel. Na realidade, esse segundo navio, o Ary Rongel, cabe ainda discutir se vai ficar mais no apoio logístico ou se vai participar das pesquisas, mas, de qualquer maneira, ele estará envolvido no processo.

Agora, diria também, e me louvo no que li e ouvi de pesquisadores e da própria Marinha, que cerca de 60% das pesquisas serão preservadas e terão continuidade quase normal, porque hoje em dia a transmissão de dados é muito rápida, várias coisas poderão ser feitas. É claro que isso também exigirá ações da nossa parte, como atuar em cooperação com outros países. Nós já recebemos oferecimento de vários países da região, vários países atuantes na Antártica, mas eu singularizaria, sem a exclusão de outros, muito especialmente o Chile e a Argentina, com os quais nós já temos cooperação em termos de pesquisa. Há outros países sul-americanos que se ofereceram, o Peru foi um deles, e outros países que também puderem nos ajudar em apoio às pesquisas.

Isso vai, portanto, continuar. É claro que algum contratempo sempre existe, mas não haverá uma interrupção esperando que a nova estação seja feita.

Em paralelo, está-se trabalhando sobre o que estão chamando aqui de módulos antárticos emergenciais, que seriam módulos para abrigar alguma pesquisa, que teriam condições de habitabilidade e que possam, portanto, ajudar nas pesquisas que estavam se realizando na Comandante Ferraz.

Isso mais a remoção de escombros e de todos os materiais que possam causar dano ambiental, tudo isso está sendo realizado agora e está em pleno desenvolvimento. Seria difícil dizer exatamente como cada coisa vai acontecer, porque são questões que estão em desenvolvimento. E é muito importante que se estabeleça que tudo isso está em desenvolvimento e em pleno debate entre a Marinha, que é o braço da defesa que se ocupa diretamente do programa antártico, de toda a logística do programa antártico, sem a qual o programa não existiria – eu posso testemunhar isso, volto a dizer, desde o início, porque, como membro do Ministério da Ciência e Tecnologia, frequentava

a Comissão Interministerial de Recursos do Mar e vi todo o trabalho que foi feito, de natureza logística –, em plena integração e discussão com o Ministério da Ciência e Tecnologia.

Temos tido várias reuniões com participação dos Ministros em algumas delas e estamos trabalhando, no momento, para uma portaria interministerial que dê maior institucionalidade a essa cooperação.

A verdade é que já existe, no âmbito da própria Comissão, da Secirm, uma subcomissão para o programa antártico. Mas a ideia de dar um foco específico a esses problemas agora e àquele que vou me referir em seguida, que é a construção da nova base, creio que eles merecem uma visão mais precisa. Isso pode ser feito por esse grupo de trabalho ou comissão interministerial, está em processo de elaboração nesse momento.

Já mencionei várias tarefas, algumas já realizadas, como essa da remoção da chata, as investigações não só com o objetivo de determinar as causas, mas também de verificar a habitabilidade do que sobrou e em que condições isso pode ser usado, essa questão da permanência do grupo básico e queria mencionar também que ainda a prazo curto devemos ter aquilo que está sendo chamado de um primeiro delineamento do que será a nova base na Antártica.

Todas essas ações em conjunto – não sei se me escapou alguma muito importante – compõem, digamos, as ações mais imediatas. Naturalmente isso tem um custo que não é barato, mas já estamos em entendimentos avançados com o Ministério do Planejamento em nível técnico e isso provavelmente exigirá um crédito extraordinário de R\$40 milhões aproximadamente.

Tudo isso, portanto, diz respeito a essa parte ainda de remover escombros, de evitar danos ambientais, de preparar os navios para uma função mais permanente, de construir esses módulos emergenciais e de delinear o projeto, digamos, um pré-projeto do que será a nova estação.

Então, aí eu entro rapidamente, também não tenho condições, talvez. Não sei se, na apresentação do nosso secretário, ele vai mostrar alguns exemplos. Como nós teremos que construir uma nova base, é claro que faz todo o sentido, como foi dito no artigo do Senador Rollemberg, fazer o que há de melhor dentro do que podemos, dentro do que é possível.

As perguntas sempre surgem logo na primeira semana, no primeiro dia: mas quanto tempo vai levar? Isso depende muito. Se você vai reconstruir como era, é uma coisa; se você vai fazer uma coisa noiva, é outra. Então, é preciso ter um pouco de paciência com relação a essas questões.

Eu vou dar uma ideia do cronograma mais imediato. O que nós pensamos em fazer é que esse pré-projeto poderia ser feito ainda este ano e jamais para o final do ano, que exigirá outro crédito, e se poderia ter, então, o projeto detalhado do que seja. Isso exigirá um crédito especial, mas para o final do ano. Claro que isso tem de responder aos requisitos da comunidade científica e às possibilidades logísticas e considerações de natureza logística da Marinha. Isso requer uma discussão em profundidade, sob muitos aspectos. Isso, naturalmente, deverá levar em conta algumas outras experiências recentes. Há uma base sul-coreana recente, há uma base espanhola recente. É claro que nós não vamos necessariamente copiar essa ou aquela, mas é preciso levar em conta alguns estudos mais recentes que foram feitos. Porque a nossa, na realidade, é uma base de 30 anos, à qual foram feitos os acréscimos.

Faço um parêntese para dizer que a segurança sempre figurou entre as nossas principais preocupações. Mas, de qualquer maneira, não havia nenhum indício, nenhuma indicação de risco de segurança. O que ocorreu, na realidade, foi uma fatalidade. Mas, pensando no futuro, temos que pensar na melhor maneira possível.

Então, isso será discutido. Nós teremos que discutir, primeiro, o pré-projeto. Uma vez tendo o projeto pronto, detalhado, o que também implica certa rapidez, nós teremos que submeter o projeto aos membros do Tratado da Antártica, porque é um caso em que toda a comunidade internacional acompanha muito de perto, e o projeto não pode ser uma decisão unilateral, sem o conhecimento dos membros do Tratado da Antártica. Isso só poderá acontecer em abril, maio, junho de 2013, se não me engano. Então, se tudo correr muito bem, a construção da nova base – volto a dizer, não me refiro aos módulos emergenciais, que podem ser feitos antes, embora isso, seguramente, coloque algum problema logístico para que uma coisa não interfira com outra – só poderá começar no verão de 2013/2014. A experiência indica que, entre projeto e construção de bases, nos períodos recentes, há uma fase de três a quatro anos – algumas levaram muito mais –, caso os recursos venham de maneira contínua. Naturalmente, esses projetos todos na área científica, como qualquer outro projeto, dependem da continuidade dos recursos, que, portanto, serão plurianuais, não serão apenas neste ano.

Bem, eu diria ainda, só para dar uma ideia de valor. Muita gente perguntou qual foi o valor do prejuízo. Esse valor do prejuízo pode ser calculado de várias formas. Você pode pegar tudo que gastou e ver quanto é. Acho que isso não tem muito sentido nem tem mui-

to interesse. O que interessa é saber o que você vai ter que fazer. Eu não sei exatamente quanto custará e seria leviano dizer qualquer coisa muito específica. Mas as informações, volto a dizer, são pouco indicativas, porque não fizemos uma consulta a cada país para dizer exatamente quanto gastaram ou não. Nem sei se eles quererão dizer exatamente. Estima-se que essas últimas bases, não as monumentais, mas as bases razoáveis, estão na ordem de R\$100 milhões, mais ou menos, algumas delas, a base nova, mas isso ocorrerá ao longo de vários anos.

Então, isso é mais ou menos o que eu teria a comentar lembrando sempre a determinação da Presidenta Dilma Rousseff, de que a base seja refeita, ou construída, ou feita nova, enfim, dependendo justamente dessas discussões. A nítida preferência, pelo o que eu tenho sentido até agora, é que seja feita de maneira nova, dentro de condições mais modernas e com essas ações mais imediatas que permitam a continuidade das pesquisas tanto quanto possível. E eu sou otimista. É claro que alguma coisa se perde, por exemplo, o material, sobretudo relativo à biologia marinha, plâncton, que estava lá, esse se perdeu, queimou, foi com o incêndio, esse não tem como reverter. Mas muitas outras pesquisas cujos dados já estão disponíveis vão continuar. Talvez com mais dificuldade, sempre dependendo muito da boa vontade – mas que não tem faltado – dos nossos parceiros, sobretudo os da própria América do Sul, mas também outros que queiram e os que nos têm feito oferecimento.

Então, a nossa atitude é essa: levar adiante com todo o profissionalismo que a Marinha sempre demonstrou e com todo esse entusiasmo que o próprio Senador Rollemberg e o Senador Cristovam Buarque – cito o dois agora porque estão aqui, efetivamente li os artigos recentes deles – demonstraram, quando estiveram visitando ou estudando o tema da Antártica.

Então, eu queria agradecer mais uma vez, pedir desculpas por não poder ficar até o final da audiência. O Comandante da Marinha, que na realidade sabe muito mais do que eu do ponto de vista técnico, poderá elucidar qualquer dúvida. Eu queria, mais uma vez, agradecer esta oportunidade de dar ainda mais publicidade não só à tragédia, mas ao que está sendo feito para enfrentar a tragédia e a disposição do Governo, que creio seja a mesma do Legislativo, de prosseguir nesse esforço, nesse empreendimento tão importante, motivo de orgulho para todos nós, que é o Programa Antártico Brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Ministro Celso Amorim.

Quero, antes de passar a palavra ao Almirante-de-Esquadra Julio Soares de Moura Neto, Coman-

dante da Marinha, registrar aqui, com muita alegria, as presenças do Contra-Almirante Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Júnior, Chefe de Gabinete do Comandante da Marinha, do Contra-Almirante Paulo Maurício Farias Alves, Diretor do Centro de Comunicação Social da Marinha, do Contra-Almirante Marcos José de Carvalho Ferreira, Secretário da Comissão Interministerial de Recursos do Mar, do nosso colega Deputado José Genoíno, Assessor Especial do Ministério da Defesa, do Almirante-de-Esquadra Gilberto Max Roffé Hirschfeld, Chefe de Logística do Estado-Maior Conjunto, e do Contra-Almirante Marcos Silva Rodrigues, Subchefe de Mobilização da Chefia de Logística.

Passo agora a palavra ao Almirante-de-Esquadra Julio Soares de Moura Neto, Comandante da Marinha do Brasil.

O SR. JULIO SOARES DE MOURA NETO – Muito obrigado, Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Saúdo também o Exmo. Sr. Senador Cristovam Buarque, Presidente da importante para nós Frente Parlamentar do Programa Antártico Brasileiro. Eu gostaria de saudar os demais Senadores e Senadoras, em nome desses Senadores já nomeados que fazem parte da Mesa. Saudar o Exmo. Sr. Ministro de Estado do Ministério da Defesa, Embaixador Celso Amorim e o Exmo. Sr. Ministro de Estado Interino do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação, o Dr. Luiz Elias. Eu gostaria de saudar também os representantes da pesquisa Antártica, Prof. Jefferson Simões, Diretor do Centro Polar e Climático da Universidade do Rio Grande do Sul, e a Sr^a Rosalinda Carmela Montone, Professora Doutora da Universidade de São Paulo, e saudar as senhoras e os senhores.

Seguindo a linha de pensamento do Ministro da Defesa, em seguida, passarei a palavra ao Secretário da Secirm, que fará uma apresentação sobre os aspectos que envolvem a atual situação do programa Antártida.

Como comandante da Marinha, eu gostaria de dizer da satisfação que sempre tenho de vir ao Congresso Nacional e ver uma comissão do Senado. Aqui nós temos sido recebidos permanentemente de braços abertos. Aproveito esta oportunidade para dizer isso às senhoras e aos senhores. Muito obrigado por tudo que tem feito pela Marinha e pelo Programa Antártico, por meio dessa Frente Parlamentar do Proantar, que é muito ativa e que tem procurado fazer com que os recursos não falem ao programa Antártico brasileiro. Isso realmente é uma realidade.

O meu sentimento hoje é de quem se sentiu abastado por uma tragédia. Nós vivemos uma tragédia, uma tragédia nacional. Não foi só apenas uma tragédia da Marinha. Foi uma tragédia que envolve a pesquisa na

Antártica, uma tragédia que envolve o Brasil. A perda de uma estação Antártica de um Programa Antártico que já estava completando 30 anos... Completou 30 anos agora em janeiro, uma estação Antártida que já estava para completar 30 anos em janeiro. Completou 28 anos de construção. É uma tragédia.

Mais do que isso: perdemos dois homens. Nós da Marinha sempre dizemos que não se constrói a Marinha apenas com poucos. Constrói-se a Marinha com todos. Então, todos os homens e as mulheres que trabalham na Marinha, sejam eles militares, sejam eles civis, são extremamente importantes para nós. Eles fazem parte da construção da Marinha que o Brasil precisa, que o Brasil merece. Então, a perda de dois homens que entraram no fogo para combater o fogo traz ao Comandante da Marinha um sentimento de perda, e essa é irreparável. Eu não tenho como repor isso.

Mas eu quero, então, fazer um preito de homenagem, agradecer o minuto de silêncio que foi feito a esses dois homens, a esses dois militares. A Marinha se ressentiu muito da perda deles e vai se basear no exemplo que eles deram, de fibra, de coragem e de determinação, para nós enfrentarmos essa tragédia e – como bem disse o nosso Ministro da Defesa – nós continuarmos com a saga da Antártica. Não vai parar. Nós vamos continuar com todos os esforços que já foram muito bem apresentados e que continuarão a ser apresentados pelo secretário da Secirm.

Então, depois dessas minhas palavras iniciais, eu gostaria de passar a palavra ao secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, Almirante Marcos José, que vai fazer uma apresentação sobre a situação do Programa Antártico e os próximos passos.

O SR. MARCOS JOSÉ DE CARVALHO FERREIRA – Muito obrigado. Bom dia a todos. Exm^o Sr. Senador Rodrigo Rollemberg; Exm^o Sr. Senador Cristovam Buarque, Presidente da Frente Parlamentar de Apoio ao Proantar; Exm^{os} Srs. e Sr^{as} Senadores; Exm^o Sr. Ministro do Estado da Defesa, Embaixador Celso Amorim; Exm^o Sr. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, aqui representado pelo Dr. Luiz Elias, seu secretário executivo; Exm^o Sr. Comandante da Marinha, Sr. Dr. Jefferson Cardia Simões, Sr^a Rosalinda Carmela Montone, demais pesquisadores presentes, senhoras e senhores, como secretário da Comissão Interministerial para Recursos do Mar e Gerente do Proantar, cabe-me agora complementar a apresentação do nosso Ministro de Estado da Defesa, bastante abrangente já, sobre o ocorrido no dia 25 de fevereiro.

Então, os senhores verão que os assuntos de alguns *slides* que preparei já foram abordados pelo Ministro. Então, eu vou, para poupar tempo, vou passá-

-los um pouco mais rapidamente e me ater a algum detalhe a mais que não tenha sido abordado.

Pode passar, por favor.

Então, esse roteiro fala um pouquinho sobre o incidente. Eu vou mostrar algumas fotos em caráter ilustrativo. Vou falar das pesquisas empreendidas, das próximas ações, do futuro da pesquisa na Antártica e de um planejamento, sobre o que o nosso Ministro já abordou. Vou mostrar agora em forma de *slide*.

Próximo.

Então, aí, o incêndio se iniciou na madrugada do dia 25 de fevereiro por volta de 1 hora da madrugada no horário do Chile; naquela data, era uma hora a menos que o Brasil; no Brasil era mais ou menos 2 horas da madrugada. Então esta foto da esquerda mostra os momentos iniciais do incêndio, visto desse ângulo desta foto aqui que já tinha amanhecido o dia.

Próximo.

Aqui, os senhores Senadores que já conhecem a estação, esta é aquela parte habitável em que temos o refeitório, os camarotes; aqui, aquela entrada da estação em frente à bandeira e lá naquele lado de lá a parte de laboratórios e a parte de máquinas da estação. O incêndio começou nesse lado direito; para cá é a praia; quem olha da praia a estação vê que o incêndio começou na extremidade direita da estação, na praça de máquinas, e se alastrou até consumir todo esse prédio, todo esse pavilhão da estação, até os camarotes, que foram os últimos a serem atingidos pelo incêndio.

Próximo.

Aqui, uma foto mais de perto, apenas para dar a noção aos senhores e às senhoras da intensidade das chamas, da intensidade do incêndio. Por quê? Porque os ventos na Antártica reinantes, médios, constantes, são fortes e isso ajuda a alimentar o fogo, dificultando sobremaneira que o incêndio seja debelado.

Próximo.

Aqui, em outro ângulo, visto por trás da estação, o fogo vindo do outro lado, em direção a essa parte da estação.

Próximo.

Esta é uma foto recente, de antes do incêndio. Esta parte é das máquinas da estação; os camarotes estão do lado oposto. Então, nesse ângulo, esta foto é após o fogo ter consumido essa parte da estação.

Uma foto de trás da estação, de cima, mais uma vez máquinas, camarote, o fogo consumindo já o meio da estação.

Aqui, as antenas de comunicação da Oi, já chegando lá.

Próximo.

Esta foto é tirada do ângulo da praia, olhando para a estação, na parte da direita da estação, onde o fogo começou. Aqui são as garagens do lado direito e, logo aqui, vamos ver neste detalhe, logo em seguida, nós temos os geradores a *diesel*, que geravam energia elétrica para a estação. Foi aqui que as primeiras chamas ocorreram, nessa região.

Próximo.

Com mais detalhes, temos os geradores a *diesel* da estação; esses geradores tinham dois anos de uso. Tínhamos três geradores aqui, mais um de emergência em outro compartimento, caso esses falhassem; e aqui, depois do incêndio, temo-los consumidos. Observem os senhores que este gerador nº1 é o gerador que, segundo consta, gerava energia para a estação naquele momento. Bastava um gerador para alimentar a estação, e esse gerador, vejam os senhores e as senhoras, está bastante consumido, diferentemente dos outros dois, ao que tudo indica, porque era o que estava em funcionamento no momento, o que tinha combustível no seu circuito interno.

Próximo.

Esta é uma visão da área da estação. O Ministro da Defesa já se referiu a isso. Apenas para ilustrar. Este é o prédio principal da estação que foi consumido pelo fogo. Tínhamos aqui tanques de combustível, que estão íntegros, tínhamos um heliporto, que está íntegro, laboratório de química, de meteorologia, pesquisa de ozônio, os lagos que abastecem a estação, estação de VLF, estação rádio de emergência afastada da estação. Esses que estão circulados por branco mais um refúgio, que vou mostrar em outra transparência, foram preservados, não foram atingidos pelo incêndio. O prédio principal, sim, completamente destruído.

Pode passar.

Há uma visão da península vista de cima e temos a estação e aquele complexo que mostrei no *slide* anterior com esse que contém essas instalações e, aqui, mais afastado, refúgios. Refúgio 1, Refúgio 2 e Ipanema que é um refugio também que são pequenas habitações para emergência. Qualquer um na antártica pode se abrigar nelas por pequeno espaço de tempo e que foram, logicamente, preservadas tendo em vista que estão afastadas. E, aqui, um parque de antenas do Inpi para detecção de meteoritos que está em Punta Plaza que também nada sofreu.

Agora, esses módulos que nada sofreram pelo incêndio dependiam da energia elétrica gerada pela estação. Então, temos aqui uma dificuldade que temos que suplantar que é gerar energia elétrica para esses módulos, alguns deles.

Essa é uma planta da estação. Agora, ao lado da praia. Aqui, é a frente da estação, a entrada da estação,

os camarotes, aqueles que conhecem. Aqui, temos um compartimento recém-construído onde íamos instalar um sistema de abastecimento da estação por dutos porque o duto que ligaria o navio diretamente aos tanques e bombearia o combustível, evitando aquela chata de combustível ser transportada do navio para a praia.

Aqui, o diesel de emergência como falei. Aqui, o gerador de etanol que é um projeto científico que estávamos fazendo em cooperação com a Vale Soluções de Energia e com o etanol fornecido pela Petrobrás, com um projeto de colocar biocombustível na Antártica com uma energia muito mais limpa e que também estava em outro compartimento. Não foi o local onde o foco do incêndio foi inicialmente detectado, onde iniciou, mas foi nessa área onde temos os três geradores a diesel e que mostrei naquela foto em que esse gerador estava funcionando no momento do incidente e que estava em piores condições.

Apenas para ilustrar os homens que faleceram no combate ao incêndio adentraram a estação por esse compartimento, para atuar aqui no combate ao incêndio e na contenção do incêndio. A contenção são medidas para evitar que o incêndio se alastre e os corpos deles foram encontrados mortos aqui nessa região e aqui. Então, eles morreram nesse corredor aqui, na tentativa de combaterem o incêndio, contendo a sua expansão. Pode passar.

Ações empreendidas. O Ministro já falou... No IPM temos uma equipe de 7 peritos técnicos da Marinha e peritos da Polícia Federal que foram ontem no voo da FAB que decolou e que estão chegando, acredito que se o tempo deixar, amanhã, na Antártica e vão fazer o seu trabalho também em complemento ao trabalho do pessoal do IPM e dos peritos técnicos da Marinha.

Temos uma procuradora do Ministério Público Militar a nossa disposição, que está nos ajudando muito no sentido de nos orientar para que o inquérito saia da melhor forma possível, saia completo e acompanhe os nossos trabalhos.

Pode passar, por favor.

Ainda nas ações empreendidas, no dia 29 de fevereiro, depois do incêndio, os peritos chegaram ao local da estação. Nosso grupo base é o grupo da Marinha que opera a estação, iniciaram perícia e as avaliações ambientais, com sobrevôos para verificar se houve algum impacto ambiental no entorno da estação, o que não foi constatado visivelmente e avaliação operacional no sentido de tomar as primeiras medidas para se começar a pensar em remover os produtos potencialmente perigosos que estão na área e os escombros da estação,

Aqui, os peritos da Polícia Federal enviados no voo de ontem, como já falei.

Passe, por favor.

Próximas ações. Prosseguimento do trabalho da perícia e as avaliações. Estamos colocando alguns módulos nos refúgios e aqueles módulos de pesquisa em condições de habitabilidade em caso de uma emergência em que o pessoal que está em terra não consiga ser resgatado por uma mudança brusca do tempo. Isso é importante na segurança do pessoal. É sempre uma preocupação nossa, grande, sempre foi.

Vamos fazer uma substituição no grupo-base da Marinha, porque já estava na época de trocar parcela desse grupo. Então vamos proceder a isso levando outro grupo à Antártica. E precisamos de que permaneça uma parcela desse grupo-base no inverno com o apoio de outro país, porque, como disse, nós não temos condições hoje de gerar energia elétrica e abrigar com segurança os nossos militares naquele terreno. Então emergencialmente nós precisamos da ajuda de outro país. E esse país, como disse o Ministro, está sendo o Chile, que tem uma grande base e nos apóia muito ali no entorno. O Ministro já concordou, o Ministro da Defesa do Chile já concordou.

Após o término da perícia, que exige que a área seja preservada, nós vamos iniciar a desmontagem da estação e a remoção de todo material inservível e isso é uma preocupação muito grande por causa das questões ambientais na Antártica. O Brasil tem que cumprir as regras do Tratado e do Protocolo de Madrid e é muito preocupado com isso. Vamos empregar, neste verão ainda, nossos navios que estão lá até o limite das suas capacidades e do tempo que ele pode permanecer na Antártica, porque, no inverno, as condições climáticas ficam muito severas e o trabalho fica muito pouco produtivo, além de o mar começar a congelar. Então temos que recolher os nossos navios e recomendar no verão, que começa em novembro.

O futuro da pesquisa na Antártica temos discutido em várias reuniões. Citamos aí apenas três. A Subcomissão do Proantar, que, como já explicou o nosso Ministro, é um órgão colegiado de vários ministérios dentro da estrutura da Secirm, que trata exclusivamente do Proantar. Fizemos reunião com o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, reunião com o Ministro da Defesa, tudo para alinhar e coordenar ações, porque o Proantar é um programa que nós trabalhamos em colegiado e precisamos ter ações coordenadas.

Para o Operantar XXXI, que é a próxima, ou seja, o próximo verão, que começa em novembro de 2012, pretendemos utilizar o navio polar Almirante Maximiliano, dedicado à pesquisa. Vamos continuar lançando acampamentos com os nossos helicópteros em regiões remotas, vamos aumentar a cooperação internacional,

vamos colocar alguns módulos científicos preservados lá na área da estação, como eu mostrei no começo, para funcionar, aqueles que os pesquisadores entendem que devem operar. E entendemos que também a estação poderia ser substituída por um navio de pesquisa em frente à estação, como se fosse uma estação flutuante enquanto não temos a nova estação. Mas esse é um assunto no qual não vou me estender, porque o Dr. Luiz Elias, tenho certeza, vai tratar desse assunto.

Então nesse planejamento, na primeira fase, agora em 2012, já estamos trabalhando no crédito extraordinário de 40 milhões para basicamente projetar e construir os módulos antárticos emergenciais, que vão ter uma parte habitável, uma área científica que vai depender do que os cientistas precisam, do que pedirem, vai ter uma praça de máquinas principalmente para gerar energia, conforto, água e oficinas, porque teremos que fazer obras de demolição da estação e construção, futuramente, de uma nova estação. Então, precisaremos ter lá uma estrutura para apoiar as obras. E temos que fazer a demolição da estação, limpeza da área e o delineamento da nova estação Antártica com esse recurso.

Próximo *slide*.

Então, numa segunda fase, final deste ano ainda e ano que vem, precisamos de um crédito especial a ser solicitado para fazer um projeto detalhado da nova estação, da aprovação pelos membros do tratado, mais ou menos em junho de 2013 – acreditamos que poderemos fazer isso – e da construção da nova estação no início do verão de 2013, 2014. É o que pretendemos. E entre as possibilidades das outras estações, já estamos estudando as características delas para podermos começar a delinear a nossa estação. Eu selecionei um *slide* de uma estação aí de Juan Carlos, espanhola, que é bastante nova e ainda, na verdade, está em fase final de construção, mas tem características que se assemelham muito àquilo que a gente pensa deva ser a nossa estação no futuro. Essa aqui é uma concepção artística. E o custo médio de estações modernas, nós pesquisamos ainda de forma preliminar, está gerando em torno de €40 milhões, R\$100 milhões.

Aqui já é a concepção artística já construída, aquelas três pernas. Alguns módulos são separados como o de pesquisa e outros. Essa é uma estação que está com a fundação sobre terra, porque existem estações na Antártica cujas fundações estão sobre o gelo, no interior do continente e não é esse o nosso caso, nós estamos no litoral. Então, essa estação, apenas para exemplificar e para ilustrar. Fica na Ilha de Livingston, no arquipélago Shetland do Sul, onde temos a nossa Estação Ferraz.

Era isso que eu tinha para apresentar, Sr. Senador. Estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Agradeço ao Contra-Almirante Marcos José de Carvalho Ferreira pela sua apresentação.

Registro com muita alegria a presença entre nós da Deputada Jô Moraes, que é Vice-Presidente da Frente Parlamentar em Defesa do Programa Antártico Brasileiro.

Quero dizer que ouvi com muita alegria do pesquisador Gerson Simões, que terá oportunidade de se manifestar, o qual desenvolve pesquisas no interior da Antártica, no sertão da Antártica, que grande parte do seu trabalho é financiada graças a emendas parlamentares da Frente Parlamentar em Defesa do Programa Antártico Brasileiro.

Neste momento, passo a palavra ao Ministro interino da Ciência e Tecnologia Luiz Antonio Elias.

O SR. LUIZ ANTONIO ELIAS – Muito obrigado, Senador Rollemberg.

Quero inicialmente saudar o Exmº Sr. Ministro de Estado da Defesa Celso Amorim e o próprio Senador Rollemberg. Estendo essa saudação aos Presidentes das Comissões que convocaram esta reunião e de pronto registro a sua importância para que possamos, conjuntamente, Ministério da Ciência e Tecnologia e Ministério da Defesa, esclarecer os diversos aspectos que se relacionam ao Programa Antártico Brasileiro e apresentar a dimensão futura desse programa.

Senador Eduardo Braga e Senador Fernando Collor.

Quero saudar o Senador Cristovam Buarque, que tem sido um parceiro incansável conosco, na busca de recursos para o Programa Antártico Brasileiro através da Frente Parlamentar, que é significativa no sentido não só da capacidade de recursos, mas da estruturação de políticas públicas que possam dimensionar e cada vez registrar a importância da capacitação e da formação de recursos humanos, em especial a pesquisa científica naquela região.

Quero saudar o Comandante da Marinha Júlio Moura Neto e Marcos José de Carvalho Ferreira, Secretário da Comissão Interministerial, que é muito importante na relação conjunta entre o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Ministério da Defesa, a Professora Rosalinda Carmela, da Universidade de São Paulo, e o nosso parceiro incansável desse Programa Antártico, o Professor Gerson Simões, da Universidade do Rio Grande do Sul.

Saúdo também todos os Srs. Senadores e as Sras Senadoras aqui presentes, agradecendo esta oportunidade para o Ministério da Ciência e Tecnologia apresentar os programas que vem desenvolvendo

não só através dos seus dois planos de ação lançados recentemente, de 2007 a 2010 e de 2012 a 2015, como também tratar mais detalhadamente o Programa Antártico Brasileiro.

Quero saudar os integrantes do Ministério da Ciência e Tecnologia aqui presentes, assim como os assessores parlamentares e os senhores repórteres e jornalistas nesta audiência.

Inicialmente gostaria de registrar a ausência do Ministro Marco Antônio Raupp, que se encontra em missão com a Presidente da República em Hannover, numa importante feira internacional da qual o Brasil é o protagonista em termos de organização. Para se ter uma ideia, hoje nós somos o quinto mercado em celulares, o terceiro mercado em computadores, o sétimo mercado em tecnologia da informação e comunicação. Isso por si só representa a importante delegação que a Presidente Dilma levou à Alemanha, com cerca de 130 empresários brasileiros, e teremos cerca de 100 estandes de exposição naquela feira, que terá algo em torno de quatro mil expositores. A dimensão dessa feira poderá trazer um resultado muito positivo para a relação de mercado em tecnologia da informação e comunicação.

Ao fazer a minha apresentação, quero situar o programa antártico dentro do plano de ação de ciência, tecnologia e inovação, o plano lançado entre 2007 e 2010, qual a importância de tratar as quatro variáveis desse plano, formação de recursos humanos, capacidade de articular em rede a infraestrutura de pesquisa científica, o olhar da inovação, o olhar sobre as áreas estratégicas e o olhar sobre a questão do desenvolvimento social e a inclusão necessária para a etapa digital.

Em seguida, farei uma breve observação olhando o programa antártico dentro da estratégia nacional de ciência e tecnologia no período de 2012 a 2015. Por que 2012 a 2015? Porque é justamente o período do PPA, ou seja, nós procuramos atrelar as ações de planejamento às ações do PPA.

As recomendações que foram feitas pelo grupo de cientistas do Proantar, cuja reunião ocorreu no dia 1º, foram muito importantes para que a gente pudesse ter uma dimensão das perdas que ocorreram nas pesquisas científicas realizadas naquela região, como também o futuro que se prevê para o Programa Antártico Brasileiro e o planejamento estratégico que está em curso e que deve terminar ainda em 2012. Pretendemos um planejamento olhando os próximos dez anos, 2012 a 2020.

Passa à seguinte, por favor.

Quando lançamos o programa chamado Ciência, Tecnologia e Inovação, ainda na gestão do Presidente

Lula e do Ministro Sérgio Rezende, tínhamos percebido que havia uma baixa diversidade produtiva da economia brasileira, uma especialização muito concentrada em produtos com baixa agregação de valor, ou seja, atuantes na média e média baixa intensidade tecnológica, uma dualidade que, portanto, revelava uma fragilidade da nossa economia em atuar mais fortemente naquilo que é intensivo em tecnologia e nas áreas da microeletrônica, nas pesquisas de fronteira e certa institucionalidade que julgávamos inadequada. Portanto, um olhar em que as redes não se estabeleciam e não havia uma articulação mais forte entre os parceiros.

Lançamos, portanto, um plano de ação voltado para pensar a articulação com os Estados da Federação, muito importantes na estruturação daquilo que se chama as fundações de amparo à pesquisa. Para se ter uma ideia, Senador Jorge Viana, Senador Walter Pinheiro, em 2006/2007, apenas um Estado da Federação tinha uma lei voltada para a inovação, que era o Estado do Amazonas. Hoje, nós temos quinze Estados da Federação com leis estaduais de inovação e, certamente, chegaremos lá. Estamos fazendo uma articulação estamos com o secretário de ciência e tecnologia e com as fundações de amparo à pesquisa. Há dezessete Estados da Federação voltados para essa temática da inovação, ciência e tecnologia.

Articulamos de forma positiva a relação entre o MEC e o Ministério da Ciência e Tecnologia, voltados para aquilo que chamávamos no primeiro item a consolidação do sistema nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

O item 2 era a promoção da inovação. Era necessário que se criassem programas a partir da ambiência estabelecida das leis do bem, da Lei de Incentivos Fiscais e da Lei de Inovação, que melhorassem e dimensionassem a capacidade de pesquisa no Brasil olhando a sua estruturação e seu ambiente.

A Terceira era a dimensão estratégica, e aí se insere o Programa Antártico Brasileiro. Era pensar que áreas seriam estratégicas para o desenvolvimento nacional, corrigindo aquela baixa diversidade da produção, corrigindo a baixa intensidade tecnológica e que pudéssemos olhar, com agregação de valor, algumas áreas de forma expletiva.

O quarto elemento, tão importante quanto os outros, era a parte de inclusão social, portanto, o desenvolvimento social, e olhar a dimensão da inclusão e dos centros vocacionais tecnológicos como elemento construtivo dessa cadeia.

Seguinte, por favor.

O Programa Antártico, ao longo desse período, especialmente de 2007 a 2010, recebeu do Ministério da Ciência e Tecnologia cerca de R\$130 milhões. Se

olharmos no período de 2002 a 2011, são cerca de R\$140 milhões.

A quem foram destinados esses recursos? Quinze milhões de reais para bolsas de pesquisa. Portanto, ampliamos a capacidade de bolsas de pesquisa para estruturar programas em rede com as áreas acadêmicas e científicas brasileiras. Aprovamos dois institutos nacionais de ciência e tecnologia, um deles coordenado pelo Professor Gerson Simões, que está aqui, o programa da criosfera, e outro, pelo Professor Iocir, que é o programa antártico de pesquisas ambientais.

Colocamos um edital em que tivemos 14 projetos aprovados com cerca de trinta universidades públicas federais, estaduais e municipais, que participaram ativamente desse edital, olhando a dimensão dos projetos antárticos e a possibilidade de expansão da base científica brasileira.

Colocamos R\$10 milhões para reforma, em 2007, da Base, Ferraz no programa antártico.

Em 2008/2009, adquirimos o navio mencionado pelo Ministro Celso Amorim e também pelo Almirante Júlio Moura, um importante navio, uma embarcação flutuante, onde se permite ter laboratórios flutuantes e que permite, na verdade, abrigar cerca de 35 pesquisadores, bem mais amplo que hoje tínhamos no sistema do navio Ary Rangel.

Estamos preparando alguns editais novos, que vou mostrar adiante, dentro do planejamento estratégico que virá para 2012/2022.

Por favor.

Destaco aqui um dos pontos anteriores, o ano polar antártico, que mencionei. São cerca de R\$9 milhões apresentados para a comunidade científica.

Pode passar.

Mas há de se destacar a aquisição desse navio. Ele fez um diferencial para a região, representando um avanço de forma importante e decisiva para o Programa Antártico Brasileiro, porque, além dos 35 pesquisadores, eles nos permitem fazer com os laboratórios a pesquisa mais direta na relação com a região. Todos sabem da diversidade que se tem na região e a importância de se ter uma embarcação desta natureza para que se possa fazer de imediato todo o processo de pesquisa científica em laboratórios nessa embarcação flutuante.

Pode passar.

Os programas dos institutos nacionais. É importante que também se situe dentro de um contexto.

Organizamos com aquela nova institucionalidade, portanto trabalhando em rede com as Secretarias Estaduais de Ciência e Tecnologia, com a Petrobras, o Bndes, com a Capes e o Cnpq, o que chamamos de a construção dos 122 institutos nacionais, que é a rede de excelência existente na área de pesquisa científica

no Brasil. Isso nos permitiu ter – pode passar a seguinte – um conjunto de institutos nacionais voltados para as principais redes do conhecimento. A sociedade futura se faz através da sociedade do conhecimento. São 39 na área de saúde; 10 na área de ciências sociais; 11 na área de biotecnologia e nanotecnologia; sete na região da Amazônia; no agronegócio, Senador Blairo Maggi, são nove institutos nacionais, voltados para pensar o agronegócio e avançar na fronteira do conhecimento no tocante a essa importante área estratégica da cadeia produtiva brasileira, na biodiversidade, no meio ambiente; Antártica e mar, são três, sendo que um para mar e dois para Antártica, que vou mencionar a seguir.

Por favor.

O Instituto Nacional Antártico voltado para pesquisas ambientais, um importante instituto nacional que congrega 51 pesquisadores, em quatro módulos de pesquisa, com 14 instituições em oito Estados da Federação, recebeu cerca de R\$ 7,2 milhões em recursos globais. E as universidades elencadas ali ao lado, à direita.

Por favor.

O Instituto da Criosfera também é importante, porque se tratará de toda a questão do clima, toda a massa do gelo, toda a importância de se ter a relação direta. Porque a Região Antártica, na verdade, é um componente essencial do sistema ambiental global. Tudo que lá afeta, quer na questão atmosférica, quer na questão criosférica, quer na questão oceânica, tem relação uma relação direta com o Brasil, tem uma relação direta, inclusive, com a própria região do qual o Brasil se assenta.

Portanto, trabalhar de forma dimensionada e dar a importância no registro da pesquisa é fundamental para que a gente possa acompanhar todas as etapas de mudança globais e de mudanças de aquecimento que estão acontecendo recentemente.

Esses institutos estão em seis Estados da federação compartilhados, a sede e a coordenação estão com o professor Jefferson Simões, no Rio Grande do Sul. No entanto, há 39 instituições no âmbito do Brasil, 137 pesquisadores trabalhando de forma articulada e conjunta, sete módulos de pesquisa, e recebeu recursos da ordem de R\$ 4,8 milhões.

Seguinte.

Ampliamos, ainda, o patamar desse programa – o Jefferson Simões, depois, certamente, tratará disso –, porque é um programa muito rico e muito importante na relação direta naquela região, que foi o Módulo Criosfera 1, onde são 17 pesquisadores participando. Ele foi inaugurado em janeiro de 2012 – e nesse dia eu realmente me emocionei, porque recebi um telefonema e aparecia um número totalmente louco, 000000 mais

alguma coisa. E eu pensei: mas quem está me ligando de um número tão grande como este? E resolvi atender. Era o Jefferson Simões, dizendo: “Cheguei a dois mil e quinhentos quilômetros da nossa base, no interior” – como disse o Senador Rollemberg, no sertão da Antártica – ‘e lá estou posto com esta estação, estamos fincando a bandeira brasileira, estamos fincando aqui um espaço da pesquisa nacional’ – que, certamente, trará um resultado muito positivo para pensar a questão criosférica naquela região.

Pode passar.

E o Estratégia Nacional, ou seja, o novo plano de ação voltado para 2012/2015. Como se insere o programa antártico dentro dessa nova estratégia?

A nova estratégia, repensando aquelas quatro dimensões anteriores do PSTI, trata a questão do crescimento sustentável como eixo estruturante. Ou seja, pensar a questão da sustentabilidade e, a partir dela, derivar o impacto nas cadeias produtivas brasileiras.

Enfrentar alguns desafios que ainda permanecem dentro da nossa estrutura econômica e social, que é a defasagem científico-tecnológica em relação aos países avançados; a expansão e consolidação da liderança brasileira no conhecimento natural, especialmente em energias renováveis e no agronegócio; a ampliação e consolidação do padrão de inserção internacional do Brasil; e a superação da pobreza e da redução das desigualdades.

A terceira base desse pilar é o fortalecimento da base da sustentação da política. Portanto, a promoção da inovação como eixo dinâmico desse processo. A formação necessária e permanente de capacitação de recursos humanos e o fortalecimento da pesquisa científica e laboratorial sem o que não teremos corrigido uma assimetria necessária ao País, que é a ampliação da capacidade de pesquisa em todas as regiões do Brasil, olhando a dimensão das universidades federais como polo estruturante dessa expansão. O aperfeiçoamento dos instrumentos da política. Certamente aqui estou falando do aperfeiçoamento do marco regulatório, da expansão da estrutura e desenvolvimento e o próprio fortalecimento do sistema nacional.

Seguinte.

O Programa Antártico se insere nos programas prioritários, olhando a questão dos oceanos, zonas costeiras, mar e Antártica. Portanto, é pensar não só tecnologia da informação e comunicação, complexo industrial da saúde, complexo industrial do petróleo, toda a cadeia do petróleo envolvida, assim como da defesa aeroespacial e nuclear, mas também pensar a questão da biodiversidade e nela se inserir a questão dos oceanos. Como tratar de certa forma sustentável e ampliar a capacidade de pesquisa. E que elemen-

tos podemos extrair das vantagens que são oriundas da região Antártica para o desenvolvimento nacional.

Seguinte.

Isso nos fez colocar um objetivo amplo, mas, ao mesmo tempo específico, que é ampliar a pesquisa oceanográfica no País no patamar internacional, mas ampliando o número de projetos especialmente na interação oceano, atmosfera e Antártica; o fomento, a ampliação e a excelência internacional, especialmente casando e cooperando mais fortemente com os países da região. E os instrumentos de cooperação certamente nos trarão elementos decisivos para a construção da pesquisa científica.

Pode passar.

Recomendações. Aí já entro numa questão mais específica e importante, que foi oriunda da reunião que fizemos com o grupo científico. É importante ressaltar que esse grupo científico reuniu cerca – o Jefferson me corrija – de 12 a 15 pesquisadores, os principais líderes de pesquisa e coordenadores de institutos nacionais, coordenadores de projetos nacionais. Alguns foram convidados e não puderam comparecer. Mas havia uma presença bastante significativa, que nos permitiu concluir algumas proposições de política que vou emanar a seguir.

Primeira. Levantamento de se manter operacionais aqueles projetos que estão executados nos módulos científicos preservados do acidente. Estamos estudando conjuntamente com esse grupo de trabalho científico terminar em breve esse levantamento. É importante reforçar a manifestação do Ministro de Defesa Celso Amorim de que uma parte considerável das pesquisas do Programa Antártico não foi perdida. Elas estão completamente preservadas. O Jefferson, depois, e a Rosalinda vão falar um pouco mais sobre isso.

Evidentemente que aquelas diretas sobre biologia marinha, essas tiveram perdas significativas. Mas afora essa especificamente, as outras pesquisas científicas na região estão preservadas.

Estamos solicitando que um grupo de pesquisadores, inclusive do Inpi... O Inpi, nós estamos montando um programa emergencial já em curso, que é, por meio de energia solar e energia eólica, estabelecer um contato com a estação do Inpi para meteorologia e mantê-la funcionando. Estamos instalando dois outros módulos que nos permitem perceber a dimensão do aquecimento e da camada de ozônio. Arrendar um terceiro navio foi solicitado pelos pesquisadores. Estamos também estudando isso para o próximo verão, em cooperação com alguns países. Portanto, arrendar um terceiro navio para apoiar a pesquisa realizada na Estação Comandante Ferraz, dando continuidade aos

trabalhos interrompidos em decorrência do incêndio. Isso é factível. Estão bastante avançada as proposições.

Nós solicitamos, nessa reunião, que nos apresentasse um maior detalhamento sobre a disponibilidade orçamentária. Não é pequeno o orçamento. É razoável. Mas acho que podemos, nessa janela do próximo verão, conseguir ter êxito para apoiar o arrendamento desse navio.

Seguinte, por favor.

Assegurar o emprego do navio polar, portanto, Almirante Maximiano, com tempo mais efetivo para as pesquisas oceanográficas que serão desenvolvidas naquela baía. Portanto, ter o maior tempo de bordo dos pesquisadores para que possam dar continuidade às suas pesquisas científicas.

Garantir a reposição dos equipamentos perdidos no incêndio, alocando recursos na rubrica de capital aos projetos em execução.

O Ministro Marco Antonio Raupp me deu uma determinação específica para que a gente não meça esforços para conseguir que todos os equipamentos perdidos durante o incêndio sejam repostos para o próximo verão ou para a próxima oportunidade que se tiver de reconstrução desses equipamentos, e para garantir a concessão de novas cotas, bolsas alocadas aos INCTs.

A professora Rosalinda me lembrou que também ampliar o prazo dos projetos. Estamos estudando a formatação jurídica de ampliar os prazos do projeto na medida em que há um contrato estabelecido, e para a questão emergencial poderemos justificar que serão ampliados os prazos desses contratos estabelecidos com os pesquisadores. E estamos estudando, Capes, CNPq, a ampliação das cotas de bolsas para que possam suportar os programas de pesquisa naquela região.

Por favor.

Criar um grupo de trabalho composto por cientistas para as especificações técnicas. Eles nos colocam, Ministro Celso Amorim, Almirante Julio Moura, a importância de que eles participassem do projeto arquitetônico da nova Estação Ferraz, ou seja, na dimensão dos laboratórios, na arquitetura e no melhor sequenciamento da área de infraestrutura, na alocação de equipamentos na nova estação que será construída. Creio que é um grupo de trabalho importante que poderíamos compor conjuntamente com os pesquisadores, mas sempre coordenados neste ponto específico pela Marinha e em especial pelo Ministério da Defesa.

Monitorar e apoiar as atividades associadas à retirada do passivo ambiental. O Ministro da Defesa, o próprio Almirante Moura e o Marcos José já colocaram que todas as regras internacionais, inclusive, do próprio Tratado Antártico e todas as regras nacionais

na questão da sustentabilidade e a demonstração clara disso foi na retirada da chata, ou seja, sem nenhum vazamento, sem nenhum problema, tivemos a mais alta tecnologia para retirar aquela chata daquele local e isso vai ser demonstrado em todo o passivo ambiental lá localizado.

Intensificar a cooperação internacional, mediante levantamento das possibilidades de uso das instalações. Portanto, estamos discutindo com o Ministério das Relações Exteriores a possibilidade de um acordo comum com os países para que possamos, cooperadamente, ter tempo de uso não só no avião, mas também nas áreas de pesquisas daquelas estações já estabelecidas, o que facilitará muito a área de ciências e biologia marinha.

Planejamento estratégico do Proantar e aí vou terminar.

Em novembro de 2011 foi estabelecida força tarefa pelo Ministério de Ciência e Tecnologia que já está em curso para discutir no âmbito do Conselho Nacional de Pesquisa Científica, portanto, no âmbito do Conselho Nacional de Pesquisa Científica do Proantar, coordenado pelo ministério e em conjunto com o Proantar, um planejamento estratégico pensando em 2012-2022. Esse programa deverá estar concluído ainda no primeiro semestre de 2012, esperamos que eles nos recoloquem as diversas questões não só sobre os projetos em andamento, não só sobre o revisitar os institutos nacionais e ampliar a capacidade desses institutos nacionais de ciência e tecnologia, como também sobre as atividades estratégicas que deverão ser desenvolvidas a partir desse balanço e desse histórico acumulado durante todo esse período.

Senador Rollemberg, creio ser essa a informação que temos a apresentar a esta Comissão, mais uma vez mostrando a importância de que os fatos possam ser esclarecidos, as dimensões, especialmente no tocante às pesquisas científicas, possam ser colocadas no seu eixo mais estratégico, a importância do Governo Federal nos dois planos nacionais lançados, quer no de 2007 a 2010, quer no de 2012 a 2015 que tratam o Programa Antártico, os recursos alocados durante todo esse período para o programa na antártica, e o futuro que nos prevê através do planejamento estratégico para os programas naquela região.

Muito obrigado, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Dr. Luiz Antonio Elias, Ministro interino do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Como havia comunicado no início desta audiência pública, o Ministro Celso Amorim terá que se retirar, mas qualquer indagação a ser feita ao Ministério da

Defesa será respondida pelo comandante da marinha Almirante de Esquadra Julio Soares de Moura Neto.

Quero agradecer, ministro, a presença de V. Ex^a aqui trazendo informações importantes para o esclarecimento das ações tomadas pelo Governo Federal para a reconstrução da nossa base. Muito obrigado e bom dia a V. Ex^a.

Vamos dar continuidade à nossa audiência pública, ouvindo agora a Sr^a Rosalinda Carmela Montone...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Vamos ouvir o Prof. Diretor do Centro Polar e Climático da Universidade do Rio Grande do Sul, Sr. Jefferson Simões.

O Prof. Jefferson Simões é PHD em Estudos Polares pelo Instituto de Pesquisas Polares, pela Universidade de Cambridge; tem pós-doutorado em Grenoble, no Laboratório de Glaciologia; Prof. Colaborador do Instituto de Mudanças Clima da Universidade do Maine; membro da Academia Brasileira de Ciências; delegado brasileiro no Comitê Científico Internacional de Pesquisas Antárticas.

Os pesquisadores comandam o projeto de pesquisa no interior da Antártida. Como disse Guimarães Rosa, “o sertão está em toda parte”, até no continente antártico.

O SR. JEFFERSON SIMÕES – Obrigado, Senador Rollemberg.

Sr. Senador Rodrigo Rollemberg; Sr. Senador Cristovam Buarque; Sr. Ministro – o Ministro acabou de sair –; Sr. Júlio Soares de Moura Neto, Comandante da Marinha do Brasil; Sr. Luiz Antonio Elias, Secretário Executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia; Srs. Senadores, Srs. Deputados Federais, prezados colegas, o meu papel aqui é o de dar uma visão atualizada...

Estou tentando acertar aqui o alto-falante, só um momento. Agora está melhor, não precisa mais.

Cabe a mim aqui...

Caiu a rede. *(Pausa.)*

Voltou.

Obrigado.

Bom dia a todos, novamente.

Cabe a mim dar uma visão geral do estado da ciência antártica brasileira após o incidente na Estação Antártica Comandante Ferraz e também um quadro alternativo para os próximos anos – eu diria para os próximos dois, três anos –, considerando as necessidades logísticas e também de continuidade de pesquisa científica.

Não terei tempo para abordar detalhadamente as questões científicas. Eu só gostaria de enfatizar duas transparências, inclusive, para...

Ao longo das últimas semanas, nós tivemos várias demandas na imprensa de alguns colegas nossos, eleitores de vários Deputados e Senadores, sobre a real significância da Ciência Antártica brasileira e também o que nós fazemos lá. Evidentemente, acredito que num processo democrático, a ciência, antes de tudo, tem que se mostrar proativa e a inserção social do conhecimento.

Nesse ponto de vista, vou começar lembrar que a Antártica, com exceção de parte da África, é o continente mais perto do Brasil. Para os gaúchos, ela é mais importante do que o norte da Amazônia, em termos ambientais e climáticos. O nosso dia a dia é afetado pelo cotidiano da Antártida. Mais importante ainda, do ponto de vista político, estamos tratando não de uma pontinha. Infelizmente as possessões geográficas... Parece que a Antártida é apenas a Estação Antártica Comandante Ferraz e essa pontinha aqui da península, mas, na verdade, nós estamos tratando de um continente de 13,6 milhões km² mais o oceano austral de quase 46 milhões km². Bom, isso é 10% do planeta Terra.

O sistema do Tratado Antártico, inovativo, no ano de 1959, ao ser elaborado, estava definindo o futuro de 10% do planeta Terra e com uma característica especial: é o único tratado internacional que exige a atividade científica plena para dar direito a voto aos países que lá se apresentem e tenham interesse no futuro de 10% do planeta Terra. Se algum dia quiserem, por algum motivo circunstancial, nos tirar o Programa Antártico... É bom esclarecer à população brasileira que nós perderemos, quiçá em dois, três anos, o direito de decidir 10% do planeta Terra, que tem significado essencial – vou mostrar a escala Brasil/Antártica – na circulação atmosférica geral. O que estamos vendo aqui são as friagens, frentes frias formadas nessa região da Antártica e, de tempos em tempos, não são frentes argentinas, elas vão penetrar e escapar América do Sul adentro e, muitas vezes, em nosso inverno, chegam até o sul da Amazônia.

Eu vou fazer uma afirmação que, para muitos parece ser uma coisa de cientista doido ou que está querendo vender o seu peixe. Hoje, nós sabemos, na comunidade das questões de mudanças ambientais globais que a Antártica e o oceano austral é tão importante quando a Amazônia para o sistema global ambiental. Modificações ambientais que lá ocorrem afetam a Amazônia e vice-versa. Uma das metas científicas do Programa Antártico Brasileiro hoje é verificar a influência da Amazônia na Antártica e também as mudanças antropogênicas: desmatamento, reocupação do uso do solo, queimadas, como já está sendo registrado, temos indícios dentro da Antártica.

Qual a visão do futuro de um gestor para o programa antártico tendo noção que, se de um lado temos importantes características científicas e ambientais? O que queremos entender são essas relações, principalmente, é claro, que sem limites políticos, mas América do Sul e Antártica e, especialmente o Brasil, e, ao mesmo tempo, o papel político dessa ciência já que ela tem essa característica essencial de que ela é necessária para o futuro do Brasil na Antártica. Ter um programa de pesquisa científica de nível internacional na área sob jurisdição do Tratado da Antártica, dando ao Brasil liderança nas atividades da região, garantindo influência ativa nas decisões políticas sobre o futuro da Antártica e no oceano austral e aprimorando o conhecimento em relação ao metal Antártico Brasil.

Isso, nós vamos ver, tem papel no desenvolvimento científico, papel na preservação ambiental e papel político e, só para lembrar, copiando o que não fui eu quem disse, copiando um Presidente do Chile há alguns anos. O Chile era, junto à Argentina, o país que teria a maior postura territorialista, ou seja, reivindicatória de um território na Antártica, o que o Brasil nunca se posicionou e nunca teve. O Chile mudou a sua percepção e declarou que a qualidade da ciência realizada no sistema do Tratado Antártico e não a presença física *per se* é que determina o status de um país no sistema do Tratado Antártico, ou seja, cada vez mais, com o avanço científico e tecnológico, com o surgimento da questão ambiental global, é a qualidade da ciência, é um programa científico forte e com metas muito bem definidas que vão dar um maior *status* no sistema jurídico e, é claro, na comunidade científica.

A primeira pergunta que podemos fazer é o que é feito na Antártica. Temos atualmente 33 projetos ou ações executadas, em que 95% desses projetos são gerenciados diretamente pelos dois institutos nacionais de ciência e tecnologia, conforme o Secretário Luiz Elias falou, envolvendo, no momento, cerca de R\$9 milhões no investimento de três anos. Já há um aceno do CNPq de que, esses recursos para os próximos dois anos, sejam aumentados ao redor de mais R\$ 3 milhões a R\$4 milhões.

Eu gostaria de enfatizar que só na parte de custeio, manutenção de nossas atividades. Gostaria também de enfatizar que nossas atividades de pesquisas são realizadas na estação antártica Comandante Ferraz, cerca de 42% dos projetos, em acampamentos e nos navios polares. Esse é um ponto crítico importante: os dois navios polares, o Navio Polar Maximiano e o Navio de Apoio Oceanográfico Ary Rongel são essenciais para esse programa e para a pesquisa científica inclusive nós vamos ver que passamos uma dificuldade no momento, nos últimos três anos, nos projetos todos

de oceanografia, anteriormente ao incêndio. E mis o apoio desses navios aos acampamentos e refúgios, 42% dos projetos.

E, a partir desse ano, o Módulo Científico Criosfera, como foi falado, há 84º sul, portanto, a 2.500 km ao sul de Ferraz, já abarca 16% dos projetos científicos. Então, o comentário, contrariando como foi, muitas vezes, noticiado na imprensa de maneira errada, o Programa Antártico não está parado. Na verdade, 60% das pesquisas científicas aproximadamente estão em plena execução, inclusive com trabalhos de campo. Nós tínhamos agora – acho que vai ser recolhida nesta semana – uma equipe que estava isolada numa ilha na Antártica. Mais importante disso tudo – é claro que um cientista maduro jamais ia perder todos os seus dados em uma tacada só – é que todos os dados de anos anteriores estão no Brasil, estão sendo estudados, e a produtividade científica evidentemente também será cobrada.

E é claro, aqui só mostrando que, com essas duas ações, com os nossos navios polares e com a Criosfera 1, estamos atuando numa área de mais de três milhões de quilômetros quadrados.

Então, quem executa a ciência antártica? Eu falei já dos dois institutos antárticos, um liderado pela UFRJ e outro pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e também cerca de 5 a 8% em projetos individuais, que entraram num edital do CNPq mais recentemente.

Situação da ciência na Estação Antártica Ferraz pós-incêndio, e isso é conclusão dessa comissão que se reuniu com o Sr. Ministro Raupp e também com o Secretário Luiz Elias, para avaliar a situação. As principais investigações executadas em Ferraz são na área de biologia marinha, monitoramento ambiental e ozônio. Eu poderia detalhar, e certamente a minha colega, Rosalinda, da USP, vai dar alguns detalhes aqui sobre as pesquisas biológicas realizadas, mas principalmente se concentra em biologia marinha, monitoramento ambiental, ozônio, algumas pesquisas de geofísica espacial, principalmente da relação da radiação solar com o Planeta.

Então, o que nós perdemos?

Foram destruídos todos os laboratórios – perda total – que estavam no bloco principal, os equipamentos científicos da estação, alguns inclusive de outras missões que estavam armazenados. Só essa parte de equipamento científico, que não está inclusa nos custos e orçamentos para reestruturação da Estação Antártica Comandante Ferraz, ou melhor a reconstrução, envolve cerca de R\$10 milhões, e, como já foi comentado aqui pelo Almirante Marcos José, todos os laboratórios anexos foram preservados e, o mais breve possível, serão restabelecidos; ou seja, eles

estão preservados e falta energia. Esperamos que, nas próximas semanas, seja possível, pelo menos em grande parte, que os que necessitam menos energia funcionem no inverno.

Nós poderíamos comentar algumas outras ações brasileiras em Ferraz e na península antártica, que vai desde a questão da biodiversidade à adaptação da biodiversidade a condições extremas.

Gosto sempre de enfatizar que as nossas descobertas na área de fármacos para o futuro ainda estão num estado inicial, mas já temos peixes que têm fatores de coagulação muito mais rápidos do que encontrados por outras espécies, o que poderá ter alguma aplicação.

Estamos, no campo da exobiologia, de biologia extrema, estamos achando novos organismos desconhecidos, principalmente no interior da Antártica, e também temos a questão essencial do que vai acontecer com a massa de gelo do Planeta Terra; o que isso implica para avaliação do nível dos mares e que afeta, é claro, o cotidiano do brasileiro ao afetar nossas praias.

Então, as pesquisas em navio, saindo de Ferraz, concentram-se na oceanografia biológica e física, desde o Atlântico sul; na verdade, um pouco mais ao sul do rio da Plata até o oceano austral. Esses navios ainda apoiam acampamentos remotos, principalmente envolvidos com atividades de geologia e biologia. Resalto aqui que oito projetos já estavam interrompidos, alguns há mais de dois anos, devido às dificuldades logísticas; ou seja, antes do incêndio de Ferraz, já vimos alguns fatores complicadores, como por exemplo, o navio de apoio sonográfico Ary Rongel, que está há mais de dois meses em reformas no porto de Punta Arenas. Além dos projetos que pararam totalmente em Ferraz, tivemos de cancelar, neste ano, oito projetos de pesquisa na área de oceanografia principalmente.

Finalmente, abarcando 16%, com atividades de sete universidades brasileiras, tivemos a inauguração, a 84° sul, este verão, pela Expedição Criosfera, que tive o orgulho de coordenar. A montagem do módulo é totalmente independente, sustentável, com energia eólica e solar, e, neste momento, está transmitindo, por telemetria, dados diretamente para o Inpe e para outras universidades envolvidas. Essa foi uma ação conjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e do Inpe, voltada à climatologia, à química atmosférica e a mudanças climáticas.

Eu só vou fazer um parêntese aqui para mostrar o tipo de ambiente enfrentado, em um vídeo de trinta segundos.

Nós estamos vendo, ao fundo, o módulo científico que está lá no presente. Aqueles pequenos pontos são as barracas nas quais os pesquisadores viveram

40 dias acampados sobre a neve, o gelo. Temperatura média ao redor de menos 20, sensação térmica caindo a menos 42. Essa é uma logística diferenciada do Programa Antártico Brasileiro, porque evidentemente são condições mais extremas. Temperatura média aqui no verão é ao redor de 20 graus negativos, no inverno deve cair a menos 60, e o vento é constante, dando a sensação de 42 graus abaixo de zero. Infelizmente, nós não temos... O conforto é um aspecto a elogiar da Estação Antártica Comandante Ferraz.

Finalmente, eu gostaria de encerrar com a conclusão do grupo reunido no Ministério da Ciência e Tecnologia, na quinta-feira passada. Primeiramente, estamos preocupados em manter plenamente os projetos não afetados pelo incêndio. Sessenta por cento dos projetos científicos estão em plena ação, e nós tememos, é claro, que devido a essa situação emergencial os outros projetos sejam paralisados ou pelo menos atrasados. Os equipamentos destruídos em Ferraz envolvem cerca de dez milhões. E aqui nós temos um problema de rubrica. O CNPq me informou que nós não temos recursos de capital, e sim só de custeio. Foi sugerido o arrendamento de um terceiro navio para o apoio de pesquisas executadas em Ferraz, liberando o navio polar Maximiano para o apoio aos acampamentos e refúgios e também, e principalmente, para a pesquisa oceanográfica. Nós temos ainda recursos retidos no FINEP, por falta de liberação de recursos, mas esses recursos já estão inclusive empenhados, da ordem de um milhão. É só uma questão financeira. Esse é um assunto emergencial.

E o ponto mais importante, do meu ponto de vista, que é o futuro do Programa Antártico Brasileiro. O colapso, ou seja, a destruição de Ferraz para várias dissertações de mestrado e doutorado atrasou ações exatamente daqueles mais fragilizados, que são nossos bolsistas. Os pesquisadores seniores, evidentemente, têm a sua estrutura e a sua pesquisa para fazer. E finalmente, um ponto importante que eu gosto sempre de enfatizar: nós temos um programa antártico na Antártica, mas a ciência antártica é feita no Brasil também. E isso exige laboratórios eficientes e modernos e com construção civil. Então, essa é uma das nossas prioridades também.

Recursos diretos passados para os cientistas somente de 2007 a 2011: R\$41 milhões. Trata-se de um período excelente para a pesquisa antártica brasileira. E eu gostaria aqui de fazer um agradecimento e de dar uma ênfase. Desses R\$41 milhões, R\$15 milhões deram um impulso enorme às nossas atividades, inclusive permitindo a missão Criosfera I, totalmente financiada com recursos provenientes dessa frente

parlamentar em prol do Proantar. Sem eles, estaríamos em outro patamar.

E finalmente, encerrando, gostaria de lembrar que nós também temos que aproveitar essa situação, essa crise, para analisar a questão de gestão da ciência, tecnologia e inovação na Antártica. Deve haver a participação da comunidade científica em uma série de decisões, principalmente agora na definição do *design* e da construção da nova estação, ou seja, a ciência tem que definir as necessidades da estação, um planejamento estratégico de ciência e tecnologia Antártica.

Eu informo que o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação solicitou ao Comitê Nacional de Pesquisas Antárticas um grupo de trabalho por mim liderado, para, nos próximos dois a três meses, apresentar o planejamento estratégico e a nossa visão da ciência antártica, para os próximos cinco a dez anos, considerando que, como tivemos no ano passado, por uma iniciativa da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, a discussão e a montagem de pelo menos a primeira fase do planejamento estratégico para todo o Proantar.

Pensando no futuro, vamos ter que decidir, cedo ou tarde, o futuro deste Programa, o que nós queremos do Programa Antártico, principalmente em 2014 e em 2015, quando chega ao final a vigência dos dois institutos nacionais de ciência e tecnologia antárticos, o que fez uma diferença imensa.

Eu agradeço muito a atenção e estou à disposição para qualquer dúvida, inclusive para os detalhes sobre a relevância e o que fazemos lá em termos de ciência.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Professor Jefferson Simões, pela contribuição que V. S^a traz a este debate, contribuições da maior relevância.

E passo a palavra agora à Professora Doutora da Universidade de São Paulo, Sr^a Rosalinda Carmela Montone.

A Professora Rosalinda possui mestrado em Oceanografia Física, pela Universidade de São Paulo, e doutorado em Química Analítica, pela Universidade de São Paulo. Atualmente, é professora doutora do Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo, tem experiência na área de oceanografia, com ênfase em oceanografia química, atuando principalmente na pesquisa de poluentes orgânicos persistentes, pesticidas organoclorados e PCBs, no ambiente marinho; e é membro do Centro de Pesquisas Antártica da USP e Vice-Coordenadora do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Antártico de Pesquisas Ambientais.

Com a palavra a Professora Rosalinda.

A SR^a ROSALINDA CARMELA MONTONE – Antes, está funcionando, todos me ouvem? (Pausa.)

Eu vou ser breve. Antes vou saudar aqui o Senador Rollemberg, em nome de todas as autoridades aqui presentes.

Sr. Presidente, caros colegas pesquisadores, senhoras e senhores, eu vou ser breve, para não ser também muito redundante, pois todos aqui já falaram da importância do trabalho na Antártica. O meu colega Jefferson abordou aspectos importantes com relação a custo e também ao prejuízo e a tudo que aconteceu com esse incêndio.

Eu vou passar um vídeo. Na verdade, eu fiz uma apresentação, com a ajuda dos meus alunos, em forma de vídeo. Não sei se ela conseguiu carregar. Já está pronto? (Pausa.)

Então, espera só um pouquinho.

É um vídeo rápido, de dez minutos. Vou tentar resumir um pouco a importância nossa e do entusiasmo que nós temos em trabalhar na Antártica, digo eu e também os nossos alunos, que estão cada vez mais engajados. O Senador se referiu ao entusiasmo e à alegria. Isso é verdade. Isso tem sido uma coisa muito comum em todos os pesquisadores, aliás, não só nos pesquisadores, mas nas pessoas que vão à Antártica e passam um tempo lá.

Por favor. Pode começar? (Pausa.)

O vídeo vai ser mas focado na Antártica, onde nosso grupo de pesquisa atua.

Este ano comemoramos 30 anos de Programa Antártico. É um orgulho para nós participar deste Programa. Eu particularmente estive 17 vezes na Antártica e participei com bastante entusiasmo.

Esta daqui é a última imagem que tenho da Estação, porque eu não vou há três anos. Era um dia muito tranquilo. Saímos de barco para ir ao Ary Ronjel. O desejo que ficou naquele momento foi que em breve voltaria à Estação, mas eu não consegui voltar. Mas o que faz com que as pessoas se desloquem mais de 4.500 Km para trabalhar num lugar longe da nossa civilização, em um ambiente mais inóspito, em uma paisagem diferente, com mais frio?

Essa é uma das temperaturas que nós registramos no verão. A sensação térmica é muito mais baixa que dois graus negativos, frequentemente com neve. Não tenho um *slide* com ventos fortes, mas também estão lá. A região é uma terra de contrastes: amanhece um dia maravilhoso, horas depois está um tempo em que não podemos sair, pois não temos visibilidade, e ficamos presos dentro Estação.

A Estação é um marco na nossa história. De lá temos vários pesquisadores que desenvolvem pesquisas em diversas áreas. Algumas já foram abordadas, como as frentes frias que podem afetar o sul do País e os ciclones que podem ser previstos com antecedên-

cia, incluindo a parte desses estudos. A camada de ozônio também é estudada pelo grupo do INPE. Tem um acompanhamento histórico. O INPE está desde o início do programa, de 1982.

Esse é um retrato de um trabalho de campo do pessoal do INPE.

Temos o trabalho de meteorologia, graças ao Professor Setzer, que tem uma série histórica, longa do clima da região, extremamente importante. Acho que é a única em termos de programa antártico.

Aqui, um detalhe de alguns ventos fortes que destruíram as antenas, essas que nós estamos tentando manter.

Para a parte biológica e outras áreas, temos a lancha escura, que fiquei sabendo não foi destruída, nem a lancha e nem a Petrel, que é a nova lancha.

Aqui, um detalhe da nossa saída de campo. Vejam que não é fácil. Este dia estava particularmente um mar de almirante. Conseguimos lançar um equipamento de coleta.

Aqui, no caso, é o sedimento que vai atender diversos pesquisadores tanto da área biológica, quanto da área geológica e da parte química.

Então, é um trabalho árduo. Contamos com o apoio do pessoal do grupo base para operar esse equipamento.

Aqui, uma parte de triagem no campo, separando material e alguns organismos, que, daqui a pouco, devem aparecer aqui, que foi focado.

A região é muito rica. Gostaria de destacar que o ambiente marinho é extremamente rico, ao contrário do ambiente terrestre, em termos biológicos. Muitos organismos são muito sensíveis a alterações ambientais e, cada vez mais, há grupos querendo estudar esses compostos.

Aqui, um detalhe de uma mergulhadora. Realmente é muita corajosa por mergulhar nessas águas frias.

Também há um trabalho em terra. Esta é uma equipe de pesquisadores. São dois alunos meus que estão fazendo coleta no campo. Estão coletando carcaças de aves para estudo de poluentes, os poluentes orgânicos.

Essa é outra colega de biologia, coletando água, e garanto para vocês que está água está em torno de zero graus. A água do mar não se congela a zero, congela-se a partir de dois graus negativos. Ela vai coletar água para manter os aquários e os organismos que estão vivos em experimento.

Esse colega nossa não hesitou em entrar no mar e coletar os anfípodas para manter os seus experimentos.

Uma parte do trabalho é feita nos laboratórios, porque nem todo material tem que ser armazenado e retornado.

Essa é uma pesquisadora da microbiologia, no módulo de química, que felizmente não foi destruído, preparando uma parte do seu trabalho.

Então, muitos pesquisadores conseguiram ter os seus resultados. Realmente, não perdemos todo o trabalho. Ficou uma lacuna.

Aqui também é um grupo de pesquisadores.

E queria ressaltar que a fauna antártica é muito importante para vários estudos, não só para o ecossistema, como também para entender os poluentes e como eles afetam o ambiente.

As aves da antártica são muito abundantes. Particularmente, na Baía do Almirantado, nidificam três espécies de aves, que estão sendo estudadas desde o início do programa. Temos uma parceria muito importante com o grupo da Unisinos, que estuda as diversas aves que ocorrem na região.

Aqui é um detalhe de uma espécie, o pinguim antártico, uma das três espécies que ocorrem na região. Essa fase de verão é uma fase que eles nidificam.

Temos apoio fundamental, não posso deixar de citar, da Secirm e do CNPq, através do MCT, tanto na logística quanto na parte de apoio à pesquisa. Nas últimas décadas, o Ministério do Meio Ambiente, lançou um desafio para nós: realizar a avaliação ambiental da área especialmente gerenciada.

Iniciou, em 2002, um projeto integrado, envolvendo vários pesquisadores para diagnosticar a região e estabelecer vários parâmetros para análise. Estavam envolvidas sete instituições brasileiras, com diversos pesquisadores de várias áreas.

Ressalto a importância da Dr^a Tânia, que estava vinculada ao MMA, e também do Comitê de Proteção Ambiental, ligado ao Scar, que formulou alguns dos parâmetros para continuarmos avaliando esta região. Foram estudados diversos âmbitos e se chegou a uma proposta que hoje está sendo executada dentro do INCT-Apa também.

Aqui, a região, destacando alguns pontos para fazer esse monitoramento, esse acompanhamento das séries temporais. Não adianta um dado pontual. É preciso ter uma série longa para se entender.

Quero destacar o Ano Polar Internacional, que já foi citado pelo Sr. Elias, e o INCT-Apa, que hoje está dando continuidade a esses projetos, ampliou o número de participação de instituições.

A estação é importante e também era o nosso lar. Participávamos das atividades domésticas. Dividíamos em grupos e tínhamos o nosso dia de faina, que é um termo da Marinha.

A estação, ao contrário do que a imprensa procura divulgar, não estava caindo aos pedaços. Estava muito bem-estruturada. Ela foi refeita graças, aqui, a

um projeto na Antártica. Inclusive esses *slides* são da Prof. Cristina Angel, que está aqui presente, e estão ainda desatualizados. Eu tenho certeza de que a estação está melhor do que nesta fase, que é de quando eu ia à estação. Ela foi toda revitalizada. Havia um conforto tanto em termos de pessoal e também dos laboratórios, que foram reformados para atender a demanda da pesquisa. Então, estávamos muito bem assessorados na Antártica.

Aqui um detalhe do ginásio ainda inacabado.

Então, era realmente um lar, um lar neste sentido de que estávamos em casa.

O pente-fino, mostrando o cuidado com o meio ambiente, que era uma rotina.

Este *slide* é para ressaltar o orgulho em participar do programa, que existe há 30 anos.

Consegui esta foto da inauguração de Ferraz, onde o Instituto Oceanográfico estava presente.

Foi com muito pesar que recebi a notícia de que meus dois alunos estavam na estação quando ocorreu o incêndio.

Apesar de todo o susto que tivemos com esse incêndio, ficou a necessidade de construir uma coisa melhor, porque realmente é importante mantermos esse trabalho, porque nos causa bastante orgulho. E tem agora o desafio de construir uma estação mais segura, mais moderna, mais ambientalmente correta, para que possamos continuar o nosso trabalho na Antártica.

Espero que o Programa Antártico fique cada vez mais fortalecido e reconhecido internacionalmente.

Esta é a mensagem: a Antártica é uma terra de paz e ciência, onde a força e a beleza da natureza coexistem com o respeito e a admiração do homem.

Obrigada pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Prof^{ra} Rosalinda, mais um depoimento que nos emociona sobre a presença brasileira na Antártica.

Nós temos aqui uma tradição da Comissão de Meio Ambiente de fazer as inscrições por ordem de chegada.

Eu vou passar a palavra ao Presidente da Frente Parlamentar Proantar, Senador Cristovam Buarque, e, em seguida, aos Senadores, pela ordem de chegada.

Muito rapidamente, só para registrar ao Comandante da Marinha Julio Soares de Moura Neto, ao Ministro Interino da Ciência e Tecnologia, Luiz Antonio Elias, e aos pesquisadores que nos honram aqui com as suas presenças, que, sem dúvida alguma, tenho convicção absoluta de que o Programa Antártico Brasileiro tomará outra dimensão após esse acidente. Todos aqui estamos muito impressionados com os depoimentos tanto da Marinha como dos pesquisadores sobre a importância estratégica do Continente

Antártico para o Brasil e para o Planeta. A comparação de alguns cientistas de que esse continente é tão importante para o Brasil como a Floresta Amazônica, na questão da regulação do clima e no conhecimento dos processos climáticos e dos eventos climáticos cada vez mais extremos, mais regulares e mais frequentes que estamos tendo, certamente faz dele uma questão estratégica para o País. E não tenho dúvida de que a Frente Parlamentar, tão bem presidida pelo Senador Cristovam Buarque, que já tem dado uma contribuição significativa, como registrou aqui o Prof. Jefferson Simões, na manutenção do programa, no aprofundamento do programa, ganhará mais força, mais adeptos, mais Senadores, mais Deputados, cada vez mais sensibilizados com a importância desse programa. Esse é o nosso compromisso.

Passo a palavra ao Senador Cristovam Buarque, Presidente da Frente Parlamentar Proantar.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu próprio tinha pedido ao Senador Rodrigo para falar, mas acho que vale a pena começarmos pelos outros. Agradeço a deferência. Tenho aqui uma lista de perguntas, mas, de repente, elas serão feitas pelos outros Senadores, e assim ganhamos tempo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado.

Então daremos continuidade.

Consulto o primeiro a chegar à Comissão, Senador Blairo Maggi, se quer fazer uso da palavra.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem. Só gostaria, não sei se V. Ex^a já fez...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Rapidamente, só para comunicar também a presença da Deputada Jô Moraes, que, juntamente com o Senador Cristovam, é subcoordenadora da Frente de Apoio ao Proantar, a que nós todos somos filiados, e, portanto, somos liderados pelos competentes Parlamentares, Senador Cristovam e Deputada Jô Moraes.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Já havia registrado, com muita alegria, mas nunca é demais registrar a presença dessa querida companheira, Deputada Jô Moraes, grande brasileira que, como Vice-Presidente da Frente Parlamentar Proantar, tem desenvolvido um brilhante trabalho em defesa dos interesses brasileiros.

É uma alegria tê-la aqui, Deputada Jô. Se em algum momento quiser fazer uso da palavra, a Presidência concederá.

Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores e Deputados, nosso convidados:

Confesso que é a primeira vez que tenho contato mais próximo com as coisas da Antártica. Até então, leio o que sai na imprensa, mas não conhecia absolutamente nada vindo de cientistas, do comandante da Marinha, de pesquisadores, enfim, daqueles que frequentam e frequentavam a estação. E não foi por falta de convite para ir lá. No ano passado recebi um convite para ir à Estação. Prefiro deixar para este ano, mas parece que não será possível em função do acontecido.

Gostaria de cumprimentar a todos pelo trabalho que realizam na estação.

A única observação que faço com respeito ao acidente que ocorreu lá é que me parece que uma das regras mais básicas de segurança não foi atendida na estação. Até brinquei com um colega ao lado, enquanto os senhores falavam, que o Ministério Público do Trabalho não deve ter ido até a estação, senão ele teria feito uma anotação e pedido para fazer algumas mudanças. Refiro-me à questão de você ter a geração de energia e o combustível tudo junto, no mesmo ambiente, de você ter, na mesma sequência e na mesma casa, os combustíveis estocados e a geração de energia no mesmo ambiente. É só uma questão de observação. Já foi, não se tem o que fazer, mas que a gente possa prever, no futuro, esse tipo de coisa.

Aqui, o Ministério do Trabalho, que acompanha as empresas, que acompanha as fazendas, na agricultura, sempre nos exige esse cuidado. Você tem que ter realmente um cuidado para que não ocorra um acidente ou, se ocorrer, para que fique restrito à área em que ele está previsto.

Era só essa observação.

Queria dizer que a nossa Comissão de Meio Ambiente e as demais Comissões e o próprio Senado Federal tem agora, nesse momento, a obrigação de auxiliar a estação, de colocar mais recursos à disposição, para que vocês possam continuar a fazer o desenvolvimento.

Quero fazer uma pergunta mesmo, já pedindo desculpas, porque não entendo bem, não conheço a estação e, portanto, não conheço as condições do mar naquela região. Não se poderia, em vez de construir uma estação em terra, como estava essa, ter um navio ancorado, próximo a essa região ou junto à região? Poderia ser um navio não novo, mas adaptado para ter a estação e a acomodação dos cientistas não em terra, mas sim na frente, numa praia, no mar, onde tivesse profundidade para isso. Fica essa pergunta, mais por curiosidade. Não poderíamos, em vez de gastar quatro anos, como foi dito aqui, para construir uma base

nova, deslocar um navio? Como eu disse, não precisa ser um navio novo, não precisa ser um navio que tenha máquina. Você poderia simplesmente rebocar um equipamento desse para a região para que os cientistas brasileiros não perdessem tempo de estar na Antártica nesse período de reconstrução.

Então, mais uma vez, quero cumprimentá-los e muito obrigado pela presença em nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi.

Passo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que foi um dos autores do requerimento, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, quero dizer que é lamentável que, num dia de uma audiência tão importante – eu até já, digamos, reclamei –, tenhamos de sair, durante a exposição, por causa de outras Comissões. Realmente, acho que foi muito produtiva. Vou fazer questão depois de pegar o áudio para ouvir tudo o que foi dito aqui, haja vista – como disse o Senador Blairo Maggi e eu pude aquilatar – a importância que tem esse projeto e também a importância que tem o fato ocorrido.

Então, é preciso que nós, no Senado, que representamos a Federação, tenhamos uma visão clara das coisas que aconteceram e também das providências, para que possamos ajudar no sentido de que seja rapidamente construída nova base e que não soframos nenhuma interrupção nas pesquisas, porque tenho convicção, embora não tenha uma visão aprofundada da questão, da importância que tem esse programa para o Brasil e para toda a América do Sul e, como foi dito aqui, para o mundo todo. Mas, para o Brasil, especialmente, é preciso que a gente tenha consciência e que se divulgue mais esse programa, porque muita gente pode achar que pode ser uma espécie de diletantismo de alguns militares e de alguns cientistas estar na Antártica, enquanto tantos outros problemas afligem camadas importantes da sociedade brasileira. É fundamental que a gente demonstre a importância deste programa, até para o bem das pessoas, num futuro que seja relativamente próximo.

Portanto, quero cumprimentar a todos que aqui expuseram e dizer da minha satisfação de que tenhamos feito essa audiência conjunta com Comissões que tenham a ver com a questão e que, portanto, poderão trabalhar juntas para as soluções que se fizerem necessárias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Passo a palavra agora ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo e a todos que requereram esta importante audiência pública – Senador Mozarildo, Senador Cristovam Buarque, que é Presidente da Frente Proantar, e a V. Ex^a –, pelos depoimentos que nós aqui ouvimos do Ministro da Defesa, do Ministro da Ciência e Tecnologia e do Comandante da Marinha e de todos que aqui nos colocaram seu testemunho e pelo comovente depoimento da Prof^a Rosalinda Carmela Montone.

Quero também prestar a minha homenagem aos dois sargentos da Marinha Brasileira, Carlos Alberto Vieira Figueiredo, de 47 anos, e Roberto Lopes dos Santos, de 43 anos, que perderam a sua vida, procurando salvar a base e os seus colegas deste incêndio.

Eu gostaria até de lamentar, porque, algumas vezes, fui convidado pela Marinha brasileira para estar na base, e, infelizmente, por compromissos que estavam se realizando conjuntamente, não pude participar, mas quero assumir o compromisso comigo próprio e com o Comandante da Marinha de que, no próximo convite, estarei lá.

Quero, Presidente Rodrigo Rollemberg, apoiar as palavras suas e as do Senador Cristovam Buarque, no sentido de também colaborar com emendas para ajudar na reconstrução da base da Antártica.

Eu observei aqui, inclusive nos materiais que nos foram distribuídos, que, por exemplo, a base na Antártica da Bélgica utiliza a energia solar. Gostaria de saber, dentre as perguntas que os senhores vão responder, se haveria a hipótese também de utilização da tecnologia da energia solar e se, de fato, na Antártica, seria conveniente e econômico a utilização desse tipo de energia ao lado, eventualmente, de outras, como a do etanol, que foram mencionadas nas exposições.

Expresso, então, a minha solidariedade e o meu apoio à intenção da Presidenta Dilma Rousseff, do Ministro Celso Amorim, do Comandante Julio Soares de Moura Neto e de todos os que expressaram a determinação de reconstrução da base, tendo em vista os objetivos e finalidades tão significativas para a humanidade e para nós, brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

Passo a palavra ao Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente desta reunião, Senador Rodrigo Rollemberg, quero saudar a todos os Ministros, os representantes da Marinha, os nossos pesquisadores.

Eu diria que esta audiência tem muita importância para fazermos, de uma vez por todas, este esclarecimento: o que está sendo pesquisado na Antártida é

algo que tem a ver inclusive com o nosso cotidiano. Falo isso para que as pessoas não raciocinem como algo isolado ou meramente uma península em que ali só o que se pensa é para resolver problemas dali.

Na realidade, acho que talvez nós pudéssemos dizer que às vezes dos males a gente termina tirando algumas lições. Esse momento de dificuldade patrocinado por conta do incêndio na casa de máquinas vai efetivamente trazer, pelo menos para esta Casa, um sentimento de um foco melhor para as questões de ciência e tecnologia. Por isso, achei muito importante quando o nosso Ministro interino Antonio Elias colocou exatamente o que é o geral que estamos discutindo de ciência e tecnologia do Brasil, o que temos de institutos, e até com um dado importante, para mostrar que em bem pouco tempo atrás, e estamos falando ainda dos anos 2000, nós não tínhamos sequer secretarias em alguns Estados no Brasil, quanto mais institutos sediados em diversos lugares. Por diversas vezes, a Marinha penou aqui nos corredores desta Casa. Eu passei muito tempo na Câmara dos Deputados e na Comissão de Orçamento e via o esforço da Marinha no sentido de comover e até de demover e de remover resistências no sentido da aplicação de recursos para essa base importante de pesquisa. Então, acho que essa é a maior lição que a gente tira desse processo.

O que vamos fazer daqui para frente? Qual deve ser a melhor estrutura aportada para aquele local?

Eu conversava antes com o Senador Suplicy sobre as experiências que vi de diversas outras bases que utilizam matriz energética, inclusive a solar, o processo de desenvolvimento, a melhoria das instalações. Então, acho que isso nos serve, porque de repente a gente fica olhando para os outros – a Inglaterra faz isso, os Estados Unidos fazem aquilo –, mas, quando a gente chega para discutir efetivamente na hora decisiva para essa questão das pesquisas, esse tema é tratado como subtema na Comissão de Orçamento ou como uma questão sem importância no contexto das diversas dificuldades que temos.

Temos sempre a mania de fazer comparação. Estão faltando recursos para a convivência com a seca, e de repente a gente avalia que isso pode ser comparado para dizer: “olhe, não dá para tratar desse jeito, porque aqui nós temos problemas maiores do que esse”. Isso vai nos levando a não encontrar solução, inclusive, para a convivência com a seca. É a ausência exatamente desse comprometimento. Infelizmente, é a velha história: a gente só aprende quando algo acontece com a gente. Seria bom que pudéssemos aprender como dizem os que mais viveram: “é melhor a gente aprender a colocar a nossa barba de molho, vendo a do vizinho arder”. Mas, infelizmente, a gente espera algumas

nossas, inclusive, não só arderem, mas queimarem, para a gente tentar encontrar alternativas. Acho que essa é a maior lição que a gente tira desse processo.

Tenho certeza de que sairemos disso aqui com o compromisso não só de visita à base, mas um compromisso de investimento em pesquisa, em desenvolvimento científico e tecnológico. É a primeira vez, por exemplo – obviamente, a essa altura do campeonato, a Presidenta Dilma já deve ter voado, já deve ter saído de Hannover –, em que o Brasil é tema central na maior feira de tecnologia do mundo. Eu estava, na semana passada, não em uma feira, mas em outro grande congresso de tecnologia. Hannover tem uma característica diferente: apresenta produtos, mas discute soluções. O congresso de tecnologia em Barcelona é um congresso, não é aberto ao público, como Hannover, que é aberta para a visitação, mesmo assim comporta 67 mil inscritos para discutir tecnologias no mundo inteiro, mas a gente dá pouca importância. Na preparação do Brasil, poucos Estados se inscreveram para participar da CeBit. Eu sei, sou testemunha, porque trabalhei pessoalmente com o Presidente do Sofitecs nisso, desde a primeira hora. Insistíamos com os Estados para que os Estados montassem estandes. Quando todos viram que a Presidenta ia, todo mundo começou a correr: “tem um lugarzinho para mim?” “Agora, não dá mais.” Somos vinte e sete unidades da Federação, e não conseguimos colocar dez Estados nossos apresentando os seus parques tecnológicos, os seus produtos, disputando essa área de tecnologia ali na CeBit.

Precisamos acordar para isso. Precisamos sair desse gelo em que nos encontramos aqui, e não na Antártida. Lá, pelo menos, com toda a dificuldade que vimos, as nossas pesquisadoras, os nossos pesquisadores enfrentam a dificuldade do frio, do gelo, da distância ou da impossibilidade de comunicação.

É importante o testemunho dado pelo Ministro Antonio Elias no que diz respeito à ligação que ele recebeu. Veja o que é o debate sobre, inclusive, a partir dessa experiência, como vamos nos preparar para o leilão que vai acontecer em abril para providenciarmos comunicação para as nossas áreas remotas, coisa que o mundo inteiro tem feito. Precisamos começar a discutir os nossos centros de emergência e a Defesa Civil. Não podemos pura e simplesmente agir quando as coisas acontecem. Por exemplo, o mundo inteiro tem centro de emergência! O mundo inteiro tem número único para emergência. O Brasil é um dos poucos países do mundo – e olhe que estamos em uma escala vantajosa, ocupamos a quarta posição em determinados índices, a sexta em outra, mas ainda continuamos com um grau, eu diria, extremamente defasado de de-

envolvimento nessa área de acúmulo no desenvolvimento científico e tecnológico...

Eu espero que, a partir desse episódio, que inclusive, lamentavelmente, ceifou vidas de nossos conterrâneos, a gente possa produzir cada vez mais e de forma antecipada. Talvez se tivéssemos feito essa audiência, Rodrigo, para discutir como iríamos aportar mais recursos para ampliar a nossa base, não estaríamos agora discutindo mais recursos para recuperar uma etapa que foi basicamente vencida pelo fogo, eu diria até com a colaboração daqueles que, ao longo dos anos, acharam que investimentos nessas áreas eram investimentos isolados. Essa frieza tem que ser quebrada, para que tenhamos possibilidade de avançar nas soluções e, principalmente, na universalização de serviços no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Walter Pinheiro.

Passo agora a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, distintas autoridades, em primeiro lugar peço desculpas porque tanto o Senador Suplicy como eu temos de sair seguidamente. É que são três comissões ao mesmo tempo e, como está havendo votações aqui na Comissão de Direitos Humanos, tivemos de, três vezes, dar quórum para que se pudesse votar. Peço, de modo especial, desculpas ao meu conterrâneo, o ilustre professor, pelo qual tenho o maior respeito. Conheço que, para nós, no Rio Grande do Sul, essa matéria é talvez bem mais profunda, no estudo e na análise, do que no resto do Brasil. Há muito tempo, a Universidade do Rio Grande tem um setor e, inclusive, um curso especialmente dedicado a essa matéria, que, para nós, como muito bem disse o professor, é de uma importância muito grande e de um estudo, realmente, muito profundo.

Tive a felicidade, quando fui à Antártida, de ir com o então Vice-Presidente da República, Sr. Itamar Franco e, nessas condições, tive a oportunidade de ficar mais tempo. Foram feitas exposições sobre praticamente tudo que estava acontecendo ali, e não apenas ali, como na base principalmente do Chile, e voltei um apaixonado, realmente, por aquela matéria.

É claro, a gente sabe que o Brasil... Até pouco tempo atrás, inclusive, pela nossa pouca expressão na economia mundial, não se podia imaginar o Brasil como um grande empreendedor que avançasse, em termos técnicos e científicos, na Antártida. Eu vi com muita emoção os cientistas, os professores e os estudantes – é um trabalho realmente emocionante – passaram meses e meses ali, naquela dedicação, fazendo um trabalho de grande profundidade, com um sacrifício imenso, praticamente enclausurados naquele

frio, sei lá quantos e quantos meses, e a dedicação e a profundidade com que se dedicavam àquela matéria.

Acho que não é hora de analisarmos o que aconteceu. Acho que estamos todos corretos, os Parlamentares e o Executivo, quando está traçando o caminho do que deve ser feito, daqui para diante, para recuperar os 70% que foram perdidos e, nessa recuperação, para que isso já seja feito com uma tecnologia mais moderna. Um dos argumentos, por exemplo, foi de que o fato de ser colado um no outro facilitou a queima; se eles fossem mais isolados, com certa independência, isso não teria acontecido.

Mas eu, sem sentido de crítica nem de nada, quero confessar que tive muita surpresa com as coisas que aconteceram, porque, se há um projeto, se há um plano que tinha a simpatia de todos, que tinha o respeito de todos, que tinha o carinho de todos, era esse projeto da Antártida.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Simon, confira o som, por favor. Está ligado o som? *(Pausa.)*

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Esse projeto da Antártida sempre teve a ampla simpatia de toda a sociedade brasileira. *(Pausa.)*

Faz tempo que estão querendo isolar a minha voz. *(Risos.) (Pausa.)*

Então, eu confesso, Presidente, se há um projeto em que sempre houve unanimidade...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Desculpe, Senador Pedro Simon. Estou tendo a informação de que parece que está havendo uma pane geral nos microfones.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Aqui está desligado mesmo. *(Pausa.)*

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Pede para ligar de novo, Sr. Presidente. V. Ex^a manda. Pede para ligarem ou foi o senhor que mandou desligar? *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Estão me informando que houve uma pane geral. A área de manutenção já foi chamada. *(Pausa.) (Intervenção fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Vou consultar o Plenário e vou suspender a reunião por cinco minutos para dar tempo da área técnica recompor o som.

Os Srs. Senadores concordam com esse encaminhamento? *(Pausa.)*

Eu peço desculpas, Senador Pedro Simon, mas a Taquigrafia não consegue escutar V. Ex^a e a TV Senado não consegue registrar sem o som.

Suspendo a reunião por cinco minutos.

Voltou aqui? *(Pausa.)*

Suspendo a reunião por cinco minutos.

(Suspensa às 11 horas e 9 minutos, a reunião foi reaberta às 11 horas e 14 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSD – DF) – Declaro reaberta a reunião.

Tive informação de que queimou um aparelho, mas que, tanto na rádio, quanto na televisão, como na Internet, o som estava saindo normalmente, o que permitiria às taquígrafas registrarem as indagações e os questionamentos dos Srs. e das Sr^{as} Senadoras e, ao mesmo tempo, a resposta dos nossos convidados. Estou percebendo, contudo, que o som já voltou inclusive nos microfones.

Pedindo desculpas a todos, retomo e passo a palavra – pedindo, mais uma vez, desculpas a V. Ex^a, Senador Pedro Simon – a V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Muito obrigado.

Conforme eu ia dizendo, eu acho que é absolutamente correta a disposição do Parlamento, a disposição da própria imprensa e a disposição do Poder Executivo de tocar para adiante; nós temos que tocar para adiante. Claro que o Governo diz que está fazendo levantamentos, está fazendo estudos, o que é que aconteceu, o que não aconteceu, para inclusive evitar que essas coisas se repitam, mas a questão não é chorar o leite derramado, não é buscar culpado nesse ou naquele sentido, mas é caminhar. Eu acho correto.

Como eu dizia, e repito, se há um projeto que tinha carinho, respeito, admiração generalizada no Brasil é esse nosso projeto na Antártida. No início, ele era meio ridicularizado. Eu me lembro muito bem de como ele foi criado. Era meio debochado: “Coitado do Brasil, o que é que o Brasil vai fazer lá na Antártida, o que é ele tem que competir com Estados Unidos, Rússia e outros países?” Mas, com o tempo, a nossa gente foi se impondo. Com humildade, mas com seriedade, as coisas foram avançando, foram crescendo. Organizou-se um grupo de técnicos na Marinha, nas universidades com muita responsabilidade e muita seriedade. Não digo que o Brasil passou a ter uma figura máscula em questão da Antártida, como também não saberia responder o que representa essa perda de 70% do que tínhamos em termos de dano internacional – deve ser 0,0 não sei o quê, porque o significado é praticamente muito pequeno.

Com toda sinceridade, eu estranhei muito quando essas coisas aconteceram. Eu estranhei, por exemplo, quando eu fiquei sabendo que nunca se tocou nesse assunto, que as verbas para a Antártida desse ano são metade das que eram o ano passado. Não consigo entender! Em um momento como esse, em uma hora como essa, em um seguimento como esse, qual é razão

pela qual se cortou pela metade as verbas destinadas a Antártida? Isso passou ao natural. Eu duvido... Eu nunca participo da Comissão de Orçamento, eu não passo nem pela porta da Comissão de Orçamento, porque eu tenho medo de me contaminar. Eu não sei, mas eu duvido que essa matéria... Pelo menos não veio pela imprensa. Eu não vi nenhuma discussão, nenhum debate em torno dessa verba. Passou corrida. Como, e eu falaria com o Sr. Ministro de Ciências e Tecnologia, houve essa queda de verba? Qual é a razão de nesse ano ter a metade da verba do ano passado?

Segundo lugar, a imprensa publica e os técnicos publicam que já se dizia que iria acontecer, que, mais dia, mais tarde, aquelas coisas iriam acontecer, porque a falta de preocupação, a falta de controle no sentido de evitar os desgastes que estavam tendo era real. Essa falta de cuidado em alguma coisa que, para nós, sociedade e políticos de um modo geral, parecia como as jóias da rainha, tal carinho e afeto com que era cuidada... De repente, um projeto dessa natureza – me perdoe a sinceridade – é tratado não com irresponsabilidade, mas com despreocupação, sem ter a importância que deveria. Isso, sinceramente, eu não consigo entender. Como isso aconteceu? Como essa questão foi vista com tanta indiferença? E olha que, volta e meia, quando vai um Senador, quando vai um Ministro, quando vai uma autoridade visitar a Antártida, é manchete, é jornal, tem uma enorme repercussão, se debate como é que é, se discute tecnologia e o que vai acontecer, e mais isso, e mais aquilo, mais aquilo.

Com toda a franqueza, e aí entra o Congresso Nacional, essa Comissão que V. Ex^a está presidindo não deve, na minha opinião, se limitar a ver as coisas que aconteceram agora, mas deve ir adiante. Já que isso aconteceu, a Comissão deve dar um passo adiante não no sentido de reconstruir igual ao que era, mas de fazer melhor e reconhecer, o que é obrigação nossa, que precisamos avançar no sentido de dar uma conotação maior.

Esse é um exemplo muito sério de que o Congresso está aqui, a gente está aqui, mas, quando as coisas acontecem, a gente não sabe de nada. As coisas da maior importância estão ali. Não falo de um assunto que está lá e a gente não sabe como é que é, como é que não é. Falo da Antártida que está quase que diariamente no jornal, sendo debatida, discutida, apresentada e que, no entanto, viveu essa fase tão negativa, essa despreocupação. A rigor, o Congresso, cá entre nós, não tem culpa por ação, mas por omissão. Não fizemos nada para cobrar, para exigir. Uma reunião como esta poderia ter sido feita há dois anos, se a gente soubesse. Acho até que a gente não sabia. Eu não sabia que havia problemas dessa natureza e que

se corria esse perigo. É uma vergonha dizer – peço desculpas, mas assumo a responsabilidade –, mas eu não sabia que havia esse perigo. Não passava pela minha cabeça que pudesse acontecer uma coisa como essa. Fogo na Antártida é uma coisa até engraçada, mas aconteceu pela nossa omissão.

Acho que a Comissão que V. Ex^a preside deve continuar. Não deve ficar nessa questão de fazer mais duas reuniões e encerrar o assunto. O Governo vai tocar? Não. V. Ex^a vai cuidar de como é que o Governo vai tocar, o que o Governo vai fazer, como será a coisa daqui para adiante, inclusive não apenas para – como V. Ex^a disse muito bem – aproveitar a hora da reparação para fazer as coisas melhores, mas sim bem melhores, em termos de avanço técnico. Que tenhamos a coragem, nos arrependendo de ter cortado pela metade as verbas deste ano, de duplicarmos as verbas para o ano que vem!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSDB – DF) – Muito obrigado, Senador Pedro Simon.

Passo a palavra ao Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^a Deputada, caros amigos do continente Antártico que se dispuseram a vir hoje ao Senado a esta reunião conjunta para debatermos não só os problemas, mas também para buscarmos soluções para os problemas que nos assolam hoje e para pensarmos no futuro da presença do Brasil naquele continente:

Tive a oportunidade de, no final do ano passado, visitar o continente, mas não tive a oportunidade de conhecer a Estação Comandante Ferraz por ser inverno. Os navios de apoio estavam no Rio de Janeiro, naquele momento, preparando as cargas para o trigésimo ano da presença do Brasil naquele continente. No percurso, começando já pela Universidade do Rio Grande, tivemos uma palestra, uma visita à base que dá apoio à Estação da Antártica. Impressionou-me muito porque o Estado brasileiro não cuida somente dos militares, mas também da comunidade civil, dos pesquisadores que vão lá. Fornece equipamentos, inclusive roupas próprias, para toda a comunidade científica que passa, lá, por um período necessário para o desenvolvimento das pesquisas. Não é somente a ação da Marinha nem uma bandeira que se cravou naquele continente dizendo “também estou aqui”, mas é a presença física e a presença enquanto instituição ligada ao desenvolvimento e principalmente à pesquisa. São muito importantes os dados que vêm do Continente Antártico, principalmente os dados meteorológicos que afetam o cotidiano do sul do nosso País.

Sou do sul, da cidade de Curitiba, uma capital onde o clima muda quase como muda o clima do Continente Antártico. Temos problemas de aeroportos fechados semanalmente e outras intempéries que afetam o nosso cotidiano. Então, pesquisas como essas desenvolvidas no Continente Antártico são de suma importância.

Quero usar da palavra, Sr. Presidente, não só para dar o meu testemunho do quanto é importante essa estação brasileira, mas para oferecer a todo o contingente, seja à Marinha, ao Ministério de Ciência e Tecnologia, o meu apoio e a minha atenção própria, como congressista no Senado, para construirmos, não reconstruirmos a base, mas construirmos a estação que o Brasil merece ter naquele continente, e desejo que isso venha a assegurar o desenvolvimento da ciência e tecnologia não só para o hoje, para o amanhã, mas para o futuro. Porque nós não temos a mínima ideia de como será esse nosso planeta daqui a 200, 500, mil anos. E falando isso em anos/vida de um ser humano parece muita coisa, mas para a história, principalmente para os estudos, para a ciência isso é muito pequeno e temos que tomar a consciência de que este é o momento de nós voltarmos os olhos para os estudos da ciência e tecnologia, principalmente no que diz respeito às mudanças climáticas. E aquele continente, como colocou aqui o Senador Rodrigo Rollemberg, no seu artigo, publicado no *Correio Braziliense*, ele tem os extremos de tudo: o mais frio, o mais alto, o mais seco, o mais vulnerável, o mais limpo, mas, com certeza, ele é o mais frágil, porque ele está suscetível à camada de ozônio, onde é o buraco, são nos pólos, está lá sobre o continente Antártico e talvez lá é que possamos desenvolver as pesquisas para ver a influência dessa abertura da camada de ozônio, o quão ela representa sobre o globo, sobre o planeta.

E uma pergunta só que deixo à Mesa.

Nós temos notícias de que outros países estão muito mais ao sul, dentro da calota polar, ali no continente Antártico. O Brasil, por exemplo, para aprimorar ainda mais as suas pesquisas – lógico, acho que depende de uma série de fatores, e um deles é a acessibilidade, como se chegar até a estação. O Brasil, parece-me que no Kyocera I lançou isso mais já próximo ao pólo. O Brasil está desenvolvendo algumas pesquisas mais voltadas ao centro do continente Antártico e qual a importância de se pesquisar regiões mais inóspitas, ainda, do que aquela em que está hoje a estação Comandante Ferraz?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Sérgio Souza. Vamos ouvir agora o Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Na realidade, Senador Rollemberg, eu não entendo nada de Antártica, estou aqui como absoluto curioso sobre o assunto, mas quero externar a minha solidariedade a todos os pesquisadores, os militares que estão lá baseados, defendendo a bandeira do Brasil e defendendo a nossa ciência.

Eu quero estar completamente à disposição para aprender e ajudar no que for possível nessa busca de recursos, que acho ser um esforço que tem que ser de todos os parlamentares, no sentido de garantir a reconstrução da base afetada e, principalmente, o avanço das pesquisas do Brasil naquela região.

Muito obrigado e parabéns a todos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Anibal.

Deputada Jô.

A SR^a JÔ MORAES (PCdoB – MG) – Senador Rodrigo Rollemberg, eu queria agradecer a delicadeza regimental, e aos demais Senadores, a tolerância por me permitir fazer uso da palavra; cumprimentar o Senador Cristovam, o Senador Rodrigo e o Senador Mozarildo pela conformação desta audiência. A audiência, ela foi conformada já dando um recado. Está aqui o Ministério das Relações Exteriores, Ciência e Tecnologia, os cientistas e a Marinha para dizer que esta é uma questão não somente de cientistas, de pesquisadores, da Marinha, mas do Brasil, e tem um papel fundamental, que é a afirmação do Brasil com uma perspectiva, como nós nos propomos, de reafirmação da 6ª nação.

Eu queria cumprimentar tanto o Professor Jefferson quanto a Professora Rosalinda por terem dado a cara nacional, necessária, para o que significa o Programa Antártica, traduzindo como algo que é fundamental para a perspectiva futura do Brasil, mas também para a vida de cada um de nós. Recebi uma crítica por ter dado uma emenda à Antártica e não ter dado para as cidades que enfrentaram as chuvas, uma crítica dura, uma cobrança muito grande.

Acho que o Senador Walter Pinheiro, alertou muito bem. Quero dizer, Senador, que sou grande admiradora sua, que, no dia 21 de dezembro, fiz um pronunciamento na Câmara alertando para o corte de verbas no Orçamento. Caíram aqui na tramitação da Comissão de Orçamento R\$20 milhões para o Programa Antártico. E o alerta está registrado: no dia 21 de dezembro, quando caiu, a Frente Parlamentar, a assessoria nos fez um apelo, e nós procuramos os relatores setoriais. Todos os relatores, mas os R\$20 milhões não foram integrados.

Por isso, queria cumprimentar muito o Ministro interino de Ciência e Tecnologia, pelo anúncio do que

está proposto no PPA 2012/2015, e queria, para ser breve, solicitar que, nas propostas elencadas, as seis propostas de grupos de estudo de pesquisadores que apontaram como as medidas emergenciais, que o senhor nos pudesse dizer como o Governo está se colocando aí.

E fazer uma homenagem especial, através do Almirante Júlio e do Almirante Marcos José, aos dois que deram sua vida lá. Estive na Antártica, e sei que aquilo ali é quase um sacerdócio científico. Condições inóspitas. Lamentei muito que as duas lanchas tenham sucumbido, porque a primeira...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª JÔ MORAES (PCdoB – MG) – Não, foram preservadas. Que bom! Foram preservadas. Excelente, porque era um desafio a primeira lancha e a segunda lancha.

Quero, então, dizer que a Frente Parlamentar está propondo essa campanha para mostrar à sociedade o significado do Programa. Em segundo lugar, ver com o Governo se é necessária alguma movimentação do ponto de vista do Congresso para ajudar a liberar os recursos necessários, e já agradecer a todos os parlamentares aqui, em nome da Frente, que se dispuseram a contribuir, porque, sem dúvida alguma, é um gesto de patriotismo defender a Antártica.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Deputada Jô Moraes. Passo a palavra ao Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Queria, antes de mais nada, me desculpar com V. Exª e com os nossos convidados. Dizer que compreendo também a agenda do Ministro Celso Amorim, mas queria cumprimentar o nosso Ministro da Ciência e Tecnologia, que está aqui representando o nosso Ministro, Comandante da Marinha, Moura Neto, uma pessoa com quem tenho o privilégio de uma convivência já há algum tempo e a quem respeito profundamente, e os demais convidados todos.

E peço desculpas especialmente por não ter estado aqui. O Senado é uma coisa complexa: você tem de estar aqui e tem de estar numa outra comissão, sendo relator de projeto. Foi o que fiz ainda há pouco na Comissão de Assuntos Econômicos. Então, queria cumprimentar o Senador Cristovam, o Senador Rodrigo e todos os que assinaram e que possibilitaram esta audiência.

É óbvio que esta não é uma audiência motivada, como gostaríamos que fosse, por uma discussão de como podemos avançar mais com a presença brasileira na Antártica. Claro que, lamentavelmente, não é esta a motivação. Estamos aqui para constatar e até compartilhar com a Comissão que tem essa prerrogativa,

ou com as comissões que têm essa prerrogativa no Senado, do ocorrido. Mas queria, em primeiro lugar, lamentar as tentativas de setores da imprensa e até mesmo de oposição de fazer um uso político desse gravíssimo acidente que vitimou dois grandes brasileiros, que morreram na tentativa de diminuir o dano que esse problema do incêndio na nossa base criou. Isso, logo logo, entendi que a sociedade entendeu que não dava para se misturar uma busca imediata... Em vez de dar acolhida às famílias, que perderam dois entes queridos, uns amigos, e na nossa Força, que perdeu dois grandes profissionais, a preocupação já era logo discutir o orçamento, ou quem era o culpado. Acho que essa etapa está superada. E esta audiência é a prova disso. E é por isso que estamos fazendo este registro.

É fato, e acho que cabe ao Senado – e está aqui o Senador Cristovam, que tem autoridade, que tem uma história e tem uma militância como Senador, e, por causa disso, estamos em boas mãos quanto ao Pró-Antártica, pois sendo ele membro dessa bancada tem autoridade como poucos, aqui no Senado, para bem conduzir. E o próprio Senador Rodrigo, que é bem ligado a esse tema, também.

É fato concreto que precisamos de mais investimentos, independentemente desse lamentável ocorrido, para o Programa Antártico Brasileiro. É fato! Mas é também fato que durante o Governo do Presidente Lula, e agora no Governo da Presidente Dilma, nós tivemos um incremento bastante razoável no orçamento. Bastante razoável para mim, porque estou falando que o aumento foi mais de duas vezes e meia do que historicamente se investia.

É claro que o Brasil hoje é completamente diferente do Brasil de há dez anos; o Brasil hoje é uma das esperanças do mundo por sua liderança. É a sexta economia do mundo.

Então a mudança, para mim, tem que ser exponencial mesmo da presença brasileira na Antártica; do orçamento dos recursos. O esforço até aqui do Ministério da Defesa, especialmente da Marinha, que tem uma missão muito especial nessa questão que é estratégica para o Brasil, que é a base Comandante Ferraz, tem que ser levado em conta. Nós deveríamos, obviamente, tirar lições; acho que as autoridades brasileiras já estão dando demonstração desse ocorrido. A discussão que pude presenciar aqui de qual a modelagem que devemos ter na nova base que será construída, isso é fundamental. Penso que sobre isso estou tranquilo. Certamente a Presidente Dilma, certamente o Ministro Celso Amorim e as áreas envolvidas do Governo vão, agora, estabelecer um padrão que possa estar à altura do tempo que estamos vivendo na nova base da Antártica a ser construída.

Mas eu queria, por último, se possível, não sei como está o andamento, virando a página desse lamentável episódio, pensando exclusivamente o Brasil e o mundo de hoje, lembrar que estamos aqui no Senado, no Congresso, que tem como uma de suas prerrogativas votar o Orçamento, definir e apontar caminhos para o futuro do País.

Os Estados Unidos agora, recentemente, no debate das primárias de um partido, estão debatendo sobre o seu programa de conquista do espaço, retomando o programa de conquista do espaço. Eu assistindo essas matérias disse: Puxa vida, nós temos tanto a conhecer ainda sobre a Terra, nós temos ainda tanto o que mudar na relação do homem/natureza na Terra, de avançarmos nesse equilíbrio; e por tudo o que a gente conhece eu ainda não tive, até hoje, a honra e o privilégio de ir à Antártica. Mas eu pretendo ir sim, porque é um continente cheio de possibilidades para entendermos melhor o planeta que ocupamos; é cheio de possibilidades para ajudar no equilíbrio deste planeta.

A agenda do mundo discute as mudanças climáticas. A Rio+20 vai discutir desenvolvimento sustentável, a economia verde, que têm relação direta com o tema Antártica. E como a Antártica é um continente de paz – e que continue assim –, é um ambiente em que a disputa é por maior presença, maior acúmulo de conhecimento, maior busca de entender a complexidade do nosso planeta, eu acredito que aqui é uma oportunidade de nós homenagearmos esses dois heróis, de nós homenagearmos todos aqueles que batalharam, que lutaram, os pesquisadores, profissionais que, separados de suas famílias, abrindo mão de uma vida convencional, vão para um continente como a Antártica para buscar servir ao País, servir ao planeta.

Com todo o respeito a esse momento trágico, eu gostaria, se possível, de ouvir um comentário de quem queira – às vezes do Comandante Moura Neto, que é tão bom servidor deste País, dos pesquisadores – sobre como o Brasil, como o Senado poderia fazer para que o Brasil assumisse um papel de maior liderança, ainda como presença, na busca de conhecimento na Antártica. Eu sei que, certamente, o Ministério de Ciência e Tecnologia está no centro dessa pergunta minha. Se eu pudesse ouvir o comentário do Dr. Luis Elias, mas eu gostaria que, daqui do Senado, ficasse registrado como nós poderíamos fazer, não é só de dobrar mais uma vez o orçamento, que a Presidenta Dilma já dobrou. Não se trata disso. Eu falo do ponto de vista da estratégia do País com essa parte do nosso planeta.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana. Vamos ouvir agora o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Srs. Senadores, Deputada Jô Moraes, que é co-Presidente da Comissão junto comigo, eu tenho algumas perguntas que gostaria de colocar à Mesa e ver quais as que vão nos ajudar.

A primeira pergunta, e não em ordem de importância, quem será o responsável institucional e pessoal pela operação da nova Ferraz? Onde estará localizado o centro da reconstrução? Como dizemos em Brasília, quem vai ser o “Israel Pinheiro”? Para que a gente possa identificar uma liderança capaz de mobilizar todos os recursos necessários.

A outra é: quais os saltos que se deseja – e ouvi que aqui diversos falaram nisso – para que a nova estação seja melhor do que atual? Que não façamos apenas a reconstrução, mas façamos um salto de qualidade, reverter a tragédia para uma boa causa.

Terceira. Se já há indicações de como será feito o trabalho de reconstrução? Será feito pelos próprios engenheiros da Marinha? Faz-se uma licitação de concurso para ver quais arquitetos vão trabalhar? Faz-se um concurso nacional ou internacional? Como se está pensando, ou não se está ainda a escolha dos que vão construir e do que será construído?

Eu gostaria de saber também se tem havido manifestações de solidariedade de entidades internacionais e nacionais, além da assistência imediata? Se tem havido propostas de outros países de ajudarem na reconstrução?

Aqui já foi respondido por mais de um o que era a minha preocupação com as perdas científicas. Pelo visto, nós perdemos material de pesquisa, mas não perdemos resultados de pesquisas. Pelo menos entendi assim e gostaria de confirmar.

Eu gostaria de saber – desculpem-me, mas é uma questão de logística – se o nosso barco, o Almirante Maximiano, se ele depende da estação; se na logística de sua manutenção, sobrevivência, combustível, água, comida, se ele depende da estação e se isso poderá impedir o seu funcionamento.

Eu tenho uma pergunta que não tem nada a ver com a estação; é a preocupação com o chamado aquecimento global. Pelas fotos que eu vi, o gelo tinha desaparecido, e muito diferente de quando fui lá. Eu gostaria de saber se aquela falta de gelo é questão de momentos diferentes entre a minha ida e o mês de março, ou se de fato está havendo a diminuição do nível de neve e gelo nos últimos anos. Ontem, a televisão até colocou a imagem de geleiras se desfazendo de maneira assustadora na região.

Quero elogiar a ideia do barco adicional como forma de não perder tempo. Achei muito interessante essa ideia. E terá todo o nosso apoio.

Gostaria de saber se está havendo apoio às famílias dos soldados falecidos? Se elas estão sendo bem atendidas, porque tivemos uma experiência muito negativa no caso dos soldados que morreram no terremoto do Irã. Fui ao enterro deles, vi as manifestações de que suas famílias receberiam apoio, mas, pelo que tenho acompanhado, esse apoio não está chegando pelo menos na dimensão em que se esperava.

Quero elogiar que já se sabe o que fazer, como se viu pelas diversas manifestações, e até quanto custa.

E, finalmente, Pedro Simon e outros falaram, quero saber se de fato isso poderia ter sido evitado; se, com um pouco de manutenção, isso teria sido evitado; ou se foi uma fatalidade que acontece muitas vezes em equipamentos elétricos. Sei que isso só vai ser definido, e o próprio Rodrigo me disse aqui, quando se fizer todo o trabalho e investigação, mas já há um sentimento ou não há um sentimento de que faltou manutenção?

Essas são as perguntas que tenho. E gostaria, se pudessem, que me dessem subsídios.

E, finalmente, quero fazer uma proposta, e creio que a Deputada Jô estará de acordo: desse grupo que vai ser criado provavelmente, esse Israel Pinheiro, que deve surgir, nós gostaríamos de estar perto dele, não para atrapalhar absolutamente, nem para dar sugestões, porque isso não tem como, mas para receber os pedidos de vocês, as ordens, para saber como podemos mobilizar a comunidade do Congresso, que, não tenho dúvida, hoje está disposta a dar todo o apoio necessário.

E vou mais longe, e concluo: em alguns momentos, uma tragédia termina trazendo algumas vantagens, salvo aquilo que é irreversível, como a morte de alguns. Tenho a impressão de que o noticiário em torno desse fato pode trazer um aumento do apoio da população brasileira a algo que ela não sabia que existia direito. Então, vamos, não diria tirar proveito da tragédia, mas aproveitar o fato para o qual a opinião pública despertou, e despertou de uma maneira positiva, de que aquela base tem que ser mantida, tem que ser melhorada e tem que ser um exemplo de que o Brasil está presente nos grandes problemas do mundo.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Cristovam.

Vamos começar agora ouvindo o Ministro interino da Ciência e Tecnologia, Luiz Antonio Elias.

O SR. LUIZ ANTONIO ELIAS – Muito obrigado.

Quero inicialmente agradecer o debate e as diversas contribuições que aqui foram apresentadas porque certamente ajudarão, e muito, no planejamento

estratégico que o Ministério está fazendo em conjunto com a comunidade científica para tratar dessa temática.

Alguns dos pontos apresentados ressaltam a importância da base para a pesquisa científica, o que procurei demonstrar ao longo das minhas transparências, incluindo a situação do Programa Antártico, ou seja, a prioridade do Programa Antártico nos dois planos nacionais que foram lançados, 2007/2010 e, agora, 2012/2015, olhando a dimensão do PPA e a importância do Programa Antártico dentro desta natureza. Foi feito um esforço pelo Ministério da Ciência e Tecnologia em conjunto com o Ministério da Defesa no reforço ao Programa Antártico ao longo desse período.

Também procurei demonstrar a recuperação da base em 2007, os recursos no edital em 2009.

A compra do navio é muito importante porque deu, repito, uma amplitude, uma dimensão nova. Era uma reivindicação antiga dos pesquisadores que se comprasse uma embarcação daquela natureza e do porte que foi comprada. Eu particularmente acompanhei todo o processo e a tramitação. Discuti exaustivamente com eles a quantidade de laboratórios que deveria constar, a forma desse laboratório, os equipamentos que deveriam estar postos dentro dessa embarcação. Ela deu um novo alento e uma nova linha de direção. E procurei demonstrar isso.

Procurei demonstrar também a dimensão do programa, especialmente a partir de 2007, o que foi reconhecido em grande parte pelos dois próprios pesquisadores, como uma dimensão nova que se deu ao Programa no tocante à pesquisa científica, e a importância da correlação dessa pesquisa na Antártica com a pesquisa no Brasil. Não há que se falar somente da pesquisa naquele solo, mas há que se falar também da ampliação da base científica brasileira, portanto da correção de uma simetria fundamental para o processo da Federação brasileira, que é ampliar a infraestrutura de pesquisa científica e dar uma nova dimensão à formação de recursos humanos.

Longe de mim discordar de um ícone para todos nós, especialmente para mim, que participei ativamente do processo da redemocratização deste País, que é o Senador Pedro Simon. Vou apenas complementar uma questão.

Não houve um corte orçamentário, muito menos uma diminuição no orçamento. O que se tem são recursos do FNDCT, e eles estão contemplados no orçamento global do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Do bojo desses recursos é que se pode extrair, e o Orçamento previsto para 2007/2010 não era de R\$80 milhões, não era dos R\$9 milhões, muito menos era daqueles R\$10 milhões que reconstruíram a base. Esses recursos saíram do FNDCT, por meio

de uma construção exaustiva, e o Simon está aqui ao meu lado fazendo assim com a cabeça, porque eu e ele debatíamos o termo de referência que deveria entrar para complementar o recurso orçamentário. Então, o Ministério da Ciência e Tecnologia tem esta facilidade, que são os recursos oriundos de 15 fundos setoriais postos à disposição do Ministério para fazer avançar os projetos de pesquisa científica no Brasil.

É importante esse esclarecimento, porque, se se olhar apenas a peça orçamentária, num primeiro momento, pode parecer que houve um corte, ou não se contemplou um determinado recurso. Na verdade, esses recursos podem ser e deverão ser contemplados pelo FNDCT.

Mas tem razão em chamar atenção para o fato, porque, por outro lado, é necessário que a gente reforce, na rubrica orçamentária, o Programa Antártico Brasileiro e dê uma maior dimensão, como foi, inclusive, a parceria que fizemos com o Proantar, nos R\$15 milhões, por meio de uma emenda parlamentar. Também trabalhamos exaustivamente isso com o Legislativo brasileiro, e isso foi fundamental para esse aspecto, porque nos permitiu os R\$15 milhões, que foram mais recursos alocados durante esse período de 2007/2010.

Para o período futuro, ou seja, para 2012/2015 – e estou falando apenas no planejamento, depois vou entrar na pergunta específica da Deputada Jô Moraes –, muitas das questões estão sendo trabalhadas ainda no sentido de se prever qual a dimensão à frente desse programa, de se fazer um balanço. É necessário também, como bem colocou Jefferson Simões, muito rapidamente, que se faça uma avaliação das pesquisas que deram resultado, das pesquisas que não deram resultado. Para aquelas que, de fato, têm estratégia, têm dimensão, poderão ser aportados novos recursos.

Nisso, eu faço um parêntese para os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia, que são dois postos na região da Antártica.

Esses institutos foram construídos por um patamar de período de cinco anos; nós estamos na fase dos três anos ainda. Estamos, neste ano, fazendo uma avaliação dos 122 institutos nacionais, nos quais se incluem os dois institutos na região da Antártica. Teremos mais dois anos de aporte de recursos, desde que a pesquisa científica, a estruturação do conhecimento, tenha uma correlação na ponta também com o setor da produção, ou seja, nós queremos também que esse conhecimento, a geração desse processo, nos dê a dimensão de que isso se vai traduzir, para a sociedade brasileira, em agregação de valor, em aumento da sua capacidade e da sua riqueza. Posteriormente a isso, teremos um novo edital para os institutos nacionais no qual, de novo, estão contemplados, na prioridade,

até porque a estratégia dimensiona isto, os programas voltados para a região da Antártica.

Quanto às questões específicas relacionadas ao levantamento, que foi de caráter mais de curto prazo, o Ministério da Ciência e Tecnologia está se posicionando em conjunto com o Ministério da Defesa, que já demonstrou pela posição de reconstrução da base. Orçamentos suplementares advirão para que a gente possa não perder continuidade desse processo.

A única questão que levanto, e levantei isto na reunião com os cientistas, é sobre uma nova embarcação: alugar uma embarcação adicional para esse trabalho otimiza os recursos ou não? É uma discussão que os cientistas vão tratar, e o Ministério certamente vai compartilhar com eles, mas há que se pensar nisso, porque não é um valor pequeno. O valor inicial que chegou era R\$20 milhões. Talvez, numa relação custo-benefício, tenhamos mais empregabilidade para esse recurso nos laboratórios de pesquisa no Brasil em correlação direta com laboratórios na Antártica do que no aluguel dessa embarcação. Mas é apenas uma observação. Acho que não caberia aqui o debate específico. Os cientistas deverão fazê-lo.

Quanto à questão dos recursos orçamentários para bolsas, isso está assegurado.

Quanto à questão dos INCTs, na prorrogação dos contratos dos INCTs e na nova redimensão ou naqueles equipamentos que foram perdidos, que fazem parte direta ou indiretamente dos INCTs – Institutos Nacionais de Cienologia –, isso está assegurado. Com relação a todos os equipamentos na área de biologia marinha, estamos trabalhando para ter a dimensão de cada um dos equipamentos que foram perdidos, para que a gente possa aportar para aqueles grupos de pesquisa um novo recurso, no entanto, esses equipamentos só estarão em uso quando voltar a nova base a funcionar.

A questão de se criar um grupo de trabalho, que foi uma sugestão dentro do grupo de trabalho de cientistas, para que se tenha uma correlação mais direta com o Ministério de Defesa, especialmente com a Marinha, no tocante ao projeto arquitetônico, creio, na conversa que eu tive com o Marcos José e também com o Ministro Celso Amorim, será plenamente acolhida, ou seja, as sugestões serão um complemento importante e uma adicionalidade fundamental para o projeto arquitetônico, inclusive no tocante aos equipamentos científicos que ali estarão.

Quanto à cooperação internacional, esse é um ponto importante. Na verdade, eu reforcei muito essa questão na reunião com os cientistas. Estou entrando em contato com o Ministério das Relações Exteriores, com os embaixadores dos principais países que têm

bases na Antártica, para que a gente possa elaborar, como se chama na Antártica, uma janela de oportunidades, uma janela específica no tocante aos projetos para a área de pesquisa. O desejo é que isso possa ganhar relevo nessa posição de urgência e emergência que estamos vivenciando. Creio, pela primeira reação que tive – e não vou citar, me perdoem, os países – de alguns deles, haverá muita solidariedade para que a gente tenha não só espaço nas embarcações, mas também espaço de pesquisa, especialmente na área de biologia marinha, se assim for possível, naquela região.

Por fim, reforçando uma posição levantada nesta Comissão, no tocante à participação do INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – naquela região.

O INPE, como todos sabem, já atua há mais de trinta anos na região da Antártica, tem um programa muito robusto e foca a sua área de atuação na questão ambiental de mudanças climáticas e na dinâmica da atmosfera, especialmente olhando a camada de ozônio. O INPE não teve afetadas as suas instalações. Utiliza, à semelhança do Projeto Criosfera, energia solar e energia eólica.

Um parêntese, não creio que seja possível – depois o Jefferson, muito mais gabaritado que eu, poderá concluir – que a gente consiga ter essas energias alternativas como elemento substitutivo das energias hoje colocadas na região. Por quê? Não dá para manter uma estação se tiver pessoas, ou seja, se tiver muita atividade energética naquela região. Portanto, substituir por energia eólica, energia solar num primeiro momento, seria difícil fazer isso de forma muito rápida.

Já fechamos um projeto com o INPE para a instalação de mais alguns módulos voltados à questão ambiental atmosférica da camada de ozônio naquela região. Estão sendo preparados esses módulos. São suprimidos por energia eólica e por energia solar, porque não há inclusive ambientação humana. São espaços de verificação meteorológica ou de modificações criosféricas, químicas criosféricas que ocorrem naquela região. Estamos concluindo dois projetos com que os cientistas concordam. Eles inclusive disseram que é muito importante. Isso já está avançando, e finalizaremos ainda nesse período de inverno. Tão logo possamos levá-los para a Antártica, eles estarão lá. Certamente farão parte da comitiva ou daquele grupo de trabalho que irá à Antártica agora em caráter emergencial, os pesquisadores do INPE, do Ministério da Ciência e Tecnologia, para que nos ajudem a dimensionar esse processo.

Portanto, Senador Jorge Viana, eu dividiria – e foi muito boa a sua colocação – em dois patamares.

Não houve descontinuidade de recursos. Estamos assegurando, o Ministro Raupp me colocou essa

questão, que não haverá descontinuidade nenhuma das pesquisas hoje em curso, nem dos institutos nacionais. Emergencialmente, trabalharemos naquilo que for possível. Insisto, a única dúvida, é essa embarcação flutuante adicional, pelo valor que ela tem. Todos os outros estão assegurados. Nós asseguraremos os recursos necessários, Senador Rollemberg, para que possa dar continuidade aos projetos de pesquisa.

Planejamento estratégico 2012/2015. Nesse ponto, sim, teremos elementos novos e adicionais para que a gente possa organizadamente ter essa dimensão de que capacidade de recursos teremos para os próximos anos.

Creio que é isso, Senador Rollemberg, que eu poderia colocar de maior esclarecimento à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Ministro Luiz Antonio Elias.

Passo a palavra ao Comandante da Marinha, Almirante de Esquadra Julio Soares de Moura Neto.

Comunico que o Senador Cristovam Buarque pediu desculpas, pois teve de se ausentar temporariamente para votar na Comissão de Educação, mas estará de volta rapidamente.

O SR. JULIO SOARES DE MOURA NETO – Muito obrigado, Senador, pelas palavras que me passa.

Inicialmente, eu gostaria de agradecer a solidariedade de todos os Senadores e da Deputada Jô Moraes, neste momento em que o Programa Antártico Brasileiro enfrenta essa dificuldade causada por essa tragédia que foi o incêndio na Estação Antártica Comandante Ferraz.

Eu gostei muito de ouvir as apresentações do Dr. Luiz Elias, que trouxe palavras do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, e também as dos dois pesquisadores, Dr. Jefferson e Dr^a Rosalinda.

A razão de ser – e é importante que a Marinha diga isso, que a Defesa diga isso – de estarmos na Antártica é a pesquisa. Nós estamos lá para isto: para apoiar a pesquisa. Sem pesquisa na Antártica, não há Programa Antártico Brasileiro. E isso tem sido desde o momento em que o Programa Antártico Brasileiro nasceu. Ele completou trinta anos. Estamos lá para pesquisa e, por pesquisarmos na Antártica e sermos reconhecidos como pesquisadores, somos membros consultivos do Tratado da Antártica; e, por sermos membros consultivos do Tratado da Antártica, teremos voz ativa quando se for decidir, todas as vezes em que se for decidir o futuro da Antártica, como foi muito bem dito pelo Dr. Jefferson, que representa 10% de tudo o que existe na terra, mas que tem uma influência enorme no clima nacional e na circulação dos nossos oceanos, com as riquezas que são provenientes das correntes marinhas.

Então, na realidade, a pesquisa é de fundamental importância. E a Marinha fará todo o esforço possível para que ela não seja interrompida, para que o Programa Antártico da Marinha – claro que farei um esforço, a Marinha fará um esforço, em cooperação com o Ministério da Ciência e Tecnologia, a quem cabe a condução da parte científica, fundamental – não seja interrompido.

Quanto à construção da nova base, com toda a certeza, ela será construída. Essa já é uma decisão de Governo que foi transmitida ao Plenário diversas vezes, por diversos oradores. Na realidade, será conduzida em bases mais modernas. Nós temos hoje tecnologias mais modernas de construção de uma base de uma estação Antártica. A nossa estava completando 28 anos e foi sofrendo uma série de reformas, mas, logicamente, hoje existem tecnologias mais modernas de construção da base.

Para exatamente trabalharmos nisso, o Ministro da Defesa já nos disse aqui a todos que vai ser criado um grupo de trabalho interministerial, composto do Ministério da Defesa, com a participação da Marinha; composto do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, com a participação dos pesquisadores; e do importante Ministério do Meio Ambiente, que tem um papel fundamental na Antártica. Esse grupo de trabalho, durante este ano de 2012, começará a se reunir para dizer exatamente quais são os requisitos dessa nova base, que terá de ser uma base moderna. A partir daí, vamos partir para a segunda fase, que é a de construir. Isso será construído através de projetistas internacionais e nacionais que tenham capacidade de construir, de projetar a nova base e também de empresas que tenham capacidade de construir.

A condução da construção, o “Israel Pinheiro”, como foi dito pelo Cristovam Buarque, será da Marinha do Brasil. Ela é a responsável pela Estação Antártica Comandante Ferraz. Por isso, o nosso coração está partido pelo acidente que ocorreu na Antártica. Será da Marinha do Brasil, dentro desse grupo de trabalho, ouvindo todas as correntes, a responsabilidade da construção. Claro que não será ela que vai construir, mas empresas que serão constituídas. Nessa base moderna, claro que serão utilizados os requisitos modernos de energia eólica, de energia solar, mas serão energias complementares. Como o Dr. Luiz Elias disse, não há essa realidade, inclusive porque não há sol permanentemente, o inverno é absolutamente sem a presença do sol. Haverá a utilização dessas energias.

Eu gostaria, também, porque o Senador Blairo Maggi comentou que os tanques de combustível estavam dentro do local do incêndio, de dizer aos senhores e ao Senador que isso não era fato por ocasião. Os

tanques de combustível foram todos preservados. Na apresentação do Secretário da Secirm, ele mostrou exatamente que nenhum dos tanques de combustível foi atingido. Eles são afastados da estação. Os geradores, sim, estavam dentro do complexo da estação. Na mais moderna, as novas tecnologias são levadas em consideração.

Até lá como vamos resolver? Existem várias formas. O Ministério da Ciência e Tecnologia e a Marinha estão trabalhando juntos, ou seja, há um grupo que quer saber o seguinte: que passos poderemos dar para minimizar o problema do incêndio e não interromper as pesquisas que eram feitas na Estação Antártica Comandante Ferraz. Refiro-me a 40% de todo o Programa Antártico, mas 40% de extrema importância, porque envolve camada de ozônio, envolve biologia marinha, que são coisas que não podem parar. A solução vai ser dada de comum acordo dentro dos recursos que forem alocados.

De toda maneira, falando de recursos alocados, e quero dizer isso de público, é importante que se diga que, na realidade, até 2005, nós tínhamos um orçamento dentro do Programa Antártico, e, a partir de 2006, esse orçamento foi crescendo, crescendo exponencialmente, o que nos permitiu que fizéssemos grandes reformas na Estação Antártica Comandante Ferraz. Um exemplo foi mostrado num *slide* de como estavam os geradores, que foram todos substituídos, todo o cabeamento elétrico foi substituído, todo o sistema de monitoramento dos compartimentos foi substituído. Havia material suficiente e em excelente estado para o combate ao incêndio. Eu diria, respondendo inclusive ao Senador Cristovam Buarque, que o Comandante da Marinha considera que foi uma fatalidade. Há um inquérito que está em andamento, uma série de perícias que estão sendo conduzidas e que vão dizer o que causou o incêndio, mas foi uma fatalidade. Não foi por falta de recursos orçamentários. Sempre há um contingenciamento, mas esse contingenciamento não atingiu a parte de segurança e de garantia da vida humana, e não há nada mais importante que preservar a vida humana. Então, se havia dinheiro, o dinheiro foi levado para a parte de segurança da Estação Antártica.

Estamos frente a uma fatalidade, fatalidade essa que ocorre na Antártica, que é comum acontecer na Antártica. O clima muito seco, os ventos muito fortes, o tipo de material de conforto utilizado – móveis, etc – e, de certa forma, os materiais de pesquisa, todos eles facilitam a propagação do fogo. Está claro que isso tudo ocorre em diversos locais. Lamentavelmente, conosco aconteceu de forma muito forte, e nós tivemos praticamente todo o núcleo central da nossa Estação

destruído. Mas considero que o incêndio foi uma fatalidade. Não houve falta de recursos para atender a isso.

E o futuro? O passado é isso que estou dizendo. O futuro é isto: já há um apoio muito grande por parte do Governo. Tenho certeza de que nesta Casa teremos apoio. A Frente Parlamentar Proantar, a Frente Parlamentar de Apoio ao Programa Antártico Brasileiro, essa enorme e muito importante Frente aqui do Senado, do Congresso, vai trabalhar para que não falem os recursos. Nós já temos um crédito extraordinário de R\$41 milhões, que nos vai permitir dar a partida em todos esses estúdios, em toda a remoção dos escombros, que não podemos deixar lá. Temos que preservar o meio ambiente antártico e temos que tirar isso de lá. E vamos começar a trabalhar já este ano. O que não for possível até o final deste verão será reiniciado no ano que vem, com a brevidade possível nós vamos utilizar todos os nossos navios.

Eu diria ao Senador Cristovam, que me perguntou: os navios não precisam de apoio da estação. Os navios estão lá para apoiar a estação. O Maximiano faz apoio logístico e faz apoio à pesquisa. Para o ano que vem, nós vamos fazer o possível para ele só se dedicar à pesquisa, para que possa ser completado todo o programa de pesquisa fora da Baía do Almirantado.

Muito bem. O segundo navio que é o Ary Rongel vai se dedicar à parte logística, que vai ser muito pesada no próximo verão – neste ano e no próximo verão –, para que nós possamos retirar todos os escombros de lá e começar a planejar para que, em 2013, se possa, ao final de 2013, começar planejar a nova base.

Na realidade, o futuro vai depender muito daquilo.

Os R\$42 milhões já resolvem até o final do ano. Mas, na hora em que tivermos o custo da próxima estação, logicamente que o apoio do Congresso Nacional para que possamos construir uma nova estação será muito importante.

A possibilidade de se colocar um navio para substituir a estação, isso sempre existe, mas é importante que se note que, no inverno, esse navio será cercado de gelo. Haverá uma dificuldade muito grande. Navios exigem manutenção. Mesmo que esse navio seja levado para lá, o custo logístico será muito grande para levar e trazer o navio. Mas eu acho também que é importante que a gente tenha fotografia da nossa estação, com o pavilhão nacional fincado na Antártica. Isso tem um simbolismo. Nós não podemos abrir mão de ter uma estação com pavilhão nacional. Sempre que é permitido se faz um cerimonial à Bandeira, as honras à Bandeira Nacional. Então, eu acho importante para o Brasil que nós tenhamos uma estação na Antártica moderna, nova, com tecnologias modernas, com a

nossa Bandeira fincada na Antártica, como quando chegamos lá, há 30 anos. Não é pouco tempo.

Bom, o papel da Frente Parlamentar. A Frente parlamentar de Apoio ao Proantar tem tido um papel fundamental e ela será muito bem-vinda a esse grupo de trabalho. Se ela puder colaborar com esse grupo de trabalho que vamos pensar o futuro da nova estação, tenho certeza de que a Frente Parlamentar poderá fazer.

Eu completaria dizendo o seguinte: a referência que todos aqui fizeram aos dois militares mortos nos faz muito bem. A Marinha acusou dois golpes. Acusou o golpe da perda da estação, mas acusou o golpe da perda dos dois homens que estavam lá, que foram para o sacrifício máximo, na tentativa de defender a estação. Lançaram-se contra o fogo na tentativa de combater esse incêndio e lá ficaram.

Então, muito obrigado pelas palavras, por todo apoio e solidariedade a eles. Eu posso lhes garantir que a Marinha não deixará de apoiar em momento algum a família desses homens. Esses homens são símbolos para a Marinha. É isto que nós queremos para a nossa Marinha: homens corajosos, homens dedicados, homens capazes de sacrifícios. Não queremos exigir que deem um sacrifício maior. Eles, por conta própria, foram para o sacrifício maior, mas homens que sejam capazes de colocar o serviço, de colocar a Pátria, de colocar o Brasil acima de tudo.

Então, nós faremos o possível e o impossível para que essas famílias sejam apoiadas. Isso é uma palavra do Comandante da Marinha que transmito às senhoras e aos senhores aqui presentes.

É o que eu gostaria de transmitir neste momento. Muito obrigado pela oportunidade que dão ao Ministério da Defesa e à Marinha do Brasil de vir aqui expor os seus pontos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/ PSB – DF) – Muito obrigado, Comandante Júlio Soares de Moura Neto.

Passo a palavra ao Contra-Almirante Marcos José de Carvalho Ferreira.

O SR. MARCOS JOSÉ DE CARVALHO FERREIRA – Muito obrigado, Senador, pela oportunidade.

Creio que o Comandante da Marinha já abordou todos os aspectos questionados e comentados nesta reunião.

Como gerente do Proantar e secretário da Secirm, agradeço também as palavras de apoio que tenho recebido de muitos Parlamentares, o que nos dá força sempre para perseverar e, rapidamente, reverter essa situação que estamos vivendo no momento.

Só um breve comentário. No ano passado, e a Deputada Jô Moraes sabe, fizemos um grupo de traba-

lho dentro do Proantar para discutir o futuro do Proantar nos próximos dez anos. Levamos um ano fazendo isso. Fizemos um relatório que foi aprovado pela Comissão Interministerial para Recursos do Mar, em que identificamos que precisávamos, depois de 30 anos de Proantar, de olhar para frente e de fazer diferente, ou seja, de conduzir de forma mais eficiente o Programa Antártico, acompanhando o mundo nas pesquisas da Antártica. Lá identificamos que nós precisávamos de começar a projetar e construir nos próximos anos uma nova Estação Antártica dentro de padrões modernos, dentro de requisitos ambientais rigorosos – mais rigorosos que os nossos, porque era uma Estação de 30 anos: com eficiência energética, com energias alternativas, com conservação de energia e com tudo aquilo que é exigido dos membros do tratado, com tudo aquilo que o Tratado Antártico e o Protocolo de Madri exigem de nós, que estamos na Antártica. Isso já tinha sido identificado. Está no relatório. Tínhamos identificado também outras necessidades do programa, e não vou aqui me alongar, porque isso já está escrito.

Infelizmente, o que nós planejavamos era que, enquanto operássemos a nossa estação, faríamos esse trabalho paralelo. Infelizmente com o ocorrido, não vamos ter a chance de ter o apoio da nossa instalação para dar esse salto para o futuro. Vamos ter que fazer isso, primeiro, de forma emergencial e, segundo, com essa precariedade de apoio no território da Antártica, mas vamos conseguir, porque o Brasil é a sexta economia do mundo, e nós vamos mostrar isso lá na Antártica.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado.

Passo a palavra ao Professor Jeferson Simões.

O SR. JEFERSON SIMÕES – Obrigada, Senador.

Gostaria de abarcar algumas questões que foram colocadas pelos Srs. Senadores e dar o meu parecer técnico, tanto como cientista polar – e me envolvi, na verdade, durante toda a minha carreira nesses programas – e, a partir de novembro passado, como delegado brasileiro no Comitê Científico de Pesquisas Antárticas, parte do Conselho Internacional para Ciência.

Primeira questão é em relação à estação navio. A questão que foi colocada é se não haveria possibilidade de fazer atividades de pesquisas. Sempre há, mas é essencial, para qualquer projeto científico na Antártica, para qualquer programa científico, termos uma estação para aquelas pesquisas que exigem um constante monitoramento, para colocação de sensores fixos e pesados – e posso dar o exemplo da questão do ozônio, da geofísica –, para monitoramento de longo prazo. No inverno, conforme foi enfatizado pelo

Almirante Moura Neto, é impossível que nós tenhamos um navio parado. Se tivéssemos, teríamos que ter um navio quebra-gelos, que é muito mais custoso do que os navios que nós temos no momento no âmbito do Programa Antártico Brasileiro. Então, a comunidade científica considera essencial a existência de uma estação. Não vou nem abordar a questão política e simbólica, conforme foi enfatizado pelo Almirante Moura Neto, que é, acredito muito, também essencial nessa discussão.

Só quero fazer um lembrete, sem comparação. Não queremos aqui, evidentemente, comparar com outros países com recursos significativamente maiores, mas, se compararmos com os Brics, o Brasil é o que tem menor número de estações e, na verdade, é o que menos faz investimento na Antártica. Hoje, a Índia, a China e a Rússia... A Rússia é por tradição, não podemos comparar, mas os outros dois países têm mais ou menos condições similares de momento econômico. Inclusive, por incrível que pareça, o Paquistão anda fazendo um investimento muito grande na questão Antártica. Isso indica tudo: a importância política dada por esses países e, é claro, a questão científica e das mudanças climáticas.

Quanto ao uso alternativo de energias, certamente a energia eólica e a energia solar podem ser usadas, mas com todas suas limitações.

Aqui, provocando alguns colegas do norte, vou contar uma historinha: os gaúchos, quando estavam em Ferraz tinham o costume de baixar o termostato. O que eu quero dizer com isso? Nós precisamos ter energia para aquecimento, e isso demanda uma energia que não é colocada pela energia alternativa.

Eu gostaria de fazer um ponto aqui, já que saíram muitas notícias na imprensa, foi questionado aqui de maneira direta os incêndios em estações polares. Pode ser muito difícil aqui no Brasil entender que no meio de uma região polar, tanto ártica quanto antártica... E enfatizo: seria muito pior se dentro do Continente Antártico fosse algo frequente; infelizmente o é: incêndios ocorrem, o Brasil não foi o mais afetado em termos de perdas humanas – lamentavelmente ocorreu –, a própria Estação Vostok russa já perdeu no meio do inverno – imaginem, a menos 60 graus! – alguns colegas; alguns dos meus colegas russos viram os colegas queimando e não puderam fazer nada, porque colocariam em risco a própria vida, ou seja, o ambiente antártico, a baixíssimas temperaturas, extremamente seco e também a dificuldade de combatê-lo tornam esse um acidente que ocorre. Já ocorreu em várias estações. Infelizmente agora fomos atingidos por uma fatalidade.

Redução de verbas.

Quanto a esse aspecto estou bem atento, desde que me envolvi no Programa Antártico Brasileiro, como eu falei, em toda minha carreira.

Ao longo dos últimos cinco anos, através dessa frente parlamentar e também das ações diretas na administração do Ministério da Ciência e Tecnologia, agora e Inovação – o Secretário Luiz Elias tem que ser agradecido por esse ponto –, se colocaram recursos substanciais para a Ciência. Estou falando em Ciência só para a comunidade científica – quero deixar isso bem claro, porque senão me cobram depois na minha conta. Ao longo dos últimos cinco anos foram alocados para os projetos de pesquisa científica, em termos de bolsa, custeio, capital, R\$41 milhões, o que significa R\$8 milhões por ano. É um valor adequado. O nosso problema não está no valor em si; o problema é que se olharmos o histórico do Programa Antártico Brasileiro, nós veremos que temos uma instabilidade orçamentária, e se não fossem as ações dessa frente parlamentar, liderada pelo Senador Cristovam Buarque, e do MCT nas duas últimas gestões, nós teríamos pelo PPA para os cientistas aproximadamente R\$900 mil. Esse é o orçamento da União para a parte científica do Programa Antártico Brasileiro. Como reverter isso? Creio que depende desta Casa. Inclusive, somando para a Ciência, desde 2005, o aumento foi de dez vezes no orçamento, não de duas ou três vezes.

Quanto à penetração antártica, hoje devido ao avanço científico e tecnológico, está muito mais fácil avançar pelo continente, inclusive a Expedição Criosfera 1, ou melhor, a Expedição Criosfera e outra realizada anteriormente foram feitas com logística privada. Você pode arrendar aeronaves. Tem o seu custo, mas pela relação custo/benefício, o custo não é tão alto assim. Uma missão dessas no interior da Antártida está ao redor de U\$600 mil – aluguel de aeronaves, apoio logístico. As áreas beneficiadas são as áreas que usam o continente. Evidentemente, as áreas de biociências. Todas as áreas da ciência do mar necessitam estar perto da costa e, para isso, são essenciais as plataformas flutuantes e a estação. Quem se beneficia do avanço do Brasil na Antártida é a área de Geociência – Geologia, Glaciologia, Geofísica. Toda a questão da evolução geológica e de recursos minerais no Atlântico Sul está relacionada com a evolução geológica da Antártida como o grande centro do pálido Continente de Gondwana.

A questão – foi perguntado creio que pelo Senador Cristovam – sobre o significado científicos dessas investigações. É bom ressaltar que o manto de gelo da Antártica controla todo o nível dos mares ao longo dos últimos três a cinco milhões de anos porque ele tem 90% do gelo. É claro que nós sabemos que não

há maneira física de derreter todo esse gelo, graças a Deus. Seria um aumento no nível médio dos mares em 70 metros. Mas que seja um pouquinho, uma pequena diferença, menos do que meio por cento já terá impacto direto de alguns centímetros no nível do mar.

O quadro do painel intergovernamental da ONU sobre mudança do clima trabalha com um comportamento quase estável da Antártica à exceção da Península Antártica e isso responde, naquela região em que o Brasil trabalha atualmente, com o apoio da Marinha do Brasil, é uma das áreas do mundo mais sensíveis, ou seja, mostra um sinal mais forte a mudanças do clima. O aquecimento é cinco a seis vezes maior do que a média global.

Temos detectado, ao longo dos últimos vinte anos, rápida deglaciação, retração de geleiras que estão contribuindo para o nível dos mares, mas ainda a Antártica contribui com 10 a 20% para o aumento desse nível do mar.

Migração de uma série de espécies para o Sul conforme o mar congelado também se retrai, mas isso é só naquela área. Exatamente no Noroeste da Península Antártica. Então, tem o seu significado, mas outras áreas, como falei, já estão com, inclusive, as investigações saturadas. A geologia é um exemplo. Da glaciologia nem se fala e gostaria de também chamar, olhando para o futuro, em termos de planejamento estratégico da ciência e da tecnologia, que até os grandes telescópios e, têm saído muitas notícias recentemente pelos telescópios no Chile, estão senso pensados para o futuro, 10, 20 anos no centro da Antártica, em vez dos desertos quentes e, sim, nos desertos secos.

As pesquisas de ponta da estrutura da molécula também são feitas nesses sítios. O saldo e, o Senador Cristovam, nos perguntou como a sociedade científica vê a reconstrução ou a construção de uma nova estação Antártica Comandante Ferraz. Eu creio que foi uma grande notícia quando recebemos do Almirante Marcos José, na semana passada, que a comunidade científica será ouvida no *design* e na construção da nova estação.

Eu gostaria de enfatizar que a comunidade científica vê que nós temos que partir pela definição das metas científicas onde definimos claramente o seu foco científico, permitindo elaborar o modelo e o projeto de *design* da nova EACF. Temos que ter em mente o histórico da estação. A estação, em 1983/84, tinha uma necessidade logística que foi atendida e, depois, através dos tempos, ela foi crescendo. Os cientistas tiveram que se adaptar. Houve uma grande reforma e, 2006/2007, muito importante, mas ela sempre foi uma adaptação também da comunidade científica. Temos que reverter esse quadro. Temos que, antes de tudo,

perguntar o que nós queremos em termos de ciência, em Ferraz, e, a partir disso, estruturar o seu modelo.

Quanto à solidariedade, mais de 12 países do Comitê Científico sobre Pesquisa Antártica já mostraram o apoio, oferecendo inclusive apoio técnico e estão a nossa disposição. Cabe enfatizar que no sistema do Tratado Antártico, apesar de ser também obrigatório, essa solidariedade é muito voluntária nesse ambiente extremamente agressivo, e temos que agradecer a nossos colegas que estão nos auxiliando.

Quanto a resultados perdidos e não perdidos e prejuízos, de fato, à ciência antártica brasileira. Bom, eu gostaria de esclarecer que a ciência é construída através de informações, teorias, hipóteses, investigações e, finalmente, ela tem que produzir. Essa produção intelectual pode se dar através de artigos, através de produto tecnológicos, através da gestão, da ciência e, talvez o mais importante mesmo, através da educação e da formação das gerações futuras.

Então, um fato desse, um incidente desses afeta, sim, o momento, principalmente aqueles que estavam lá executando suas pesquisas. Mas de maneira nenhuma parou o Programa Antártico Brasileiro, nem as pesquisas que estavam lá, sendo executadas, porque, com exceção daquelas que começaram neste verão – evidentemente, essas pararam totalmente –, outros já tinham séries temporais mesmo de mais de uma dezena ou duas dezenas de dados. Esses dados estão no Brasil, nos laboratórios, e isso traz outra questão, que eu gostaria de enfatizar, como gestor de Ciência Polar.

Felizmente ou infelizmente, há, muitas vezes, a confusão no sentido de que ciência antártica brasileira só é realizada na Antártica. Isso seria uma visão simplória da nossa ciência. Ela é realizada, antes de tudo, nos laboratórios, nos centros de pesquisa, onde temos que ter equipamentos analíticos, temos que ter bolsistas – o futuro da ciência –, temos que ter pesquisadores sendo financiados. Ou seja, é essencial coletar os dados na Antártica, mas a pesquisa não para por aí. Então, nós temos que pensar sob um aspecto mais amplo, na questão do apoio e financiamento.

Finalmente, a última pergunta do Senador Cristovam, sobre a resposta do gelo. A Estação Antártica Comandante Ferraz não está situada sobre o gelo antártico, nem sobre a neve. Ali, estamos numa área em que há variação sazonal da cobertura de neve, como no Hemisfério Norte, na Rússia, Estados Unidos e Suíça. E ocorre essa variação em anos mais quentes. Essa neve desaparece, ou, em outros, ela dura mais tempo. Mas as geleiras da Ilha Rei George já perderam mais do que 10% do seu gelo ao longo dos últimos 50 anos. É lá uma das regiões em que estamos observando um rápido derretimento do que chamamos de criosfera.

Bom, grato por essas informações e pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Só um minutinho. Uma dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Anibal Diniz, só vou solicitar às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que sejam muito breves e objetivos, porque quero avisar que teremos, em seguida, logo em seguida, reunião deliberativa da Comissão.

Com a palavra o Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Prometo que é uma pergunta mesmo.

Só para ver se não há um entendimento diferenciado em relação a ter ou não ter um navio de apoio baseado lá, porque me parece que a logística é bastante complicada, e há posição divergente em relação a essa necessidade, porque aqui se está prevendo que se tenha, de acordo com sua exposição, inclusive fazendo uma previsão de custo entre 14 e 17 milhões por dois anos.

O SR. JEFFERSON SIMÕES – Desculpe-me, Senador, é que eu estava respondendo a questão do Senador que estava sentado a essa mesa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Blairo Maggi.

O SR. JEFFERSON SIMÕES – Ele achou, sugeriu que substituíssemos a estação por navio, e isso é uma impossibilidade. O navio tem um papel muito mais importante. Ele dá todo o apoio logístico aos acampamentos, aos refúgios, ao transbordo de carga e de pessoal e também serve como laboratório, principalmente para as ciências do oceano. Ou seja, se mobilizarmos esse meio, essa plataforma e a colocarmos na frente da estação, todo o resto do programa antártico entra em colapso. Salvaríamos 40% e parariamos 60%.

Essa que foi minha observação.

Volto a enfatizar, na minha apresentação: o Programa Antártico Brasileiro é muito mais amplo do que a Estação Antártica Comandante Ferraz, e, hoje, a maioria da pesquisa antártica brasileira não é feita em Ferraz. Ela é feita por esses outros meios, cuja manutenção, é claro, também vedemos garantir.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado.

Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, quero, primeiro, cumprimentar V. Ex^a e pedir desculpas. Eu não pude ficar aqui, porque havia votação, em duas outras comissões, de projetos, inclusive, de minha autoria.

Quero cumprimentar o Comandante da Marinha, Almirante Julio; cumprimentar o Secretário-Executivo do

Ministério da Ciência e Tecnologia; nossos pesquisadores que aqui estão, o Coordenador do Projeto Proantar.

Lamento o fato de eu não ter participado de um debate tão importante, Sr. Presidente.

Antes de concluir, eu não poderia deixar de registrar não uma opinião, porque concordo com tudo que todos falaram aqui. A Deputada Jô Moraes já me relatou os questionamentos, as respostas. Só acho que essa Mesa é improdutiva ao não contar com a participação de dois Ministérios importantes, o Ministério da Fazenda e o Ministério do Planejamento, onde está o problema.

A importância estratégica – está aqui o Líder do Governo, e espero que isso chegue lá rapidamente – das pesquisas na Antártica e a política, como o Dr. Jefferson mostrou, ninguém questiona. A imprensa, a mídia não questionou isso. Ninguém questionou essa importância.

Trago aqui uma matéria que foi publicada no *Valor Econômico* do dia 02 de março de alguns jornalistas e economistas, em que se diz: “Os impasses do contingenciamento”. No artigo do oficial da Marinha Sepúlveda, em 2006, ele alerta sobre o problema: “Eu estive lá”.

Tenho aqui uma relação de emendas individuais. Nós, Senadores e Deputados, apresentamos emendas individuais para tentar segurar o mínimo. Os senhores são lutadores, como o são todos da Frente Parlamentar. Mas precisamos convencer o Governo de que mais importante que fazer esse contingenciamento, que hoje já se estuda, mostrando que ele não tem valor algum – pelo contrário, ele pode mais prejudicar do que ajudar –, é mudar a forma como o Governo encara essa questão.

Mostrei para o Senador Jucá a execução. Tudo isso estou repetindo e faço questão de fazê-lo, Sr. Presidente. Parece que estamos olhando de trás para frente, mas estamos olhando corretamente. O orçamento é decrescente, o que é impressionante! Acho que é o único que é assim. Vou estudar outras áreas, para ver se acontece a mesma coisa. Foram R\$11 milhões no ano passado; R\$14 milhões, no ano anterior; R\$17 milhões, no outro ano. E o valor só vai caindo. Isso não existe! Mas vamos mudar isso. Espero que, em outras áreas, em outros setores, não seja preciso ceifar a vida de duas pessoas e pegar fogo em parte das dependências para que a gente compreenda, na prática, não só na teoria, que, de fato, esse é um projeto extremamente importante para o nosso presente e, principalmente, para o nosso futuro.

Cumprimento o Ministério da Ciência e Tecnologia e a Marinha. Sei da dedicação ao Proantar, programa de pesquisa na Antártica.

Muito obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Passo a palavra à Professora Dr^a Rosalinda Carmela Montone, da Universidade de São Paulo (USP), para que faça suas considerações finais.

A SR^a ROSALINDA CARMELA MONTONE – Muito obrigada. Também vou ser breve devido ao adiantado da hora.

Na verdade, chamam-me a atenção os números. A gente sempre trabalha com números. Inclusive, o Jefferson também se referiu a números. Chamaram-me a atenção os 33 projetos na Estação. Talvez, esse número esteja incorreto. Isso está muito abrangente. Só no INCT-APA, do qual faço parte, são 27 grupos de pesquisa. No próprio grupo do Jefferson, deve haver muito mais grupos de pesquisa. Então, a gente pode pensar em dobrar esse projeto. Há muitos pesquisadores. O número inicial era de 50 pesquisadores, mas, atualmente, há 150 pesquisadores envolvidos no projeto. Então, há uma gama muito grande de pessoas trabalhando na Antártica.

Chamo a atenção para a pesquisa, porque estou aqui – e gostaria de lhes agradecer – para compartilhar com os senhores o nosso entusiasmo em trabalhar com pesquisa, particularmente na Antártica, um lugar extremamente especial. E há os nossos jovens pesquisadores. A Universidade trabalha com formação de recursos. Hoje, estou aqui, e, amanhã, serão nossos alunos. A Senadora falou do futuro. Estamos preocupados com o futuro, sem dúvida. É importante nosso legado.

O Professor Jefferson falou do foco da pesquisa. Realmente, tudo é importante. Você tem de definir o que você quer. Não sou especialista em construção de estação. Posso dar sugestão de como eu gostaria que fosse o meu módulo de pesquisa. Mas tenho a certeza de que os especialistas darão ótimas sugestões. Nesse ponto, contamos com o apoio da CCM, da Marinha, do MCT, do MMA, que lá está para minimizar os impactos, o que é algo importante.

Para finalizar, posso dizer que estou tranquila. Tenho a certeza de que haverá uma nova Estação ou de que, de forma geral, o programa na Antártica vai ser fortalecido.

Voltando um pouco para a ciência, quero dizer que eu não gostaria que passassem trinta anos – faço parte da Comissão do Instituto Oceanográfico da USP – para podermos exatamente comemorar todo esse tempo em que estivemos na Antártica. Então, haverá um seminário tanto na forma de pesquisa quanto aberto à comunidade, no segundo semestre, provavelmente em setembro, para divulgar as pesquisas na Antártica. Fica aqui o recado.

Muito obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Profª Rosalinda.

Quero agradecer a todos os nossos convidados. Tenho convicção de que tivemos hoje uma manhã preciosa do ponto de vista de como convergir esforços para aprofundar a presença brasileira no continente antártico.

O depoimento dos cientistas, relatando as pesquisas e a sua importância, mostrando como o Brasil vem ampliando a sua participação no conhecimento internacional sobre a área – agora também já com uma base, uma estação, há 2.500 quilômetros de distância da Base Comandante Ferraz –, só mostra o interesse e o compromisso brasileiro naquele continente da paz, ou seja, buscar fazer sua cooperação internacional por meio do desenvolvimento científico e tecnológico.

Aqui me impressionou muito a fala do pesquisador Jefferson Simões, Senadora Vanessa, é uma pena que, no momento, a senhora estava votando em outra Comissão, quando ele comparou a importância do continente antártico com a importância da floresta amazônica, na própria regulação do clima. É muito importante que as pessoas conheçam as implicações que o conhecimento científico na Antártica tem para a vida cotidiana das pessoas, para a prevenção de eventos climáticos extremos, para que a sociedade brasileira possa compreender cada vez mais a importância de investimentos não apenas significativos, como disseram muito bem aqui os nossos pesquisadores, mas também a regularidade desses investimentos tão importantes, como o financiamento das pesquisas e a regularidade nesse financiamento, porque as pesquisas não podem ser interrompidas.

Mas tenho convicção de que a Frente Parlamentar em Defesa do Programa Antártico, Senador Cristovam, Deputada Jô, que tenho a honra de participar, desde o meu primeiro ano de mandato como Deputado Federal, que já vem dando uma contribuição reconhecida por todos aqui no financiamento das pesquisas do Programa Antártico, ganhará mais força, ganhará novos adeptos porque, a partir desta audiência pública, acho que todos compreendemos de forma mais profunda a importância estratégica do Programa Antártico para o Brasil e para o futuro da Humanidade.

Portanto, agradeço a todos vocês. Fica o nosso compromisso, de todos os Senadores das três Comissões. Agradeço ao Presidente Fernando Collor, ao Presidente Eduardo Braga. Fica aqui o compromisso das três Comissões de enviares os esforços que forem necessários para garantir não apenas a reconstrução da estação brasileira na Antártica, mas ampliar a participação brasileira no conhecimento científico e tecnológico naquela região.

Muito obrigado a todos.

Declaro encerrada a reunião e convoco reunião deliberativa para daqui a três minutos.

(Iniciada às 8 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 51 minutos.)

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE MARÇO DE 2012, TERÇA-FEIRA, APÓS A 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DESIGNADA PARA AS 8H30, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA Nº 6.

Às doze horas e quarenta e sete minutos do dia seis de março de dois mil e doze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **JORGE VIANA, PEDRO TAQUES, RODRIGO ROLLEMBERG, WALDEMIR MOKA, SÉRGIO SOUZA, IVO CASSOL, VICENTINHO ALVES, VANESSA GRAZZIOTIN, VALDIR RAUPP, ROMERO JUCÁ, LAURO ANTONIO, FLEXA RIBEIRO E BLAIRO MAGGI**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores **ANIBAL DINIZ, ACIR GURGACZ, LUIZ HENRIQUE, EUNÍCIO OLIVEIRA, EDUARDO BRAGA, ALOYSIO NUNES FERREIRA, ALVARO DIAS, JOSÉ AGRIPINO, GIM ARGELLO e RANDOLFE RODRIGUES**. A Presidência declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à **PAUTA, PARTE ÚNICA. DELIBERAÇÃO DE MATÉRIAS. ITEM 1) REQUERIMENTO Nº 15, DE 2012**, que “Requer a realização, por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, do evento internacional denominado “Colóquio sobre o Princípio da Proibição do Retrocesso Ambiental” em parceria com a Escola Superior do Ministério Público da União, Embaixada da França, Instituto “O Direito por um Planeta Verde” e a União Internacional para a Conservação da Natureza – IUCN, Brasil”. Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Resultado: Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento nº 15, de 2012-CMA. **ITEM 2) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 559, DE 2011 – Não Terminativo**, que “Altera o art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para estabelecer condicionamentos à oferta de planos de serviços de telecomunicações com “cláusulas de fidelização” do assinante”. Autoria: Se-

nador Gim Argello. Relatoria: Senador Clovis Fecury. Relatório: Pela aprovação com uma emenda. O Presidente designa o Senador Aníbal Diniz, como Relator “Ad Hoc”. Resultado: Após a leitura do Relatório é concedido pedido de vista ao Senador Romero Jucá. **ITEM 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 258, DE 2010 – Não Terminativo**, que “Institui a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDBR) e dispõe sobre a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural (PNDBR). Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria: Senador Anibal Diniz. Relatório: Pela aprovação com as emendas nº 1 e 2-CCJ e com uma emenda que apresenta. Resultado: Colocado em votação a Comissão aprova o Relatório que passa a constituir parecer da CMA, com as emendas nº 1 e 2-CCJ/CMA e nº 3-CMA. **ITEM 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 463, DE 2011 – Não Terminativo**, que “acrescenta arts. 46-A e 74-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para responsabilizar pessoalmente, no âmbito civil e penal, os administradores de empresas fornecedoras de bens ou serviços que causem danos ao consumidor em razão de contratos que contenham cláusulas abusivas ou violadoras da boa-fé objetiva, ou ainda que contenham linguagem obscura em razão do uso de expressão técnica ou pertencente a língua estrangeira. Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Relatório: Pela rejeição. Resultado: retirado de Pauta pelo Presidente, por ausência do Relator. **ITEM 5) PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 1, DE 2009**, que “Propõe que a Comissão realize ato de fiscalização e controle sobre padrões de preços em obras públicas federais”. Autoria: Senador Jefferson Praia. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatório: Pela rejeição e arquivamento. Resultado: retirado de Pauta pelo Presidente, por ausência do Relator. **ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 304, DE 2009 – Complementar – Não Terminativo**, que “Estabelece que os emissores de cartão de crédito deverão oferecer informações mais detalhadas sobre os custos e uso do cartão de crédito, não poderão alterar taxas e outras condições do contrato com menos de quarenta e cinco dias de antecedência e não poderão cobrar multas do titular do cartão por exceder o limite de crédito concedido. Autoria: Senador Raimundo Colombo. **TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 127, DE 2010**, que “Proíbe às empresas responsáveis pela emissão e administração de cartões de crédito a renovarem o contrato do cartão automaticamente, impõe prazo mínimo para variação na taxa de juros de operações já contratadas e estabelece sanções. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatório: Pela

prejudicialidade dos PLS nº 304, de 2009, e nº 127, de 2010. Resultado: retirado de Pauta pelo Relator. **ITEM 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 317, DE 2011 – Não Terminativo**, que “Altera as Leis nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, nº 8.001, de 13 de março de 1990, e nº 9.648, de 27 de maio de 1998, para substituir 50% da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos destinada aos Municípios por participação no resultado da exploração de recursos hídricos de novas usinas hidroelétricas”. Autoria: Senador Blairo Maggi. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: Pela rejeição. Resultado: retirado de Pauta pelo Relator. **ITEM 8) INDICAÇÃO Nº 1, DE 2010 – Não Terminativo**, que “Indicação para que a CMA manifeste a sua posição sobre políticas públicas relacionadas às mudanças climáticas junto ao Ministério das Relações Exteriores. Autoria: Senadora Marina Silva. Relatoria: Senador Eduardo Braga. Relatório: Pela prejudicialidade da matéria e pela apresentação de um requerimento, visando a realização de um ciclo de debates na comissão para discutir a estratégia brasileira de enfrentamento da mudança do clima e para subsidiar a atuação parlamentar na 18ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Global do Clima (COP18). Resultado: retirado de Pauta pelo Presidente, por ausência do Relator. **ITEM 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 662, DE 2011 – Não Terminativo**, que “Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para tornar obrigatória a organização e apresentação adequadas das informações técnicas e dos preços dos serviços de telecomunicações oferecidos aos usuários”. Autoria: Senadora Angela Portela. Relatoria: Senador Eduardo Braga. Relatório: Pela aprovação. Resultado: retirado de Pauta pelo Presidente, por ausência do Relator. **ITEM 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 196, DE 2007 – Não Terminativo**, que “Acrescenta § 3º ao art. 6º da Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, para determinar que os rótulos das bebidas que menciona especifiquem o teor calórico nelas contido e apresentem frase de advertência quanto aos riscos da obesidade infantil”. Autoria: Senador Jayme Campos. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatório: Pela aprovação com uma emenda. Resultado: leitura do Relatório. Projeto rejeitado. Designação do Sen. Romero Jucá como Relator do vencido. O presidente pede a **INVERSÃO DE PAUTA** para apreciar item 13. **ITEM 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 731, DE 2011 – Não Terminativo**, que “Altera os arts. 18 e 75 da Lei de Crimes Ambientais para elevar os limites das multas penal e administrativa”. Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Relatoria: Senador Sérgio Souza. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: após a

leitura do Relatório, o Relatório é aprovado e passa a constituir parecer da Comissão. **ITEM 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 623, DE 2011 – Não Terminativo**, que “Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para disciplinar o recebimento de reclamações de usuários de serviços aéreos”. Autoria: Senador Sérgio Souza. Relatoria: Senador João Vicente Claudino. Relatório: Pela aprovação com uma emenda. Resultado: retirado de Pauta, pelo Presidente, por ausência do Relator. **ITEM 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 717, DE 2011 – Não Terminativo**, que “Altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para reduzir a zero as alíquotas da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e da Contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) incidentes sobre a receita bruta decorrente da prestação de serviços públicos de captação, tratamento e distribuição de água e esgoto”. Autoria: Senador Aécio Neves. Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Retirado a pedido do Relator. **ITEM 14) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 112, DE 2011 – Não Terminativo**, que “Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro”. Autoria: Deputado Jefferson Campos. Relatoria: Senador Lauro Antonio. Relatório: Pela aprovação com uma emenda. Resultado: retirado de Pauta pelo Presidente, por ausência do Relator. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e seis minutos, lavrando eu, Leany Barreiro de Sousa Lemos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Sob a proteção de Deus, havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam sentados. *(Pausa.)*

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Passamos à apreciação da pauta.

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 15, DE 2012 – CMA

Requeiro a realização, por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, do evento internacional denominado “Colóquio sobre o Princípio da Proibição do Retrocesso Ambiental” em parceria com a Escola Superior do Ministério Público da União, Embaixada da França, Instituto “O Direito por um Planeta Verde” e a União Internacional para a Conservação da Natureza – UICN, Brasil.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com a aprovação do Requerimento permaneçam sentados. *(Pausa.)*

O Requerimento foi aprovado.

O Relator da matéria constante do Item 2 está ausente.

Consulto o Senador Anibal Diniz se pode fazer, como Relator *ad hoc*, a leitura do relatório referente à matéria constante do Item 2. *(Pausa.)*

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 559, DE 2011 – Não Terminativo –

Altera o art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para estabelecer condicionamentos à oferta de planos de serviços de telecomunicações com “cláusulas de fidelização” do assinante.

Autoria: Senador Gim Argello.

Relatoria: Senador Clovis Fecury.

Relatório: pela aprovação com uma emenda.

Observações: – *A matéria será apreciada em decisão terminativa pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática;*

– *A matéria constou na pauta do dia 28/02/2012.*

Concedo a palavra ao Relator *ad hoc*, Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Passo a ler o que diz o relatório do Senador Clovis Fecury.

Submete-se à deliberação da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 559, de 2011, que tem como objetivo disciplinar, em âmbito legal, a oferta de planos comerciais, pelas prestadoras dos serviços de telecomunicações, que imponham, contratualmente, as chamadas “cláusulas de fidelização”. Por meio das referidas cláusulas, é

exigida do consumidor, em troca de contrapartidas – como, por exemplo, o subsídio na aquisição de equipamentos ou preços mais acessíveis na fruição do serviço –, sua permanência no plano contratado por tempo mínimo predeterminado, sob pena de aplicação de multa rescisória.

Passo à análise.

Conforme o art. 102-A, inciso III, alínea *b*, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CMA opinar sobre assuntos atinentes à defesa do consumidor, especialmente para aperfeiçoar os instrumentos legislativos reguladores e contratuais vigentes, referentes aos direitos dos consumidores e fornecedores. A iniciativa em comento inscreve-se, portanto, no rol das matérias sujeitas ao exame deste Colegiado.

A proposta em exame, que pretende disciplinar a utilização das cláusulas de fidelização nos contratos de prestação dos serviços de telecomunicações, traz, para o âmbito legal, matéria já prevista em regulamentos editados pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), provando estar em sintonia com a evolução das relações de consumo num setor marcado pelo rápido desenvolvimento tecnológico e, consequentemente, pela acelerada alteração nas condições de fruição dos serviços.

Nesse contexto, preocupa-se com aspectos fundamentais, como a devida informação prévia do consumidor na contratação de serviços com tempo predeterminado de permanência e o estabelecimento de um período máximo de fidelização desse consumidor. E prevê um engenhoso mecanismo, que pode auxiliar sobremaneira sua escolha: a obrigação de a prestadora oferecer, para cada plano com cláusula de fidelização, um plano alternativo, sem a referida cláusula, informando as diferenças de custo envolvidas, de forma a deixar claras as vantagens e desvantagens desse tipo de exigência.

Entendo, portanto, que as medidas preconizadas pelo PLS nº 559, de 2011, merecem ser acolhidas por esta Comissão.

Proponho, no entanto, um ajuste no que diz respeito ao período máximo de permanência a um plano de serviço, sugerindo que ele seja reduzido de dezoito para doze meses. Isso porque o prazo de doze meses já se encontra previsto, no âmbito infralegal, em resoluções editadas pela Anatel, como a que aprova o Regulamento do Serviço Móvel Pessoal (SMP), conhecido como telefonia celular. Dessa forma, harmonizamos os respectivos mecanismos e, ao mesmo tempo, ampliamos a vantagem do consumidor.

Voto.

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 559, de 2011, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CMA

Dê-se ao § 2º do art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, a ser inserido pelo art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 559, de 2011, a seguinte redação:

“Art. 3º

.....

‘§ 2º O período de permanência a que se refere o § 1º não poderá exceder a doze meses em contratos de adesão.’

.....’ (NR)

É como voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – A matéria está em discussão.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu peço vista da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Vista concedida ao Senador Romero Jucá.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 258, DE 2010 – Não Terminativo –

Institui a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDBR) e dispõe sobre a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural (PNDBR).

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatoria: Senador Anibal Diniz

Relatório: Pela aprovação com as emendas nº 1 e 2-CCJ e com uma emenda que apresenta

Com a palavra o nobre relator.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, eu tenho a impressão que esse projeto foi aquele do qual foi pedido vista, do Senador Sérgio Souza, na última reunião.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Foi pedido vista e foi devolvido. O relatório já foi lido?

Já foi lido. Então, eu submeto à votação.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório do Senador Anibal Diniz.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado, o relatório passa a constituir parecer da CMA favorável ao projeto com as emendas 1 e 2 da CCJ/CMA e nº 3 da CMA.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Estou retirando o item nº 4 pela ausência do relator.

Também o item nº 5, pelo mesmo motivo.

O item nº 6 foi retirado a pedido do Senador Fleixa Ribeiro.

O item nº 7 também será retirado por solicitação do autor.

O item nº 8 pela ausência do relator.

O item nº 9 também pela ausência do relator.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 196, DE 2007

– Não Terminativo –

Acrescenta § 3º ao art. 6º da Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, para determinar que os rótulos das bebidas que menciona especificamente o teor calórico nelas contido e apresentem frase de advertência quanto aos riscos da obesidade infantil.

Autoria: Senador Jayme Campos

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pela aprovação com uma emenda

-A matéria será apreciada em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, porque o projeto é autoexplicativo, vou ler rapidamente algumas partes da análise.

É um projeto que modifica o Código de Defesa do Consumidor em alguns dos seus artigos, incisos e parágrafos, e trata de questão relativa à oferta e apresentação de produtos, sugerindo que essa apresentação deva garantir informações claras, concretas, precisas, para não confundir de maneira nenhuma o consumidor.

Atualmente ressaltamos que, devido à ausência de informação sobre o teor calórico, Sr. Presidente, e de advertência a respeito de malefícios causados pela ingestão abusiva de produtos com elevado teor calórico, entre os quais ganham relevância refrigerantes e as bebidas assemelhadas, o consumidor não dispõe dos elementos necessários para avaliar de forma adequada os riscos inerentes ao consumo dessa bebida. Enfim, ele propõe que, no rótulo dos refrigerantes, conste um alerta para a existência de açúcares. Ele já sugeria qual era o alerta que deveria haver no projeto apresentado originalmente. Eu fiz uma emenda, dizendo que deverá ter essa divergência; entretanto, a mensagem fica a critério do Ministério da Saúde ou da agência de vigilância.

Então esse é o meu parecer favorável, com uma emenda, ao projeto do Senador Jayme Campos.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Para discutir, o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, respeito o autor do projeto, o Senador Jayme Campos, e o relatório da Senadora Vanessa Grazziotin, mas nós queremos encaminhar contrário ao projeto. Na verdade, o teor calórico das bebidas já consta no vasilhame de forma regulamentada em lei. Qualquer advertência a mais, na verdade, achamos excesso. Então vamos encaminhar ao contrário a esse projeto, pela rejeição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam com a aprovação do projeto permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O projeto foi rejeitado.

Rejeitado o projeto, designo o Senador Romero Jucá como relator do vencido.

Na ausência dos relatores dos itens 11 e 12, cuja chegada ainda estamos aguardando, vou solicitar uma inversão de pauta para analisarmos o item 13 da pauta.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 731, DE 2011

– Não Terminativo –

Altera os arts. 18 e 75 da Lei de Crimes Ambientais para elevar os limites das multas penal e administrativa.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatoria: Senador Sérgio Souza

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

– A matéria será apreciada em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Com a palavra o Relator, Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, esse projeto de sua autoria é de importância e relevância nacional, principalmente no que diz respeito aos grandes acidentes ambientais ocorridos em nosso País, o último deles inclusive acarretou uma audiência pública aqui na Comissão. Refiro-me ao vazamento do pré-sal, ocorrido pela exploradora Chevron. O relatório, Sr. Presidente.

Submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 731, de 2011, acima epigrafoado, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg. A proposição seguirá para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa, após a análise na CMA.

O art. 1º da proposição altera a redação dos arts. 18 e 75 da Lei Nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais).

A modificação proposta para o art. 18 eleva de três para cinco o multiplicador incidente sobre o valor das multas estabelecidas pelo Código Penal no caso de a sanção por crime ambiental ser considerada ineficaz ao se analisar a vantagem econômica auferida pelo ilícito, caso da Chevron.

A nova redação do art. 75 da referida lei aumenta os limites de valores das multas administrativas: o inferior de R\$50 para R\$300 e o superior de R\$50 milhões para R\$200 milhões.

No âmbito da CMA, não foram apresentadas emendas.

Análise, Sr. Presidente.

Compete à CMA, nos termos do art. 102-A, II, alínea a, do Regimento

Interno do Senado Federal, opinar sobre matérias atinentes à proteção do meio ambiente, conservação da natureza e defesa dos recursos naturais.

Com relação ao mérito, o autor do PLS nº 731, de 2011, argumenta que os limites das multas previstas na Lei de Crimes Ambientais foram estabelecidos há quatorze anos e não são condizentes com a magnitude dos danos causados nem com as vantagens auferidas pelos infratores.

Cabe, aqui, citar declaração do Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis (Ibama), Sr. Curt Trennepohl, durante audiência pública, realizada em 29 de novembro de 2011, por esta Comissão, em conjunto com a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC), para discutir o vazamento de petróleo na plataforma da empresa Chevron, no Rio de Janeiro. Naquela ocasião, o presidente do Ibama declarou que “se considerarmos o valor do investimento e a lucratividade de uma perfuração dessas, a multa é realmente pequena, pois representa um percentual muito pequeno do lucro que a empresa pode auferir”.

Desse modo, torna-se realmente necessário que os valores das multas relacionadas às atividades que degradam o meio ambiente devam ser aumentados para garantir a proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado, conforme o estabelecido pelo art. 225 da constituição Federal.

Todavia, no tocante à técnica legislativa, o PLS nº 731, de 2011, necessita de modificações com o objetivo de melhorar a sua redação. Convém dispor as alterações da multa administrativa e da multa penal em artigos diferentes, pois apresentam essência e natureza jurídicas diversas. Dessa maneira, propomos que a alteração do art. 18 da Lei nº 9.605, de 1998, seja feita no art. 1º da proposição, enquanto a alteração do

art. 75 da Lei nº 9.605, de 1998, decorra de um art. 2º, renumerando-se o art. 2º original como art. 3º. Além disso, consideramos importante melhor identificar a Lei de Crimes Ambientais na ementa do projeto.

Foi apresentado, Sr. Presidente, um substitutivo especificamente para subdividirmos o art. 1º em dois artigos, separando a multa das ações administrativas da ação penal.

Era esse o relatório, e o voto, Sr. Presidente, é pela aprovação do presente projeto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/ PSB – DF) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam com a aprovação do projeto e com o relatório do Senador Sérgio Souza permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O relatório passa a constituir o parecer da CMA pela aprovação do projeto, com a Emenda nº 1, CMA, Substitutivo.

A matéria segue para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O Item 12 da pauta está sendo retirado a pedido do Relator.

O Item 11, referente ao Projeto de Lei do Senado nº 623, de 2011, tem como Relator o Senador João Vicente Claudino. S. Exª não está presente.

O Item 14 é de autoria do Deputado Jefferson Campos; Relatoria do Senador Lauro Antonio, que também não se encontra.

Então, com a retirada desses dois projetos, agradeço a presença de todos.

Antes de declarar encerrada a reunião, convoco V. Exªs para a reunião da Subcomissão da Água, que vai eleger o Presidente, que será realizada imediatamente após o término desta reunião.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 12 horas e 47 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 6 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 2012, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 18 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dezoito horas do dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores e a Senhora Senadora **Sérgio Souza, Cristovam Buarque, Aloysio Nunes Ferreira, Randolfe Rodrigues, João Capiberibe e Ana Amélia**. Registram presença os Senhores Senadores **Álvaro Dias e Waldemir Moka**, não membros da Comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e realiza a leitura de comunicados. Tem início a apreciação da Pauta: *Audiência Pública*, em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2011 – CRE, de autoria do Senador **Fernando Collor**, aprovado em 1º de março de 2011, que, “*nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam realizados, por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ciclos de audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2011/2012, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca do panorama geopolítico mundial e as perspectivas para a próxima década, especialmente no que tange à política externa, à segurança internacional e defesa nacional, e ao sistema de atividades de inteligência*”. O Presidente convida a compor a Mesa o Embaixador José Botafogo Gonçalves, Vice-Presidente Emérito do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI); o Professor Doutor Darc Antonio da Luz Costa, Presidente da Federação de Câmaras de Comércio e Indústria da América do Sul; o Senhor Thomaz Zanotto, Diretor do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP); e a Doutora Marilene Sguarizi, advogada. A Doutora Marilene Sguarizi faz sua exposição. Fazem uso da palavra a Senadora e os Senadores **Waldemir Moka, Álvaro Dias, Ana Amélia, Sérgio Souza e Cristovam Buarque**. É concedida a palavra ao Senhor Didier César Olmedo Adorno, Ministro da Embaixada da República do Paraguai. Faz sua exposição o Senhor Thomaz Zanotto. O Senador **Cristovam Buarque** faz uso da palavra. O Professor Doutor Darc Antonio da Luz Costa faz sua exposição. O Senador **Cristovam Buarque** faz uso da palavra. O Embaixador José Botafogo Gonçalves faz sua exposição. Fazem uso da palavra os Senadores **Cristovam Buarque e Randolfe Rodrigues**. Após a exposição final dos convidados, e não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, a Reunião é encerrada às vinte e duas horas e três minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza,

Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Declaro aberta a 5ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Segunda Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Comunicados.

O primeiro deles é em relação à tragédia ocorrida na Estação Antártica Comandante Ferraz.

Cumpro com o doloroso dever de registrar a morte de dois valorosos militares brasileiros, vítimas de um trágico incêndio ocorrido na madrugada do último sábado, na Estação Antártica Comandante Ferraz. Faleceram o Suboficial Carlos Alberto de Figueiredo e o 1º Sargento Roberto Lopes dos Santos, enquanto combatiam o fogo, protegendo com suas vidas a retirada dos pesquisadores civis e o trabalho de seus camaradas de armas; ficou gravemente ferido o Sargento Luciano Gomes Medeiros, felizmente fora de perigo e já no Brasil.

São dignos representantes da Marinha do Brasil, na melhor tradição do Almirante Barroso, Barão do Amazonas, quando, na Batalha do Riachuelo, clamava: “O Brasil espera que cada um cumpra com seu dever”. E assim o fizeram, com desassombro e profissionalismo, com coragem e extrema dedicação.

O seu sacrifício enobrece a Marinha e todos nós brasileiros. Deve servir de exemplo àqueles que compreendem, como S. Ex^{as}, as Sr^{as} e os Srs. Senadores desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, certamente o fazem, a importância estratégica do Programa Antártico Brasileiro para o desenvolvimento Científico e Tecnológico nacional. Deve ainda motivar-nos a celeremente reconstruir nossa Estação Antártica, como uma homenagem ao desprendimento e patriotismo desses militares.

Com a anuência das Sr^{as} e Srs. Senadores, farei solicitar ao Ministro da Defesa, S. Ex^a, o Embaixador Celso Amorim, que faça chegar às famílias enlutadas a expressão da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal dos nossos mais profundos sentimentos de pêsames pela terrível perda sofrida.

Da mesma forma, informo que, no próximo dia 6 de março, terça-feira, às 8 horas e 30 minutos, realizaremos audiência pública em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, presidida por S. Ex^a, o Senador Rodrigo Rollemberg, que tomou a iniciativa, a frente da

solicitação dessa audiência conjunta, do Sr. Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, Comunicação e Informática, S. Ex^a, o Senador Eduardo Braga, para, com os Ministros da Defesa e da Ciência e Tecnologia, com S. Ex^a, o Comandante da Marinha, com pesquisador da Universidade do Rio Grande do Sul, Jefferson Simões, e o Professor e ex-Ministro da Ciência e Tecnológica, e também ex-Ministro do Meio Ambiente, Professor José Goldemberg, debater o acidente ocorrido nas instalações da Estação Antártica Comandante Ferraz, bem como sobre todos os aspectos que envolvem o Proantar.

Gostaria de passar à leitura do requerimento, para que faça parte da pauta da nossa próxima reunião, na quinta-feira, requerimento este assinado por S. Ex^a, o Senador Mozarildo Cavalcanti, e por mim subscrito, que solicita ou requer, nos termos do art. 93, inc. II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública em conjunto com as Comissões de Ciência, Tecnologia e Inovação, Comunicação e Informática e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para debater o acidente ocorrido nas instalações da Estação Antártica Comandante Ferraz, sendo convidados para tanto o Sr. Ministro de Estado da Defesa, Embaixador Celso Amorim, S. Ex^a, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, Professor Marco Antonio Raupp, S. Ex^a, o Sr. Comandante da Marinha, Almirante de Esquadra Júlio Soares de Moura Neto, o Professor José Goldemberg, da Universidade de São Paulo, e o Professor Jefferson Simões, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Sala das Comissões, subscreve, como já dito anteriormente, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Fernando Collor.

Por fim, aproveito para, em nome desta Comissão, agradecer aos Governos da Rússia, da Argentina, do Chile, da Polônia, pela imprescindível ajuda prestada pelos integrantes das instalações desses países naquela região por ocasião do incêndio e, posteriormente, do resgate e transporte dos brasileiros que se encontravam na Estação Comandante Ferraz.

Recebemos também do Comando da Marinha algumas informações importantes.

Passo a relacioná-las.

O Comando da Marinha informa que o incêndio ocorreu no dia 25, às duas da manhã, e começou na praça das máquinas, local onde ficam os geradores de energia daquela Estação. Os membros da Marinha do Brasil, os integrantes da Marinha do Brasil prontamente iniciaram o combate ao incêndio e, infelizmente, houve duas vítimas fatais, o Sr. 1º Sargento, Luciano Gomes Medeiros ficou ferido enquanto o Suboficial Carlos Al-

berto Vieira Figueiredo e o 1º Sargento Roberto Lopes dos Santos faleceram durante o combate ao incêndio.

O militar ferido foi transferido para a Estação polonesa Arctowski para receber os primeiros-socorros, posteriormente para a Base chilena Eduardo Frey, em seguida para Punta Arenas. Os 30 pesquisadores, um alpinista que presta apoio às atividades de pesquisa, um representante do Ministério do Meio Ambiente e os 12 funcionários do Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro, que estavam na Estação no momento do incidente, foram transferidos em helicópteros chilenos para a Base chilena Eduardo Frey, de onde partiram em aeronave da Força Aérea argentina para a cidade de Punta Arenas no Chile.

O navio polar, Almirante Maximiano, da Marinha do Brasil, partiu de Punta Arenas em direção à Estação Almirante Comandante Ferraz, para prestar o apoio necessário. Dois navios da Marinha da Argentina e dois botes da Estação polonesa Arctowski estavam nas imediações da Estação brasileira, apoiando as ações. Além disso, três helicópteros da Base chilena Eduardo Frey prestaram apoio.

Ainda no dia 25, o chefe da Estação e mais três integrantes do grupo-base, apoiados por um helicóptero da Força Aérea chilena retornaram à Estação, para uma avaliação inicial; no local, cerca das 17 horas, de Brasília, do último dia 25 de fevereiro, essa equipe localizou os corpos dos dois militares desaparecidos.

Os corpos foram transferidos para a Base chilena Eduardo Frey, onde permaneceram até o seu transporte para o Continente, na cidade de Punta Arenas, no Chile, sendo que sua chegada à Base Aérea do Galeão está prevista para amanhã pela manhã, dia 28, quando será realizada uma cerimônia militar de homenagem póstuma.

O militar ferido, o 1º Sargento Luciano Gomes Medeiros, foi recebido em Punta Arenas, por um médico da Marinha do Brasil e transferido para o hospital das Forças Armadas do Chile. A Marinha prestou apoio total às famílias dos militares falecidos e do ferido.

A avaliação preliminar da equipe do Grupo-Base, que esteve na Estação brasileira, indica que aproximadamente 70% das instalações foram destruídas pelo fogo; o prédio principal da Estação, onde ficavam a parte habitável e alguns laboratórios de pesquisa, foi completamente atingido pelo incêndio, tendo permanecido intactos os refúgios, que são os módulos isolados para casos de emergência, os laboratórios de meteorologia, de química e de estudo de alta atmosfera, os tanques de combustíveis e o heliponto da Estação, que são estruturas isoladas do prédio principal.

Os trinta pesquisadores, o alpinista, o representante do Ministério do Meio Ambiente e os doze do Ar-

senal de Marinha do Rio de Janeiro, juntamente com o militar ferido, que se encontravam em Punta Arenas recebendo todo apoio da Marinha, decolaram às 15 horas do dia 26, ontem, chegando hoje a uma hora da madrugada à Base Aérea do Galeão, no Rio de Janeiro, com escala na cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, entre 20h30 e 21h, de ontem, em aeronave da Força Aérea Brasileira, de onde quatro pesquisadores desembarcaram.

Amanhã, como já foi dito, estarão chegando os corpos dos Tenentes Carlos Alberto Vieira Figueiredo e Roberto Lopes dos Santos à Base Aérea do Galeão, às 9 horas da manhã. E uma cerimônia de homenagem póstuma lhes será prestada pela Marinha e pelas Forças Armadas Brasileiras, conforme já colocado.

Terceiro Comunicado sobre o quarto Ciclo de Audiências Relato do 1º Painel.

A Comissão de Relações Exteriores realizou no último dia 13 a primeira audiência pública deste ano sobre os rumos da política externa brasileira, cujo quarto ciclo será dedicado aos temas da agenda internacional.

Para discorrer sobre a imigração haitiana para o Brasil, objeto do 1º Painel, foram convidadas autoridades públicas diretamente envolvidas no assunto.

A audiência pública obedeceu a requerimento de S. Ex^{as} os Srs. Senadores Eduardo Braga e Jorge Viana e contou com a participação dos representantes dos Estados do Acre e do Amazonas e dos Exm^{os} Srs. Representantes do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Justiça.

O primeiro expositor foi o Secretário de Justiça e Direitos Humanos do Acre, Deputado Federal Nilson Mourão, que nos trouxe a informação de que, dos 2.300 haitianos que chegaram ao Brasil pelo Estado do Acre, restam apenas 60 deles na cidade fronteiriça de Brasília, escolhida por eles como local de entrada no País.

Revelou o Secretário que, assim que o primeiro grupo de haitianos chegou em dezembro de 2010, o governador do Estado determinou que fosse prestada imediata assistência humanitária a esses imigrantes, por tratar-se de uma questão envolvendo direitos humanos.

O governo do Estado lhes garantiu pousada, três refeições diárias, acompanhamento de longo processo de documentação, assistência à saúde e passagem por via terrestre para que pudessem continuar viagem para outras localidades no Brasil.

Ficou evidente, segundo informou, que os imigrantes haitianos não vieram ao Brasil para se instalar no Acre, utilizando o Estado apenas como passagem. Mas ali ficavam retidos, aguardando processamento do seu pedido de refúgio junto à Polícia Federal, que demorava mais de cinquenta dias.

Após entrevistar-se com um grupo de imigrantes, o Secretário Nilson Mourão convenceu-se de que o fluxo não consistia em um movimento espontâneo, mas de rota organizada por agenciadores de seres humanos, conhecidos por coiotes. Por isso, o Governador entrou em contato com o Governo Federal, que enviou ao Estado quatorze toneladas de alimentos.

Em janeiro deste ano, o número de haitianos no Acre ainda era de 1.250. O Ministério da Saúde enviou R\$1,5 milhão para o governo do Acre, assim como o Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome, que contribuiu com R\$360 mil.

O governo daquele Estado fez um chamado à iniciativa privada brasileira para que cumprisse com sua responsabilidade social. E de acordo com seu interesse, contratasse os imigrantes haitianos que se encontravam no Acre.

O Secretário considera a situação no Estado resolvida, no Estado do Acre, e a sua missão cumprida, ressaltando que o modelo de apoio humanitário empreendido pelo governo do Acre com a contribuição decisiva do Governo Federal, dos empresários e de vários setores, foi o correto e que o Brasil pode e deve receber mais haitianos, desde que de maneira regular.

A propósito, S. Ex^a o Senador Luiz Henrique informou a este Colegiado que somente uma empresa em Chapecó, em Santa Catarina, já havia contratado cerca de trinta integrantes desse grupo de haitianos que entram em território brasileiro pelo Estado do Acre.

Concluindo, o Secretário alertou para a existência de trezentos haitianos retidos em condições bastante precárias na cidade peruana de Iñapari, na fronteira com cidade acreana de Assis Brasil, para quem o governo de seu Estado tem enviado alimentos. A cidade peruana tem apenas 1.500 habitantes.

O segundo expositor foi o Prefeito da cidade amazonense de Tabatinga, Saul Nunes Bemerguy.

Trata-se de um Município estratégico na fronteira com o Peru e a Colômbia, acessível apenas por via aérea ou fluvial e fica a 1.700 quilômetros de barco até a capital, Manaus, cuja viagem dura uma semana.

A passagem aérea de Tabatinga até Manaus é uma das mais caras do País e varia de R\$ 600,00 a R\$ 1.600,00.

Os haitianos começaram a chegar a Tabatinga já em fevereiro de 2010. O prefeito citou dados da Pastoral da Mobilidade Humana da Diocese do Alto Solimões, segundo os quais, só em 2011, entraram 2.842 haitianos na cidade. Ele acredita que cerca de quatro mil haitianos entraram no Brasil por Tabatinga.

Depois de 13 de janeiro, data da publicação da resolução que criou o visto especial para os haitianos, resolução do Governo brasileiro, chegaram à cidade

340 novos imigrantes que lá se encontram retidos, sem o referido visto e sem condições de voltarem, nem dirigir-se à capital do Estado. Ainda há, segundo informou, cerca de setecentos haitianos naquela cidade.

Em seguida, o Diretor do Departamento de Imigração e Assuntos Jurídicos do Ministério das Relações Exteriores, Ministro Rodrigo do Amaral Souza, ressaltou que, como os haitianos necessitam de visto para entrada no Brasil, esses imigrantes sem o referido documento e certamente instruídos por alguém, começaram a chegar às nossas fronteiras, solicitando refúgio, pedido que demora a ser processado.

Essa espera criou uma situação complicada para os pequenos municípios fronteiriços do norte do País, que não estavam preparados para receber tal número de estrangeiros.

Explicou o diplomata que todos os pedidos de refúgio devem ser analisados pelo Comitê Nacional de Refugiados, o Conare, e um colegiado presidido pelo Ministério da Justiça, do qual o Itamaraty faz parte.

O Conare entendeu não haver base que justificasse a concessão de refúgio para esses imigrantes haitianos, porém, por uma questão humanitária, o Colegiado, em vez de simplesmente indeferir os pedidos, decidiu enviar as solicitações ao Conselho Nacional de Imigração, presidido pelo Ministério do Trabalho e Emprego, que tomou a decisão de autorizar a permanência desses haitianos no Brasil, amparado em razões de caráter humanitário.

Até o momento, foram autorizadas mais de 1.300 permanências das solicitações enviadas ao Conare.

E, a partir do final do ano passado, revelou o diplomata, a solicitação de refúgio passou a perder sustentação, tanto pelo grande espaço de tempo decorrido desde o terremoto que devastou aquele país em 2010, quanto pela constatação de que os haitianos estavam recorrendo a redes internacionais de traficantes de imigrantes, conhecidos como coiotes, e utilizando-se do pedido de refúgio na tentativa de escapar da legislação migratória brasileira, que lhe impunha a necessidade de visto para ingressar no nosso País.

Ao mesmo tempo, a situação nas cidades de Brasília, no Acre, e Tabatinga, no Amazonas, agravava-se de tal forma que poderia transplantar a tragédia humanitária do Haiti para o território brasileiro.

Diante disso, o Conare decidiu não mais acolher tais solicitações de refúgio a partir do início deste ano.

A medida provocou um crescimento vertiginoso de chegada de haitianos no Brasil da segunda quinzena de dezembro à primeira quinzena de janeiro passado, tornando insustentável a situação nas cidades fronteiriças.

Assim, o Governo decidiu baixar uma resolução normativa, publicada no dia 13 de janeiro último, criando um novo tipo de visto permanente, reservado exclusivamente a nacionais do Haiti, desde que sejam portadores de passaporte e não tenham antecedentes criminais, sem a necessidade de comprovar qualificação profissional ou contrato de trabalho com empresa brasileira, como se exige dos demais estrangeiros.

O Governo decidiu também regularizar a situação de todos aqueles 4.500 que já se encontravam no País até o dia 13 de janeiro. Revelou o diplomata que a Presidenta, Sua Excelência Sr^a Dilma Rousseff, quando esteve no Haiti no último dia 1º de fevereiro, anunciou com muita ênfase essa nova medida, durante sua visita. Informou também que o novo tipo de visto tem uma limitação quantitativa de 1.200 por ano. Número esse que o Governo acredita ser suficiente num primeiro momento, para atender a demanda, uma vez que o postulante pode trazer seus dependentes.

Por fim, ele informou das conversações que estão sendo mantidas entre os Governos do Brasil e do Peru sobre a melhor maneira de encaminhar o problema dos haitianos que se encontram na fronteira com o Acre. E disse que o Brasil espera da parte do Peru empenho em combater as redes de coiotes e em controlar suas fronteiras, para impedir que situações como essas se repitam.

Quanto aos cerca de 350 haitianos que chegaram a Tabatinga após 13 de janeiro, eles se encontram ainda em situação clandestina. E o Governo aguarda a conclusão das negociações com o Peru, para que o Conselho Nacional de Imigração sugira à Casa Civil medidas a serem tomadas para regularizar a situação destes e dos que estão na cidade peruana de Iñapari.

Por sua vez, o Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador Eduardo Gradilone Neto, revelou-nos sua preocupação em defender que os outros países destinem aos brasileiros que se encontram no exterior o mesmo tipo de tratamento que aplicamos com relação aos estrangeiros que vêm ao Brasil, procurando dissociar a migração da criminalidade, principalmente nos países desenvolvidos com políticas migratórias muito rígidas.

Explicou que, da mesma forma que pedimos a esses países mais facilidade à regularização migratória, damos como exemplo o que ocorre no Brasil, que tem uma política de migração aberta e que vem promovendo, ao longo das últimas décadas, várias anistias migratórias para evitar o perigo maior da associação entre a migração e a criminalidade.

Segundo o embaixador, o Brasil tem tido nessas negociações o cuidado de evitar o uso da palavra ile-

gal, para designar o indocumentado ou irregular, por entender que há uma grande diferença entre uma pessoa que procura ganhar a vida honestamente e aquela que o faz desonestamente. Na sua opinião, o imigrante que trabalha sem a documentação regular não pode ser equiparado a um terrorista, a um narcotraficante ou a um recrutador de pessoas. Ele entende que, se não fizermos essa diferenciação, não conseguiremos tratar separadamente os casos dos indocumentados e o dos criminosos.

Com relação ao Haiti, recordou o embaixador que o Brasil tem uma cooperação muito sólida com aquele país em várias áreas. A intenção do Governo brasileiro, segundo revelou, é de regularizar a situação dos haitianos e evitar que fiquem à mercê dos coiotes. Para ele, o tratamento que o Brasil está dedicando aos haitianos nos permite pleitear junto a outros países o mesmo tratamento para os brasileiros no exterior. Ou seja, que facilitem a regularização migratória dos brasileiros.

Concluindo as exposições desse primeiro painel, o Secretário Executivo do Ministério da Justiça e ex-Ministro Luiz Paulo Ferreira Barreto lembrou que a sociedade brasileira formou-se a partir de migrações, o que criou no País um conceito favorável, permitindo que o fenômeno seja visto pelos brasileiros como um fator de integração e não de competição ou de exclusão.

O caso dos haitianos, segundo ele, preocupou a sociedade brasileira como um todo e o tema tem sido tratado de maneira construtiva na busca de soluções e de um atendimento a uma situação de emergência. Na sua opinião, a chegada dos haitianos a partir de janeiro de 2010 era, de certa forma, previsível em virtude da presença de brasileiros na reconstrução daquele país, o que levou os haitianos a ver o Brasil como um país amigo e próximo.

Revelou-nos também que uma missão do Ministério da Justiça dirigiu-se ao Acre e ao Amazonas para avaliar por que os haitianos estavam entrando no Brasil por aquelas localidades e pedindo refúgio.

Em seguida, outra missão foi realizada no Equador e no Peru, tendo verificado que a entrada dos haitianos no Brasil pelas fronteiras do norte devia-se à existência de um voo Haiti/República Dominicana/Equador.

Segundo ele, o Equador tem uma política a que chamam de cidadania global, que não exige visto para quase nenhuma nacionalidade. Isso permite com que os haitianos cheguem sem problemas a Quito. A partir de lá, empreendem viagem de caminhão, ônibus ou mesmo a pé até chegar ao território brasileiro.

A missão apurou também que os haitianos foram atraídos por notícias de que as construções das usinas hidrelétricas no norte do Brasil poderiam gerar até 25

mil empregos diretos. E muitos do que para aqui se dirigiram tinham formação no setor da construção civil.

Detectou-se também que esses haitianos estavam sendo assistidos por coiotes e máfias, que durante anos se especializaram em colocar nos Estados Unidos, pela fronteira com o México, imigrantes de várias nacionalidades. Junto com os haitianos, o ministério descobriu que entraram também, no Brasil, imigrantes do Afeganistão, do Paquistão, de Bangladesh e da China, utilizando-se do mesmo procedimento, do mesmo fluxo migratório.

Na busca de uma solução capaz de combater a atuação criminosa dessa máfia, sem ferir os imigrantes haitianos, o Governo brasileiro decidiu criar uma nova categoria de visto humanitário para os haitianos e regularizar a situação daqueles que aqui já se encontravam. Nenhum deles pode ser considerado refugiado, pois não se enquadram nos critérios estabelecidos pela Convenção de Genebra. Além disso, não interessa ao Brasil incentivar uma diáspora de haitianos, pois a reconstrução por que passa aquele país necessita do concurso dos haitianos e não da saída de cérebros e mão de obra qualificada.

A solução encontrada pelo Governo brasileiro tem dado certo, concluiu o Secretário Executivo ao informar que medidas emergenciais para assistência social e acolhida dos haitianos serão dadas ao Estado do Amazonas, como a que foi oferecida ao Acre, ou a qualquer outro Estado brasileiro que delas necessitar.

Por fim, observo que, na ocasião, com a anuência de S. Ex^{as}, os Senadores presentes, solicitei que o Secretário Executivo, doutor e ex-Ministro Luiz Paulo Barreto convocasse uma reunião interministerial para o dia seguinte, terça-feira, 14 de janeiro, oportunidade em que foram tomadas todas as decisões objetivas para solucionar o drama vivido pelos haitianos no Estado do Amazonas.

A propósito, no dia 15, no dia seguinte, portanto, à reunião convocada pelo Secretário-Geral do Ministério da Justiça, recebi correspondência do Dr. Luiz Barreto relativa a essa reunião, que passo a ler. Diz ele:

Sr. Presidente, tendo participado de audiência pública nessa comissão presidida por V. Ex^a, na última segunda-feira, dia 13 de fevereiro, com o intuito de discutir a situação dos haitianos no Brasil, venho por meio do presente informar que, no dia seguinte, promovi reunião no Ministério da Justiça, com a participação dos Ministérios das Relações Exteriores, Saúde, Desenvolvimento Social e Integração Nacional, Trabalho e Emprego, Gabinete de Segurança Institucional, além da Agência Brasileira de Inteligência e Polícia Federal, com a presença dos Srs. Senadores Eduardo Braga, Cristovam Buarque, Eduardo Suplicy e Vanessa Gra-

zziotin. Na mencionada reunião, com o pleno acordo dos referidos Senadores, foi decidido maior apoio do Governo Federal ao Estado do Amazonas, notadamente nas áreas de saúde e de assistência social, a fim de melhor atender às demandas dos haitianos naquele Estado, bem como pela rápida análise de casos remanescentes que não foram atendidos pela regularização imigratória no Brasil.

Assina o Secretário Executivo Luiz Paulo Barreto.

Essa comunicação já havia sido lida na reunião do último dia 16 e dada participação aos Exm^{os} Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras integrantes desta comissão.

Lembro a V. Ex^{as}, Sr^{as}. e Srs. Senadores, que, no próximo dia 2 de março, será realizada a segunda visita de inspeção das providências logísticas dos preparativos da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20.

Serão visitados o Rio Centro, local da Conferência em si, o Parque dos Atletas, onde serão realizadas atividades paralelas dos governos estrangeiros, igualmente dos diferentes ministérios do Governo Federal e o PIER, uma das sedes destinadas à sociedade civil.

O Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, Secretário Nacional da Comissão da Rio+20, e o Ministro Laudemar Gonçalves, Secretário Executivo da Rio+20, estarão acompanhando as Sr^{as} e os Srs. Senadores durante a visita de inspeção para prestar todos os esclarecimentos necessários e informar dos andamento dos trabalhos.

Solicito, portanto, às Sr^{as}. Senadoras e aos Srs. Senadores que têm interesse em participar da mencionada visita, que informe à secretaria desta Comissão, o mais rápido possível, já que a viagem será na próxima sexta-feira.

Da Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu esta Comissão recebe o seguinte ofício, objeto inclusive do tema da nossa audiência pública na noite de hoje:

Encaminhamos, para o conhecimento de V. Ex^{as}, membros da Comissão de Relações Exteriores, cópia do anexo Ofício 11/12, encaminhado à Exm^a Sr^a Ministra Chefe da Casa Civil, Sr^a Gleisi Hoffmann, solicitando providências que viabilizem a formação de uma comissão, para analisar os recentes conflitos de terras no Paraguai. Sem mais para o momento, agradecemos a atenção dispensa e coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Diz o Ofício 11/12, encaminhado à Exm^a Sr^a Ministra Chefe da Casa Civil, Sr^a Gleisi Hoffmann.

Exm^a Sr^a Ministra, estamos acompanhando atentamente a situação constrangedora como estão sendo tratadas as milhares de famílias de brasileiros, autodenominados “brasiguaios”, que vivem na República Federativa do Paraguai, mais especificamente nas

regiões departamentais de Santa Rita, Santa Rosa, Nahara, Caninde, Na Kunai, que estão sendo expulsos das terras depois de 40 anos de conquista por um espaço produtivo e terras cedidas pelo próprio governo paraguaio e que hoje estão legalizadas, através de documentação, registradas em cartório e reconhecida pelo governo daquele país.

Somos sabedores de que hoje as terras cultivadas por famílias de brasiguaios são responsáveis por cerca de 90% do PIB paraguaio, o que ajuda na movimentação financeira daquele país. Ressaltamos esse dado para que possamos repassar a V. Ex^a a nossa indignação em vermos aproximadamente 350 mil brasileiros sendo expulsos de suas terras, após ações de invasores, que, de posse de armas de fogo e brancas, estão causando pânico e situação de perigo.

Solicitamos uma intervenção imediata do Ministério das Relações Exteriores, do Conselho Nacional de Imigração junto ao governo da República Federativa do Paraguai, solicitando proteção aos brasileiros que vivem, trabalham e constituíram família naquele país de forma que isso possa ser resolvido dentro do mais breve espaço de tempo possível.

Sugerimos a formação de uma comissão, formada por senadores, deputados e representantes do Governo Federal, para que de uma forma direta se demonstre às centenas de milhares de brasiguaios que eles podem contar com a força representativa em cada esfera Federal.

Este documento está sendo enviado a S. Ex^a, Sr^a Ministra Gleisi Hoffmann, com cópia aos Srs. Senadores: Roberto Requião, Alvaro Dias e Fernando Collor, e Deputados Federais: Eduardo Sciarra, Abelardo Lupion, Alex Canziani, Alfredo Kaefer, Dilceu Sperafico, Fernando Diacobo, Ratinho Jr., Rubens Bueno e Zeca Dirceu ao Ministério das Relações Exteriores e às embaixadas de ambos países.

A presente reunião da noite de hoje destina-se à realização do 2º Painel Relações do Brasil com os Países Sul Americanos: Venezuela, Bolívia, brasileiros proprietários de fazendas na fronteira, Paraguai, brasiguaios. Aqui acolhemos todos os brasileiros que trabalham pelo desenvolvimento do nosso país amigo, com as suas atividades agrícolas naquela região. Saudamos a presença de todos os senhores. Sejam muito bem vindos a esta Casa.

E também da Argentina, consequências para a economia brasileira de medidas adotadas pela Argentina recentemente.

Posição do Mercosul em fase da atual conjuntura em nosso subcontinente, integrando o 4º Ciclo, intitulado Temas da Agenda Internacional, da Sede

de audiências públicas, rumos da política externa brasileira 2011/2012.

Gostaria, antes de convidar os palestrantes da noite de hoje para tomar assento à mesa, de agradecer a presença, nesta Comissão, dos Srs. Membros do Corpo Diplomático, V. Ex^a, Sr. Embaixador Horácio Sevilla Borra, Embaixador do Equador; V. Ex^a, Embaixador Diabi Mmualefe, Embaixador da República de Botsuana; Sr. José Prada, Conselheiro da Embaixada de Espanha; Sr. Didier Cesar Olmedo Adorno, Ministro da Embaixada da República do Paraguai; Sr. Abdelhamid Rahmani, Ministro Conselheiro da Embaixada da Argélia; Sr. Efren Armando Martín Pimentel, Ministro Conselheiro da Embaixada da República Bolivariana, da Venezuela; Sr. Aleksandr Tserkovsky, Conselheiro da Embaixada de Belarus no Brasil; Sr. Leo Vinovezky, Conselheiro político da Embaixada de Israel; Sr. Jorge Luís Mendes, Primeiro-Secretário da Embaixada da República de Guiné Bissau; Sr^a Andreas Smenck, Primeira-Secretária da Embaixada da República da Eslovênia; Sr. David Reset, Segundo-Secretário da Embaixada da República Islâmica do Irã.

Para proferir as palestras de hoje e debater o tema, foram convidados os seguintes especialistas e autoridades, aproveito e convido para que tomem assento à mesa, dando-lhes as melhores boas-vindas dos integrantes desta Comissão: Sr. José Botafogo Gonçalves, Vice-Presidente Emérito do Centro Brasileiro de Relações Internacionais; Sr. Professor Darc Antonio da Luz Costa, professor da Escola Superior de Guerra – ESG –, Sr. Thomaz Zanotto, Diretor do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP –, Dr^a Marilene Sguarizi, advogada e representante dos chamados brasiguaios, brasileiros, indômitos trabalhadores que estão lá naquele país amigo, Paraguai, há cerca de 40 anos, trabalhando para o desenvolvimento da sua lavoura, conseqüentemente, do desenvolvimento do país amigo, Paraguai.

Peço que V. S^{as} que tomem assento à mesa dos trabalhos. *(Pausa.)*

Iniciando, então, a palavra será dada aos nossos palestrantes, ouviremos a Dr^a Marilene Sguarizi, que irá nos dar um quadro da situação em que se encontram os brasileiros que hoje vivem na região fronteira com o Brasil e a República do Paraguai.

V. Ex^a, Dr^a Marilene Sguarizi, tem quinze minutos para fazer a sua exposição.

A SR^a MARILENE SGUARIZI – Exm^o Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Fernando Collor de Mello; Senador Sérgio Souza; Embaixador José Botafogo; Prof. Darc; Dr. Thomaz Zanotto; Senadora Ana; Senador Aloysio; Sr^{as} e Srs. Congressistas,

e todos os presentes, assim como a comissão e a comitiva, como representante dos brasileiros no exterior, juntamente com a comitiva, estamos nesta digna Casa, a qual nos enche de orgulho e de esperança, ao mesmo tempo, ao poder comunicar a V. Ex^a o motivo da vinda, em busca de apoio, com a certeza de que retornaremos às nossas casas com a confiança de que os senhores poderão encaminhar adequadamente os nossos pedidos às instituições correspondentes e ao mais alto nível do Governo Brasileiro e Paraguai.

Para entender, de forma sistemática, o problema que vem ocorrendo no Paraguai com os referidos imigrantes, pode-se dizer que o processo de imigração dos brasileiros no Paraguai ocorreu entre as décadas de setenta e oitenta, quando as leis da reforma agrária do Paraguai eram bastante flexíveis e as terras do Estado podiam ser adquiridas facilmente por nacionais de qualquer país, bastando radicar-se permanentemente no país.

O Instituto de Bem Estar Rural – IBR, atualmente Indert – regulava as vendas das terras estatais, tendo em vista as facilidades determinadas pela lei, muitos brasileiros migraram com as famílias para tentar uma nova vida no Paraguai. As leis da República não delimitavam regra para as vendas aos estrangeiros. Sendo assim, formou-se a grande comunidade de um total aproximado de 350 mil brasileiros, incluindo os filhos que nasceram no Paraguai.

Esses brasileiros chegaram com as suas famílias ou formaram famílias no local, e novas gerações foram nascendo no país, há mais de quatro décadas inteiras. E as pessoas, brasileiros e migrantes, seus filhos paraguaios, receberam a alcunha de brasiguaios.

O início da colonização foi árduo e sofrido. Abrindo caminhos, desbravaram regiões inóspitas na mata virgem, atravessando rios com pontes feitas de pau a pique, como podemos observar nas fotos que irei mostrar. Em caso de doença, percorriam muitos quilômetros em busca de auxílio, em condições muito precárias. Tudo isso, porém, não foi motivo para desanimar esses corajosos agricultores brasileiros que cultivaram a terra e progrediram. Esse desenvolvimento permitiu levar a boa imagem do Brasil ao mundo e é responsável também pelo fato de o Paraguai ser reconhecido mundialmente como o quarto país maior produtor de grãos, levando comida aos nossos conterrâneos.

Recentemente, a legislação começou a ser alterada, dificultando a vida dos imigrantes. No ano de 2004, com o advento da Lei nº 2.419, iniciou-se a proibição e a limitação de venda de terras do Estado a brasileiros, argentinos e bolivianos. No ano de 2005, surgiu a Lei nº 2.532, que limita e protege a linha de fronteira.

Contudo, tal lei previu em seu art. 6º a proteção dos direitos adquiridos de estrangeiros e seus herdeiros.

Essa lei foi regulamentada recentemente, no ano passado, pelo Decreto Presidencial de nº 7.525.

Muitas áreas de terras no Paraguai são de propriedade de brasileiros imigrantes, de seus filhos paraguaios por nascimento, responsável por grande parte do sucesso da agricultura daquele país e por seu desenvolvimento econômico crescente. As terras, vale ressaltar a V. Exª, estão devidamente documentadas.

Os preconceitos sofridos por esses imigrantes, chamados “brasiguaios”, é válido ressaltar, são de uma minoria, usada com uma máscara de ambição de grupos que, sob a bandeira da nacionalidade e movidos por falta de informação, desejam ver os brasileiros e seus herdeiros, nascidos em território paraguaio, expulsos de suas terras.

As invasões que ocorrem hoje, no Paraguai, são com bandeira de nacionalismo; têm sido utilizadas por pessoas que se denominam carpeiros; grupos organizados que se dizem sem-terras, cujo financiamento se ignora a fonte; invadem propriedades, destroem lavouras cultivadas ou impedem o cultivo de novas plantações; agridem e atacam, no intuito de expulsarem pela violência ou pelo medo os colonos brasileiros.

A verdadeira razão dos ataques aos brasileiros e às suas famílias é a fertilidade das terras que possuem, ao longo de mais de quarenta anos de trabalho árduo e de desenvolvimento da agricultura. Os brasileiros são atualmente donos legítimos das terras cultiváveis do Paraguai. Atualmente, são cinco os departamentos afetados com as invasões pelos chamados carpeiros, que são: Alto Paraná, Canindeyú, Itapúa, Caaguazú e Caazapá.

Está ocorrendo uma total falta de ação por parte das forças policiais paraguaias. A vida e os direitos dos agricultores não estão sendo protegidos pelas instituições paraguaias, a tal ponto que houve uma quebra do estado de direito.

Desse modo, Srs. Parlamentares, agravam-se outras normas constitucionais. Na atualidade, a força de trabalho dos imigrantes é responsável por grande porcentagem de agricultura do Paraguai. Isso gera milhares de dólares em exportação de produtos agrícolas e outros milhares em importação de maquinarias, principalmente do Brasil, representando 14,5% do Produto Interno Bruto paraguaio.

A intenção dos grupos invasores é clara: a posse da terra. O discurso tortuoso é mascarado pelo nacionalismo absurdo e não reconhece os direitos adquiridos que têm os brasileiros e seus filhos, direitos esses consagrados pela lei. A política xenofóbica manipula os ignorantes, serve aos propósitos de grupos com

interesses econômicos e políticos fortes e afeta diretamente o setor produtivo, fomentando um desequilíbrio social e econômico ao país.

A luta dos brasileiros residentes no Paraguai é árdua contra as invasões. Sua instabilidade é permanente, vez que seus direitos não têm encontrado o devido respaldo nas autoridades paraguaias. Decisões judiciais que garantem a terra aos brasileiros e suas famílias não conseguem ser cumpridas por falta de determinação superior e por falta de vontade política.

Juridicamente há amparo ao imigrante. Encontra-se nas cortes paraguaias o sustento exato e suficiente de argumentos para comprovar os direitos dos brasileiros e seus herdeiros; esses direitos adquiridos há mais de quarenta anos de trabalho honesto e direto nas terras dos Paraguai, comprados e pagos legalmente.

Há de acordar que nos Estados democráticos de direito, os direitos adquiridos devem ser respeitados. Leis novas não podem retroagir para danificar situações consolidadas pelo tempo, conforme estabelece o próprio artigo da Constituição Nacional do Paraguai, art. 14, a irretroatividade da lei.

Por mais recente que seja a democracia em nossos países, faz parte da sustentabilidade do sistema garantir os direitos individuais, o direito à propriedade, o direito à nacionalidade e os direitos adquiridos, conforme estabelece o art. 109 da Constituição Nacional, em que se garante a propriedade privada.

Admitir qualquer forma de violação a esses direitos, seja em nome da xenofobia, patriotismo exacerbado ou segurança nacional, é admitir o retorno dos regimes ditatoriais, que não é o anelo do Brasil ou o do Paraguai.

Os arts. 46 e 47 da Constituição Nacional são claros e relação aos direitos da igualdade, da mesma forma como a Lei de Imigração, art. 21, estabelece que qualquer pessoa estrangeira residente no Paraguai deverá ter os mesmos direitos adquiridos de um co-nacional paraguaio, o que, infelizmente, neste momento, não está ocorrendo.

Consentir com o que vem ocorrendo com os brasileiros no exterior e com as suas famílias é precedente de alta periculosidade, o que pode desencadear o nascimento de outros movimentos nacionalistas de riscos internacionais.

Promessas de regularizar a situação não têm sido efetivas e as tratativas de diálogo não têm estancado a onda de horror instalada por grupos armadas, cujo único intento é a obtenção das terras férteis, sem qualquer esforço, independente dos meios e das escusas.

Srs. Parlamentares, estamos aqui nesta Casa em rogo de auxílio para estas questões. Faz-se necessária a intervenção do Governo brasileiro não apenas para

proteger os seus nacionais residentes em outros países, mas, sobretudo, para garantir a democracia em nosso continente.

Permito-me concluir, Excelência, com a obrigação de peticionar às altas autoridades legislativas e a esta Comissão interveniente que os povos brasileiro e paraguaio estão desejos de paz. Requerem a V. Ex^{as} as providências, aos mais altos níveis do Governo brasileiro. Que rogue e que inste ao seu par e aos poderes de Estado da República do Paraguai o respeito aos direitos constitucionais que possuem os colonos agricultores residentes naquele país, conforme o seu próprio ordenamento jurídico e estrutura de normas legais aplicáveis estabelece para garantir a vida e os bens dos milhares de brasileiros e suas famílias para o desenvolvimento de todo o continente.

Se me permite V. Ex^a, eu gostaria de terminar agradecendo pela oportunidade de estarmos nesta digna Casa para explicar um pouco a situação que vem ocorrendo no Paraguai. Agradecemos a sua generosidade e a sua atenção por abrir-nos as portas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a Dr^a Marilene Sguarizi pela sua explanação.

Hoje, como temos temas da questão relativa às nossas relações com a Venezuela, com a Bolívia, a questão do Mercosul e a questão do Paraguai, vamos então fazer a discussão em bloco.

Primeiro, vamos tratar da questão do Paraguai, baseada na exposição feita pela Marilene Sguarizi e, pela ordem de inscrição, passo a palavra para fazer as suas indagações a S. Ex^a Waldemir Moka.

Tem V. Ex^a a palavra.

Em seguida, por ordem de inscrição, o Senador Alvaro Dias, Senador Aloysio Nunes, Senadora Ana Amélia e Senador Sérgio Souza.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, primeiro quero deixar claro que não faço parte da Comissão de Relações Exteriores. Sou Vice-Presidente da Comissão de Agricultura e, é claro, esse assunto chegou à Comissão de Agricultura, e chegamos... Aqui, o Senador Sérgio Souza – esse, sim, tem assento nas duas comissões – propôs até uma comissão externa de Senadores, para que pudéssemos inicialmente conversar no Itamaraty, o Governo brasileiro, mas a finalidade é, se possível, acompanhar de perto e, eventualmente, uma visita ao Congresso paraguaio.

Eu quero, Sr. Presidente, ser muito cauteloso. Sou nascido e criado na fronteira. Minha cidade é Bela Vista. Portanto, conheço bem o lado brasileiro e conheço bem o lado paraguaio. O que me preocupa

é exatamente isto: temos de ter cautela no sentido de não ferir a soberania paraguaia. Isso é importante que o Congresso brasileiro tenha.

Mas, ao mesmo tempo, não podemos deixar, por conta dessa questão da soberania, que uma injustiça flagrante esteja acontecendo, sem que o Congresso brasileiro também possa dizer que está atento a isso, porque o que está acontecendo lá, salvo melhor juízo, mas agora confirmado pela Dr^a Marilene, não tem embasamento legal algum.

Eu conheço essa história! Há quarenta anos, brasileiros, sobretudo do Sul do País, como foram para o meu Estado, o Mato Grosso do Sul, foram atraídos até... Mas compraram, adquiriram propriedades. Estão lá há quarenta anos! A maior parte deles, com filhos nascidos no Paraguai. Portanto, paraguaios de direito e de fato. E, mesmo assim, essas propriedades estão hoje sendo questionadas.

Essa questão da faixa de fronteira, quando da lei de 2005, ela deixou clara que seriam respeitados os direitos adquiridos. Então, o que acontece na prática: há uma intimidação por pessoas – há essa informação – armadas. Tiram um grupo de uma propriedade, eles saem e, logo em seguida, invadem uma outra propriedade ou próximo dali.

Eu, particularmente, estou muito preocupado.

Sr. Presidente, olhe, que está falando aqui um Senador que tem um enorme respeito. Conheço a tradição paraguaia, conheço a música paraguaia e me arriscaria até um diálogo em guarani, porque como médico que fui, aprendi isso para tender a população vizinha da minha querida Bela Vista.

Então, eu conheço isso muito de perto e estou muito preocupado porque eu nunca vi antes algo parecido com isso. Ao longo da minha vida – tenho 60 anos, muitos dos quais ali na fronteira – nunca tinha visto, Dr^a Marilene, nada parecido com isso. É realmente uma coisa violenta e intimidadora. Eu acho que o Congresso Nacional e V. Ex^a, que preside a Comissão de Relações Exteriores... Eu gostaria de aí, se me permitisse, como membro da Comissão de Agricultura, mas aqui autorizado pelo Presidente da Comissão Acir Gurgacz, que a Comissão de Agricultura está acompanhando isso de perto. Nós vamos até o Governo brasileiro, à Presidente Dilma, à Ministra Chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, que conhece, até porque o Departamento de Alto Paraná tem muita ligação com o Paraná.

Mas, quanto a isso o meu colega Sérgio Souza, que é do Paraná, e o Senador Alvaro Dias poderão trazer detalhes. Realmente, no Mato Grosso do Sul são muito poucos os brasileiros que foram para... Pelo menos, eu não conheço, um ou outro. A grande maioria me parece ser do Sul.

Mas, Sr. Presidente Collor, eu termino dizendo que esse é um assunto com o qual o Congresso Nacional tem de ter cautela para que nós não exacerbemos essa questão de que os brasileiros estão ferindo a autonomia do país vizinho, o Paraguai. Mas, ao mesmo tempo, Sr. Presidente, temos de deixar muito claro que o Brasil acompanha, que o Congresso Nacional acompanha com muita preocupação – e aí me permitam – a injustiça que se faz com homens e mulheres de mãos calejadas que, há quarenta anos, fazem inclusive o progresso e o desenvolvimento desse querido país irmão que é o Paraguai. Isso porque nos últimos tempos o PIB paraguaio cresceu muito em função da produção e exportação de grãos.

Concluo aqui dizendo à Dr^a Marilene que, como Senador da República, mas como também um cidadão da fronteira, quero me colocar à disposição dos brasileiros e dos filhos paraguaios que lá estão.

Da mesma forma, no Mato Grosso do Sul, Sr. Presidente, temos o inverso. Vários paraguaios que estão no Brasil, inclusive em terras brasileiras, e que também são chamados de “brasiguaios”. É o problema inverso, mas, até onde me consta, nunca foram hostilizados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a Waldemir Moka por suas palavras.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, a Dr^a Marilene Sguarizi havia comentado sobre um vídeo e algumas fotos. Eu indago à Mesa se não seria possível passá-los.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – É uma boa lembrança do Senador Sérgio Souza. V. S^a trouxe as fotos e os vídeos?

A SR^a MARILENE SGUARIZI – Já estão providenciando. Já vão passar.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Eu gostaria, antes de passar essas fotos, portanto, que deveriam ter sido projetadas no momento em que a doutora estava falando, para não perder a ordem que já foi estabelecida para as indagações de S. Ex^{as}, os Srs. Senadores, de passar a palavra agora a S. Ex^a o Senador Alvaro Dias; em seguida, a S. Ex^a o Senador Aloysio Nunes; e aí, se S. Ex^a a Senadora Ana Amélia achar conveniente, passaremos esse vídeo para, depois, a Senadora fazer as indagações que desejar.

Com a palavra S. Ex^a o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Muito obrigado.

Ex e Presidente Fernando Collor, agradeço a oportunidade que V. Ex^a me concede, já que não integro esta Comissão, mas não poderia estar ausente diante dos fatos graves que ocorrem ali muito próximo do meu Estado, o Paraná.

Creio que estamos aqui para buscar o entendimento, para buscar a paz entre brasileiros e paraguaios. Obviamente, não há o intuito de quem quer que seja, nesta Casa, o Senado Federal, de estimular a discórdia, mas temos que dizer certas coisas exatamente com o objetivo de buscar o entendimento.

A situação é mais grave do que se possa imaginar. Lamentavelmente, há a construção de um ambiente que pode estabelecer, de forma irremediável, um confronto entre brasileiros e paraguaios que residem no país vizinho, envolvendo, inclusive, paraguaios e paraguaias, porque os filhos dos brasileiros que frequentam as escolas no Paraguai são paraguaios, nasceram no Paraguai. E o que há é um confronto que já se apresenta até nas escolas do Paraguai em função dos gravíssimos fatos que vêm ocorrendo e que foram narrados aqui pela Dr^a Marilene.

Todo esforço que se faça deve ser estimulado: a constituição de comissões, a visita ao Paraguai. Mas não creio, Sr. Presidente, devo ser franco, que temos solução para esse episódio sem o entendimento entre a Presidente Dilma Rousseff e o Presidente Lugo – são amigos, possuem condições políticas para buscar o entendimento –, porque o que há no Paraguai hoje, é preciso dizer, é uma fábrica de documentos falsos para esse confronto com documentos legais. E, obviamente, existem pessoas poderosas que dão suporte a essa iniciativa. Existem pessoas poderosas, supostamente ligadas ao Governo, que estimulam esse confronto na pretensão de se retirar de brasileiros um patrimônio adquirido com esforço e com suor, com trabalho.

Não creio que seja inteligente e bom para o Paraguai. Imagino um grande investidor disposto a investir no Paraguai, a instalar lá a sua indústria, verificando que não há segurança jurídica que garanta o seu investimento. Obviamente, o Paraguai perde. De outro lado, todos nós desejamos que o Paraguai repasse... Estou dizendo isso porque, inclusive, há um representante do Paraguai – que, provavelmente, falará ao final – que está presente e que poderá responder a essas questões nos tranquilizando.

Estou colocando aquilo que ouvi de brasileiros que se encontram no Paraguai e que estão desesperados diante da hipótese de terem que retornar ao Brasil e se localizarem à margem das rodovias, como trabalhadores sem terra, depois de tantos anos de esforço e de dedicação ao país vizinho.

Então, nós queremos, realmente, que autoridades paraguaias nos tranquilizem em relação a essas afirmações; que não há ninguém autorizado pela autoridade constituída no país vizinho para estimular esse movimento; que não há nenhuma autoridade constituída no Paraguai estimulando a fabricação de documentos falsos. Isso nós precisamos ouvir.

Mas, sem dúvida, a diplomacia brasileira está sendo, a meu ver, diplomática em excesso. Creio que o Governo brasileiro há de agir com maior rigor em relação a essa questão. Não se trata de afrontar soberania; trata-se de exigir o cumprimento da lei e o respeito a direitos adquiridos, ao direito líquido e certo adquirido com respaldo na legislação do país vizinho. Um decreto recente não pode retroagir a 30, 40 anos para subtrair direitos que foram assegurados pela legislação vigente no Paraguai.

São essas as questões. Mas o apelo que faço a V. Ex^a, Sr. Presidente Fernando Collor, com a autoridade que tem de Senador e de Presidente desta Comissão e com a boa relação que possui com o Governo, especialmente com a Presidente Dilma Rousseff, é no sentido de que V. Ex^a seja portador do apelo dos brasiguaios que aqui se encontram. Alguns são paraguaios já, filhos de brasileiros, que aqui se encontram, e outros são brasileiros e que vivem no Paraguai há tanto tempo. Que V. Ex^a possa levar à Presidente Dilma esse apelo deles – não da oposição; deles, dos brasiguaios – para que a Presidente Dilma assuma a liderança e conduza o entendimento com o Paraguai. Ela, pessoalmente, trate desse assunto com o Presidente Lugo.

Tenho certeza, Presidente Collor, de que haverá esse entendimento e esses brasileiros poderão viver em paz no Paraguai. E nós continuaremos amigos dos paraguaios para sempre.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Alvaro Dias.

Passo, agora, a palavra a S. Ex^a o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu pouco teria a acrescentar às palavras do Senador Moka e do Líder Alvaro Dias, a não ser lembrar um episódio de uma votação aqui no Senado, que ocorreu no ano passado, em que o Senado deu sua chancela a um acordo internacional, firmado entre Brasil e Paraguai, mediante o qual foi reajustado o preço do quilowatt de energia comprado pelo Brasil ao Paraguai, produzido pela usina de Itaipu.

Naquele momento, dizia-se, como argumento para a aprovação dessa medida, que ela seria fundamental para, digamos, que o Governo paraguaio pudesse demonstrar sua solicitude para com os chamados brasiguaios. Esse foi um dos argumentos usa-

dos aqui nesta Comissão e também no Plenário. Pelo visto, não funcionou.

E eu penso, Sr. Presidente, que, na linha do que disse o Senador Alvaro Dias, é fundamental, diante, inclusive, do crédito que se abriu para o Governo brasileiro, em razão dessa medida a que me referi, e do interesse dos dois países em terem boas relações, manterem e aprofundarem suas relações, não só entre os países, mas entre os povos, que a Presidente Dilma Rousseff pessoalmente se encarregasse de um contato com o Presidente Lugo, que é um homem de bem, um democrata, um homem correto e que, seguramente, será sensível ao apelo não apenas da Presidente, mas, digamos, do clamor que seguramente sai dessa Comissão de Relações Exteriores do Senado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, Senador Aloysio Nunes Ferreira e agora eu pergunto se está pronto para ser passado o material que trouxe a Dr^a Marilene Sguarizi a apreciação desta Comissão.

Eu pergunto a Dr^a Marilene se gostaria de falar enquanto as imagens são mostradas ou se já tem um som acoplado às imagens.

A SR^a MARILENE SGUARIZI – Eu preciso dar algum tipo de explicação desde toda a época da colonização quando nós, as nossas famílias... Eu também sou filha de agricultores. Antes de ser uma profissional, eu prefiro dizer que sou uma agricultora. E nós desbravamos... Assim como as imagens são mais propriamente fotos da época da colonização, quando nós chegamos juntamente com a comitiva que está aqui também hoje. Quero também aproveitar para cumprimentá-la. Essa comitiva veio gentilmente me acompanhar para apoiar e quem sabe mostrar e provar a vocês todo o sacrifício. E tenho certeza que alguns familiares de V. Ex^{as} também terão passado por essa situação nos Estados do Brasil.

Nós fizemos essa peregrinação no Paraguai com muito sacrifício, desbravamos todas essas áreas de terra produzindo, vivíamos em casa de praticamente taipa porque eram bastante precárias. E nós temos adquirido essas terras, que têm um valor econômico de alto nível. Obviamente que é a capacidade e principal produtiva.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Doutora, com licença, não querendo interrompê-la, mas a senhora poderia explicar especificamente o que está sendo passado aí? Essas fotos são de terras... Em território Paraguaio...

A SR^a MARILENE SGUARIZI – São de terras de brasileiros de todos nós. Essas fotos são nossas fotos de famílias que estão aqui presente hoje, são de

nossas propriedades que nas regiões de Alto Paraná, Santa Rosa, Inhaçatã.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Quanto tempo atrás?

A SRª MARILENE SGUARIZI – Há quarenta anos aproximadamente. Em média, desde a década de 70 a 80. Algumas pessoas chegaram ainda antes. Na década de 60, já houve famílias que chegaram nessas áreas.

Então, como podemos observar, hoje em dia, infelizmente, é usada como desculpa a nova lei de franja fronteira, que em si é ilegal, mas que tem sido usada para que os grupos denominados carpeiros ou campesinos venham invadir as nossas propriedades.

Essa aí é a confirmação das nossas cooperativas. São um total de oito cooperativas que existem no Paraguai. Cada cooperativa tem em média 500 sócios aproximadamente, cada sócio teria aproximadamente 200 hectares de terra, inclusive algumas pessoas aqui são presidentes das cooperativas. Essa é a produção, Srs. Parlamentares. Um dos grãos que nós exportamos, soja, girassol, canola, milho, trigo. Na época, nós plantávamos menta, que era a hortelã. E dessa forma, fomos tendo êxito da produção que hoje gera toda essa produção de exportação.

Nós, mesmo as famílias iam construindo as pontes, como vocês estão vendo e como eu havia dito. Pessoas que ficavam três, quatro dias em caminhos para chegar as suas casas a duzentos quilômetros andando, ficar uma semana no meio da mata para conseguir desbravar literalmente as propriedades.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Essas fotos são da década de 70.

A SRª MARILENE SGUARIZI – São da década de 70. Hoje em dia quem sabe se podemos acelerar para ver já a produção própria porque praticamente isso aqui já não existe mais e já temos o outro fato da colonização, que é a terra mecanizada, as grandes indústrias, as cooperativas, os silos e já a forma mais moderna que temos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Eu peço ao operador que acelere a passagem das imagens para chegar aos dias de hoje, segundo solicita a Drª Marilene Sguarizi.

A SRª MARILENE SGUARIZI – Dessa forma nós solicitamos altas comunicações entre os governos para que esses direitos adquiridos através do que nós estamos provando, possam ser realmente respeitados. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Agora, Drª Marilene, por favor, vá descrevendo para ...

A SRª MARILENE SGUARIZI – São as maquinarias que os agricultores foram comprando, adquirindo. Vale ressaltar que os títulos dessas propriedades para

comprar essas maquinarias eram todos hipotecados nos bancos.

Desta forma, tiravam os financiamentos. E nenhuma instituição financeira vai dar um financiamento se a pessoa não tem o título legalmente registrado nas instituições correspondentes.

Hoje em dia, essas maquinarias são de altíssimo valor, assim como as terras produtivas. E são essas propriedades que são hoje invadidas. Então, isso gera um estancamento da economia nacional para o próprio País e para o Brasil. Nessas propriedades onde nós residimos hoje, estão incluídos os 350 mil brasileiros que tem filhos paraguaios.

Obviamente que são regiões de terras muito férteis. Vemos a quantidade de toneladas que são geradas por hectares e terras.

Vale ressaltar que os professores, para ensinar os filhos dos brasileiros, são pagos com dinheiro próprio, com economia própria da comunidade, e as instalações de energia elétrica e estradas também sempre feitas através das comissões dos brasileiros, sempre com apoio deles mesmos, de forma que se organizam e podem contribuir para o desenvolvimento.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Esse mapa a que se refere, doutora?

A SRª MARILENE SGUARIZI – Aí, já temos os campesinos. Já é uma propriedade privada. São cercas quebradas, arrancadas e já a invasão própria. E aí aproximadamente são de três a cinco mil campesinos que invadiram essas áreas de terras. Na verdade, pelos carpeiros, onde foram atacados. São pessoas que estão sendo atacadas, com facas, com facões, com armas, pelos carpeiros, que causam terror a todas essas famílias.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Essa região aí meio amarelada é onde se encontram as propriedades de brasileiros no Paraguai, doutora?

A SRª MARILENE SGUARIZI – Sim. Isso mesmo. Aí estão.

Todas essas propriedades são dos brasileiros residentes no Paraguai. Enfim, para que pelo menos os Srs. Parlamentares tenham uma noção do que é a agricultura hoje no Paraguai, onde está sendo avassalado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Bom, havia uma imagem ali que a Drª Marilene falou ser uma imagem de invasores. É isso?

A SRª MARILENE SGUARIZI – Sim, senhor. Esses são os grupos de campesinos que invadiram as propriedades...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Essa é uma propriedade invadida?

A SRª MARILENE SGUARIZI – É. Eles migram. Quando tem uma ordem de desalojamento, por exem-

plo, eles mudam do outro lado da estrada. De forma que, quando os policiais chegam para fazer o desalojamento, eles não estão ali, mas estão em frente. Basta dar as costas e eles voltam para o mesmo lugar e assim sucessivamente eles vão de um lugar a outro. Isso sem contar todas as ordens judiciais que nós temos e não estão sendo cumpridas.

Um dos grandes problemas do Paraguai também é a sobreposição de título. Nós temos aqui uma comunidade inteira que tem um representante que está sofrendo muito com sobreposição de títulos, com títulos falsos, como disse o Senador Alvaro Dias, nas situações em que estamos vivendo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Essas são cercas de propriedades brasileiras que estão sendo destruídas ...

A SRª MARILENE SGUARIZI – São cercas de propriedades brasileiras que estão sendo destruídas através desta demarcação de zona de segurança fronteira.

No momento em que eles vão fazer a demarcação dos postes, já foram com os carpeiros, invadindo as propriedades. Esse é o chefe dos carpeiros, Sr. Victoriano Lopes. Eles têm uma organização. Aí se veem os veículos de luxo com que eles se localizam. Essa organização dos carpeiros não é escrita. Vale ressaltar que...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Isso aí é o quê, Drª, por favor?

A SRª MARILENE SGUARIZI – São os policiais atuando.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Eu não entendi.

A SRª MARILENE SGUARIZI – São os policiais que deveriam fazer cumprir as ordens de desalojamento. Então, aquelas máquinas, os senhores poderão ver, são as máquinas dos brasileiros. Já somos nós todos reunidos, numa das manifestações, solicitando ao Governo para que nos deem proteção e que intercedam por nós.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Drª Marilene Sguarizi pela sua exposição, agora acompanhada de vídeos.

Passo a palavra a S. Exª, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Fernando Collor, Srs. Senadores, os convidados que comparecem a esta audiência. Drª Marilene, eu prestei muita atenção do seu depoimento e a sensação que eu tive é que a senhora veio aqui como se estivesse buscando uma tábua de salvação. A forma como se apresentou, pedindo apoio do Senado e do Parlamento brasileiro.

No relato que V. Exª apresentou, tem alguns dados que me chamam atenção. Houve alteração – eu lhe pergunto – da legislação paraguaia em relação à questão fundiária para que se tenha chegado a essa situação de conflito neste momento?

A outra questão é: quais são as barreiras, os grandes entraves percebidos, na prática, para que se alcance uma definição clara da situação fundiária e social dos chamados brasiguaios? Nessas operações, já houve algum tipo de violência como morte ou feridos em relação a esse contencioso? Qual é a distância de fronteira que estão essas propriedades rurais?

Queria saber da senhora: é claro que as imagens falam mais que mil palavras; a situação ali da execução da reintegração de posse, da forma como se vê, ela não tem, digamos, muita eficácia.

Também recorro ao que o Senador Aloysio Nunes Ferreira falou quando foi votada a alteração do acordo de Itaipu, aqui pelo Senado, foi exatamente assegurado que parte do recurso seria dada condição ao governo paraguaio para resolver essa pendência, que não é de agora; ela vem de mais tempo.

Eu fui contra o acordo por entender que o acordo vai, em algum momento, representar para o consumidor de energia do Brasil um custo adicional do que ele já paga. Fui contra o acordo, mas a atual Ministra da Casa Civil, Ministra Gleisi Hoffmann, foi a Relatora, aliás, com um brilhante trabalho no Senado Federal, que convenceu a maioria dos Senadores a aprovar este acordo que deu uma vantagem nessa alteração dos valores pagos pelo Brasil ao Paraguai em relação à energia fornecida por Itaipu, que, praticamente é comprada toda ela pelo Brasil. Então, nesse caso, não houve, também, pelo visto, o cumprimento desse acordo, ou dessa promessa.

Também quero saber da senhora, neste momento, qual é a atuação do Governo brasileiro, especialmente em relação à questão da segurança jurídica e do Ministério das Relações Exteriores na solução desses impasses, considerando que o Paraguai está vivendo um período pré-eleitoral e que isso pode contaminar de alguma forma, talvez gravemente, esse processo, gerando, digamos aí, uma dificuldade adicional na solução desse contencioso, que, desejamos todos nós, nesta Casa, que não desabe num confronto de proporções indesejáveis. Afinal, o Paraguai é um vizinho nosso, do Brasil, sempre uma relação de amizade. Então não podemos quebrar esse eixo de entendimento, de harmonia na relação diplomática com um país vizinho, que integra o Mercosul, criado nos anos 1990, pelo Tratado de Assumpção, assinado pelo Presidente, então Presidente Fernando Collor. São essas questões que eu gostaria de ouvir de V. Exª.

A SRª MARILENE SGUARIZI – Muito obrigada a V. Exª, Senadora Ana Amélia pelas manifestações...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Drª Marilene, por gentileza, a praxe seria os Senadores falarem e depois a palavra ser dada ao palestrante. Se V. Sª me permitir, eu passo a palavra agora a S. Exª Senador Sérgio Souza, e, em seguida, S. Exª o Senador Cristovam Buarque e aí V. Sª, Drª Marilene Sguarizi para dar as explicações que julgar necessárias.

Tem V. Exª a palavra, Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srª Senadora Ana Amélia, advogada Marilene Sguarizi, que é uma representante do Brasil no exterior, no Conselho, conselheira titular.

Eu percebo que o Brasil tem para o Paraguai uma importância ímpar. Talvez o país da América do Sul que tem uma maior representação, uma maior atividade comercial e de relações exteriores seja o Brasil, no que diz respeito ao comércio de produtos importados. É pelo Paraná que isso acontece. Temos problemas de ordem de tráfico também e aí fogem as questões das autoridades brasileiras no Paraguai. Mas o Brasil, no que diz respeito às relações comerciais, para o Paraguai, talvez seja o maior e o mais importante parceiro comercial do Paraguai.

Pelo que ouvi da exposição da Drª Marilene Sguarizi, 14,5% do PIB paraguaio corresponde ao agronegócio e, na maior parte dele, são produzidos por brasileiros ou por seus descendentes. Parece-me que grande parte desses 350 mil brasileiros ou descendentes de brasileiros que estão hoje no Paraguai já são nascidos lá. Pergunto à Drª Marilene se ela tem esse número de qual percentual desses 350 mil são nascidos no Paraguai e, via de consequência, são paraguaios e não mais brasileiros. Podem até requerer a cidadania brasileira, mas eles são paraguaios.

Também temos notícia de que o Brasil tem investido muito no Paraguai com indústrias, principalmente indústrias ligadas ao agronegócio, mas também outras indústrias, como da indústria metal mecânica e parece-me que há interesse de algumas indústrias de frios, de carnes se instalarem no Paraguai, e esta instabilidade realmente pode prejudicar.

O Paraguai, a informação que temos, é um País que tem cerca de 6 milhões de habitantes. Então, tem pouco mais da metade dos habitantes do Estado do Paraná, que tem 11 milhões de habitantes. Então, para o Brasil, o Paraguai é um importante parceiro, tendo em vista a política instituída, a política econômica paraguaia, e por estar com relação de divisa, e o Mercosul propicia isso. Então, hoje empresas brasileiras se instalam no Paraguai às dezenas por mês, porque é fácil

levar a matéria-prima, que o Brasil tem em abundância, transforma-se no Paraguai e traz para o Brasil, ou importa. Muitas empresas brasileiras vão ao Paraguai e importam, principalmente da Ásia, direto ao Paraguai, transformam o seu produto e trazem ao Brasil, que é um grande mercado consumidor. Então, o Paraguai, de fato, é um país importante para o Brasil e o Brasil é um País importante para o Paraguai.

Pensando nisso, Presidente Collor, Srªs e Srs. Senadores, eu fui signatário, junto com a Senadora Ana Amélia e o Senador Mozarildo Cavalcanti, que o Presidente da Subcomissão de Fronteiras, subcomissão desta Comissão de Relações Exteriores, da sugestão da formação de uma comissão de Senadores para irmos até o Paraguai conversar, nos limites da diplomacia e também nos limites da atuação do Congresso brasileiro, conversar com o Congresso paraguaio para que nós tenhamos uma conversa franca no sentido de que venhamos a perceber a importância que um País tem para o outro e que as relações comerciais com o Paraguai ela está posta de tal forma que um necessita do outro como é, por exemplo, o México e os Estados Unidos, como são os países componentes da zona do euro e assim por diante. O Brasil tem um papel de liderança nas relações comerciais com a América Latina, principalmente no que diz respeito ao Mercosul, mas ao Paraguai eu acho que o Brasil hoje ele é, com toda certeza, o maior parceiro.

Então, a intenção desta comissão, no momento oportuno – não sei se já é o momento oportuno –, talvez precisemos amadurecer mais essa idéia, conversar mais com o Governo brasileiro. Hoje, o Senador Moka me dizia da intenção da Comissão de Agricultura conversar com o Itamaraty para tratar deste assunto, eu acho que isso é importantíssimo.

Mas o que nós queremos Presidente Collor, a advogada Marilene Sguarizi, é a compreensão do Governo e das autoridades paraguaias da importância que tem o Brasil. E de forma alguma, nós queremos afrontar a soberania paraguaia; muito pelo contrário, nós queremos é ajudar o Paraguai a resolver os seus problemas e queremos também a ajuda do Paraguai a resolver problemas que temos internamente, cada um, lógico, nos seus limites.

Por exemplo, se o Paraguai tem problema de reforma agrária, nós também temos. Talvez as experiências enfrentadas pelo Brasil nas últimas décadas, no que diz respeito à reforma agrária, que no Brasil caminha a passos largos – ainda não resolvemos toda essa questão, mas caminha a passos largos – e as pessoas que são devidamente alocadas com suas famílias ao solo, elas produzem e passam a ter um incentivo do Governo, tanto que se criou nos últimos anos um

Ministério próprio tratar de questões ligadas ao pequenos produtores rurais, agricultores familiares, e aí sempre englobando os assentados, que é o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Talvez o Brasil possa oferecer Dr^a Marilene, uma ajuda ao governo paraguaia nesse sentido, não só na organização e na transferência de experiência no assentamento e assentamentos desses que buscam direito legítimo de lavrar, de lavrar a terra, mas também na transferência de tecnologia, principalmente da agricultura.

Nós temos hoje no Brasil uma empresa que se chama Embrapa, que ela está em dezenas de países em torno desse planeta e que leva a experiência brasileira e a tecnologia brasileira para outros povos. E talvez aí o Brasil também possa ajudar esses cidadãos paraguaios que buscam também seus direitos.

Aqui me solidarizando a você e a todos brasileiros – eu que sou paranaense e tem algumas pessoas que conheço que moram lá –, também sou descendente daqueles desbravadores, na medida em que minha família saiu de Santa Catarina para fazer o mesmo que vocês fizeram ali naquela região do Paraguai, é da natureza daqueles que colonizaram principalmente o Sul do País e no momento em que suas famílias foram crescendo, seus filhos, houve a necessidade de maior terra para laborar, foram buscar outras divisas, Senador Moka, foram ao Mato Grosso do Sul, foram ao Mato Grosso, foram a Rondônia – como o caso do meu avô paterno, ele foi a Rondônia na década de 80 – muitos brasileiros foram ao Paraguai. E foram ao Paraguai não no sentido de exploração, mas de desbravar uma terra nova, como se fosse uma terra prometida, e foram para lá com suas famílias, foram para lá formar comunidades, levaram a sua cultura, abriram estradas, como nós vimos aqui, formaram cidades e comunidades. Esta semana tive oportunidade de conversar com um cidadão lá do Paraguai, por telefone, ele é vice-prefeito em uma das cidades; então se inseriram à comunidade de tal forma que hoje eles não são mais brasiguaios; hoje eles são paraguaios. Por isso da minha pergunta com relação ao número de descendentes, ao percentual de descendentes desses 350 mil.

Dentro das minhas indagações, Dr^a Marilene – também completando um pouco do que a Senadora Ana Amélia falou – a legislação, salvo engano, data de 2005, que é a legislação de fronteira, eu acho que é isso que nós vimos naqueles marcos, é a demarcação da zona de fronteira. Mas parece-me que a legislação trouxe o direito adquirido, aqueles que adquiriram a terra anterior a esta lei. No entanto, temos notícias de que tem um decreto presidencial, do final de 2011, ou seja, de poucos meses atrás, parece-me que esse

decreto presidencial ele desautoriza um pouco o que está na lei.

Gostaria de ouvir V. S^a também sobre essa situação.

Eram essas as minhas colocações, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, Senador Sérgio Souza.

Passo agora a palavra a S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque. Em seguida a Dr^a Marilene, a palavra lhe será concedida para responder as perguntas formuladas.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, Srs. convidados, nós não podemos recusar solidariedade aos brasileiros que estão agindo corretamente, dentro das leis do Paraguai. Eu acho que isso é primeiro ponto. Temos que ser solidários aos nossos compatriotas ou seus descendentes que estão lá, os brasiguaios.

Segundo, nós não podemos confundir solidariedade com antagonismo com o povo paraguaio. Não podemos deixar cair na tentação de que alguns agitadores paraguaios, que tentem invadir terras dos nossos compatriotas, sejam confundidos com o povo paraguaio em geral. Temos que ter o cuidado de separar bem o conflituoso local, com os conflitos entre os Estados.

Creio também que é preciso lembrar que os países não sofrem de amnésia, nem de Alzheimer, nem de arteriosclerose e os países costumam não esquecer o passado histórico.

E a nossa relação com o Paraguai exige muito cuidado porque já tivemos uma guerra com o Paraguai que deixou marcas profundas naquele país. Mesmo que a iniciativa da guerra tenha partido de um ditador paraguaio, mas o desenrolar da guerra deixou marca muito profundas, que qualquer gesto de antagonismo entre os dois povos, entre os dois Estados pode fazer aflorar uma reação muito negativa. E não esqueçam que nós temos aqui no Brasil muitos paraguaios. Talvez ainda não haja o nome apropriado, eu creio que ainda não se chamam de “parasileiros” ou alguma outra expressão. E o conflito lá pode gerar um conflito aqui. A violência que vivemos hoje nos nossos centros urbanos... Se nesse conflito amanhã um brasileiro é assassinado lá, ou um paraguaio é assassinado aqui, o clima que se vai criar na opinião pública pode desencadear ações que depois nós vamos ter que, com muita dificuldade, corrigir.

Por isso simpatizei com a proposta do Senador Sérgio, de nós próprios aqui, através da Comissão de Relações Exteriores, pedirmos um contato com os parlamentares paraguaios da Comissão de Relações Exteriores deles, obviamente, envolvendo nosso Ministério das Relações Exteriores. E tentar dialogar, não

do o ponto de vista da agricultura, mas do o ponto de vista das relações permanente entre dois povos que estão condenados a viverem juntos. Não tem como a gente viver longe do Paraguai e nem o Paraguai longe da gente; não apenas por causa de Itaipu, mas porque tem um riachinho que tem ali que nos separa. Então talvez essa sugestão do Senador Sérgio, eu quero dar todo meu apóio e dizer que pode ser um caminho, obviamente junto com o Ministério das Relações Exteriores.

Por isso ao lado do Presidente Collor, da comissão, buscar contato com a Comissão de Relações Exteriores do Parlamento, Assembléia Paraguaia, seria interessante essa comissão aqui ouvir o que o Ministro Patriota tem a nos dizer.

De qualquer maneira, tenho duas perguntas a fazer a doutora que, a meu ver, poderão ajudar o nosso trabalho. Primeiro, é se nossos brasiguaios, nossos compatriotas brasileiros estão absolutamente dentro das leis paraguaias, ou se há algo que estamos fazendo que se contraponha às leis paraguaias e dentro dessas leis eu gostaria de saber se cumprimos todas as responsabilidades e obrigações laborais. Eu não sei quais são as do Paraguai, mas devem existir. Os trabalhadores paraguaios recebem os salários corretos? São formalizadas as relações trabalhistas? Os impostos são pagos?

Na verdade, é uma pergunta: se nós estamos absolutamente dentro das leis, como eu imagino que estamos. Esta é a pergunta que eu gostaria de fazer e quero deixar o meu apoio à sugestão do Senador Sérgio, acrescentando apenas – ele falou num sentido genérico – que poderiam ser as duas Comissões, a de lá e a de cá, de Relações Exteriores, e um convite para que alguém do Ministério das Relações Exteriores venha nos explicar o que está fazendo o nosso Ministério.

Finalmente, Senador Collor, creio que esta é uma oportunidade que traz de volta a importância de uma proposta de emenda à Constituição, que já teve a sua primeira votação e que eu gostaria muito de ter o apoio do Senador Collor e de todos os outros para conseguirmos aprovar. É a emenda que cria os Deputados representantes de brasileiros que vivem no exterior. É uma emenda que eu tomei iniciativa já faz alguns anos, que já foi votada em primeira instância, por unanimidade. A imprensa, entretanto, fez um barulho imenso dizendo que isso iria aumentar os gastos. Eu proponho quatro Parlamentares a mais. Se for o caso, que diminuamos em cinquenta o número de Parlamentares, mas termos alguém que represente os três milhões e meio de brasileiros que vivem no exterior. Se nós tivéssemos um Deputado que representasse os brasileiros, por exemplo, que moram na América Latina, a senhora estaria tendo um Deputa-

do falando no plenário todos os dias para alertar para esse problema, para defender os brasileiros que estão lá fora. A Itália tem, Portugal tem, a Espanha tem, a Argélia tem, a França tem, muitos países têm esses representantes dos seus emigrados sentados dentro do Parlamento nacional.

Eu gostaria que a Comissão de Assuntos Exteriores, Senador Collor, tomasse uma posição de defesa dessa PEC, que a levássemos para pedir ao Presidente Sarney que a colocasse em votação pela segunda vez – já tivemos a primeira votação, por unanimidade –, para que essa PEC vá para a Câmara e vire lei.

Há uma ansiedade muito grande dos brasileiros no exterior, não apenas dos paraguaios, por alguém que aqui fale em nome deles.

Era isso, Sr. Presidente, que eu tinha para colocar.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Passo a palavra à Dr^a Marilene Sguarizi para oferecer respostas às indagações formuladas.

A SR^a MARILENE SGUARIZI – Eu gostaria de cumprimentar V. Ex^a, Senador Cristovam Buarque.

Já respondendo as duas perguntas, do Senador Sérgio e da Senadora Ana Amélia, realmente a lei de 2005, que limita e protege a zona de fronteira, que são os cinquenta quilômetros, protege também os direitos adquiridos.

O decreto presidencial na forma da aplicação dessa lei é o que está afetando os direitos dos brasileiros. É a forma da aplicação. Porque, no momento de fazer a demarcação desses cinquenta quilômetros da franja fronteiriça, é o que houve a situação já diretamente, quando já acompanhados os funcionários dos Ministérios correspondentes para fazer a demarcação, já foram com os carpeiros para invadir as propriedades, dizendo que eram terras que não poderiam ser vendidas. Esqueceram que essas terras foram adquiridas há mais de quarenta anos.

Então, se está sendo, qual é a legislação, a lei existe, o que nós não estamos encontrando é a forma de aplicação e do cumprimento dessas leis quando se tem uma ordem superior, uma ordem judicial para o caso de um desalojamento e simplesmente não são cumpridas. Não temos policiamento adequado ou que seja realmente ordenado para cumprir as ordens.

O Ministério de Relações Exteriores vem atuando diplomaticamente em relação a esse assunto. É de conhecimento público que temos o Embaixador Eduardo dos Santos, que é uma pessoa muito acessível, assim como os outros cônsules representantes da comunidade. Mas, como disse o Senador Alvaro Dias, muito diplomaticamente, obviamente, temos que respeitar a soberania, como disse o Exm^o Senador Cristovam Buarque, mas o pedido de se aproximar às autoridades

des e aos parlamentares paraguaios e de demonstrar a preocupação é muito importante. É uma preocupação natural para nossos conacionais brasileiros. Dessa forma, poderá ser feito sem afetar a soberania. Nós temos laços de amizade. Vale ressaltar que muitos parlamentares paraguaios estão muito preocupados com essa situação e nos têm dado apoio também. É uma minoria. Eu volto a dizer sobre esses grupos carpeiros. Ignora-se a fonte de como eles são financiados hoje em dia e, dessa forma, invadem as terras.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu só...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu entendi que, dentro do Congresso paraguaio, a maioria dos parlamentares é favorável à questão dos brasiguaios. Ou dos carpeiros?

A SRª MARILENE SGUARIZI – Repito: muitos parlamentares do Paraguai estão preocupados com a situação. Eles têm se reunido... Temos fotos e imagens de parlamentares paraguaios que vão até nós e tratam de se informar de tudo o que está acontecendo.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Mas você diria que a maioria acha que o que está acontecendo é injusto?

A SRª MARILENE SGUARIZI – A ilegalidade é injusta para qualquer ser humano, Exmº Senador. Qualquer parlamentar ou qualquer pessoa que vê o que está acontecendo vai dizer que é uma injustiça o que está acontecendo. Então, fica a critério e à sã consciência de cada um ter expedida a sua opinião em relação a isso.

Quanto aos acordos, Senadora, em relação ao que aconteceu, realmente, nós não temos a resposta ainda definitiva disso. Eu posso dizer que ainda são promessas, porque nós não recebemos ainda esses benefícios. Nós só queremos segurança jurídica. Estamos aqui somente pedindo segurança jurídica. Então, quando a senhora falou de uma tábua de salvação, pode ser interpretado dessa forma. Nós acreditamos que os parlamentares aqui, diplomaticamente ou de forma adequada, saberão chegar aos parlamentares do Paraguai, com todo o respeito, para que os superiores e os governos possam sentar e conversar. Exmº Senador Cristovam Buarque, a ideia é muito interessante. Nós estamos aqui em missão de paz, para poder encontrar uma solução pacífica para os problemas.

Em relação à pergunta do Senador Sérgio Souza sobre as indústrias, sim, temos conhecimento. Pessoas que estão aqui... Fizemos muitas reuniões com empresas brasileiras que gostariam de colocar frigoríficos que dariam emprego direto a aproximadamente três mil pes-

soas e que, infelizmente, não se instalaram ainda no Paraguai pela falta de segurança jurídica. Então, essa é uma das situações que estão impedindo empresas brasileiras de irem ao Paraguai, com a facilidade de investimento que tem no Paraguai, com os impostos, com as terras produtivas que temos.

Em relação à pergunta do Senador Cristovam Buarque sobre se estão adequados com as leis laborais, com certeza. As empresas, as cooperativas, os silos, as propriedades, as pessoas que contratam a mão de obra paraguaia sabem muito bem e conhecem a legislação do Ministério do Trabalho. Estão adequadas conforme as normas que estabelecem as leis do país.

Para o senhor ter conhecimento também, Senador, em relação à documentação, os brasileiros estão também devidamente documentados tanto com os títulos das terras, como com a própria documentação, porque a lei é clara de que é preciso ter radicação permanente. Existe um programa do Governo brasileiro com o governo paraguaio que é o programa de regularização migratória. Eu trabalhei muito nesse programa, que é um espetáculo. Está dando certo. Os últimos poucos brasileiros que residem no Paraguai foram documentados. Em dois anos, foram regularizados dez mil brasileiros. Nós temos prova disso.

Agora, essa atuação que viemos pedir – volto a dizer: como a tábua de salvação, repetindo as palavras da Senadora – é para que possam olhar para nós verdadeiramente com o respeito que as autoridades paraguaias nos tem. Mas infelizmente existe um grupo específico que está lá e que está invadindo nossas terras. Espero, com isso, ter aportado algum tipo de informação. Estou à disposição de V. Exªs.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Drª Marilene Sguarizi. Perguntaria se as Srªs e os Srs. Senadores estão satisfeitos com as colocações feitas pela doutora. (Pausa.)

Passo, portanto, a palavra a S. Exª o Sr. Ministro da Embaixada da República no Brasil, o Sr. Didier César Olmedo Adorno. Tem V. Exª a palavra.

O SR. DIDIER CÉSAR OLMEDO ADORNO – Muito obrigado, Sr. Presidente, pelo convite para participar desse diálogo aberto sobre problemas comuns, problemas regionais. Nós achamos que esse é um caminho muito importante para procurar solucionar esse problema, que é um problema que enfrentamos a maioria dos países da região.

O Governo do Paraguai reconhece que está em frente a um problema sério, de larga data, que agora está saindo à superfície. Um problema que tem sua origem em uma reforma agrária malsucedida, em uma época de ditaduras que assolaram nossa região, em que o respeito à lei era uma exceção. Então nós reco-

nhecemos os aportes importantes dessa comunidade pujante de brasileiros que foram ao Paraguai, que hoje são expoentes importantes desse desenvolvimento econômico e social do Paraguai. Nosso país recebeu, acolheu e conviveu com esses mais de 300 mil brasileiros, cerca de 5% da população total do Paraguai, que são nossos queridos conhecidos como brasiguaios.

Mas estamos diante de um problema de muita complexidade. Aceitamos o problema sério, mas achamos que muito que tem sido falado desse tema é uma generalização que não tem perspectiva com a realidade do problema. Dos mais de 300 mil brasileiros que moram no Paraguai, aqueles que hoje enfrentam o problema representam realmente uma proporção muito, muito pequena.

Desejo entregar ao senhor o compromisso do Governo do Presidente Lugo de como o Governo do Paraguai vai encarar esse problemática da terra no Paraguai. É um problema que não está dirigido exclusivamente a brasileiros, é um problema que afeta a estrangeiros e a paraguaios, um problema muito complexo, repito a V. Ex^a. Eu desejo entregar cópia desse compromisso do Presidente Lugo, que está à disposição dos interessados em conhecer a proposta do Governo do Presidente Lugo.

Se me permitem, a proposta do Governo do Presidente Lugo rechaça a violência; admite que o único caminho para a definição do conflito é o respeito do Estado de direito; compromete-se no sentido de que a ação governamental estará ajustada às leis vigentes; determina que os direitos estão no âmbito do poder que tem competência nesse campo, que é o Poder Judicial, o Poder Administrativo tem o compromisso de não efetuar disposições fora de sua competência que torne vulnerável o Estado de direito; e, assim, o Estado também condena os atos violentos dos grupos antagônicos, são atos intoleráveis, e fala que as responsabilidades pessoais devem ser determinadas conforme a lei. Portanto, o Governo rejeita toda a ideia de violência assim como também toda a ideia de justiça pelas próprias mãos.

O Sr. Presidente pode olhar aí nesse documento o compromisso do Presidente Lugo. Encontramos no pronunciamento dos Srs. Senadores diversos elementos que compartilhamos plenamente, Sr. Presidente, trabalhar conjuntamente para o desenvolvimento não só dos nossos países, das nossas regiões, como também para uma integração cada vez maior dos nossos povos.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, Sr. Didier César Olmedo Adorno, Ministro da Embaixada da República do Paraguai no Brasil.

Essa questão dos contrerrâneos brasileiros que estão em território paraguaio há tantos e tantos anos, como bem disseram aqui os senhores Senadores, referendados pelo Sr. Ministro paraguaio, é algo que vem de longa data. A mim me parece que essa não é uma questão apenas de governo. Essa é uma questão de Estado. Os governos passam, mas o Estado permanece.

Quando, em 1991, nós assinamos o Tratado de Asunción juntamente com os governos da Argentina, Paraguai e Uruguai, nós estávamos assinando não somente um tratado de fundo comercial, ou tarifário, ou aduaneiro, enfim, mais nessa órbita da economia. Nós estávamos assinando um tratado que pressupunha na sua origem e no seu espírito que todos os signatários diziam desejar viver em paz. Porque não há qualquer processo de integração econômica que possa ter uma longa vida se todos aqueles países ou nações que assinaram não pressupõem estar desejando com aquela firma, com aquela assinatura dizer: queremos também viver em paz, porque com isso as fronteiras passam a ser algo não tão rígido como existem em países que não estão integrados.

A miscigenação acaba acontecendo, como acontece em relação a brasileiros que lá estão hoje. Como já disseram e eu tenho uma pergunta que foi formulada também e parece não ficou ainda bem esclarecida: quantos dos 350 mil chamados brasiguaios são realmente brasileiros ou já são paraguaios?

O processo de integração pressupõe também a questão da miscigenação. Portanto, essa não é uma questão somente de governo. Vai muito além. E para isso é que se necessita de presidentes da república com uma visão de estadista.

Esta é uma questão que não vai se resolver como alguns dizem: “Deixa a coisa avançar, deixa como está para ver como é que fica”. É algo extremamente grave se uma posição de Estado não for adotada e conversações de Estado não forem iniciadas com a urgência que o caso requer pelos Chefes de Estado brasileiro e paraguaio.

Nós não podemos deixar ao desabrigo, em nenhum momento, os brasileiros que estão se sentindo, de alguma forma, prejudicados ou com seus direitos feridos. Há uma lei. Há uma lei. Essa lei, acredito que todos nós estejamos de acordo com isso, está aí para ser cumprida. E um decreto baixado para normatizar a aplicação dessa lei não pode estar em contradição com o espírito da lei. Tem que estar em conformidade com o que está estatuído nos artigos que a compõem.

Essa lei garante os direitos adquiridos. Então, se não há dúvida quanto aos títulos de propriedade, se não há dúvida nem nenhum tipo de reclamação

quanto às relações trabalhistas que existem entre os oriundos brasileiros que ali trabalham com os conterrâneos paraguaios, não há motivo para simplesmente se desconhecer a existência dessa lei.

A nota do Presidente Lugo, da qual eu tinha conhecimento, é uma manifestação muito clara, Sr. Ministro, do desejo de S. Ex^a de tratar dessa questão com o cuidado de que ela se reveste.

O Brasil já deu uma demonstração exuberante no ano passado, quando, aqui nesta Comissão, foram defendidas pelas Senadoras e pelos Senadores as alterações nas notas reversais do Tratado de Itaipu. O Governo brasileiro, num ato de justiça... Não houve magnanimidade alguma, como alguns quiseram insinuar na oportunidade que era um oferecimento ao governo paraguaio. Não, foi uma questão de justiça, ao mesmo tempo em que colocamos à disposição todo o nosso aparato de tecnologia, de conhecimento técnico para fazermos, ajudarmos, colaborarmos, porque isso também faz parte de um processo de integração harmônico, equilibrado da ligação das linhas de transmissão de Itaipu até Asunción.

Enfim, o Brasil vem dando demonstrações sobejas do seu bem querer em relação a todos os seus vizinhos. Os governos brasileiros que se sucedem vêm dando essa demonstração. O Brasil é um país que deseja viver em paz e haverá de continuar vivendo em paz, porque não tenho a menor dúvida de que, a partir desta reunião de hoje, que o Senado Federal do Brasil realiza por intermédio da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o Governo brasileiro, juntamente com o Ministério das Relações Exteriores e outros Ministérios que estejam direta ou indiretamente envolvidos nessa questão, coordenados pelos presidentes e chefes de Estado, haverá de chegar a um consenso, porque essa época de beligerância já ficou para trás. Se nós não aceitamos a beligerância dentro das nossas fronteiras, como haveremos de aceitar beligerância nas nossas fronteiras? Isso é um absoluto contrassenso.

Então eu tenho convicção de que o Governo da Presidenta Dilma Rousseff juntamente com o Governo do Presidente Lugo haverão de iniciar ações efetivas para solucionar essa questão, até porque, como aqui já foi dito, a Relatora da revisão das notas reversais do Tratado de Itaipu foi a Senadora Gleisi Hofmann, que honrou este Parlamento e continua honrando o Senado Federal, agora na condição de Ministra Chefe da Casa Civil do Governo da Presidenta Dilma. E ela defendeu ardorosamente, com muita competência e com a inteligência brilhante que possui, a aprovação da revisão das notas reversais.

Tenho certeza de que ela seria a pessoa ideal para iniciar logo essa conversação, que culminaria com uma reunião de chefes de Estado, da Presidenta Dilma com o Presidente Lugo.

Gostaria de, como Senador da República, trazendo também o que acabo de ouvir de todos os Srs. Senadores aqui presentes, de transmitir aos senhores que aqui estão e que de alguma maneira estão se sentindo ameaçados na fronteira do Brasil com o Paraguai, que estamos também preocupados como os senhores e estamos ao lado dos senhores, na defesa dos direitos dos senhores. Como tenho certeza também de que o Direito Internacional acolhe a demanda que os senhores vêm fazendo pela voz da advogada, Dr^a Marilene Sguarizi.

Mas não vamos fazer disso uma contenta jurídica. Como não fizemos quando da questão das Notas Reversais do Tratado de Itaipu. Como isso foi alcançado? Politicamente, conversando, dialogando. A política nada mais é do que isto: dialogar, conversar. E o Brasil quer buscar consensos, chegar a um consenso.

Concluindo essa parte, quero dizer aos senhores que aqui estão e à Dr^a Marilene Sguarizi, até por solicitação dos Senadores aqui presentes, que amanhã mesmo estarei iniciando contatos com a Presidência da República, por intermédio da Ministra Chefe da Casa Civil, no momento em que ela achar oportuno, para que levar o resultado do que aqui foi tratado, ouvido, e também estar com Sua Excelência, a Presidenta Dilma Rousseff, para que possamos, rapidamente, equacionar essa questão.

Creio que possamos agora dar início à execução do Requerimento nº 30, de 2012, de autoria dos Senadores Sérgio Souza, Ana Amélia e Mozarildo Cavalcanti, que foi aprovado nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e também pelo Plenário do Senado

Requerimento com base no inciso II do art. 74, combinado com o art. 75 do Regimento Interno do Senado Federal, solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por cinco Senadores, com o objetivo de visitar o Congresso Nacional do Paraguai, para estreitar as relações com os Senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele país para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolve os chamados *carperos* e brasiguaios.

Esse é o teor do requerimento assinado por S. Ex^{as}, como já disse, Senadores Sérgio Souza, Mozarildo Cavalcanti e Senadora Ana Amélia, que já foi aprovado em plenário, dependendo apenas da indicação dos nomes dos que farão parte dessa comissão.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, S. Ex^a, o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Hoje, pela manhã, estive reunido com Presidente do Senado Federal, Presidente José Sarney, quando, entre outros assuntos, tratamos desse assunto especificamente e, hoje pela manhã, S. Ex^a despachou para as Lideranças dos Partidos, dentro da proporcionalidade partidária, um ofício para que apresentem, indiquem o nome dos Senadores para compor a comissão.

Então, acredito que ainda esta semana teremos os nomes dos Senadores que comporão essa comissão de missão ao Paraguai.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Então, temos a boa notícia trazida pelo Senador Sérgio Souza de que já informa a todos nós que S. Ex^a, o Senador José Sarney, já encaminhou às Lideranças a solicitação da indicação dos nomes para compor essa comissão.

É uma iniciativa das mais importantes, porque, com o entendimento dos parlamentos, fica mais fácil o trabalho dos Chefes de Estado. Mas julgo eu que, para desatarmos esse nó, somente com a sapiência, a experiência, o espírito público da Presidenta Dilma Roussef, do Presidente Lugo poderemos chegar a um bom termo, a um final que atenda àqueles que já têm o seu direito adquirido e também as questões locais no Paraguai.

Vejo, na presença do Sr. Ministro Didier Cesar Olmedo Adorno, vejo na sua presença aqui, na Comissão de Relações exteriores do Senado, um gesto de extrema boa vontade. Quero agradecer a presença de V. Ex^a aqui em nossa Comissão, o que demonstra claramente que o Paraguai deseja o diálogo. O Governo do Paraguai deseja o diálogo e deseja chegar rapidamente a uma solução.

Eu tenho certeza, como disse, iniciadas as minhas palavras hoje, aqui, na Comissão de relações Exteriores, vai deflagrar o processo que irá levar a uma solução definitiva dessa questão, para que os povos irmãos, brasileiros e paraguaios, possam novamente estar irmanados. É isso que todos nós desejamos, é isso que todos que aqui estão desejam e é isso que nós, pode estar convicta disso, Dr^a Marilene, iremos alcançar.

Como Presidente da Comissão de Relações Exteriores e aceitando a demanda que me foi feita na noite de hoje, como disse, e encerro as minhas palavras para darmos fim ao capítulo do primeiro item da nossa pauta da noite. Naturalmente não é um trabalho meu, sozinho, preciso do apoio, da ajuda do Senador Sérgio

Souza, do Senador Alvaro Dias, do Senador Requião, do Senador Aloysio, do Senador Mozarildo, que é o Presidente da subcomissão de área de Fronteiras, para que nós possamos, junto ao Governo Federal, à Presidente da República e à Ministra Chefe da Casa Civil, dar celeridade a esse contato com o Presidente Lugo. Tenho certeza absoluta de que chegaremos a esse bom entendimento.

Eu gostaria de saber se a Dr^a Marilene, antes de encerrarmos esse capítulo dedicado a essa questão dos amigos brasiguaios, teria alguma consideração final a fazer.

A SR^a MARILENE SGUARIZI – Nada mais do que agradecer a generosidade de todos os Senadores presentes, com a certeza de que, sim, nós poderemos voltar às nossas casas com um alívio de ter essas manifestações suas, já levando como uma promessa de que vamos ter aí uma resposta. E, como o senhor bem disse, nós, os povos brasileiros e paraguaios, queremos somente a paz. E temos certeza de que vamos, com diálogo, vamos resolver essa problemática que existe. E nós colocamos aqui a nossa esperança, uma confiança nas mãos de V. Ex^a.

Muito obrigada também à comitiva que veio do Paraguai para participar desta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Dr^a Marilene Sguarizi, uma das nossas palestrantes da noite de hoje. Nossos agradecimentos, em nome dos integrantes desta Comissão, a todos os senhores proprietários de áreas produtivas na região fronteiriça Brasil/Paraguai, que aqui vieram também nos dar a satisfação da presença. Muito obrigado e contem conosco.

Passo a palavra, agora, ao Dr. Thomaz Zanotto, diretor do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP.

O SR. THOMAZ ZANOTTO – Obrigado, Exm^o Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Fernando Collor, demais Senadores e autoridades, prezados colegas de mesa, a minha intervenção aqui é mais no sentido de mostrar duas facetas do nosso relacionamento com os países do Mercosul. E, como foi pedido no chamamento também com a Bolívia e Venezuela, a primeira no tocante ao comércio exterior, à corrente de comércio com os países do Mercosul com esses países, e a segunda a questão de uma maior integração logística em termos também de telecomunicações com esses outros países.

Então, por favor, primeiro quadro, rapidamente.

Nós temos hoje no País, do ponto de vista da indústria, um crescimento muito forte da participação de produtos importados no consumo brasileiro: prova-

velmente, ao final deste ano, um quarto de tudo que é consumido no Brasil vai ser importado. Em contrapartida, enquanto o consumo cresce, a produção industrial praticamente não cresceu. Então, está se abrindo uma boca de jacaré, como nós dizemos, entre o que é consumido e o que é produzido.

Próximo, por favor.

Na outra mão, o comércio intramercosul vem crescendo substancialmente e, provavelmente, em 2011 – não temos o número fechado –, o número da corrente de comércio intramercosul superou US\$ 100 bilhões.

Enquanto nós vamos acumulando déficits crescentes na balança de manufaturados com o restante do mundo – é impressionante –, este ano de 2012, nós temos praticamente certeza de que vamos ter US\$ 105 bilhões de déficit de manufaturados com o restante do mundo, com o Mercosul, na verdade, na área de manufaturados. Estou excluindo aqui todas as *commodities*, como as agrícolas, minérios. Nós chegamos a quase US\$ 10 milhões de superávit e, no próximo ano, esse número pode chegar a 12 ou 13. Mesmo assim, teremos um déficit muito na balança de manufaturados. Algumas contas já estão dando conta de que este ano o Brasil pode passar a consumir as reservas que vinham sendo acumuladas. As contas ainda são previsões, mas, mesmo não ocorrendo alguma queda grande para as *commodities*, alguma coisa assim que pode ocorrer, o Brasil, provavelmente, já deve ter atingido o ponto mais alto nas reservas e a gente deve começar a consumir agora essas reservas. Isso pode ganhar uma escala, uma aceleração eu não diria perigosa, mas preocupante.

Próximo.

Praticamente 30% das importações brasileiras de manufaturados ainda são destinadas ao Mercosul e é praticamente o único espaço no mundo onde nossas exportações de manufaturados ainda estão crescendo.

E aí país por país.

Nós vamos ver, com a Argentina, nosso saldo na balança comercial de cerca 6,7 em manufaturado; na balança total, é um pouco menor, porque nós importamos *commodities* da Argentina, na ordem de US\$ 5 bilhões.

Próximo.

Com a Bolívia, nós também temos um saldo positivo de manufaturados. A balança total com a Bolívia é negativa por causa da importação de gás. Mas, nos manufaturados, o Brasil também tem um saldo positivo.

Próximo.

Com a Venezuela, também temos tido saldos comerciais frequentes; com as piores da situação naquele país, naturalmente os saldos vêm caindo devido à capacidade de compra daquele país.

Mais para frente.

Bom, vamos parar aqui um pouquinho.

Então, do ponto de vista comercial, hoje, a importância do Mercosul para o Brasil eu diria que é quase imprescindível. É de uma importância capital. Os problemas que nós temos, na verdade, são talvez muito aumentados pela imprensa. Eles são pontuais. Os problemas que tivemos com os países, por exemplo, a questão das refinarias da Petrobras com a Bolívia, foram pagas, foram nacionalizadas, a Bolívia não deixou de mandar um metro cúbico de gás de acordo com o que foi comprometido, dentro dos preços comprometidos. Mas não está incluído aqui o Equador. Houve um problema de uma empreiteira brasileira no Equador, mas foi resolvido, como dever ser, no Comitê Arbitral. A empreiteira recebeu, está atuando ainda no Equador, a hidrelétrica está funcionando. Quer dizer, em todos esses países – com o Paraguai, como foi dito aqui, chegou-se a um acordo amigável, na questão da Itaipu binacional –, não sei de nenhuma perda que o BNDES teve em algum empréstimo feito. Todos esses números que eu citei não incluem os enormes trabalhos que estão sendo feitos por todas essas empreiteiras brasileiras em todos esses países que usam tecnologia, equipamentos brasileiros. Quer dizer, todas as empreiteiras, caminhões, engenheiros, equipamentos que são usados e que são exportados para esses países. O aumento dos investimentos das empresas brasileiras em praticamente todos esses países e outros que não estão aí incluídos, como o Chile, o Peru, a Colômbia – acho que vai ser tratado em outra reunião –, é muito significativo.

Finalmente, resta a Argentina, que é um caso que tem surgido bastante nos jornais. A Argentina é simplesmente o melhor cliente do Brasil de produtos manufaturados. Esse é um ponto. E você só tem problemas quando você tem comércio. Lá na Fiesp, por exemplo, nós não gastamos uma hora discutindo problemas com Luxemburgo ou Liechtenstein porque nós não temos comércio com Luxemburgo e Liechtenstein. Então, o cliente é problemático.

Deve-se entender um pouco a situação da Argentina. A Argentina passou um por uma crise em 2001/2002, coisa que – eu estava falando com os colegas de mesa – equivale praticamente a como se ela tivesse perdido uma guerra. A crise que houve na Argentina em 2002 foi como se ela tivesse perdido uma guerra. É muito séria, sem ter tido a guerra. Mas a crise foi nesse nível. A indústria automobilística argentina, neste ano, acho que deve produzir 800 mil veículos. Naquele ano, produziu 70 mil. As pessoas vendiam os talheres para comer. Foi um negócio de uma gravidade impressionante.

A Presidente Kirchner, quando esteve na Fiesp, em março de 2009, quando também o Presidente Lula esteve lá, no discurso dela, disse – aí é um problema estrutural da Argentina – que todos os países da América do Sul sofreram muito com as ditaduras militares. Mas a da Argentina teve um agravante. Ela destruiu a indústria argentina. Ela desestruturou a indústria argentina. Ao contrário, disse ela, dos militares brasileiros, que, pelo menos, estruturaram algum tipo de indústria. Quando terminou o regime militar, o Brasil tinha uma indústria forte e pujante. E era a intenção dela reconstruir a indústria argentina. E ela está fazendo isso num momento extremamente difícil, porque as indústrias de todos os países do mundo, na verdade, estão sendo seriamente afetadas principalmente pela entrada na China na OMC a partir de 2001.

Este é um problema estrutural da Argentina: a tentativa que ela está fazendo de reconstruir a indústria, que acho que é um direito dela.

O segundo ponto que é fundamental é um problema conjuntural. É uma situação financeira por que a Argentina está passando. A Argentina não dispõe de dólares. Ela precisa de dólares. O Brasil já passou por essa situação acredito em 82. Nós tínhamos a Cacex. Nós regulávamos a entrada, nós procurávamos controlar a saída de dólares. E a Argentina está exatamente nessa situação. Os números da Argentina mostram uma reserva cambial da ordem de US\$56 bilhões. Fala-se: bom um ano e meio de exportação. Mas de reservas livres mesmo ela tem um mês de importação. Ninguém sabe direito. É uma situação bastante crítica. Então, ela tem como objetivo ter um superávit na balança comercial de US\$10 bilhões, que é o que ela precisa, porque ela não tem acesso aos mercados financeiros internacionais.

Sobre esse aspecto, o que a gente fez, o que o Presidente Paulo Skaf, da Fiesp, fez foi ir à Argentina este ano e ver o que podemos comprar mais da Argentina para diminuir esse déficit. Por exemplo, a Argentina tem estaleiros que estão ociosos. Os estaleiros brasileiros não estão dando conta das entregas para a Petrobras. Nós temos estaleiros que estão muito atrasados. Então, o que se propõe é que se estenda à Argentina a condição de conteúdo local que a Petrobras tem. Como os navios têm valor alto, outra coisa seria a compra de nafta da Argentina, o que Petrobras poderia fazer, desde que os argentinos reintegrem, porque nafta é um *commodities*, e você não pode pagar mais pelo imposto. De qualquer forma, deve ser a preço de mercado. Só em dois produtos, por exemplo, a gente poderia reduzir à metade o déficit que se está tendo com a Argentina.

O segundo ponto em que quero entrar rapidamente é a integração, uma preocupação grande nossa na Fiesp. A primeira seria a integração física. Eu acho que talvez uma das questões que temos tido no Mercosul não é aquele ambicioso de menos, é aquele ambicioso demais: quando se quer fazer muitas coisas ao mesmo tempo é um pouco mais complicado. Só para citar um exemplo, a FAO diz que, para alimentar o mundo, serão necessários 20% a mais de produtos agrícolas num giro de 10 a 15 anos. A parcela do Brasil nisso, para que isso seja cumprido, o Brasil tem que aumentar a produção dele em cerca de 40%.

Ora, 40% da produção brasileira é mais 70 milhões de toneladas de grãos. Seria imprescindível, por exemplo... E acho que é um dos projetos que estão no topo da prioridade, pelo menos é a informação que temos do Itamaraty, é a ligação ferroviária, levando de Paranaguá, passando pelo Paraguai, Argentina e Chile, saindo pelos portos chilenos, que têm calado profundo; isso aumentaria muito a competitividade de produto agrícola brasileiro porque já sairia pelo Pacífico para a Ásia, que é o destino final dele, uma vez que começam a surgir concorrentes também para o agronegócio brasileiro. Isso não é ruim. A África vai passar a ser um concorrente forte, está mais próxima da Ásia e os custos de produção na África são bastante inferiores ao brasileiro.

Não vou entrar aqui porque o tempo é curto, mas existem vários projetos. O projeto das hidrelétricas – não estamos tratando aqui do Peru – mas as hidrelétricas na vertente oriental dos Andes peruanos poderiam dar para o Brasil quase outra Itaipu e ainda fornecer muita energia para o Peru.

O último ponto que gostaria de comentar, e aqui cai o exemplo do Paraguai, é o seguinte. A indústria brasileira de manufaturados está com problema gravíssimo de competitividade. Não vou entrar no assunto aqui porque não temos tempo, mas seja por câmbio, seja por uma série de outros fatores, estamos perdendo espaço fora do Brasil, dentro do Brasil. A Fiesp fez estudos bastante detalhados, aprofundados de integração de cadeias produtivas; eu só trouxe o último quadro de um estudo que fizemos. Produzir hoje uma calça jeans no Paraguai de forma absolutamente correta, de acordo com as leis do País, é metade do custo de produzir no Brasil. Então, por que importar o jeans da China e não usar o tecido brasileiro para produzir no Paraguai e trazer a roupa para ser vendida aqui? Isso também vale para calçados, para móveis.

Na Argentina não é bem essa relação, mas custa uns 20% menos. E já há uma presença forte de empresas brasileiras na Argentina.

E, além desse problema naturalmente que foi discutido hoje, o Paraguai tinha outro grave problema: apesar de ser o país talvez mais líquido em energia no mundo ele sofria apagões constantes. Agora está sendo construído um linha ligando Itaipu a Assunção que está sendo financiado pelo Focen. Considero obra prioritária para que o Paraguai tenha energia para que a indústria possa se instalar lá. Nós não vamos fazer favor nenhum para o Paraguai; estamos fazendo um favor para a indústria brasileira para que possa lá produzir autopeças e com isso integrar mais esses países.

Nossa visão é que as regras do comércio mundial mudaram de forma extremamente rápida, a escala mudou de forma inacreditável... Se nós fossemos a 2001, 2003 e disséssemos que a China iria construir 40 milhões de toneladas de capacidade de aço por ano, que é toda a capacidade de aço do Brasil, a China hoje faz 700 milhões de toneladas. Quer dizer, são números com que, se não tivermos escala, não vamos competir. Então, por exemplo, para concluir. Hoje, um executivo de multinacional de automóveis, quando olha o mercado de automóveis para decidir produzir no Brasil, não está olhando só o Brasil; está olhando o Brasil, a Argentina e o México, graças àquele acordo muito bom que foi feito com o México, que agora está sendo renegociado em termos mais interessantes para o Brasil.

O fato é que já não é um mercado de 3 milhões e 200 mil carros, mas um mercado de 5 milhões de carros. Já é uma escala mais significativa que leva o executivo a dizer que não vai ficar longe desse mercado; vai investir. Só não estão investindo mais em outros países do Mercosul, talvez, pelos problemas por que a Argentina está passando. Outros países, como o Paraguai e o Uruguai poderiam ser pólos de produção de autopeças também, para que a gente saia um pouco dessa questão de *commodities*.

Eu só gostaria de reforçar essa questão da integração logística. Nós acreditamos na Fiesp. Se forçarmos mais...

Vimos que a Irsa 1 e a 2 foram razoavelmente bem-sucedidas. Se nós forçarmos mais, tornarmos prioritária essa questão da integração logística da América Latina, o resto virá atrás; será um corolário. Nós acreditamos também que os problemas que saem frequentemente na mídia, mesmo em relação à Venezuela... Não sei se o Professor Darc vai querer falar sobre isso; a Venezuela é um país que esteve a vida toda virados de costas para o Brasil e agora, pela primeira vez, está virado para a América do Sul. Falando um pouco, como disse o Exmº Senador, na questão de Estado, estamos tratando com um grande país, a Venezuela, e não com as pessoas. As pessoas passam,

e os países ficam. A Venezuela, integrada à América Latina, dá à América Latina uma condição de autosuficiência e grande exportadora de energia em geral.

Então, acho que tem de ser olhada de forma, talvez, em longo prazo. A questão argentina é a mesma coisa.

Eu, por exemplo, vou morrer, e a Argentina vai ficar lá, meus netos e tataranetos vão morrer, e a Argentina vai continuar lá, e nós vamos estar aqui. Então, nós vamos ter de tentar fazer – acredito – mais Mercosul, mais integração e um pouco mais de foco, talvez. Agora existe Unasul. Várias coisas estão sendo criadas. Acredito que o comércio e a integração logística trazem as outras coisas.

Era isso o que eu queria dizer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor de Mello. PTB – AL) – Muito obrigado, Dr. Thomaz Zanotto, Diretor do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Fiesp.

Pela ordem, tem a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Presidente, acho que todos deveriam falar, embora não tenhamos muito tempo.

Esse último quadro... É possível mostrá-lo novamente? Eu queria fazer uma ponderação: por que não aparece o item “impostos” no lado de Paraguai? Ele não tem nenhum imposto?

O SR. DARC ANTONIO DA LUZ – Só 10%.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Mas não aparece nada.

O SR. DARC ANTONIO DA LUZ – Deixe-me ver o quadro.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Não aparece o item “impostos”. São oito do lado de lá e sete do lado de cá. A outra coisa é: se a gente incluir aí o custo de capital, piora a nossa relação, ou não? Aí está só o custo operacional, mas os impostos me surpreenderam, porque, no nosso caso, é o maior item de todos, mais do que matéria prima, mais do que todos. No caso do Paraguai, é zero.

O SR. THOMAZ ZANOTTO – Eu vou ter de verificar isso e voltar com essa resposta, Mas, provavelmente...

Talvez o Ministro possa me ajudar nesse item.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor de Mello. PTB – AL) – Ministro, por favor.

O SR. DEDIER CESAR OLDEMO ADORNO – Nesse exemplo, está a figura da Maquila no Paraguai, onde o processo produtivo está isento de imposto.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Exato. É a Maquila.

Apenas uma provocação, Senador Collor, que talvez merecesse uma discussão posterior, é se, além da desindustrialização, não estamos tendo uma espécie de “desinteligênciação, no sentido de que a nossa produção é carente de conteúdo de inteligência, produtos como esse. Tanto que comparamos com o Paraguai em jeans, ou seja, em indústria têxtil dos anos 50.

A gente não está fazendo uma comparação desse tipo com outros países do ponto de vista dos novos produtos da economia mundial, que são os bens de alto conteúdo de conhecimento.

Creio que estamos nos desindustrializando, alguns dizem que não é verdade, mas, sobretudo, estamos nos inteligenciando na economia. Não sei se é hora disso, é outro debate. Deixo a critério do Sr. Presidente, mas é uma preocupação que eu fico.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Dr. Zanotto, por favor.

O SR. THOMAZ ZANOTTO – Aí nós entraremos na questão da competitividade.

Seria toda uma outra história.

O senhor tocou de leve na questão dos juros e não há dúvida nenhuma de que os juros, o custo do capital no Brasil é algo que deixa perplexo até banqueiros no exterior, como é que eles conseguem manter.

Quando eu falo custo capital não é só a taxa Selic. O governo brasileiro paga US\$280 bilhões por ano de juros, mas o custo que chega à empresa é muito mais alto que isso. Para a inovação, para a nova empresa, porque para inovação, nós pegamos direto o celular feito pelo coreano ou bolado pelos americanos...

Se olharmos a indústria da Alemanha, por exemplo, a inovação dela é às vezes um mecânico, um funcionário da indústria, que fala que pode fazer isso melhor, que pode produzir aço com uma máquina. Ele vai e monta a empresa dele, ele tem financiamento e ele consegue chegar.

Óbvio que, com o custo do capital no Brasil, a mortalidade de novas empresas no Brasil é muito maior.

Teria o maior prazer, Senador, de participar de uma reunião só para discutir o custo do capital no Brasil, que para mim é uma das grandes pragas que esse país sofre há mais de 40 anos também.

É totalmente fora da curva e afeta, é como o esportista que tem o sangue contaminado.

Não sei se cabe eu entrar nisso aqui.

O custo do capital no Paraguai é, sim, mais barato que no Brasil.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Não cabe aqui, Presidente.

Só para deixar em aberto para outro momento.

É claro que o senhor reconhece que esse operário alemão que foi capaz de perceber como produzir algo melhor teve uma boa educação na infância dele.

O SR. THOMAZ ZANOTTO – O Brasil, nessa área de treinamento industrial, pelo menos o SENAI de São Paulo é muito forte, é muito positivo e é essencial.

Mas não há dúvida nenhuma que a educação é o maior obstáculo que nós temos de vencer nós próximos anos.

O Brasil mudou estruturalmente de custo, nós não podemos apenas fazer jeans e ficar procurando custo mais baixo e depois competir com a China, com Bangladesh e outros países.

Não dúvida de que, para nós podermos inserir o país num novo estágio industrial, a educação é fundamental.

Não tenho a menor dúvida disso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Dr. Thomaz Zanotto, Diretor do Departamento Relações Internacionais e Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

Agora passo a palavra ao Professor Darc Antonio da Luz Costa, Professor da Escola Superior de Guerra, ESG.

O SR. DARC ANTONIO DA LUZ COSTA – Boa noite.

Eu queria agradecer o convite ao Presidente, Senador Fernando Collor de Mello, agradecer a presença do Senador Cristovam Buarque e agradecer aos meus companheiros de mesa.

Eu pretendia fazer uma apresentação de caráter mais holístico, mas não vou focar exclusivamente o Mercosul. Queria dizer Thomaz que concordo com tudo que você falou. Não há nenhuma discordância de tudo que você falou.

Agora, gostaria de dizer o seguinte: a questão da integração na América do Sul é um projeto estratégico para o Brasil. É de caráter estratégico.

Queria começar a minha exposição falando um pouco de filosofia.

O meu sumário é este: introdução, estratégica, potencial da América do Sul e conclusão.

O que nos distingue de tudo o que nos cerca? O fato de sermos seres dotados de razão, seres dotados de vontade; isso é que distingue o ser humano de tudo o que o cerca. E quando ele aplica a sua razão e aplica a sua vontade, qualquer ação que ele tome, que ele execute, ele pratica uma intervenção. Todo o ser racional pratica uma intervenção. Essa intervenção está submetida a um triângulo indissolúvel, indissociável, que estabelece o que fazer, como fazer e com que meios fazer. O que fazer, meus amigos, a gente entende, ou pelo menos se entende, como política; a

política estabelece o que fazer. O como fazer é estratégia. E com que meios fazer é o poder. Qualquer ação humana está submetida a esse triângulo: o que fazer, como fazer e com que meios fazer.

A política responde ao que fazer, e ela é sempre prevalente. Diferentemente do que a gente está acostumado escutar, o que fazer é o determinante em qualquer intervenção; não é como fazer ou com que meios fazer. Nós vivemos submetidos a um discurso de que a economia é o centro das coisas, e a economia está ali naquela linha que liga a estratégia ao poder. O que é determinante é o que fazer. Isso é importante porque nós vamos entender a nossa questão aqui. E a nossa questão aqui é responder o que fazer, o que nós devemos fazer em relação ao Brasil.

Eu gostaria de aproveitar a oportunidade para mostrar uma coisa que é a lição da história.

Um simples verso, que diz o seguinte:

“Pérsia era o centro, Grécia a periferia

Pérsia era culta, Grécia era bárbara

Veio o tempo, Grécia era o centro

Roma era a periferia

Grécia era culta, Roma era bárbara

Veio o tempo, o tempo veio vindo

A Península Ibérica era o centro e a Inglaterra era a periferia,

A Península Ibérica era culta, a Inglaterra era bárbara

Veio o tempo, a Inglaterra era o centro, a América era a periferia

A Inglaterra era culta, a América era bárbara

Veio o tempo, a América era o centro, a América é culta

Mas o tempo virá.”

É preciso entender que há uma lei que rege a história. Qual é? Toda periferia busca ser centro, toda barbárie busca ser culta. Isso é que conduz o processo civilizatório, é o fato de toda periferia buscar ser centro e toda barbárie buscar ser culta. Mas não é toda a periferia que chega a ser centro; são periferias que aproveitam a história, são periferias que têm um projeto, são periferias que têm uma qualidade. Ou seja, é um processo similar à fecundação; dos três milhões de espermatozoides que buscam o óvulo, somente um chega, mas esse tem força, é vetorizado, busca aquilo. Assim é a história.

E vou dizer mais. Olhando a história, a gente vai ver que não é o contestador que chega ao centro; quem chega ao centro é um terceiro interessado. Se pegasse ali, por exemplo, Grécia e Roma, quem contestava a Grécia era a Pérsia, mas quem contestava

depois a Grécia era a Fenícia, Cartago. Quem chega ao centro é Roma.

Se eu pegasse aqui a Península Ibérica, quem contestava eram os holandeses, mas quem chegou foram os ingleses.

Se eu pegasse aqui recentemente, quem contestava eram os alemães, eram os alemães que contestavam os ingleses, mas os americanos souberam se aproveitar e entraram e assumiram o processo, entraram na Primeira Guerra depois de dois anos de ela ter começado, entraram na Segunda dois anos depois de ela ter começado e chegaram ao centro.

É preciso ter um projeto. Essa é a questão! Para você chegar ao centro, hoje, você precisa ter um Estado que tenha um projeto. E aí nós vamos discutir a nossa questão: qual é o nosso problema?...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Desculpe-me por interrompê-lo, mas não consigo resistir.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Na última linha ali, para confirmar tudo o que o senhor está dizendo, a última linha volta para a primeira. A Pérsia é bárbara, e a Grécia é quebrada.

O SR. DARC ANTONIO DA LUZ COSTA – Aliás, a história... Mas isso lembra Marx, que a história só se repete como uma farsa. Mas isso é um outro problema que não vamos entrar nessa discussão. Vamos voltar aqui a nossa questão.

A nossa estratégia. Qual deve ser a nossa estratégia? Qual deve ser a nossa política? Então, essa é a questão que está sendo posta para ser discutida.

Eu quero somente fazer uma pequena correção. Eu não sou mais professor da Escola Superior de Guerra. Eu fui membro do corpo permanente do corpo permanente de 94 a 2002; fui coordenador do Centro de Estudos Estratégicos e sou hoje conselheiro, mas não sou mais professor. Não sou membro do corpo permanente mais. Eu hoje estou aqui na qualidade de presidente da Federação das Câmaras de Comércio da América do Sul. Eu fiquei muito contente de ver que a Federasur esposa todas as teses da Fiesp.

Mas eu queria dizer o seguinte: quando você faz um planejamento desse tipo, você segue as mesmas condicionantes de um planejamento regional. Você tem que levar em consideração quatro variáveis. Quais são as quatro variáveis? A condicionante geográfica, que espaço é esse que você está trabalhando; a condicionante histórica, como é que esse espaço se estruturou; a condicionante econômica, quais são os recursos e o potencial que esse espaço detém; e a condicionante antropológica, quem é que mora nesse espaço, por-

que um planejamento tem que levar em consideração as pessoas que moram nessa região.

Muito bem. Então vamos começar pela condicionante histórica rapidamente; ou melhor, condicionante geográfica. O Brasil e a América do Sul estão apartados das rotas centrais do comércio mundial. Nós estamos numa posição periférica em relação ao comércio mundial. É preciso entender isso. Agora, isso é um desafio. Eu diria a vocês que a Península Ibérica, no século XV, também estava apartada das rotas centrais do comércio mundial naquela época. O comércio mundial naquela época se dava basicamente pela antiga rota das sedas, chegava na costa oriental do Mediterrâneo, subia por Veneza e Gênova, e de Veneza e Gênova subia para o norte da Europa pelo vale do Reno. Onde estava a Península Ibérica no comércio mundial? Completamente apartada das rotas centrais do comércio mundial, mas tinha um projeto, que era o projeto dos descobrimentos. Inseriram-se no comércio mundial pelo seu projeto e, ao fazê-lo, iniciaram um processo de mundialização, porque até aquele momento, até aquele instante, não havia uma relação permanente de culturas e mercados. A rota da seda era uma rota intermitente, mas o movimento marítimo permitiu uma integração crescente nas relações de comércio e de cultura no mundo, coisa que se tem acelerado ultimamente de forma marcante. E os americanos aproveitaram para chamar isso de globalização, porque, na verdade, por trás do discurso da globalização estava a tentativa norte-americana de impor ao mundo a *american way of life*. Também temos que entender como é que são as coisas, porque o que está em curso mesmo é a mundialização, que é um processo...

Bom, isso é importante porque nós temos que responder a esse desafio de estarmos apartados das rotas centrais do comércio mundial. Os Estados Unidos também estavam. Os Estados Unidos responderam isso, primeiro, com os *clippers*, depois com as câmaras de comércio. Não foram exitosos e aí fizeram cinco ferrovias transcontinentais e o Canal do Panamá – uma ligação do Oceano Atlântico com o Oceano Pacífico. E se inseriram no mundo dessa forma; inseriram-se por um projeto concebido pelos pais fundadores, lá atrás, quando eles eram 13 colônias menores que o Estado de Minas Gerais; quando os Estados Unidos começaram eram menores do que o Estado de Minas Gerais, mas tinham um projeto: primeiro, o domínio da massa territorial norte do hemisfério ocidental, coisa que eles terminaram de fazer no início do século XX.

Mas não importa. Importa a gente entender o seguinte: isso é um desafio e isso merece uma resposta. Como Toynbee disse, a civilização avança pelo fato de

sermos desafiados e respondermos ao desafio. Esse é um desafio que nós temos.

Bom, essa condicionante histórica é clara. O Brasil o que é? O Brasil é a América portuguesa, e a América do Sul é a América ibérica. Não há dúvida disso. Então a condicionante histórica é essa.

Vamos rápido. Condicionante econômica. Não existe continente ou espaço do mundo mais autossuficiente que a América do Sul. A América do Sul é autossuficiente praticamente em tudo. É só olhar que vocês vão entender isso. Esses dados estão aqui claramente. E o que você encontra ali que não tem é porque as pesquisas ainda não foram suficientemente detalhadas, porque a América do Sul também é um continente ainda muito desconhecido em termos geológicos. Mas, em termos de alimentos, em termos de energia, em termos de disponibilidade mineral, não existe continente mais bem dotado do que a América do Sul.

Nós tínhamos uma questão grave que era a questão da dívida que vocês podem ver como ela melhorou. Quer dizer, hoje o problema da dívida é europeu; não é mais da América do Sul. Esse é um problema europeu e norte-americano. É preciso entender isso. Estou falando em relação de dívida interna. Porque dívida interna é um outro problema, porque tem outras formas de resolver. Dívida externa é um negócio muito mais complicado.

Mas o que é mais relevante das características que temos, no caso, o Brasil, são as mágicas que o povo brasileiro detém – o povo brasileiro, de uma certa forma, o povo da América do Sul. Primeiro, somos um povo antropofágico. Isso, aliás, não é uma descoberta minha. Isso foi descoberto no século XX. As características que temos de pegar tudo que vem de fora, deglutir e tratarmos como se nosso fosse, com as características de imprimirmos a isso. Essa é uma característica do povo brasileiro e do povo da América do Sul, de uma certa forma.

A questão do passado comum, o que é isso? Nós não temos o mito do passado comum. Aqui o estrangeiro é mais bem tratado do que o nacional. Eu achava que isso era uma questão. Tenho um genro que é norueguês e esse genro eu o levava a algum lugar e ele era mais bem tratado do que eu. E eu ficava impressionado. Então, deve ser porque existe uma certa preferência pelos nórdicos. Mas, quando fui professor dos angolanos, descobri a mesma coisa.

Existe uma curiosidade, uma forma de tratar do brasileiro do estrangeiro que não existe no mundo. No mundo, você é discriminado. No Brasil, o estrangeiro é inserto. É uma diferença. Porque quer saber o que ele pensa, o que ele faz, o que ele acha. É interessante

essa característica de não termos o mito do passado comum.

Quanto à questão da mestiçagem, somos um povo mestiço. É preciso entender isso. Hoje, estava lendo um artigo sobre os Estados Unidos: as diferentes etnias e a miscigenação naquele país. Estava pensando: bem, lá a mestiçagem é exceção. A discriminação é regra. Lá se tem o teuto-americano, o ítalo-americano, o afro-americano. Aqui não temos isso. E se temos estamos importando, porque nunca tivemos isso. Aqui o indivíduo nasce aqui e se sente brasileiro – não é? Não vê essa característica. Isso é uma outra questão muito importante. Aqui mestiçagem é regra.

Estou falando aqui para os senhores e podem ter certeza de que estão concebendo aí vários mestiços, nessa conversa que estamos tendo aqui – está certo?

A outra coisa é o sincretismo. Aqui não existe questão religiosa. Aqui o indivíduo nasce, é batizado na religião católica; ao longo da vida, trafega por diversas seitas, por diversos tipos. Têm pessoas que vão à missa de manhã, de tarde ouvem o pastor e à noite frequentam o centro espírita, porque se acham defendidos. É assim, essa é uma característica do povo brasileiro. Somos sincréticos.

A outra coisa é que somos filhos dos trópicos. Dizem por aí que a questão de se viver no trópico torna a vida mais fácil, que o trópico é o paraíso. Mentira, meus senhores. A natureza é muito mais agressiva e muito mais forte nos trópicos do que nos climas temperados. Para dominar a natureza, exige-se muito mais do homem nos trópicos do que nos climas temperados. Então, essa é outra característica porque vivemos nos trópicos.

E a outra coisa é a tolerância. Somos um povo extremamente tolerante. Os senhores sabem do que estou falando. Somos um povo de uma tolerância inaudita. Não existe povo com a tolerância que o povo brasileiro tem. Contra o unimaginável, contra a coisa que não pode. Nós aceitamos tudo. Somos um povo tolerante e somos transcendentais.

Mas o que importa é que, para se construir o sonho do ocidente, que é o que permeia toda a filosofia ocidental, ou seja, a construção de uma única pátria humana, tem que ser tolerante. E nós temos essa característica. O que atrapalha os anglo-saxões? O fato de que eles não têm tolerância. Para eles, ou existe o preto ou existe o branco. Eles não têm o cinza. Eles são de formação calvinista. Não é o nosso caso.

Estou pegando um exemplo para mostrar aos senhores como deve ser difícil a construção da hegemonia norte-americana pelo fato de eles não serem tão tolerantes como nós, por exemplo, somos.

Então, qual deve ser a diretriz maior da nossa concepção estratégica? Somos os construtores do processo de mundialização. Herdeiros, porque eles foram iniciados pela Península Ibérica e somos os demiurgos, os finais desse processo. É essa a característica que deve permear a estratégia Nacional do Brasil, que deve ser ampla, não deve ser limitada, como era no passado, à sua condicionante geográfica e à sua condicionante histórica.

Tem que incorporar a componente antropológica e incorporar também a componente econômica, sendo que a antropológica é a mais forte, porque as características do nosso povo são as que mais facilitam esse processo de mundialização. Não se esqueçam de que o nosso passaporte vale muito no mundo do crime, porque aceita qualquer fotografia, porque nós somos o povo do mundo colocado na América. Nós somos e temos que assumir isso.

Então o nosso destino é este: construir a mundialização. E isso começa pela construção da mundialização na América do Sul, pelo aproveitamento da continentalidade. É o primeiro passo. O primeiro princípio é a construção da mundialização no hemisfério sul. E o primeiro passo é este: a integração da América do Sul.

Algo que não é difícil, porque os povos irmãos da América do Sul são da mesma matriz que a nossa, são da matriz Ibérica, falam uma língua que nós entendemos. Dizem lá que o português foi uma língua que alguns galegos inventaram para entender tudo o que os espanhóis falavam e eles não entenderem nada do que nós estávamos falando. Mas isso mudou. Eles já entendem o que a gente fala.

Então eu acho que as coisas estão caminhando de uma forma exitosa e essas questões que aparecem são questões pontuais, que, efetivamente, não atrapalharão o processo, porque, como vocês verão adiante, o Brasil tem uma presença na América do Sul, que forçosamente o levará a ser fraterno, justo e generoso. É isso que precisa ser entendido. O Brasil tem que ser um País fraterno justo e generoso, dada a dimensão que o Brasil tem.

Vejam por exemplo, qual é a situação que nós vivemos hoje. Vamos falar sobre o potencial da América do Sul. Vejam a situação que é hoje. Em 2009 era isso, mas o Brasil hoje representa mais de 57% hoje, em 2011, de tudo o que é produzido na América do Sul. Tem quase 50% da população da América do Sul e 47% do território. O País que segue em produção é a Argentina, que produz menos de um quinto que o Brasil produz. Para vocês verem a dimensão que o Brasil tem nesse espaço. Por isso tem que ser fraterno, justo e generoso. É uma questão de evidência numérica. Não passa disso.

Dois anos atrás, um ano atrás, eu fui à Alemanha para falar sobre a integração da América do Sul. Eu dizia a eles o seguinte: comparem aí o PIB da Alemanha com a França. Somem os dois PIBs e vocês verão que vocês não representam pouco mais de um terço do PIB da União européia, os 27 países da União Européia. Pois, escutem, o Brasil sozinho representa mais da metade do PIB da América do Sul. Logo, o Brasil tem que ter uma política vocacionada para a construção desse mercado. E a construção desse mercado, eu estava olhando a questão da China. A China tem projeto. A China é deficitária com todos os países da periferia dela e superavitária em relação ao mundo. Ela transforma-se numa locomotiva da região.

E nós aqui temos uma política que nós precisamos mexer. Nós temos que passar a ser deficitários com esses países, através desses mecanismos que vocês mesmos da FIESP estão propondo. Colocar lá unidades produtivas, aproveitar as vantagens comparativas que esses países proporcionam, de forma a criar um superávit em relação ao mundo, como a China faz. Nós temos que fazer isso.

Bom, agora eu queria aproveitar aqui também para mostrar aquilo que você já mostrou: o comércio internacional, o potencial da América do Sul em termos de comércio internacional.

Estou pegando a corrente de comércio desses países, de todos os países somados: exportação mais importação.

Vejam a situação que esses países têm. Aí separado Mercosul, Mercosul ampliado, incorporando a Bolívia e o Chile e os demais países da comunidade andina. Quer dizer, a região é uma região superavitária em termos de comércio internacional.

Bom, e o problema do crescimento da América do Sul? Outra questão importante. O Brasil tem que crescer, o Brasil tem que ter uma política vocacionada para o desenvolvimento, porque senão o projeto de integração não avança, porque a locomotiva tem puxar os vagões e para isso precisa andar.

Bom, e aí entra a questão que você mencionou do custo de capital. Não há nada que degrada mais o crescimento da economia brasileira do que o custo do capital que é praticado no Brasil.

Vamos adiante e, por inversão, nós temos que aumentar a inversão... Eu queria lembra a vocês o seguinte. Eu gosto muito de planejamento, mas eu sei que, no auditório, sempre vai ter pessoas que gostam do mercado. Essas pessoas que gostam do mercado eu vou atendê-las mostrando o que é a América do Sul, porque as pessoas, às vezes, não sabem o que é a América do Sul. A América do Sul equivale, economicamente, a um terço dos Estados Unidos hoje;

equivale, hoje, à China; equivale à Alemanha mais Países Baixos. É poder de compra.

Vamos adiante. É, poder de compra. A América do Sul tem poder de compra de mais de US\$4 trilhões, superior ao terceiro poder de compra nacional, que é o do Japão.

Vamos adiante. Vamos pensar nesse mercado sul-americano. Três milhões de lavadoras de roupa, 220 milhões de litros de xampu, 19 trilhões de litros de refrigerantes. E vamos em frente. Podemos aqui pensar a quantidade de fraldas descartáveis que a América do Sul tem; mais que a Itália, a França e a Alemanha juntos. Creme dental – esse é um negócio que eu não consigo entender. Aqui se gasta mais creme dental do que a União Européia. Eu queria saber por quê. Onde está se usando creme dental aqui? A população está muito desdentada? Não sei como é que faz. Vamos em frente. Seiscentos milhões de pares de sapato; 5,6 milhões de automóveis. É isso que a América do Sul está consumindo: 5,6 milhões de automóveis. Mais de dois trilhões, 6 milhões, 8 milhões de geladeiras; 280 milhões de escovas de dente. Vamos adiante. Quatro bilhões de potes de margarina, 2 bilhões de preservativos.

É preciso entender o seguinte: esse é um mercado vastíssimo, e nós temos vantagens comparativas vocacionais em relação a esse mercado, porque é preciso entender o seguinte: o que nos faz superávit com esses países? É porque nós temos proximidade física. Nós temos condição de colocar esses produtos sem incorrer nos custos de transporte que os outros precisam e temos a vantagem de montar rede de distribuição de atendimento porque estamos próximos. E vai por aí. Vamos em frente. Vai passando porque eu não vou ficar... Olha, 250 milhões de calças jeans.

Respondendo um pouco, aproveitando, o senhor tem toda razão. Nós não podemos perder a tecnologia. Nós temos que estar na ponta da tecnologia. Agora, a gente tem que levar em consideração que, no Paraguai, fazer calça jeans é fácil; fazer *chip* vai ser um pouco mais difícil. Mas, por exemplo, tem coisas que nós podemos fazer no Paraguai; painéis solares, por exemplo. Painéis solares exigem energia barata. Eles tem energia barata. E energia solar é uma energia do futuro. Nós temos que aproveitar essas vantagens.

E vai por aí. Etc, etc, etc, nós somos o segundo maior mercado do mundo. Agora, os principais problemas com que nós nos deparamos. Essa é uma questão. Nós temos que virar uma ligação econômica permanente aos diversos setores da economia, que produza uma adequada alocação do excedente econômico entre os centros urbanos e a área rural.

Nós temos que proporcionar trabalho produtivo para o grande número de desempregados já existente.

Nós temos, na América do Sul, mais ou menos, hoje, cerca de 20 milhões de pessoas desempregadas, e atravessamos um período de crescimento no emprego como nunca atravessamos em 10 anos – e ainda temos 20 milhões de desempregados – e atender, anualmente, a grande massa de jovens que ingressam no mercado de trabalho. Todo ano ingressam no mercado de trabalho. Todo ano ingressam no mercado de trabalho na América do Sul quatro milhões de pessoas que necessitam de um trabalho.

A conclusão. A minha conclusão é dizer o seguinte: o Congresso tem um papel em tudo isso. Talvez dos papéis mais importantes, se não for o mais importante. Eu, também, além de tudo, faço parte, sou diretor de um instituto chamado Intelsul. Esse instituto propôs e o Senado acolheu, o Senador Paulo Paim, um projeto que cria incentivos para as empresas que quiserem investir – evidente dentro de determinadas regras – no processo de integração sul-americana.

A Proposta nº 726 deve ser encaminhada agora, passou por uma Comissão de Direitos Humanos e deve estar chegando aqui agora, e eu acho que deveria ser acolhida pela Comissão de Relações Exteriores, analisada, ver se evidentemente faz sentido e criar esses incentivos para que nós possamos fazer com que o empresariado brasileiro invista na América do Sul, nesse projeto de integração.

Para terminar, eu gostaria de dizer algo para os senhores que uma vez li e nunca me esqueci, que é de um filósofo latino como nós, Sêneca, um século depois de Cristo, que disse: “Não é porque as coisas são difíceis que nós não ousamos; é porque nós não ousamos que as coisas tornam-se difíceis”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao Dr. Darc Antonio da Luz Costa, Presidente da Confederação das Câmaras de Comércio da América do Sul.

Passo a palavra, agora, ao Embaixador José Botafogo Gonçalves. Para aqueles que, talvez, ainda não conheçam o Embaixador, tudo que nós estamos tratando hoje de integração latino-americana, de Mercosul, teve começo com os estudos e os trabalhos realizados pelo Embaixador José Botafogo Gonçalves.

Nós alcançamos êxito, da Declaração de Iguaçu ao Tratado de Assunção, graças ao trabalho, de muito esforço e brilho, desenvolvido por S. Ex^a, o Embaixador José Botafogo Gonçalves, que hoje é Vice-Presidente Emérito do Centro Brasileiro de Relações Internacionais.

V. Ex^a tem a palavra, Embaixador.

O SR. JOSÉ BOTAFOGO GONÇALVES – Muito obrigado, Sr. Presidente, por este convite; obrigado, Srs.

Senadores aqui presentes; minhas senhoras e meus senhores; meus colegas de Mesa.

Depois das duas brilhantes exposições do Tomaz Zanotto e do Darc, eu tenho dificuldade de saber o que vou falar. Imagino que a mesma preocupação devia ter o sétimo marido da Elizabeth Taylor, na véspera da lua de mel, em que ele tinha que ser criativo e inovador. Mas as ideias que foram expostas aqui foram muito úteis, e eu vou aproveitar para complementá-las.

Em primeiro lugar, estou de acordo com praticamente tudo o que foi dito. Talvez haja necessidade de algum foco, de algum aspecto particular, e eu vou nisso me concentrar.

Dividi a minha exposição em dois momentos: um primeiro mais de caráter genérico, um pouco na linha do que o Darc falou, sem naturalmente o brilho filosófico do Darc, mas procurando ver quais são os paradigmas principais que devem orientar a política externa brasileira até o fim do século XXI e quais são as suas implicações aqui na América do Sul; e a segunda parte, então, à luz desses novos paradigmas, alguns problemas concretos têm que ser abordados.

Em primeiro lugar, vou aproveitar a ideia dos quatro condicionantes do Darc e dizer que, realmente, em relação à história e à geografia, o que está se passando? O Brasil, por ter a dimensão que tem hoje, a sexta economia do mundo e caminhando, se cumprirmos o *homework*, que ainda não cumprimos, para ser a quinta economia do mundo em poucos anos, está caminhando para uma modificação dos principais eixos do nosso relacionamento com o resto do mundo.

Até a Independência, nós tínhamos uma relação de colonização e de colônia com Portugal, com a Península Ibérica; depois, com a Independência alterou-se, ou mesmo antes da Independência, com D. João VI vindo para cá, nós sentíamos a necessidade de abrir o nosso mercado para Inglaterra, a célebre abertura dos portos, e a Inglaterra passou a ser um eixo fundamental da política brasileira, da política externa e da política exportadora sobretudo.

Já no início do século XX, com o Barão do Rio Branco e, depois, com a República, dada a proeminência norte-americana, então se deslocou esse eixo. O Barão sempre dizia que o principal eixo da política externa brasileira era Buenos Aires–Washington e, em torno desse eixo norte-sul, o resto era consequência.

Bem, essas coisas continuam se modificando e, de modo particular, essa relação norte-sul, Buenos Aires–Washington, com o Brasil no meio, tem hoje uma característica dinâmica diferente. Em primeiro lugar, o Brasil é muito maior do que era antes. O seu relacionamento com os Estados Unidos mudou consideravelmente, já não somos mais pedintes, não esta-

mos mais de pires na mão pedindo dinheiro a eles, o que muda totalmente o tipo de relacionamento. Tanto que às vezes há comentários dizendo – o que acho engraçado – que, lamentavelmente, o governo americano ou o presidente não dá prioridade ao Brasil. Ainda bem que não dá prioridade ao Brasil, porque não temos por que estar solicitando prioridade, quando os temas de maior preocupação norte-americana hoje são de problemas de segurança no Oriente Médio, no abastecimento de petróleo, que não têm a ver com os nossos interesses. Mas isso não quer dizer que a relação com os Estados Unidos vai piorar. Acho que ela vai melhorar muito, porque temos maior peso na relação com os Estados Unidos. A prioridade americana virá naturalmente pela importância, como já está vindo. Tenho visto exemplos recentes. A Flórida, hoje, já sabe que os turistas brasileiros são importantes para a economia dela. Se o Obama decidiu mudar as regras da concessão de vistos, não foi por causa dos pedidos dos turistas brasileiros, é porque faz falta aos desempregados americanos atender os turistas brasileiros. Então, nós nos impomos naturalmente em relação aos Estados Unidos pelo crescimento.

Mas não paramos por aí, vamos ter duas evoluções em sentidos diametralmente opostos. Uma que já está em curso, que é o relacionamento com a América do Sul. O Darc já nos expôs o tamanho econômico da América do Sul e o tamanho econômico que o Brasil tem dentro da América do Sul.

Isso faz com que, em minha opinião, o grande desafio, o grande teatro de operações da economia e da diplomacia brasileira no século XXI vai ser a América do Sul. Vamos ter, cada vez mais, relações importantes, densas, muito mais do que historicamente, porque sempre estiveram concentradas no Cone Sul, pela herança ibérica nas nossas relações com a Argentina, com o Uruguai, com o Paraguai, que datam dos séculos XVII, XVIII e XIX pelos conflitos Portugal/Espanha.

Hoje, estamos começando a ter um relacionamento muito diferente com os países andinos, inclusive com o Chile, que é um pequeno país, mas conta politicamente, com o Peru, com a Colômbia e com a Venezuela, que vão modificar substancialmente, sobretudo através, como muito bem disse o Zanotto, da possibilidade de você fazer ligações entre o Oceano Atlântico e o Oceano Pacífico. Essa, então, é uma modificação importante.

A segunda modificação, sobre a qual pouca gente ainda fala, porque ela vai ser talvez menos importante no século XXI do que é com a América do Sul, mas tenderá a ser muito importante no fim do século XXI, que é a relação com a África, que, finalmente, deixou de ser um continente só de problemas, só de miséria,

e está crescendo muito. Angola, que está crescendo muito, a África do Sul está crescendo muito, a Nigéria está crescendo muito. Então, hoje, a África tem uma perspectiva de crescimento econômico e começa a ter os primeiros programas de inclusão social. De maneira que a relação com a África vai modificar o uso do Atlântico Sul. Nós não tínhamos nada no Atlântico Sul, a não ser caminhar com os barcos em direção aos Estados Unidos e a Europa Ocidental.

Nós vamos agora ter um grande fluxo, na medida em que o Brasil cresça, na relação ideológica de unirmos os nossos pobrezinhos do sul contra os ricos do norte. Não tem nada a ver, essa linguagem ideológica até atrapalha. Muitas vezes, o Presidente Lula usou essa linguagem, entendida como debate ideológico, mas acho que ele cometia um erro, porque não é assim que se vendem as boas ideias. As boas ideias vendem porque correspondem a uma realidade boa.

Então, vamos ter um movimento, além dessa linha Buenos Aires–Washington, que só tende a se tornar importante, nos dois sentidos: atravessando o Atlântico em direção à África e atravessando a Floresta Amazônica e os Andes para se chegar ao Pacífico. Temos relações ainda muito pouco densas com os países do Pacífico. E não é por má vontade do Brasil nem desses países. Porque também aí, recuperando um pouco a geografia, não há, até hoje, o Darc conhece melhor do que eu a geografia, exemplo, em continente nenhum do mundo, de dois obstáculos tão difíceis de serem transpostos do que a Floresta Amazônica seguida dos Andes.

O Aníbal já atravessava, de elefante, os Alpes há mais de dois mil anos, e nós, hoje, até de carro, de quatro por quatro, temos dificuldade de atravessar para chegar aqui na Bolívia.

Então, esses problemas vão absorver muito a realidade brasileira e nós vamos ter, cada vez mais, densas relações com o lado dos países do Pacífico e com o Cone Sul e com a África. Então, mudam-se os paradigmas da relação diplomática, econômica e comercial do Brasil.

Agora, a segunda parte. Como se aplica isso aos problemas presentes?

Em primeiro lugar, eu endossaria em gênero, número e grau o que foi dito aqui pelo Zanotto com relação à Argentina, que eu conheço bem. Morei lá como embaixador, vou lá com frequência, inclusive estive lá recentemente, vou até fazer referência a essa minha visita. E a verdade é, como foi dito aqui, que continuam sendo os principais compradores de produtos industriais brasileiros.

Graças a Deus, a FIESP está mudando de idéia. Mas antigamente – e hoje ainda tem gente – havia

na FIESP gente que vocalizava a necessidade ou a conveniência de acabarmos com a união aduaneira e retrocedermos a uma zona de livre comércio do Mercosul. Na prática, isso significa o Brasil abrir mão da margem de preferência que tem nas suas exportações para o mercado argentino.

Então, a todo mundo que fala nisso eu digo: vamos fazer um seminário com o título “Abandonamos a preferência aduaneira”; subtítulo: “Abrimos mão das nossas exportações de manufaturados para a Argentina”.

E para onde o Brasil vai exportar, se não for para a Argentina ou para outros países da América do Sul? Não sei. Não sei.

E aí entra o segundo comentário que eu quero fazer, talvez divergindo um pouquinho das conclusões do que foi dito aqui pelo Thomaz Zanotto. A nossa indústria não é competitiva no plano mundial. Nisso ele concorda comigo. Então, nós não podemos exigir um comportamento da indústria argentina que não seja parecido com o nosso.

Nós estamos, hoje, ao falar de desindustrialização... E eu não concordo, não sei qual é a sua opinião, mas eu acho que não existe desindustrialização. Existe falta de competitividade da indústria brasileira. Mas desindustrialização significa que estamos produzindo menos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – (*Fora do microfone*) – Mas em relação à China?

O SR. JOSÉ BOTAFOGO GONÇALVES – Em relação à China, é um caso muito interessante, Sr. Presidente, pelo seguinte: uma boa parte das importações que estamos trazendo da China é de máquinas e equipamentos que são incorporados à estrutura produtiva, ao elo produtivo brasileiro. Então, a China está modernizando a indústria brasileira. Seria melhor que nós nos modernizássemos com fornecimentos nacionais. Mas, como a indústria brasileira não é competitiva, nós estamos aproveitando a competitividade chinesa e trazendo.

A parte de bens de consumo é relativamente menor. Os têxteis, os jeans são menores em relação ao global que nós compramos da China. Então, não existe, na minha opinião, tecnicamente falando, essa desindustrialização. O que existe e que é muito grave é a dificuldade de exportar para o mundo produtos manufaturados. A participação das manufaturas brasileiras no mercado exportador brasileiro está caindo. Isso é muito grave.

Não é ruim exportarmos *commodities*. Isso é outra coisa que eu queria também dizer aqui. O fato de não sermos competitivos não nos faz pensar que deveríamos ter vergonha de ser competitivos na agroindústria e no agrobusiness, como se fosse um retrocesso vender

commodities. Não é. O país que mais vende *commodities* agrícolas no mundo são os Estados Unidos. E o Brasil está indo nesse caminho. Mais do que isso – e o Senador Cristovam Buarque vai gostar dessa observação –, o que está embutido nas exportações brasileiras de *commodities*? Cada vez mais alta tecnologia.

Nós estamos competitivos porque deixamos de ser exportadores de produtos tropicais feitos de maneira equivocada. O café que deu riqueza ao Vale do Paraíba no século XIX era um café que destruiu o meio ambiente. Hoje, a Mata Atlântica acabou por causa do café. O nosso café hoje, inclusive, está aumentando muito de qualidade, com tecnologias cada vez mais incorporadas. A tecnologia e a educação estão entrando nos *commodities* e até no minério de ferro. A capacidade da Vale de vender minério de ferro é porque está incorporando cada vez mais tecnologia. Então, são aspectos práticos dessa consequência de mudança dos paradigmas.

Em relação à Argentina, eu gostaria de dizer o seguinte: deveríamos fazer um esforço – eu acho que o Senado tem a sua possibilidade também de apoiar – no sentido de explorar essas oportunidades. Eu conversei recentemente com toda a Diretoria da União Industrial Argentina. Estive com a Débora Giorgi, Ministra da Indústria. E eles foram muito claros: “Nós queremos participar, como fornecedores de produtos de abastecimento para a Petrobras, para outras empresas”. Basta dar o mesmo tratamento. É uma coisa perfeitamente cabível, perfeitamente possível. Entendeu? E que isso alteraria significativamente esse quadro político. Se isso não ocorrer, haverá essa luta pelo protecionismo local. E não há como nós não reagirmos negativamente a isso, porque nós estamos querendo praticar isso em relação à China. É difícil você dizer “ou você é protecionista em relação à China e não vou admitir que um argentino seja protecionista em relação ao produto brasileiro”. Entendeu?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – (*Fora do microfone*.) – Protecionista regionalmente.

O SR. JOSÉ BOTAFOGO GONÇALVES – Regionalmente. E aproveito, mais uma vez, a observação muito oportuna do Darc com relação à experiência da China. A China se transforma num país deficitário em relação aos seus vizinhos e superavitário em relação ao mundo. Nós não estamos fazendo isso no Brasil. Nós temos ainda uma visão muito mercantilista, nacionalista no mau sentido. E nós não queremos abrir os nossos mercados aos nossos vizinhos por alguns motivos válidos em alguns casos; por outros, não válidos.

Eu tive experiência, ainda quando estava na ativa no corpo diplomático, das enormes dificuldades que foram criadas às exportações de arroz, de lácteos

uruguaios. Dos poucos produtos que o Uruguai consegue produzir houve um momento em que foi proibida a importação por um juiz lá do Rio Grande do Sul. Entendeu? Como se o Uruguai, que é um país de três milhões de habitantes, que tem um PIB inferior ao da cidade de Porto Alegre, fosse comprometer a agricultura brasileira por importação de arroz. Entendeu? Então, nós ainda temos tendência a reclamar dessas importações de alguns manufaturados, de algumas matérias de bens de consumo dos nossos vizinhos. Nós temos saldo com o Paraguai, temos saldo com a Bolívia... Bolívia, não, por causa do gás. Mas temos saldo com a Colômbia, com o Peru, com todo mundo, menos com a Bolívia. Então, não faz sentido querermos fazer a integração e reclamarmos do nacionalismo dos outros, se nós estamos praticando essa política nacionalista.

Acho que isso tem que ter uma revisão por parte do Governo, certamente, que deve fazer uma política de integração mais racional, uma política mais focada. Não basta o discurso.

Não vou dizer que a Unasul seja inútil. Certamente, não. Mas, para resolver os problemas do Mercosul, nós temos que voltar às estruturas do Mercosul. Nós temos mecanismo de solução de controvérsia no Mercosul. Até hoje, nem 60% das decisões que os países tomam... O Brasil toma decisões no Mercosul e depois não as implementa. E todo o mundo se queixa de que Mercosul não é sério. Eu respondo muito bem: O Mercosul é aquilo que os países-membros querem que ele seja. Vou mais adiante: o Mercosul é o que o Brasil quiser que o Mercosul seja, pelo tamanho específico do Brasil dentro do Mercosul.

Então, não vamos atribuir aos outros as dificuldades que temos dentro do Mercosul. Nós temos vários mecanismos de soluções de controvérsias. Devemos atuar no sentido de superarmos nossas próprias dificuldades e vencer essa inércia burocrática brasileira, esse – não vou chamar de nacionalismo – mas talvez soberanismo brasileiro, que acha que as nossas leis todas devem vigorar dentro do Estado brasileiro e as dos outros países... Nós não gostamos de compartilhar decisões, responsabilidade.

Não vamos ser um país com a importância global que poderíamos e que devemos ser, se continuarmos com essa visão muito estrita e fronteira de que a nossa responsabilidade termina na fronteira.

Os desafios serão muito grandes, o que tem a seguinte implicação: os problemas também vão aumentar. Conversamos aqui sobre o problema do Paraguai, dos brasiguaios, o problema da Bolívia, que ocupou a refinaria da Petrobras. São problemas que serão ou foram equacionados. Eles vão se repetir cada vez mais e com mais frequência. Não há ilusão a esse respeito.

Não há ilusão. Quanto mais intensas forem as relações com nossos vizinhos, mais vamos ter problemas e mais também vamos tirar proveito dos dois lados.

Digo a alguns colegas diplomados que estão aqui: meus amigos, o recreio acabou. A relação com a América do Sul agora é uma relação de trabalho, de esforço, de opções, de desgaste, e é inevitável, é pelo tamanho do Brasil.

Até agora nós pudemos surfar na tranquilidade sul-americana porque as relações eram muito tênues. A paz do cemitério é total. Mas não é isso que pretendemos, queremos fronteiras vivas e dinâmicas. Isso vai nos levar a ter a capacidade de aceitar esses desafios. Vamos ter de enfrentar, vamos ter de fazer opções, vamos ter de aceitar a ideia de desgaste, vamos ter de fazê-lo com severidade. É claro que a nossa tradição é de paz, a tradição é de solução pacífica das controvérsias, e graças a Deus que o seja. Mas teremos sempre de estar procurando usar do nosso poder, do nosso *softpower*, que é outra tradução para essa condição antropológica de que falou o Darc, e com isso nós podemos exercer efetivamente essa importância, não vou dizer prevalência no sentido negativo, mas essa diferença em relação aos nossos vizinhos sul-americanos. Vamos ser maiores, vamos ser mais poderosos, vamos crescer muito, e nós vamos ter hegemonicamente que tratar desse problema do relacionamento com os países sul-americanos por meio de uma revisão dos nossos conceitos excessivamente paroquiais, nacionalistas.

Com isso, acho que o Brasil passará a ter um papel regional insuperável, muito melhor condições de exercê-lo do que os Estados Unidos, porque nós não temos toda a carga negativa que conduziu a política norte-americana em relação à América Latina, nós não temos nenhum desses problemas, pelas razões também expostas aqui pelo Darc. Nós vamos poder exercer. E esse é o caminho pelo qual o Brasil poderá, inclusive, vir a se firmar como um legítimo participante do Conselho de Segurança das Nações Unidas de forma permanente. Não é através de votações numéricas em que um número x de países vai aprovar; será através da atuação do Brasil, e essa atuação tem de começar no subcontinente sul-americano.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Embaixador José Botafogo Gonçalves, Vice-Presidente emérito do Centro Brasileiro de Relações Internacionais, pela sua exposição.

Com a palavra S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Presidente Collor, mais uma vez, quero parabenizá-lo

por essas sessões das segundas-feiras. Acho que é um dos pontos altos que a gente tem aqui no Senado.

Ouvir o Darc sempre é um grande prazer para mim porque ele traz uma coisa que vou tomar um tempinho, Senador Collor, para tentar refletir.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Fique à vontade.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Ele traz, talvez até pelo seu tempo na Escola Superior de Guerra, a possibilidade de um diálogo entre o curto e o longo prazo, coisa que o Brasil perdeu.

A democracia foi muito boa para o diálogo político, mas está sendo um desastre para o diálogo estratégico entre o curto e o longo prazo. Não há mais esse debate. Até porque a democracia – e ainda é o melhor sistema que existe – amarra o nosso tempo à data da próxima eleição.

Fiquei ouvindo o Darc, morrendo de medo que ele se candidate, vire Deputado ou Senador e deixe de pensar o futuro. Vai pensar só em ganhar a próxima eleição. A gente tem de retomar esse diálogo. O regime militar, com todos os seus defeitos – e não quero passar a mão nesses defeitos – trouxe e manteve o diálogo entre o curto e o longo prazo. Havia estratégias de longo prazo para o Brasil, e procurava-se atender às necessidades de curto prazo, embora sem exigência de voto. A gente vai ter de descobrir um jeito de trazer de volta o diálogo entre o curto e o longo prazo.

Sua exposição, Darc, ajuda nisso, sinceramente. A gente precisa incentivar mais esse debate, esse diálogo, essa visão de longo prazo. Você colocou coisas aqui que parece que se pode ver. Primeiro, começou com coisas de alguns milênios, e, no final, a gente sente que é uma perspectiva de diversas décadas adiante. Então, quero parabenizá-lo por isso.

Agora, quero retomar um dos itens que você colocou, de que, quanto aos nossos recursos, temos mais de 80%, e é verdade, mostrando que somos um continente autossuficiente, ou quase. Mas não entrou ali o conhecimento, o saber, ciência e tecnologia. Se entrasse, a gente ia ter 2%. E aí é que está a chave. É aí que está a chave! Todos esses recursos só têm valor enquanto não encontrarem substitutos por meio da ciência e da tecnologia. É claro que, para muitos desses, a gente não vai encontrar substituto durante diversas décadas, mas pode ser. Daí que a gente tem de começar a trabalhar, de fato, esse recurso fundamental, que é a massa cinzenta do povo.

Há esse livro famosíssimo que todo mundo lê, todo mundo comenta, mas que, apesar do mérito, acho que tem uma falha muito grande, esse livro do Eduardo Galeano, *As Veias Abertas da América Latina*. Para mim, não foram as veias abertas; foram os neurônios

tapados que fizeram a tragédia do continente. Se tivessem levado todo o ouro e tivessem deixado essa população com alta capacidade científica e tecnológica, a gente estava bem. Lamentavelmente, levaram o ouro, é verdade; levaram tudo, mas não fomos capazes de desenvolver os aspectos de ciência e tecnologia como são necessários.

E aí vem uma preocupação. Temos tudo para sermos a grande potência aqui, mas se, de repente – sei que não é fácil – o Uruguai virar um centro importante de ciência e tecnologia, como a Costa Rica está virando, se o Uruguai virar a Suíça da ciência e tecnologia, nós ficamos para trás, porque os termos de comércio vão ser desfavoráveis.

Estou de acordo com o que falou o Embaixador Botafogo que não devemos ter vergonha de sermos os exportadores de *commodities*, até porque nós temos a tecnologia na sua matriz de produção, mas não há tecnologia na matriz de formação da demanda por nossos produtos. Por mais que a gente seja competitivo no custo da soja, só se compra soja até uma certa quantidade. A partir daí, a gente sacia a necessidade de soja e não compra mais. O mesmo não acontece com os novos produtos da modernidade. Você tem um celular, amanhã tem outro celular; você tem um computador, amanhã tem outro computador; inventam outra coisa, e a demanda é sempre crescente.

Nós continuamos ainda pensando na competitividade da redução de custos, que a gente tem de pensar; mas a gente tem de pensar mais é na competitividade da criação de produtos, e aí a gente está fraco. A gente não cria produtos; a gente até produz a melhor soja onde antes não se produzia, mas é soja, um produto muito antigo. Ferro é antigo. Novos produtos a gente não está fazendo. E aí tem um risco: esses produtos podem, de repente, começar a ser fabricados fora daqui.

O Botafogo mesmo falou na África, que a África está virando um grande país. Não vai demorar para os chineses produzirem soja na África. E mais: empresários brasileiros, amigos nossos, vão começar a produzir soja na África, e mesmo sendo brasileiros, a balança comercial que vai se beneficiar é a de Moçambique, não é a do Brasil. Se eles decidirem mandar uns dólares para cá, muito bem, mas é bem capaz de eles mandarem para o mundo global. Então, acho que o fator conhecimento é o que a gente tem de colocar na matriz de pensar o futuro.

Eu gostei muito da sua colocação, de como os grandes fluxos comerciais foram mudando de posição no mundo; ou seja, não estamos condenados a sermos periféricos. Isso é o melhor da sua fala, porque mostrou aqueles outros todos que foram caindo, caindo, caindo e se substituindo.

Mas o que vai definir realmente é a capacidade de controlarmos a capacidade de invenção, a inventividade de novos produtos. Por isso, eu fico muito feliz de estarmos debatendo o longo prazo. Muito, Presidente Collor.

Acabou a estratégia. Vamos falar com toda a franqueza: sou da base de apoio do atual Governo, mas onde está o pensamento estratégico do atual Governo? Mandar 70 mil jovens – e não sou contra, porque uma coisinha boa, mandar 70 mil jovens para fazer cursos, cursinhos lá fora, como esse programa de bolsa-estudo, não vai dar um salto no Brasil. Esses rapazes e moças vão sem falar idiomas, com um curso deficientíssimo. Não vão conseguir acompanhar nem os cursinhos que vão fazer de seis meses, quanto mais voltarem com alta capacidade de invenção. E aí, talvez até, a gente tenha de abrir mais a vinda de pessoas de fora, e não só mandar formar os nossos também.

Então, eu fico feliz ao ver essa perspectiva otimista, mas insisto: temos de dar o máximo valor ao fator conhecimento, à infraestrutura científica e tecnológica. Eu falei dos militares, elogiando, agora vou falar outra coisa: a gente, que sofreu 21 anos, até o Presidente Collor acabar com o Sistema Nacional de Informação – foi o senhor que acabou, não foi? –, a gente precisa criar um sistema nacional do conhecimento, com uma visão ampla, que vá desde a pré-escola até os centros de alta tecnologia, casando com indústria, porque essa é uma tragédia brasileira. Industrial acha que acadêmico é lunático e acadêmico acha que industrial é apropriador, explorador. Não casam. Não casando, não tem inovação. Não tem mais inovação só em universidade e nem inovação só nas indústrias.

Era isso o que eu tinha para colocar, esperando que voltem mais vezes aqui para a gente continuar tentando fazer o casamento entre o curto e o longo prazo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, Senador Cristovam Buarque.

Agora, passo a palavra a S. Ex^a, o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo pela iniciativa dessas noites de segunda, de debate, além da produção, além da importância dos debates, pelo gabarito das personalidades que V. Ex^a tem convidado para cá. Isso traz uma perspectiva, já destacada pelo Senador Cristovam, de nós compreendermos a dimensão que o Brasil está ocupando hoje no mundo e a responsabilidade, a dimensão que estamos ocupando. Quanto maior a dimensão que ocupamos no mundo, maiores são as nossas responsabilidades. A casa do Parlamento brasileiro para pensar isso é esta daqui, e o espaço para pensar é, de fato, a Comissão de Relações Exteriores.

Pedindo desculpas porque não cheguei a tempo da exposição feita pelo Prof. Dr. Thomaz, quero dizer que encontrei muito acordo nas exposições do Prof. José Botafogo Gonçalves e, em especial, na exposição do Prof. Darc.

Na exposição do Prof. Darc, me chamou a atenção, pelos dados que o senhor apresentou, o papel sul-americano no mundo e os dados que o senhor expôs sobre o Produto Interno Bruto dos países sul-americanos. Chamou-me a atenção nos dados o fato de termos mais da metade do PIB sul-americano. O segundo colocado é o PIB da Venezuela, e o terceiro, da Argentina. Isso me surpreendeu: eu imaginava que a Argentina estivesse à frente da Venezuela.

Isso traz também uma outra preocupação: o quanto a nossa integração, a compreensão da nossa integração é, eu diria assim, assimétrica, pelos nossos próprios vizinhos.

Concordo, Prof. José Botafogo: de fato, acabou-se tendo uma ideologização do debate. Esse caso concreto da Venezuela é um exemplo disso: nós aprovamos, no Parlamento brasileiro, a incorporação da Venezuela ao Mercosul, mas o Parlamento paraguaio ainda não a aprovou. Por que exatamente? Então, é um exemplo concreto que o Prof. José Botafogo destacou: há uma ideologização. Ora, o parlamento de um nosso vizinho não aprovou a integração do segundo PIB sul-americano.

O SR. DARC ANTONIO DA LUZ COSTA (*Fora do microfone*) – Deixe-me colocar uma coisa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pois não.

O SR. DARC ANTONIO DA LUZ COSTA – Os dados ali eram de 2009 e, em 2009 (*fora do microfone*)..., a Argentina cresceu 8%. E a Venezuela ainda estava, em 2010, em processo recessivo. Ela alterou em 2011, quando cresceu 4,5%. Então,...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Parece que o crescimento da Venezuela em 2009 foi de 7%?

O SR. DARC ANTONIO DA LUZ COSTA – Não, em 2009 e 2010, a Venezuela mergulhou numa recessão. Nos dois últimos anos..., e só se recuperou em 2011, quando cresceu 4,5%, mas é preciso entender o seguinte: o PIB da Venezuela é muito influenciado pelo valor do petróleo, porque a Venezuela é uma grande produtora de petróleo. Então, o PIB da Venezuela, sua produção interna bruta é profundamente influenciada pelo preço do petróleo. A Venezuela é um país monoprodutor praticamente de petróleo. É preciso entender isso.

Agora, a Venezuela é um país rico, diferentemente do que se imagina. Tem muita pobreza na Venezuela,

mas a Venezuela é um país rico; tem um PIB *per capita* maior do que o nosso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Então, com essa dimensão, e mesmo que venha a ser suplantada pela Argentina, seria o terceiro PIB da América do Sul. E, em dimensão, digamos assim, tecnicamente empatado – vou utilizar esse termo – com o da Argentina.

Então, temos uma dificuldade claramente de as elites políticas, até dos nossos vizinhos, compreenderem isso. Ao contrário do que se pensa, parece-me que as elites políticas de alguns vizinhos nossos estão, até em parte a nossa, está muito concentrada na lógica da guerra fria, numa lógica existente anteriormente, numa lógica em que a hegemonia política do continente era exercida pelos Estados Unidos.

Sinto que essa primeira década do séc. XXI foi de alteração desse contexto. Essa é a hegemonia política, e acho que isso se consolida agora com a crise econômica internacional, com a crise que os Estados Unidos estão vivendo. Nós vivemos uma hegemonia política diferente no continente sul-americano, e concordo com o senhor: nós temos de crescer, e temos de crescer integradamente, temos de crescer dentro da perspectiva de que a América do Sul tem que crescer junto, tem que dialogar com as elites políticas dos nossos vizinhos para compreender isto: a necessidade dessa integração.

O Presidente Collor foi um dos arquitetos do projeto do Mercosul – o Prof. José Batafogo dele participou e participou de sua construção –, e tenho certeza de que, quando se falou de Mercosul, não se pensava numa integração Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Chile. Pensava-se em integração de toda a América do Sul. Acho que é este o projeto em que temos de avançar e que temos de levar a cabo. Penso esse projeto com algumas ações concretas. A ideia de um banco sul-americano seria uma iniciativa a se pensar e que se tem de levar a cabo. Temos de avançar para com ela.

Essa ideia da integração. A compreensão dela tem de ser simétrica junto às demais elites políticas sul-americanas. Assim, eu me convenço mais da necessidade de dialogarmos, por exemplo, o quanto antes com o Parlamento paraguaio, que chega a ser – permita-me a expressão – uma estupidez se opor a um processo de integração dessa natureza.

Na mesma esteira do que destacou o Senador Cristovam, essa integração tem uma abordagem, ainda a integração econômica com todas as razões que o senhor expôs muito bem, Professor Darc, mas essa integração tem que ser de fato integração de conhecimento.

Ora, nós padecemos de um número que me constrange, Senador Cristovam. O Brasil tem 9% de sua população de analfabetos: 14 milhões de analfabetos. Nós temos três países na América Latina que erradicou o analfabetismo, declarou seus territórios livres do analfabetismo: Cuba, Venezuela e a Bolívia. A Bolívia que mais nos constrange, que recentemente declarou o seu território livre do analfabetismo, e nós ainda padecemos sob essa chaga.

Temos que ter uma reflexão de que a nossa integração tem que ser, no sentido do que diz o Senador Cristovam, uma integração do conhecimento, e tem que ser, além da integração, uma integração social. O Brasil, pelo seu papel, inclusive pelo seu papel de locomotiva, não pode ter essa condição constrangedora, tem que ter a humildade de aprender com os vizinhos, como os vizinhos conseguiram resolver chagas como o analfabetismo, e nós não conseguimos. Parece-me que resolução de chagas como essa passa, por exemplo, por refletir mais, quando se têm cortes no Orçamento da União, como os recentes que tivemos, de US\$55 milhões, e boa parte desse corte teria afetado setores como a educação.

Eu queria cumprimentá-lo, professor, pelos importantes dados que reforçam a compreensão do papel que temos que seguir no contexto global. Saio daqui desse importante debate convencido disso, de que, para termos um papel de protagonistas na ordem econômica global, temos que resolver esse dilema na nossa região. Temos que nos olhar mais e temos que ser cada vez mais integrados ao continente sul-americano.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Randolfe Rodrigues.

Eu perguntaria ao professor Darc e ao Dr. Zanotto se gostariam de fazer alguma consideração ao final do nosso debate.

Professor Darc.

O SR. DARC ANTONIO DA LUZ COSTA – A minha consideração é muito rápida.

Senador Cristovam, o senhor está perfeito. Mais uma vez, digo-lhe que o senhor está perfeito.

Vindo para cá, li uma matéria – não me lembro em que jornal – de um finlandês falando sobre o processo educacional na Finlândia, que começou depois da segunda guerra. Na Finlândia, os jovens procuram, como primeira alternativa, serem professores. É preciso valorizar-se a educação, mas valorizá-la como um todo. Isso é uma função da sociedade. O senhor é um pregador. O senhor está pregando o que a sociedade tem que fazer. A sociedade tem que entender que a educação é a mola central de qualquer processo de elevação. A educação.

Agora, é preciso também entender que *commodity*... Eu não quis falar muito aqui, mas vou falar.

Você tem razão. O nosso embaixador saiu, mas eu precisava dizer umas coisas aqui com respeito à *commodity*.

O que diferencia a atividade industrial da atividade agrícola ou da atividade mineral? É que, na indústria, a inovação ocorre de forma muito mais rápida do que na atividade agrícola ou na atividade mineral, porque, na indústria, a inovação está sempre presente, e a inovação é a mola da acumulação. As empresas inovam para serem monopolistas, não é para competir, não. Elas se inovam para ser monopolistas, para deter uma patente e poder construir o seu processo de monopólio, porque, no monopólio, é que se dá a acumulação; na competição, não se dá a acumulação. Então, é preciso entender que a indústria é fundamental, é fundamental. Ela é o *locus* da inovação; é ali que se dá a inovação.

Exportar produtos agrícolas, tudo bem. Não sou contra isso. Sou contra a ideia de que isso traz tanto benefício como a atividade industrial. Isso eu sou contra, porque sei que a atividade industrial é muito mais geradora de inovação do que a atividade agrícola.

Agora, como o senhor bem disse, inovação só existe onde existe educação, e cada vez mais os lampejos das boas ideias exigem cada vez mais conhecimento.

É isso.

Eu queria agradecer também as palavras do senhor, Senador, e a atenção dos senhores que souberam suportar esta noite aqui.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Mais uma vez, muito obrigado, Dr. Darc Antonio da Luz Costa, Presidente da Confederação das Câmaras de Comércio da América do Sul.

Para as considerações finais, passo a palavra ao Dr. Thomaz Zanotto, Diretor do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – Fiesp.

O SR. THOMAZ ZANOTTO – Eu gostaria só, Senador Cristovam, de adicionar que o processo de inovação é um processo que leva tempo e tempo é fluxo de caixa, e fluxo de caixa depende de juros. Quer dizer, o efeito danoso do custo do capital no Brasil sobre o processo de inovação sai muito mais barato, dado você comprar a tecnologia, aplicá-la imediatamente e obtê-la, do que você desenvolver a tecnologia.

O Brasil tem três casos de tecnologia, três dos que os americanos chamam de história de sucesso: a Petrobras, a Embraer e a Embrapa. Há outros também, mas são os três mais flagrantes. Os três dependeram de investimentos de longo prazo do governo, de acreditar que havia, sim, petróleo no Brasil e havia petróleo

na água profunda, de acreditar que se podia fazer um avião no Brasil e de acreditar que se podia produzir soja acima de um paralelo que todo mundo dizia que não se produzia. Tudo isso precisou de investimento do povo brasileiro por fora do Sistema Financeiro Nacional.

Então, não é possível desenvolver tecnologia mesmo que se invista muito. Não sei se o senhor conhece as escolas do SENAI, pelo menos de São Paulo. A Fiesp, por exemplo. Outro dia participei de uma reunião a pedido do Presidente Skaf. Lá estava todo setor aeroespacial francês do outro lado da mesa. Fala-se de uma escola em São José dos Campos, próxima naturalmente à Embraer, feita junto com os franceses, uma escola que terá, acho, 20 mil metros quadrados em “U”, em dois tamanhos, e, no meio, ela terá um hangar, onde cabe um Airbus – as pessoas, naturalmente – com os últimos e mais avançados sistemas de computação; vão montar e desmontar, para que se passe a fazer muito mais manutenção de aeronaves no Brasil. Hoje as turbinas, às vezes, são colocadas em aviões e levadas para Miami para fazer manutenção. Então vai se fazer isso no Brasil.

Quer dizer, em tudo isso, o dinheiro do SENAI é um dinheiro que, afinal, vem da indústria a força, a força, um sistema de educação e de capacitação industrial que é repassado para fazer isso.

Mesmo que se invista muito em educação, mesmo com o custo de capital que se tem no Brasil, o Brasil vai continuar, por uma questão de fluxo de caixa, comprando tecnologia, com o dinheiro custando 30% ao ano, 25% ao ano, que é o que custa.

Isso tem que ser levado também em consideração. Com isso eu encerro, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Professor Thomaz Zanotto.

Com a palavra S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Uma simples consideração para reflexão em outro momento.

Quando houve a primeira revolução industrial, a inovação ocorreu nas novas máquinas: trem, máquina a vapor, o tear mecânico. Depois, na segunda, a inovação era em alguns produtos que atendiam às necessidades: geladeira, porque precisávamos do frio; até ar condicionado mesmo; carro; e na maneira de produzir em massa.

Nas últimas décadas, a inovação não é para atender necessidades, é para criar necessidades, com demanda de coisas que a gente não imaginava que precisava. Vinte anos atrás, eu não imaginava que ia precisar de um telefone celular, nem de um computador e nem de uma quantidade de coisas que a gente vê,

sobretudo quando leva menino na loja de brinquedos. É essa inovação dentro do produto que eu acho que nós, empresários brasileiros – não sou empresário, mas falo nós, como brasileiros –, ainda não descobrimos a importância. Estamos descobrindo a importância da inovação na maneira de fazer, mas não no que fazer. Soja tem uma inovação na maneira de fazer, mas soja não é novo. Carro não é novo. Então, essa necessidade de inovar o produto, de criar um novo produto é o caminho para fazer demanda sempre crescente e, a partir daí, ter competitividade, não porque produz barato, mas porque produz o que ninguém produz ainda. Acho que está faltando uma revolução na mentalidade empresarial brasileira. E ela não virá enquanto a gente não tiver uma base educacional, científica e tecnológica que dê suporte à indústria, e, ao mesmo tempo, a indústria dê suporte a ela. Mas isso é uma conversa para outro debate.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, o Senador Cristovam Buarque.

Essa é uma questão chave no processo de desenvolvimento brasileiro, porque é sempre aquela reiterada voz que diz que o Estado tem que estar ausente do processo produtivo, que o Estado, em vez de ajudar, atrapalha. Mas a grande realidade é que, no processo de desenvolvimento brasileiro, se não tivesse havido a participação decisiva do Estado brasileiro, não teríamos alcançado os níveis de desenvolvimento, de progresso que hoje estamos experimentando. Juscelino não teria feito o governo que fez. A indústria automobilística não teria sido atraída como foi se o Dr. Getúlio não tivesse peitado e levado adiante a ideia da CSN – Companhia Siderúrgica Nacional e de outros projetos mais importantes. Juscelino veio da mesma maneira. Depois veio a questão do milagre econômico, na década de 70, com a participação fortíssima do Estado. Aí nasceu a Embrapa. Aí nasceu a Embraer. A Petrobras veio lá detrás também, com o Dr. Getúlio. Enfim, em todos esses momentos chaves do processo do desenvolvimento brasileiro o Estado esteve presente.

Nessa questão da inovação e competitividade, que foi tema de diversas audiências públicas que realizamos, quando tive a honra de presidir a Comissão de Infraestrutura, isso sempre vinha com aquela necessidade do Governo de investir mais em ciência e tecnologia, significando investir mais em educação. E aí todos nós estamos absolutamente de acordo. Não há nenhuma possibilidade de nós termos um processo de inovação em marcha sem que a educação básica tenha sido atendida minimamente. E o Brasil vem pecando nesse aspecto. O Estado brasileiro não vem atendendo na medida das nossas necessidades, e temos aí umas

espécies de *solariuns*, como o Sistema S, que nos dá exemplos fabulosos realmente, para quem conhece o que vem fazendo o Sistema S no Brasil. Temos que dar mão à palmatória e dizer que os nossos empresários, de umas décadas para cá, vêm investindo fortemente no sistema da profissionalização, da capacitação profissional, da recapacitação profissional, de modo que tenhamos condições de atender à demanda que o processo de desenvolvimento do Brasil criou e está agora a exigir pessoal qualificado.

É impressionante quando participamos aqui, na semana retrasada, tratando da questão da vinda para o Brasil dos nossos irmãos haitianos, e o Senador Luiz Henrique... Estava-se discutindo aqui sobre a presença dos nossos irmãos haitianos no Acre e no Estado do Amazonas.

O Senador Luiz Henrique, que é de Santa Catarina, disse que trinta deles migraram para Chapecó, que é uma cidade com bastantes indústrias em Santa Catarina, e tiveram rapidamente seu emprego garantido, com uma avaliação dos empregadores extremamente positiva. Então, quando a gente menos espera, o Haiti, devastado que foi pelo terremoto, enfrentando inúmeras dificuldades em função de problemas políticos, tem uma mão de obra que também pode estar sendo utilizada, capacitada que é, não sei de que maneira foi, mas o fato é que trabalham hoje numa indústria de Santa Catarina, como diversos outros.

A questão que se discute muito no Brasil também é a questão de transferência de tecnologia. Nós, ao longo desses debates de audiências públicas que realizamos na Comissão de Infraestrutura, chegamos à conclusão de que, na realidade, não há transferência de tecnologia. Quem detém a tecnologia jamais transfere porque vai abrir mão do saber. O que pode acontecer é a tal da absorção da tecnologia e, nisso, o brasileiro tem muita capacidade, porque ele, vendo o outro fazer, ele começa a perceber como se faz aquilo e, às vezes, até aprimorar. É a famosa antropofagia aplicada que o Professor Darc citou num dos seus quadros aqui, anteriormente.

De modo que, não somente em São José dos Campos, mas também em Itajubá, os franceses, parece, estão com a Helibras, num processo como esse, numa *joint venture*, de fazer com que aqui sejam realizadas as manutenções dos helicópteros, das turbinas, em São José dos Campos. E também o Brasil começar a produzir as hélices dos helicópteros, as pás dos helicópteros da série esquilo.

De modo que, inovação, competitividade, investimento em ciência e tecnologia, investimento em educação, é um moto contínuo, um processo que deve, sem dúvida, ser acelerado. E nós esperamos que os

governos brasileiros, este da Presidenta Dilma e os futuros, possam ser governos que venham trazer a redenção do analfabetismo no Brasil e fazer com que o nosso povo, alfabetizado, possa ingressar no mercado de trabalho, de forma a ser competitivo no mercado mundial.

Antes de encerrarmos a presente reunião, eu gostaria de agradecer a presença dos senhores membros do corpo diplomático brasileiro, que atenderam o nosso convite e aqui se fizeram presentes; a S. Ex^a o Sr. Embaixador Horácio Sevilla Borjas, do Equador; a S. Ex^a o Sr. Embaixador Diabi Jacob Mmualefe da República de Botsuana; ao Sr. José Prada, conselheiro da Embaixada da Espanha; ao Sr. Didier Cesar Olmedo Adorno, Ministro da Embaixada da República do Paraguai, muito obrigado mais uma vez a V. Ex^a, que teve uma participação importantíssima no debate que travamos no início da nossa reunião sobre a questão dos brasiguaios; agradecimentos ao Sr. Abdelhamid Rahmani, Ministro Conselheiro da Embaixada da Argélia; Sr. Efren Armando Martín Pimentel, Ministro Conselheiro da Embaixada da Embaixada da República Bolivariana da Venezuela; Sr. Aleksandr Tserkovski, Conselheiro da Embaixada da Bielorrússia no Brasil; Sr. Leo Vinovezky, Conselheiro Político da Embaixada de Israel; Sr. Jorge Luís Mendes, Primeiro-Secretário da Embaixada da República de Guiné Bissau; Sr^a Andreas Smenck, Primeira-Secretária da Embaixada da República da Eslovênia; e Sr. David Rezet, Segundo-Secretário da Embaixada da República Islâmica do Irã.

Agradeço muito especialmente aos nossos convidados da noite de hoje, Embaixador José Botafogo Gonçalves, Vice-Presidente do Centro Brasileiro de Relações Internacionais; ao Professor Darc Antonio da Luz Costa, Presidente da Confederação das Federações das Câmaras de Comércio da América do Sul, que vem sempre com muita paciência atendendo aos nossos chamados porque sua presença sempre dá uma luz para que possamos iniciar nossos debates. Muito obrigado, Dr. Darc Costa. Mais uma vez por sua presença. Ao Dr. Thomaz Zanotto, Diretor do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, FIESP, pela sua brilhante exposição, e à Dr^a Marilene Sguarizi, advogada dos brasileiros que estão com problemas, dificuldades na fronteira com o nosso país vizinho e irmão Paraguai pela importante contribuição que aqui trouxeram.

Por fim, convoco as Sr^{as} e os Srs. Senadores para nossa próxima reunião a ser realizada no dia 1º de março, quinta-feira, às 10 horas neste plenário, com pauta deliberativa.

Declaro encerrada a reunião e agradeço, mais uma vez, a presença de V. Ex^{as}.

(Iniciada às 18 horas, a reunião é encerrada às 22 horas e 03 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 6ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE MARÇO DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas do primeiro dia de março de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Eduardo Suplicy**, **Vanessa Grazziotin**, **Sérgio Souza**, **Cristovam Buarque**, **Antonio Carlos Valadares**, **Luiz Henrique**, **Valdir Raupp**, **Francisco Dornelles**, **Paulo Bauer**, **Delcídio do Amaral**, **Marcelo Crivella**, **Ana Amélia**, **Mozarildo Cavalcanti**, **Inácio Arruda** e **Clésio Andrade**. Justifica ausência o Senhor Senador **Jarbas Vasconcelos**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 4ª e 5ª Reuniões, que são dadas como lidas e aprovadas. São lidos Comunicados da Presidência. O Senador **Eduardo Suplicy** solicita inversão de pauta para antecipação do item 4. Aprovado. Tem início a apreciação da pauta. **Item 4 – Requerimento nº 53, de 2012**, de autoria do Senador **Eduardo Suplicy**, que “*requer, nos termos regimentais, autorização para representar o Senado Federal na 38ª Conferência Anual da Eastern Economic Association, que ocorrerá em Boston, Estados Unidos, e comunica, em cumprimento ao disposto no art. 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que se ausentará do País no período de 7 a 10 de março de 2012*”. **Relatora**: Senadora **Ana Amélia**. **Resultado**: aprovado. O Senador **Luiz Henrique** solicita inversão de pauta para antecipação do item 5. Aprovado. A Senadora **Ana Amélia** faz uso da palavra. **Item 5 – Requerimento nº 55, de 2012**, de autoria do Senador **Luiz Henrique**, que “*requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, combinado com o art. 39, inciso I, e o disposto no art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do País, no período de 02 a 05, de abril de 2012, para participar de encontros entre parlamentares tchecos e brasileiros, que serão realizados*

no Parlamento da República Tcheca”. Relator: Senador **Paulo Bauer**. Resultado: Aprovado. **Item 1 – Mensagem (SF) nº 9, de 2012**, de autoria da Presidenta da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora RENATE STILLE, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Reino Hachemita da Jordânia*”. Relatora: Senadora **Ana Amélia**. Resultado: Lido o relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE. **Item 2 – Mensagem (SF) nº 11, de 2012**, de autoria da Presidenta da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor MICHAEL FRANCIS DE MAYA MONTEIRO GEPP, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a São Vicente e Granadinas*”. Relator: Senador **Marcelo Crivella**. Resultado: Lido o relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE. **Item 3 – Mensagem (SF) nº 16, de 2012**, de autoria da Presidenta da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor MARCELO LEONARDO DA SILVA VASCONCELOS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática Socialista do Sri Lanka, e, cumulativamente, junto à República das Maldivas*”. Relator ad hoc: Senador **Sérgio Souza**. Resultado: Lido o relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE. **Item 6 – Requerimento nº 56, de 2012**, de autoria do Senador **Jarbas Vasconcelos**, que “*requer, nos termos do artigo 55, III, da Constituição Federal, combinado com o art. 39, inciso I, e o disposto no art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para se ausentar do País, em missão política de interesse parlamentar, no período de 2 a 5 de abril de 2012, para participar de encontros entre parlamentares tchecos e brasileiros, na República Theca, conforme convite expedido pela Embaixada daquele país*”. Relator: Senador **Cristovam Buarque**. Resultado: Aprovado. **Item 7 – Requerimento nº 57, de 2012**, de autoria do Senador **Aloysio Nunes Ferreira**, que “*requer nos termos do artigo 55, III, da Constituição Federal, combinado com o artigo 39, inciso I, e o disposto no art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do país, no período de 2 a 5 de abril de 2012, para participar de uma série de encontros entre parlamentares tchecos*

e brasileiros, que serão realizados no Parlamento da República Tcheca, com o objetivo de estreitar os laços democráticos entre as duas repúblicas”. Relator: Senador **Antonio Carlos Valadares**. Resultado: Aprovado. **Item 8 – Requerimento nº 10, de 2012-CRE**, de autoria do Senador **Mozarildo Cavalcanti**, que diz: “*requero, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, em conjunto com as comissões de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, e a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, para debater o acidente ocorrido nas instalações da Estação Antártica Comandante Ferraz, sendo convidados, para tanto: – Ministro de Estado da Defesa, Embaixador Celso Amorim; – Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marco Antonio Raupp; – Comandante da Marinha, Almirante-de-Esquadra Júlio Soares de Moura Neto; – Professor José Goldenberg, Instituto de Eletrotécnica e Energia da Universidade de São Paulo; e – Professor Jefferson Simões, Universidade Federal do Rio Grande do Sul*”. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às onze horas e vinte e dois minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Declaro aberta a 6ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 4ª e 5ª Reuniões.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas.

Comunicados: Visita de inspeção, no Rio de Janeiro, às obras para a instalação da Rio+20, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável.

Lembro a V. Ex^{as}, Sr^{as} e Srs. Senadores, que, amanhã, dia 2 de março, será realizada a segunda visita de inspeção das providências logísticas, dos preparativos da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20.

Confirmaram presença na visita a Senadora Ana Amélia e os Srs. Senadores Blairo Maggi, Fernando Collor, João Capiberibe, Lindbergh Farias, Sérgio Souza e Valdir Raupp. Serão visitados o Riocentro, local da conferência em si, o Parque dos Atletas, onde serão

realizadas atividades paralelas dos governos estrangeiros e igualmente dos diferentes Ministérios do Governo Federal, e a Arena da Barra, onde serão organizadas atividades de Estados e apresentações e exposições de grupos menores de delegados.

O Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, Secretário Nacional da Comissão Rio+20, e o Ministro Laudemar Gonçalves, Secretário Executivo da Rio+20, estarão acompanhando as Sr^{as} e os Srs. Senadores durante a visita de inspeção para prestar todos os esclarecimentos necessários e informar do andamento dos trabalhos. A volta se dará no dia de amanhã, no final da tarde, para Brasília.

Segundo comunicado: Brasiguaios, questão fundiária no Alto Paraná, Paraguai.

Em atenção ao interesse manifestado por S. Ex^{as}, as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores, e em decorrência da audiência pública realizada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, no último dia 27 de fevereiro, conforme anunciei naquela data, solicitei ao Itamaraty que me fosse proporcionado encontro com o Embaixador do Brasil em Assunção, Embaixador Eduardo dos Santos, a fim de coligir elementos de informação e de juízo sobre a atuação da Diplomacia brasileira no Paraguai, bem como o estado atual de evolução da questão fundiária, envolvendo brasileiros e paraguaios descendentes de brasileiros no país vizinho. Tendo coincidido essa solicitação com a chamada a serviço a Brasília pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Antonio Patriota, do Embaixador em Assunção, recebi este último em audiência, na manhã de ontem, 29 de fevereiro. Na ocasião, o Embaixador Eduardo dos Santos explicou com detalhes a natureza e o alcance do problema e trouxe as seguintes informações sobre o estado atual da questão:

1º – O Governo paraguaio fez uma intervenção no Indert, que é o órgão nacional paraguaio responsável pela questão fundiária, a fim de neutralizar o problema de mensuração de terras na região de Ñacunday, que esteve na origem da questão fundiária ora em tratamento;

2º – O Governo paraguaio ofereceu inicialmente 30 mil hectares de terras de propriedade do Indert, fora de Ñacunday, para assentar os chamados carperos, que se haviam instalado sob a linha de transmissão da Ande, em frente a uma das fazendas do Sr. Tranquilo Favero, de origem brasileira, mas de nacionalidade paraguaia;

3º – O Governo paraguaio apresentou publicamente essa oferta como solução para o problema naquilo que corresponde ao Poder Executivo, sem prejuízo de decisões sobre litígios de terra que cabem à

Justiça – que é algo que achávamos que poderia ser evitado, mas, pelo que me foi dado a conhecer, não será tão fácil;

4º – Os carperos vieram a ser instalados em uma área desmatada do Parque Nacional de Ñacunday, tendo a operação logística de remoção ficado a cargo do Exército e da Polícia Nacional, a qual ocorreu sem qualquer incidente;

5º – O Governo paraguaio está honrando o compromisso de fazer cumprir as ordens judiciais de despejo e reintegração de posse. A Polícia Nacional tem agido nesse sentido e já havia retirado ocupantes em duas propriedades: uma em San Pedro e outra no Alto Paraná. Esta última, a do Alto Paraná, de brasileiros; a de San Pedro não pertence a brasileiros;

6º – O Ministério do Interior paraguaio já cumpriu a ordem de despejo em Ñacunday, que se deu com a devida cautela para evitar enfrentamentos, mesmo porque havia mulheres e crianças entre os acampados;

7º – A Embaixada do Brasil em Assunção não tem conhecimento de que, atualmente, propriedades de pequenos produtores brasileiros em Ñacunday estejam invadidas. As duas terras que haviam sido ocupadas por carperos, semanas atrás, já foram desalojadas;

8º – O Ministro Miguel López Perito, Chefe do Gabinete Civil da Presidência paraguaia, que é o homólogo de S. Ex^a a Sr^a Ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, está à frente das providências e negociações em torno do problema de Ñacunday, nos termos do Comunicado Presidencial de 6 de fevereiro, que estabelece o respeito às leis, a institucionalidade às soluções pela via judicial ao direito de propriedade, entre outros. Tudo isso também está sendo devidamente levado em consideração. E os dois Ministros, S. Ex^a a Ministra Gleisi Hoffmann e o Ministro Miguel López Perito, ambos Chefes da Casa Civil da Presidência do Brasil e da Presidência paraguaia, já estabeleceram contato e mantêm um canal aberto sobre a questão.

9º – As medidas anunciadas nos últimos dias – oferta aos carperos, cumprimento de ordens judiciais e intervenção no Indert – foram sempre antecipadas na Embaixada brasileira, dentro do espírito de diálogo franco e cooperativo que tem sido mantido pelos dois governos também nesse importante assunto.

10º – Tais medidas reforçam a avaliação de que o Governo do Presidente Lugo está interessado em resolver o assunto dentro da estrita legalidade e de que importantes avanços foram obtidos em um marco de entendimento e harmonia;

11º – Os dois governos continuam conversando sobre o assunto, com vistas a fazer o que estiver ao seu alcance para assegurar uma solução duradoura e satisfatória para a questão. A embaixada, em Assunção,

e a rede consular brasileira no Paraguai continuarão atentas ao surgimento de qualquer novo problema que exija assistência aos brasileiros. O Governo brasileiro tem se pautado na matéria sobre a mais estrita observância do princípio de não ingerência em assuntos internos do Paraguai, mas tem norteado, porém, pela sua obrigação de zelar pelo bem-estar e segurança dos cidadãos brasileiros que se encontrem no exterior.

Diante, então, desse quadro apresentado pelo Embaixador do Brasil em Asunción, que também manteve contato com outros Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras integrantes desta Comissão e da Comissão de Agricultura do Senado da República, e tendo em conta as próprias notas de cautela e precaução expressas pelos membros do Senado Federal ao tratar desse assunto, considerei satisfatório o encaminhamento da questão até aqui, até o presente momento.

Conhecendo também, em mais detalhes, as gestões nos mais variados níveis já feitas pelo Governo brasileiro, exortei o Itamaraty, por intermédio do Embaixador Eduardo dos Santos, a prosseguir na linha de ativo, mas discreto e prudente acompanhamento da questão pela nossa Diplomacia. Também sugeri na linha de prosseguir no curso de ação, até aqui seguido pelo Estado brasileiro, que o Itamaraty levante, junto à Presidência da República, a possibilidade de a Senhora Presidenta Dilma Rousseff retomar o contato pessoal e direto com o Presidente Lugo, a fim de dar seguimento à conversa que sobre o mesmo tema já tinham tido em junho de 2011 e que, na ocasião, propiciou importante avanço do tema fundiário no Paraguai, para que também enalteça as medidas que até agora vêm sendo tomadas pelo governo paraguaio diante do atual problema e, ao mesmo tempo, oferecer ao governo paraguaio, na medida das possibilidades e da ampla *expertise* do Governo brasileiro em várias das matérias implicadas na questão, toda a cooperação que a parte paraguaia possa necessitar e solicitar para avançar em suas políticas fundiária, agrícola, de agricultura familiar e de desenvolvimento sustentável.

Terceiro comunicado:

Eu gostaria de informar às Sr^{as} e aos Srs. Senadores integrantes desta Comissão que o Senado Federal aprovou ontem, dia 29 de fevereiro, o Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2012, proveniente da Medida Provisória nº 544, de 2011, que cria o regime tributário especial para a área de defesa nacional, matéria que tive a honra de relatar em plenário.

O novo regime isenta as empresas estratégicas credenciadas pelo Ministério da Defesa da cobrança do IPI, do PIS/Pasep e do Cofins incidentes sobre peças, componentes, equipamentos, sistemas, insumos e serviços. A medida também institui normas especí-

ficas para licitação de produtos e sistemas de defesa, dando preferência de compra à indústria nacional. Essa iniciativa, vale ressaltar, visa a garantir que a nossa indústria de defesa venha a adquirir não somente tecnologias já existentes como também novas tecnologias, que permitirão incentivar a capacidade de inovação em nosso parque nacional, resgatando, assim, o potencial que o País já deteve nesse setor.

Trata-se, portanto, de importante incentivo à indústria estratégica de defesa, cuja participação do Brasil no mercado mundial ainda está muito aquém da sua necessidade e capacidade, principalmente diante de sua atual posição econômica no cenário internacional.

Outro comunicado dentro do macroprojeto de modernização, esse sobre o Proforça, Projeto da Força do Exército Brasileiro:

Dentro do macroprojeto de modernização, atualização e adequação da força terrestre, foi assinado, no último dia 27 de fevereiro, pelo Comandante do Exército, General Enzo Martins Peri, a portaria que estabelece o Projeto da Força do Exército Brasileiro (PROFORÇA). O projeto apresenta as diretrizes para a concepção e a evolução da Força até 2031, com marcos temporais em 2015 e 2026 e tem como principais características a dinâmica, a interatividade e a inovação.

Além de permear todo o Exército, foi concebido, esse projeto, para se adaptar às incertezas que os conflitos do futuro impõem. O objetivo é orientar o processo de transformação do Exército, abordando os vetores de ciência e tecnologia, doutrina, educação e cultura, engenharia, gestão, recursos humanos, orçamento e finanças, logística, preparo e emprego. Buscará também obter novas capacidades como dissuasão extrarregional, projeção de poder, atuação no espaço cibernético, prontidão logística, intemperabilidade e complementaridade, efetividade de doutrina, gestão integrada, maior ênfase na dimensão humana, fluxo orçamentário adequado, produtos de defesa vinculados às capacidades operacionais e, por fim, gestão da informação operacional.

Outra meta do Proforça é estabelecer os seguintes produtos: diretrizes para concepção estratégica do Exército, novas capacidades discriminadas para cada uma das missões do Exército, diretrizes para futura organização básica do Exército, articulação e estruturação da força terrestre, orientação para integração ao Sistema de Planejamento do Exército, o Siplex, e diretrizes para cada um dos vetores de transformação.

O comunicado a seguir é uma atualização sobre a questão da Síria, Líbia e Irã.

A situação de instabilidade, que dura um ano na Síria, já está configurando uma guerra civil, que se caracteriza por impasse entre as forças do regime,

que não conseguem esmagar a revolução, ou, melhor dizendo, a rebelião, e a oposição, incapaz, até agora, de derrubar Bashar al Assad.

Após um ano de luta contra o governo sírio, a oposição continua extremamente dividida e não logrou controle territorial de nenhuma área do país. O Presidente Bashar al Assad continua com algum grau de popularidade e apoio de, pelo menos, 30% da população, embora esteja usando armas pesadas para combater os rebeldes.

Ao mesmo tempo em que reprime pesadamente as forças opositoras, o líder sírio faz gestos liberalizantes, como a realização do *referendum* constitucional no dia 26 de fevereiro último, em que obteve esmagadora vitória, contestada pela oposição.

O principal aspecto da nova constituição é a instauração do multipartidarismo, que estará em vigor quando das eleições parlamentares, previstas para daqui a três meses. O atual unipartidarismo, com o Partido Baath, data da década de 60, e a Família Assad chefiava o Estado desde 1970. As novas regras, no entanto, limitam a participação de partidos étnicos ou religiosos e permitem a reeleição do atual presidente em mandatos sucessivos de sete anos.

Os rebeldes, além da adesão de desertores das forças armadas sírias, têm recebido apoio e armas, ainda em pequena escala, de sunitas iraquianos – registre-se que a Síria tem maioria sunita – e têm tido também apoio da Al Qaeda da Mesopotâmia, baseada no Iraque.

Se há impasse na luta interna, também se configura um *deadlock* no plano diplomático. A reunião dos países amigos da Síria, que se realizou em Tunis, no último dia 24 de fevereiro, foi boicotada pela Rússia e pela China, que, assim como o Irã, continuam a apoiar o Governo de Bashar al Assad. A Secretária de Estado Clinton participou do encontro e elevou o tom das discussões ao dizer que “a posição da China e da Rússia é desprezível”, expressão por ela utilizada.

Deve-se recordar que, em 4 de fevereiro, esses dois membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU bloquearam a resolução, condenando a repressão e pedindo a saída do presidente sírio, moção vivamente apoiada pelos Estados Unidos, Reino Unido e França. A reação da China foi forte e imediata. O Ministério do Exterior chinês considerou a declaração da Secretária de Estado superarrogante.

A China tem tradição diplomática de defender a não ingerência e deverá mantê-la no caso sírio. A Rússia também reagiu com firmeza. Ambas as potências têm tomado iniciativa de promover diálogo entre o governo sírio e a oposição. A China enviou representante especial à Síria, onde se encontrou com altos

funcionários e com representantes opositoras, e a Rússia ofereceu Moscou para sediar diálogo entre as duas partes.

Os Estados Unidos, o Reino Unido e a França têm privilegiado o aumento da pressão sobre Assad e a escalada de sanções, como a decidida pela União Europeia, no último dia 27 de fevereiro, que inclui congelamento de fundos do Banco Central da Síria.

As potências ocidentais criticaram o referendo como falso, como apenas um ardil, e a Rússia e a China consideram que se deve dar tempo e um voto de confiança ao atual regime.

Embora desejem enfraquecer o Irã, principal apoio regional do regime, a OTAN não deverá intervir na Síria tal como fez na Líbia, pois se trata de cenário muito mais complexo do ponto de vista geopolítico, que envolve interesses não só de países fronteiriços – como a Turquia, o Iraque, a Jordânia, Israel e o Líbano – com também do Irã, da Rússia e da China.

Há que se levar em conta também o cruzamento de interesses religiosos e étnicos que propagariam a instabilidade. Ademais, uma intervenção da Aliança Atlântica não contaria com a legitimação de uma resolução do Conselho de Segurança, praticamente impossível de se obter em função do veto já declarado reiteradas vezes a qualquer ação militar contra a Síria por parte da Rússia e da China. O cenário mais provável então é o fornecimento de armas aos rebeldes por parte de países árabes mais ativistas, como as monarquias do Golfo.

Na Líbia, seguem as desavenças entre grupos étnicos e as milícias que lutaram juntas contra Kadhafi e continuam a se enfrentar com lutas, inclusive, na capital Trípoli. Apesar dos esforços do governo central, as milícias continuam recalcitrantes a entregar seus armamentos e se firmam no controle de regiões e setores dos centros urbanos.

Há insatisfação de grupos armados que consideram ter perdido o controle da revolução para os políticos do Conselho Nacional de Transição. O atual governo líbio ainda não conseguiu formar um exército nacional e nem mesmo uma força policial capaz de controlar o país. No mês passado, registrou-se o primeiro ano daquilo que os vitoriosos chamam de gloriosa revolução de 17 de fevereiro.

De outra parte, o cenário iraniano continua a causar preocupação para a estabilidade internacional. Missão da Agência Internacional de Energia Atômica, mesmo sem ter acesso às instalações nucleares mais secretas do país, chegou à conclusão, no último dia 24 de fevereiro, de que o governo iraniano está mais perto de desenvolver capacidade de enriquecimento de urânio para obter arma nuclear. Teria atingido o pa-

tamar de 20% de enriquecimento, a partir do qual seria relativamente mais fácil chegar aos 80% necessários para esse artefato atômico.

Ao mesmo tempo em que acelera seu problema nuclear, o Irã tem negado ter intenção de se armar nuclearmente e tem manifestado o seu desejo de prosseguir negociações com a Agência e com as potências ocidentais. Esses dois caminhos são vistos como uma tentativa iraniana de ganhar tempo para, no futuro, de um a dois anos, apresentar um *fete accompli* aos seus adversários.

Os Estados Unidos parecem não acreditar ainda que os iranianos estejam tão próximos de uma arma atômica, mas claramente têm dois limites que, ultrapassados, os levaria a empreender uma intervenção militar. Uma ação bélica, seria uma opção válida se o Irã viesse a ter arma nuclear ou se viesse a tentar o fechamento do Estreito de Ormuz, rota marítima vital para o Ocidente, bem como para seus aliados árabes.

Mas também as potências ocidentais – Estados Unidos, Reino Unido e França – adotam o chamado *Dual-track*. De um lado, aumentam a quantidade e intensidade das sanções; de outro, dispõem-se a conversações com o Irã. Já em abril próximo é provável a realização de negociações com o Irã sobre o tema nuclear.

Fato novo a respeito do Irã é a crescente discussão nos meios diplomáticos e militares sobre a possibilidade de um ataque preventivo de Israel às instalações atômicas iranianas. Ataques preventivos israelenses têm exemplos no passado, como em 1981, contra o reator de Osirak, perto da capital do Iraque; e em setembro de 2007, na Síria, contra reator em construção.

A situação atual seria bem mais complicada, pois a distância dos alvos seria de 1.500 a 1.800 quilômetros e demandaria o emprego de caças sofisticados, reabastecimento em pleno ar e bombas capazes de atingir instalações atômicas subterrâneas e muito bem protegidas, como a de Fordo, perto da cidade sagrada de Qom.

Mesmo supondo que Israel tenha os jatos de combate e os aviões-tanque para reabastecimento aéreo, as bombas e a capacidade eletrônica adequada, a missão seria complexa e demandaria a utilização de três rotas possíveis. O caminho norte exigiria voo entre as fronteiras da Síria e da Turquia. A rota central passa pela Jordânia e pelo Iraque. E a rota sul obrigaria a passar pelo espaço aéreo saudita. Dessas possibilidades, a rota central, com o desengajamento norte-americano do Iraque, seria menos difícil. Alguns analistas militares consideram que Israel está se preparando para um ataque preventivo, por meio da adaptação de seus modernos caças norte-americanos F-15 e F-16, com a

utilização de tanques extras de combustível e equipamentos eletrônicos avançados, de fabricação própria.

Teria, também, aviões tanques, de 8 a 10 Boeings 707 adaptados, que garantiriam o reabastecimento aéreo dos caças, bem como bombas de fabricação norte-americana capazes de atingir instalações subterrâneas.

Acresce à complexidade da possível operação o fato de que são vários os alvos a serem atingidos e que os aviões israelenses cumpririam sua missão em situação de risco constante.

Um ataque israelense, mesmo com algum grau de sucesso, poderia, no entanto, ter como efeito apenas o atraso no programa nuclear iraniano, e o custo político seria extremamente alto.

Na realidade, apenas os Estados Unidos teriam capacidade de realizar ataque de modo a destruir a capacidade nuclear iraniana, o que poderia ocorrer na hipótese concreta de o Irã vir a ter a arma atômica ou de os americanos serem levados a apoiar uma ação israelense.

Os Estados Unidos têm, na região, a sua quinta frota baseada no Bahrein e possuem bases no Kuwait, no Qatar e nos Emirados Árabes Unidos, todas em posição privilegiada em relação ao Irã.

Outro comunicado. É sobre a justificativa em relação ao cancelamento feito pelo governo norte-americano da aquisição dos aviões Super Tucanos brasileiros para sua força aérea.

Sobre a justificativa de problemas de documentação, o Governo dos Estados Unidos da América divulgou, esta semana, sua decisão de cancelar o contrato para o fornecimento de vinte aviões Super Tucanos da Embraer, que seriam usados no Afeganistão.

O próprio comandante da força aérea daquele país, General Norton Schwartz, qualificou o cancelamento anunciado na terça-feira de “vergonhoso” e declarou que a medida representa um embaraço para a Força Aérea dos Estados Unidos, acrescentando que se sentia profundamente desapontado com a decisão de seu governo.

É interessante notar que essa decisão do governo americano, pelo que se denota de forma clara, não passou pelo comandante da força aérea daquele país. Ou seja, o governo, um estamento do governo americano toma uma decisão que contraria frontalmente o interesse do comandante da força aérea daquele país, sem sequer consultá-lo, pela reação que teve, quando tomou conhecimento do cancelamento, qualificando-o de vergonhoso e declarando que a medida representa um embaraço para a Força Aérea dos Estados Unidos.

A referida decisão consternou todos aqueles que conhecem a indústria brasileira de defesa e o papel

desempenhado pela Embraer e suas aeronaves de qualidade e competitividade inquestionáveis. Foi uma medida protecionista e contrária a princípios fundamentais das boas práticas internacionais, sobretudo porque, em 30 de dezembro último, os Estados Unidos concluíram um processo de concorrência e anunciaram a escolha da Embraer para o fornecimento as aeronaves. Ocorre em um momento em que o Governo brasileiro busca, com a chancela do Poder Legislativo, incentivar o desenvolvimento de nossa indústria de defesa. Trata-se, ainda, de iniciativa que certamente prejudica a parceria entre brasileiros e estadunidenses em um campo tão relevante como a defesa.

Diante da situação lamentável, só temos a manifestar o nosso desapontamento e também um desagravo à Embraer, ao mesmo tempo em que registramos a nossa contrariedade à decisão contrária aos interesses nacionais do Brasil, tomada pelo Governo norte-americano.

Por último, foi anunciado ontem – pelo menos uma boa notícia, pelo menos na sua aparência ou superficialidade – um desenvolvimento potencialmente positivo na situação da península coreana e na questão nuclear norte-coreana. No que é reconhecido como a primeira iniciativa de vulto em política externa do novo líder Kim Jong-un, a Coreia do Norte se comprometeu congelar procedimentos de enriquecimento de urânio, interromper testes de mísseis de longa distância e testes nucleares e a retomada das inspeções das instalações nucleares pela Agência Internacional de Energia Atômica. Em contrapartida, receberá ajuda alimentar no total de 240 mil toneladas, a ser fornecida pelo Governo dos Estados Unidos.

Isso representa um passo, ainda que incipiente, no reatamento das conversações hexapartites, as chamadas Six-Party Talks, envolvendo os Estados Unidos, a Coreia do Norte, a Coreia do Sul, a Rússia e a China. Indica igualmente uma mudança de política da parte de Washington, que preconizava que qualquer ajuda humanitária eventualmente concedida a Pyongyang deveria ser baseada estritamente em necessidades da população e não vinculada à negociação sobre o programa nuclear da Coreia do Norte.

Eu gostaria de registrar, com muita satisfação, antes de darmos início à pauta da nossa reunião de hoje, a presença do integrante desta Comissão, Senador Marcelo Crivella, a quem, em nome de todos os integrantes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, cumprimento e a quem desejo todo o sucesso e todo o êxito na nova missão que lhe foi confiada agora por Sua Excelência, a Presidenta da República, para exercer a titularidade do Ministério da Pesca de nosso País. Tenha muito sucesso, Sr. Senador.

Temos todos nós a certeza de que aquele Ministério, sob a sua batuta, sob o seu comando, irá realmente dizer a que veio.

Parabéns a V. Ex^a.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Muito obrigado, Presidente. Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) –

Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP)

– Permita-me estender também o cumprimento ao Senador Marcelo Crivella, agora nosso ministro pescador – pescador de almas, como disse a Senadora Ana Amélia aqui. Isso é condizente com a história do Senador Marcelo Crivella.

Sr. Presidente, como há uma votação importante na Comissão de Direitos Humanos, se for possível o exame do item 4, que é breve, sobre viagem ao exterior na semana que vem, relativa à participação, ao encontro anual da Eastern Economic Association, agradeceria muito. Trata-se do item 4, para que eu possa estar presente no exame dessa proposição de autorização para viagem ao exterior.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– S. Ex^a, o Sr. Senador Eduardo Suplicy, pede que a pauta da nossa reunião de hoje seja alterada, para que o item 4 passe a ser o primeiro item a ser deliberado por esta Comissão.

Coloco essa solicitação de S. Ex^a, o Senador Eduardo Suplicy, à deliberação das Srs. Senadoras e dos Srs. Senadores aqui presentes.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada a alteração da nossa pauta do dia de hoje, passamos, então, à leitura do item 4, não terminativo.

Item 4:

REQUERIMENTO Nº 53, DE 2012

Requer, nos termos regimentais, autorização para representar o Senado Federal na 38ª Conferência Anual da Eastern Economic Association, que ocorrerá em Boston, nos Estados Unidos, e comunica, em cumprimento ao disposto no art. 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que se ausentará do País no período de 7 a 10 de março de 2012.

A autoria do requerimento é do Senador Eduardo Suplicy.

Designo S. Ex^a, a Senadora Ana Amélia como Relatora da matéria e concedo a palavra a S. Ex^a.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Para emitir parecer) – Sr. Presidente, agradeço e também renovo

os cumprimentos ao nosso Ministro, nosso colega da Comissão de Relações Exteriores Marcelo Crivella, desejando sucesso a ele nesse novo e grande desafio que tem pela frente.

A Comissão de Relações Exteriores trata desse requerimento, como V. Ex^a enunciou. Vou direto à análise.

Análise.

O art. 13 do Regimento Interno do Senado Federal expressa situações em que o Senador não será considerado ausente, quais sejam: se estiver de licença ou em representação a serviço da Casa, ou ainda em missão política ou cultural de interesse parlamentar, previamente aprovado pela Mesa, obedecido o disposto no art. 40.

O art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, por sua vez, prevê que a ausência do Senador, quando incumbido de representação da Casa, ou ainda no desempenho da missão no País ou no exterior deverá ser autorizada mediante deliberação no Plenário, se houver ônus para o Senado, estabelecendo ainda, em seu §4º, a necessidade de que seja ouvida a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional ou a comissão que tiver maior pertinência.

Em cumprimento ao disposto no art. 39, inciso I, do Regimento Interno, o requerente comunica que estará ausente do País no período de 07 a 10 de março de 2012, para desempenhar a referida missão.

Voto.

Diante do exposto, e em vista da importância da missão, meu voto é pela aprovação do Requerimento nº 53, de 2012, do Senador Eduardo Suplicy.

O SR PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senadora Ana Amélia. Coloco em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria irá à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, S. Ex^a o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Na mesma linha, pediria a V. Ex^a que, submetido ao

Plenário, fosse deliberada a inversão de pauta para a apreciação imediata do item 5.

O SR PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Coloco à deliberação do Plenário a solicitação feita por S. Ex^a o Senador Luiz Henrique, para que seja também alterada a nossa pauta, colocando o item 5 da pauta de hoje como o segundo item a ser analisado.

Coloco a deliberação das Sr^{as} e dos Srs. Senadores que estiverem de acordo com essa alteração, permanecendo como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, se me permite...

O SR PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pois não.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu sou a primeira. O meu relatório é o primeiro. Mas como eu gosto muito do Senador Luiz Henrique eu não faço qualquer objeção que haja a inversão da pauta. Ele é um bom colega. *(Risos.)*

O SR PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Item 5:

REQUERIMENTO Nº 55, DE 2012

Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, combinado com o art. 39, I, e o disposto no art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do País, no período de 02 a 05, de abril de 2012, para participar de encontros entre parlamentares tchecos e brasileiros, que serão realizados no Parlamento da República Tcheca.

Autoria: Senador Luiz Henrique.

Indico S. Ex^a o Senador Paulo Bauer como Relator da matéria.

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC. Para emitir parecer.) – Obrigado, Sr. Presidente.

O relatório é o seguinte:

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é chamada a se pronunciar sobre o Requerimento nº 55, de 2012, de autoria do Senador Luiz Henrique, que “requer, nos termos do art. 55, inciso III, da Constituição Federal, combinado com o art. 39, inciso I, e o disposto no art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do País, no período de 02 a 05, de abril de 2012, para participar de encontros entre parlamentares tchecos e brasileiros, que serão realizados no Parlamento da República Tcheca”.

Análise.

O art. 13 do Regimento Interno do Senado Federal expressa as situações em que o Senador não

será considerado ausente, quais sejam: “se estiver em licença, ou em representação a serviço da Casa, ou ainda em missão política ou cultural de interesse parlamentar devidamente aprovada pela Mesa, ou obedecido o disposto no art. 40”.

O art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, por sua vez, prevê que “A ausência do Senador, quando incumbido de representação da Casa, ou ainda no desempenho de missão no País ou no exterior deverá ser autorizada mediante deliberação do Plenário, se houver ônus para o Senado”. Estabelecendo, ainda, em seu § 4º, a necessidade de que seja ouvida a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ou a comissão que tiver maior pertinência.

Em cumprimento ao disposto no art. 39, inciso I, do Regimento Interno, o requerente comunica que estará ausente do País no período de 2 a 5 de abril de 2012, para desempenhar a referida missão.

Voto.

Diante do exposto e em vista da importância da missão, o meu voto é pela aprovação do Requerimento nº 55, de 2012.

Sala das Comissões, em 1º de março de 2012.

Assino como Relator.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª Senador Paulo Bauer pela leitura do relatório.

Coloco-o, agora, em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Agora, sim, o **Item 1** da pauta, não terminativo.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 9, DE 2012

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora Renate Stille, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Reino Hachemita da Jordânia.

Autoria: Presidenta da República.

Relatoria: S. Exª Senadora Ana Amélia.

Concedo a palavra a V. Exª para proferir o seu relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, nossos co-

laboradores da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o *Curriculum Vitae* encaminhado pelo Itamaraty informa que a Srª Renate Stille, filha de Martin Gunther Stille e Wilhelmine Hermine Stille, nasceu em 22 de outubro de 1944, na cidade do Rio de Janeiro.

Entre as suas qualificações acadêmicas destacam-se o Bacharelado em Letras, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Católica de Petrópolis, o Bacharelado em Economia pela Universidade de Brasília, o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco e o Curso de Altos Estudos, também pelo Instituto Rio Branco, pelo qual apresentou um trabalho intitulado: *O Fundamentalismo Islâmico e Instabilidade Política na Argélia*. Somente isso a credenciaria para exercer essa importante missão na representação brasileira junto ao Reino Hachemita da Jordânia.

Concluído o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, do Instituto Rio Branco, foi nomeada Terceira Secretária, em 1971, tendo sido, seguidamente e sempre por merecimento, promovida até a atual situação de Ministra de Segunda Classe, em 1997.

Dentre as funções assumidas no Ministério das Relações Exteriores, aqui em Brasília, destacam-se a de Assistente da Divisão da América Central; da Assessoria de Imprensa do Gabinete; do Departamento Geral de Administração e do Departamento Econômico e Chefia Substituta da Divisão da Associação Latino-Americana de Integração; da Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Assuntos da Associação Latino-Americana de Integração, Aladi, e da Coordenadoria Executiva da Subsecretaria Geral de Integração, Assuntos Econômicos e Comerciais e a Chefia da Divisão de Ciência e Tecnologia.

No exterior, integrou os quadros diplomáticos brasileiros em Paris, de 1976 a 1979; em Genebra, de 1986 a 1989; em Argel, de 1991 a 1993; em Oslo, de 2000 a 2006; em Yerevan, de 2006 a 2009; e em Wellington em 2009.

Ela participou de várias missões no exterior e em reconhecimento pelos relevantes serviços lhe foram concedidas as Comendas da Legião de Honra, França, no grau de Cavaleiro; a Ordem do Rio Branco, no grau de Grã-Cruz e a Ordem do Mérito Real da Noruega, no grau de Comendador.

O país para o qual a Ministra é indicada para assumir a função de Embaixadora é composto por população de maioria islâmica. Nesse sentido, sua familiaridade com o tema do islamismo é providencial, pois foi o caso da sua tese desenvolvida na área acadêmica.

O Reino Hachemita da Jordânia é um país do Oriente Médio limítrofe à Síria, ao Iraque e à Arábia Saudita, com o qual o Brasil duplicou o valor de suas

exportações, de 2006 a 2010, e com o qual possui saldo comercial superavitário.

Entre as empresas brasileiras exportadoras tem destaque a Embraer e a Petrobras e, em terceiro lugar, a Sadia, indicando um perfil favorável ao Brasil, com exportação de alto valor agregado.

Em pauta na agenda de cooperação bilateral, a pesquisa e produção de sementes adaptáveis e resistentes ao clima semiárido, e os biocombustíveis.

Em 2008, foi assinado o acordo de livre comércio entre o Mercosul e o Reino Hachemita da Jordânia, a favor do qual, pelo lado brasileiro, pesa o fato de não haver sensibilidades comerciais mais significativas, porquanto as respectivas estruturas produtivas e o tamanho dessas economias não as tornam concorrenciais.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito desse relatório favorável à indicação da nova Embaixadora do Brasil no Reino Hashemita da Jordânia.

Esse é o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Muito obrigado a S. Ex^a a Senadora Ana Amélia pelo seu relatório, que coloco, agora, em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, fica concedida a vista coletiva, nos termos do § 2º do art. 3º do Ato nº 1, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Item 2:

MENSAGEM (SF) Nº 11, DE 2012

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Michael Francis de Maya Monteiro Gepp, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a São Vicente e Granadinas.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Marcelo Crivella.

Concedo a palavra a S. Ex^a, o Senador Marcelo Crivella, para proferir o seu relatório.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Para emitir parecer.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero agradecer aos meus colegas que, com generosidade e muito apreço, me desejaram boa sorte no Ministério da Pesca. Espero possa contribuir e não deslustrar de todo, pelos grandes brasileiros que passaram por lá.

O Ministério da Pesca, hoje... Fiquei encantado quando fui lá. Desde que fui chamado, no domingo, fui verificar o trabalho, o que eles estão fazendo, e nós temos uma grande perspectiva.

Estou muito animado e espero que a gente possa colher frutos de muitos bons trabalhos lá feitos no passado, implementar novas políticas e dar ao Brasil uma pesca à altura da sua agricultura, à altura dos seus recursos naturais.

O fato é, Presidente, me permita, aqui, apenas extravasar a minha emoção, que o povo brasileiro não consegue entender como nós temos 3,5 milhões de quilômetros quadrados de mar, 12,5% da água doce superficial do mundo e produzimos apenas um milhão de toneladas!

O povo brasileiro, às vezes, não consegue entender. Produzimos menos que o Peru, grande nação, mas guardadas as devidas proporções.

É o povo que pergunta: “Puxa, mas estamos produzindo só um milhão de toneladas de peixe?” E nós temos de dar a resposta.

Estou indo para lá com esse grande desafio, Presidente. Mas a minha indicação, segundo a Senhora Presidenta Dilma, também passou pelos 10 anos que passei na África, porque ela tem preocupação com os 800 mil pescadores artesanais, que têm baixo nível de educação, baixo nível de remuneração; a maioria não tem carteira assinada e, quando envelhece, não tem mais forças para puxar uma rede e levar o barco para o mar, a vida passa a ser muito pesada.

Ela acha, então, pelo tempo que passei lá, que poderei representá-los diante do orçamento e da política de Estado, representando a sua dor e as suas questões à altura, por ter já conhecido e vivido sempre muito entre os pobres.

Eu fiquei muito satisfeito com isso.

Estou indo muito animado, Presidente. Estou pedindo a Deus que me ajude, para fazer, lá, uma grande gestão.

Eu conto muito com a ajuda dos meus amigos, porque nós todos sabemos das controvérsias, dos ódios e paixões da vida pública, e do preço que se paga para se ter um lugar no coração do povo.

Então, quando falarem mal de mim, eu espero que meus colegas me defendam aqui. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Os seus companheiros e colegas da Comissão de Relações Exteriores, e, eu acredito, também do Senado da República, desejam a V. Ex^a, Senador Marcelo Crivella, absoluto e pleno êxito nessa nova etapa dessa sua exitosa vida pública.

Temos certeza de que será motivo de orgulho para todos nós o seu exercício como o novo Ministro da Pesca do Brasil. Seja muito feliz nesta nova posição.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Muito obrigado, Presidente. Espero estar a seu lado na Rio+20. Lá no Rio nós vamos falar de pesca também.

Esta Casa Legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que a Senhora Presidenta da República faz do Sr. Michael Francis de Maya Monteiro Gepp, Ministro de Segunda Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em São Vicente e Granadinas.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para encaminhar previamente, por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV), à luz do que damos início à avaliação curricular do Sr. Ministro de Carreira, com base no *curriculum vitae* apresentado pelo seu Ministério de origem.

Consta no documento que o Sr. Michael Francis de Maya Monteiro Gepp é filho de Alan Francis Gepp e Maria Elisa de Maya Monteiro Gepp e que nasceu na cidade do Rio de Janeiro.

Ele ingressou na carreira diplomática em 1982, por meio do Concurso de Admissão, e defendeu, em 1997, no âmbito do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, a tese “Diplomacia Consular: assistência e proteção a nacionais”.

Concluído o Curso de Preparação à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco, foi nomeado Terceiro Secretário, em 1977, tendo sido, seguidamente e sempre por merecimento, promovido até a atual situação de Ministro de Segunda Classe, no Quadro Especial, em 2004.

Dentre as relevantes funções assumidas no Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, destacam-se a assistência na Divisão de Transmissões Internacionais; a assessoria do Departamento de Promoção Comercial; a assessoria e a coordenação executiva do Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica; a chefia substituta da Divisão de Formação e Treinamento; a Coordenadoria Executiva do Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica; a chefia substituta e a chefia da Divisão de Visitas do Cerimonial. Ainda na Esplanada, foi assessor internacional da Secretaria Nacional Antidrogas do Gabinete de Segurança Institucional, da Presidência da República.

No exterior, integrou os quadros diplomáticos brasileiros em Nova Iorque; Luanda; Caiena; Los Angeles; São Domingos; na Comissão Interamericana para o Controle e Abuso de Drogas da Organização dos Estados Americanos; em Washington; em Beirute; e em Istambul – em Beirute, inclusive, enfrentou uma guerra. Foi o primeiro Cônsul brasileiro em Beirute. Quando nós abrimos consulado em Beirute, nós estávamos lá vivendo em tempo de guerra e ele estava lá, salvando nossos brasileiros, embarcando a nossa colônia.

Integrou, ainda, a missão brasileira no XXVIII Período Ordinário de Sessões da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas, em Port of Spain, como chefe de delegação.

O país para o qual o Ministro de Carreira é indicado para assumir a função de Embaixador é uma democracia parlamentar membro da *Commonwealth of Nations*, motivo por que o chefe de Estado é a Rainha Elizabeth II, do Reino Unido.

As relações bilaterais com São Vicente e Granadinas são marcadas, no plano comercial, pela baixa expressividade do fluxo, com predominância das exportações brasileiras, bem como modesto incremento do comércio desde 2002. Os principais itens de exportação da pauta brasileira são produtos de baixo valor agregado. Recentemente, dois importantes temas da agenda comercial aconteceram. O primeiro foi a possibilidade de aquisição de aeronaves da Embraer por parte da empresa regional *Caribbean Airline* e a perspectiva de exportação de carne de aves para aquele país. E o segundo, no contexto regional, a adesão do Brasil ao Banco de Desenvolvimento do Caribe, que obteve aprovação do Senado em dezembro de 2010. O Brasil subscreverá 3.118 ações do capital social do Banco e contribuirá com um aporte de US\$5 milhões em quatro parcelas anuais. Para concretizar essa adesão, o Brasil deverá depositar seu instrumento de adesão na Secretaria-Geral das Nações Unidas e efetuar o pagamento da primeira parcela. Nesse diapasão, vale registrar também a possível contribuição financeira do Brasil ao Fundo de Desenvolvimento do Caribe.

No âmbito da cooperação técnica, a Agência Brasileira de Cooperação lançou 24 cursos de capacitação, de curta duração, dos quais poderão beneficiar-se São Vicente e Granadinas, em áreas prioritárias da agricultura e da segurança alimentar.

Estuda-se a participação brasileira na renovação e no reparo das centrais hidrelétricas do país, extremamente deterioradas e das quais dependem 95% da matriz energética nacional.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste relatório.

Sr. Presidente, eu gostaria apenas de acrescentar que, em 2004, fui presidente de uma comissão parlamentar de inquérito que investigava a exploração e a exportação de brasileiros pobres. Era uma quadrilha, chamada Coiotes, que aliciava pessoas nas regiões pobres do Brasil, prometendo-lhes ficar ricas como empregadas domésticas, motoristas de táxi, trabalhadoras em posto de gasolina, nos Estados Unidos. Essas pessoas vendiam o que tinham, empenhavam-se em empréstimos, iam para São Paulo, hospedavam-se

em um modesto hotel, pegavam avião para o México, onde havia um esquemazinho no aeroporto, pegavam ônibus, iam para a fronteira, atravessavam o rio Grande à noite. E muitas daquelas pessoas, exauridas, pediam a Deus para que a *Border Patrol*, a polícia de fronteira dos Estados Unidos as pegassem, porque estavam andando por dois, três dias no deserto. Era uma coisa desumana, mas rendia muito dinheiro. Quando nós, da CPI, quebramos o sigilo bancário desses coiotes ficamos admirados do valor que eles movimentavam nas suas contas, nada declarado no Imposto de Renda.

Pois bem, nós fizemos o atlas da imigração ilegal, com autoridades mexicanas e brasileiras. Produzimos um documento que hoje, dito pelos embaixadores, pelos filhos de Rio Branco, é a bíblia de uma das nossas iniciativas legislativas, que foi criar o departamento dos brasileiros na diáspora. E eles têm nosso relatório. Fomos ao Japão, aos Estados Unidos, à Europa, ao Paraguai, onde tratamos de assuntos dos brasiguaios.

Sr. Presidente, lá nos Estados Unidos, visitei todos os presídios onde ficavam nossos irmãos. Chegamos a ter dez mil presos. Quem me acompanhava? Michael Gepp, na época, Embaixador em Los Angeles. Fomos ao Arizona, ao Texas, à Califórnia. Era doloroso ver gente humilde, pessoas simples, que foram enganadas e que ficavam lá esperando um processo. Uma dessas senhoras, quando entrei em um sábado à tarde em San Antonio, em uma prisão, ela rompeu o cordão de isolamento e agarrou-me. Ela me conhecia pela oração que eu fazia na televisão. Disse: “Bispo, pelo amor de Deus, me tira daqui! Há três meses só faço chorar, não entendo a língua. Eu tenho que ir embora”. “Mas o que a senhora veio fazer aqui?” Uma senhora de quase 60 anos. Ela disse: “Eu tenho um filho que é deficiente mental e estou envelhecendo e não tenho nada para deixar para ele. Disseram-me que, se eu viesse para os Estados Unidos para ser empregada doméstica, eu ganharia US\$5 mil por mês e que eu poderia, depois de um ano, voltar e dar um conforto para o meu filho”.

Presidente, a aparência daquela senhora mostrava que ela estava dizendo a verdade. E, então, interpelei o DHS – Department of Homeland Security, expliquei a eles, que fizeram um Expedited Removal. Ela embarcou três ou quatro dias depois. E eu pedi à Record para acompanhar a chegada dela em Goiânia e, depois, eu vi pela Internet. Ela chega a Goiânia, vai para o subúrbio, as áreas rurais e, quando está chegando à casa dela – foi uma cena que não esqueço mais –, era uma choupana muito carente, mas cercada por bambus, saiu lá de dentro um rapaz, visivelmente deficiente, que abraçou a mãe e chorou de maneira comovente, porque a única coisa que ele tinha na vida, aquela mãe, tinha ido em busca de um sonho, de uma

mentira, de uma falácia, nas mãos de malvados. Essas cenas me marcaram muito. Graças a Deus, essa CPI foi um sucesso, conseguimos fazer, pelo Itamaraty, acordos com o México; desbaratamos as quadrilhas.

Hoje não tem mais do que 50 brasileiros presos. Essa coisa acabou, graças a Deus. Nosso País cresceu economicamente, temos outra realidade.

Mas eu gostaria de deixar consignado, por dever de consciência, que o Michael Gepp foi incansável. Ele era Cônsul e ia comigo. Íamos visitar os brasileiros, que eram centenas, e eles ficavam contando seus dramas. Sentávamos lá de manhã e ficávamos ouvindo, ouvindo. “Paguei tanto para um advogado”. “Já liguei para o fulano”. Histórias e mais histórias que ele...

Não foi à toa que a sua carreira, pelo Ministro Celso Amorim e pelo Embaixador Samuel Pereira Guimarães, foi, eu diria, promovida. Porque ele ocupou grandes cargos. Agora está indo para o Caribe.

Assim, eu gostaria que meus companheiros levassem em consideração a figura humana, a pessoa, o incansável, o homem que tem realmente a vocação para a diplomacia, que se interessou... E depois também, lá em Istambul... Em Istambul, não, mas no Líbano, em Beirute, ele foi um atalaia para nós, realmente nos ajudou em um momento de conflito, de guerra.

Todos os dias, saía na televisão que brasileiros estavam morrendo, com bombardeios, Israel bombardeando o Líbano e ele conseguiu reunir no Consulado diversas pessoas. Quer dizer, realmente é uma pessoa que merece essa indicação e faço votos que tenha a aprovação por unanimidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Marcelo Crivella. Mais uma vez, os nossos votos de pleno êxito na sua nova função como Ministro da Pesca do Brasil.

Coloco em discussão a matéria ou o relatório do Senador Marcelo Crivella. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do § 2º do art. 3º do Ato nº 1, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Item 3:

MENSAGEM (SF) Nº 16, DE 2012 **– Não Terminativo –**

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Marcelo Leonardo da Silva Vasconcelos, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática Socialista do Sri

Lanka, e, cumulativamente, junto à República das Maldivas.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Francisco Dornelles.

Indico como Relator *ad hoc* desta Mensagem nº 16, de 2012, do Senado Federal, S. Ex^a o Senador Sérgio Souza.

Peço a V. Ex^a que faça a leitura do relatório.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, O Senado Federal é chamado a se manifestar sobre a indicação que a Presidente da República faz do Senhor Marcelo Leonardo da Silva Vasconcelos, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática Socialista do Sri Lanka, e, cumulativamente, junto à República das Maldivas.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente, e deliberar, por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

De acordo com o currículo elaborado, em atendimento a preceito regimental, pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), o indicado nasceu em 24 de junho de 1945, no Rio de Janeiro (RJ). É filho de Joubert de Vasconcelos e Diva da Silva Vasconcelos.

Graduou-se em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1967. Frequentou, ainda, o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, no ano de 1991, quando defendeu a tese intitulada “O Sistema Global da FAO sobre Recursos Fitogenéticos: a Posição do Brasil.”

Em 1971, titulou-se como Terceiro-Secretário na carreira diplomática. Tornou-se Segundo-Secretário em 1975. Por merecimento, tornou-se Primeiro-Secretário em 1980, Conselheiro em 1987, Ministro de Segunda Classe em 1994 e Ministro de Primeira Classe em 2005. Em 2010, passou a integrar o Quadro Especial da carreira.

Entre as funções desempenhadas pelo diplomata, destacam-se a de Assistente das Divisões da América Meridional II e das Nações Unidas (1981 e 1986); Assessor do Departamento de Organismos Internacionais (1986 a 1988); Conselheiro na Delegação junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), em Roma (1988 a 1991); Conselheiro da Embaixada em Rabat (1991 a 1993); Chefe da Divisão de Ásia e Oceania I (1993 a 1994); Subchefe da Assessoria Internacional da Presidência da República (1994 a 1995); Cônsul-Geral em Rotterdam (1995 a 1997); Ministro-Conselheiro na Embaixada na

Haia (1997 a 1999) e em Quito (1999 a 2001); Diretor do Departamento das Américas do Norte, Central e Caribe (2004 a 2005); Embaixador em Luanda (2005 a 2008); e, por fim, Cônsul-Geral em Munique (2008 até a presente data).

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial sumário executivo sobre a República Democrática Socialista do Sri Lanka e a República das Maldivas. O documento, além de abordar relações bilaterais com o Brasil, dá notícia sobre dados básicos dos países, sua política interna e externa e economia.

O Sri Lanka – originalmente conhecido como Ceilão – tornou-se independente em 1947. No ano seguinte, passou a integrar a *Commonwealth*. Desde então, sua política externa é marcada pelos princípios do não alinhamento e pelas relações com a Índia. Trata-se de república semipresidencialista, sendo que o presidente é eleito diretamente para um mandato de seis anos. O poder legislativo é unicameral e seus membros são eleitos por sufrágio universal.

A economia de Sri Lanka – que está entre os 50 países de menor desenvolvimento econômico do mundo – baseia-se na exportação de produtos primários (grafite, produtos têxteis, chá, coco e borracha). As exportações cingalesas e os investimentos estrangeiros aumentaram significativamente a partir de 1977, quando o governo passou a adotar políticas econômicas liberais.

As relações diplomáticas entre Brasil e Sri Lanka foram estabelecidas em 1960. Em 2009, o governo cingalês derrotou o movimento separatista tâmil, de maioria hinduísta. Com o fim das tensões internas, vislumbra-se a oportunidade para o aprofundamento das relações com aquele país.

O comércio bilateral, tradicionalmente superavitário em favor do Brasil, passou de US\$24,9 milhões, em 2002, para US\$133,9 milhões, em 2010. Nas exportações brasileiras, destacam-se o açúcar, que responde por mais de 90% (noventa por cento) da pauta comercial, e a borracha, que ocupa o segundo lugar. Importamos, sobretudo, pneus e produtos de borracha e, em menor escala, produtos têxteis.

Além disso, há boas perspectivas para exportadores brasileiros nos mercados de aeronaves, açúcar e combustíveis, além de o Sri Lanka apresentar-se como possível plataforma de entrada de produtos brasileiros no mercado indiano.

Quanto às Ilhas Maldivas, cumpre registrar que constituem um Estado islâmico com governo central forte. Tornaram-se independentes do Reino Unido em 1965 e, três anos após, adotaram a forma republicana.

na de governo. Também nas Ilhas Maldivas, o poder legislativo é unicameral.

O ex-presidente Maumoon Abdul Gayoom manteve-se no poder por trinta anos. Apesar de lhe ser creditada a modernização do país, sua gestão é também acusada de supostas violações de direitos humanos. Após pressão de protestos populares, em junho de 2008, foi concluída a revisão da Constituição. Alguns pontos destacaram-se na reforma: a limitação de mandatos presidenciais, a remoção de barreiras de gênero para as eleições, a criação da Corte Suprema e a separação dos poderes. Entretanto, este ano novamente o País entrou em período de instabilidade política, quando, em 7 de fevereiro de 2012, Mohamed Waheed Manik é empossado após renúncia forçada do carismático presidente Mohamed Nasheed, após manifestações lideradas por policiais locais.

Assim como o Sri Lanka, as Ilhas Maldivas integram a Associação Sul-Asiática de Cooperação Regional, a qual constitui seu principal meio de inserção regional. Tendo em vista as catástrofes naturais que, nos anos de 1987 e 2004, assolaram seu território caracterizado por relevo de baixa altitude, as Maldivas têm tido atuação crescente nos foros multilaterais relacionados ao meio ambiente e ao aquecimento global.

Brasil e Ilhas Maldivas estabeleceram relações diplomáticas em 1988. Em termos de cooperação bilateral, o turismo, que é a principal atividade econômica das Maldivas, aparece como uma das áreas de maior potencial, havendo ainda interesse por parte daquele país no estabelecimento de cooperação no âmbito do esporte.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, Sr. Presidente, não cabem outras considerações no âmbito deste relatório.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor PTB – AL) – Agradeço a S. Ex^a Senador Sérgio Souza, pela leitura do relatório.

Coloco-o agora em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do § 2º do art. 3º do Ato nº 1, de 2011, desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Item 6:

REQUERIMENTO Nº 56, DE 2012

Requer, nos termos do artigo 55, III, da Constituição Federal, combinado com o art. 39, inciso I, e o disposto no art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para se ausentar do País, em missão política de interesse parlamentar, no período de 2 a 5 de abril de 2012, para participar de

encontros entre parlamentares tchecos e brasileiros, na República Tcheca, conforme convite expedido pela Embaixada daquele país.

Autoria: Senador Jarbas Vasconcelos.

Indico S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque como Relator da matéria.

Concedo a palavra a S. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, a Comissão de Relações Exteriores se manifesta sobre o Requerimento nº 56, de 2012, do Senador Jarbas Vasconcelos, que requer, nos termos dos artigos e itens, que conhecemos, licença para participar de encontros entre parlamentares tchecos e brasileiros, na República Tcheca, conforme convite expedido.

Relatório.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é chamada a se pronunciar sobre o Requerimento nº 56, de 2012, de autoria do Senador Jarbas Vasconcelos, que trata do assunto já falado antes.

Análise.

O art 13 do Regimento Interno do Senado Federal expressa situações que o Senador não será considerado ausente, quais sejam, se estiver em licença ou em representação a serviço da Casa ou ainda em missão política ou cultural de interesse parlamentar previamente aprovada pela Mesa, obedecido o disposto no art. 40.

O art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, por sua vez, prevê que ausência do Senador, quando incumbido de representação da Casa ou ainda no desempenho de missão no País ou no exterior, deverá ser autorizada mediante deliberação do Plenário se houver ônus para o Senado, estabelecendo, em seu § 4º, a necessidade de que seja ouvida a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ou a comissão que tiver maior pertinência.

Em cumprimento ao disposto no art. 39, inciso I, do Regimento Interno, o requerente comunica que estará ausente do País no período de 2 a 5 de abril deste ano para desempenhar a referida missão.

Diante do exposto, em vista da importante missão, meu voto é pela aprovação do Requerimento nº 56, de 2012.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Agradeço a S. Ex^a, o Senador Cristovam Buarque, pela relatoria do Requerimento nº 56, de 2012, que coloco agora em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Item 7:

REQUERIMENTO Nº 57, DE 2012

Requer, nos termos do artigo 55, III, da Constituição Federal, combinado com o artigo 39, inciso I, e o disposto no art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do País, no período de 2 a 5 de abril de 2012, para participar de uma série de encontros entre parlamentares tchecos e brasileiros, que serão realizados no Parlamento da República Tcheca, com o objetivo de estreitar os laços democráticos entre as duas repúblicas.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Designo S. Ex^a, o Senador Antonio Carlos Valadares, como Relator da matéria.

Tem V. Ex^a a palavra, Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agradeço, Presidente.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é chamada a se pronunciar sobre o Requerimento nº 57, de 2012, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, combinado com o art. 39, inciso I, e o disposto no art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do País, no período de 2 a 5 de abril de 2012, para participar de uma série de encontros entre parlamentares tchecos e brasileiros, que serão realizados no Parlamento da República Tcheca, com o objetivo de estreitar os laços democráticos entre as duas repúblicas.

Análise.

O art. 13 do Regimento Interno do Senado Federal expressa as situações em que o Senador não será considerado ausente, quais sejam: se estiver em licença ou em representação a serviço da Casa ou, ainda, em missão política ou cultural de interesse parlamentar previamente aprovada pela Mesa, obedecido o disposto no art. 40.

O art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, por sua vez, prevê que a ausência do Senador quando incumbido de representação da Casa ou ainda no desempenho de missão no País ou no exterior deverá ser autorizada mediante deliberação do Plenário se houver ônus para o Senado, estabelecendo ainda, em seu § 4º, a necessidade de que seja ouvida a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional ou a comissão que tiver maior pertinência.

Em cumprimento ao disposto no art. 39, inciso I, do Regimento Interno, o requerente comunica que estará ausente do País no período de 2 a 5 de abril de 2012 para desempenhar a referida missão.

Diante do exposto e em vista da importância da missão, o meu voto é pela aprovação do Requerimento nº 57, de 2012.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Valadares, pela leitura do relatório.

Coloco agora em discussão o referido relatório. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Item 8:

REQUERIMENTO Nº 10-CRE, DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, em conjunto com as Comissões de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, e a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, para debater o acidente ocorrido nas instalações da Estação Antártica Comandante Ferraz, sendo convidados, para tanto: – Ministro de Estado da Defesa, Embaixador Celso Amorim; – Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, Professor Marco Antonio Raupp; – Comandante da Marinha, Almirante-de-Esquadra Júlio Soares de Moura Neto; – Professor José Goldenberg, do Instituto de Eletrotécnica e Energia da Universidade de São Paulo, ex-Ministro da Ciência e Tecnologia, ex-Ministro do Meio Ambiente; e – Professor Jefferson Simões, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Autoria: Senadores Mozarildo Cavalcanti, Cristovam Buarque e Fernando Collor.

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação o referido requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Informo aos integrantes desta Comissão que a reunião será realizada na próxima terça-feira, dia 06 de março, às 8h30min da manhã, no Plenário nº 6 da Ala Nilo Coelho, reunião que trata sobre o acidente ocorrido na Estação Comandante Ferraz.

Antes de encerrarmos a presente reunião e agradecendo a presença de todas as Sras e Srs. Senadores, informo que a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas realizará audiência pública conjunta com a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável, hoje, às 19h30min, neste plenário, para debater o tema: Comitês Facilitadores da Sociedade Civil, dos Estados e a Rio+20, com os seguintes convidados:

- Srª Antônia Osório da Silva, membro do Comitê Facilitador do Rio de Janeiro para a Rio+20;
- Sr. Pedro Piccolo, membro do Comitê Facilitador do Distrito Federal para a Rio+20;
- e a Srª Simone Mamede, membro do Comitê Sul-Mato-grossense para a Rio+20.

Informo a S. Exªs que essa audiência pública será presidida por S. Exª Senador Cristovam Buarque, Presidente da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20, do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas da Comissão de Relações Exteriores do Senado da República.

Convoco, por fim, nossa próxima reunião, a ser realizada segunda-feira, dia 05 de março, às 18h, neste plenário, dando continuidade à série de audiências públicas: Rumos da Política Externa Brasileira, 2011-2012, com apresentação do terceiro painel:

- Análise da Crise da União Europeia;
- Consequências para as relações comerciais do Brasil com a comunidade europeia, em 2012;
- Novo desenho político, comercial e institucional da região no pós-crise;
- Situação da Itália, Espanha, Portugal e Grécia e repercussões para a economia brasileira.

Faz parte desse painel do Quarto Ciclo de Audiências, intitulado: Temas da Agenda Internacional, que terá os seguintes convidados:

- Embaixador Yves Saint-Geours, Embaixador da França no Brasil;
- Professor Creomar Lima Carvalho de Souza, do IBMEC do Distrito Federal;
- Professor Francisco Carlos Teixeira, da Universidade Federal do Rio de Janeiro;
- e o Professor José Augusto Guilhon Albuquerque, do Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, USP.

Agradecendo, mais uma vez, a presença das Sras e dos Srs. Senadores desta Comissão, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 22 minutos.)

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE MARÇO DE 2012, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 18 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dezessete horas e cinquenta e três minutos do dia cinco de março de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores e a Senhora Senadora **Eduardo Suplicy, Cristovam Buarque e Ana Amélia**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e realiza a leitura de comunicados. Tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2011 – CRE, de autoria do Senador **Fernando Collor**, aprovado em 1º de março de 2011, que, “*nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam realizados, por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ciclos de audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2011/2012, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca do panorama geopolítico mundial e as perspectivas para a próxima década, especialmente no que tange à política externa, à segurança internacional e defesa nacional, e ao sistema de atividades de inteligência*”. O Presidente convida a compor e a fazer suas exposições o Professor José Augusto Guilhon Albuquerque, Professor do Centro de Estudos Avançados da UNICAMP; o Professor Creomar Lima Carvalho de Souza, Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade Católica; o Professor Francisco Carlos Teixeira, Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); e o Embaixador Yves Saint-Geours, Embaixador da França no Brasil. Fazem uso da palavra a Senadora e os Senadores **Ana Amélia, Cristovam Buarque e Eduardo Suplicy**. Após a exposição final dos convidados, e não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, a Reunião é encerrada às vinte horas e cinquenta e quatro minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Declaro aberta a 7ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Comunico às Sr^{as} e aos Srs. Senadores o recebimento do seguinte ofício da Presidência do Senado Federal, dirigido ao Secretário desta Comissão:

“Sr. Secretário, solicito que V. Sr^a transmita aos Exm^{os} Srs. Senadores membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional o convite de S. Ex^a o Sr. Senador José Sarney, Presidente do Senado, para que participem da recepção ao Exm^o Sr. Per Westerberg, Presidente do Parlamento Sueco, em visita ao Senado Federal no dia 7 de março de 2012, quarta-feira, às 12 horas, na Sala de Audiências da Presidência”.

Comunicado sobre a visita de inspeção ao Rio de Janeiro, Rio+20:

Informo às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que foi realizada, na última sexta-feira, dia 2 de março, a segunda visita de inspeção das providências logísticas dos preparativos da Conferência das Nações Unidas Sobre Desenvolvimento Sustentável Rio+20.

Estiveram presentes S. Ex^a, a Sr^a Senadora Ana Amélia, e S. Ex^{as}, os Srs. Senadores Blairo Maggi, João Capiberibe, Sérgio Souza, Valdir Raupp e Fernando Collor.

Foram visitados o Riocentro, local da conferência em si, o Parque dos Atletas, onde serão realizadas atividades paralelas dos governos estrangeiros e igualmente dos diferentes ministérios do Governo Federal, e a Arena da Barra, onde serão organizadas atividades de Estados e apresentações e exposições de grupos menores de delegados.

A comitiva foi acompanhada pelo Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, Secretário Nacional da Comissão Rio+20; pelo Embaixador Sérgio França Danese, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares do Ministério das Relações Exteriores; e pelo Ministro Laudemar Gonçalves, Secretário Executivo da Rio+20, que prestaram às Sr^{as} e aos Srs. Senadores todos os esclarecimentos necessários. Acompanharam os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras nas incursões pelas instalações que serão utilizadas e informaram sobre todas as providências e trabalhos que vêm sendo desenvolvidos.

Por fim, eu gostaria de agradecer, na presença da Sr^a Senadora e dos Srs. Senadores, o que demonstra a importância que o Senado da República dá à Conferência Rio+20.

Terceiro comunicado. Em relação ao 4º Ciclo de Audiências. Relato do 2º painel:

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional deu prosseguimento, no último dia 27 de fevereiro, à série de audiências públicas sobre os rumos da política externa brasileira, cujo 4º Ciclo dedica-se aos temas da agenda internacional.

O 2º Painel do Ciclo teve como enfoque as relações do Brasil com os países sul-americanos: Venezuela; Bolívia; Paraguai (brasiguaios) e Argentina (consequências para a economia brasileira de medidas adotadas por este país). E a posição do Mercosul em face da atual conjuntura em nosso subcontinente.

A primeira expositora foi a advogada Marilene Sguarizi Dias, assessora da União de Cooperativas de Agricultores do Paraguai, que nos deu o seu testemunho pessoal sobre a situação dos brasileiros que emigraram para a região fronteira do Paraguai com o Brasil, conhecidos como brasiguaios, cujas propriedades, segundo ela, estão sendo invadidas e lavou-
ras destruídas por grupos de sem-terra daquele país.

A Dr^a Marilene recordou que a ida desses brasileiros para o Paraguai ocorreu nas décadas de 70 e 80, época em que as terras do Estado podiam ser adquiridas por nacionais de qualquer país, bastando que ali se radicassem permanentemente. Muitos brasileiros partiram com suas famílias, para tentar uma nova vida. Assim, nesses últimos 40 anos, formou-se ali uma grande comunidade de agricultores, que tem hoje, aproximadamente, 350 mil brasileiros, incluindo seus filhos que nasceram no Paraguai. Eles são responsáveis, em grande parte, pela posição ocupada pelo Paraguai de quarto maior produtor mundial de grãos.

Informou-nos a Dr^a Marilene Sguarizi que uma lei aprovada no Paraguai em 2004 limitou a venda de terras do Estado a estrangeiros, mas outra lei do ano seguinte, que limita e protege as terras de linha de fronteira, garantiu a proteção dos direitos adquiridos daqueles estrangeiros e seus herdeiros. As terras compradas pelos brasileiros, como informou, estão documentadas legalmente.

No entanto, segundo relatou, esses agricultores passaram a sofrer ameaças e invasões de suas terras. Segundo a advogada, grupos de pessoas desinformadas, apesar de representarem uma minoria naquele país vizinho e movidos por bandeiras nacionalistas, querem ver os brasileiros expulsos de suas terras. Trata-se de grupos organizados, chamados de *carperos*, que se dizem sem-terras, e financiados não se sabe por que fontes, segundo a Dr^a Marilene. Invadem propriedades, destroem lavouras cultivadas ou impedem o cultivo de novas plantações. Agridem e atacam com o intuito de expulsar os colonos brasileiros, seja pela violência, seja pelo medo, continua ela.

Segundo a doutora, a verdadeira razão das invasões é a fertilidade das terras cultivadas pelos brasileiros, das quais são os donos legítimos. Sua atividade é responsável pela geração de milhares de dólares da exportação agrícola daquele país, representando 14,5% do PIB paraguaio. Ela denunciou o que considera uma total falta de ação por parte das forças policiais paraguaias, que não estão protegendo a vida e os direitos dos brasiguaios.

Na sua análise, a intenção dos invasores é clara: a posse da terra. Eles não reconhecem o direito adquirido e consagrado pela lei. Acrescentou a advogada que decisões judiciais garantindo a terra aos brasileiros e suas famílias não são cumpridas por falta de determinação superior e de vontade política. Pediu a intervenção do Governo brasileiro para que rogue aos Poderes do Estado da República do Paraguai o respeito aos direitos constitucionais dos colonos e agricultores residentes naquele país, em conformidade com as normas legais, para garantir a vida e os bens dos milhares de brasileiros e suas famílias.

Representando o Embaixador do Paraguai no Brasil, o Sr. Ministro conselheiro Didier Olmedo entregou a esta Comissão um memorando de S. Ex^a, o Sr. Presidente Lugo, do Paraguai, em que, entre outros atos, afirma que o Governo da República Paraguaia ratifica que o Estado de Direito constitui o único marco de definição dos conflitos gerados no exercício das liberdades conquistadas pela democracia. Isso significa que toda ação governamental se orientará, sem exceção alguma, ao desenvolvimento e execução ajustada da lei vigente.

Mais adiante afirma S. Ex^a, o Sr. Presidente do Paraguai: *“O poder administrador não pode deter prerrogativas fora dos procedimentos que estão incluídos nas prerrogativas constitucionais. Em consequência disso, não executará nada fora de sua competência que vulnerabilize a vigência do Estado de Direito.”*

Afirma ele que já houve uma intervenção no órgão que administra as terras paraguaias, órgão chamado Indert, que é o Instituto Nacional de Desarrollo Rural y de La Tierra, em que ele exonera vários dos seus dirigentes e nomeia outros que, segundo eles, estão mais capacitados para dirimir quaisquer dúvidas que existam nesse conflito, que acredita ele esteja sendo amenizado, entre proprietários brasileiros e paraguaios naquela região fronteiriça.

Conforme afirmei aos presentes naquela oportunidade, eu tomei a iniciativa de tratar com as autoridades brasileiras do assunto, brasiguaios, e comecei por conversar com o embaixador do Brasil em Asuncion, o Embaixador Eduardo dos Santos. Falei longamente

com ele e fiz o relato, na última reunião, do teor dessa conversa, que faço novamente agora.

“Em atenção ao interesse manifestado pelos Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras e em decorrência da audiência pública do último dia 27 de fevereiro, solicitei ao Itamaraty que me fosse proporcionado encontro com o embaixador do Brasil em Assunção, Embaixador Eduardo dos Santos, a fim de coligir elementos de informação e de juízo sobre a atuação da diplomacia brasileira no Paraguai, bem como o estado atual de evolução da questão fundiária, envolvendo brasileiros e paraguaios descendentes de brasileiros no país vizinho”.

Tendo coincidido essa solicitação com a chamada a serviço a Brasília, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Antonio Patriota, do embaixador em Assunção, recebi este último em audiência na manhã de ontem, 29 de fevereiro.

Volto a dizer que esta nota foi lida na nossa última reunião ordinária, realizada no dia 27 de fevereiro.

Na ocasião, o Embaixador Eduardo dos Santos explicou com detalhes a natureza e o alcance do problema e trouxe as seguintes informações sobre o estado atual da questão.

I – o governo fez uma intervenção do Indert [aliás, como disse na nota o presidente paraguaio, o Presidente Lugo], o órgão nacional paraguaio responsável pela questão fundiária, a fim de neutralizar o problema de mensuração de terras na região de Ñacunday, que esteve na origem da questão fundiária ora em tratamento;

II – o governo paraguaio ofereceu, inicialmente, 30 mil hectares de terras de propriedade do Indert, fora de Ñacunday, para assentar os carperos que se haviam instalado sobre a linha de transmissão da Ande, em frente a uma das fazendas do Sr. Tranquilo Favero, de origem brasileira mas de nacionalidade paraguaia;

III – o governo paraguaio apresentou publicamente essa oferta como solução para o problema, naquilo que corresponde ao Poder Executivo, sem prejuízo de decisões sobre litígios de terra que cabem à Justiça;

IV – os carperos vieram a ser instalados em uma área desmatada do Parque Nacional de Ñacunday, tendo a operação logística de remoção ficado a cargo do Exército e da Polícia Nacional, a qual ocorreu sem incidentes;

V – o governo está honrando o compromisso de fazer cumprir as ordens judiciais de despejo e reintegração de posse. A Polícia Nacional tem agido nesse sentido e já havia retirado ocupantes em duas propriedades, uma em San Pedro e outra no Alto Paraná [esta última de brasileiros, aquela, não];

VI – o Ministério do Interior paraguaio já cumpriu a ordem de despejo em Ñacunday, o que se deu com

a devida cautela, para evitar enfrentamentos, mesmo porque havia mulheres e crianças entre os acampados;

VII – a Embaixada do Brasil em Assunção não tem conhecimento de que, atualmente, propriedades de pequenos produtores brasileiros em Ñacunday estejam invadidas; as duas terras que haviam sido ocupadas por carperos, semanas atrás já foram desalojadas;

VIII – o Ministro Miguel López Perito, Chefe do Gabinete Civil da Presidência paraguaia [homólogo da Ministra Gleisi Hoffmann] está à frente das providências e negociações em torno do problema de Ñacunday, nos termos do comunicado presidencial de 6 de fevereiro, que estabelece o respeito às leis, à institucionalidade, às soluções pela via judicial, ao direito de propriedade, etc;

Esse é o comunicado presidencial a que se refere o Sr. Embaixador Eduardo dos Santos, de 6 de fevereiro, do qual já li alguns trechos para as Sras Senadoras, os Srs. Senadores e demais autoridades, em que o Presidente Lugo afirma exatamente isto: que todas as suas ações estarão no sentido de estabelecer o respeito às leis, à institucionalidade, às soluções pela via judicial, ao direito de propriedade, etc.

Esse documento do Presidente Lugo nos foi entregue por S. Ex^a, o Ministro Olmedo, encarregado de negócios da Embaixada do Paraguai em Brasília.

Os dois ministros, a Ministra Gleisi Hoffmann e o Ministro Miguel López Perito, ambos Chefes do Gabinete Civil das presidências paraguaia e brasileira, já estabeleceram contato e mantêm um canal aberto sobre a questão.

IX – as medidas anunciadas nos últimos dias (oferta aos carperos, cumprimento de ordem judiciais, intervenção no Indert) foram sempre antecipadas à Embaixada brasileira, dentro do espírito de diálogo franco e cooperativo que tem sido mantido pelos dois governos também nesse importante assunto;

X – Tais medidas reforçam a avaliação de que o governo do Presidente Lugo está determinado a resolver o assunto dentro da estrita legalidade e de que importantes avanços foram obtidos, em um marco de entendimento e harmonia;

XI – os dois governos continuam conversando sobre o assunto, com vistas a fazer o que estiver a seu alcance para assegurar uma solução duradoura e satisfatória para a questão.

A Embaixada em Assunção e a rede consular brasileira no Paraguai continuarão atentas ao surgimento de qualquer novo problema que exija assistência a brasileiros. O Governo brasileiro tem-se pautado, na matéria, sob a mais estrita observância do princípio de não-ingerência em assuntos internos do Paraguai, norteado, porém, pela sua obrigação de zelar pelo

bem-estar e segurança dos cidadãos brasileiros que se encontrem no exterior.

Diante do quadro apresentado pelo embaixador, que também manteve contato com outros Srs. e Sras Senadoras integrantes desta Comissão e da Comissão de Agricultura do Senado Federal, e tendo em conta as próprias notas de cautela e precaução expressas pelos membros do Senado Federal ao tratar desse assunto, considereei satisfatório o encaminhamento da questão até aqui.

Conhecendo também em mais detalhes as gestões nos mais variados níveis já feitas pelo Governo brasileiro, exortei o Itamaraty, por intermédio do Embaixador Eduardo dos Santos, a prosseguir na linha de ativo, mas discreto e prudente acompanhamento da questão pela nossa diplomacia. Também sugeri, na linha de prosseguir no curso de ação até aqui seguido pelo Estado brasileiro, que o Itamaraty levante, junto à Presidência da República, a possibilidade de Sua Excelência, a Sr^a Presidenta Dilma Rousseff, retomar o contato pessoal e direto com o Presidente Lugo, a fim de:

1) dar seguimento à conversa que sobre o mesmo tema já haviam tido em junho de 2011 e que, na ocasião, proporcionou importante avanço no tratamento do tema fundiário no Paraguai;

2) enaltecer as medidas até agora tomadas pelo governo paraguaio diante do atual problema; e.

3) oferecer ao governo paraguaio, na medida das possibilidades, e dentro da ampla *expertise* do Governo brasileiro em várias das matérias implicadas na questão, toda a cooperação que a parte paraguaia possa necessitar e solicitar para avançar em suas políticas fundiária, agrícola, de agricultura familiar e de desenvolvimento sustentável.

O segundo dos nossos palestrantes foi o Dr. Zannotto, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, ele que é diretor do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior daquela federação. Ele revelou que temos hoje no Brasil um crescimento muito forte da participação de produtos importados no consumo brasileiro, e que provavelmente no final deste ano ¼ do que consumimos será importado. Segundo ele, esse crescimento tem comprometido a indústria brasileira, uma vez que a produção industrial praticamente não cresceu no último ano.

Por outro lado, o comércio intrarregional vem crescendo substancialmente e, no ano passado, a corrente comercial intermercossul registrou um superávit de US\$100 bilhões, em contraste com a deterioração da balança comercial de manufaturados brasileiros com o resto do mundo. Cerca de 30% das exportações brasileiras de manufaturados destinam-se ao Mercosul, e

este é o único espaço no mundo para onde as nossas exportações de manufaturados ainda estão crescendo, segundo ele. Enfatizou o representante da Fiesp que a Argentina é o maior cliente dos produtos manufaturados brasileiros. Temos saldo positivo tanto no setor de manufaturados quanto na balança comercial com aquele país.

Quanto à Bolívia, apesar de uma situação favorável dos manufaturados, a balança comercial total é negativa para o Brasil, devido à importação de gás natural.

No caso da Venezuela, temos tido saldos comerciais frequentes, embora estejam diminuindo, devido à queda na capacidade de compras daquele país.

Na sua opinião, do ponto de vista comercial, o Mercosul é imprescindível para o Brasil. Ele alega ser necessário entendermos o que se passa na Argentina, que viveu uma crise de enormes proporções em 2001, 2002, e está tentando reconstruir sua indústria, num momento extremamente difícil, uma vez que as indústrias de todos os países do mundo estão sendo seriamente afetadas, principalmente a partir da entrada da China na OMC, em 2001. Além disso, o país não dispõe de reservas cambiais e não tem acesso aos mercados financeiros internacionais.

Ele revelou, durante visita àquele país, que o presidente da Fiesp, Paulo Skaf, na tentativa de encontrar meios capazes de reduzir esse déficit com o Brasil, observou que a Argentina possui estaleiros ociosos, enquanto os brasileiros não estão dando conta de cumprir os prazos de entrega para a Petrobras, tendo proposto que se estenda aos argentinos a condição de conteúdo local que a Petrobras exige. Como a produção de navios tem um alto valor, entende a Fiesp que isso poderia ajudar na redução desse déficit, assim como sugere que a Petrobras compre nafta da Argentina.

Outra grande preocupação da Fiesp diz respeito à integração física com os países vizinhos. Para tanto, alegou, a ligação ferroviária de Paranaguá até os portos chilenos, passando pelo Paraguai e Argentina, é fundamental e aumentaria, assim, a competitividade do produto agrícola brasileiro, que sairia do Pacífico para a Ásia, seu destino final.

O Dr. Zanotto revelou que estudo da Fiesp sobre Integração de Cadeias Produtivas concluiu que produzir uma calça *jeans* no Paraguai custa a metade do que produzir no Brasil. No seu entender, não há por que importar *jeans* da China quando poderíamos produzi-los no Paraguai, com tecido brasileiro e vendê-los aqui.

O mesmo vale para calçados e móveis. Na Argentina, a fabricação desses produtos sai 20% mais barato do que no Brasil, e várias indústrias brasileiras já estão instaladas naquele país.

Quanto ao Paraguai, além da questão de insegurança jurídica, o país sofre constantes apagões, mas a construção de uma grande linha de transmissão de Itaipu até Assunção, ora em curso, permitirá que indústrias brasileiras lá possam se instalar. No seu ponto de vista, não estaremos fazendo nenhum favor ao Paraguai, mas, sim, à indústria brasileira.

O terceiro palestrante do painel foi o presidente da Federação de Câmaras de Comércio e Indústria da América do Sul, Prof. Darc Antonio da Luz Costa.

Para ele, a integração da América do Sul deve ser um projeto estratégico para o Brasil. Defende o professor que, para se chegar ao centro hoje, um país deve ter um projeto de Estado.

Ele ressaltou que o Brasil e a América do Sul, apartados das rotas centrais do comércio mundial, encontram-se numa posição periférica. E esse é um desafio o qual temos de enfrentar. Recordou que os Estados Unidos também enfrentaram situação semelhante, mas construíram cinco ferrovias transcontinentais e o Canal do Panamá, ligando o Atlântico ao Pacífico e, assim, se inserindo no mundo.

Segundo sua análise, não há no mundo continente mais autossuficiente que a América do Sul como um todo, tanto em relação a alimentos quanto à energia e minerais. Ele acredita que a construção da mundialização começa na América do Sul e que o primeiro passo, para tanto, é a integração do subcontinente. Somos povos irmãos, temos a mesma matriz ibérica e entendemos a língua de nossos vizinhos.

Essa integração, no seu ponto de vista, tem caminhado de forma exitosa, pois os problemas que surgem com os vizinhos são questões pontuais. Acredita que a posição do Brasil na América do Sul forçosamente o levará a ser fraterno, justo e generoso com os vizinhos, dada a sua dimensão.

Nosso País representa mais de 57% de tudo o que é produzido no subcontinente, além de ter quase 50% da população e 47% do território, secundado pela Argentina, cuja produção é menor que um quinto da brasileira.

O PIB do Brasil representa mais da metade do PIB da América do Sul. Por isso, entende necessário que tenhamos uma política vocacionada para a construção desse mercado. Como exemplo, o professor citou o projeto da China – isso é bem interessante –, que é deficitária com todos os países de sua periferia e superavitária em relação ao resto do mundo, atuando como a locomotiva da região.

Na sua opinião, o Brasil terá que ser deficitário com seus vizinhos, mediante a transferência de unidades produtivas para os nossos vizinhos, aproveitando-se das vantagens comparativas que esses países pro-

porcionam, de forma a criar um superávit com relação ao mundo nos moldes da China.

Alertou que, se o Brasil não adotar uma política voltada para o desenvolvimento, o projeto de integração não avançará, pois a locomotiva tem de puxar os vagões. Para ele não há nada que degrade mais a economia brasileira que o custo do capital praticado no País. Aliás, esse ponto também foi muito defendido aqui pelo Dr. Zanotto, diretor da Fiesp.

Afirmou o professor que a América do Sul, economicamente, equivale hoje, na América do Sul, a um terço dos Estados Unidos; equivale a uma China ou à Alemanha em conjunto com os Países Baixos. Tem poder de compra de mais de US\$4 trilhões, quantia superior ao terceiro poder de compra nacional, que é o do Japão.

Ao mencionar as potencialidades do mercado sul-americano, lembrou que a América do Sul é um mercado vastíssimo, no qual temos vantagens comparativas devido à proximidade física, ao menor custo de transporte e à vantagem de poder montar redes de distribuição e de atendimento.

Porém, segundo o Professor Darc Costa, o continente tem de enfrentar dois problemas referentes ao aproveitamento de seu potencial. Um, criar uma ligação permanente entre os diversos setores da economia, capaz de produzir uma adequada alocação do excedente econômico entre os centros urbanos e a área rural, e proporcionar trabalho produtivo para o grande número de desempregados e, assim, atender anualmente a grande massa de jovens que ingressam no mercado de trabalho. A América do Sul tem hoje cerca de 20 milhões de desempregados.

Finalizando as apresentações daquele painel, o Vice-Presidente Emérito do Centro Brasileiro de Relações Internacionais, Embaixador José Botafogo Gonçalves, afirmou que o tradicional eixo norte-sul da política externa brasileira, representado por Washington e Buenos Aires, tem hoje uma dinâmica diferente, pois o Brasil cresceu e tem maior peso em sua relação com os Estados Unidos. E ele crê que essa relação ainda vai melhorar muito.

Para ele, teremos duas evoluções em sentidos diametralmente opostos. Um é o relacionamento com a América do Sul, que já está em curso. E o grande desafio e teatro de operações da economia e da diplomacia brasileiras, no século XXI, será a América do Sul, agora também reforçados pelo relacionamento com os países andinos e facilitados pelas ligações entre os oceanos Atlântico e Pacífico. A segunda relação que tenderá a ser muito importante, mais para o fim deste século, é com a África, um continente que está

crescendo muito, e isso provocará uma modificação do uso do Atlântico Sul.

Recordou que, apesar de a Argentina continuar sendo o maior comprador do Brasil, ainda há aqueles que vocalizam a opinião de que devemos acabar com a união aduaneira e retrocedermos para uma zona de livre comércio na América do Sul. Na prática, isso significaria o Brasil abrir mão da margem de preferências que tem nas suas exportações para o mercado argentino.

E ele, então, indaga para onde o Brasil irá exportar os seus manufaturados se não for para a Argentina ou outros países da América do Sul. Isso porque, segundo ele, a nossa indústria não é competitiva no plano mundial. Por isso, não podemos exigir da Argentina um comportamento diferente do nosso.

O dado mais grave para o embaixador é a queda da participação das manufaturas no mercado exportador brasileiro. Por outro lado, afirmou que não devemos nos envergonhar por exportarmos *commodities*, pois somos competitivos na área do agronegócio, uma vez que a mais alta tecnologia está incorporada nas *commodities* exportadas pelo Brasil.

Ainda com relação à Argentina, entende ele que deveríamos explorar mais essas oportunidades, pois não faz sentido querer ser protecionista com relação à China e, ao mesmo tempo, não admitir que os argentinos sejam protecionistas com relação aos produtos brasileiros.

Na sua opinião, ainda temos uma visão muito mercantilista e nacionalista de não quisermos abrir os nossos mercados aos países vizinhos, além da nossa tendência de reclamar das importações de manufaturados e outros produtos, como *commodities*, dos países vizinhos.

Temos saldo na balança comercial com todos os países do continente, como aqui já foi dito, exceto a Bolívia. Por isso, não faz sentido quisermos a integração e reclamarmos do nacionalismo dos outros quando estamos praticando essa política nacionalista.

Ele entende que governo deve rever essa posição e adotar uma política de integração mais racional e mais focada, não bastando o discurso. Recordou que, até hoje, mais de 60% das decisões tomadas em conjunto com os países do Mercosul não foram implementadas pelo Brasil. Ele acredita que o Mercosul será o que o Brasil quiser que ele seja. Por isso, não devemos atribuir aos outros países as dificuldades que temos dentro do organismo.

É preciso superar a inércia burocrática brasileira e vencer a mania de não gostar de compartilhar decisões nem responsabilidades. Para ele, o Brasil não será um país com a importância global que merece se continuar com essa visão estrita. Os desafios são muito grandes,

e os problemas com os países vizinhos também vão se repetir cada vez mais. Teremos de enfrentar esses desafios, fazer opções, aceitar o desgaste e usar o nosso *soft power* para exercermos nossa importância em relação aos nossos vizinhos sul-americanos, mediante uma revisão de nossos conceitos, excessivamente paroquiais e nacionalistas.

Com isso, acredita o embaixador, o Brasil terá condições de exercer um papel regional melhor que os Estados Unidos, por não termos a mesma carga negativa que conduziu a política norte-americana com relação à América Latina.

Concluindo, afirmou que esse é o caminho pelo qual o Brasil poderá vir a se firmar como um legítimo integrante do Conselho de Segurança das Nações Unidas, não através do voto de um número x de países, mas em decorrência de sua atuação positiva e agregadora, que tem de começar no subcontinente sul-americano.

A presente reunião da noite de hoje destina-se à realização do III Painel – Análise da Crise da União Europeia: consequências para as relações comerciais Brasil/União Europeia em 2012; Novo desenho político, comercial e institucional da região no pós-crise; Situação da Itália, Espanha, Portugal e Grécia e repercussões para a economia brasileira. Integrando o 4º Ciclo, intitulado Temas da Agenda Internacional, da série de audiências públicas Rumos da Política Externa Brasileira 2011/2012.

Para proferir as palestras de hoje e debater o tema, foram convidados os seguintes especialistas e autoridades, a quem aproveito para convidar para que tomem assento, apresentando-lhes, em nome dos integrantes desta Comissão, as melhores boas-vindas: S. Ex^a, o Sr. Embaixador Yves Saint-Geours, Embaixador da França no Brasil; Professor Creomar Lima Carvalho de Souza, do Instituto de Relações Internacionais da Universidade Católica de Brasília; Professor Francisco Carlos Teixeira, da Universidade Federal do Rio de Janeiro; e o Professor José Augusto Guilhon Albuquerque, do Centro de Estudos Avançados da Universidade de Campinas – Unicamp.

Convido-os, a todos, para tomarem o seu assento à Mesa. *(Pausa.)*

Antes de iniciar propriamente a nossa reunião da noite de hoje, gostaria de registrar e agradecer a presença dos Srs. Membros do Corpo Diplomático: S. Ex^a o Sr. Embaixador Dimitri Alexandrakis, Embaixador da Grécia; S. Ex^a, o Sr. Embaixador Kees Rade, Embaixador dos Países Baixos; S. Ex^a o Sr. Embaixador Ivan Jan árek, Embaixador da República Tcheca; S. Ex^a o Sr. Embaixador Mohamed Mestiri-Borja, Embaixador da Tunísia; S. Ex^a, a Sr^a Embaixadora Milena

Smit, Embaixadora da Eslovênia; S. Ex^a, o Sr. Embaixador Baker Fattah Hussen, Embaixador do Iraque; Sr. Francisco Fontan Pardo, Ministro Conselheiro da Delegação da União Europeia no Brasil; Sr. Abdelhamid Rahmani, Ministro Conselheiro da Embaixada da Argélia; Sr. Peter Katana Angore, Ministro Conselheiro da Embaixada do Quênia; Sr. Aleksandr Tserkovsky, Conselheiro da Embaixada da Belarus no Brasil; Sr. Gyula Misi, Conselheiro da Embaixada da Hungria; Sr. Jorge Luís Mendes, 1º Secretário da Embaixada da República da Guiné-Bissau; Sr. Amir Hossein Gharibnejad, 1º Secretário da Embaixada da República Islâmica do Irã; Sr^a Ploy Khumthukthit, 3ª Secretária da Embaixada Real da Tailândia; e Sr. Ádám Szestay, Chefe de Departamento do Ministério das Relações Exteriores da Hungria.

Pedindo desculpas, naturalmente, por certos equívocos na leitura de alguns nomes, desejo as melhores vindas a V. Ex^{as}.

Passo a palavra, imediatamente, ao Professor José Augusto Guilhon de Albuquerque, do Centro de Estudos Avançados da Universidade de Campinas – Unicamp. V. Ex^a dispõe de 15 minutos para a sua exposição.

O SR. JOSÉ AUGUSTO GUILHON DE ALBUQUERQUE – Obrigado, Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Fernando Collor, demais membros deste painel, senhores embaixadores e representantes diplomáticos presentes, Srs. Senadores e demais parlamentares, eu vou fazer uma apresentação bastante breve, tentando apontar alguns aspectos da formação e do desenvolvimento da União Europeia que, de alguma forma, favoreceram, ou precipitaram, a atual crise da União Europeia, para em seguida apontar de maneira bastante simples alguns dos impactos que isso pode ter sobre o Brasil, particularmente no seu aspecto de comércio e investimentos.

Em primeiro lugar é preciso levar em conta que a União Europeia foi criada num contexto totalmente diferente do contexto atual, que foi o contexto do pós-guerra, e ainda previamente ao começo da Guerra Fria.

E há, em geral, três grandes fatores que explicam o impulso que levou a França, a Alemanha, os Países Baixos, a Bélgica, Luxemburgo e a Itália a formarem o embrião da União Europeia, que foram as primeiras comissões europeias.

Um dos principais fatores que é sempre citado é a antiga rivalidade franco-prussiana que já tinha provocado duas guerras entre a França e a Alemanha e, mais tarde, ainda levou a duas guerras mundiais.

Então, uma das explicações era um esforço conjunto, de um lado da França e, de outro lado, da Ale-

manha, de criar um tipo de interdependência tal que tornasse impossível votar algum tipo de rivalidade que levasse à guerra.

Um outro grande fator era a ameaça soviética. O que se via naquele momento era uma Europa debilitada, tanto do ponto de vista social quanto do ponto de vista econômico, e com uma forte predominância de partidos de esquerda e alguns partidos revolucionários. E, digamos, os países da aliança ocidental temiam que a União Soviética exercesse uma forte influência e avançasse sobre os governos no pós-guerra da Europa e, com isso, isolassem completamente os Estados Unidos no continente americano.

Isso levou, em contrapartida, a um grande esforço dos Estados Unidos, que foi um esforço de reconstruir a Europa com base em investimentos maciços que utilizavam esses investimentos como uma forma de obrigarem uma integração e um planejamento.

Então, os governos europeus que não estão habituados nem a se integrar economicamente, politicamente, nem a um forte planejamento econômico, adotaram esses critérios por força do famoso Plano Marshall, que colocava isso como pré-requisito para que a ajuda americana chegasse.

Então, isto foi um grande impulso para essas duas características que levaram à criação das comissões europeias: a necessidade de integração e a necessidade de planejamento.

E um terceiro aspecto, menos citado normalmente, é a necessidade de enfrentar problemas transnacionais e encontrar soluções transnacionais. O mais famoso, que deu origem ao primeiro organismo de integração, era o problema do carvão e do aço, que, nas últimas guerras, tinha sido fundamental na distribuição de forças militares dentro da Europa e cujo remodelamento implicaria grandes deslocamentos de centros produtores tanto de carvão como de aço.

E, se não houvesse um entendimento entre os países que seriam beneficiários ou que seriam prejudicados nessa nova disposição, isso iria criar um novo fator de rivalidade entre os países.

Então, não é por acaso que o primeiro organismo criado foi a Alta Autoridade do carvão e do aço. Depois criou-se uma Alta Autoridade também, uma comissão europeia para cuidar da energia atômica. Com isso, digamos assim, nós estamos muito longe do tipo de problema que a União Europeia hoje encontra.

Houve uma série de desenvolvimentos não previstos. Um deles foi o da defesa comercial, que não estava presente no início da construção da unidade europeia, a defesa comercial que, à medida que foi se integrando comercialmente a Europa para dentro,

ela encontrou a necessidade de proteção comercial para fora.

A necessidade de integração dos direitos, sobretudo dos direitos individuais, que levou a um crescimento muito rápido e bastante profundo de um direito comunitário, de tal maneira que cada cidadão, no conjunto da Europa, tinha direito de defender os seus direitos em todos os outros países, de acordo com uma referência jurídica comum.

E, mais tarde, vieram os desafios da política externa e da defesa, a necessidade de, de alguma forma, integrar não somente a economia e o comércio, mas integrar também a política externa e o comércio.

Muito bem. Eu não vou entrar no detalhe do longo passo que houve entre a Europa dos Seis, a União Europeia e a Europa atual, mas eu vou tentar mostrar como alguns desenvolvimentos, que não estavam previstos, levaram também a características do processo decisório que tiveram, a meu ver, impacto na atual crise.

O primeiro foi uma tendência no processo decisório europeu ao compromisso, uma tendência à busca do consenso a todo preço e uma prioridade para o processo – o processo de integração, o processo de discussão, o processo de criação de consenso sobre a decisão –, de tal maneira que, digamos, a literatura de análise da União Europeia aponta como sendo um objetivo muito mais profundo das comissões europeias, dos conselhos decisórios, etc. Era mais importante o processo de decisão do que o resultado, levando, portanto, a uma falha muitas vezes de eficiência.

O segundo foi a questão que nós podemos chamar “os problemas dos mais iguais”. Desde o início havia um grande descompasso, um grande desequilíbrio, entre as duas principais nações, a França e a Alemanha, e os demais países-membros, os primeiros criadores dos países-membros. De tal maneira que há uma espécie de expressão comum que diz que, no processo decisório, existem “os dois grandes” e mais tarde, com a entrada da Inglaterra, “os quatro grandes e o resto”.

Os dois grandes teriam não somente direito de iniciativa, quer dizer, todas as principais iniciativas partiriam, necessariamente, ou da França, ou da Alemanha, ou dos dois, mas teria também uma espécie de direito de veto. Alguma coisa que não fosse na direção dos interesses da Alemanha ou da França não prosperava. Esse era um dito muito comum.

Depois, criou-se a ideia dos quatro grandes, sendo que nem a Inglaterra, nem o Reino Unido, nem a Itália conseguiram alcançar o mesmo peso político dentro da União Europeia.

E o outro aspecto é o que eu poderia chamar de fuga para a vanguarda, de fuga para adiante, *fuite en avant* em francês.

Muitas vezes, diante de um resultado que é demorado, arriscado, etc, a União Europeia precipitou-se e deu passos além do que seria possivelmente necessário, pelo menos no meu ponto de vista.

A integração da moeda europeia seguiu um processo extremamente longo, que começou nos anos 70 com as primeiras providências de criação de faixas de flutuação comum nas principais moedas, até o momento em que praticamente houve uma fixação de paridade entre as moedas europeias.

Além disso, houve profundos avanços no aspecto econômico, etc., de modo que, aparentemente, a adoção da moeda comum foi dada em circunstâncias em que nem todos os países estavam preparados para isso.

Hoje se sabe que isso aconteceu no caso da Grécia, mas, logo depois da adoção da moeda comum, tanto a França quanto a Alemanha deixaram de cumprir as metas de déficit e, no entanto, tiveram um *waiver*, não receberam nenhuma sanção. Isso evidentemente pesou com relação aos demais países.

Outro aspecto é a questão da integração da Europa Oriental, feita muito mais por razões políticas e ainda com um espírito de Guerra Fria, a meu ver, de isolar a Rússia, mas que se demonstrou precipitada também, porque muitos dos países da Europa Oriental acabaram aderindo, ou de maneira parcial, ou de maneira a criar mais problemas do que encontrar soluções.

E agora, de novo, parece-me também uma certa precipitação nas decisões, misturando os aspectos econômicos e financeiros com aspectos de condenação moral, a questão da solução dos problemas não somente, atualmente da Grécia, mas da Irlanda, da Espanha e de Portugal.

Quais seriam os principais aspectos da atual crise no caso do Brasil?

Eu acho que o principal impacto, a meu ver, é uma perda do mercado de qualidade, no sentido de que o mercado, a economia brasileira, está cada vez mais se concentrando em produtos, em *commodities*, produtos de pouco valor tecnológico. E o efeito da dificuldade de poder de compra na Europa atinge diretamente uma parte da nossa exportação de melhor qualidade, de produtos manufaturados, de alta tecnologia, etc.

É possível que, embora neste momento o Brasil esteja se queixando de que há investimento demais, há dinheiro demais entrando no Brasil por causa da injeção de capital nos bancos europeus, aparentemente o Brasil gostaria que esse investimento fosse muito mais em termos de investimento direto do que apenas investimento financeiro, ou investimento em compras e fusões de empresas que já estão aqui.

Em terceiro lugar, um impacto também bastante considerável é que, com a diminuição da capacidade

de importação dos Estados Unidos e a diminuição também da Europa, o Brasil aumenta desmesuradamente a sua dependência em relação à China.

Nós tínhamos, durante muitas décadas, uma dependência comercial com relação aos Estados Unidos, da qual nós, o Brasil, de uma maneira bastante deliberada, procurando uma diversificação de parceiros no mundo inteiro, conseguiu se desvencilhar. Mas hoje, cada vez mais, nós criamos uma dependência com relação a um só país, que é a China. O ideal para nós seria manter novamente um equilíbrio entre a nossa relação comercial e de investimentos com os Estados Unidos, com a Europa e com a Ásia, incluindo a China.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao Sr. Professor José Augusto Guilhon de Albuquerque pelas suas palavras. O professor José Augusto, do Centro de Estudos Avançados da Universidade de Campinas.

Passo, agora, a palavra ao Professor Creomar Lima Carvalho de Souza, do Instituto de Relações Institucionais da Universidade Católica de Brasília.

O SR. CREOMAR LIMA CARVALHO DE SOUZA – Boa noite. Eu gostaria de agradecer ao Presidente Collor pelo convite, aos Senadores presentes, aos dignitários representantes das embaixadas sediadas em Brasília, aos meus parceiros de Mesa e a todos os demais presentes.

Basicamente, a minha apresentação vai estar versada em dois aspectos principais. O primeiro é uma análise conjuntural de por que a crise ocorre na Europa e de quais os principais efeitos da mesma sobre os europeus, enfatizando o cidadão comum europeu, e, por fim, a decorrência disso em termos de efeitos sobre processos integradores nos quais o Brasil se envolve e também em uma perspectiva econômica acerca de como a crise pode afetar alguns aspectos da estratégia de política externa e de comércio exterior brasileiro.

Por favor.

Bom, como nós temos de sair, e já foi tratado de alguma forma pelo professor Guilhon, a parte da União Europeia que corresponde ao que se convencionou chamar de zona do euro, engloba 17 países e tem como marcador fundamental uma premissa inconsciente que eu acho bastante importante. Como já foi dito anteriormente, nós temos que essa construção do que se vem a chamar de União Europeia se deriva, de alguma forma, de uma ideia posta no inconsciente coletivo europeu do que seriam estados unidos da Europa.

Por que isso é importante? Porque a história europeia é marcada por conflito, é marcada por desacordo, é marcada por morte. Então, nós temos uma geração de políticos europeus, que, em determinado momento,

diante de uma conjuntura na qual seus pais, seus avós, seus bisavós foram marcados por morte, sangue, de certa maneira, se chega a uma conclusão, negociada, de construir uma espécie de zona de estabilidade europeia. Essa zona é baseada em acordos políticos, na regra do consenso e, quiçá, em uma estruturação que, no futuro, pudesse resultar em uma integração de mercados econômicos.

Especificamente na ideia, no germe da ideia que traz a construção da União Europeia, nós podemos destacar, então, o quê? A venda de um sonho ao cidadão comum. Por que estamos falando do cidadão comum? Porque a União Europeia é marcada por democracias. E, dessa maneira, esse sonho vendido ao cidadão comum é o sonho da prosperidade eterna. Isso quer dizer: em nenhum momento, quando se falou de União Europeia, em nenhum momento, quando se falou de euro, em nenhum momento, quando se falou dos passos de integração que a União Europeia daria, se ventilou para esse cidadão comum qualquer possibilidade de fracasso. O discurso sempre foi montado no sentido de dizer: “Olha, a União Europeia é algo bom, o resultado será bom e, a partir do resultado adquirido, sua vida será ainda melhor”.

Por trás desse discurso vendido ao cidadão, nós temos duas questões importantes. A primeira é a possibilidade de gerar aos centros econômicos principais da União, sobretudo a Alemanha e França, num primeiro momento, mas, depois, também, ao Reino Unido e à Itália, mercados preferenciais. Isso quer dizer: você tem para um Estado como o alemão, cuja economia é, sobretudo, voltada para a exportação de produtos de alto valor agregado, a possibilidade efetiva, com a União Europeia e a zona do euro, de suas mercadorias, de certa maneira, transitarem por aquela região que tem um mercado consumidor razoavelmente bom; e, além disso, com um alto poder aquisitivo, de sofrer uma menor concorrência ante produtos de outras zonas que fossem fora da União Europeia.

Mas a grande pérola do discurso era dizer o quê? Que aos membros mais fracos – isso quer dizer aos países mais atrasados da União Europeia – existiria a possibilidade de alcançar rápido crescimento econômico, via auxílio das economias principais e linhas de crédito da própria União, além dos bancos privados.

Isso, de verdade, aconteceu por algum momento. Países como Portugal, Grécia e Espanha, realmente, se modernizaram durante um determinado período da União Europeia.

Próximo *slide*, por favor.

O problema é que, em algum momento, esse arranjo institucional, baseado num consenso, fracassou. E fracassou por quê?

Aqui eu elenco três grandes grupos de motivos para a crise, além de subgrupos. Eu começaria dizendo: há falta de uma liderança política unificadora, e essa falta de liderança política unificadora não é tão visível durante o período de bonança por um motivo óbvio: quando as coisas estão dando certo, você não precisa de uma liderança. As coisas estão dando mais ou menos certo por si, tudo bem.

O problema é que, no momento da crise, como decorrência disso, há um desenho institucional europeu que facilita a crise, sobretudo no que dizia respeito às demandas da União Europeia e do Banco Central Europeu no estabelecimento de relações saudáveis entre arrecadação e gasto público. E essa parece ser uma lição bastante interessante, pelo menos para mim, porque não imaginava, até a emergência da crise, que um dia estaria falando no Parlamento brasileiro sobre uma crise em uma zona do Planeta que sempre foi marcada por, de certa maneira, dizer a nós, brasileiros, como deveríamos gerir nossas contas.

Então, o mais peculiar e interessante deste momento, em termos históricos, é que os governos nacionais europeus ficaram perdidos entre agendas locais e a agenda do bloco. O bloco tinha uma agenda de integração monetária, o bloco tinha pressa na construção dessa agenda, e o bloco foi pouco cuidadoso na condução desse processo. E, de maneira fundamental, isso resultou em quê? Em irresponsabilidade orçamentária de governos nacionais.

Essa irresponsabilidade orçamentária é marcada pelo quê? Pela relação ruim entre gasto e arrecadação pública. E aí nós precisaríamos voltar ao início da apresentação e entender. Quando foi vendido o sonho europeu, vendeu-se para o cidadão grego, por exemplo, que ele teria direito aos mesmos benefícios sociais que um cidadão alemão. O que não se explicou ao cidadão grego, naquele momento, é que, de certa maneira, a economia grega teria dificuldade no tempo para suportar esses benefícios. E a consequência disso, no tempo, é que, após serem entregues esses benefícios a esse cidadão, no primeiro suspiro da crise, esses benefícios foram retirados. E o que faltou? Faltou, de certa maneira, uma construção econômica que rompesse um processo de construção político, econômico e institucional, que foi gerido de forma irresponsável por esses gestores, independentemente do partido aos quais eles se filiassem, e resultou em quê? Na construção de econômicas excessivamente dependentes de linhas de crédito.

Isso vai ser visto na Grécia, isso será visto em Portugal, isso será visto na Espanha, na Irlanda, e, em algum momento, na Itália também.

E nós teremos o quê? Que essas economias pouco diversificadas vão sofrer a partir de quando? Sobre tudo a partir de 2008. Por quê? A crise americana retira uma fonte de créditos. Isso quer dizer: a saída dos bancos dos Estados Unidos do cenário econômico faz com que a possibilidade de arrecadar recursos financeiros e as decorrências disso... Um caso muito interessante é a diminuição do fluxo de turistas, sobretudo norte-americanos e de outros países da Europa, que pararam de viajar para países como a Grécia e Portugal. Isso resultou em quê? Resultou na perda efetiva de uma fonte de renda significativa.

Se nós tivéssemos a possibilidade de ir um pouquinho mais longe nessa digressão, poderíamos dizer que ações como, por exemplo, a queda do governo no Egito tem uma vinculação direta aos problemas econômicos que a economia egípcia passa a enfrentar a partir de 2008, também com essa diminuição do fluxo de turistas, tendo em vista que o governo era viciado em uma ação de não diversificação econômica. E aí o que nós temos, de certa maneira? A construção de uma crise que é sistêmica. A crise europeia hoje não é uma crise europeia; ela é decorrência de uma crise global, e, como tal, nos leva a uma série de reflexões.

Por favor, próximo.

Se nós olharmos aí, a taxa de crescimento de PIB, que talvez não seja o melhor dos indicadores para avaliar, mas é um indicador bastante confiável, mostra que a zona do euro tem enorme dificuldade em retomar uma linha de crescimento. E por que essa dificuldade se apresenta? Ela se apresenta, sobretudo, porque os governos se encontram, hoje, dragados por uma espécie de redemoinho no qual não se consegue construir efetivamente uma saída da crise. E por que não se constrói essa saída? Essa saída não se constrói efetivamente por quê? Não há uma concertação acerca de quais são os caminhos. Isso quer dizer que as negociações, baseadas na regra do consenso – e não há alternativa melhor tendo em vista o próprio quadro histórico sobre o qual a União Europeia se edifica – têm como grande limitação o fato de que, em algum momento, você constrói um ambiente de desconfiança, sobretudo o quê? Quando algum membro de alguns dos Estados que compõem a União tem algum tipo de declaração desastrosa no sentido de apontar o dedo ao outro e dizer: “Você foi irresponsável em determinada prática”.

Essa construção leva a quê? Basicamente, nós temos o quê? Por que a crise se prolonga? Porque, em alguma medida, há uma falta de acerto político em torno das causas reais do problema. E aí nós elencamos perguntas. A crise é uma crise da dívida? É, sim, sem dúvida. Mas a crise é uma crise de crédito?

É uma crise de crédito, também. E aí vem uma outra pergunta: mas a crise não é uma crise de modelo de integração? Nossa! Também.

Então, olha que interessante isto: uma crise que tem uma multiplicidade enorme de fatores e que, em alguma medida, vem sendo tratada como uma crise unifatorial. Isso é errado. Tendo em vista que eu enxergo o problema apenas por uma lente, e as outras lentes me escapam, eu tenho qual dificuldade? Isso resulta em quê? Demora em definir se o problema era meramente dos países afetados ou de todo o bloco. Essa é a primeira questão.

Logo que a Grécia apresentou as primeiras possibilidades de não conseguir honrar os seus créditos, alguns membros de outros governos europeus que, naquele momento, apresentavam uma certa saúde disseram: “Olha, isso problema grego.” A ponto de que uma declaração que se tornou célebre foi: “Eu acho que o melhor jeito de os gregos resolverem o seu problema de dívida é vendendo algumas ilhas gregas”. E pensem quais os efeitos disso em dois aspectos fundamentais. Um, na confiança dos governantes entre si e, dois, que é fundamental e que por estarmos no Senado é de fundamental importância também ser relevado: confiança popular. Estamos falando de democracias, onde, em alguma medida, todos os governantes daqueles países mostrados logo no início da apresentação tem o quê? Que prestar contas aos seus contribuintes e, mais do que isso, prestar contas aos seus eleitores. Isso nos leva ao quê? Isso nos leva a uma falta de consenso em medidas que criem mecanismos de rigidez orçamentária para todo o bloco europeu, por exemplo.

Nós tivemos, em um passado não muito distante, que o Reino Unido, simplesmente, não quis participar de uma série de medidas que eram consideradas essenciais para a solução do bloco naquele momento. E aí qual é o resultado disso? Perda de confiança. E, quando estamos falando de integração, meus caros, é impossível discutir qualquer processo de integração sem confiança. Se você não confia em quem está sentado do outro lado da mesa, você, efetivamente, não tem avanços.

É mais ou menos dizer o quê? Minha família é do interior de Minas Gerais, Zona da Mata mineira, e meu avô tinha uma mercearia. Eu passava férias com o meu avô. Eu me sentava atrás do balcão, e eu tinha um *feedback* do meu nível de obediência à medida que eu ganhava coxinhas e garrafas de Coca-Cola. Se minha mãe não havia reclamado comigo naquela manhã com o meu avô, eu ganhava duas coxinhas, logo de manhã, e uma Coca-Cola. Porém, se a minha mãe tivesse algum tipo de queixa, eu não ganhava nenhuma coxinha e nenhuma Coca-Cola, e olha que

estamos falando de avós, que, normalmente, deseducam os filhos.

Levando-se isso para o aspecto integrador, o que nós temos então? Essa falta de confiança do cidadão para com o governante afeta o governante na hora em que ele vai negociar com a sua contraparte. Por quê? Ele chega com o rótulo de desconfiança do seu eleitor nas costas e com uma lente de desconfiança nos seus óculos para lidar com o outro, e isso faz com que o processo não avance.

Nós temos na Europa, em todas as eleições realizadas até este presente momento, trocas de liderança política e, muito provavelmente, teremos mais trocas de liderança política. Por quê? Nós temos uma identificação direta de queda de confiança popular vinculada a quem? Àquela tecnocracia que levou o país à bancarrota. Você troca, mas como restabelece a confiança?

O primeiro ministro grego, por exemplo, tomou a medida de dizer: “Eu não quero salários”. Parece uma medida bastante correta, tendo em vista um ambiente de crise. Mas será que isso basta? Porque o cidadão, na rua, vai dizer: “Tudo bem. Você não quer salários, mas já recebe tão bem há tanto tempo que não vai fazer qualquer diferença. Eu passo fome, eu estou sem emprego”. E não há, neste momento, para o cidadão comum europeu a possibilidade, ou melhor, a materialização de que a classe política tem a exata percepção daquilo que faz. E essa é a peculiaridade, porque, se você pergunta na rua, aqui na rodoviária de Brasília, se as pessoas conseguem confiar em grande parte dos políticos que as administram, nós teremos um índice de descrença alto, mas eu, por exemplo, fui acostumado e educado a entender que, no hemisfério norte, essa relação era dada de forma diferente. Quando você estudava, por exemplo, Robert Dahl, os níveis poliárquicos, o papel da democracia, nós aprendíamos: “Ah, a democracia funciona quando os indivíduos confiam nas instituições”. E nós temos hoje que, na Europa, de certa maneira, os indivíduos não confiam nas instituições.

Próximo, por favor.

Isso aí é um mapinha que eu coloquei a título de curiosidade para nós observarmos um fenômeno interessante: a porcentagem de endividamento público em relação ao PIB. E olhem que interessante: a América Latina que, durante uma grande parte da história recente, sempre foi muito pressionada para que essa relação fosse saudável, apresenta níveis muito distintos daqueles que se apresentam na União Europeia. E por que isso acontece? Acontece sobretudo porque, em alguma medida, durante o tempo, este sonho foi sendo vendido – de uma integração, de uma integração possível, de uma integração que só trazia resultados

positivos, de uma prosperidade eterna – sem que, na verdade, fossem construídos os meios que levassem a esse processo. Uma grande alegoria a um gigante com pés de barro, por assim dizer.

Próximo, por favor.

E aí vem uma pergunta que eu considero fundamental e que algumas vezes escapa daquele que faz análise em relações internacionais: quem mais sofre com a crise? Eu posso dizer hoje, com toda a certeza, que quem mais sofre são as populações dos países economicamente mais fracos em primeira instância. Eu me recordo de uma conversa com um amigo que esteve em Portugal e se chocou com o fato de olhar pessoas nas ruas que aparentemente vestiam roupas bastante caras, mas velhas. Essas pessoas foram perdendo tudo o que possuíam e chegou o momento no qual elas só possuíam as roupas do corpo. E por que isso acontece? Acontece porque a classe política não tem a capacidade de responder ao estímulo demandado pela crise de maneira eficiente. E essa é uma questão fundamental.

Se, de início, a crise afeta os países que têm economias menos diversificadas, em uma segunda etapa, elas começam a avançar para países que são teoricamente centrais dentro daquele arranjo. Nós nos lembramos da fala do Prof. Guilhon em que ele diz: “Olha, a Itália se torna parte fundamental do processo em algum momento”. Não tão forte como Alemanha e França, desculpe, mas também fundamental.

Pode passar, por favor.

Então o que nós temos? O avanço de taxas de desemprego. Uma taxa de desemprego que varia entre 10.6% e 10.8% da população economicamente ativa é preocupante, e isso é uma média da zona do euro. Então, em algumas sociedades, essa taxa será ainda maior.

Pode passar, por favor.

Aí vem: qual é o futuro? A pergunta é: há futuro? Hoje eu acredito que, para os dirigentes europeus, a grande questão é: como vender ao cidadão comum que há futuro? E como isso é feito? Primeiro, o prolongamento da crise põe em risco a agenda europeia, ou seja, o próprio processo de integração. Quantas foram as declarações dadas, em determinados momentos, de que determinado ator poderia sair do euro? Então, põe-se em risco a zona do euro, põem-se em risco as economias dos países da Europa Ocidental, e põe-se em risco o próprio Estado de bem-estar social construído que serve de referência para democracias como a brasileira, por exemplo, em alguma medida. A quebra desse modelo pode trazer consequências nefastas para a própria existência daquilo que vem a ser parti-

cipação popular, direito à saúde, direito à assistência, que passaram a ser repensados.

Pode passar, por favor.

Temos aqui, a título de ilustração em caricatura, em homenagem ao artista, dois dos principais membros da União tentando salvar o euro.

Isso leva à nossa última consequência, no próximo slide.

E o Brasil? Nós temos para o Brasil dois grupos, a meu ver, de consequências. São as consequências tangíveis, que são as mais materiais: prejuízo para o comércio exterior brasileiro, porque nós nos tornamos mais dependentes da China, tendo em vista que outro parceiro econômico importante passa por dificuldade, os Estados Unidos da América; uma diminuição do investimento direto estrangeiro de origem europeia no Brasil; um congelamento nas negociações comerciais entre Mercosul e União Europeia, que já se arrastam há muito, muito tempo; e a necessidade de revisão das estratégias comerciais e políticas do Brasil, pois não adianta este País, com uma economia tão diversificada, vender apenas minério de ferro e soja. Precisamos encontrar alternativas.

De outro lado, consequências intangíveis que vão ser colocadas no aspecto mental dos tomadores de decisão: diminuição da Europa como referencial do processo integrador, porque, se está dando errado, não é referencial de processo de integração. Aí, vem: a integração vale o custo? Outra pergunta: os cidadãos de um país devem pagar pelos “erros” dos governantes de outro país, colocados esses erros entre aspas? As decisões políticas e econômicas, em termos de integração, merecem controle público mais profundo? Eu, particularmente, já disse isto, em outro momento, aqui, nesta mesma Comissão: sim. Política externa, qualquer que seja o ator envolvido, deve ser tema de política pública e deve ser colocada a teste, à prova e a debate.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CREOMAR LIMA CARVALHO DE SOU-

ZA – É isso, segundo a sirene.

Muito obrigado pela palavra.

Agradeço a todos a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao Prof. Creomar Lima Carvalho de Souza, do Instituto de Relações Internacionais da Universidade Católica de Brasília.

Passo, agora, a palavra ao Prof. Francisco Carlos Teixeira, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O SR. FRANCISCO CARLOS TEIXEIRA – Boa noite, Presidente. Boa noite, Senadores. Boa noite, senhores convidados.

Eu queria começar, já que parece que estamos tão preocupados, com boas notícias, boas notícias para todos nós, publicadas agora no próprio *site* do Banco Mundial. A primeira boa notícia: o mundo crescerá 4% em 2012. Segunda boa notícia: a média possível dos emergentes é acima de 6% ao ano. Terceira boa notícia: o comércio mundial crescerá numa média de 6,7% em 2012. Quarta boa notícia: estamos no quarto trimestre consecutivo de recuperação americana. A taxa de desemprego dos Estados Unidos, neste primeiro bimestre de 2012, teve uma redução extremamente importante. E a quinta grande notícia: a Alemanha fecha com o melhor ano de emprego desde a reunificação do país, batendo recordes de empregabilidade.

Então, eu gostaria de colocar as coisas num plano mais diferenciado e talvez navegar contra a corrente, porque, às vezes, ficamos tão impactados – talvez pela mídia, talvez pela nossa relação emocional com a Europa etc – que perdemos a dimensão do mundo e, muitas vezes, perdemos a dimensão de que a Europa também é diversa. As coisas não estão acontecendo todas da mesma forma neste momento.

Eu tive agora a oportunidade de ficar, neste semestre, como professor visitante da Universidade Técnica de Berlim e pudemos acompanhar o grupo de conjuntura da universidade, e a situação é diferenciada no conjunto do mundo.

A caracterização principal que fazemos é que estamos numa globalização assimétrica truncada, mas que aponta claramente para crescimento. Está apontando para crescimento.

Temos uma novidade aqui, que é um mundo diverso, um mundo policêntrico, e que a existência de um polo que tenha um peso cultural e histórico, como a Europa, não é mais definitiva, nem é definidora, e nós não precisamos mergulhar em pessimismo por causa disso – nós, quando falo agora, é Brasil –, mergulhar em pessimismo por causa da história – desculpe, senhores diplomatas, eu não sou diplomata – dessa hoje pequena península da Eurásia.

Voltando, claramente, para a questão mais específica da crise, eu queria tomar uma expressão que os alemães têm utilizado muito correntemente para a crise europeia, chamando a crise da Eurozona de *Verfassungsfehler*, um erro de constituição, um erro de constituição de um instrumento tão novo, tão revolucionário para o seu tempo, tão ambicioso, que comporta erros, erros que vão ter de ser corrigidos aí.

O primeiro desses erros de constituição foi criar a imagem de uma legislação de promoção econômica e de uniformidade monetária para um continente com níveis de produtividade totalmente diferenciados.

A moeda guarda uma relação com o trabalho e com a produtividade do trabalho, e é evidente que, no conjunto da Europa, da Eurozona, esses níveis são diferenciados.

Em segundo lugar, se criou uma unidade monetária, mas não se criaram os mecanismos de controle dessa unidade monetária, que acabaram, na verdade, de ser criados... Com exceção da República Tcheca, se não estou enganado, e da Inglaterra, os outros acabaram aceitando uma espécie de lei de responsabilidade fiscal, que foi criada muito depois de criada a moeda única nesse sentido.

O terceiro problema enorme daí criado: a moeda criada foi uma moeda cara, muito cara. Tão cara que, em alguns momentos – a palavra “caro”, em alemão é *teuer*; “euro”, em alemão, é “*euro*” –, os alemães passaram a chamar o euro de “*teuero*”, de tão caro que ele representava.

Se isso era caro para sociedades como a alemã ou a francesa, imaginem para os gregos!

Isso representou uma drenagem de recursos e riquezas de países com menor produtividade e com maior composição de trabalho na sua matriz de riqueza – caso da Grécia, caso da Irlanda, caso de Portugal e, de certa forma, da Espanha e da Itália –, que favoreceu, enormemente, os países que puderam utilizar capital e tecnologia como componentes centrais da matriz.

Quero dizer aos senhores, na verdade, que aquilo que o professor Guilhon falou aqui, do aspecto de condenação moral, não está sendo visto quando, na verdade, os países centrais, inclusive a Alemanha, que está tão bem, representaram uma drenagem real de recursos dos países menos ricos da própria zona do euro. Agora, eles já reclamam que tenham tido as consequências que se deram ali.

Além desses erros de constituição, houve, e isso foi dito aqui já, claramente, lassidão, lassidão na gestão do processo.

Desde 2006, desde a Conferência de Ministros da Zona do Euro, em Berlim, nós sabemos, e todos os agentes administrativos dos ministérios e bancos da Europa sabiam disto, que as contas não batiam. Todos sabiam que as contas estavam absolutamente truncadas nesse sentido, e todos se sentiram bem que elas continuassem, porque isso foi em 2006, antes da “secada” de recursos financeiros que aconteceu.

Como havia muito dinheiro e dinheiro barato, se achou que isso era financiável. O erro foi do conjunto dos gestores financeiros de toda a Eurozona.

Ora, se não bastassem esses erros – que eu não considero, de maneira alguma, erros que vão levar alguém a desmontar o processo, porque o processo era novo, é uma engenharia complexa, e os erros eram

possíveis –, o pior que aconteceu foi quando se tentou consertar os erros, quando se tentou fazer alguma coisa para sair da crise. Aí, os erros se multiplicaram em cascata.

Em primeiro lugar, utilizaram-se os recursos disponíveis de forma abundante para um resgate sem controle dos bancos e das instituições financeiras dos países centrais, começando pela Inglaterra, sem nenhum controle dos recursos que estão aí.

Em alguns casos, em alguns países, como no caso do Brasil, esse controle foi ligado à criação de linhas de crédito, a carteiras, a financiamentos de processo produtivo ou investimentos em casa própria ou coisa parecida. No caso europeu, não houve vinculação alguma em aumento da liquidez e processo produtivo. Esse foi um dos primeiros grandes erros.

Em segundo lugar, a imposição quase unânime do conceito de austeridade, entendendo austeridade como diminuição do papel pró-ativo do Estado em favor do crescimento econômico como sendo solução. Quase se aboliu John Keynes por decreto do Bundestag alemão.

Essa questão aprofundou, de forma quase irreversível, medidas possíveis de estímulo, para que países como a Grécia ou Portugal pudessem efetivamente pagar os empréstimos. Você paga os empréstimos em cima da arrecadação. Se o país não produz, se o país está paralisado com uma retirada brutal da iniciativa desses Estados, evidentemente os pagamentos não puderam ser feitos, e se tornou isso muito pior.

Por fim, acabou vindo agora uma nova enxurrada de dinheiro, uma nova liberação, direto para os bancos, sem vinculação alguma a que esses bancos tenham obrigação de financiar o processo produtivo. O resultado hoje é que nós sabemos, por exemplo, no caso do Brasil, de duas grandes empreiteiras que tomam dinheiro na Europa a 1%, 1,5% e aplicam a 10% no Brasil; ou então o caso desse gerente da Coca-Cola, que se tornou notório e conhecido no mundo inteiro, que revelou que 30% de todos os ativos da Coca-Cola estão investidos no mercado financeiro do Brasil. Evidentemente, isso tem impacto cambial e isso cria problemas enormes para o desenvolvimento e continuidade do crescimento dos países emergentes nesse sentido.

É claro também que nós temos aqui, ao lado da crise, problemas estruturais da própria União Europeia. Um deles é o vício contínuo da União Europeia em subsídios. A economia, dentro da União Europeia, está tão viciada em subsídios – desculpe, embaixador – que desde o Beaujolais até o Airbus têm subsídio. Tudo é subsidiado. Então, nesse sentido, quando você cria um problema de dificuldades enormes, evidentemente o

processo produtivo sofre, mas mais do que isso: os termos internacionais do comércio sofrem imensamente.

O que se matou na crise europeia? A rodada de Doha. A rodada de Doha está absolutamente paralisada, e não sei se tem vida, não sei se ela vai poder ser recuperada, e os países como Índia, como África do Sul, os países africanos, que precisam enormemente da sua agricultura, da liberação dos termos do comércio agrícola internacional, estão pagando um preço extremamente elevado pela paralisação da rodada de Doha.

Em termos de Brasil, aqui vou navegar contra a corrente mais uma vez. Na verdade, os dados do primeiro bimestre deste ano – e são dados do primeiro bimestre, o bimestre que vem pode contrariar, só vamos ter uma tendência daqui a pouco – são muito interessantes. O aumento das compras dos Estados Unidos no Brasil foi na casa de 38%, comparado ao primeiro bimestre do ano passado. A Europa, essa mesma Europa, aumentou em 1,3 as compras nesse bimestre. E a China? Diminuiu.

Quer dizer, então, precisamos ter cuidado em ver essas tendências. Também gostaria de chamar a atenção para uma coisa que está sendo falada, sobre a qual tenho uma discordância: talvez por ter vivido e morado muito tempo na Alemanha, como você também, na Bélgica, não estou vendo, de maneira alguma, nenhum processo de desindustrialização do Brasil. Não vejo isso. Eu próprio fui fazer o levantamento dos últimos 15 anos, e a participação da indústria no PIB geral brasileiro está estacionada em termos de 28% do PIB brasileiro. Ela está se mantendo ali. Ela não caiu.

O que tem uma diferença fundamental – a Senadora é especialista aqui –, uma diferença fantástica, é a elevação do preço das *commodities*; ou seja, os preços dos produtos se elevaram em relação aos preços industriais. Então, parece, na estatística, que estamos desindustrializando, porque o peso, em valor, diminui, mas diminui em comparação ao aumento do preço das *commodities* e *commodities* agrícolas, principalmente.

Aí, entra um outro ponto, um outro ponto para o qual gostaria de chamar a atenção: gente, exportar soja, exportar algodão, exportar café é muito bom para o Brasil, e é um impulso industrial. Não temos mais no Brasil, de maneira alguma, agricultura colonial. Nós temos o grande negócio e temos a agricultura familiar. Agora, a agricultura brasileira demanda fortemente a indústria motomecânica brasileira, instalada aqui dentro – a petroquímica, a química fina, adubos, fertilizantes, corretores, que estão aqui dentro do Brasil. A pesquisa é a Embrapa, que está aqui dentro do Brasil. Ou seja: a agricultura brasileira é algo que chamamos complexo agroindustrial. O campo se industrializou, e ele demanda. Se nós pararmos de vender soja, vamos

ter desemprego industrial, porque a demanda está vinculada, e o grau de desenvolvimento a que o Brasil chegou industrializou largamente a sua agricultura.

A agricultura não é um problema. Nós temos um problema claro no meio do sistema, o emprego industrial, por causa do câmbio, por causa do protecionismo das grandes potências. Mas, no ponto lá da alta tecnologia – as Embraers, as Embrapas, a Petrobras, por aí vai –, vamos bastante bem. No campo, no agronegócio, nós vamos muito bem, e o agronegócio está fazendo o papel dele de estimular o setor industrial.

O miolo está com problema, o grande centro industrial brasileiro, mas não é um problema causado, de maneira alguma, por um avanço recolonial da posição da agricultura brasileira, mas, sim, por subsídios, protecionismo e problemas do câmbio. Então, na verdade, esses são os elementos mais importantes deste momento.

Creio que temos um fenômeno – só para eu encerrar – novo e muito interessante sobre o qual deveríamos nos debruçar, que é o fato de que a crise vai acabar. A crise possivelmente acaba, e se está pensando em 2016 como um patamar de saída mais sustentado para a crise na Europa.

Quando a crise acabar, possivelmente a Alemanha é a potência hegemônica na Europa, e a potência que vai hegemonizar a União Europeia. Não sabemos o que vai acontecer, mas o que nós vemos – o embaixador francês não está aqui, acabou de entrar em recesso neste minuto, não vai ouvir isso –, na verdade, é que havia um equilíbrio, um equilíbrio muito satisfatório entre França e Alemanha dentro da União Europeia, um *tandem* que permitia um equilíbrio entre essas duas potências. Essa própria piada, chamada “Merckozy” ou coisa assim, mostra como a Alemanha conseguiu impor à França as suas diretivas absolutamente fiscalistas e monetaristas, e a França perdeu essa capacidade de liderar um outro processo. Talvez a eleição de François Hollande, em seis semanas, altere isso, talvez tenhamos uma novidade aí, mas nós temos uma Europa que sairá da crise hegemonizada pela Alemanha.

Obrigado, Senhores.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao Professor Francisco Carlos Teixeira, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Tenho a honra de passar a palavra agora a S. Ex^a, o Embaixador da França no Brasil, Sr. Yves Saint-Geours.

O SR YVES SAINT-GEOURS – Boa noite a todos. Não vou falar como embaixador da França, mas como um cidadão europeu. Hoje, vou procurar falar em

nome de todos os meus colegas da União Europeia aqui presentes.

Claro, Sr. Presidente, agradeço o convite, agradeço aos meus colegas, agradeço aos membros do corpo diplomático e agradeço também aos painelistas.

Não vou focar na minha pequena palestra as causas da crise europeia. Tudo isso foi perfeitamente colocado, embora, talvez, não tivesse explicado as coisas da mesma maneira, mas mais ou menos comparto as ideias principais sobre as causas da crise.

O que quero fazer hoje é falar um pouco da maneira com que procuramos sair da crise e também sobre a relação entre Brasil e União Europeia, porque considero – e vamos ver isso mais adiante – que, na realidade, não se sabe muito o que é, realmente, para o Brasil a União Europeia hoje. Fala-se muito hoje das figuras, dos dados, das cifras, que são realmente provas de que a União Europeia é o principal parceiro do Brasil hoje, que vai continuar, seguramente, se conseguirmos.

Então, a crise de algumas dívidas soberanas europeias, que tiveram e têm efeito na economia real, criaram preocupação no mundo e no Brasil, que receia ver o enfraquecimento de um parceiro tão próximo, em muitos aspectos. O Presidente Lula, em Paris, em dezembro, falou da Europa como patrimônio da humanidade, e a Presidenta Dilma falou de uma experiência civilizacional. Hoje, gostaria de dizer que a Europa está lutando de forma eficiente contra a crise, que ela deve continuar sendo um grande parceiro do Brasil. A Eurozona não vai desmanchar-se, e, pelo contrário, mais forte vai sair e vai da crise.

Agora, antes de explicar em que pé estamos, concretamente, gostaria de dizer algumas palavras sobre a forma como a Europa se constrói para entendermos melhor os acontecimentos. Muito se falou e sempre se fala que, com 27 Estados, o processo decisório é comprido quando os mercados estão com pressa. Isso não deixa de ser verdade, mas temos de considerar que o DNA da Europa é isso mesmo: é o processo democrático, é o debate, e não vamos mudar. É claro que não vamos mudar e que temos de sentir orgulho e defender esse sistema de debate democrático que nos caracteriza. É uma coisa absolutamente essencial, e, se me permitem, não comparto completamente da ideia de que o processo de decisão é mais importante do que a própria decisão, porque, em menos de 50 anos, quantas decisões se tomaram? Milhares, para unir esse conjunto de povos, de estados, de nações que estavam completamente separados.

Também é preciso compreender como a Europa funciona. Na França e na União Europeia, celebramos, entre outros pais fundadores, Robert Schuman

e Jean Monnet. O primeiro, Robert Schuman, defendia o processo intergovernamental, o arcabouço político, criando, a partir de 1949 e 1950, a primeira estrutura que originou nossa União.

O segundo, Jean Monnet, inicialmente comerciante de conhaque – o que demonstra que tinha visão de futuro, porque agora 80% da produção de conhaque é vendida na China; então entendeu a globalização antes de todos os outros –, era um grande pragmático, de tipo anglo-saxônico. Morou em Londres, morou nos Estados Unidos, defendendo os projetos e consensos para ir para frente. Ele dizia que a União não é coalizão de estados, mas união de homens e mulheres. E sempre a União continua vivendo dessa forma, entre iniciativas concretas e processo intergovernamental. Faz avanços a cada crise, aceitando os desafios e saindo cada vez mais forte, pois é sempre a oportunidade para consolidar a União e tomar novas iniciativas.

Em um ano, o último ano, a União teve mais avanços do que em uma década. Vamos ver como. Então, como a Europa enfrentou a crise da dívida? Através de uma série de medidas e decisões ambiciosas que, até certo ponto, mudaram a própria natureza da governança econômica europeia. Tínhamos uma Europa comercial. Com o euro, criamos uma Europa monetária, a eurozona. A eurozona hoje continua. Hoje de manhã, a cotação do euro era de R\$2,30, ou seja, a mesma ou até mais alta do que no início da crise. Quero que me expliquem por que se fala sempre da crise do euro quando a moeda não baixa. Não baixa a moeda.

Além disso, estamos prestes a criar uma Europa orçamentária. E podemos esperar a estruturação de uma Europa econômica. É verdade que, quando se criou o euro, não antecipamos o que devíamos fazer, a Europa orçamentária. Era absolutamente verdade. E temos que mudar isso.

Os acontecimentos deram-se em diversos momentos. No dia 26 de outubro, logo antes da cúpula do G 20, em Cannes, e diante da situação emergencial da Grécia, firmamos os seguintes compromissos: retomar a estabilidade financeira da Europa para garantir a sustentabilidade das finanças públicas e possibilitar a realização de reformas para o crescimento e a competitividade. E, finalmente, ampliar a integração econômica e fiscal entre os membros da eurozona.

Esse é o significado da aprovação das regras de ouro e das reuniões semestrais dos chefes de Estado em torno do futuro da eurozona. No último mês de dezembro e nos dias 30 de janeiro e, finalmente, 1º e 2 de março, foram aprovadas medidas de coordenação econômica, no intuito de incentivar o crescimento e o emprego, cumprindo uma disciplina orçamentária mais rigorosa e fortalecendo os mecanismos anti-crise.

O resultado hoje é o novo tratado assinado na semana passada, impondo um teto de déficit de 0,5%, com sanções automáticas caso esse seja maior do que 3%, e reforçando os instrumentos de estabilização – fundo de estabilização que, esperamos, deverá somar uma contribuição de quase € 1 trilhão, e o FMI, que deverá ter aumento de recursos com 150 bilhões, pelos países membros da Europa, e talvez outros bilhões por outros países.

Em paralelo a isso, o Banco Central europeu já tem condições de impedir qualquer risco de contágio, com a diminuição das taxas de juros, assinatura de acordos de *swap* com mais cinco bancos centrais, e principalmente ao permitir que os bancos possam sanar suas finanças com ele de forma ilimitada, por três anos, e com juros de 1%.

Já foram realizadas duas operações, pelo valor de cerca de €1 trilhão, mas eu gostaria de salientar que a Europa não tropeçou. Trata-se de fato de sanar a economia. Sim, pode tratar-se, às vezes, com alguns bancos, com alguns atores, de especulação, mas, no fundo, não se trata disso. Não é especulação do câmbio. Não queremos guerra cambial. Não é, de maneira alguma, o propósito dessa medida. Queremos a estabilidade do euro e, efetivamente, depois dessas duas operações, por quase €1 trilhão, não baixou o euro. Não. Definitivamente. Segue firme, com mais ou menos a mesma taxa.

No que diz respeito aos países em si, o plano grego já foi aprovado e já vem sendo instaurado, com o cancelamento de mais de 50% das dívidas a bancos e ajuda de €130 bilhões. Os programas de apoio à Irlanda e a Portugal estão em andamento. Na Itália, o novo governo de Mario Monti implementou imediatamente um amplo e ambicioso programa de reformas, que deverá levar ao equilíbrio orçamentário já em 2013, inclusive com medidas para o crescimento. Na Espanha, que vem tendo uma situação bastante difícil, o novo governo de Mariano Rajoy lançou um programa de redução das despesas em 1,5 do PIB.

Tudo isso vem ocorrendo dentro de um arcabouço europeu fortalecido: o semestre europeu de preparação dos orçamentos antes da implementação das recomendações e aprovação dos orçamentos, o fortalecimento da governança a médio prazo, o chamado *six-pack*, e o monitoramento. E o presidente do Conselho Europeu agora, reeleito na semana passada, é considerado o “Sr. Euro”. Cabe a ele identificar propostas e realizar um roteiro de trabalho, fora minuciosos processos de reflexão sobre o sistema de *eurobonds* e sobre medidas de harmonização fiscal e políticas conjuntas de apoio ao crescimento.

O que, então, se pode afirmar hoje? Esforço extremamente rigoroso foi iniciado. Essa é a condição para o crescimento. Mas o governo brasileiro também tem regras muito rigorosas, até mais ainda, com o excedente primário de 3,1% do PIB. Até mais rigorosas do que as nossas.

Globalmente, a confiança dos mercados voltou, e podemos ver isso em três aspectos. A Bolsa voltou a subir, os *spreads* e as taxas de juros das dívidas soberanas estão em baixa, taxa mais baixa na Espanha nos últimos dois anos, por exemplo, nos últimos refinanciamentos da dívida da semana passada, e a moeda é estável.

É claro que não basta rigor, e precisamos de crescimento. Mas consideramos que estão reunidas as condições para uma melhor competitividade. É claro, não foram – também não! – encerrados os debates em três diferentes abordagens econômicas, e fica um debate forte entre os voluntaristas para uma política industrial, outros que pensam mais num mercado interno e livre comércio, inclusive nos serviços. Ficamos com o debate, mas esse debate é o DNA da Europa, como disse. Mas o que importa essencialmente está aí: a Europa tem condições de continuar sendo uma grande parceira do Brasil.

Então, a relação da Europa com o Brasil, a relação dessa pequena península da Eurásia... Gostaria de lembrar alguns fatos simples e indiscutíveis, além de tudo o que há que já sabemos que compartilhamos: valores, democracia, visões convergentes sobre muitos aspectos, e um modelo social bastante próximo.

Primeiro fato simples. A União Europeia é o primeiro parceiro comercial do Brasil. Em 2011, representou 20,5% das importações; China, 14,5%. E 20,7% das exportações; China, 17,3%. E aumento, durante a crise, de quase 23%, e saldo positivo, para o Brasil, de US\$6 bilhões. Mesmo que as exportações sejam principalmente matérias-primas, o comércio é muito mais equilibrado do que com a China, por exemplo: 98% das exportações do Brasil para a China são matérias-primas.

Os franceses bem sabemos que muitas vezes os brasileiros desaprovam a política agrícola comum europeia, mas essa visão já ficou também no passado. Em 2011, a Europa vendeu, por US\$2 bilhões, produtos agrícolas ao Brasil, e comprou US\$22 bilhões em produtos agrícolas. A diferença é US\$20 bilhões para um mercado fechado realmente. É verdade. O Nafta só comprou US\$7 bilhões em produtos agrícolas no Brasil. A Europa, US\$22, para o mesmo número de habitantes, mais ou menos 500 milhões. Esse valor não para de aumentar todos os anos.

Comércio é importante, mas investimento é melhor ainda, pois permite agregar as economias produzindo juntos, realizando transferência de tecnologias. Quando existe um bom equilíbrio – reciprocidade, propriedade industrial etc –, o investimento é o que possibilita a verdadeira parceria. Em 2010 – lamento não ter as cifras precisas para 2011 –, a União Europeia representou 52,4% dos investimentos estrangeiros diretos no Brasil. Diretos. Não investimentos para especulação. Diretos para a produção. Isso em todos os ramos de atividade. Isso é o que produz riqueza, isso é o que produz parceria.

E, ao mesmo tempo, o Brasil está, pouco a pouco, aumentando seus investimentos diretos também na Europa, investimentos industriais e de serviços, é dizer, para precisamente uma economia madura.

Mais um exemplo. Um grande economista do século XVI, Jean Bodin, dizia que não há outra riqueza a não ser os homens e as mulheres. Quando a Presidente Dilma lançou o programa Ciência sem Fronteiras, os países europeus atenderam imediatamente ao chamado. Alemanha, Grã-Bretanha, Itália e França já fecharam convênios para receber 36 mil estudantes dos 75 mil previstos para as bolsas. E já sei que meus colegas de Praga, de Atenas, de Madri já têm também previsão de acolher muitos estudantes brasileiros. E sei muito bem que são números significativos, e que será outro investimento no futuro. É uma aposta na juventude e no compartilhamento do conhecimento e da tecnologia.

Através desses três exemplos – há outros, claro –, quis mostrar que o verdadeiro parceiro do Brasil – equilibrado, forte, falando das mesmas coisas e do mesmo jeito – é a Europa. Claro que nada é tão simples, Sr. Presidente, Srs. Senadores, colegas, amigos. Há muitos obstáculos para o fechamento de um acordo União Europeia/Mercosul, pois há divergências de interesses, mas me parece que não podemos cair no engano. Esses empecilhos todos são pouca coisa ao lado da realidade. Esquecemos demais a nossa relação, a qual não podemos subestimar, porque a Europa teve de enfrentar a crise, uma verdadeira crise, com debates sobre as melhores maneiras de sair da crise. Entretanto, acredito que, este ano de 2012, uma vez mais, a União Europeia será o primeiro parceiro do Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, o Embaixador Yves Saint-Geours, embaixador da França no Brasil, pela sua brilhante exposição.

E agora, iniciando as nossas indagações, passo a palavra à S. Ex^a, a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Fernando Collor, todos os palestrantes,

percebi uma afinidade grande entre o otimismo do Prof. Francisco Teixeira e o Embaixador da França. Só não entendi por que, na sua relação de boas notícias, esteve ausente a eleição de Putin na Rússia. Então, talvez não seja essa uma boa notícia. Mas o Embaixador francês apontou uma questão com muita ênfase: a valorização do euro. Continua uma moeda forte.

Então, eu, como sou jornalista de formação, já vou direto ao ponto. O senhor acha que a maxidesvalorização do euro poderia ser uma forma de, artificialmente ou por decisão política, mexer na relação da moeda e mudá-la, como alguns países já o fizeram, como o próprio Brasil já fez? Então, se seria essa a saída. Ou, não havendo maxidesvalorização do euro, qual o caminho da moeda na relação com o resto das outras partes do mundo?

O que aconteceu em relação à Grécia? Sabemos que, na zona do euro, foi estabelecido pelo Tratado de Maastricht, o limite de 60% para a relação do endividamento sobre o Produto Interno Bruto de cada país. Tendo em vista que o caso da economia grega ou a razão dívida/PIB é mais do que o dobro do teto, qual foi a instituição da União Europeia que errou ao aferir esses números? Daí o preço que se está pagando hoje me relação a isso.

O senhor reconheceu uma questão... Sou Senadora pelo Rio Grande do Sul, um Estado de grande produção agrícola e que sempre, por conta da relação dentro do Mercosul, teve essa preocupação. Eu mesma, como jornalista, muitas vezes, enfrentei esse debate sobre a resistência da União Europeia em relação a acordo comercial com o Mercosul, em relação a exatamente às questões de disputa numa área que é mais competitiva, e a Europa protecionista e altamente subsidiada, como foi reconhecido pelo Prof. Francisco Teixeira. Então, queria saber do senhor isso.

No âmbito comercial, o senhor falou muito na questão de transferência de tecnologia. O Brasil está num debate hoje para compra de aviões. Então, eu queria saber, em relação à questão da compra, o que o Brasil pode ganhar, Embaixador, se for decidido que o Brasil vai comprar os aviões Rafale na questão tecnológica e também nas outras transações econômicas e até políticas.

Prof. Francisco Teixeira, o senhor fez uma referência minimizando a questão da desindustrialização no Brasil. No setor de máquinas, Professor, há cinco ou oito anos, o Brasil era o quinto maior produtor de máquinas no mundo. Hoje, é o 14º. Então, não é apenas essa comparação. O senhor tem alguma dose de razão entre comparar o que nós exportamos de *commodities* e o que nós produzimos na indústria. Se bem que, a participação do setor da indústria de

transformação no PIB era de 27% e hoje é de 16%. Então, houve, sim, uma situação de concorrência em função das condições do custo Brasil, da posição de dificuldade da competitividade que nós temos, a começar pela educação. Está aqui o especialista que é o nosso Senador Cristovam Buarque, e a questão do apagão é relacionada a isso.

O senhor mencionou o caso das *commodities*, e eu o felicito porque este é um tema a mim também, do Rio Grande do Sul, muito caro em relação à pouca percepção do valor que tem o peso da agropecuária, do campo, no processo da sustentação do Brasil, primeiro pelo abastecimento interno. E pensar que o Brasil, ainda com esse território todo, é o maior importador de trigo do mundo: ou compramos da Argentina, ou do Canadá, ou da França, que é na Europa o maior produtor de trigo.

Então, temos também uma relação nessa área que deveria ser mais valorizada. Há certo – digamos – não sei se preconceito, ou há uma questão ideológica. Entendo também que, quanto mais poder tenhamos... E o senhor disse bem: a Embrapa possibilitou um desenvolvimento tecnológico no campo brasileiro que, em 35 anos, enquanto a área cultivada do Brasil aumentou 40%, a produção de grãos aumentou 240%. Ou seja, isso só com tecnologia, com inovação, com biossegurança, enfim, com todos os setores.

Então, eu queria dizer-lhe isso em relação a essa posição da área industrial e também numa questão para a qual o embaixador fez um sorriso, negando o que a Sr^a Thatcher diz no filme “esses franceses” em relação ao euro. O senhor disse que a Alemanha será líder, talvez porque uma mulher esteja comandando a Alemanha.

São essas minhas questões.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Passo agora a palavra a S. Ex^a, o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, Sr. Embaixador, senhores, eu tenho duas perguntas: uma bem pragmática e a outra mais conceitual. Peço desculpas, porque, em certo momento, vou ter de sair para um programa ao vivo na nossa TV Senado.

A prática é a seguinte: segundo vocês, o erro esteve no fato de a Europa ter ido muito depressa, fazendo uma moeda única antes do tempo? Ou o erro foi ter ido devagar demais, não criando um banco central unificado e um sistema fiscal unificado? Houve um descompasso. Onde é que se errou? Na diplomacia e na política de ir depressa demais ou na técnica econômica de ir devagar demais?

O segundo é conceitual. A ideia da pequena península euroasiática gostaria de dizer que, para mim, é a maior experiência do processo civilizatório, muito mais do que os Estados Unidos, a Ásia, a América Latina. Aí nós conseguimos realizar o que há de melhor do espírito humano, não apenas nas artes, mas também na ética de uma sociedade relativamente confortável, equilibrada e de pequena desigualdade. A Europa é a melhor experiência da civilização. Mas será que não está sendo também o primeiro sinal de um fracasso da civilização industrial, uma vez que a gente fala muito em crise financeira, mas é uma crise mais complexa que – não foi dito aqui – envolve o meio ambiente?

Então, é uma crise financeira, econômica, social – basta ver a Grécia – e ecológica. Mas o mais grave é que esses quatro vetores tinham a sinergia, em que, juntando ainda mais a democracia, que tinha uma sinergia – quanto mais democracia, mais crescimento; mais crescimento, mais democracia, melhor bem-estar – e, de repente, a sinergia desaparece. E, se vier crescimento, a gente tem crise ecológica. Para equilibrar as finanças, tem de reduzir o crescimento. Para resolver as finanças, tem que diminuir o bem-estar social, porque o Estado tem de reduzir seus gastos.

Será que a Europa, que foi o exemplo do melhor projeto civilizatório, não está sendo o primeiro exemplo de fracasso de um modelo de progresso identificado com o crescimento econômico, em que democracia social com democracia política, com crescimento econômico e equilíbrio ecológico e bem-estar não casam mais? E que a gente vai ter de inventar um novo modelo de progresso que se baseie em mais tempo livre para as pessoas, mesmo com menor salário – é claro? E que a gente passe a dar mais valor aos bens públicos, ainda mais do que a Europa dá, em vez de aos bens privados, que aumentam o PIB? Ou seja, será que não é o momento de a Europa buscar um novo projeto, um novo modelo, um novo conceito de progresso que a civilização industrial está devendo à humanidade?

São essas as duas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Para todos os participantes, Senador?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu não queria escolher. Eu tenho uma grande admiração pelo Embaixador, como historiador. Talvez fosse pela profissão de historiador, não de diplomata – aí se confrontam até. Mas eu prefiro que todos que puderem. Mais uma vez, eu repito que, em certo momento, eu vou ser arrastado daqui para um programa ao vivo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Passo a palavra a S. Ex^a, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Presidente, Senador Fernando Collor, quero cumprimentá-lo pelo alto nível desse debate, em que o Professores Francisco Carlos Teixeira e José Augusto Guilhon Albuquerque, o Embaixador Yves Saint-Geours e o Professor Creomar Lima de Souza deram contribuições muito relevantes. Todos nós aprendemos muito.

A primeira indagação que quero fazer refere-se às observações que a Presidenta Dilma Rousseff fez há poucos dias, quando comentou que a maneira como especialmente a União Europeia estava, através de suas instituições monetárias, injetando um volume tão significativo de recursos, poderia ter um efeito bastante forte sobre a economia brasileira, mas não necessariamente o mais saudável. E o Sr. Francisco Carlos Teixeira chegou a mencionar um pouco que essa injeção de recursos no sentido monetário, sem uma contrapartida de definição de sua destinação, pode gerar problemas.

Eu agradeço se puderem aprofundar a análise sobre a preocupação da Presidenta Dilma, que possivelmente – não sei as declarações dela hoje na Europa – sejam nessa direção.

O segundo ponto que gostaria de comentar: muitos países europeus tiveram, nesse período de crise, taxas altas de desemprego, e muitos deles têm programas de transferência de renda que, de alguma maneira, afetam o grau de competitividade de suas economias. Na medida em que diversos países, e vou citar dois países importantes... Os Estados Unidos da América criaram, desde 1975, o crédito fiscal por remuneração recebida, denominado *Earned Income Tax Credit*. O Reino Unido criou, por exemplo, como contrapartida disso, o *Family Tax Credit*, e outros países europeus criaram mecanismos de natureza semelhante.

Segundo a minha percepção, é importante que nós, brasileiros, estejamos conscientes desses mecanismos, até porque podem se constituir numa outra forma de subsídio. O Prof. Francisco Carlos Teixeira mencionou que diversos produtos da indústria de países europeus têm, hoje, subsídios. Bom, um deles, muitas vezes, é na forma de complementação de renda aos trabalhadores por esses mecanismos de transferência de renda.

O Prof. Francisco esteve por um bom tempo, pelo que entendi, na Alemanha, na Universidade de Berlim, e observo que haverá, na Alemanha, de 14 a 16 de setembro próximo, em München, Munique, o 14º Congresso Internacional da Rede Mundial da Renda Básica, *The Basic Income Earth Network*.

Eu tenho acompanhado o desenvolvimento do debate a respeito da renda básica e dos métodos de transferência de renda que hoje estão em debate e, na

Alemanha, com um debate acentuado, tanto que foi escolhida para ser a sede desse congresso internacional.

Então, agradeço se puderem, na medida em que puderem e tiverem conhecimento desse debate, também comentar esse aspecto.

São essas as questões, Presidente, que eu tenho para os quatro. Quem tiver maior familiaridade com os temas pode comentá-los, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Muito obrigado a S. Ex^a, o Senador Eduardo Suplicy.

Eu passo, agora, a palavra ao Embaixador Yves Saint-Geours, Embaixador da França no Brasil, para iniciar as respostas às perguntas formuladas.

O SR. YVES SAINT-GEOURS – Não é muito fácil responder às perguntas, realmente, mas quero dizer algumas coisas simples.

Para terminar, entendo perfeitamente a preocupação da Presidenta Dilma. Estamos, precisamente, em uma situação em que os interesses não... Devemos conversar, devemos negociar e devemos colaborar, porque temos interesses um pouco diferentes.

A mesma Presidenta Dilma está, e com razão, muito preocupada com a crise na Europa.

Se temos um *credit crunch* na Europa, não podemos sair da crise. Então, temos de procurar as medidas para sair disso. Por isso, eu disse na discussão, previamente, que o propósito não é fazer baixar a taxa de câmbio, mas bem irrigar, dar crédito, dar possibilidades à economia para se desenvolver.

É claro que o problema, também, é que as taxas de juros não são as mesmas. Certos países são muito atrativos e outros, menos. O Brasil é muito atrativo por suas taxas de juros e também por toda atividade, pelo crescimento, pelo otimismo, etc.

O meu ponto é que se deve entender, agora, que devemos colaborar no G20 e nos outros fóruns, para procurar entender qual é, exatamente, a situação de cada país, para sair adiante por cima, não em guerra comercial, em guerra cambial, etc, etc.

Assim, acredito que, apesar dessas diferenças, poderemos ir... Nossa resposta é também o investimento direto. Por isso, escolhi esse exemplo do investimento direto, que provoca transferência e que provoca uma coisa muito diferente do intercâmbio comercial, um mero intercâmbio comercial, que é produzir juntos.

E., respondendo ao Senador Buarque, estamos completamente conscientes de que países como nossos países, a França; a União Europeia, em seu conjunto, não pode ficar produzindo sozinha. Deve já fazer uma mudança de modelo de produção e, de certa maneira, de modelo de civilização em todos os aspectos: econômicos, de produção, sociais, ambientais, etc., porque vemos que não podemos seguir assim. E não vamos

enfrentar todos os grandes foros internacionais como uma maneira de guerra entre os que têm um modelo de desenvolvimento, de consumo, social, etc., que vá impedir os outros de terem o mesmo modelo. Temos de mudar o sistema para procurar fazer conjuntamente, juntos, as coisas, senão não vamos ter nenhuma possibilidade de sair bem-sucedidos disso.

Pela moeda, o que posso dizer? Posso dizer que, realmente, concordo com a ideia de que, quando criamos o euro, o euro estava muito alto, muito alto. Mas eu posso dizer que agora o sistema de banco central europeu, das taxas, da independência do banco central europeu faz com que, de maneira alguma, a decisão política agora pode mexer com a taxa cambial e fazer uma desvalorização competitiva da moeda para sair da crise. Todas as medidas tomadas durante o último ano não tiveram nada a ver com isso. Então, a ideia não é essa, de maneira alguma. E vamos ficar com essa ideia do controle da inflação, do controle de taxas de juros baixas e de uma moeda mais ou menos estável. É o padrão, é a base em que ficamos, e seguimos com a instabilidade financeira que estamos procurando com as medidas que expliquei.

Finalmente, a Sr^a Senadora me perguntou sobre aviões de caça e tudo o mais. Na realidade, é a mesma história. O que está acontecendo agora com os submarinos? Vamos comparar. O que está acontecendo agora com os submarinos é uma parceria muito complicada, muito delicada, muito precisa, com muitas instâncias de diálogos, mas a ideia principal é que, ao final, possamos ter uma indústria naval brasileira que possa realmente dominar todo o processo industrial de construção desses submarinos. Nós, franceses, não perdemos fazendo isso, pelas razões que expliquei há dois minutos. Não perdemos porque sabemos agora que não vamos fazer nada sozinhos. Impossível.

Agora, com as indústrias tão complicadas, tão caras, primeiro, não se pode fazer sozinho; segundo, deve-se fazer em democracia, com um conjunto de valores comuns; terceiro, deve-se fazer não só entre países desenvolvidos do mesmo pequeno grupo, mas se ampliando à governança mundial.

A história dos caças pelos franceses e pelos outros países competidores é uma história de transferência de tecnologia, de recursos humanos, de pesquisa científica, de maturação da economia e inclusive da sociedade.

Então, realmente considero que, por isso, é tão importante, e não só pelo número de dólares do contrato. Isso é importante, mas, por exemplo, para os caças é muito menos dinheiro que para os submarinos. O mais importante é isto: fazer juntos com tecnologia extraordinária e se lançar para uma parceria de 20 anos.

Obrigado.

A S^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente Collor, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senadora Ana Amélia, por favor.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu acompanho o Twitter, e um seguidor está acompanhando esta reunião. É um professor que se chama Emilson Nunes Costa.

A interatividade é um processo importante nessa comunicação, como o Prof. Francisco fala sempre. Ele sabe disso.

O Emilson Nunes Costa pede que eu indague ao embaixador: “O fato de a Grã-Bretanha não estar no euro poderia desvalorizar a moeda? E até que ponto isso ajudaria a sair dessa crise no euro, se isso viesse a acontecer?”

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senhor Embaixador.

O SR. YVES SAINT-GEOURS – Na realidade, claro que há jogos financeiros, bilhões de dólares e de euros que circulam no mundo cada dia mais.

Estamos precisamente em um momento em que, apesar de nossas diferenças, de nossas discrepâncias, não estamos considerando esse tipo de ...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – (*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. YVES SAINT-GEOURS – Exatamente. Todos somos parte de uma mesma comunidade, e estamos sempre procurando, tanto os ingleses como nós, estar a bordo do mesmo barco. Então, realmente não quero considerar esse tipo de situação, e não há complô de pessoas para ver como sair. Não! Estamos diante da opinião pública, que nos julga muito severamente.

É verdade que a confiança é muito difícil de ganhar, e não podemos considerar que estamos no tempo da diplomacia secreta.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Parabéns pelo seu português, Embaixador.

O SR. YVES SAINT-GEOURS – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Eu pergunto se os Srs. Senadores estão satisfeitos com as respostas de S. Ex^a, o Embaixador? (*Pausa.*)

Passo agora, então, a palavra ao Professor Francisco Carlos Teixeira, Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O SR. FRANCISCO CARLOS TEIXEIRA – Obrigado, Presidente.

Evidentemente, a *presqu'île* da Eurásia é uma provocação. É uma verdade geográfica, mas é uma provocação. Se fôssemos por tamanho, ficaríamos admirados como Atenas, que se forem retirados os periecos, no máximo teve 150 mil habitantes de eupátridas,

e produziu ideias tão ricas e fantásticas que sustentam, inclusive, esta Casa. Então, não é exatamente o tamanho, mas, possivelmente, o que se passa aí.

Tem um problema enorme. Eu sou historiador. E historiador trabalha com uma matéria que, às vezes, não dá para dizer o que a gente gostaria que fosse. A gente tem de ver o que acontece, o que é o processo, como as coisas se dão.

A Europa, particularmente para mim – venho de uma família que saiu da Europa, fugindo da pobreza, e conseguiu se estabelecer no Brasil e, depois, voltei à Europa, onde constituí a minha família –, tem uma relação intensa comigo, inclusive com a minha formação cultural, como o Senador coloca. Mas eu também não posso esquecer outra coisa. Se a Europa é esse centro de civilização, a Europa foi, nos últimos 120 anos, o continente onde apareceram algumas das coisas mais terríveis, mais tremendas e sombrias da nossa História.

Então, na verdade, um pouco de Caetano Veloso: “de perto, ninguém é normal”; de perto, todas as coisas têm variedade, têm duas dimensões. Há a cultura, a civilização, etc., mas também foi o local do holocausto, por exemplo.

Às vezes, nós, do Brasil, temos uma visão um tanto quanto generalizante, às vezes muito exagerada disso. Há repetição, inclusive. Kosovo e Bósnia mostram que é um continente difícil, é um continente duro de resolver questões.

O que me preocupa, neste momento, – tive chance, nesse semestre, de ir a Portugal três vezes; fui à Grécia –, é se a gente não pode inventar, e aí faço minha boa parte da preocupação do Senador Buarque, uma nova barbárie.

O que quer dizer, amigos, você reduzir o salário mínimo do trabalhador português? O que quer dizer cortar as férias remuneradas? O que quer dizer pinçar as aposentadorias de quem trabalhou a vida inteira e, quando chega aos seus 70, 72 anos, perde 20%, 25%, 30% dessa aposentadoria quando o serviço médico e hospitalar também está sendo cortado?

Então, em nome de uma eficácia e de uma eficiência, nós poderemos estar voltando à barbárie. E a minha irritação – confesso aos senhores que fiquei irritado nos últimos meses na Europa – era da ausência, Embaixador Yves, daquilo que eu esperava da Europa: um pensamento vigoroso de renovação. E aí eu não vi!

Quer dizer, então, quando a gente vê, Senador Suplicy, que a questão da renda básica está colocada, está colocada em países como a Grécia, Irlanda e Portugal por quê? Porque, na verdade, criou-se um sistema de cassação de direitos da população trabalhadora e, ao mesmo tempo, uma proposta de um rigor

ou de uma austeridade que representa, no cotidiano das pessoas – esta palavra não existe, mas poderia muito bem ser inventada –, uma “pioria” muito grande das condições de vida.

Então, na verdade, até por isso mesmo eu esperaria da Europa um pensamento mais vigoroso, um pensamento mais rico, alternativas que não fossem de decretar, prussianamente, rigor e austeridade como únicas respostas.

Embaixador Yves, só agora – a gente pode datar de 30 ou 35 dias para cá –, a liderança europeia resolveu colocar a palavra crescimento em primeiro lugar. Houve uma mutação, uma mutação no pânico, e no pânico levando em consideração um pouco do que o Creomar falou para a gente aqui, que é a falta de identidade das populações com as suas instituições. Isso é grave.

Quando saí da Alemanha, agora, estava em todas as manchetes, estava em todos os jornais a descoberta dessa coisa horrenda chamada *Nationalsozialistischer Untergrund*, uma célula nazista que já tinha matado onze pessoas. Onze pessoas!

Quer dizer, temos na França o risco de um terceiro partido que acha que o holocausto não aconteceu, ou que não foi tão ruim, que não houve extermínio etc., falando coisas desse tipo.

Temo que a ausência de respostas criativas, inovadoras, de proposições verdadeiramente humanistas, o que sempre foi característica da Europa, permita que a barbárie volte, e a barbárie se localize no coração da Europa.

Só para encerrar: Putin – já que a senhora provocou. Eu diria que há duas notícias interessantes também, ao lado daquela minha lista infinita de otimismo pelo qual o Guilhon me aguilhoou aqui nesse sentido.

Uma coisa muito interessante, dado já concentrado e tablado do ano passado: a China adquiriu, ao longo de 2011, menos dólares como moeda de reserva do que era esperado. A participação do dólar na aquisição chinesa caiu de 65 para 54. Isso quer dizer o quê? Que a China parou de acreditar nos Estados Unidos? Não, que a China está preocupada com a Europa. Ela resolveu investir desde os vinhedos do Embaixador Yves à companhia elétrica. A Companhia Elétrica de Portugal foi comprada pela China agora etc. Eles estão investindo porque não querem de maneira alguma que a Europa pare e também porque a Europa é um bom negócio. Concordo. A Europa é um bom negócio nesse sentido. Então, vale a pena.

E o Putin anunciou que vai tentar manter em 12% de euros a cesta de reservas da Rússia. Esses dois dados mostram que a Europa tem vigor, a Europa tem capacidade de resposta. Nem a Rússia nem a

China são países que fazem caridade. Eles estão ali para ter objetivos reais nessa relação. Então, eu tenho uma concordância muito grande com o embaixador em relação a isso; o que eu tenho é uma profunda decepção sobre a incapacidade hoje da Europa de formular propostas verdadeiramente novas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Prof. Francisco Carlos Teixeira, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Passo agora a palavra ao Professor Creomar Lima Carvalho de Souza, do Instituto de Relações Institucionais da Universidade Católica de Brasília.

O SR. CREOMAR LIMA CARVALHO DE SOUZA – Só para deixar claro, tendo em vista a urgência das sirenes em encerrar o meu tempo, eu não sou contrário à exportação de minério de ferro e soja. Muito ao contrário, acho que são *commodities* importantíssimas. A minha preocupação é que um país com essa dimensão e com esse grau de diversidade econômica corra o risco de se ancorar em algum gênero; e se fosse em gêneros industriais também seria um problema.

Nesse aspecto, eu queria começar minha fala nesse questionamento do Professor Cristovam Buarque, que achei bastante interessante, resumindo em uma palavra o que o Prof. Francisco Carlos Teixeira disse durante a sua última fala. Acredito que todos nós do campo das ciências sociais aplicadas sentimos um pouco de falta de humanismo nas ações que os europeus buscaram na construção de uma solução para a crise.

Eu, particularmente, tenho a posição de que devemos sempre tentar encontrar respostas que privilegiem o ser humano ante outros tipos de forças, e foi com muita infelicidade, por exemplo, que, durante o ano de 2009, vi algumas tomadas de decisão, enquanto era professor visitante nos Estados Unidos, que privilegiavam o grande capital e menosprezavam as pessoas. E, de certa maneira, isso traz a necessidade, em minha visão, de um repensar a Europa, e repensar o modelo no sentido de que aquele afã de construção do euro não trouxe em si a percepção, diante da euforia, de que algo podia dar errado em algum momento – isso foi muito claro; se vendeu um sonho de prosperidade, acho importante bater nessa tecla. E esta é uma questão natural do ser humano: quando temos muita ansiedade, uma ansiedade positiva sobre algo, nós não esperamos que vá dar errado. Mas as coisas, infelizmente, podem dar errado.

E, de certa maneira, nós precisamos de uma Europa forte, nós precisamos de uma Europa consolidada, porque ela não é só uma referência econômica, mas, sobretudo, uma referência social e política. Democracia, valores universais, direitos humanos são edificados, sobretudo, a partir de uma matriz europeia. Os

Estados Unidos constroem esse tipo de política porque partem de uma matriz europeia; o Brasil constrói esse tipo de política porque parte de uma matriz europeia.

Então, eu acredito que é bom para a humanidade que isso aconteça. Nós esperamos, de alguma forma, que até mesmo as sociedades europeias consigam construir, nesse caldo de cultura, lideranças que sejam positivas. Aí é um ponto fundamental que eu acho importante: eu sinto falta, no presente momento, de uma liderança que possua algum tipo de atributo e que faça agregar valor, no sentido de que – parafraseando o que o Prof. Francisco Carlos disse – remem um pouquinho contra a corrente. Isso dá um pouco de trabalho, mas é importante. Uma questão fundamental é que reduzir o salário de um indivíduo, reduzir sua possibilidade de recursos ganhos na aposentadoria é, em outras palavras (não sendo politicamente correto), reduzir as chances de sobrevivência desse indivíduo no curso de sua vida. Essa é a questão importante aqui, pois 22%, 25%, 30% de redução de salário mínimo simbolizam a redução de 22%, 25% ou 30% nas chances efetivas de esse indivíduo sobreviver.

Então, acredito que talvez seja importante – e importante para nós brasileiros que temos uma democracia em gestação – que a União Europeia dê certo, não só como bloco econômico, mas, sobretudo, como experimento civilizacional.

E eu sinto falta, também senti falta em minha própria apresentação, daquilo que o Senador Cristovam Buarque muito bem o disse: onde estão as questões ambientais? Nós vivemos em um Planeta castigado diariamente pelo crescimento. E eu acredito que, muito possivelmente, a emergência de novas forças políticas na Europa neste ambiente de crise, pode – pelo menos eu espero – nos ajudar a construir possibilidades positivas no sentido de repensar a relação do homem com o meio e dessa relação do homem com o crescimento econômico.

Será que é necessário crescer tanto? E quais são as raízes e os pontos de apoio para esse crescimento?

E essa reflexão deve cair sobre os emergentes porque nós temos uma perspectiva de crescimento que talvez esteja um pouco ultrapassada, não é?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao Prof. Creomar Lima Carvalho de Souza, do Instituto de Relações Internacionais da Universidade Católica do Brasil.

Passo a palavra ao professor José Augusto Guilhon Albuquerque, do Centro de Estudos Avançados da Universidade de Campinas, Unicamp.

O SR. JOSÉ AUGUSTO GUILHON ALBUQUERQUE – Muito obrigado.

Acho que já cobrimos todos os aspectos deste painel extremamente interessante. Vou tentar contribuir em dois aspectos aqui: a questão levantada pelo Senador Cristovam e contribuir um pouco para a discussão que foi levantada pelo Embaixador Yves Saint-Geours.

Esta questão tem sido colocada atualmente com muita frequência, a de que talvez estejamos enfrentando um momento de crise da civilização ou, pelo menos, desta civilização que nós conhecemos e que junta democracia com liberdade, com direitos humanos, com bem-estar social. E se põe em dúvida se é possível manter tudo isso ao mesmo tempo... Talvez, bem-estar sem liberdade; talvez, democracia sem crescimento, etc.

Eu acho, Senador, que essa é uma questão mais filosófica do que outra coisa, pois ela não pode ser decidida de uma vez por todas, senão depois. Os gregos diziam que a filosofia é como a coruja, que vem ao entardecer. Então, se isso acontecer, de entrarmos em uma crise de civilização, nós vamos saber depois.

Por enquanto, temos de especular um pouco sobre isso. Acho que muito desse debate tem sido mais ou menos cíclico. A questão de saber se há um declínio ou, ao contrário, uma revivescência da grande liderança americana. Esse debate entre rivalistas e declinistas durou muito tempo.

A história, afinal começou, terminou ou está apenas começando?

Por exemplo, penso que a atual liderança chinesa acha que a história está começando, não está terminando. Então, depende um pouco. Esse é um debate interessante, mas acaba não tendo fim. É bom para a gente especular, mas eu não teria, realmente, uma resposta sobre isso. No entanto, creio e espero que a Europa saia da crise salvando a democracia, a liberdade, o bem-estar e o crescimento.

Quero dizer, Embaixador, que a minha preocupação no final da minha primeira apresentação era porque eu acho que o Brasil tem muito a ganhar da Europa; que o Brasil, de fato, precisa da Europa como precisa também dos Estados Unidos, precisa da China, precisa da América Latina. Mas acho que, particularmente, a União Europeia tem sido, ao longo da última década, como conjunto, o nosso principal parceiro comercial, o nosso principal investidor.

O que acontece é que quando falamos de países isoladamente... Antigamente, fazíamos isso para comparar com os Estados Unidos. Então, a Europa passou os Estados Unidos. Hoje a gente diz: "Não, a China, como economia individual, tem mais investimentos, tem mais comércio conosco". Mas o meu temor é o de que a crise europeia fosse afetar a qualidade do

nosso comércio e a qualidade dos investimentos da Europa aqui. Às vezes, isso me parece até assustador.

Eu vi recentemente o *foreign secretary*, Ministro de Relações Exteriores da Inglaterra, que esteve aqui e fez uma viagem específica para oferecer investimento para o Brasil. Ele disse: "Eu vim para cá para dizer que estamos em condições agora de investir e queremos melhorar a qualidade dos nossos investimentos", e o Governo brasileiro respondeu assim: "Nós estamos preocupados com a questão das Malvinas e não vamos discutir nenhum outro assunto com vocês".

Então, isso às vezes me preocupa, porque não consigo entender que bom problema é esse em que está entrando muito dinheiro. Será que recentemente... O nosso Ministro da Fazenda disse que tem um arsenal de recursos para controlar a valorização do câmbio. Será que não tem um arsenal de recursos para controlar o investimento que entra aqui no Brasil para que ele, de alguma forma, seja canalizado para o que nós estamos precisando? Obras de infraestrutura, obras de desenvolvimento urbano e melhoria da qualidade da nossa indústria. Essa diminuição proporcional da indústria no PIB e nas nossas exportações é porque estamos perdendo competitividade. É por isso. Então, acordos como esse que a Europa nos pode oferecer podem trazer para nós – desde que nós queiramos – o benefício de competir melhor.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – S. Ex^a, Senador Cristovam Buarque, por favor.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu quero retomar o debate, embora ache que não será hoje que terminaremos. Isso tudo o que falou o professor José Augusto, finalmente.

Nós já tivemos momentos em que os filósofos se anteciparam aos políticos, nem sempre deu certo. O *apartheid* na África do Sul começou com filósofos, aliás, com teólogos holandeses. Chegaram os filósofos e terminou naquele regime. O que aconteceu na União Soviética começou com filósofos, tanto Marx quanto o próprio Lenin, que se arrogava como filósofo, mas nós tivemos filósofos liberais, que também tomaram a iniciativa de formular a própria social-democracia.

O que a gente tem visto nos últimos anos, Presidente Collor – pode estar errado – é que os economistas mandam, os políticos seguem, os historiadores observam; e os filósofos, de fora. Mas, num momento, como se fala hoje, antropoceno, o tempo em que o homem muda a natureza, talvez seja a hora de os filósofos despertarem, para que haja uma mudança de mentalidade, em que a economia fique subordinada a valores éticos.

Aí, como o senhor disse que acredita que a democracia sobreviverá – eu acredito também –, que o bem-estar sobreviverá – eu acredito, mas vai ter de se adaptar –, não vai dar para manter os mesmos padrões com que a sociedade europeia se acostumou, inclusive as aposentadorias, o tempo de trabalho reduzido, com salários mantidos.

Eu acho que o ponto chave vai ser o crescimento. Não dá para crescer, a não ser que a gente ameace o meio ambiente.

O Senador Collor é um dos baluartes do meio ambiente nesta Casa.

Se nós quisermos manter o equilíbrio ecológico, vamos ter de trabalhar o problema da redução do crescimento econômico, aumentando o bem-estar. Aí é que está a chave.

Não é sacrificar o progresso, é redefinir o progresso. Tempo livre tem de ter um valor. O trabalho doméstico, que não é medido, tem de ter um valor, de tal maneira que o que a gente chama de PIB pode ser um PIB qualificado, até porque não dá para continuar considerando como séria, logicamente – e, aí, entram os filósofos –, a ideia de que o bem-estar da Humanidade aumenta cada vez – desculpe, embaixador, se vou dar um exemplo francês – que se produz um caça.

Mas a França apenas é um detalhe disso. Não é a França o principal, é porque está no jogo do comércio hoje. Apenas desculpe tocar nisso.

Não dá para dizer que se aumenta o bem-estar quando se produz a quantidade de armas que o mundo produz hoje. Tem de tirar essas armas do Produto Interno Bruto qualificado.

Eu gosto de dizer, quando falo para os jovens, que não dá para a gente aceitar que a bala que matou John Lennon tenha aumentado o PIB americano.

Cada vez que um tiro é dado e se assassina uma pessoa, o PIB aumenta! Está faltando filósofo. Está faltando filósofo que nos ajude a pensar.

Eu gostei muito do Prof. Francisco quando ele colocou a frustração de a gente não estar vendo, na Europa, a formulação de novos projetos, embora o próprio Presidente Sarkozy tenha tentado isso. Foi atrás do Amartya Sen para buscar uma nova maneira de medir o progresso e o bem-estar.

Aliás, eu quero fazer este elogio aqui: eu acho que o Sarkozy foi o último, porque o Butão, com todo o respeito, não tem essa presença, obviamente. E está pronto o documento.

Então, está faltando, eu acho, filosofia, hoje, para a gente conseguir mudar o conceito de progresso, até porque o atual a gente acha que é eterno. A gente acha que está no DNA do *homo sapiens*, mas não

tem dois séculos esse conceito de progresso que a gente usa hoje.

Está na hora de mais filosofia, de mais história e de colocar, por último, os economistas. Os políticos, ainda na frente dos economistas. Eu sou um deles.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, o Senador Cristovam Buarque.

O que fala S. Ex^a e o que aqui, hoje, nós ouvimos, nos remete a um evento que ocorrerá no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, em junho próximo: a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, chamada Rio+20.

O que nós depreendemos desse proveitoso debate da noite de hoje foi que, dos modelos econômicos ora em exercício nas diversas partes do globo, sejam eles obedecendo às regras do mais absoluto chamado capitalismo selvagem, indo até o mais radical socialismo de Estado, nenhum desses modelos vem dando certo, na medida em que nenhum desses modelos vem dando à população mundial a satisfação de que carece hoje a pessoa humana. E, mais do que a pessoa humana, de que carece hoje o nosso Planeta. Se nós todos temos que estar, como aqui foi dito, cada vez mais unidos, nós, seres humanos, todos deveremos estar unidos em torno da salvação do nosso Planeta.

E, como disse o Prof. Cristovam muito bem – e com isso eu concordo plenamente –, nós temos de repensar o futuro, repensar o mundo, repensar os modelos que nós estamos hoje adotando, porque eles todos, esses modelos, são os causadores das crises que nós vivenciamos ao longo desse último século e no início do séc. XXI. São esses modelos. Eles estão todos no *fading*. Estão todos exauridos. Eles não trazem mais resultados.

O que está acontecendo hoje na Europa, o que está acontecendo hoje com a Grécia é algo trágico. É algo trágico nós ouvirmos isso, assistirmos a isso e verificarmos que o que está acontecendo, esse sacrifício a que está sendo levada uma população inteira de um país, berço da civilização, é algo inominável. E em função de quê? Em função do erro de um modelo econômico.

Nós não podemos mais continuar, tentar repisar nesse mesmo erro. Não podemos achar que esse crescimento será indefinido. Quando falamos nesta questão: “Não, estão se fazendo muitas coisas, porque se vai criar um fundo de bilhões de dólares para mitigar os efeitos das mudanças climáticas em países emergentes; vamos fazer a troca com títulos de captura de carbono e, com isso, jogar no mercado e, com isso, gerar recursos para melhorar a situação de alguns países”, o conceito está errado, porque esse conceito parte do

princípio de que todas essas medidas estão sendo tomadas por cima dos modelos falidos que hoje nós temos. Então, isso não poderá trazer resultado algum.

Quando falamos em desenvolvimento sustentável, e esse é o objeto da Conferência Rio+20, para a qual eu gostaria de assinalar – e deixar como lembrete para todos os senhores embaixadores que aqui estão presentes – o interesse que o Planeta, e especificamente o Governo brasileiro tem, com a representação no mais alto nível aqui para atender a Conferência Rio+20 dos senhores líderes mundiais. O nosso interesse, o interesse de todos nós, não é o de apontar o dedo para A ou para B, ou para a situação A, B ou C, pela culpa ou não culpa da situação em que nós estamos vivendo. Nós todos temos de fazer uma profunda reflexão sobre isso a que nós estamos assistindo hoje.

Não é possível que isso continue. É necessário que nós estejamos irmanados em uma única corrente. As pessoas dizem: “Bom, então a civilização vai deixar de crescer, e vai diminuir a qualidade de vida das pessoas”? Não, não é isso. Não podemos ficar associando o crescimento ao aumento do bem-estar. Podemos ter mais bem-estar com menos crescimento econômico. O crescimento econômico, nos moldes em que vem sendo perseguido por esses modelos draconianos, é que não pode mais ser aceito pela comunidade planetária. Nós temos de descobrir novas maneiras.

O homem é tão pródigo em descobrir coisas que fatalizam, que destroem, que aniquilam, por que não será possível ao homem conseguir elaborar algo que possa construir, que possa edificar, que possa trazer a satisfação para a população mundial?

Podemos buscar esse exemplo no Butão, que é um pequeno país encravado entre China, Índia e Nepal. Claro, é um exemplo que não é possível ser transplantado de lá e implantado em qualquer país, mas filosoficamente trazemos a experiência que ali eles implantaram.

Lá não existe PIB; existe o índice de felicidade humana. É outro nome, mas tem felicidade dentro dele. E há um ministério que especificamente mede esse índice de satisfação humana, que sai da boa alimentação, da moradia, da relação familiar, do trabalho, do estudo, da saúde; e também, claro, da questão econômica, mas não somente isso.

Essa medição do produto interno é dramática quando acontece isso que vivem os nossos irmãos na Grécia e nós verificamos que são dados assim, os dados pelos economistas. Eu falo também sem pedir licença, porque eu sou economista. Aliás, o Senador Suplicy também o é, com muito mais láureas do que eu.

Acho que podemos até discordar da forma como isso é colocado pelos meios de comunicação; quando

vêm economistas explicar que não, que agora a Grécia vai melhorar porque demitiu não sei quantas mil pessoas do serviço público, acabou com o atendimento público de saúde, acabou com as aposentadorias, acabou com isso... Então, a Grécia, agora, vai melhorar bastante a sua situação.

Isso é motivo para que nós comemoemos, em pleno séc. XXI?

Acho que não.

A França, o berço do Iluminismo, é um país de uma força humanitária tão grande! Eu tenho certeza de que poderá liderar, passada essa crise... Eu fiquei muito feliz de ouvir do Prof. Francisco Carlos Teixeira sobre esses bons ventos que ele trouxe aqui para enfunar as velas daqueles que querem conduzir o barco dessa humanidade para um porto de paz e de felicidade. Acho que pode liderar algo como isso.

A presença do chefe de governo e do presidente francês com os chefes de governo e chefes de estado de todos os países do mundo na Conferência Rio+20 é muito importante. Vamos, como disse o Prof. Cristovam Buarque, dar um pouco de oportunidade para que os filósofos, os pensadores, os sonhadores, os utopistas, aqueles que sonham, possam dizer algo para aqueles que hoje comandam o mundo. E vamos, com base nisso, no que estaremos ouvindo, sem nenhum tipo de concorrência, de competição ou de busca de dizer que o culpado por isso tudo é o modelo A, B ou C. Não. Vamos nos abstrair de tudo isso e, juntos, tentar construir uma nova sociedade, em que os valores humanos e da solidariedade sejam basilares para a construção de um novo mundo e a salvação do nosso Planeta.

Eu gostaria de agradecer a presença de todos os nossos palestrantes do dia de hoje, em especial, ao Embaixador da França no Brasil, Sr. Yves Saint-Geours, ao Prof. Creomar Lima Carvalho de Souza, do Instituto de Relações Internacionais da Universidade Católica de Brasília; ao Prof. Francisco Carlos Teixeira, da Universidade Federal do Rio de Janeiro; e ao Prof. José Augusto Guilhaon Albuquerque, do Centro de Estudos Avançados da Universidade de Campinas – Unicamp, pela importante contribuição que ofereceram aqui na noite de hoje.

Gostaria de dizer também aos senhores embaixadores que, no próximo dia 08 de março, quinta-feira que vem, estará aqui, nesta Comissão, o Secretário-Geral da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, o Sr. Sha Zukang. Ele estará aqui participando conosco desta audiência pública. Gostaria, mais uma vez, de estender esse convite a todos os senhores embaixadores e a todos aqueles interessados, de modo geral, no tema ambiental, para que aqui se façam presentes.

Convoco para amanhã, dia 06 de março, às 8h30min, no plenário nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, a nossa próxima reunião, quando realizaremos audiência pública conjunta com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para debater as providências que serão tomadas pelo Governo brasileiro para a reconstrução da Estação Antártida Comandante Ferraz e para a retomada das pesquisas do programa Proantar. A frente parlamentar do programa antártico aqui, no Senado, tem como Presidente S. Ex^a, o Senador Cristovam Buarque.

Esta audiência pública terá os seguintes convidados: o Ministro Celso Amorim, Ministro de Estado do Ministério da Defesa; o Almirante-de-Esquadra Julio Soares de Moura Neto, Comandante da Marinha do Brasil; o Sr. Luiz Antônio Elias, Secretário Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; o Prof. Jefferson Simões, Diretor do Centro Polar e Climático da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; e a Prof^a Rosalinda Carmela Montone, do Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo.

Por fim, como já aqui anunciei, informo também que estaremos recebendo em audiência pública conjunta com a Comissão de Meio Ambiente o Embaixador Sha Zukang, Secretário-Geral da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20, para discorrer sobre os preparativos e ações desenvolvidos para a realização da Conferência por ocasião de sua visita ao Brasil nesta próxima quinta-feira, às 10h, neste plenário.

Agradecendo, mais uma vez, a presença dos senhores convidados e de S. Ex^{as}, o Sr. Embaixador Dimitri Alexandrakis, da Grécia; o Sr. Embaixador Kees Rade, dos Países Baixos; o Sr. Embaixador Ivan Jan árek, da República Tcheca; o Sr. Embaixador Mohamed Mestiri-Borja, da Tunísia; a Sr^a Embaixadora Milena Smit, da Eslovênia; o Sr. Embaixador Baker Fattah Hussen, do Iraque; o Sr. Francisco Fontan Pardo, Ministro Conselheiro da Delegação da União Europeia no Brasil; o Sr. Abdelhamid Rahmani, Ministro Conselheiro da Embaixada da Argélia; o Sr. Peter Katana Angore, Ministro Conselheiro da Embaixada do Quênia; o Sr. Aleksandr Tserkovsky, Conselheiro da Embaixada da Belarus no Brasil; o Sr. Gyula Misi, Conselheiro da Embaixada da Hungria; o Sr. Jorge Luís Mendes, Primeiro Secretário da Embaixada da República da Guiné-Bissau; o Sr. Amir Hossein Gharibnejad – Primeiro Secretário da Embaixada da República Islâmica do Irã; a Sr^a Ploy Khumthukthit, Terceira Secretária da Embaixada Real da Tailândia; o Sr. Ádám Szesztay, Chefe de Departamento do Ministério das

Relações Exteriores da Hungria, dou por encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos os senhores.

(Iniciada às 17 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 20 horas e 54 minutos.)

ATA DA 6ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, COMPOSTA PELAS 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL E 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE MARÇO DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas do dia oito de março de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúnem-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Presentes as Senhoras e Senhores Senadores **Antonio Carlos Valadares, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Delcídio do Amaral, Eduardo Lopes, Flexa Ribeiro, Francisco Dornelles, Inácio Arruda, Jarbas Vasconcelos, Jorge Viana, Lauro Antonio, Lindbergh Farias, Paulo Bauer, Pedro Simon, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin e Vicentinho Alves**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública em atendimento ao **Requerimento nº 09 de 2012-CRE**, de autoria do Senador **Cristovam Buarque**, que, “*nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, combinado com o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, tendo como convidado o Embaixador Sha Zukang, Secretário-Geral da Conferência das Nações Unidas Sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20, para discorrer sobre os preparativos e ações desenvolvidas para a realização da Conferência, por ocasião de sua visita ao Brasil*”, e do **Requerimento nº 13, de 2012-CMA**, de autoria do Senador **Rodrigo Rollemberg**, que “*requer, nos termos regimentais, seja realizada audiência pública conjunta pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), tendo como convidado o Embaixador Sha Zukang, Secretário-Geral da Conferência das Nações Unidas Sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20, para discorrer*

sobre os preparativos e ações desenvolvidas para a realização da Conferência, por ocasião de sua visita ao Brasil". O Presidente convida para compor a Mesa os Senhores Senadores **Rodrigo Rollemberg**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, e **Cristovam Buarque**, Presidente da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas e da Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável, o Embaixador **Luiz Alberto Figueiredo Machado**, Coordenador da Comissão Nacional da Rio+20, e o Embaixador **Sha Zukang**, Secretário-Geral da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20. O Embaixador **Sha Zukang** faz sua exposição. Fazem uso da palavra os Senadores **Rodrigo Rollemberg**, **Cristovam Buarque**, **Jorge Viana**, **Francisco Dornelles**, **Eduardo Lopes**, **Lindbergh Farias**, **Blairo Maggi** e **Inácio Arruda**, e o Embaixador **Luiz Alberto Figueiredo Machado**. Após a exposição final do convidado, e não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, a Reunião é encerrada às onze horas e quarenta e sete minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2012, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 18 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dezoito horas e um minuto do dia doze de março de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores e a Senhora Senadora **Eduardo Suplicy**, **Cristovam Buarque**, **Pedro Simon**, **Blairo Maggi** e **Ana Amélia**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e realiza a leitura de comunicados. Tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2011 – CRE, de autoria do Senador **Fernando Collor**, aprovado em 1º de março de 2011, que, “nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e

V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam realizados, por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ciclos de audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2011/2012, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca do panorama geopolítico mundial e as perspectivas para a próxima década, especialmente no que tange à política externa, à segurança internacional e defesa nacional, e ao sistema de atividades de inteligência”. O Presidente convida a compor e a fazer suas exposições o Professor José Goldemberg, Professor da Universidade de São Paulo (USP), ex-Ministro de Educação, ex-Secretário de Ciência e Tecnologia da Presidência da República, ex-Secretário de Meio Ambiente da Presidência da República; o Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, Subsecretário-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores; o Professor Sérgio Besserman Viana, Professor do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ); e o Professor Eduardo José Viola, Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB). Fazem uso da palavra a Senadora e os Senadores **Ana Amélia**, **Cristovam Buarque** e **Eduardo Suplicy**. Após a exposição final dos convidados, e não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, a Reunião é encerrada às vinte e uma horas e trinta e cinco minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Declaro aberta a 10ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Comunicados da Presidência do Senado da República.

Convite de S. Exª o Sr. Presidente José Sarney para que as Srªs e os Srs. Senadores integrantes desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional estejam presentes à recepção que o Senado fará ao Exmº Sr. Deputado Daniel Ayalon, Vice-Ministro das Relações Exteriores de Israel, em visita ao Senado Federal no dia 14 de março de 2012, quarta-feira, às 12h, na Sala de Audiências da Presidência.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que desejarem comparecer é somente, ao meio-dia do dia 14 de março, estarem presentes na Sala de Audiências da Presidência desta Casa.

Comunicado sobre a última reunião. Relato do terceiro painel.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional deu prosseguimento, na última segunda-feira, dia 5 de março, à série de audiências públicas sobre os “Rumos da Política Externa Brasileira”. O terceiro Painel do Ciclo teve como enfoque a “Análise da crise da União Europeia: consequências para as relações comerciais Brasil-UE, em 2012; Novo desenho político, comercial e institucional da região no pós-crise; Situação da Itália, Espanha, Portugal e Grécia e repercussões para a economia brasileira. Para o debate, foram convidadas autoridades e especialistas no assunto.

O primeiro expositor foi o Prof. José Augusto Guilhon de Albuquerque, do Centro de Estudos Avançados da Universidade de Campinas – Unicamp, para quem alguns aspectos da formação e do desenvolvimento da União Europeia foram os responsáveis por favorecer ou precipitar a atual crise por que passa o bloco. São eles a tendência ao compromisso, a busca do consenso a todo preço e a prioridade dada ao processo de criação de consenso, e não à decisão em si. Segundo ele, os europeus dão mais importância ao processo de decisão que ao resultado, o que leva, muitas vezes, a falhas de eficiência.

O Professor ressaltou que, desde o início do bloco, houve grande desequilíbrio entre as duas principais nações – França e Alemanha – e os demais países membros. Todas as iniciativas partiam, necessariamente, destes dois países, em conjunto ou separados, e atitudes contrárias a seus interesses não prosperavam. Mais tarde, apesar da entrada do Reino Unido no grupo, este país e a Itália nunca conseguiram alcançar o mesmo peso político daquelas nações centrais.

Outro aspecto refere-se à prática do que chamou de “fuga para adiante”: por muitas vezes, diante de um quadro arriscado e lento, a União Europeia precipitou-se e deu, de acordo com seu ponto de vista, passos além do necessário. Como exemplo, citou a adoção da moeda comum – fruto de um longo processo, ela teria ocorrido num momento em que nem todos os países estavam preparados para adotá-la, resultando na atual crise da Grécia. Para ele, o fato de Alemanha e França terem descumprido metas relativas ao déficit público, logo após a adoção do Euro, também pesou para os demais países.

Já a entrada dos países da Europa do Leste no bloco deu-se mais por razões políticas, oriundas da necessidade de isolar a Rússia. Esse último alargamento foi, na sua avaliação, outro passo que se mostrou precipitado, pois muitos países da Europa Oriental aderiram à União, ou de forma parcial, ou de maneira a criar mais problemas que encontrar soluções.

Quanto aos impactos da crise da zona do euro para o Brasil, ele destacou a perda de mercados de qualidade, uma vez que a diminuição do poder de compra, na Europa, atinge parte das nossas exportações de manufaturados de alta tecnologia. Outro impacto bastante considerável é, na sua avaliação, o aumento desmesurado da dependência do Brasil com relação ao mercado da China, quando o ideal seria manter um equilíbrio de sua relação comercial e de investimentos com os Estados Unidos, a Europa e a Ásia, incluindo a China.

O segundo debatedor foi o Prof. Creomar Lima Carvalho de Souza, do Instituto de Relações Internacionais da Universidade Católica de Brasília. Segundo ele, vendeu-se ao cidadão europeu comum o sonho da “prosperidade eterna”, mas em nenhum momento foi ventilada a possibilidade de fracasso. Esse discurso incluía também a possibilidade de se gerar mercados preferenciais para os principais centros econômicos – num primeiro momento, a França e a Alemanha, aos quais se juntariam, mais tarde, o Reino Unido e a Itália – permitindo, assim, o livre trânsito de seus manufaturados de alta tecnologia numa região com mercado de alto poder aquisitivo, e menor concorrência de produtos de fora do bloco. Nos países de economia mais fraca, foram geradas expectativas de rápido crescimento econômico, via auxílio das principais economias e linhas de crédito da própria União e dos bancos privados.

Países como Grécia, Portugal e Espanha se modernizaram, mas esse arranjo institucional, baseado no consenso, fracassou. Isso se deu, de acordo com seu ponto de vista, pela falta de uma liderança política unificadora; pelo fato de o próprio desenho institucional europeu facilitar a crise, ao exigir respeito às demandas da União e do Banco Central Europeu quanto ao estabelecimento de relações saudáveis entre arrecadação e gasto público; e também pela pressa do bloco em construir a integração monetária, além da falta de cuidado na condução desse processo. Isso resultou, no seu entender, em irresponsabilidade orçamentária por parte dos governos nacionais.

Afirmou o Professor que, quando se vendeu ao cidadão grego o sonho dos mesmos benefícios sociais a que um cidadão alemão tem direito, não se lhe disse, porém, que a economia grega teria dificuldade, no tempo, para suportar esses benefícios, que foram retirados no primeiro suspiro da crise. Para ele, faltou capacidade para romper com um processo gerido de forma irresponsável, que resultou na construção de economias excessivamente dependentes de linhas de crédito.

Para ele, em uma próxima etapa, a crise começará a afetar os países centrais, com o avanço das taxas de

desemprego, enquanto o prolongamento dessa crise põe em risco a integração europeia.

Entre as consequências para o Brasil, ele cita o prejuízo para o comércio exterior brasileiro e o aumento da dependência da China, uma vez que os Estados Unidos também passam por dificuldades; a diminuição do investimento direto de origem europeia; o congelamento das negociações comerciais entre Mercosul e União Europeia; e, por fim, entende que o modelo de integração europeia deixará de ser referência para outras regiões, como a América do Sul.

Por sua vez, o Prof. Francisco Carlos Teixeira, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, afirmou que a crise da zona do euro é fruto da constituição de um modelo que, por ser tão novo, ambicioso e revolucionário ao seu tempo, comporta erros que terão de ser corrigidos. O primeiro deles foi criar uma legislação de promoção econômica e de união monetária para um continente com níveis de produtividade totalmente diferenciados. O segundo ocorreu quando se criou uma unidade monetária sem mecanismos de controle – na verdade, esses mecanismos só agora foram adotados pelos países do bloco, à exceção do Reino Unido e da República Tcheca – uma espécie de “lei de responsabilidade fiscal” criada muito depois da adoção da moeda única.

O terceiro erro, segundo ele, diz respeito ao fato de o euro ter sido uma moeda muito cara, desde sua adoção, mesmo para alemães e franceses. Isso provocou uma drenagem dos recursos de países com menor produtividade e maior composição de trabalho na sua matriz de riqueza e favoreceu os países que puderam utilizar capital e tecnologia como componente central da sua matriz. Na sua avaliação, os países centrais do bloco promoveram uma drenagem real de recursos dos países menos ricos da própria zona do euro.

Recordou o Professor que, após a crise financeira de 2008, a Europa utilizou os abundantes recursos disponíveis para o resgate dos bancos e das instituições financeiras sem estabelecer controles, não tendo havido nenhuma vinculação entre aumento da liquidez e processo produtivo. Em segundo lugar, promoveu-se a imposição de austeridade, com a diminuição do papel pró-crescimento do Estado. No seu entender, essa política impediu a adoção de medidas de estímulo para que países como Grécia e Portugal pudessem, efetivamente, pagar seus empréstimos. Por fim, promoveu-se uma nova enxurrada de dinheiro sem nenhuma obrigação para que os bancos financiassem o processo produtivo.

Acredita o Professor Teixeira que a crise na Europa terá acabado até 2016 e que, possivelmente, a Alemanha emergirá como a potência hegemônica da

União Europeia – acho até que já é. O equilíbrio entre França e Alemanha dentro do bloco, por ele considerado muito satisfatório, ficou prejudicado pelo fato de a Alemanha ter conseguido impor suas diretrizes monetaristas à França, que perdeu, neste momento, sua capacidade de liderar o processo.

Concluindo os debates, o Embaixador da França no Brasil, Sua Excelência o Senhor Yves Saint-Geours, ressaltando que falava como cidadão europeu, afirmou que a Europa está lutando eficazmente contra a situação e que a zona do euro não irá se desmanchar, pelo contrário, sairá mais forte dessa crise. Lembrou o Embaixador que o grupo avança a cada crise, aceitando os desafios e consolidando a União com a tomada de novas iniciativas. No último ano, por exemplo, o bloco avançou mais que em uma década.

Explicou ele que a Europa tomou uma série de medidas e decisões ambiciosas que, até certo ponto, mudaram a própria natureza de sua governança econômica. “Tínhamos uma Europa comercial; com o euro, criamos a Europa monetária, com a zona do euro. Estamos prestes a criar uma Europa orçamentária, e podemos esperar a estruturação de uma Europa econômica” – afirmou, acrescentando que, quando se criou o euro, não se antecipou que deveria ser feita a Europa orçamentária e isso terá que mudar.

Recordou o Embaixador Yves Saint-Geours que o novo tratado, assinado no início deste mês, impôs um teto para o déficit de 0,5% [do PIB] e sanções automáticas caso este atinja mais que 3% e reforçou instrumentos de estabilização, como o fundo que deverá somar uma contribuição de quase um trilhão de euros e o aumento de recursos do Fundo Monetário Internacional, para o qual os países membros da União contribuíram com mais 150 bilhões de dólares.

Afirmou que o Banco Central Europeu já tem condições de impedir qualquer risco de contágio, a partir da diminuição das taxas de juros; da assinatura de acordos de *swap* com mais cinco bancos centrais e, principalmente, da permissão para que os bancos possam sanar suas finanças, de forma ilimitada, por três anos, a juros de 1%. O embaixador refutou a interpretação segundo a qual as duas operações já realizadas, de cerca de um trilhão de euros, tenham tido caráter de especulação cambial, ressaltando que a Europa não quer uma “guerra cambial” e nem tampouco trapaceou, tratando-se de operações para sanar a economia e estabilizar o euro. Lembrou que, mesmo depois dessas duas operações, o euro não baixou e segue firme com a mesma taxa, há meses.

Informou que o plano grego já está sendo implementado, com o cancelamento de mais de 50% das dívidas aos bancos e a ajuda de 130 bilhões de eu-

ros. Na Itália, o governo Mario Monti implementou um amplo e ambicioso programa de reformas que deverá levar ao equilíbrio orçamentário já em 2013, incluindo medidas para o crescimento. Os programas de apoio à Irlanda e a Portugal já estão em andamento e na Espanha, que está vivendo uma situação bastante difícil, o novo governo de Mariano Rajoy lançou um programa de corte de despesas no valor de 1,5% do PIB. Ele acredita que, no plano global, a confiança dos mercados voltou; a bolsa voltou a subir; os *spreads* e as taxas de juros das dívidas soberanas estão em baixa e a moeda está estável.

Para ele, a União Europeia tem condições de continuar sendo o primeiro parceiro comercial do Brasil. Em 2011, o bloco representou 20,5% das importações e 20,7% das exportações do Brasil; por outro lado, a China representou 14,5% das importações brasileiras e 17,3% das exportações. Ele vê mais equilíbrio no comércio entre o Brasil e a Europa do que no do Brasil com a China, pois 98% das exportações do Brasil para este país são de matérias-primas. Ele disse ter conhecimento de que os brasileiros desaprovam a política agrícola comum europeia, mas essa, garantiu o Embaixador, é uma visão do passado. Em 2011, a Europa vendeu um total de 2 bilhões de dólares em produtos agrícolas para o Brasil, mas comprou 22 milhões de produtos agrícolas brasileiros – enquanto os países do Nafta compraram apenas 7 bilhões do nosso país – sendo que os dois blocos têm o mesmo número de habitantes, o Nafta e a União Europeia.

Os investimentos diretos, incluindo transferência de tecnologia, representam, na sua opinião, a verdadeira parceria. Em 2010, a União foi responsável por 52,4% dos investimentos estrangeiros diretos no Brasil, em todos os ramos de atividade. Ao mesmo tempo, o Brasil está, pouco a pouco, aumentando seus investimentos diretos na Europa, tanto industriais quanto de serviços.

Na sua opinião, esses exemplos mostram que o verdadeiro parceiro do Brasil é a Europa. Admitiu existirem ainda muitos obstáculos para o fechamento de um acordo União Europeia-Mercosul, devido à divergência de interesses, mas esses empecilhos são pouca coisa ao lado da realidade das nossas relações, que não podem ser subestimadas porque a Europa teve de enfrentar a crise. Mesmo assim, ele acredita que, neste ano de 2012, a Europa continuará sendo o primeiro parceiro do nosso país.

Segundo comunicado. Repercussão Internacional da V Reunião Nacional Rio+20.

A presença no Brasil do Secretário-Geral da Rio+20, Embaixador Sha Zukang e sua participação na Audiência Pública nesta Comissão de Relações Ex-

teriores e Defesa Nacional, dia 8 de março e a posterior participação na V Reunião da Comissão Nacional Rio+20, dia 9 de março, repercutiram intensamente na imprensa internacional.

Registro, por interesse especial, as matérias do sábado, dia 10 de março, quando a Agência EFE, da Espanha, anunciou o alerta do Secretário-Geral da Rio+20, Embaixador Sha Zukang, de que a crise financeira internacional pode prejudicar os compromissos em temas de proteção do meio ambiente e a transição para uma “economia verde”. Agregou que “ainda não conseguimos nos livrar da sombra da crise financeira. A transição para uma economia verde, principalmente para os países em maior dificuldade, exigirá um compromisso maior, muito forte.”

Já a InterPress Services (IPS), reportando do Canadá, noticiou que a Rio+20 tem de ser o momento na história humana em que as nações do Mundo se unem para encontrar modos de assegurar a própria sobrevivência da espécie.

Contudo, nem os Governos, nem a imprensa ou o público em geral estão devidamente atentos ao que ele diz “emergência planetária”, que está de se desenrolando à nossa volta. É como, diz a matéria, se os bombeiros estivesse gritando “fogo!” numa sala repleta e ninguém prestasse atenção, naturalmente fazendo uma comparação com a vida no nosso planeta.

O Sr. Pat Mooney, diretor-executivo do Grupo ETC, uma organização ambiental sediada em Ottawa, afirmou que “a situação é absolutamente desesperadora e, mesmo assim, não lemos nada nas primeiras páginas dos jornais ou na agenda dos líderes mundiais.”

Já a Senhora Susan Lieberman, Diretora de Política Internacional da Pew Environment Group, conhecida organização americana, afirma que a “humanidade está fracassando no cuidado do planeta.”

A Sr^a Lieberman concorda com que o prazo de negociação intergovernamental é insuficiente.

A Sr^a Amy Frankel, Diretora Regional do Pnuma para a América do Norte, agrega que com apenas três meses para a realização da Rio+20, há uma tremenda quantidade de trabalho à frente. Deve haver um esforço maiúsculo para atingir resultados, alguns acordos. Diz ela que “a Rio+20 não é um ponto final. É um marco para o re-engajamento da comunidade internacional para enfrentar os grandes desafios que enfrentamos”.

Na mesma linha, o Sr. Mooney, a quem me referi anteriormente, afirma que “os Governos se deram conta da gravidade da situação tarde demais, portanto é difícil prever o que acontecerá”. Aduz que a maior questão da Rio+20 será definir exatamente o que é a “economia verde”.

São sinais de alerta que venho, desta tribuna e de outras, alardeando. Temos muito pouco tempo até a Rio+20, e menos tempo ainda para atingir os consensos necessários para salvar o planeta.

Mais uma vez, aproveito a presença de S. Ex^{as}, Srs. Embaixadores de países amigos e/ou representantes dos Srs. Embaixadores que aqui nos dão a honra de sua presença na noite de hoje, para falar da importância para o planeta que é de a representação de seus países na Rio+20 se dê no seu mais alto nível. Gostaria de enfatizar esse convite que não é meu, pessoal, nem da Comissão de Relações Exteriores, mas da Presidência da República. É um convite que todos nós endossamos.

A presente reunião destina-se à realização do 4º painel, *Meio Ambiente – Conferência Rio+20 – Agenda, Organização e Expectativas*, integrando o quarto ciclo, intitulado *Temas da Agenda Internacional*, da série de audiências públicas *Rumos da Política Externa Brasileira (2011-2012)*.

Para proferir as palestras de hoje e debater o tema foram convidados especialistas e autoridades, a quem aproveito para convidá-los a tomar assento à mesa: Professor José Goldemberg, professor da Universidade de São Paulo – USP, ex-Ministro da Educação, ex-Secretário de Ciência e Tecnologia da Presidência da República e ex-Secretário de Meio Ambiente da Presidência da República; Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, Subsecretário-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores do Brasil; Professor Sérgio Besserman Vianna, professor do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ, titular da Câmara Técnica de Desenvolvimento Sustentável e Governança Metropolitana da Cidade do Rio de Janeiro e Presidente do Conselho da Prefeitura para a Rio+20; e também o Professor Eduardo José Viola, professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília – UNB.

Ao mesmo tempo em que lhes dou boas-vindas, peço-lhes que entrem no recinto de nossa reunião para tomarem assento à mesa. (*Pausa.*)

Dando início à audiência pública da noite de hoje, tenho a satisfação de passar a palavra a S. Ex^a o Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, Subsecretário-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores e Coordenador-Geral dos preparativos da Conferência Rio+20.

O SR. LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO

– Presidente, gostaria, inicialmente, de falar de minha satisfação e de minha honra de estar na Comissão

desta Casa novamente para tratar de um assunto da maior importância que é a realização da Conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável, a Rio+20, que ocorrerá em junho deste ano, no Rio de Janeiro.

É um prazer, também, saudar os demais integrantes da Mesa: o Professor Goldemberg, o Professor Sérgio Besserman Vianna, o Professor Eduardo José Viola. Vejo que sou o único que não sou professor, ainda assim terei o desassombro de dizer algumas palavras de dizer algumas palavras sobre a Rio+20.

Como se sabe, a Rio+20 é uma conferência de uma família de conferências das Nações Unidas que começa em 1972, com um viés ambiental muito forte, em Estocolmo, com a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano. Vinte anos mais tarde, esse viés ambiental vem a ser matizado por uma preocupação muito forte dos países em desenvolvimento com o tema do desenvolvimento, que é uma agenda que os países do sul buscam cuidar, por meio das Nações Unidas, há muitos anos, sempre com grandes dificuldades. Tivemos, portanto, na Rio 92, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Na Rio 92, chegou-se a uma conclusão, dentre as várias decisões seminais, de que não se pode desmembrar o tratamento do desenvolvimento sustentável e de que, sim, temos de agregar os componentes econômicos, ambientais e sociais, pois, se isso não for feito, não há como se garantir a sustentabilidade do desenvolvimento que daí decorrer.

Todos sabem, até por experiência própria, que é impossível colocar uma cerca em volta da floresta e esperar que, por conta disso, não haja desmatamento. Se a decisão de proteger a floresta não for acompanhada de perspectivas de desenvolvimento econômico, de inclusão social e de geração de empregos não há como se garantir a proteção ambiental. Esse entendimento, que é um entendimento moderno, aponta para o que se passou depois do Rio de Janeiro.

Em 2002 tivemos, em Joanesburgo, a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, ou a Rio+10, como foi chamada naquela época. Agora teremos, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – a primeira com esse nome, portanto –, que tem como temas centrais a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza e a questão da governança para o desenvolvimento sustentável, no entendimento de que, se vamos aprimorar a coerência entre os três pilares ou os três aspectos do desenvolvimento sustentável – o econômico, o social e o ambiental –, temos de nos preocupar com a estrutura de governança internacional que possa dar

respostas adequadas a essa necessidade de integração. Portanto, trata-se de uma conferência com uma agenda moderna, com uma agenda do Século XXI, que abandona, dessa forma, os isolacionismos do Século XX – ou se tinha desenvolvimento econômico ou se tinha proteção ambiental e se tentava, a qualquer custo, a inclusão social – e parte para uma visão – e disse de Século XXI – que aponta a intersecção entre essas três áreas e o desenvolvimento harmônico, integrado e sinérgico entre os três aspectos.

A Rio+20 ocorre em um momento de crise internacional ou de crises internacionais, melhor dizendo, que ocorrem nas três áreas do desenvolvimento sustentável. Temos uma série de crises ambientais – a crise do clima, a crise da perda de biodiversidade –, de crises sociais – a crise do desemprego, a crise da desigualdade –, de crises econômicas e financeiras. Isso mostra que, mais do que qualquer outra coisa, essas crises deixam a nu a incapacidade de os atuais modelos de desenvolvimento responderem aos desafios modernos e, mais ainda, deixam a nu o fato de que essas crises são geradas por esses próprios modelos inadequados de desenvolvimento. A Rio+20 será uma ocasião ímpar de refletirmos sobre isso, multilateralmente, e não apenas em pequenos grupos – outra das belezas de uma conferência como essa é a celebração do multilateralismo como via legítima de discussão e de encaminhamento de problemas globais.

A Rio+20 não é, apenas, 92 + 20, mas é também 2012 + 20. É preciso olharmos para os próximos 20 anos. Qual é o futuro que queremos? Qual é o desenvolvimento que queremos? Não tenho dúvidas de dizer que todos os países do mundo querem um desenvolvimento que seja, ao mesmo tempo, forte no setor econômico, que seja inclusivo na área social e que proteja a base física da natureza que dá margem a esse tipo de desenvolvimento. Portanto, é a hora propícia de lançarmos as vistas para essa questão.

Devo dizer que, na minha área de atuação, tenho uma visão muito focada na área ambiental. Mesmo os que têm essa visão muito focada na área ambiental, hoje em dia, entendem plenamente que a proteção ambiental só virá com a integração e não com a separação do pilar ambiental como se fosse algo à parte, isolado, e, portanto, sem a sinergia das outras duas áreas.

A Conferência ocorrerá do dia 13 junho ao dia 22 de junho. Começa com a última sessão do comitê preparatório, que se realizará no Rio de Janeiro, nos dias 13, 14 e 15, e será concluída por um segmento de alto nível em que chefes de Estado e de governo participarão, nos dias 20, 21 e 22. Entre uma parte e outra da Conferência, nos dias 16, 17, 18 e 19, teremos quatro dias de atividades para a sociedade civil,

atividades que incluirão Mesas chamadas Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável. Esses Diálogos serão sobre nove temas. Os resultados desses Diálogos da sociedade serão levados às mesas-redondas dos chefes de estado durante os três dias finais da conferência, de modo que a voz da sociedade civil, no seu mais alto nível e no que tem de mais coerente e sábio, possa ser ouvida de maneira estrutura e respeitosa no âmbito do segmento de alto nível.

Em poucas palavras, é dessa forma que o Governo vê a Conferência. Ela é, assim, como eu dizia, um momento único. Esperamos uma participação plena. Temos a certeza, pelas confirmações que já estamos tendo, que vamos ter uma forte participação de chefes de Estado e de governo e também de pessoas, sejam do governo ou da sociedade civil. Esperamos um número em torno de 45 a 50 mil pessoas no Rio de Janeiro. Portanto, trata-se de uma conferência de grande porte.

Quero apenas dizer que o Presidente Fernando Collor presidiu a última conferência, a Conferência do Rio, que foi um marco inacreditavelmente forte para tudo o que veio depois. A Conferência do Rio teve um cunho seminal. Por conta disso, o Presidente Collor, com pleno e total apoio do Governo, tem dito que não podemos retroceder. Temos de defender o princípio do não-retrocesso. A Conferência Rio+20 não poderá andar para trás. Ao contrário, ao reafirmar todos os valores aprovados em 92, ela tem de buscar torná-los, cada vez mais, um elemento do nosso dia a dia, um elemento de tomadas de decisões, tanto por governos quanto por empresas, e, enfim, mais do que nunca, tem de ser um guia para o bem-estar da sociedade e de todos nós.

Sr. Presidente, fico por aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Agradeço a S. Ex^a o Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, que é Subsecretário-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores. Muito obrigado pela sua presença, Embaixador.

Mais uma vez gostaria de deixar registrado que foi graças à capacidade de negociador do Embaixador Luiz Alberto de Figueiredo Machado, acompanhado de S. Ex^a, a Ministra Izabella Teixeira, que a Conferência de Durban foi salva. Seria uma debacle total – ela estava se encaminhando para isso –, quando na undécima hora S. Ex^{as}, o Sr. Embaixador Luiz Alberto Figueiredo e a Sr^a Ministra Izabella Teixeira, na negociação, tendo à frente o Embaixador Figueiredo, conseguiram convencer os países que lá estavam participando, os recalcitrantes representantes de países que estavam

participando da reunião em Durban, que deveriam atender às sugestões que a delegação brasileira estava fazendo para a redação final do comunicado da Conferência. Isso, basicamente, tem a ver com o Protocolo de Kyoto. O que se conseguiu foi dar uma sobrevida ao Protocolo de Kyoto para que nos possamos ter, até 2015, de forma definitiva, algo que possa servir como uma espécie de marco regulatório para a questão ambiental, atrelado à questão social e econômica.

Portanto, nossos cumprimentos a V. Ex^a, Sr. Embaixador, e muito obrigado por sua presença nesta audiência pública.

Passo a palavra, em seguida, ao Sr. Professor Sérgio Besserman Vianna, professor do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ e também, como já afirmei, titular da Câmara Técnica de Desenvolvimento Sustentável e Governança Metropolitana da cidade do Rio de Janeiro, mas não sem antes agradecer a presença de Sua Excelência a Sr^a Embaixadora Sudha Devi Vasudevan, Embaixadora da Federação da Malásia, como também de Sua Excelência o Embaixador Thomas Bvuma, Embaixador da República do Zimbábue; Sua Excelência o Embaixador Horácio Sevilla Borja, Embaixador do Equador; Sua Excelência o Sr. Embaixador Mohamed Mestiri, Embaixador da Tunísia; Sua Excelência a Sr^a Embaixadora Martha Mavromatis, Embaixadora da República do Chipre; Sua Excelência a Sr^a Embaixadora Milena Smit, Embaixadora da Eslovênia; Sua Excelência o Sr. Embaixador Baker Fattar Hussien, Embaixador do Iraque; Sr. Abdelhamid Rahmani, Ministro-Conselheiro da Embaixada da Argélia; Sr. Peter Katana Angore, Ministro-Conselheiro da Embaixada do Quênia; Sr. A. W. Pathiraja, Ministro da Embaixada do Sri Lanka; Sr. Aleksander Tserkovsky, Conselheiro da Embaixada da Belarus no Brasil; Sr. José Prada, Conselheiro da Embaixada de Espanha; Sr^a Luisa da Palma Frago, Conselheira da Embaixada de Portugal; Sr. José Antonio Isa Herrera, Conselheiro da Embaixada da República Dominicana; Sr. Rafael Hidalgo Fernández, Conselheiro da Embaixada de Cuba; Sr. Petr Kvacek, Primeiro-Secretário da Embaixada da República Tcheca; Sr. Jorge Luís Mendes, Primeiro-Secretário da Embaixada da República da Guiné-Bissau; Sr. Juckarin Charoenphuk, Segundo-Secretário da Embaixada Real da Tailândia; Sr. Glenns Thaddeus Etyang Ekisa, Terceiro-Secretário da Embaixada do Quênia; Sr. Samran Ruenreang, Assessor do Embaixador da Embaixada Real da Tailândia; e o Sr. Arnold Jacques de Dixmude, Assessor da Delegação da União Europeia no Brasil para Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente.

Agora, com muita satisfação, passo a palavra ao Sr. Professor Sérgio Besserman Vianna para as suas considerações.

O SR. SÉRGIO BESSERMAN VIANNA – Muito obrigado, Sr. Presidente Senador Fernando Collor, é uma honra estar numa Mesa com a presença do senhor, que foi meu chefe na Rio 92 – eu era Chefe de Gabinete da Presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social –; com o Embaixador Luiz Alberto Figueiredo, com quem tenho tido tantas jornadas de trabalho; com o Professor Eduardo Viola, meu colega; e com o Professor Goldemberg, minha inspiração. É uma grande honra estar com todos para discutir um tema tão fundamental da história dos próximos anos e décadas, que será mais uma etapa desse grande processo político de transformação através da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável.

Antes de emitir opiniões diretamente sobre a Conferência, no papel de Presidente do Grupo de Trabalho da Cidade do Rio de Janeiro, quero insistir que a cidade está, sob a coordenação do Itamaraty, preparada do ponto de vista logístico e de infraestrutura e dedicada – temos um Prefeito promovendo reuniões semanais em torno da organização da Conferência para dar apoio ao Governo Federal. O Rio de Janeiro se sente muito honrado com a decisão das Nações Unidas, entre outras razões, porque considera que é da história da cidade, é da alma da cidade do Rio de Janeiro, ser um dos locais do Globo, do Planeta onde o tema desenvolvimento sustentável será discutido ao longo dos próximos tempos.

O Rio de Janeiro tem ativos naturais muito impressionantes: tem a maior floresta dentro do perímetro de uma cidade em todo o mundo; a segunda maior floresta dentro do perímetro de uma cidade em todo o mundo; uma terceira floresta, que é uma das matas atlânticas mais preservadas; duas baías, uma poluída, outra não, mas em recuperação; um sistema de lagoas; e um litoral oceânico com a peculiaridade de ser conhecido pelo nome – Copacabana, Ipanema – no mundo inteiro, o que é um ativo intangível único, uma marca conhecida de todos. No Rio de Janeiro se replantou uma floresta no século XIX por decisão do Imperador Pedro II. No Rio de Janeiro se realizou a Rio 92, e esses ativos naturais todos não estão numa ilha no oceano Índico, Atlântico ou Pacífico. Eles estão no coração de uma região metropolitana de 12,5 milhões de pessoas, numa cidade com 6,3 milhões de habitantes. Isso é único em todo o mundo. De certa maneira, o Rio de Janeiro expressa o próprio desafio do desenvolvimento sustentável e muito se orgulha de receber novamente a Conferência.

Com relação ao momento que estamos vivendo, eu acho que qualquer análise e avaliação futura dos resultados da Rio+20 e de sua importância devem começar por situá-la adequadamente na história.

Há 40 anos, em Estocolmo, a humanidade começa a se preocupar com o futuro, e surge o tema, a expressão e a definição do “desenvolvimento sustentável”. Vinte anos atrás, quando a Cúpula da Terra se reuniu no Rio de Janeiro, havia um sentimento global, que se revelou um otimismo ingênuo, quase panglossiano, de que a humanidade entrava numa outra época. Líderes mundiais se referiam ao novo Renascimento, 99 em 100 dos economistas acreditavam que o mundo nunca mais viveria uma grande crise econômica, que a sintonia fina entre os bancos centrais e as comunicações em tempo real propiciadas pela Internet evitariam para todo o sempre que momentos cíclicos se sucedessem – embora no Livro estive escrito sobre sete anos de vacas gordas e sete anos de vacas magras, era como se nunca mais fôssemos ter as vacas magras.

E ao se reunirem os líderes do mundo, chefes de Estado no Rio de Janeiro vinte anos atrás, colocados frente ao que a ciência, o conhecimento disponível então já apontava com uma boa dose de segurança – temos uma grave crise pela frente nas mudanças climáticas, no ritmo de extinção da vida, da biodiversidade, da desertificação e perda de qualidade dos solos, não sabemos exatamente o que fazer –, colocados frente a esse quadro, nesse ambiente de otimismo, os líderes do mundo assumiram a tarefa e produziram não apenas as três negociações diplomáticas como também a Agenda 21, com tudo que ela teve de importante nas ações concretas nos diversos níveis do poder público e do exercício da cidadania.

Ao nos reunirmos agora, vinte anos depois, temos um mandato um pouco diferente. É uma conferência das Nações Unidas, não uma cúpula de chefes de Estado, e ela, ao discutir o desenvolvimento sustentável, tem um foco, que é o tema Economia Verde – Combate à Pobreza, sobre o qual o Brasil tem muito a dizer, e a condução do Embaixador Luiz Alberto, do Embaixador André Corrêa do Lago e da Ministra Izabella tem procurado assumir essa responsabilidade. Mas, independentemente dos esforços do Governo brasileiro ou de outros governos, a Conferência se realiza em outro mundo, em outro contexto histórico, muitas coisas muito importantes mudaram.

Em primeiro lugar, estamos vivendo há anos na maior crise econômica desde 1929, e a governança global não se demonstrou suficiente sequer para começar o enfrentamento dos grandes desequilíbrios macroeconômicos fundamentais, quanto mais ser bem sucedida nesse esforço.

Em segundo lugar – estando ao lado do Professor José Goldemberg, vou poupar tempo e esperar ouvir comentários mais profundos a respeito –, a ciência nos informa hoje, com todos os cuidados que lhe cabe, que a crise é muito mais grave do que imaginávamos, não fomos capazes de agir, nada foi feito nos últimos vinte anos.

Sequer quando há boas decisões... O Embaixador Luiz Alberto Figueiredo e a Ministra Izabella não tiveram papel protagonista apenas na muito bem lembrada Conferência de Cancun, mas também no outro grande tema do mundo, a crise de biodiversidade: em Nagoya, o Brasil teve um papel protagonista decisivo. Excelente decisão e conferência, mas sabemos todos que a realidade não mudará muito depois do que se decidiu na Conferência de Nagoya das Nações Unidas. O que deverá ocorrer de positivo irá ocorrer mesmo que a Conferência não tivesse existido, e os problemas existirão apesar dos resultados da Conferência.

A governança global, hoje, tem uma evidente lacuna de capacidade de ação frente ao tamanho da crise ecológica global. Então, sabemos, hoje, que todos os problemas tornaram-se mais graves e que, ao contrário do que imaginávamos em 1992, nós, a civilização humana, as nações reunidas, somos, por enquanto, bastante impotentes para qualquer ação relevante na direção de um enfrentamento verdadeiro às diversas dimensões da crise ambiental.

Também outra mudança significativa já foi bem apresentada pelo Embaixador Luiz Alberto Figueiredo. A dicotomia que presidia o pensamento no século XX – preservação, conservação do meio ambiente, de um lado, e desenvolvimento econômico, social e humano, de outro lado –, como todos sabemos hoje, não faz nenhum sentido, sob nenhum aspecto, em primeiro lugar porque a humanidade não tem forças, capacidade alguma, para causar qualquer tipo de problema à natureza do Planeta. A ideia de que estamos estragando a natureza do Planeta e o meio ambiente e de que temos de assumir a responsabilidade de salvar a natureza do Planeta e o meio ambiente é uma bobagem onipotente, narcísica, de quem não se debruça sobre a realidade.

São tempos diferentes. Nosso tempo é curto, vivemos 80 anos. A civilização tem seis mil, sete mil anos; a agricultura, 11 mil anos; o primeiro bebê igual a nós, *Homo sapiens*, cerca de 200 mil anos. O tempo da natureza é outro, é de centenas de milhões de anos. A vida está aqui há 3,6 bilhões de anos. Se projetarmos num relógio de 24 horas só a vida multicelular, pluricelular, veremos que chegamos aqui nos últimos segundos. Nas 23 horas, 59 minutos e muitos segundos anteriores, o Planeta já passou por problemas

incomensuravelmente maiores do que qualquer coisa que a humanidade possa sonhar em fazer daqui a 500 anos. Foram mais de 30 extinções, 15 muito grandes, e cinco apocalipses. Se a humanidade existisse tal qual é hoje em qualquer um desses apocalipses, a probabilidade de sobrar um de nós tenderia a zero de forma muito significativa.

A natureza se recupera. O que a ciência nos informa é que, cinco milhões, dez milhões de anos depois, a biodiversidade está toda aí, completamente diferente. Não estamos fazendo mal à natureza e não nos devemos arvorar em salvadores do meio ambiente. Ela nos ignora no tempo dela. Mas estamos estragando, de maneira muito significativa, a natureza do nosso tempo, natureza essa da qual dependemos. A qualidade de nossa vida e o desenvolvimento humano dependem da biodiversidade, do clima, dos solos, dos oceanos; todos eles, no nosso tempo, estão sofrendo uma ação deletéria, e qualquer pensamento científico, mesmo o conservador, consideraria que já ultrapassamos o risco.

Os senhores fazem seguro de carro, fazem seguro de apartamento e prestam atenção ao atravessar a rua, mesmo numa hora adiantada, à noite. Assim, nós nos comportamos quando assinamos contratos ou no cotidiano. Entretanto, como civilização, os riscos que assumimos que já estão contratados, que já não são possíveis de evitar, no que diz respeito a mudanças climáticas, à escassez de água doce, à extinção da biodiversidade, são muito superiores ao risco de termos o carro roubado ou, mesmo numa cidade ruim para isso, de termos problemas no apartamento ou ao tipo de análise de risco que fazemos ao assinarmos contratos e realizamos negócios.

Estamos sendo – não seremos mais como em 1992 – terrivelmente imprudentes. Os riscos são extraordinários, mais por conta do que não conhecemos até do que por aquilo que a ciência já pode assegurar que irá acontecer.

A dicotomia meio ambiente/desenvolvimento econômico e social é uma bobagem; e perversa, porque todos os impactos da crise ambiental em suas diversas dimensões não se abaterão assimetricamente sobre a população mundial. Eles se abaterão sobre os que são mais vulneráveis: os pobres do Planeta, contados às centenas de milhões. São mais vulneráveis e têm menos recursos para se defender. Combater a pobreza é enfrentar a crise ecológica. Não enfrentar a crise ecológica é contratar o sofrimento de milhões e milhões de pessoas.

A Rio+20 não é uma conferência convocada para resolver esses problemas. Trata-la dessa forma

talvez não seja a melhor maneira de fazer o processo político avançar.

Finalizando, na minha forma pessoal de ver, a Rio+20 será avaliada – e aí os senhores políticos, Parlamentares, assim como todos os cidadãos do Planeta, têm uma grande responsabilidade – pela coragem que ela terá ao assumir de frente a gravidade dos problemas sobre os quais o conhecimento humano, a ciência, especialmente, informa-nos hoje. Se ela tentar tergiversar e não reconhecer que estamos frente a um dos maiores desafios de toda a história da humanidade, e não apenas o tempo é curto, como, de certo modo, já passou, ela não estará agregando para o momento, para o processo político e, talvez, não seja bem lembrada. Se ela, mesmo que não tentando dar um passo maior do que suas pernas – porque quem tenta fazê-lo tropeça –, mas, como Conferência das Nações Unidas, produzir os resultados necessários para que o processo continue avançando, mas, acima de tudo, não negue a realidade ou não lhe falte coragem para assumi-la e reconheça a indispensável necessidade de, numa janela histórica de apenas 20 anos, a humanidade encontrar um caminho que ela não sabe qual é, o desenvolvimento sustentável, sabemos que o modelo atual é insustentável, mas não sabemos o que é o desenvolvimento sustentável.

Temos diretrizes: transição para economia de baixo teor de carbono, proteção da vida. Não proteção da vida porque a humanidade tem que salvar a vida. Isso não corresponde à realidade natural. A crise de biodiversidade é grave porque nós estamos extinguindo espécies em velocidade de um dos cinco grandes apocalipses. E não temos a menor ideia de em que esse processo irá resultar.

Se a Rio+20 for capaz de reconhecer esses problemas e assumir a necessidade urgente de a humanidade, até 2050, neste século, buscar formas de encontrar seu desenvolvimento sem degradar a capacidade do Planeta de continuar nos prestando esses serviços indispensáveis à vida, ela terá cumprido o seu papel.

Desenvolvimento sustentável não é mais tema para conferências que ocorrem de 20 em 20 anos ou de 10 em 10 anos. Ele é o tema central da economia, da sociabilidade, da política, do Planeta e do pensamento humano nos próximos anos e décadas, cada dia, no cotidiano de todos nós. Se ela for um impulso político para avançarmos nesse enfrentamento, ela terá sido exitosa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Prof. Sérgio Besserman Vianna, Professor do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ),

também titular da Câmara Técnica de Desenvolvimento Sustentável e Governança Metropolitana da cidade do Rio de Janeiro e Presidente do grupo de trabalho da Prefeitura do Rio, com vistas à realização da Rio+20.

Com satisfação passo agora a palavra ao Professor Eduardo José Viola, Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília – UnB.

O SR. EDUARDO JOSÉ VIOLA – Presidente Collor, em primeiro lugar, eu queria agradecer profundamente este convite que muito me honra. É o segundo convite para esta série de audiências.

Queria reconhecer que o senhor, como Presidente desta Comissão, está fazendo uma revolução no funcionamento do Senado, na minha opinião, na medida em que, pela primeira vez na história do Senado, a avaliação continuada da política externa é considerada central através desse sistemas de audiências públicas. Isso é uma elevação da qualidade da nossa democracia. E essa parabenização se estende também a todos os Senadores membros desta Comissão, alguns dos quais estão presentes agora.

É interessante também lembrar que o Presidente Collor foi fundamental. Durante a sua Presidência, houve uma ruptura histórica da posição brasileira, de uma posição conservadora e negadora da realidade que tinha acontecido durante o Governo militar e durante o Governo do Presidente Sarney, exceto um pouco no último ano. O Governo Collor foi extraordinariamente corajoso, nomeando inclusive como Secretário do Meio Ambiente um ambientalista, o que para muitos era considerado extremamente radical, o Professor José Lutzenberger.

É interessante o papel que o Presidente Collor está cumprindo nos dois momentos históricos. Digo isso porque fui opositor em algumas coisas do seu Governo, um opositor convicto, mas devo reconhecer que agora estou muito feliz de ver como o que no passado se iniciava se consolidou. É realmente uma tarefa extraordinária.

Também queria agradecer por estar compartilhando a Mesa com o Professor Goldemberg, uma inspiração extraordinária na minha vida e não por acaso também Ministro da Ciência e Tecnologia e depois também do Meio Ambiente do Presidente Collor, com o Professor Sérgio Besserman, que é o meu colega e amigo, e com o Ministro Figueiredo, que, como todos sabemos, tem tido um papel sempre muito destacado nas negociações internacionais – ele tem para mim um valor extraordinário, mesmo que eu tenha discordado publicamente várias vezes da posição brasileira que ele representava.

Concordando plenamente com o que foi falado, basicamente, pelos que me antecederam, queria entrar

em um campo mais, talvez, de economia política internacional, digamos, da conferência: as dificuldades da conferência e o que se pode esperar da conferência.

Na minha visão, as perspectivas da conferência não são positivas, não porque pudesse haver nesse tipo de conferência um grande tratado internacional. Nunca foi esse o objetivo. Esta não é uma conferência cujo objetivo é um tratado internacional legalmente vinculante, mas é uma conferência que poderia ter um papel fundamental na criação de consensos básicos novos de *up grade* do passado. Vinte anos se passaram, vinte e cinco desde a formulação do conceito desse movimento sustentável, com a Comissão Brundtland, de 1987, vinte anos desde a Conferência do Rio, e, como muito bem colocou o Professor Besserman, a gravidade dos problemas do Planeta, dos problemas ambientais em geral, mas não apenas de problemas ambientais, senão todos, como estão intervencidos, particularmente o que tem a ver com clima, energia e segurança internacional, tem se acentuado extraordinariamente. Estamos ultrapassando grande parte dos limiares planetários, não apenas sobre o ciclo de carvão, mas sim sobre outros ciclos tão decisivos, como o ciclo do nitrogênio, da biodiversidade e da água doce. Então, o que se poderia esperar desta conferência é um avanço equivalente ao da Rio 92, mesmo que seja num plano puramente normativo, mas simbólico. Eu não vejo que isso vai acontecer.

Eu vejo, e é nesse sentido que eu gostaria de colocar, é que a dinâmica do sistema internacional está dada pelos seus principais atores, os principais poderes do mundo. O mundo não é uma democracia. Embora exista um Direito Internacional com um papel crescente no mundo – o mundo não é mais um sistema anárquico, como foi em grande parte do Século XX –, os poderes materiais têm um peso significativo sobre a lei internacional. Então, existem atores de primeira grandeza. Esses atores de primeira grandeza, que no plano ambiental e climático refletem algo bastante parecido com o que acontece na economia e na política, são as superpotências – Estados Unidos, União Europeia e China – e as grandes potências – Japão, Índia, Rússia, Brasil e Coreia do Sul. Talvez alguns de vocês se surpreendam pela classificação da Coreia do Sul, mas tenho fundamento significativo para incluir a Coreia do Sul.

O que acontece? O decisivo acontece entre as três superpotências, e, das três superpotências, nós temos apenas uma que tem uma atitude responsável em relação aos problemas planetários, embora não necessariamente em tudo o que deveria, que é a União Europeia, cuja capacidade de liderança está

erodida profundamente neste momento pelas crises econômicas.

A outra superpotência são os Estados Unidos, cuja sociedade está profundamente dividida entre uma parte que representa ou que criou toda a consciência ambiental global, particularmente em relação aos problemas das mudanças climáticas, por exemplo, e outra parte extremadamente irracional, inclusive em grande parte criticando a ciência. A primária do Partido Republicano é um exemplo do que eu estou dizendo. Parece inacreditável, mas está acontecendo. O fato de os Estados Unidos serem uma sociedade dividida faz com que a administração Obama, mesmo representando o setor responsável da sociedade americana, esteja paralisada na sua capacidade de implementar políticas domésticas mais avançadas, portanto, digamos, no seu poder de co-liderar o mundo na direção apropriada do ponto de vista dos problemas globais.

A China teve uma mudança extraordinariamente positiva nos últimos quatro anos. Até quatro anos atrás a China era um país muito irresponsável, do ponto de vista ambiental, como em outras áreas, em parte por ser um regime autoritário. Nos últimos quatro anos, ela tem mudado para uma posição muito interessante, com uma nova política energética enfatizando o baixo carbono, apesar de que eles têm carvão para tornar a terra o planeta Vênus, e com, vamos dizer, um processo crescente de tornar-se uma potência mais responsável, à altura do que ela é, embora ainda insuficiente. Em parte, a insuficiência de avanço da China em relação ao que deveria ser está determinada pelos limites do avanço americano.

Então, esse é o jogo que nós temos. É um jogo de três grandes atores, mas, na verdade, seria decisivo que passasse a haver um responsável e dois não-responsáveis, por assim dizer.

Entre as cinco grandes potências, certamente, o Brasil teve uma mudança dramática, positiva, no ano de 2009, quando assumiu e tornou lei. É único país fora da OCDE, até o ano passado. A China também tem uma lei de mudança climática, digamos, que constrange o carbono. É o primeiro país fora da OCDE. Muitos da OCDE não têm isso também. Então, isso é algo extraordinário, embora haja problemas na implementação, pois já se passou mais de um ano que essa lei foi aprovada e em várias áreas está parada a implementação. Mas o Brasil teve um avanço extraordinário na posição interna, o que, na minha opinião, não se reflete plenamente na posição de negociação. Por quê? Porque pela estrutura de o país estar atrelado às posições do G-77 e do Basic.

O G-77 é uma estrutura heterogênea, tanto em termos de regimes políticos quanto em termos de po-

sições dos países em relação à vulnerabilidade do clima e à responsabilidade climática extraordinária, indo de países extremamente irresponsáveis até países extremadamente ameaçados, que demandam um máximo de responsabilidade, como as pequenas ilhas. Eu tenho sido crítico de o Brasil pertencer ao G-77 há muitos anos. Por que não se sustenta? Porque não faz sentido um país que tem a matriz energética das mais descarbonizadas do mundo estar aliado, particularmente no Basic, com três países, aliado estreitamente como está, com matrizes energéticas extremamente intensivas em carbono, como são China, Índia e África do Sul, mesmo que as posições dos três sejam bem diferentes: África do Sul na posição sempre mais responsável; a China avançando no sentido da responsabilidade; e a Índia numa posição claramente irresponsável, esquizofrênica, na minha opinião, porque é país extremadamente vulnerável em relação à mudança climática.

Na minha opinião, o Brasil tem conseguido, como país sede, o que poderia ter. Há um problema de ambiguidade nessa posição: por um lado, tem que promover o consenso, o que dificulta ter uma posição muito definida; por outro lado, sendo a sede, pode influenciar a dinâmica da conferência. Vejo que o Brasil tem tido uma posição que não corresponde à ousadia da Lei de Mudança Climática, que foi aprovada em fins de 2009, e que demandaria uma ruptura com o Basic e o G-77. Obviamente, essa é uma definição muito mais profunda de política externa, e não apenas relacionada ao clima.

Por que eu sou pessimista sobre o futuro da conferência? Pelo que aconteceu até agora e pelo *Draft Zero*. O que eu vejo? Algumas questões eu vejo realmente como problemáticas.

Primeiro, uma definição não consistente de um dos três pilares: o pilar social. O pilar social não é um pilar apenas social, é um pilar sociopolítico. A questão da governabilidade, da governança global, nacional e subnacional é decisiva para a evolução da humanidade, inclusive para a superação da pobreza, mas, quando se fala desse pilar, é pilar social, não pilar sociopolítico, por exemplo. Claro, é um acertador lógico das Nações Unidas para evitar coisas que podem ser consideradas politicamente incorretas, digamos assim. Obviamente, as sociedades democráticas têm muito mais capacidade de falar essas coisas, digamos, do que as sociedades não-democráticas. Mas este seria um problema que eu vejo: na ideia dos três pilares, uma definição inconsistente do pilar social, porque falta a dimensão política.

O segundo ponto importante que eu vejo como problema é a dificuldade que existe para uma definição avançada do que é economia verde, ou seja, a procura

do consenso generalizado. Há também um temor, na minha opinião, não inconsistente, digamos, embora possa se justificar por razões históricas, de vários países de renda média, entre os quais o Brasil, a uma definição protecionista de economia verde, a uma definição de economia verde que seja favorável às sociedades que têm poder tecnológico sobre determinado tipo de tecnologia limpas. No Brasil, por exemplo, temos duas tecnologias limpas sobre as quais temos um grande poder tecnológico, que é o etanol de primeira geração e as hidroelétricas. Nós dominamos todo o complexo produtivo, por exemplo. Então, essa seria outra questão que eu vejo como problemática desse documento Zero.

Para concluir, em termos gerais, a situação internacional da Rio+20, infelizmente, é difícil, mas existe uma incerteza. O sistema internacional é um sistema aberto, muito aberto, e existe incerteza. Por exemplo, até onde haverá uma mobilização da sociedade civil mundial, em escala planetária, inclusive e particularmente no Rio de Janeiro, durante a época da realização da conferência, que produza mais, que impulse mais os governos mais reticentes e conservadores a passarem para posições mais progressistas? Não estou dizendo que isso seja o mais provável que vai acontecer. Estou dizendo que existe alguma possibilidade de isso acontecer, e isso pode mudar o quadro significativamente. Então, é um sistema aberto. Não estou sendo um pessimista fechado, está certo? Mas as probabilidades maiores são de que seja uma conferência que não aproveite as possibilidades, não por causa do Brasil. O Brasil não é o responsável disso. O principal responsável para que não avance a Conferência Rio+20 são os Estados Unidos e a China, em primeiro lugar, e, em segundo lugar, Índia e Rússia. O Brasil fica numa situação mais intermediária. As posições que me pareceram mais progressistas foram as da União Europeia, inclusive com a proposta de criar uma normatização ambiental mundial. As da Coreia do Sul e Japão também foram muito interessantes.

Essa é a minha avaliação do quadro.

Enfim, termino por aqui.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao Professor Eduardo José Viola, Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, ao mesmo tempo em que agradeço as generosas palavras de referência aos trabalhos que os integrantes desta Comissão e todos nós em conjunto estamos tentando desenvolver aqui no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Agora, com muita satisfação, passo a palavra ao Professor José Goldemberg, que todos conhecem de sobejo, da Universidade de São Paulo, ex-Ministro da

Educação, ex-Ministro de Ciência e Tecnologia, ex-Ministro do Meio-Ambiente, um cientista e uma pessoa absolutamente atenta aos acontecimentos, agora, especificamente, aos relacionados à Conferência Rio+20.

Tem V. Ex^a a palavra, Professor Ministro José Goldemberg.

O SR. JOSÉ GOLDEMBERG – Sr. Presidente, Srs. Senadores, meus amigos, eu gostaria de trazer a este evento a visão que meus colegas da área científica têm do problema. Não se trata de ambientalistas, não se trata de pessoas engajadas politicamente, mas simplesmente de cientistas, tanto no Brasil como no mundo todo.

E eu queria lembrar aqui uma expressão que é atribuída a Napoleão, que eu acho que se aplica bem à discussão que estamos tendo aqui. Napoleão, numa certa ocasião, declarou que se podia fazer tudo com baionetas, exceto sentar em cima delas. É uma frase bem conhecida. Estou seguro que os embaixadores aqui presentes conhecem essa frase. Meus amigos, é a mesma coisa com a ciência. Pode-se falar o que quiser, mas não é possível desobedecer aos ditames da ciência. E o Senado da República acaba de passar por uma experiência extremamente interessante que foi a discussão do Código Florestal. Na discussão do Código Florestal aqui no Senado, nesta Casa, o que vingou foi a ciência brasileira e internacional. As modificações que foram feitas no Código Florestal refletiram a voz da ciência.

Como os senhores sabem, depois de ter servido no Governo do Presidente Collor, fui Secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, o que não me tornou um ambientalista, porque eu tive que lidar evidentemente com todos os setores da sociedade. E o que eu aprendi, uma das coisas que eu aprendi, é que matas ciliares, isso é matas que protegem os cursos d'água, são essenciais para esses cursos d'água. Essa é uma informação científica. Ela é mal vista pelos agricultores que querem levar suas culturas até a borda do rio e ela é vista também com preocupação pelos ambientalistas que gostariam que a faixa de proteção fosse de 100m ou 200m. O que a ciência mostra é que, com faixas de proteção de 15m ou 20m ou 25m, como aprovou efetivamente o Senado, estamos protegendo não só os rios, como também a própria produção agrícola. É inútil discutir os aspectos políticos da preservação de matas ciliares. É preciso olhar para os dados científicos.

Aqui, no problema que nos reúne hoje, o que há é que, pela primeira vez na história da humanidade, a ação do homem se tornou comparável com as forças geológicas. Não quero transformar essa discussão aqui numa discussão técnica, desnecessariamente

técnica, mas há números que posso citar e que são convincentes.

Como V. Ex^{as} sabem, no mundo em que vivemos, existe enorme quantidade de erupções vulcânicas e ventos nos desertos, de erosão, etc. Os geólogos calcularam qual é a quantidade de matéria, de massa que é movimentada pelas forças naturais todo ano. Tem um número para isso: 50 bilhões de toneladas. Cada ser humano é responsável por, aproximadamente, mover de um lugar para o outro sete toneladas por ano. Se V. Ex^{as} pensarem na sua própria vida, vão verificar que esse é um número razoável. Só o que colocamos de gasolina ou de álcool no nosso carro dá uma ideia. Colocamos uma tonelada de combustível no carro, que é produzido num lugar e trazido para o outro. Cinquenta bilhões de toneladas, oito toneladas por pessoa, sete ou oito toneladas por pessoa. Pela primeira vez na história, estamos movimentando uma quantidade equivalente ao que a natureza movimenta. Tão simples quanto isto: estamos entrando em um novo período da história.

No que se refere à atmosfera, estamos mudando a sua composição. São medidas que são feitas pelos cientistas há mais de 50 anos e que mostram claramente que essa mudança está ocorrendo. Antes da era industrial, havia, na atmosfera, uma fração de 1% de gás carbônico, aproximadamente $\frac{1}{4}$ de 1%; agora, existe aproximadamente metade de 1%. Estamos mudando a camada que cobre a terra, e, portanto, o equilíbrio da atmosfera está mudando, e, por isso, o clima está mudando. Essa ideia de que o clima não está mudando é incorreta. Ela é expressa por certos candidatos à convenção republicana nos Estados Unidos, mas é simplesmente incorreta do ponto de vista científico. As mudanças climáticas estão fazendo com que a atmosfera se torne mais quente. Com isso, os oceanos estão se tornando mais quentes e, portanto, mais água é evaporada e temos mais precipitação.

Há um fenômeno que está acontecendo em São Paulo, Presidente, muito interessante: chove, agora, no verão, praticamente todo dia, a mesma quantidade de água que chovia nos últimos 10 anos. A quantidade média de água que se precipita da atmosfera é aproximadamente a mesma, só que, em vez de se precipitar num período de três horas, ela se precipita num período de quinze minutos. Portanto, a cidade de São Paulo se tornou uma cidade que tem 100, 200, 300 pontos de inundação todo dia. Esse resultado é uma das previsões dos estudos científicos sobre as mudanças climáticas.

O argumento usado, em geral, é de que as mudanças climáticas estão fazendo o nível do mar subir, e, de fato, o nível do mar está subindo, só que sobe

1mm por ano, o que é pouco. Demorou 100 anos para que o nível do mar subisse 1m. Mas a frequência de eventos climáticos extremos, meus amigos, está se tornando absolutamente evidente. Os terremotos e as erupções vulcânicas não mudaram muito nos últimos 100 anos. O que mudou foram as inundações. Basta abrir os jornais e verificar o que aconteceu na Tailândia. Um terço da Tailândia estava coberta por água, não é mesmo? E esse tipo de fenômeno afeta toda a vida na terra. Não são os ambientalistas, que amam os pássaros ou que amam as árvores, e essa dicotomia é incorreta, simplesmente.

E a conferência que está sendo preparada para a Rio+20 foi vítima de uma indiferença em relação ao que dizem os cientistas. Essa é que é a verdade. Ela adotou uma linguagem, que foi bem exposta, aliás, pelo Embaixador Figueiredo e que mistura coisas aos três componentes importantes do desenvolvimento sustentável, quando é muito difícil de especificar o que é isso.

Nessa Conferência, Sr. Presidente, os chefes de estado que vierem, e provavelmente não virão tantos quantos vieram em 1992, quando saíram do Rio de Janeiro, não terão nenhuma decisão tomada. Não existe um *day after* da Conferência. A Conferência se encerra numa fotografia e vai, provavelmente, aprovar esse documento, que é o documento *Zero*, preparado pelas Nações Unidas.

Esse documento tem 128 parágrafos. Cento e vinte são exortações: apelamos, apoiamos, desejamos, etc.

No Rio de Janeiro, Sr. Presidente, e V. Ex^a se lembra disso perfeitamente, há três meses da Conferência, o senhor simplesmente tomou uma medida dramática que foi nos enviar em torno do mundo para convencer os chefes de estado a virem ao Brasil, o que ocorreu efetivamente e em condições extremamente interessantes.

Vou tomar a liberdade, durante um minuto, de contar um episódio que contei a V. Ex^a na ocasião, mas que, provavelmente, nossos colegas não conhecem. Eu era apenas um Ministro de Estado, nada mais. Não havia nenhum motivo para eu ser recebido pelos presidentes dos países. Cheguei à China e fui recebido pelo Ministro de Meio Ambiente, que ficou impressionado com a nossa discussão e me levou ao Primeiro-Ministro, o que deixou o Itamaraty muito impressionado. Entro naquela sala maravilhosa que se vê na televisão e em que o Primeiro-Ministro senta como um dos imperadores do Império do Meio. Ele pergunta: “O que eu posso fazer pelo senhor, professor?” Eu disse: “Sr. Primeiro-Ministro, não vim aqui como professor. Vim aqui como Ministro de Estado do Governo brasileiro. O que eu queria salientar, e esta é a mensagem que trago, é que o que está sendo feito

nos Estados Unidos, na China, na Rússia, na Índia, em vários países está prenunciando sérias dificuldades para todo mundo, inclusive para vocês, inclusive para a China. É do interesse próprio da China adotar medidas que reduzam as ações que o homem está fazendo e que estão modificando a natureza.” Ele disse: “Por que o senhor não me dá um exemplo, professor?” Eu disse: “Eu vou lhe dar um exemplo sim. Quais são as geladeiras que os senhores usam aqui na China?” Ele disse: “Olhe aqui, professor, fizemos uma revolução em 1948, e a finalidade foi dar a cada família chinesa as mesmas condições de vida e de conforto que têm vocês no mundo ocidental.” Eu falei: “Ótimo! Ninguém questiona isso. O que quero saber é que geladeiras os senhores estão usando.” Ele disse: “Nós estamos usando um modelo da General Electric de 1955.” Eu disse: “Então, vou lhe dar uma informação muito interessante: as geladeiras que estão sendo produzidas hoje, em 1992, por uma firma sueca, Eletrolux, que é uma firma conhecida, produzem a mesma quantidade de frio que produzem as geladeiras da General Electric de 1955, só que consomem três vezes menos energia. Portanto, vocês precisam queimar três vezes menos carvão para produzir a eletricidade que aciona as geladeiras.” Um dia interessante. Ele se voltou para os assessores e disse: “*We’re going to look to that*”.

De fato, como disse o Embaixador Figueiredo, e outros têm dito, a China é um dos países que está levando a sério o que está ocorrendo, não por amor à humanidade sem qualificações, mas na defesa do próprio interesse da China. Por que? Porque as mudanças climáticas vão afetar gravemente os fluxos ideológicos, inclusive do Brasil. No Território do Acre já há indicações claras de que o fluxo ideológico está mudando e, portanto...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ GOLDEMBERG – Estado do Acre.

Portanto, uma hidrelétrica que é planejada para certa capacidade acaba não desempenhando o que se esperava.

Vou tomar a liberdade de fazer uma brincadeira com os Senadores do Rio Grande do Sul porque os Estados do Sul serão beneficiados pelas mudanças climáticas: choverá mais no Sul, mas choverá menos no Norte.

Então, Presidente, a Conferência Rio+20 deveria ser uma conferência para marcar os progressos que foram feitos durante esses 20 anos, ou a falta de progressos, e traçar novos rumos, através de medidas concretas, e o Brasil tem uma enorme oportunidade, como disse, aliás, o Professor Viola. O Brasil é líder em três áreas: na produção de energia renovável,

através das hidroelétricas e do programa do etanol, e na questão de inclusão social com o Programa Luz para Todos. Este Programa, efetivamente, trouxe do século XIX para o século XX 10 milhões de pessoas que viviam no escuro. Esse tipo de reflexão não existe nesse documento. O Brasil está desperdiçando uma oportunidade de exercer liderança internacional nessa área, o que deveria resultar da Conferência Rio+20 são decisões, de modo que os países ou grupo de países discutissem concretamente como é que vão fazer luz para todos nos seus países. O Brasil não é o único, a África do Sul e o México também estão fazendo isso, mas há vários países da África e outros países da América Latina que se beneficiariam do exemplo brasileiro. E a mesma coisa com o etanol. O etanol substitui no Brasil 50% da gasolina que seria usada, se ele não existisse, e é um combustível que é renovável.

Portanto, Sr. Presidente, acho que a condução que o Governo Federal está dando desperdiça uma oportunidade que V. Ex^a capturou na ocasião. E lembro-me, como se fosse hoje, o dia em que V. Ex^a reuniu um grupo no seu gabinete, envolvendo Itamaraty, Ministério de Ciência e Tecnologia, Ministério do Meio Ambiente, e tomou providências concretas para, digamos, efetivamente, dinamizar a Conferência, o que ocorreu. Isso não está acontecendo agora. *Data venia* toda a exposição adequada que fez o Embaixador Figueiredo, o que ele refletiu simplesmente, através da sua exposição, foi, digamos, o que se faz normalmente nas discussões diplomáticas: vamos fazer um pouco disso, um pouco daquilo, mas nada específico. É preciso que os chefes de estado saiam do Rio de Janeiro com um roteiro do que fazer, como saíram da Convenção do Clima, que foi seguida pelo Protocolo de Kyoto e por aí afora. Isso não consta aqui.

Acho que ainda há tempo de mudar essa situação, mas é preciso dissipar essa ideia de que aqui há um confronto entre ambientalistas e desenvolvimentistas e que os ambientalistas querem impedir o desenvolvimento. Não há nada disso! Há a questão de olhar o problema como os cientistas olham.

Vou concluir, Sr. Presidente, tomando a liberdade de mostrar umas transparências que ilustram o que eu disse.

Por favor.

Isso aqui representa o passado. A luz do sol batia na terra e era refletida para o espaço, e, portanto, havia variações extremas na temperatura da terra, como na lua. Na lua, quando o sol bate, a temperatura é centenas de graus; quando o sol não bate, é fria. Atualmente, existe uma camada que protege a terra.

Aqui é a atmosfera, onde tem CO₂, que é um gás obscuro, mas que faz com que uma parte da radiação

volte, e esta camada está engrossando, está-se tornando cada vez mais espessa porque a quantidade de CO₂ na atmosfera está aumentando. É por isso que a temperatura está aumentando e é por isso que tem variações de clima.

Pode seguir.

Estas são as mudanças no nível do mar. Não tem imaginação nenhuma aqui. São simplesmente medidas que são feitas desde 1880.

Aqui, o nível é, em relação a zero, menos 100 mm.

V. Ex^{as} vêem que, nesses 120 anos que se passaram, o nível do mar subiu aproximadamente 150 mm. Pode não parecer muito porque é 1 mm por ano, e é por isso que as pessoas não reagem, porque com 1 mm por ano se consegue conviver, mas está acontecendo.

Pode seguir.

Isso é o que está ocorrendo com energia. O problema não é a mudança climática, mas o tipo de civilização que temos.

Este aqui era o consumo de energia em 1950 e este, em 2010. Passamos de biomassa para carvão, para petróleo, para gás, um pouco de energia nuclear, que está diminuindo, e para renováveis, que têm um futuro brilhante.

A última, finalmente. *(Pausa.)*

A seguinte.

É um gráfico muito interessante que obtive de um trabalho das empresas seguradoras, simplesmente, as empresas resseguradoras da Alemanha.

Isso aqui é 1980 e aqui, 2008. Em vermelho, como V. Ex^{as} podem ver aqui, são os eventos geofísicos: terremotos, tsunamis, erupções vulcânicas. Ao longo desses últimos 30 anos, não houve muita modificação. Mas olhem aqui para eventos meteorológicos, que são as tempestades.

Aqui são poucas tempestades, e esse número vai aumentando.

Aqui estão os eventos hidrológicos, que são inundações, movimentos de massa e por aí afora. V. Ex^{as} vêem em azul, aqui, poucos, e, à medida que o tempo vai passando, vão aumentando. Finalmente, existem as secas também e as variações extremas, que verificamos facilmente aqui.

Se V. Ex^{as} compararem o período de 1980 ao ano 2000, temos por volta de 400, como estão vendo aqui, mas, quando chegamos aqui, por volta de 600. Se há uma coisa que está ocorrendo, é o aumento dos eventos climáticos extremos.

Então, meus amigos, é isso que a Conferência Rio+20 precisa refletir. Seria preciso, efetivamente, haver uma dinamização da ação do Governo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao Professor José Goldemberg pelas suas palavras.

Pedindo licença as Sr^{as} e aos Srs. Senadores e aos Srs. Embaixadores e membros do Corpo Diplomático brasileiro, gostaria de transmitir aos senhores o que, como integrante da comissão encarregada dos preparativos da Rio+20, falei na última reunião realizada na sexta-feira passada.

Dizia eu:

Na última reunião desta Comissão Nacional, realizada no dia 8 de fevereiro, procurei fazer uma avaliação ao que me pareceu ser um documento tímido e desnorreado: o Zero Draft. Na ocasião destaquei os três pontos que considero de maior relevância nas discussões e tratativas da Rio+20, e que ainda me parecem necessário insistir: uma objetiva conceituação e definição do que venha a ser Economia Verde; a perigosa e delicada questão da Governança Global e, especialmente, o Princípio do Não-Retrocesso, já consagrado no Direito Humanitário, que deve, pela sua relevância, constar do preâmbulo do texto-base...

Aliás, oportunamente, esse ponto que defendo do não-retrocesso, por sugestão na hora feita pelo Ministro Hermann Benjamin, foi incluído no preâmbulo da declaração.

O conceito de “Economia Verde” ainda é objeto de debate e discussão. É mandatário que avancemos para uma definição clara, límpida e cristalina do que se conceitua como Economia Verde, com erradicação da pobreza, inclusão social e baixo carbono, de modo que ela não venha a ser o novo nome dado ao protecionismo comercial.

Quanto à Governança Global, se estabelece um confronto entre as duas opções postas: a que reforça o cunho ambientalista do sistema das Nações Unidas, e outra que propõe a atualização do sistema advogando a eventual criação de uma nova agência, com ênfase na implementação concomitante dos três pilares do Desenvolvimento Sustentável [aqui já citado]: o ambiental, o social e o econômico. Qualquer das duas opções deverá incluir mecanismos que impeçam a vinculação de temas não-conexos, que importam restrições comerciais ou ao arbítrio de um eventual órgão que seja criado, o que vulnerabilizaria os países emergentes.

Quanto ao Princípio da Não-Regressão, repito, seu registro está muito aquém do necessário para sua correta explicitação. A tal ponto, que pode ser compreendido por mais de uma vertente. Torna-se, assim, imprescindível que seja um texto claro e indubitável, que inscreva o entendimento de que nenhum novo tratado poderá retroagir para alterar metas, objetivos e direitos acordados. Mais do que isso, de que a comu-

nidade internacional não será tolerante com mudanças e retrocessos nos compromissos assumidos, em especial aqueles contratados a partir da Rio 92, dos quais muitos não foram implementados. Isso significa que começaremos a Rio+20 já com um grande déficit de implementação.

É importante destacar, já transportando para os resultados da Conferência, que suas decisões não poderão sofrer a contaminação de negociações e acordos paralelos aos temas maiores da Rio+20, dada a sua natureza específica e diferenciada que ratificará o papel de vanguarda que desempenhamos nos últimos 20 anos. Assim, é necessária a iniciativa de se precaver de ingerências indevidas, principalmente no campo de eventuais negociações comerciais e financeiras.

As megaconferências de Estocolmo, em 1972, e a do Rio, em 1992, inflamaram a imaginação das pessoas e espargiram o planeta de esperança para o futuro. Com a Rio+20, a terceira megaconferência, temos uma oportunidade única de replicar aqueles momentos seminais e superar o paradigma predatório em que hoje vivemos. Trata-se, aqui, de evitar um cataclisma. Trata-se da salvação do planeta.

Em função disso, é impensável fazer da declaração final arremedos e pactos do tipo “tit for tat”. Questões ambientais não podem ser utilizadas como moeda de troca em assuntos alheios ou afastados da agenda ambiental. Não se pode admitir essa prática, costumeira em foros outros, mas não em uma conferência do porte, da relevância e da peculiaridade da Rio+20.

Chama atenção também que a agenda estabelecida pelas Nações Unidas tenha sido desidratada, desconhecendo temas de importância transcendental que já vêm afetando de há muito nosso cotidiano. Cito apenas as mudanças climáticas, com suas conhecidas causas e as nefastas, visíveis e devastadoras consequências. Será que devemos admitir a prática do avestruz, desprezando que a questão ambiental merece a urgentíssima preocupação global? Há de se determinar, nesta agenda imposta, temas como esse para garantir um verdadeiro debate. A questão climática precede o desenvolvimento sustentável, porque, se não tratarmos de resolver os enormes danos causados por ela, não teremos condição de criar qualquer tipo de sustentabilidade.

O sucesso da Rio+20, no qual eu ainda teimo em acreditar, será medido, portanto, pelas decisões a serem tomadas e pelo número de chefes de Estado e de Governo que venham a comparecer. A par disso, confio, sobretudo, na participação organizada e contundente da sociedade civil mundial para a quebra desse terrível paradigma que é o atual padrão de produção e consumo hoje adotado. É impossível continuarmos

com esse padrão atual de produção e consumo. Sejam claros: há uma nítida leniência das lideranças dos países em colaborar pelo sucesso da conferência, mas ainda há tempo de esses governos e suas autoridades recobrem os sentidos e despertarem para os problemas urgentes que enfrentamos.

Nenhuma desculpa poderá e nem deverá ser aceita pelo não comparecimento, desde o desfalecido argumento do Sr. Cameron de que o primeiro-ministro britânico não vai a um mesmo país mais de uma vez por ano, até a desculpa de um processo eleitoral em curso, como ocorre nos Estados Unidos. No primeiro caso, no caso do Sr. Cameron, esquece-se que a Conferência não é brasileira, mas das Nações Unidas. No caso das eleições, serão os próprios eleitores que exigirão a presença dos candidatos na Conferência, pois querem vê-los defendendo o seu presente e o das gerações futuras.

Acho até, que agora não se trata nem mais de convidar essas autoridades, mas sim de convocá-las, porque a hora é de união! A hora é de ação! Não há tempo para que a ignorância de uns e conveniências circunstanciais de outros prevaleçam.

Espero, sinceramente, que o torpor que permeia certos governos e a lassidão de determinados líderes transforme-se em objetivos para encontrarmos novos modelos e padrões de desenvolvimento. Os que aí estão, nenhum deles responde de forma satisfatória às mais básicas necessidades humanas.

Em suma, é preciso mudar os paradigmas em relação ao processo e ao próprio conceito de desenvolvimento. Instrumentos como o Fundo Climático Verde, criado em 2010, o Mecanismo de Financiamento Internacional (IFF), e o próprio Mercado de Carbono, ambos de 2008, partem do pressuposto de que o padrão, o conceito, os princípios e os critérios de desenvolvimento permanecerão inalterados. Todos os recursos que constituirão esses fundos, Sras. e Srs., e que movimentarão o mercado são ou serão oriundos de um modelo econômico contestado e que desejamos alterar. Portanto, não é essa a discussão. Devemos, sim, tomar a iniciativa de buscar novos parâmetros, uma nova matriz de desenvolvimento sem utilizar os mesmos instrumentos que nada mais fazem do que retoolimentar um processo que não funciona mais. Aqui recorro às palavras do Secretário-Geral da Rio+20, Embaixador Sha Zukang, de que “a Rio+20 precisa mostrar como nós podemos avançar mais rapidamente em direção ao desenvolvimento sustentável, antes que seja tarde demais. (...) Devemos ser ambiciosos e muito práticos. Precisamos de objetivos e de ação.” E ele tem razão quanto à praticidade. Afinal, disse o ex-presidente das Maldivas, numa reunião com o rei

da Suécia e cientistas, em um barco quebra-gelos, no Ártico, quando estavam discutindo a questão climática, a questão do futuro do planeta: “É, está tudo bem, mas enquanto os senhores discutem o que fazer, meu país está afundando.”

Por tudo isso, desenvolvimento sustentável pressupõe mudança, a transição para um modelo diferente dos atuais padrões a que a Humanidade se acostumou a chamar de “crescimento” nos últimos duzentos anos. Significa, enfim, que os atuais modelos, criadores contumazes de crises institucionais, estão superados, esgotaram sua capacidade de prover bem-estar e necessitam ser substituídos. E essa tarefa não se conclui sem que, antes, mitiguemos os efeitos das mudanças climáticas.

Tendo isso presente, as Nações Unidas precisam elevar o nível de ambição em relação à Rio+20, porque essa é uma grande oportunidade de modificar a impressão que a população mundial tem respeito das Nações Unidas, como um órgão também preocupado em patrocinar ações de potências que se julgam a polícia do mundo. (...)

Vamos então, Sras. e Srs., nos colocar de pé e agir! É isso o que o planeta Terra exige e a população planetária cobra de cada um de nós.

Permito-me, antes de passar a palavra às Sras e aos Srs. Senadores, comentar o que aqui foi dito.

Realmente, o documento extraído pelas Nações Unidas, nesse chamado *Rascunho Zero*, é algo inacreditável, porque, como disse o Professor Goldemberg, não diz a que veio, é uma série de exortações numa linguagem que não se compromete com nada. Não é bem disso que precisamos; precisamos extrair dessa Conferência compromissos, acordos, tratados, convenções, que venham todas confluírem para salvarmos o planeta porque, da maneira como estamos indo hoje, tem um ou dois metros de subida, de elevação das águas dos mares, mas isso pode, com esse quadro que mostrou o Professor Goldemberg, se acelerar muito, e a micronésia fica inteiramente tomada pelas águas, as ilhas do Pacífico Sul do mesmo jeito, fora os transtornos que vão causar aos países que têm costas marítimas extensas.

Por tudo isso, gostaria de me congratular com o que aqui foi dito pelos Senhores palestrantes. Cada um deu um enfoque dentro de suas visões sobre o assunto, mas todos eles trazem uma única preocupação: a Rio+20 precisa dar certo. Para isso é necessário que possamos, de alguma forma, fazer com que a sociedade civil mundial participe ativamente dessa Conferência e que os Srs. Chefes de Estado e de Governo possam estar presentes sem qualquer tipo de desculpa, como dizer que a crise é “a”, “b” ou “c”. A maior crise que es-

tamos sofrendo não é a iminência de a zona do Euro continuar como zona do Euro ou não. O que estamos agora tratando é se vamos continuar existindo neste frágil planeta ou se vamos ser todos tragados pelo que nós próprios estamos causando com os padrões de produção e consumo de que estamos nos valendo, que estamos utilizando.

Passo a palavra a S. Ex^a, Senadora Ana Amélia, para suas considerações.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Sr. Presidente.

Cumprimentos pela manifestação de análise crítica a respeito da posição das Nações Unidas, que dá mais ou menos uma ideia, uma projeção do que poderemos ter como resultado, ou não ter como resultado, e cumprimentá-lo pelo otimismo de acreditar que vai ter uma solução.

Vou começar pelo professor Goldemberg porque ele começou falando de um tema muito caro a mim, que sou do Rio Grande do Sul, um Estado agrícola, e pela boa notícia de que vai ter chuva no Rio Grande, não vai mais ter seca. De cada dez safras agrícolas seis ou sete têm problemas de estiagem no Estado. Então, é uma boa notícia, uma boa perspectiva para os produtores.

O que me assustou bastante, Professor Goldemberg, pelo menos os números e as expressões falam mais, foi o seu gráfico de consumo, também mencionado pelo Presidente Collor. Isso diz respeito a uma cultura que temos aqui, no mundo em que vivemos, de não haver alteração desses procedimentos. Essas iniciativas de equipamentos com menor consumo de energia têm algum efeito no conjunto sobre esse aquecimento global?

O Senhor fez uma referência à energia renovável. Claro que o Brasil está bem posicionado nesse aspecto, mas estamos explorando adequadamente, como moeda, como capital, essa posição?

Finalmente, na questão do Código Florestal, V. Ex^a mencionou a respeito da importância do papel que o Senado desempenhou nesse assunto. Queria saber se a não aprovação, até a Rio+20, do Código pela Câmara terá algum tipo de impacto, alguma cobrança.

Dr. Sérgio, a gente está percebendo um debate, mais no campo retórico, entre economia verde e desenvolvimento sustentável, não há profundidade, digamos, do que vai ser no futuro o mundo ou o Brasil. Então, em que medida isso pode se concentrar, e gastar energia na discussão dessa questão, e não ir ao foco central dessa matéria.

Gostaria também de saber se o Senhor é otimista, como carioca, ao resultado da Rio+20.

Professor Viola, e cumprimentando todos, pois foram depoimentos muito bons, a gente sempre aprende muito nessas audiências aqui, gostei muito da referência que o Senhor fez sobre essa iniciativa de inserir o Senado num debate. Esta é uma Casa da República e, portanto, tem representatividade para isso.

O Senhor mencionou a falta de uma definição clara do Brasil diante da Rio+20. Eu lhe pergunto: essa dificuldade, essa falta de definição, decorre de problemas políticos ou de problemas ideológicos? Como o Senhor vê o Brasil nesse contexto, especialmente latino-americano, por ter tomado a liderança, por exemplo, no Código Florestal, quando países vizinhos não têm qualquer limitação para o uso da terra, como é o caso da sua Argentina, por exemplo?

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, Senadora Ana Amélia.

Passo agora a palavra a S. Ex^a, Senador Cristovam Buarque, para suas perguntas. Depois, os Srs. Palestrantes poderão oferecer as respostas em conjunto. Em seguida, S. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy.

Com a palavra S. Ex^a, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, Srs. Palestrantes, quero, em primeiro lugar, dizer à Senadora Ana Amélia – que o professor Goldemberg me corrija se eu estiver errado – que ela não comemore o fim da seca, porque não vai apenas chover, vai chover muito. A seca vai ser substituída pela inundação.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não vai me dizer que vai inundar o Rio Grande, não é?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Mas vai, porque é caótico o que está acontecendo. Não vai haver esse reequilíbrio, como ouvi um dia desses alguém dizendo que a Inglaterra vai produzir abacaxi, mas vai deixar de produzir as frutinhas que produz lá. É caótico! Não dá para dizer que vai haver uma mudança apenas e que a gente resolveria com migrações. Isso é apenas para lhe alertar, embora saiba que a Senhora pensa assim.

Quero dizer, Presidente Collor, que o Senhor escolheu pessoas pela competência, mas conseguiu trazer uma unanimidade rara aqui, duas unanimidades que me assustam. Uma é unanimidade diante da ciência, não é nem unanimidade, mas constatação mesmo, que o nosso querido Goldemberg mostrou de maneira tão competente. Estamos assustados diante do que está aí. Outra unanimidade que nos assusta é o risco que a Rio+20 seja um fracasso, e ouvi isso de todos, o que Senhor já chamou mais de uma vez

de retumbante fracasso. Então, são duas coisas que nos assustam.

Estou de acordo com o que falou o professor Goldemberg, assim como o Senhor, de que a gente não vê um empenho decisivo, forte, do Governo brasileiro. Pode ser que esteja nas catacumbas das conversas diplomáticas, mas não está na rua. Pode ser que eu não assista todas as sextas-feiras ou segundas-feiras, mas não vi ainda, no café da manhã da Presidenta, uma fala ao povo brasileiro sobre a importância... A gente ouve aqui o Secretário-Geral da FIFA pautar durante a semana inteira por causa de um evento internacional. A gente não vê ser pautado o risco da Rio+20. A gente não vê isso pautado. O Senhor fala, eu falo, outros falam, mas não chega, e aí vem o terceiro susto que pensei.

Estou assustando achando que tem uma sintonia dessa marcha ao fracasso com a visão ideológica do atual Governo brasileira viciado na mesmice, e uso mais uma vez uma palavra do Presidente Collor, do modelo desenvolvimento superado da segunda metade do Século XX. A impressão é que não querem que ela tenha sucesso no sentido de uma inflexão na maneira como a gente vê o progresso. A impressão é que há um desejo de baixar o nível das críticas, o nível das percepções para que saia um documentozinho cheio de mesmices e que não leve a uma tomada de consciência. Esse é terceiro susto. Não é apenas por falta de envolvimento. É por opção, talvez até inconsciente, da ideologia do desenvolvimentismo tradicional, que não percebe os riscos que o Professor Goldemberg colocou aqui.

Diante disso, tenho uma proposta a fazer, mas talvez para a gente pensar, e uma pergunta aos três, por coincidência de os três serem professores universitários. A pergunta, começando por ela, é como a gente faz para envolver mais as universidades, ou não temos como envolvê-las. Não falo, Professor Goldemberg, apenas dos cientistas relacionados ao assunto. Os economistas, por exemplo, como Viola, a gente não vê, até já mudou um pouco, como eu também. Já fomos migrando para outras áreas. Como a gente envolve a juventude universitária nesse assunto? Essa é a pergunta.

A sugestão é para considerar aqui. Temos dois Senadores, além de mim e o Presidente Collor. Está na hora, talvez, de a gente fazer um gesto em relação à Presidenta Dilma. Está na hora, talvez, de convencer o Presidente Sarney para ir lá, em nome do Congresso, e dizer da nossa preocupação e, quem sabe, radicalizar e sugerir a ela que, se as coisas continuarem assim, suspenda a reunião. É melhor uma não reunião que uma má reunião. É melhor a gente não fazer a

reunião, e sei que isso é impossível provavelmente, do que a gente terminar com uma reunião sem graça, uma reunião que não esteja ao nível do desafio que o Professor Goldemberg colocou com tanta clareza aqui.

Então, a pergunta para os três e uma reflexão para que a gente converse em um desses dias é se não está na hora de a gente fazer algo mais enfático.

Finalmente, pela relação que tenho com o Itamaraty, com esse professor do Instituto Rio Branco, me sinto com autoridade para falar aqui que me incomoda profundamente que, por exemplo, uma pessoa de que gosto que é o Embaixador Figueiredo não tenha assistido a toda essa reunião, que não tenha escutado o que foi dito aqui, mas ele tem sua agenda. A gente não pode obrigar. Mas poderia ter alguém aqui da equipe dele. Temos diplomatas, sim, mas não são diplomatas da equipe, não estão envolvidos no dia a dia. Talvez isso seja uma prova do pouco caso que estão fazendo diante da dimensão do desafio que temos diante de nós de fazer o Governo brasileiro ser o mais importante do mundo nesse período, como foi o seu naqueles dias. O mundo inteiro ficou olhando para cá, para o que iria sair. Naquela época, o problema era muito pequeno, era quase que uma concepção intelectual, ainda no reflexo do Clube de Roma. Não era a constatação que a gente tem hoje nas cheias nas ruas de São Paulo, nas secas no Rio Grande do Sul, nas tragédias na Tailândia em outros países.

Fica aqui, Senador Collor, uma reflexão sobre a possibilidade de pedirmos uma audiência com a Presidente Dilma e, se possível, com o Senador Sarney para explicitar para ela a angústia, não é mais preocupação. Eu tinha preocupação até há duas semanas. Agora estou angustiado porque vamos jogar fora a grande chance de reorientar o modelo de desenvolvimento, o conceito de progresso, as relações que precisamos ter com a natureza.

Era isso, Sr. Presidente.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, Senador Cristovam Buarque.

Pela ordem, antes de passar a palavra ao Senador Suplicy, S. Ex^a, Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Se possível, Sr. Presidente, faço uma proposta, como o Senador e eu temos um compromisso, de que fossem respondidas as nossas questões. Se for possível... *(Pausa.)*

As minhas perguntas. Obrigada.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senador Suplicy, não tem problema? *(Pausa.)*

Então, por gentileza, a solicitação de V. Ex^a, Senadora Ana Amélia, de que os Srs. palestrantes tenham a gentileza de responder...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Se não for inconveniente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Não, de jeito nenhum.

...as perguntas por ela formuladas.

Professor José Goldemberg.

O SR. JOSÉ GOLDEMBERG – Senadora, rapidamente, a primeira pergunta é se a não aprovação do Código Florestal na forma pela qual foi aprovado no Senado teria um impacto na Conferência do Rio. Se a versão que o Senado deu ao Código Florestal for revertida na Câmara, o resultado será catastrófico, porque as organizações não governamentais, todas, vão simplesmente acusar o Brasil, como tentaram fazer no passado, de ser o grande responsável pelo desrespeito à natureza e coisas desse tipo, o que não é nem verdade. Quer dizer, há perigo de um retrocesso real. A Ministra Izabella Teixeira teve a gentileza, há cerca de dois meses, de convidar os ex-ministros de Meio Ambiente para conversar com ela sobre o assunto. Ela ouviu de todos os Ministros, todos eles, exatamente a mesma observação: um retrocesso no Código Florestal simplesmente envenena, uma palavra não muito apropriada, a atmosfera.

A segunda é se a eficiência funciona. Se funciona, Senadora! A China está dando um magnífico exemplo. A China, há 20 anos, consumia uma quantidade enorme de energia para gerar uma unidade de produto interno bruto – é assim que os economistas medem as coisas, quanta energia precisa para gerar mil dólares de produto. Esse valor, para a China, já caiu praticamente por um fator dez, quer dizer, a China está se tornando um país eficiente.

O Brasil é um país eficiente, por falar nisso, por causa da matriz hidrelétrica e por aí afora, esse não é o problema, mas obviamente isso está ocorrendo na União Europeia seguramente.

Finalmente, se o exemplo brasileiro de utilizar energia renovada poderia ter reflexos no mundo. A situação do Brasil é muito boa. De fato, no Brasil 50% da energia que se usa, aproximadamente, é renovável. É uma situação ímpar, só a Noruega no mundo tem uma situação parecida com a do Brasil. A situação favorável do Brasil não pode ser repetida em todos os países, mas, seguramente, poderia ser repetida em muitos outros países. Por exemplo, existem no mundo cerca de 80 países que produzem açúcar. Não há nenhum motivo para que uma fração desses países utilize parte da cana de açúcar para produzir etanol, como o Brasil produz. Nesse ponto, seria preciso um

empenho das autoridades da área econômica e do Itamaraty em disseminar essas tecnologias. Como São Paulo é o Estado que tem a maior parte dessa produção, o Estado de São Paulo está fazendo isso. Agora, no começo de abril, há uma reunião, promovida pelo Governo do Estado, para tentar disseminar o sucesso dessa tecnologia em países da África e da América Latina. O Estado de São Paulo não é a República Federativa do Brasil. Essas coisas devem ser feitas em nível nacional.

Finalmente, em relação ao Cristovam...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Eu só pediria ao Professor Goldemberg...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, eu só acrescentaria, que eu havia pedido uma informação, para confirmar com o Professor Goldemberg...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – ...para deixar as questões do Senador Cristovam para depois.

Senadora Ana Amélia, por favor.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Agradeço, Presidente Fernando Collor.

...de uma notícia que o senhor certamente deve ter lido, de que alguns índios de uma etnia da Amazônia estão vendendo para uma empresa irlandesa direitos, incluindo biodiversidade, de 16 áreas com o dobro do tamanho de Portugal por 30 anos, inclusive com a proibição de os índios plantarem ou extraírem madeira. O acordo teria sido assinado sem o consentimento da maioria dessa etnia. Isso também não tem um componente que pode demonstrar algum descontrole que se pode ter em relação a uma matéria tão importante e delicada para o Brasil e para a vista de fora para dentro do nosso País?

O SR. JOSÉ GOLDEMBERG – Senadora, vi essa notícia no jornal. Eu não entendi inteiramente a notícia. Acho que está ligada à Convenção da Biodiversidade. Na Convenção da Biodiversidade, e houve um protocolo assinado em Nagoya, no ano de 2009, foi previsto que as empresas internacionais, multinacionais deveriam remunerar as populações locais pelo uso dos produtos naturais que eles produzem. Acho que é nesse quadro. Mas, falando francamente, não sou capacitado para esclarecer.

É uma boa pergunta, Senadora. Por favor, dirija essa pergunta ao Ministério do Meio Ambiente, porque ela mereceria uma explicação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Muito obrigado ao Prof. José Goldemberg.

Com a palavra o Prof. Besserman, por favor.

O SR. SÉRGIO BESSERMAN VIANNA – Obrigado, Presidente.

Senadora, essa discussão entre economia verde e desenvolvimento sustentável não precisa cair em nenhuma filosofia maior. Ela é muito prática, e o Professor Goldemberg foi muito feliz ao chamar a atenção para o fato de que as mudanças climáticas são o assunto mais grave, mais urgente, mais profundo de todas as dimensões da crise ambiental. Se a economia verde for alguma purpurina, alguma inovação tecnológica, alguns cuidados, ela não é nada, é muito pouco. Se a economia verde for entendida como tendo como coluna vertebral a transição da civilização dos combustíveis fósseis, a nossa, para economias de baixo teor de carbono, nós temos a métrica, sabemos medir, sabemos o que significa, e ela terá impactos concretos.

É preciso deixar bem claro a gravidade da situação. O professor já colocou, mas não custa lembrar a história da Rio 92.

A Convenção Quadro de Mudança Climática, em 1992, decidiu não haver um aquecimento global no século XXI superior ao que, não época, vou abreviar, se chamou “limite do perigo”. Não sabíamos exatamente o que era o “limite do perigo”. Em 2009, na Conferência das Partes de Copenhague, o Protocolo de Kyoto é muito pequeninho para o tamanho do problema, não houve acordo, nem quem trabalha nisso esperava que houvesse um acordo, mas houve um fato significativo. Os Chefes de Estados do mundo devidamente informados não só pelas redes de ciência, as academias de ciência, mas também pelos órgãos de informação, CIA ou KGB ou Gabinete de Relações Institucionais, definiram quantitativamente o que seria o limite do perigo: 2°C. Não permitiram o aquecimento global do Século XXI superior a 2°C. Isso já foi ratificado por quase todas as Nações lá presentes. Isso tem uma base científica clara: com 2°C, nós teremos grandes mudanças no planeta, já inevitáveis. Muito dinheiro será gasto com a elevação do nível do mar.

É preciso lembrar que o mar se eleva meio metro, digamos, um metro, na média. Na maré cheia não é um metro. Na maré cheia e com chuva, não é um metro. Com lua cheia e ressaca, é muito mais de um metro.

Com a elevação do nível do mar, eventos climáticos extremos, perda de produtividade agrícola, problemas de saúde. Dois graus centígrados já é muito impactante, mas ele foi definido como fronteira do perigo por conta dos riscos, riscos que nós não temos ainda capacidade de precisar. Por exemplo, o solo congelado da Sibéria, o permafrost, tem uma quantidade de metano congelado superior a tudo que já emitido pela humanidade da revolução industrial para cá, cinco vezes superior, segundo a *Nature* de quatro meses atrás. O permafrost está se aquecendo. Quanto metano será liberado? Não sabemos. Sabemos calcular o nível do

mar a partir da parte linear – mais quente derrete –, mas conhecemos muito pouco sobre como a parte não linear funciona. Dentro dos montes de gelo da Groelândia, do Polo Sul, há rios, riachos, lagoas. Há lagos muito maiores que a baía de Guanabara, rios muito maiores que o Paraíba do Sul. Tudo isso se relaciona. A água que vai aquecer e derreter na superfície, ao se infiltrar por esse sistema e lubrificar onde o monte de gelo encontra o solo congelado, vai aumentar a velocidade com que o manto de gelo entra, porque não estaremos falando de meio metro, mas de um metro e meio em um século.

A Rio+20 se realiza na seguinte situação: não é possível permitir um aquecimento global superior a 2°C no Século XXI, dizem os líderes de Estado do mundo e ratificados, e eu, com toda a subjetividade de uma opinião, mas tendo por detrás quase um consenso científico, digo que é impossível. Já perdemos o tempo. Não há mais nada a fazer: 2°C, que é o limite do perigo, nós já passamos em muito, mesmo que haja um excelente ou um bom acordo pós-Durban.

Vou precisar o que isso significa: nós já temos contratado, mesmo que passemos pela mais acelerada transição tecnológica de toda a história da humanidade, 3°C, uma boa estimativa, e 3°C não é um só grau a mais, é 50% acima do limite do perigo. “Não podemos passar daquela curva ali, nos informa a placa, a mais de 100 km/h”, porque vai ser perigoso. Nós vamos passar a 150. Mas só conseguiremos passar 3°C, se houver uma revolução. Não são transformações ou mudanças. Para passarmos, chegarmos ao final do século em que estamos com 50% acima do limite do perigo, para conseguirmos esse risco já inaceitável, os anos de 2020 a 2040, depois 2050, terão que ser das maiores transformações econômicas, e o Professor Eduardo poderia explicar, políticas e sociais, porque a desigualdade está na base disso. Quem aquece o planeta não são sete bilhões de pessoas, é um bilhão e meio. Cinco bilhões e meio querem muito esquentar o planeta, e têm todo o direito a isso, se o modelo é esse, só que não dá. *Business as usual*, para usar o jargão anglo-saxônico, do jeito que fazemos negócios hoje, os modelos do mundo são mais de trinta, oito são mais consistentes, e indicam que chegaremos ao final do século com temperatura de 5°C a 6°C, o que é um pesadelo inimaginável: haverá guerras, conflitos e ruptura do tecido da civilização.

O que está em jogo não é bem e mal e muito menos proteger o meio ambiente do tempo dele. O que está em jogo aqui é poder e dinheiro. Muito mais poder e dinheiro do que em toda a crise econômica de 2008. Qual é a taxa do retorno do pré-sal? Para não entrar em maiores discussões, qual é a taxa de retorno dos

investimentos do pré-sal? Se houver um grande acordo de mudança climática, ela é uma; se não houver acordo nenhum, ela é outro completamente diferente. O Brasil vai, então, privilegiar a taxa de retorno do pré-sal ou que haja um acordo de mudança climática?

O que está em jogo aqui são coisas do seguinte tipo. Peguemos as maiores empresas de petróleo do mundo, maiores do que a Petrobras somada à Vale do Rio Doce. Se houver um grande acordo de mudança climática, uma delas, que não mencionarei e que transita na direção de empresa de energia, não só de petróleo, europeia, vai se dar muito bem; por outro lado, outra, no outro extremo, talvez a maior do mundo, vai se dar muito mal, provavelmente vai ter gravíssimos problemas, porque está com seus ativos aplicados em areias betuminosas do Canadá, em petróleo *offshore* do Alasca. O que está em jogo aqui é a sobrevivência de uma das duas. Com acordo, a taxa de retorno do futuro é uma; sem acordo, outra.

O que está em jogo em tudo é o ritmo de depreciação dos ativos: a que velocidade os ativos construídos com a economia do passado serão destruídos ou não. O que está em jogo é se o carvão da China poderá ser a base da matriz energética dela. Mesmo com todos os avanços realizados pela China, ela continua a depender de carvão. Se puder sequestrar carbono, muda a realidade, mas, se não puder, das usinas termoeletricas, a China vai continuar usando carvão ou não, porque o vento não vai substituir o carvão. O que está em jogo é a autonomia energética da União Europeia e dos Estados Unidos. O que este em jogo é saber se o xisto, que agora produz gás natural nos Estados Unidos, com 150 anos de autonomia energética, que é uma nova tecnologia de apenas 5 anos e que mudou todo o panorama energético global, vai ser usado plenamente, mas o Planeta vai aquecer, ou se os Estados Unidos vão fazer face à realidade de que, mesmo dispondo de gás natural para 150 anos, vão usar esse gás para substituir óleo combustível e carvão, mas não como um adicional na sua...

A natureza nos ignora do ponto de vista da agenda, diferentemente de uma discussão de comércio exterior. “Não concluímos a Rodada de Doha. Ok, nos atrasamos! Vinte anos depois a gente vê como fica.” Aqui não, por razões que o Professor Goldemberg pode explicar muito bem, a nossa janela é de realmente de 2020 a 2040, para fazermos um resultado 50% acima do perigo, do limite do perigo, já tendo um tratado e mudando todos os preços da economia global, toda a estrutura de competitividade atual.

A outra pergunta eu vou responder em vinte segundos. Sou otimista com relação à Rio+20? Com relação à Rio+20, Conferência da ONU, acho que

ainda podemos ter alguma esperança, mas não, não sou otimista. Em relação a algo que é muito maior do que a Rio+20, Conferência da ONU, que é a Rio+20, momento de um processo político global de transformação, eu sou muito otimista. Eu acho que o mundo sairá diferente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Prof. Besserman, pelas suas considerações a respeito das perguntas formuladas por S. Ex^a a Senadora Ana Amélia.

Passo agora a palavra ao Prof. Eduardo José Viola, da Universidade de Brasília.

O SR. EDUARDO JOSÉ VIOLA – Muito obrigado pela pergunta, Senadora Ana Amélia.

Eu vou dar uma versão que é analítica, mas a evidência empírica que eu teria para provar é sempre limitada.

Em penso que há dificuldade do Governo brasileiro ter uma posição mais definida e incisiva, como falou o Presidente Collor ao início da fala dele neste comitê. Qual é? É política ou é ideológica? Ideológica tem a ver com quê? Com a mentalidade do núcleo dirigente do Brasil em relação a isso. E isso vale para a Presidente Dilma, alguns assessores diretos e o Ministro Patriota basicamente. Primeiro, eles não têm uma compreensão profunda. Eu não estou falando de retórica, ou seja, da gravidade da crise planetária. A formação, a história deles é outra. Está faltando senso de oportunidade. Por exemplo, o presidente Lula não tinha compreensão profunda, mas, em 2009, no segundo semestre, ele teve sensibilidade e intuição, até por lógica de poder pessoal, não estou dizendo que tudo é maravilha, para abrir mão disso aqui e mudar a posição brasileira na questão da mudança climática – uma ruptura impressionante. Não está acontecendo isso com a Presidenta Dilma. Lembremos uma coisa: a Presidenta Dilma, até 2009, era uma pessoa de baixíssima sensibilidade aos problemas ambientais globais e à mudança climática. Em 2009, precisamente quando se lança candidata e há a ameaça da candidatura da Marina Silva, e com a persuasão de Lula, nós sabemos que ela passa a reconhecer o problema, mas o processo cultural dela, a cultura política dela não é essa, e a abertura não foi profunda, de aprendizado, de internalização da questão. Parece-me que isso define uma situação na qual... Essa é uma explicação importante.

A segunda explicação tem a ver com a lógica do Itamaraty, que é a seguinte. O Itamaraty tem uma história profunda. Digamos o dilema do país-sede, e isso vale para qualquer país-sede. De um lado, tem que tentar mediar diversas posições muito diferentes para conseguir um consenso a fim de que a conferência seja muito bem sucedida; por outro lado, tem a

oportunidade de liderar a conferência para um objetivo definido. A posição histórica do Itamaraty é a cautela, ou seja, é conservadora. “Eu não vou arriscar liderar porque, se sai mal, é uma catástrofe. Vou tentar mediar apostando que alguma coisa vai sair.” Isso explica, então, uma posição bem... Não é só Itamaraty. Há o problema da China também. O Presidente da Conferência é um chinês, que é membro do corpo diplomático e que representa o Estado chinês, que não está na vanguarda nesta coisa, embora esteja avançando. Então, essa é outra explicação importante, um erro de cálculo do Itamaraty.

Erros de cálculo eu citaria vários no Governo Dilma de política externa, por exemplo, a falta de reconhecimento da profundidade das transformações que estava havendo no mundo árabe no ano passado, a lentidão para perceber que as coisas estavam mudando muito, o congelamento em posições do passado, por exemplo, em relação ao tipo de aproximação de acordo comercial do Brasil com ditaduras árabes, com a Síria, este ano, ou seja, a posição tardia de mudança.

O ideal, por exemplo, para a China e Rússia, porque são regimes autoritários, o fundamental seria uma atitude absolutamente intolerante com a ditadura, mas não para a democracia brilhante como o Brasil é. O que há? Uma cautela: não vamos mudar muito rápido porque pode ser perigoso.

Eu acho que essas duas coisas explicam. Agora a situação hoje é muito difícil para o Brasil, porque a tendência é de a Conferência tender para algo muito rotineiro, senão um fracasso significativo, que vai ser percebido certamente na história. Tudo indica que vai ser percebido como fracasso, salvo aconteça, como disse Goldemberg, o esforço que fizeram no Governo Collor nos últimos meses ou coisas que não me parecem o mais provável que este Governo tenda a fazer. Como diz o Senador Cristovam, seria muito importante vocês falarem com Dilma e explicarem a realidade da coisa.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Professor Eduardo José Viola.

Passo agora a palavra a S. Ex^a o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Presidente, Senador Fernando Collor; querido Professor José Goldemberg, que, em tão poucos minutos, o senhor nos brindou com um conhecimento e um alerta muito significativo sobre o que pode ocorrer no mundo – muito obrigado pela lição; prezado Professores Sérgio Besserman Vianna e Eduardo José Viola, que nos deram uma contribuição muito significativa, inclusive ao abordarem a questão da sustentabilidade, da pre-

ocupação com o meio ambiente, com a combinação de realização de justiça:

Queria somar-me ao apelo do Senador Cristovam Buarque.

Presidente, nós temos uma oportunidade imediata, pois, amanhã, a Presidente Dilma Rousseff estará aqui, às 10h, em uma sessão com os Senadores sobre o Dia Internacional da Mulher. Quem sabe Senadoras como Ana Amélia e outras vão ter a palavra, mas acredito que V. Ex^a poderá transmitir ao Presidente José Sarney. Não sei exatamente quais Senadores usarão da palavra amanhã, no diálogo com a Presidente, quando ela estiver no plenário, mas quero dizer que V. Ex^a certamente terá o respaldo de todos nós, desta Comissão, que temos acompanhado a sua preocupação para transmitir, seja pelas palavras de V. Ex^a ou das Senadoras que irão usar da palavra ou do próprio Presidente José Sarney, que certamente o fará. Que V. Ex^a possa transmitir, na oportunidade da visita da nossa Presidente ao Senado, essa preocupação que V. Ex^a tem externado aqui, desde que iniciamos esses preparativos, e na Subcomissão presidida pelo Senador Cristovam Buarque. V. Ex^a, a cada semana, aqui, tem reiterado que possa a Presidente, inclusive, por ocasião da visita próxima que realizará o Presidente Barack Obama, dia nove de abril, externar a importância de ele estar aqui, bem como transmitir, com a força que V. Ex^a transmitiu em 1992, quando, inclusive, pediu ao Ministro à época, José Goldemberg, que se deslocasse pelo mundo e falasse com pessoas como o Primeiro-Ministro da China, tendo tido sucesso no diálogo ali havido, e certamente houve outros – nem todos os diálogos ele contou aqui –, o desejo de que a Rio+20 tenha sucesso semelhante àquele que aconteceu na Rio 92.

Então, eu quero transmitir a V. Ex^a, somando às palavras que o Senador Cristovam proferiu, o nosso apoio de consenso para que, amanhã – é uma oportunidade excelente a vinda dela ao Senado –, este tema seja transmitido, para que ela perceba que terá toda a força de nós, Senadores, para dar a maior importância possível. Sugiro que isso possa ser transmitido ao Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado e ao Ministro titular hoje da Ciência e Tecnologia, bem como para a Ministra Izabella, do Meio Ambiente.

Com respeito à preocupação que os professores aqui mencionaram de como compatibilizar a sustentabilidade com a realização de justiça, volto a transmitir uma sugestão que existe no livro recente e qualificado como excelente pelo Prof. Philippe Van Parijs. Ele destaca que a recomendação do Prof. Edward Glaeser, no livro *O Triunfo das Cidades*, recém-traduzido para o português como *Centros Urbanos*, é que uma

preocupação inteligente com o meio ambiente precisa abraçar incentivos. Através do mundo, podemos adotar uma taxa de emissão global que venha a incidir sobre as pessoas que causam maior dano à sociedade por suas emissões de carvão. Oponentes do grande governo, compreensivelmente, poderão se preocupar com esse tipo de política se somente vai adicionar uma nova fonte de receita para o governo, mas essa preocupação poderá ser significativamente reduzida se houver um compromisso público de realizar um pagamento a todos os cidadãos de um chamado dividendo de energia, da mesma maneira como o Estado do Alasca paga a cada um dos seus 700 mil cidadãos hoje um dividendo anual decorrente dos *royalties* da exploração de recursos naturais, como o petróleo.

Fica essa sugestão como uma possível reflexão para a Rio+20.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Eduardo Suplicy.

Antes de passar a palavra aos palestrantes para oferecer respostas às indagações de S. Ex^{as} os Senadores Cristovam Buarque e Eduardo Suplicy, gostaria de dar conhecimento a V. Ex^{as} de uma nota que agora, questão de meia hora atrás, aparece nas redes sociais:

Para evitar que o arquipélago de Kiribati, no Oceano Pacífico, literalmente ‘suma do mapa’, o presidente do país, Anote Tong, está considerando deslocar toda a população para a principal ilha de Fiji, Viti Levu. Kiribati tem 103 mil habitantes.

“Não gostaríamos de colocar todo mundo em um pedaço de terra, mas se isso se tornar absolutamente necessário, sim, podemos fazer”, Tong disse à agência Associated Press. “Isso não seria uma medida para mim, pessoalmente, mas para a geração mais nova. Para eles, mudar não seria questão de escolha. Isso vai ser uma questão de sobrevivência”.

As autoridades de Kiribati estão considerando comprar uma área de 6.000 acres (24 km²) colocada à venda por um grupo religioso por cerca de US\$ 9,6 milhões.

Fiji, que tem uma população de 850 mil habitantes, fica aproximadamente 2.250 Km ao sul de Kiribati. O governo local está estudando os planos do arquipélago vizinho para se manifestar oficialmente sobre o assunto.

Já o presidente de Kiribati espera a aprovação da compra pelo Parlamento do país – o que está previsto para ocorrer em abril – para discutir a mudança formalmente com as autoridades fijianas.

O governo kiribaitiano já considerou outras opções para contornar o problema, como escorar as ilhas com muros no mar ou mesmo construindo uma

ilha artificial flutuante – alternativa considerada muito cara pelas autoridades locais.

O temor é que o aumento do nível do mar por conta do aquecimento global inunde todo o arquipélago, que fica cerca de 4.000 km ao sul do Havaí e tem área total de 811 km². Quase a totalidade das ilhas de Kiribati são atóis.

Os efeitos da mudança no clima estão sendo sentidos não apenas pelos kiribatianos, mas também pelas populações de Tuvalu, Tokelau e Samoa. Alguns cientistas estimam que o mar esteja subindo cerca de dois milímetros por ano, ritmo que deve se acelerar.

À rede de TV do governo de Fiji, o presidente de Kiribati disse que se a mudança [a mudança da população] realmente ocorrer, será feita por etapas. Os primeiros a morar na nova terra seriam os mais qualificados, para que pudessem contribuir com a economia do país vizinho. O governo inclusive já lançou um programa educacional para migrantes.

“Não queremos 100.000 pessoas indo de uma vez só. As pessoas precisam encontrar emprego, não como refugiados, mas como imigrantes com conhecimento a oferecer, pessoas que têm um lugar na comunidade, que não devem ser vistas como cidadãos de segunda classe.”

Kiribati, que era conhecida como Ilhas Gilbert no período em que foi colônia britânica, tornou-se uma nação independente em 1979.

Para, então, responder às perguntas feitas por S. Ex^{as} os Senadores Cristovam Buarque e Eduardo Suplicy, passo a palavra ao Prof. Sérgio Besserman, depois ao Prof. Eduardo Viola e, por fim, ao Prof. José Goldemberg.

O SR. SÉRGIO BESSERMAN VIANA – Muito obrigado, Presidente.

Obrigado pelas perguntas, Senadores.

Com relação à questão da forma como há o desenvolvimento hoje, uma frase que tem se consagrado é “a ideia do crescimento a todo custo é a filosofia da célula cancerosa, e de mais ninguém”. E o nosso modo atual de desenvolvimento é baseado na globalização da economia de mercado. Os demais aspectos da vida social permaneceram no âmbito dos estados-nação. É o que a Sociologia alemã – aprendi um pouco com o Professor Eduardo Viola – chama de “poder decrescente do título eleitoral”. Quando o alemão votava, nos anos 60, ele estava decidindo “a”, “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”. Quando ele vota em 2010, ele decide “a”, “b”, “c”. O resto é decidido no plano global, e, no plano global, não há a mesma história que houve nos movimentos de massa dos estados nacionais, circunscrevendo os limites da ação do mercado: jornada de trabalho, traba-

lho infantil, questões em que o Senador Cristovam Buarque e o Senador Eduardo Suplicy tanto se destacam.

Mas isso não há no plano global. No plano global só o que há é a economia de mercado e a acumulação de capital. Esse déficit governança global é o que diz o Professor Eduardo Viola. Esse é um dos grandes momentos do nosso tempo. Estamos desafiados a, pela primeira vez na história, tomarmos uma decisão em um tempo mais dilatado. Os senhores governantes estarão convocados a trazer para hoje custos com vistas a evitar um problema que irá acontecer em vinte, trinta, cinquenta anos. Sabemos que sabedoria não terão, mas talvez a sociedade e a civilização consigam criar essa nova realidade. Será a primeira vez na história da humanidade. A taxa de retorno do governante é voto, e ele tem voto daqui a dois anos, quatro, oito. Em uma linguagem diferente, ama o próximo, mas será que o que vai nascer daqui a trinta, cinquenta anos, é um próximo?

Então, esta é a grande questão: o modo atual de produzir e consumir não apenas do ponto de vista das tecnologias utilizadas, mas da própria essência da sociabilidade voltada para o crescimento econômico a todo custo – o senhor tem escrito sobre isso, e eu tenho acompanhado – está condenado. O mundo não encontrará sustentabilidade dessa maneira.

Com relação à questão no Brasil, vou lembrar um fato curioso, que só rememorei há dois meses atrás, por razões de trabalho. A maior parte da imprensa que cobriu a Rio 92 mencionou o fracasso da Rio 92. Os senhores têm mais meios que eu para pesquisar a imprensa nacional e global.

Leiam as primeiras páginas de *O Globo*, *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo* e veja o fracasso da Rio 92. Entretanto, sabemos, quando olhamos vinte anos depois que, mesmo sob circunstâncias difíceis, das metas e das propostas não terem avançado, não pensamos na Rio 92 como um fracasso; pensamos nela como um sucesso – mesmo não tendo avançado a luta contra as mudanças climáticas, mesmo tendo pouco avançado na questão da biodiversidade. É verdade que houve o avanço social da primeira década do século, mas o principal – está nas metas do milênio, Agenda 21 – é que a Rio 92, ainda que sob o otimismo da época, um pouco ingênuo, ainda que depois não tenha encontrado meio de implementação, ela não só mudou a vida das pessoas, com a Agenda 21 e as negociações, mas também ela não pode ser acusada de lhe ter faltado coragem para fazer face aos problemas que tinham que ser enfrentados.

Então, não vou repetir que essa me parece ser a questão fundamental da conferência, mas eu diria que um *hedge* fundamental para o Governo brasileiro,

do qual o mundo espera uma mensagem acerca do tema “economia verde, combate à pobreza e desenvolvimento sustentável, seria ter uma proposta ousada, audaciosa e profunda. Se a conferência acolher, ótimo. Se a conferência não acolher, o Brasil sai, neste momento em que estaremos sob os olhos do mundo, com postura altiva. Em circunstância similar, embora um degrau a menos no processo, o Professor Goldemberg é responsável por um movimento político, com P maiúsculo, agregado em torno de ideias, um movimento que ocorreu na Rio+10, em Joanesburgo. Não era uma conferência comum, era mais como uma comemoração dos dez anos, mas que também foi acusada de vazia. Dez anos depois, decantada, ela é acusada de ter sido uma conferência vazia, mas o Brasil, lá, foi extremamente audacioso, em uma proposta de acolhimento global de utilização de fontes renováveis de energia até 2030. Então, o Brasil saiu bem.

Ouvi do Sr. Presidente e dos Srs. Senadores nessa direção. Não podemos ter controle do resultado de uma conferência que envolve tantos interesses, tanto dinheiro. Seria realmente muito importante para a sociedade brasileira que o mundo nos visse, nesse processo político mais amplo, como um daqueles que impulsionam a transformação e não como aqueles que fizemos o papel, mesmo que bem exercido do ponto de vista da técnica diplomática, de moderador em um momento que não é de moderação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor PTB – AL) – Muito obrigado, Professor Besserman. Em relação ao Senador Eduardo Suplicy...

O SR. SÉRGIO BESSERMAN VIANNA – Estou plenamente de acordo, especialmente na questão da justiça. A sociabilidade está no miolo do problema. O modo de produzir e consumir, hoje, não se sustenta não pelo seu impacto direto, mas porque ele é impeditivo do objetivo de generalização. Os demais bilhões de habitantes do planeta não têm o direito de ambicionar o mesmo modo de consumir e de viver que americanos, europeus e japoneses, ricos e classe média dos países emergentes têm. Essa injustiça básica tem que ser modificada, é indispensável.

Sem demagogia: sou ecologista, mas entrei no *site* Pegada Ecológica, e sou funcionário do BNDES – um funcionário bem remunerado, porque fiz carreira a carreira toda, até diretor – cedido à prefeitura. Não sou rico, não sou empresário, mas tenho um dos bons salários do setor público brasileiro. Se todas as pessoas do planeta consumirem como a minha família – e procuro ser bastante cuidadoso, aminha família também –, se todos fizerem isso, para não morrer todo mundo em vinte e quatro horas, precisaríamos de três planetas.

Então, o modelo não é generalizado. Isso não se modificará apenas por apelos à consciência; isso se modificará por mudanças nos preços. A sugestão que o Senador Suplicy mencionou é uma das mais inteligentes que há do ponto de vista da teoria econômica, embora completamente impossível de ser aplicada na prática: é cobrar um imposto global sobre emissão de carbono e devolver o dinheiro às pessoas. Quem consumir com a mesma intensidade de carbono fica zerado; quem baixar sua própria intensidade até coloca um dinheiro a mais no próprio orçamento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor PTB – AL) – Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Permita-me, Professor Sérgio Besserman Vianna, mas o que parece tão difícil é cada vez mais viável. Diversos países já estão utilizando uma cobrança de pedágio por um mecanismo que começa a ser cobrado agora – está nos jornais de hoje – experimentalmente em Indaiatuba, Campinas. Nessas cidades, vai se começar a cobrar, por *ship*, o quilômetro rodado. Então, a ideia de se cobrar de quem consome mais combustível faz crer que o que parece impossível está muito mais fácil. Inclusive, os carros não vão mais parar nos pedágios porque a informação vai para o *ship*.

O SR. SÉRGIO BESSERMAN VIANNA – Só para terminar, talvez eu tenha me expressado mal: sob o ponto de vista tecnológico e da ciência econômica, a proposta é perfeitamente factível e implementável, e dá para fazer. A bola está com os senhores políticos. O que eu quis dizer é que ela é impossível porque, se não conseguimos nem sequer o imposto global sobre todas as ações financeiras, imagine um imposto global. Ele tem que ser global porque a molécula de gás do efeito estufa não faz diferença se a origem é termelétrica chinesa, desmatamento da Amazônia, um táxi em Manhattan ou uma fábrica em Tóquio. Então, a humanidade nunca tomou decisões globais. A humanidade sequer existiu, a humanidade se divide em indianos e paquistaneses, israelenses e palestinos, flamenguistas e rubro-negros. A humanidade está convocada a ser algo que nunca foi e a pensar em um tempo muito maior. Ela tem vinte anos para isso. E é nesse sentido, da construção de um sonho que dependerá de fatores políticos do planeta e que tem que ser agora, é que fiz questão de usar a palavra ‘impossível’. Mas, na política, nada é impossível.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor PTB – AL) – Muito obrigado ao Professor Besserman. Passo a palavra ao Professor Eduardo José Viola, da Universidade de Brasília.

O SR. EDUARDO JOSÉ VIOLA – Bem, em primeiro lugar, eu queria concordar totalmente com V. Ex^a. Acho que começar por um imposto global ao carbono é impossível precisamente porque a lógica de Kyoto, na negociação de Kyoto, o que houve foi o triunfo da visão americana de criar uma estrutura de constrangimento do carbono com a criação do mercado de carbono. Isso não se entendia nem o que era, em um primeiro momento. Mas isso acabou se impondo, e por quê? Pela ideia de curto prazo, ou seja, o pensamento segundo o qual “isso não é mais um imposto, então é mais viável de passar politicamente nos países, particularmente nos Estados Unidos, do que um imposto ao carbono.

Todos os economistas dizem claramente que o imposto ao carbono é muito mais racional, primeiro porque a humanidade tem duzentos anos de experiência com imposto. Então, o mercado de carbono é um mercado com experiência mínima com alto custo de transação e provas históricas, na União Europeia, de fraude. Então, de algum modo, o imposto ao carbono existe antes de existir com esse nome. Todos os países que têm gasolina cara – e a maioria dos países europeus a têm – estimula carros menores, mais eficientes energeticamente e mais transportes coletivos, em geral.

Qual é o problema da opção americana pela gasolina? Foi historicamente uma gasolina baratíssima. Então, por isso a resistência era total ao imposto ao carbono. Mas acho que está chegando um momento... Agora, a experiência de Kyoto nos mostra que, particularmente na União Europeia, há dificuldade no mercado de carbono. Isso nos mostra a dificuldade no mercado de carbono. Por outro lado, volta com mais força a ideia do imposto ao carbono. Agora, como disse o Sérgio, ele não vai surgir a partir de um imposto global. Seria uma negociação interessante, que pode avançar até 2015, digamos, num cenário positivo, ou seja, reeleição de Obama, derrota importante do Tea Party nos Estados Unidos, maioria democrática na Câmara e Senado. Sem isso, o mundo não avança, porque o centro do mundo são os Estados Unidos.

O ponto é: isso pode acontecer. Temos oito meses, mas pode acontecer. Foi tão extrema a irracionalidade, em vários sentidos, do Partido Republicano, que realmente pode acontecer uma nova vitória democrata nas duas Câmaras. E, aí, depende de outra coisa: quais são as opções que o Obama fará no primeiro período de capital político da reeleição?

Mas eu diria que o que se pode negociar é, precisamente, uma distribuição das curvas de diminuição para os países desenvolvidos e de diminuição da curva de crescimento ou diretamente a queda de emissões... Desculpem; a diminuição da curva de crescimento mais rápido, ao menos nos países de renda média, e

a queda das emissões nos países de alta renda. E o mecanismo nacional mais eficiente pode ser o imposto carbono – em geral será. O ponto-chave que tem de haver: a substituição, ou seja, o imposto carbono vai substituindo gradualmente o imposto sobre o trabalho e o capital. Com isso, tem-se um motor super racional, e nós temos 200 anos de experiência histórica da humanidade com impostos. Essa seria uma boa oportunidade, inclusive, para o Brasil simplificar uma estrutura tributária totalmente obsoleta, digamos, com um custo de transações gigantesco.

Então, Senador, o meu conselho é ir a fundo com essa ideia, é ir levantando nesta Casa e na sociedade brasileira a tese do imposto carbono, porque acho que os ventos vão a favor disso totalmente.

Agora, em relação à colocação do Senador Cristovam, concordo plenamente que o Governo brasileiro está viciado em desenvolvimentismo tradicional. Ou seja: nós temos áreas do governo que já não estão mais viciadas. Por exemplo, hoje, claramente, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação é uma pasta que não está viciada em desenvolvimentismo. O Ministério do Meio Ambiente, obviamente, não é viciado em desenvolvimentismo tradicional. Mas outros Ministérios têm vícios variáveis, alguns bastante altos, outros médios. É o paradigma dominante, digamos. Essa é a realidade. Então, esse é um problema importante. E isso quando não vamos ao Itamaraty, que tem um papel-chave em tudo isso... E a história do Itamaraty é de desenvolvimentismo muito, muito profundo. E toda a história, além disso, do G77, a pressão do G77, que coloca um marco de modo que não se consegue diferenciar que o Brasil é um país que tem tudo a ganhar com a descarbonização. O interesse nacional do Brasil é o que mais coincide com o interesse geral da humanidade, porque é uma das economias mais descarbonizadas.

No nosso pecado terrível, o desmatamento da Amazônia, estamos conseguindo avançar; a maldição amazônica estamos superando, porque, em seis anos, passamos de um desmatamento médio, em 2000/2004, de 26 mil km² para 8.500 km² nos últimos três anos. Já estamos... E, apesar dos problemas do novo Código Florestal serem graves, não acredito que isso seja reversível na Amazônia. A sociedade brasileira... Isso é um avanço no tecido social irreversível.

Então, se não continuamos isso, estamos do outro lado com tudo... Nós não temos carvão, que é o principal problema da humanidade. O petróleo não é o principal problema da humanidade. O principal problema da humanidade é o carvão, que é um mineral barato e democrático, que nós não temos; daí a opção pelas hidrelétricas. O carvão é barato; o petróleo é cada vez mais caro, vai para substituição. O carvão

não. Têm carvão em grande escala os Estados Unidos, a China, a Índia e a Rússia. Então, esse é mais ou menos ou quadro.

Eu vejo que é possível, ou seja, tem que mudar o paradigma do Governo brasileiro. Eu fui muito otimista quando Lula mudou radicalmente no segundo semestre de 2009, mas, depois, a coisa se estagnou e, agora, há até um certo retrocesso. Se formos ver a política industrial do Governo Dilma, veremos que são políticas industriais muito do velho tipo. Outros países, como a China e outros, estão fazendo políticas industriais com um componente decisivo: a promoção do baixo carbono, por exemplo, emprego de tecnologias de baixo carbono. Não é o que acontece com a política industrial brasileira, principalmente se você toma como exemplo o caso dos carros etc.

Agora, sobre a universidade, eu diria o seguinte: as universidades são totalmente favoráveis ao sucesso da Rio+20. É um campo fértil. As pessoas sabem disso, mas um engajamento mais profundo é difícil. Isso tem a ver com o estado geral da sociedade, da juventude, a maior apatia em relação a determinadas questões sociais, com muito maior privatização da vida, digamos, ou seja: fatores que são próprios de ondas culturais de longa duração, fatores dos quais, aliás, os cientistas sociais sabemos menos que nada. Sabemos mais, às vezes, de ondas econômicas e políticas, mas as ondas culturais muito pouca gente tem estudado. Mas, tenham certeza, podem mudar as coisas.

A situação na universidade, ou ainda, sobre como fazer para que a universidade se mobilize, eu não tenho a resposta. Contudo, pode ser que haja mobilização, particularmente, quando se aproximar a data da conferência, pode ser que haja. Isso dependendo da dinâmica mundial.

Por último, ter uma reunião com a Presidenta Dilma me parece fundamental. Insisto... Amanhã? Amanhã. Eu acho que eu diria claramente: “existe todo o risco do fracasso”. Se não é pela questão... Porque, embora o paradigma dela seja um paradigma mais desenvolvimentista clássico, ela é sensível à questão do sucesso ou do fracasso da conferência. E eu não acho que o Brasil será acusado do fracasso da Conferência Rio+20. Não é esse o problema, mas é uma oportunidade que... Qual é o interesse de Dilma? Não é a conferência, mas o capital político. Uma conferência internacional bem sucedida dá capital político. Está certo? Então, por esse lado, ela pode ser sensível à persuasão. Como vão as coisas, não vai ter capital político.

Também não quer dizer que Brasil será o responsável pelo fracasso da conferência, porque não é verdade. Será uma conferência que passa, assim, praticamente, como uma coisa muito rotineira, sem

realmente colocar a coisa do *upgrade*, digamos assim. Como dizia, Sérgio, se o Brasil hoje já está todo jogado, digamos... Pelo menos diplomaticamente o Brasil tem uma posição mais incisiva e consistente de avanço. Pode não ganhar nada no plano interestatal diplomático, mas pode ser uma mensagem super favorável de *softpower* e de genuíno interesse universal da humanidade. Mas, ao mesmo tempo em que favorece o *softpower* do Brasil, favorece o poder político de Dilma. Então, esse seria o argumento que eu usaria em relação a ela.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Grato ao Professo Eduardo José Viola, da Universidade de Brasília.

Passo a palavra ao Professor e Ministro José Goldemberg.

O SR. JOSÉ GOLDEMBERG – Senador Cristovam, eu não poderia concordar mais com a sua observação de que o paradigma utilizado pelo atual Governo brasileiro é o paradigma do século passado; lembra um pouco a visão de Lênin de que socialismo é dialética etc. Há alguns setores mais esclarecidos, mas eles não são muito importantes. No núcleo do governo é evidente a percepção de que a visão é desenvolvimentista e que qualquer coisa que coloque alguma restrição ao desenvolvimentismo deve ser afastada. Isso tem explicado várias das batalhas políticas que ocorrem aqui no Brasil; são batalhas mais ou menos inúteis: saber se constrói Belo Monte ou se não se constrói Belo Monte? Foram construídas dezenas de hidrelétricas aqui no Brasil e jamais criaram qualquer espécie de problema.

Há magníficas hidrelétricas aqui no Brasil, A hidrelétrica de Itaipu é um excelente exemplo de uma hidrelétrica. Não há nada de intrinsecamente ruim com hidrelétricas. De vez em quando, alguém descobre que no Suriname, por exemplo, há uma hidrelétrica que criou problemas, mas a gente até entende porque criou problemas; é um problema local. Mas essas ideias de fazer Belo Monte sem maiores considerações... Acaba que há umas trinta ou quarenta outras hidrelétricas na Amazônia que não criariam problemas do mesmo tipo. É notório! Isso, inclusive, está nos planos. São hidrelétricas que foram estudadas. Esse grande economista inglês, Sir Nicholas Stern, coordenador o Relatório Stern, tem feito essas observações de que, se nós atuarmos agora, vai sair muito mais barato do que coarmos depois. O Presidente Collor citou exemplo, quer dizer, se Kiribati for inundada, é irreversível. Aí não é que vai custar mais caro, vai ter um custo infinito. Então, esse grande economista inglês tem argumentado sempre que, se tomar providências agora, é muito mais barato.

Acho que é um problema de esclarecimento das pessoas. É interessante o que tem ocorrido aqui no Brasil. Os senhores sabem que a Prefeitura do Município de São Paulo e o Estado de São Paulo adotaram leis concretas, determinando a redução das emissões até o ano 2012 ou 2020. Há leis que foram aprovadas em São Paulo. No caso federal, foi aprovada uma lei pelo Congresso Nacional, uma lei bem mais complicada, que revela um pouco esse espírito de não acreditar muito nessas coisas, e há dificuldade para se cumprir a lei porque a política econômica do Governo Federal torna muito difícil o cumprimento dessas metas.

Acho que a observação final que eu faria sobre essa questão seria a seguinte, Senador Cristovam Buarque, meu colega de universidade por muitos anos, reitor na época em que eu era reitor também, à medida que a situação for piorando, e vai piorar – lamentavelmente, a situação vai piorar –, os governos vão cair na real, o quanto antes melhor e isso já está demonstrado. O quanto antes melhor, e não é uma questão de levantar fantasmas etc. e tal, mas simplesmente argumentar. E a sugestão do Senador Suplicy é magnífica: ou amanhã ou em uma outra oportunidade. O que está em jogo, em primeiro lugar, é o interesse do País. Em segundo lugar, o interesse da própria Presidente.

Realmente, eu acho que será miopia de parte da Presidente não perceber que essa é uma oportunidade perdida para ela mesma.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Professor José Goldemberg.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – O Goldemberg lembrou de nossa velha amizade, e eu estava lembrando aqui de uma conversa de que provavelmente ele não se lembra. Na beira de uma piscina, em uma das reuniões de reitores, não lembro em que cidade, falamos de assunto sobre o qual gostaria que você falasse, porque tenho lido seus artigos e, como está sendo transmitido pela televisão e é muito importante: é o papel da energia nuclear; o que é a favor e contra como alternativa dentro dessa busca de um desenvolvimento limpo, sustentável. Gostaria que pudesse dizer duas ou três palavras sobre as vantagens e desvantagens da energia nuclear.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Por favor, Professor e Ministro José Goldemberg.

O SR. JOSÉ GOLDEMBERG – Olha, Cristovam, eu falarei duas ou três palavras, mas o que eu recomendaria é o seguinte: o *The Economist* deste fim de semana tem uma magnífica matéria sobre energia nu-

clear e não tem nenhum sabor de Green Peace, nada disso; é o *The Economist*, a melhor revista nessa área.

Posso resumir os argumentos em duas palavras. O primeiro argumento é o seguinte: a energia nuclear está deixando de ser competitiva. Ela nunca foi; quer dizer, realmente houve uma tal manipulação de dados, sobretudo pelo governo francês, pelo menos os economistas nunca conseguiram entender direito o que eram armas nucleares, o que era energia nuclear para fins pacíficos. Ela nunca foi competitiva, mas agora, realmente, está perdendo a competitividade. O *The Economist* fala isso muito bem. Nos Estados Unidos, o preço do gás caiu porque a produção de gás aumentou e, portanto, não tem condições de competitividade. Esse é o primeiro argumento.

O segundo argumento é que segurança absoluta não existe. Fukushima mostrou isso. Qualquer pessoa sabe disso.

Presidente, cada vez que abro o jornal e vejo um acidente de trem, fico me perguntando como é que as pessoas são indiferentes em relação à tecnologia. Trens existem há mais 150 anos e continua a haver acidentes de trem. É uma coisa inacreditável, simplesmente, porque, do ponto de vista tecnológico, trens são simplíssimos. E, com uma tecnologia mais complicada, com reatores nucleares ou com aviões, as coisas acontecem. Então, a ideia de que nós agora vamos fazer um avião cem por cento seguro ou um reator cem por cento seguro não existe. Qualquer pessoa da área de tecnologia sabe disso. Esse é o segundo argumento.

O terceiro é que acidentes nucleares são terrivelmente caros. Não pelo número de mortes que produzem, porque há outros acidentes que provocam muitas mortes, mas pela disrupção social que causam. Então, vejam, em Chernobyl, até hoje – aquele acidente ocorreu há 26 anos –, em torno de Chernobyl, há uma área de três mil quilômetros quadrados, que é um área de 60x50 quilômetros, inabitada até hoje, a população foi removida. Em Fukushima, 80 mil pessoas foram deslocadas, não podem voltar para o lugar, e o governo japonês fez uma estimativa de quanto custou o acidente nuclear, não o *tsunami*: US\$275 bilhões. Quer dizer, não tem condição de competir com outras fontes mais amenas, e que estão se firmando, rede elétrica, energia eólica. A energia eólica está ficando competitiva aqui no Brasil, sobretudo interessa muito aos Estados do Norte e Nordeste. Há uma concepção não muito correta, as pessoas acham que a energia eólica beneficia o Sul. É claro que sempre é possível fazer alguma coisa, mas, realmente, o potencial está naquela região.

De modo que acho que essa é a resposta. Quer dizer, não é preciso ser antinuclear. Inclusive eu me

formei nessa área nuclear, é que há opções melhores. Essa é a resposta.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Professor Ministro.

Pergunto se os Senadores estão satisfeitos com as respostas. *(Pausa.)*

Muito obrigado.

Eu gostaria de fazer algumas considerações finais, com a permissão de V. Ex^{as} em relação à questão da Rio+20. Pelo que foi visto e ouvido aqui, é indispensável que, para que nós alcancemos o sucesso da Rio+20 – nós, seres planetários –, é fundamental que possamos elevar o nosso nível de ambições. Não podemos nos conformar apenas com um pequeno avanço aqui e um pequeno avanço acolá cuja resultante fica próxima do zero. Temos que elevar o nosso nível de ambições e, para elevar o nosso nível de ambições, é necessário que falemos mais alto, que nós tenhamos uma presença mais afirmativa e que possamos conclamar os chefes de governo e de Estado para a responsabilidade que eles têm para o futuro do Planeta e para o futuro das gerações que se avizinham.

Então, a elevação do nosso nível de ambições julgo, salvo melhor juízo, fundamental para que possamos ter uma agenda efetivamente adequada às necessidades por que passam o Planeta e a população mundial.

Algumas outras considerações em relação às mudanças que terão que haver para que nós possamos mudar os atuais modelos econômicos que estão aí em vigência. É difícil? É, mas não é impossível. É difícil porque modificarmos os hábitos, o *modus vivendi* das pessoas é muito complicado. Ontem mesmo, pela televisão, lamentavelmente, recapitulando aquelas cenas de Fukushima, houve um aviso seis ou oito horas antes, por parte das autoridades japonesas, para que a população daquela área evacuasse rapidamente aquela região porque estaria por acontecer um acidente grave da natureza, que iria, enfim, destruir aquela área.

Ontem, rememorando aquilo e vendo as pessoas que simplesmente não acreditavam e que ficaram, uns em cima, outros filmando com celular, outros filmando com isso, com aquilo, ou seja, é muito difícil mudar a cabeça das pessoas.

Quando se fala que o Planeta corre o risco de desaparecer; quando se fala no risco, por exemplo, de países que são ilhas de desaparecerem, essa nota que saiu hoje da *Associated Press*, que mostra o Presidente de Kiribati negociando com o Presidente das Ilhas Fiji um espaço para comprar, para realocar a população daquele país nas Ilhas Fiji, é algo... Meu Deus do céu! Estamos retirando, arrancando aquele povo de suas raízes, de sua terra, para viverem numa outra localidade. Isso é algo, como disse o ex-Presidente das Maldivas,

naquela reunião com o Rei da Suécia e os cientistas: “Muito bem, os senhores estão discutindo aqui. Está ótimo. Mas, enquanto isso, meu país está afundando”.

Então, diante da iminência desse desastre, é que nós precisamos nos juntar mais, nós, a sociedade civil; o governo pode fazer e haverá de fazer, mas até um certo nível, um certo ponto. Aqui foi falado sobre a questão do Itamaraty. Tenho acompanhado de perto o trabalho realizado pelo Itamaraty. Sou daquelas pessoas que confiam na instituição Ministério das Relações Exteriores e confio plenamente na altíssima qualificação dos nossos diplomatas. Não somente eu que digo isso, é um reconhecimento mundial. Todos têm feito um trabalho fabuloso. Quando a gente reclama que podia ter feito mais, é porque é uma carreira de Estado, e esse a mais que a gente pede para que um funcionário de Estado faça, ele não o fez porque ali chegou ao nível de sua autonomia e ao nível de sua competência funcional. Eles trabalham até aquele limite, dentro de suas atribuições específicas, mas estão fazendo o melhor possível, estão fazendo o melhor que eles podem.

Por exemplo, o Embaixador Figueiredo – e queria aqui fazer as escusas pela ausência dele, porque, ontem à noite, chegou ao Brasil o Subsecretário de Ciência e Tecnologia do governo americano, que veio ao Brasil para tratar, no caso, com o Governo brasileiro sobre as questões da Rio+20, no que se refere à agenda de ciência e tecnologia. Ele que, como nós sabemos, é Subsecretário-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores. Ele inclusive falou com o Professor Ministro Goldemberg, falou com todos, que teve de se ausentar em função disso, ou seja, ele gostaria de estar aqui para debater, para permanecer até o final da nossa audiência pública, mas não pôde em função desse compromisso importantíssimo. Todos nós sabemos que, se o Presidente Obama não vier, não atender ao convite feito para estar presente na Rio+20... Não acredito que isso aconteça, porque, como aqui foi dito, se não me engano, pelo Senador Eduardo Suplicy, nessa visita que a Presidenta da República irá fazer em breve, visita de Estado, aos Estados Unidos da América, eu tenho certeza de que consta da agenda dela, como Presidenta da República, não somente o convite para que Sua Excelência o Presidente americano venha, mas até mesmo uma convocação ao Presidente americano. Porque o Presidente americano tem uma particularidade: ele foi eleito, diferentemente dos outros, das suas contrapartes, dos outros candidatos à presidência, numa eleição muito diferenciada. Os chamados *fundraising* das campanhas eleitorais americanas eram feitas – ainda são, não é? – de maneira tradicional, reunindo grupos de empresários, grupos ativistas disso

ou daquilo, para ter os recursos para fazer a campanha. E os recursos que o Presidente Obama utilizou em sua campanha vieram, por intermédio da Internet, dos jovens, da geração futura. Foram os jovens que deram o alicerce para a vitória do Presidente Obama. Eles doavam um dólar, cinco dólares, três dólares, dez dólares. Então, em nome dessa geração que elegeu o Presidente dos Estados Unidos da América, ele não poderá faltar a essa conferência, e não poderá faltar ao chamamento que está sendo feito, por este mundo inteiro, para que a maior potência do Planeta possa colaborar efetivamente para nós elevarmos o nosso nível de ambições em relação à Rio+20.

Esse *Draft Zero* que a ONU nos proporcionou, o lugar desse *Draft* – perdoem-me – é no lixo. Não vale de nada, de nada. O que o Itamaraty pode fazer em relação ao *Draft Zero*? Eu tenho certeza que os diplomatas, ao lerem esse *Draft*, eles têm a mesma consciência que nós. Mas acontece que não podem falar isso, não podem dizer isso. Eles têm meios de trabalhar. “Não, porque tem muita conversa”, mas a diplomacia é assim, a diplomacia é assim. O fato é que, até agora, temos tido somente êxitos com a atuação do Itamaraty. Não preciso nem falar no trabalho realizado por Rio Branco, que consolidou as nossas fronteiras e o nosso território.

Em relação também – perdoem-me, mesmo porque acompanhei de perto, isso aconteceu agora, durante o período em que estamos aqui na Comissão de Relações Exteriores – àquela resolução que foi levada ao Conselho de Segurança das Nações Unidas que redundou no ataque terrestre à Líbia, o Brasil votou contra. Ou seja, ele se absteve, mas lá a abstenção é considerada voto contra. Porque são 15 no Conselho de Segurança. Tem os permanentes e o restante, os temporários. Então, são 15. Precisa-se de nove votos para se aprovar uma resolução. Então, a abstenção não deixa de ser um voto contrário. O Brasil se posicionou contrariamente.

Em relação à questão da Síria, a Síria é algo muito delicado. Não se pode imaginar, até por sua localização geográfica, fazer algo na Síria como se fez na Líbia. Eu acho que não deveria ser feito absolutamente nada disso. Eu inclusive disse, anteontem, que as Nações Unidas precisam ter um caráter mais humanitário, um caráter de discussão de problemas, por exemplo, como esses ambientais, do que simplesmente servir como catapulta para as ambições das potências do centro, que só pensam em utilizar suas armas para invadir aqui e invadir acolá. Eu acho que existem outros meios de fazermos esse convencimento. A questão da Síria é uma questão muito delicada, muito delicada. Ali, qualquer litígio maior que exista tem que ser muito

to bem pensado. Por isso que tem que ser muito bem pensado. É lamentável o que acontece lá. Nós todos somos solidários com a tragédia que está ocorrendo naquele país. Mas nós temos que pensar que a tragédia poderá ser muito maior se a atitude a ser tomada em relação àquele país não for uma atitude de prudência e eficiência. Porque não se pode resolver esse problema de uma maneira que tenha etapas: na primeira etapa vamos fazer isso, na segunda aquilo, na terceira, na quarta, na quinta, na sexta... Temos que tomar uma decisão, e uma decisão que seja única para resolver aquele problema que hoje atormenta cada um de nós quando ligamos a televisão e assistimos ao noticiário.

Em relação à Rio 92, o que aconteceu? O mundo, em relação à questão ambiental, em relação à questão do desenvolvimento sustentável, que naquela época também estava na pauta da nossa agenda, evoluiu muito mais antes da Conferência do que propriamente depois da Conferência. É como se os países todos que acorreram ao Rio de Janeiro para participar da Rio 92 quisessem estar ali mostrando o seu dever de casa feito. Então, todos se apresentaram muito bem. Todos. Inclusive o governo americano. Aqui esteve o Presidente Bush, passou dois dias aqui, assinou o Tratado de Biodiversidade e todos os outros, ele que havia sido pressionado fortemente por sua base eleitoral nos Estados Unidos para que não viesse e não assinasse essas convenções. Mas ele veio.

Bom, o que aconteceu depois da Rio 92 não foi uma questão, no meu entender, de fracasso. Porque até hoje a Conferência Rio 92 é considerada pelas Nações Unidas a melhor e mais bem sucedida conferência realizada pelas Nações Unidas. E assim o foi. Porque uma conferência como essa nós medimos por dois fatores: primeiro, a presença de chefes de estado e chefes de governo; segundo, pelo nível das decisões tomadas, pelo conteúdo da agenda que está sendo discutida e pelas decisões tomadas. Sem esses dois pilares nós não podemos considerar uma conferência com resultado sequer satisfatório. A Rio 92 reuniu esses dois pilares, juntou esses dois pilares. E nós tivemos um pós Rio 92 como se fosse uma ressaca, daquele tipo em que pessoas dos países todos diziam: “Nós fizemos o nosso dever de casa, nós nos apresentamos lá, saímos todos muito bem, agora podemos relaxar um pouco”. E esse é que foi o grande equívoco, o erro, que não dependia de nós, que estávamos sendo os anfitriões da Conferência, mas de todos aqueles que participaram e que parece que se esqueceram dos compromissos que haviam firmado.

Outro dia, aqui mesmo, semana passada, ouvi de um Senador que se empossou recentemente, um Senador companheiro nosso: “Olha, eu fiz a minha cam-

panha para governador no meu Estado baseado nos pontos da Agenda 21. Eu peguei a Agenda 21, achei que aquilo estava tão bom que dava um programa de governo. E fiz a minha campanha, vitoriosa, em cima do que está contido na Agenda 21”.

De modo que não se trata de querer que a Rio+20 repita a Rio 92. São duas épocas completamente diferentes, são dois momentos absolutamente díspares. Nós não podemos querer sequer comparar o sucesso de uma com a outra. Não. Não é por aí que eu acho que devemos caminhar. Eu acho que devemos caminhar, isto sim – repito aqui, porque venho enfaticamente defendendo –, elevando o nível das nossas ambições em relação à agenda do que vai ser tratado na Rio+20; elevando o nível das nossas ambições no documento final que será preparado depois da Rio+20; e elevando o nível das nossas ambições, fazendo com que os chefes de estado e de governo estejam conscientizados da importância, para eles próprios, em seus países de origem, caso eles se ausentem dessa conferência. A sociedade civil mundial não irá perdoar essa ausência, que vai significar omissão diante da solução de problemas que estão hoje afligindo todo o nosso Planeta.

Por fim, eu gostaria, mais uma vez, de agradecer a presença de todos os nossos palestrantes da noite de hoje. Foi uma noite extremamente proveitosa, até porque o Professor Ministro Goldemberg lembrava de várias passagens sobre a Rio 92. E o que fez o Professor Goldemberg era aquilo que somente caberia a um enviado do Presidente da República com a envergadura do Ministro Goldemberg, com o reconhecimento internacional que ele tem, porque aonde ele chega, em qualquer lugar do mundo, todas as academias de ciências lhe rendem homenagem, então, ele era recebido por todos. E falava uma linguagem direta e objetiva, como um plenipotenciário, vamos dizer assim, do Presidente da República e do País. Então, é assim que nós também conseguíamos trazer algum convencimento para esses chefes de estado e chefes de governo.

Quanto à Presidenta da República, ela está, sim, muito interessada no sucesso da Rio+20. Ela está interessada. É claro que ela percebe que a Rio+20 é uma grande plataforma para que a opinião do Brasil possa ser ouvida em mais alto e bom som. O Brasil está na vanguarda das questões que vão ser tratadas na Rio+20. O Brasil não tem nada a esconder. O Brasil só tem coisas positivas a mostrar. Então, ela, como chefe do Estado brasileiro, tem todo interesse em chegar e mostrar ao mundo: “Está aqui o que o Brasil vem fazendo e o que o meu governo está realizando. Nós estamos fazendo o nosso dever. Eu queria convidar vocês, meus companheiros de governo, para que

façam a mesma coisa”, e por aí afora. Então, ela tem esse interesse.

Se estiver faltando, segundo a opinião de alguns, um pouco mais de empenho aqui ou acolá, vamos tratar disso, atendendo à solicitação muito oportuna de S. Ex^{as} o Senador Suplicy e o Senador Cristovam, e minha também. Vamos conversar com a Presidenta Dilma, levar a ela algumas das nossas preocupações. Somente pediria vênias a S. Ex^{as} os Srs. Senadores de que talvez amanhã não fosse o melhor dia. Porque é o Dia Internacional da Mulher, ela será homenageada com o prêmio Bertha Lutz, muito merecidamente, e o ambiente será outro, um ambiente festivo, em que estaremos todos confraternizando com o Dia Internacional da Mulher. Mas posso, com a aquiescência dos Srs. Senadores, solicitar oficialmente ao Palácio do Planalto uma audiência para que ela receba um grupo de Senadores da Comissão de Relações Exteriores para tratar da questão da Rio+20.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Estamos de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito bem. Amanhã mesmo tomarei a iniciativa de solicitar essa audiência. E tão logo a Presidenta marque a audiência, nós estaremos lá, na companhia de S. Ex^{as} os Srs. Senadores, além do Senador Eduardo Suplicy e do Senador Cristovam, outros Senadores e Senadoras desta Comissão que queiram fazer parte.

Antes de encerrarmos a presente reunião, agradeço a presença de todos, em especial de nossos convidados, o Professor Ministro José Goldemberg, Professor e ex-Reitor da Universidade de São Paulo, ex-Ministro de Educação, ex-Secretário de Ciência e Tecnologia da Presidência, ex-Secretário de Meio Ambiente também da Presidência; o Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, Subsecretário-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia. Ontem chegou o Subsecretário de Ciência e Tecnologia dos Estados Unidos e pediu um encontro com ele. É um bom sinal. Então, foi por isso que não pôde permanecer até os termos dos trabalhos.

O professor Sérgio Besserman Vianna tem trabalhado incansavelmente pelo sucesso da Rio+20, tanto na agenda como na questão logística. A Prefeitura do Rio de Janeiro tem feito um grande trabalho. O Prefeito Eduardo Paes tem se empenhado também bastante para que a questão logística esteja ao nível dos nossos convidados. O professor Sérgio Besserman é professor do Departamento de Economia da PUC do Rio de Janeiro. O professor José Eduardo Viola já é nosso convidado aqui em outras oportunidades também e sempre vem trazendo a sua grande e brilhante contribuição para os nossos debates. Ele é professor

do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

Agradecer a todos pela importante contribuição aqui oferecida.

Agradecer a Sua Excelência os membros do corpo diplomático, Sua Excelência a Senhora Embaixadora Sudha Devi K. R Vasudevan – Embaixadora da Federação da Malásia; Sua Excelência o Senhor Embaixador Thomas S. Bvuma – Embaixador da República do Zimbábue; Sua Excelência o Senhor Embaixador Horácio Sevilla – Borja – Embaixador do Equador; Sua Excelência o Senhor Embaixador Mohamed Mestiri-Borja – Embaixador da Tunísia; Sua Excelência a Senhora Embaixadora Martha A. Mavrommatis – Embaixadora da República do Chipre; Sua Excelência a Senhora Embaixadora Milena Smit – Embaixadora da Eslovênia; Sua Excelência o Senhor Embaixador Baker Fattah Hussien – Embaixador do Iraque; Sua Excelência o Senhor Embaixador Pradhumna B. Shah – Embaixador do Nepal; Senhor Abdelhamid Rahmani – Ministro Conselheiro da Embaixada da Argélia; Senhor Peter Katana Angore – Ministro Conselheiro da Embaixada do Quênia; Senhor A.W. Pathiraja – Ministro da Embaixada do Sri Lanka; Senhor Aleksandr Tserkovsky – Conselheiro da Embaixada da Belarus no Brasil; Senhor José Prada – Conselheiro da Embaixada da Espanha; Senhora Luisa da Palma Frago – Conselheira da Embaixada de Portugal; Senhor José Antonio Isa Herrera – Conselheiro da Embaixada da República Dominicana; Senhor Rafael Hidalgo Fernández – Conselheiro da Embaixada de Cuba; Senhor Petr Kvacek – Primeiro Secretário da Embaixada da República Tcheca; Senhor Jorge Luís Mendes – Primeiro Secretário da Embaixada da República da Guiné-Bissau; Senhor Juckarin Charoenphuk – Segundo Secretário da Embaixada Real da Tailândia; Senhor Glenns Thaddeus Etyang Ekisa – Terceiro-Secretário da Embaixada do Quênia; Senhor Pablo Ricardo Gorosito Pereira – Terceiro-Secretário da Embaixada do Uruguai; Senhor Samran Ruenreang – Assessor do Embaixador – Embaixada Real da Tailândia; Senhor Arnold Jacques de Dixmude – Assessor da Delegação da União Europeia no Brasil para Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente.

Essa reunião foi a que contou com o maior número de membros do corpo diplomático até agora, o que talvez é um motivo auspicioso para todos nós, porque o tema era a questão da Rio+20. Pelo menos, se pudermos tirar daí essa ilação de que o maior número de membros do corpo diplomático na audiência pública de hoje se deveu exatamente ao objeto da nossa audiência, que é a Rio+20, temos uma esperança maior do sucesso desta mesma conferência.

Por fim, convoco as Sr^{as} e os Srs. Senadores para nossa próxima reunião, a ser realizada dia 15 de março, quinta-feira, às 10h, neste plenário, com pauta deliberativa.

Muito obrigado a todos os senhores.

Muito obrigado aos Srs. Palestrantes.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 18 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 21 horas e 35 minutos.)

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2012, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 18 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dezoito horas do dia dezenove de março de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes o Senhor Senador **Eduardo Suplicy** e a Senhora Senadora **Vanessa Grazziotin**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e realiza a leitura de comunicados. Tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2011 – CRE, de autoria do Senador **Fernando Collor**, aprovado em 1º de março de 2011, que, “*nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam realizados, por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ciclos de audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2011/2012, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca do panorama geopolítico mundial e as perspectivas para a próxima década, especialmente no que tange à política externa, à segurança internacional e defesa nacional, e ao sistema de atividades de inteligência*”. O Presidente convida a compor e a fazer suas exposições o Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, Subsecretário-Geral Político III (África e Oriente Médio) do Ministério das Relações Exteriores (MRE); o Professor Márcio Scalercio, Professor do Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ); o Professor Doutor Williams da Silva Gonçalves, Professor do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); o Professor Jorge Muniz de Souza Morteau, bacharel em Geografia Política pela Universi-

dade de São Paulo (USP), e Mestrando em Assuntos Iranianos pela Escola de Relações Internacionais do Ministério de Relações Exteriores do Irã. Faz uso da palavra o Senador Eduardo Suplicy. Após a exposição final dos convidados, e não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, a Reunião é encerrada às vinte horas e cinquenta e um minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Declaro aberta a 11ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Algumas informações:

S. Exª, o Senador Cristovam Buarque, comunica que estará impossibilitado de comparecer aos trabalhos desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no período de 20 a 27 de março do corrente ano, pelos motivos especificados na cópia do requerimento anexo, solicitando as necessárias providências em relação à justificação de sua frequência junto a esta Comissão.

Em requerimento, diz S. Exª:

“Requeiro, nos termos do art. 13 do Regimento Interno, que seja considerada desempenho de missão política e cultural de interesse parlamentar no exterior, minha ausência às sessões plenárias no período de 20 a 27 de março de 2012, quando participei:

a. como membro que sou, do Painel – Grupo de Coordenação do Cálculo do IDH do Fórum Global de Desenvolvimento Humano, organizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), em Istambul, na Turquia; e

b. de reunião em Tbilisi, na Geórgia, a convite da Embaixada do Brasil na Geórgia, para tratar de assuntos relacionados à Conferência Rio+20, conforme cópias de documentos anexos.

Informo, por oportuno [continua S. Exª, o Senador Cristovam Buarque], que essa participação nesses eventos não representará quaisquer ônus financeiros para o Senado Federal.

Comunico ainda, para fins do disposto no art. 39 do Regimento Interno, que estarei ausente do País no período de 20 a 27 de março para atender aos compromissos acima descritos”.

Convite de S. Exª, o Presidente do Congresso Nacional e do Senado da República, Senador José Sarney, para que os integrantes desta Comissão participem da recepção ao Exmº Sr. Wang Zhaoguo, Vice-Presidente do Comitê Permanente da Assembleia Popular Nacio-

nal da China, em visita ao Senado Federal, no dia 21 de março de 2012, quarta-feira, às 12 horas, na sala de audiências da presidência.

Comunicados:

Quarto ciclo de audiências, relato do quarto painel:

O quarto painel destinou-se a discutir o meio ambiente, Conferência Rio+20, agenda, organização e expectativas.

O primeiro expositor foi o Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, Subsecretário Geral do Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores e presidente da Comissão Executiva Nacional para a Rio+20.

Ele recordou que a Rio+20 será a quarta de uma série de conferências da ONU sobre meio ambiente, iniciada em 1972, em Estocolmo, quando se realizou a Conferência Mundial sobre Meio Ambiente Humano.

Vinte anos mais tarde, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento, na Rio-92 ou Eco-92, acrescentou o tema do desenvolvimento ao viés ambiental, uma agenda que os países do hemisfério sul sempre defenderam com muita dificuldade nas Nações Unidas.

Dez anos mais tarde, em 2002, realizou-se a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, a chamada Rio+10, em Joanesburgo e, em junho próximo, a Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável, chamada de Rio+20, que terá como temas centrais a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza e a questão da governança para o desenvolvimento sustentável, no entendimento de que, se queremos aprimorar a conciliação entre os aspectos econômico, social e ambiental, temos de nos preocupar com uma estrutura de governança internacional capaz de responder à necessidade de abrigar essas três dimensões.

A Rio+20 será, de acordo com a sua avaliação, uma celebração do multilateralismo como via legítima de discussão e encaminhamento de problemas globais.

Na Rio+20, acredita o Embaixador, teremos oportunidade de discutir qual o futuro e o desenvolvimento que queremos. Ele não tem dúvidas de que todos os países do mundo querem um desenvolvimento que seja, ao mesmo tempo, forte no setor econômico, inclusivo na área social e capaz de proteger a base física da natureza.

Segundo ele, mesmo aqueles que têm sua visão muito focada na área ambiental entendem que a proteção do meio ambiente só será obtida com a integração e não com o seu isolamento das outras duas áreas.

A Conferência prevê também a realização de diálogos sobre o desenvolvimento sustentável com representantes da sociedade civil, cujos resultados

serão levados aos chefes de Estado e de governo, dos quais os organizadores esperam uma forte participação, além da presença de 45 a 50 mil pessoas que estarão credenciadas pelas Nações Unidas e que deverão estar presentes no Rio de Janeiro.

Concluindo, afirmou o Embaixador que a Conferência Rio 92 ou Eco 92 teve um cunho seminal para todos os avanços obtidos a partir da sua realização e, por esse motivo – refere-se ele ao presidente desta comissão, que a presidiu –, tem o apoio total do Governo brasileiro ao dizer que não podemos ter retrocessos na Rio+20.

O segundo palestrante foi o Professor Sérgio Besserman Vianna, do Departamento de Economia da PUC do Rio de Janeiro e titular da Câmara Técnica de Desenvolvimento Sustentável e Governança Metropolitana da cidade do Rio de Janeiro. Ele também é presidente do Conselho da Prefeitura para a Rio+20.

Segundo ele, há 40 anos, em Estocolmo, a humanidade começou a se preocupar com o futuro. Vinte anos depois, no Rio, havia um sentimento global que, em sua opinião, se revelou de um otimismo ingênuo de que a humanidade entrava em outra época. Líderes mundiais se referiam a um novo renascimento, e os economistas acreditavam que o mundo nunca mais viveria uma grande crise econômica.

Os economistas, sempre eles. Isso eu falo porque também sou economista.

Naquela ocasião, os líderes mundiais, frente às prenunciadas graves crises de mudanças climáticas, do ritmo de extinção da biodiversidade, da desertificação e perda de qualidade dos solos, criaram a Agenda 21, com todas as suas importantes ações concretas em diversos níveis.

Porém, analisou o Professor, a Rio+20, que tem como foco a economia verde e o combate à pobreza, ocorrerá em outro contexto histórico. Em primeiro lugar, estamos vivendo a maior crise econômica desde 1929, e a governança global não se demonstrou suficiente sequer para começar a enfrentar os grandes desequilíbrios macroeconômicos.

Em segundo lugar, a ciência nos informa hoje que a crise ecológica é muito mais grave do que imaginávamos, e a governança global registra lacunas quanto à capacidade de ação frente ao tamanho do problema.

No seu entender, estamos estragando significativamente a natureza da qual dependemos. E os riscos que a nossa civilização assumiu com relação às mudanças climáticas, à escassez de água doce e à extinção da biodiversidade não são mais possíveis de evitar.

Para ele, a dicotomia meio ambiente versus desenvolvimento econômico e social é perversa, porque todos os impactos da crise ambiental em todas as suas

dimensões abater-se-ão sobre os pobres do Planeta, os mais vulneráveis e com menos recursos para se defender. Combater a pobreza, acredita o professor, é enfrentar a crise ecológica.

A Rio+20, na sua opinião, será avaliada por sua coragem de assumir a gravidade dos problemas que a ciência nos informa hoje. Se tergiversar, sem reconhecer que estamos diante de um dos maiores desafios de toda a história da humanidade, o encontro nada acrescentará ao processo político e talvez não seja bem lembrado. Se, por outro lado, produzir os resultados necessários para que o processo continue avançando e assumir a necessidade de que a humanidade, até 2050, encontre fórmulas para continuar seu desenvolvimento sem degradar a capacidade de o Planeta continuar nos prestando os serviços indispensáveis à vida, a Rio+20 terá cumprido o seu papel, porque o desenvolvimento sustentável deve ser o tema central da economia, da sociedade, da política e do pensamento humano”, concluiu o Professor Besserman Vianna.

O terceiro palestrante do painel foi o Professor Eduardo Viola, do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Na sua visão, as perspectivas da conferência não são positivas. Ele não acredita num avanço equivalente ao conseguido pela Eco 92, ainda que no plano normativo, mas simbólico, pois os atores de primeira grandeza refletem no plano ambiental e climático o que ocorre com a economia. Esses atores são as três superpotências – Estados Unidos, União Europeia e China – e as cinco grandes potências – Japão, Índia, Rússia, Brasil e Coreia do Sul.

Na sua avaliação, entre as três superpotências, apenas a União Europeia tem uma atitude responsável quanto ao meio ambiente.

Para ele, o Brasil, como país sede da Rio+20, está diante de uma situação ambígua, em que a necessidade de promover o consenso lhe dificulta definir sua posição, mas acredita que o Brasil pode influenciar a dinâmica da conferência, apesar de avaliar que o Governo, com referência à Rio+20, não tem correspondido à ousadia da lei de mudanças climáticas aprovada em 2009.

Lamentou o Professor Viola que o rascunho zero da conferência, ao definir os três pilares do desenvolvimento sustentável – ambiental, econômico e social –, não incluiu a dimensão política na definição da dimensão social. Trata-se da governança global, decisiva para a evolução da humanidade, tanto quanto a superação da pobreza.

Ele vê nessa omissão o que considera uma lógica das Nações Unidas de evitar tratar de temas politicamente incorretos, termo utilizado por ele. Para o professor, falta também uma definição avançada do

conceito de economia verde. A esse fato ele atribui a busca generalizada do consenso e o temor, não inconsistente, de vários países de renda média, entre os quais o Brasil, de que se dê uma visão protecionista para a economia verde, favorável às sociedades detentoras de tecnologias limpas, ainda que nosso País domine todo o processo produtivo das tecnologias do etanol de primeira geração e da energia hidroelétrica.

Concluindo, ele acredita que, se houver, durante a Rio+20, uma grande mobilização por parte da sociedade civil mundial, capaz de impulsionar os governos reticentes e conservadores a assumirem posições mais progressistas, o quadro poderá mudar significativamente, mas, na sua visão, as maiores probabilidades dão conta de que a Rio+20 será uma conferência que não terá aproveitado as possibilidades, e os principais responsáveis pela falta de avanço terão sido, em primeiro lugar, os Estados Unidos e a China; em segundo, Índia e Rússia, ficando o Brasil em uma posição intermediária.

Segundo o Professor Viola, os países com as posições mais avançadas são os da União Europeia, conforme já aqui dito, com sua proposta de criar uma agência ambiental mundial, juntamente com o Japão e a Coreia do Sul.

O Professor José Goldemberg, da Universidade de São Paulo, ex-Ministro da Educação, ex-Secretário da Ciência e Tecnologia da Presidência da República e ex-Secretário do Meio Ambiente também da Presidência da República, concluiu as apresentações afirmando que os preparativos para a Rio+20 foram vítimas da indiferença em relação ao que dizem os cientistas.

Para ele, o rascunho zero adotou uma linguagem que mistura os três componentes do desenvolvimento sustentável, quando é muito difícil especificá-los. Segundo afirmou, essa conferência não terá um *day after*. Ele acredita que os chefes de Estado a ela comparecerão em número menor que no Rio, em 1992, e que, ao encerrarem a conferência, posarão para uma fotografia depois de, provavelmente, terem aprovado o documento zero preparado pelas Nações Unidas, que contém 128 parágrafos, dos quais 120 são exortações.

Recordou ele que o sucesso da Eco 92 se deveu ao fato de, três meses antes da sua realização, o Governo brasileiro ter tomado a decisão de enviar seus ministros pelo mundo para convencer os chefes de Estado a comparecerem ao encontro.

Revelou o cientista que as mudanças climáticas irão afetar gravemente os fluxos hidrológicos no mundo, inclusive no Brasil. No Estado do Acre, já há indicações claras de que esse fluxo está mudando. Uma hidroelétrica planejada para uma determinada capacidade não desempenhará o que dela se esperava.

Choverá mais no sul do Brasil, enquanto as chuvas diminuirão no norte.

No seu entender, a Rio+20 deveria abarcar os progressos obtidos desde 1992, ou a falta deles, e traçar novos rumos.

O Brasil tem nessa conferência uma enorme oportunidade, pois é líder em três áreas: na produção de energias renováveis, com a energia hidroelétrica e o etanol, e na inclusão social, com o programa Luz para Todos, que trouxe do séc. XIX para o séc. XX 10 milhões de pessoas que viviam no escuro. Esse tipo de reflexão, observou, não faz parte do documento Zero. Ele acredita que o Brasil está perdendo a oportunidade de exercer liderança internacional nessa área. A Rio+20 deveria resultar em decisões para que se discutisse concretamente a adoção de programas como o Luz para Todos, pois há vários países que se beneficiariam com o exemplo brasileiro. O mesmo se dá com o programa do etanol, um combustível renovável que substitui, no Brasil, 50% da gasolina.

Na opinião do Professor Goldemberg, a condução que o Governo Federal tem dado a essa conferência desperdiça a oportunidade capturada pelo Governo na Eco 92 de agir para dinamizar o encontro. É preciso que os chefes de Estado deixem o Rio de Janeiro com um roteiro sobre o que fazer, da mesma forma como saíram da conferência de 1992 após assinarem documentos, como a Agenda 21 e as Convenções do Clima e da Biodiversidade. Isso não consta do chamado Rascunho Zero ou *Zero Draft*.

Ele acredita que ainda há tempo para reverter essa situação, mas que é preciso, antes, superar a ideia de que há um confronto entre ambientalistas e desenvolvimentistas e de que os ambientalistas querem impedir o desenvolvimento. Os problemas, enfatizou o professor, devem ser encarados como os cientistas o fazem.

Ao concluir sua exposição, o Professor Goldemberg nos apresentou dados, segundo os quais o equilíbrio da atmosfera está mudando. As mudanças climáticas estão aquecendo a atmosfera e os oceanos. Mais água, então, se evapora, e mais precipitações ocorrem. A quantidade de terremotos e erupções vulcânicas não mudou nos últimos 100 anos, ao contrário da quantidade das inundações. Esse é um fenômeno que afeta toda a vida na Terra, concluiu o Professor Goldemberg.

Antes de dar início à nossa reunião de hoje, eu gostaria de fazer alguns comentários sobre o tema. Na sessão desta noite, estaremos debatendo a situação em dois importantes países com os quais o Brasil mantém uma longa e amistosa relação. Para melhor balizar nossa discussão, parece-me apropriado contextualizar

a situação na Síria, país de grande relevância regional e com o qual o Brasil tem profundos laços afetivos.

Na esteira dos levantes observados em diversos países árabes entre o final de 2010 e o começo de 2011, ocorreram, em 16 de março de 2011, os primeiros protestos na Síria. Após ação repressiva inicial, o governo sírio acenou com negociações como forma de lidar com as manifestações. No entanto, após discurso do Presidente Bashar al-Assad em rede nacional, o quadro político polarizou-se progressivamente, com a eclosão de manifestações de forma quase contínua em diversos pontos do país, seguidas de repressão cada vez maior pelo regime. Nessas circunstâncias, Estados Unidos e União Europeia começaram a adotar sanções entre fins de abril e começo de maio daquele ano contra membros do governo e familiares do Presidente al-Assad. O governo sírio passou a acenar com medidas de abertura política, com o início do diálogo com a oposição consentida. O primeiro encontro do diálogo nacional teve início em 10 de julho do ano passado e com anúncios de reforma constitucional e da legislação eleitoral simultaneamente ao aumento da repressão a manifestantes.

Em 3 de agosto de 2011, foi aprovada a declaração presidencial do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que pediu o fim imediato de toda a violência e conclamou todas as partes a agir da forma mais moderada possível e a abster-se de represálias, inclusive de ataques contra instituições estatais.

Uma semana depois, em 10 de agosto, por sua vez, missão conjunta do Ibas (Índia, Brasil e África do Sul), na qual o Brasil foi representado pelo Embaixador Paulo Cordeiro, um dos palestrantes da noite de hoje, foi recebida em Damasco pelo Chanceler Walid al Muallem e pelo Presidente Bashar al-Assad.

Na ocasião, os membros do Ibas ressaltaram a necessidade de medidas concretas por parte do regime para colocar fim à violência que assolava o país. Temas como a liberdade de imprensa e o diálogo com a oposição também foram abordados.

Em 4 de outubro do ano passado, sessão do Conselho de Segurança das Nações Unidas considerou o projeto de resolução de autoria europeia sobre a Síria. O projeto recebeu nove votos favoráveis dos Estados Unidos, de países europeus, do Gabão, da Nigéria, da Bósnia e Herzegovina, dois votos contrários, da China e da Rússia, e quatro abstenções, da África do Sul, do Brasil, da Índia e do Líbano. Em razão do veto de China e Rússia, o projeto não foi adotado.

O malogro do projeto europeu no Conselho de Segurança evidenciou falta de unidade naquele foro em relação à crise síria. Enquanto os Estados Unidos e os países europeus favorecem mensagem firme a

Damasco, bem como maior vigilância por parte do Conselho de Segurança, e rejeitam a equiparação dos meios violentos entre o regime e a oposição, China e Rússia se opõem ao que consideram filosofia de confronto e de condenação unilateral de Damasco, política que teria como agravantes a imposição de sanções e a possibilidade contemplada de uso da força. Para a Rússia, a lamentável lição líbia demonstra grave abuso das decisões do Conselho de Segurança das Nações Unidas. A Rússia anunciou reiteradas vezes que será terminantemente contra tentativas de converter o cenário líbio em norma, o que, no entender de Moscou, prejudicaria a autoridade e a reputação do Conselho.

O recurso à violência por setores da oposição tem crescido, inclusive por parte de desertores do exército, que fundaram, entre outros grupos, o exército livre sírio, o movimento dos oficiais livres e, mais recentemente, o exército de libertação da Síria.

Pedem à comunidade internacional três ações: fornecimento de armas aos rebeldes, estabelecimento de uma zona de exclusão aérea e ataques a centros militares do governo. Além disso, registram-se atentados terroristas em Damasco.

As críticas internacionais ao regime persistem e chamados às soluções drásticas têm-se tornado mais frequentes.

Comissão de inquérito instituída pelo CDH foi liderada pelo brasileiro Paulo Sérgio Pinheiro. O Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas apresentou, em 28 de novembro passado, relatório segundo o qual o governo sírio cometera diversas violações dos direitos humanos.

A posição dos Estados Unidos, segundo editorial do *The Washington Post*, de 8 de março passado, é evitar e prevenir crimes contra a humanidade, como os que se observam em Homs. A queda do Presidente Assad teria a consequência de representar um duro golpe contra o maior adversário estratégico dos Estados Unidos no Oriente Médio. Conclui o editorial do *The Washington Post* que, ao menos no momento, o governo está ganhando, e não perdendo, a sua guerra para manter-se no poder. O governo, naturalmente, do Presidente al-Assad.

Os esforços da comunidade internacional estão hoje sob a responsabilidade do enviado especial das Nações Unidas e da Liga dos Estados Árabes, o ex-Secretário-Geral Kofi Annan, que, em declaração do último dia 8 de março, no Egito, afirmou que qualquer aumento das operações militares causaria uma deterioração e pioraria a situação do país, colocando-se frontalmente contrário a uma intervenção militar na Síria, posição reiterada ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, em que, ademais de instar o Conselho

a agir em uníssono, advertiu que qualquer erro de cálculo que conduza a uma escalada maior terá impacto na região e será extremamente difícil de administrar.

Esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional apoia as legítimas aspirações do povo sírio por mais participação política, oportunidades econômicas, dignidade e justiça social. Repudia, de forma mais veemente, a violência contra manifestantes desarmados; e espera uma solução pacífica para a crise por meio de um processo político inclusivo liderado pelos próprios sírios.

No que diz respeito ao Irã, a retomada de negociações sobre o programa nuclear é esperada para o vindouro mês de abril. Dessas conversações, participação, além do Irã, os membros permanentes do Conselho de Segurança e a Alemanha.

Outro aspecto do problema iraniano diz respeito à aguda diminuição de sua produção petrolífera, que está voltando aos níveis da década de 1980, por deficiência tecnológica e pelo efeito das sanções econômicas aplicadas pelo Ocidente.

Como disse, então, a presente reunião destina-se à realização do 5º Painel O Mundo Árabe I – Síria e Irã.

Síria: posição contrária da Rússia e China, no Conselho de Segurança das Nações Unidas, a embargos ou outras sanções em face da probabilidade de sua transformação em intervenção armada.

Irã: embargo europeu quanto à compra de petróleo anunciada para o segundo semestre e a resposta do governo iraniano de suspender o fornecimento à Europa desde já.

Integrando o 4º Ciclo – Temas da Agenda Internacional, da série de audiências públicas Rumos da Política Externa Brasileira (2011-2012).

Para proferir as palestras de hoje e debater o tema foram convidados os seguintes especialistas e autoridades, a quem aproveito para dar as boas-vindas e convidar para que tomem assento à Mesa: S. Ex^a, o Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, Subsecretário-Geral Político III (África e Oriente Médio) do Ministério das Relações Exteriores do Brasil; Professor Márcio Scalercio, Professor do Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ; Prof. Dr. Williams da Silva Gonçalves, Professor do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ; e o Professor Jorge Muniz de Souza Mortean, Bacharel em Geografia Política da Universidade de São Paulo – USP, Mestrando em Assuntos Iranianos pela Escola de Relações Internacionais do Ministério de Relações Exteriores do Irã.

Convido a todos para tomarem os seus assentos à Mesa. (Pausa.)

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, tem a palavra S. Ex^a, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, quero saudar os convidados e, brevemente, sugerir alguns nomes. Muitos são professores, especialistas, ministros, ex-ministros, que têm colaborado com a reflexão sobre a Rio+20.

Eu ainda não tinha sugerido, mas gostaria de sugerir os seguintes nomes para serem considerados pela Comissão na sequência de debates: Leonardo Boff, teólogo, escritor, que muito se tem destacado, inclusive com o novo livro *The Tao of Liberation Exploring the Ecology of Transformation*, que foi considerado muito importante nos Estados Unidos, escrito juntamente com Mark Hathaway – são co-autores; Marina Silva, nossa ex-colega, ex-ministra, que tem enorme contribuição a dar; o Secretário de Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro, Carlos Minc, que estará certamente presente; o advogado, ex-Deputado, que tem tido uma atuação muito forte nesta área de meio ambiente, Fábio Feldmann; e o Prof. Ricardo Abramovay, professor titular do Departamento de Economia da FEA. São cinco sugestões de nomes.

Gostaria de convidar o ex-Professor Aziz Ab'Saber, mas infelizmente ele faleceu. Amanhã, pretendo fazer uma homenagem no plenário – inclusive foi objeto de bonito artigo do Prof. José Goldemberg. Infelizmente o perdemos. Registro aqui, em uma homenagem a ele, quanta falta ele nos fará. Amanhã, falarei a respeito.

Então, encaminho os nomes como sugestão a V. Ex^a e à Comissão de Relações Exteriores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Ficam registrados, Sr. Senador Eduardo Suplicy, seus votos de pesar pelo falecimento do professor. Os nomes que V. Ex^a encaminha serão aceitos de plano para as próximas reuniões que iremos realizar sobre a Conferência Rio+20. Muito obrigado a V. Ex^a pela sua contínua colaboração com os trabalhos da Comissão.

Antes de passar a palavra ao primeiro palestrante, que será o Prof. Márcio Scalercio, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, eu gostaria de registrar e agradecer a presença dos senhores membros do Corpo Diplomático, S. Ex^a, a Sr^a Sudha Devi Vasudevan, Embaixadora da Federação da Malásia; S. Ex^a o Sr. Mohamed Mestiri-Borja, Embaixador da Tunísia; S. Ex^a, a Sr^a Martha Mavrommatis, Embaixadora da República do Chipre; S. Ex^a, o Sr. Baker Fattah Hussen, Embaixador do Iraque; S. Ex^a a Sr^a Eva Betita, Embaixadora das Filipinas; S. Ex^a, a Sr^a Milena Smit,

Embaixadora da República da Eslovênia; o Sr. Ibrahim Aleisa, Encarregado de Negócios da Embaixada do Reino da Arábia Saudita; Sr. Abdelhamid Rahmani, Ministro Conselheiro da Embaixada da Argélia; Sr. Abdeslam Maleh, Primeiro Conselheiro da Embaixada do Reino do Marrocos; Sr. Aleksandr Tserkovsky, Conselheiro da Embaixada de Belarus no Brasil; Sr. José Prada, Conselheiro da Embaixada da Espanha; Sr. Rafael Hidalgo Fernández, Conselheiro da Embaixada de Cuba; Sr. Vihit Powattanasuk, Conselheiro da Embaixada Real da Tailândia; Sr^a Natalia Sentenkova, Primeira Secretária da Embaixada da Federação da Rússia; Sr. Mohamed Riyad Khaddour, Terceiro Secretário da Embaixada da República Árabe da Síria.

Passo a palavra ao Prof. Márcio Scalercio, do Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, para dar início à audiência pública da noite de hoje.

O SR. MÁRCIO SCALERCIO – Boa noite a todos. Boa noite, Senador Fernando Collor. Boa noite demais Senadores, membros do Corpo Diplomático, Senador Suplicy, colegas de Mesa.

Eu estive aqui nesta Comissão no ano passado, com outros colegas acadêmicos, sob a presidência do Senador Collor, para falar sobre a chamada Primavera Árabe – que prefiro não chamar assim. Prefiro chamar de levantes árabes, até porque o meu *background* é História e, de modo geral, nós, historiadores, preferimos ser um pouco mais precisos, já que a área de História é sujeita a tantas imprecisões. Não devemos confundir um movimento que ora se dá nos países árabes com aquilo que aconteceu em países europeus em 1848. Daí eu preferir chamar de levantes árabes e não de Primavera Árabe.

Nesta Comissão, apresentei a minha posição em relação a isso a partir da seguinte avaliação: os manifestantes se levantavam contra governos que eram, no meu modo de ver, autoritários, em uma situação econômica que havia se tornado bastante difícil, especialmente para as populações mais desassistidas, as populações mais pobres. E eu acreditava na seriedade do conjunto dos manifestantes naqueles países – na época, basicamente o Egito, antes mesmo a Tunísia, por exemplo –, de produzir alguma coisa interessante, similar àquilo que aconteceu aqui com os países da América Latina nos anos 80, que era um processo de transição para um regime democrático, obviamente levando em consideração e respeitando as especificidades e as complexidades desses países, já que são muito diferentes dos nossos.

Então, apresentei essa posição há um ano, em abril, e ela não mudou. Eu continuo tendo essa inclinação de entender que esses movimentos são inte-

ressantes, antiautoritários e que visam a sociedades mais ventiladas por questões democráticas, porque eu entendo que os povos árabes não têm nenhuma especificidade, nenhuma particularidade que os faça ser diferentes dos demais e que eles não possam lutar pela justiça, lutar pela liberdade, lutar por sociedades melhores, coisas desse gênero.

Então, foi essa a posição que apresentei aqui e que eu continuo mantendo.

Contudo, sempre levando em consideração as especificidades de cada caso, vou me referir, primeiro, ao caso da Síria.

O caso da Síria possui complexidades, possui sutilezas, possui dificuldades bastante grandes. A Síria é um país que, não obstante exista lá uma maioria muçulmana sunita, é constituído por diferentes comunidades identitárias e algumas religiosas. Essas comunidades identitárias e religiosas zelam por seus costumes, por seus antigos hábitos e por uma autonomia relativa à religião e a seus modos de vida.

O atual regime sírio, que vem sendo contestado, não só dentro da Síria como internacionalmente, existe mais ou menos desde 1970. Em 1971, esse regime passa a ser governado por Hafez al-Assad, pai do atual Presidente da Síria Bashar al-Assad. Esse regime, ao longo das décadas, impediu se instaurasse na Síria um governo controlado por uma maioria mulçumana xiita e, imaginando que boa parte do descontentamento e da oposição armada que se coloca contra o governo sírio vem dessa comunidade majoritária muçulmano-sunita, parece-me que as demais comunidades existentes no país temem que o resultado da situação que acontece na Síria hoje seja uma situação em que esses grupos religiosos assumam o controle do país e passem a oprimir as demais comunidades que desejam manter as suas especificidades, os seus costumes, os seus hábitos de sempre. Então, existe esse tipo de complicação.

Em segundo lugar, na Síria, a dita oposição não logrou conquistar território ou liberar um espaço específico em que ela assuma o controle total e completo da área, diferentemente do que aconteceu na Líbia, quando os rebeldes líbios, os opositores líbios, assumiram o controle da área de Benghazi, na Cirenaica, perto da fronteira do Egito. Isso não aconteceu na Síria, não é? Então, a situação, pelo menos de acordo com o que nós sabemos, é de bastante violência, mas esse processo de violência não é orquestrado exclusivamente pelo governo sírio. Na verdade, está havendo uma luta na Síria, que eu chamaria de um tipo de guerra civil. É isso que está acontecendo lá.

O governo conta com superioridade militar, tem uma capacidade bastante contundente de reagir e de

atacar os seus opositores por um lado e, por outro lado, a oposição síria é muito dividida, é muito fragmentada. Levando em consideração os dois maiores grupos de oposição existentes na Síria, um deles é dividido em 16 facções, e o outro é dividido em sete, além da existência de um Exército Sírio de Libertação, autodenominado desse modo, que atua dentro do país. Isso é o contexto interno. Esse contexto interno leva-me a crer que, mesmo que houvesse uma derrota do regime Baathista do governo Bashar Al-Assad não há qualquer tipo de garantia ou de possibilidade de essa derrota ser sucedida por um governo sírio estável; isto é, de não haver uma conflagração entre esses grupos de oposição, já que ela é tão fragmentada.

Do ponto de vista do panorama internacional, eu vejo a situação da seguinte maneira: os países do Ocidente, isto é, os Estados Unidos e seus aliados, apresentam um discurso, cujo conteúdo é bastante contundente contra o governo sírio. Isso de modo algum me surpreende, porque esse governo sírio é um velho inimigo; é um velho inimigo e é amigo de outro inimigo, que é o Irã. Então, há um discurso bastante contundente de condenação ao governo sírio, em virtude das mortes que, efetivamente, estão acontecendo no país em virtude do conflito, mas esse discurso contundente é discurso. Isso não quer dizer que esses países estejam muito empenhados, pelo menos na minha opinião, em fazer alguma coisa, como do tipo uma intervenção unilateral, sem o apoio das Nações Unidas, como aconteceu no Kosovo anos atrás, através da Otan. Eu não acredito que estejam dispostos a isso.

Por outro lado, há também contra a Síria, dentro da Liga Árabe, contra o governo sírio, uma oposição bastante forte, cuja liderança é do reino da Arábia Saudita e das suas aliadas monarquias do Golfo. Isso também é um embate entre velhos inimigos, entre velhos adversários. Isso não é novo.

Então, a minha percepção é de que, como em função das posições da Rússia, principalmente da China... No caso da Rússia, aí é um velho aliado, já que a Síria era o regime árabe mais próximo da velha União Soviética na época da Guerra Fria. Após a Rússia ter começado a se reestruturar e buscar o seu papel como grande jogadora internacional novamente, ela, entre outras coisas, reatou as suas relações e as suas estreitas ligações com a Síria, sendo que a Rússia é o principal fornecedor de equipamento bélico, por exemplo, para a Síria. Então, em face das oposições da Rússia e da China – há uma resolução do Conselho de Segurança da ONU mais contundente, condenando o governo Bashar al-Assad. –, não há plano A para a Síria do ponto de vista da comunidade internacional, a não ser uma possibilidade de intervenção unilateral,

o que não acredito que vá acontecer. Mas também não há plano B para a Síria, porque o que acontece é que a comunidade internacional está paralisada em relação ao que se passa na Síria, e o máximo que vai conseguir fazer é tentar continuar suas gestões, suas demandas, suas *démarches*, no sentido de procurar convencer os grupos que se opõem ao governo sírio e o próprio governo sírio a algum tipo de mesa de negociação.

Então, não vejo nada muito alvissareiro do ponto de vista, por meio de uma ação internacional... E também sou contra a intervenção pela seguinte razão: se a intervenção é para poupar a vida de civis, e essa intervenção é armada, nada garante que a intervenção armada não mate mais civis ainda. Essa é a minha preocupação, no final das contas. Isso porque, hoje em dia, eles estão com a mania da intervenção pela doutrina Valquíria, ou seja, a intervenção com forças aéreas, mas sem a existência de tropas no chão, fora os observadores de tiro, naturalmente, que sempre estão presentes.

Quanto ao Irã, não vou me alongar muito, até porque meu tempo já está terminando e há outros colegas que têm um conhecimento do Irã bastante bom e se sairão bem também.

A grande pergunta em relação ao Irã é a seguinte: haverá uma nova guerra no Oriente Médio? Essa que é a grande pergunta que paira no ar já há algum tempo e que nos enche de preocupação. O Irã é pintado como uma nação ameaçadora, como se fosse uma grande potência militar.

Mas há outro lado da moeda que, no meu modo de ver, é obscurecido, e de que estou convencido: a fraqueza militar do Irã. Considero o Irã uma potência militar fraca. O Irã é fraco em termos de forças convencionais. O Irã não tem condições de disputar o controle do espaço aéreo, por exemplo, contra a força aérea americana. O Irã não tem condições de disputar o controle das águas do Golfo Pérsico contra a Marinha dos Estados Unidos e seus aliados. O Irã não tem acesso à compra de equipamento militar de ponta no mercado internacional. Então, como pode o Irã ser uma potência militar ameaçadora? Essa é a minha pergunta.

Segundo, a compensação do Irã a essa fraqueza convencional é feita por meio de duas ações: o desenvolvimento de tecnologia de mísseis e o desenvolvimento de forças capazes de atuar em guerra irregular – guerrilhas, coisas desse gênero, ações de sabotagem, ações terroristas, se as pessoas preferirem essa denominação. Porém, a própria capacidade dos mísseis iranianos de levar carga militar ainda é bastante complicada, é bastante débil, e nenhum país protege a sua população e ganha uma guerra apenas

com forças que são capazes de atuar na área irregular. Então, fico me perguntando de onde vem essa força militar extraordinária que precisa ser liquidada a qualquer momento no Irã.

Acho que sei de onde vem. Vem dos mesmos sujeitos que, desde o ano de 1994, dizem o seguinte: “ano que vem o Irã terá armas nucleares”. Aí no ano de 1995 eles dizem: “ano que vem o Irã terá armas nucleares”. Esses sujeitos são os mesmos que, em 2002, 2003, mentiram para os seus eleitores e para a opinião pública mundial acerca do poderio militar do Iraque e da sua capacidade de fazer bombas atômicas. É o mesmo pessoal que falseou a verdade naquela época e falseou a verdade agora.

Como brasileiro e signatário do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, sou de opinião de que o governo iraniano deve aceitar, com toda a transparência, as inspeções da Agência Internacional de Energia Nuclear. Mas, por enquanto, não acho que a melhor maneira de se resolver isso seja por meio das armas.

Tenho uma pesquisa aqui, para terminar antes que meu tempo acabe, de uma organização norte-americana, *Program on International Policy Attitudes*, que apurou que por volta de 70% dos americanos são favoráveis a uma solução negociada e diplomática em relação à crise com o Irã. Desses 70%, 58% são republicanos, 79% são democratas e 67% são independentes. Esse pessoal é favorável a uma solução negociada com o Irã.

Duas coisas para terminar. Primeiro, como se discute a questão nuclear no Oriente Médio? Não é apenas enfocando o Irã; é estabelecendo um outro patamar de observação que nós, na América Latina, conseguimos fazer. A discussão é um Oriente Médio livre de armas nucleares. É essa a discussão correta, é essa a discussão justa. E, num patamar como esse, não é apenas o programa nuclear iraniano que vai à mesa para debate.

Em segundo lugar, vejo o futuro sombrio e acho que o Brasil tem de se preparar para o pior. Preparar-se para o pior é, entre outras coisas, montar novamente missões de resgate de cidadãos brasileiros que estão em grande número, por exemplo, no Líbano, como aconteceu na última guerra naquele país, porque um conflito com o Irã não tenho a menor dúvida de que vai escalar. Ele vai escalar. Pode escalar para o lado do Iraque, pode escalar para dentro do Líbano, pode envolver a Síria. Então, pode-se tornar um transtorno muito grande. Então, acho que o Brasil deve-se preparar para o pior, porque essa situação tem grande possibilidade de se tornar mais sombria, especialmente depois das eleições americanas.

Então, é isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Prof. Márcio Scalercio, pelas suas palavras introdutórias da audiência pública da noite de hoje.

Passo, agora, a palavra ao Prof. Jorge Muniz de Souza Morteau, Bacharel em Geografia Política da Universidade de São Paulo, mestrando em assuntos iranianos pela Escola de Relações Internacionais do Ministério de Relações Exteriores do Irã.

O SR. JORGE MUNIZ DE SOUZA MORTEAU – Boa noite, Senador Collor. Boa noite, Senadores, Corpo Diplomático, audiência, Colegas de Mesa, meu enfoque será dado nas relações entre Irã e a União Europeia.

Trago uma apresentação para melhor ilustrar.

Começo fazendo um resumo do histórico das relações entre a República Islâmica do Irã e a União Europeia. Em 1998, após negociações multilaterais conjuntas dos países-membros europeus e de Teerã, iniciam-se essas relações, enfocando praticamente um acordo comercial e apoiando uma candidatura iraniana à entrada na Organização Mundial do Comércio. O país ainda não era membro, mas essas relações surgiram a partir dessa iniciativa. Logo se desenvolveu através de uma cooperação maior, sobre a qual vou falar mais à frente detalhadamente. A União Europeia não tem delegação em Teerã. A representatividade se dá através das embaixadas dos países-membros do velho continente na República Islâmica.

Os principais pontos de cooperação seriam o intercâmbio acadêmico, que é muito forte. Países, principalmente a França e o Reino Unido, abarcam grande número de pesquisadores, acadêmicos, professores e estudantes de pós-graduação, principalmente de universidades. As universidades iranianas e as universidades europeias têm uma série de acordos de intercâmbios. Esse é um tipo de cooperação que foi levado a cabo e cujo desenvolvimento foi alto.

Combate ao tráfico de drogas no Oriente Médio. Na verdade, a União Europeia atua junto com a alta comissão das Nações Unidas para o combate a drogas. Pelo fato de a fronteira entre o Irã e o Afeganistão ser porosa, o controle do tráfego de pessoas, todas as comunicações via terrestre não são muito controladas. Então, a União Europeia entra dando apoio ao governo iraniano na ajuda desse controle, visando a estancar essa droga que, normalmente, sai do Afeganistão, passa pelo Irã e entra no espaço europeu através da Turquia.

Ajuda houve também com os refugiados afegãos. É sabido que, desde o surgimento e a queda do regime talibã, praticamente três milhões de afegãos migraram para a República Islâmica do Irã, causando um desequilíbrio social. A União Europeia trouxe me-

lhores práticas junto ao governo iraniano e, em ação paralela às Nações Unidas, fez trabalhos sociais com esses afegãos, realizando a inserção desses afegãos na sociedade iraniana.

Ajuda humanitária. Especialmente na parte sobre terremotos, houve um terremoto em Bam, no sudoeste iraniano em 2003, e a União Europeia teve ações participativas, ajudas grandes para com a população afetada na região.

Outro ponto de cooperação que vale a pena destacar é o fluxo comercial entre os dois lados. De modo resumido, encontram-se cinco principais produtos, tanto em uma via como em outra, ou seja, exportações europeias e exportações iranianas. Os dados são de 2010, e praticamente as exportações iranianas à União Europeia se dão a combustíveis minerais, e as importações iranianas são de maquinários e equipamentos de transporte.

Eu mesmo, que vivi no Irã, posso afirmar que muita gente... Bom, o mundo tenta afirmar que o Irã está isolado tecnicamente e que, de certa forma, não segue tendências no mundo. Não! Todas as marcas e as principais indústrias europeias se fazem presentes no Irã. Isso qualifica o país com 22º destino das exportações europeias, o que traz um grande peso. O volume comercial, tanto de um lado quanto de outro, gira em torno de 11 bilhões, mas há um acréscimo que garante um superávit ao Irã.

Com relação à principal riqueza natural iraniana, o petróleo, esse é um quadro que garante certa vantagem iraniana em relação ao fornecimento de petróleo à União Europeia. Como se pode ver, a União Europeia é o segundo maior consumidor do petróleo iraniano, o que seria um quinto da produção diária da nação persa. Dentro da União Europeia, estão detalhados os países que mais consomem o petróleo iraniano, e a Grécia aparece com 20%. Agora, com toda essa crise nos países europeus, é interessante falar, porque, apesar de a porcentagem ser baixa, isso corresponde a 50% do consumo do País. Hoje, o país está em grande desfalque econômico. Então, a situação realmente é meio periculante. Aí, eu entro com os pontos de divergência, a começar pelo embargo econômico a partir de agosto de 2005, em que, no Irã, foram descobertas atividades nucleares não declaradas.

A União Europeia, inclusive na sua página, onde detalha suas relações com o Irã, diz claramente que não se opõe ao desenvolvimento de nenhum programa nuclear, muito menos do Irã, desde que para fins pacíficos e desde que respeite tratados internacionais promulgados pela Agência Internacional de Energia Atômica e observados também por ela.

Então, como, segundo a União Europeia, o desenvolvimento nuclear iraniano é um pouco difuso, se resolvessem promulgar resoluções, tanto no Conselho de Segurança da ONU e, depois, por parte unilateral europeia com o Irã, isso levou a um congelamento das relações. O acordo comercial que estava de vento em popa foi congelado. Hoje, o que se pode observar é uma fuga de capital europeu da República Islâmica do Irã, e outro ponto de divergente, que aliás é o causador desse congelamento, é o programa nuclear iraniano em si; ou seja: atividades não declaradas, descobertas em 2005, que até hoje, sob o ponto de vista europeu, não foram esclarecidas por inspeções. As inspeções ocorrem no Irã frequentemente. As instalações são todas etiquetadas e lacradas, mas aí cabe à soberania de cada País, e o Irã entende que é direito seu, de salvaguardar certa parte do ciclo de desenvolvimento do enriquecimento do urânio, como salvaguarda de tecnologia nacional. Isso faz com que se levanten suspeitas por parte da União Europeia e também do Conselho de Segurança das Nações Unidas, gerando resoluções, como acabei de detalhar.

Faço uma breve conclusão e logo também, como último *slide*, coloco qual é o viés do Brasil a partir do deterioramento dessas relações.

A conclusão é de que os limites das relações entre União Europeia e Irã, que eram muito amplos, acabaram por estreitar-se por conta do programa nuclear iraniano. A Europa hoje, promulgando resoluções e sanções, gerando um embargo à indústria iraniana e principalmente à indústria petroleira iraniana, fica sem saída para novos fornecedores.

Temos aí os países árabes que – muitos – já declararam que não teriam como suprir uma demanda imediata por parte dos países de Primeiro Mundo, em especial a União Europeia. E, nesse vácuo deixado pelos europeus, Teerã acaba-se aproximando mais de outros atores internacionais, que hoje ganharam peso geopolítico grande, mais conhecidos como Brics – Brasil, Rússia, China e Índia –, sendo que China e Índia já são totalmente dependentes do petróleo iraniano; quer dizer, dependentes de grande quantidade do petróleo – não que dependam somente do petróleo iraniano, mas o Irã contribui com grande parcela do consumo desses países.

Então, os europeus, abarcados também pelos Estados Unidos, tentam dar um passo maior com relação ao Irã. Os europeus tentaram um diálogo multilateral: fecharam um acordo nuclear que não foi conseguido – esse acordo nuclear quem fechou foi o Brasil e a Turquia, na declaração de Teerã, em maio de 2010. E eles sempre estão sinalizando. O Irã, dentro da sua política externa, não sinaliza de modo positivo à União

Européia, e acaba surtindo efeito contrário ao desejado pelos europeus. Os iranianos não se aproximam; afastam-se ainda mais.

Como última ideia, eu detalho o que seria a chance brasileira, deixada, novamente lembrando, pelo vácuo europeu, com relação aos pontos de cooperação que havia: o combate às drogas, o próprio intercâmbio acadêmico. Vou detalhar ponto por ponto, começando pelo intercâmbio acadêmico. O Irã tem uma fuga de cérebros, digamos assim. Calcula-se que seja de 10 a 13 mil acadêmicos, digamos assim – pesquisadores, professores e estudantes –, por ano, geralmente absorvidos pelo Canadá e pelo Reino Unido. Agora, não mais pelo Reino Unido, o que ajudou a deteriorar ainda mais as relações com a União Europeia, dada a invasão da embaixada britânica agora, nesse último semestre, em Teerã. Mas, até onde eu sei, esses acordos de cooperação acadêmica, esses intercâmbios universitários estão congelados. Muitos dos estudantes iranianos permanecem nos países que os acolheram através desse intercâmbio, porque o Irã também passa por uma fase de não crescimento econômico, o que acaba não gerando postos de trabalho. Calcula-se que, informalmente, 25% da população economicamente ativa do Irã estejam desempregadas atualmente. Os dados do governo são menores. Eles são altamente qualificados. A educação no Irã é realmente uma prioridade governamental. Eles raramente estudam em escola particular. O ensino público realmente funciona lá. Bom, não é à toa que países de primeiro mundo nem hesitam, nem hesitavam em absorver essa mão de obra. Acho que o Brasil poderia absorver parte, se fosse o caso, avançando com o acordo de cooperação com universidades iranianas.

Na questão do combate ao tráfico de drogas, como eu havia dito, por uma questão mais geográfica, o principal problema territorial iraniano, digamos, é a fronteira porosa entre o país e o Paquistão e o Afeganistão, por onde entra a droga, principalmente ópio e haxixe, que têm como destino o mercado europeu.

Nós aqui temos a experiência – tudo bem que é um domínio geomorfológico, é floresta –, o nosso Exército tem um grande trabalho de vigilância. Acho que poderia haver algum tipo de troca de conhecimento, uma cooperação nesse sentido.

Quanto à ajuda humanitária a refugiados, também temos experiências exemplares, no Timor Leste e no Haiti, efetuadas pelas nossas Forças Armadas. Acho que o trabalho com os afegãos poderia ser enriquecido com a experiência brasileira.

Quanto à questão nuclear, eu sugiro mais determinação dos diplomatas brasileiros e turcos para com a firmeza da Declaração de Teerã. Na verdade, os ira-

nianos assinaram essa declaração, só que o avanço diplomático-político nesse sentido é quase nulo. O que foi proposto foi o envio do urânio a um desses países, o enriquecimento em usinas turcas ou brasileiras e o retorno desse urânio ao Irã. E, aí sim, o Irã o utilizaria como bem julgasse, o que não ocorre.

Nesse sentido, também melhorar as relações comerciais. Em 2010, batemos recorde na balança comercial com o Irã: 98% superavitário ao Brasil, e a quantia, o volume negociado foi de quase US\$2,4 bilhões. Porém, já houve uma queda substancial, porque os iranianos pararam de importar a nossa carne – e até onde entendo esse ato não foi resolvido. Então, também seria um ponto a ser trabalhado.

É isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao Professor Jorge Muniz de Souza Morteau, Bacharel em Geografia Política da Universidade de São Paulo, Mestrando em Assuntos Iranianos pela Escola de Relações Internacionais do Ministério de Relações Exteriores do Irã.

E agora passo a palavra ao Dr. Williams da Silva Gonçalves, Professor do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.

O SR. WILLIAMS DA SILVA GONÇALVES – Exmº Sr. Senador Fernando Collor, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, quero agradecer publicamente o convite e dizer que é uma honra muito grande para mim estar diante de um público tão qualificado para refletirmos sobre essas questões tão importantes do nosso tempo.

Bom, antes de expor minhas ideias a respeito, quero fazer uma observação que reputo de natureza metodológica: em um mundo formado por Estados, o lugar ocupado pelo analista das relações internacionais, da política internacional, é necessariamente um vetor de análise. Ou seja, o lugar de onde se fala condiciona inevitavelmente a análise. Na política internacional, portanto, não existe posição neutra. O neutralismo internacional do analista constitui, no meu entendimento, uma tentativa de falsear a vinculação de seu interesse. A validade científica do discurso não reside, portanto, em uma suposta neutralidade; reside, sim, na coerência com que se utiliza o método de análise. Digo isso porque a análise que faço sobre a política intencional tem como base o interesse nacional brasileiro. Interpreto as questões internacionais do ponto de vista do Brasil.

Bom, o primeiro ponto que me parece importante, a ser levado em consideração a respeito dos problemas que ocorrem no Oriente Médio, é que nós vivemos um momento muito importante, muito delicado.

do no âmbito do sistema internacional. Vivemos um momento de transição. Os Estados Unidos perderam a sua posição de única potência. Ao longo do governo Bush, uma série de decisões erradas foram tomadas, depois de 2008 o país passou a viver uma crise econômica muito acentuada, e todas as medidas que vêm sendo tomadas pelo Presidente Obama não têm sido suficientes para reverter o quadro. Portanto, houve um desgaste muito grande dos Estados Unidos no âmbito da política internacional.

Por outro lado, em contrapartida, assistimos à ascensão dos Brics. Assistimos à ascensão de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Esses países têm tido uma importância crescente no âmbito do sistema internacional – creio que é ocioso aqui entrar em detalhes do porquê disso. E isso tem um significado muito importante, porque nós caminhamos inexoravelmente para uma multipolarização do sistema internacional. Isso sinaliza uma democratização das relações internacionais, não apenas porque as decisões passam pelo crivo de um número maior de Estados, mas também pela perspectiva dos países que formam o Brics. A ordem internacional que vivemos está sendo questionada e, aos poucos, alterada pelos Brics, e deve ser alterada ainda muito mais.

Chamo a atenção para o seguinte, quando falo em democratização das relações internacionais: até então, até os dias de hoje, os Estados Unidos e o ocidente, de maneira geral, fazem profissão de fé da democracia. Deve haver democracia dentro dos Estados. Em nome da defesa da democracia, praticou-se toda a sorte de intervenções militares. E parece-me que a nova perspectiva que os Brics emprestam às relações internacionais é a democratização entre os Estados, é o respeito à soberania dos Estados. Parece-me que esse é um movimento extremamente importante, extremamente interessante, que muda a qualidade das relações internacionais.

Portanto, transitamos para uma nova ordem internacional, e a pedra de toque da ordem internacional é a soberania dos Estados, é o respeito à soberania dos Estados. Parece-me que, hoje, neste momento de transição de uma determinada ordem para uma ordem que ainda não está muito bem definida, que não está muito precisa, muito bem delineada, o mais importante nesse processo de transição é o respeito à soberania, porque o respeito à soberania dos Estados sempre foi defendido pelas grandes potências. Todavia, as grandes potências sempre reservaram para si o direito de não respeitar a soberania dos Estados; quer dizer, é uma regra feita para ser respeitada pelos outros e não pelas grandes potências.

E, quando temos na política internacional uma intervenção, no sentido de fazer com que a soberania seja efetivamente respeitada, podemos dizer que temos uma verdadeira revolução nas relações internacionais.

É assim que interpreto a posição dos Brics, é assim que interpreto a posição da Rússia e da China no Conselho de Segurança das Nações Unidas, em face do conflito do Oriente Médio.

Em relação ao conflito propriamente dito, não me cabe aqui entrar em considerações sobre o andamento da política interna, tanto no Irã e, sobretudo, na Síria, onde o conflito é agudo. Mas, do ponto de vista da análise das relações internacionais, o que, no meu entendimento, temos ali é a junção de duas questões de grande importância: uma é a questão do petróleo.

Há uma preocupação crescente dos Estados Unidos e dos seus aliados europeus a respeito da penetração dos chineses, da vinculação dos chineses com os países produtores de petróleo. Sabemos que a China tem crescido desde 1978; sua economia tem crescido a taxas espantosas e contínuas e já, há muito, deixou de ser autossuficiente em petróleo e passou a depender da importação – e continuará a depender cada vez mais. Na medida em que a sua economia cresce, a sua dependência aumentará e, necessariamente, portanto, terá de ter boas relações com os países exportadores de petróleo. Isso, naturalmente, cria uma situação de competição com os Estados Unidos e com os seus aliados europeus.

Portanto, temos aí uma disputa em torno do vínculo com governos amigos exportadores de petróleo.

E outra questão que se junta a essa ou cruza com essa é a questão da segurança, tanto do ponto de vista dos Estados Unidos como do ponto de vista de Israel.

Os Estados Unidos tinham um projeto, elaboraram um projeto que era o de remodelar completamente a política do Oriente Médio. Isso começou pelo Iraque ou deveria começar pelo Iraque.

Evidentemente, a ideia de transformar o Iraque numa vitrine democrática do Oriente Médio não deu certo. O Estado iraquiano se dissolveu e não há como reconstruí-lo. Os Estados Unidos, então, tentam reconstruir de outra maneira, procurando mudar os governos do Irã e da Síria. A grande preocupação dos Estados Unidos é impedir que se formem governos de maioria xiita aliados ao Irã. Portanto, há uma questão de segurança dos Estados Unidos e há também a segurança do Estado de Israel.

O Estado de Israel alimenta a ideia, alimenta – como eu diria – a ilusão de obter a segurança absoluta. Nenhum Estado, num mundo formado por Estados, pode ter segurança absoluta. A segurança absoluta de um significa a insegurança absoluta de todos os

demais. Portanto, Israel dispõe de armas atômicas e considera que qualquer outro Estado da região que venha a dispor de armas atômicas colocará em risco a sua segurança.

Sendo assim, há uma preocupação muito grande em relação ao Irã. Há uma pressão muito forte de Israel sobre os Estados Unidos, para que intervenham militarmente no Irã e impeçam que o Irã avance no seu projeto de pesquisa nuclear, independentemente de o Irã ter bomba atômica ou não. A questão não é essa. Na ótica de Israel, o Irã simplesmente não pode ter pesquisa nuclear. Portanto, a existência de pesquisa nuclear já é suficiente para justificar uma intervenção.

Devemos levar em conta que a pesquisa nuclear no Irã foi introduzida pelos Estados Unidos na época do regime do Xá Reza Pahlevi e muito do avanço nuclear se deveu à cooperação com a Alemanha. Agora, a mudança do regime fez com que se mudasse a perspectiva da segurança. Portanto, petróleo e segurança constituem o pano de fundo para o conflito na região.

O Brasil deve permanecer distante, indiferente a isso? Absolutamente; absolutamente não. O conflito, ou qualquer conflito, em qualquer lugar, diz respeito ao Brasil.

O Brasil tem-se projetado internacionalmente. A sua importância internacional é cada vez maior, e isso independe da vontade; isso é determinado pelo nosso nível de desenvolvimento, pelo nosso envolvimento com determinadas questões internacionais. Querendo ou não, nós temos de participar. Creio que temos uma importância muito grande, temos uma contribuição muito grande a dar, como se tem feito. Aliás, a diplomacia brasileira tem atuado muito bem neste sentido que é o de evitar intervenções militares.

A ordem internacional democrática que desejamos, que é um compromisso da diplomacia brasileira ao longo da sua história, não comporta intervenções militares, muito menos para supostamente defender interesses humanitários. Todo o poder daqueles que dispõem de mais recursos deve ser empregado no sentido de dissolver o conflito. O poder deve ser usado no sentido de chamar à razão, de convocar para o diálogo racional, para ativar a negociação diplomática e jamais intervir no conflito e ampliá-lo.

Portanto, a ação do Brasil, especialmente quando esteve no Conselho de Segurança, com vistas a negar a autorização para a intervenção, foi exemplar.

Não tenho informações confidenciais. Sou um professor, sou um pesquisador, mas suponho que, no âmbito dos Brics, tenha havido uma comunicação permanente da diplomacia brasileira com os demais países. A posição da China e da Rússia no Conselho de Segurança – imagino – deve ser também aquela

do Brasil, e acredito que essa posição tem contribuído para evitar a intervenção, embora as forças da intervenção sejam muito poderosas; há uma pressão muito grande no sentido da intervenção.

Para concluir, considero isto um momento delicado nessa transição a que assistimos da ordem internacional: um embate entre aqueles que querem conservar as suas posições, sua influência, não medindo consequências, e as forças emergentes que lutam para a paz mundial, a estabilidade e a democracia no meio internacional.

Era isso o que eu tinha a dizer, Senador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Muito obrigado ao Dr. Williams da Silva Gonçalves, Professor do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Uerj.

Antes de passar a palavra ao nosso próximo palestrante, eu gostaria de registrar também a presença nesta audiência pública de S. Ex^a, o Sr. Mohammad Ali Ghanezadeh, Embaixador da República Islâmica do Irã. Seja muito bem-vindo a esta Comissão.

Agora, sim, passo a palavra a S. Ex^a, o Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, Subsecretário-Geral Político III do Ministério das Relações Exteriores, que trata especificamente de África e Oriente Médio.

O SR. PAULO CORDEIRO DE ANDRADE PINTO – Exm^o Sr. Senador Fernando Collor, Presidente da

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, queria agradecer, em meu nome e do Ministério das Relações Exteriores, a oportunidade de estar presente nesta audiência.

Vejo ali a efígie de Alexandre de Gusmão, que é o avô dos diplomatas brasileiros. Santista, educado no seminário de Belém de Cachoeira, no recôncavo baiano, e depois secretário do Rei D. João V, de Portugal. Falo isso porque o senhor consegue trazer aqui para esta Comissão de Relações Exteriores a fina flor do corpo diplomático estrangeiro em Brasília.

Nós temos aqui também alguns embaixadores brasileiros – Renate Stille, Michael Gepp – e vários dos meus colegas do Itamaraty que me auxiliam neste trabalho de gerir as relações políticas do Brasil com os países do Oriente Médio e do continente africano.

Faço referência a Alexandre de Gusmão, porque nós temos uma audiência muita estrangeira, e muitos deles não conhecem o Brasil. Muitos vêm me visitar, e eu digo sempre: “Os senhores embaixadores em Brasília tentem entender o Brasil, porque o Brasil é um animal complexo e diferente; é um animal novo. É um País que, se comparado ao Irã...” Lembro-me dos 300 de Esparta; dos 300 de Esparta; Xerxes; Ciro, o Grande,

que libertou o povo judeu do exílio na Babilônia. Esse homem ali conseguiu, negociando ou cochichando no ouvido do seu príncipe, triplicar o território brasileiro por meios diplomáticos.

No Tratado de Madri de 1750, o Brasil – ou então a nossa metrópole – trocou os seus direitos sobre as Filipinas pelos direitos espanhóis sobre o que hoje é uma linha que vai de Brasília até o Acre.

Nós somos de uma chancelaria velha, porque o Itamaraty é uma chancelaria velha. O Brasil é um Estado novo, mas nós temos, nos nossos arquivos, tratados com o Reino das Duas Sicílias, que já acabou; com o Reino da Baviera; nós estabelecemos relações diplomáticas com a Dinastia Qajar, do Irã; nós temos tratados com o Império Otomano, que já se desfez.

A nossa experiência no trato das relações internacionais vem muito da herança que nos foi dada por Alexandre de Gusmão e pelo nosso patrono, o Barão do Rio Branco, cuja morte nós comemoramos – não se comemora a morte (*Risos.*) – lembramos neste ano.

O senhor fez um discurso extraordinário, junto com o Presidente Sarney, no plenário do Senado e fez aqui, antes da nossa entrada – minha e dos meus colegas –, um interessantíssimo resumo da situação na Síria e no Irã.

E, para os meus colegas estrangeiros, eu queria lembrar um pouco aquilo que reza o art. 4º da Constituição da República Federativa do Brasil:

“Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I – independência nacional;
- II – prevalência dos direitos humanos;
- III – autodeterminação dos povos;
- IV – não-intervenção;
- V – igualdade entre os Estados;
- VI – defesa da paz;
- VII – solução pacífica dos conflitos;
- VIII – repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX – cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- X – concessão de asilo político.”

Essas são as diretrizes que levam o Ministério das Relações Exteriores, dirigido pelo Embaixador Antonio Patriota, à nossa ação internacional. É ela que nos faz, muitas vezes, ser criticados na grande imprensa: “O Brasil não se decide por A ou por B.” Mas isso não é verdade.

A questão da Síria, que o senhor, de maneira muito judiciosa, trouxe para aqui, tem estado na grande imprensa brasileira. Hoje mesmo, a *Folha de S.Paulo*

faz um editorial sobre o conflito na Síria. No mesmo jornal, nós temos hoje as manchetes: “Terceiro atentado em dois dias mata 2 e fere 30 na Síria”; “Protesto pede fim da violência e queda do regime Bashar Assad na Avenida Paulista”. Enquanto isso, o *Correio Brasileiro* diz: “Ato pró-Assad em Brasília reúne 300”. Ou seja, neste mundo multipolar, Brasília começa a ser um dos polos.

E nós, com essas diretrizes que nos foram dadas pelo povo brasileiro, representado pelos seus constituintes na Constituição Cidadã de 1988, e inspirados na tradição da diplomacia brasileira, procuramos atuar na defesa e na construção da paz.

Além disso, nós temos uma imensa relutância em desrespeitar essa questão e esse princípio que não está só na Constituição brasileira, mas na abertura, no preâmbulo, da Carta das Nações Unidas, que é um tratado internacional assinado por mais de 192 países; um tratado que diz que não se deve fazer intervenção nos assuntos internos dos Estados. E esse tratado, como todo tratado, é uma limitação à soberania.

Quando um Estado entra num acordo com outro Estado ou quando entra numa grande convenção internacional, ele limita de uma maneira voluntária a sua soberania. Ninguém é obrigado a assinar um tratado, mas, quando eu quero assinar um tratado, eu digo: farei isso. E há um velho ditado, um velho princípio que nos inculcam no Instituto Rio Branco, que é o *pacta sunt servanda* – cumpram-se os pactos.

Um outro tratado extremamente importante é a Convenção dos Direitos Humanos. Todos os seus subcrevantes, aqueles que aderiram, se comprometem de maneira solene a respeitar os direitos humanos dentro do seu território.

Há outros tratados que eu gostaria de mencionar: o Tratado de Não-Proliferação Nuclear. O Brasil foi um dos últimos países a aderir. No seu governo, nós não aderimos, mas aderimos depois. Mas nós já tínhamos antes entrado num tratado regional, o Tratado de Tlatelolco.

Então, há aqueles que, de uma maneira voluntária, aderem a esses grandes corpos de direito internacional, do ponto de vista da diplomacia brasileira, do ponto de vista da política externa do Brasil, que é, digamos, feita e definida pela Senhora Presidenta da República – antes o foi pelos senhores presidentes da República. Então, nós temos de estar atentos.

Eu fico sempre, quando eu trato dos países do Oriente Médio, uma região extremamente complexa, atento a esses princípios. Por isso, a nossa votação, a nossa atuação em Nova Iorque, onde nós tratamos das questões de paz e segurança no Conselho de Segurança ou na Assembleia Geral, e a nossa atuação

em Genebra no Conselho de Direitos Humanos, muitas vezes, para analistas como o Williams, colega de curso de altos estudos no Instituto Rio Branco, onde fomos examinadores muitas vezes, parece levemente conflitante. Ela não é.

Eu fui enviado pela Senhora Presidenta da República e pelo meu chefe, o Embaixador Antonio Patriota, junto com os meus colegas da África do Sul e da Índia, do Ibsa (Índia, Brasil, South África), em inglês, e Ibas (Índia, Brasil, África do Sul), em português, para visitar a capital Síria. E transmitimos ao governo daquele país uma série de recados ou de opiniões, como amigos interessados. Nós dissemos, eu traduzo do inglês:

“As nossas delegações estão extremamente preocupadas com a situação de violência na Síria e condenam todas as formas de violência, incluindo o uso da força contra civis desarmados, a violência sectária e a hostilidade contra as forças de segurança”.

Isso foi logo depois daquela declaração presidencial a que o senhor se referiu na sua introdução, de 3 de agosto de 2011.

É importante ressaltar que essa declaração presidencial, que foi promovida pelo Brasil como membro eleito do Conselho de Segurança, é o único texto até hoje que conseguiu consenso naquele órgão das Nações Unidas.

Pouco depois, nós nos dirigimos a Damasco. E eu falo do Ibas, porque são as três grandes democracias do sul: Brasil, Índia e África do Sul, países que lutaram contra o colonialismo, no caso da Índia; pela democracia, no caso do Brasil; pela democracia e contra a desigualdade e a discriminação racial na África do Sul. Eu fui recebido pelo Vice-Ministro das Relações Exteriores, fui recebido pelo chanceler e, a pedido nosso, fomos recebidos pelo Presidente al-Assad e, nas três oportunidades, eu repeti essa fala.

Nós dissemos também que a melhor solução para a crise enfrentada naquela região é por um processo político liderado pelos sírios, que procure responder a todas as aspirações legítimas da população e que permita o exercício das liberdades fundamentais, inclusive aquelas de livre expressão e de reunião pacífica. Nós pedimos também o imediato fim da violência de todos os lados e o respeito pelos direitos humanos, pelo direito humanitário internacional e, finalmente, para terminar, daquele tipo de lei de talião que se aplica.

A Senhora Presidenta da República nos mandou a seguinte mensagem: *“Nós não aceitamos [o Brasil] que se coloque no mesmo patamar a violência exercida pelo Estado e a violência exercida por manifestantes desarmados ou armados”*.

Um dos temas que eu levantei em Damasco foi que, quando nós temos manifestações no Brasil, a nos-

sa polícia – não poderia usar uma expressão pouco diplomática como baixar o cacete – baixa o cassetete, usa gás lacrimogêneo, mas não mata. Usa aqueles instrumentos de que o Estado democrático dispõe para controlar distúrbios.

Esse é um dos pontos que nós discutimos em Genebra, e, por isso, muitas vezes, fomos de uma franqueza muito grande em relação ao governo de um país amigo, que é a Síria, de onde descendem mais de três milhões de brasileiros e onde nós temos cerca de 1,2 mil portadores de passaportes brasileiros vivendo; é um país cujos imigrantes vieram enriquecer o nosso País e fundaram uma sociedade alauíta no Rio de Janeiro em 1960. Nós temos, em São Paulo, um bispo para todo o Brasil do patriarcado ortodoxo de Antioquia, ou seja, muitos desses descendentes de sírios trouxeram para cá parte da sua riqueza, parte da sua herança e criaram essa riqueza do povo brasileiro.

Se nós olharmos aquele mapa que o senhor colocou ali, veremos que a Síria está, eu diria, num cruzamento que foi já ultrapassado por Alexandre, o Grande, por César e pelos macabeus; ou seja, é uma região estratégica do nosso Planeta e onde hoje nós temos um enfrentamento entre várias forças, desde as forças do Ocidente, lideradas pelos Estados Unidos, pela União Europeia, a forças novas políticas e religiosas que os analistas do Itamaraty – e eu quero dizer que, ao contrário do que diz a imprensa, o Itamaraty tem muitos analistas de Oriente Médio – analisam para o nosso príncipe, o nosso presidente ou a nossa Presidenta.

Nós temos, ao sul, a Arábia Saudita, governada por uma monarquia que não tem parlamento; começa a fazer agora uma espécie de protoparlamento na forma do conselho de Ashura. Um país formado a partir de um movimento religioso, o wahabismo. E nós temos o Irã.

Eu queria, se o senhor me permitir, contar uma historinha. Eu já estou ficando velho no Itamaraty, mas era assessor do Embaixador Azambuja e vi a despedida do último encarregado de negócios do Xá – um senhor gordo, cheio de anéis –, e a chegada do primeiro encarregado de negócios da república islâmica – muito mais magro, sem nenhum anel e com uma leve marca de oração aqui. Nós fizemos um grande esforço para estabelecer boas relações com a república islâmica, e trouxemos uma delegação que andou por Brasília, conversou conosco, foi ao Rio de Janeiro. E, depois, ao voltar a Teerã, publicou uma pequena nota da sua visita ao Brasil – o professor esteve em Teerã –, que dizia assim: *“Fechávamos os olhos de ver nas areias de Copacabana e Ipanema tanto pecado”*.

Então, como é que nós podemos relacionar uma sociedade que, por razões religiosas, cobre suas mu-

Iheres com uma outra sociedade que desnuda não só suas mulheres, mas os seus homens?

E o que nós ouvimos aqui é que nós temos excelentes reações com o Irã.

Então, esse tipo de atitude do Brasil, como um novo centro, um novo polo de poder neste Planeta multipolar, é que nós estamos num processo de aprendizado, no qual nós não queremos perder a velha tradição brasileira de promover o diálogo, promover a negociação e evitar aquela prática muito comum dos nossos irmãos das velhas potências do ocidente, de mandar os *marines*, de mandar a Royal Navy, de mandar a legião estrangeira. Mas, ao mesmo tempo, nós não podemos nos furtar e ficarmos silenciosos. E é este o novo princípio que o Brasil procura desenvolver: o princípio da não indiferença.

Então, nós podemos levar aos nossos parceiros – sejam eles os sírios, os iranianos, os israelenses, os libaneses, os egípcios – essa opinião, muitas vezes dura, mas que é uma opinião de amigo: é preciso parar de reprimir, é preciso estabelecer um diálogo, é preciso chamar os outros países, os países de boa vontade, para estabelecer um local, um espaço onde as oposições e os governos possam falar com um mínimo de segurança.

Ora, eu poderia falar horas sobre a Síria. A Síria acabou de adotar uma nova constituição, e a nossa embaixada em Damasco fez uma primorosa análise. E, do nosso ponto de vista, comparado com a realidade de um País que está há 130 ou 140 anos em paz, é uma constituição que tem ainda muitos elementos de autoritarismo.

Então, este é o Brasil: um país que prega a paz, um país que prega o diálogo, mas não é um país ingênuo. É um país que procura trabalhar nos foros internacionais com os instrumentos da diplomacia e não com os instrumentos da força armada para promover um real diálogo interno, a construção da democracia. E a democracia toma o seu aspecto, a sua maneira de ser, em cada país, em cada civilização. Mas nós acreditamos que, como está na nossa Constituição, todo poder vem do povo, e isso é algo de que nós não podemos abdicar.

Nós mantemos Forças Armadas importantes e somos signatários da Carta da ONU, que tem regras extremamente precisas para o uso da força. O Embaixador Patriota mencionou, há pouco tempo, numa reunião de embaixadores brasileiros no Oriente Médio, em Istambul, que nós considerávamos ilegítimos este tipo de chamado: vamos invadir, vamos bombardear.

Ora, nós só podemos invadir e bombardear, e isso é possível, dentro das regras estabelecidas pela comunidade internacional, especificamente no Capí-

tulo VII da Carta das Nações Unidas, mas, antes disso, nós temos de exaurir uma quantidade imensa de instrumentos diplomáticos: a negociação, a mediação.

Agora, nós temos também de pressionar aqueles governos, aquelas sociedades que acham que a soberania vestfaliana ainda é aquela de 1648. Eles devem estar conscientes de que essa não é a realidade do nosso tempo.

Procuramos também dizer que, muitas vezes, há de se pesar entre muitos males. Vejo, aqui, meu amigo Embaixador Baker, do Iraque, que lutou contra Saddam Hussein, que é curdo. Ele me disse algumas vezes: “Estou muito contente com o fato de ter havido uma intervenção no meu país que nos livrou daquela ditadura”. Mas, ao mesmo tempo – perdoe-me dizer isto –, ele disse: “Foram de oito a dez anos de ocupação, e houve entre 500 mil a um milhão de mortos. Esse é um preço que se quer pagar pela liberdade?”.

Houve o exemplo de 10 a 12 anos de guerra civil no Líbano, com as mesmas comunidades que estão na Síria, comunidades ortodoxas de várias denominações, como os maronitas, os drusos. Há vários tipos de xiismo. Estou virando uma enciclopédia de religiões ultimamente. O fato é que todas essas comunidades são uma riqueza da humanidade. Lá estão umas das duas ou três últimas aldeias que falam aramaico, a língua de Cristo. Queremos que tudo isso se desfaça?

Por isso, é necessário manter e usar o diálogo. Do nosso ponto de vista, é necessário fortalecer a diplomacia, mas também não podemos ser lenientes quando a violência atinge situações que deixam qualquer ser humano efetivamente muito tocado.

Estou à sua disposição, Sr. Presidente, para responder a qualquer pergunta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Agradeço a S. Ex^a, o Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto.

O Sr. Embaixador é Subsecretário-Geral Político III, que trata da África e do Oriente Médio.

Agora, passo a palavra a S. Ex^a, o Embaixador Eduardo Suplicy, e, em seguida, a S. Ex^a, o Embaixador Mohammad Ali Ghannezhadeh, Embaixador da República Islâmica do Irã.

Com a palavra, S. Ex^a, o Embaixador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente, mas ainda não fiz o Instituto Rio Branco e não consegui chegar ao cargo de embaixador. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Desculpe-me, Senador.

Tem a palavra S. Ex^a, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, o propósito de todos os conferencistas, de fazer com que possamos contribuir para a paz nos países árabes e nos países do Oriente Médio, está muito bem explicado, inclusive, agora, pelas palavras do Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, que diz da tradição brasileira e dos esforços realizados na Síria.

Precisamos nos empenhar ainda mais para evitar o desastre que o Prof. Márcio Scalercio mencionou. É claro que precisamos prever situações de emergência, se ocorrerem problemas como o que, nesses dias, houve com duas brasileiras que foram objeto de sequestro no Egito. Felizmente, o Governo brasileiro, em diálogo com as autoridades do governo do Egito, conseguiu chegar a um entendimento em relação às duas brasileiras que ali estavam fazendo turismo e conhecendo lugares do Sinai e que, de repente, foram sequestradas por beduínos, que queriam a libertação de determinada pessoa em troca delas. Mas se chegou a um entendimento, felizmente, desta vez, sem mortos e sem feridos.

Então, nós, brasileiros, por nosso espírito e, sobretudo, pelo fato de convivemos, no Brasil, com pessoas de todas as origens, de todas as raças, inclusive aquelas que caracterizam todos os países do Oriente Médio, com quem temos nos dado bem... Existe cooperação entre professores, cientistas, empresários, comerciantes árabes, palestinos, judeus e iranianos em toda a parte. Os professores das universidades do Rio de Janeiro, a Universidade Federal e a Católica, e da Universidade de São Paulo; na Fundação Getúlio Vargas, eu, como professor e aluno, muitas vezes, presenciei a colaboração de pessoas de todas as origens.

Então, nós temos uma vocação.

Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, visitei o Iraque e fui recebido pelo Presidente da Assembleia Nacional do Iraque. O Embaixador Bernardo de Azevedo Brito chamou a minha atenção, pois me recebeu em sua residência com a vestimenta árabe e me disse: “Olha, este é um sinal positivo”. As primeiras palavras dele foram as seguintes: “Estou recebendo-o aqui, na minha residência, em vez de recebê-lo no meu gabinete na Assembleia Nacional, para dar-lhe um sinal de que o senhor é bem recebido aqui. O senhor vem de um país em que o povo conseguiu superar um regime ditatorial por meios pacíficos, e isso significa muito para nós. E o senhor vem trazer uma proposta para contribuir para a pacificação e democratização do Iraque”.

Então, foi muito importante a missão que o senhor relatou.

Ainda na semana passada, fiz um pronunciamento no Senado, elogiando uma entrevista do nosso Prof.

Paulo Sérgio Pinheiro, que foi citado na manifestação do Presidente Fernando Collor hoje. Ele ressaltou, em sua entrevista publicada no jornal *O Estado de S. Paulo* na semana passada, o empenho do Brasil. Inclusive, ali, como representante da Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), disse o quão importante é que as forças na Síria realizem entendimentos por meios não bélicos.

Então, resalto todo esse esforço. A comunidade diplomática sediada em Brasília está aqui presente, ouvindo-nos. Certamente, é importante que todos nós venhamos a dizer que esse anseio é do Brasil.

O senhor fez um levantamento das opiniões nos Estados Unidos. Ali, a grande maioria deseja que haja um esforço diplomático e não a utilização da guerra, ainda mais com o risco de haver uso de armas nucleares, por exemplo, entre Irã e Israel, espalhando-se o terror, a destruição e a perda de vidas em número simplesmente incontável.

Então, todo esse esforço e os diálogos que, aqui, o Presidente Fernando Collor está proporcionando seguem exatamente essa direção.

Quero até cumprimentá-lo, porque V. Ex^a percebe o interesse do corpo diplomático, que, aqui, está em grande número vindo acompanhar essas reflexões.

O Prof. Jorge Muniz de Souza Morteau, estudioso dos assuntos do Irã, trouxe-nos inúmeras informações importantes sobre como o Brasil pode colaborar para um melhor entendimento e superação de dificuldades no Irã, mas não mencionou um tema que me parece de grande relevância. O Irã aprovou, no ano passado, uma lei para modificar os subsídios dos combustíveis – do petróleo, da gasolina, dos gases – no Irã. E, como houve a diminuição desses subsídios numa quantia muito significativa, tipo US\$100 bilhões, então, como que para compensar isso, o governo iraniano resolveu prover a cada cidadão uma renda que, em princípio, foi para todos os cidadãos a mais de 72 milhões, que é a população. Então, todos vieram a receber.

Agora, mais recentemente, no início deste ano, houve uma modificação. O pagamento de uma renda para todos os iranianos é incondicional, é para todos, mas houve a iniciativa de se estimular as pessoas do maior estrato de renda a abrirem mão, e isso vem sendo objeto de grande discussão e debate entre, por exemplo, os estudiosos da Basic Income Earth Network – Rede Mundial da Renda Básica.

Eu queria até chamar a atenção para essa iniciativa iraniana. Tenho aqui um trabalho do Prof. Hamid Tabatabai – não sei se o conheceu. Ele esteve no Brasil em julho de 2010 e apresentou o trabalho a respeito dessa inovação que causou uma atenção muito significativa.

Então, eu queria até lhes dar esses elementos e transmitir aos senhores também que até o nosso Embaixador do Iraque no Brasil convidou-me, no ano passado, para um almoço com o presidente da Câmara de Comércio Brasil-Iraque. Dois assessores do atual presidente do Iraque me transmitiram que, após a visita que fiz e as sugestões que formulei em Bagdá, em janeiro de 2008, o Iraque aprovou uma lei do óleo e do petróleo, que levou em consideração as sugestões de prover a todas as famílias, a todos os iraquianos, uma renda.

Ainda quero saber mais detalhes a respeito disso. O Embaixador do Iraque me mandou o texto em árabe, mas eu ainda não consegui ler inteiramente. Não compreendo árabe ainda, e ele ficou de me mandar em inglês o texto.

O nosso embaixador brasileiro no Iraque me mandou um texto, só que essa lei é de 2007, de antes da minha visita. Agora, fiquei querendo saber. Mas o que eu quero aqui ressaltar é que essa proposição poderá colaborar também para a pacificação no Oriente Médio.

Quando passei o Natal na cidade de Belém, a convite da Autoridade Palestina, tive oportunidade de dialogar muito ali, inclusive com o Primeiro-Ministro, o presidente da Autoridade Palestina. Eu disse a eles que o Presidente Lula havia sugerido, como forma de pacificar o Oriente Médio, a situação entre Israel e a Palestina, que pudesse a seleção brasileira de futebol realizar um jogo com a seleção mista da Palestina e de Israel. Quem sabe isso pudesse ser feito em Londres, ou em algum lugar assim, e o Presidente da Autoridade Palestina falou: “Não, gostaria que fosse em Tel-Aviv e aqui. Eu acho ótimo.”

Mas a outra proposta é que pudessem os israelenses e os palestinos adotar uma renda básica para todos, porque isso também iria contribuir para a pacificação.

Cumprimento pela colaboração e o entendimento de todos, Sr. Presidente. Acho que muito estamos aprendendo com as manifestações dos quatro que aqui estão presentes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Gostaria de passar agora a palavra a S. Ex^a o Sr. Mohammad Ali Ghanezadeh, Embaixador da República Islâmica do Irã. Ele irá falar em farsi e será traduzido por S. Ex^a, o Sr. Conselheiro da Embaixada do Irã, Sr. Mehdi Zanjani.

Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. MOHAMMAD ALI GHANEZADEH – (*Exposição em farsi, com tradução simultânea.*) – Em primeiro lugar, saúdo V. Ex^a, Excelentíssimo Senador

Collor, por criar esta oportunidade para eu poder falar um pouco.

Aproveitei muito dos discursos dos nossos convidados nesta reunião e, também, no início, quando o Sr. Senador conversou.

Se me permite, Sr. Presidente, eu queria enfatizar quatro pontos neste debate. Primeiro, falando sobre a questão nuclear iraniana. A segunda questão que quero colocar é sobre essas sanções e restrições ao nosso país. O terceiro, o papel que o Brasil podia desempenhar. O quarto ponto: será que essas condições criadas ao nosso país são uma oportunidade que o Brasil podia aproveitar ou não?

Relativamente à questão nuclear iraniana, a principal pergunta que existe é esta: será que o ocidente está preocupado com os progressos nucleares iranianos, ou a questão é outra?

Assim como enfatizado pelo nosso colega, a história da questão nuclear iraniana volta 50 anos, quando os Estados Unidos da América sugeriram ao governo iraniano, a essa altura, ajudar o aperfeiçoamento e o desenvolvimento da tecnologia nuclear para o Irã. E, nesse sentido, foi assinado um documento, um tratado entre o Irã e o governo dos Estados Unidos da América, a essa altura, para que pudesse produzir no Irã por volta de 20 mil megawatts de energia através das usinas nucleares. E a responsável foi a Universidade de Illinois, nos Estados Unidos da América, para desenvolver esse trabalho.

O argumento utilizado, nessa altura, é de que o petróleo um dia acaba, e o país precisa de outras tecnologias para gerar energia no País. Eu não entendo agora, na situação atual, o que mudou, quais são as condições que mudaram e por que a opinião deles também alterou.

Mais do que 16 serviços de inteligência nos Estados Unidos da América, nos diversos relatórios, dizendo que o Irã não procura bombas atômicas, e essa não é a intenção, por exemplo, do Irã. Até recentemente, nós tivemos também comentários de algumas autoridades de Israel dizendo também isto, argumentando que o Irã não está à procura de bombas atômicas. E nós estabelecemos grande cooperação com a Agência Internacional de Energia Atômica, mais de 40 mil horas de inspeção às nossas instalações nucleares no Irã. Isso significa que nós estabelecemos e desenvolvemos grande cooperação com a Agência Internacional de Energia Atômica, mas a situação demonstra que a intenção deles não é estabelecer uma cooperação e...

Oficialmente, nós enfatizamos que não existe em nossa doutrina militar desenvolver bomba atômica. E, até nas palavras do nosso líder religioso, através de uma *fatwa*, dizendo também que ter, utilizar e usar

energia nuclear é proibido pela religião. E, agora, não sei – do Khamenei, sim – por que tudo isso.

Eu acho que, nesse sentido principal, aliás, essas ideias do ocidente contra o Irã ou essas políticas contra o Irã podem ter três motivos.

Eu acho que o primeiro ponto que eu enfatizaria como o motivo principal dessas ideias contra o Irã é que o nosso país é sempre contra a ordem injusta no mundo, e sempre apoiamos os povos injustiçados, especialmente o povo palestino.

E o segundo ponto é esse desejo do Irã de alterar essa nova ordem, essa nova ordem mundial, que é uma ordem antiga, e estabelecer uma nova ordem que possa responder as atualidades, possa responder as questões atuais.

O terceiro ponto que nós enfatizamos, no qual insistimos muito é que a tecnologia nuclear para fins pacíficos deveria ser para todo o mundo, e é nesse sentido que nós temos o *slogan*: energia nuclear para todos e bomba atômica para ninguém.

Nesse sentido, para sair dessa situação, apresentamos nossa disponibilidade e nossa disposição para continuar as conversas, o diálogo. E, continuando esse diálogo com a Agência Internacional de Energia Atômica, continuar as cooperações necessárias nesse sentido, assim como fizemos no passado.

Sobre as sanções, também posso dizer, em primeiro lugar, que isso é contra o espírito, posso dizer, da Carta das Nações Unidas.

A imposição das sanções unilaterais também é um ato de transferir, podemos dizer, as leis nacionais de um país para outros, e eu acho que isso é contra todos os direitos internacionais, todos os regulamentos internacionais.

Fazer restrições sobre os bancos centrais de um país, que é considerado uma parte da soberania de um país ou de qualquer país, também é contra os regulamentos e direitos internacionais; é contra também a convenção das Nações Unidas sobre as imunidades jurídicas dos Estados.

Agora podemos falar sobre o impacto dessas sanções sobre o Irã.

Eu posso dizer de uma parte, sim, quando se refere a restrições de recebimento de equipamentos, por exemplo, de aviação civil, de transporte de aviação civil; ou transporte e movimento da população iraniana; ou, por exemplo, uma parte dessas restrições, a que priva os nossos filhos de estudar em alguns cursos específicos fora do país.

Sim, nesse sentido, podemos dizer que essas sanções e restrições têm impacto.

De uma parte, essas instituições também motivaram ou criaram oportunidade para o nosso país

se desenvolver em certos campos e progredir nesses campos. Por exemplo, no campo científico, o nosso país registrou um grande crescimento nesses últimos anos. Nos quatro últimos anos, a taxa de crescimento científico, a média de crescimento científico no Irã foi uma taxa muito maior que a da média mundial.

Nesse espaço, nesse ambiente de sanções, nós conseguimos lançar um satélite, por exemplo, para órbita baseado na tecnologia iraniana. Nós, nesse ambiente, conseguimos desenvolver, por exemplo, estudos sobre as células-tronco. Nós, nesse ambiente, conseguimos desenvolver o nosso sistema de defesa utilizando novas tecnologias, tecnologias de ponta, por exemplo, no nosso sistema de defesa nacional. É nesse ambiente que eu posso enfatizar que nós conseguimos desenvolver a nanotecnologia e estudos, por exemplo, nesse campo de tecnologias avançadas.

Baseado nas últimas informações do Fundo Internacional, o Irã é considerado a 17ª economia em nível mundial. O nosso PIB nacional é de US\$935 bilhões atualmente, e nosso volume de exportações e importações é de mais de US\$170 bilhões atualmente.

E, dentro também dessas restrições e sanções, nós conseguimos realizar um dos grandes planos econômicos, que foi esse plano de, de certa forma, tirar subsídios de certos produtos.

Até essas restrições motivaram mais integração nacional dentro do país. Um dos argumentos que eu posso enfatizar nesse sentido é taxa de participação da população com direito a voto nessa última eleição legislativa: por volta de 65% da população com direito a voto participaram.

A questão mais engraçada, aliás, nessas sanções e, de certa forma, na imposição de sanções ao Irã é que aqueles que querem promover as sanções contra o nosso país são as mesmas pessoas que incrementaram as relações comerciais com o Irã. Por exemplo, os Estados Unidos da América, nesses últimos anos, emitiram mais de dez mil autorizações específicas para suas empresas estabelecerem cooperações e trabalharem com o Irã. No ano passado, nós compramos 400 mil toneladas de trigo dos Estados Unidos da América.

Simultaneamente a essas ideias, no ano passado, por exemplo, o volume comercial entre o Irã e a União Europeia também registrou um crescimento de 14%, comparado com o ano passado.

Um dos motivos principais dessas sanções é que eles não querem o acesso de outros países a esse mercado iraniano que eles acham que pertence a eles. Assim como o nosso amigo enfatizou, a maioria das nossas infraestruturas no país é ocidental. Eles não querem perder esse mercado.

E outro ponto é sobre o desempenho do papel do Brasil nessas questões. Será que o Brasil tem que entrar, tem que desempenhar esse papel ou não?

Eu acho que o Brasil podia desempenhar um papel muito relevante nessa questão. O trabalho e o esforço desenvolvido por parte do Brasil e pela Turquia foi um ato que, aliás, o ocidente não podia fazer ou não queria fazer.

Eu acho que, se o Brasil quer estabelecer a sua posição como um poder emergente nesse mundo atual, ele tem que entrar nas questões também com certa relevância internacional.

A última questão que eu queria falar é se essas condições são oportunidade para o Brasil ou ameaça?

Eu acho que, sim. Por exemplo, em alguns campos, existe oportunidade para nós aumentarmos as cooperações com o Brasil. Por exemplo, cooperação científica é uma área promissora que nós podemos desenvolver. Nós temos muitos estudiosos, muitos cientistas no Irã que estão trabalhando em diferentes campos científicos, como na área de biotecnologia, na área de nanotecnologia, na área de estudos aeroespaciais e há outros campos dessas tecnologias avançadas em que eu acho que poderia ser muito proveitoso para o Brasil desenvolver relações com o Irã.

E, no campo econômico também, eu posso dizer que existe uma oportunidade para o Brasil. Atualmente, são países que se aproveitaram dessa situação. Por exemplo, as nossas relações com a Turquia nesse último ano passaram de US\$10 bilhões para US\$17 bilhões. Atualmente, nós temos uma relação comercial com o Iraque de cerca de US\$5 bilhões. Por exemplo, com a Índia, nós já indicamos uma meta, nos próximos quatro anos, para passar dos US\$15 bilhões das relações atuais para US\$20 bilhões. Atualmente, as nossas relações comerciais com a China ultrapassaram US\$40 bilhões. E existe também oportunidade para o Brasil entrar nesse campo e desenvolver as suas relações econômicas e comerciais com o Irã.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, o Embaixador Mohammad Ali Ghanezadeh, Embaixador da República Islâmica do Irã.

Passo agora a palavra a S. Ex^a, o Embaixador do Iraque no Brasil, que sempre, com sua presença nas audiências públicas, nos prestigia, o Sr. Baker Fattah Hussien.

Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. BAKER FATTAH HUSSEN – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero fazer um pequeno comentário sobre o que o meu amigo, Senador Suplicy, disse sobre a distribuição do petróleo e gás no Iraque.

Em primeiro lugar, agradeço ao meu amigo, Senador Eduardo Suplicy, porque foi o primeiro Senador brasileiro a visitar o Iraque, numa época muito difícil e crítica. Agradeço muito a ele.

Pelo que relata da resolução do petróleo e gás, como todos sabemos, é uma democracia. Na época de Saddam Hussein, uma resolução sobre petróleo e gás necessitava de um dia para ser aprovada. Agora, com a democracia, é assim: no parlamento, há quase três anos, estamos discutindo para fazer ou para aprovar uma lei sobre o petróleo e o gás.

Com certeza, como o Senador Suplicy diz, isso é muito velho, mas está prevista a aprovação, no mês de abril, da nova lei de petróleo e gás. O Senador Suplicy me pediu o texto da lei e tinha muita pressa – agradeço também por isso. E o meu amigo de lá disse que não tinha problema, que ele tinha muita pressa. Então, será traduzido para o português e entregue ao Senador Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, o Sr. Embaixador do Iraque, Sr. Baker Fattah Hussien.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado também.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Para as considerações finais, eu perguntaria a S. Ex^a, o Senador Eduardo Suplicy se gostaria de fazer algumas considerações antes de passar a palavra ao Prof. Márcio Scalercio.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Achei muito interessantes essas observações do Embaixador do Irã e agradeço também ao Embaixador Hussien, do Iraque, pelas informações. Vou encaminhar ao Embaixador do Irã as informações que recebi sobre a nova lei de fim de subsídios no Irã, que resultou, em contrapartida, numa experiência pioneira no mundo para quase toda a população do Irã, do pagamento de uma renda básica. Eu gostaria, depois, de trocar ideias com ele a respeito, para conhecer melhor os passos. Inclusive, o nosso Embaixador do Irã no Brasil quer muito que eu possa ir lá; disse que gostaria que fosse.

E um professor, cujos trabalhos eu dei ao Prof. Jorge Muniz de Souza Morteau, do Irã, que esteve no Brasil, quer muito o intercâmbio. E eu gostaria muito de poder, então, visitar o Irã. E gostaria de ter a garantia de que não vai surgir nenhuma bomba atômica ali durante a visita.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, o Senador Eduardo Suplicy.

Eu perguntaria ao Embaixador do Irã, Mohammad Ali Ghanezadeh, se gostaria de fazer alguma consideração sobre o que disse S. Ex^a, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. MOHAMAD ALI GHANEZADEH (*Exposição em farsi, com tradução simultânea.*)

Eu agradeço ao Senador Eduardo Suplicy os comentários e o interesse em assuntos do Irã.

Antes de responder à pergunta oficialmente, convido o Senador Eduardo Suplicy a visitar o Irã.

Esse plano de acabar com subsídios sobre certos produtos no Irã foi um plano econômico bem-sucedido.

Há mais de 30 anos pagamos subsídio sobre os produtos, para que nossa economia se torne uma economia dinâmica, e nós não tivemos outra solução senão aplicar esse plano.

E, assim como o Senador enfatizou, quando acabaram esses subsídios sobre esses produtos, para que isso não tenha grande impacto na sociedade, o governo indicou certas ajudas para as camadas mais vulneráveis na sociedade: que eles recebam, por exemplo, um certo... Para que, de certa forma, nós possamos avançar nesse projeto melhor do que nos anos anteriores, o nosso governo fez uma proposta para aqueles que, de certa forma, tenham certas remunerações, certos salários, que não precisam receber essas propostas, para que essas pessoas voluntariamente desistam do recebimento dessas propostas, e o Governo possa aplicar isso em outros...

Essa segunda fase desse processo é uma fase voluntária. O governo pediu voluntariamente às pessoas com vontade de desistir de receber esses subsídios.

Mas, infelizmente, o nosso País não podia passar bem as informações para outros países sobre como funciona esse sistema. Não passaram bem a informação para a população, e o recebimento de algumas mensagens – não sei de onde... Passaram a informação de que algumas pessoas, voluntariamente, desistem do recebimento desses subsídios. Essas informações criaram, podemos dizer, certas preocupações na sociedade, pois pensaram que se podia acabar de vez com o recebimento de subsídios. Mas, felizmente, o governo entrou em ação e passou as informações exatas sobre como proceder nesse plano para evitar certos transtornos no caminho de aplicação desse plano. E estamos na fase de bom andamento desse processo.

V. Ex^{as} estão cientes perfeitamente de que executar esse plano para 75 milhões de habitantes, distribuição de renda fixa, por exemplo, para ajudar algumas camadas sociais, não é um trabalho assim tão fácil.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, o Embaixador Mohammad Ali Ghanezadeh, Embaixador da República Islâmica do Irã, pelas explicações oferecidas a S. Ex^a, o Senador Eduardo Suplicy quanto à questão dos subsídios.

Muito obrigado ao Sr. Conselheiro da Embaixada do Irã, Sr. Mehdi Zanjani, pela sua tradução tão correta.

E, para as considerações finais, dois dos nossos palestrantes pediram a palavra. Em primeiro lugar, o Prof. Márcio Scalercio, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Cinco minutos para as considerações finais.

O SR. MÁRCIO SCLAERCIO – Obrigado, Presidente. Acho que não vou precisar de cinco minutos.

Quero só enfatizar que creio que esta preocupação dos brasileiros, dos diplomatas brasileiros e do povo brasileiro em relação a lugares como Oriente Médio e África, não ocorre porque são lugares em que há mares de petróleo ou quantidades enormes de gás. Mas, de um modo ou de outro, de uma maneira ou de outra, nós viemos todos de lá. Nós viemos das águas do Nilo. Nós viemos do fogo eterno que guiou caminho de Ciro, o grande. Nós viemos das revelações recebidas pelo Moisés, recebidas pelo profeta Maomé, da pregação de Cristo. Enfim, nós somos de lá também.

Então, a nossa solidariedade e a preocupação com a paz não é só a solidariedade distante em relação a uma terra distante. É olhar para as nossas próprias raízes, para aquilo que nos é muito caro e querer, de fato, que a situação melhore e que o pior não aconteça.

São essas as nossas preocupações.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao Prof. Márcio Scalercio, professor do Instituto de Relações Internacionais da PUC do Rio de Janeiro.

Passo a palavra agora ao Prof. Dr. Williams da Silva Gonçalves, professor do Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais da UERJ, para suas considerações

O SR. WILLIAMS DA SILVA GONÇALVES – Quero, mais uma vez, cumprimentar o Senador Fernando Collor, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, pela oportunidade ímpar que me concedeu, de participar desta audiência e constatar aqui, de corpo presente, a importância desta comissão para que o corpo diplomático estrangeiro diretamente interessado na questão possa ter conhecimento do que pensam os professores, do que pensam os pesquisadores, os intelectuais que lidam com as relações internacionais; e também para que nós possamos ouvir diretamente do corpo diplomático o que pensam a respeito do Brasil, da importância do Brasil, do papel que o Brasil tem a desempenhar, sobretudo na sua contribuição, necessária contribuição, para a paz mundial.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao Prof. Dr. Williams da Silva Gonçalves, como disse, professor do Programa de Pós Gra-

duação em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Para finalizar, passo a palavra a S. Ex^a, o Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, Subsecretário-Geral Político III (África e Oriente Médio), do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

O SR. PAULO CORDEIRO DE ANDRADE PINTO

– Sr. Presidente, muito obrigado. Foi uma honra estar aqui presente, um debate extremamente enriquecedor. E nós aproveitamos também para ouvir muito o que foi falado aqui. A academia é importante para criar e trazer ideias para formulação de uma boa política externa. Ouvir os embaixadores estrangeiros é sempre algo que nós temos por dever de ofício.

Eu queria lembrar apenas, quanto à questão nuclear, que o Brasil defende uma zona de paz, uma zona livre de armas nucleares no Oriente Médio. É uma velha bandeira.

Estou fazendo quase ficção diplomática, nós que criamos aqui uma Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle Nuclear, Abacc. Já pensou um dia uma Abacc entre I e I, Irã e Israel, alguma coisa assim? Eu digo que é um pouco de futurologia.

No caso da Síria, efetivamente nós achamos que a questão da violência é extremamente grave, e o Governo brasileiro está profundamente preocupado com o agravamento da situação. O respeito aos direitos humanos, além de princípio constitucional, é verdadeiro pilar da ação externa brasileira. A Presidenta Dilma trouxe ênfase renovada ao tema. O Brasil tem defendido a importância do respeito aos direitos humanos na Síria e condenado os abusos ocorridos.

Nós entendemos que o Conselho de Segurança e a Liga Árabe são os foros institucionais para o tratamento da crise síria. Fornecer armamento à oposição, no nosso ponto de vista, é a penas agravar o conflito. Mas é necessário que o governo sírio estabeleça efetivamente reformas político-institucionais democratizantes e que haja um diálogo inclusivo, que permita e inclua todas as forças do povo sírio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, mais uma vez, ao Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, Subsecretário-Geral Político para África e Oriente Médio, do Ministério das Relações Exteriores.

Antes de encerrarmos, eu gostaria de, mais uma vez, agradecer a presença aos integrantes do corpo diplomático que hoje se fizeram presentes a esta audiência pública: S. Ex^a, a Sr^a Sudha Devi Vasudevan, Embaixadora da Federação da Malásia; S. Ex^a, o Sr. Mohamed Mestiri-Borja, Embaixador da Tunísia; S. Ex^a, a Sr^a Martha Mavrommatis, Embaixadora da República

do Chipre; S. Ex^a o Sr. Baker Fattah Hussen, Embaixador do Iraque; S. Ex^a, Sr^a Eva Betita, Embaixadora das Filipinas; S. Ex^a, Sr^a Milena Smit, Embaixadora da República da Eslovênia; S. Ex^a, Sr. Mohammad Ali Ghanezadeh, Embaixador da República Islâmica do Irã; Sr. Ibrahim Aleisa, Encarregado de negócios da Embaixada do Reino da Arábia Saudita; o Sr. Conselheiro da Embaixada do Irã, Sr. Mehdi Zanjani; o Sr. Fernando Arroyo, Ministro da Embaixada do Uruguai; ao Sr. Abdelhamid Rahmani, Ministro Conselheiro da Embaixada da Argélia; Sr. Abdeslam Maleh, Primeiro Conselheiro da Embaixada do Reino do Marrocos; Sr. Aleksandr Tserkovsky, Conselheiro da Embaixada de Belarus no Brasil; Sr. José Prada, Conselheiro da Embaixada da Espanha; Sr. Rafael Hidalgo Fernández, Conselheiro da Embaixada de Cuba; Sr. Vithit Powattanasuk, Conselheiro da Embaixada Real da Tailândia; Sr^a Natalia Sentenkova, Primeira-Secretária da Embaixada da Federação da Rússia; Sr. Mohamed. Riyad Khaddour, Terceiro Secretário da Embaixada da República Árabe da Síria.

Quero também registrar a presença de S. Ex^a, a Sr^a Renate Stille, indicada para ocupar o posto de Embaixadora do Brasil junto à República Hachemita da Jordânia; também agradecer a presença de S. Ex^a, o Embaixador Michael Francis Gepp, indicado para ocupar o posto de Embaixador do Brasil junto à República de Saint Vincent and the Grenadines; e a Sr^a Ministra Cláudia Fonseca Buzzi Freire, que sempre nos acompanha com muita proficiência e muito interesse, que é da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares do Ministério das Relações Exteriores.

Apenas corrigindo o que aqui disse em relação a S. Ex^a, a Embaixadora Renate Stille: ela é indicada para ocupar o posto de Embaixadora do Brasil junto ao Reino da Jordânia.

Antes de encerrarmos a presente reunião, agradeço a presença de todos, em especial dos nossos convidados Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, Subsecretário Geral Político III de África e Oriente Médio, do Ministério das Relações Exteriores; do Prof. Márcio Scalercio, Professor do Instituto de Relações Internacionais da PUC/RJ; do Dr. Williams da Silva Gonçalves, Professor do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; do Prof. Jorge Muniz de Souza Morte-an, Bacharel em Geografia Política da Universidade de São Paulo (USP), Mestrando em Assuntos Iranianos pela Escola de Relações Internacionais do Ministério de Relações Exteriores do Irã, pela importante contribuição que todos aqui ofereceram.

Por fim, convoco as Sr^{as} e os Srs. Senadores para nossa próxima reunião, a ser realizada no dia 22 de

março, quinta-feira, às 10 horas, neste plenário, com pauta deliberativa.

Agradeço, mais uma vez, a presença de S. Ex^{as} e a das senhoras e senhores aqui presentes.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 18 horas, a reunião é encerrada às 20 horas e 52 minutos.)

ATA DA 12ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas do dia vinte e dois de março de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Vanessa Grazziotin, Sérgio Souza, Antonio Carlos Valadares, Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Pedro Simon, Aloysio Nunes Ferreira, Paulo Bauer, Gim Argello, Blairo Maggi, Randolfe Rodrigues, Delcídio do Amaral, Ana Amélia, Lauro Antonio, Mozarildo Cavalcanti e Inácio Arruda**. Justificam ausência os Senhores Senadores **Cristovam Buarque, Luiz Henrique e Francisco Dornelles**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 10ª e 11ª Reuniões, que são dadas como lidas e aprovadas. São lidos Comunicados da Presidência. É feita a leitura dos seguintes Requerimentos, a serem incluídos na Pauta da próxima reunião deliberativa da Comissão: **Requerimento-CRE**, de autoria da Senadora **Vanessa Grazziotin**, que requer “que a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional do Senado Federal, encaminhe MOÇÃO à Cúpula das Américas APOIANDO a inclusão de Cuba na referida Cúpula”; **Requerimento-CRE**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, que requer “seja realizada, por esta Comissão, audiência pública conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, com a participação do ex-ministro da Justiça de Israel, Sr. Yossi Beilin, e do ex-ministro da Cultura da Autoridade Palestina, Yasser Abbed Rabbo, com o objetivo de resgatar e homenagear a **Iniciativa de Genebra**, modelo para um acordo de paz e de criação do Estado Palestino”; e **Requerimento-CRE**, de autoria do Senador **Mozarildo Cavalcanti**, que requer “a realização de Audiência Pública, para debater a matéria do jornal ‘O Estado de São Paulo’,

publicada no dia 10 de março próximo passado, cujo título é ‘Por milhões de dólares, índios vendem direitos sobre terras da Amazônia’”. São feitos os Comunicados da Presidência. Tem início a apreciação da Pauta.

Item 1 – Mensagem (SF) nº 9, de 2012, de autoria da Presidenta da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora RENATE STILLE, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Reino Hachemita da Jordânia*”.

Relatora: Senadora **Ana Amélia**. **Item 2 – Mensagem (SF) nº 11, de 2012**, de autoria da Presidenta da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor MICHAEL FRANCIS DE MAYA MONTEIRO GEPP, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a São Vicente e Granadinas*”. **Relator ad hoc:** Senador **Mozarildo Cavalcanti**. **Item 3 – Mensagem (SF) nº 16, de 2012**, de autoria da Presidenta da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor MARCELO LEONARDO DA SILVA VASCONCELOS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática Socialista do Sri Lanka, e, cumulativamente, junto à República das Maldivas*”.

Relator: Senador **Sérgio Souza**. O Senador **Eduardo Suplicy** faz a leitura do **Requerimento nº 15, de 2012-CRE**, de sua autoria, que requer “a realização de audiência pública, tendo como convidada a Ministra Maria do Rosário Nunes, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, para dar ciência a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da situação vivida por mães e pais brasileiros que não conseguem manter a guarda de seus filhos, tendo em vista a diferenças de suporte legal que os diversos países adotam sobre a questão, bem como a sobre as ações adotadas pelo Governo Brasileiro para solucionar tais problemas”. O Senador **Eduardo Suplicy** solicita inclusão na pauta dos Requerimentos 114 e 115, de 2012. Aprovada. Os Embaixadores **Renate Stille, Michael Francis de Maya Monteiro Gepp e Marcelo Leonardo da Silva Vasconcelos** são convidados a compor a Mesa e fazem suas exposições. Fazem uso da palavra as Senhoras e Senhores Senadores **Vanessa Grazziotin, Mozarildo Cavalcanti, Ana Amélia, Eduardo Suplicy, Sérgio Souza, Randolfe Rodrigues**. A reunião é tornada secreta às onze horas e cinquenta e um minutos e reaberta às onze horas e cinquenta e cinco minutos. **Re-**

sultado dos itens 1, 2 e 3: sabatinas realizadas. O Presidente anuncia a aprovação dos Embaixadores indicados e retoma a análise da Pauta. **Item 4 – Mensagem (SF) nº 13, de 2012**, de autoria da Presidenta da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor JOSÉ MARCUS VINICIUS DE SOUSA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Dominicana*”. Relatora ad hoc: Senadora **Ana Amélia**. Resultado: Lido o relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE. **Item 5 – Mensagem (SF) nº 14, de 2012**, de autoria da Presidenta da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor JORGE GERALDO KADRI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Polônia*”. Relatora ad hoc: Senadora **Vanessa Grazziotin**. Resultado: Lido o relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE. **Item 6 – Mensagem (SF) nº 17, de 2012**, de autoria da Presidenta da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor GEORGE NEY DE SOUZA FERNANDES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República das Filipinas, e, cumulativamente, junto à República de Palau, à República das Ilhas Marshall e aos Estados Federados da Micronésia*”. Relator ad hoc: Senador **Randolfe Rodrigues**. Resultado: Lido o relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE. Relator dos itens 7, 8, e 9, o Senador **Aloysio Nunes Ferreira** apresenta os Requerimentos 11, 12 e 13, de 2011-CRE, em que requer o sobrestamento dos Projetos de Decretos Legislativos nº 238, 240 e 290, de 2011. Aprovados. A Presidência da Comissão informa que a Presidência do Senado será oficiada para comunicar a Presidência da República. **Item 7 – Projeto de Decreto Legislativo nº 238, de 2011**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que “*aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha Relativo à Segurança de Informações Sigilosas, assinado em Madri, em 17 de setembro de 2007*”. Relator: Senador **Aloysio Nunes Ferreira**. Resultado: Retirado de Pauta, em razão da aprovação do RRE nº 11, de 2012. **Item 8 – Projeto de Decreto Legislativo nº 240, de 2011**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e De-

fesa Nacional da Câmara dos Deputados, que “*aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Bonfim-RR, em 14 de setembro de 2009*”. Relator: Senador **Aloysio Nunes Ferreira**. Resultado: Retirado de Pauta, em razão da aprovação do RRE nº 12, de 2012. **Item 9 – Projeto de Decreto Legislativo nº 290, de 2011**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que “*aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Kuwait, assinado em Brasília, em 22 de julho de 2010*”. Relator: Senador **Aloysio Nunes Ferreira**. Resultado: Retirado de Pauta, em razão da aprovação do RRE nº 13, de 2012. **ITENS EXTRAORDINÁRIOS. Item 10 – Requerimento nº 11, de 2012-CRE**, de autoria do Senador **Aloysio Nunes Ferreira**, que diz: “*Requeiro, com amparo no art. 335, incisos II e III, do Regimento Interno do Senado Federal, o sobrestamento do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 238, de 2011, que aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha relativo à Segurança de Informações Sigilosas, assinado em Madri, em 17 de setembro de 2007, a fim de que o Presidente do Senado Federal officie a Excelentíssima Senhora Presidente da República sobre a necessidade de adequar o referido Acordo à Lei nº 12.527, de 2011, que regula o acesso a informações*”. Resultado: Aprovado. **Item 11 – Requerimento nº 12, de 2012-CRE**, de autoria do Senador **Aloysio Nunes Ferreira**, que diz: “*Requeiro, com amparo no art. 335, incisos II e III, do Regimento Interno do Senado Federal, o sobrestamento do estudo do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 240, de 2011, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Bonfim-RR, em 14 de setembro de 2009, a fim de que o Presidente do Senado Federal officie a Excelentíssima Senhora Presidente da República sobre a necessidade de adequar o referido Acordo à Lei nº 12.527, de 2011, que regula o acesso a informações*”. Resultado: Aprovado. **Item 12 – Requerimento nº 13, de 2012-CRE**, de autoria do Senador **Aloysio Nunes Ferreira**, que diz: “*Requeiro, com amparo no art. 335, incisos II e III, do Regimento Interno do Senado Federal, o sobrestamento do estudo do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 290, de 2011, que aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Kuwait, assinado em Brasília, em 22 de julho de 2010, até que se seja renegociado*

o art. V do tratado em questão, adequando-o à Lei nº 12.527, de 2011, que regula o acesso a informações”. **Resultado:** Aprovado. **Item 13 – Requerimento nº 114, de 2012**, de autoria do Senador **Eduardo Suplicy**, em que “requerem, nos termos do inciso II, do art. 4º da Constituição da República e nos termos do inciso IV, do art. 103 e item 4, letra “a”, do inciso III, do art. 235, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam transmitidos ao Governo dos Estados Unidos da América o apelo e manifestação do Senado Federal, no sentido de que os Estados Unidos da América suspendam o bloqueio econômico e comercial a Cuba e libertem cidadãos cubanos que se encontram presos em seu território por motivos políticos.”. **Relator:** Senador **Pedro Simon**. **Resultado:** Aprovado, com a alteração proposta pelo relator. **Item 14 – Requerimento nº 115, de 2012**, de autoria do Senador **Eduardo Suplicy**, em que “Requerem, nos termos do inciso II, do art. 4 da Constituição Federal, e nos termos do inciso IV, do art. 103 e item 4, letra “a”, do inciso III, do art. 235 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam transmitidos ao Governo de Cuba o apelo e a manifestação do Senado Federal, no sentido de que Cuba providencie o indulto geral aos aprisionados por posicionamentos políticos ou de consciência e autorize todos os seus habitantes a poderem entrar e sair de seu país, mesmo aqueles que criticam o regime político estabelecido na ilha”. **Relator:** Senador **Pedro Simon**. **Resultado:** Vencido o Relatório favorável do Senador Pedro Simon, foi designado o Senador **Randolfe Rodrigues** para apresentar o Parecer vencedor. Fazem uso da palavra as Senadoras Vanessa Grazziotin e Ana Amélia e os Senadores Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Pedro Simon e Delcídio do Amaral. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às treze horas e cinquenta minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Declaro aberta a 12ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 10ª e 11ª reuniões.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas.

Leitura de requerimentos que deverão ser incluídos na pauta da próxima reunião:

REQUERIMENTO Nº DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 55, inciso III, da Constituição Federal, combinado com art. 43, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a prorrogação de minha licença para tratamento de saúde no período de 17 de março a 5 de abril de 2012, conforme laudo de saúde em anexo.

Assinado por S. Ex^a Senador da República Luiz Henrique da Silveira.

REQUERIMENTO Nº DE 2012

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional do Senado Federal encaminhe Moção à Cúpula das Américas apoiando a inclusão de Cuba na referida Cúpula.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Justificação.

A Cúpula das Américas, criada em 1994, na cidade de Miami, nos Estados Unidos, prevê união, no contexto global, de todos os países da América, com exceção de Cuba, que procuram estreitar caminhos de uniões comerciais, com acordos de diminuição al-fandegária de preços.

O Ministro de Relações Exteriores do Brasil, ministro Antonio Patriota e o chanceler argentino, Hector Timerman afirmaram que esperam que o próximo encontro, que ocorrerá nos dias 14 e 15 de abril em Cartagena das Índias, na Colômbia, seja o último sem a participação cubana.

Assim sendo, venho requer dessa Comissão a aprovação de Moção de apoio à inclusão de Cuba na Cúpula das Américas.

Assinado por S. Ex^a Senadora Vanessa Grazziotin, do PCdoB do Amazonas.

REQUERIMENTO Nº DE 2012

Nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, combinados com art. 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizada, por esta Comissão, audiência pública conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, com participação do ex-Ministro da Justiça de Israel, Sr. Yossi Beilin, e do ex-ministro da Cultura da Autoridade Palestina, Yasser Abbed Rabbo, com o objetivo de resgatar e homenagear a Iniciativa de Genebra, Modelo para um acordo de paz e de criação do Estado Palestino.

Justificação.

Liderada pelo ex-Ministro de Israel, Yossi Beilin, e pelo ex-Ministro da Cultura da Autoridade Palestina,

Yasser Abbed Rabbo, a Iniciativa de Genebra, concluída em 2003, consistiu em uma simulação do que seria um justo acordo de paz negociado por palestinos e israelenses empenhados em um processo de pacificação entre os dois povos.

A iniciativa produziu o Acordo de Genebra como o caminho mais detalhado e realista já imaginado para um acordo duradouro que levasse à criação do Estado da Palestina na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, tendo como sua capital Jerusalém Leste, bem como as garantias de paz para Israel em fronteiras internacionalmente reconhecidas.

Passados nove anos daquele acordo, verifica-se hoje um total impasse na região. Praticamente inexistem negociações entre os dois Governos, uma vez que Israel recusa-se a estagnar a constante expansão de seus assentamentos ilegais na Cisjordânia e na parte Leste de Jerusalém.

Do lado palestino, há setores que não aceitam a existência de Israel, nem mesmo depois de um processo pacificador e das fronteiras reconhecidas internacionalmente.

A posição brasileira na ONU é de apoio ao Estado palestino, sempre em prol de uma negociação capaz de selar a paz, baseada nas fronteiras de 1967 e com reais garantias de segurança para Israel.

Tendo em vista a presença, no Brasil, dos dois grandes líderes da iniciativa de Genebra, Yossi Beilin e Yasser Abed Rabo, por ocasião da Rio+20, evento paralelo a Rio+20, em junho próximo, torna-se oportuno convidá-los para que divulguem suas ideias no Congresso Nacional brasileiro no exato momento grave por que passa o Oriente Médio, em que se constata um crescente risco de novas guerras e conflitos. Trata-se, portanto, de uma excelente oportunidade para a nossa Comissão e o nosso Parlamento prestigiarem aquele caminho de negociação apontado pela iniciativa de Genebra.

Assinado pelo Senador Fernando Collor.

Mais um requerimento, que será incluído na pauta da próxima reunião.

REQUERIMENTO Nº DE 2012.

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater a matéria do jornal O Estado de S. Paulo, publicada no dia 10 de março próximo passado, cujo título é: “Por milhões de dólares, índios vendem direitos sobre terras da Amazônia”, sendo convidados para tanto: Sr. Márcio Augusto Freitas de Meira, Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI; Sr. Martinho Borum, Presidente da Associação Indígena Pusuru; Sr. Roberto Cruxi, Vice-Prefeito

do Município de Jacareacanga/PA; Sr. João Borges Andrade, diretor da empresa Celestial Green no Brasil.

Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti.

Acompanha a matéria publicada pelo referido veículo de comunicação.

Comunicados:

Benim. O Ministro de Obras Públicas e Transportes do Benim, o Sr. Lambert Koty, esteve em visita ao Senado, na última terça-feira, dia 20 de março, quando tive a oportunidade de recebê-lo. Acompanhado de comitiva integrada por altos funcionários dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros, das Finanças e de Obras Públicas e Transportes, o Ministro Koty está no Brasil preparando a visita do Presidente Thomas Boni Yayi e solicitando apoio do nosso Governo para a construção de aproximadamente 200 quilômetros de estradas em seu país.

O projeto seria realizado por empresas brasileiras e espera ele contar com financiamento do BNDES.

Brasil e Benim têm longo e amistoso relacionamento, fundado em laços humanos e culturais comuns. A esposa do Presidente Yayi tem sobrenome Souza, um dos muitos nomes de origem comum existentes no país em razão dos “agudás”, que são os retornados brasileiros à África, especialmente a Benim.

A culinária também mostra fortes traços de convergência, com pratos como a feijoada, o acarajé e outros.

Contudo, o relacionamento bilateral entre nossos países, apesar desse forte embasamento, carece de maior significado econômico e a construção de estradas destinadas a escoar a produção de países insulares vizinhos ao Benin, como Burquina Faso, o Níger e o Mali, além de facilitar o trânsito de mercadorias vindas da Nigéria em direção àqueles países, é de importância estratégica. O Brasil tem contribuído para a melhoria da infraestrutura em diversos países do nosso entorno regional, no mais das vezes com apoio do BNDES.

Vejo como natural e salutar dar maior espectro a esse esforço, com um empenho renovado em África. Já estamos presentes nos países de língua portuguesa, como Angola e Moçambique, e devemos ampliar esse leque. E o projeto apresentado pelo Ministro Lambert Koty encaixa-se à perfeição nesse intento.

Faço votos que a visita, proximamente, do Presidente do Benin, Thomas Yayi, seja um sucesso e que o Brasil possa participar da melhoria da infraestrutura daquele país, possibilitando um maior crescimento econômico e social, com positivos reflexos sobre a qualidade de vida da população daquele país amigo.

Outro comunicado:

Atualização das informações sobre a Síria, Líbia e o Iraã.

Um ano após das manifestações antigovernamentais, as forças rebeldes não conseguiram domínio territorial sobre nenhuma área da Síria e as forças de Bashir al Assad tampouco lograram sufocar a rebelião, apesar da utilização de armas pesadas. A oposição segue dividida em várias facções e o regime mantém apoio, estimado em pelo menos 30% de setores ponderáveis da população.

Registre-se que os alaúitas, os cristãos e os drusos temem a insegurança de um futuro sem Assad e com um possível regime de maioria sunita.

O presidente tem conseguido manter o equilíbrio entre as várias confissões religiosas e patrocina grandes manifestações públicas em passeatas de apoio a seu governo.

A forte reação da comunidade internacional à violenta repressão aos rebeldes segue encontrando firme oposição dos aliados do governo sírio, da Rússia, da China e do Irã.

Com os dois membros permanentes do Conselho de Segurança entrincheirados em sua disposição de vetar qualquer resolução mais dura das Nações Unidas, não se pode esperar nenhuma reação da organização internacional que vá além dos esforços diplomáticos.

A Rússia e China têm realizado as suas próprias ações diplomáticas para pacificar a Síria, embora essas iniciativas não contemplem a saída de Assad do cenário político sírio, o que é ponto de honra para a oposição.

O antigo Secretário-Geral Kofi Annan, na qualidade de Representante Especial das Nações Unidas e também da Liga Árabe, entabulou conversações com o presidente sírio em Damasco, mas, aparentemente, não realizou progressos, além do anúncio de que proximamente seguirá para a Síria equipe de funcionários internacionais para prosseguir nas tentativas de se resolver o impasse.

Ainda no campo diplomático, o Conselho de Cooperação do Golfo, que tem decisiva influência na monarquia saudita, anunciou o rompimento de relações por parte do Kuwait, Omã, Catar e dos Emirados Árabes Unidos que se seguiu à iniciativa da própria Arábia Saudita e do Bahrein.

A Turquia demandou a seus nacionais que abandonem a Síria e alertou para o próximo fechamento do setor consular da sua embaixada em Damasco, o que pode ser o prelúdio de um rompimento diplomático.

Essas ações de ruptura de relações diplomáticas aumentam ainda mais o isolamento internacional do regime sírio, que está às voltas com a escalada de sanções impostas pelos Estados Unidos e pela União Europeia. Embora já afetem o cotidiano do país, não é provável que as sanções levem, junto com a pressão diplomática, a uma retirada de Assad da cena política.

Recorde-se que a saída do presidente fazia parte da proposta da resolução vetada pela Rússia e pela China e era pré-requisito para a negociação com a oposição de nova estrutura de governo.

Ontem, no entanto, dia 21 de março, os dois países, China e Rússia, apoiaram a aprovação, no Conselho de Segurança da ONU, de declaração de caráter urgente, convocando a Síria a aplicar o plano de paz proposto pelas Nações Unidas e pela Liga Árabe na forma de uma advertência velada sobre eventuais medidas internacionais.

A Turquia, que já foi firme aliada do governo sírio, mas que se coloca agora na vanguarda das pressões por sua queda, analisa a possibilidade de estabelecer uma *buffer zone* em território sírio na região fronteira. Essa zona tampão, que naturalmente será militarizada, terá como objetivo declarado a proteção do crescente número de refugiados que tem procurado cruzar a fronteira turca. Como a Turquia é membro da Otan, a *buffer zone* não deixará de abrir uma porta para a internacionalização do conflito.

Não se pode deixar de registrar que os desertores das forças armadas que formam o rebelde exército livre sírio tem sua base em território turco.

Mesmo considerando que a aliança atlântica tem reiterado que descarta intervir militarmente na Síria, a possível presença militar turca no país tem, evidentemente, grande potencial complicador. Por outro lado, não se pode descartar a possibilidade de apoio financeiro, de fornecimento de armas e de assessoria militar de países do Golfo.

Na Líbia, continua a situação de disputas e desconfiança mútua entre os grupos que combaterem Kadhafi e que se recusam a entregar suas armas ao governo central.

A região da Cirenaica declarou-se região semiautônoma, tendo como capital Benghazi, a segunda cidade do país.

O *status* de área autônoma não é novo, pois, na década de 50, o país era dividido em três regiões administrativas – a Cirenaica, a Tripolitânia e Fezzan –, que, além de liberdade relativa, contavam com suas próprias assembleias.

O Governo do Conselho Nacional de Transição declarou que resistirá a esse gesto de independência, até mesmo pelas armas, se necessário.

Na atual situação líbia, em que o governo tenta, ainda sem sucesso, desarmar as milícias, formar um exército e uma força policial, veleidades autonomistas atuarão como fator de desintegração do país.

Acresce que estão previstas eleições e o estabelecimento de Constituição no próximo mês de junho, o que aumenta o clima de volatilidade.

O antigo chefe do serviço secreto líbio, General Senussi, foi preso na Mauritânia no último dia 17 e o Conselho Nacional de Transição solicitou sua extradição, assim como a França, que o condenou por atentado em 1989, e o Tribunal Penal Internacional. Apesar de ser o General detentor de segredos do antigo regime, sua prisão não deve alterar o quadro político líbio.

De outra parte, o reconhecimento tardio do CNT como representante legítimo do povo líbio pela diplomacia brasileira tem feito com que nossas empresas não encontrem terreno propício para negócios ou empreendimentos no país.

No que diz respeito ao Irã, a retomada de negociações sobre o programa nuclear é esperada para o vindouro mês de abril. Dessas conversações participarão, além do Irã, os membros permanentes do Conselho de Segurança e mais a Alemanha. Continua, no entanto, a existir a possibilidade de ataque preventivo de israelense às instalações nucleares iranianas. Em Israel, discute-se a provável retaliação do Irã e de seus aliados na região, como a Síria, o Hesbolah e os militantes palestinos da Faixa de Gaza, que poderão atacar com mísseis centros urbanos populosos de Israel. Há dúvidas também sobre o apoio americano a um ataque preventivo, mesmo porque temos um ano eleitoral nos Estados Unidos da América. Outro aspecto do problema iraniano diz respeito à aguda diminuição de sua produção petrolífera que está voltando aos níveis da década de 1980, por deficiência tecnológica e pelo efeito das sanções.

A adicionar ao comunicado a presença do Embaixador do Irã na última segunda-feira, na audiência pública aqui realizada, em que ele pediu a palavra, que lhe foi concedida, e ele discorreu sobre o programa nuclear iraniano e afirmou peremptoriamente que aquele país não tem em vista a construção de qualquer artefato nuclear, mas, sim, acha que tem o direito, como um país soberano, de buscar novas tecnologias e o aprimoramento dessas tecnologias nucleares para que possam ter a energia e, enfim, desenvolver outras atividades no campo da medicina e assim por diante.

Item 1 da nossa pauta.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 9, DE 2012

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora RENATE STILLE, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Reino Hachemita da Jordânia.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senadora Ana Amélia.

Observação: no dia 1º de março de 2012, foi lido o relatório, tendo sido concedido vista coletiva da matéria.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 11, DE 2012

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor MICHAEL FRANCIS DE MAYA MONTEIRO GEPP, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a São Vicente e Granadinas.

Autoria: Presidenta da República.

Relatoria: Senador Marcelo Crivella.

Observação: no dia 1º de março de 2012, foi lido o relatório, tendo sido concedido vista coletiva da matéria.

Considerando o afastamento dos trabalhos desta Comissão do Senador Crivella, atual Ministro da Pesca, designo como Relator *ad hoc* S. Exª o Senador Mozarildo Cavalcanti.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 16, DE 2012

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor MARCELO LEONARDO DA SILVA VASCONCELOS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática Socialista do Sri Lanka, e, cumulativamente, junto à República das Maldivas.

Autoria: Presidenta da República.

Relatoria: Senador Sérgio Souza.

Observações: No dia 1º de março de 2012 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria.

Convido, para que tomem assento à mesa, dando-lhes a todos os votos de boas-vindas da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, S. Exªs a Srª Renate Stille, indicada para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Reino Hachemita da Jordânia, o Embaixador Michael Francis de Maya Monteiro Gepp, indicado para o cargo de Embaixador do Brasil junto a São Vicente e Granadinas e o Embaixador Marcelo Leonardo da Silva Vasconcelos, indicado para a República Democrática Socialista do Sri Lanka, e, cumulativamente, junto à República das Maldivas. (Pausa.)

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, S. Ex^a o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria que fosse considerado lido na data de hoje, para apreciação na próxima semana, como manda o Regimento, um requerimento para que possa ser convidada a Ministra Maria do Rosário Nunes, Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República, para dar ciência a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional a situação vivida por mães e pais brasileiros que não têm conseguido manter a guarda de seus filhos tendo em vista as diferenças de suporte legal que diversos países adotam sobre a questão bem como sobre as ações adotadas pelo Governo brasileiro para solucionar tais problemas.

A própria Ministra Maria do Rosário Nunes, ainda ontem, sugeriu que esse convite poderia ser feito porque ela avalia que será importante esclarecer essas dificuldades. Ainda recentemente, a nossa Comissão de Relações Exteriores, por seus membros, recebeu – V. Ex^a deve saber, como Presidente – cartas acerca de alguns assuntos, por exemplo, a da Sr^a Jacy Raduan Berg

Hoje, encaminho a V. Ex^a carta que a Sr^a Eliana Aparecida Rodrigues Moraes está encaminhando tanto à Ministra Maria do Rosário Nunes quanto ao Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo, Luiz Stefanini, que está examinando o caso dela, de criança com Síndrome de Down. Ela está tendo dificuldade em ter a guarda da criança. No mesmo sentido, a do Sr. Eduardo Yukio Oguma, o aue denota a importância desse tema.

Encaminho, então, a V. Ex^a a cópia desse requerimento e a cópia da carta enviada hoje, por meu intermédio, à Ministra Maria do Rosário Nunes, relatando as dificuldades para ter a guarda de sua filha. A mãe é Eliana Aparecida Rodrigues Moraes, a exemplo do que ocorreu com outras mães, que também recorreram aos membros desta Comissão.

Eu agradeceria também, na medida em que, já há três semanas, foi lido no plenário do Senado dois requerimentos: um é relativo à solicitação para que os Estados Unidos da América possam considerar o fim do bloqueio do embargo contra Cuba, o fim da prisão de Guantánamo, a possibilidade de conceder anistia aos cinco cubanos que são objeto do livro do escritor Fernando Morais, assim como o apelo às autoridades de Cuba, para que possam não ter mais presos de consciência e possam conceder liberdade de movimento aos seus cidadãos, no sentido de poderem entrar e sair de Cuba, inclusive a Sr^a Yoani Sánchez.

Então, como V. Ex^a designou, na semana passada, como Relator, o Senador Pedro Simon, que concluiu seu parecer ainda no início desta semana e o encaminhou a esta Comissão, que ele possa ser considerado para apreciação ainda ao final da reunião de hoje, se possível, Sr. Presidente.

Encaminho, então, o requerimento sobre a Sr^a...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Maria do Rosário. Ministra Maria do Rosário.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – É. E Sr^a Eliana Aparecida Rodrigues Márcio. Ela se encontra hoje aqui, porque veio pedir o apoio desta Comissão para o problema dramático em que se encontra, porque sua filha de 14 anos, com Síndrome de Down, está, agora, na Alemanha, sem que ela possa ter acesso à mesma, por divergências que teve com seu ex-marido.

Então, é mais um problema humano que chega a esta Comissão, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Eduardo Suplicy.

O requerimento que V. Ex^a acaba de ler e, de acordo com sua solicitação, será incluído na pauta da nossa próxima reunião para deliberação.

Em relação à solicitação que faz S. Ex^a o Senador Eduardo Suplicy, em relação aos dois requerimentos de sua autoria, cujo Relator é S. Ex^a o Senador Pedro Simon, eu gostaria de colocar à deliberação do Plenário se poderíamos – dado ao tempo em que esse requerimento já aqui chegou e por um problema que foi mais interno da Comissão, e o Senador Suplicy entregou-o na data certa, de forma correta, de acordo com o que prevê os atos normativos de funcionamento desta Comissão; foi um equívoco da nossa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional não ter apresentado antes esses dois requerimentos que ele acaba de citar – incluir na pauta de hoje a leitura para deliberação e eventual aprovação desses dois requerimentos.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os dois requerimentos entregues à Comissão por S. Ex^a o Senador Eduardo Suplicy, aos quais ele já se referiu, estarão incluídos na pauta no dia de hoje para deliberação e votação.

Agora, sim, passo a palavra à S. Ex^a Embaixadora Renate Stille, ela que é indicada para o Reino Hachemita da Jordânia.

V. Ex^a terá 15 minutos para sua exposição.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)
– Pela ordem, S. Ex^a a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Dr^a Renate está ansiosa para poder iniciar sua explanação.

Mas, Presidente, nós votaremos os requerimentos do Senador?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Hoje.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Hoje, após ouvirmos os...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Perfeitamente.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Então, por favor, Embaixadora Renate Stille, tem V. Ex^a a palavra.

A SR^a RENATE STILLE – Muito obrigada, Sr. Presidente da Comissão.

Muito bom dia, Exm^a Sr^a Ana Amélia, minha Relatora, a quem muito agradeço; muito bom dia também aos Exm^{os} Senadores membros desta Comissão; aos meus prezados colegas que nos prestigiam; a outros amigos que nos prestigiam e demais presentes, atualmente, sou embaixadora junto à Nova Zelândia, onde permaneci três anos. Antes disso, tive o prazer de abrir a Embaixada do Brasil na Armênia.

Caso aprovada por V. Ex^{as}, pretendo me empenhar em adensar as relações entre Brasil e Jordânia, que, apesar de tradicionais e corretas, têm ainda muita possibilidade de aprofundamento e de se tornarem mais densas.

Essas relações foram formalizadas em 1959, cumulativamente com Beirute.

Em 1984, foi aberta a Embaixada do Brasil em Amã e também a Embaixada da Jordânia em Brasília.

Em 2008, o Rei Abdullah II e a Rainha Rania estiveram no Brasil. Essa visita foi retribuída pelo Presidente Lula em 2010 e foi a primeira viagem oficial de um Chefe de Estado brasileiro à Jordânia. No mesmo ano, uma delegação de quatro ministros da Jordânia visitou o Brasil.

É tudo que temos como troca de visitas oficiais. Espero que, à medida que possamos adensar as nossas relações, esses contatos se tornem mais frequentes.

A Jordânia é uma monarquia parlamentarista de quase 90 mil quilômetros quadrados, com 6,3 milhões de habitantes, cuja maioria é muçumana, mas há 6% de cristãos católicos e ortodoxos.

Seu Produto Interno Bruto, em 2010, era de US\$ 22,8 bilhões, o que corresponde a um PIB *per capita*

estimado em US\$ 3.563. Os idiomas mais falados são o árabe – idioma mais oficial – e o inglês.

O País se originou de área outorgada por mandato da Liga das Nações à Grã-Bretanha, após a dissolução do Império Otomano, ao fim da I Guerra Mundial.

Em 1921, o Emir Abdullah I Bin Hussein, avô do atual Rei, foi nomeado Emir da Transjordânia. Em 1946, com a independência, ele foi coroado Rei Addullah I. Em 1955, o país adotou seu atual de Reino Hachemita da Jordânia, para deixar bem claro que a Casa Real da Jordânia desce diretamente do Profeta Maomé.

A segunda metade do século XX foi marcada pelo longo reinado do Rei Hussein, de 1952 a 1999.

Sob sua égide, o país consolidou seu arcabouço político institucional, com a expulsão da OLP, em 1970, a renúncia à Cisjordânia, em 1988, e a assinatura do acordo de paz com Israel, em 1994, acordo pelo qual o Rei trabalhou durante mais de 30 anos.

Durante esse período, o país se tornou um dos principais destinatários de ajuda militar norte-americana e emergiu como importante força moderada na região.

Ao ascender ao trono, em 1999, o Rei Abdullah II declarou como seus principais objetivos: na política externa, a reafirmação proeminente da Jordânia no encaminhamento do processo de paz entre Israel e Palestina; na economia, a modernização da administração pública, a criação de empregos e a oferta de melhores serviços à população; e, no plano político, a constituição de partidos políticos e representativos.

Na esteira das manifestações na Tunísia e no Egito, os protestos na Jordânia, que se iniciaram em janeiro do ano passado, evoluíram rapidamente, de movimento contra carestia para manifestações que pediam a demissão do Primeiro Ministro Samir Rifai.

O Governo manteve o controle da situação e a estabilidade política não foi seriamente afetada.

No campo econômico, os manifestantes pressionavam o Governo a reverter medidas econômicas condizentes com o projeto de liberalização em curso, como o fim gradual dos subsídios. E foram atendidos parcialmente em maio, quando o Ministro das Finanças sinalizou sua intenção de adotar política de subsídios dirigida às camadas populares.

Em fevereiro de 2011, cerca de um mês após o início dos protestos, o Rei Abdullah II empossou novo gabinete ministerial chefiado por Maruf Bakhit, que já havia ocupado esse cargo de 2005 a 2007. Porém, em outubro, a pedido da maioria dos parlamentares da Câmara, esse primeiro ministro apresentou sua renúncia.

Para formar novo governo, o Rei indicou Awn Shawkat Al-Khaswaneh, que fora até pouco antes Vice-Presidente da Corte Internacional de Justiça. Sua formação jurídica, considerada necessária para imple-

mentação das leis relacionadas às reformas políticas no país teria sido levada em conta na sua escolha.

Para garantir maior legitimidade ao governo, Al-Khasawneh indicou estar aberto ao diálogo com todas as forças políticas do país. O novo gabinete, com Al-Khasawneh como Primeiro-Ministro e Ministro da Defesa e Nasser Judeh como Ministro dos Negócios Estrangeiros foi anunciado em 24 de outubro de 2011.

De uma forma geral, pode-se dizer que desde o início dos protestos o monarca se destacou pela percepção aguçada, pelo alcance potencial das manifestações. Amparado na estabilidade da instituição monárquica, cuja sobrevivência não foi seriamente ameaçada, o chefe de Estado manteve o controle das reformas ao circunscrever as críticas e os protestos ao governo numa moldura de relativo diálogo político, o que evitou a escalada na intensidade das manifestações.

O grande teste para o movimento das reformas será a realização das eleições municipais e parlamentares sob a nova lei de eleições na plenitude do exercício das garantias individuais de expressão e de associação, mas que não têm data ainda.

No tocante à política externa, a Jordânia, de perfil conciliador e equilibrado, representa uma das mais importantes forças moderadoras no Oriente Médio. O país mantém relacionamento fluido com seus vizinhos e se estabeleceu como ilha de estabilidade em região particularmente volátil. A Jordânia, sobretudo pela atuação de seu chefe de Estado, é peça chave no encaminhamento do processo de paz árabe-israelense. Ao longo de 12 anos de reinado, o Rei Abdullah II tornou-se um dos principais mediadores entre israelenses e palestinos. Este ano já, a Jordânia mediou e sediou cinco reuniões entre palestinos e israelenses.

Com relação à primavera árabe nos países vizinhos, a posição jordaniana se caracteriza pela condenação do uso desproporcional da força, principalmente na Síria, e pelo estímulo ao diálogo. Ao mesmo tempo, defende o respeito à soberania e a não interferência em assuntos internos.

Com relação à crise síria, o que mais preocupa as autoridades do reino é o influxo de refugiados em seu território. Sua forte identidade monárquica aproxima a Jordânia das monarquias do Golfo Pérsico. Em maio de 2011, a Jordânia apresentou requerimento formal para admissão no Conselho de Cooperação no Golfo. Sua entrada no conselho é vista com otimismo nos meios empresariais e políticos pela possibilidade de ampliação na oferta de empregos, de estímulo a investimentos, de aporte financeiro do Golfo, além de facilitar a coordenação política dos demais regimes monárquicos da região.

A economia de Jordânia é de pequenas dimensões e dependente da assistência financeira internacional. A remessa de divisas da diáspora jordaniana, elemento muito importante para a economia do país, e fonte relevante de receitas em divisas foi pouco afetada pela crise econômica mundial e tem representado mais de 15% do Produto Interno Bruto.

A Jordânia importa todo o petróleo que consome e produz muito pouco gás natural, razão pela qual decidiu investir em novas fontes de energia. Com esse objetivo, convocou empresas estrangeiras para exploração e beneficiamento de xisto betuminoso, entre as quais a Petrobras, que tem como sócios o grupo jordaniano Kauai e a multinacional francesa Total.

A Jordânia é o terceiro maior fornecedor mundial de fosfato em bruto, produz potássio e tem importantes reservas de xisto betuminoso. Seu setor de serviços é dinâmico, inclusive com relação ao de finanças e telecomunicações e se destaca grandemente em turismo. Conta também com um bem estruturado setor farmacêutico, com cerca de 16 grupos multinacionais bem posicionados no mercado regional.

Seus principais mercados de exportação são Iraque, Índia, Estados Unidos e Arábia Saudita. A Jordânia importa principalmente da Arábia Saudita, China, Alemanha e Estados Unidos.

O intercâmbio comercial com o Brasil, nos últimos cinco anos, variou entre US\$121 e US\$318 milhões, com expressivos superávits entre 105 e 270 milhões a favor do Brasil. Esse desequilíbrio se explica, sobretudo, pela aquisição de aeronaves da Embraer pelas empresas aéreas locais. A Royal Jordanian Airlines adquiriu sete, entre 2006 e 2008, e a Arab Wings comprou duas em 2008, quando a exportação brasileira alcançou o pique de US\$294 milhões.

Entre os demais produtos exportados pelo Brasil, em 2010, destacam-se: carnes, 48,8%; café, mate e especiarias, 6,5%. Nesse ano, as importações brasileiras chegaram a apenas 1,5 milhão, correspondentes a produtos químicos e alumínio.

Diante da variedade de mercadorias produzidas e exportadas pelo Brasil, segundo a Embaixada em Amã, haveria a possibilidade de ampliar a presença brasileira nos seguintes gêneros de produtos: papéis, peças, móveis, produtos farmacêuticos, de tecnologia da informação e agrícolas.

Em 2008, os países do Mercosul e a Jordânia assinaram um Acordo-Quadro para a negociação de uma área de livre comércio. Tendo em vista a estrutura produtiva da Jordânia e o tamanho de sua economia comparada à brasileira, as negociações não apresentaram sensibilidades comerciais significativas. Porém, a conclusão da área de livre comércio Mercosul–Jordâ-

nia pode representar importante sinal político para o mundo árabe em face da assinatura de acordo semelhante com Israel.

Estou aberta a perguntas.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a Embaixadora Renate Stille, indicada para o Reino Hachemita, da Jordânia.

Passo agora a palavra a Sua Excelência, o Embaixador Marcelo Leonardo da Silva Vasconcelos, indicado para República Democrática Socialista do Sri Lanka, cumulativamente à República das Maldivas.

O SR. MARCELO LEONARDO DA SILVA VASCONCELOS – Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Fernando Collor, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, eu gostaria de iniciar com dois agradecimentos ao Senador Francisco Dornelles, meu Relator, a quem muito agradeço pelo primoroso trabalho de relatoria, e ao Senador Sérgio Souza, Relator *ad hoc*, a quem também muito agradeço a prestimosa colaboração.

Senhoras e senhores, esta é a segunda vez em que tenho o privilégio e o prazer de comparecer perante esta comissão, na condição de candidato à chefia de embaixada. Em 2005, obtive o beneplácito desta comissão para assumir a embaixada em Luanda, meu primeiro posto como Embaixador. Após quase três anos em Angola, assumi o cargo de Cônsul-Geral em Munique, em cujo exercício ainda me encontro.

Volto agora a esta tribuna, honrado com a indicação, pela Sr^a Presidente da República, de meu nome para, caso venha a merecer o apoio da comissão, servir como Embaixador em Colombo, na República Democrática Socialista do Sri Lanka, e cumulativamente na República das Maldivas.

Srs. Senadores, optei por fazer uma apresentação inicial tão concisa quanto possível, com vistas a alargar o tempo para o que é, na minha ótica, o mais importante: a troca de opiniões. As observações e os comentários de V. Ex^{as} serão todos de enorme valor para mim.

Ao longo desse exercício, não esquecerei, como pano de fundo, o que nos congrega a todos: a política externa brasileira em seus traços gerais e também o momento atual do Brasil e a situação do mundo.

É a partir desse contexto tão mais amplo que se pode melhor entender os relacionamentos entre o Brasil e o Sri Lanka e entre o Brasil e as Maldivas.

A política externa vincula a dimensão interna do País à cena internacional, que se apresenta marcada por crescente interdependência entre os diversos países.

Essa junção entre os dois planos adquire, nos dias de hoje, maior relevância. Dela dependem, em boa parte, os rumos do processo de desenvolvimento sócio, econômico e político que distingue o Brasil pujante que se constrói.

Durante os últimos 15 anos, muito especialmente, essa complexa interação entre política externa e desenvolvimento levou a que o Brasil estendesse grandemente a malha do seu relacionamento com outros países em diversos continentes. Na Ásia meridional, uma das regiões que mais cresce no mundo, não poderia ser diferente.

Srs. Senadores, as relações diplomáticas entre o Brasil e Sri Lanka, esse país insular anteriormente conhecido como Ceilão, vem sendo desenvolvidas num período que se estende por mais de 50 anos.

Na prática, no entanto, essa construção ganha maior consistência a partir do final de 2007, quando reabrimos a embaixada em Colombo. Pouco antes, o Estado cingalês abriu também sua embaixada em Brasília, a única que possui na América Latina.

Durante o curto período desde então, os dois países vêm aprofundando sua interação no plano político, no econômico e no comercial. Ao mesmo tempo, vem montando rede de acordos que embasa o caminho a trilhar e abre vias promissoras para esta relação que amadurece.

Novas oportunidades surgem a partir de 2009, ano em que o Governo do Sri Lanka conseguiu debelar o movimento separatista da minoria tâmil que por quase 30 anos tentou criar, por métodos violentos, um Estado independente no norte e leste da ilha.

Após a guerra civil, que durou de 1983 a 2009, que afetou duramente o desenvolvimento do país, o Sri Lanka vem crescendo a taxas elevadas. Em 2010 e 2011, o crescimento do PIB cingalês foi a taxas superiores a 8%.

Em março de 2011, o Ministro Antonio Patriota realizou visita de trabalho a Colombo, tornando-se o primeiro chanceler brasileiro a visitar o Sri Lanka. O objetivo central da visita foi o de sublinhar o interesse brasileiro em identificar áreas em que seja possível aprofundar a cooperação bilateral.

Na ocasião, foi instituído mecanismo de consultas políticas entre os dois países que abre interessantes perspectivas para intensificar o diálogo bilateral. Cabe destacar que o Senador Cristovam Buarque foi um dos precursores na promoção do diálogo bilateral, tendo visitado o Sri Lanka em 2005, quando se encontrou com o então primeiro ministro e atual Presidente da República Mahinda Rajapaksa, entre outras autoridades cingalesas. O Senador Eduardo Suplicy, por sua vez, também realizou visita de trabalho ao Sri Lanka.

Em 2008, foi criado no parlamento cingalês o grupo de amizade Brasil–Sri Lanka, que tem manifestado o interesse em ampliar o diálogo interparlamentar entre os dois países.

Na esfera multilateral, o Brasil e o Sri Lanka exploram, com êxito, as convergências derivadas de perspectiva reformista do sistema internacional, ambos os países defendendo a atualização da estrutura nascida na Segunda Guerra Mundial.

Essa visão compartilhada privilegia a construção da emergente ordem multipolar avessa a unilateralismos e hegemonismos. Com a atuação em termos relativos bastante ativa em organismos internacionais, o Sri Lanka participa ainda de diversos órgãos e mecanismos de cooperação na esfera mundial e regional.

No plano comercial, os dados disponíveis indicam que o intercâmbio de bens, embora ainda em patamar modesto, vem crescendo de forma significativa. Tal resultado parece alentador, mas ainda é, de fato, por demais discreto.

O potencial de expansão do comércio bilateral é grande, inclusive porque o intercâmbio está concentrado em exportações brasileiras de açúcar e outros alimentos e, no sentido contrário, em compra de artigos de borracha. Em termos econômicos, portanto, haverá que se aproveitar mais e melhor as oportunidades criadas pelo processo de desenvolvimento do Sri Lanka, uma das economias de mais rápido crescimento do mundo.

Como o país procura diversificar sua estrutura produtiva, tanto em matéria de comércio de bens como de prestação de serviços, há espaço para que o empresariado brasileiro, caso se decida por isso, venha a ocupar posição significativa naquele mercado.

Srs. Senadores, confesso que o esforço diplomático destinado a expandir a agenda bilateral e a espalhar o campo de entendimentos entre o Brasil e o Sri Lanka na agenda multilateral é um desafio que muito me atrai.

Quanto às Maldivas, trata-se de um país *sui generis*, que se estende sobre um arquipélago constituído por ilhas de grande beleza natural. A exploração destas como destino para turistas de alta renda vem dando bons resultados econômicos.

Com população inferior a 400 mil habitantes, é atualmente o país com a maior renda *per capita* na região. Apesar disso, as Maldivas enfrentam sérios problemas. Entre estes, destaca-se, nos dias atuais, a instabilidade política resultante de crises entre os Poderes da República e da ressurgência de movimentos fundamentalistas e islâmicos.

A mais longo prazo, o país corre o risco de extinção. Em vista da baixa altitude de seu território, a elevação do nível do mar em decorrência da mudan-

ça climática poderá causar a submersão da área terrestre do país até 2100, caso as previsões atuais se confirmem.

As Maldivas ora compram do Brasil, sobretudo, alimentos em montante já significativo. As relações comerciais entre o Brasil e as Maldivas têm possibilidade de ampliar-se e diversificar-se. Dito isso, em lugar de estender-me mais, prefiro interromper minha apresentação para me colocar à disposição de V. Ex^{as}.

Sobre observações e perguntas, Srs. Senadores, são muito bem-vindas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Sr. Embaixador Marcelo Leonardo da Silva Vasconcelos, indicado para a República Democrática Socialista do Sri Lanka e, cumulativamente, a República das Maldivas.

Passo, agora, a palavra ao Embaixador Michael Francis de Maya Monteiro Gepp, indicado para São Vicente e Granadinas.

Tem V. Ex^a a palavra, Sr. Embaixador.

O SR. MICHAEL FRANCIS DE MAYA MONTEIRO GEPP – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de fazer um agradecimento especial ao meu relator, o Senador Marcelo Crivella, que assumiu novas funções no Ministério da Pesca e Aquicultura.

Meu bom-dia aos Senadores e Senadoras presentes, público em geral, meus colegas do Itamaraty que vieram aqui nos homenagear.

Eu, atualmente, exerço o cargo de Cônsul Geral do Brasil em Istambul. Anteriormente, eu era Cônsul Geral do Brasil em Beirute. Fui responsável, no ano de 2006, pela evacuação de cerca de três mil pessoas, a grande maioria brasileiros, mas estendemos as facilidades para retirar do país, sob o bombardeio da força aérea israelense, outras nacionalidades latino-americanas, que nos agradeceram muito.

No tocante à nova missão que me está sendo confiada e que assumirei se V. Ex^{as} estiverem de acordo, o arquipélago de São Vicente e Granadinas é constituído de 32 ilhas. Ele tem 384 Km², uma ilha bastante pequena, como pode se ver no mapa; a população com cerca de 114 mil habitantes. A própria capital Kingstown, que muitas pessoas confundem com a capital da Jamaica, Kingston – apenas um “w” separa as duas – tem 30 mil habitantes. Algumas das ilhas são ilhas privadas e só se tem acesso a elas com autorização dos seus proprietários, embora elas façam parte do país chamado São Vicente e Granadinas. Uma delas é mundialmente conhecida, é a ilha dos ricos e famosos chama-se Mustique.

Em relação ao Governo de São Vicente e Granadinas eles se tornaram independentes em 1979 e per-

maneceram vinculados ao Reino Unido Grã-Bretanha e Irlanda do Norte através do *Commonwealth*.

Chefe de Estado é a Rainha Elizabeth II. Representada pelo Governador-Geral, Sr. Frederick Ballantyne, o Primeiro-Ministro é o Dr. Ralph Gonsalves do Partido da União Trabalhista, eleito em março de 2001, e que permanecerá na função até 2014, quando ocorrerão novas eleições.

O idioma falado na ilha é o inglês, e o sistema jurídico é o do Direito consuetudinário, ou seja, o *English Common Law*.

Em relação ao Brasil, tão logo se tornou o país independente, o Brasil abriu embaixada cumulativa, e tiveram cumulatividade as ilhas com vários países do Caribe. O último antes que abrísssemos a embaixada com o embaixador residente, em 2009, foi a Ilha de Barbados.

As relações com o Brasil têm, pouco a pouco, aumentado.

O Primeiro-Ministro Ralph Gonsalves já esteve três vezes no Brasil. Da última vez, ele esteve em São Paulo, visitou a Fiesp e foi visitar a Embraer. Está muito interessado em adquirir aeronaves da Embraer para servir o novo aeroporto chamado Argyle, que está sendo construído um pouco mais distante do atual que está apenas 15 km² da Capital.

O novo aeroporto deverá ficar pronto dia em 2013, inaugurado em começos de 2014, e financiado com ajuda dos Estados Unidos, Canadá, Grã-Bretanha, Turquia.

Além disso, em relação ao Brasil, foram assinados dois acordos, um já em vigor que é o acordo de isenção de vistos para os portadores dos passaportes diplomáticos oficiais e de serviço.

Um segundo ainda sobre a cooperação cultural, educacional e técnica ainda se encontra em fase de tramitação.

O papel do Primeiro-Ministro Ralph Gonsalves tem sido muito importante não só regionalmente, ele é um dos líderes do Mercado Comum Caribenhos, Caricom.

Graças à inestimável ajuda dele, numa visita que foi realizada com o aqui presente Embaixador José Marcus Vinícius de Sousa, na época da eleição do Diretor Geral da FAO, o Dr. Grazziano foi eleito com uma diferença, uma margem de votos muito pequena, quatro votos apenas em relação ao outro candidato, Morantinos.

Perdão. Eu gostaria de – muito obrigado, Sr. Presidente – agradecer ao Senador Mozarildo Cavalcanti, meu Relator *ad hoc*.

Mas, retomando, então, o tema, caso V. Ex^{as} hajam por bem aprovar a minha indicação, eu daria não só continuidade ao que vem sendo feito pelo meu pre-

decessor, Embaixador Renato Xavier, que tem tentado desenvolver ajuda ao país em diversas áreas, a área energética, por exemplo.

Eles têm uma usina muito antiga, desgastada, e esteve na Ilha de São Vicente o representante da Eletrobras, baseado no Panamá. Há possibilidade de ressuscitar a agricultura.

Como a maioria das ilhas menores do Caribe, São Vicente se fundamenta no cultivo de um só produto, a banana. Nós teríamos condições de, mediante a cooperação técnica, solicitada pelo governo de São Vicente, aumentar a produtividade deles através da Embrapa e da Emater.

Eles têm uma grave deficiência de formação de quadros. E, talvez, na área de cooperação técnica, através da Agência Brasileira de Cooperação, os serviços nacionais de aprendizagem brasileiro, o Senac, de aprendizagem comercial, e o Senai, de aprendizagem industrial, teriam muito a contribuir para o Governo. Atualmente, existem cooperantes estrangeiros na ilha. É o caso de cubanos, na área de infraestrutura aeroportuária e na área de medicina e de odontologia.

Eu vivi essa experiência de ter que utilizar os serviços de cooperantes cubanos na área de odontologia, quando eu servi como 1º Secretário na Embaixada do Brasil em Luanda. Isso na década de 1980.

Sr. Presidente, não vou me estender mais. Estou aberto às eventuais perguntas que desejem fazer. Não vou tomar mais o tempo da Comissão.

Muito obrigado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Embaixador Michael Francis de Maya Monteiro Gepp, indicado para São Vicente e Granadinas. Passo a palavra a S. Ex^a, Senador Mozarildo Cavalcanti, Relator *ad hoc* da indicação do Embaixador indicado para São Vicente e Granadinas.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Quero cumprimentar a todos os Embaixadores pelas brilhantes exposições e dizer da minha honra de ser Relator *ad hoc*, porque vi o relatório do Senador Marcelo Crivella, que é primoroso, e não podia ser diferente diante do currículo do Embaixador.

Quero pedir a V. Ex^a que pudesse abrir, neste momento, o processo de votação, porque, infelizmente, aqui neste período, nós temos quatro, cinco reuniões ao mesmo tempo, inclusive sou Relator de um item, em seguida, na outra comissão. Se V. Ex^a pudesse concordar com a abertura do processo de votação, independente da discussão e das perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Eu colocaria à deliberação dos integrantes desta

Comissão a solicitação feita por S. Ex^a o Senador Mozarildo Cavalcanti, de acordo com o disposto no inciso IV, do art. 52, da Constituição Federal combinado com o parágrafo único do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, para que nós possamos declarar aberto o processo de votação.

Aliás, citando o § 4º, excepcionalmente, e ouvindo o plenário da comissão, o Presidente poderá determinar o início do processo de votação do relatório antes do final da arguição do indicado.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a abertura do processo ou início do processo de votação já a partir de agora, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que quiserem votar poderão vir à mesa pegar as cédulas.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Em cada cédula que as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores irão receber, constam três nomes, os três nomes dos Embaixadores indicados e que aqui fizeram as suas exposições.

Pela ordem, com a palavra S. Ex^a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria que V. Ex^a me inscrevesse para fazer perguntas aos senhores candidatos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Perfeitamente!

V. Ex^a tem a palavra para fazer as indagações.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria primeiro cumprimentar todos os nossos representantes que terão uma missão importante em várias regiões do planeta. E começo com a Embaixadora Renate, porque fui a Relatora. Pelas características, parece que a senhora tem uma especialização na área de Oriente Médio, estudiosa, acadêmica, mas me chamou a atenção da situação da Jordânia, que viveu no ano passado um processo de meio turbulência interna por conta da chamada “Primavera Árabe”. E houve uma aparente tranquilização do aspecto político interno do país pelas medidas que o governo adotou. Porém, há alguns detalhes interessantes.

Grande parte da renda da Jordânia advém da remessa dos jordanianos que vivem fora do país, a chamada diáspora jordaniana. Eu queria saber de V. Ex^a, se esta, digamos, crise internacional, pouco no Oriente Médio, mas eventualmente os que vivem fora da região, não pode afetar essa receita. Porque, como é um país muito vinculado ao ocidente, estrategicamente, podem também essas ajudas internacionais,

de Japão, Estados Unidos e outros países também, ser reduzidas em função das necessidades desses países.

Também a Jordânia tem com o Brasil uma relação em que o setor de carnes. Sou do Rio Grande do Sul, um Estado que é também exportador, então, queria saber da senhora se há a possibilidade de ampliar essa área, porque agora mesmo temos notícias de que o Irã reduziu em 128% as compras de carne. Claro, talvez no caso do Irã, tenha sido um problema mais estratégico do ponto de vista do que quer o Irã em relação ao Brasil, de impor sua vontade. A Jordânia é diferente. O que podemos fazer?

E chamou-me a atenção o fato de que o Brasil comprou da Jordânia aviões militares F-5. Não está explicado como ele comprou esses aviões, ou se vendeu esses aviões, no relatório que foi encaminhado aqui. Então, eu queria saber como foi isso, como foi essa operação em relação ao que está explicado aqui.

A Jordânia comprou da Embraer aviões, mas aqui diz: aquisição pela FAB. A FAB comprou 11 aviões F-5, cuja transação foi orçada em aproximadamente US\$20 milhões. A Jordânia produz? Ela comprou de terceiros? Eram aviões usados? Esses dados, se puder me informar. E agora está em negociação um processo de seleção pela Força Aérea da Jordânia da compra de aviões de treinamento do Tucano, Embraer 314.

Então, são essas as perguntas que eu faria para a senhora, em relação a essa questão.

Para o Embaixador Marcelo e para o Embaixador Michael Francis:

São dois países muito pequenos, são ilhas. Qual é a importância que teria para o Brasil manter embaixadas nesses países.

O Sr. Embaixador que vai-nos representar em São Vicente e Granadinas fez uma referência que, para mim, não ficou clara ao dizer que o Dr. Francisco Graziano, indicado e eleito para ser Diretor da FAO, teve uma diferença de quatro votos. Esses votos foram desses países? Foi isso que o senhor quis dizer? Mencionar importância para isso.

Então, eu posso concluir...

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – José Graziano.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – José Graziano. Chico Graziano é outro. Chico Graziano é do PSDB. Entendi.

Obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Então, quer dizer que houve uma relação... A importância do Brasil na abertura... Eu vou concluir e, se estiver correta, queria que confirmasse que o Brasil faz isso prevendo que, nas disputas em organismos internacionais, possa obter o apoio desses países para uma indicação, como foi a do nosso representante na FAO.

São essas as questões, basicamente, do ponto de vista de política externa.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Obrigado a S. Ex^a, Senadora Ana Amélia.

Passo a palavra a S. Ex^a, o Senador Eduardo Suplicy, e, em seguida, a S. Ex^a, o Senador Sérgio Souza.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) –

Sr. Presidente Fernando Collor, primeiro, gostaria de pedir à Embaixadora Renate Stille, desejando muito sucesso na sua missão diplomática na Jordânia, que nos fale um pouco a respeito da natureza do regime jordaniano, do regime político, porque o atual governo resolveu realizar reformas políticas para conter a revolta propiciada pela Primavera Árabe, assim chamada, mas a situação da Jordânia, bem como a de muitos dos países árabes, ainda é bastante instável.

Eu tive a oportunidade de visitar brevemente a Jordânia na minha visita ao Iraque, em 2008. Naquela ocasião, acompanhado do Embaixador Bernardo de Azevedo Brito, de Amã fui até Bagdá e justamente ali pude ter uma ideia da Jordânia.

Queria fazer uma pergunta sobre o Ceilão ao Embaixador Marcelo Leonardo da Silva Vasconcelos. Eu tive a oportunidade de visitar o Ceilão e de estar em Sri Lanka, há três ou quatro anos, para um debate sobre o combate à pobreza.

O Ceilão conseguiu dominar ultimamente a revolta dos chamados Tigres. V. Ex^a julga que, do ponto de vista político, essa questão está resolvida? Como avalia que poderá haver uma cooperação maior entre o Brasil e o Ceilão, principalmente no que tange à área de energias renováveis, em especial na área do etanol?

Com respeito ao Embaixador Michael Francis de Maya Monteiro Gepp, como São Vicente e Granadinas faz parte da Alba – Aliança Bolivariana para as Américas –, como V. Ex^a avalia que poderão entrosar-se melhor as relações entre esse país e o restante da América Latina? Como vê o melhor entrosamento entre todos os nossos países? Que dificuldades ainda há para que haja uma integração efetiva no mais amplo sentido do termo de integração, em que possam as barreiras ser diminuídas, eliminadas, tanto para comércio, investimentos, quanto para a própria mobilidade desses cidadãos.

Eram essas as perguntas, Sr. Presidente, que eu tinha.

Encaminho a cada um dos senhores embaixadores o livro sobre a renda de cidadania, assim como a cartilha que o Ziraldo fez sobre o tema, colocando-me à disposição.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Eduardo Suplicy. Com a palavra S. Ex^a o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) –

Sr. Presidente Fernando Collor, Sr^{as} e Srs. Senadores, tive o privilégio de ser o Relator *ad hoc* do Embaixador Marcelo Leonardo da Silva Vasconcelos para o Sri Lanka e tenho, Embaixador Marcelo, poucas dúvidas, mas também uma observação.

Vejo que é um país de uma extensão territorial pequena. Segundo dados que constam da pauta, o território tem aproximadamente o tamanho do Estado da Paraíba e tem uma população de 20 milhões de habitantes. Então, é um país extremamente populoso. Verifico também que, no que diz respeito ao índice de desenvolvimento, mesmo levando em consideração os problemas com relação aos conflitos internos, como esse relatado pelo Senador Suplicy, ele está muito próximo ao Brasil, está como 97º, enquanto o Brasil está como 84º no que diz respeito ao IDH.

Também as informações dos quadros comparativos do comércio bilateral entre o Brasil e o Sri Lanka trazidas pelo Mdic dizem que o Brasil, em 2010, teria exportado US\$110 milhões e teria importado tão somente US\$23 milhões daquele país. No entanto, pelos dados do comércio bilateral tendo como fonte o Sri Lanka, os números são muito diferentes. Ele traz como US\$80 milhões o que ele teria importado do Brasil e que teria exportado para o Brasil tão somente US\$22... Ou melhor, o intercâmbio teria sido de US\$80 milhões, e não de US\$134, e as exportações teriam sido de US\$32 milhões, e não de US\$23, enquanto que as importações do Brasil teriam sido de US\$57 milhões, e não de US\$110 milhões.

Então, indago de V. Ex^a o porquê dessas diferenças de dados com relação ao Mdic e também à fonte do Sri Lanka.

Percebo que o Brasil tem uma relação muito próxima com o Sri Lanka no que diz respeito a ajudas humanitárias. No ano de 2009, chegou a doar cerca de US\$1 milhão àquele país para ajuda principalmente no que diz respeito ao conflito entre os Tigres Tâmeis. Então, eu gostaria de saber de V. Ex^a se o Brasil ainda mantém alguma relação nesse sentido no que diz respeito a ajudas humanitárias a esse país.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Sérgio Souza.

Passo agora a palavra a S. Ex^a a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Presidente Collor.

Quero, primeiro, cumprimentar todos os três embaixadores que aqui estão e dizer que é sempre um prazer ouvi-los porque é uma verdadeira aula de cultura.

Às vezes são nações que nos passam despercebidas por serem pequenas nações do ponto de vista territorial ou populacional, mas que têm um laço de ligação muito forte com nosso País.

Então, não tenho dúvida da aprovação de V. S^{as} e quero lhes desejar um profícuo trabalho, desde que têm todos muita experiência e, certamente, ajudarão no sentido de melhorar as relações do Brasil, o Brasil que talvez seja um dos países mais respeitados no mundo, exatamente pela forma desse relacionamento político que nós mantemos com todas, absolutamente todas as nações do mundo, mesmo com aquelas com as quais temos alguma divergência. E com as nossas posições nos organismos internacionais. Acho que nós temos muito do que nos orgulhar, a Presidente do Brasil, mas nossas relações internacionais são, sem dúvida alguma, um exemplo para o mundo inteiro e para as demais nações.

Mas eu queria, Sr^a Embaixadora Renate, falar um pouco a respeito da Jordânia. Eu estive na Jordânia de passagem. Aliás, a Jordânia é passagem, Presidente Collor, de todos aqueles que vão à Palestina. Não há outra. Eu vivo no Amazonas, e Manaus tem uma comunidade palestina muito forte, muito grande. E eles mantêm não só um relacionamento próximo, mas, como eles vivem até hoje, parte do ano eles vivem no Brasil, e outra parte eles vivem na Palestina, e todos eles passam pela Jordânia. Então, é um país muito próximo e muito amigo. E eu entendo que o papel que vem tendo a Jordânia na busca de um relacionamento, de uma convivência entre palestinos e israelitas é muito importante.

Então, eu acho que o Brasil tem muito em comum com a Jordânia no que diz respeito ao indicativo de que é possível a paz naquela região, mas a paz passa, necessariamente, pela formação do Estado Palestino. Não pode um povo não ter uma nação.

Então, eu quero desejar também à senhora muito sucesso nesse desafio. É um grande desafio. A Jordânia não é um grande país, de uma grande população, mas tem um destaque político e, principalmente, está no meio desse conflito, que talvez seja hoje o maior conflito a que o mundo assiste. Tem um papel muito importante. E é um país muito próximo do nosso. Que a senhora tenha sucesso e que nos ajude a nos aproximar cada vez mais.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a a Senadora Vanessa Grazziotin.

Eu indagaria se mais algum Senador teria perguntas a fazer a S. Ex^{as} os Embaixadores indicados. (Pausa.)

Não havendo mais Senadores inscritos, eu passo então, inicialmente, a palavra à Embaixadora Renate Stille, indicada para o Reino Hachemita da Jordânia, para oferecer respostas às indagações formuladas agora.

A SR^a RENATE STILLE – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Primeiro, com relação às questões da Senadora Ana Amélia, a remessa da diáspora em torno de 15% do Produto Interno Bruto até o momento não foi afetada pela crise econômica mundial. Espero que continue assim. Não sei se no futuro poderá ser também afetada.

Quanto à ajuda externa, sobretudo dos Estados Unidos e dos países do Golfo produtores de petróleo, por isso muito mais ricos do que a Jordânia, ela tem continuado, justamente por esse papel que foi mencionado agora, mais uma vez, pela Senadora Vanessa Grazziotin, de grande mediador do conflito Israel-Palestina. Então, justamente essa posição moderada da Jordânia e de sempre querer ser mediadora tem contribuído para que, mesmo em momentos de crise, os países ajudem financeiramente a Jordânia.

Quanto aos aviões comprados da Jordânia pela FAB, eu não tinha conhecimento. Eu prometo me informar e depois passar informações a respeito para a Senadora, e eu acho que, certamente, eram aviões usados, porque não há produção de aviões na Jordânia. Agora, os detalhes, valores, quantidade eu não sei.

E, finalmente, com relação a aumentar a exportação da carne, já corresponde a 48,8% na nossa pauta de exportação, não considerando os aviões. Então, realmente, só após algum tempo lá é que poderei avaliar se ainda há margem para aumentar essa exportação brasileira.

Com relação aos comentários do Exm^o Sr. Senador Suplicy, eu sei que o objetivo declarado do rei atual é tornar o país politicamente mais aberto. E em relação à Primavera Árabe lá, justamente, a coisa tem se acalmado bastante porque ele nomeou o Primeiro-Ministro Khasawneh, que encaminhou agora, entre janeiro e março, à Câmara Baixa propostas de mudanças na legislação eleitoral e partidária que foram preparadas por um comitê de diálogo nacional desde junho de 2011. E pediu que dessem caráter prioritário à apreciação.

O parlamento deles é formado por um senado indicado pelo rei, e a câmara dos deputados que é eleita. Mas, a partir dos que se recusam a participar das eleições, especialmente a Frente de Ação Islâmica, que é o partido dos irmãos mulçumanos, mais

radicais, enquanto o governo não lhes assegurar que, se forem eleitos, terão participação no governo. Isso ainda está em negociação.

Finalmente, eu queria agradecer as palavras generosas da Senadora Vanessa Grazziotin e dizer que o Brasil tem essa proximidade com a Jordânia, de batalhar por um Estado Palestino, em reconhecimento ao que foi decidido em 1948 pelas Nações Unidas, quando a Assembleia Geral era presidida pelo brasileiro Osvaldo Aranha, que estabeleceu, em 1948, que deveria haver dois Estados: o de Israel, que foi estabelecido em seguida, e o da Palestina, que ainda se aguarda seja formalmente estabelecido até hoje.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)
– Muito obrigado, Embaixadora Renate Stille, indicada para o Reino Hachemita da Jordânia.

Passo a palavra, agora, ao Embaixador Marcelo Leonardo da Silva Vasconcelos, indicado que está sendo para a República Democrática Socialista do Sri Lanka, cumulativamente com a República das Maldivas, para oferecer resposta aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

O SR. MARCELO LEONARDO DA SILVA VASCONCELOS – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu começaria com a pergunta da Senadora Ana Amélia, que teve a gentileza de colocar sobre qual seria a importância de ter embaixada em um país pequeno como o Sri Lanka. Quer dizer, é um país pequeno, mas é um país de 21 milhões de pessoas, um mercado relativamente grande e que tem um acordo de livre comércio com oito países em volta dentro da SAARC, que é uma Associação de Cooperação Regional para a Ásia Meridional. E isso cria uma possibilidade de um comércio escoar, através do Sri Lanka, para países como a Índia, que tem 1,3 bilhão de população.

Então, acho que são muito significativas as pretensões do governo do Sri Lanka, que conseguiu crescer a taxas de 8% nos últimos dois anos, é que ele se manter como um *hub* de comunicações; um país que seja um centro, como Cingapura, como Dubai, e ele está nas principais rotas entre o Oriente Médio e o Leste da Ásia, com o crescimento de China. Então, é muito importante, eu acho, essa embaixada.

Entre 2007, quando se criou a embaixada, e 2010, o crescimento do nosso comércio foi de mais de 250%.

Então, eu acho que, em termos puramente econômicos, é importante manter uma embaixada que poderá ajudar a dinamizar essas correntes de comércio, fora outros projetos de cooperação que são importantes.

O Senador Eduardo Suplicy colocou duas perguntas – agradeço a ele pelas perguntas. Uma é sobre a questão da previsão da paz entre os Tigres Tâmeis

e o governo cingalês. É difícil dizer. Estamos há três anos em paz e as perspectivas são de que essa paz continue.

Hoje em dia, o governo cingalês é um pouco pressionado a respeito dos direitos humanos na fase final da guerra; eles são acusados de não terem respeitado e provocado desrespeito aos direitos humanos.

Essa pode ser uma questão um pouco polarizadora dentro do Sri Lanka entre as comunidades tâmeis e as comunidades cingalesas. Mas o governo trabalha para manter uma harmonia e uma absorção, uma conciliação entre essas duas comunidades etnicamente diferentes.

Sobre cooperação em energias renováveis – outra pergunta do Senador Eduardo Suplicy –, tenho o prazer de dizer que foi assinado agora um acordo entre o Sri Lanka e a Embrapa, de cooperação na área agrícola. Com isso, está prevista cooperação nesse campo.

O Senador Sérgio Souza, a quem agradeço a presença e a relatoria *ad hoc*, fala sobre a questão de diferenças entre as estatísticas dos dois países na questão de comércio bilateral. Isso ocorre muitas vezes na questão dos fluxos de comércio que não se destinam finalmente ao Sri Lanka, mas a outro país. Na estatística brasileira aparece como destinado ao Sri Lanka e para eles, como o Sri Lanka é um ponto de passagem, eles computam como destinado a outro país. Muitas vezes há divergência em relação a vários países, entre as estatísticas de um país e as estatísticas brasileiras. Geralmente é isso que ocorre.

Sobre a questão de doações à agência humanitária, ajuda humanitária que o Brasil tem prestado, o Brasil tem prestado através da agência para refugiados das Nações Unidas. A questão do Sri Lanka era especialmente dramática; ele foi afetado pelo *tsunami* de 2004, quando morreram 30 mil pessoas; uma guerra civil, em que houve também mudança de população em grande escala. E o Brasil, sensível a esses programas de minimização do sofrimento dessas populações que se mudaram, colaborou de maneira generosa para esses projetos.

Creio que com isso responde a todas as perguntas. Se houve mais alguma coisa, eu estou às ordens. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)
– Muito obrigado ao Embaixador Marcelo Leonardo da Silva, indicado para a República Democrática Socialista do Sri Lanka e, cumulativamente, para a República das Maldivas.

Passo a palavra agora ao Embaixador Michael Francis de Maya Monteiro Gepp, indicado para São Vicente e Granadinas.

O SR. MICHAEL FRANCIS DE MAYA MONTEIRO GEPP – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu pediria desculpas, inicialmente, à Senadora Ana Amélia se eu fui muito breve na minha exposição e não dei maiores explicações ao tópico que S. Ex^a levantou, qual seja, uma das maiores campanhas feitas pelo Governo brasileiro para eleger, garantir a eleição do Dr. José Graziano da Silva como Diretor-Geral da FAO. Exigiu, inclusive, não só aquela tradicional nota verbal à chancelaria local, pedindo o apoio, o voto, medida que é frequentemente utilizada; nesse caso específico, o Brasil se empenhou muito mais ainda: designou emissários especiais, como eu dizia rapidamente, e eu gostaria de novamente mencionar o nome do Embaixador José Marcus Vinícius de Sousa, meu colega que vai ser sabatinado proximamente, para assumir a Embaixada em Santo Domingo, na República Dominicana. Ele foi a pessoa designada para ir a São Vicente e Granadinas pedir o apoio. Por que ele foi a São Vicente e Granadinas? Nem todos os membros do Caricom são membros da FAO. São Vicente e Granadinas tem um papel de relevância, de preponderância no Caribe. O voto, a decisão que fosse adotada por São Vicente e Granadinas seria automaticamente seguida.

No caso, inclusive relacionando ao ponto seguinte, eu sei que tem sido frequentemente levantado nesta Comissão a questão do porquê de o Brasil ter decidido abrir embaixadas em países insignificantes. Não me recordo agora quem foi o Senador que fez a referência, mas questionava-se sobre a presença do Brasil no que foi denominado micropaíses.

Perante o Governo brasileiro, não existe essa distinção. E o objetivo da política externa brasileira tem sido, além de manter relações diplomáticas com todos os países membros das Nações Unidas – atualmente são 193, eu acredito, talvez esteja errado por um ou dois –, participar do país mediante embaixadas com representante residente ou, então, nas embaixadas cumulativas. Ou seja, o Brasil está representado em todos os países do mundo.

No tocante à sua...

Bom, acho que isto aqui relaciona uma importância que nós temos. Perdão... *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MICHAEL FRANCIS DE MAYA MONTEIRO GEPP – Ah, minha colega acaba de me dar uma informação importantíssima. Só faltava um país, com o qual acabamos de estabelecer relações diplomáticas: Reino de Tonga, em dezembro do ano passado, que tem cumulatividade com a sua atual embaixada, em Guarenton, não é isso?

Então, muito obrigado à Embaixada Renate Stille, por me alertar para esse pequeno detalhe, por sinal muito importante – não sei se a Senadora está satisfeita com minhas respostas.

No tocante ao questionamento do Senador Eduardo Suplicy – e agradeço muito sua pergunta em relação à Alba –, no caso específico... Bom, para aqueles que talvez desconheçam o acrônimo, Alba significa Aliança Bolivariana para os Povos da América. E foi proposta e aprovada pelo Presidente da Venezuela, o Presidente Chávez. Foi uma criação dele. Era uma contraproposta, uma antítese, digamos assim, à Alca. Caso específico de São Vicente e Granadinas, eles aderiram à informação que tenho aqui em 2009. Esse grupo de cooperação regional, então, reúne Venezuela, Cuba, Nicarágua, Dominica, Equador e Antígua e Barbuda. E o Brasil, de certa maneira, tem uma relação com isso; o Brasil se encontra no processo de adesão ao Banco de Desenvolvimento do Caribe, que justamente nos permitirá estender a ajuda financeira a esses países das Antilhas Menores.

Eu não sei se o senhor está satisfeito.

Bom, os outros dois Senadores, que não se encontram aqui no momento presente, não dirigiram nenhuma pergunta específica a mim, mas ambos fizeram menções elogiosas aos três candidatos aqui presentes e eu gostaria de agradecer as generosas palavras que foram ditas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao Embaixador Michael Francis de Maya Monteiro Gepp, indicado para São Vicente e Granadinas.

Eu indagaria aos Srs. Embaixadores, aos Srs. E Sras Senadoras se estão satisfeitos com as respostas ou se há algo a acrescentar.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Com a palavra S. Ex^a a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente Fernando Collor eu lhe agradeço. Eu queria agradecer as respostas do Embaixador Marcelo, da Embaixadora Renate, do Embaixador Michael, e dizer que lamentei, mas uma assessora ficou anotando todas as respostas, especialmente da Embaixadora Renate, porque aqui no Senado nós temos uma cumulatividade, não de embaixadas, como tem o embaixador, com duas funções, de comissões temáticas. Isso nos consome muita energia e, às vezes, atrapalha e perturba a eficiência que gostaríamos de ter na atividade parlamentar.

Então, tive que relatar um projeto na Comissão de Desenvolvimento Regional e também numa sub-comissão que trata do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Então, foram esses os únicos motivos da minha curta ausência neste processo. Quero justificar em homenagem à distinção com que os Srs. Embaixadores deram a esses depoimentos tão importantes e relevantes, que revelam novamente a qualidade do quadro que o Itamaraty tem na representação brasileira em todos os países, que para nós são todos importantes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senadora Ana Amélia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, S. Ex^a Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, serei breve. Somente para perguntar ao Embaixador Michael, que destacou a relação que São Vicente e Granadinas mantêm com a Aliança Bolivariana das Américas.

Há uma iniciativa que considero uma belíssima iniciativa do governo venezuelano, a qual o Brasil tem se associado, que é uma ação de integração econômica sul-americana, que é a instituição do Banco del Sur. Dentro dessa estratégia, eu lhe pergunto, não somente em relação a São Vicente e Granadinas, mas, assim como V. Ex^a estará em São Vicente e Granadinas, logo terá uma articulação com todo o Caribe, se a idéia do Banco del Sur não reuniria também essa comunidade caribenha, assim como já há uma aliança em curso, que reúne os países que o seu setor – Venezuela, São Vicente e Granadinas, Antígua, Nicarágua, Equador; parece-me que falta citar a Bolívia, parece-me que a Bolívia também é integrante da Alba, não tenho certeza... Mas, enfim, além da Alba, essa ação como por parte de São Vicente e Granadinas, e por parte, eu diria, da região do Caribe, se existiria a idéia de constituição de um banco comum, com ativos econômicos não somente dos países sul-americanos, mas, também do Caribe?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Sr. Embaixador Michael, por favor.

O SR. MICHAEL FRANCIS DE MAYA MONTEIRO GEPP – Muito obrigado, Sr. Presidente; muito obrigado por sua pergunta, Senador.

Infelizmente, não disponho de elementos para lhe responder diretamente. Não conheço em pormenores o banco que mencionou. Mas, acho válida a sua proposta. No momento, como mencionei, o Brasil está muito interessado, engajado no Banco de Desenvolvimento do Caribe. Inclusive nós estaríamos aportando,

o Governo brasileiro estaria aportando a esse banco o montante, segundo a informação que me foi fornecida pela área geográfica que cuida do Caribe, a participação de US\$28,2 milhões. Seria compensado em parcelas.

No momento, tenho a impressão de que o Governo brasileiro está mais concentrado nesse objetivo. Como lhe disse, está em fase de andamento. Eu não veria porque não, mas essa é uma decisão a ser tomada, talvez até uma recomendação sua nesse sentido. Acho que ajudaria.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Permita-me, Sr. Presidente, uma breve informação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Por favor, S. Ex^a Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Na Comissão do Mercosul, foi aprovada, há duas semanas, a instituição do Banco do Sul. Mas, na instituição do Banco do Sul, se prevê apenas operações com os países da Unasul que não inclui os países do Caribe. Só para informação ao Senador.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado a V. Ex^a pela informação.

Com a palavra S. Ex^a o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O meu questionamento é exatamente, Senador Eduardo, nesse sentido. Acho que a ideia, o Banco Del Sur parte de um pressuposto, da ideia de uma ampla integração latino-americana. Não é à toa que tanto a ideia da Alba (Aliança Bolivariana para as Américas) quanto a ideia da constituição do Banco Del Sur, sempre que é citado pelo governo venezuelano, faz referência ao legado de Simon Bolívar.

Penso, e aí é algo assim exatamente para debater, e por isso fiz a provocação ao Embaixador Michael, que a ideia do Banco do Sul seria uma ideia que fosse além dos países integrantes da Unasul. Parece que seria uma integração maior do que somente uma ideia de integração sul-americana.

Acho que pelas identidades sul-americanas que se têm com o Caribe, boa parte inclusive do nosso território brasileiro – sou de um Estado que tem influência direta pela proximidade geográfica – penso se não seria a ideia de constituição de uma ação também comum de integração com o mercado caribenho.

É uma ideia para debater, uma sugestão para o debate. Os pontos em comum que unem não são somente sul-americanos, são latino-americanos. Acho que temos uma identidade, pela nossa formação étnica, pela nossa formação cultural e pela proximidade política, com o Caribe e, vou mais além, com o conjunto dos demais países latino-americanos, com o México e demais países da América Central.

Acho que é uma ideia a ser debatida pela diplomacia brasileira, a ser debatida com os outros países sul-americanos se a proposta de um banco de integração não poderia ser além do que somente os países a Unasul.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado.

Embaixador Michael, por favor.

O SR. MICHAEL FRANCIS DE MAYA MONTEIRO GEPP – Muito obrigado novamente, Sr. Presidente.

Muito obrigado, inicialmente, ao Senador Eduardo Suplicy pela precisa explicação no tocante a um pormenor que eu não tinha aqui na mão.

Senador, todas as ideias são boas, todas as ideias são válidas. Elas merecem ser discutidas, debatidas. Vamos talvez apresentar essa proposta. O Governo brasileiro a examinará. Acho que isso será motivo de um profundo debate de ideias. Mas, em todo o caso, agradeço muito a V. Ex^a por ter levantado uma questão de tamanha relevância.

Muito obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Sr. Embaixador.

Senador Randolfe, satisfeito com a resposta? *(Pausa.)*

Mais algum Senador desejaria fazer uso da palavra? *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, e de acordo com o disposto no inciso IV do art. 52 da Constituição Federal, combinado com o parágrafo único do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, a reunião da Comissão, a partir de agora, será transformada em secreta.

Solicito a permanência dos senhores que participam dos trabalhos desta Comissão.

(Secretada às 11 horas e 51 minutos, a reunião torna-se pública às 11 horas e 55 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Declaro, portanto, reaberta a reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do dia de hoje e anuncio o resultado da votação quanto à indicação da Sr^a Embaixadora e dos Srs. Embaixadores aqui presentes.

Todos eles foram aprovados pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. A Embaixadora Renate, indicada para o Reino Hachemita da Jordânia; o Embaixador Michael Francis de Maya Monteiro Gepp, para São Vicente e Granadinas; e o Embaixador Marcelo da Silva Vasconcelos, para a República De-

mocrática Socialista do Sri Lanka, e, cumulativamente, para a República das Maldivas.

Em nome de todos os integrantes da Comissão, desejo a V. Ex^{as} pleno êxito no cumprimento de suas missões.

Muito obrigado pelas suas presenças.

Dando continuidade à pauta de hoje, o Item 4 da pauta, não terminativo.

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 13, DE 2012

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor JOSÉ MARCUS VINICIUS DE SOUSA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Dominicana.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Lauro Antonio.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para na condição de Relatora *ad hoc* proferir o seu relatório.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente, é com alegria que faço a relatoria *ad hoc* da indicação do Sr. José Marcus Vinicius de Sousa, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Dominicana.

Nascido em Fortaleza/CE, em 21 de outubro de 1945, filho de José Colombo de Sousa e Yolanda Gurgel de Sousa, o indicado ingressou na carreira diplomática no cargo de Terceiro Secretário em 1967. Graduou-se em Ciências Jurídicas pela Universidade de Brasília (UnB), em 1971. Concluiu o Curso de Altos Estudos (CAE) do Instituto Rio Branco, em 1983, com a defesa da tese intitulada *Estudo sobre a Disputa Territorial entre o Peru e o Equador*. Um tema altamente importante, do ponto de vista diplomático.

Ele se tornou Conselheiro em 1980, a Ministro de Segunda Classe em 1984. Em 1994, foi promovido a Ministro de Primeira Classe. Passou para o Quadro Especial em 2009.

Entre as funções desempenhadas destacam-se as de Ministro Conselheiro e Encarregado de Negócios na Embaixada em Bogotá, de 1989 a 1993; Embaixador na Embaixada em *Port of Spain*, de 1996 a 2003; Embaixador Cumulativo na Embaixada junto ao *Commonwealth of Dominica*, de 1997 a 2003; Cônsul-Geral no Consulado-Geral em Barcelona, cumulativo com o Principado de Andorra, de 2003 a 2006; Assessor-Chefe da Secretaria-Geral da Assessoria Especial para

Assuntos do Caribe, desde 2006. Importante registrar, ainda, que o diplomata chefiou inúmeras delegações brasileiras em distintos foros internacionais, bem como participou da Banca Examinadora do Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata em 2007 e 2008.

A República Dominicana, cuja capital é São Domingos, ocupa área de 48,7 mil km² e tem população de 10,9 milhões de habitantes. Seu Produto Interno Bruto (PIB) calculado pelo poder de compra (PPP), em 2010, foi de US\$84,94 bilhões, o que lhe propicia PIB *per capita* de US\$8,6 mil. A comunidade de brasileiros é estimada em 500 pessoas.

O Brasil estabeleceu consulado residente na capital dominicana em 1911. No ano de 1940, estabeleceu-se Legação na Ciudad Trujillo. Essa Legação foi elevada à Embaixada residente em 1943. Juscelino Kubitschek visitou São Domingos, na condição de presidente eleito, em 1955. Após, seguiu viagem para os Estados Unidos da América. Visitas oficiais, no entanto, só ocorreram no romper do novo milênio. Do Brasil, estiveram na ilha os presidentes Fernando Henrique Cardoso (2002) e Luis Inácio Lula da Silva (2002); da República Dominicana, Leonel Fernández [2004 (na condição de presidente eleito); 2007 e 2011].

As visitas presidenciais proporcionam o exatíssimo tom do dinamismo que o relacionamento bilateral alcançou nos últimos anos. Na sequência dessas visitas, verifica-se a celebração de acordos em diferentes domínios com destaque para a cooperação técnica, principal instrumento de aproximação entre os dois países. Nesse sentido, é perceptível forte presença de empresas brasileiras atuando sobretudo nas áreas energética e militar.

No plano comercial, o intercâmbio é significativo. Com efeito, o comércio bilateral cresceu sem interrupção entre 2002 e 2007. A balança comercial é superavitária para o Brasil. A crise econômica internacional abalou as trocas de parte a parte, mas a situação começa a se normalizar. Os principais itens da pauta brasileira são aeronaves (para a Força Aérea da República Dominicana), milho em grão (8%), produtos semifaturados de ferro/aço (5,8%), ladrilhos de cerâmica, vidrados, esmaltados (5,4%). Pelo lado dominicano, destacam-se produtos e partes de aviões e helicópteros (23,8%), bolsas para uso em colostomia e urostomia (16,8%) e interruptores de circuitos elétricos (10,5%).

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste Relatório da Comissão de Relações Exteriores, Senador Presidente Fernando Collor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a a Senadora Ana Amélia, pela leitura do relatório, que coloco agora em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do § 2º do art. 3º do Ato nº 1, de 2011, desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

ITEM 5

MENSAGEM (SF) Nº 14, DE 2012

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor JORGE GERALDO KADRI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Polônia.

Autoria: Presidenta da República.

Relatoria: Senador Cristovam Buarque.

Devido à ausência do relator, Senador Cristovam Buarque, que se encontra em viagem oficial à Turquia e à Geórgia, designo S. Ex^a a Senadora Vanessa Grazziotin para atuar como relatora *ad hoc* desta Mensagem nº 14.

Tem V. Ex^a a palavra, Senadora.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Agradeço a V. Ex^a, Presidente Collor, e passo a ler o relatório elaborado pelo Senador Cristovam.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que a Presidente da República faz do Sr. Jorge Geraldo Kadri, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Polónia.

O indicado nasceu em 31 de julho de 1956, na cidade de Aparecida, em São Paulo. É filho de Joseph Kadri e Genny Kalil Kadri.

É graduado em Engenharia de Máquinas pela Escola de Formação de Oficiais da Marinha Mercante (1976) e em Administração de Empresas pela Sociedade Unificada de Ensino Superior Augusto Motta (1979), no Rio de Janeiro (RJ). Ingressou no Curso Preparatório à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco em 1983. Frequentou, ainda, o Curso de Altos Estudos no ano de 2005, tendo defendido a tese intitulada: “O tratamento especial e diferenciado, o mandato de Doha e o interesse do Brasil”.

Na carreira diplomática, foi nomeado Terceiro-Secretário em 1984 e promovido a Segundo-Secretário em 1989. Tornou-se, sempre por merecimento, Primeiro-Secretário, em 1996; Conselheiro, em 2001;

Ministro de Segunda Classe, em 2006; e Ministro de Primeira Classe, em 2010.

Entre as funções desempenhadas pelo diplomata, destacam-se a de Segundo-Secretário e Encarregado de Negócios na Embaixada em Camberra (1992/96); Assistente na Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior (1996/98); Assistente do Departamento Econômico (1998/99); Primeiro-Secretário e Conselheiro na Delegação Permanente em Genebra (1999/2003); Conselheiro na Embaixada em Assunção (2003/2005); Chefe na Divisão de Promoção da Língua Portuguesa (2005/08); Embaixador na Embaixada em Bissau (2008).

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial sumário executivo sobre a República da Polônia e cumpriu o disposto no parágrafo único do art. 1º do Ato nº 1, de 2011, desta Comissão, que determina que o Ministério apresente a relação dos tratados e acordos assinados com o respectivo Estado. Ademais, o documento apresentado dá notícia sobre dados básicos relacionados com o país; suas políticas interna e externa; economia, comércio e investimentos; e relações bilaterais com o Brasil.

A República polonesa é uma democracia com sistema híbrido presidencialista e parlamentarista. O idioma oficial é o polonês. Conta com população de pouco mais de 38 milhões de habitantes e Produto Interno Bruto (PIB) per capita (PPP) de US\$19.752,00. A unidade monetária segue sendo o zloty (PLN), inobstante a vinculação da Polônia à União Europeia (UE) em 2004. O ingresso na zona do euro demanda, dos novos membros, o atendimento a rigorosos critérios relacionados com controle de inflação, do déficit público, do câmbio e dos juros. Esses desafios ainda não foram, ao que parece, totalmente superados.

A Polônia é a sétima maior economia da Europa e a 17ª na classificação mundial além de ser o maior mercado do leste europeu. No campo econômico, o país se revela bastante consistente. Nesse sentido, o crescimento de 3,8% em 2010 em plena crise mundial. Esse dado, aliado a outros indicadores, apontam para o fato de que os poloneses atravessaram a crise financeira global sem maiores turbulências. O país, entretanto, ainda busca diminuir a distância em relação ao nível de desenvolvimento econômico dos principais membros da UE. Para tanto, conta com forte avanço do setor industrial mais sofisticado, que representa hoje um dos principais fundamentos da economia doméstica (31,8% do PIB do país). A produção de alimentos é, por igual, importante. Grande

produtor de batatas, beterraba de açúcar, bem como carnes e produtos lácteos.

Do ponto de vista político, o país, situado no centro-norte da Europa, é importante elo de comunicação entre a Europa Ocidental e a Federação Russa. Sua posição geográfica é, pois, privilegiada. Outro aspecto a destacar é o fato de a Polônia participar de todas as organizações internacionais relevantes, quer regionais quer mundiais. Nesse sentido, o país é membro da Organização das Nações Unidas (ONU), da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) e da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Nas próximas décadas, a Europa do Leste continuará sendo palco de grandes mudanças, como um dos pólos centrais das transformações mundiais. Por isto, a embaixada do Brasil na Polônia é, além de toda sua importância nas relações bilaterais, um centro fundamental para a observação do Mundo.

No tocante ao relacionamento bilateral, ele remonta a 1918, ano do renascimento do Estado polonês. Na oportunidade, o Brasil foi o primeiro país latino-americano a reconhecer o novo país. Relações diplomáticas formais, no entanto, só foram estabelecidas em 1920. O fato de o Brasil contar com significativa comunidade de origem polonesa, sobretudo no Paraná e em Santa Catarina, confere dimensão especial às relações bilaterais. Já o comércio entre os dois países alcançou a cifra de US\$ 547,90 milhões em 2011, com superávit em favor do Brasil da ordem de US\$ 59,62 milhões. Nesse ano, nossa pauta de exportações contemplava aviões (23% do total), fumo, bagaços, resíduos sólidos de extração de óleo de soja, açúcar bruto de cana. Importamos, no mesmo período, sulfato de amônia (fertilizante), peças para aparelhos de rádio e televisão, bem como caixas de marchas para automóveis.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste Relatório.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S Exª, Senadora Vanessa Graziotin, pela leitura do relatório referente à Mensagem nº 14, de 2012.

Coloco agora em discussão a matéria.

Não havendo mais quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do § 2º, art. 3º, do Ato nº 1, de 2011, desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Item 6 da pauta, não terminativo.

ITEM 6
MENSAGEM (SF) Nº 17, DE 2012
– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor GEORGE NEY DE SOUZA FERNANDES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República das Filipinas, e, cumulativamente, junto à República de Palau, à República das Ilhas Marshall e aos Estados Federados da Micronésia.

Autoria: Presidente da República

Relatoria : Senador Cristovam Buarque

Devido à ausência do Relator, Senador Cristovam Buarque, que se encontra em viagem oficial à Turquia e à Geórgia, tenho a satisfação de designar como relator *ad hoc* S. Ex^a o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)
– Obrigado, Sr. Presidente.

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com a Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, vem à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a Mensagem nº 17, de 2012, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. George Ney de Souza Fernandes, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República das Filipinas, e, cumulativamente, junto à República de Palau, à República das Ilhas Marshall e aos Estados Federados da Micronésia.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, item IV).

Atendendo a preceito regimental, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* do interessado.

Segundo o referido documento, o Sr. George Ney de Souza Fernandes, filho de Ney Francisco Queiroz Fernandes e Stella de Souza Fernandes, nasceu em Niterói/RJ, em 28 de junho de 1950.

Nomeado Terceiro Secretário em 1978, foi promovido a Segundo Secretário, em 1980; No âmbito da Secretaria de Estado, bem como em outros órgãos governamentais, exerceu funções como Subchefe Adjunto da Secretaria de Assessoramento de Defesa Nacional, de 1988 a 1990, e Chefe da Divisão de Pessoal do Ministério das Relações Exteriores, de 2000 a 2002.

Em representações diplomáticas do Brasil no Exterior, serviu nas Embaixadas na Guatemala, em Montevideu, em Bucareste, no Vaticano, de 1991 a 1994, e novamente, de 2006 a 2009, dessa feita na condição de Ministro-Conselheiro; na Embaixada em Santiago, de 1994 a 1998; em Havana; em Harare, onde foi Encarregado de Negócios, em 2002, e mais tarde Embaixador, e na Embaixada em Trípoli, de 2009 a 2011.

Em 2000, concluiu o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, com a tese: “Cuba: Mudança na Continuidade (oportunidades para o Brasil)”.

Consta, do processado, informação anexada pelo Itamaraty sobre a República das Filipinas, República de Palau, República das Ilhas Marshall e Estados Federados da Micronésia.

As relações diplomáticas entre o Brasil e a República das Filipinas datam da independência daquele país, em 4 de julho de 1946. Os dois países compartilham traços comuns, como o grande contingente populacional (a República das Filipinas é o segundo país mais populoso do Sudeste asiático, depois da Indonésia). O documento enviado pelo Itamaraty dá conta também de que as atuais políticas de inclusão social brasileiras serviram de modelo a iniciativas semelhantes nas Filipinas. As Filipinas apoiaram o processo de aproximação entre o Brasil e a Associação de Nações do Sudeste Asiático – Asean. O Brasil firmou, no contexto da XIX Cúpula da Asean, em novembro de 2011, em Bali, declaração de adesão ao Tratado de Amizade e Cooperação do Sudeste Asiático – TAC, o que poderá contribuir para a retomada do processo de aproximação entre a Asean e o Mercosul, que se encontra paralisado desde 2009.

A agenda bilateral mostra oportunidades para projetos de cooperação, sobretudo, no campo da agricultura, das energias renováveis, programas sociais, mineração e aeronáutica.

No que diz respeito à Asean, o Brasil mantém relações diplomáticas com todos os dez membros do agrupamento. Em 2010, o comércio do Brasil com o conjunto da ASEAN foi de US\$ 13,4 bilhões, 3,5% do nosso intercâmbio global. O Brasil estimula a retomada dos entendimentos Mercosul-Asean.

No que se refere aos temas consulares, estima-se em cerca de trezentas pessoas a comunidade brasileira nas filipinas.

O comércio bilateral apresentou trajetória de crescimento até 2008, decrescendo como consequência da crise internacional até 2011.

No que diz respeito à República de Palau, o Brasil mantém relações diplomáticas com aquele país desde 2005. Porém, ainda não foram assinados atos bilaterais entre os dois países, apesar de terem sido identificadas

possibilidades de cooperação técnica nos setores de açúcar, café, cacau, futebol, carne bovina, HIV/AIDS, meio ambiente e aquicultura.

O comércio exterior entre o Brasil e Palau é ainda incipiente, tendo alcançado, em 2004, o seu maior valor, da ordem de US\$ 148 mil.

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com as Ilhas Marshall em 2010, como parte do esforço brasileiro de valorizar e aprofundar as relações com os países do Pacífico Sul. As Ilhas Marshall têm interesse em receber investimentos externos para desenvolver o setor de turismo. O seu intercâmbio comercial com o Brasil é insignificante, tendo atingido apenas US\$ 3,9 milhões até agosto de 2011.

Também em 2010, o Brasil estabeleceu relações diplomáticas com os Estados Federados da Micronésia. O seu comércio com o Brasil é ainda incipiente, da ordem de US\$ 100 mil anuais. As exportações brasileiras para aquele país concentram-se em painéis de instrumentos de veículos automotores e as importações em preparações de carne bovina e livros.

Diante da natureza da matéria ora apreciada, eram essas as considerações a serem feitas no âmbito do presente Relatório, Sr. Presidente Fernando Collor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Randolfe Rodrigues, pelo seu relatório.

Coloco agora a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida a vista coletiva, nos termos do § 2º do art. 3º do Ato nº 1, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Antes de passarmos aos itens 7, 8 e 9, gostaria de informar a V. Ex^{as} que S. Ex^a o Senador Francisco Dornelles envia a esta Comissão um ofício nos seguintes termos: “Nos termos do art. 13, do Regimento Interno, solicito seja considerada ausência justificada o dia 22 de março de 2012, por motivo de missão política realizada no Estado do Rio de Janeiro”.

O item 7, não terminativo, é o Projeto de Decreto Legislativo nº 238, de 2011. Como temos o mesmo Relator nos itens 8 e 9, que é S. Ex^a o Sr. Senador Aloysio Nunes Ferreira, vou logo nominá-los.

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 238, DE 2011

– Não Terminativo -

Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha Relativo à Segurança de Informações Sigilosas, assinado em Madri, em 17 de setembro de 2007.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)

Relatoria : Senador Aloysio Nunes Ferreira

ITEM 8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 240, DE 2011

– Não Terminativo -

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Bonfim-RR, em 14 de setembro de 2009.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)

Relatoria : Senador Aloysio Nunes Ferreira

ITEM 9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 290, DE 2011

– Não Terminativo -

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Kuwait, assinado em Brasília, em 22 de julho de 2010.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)

Relatoria : Senador Aloysio Nunes Ferreira

Tem V. Ex^a a palavra, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Srs. Senadores, eu gostaria de apresentar, em relação a cada um desses projetos de decreto legislativo, um requerimento no mesmo teor, que decorre de um embaraço que tive ao elaborar o meu parecer. É que os acordos de cooperação a que se referem esses projetos de decreto legislativo foram negociados e assinados antes do advento da Lei nº 12.527, de 2011, que regula o acesso às informações. Essa lei contém uma disposição relativa aos acordos já em vigor, ou seja, já aprovados pelo Congresso Nacional e incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro.

No entanto, esses três acordos ainda estão no processo, digamos, de legitimação, passando agora pelo Senado, já tendo sido aprovados pela Câmara. Sabemos que não podemos emendar proposições dessa natureza para compatibilizar o teor de alguns artigos desses acordos que tratam de troca de informações, uma vez que, quando os acordos foram negociados e assinados, havia uma determinada regra, um tipo de classificação de documentos sigilosos, e a lei a que me refiro modificou essa regra, esse critério

de classificação. Nós não podemos emendá-los para compatibilizá-los com a nova lei. A Comissão de Relações Exteriores seguramente não iria mudar a lei para adaptá-la ao acordo – não podemos fazer isso –, nem mudar o acordo para adaptá-lo à lei. A outra opção seria a rejeição, mas a rejeição teria o inconveniente de dar a ideia de que a Comissão de Relações Exteriores do Senado reprova o conteúdo, o objeto mesmo do acordo, o que não é o caso.

Então, valendo-me do bom conselho de V. Ex^a, estou sugerindo à Comissão esta fórmula que está consubstanciada nos três requerimentos, que é o sobrestamento do estudo desses projetos de decreto legislativo que V. Ex^a enumerou até que seja renegociado pelo Poder Executivo cada um desses acordos, para compatibilizá-los com a nova lei.

Leio o requerimento:

Requeiro, com amparo no art. 335, incisos II e III, do Regimento Interno do Senado, o sobrestamento do estudo do Projeto de Decreto Legislativo nº 290, de 2011, que aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Kuaite, assinado em Brasília em 22 de julho de 2010, até que seja renegociado o art. 5º do Tratado em questão, adequando-o à Lei nº 12.527, de 2011, que regula o acesso a informações.

Da mesma forma em relação ao texto do acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha relativo à segurança de informações sigilosas, assinado em Madri no dia 17 de setembro de 2011, e ao texto do acordo de cooperação em matéria de defesa entre a República de Guiana e a República Federativa do Brasil.

Então, estamos pedindo ao Presidente do Senado Federal que officie a Excelentíssima Senhora Presidente da República sobre a necessidade de adequar o Acordo à referida Lei.

Eu não poderia deixar escapar a oportunidade de lembrar que a Câmara dos Deputados está prestes a mudar uma lei, o Estatuto do Torcedor, para adequá-lo ao acordo com a Fifa. E vamos mudar o acordo com a Espanha, com o Kuaite e com a Guiana, para adequá-lo à lei em vigor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Agradeço a S. Ex^a o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Sobre o assunto, Senador Aloysio Nunes Ferreira e Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de apresentar algumas considerações a V. Ex^{as}.

Em 18 de novembro do ano passado, foi sancionada pela Senhora Presidenta da República a Lei nº 12.527, de 2011, a que se referiu S. Ex^a o Senador Aloysio Nunes Ferreira há pouco, que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º,

no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal, que altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, e dá outras providências.

A referida lei, mais conhecida como Lei de Acesso à Informação, promove significativas alterações nas regras sobre produção, manuseio e guarda de documentos públicos, inclusive no que concerne a seus graus de sigilo e à sua classificação e desclassificação.

Durante vários meses de 2011, o projeto que culminaria nessa lei foi discutido no Senado da República, particularmente nesta Comissão, e, na relatoria do então projeto de lei da Câmara, o PLC nº 41, de 2010, deparamo-nos com questões sensíveis que adviriam de sua aprovação na forma como se encontrava.

Apesar de nossos alertas, o PLC nº 41, de 2010, obteve a outorga senatorial na forma como havia sido alterado pela Câmara dos Deputados e, indo à sanção presidencial, tornou-se lei, que entrará em vigor no próximo dia 16 de maio.

Antes mesmo de entrar em vigor, a nova Lei de Acesso à Informação conduz a uma série de questionamentos sobre sua aplicabilidade e efeitos domésticos e internacionais.

No campo interno, preocupa-nos, como assinamos diversas vezes nesta Casa, a maneira como milhares de documentos confidenciais referentes a assuntos de Estado serão automaticamente desclassificados, a disponibilização de informações sensíveis na Rede Mundial de Computadores e ainda a fragilidade em que se encontrará o Estado brasileiro ao despendar imensa gama de recursos humanos e financeiros para a execução do disposto na Lei.

Entretanto, é no campo das relações internacionais que os efeitos da nova Lei nos geram maiores preocupações, afinal percebemos os eventuais problemas que poderiam advir das novas regras sobre os tratados assinados pelo Brasil ou em fase de negociação, aprovação ou ratificação e que versem sobre assuntos sigilosos em intercâmbio de informações. Nesse sentido, encaminhamos Ofício nº 212/2011 da Comissão de Relações Exteriores, de 24/11/2011, a S. Ex^a o Sr. Embaixador Antônio de Aguiar Patriota, Ministro de Estado das Relações Exteriores, solicitando a relação dos tratados bilaterais e multilaterais, memorandos de entendimento e outros acordos internacionais que contenham cláusula de confidencialidade que, porventura, conflitem com a lei nº 12.527, de 2011. Solicitamos ainda que o Ministério das Relações Exteriores informasse que procedimentos tenciona adotar em caso de eventual discrepância objetiva entre os tratados em vigor e a referida lei.

Em resposta à nossa comunicação, o Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores encaminhou Ofício nº 16 AFEPA/G/CONJUR/SGEX/DAI/ PARL, de 13 de março último, no qual assinala que convocou força tarefa para analisar a totalidade dos mais de 6 mil atos bilaterais e 4 mil atos multilaterais de que o Itamaraty tem registro. S. Ex^a também solicitou à Consultoria Jurídica do Ministério parecer sobre o assunto.

Assim, acompanhando ofício do Sr. Ministro, foi-nos encaminhado o parecer CONJUR/CGDI nº 49, de 2012, da Coordenação Geral de Direito Internacional da Consultoria Jurídica daquele Ministério. Dada a importância do documento, acredito conveniente que S. Ex^{as} tomem conhecimento de seus aspectos gerais, estando inteiro disponível junto à Secretaria desta Comissão.

Faço um breve resumo no referido parecer da Consultoria Jurídica do Ministério das Relações Exteriores, destaca: que os tratados devidamente aprovados pelo Congresso Nacional, após promulgados, ingressam no ordenamento pátrio com o *status* de lei federal, à exceção daqueles referentes a direitos humanos; têm, portanto, paridade jurídica com as leis federais, o que significa que lei posterior pode modificar um tratado no que tange a seus efeitos internos.

Apesar dessa conclusão, os consultores jurídicos do Itamaraty entendem que não haveria incompatibilidade entre a nova lei e parte dos tratados em vigor. Entretanto, propõem que haja uma regulamentação especial para esses tratados, inclusive com a edição de decreto presidencial, nos moldes do Decreto nº 4.553, de 27/12/2002, que regula a atual lei de acesso à informação e que, a nosso ver, entrará em choque com o disposto na nova lei.

De toda maneira, o que mais afeta diretamente esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e o Parlamento como um todo são os efeitos da nova lei sobre os tratados ainda em negociação ou em processo de aprovação pelo Congresso Nacional. A esse respeito, a consultoria jurídica do Itamaraty entende que há conflitos entre os tratados e a nova lei e recomenda que sejam renegociados para refletir o novo regime de proteção à informação, previsto na Lei nº 12.527, de 12/11/2011. O argumento é de que tal procedimento se justifica para a adequação dos atos internacionais ao novo espírito do legislador.

Após a leitura do referido parecer, entendemos por bem leva a questão à Consultoria Legislativa desta Casa, para conhecer a opinião de nossos especialistas a respeito dos efeitos da nova lei de acesso à informação sobre os tratados dos quais o Brasil é parte e aqueles aos quais pretendemos aderir.

Foi-nos encaminhado, então, pela Consultoria Legislativa do Senado Federal a Nota Informativa nº

561, de 15/3/2012. Na nota, que também se encontra à disposição das Sr^{as} e Srs. Senadores na Secretaria desta Comissão, assinala-se que o parecer da consultoria jurídica do Itamaraty vai ao encontro, de maneira geral, às considerações apresentadas por esta Consultoria Legislativa sobre os efeitos da nova lei de acesso à informação, sobre os tratados em fase de negociação pelo Brasil, bem como os que se encontram no Congresso Nacional para aprovação.

Também há concordância quanto à assertiva de que a lei posterior pode alterar os efeitos dos acordos internacionais no plano interno e de que ainda está o Brasil sujeito à responsabilidade internacional pela eventual violação desses acordos que seja acarretada na mudança da legislação doméstica. Discorda-se, entretanto – continua o parecer da Consultoria Legislativa do Senado da República –, do argumento de que a nova lei não teria efeito sobre os tratados em vigor.

Entende a Consultoria Legislativa do Senado da República que os tratados em vigor podem e serão afetados pela vigência da Lei nº 12.527, de 2011, e alerta para o fato de que, ao entrar em conflito com o texto dos tratados, a nova lei revoga seus efeitos. Isso sujeita o Brasil à responsabilidade internacional, alerta a Consultoria Legislativa do Senado.

No que concerne aos tratados em processo de aprovação no Parlamento, a Consultoria Legislativa concorda com o exposto no parecer da Consultoria Jurídica do Itamaraty, ou seja, de que devam ser renegociados pelo Poder Executivo para se adequarem ao disposto na nova lei. Recomenda, nesse sentido, que não sejam aprovados os que se encontram nesta Comissão, até que sejam tomadas pelo Poder Executivo as providências devidas para sanar as incompatibilidades entre o trecho acordado e a Lei nº 12.527, de 2011.

Temos previstos para a reunião de hoje, como já vimos, da Comissão de Relações Exteriores, os acordos sobre os quais já se pronunciou S. Ex^a o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que são os três projetos de decreto legislativo. O primeiro, de nº 238, de 2011, trata do acordo da República Federativa do Brasil com o Reino de Espanha, relativo a segurança de informações sigilosas, assinado em Madri, em 17 de setembro de 2007. O segundo, de nº 240, de 2011, aprova o texto do acordo entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana sobre cooperação em matéria de defesa, assinado em Bonfim, Roraima, em 14 de setembro de 2009. E o terceiro, nº 290, de 2011, que aprova o texto do acordo de cooperação técnica entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República do Estado do Kuaite, sobre cooperação em matéria de defesa, assinado em Brasília, em 22 de julho de 2010.

Feitas essas considerações e uma vez que S. Ex^a o Sr. Senador Aloysio Nunes Ferreira já se manifestou, apresentando requerimentos para sobrestar a tramitação dessas matérias, e tendo em vista a necessidade, como assinalou muito bem S. Ex^a o Senador Aloysio Nunes Ferreira, de que o Poder Executivo reexamine o conteúdo dos acordos, eu os submeto à discussão deste Colegiado. Ou seja, estão em discussão os requerimentos de sobrestamento apresentados por S. Ex^a o Senador Aloysio Nunes Ferreira em relação aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 238, 240, e 290, de 2011.

Estão em discussão os relatórios.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Para discutir, S. Ex^a o Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero ressaltar a maneira elegante e madura que o Senador Aloysio Nunes Ferreira teve na abordagem do tema, porque, num primeiro momento, se tivéssemos apenas o voto pela rejeição, nós iríamos pedir vista, por uma série de argumentos. Mas, de acordo com a preocupação por ele apresentada diante da nova realidade expressa pela Lei nº 12.527, que realmente gera um tipo de dúvida se o advento dessa lei exige mudança de comportamento ou, pelo menos, algumas alterações em itens constantes desses acordos, na medida em que o Senador Aloysio propõe o sobrestamento e, ao mesmo tempo, esses documentos lidos por V. Ex^a dão conta de que não há uma inteira compatibilidade de pensamento em relação ao assunto, acho que o sobrestamento é algo apropriado para o momento, porque dá um tempo para o Executivo se manifestar, e, ao mesmo tempo, acredito que a gente vá ter tempo de estudar melhor a matéria e apresentar uma saída que seja mais compatível com a responsabilidade do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Anibal Diniz. Continuam em discussão os requerimentos. (Pausa.)

Não havendo quem queria discutir, coloco em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam os requerimentos que dizem respeito ao Projeto de Decreto Legislativo nº 238/2011; ao Projeto de Decreto Legislativo nº 240/2011; e ao Projeto de Decreto Legislativo nº 290/2011, de autoria de S. Ex^a o Senador Aloysio Nunes Ferreira, permaneçam como se encontram.

Aprovados.

Uma vez aprovados os requerimentos, de sobrestamento, informo que oficiarei a S. Ex^a o Sr. Presidente

do Senado Federal, Senador José Sarney, para que a decisão desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional seja comunicada à Senhora Presidente da República.

Não poderia deixar de agradecer a S. Ex^a o Senador Aloysio Nunes Ferreira, em meu nome e, acredito, em nome de todos os integrantes desta Comissão, pela excelência do trabalho apresentado e sobretudo pela visão que tem de Estado, que motivou não somente a apresentação do seu parecer, mas uma reflexão sobre o assunto para que hoje nós tivéssemos, afinal, tomado essa decisão, que nos pareceu a mais adequada. A ideia defendida por S. Ex^a o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi a de devolver esses tratados ao Executivo, sobrestando aqui na Comissão, e o Executivo, então, que é o autor, é a origem desses tratados, encontrará uma solução que ajuste esses tratados à nova lei votada recentemente no que diz respeito ao acesso à informação.

Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu é que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Os Itens 7, 8 e 9 foram os que acabamos de votar. Passemos aos itens extraordinários.

REQUERIMENTO Nº 114, DE 2012

– Não Terminativo –

Requerem, nos termos do inciso II, do art. 4º da Constituição da República e nos termos do inciso IV, do art. 103 e item 4, letra “a”, do inciso III, do art. 235, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam transmitidos ao Governo dos Estados Unidos da América o apelo e manifestação do Senado Federal, no sentido de que os Estados Unidos da América suspendam o bloqueio econômico e comercial a Cuba e libertem cidadãos cubanos que se encontram presos em seu território por motivos políticos.

Autoria: Senador Eduardo Suplicy.

Relatoria: Senador Pedro Simon.

Relatório: pela aprovação da matéria com as alterações que propõe.

Concedo a palavra a S. Ex^a o Senador Pedro Simon para leitura do seu relatório.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, se V. Ex^a permitir, analisarei em conjunto os dois requerimentos, esse que V. Ex^a propôs e o seguinte, porque eles fazem parte de um conjunto que, na minha opinião, devem ser analisados juntamente pelos Srs. Senadores.

O Senador Suplicy entrou com dois requerimen-
tos...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Com a permissão do Sr. Senador Pedro Simon, S. Ex^a solicita que os dois requerimentos, ambos de autoria de S. Ex^a o Senador Eduardo Suplicy, sejam considerados em conjunto, porque são matérias afins, e ele, ao mesmo tempo, é o relator das duas matérias.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu acho que, quando o Senador Suplicy apresentou separadamente os requerimentos, apesar de um conter três assuntos, e o outro, um, é porque ele sabe que são assuntos polêmicos e nos dá a oportunidade de votar a favor de alguns itens e contra outro. Então, é por isso que ele apresentou separadamente.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Se V. Ex^a permitir...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Perfeitamente.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Claro que V. Ex^a tem absoluta razão: são polêmicos, pode até ser que alguém vote a favor de um e contra outro, mas a discussão é conjunta.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Ah, a discussão, sim! Pois não. Entendi.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Só estou propondo que seja feita a análise conjunta. Agora, é claro que a votação é separada.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Desculpe a minha dispersão, Senador.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – V. Ex^a está absolutamente correta.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Correto.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Perfeitamente. Então, todos entenderam o propósito de S. Ex^a o Senador Pedro Simon e concordam com isso.

Por favor, Senador Pedro Simon, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – O Senador Suplicy apresenta duas proposições. Uma delas diz respeito a uma decisão do Senado brasileiro dirigindo-se aos Estados Unidos, na qual manifestamos nossa posição favorável a que termine o bloqueio de 50 anos que aquele país impõe a Cuba. Ao mesmo tempo, o Senador entra com uma proposta relativa a Cuba, para que Cuba libere a entrada e a saída das pessoas do país e se disponha a libertar, a soltar os presos políticos que ainda existem lá, inclusive a ilus-

tre pessoa que vinha ao Brasil, mas que foi proibida de fazê-lo.

Estamos num momento em que, a rigor, esse é o pensamento generalizado na América e no mundo. São 50 anos de bloqueio a Cuba! Pelo amor de Deus, já se fez o efeito que tinha de ser feito, se o objetivo era a busca da democracia ou coisa que o valha! O que se sente hoje é que mudou a situação de Cuba. O novo Presidente, inclusive, está tomando posições de abertura tanto do ponto de vista da economia, como do ponto de vista das liberdades. Está prevista a chegada do Papa a Cuba, e se anuncia nova tomada de medidas liberalizantes. Então, cá entre nós, é quase ilógica e absurda a permanência dessa decisão com relação a Cuba, desses 50 anos de bloqueio americano.

A tese do Senador Suplicy – aliás, esta é a posição do Governo brasileiro – é exatamente esta: que nós, no Senado, manifestemos nossa posição com relação ao fim do bloqueio americano e também demonstremos o nosso desejo de que sejam soltos alguns prisioneiros que ainda existem em Cuba por questão de ideias e que devem ser soltos. Cuba, realmente, precisa avançar no sentido das liberdades, permitindo a saída e a entrada livremente das pessoas do país, e soltar os presos políticos que ainda estão no país.

Em suma, é isso, Sr. Presidente.

Com toda a sinceridade, com todo o respeito à minha querida Senadora do PCdoB, eu diria que não sei onde está o impasse nessas questões.

Estamos vindo de uma reunião da Cúpula das Américas, em que foi demonstrada a mágoa de todos os países pela não presença de Cuba. Todos reconhecem que deve ser a última vez em que é feita uma reunião como essa sem a representação de Cuba.

A situação mudou completamente. Cá entre nós, o comunismo, a Guerra Fria desapareceu. Outro dia, vi nos jornais que os maiores bilionários do mundo moram em Moscou. Moram em Moscou os maiores bilionários do mundo! Vemos que o comunismo, como o da China, é uma piada, pois está superado. O debate está sendo feito em termos absolutamente diferentes.

Esse problema nos atrapalhou muito. Em 1964, o que era um golpe, que deveria durar algum tempo, contribuiu para que demorasse muito mais o negócio de o Brizola ter conversado com Fidel Castro, e veio dinheiro de lá para se fazer guerrilha aqui. Aquilo que serviu para a ditadura durar muito mais tempo. Com aquele perigo, com aquele ridículo... Mas hoje não existe mais hipótese de que essas coisas aconteçam. Então, a integração, a entrada de Cuba na União das Américas é unanimidade. A única coisa que ainda pode haver contra, 50 anos depois... Eu acho que há 80 anos que saíram de Cuba e foram para Miami, porque na

verdade são os filhos e netos que têm uma questão de birra. Parece piada, mas, na hora das primárias, não sei quantos por cento influenciam o resultado na Flórida.

Mas acho, com toda sinceridade, que é uma posição positiva, tranquila, nos termos inclusive que o Senador Suplicy apresentou, de forma elegante. Não é nem adjetivação nem a preocupação com o que aconteceu no passado, nem acusação a A ou B, mas são manifestações positivas e concretas e é interessante que as duas sejam feitas ao mesmo tempo e votadas ao mesmo tempo, dirigidas aos americanos, para que terminem esse bloqueio, que é uma vontade unânime, uma promessa do Obama. O que está havendo é que ele tem, hoje, minoria no Congresso americano e um grupo de direita – malucos, na minha opinião, perdoem-me – vai levar o Partido Republicano a um fracasso total, porque o Obama não precisa fazer campanha. A maior campanha dele é as primárias. Em cada debate daqueles, o Obama soma que é uma maravilha. Então, ele tem que cantar, porque falar ele fala bobagem. Ele vai à reunião e canta música e tal, porque os republicanos já estão fazendo a campanha dele.

Nesse sentido, o Obama assumiu um compromisso – e quero fazer justiça a ele – de acabar com aquela penitenciária absurda em Cuba. Ele quer fazer, mas o Congresso americano vetou, os republicanos, na Câmara, vetaram, não deixaram. O americano, dentro dos Estados Unidos, o código penal prevê os direitos individuais e, para processar, para fazer alguma coisa, tem que haver acusação, provas... E não há nada contra os caras que estão na prisão em Cuba. Então, eles estão pedindo a todo mundo que aceitem os prisioneiros, e ninguém quer. Então, ele quer levar para os Estados Unidos. Mas, para levar para os Estados e mantê-los numa prisão americana, tem que dizer o que há contra eles. Não há provas, eles não têm nada. Em função disso é que a decisão do Obama de fechar aquela penitenciária, que é um absurdo, ainda não foi tomada. Mas, até lá, nota-se que há, hoje, um sentimento universal nos Estados Unidos e no mundo inteiro, de que essa é uma questão superada. Ela só tem um lado negativo: são 50 anos de boicote a um coitado de país. Fidel Castro saiu, está lá o irmão dele, a exportação da revolução comunista é piada.

Desculpem-me, mas eu levei muito pau na época de 64 porque fui contra, fui contra o Brizola, e disse na base do MDB que era contra. Eu sou contra a guerrilha, sou contra a luta armada, sou contra assalto a bancos por uma razão muito simples: não vejo a saída. Se vocês me disserem onde vai sair, nós temos chance – não digo que vamos ganhar – de ganhar.

E hoje está provado, o livro do ex-embaixador conta que a Quarta Frota estava ali. E a Quarta Frota

queria que o Jango resistisse porque queriam entrar. A saída de Jango para o exterior irritou os americanos, porque aquela gente estava aqui para entrar, para fazer a intervenção e, na minha opinião, o Brasil do norte e o Brasil do sul.

Eu fui contra. Nós sofremos muito. Diziam: “O Simon é contra, ele vai resistir até o último guichê”. Pelo amor de Deus, eu não estou discutindo isso, só não vejo saída. Mas isso acabou, quer dizer, não temos mais nada; graças a Deus, não existe nada disso.

Eu acho que a proposta do Suplicy, com toda a sinceridade, e a aprovação do Senado, com a nossa independência... Podemos ter qualidades e defeitos, mas, na nossa posição internacional, o Senado tem a credibilidade do Brasil e do mundo. Então, eu acho que é o momento exato e, principalmente pelo estilo que o Suplicy... Eu até conversei com ele sobre uma coisa que ele colocou na proposta original, para fazer uma linguagem que eu acho que deve ser feita neste momento. Quer dizer, não olhar para trás nem as coisas, mas em termos daqui para o futuro. Por isso eu me manifesto favorável, Sr. Presidente, aos dois projetos do Senador Suplicy.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Pedro Simon, pela leitura e defesa do seu relatório.

Continua em discussão.

S. Ex^a Senadora Vanessa Grazziotin tem a palavra.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu vou ser bem breve, Sr. Presidente, porque são 12h53 e, daqui a pouco, abre o plenário e nós temos que almoçar ainda; pelo menos na quinta-feira, nós temos que ter esse direito.

Primeiro, gostaria de cumprimentar o Senador Suplicy pela iniciativa. Muito antes de ele apresentar, ele conversou com vários parlamentares de seu partido e alguns amigos sobre a matéria. Ele conhece a minha opinião e eu conheço a opinião dele.

Em relação a um dos requerimentos, ao requerimento, Senador Simon, que trata... Cumprimento V. Ex^a pelo relatório, e não só pelo relatório, mas por suas posições históricas tão importantes e tão simbólicas para o País e, principalmente, para o povo brasileiro, sobretudo para a juventude. O senhor tem muito a nos ensinar ainda, Senador Pedro Simon. Mas, enfim, em relação ao requerimento que trata de três assuntos – bloqueio econômico, a questão de Guantánamo e a prisão dos cidadãos –, com exceção da prisão dos cidadãos, eu acho que o bloqueio, e é bom que a gente lembre que as Nações Unidas, por quase unanimidade, decide, em sua assembleia anual, fazer um apelo a que cesse esse bloqueio, porque talvez seja a atitude

mais descarada, mas mais eficiente, no atentado aos direitos humanos, na restrição aos direitos humanos. Porque, quando um país sofre tanta dificuldade como sofre Cuba, boa parte por conta desse bloqueio, falta dinheiro na saúde, falta dinheiro em diversos setores. Então, não tenho dúvida, sou totalmente a favor. Acho que o Brasil, eu dizia há pouco, não só em relação a Cuba, tem umas relações com o mundo reconhecidas por todos inclusive, e também com Cuba.

Os cinco presos, o Presidente Collor sabe que eu apresentei um requerimento e conversou muito comigo para que fizesse o que solicitava no requerimento de forma informal, e eu acatei a orientação do nosso Presidente. Precisamos agir, Presidente. Eu acho que seria importante que pelo menos alguns de nós fôssemos visitar alguns deles. Ninguém...

A acusação que os levou à prisão é porque eles estavam lá naquele país, nos Estados Unidos, trabalhando para o governo cubano no sentido de evitar atentados terroristas. Nunca mataram, nunca soltaram uma bomba, nunca tiraram uma vida, absolutamente. E evitaram efetivamente.

Existe um livro do Fernando Morais que é uma maravilha. Quem não o leu tem que ler. Aliás, além de tudo, uma leitura muito gostosa, muito envolvente. Estavam lá em Cuba para isso, e evitaram efetivamente. Eles comunicavam aos Estados Unidos, antecipando: “Olha, vai sair uma pessoa assim, vinda da República Dominicana, um membro de Miami, nos Estados Unidos, com esse equipamento que vai soltar bombas nos hotéis”. Então, atentados que não só afugentavam os turistas insatisfeitos com o bloqueio... Afugentavam os turistas. E o turismo foi a saída que Cuba encontrou, mas como tiraram vidas... Então, nós precisamos... O Gerardo tem três prisões perpétuas, duas ou três, eu não me lembro. Mas acho que são duas prisões perpétuas e não sei quantos anos mais. Sofreram muito na prisão, sofreram ficando em solitárias inclusive, um disparate com Guantánamo também. A Presidente Dilma foi fantástica, na sua recente visita a Cuba, quando falou de Guantánamo. Então, acho que temos todas as razões para aprovarmos o requerimento do Senador Suplicy.

Em relação à Yoani, eu também acho que é um direito de todos os cidadãos ir e vir, mas é algo que... Por exemplo, em relação ao Haiti, só 100 haitianos podem vir ao Brasil, receber vistos por mês. É uma política do Governo brasileiro em decorrência de uma questão momentânea, em decorrência de um problema momentâneo – não tenho dúvida: acalmou aquilo ali, voltamos a ser o que éramos –, porque muitos haitianos chegando ao Brasil, indo ao Acre, indo ao meu Estado, e o Brasil sem condições não só de acolher,

mas de dar condições dignas de vida a essas pessoas. É uma restrição no direito de ir e vir também. Seria classificado como um atentado aos direitos humanos? Penso que não. Da mesma forma, Yoani. A gente conhece um lado. E outro lado? Yoani não está presa, está na sua casa, tem um *blog*, fala com o mundo inteiro, recebe dinheiro, muito bem financiada. É financiada por quem? Nós fizemos a nossa parte. O Governo brasileiro concedeu o visto de entrada a ela. Ela não sai de lá porque o governo cubano não lhe dá o visto de saída. Aliás, essa não é uma prática comum. Algumas pessoas sofrem essas restrições.

Eu quero dizer que respeito Cuba e não gostaria, sinceramente, Presidente, que entrássemos nessa esfera de análise nesse pedido. Acho que, de nossa parte, fizemos. Indo além disso, acredito que já estaríamos entrando em questões internas de um país.

Por isso, quero manifestar o meu voto contrário a esse outro requerimento, somente por causa disso.

Obrigada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Muito obrigado a S. Ex^a, Senadora Vanessa Grazziotin. S. Ex^a, o Senador Randolfe Rodrigues, havia solicitado antes a palavra, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) –

Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB –

AL) – Mas, em seguida, o Senador Eduardo Suplicy, Senador Randolfe Rodrigues, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Obrigado, Presidente.

Presidente, eu queria cumprimentar o Senador Eduardo Suplicy, pela iniciativa, e o Senador Pedro Simon, pelo conhecimento e pela paixão derivada do conhecimento que colocou no relatório. Creio que o Senador Simon nem leu o relatório. O relatório e as convicções pessoais dele estão consolidados, ao longo do tempo, sobre essa necessidade que há de concluir, de terminar o mais longo bloqueio econômico existente contra um estado estrangeiro da face da Terra. Não tem paralelo na história moderna, querido Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) –

(*Fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Sim. Aliás, é desproporcional as dimensões de ambos, do ponto de vista econômico, do ponto de vista político, do ponto de vista bélico dos Estados Unidos em relação a Cuba, e é desproporcional o bloqueio imposto do ponto de vista histórico. Na história moderna, não se tem conhecimento de nenhuma nação contra

a qual tenha sido colocado um bloqueio econômico e político que demorasse tanto tempo: 53 anos. Aliás – e essa nação tem resistido –, veja que desde o império romano não se tem uma situação similar a essa. Roma ocupava e tomava.

Então, veja: eu queria só separar as duas questões. Quando falamos do bloqueio econômico existente há 53 anos dos Estados Unidos contra Cuba, estamos falando da relação existente entre um estado que é a maior potência econômica, bélica, política do Planeta contra uma nação latino-americana, identificada como nós. Quando falamos em relação aos cubanos presos, aos cinco cubanos presos nos Estados Unidos, já foi destacado aqui pela Senadora Vanessa que tem uma obra que ilustra muito bem esse fato, que é a obra *Os Últimos Soldados da Guerra Fria*, de Fernando Moraes, que contextualiza. É um documento que poderia ser anexo, inclusive, a esse relatório, porque contextualiza a ocorrência da prisão dos cinco. Os cinco foram presos como uma reação do Estado cubano a ações terroristas, mobilizados por cubanos dissidentes que vivem em Miami. Foi, então, uma ação da inteligência cubana de reação. Não há uma prova sequer de nenhum atentado cometido por esses cubanos contra o Estado americano, contra cidadãos norte-americanos. É mero capricho. E aí é concretamente capricho eleitoral do *lobby* presente dos cubanos que moram na Flórida para a manutenção da prisão desses cinco.

Essas duas questões, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, envolvem a relação de um Estado dos Estados Unidos com Cuba. Quando adentramos na questão dos aqui intitulados no requerimento como presos políticos ou na situação da blogueira, estamos adentrando na questão interna de Cuba. Não há uma relação envolvendo dois Estados; é uma relação eminentemente de Cuba. Estamos adentrando em um aspecto que é da soberania de uma nação estrangeira. Estamos dizendo para uma nação: vamos tirar Cuba do contexto. Nós, enquanto Parlamento brasileiro, ou seja, como parte constitutiva do Estado brasileiro, estamos dizendo para uma nação estrangeira que não deve manter aquele cidadão preso.

Parece-me que, se fosse o inverso, ou seja, em relação ao Brasil, talvez a medida desta Comissão de Relações Exteriores fosse, de imediato, refutar tal ingerência nos nossos negócios internos.

No segundo aspecto, estamos adentrando na soberania cubana. Estamos invadindo a soberania cubana. Estamos dizendo para Cuba quem deve manter preso e quem não deve manter preso. Parece-me um excesso de nossa parte. Quando estamos interferindo na relação de Cuba com outra nação – o Senador Simon relatou muito bem –, quando há também as consequências

do bloqueio, inclusive humanitárias, estamos falando de uma relação que tem ingerência e interferência na relação externa do Brasil. O bloqueio dos Estados Unidos contra Cuba interfere na vida do brasileiro, porque um cidadão brasileiro tem dificuldades para se deslocar para Cuba em virtude do bloqueio imposto pelos Estados Unidos. Então, isso interfere nas nossas relações. Tem relação direta conosco.

O outro requerimento, Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Randolfe Rodrigues?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Ouço V. Ex^a com muito prazer, querido Senador Eduardo.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Com maior carinho, gostaria...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Com maior carinho ouço V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Porque temos tido aqui tantas ações de batalhas comuns. Mas gostaria de lhe perguntar o seguinte: no ano passado, o ex-Presidente Jimmy Carter foi a Cuba e expressou aos cubanos, aos seus compatriotas e ao Presidente Barack Obama sua opinião. Disse que, com respeito aos prisioneiros Antonio Guerrero, Fernando Gonzalez, Ramón Labañino, Gerardo Hernández Nordelo e René Gonzalez, presos nos Estados Unidos da América e que são justamente objeto de tão bom livro, conforme a Senadora Vanessa Grazziotin e V. Ex^a recomendaram, o que também faço, de Fernando Moraes, ele defendeu a libertação dos cinco presos. Ele disse que eles já cumpriram 12 anos de prisão. Agora, já são 13. E agregou: reconheço as limitações do sistema judicial dos Estados Unidos e espero que o Presidente Barack Obama lhes conceda indultos e os ponha em liberdade. Estaria ele dando uma opinião inadequada? Expressando que seria próprio que eles fossem libertados?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Adequadíssima. É a opinião de um cidadão norte-americano.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Certo. Mas dada em Cuba e sobre cubanos. Assim como... Vou continuar ouvindo V. Ex^a porque depois quero expressar o meu sentimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado, Senador. Só concluindo, Sr. Presidente Fernando Collor.

Senador Eduardo, obrigado pelos argumentos; parece-me que fortalece a minha convicção. O ex-presidente Jimmy Carter, quando vai a Cuba, emite uma opinião sobre uma decisão emanada do governo do

seu País, que ele considera errada. Há uma distância enorme de um Estado estrangeiro dizer a outro país, concretamente, quem ele deve manter preso ou não; há uma distância enorme. Isso, inclusive, sem nós ouvirmos Cuba, sem nós ouvirmos a argumentação cubana. Parece-me que estamos dando um passo a mais em relação a Cuba sem ouvir o outro lado das razões de prisão porque Cuba mantém tais prisioneiros.

Querido Simon, eu o ouço.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Você tem absoluta razão; realmente, o que você argumenta é correto. Como é que vamos nos meter numa questão que está lá fora?

Mas nós temos que analisar – e por isso fiz questão de analisar os dois requerimentos em conjunto – que nós, em primeiro lugar, não estamos nos intrometendo; estamos manifestando uma opinião, o nosso pensamento. Não estamos pedindo para que eles façam isso, nem que eles façam aquilo; estamos apenas analisando.

E nós estamos pedindo o quê? Estamos pedindo que se tente terminar essa questão cubana, fazer a pacificação dessa questão cubana. Então, nós estamos achando que, para fazer a pacificação da questão cubana, em primeiro lugar: terminar com o bloqueio; fim do bloqueio. Segundo lugar, terminar com essa questão, quer dizer, essas prisões que estão lá em Cuba, que estão lá nos Estados Unidos; terminem com elas, e os cubanos façam a mesma coisa. Então, tem que ser analisado no contexto da proposta que estamos fazendo, que é de uma pacificação geral. Não é num sentido que nós estamos fazendo. Se fosse uma proposta de fazermos um requerimento só para Cuba não ter presos, aí seria uma interferência, que nem ele está dizendo, o que é correto. Mas, dentro de um contexto geral da busca de uma pacificação, é que estamos aconselhando o fim do bloqueio, liberdade de entrar e sair em Cuba, e os dois lados soltem os caras que estão presos. É nesse sentido de buscar uma pacificação que nós temos que analisar a questão e não que estamos interferindo: faça isso ou faça aquilo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito, Senador Simon. Eu entendo que a intenção é do estabelecimento de um diálogo. Eu entendo o esforço. Só que vamos ver as medidas para o diálogo. Não sei se interferir no processo... Em Cuba, embora não seja dito e reconhecido, existe parlamento, existe Poder Judiciário, as prisões que existem são decorrência de julgamentos que lá ocorreram. Não sei se nós interferirmos em decisões judiciais cubanas seria a melhor a medida.

Acho que poderemos construir inclusive: “Olhe, pedimos para os Estados Unidos esses gestos, em

contrapartida, vamos debater quais são os gestos por parte de Cuba”. Não sei se o gesto da interferência nossa, de um Parlamento brasileiro, junto a eles, seria a medida melhor.

Mas concluo por aqui, Sr. Presidente; só queria externar a posição de que me parecem ser objetos diferentes em cada um dos requerimentos. Quero ouvir e, quem sabe, até ser convencido pelos argumentos do meu querido Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, S. Ex^a o Senador Randolfe Rodrigues.

Antes de passar a palavra a S. Ex^a o Senador Eduardo Suplicy, queria dizer que, enquanto ouvia o debate de V. Ex^{as}, lembrei-me de dois fatos. O primeiro deles foi a primeira visita realizada a Pequim – naquela época Pequim –, ele, como presidente americano, foi se encontrar com o seu contraparte Deng Xiaoping. Na conversa – as relações tinham sido reatadas recentemente pelo governo Nixon, e as embaixadas tinham sido abertas lá e cá –, o Presidente Jimmy Carter chegou e ...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Jânio Quadros?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Não, digo Estados Unidos e China.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Achei que era Brasil e China.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Não. Estados Unidos e China.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Ao tempo de Richard Nixon e Henry Kissinger e Mao Tsé Tung e Chu En-Lai.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Isso lá. Depois veio o Jimmy Carter.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Depois veio o Jimmy Carter.

Então, nessa conversa que ele teve lá, ele disse: “Olhe, nós reabrimos aqui as nossas embaixadas; reatamos as nossas relações; estamos agora prontos para robustecermos as nossas relações comerciais”. Os chineses estavam precisando muito de abertura de linhas de crédito para o seu comércio. Aí o Jimmy Carter chegou e disse assim: “Nós precisaríamos de um aceno do governo chinês no campo dos direitos humanos”. Aí a contraparte, parece que o Chu En-Lai ou Deng Xiaoping, era um dos dois, disse ao presidente Carter: “Sugira o que o senhor veria como uma flexibilização”. Ele disse: “Por exemplo, o direito de ir e vir. Que o senhor permitisse ao povo chinês, àqueles chineses que quisessem sair e voltar que fosse permitido a eles fazerem isso”. Aí a resposta ou do Chu

En-Lai ou do Deng Xiaoping foi a seguinte: “Concorro perfeitamente com a ideia de V. Ex^a. Vamos fazer o seguinte: no próximo mês, eu vou abrir as fronteiras da China durante 30 dias. Eu apenas lhe faço uma pergunta: Para aonde eu destino mais ou menos 100 milhões de chineses que eu imagino saíam da China? Eu mando para a Europa, eu mando para a Califórnia, mando para que lugar do mundo?”.

De lá para cá, essa questão do direito de ir e vir, em nenhum momento, faz parte do discurso do governo americano, seja ele qual for, em relação à China. Por quê? Porque isso é um fator de desestabilização do mundo, essa questão da migração.

Outro fato – esse eu vivi –: eu estava na Flórida, fui convidado por um grupo multinacional, multinacional no sentido de que cada uma dessas pessoas que sobrevoavam aquele canal, o estreito da Flórida, por onde havia trânsito de cubanos... Eles sobrevoavam, um piloto era argentino, outro piloto era italiano, enfim, eles tinham seus aviões próprios e ajudavam; por isso chamavam esses grupo de Hermanos al Rescate. Então, eles voavam por cima do estreito da Flórida para ver se havia algum chamado balseiro; avisavam à patrulha de mar, e eles recolhiam. Esse piloto que foi comigo, que me convidou para ver o estreito, que manifestei curiosidade de conhecer... Perguntei a ele: “Você já descobriu vários?” Ele disse: “Descobri vários; avisei. E, quando eu voltava, eu fazia questão de ir ao local para aonde eles eram mandados para conversar com aqueles que eu tinha salvo. E eu conversava com eles”. E uma coisa que me impressionou é que essa pessoa, esse argentino era, vamos dizer assim, de uma posição ideológica de uma direita radical. Ele dizia: “Mas eu tenho que lhe dizer uma coisa, para ser sincero: junto a todos eles, quando eu chegava para conversar, eu me apresentava e dizia: ‘Olha, fui eu que avisei que você estava ali; enfim, você foi salvo e está aqui’. E eu provocava cada vez esse grupo de cubanos para falar mal do comandante Fidel Castro e de Cuba”. Mas ele disse que nunca ouviu deles uma palavra nem contra o comandante Fidel nem contra Cuba. E eles estavam absolutamente livres. Ele dizia: “Não, você está livre. Você agora está aqui livre de tudo”. Eles falavam: “Mas eu estou bem. Eu estou me sentindo inteiramente à vontade. Agora não tenho nada o que dizer a esse respeito. Não tenho o que dizer...” Uns até elogiavam o Comandante Fidel, elogiavam Cuba. Diziam isso que cada um de nós tem, na sua vida, esse desejo de abrir novos horizontes, conhecer fronteiras e tal.

Então, são dois fatos que acho que, de alguma forma, podem estar relacionados a esta discussão: um que eu vivi e o outro que eu conheci pela história.

Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP)

– Prezado Presidente Fernando Collor, queridas Senadoras e Senadores, em especial aqueles que aqui expressaram opiniões diversas a respeito de um dos requerimentos, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Randolfe Rodrigues, quero, primeiro, dizer que avaliei como próprio apresentar esses dois requerimentos, levando em conta o diálogo que tive com a Sr^a Yoli, Secretária de Relações Internacionais do PT – até resolvi separar os dois requerimentos, ainda que eles se relacionem.

O primeiro refere-se ao apelo para transmitirmos ao Senado Federal o quão importante é que o governo dos Estados Unidos, e conforme já expressei certa vez pelo Presidente Barack Obama, possa de fato acabar com aquilo que eles denominam o embargo a Cuba – no termo mais comum que todos nós temos utilizado, o bloqueio econômico e comercial de Cuba –, porque isso não tem contribuído para o melhor entendimento entre todos os povos das três Américas.

Conforme a Senadora Vanessa Grazziotin aqui expressou, tem havido inúmeras resoluções, tanto da OEA quanto da ONU, para que os Estados Unidos acabem com esse bloqueio, que já dura mais de 50 anos.

Avalio como importante, além de eles realizarem ações consistentes como esta, de fecharem a prisão de Guantánamo, objeto de decisão já do Presidente Barack Obama, mas que ainda falta aprovação do Congresso norte-americano, que possam realizar aquilo que foi solicitado pelo Presidente Jimmy Carter, no ano passado, que se conceda a anistia a esses cinco cubanos, considerados heróis em Cuba, porque resolveram se infiltrar naquelas organizações clandestinas de cubanos, sobretudo na Flórida, que passaram a realizar ações de explosões de hotéis em Cuba, de ações efetivamente terroristas e que procuravam atrapalhar, de toda maneira, o esforço que estava realizando Cuba para fazer de sua economia algo mais dinâmico, sobretudo recebendo turistas.

Na Flórida, aqueles que não queriam o sucesso do desenvolvimento econômico cubano, começaram a realizar ações de terror para tirar a tranquilidade dos europeus, dos canadenses e mesmo de brasileiros, que pudessem querer viajar de férias, ter lazer ali em Cuba, um lugar que é tão bonito e tão conhecido. E eis que esses cinco cubanos foram realizar uma operação de alto risco. Infiltraram-se naquelas organizações e contribuíram muito para impedir que muitos atos terroristas fossem realizados.

O jornalista e escritor brasileiro Fernando Moraes escreveu um livro, recém-publicado, mostrando isso com muita clareza. Por essa razão, é que eles em Cuba são considerados heróis.

E também que seja fechada a prisão de Guan-tánamo – o próprio presidente Barack Obama já sinalizou neste sentido.

Por que também apresentei outro requerimento? Para ponderarmos com o governo de Cuba no sentido de que ali se terminem as prisões de consciência e também se permita aquilo que... Senador Randolfe Rodrigues sabe que, no ano passado, o Partido Comunista de Cuba aprovou decisão para permitir o livre ingresso e saída de cidadãos cubanos de seu território, algo já decidido por eles. Entretanto, no caso da bloqueira Yoani Sánchez, a Senadora Vanessa Grazziotin colocou o fato de que ela faz críticas que são transmitidas internacionalmente e há uma rede de apoio. Em que consiste essa rede de apoio?

Pessoas, em diversos países do mundo, possivelmente nos Estados Unidos, proporcionaram que o *blog* da Sr^a Yoani Sánchez seja transmitido para os diversos lugares do mundo e traduzido em 18 línguas ou mais. Pessoas avaliaram que isso era adequado. A própria Senadora Vanessa pode saber, porque isso é público e tem sido transmitido. A Sr^a Yoani Sánchez tem dado entrevistas em seu apartamento em Havana, inclusive para a Rede Globo, e por tudo que vi até hoje, ela vive de maneira relativamente simples, não é pessoa que esteja acumulando fortuna em benefício pessoal. E em função de haver uma estrutura internacional para que o *blog* dela seja transmitido para o mundo inteiro, levando-a a ganhar prêmios e inclusive a ser considerada uma das 100 pessoas mais influentes no mundo, talvez tudo isso incomode o governo cubano.

Se analisarmos bem, e tive a oportunidade de ler muitas de suas críticas, e as críticas que Yoani Sánchez faz em artigos curtos, de uma página, publicados no seu *blog*, se V. Ex^a examinar, Senador Gim Argello, são artigos que falam sobre muitas filas, certas ineficiências aqui e acolá na economia, de dificuldades, pessoas que protestam, mães de branco, que de alguma forma foram molestadas e coisas assim. Se compararmos as críticas de Yoani Sánchez no seu *blog* com os discursos que ouvimos aqui, diariamente, dos líderes da oposição, antes ao governo do Presidente Lula e hoje ao Governo da Presidenta Dilma Rousseff, posso assegurar a todos que as críticas aqui feitas são muito mais ferinas, no meu entender, do que as observações que Yoani Sánchez faz ali.

Por que, prezado Senador Randolfe e querido Senador Pedro Simon, a quem agradeço muito suas palavras de consideração, pode ser tão importante uma coisa em relação a outra? Porque, nos Estados Unidos, eles já expressaram diversas vezes, inclusive o próprio ex-presidente George Walker Bush que se Cuba der alguns sinais de maior liberdade, mais rapi-

damente eles vão acabar com o embargo ou bloqueio a Cuba. É a minha convicção. O Presidente Fernando Collor sabe, e quero transmitir isso ao Embaixador de Cuba, que não quis mais atender meus telefonemas. O próprio Ministro Celso Amorim teve a oportunidade de dizer ao Embaixador de Cuba, em Brasília, que não está adequado não responder os telefonemas do Senador Eduardo Suplicy.

Tenho a convicção, Presidente, e tenho falado mais do que qualquer outro Senador nos últimos 21 anos, a respeito de como os Estados Unidos precisam acabar com o bloqueio a Cuba. Eu que já fui a Cuba quatro vezes, em diversas oportunidades, fui convidado inclusive oficialmente e participei ali, com meu filho André, até de trabalhos voluntários para construção de moradias, na década de 90.

Além disso, há dois ou três anos estive lá, convidado pela Associação de Economistas de Cuba e do Caribe, para apresentar e debater a proposta da garantia de uma renda mínima, num encontro formidável de acho que mais de cinco mil economistas. E convidaram, e quero dar o meu testemunho, três prêmios Nobel de economia, que estavam lá, debatendo e falando livremente. Eu percebi que todos ali se expressaram livremente. Eu dou o meu testemunho de que há um grau de liberdade que avança em Cuba, mas eu tenho a certeza de que, se forem dados sinais como os aqui expressos...

E eu faço isso como uma pessoa que quer ser amigo e mais amigo dos cubanos! E dos cubanos que querem construir o socialismo. E aqui inclusive expressei e ressaltou que a própria Rosa Luxemburgo disse: "Liberdade apenas para aqueles que estão de acordo com tudo o que acontece não é liberdade". Liberdade é poder o Senador Gim Argello, de vez em quando, falar coisas diferentes das que eu penso. E eu falar coisas diferentes do que ele pensa. E a minha querida Vanessa Grazziotin. Eu me aproximo aqui dela, porque eu quero dizer que eu faço isso como um amigo do povo cubano, que quer que Cuba, mais rapidamente, se integre a nós todos da América Latina. E também me empenho, como V. Ex^a sabe, para que os Estados Unidos logo acabem com o muro que separa os Estados Unidos da América Latina e ali do México. Eu não vejo razão!

Então, eu quero aqui dizer: Senador Randolfe Rodrigues, eu aqui expressei ao Presidente Barack Obama e ao Senado. Vamos até escrever juntos outro. Vamos acabar com esse muro que separa os Estados Unidos do México e da nossa América Latina! Mas também vamos abrir as fronteiras para que mais americanos inclusive possam encher os hotéis de Cuba, e o turismo em Cuba florescerá ainda mais velozmen-

te. E, com isso, vamos colaborar para que todos nós, nas três Américas, do Alasca à Patagônia, venhamos um dia a ter liberdade completa de movimento; que a integração das Américas não seja apenas do ponto de vista do movimento de liberdade dos capitais irem para lá e para cá, dos bens e serviços circularem por todos os países, mas que o que é mais importante, os seres humanos, possam viajar, possam escolher onde viver, onde estudar, onde trabalhar.

Esse é o sonho que eu tenho: que as três Américas, a do Norte, a Central e a do Sul, possam um dia ter a integração completa para todos os seres humanos.

É nesse sentido que estes requerimentos são. E eu agradeço muito a generosidade do Senador Pedro Simon de ter dado o parecer favorável para esses dois requerimentos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Eduardo Suplicy.

Continuando, para discutir, passarei a palavra a S. Ex^a o Senador Delcídio do Amaral, mas antes, Senador, com a sua permissão, gostaria de expressar uma opinião aqui sobre os dois requerimentos. Sinto-me compelido a isso, como ex-Presidente. Em relação ao Requerimento nº 2, o 115, eu acredito que isso será uma mensagem muito mal entendida pelo governo cubano, e, ao contrário de nos aproximar, vai nos distanciar e vai dificultar também um diálogo mais fluido com aquele país.

Com a palavra S. Ex^a o Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Eu ouvi atentamente todas as ponderações que aqui foram apresentadas e quero, acima de tudo, registrar o meu respeito, o meu carinho com o Senador Eduardo Suplicy.

Nós somos testemunhas, meu caro Senador Eduardo Suplicy, do trabalho diuturno de V. Ex^a, sempre interessado, não só nas questões nacionais, mas, acima de tudo, um homem que cumpre um mandato preocupado com a cidadania, com o respeito aos direitos humanos, com a liberdade de ir e vir, com essas coisas que são absolutamente sagradas no cotidiano de países e de povos que, acima de tudo, têm todo o direito de viver bem, de trabalhar, de honrar sua família e de ter dignidade. E, acima de tudo, exercer o contraditório, que é a locomotiva da vida. As coisas caminham em função do contraditório e dos benefícios que o contraditório traz no estabelecimento de políticas e de um futuro melhor para a nossa gente.

E eu queria fazer rapidamente dois comentários. O primeiro com relação ao embargo americano e esse desastre chamado Guantánamo, fruto de uma política equivocada, errática, uma política que os Estados Uni-

dos, com tudo aquilo que construiu ao longo da sua história não mereciam.

Se existe uma coisa antiquada é esse bloqueio econômico. É a coisa mais ridícula. Isso vai morrer de velho, porque é uma coisa... Em pleno Século XXI, convivermos com esse bloqueio e com as consequências que esse bloqueio traz é inacreditável. Um bloqueio tal que não permite a Cuba trazer um saco de cimento. Que dirá aquelas coisas mais importantes? E as dificuldades todas com que o povo cubano vive em função disso.

Hoje quem tem acesso a Cuba somos nós, são os europeus e os canadenses também em grande quantidade.

É curioso, Sr. Presidente, hoje, em Cuba, entra o mesmo número de turistas estrangeiros que entra no Brasil. Nós deste tamanho! É inacreditável isso.

Mas aí está um esforço fantástico de Cuba para que, efetivamente, ela venha a implementar e consolidar esse modelo que, mais do que nunca, incentiva as pessoas a visitarem aquele país conhecerem as suas maravilhas e o seu povo fantástico. O povo cubano é um povo absolutamente especial. Quem não foi a Varadero, quem não foi a Cayo Largo, enfim, lugares lindos... Além de tudo, conhecer a história que a duras penas foi construída. É uma história bonita, uma história de combate e de resistência.

Ali, na porta dos Estados Unidos, se o cara pegar um binóculo em Havana, se tiver um equipamento bom, é capaz de enxergar Miami. E ali, nas barbas do Tio Sam foi construído um movimento histórico, absolutamente irrepreensível sob o ponto de vista de dinâmica da história e sob o ponto de vista do resgate da autoestima de um povo, porque o Fulgencio Batista transformou Cuba num prostíbulo. Então, esse contexto não pode ser esquecido. Esse contexto, Senador Pedro Simon, absolutamente com total apoio americano.

Então, esse foi o grande momento de resgate, resgate da história de um povo, da autoestima de um povo.

Eu acho que esse bloqueio americano e as consequências que tudo isso traz são simplesmente ridículos. E Guantánamo, então, é outra coisa pior.

Vejo aí essa lambança feita agora no Afeganistão, um desastre sob o ponto de vista operacional e sob o ponto de vista de geopolítica, e o Iraque.

Lembro-me bem de um jornalista americano chamado Thomas Friedman, que fez um livro que ganhou o Pulitzer, chamado “De Beirute a Jerusalém”. É um tratado, é um livro absolutamente fantástico, imperdível, para se entender um pouquinho a mecânica do Oriente Médio. Ele viveu em vários países, é um jornalista judeu, de ascendência judia e que, mesmo assim, não perdeu o foco e o equilíbrio nas análises daquela re-

gião. No dia em que o Bush anunciou, lembro-me bem, num porta-aviões, a vitória do exército americano no Iraque, ele fez no *The New York Times*, no dia seguinte, uma carta, onde, supostamente, o Saddam Hussein escrevia para o Bush, apontando todos os problemas que os Estados Unidos iriam enfrentar ao longo dessa caminhada e depois de eles terem supostamente vencido a guerra. Então, ele vai aconselhando. Ele fala das regiões, ele fala dos curdos, ele fala das cidades sagradas, e chama a atenção do Presidente para as dificuldades que ele iria enfrentar. E, no final, ele diz assim: “Aí, o senhor me pergunta: ‘se sei tudo isso, onde foi que errei?’” E, aí, o próprio Thomas Friedman disse, como se fosse uma carta do Saddam Hussein para o Bush: “É que eu só conversava comigo mesmo”.

Então, é exatamente essa realidade, quer dizer, uma série de equívocos insustentáveis politicamente. Hoje, as dificuldades que o Presidente Obama enfrenta é por causa dessa resistência ultrapassada, incredivelmente conservadora para os tempos atuais, quando ele não consegue sequer fechar Guantánamo porque não tem maioria no Congresso Nacional. Isso precisa mudar.

Portanto, a iniciativa com relação a bloqueio, sou absolutamente favorável, fechamento de Guantánamo. Já conversamos sobre isso, o Anibal também aqui presente, na reunião de Bancada do PT do Senado, isso tudo é incontestável.

Com relação ao segundo requerimento, e o Senador Pedro Simon, defendeu isso muito bem, um aconselhamento, mas acho que isso não ajudaria, porque, de certa maneira, é uma intromissão em assuntos internos de um país com quem o Brasil tem boas relações. Então, acho que não caberia esse segundo requerimento. Em princípio, não concordo, apesar de achar que o processo de abertura de Cuba é irreversível, que, hoje, vive uma outra realidade. Os jovens que estão vindo aí não vivenciaram o ataque ao Quartel de Moncada, não vivenciaram aquele tempo ultrajante do Fulgencio Batista, mas vivem numa outra realidade.

Portanto, esse processo é absolutamente inexorável, a despeito de todas as distorções, de todos os questionamentos que foram aqui muito bem colocados pelos Senadores e pela Senadora Vanessa Grazziotin.

Por isso, quero dizer, Sr. Presidente, que sou favorável ao requerimento que diz respeito especificamente ao embargo e acho que não seria de bom alvitre aprovarmos o segundo requerimento que trata especificamente de questões internas de Cuba; acho que não seria adequado para o Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Delcídio Amaral, pelas suas palavras.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, podemos colocar a matéria em votação, Sr. Presidente? O debate está excelente, mas acho que já há o suficiente para votarmos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Com a aquiescência dos Srs. Senadores, podemos colocar logo em votação.

A discussão está encerrada.

Em votação o Requerimento nº 114, de 2012.

Requerem, nos termos do inciso II do art. 4º da Constituição da República e nos termos do inciso IV do art. 103, Item IV, letra a do inciso III do art. 235 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam transmitidos ao Governo dos Estados Unidos da América o apelo e a manifestação do Senado Federal no sentido de que os Estados Unidos da América suspendam o bloqueio comercial a Cuba e libertem cidadãos cubanos que se encontram presos em seu território por motivos políticos.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam esse requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, S. Ex^a Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Eu queria saber se o segundo requerimento vai ser rejeitado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Se for para ser rejeitado, eu queria fazer um pedido de retirada para que a gente estude. Estou falando com toda clareza. Se é para ser aprovado, tudo bem, mas, se é para ser rejeitado, eu faria o apelo de retirar para reestudar e depois ver o que se faz. Não ficaria bom rejeitar, eu acho melhor...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Não pode retirar.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – O senhor é o autor, mas eu, como relator...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, então, para que seja apreciado na próxima, com o Plenário pleno.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Como Presidente, seguindo o Regimento, iniciado o processo de votação, não pode mais ser retirado; isso antecede o início do processo de votação. Então, temos de colocar em votação o segundo requerimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) –

REQUERIMENTO Nº 115, DE 2012**– Não Terminativo –**

Requerem, nos termos do inciso II, do art. 4 da Constituição Federal, e nos termos do inciso IV, do art. 103 e item 4, letra “a”, do inciso III, do art. 235 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam transmitidos ao Governo de Cuba o apelo e a manifestação do Senado Federal, no sentido de que Cuba providencie o indulto geral aos aprisionados por posicionamentos políticos ou de consciência e autorize todos os seus habitantes a poderem entrar e sair de seu país, mesmo aqueles que criticam o regime político estabelecido na ilha.

Autoria: Senador Eduardo Suplicy e outros.

Relatoria : Senador Pedro Simon.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Quem estiver contrário...

Senadora Ana Amélia, V. Ex^a levantou o braço?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Só com o Senador Suplicy...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Um, dois, três, quatro, cinco. O requerimento foi rejeitado.

Designo o Senador Randolfe Rodrigues para relatar o vencido.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem S. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Qual foi o total de Senadores que votaram?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Nove.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Pergunto se é o quórum suficiente para a decisão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – É, para deliberar.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Então, quero apenas expressar que respeito a opinião dos senhores e senhoras que votaram contrariamente, mas quero aqui reiterar a minha opinião.

Tenho a certeza, e expresso às autoridades cubanas, que, na medida em que eles terminarem com as prisões de consciência, derem efetiva liberdade de ir e vir aos cidadãos cubanos, inclusive à Sr^a Yoani Sánchez, que foi novamente convidada para vir ao Brasil em abril próximo, se autorizarem-na, e tendo em conta que a própria Presidenta Dilma Rousseff ressaltou que, do nosso ponto de vista, concedemos o visto para que ela possa vir ao Brasil... Então, acho que fica, implicitamente, o sinal para o governo cubano de que será

muito adequado que permitam que a Sr^a Yoani Sánchez venha ao Brasil, em que pese ela tecer críticas à natureza, por vezes, do sistema cubano.

E eu, que elogio e admiro os avanços obtidos pela Revolução Cubana, quero muito que um dia possa haver a compatibilidade entre a construção do socialismo e a democracia plena. Daí por que apresentei este requerimento.

Reitero aqui a minha convicção de que é uma recomendação adequada ao governo cubano, para que possa mais rapidamente contribuir para o fim do embargo do bloqueio dos Estados Unidos a Cuba.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy. V. Ex^a, como bem sabe, não preciso dizer, tem o respeito e a admiração de todos os integrantes desta Casa, pela sua luta, pela defesa dos seus pontos de vista.

Eu quero cumprimentar V. Ex^a por apresentar esses requerimentos que permitiram um debate de alto nível e um conhecimento melhor sobre a situação das relações Brasil–Cuba e de Cuba com os Estados Unidos.

Então, designo o Senador...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, apenas...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – É apenas para salientar que, ao final e ao cabo, eu estou olhando para os representantes do Itamaraty e, ao final, essa decisão foi uma coisa interessante. Nós votamos para os Estados Unidos terminarem com o embargo, fomos duros com o americano e, com Cuba, ficou tudo bem. Quer dizer, já mudou muita coisa.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria apenas...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, S. Ex^a a Senadora Ana Amélia.

Obrigado, Senador Pedro Simon.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria apenas, como votei favorável aos dois requerimentos do Senador Suplicy, destacar exatamente o equilíbrio dessa proposição. Se, de um lado, se pede o fim do bloqueio, há uma reciprocidade diplomática e política.

Não discuto aqui o mérito da intervenção nas questões internas de Cuba, mas a lógica e a coerência do requerimento do Senador Suplicy. Por isso, votei favoravelmente a esse requerimento, pela forma equilibradíssima como ele o apresentou: despindo-o de qualquer questão ideológica, mas sobretudo com equilíbrio numa questão tão delicada como essa.

E endosso o que disse o Relator, Senador Pedro Simon, a respeito de se tratar com dois pesos e duas medidas uma questão que está intimamente relacionada.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a a Senadora Ana Amélia, e designo S. Ex^a o Senador Randolfe Rodrigues para relatar o vencido, circunstanciando-o.

O voto vencedor não precisa ser para agora, Senador Randolfe, pode ser para a próxima reunião, circunstanciando os argumentos do lado vencedor em relação a esse requerimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a.

Antes de encerrarmos a presente reunião, agradecendo a presença de todas as Sr^{as} e Srs. Senadores, convoco nossa próxima reunião, a ser realizada segunda-feira, dia 26 de março, às 18 horas, neste plenário, dando continuidade à série de audiências públicas “Rumos da Política Externa Brasileira (2011-2012)”, com apresentação do 6º painel: O Mundo Árabe II, Egito e Líbia. Eleições no Egito. Irmandade muçulmana e lideranças políticas. Repercussão na estabilidade política do Oriente Médio. Líbia: exemplo negativo de intervenção militar em face da ausência de liderança e os embates armados entre as diversas facções, do quarto ciclo de audiências, intitulado Temas da Agenda Internacional, com os seguintes convidados: Professor Doutor Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto, Coordenador de Pós-Graduação em Antropologia e do Núcleo de Estudos do Oriente Médio da Universidade Federal Fluminense; Professor Doutor Mohamed Habib, professor titular da Unicamp e Vice-Presidente do Instituto de Cultura Árabe; Professor Doutor Hussein Ali Kalout, professor de Relações Internacionais do Instituto de Educação Superior de Brasília, IESB, Diretor de Assuntos Internacionais do Superior Tribunal de Justiça e secretário executivo da Comissão Conjunta de Poderes Judiciários Europeus e Latino-Americanos, e Professor Doutor Salem Nasser, professor de Direito Internacional da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.

Agradecendo, mais uma vez, a presença das Sr^{as} e Srs. Senadores e a participação de todos, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 50 minutos.)

ATA DA 13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2012, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 18 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dezoito horas do dia vinte e seis de março de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presente o Senhor Senador **João Ribeiro**. Justifica a ausência o Senhor Senador **Francisco Dornelles**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e realiza a leitura de comunicados. Tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2011 – CRE, de autoria do Senador **Fernando Collor**, aprovado em 1º de março de 2011, que, “*nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam realizados, por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ciclos de audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2011/2012, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca do panorama geopolítico mundial e as perspectivas para a próxima década, especialmente no que tange à política externa, à segurança internacional e defesa nacional, e ao sistema de atividades de inteligência*”. O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer suas exposições o **Professor Hussein Ali Kalout**, Professor de Relações Internacionais do Centro Universitário IESB e Diretor de Assuntos Internacionais do Superior Tribunal de Justiça; o **Professor Mohamed Habib**, Professor Titular da Universidade de Campinas e Vice-Presidente do Instituto de Cultura Árabe; o **Professor Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto**, Coordenador da Pós-Graduação em Antropologia e do Núcleo de Estudos do Oriente Médio da Universidade Federal Fluminense; e o **Professor Salem Nasser**, Professor de Direito Internacional da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Após a exposição final dos convidados, e não havendo nada mais a tratar, a Reunião é encerrada às vinte horas e quarenta e cinco minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão.

ATA DA 14ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas do dia vinte e nove de março de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Vanessa Grazziotin, Sérgio Souza, Cristovam Buarque Antonio Carlos Valadares, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Aloysio Nunes Ferreira, Paulo Bauer, Randolfe Rodrigues, Eduardo Lopes, Ana Amélia, Lauro Antonio, Cyro Miranda e Mozarildo Cavalcanti**. Registra presença o Senhor Deputado Federal José Antônio Machado Reguffe. Justifica ausência o Senador **Francisco Dornelles**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 12ª e 13ª Reuniões, que são dadas como lidas e aprovadas. São lidos Comunicados da Presidência. É feita a leitura de Requerimento-CRE, de autoria do Senador **Roberto Requião**, que diz: “Requeiro, nos termos do art. 93, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa de Audiência Pública nesta Comissão, aprovada pelo Requerimento nº 23, de 2011-CRE, para o Anteprojeto de Proposta de Emenda à Constituição nº , de 2011, de minha autoria, que ‘acrescenta inciso e parágrafo único ao art. 49 e inciso ao art. 84 da Constituição Federal, para prever participação do Congresso Nacional nas negociações de atos, acordos, convênios e tratados que versem sobre matéria de comércio internacional’.” É realizado o lançamento da Revista EM DISCUSSÃO!, número 10. O Senhor Fernando Cesar Mesquita, Diretor da Secretaria de Comunicação do Senado Federal, é chamado a compor a Mesa e faz sua exposição. A Senadora **Ana Amélia** e o Senador **Eduardo Suplicy** fazem uso da palavra. Tem início a apreciação da Pauta. **Item 1 – Mensagem (SF) nº 13, de 2012**, de autoria da Presidenta da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor JOSÉ MARCUS VINICIUS DE SOUSA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Dominicana*.” *Relatora*: Senadora **Ana Amélia**. **Item 2 – Mensagem (SF) nº 14, de 2012**, de autoria da Presidenta da República, que “*submete à apreciação do*

Senado Federal a indicação do Senhor JORGE GERALDO KADRI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Polônia.” *Relatora*: Senadora **Vanessa Grazziotin**. **Item 3 – Mensagem (SF) nº 17, de 2012**, de autoria da Presidenta da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor GEORGE NEY DE SOUZA FERNANDES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República das Filipinas, e, cumulativamente, junto à República de Palau, à República das Ilhas Marshall e aos Estados Federados da Micronésia*”. *Relator*: Senador **Randolfe Rodrigues**. Os Embaixadores **José Marcus Vinicius de Sousa, Jorge Geraldo Kadri e George Ney de Souza Fernandes** são convidados a compor a Mesa e fazem suas exposições. Fazem uso da palavra as Senhoras e Senhores Senadores **Randolfe Rodrigues, Aloysio Nunes Ferreira, Ana Amélia, Vanessa Grazziotin, Cristovam Buarque e Eduardo Suplicy**. Às doze horas e cinquenta minutos assume a Presidência o Senador **Cristovam Buarque**. A reunião é tornada secreta às treze horas e dezoito minutos e reaberta às treze horas e vinte e dois minutos. **Resultado dos itens 1, 2 e 3**: sabatinas realizadas. O Presidente anuncia a aprovação dos Embaixadores indicados e retoma a análise da Pauta. **Item 6 – Mensagem (SF) nº 19, de 2012**, de autoria da Presidenta da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor AFONSO ÁLVARO DE SIQUEIRA CARBONAR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Líbia*.” *Relator*: Senador **Eduardo Suplicy**. **Resultado**: Lido o relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE. **Item 5 – Mensagem (SF) nº 10, de 2012**, de autoria da Presidenta da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Áustria*.” *Relatora ad hoc*: Senadora **Vanessa Grazziotin**. **Resultado**: Lido o relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE. Às treze horas e trinta e dois minutos assume a Presidência o Senador **Randolfe Rodrigues**. **Item 4 – Mensagem (SF) nº 7, de 2012**, de autoria da Presidenta da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor JOSÉ FIU-*

ZA NETO, *Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de El Salvador*”. **Relator:** Senador **Cristovam Buarque**. **Resultado:** Lido o relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE. Às treze horas e trinta e oito minutos reassume a Presidência o Senador **Cristovam Buarque**. **Item 7 – Projeto de Decreto Legislativo nº 61, de 2012**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que “*aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Belize, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010*”. **Relator:** Senador **Eduardo Lopes**. **Resultado:** Aprovado. **Item 8 – Requerimento nº 204, de 2012**, de autoria do Senador Paulo Paim, que “*requer, nos termos do art. 13, conjugado com o art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa para participar, como Representante Brasileiro no Parlamento do Mercosul, da sessão especial para a posse de novos parlamentares e da sessão preparatória para a votação de mudanças do Regimento Interno do Parlamento do Mercosul, no dia 13 de abril de 2012, na cidade de Montevideu, Uruguai, e comunica, nos termos regimentais, que estará ausente do País nos dias 12, 13 e 14 de abril de 2012*”. **Resultado:** Retirado de Pauta. O Senador **Randolfe Rodrigues** realiza a leitura do Parecer vencedor do **Requerimento nº 115, de 2012**, de autoria do Senador **Eduardo Suplicy**. **Item 9 – Requerimento nº 14, de 2012-CRE**, de autoria da Senadora **Vanessa Grazziotin**, que diz: “*Nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional do Senado Federal, encaminhe MOÇÃO à Cúpula das Américas APOIAN-DO a inclusão de Cuba na referida Cúpula*”. **Resultado:** Aprovado. **Item 10 – Requerimento nº 15, de 2012-CRE**, de autoria do Senador **Eduardo Suplicy**, que diz: “*Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, tendo como convidada a Ministra Maria do Rosário Nunes, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, para dar ciência a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da situação vivida por mães e pais brasileiros que não conseguem manter a guarda de seus filhos, tendo em vista a diferenças de suporte legal que os diversos países adotam sobre a questão, bem como a sobre as ações adotadas pelo Governo Brasileiro para solucionar tais problemas*”. **Resultado:** Aprovado. **Item 11 – Requerimento nº 16, de 2012-CRE**, de au-

toria do Senador **Mozarildo Cavalcanti**, que diz: “*Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, para debater a matéria do jornal ‘O Estado de São Paulo’, publicada no dia 10 de março próximo passado, cujo o título é ‘Por milhões de dólares, índios vendem direitos sobre terras da Amazônia’, sendo convidados para tanto: Sr. MÁRCIO AUGUSTO FREITAS DE MEIRA, presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI; Sr. MARTINHO BORUM, presidente da Associação Indígena Pusuru; Sr. ROBERTO CRUXI, Vice-prefeito do Município de Jacareacanga/PA; Sr. JOÃO BORGES ANDRADE, diretor da empresa Celestial Green no Brasil*”. **Resultado:** Aprovado. **Item 12 – Requerimento nº 17, de 2012-CRE**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, que diz: “*Nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, combinados com o art. 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizada, por esta Comissão, audiência pública conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, com a participação do ex-ministro da Justiça de Israel, Sr. Yossi Beilin, e do ex-ministro da Cultura da Autoridade Palestina, Yasser Abbed Rabbo, com o objetivo de resgatar e homenagear a Iniciativa de Genebra, modelo para um acordo de paz e de criação do Estado Palestino*”. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às catorze horas e cinco minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Declaro aberta a 14ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 12ª e 13ª Reuniões.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

COMUNICADOS:

– por parte de S. Ex^a Senador Francisco Dornelles, informando que, por ter sido designado pelo Senado Federal para representar a nossa Casa, como observador, no seminário internacional sobre a relação entre taxas de câmbio e comércio internacional, promovido pela Organização Mundial do Comércio, estará ausente nos dias 27 e 28 de março de 2012, requerendo, nos termos do art. 40, § 2º, inciso II, “a”, do Regimento

Interno do Senado Federal, a necessária autorização para o desempenho da referida missão oficial.

– O Presidente da Confederação Nacional da Indústria, Dr. Robson Braga de Andrade, convida os integrantes desta comissão para o Encontro da Indústria para a Sustentabilidade, evento de grandes dimensões preparado pela indústria brasileira, que ocorrerá por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Rio+20, no dia 14 de junho de 2012, às 09 horas e 30 minutos, no Hotel Sofitel, Copacabana, na cidade do Rio de Janeiro. As Sr^{as} e os Srs. Senadores que tiverem interesse em comparecer podem se dirigir, por gentileza, à Secretaria desta Comissão.

– De S. Ex^a Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, do Senado, convidando os integrantes desta Comissão para a cerimônia de abertura do Colóquio Internacional: Princípio da Proibição do Retrocesso Ambiental, organizado por aquela Comissão de Meio Ambiente, pelo Superior Tribunal de Justiça, pela Embaixada da França, pelo Instituto O Direito por um Planeta Verde e pela União Internacional pela Proteção da Natureza. O evento terá início hoje, às 13 horas e 30 minutos, no Plenário nº 6 da Ala Nilo Coelho.

Requerimento:

Requerimento de S. Ex^a, Senador Roberto Requião. Leitura, nesta reunião, para deliberação na próxima reunião ordinária desta comissão.

Diz o requerimento de S. Ex^a:

Requeiro, nos termos do art. 93, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa de audiência pública, nesta comissão, aprovada pelo Requerimento nº 23, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para um anteprojeto de Proposta de Emenda à Constituição [número aqui não colocado] de 2011 de minha autoria, que acrescenta inciso e parágrafo único ao art. 49 e inciso ao art. 84 da Constituição Federal, para prever participação do Congresso Nacional nas negociações de atos, acordos, convênios e tratados que versem sobre matéria de comércio internacional.

Sala das comissões, de 27 de março de 2012.

Assina S. Ex^a Senador Roberto Requião, do PMDB do Paraná.

Ofícios:

Esta Presidência comunica o recebimento do Ofício 286 A/2012 SF, da Primeira Secretaria do Senado Federal, encaminhando à Comissão o Ofício nº 14 AFEPA/G/SGAP/1/PARL, de 2 de março de 2012, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Antonio de Aguiar Patriota, que responde às

informações solicitadas por meio do Requerimento nº 1.299, de 2011, de autoria desta comissão, sobre “a veracidade ou não da matéria: Brasil não paga a Organização dos Estados Americanos (OEA) por causa de Belo Monte”, publicada no jornal *O Estado de S. Paulo* no dia 20 de outubro de 2011.

Está aqui a informação circunstanciada de S. Ex^a, o Sr. Ministro das Relações Exteriores, mas, para sanar toda e qualquer curiosidade que eventualmente haja, ele diz que o Brasil está rigorosamente em dia com as suas obrigações pecuniárias junto àquela organização. As senhoras e os senhores Senadores que desejarem conhecer o inteiro teor desta comunicação de S. Ex^a, por favor, podem solicitar à Secretaria desta Comissão.

Da mesma forma, esta Presidência recebeu o Ofício nº 326/2012 – SF, da Primeira Secretaria do Senado Federal, encaminhando à Comissão o Ofício nº 2.586-GM/Aspar-MD, do Ministro de Estado da Defesa, Embaixador Celso Amorim, que responde as informações solicitadas através do Requerimento nº 1.331, de 2011, de autoria desta Comissão, sobre a utilização, pelas Forças Armadas, do Manual de Contrainteligência. As informações também estão, todas elas, contidas neste ofício que está à disposição das senhoras e dos senhores Senadores que tiverem interesse na Secretaria desta Comissão.

Informo ainda o recebimento do Ofício nº 3, de 2012, da CMO, do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Senador Vital do Rêgo, que encaminha a esta Presidência o relatório de atividades da CMO referente ao ano de 2011, que pode também ser consultado pelas senhoras e pelos senhores Senadores junto à Secretaria desta Comissão.

Comunicado da Presidência – Missão de Kofi Annan, Síria.

A missão do ex-Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, para obter uma solução negociada para a revolta síria adotou uma abordagem realista ao começar as conversações por contatos com a Rússia e com a China, aliados de maior peso do regime de Bashar al-Assad.

Kofi Annan, que tem mandato conjunto da Organização das Nações Unidas e da Liga Árabe, reuniu-se no dia 25 de março último com o presidente russo Medvedev, que teve atitude cooperativa e considerou a missão a última oportunidade de a Síria evitar uma longa e sangrenta guerra civil. A Rússia, apesar de sua proximidade com Assad, está se mostrando impaciente com sua demora em dar alguma solução para uma situação sob crescente ataque por parte dos Estados Unidos, do Reino Unido, da França e da Liga Árabe, bem como da opinião pública internacional.

Às conversações com os russos seguiram-se reuniões em Pequim, em 27 de março, em que foram reiteradas manifestações de apoio à tarefa de Annan, no pressuposto de que não favoreça apenas um dos lados e que respeite o princípio da não-ingerência, caro, muito caro à diplomacia chinesa.

É evidente que a Rússia e a China consideram que, mesmo com possível ajuda externa, é difícil uma vitória rebelde, e ambas as potências não aceitam uma intervenção ocidental como a que ocorreu na Líbia.

A Turquia deu mais um passo na sua escalada de pressões em relação ao antigo aliado ao fechar sua embaixada em Damasco, embora tenha mantido o consulado em Alepo, perto da fronteira entre os dois países, região com um crescente número de refugiados.

O fechamento da missão turca aumentou o isolamento diplomático da Síria. Por outro lado, os Estados Unidos e a Turquia acordaram em dar ajuda não-letal à oposição, por meio do fornecimento de material médico, remédios e equipamentos de comunicações.

De sua parte, os diversos segmentos da oposição Síria não têm tido êxito em suas tentativas de união, apesar das recentes reuniões em Istambul. A fragmentação dos rebeldes tem sido um dos argumentos utilizados pelo presidente sírio como motivo para a falta de diálogo. O mandatário alega não ter interlocutor válido, o que não deixa de ser verdade.

Registre-se ainda que a Irmandade Muçulmana tem exercido papel mais afirmativo na revolta, embora declarando que apenas almeja que venha a existir maior liberdade religiosa e de expressão em uma nova Líbia. O antigo Secretário-Geral das Nações Unidas anunciou, em 27 de março, que o Governo Sírio aceitou o plano de paz por ele apresentado; mas esse anúncio foi recebido com muito ceticismo, tanto pelos opositores quanto pelas potências ocidentais.

A Secretária de Estado, Hillary Clinton, disse não acreditar em palavras, mas que o regime sírio deverá demonstrar suas intenções por atos concretos. O plano de Annan compõe-se de seis pontos que não incluem a demanda pela retirada do presidente sírio da cena política, o que seria inaceitável para a Rússia e China.

O plano contempla, em síntese, os seguintes pontos:

1º – O progresso político para o atendimento das aspirações do povo sírio;

2º – o cessar fogo, supervisionado pelas Nações Unidas;

3º – a aceitação da entrada de ajuda humanitária;

4º – a libertação de opositores;

5º – a liberdade de locomoção para a imprensa;

6º – o respeito ao direito de associação e de manifestação.

Esse plano apresenta semelhanças com o projeto auspiciado pela Liga Árabe, que foi aceito, mas não cumprido, pelo regime sírio. Assim, há clara percepção de que Assad estaria apenas tentando ganhar tempo. Os desenvolvimentos importantes serão a reunião da Liga Árabe em Bagdá, no dia 28/3 (ontem), a primeira no Iraque desde a invasão do Kuwait em 1990, e o encontro em Istambul, do Grupo de Países Amigos da Síria, no próximo dia 1º de abril, ocasiões em que devem aparecer, com maior clareza, os resultados iniciais da missão Kophi Annan.

Comunicado:

Comunicado do Ministério das Relações Exteriores de que o Brasil e a Unesco, Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura, celebraram em Paris, no último dia 28 de março, acordo para a criação, em São Paulo, do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação. Por meio de intercâmbio de conhecimento e da capacitação de especialistas, o Centro promoverá a cooperação entre países latino-americanos e países africanos de língua portuguesa e interessados em melhor compreender os avanços da sociedade da informação. A celebração do acordo com a Unesco constitui modelo de engajamento das modernas tecnologias em prol da inclusão social e da superação da brecha digital.

A reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, no dia de hoje tem o orgulho de poder apresentar o último número da revista, editada pela Direção de Comunicação Social desta Casa, intitulado *Em Discussão*, cujo tema da edição, que está sendo dado hoje ao conhecimento do público, é sobre defesa nacional: *Forte, Jamais Agressivo* – diz a capa: “Pacífico por tradição, o Brasil quer unificar estratégias de defesa e fortalecer tropas mal aparelhadas como mostra debate no Senado.” Esse debate foi realizado no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em um ciclo bastante extenso em que ficaram muito claras as necessidades de que as Forças Armadas têm de um rápido reaparelhamento e de que sejam garantidos os recursos orçamentários necessários, não somente para seu custeio, mas sobretudo para seu investimento. O Brasil precisa urgentemente – urgentemente! – ter suas Forças Armadas reaparelhadas. Naturalmente, o resultado dessas nossas audiências foi levado a S. Ex^a o Sr. Ministro da Defesa, Embaixador Celso Amorim, bem como S. Ex^a, Sr^a Presidenta da República do Brasil.

Portanto, teremos hoje aqui o lançamento da revista *Em Discussão*, e eu gostaria de agradecer a presença das autoridades presentes que aqui vieram para assistir ao lançamento da revista: ao Exm^o Sr.

Vice-Almirante Walter Carrara Loureiro, Comandante do 7º Distrito Naval, representando o Comandante da Marinha, Exmº Sr. Almirante-de-Esquadra Júlio Soares de Mora Neto; ao Exmº Sr. General-de-Brigada Oscar Henrique Gault Vianna de Lima, Diretor de Contabilidade do Exército, representando o Comandante do Exército, General-de-Exército Enzo Martins Peri; ao Exmº Sr. Major-Brigadeiro-do-Ar, Robinson Velloso Filho, Chefe do Estado-Maior do Comando-Geral de Pessoal, representando o Comandante da Aeronáutica, Exmº Sr. Tenente-Brigadeiro-do-Ar, Juniti Saito; ao Exmº Sr. General de Divisão Júlio de Amo Júnior, Assessor Especial da Sessão de Planejamento, representando o Ministro de Estado da Defesa, Embaixador Celso Amorim; a S. Ex^a e responsável pela edição e o sucesso das edições anteriores, desta e das próximas, Diretor de Comunicação Social do Senado Federal, Jornalista Fernando César Mesquita, a quem tenho a honra de convidar para tomar assento à Mesa; e também agradecer a presença do Sr. Diretor da Secretaria do *Jornal do Senado*, Sr. Eduardo Leão, e ao Sr. Flávio Faria, Editor Chefe do *Jornal do Senado*.

Recebo, com muita satisfação, para fazer parte da Mesa e para fazer parte da celebração do lançamento desta nova edição, que trata da defesa nacional, da revista *Em Discussão*, o Sr. Jornalista Fernando César Mesquita. (*Palmas*.)

Portanto, chegamos agora a um momento da maior importância, como aqui já foi dito. Trata-se do lançamento da nova edição da revista *Em Discussão*, que aborda, em seu décimo número, a defesa nacional, tema de uma série de audiências públicas realizadas por esta Comissão, no segundo semestre do ano passado. A revista, produzida pelo *Jornal do Senado*, é um projeto da Secretaria Especial de Comunicação Social, que visa ampliar a divulgação dos debates ocorridos nas comissões da Casa. Com 88 páginas, a publicação retrata em profundidade os debates travados por autoridades e especialistas militares e civis com os Senadores acerca dos desafios que o País deve enfrentar nas próximas décadas em termos de Defesa Nacional.

A conclusão unânime é a de que o Brasil, pacífico por tradição e que sempre pautou sua estratégia pela dissuasão, se tornou alvo de interesse internacional por causa de seus imensos recursos, tanto na Amazônia Verde quanto na chamada Amazônia Azul, a imensa faixa de mar onde foram descobertas, por exemplo, as reservas de petróleo do pré-sal.

Ao longo das cinco audiências públicas retratadas na edição, com textos, infográficos e extenso material de pesquisa, S. Ex^{as} os Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras puderam avaliar a necessidade de colocar em

prática as diretrizes traçadas na estratégia nacional de defesa, que prevê a unificação de ações, modernização e reposicionamento das Forças Armadas brasileiras.

Em sua primeira sessão, a revista contextualiza a questão da defesa nacional com base nos dados trazidos pelos debatedores. Em seguida, lista as ameaças internacionais e situações de tensão que hoje despontam em um mundo cada vez mais confuso e globalizado, segundo os participantes das audiências. As dificuldades de recursos enfrentadas pela Defesa, assim como os planos e propostas para modernizar as Forças Armadas são debatidas a seguir.

O Ministro da Defesa, Embaixador Celso Amorim, deixa claro na revista que não se pode excluir a hipótese de uma situação de conflito – que ele diz que não desejamos –, em que os recursos do Brasil venham a ser objeto de alguma cobiça. Ao lembrar o lugar de maior destaque ocupado pelo País no cenário internacional, foi ressaltado que a diplomacia e defesa nacional estão intimamente associados, por isso o País precisa ser forte para proteger o seu território, seu povo e suas riquezas, e precisa ser forte para ser pacífico, parodiando o que disse o Barão de Rio Branco, patrono do Itamaraty.

É com muita satisfação, mais uma vez, então, que temos aqui a presença do diretor-geral da Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal, jornalista Fernando César Mesquita, a quem tenho a honra de conceder agora a palavra, para fazer a apresentação desta edição da revista *Em Discussão*.

O SR. FERNANDO CESAR MESQUITA – Senador Collor, muito obrigado.

Senador Suplicy, Senadora Ana Amélia, Senador Cyro, senhoras e senhores, meu colegas, meus colegas que trabalharam na edição da revista, como o Senador Fernando Collor já disse, a revista pretende aproveitar, como informação útil e importante para a sociedade, os debates que se realizam nas comissões do Senado, principalmente nas audiências públicas.

A sociedade não tem ideia do nível da qualidade e da importância dos debates que se realizam nas audiências públicas no Senado. São pessoas que conhecem o assunto, são pessoas de diversas áreas do conhecimento, que trazem a sua contribuição para que o Senado possa debater, discutir e votar projetos importantes.

Nós criamos esta revista exatamente para que isso não se perca, porque a mídia privada não dá a importância que o Senado, o Congresso merecem na discussão dos grandes temas; e o que se faz aqui, em termos de conhecimento, em termos de ideias novas, em termos de contraditório é muito importante que a sociedade saiba, e é o objetivo da revista.

Esta é a edição nº 10. Esta é quase que uma reunião comemorativa. E, como o Senador Fernando Collor já explicou, a revista é isenta, imparcial. Ela apresenta fatos, apresenta informações para conduzir o leitor a conclusões que considero que são importantes.

Estas são as capas das edições anteriores. Já estamos na décima edição, e temos tido uma procura grande de cada uma das revistas, porque elas abordam temas realmente que foram de grande valor para aqueles que tinham necessidade de conhecer os temas que eram tratados.

Então, eu agradeço ao Senador Fernando Collor por esta reunião, agradeço a presença de todos, e nosso propósito é continuar trabalhando para que a sociedade tenha um conhecimento maior do que realmente acontece aqui no Senado, por meio de nossos veículos – a rádio, a televisão, a Agência de Notícias, a Internet e tudo o mais.

Nós queremos, então, que a sociedade saiba realmente a verdade sobre o Congresso, porque, infelizmente, o que se publica nos jornais é muito mais fofoca do que coisa séria. Eu sou jornalista e posso falar isso, porque a verdade é essa. Informação mesmo sobre o Congresso... Não é lícito a ninguém desconhecer a lei, mas a mídia não informa as pessoas sobre os grandes projetos que estão sendo debatidos aqui. Esses projetos se transformam em lei, e as pessoas não sabem qual a razão disso, como é que foi discutido, como é que foi debatido. E o nosso papel, aqui na Secretaria de Comunicação, é exatamente preencher essa lacuna em que a mídia privada deixa muito a desejar.

Agradeço também a presença do Senador Jarbas Vasconcelos, que acabou de chegar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao nosso amigo, querido amigo, jornalista diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado da República, Fernando César Mesquita.

O trabalho que ele vem realizando é um trabalho de fôlego, que exige dedicação, que exige visão, que exige planejamento, e que exige, sobretudo, isto que ele acaba de dizer: informar com isenção.

Fico muito feliz, como presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional de ter dado oportunidade para que, com a sua sensibilidade e de sua equipe – a valorosa equipe do jornalista Fernando César Mesquita – esse décimo número da revista *Em Discussão* esteja tratando de um tema da maior relevância, que é a defesa nacional e a situação das nossas forças nos dias de hoje. Isso aqui é uma radiografia. Eu estava comentando, há pouco, com o jornalista Fernando César Mesquita que quem quiser saber alguma coisa hoje, atualizar-se sobre a real situação

da defesa nacional e da situação por que passa cada uma de nossas forças precisa obrigatoriamente ler esse exemplar da revista.

Fico particularmente feliz, eu e todos os integrantes desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, porque o material aqui contido foi obtido em audiências públicas realizadas por esta Comissão todas as segundas-feiras, às 18h, com a participação de diversos especialistas, representantes de diversos setores de iniciativa privada, das próprias Forças, do Sr. Ministro da Defesa, bem como interessados no assunto, acadêmicos, como eu já falei, e aqueles que se dedicam ao campo da tecnologia, da capacitação tecnológica, da inovação.

Portanto, não somente como Presidente da Comissão, mas também por saber que estou refletindo a opinião de todos os integrantes desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, fico feliz por saber que estamos cumprindo com a nossa atribuição; a nossa atribuição de debater, no Senado da República, os assuntos que realmente merecem a preocupação de cada um e que merecem que nos debruçemos para extrair, desses debates, caminhos e alternativas para solucionar problemas vários, dentro da extensa e abrangente área de defesa nacional e diplomacia, a fim de que a sociedade tome conhecimento, se posicione, bem como o Governo Federal.

Portanto, jornalista Fernando César Mesquita, prezado amigo e ilustríssimo diretor da Secretaria de Comunicação do Senado Federal, os cumprimentos desta Comissão pelo grande trabalho que vem realizando dentro desta Secretaria, informando a agenda positiva do Senado Federal, que tem muito a apresentar.

Lamentavelmente os meios e alguns esconsos não têm oportunidade, talvez por falta de interesse, de divulgar as boas coisas, que são muitas, realizadas por S. Ex^{as} os Srs. Senadores da República e pelas comissões temáticas, comissões temporárias, comissões permanentes, enfim, por todos aqueles que estão se dedicando, nas suas áreas, ao exercício de trabalhar em favor do Brasil. Parabéns, jornalista Fernando César Mesquita, pelo seu trabalho. Que Deus o ilumine e que continue sempre lhe dando essa capacidade e essa visão de bem servir ao povo brasileiro, fazendo divulgar e dar conhecimento à nossa população do que a Casa que representa o Estado brasileiro está realizando em favor do seu fortalecimento, em favor do seu engrandecimento.

Muito obrigado pela presença de V. S^a.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Antes da despedida, eu queria endossar as suas referências ao trabalho que a Secretaria de Comunicação do Senado realiza, em especial este exemplar da revista *Em Discussão*, tratando das questões de defesa nacional. Particularmente tenho, como jornalista, Presidente Fernando Collor, Srs. Senadores, caro amigo Fernando César Mesquita, a visão dos dois lados desta moeda. Claro que a pauta da mídia não está precisamente focada no que fazemos de positivo para a sociedade brasileira, mas está muito mais focada nas crises, nos problemas. Democracia tem custo aqui e no mundo inteiro. Então, é preciso avaliar a relação custo/benefício da democracia quando se edita uma revista com essa qualidade.

Posso dar um testemunho, porque me envolvi pessoalmente, nesta Casa, no debate sobre o Código Florestal, e a revista *Em Discussão* promoveu um exemplar específico sobre a questão do Código Florestal de maneira absolutamente equilibrada para um tema complexo, envolvendo todas as posições defendidas no Senado Federal, que foram, como na Câmara, também conflitantes em muitos aspectos.

Fui Vice-Presidente e Relatora de uma Subcomissão para tratar da questão de drogas, de dependência química e do *crack*, e, da mesma forma, a revista *Em Discussão* fez uma edição específica sobre esse assunto, que acabou sendo distribuída para todos os Municípios brasileiros, porque eles convivem com esse drama.

Eu queria dar esse testemunho, dizendo que todo esse trabalho que a Secretaria de Imprensa faz tem a colaboração... E falo de um Estado, no caso o Rio Grande do Sul, em que a TV Senado tem um dos mais altos índices de audiência, porque lá a população é interessada no que está acontecendo nesta Casa.

Eu queria saudar toda a equipe da Secretaria de Comunicação e a TV Senado, que, ontem, recebeu da CNBB um prêmio pela reportagem feita sobre a questão do *crack*, o que confirma exatamente a avaliação positiva do trabalho comprometido com os interesses nacionais.

Eu queria apenas ratificar as palavras que V. Ex^a acaba de dirigir ao Secretário de Comunicação do Senado, Fernando Cesar Mesquita, e a toda a equipe que trabalha em todos os veículos da área de Comunicação do Senado Federal.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Agradeço a S. Ex^a a Senadora Ana Amélia.

Quero também agradecer ao Sr. Vice-Almirante Walter Carrara Loureiro, ao Sr. General-de-Brigada Oscar Henrique Gault Vianna de Lima, ao Sr. Major-

-Brigadeiro-do-Ar Robinson Velloso Filho, ao Sr. General-de-Divisão Júlio de Amo e a toda a equipe que faz o trabalho da Comunicação Social do Senado Federal, comandada pelo jornalista Fernando Cesar Mesquita. A todos, muito obrigado pela presença e pela honra que nos deram.

O SR. FERNANDO CESAR MESQUITA – Eu só queria fazer um adendo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pois não.

O SR. FERNANDO CESAR MESQUITA – O prêmio, Senadora Ana Amélia, foi recebido pela Rádio Senado. É mais um prêmio muito importante que a Rádio Senado recebe. A próxima revista será sobre a Rio+20. O Leão já está trabalhando nisso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Que bom! Muito obrigado, mais uma vez.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Também quero fazer um breve comentário.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Por favor.

Com a palavra, S. Ex^a o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Também quero cumprimentar o Sr. Fernando Cesar Mesquita, Diretor da Secretaria de Comunicação Social, pela publicação da revista *Em Discussão*, que procura fazer aqui uma cobertura equilibrada, sobretudo, do que tem sido tratado nas audiências públicas aqui realizadas. Isso tem sido muito importante para o aprendizado de todos nós sobre os temas que têm sido objeto das audiências.

Eu queria aproveitar a oportunidade para a informar à CRE e ao Presidente Fernando Collor que, há poucos dias, no jornal *O Estado de S. Paulo*, foi publicada uma matéria com uma foto de 23 anos atrás, de 1989, com os dizeres: “Por milhões de dólares, índios vendem direitos sobre as terras da Amazônia”. É algo que, certamente, é da preocupação dos membros do Ministério da Defesa que aqui estão presentes.

Em matéria publicada no dia 27 de março último no *Observatório da Imprensa*, o Prof. Dalmo de Abreu Dallari mostra que isso, de maneira alguma, poderia ter ocorrido. Não é correta a informação. A Constituição, no art. 231, expressa que “são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”. Só de má-fé é que poderia ser observado que índios, ilegalmente – se o tivessem feito –, teriam vendido terras.

O artigo do Prof. Dalmo Dallari é muito esclarecedor, e eu até o encaminho às mãos de V. Ex^a e peço uma cópia para que possam tomar conhecimento os

demais membros. Considero até ler este artigo hoje na tribuna do Senado, mas creio ser importante o conhecimento dos membros desta Comissão, inclusive o Presidente Fernando Collor, sobre os argumentos aqui colocados. Acho que houve um equívoco do jornal *O Estado de S. Paulo*, e gostaria que lessem com atenção os seus responsáveis o artigo do Prof. Dalmo de Abreu Dallari.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PT – AL)

– Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Eduardo Suplicy. Vou pedir a Secretaria desta Comissão que providencie cópias do material que S. Ex^a vai entregar em mãos ao Secretário desta Comissão e o faça distribuir aos Srs. integrantes desta nossa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Mais uma vez agradeço a presença do jornalista Fernando César Mesquita, Diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal, cumprimentando-o em nome de todos os integrantes desta Comissão e agradeço às autoridades militares que aqui estiveram representando os comandantes militares das três Forças para prestigiar o lançamento da revista *Em Discussão*, cujo tema é “Defesa Nacional – Forte, jamais agressivo”.

Muito obrigado a V. Ex^{as} pela presença em nossa Comissão. (*Palmas.*)

Dando prosseguimento a nossa reunião, passamos ao item 1.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 13, DE 2012

– Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor JOSÉ MARCUS VINICIUS DE SOUSA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Dominicana.

Autoria: Presidenta da República

Relatoria : Senadora Ana Amélia

Observações: No dia 22/03/2012 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 14, DE 2012

– Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor JORGE GERALDO KADRI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Ex-

teriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Polônia.

Autoria: Presidente da República

Relatoria : Senadora Vanessa Grazziotin

Observações: No dia 22/03/2012 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 17, DE 2012

– Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor GEORGE NEY DE SOUZA FERNANDES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República das Filipinas, e, cumulativamente, junto à República de Palau, à República das Ilhas Marshall e aos Estados Federados da Micronésia.

Autoria: Presidente da República

Relatoria : Senador Randolfe Rodrigues

Observações: No dia 22/03/2012 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE.

Convido, para que tomem assento à mesa o Embaixador José Marcus Vinícius de Sousa, Embaixador Jorge Geraldo Kadri e o Embaixador George Ney de Souza Fernandes, dando a V. Ex^{as} os votos de boas-vindas por parte de toda a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Informo aos Srs. Embaixadores que o tempo destinado a cada um para suas apresentações será de 15 minutos. E o tempo será controlado por aquele relógio digital ali na parede. Assim que um dos Srs. Embaixadores começar a falar, começará a contar os 15 minutos, em ordem decrescente, e os senhores, então, terão a facilidade de saber quanto tempo falta para concluir sua exposição. E, em seguida, será dada a palavra a S. Ex^{as}, às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores.

Passo a palavra ao Embaixador José Marcus Vinícius de Sousa, indicado para a República Dominicana.

O SR. JOSÉ MARCUS VINICIUS DE SOUSA –

Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Fernando Collor; Sr^{as} e Srs. Senadores; Sr. Senador Lauro Antonio, Relator de minha indicação; Sr^a Senadora Ana Amélia, Relatora *ad hoc*, a quem coube a efetiva leitura do relatório; senhoras e senhores, é com renovado sentimento de honra profissional e de orgulho democrático que aqui

compareço para, formalmente, participar do cumprimento do rito constitucional de apreciação de mensagem de designação de chefe de menção diplomática e, substantivamente, caso mereça a aprovação de V. Ex^{as}, receber a confirmação parlamentar democrática para o exercício das funções de embaixador do Brasil na República Dominicana. Confirmação pelo voto. De quem? Pelo voto do povo, Senadoras e Senadores eleitos.

Na carreira, exerci funções de diplomacia bilateral e parlamentar na América Latina e Caribe e na Europa. As três mais recentes funções foram as de embaixador, em Trinidad e Tobago; cônsul-geral, em Barcelona; e, atualmente, assessor da Secretaria-Geral do Ministério das Relações Exteriores.

A República Dominicana compartilha, assimetricamente, com o Haiti a Ilha de Hispaniola, primeira terra descoberta por Cristóvão Colombo em sua viagem inaugural de 1492; assimetricamente porque a República Dominicana ocupa um território de 48 mil e 700 quilômetros quadrados; e o Haiti, um território de 1.800 quilômetros quadrados. Com tal diferença de área, o registro demográfico apresenta acentuada proximidade, ou seja, a República Dominicana, 10.900 milhões, e o Haiti, 9.700 milhões, havendo uma distinta composição étnica e um destino socioeconômico bem diferente.

Existem razões históricas e econômicas para tal configuração. Algumas intimamente ligadas à formação econômica do Brasil.

A história da ocupação e definição de espaços coloniais nas ilhas do caribe guarda relação direta com a agroindústria do açúcar no Brasil, especialmente no Nordeste. Nesta apresentação, não cabem considerações adicionais sobre esse ponto, mas, na parte das perguntas, caso haja interesse, estarei à disposição para tanto.

Normalmente, em termos geográficos, falamos em três Américas: América do Norte; América Central, mais precisamente identificável como América Ístmica; e América do Sul. Evidentemente, em tal abordagem, falta incorporar o arco insular caribenho, conjunto de ilhas em que predominam os países insulares anglófonos.

Quanto à população, entretanto, destacam-se os países insulares latinos, vale dizer, Cuba, República Dominicana e Haiti, perfazendo esse conjunto de três uma população superior a 30 milhões de habitantes.

A República Dominicana apresenta sofrida história, cabendo mencionar a invasão e ocupação por tropas haitianas, no período de 1822 a 1844. A propósito, vale lembrar que a comemoração da independência da República Dominicana se faz em relação ao domínio do Haiti, invasão e ocupação por tropas norte-americanas

no período de 1916 a 1924. Em 1924, os *marines* se retiram, mas a administração americana continua controlando a alfândega, a fim de garantir recursos para amortização do empréstimo concedido ao Haiti. Essa situação permanece até os anos 30.

Regime ditatorial do general Trujillo, no período de 1939 a 1961. Golpe militar em 1963, depondo o presidente eleito Juan Bosch, que levou a uma situação de guerra civil em cujo contexto ocorre a intervenção da Força Interamericana de Paz, da qual participou o Brasil, juntamente com tropas da Nicarágua, de Somozá; Paraguai, de Stroessner; e uma contribuição de tropas adicionais de Costa Rica e Honduras.

Malgrado tais antecedentes, tem sido notável, nas últimas décadas, o esforço de desenvolvimento e estabilização da República Dominicana. Atualmente, está com o PIB de US\$55 bilhões, tem uma taxa de câmbio estável em torno de 39 pesos por dólar; inflação de um dígito nos últimos sete anos; uma taxa de crescimento sustentável entre 5,5 e 6; e recebe atualmente cerca de cinco milhões de turistas num fluxo de serviços que é um dos maiores geradores de divisas.

O país adota o regime presidencialista; o Legislativo é bicameral; a Constituição é recente, data de 2010. O Senado está composto por 32 membros e a Câmara dos Deputados por 183, que representam 31 províncias e um distrito nacional.

Os governadores das províncias são nomeados pelo presidente da República, sendo eleitos por voto popular os prefeitos, deputados, senadores e o próprio presidente.

Será realizada agora, no dia 20 de maio, eleição presidencial para sucessão do Presidente Leonel Fernández, que termina seu segundo mandato consecutivo em 16 de agosto, quando se dará posse ao novo presidente.

O cenário político-eleitoral na República Dominicana abarca conjunto de 27 partidos políticos para um eleitorado de 6 milhões. Configura-se, entretanto, uma polarização em torno de dois grandes partidos. O atual Presidente Leonel Fernández é o líder do PLD, Partido de Liberação Dominicana, e conta com 31 senadores e 105 deputados. O principal opositor é o PRD, Partido Revolucionário Dominicano, com 75 deputados e nenhum senador. Dispõe ainda de representação parlamentar o PRSC, Partido Reformista Social Cristão, com um senador, três deputados e um ministro, o ministro das relações exteriores.

Para a eleição de 20 de maio, a real disputa ocorre entre o candidato governista Danilo Medina, em cuja chapa encontra-se, na condição de candidato a vice-presidente, a atual primeira-dama, e o candidato do

PRD, Hipólito Mejía, que já exerceu a presidência da República no período de 2000 a 2004.

Atualmente, alguns institutos de pesquisa indicam percentuais de 47% para Danilo Medina e 46% para Hipólito Mejía, com registro de tendência ascendente para o candidato governista.

Note-se que o mandato dos atuais parlamentares, deputados e senadores, se estende até 2016; assim, independentemente do resultado da eleição presidencial de 20 de maio, o partido do atual presidente continuará a deter posição largamente majoritária no parlamento. Por disposição constitucional, em 2016, serão realizadas eleições no mesmo ano para deputados, senadores e presidentes, havendo, então, uma simultaneidade de mandatos, embora as eleições para presidente e para parlamentar tenham, em 2016, um intervalo de meses, para não serem absolutamente simultâneas.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – As municipais continuam?

O SR. JOSÉ MARCUS VINICIUS DE SOUSA – Também.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Todas juntas?

O SR. JOSÉ MARCUS VINICIUS DE SOUSA – Todas juntas. Municipais, deputados e senadores.

As relações políticas e econômicas com o Brasil revelam acentuado nível de dinamismo, o que não significa que não haja espaço para avanço em várias frentes. Merece registro, entre outras, atividades como: troca de visitas presidenciais; troca de visitas de ministros da defesa; a primeira reunião de consultas políticas de alto nível, realizada em junho do ano passado; compra de oito aviões Supertucano pela República Dominicana; e assinatura de um acordo de cooperação em matéria de defesa, instrumento ora em apreciação no Congresso Nacional brasileiro.

O intercâmbio comercial bilateral tem sido sistematicamente superavitário para o Brasil, com saldo muitas vezes acima de US\$400 milhões. Em 2011, o Brasil exportou US\$441,317 milhões e importou US\$19 milhões, 20 vezes mais.

Atuam na República Dominicana empresas brasileiras de grande porte: Odebrecht, Andrade Gutierrez, Queirós Galvão, AmBev, Gerdau e Paquetá. Estão implantadas no setor industrial, como a Gerdau e a Paquetá, produzindo a Gerdau ações que são re-exportadas basicamente para o mercado norte-americano, e Paquetá uma grande produção de sapatos, o que deu uma oportunidade de respiro para a crise da indústria calçadista que enfrentamos no Brasil.

No setor de cooperação técnica, foram executados de forma plenamente satisfatória projetos no âmbito

da Agência Brasileira de Cooperação – ABC, com a participação da Capes, Inep, BNDES, Ipea, Embrapa, Ministério da Saúde, entre outros. Espera-se que o funcionamento do Centro Cultural, inaugurado em 2009, crie condições, com a consolidação do ensino de português, para um melhor aproveitamento dos existentes convênios de estudantes na área de graduação e pós-graduação, que tem tido uma utilização não no limite, porque há exigência do domínio de língua portuguesa.

As potencialidades de cooperação técnica e cultural são múltiplas, com especial destaque para iniciativas na área da tecnologia da informação, agricultura, saúde, desenvolvimento sustentável e energias renováveis. As relações do Brasil com a República Dominicana estão em nível de grande dinamismo. Há um potencial extraordinário, temos uma coordenação que se efetivou nessas reuniões de consulta de junho último, e essas considerações iniciais creio que permitem um diálogo na parte que se seguirá.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Sr. Embaixador José Marcus Vinicius de Sousa, indicado para a República Dominicana.

Passo a palavra ao Sr. Embaixador Jorge Geraldo Kadri, indicado para a República da Polônia.

O SR. JORGE GERALDO KADRI – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Exmº Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Fernando Collor de Mello, aproveito a oportunidade – com a sua permissão, Sr. Presidente – para agradecer ao Exmº Sr. Vice-Presidente desta Comissão, Senador Cristovam Buarque, relator de minha indicação, e, igualmente, à Senadora Vanessa Grazziotin, relatora *ad hoc* de minha indicação.

Nobres Senadores, senhoras e senhores, é uma honra comparecer diante desta Comissão em que é submetida à apreciação dos nobres Senadores a indicação do meu nome para ocupar a Embaixada do Brasil em Varsóvia, Polónia.

Em 2007, quando aqui estive pela primeira vez, o destino era a Guiné-Bissau, país onde me encontro até o presente momento.

A história da Polónia é uma história rica, permeada de altos e baixos. O país chegou a ser o maior país, em termos territoriais, da Europa, no séc. XVI. Dois séculos após, no final do séc. XVIII, deixou de existir como Estado nação, e seu território foi dividido entre as potências regionais da época – a Prússia, a Rússia e o Império Austro-Húngaro. Somente após a conclusão da I Guerra Mundial é que a Polónia voltou a ocupar um território definido; passou a ter, portanto, soberania sobre o seu território.

O séc. XX tão pouco foi um século simples para a Polônia, como todos sabemos.

Durante a II Guerra Mundial, foi invadida pela Alemanha nazista. Ao final da II Guerra, foi ocupada pela União Soviética, durante 45 anos. Portanto, é uma história atribulada, pontuada de dramaticidade, mas que, nos anos 80 do século passado, começou a sentir os primeiros ventos democráticos e de renovação.

Foram essenciais para essa mudança duas instituições e dois líderes, como os senhores se lembram: a Igreja Católica, liderada pelo Papa João Paulo II, de origem polonesa, de Cracóvia; e o Sindicato Solidarnosc, liderado pelo Sr. Lech Walesa, que mais tarde se tornaria presidente da República da Polônia.

Terminado, portanto, o regime comunista no final dos anos 80 – em 1989, para ser mais preciso –, a Polônia, então, passou a perseguir um objetivo de política externa que foi a política de integrar-se rapidamente às estruturas e instituições econômicas e sistemas de segurança ocidentais.

A Polônia, logo em seguida, instituiu uma república parlamentarista, sistema bicameral, Senado e Câmara, depois de um início um tanto confuso do multipartidarismo, em que a Polónia chegou a ter mais de cem partidos políticos. Hoje, quatro partidos políticos prevalecem. O primeiro deles é o Plataforma Cívica, que governa juntamente com o Partido Popular Polonês; um tem cerca de 38% dos votos; o outro, 12%; portanto, perfazem a maioria. Na oposição também há dois grandes partidos: A Lei e Justiça, um partido de direita, e alguns até dizem de extrema direita; e Aliança da Esquerda Democrática.

É interessante frisar que todos os partidos poloneses se declaram de direita ou de centro-direita. Apenas essa Aliança Democrática, que tem cerca de 7% dos votos, se qualifica como de esquerda. É um partido à procura de um papel, é uma instituição que procura se renovar, mas, até o momento, não conseguiu.

O quadro político interno atual é um quadro favorável. O Governo da Polónia é percebido como um governo sério, eficiente, capaz de vencer os desafios. Tanto é que, por ter administrado bem o país nos últimos anos, o atual Governo foi reeleito para um segundo mandato, que é fato inédito na Polónia contemporânea.

Em termos de política externa, após 1989, a Polónia buscou vigorosamente a convergência com as instituições ocidentais.

Em 1999, ingressou na Otan, mandou tropas para o Iraque e para o Afeganistão.

Em 2004, ingressou na União Europeia, com tudo o que significa em termos de economia, de comércio, de perspectiva de futuro.

Nos fóruns multilaterais, a Polónia segue muito de perto as posições norte-americanas, inclusive no que diz respeito ao Conselho de Segurança, no que diz respeito à modernização, à alteração do Conselho de Segurança. Também passou, especialmente depois que ingressou na União Europeia, a participar de missões de paz, missões humanitárias, enfim, a ocupar um espaço de poder no cenário internacional.

A Polónia também procura auxiliar a Europa, ela não deseja ser um membro comum, ela quer um espaço, ela tem um dinamismo particular. Talvez o maior exemplo desse dinamismo seja a proposição e iniciativa conjunta da Polónia com a Suécia na denominada parceria ocidental, que é a ideia de trazer para a órbita da União Europeia os países da Ásia Central e do Cáucaso. São seis países e eu os menciono: Armênia, Azerbaijão, Bielorrússia, Geórgia, Moldávia e Ucrânia. Então a Polónia deseja ser, juntamente com a Suécia, o país que vai facilitar, em algum momento, no futuro, a entrada desses países na União Europeia. Isso evidentemente causa certo desconforto à Rússia, que considera esses países muito próximos de sua influência política direta.

Participa de outros mecanismos regionais, de que podemos tratar, é o Triângulo de Weimar, o grupo de Visegrad, que é interessante também, mas em função do tempo eu deixaria para um segundo momento. Os principais parceiros, eu mencionaria, em termos estratégicos e econômicos, mais ou menos nessa ordem, seria os Estados Unidos, a Rússia e a Alemanha.

Em termos de economia, a Polónia, nos anos 90, logo depois que se tornou um país multipartidário e se livrou dos resquícios do comunismo, enfrentou um período turbulento, mas, a partir do momento em que ingressou na União Europeia, as coisas começaram a mudar de maneira positiva. Hoje os fundamentos macroeconômicos da Polónia são sólidos, apresenta crescimento sustentável. Apesar da crise da Europa, a Polónia não sofreu a crise, continua crescendo cerca de 3% ao ano.

A inflação é baixa, e o país tem recebido investimentos anualmente crescentes ou taxas crescentes de investimentos. A Polónia é o sexto país do mundo que recebe mais investimento, segundo a Unctad; investimento direto estrangeiro. O Brasil, como sabemos, é o quarto. Depois é a Rússia e, em sexto lugar, a Polónia. O primeiro é a China, o segundo, os Estados Unidos e, depois, se não me engano, Reino Unido. É nessa ordem.

Muito bem. Evidentemente existem vantagens para se investir na Polónia, talvez a maior delas seja o acesso ao mercado europeu, de 470 milhões de pessoas de bom poder aquisitivo, e a possibilidade

de obter também incentivos fiscais. Mas isso podemos também debater mais tarde.

Existe ainda o custo Polônia, porque os portos, aeroportos, estradas, *ameritam*, merecem, ser modernizados para mais ou menos equipará-los às estradas, aos portos, aeroportos de outros países mais avançados, mas esse custo Polônia eu entendo como oportunidade para as empresas multinacionais brasileiras por exemplo.

A formação do PIB. Em grandes linhas, dois terços do PIB vêm do setor de serviços, um terço do setor industrial. A agricultura, apesar de ocupar 50% do território, é responsável por 2.8% do PIB e emprega 11% da população. Podemos também entrar no detalhe mais tarde.

Comércio exterior. A Polônia exporta US\$150 bilhões e importa US\$170 bilhões. Portanto, trocas totais de trezentos e vinte e um déficit de US\$20 bilhões anuais. É bom lembrar que a Polônia se equipara à Espanha dos anos 80 em termos de recebimento de fundo de coesão da União Europeia. São cerca de €150 bilhões em treze anos, o que dá uma média de €11 bilhões por ano para investimentos.

Com relação às relações bilaterais – vou brevemente comentar –, elas são fluidas, corretas. Não há problema maior a ser resolvido. O que há é, sim, um grande potencial a ser explorado.

Quanto aos principais produtos exportados pelo Brasil nos últimos anos, poderíamos mencionar aeronaves da Embraer, que, até, o presente momento, vendeu 26 aviões para a Polônia, e há perspectiva de vendas adicionais. Há o Super Tucano, o Brasília, o Embraer 175 e o Embraer 190, que são os jatos mais modernos. Além de aeronaves, são exportados sucos de fruta concentrados, com cerca de US\$57 milhões em 2010; fumo; café; açúcar e resíduos de soja. O Brasil começa a exportar vinho, com um crescimento grande – cerca de 20% a 30%, anualmente –, mas a base ainda é muito pequena. Então, isso vai exigir ainda um investimento de longo prazo. Mas é um produto que promete na pauta bilateral.

Os principais produtos importados pelo Brasil são sulfato de amônia, para confecção de fertilizantes; acessórios para veículos – muito particularmente, caixas de marcha e assentos para automóveis –; aparelhos eletrônicos – televisão e rádio –; e móveis e produtos de aço e ferro fundido. É interessante notar que um em cada três televisores comprados, adquiridos na Europa vem da Polônia, que se especializou nesse nicho de mercado.

Alguns Estados brasileiros atuam fortemente na Polônia. O primeiro deles, naturalmente, é São Paulo, onde há os maiores investidores, os homens de negó-

cio. O Estado de Goiás tem interesse particular nisso; já enviou mais de uma missão e já recebeu também missão. E, é claro, que também tem interesse nisso o Estado do Paraná, onde vive a maior parte do total de 1,8 milhão de descendentes de poloneses. No Paraná, em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul e também em São Paulo, estão concentrados esse montante de 1,8 milhão de descendentes de poloneses. A cooperação mais intensa do Estado do Paraná e também do Estado de Goiás se dá com a província de Wielkopolska, que fica perto da Alemanha.

A título de conclusão, quero dizer que, naturalmente, se eu vier a merecer a aprovação dos Srs. Senadores, a minha intenção é a de fazer um esforço para diminuir o hiato que existe entre a cooperação atual, o nível de intercâmbio atual e o nível potencial de intercâmbio, e o potencial é muito maior. A Polônia tem um PIB de quase US\$500 bilhões; portanto, é o 17º ou o 20º PIB do mundo, dependendo das estatísticas. É um país que tem cooperação com outros países europeus e também com os Estados Unidos e com o Japão em tecnologias de ponta, e o Brasil poderia se beneficiar disso.

Então, a ideia é, no geral, utilizar isso de maneira bastante direta e também utilizar a Polônia como um posto de observação, pela sua localização geográfica, entre leste e oeste; pela capacidade de entender temas de defesa, por exemplo, porque é parte da Otan, temas ligados à OMC e temas de segurança internacional; pelo seu posicionamento nos fóruns internacionais. Por todas essas razões, o posto tem essa perspectiva.

Seriam essas as minhas considerações.

Agradeço-lhes muito o convite e estou disponível para prestar qualquer esclarecimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Muito obrigado, Sr. Embaixador Jorge Geraldo Kadri.

Passo, agora, a palavra ao Sr. Embaixador George Ney de Souza Fernandes, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República das Filipinas e, cumulativamente, junto à República de Palau, à República das Ilhas Marshall e aos Estados Federados da Micronésia.

O SR. GEORGE NEY DE SOUZA FERNANDES

– Saúdo o Exmº Sr. Presidente e, igualmente, o Exmº Sr. Senador Cristovam Buarque, Relator da Mensagem, e o Exmº Sr. Senador Randolfe Rodrigues, ou melhor, Randolfe Fernandes. Perdão!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– É Rodrigues.

O SR. GEORGE NEY DE SOUZA FERNANDES –

Eu queria que o senhor fosse meu parente, mas não o é.

O Senador Randolfe Rodrigues é o Relator *ad hoc* da mensagem que me indica como candidato a Embaixador do Brasil, Senador Cristovam Buarque, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, senhoras e senhores, esta mensagem, dizia eu, me indica como candidato a Embaixador do Brasil junto à República das Filipinas, e, cumulativamente, junto à República de Palau, à República das Ilhas Marshall e aos Estados Federados da Micronésia.

Confesso que não esperava retornar tão cedo a esta Casa. Fui sabatinado aqui em 2009, há menos de três anos, para Embaixador na Líbia, função que exerci até o final do ano passado, tendo sobrevivido, Senador...

(manifestação fora do microfone)

O SR. GEORGE NEY DE SOUZA FERNANDES

– Dá um seminário, Senador, mas estou completamente à disposição para isso.

Dá um seminário, mas posso dizer, em brevíssimas palavras, que estava lá durante todo o desenrolar dos eventos que desencadearam a guerra na Líbia, só saí de lá no dia 2 de abril do ano passado, depois de ter ajudado a evacuar 600 brasileiros, 4.500 cidadãos que trabalhavam para as empresas brasileiras, a própria embaixada, que corria riscos – todos corriam risco naquela oportunidade. E saí por terra para a Tunísia, pelo único caminho praticável, por uma estrada também bombardeada.

Estamos com relações diplomáticas mantidas, mas a embaixada está com as atividades temporariamente suspensas desde então. Desde 2 de abril do ano passado, pronta para ser reaberta. Há um diplomata em Tunis, neste momento, encarregado dos assuntos da Líbia, função que eu exerci também em Tunis até dezembro do ano passado, junto com esse diplomata que comigo servia lá.

Evidentemente na sessão de perguntas, estou inteiramente à disposição para qualquer esclarecimento adicional.

Da Líbia, a Senhora Presidente resolveu submeter a esta Casa a minha indicação para as Filipinas, onde a realidade é completamente diferente sob todos os aspectos. É um arquipélago enorme, composto de 7107 ilhas, divididas em três grandes grupos: Luzon, onde está a capital Manila; Visayas, no centro, centro-oeste; e, ao sul, Mindanao, onde está o principal problema do governo filipino, tanto interna como externamente. E vou explicar por quê. Vou ter que voltar um pouquinho na história, mas serei rápido.

As Filipinas foram descobertas – ou achadas, como se diz historicamente hoje em dia – pelos espanhóis, como sabemos, Fernão de Magalhães – na

verdade português a serviço da Coroa espanhola – em 1521. Incorporada à Espanha, deve a essa descoberta o seu nome: Filipinas é uma homenagem a Felipe II, então infante e depois rei da Espanha.

Os espanhóis lá estiveram, desde 1521, a maior parte do século XVI, todo o século XVII, todo o século XVIII e praticamente todo o século XIX, até 1898. Por isso, curiosamente, alguns historiadores dizem que a história das Filipinas começa com a Espanha e termina com os Estados Unidos. Eu acho isso um exagero, uma blague, mas é explicável, porque 1898, com a guerra entre a Espanha e os Estados Unidos pela posse de Cuba, com a guerra vencida pelos Estados Unidos, as Filipinas saem da órbita espanhola e passam à órbita norte-americana. Os Estados Unidos compram Cuba, Guam e Filipinas por US\$20 milhões. E a república é proclamada. É curioso observar que há uma simetria, apenas histórica, do processo político do desenvolvimento filipino com o nosso. A república é proclamada dez anos depois da nossa república, mas com características muito diferentes porque é uma república tutelada pelos Estados Unidos.

Em 1942, as Filipinas são invadidas pelos japoneses, durante a II Guerra Mundial. Depois de bombardear Pearl Harbor, eles entram nas Filipinas, dominam todo o país e cria-se no sul das Filipinas – e aqui eu volto ao ponto inicial – um movimento estimulado pelos aliados para derrotar os japoneses.

Daí vai nascer – lembremos que dentro dos aliados estava a Rússia – a guerrilha maoísta, que está ainda ativa e que se vai unir a grupos radicais muçulmanos, que haviam entrado séculos antes pela Indonésia. Então, o governo enfrenta, hoje, esse tipo de problema, de relacionamento com Indonésia e de ter que conviver, na sua extremidade sul, com aquela grande ilha, que aparece no mapa ali, que é a Ilha de Mindanao, com guerrilha de dois grupos – vamos chamar apenas de dois grupos islâmicos: a Frente Moro de Libertação Nacional e a Frente Moro de Libertação Islâmica, a guerrilha islâmica Abu Sayyaf também e focos da guerrilha maoísta. Na época, era interessante estimular esses grupos para derrotar os japoneses. Quando os japoneses saem, eles passam a combater o governo, passam a combater os Estados Unidos e o próprio governo filipino.

A história das Filipinas – democráticas, digamos –, vai acontecer a partir do final da Segunda Guerra Mundial, mas sempre tutelada pelos Estados Unidos. Na verdade, vai se resumir não à história de partidos, mas à história de três famílias: à família Macapagal, à família Aquino e à família Marcos. As três famílias ainda existem e ainda disputam poder.

Em 1960, eleito Diosdado Macapagal, a propósito dos espanhóis, o que deixaram nas Filipinas foram os nomes e a religião católica. É um país que tem a peculiaridade de ser de maioria católica. São 86% católicos; outros 8% são protestantes – portanto, 94%; um grupo pequeno, relativamente pequeno, concentrado no sul, 5% da população, de muçulmanos; e 1% de hinduístas, budistas ou animistas, pessoas que não revelam sua própria religião ou que não têm religião.

A herança espanhola ficou nisso, ficou nos nomes e deixou pouca coisa a mais. Hoje, a língua que acabou unificando o país foi o inglês, por causa dessa ocupação norte-americana e da tutela que os Estados Unidos vão exercer sobre o país.

Eu me referi às três famílias: à família Macapagal, da qual originou a Presidente Gloria Macapagal Arroyo, que esteve no Brasil, em 2009; em 2010, passa o poder, em eleições livres e diretas, ao atual Presidente, Benigno Aquino, filho de Benigno Aquino I e de Corazón Aquino, já falecida. É o atual presidente, com mandato de seis anos.

Outro dia me perguntavam: “Isso acabou? Ferdinand Marcos terminou?” Não terminou. Ele morreu. Imelda Marcos é Deputada, e Ferdinand Marcos Jr. é Senador.

O parlamento é bicameral: são 24 senadores e 250 deputados. O Estado é dividido em regiões com uma forte centralização administrativa, fortíssima. Então, é o poder central que manda, na verdade, e há um fortíssimo controle do parlamento também, estabelecido na constituição filipina, exatamente para tentar bloquear eventuais tentativas de golpe de Estado e perpetuação no poder, como aconteceu com Ferdinand Marcos, que havia sido eleito democraticamente.

Então, é com esse país, é com esse cenário – é um cenário muito interessante – que o Brasil atua desde 1970. Temos embaixada lá, e eles têm aqui, desde 1965. Nesse ponto, se V. Ex^{as} assim determinarem, eu pretendo desenvolver o meu projeto de trabalho.

Um ponto de observação – quase desnecessário dizer – interessantíssimo e originalíssimo: sendo um dos dois únicos países cristãos de toda a Ásia, ou de predominância cristã – o segundo é o Timor Leste, mas numa proporção muito menor, até porque é um país muito menor, realmente –, as Filipinas pertencem ao bloco econômico da Ásia, das nações do Sudeste, quer dizer, Filipinas, Malásia, Tailândia, Indonésia, Vietnã. São dez países no total, e o Brasil assinou – e aqui falo um pouquinho do meu projeto de trabalho também nas Filipinas, caso seja aprovado –, muito recentemente, o Chanceler Antonio Patriota esteve, em novembro do ano passado, em Bali, na Indonésia, e assinou um tratado de adesão à Asean, o que nos permitirá abrir

um mercado extraordinário em todo o sudeste asiático. As Filipinas se dispõem a ser a cabeça de ponte do Brasil nesse processo, uma vez que defendem a elevação do *status* do Brasil a parceiro de diálogo e não apenas associado – esse é o *status*, por exemplo, dos Estados Unidos lá. Então, nós podemos e devemos ter uma influência grande, uma participação e uma parceria grande, que já existe também.

No ano passado, o comércio bilateral alcançou a cifra de US\$854 milhões e um saldo comercial a favor do Brasil de US\$298 milhões, o maior saldo que o Brasil tem e teve com todos os países da Asean, salvo Cingapura, que está na frente. A República das Filipinas é o segundo país que registra esse saldo comercial do Brasil.

Temos a presença forte da Vale, que é a principal exportadora brasileira para lá, exportando minério de ferro. Exportamos também carne suína, carne bovina. Importamos, por exemplo – mencionando só os principais produtos –, coco das Filipinas – eles são os maiores produtores de coco –, mas importamos também microprocessadores. Eles são o 12º país do mundo na produção de microprocessadores porque estão integrados ao bloco da Asean. Então, há uma economia, há uma divisão e uma especialização de mercado nesse setor, nesse aspecto, entre os países da área.

Nós temos também outras oportunidades comerciais. Além de desenvolver essas oportunidades, nós temos outras oportunidades comerciais e culturais, por exemplo. Então, mencionei o primeiro projeto de trabalho, que é o de informação sobre esse processo filipino, que é o de qualquer diplomata – o diplomata representa, negocia e informa –, e há também na representação uma muito boa possibilidade e grandes perspectivas para uma apresentação do Brasil.

Vou mencionar, por exemplo, no setor cultural, o Brasilipinas, um evento que se realiza já há três anos e conseguiu congrega um público de três mil pessoas, com exposição de grupo de capoeira, apresentação de grupos de capoeira, cinema brasileiro, um curso ou projeto de curso de língua portuguesa. Eu pretendo, se for aprovado, desenvolver esse projeto e estabelecer uma parceria entre universidades, a Universidade São Tomás de Aquino, a mais antiga da Ásia, de 1611, com a USP, para um intercâmbio cultural.

Mencionei esse programa que tenho, de representação, negociação, informação, e menciono, por fim, mas não menos importante, a proteção à comunidade brasileira e a função consular, cuja importância eu pude verificar pessoalmente e diretamente, de forma triste, na Líbia.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GEORGE NEY DE SOUZA FERNANDES

– Em 2010, Senador, eram 218 pessoas; estima-se que esteja por volta de 300. Mas é uma comunidade que não é absolutamente problemática, no sentido de que não há ilegais. São quase todos missionários católicos ou evangélicos – missionários e missionárias.

Da minha agenda, caso aprovado, consta a atualização do cadastramento dessas pessoas. Isso demonstrou...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GEORGE NEY DE SOUZA FERNANDES

– Para o sul, é melhor não ir. O próprio governo recomenda que não se vá. Porque é uma região que não está completamente controlada pelo governo, e é uma província autônoma.

Por fim, eu menciono, muito brevemente, as embaixadas cumulativas para onde fui indicado como embaixador não residente: Ilhas Marshall, Palau e Micronésia, que são três grandes arquipélagos, um deles com mais de seiscentas ilhas, com os quais o Brasil tem relações diplomáticas também; estabeleceu relações diplomáticas apenas na década passada. Não há registro de brasileiros residentes nessa área, mas há também possibilidade de cooperação de desenvolvimento, sobretudo no que se refere a turismo e ao combate ao HIV/Aids. Já foi demonstrado o interesse deles nisso, sobretudo de Palau.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. *Fora do microfone.*) – Esses três arquipélagos estão ameaçados?

O SR. GEORGE NEY DE SOUZA FERNANDES

– Estão ameaçados com tudo, e o arquipélago das ilhas Marshall foi usado pelos Estados Unidos para testes de mísseis e seguramente testes nucleares – assim como a Polinésia Francesa e a Micronésia também. Então, são Estados recém-independentes, todos membros da ONU, associados aos Estados Unidos, mas que têm esse problema grave. O problema ambiental é muito sério. E nós podemos cooperar nisso também.

Por exemplo, Palau tem muito interesse em desenvolver a agricultura. Então, a Embrapa já demonstrou interesse em participar do desenvolvimento da agricultura deles com café e com cacau. Isso envolve também estudo de solo e de clima, e tudo o mais.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. *Fora do microfone.*) – Algum deles tem tempo de vida, em virtude do aquecimento, para continuar existindo como país?

O SR. GEORGE NEY DE SOUZA FERNANDES

– Não. Pelo menos, publicamente, não. Não é do meu conhecimento, Senador.

Lamento ter ultrapassado o tempo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Muito obrigado, Embaixador George Ney de Souza Fernandes, indicado para a República das Filipinas e, cumulativamente, para a República de Palau, para a República das Ilhas Marshall e para os Estados Federados da Micronésia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente. Gostaria de me inscrever para a sabatina.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, S. Ex^a, a Senadora Ana Amélia está inscrita.

Pela ordem, Senadora Vanessa.

Pela ordem, Senador Cristovam.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Da mesma forma, Presidente, depois dos três colegas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senadora Ana Amélia; em seguida, Senadora Vanessa, Senador Cristovam...

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Eu aguardaria a minha vez também.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senador Randolfe e Senador Supply.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – O Supply é o último porque ele fala muito. Tem que ser o último. (*Risos.*)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – (*Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Eu gostaria de perguntar, aproveitando o comentário feito por S. Ex^a, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, se V. Ex^{as} concordam seja declarado aberto o processo de votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Declaro aberto o processo de votação, conforme o § 4º do art. 3º do Ato nº 1, de 2011, desta Comissão.

O processo de votação é referente aos Itens nºs 1, 2 e 3 da pauta de hoje.

Com a palavra S. Ex^a, a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Começo com o embaixador, de que tive a honra de ser relatora *ad hoc* e que nos vai representar na República Dominicana.

Empresas brasileiras – vou abordar apenas na área de comércio, na área econômica – muito têm a ver com o Rio Grande do Sul, meu Estado. No caso de calçados, Paquetá, a que V. Ex^a se referiu, e o próprio grupo Gerdau.

Nesse aspecto, eu gostaria de saber quais as possibilidades de a República Dominicana ser uma plataforma de acesso de produtos brasileiros na região do Caribe e também de parte da América Central.

E também queria uma palavra sua, na questão que me parece ter ficado clara, do potencial de crescimento na questão de energia renovável e turismo. De que forma essa relação bilateral pode ser incrementada?

Para o Embaixador Jorge Kadri: o senhor vai para um país que tem uma vinculação muito grande com o meu Estado, Rio Grande do Sul, porque tem uma cidade chamada Guarani das Missões, considerada a mais polonesa de todas as cidades brasileiras. Lá, a língua polonesa é ensinada nas escolas municipais, nas escolas primárias, dada a forte presença da imigração polonesa naquele Município. Isso acontece em outros também como Camaquã, e outros municípios.

Então, ouvi pouca referência na sua exposição sobre esses aspectos da imigração e de que forma pode haver. Porque a Polônia, inclusive, concedia bolsas integrais de estudo a jovens brasileiros de nível médio e superior. Quero saber se esse programa de bolsas continua e se o Governo brasileiro, de alguma maneira, também participa dessa cooperação porque ela tem grande impacto também nas próprias relações culturais do País.

Eu me impressionei muito com o desequilíbrio da balança comercial entre a Polônia e o Brasil. Os dados que temos mostram um superávit gigantesco. Nós, em 2011, de janeiro a setembro, o comércio somou US\$307 milhões, dos quais US\$293 foram de exportações brasileiras e apenas US\$14,4 milhões de importações. Então, eu queria saber do senhor como se pode buscar um equilíbrio nessas relações comerciais.

E, para o Embaixador George Fernandes, estou mais interessada na questão da Líbia, de que V. Ex^a tratou, e o desfecho da questão da Líbia hoje. Está perceptível a recuperação do país do ponto de vista institucional e também do ponto de vista econômico? E, na sua representação, no caso das Filipinas, houve a referência da questão de agropecuária, com a cooperação da Embrapa. Pergunto: em que campos essa cooperação está sendo realizada e como pode ser intensificada, especialmente no campo da energia renovável?

São as minhas questões, e agradeço a todos os Embaixadores, antecipando os votos de sucesso nessas missões.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, Senadora Ana Amélia.

Passo a palavra ao Embaixador José Marcus Vinícius de Sousa, indicado para a República Dominicana.

O SR. JOSÉ MARCUS VINÍCIUS DE SOUSA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

As perguntas da Senadora Ana Amélia cobrem três pontos: potencial de acesso a mercados, energias renováveis e turismo.

Como potencial de acesso a mercados, é essencial considerar a existência do Acordo República Dominicana Cafta (*Central American Free Trade Agreements*) assinado com os Estados Unidos, que concede, o regime alfandegário americano, facilidade para esses países da América Central e da República Dominicana.

Há um benefício essencial que já é utilizado por uma indústria brasileira, que é a Gerdau. Não é sem razão que essa empresa siderúrgica fez investimentos de monta na República Dominicana, para se beneficiar do mercado americano porque, de fato, o mercado estrito, insular, dominicano não justificaria investimentos dessa forma.

Há de considerar também o conjunto dos países insulares. Como falei, a posição geopolítica da República Dominicana, se olharmos as possibilidades de conexão, são extremamente facilitadoras como ponto de distribuição para o conjunto desses mercados que, isoladamente, são de menor dimensão, mas cujo agregado representa uma demanda significativa. É nesse sentido, por exemplo, que outra grande empresa brasileira faz investimentos no Caribe, aí já na parte sul do arco caribenho. É a Votorantim, que está fazendo investimentos em Trinidad Tobago, para se beneficiar de uma posição regional e de acesso ao mercado americano.

Ademais, a República Dominicana tem uma das políticas mais sofisticadas de zonas francas. Há uma legislação extremamente estimulante para as zonas francas e, nesse contexto, são produzidos alguns equipamentos que poderiam até gerar uma pergunta, já que aparece o Brasil importando peças de helicóptero da República Dominicana. É um nicho dentro desta sistemática de zona franca, ou seja, os países do Caribe, com a consciência de sua dimensão limitada, buscam uma base de acesso ao mercado americano que lhes foi concedida pelo Free Trade Agreements, porque a preocupação maior dos Estados Unidos hoje no Caribe – e a política caribenha não pode ser entendida sem uma interpretação devida da orientação norte-americana – é segurança, governabilidade para controle do narcotráfico e de eventuais pressões migratórias. Essa política se concretiza através, entre outros instrumentos, desse acordo de livre comércio.

No que se refere ao turismo, a República Dominicana tem PHD. É um país que recebe, por ano, cinco milhões de turistas e tem uma rede hoteleira excepcional, e o crescimento do turismo brasileiro para a República Dominicana tem sido exponencial. Passamos,

em cinco anos, de cinco mil turistas para a República Dominicana, para, no último exercício, ou seja, 2011, setenta e oito mil turistas brasileiros na República Dominicana. Esse número tende muito a crescer porque há possibilidade de voos da Gol. Atualmente, está em negociação mais do que uma linha para a República Dominicana. Com a constituição da Gol Dominicana, estaria assegurada, com essa nova empresa, uma ligação de Brasil, fazendo escala na República Dominicana, e conexão para os Estados Unidos.

Ademais, devemos considerar a possibilidade do turismo marítimo para os Estados brasileiros que não têm litoral. Vejo a Senadora do Amazonas e me lembro de que a praia marítima do Amazonas é o Caribe. E há uma possibilidade muito grande de voos que partem do norte brasileiro para o Caribe. É um adicional e um estímulo muito grande. A República Dominicana procura captar muito esse fluxo de turismo brasileiro que se acentua inclusive com a melhoria do poder aquisitivo de regiões brasileiras que estavam em uma posição mais discreta, que é o Norte e o Nordeste.

Na medida em que o Norte e Nordeste adquiram posições de maior expressão econômica, Estados como o da Senadora Vanessa Grazziotin terão uma possibilidade de acesso a um turismo marítimo que vai além da ilha Margarita, na Venezuela.

A sua outra pergunta refere-se à energia renovável. A República Dominicana foi uma grande produtora de açúcar na sua história. Há momentos de pico da produção de açúcar e descensos da mesma produção, que têm a ver um pouco com o desequilíbrio territorial na ilha de espanhola e tem a ver com o açúcar brasileiro.

Fomos tão competitivos em açúcar no ciclo brasileiro que provocamos o insucesso da produção de açúcar no Caribe. Para se ter uma ideia, quando o Brasil estava no auge do nosso ciclo açucareiro, o Século XVII é conhecido no Caribe espanhol como o século da miséria, porque muitos engenhos de açúcar, na República Dominicana, em Cuba, foram abandonados, porque a produção brasileira afogou a Europa com açúcar e tirou do mercado inclusive áreas de produção de açúcar tradicionais que eram controladas pelos portugueses.

A Ilha da Madeira deixou de produzir açúcar e só então passou a produzir o vinho Madeira, através dessa crise da produção. E é por isso que se explica um pouco a retração na produção do açúcar e, posteriormente, com a expulsão dos holandeses de Pernambuco, o açúcar é reintroduzido no Caribe, com mão de obra brasileira. A primeira exportação de cooperação técnica brasileira se faz para o Caribe. Mas, nesse momento, a Espanha já não tinha condições, e a França se expande e ocupa o território que é hoje do Haiti.

Mas é para dizer que, em termos de cana de açúcar, há uma possibilidade muito grande, que já está sendo levada a cabo com a atuação da Embrapa. A Embrapa, junto com a Agência Brasileira de Cooperação, do Itamaraty, tem desenvolvido uma série de atividades na República Dominicana, com banco de germoplasma, com a busca de variedades mais produtivas e técnicas que facilitem a produção.

Eu creio que eram essas as áreas de seu interesse.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao Sr. Embaixador José Marcus Vinicius de Sousa, indicado para a República Dominicana, e passo a palavra ao Sr. Embaixador José Geraldo Kadri, indicado para a República da Polônia.

O SR. JOSÉ GERALDO KADRI – Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço as perguntas formuladas pela Ex^{ma} Sr^a Senadora Ana Amélia.

Efetivamente, esse programa de bolsas prevalece, de bolsas dadas pelo governo da Polônia. Foi um ponto que não tive tempo de mencionar na minha exposição, mas eu gostaria de mencionar, até porque é um acordo que permite essa troca de ciência e tecnologia, utilizar o programa Ciência sem Fronteira, programa governamental brasileiro, que pretende enviar para o exterior 75 mil jovens, para aprenderem, enfim, para fazerem faculdade, mestrado, doutorado. E tem disciplinas de ponta, tecnologia de ponta.

A Polônia justamente se presta a esse tipo de cooperação, porque a Polônia tem expertise na área de tecnologia de informação e comunicação, é uma das mais avançadas da Europa; a Polônia é considerada uma ilha verde pelas tecnologias ambientais sustentáveis; ela tem uma importante base também de nanotecnologia e também tem interesse em biocombustíveis.

Então, somando esses fatores, entendo que o embaixador na Polônia poderia trabalhar para levar brasileiros, talvez algumas centenas, para estudar na Polônia nessas áreas onde a Polônia é excelente. E, evidentemente, trabalhar com as universidades, especialmente do Sul do Brasil, mas não só, a possibilidade de intercâmbio com estudantes poloneses. Há a dificuldade do idioma, da língua, mas, em nível de mestrado, doutorado, praticamente todos leem inglês, têm capacidade.

Então, é uma das áreas específicas que eu não tive tempo de mencionar na minha exposição, a que eu pretendo me dedicar com muito carinho.

Sobre a segunda pergunta, com relação a superávit na balança comercial, eu tenho dados aqui. Evidentemente, estatísticas comerciais, de intercâmbios, são um pouco, às vezes, enganadoras, ou *trickies*, elas

não relatam exatamente o que está acontecendo, depende de quem faz a estatística.

O que acontece é o seguinte: eu me baseio na Secretaria de Comércio Exterior, a Secex, do MDIC, de janeiro a julho de 2011, por exemplo, nós vendemos para a Polônia US\$303 milhões, aproximadamente, e compramos da Polônia US\$244 milhões. Efetivamente, temos um superávit de US\$60 milhões, aproximadamente. Somos superavitários, mas não é tão forte quanto eventualmente outras estatísticas poderiam mostrar.

Há também o efeito Roterdã, e isso evidentemente vai contra, porque vendemos muita coisa para a Holanda, e a Holanda repassa. Aí não reflete. Então, o nosso superávit pode ser inclusive um pouco maior que isso. Mas é verdade que estamos com superávit.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Embaixador Jorge Geraldo Kadri, indicado para a República da Polônia.

Passo a palavra ao Embaixador George Ney de Souza Fernandes, indicado para a República das Filipinas e, cumulativamente, para a República de Palau, uma República das Ilhas Marshall e os Estados Federados da Micronésia.

O SR. GEORGE NEY DE SOUZA FERNANDES – Muito obrigado, Sr. Presidente, Ex^a Sr^a Senadora Ana Amélia, agradeço pelas perguntas. Vou responder a primeira ligada à Líbia, citando um ilustríssimo autor aqui presente, o Exm^o Sr. Presidente Fernando Collor, que promoveu, na segunda-feira passada, uma audiência pública da política externa brasileira sobre a Líbia e o Egito e teve a extrema gentileza de me convidar. Eu me sentei ali onde está o Senador Randolfe Rodrigues.

O Presidente Fernando Collor, na oportunidade, ao final da exposição, e vou citar textualmente, manifestou o seu orgulho pela posição do Brasil em relação à Resolução nº 1973 e fez questão de utilizar a expressão “humanitária”, entre aspas, como atuação da Otan.

Devo dizer, Sr. Presidente, que, em minhas comunicações, muitas vezes no Itamaraty e mesmo com a imprensa, usei a expressão bombas humanitárias. E perguntou, na oportunidade S. Ex^a, o Presidente Fernando Collor aos participantes da audiência pública, todos acadêmicos, literalmente, o seguinte: “Há alguma possibilidade de se construir uma coesão interna dos diversos grupos e tribos que comandam parte do território líbio?” V. Ex^a se recordará que as respostas matizadas, na verdade, significavam um “não sei”. É imprevisível. Ao curto prazo, seguramente não. Vai demorar, vai ser longo.

E aí eu gostaria de acrescentar algo da minha experiência lá, um dado absolutamente ostensivo, mas que não foi mencionado, e normalmente não é mencio-

nado pelos meios de comunicação: a população líbia está toda armada pelos dois lados.

Eu estava na Líbia quando o Coronel Kadafi, no dia 2 de março do ano passado, dirigindo-se a uma grande plateia, entre eles os embaixadores, que, àquela altura, eram sessenta – quando cheguei à Líbia eram 103, nessa época eram sessenta e quando saí só havia dezoito –, mencionou que ia armar a população para se defender da agressão – palavras dele – externa.

Posteriormente, estando na Tunísia, soube de fonte ligada a Kadafi – a Tunísia era um ponto de passagem, era a única saída deles – que ele distribuiu 1,5 milhão kalashnikov para a população. Se pensarmos que a população líbia é de pouco mais de seis milhões de habitantes, então havia uma kalashnikov para cada quatro pessoas. Mais de uma kalashnikov por família.

Mas ele não foi o único, porque a Otan também jogou armas de paraquedas, e acabou admitindo isso, porque foi descoberto pela imprensa internacional – ah, que bom, um mapa da Líbia ali –, do lado oeste da Líbia, a oeste de Trípoli, perto da fronteira da Tunísia, no Arco Berberi. Não é coincidência – o Arco Berberi vai do Marrocos, atravessa toda a Argélia, toda a Tunísia e chega até aqui – o fato de que a ocupação de Trípoli em agosto do ano passado partiu dali.

E mais, acrescento um dado que também não vi mencionado nos meios de comunicação. Ocorreu durante o Ramadã. A invasão de Trípoli ocorreu durante o Ramadã, época em que os muçulmanos – o Ramadã está caindo no verão – não podem fumar, comer nada, beber nada durante todo o período solar. No verão, a duração do dia é muito maior. Eles estavam enfraquecidos.

A rivalidade, só para mencionar rapidamente, já era muito grande e continua existindo. Nós temos atores na Líbia. Então, temos o bombardeio da Otan. Temos internamente a ação da Al-Qaeda, do Maghreb islâmico, de que pouco se conhecia, estava sufocado na época. A população toda armada, as rivalidades entre Fezzan e Cirenaica – Fezzan menos, mas a Cirenaica e a Tripolitânia, as duas grandes regiões do norte da Líbia.

Por isso, devo dizer que não sou – partilho da opinião que ouvi aqui, nesta Casa, nesta sala, na segunda-feira – muito otimista.

Vou citar um aqui outro autor, o Presidente Barack Obama, que, ao ver a cena da execução do Kadafi – porque ele foi executado, ele foi capturado vivo, torturado e executado – disse: “disso não pode sair nada de bom”. Não é a melhor forma de construir a democracia. Será construída, como dizem os árabes, *inshallah*, mas vai demorar, vai ser complicado desarmar a população e construir a democracia a partir

desse processo de destruição que ocorreu de Kadafi e do clã Kadafi.

Sobre a segunda pergunta: o papel da Embrapa, eu tenho o prazer de anunciar, o agrado de anunciar, não, de reiterar que, em 2009, foi firmado um memorando de entendimento entre a Embrapa e o Instituto Internacional de Pesquisa sobre o Arroz, que está baseada em Manila, Filipinas. Nós somos nesse aspecto, V. Ex^a é do Rio Grande do Sul, somos concorrentes, somos concorrentes. Mas a Embrapa já tem um entendimento como com esse Instituto sobre o arroz e desenvolveu algo mais importante, para nós, no caso, que é o etanol. O Brasil pretende utilizar, as Filipinas se dispõem a isso, como uma plataforma de exportação, produção e exportação do etanol para a área. Nós já exportamos etanol para as Filipinas. Então, há esse projeto para a Embrapa, isso deverá ser discutido este ano na segunda reunião do mecanismo de consultas bilaterais a ser celebrada em Brasília.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao Sr. Embaixador George Ney de Souza Fernandes, indicado para a República das Filipinas e cumulativamente para a República Palau, Ilhas Marshall, Estados Federados da Micronésia.

Agora vamos fazer, com a permissão de V. Ex^{as}, Sr^{as} e Srs. Senadores, blocos de perguntas para que os Srs. Embaixadores respondam cumulativamente.

Inicialmente a Senadora Vanessa Grazziotin, em seguida, V. Ex^a, Senador Cristovam Buarque, logo em seguida, V. Ex^a, o Senador Randolfe Rodrigues.

Senadora Vanessa Grazziotin, com a palavra, por favor.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PC do B – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Quero cumprimentar, antes de mais nada, os Embaixadores Dr. José Marcus Vinícius de Souza; indicado para a República Dominicana, Dr. Jorge Kadri, Cumprimento o Senador Cristovam pelo belo relatório.

Dr. Kadri, tive a felicidade de ler, porque fui indicada relatora *ad hoc* pelo nosso Presidente Collor de Mello, o relatório muito bem elaborado, que destaca não só o trabalho de V. Ex^a, mas as relações entre os países.

Cumprimento também o Dr. George Fernandes, que terá uma tarefa importante junto a países muito distante do nosso, mas muito parecido do ponto de vista das riquezas naturais.

Dr. José Marcus, a República Dominicana – tiraram o mapa agora – é um país do Caribe, e fica ao lado do Haiti. Ultimamente, Dr. José Marcus, a gente tem debatido muito a questão da República Dominicana, porque vivemos e ainda estamos vivendo um

problema no Brasil a respeito da migração de haitianos. Esta Comissão de dedicou a esse trabalho, e há uma CPI em funcionamento aqui no Senado Federal, que atua verificando o tráfico nacional e internacional de pessoas. Nesse debate do Haiti, surgiram algumas denúncias de ação de pessoas que poderiam estar explorando migrantes. A mobilização de migrantes é algo salutar no mundo inteiro, não é? Mas havia essas denúncias e nós andamos investigando. Primeiro, há algumas conclusões a que chegamos em relação à maioria dos haitianos que vieram ao Brasil. Eles não saíram do Haiti; eles saíram da República Dominicana. Segundo informações que temos, são em torno de oitenta mil haitianos que vivem hoje na República Dominicana.

Então, eu gostaria de perguntar se V. S^a tem conhecimento disso, dessa movimentação de haitianos que estão já radicados na República Dominicana e que vêm para o Brasil, e se tem conhecimento de alguma possível ação criminosa de exploração dessas pessoas, que vem ocorrendo no território da República Dominicana. O senhor considera suficientes, por exemplo, os acordos – o Brasil, assim como a República Dominicana, está entre os 190 países que mantêm um acordo de cooperação policial em torno da Interpol – para enfrentar questões como essas ou se precisaríamos ter outros acordos, no caso, bilaterais, entre República Dominicana e Brasil, no caso, cortes judiciais e tudo o mais, porque o tráfico internacional de pessoas é um problema grave no mundo.

O Brasil tem feito um grande esforço. Nós estamos concluindo, o governo brasileiro, a segunda etapa do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico Internacional de Pessoas. É um crime forte. Então, se o senhor acha que os acordos que existem entre esses dois países são suficientes ou se precisaríamos de novos acordos, em esfera judicial ou de investigação, enfim.

São esses questionamentos que faço ao senhor.

No mais, desejo-lhe boa sorte. V. S^a conhece muito bem os costumes dos nortistas e muito mais os dos amazonenses, porque, de fato, temos ligações de estrada para o Caribe, mas não temos ligação de estrada para o Brasil, Presidente Collor. Não temos. Então, acaba que os amazonenses vão, por estrada, para Roraima; de lá para a Venezuela e, de lá, ganham o Caribe como um todo.

Dr. Kadri, em relação à Polônia, primeiro, a Senadora Ana Amélia fez uma observação sobre o comércio entre República Dominicana e o Brasil. Eu acho que o comércio entre a Polônia e o Brasil, pela importância dos dois países, pela similaridade do processo de desenvolvimento econômico de cada uma dessas nações, é que parece pequeno, pelo que li aqui, em torno

de US\$1 bilhão é o que chegou a atingir. Tivemos um problema de queda. Mas US\$ 1 bilhão é muito pouco; US\$1 bilhão é muito pouco. O senhor acha que é por conta de a Polônia fazer parte da União Europeia e ter assim uma relação mais próxima com os países da União Europeia, sobretudo da Alemanha, e isso dificulta um pouco as relações bilaterais comerciais com o Brasil? E o que fazer para que a gente possa ampliar essa relação e esse comércio?

Em relação às Filipinas, o senhor não apenas falou, Dr. Jorge, mas apresentou em seu relatório questões relativas ao meio ambiente e que são fundamentais, porque, assim como o Brasil, as Filipinas é um país megadiverso, faz parte do grupo dos 17 países megadiversos. Se a gente perceber, são países que participam, que estão localizados no bioma amazônia ou então nessa parte da Ásia, como Filipinas, Indonésia, que têm grande diversidade biológica.

O senhor colocou que, no plano regional do sudeste asiático, as Filipinas ocupam posições importantes, coordenando trabalhos importantes. Chamou-me a atenção que o governo das Filipinas coordena o centro do sul asiático para a biodiversidade. Eu queria que o senhor nos falasse um pouco mais a respeito disso. Presidente Collor, olha que fenomenal: é um centro que reúne vários países. Nós não conseguimos ainda ter o nosso, desenvolver o nosso, o do Brasil. Há um centro de biotecnologia; um, no Brasil, que fica no Amazonas, em Manaus, e que até hoje ainda não funciona como deveria funcionar. Não temos nem ainda definido um modelo de gestão. Como poderíamos ampliar a cooperação no sentido de trocarmos mais informações em relação a isso?

Eu sou uma entusiasta do Tratado de Cooperação Amazônica, da OTCA. E penso que nós temos que trabalhar imediatamente. Não é porque o Brasil não está adiantado nessa questão que a gente deve, primeiro, procurar um desenvolvimento interno e depois uma parceria. Acho que não. Acho que nós devemos, desde já, procurar uma parceria entre o Brasil e outros países que compõem o bioma amazônico, da forma como as Filipinas, Indonésia e outros países têm. Gostaria que o senhor falasse se há uma relação, algum acordo ou uma cooperação em relação a essa questão. E sobre a Rio+20? Como será a participação das Filipinas? O País pretende ter uma participação forte aqui? O senhor tem conhecimento já de discussões acerca dos documentos bases e qual a posição das Filipinas e das Ilhas Marshall em relação a esse tema?

Obrigada Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor – PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, Senadora Vanessa Grazziotin.

Passo a palavra a S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero pedir desculpas por ficar entrando e saindo, mas temos uma votação importante na Comissão de Direitos Humanos da qual eu não poderia estar ausente.

Sr. Presidente, eu tenho a impressão de que nós políticos... Quero agradecer também à Senadora Vanessa por ter lido um relatório que não pude ler por uma viagem e também agradeço pelas suas referências. E vou voltar a falar na senhora daqui a pouco, positivamente.

Eu acresço, Presidente Collor, e o senhor é um dos que, a meu ver, pensa assim, pela nossa conversa, que nós estamos vivendo o final de uma geração de políticos e de diplomatas, não no sentido da idade, mas no sentido da concepção.

Nós estamos vivendo o período do fim de uma geração de políticos e diplomatas prisioneiros do País. Nós vamos ter que dar um salto para sermos, sem perder os laços locais, mais globais. Os diplomatas, daqui para frente, vão ter que representar o País sem deixar de pensar no planeta e nos problemas globais que a humanidade vai enfrentar. Esse vai ser um grande desafio para todos nós. Ninguém sabe como fazer essa convivência.

É nesse sentido que, durante algum tempo aqui nesta Comissão, eu usei a prática de fazer perguntas aos Embaixadores, perguntas não relacionadas ao País específico para onde ele vai ou, como às vezes acontece, ao País de onde vem, mas, sim, para sentir como está a cabeça dos nossos diplomatas relativamente aos grandes problemas que o mundo vai enfrentar. Mas, para vincular à sabatina, eu gosto de fazer essas perguntas relacionadas à perspectiva do País aonde vai o diplomata.

A minha lista – e eu cheguei a fazer uma apresentação sobre isso no Instituto Rio Branco, creio que há um ano ou dois – é muito longa. Então, podem desprezar quaisquer desses pontos e concentrar em alguns dos pontos que queiram, de tal maneira que, com isso, eu uso vocês como uma espécie de professores – meu e de nós Senadores.

Por exemplo, o que, em cada um desses países, tem a ver com o meio ambiente? São países que vão desaparecer pela inundação das águas? Nenhum dos três. Mas são países poluidores.

O segundo ponto, como a Senadora Vanessa tocou, é o problema de tráfico. Mas não apenas de tráfico de seres humanos, mas de tráfico de drogas por exemplo. Esses países são países que podem ter repercussão no problema de tráfico internacional?

O outro ponto é o terrorismo. São países que podem ameaçar a ordem internacional através de gestos de terrorismo contra populações civis?

Outro ponto são os recursos naturais. São países que terão a oferecer ou a negar ao mundo, do ponto de vista de recursos naturais? São países que têm recursos como a água, de que haverá uma grande escassez, como fontes energéticas?

O outro ponto é a pobreza, do ponto de vista da escala global da pobreza, planetariamente. São países onde a pobreza se manifesta de maneira brutal ou apenas se manifesta como nos países do norte onde há pobreza, mas uma pobreza diluída? São países que têm um impacto da pobreza do mundo?

O outro é o plano das migrações. E eu sei que aqui há países, como as Filipinas, por exemplo, que têm um papel grande do ponto de vista de migrações em massa que são provocados.

O outro, que eu diferencio de tráfico, são as ilicitudes. As ilicitudes vão além do tráfico. São as ilicitudes, por exemplo, do colarinho branco, de países que serviriam como base para o tráfico de moeda, tráfico de *off-shore* em geral. São países que podem trazer riscos à estabilidade global? São países pequenos, às vezes, que são chaves neste sentido.

E mais dois pontos apenas: os refugiados. São países em que podemos ver problema de refugiados? Problema global ou não. A República Dominicana talvez tenha esse problema relacionado aos haitianos..

Finalmente, direitos humanos. Como é que esses países para os quais os senhores deverão ir se comportam do ponto de vista de certos paradigmas de direitos humanos que começa a tomar forma global, mundial?

Então, esses são os pontos que eu gostaria de ver abordados. Podem escolher um, dois ou três apenas, mas falem sob a ótica do país para onde vão. Eu os uso – e explicito esse uso dos senhores – na tentativa de formular uma visão que sirva para sabermos como vai ser o mundo, não apenas o país aonde cada um vai, mas como vai ser o mundo através do exemplo de cada um desses países.

Eu gostaria de poder fazer essa pergunta aos políticos, mas os políticos somos absolutamente incompetentes para responder a isso, porque os nossos votos são absolutamente locais; nem nacionais são, com exceção do Presidente da República.

Então, é muito difícil para nós termos uma responsabilidade global. O Presidente Obama disse: “Não há presidente no mundo”. Isso inclusive é o que viabilizar a Rio+20. Essas não são perguntas, são os pontos que eu considero que nós vamos precisar ter presentes nas cabeças dos nossos diplomatas do Brasil e de qualquer um dos outros países daqui para frente. E eu

queria saber como é que andam a cabeça dos nossos três futuros representantes relacionados ao país para onde cada um vai.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, o Senador Cristovam Buarque. Agora passo a palavra a S. Ex^a o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, nós temos uma sabatina riquíssima aqui porque reunimos três futuros Embaixadores nossos em três regiões distintas do globo.

Olhando os três Wmbaixadores, estou vendo o Mapa Mundi. Nós vamos da América ao Extremo Oriente, com as Filipinas. E são três situações, da nossa diplomacia, bem distintas. No caso do querido embaixador Jorge Ney Fernandes, me parece que os países, as nações aonde V. Ex^a vai representar a chancelaria brasileira deverão ter, no debate que realizaremos aqui, a Rio+20, um papel decisivo, em especial pelas situações das Ilhas Marshall, dos Estados Federados da Micronésia e da República de Palau. Pela própria condição que, olhando o Mapa Mundi, percebemos, é evidente que o processo de aquecimento global trará, a curtíssimo prazo, do ponto de vista da vida da Terra, ameaças para essas Nações.

Para a Polônia, me chamou a atenção o dado de, em termos do grau de investimentos, a Polônia ser o quarto do Planeta – o quarto não, o sexto do Planeta. É curioso, me chama a atenção esse dado porque não é um Estado europeu dos primeiros de que nós lembramos. O senhor citou aí a ordem dos Estados que têm maior número de investimentos. Nós vimos que os primeiros estão entre as maiores economias do mundo. A Polônia não é um Estado que está propriamente entre as maiores economias do mundo, e chama atenção esse dado que o senhor nos expôs.

Tive uma curiosidade da política e da história — é a veia de historiador que sempre fala. O senhor falou de quatro agremiações políticas com destaque lá. Eu senti a ausência, e por isso me chamou atenção, do Partido Comunista. Chamou minha atenção porque, enfim, a Polônia foi um dos países da chamada Cortina de Ferro, teve uma forte influência, teve o Partido Comunista no comando durante várias décadas até a redemocratização. Chamou minha atenção a ausência do Partido Comunista dentro do escopo das principais agremiações políticas de lá. Uma curiosidade que tenho.

Eu deixei propositadamente o querido Embaixador José Marcos de Souza por último pela relação em particular que nós possuímos. Recebi o seu trabalho, seu artigo muitíssimo interessante e me identifiquei muito quando defende a tese do Brasil como país caribenho. Aliás, chama atenção, Presidente, o fato de o

Brasil não ser integrante do acordo de cooperação, do acordo de integração econômica entre os países caribenhos. Porque, de fato, nós o somos. O estudo que recebi do querido Embaixador José Marcos dá conta de que a bacia do Caribe é definida por um paralelo localizado entre Miami e Belém do Pará. Obviamente que nós somos um país caribenho e temos 720 km de litoral que recebe influência do Caribe. Tanto o Caribe nos influencia como nós temos influência no Caribe. Esses 720 Km são exatamente o litoral do meu Estado, do Estado do Amapá.

Nós recebemos influência do Caribe e influenciaremos o Caribe, culturalmente, geograficamente também. Destaquemos que os sedimentos jogados na foz do Amazonas, que também fica localizada no Amapá, tem reflexos em todo o mar do Caribe, tem reflexos diretos até a Flórida, até Miami. Além disso, tem uma identidade histórica que encontrei também no seu artigo. Os índios caribes, a etnia caribe migrou da América do Sul para ocupar as ilhas. Então, nós temos uma inter-relação na ocupação humana nas ilhas do Caribe. Mais que isso, os ritmos. Os mesmos negros que foram trazidos como africanos para o Brasil vieram das mesmas regiões da África que levavam negros para o Caribe. Não é à toa que os batuques, o marabaixo que nós temos no Amapá é muito parecido com os ritmos caribenhos. Não à toa que o zouk, muito presente na Guiana Francesa, que é o protetorado francês que faz fronteira com o Brasil, que é caribenho, tem influência forte no Amapá.

Há uma ausência aí que me parece enorme, há uma lacuna enorme. O Brasil não está integrado, inclusive como membro do acordo de cooperação dos países caribenhos, que é uma enorme comunidade de cooperação. Eu concordo com o senhor. O Brasil, na condição que está ocupando no mundo, sexta economia do Planeta, ou seja, o Brasil ascende – eu vou utilizar um termo da chancelaria, se me permitem – ascende a uma condição no mundo de *global player*, uma condição de alguém que interfere no jogo político mundial. Parece que nós estamos com um ocaso enorme em nos abstermos dessas influências do Caribe.

Nós, até por conta de que o eixo político e econômico nosso é um eixo do centro-sul – é um eixo São Paulo, Rio, Brasília – levamos muito em consideração a integração platina, a Argentina, Chile, Uruguai, os vizinhos aqui, e esquecemos muito a integração maior, a integração que temos que ter ao norte. Há um vazio. Você falou em linha aérea da Gol. Eu considero um absurdo, por exemplo, de Macapá, de Boa Vista ou de Manaus não termos linhas regulares para Havana, para São Domingos, para Granada, para Port of

Spain, para Kingston, para o Caribe. Nós temos uma ausência enorme disso.

Parece-me, Presidente, que nós aqui na Comissão de Relações Exteriores temos que dialogar mais com o Governo brasileiro sobre iniciativas nesse sentido. Ao passo que nós temos uma integração total ao sul, temos o esquecimento total e uma ausência de integração com o restante da América do Sul que está ao norte e com o Caribe, de que – concordo plenamente com o Sr. Embaixador José Marcos – nós também somos integrantes.

Concluindo, eu quero lhe pedir desculpas por fazer tantas provocações e ter que estar correndo, porque também tenho que votar agora na Comissão de Direitos Humanos, mas espero ir lá e voltar, Presidente, para também dialogar sobre as indagações e provocações que fiz.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Ali acabou de concluir, prezado...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – *(Inaudível. Fora do microfone.)*

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – A CDH acabou a votação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Sr. Senador Randolfe Rodrigues.

Passo a palavra agora a S. Ex^a o Sr. Senador Eduardo Suplicy.

Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço desculpas pela necessidade de estar votando ali onde era preciso haver quórum.

Eu queria cumprimentar o Embaixador Jorge Geraldo Kadri. É possível até que tenha sido feita a pergunta. Se já foi respondida, não precisa responder de novo. Mas eu me interessei especialmente e farei a pergunta para os três relativamente à questão de como é que... O Embaixador Kadri mencionou que a Polônia conseguiu se sair razoavelmente bem do período de crise registrando, num ano difícil, uma taxa de 3,5% de crescimento.

A minha questão é: em que medida isso se deu pelo fato de a Polônia manter a sua moeda, o *zloty*? Embora participe agora da União Europeia, mas mantém o *zloty* e não adotou o euro. Nós sabemos, Presidente Collor, que muitos economistas têm, muitas vezes, recomendado que manter a moeda própria aumenta o grau de liberdade das autoridades monetárias e econômicas do país para fazer com que enfrente as dificuldades, como, por exemplo, numa situação de recessão da Europa e de outros países do mundo.

Então, agradeço se puder informar a respeito disso, bem como o fato de a Polônia ter uma distribuição da renda razoavelmente mais igualitária do que outras nações, talvez, acredito, até em função de ali ter havido antes um sistema econômico para construção do socialismo, mas que mantém ainda algumas características e eventuais instrumentos para que aconteça isso.

Então, em que medida o fato de ali haver, digamos, um coeficiente de Gini relativamente baixo possa ter contribuído para a superação das dificuldades.

E vou ficar no mesmo tema com o Embaixador José Marcus Vinícius de Sousa, que vai para a República Dominicana, onde há o peso dominicano. Ainda que esteja a República Dominicana muito próxima dos Estados Unidos, houve alguns países, como o Equador, que resolveram adotar a moeda norte-americana. Mas ali a República Dominicana, que poderia até, eventualmente, considerar isso, tem mantido o peso dominicano como moeda. Em que medida isso tem contribuído para a evolução saudável de sua economia e para enfrentar problemas e, inclusive, para estar interagindo e se integrando à comunidade centro-americana e aos países de toda a América Latina.

Já no caso das Filipinas, eu gostaria de perguntar ao Sr. George Ney de Souza Fernandes... Eu queria até perguntar se é o Itamaraty ou o senhor que gosta das situações perigosas, porque o senhor estava na Líbia e agora escolhe o lugar onde, segundo as suas informações, também há uma zona de guerrilhas, embora o senhor tenha dito que não vai àquela ilha grande, mas quem sabe, como é da tradição brasileira ir aos lugares onde há contenções e conflitos para ajudar na pacificação, quem sabe possa V. Ex^a também exercer essa missão, já que conseguiu colaborar tanto para o resgate de seiscentos brasileiros e 4.500 pessoas que foram ajudadas pelo esforço de V. Ex^a – eu o cumprimento por isso, achei muito importante.

Agora, lá nas Filipinas, pela informação dada por V. Ex^a e pelo Itamaraty, se utiliza o dólar americano. Então, em que medida o fato de ali estar sendo utilizado o dólar americano eventualmente pode ter dificultado as Filipinas a enfrentar esses momentos de crise internacional.

Mas, aos três Embaixadores, desejo muito sucesso e vou lhes dar um exemplar do livro porque, para aqueles que têm a missão de pacificar as áreas, como o Embaixador George Ney...

Ainda quero perguntar. Eu estive na República Dominicana e acompanhei a visita do Presidente Lula coincidindo com um jogo de futebol, em 2004, no Haiti, quando a seleção veio da República Dominicana, de São Domingos, para Porto Príncipe. Então – é possível que já tenha sido respondido – mas como é que, de al-

guma forma, a República Dominicana tem ajudado no desenvolvimento do Haiti. Como o Haiti continua sendo uma das nações mais pobres da América Latina, e a República Dominicana tem tido maior progresso. Em que medida, tendo em conta que ambas estão no mesmo território, na mesma ilha, pode o progresso da República Dominicana colaborar para que possa o Haiti ter um desenvolvimento mais dinâmico, saudável e combinando crescimento econômico com justiça social?

Então, para os três eu encaminho uma história feliz do Ziraldo sobre a renda básica de cidadania, e o meu livro é a respeito desse tema.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)
– Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Eduardo Suplicy, e, agora, iniciando as respostas às indagações feitas, passo a palavra ao Sr. Embaixador George Ney de Souza Fernandes.

O SR. GEORGE NEY DE SOUZA FERNANDES
– Muito obrigado, Sr. Presidente.

Pergunto a V. Ex^a se devo começar pela primeira pergunta da Senadora Ana Amélia.

Perfeito.

A Senadora Ana Amélia... Perdão. A Senadora Vanessa Grazziotin – à Senadora Ana Amélia já havia respondido – perguntou sobre biodiversidade, meio ambiente, pergunta que aparece também nos itens do Exm^o Sr. Senador Cristovam Buarque.

As Filipinas mantêm cooperação com o Brasil no grupo dos países megadiversos. V. Ex^a já havia mencionado esse fato. São 17 países. Em 5 de junho de 2011, em Montreal, foi celebrada a reunião preparatória dos países megadiversos para a primeira reunião do Comitê Intergovernamental do Protocolo de Nagoya sobre acesso e repartição dos benefícios no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB. As Filipinas participaram desse processo. Entre 2008 e 2010, a coordenação desse grupo havia ficado a cargo do Brasil. Então, penso, especificamente, Senadora, que nós podemos e devemos exercer um papel ativo junto às Filipinas, porque temos problemas comuns, interesses comuns e realidades comuns. Somos, inclusive, concorrentes em muitas coisas em consequência da semelhança climática. As Filipinas têm um problema mais dramático, bem mais dramático, porque dizem os geólogos que, um dia, afundarão. Então, ali temos terremotos, tsunamis, vulcões ativos. Senador Suplicy, eu não gosto de situações perigosas, mas, às vezes, sou obrigado a enfrentá-las.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É quem designa ou é uma preferência...

O SR. GEORGE NEY DE SOUZA FERNANDES

– É melhor perguntar para os meus colegas. Eu responderei a V. Ex^a ainda hoje.

Mas as Filipinas têm todos esse problema, estão no arco de fogo do Pacífico. Cabe ao Brasil influenciar – não influenciar, mas conversar, mostrar a nossa experiência para que possamos partir juntos. Nós temos oportunidades, Senadora, imperdíveis este ano. Em 2010 – tive que mencionar muito *en passant* –, foi criado o Comitê de Consultas Bilaterais Brasil/Filipinas, que se reuniu em Manila. A segunda reunião deve ser celebrada em Brasília, agora em 2012. Esse tipo de comitê – os meus colegas conhecem o assunto melhor do que eu – de consultas bilaterais comporta qualquer assunto, todos os assuntos, todas as áreas de interesse comum. Então, temos essa oportunidade de exercer esse papel, aproveitando a aproximação que já existe com as Filipinas.

Finalmente, sobre a Rio+20, a informação de que disponho – estou em contato com o nosso atual Embaixador lá – é que as Filipinas pretendem se fazer representar no mais alto nível. Então, teremos duas oportunidades, pelo menos – uma muito grande, que é multilateral, enorme; e uma bilateral –, de coordenar posições com as Filipinas. Espero ter respondido a pergunta de V. Ex^a.

Em relação às perguntas colocadas pelo Ex^{mo} Sr. Senador Cristovam Buarque, eu vou abordar, se V. Ex^a me permite, apenas quatro temas, brevemente. O tráfico é um problema com as Filipinas, tráfico internacional. Estamos em processo de negociação de um acordo bilateral com as Filipinas, que interessa muito a eles, porque existem, neste momento, no Brasil, 41 prisioneiros filipinos acusados de tráfico de entorpecentes. Esse acordo está sendo negociado e deve ser um dos temas da reunião bilateral entre os dois países, um acordo de extradição de prisioneiros. Então, o país está muito preocupado. As Filipinas têm grandes e bons motivos para estarem preocupadas com o tema, que está muito ligado a isso, terrorismo.

Quando mencionei o arquipélago de Mindanao, no sul das Filipinas, como uma zona conflagrada, digo que conflagrada é pouco. É uma zona, zona de influência mulçumana – não estou atribuindo isso aos mulçumanos, mas a grupos extremistas mulçumanos –, uma região semiautônoma dentro das Filipinas com a qual o governo central está praticamente em guerra. Então, essa é uma situação para o governo central filipino. É uma região que o governo central filipino não recomenda que seja frequentada por turistas de nenhuma espécie. Estamos falando da grande ilha ao sul das Filipinas e das pequenas ilhotas que vão ligá-la. É o arquipélago de Mindanao. A ilha principal chama-

-se Mindanao. É uma região onde, de fato, o governo enfrenta problemas muito sérios dessa natureza. Pessoalmente, não creio que isso possa se expandir. Não creio que possa sair daquela órbita ali, pelo próprio isolamento das Filipinas e pela proximidade, pelo interesse dos países vizinhos. Países importantes como a China e o Japão exercem uma vigilância natural. Os próprios Estados Unidos estão deslocando o seu foco de atenção geopolítica para essa área, para o mar da China.

Em relação à pobreza, Senador, ela é brutal. Nas Filipinas, 5% da população detêm 80% dos recursos do país. A distribuição de renda é muito desigual. Aqui menciono, também de passagem, que a corrupção é um problema muito grave. É tão grave que o Presidente Joseph Estrada foi apeado do poder; assumiu a sua vice, Gloria Macapagal. Quando acabou o mandato de vice, ela foi eleita Presidente, em 2004. Em 2010, termina o seu mandato e, agora, ela está sendo processada e julgada por crime eleitoral. O Presidente Benigno, conhecido como Noyoy Aquino, está confrontado, neste momento, com o congresso, com o senado e a câmara de representantes filipina, com a Igreja Católica e também com o Judiciário por conta de impedimentos colocados para a saída do país da ex-Presidente Gloria Macapagal, que está presa e tem problemas de saúde além de ter problemas com a Igreja Católica, por causa da sua posição a favor dos contraceptivos. Sendo um país majoritariamente católico, V. Ex^a pode imaginar que a problemática interna é muito grande.

Penso que o projeto de distribuição de renda e de eliminação da pobreza está um pouco em segundo plano diante dessa necessidade de redemocratização – não é nem redemocratização, porque não havia democracia antes –, necessidade de aprendizagem de democracia.

Finalmente, em relação a migrações, as Filipinas, efetivamente, registram migrações, emigrações em massa, mas é uma emigração de natureza peculiar. O índice de alfabetização dos filipinos é altíssimo. São 92% de alfabetizados. A formação, a mão de obra é altamente qualificada. Eles são grandes especialistas em construção naval. São o quarto país do mundo, depois de China, Japão e Coreia do Sul, mas são também o quarto país do mundo em exportação de mão de obra, depois de China, Índia e México, sendo que o México é um fenômeno específico, porque é para os Estados Unidos. As Filipinas exportam mão de obra para trabalhar em navios, sobretudo, e exportam também mão de obra não qualificada para a Europa. Então, o país não apresenta um problema em relação a imigrações, mas tampouco em relação à emigração, porque essa comunidade filipina no exterior – são 11 milhões de pessoas – manda para as Filipinas, por ano, o equi-

valente a 10% do PIB, de forma que interessa para a política do país essa migração. É um país, como todos os países do sudeste asiático, superpovoado. São 100 milhões de pessoas. A cada ano, mais dois milhões de pessoas nascem, e um milhão tem que ser colocada no mercado de trabalho.

Espero ter respondido às perguntas de V. Ex^a já que pude escolher alguns dos temas.

Respondo a pergunta do Senador Randolfe Rodrigues sobre o papel decisivo que as embaixadas para onde fui indicado como Embaixador não residente devem desempenhar na Rio+20.

É fácil observar qual será o papel, porque são países... Não houve tempo para que eu dissesse que Ilhas Marshall, Palau e Estados Federados da Micronésia são países associados aos Estados Unidos. Então, são países que seguirão a posição dos Estados Unidos; são estados associados. A moeda dos três países é o dólar norte-americano. Isso já responde, acho.

Passo para as observações do Senador Eduardo Suplicy. Nas Filipinas, não. Como o Itamaraty mandou um relatório amplo sobre as Filipinas e sobre as três cumulativas, é possível que tenha havido algum mal-entendido em relação a isso. Nas Filipinas, a moeda é o peso filipino, uma moeda relativamente estável, que vem se mantendo na proporção de um dólar norte-americano para 42, 43 pesos filipinos. Nas cumulativas, sim, a moeda é o dólar.

Volto à minha observação inicial, ao corte que eu dei na resposta à Senadora Grazziotin sobre as situações perigosas. Não gosto! No meu currículo, V. Ex^a verá que eu servi, por exemplo, em Cuba e no Vaticano. Em Cuba, servi por dois anos. Como Fidel não morreu naquela época, não aconteceu nada. No Vaticano, servi sob o pontificado de João Paulo II, que estava vivo também, e não aconteceu nada – na Igreja, as coisas demoram séculos para acontecer – e, agora, sob o Pontificado de Bento XVI.

Às vezes, nós nos confrontamos com essas situações perigosas. Não sabíamos, não prevíamos. Eu acho que o grande... A mim já foi feita a seguinte pergunta, mais de uma vez, pela imprensa e por familiares: “Mas você não teve medo?” É claro que eu tive. Acho que qualquer ser humano tem medo de alguma coisa em algum momento de sua vida. O importante é não deixar esse medo se transformar em pânico. O medo é uma reação racional a uma situação de perigo. O pânico, não; ele gera reações irracionais. E, no meu caso, especificamente na Líbia, se eu tivesse deixado o medo se transformar em pânico, além de isso bloquear a minha reação, eu passaria uma péssima imagem e, mais do que imagem, eu teria causado um efeito terrivelmente deletério sobre as pessoas, sobre

os brasileiros e os outros que estavam lá. Então, era preciso manter esse medo sob controle e transformá-lo em algo positivo, em uma ação que redundasse no que redundou, felizmente. Saímos todos com vida, sem nenhum arranhão.

Recordo-me da última vez em que nós dois, Senador, conversamos. Foi lá. O senhor me ligou para saber sobre a situação do repórter Andrei Netto do *Estado de S. Paulo*. Foi uma situação muitíssimo complicada, que, felizmente, terminou muito bem.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Felizmente!

Quero cumprimentá-lo pela assistência que deu a ele. O Governo brasileiro, inclusive, empenhou-se para que ele pudesse ser libertado, e o senhor colaborou.

Meus cumprimentos.

O SR. GEORGE NEY DE SOUZA FERNANDES – Muito obrigado, Senador.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao Embaixador George Ney de Souza Fernandes, indicado para a República das Filipinas e, cumulativamente, para a República de Palau, as Ilhas Marshall e os Estados Federados da Micronésia.

Para finalizar, passa a palavra ao Embaixador Jorge Geraldo Kadri.

O SR. JORGE GERALDO KADRI – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Desculpe. Para finalizar, não. Ainda falta o Embaixador José Marcus Vinicius de Sousa.

Por favor, Embaixador Jorge Geraldo Kadri, indicado para a República da Polônia. Em seguida, o Embaixador José Marcus Vinicius de Sousa, indicado para a República Dominicana.

O SR. JORGE GERALDO KADRI – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Começarei, então, respondendo a questão formulada pela Senadora Vanessa Grazziotin, minha relatora *ad hoc*.

Efetivamente, o montante anual de US\$1 bilhão nos dois sentidos – exportação e importação – é modesto para as dimensões do Brasil, que é o 6º PIB do mundo, e a Polônia, 17º.

Também é verdade que, de 2004 para cá, as nossas trocas com a Polónia duplicaram, o que já é um sentido positivo. Eram, portanto, ainda mais modestas.

A resposta para isso, efetivamente, é que as circunstâncias da Polónia – estar no centro da Europa, ter ao lado um país com as potencialidades da Alemanha e ter um relacionamento privilegiado com os

Estados Unidos – limitam muito as possibilidades das outras regiões e, dentro das outras regiões, do Brasil.

Para se ter uma ideia, de tudo que ela produz, 80% são exportados para a União Europeia; e, de tudo que ela compra do mundo, 60% são da União Europeia. Então, há uma independência, uma integração econômica natural, e sobra pouca coisa para o resto do mundo. Mas há um esforço do governo polonês no sentido de olhar para outras regiões. A América Latina é uma região que está sendo vista e, dentro da América Latina, o Brasil é o principal parceiro em todos os sentidos. Então, é preciso ter isso em mente.

Agora, como ultrapassar essas limitações? Uma possibilidade que o Governo brasileiro, as empresas brasileiras e as instituições brasileiras, inclusive as universidades, estão cogitando é intensificar a cooperação com o governo da Polônia. São visitas de altas autoridades, inclusive Presidente da República. Os Governadores do Estado do Paraná e do Estado de Goiás, por exemplo, já estiveram lá mais de uma vez, e as autoridades polonesas também vêm para cá. Esse conhecimento mútuo vai permitir encontrar nichos, oportunidades para aumentar o comércio. Não será algo vertiginoso, porque há limitações, mas eu entendo que os Governos do Brasil e da Polônia estão trabalhando de maneira eficiente para, no médio prazo, isso melhorar.

Um aspecto que dificulta é a conectividade. Por exemplo, o fluxo de turistas entre os dois países é muito modesto. Nós recebemos apenas quinze mil poloneses por ano no Brasil, e há um potencial enorme de sete milhões de poloneses que poderiam visitar o País, têm condições de fazê-lo e já manifestaram, em pesquisas, o interesse em conhecer o Brasil, a América do Sul, etc. Então, há discussões no sentido de estabelecer uma linha aérea direta entre Varsóvia e, por exemplo, São Paulo. Isso ajudaria bastante não só o turismo, como também os negócios, naturalmente.

Com relação a investimentos, eu gostaria de mencionar, por exemplo, que ajuda também a aumentar o comércio o grupo Stefanini, empresa brasileira muito importante da área de comunicação e informação, da TIC – Tecnologia da Informação e da Comunicação. O grupo abriu dois escritórios na Polônia no ano passado por interesse próprio, porque entende que a Polônia é um mercado que tem um vigor muito grande nessa área. Então, entendo que esse tipo de ação empresarial vai permitir, num futuro próximo, o aumento desse comércio e da cooperação bilateral.

A Polônia oferece um pacote muito atrativo para empresas que decidem investir lá. A empresa pode *rebate*, receber de volta até 50% do que investiu em incentivos fiscais e tem acesso ao mercado, que é

um mercado vigoroso, importante, um dos maiores do mundo.

Apenas para justificar um pouco a minha gestão, se aprovado por esta Comissão naturalmente, a intenção é que empresas brasileiras de grande porte possam visitar especificamente a Polônia. Nesse sentido, há doze ou treze empresas do sul do Brasil e de São Paulo que eu pretendo visitar nos próximos dias, desde que aprovado aqui, para justamente mostrar o interesse da Embaixada do Brasil em ser um facilitador, como é uma das minhas funções, para incrementar o negócio entre os dois países. Visitarei também universidades e outras instituições, como a Embraer, que vão permitir encontrar um caminho.

Seriam essas as considerações para a Senadora Vanessa Grazziotin.

Exm^o Sr. Senador Cristovam Buarque, eu abordarei rapidamente alguns pontos que V. Ex^a mencionou. O primeiro deles tem a ver com o meio ambiente. Essa é uma área crucial para o Brasil, mas também para a Polônia. A Polônia é conhecida como a Ilha Verde da Europa. É o país que desenvolve tecnologias de ponta. É o país que desenvolve tecnologias de ponta, tecnologias ambientais sustentáveis e exporta para a Europa. Então, nesse campo, eu entendo que o Brasil, que também tem uma expertise muito importante, poderia trocar experiências e fazer parcerias. Então essa é uma das áreas específicas que eu pretenderia desenvolver.

Eles têm um programa chamado Green Evo, evolução verde, onde periodicamente são publicados os projetos, desenvolvidos os projetos nessa área.

Sobre a possibilidade de a Polônia ameaçar ou não a ordem internacional, eu creio que isso não se coloca naturalmente. A Polónia é perfeitamente alinhada com os interesses norte-americanos, é um país que descobriu a democracia recentemente e vem aperfeiçoando o sistema de uma maneira muito vigorosa. Então, eu não vejo a Polónia tendo qualquer ação que pudesse ameaçar a ordem internacional.

Em relação ao ponto oito, que o senhor também mencionou, que é pôr em risco a estabilidade global, eu vejo a Polónia muito conservadora. É um país eminentemente católico – 90% da população é católica romana – e que, depois que deixou de estar na órbita de influência da Rússia, antiga União Soviética, se pautou de maneira muito clara pelos valores ocidentais. O país hoje é essencialmente de centro, conservador e eu acho que, pelo contrário, a tendência é firmar o *status quo* e não no sentido contrário.

Outro ponto que o senhor mencionou, e eu acho que cabem aqui duas palavras, são os recursos naturais. A Polónia é muito rica em água doce, tem terras

férteis, poderia ser o celeiro da Europa, teria condições, portanto, de desenvolver uma agricultura competitiva. Entretanto, tem poucos recursos energéticos. Esse é um ponto fraco da Polônia. Ela importa petróleo e gás da Rússia e essa é uma dependência importante que precisaria minimizar. O programa que está sendo estudado entre o Governo de Goiás, e a província de Wielkopolska poderia ajudar, porque é uma das ideias desenvolver o biocombustível. As terras são muito férteis, muito produtivas na Polônia. Então, eventualmente uma produção importante de biocombustível poderia melhorar sua matriz energética, outra área evidentemente de cooperação importante.

Acho que esses seriam os principais pontos, porque, enfim, pela inclemência do clima, a pobreza é muito reduzida. Durante oito meses do ano, o inverno é muito forte e, pelo passado socialista da Polônia, houve uma distribuição de renda – e aí respondo a pergunta do Sr. Senador Suplicy –, uma preocupação em atender às camadas sociais mais carentes, com financiamento de estudos etc., faculdade ou mesmo do estudo básico, e isso fez com que as diferenças fossem minimizadas. Mas esse é um fenômeno mais ou menos comum entre os países europeus daquela região.

Seriam essas as respostas para o Senado Cristovam Buarque, Relator, a quem novamente aproveito para agradecer a relatoria.

Pergunta formulada antes pelo Senador Randolfe Rodrigues: a Polônia, segundo a Unctad, conforme mencionei, é o sexto país que mais recebe investimento direto estrangeiro. O que estará por trás disso, imagino, é o fato de ser um país que ingressou recentemente na União Europeia, de ter um PIB de cerca de US\$0,5 trilhão, receber investimentos do fundo de coesão europeu da ordem de €11 bilhões todos os anos até 2020 e ter ainda um custo de mão de obra reduzido, de um lado, um nível educacional médio quase compatível com o de outros países como a Itália, por exemplo, do mediterrâneo europeu.

Então, esses fatores, todos unidos, e a garantia de um acesso a um mercado importante e vigoroso terão contribuído para aumentar, para colocar a Polônia entre os seis países que mais recebem investimento do mundo.

Também respondo ao Senador Randolfe Rodrigues: a ausência do partido comunista. Talvez pelo efeito pendular e pelos temores da Polônia durante os 45 anos em que viveu sob a influência soviética, logo que isso deixou de existir, houve um movimento pendular na direção contrária e o partido comunista foi perdendo espaço paulatinamente. Hoje, ele está incorporado na aliança da esquerda democrática e é um partido que está à procura de uma identidade, procurando se

renovar com valores jovens, com novas ideias, numa tentativa de ressurgir, retomar esse partido comunista que já foi, como sabemos, tão importante.

Passaria agora a responder o Sr. Senador Eduardo Suplicy. V. Ex^a me questionou sobre a crise. A crise de 2008 foi superada com grande galhardia pela Polônia por essas razões que eu mencionei. O momento que o país vive é muito feliz, um momento de crescimento, um momento de oportunidades, um momento em que o mercado europeu se abriu para a Polônia, um momento em que os fundos de coesão europeus estão chegando, e os outros países também estão passando. Talvez aí também tenha um excesso de liquidez mundial, pois procuram os países que oferecem melhores oportunidades e a Polônia é um país seguro em termos institucionais, estável e um mercado interessante para os grandes capitalistas.

Com relação ao *złoty*, a Polônia tinha um plano de adotar o euro até 2015, mas a crise na zona do euro fez com que essa decisão esteja adiada pelo menos até 2017. E é claro que, com uma moeda soberana, no caso do *złoty*, as políticas fiscais, as políticas cambiais podem ser utilizadas com maior flexibilidade, em benefício das exportações polonesas, pois ficam mais competitivas. Então é um ponto que a Polónia tem feito questão de manter, mas, no médio prazo, vai certamente ingressar.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/ PDT – DF) – Agradeço as respostas do Embaixador Jorge Geraldo e passo a palavra ao Embaixador José Marcus Vinicius de Sousa.

O SR. JOSÉ MARCUS VINICIUS DE SOUSA – Em primeiro lugar, quero agradecer a manifestação e o interesse demonstrados por tantas perguntas.

Tenho aqui uma safra muito expressiva para a qual muito contribuiu o Senador Cristovam Buarque, com um repertório de indagações muito significativas.

A Senadora Vanessa Grazziotin levantou um tema fundamental não só para o Caribe, mas para o conjunto das relações internacionais atualmente, retomado nas perguntas do Senador Cristovam: migrações.

Recentemente seu Estado, junto com o Acre, foi alvo de uma pressão demográfica típica de migrantes haitianos em circunstâncias muito especiais. Sua pergunta refere-se à relação migratória, tendo em vista a coexistência, na mesma ilha, de República Dominicana e Haiti.

Eu penso que é preciso uma compreensão histórica do problema. Muito mais do que uma primeira abordagem de migrações, Senador, é necessário uma abordagem de demografia. A história da Ilha de Hispaniola é um problema em que afloram distinções demográficas muito importantes.

Para se ter uma ideia, quando se inicia o século XIX, o Haiti tinha uma população de 440 mil, e a parte que estava com os espanhóis tinha uma população de apenas 170 mil. Essa composição era muito desequilibrada étnica e socialmente porque na parte do Haiti – e isso explica muita coisa hoje – havia quarenta mil brancos e quatrocentos mil escravos, e, do lado que hoje corresponde à República Dominicana, somente trinta mil escravos. Por quê? Porque o tipo de atividade econômica predominante na época era diferente. Enquanto que o Haiti era a joia da expressão da agroindústria, posterior à crise da saída dos holandeses do Brasil, a parte que hoje é a República Dominicana era fornecedora de gado, era o sertãozinho do Haiti. Isso explica muita coisa, porque as áreas de ocupação pecuária, historicamente, têm uma densidade demográfica muito menor, e o Haiti tinha esse desequilíbrio social muito grande: quatrocentos mil escravos para quarenta mil brancos e mulatos. E, com um agravante, porque isso também tem a ver com a história do açúcar no Brasil: a exploração do açúcar na parte francesa, como nas outras ilhas, começou efetivamente com a saída dos holandeses no Brasil.

Então, esses quatrocentos mil escravos foram trazidos num período histórico muito mais concentrado do que a introdução dos escravos no Brasil. No Brasil, houve uma importação numérica muito expressiva, mas diluída ao longo de séculos.

No Haiti, quando ocorreu, por exemplo, a revolução do Toussaint L'Ouverture, a maioria dos escravos negros tinha menos de vinte anos de permanência em solo da ilha. Então, eram populações recentes que ainda não tinham sido completamente absorvidas. Isso gera aquele estado de desorganização política que levou à primeira invasão do que hoje é a República Dominicana pelo Haiti. Isso tem reflexo, hoje, na relação de imigração. Toussaint L'Ouverture invadiu o que hoje é o território da República Dominicana. Posteriormente, houve uma segunda invasão, e o que era território da Espanha permaneceu sob o domínio do Haiti de 1822 a 1824. É um largo período. O regime militar no Brasil, de 64 a 84. Veja a duração.

A independência da República Dominicana é comemorada em relação ao fim do domínio do Haiti. Isso explica muita coisa. Fazendo um salto histórico, nos anos 30, na ditadura do Trujillo, houve um verdadeiro etnocídio na linha de fronteira. Nos anos 37, a ditadura de Trujillo fez uma mortandade na linha de fronteira, e isso só não repercutiu ainda mais – embora, naquela época, a força dos movimentos em defesa dos direitos humanos não tivesse a expressão que tem hoje – porque veio o período da Segunda Guerra.

Então, a Segunda Guerra Mundial trouxe certo alívio para as cobranças sobre a ditadura Trujillo, que cometeu esses atos de violência contra a população haitiana que se infiltrava na linha de fronteira.

Uma informação relevante é a seguinte. O Haiti é um país de forte emigração. Há uma forte colônia haitiana nos Estados Unidos. Hoje, no aeroporto de Miami, já se fala, além do inglês e do espanhol, um pouco de *creóle*. Mas há uma população igualmente migrante da República Dominicana. A República Dominicana tem uma diáspora, nos Estados Unidos, de 1,5 milhão. Essa população é uma das grandes fontes de renda, com as suas remessas, para o equilíbrio da balança de pagamentos da República Dominicana. Então, são duas pressões demográficas não meramente migratórias. Além do mais, existe na República Dominicana cerca de um milhão de haitianos. Então, eles já receberam.

Estivemos no Haiti e na República Dominicana, junto com a Comissão de Relações Exteriores do Senado, cujo presidente, na época, era o Senador Heráclito Fortes – isso está registrado nas comunicações diplomáticas. O atual presidente, que está terminando, manifestou enfaticamente o apoio da República Dominicana à participação brasileira na Minustah, dizendo que a República Dominicana, é óbvio, não fazia parte da Minustah, mas que o controle das situações de violência no Haiti era do maior interesse da República Dominicana.

Então, a República Dominicana sofre uma pressão do seu vizinho. Se eles estão chegando a Tabatinga, se eles estão chegando a Brasília, imaginem se eles não podem cruzar aquela linha de fronteira que estamos vendo. É uma preocupação muito forte, mas a República Dominicana também é um país que tem uma forte pressão demográfica, daí essa diáspora de 1,5 milhão. Só na região de Nova York, são novecentos mil dominicanos.

A sua pergunta remete também à questão do agenciamento para migrações. A senhora teve uma participação muito destacada na subcomissão que tratou desse assunto, e os resultados das medidas adotadas em conjunto pelos países direta e indiretamente envolvidos diminuíram acentuadamente essa pressão. Não há notícias – a senhora me corrija se eu não estiver absolutamente atualizado – não há mais pressão de imigrantes haitianos em Tabatinga e em Lábrea. Por quê? Porque há um concerto de atividades envolvendo Brasil, Peru e República Dominicana.

Mas, o que é importante salientar, e eu retomo o início da minha resposta sobre esse ponto e retomo um ponto levantado, é a questão da demografia. Nós estamos vivendo, no Brasil, circunstâncias demográ-

ficas muito especiais, ou seja, há uma diminuição da taxa de natalidade em algumas regiões que, se não fosse compensada por migrações internas, já haveria um déficit na recomposição da população – são dados do IPEA. Algumas regiões já estão com a média etária altamente elevada pela migração de população jovem. Refiro-me a algumas regiões do Nordeste brasileiro. Além do mais, já há, por exemplo, em São Paulo, Estado do Senador Suplicy, uma penetração de imigrantes peruanos, bolivianos que estão sendo explorados como submão de obra. Isso por quê? Porque já não existe mais uma reserva de população brasileira mobilizável para isso.

Então, é uma pergunta que tem reflexões profundas na linha das preocupações que o Senador Cristovam gostaria de ver elaboradas por diplomatas.

A senhora fez uma referência, não uma pergunta, à observação de que a estrada do Amazonas para o Caribe, a BR-174, com sua conexão para a Venezuela, e eu me permitiria lembrar que quatro capitais do Norte brasileiro – a capital do Estado de V. Ex^a, Manaus, a capital do Estado do Senador Randolfe, Macapá, Boa Vista e Belém –, que essas capitais de Estados brasileiros estão muito mais próximas, por via aérea, da maioria dos países do Caribe do que de Brasília. Existe uma proximidade muito grande com o Caribe. É só uma observação tópica à de V. Ex^a.

O Senador Cristovam apresentou um conjunto de temas que permitiria uma reflexão enciclopédica, porque ele levantou os temas de meio ambiente, recursos naturais, drogas, tráfico, terrorismo, pobreza, migração, refugiados, ilicitudes e direitos humanos.

Sobre migrações, eu creio que já elaborei um pouco.

Meio ambiente e República Dominicana.

A República Dominicana, em termos de meio ambiente, é um bendito país, especialmente se comparado com o Haiti, porque, por razões históricas, essas relacionadas à exploração da pecuária e também à estrutura fundiária, houve uma preservação de áreas florestais muito grandes. Há um antropólogo norte-americano o Jared Diamond – o que escreveu *Armas, Germes e Aço*, que é uma teorização sobre desenvolvimento –, que fez um estudo exatamente comparando o meio ambiente no Haiti e o meio ambiente na República Dominicana, e como isso tem a ver com uma história e, às vezes, até situações de estrutura fundiária que levaram à preservação de áreas florestais. No Haiti, com as crises e a densidade demográfica, houve um consumo muito grande de áreas florestais para lenha, que era a forma de energia quase que exclusiva.

Então, em termos de meio ambiente, a República Dominicana está muito bem posicionada. Tem um

problema de recursos naturais, porque ela não tem petróleo. A energia era o grande gargalo do desenvolvimento na República Dominicana, porque houve crises de energia elétrica, um país em que o horário de abastecimento de energia elétrica, muito recentemente, era de três horas por dia, porque tudo era de *diesel*. Mas nós estamos – quando digo nós, estou falando o Brasil – participando de um esforço muito grande de desenvolvimento energético na República Dominicana, com a construção de usinas hidrelétricas.

Essas grandes empresas brasileiras a que me referi, Odebrecht, Andrade Gutierrez e Queiroz Galvão, estão envolvidas em aproveitamento hidrelétrico, o que dará uma nova base energética ao Haiti.

Terrorismo, eu creio que não seja um problema. Em toda a bacia do Caribe, a grande preocupação norte-americana, como eu disse, em termos de segurança, tem a ver com dois elementos: tráfico de drogas e migração ilegal. Essas são as duas grandes preocupações na bacia do Caribe em termos de segurança. Até mesmo porque aquela preocupação de segurança anterior, quando Cuba apresentava uma dinâmica de irradiação política, não mais ocorre. Evidente que essa linha de combate ao tráfico está recebendo até uma cooperação brasileira. Os Super Tucanos que nós vendemos para a República Dominicana são parte do combate ao narcotráfico e tem tido resultados muito positivos.

Outra pergunta de V. Ex^a, Senador Cristovam, era sobre as ilicitudes, a lavagem financeira.

Creio que a lavagem financeira tem muito mais a ver com o foco gerador da lavagem do que com o local da lavagem. Se nós observarmos as áreas de lavagem financeira, elas ficam nas periferias de grandes centros de concentração de riqueza – eu não vou mencionar nomes. Veja-se, na Europa, onde estão os centros de lavagem financeira. Estão na periferia dos países mais ricos. O Caribe está na periferia de um grande centro de riqueza, e o controle da lavagem financeira – vamos ser objetivos – tem um rigor proporcional ao interesse desses centros de riqueza. Quando há uma preocupação para maior controle, evidentemente que um estado caribenho não tem capacidade de resistência a uma pressão norte-americana, a uma pressão europeia. Mas isso é administrado com muita sensibilidade para os fluxos financeiros. Ilhas do Caribe, cujos nomes são muito empregados no sistema financeiro, servem para montagem de engenharia financeira da maior relevância.

Então, temos de ver isso numa devida perspectiva. Direitos humanos.

A história da República Dominicana, como eu disse, é trágica. É trágica, porque houve muitas guer-

ras, muitas invasões, houve um período ditatorial de grande violência, que é o período do Trujillo.

Sei que o Senador é um apreciador de literatura, deve ter lido *A Festa do Bode*, e aquilo é apenas uma referência do período de opressão, de violência, que se manifestou posteriormente em outros momentos, como o da deposição do presidente eleito Juan Bosch, em 1963, que levou à guerra civil. Houve muitas mortes. E a Ilha de Hispaniola tem uma característica, do ponto de vista histórico brasileiro, muito interessante. É a ilha dividida em dois países, e o Brasil, em diferentes momentos, teve presença militar. Tivemos presença militar na República Dominicana, com a Força Interamericana de Paz, dentro de um contexto totalmente diferente. O Brasil, naquela época, estava na Força Interamericana de Paz do Paraguai, de Stroessner, da Nicarágua, de Somoza, de Honduras, no regime especial, e de Costa Rica e dos Estados Unidos. E hoje, no que poderia ser qualificado como uma compensação, estamos em uma missão altamente admirada em todo o Caribe, que é a nossa participação no Haiti e que contribui muito para a estabilização, respondendo um pouco à pergunta, outra vez, da Senadora Grazziotin.

Ainda, o Senador Suplicy, que fez a pergunta sobre o peso dominicano. É interessante observar que, embora em toda bacia do Caribe, a presença política, econômica e financeira dos Estados Unidos seja avassaladora, seja dominante, esses países não usam o dólar como moeda oficial.

Mesmo no Panamá, durante a fase em que o canal ainda permanecia sob a administração direta dos Estados Unidos, eles tinham a moeda balboa, o que não significa que o dólar norte-americano não circule com uma facilidade extraordinária, mas, monetariamente, financeiramente, esses países preservam a sua moeda.

É interessante observar, por exemplo, que os verdadeiros... o que já foi chamado de microestado do Caribe, aquelas ilhas Saint Vincent, Granadines, Granada, Dominica, essas, sim, têm uma moeda conjunta, porque elas são tão pequenas que não têm uma moeda, elas têm o *eastern caribbean dollar*; elas são membros da OECO (Organização dos Estados do Caribe Oriental) e preservam a sua moeda porque isso lhes permite uma liberdade cambial, que o Senador Suplicy tão bem conhece. Outros países que adotaram o dólar americano ficaram em uma camisa de força muito difícil, o que criou situações econômicas críticas. Nesse sentido, esses países têm o bom senso de ter a sua moeda própria.

No campo ainda da circunstância financeira, a República Dominicana tem um acordo com o FMI, um acordo de *standy by*, em torno US\$1,7 bilhão, e há lá uma certa disciplina financeira, o que para nós,

brasileiros, é muito importante, tendo em vista o vulto dos nossos investimentos na República Dominicana, inclusive através do BNDES.

O Senador Randolfe levantou um conjunto de temas extremamente interessantes. Agradeço de maneira muito enfática suas referências ao trabalho que fiz sobre o Caribe, que S. Ex^a teve oportunidade de ler.

Realmente, nós no Brasil necessitamos de uma reconsideração da visão que temos do Caribe, porque, ainda na linha da reflexão dos temas levantados pelo Senador Cristovam, o Brasil normalmente é concebido geopoliticamente como um Estado atlântico, platino, continental, amazônico. E não valorizamos a nossa dimensão caribenha. E temos essa dimensão caribenha.

E as reflexões do Senador Randolfe são extremamente importantes e reforçam aquela linha de argumentos que mencionei.

Ainda sobre o Senador Suplicy e de que forma a República Dominicana está ajudando o Haiti, a República Dominicana acaba de abrir e fez um doação de uma universidade para o Haiti no valor de US\$30 milhões. Isso, em termos dominicanos e haitianos, é extremamente importante.

Creio que se descortina uma oportunidade muito grande de uma maior presença brasileira no Caribe, e esse é um dos elementos em que estarei atuando, com a aprovação de V. Ex^{as}.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Muito obrigado ao Embaixador José Marcus Vinicius de Souza.

Declaro aberto o processo de apuração.

De acordo com o disposto no inciso IV do art. 52 da Constituição Federal, combinado com o §1º do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, a reunião deve se transformar em secreta. Mas, antes disso, consulto se os Srs. Senadores têm alguma pergunta que exijam sigilo ou se já se deram por satisfeitos.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Satisfeitos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Satisfeitos.

Com isso, fica suspensa a parte secreta da reunião, e todos que aqui estão continuam nossos convidados.

Eu designo a Senadora Vanessa para atuar como secretária e fazer a contagem dos votos, e o Senador Suplicy como seu auxiliar.

Então, um secretário e um escrutinador farão o trabalho de contabilização dos votos.

(*Procede-se à votação/apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – A reunião está reaberta.

Eu quero agradecer a presença ao Embaixador José Marcus Vinicius de Souza, indicado para a República Dominicana; ao Embaixador Jorge Geraldo Kadri, indicado para a República da Polônia; e ao Embaixador George Ney de Souza Fernandes, indicado para a República das Filipinas e, cumulativamente, para a República de Palau, para a República das Ilhas Marshall e para os Estados Federados da Micronésia.

Repito e reafirmo os meus desejos de exitosa missão para cada um dos senhores.

Muito obrigado.

A reunião continua, encerrada essa parte, para debatermos os outros itens da pauta. *(Pausa.)*

Eu gostaria de solicitar aos Srs. Senadores a permanência na reunião para iniciarmos a discussão dos novos itens.

Item nº 4. Eu sou o Relator. Eu pediria, então, para adiar.

Item nº 5. A relatoria é do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, pela ordem.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Vamos apreciar os itens cujos relatores estão presentes. Item nº 9, Sr. Presidente, é um requerimento de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – O item nº 5, cujo Relator é o Senador Aloysio Nunes Ferreira, fica adiado.

Item nº 6. O Relator é o Senador Eduardo Suplicy.

ITEM 6

MENSAGEM (SF) Nº 19, DE 2012

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor AFONSO ÁLVARO DE SIQUEIRA CARBONAR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Líbia.

Autoria: Presidente da República

Relatoria : Senador Eduardo Suplicy

Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.

Observações: *Leitura do Relatório, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011 – CRE*

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Mestre em relações internacionais pela Universidade George Washington, ingressou na carreira

diplomática em 1980 e tornou-se Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial em 2004. No mesmo ano, elaborou a tese do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco com o seguinte título: “O Brasil e o Acesso aos Mercados na Alca: problemas e impactos nas relações com os EUA”. Entre as funções desempenhadas no MRE destacam-se a de Cônsul-Geral Adjunto em Boston (2000-3), Chefe da Divisão Econômica da América do Sul (2005), Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios em Roma (2005-9) e Assessor para assuntos de defesa da Secretaria Geral das Relações Exteriores (2010).

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial sumário executivo sobre a Líbia, cumprindo, inclusive, o disposto no parágrafo único do art. 1º do Ato nº 1, de 2011, desta Comissão, que determina que o Ministério apresente a *relação dos tratados e acordos assinados com o respectivo Estado*. O documento apresentado dá notícia sobre o perfil desse País, sua política interna e externa, economia e relações bilaterais com o Brasil, além de nomear os três acordos por nós celebrados, todos na área de cooperação.

Atualmente, a Líbia é chefiada por Mustafa Mohammed Abdul Jalil, Presidente do Conselho Nacional de Transição, que fora Ministro da Justiça entre os anos de 2007 e 2010 do antigo governo de Muammar Kadhafi; e pelo Primeiro-Ministro Abdel Rahim Al-Kib, engenheiro elétrico e empresário, que retornou a seu país depois da conquista da capital, Trípoli, em agosto de 2011.

A Líbia passa por momento de reestruturação após o longo período autoritário imposto por Kadhafi.

São muitos os desafios a serem superados, como a organização de eleições livres em país sem tradição democrática, a elaboração de política de desarmamento da população civil, a desmobilização de membros de milícias e a acomodação de perspectivas das diversas regiões da Líbia e das distintas tribos.

O Brasil desde o início das manifestações locais se posicionou contra os ataques à população civil e defendeu uma política de solução pacífica da controvérsia, inclusive mediante o concerto regional. Além disso, demos diversificado suporte humanitário às vítimas do conflito e, posteriormente, reconhecemos, em 2011, a representatividade do Conselho Nacional de Transição e passamos a articular caminhos para o novo relacionamento bilateral.

Vale o registro, igualmente, do apoio decisivo de nosso Governo à comunidade brasileira durante a crise líbia, estimada em 600 pessoas. Houve bem sucedido processo de retirada de brasileiros da zona de risco, que foi estendido a pessoas de outras nacionalidades.

Estima-se que foram evacuadas 4.500 pessoas sob a coordenação do Brasil. Além disso, importa destacar o papel de nossa diplomacia em libertar e repatriar o jornalista Andrei Netto, do periódico *Estado de São Paulo*.

O fluxo de comércio entre o Brasil e a Líbia tinha passado de US\$ 78,55 milhões em 2003 para US\$ 1,7 bilhão em 2009. Entretanto, em 2011, até novembro, a corrente comercial bilateral indicava US\$102,64 milhões, sendo praticamente reduzida a nossas exportações de trigo, carne bovina, açúcar e carne de frango. Por fim, cabe registrar que as empresas brasileiras possuem contratos assinados com a Líbia da ordem de US\$ 5 bilhões, com destaque para as obras aeroportuárias capitaneadas pela Odebrecht e as de infraestrutura sob a responsabilidade da Andrade Gutierrez e Queiroz Galvão. Sem esquecer a atuação da Petrobras em solo líbio, em fase de consolidação.

Assim, avalio que essas eram as informações importantes para que possamos deliberar sobre a designação do embaixador Afonso Álvaro de Siqueira Carbonar para exercer o cargo na Líbia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Agradeço ao Senador Eduardo Suplicy.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, fica concedida a vista coletiva, nos termos do §2º do art. 3º do Ato nº 01, de 2011-CRE.

Passo ao item nº 05, pedindo à Senadora Vanessa Grazziotin que leia o relatório feito pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira.

ITEM 5

MENSAGEM (SF) Nº 10, DE 2012

– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Áustria.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria : Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin, como Relatora *ad hoc*.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pois não, Sr. Presidente.

Como V. Exª antecipou, trata-se de relatório elaborado pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, sobre a indicação que a Senhora Presidente da República faz do Senhor Evandro de Sampaio Didonet, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministé-

rio das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Áustria.

Relata-se aqui toda a trajetória do Embaixador Evandro de Sampaio Didonet a serviço do Ministério das Relações Exteriores. Em seguida, trata de questões relativas aos dados da Áustria, país para o qual S. Sª está sendo indicado para representar o Brasil como embaixador.

Quanto à República da Áustria, importa registrar nesse relatório algumas informações básicas sobre aquele país e ressaltar alguns aspectos sobre o relacionamento bilateral com o Brasil.

Com sede do Governo em Viena, a Áustria, tem uma população de 8.357.000 de habitantes numa área de aproximadamente 84.000 km². Tem um produto interno bruto calculado pelo poder de compra de US\$332 bilhões (2010), o que lhe proporciona uma renda *per capita* de US\$ 39.727.

A Áustria detém uma longa e respeitada tradição diplomática, com uma política externa bastante ativa. A cidade de Viena consolidou-se como a terceira sede mundial da Organização das Nações Unidas, diversas agências setoriais da ONU, como a Agência Internacional de Energia Atômica, além de outras organizações internacionais, como a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP).

Uma das prioridades da política externa austríaca é a consolidação da expansão da União Européia ao leste europeu, que significará retirar a Áustria da periferia da Europa e colocá-la em seu centro, o que implicará, também, a superação de uma variada agenda diplomática de Viena com as repúblicas do Leste.

Com respeito ao relacionamento bilateral, há laços históricos que remontam à nossa independência, quando o Imperador D. Pedro I casou com a princesa austríaca, D. Leopoldina. A proclamação da independência, em 7 de setembro de 1822, apoiada e defendida pela própria Imperatriz, deu margem a que o Governo da Áustria propusesse seus bons ofícios para negociar o reconhecimento por Portugal da Independência.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste Relatório.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque Bloco/PDT – DF) – Obrigado, Senadora Vanessa.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, concedo vista coletiva, nos termos do § 2ª do art. 3º do Ato nº 1, de 2011, desta comissão.

Eu gostaria de solicitar ao Senador Randolfe que assuma a Presidência para que eu possa ler meu relatório.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Obrigado.

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 7, DE 2012

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor JOSÉ FIUZA NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de El Salvador.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque para proferir o seu relatório.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, esta casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Senhor José Fiuza Neto para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de El Salvador. O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou *curriculum vitae* do diplomata indicado: nascido em Natal-RN, em 19 de janeiro de 1949, filho de José Fiuza Filho e Cleuza Souza Fiuza, o Sr. José Fiuza Neto graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1972. Em 1980, ingressou na carreira diplomática e concluiu o Curso de Aperfeiçoamento do Diplomata em 1985 e o Curso de Altos Estudos, em 2000, ambos do Instituto Rio Branco. Neste último, apresentou tese intitulada *“Tendências do Relacionamento da África do Sul com Angola: do apartheid à política externa da nova República da África do Sul”*.

O diplomata ascendeu a Conselheiro em 1997, a Ministro de Segunda Classe em 2004. Em 2009, passou para o Quadro Especial e, em 2010, foi promovido a Ministro de Primeira Classe no Quadro Especial. Entre as funções desempenhadas na Chancelaria destacam-se as de Chefe, substituto, da Divisão da América Meridional I, em 1996 e substituto e Chefe da Divisão da África II, entre 1996 e 1998.

No exterior, exerceu, entre outros, os cargos de Cônsul na Cidade do Cabo, de 1998 a 2000; Conselheiro e Encarregado de Negócios na Embaixada em Madri, entre 2000 e 2004; Conselheiro, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios na Embaixada em Quito, de 2004 a 2008; Embaixador em Conacri,

de 2008 até o presente, tendo acumulado com a embaixada em Serra Leoa desde 2009.

Para avaliação do aspecto das relações bilaterais entre Brasil e El Salvador, leve-se em consideração a avaliação elaborada pelo Ministério das Relações Exteriores, anexada à Mensagem presidencial, de onde retiramos as informações que consideramos mais relevantes.

A República de El Salvador, cuja capital é São Salvador, ocupa área de 21.040 km² e tem população de 6,2 milhões de habitantes, sendo que destes, 2,5 milhões moram nos Estados Unidos. Seu produto interno bruto é de US\$ 43,64 bilhões, o que lhe propicia PIB per capita de US\$ 7.724. No país habitam 350 brasileiros.

Faço questão de citar que, entre esses 350 brasileiros, está a Primeira– Dama do país.

O Brasil mantém, desde 1906, relações cordiais com El Salvador. As relações bilaterais estreitaram-se nos últimos anos – primeiramente, no contexto geral de aproximação do Brasil com a América Central e o Caribe, e, mais recentemente, com a chegada de Mauricio Funes – um jornalista muito conhecido no país, grande admirador do modelo brasileiro de desenvolvimento – à Presidência salvadorenha.

A cooperação técnica tem sido o principal instrumento de aproximação entre Brasil e El Salvador. O programa de cooperação concentra-se na transmissão de conhecimentos em áreas em que o Brasil dispõe de experiência, sobretudo no plano social, adaptando-a à realidade local.

Adicionalmente, a assistência humanitária prestada pelo Brasil tem-se configurado em peça-chave das relações bilaterais.

O comércio bilateral é fortemente superavitário para o Brasil.

Os principais itens da pauta são aeronaves – a Taca Airlines, que é a transportadora da América Central, tem aviões brasileiros –, maquinário elétrico e mecânico, veículos e produtos de alumínio. Pelo lado salvadorenho, importamos especialmente pescado, itens de vestuário e máquinas e produtos elétricos. O intercâmbio comercial chegou em 2010 a US\$1,7 bilhão.

Por ocasião da Cúpula de Chefes de Estado e de Governo dos Países Membros do Sistema de Integração Centro-Americano (SICA) e do Brasil, em São Salvador, em 29 de maio de 2008, os Presidentes decidiram aprofundar as relações econômicas entre os países daquela região e do Mercosul e instruíram seus Ministros a considerarem os termos de instrumento que permitisse promover a expansão equilibrada do comércio, integração produtiva e investimentos recíprocos. Apesar das sinalizações iniciais positivas, di-

versos fatores contribuíram para que o tema não evoluísse, o que esperamos venha a ser superado pelo novo Embaixador.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste relatório.

Esse é o meu parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do § 2º, art. 3º, do Ato nº 1, de 2011, desta Comissão de Relações Exteriores.

Dito isso, devolvo a presidência ao seu titular.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Srs. Senadores, passamos ao Item nº 7.

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 61, DE 2012

– Não Terminativo –

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Belize, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados.

A relatoria está com o Senador Eduardo Lopes, pela aprovação da matéria.

Concedo a palavra ao Sr. Senador Eduardo Lopes, para proferir seu relatório.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Obrigado, Presidente.

Aproveito para cumprimentar todos os presentes. Vamos ao relatório.

É submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 61, de 2012, cuja ementa está acima epigrafada.

O texto do referido Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Belize, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010, foi encaminhado à apreciação do Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 589, de 11 de outubro de 2010, do Presidente da República.

A mensagem presidencial é acompanhada de exposição de motivos do Ministério das Relações Exteriores, na qual se destaca que a cooperação contribuirá não somente para o progresso das Nações, mas também para o conhecimento cada vez mais amplo da cultura dos países, e que as partes acordaram em fixar um marco geral que ordena, fortalece e incrementa suas relações no campo cultural.

A execução do Acordo será supervisionada por uma Comissão Mista, que, no Brasil, será coordenada pelo Ministério das Relações Exteriores e, em Belize, pelos Ministérios da Cultura e das Relações Exteriores.

Vamos agora à análise.

Nos termos do art. 103, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais.

A proposição não apresenta vício de constitucionalidade. Está de acordo com o art. 49, I, e o art. 84, VIII, ambos da Constituição Federal.

Tampouco verificamos vícios quanto a sua juridicidade.

No mérito, há de se registrar que o presente acordo vem ao encontro do disposto no art. 4º, inciso IX e parágrafo único, da Constituição Federal, que prevêem que a República Federativa do Brasil se regerá em suas relações internacionais pela cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e buscará a integração entre os povos, inclusive no que diz respeito ao aspecto cultural.

Aliás, a cooperação cultural ganha especial relevo dentro de uma sociedade globalizada, onde se cria ambiente propício para a padronização de hábitos, costumes e valores. Em outros termos, corre-se o risco de se perder a diversidade cultural existente entre os povos.

Sob esse ponto de vista, estima-se que o acordo em exame, ao buscar o fortalecimento das relações de amizade, deverá elevar o nível de conhecimento entre ambos os países. É nesse sentido que se prevê o estímulo ao intercâmbio de experiências, bem como a cooperação nos campos literário, da restauração, proteção e conservação do patrimônio cultural, inclusive o imaterial; a cooperação entre bibliotecas e arquivos; e, também, entre outras, a cooperação nos campos da transmissão radiofônica, do cinema e da televisão.

Estamos certos de que medidas que estimulem tais possibilidades de cooperação, as quais deverão ser supervisionadas por uma comissão mista, permitirão, de um lado, a aproximação cultural entre Brasil e Belize, e, de outro, a reafirmação dos valores da cultura de cada um de seus povos.

Assim, vou ao voto.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 61, de 2012.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Obrigado, Senador Eduardo Lopes.

Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Com a palavra o Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, tenho que fazer a leitura do relatório do vencido dos requerimentos que foram votados na reunião anterior. Solicito de V. Ex^a a devida permissão para fazer, primeiro, a leitura dos requerimentos que estarão sob a análise desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – De acordo, Senador.

REQUERIMENTO Nº 115, de 2012

Requer, nos termos do inciso II do art. 4º da Constituição Federal e nos termos do inciso IV do art. 103 e item 4, letra “a”, do inciso III do art. 235 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam transmitidos ao Governo de Cuba o apelo e a manifestação do Senado Federal, no sentido de que Cuba providencie o indulto geral aos aprisionados por posicionamentos políticos ou de consciência e autorize todos os seus habitantes a poderem entrar e sair de seu país, mesmo aqueles que criticam o regime político estabelecido na ilha.

Autoria: Senador Eduardo Suplicy.

Relator do vencido: Senador Randolfe Rodrigues.

Observações:

– Em reunião realizada no dia 22 de março do corrente, sendo vencido o Relator, foi designado o Senador Randolfe Rodrigues para relatar o parecer vencedor, nos termos do art. 128 do Regimento Interno do Senado Federal.

– Votaram vencidos a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon.

– Assinou sem voto o Senador Eduardo Suplicy, autor da matéria, considerando sua presença para efeito de quórum, nos termos do art. 132, § 8º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues para apresentar o parecer vencedor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, designado por essa Presidência, nos termos do art. 128 combinado com o art. 132, §

5º, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, apresentamos aqui o relatório do vencido.

Na reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional realizada no dia 22 de março de 2012, o Requerimento nº 115, de 2012, de iniciativa do Senador Eduardo Suplicy, com a ementa em epígrafe, foi incluído como item nº 14.

O Relator da matéria, Senador Pedro Simon, opinou favoravelmente ao requerimento sem aposição de emenda.

Submetido o parecer à votação, após rico debate, a Comissão deliberou pela rejeição do relatório, tendo sido o Senador signatário designado para relatar o vencido.

A tese que prevaleceu, defendida pela maioria do colegiado, foi a de que o requerimento poderia apresentar laivos de intervenção em assuntos internos daquele país e que, portanto, não seria adequada a pretendida manifestação pelo Senado Federal da República Federativa do Brasil.

No contexto da discussão, o Presidente Fernando Collor relembrou um emblemático episódio das relações Estados Unidos-China, que fez com que o país norte-americano parasse de reivindicar direitos de imigração para o povo do país asiático, corroborando, assim, na prática, a postura de não se aprovar aqui manifestação no mesmo sentido em relação a Cuba.

Vale dizer que, no episódio dos balseiros, os Estados Unidos experimentaram essa situação, tendo que, após acertos com o governo cubano, devolver milhares de imigrantes à ilha.

Manifestaram-se ainda contra a proposição o Senador Delcídio do Amaral, que pronunciou vibrante libelo de solidariedade ao povo cubano, e a Senadora Vanessa Grazziotin, que focou a sua argumentação principalmente na tese de não intervencionismo em assuntos internos.

Posto em votação, o Requerimento nº 115, de 2012, foi rejeitado por cinco votos contra três, devendo assim ser arquivado.

Este, o relatório do vencido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Obrigado, Senador Randolfe Rodrigues.

Observando o disposto no §5º do art. 132 do RISF e tendo a Comissão tomado conhecimento do parecer vencedor, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, a matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Eu gostaria, Sr. Presidente, de me manifestar a respeito.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Com todo direito e com todo o carinho, a Mesa recebe a opinião de V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, com todo o carinho e todo o respeito que tenho pelo Senador Randolfe Rodrigues, pela Senadora Vanessa Grazziotin e pelos três outros que votaram a favor na ocasião, eu tinha a convicção de que, houvesse aqui um plenário mais cheio do que apenas os dez que estavam presentes, o resultado teria sido outro. Foi até muito equilibrado.

Eu considero que, da mesma maneira que nós propusemos ao governo dos Estados Unidos que possa acabar com o bloqueio, com o embargo a Cuba, que possa fechar a prisão de Guantánamo, o que, aliás, é proposta do Presidente Barack Obama, faltando apenas o Congresso Nacional norte-americano aprová-la, e possa também conceder anistia aos cinco prisioneiros cubanos que são considerados heróis em Cuba, objeto do livro tão significativo de Fernando Moraes, nós também poderemos transmitir – e de forma amiga – às autoridades cubanas que será próprio que eles também concedam liberdade aos prisioneiros de consciência política e efetivem aquilo que já assinaram em acordo da ONU, pelo qual as pessoas possam entrar em Cuba e de lá sair com liberdade, inclusive a blogueira Yoani Sanchez, em que pese ela ser crítica de alguns aspectos daquilo que acontece em Cuba.

Ainda anteontem e ontem, o Papa Bento XVI foi recebido pelo Comandante Fidel Castro, ex-presidente da república, bem como pelo atual Presidente, Raúl Castro. Hoje, a imprensa informa que Bento XVI conversou com as autoridades cubanas, com o próprio Presidente Raúl Castro e, certamente, acredito, com Fidel Castro a respeito dos dissidentes ali em Cuba.

E tenho a convicção – convicção baseada em declarações, como, por exemplo, do Presidente George Walker Bush... Outro dia, em diálogo com o embaixador norte-americano aqui no Brasil, S. S^a me informou que o Presidente George Walker Bush, anterior a Barack Obama, que, inclusive, manifestou uma vontade de restabelecer proximidade com Cuba, teria dito que, na medida em que houver sinais por parte do governo cubano no sentido de maior liberdade de expressão, os Estados Unidos, então, estarão mais rapidamente acabando com o bloqueio.

Portanto, os dois requerimentos, de alguma forma, se relacionam. Eu até os separei para que fossem votados independentemente, até porque percebi que alguns gostariam de votar um e, talvez, não no outro. Mas eu, tendo em conta essas considerações, Sr. Presidente, resolvi apresentar, como é regimental, um recurso para que a decisão que aqui tão apertada-

damente foi considerada vencedora possa ser reexaminada pelo Plenário.

E, para que o recurso possa ser apreciado, se fazem necessárias nove assinaturas, dez por cento dos oitenta e um Senadores. Não conversei com os oitenta e um Senadores, mas já obtive muito mais do que isso, vinte e nove ou trinta assinaturas. Esse documento foi entregue ontem à Mesa do Senado. A Dr^a Claudia me informou que, para seja considerado, faz-se necessário que – acaba de ser feito – a apresentação do vencido pelo Relator, Senador Randolfe Rodrigues, seja aqui lido e encaminhado à Mesa. Peço, então, que seja logo encaminhado para que, então, o recurso possa ser considerado.

Já marquei um possível almoço com 'o Relator do vencido porque ele disse que quer muito conversar comigo sobre Cuba, e eu terei maior alegria em fazê-lo, assim como com a Senadora Vanessa Grazziotin, por ser a Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Cuba, ao qual eu imagino pertencer, já que eu ali era sempre convidado para estar presente.

Quero aqui já adiantar que, como o próximo item trata justamente de propor que Cuba possa participar da reunião da Cúpula das Américas, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, quero dizer que votarei, com entusiasmo, na proposta de S. Ex^a. Portanto, o que tenho feito aqui sobre esse assunto, faço-o como amigo de Cuba, amigo inclusive de quem tem afinidade – está nas observações que coloquei – com o que disse a nossa Presidenta da República quando observou, na cerimônia do Jornal *Folha de S. Paulo*, que todos nós devemos preferir um milhão de vezes o som das vozes críticas de uma imprensa livre ao silêncio das ditaduras.

Sempre achei muito importantes as observações de uma das principais pessoas de grande significado na história da construção do socialismo, quando, por exemplo, a Sr^a Rosa de Luxemburgo observava que liberdade apenas para aqueles que concordam conosco, com quem está no poder, com o partido que está no poder não é efetivamente liberdade. Liberdade é podermos ouvir aqueles que discordam de nós. É por essa razão que eu apresentei esse requerimento para o recurso, assinado, inclusive, por V. Ex^a, a quem agradeço pelo apoio a essa iniciativa. Inclusive agradeço ao Senador Pedro Simon, que foi o relator dos pareceres favoráveis a ambos os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque Bloco/PDT – DF) – Senador Suplicy, é um direito pleno seu fazer a apresentação dessa solicitação, que a Mesa acata e envia imediatamente ao Plenário.

ITEM 9**REQUERIMENTO Nº 14, DE 2012**

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional do Senado Federal encaminhe MOÇÃO à Cúpula das Américas APOIAN-DO a inclusão de Cuba na referida Cúpula.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin.

Está em discussão o requerimento.

A Senadora Vanessa deseja se pronunciar?

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito rapidamente, Sr. Presidente, porque acho que o requerimento já fala por si.

Essa é uma posição não só do Governo brasileiro, mas de vários países que compõem a Cúpula das Américas, afinal de contas, é um fórum internacional que reúne a maior parte dos países americanos e caribenhos, no qual Cuba está tolhida de ter uma participação efetiva.

Nós apenas entendemos ser importante uma manifestação desta Comissão de Relações Exteriores para que possa também Cuba fazer parte desse fórum internacional.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Agradeço à Senadora Vanessa e coloco em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Está aprovado.

ITEM 10**REQUERIMENTO DA
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E
DEFESA NACIONAL Nº 15, de 2012**

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, tendo como convidada a Ministra Maria do Rosário Nunes, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, para dar ciência a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da situação vivida por mães e pais brasileiros que não conseguem manter a guarda de seus filhos, tendo em vista as diferenças de suporte legal que os diversos países adotam sobre a questão, bem como sobre as ações adotadas pelo Governo brasileiro para solucionar tais problemas.

Autoria: Senador Eduardo Suplicy.

Está em discussão o requerimento do Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Trata-se, Sr. Presidente, inclusive de uma sugestão

da própria Ministra Maria do Rosário. Achei muito relevante e por isso apresentei o requerimento. Ela gostaria de vir aqui, tendo em vista que diversos países têm, por vezes, criado dificuldades. Acho que V. Ex^a já acompanhou casos de mães que têm tido dificuldades para ter a guarda de seus filhos, que, às vezes, ficam no exterior em função da separação dos pais. É importante que asseguremos os direitos às mães e aos pais, quando for o caso, e tem havido muitos casos. Por isso ela sugeriu de ela própria vir aqui dialogar conosco a respeito.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Está aprovado o requerimento do Senador Suplicy.

ITEM 11**REQUERIMENTO DA
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E
DEFESA NACIONAL Nº 15, de 2012**

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater a matéria do jornal “O Estado de São Paulo”, publicada no dia 10 de março próximo passado, cujo título é “Por milhões de dólares, índios vendem direitos sobre terras da Amazônia”, sendo convidados para tanto: Sr. MÁRCIO AUGUSTO FREITAS DE MEIRA, presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI; Sr. MARTINHO BORUM, presidente da Associação Indígena Pusuru; Sr. ROBERTO CRUXI, Vice-Prefeito do Município de Jacareacanga/PA; Sr. JOÃO BORGES ANDRADE, Diretor da empresa Celestial Green no Brasil.

Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti.

Em discussão o requerimento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, ainda hoje apresentei e requeri que fosse transcrito aqui um artigo do Prof. Dalmo de Abreu Dallari, onde ele coloca com muita clareza que não há possibilidade disso que foi registrado com essa manchete no jornal *O Estado de S. Paulo* porque a Constituição brasileira não permite que índios vendam terras.

Então, quero sugerir que o Prof. Dalmo de Abreu Dallari... Acho que o artigo está aí, em que ele explica muito bem – e até sugiro que V. Ex^a possa ler – que não há fundamento naquela notícia da maneira como foi publicada. Portanto, minha sugestão... Tudo bem que esse assunto seja debatido, mas que o Prof. Dalmo Gabriel Dallari possa ser incluído entre os convidados. É a sugestão que formulo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Ótima sugestão.

Estamos somente o Senador Suplicy e eu, e nós dois a favor, então nem precisa colocar em votação a inclusão do nome do Prof. Dalmo Dallari.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Tenho certeza de que o Senador Mozarildo Cavalcanti também consideraria bom, porque se trata de um dos maiores juristas brasileiros e poderia esclarecer esse assunto muito bem, como ele o faz no artigo, que vou ler da tribuna do Senado hoje.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Está em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento do Senador Mozarildo.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Com esse acréscimo; o Prof. Dalmo Dallari incluído.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Com esse acréscimo.

ITEM Nº 12:

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 17, de 2012

É de autoria do Senador Fernando Collor, Presidente desta Comissão.

Nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, combinados com o art. 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizada, por esta Comissão, audiência pública conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, com a participação do ex-ministro da Justiça de Israel, Sr. Yossi Beilin, e do ex-ministro da Cultura da Autoridade Palestina, Yasser Abbed Rabbo, com o objetivo de resgatar e homenagear a Iniciativa de Genebra, modelo para um acordo de paz e de criação do Estado Palestino.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento do Senador Collor. Este foi o último item.

O item 8 foi retirado de pauta; todos os demais foram votados.

Antes de encerrar a presente reunião, agradecendo a presença de todos os Srs. Senadores, informo que a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, presidida pelo Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores, que sou eu próprio, realizará

hoje, às 18 horas, neste plenário, audiência pública para defender o tema: “Consumo Supérfluo: como diminuí-lo?”, com os seguintes convidados: Sr^a Lisa Gunn, Coordenadora Executiva do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor; Sr^a Vana Tércia Silva de Freitas, Analista Ambiental da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Departamento de Produção e Consumo Sustentáveis do Ministério do Meio Ambiente; e o Sr. Edson Franco, Coordenador do Grupo Nacional sobre Decrescimento.

Por fim, convoco nossa próxima reunião, a ser realizada na segunda-feira, dia 9 de abril, às 18 horas, neste plenário, dando continuidade à série de audiências públicas Rumos da Política Externa Brasileira (2011/2012), com apresentação do sétimo painel, sob o título: “Terrorismo, Ilícitos Transnacionais e a Defesa Cibernética, principais ameaças terroristas, tráfico de pessoas, armas e drogas e defesa cibernética”, do quarto ciclo de audiências intituladas temas da agenda nacional, para cuja audiência estão convidados: General José Carlos dos Santos, Chefe do Centro de Defesa Cibernética do Exército; Dr. Bo Mathiasen, representante regional para o Brasil e o Cone Sul da United Nations Office on Drugs and Crime; Prof. Dr. Márcio Paulo Buzanelli, Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; e o Prof. Dr. Jorge Henrique Cabral Fernandes, do Departamento de Ciências da Computação da Faculdade de Ciências da Informação da Universidade de Brasília.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 14 horas e 03 minutos.)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

ATA DA 2ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, REALIZADA PELA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA (3ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE (6ª REUNIÃO), DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, EM 1º DE MARÇO DE 2012, QUINTA-FEIRA ÀS 9 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e dezoito minutos do dia primeiro de março de dois mil e doze, na sala de Reuniões nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura; e do Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA reúnem-se conjuntamente a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI e a Comissão de Meio Ambiente,

Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, com a presença da Senhora Senadora e dos Senhores Senadores: **Blairo Maggi, Casildo Maldaner, Cyro Miranda, Delcídio do Amaral, Flexa Ribeiro, Francisco Dornelles, Inácio Arruda, Ivo Cassol, Jayme Campos, Jorge Viana, José Agripino, Pedro Taques, Romero Jucá, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves e Waldemir Moka.** Deixam de comparecer os demais Senadores. A Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da 2ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura e da 5ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, que são dadas como lidas e aprovadas. A Presidente concede a palavra ao Senador Blairo Maggi, que registra a presença do Vereador Mohamad Zaher (PR/MT), de Rondonópolis–MT. A Presidente comunica o recebimento do Aviso nº 41/2012, do Presidente em exercício do Tribunal de Contas da União, Ministro Walton Alencar Rodrigues, encaminhando informações, em mídia digital, referentes aos novos indícios de irregularidades graves nas obras do Porto Fluvial de Eirunepé/AM (processo nº TC-029.512/2011-5). A Presidente informa que o referido documento encontra-se a disposição dos Senhores Senadores na Secretaria desta Comissão. Registra-se, também, o recebimento do Ofício Circular nº 02/2012, do Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres, Bernardo Figueiredo, comunicando a realização da Audiência Pública nº 121/2011, na cidade do Rio de Janeiro, destinada ao recebimento de contribuições acerca das Minutas de Edital de Permissão e contrato de Permissão dos Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros, operados por ônibus do tipo rodoviário. Reitera, ainda, que sessões presenciais serão realizadas nas cidades de São Paulo, dia 16/02/2012; Salvador, dia 01/03/2012; e Brasília, dia 08/03/2012. **EXTRAPAUTA: ITEM 1 – REQUERIMENTO Nº 6, DE 2012–CI,** de autoria do Senador Jorge Viana, que requer “nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para discutir tarifas de passagens e rotas aéreas, especialmente para a Região Amazônica. As entidades convidadas são as seguintes: Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República; Agência Nacional de Aviação Civil; e Empresas aéreas nacionais e regionais.” Aprovado. **ITEM 2 – REQUERIMENTO Nº 7, DE 2012–CI,** de autoria dos Senadores Pedro Taques, Lúcia Vânia e Blairo Maggi, que requer “nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para que esta Comissão possa

inteirar-se do andamento, cumprimento de cronogramas e prestação de contas da construção da Ferrovia de Integração Centro-Oeste.” Aprovado. A Presidente convida os Senhores expositores a tomarem assento à mesa: o **Exmo. Sr. Wagner Bittencourt de Oliveira**, Ministro-Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República – SAC/PR; o **Sr. Antonio Gustavo Matos do Vale**, Presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO; e o **Sr. Marcelo Pacheco dos Guarany**s, Diretor Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC. A Presidente informa que a presente reunião destina-se à realização da Audiência Pública, em cumprimento aos Requerimentos nº 005/2012– CI, de iniciativa do Senador Francisco Dornelles, e nº 11– CMA, de iniciativa do Senador Jorge Viana, com a finalidade de prestar esclarecimentos acerca dos leilões dos aeroportos de Cumbica, Viracopos e Brasília. A Presidente concede a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. A seguir, a Presidente concede a palavra aos convidados. Após a apresentação desses, usam da palavra os Senadores Francisco Dornelles, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Delcídio do Amaral, Casildo Maldaner, Blairo Maggi e José Agripino. Os convidados respondem os questionamentos. A Presidente registra a presença do Deputado Federal Anthony Garotinho (PR/RJ). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e oito minutos, lavrando nós, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão de Serviços de Infraestrutura, e Leany Barreiro de Sousa Lemos, Secretária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura. – Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura em conjunto com a 6ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permanecem como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Antes de fazer os comunicados, gostaria de passar a palavra ao senador Blairo Maggi, para que faça seus cumprimentos.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Bom dia, Sr^a Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, Presidente Lúcia Vânia, pedi para falar agora só para registrar a presença do Vereador Mohamed Zaher, da cidade de Rondonópolis, onde moro há quase 30 anos. Ele está visitando o Senado Federal, então dou as boas-vindas e desejo que ele, em sua passagem por Brasília – já que ele tem vários assuntos a tratar –, tenha sucesso, Mohamed, porque nós, Senadores, não estamos conseguindo. Talvez você consiga aqui em Brasília.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Cumprimento o Vereador e lhe dou boas-vindas. Comunicados.

Comunico o recebimento do Aviso nº 41, de 2012, do Presidente em Exercício do Tribunal de Contas da União, Ministro Walton Alencar Rodrigues, encaminhando informações em mídia digital referentes aos novos indícios de irregularidades na obras do Porto Fluvial de Eirunepé, no Amazonas.

O referido documento encontra-se à disposição dos Srs. Senadores e na secretaria desta Comissão.

Registro também o recebimento do Ofício Circular nº 2, de 2012, do Diretor-Geral da Agência Nacional de Transporte Terrestre, Bernardo Figueiredo, comunicando a realização de Audiência Pública nº 121, de 2011, na cidade do Rio de Janeiro, destinada ao recebimento de contribuições acerca das minutas do edital de permissão e contrato de permissão dos serviços de transporte rodoviário interestadual de passageiros operados por ônibus do tipo rodoviário.

Reitero ainda que sessões presenciais serão realizadas na cidade de São Paulo, no dia 16/12/2012; Salvador, dia 01/03/2012; Brasília, 08/03/2012.

Para o cumprimento das normas regimentais, submeto à deliberação das Sr^{as} e dos Srs. Senadores o requerimento abaixo:

REQUERIMENTO

Requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para discutir tarifas de passagens e rotas aéreas, especialmente para a região Amazônica.

Autor: Senador Jorge Viana.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

REQUERIMENTO

Requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para que esta Comissão possa inteirar-se do andamento, cumprimento de cronogramas e prestação de contas de construção da Ferrovia de Integração Centro-Oeste.

Autores: Senadores Pedro Taques, Lúcia Vânia e Blairo Maggi.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Solicito a presença do Sr. Ministro Wagner Bittencourt de Oliveira, do Sr. Marcelo Pacheco dos Guarany e do Sr. Antonio Gustavo Matos do Vale ao plenário desta Comissão. *(Pausa.)*

Cumprimento o Ministro Wagner Bittencourt de Oliveira, o Sr. Marcelo Pacheco dos Guarany, o Sr. Antonio Gustavo Matos do Vale e quero dizer que é uma honra para esta Comissão recebê-los aqui para mais uma audiência pública.

Gostaria de dizer que o Ministro Wagner Bittencourt tem sido muito solícito com a Comissão de Infraestrutura, respondendo a nossas demandas e sempre presente para responder às dúvidas aqui suscitadas.

Portanto, os nossos agradecimentos, meu e do Senador Blairo Maggi, como Vice-Presidente desta Comissão.

Srs. Senadores, senhoras e senhores convidados, o tema que aqui será tratado é da maior relevância para o País, na medida em que testemunhamos uma nova fase da era das privatizações dos serviços públicos realizada agora sob os auspícios de um novo governo.

O Brasil vive, já há alguns anos, uma grave crise no setor de infraestrutura, em particular na aviação civil, o que pode comprometer severamente, em curto prazo, os eventos internacionais que o Brasil sediará e, em longo prazo, o próprio futuro da Nação.

Temos visto, na verdade, um paradoxo sem precedentes. Nunca o brasileiro viajou tanto e nunca o estrangeiro visitou tanto o nosso País. A economia cresce, mas o setor nacional de aviação civil parece não acompanhar essa trajetória ascendente e, ao contrário, caminha no sentido diametralmente oposto.

Lembro às senhoras e aos senhores aqui presentes que a Comissão de Infraestrutura inclusive já promoveu audiência pública no início de 2011 para discutir o estudo do IPEA que mostra as obras de ampliação de nove dos doze aeroportos das cidades que sediarão os jogos da Copa de 2014.

Estamos, portanto, diante de um quadro delicado. A privatização de alguns setores já se revelou um avanço para o País, além de ter servido aos fundamentos da atual competitividade internacional de que o Brasil desfruta em algumas áreas, na medida em que melhorou a infraestrutura nacional e impulsionou o crescimento econômico. Além disso, a experiência internacional revela que são raros os aeroportos nas mãos do poder público. Essas privatizações, portanto, inauguram uma nova era para o setor aéreo, na medida em que rompem com o paradigma dos aeroportos estatais.

Por isso os recentes leilões realizados nos aeroportos de Cumbica, Viracopos e Brasília têm sido acompanhados com muita atenção e, via de consequência, despertam muitas dúvidas acerca de sua eficácia, de seu modelo de privatização adotado, dos procedimentos licitatórios e, sobretudo, acerca dos resultados prometidos.

Além disso, divulgados os resultados, algumas surpresas se evidenciaram. Constatou-se de que houve forte participação estatal nos leilões. Grandes e tradicionais grupos de empreiteiras deram espaço a fundos de pensão, o que demonstra que o capital de origem privada foi coadjuvante no processo. No mais, há relatos de que alguns consórcios vencedores já teriam histórico de problemas na gestão de negócios anteriores.

Enfim, dúvidas como essas também ecoam no Senado Federal e precisam ser respondidas. Afinal há mais aeroportos na lista de privatizações. Os próximos deverão ser Galeão, Confins e Recife, que o Governo estima só ofertar no ano que vem.

Por tais razões, que se somam às preocupações do Senador Francisco Dornelles, a presente reunião servirá como mais uma oportunidade para os órgãos diretamente responsáveis e envolvidos neste processo possam prestar os seus esclarecimentos e responder aos questionamentos que lhes forem postos.

Antes de passar a palavra aos expositores, concedo a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg, que é Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para fazer as suas considerações em nome daquela Comissão.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Infraestrutura.

Quero parabenizar V. Ex^a pela excelente condução dessa Comissão e cumprimentar o Senador Blairo Maggi, Vice-Presidente, e, de forma muito especial, os convidados de hoje, Ministro Wagner Bittencourt de Oliveira, Ministro-Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República; Dr. Antonio Gustavo Matos do Vale, Presidente da Infraero; e o Sr. Marcelo Pacheco dos Guaranys, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil.

De forma muito especial, quero cumprimentar o Senador Francisco Dornelles, autor do requerimento e decano desta Casa, que nos ensina todo dia com a sua experiência e o seu compromisso público.

Este tema é um tema de grande interesse nesta Casa. Basta registrar que esta é a segunda audiência pública realizada esta semana sobre aviação civil. Houve uma na terça-feira, com enfoque na questão da prestação de serviços ao consumidor; e, agora, recentemente, esta Comissão de Infraestrutura criou uma subcomissão para tratar da aviação civil não apenas pelos grandes eventos que o Brasil vai sediar, como a Rio+20, este ano, mas especialmente a Copa do Mundo, em 2014, e as Olimpíadas, em 2016, mas pelo fato de que a demanda pelo serviço de aviação civil vem crescendo nos últimos anos no nosso País em função de um grande programa de inclusão social, de uma grande melhoria econômica do País. Isso tem causado diversos problemas tanto na oferta dos serviços pelas companhias aéreas como também na oferta de infraestrutura.

Este debate já vem há alguns anos: é melhor que o Governo mantenha o controle dos aeroportos ou é melhor um sistema de concessão, como foi adotado agora recentemente nos três aeroportos? Aqui eu cito especificamente o aeroporto de Brasília. Além desse debate, que certamente permeará ainda por muitos meses, se é privatização, se é concessão dos aeroportos, o que é importante é que o serviço oferecido à população seja um serviço de melhor qualidade, que isso tudo seja feito com muita transparência e que as obras de infraestrutura a serem realizadas nos aeroportos brasileiros não apenas para atender os turistas que vão participar desses grandes eventos, mas, sobretudo, para atender a população brasileira no seu dia a dia, sejam as melhores possíveis.

Portanto, quero cumprimentar o Senador Francisco Dornelles pela iniciativa e dizer que este debate é de grande interesse nacional.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Informo que, para melhor andamento dos trabalhos, vou conceder o tempo de dez minutos, prorrogáveis por mais dez minutos

Concedo a palavra ao Exm^o Sr. Wagner Bittencourt de Oliveira, Ministro-Chefe da Secretaria de Aviação da Presidência da República.

O SR. WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA

– Bom dia, Presidenta Lucia Vânia, da Comissão de Infraestrutura, a quem agradeço muito a oportunidade de mais uma vez estar aqui no Senado e prestar um pouco de informação a respeito dos trabalhos que têm sido desenvolvidos pela Secretaria.

Queria cumprimentar também o Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente; o Senador Blairo Maggi, Vice-Presidente da Comissão de Infraestrutura; o Senador Dornelles, presente aqui, que teve a delicadeza de nos convidar e dar esta oportunidade de discutirmos um pouquinho a questão dos aeroportos no País; e os meus colegas de Mesa, o Presidente da Infraero, Gustavo, e o Presidente, da Anac, o Guarany, que me ajudarão obviamente aqui nestes esclarecimentos que serão prestados.

Eu queria dar bom dia a todos.

Este assunto da aviação civil não digo que ele está na moda, mas ele é muito debatido e importante, porque, assim como outros modais de transporte no passado, como o rodoviário e o ferroviário, hoje em dia, com a difusão do transporte aéreo, com a possibilidade cada vez maior de as pessoas voarem, porque os preços das passagens caíram ao longo do tempo, em função de várias razões, o aumento da renda no País, o aéreo passou a ser um modal de transporte que, além dos outros vetores, passou a ser um vetor de desenvolvimento.

Portanto, é importante que nós tenhamos a capacidade de atender a essa demanda e à perspectiva de demanda futura, que, como a gente vai pretender demonstrar aqui nesta apresentação, continua a ser crescente.

Esse é um bom problema, é um problema que mostra que o País está crescendo e se desenvolvendo com um maior equilíbrio. Então, cabe a nós, cabe ao Governo reunir condições e mecanismos e instrumentos para que esse desenvolvimento do atendimento das necessidades da população aconteça.

Eu vou pedir licença, Senadora, para a gente fazer uma pequena apresentação, só para a gente organizar um pouquinho a nossa conversa. Eu combinei com os nossos colegas que eu faria uma pequena apresentação – ela não vai ser longa, eu prometo – pelo menos para dar um painel do que aconteceu, focando hoje, aqui, no nosso assunto, que é a questão das concessões, como uma forma de a gente orientar um pouquinho as conversas. E nós estaremos aqui depois – acho que o mais importante serão as perguntas, os debates –, para que as pessoas possam apresentar as suas

preocupações, as suas colocações. Então, vou pedir licença para fazer essa pequena apresentação.

Bom, nós vamos falar sobre a evolução do mercado. Como eu vinha dizendo, o País tem crescido muito, e esse crescimento, principalmente acelerado, nos últimos anos tem levado a que nós tenhamos tomado uma série de providências no sentido de atender à necessidade de melhorar a infraestrutura, e não só melhorar a infraestrutura, mas melhorar a gestão e a governança dos aeroportos. Esse é um assunto também relevante.

Vou falar um pouquinho sobre os principais desafios causados por esse bom problema e chegar às condições dos aeroportos. Vamos falar um pouquinho sobre as características, o que nos levou a fazer uma modelagem do jeito que foi feita – tínhamos que atender aos interesses de várias vertentes – e também dos resultados que foram alcançados nesse primeiro leilão, que ainda está em fase – vou explicar isso também – de execução, e dos próximos passos que teremos.

Nós tivemos, nos últimos anos, um rápido crescimento da demanda pelo transporte aéreo. É um setor muito dinâmico, um setor muito competitivo, e nós precisávamos fazer com que a capacidade de infraestrutura necessária para ele pudesse andar nessa velocidade.

Nós tivemos, nos últimos anos, um crescimento da ordem de dois dígitos. Na média – vamos ver num quadro mais adiante –, dá 12,5%, em uma quantidade de anos recentes, mas nos últimos anos, particularmente, tivemos um crescimento muito grande. Isso fez com que a nossa infraestrutura tivesse certo estrangulamento. E precisávamos nos organizar e investir rapidamente para que essa capacidade que os aeroportos têm no País pudesse atender à demanda, que era crescente.

Isso, como eu disse, foi fruto do crescimento da renda, da redução do preço das passagens aéreas... Se a gente olhar de 2005 ou 2006 até o ano passado, caíram quase 50%. Foi uma queda real, significativa, de passagem. Claro que você tem oscilações no meio, mas a tendência é de queda, porque, como você teve um aumento da demanda, isso permitiu mais escalas para as empresas aéreas, o que reduziu o custo fixo.

Por outro lado, as empresas também investiram em equipamentos mais modernos. Nós temos uma frota de aviação regular no País que tem uma média, se não me engano, de sete anos, sete anos e meio, enquanto que a média de outros países é da ordem de quatorze. Então, temos uma aviação que está, vamos dizer, modernizada e que tende a se modernizar, porque elas estão investindo em equipamentos mais modernos. Esses aviões, normalmente, consomem menos combustível do que os mais antigos e, portanto, têm uma produtividade melhor.

Então, uma série de fatores levou a que os preços das passagens pudessem ter sido reduzidos ao longo do tempo. A perspectiva é que essa demanda continue a crescer nos próximos anos. E esse problema, que já aconteceu no passado, como ele tende a continuar crescendo, as pessoas tendem a entrar, a continuar entrando nesse mercado, pois está aumentando significativamente a participação da classe C nas viagens de avião, nós vamos precisar continuar correndo atrás dessa demanda. Mas a ideia é que a gente possa ter uma estratégia de sustentabilidade em longo prazo para que nós tenhamos uma condição de atender tranquilamente não só em termos de capacidade, mas em termos de qualidade, a população brasileira. Essa é a finalidade do esforço que nós todos estamos fazendo.

Como vemos ali – é só um número –, nós tínhamos 0,3 viagem por habitante contra 1,7 viagem por habitante em mercados desenvolvidos. Vamos chegar, estamos nos aproximando, obviamente, dessa tendência. Então, precisamos investir muito para atender à necessidade.

Por favor.

Bom, essa é a curva, como eu disse, de 12,5% de 2003 a 2011. Nós observamos, nessa escadinha, que, a partir do ano de 2008, nós tivemos um incremento muito grande no crescimento dos passageiros nos aeroportos brasileiros. Então, demonstra claramente que não só é um setor dinâmico que vinha crescendo, mas que ele tem, hoje, uma curva de uma inclinação muito maior do que acontecia no passado. Isso para todas as empresas, não só para a indústria de infraestrutura, se há um crescimento muito grande do mercado, é importante que você se estruture, prepare-se e invista para atender à demanda. Só que esses investimentos normalmente são de longo prazo, principalmente em infraestrutura. Mais um motivo para que nós tenhamos um planejamento, tenhamos uma estratégia de longo prazo, para que a gente não sofra estrangulamentos no futuro.

Por favor, o próximo.

Vemos aí outra curva, que mostra também o crescimento do transporte aéreo de 2005 a 2010, que deu 2015. Então, a gente vê que, quanto mais perto a gente vem chegando, a tendência de inclinação da curva é maior. A gente vê que o mercado doméstico é que puxa de forma significativa essa demanda, enquanto que o mercado internacional teve um crescimento, mas não tão expressivo e com uma curva tão inclinada como acontece no mercado doméstico.

Por favor.

Bom, aí quais são os desafios? Obviamente, a tendência de demanda crescente significa o quê?

Investimentos. Esses investimentos devem triplicar a capacidade dos aeroportos até 2030.

Essa tendência de crescimento faz com que nós precisássemos ter alguma forma de atender a isso. Obviamente, temos a Infraero, que tem feito seus investimentos, tem melhorado o seu desempenho operacional e vai melhorar ainda, porque ela está em processo de fortalecimento, de reestruturação, mas é um crescimento muito grande, seria um crescimento muito grande para qualquer país e, obviamente, precisaríamos ter alguma forma de utilizar instrumentos que fizessem com que nós pudéssemos atender adequadamente aos usuários.

Obviamente, esse crescimento tem que vir acompanhado com a melhoria de qualidade de serviço. Então, um dos pressupostos – a gente vai explicitar isso um pouquinho mais adiante – é introduzir mais concorrência no setor. O setor aéreo já é competitivo. As companhias aéreas podem definir seus padrões de preço, de concorrência, o que tem levado ao consumidor brasileiro a possibilidade de pagar preço menor na passagem.

Mas precisávamos também verificar a possibilidade de introduzir a concorrência no setor aeroportuário, fazer com que aeroportos também pudessem concorrer entre eles, serem mais bem geridos, serem mais bem administrados e, com isso, conseguir, por força de um resultado melhor, de uma produtividade melhor, transferir também, através de uma competição saudável, uma possibilidade de oferecer melhores serviços aeroportuários, dentro dos aeroportos, mas também permitir uma concorrência em conjunto com as companhias aéreas para que a gente tivesse uma continuidade de redução de preços de passagem e de tarifas para os consumidores, porque, lembrando, hoje em dia os aeroportos têm tarifas, que são tabeladas pelo Governo... As aeroportuárias, que são pagas pelos usuários, são controladas pelo Governo... Elas são teto. Os aeroportos poderão, entre eles, disputar essas companhias e passageiros reduzindo tarifas. Então, o que se quer é expandir a concorrência no sentido de ter não só melhor qualidade na prestação de serviços, mas capacidade nos aeroportos.

Teremos, como foi dito aqui, alguns eventos muito importantes, como Copa do Mundo, em 2014, Olimpíadas, em 2016, mas temos outros, talvez com movimento muito grande também, como o Encontro Mundial da Juventude, que vai acontecer no ano que vem, que vai ter um movimento muito grande, temos já este ano a Rio +20... Estamos trabalhando para estruturar um atendimento para que a gente tenha um tratamento VIP para todos esses eventos, para que a gente não tenha problemas, para que não soframos nenhum tipo

de estrangulamento e de problemas em termos de atendimento aos usuários.

Aí é que veio aquela necessidade. Se nós temos esse crescimento, se nós temos que atender adequadamente a população brasileira, nós precisamos de instrumentos. E existe, obviamente, uma série de instrumentos. Como eu disse, a Infraero investe, é uma empresa do setor público que tem operado ao longo desse tempo todos os nossos aeroportos, mas, em vista dessa necessidade de desenvolver esse setor e atender a demandas crescentes, se decidiu tomar a decisão de fazer as concessões dos aeroportos. E quais seriam os aeroportos que nós trabalharíamos em primeiro lugar? Trabalhamos os aeroportos que ou estavam numa situação de estrangulamento muito grande – é o caso de Guarulhos, Brasília também é um aeroporto muito demandado, com tendência grande de crescimento –, ou necessitavam de muitos investimentos – que é o caso de Viracopos, em São Paulo, que teve 7,5 milhões de passageiros transportados no ano passado, mas é o aeroporto com maior potencial de crescimento no Brasil. Esse aeroporto tem capacidade de chegar a 90 milhões de passageiros, tornando-se, possivelmente, o maior aeroporto da América Latina, obviamente isso ao longo do tempo. Era importante que tivéssemos essa possibilidade de desenvolver esses ativos que temos e que têm capacidade de atender os usuários em termos de transporte.

Por favor.

E aí, obviamente, tivemos, já esse ano, em 22 de agosto, o leilão do São Gonçalo do Amarante, que é um aeroporto que já está concedido para o setor e as obras devem começar nos próximos meses. Tivemos o leilão das concessões, em 6 de fevereiro deste ano, que está em processo de homologação, de Guarulhos, Viracopos e Brasília.

Por favor.

Quais são as características dessas concessões? O que a gente precisava observar, nessas concessões, para que a gente atingisse os objetivos, como eu disse, não só de aumentar a capacidade adequadamente, mas também atender com qualidade os usuários?

Quando você faz uma concessão de um serviço que não existe, por exemplo, um aeroporto novo, como foi São Gonçalo do Amarante, é uma coisa, vamos dizer, talvez, mais simples, porque você não tem algumas implicações que você tem quando você concede um ativo já existente.

Nesse caso, nós estávamos falando em três aeroportos importantes da malha da Infraero, importante para sua sustentabilidade, porque eram aeroportos que geravam resultados, geravam recursos para isso e tinham o potencial de gerar mais, mas precisavam

investir rapidamente. E precisávamos ter também uma observação de que os usuários que obviamente iam continuar a utilizar esses aeroportos que possivelmente viessem também fossem atendidos, ou seja, não fossem penalizados, de forma nenhuma, por esse processo de concessão. Então, tínhamos que olhar o usuário, melhorar a qualidade da vida dele, o conforto que ele teria.

Precisávamos olhar o lado da política pública. Porque, no País, nós estamos tratando – e a gente costuma falar muito sobre os grandes aeroportos, sobre os aeroportos troncais das capitais brasileiras, ou porque a Infraero está investindo, ou porque estamos fazendo concessão... Mas nós temos, no País, uma malha de 720 aeroportos aeródromos públicos. Desses aeródromos públicos, cerca de 130 aeródromos têm voos regulares. Conversando com as empresas aéreas que prestam esse tipo de serviço, a gente observa que elas têm uma necessidade de voar melhor, não só para os aeroportos que já recebem esse voo regular, mas também para outros aeroportos que hoje não são atendidos porque a infraestrutura não são adequadas: você não tem uma pista adequada, você não tem uma sinalização noturna adequada, você não tem um serviço de contra incêndio adequado. Enfim, uma série de restrições técnicas que impedem que isso aconteça.

Precisávamos, então, definir uma forma de atender também a essa malha brasileira, cada vez mais incorporar o Brasil no serviço aéreo, mas incorporar com qualidade de infraestrutura, com qualidade de serviços prestados. E, para isso, nós temos a observação que foi feita, de definir um programa de ação regional, que está sendo detalhado e ultimado no Governo, para que a gente possa atender essa necessidade. Então, esse programa é um grande programa, que, na concessão, observado de uma forma em que os recursos que virão da concessão, da contribuição do sistema, se virão para irrigar o Fundo Nacional da Aviação Civil, que já tem o Profar lá dentro, e que poderá, com isso, investir mais rapidamente e de forma mais adequada nos aeroportos.

Então, tínhamos que olhar por esse lado também, de uma política pública que atendesse isso. Obviamente, tínhamos que olhar o interesse do investidor. Tínhamos que fazer um processo que permitisse, obviamente, que ele tivesse o retorno adequado para seus investimentos, já que ele ia participar dessa parceria pública.

Então, também houve uma preocupação no sentido de que os investidores, de certa forma, fossem remunerados adequadamente com isso, mas, por outro lado, tivessem a obrigação de prestar um serviço de qualidade, *performance* operacional, conforto previsto

em contrato de concessão com padrões internacionais. Isso está previsto nos contratos. Os aeroportos serão obrigados a manter um nível de qualidade compatível com os melhores padrões internacionais. Nós não fizemos uma concessão que obrigava a fazer uma determinada obra, a fazer um determinado terminal, a só fazer isso. Lá existe uma obrigação, num primeiro momento, de construir terminais novos, porque a demanda é muito grande, mas não é uma obra, não é uma licitação de obra. Nós estamos obrigando ali a que o concessionário preste um serviço de qualidade, e existem índices de *performance* dentro do contrato que serão observados, que têm penalidades altíssimas, caso não sejam cumpridos, e que serão acompanhados, fiscalizados pela Anac e pela Secretaria ao longo do tempo. Com isso, poderemos garantir certamente uma qualidade aos usuários, que é uma das obrigações que temos.

Por outro lado, nós tínhamos que olhar também a Infraero. A Infraero é sócia minoritária do capital da companhia. Foi decidido por 49%. Por quê? É para ela tomar conta do aeroporto? Não é isso. O aeroporto será administrado privadamente. A administração será feita pelo sócio majoritário, que será o operador do aeroporto. Agora, a Infraero precisava, como eu disse, ter recursos necessários, porque a Infraero, hoje, tem 66 aeroportos. Desses 66, três, como eu me referi, importante para a malha, troncação da rede, gerador de recursos e com potencialidade de crescimento, estão sendo transferidos para a concessão privada. Como a Infraero poderia sustentar os seus outros aeroportos, que são aeroportos, numa grande parte, deficitários, são aeroportos menores? Por isso foi importante manter a Infraero como sócia desses aeroportos. Por quê? Porque os dividendos que ela receberá desses aeroportos, com o seu desenvolvimento, com o seu crescimento, servirão para que ela possa atender as suas necessidades de investimento.

A expectativa, como a gente viu nos leilões, eu vou me referir a isso mais na frente, é de que os aeroportos aumentem muito o seu faturamento, não só pelo crescimento de demanda, de passageiros – Guarulhos vai chegar a 54 milhões de passageiros, Brasília a mesma coisa, Viracopos vai chegar a 90 milhões de passageiros, então vai ter um crescimento grande de demanda e de receita por conta desses passageiros –, mas do *business*, dos negócios comerciais que serão desenvolvidos em torno desses aeroportos e que serão até maiores do que as receitas das próprias tarifas recebidas pelo aeroporto por causa dos passageiros. Então, com isso, vai ter um aumento muito grande de receitas nesses aeroportos, um resultado muito grande. O aeroporto é um ente que tem uma rentabilidade

muito maior e uma geração de caixa muito maior do que outros setores. Um aeroporto bem administrado tem uma geração de caixa da ordem de 60%.

A expectativa é de que a Infraero, com isso, receba dividendos, porque ela vai ter 49% do capital, então vai ser importante para a sua fonte de recursos para investir nos outros aeroportos. E, obviamente, como ela vai ser sócia, ela vai observar a gestão do empreendimento, vai observar a operação, vai observar as melhores práticas e, com isso, poderá transbordar dos aeroportos de que é sócia – e ela tem que aprender a ser sócia, pois esse vai ser um negócio dela – para os seus próprios aeroportos. Então, ela poderá praticar melhores práticas internacionais dentro dos seus aeroportos. Essa é a lógica do porquê da participação da Infraero.

Nesse ponto, eu queria só dar um clique naquele *hyperlink*. (Pausa.)

O modelo societário. Na verdade, você tem um acionista privado, com 51%, que poderá ter vários sócios, dependendo de cada um; a Infraero, com 49%; e um acordo de acionistas entre eles, que foi publicado nas minutas do edital e está previsto no acordo, em todo o processo de concessão, que serão os sócios da concessionária. Essa concessionária tem a responsabilidade de pagar toda a outorga e, obviamente, investir nos aeroportos. Agora, os acionistas serão estes: um acionista privado, com 51%, e ele pode ter vários associados; a Infraero, como sócia minoritária, com 49%, semelhante a algumas operações que já existem até no setor elétrico das parcerias da Eletrobrás com o setor privado; e um acordo de acionistas, obviamente como tem também no setor elétrico, ligando esses dois acionistas. Então, essa é a estrutura que foi montada e foi assim que foi realizado o leilão de concessão.

Por favor.

A grande pergunta: vai haver aumento de tarifas? Não há aumento de tarifa nenhuma para os passageiros. Foi uma preocupação do Governo não levar o ônus ao passageiro, na medida em que fizéssemos isso. Na verdade, o que temos que levar para os passageiros são benfeitorias, melhores serviços, melhor qualidade e cada vez um preço menor pelo serviço.

Mas, se olharmos alguns aeroportos desse tipo, veremos que eles têm uma característica – e Brasília é um exemplo claro – de *hubs*, aeroportos que fazem conexão, e, hoje, anteriormente na nossa regra, não existia nenhuma tarifa de conexão, como existem em outros aeroportos do mundo, em outros países do mundo. Como alguns seriam necessariamente *hubs* e cresceria esse tipo de serviço prestado, o concessionário, para prestar esse serviço, precisaria investir. Ele vai receber mais gente e precisaria se preparar

para receber mais voos, porque é preciso lembrar que quem decide se uma viagem tem conexão ou não é a companhia aérea e não o passageiro. O passageiro, de preferência, voaria direto, por lógica. Então, não seria justo que o concessionário, que vai se preparar, que vai investir nos seus aeroportos para receber esses aviões, receber passageiros, que vai ter que ter o trabalho de tratar esses passageiros lá dentro, que vai aumentar os aeroportos por conta do número de voos de conexão e também atender usuários lá dentro, mais equipamentos, mais pessoal, não fosse remunerado por isso.

Houve uma discussão, uma avaliação durante o processo em que se definiu uma tarifa de conexão, que foi a mínima possível necessária, para que se tivesse um preço justo para quem fosse investir naqueles aeroportos com objetivo de atender as conexões que serão feitas, para quem fosse investir nos *hubs*. Então, foi criada uma tarifa de conexão que é paga pelas empresas aéreas e, portanto, não é paga pelos passageiros.

Os empregados da Infraero também era outro conjunto que tínhamos que levar necessariamente em consideração. É um ponto sensível. São pessoas. Temos que ter uma responsabilidade muito grande com eles. Tem que haver um equilíbrio.

Assim como no princípio – quando esse processo foi deflagrado, em junho do ano passado, começamos a conversar com os investidores privados, com potenciais interessados na concessão, no sentido de fazer uma modelagem, a mais equilibrada possível, a mais atrativa –, nós abrimos uma mesa com os sindicatos e fizemos uma série de reuniões em que houve uma grande discussão, um trabalho de esclarecimento e absorção de preocupações. Houve um consenso muito grande, e acho que o resultado do trabalho foi muito bom. Obviamente entendemos que a visão dos sindicatos é uma visão estratégica diferente, uma vez que para eles obviamente ter a concessão não seria a melhor solução, não seria a solução desejada, mas, como temos que atender preferencialmente os passageiros e usuários e havia necessidade de se fazer isso, eles entenderam. Discutimos numa mesa e chegamos ao equilíbrio em que nem os empregados serão demitidos, prejudicados e nem as companhias serão obrigadas a ficar com empregados que elas não queiram. Então, existe todo um mecanismo de balanceamento, porque, como a Infraero também vai crescer nos seus aeroportos, também terá necessidade de ter funcionários para operar. Existe todo um mecanismo de equilíbrio em que os empregados não serão prejudicados: ou permanecerão na Infraero ou migrarão

para concessionária, se assim for decidido por eles e pela concessionária.

Esse ponto também foi muito delicado, foi muito discutido, e acho que tivemos um sucesso razoável no sentido de procurar um diálogo e conseguir um equilíbrio do que fosse razoável com os empregados e com o setor sindical.

Essas preocupações todas nos levaram a fazer um modelo que, às vezes, aparentemente, parece complexo, mas tínhamos a necessidade de casar o objetivo de investir e de atender o usuário da melhor forma possível com o objetivo da política do Governo, que tem obrigação de atender não só os grandes aeroportos, mas os pequenos aeroportos dos Brasil – e temos que interiorizar cada vez mais o nosso desenvolvimento –, e com os interesses da Infraero, que tem a sua responsabilidade por mais de 63 aeroportos, e também dos empregados. Tivemos todo esse trabalho. Por isso, houve essa modelagem – digamos assim – que pode, na primeira mão, parecer complexa.

Por favor.

Acho que já falei um pouco disto, mas é importante: para onde vão os recursos arrecadados com as concessões?

A arrecadação vai chegar não só da contribuição ao sistema, paga ao longo do período de vida útil da concessão, mas também daquele percentual da receita bruta que será destinado para o fundo. A gente estima que possa aumentar três vezes mais do que nós temos hoje os recursos destinados para o desenvolvimento da aviação civil, principalmente para o desenvolvimento da aviação regional. Com isso, vamos garantir que os aeroportos do sistema se beneficiem dessa concessão, recebam esses recursos, melhorem a sua qualidade, atendam adequadamente às companhias aéreas e, obviamente, ofereçam o serviço adequado para a população que não está no eixo do grande centro do País, principalmente o litoral, e que precisa ter não só a qualidade de serviço adequadamente prestado, mas até a integração aos grandes centros, porque existem lugares no País que, se não tiver o avião, as pessoas levam dias para saírem e cheguem a um grande centro numa necessidade, para se locomoverem. Precisamos levar isso em consideração.

Este foi um dos pesos grandes que foi dado à questão da modelagem: como desenvolver o setor aeroviário no País, o setor aeroportuário no País, não somente os grandes aeroportos. Temos que integrar o País todo à malha. Com isso, obviamente, vamos irrigar melhor a malha troncal, e cada vez mais isso será um círculo virtuoso em que o País vai começar a se desenvolver de uma forma mais sustentável no setor.

A Anac terá a responsabilidade de regular e fiscalizar os aeroportos concedidos, garantindo segurança, qualidade de serviço e modicidade.

Aliás, a gente fala muito de concessão. Quando você concede, na verdade, o Governo continua a manter o controle desse setor, porque esse setor é um setor concessionado, assim como o setor de energia elétrica é concessionado e outros setores são concessionados. O Governo tem as suas agências reguladoras – no caso, é a Anac –, que têm a obrigação de prestar esse serviço de cada vez melhor atender com segurança, qualidade e observar a questão, quando se precisa, da modicidade tarifária.

Essas foram as características que permearam a preocupação do Governo no sentido de fazer um modelo que atendesse a necessidade de crescimento rápido da infraestrutura com qualidade e que não perdesse de vista as outras prioridades que existem e as especificidades dessa situação.

Por favor.

O processo de concessão começou em junho do ano passado. Foi – vamos dizer – previamente feito um trabalho.

Eu queria até, mais uma vez aqui, e já falei isso em outros lugares, observar um ponto.

Hoje, no Governo, temos uma estrutura muito grande e competente, para fazer esse trabalho de concessão, não só no caso de aeroportos, mas em todos os setores. Esse é um ativo muito importante para o Governo, porque temos mecanismos para fazer estudos e avaliações de uma forma bastante célere e competente. Além de empresas de consultoria que ajudam a modelagem e os estudos, esse é um esforço todo de Governo, que, obviamente, tem a Secretaria; que obviamente tem a Anac; que obviamente tem a Infraero; que tem o Decea, que não está aqui hoje, mas que participou e é um parceiro do setor, porque necessariamente é o controlador do espaço aéreo brasileiro, é o que nos dá a segurança nos voos. Além disso, nós temos uma estrutura no Governo. Essa equipe participou, fez esse trabalho, trabalhou durante todas essas semanas e conseguiu fazer o trabalho rapidamente e com qualidade. Todos eles participaram. Nós tínhamos pessoas do Planejamento, pessoas da Casa Civil, pessoas da Fazenda, pessoas do Tesouro. Enfim, nós tínhamos todo um time no Governo que trabalha – e trabalhou nisso – com afinco, varando noites e finais de semana.

Mais uma vez, agradeço o trabalho e a dedicação de todos eles. Se não fosse isso, nós não teríamos conseguido fazer esse trabalho. Então, esse é um ativo que nós temos no Governo que, às vezes, a gente não sabe, não tem oportunidade de conhecer. Eu gostaria

de frisar isso aqui hoje. Tivemos um trabalho feito com todo esse povo.

Além disso, tivemos, desde o princípio, conversas prévias com o Tribunal de Contas, mostrando o que iríamos fazer, conversando um pouco sobre a questão da estruturação, sobre a modelagem, mesmo antes de apresentar os estudos a ele, porque era importante que nós todos, Governo, e falo Governo *lato sensu*, não só Executivo, mas os órgãos que auxiliam, como o Tribunal de Contas, conversando também com a Procuradoria-Geral da República... Todos foram, de certa forma, colocados. Fizemos apresentação na terceira e quinta Câmara aqui em Brasília, dos Procuradores, para dar transparência ao processo que fizemos. Enfim, procuramos dar a maior transparência e ouvir da sociedade, não só da sociedade organizada, civil, mas também do próprio Governo e dos órgãos de controle, sugestões de como se poderia aprimorar isso. Tivemos um período grande de audiências e consultas públicas, que foram de setembro a outubro de 2011.

Pode passar a próxima, por favor.

Com isso, colhemos uma série de subsídios para os processos decisórios, para fazer com que essa modelagem fosse a mais adequada ou a mais perfeita possível. Obviamente, nada no mundo é perfeito, nada é isento de alguma melhoria; pelo contrário, tudo deve melhorar, evoluir, na vida. Procuramos ouvir as contribuições e balancear, porque, como eu disse, o processo, o modelo precisava de um equilíbrio, porque tinha vários interesses que precisavam ser sustentados. Algumas sugestões puderam ser atendidas, outras não, porque desequilibrariam o coração – que já expliquei, procurei explicar – da concessão.

Vieram muitas contribuições por escrito, e-mail, correio, protocolo, durante todo esse período, e tivemos também manifestações orais, porque realizamos audiências presenciais. Tivemos, na primeira fase, mais de 700 manifestações, todas respondidas individualmente, e aproximadamente 1.400 solicitações de esclarecimentos ao edital, todas respondidas individualmente também.

Procuramos dar a máxima transparência, participar o máximo possível o maior número de pessoas para que pudéssemos ter um aperfeiçoamento do processo.

Obrigado.

Depois desse processo todo, chegamos ao dia do leilão, uma das fases desse processo, que ainda está em andamento. No dia 6 de fevereiro, na Bolsa de São Paulo, houve um leilão que durou três horas, de que participaram onze consórcios com vinte e oito empresas, portanto, houve uma grande concorrência. Foram apresentadas vinte e duas propostas pelos três aeroportos. Foi um leilão que foi modelado para ocorrer

de forma simultânea de forma a estimular a competição entre os interessados. Acho que foi um leilão de sucesso do ponto de vista de resultado, sem dúvida nenhuma. Tivemos uma contribuição ao sistema, que foi definida, bastante maior do que se estimava inicialmente.

Aliás, com relação à questão do valor das concessões, quem trabalha nisso há mais tempo sabe que é muito difícil acertar o valor de algum bem ou de algum ativo, principalmente ativos como esse, que têm uma perspectiva, uma potencialidade de negócios muito variável, muito variada. Em São Gonçalo do Amarante, tivemos 228% de ágio. Nesse leilão, tivemos ágios muito superiores ao de São Gonçalo do Amarante, o que demonstra que o setor aeroportuário é muito competitivo não só no mundo, mas particularmente no Brasil, que hoje atrai muitos investimentos. A segurança jurídica que se tem nos setores brasileiros, que são setores regulados, faz com que haja uma disputa muito grande entre os investidores que confiam nessa segurança e no potencial de negócios que pode ser desenvolvido principalmente num país em crescimento, e que vai continuar assim, porque tem uma massa de pessoas que vai entrar necessariamente no mercado cada vez mais.

Pode passar o próximo.

Queria só fazer alguns comentários sobre o resultado do leilão. Esse é o aeroporto de Guarulhos. Tivemos dez concorrentes e vemos o quê? O que é um ágio grande? É um ágio de 50%? É um ágio de 30%? Nós vemos que a avaliação da maioria dos investidores é de que esses aeroportos comportavam ágios da ordem de 300%. Se a gente olhar até o quarto colocado, é da ordem de duzentos e pouco, trezentos por cento, porque quem deu o lance – e é bom informar que esse aeroporto não teve nenhum lance, foi definido no primeiro lance, portanto, no papel, no primeiro envelope aberto – tinha pelo menos uma gordurinha para ir um pouco mais. A maioria dos investidores deu ágios significativos. Acima de 140%, 150% foram quase todos. Portanto, era um aeroporto que comportava ágio muito grande. O plano de negócios desses investidores – e não vou qualificar nenhum e nem comparar – viu que esse aeroporto comportava ágios muito grandes. São aeroportos cujo volume de negócios que vai gerar e o retorno que vai gerar são muito altos. A grande concentração é lá em cima.

Passar o próximo.

Viracopos foi o aeroporto que teve menos, vamos dizer assim, interessados, participantes. Tiveram quatro. Mesmo assim, saíram com ágios de 158%, e tiveram outros ágios realmente grandes. É bom olhar que também não houve disputa, quer dizer, não houve abertura de leilão, de voz, de viva voz.

Se a gente olhar, teve uma característica. Por que não escalaram os preços? Porque, pelo modelo de leilão, o aeroporto do investidor Envepar, como ele era o primeiro do outro aeroporto, ele congelou. Então, ele não entrou na disputa. A mesma coisa fez a OHL: a OHL ficou disputando o aeroporto de Brasília com outro concorrente, então, congelou e ficou do jeito que está. As informações que temos é que outros poderiam ter dado mais valor do que esse. Mesmo assim, tivemos um ágio de 158%, e um ágio significativo nos outros também como primeiro lance. A gente vê que era um aeroporto também que comportava ágios altos.

Pode passar o próximo.

Brasília. Para Brasília, temos ágios na casa de 600%, quase 700%. E a gente vê que também tem uma concentração ali. A maioria deu ágio acima de 200%. Chegamos a um ponto em que ágio de 200% a gente acha pouco. Antigamente, era um negócio absurdo. Mas, ali, se a gente olhar, a grande concentração, o terço de cima todo deu ágios acima de 200%, com concentração, pelo menos três, na ordem de 600%.

Então, a gente vê que esses aeroportos eram muito bons negócios. Comportavam, na verdade, por parte de todos os consórcios, um preço muito maior, o que demonstra que são bons negócios, são negócios seguros e que têm um potencial de crescimento grande, avaliado dessa forma pela maioria dos participantes do leilão.

Essa é uma característica que gostaria de realçar, porque acho que é um pouco esclarecedora do porquê de os números serem grandes. Porque todos eles avaliaram como bons negócios e que poderiam pagar preços muitos maiores do que a gente tinha definido como preço mínimo no leilão.

Por favor, o próximo.

Esses são alguns quadros mostrando uma possibilidade de como serão os aeroportos no futuro, o lance mínimo, informação da oferta vencedora, o ágio, o grupo que ganhou. Enfim, temos muitas informações técnicas, que vamos deixar com vocês, para ver o que poderá ser um aeroporto desse no futuro com os investimentos que foram feitos.

Por favor, passe o próximo.

Esse é o Viracopos...

Pode passar, por favor

... e o aeroporto de Brasília também.

Vamos para a próxima.

Quais são os próximos passos? Esse leilão de concessão prevê várias etapas. Obviamente vieram aquelas anteriores: estudos, consultas públicas, leilão, que foi no dia 6 de fevereiro. No dia 17 de fevereiro, houve a publicação da habilitação. Ontem, se encerrou o período de vista de documentos para todos os

interessados. De hoje até o dia 7 no máximo, teremos o período de interposição de recursos, como qualquer licitação. A previsão de homologação do resultado, a depender do que acontecer, será em 20 de março e a assinatura do contrato em 4 de maio.

A celeridade é necessária nesse processo porque nós precisamos obviamente de velocidade no início das obras, para que os concessionários tenham condições de cumprir sua obrigação de construir terminais, pistas e pátios que estão previstos na concessão em tempo adequado.

A gente fala da fase de transição na celebração do contrato, que será um período de seis meses, prorrogáveis por mais seis meses, em que a concessionária, junto com o aeroporto, vai fazer a passagem de bastão, porque, como eu disse, são aeroportos existentes operando e não se pode desligar o TAP num dia e ligar no outro. Não se faz uma troca de guarda. Isso não é assim. Tem que ser feito com responsabilidade. Não podemos deixar a qualidade do serviço cair; pelo contrário, temos que melhorar. Após esse período, o novo controlador assume o controle das operações totalmente.

Um exemplo do que vai acontecer nesta primeira fase até a Copa: em Guarulhos, existe a obrigação de construir um terminal de pelo menos sete milhões de passageiros/ano, mais pátios, estacionamento e acesso viário; em Vira Copos, um novo terminal de cinco milhões de passageiros/ano mais pátios, estacionamento e acesso viário; e, em Brasília, um novo terminal de pelo menos dois milhões de passageiros, mais pátios, estacionamento e acesso viário.

Como eu disse, ao longo da vida útil do contrato, existem cláusulas de qualidade, uma série de indicadores de qualidade de aeroporto, como, por exemplo, número de metro quadrado por passageiro, que a concessionária terá que cumprir. Ela será acompanhada pela Anac, e, caso não os faça, obviamente nós teremos que acompanhar. No limite, as concessões eventualmente todas podem ser cassadas, se o serviço não for adequadamente prestado. O interessante é que, nesse contrato, a penalidade para qualquer inadimplência desse tipo é muito elevada. Realmente não vai compensar não seguir a regra prevista, até porque, como a gente espera e vê, como avaliamos, é um negócio tão bom que o que a gente vai ver mesmo são bons investimentos e uma qualidade boa de prestação de serviços, porque este é um dos melhores negócios que tem infraestrutura hoje no País.

Por favor.

Acho que terminamos. Eu tentei ser rápido. Certamente não fiquei nos 15 minutos, mas, como mais

ninguém ia falar, eu pude pegar um pouquinho do espaço dos outros.

Agradeço a todos. Estamos à disposição para qualquer esclarecimento.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Cumprimento o Sr. Wagner Bittencourt pela sua exposição e passo a palavra ao Sr. Antonio Gustavo Matos do Vale, Presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero.

O SR. ANTONIO GUSTO MATOS DO VALE – Muito obrigado.

Senadora Lúcia Vânia, Senador Blairo, prezados Senadores, senhoras e senhores, como o próprio Ministro adiantou, nós tínhamos acordado que os nossos dez minutos deixaríamos por conta dele. Como ele falou 40 minutos, nós vamos deixar para que os nobres Senadores possam fazer as perguntas necessárias.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Sr. Antonio Gustavo Matos Vale e concedo a palavra ao Sr. Marcelo Pacheco dos Guaranys.

O SR. MARCELO PACHECO DOS GUARANYS – Obrigada, Senadora.

Cumprimento o Senador Blairo Maggi, aqui ao meu lado, o Senador Rodrigo Rollemberg e os demais Senadores da Comissão de Infraestrutura, onde nós todos, agências reguladoras, sempre temos uma ótima relação. Viremos sempre aqui para prestar as informações de que os senhores precisarem.

O Gustavo disse bem: a gente não concedeu só os nossos 10 minutos, mas os 10 minutos mais os 5 minutos da prorrogação para o Ministro.

Só para ressaltar – e o Ministro já disse isso –, como esse trabalho foi feito dentro de um contexto de aviação civil bem diferente do que tínhamos há dois anos, a criação da Secretaria de Aviação Civil está permitindo uma coordenação muito boa entre todos nós, que participamos disso, e uma interlocução muito boa com o Governo. Há três secretarias específicas para tratar de aviação. Essa coordenação permitiu que nós fizéssemos esse trabalho de concessão, que é um trabalho difícil e complicado, em um prazo de oito meses. Foi um quarto do prazo de São Gonçalo do Amarante.

Estamos à disposição também para perguntas.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Cumprimento o Sr. Marcelo Pacheco dos Guaranys e passo a palavra ao autor do requerimento, Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Srª Presidente, Senadora Lúcia Vânia, Senador Blairo Maggi, Vice-Presidente da Comissão, meu

caro Senador Jorge Viana, eu queria cumprimentá-la, Presidenta, pela iniciativa tomada de fazer um debate sobre assunto tão importante, o processo de crescimento do País.

Eu quero cumprimentar o Ministro Wagner Bittencourt, o Presidente Marcelo dos Guarany e o Presidente Antonio Gustavo pela presteza com que aceitaram o convite para discutir esse assunto.

Eu quero dizer aos senhores que considero que o crescimento sustentado do País só vai ocorrer com elevadas taxas de investimento e que, como existe uma carência muito grande de recursos públicos para esse investimento, eu vejo que esse modelo de concessão de portos, de aeroportos, de rodovias e de ferrovias é fundamental para o processo de crescimento do País.

Eu queria dizer aos senhores que os questionamentos que vou apresentar não devem ser vistos como críticas, mas apenas como apreensão de um Parlamentar que torce para que tudo dê certo, porque acho fundamental que o caminho adotado dê bons resultados. De modo que os questionamentos não devem ser considerados como críticas, mas, sim, como apreensão.

Senhores, sabe-se que uma empresa não qualificada para o processo licitatório de Porto Rico já venceu duas licitações no Brasil e será responsável pela concessão dos aeroportos de São Gonçalo do Amarante e de Brasília. Como se explica que uma empresa não qualificada para um aeroporto que atende 10 milhões de pessoas, como é o caso de Porto Rico, pode estar apta a explorar o aeroporto de Brasília, que vai atender 50 milhões de pessoas?

Pré-qualificação: a legislação faculta ao Poder Público a realização de pré-qualificação para processos licitatórios. A pré-qualificação impediria que proponentes que tenham sido penalizados ou desclassificados em outros projetos em outros lugares do mundo de participar e até de ganhar a concessão de aeroportos no Brasil. Por que Anac abdicou da fase de pré-qualificação?

Experiência mínima: o único requerimento técnico exigido para os proponentes foi a apresentação de um certificado de operação de aeroportos de pelo menos cinco milhões de passageiros. A estimava da Anac, para Guarulhos, é da ordem de 54 milhões de passageiros e, para Brasília, de 50 milhões. Por que exigiram uma experiência comprovada tão insignificante, considerando que Guarulhos é o aeroporto de maior movimento na América Latina? Como pode o Poder Público admitir que aeroportos de tamanha relevância, como o de Brasília, venham a ser operados por empresas com tão pouca experiência?

Habilitação financeira: não houve solicitação de comprovação da capacidade financeira da proponente; somente carta de entidade financeira atestando a viabilidade do projeto. Por que não se buscou conhecer as demonstrações financeiras e o balanço do último exercício das proponentes para verificar se seriam suficientes para honrar os encargos da concessão?

Capacidade de investimento: o concessionário de Guarulhos pagará ao Governo 97% da receita líquida, e o de Brasília, 94% da receita líquida. Com o que sobra, que é muito menos dinheiro que o que a Infraero tem hoje, vai ser possível prestar o serviço com a qualidade desejada? Não poderá o Governo Federal ficar refém desses concessionários no momento em que as dificuldades de cumprir os compromissos aparecerem? Poderá aceitar mudanças no contrato ou até mesmo – o senhor já falou – aumentar as tarifas?

A Anac proibiu os proponentes de apresentar proposta técnica e plano de negócio prevendo desclassificação para quem não o fizesse. Por que não se buscou conhecer, julgar e avaliar o plano operacional e financeiro de investimento das proponentes antes da contratação? Qual o objetivo de tal atitude? Será que a proposta vencedora tem condições de atender à expectativa da alta qualidade esperada pelos usuários? Como fica a responsabilidade da Anac ao contratar uma prestação de serviço sem saber se os resultados serão adequados para o aeroporto?

De todos os consórcios que entraram no leilão foi exigida a participação de uma operadora internacional, mas os consórcios onde estavam as boas operadoras perderam a licitação, e as operadoras internacionais dos grupos que ganharam são todas de segunda linha.

Por que o processo de concessão de aeroportos não levou em conta a experiência das operadoras?

São essas as apreensões que eu queria apresentar ao Ministro e aos presidentes.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Ministro Wagner Bittencourt.

O SR. WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA – Muito obrigado, Senador, pelas colocações.

Na apresentação, se lembrarmos daqueles três quadros, observamos que esses são aeroportos que têm um potencial de crescimento rápido, com possibilidade grande de crescimento rápido. Tentei mostrar ali, os agrupamentos, todos foram de empreendedores que valorizaram aquele empreendimento. E aí empreendedores de todo o mundo. Todos eles tiveram uma grande concentração num valor, digamos assim, de ágil em cima do resultado muito grande. Portanto, a perspectiva de negócios desses aeroportos vai, obviamente, ter a capacidade de pagar a concessão que é

feita, a contribuição ao sistema, que ocorre ao longo do tempo, da vida útil do contrato, ser bastante adequada. Se não fosse isso, não haveria essa grande concentração da grande maioria num valor de ágil muito grande.

Se a gente tivesse tido ali um ágil, todo mundo tivesse dado 3% de ágil e alguém dado 300%, 600%, poderia se ter uma dúvida sobre a qualidade da perspectiva do negócio. Mas, na medida em que grandes grupos internacionais e nacionais, todos eles, os consórcios deram um valor muito grande, a perspectiva de negócio é grande.

Então, a primeira coisa é que esse negócio tende a dar muito dinheiro e há um crescimento de receita com melhorias operacionais de curto prazo – melhoria de redução de custo, melhoria de produtividade, de aumento de receitas inclusive de curto prazo – que vai permitir que a estrutura da SPE (Sociedade de Propósito Específico) pague esses recursos. E, obviamente, essa SPE, por ter um negócio de uma qualidade muito boa e que tende a crescer, faturamento e receita, ela poderá se alavancar para fazer os seus investimentos, que é uma coisa que eu acho não toquei aqui e que talvez tivesse que falar. Por exemplo, no caso de aeroportos, infraestrutura, essas entidades, essas SPE, essas empresas vão se alavancar com a ordem de 70%.

A Infraero, quando investe, nesses últimos anos, se investe R\$100,00 para construir um aeroporto, ou para reformar um aeroporto, usa 100% de recursos próprios. Essas SPE, que a Infraero terá 49% do capital, portanto quase 50%, elas se alavancarão. Portanto, 70% serão financiamento; 30% serão capital. Dessa forma, a Infraero, que antes, ao fazer investimento de 100% colocava 100% de capital, ela vai botar 15% e vai receber 50% dos dividendos desse investimento.

Portanto, a relação investimento/retorno de capital é muito melhor nessa situação, o que vai permitir que inclusiva ela invista em outros lugares.

Esses são bons negócios.

Com relação à questão específica, fico pensando se ao fazermos uma licitação qualquer pensasse em, por exemplo, olhar a vida pregressa de todas as empresas que estão nos consórcios. Acho que teríamos um problema grande em fazer concessão, porque em algum momento da vida alguém já teve algum problema. Então, qual é o problema que levaria necessariamente você a desqualificar alguém? Começam a ser coisas meio complicadas.

Por outro lado, não podemos esquecer que estamos fazendo uma concessão e que, obviamente, a questão da competição é importante. Se não promovermos a competição, se não a permitirmos, poderemos ser questionados se não estamos direcionando uma licitação, se estamos restringindo os grupos que

participam e se não estaríamos dizendo que só alguns podem ganhar.

Então eu acho que a competição e a questão da transparência são importantes. Procurou-se fazer sim, essa preocupação da qualificação é importante e existiram regras.

No aeroporto, e aí o pessoal técnico pode explicar melhor do que eu, a grande dificuldade é quando se tem um aeroporto pequeno e que não tem muitos momentos de pico ao longo do tempo, depois eu vou pedir para o Guarany explicar isso melhor. Mas quando um aeroporto começa a ter uma operação acima de um milhão, isso já permite que, ao longo do dia, ele possa ter vários momentos de pico e, com isso, experimentar essas dificuldades. Aí se colocou um número de 5,5 milhões, que foi a produção mais ou menos que Viracopos teve no ano retrasado. Obviamente que todos os aeroportos que entraram, e isso está sendo avaliado ainda pela comissão de julgamento, que até agora testou todas as etapas, vai julgar agora eventuais questionamentos, vai entrar em detalhes, mas todos esses aeroportos atendem as regras que foram colocadas no edital. Então a questão dos 5,5 milhões foi que se definiu que seria uma empresa que já teria um conhecimento específico, parecido até com o que Viracopos tem hoje, que pudesse atender a esse crescimento.

Bom, com relação à pré-qualificação, ela obviamente tem prós e contras, mas sempre poderemos ter muitos contras. Eu me lembro que, num dos embates, numa das conversas que tivemos com o Tribunal de Contas, existiu muito a preocupação de que tivéssemos concorrência, de que tivéssemos competição no certame, que a gente não tivesse um número muito pequeno de concorrente, porque estamos leiloando três aeroportos. Se tivéssemos três, quatro concorrentes, nós não teríamos, na verdade, uma concorrência. Isso levaria a ter uma possibilidade de não concorrência. Então essa é uma preocupação que a gente tem que ter. Acho que são legítimas as preocupações que o senhor está colocando, mas, como eu disse, esse certame, com três empresas e ao mesmo tempo com essas questões todas, leva a uma preocupação.

Por outro lado, se a gente olhar pelo ponto de vista da qualificação, o setor tem empresas mundiais, vários aeroportos no mundo bem qualificados, mas a gente tem que ver que não é um setor que tem barreiras para se fazer parcerias tecnológicas. Não existem barreiras para se contratar boas empresas que possam fazer projetos, se você quiser fortalecer o seu grupo ou se quiser melhorar o seu desempenho, o seu projeto. A Anac vai avaliar esses projetos todos, vai ver o desempenho, vai ver o que as empresas vão apresentar.

Então isso poderá ser feito posteriormente, porque o grande problema da gente fazer essas perguntas todas antes é que a gente poderia nem estar aqui agora conversando sobre um leilão realizado. Então a inversão de fases de várias coisas foi feita exatamente por conta da necessidade de agilidade, de celeridade que tínhamos de fazer as concessões.

Obviamente ninguém tem bola de bilhar de saber quem vai ganhar, quem não vai. Jamais conseguiremos fazer isso! Jamais conseguiremos fazer um certame... Nós só soubemos dos grupos todos de consórcio formalmente no dia do leilão, quem sabia era a comissão de avaliação. Agora são todos grupos internacionais conhecidos, muitos deles fazem parte da Ace, que é uma empresa que congrega quase todos os aeroportos do mundo. E se você for olhar no *ranking* desses aeroportos, são aeroportos bem “rankeados” em termos de qualidade de serviços prestados ao usuário.

Então obviamente isso está sendo olhado, a responsabilidade por definir no final tudo, não sei se vamos ter questionamentos ou não, mas, de qualquer forma, isso tudo vai ser avaliado. Agora não estou aqui, não é o caso, para defender um ou outro consórcio, mas acho o seguinte: todos têm experiência internacional, todos operam, todos atenderam, até agora, a qualificação do leilão de concessão. Obviamente haverá uma fase agora em que poderá ser questionada alguma coisa e que caberá à comissão avaliar eventuais questionamentos, mas até agora todos atenderam a essa perspectiva.

Todos os grupos que participaram do leilão, inclusive os que ganharam, todos eles têm experiência muito grande em investimentos, do ponto de vista internacional, no Brasil. Todos eles são concessionários aqui ou concessionários de rodovias, ferrovias, concessionários de energia. Então, todas essas são empresas que já participam no Brasil do processo de concessão. São empresas nacionais das quais se tem conhecimento. Também desse ponto de vista, até agora, não foi feita, obviamente, nenhuma constatação pela Comissão de que houvesse algum problema.

Agora, na linha de que precisamos ter mais investidores no País, de que o País vai crescer, de que o País precisa ter, obviamente, mais investimentos, precisa haver mais investidores também, porque é importante que criemos os grupos e que façamos os grupos crescerem, porque, na verdade, ninguém nasceu grande. Todo mundo que é grande já foi pequeno antes. Eu trabalhei 36 anos no BNDES. Vi muita empresa grande quebrar e vi muita empresa pequena crescer e ficar grande.

Então, acho que se você é um prestador de qualidade, há a questão das oportunidades de crescimen-

to, mas, como se trata de um setor regulado, a Anac estará observando isso, e, se o edital não for cumprido, se o contrato não for cumprido, as providências serão tomadas.

Também o fato de haver novos investidores, novos grupos fortes no País, atrair mais capital estrangeiro é bom. Não é ruim. Acho que é bom que tenhamos mais investidores. Todos os grupos têm operadores que têm, vamos dizer, alguma concessão no País.

Bom, acho que, quanto à questão da capacidade de sobra de recurso para fazer, não tenho dúvida de que são bons negócios, por conta da alavancagem que as empresas vão poder fazer, os grupos. Vão captar recursos. Além disso, o retorno desses investimentos é muito grande. Então, a nossa expectativa, pelo contrário, é ver bons projetos realizados em pouco tempo. Essa é a nossa expectativa.

A questão do plano de negócios, isso também foi um *trade-off*. Aliás, o que houve de discussão! Essas coisas todas foram debatidas durante esse processo por esse povo todo a que me referi aqui. Quando o Poder Público aprova um plano de negócios, isso dá uma repercussão futura da seguinte forma: algum reequilíbrio, porque, se alguma coisa der errada no futuro, e o Governo aprovou o plano de negócios, ele fica numa fragilidade futura, porque, se ele aprovou aquilo, você vai dar espaço para eventuais reequilíbrios depois no contrato. Nesse caso, aqui, quando você não coloca isso e o obriga a apresentar uma carta de um banco que vai garantir aquele negócio, que tem o seu nome... Todos os bancos que deram garantia são bancos internacionais e grandes. Não há nenhum banco pequeno. Avaliaram o plano de negócios das companhias e atestaram o plano de negócios; atestaram até o valor que elas iam dar no leilão. Então, essa foi uma forma também de você não só com a inversão de fases, mas utilizar esses mecanismos, que já foram utilizados em outros leilões, no sentido de se agilizar o processo e distribuir um pouco a avaliação de risco. Como digo, não há nenhum modelo perfeito. Tudo é *trade-off*. Mas, nesse, precisávamos fazer rapidamente, precisávamos fazer benfeito e, além de fazer a parceria com o setor privado na concessão, uma parceria com os bancos que avaliassem isso. E foram todos grandes bancos internacionais que atestaram os planos de negócios. Além disso, você tem uma carta, uma garantia que vai ser dada para a execução dos projetos, que, se não foram criados, haverá um seguro em cima disso, que poderá ser utilizado. Enfim, cercou-se de alguma forma – não é que não se cercou; cercou-se – não só a qualidade como a capacidade de investir.

Então, essas são as considerações que tenho a fazer. Não sei se consegui responder ao senhor. Eu

sei que essa coisa não é assim preto e branco. Nunca será. Anteriormente, não saberemos nunca disso. Nós precisamos criar condições de contorno para um assunto tão delicado e complexo, como é a concessão de três aeroportos operando no País, para atendermos todos os interesses.

Guaranys, você quer complementar alguma coisa? Se puder. Desculpe-me, Presidenta.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Tem a palavra o Sr. Marcelo dos Guaranys.

O SR. MARCELO PACHECO DOS GUARANY
– Eu queria agradecer as perguntas e, primeiro, fazer uma consideração inicial, que acho que o Ministro já colocou, mas é um processo, como ele mesmo mostrou no cronograma, que ainda está em andamento. Inicia-se hoje a fase de recursos. Esses recursos ainda vão para a Comissão de Licitação, para, depois, serem homologados pela diretoria. Então, ainda tenho até evitado pronunciar-me sobre o processo, porque ele ainda está em análise. É um processo que ainda está em julgamento dentro da própria Agência. O período de recurso termina dia 7 de março. A partir daí, a gente encaminha para homologação do processo. Então, esse é o segundo ponto.

O segundo ponto, o Ministro já colocou bem também, como foi feito esse processo de elaboração. Os senhores da área de infraestrutura sabem como é difícil e demorado fazer um processo de concessão onde a gente envolve vários órgãos diferentes, vários interesses diferentes e temos vários objetivos diferentes.

Como era um processo prioritário para o Governo, foi um processo elaborado com todo o Governo: Ministério da Fazenda, Casa Civil, Ministério do Planejamento, para tomarmos as grandes decisões e já tentar pegar as melhores práticas de todos os setores que nós temos para colocar isso em prática dentro das concessões. Só assim foi possível fazer num prazo tão exíguo, como eu falei, de oito meses desde a decisão até a realização do leilão.

Alguns objetivos foram considerados para isso, o Ministro também já sistematizou. O primeiro deles é celeridade. Nós tínhamos que fazer um processo célere e robusto. O segundo, nós tínhamos que... a primeira sensação de todos nós, o Ministro também demonstrou na apresentação dele: o transporte aéreo cresce muito, cresceu mais de 150% nos últimos dez anos – isso é decorrente das políticas do setor. Conseguimos implementar maior concorrência no setor, permitir que houvesse mais descontos em passagens aéreas, mais pessoas pudessem voar. Isso, somado ao aumento de renda da população, a gente tem percebido uma coisa muito boa. Tem muito mais gente voando.

A discussão – eu me lembro –, há cinco ou seis anos nesta Casa, era de por que não se tinha concorrência no transporte aéreo, por que tinha cancelamento de desconto, por que não havia uma concorrência efetiva. A gente está sempre buscando melhorar a concorrência, mas é inegável que nós temos uma condição de concorrência maior do que tínhamos antigamente e isso reflete para a população que tem acesso a muito mais transporte do que tinha antes. Isso gera um problema para gente, mas é um problema que a gente costuma chamar de “dor do crescimento” – o transporte cresceu e a gente precisa fazer com que a infraestrutura cresça.

O Gustavo está fazendo um ótimo trabalho na Infraero, fazendo com que os investimentos sejam cada vez mais ágeis, mas a gente está criando novas frentes de investimento. Era este um segundo objetivo: fazer novos investimentos em infraestrutura, com a velocidade maior do que o Governo está conseguindo fazer; por isso fazer a concessão como já foi feito em outros setores do Governo.

Um terceiro objetivo seria concorrência no processo de aeroportos. Já temos concorrência em transporte aéreo, temos que melhorá-la, mas já temos e precisamos continuar buscando concorrência em aeroportos.

No mundo, aeroportos concorrem entre si; no Brasil, isso não era possível porque nós tínhamos uma empresa cuidando de todos ao mesmo tempo. Esse é um terceiro objetivo.

Um quarto, que a Infraero pudesse adquirir *know-how* de como operar outros aeroportos, como os aeroportos são operados no mundo. Então, nós temos diversos operadores no mundo que operam de forma diferente da Infraero, e a gente precisa oxigenar um pouco a nossa forma de operar infraestrutura. Esses foram todos os objetivos para gente conseguir chegar ao desenho a que chegamos e, ao mesmo tempo, tentamos descobrir as melhores práticas possíveis utilizadas em concessão para a gente incorporar experiência de outros setores.

O que já foi feito em rodovia, em energia elétrica, que tem dado certo, botamos no nosso setor e isso acabou causando o modelo que nós temos hoje.

O senhor fez várias perguntas que eu vou tentar passar sem responder as mesmas coisas que o Ministro colocou, apenas complementando.

Desse desenho, o que é importante para a gente? A gente pega as concessões de rodovia dos anos 90, por exemplo. No primeiro lote de concessão de rodovia em 1995 feito pelo Governo Federal, a gente tem diversos problemas gerados aqui. Naquele momento, o plano de negócio era totalmente apresentado para o Ministério dos Transportes, ainda não existia a ANTT,

era aprovado, qualquer alteração nesse modelo tinha que ser alterado, passado pelo Governo e isso gerava uma revisão. Qualquer obra, qualquer nova utilização de material teria que ser feita uma revisão.

Eu participei de muitas revisões ainda pelo Ministério da Fazenda e eu costumo dizer, salvo engano, que a ponte Rio/Niterói, em sete anos, acho que teve oito revisões de contrato. Isso demonstra como contratos eram complicados.

O Governo inteiro tem andado para contratos de forma diferente. Eu não estou preocupado como se vai construir, qual o material que se está utilizando, eu me importo com o produto, o produto com uma qualidade para a população e é isso que a gente está exigindo no contrato. Estou exigindo que as empresas tenham capacidade de fazer investimento, que tenham capacidade de apresentar um produto com uma qualidade e a fiscalização e a exigência da qualidade é que vão mostrar como o aeroporto vai ser feito, no final das contas, para atender sempre a uma demanda. Eles são obrigados a atender a uma demanda.

Isso muda bastante a minha forma de raciocinar, o meu processo de licitação. Eu não preciso saber de antemão como ele vai fazer aquilo; eu preciso que ele me diga que ele vai conseguir fazer aquilo. E ele tem que ter capacidade para fazer aquilo. E isso faz com que a gente não exija plano de negócios.

A não exigência de plano de negócios já foi feita na BR-116, nesse último trecho que foi concedido agora – desculpa, não exigência, mas habilitação por carta de instituição financeira. O que se pede? Uma instituição financeira de renome – e aí o ex-diretor do Banco Central pode até reforçar. As três empresas que estão validando os planos de negócios desses proponentes são três grandes bancos no mundo. Eles é que estão validando que esse plano de negócio é possível de ser feito, nas condições do contrato, com a proposta que foi apresentada, ou seja, com o valor de contribuição, resultado final do negócio. Então, essa validação é feita por um banco, que passa para a gente essa validação; ele tem uma credibilidade por ser um banco de grande porte e está encaminhando para nós essa avaliação, dizendo que o plano de negócio é possível de ser feito. Por que isso? Porque o ministro já colocou que se a gente for analisar todo plano de negócio, primeiro, somos nós, Governo, fazendo o que estamos pedindo para que a iniciativa privada faça de uma forma muito melhor que nós. Então, é a nossa capacidade de validar de fato o melhor plano de negócio possível. A gente consegue analisar, mas entendemos que são eles que vão conseguir dizer se eles conseguem cumprir tudo que estamos exigindo.

E é isso que a gente está solicitando na avaliação da instituição financeira.

O segundo ponto é a preocupação de que isso gere desequilíbrio econômico-financeiro. A gente não quer. Aí é uma pergunta que o senhor já fez: é possível que essa empresa possa pagar a contribuição que ela está se propondo a pagar e conseguir ganhar dinheiro do contrato no negócio? Esse contrato é exequível? Não há possibilidade da nossa atuação em renegociar o contrato para fazer frente a essa contribuição que está sendo paga. Então, ela se compromete a fazer o negócio do jeito que ela está apresentando. Então, a gente não olha o plano de negócios para não se comprometer e para isso não ser usado como a revisão de equilíbrio econômico-financeiro no futuro, como já foi usada em outras concessões. Essa é a intenção, que o ministro já colocou.

Então, são esses dois requisitos; o senhor colocou sobre habilitação financeira. Além de a gente exigir todos os outros documentos, a empresa precisa estar em dia com o fisco, com os débitos trabalhistas, todas as exigências normais e, além disso, tem que ter essa validação por uma instituição financeira de renome.

Sobre o consórcio com operadores. O ministro colocou também a discussão, por que foi definido esse consórcio com uma necessidade de um operador. A necessidade de um operador foi uma decisão de governo, que tivesse um operador dentro do consórcio, o que não impede, como ele já colocou, que outros operadores sejam agregados durante esse processo inteiro.

Sabemos que todas as empresas podem ter contrato com outros operadores, consultorias com outros operadores, e é isto que nós queremos: que eles sempre tragam as melhores informações, a melhor capacidade de gerir o aeroporto, para que ele saiba fazer o negócio cada vez melhor.

A exigência de 5 milhões foi feita. A partir de 1 milhão de passageiros, o operador aeroportuário já sabe administrar uma determinada complexidade. A partir de 5 milhões significa que ele já tem diversas horas de pico dentro do funcionamento dele no dia e ele consegue administrar aquilo. Por isso o corte de 5 milhões.

A partir daí e agregando milhões, ele não é proporcional à necessidade que há de ele saber administrar aquele tanto de milhões, mas sim a complexidade daquele aeroporto. É com isto que estávamos preocupados, em permitir que tivéssemos competitividade entre operadores dentro dos consórcios que apresentassem, sim, a capacidade necessária para gerir esses aeroportos, lembrando que o aeroporto de Viracopos, em 2010, movimentou 5 milhões de passageiros. Então, esse era o número que nós tínhamos consolidado de um operador para Viracopos, ou seja, um operador que

já tivesse uma capacidade de gerir um aeroporto com complexidade. E dentro da capacidade de Viracopos, tinha-se o entendimento de que era possível fazer a gestão dos outros aeroportos com um operador que saiba administrar esse tipo de capacidade.

Os números atuais, na verdade, para Campinas hoje, fechado o número de 2011, foram 7 milhões de passageiros movimentados. Em Brasília, 14 milhões e, em São Paulo, 30 milhões. Os números finais são realmente muito elevados, mas são os números finais daqui a 30 anos. Então, de novo, entendemos que os operadores com 5 milhões são capazes de administrar os aeroportos com a capacidade atual, e buscamos que o operador tenha pelo menos 5 anos de experiência. Então, essa foi a necessidade e exigência que fizemos para a operação.

E por que a inversão de fase de habilitação? Por que não qualificamos isso antes – o senhor colocou –?

Também é uma alteração feita na Lei de Concessões, salvo engano, em 2005 ou 2006, para permitir maior celeridade nos processos de concessão mesmo.

O Ministro colocou que são 11 interessados, são 11 consórcios com 22 propostas apresentadas. Se nós fôssemos habilitar todas as propostas apresentadas e abríssimos para recursos todas as propostas apresentadas, nós teríamos um problema, que já tivemos em outros processos, que é você ter recurso para todos... Bom, todo mundo que não é habilitado entra com recurso contra quem habilitou, e quem está de fora ainda pode contestar a habilitação. Então, isso pode gerar um problema judicial grande. Quando se fez alterações na Lei de Concessões para permitir a inversão de fase de habilitação, era justamente para diminuir essa dificuldade.

Nós fazemos a habilitação, sim, de quem apresentou a proposta vencedora. E é isso o que a comissão divulgou na sexta-feira antes do carnaval. A comissão de licitação entendeu que o processo já está habilitado e agora é a fase de recursos contra essa habitação.

Acho que eu cobri o máximo possível que eu tinha aqui. Se o senhor tiver mais alguma?

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Sr. Gustavo do Vale.

O SR. ANTONIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Para complementar, Senador Dornelles, apenas a questão operacional que o senhor citou e o Marcelo disse aqui, e disse-o muito bem, realmente, a dificuldade de um operador aeroportuário, ele, acima de R\$5 milhões, ele é quase equivalente.

A grande dificuldade do aeroporto não é em termos da sua capacidade anual; a nossa grande dificuldade é em termos dos horários picos. Nós sabemos, por exemplo, que hoje, em Brasília, neste momento,

o aeroporto está praticamente vazio. Mas quando dá seis horas da tarde ele está com a capacidade quase toda esgotada, e é aí que o operador aeroportuário demonstra a sua competência e a sua experiência. Existem muitos aeroportos que são grandes, aeroportos complexos, que a administração é até mais fácil do que outros aeroportos menos complexos e que as condições não são as mais adequadas. Cito, por exemplo, e posso dizer para o senhor com certeza, que qualquer superintendente da Infraero prefere administrar o aeroporto de Guarulhos ao aeroporto de Goiânia, que tem uma situação operacional, vamos dizer, muito mais difícil do que o aeroporto de Guarulhos.

Então, inclusive, se as pessoas lembrarem, a exigência de R\$5 milhões não fazia parte da minuta do edital que foi para conhecimento público e para conhecimento do TCU, inclusive do Congresso Nacional, em agosto. Nós não iríamos exigir nem cinco milhões de passageiros, nós deixaríamos isso por conta do investidor privado. No processo de análise das justificativas e das sugestões da sociedade em geral é que nós resolvemos colocar a exigência de R\$5 milhões, e entendemos que quem administra um aeroporto de R\$5 milhões tem toda a competência de administrar um aeroporto maior. Além disso, se nós aumentássemos muito essa experiência de R\$5, R\$10 milhões, nós íamos nos restringir acerca de 50, 60 aeroportos no mundo, o que poderia, sem dúvida nenhuma, restringir muito a concorrência. Essa é a razão dos cinco milhões passageiros, Sr. Ministro.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Senador Dornelles para suas observações.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Ministro, Srs. presidentes, eu quero reiterar, mais uma vez, que os meus questionamentos não devem ser vistos como crítica: apreensão. E a minha apreensão continua. Eu acho que o resultado, o processo de licitação levou a escolha de uma empresa que não foi qualificada para explorar um aeroporto de 10 milhões de passageiros como é o de Porto Rico, e vai aqui explorar o aeroporto de Brasília, que vai atender a 50 milhões de pessoas. A minha apreensão com o fato, aliás, até a imprensa noticiou, eu não sei se eu posso ratificar, da própria Presidente da República que achou estranho que as grandes operadoras internacionais não tenham sido selecionadas para operar esses aeroportos. Todas as operadoras selecionadas são operadoras de segunda linha. Eu acho estranho também que o fato de ter sido abdicado a fase de pré-qualificação. A Anac não considerou, não conheceu as demonstrações financeiras dos últimos exercícios das proponentes.

De modo que quero dizer que eu torço para eu estar errado. Eu torço muito para que eu esteja errado, mas a minha apreensão permanece e tenho receio de que essa grande decisão política de abrir caminho para que o setor privado participe de aeroportos tenha consequências e venha a criar problemas para o não fortalecimento dessa ideia.

De modo que cumprimento V. Ex^a pela exposição e desejo que eu esteja errado e que o caminho adotado seja o certo. Mas continuo mantendo a minha apreensão.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pergunto ao Ministro se gostaria de fazer alguma observação?

O SR. WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA – Somente dizer que o nosso trabalho esse tempo todo foi para isso. Agora, é impossível definir quem vai ganhar o leilão, que é ganho por quem oferece a melhor contribuição ao sistema. E nesse caso, várias empresas chegaram a valores muito elevados, o que demonstra que a viabilidade daquele plano de negócio é possível.

Agora, quanto a essa avaliação do futuro, obviamente quem vai nos dizer o que aconteceu e se deu certo ou não é o futuro e temos confiança. Obviamente, precisamos esperar o fim desse processo de habilitação, como bem disse o Guarany. Acho que temos de respeitar esse período de questionamentos, mas tudo o que foi feito teve o sentido de atender às suas preocupações, não tenha dúvida.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Senador Jorge Viana, também autor do requerimento.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr^a Presidente, eu queria agradecer e cumprimentá-la pela audiência, que é oportuna e vem a partir de um requerimento do Senador Dornelles, que tem autoridade e respeito desta Casa e do País para nos levar a um debate como esse, em que ele tão bem traz questionamentos, porque estou certo de que com os esclarecimentos feitos se reforça a transparência que o Governo precisa dar a um tema que mexe com a vida do País e dos brasileiros.

Cumprimento mais uma vez V. Ex^a por ter feito desta comissão esse espaço democrático que atende aos interesses da agenda do País e de todos nós.

Cumprimento o Senador Blairo, os colegas que estão aqui na mesa e queria dizer que é com satisfação que vi a apresentação do Ministro Wagner Bittencourt. Também aqui nos honra ter o Presidente da Infraero Antonio Gustavo e o Marcelo Pacheco, Presidente da Anac.

Recentemente, tive o prazer de uma boa conversa no gabinete de ambos, com a preocupação que eu também trouxe no meu requerimento, tendo em vista o que apresentei na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para tratarmos das concessões, mas também da qualidade do serviço, porque no fundo as concessões são feitas para que o Brasil mude o padrão da qualidade do serviço da aviação civil no País. Esse é o objetivo do Governo e a expectativa que está criada.

Nós temos seriíssimos problemas na área de transporte terrestre e debatemos aqui no Senado. O Brasil está atrasado. Tem mudanças importantes em curso, mas o transporte aéreo, para um país que está com um nível de crescimento que o nosso felizmente está alcançando – crescimento econômico com inclusão social – deixa de ser um transporte de luxo, para determinados setores da sociedade, e passa a ser um serviço de primeira necessidade para o povo brasileiro. É isso que tem ocorrido nos últimos anos.

Os números são fantásticos, no Brasil. Nos últimos dez anos, saímos de um transporte de passageiros... Aí faço uma mudança, porque a técnica de uso é do passageiro transportado. Soma-se o embarque com o desembarque, porque de fato ele embarca em um aeroporto e desembarca no outro. Mas se pegarmos as pessoas que andam de avião, em dez anos saímos de trinta e poucos milhões de pessoas andando de avião para oitenta, no ano passado. Oitenta milhões!

Agora, no nosso País nós dobramos o número de pistas? Dobramos o espaço dos aeroportos? Ampliamos o número de empresas? O que o Brasil fez para ser compatível com esse crescimento do mercado?

Senador Delcídio, eu peguei os dados. Nesse mesmo período, o transporte aéreo no mundo cresceu em 40%; no Brasil, cresceu em mais de 100%. No ano passado, o transporte aéreo no Brasil cresceu em mais de 21%. Isso é quase um quarto de crescimento num único ano! E o mundo cresceu 6%. Mas os 6% que o mundo cresceu foram muito em decorrência da Índia e do Brasil, que forçaram esse crescimento, porque, em outros lugares, não foi nada parecido.

Então, é um belo problema que temos. Ele constata uma coisa que é uma conquista do Governo do Presidente Lula, do Governo da Presidente Dilma, que é uma melhor renda do povo brasileiro. As pessoas podem usar um serviço que é mais eficiente do ponto de vista do tempo. E, num mundo que vive no tempo real, o tempo é muito importante.

Mas acho muito oportuno que o Senador Dornelles traga esse debate, porque primeiro se tentou trabalhar que o Brasil estava privatizando os aeroportos

tos, pegando um serviço que estou dizendo que é de primeira necessidade e passando para o setor privado.

Não. Acho que há uma história em curso. O Brasil começou a mexer no governo do Presidente Lula na governança do setor, dessa área, que é tão estratégica para o País. Criou a Secretaria, a Anac foi criada, há uma governança nova, mas acho que o desenho, a estrutura também era antiga.

O processo, que não é de privatização, mas de concessão, é algo que tem de ser tratado com muita transparência, para não confundir as pessoas. É muito diferente uma privatização clássica de uma concessão clássica. Nós temos concessão em transporte urbano; nós temos concessão para limpeza urbana nas cidades; e agora estamos fazendo concessão de algo que não tem nenhum sentido em ficar na responsabilidade do Estado brasileiro. Isso é claro! E ao Estado brasileiro cabe o quê? Fiscalização e controle desse serviço. Isso está absolutamente preservado no processo.

Agora, o Senador Dornelles traz questionamentos que são dúvidas nossas. Eu não tenho nenhuma dúvida: o aeroporto mais eficiente da América Latina é em Lima. A concessão lá é de uma empresa ligada a empresas alemãs, que têm um *know-how* enorme nessa área.

Eu fiquei torcendo para que alguém entrasse e para que tivesse *know-how*. Mas, gente, o Brasil está sendo novo em muita coisa. Não tenho dúvida de que, como o controle e a fiscalização estão do lado de cá, do Senado, da Anac, da própria Infraero e da Secretaria de Aviação da Presidência da República, em pouco tempo, Senador Dornelles, as suas preocupações... Como V. Ex^a bem colocou que espera estar errado, digo que é uma preocupação de todos nós.

Agora, vamos estar... Acho que esses órgãos aqui representados vão estar cumprindo exclusivamente um papel que cabe a eles, que é o de fiscalizar, de exigir um bom serviço, eficiência para atender os passageiros.

Acho que nós também vamos ser mais... vamos poder cobrar mais a partir daí. Agora, não tenho nenhuma dúvida de que, com a quantidade de empresas interessadas, com o ágio que vivenciamos, para isso também há mecanismos – Tribunal de Contas, Senado Federal. Se essas empresas não estiverem dando conta, há mecanismos de intervenção.

Agora, prefiro ser otimista, assim como V. Ex^a, inclusive, falou, que prefere estar errado. Estou seguro de que estamos só no começo de um processo que pode ser muito exitoso no Brasil.

Trago para cá, obviamente, algumas preocupações, que queria pôr como questionamento. A apuração... Houve, então, a concessão de 30% do transporte de passageiros no Brasil; de 57% da carga transportada

no Brasil – não é pouca coisa, é a metade –; e, mais ou menos, de 19% das aeronaves, do que circula de aeronaves. Havia a expectativa do Governo de arrecadar R\$5,4 bilhões, e a arrecadação foi de R\$24,5 bilhões.

Um primeiro questionamento, porque estou aqui, sou da base do Governo, sou um aliado do Governo, sou defensor desse projeto exitoso, que está em curso com a Presidente Dilma, portanto os senhores que ocupam cargo público têm a minha plena confiança – sei que a têm do País, do Governo e também deste Plenário –, mas gostaria que fosse esclarecido aqui na Comissão onde serão aplicados os recursos que foram arrecadados nessa concessão.

São R\$24,5 bilhões. Irão para os aeroportos da Copa? Irão para o transporte aéreo regional? Onde haverá a aplicação desses recursos? É importante. O Brasil precisa saber.

Como orador da Amazônia, estou muito interessado, porque, no final desta minha intervenção, quero pôr um aspecto que está no meu requerimento.

Outro aspecto: há uma situação na área do transporte aéreo que precisamos também esclarecer. Nós não estamos fazendo mudança nesse serviço tão necessário por conta de Olimpíada e Copa do Mundo, gente! Não pode ser isso, porque, se for só isso, está equivocado. Nós temos de fazer pelo país novo que nós estamos ganhando e conquistando, pelo número de pessoas que agora podem comprar uma passagem de avião e viajar, pela demanda crescente.

Os dados que eu apresentei expõem o melhor mercado do mundo. Diante dele, tenho uma preocupação. Quantas pistas novas de pouso nós estamos vendo serem construídas no Brasil? Estamos na Capital da República. Brasília tem duas pistas, uma delas foi recentemente construída, durante o governo do Presidente Lula. Sei o quanto foi duro concretizar isso, foi preciso uma ação da Presidente da República Dilma, que na época era Ministra e coordenava o PAC, para a gente poder vencer o licenciamento e fazer uma pista num lugar, num sítio, numa região que foi determinada para o aeroporto.

Nesse período todo, os desmandos e os descasos fizeram ocupação urbana onde não se devia fazer e, agora, o espaço que era para a expansão dos aeroportos desapareceu. Onde é que se vai fazer a expansão para um crescimento de 20% ao ano em Cumbica ou em Congonhas? Eu descii outro dia em Viracopos, em torno do qual há uma expectativa muito positiva, pela proximidade de São Paulo, por um transporte rápido que se possa fazer da capital até Viracopos, mas lá também está comprometida a expansão em função da pressão de ocupação urbana. Em Brasília a situação é

precaríssima. No Rio de Janeiro, o mesmo problema. No Nordeste, idem.

Esse é um processo que também envolve prefeitos e governadores, todos devem ser chamados à responsabilidade. O Brasil não tem espaço adequado para fazer essa expansão. Quando você desce em qualquer aeroporto do mundo, essa regra básica está mantida, há espaço. Há conflito para a expansão? Sim, em toda parte, mas há espaço para a expansão. Aqui no Brasil, nem isso temos.

Chamo atenção para esse fato porque o Brasil, daqui a seis, sete anos, será no mínimo 50% maior do que o Brasil de hoje. Vejam o tamanho! Podemos ter uma expansão do transporte aéreo nos próximos cinco anos maior do que a dos últimos dez, isso é real, e não é por conta de Copa do Mundo, não é por conta das Olimpíadas, mas por conta das conquistas do nosso Brasil, que cresce e faz inclusão social.

Então, eu queria concluir, Sr^a Presidente, colocando um último aspecto, relativo à concessão. Eu gostaria de ouvir um comentário sobre o assunto.

Eu defendo que essas concessões aconteçam, mas sou levado a crer que nós podemos também estar jogando fora uma grande oportunidade de fazer uma concertação na aviação, no transporte aéreo regional no Brasil. O mesmo erro cometido nas concessões de ferrovias e de rodovias pode estar... Há uma lacuna agora, não vou chamar de erro porque acho que temos tempo e eu gostaria que o Ministro levasse isso em conta.

Alguém vai se interessar pela concessão do aeroporto de Rio Branco? Do aeroporto de Cuiabá? Do aeroporto de Campo Grande? Do aeroporto de Porto Velho, Senador? Eu acho que não. Da mesma forma, dificilmente alguém vai se interessar pela concessão da BR-364 entre Cuiabá-Porto Velho e Porto Velho-Rio Branco. Haverá maior interesse pela concessão da Dutra.

Gostaria de ouvir a opinião, Sr^a Presidente, dos representantes das instituições que tão bem cuidaram dessa concessão, dando-lhe agilidade – cumprimentos por isso. Será que não é a hora de o Brasil fazer uma operação casada envolvendo a concessão de um aeroporto pela qual todos dão ágio de 600%? Quem ganha o aeroporto para o qual muitos estão dispostos a dar um ágio de 600% vai ajudar a cuidar de um aeroporto que precisa de investimento no Norte e no Nordeste deste País, porque é no Norte e no Nordeste deste País que temos um crescimento de renda das pessoas e onde temos o pior dos serviços na área do transporte aéreo.

Por isso é que fiz meu requerimento. O transporte aéreo na Amazônia e no Nordeste, que envolve longas

distâncias, é de mais necessidade do que no Sul e no Sudeste, onde você tem algumas alternativas, também rápidas, para ir e vir. E eu não quero que fiquem para a segunda metade deste século os investimentos no Norte e no Nordeste.

E queria questionar se não seria necessário incluir nas novas concessões uma componente, que é o transporte aéreo regional. Conversei muito com o Presidente Lula. Ele, com a visão extraordinária que tem do Brasil, sempre achou que o Brasil tem de trabalhar muito em transporte regional. Temos avançado, na verdade, nesse aspecto. Mas, como você faz avançar um transporte regional em uma região em que qualquer voo é de uma hora e meia, duas horas, para levar um número pequeno de passageiros. Eu não acredito no sucesso de uma aviação regional na Amazônia e no nordeste se isso não estiver casado com linhas que as empresas vão adquirir em lugares de curta distância e oferta grande de passageiros: tem de ser uma operação casada em um País continental como este, sob pena de nós estarmos, de novo, seguindo com erro de séculos: o Brasil anda muito bem no sul e no sudeste e anda muito mal no norte e no nordeste. Então, a aviação é o que pode diminuir as distâncias. É o único instrumento poderoso. É um serviço poderoso.

Então, eu concluo fazendo o seguinte e último questionamento: se temos o maior mercado, um dos que mais crescem no mundo hoje e, de fato, nenhum país está chegando tão perto do Brasil em número de passageiros, busca de vagas em aviões, número de pessoas frequentando aeroportos. Número de pessoas frequentando aeroportos, gente, significa dinheiro, receita! E isso significa solução para investimento. Por isso, tenho certeza, que a Secretaria da Presidência se espelhou nisso e que a Anac sabe disso e que a Infraero sabe disso: tem receita para mudar o quadro. Agora, como compatibilizar um cenário tão otimista, tão positivo, expressivo na própria concessão, com um serviço tão caro e tão precário que é o que nós todos, os usuários do Brasil, temos. É precário! Eu vou para o Acre hoje... Fiz uma pergunta, anteontem, para uma companhia aérea que faz para lá... Para a capital acreana, de Brasília, só tem uma companhia aérea fazendo. Que País é este? Para onde nós vamos? Se você quiser ir de Brasília a Rio Branco em um voo para a capital, não estou falando em Município, só tem uma alternativa: R\$3 mil uma passagem. Ida! Três mil reais a volta... Quem quiser paga; quem não quer não paga. Eu gostaria de ter um comentário de como é que se compatibiliza isso, pois na hora em que estamos vivendo o melhor momento do mercado – já que estamos falando em mercado: concessão, passageiro, oferta das empresas –, eu gostaria de

saber por que nós estamos vivenciando isso. A Gol acabou de tirar o voo que tinha da capital. Quer dizer, na hora que o mercado cresce, as companhias escolhem... Agora ela diz: – não, eu não vou voar para Rio Branco porque eu tenho mais lucro pondo avião para outro lugar. E ninguém faz nada!... Isso é um serviço de primeira necessidade, não é de luxo, não é um capricho. Eu aproveito esta audiência, porque está em meu requerimento, para pedir que se leve a nosso Ministro, ao Presidente da Infraero, ao Presidente da Anac que façam as audiências necessárias com essas companhias e mudem essa realidade da Amazônia, como também em Roraima, no Amapá e no nordeste.

E aí digo a última coisa: busquei argumentos, Sr. Ministro, entrei no assunto e a discussão agora é que o problema decorre das milhagens... Eu falei: – Mas milhagem? Como milhagem? Quem criou milhagem não foram os passageiros, não foram os usuários, foram as empresas! Envolve dinheiro... Não, é porque tem muita gente viajando “de milha”, criou-se um mercado de milhagens no Brasil, vendidas pela Internet... Olha, pasmem! Mas de 50% de alguns voos longos, pessoas com milhagem e compradas pela Internet. Isso... As agências que regulam, os órgãos que regulam têm de... O passageiro que não pode ficar pagando... Há 15 dias, fui comprar uma passagem de volta e me pediram R\$6.700,00... Eu uso passagem paga com o dinheiro público. É claro que eu não pago passagem de R\$3 mil e muito menos a de R\$6.700,00. Perdi os compromissos, mas não vou gastar dinheiro público assim. E agora estou comprando passagem antecipada, mesmo sem previsão de ir, mas para poder fugir dessa armadilha. Mas e o usuário que adoce, lá em Rio Branco, e precisa vir? Tem que ser assaltado? Isso é um assalto! E o argumento das empresas é que não é lucrativo.

Eu sei que o transporte, que o combustível do Brasil é responsável por 32% do custo do transporte da aviação. Eu sei que o combustível do Brasil é o mais caro do mundo, e isso nós também não podemos aceitar. Eu sei que o mecanismo que a Petrobras usa para calcular o preço do combustível, que sobe todo mês, não se coaduna com a realidade do Brasil, mas eu gostaria, sinceramente, de ter um posicionamento. O que se pode fazer, especificamente, com o Norte e o Nordeste? Para onde vão esses recursos? Se vão para a aviação regional, se farão com que o Brasil fique mais igual, a partir desses serviços?

Por último, cumprimento o Ministro Wagner Bittencourt pela maneira clara, transparente com que apresentou aqui todo um processo delicado, questionado no Senado.

Eu não tenho dúvida de que esse gesto do Governo da Presidente Dilma, essa condução honesta, correta da Anac, da Infraero e da Secretaria começa a resgatar uma credibilidade para com esse setor perdida no Brasil.

A sociedade brasileira não tem confiança nos serviços aéreos e de toda segurança, mas acho que agora começou um processo de resgate. Eu os cumprimento por conta da eficiência, nesse primeiro grande e fundamental passo para mudar a situação do transporte aéreo no Brasil.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Jorge Viana e passo a palavra ao Ministro Wagner Bittencourt.

O SR. WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA – Bom, Senador, eu também agradeço os seus questionamentos, as suas perguntas e o elogio.

Na verdade, esse trabalho começou em abril do ano passado e tem dado resultados realmente rápidos. Agora, isso porque temos hoje uma estrutura de trabalho conjunto e de ação concertada e trabalho em equipe muito grande. Com isso, o resultado tem aparecido, porque nada acontece sem suor e sem dedicação. Disso sou testemunha. Temos tido essa posição do pessoal da Secretaria, da Anac, da Infraero, do Dcea e do Governo, que trabalharam em conjunto para fazer com que todas essas coisas acontecessem, porque nada acontece por acaso e de uma hora para outra, sem que não haja essas coisas que eu falei: comprometimento, dedicação e trabalho em equipe.

Então, agradeço e transmito a todos esse elogio ao trabalho. O objetivo é esse mesmo: melhorar a qualidade dos serviços prestados e resgatar a confiança do brasileiro de que terá um serviço cada vez melhor.

Com relação às perguntas, agradeço também. Na verdade, é isso mesmo. A estrutura por nós montada dessa concessão foi muito complexa, discutida e exigiu vários equilíbrios, como até o Guaranys falou. No final, adaptamos aquela questão dos cinco milhões de passageiros e da participação do capital das companhias. Enfim, fruto de sugestões da sociedade. Então, procuramos adaptar coisas para melhorar e aperfeiçoar o mecanismo.

Uma das premissas básicas da concessão que o Governo definiu é onde serão aplicados os recursos. Ainda bem que esses recursos foram cinco vezes maiores do que imaginávamos e é sempre bom ter mais para aplicar do que menos. Todos eles serão aplicados, por decisão do Governo, da Presidenta, em aviação regional.

A ideia é de que tenhamos um grande programa de aviação regional, para que não somente tenhamos

uma aviação troncal, que são as grandes capitais do País, com eficiência, qualidade de serviço, infraestrutura necessária e adequada, mas que permitamos o crescimento do interior do País.

Como eu dizia aqui antes, o setor aéreo, assim como no passado foram rodovias e ferrovias, é hoje em dia um setor de desenvolvimento econômico. E o programa de aviação regional é uma das coisas mais importantes que o Governo está fazendo agora.

Nós falamos muito de obras do PAC e de infraestrutura que são importantes e estamos fazendo. A Infraero vai cumprir o seu papel. Falamos das concessões. O senhor está absolutamente certo. Não é somente para a Copa do Mundo, que é um ponto. Elas terão de atender às necessidades desse período, mas devemos atender ao dia-a-dia do cidadão, que está cada vez mais usando esse modal de transporte e precisamos atender essa demanda.

Portanto, se nós não atendermos e estendermos o serviço de aviação para o interior do País, nós estaremos, de um lado, de forma muito absurda, impedindo a cidadania das pessoas do País, ou seja, a integração aos grandes centros, e, do outro lado, gerando um problema do ponto de vista econômico. Como o País vai continuar crescendo como tem acontecido no interior, a aviação regional vai ter que alimentar os troncos. Com isso você vai ficar com uma aviação mais eficiente como um todo.

Então, a ideia é que esses recursos, Senador, sejam aplicados e, para isso, nós estamos com um programa grande, que já foi pré-definido no ano passado, uma variação sobre a qual nós conversamos com vários fornecedores de dados como usuários, estudos que foram feitos pelo Ministério do Turismo sobre a necessidade de aeroportos que precisam ser desenvolvido; conversamos com as companhias aéreas que fazem voo regional, no sentido de identificar os aeroportos que elas voam hoje e que precisam ser melhorados em termos de qualidade de serviços para atender aos usuários e para dar mais segurança para que elas possam voar. E inclusive definir novos aeroportos, porque elas querem voar hoje em dia e não voam porque não tem qualidade de serviço, qualidade de pista, qualidade de segurança adequada.

Então, esse trabalho está sendo desenvolvido com uma parceria com os Estados. Nós estamos conversando com todos os Estados. Esta semana começou uma rodada, tivemos reunião com três Estados, teve ontem, hoje e terá amanhã; nós estamos com esse programa em que nós vamos ouvir os Estados, porque essa estratégia de crescimento de interiorização precisa do apoio dos Estados também. O senhor disse muito bem que um aeroporto hoje em dia pode ser

muito bem administrado da porteira para dentro, mas se nós não tomarmos cuidado com o seu entorno, da porteira para fora, nós podemos perder toda a qualidade que aquele aeroporto conseguir para a região.

Nós temos aeroportos, hoje em dia, que estão localizados em cidades grandes e pequenas e, por não se tomar conta daquele ativo, foram construídos edifícios na cabeceira da pista. Um aeroporto, para funcionar bem, ele tem toda a aproximação, não é só o sítio. Ele tem uma regra toda de aviação, de espaço aéreo, que se não for respeitada, se diminui a capacidade daquele aeroporto. Eventualmente, você pode até ter que diminuir o tamanho da pista, se houver obstáculos que impeçam o voo, a aproximação e o pouso com segurança.

Então, é muito necessário que os Estados e Municípios trabalhem no sentido de ter políticas junto aos aeroportos e, para isso, nós estamos fazendo uma agenda conjunta com Estados e Municípios para que possamos definir as medidas de proteção, de melhoria, de eficácia dos aeroportos de atendimento aos usuários.

Outra coisa é a questão da segurança. O aeroporto tem a sua segurança interna, mas a gente sabe que tem o problema do transporte que sai e chega e leva as pessoas aos aeroportos; a gente tem uma série de problemas de táxis, de vans, de acesso aos aeroportos; a gente tem problema de segurança nos aeroportos. Então, precisa haver uma parceria.

O fato de nós termos criado, no ano passado, por decreto da Presidente, as autoridades aeroportuárias permitiu que nós conseguíssemos organizar o setor público federal dentro dos aeroportos e termos uma interlocução com os Estados e Municípios no sentido de definir políticas públicas não só do governo federal, estadual e municipal, para que tenhamos um melhor atendimento.

Isso está se constatando muito eficiente e vai ser uma coisa que vai mudar a realidade do atendimento prestado ao passageiro no País.

Isso é importantíssimo porque, se nós não preservarmos o entorno do nosso ativo, tanto para crescimento, como para manter aquela capacidade – porque às vezes a capacidade é diminuída em função de ativos e investimentos que são feitos. Se se colocar um lixão na cabeceira da pista, se se permitir que seja feito lá um abatedouro na cabeceira da pista, a própria ocupação urbana, com prédios, simplesmente se limita a capacidade do aeroporto.

Depois a população vai dizer “Poxa, mas voava ainda há pouco e não voa mais!” É, se não se tomar cuidado com isso, vai acontecer e a responsabilidade, obviamente, é de todos. São como questões de sa-

neamento, porque é uma questão de cidadania e de participação coletiva das autoridades públicas.

A sua colocação é perfeita e nós estamos fazendo este trabalho: organizando o setor federal dentro dos aeroportos e, junto com eles e nos CGAs com as companhias aéreas, a discussão com Estados e Municípios para a gente melhorar esse serviço em geral prestado.

A questão do transporte aéreo regional, teremos a aviação regional, a ideia é que a gente, em parceria com os Estados, possamos construir um programa de fortalecimento de investimento na aviação regional para melhorar a qualidade de atendimento no interior. Aí tem a questão de uma modelagem – se eu entendi bem, você deu uma solução aqui meio “filé com osso” ou coisa assim – em que a gente possa levar isso em consideração eventualmente nas próximas concessões definidas pelo Governo, quando isso acontecer. Eu acho que é uma sugestão que nós vamos levar para discussão. Eu acho que, eventualmente, é um modelo que já foi pensado no passado, mas pode-se pensar nisso também, rediscutir alguma alternativa em alguns casos.

É verdade que hoje a gente tem essa precariedade, de que o senhor falou, essa dificuldade para o interior. Uma parte de nós vai querer tratar e adequar essa questão da aviação regional. Mas também nós temos o problema que o senhor comentou depois, que é a questão da competitividade do setor.

O setor aéreo – não vou aqui defendê-lo – tem uma característica distinta do aeroporto, as companhias aéreas.

Companhia aérea – no mundo todo, a gente vê isso acontecer –, nós tivemos, nos últimos anos e na história – quem é um pouco mais antigo viu – a quebra de várias companhias do setor aéreo, desde as maiores do mundo, que já quebraram ao longo do tempo, como nos últimos anos, várias nos Estados Unidos, ou quase todas, quebraram, europeias quebraram, asiáticas, enfim, é um setor que tem uma volatilidade muito grande, a margem dele é uma margem pequena e ele é muito sensível. Como bem disse o Senador, o custo do combustível num voo é 30% ou 35% do custo total. Há um custo fixo, que é pessoal, que é alguma coisa da ordem de 22%. Então, fica uma margem muito pequenininha para... Se você tem um combustível que ainda oscila em função do preço do petróleo e oscila com relação ao câmbio – pode ser bom num momento, mas pode ser ruim depois –, você fica com um risco muito elevado. Então, isso pode ter problema. Nós estamos com essa preocupação, estamos discutindo isso, vendo alternativas. Mas é uma coisa sobre o que temos conversado muito com as companhias aéreas, e que elas pedem. Se pelo menos nós tivermos um

ativo de qualidade para eles pousarem, ou seja, se tivermos bons aeroportos, uma infraestrutura de qualidade, uma pista boa, um terminal bom, se tivermos uma sinalização boa que permita você voar tanto de noite quanto de dia, você pode otimizar a sua malha e, com isso, ter melhor operação com custo mais baixo. Mas claro que a gente está perseguindo isso, e nós vamos discutir essa questão da competitividade. Estamos fazendo isso, para ver que mecanismo podemos ter, eventualmente, para diferenciar alguma coisa para regiões no princípio.

Esse é um assunto no qual o senhor tocou, que é fundamental. Nós vamos ter que trabalhar em cima disso, nós vamos ter que aumentar a competitividade do setor de várias formas, para que nós tenhamos uma real integração do interior com a capital.

O setor aéreo também é um setor que tem o preço de passagem livre; como o senhor falou, quem compra antes paga um preço menor. Quer dizer, a regra é essa, é livre, mas é um retentor de concorrência.

Hoje em dia, temos visto entrarem novas companhias, elas têm crescido; neste último ano, a participação das companhias, digamos assim, menores, tem crescido mais do que as companhias maiores. Agora, precisamos de mais competição também no setor. Assim como temos competição nos aeroportos. Estamos estruturando isso para promover – temos que ter – mais competição.

Obviamente, temos que analisar de que forma o Governo pode ajudar, além da criação de uma infraestrutura competitiva, para que eles tenham mais qualidade no voo e, portanto, menores custos, maior condição de voar para lá, com preços mais baixos, de que forma vamos trabalhar em outros mecanismos que podem ser vistos para aumentar a competitividade, portanto, a qualidade de serviços prestados ao interior, porque, não tenha dúvida, é importante para o Governo, é prioritário para o Governo um programa de aviação regional e um programa que atenda as regiões mais distantes do País e que atenda particularmente a região Norte e Nordeste, principalmente as regiões mais distantes do norte do País, que têm mais dificuldades. E que o voo às vezes vai ter uma necessidade de ter um tratamento diferenciado. Alguns lugares e algumas regiões vão precisar ter voos, até por questão de integração, eles terão dificuldade de ter viabilidade por causa da distância, por causa dos custos envolvidos. Estamos trabalhando nisso com afinco, e esse programa de aviação regional já está em andamento. Estamos discutindo com os Estados, vai ser uma coisa feita em parceria, para que possamos criar um ambiente que melhore a qualidade do atendimento e de serviço aos passageiros.

Não sei se atendi.

Obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Sr. Marcelo Guarany, para as suas observações.

O SR. MARCELO PACHECO DOS GUARANY
– Obrigado, Senadora.

Vou começar com a questão dos aeroportos. Vou complementar, não vou repetir o que o ministro já colocou.

O Senador Jorge Viana tinha ido à Anac, na semana passada, justamente para apresentar as preocupações. Ele tinha duas preocupações – vou deixar a concessão para o final –, com o Estado do Acre mesmo. A primeira era com a questão de Rio Branco.

Primeiro, Rio Branco era o aeroporto com que a gente estava tendo, ele mesmo sabe, problemas operacionais. O Governo do Estado correu muito para realizar e a gente conseguiu resolver o problema. A prioridade da Anac é sempre a segurança das operações. Além de toda a parte de concessões, a nossa principal prioridade é segurança, garantir que a segurança de todos os passageiros, de todas as empresas e dos operadores seja sempre resguardada. Em Rio Branco, determinadas exigências tinham sido feitas, foram cumpridas pelo Estado, mas isso tinha gerado algumas restrições operacionais para a operação das empresas e algumas empresas informaram que estavam limitando as operações, mas isso gradativamente esperamos que volte.

O Senador colocou o problema da passagem de seis mil. Até pedi para a minha equipe analisar e até o diagnóstico tinha que ser passado para ele pelas empresas. As empresas disseram que a comercialização informal de milhagem é que está acabando com as passagens promocionais. É uma situação nova para mim, nunca tinha ouvido, e a gente está analisando lá justamente para conversar. Semana que vem temos uma conversa já agendada com todas as empresas aéreas e esse assunto virá à tona.

Só para fechar a questão da concessão, o Senador Dornelles tinha colocado ainda a questão do aeroporto de Porto Rico, que eu acho que a gente acabou não tocando, Senador. A gente não tem todas as informações sobre o processo de Porto Rico, ele não é tão transparente para a gente, mas sabemos, por apresentações, quais são os critérios de habilitação técnica ou não que foram aceitos, os aeroportos que participaram da licitação. Então há vários critérios até subjetivos, por exemplo, grau de relacionamento com a FAA, que é a Anac americana. Esse era um dos critérios subjetivos de escolha.

Dentro desses critérios, várias empresas não foram habilitadas. A Corporación América foi uma delas e a outra é uma operadora muito grande, que é a ENA, a operadora espanhola também não foi habilitada no processo de Porto Rico. Então, como não tenho o processo inteiro, a gente não sabe dizer o que aconteceu de fato com Porto Rico. Mas os critérios deles podem ser bem diferentes do nosso e a gente já viu, a gente não está exigindo o grau de relacionamento, por exemplo, com o órgão regulador americano, apesar de ser um indicador de que a empresa tem um bom indicador de segurança, mas são as informações que a gente tem sobre o processo.

O Senador Jorge Viana colocou a preocupação também com os operadores, não cabe a nós fazer uma defesa dos operadores. Como eu disse, estamos analisando, estamos na fase de recursos de habilitação e ainda vamos para a homologação, mas também fizemos, paralelamente à comissão de licitação, que está analisando o processo, que está analisando formalmente todas as informações que estão dentro do processo, cumprindo o que está dentro do edital, o que foi previsto na regra, a comissão tem autonomia para isso, nós estamos também fazendo nossas pesquisas para analisar esses grupos, saber quem são esses operadores, quem são essas empresas.

Algumas informações interessantes: há determinados grupos que também operam bons aeroportos. Então o aeroporto mais bem avaliado, segundo pesquisa que nós tínhamos pela Associação Internacional dos Aeroportos, em 2008, foi o aeroporto de Guayaquil, que era inclusive operado pela mesma operadora da Argentina. O de Lima estava abaixo de Guayaquil. Guayaquil é um aeroporto de menor porte, mas é um aeroporto que funciona muito bem, tem tido muita qualidade. Portanto, esses indicadores são bons para a gente fazer um comparativo entre todos os aeroportos e a gente mesmo tentar fazer a nossa avaliação, ainda que informal, dessas operações.

Obrigado, Senadora.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Sr. Gustavo Vale.

O SR. ANTONIO GUSTAVO MATOS DO VALE
– Obrigado, Senadora. Vou me ater à pergunta do Senador Jorge Viana a respeito do processo do modelo.

O modelo de concessão vigente no Brasil, até então, é que a Infraero é a empresa monopolista dos aeroportos e, como ela é uma empresa estatal, evidentemente, 100% dos investimentos feitos nos aeroportos, até então, são recursos públicos, já que a Infraero é uma empresa estatal monopolista, como eu disse. Quer dizer, esse modelo deu muito certo e foi modelo de sucesso até o momento. A demanda cresceu de tal

forma nos últimos cinco, seis, sete anos, os investimentos nos aeroportos são de tal monta que não é mais permitido ao Governo Federal deixar de investir em áreas carentes do País para investir numa área onde a iniciativa privada tem essa disposição de investir.

Então quando foi criado o modelo, pensou sim, Senador Jorge Viana, em fazer a questão do filé e do osso, ou seja, permitir que uma empresa privada adquirisse um aeroporto grande rentável e em linha com outros aeroportos menores. Aliás, esse é o modelo da Infraero. E o que acontece nesse modelo da Infraero? Evidentemente, qualquer administrador – e aqui existem vários administradores – sabe que, no momento de você direcionar os recursos – e estou falando isto não do ponto de vista social, mas do ponto de vista meramente econômico –, é evidente que a prioridade será dos grandes aeroportos, em detrimento dos pequenos, que rondam a Amazônia, tão importantes para o País quanto os aeroportos do Centro-Sul, como bem lembrou o Senador Jorge Viana. Foi aí que optamos para ter o maior número de recursos possível desses aeroportos rentáveis, e esses recursos serem carregados para o Governo Federal, via Fundo Nacional de Aviação Civil, que vai receber esses recursos. Aí, sim, o Fundo Nacional de Aviação Civil tem o poder e tem o conhecimento das necessidades do País como um todo e pode investir nos aeroportos carentes da Amazônia, porque é ilusão achar que algum ente privado vá a Tabatinga, vá a Tefé. A Infraero, Senador, estará sempre presente. O senhor pode ter certeza absoluta de que onde o ente privado não estiver a Infraero vai estar.

Bem, além disso, é evidente que a Infraero, tendo que gastar R\$5 bilhões em Guarulhos, e o ente privado fazendo isso, são R\$5 bilhões que a Infraero vai poder gastar, além do Fundo de Aviação Civil, nos demais aeroportos da nossa rede.

Então, quando a demanda cresceu – ela cresceu no País como um todo –, toda a infraestrutura aeroportuária ficou aquém da demanda, porque os investimentos eram realmente carregados para os grandes aeroportos. É esse modelo que estamos mudando agora. A Infraero será sócia desses aeroportos. Esses aeroportos que foram concedidos pagarão uma contribuição variável, de modo que o Governo também possa usar as receitas do crescimento desse aeroporto como parte do processo, e os 49% dos dividendos vão fazer com que a Infraero, juntamente com seus recursos, tenha recursos suficientes para continuar investindo e administrando os aeroportos pequenos, como o Forquilha, por exemplo, Senador Casildo Maldaner, cujo convênio renovamos ontem por mais dois anos, o que era uma grande solicitação da região de Criciúma.

Então, esse é o modelo que foi feito. Pode haver mudanças daqui para frente? Claro! Nós fizemos as três primeiras concessões. Apesar de ainda não haver decisão para novas concessões, podemos mudar os modelos sem dúvida nenhuma. E é assim mesmo que fazemos. Saímos de um modelo monopolista, estatizante, para um modelo em que trazemos a iniciativa privada para ajudar o País a fazer os investimentos. É evidente que esse modelo pode sofrer mudanças ao longo do processo.

Eu gostaria de deixar claro, Senador, a visão de que o País não crescerá se nós não tivermos uma aviação regional atuante, que fez com que se mudasse o modelo para concessão. Até quero me abstrair dos aspectos políticos. Só pensamos do ponto de vista econômico e do ponto de vista social. Essa é a razão de todo esse processo. Os 49% da Infraero não são para a Infraero administrar os aeroportos, não são para a Infraero influenciar na administração dos aeroportos; são para a Infraero ser sócia da concessionária, e, como tal, além de ser uma parceira, ela será vigilante das questões econômicas, do balanço dessas concessionárias, já que vamos ser sócios. Então, elas não podem ter prejuízo, porque, como todo mundo sabe, sócio é igual casamento: é na alegria e na tristeza. Então, estaremos lá para que não haja tristeza e, ao mesmo tempo, estaremos vigilantes, por meio da autoridade aeroportuária, para o bom funcionamento e bom atendimento ao cliente, que é tudo o que representa no final. O final é fazer com que o passageiro brasileiro tenha o atendimento que merece, o que ele não está tendo hoje.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pergunto ao Senador Jorge Viana se tem alguma observação a fazer.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Não. Só agradeço e cumprimento pelas respostas. Penso que agora é importante ouvirmos os demais colegas Senadores.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Obrigada, Senador.

Passo a palavra ao Senador Vicentinho Alves, Presidente da Subcomissão de Aviação Civil.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Obrigada, Presidenta.

Cumprimento V. Ex^a e cumprimento o Vice-Presidente desta Comissão, o meu Líder e companheiro Blairo Maggi; cumprimento os demais Senadores; os ilustres visitantes; o Ministro da Secretaria de Aviação Civil, Dr. Wagner; cumprimento o Presidente da Infraero, Gustavo do Vale; e o amigo Marcelo Guaranyes. Minha saudação!

Vou me dirigir ao Ministro, entendendo que nesta reunião estamos tratando de concessões. Mas, antes, num preâmbulo, Ministro, eu quero dizer o seguinte: por que nós apresentamos a esta Comissão um requerimento, aprovado e acatado pelos nobres Pares, para criação de uma subcomissão para tratarmos da aviação de um modo geral de um planejamento para o nosso País. Esse é um dos itens. Nós vamos tratar, inclusive, na quarta-feira, quando teremos a nossa primeira reunião, com membros da Secretaria de Aviação Civil.

A nossa preocupação, Ministro, é que o último planejamento estratégico para o nosso País com relação à aviação, é da década de 60, Senador Jorge. O Código Brasileiro do Ar é de 1986 – olhe bem, antes da constituinte –; a legislação aeronáutica é de 1984. De lá para cá como avançou e se modernizou a aviação no nosso País.

Então, com essa preocupação nós vamos, através dessa subcomissão, procurar contribuir, junto com os colegas Senadores, com o Governo da nossa Presidenta Dilma, com o nosso País, apresentando ao final, assim como o agronegócio, Senador Blairo, estão se articulando para apresentar uma proposta, os problemas e as sugestões para solução, nós também vamos dirigir à Presidenta Dilma ao final dessa subcomissão os problemas e as sugestões para termos um bom planejamento para a aviação no nosso País.

Agora, me atento à questão específica desta nossa reunião.

Ministro, nós, políticos, hoje, por exigência da sociedade brasileira, somos regidos pela Lei da Ficha Limpa, nós temos que estar limpos para pleitearmos qualquer cargo na vida pública. Se um Senador cometer um deslize, nós nos tornaremos inelegíveis até o final do mandato, mais sete anos, praticamente. E mais oito pela Lei da Ficha Limpa. Portanto, nós estaremos inelegíveis por 15 anos. E a minha preocupação primeira, Ministro, nessa questão da concessão, preocupação que não foi colocada aqui pelos oradores que me antecederam, é que eu vejo três empresas, que por questão de ética vou deixar de citar os nomes, que estão indiciadas na Caixa de Pandora, pela Polícia Federal, dentro desse processo de concessão. Não sei se estão já livres do problema ou se continuam indiciadas. Daí a preocupação do Senador Dornelles de que foi observada apenas a questão do valor e não dos critérios. É importante encaminhar essa pergunta.

As três empresas estão aqui, e fazem parte do consórcio e estão indiciadas na Caixa de Pandora. Como nós somos exigidos pela sociedade brasileira de sermos ficha limpa para participar de qualquer pleito, imagino que as empresas para participarem de um leilão de uma concessão têm que estar também

de forma organizada perante a justiça, perante a sociedade brasileira.

Então, essa é a minha primeira preocupação. Com relação a algumas perguntas, vou me referir, primeiramente, à Secretaria de Aviação Civil. Mas, antes, quero ajudar na linha de raciocínio do Senador Jorge Viana. No Acre, em Rio Branco, até pouco tempo atrás, existia uma nota da Infraero criando restrições à pista de Rio Branco, não é isso? Onde as companhias aéreas estavam operando com um número reduzido de passageiros devido ao fato de a pista estar afundando e tendo problemas de operação. Pergunto se isso já foi resolvido. Talvez isso não seja só o problema econômico, mas o problema operacional das empresas lá em Rio Branco. A Infraero já tomou essas providências no sentido de fazer com que o aeroporto de Rio Branco, efetivamente, esteja operando na sua melhor condição?

Eu aqui quero fazer um questionamento à Secretaria de Aviação Civil que vai na linha de alguns Senadores que me antecederam. Quais os mecanismos que garantirão que os valores pagos a título de concessão serão investidos no sistema aeroportuário e que não serão contingenciados ou direcionados para qual finalidade? Esses recursos oriundos da concessão. Essa preocupação também foi do Senador Jorge Viana e do Senador Francisco Dornelles.

Segunda pergunta: quais os planos da Secretaria para o desenvolvimento de novos aeroportos após as concessões? Também já foi colocado isso aqui. Principalmente a preocupação nossa com relação à região Norte e a região Nordeste do nosso País, que já foi inclusive registrada. E do Centro-Oeste também, da Senadora Presidente Lúcia Vânia.

Terceira pergunta: ministro, os usuários que recentemente estiveram em Mumbai, na Índia, ou em Johannesburg, na África do Sul, reclamaram da precariedade, das limitações dos serviços oferecidos por aqueles aeroportos. Portanto, não são ranqueados como aqui já se foi registrado. E esses aeroportos são concessionados da ACSA, que é do grupo Invepar. Pergunto: quais são os parâmetros de atendimento ao usuário a serem aplicados aos nossos aeroportos cessionados por parte da SAC?

Outra pergunta. A Infraero, sendo a segunda maior operadora de aeroportos do mundo, com seus 67 aeródromos, fatura aproximadamente R\$3 bilhões. A mesma transferiu 30% do seu movimento – isso foi registrado aqui pelo Senador, se não me engano, Francisco Dornelles – de passageiros para as cessionárias, nesse caso, e mais de 50% da movimentação de carga aérea. Nesse sentido, as cessionárias teriam, em primeira mão, um faturamento de R\$1 bilhão ao ano – os números que temos aqui, tendo que pagar a título de

concessão, em média, R\$980 milhões –, sendo que ainda precisarão investir na infraestrutura e pagar entre 2% e 10% do faturamento bruto ao Fundo Nacional de Aviação. Como garantir que os usuários não terão as taxas oneradas e que não serão criadas outras taxas a título do que quer que seja? Esses números são muito apertados, e a empresa, o capital visa lucros também, claro! Essa é uma das preocupações.

Também é uma preocupação, Ministro, que, com relação a tudo que se trata na Secretaria, na Anac, na Infraero, é quase uma prioridade a aviação de companhia aérea, e nós sabemos, como já foi citado, que nós temos aviação regional, nós temos táxis aéreos, nós temos oficinas de manutenção, nós temos tantas outras atividades que fazem parte do conjunto de um aeroporto. Eu pergunto, como serão atendidos esses outros usuários? Aqui se fala muito em transporte de passageiros, em companhias e até cargas já citamos aqui, mas temos uma gama de outras atividades que precisamos ter mais clareza nessa questão dessas concessões.

A outra pergunta: qual é a política da Secretaria no sentido do procedimento da fiscalização das atividades dos concessionários? V. Ex^a acaba de citar, mas a gente gostaria que fosse explicitado melhor qual a técnica, qual a forma que essa fiscalização se dará. Através da Secretaria? Através da Infraero? Através da Anac? Portanto a preocupação. Sim, teremos a fiscalização. Mas como? Quais os instrumentos?

Está prevista a possibilidade de a Anac delegar funções de fiscalização aos aeroportos concessionários? Está na pergunta anterior.

A Anac pretende restringir a operação de aeronaves voltada à aviação geral e aos táxis aéreos dentro dos aeroportos licitados? Como eles serão tratados? A gente discute muito só a questão das companhias aéreas, aquilo que eu repito novamente, nós precisamos ver o conjunto da aviação, porque se nós não tratarmos dos médios e dos pequenos, será uma política só para os grandes, e eu penso que essa não é a meta da nossa Presidente Dilma, de V. Ex^{as} nem nossa. Nós temos que cuidar do grande, do médio e do pequeno que utiliza os aeroportos, principalmente esse específico concessionário.

O que a Secretaria, Ministro, preparou a respeito dos planos aeroviários para os Estados? Eu gostaria também de ouvir da Secretaria. Por exemplo, no nosso Estado do Tocantins, que tem 139 Municípios, se não me engano, só temos aproximadamente cinco aeroportos homologados: Palmas, Gurupi, Porto Nacional, minha cidade, Dianópolis, Araguaína, Araguatins. Fica por aí. Eu acho que está na hora de a Secretaria de Aviação Civil desenvolver um planejamento – e nós,

desta Subcomissão, vamos dar essa contribuição também – para o plano aeroviário para os Estados brasileiros. Não quer dizer que serão todos construídos de imediato, mas que tenhamos uma estratégia como o Ministério dos Transportes tem sobre os transportes ferroviário, aquaviário, hidroviário.

Há uma pergunta aqui sobre a Infraero. A Infraero, através da Circular nº 3719, de 2012, determinou que fosse concedido um desconto de 64% nas tarifas aeroportuárias de embarque, pouso e permanência, mas apenas para as empresas do grupo I, aeronaves de grande porte. Essa é a minha preocupação, Senador Jorge. Nós temos que ver o pequeno também, ver os médios. Olhe bem, nos aeroportos de terceira e quarta categoria... Por que não se estende esses benefícios para as empresas de táxi aéreos, por exemplo, que operam aeronaves menores e que estão precisando também de incentivos? Por que esse benefício foi estendido ao aeroporto de São Luís, que é de menor porte, mas é do mesmo patamar de Palmas, minha capital? Por que não para Palmas também e outros Municípios? Por que essa distinção? Nada contra São Luís. Sou até neto e filho de maranhense. Mas que se estenda também aos demais da mesma categoria. É outra preocupação.

Eu quero me dirigir também agora, Ministro, à Infraero, do Presidente Gustavo do Vale.

Pergunto se a Infraero pretende admitir mais funcionários para atuar dentro da sua cota participação. Assim procederá para atender à demanda das concessionárias? E, em relação à questão anterior, pergunto também se essa circular da Infraero, após o leilão de concessões, como fica esse ato, se vai continuar havendo esse desconto, porque agora existe outro parceiro na história. Então, como foi colocado isso no leilão de concessão, se esse desconto vai ter continuidade e se vai avançar para os outros aeródromos.

Já foi colocado aqui que as concessões começaram pela fatia mais interessante, dos aeroportos, do sistema de Infraero, e qual é a prioridade que está sendo dada aos demais aeroportos. Isso, inclusive, já foi respondido por V. Ex^a, com perguntas de colegas que me antecederam. Pergunto como ficarão, nas estações de passageiros, as demais áreas operacionais dentro dos aeroportos, para nos clarear. Nós vemos muito pela imprensa. Se vai continuar com monopólios que prejudicam o usuário do aeroporto. Vamos pensar numa coisa que parece pequena, mas é grande para o povo brasileiro: um pão de queijo no aeroporto, Senador Blairo, é cinco, dez vezes mais caro do que em qualquer outro local fora do aeroporto. E como o nosso País cresceu economicamente, como o povo brasileiro está usando a nossa aviação, os nossos

aeroportos, nós temos que ter o cuidado de tirar essa condição de monopólio e diversificar mais com relação a esse assunto.

Em relação à Anac. Tenho tido um bom relacionamento, direto, com o Presidente Marcelo Guarany. Quando lá vou, sou sempre muito bem recebido. Quero aqui deixar registrado; e à sua equipe.

Percebemos que, na Anac, falta quadro de pessoal. Isso vai ser mais na frente, mas é bom colocar. Não está bem específico na questão de concessão. Precisamos melhorar isso; precisamos reordenar a questão dos atendimentos dos táxis aéreos, Ministro. Veja na Amazônia o tanto de avião caindo! Sabe qual é um dos motivos – e eu já disse isso ao Presidente –? Antes, o táxi aéreo da Amazônia tinha que tratar dos seus assuntos em Belém. Hoje, quem tem um táxi aéreo em Marabá tem que ir para São Paulo, Ministro; quem tem em Santarém tem que ir para o Rio de Janeiro; quem está ao lado de Marabá, em Imperatriz, tem que ir para Recife. Por que não vão para Belém como antes? Quem está no Nordeste vai para Recife, quem está no Centro-Oeste vem para Brasília, quem está no Sudeste vai para São Paulo, e assim por diante. Um proprietário de táxi aéreo, lá de Santarém, tem dificuldade até de viajar para o Rio de Janeiro. Está assim hoje. Com isso, falta fiscalização na ponta, porque as pessoas de lá da Amazônia têm que ser cuidadas na outra ponta.

Portanto, precisamos rever essa situação e facilitar a vida dos táxis aéreos do nosso País. Isso vai melhorar, com certeza, a segurança, porque vamos ter fiscalização de rampa, com mais presença. Aí é onde eu digo que precisamos de concurso público, para termos mais fiscais e evitar mais acidentes no nosso País.

Com relação à Infraero, eu acho que é isso.

Quero aqui, só para concluir, estimado Ministro: nós falamos aqui em concessão de apenas três aeroportos, no caso, dois em São Paulo e um em Brasília. Los Angeles é uma cidade americana, mais ou menos do porte que São Paulo e possui 20 aeroportos. Vinte! A cidade de Miami possui seis aeroportos de grande porte e o Brasil é uma economia forte, aliás estamos invadindo o mercado financeiro americano. Os brasileiros, com a economia forte, estão chegando lá.

Eu pergunto: se em relação ao modelo utilizado nos Estados Unidos, se há algum planejamento da Secretaria no sentido de termos mais aeroportos em cidades importantes do nosso País, como nos Estados Unidos, na Europa.

Hoje somos a sexta economia do mundo. Então, por que pensarmos só em um aeroporto para Brasília? Por que não a iniciativa privada – da qual sou a favor? Eu não sou contra, acho que esse modelo é viável, é

importante, não cabe, não compete ao governo administrar aeroporto, essa parceria é boa. Com essas preocupações e esses critérios que deverá haver, conforme colocado aqui pelo Senador Dornelles.

Nós temos cidades brasileiras similares a dos Estados Unidos e da Europa, que nós podemos ampliar.

Então, eu gostaria de perguntar a V. Ex^a, Ministro, se já há algum planejamento nesse sentido. O mais, dizer que estaremos junto com os colegas Senadores Vital do Rêgo, como Vice-Presidente; Eduardo Braga, como relator; e demais membros, ali na subcomissão de aviação, iremos com certeza procurar fazer um trabalho técnico, especificamente técnico, em que ouviremos de forma mais qualificada possível várias instituições, com o SAC, a ANAC, o DECEA, Infraero, a Associação de Transportes Internacionais, Sindicato Internacional dos Aeronautas, empresas aéreas regionais, companhias aérea, e por aí afora. Nós precisamos pensar a aviação como um todo, Ministro, desde ultraleve, que já ocupa o espaço aéreo, que ocupa uma pista, passando por aviação geral, passando por táxi aéreo, por aviação regional e chegando às companhias.

De modo que vamos procurar dar a melhor contribuição, detectando os problemas e apontando sugestões.

São essas as minhas considerações e os nossos questionamentos. No mais, muito obrigado. Acho louvável a presença de todos aqui no Senado Federal, porque aqui efetivamente é a vitrine para o País e para o povo brasileiro.

Essas preocupações nossas nada mais são do que as preocupações dos usuários de todo esse modelo de concessão no País.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Obrigada, Senador Vicentinho.

Faltam apenas dois oradores inscritos e vou passar, logo em seguida, a palavra para eles para que o Ministro possa responder em bloco.

Com a o palavra o Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr^a Presidente Lúcia Vânia; Sr. Ministro Wagner Bitencourt; Vice-Presidente Blairo Maggi; meu caro Senador Jorge Viana; Guarany, da Anac; Gustavo, da Infraero; demais Senadores, eu vou ser bastante objetivo, porque acho que muitas coisas que eu gostaria de perguntar já foram aqui abordadas.

Primeiro, quero dizer, Ministro, o seguinte. Com relação ao leilão – e não poderia deixar de registrar –, que estabeleceu regras muito claras, ele é um leilão absolutamente didático, transparente. Então, acho que isso tem um valor enorme, até pelo espaço curto que V. Ex^a teve para estruturar esses leilões, principalmen-

te pelas necessidades do País, não só – o Senador Jorge Viana disse muito bem – em função da Copa e das Olimpíadas, mas em função do crescimento do nosso mercado, que é fantástico. O Dr. Guarany's disse aqui: 150% em 10 anos. É uma coisa extraordinária! Como disse o Senador Jorge Viana, eu acho que os números do Brasil e da Índia deram um *plus* ao crescimento mundial.

Primeiro, quero registrar a transparência, a clareza, a simplicidade do leilão que foi realizado – as regras. É evidente que isso leva a uma engrenagem muito sofisticada em função das responsabilidades envolvidas, mas muito claro entendimento.

Outra coisa que eu também queria registrar é esse fundo, o recolhimento para esse Fundo Nacional de Aviação Civil, que, do meu ponto de vista, é absolutamente fundamental para valorizar a aviação regional, não só da Amazônia, do Senador Jorge Viana, mas da nossa região Centro-Oeste – como alguns dizem, o Brasil profundo –, que muitas pessoas esquecem. Há uma letra do Milton Nascimento que diz que o Brasil vive de costas para o Brasil. É a leitura do litoral. Existe um Brasil muito maior, Senador Blairo Maggi, do qual nós fazemos parte. E nós apostamos muito nisso.

Existem aeroportos com potencial extraordinário e que sequer ainda entraram nessa discussão; no meu Estado, por exemplo, o aeroporto de Dourados, o aeroporto de Ponta Porã. Hoje nós saímos – Dr. Guarany's sabe disso – de Campo Grande para São Paulo e de lá para Assunção, quando Assunção é nossa vizinha.

Nós temos um grande potencial: Corumbá e outros aeroportos. E vou citar um fora do meu Estado: Maringá, um aeroporto que tem um movimento extraordinário.

Aliás, o que nós temos pela frente é um crescimento fantástico, levando em consideração que nós não temos só receitas tarifárias, mas as não tarifárias também, que, associadas ao crescimento da aviação... Imaginem as não tarifárias o que podem proporcionar para os futuros concessionários desses aeroportos.

Então, eu não podia deixar de destacar isso, de destacar o ágio alcançado em função dos números estabelecidos, do piso mínimo estabelecido. E queria também aproveitar para fazer um registro aqui. É curioso. Reclamavam das concessões de aeroportos, que os aeroportos não funcionavam bem. Aí o Governo Federal faz um leilão absolutamente exitoso. No dia seguinte, começam a desqualificar as empresas que venceram. O critério dos 5 milhões é absolutamente claro, inquestionável e foi aqui muito bem explicado pelo ministro, pelo Dr. Guarany's e pelo Dr. Gustavo.

“As empresas não têm *expertise*”. Muitas delas têm *expertise* para mais de 5 milhões e algumas chegam até a 30 milhões. E operam aeroportos em vários

continentes. Aí vem o questionamento das empresas que participaram com essas operadoras. Essas empresas que venceram, as empresas nacionais, são absolutamente conhecidas. São empresas que têm uma engenharia de primeiro mundo. Elas operam na área de energia, na área de petróleo, de gás, em áreas industriais. São empresas de absoluta experiência, comprovada.

Então, o Governo estava absolutamente seguro, numa disputa – e é importante destacar aqui – entre 11 consórcios, 28 empresas entre nacionais e estrangeiras. Portanto, um processo absolutamente consistente. Um processo forte, no sentido de tratar um tema tão fundamental como o tema da aviação civil, com o cuidado que ele merece.

Então, acho estranho.

Depois veio outro argumento: “Não sei quem não foi aceito em determinado país”. Várias empresas brasileiras que têm extrema competência saíram de projetos em outros países, como diz o Dr. Guarany's, até por circunstâncias – políticas, circunstâncias que ditaram o próprio processo licitatório, o processo de construção, de montagem. Eu vou condenar essas empresas, que têm sabidamente experiência em determinados setores, porque tiveram algum problema em outro país? Nós temos grandes empresas brasileiras que foram até expulsas de alguns países, sob a alegação de que “não praticavam uma boa engenharia, ou tinham problemas sérios de construção, de montagem”. Vou dar um exemplo específico: o de hidrelétricas. E é por causa disso que essas empresas estão proibidas de participar do certame? Não! Nós conquistamos um estágio, sob o ponto de vista de engenharia, extraordinário no Brasil! E nós precisamos muito mais: precisamos de formar mais engenheiros, qualificar mais a nossa mão de obra, mas nós temos empresas muito consistentes, em vários setores da economia brasileira.

Então, eu não podia deixar de destacar isso.

A outra coisa também é essa discussão de: “É privatização!” “É concessão!” O importante é aquilo que é melhor para o Brasil. Se o serviço bem prestado... Se o Estado, cumprindo o seu papel, executar um bom serviço, ótimo! Se o privado assim o fizer, também é muito bom. A preocupação nossa e a preocupação que o Governo da Presidenta Dilma tem é com os usuários, acima de tudo.

Então, essa é uma discussão absolutamente irrelevante. Irrelevante!

Outro ponto também que eu não poderia deixar de destacar é o papel da Infraero, que o Dr. Gustavo colocou com extrema clareza, inegavelmente, com seus 49%, com seu *know how*. E essa transferência

de tecnologia entre os vários agentes que vão operar esses aeroportos.

A questão da arrecadação da União, a questão do Fundo, de que não preciso falar, pois já acabei de citar.

A Anac, o papel que ela tem. Eu fui relator da Agência Nacional de Aviação Civil aqui no Senado Federal, e foram muitas discussões. A Anac vai ter um papel fundamental e do qual ela não vai abdicar, dentro desse novo cenário que os aeroportos nossos vão vivenciar.

Outra coisa importante no processo: o TCU acompanhou de perto todas as etapas. Quer dizer, é um divisor de águas a maneira cuidadosa como esse processo foi conduzido, e depois, durante a implementação. É fundamental registrar – porque não adianta a gente só fazer discurso –, é importante ver o detalhamento, aeroporto por aeroporto, que foi exigido. Portanto, é um edital muito bem amarrado. Aqui estão as exigências para Guarulhos, para Viracopos, para Brasília.

Portanto, acho que o Governo teve um cuidado exemplar nesse processo, pela seriedade e pela responsabilidade que o Governo tem.

E também multas, penalidades. Concorro com o argumento do Ministro: a alavancagem dessas empresas com os empréstimos, quer dizer, é uma situação diferente da abordagem que foi feita aqui no que se refere à Infraero.

Portanto, estou muito seguro com relação ao que foi feito.

E outra coisa também: quando tentam desqualificar... Porque, no dia que fizeram o leilão, no dia seguinte, já estavam na televisão, desqualificando todo mundo. Verifiquem as etapas por que passaram essas empresas.

Capacidade financeira dos grupos. O leilão exigia solidez e estudos de viabilidade dos projetos atestados, como disse o Ministro aqui, por bancos de primeira linha, com patrimônio líquido mínimo de R\$1 bilhão. Será que esse é um processo para desqualificar alguém, com esse nível de exigência? Mas não parou aí. Garantia de proposta. Como o Ministro disse, apresentadas pelos consórcios foram emitidas por seguradoras também de primeira linha. O BNDES emitiu carta em seu site na Internet com as condições de enquadramento para o empréstimo. As condições do BNDES, aeroporto por aeroporto: Brasília – ativos totais: R\$1,2 bilhões; Patrimônio Líquido: meio bilhão; Viracopos, 3,7; Patrimônio Líquido: R\$1,5 bilhão; Guarulhos, 4,1; Patrimônio Líquido: R\$1,6, para o conjunto dos acionistas da SPE privada, que será controlada pela concessionária de cada aeroporto.

Então, os cuidados foram imensos. Ou seja, o Governo, para o tempo exíguo que o Ministério teve, fez

um papel absolutamente importante; tão importante, Ministro, que começamos a gostar disso aqui, e a única pergunta que vou fazer é se vem mais algum aeroporto por aí, porque acho que existem alguns aeroportos que merecem uma atenção especial do Governo Federal. Entendo que esse processo não parou nesses três. Pelo menos é o meu entendimento.

E, por último, dizer da tranquilidade, ao Presidente Gustavo, ao Diretor-Presidente Guarany e ao Ministro Wagner, nós que convivemos há três, quatro anos com essa crise intensamente aqui, debatemos isso intensamente, Senadora Lúcia Vânia, aqui no Senado, o que mudou nos aeroportos? Aí todo mundo apostando: “o Natal vai ser um inferno; o *reveillon* vai ser pior! No carnaval, ninguém vai conseguir voar”. Pelo menos, o que tenho verificado é que, se alguém estava apostando nisso, isso não aconteceu.

Portanto, quero parabenizar a tranquilidade, serenidade, equilíbrio, o espírito público com que esse setor está sendo conduzido.

Importante: fui uma das pessoas, registrei, inclusive, na Comissão de Infraestrutura, com relação a esse processo, e hoje dou a minha mão à palmatória porque ele caminhou muito, disse até para o Dr. Guarany, na sabatina aqui, agilmente, porque efetivamente os senhores são pessoas competentes e que dão conta do recado. Então, não podia deixar de registrar isso. Ao mesmo tempo também, o Senador Vicentinho comentou que temos uma subcomissão aqui que, sem dúvida nenhuma, vai fazer um trabalho muito profícuo com relação ao Código Brasileiro de Aviação, com relação às companhias aéreas, com relação à hora de tripulante, enfim, vários temas que vão abranger os trabalhos dessa subcomissão.

Então, queria fazer só esse registro e uma pergunta, que é a questão de se esse processo já se acabou: se nenhum aeroporto mais vai passar por esse processo, porque acho que tem aeroporto aí que está na alça de mira e merece uma atenção especial, a mesma atenção que foi dada aos três aeroportos de que estamos aqui tratando.

Obrigado e parabéns.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Presidente, pela ordem.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Senador Vicentinho.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Só para clarear, Ministro, com relação à fiscalização, quais instrumentos, quando perguntei sobre a Anac, parece que não esclareci bem, se a Anac vai fazer a fiscalização com funcionários próprios ou com terceirizados. É só assim, parece que eu não havia deixado claro antes.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Nobre Senadora Lúcia Vânia, que é nossa Presidente, e Senador Blairo Maggi, o Vice-Presidente da nossa Comissão, quero aqui, cumprimentando o Ministro Wagner Bittencourt, o Dr. Marcelo, da Anac, o Dr. Gustavo, da Infraero, deixar meus cumprimentos aos dois autores da proposta para que acontecesse esta audiência pública, os Senadores Dornelles e Jorge Viana.

Senti, pelas palavras do Senador Delcídio do Amaral, que ele está bem entusiasmado. Ele está bem para frente. E disse que tinha algumas dúvidas uma época e está dando a mão à palmatória agora. E quero crer que, neste caminho, o desejo do Senador Dornelles é de, um dia, dar a mão à palmatória também. Ele tem dito que tomara que ele esteja errado. Então, é uma torcida. O Senador Delcídio, uma época, pensava mais ou menos nessa linha e está dando a mão à palmatória pelos resultados, pelo avanço, pelos carnavais, pelo fim de ano, pelo novo, as coisas estão fluindo, a rapidez. E o Senador Dornelles deseja que possa também vir aqui, num próximo encontro, nos próximos, e dar a mão à palmatória. É isso que nós queremos também. Acho que todos desejam, o Brasil deseja.

Eu confesso que, no processo de concessões, a gestão pública será, de certo modo, mais eficiente, parece-me, Ministro. Acredito nisso. A gestão pública hoje precisa... Acho que hoje o Governo tem de procurar descentralizar. Eu já vivi isso no governo em Santa Catarina, acho que é uma pregação. O Governo Federal precisa ser mais uma espécie de regulador das questões e descentralizar essas atividades para os Estados, para os Municípios, para as entidades. Claro, nunca largando o olho, sempre fiscalizando, vendo, regulando. Acho que essa é a missão no Brasil, dentro dos próprios recursos. Acho que tem de partir para isso. O Brasil é grande, quer dizer, nós precisamos é maximizar a atividade do País inteiro, em todos os setores. Acho que essa é uma política que precisamos começar a avançar, fazer com que as coisas aconteçam mais lá nas regiões, nas bases, é descentralizar desde os recursos, a administração, e sermos o regulador da questão. Acho que isso é o fundamental. Então, defendendo essa tese, com responsabilidade, sem dúvida alguma.

E quem sabe até dentro dos princípios do que levantou aqui o Senador Dornelles, das dúvidas, temendo como vamos aguentar, acho que o BNDES, na hora de fazer os empréstimos, ele precisa exigir essas garantias reais. Acho que essa precaução do BNDES tem de haver, como sempre sói acontecer, tem de haver garantias reais para essas empresas que vão ala-

vancar os recursos para cumprir com essas propostas, com esses leilões que aconteceram.

Quer dizer, houve, na verdade, e todo mundo ficou surpreso com os valores alocados, todo mundo ficou surpreso, inflacionou isso; agora, com os valores, os recursos que vão tomar junto ao BNDES, que são recursos públicos, aí, naturalmente, o BNDES tem de ter o grande cuidado de verificar as garantias que venham a oferecer. Não havendo as garantias, não vai poder receber os recursos, e aí ela não vai poder, em não tendo os recursos, cumprir com isso, e aí, então, acho que os senhores, não podendo cumprir, terão de desclassificá-la. Quer dizer, acho que o BNDES tem de ter muita fiscalização, muito cuidado com essas garantias. Esse é um alerta que eu quero deixar.

O ponto dois, os colegas colocaram, e o Senador Delcídio foi muito forte nisso. Haverá outras concessões? Há alguma coisa na mira por aí? E aí, dentro dessa descentralização, desse fundo nacional, e o Senador Jorge Viana levantou isso fortemente, Ministro, essa questão dos resultados para atender a outros aeroportos. São 60 e poucos que a Infraero administra, até outros que ainda não estão sob o comando da Infraero. Eu gostei da citação de Criciúma, de Forquilha, quando governador, tive a honra de sancionar a emancipação do Município de Forquilha, em Criciúma. Eu já pensaria até no aeroporto de Chapecó, que ainda não está sob a guarda da Infraero, eu acho, e tem aquele movimento extraordinário, já missões diversas chegaram. Se a concessão acontecer em vários aeroportos, alguns da mira aí, eu já penso em Florianópolis, com aquele movimento que chega a ultrapassar o movimento de Foz do Iguaçu. Eu coloco isso para ficar na mira do Senador Delcídio do Amaral. Vamos colocar na mira Florianópolis, as concessões, quem sabe, para ajudar. Acho que haverá gente interessada em participar dessas concessões, dessa gestão. Acho que nós podíamos partir para isso.

Ministro, mas V. Exª deixa aqui o Marcelo, da Anac; deixa o Gustavo, da Infraero. Acho que se nós partirmos para isso, para a descentralização, nós vamos ramificar a atuação? De que maneira? É possível ter isso? Acho que esses são questionamentos que nós precisamos provocar nessa demanda a todo o instante. Obrigado, por enquanto.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – O último orador inscrito é o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Srª Presidente Lúcia Vânia, Sr. Ministro Wagner, Presidente Marcelo e também Presidente Antonio, quem fala por último tem o privilégio de falar pouco, porque os colegas já fizeram aqui quase todas as considerações. Mas tenho algumas considerações pequenas a serem

feitas também. E mais, ainda, levando apoio ao que o Senador Dornelles colocou aqui. Nós discutimos essa questão com o Senador Dornelles várias vezes no plenário, conversando, a preocupação de cada um, e é assim que Casa funciona. Nós não viemos para uma reunião dessa, cada um com o seu pensamento. É um assunto delicado, é um assunto sério, a gente acaba conversando com os colegas da Comissão e formando uma ideia. Eu também quero registrar essa preocupação que o Senador Dornelles tem, principalmente na questão do preço pago, porque isso nos leva à uma reflexão. Ou nós, o Governo, erramos na avaliação do valor daquilo, ou as empresas pagaram tão caro nesse assunto, para operar esses terminais, que fica a pergunta que o Senador Dornelles colocou: de onde, de qual margem serão feitos os investimentos? Para o Governo, para Infraero, não há problema algum, ela vai colocar a mão em monte de dinheiro, uma quantidade grande, vai repassar isso para outros aeroportos que são deficitários, está tudo certo. Agora, a preocupação que fica, e fica em termos de preocupação e dizer tomara que estejamos errados, tomara que a operação dos terminais seja com muito mais movimento e que possa suprir todas essas preocupações que nós temos. Então, fica aqui essa preocupação.

Quando se trata de negócios, e aí o Senador Delcídio também colocou, e V. Ex^a também, os bancos avaliaram, todo mundo avaliou. Tudo certo. Mas fica a preocupação porque o ágio pago aí nessa operação foi bastante grande, chegou-se, praticamente, ao limite do razoável, da operação entre a despesa que você vai ter para operar tudo isso, com a margem de lucro que a empresa precisa ter. Ninguém vai trabalhar sem cobrar nada. No nosso País nem se permite isso.

Então, essa é uma das preocupações que tenho, mas também fica no campo das preocupações. Mas, ao mesmo tempo, elogiar a atitude da Presidente, a atitude de V. Ex^a e dos demais envolvidos de levar adiante. Já é passada a hora de se fazer uma tentativa dessas.

Quando o Senador Dornelles coloca que tem medo de que essa tentativa dê errado, é porque pode prejudicar os demais que vêm pela frente, e nós queremos que esse processo se acelere.

Sinceramente, não é nenhuma crítica à Infraero, mas eu não consigo ver, não consigo entender um país administrando aeroportos. Isso para mim é uma “rodoviária de avião”. Você não vê Estado, você não vê Município cuidando de rodoviária, quem cuida é a iniciativa privada. Para isso o Estado tem, a Nação tem as regras, as agências reguladoras – estamos aqui com a ANAC e tantas outras – que cuidam das regras para que todos aqueles envolvidos funcionem bem.

Então, torço sinceramente para que isso dê certo e que esse processo acelere a saída do Governo dessas questões; e que leve em conta também o que disse aqui o Senador Jorge Viana, que aliás é um assunto que vem lá do fórum de governadores da Amazônia brasileira, quando era eu governador, V. Ex^a era governador, e depois o governador Binho participou muitas vezes disso. Nós sempre levamos ao Presidente Lula esta preocupação de que a Amazônia é 61% do território brasileiro, eram 14 milhões de pessoas que viviam naquela região e com uma imensa dificuldade de se movimentar, com preços caros, com escalas ruins, muitas vezes aeronaves sucateadas e vários acidentes ocorreram naquela região. Não resta alternativa para o cidadão que mora lá embarcar num negócio desses e ficar rezando até chegar ao outro lado.

O Brasil precisa se preocupar com isso. Vivemos em uma federação onde o mais rico tem que ajudar a cuidar do mais pobre. O filé *mignon* que tem para cá tem que suportar alguma carne de pescoço do outro lado. Isso faz parte do jogo. É para isso que tem concessão. Se for só para concessionar o ótimo, o bom, o ideal... Aí, talvez, se melhorar a gestão do governo fique com o próprio governo. Mas não é essa a questão.

Essas seriam as minhas colocações.

Gostaria de fazer uma pergunta, não sei se ao Dr. Marcelo Guaranyis ou se a V. Ex^a. Li outro dia, meio por cima, que há a possibilidade de a operadora de um terminal desse querer cobrar taxa de embarque ou de transferência individualmente num caixa dela, e não mais ser feito pelas companhias, como são feitos hoje. Quer dizer, parece-me uma operação simples, mas muito complicada para quem está viajando. Imagino eu vindo de Cuiabá e descer em Brasília para pegar um voo para São Paulo. Teria que descer da aeronave, ir num guichê da companhia que está administrando o aeroporto, fazer o pagamento para, depois, embarcar de novo. É uma coisa bem simples, mas que eu gostaria de saber se essas questões estão sendo avaliadas ou se já foram avaliadas ao longo do processo.

Mais uma vez, quero cumprimentar a nossa Presidente, Senador Lúcia Vânia, pela condução dos trabalhos, e agradecer a presença dos senhores aqui, que são muito bem-vindos, e parabenizá-los pelo trabalho que vem sendo feito. Como disse V. Ex^a antes, às vezes não se tem grandes oportunidades de agradecer a toda uma equipe e o senhor fez isso hoje; quero fazer a vocês também: muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Indago do Senador José Agripino se gostaria de usar da palavra.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Gostaria sim, e acho oportuníssimo esse encontro.

Até quero fazer o registro de que hoje, pela manhã, parlamentares de diversos partidos estiveram no aeroporto de Brasília inaugurando uma placa, Placa da Privatização do Aeroporto de Brasília, como o marco de um fato que eu aplaudo pessoalmente, porque é o reconhecimento pelo atual Governo de um erro, que era o de demonizar o processo de privatização, e, ao reconhecer o erro de ter demonizado a privatização, abrir um processo de licitação.

Mas, eu queria fazer um registro e, com ele, colocar uma preocupação.

Em 2007, o meu partido convidou *experts* de vários países do mundo, França, Estados Unidos, e fizemos, durante quase uma semana, em São Paulo – eu estive lá –, um seminário de discussão do processo de concessão e privatização da rede aeroportuária do Brasil. Esse seminário produziu um documento bem elaborado, que foi objeto de um discurso meu – era líder do partido na época – e apresentei, oficialmente, os resultados do estudo que foi entregue oficialmente ao Ministério da Defesa naquela ocasião.

Esse estudo previa a divisão do Brasil em três grandes regiões, em que aeroportos, claramente superavitários subsidiavam aeroportos claramente deficitários, como que uns subsidiando outros; e o Brasil, como um todo, sendo atendido.

Nunca houve resposta a esse trabalho que foi feito, a esse esforço que o meu partido fez e, em boa hora, eu estive presente em São Gonçalo do Amarante, quando a Presidente Dilma foi lá pessoalmente assinar o contrato com uma empresa privada – acho que V. Ex^a estava lá; elogiei a iniciativa da Presidente –, foi lá para assinar o contrato de concessão/privatização do primeiro aeroporto do Brasil, aeroporto misto de carga e de passageiros. E eu registrei que a minha presença ali, mesmo sendo eu líder de um partido de oposição, era o reconhecimento de uma atitude de governo.

Naquela oportunidade eu fazia o reparo, e naquela oportunidade anunciava-se a privatização de Cumbica, de Brasília e do Galeão. E eu dava o alerta da minha preocupação.

Qual é a minha preocupação? Brasília vai ser privatizada. O aeroporto de Brasília é claramente viável como operação individualizada. Claramente. É uma joia da Coroa. Agora, e os aeroportos de Uberaba, de Uberlândia, de Montes Claros, do interior de Goiás, do Entorno, de alguns aeroportos que porventura possam existir no Espírito Santo? Como é que fica a compensação de Brasília, que é superavitária, com outros que não são superavitários, mas que são exigências de brasileiros? Perdeu-se a oportunidade, porque, se, na minha visão, e na visão dos *experts* que reunimos anos atrás, na hora em que fazemos esta proposta de

uns subsidiarem os outros, nós estamos dando uma contribuição ao País. E, na hora em que se viabiliza a privatização ou concessão do Rio de Janeiro, isolado de Brasília, isolado de Cumbica, perde-se a oportunidade de os viáveis subsidiarem os não viáveis.

Então, eu gostaria de ouvir do Dr. Wagner, entre aqueles que nos dão a honra da presença: qual é a ideia do Governo com relação à privatização desses aeroportos e a sustentação de aeroportos nas vizinhanças dessas joias da Coroa?

É a pergunta que faço, com os cumprimentos à Presidente Lúcia Vânia, aos Presidentes das duas Comissões que aqui organizam este debate público, para debater um assunto que reputo da maior importância para o futuro do próprio País.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Agripino e passo a palavra ao Ministro Wagner Bittencourt.

O SR. WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA – Obrigado a todos os Senadores que fizeram as últimas perguntas, um *pot-pourri* de perguntas, que vou ver se consigo responder e agregar algumas coisas aqui, porque realmente foram muitas.

Em primeiro lugar, sobre a questão da Subcomissão de Planejamento, para nós isso aí é excelente, é música, porque a nossa forma de trabalhar no Governo é uma forma de trabalhar em parceria e em comunidade, porque esses assuntos são muito relevantes e é preciso que, para construir coisas boas, para construir a melhor solução, a gente possa trabalhar. Então, a nossa expectativa é a melhor possível, e fico muito satisfeito de saber que a gente vai ter oportunidade de discutir as questões, até porque grande parte dos problemas nós não resolvemos sozinhos. Nós vamos precisar obviamente do Congresso, para discutir uma série de coisas, talvez mudanças de legislação, e, quando se tem uma discussão aberta, transparente, pela qual se chega a um consenso, é muito mais fácil de encaminhar as coisas. Então, agradeço muito e tenho muita expectativa desse trabalho, e não tenha dúvida de que nós vamos dar todo o empenho para isso.

Houve outra pergunta que foi feita. Acho que o processo, como foi montado, tem uma série de regras e de observações que normalmente já se fazem num processo de concessão. Há toda uma legislação de se olhar aquelas empresas, a qualificação delas, se elas atendem as regras prudenciais, se elas atendem as regras legais, de que têm uma situação, vamos dizer, não só de risco, mas uma situação legal e fiscal, que têm de ser observadas. Isso tudo está sendo observado e vai ser observado pela comissão de licitação. Nós temos uma comissão de licitação composta por oito técnicos da melhor qualidade, da Anac, funcioná-

rios de carreira, que estão trabalhando nisso. Então, até agora tivemos um trabalho muito dedicado deles e não temos por que imaginar que isso não vai continuar e que, de alguma forma, a gente vai ter alguma dificuldade.

Essa questão do ficha limpa de três empresas, não sei; vamos verificar isso, ou acredito que isso deva estar sendo observado e olhado, porque a gente sabe que há questões legais, porque problemas de acusações e tudo existem muitas empresas que os têm. Se a gente pegar uma lista aqui das grandes empresas e ver alguém que já teve algum problema num país, por exemplo, a gente vai encontrar que muitas empresas tiveram problemas também. Agora, essa questão do legal tem de ser verificada, e acredito que os membros da comissão vão olhar isso com cuidado. De qualquer forma, vou perguntar, e, se o Dr. Guarany depois quiser fazer algum comentário, será bem-vindo.

Bom, o Senador saiu, e a sua pergunta foi em cima da pista de Rio Branco. Na verdade, o Gustavo pode falar melhor. O Rio Branco tem um problema histórico naquela pista, razão por que temos um pelotão do Exército constantemente ali, porque aquela pista afunda, o terreno onde está localizada não é firme. Então, quando chove, quando tem problema, ela costuma afundar. Por isso, temos um pelotão que já fica lá, que arruma isso. Nós estamos avaliando – o Dr. Gustavo estava conversando sobre isso outro dia –, eventualmente, até verificar outro local em que a gente desenvolva um aeroporto. Porque, de repente, consertar um local que se conserta todo dia fica mais caro do que fazer alguma coisa em outro local definitivamente. Então, estamos avaliando essa alternativa e estamos cuidando disso. Pode ter certeza de que é prioridade.

No caso dos investimos, se a gente olhar, os ágios são muito elevados. Foi uma coisa que saltou aos olhos. O Senador não estava aqui no princípio, mas o que a gente tentou mostrar em três quadrinhos foi o seguinte. Na verdade, nessa concessão, no processo de licitação, houve uma enorme concentração de ágios em todos os aeroportos, ágios muito grandes, vários da ordem de 600%, 500%, 400%; outros, em torno de 300%, 160%, coisa desse tipo. Havia ágios tão elevados que até a gente começa a achar ágios de 100%, 228%, como São Gonçalo do Amarante, que já foi um belo ágio, o senhor se lembra aquele dia a que nos referimos, pequenos. Mas por que isso? Porque o negócio do aeroporto é muito competitivo. A possibilidade de se desenvolver negócios em torno do aeroporto, e de forma rápida, fazer estacionamentos, criar negócios comerciais, com empresas, o desenvolvimento de *business* em torno do aeroporto é tão grande e as empresas têm uma perspectiva tão grande de retorno

disso, por isso fizeram aqueles grandes investimentos. Todas elas, ou a grande maioria, se observarmos, deram valores muito elevados. Será que todas erraram? Será que todas avaliaram mal os aeroportos? E sabemos que foram muitos consórcios fortes. E a gente vê que, em Brasília, por exemplo, a diferença foi no FotoSharp; uma teve 657% e a outra, 656%, a segunda. Quer dizer, se a gente não fosse o primeiro, os segundos também teriam avaliado mal? Estariam na mesma situação? Acho que não. O *business* de aeroporto é muito bom. Como eu disse aqui antes, é um *business* que gera muita caixa, cerca de 60%. Tem uma lucratividade muito grande. Já vimos no mundo muitas companhias aéreas quebrarem, mas não me lembro de nenhum aeroporto que quebrou. Portanto, é um bom negócio. Por isso os valores foram muito elevados. Por outro lado, é um negócio tão bom que vai permitir a alavancagem.

Temos a preocupação a que o Senador se referiu também com os financiamentos. Isso o BNDES vai olhar, está acostumado a olhar. Essa é a função dele, que vai ver se tem capacidade de pagamento ou não, mas são negócios que, tradicionalmente, têm uma capacidade grande de pagamento e, portanto, terão possibilidade de alavancar esses recursos.

Desse ponto de vista, claro que vamos ver isso com o andar da carruagem, mas acredito que o negócio em si não foi avaliado bem por um ou dois. Ele foi muito bem avaliado pela esmagadora maioria dos consórcios, todos eles dando ágios muito elevados. Portanto, todos tiveram uma avaliação muito positiva da capacidade de pagamento não só das contribuições ao sistema, mas também daquela renda variável que ele vai ter que pagar a cada um deles diferentemente em cima do seu faturamento para o fundo nacional de aviação civil.

Havia a questão da aviação geral. Obviamente, a nossa preocupação não é somente com a aviação comercial das grandes companhias aéreas. A nossa preocupação é criar uma malha aeroportuária que possa dar um atendimento de qualidade para todos os tipos de aviação, não só a regular, mas para a aviação geral. Esse é o trabalho que está sendo feito, e a modelagem leva a isso, porque temos que investir não só nos grandes aeroportos, quer seja pela Infraero, quer seja pelas concessões, mas também numa grande malha de aviação regional que nós temos – são 130 aeroportos hoje que têm voos regulares, e outros que as companhias querem voar. Para isso, dentro da modelagem de concessão, colocamos uma regra de que esses recursos irão para um Fundo Nacional da Aviação Civil, que foi criado junto com a Secretaria, e poderão ser aplicados na aviação regional. Com isso,

nós teremos, então, condições de investir nos aeroportos regionais e levar às regiões mais distantes o atendimento que elas merecem. Agora, a questão é que os aeroportos atendam também a questão dos aeroportos regionais e também a aviação geral.

No caso do planejamento de longo prazo – talvez eu tivesse começado isso, mas, como o assunto era concessão, tentei me limitar, no princípio, a isso –, nós temos um planejamento de longo prazo no Governo, que está em andamento, cuja preocupação envolve não só a capacidade de investimento em infraestrutura, no caso tanto da Infraero, quanto de concessões, como da aviação regional, a que já me referi aqui, mas também o trabalho que estamos fazendo com os Estados de avaliação dos seus aeroportos. Quais são os aeroportos polos? Aeroportos que são vetores de desenvolvimento para aquelas regiões. Com isso, nós vamos selecionar um conjunto desses aeroportos para que tenhamos, no mapa do Brasil, uma quantidade de aeroportos com a qual possamos atender quase 100% da população brasileira a partir desses aeroportos. Então, estamos com um trabalho já em andamento, de conversar com os Estados, identificar as prioridades, definir quais são elas, os investimentos necessários, para que a gente possa desenvolver uma aviação competente e competitiva.

Outra pergunta que está aqui é sobre fiscalização. Na verdade, quem tem responsabilidade por fiscalizar e acompanhar as concessões é a Anac. Obviamente, a Secretaria também vai se estruturar, está estruturada, nós temos uma Secretaria que vai acompanhar o trabalho da Anac. Para quê? Para ajudá-la. Além disso, é preciso lembrar que temos outro ente público que, apesar de não ser o operador, vai estar lá, que é a Infraero. Na verdade, é um sócio, um sócio relevante, que, como qualquer sócio relevante, tem o direito e a obrigação de acompanhar o desempenho dessas empresas. Então, nós vamos ter mecanismos no Governo de acompanhar esses trabalhos. E a Anac vai fazer essa fiscalização, o contrato de concessão é um contrato muito apertado, muito detalhado, em que há índices específicos de atendimento de qualidade que têm de ser feitos, para atingir qualidade internacional, e, com isso, o Governo vai obviamente acompanhar, através da Anac e da Secretaria e da própria Infraero, para que esses contratos sejam atendidos. No caso de não atendidos, eles contêm cláusulas tão pesadas do ponto de vista de penalização financeira, que claramente não vai ser negócio fazer algum tipo de não atendimento a essas cláusulas.

Por outro lado, todo mundo que participou desse setor até hoje, todas as empresas, as que ganharam, as que não ganharam, acreditam que esse setor é tão

competitivo, com uma perspectiva tão boa de resultado e de desempenho, que nós não acreditamos que isso vá acontecer. Pelo contrário, nós acreditamos que vamos ter surpresas positivas. Assim como tivemos surpresas positivas no valor, vamos ter surpresas positivas no desempenho das concessionárias. Se não, vamos acompanhar e vamos agir de acordo com as regras.

O senhor perguntou aqui sobre a Circular 64. Quanto a isso, eu vou até pedir ao Gustavo para fazer um comentário com relação a se admitirem mais funcionários. Mas a Infraero vai admitir funcionários na necessidade de funcionários que ela tiver para ela. Ela não tem... A responsabilidade de operar as concessões é da operadora. Ela vai poder selecionar funcionários da Infraero para trabalhar lá, mas poderá e deverá ter os seus, mas todos serão funcionários dela depois, no futuro. Então, a Infraero não vai contratar alguém para trabalhar nas concessionárias, a não ser, sei lá, que a concessionária, no limite, contrate a Infraero para ser o operador do aeroporto, ou prestar o serviço no aeroporto. Aí é outra história. Mas as concessionárias deverão ter o seu quadro de pessoal.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Só para contribuir, Sr. Presidente, com relação a essa questão da cessão, da concessionária. Ela tem uma previsão de 1 bilhão de faturamento, tem uma previsão de gasto de 980 milhões, mas ainda entre 2% e 10% do faturamento bruto vai para o fundo de aviação, então, a gente fica preocupado, já que é muito apertado isso, se não vai onerar a população brasileira, se nós temos mecanismos aí, como V. Ex^a acaba de dizer que tem uma série de critérios, e eu acredito nisso, mas é uma pergunta que a gente tem de fazer, Ministro.

Então, eu gostaria de ouvi-lo com relação a isso.

Com relação ao instrumento da Anac de fiscalização, é ela que vai fiscalizar? É. Via funcionários ou via terceirizados?

O SR. WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA – Via funcionários dela.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Então, deveremos ter concurso, porque o quadro é restrito para o que a Anac já tem de competência. Quer dizer, faltam muitos funcionários na Anac, e quero fazer essa reivindicação pelo nosso Presidente.

O SR. WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA – A Anac hoje está avaliando todo o seu quadro de pessoal e sua estrutura de necessidades futuras em função das novas atribuições de realizar concessões e de acompanhar concessões. Então, isso já está em discussão com o Governo. Agora, ela deu uma demonstração muito grande de competência, porque nós conseguimos fazer uma concessão em oito meses, coisa que nunca ninguém tinha feito. Então, acho

que existe uma competência dentro da Anac. Precisamos reforçá-la, e vamos fazer isso, mas ela terá, não tenho dúvida, instrumentos, infraestrutura para fazer isso, porque esse é o pressuposto da concessão, é o governo fiscalizar, acompanhar e regular, que é a função da Anac.

Quanto às áreas dentro dos aeroportos, o que acontece é o seguinte: dentro do aeroporto, o concessionário vai tomar conta de tudo, exceto da torre de controle, que continuará com quem age hoje em dia, que é o Estado. Então, não haverá mudança com relação a isso. Tudo lá dentro será feito, e quanto aos do Infraero, a orientação é... Não existe uma poli. Na verdade, você está abrindo a possibilidade de novos concessionários, fazendo licitações nos aeroportos, e inclusive colocando em regras de competição. Por exemplo, você está colocando máquinas de alimentação, de bebidas nos aeroportos com preços mais baixos para competir com outras que já existam lá dentro cujo preço está muito elevado, existem lanchonetes locais que estão sendo feitas com preços previamente regulados de alguns itens para que você possa fazer uma competição; então, já há uma preocupação de dar um atendimento melhor ao usuário, com qualidade, e visando a um preço melhor dos serviços prestados.

Quanto à concessão de outros aeroportos, o Governo está discutindo... Os Senadores saíram, mas é um assunto que interessa a todos, acredito. Estamos discutindo, no Governo, a prioridade de fazer essas concessões. Concessão é um instrumento que o Governo já demonstrou que usa e vai usar, mas nós precisamos ter as prioridades, porque o que aconteceu no passado foi que, talvez por não definirmos anteriormente uma estratégia de mais longo prazo, tivemos uma dificuldade ao ter de resolver alguns problemas rapidamente porque tivemos uma emergência de crescimento muito grande da demanda. Então, tivemos de selecionar alguns para fazer as concessões.

Agora nós estamos discutindo estrategicamente como vamos fazer essa questão das concessões.

Então, dentro desse trabalho que está sendo discutido no Governo – essa é uma decisão necessariamente de governo, não é uma decisão individual – nós precisamos bater o martelo, estabelecer quais são as prioridades e como trataremos esse assunto. Mas é certamente uma prioridade do Governo, e estamos discutindo isso agora. Precisamos ter um consenso e estabelecer essas prioridades.

Acho que os outros comentários, de alguma forma a gente já havia tratado.

Esse assunto que o Senador Blairo levantou, esse negócio da cobrança de taxa de embarque no caixa

da concessionária, eu não tinha ouvido isso. Nossa regra não é essa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA

– Sobre isso você fala? *(Pausa.)*

Está bem.

E o Senador Agripino também saiu, mas, obviamente, nós discutimos durante muito tempo sobre modelagens de concessões, e nesse momento o que decidimos foram os modelos estabelecidos aí, que tinham todas aquelas preocupações que nós falamos, que, de certa forma, endereçam à questão dos aeroportos menores, uma vez que os recursos migrarão para o Fundo Nacional da Aviação Civil, que poderá investir em aeroportos menores.

Com isso uma parcela está endereçada. Com o outro lado da parcela da Infraero, como ela vai ficar com 49% dos dividendos dessas empresas, como a gente viu são projetos que vão crescer, vão aumentar o seu faturamento, vão ter mais lucro, vão gerar dividendos e ela vai ficar com 49% dos dividendos, ela vai poder investir no restante da sua malha, serão 63 aeroportos, que precisarão ter um apoio de caixa e com isso ela conseguirá investir em aeroportos, inclusive com a redução do esforço que ela terá que ter nos aeroportos concessionados.

Mas, obviamente, toda a sugestão – hoje já tivemos algumas sugestões aqui do filé com osso, não foi a primeira vez, é claro que a cada momento nós podemos estar abertos à discussões, sugestões e alguma ideia que possa aperfeiçoar o processo. Então, acho que devemos levar em consideração também essa sugestão.

O Senador Delcídio fez aqui vários comentários, ele não está presente aqui, mas eu agradeço, não somente eu, mas a equipe que trabalhou. Realmente, foi um esforço muito grande da equipe. Ele também fez aquela pergunta se tem mais algum aeroporto. Acho que também já respondi aqui.

O Senador Casildo também nessa linha se vamos ter mais concessões, se precisamos descentralizar, o Estado regular e fiscalizar. Isso está acontecendo, isso é uma perspectiva, é uma possibilidade, precisa de parcerias. Hoje, nós temos 720 aeródromos públicos no País; 130 recebem vôos regulares, os outros não; grande parte está nas mãos de Estados e Municípios, e que são parceiros também em estabelecer uma aviação regional adequada. Então, tudo isso está sendo discutido nesse grande programa de avaliação, de como vamos atender no longo prazo a aviação no País, particularmente a aviação regional e os aeroportos de menor capacidade, vamos chamar assim, que não seja de menor importância, mas sim de menor

capacidade. E obviamente o banco vai olhar lá como tem que fazer para dar garantia, eles fazem direitinho, não tem problema não.

Não sei se respondi todas as perguntas, porque eram muitas, e fiquei meio atrapalhado aqui.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Ministro Wagner Bittencourt.

Eu queria registrar aqui a presença do Deputado Garotinho. V. Exª é bem-vindo a esta Comissão.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu não tenho como não pedir licença. Nós temos agora, a Bancada federal do Acre toda, uma audiência no Ministério da Integração, sobre a situação da alagação, da cheia do rio Acre. Eu peço mil desculpas. Eu queria cumprimentar o Ministro, o Presidente da Anac, o Presidente da Infraero e V. Exª, Srª Presidente, pela iniciativa, ao Senador Dornelles, Colega que em tão boa hora trouxe aqui para o Congresso esse tema, que vai seguir na ordem do dia, porque ele é do maior interesse do povo brasileiro.

Lamentavelmente, o nosso colega Senador Agripino já foi, mas ele, como governador, como amigo, foi lá tentar por a placa de privatização do aeroporto, com vários companheiros do PSDB. Essa paixão por privatização deles é interessante. Mas a nossa vai ser concessão.

Então, nós vamos debater mais as concessões e as placas de privatização do PSDB não têm problema, são bem-vindas. Disso o povo brasileiro já sabe.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Somos parceiros, Senador.

Pela ordem o Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Eu queria cumprimentar V. Exª pela iniciativa, e também ao Senador Jorge Viana, pela iniciativa que tiveram de realizar esta importante reunião sobre um tema, hoje, fundamental para o crescimento do País. Quero cumprimentar V. Exª pela competência com que presidiu a reunião, o que não é nenhuma novidade, porque competência é uma característica que todos lhe reconhecem.

Eu queria para terminar apenas dizer o seguinte: primeiro, Sr. Ministro, Srs. Presidentes, minha concordância plena com a decisão do Governo de abrir para a iniciativa privada a possibilidade de participar da exploração de aeroportos. Segundo, em nenhum momento eu levantei qualquer dúvida sobre a lisura do

processo de licitação; transparente, todos participaram. Em nenhum momento levantei dúvida.

A minha discordância é sobre o desenho do processo de licitação, que priorizou o financeiro sobre a competência, as condições técnicas daquelas empresas que participaram. Eu mantenho a minha posição, mas, como digo, torço para que o desenho que os senhores escolherem esteja certo e apresente bons resultados.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Não sei se o Sr. Ministro quer fazer alguma observação. *(Pausa.)*

Dr. Gustavo Vale.

O SR. ANTONIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Em primeiro lugar, respondendo às questões colocadas pelo Senador Vicentinho, a respeito de Rio Branco. Já foi resolvido. Ele já está em plena operação. Mas, não nos iludamos, a pista de Rio Branco é um problema de concepção de infraestrutura, ela requer manutenção periódica, é um custo violentíssimo; como o Ministro falou, tem um pelotão do Exército que só faz dar a manutenção na pista de Rio Branco.

Assinamos um convênio com o Governador Tião Viana há pouco para a elaboração do projeto básico da nova pista, que seria de concreto. Esse projeto está sendo desenvolvido pelo Estado, inclusive os estudos geológicos e geotécnicos daquela região onde é o aeroporto de Belém. Se os estudos geotécnicos revelarem que a pista nova está em terrenos como os da pista antiga, teremos seriamente de pensar em trocar o aeroporto de lugar, porque é praticamente impossível em cima das tabatingas – o Senador Jorge Viana me deu uma aula sobre o que era – manter-se uma pista para daqui a 20 anos – essa pista é de 1991 – não ter o mesmo problema. A pista é um verdadeiro tobogã, para ser muito sincero com o senhor. Mas, no momento, ela está funcionando.

Em relação às questões colocadas pelo senhor sobre a questão de concessão. O senhor tocou num ponto fundamental.

Temos discutido aqui concessões de aeroportos existentes. Na época do leilão de concessão dos aeroportos apareceram dezesseis (16) aeroportos a serem concedidos. Temos que discutir os aeroportos que ainda não existem. Eles são tão importantes quanto os aeroportos existentes.

Os nossos estudos revelam que na região de Guarulhos, na região de São Paulo, daqui a 20 anos, em 2030/2032, teremos necessidade de outro Guarulhos; teremos 30 milhões de passageiros não atendidos na região metropolitana de São Paulo, além das ampliações que estão sendo feitas na concessão.

Porto Alegre passou da hora de ter outro aeroporto na região metropolitana. A cidade abraçou o aeroporto que está lá. Não tem mais como se expandir aquilo lá mais.

Com Recife e Salvador é a mesma coisa. Temos grandes aeroportos, necessários, novos, que serão, evidentemente, como São Gonçalo do Amarante, um sucesso, que foi uma parceria entre o setor privado e a Infraero. A Infraero construiu a pista, construiu o pátio e o setor privado está construindo o terminal de passageiro. Acho uma grande solução para essa preocupação que o senhor referiu.

Em relação à Circular nº 3.719, nós concedemos o desconto de pouso e permanência nos aeroportos de Congonhas, Guarulhos, Santos Dumont, Galeão e Confins, para que? Para incentivar as empresas aéreas a saírem dos horários de pico e irem para os horários normais, quando os aeroportos têm muito mais folga, horário da tarde e horário da noite. Não aconteceu. As companhias aéreas dizem que as taxas aeroportuárias, apesar de caras, na opinião deles, representam muito pouco do custo da companhia. Então, não interessava para eles mudar os horários. Aí nós cortamos o desconto.

Em relação aos aeroportos de categorias 3 e 4, inverte-se a situação. As companhias aéreas podem usar essa tarifa de pouso e permanência para abandonar os aeroportos, já que a renda dos aeroportos de categorias 3 e 4 é pequena. Então, nós invertemos. Lá não se paga tarifa de pouso e decolagem. De modo que a companhia aérea vai arrumar outra desculpa para sair desses aeroportos, e não as tarifas aeroportuárias.

Em relação à aviação regional, bem, aí eu discordo do senhor. Se o Dr. Marcelo Guarany deixasse, eu ia aumentar as tarifas, porque o senhor sabe, um avião de US\$30 milhões, US\$40 milhões paga R\$10,00 por dia para estacionar no aeroporto.

Agora vou entrar em Palmas, que é a tarifa de embarque. Bem, Palmas é um brinco de aeroporto. O senhor sabe, já conversamos várias vezes sobre Palmas. A nossa conversa sobre Palmas é o terminal de cargas, cuja construção vamos iniciar no mês que vem – em novembro estaremos inaugurando –, é aumentar a sala de embarque, que o senhor inclusive ajudou politicamente a acabar com a sala Vip lá e a transformarmos em mais 50 cadeiras na área de embarque e aumentar as duas esteiras de bagagem.

Quanto ao *finger*, estamos em estudo. Aliás, já tem uma solução espetacular que quero começar por Palmas, como já conversamos há muito tempo. É uma injustiça comparar com São Luiz. São Luiz nós tivemos que parar com o aeroporto, interditá-lo, porque o telhado estava caindo. Eu estava há 48 horas na pre-

sidência da Infraero quando aconteceu isso em São Luís. Tivemos que reconstruir um aeroporto da noite para o dia em tendas improvisadas na área de desembarque e melhoramos essa condição, mas, no aeroporto de São Luís, reduzimos a tarifa de embarque, porque não é justo que o povo do Maranhão continue pagando tarifa de embarque num aeroporto naquelas condições. Aquilo não é aeroporto, é uma improvisação. Todos os dias, recebo cobrança do Presidente Sarney, da Governadora Roseana, da Ministra Gleisi, dos Ministros Gastão Vieira, Edison Lobão. A própria Presidente Dilma me cobra a solução para São Luís.

Peço, em público, desculpas ao povo maranhense. Aquilo lá realmente... No mês que vem, abril, quando o aeroporto estiver novo, totalmente reconstruído e em operação, as tarifas vão voltar. Podem ter certeza.

A questão dos funcionários. Nós não pensamos em admitir novos funcionários enquanto não realocarmos todos os funcionários que não foram absorvidos pelas concessionárias. Durante seis meses, nada muda nas concessionárias. Nos seis meses restantes, elas poderão escolher os funcionários da Infraero que vão ficar lá; os que não forem ficar, serão realocados sem nenhuma perda em toda a nossa rede. Até lá, não pretendemos admitir, a não ser em casos específicos, de engenheiros e arquitetos, por razões óbvias. As obras não podem parar.

As áreas operacionais dos aeroportos concedidos que o senhor perguntou. Elas serão entregues aos novos concessionários, que terão total autonomia para administrá-las.

Do ponto de vista das áreas comerciais, esse monopólio existente hoje não existirá mais porque tomamos uma decisão no final do ano passado pela qual não permitiremos mais que um mesmo concessionário tenha duas áreas da mesma função no aeroporto. Então, hoje o concessionário de Brasília do restaurante não vai poder ter outro restaurante em Brasília, e a gente tende a diminuir essa questão.

A questão do custo de alimentação também nos preocupa. Não podemos tabelar preço. Este País é livre do ponto de vista dos preços, mas estamos tomando algumas medidas. Na semana que vem, assinaremos um contrato em Curitiba com uma lanchonete específica que aceitou determinados produtos básicos a um preço tabelado mesmo. Então, essas coisas que o senhor citou serão tabeladas nessa lanchonete de Curitiba. Se der certo, vamos estender essa experiência, porque Curitiba, como todos sabem, é uma cidade padrão para qualquer tentativa de comércio. Vamos estender para os demais aeroportos.

Em síntese, não sei se respondi todas as perguntas do senhor, mas tenha certeza absoluta de que o

meu sonho é fazer com que São Luís seja a joia que é Palmas. Quem não conhece convindo a conhecer o Tocantins, que é um Estado maravilhoso. Ele sabe que eu adoro aquilo lá.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Cumprimento o Deputado Estadual Valdir Cobalchini, Secretário de Infraestrutura de Santa Catarina. Seja bem-vindo.

Com a palavra o Sr. Marcelo.

O SR. MARCELO PACHECO DOS GUARANY
– Obrigado, Senadora.

Vou apenas finalizar, pois creio que já foi tudo mais que respondido pelos meus colegas de Mesa, tanto o Ministro quanto o Gustavo.

O Senador Vicentinho colocou bem forte a questão da fiscalização. A Agência vai fazer a fiscalização dessas concessões, estamos nos estruturando para isso. Não simplesmente pedimos concurso. Nós temos sempre uma política de sentar e pedir concurso, mas otimizar a nossa produtividade. Então, nós temos inserido diversos sistemas e mudanças de rotinas dentro da nossa Agência para poder sobrar mais funcionários para as áreas finalísticas nossas, para as áreas de fiscalização, de segurança – como eu já disse, a nossa prioridade – e para as áreas de fiscalização de concessões. Hoje temos duas superintendências que cuidam disso – Superintendência de Regulação Econômica e de Infraestrutura. A ideia é que a gente tente concentrar isso numa atividade só, mas, enquanto isso não está sendo feito, as duas superintendências é que vão cuidando das concessões. Então, a fiscalização será feita por nós, e já está sendo feita no caso do contrato de São Gonçalo do Amarante, que já está em execução, ainda que preliminar.

Dos demais pontos, acho que todos os outros foram tocados. O Senador Vicentinho falou sobre a questão de pessoal, da regionalização, que tem estado muito em discussão nas últimas semanas. Quanto a nossa presença regional, uma coisa é a nossa presença regional para fiscalização, outra coisa é para nossa prestação de serviços de vistoria. Nós unificamos e centralizamos algumas atividades de xequê de fiscalização dentro dos nossos órgãos centrais, até para um melhor controle, para uma melhor prestação dessa atividade, mas sempre mantivemos a nossa fiscalização. Nós temos presença em Manaus, em Belém, que são os Municípios que foram colocados aqui, e temos presença em diversos outros Municípios. A ideia é continuarmos estruturando, quanto mais gente formos recebendo, mais nos estruturamos regionalmente.

Quero agradecer também as palavras que foram colocadas pelos Senadores, elogiando o processo. Foi um processo muito árduo de trabalho de finais de sema-

na, não só dos que estão na Mesa, mas principalmente de todas as equipes. Cito aqui a Superintendente de Regulação Econômica Danielle Crema e o Secretário Executivo da SAC, Cleverson Aroeira, que foram coordenadores do processo e técnicos fundamentais na elaboração disso tudo.

Coloco-me à disposição sempre que vocês precisarem da gente aqui.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço, Dr. Marcelo.

Não havendo nada mais a tratar, eu gostaria de agradecer ao Dr. Gustavo e ao Dr. Marcelo e especialmente ao nosso Ministro e de dizer a V. Ex^{as} que V. Ex^a goza da confiança desta Comissão. Agradeço profundamente por esta manhã em que V. Ex^a, juntamente com os Presidentes da Infraero e da Anac, vieram a esta Casa para esclarecer as dúvidas aqui colocadas pelos Srs. Senadores.

Podem ter certeza de que todos nós reconhecemos o esforço de V. Ex^a, a determinação, a seriedade com que tem conduzido a Secretaria de Aviação Civil.

Muito obrigada.

Boa tarde a todos.

(Iniciada às 9 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 08 minutos.)

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE MARÇO DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e vinte e seis minutos do dia oito de março de dois mil e doze, no Plenário 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente desta Comissão que reúne-se com a presença dos Senadores **Lindbergh Farias, Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Acir Gurgacz, João Capiberibe, Inácio Arruda, Waldemir Moka, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Francisco Dornelles, Flexa Ribeiro, Cyro Miranda, Blairo Maggi, Vanessa Grazziotin, Lauro Antônio, Ivo Cassol, Aloysio Nunes Ferreira, Jayme Campos e Vicentinho Alves**. Deixam de comparecer os demais Senadores. A Presidente declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura da Ata da 3ª Reunião, que é dada como lida e aprovada. A Presidente comunica o encaminhamento, a todos os Gabinetes das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores, de 8 (oito) publicações referentes a Audiências Públicas realizadas nesta Comissão no ano de 2011. Comunica também o recebimento do Ofício 168/2012, do Procurador da República, Thiago Lacerda Nobre, em resposta ao

Ofício nº 3/2012, desta Comissão, referente à representação da Procuradoria Geral da República ao TCU, sobre transporte ferroviário, onde aponta uma ineficiência do governo federal, representado pela agência reguladora ANTT. Comunica, ainda, o recebimento do Aviso nº 97-GP/TCU/2012, do Presidente do Tribunal de Contas da União, Benjamin Zymler, para conhecimento desta Comissão do Relatório de Auditoria realizada na Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), com o objetivo de avaliar a atuação da Agência no controle e supervisão dos investimentos no setor ferroviário nacional. Em seguida, dá-se início à deliberação das matérias constantes da pauta. **ITEM 1 – TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 427, DE 2009**, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, que “Acrescenta inciso ao caput do art. 8º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para tornar obrigatória a informação à Agência Nacional de Águas (ANA), pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), sobre poços perfurados em terra que não configurem descoberta comercial desses recursos energéticos, mas que demonstrem viabilidade para obtenção de água proveniente de aquíferos.” Não tendo sido oferecidas Emendas no Turno Suplementar, o Substitutivo foi definitivamente adotado nos termos do art. 284 do RISF. Será feita a devida comunicação ao Presidente do Senado Federal, nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno. Usa da palavra o Senador Vicentinho Alves. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 482, DE 2011**, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que “Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, para determinar a abrangência dos benefícios relativos ao transporte coletivo.” A Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Jayme Campos, para leitura do relatório. Aprovado Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, pela aprovação do Projeto. **EXTRAPAUTA: ITEM 13 – REQUERIMENTO Nº 8, DE 2012–CI**, de autoria do Senador Ivo Cassol, que requer “nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de subcomissão permanente no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, denominada de Subcomissão Permanente para o Acompanhamento das Atividades da Eletrobrás Distribuição Acre; Eletrobrás Distribuição Alagoas; Eletrobrás Distribuição Piauí; Eletrobrás Distribuição Rondônia; Eletrobrás Distribuição Roraima; e, Eletrobrás Amazonas Energia, destinada a discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores; os problemas; causas; efeitos; e, soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.” Aprovado. **ITEM 3 – PROJETO DE LEI**

DO SENADO Nº 704, DE 2011, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que “Acrescenta inciso e altera parágrafo único do art. 28 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para reduzir a 0 (zero) as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, e isenta de IPI a aquisição de veículos de carga para motoristas autônomos.” A Presidente concede a palavra ao Senador Lauro Antônio pra proferir o Relatório. Lido o Relatório, fica concedida vista à Senadora Vanessa Grazziotin. A pedido do Senador Vicentinho Alves, a Presidente propõe inversão de pauta, para apreciação do item 11, que é acatada pelos membros da Comissão. O Senador Lindbergh Farias solicita verificação de quórum, não obtendo apoio necessário. **ITEM 11 – MENSAGEM (SF) Nº 20, DE 2012**, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Mario Rodrigues Junior para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.” A Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Vicentinho Alves, para leitura do Relatório. Lido o Relatório, fica concedida vista coletiva aos Senadores, nos termos do § 2º do art. 2º do Ato nº 01, de 2009–CI. **ITEM 12 – MENSAGEM (SF) Nº 21, DE 2012**, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação Senado Federal o nome do Senhor HEDERVERTON ANDRADE SANTOS para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, na vaga do Senhor Wagner de Carvalho Garcia.” Adiado. **ITEM 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 37, DE 2011**, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para incluir a obrigatoriedade de as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica substituírem redes aéreas de distribuição de energia por redes subterrâneas em cidades com mais de 100 mil habitantes e dá outras providências.” Retirado de pauta, em atendimento a solicitação do Of. SF/289/2012, de 7 de março de 2012, de autoria do Presidente do Senado Federal, para leitura de requerimento. **ITEM 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 497, DE 2011**, de autoria do Senador Vicentinho Alves, que “Altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, para vincular a construção de eclusas previstas no planejamento do Sistema Nacional de Viação à de usinas hidroelétricas previstas nas políticas nacionais para a expansão da oferta de energia, e dá outras providências.” Retirado de pauta a pedido do Relator, Senador Blairo Maggi, para reexame da matéria. **ITEM 6 – OFÍCIO “S” Nº 18, DE 2008**, de autoria da Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo, que “Encaminha ao Senado Federal, em atendimento ao § 1º do art. 28

da Lei nº 11.079, de 2004, informações referentes à contratação de parceria público-privada da Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo.” A Presidente concede a palavra ao Relator *ad hoc*, Senador Vicentinho Alves, para leitura do Relatório. Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer desta Comissão, para que se tome conhecimento do Ofício “S” nº 18, de 2008, com o envio da presente deliberação ao Ministério da Fazenda. **EXTRAPAUTA:**

ITEM 14 – REQUERIMENTO Nº 10, DE 2012–CI, de autoria do Senador Francisco Dornelles, que requer “nos termos do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública, conjunta entre esta Comissão e as Comissões de Assuntos Econômicos e de Desenvolvimento Regional e Turismo, para instruir e debater o Projeto de Lei do Senado nº 118 de 2009, que “altera a alínea “b”, do inciso II, do § 2º, do art. 4º da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, com vistas a permitir a exploração de instalações portuárias privadas para uso geral”, com a presença dos seguintes convidados: Ministro-Chefe da Secretaria Especial de Portos; Sr. Willen Mantelli, Diretor-Presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários – ABTP; Sr. Eduardo Requião, ex-Superintendente do Porto de Paranaguá-PR; Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI; Sr. Luiz Antônio Fayet, representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; e Presidente da Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres de Uso Público – Abratec.” Aprovado. **ITEM 9 – REQUERIMENTO Nº 9, DE 2012**, de autoria do Senador Walter Pinheiro, que requer “nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão do nome do presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADÉE, Sr. NELSON FONSECA LEITE, entre os convidados para participar da audiência pública sobre a qual trata o Requerimento nº 69 de 2011-CI.” Aprovado. **ITEM 10 – REQUERIMENTO Nº 11, DE 2012**, de autoria do Senador Walter Pinheiro, que requer “Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), para debater o marco legal que rege o setor de informática, de forma a propor sua atualização, bem como avaliar ações de incentivo ao uso de *software* nacional, inclusive as empreendidas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), as políticas de desoneração fiscal e o estímulo a compras governamentais que envolvam o referido setor. Para participar da referida audiência sugiro que sejam convidados os representantes do(a): Ministério

da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG); Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; Associação de Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação (ASSESPRO); Associação Brasileira das Empresas de *Software* (ABES); Associação para a Promoção da Excelência do Software Brasileiro (SOF-TEX); e Federação Nacional de Informática (FENAINFO). Requerimento de igual teor será apresentado junto à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), com o objetivo de promover audiência pública conjunta dos dois Colegiados.” Aprovado. Usa da palavra o Senador Walter Pinheiro. **ITEM 7 – REQUERIMENTO Nº 12, DE 2012**, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que requer “nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura para debater sobre as condições atualmente existentes no Brasil quanto a planejamentos de riscos, a recuperação de desastres, a continuidade das atividades econômicas e cotidianas da população. Considerando a motivação da Audiência Pública requerida, recomendo a presença das personalidades abaixo relacionadas para debater o assunto: Senhora Izabella Mônica Vieira Teixeira, Ministra de Estado do Meio Ambiente; Senhor Humberto de Azevedo Viana Filho, Secretário Nacional de Defesa Civil; Senhor Manoel Barretto da Rocha Neto Diretor-Presidente da CPRM – Serviço Geológico do Brasil; Senhor Haroldo Borges Rodrigues Lima, Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e B combustíveis – ANP.” Aprovado. Usa da palavra o Senador Ricardo Ferraço. **ITEM 8 – REQUERIMENTO Nº 13, DE 2012**, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que requer “nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura para debater sobre os encaminhamentos que estão em curso para as renovações das concessões do setor elétrico brasileiro. Considerando a motivação da Audiência Pública requerida, recomendo a presença das personalidades abaixo relacionadas para debater o assunto: Senhor Márcio Pereira Zimmerman, Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia – MME; Senhor Nelson Moreira Hubner, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL; Senhor Luiz Fernando Vianna, Presidente da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica – Apine; Senhor Flávio Antônio Neiva, Presidente da Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica

– ABRAGE; Senhor José Cláudio Cardoso, Presidente da Associação Brasileira das Grandes Empresas de Transmissão de Energia Elétrica – ABRATE; Senhor Nelson Fonseca Leite, Presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRA-DEE; Senhor Paulo Pedrosa, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres – ABRA-CE; e Senhor Claudio Salles, Presidente do Instituto Acende Brasil.” Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e dois minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pela Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A Presidência informa sobre o encaminhamento a todos os gabinetes dos Srs. e Srªs Senadoras de oito publicações referentes às audiências públicas, realizadas nesta Comissão, no ano de 2011. São as seguintes publicações: Programa Nuclear Brasileiro; Prorrogação da Reserva Global de Reversão; Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica e Plano Decenal de Energia; Renovação das Concessões de Energia Elétrica e Tarifa Social; Modais de Transporte e Infraestrutura para os grandes eventos de 2014 a 2018; Trem de Alta Velocidade; Infraestrutura Aeroportuária e Regime Diferenciado de Contratação; *Royalties* do Petróleo e Política de Investimentos da Petrobras; Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais; Esclarecimentos do Dnit, Ministério dos Transportes; Refinaria Presidente Getúlio Vargas; Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Comunico, ainda, o recebimento do Ofício nº 168, de 2012, do Procurador da República Thiago Lacerda Nobre, em resposta ao Ofício nº 3, de 2012, desta Comissão, referente à representação da Procuradoria-Geral da República ao TCU sobre transportes ferroviários, em que aponta uma ineficiência do Governo Federal, representado pela agência reguladora ANTT.

Comunico, também, o recebimento do Aviso nº 97-TCU, 2012, do Presidente do Tribunal de Contas da União, Benjamin Zymler, para conhecimento desta Comissão, do Relatório de Auditoria realizado na Agência Nacional de Transportes Terrestres, com objetivo de avaliar a atuação da agência no controle e supervisão dos investimentos no setor ferroviário nacional.

Os documentos encontram-se disponíveis aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras na secretaria desta Comissão.

Item 1 da pauta:

ITEM 1
TURNO SUPLEMENTAR DO
SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 427, DE 2009
– Terminativo -

Ementa do Projeto: *Acrescenta inciso ao caput do art. 8º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para tornar obrigatória a informação à Agência Nacional de Águas (ANA), pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), sobre poços perfurados em terra que não configurem descoberta comercial desses recursos energéticos, mas que demonstrem viabilidade para obtenção de água proveniente de aquíferos.*

Autoria do Projeto: Senadora Rosalba Ciarlini

Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria Ad Hoc: Senador Inácio Arruda.

Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do substitutivo.

Observações:

1 – Em 06/07/2010, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle apresentou Parecer favorável ao Projeto.

2 – Em 20/10/2011, sendo designado Relator “ad hoc” o Senador Inácio Arruda, foi lido o Relatório e adiadas a discussão e votação da matéria.

3 – Em 09/02/2012, a Comissão aprovou o Substitutivo, ficando prejudicado o Projeto. A matéria poderá receber emendas até o término da discussão em Turno Suplementar.

Eu pediria ao Senador Vicentinho que lesse o projeto. (Pausa.)

Eu pediria ao Senador Vicentinho que fizesse apenas uma síntese, porque o projeto já foi lido. É o item 1 da pauta, com decisão terminativa.

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem.

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Quando o Vicentinho terminar a leitura, eu gostaria de fazer a leitura do parecer do item 3, por favor.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pois não, após a leitura.

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Vicentinho, é apenas para fazer um resumo, porque não podemos colocar em votação, uma vez que não há quórum qualificado para isso.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – O item 1, Srª Presidente e Srs. Senadores, acrescenta inciso ao *caput* do art. 8º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para tornar obrigatória a informação à Agência Nacional de Águas, ANA, pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, ANP, sobre poços perfurados em terra que não configurem descoberta comercial desses recursos energéticos, mas que demonstrem viabilidade para obtenção de água proveniente de aquíferos.

É um projeto de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini e tem como Relator o Senador Antonio Carlos Valadares, com a relatoria *ad hoc* do Senador Inácio Arruda.

Portanto, o relatório é pela aprovação, nos termos do Substitutivo. (*Pausa.*)

Há necessidade da leitura?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Não. Não há necessidade de ler. Eu queria apenas que V. Exª lesse o teor do projeto, para que ele seja discutido.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – O Projeto de Lei do Senado nº 427, de 2009, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, tem como objetivo, Srª Presidente, tornar obrigatória a informação à Agência Nacional de Águas, ANA, pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, ou seja, a ANA pela ANP, sobre poços perfurados em terras que não configurem descoberta comercial.

O projeto foi aprovado por esta Comissão na forma de uma emenda substitutiva que o aperfeiçoa, atribuindo à Agência Nacional de Águas a competência para proceder a essa regulamentação, estabelecendo os critérios a serem observados sobre todos os poços perfurados em terra que não configurem descoberta comercial, mas que demonstrem viabilidade para obtenção de água proveniente de aquíferos.

Srª Presidente, é basicamente isso.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Lauro Antonio.

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Bom dia a todos!

Primeiramente, eu quero parabenizar pelo dia da senhora e de todas as mulheres brasileiras, este dia 08 de março.

Vou ler aqui o relatório.

Relatório.

Vem a esta Comissão de Serviços de Infraestrutura o Projeto de Lei do Senado nº 704, de 2011, de autoria da Srª Senadora Kátia Abreu, cujo objetivo é o descrito em epígrafe.

A matéria se apresenta em três artigos.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Lauro, eu imaginei que V. Exª quisesse fazer um comentário sobre o projeto em pauta.

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Ah, não. Desculpe.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu vou somente concluir e passo novamente a palavra a V. Exª.

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Desculpe. Está bom.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Pela ordem. Eu gostaria de consultar a V. Exª sobre se o Item 2 vai à pauta, tendo em vista que o primeiro item da pauta já foi relatado pelo valoroso Senador Vicentinho Alves.

Aqui eu tive a informação de que o Senador Lauro tinha pedido uma inversão de pauta. Entretanto, eu gostaria, de forma amiga, de pedir que me cedesse a palavra, até para eu ler o relatório, porque tenho uma audiência muito importante na Comissão de Agricultura.

Eu faço esse pleito a V. Exª, Senador Lauro.

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Sem problema nenhum.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – OK.

Continua em discussão o Item 1 da pauta. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, coloco a matéria em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto.

Não havendo sido apresentadas emendas ao Substitutivo, este fica definitivamente adotado, nos termos do art. 284 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Será feita a devida comunicação ao Presidente do Senado Federal, nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno.

Item 2 da pauta:

ITEM 2**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 482, DE 2011**
– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, para determinar a abrangência dos benefícios relativos ao transporte coletivo.

Autoria: Senador Vital do Rego.

Relatoria: Senador Jayme Campos.

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações: A matéria será apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos para proferir seu relatório.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Muito obrigado.

Srª Presidente, Senadora Lúcia Vânia; Sr. Vice-Presidente desta Comissão, Senador Blairo Maggi; demais Senadores e Senadoras aqui presentes, se V. Exª me permitir, entrarei na fase de análise, até porque é de conhecimento dos Srs. Senadores aqui o relatório nosso, que já se encontra disponível.

Análise.

Nesta Comissão, analisaremos apenas o mérito da proposição, deixando à CDH o exame dos aspectos formais de técnica legislativa e de constitucionalidade e juridicidade.

A intenção e o projeto do Senador Vital do Rêgo são louváveis. De fato, carece de razão a exclusão de determinados modos de transporte dos benefícios criados pelo Estatuto do Idoso. Ou bem vale para todos os modos de transporte, ou não vale para nenhum. A exclusão do transporte aéreo – não formalizada no Estatuto do Idoso, que se refere genericamente a “sistema de transporte coletivo interestadual” – foi estabelecida apenas em regulamento, em claro confronto com o texto da lei, que não contém restrição a qualquer modo de transporte para usufruto dos benefícios que instituiu.

Além disso, seria mais racional argumentar que esses benefícios acarretam maiores impactos financeiros às operadoras de ônibus que aos operadores de aeronaves, uma vez que os veículos do transporte aéreo nacional carregam mais de três vezes o número de passageiros de um ônibus convencional. Logo, esse impacto é proporcionalmente menor para as companhias aéreas do que para as operadoras rodoviárias.

A exclusão parece decorrer de uma visão elitista de que avião não é lugar para os economicamente menos favorecidos. Obviamente essa visão – e o preconceito bastante real dela decorrente – não pode ser

tolerada por esta Casa, razão pela qual recomendamos a aprovação da proposição que ora analisamos. Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 482, de 2011.

Esse é o nosso voto, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Jayme Campos e coloco o projeto em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Quero comunicar aos Srs. Senadores que hoje vou colocar em votação a criação de duas subcomissões, em função de que este é o último ano e nós precisamos intensificar o estudo de determinados temas que foram propostos pelos Srs. Senadores: a Subcomissão do PAC, que já foi votada, será instalada nesta legislatura; a segunda seria um requerimento do Senador Ivo Cassol solicitando a implantação também de uma subcomissão permanente para acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, destinada a discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnicas operacionais e de gestão administrativa.

Essa subcomissão foi proposta pelo Senador Ivo Cassol e eu a coloco em votação neste momento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Eu quero dizer aos Srs. Senadores que essa subcomissão será instalada na próxima reunião.

É o seguinte o requerimento aprovado:

ITEM 13**REQUERIMENTO DA**
COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
Nº 8, DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de subcomissão permanente no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, denominada de Subcomissão Permanente para o Acompanhamento das Atividades da Eletrobrás Distribuição Acre; Eletrobrás Distribuição Alagoas; Eletrobrás Distribuição Piauí; Eletrobrás Distribuição Rondônia; Eletrobrás Distribuição Roraima; e, Eletrobrás Amazonas Energia, destinada a discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos con-

sumidores; os problemas; causas; efeitos; e, soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Autoria: Senador Ivo Cassol

Item 3:

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 704, DE 2011 – Não Terminativo –

Acrescenta inciso e altera o parágrafo único do art. 28 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para reduzir a 0 (zero) as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da CO-FINS, e isenta de IPI a aquisição de veículos de carga para motoristas autônomos.

Autoria: Senadora Kátia Abreu.

Relatoria: Senador Lauro Antonio.

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria será apreciada em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Econômicos.*

Concedo a palavra ao Senador Lauro Antônio para proferir o seu relatório.

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Vem a esta Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 704, de 2011, de autoria da Senhora Senadora Kátia Abreu, cujo objetivo é o descrito em epígrafe.

A matéria se apresenta em três artigos.

O art. 1º acrescenta inciso XXIII ao art. 28 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para reduzir a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda, no mercado interno, de caminhões chassi com carga útil igual ou superior a 1.800 kg e caminhão monobloco com carga útil igual ou superior a 1.500 kg, classificados na posição 87.04 da Tabela de Incidência do IPI (Tipi), positivada no Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011, observadas as especificações estabelecidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, efetuadas a transportador autônomo de cargas (TAC) devidamente inscrito no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas – RNTR-C da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

O mesmo art. 1º ainda modifica o parágrafo único do citado art. 28, para permitir que a inovação proposta no inciso XXXIII possa se regulamentar por norma do Poder Executivo.

O art. 2º isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) os mesmos veículos descritos no art. 1º.

O art. 3º contém cláusula de vigência imediata da lei resultante.

Apresentada em novembro de 2011, a proposição foi distribuída à CI e à Comissão de Assuntos Econômicos, nesta última, em decisão terminativa.

Encerrado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

Análise.

Quanto ao aspecto constitucional, cabe à União legislar sobre direito e sistema tributários, IPI e contribuições sociais, haja vista o disposto nos arts. 24, inciso I, 48, inciso I, 153, inciso IV, 149 e 195, inciso I, alínea *b* e 239; todos da Constituição Federal (CF). A competência para legislar sobre diretrizes da política nacional de transportes é privativa da União, conforme o art. 22, inciso IX, da mesma Carta, ao passo que a iniciativa parlamentar encontra-se amparada pelo art. 61.

A prerrogativa da Comissão de Serviços de Infraestrutura para deliberar sobre a proposição decorre do art. 104, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

O projeto está em plena conformidade com os ditames da técnica legislativa, segundo a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Mérito.

A matéria em análise visa facilitar a aquisição de caminhões por parte de transportadores autônomos de carga, por meio da redução de alíquotas de tributos federais incidentes sobre o produto.

A justificação do PLS nº 704, de 2011, lembra que existem mais de dois milhões de veículos de carga em circulação em todo o País e que cerca de 50% dessa frota pertencem a transportadores autônomos. É lembrado também que a idade média desses veículos é superior a 18 anos, o que torna urgente sua modernização em nome da segurança nas estradas e da economia na manutenção da malha viária.

Não é demais acrescentar que o escoamento da produção agrícola no Brasil ainda depende fundamentalmente do transporte rodoviário, apesar da vocação natural do País em abrir outros modais, especialmente o ferroviário e o aquaviário.

Tomando como base a perspectiva realista de que a desejável modernização da infraestrutura do transporte no Brasil não será incrementada de forma radical no curto prazo, mostra-se bem vinda a presente iniciativa, na medida em que facilita a aquisição de veículos pesados de transporte de carga.

De outro ponto de vista, trata-se igualmente de um avanço social, pois o público alvo das desonerações fiscais propostas são os trabalhadores autônomos do ramo que contarão, enfim, com uma compensação financeira convincente para a renovação de seu instrumento de trabalho.

Voto.

Pelas razões expostas, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 704, de 2011.

A SRª PRESIDENTA (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Srª Presidenta, eu gostaria...

A SRª PRESIDENTA (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra a Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Obrigada.

Primeiro, eu gostaria de louvar a iniciativa da Senadora Kátia Abreu. Todos sabemos do seu grande esforço no sentido de desonerar o setor primário, que, na verdade, tem sido o grande esteio do desenvolvimento nacional, dizia isso no plenário ontem. Estava lá o Senador Blairo Maggi, que tem toda uma vida dedicada a essa área. Então, sabemos da dedicação não só da Senadora Kátia, como de vários parlamentares no sentido de desonerar, modernizar e tornar a nossa produção, a produção nacional, isso é importante, cada vez mais competitiva; e esse projeto tem esse objetivo.

Entretanto, Senadora, esse é um projeto que trata de isenção de tributos. E a senhora sabe que eu venho de um Estado que vive disso. Então, eu gostaria de pedir vista para analisar melhor.

É possível ainda?

A SRª PRESIDENTA (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Vista concedida à Senadora Vanessa.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTA (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Vicentinho.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Srª Presidente, primeiro, quero parabenizar V. Exª e às mulheres pelo dia de hoje, que é importantíssimo para as mulheres brasileiras.

Ao cumprimentá-la, eu solicito de V. Exª a possibilidade de inversão de pauta no item nº 11, assim que for possível. E, ao mesmo tempo, quero cumprimentar aqui o nosso estimado Prefeito Paulinho, da cidade de Araguacema, cidade localizada às margens do rio Araguaia, uma cidade bonita, tradicional do nosso Estado. Assim, também o Professor Guerra, que aqui se encontra, que é um entusiasta na área de hidrovias e declusas. É um estudioso, foi Secretário de Planejamento do Piauí, Secretário de Planejamento do Tocantins.

Solicito que sejam registradas como visitas ilustres em nossa Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pois não, Senador Vicentinho.

Cumprimento o Prefeito de Araguacema. Quero desejar-lhe boas vindas a nossa Comissão.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pela ordem, Srª Presidente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Senadora Vanessa.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Hoje é dia 08.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu só queria, Lindbergh...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não, eu quero fazer justiça. Os homens têm sido muito deferentes às mulheres, não é só porque hoje é o Dia Internacional das Mulheres.

Eu cobrei do Senador Lindbergh se ele havia feito alguma coisa no gabinete em homenagem às mulheres que estão lá ajudando no desenvolver do mandato dele. Ele disse que não fez.

No meu gabinete, houve um café da manhã, Presidente. Eu já estava aqui na Comissão e me disseram que eu teria de descer. Quando lá cheguei havia um café da manhã que os homens preparam de surpresa para as mulheres que trabalham lá.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Que coisa boa!

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Estavam as frutas todas soltas na mesa, mas isso é muito importante.

Mas, Srª Presidente, quero tardiamente – foi por essa razão que tive de me ausentar por alguns minutos –, mas eu quero primeiro saudar o Senador Ivo Cassol pelo requerimento apresentado, que, aliás, já foi aprovado. Será, portanto, instalada essa subcomissão.

Eu gostaria de pedir, se possível, a minha indicação, Srª Presidente, porque nós temos sete empresas federalizadas de distribuição no Brasil, que pegam Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima, no Norte, e Alagoas e Piauí, no Nordeste.

Elas formaram uma *holding* e se juntaram em torno de uma só. Temos uma diretoria para todas. Então, é um problema. Debateremos muito isso. Já era o Ministro Lobão quando dessa decisão. Lembro-me que, à época, o Senador Jefferson Péres era vivo ainda. Nós nos reunimos todos, Senadores, Deputados, para debatermos essa questão. E durante alguns anos essa empresa vem trabalhando. Alguns problemas foram resolvidos; outros foram ampliados. Por exemplo, os indicadores da nossa Amazonas Energia, antes da criação dessa empresa, que era muito ruim, agora estão piores ainda.

Então, acho que é um trabalho importante e quero dizer que o nosso objetivo, o objetivo dos Senadores desta Comissão, deve ser ajudar o Ministério de Minas

e Energia. Há problemas sérios nesses sete Estados, inclusive no meu, que vive um apagão quase que diário, Sr^a Presidente. Quero pedir-lhe que, se puder, indique-me como membro dessa subcomissão.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pois não, Senadora Vanessa.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – V. Ex^a será indicada. Quero dizer-lhe que a criação de subcomissões, este ano, é muito importante. Porque temos um ano atípico, um ano de eleições. Sabemos que os trabalhos vão diminuir à medida que se aproximam as eleições. Essas subcomissões terão um papel muito importante. Já está mostrando o Senador Vicentinho, por meio da Presidência à frente da Subcomissão de Aviação Civil, o quanto a gente pode acelerar o trabalho com grupos pequenos trabalhando determinados temas que não podemos aprofundar na Comissão, principalmente este ano.

Com a palavra o Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Primeiro, Sr^a Presidente, eu gostaria de parabenizá-la; à Senadora Vanessa e a todas as funcionárias pelo dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher.

Faço um apelo ao Senador Vicentinho Alves em relação a esse requerimento, ao item 11. São os relatórios dos diretores da ANTT. Em vista do que aconteceu ontem, nesta Casa, eu entendo ser prudente a gente adiar essa leitura para uma próxima reunião. Por isso faço esse apelo.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Hoje é só a leitura.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Mesmo só a leitura, Senador Blairo Maggi. É um momento de rediscussão nesta Casa. Ontem houve um fato, no plenário: a derrota da indicação do Diretor-Geral da ANTT. Então, creio que seria prudente adiarmos essa leitura, de conversarmos. Como representante do Bloco de Apoio ao Governo pelo Partido dos Trabalhadores faço um apelo aqui. Acho que seria mais prudente procedermos à leitura do relatório na próxima reunião desta Comissão de Infraestrutura.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Lindbergh, a leitura não implica votação. Acredito que nada impede a leitura e uma solicitação de vista coletiva. Mas submeto ao Plenário esta decisão.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Sr^a Presidente, não vejo nenhum problema só na leitura. Vai haver um pedido de vista coletivo. Não vamos marcar aqui hoje nenhuma pauta de sabatina e votação. Não vejo nenhum problema, a não ser que o meu Líder, Senador Blairo, se manifeste.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Bom dia, Senadoras e Senadores! Cumprimento também a minha Presidente e a Senadora Vanessa pelo Dia Internacional da Mulher.

Hoje, pela manhã, a minha esposa falou: “Não vai me dar um abraço?” Perguntei-lhe: Por quê? Ela respondeu: “É o Dia Internacional da Mulher.” E falei: mas qual é o dia que não é da mulher? Todos os dias são das mulheres, não vejo diferença, mas como está no calendário, parabéns a todas! (*Risos.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a está buscando votos aqui? (*Risos.*)

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Penso assim.

Mas quero acompanhar a posição da Presidente e do Senador Vicentinho. Acho, Senador Lindbergh, que não há qualquer problema de a gente ler; até pelo contrário, acho que é uma reação. Nós, que demos apoio ao Governo, ontem, votamos juntos na recondução do Sr. Bernardo Figueiredo, infelizmente perdemos. Mas é uma resposta à própria Agência no sentido de que a gente vai dar continuidade. As coisas não vão parar. Vamos arrumar as coisas e vamos continuar. Apoio aqui a leitura. Depois, haverá vista coletiva. Na próxima reunião ou em uma das próximas reuniões a Presidente marcará, então, a arguição.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Na verdade, Senador Blairo, ninguém sabe se depois dessa derrota os mesmos nomes serão mantidos pelo Governo. Eu queria fazer essa ponderação. Acho que, ao ler nesta Comissão, estamos dando um passo à frente. Não vou insistir, mas acho que é uma discussão sobre a própria composição da direção da ANTT.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Coloque em votação, caso seja aprovado, eu farei a leitura.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Vou colocar em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Precisa de apoio de mais três Senadores.

Não tendo apoio, vamos proceder à leitura do Item 11 da pauta.

Item 11:

ITEM 11

MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 20, DE 2012

Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Mário Rodrigues Júnior para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

Autoria: Presidência da República

Relator: Senador Vicentinho Alves

Relatório: Será lido agora pelo Senador.

Observação: Será concedida, automaticamente, vista coletiva, após a apresentação e a discussão do relatório, na primeira etapa, nos termos do Ato nº 1, de 2009, da Comissão de Infraestrutura.

Concedo a palavra ao Senador Vicentinho Alves para proferir o seu relatório.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiramente eu quero registrar que, a qualquer momento, a Presidência da República pode retirar o nome. Isso não é problema, não é nenhuma desconsideração ou descortesia com o amigo e Senador Lindbergh.

É um trabalho que foi realizado, que eu gostaria de fazer a leitura. E os atos subsequentes, nós vamos aguardá-los.

Portanto, não vejo nenhum problema na leitura. E os outros passos a seguir, nós estaremos sempre à disposição e abertos.

Relatório.

Da Comissão de Serviços de Infraestrutura, sobre a Mensagem nº 20, de 2012 (Mensagem nº 63, de 2012, na origem), da Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Mário Rodrigues Júnior para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Com base no art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição Federal, e de conformidade com os termos do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, a Senhora Presidente da República submete à apreciação dos membros do Senado Federal o nome do Senhor Mário Rodrigues Júnior para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), autarquia especial vinculada ao Ministério dos Transportes. Para tanto, encaminha a esta Casa a Mensagem nº 20, de 2012, à qual se encontra anexado o *curriculum vitae* do indicado e demais documentos pertinentes.

O Sr. Mário Rodrigues Junior nasceu na cidade de São Paulo em 1957. É engenheiro, graduado pela Universidade de Mogi das Cruzes e pós-graduado em engenharia de transportes pela Universidade de São Paulo.

O histórico profissional do indicado registra intensa ligação com o setor de transporte. No período de 2000 a 2007, atuou no Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo, onde foi responsável pela construção, manutenção e operação de rodovias, tendo ocupado sucessivamente os cargos de Diretor Técnico de Licitações e Contratos, Diretor de Engenharia e Superintendente. Entre 2003 e 2007,

exerceu a função de Diretor de Engenharia da Dersa – Desenvolvimento Rodoviário S/A, empresa paulista responsável pela construção, manutenção e operação de rodovias e travessias marítimas, onde o indicado já atuara anteriormente (1989-2000) como engenheiro do Setor de Licitações e Compras, assistente da Diretoria de Terminais e gerente da Divisão de Orçamentos e Medições.

Antes disso (1983-1989), exerceu atividades na Fepasa – Ferrovia Paulista S/A, empresa de economia mista responsável pela construção, manutenção e operação de ferrovias no Estado de São Paulo.

Desde junho de 2008, é Diretor da ANTT, cargo ao qual a presente indicação visa a reconduzi-lo. Em documento anexado ao currículo, o indicado informa que, ao longo do mandato que ora se encerra, atuou diretamente na regulação e fiscalização das concessões rodoviárias, que hoje somam 4,7 mil quilômetros de extensão. Participou dos trabalhos de aperfeiçoamento do modelo de concessão ferroviária – com destaque para o caso do Trem de Alta Velocidade (TAV) a ser implantado no eixo Rio/São Paulo –, bem como da formatação das novas permissões do transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros.

Em síntese, são cerca de 30 anos de experiência profissional na área de infraestrutura e de serviços de transportes – aí incluídas as modalidades rodoviária, ferroviária e hidroviária –, com ênfase nas atividades de direção e gerenciamento técnico e administrativo de programas, processos e recursos materiais e humanos.

A análise do *curriculum vitae* encaminhado evidencia, assim, que a formação acadêmica, a trajetória e o desempenho profissional do indicado credenciam-no para o exercício do cargo, mediante recondução, nos termos da indicação enviada ao Senado Federal pela Excelentíssima Senhora Presidenta da República.

Consideram-se atendidos os requisitos estabelecidos no art. 53 da Lei nº 10.233, de 2001, bem como as exigências constantes do art. 1º do Ato nº 1, de 2009, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, no tocante ao fornecimento, pela autoridade indicada, da documentação necessária à análise desta Comissão (*curriculum vitae*, conforme inciso I; declarações relacionadas no inciso II; e argumentação escrita, prevista no inciso III, que demonstre experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo).

Diante do exposto, entendemos que os Senadores e Senadoras integrantes desta Comissão de Serviços de Infraestrutura dispõem de informações suficientes para deliberar sobre a indicação do SR. Mário Rodrigues Júnior, constante da Mensagem nº 20, de 2012 (nº 63, de 2012, na origem), para ser reconduzido ao

cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), em cumprimento às exigências constitucionais contidas no art. 52, inciso III, alínea f, combinado com o art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2005.

Essa é a leitura, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, concedo vista coletiva aos Srs. Senadores.

Comunico aos Srs. Senadores que, atendendo a solicitação do Senador Lindbergh, não vou ler a segunda Mensagem da ANTT, mesmo porque o relator não está presente. Então será retirada de pauta para a próxima reunião.

Item 4:

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 37, DE 2011.

Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para incluir a obrigatoriedade de as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica substituírem redes aéreas de distribuição de energia por redes subterrâneas em cidades com mais de 100 mil habitantes e dá outras providências.

Autoria: Senador Marcelo Crivella.

Relatoria: Senador Lobão Filho.

Relatório: Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo que apresenta.

A matéria é encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa, em atendimento ao Ofício nº 289, de 2012, do Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, tendo em vista requerimento do Senador Romero Jucá, solicitando que o PLS nº 37, de 2011, seja submetido à exame da Comissão de Assuntos Econômicos.

Item 5:

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 497, DE 2011 – Terminativo –

Altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, para vincular a construção declusas previstas no planejamento do Sistema Nacional de Viação à de usinas hidroelétricas previstas nas políticas nacionais para a expansão da oferta de energia, e dá outras providências.

Autoria: Senador Vicentinho Alves.

Relatoria: Senador Blairo Maggi.

Com a palavra o Relator.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Srª Presidente, em concordância com o autor, Senador Vicentinho Alves, nós vamos pedir para retirar da pauta, para que a gente possa fazer uma análise melhor e apresentar outro trabalho aqui.

Muito obrigado.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Inclusive, Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Senador Vicentinho.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Encontra-se, aqui, a Drª Marta Lira, Assessora do Ministério de Minas e Energia, nossa amiga, e nós vamos, junto com o Relator, o Senador Blairo, agora, na semana que vem, procurar o Ministério de Minas e Energia e a Aneel para a gente aprimorar melhor esse projeto.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pois não. Será retirado de pauta.

Bom, quanto ao item 6 da pauta, o relator não está presente – é o Senador Aloysio Nunes –, mas eu vou ler o Ofício “S” nº 18, de 2011. É decisão não terminativa.

Item 6:

ITEM 6

OFÍCIO “S” Nº 18, DE 2008 – Não Terminativo –

Encaminha ao Senado Federal, em atendimento ao §1º do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004, informações referentes à contratação de parceria público-privada da Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo.

Autoria: Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo.

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Para que esta Comissão tome conhecimento do ofício, devendo-se, ademais, enviar cópia da presente deliberação ao Ministério da Fazenda, para dar ciência ao órgão competente, nos termos do § 1º, art. 28, da Lei nº 11.079, de 2004.

Observações:

1 – Em 29/11/2011, a Comissão de Assuntos Econômicos apresentou parecer pelo conhecimento do Ofício “S” nº 18, de 2008, e envio de cópia ao Ministério da Fazenda, para dar ciência ao órgão competente.

Como o relator não está presente, mas essa matéria é uma matéria simples, eu pediria ao Senador Vicentinho que lesse, como Relator *ad hoc*, o parecer, para que a gente coloque em votação.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – O relatório, Srª Presidente e Srs. Senadores.

Submete-se à análise desta Comissão o Ofício “S” nº 18, de 2008, encaminhado pela Secretaria de

Economia e Planejamento (SEP) do Estado de São Paulo, em cumprimento ao § 1º do art. 28 da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.

O ofício trata da contratação de parceria público-privada (PPP), pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), para a prestação de serviços de tratamento de água pelo Sistema Produtor do Alto Tietê.

O seu objetivo é demonstrar que os limites e parâmetros contidos na Lei das PPPs estão sendo cumpridos pelo governo paulista. Dessa forma, os documentos enviados também se referem às obrigações financeiras decorrentes da PPP, destinada a construir e operar a Linha 4 do metropolitano paulistano, objeto do Ofício “S” nº 17, de 2006.

A PPP em exame desempenhará as seguintes atribuições:

- a) manutenção de barragens;
- b) inspeção e manutenção de túneis e canais de interligação de barragens;
- c) manutenção civil e eletromecânica;
- d) tratamento e disposição final do lodo gerado na produção de água tratada;
- e) realização de serviços auxiliares relacionados com a canalização da água do ponto de captação à rede de distribuição e subsequente entrega aos consumidores finais;
- f) ampliação da capacidade de produção de água tratada da Estação de Taiaçupeba de 10 m³ por segundo para 15 m³ por segundo; e
- g) construção de adutoras e outras utilidades.

O contrato terá vigência de quinze anos, sendo que a Estação de Taiaçupeba deverá ter a sua capacidade ampliada após dois anos. Isso exigirá investimentos de R\$ 305 milhões, que deverão ser integralmente aportados pelo parceiro privado.

A remuneração a ser paga mensalmente pelo setor público será calculada multiplicando-se o volume da água tratada pelo preço unitário por 1.000 m³, o qual variará segundo o cumprimento de índices de *performance*. Impõe-se notar que a proposta vencedora foi justamente a que apresentou o menor preço unitário, que será reajustado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC), calculado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

Supondo-se que os indicadores de *performance* sempre sejam plenamente satisfeitos, a contraprestação anual paga ao parceiro privado seria, em valores de 2007, de R\$46,39 milhões pelos serviços prestados nos dois primeiros anos; e de R\$69,58 milhões pelos serviços prestados nos anos subsequentes, totalizando

R\$997,38 milhões, ao longo do prazo de validade do contrato. Abatendo-se os dispêndios que serão assumidos pela PPP, o impacto líquido sobre as contas da Sabesp, empresa estatal não dependente do Tesouro Estadual, será de R\$667,46 milhões.

Essas são as principais informações contidas na documentação recebida pelo Senado Federal.

A matéria foi inicialmente apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) que, em 29 de novembro de 2011, aprovou o Relatório do Senador Casildo Maldaner, Relator *ad hoc*, em substituição ao Senador Inácio Arruda. O Parecer da CAE foi pelo conhecimento do Ofício “S” nº 18, de 2008, e envio de cópia do Parecer ao Ministro da Fazenda, para que possa dar ciência ao órgão competente.

A matéria foi então encaminhada a esta Comissão, conforme o despacho inicial da Presidência, cabendo a mim a honra de relatá-la.

Análise.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 104, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), analisar os aspectos técnicos da PPP almejada pelo Estado de São Paulo. Cabe notar que a análise realizada pela CAE opinou sobre o aspecto econômico e financeiro da matéria.

As PPPs, instituídas pela Lei nº 11.079, de 2004, têm como elementos diferenciadores o compartilhamento de riscos entre o ente público e o parceiro privado e a contraprestação pecuniária do primeiro em prol do último.

O referido compartilhamento não encontra correspondência nas modalidades tradicionais de contratação de obras e serviços pelo setor público, disciplinadas pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ou nos regimes de concessão e permissão de serviços públicos, regulamentados pela Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995. Na primeira situação, os riscos do empreendimento são assumidos pela própria administração pública; na segunda, esses riscos são transferidos ao concessionário e aos usuários.

Do ponto de vista orçamentário, a contraprestação devida constitui despesa obrigatória de caráter continuado, a qual é definida, pelo art. 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), como despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo que fixe para o ente e a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

O controle de suas repercussões sobre as finanças públicas estaduais não compete ao Senado Federal, mas sim ao Poder Legislativo local, por meio dos respectivos planos plurianuais, leis de diretrizes orçamentárias e leis orçamentárias anuais.

Adicionalmente, conforme o § 3º do art. 10 da Lei nº 11.079, de 2004, sempre que o setor público for responsável por mais de 70% da remuneração do parceiro privado será preciso obter autorização legislativa específica. Para esta Casa, portanto, as PPPs dos entes subnacionais não diferem do ato de recrutar pessoal permanente ou de expandir os serviços prestados diretamente pelo setor público.

Em outras palavras, constituídas as novas despesas, caberá ao tesouro dos governos envolvidos prover, nos exercícios subsequentes, a adequada cobertura orçamentária.

Assim, entendemos que não cabe a esta Casa aprovar ou desaprovar as contratações de PPPs pelos entes subnacionais. Não cabe ao Senado avaliar a oportunidade ou qualidade técnica das PPPs. A competência privada desta Casa, inscrita no art. 52 da Constituição Federal, diz respeito tão somente ao controle de endividamento público.

As informações recebidas prestam-se tão somente a subsidiar eventuais análises pelos órgãos competentes da capacidade dos governos envolvidos para obter garantias ou transferências voluntárias da União.

Dessa forma, o presente parecer limitar-se-á a opinar pelo conhecimento da matéria e seu subsequente arquivamento com envio de cópia da presente deliberação à STN.

Não obstante, como as PPPs têm impacto sobre o endividamento dos Estados e dos Municípios, a Lei nº 11.079, de 2004, no art. 28, fixou limites prudenciais de comprometimento da receita corrente líquida, com as despesas de caráter continuado, derivadas do conjunto de PPPs contratadas, tendo como base o exercício em que forem apurados os limites em questão. São eles: a) 3% da RCL, observada no exercício anterior, e 3% da receita corrente líquida estimada para os dez exercícios subsequentes.

Trata-se de coibir eventuais excessos pelos atuais gestores públicos em prejuízo das gestões orçamentárias dos futuros governos estaduais e municipais.

O ente que não observa os limites citados estará sujeito às seguintes sanções no seu relacionamento com a União: a) não receber garantias para realizar operações de crédito; b) não receber transferências voluntárias.

O parecer da Comissão de Assuntos Econômicos analisou essa questão e concluiu que esses limites são observados pelas PPPs contratadas pelo Estado de São Paulo. Consequentemente esse ente em relação ao que dispõe a Lei nº 11.079, de 2004, permanece habilitado tanto a obter garantias da União para realizar operações de crédito como receber recursos federais a título de transferências voluntárias.

Embora não caiba a esta Casa pronunciar sobre o mérito das PPPs, estaduais e municipais, podemos salientar que a experiência da contratação de PPPs tem sido exitosa. No caso do Estado de São Paulo, as duas contratações já efetivadas mostram os benefícios desse modelo em relação às modalidades tradicionais de contratação. O Estado de Minas Gerais atualmente lidera as contratações nesse modelo, com quatro PPPs implantadas.

Como salientado em reportagem publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, em 20 de janeiro de 2012, as experiências de São Paulo e Minas Gerais incentivaram outros Estados a aderirem ao Programa de Parcerias Públicas Privadas. “Na área federal as parcerias ainda não foram para frente, mas temos visto boas iniciativas vindas dos mais diversos Estados que pegaram carona nas iniciativas mineiras e paulistas.”

O voto, Srª Presidente, Srs. Senadores.

Voto.

Em face do exposto, voto para que esta Comissão também tome conhecimento do Ofício “S” nº 18, de 2008, devendo-se, ademais, enviar cópia da presente deliberação ao Ministério da Fazenda para dar ciência ao órgão competente, nos termos do § 1º, do art. 28, da Lei nº 11.077, de 2004.

Senador Aloysio Nunes Ferreira – Relator.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permanecem como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Encaminhei a V. Exª um requerimento sobre a realização de uma audiência conjunta com a CAE e com a Comissão de Desenvolvimento Regional, já aprovada naquelas Comissões, para discutir legislação relacionada com a exploração dos portos privados. Eu acharia muito importante que esta Comissão estivesse participando dessa discussão; é a Comissão própria para esse assunto. Desse modo, solicito a V. Exª que pudesse, simplesmente, se V. Exª não tivesse objeção, colocar esse requerimento em votação.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pois não, Senador Francisco Dornelles. Vamos colocá-lo em votação.

O requerimento do Senador Francisco Dornelles cita os convidados: Ministro-Chefe da Secretaria Es-

pecial de Portos; Sr. Willen Mantelli, Diretor Presidente da Associação Brasileira de Terminais Portuários...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr^a Presidente, pela ordem.

Foram aprovados... Esses convidados foram aprovados nas outras comissões.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu estou lendo apenas para ciência da Comissão.

Prossigo: o Sr. Eduardo Requião, ex-Presidente do Porto de Paranaguá, Paraná; o Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI); Sr. Luiz Antônio Fayet, representante da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); o Presidente da Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres de Uso Público (Abratec).

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permanecem como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

É o seguinte o requerimento aprovado:

ITEM 14

REQUERIMENTO Nº 10, DE 2012 – CI

Requeiro, nos termos do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública, conjunta entre esta Comissão e as Comissões de Assuntos Econômicos e de Desenvolvimento Regional e Turismo, para instruir e debater o Projeto de Lei do Senado nº 118 de 2009, que “altera a alínea “b”, do inciso II, do § 2º, do art. 4º da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, com vistas a permitir a exploração de instalações portuárias privadas para uso geral”, com a presença dos seguintes convidados: • Ministro-Chefe da Secretaria Especial de Portos; • Sr. Willen Mantelli, Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Terminais Portuários – ABTP; • Sr. Eduardo Requião, ex-Superintendente do Porto de Paranaguá-PR; Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI; • Sr. Luiz Antônio Fayet, representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; • Presidente da Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres de Uso Público – Abratec.

Autoria: Francisco Dornelles e Senador Francisco Dornelles

Item 9:

ITEM 9

REQUERIMENTO Nº 09, DE 2012 – CI

– Não Terminativo –

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão do nome do Presidente

da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – Abradee, Sr. Nelson Fonseca Leite, entre os convidados para participar da audiência pública sobre a qual trata o Requerimento nº 69, de 2011– CI.

Autoria: Senador Walter Pinheiro.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Eu perguntaria ao Senador Walter Pinheiro se quer discutir. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Temos outro requerimento – decisão não terminativa – do Senador Walter Pinheiro.

Item 10:

ITEM 10

REQUERIMENTO Nº 11, DE 2012 – CI

– Não terminativo –

Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), para debater o marco legal que rege o setor de informática, de forma a propor sua atualização, bem como avaliar ações de incentivo ao uso de software nacional, inclusive as empreendidas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), as políticas de desoneração fiscal e o estímulo a compras governamentais que envolvam o referido setor. Para participar da referida audiência sugiro que sejam convidados os representantes do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG); Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; Associação de Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação (Assespro); Associação Brasileira das Empresas de Software (Abes); Associação para a Promoção da Excelência do Software Brasileiro (Softex); e a Federação Nacional de Informática (Fenainfo). Requerimento de igual teor será apresentado junto à Comissão de Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), com o objetivo de promover audiência pública conjunta dos dois Colegiados.

Autoria: Senador Walter Pinheiro.

Em discussão o requerimento.

Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr^a Presidente, eu diria, mais do que justificar o fato de incluirmos a Comissão de Infraestrutura nesse debate, até porque essa é uma das áreas de julgo ser das

mais importantes para o processo de estruturação. E, lamentavelmente, começamos a tratar esse tema como infraestrutura, há muito pouco tempo no Brasil.

Então, a ideia é fazer conjuntamente com a CCT; é óbvio que é um tema muito mais afeito a temas que na Comissão de Ciência e Tecnologia discutimos sobre a matéria, mas o debate que agora foi muito mais acentuado com essa edição da Feira Internacional de Tecnologia e Telecomunicações e Informações na Alemanha, onde um dos pontos centrais dessa relação mundial é exatamente a capacidade de produção de *software* em cada país. E o Brasil é um País que desponta nesta área, e tem uma capacidade enorme na produção e no conhecimento... E poucos até sabem de um dos desenvolvimentos mais importantes no mundo na área de tecnologia digital, desenvolvido em solo brasileiro com poucas universidades... Aliás, até com muitas universidades e poucos recursos; um desenvolvimento feito a partir da coordenação da PUC, Rio de Janeiro, mas com universidades do Nordeste, do Sul, do Centro-Oeste; uma participação, se não me falha a memória de umas 70 instituições de ensino no Brasil, e os brasileiros terminaram por encontrar uma modelagem ideal para utilização, principalmente, na área de TV Digital no mundo. Todo mundo sabe que há quatro padrões em disputa no mundo e ainda sem conseguir emplacar de forma mais ampla, principalmente no que diz respeito à escala, e foram os brasileiros que, com menos de 60 milhões de reais, meu caro Blairo, conseguiram produzir e até batizaram com um nome interessante de “Ginga”, exatamente pelo seu jeito de corpo. É o único *software* que dialoga com os quatro padrões existentes no mundo.

Só para se ter uma idéia, meu caro Ferraço, o Bloco Europeu, que fez uma discussão integrada sob a coordenação da comunidade europeia e do Parlamento europeu – e tive a oportunidade de participar durante um período dessas chamadas tratativas ou TV sem fronteiras e as diretivas na Europa, representando inclusive o Parlamento e o Governo brasileiro –, mas a Europa investiu mais de 1 bilhão de euros no desenvolvimento e pesquisas para chegar ao que nós chamamos nessa área de *middleware*, que é uma espécie de mediador. E os brasileiros, com menos de 60 milhões, conseguiram colocar o “Ginga”, em abril de 2009, que foi reconhecido mundialmente como um padrão intermediário para ser utilizado em todo o mundo.

Então isso é importante, porque isso serve para a nossa indústria e, portanto, é fundamental. E esse é o debate que se faz agora de atração de investimentos, mas principalmente da instalação de plantas e de produção no Brasil, em diversas áreas, e desde a indústria pesada à indústria mais sofisticada no

ramo da tecnologia, os *softwares* são os elementos hoje decisivos para a gestão, para a operação, para a comercialização, principalmente para o atendimento. Não tem como gerenciar e monitorar estradas no Brasil se não tivermos bons *softwares*. Esse é dos graves problemas, não tem com monitorarmos e resolver os graves problemas inclusive que afligem povos, regiões, cidades em nosso País, se não conseguirmos utilizar esses *softwares*.

Portanto, fizemos aqui o debate da defesa civil, mas toda a lógica de monitoração e de ação preventiva ela se dá através exatamente do uso de bons *softwares*.

Então, em minha opinião, isso é estruturante para as nossas ações. Lamentavelmente nós vamos tratando isso como quem compra em uma prateleira.

Sobre os aeroportos, meu caro Senador Blairo Maggi, que eu tive oportunidade de fazer esse debate agora, num congresso em Barcelona, sobre essa questão de tecnologia móvel, aeroportos que tanto discutimos aqui sobre a necessidade de ampliação, a gente viu a estrutura de funcionamento de um aeroporto de Frankfurt, aeroporto que tem, – creio eu – aproximadamente, 150 a 160 *fingers* operando em vários terminais, e, portanto, isso não se dá exclusivamente pela boa cabeça dos alemães, inclusive o *software* utilizado nessa estrutura não é alemão.

Portanto, a gente vai vendo a necessidade dessa área de infraestrutura conter elementos de monitoração, controle e operação. Nenhum porto brasileiro – nenhum porto, Senadora Lúcia Vânia – tem uma estrutura, eu diria, ajustada para a atual necessidade no que diz respeito a essa questão de monitoramento. E falo isso a partir do que estamos discutindo, que são os problemas de importação. Por exemplo, a *démarche*, ou seja, o dinheiro perdido com o navio parado – vou dar o dado da minha Bahia de todos os santos: por conta exatamente do manejo, da operação, no Porto de Salvador, o gasto era suficiente para gente fazer investimentos enormes. No ano passado, por exemplo, nós perdemos mais de R\$70 milhões com a *démarche*, ou seja, a parada de navio; isso é fruto exatamente de gestão. E gestão de porto, aeroporto, usina, fazer uma espécie de utilização dessa estrutura tecnológica para que a gente tenha a oportunidade de melhorar a eficácia e até promover uma melhor qualidade de trabalho, em minha opinião, isso se localiza exatamente no uso de *softwares*, e a gente tem certa dificuldade de entender.

Ninguém acha isso numa prateleira, já pronto e acabado. É como diz o velho Gilberto Gil, na sua música: “...é só descascar e usar, já vem pronto e tabelado”. Mas não está assim.

Então, é importante que a gente aproveite essa potencialidade e agregue a esse setor de infraestrutura,

principalmente esse que é um diferencial para reduzir custos e para ganhar eficiência.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço-lhe, Senador Walter, também por sua ação no sentido de sempre estar valorizando esta Comissão, incluindo-a em todos os outros debates das comissões correlatas.

Portanto, coloco o requerimento em votação, que é de extrema importância, como já foi colocado por ele aqui.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 7:

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº 12, DE 2012 – CI

– Não Terminativo –

Requeiro, nos termos do art. 58 da Constituição Federal do Brasil e do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, para debater sobre as condições atualmente existentes no Brasil quanto a planejamentos de riscos, a recuperação de desastres, a continuidade das atividades econômicas e cotidianas da população. Considerando a motivação da Audiência Pública requerida, recomendo a presença das personalidades abaixo relacionadas para debater o assunto: Senhora Izabella Mônica Vieira Teixeira, Ministra de Estado do Meio Ambiente; Senhor Humberto de Azevedo Viana Filho, Secretário Nacional de Defesa Civil; Senhor Manoel Barretto da Rocha Neto, Diretor Presidente da CPRM – Serviço Geológico do Brasil; Senhor Haroldo Borges Rodrigues Lima, Diretor Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Em discussão o requerimento.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – V. Exª tem a palavra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Peço a palavra para fundamentar e sustentar, ainda que possa parecer um pouco de atraso, porque, na verdade, nós submetemos à Comissão esse requerimento no mês de novembro, na circunstância e na conjuntura de um último vazamento de óleo no Estado do Rio de Janeiro, plataforma explorada pela companhia norte-americana Chevron. Ali nós podemos observar o quanto frágil é a capacidade de o Governo agir e até mesmo agir de maneira preventiva.

Então esta Comissão, entre tantas prerrogativas, tem a prerrogativa de debater, de discutir o encaminhamento das autoridades que vão fazer parte das nossas agências reguladoras. E uma das mais importantes agências reguladoras é seguramente a Agência Nacional de Petróleo, que vai crescer de tamanho, de responsabilidade e de complexidade nos próximos anos, em razão da expectativa que temos da ampliação da produção de petróleo e de gás em nosso País – como exemplo: o pré-sal.

Portanto, eu acho que nós poderíamos à luz, inclusive, da estrutura da ANP, fazer uma audiência pública nesta Comissão para vis-à-vis, com aquilo que fazemos, com aquilo que outros países estão fazendo, discutir a real capacidade da ANP, a real estrutura da ANP de responder efetivamente as suas tarefas, dentre as quais a tarefa de agir com eficácia, de agir tempestivamente em razão da possibilidade desses acidentes acontecerem.

Então julgo ser necessário que possamos – inclusive, reformar aqui os nomes, porque à época o Haroldo Lima presidia a ANP, hoje não preside mais –, e à luz da tarefa e da responsabilidade que vai assumir a ANP, considerando que esta é a Comissão que analisa e aprova as pessoas que vão representar, que vão responder pela Agência, então que nós possamos discutir aqui a estruturação da ANP, a sua tarefa, quando foi constituída, com que estrutura e seus desafios.

É a proposta que eu submeto à Comissão de Infraestrutura, podendo ajustar com a Presidente e com a Assessoria da Presidência os nomes para que possamos aqui estudar essa questão. Obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Solicito ao Senador Ferraço que encaminhe à secretaria os nomes, para que a gente possa tomar as providências.

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Vamos ao último item da pauta.

Item 8:

ITEM 8

REQUERIMENTO Nº 13, DE 2012 – CI

– Decisão não terminativa –

Requeiro nos termos do art. 58 da Constituição Federal do Brasil, e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraes-

trutura para debater sobre os encaminhamentos que estão em curso para as renovações das concessões do setor elétrico brasileiro. Considerando a motivação da Audiência Pública requerida, recomendo a presença das personalidades abaixo relacionadas para debater o assunto: Senhor Márcio Pereira Zimmerman, Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia – MME; Senhor Nelson Moreira Hubner, Diretor Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel; Senhor Luiz Fernando Vianna, Presidente da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica – Apine; Senhor Flávio Antônio Neiva, Presidente da Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica – Abrage; Senhor José Cláudio Cardos, Presidente da Associação Brasileira das Grandes Empresas de Transmissão de Energia Elétrica – Abrate; Senhor Nelson Fonseca Leite, Presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – Abradee; Senhor Paulo Pedrosa, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres – Abrace; Senhor Cláudio Salles, Presidente do Instituto Acende Brasil.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Eu solicitaria ao Senador Ricardo Ferraço o encaminhamento à Mesa dos nomes. Eu queria que V. Ex^a dissesse para mim, na ordem de prioridade, quais seriam os três requerimentos? O primeiro é aquele da ANTT. Eu gostaria de informar a V. Ex^a que os dois relatórios sobre a Diretoria da ANTT ainda estão suspensos, ainda não foram sabatinados os dois diretores. O atual presidente, ontem, não teve a aprovação do Senado.

Então em relação à ANTT eu julgo que o momento não é muito propício, embora eu tenha assumido com V. Ex^a o compromisso de fazer audiência pública até o dia 15, mas eu acho um pouco imprudente fazer em função da mudança que deverá haver ali, naquele órgão.

Então eu gostaria que V. Ex^a apontasse qual dos dois ou dos três é prioridade para V. Ex^a para que a gente possa fazer no dia 15.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Primeiro, concordar com a proposta de V. Ex^a, que é muito tempestiva e oportuna, tendo em vista a decisão do Plenário do Senado e tendo em vista a necessidade

dos dois, dos quatro ou cinco diretores serem sabatinados por esta Comissão.

As sabatinas já estão programadas? Já temos data?

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Não. Um foi retirado de pauta hoje em função da ausência do relator; o outro foi lido pelo Senador Vicentinho. Esteve presente, aqui, o Senador Lindbergh para solicitar a retirada dos dois para uma análise do Governo no sentido de, posteriormente, encaminhá-lo a esta Comissão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)
– O Senador Vicentinho apresentou o parecer?

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Apresentou parecer.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)
– Em seguida foi retirado?

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Foi pedido vista.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Ah, vista.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Nesse período eu acredito que o Governo tenha tempo de analisar os nomes que virão; se permanecerão esses nomes ou se serão substituídos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Perfeito.

V. Ex^a considera oportuno que possamos fazer no dia 15, por exemplo, uma audiência pública para avaliarmos a Agência Nacional do Petróleo?

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu acredito que sim.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – A sugestão que faço é a de que possamos debater a ANP.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu gostaria que V. Ex^a transmitisse ao Senador Acir essa nossa decisão em relação à ANTT.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Perfeito.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Então, dia 15 nós faremos a ANP.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Perfeito. Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 09 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 42 minutos.)

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE MARÇO DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e trinta minutos do dia quinze de março de dois mil e doze, no Plenário 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente desta Comissão, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senadores **Delcídio do Amaral, Acir Gurgacz, João Capiberibe, Inácio Arruda, Waldemir Moka, Lobão Filho, Ciro Nogueira, Francisco Dornelles, Flexa Ribeiro, Cyro Miranda, Fernando Collor, Mozarildo Cavalcanti, Blairo Maggi, Wellington Dias, Eduardo Lopes, Pedro Taques, Vanessa Grazziotin, Ivo Cassol, Jayme Campos e Vicentinho Alves**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Assinam a lista de presença os Senadores, não-membros desta Comissão, **Ana Amélia, Alfredo Nascimento e Renan Calheiros**. A Presidente declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da 4ª Reunião, que é dada como lida e aprovada. Em seguida, dá-se início à deliberação das matérias constantes da pauta. **PRIMEIRA PARTE, ITEM 1– MENSAGEM (SF) Nº 20, DE 2012**, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor MARIO RODRIGUES JUNIOR para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.” Retirado de pauta a pedido do Relator. O Senador Flexa Ribeiro usa da palavra. A pedido do Senador Lobão Filho, a Presidente propõe inversão de pauta, que é acatada pelos membros desta Comissão. **3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 582, DE 2011**, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “Altera a Lei nº 11.337, de 26 de julho de 2006, que determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, bem como torna obrigatória a existência de condutor-terra de proteção nos aparelhos elétricos que especifica, para obrigar que todos os equipamentos elétricos e eletrônicos de baixa tensão para uso doméstico comercializados no Brasil sejam bivolt.” A Presidente concede a palavra ao Senador Lobão Filho para proferir o Relatório. Usa a palavra o Senador Ivo Cassol. Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer desta Comissão, pela aprovação do Projeto. O Projeto vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle em decisão terminativa. **ITEM 4 – REQUERIMENTO Nº 14, DE 2012**, de autoria do Senador Delcídio do Amaral, que

requer “conforme o art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada nesta Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, audiência pública para tratar de assunto de interesse público relevante, consistente em se obter e discutir as informações vinculadas na imprensa sobre a situação da CELPA – Centrais Elétricas do Pará S.A., com a presença dos seguintes convidados: 1. JOSÉ DA COSTA CARVALHO NETO, Presidente da ELETROBRAS; 2. NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL; 3. JORGE QUEIROZ DE MORAES JUNIOR, Presidente do Conselho de Administração do Grupo Rede da CELPA; 4. RONALDO ROMEIRO – Sindicato dos Urbanitários do Estado do Pará.” Usam a palavra os Senadores Delcídio do Amaral e Flexa Ribeiro. Aprovado. **EXTRAPAUTA: ITEM 6 – REQUERIMENTO Nº 16, DE 2012**, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que requer “nos termos do Art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja aditado o nome do Excelentíssimo Governador do Estado do Pará, Sr. Simão Jatene, ao requerimento de iniciativa do Senador Delcídio do Amaral, que propõe a realização de Audiência Pública para obter e discutir as informações vinculadas na imprensa sobre a situação da CELPA – Centrais Elétricas do Pará S.A.” Aprovado. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 430, DE 2011**, de autoria da Senadora Ana Amélia, que “Altera a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, para disciplinar a aplicação dos recursos destinados a programas de eficiência energética.” A Presidente concede a palavra ao Senador Francisco Dornelles para proferir o Relatório. Usa a palavra a Senadora Ana Amélia. Aprovado o Projeto com 13 votos favoráveis, nenhum voto contra e nenhuma abstenção. **ITEM 5 – REQUERIMENTO Nº 15, DE 2012**, de autoria dos Senadores Kátia Abreu, Jorge Viana, Ana Amélia e Francisco Dornelles que requer “nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública conjunta entre esta Comissão e as Comissões de Assuntos Econômicos e de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a finalidade de instruir e debater o Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2009, de minha autoria, que altera a alínea “b”, do inciso II, do § 2º, do art. 4º da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, com vistas a permitir a exploração de instalações portuárias privadas para uso geral. À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidados para participar da presente audiência pública: Ministro-Chefe da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República; Willen Mantelli, Diretor-Presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários – ABTP; Eduardo Requião, ex-Superintendente do Porto de Paranaguá–PR; Pre-

sidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI; Luiz Antônio Fayet, representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; e Presidente da ABRATEC – Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres de Uso Público.” Aprovado. **EXTRA-PAUTA: ITEM 8 – REQUERIMENTO Nº 18, DE 2012**, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que requer “nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Douta Comissão com a finalidade de discutir os desafios referentes à instalação do empreendimento Aços Laminados do Pará (ALPA) no município de Marabá, Estado do Pará, especialmente em relação às obras de infraestrutura, necessárias para viabilizar a execução do projeto. À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidados para participarem da presente audiência pública: Dr. Simão Jatene, Governador do Estado do Pará; Dra. Miriam Belchior, Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão; e Dr. Murilo Ferreira, Presidente da Vale.” Lido o Requerimento. Usam da palavra a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senadores Blairo Maggi, Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Cyro Miranda. **EXTRAPAUTA: ITEM 7 – REQUERIMENTO Nº 17, DE 2012**, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que requer “nos termos do Art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, que a Audiência Pública aprovada em decorrência do Requerimento do Senador Delcídio do Amaral que visa obter e discutir as informações vinculadas na imprensa sobre a situação da CELPA – Centrais Elétricas do Pará S.A., seja realizada em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos. Requeiro ainda que seja aditado o nome do Sr. Márcio Zimmermann – Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia. Em discussão o Requerimento, usam a palavra os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Lobão Filho. Aprovado. **ITEM 1 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 310, DE 2009**, de autoria do Deputado Fernando de Fabinho, que “Institui o Regime Especial de Incentivos para o Transporte Coletivo Urbano e Metropolitano de Passageiros – REITUP, condicionado à implantação do bilhete único temporal ou rede integrada de transportes.” Retirado de pauta, a pedido do Relator, para reexame da matéria. Em relação à solicitação do Senador Flexa Ribeiro em pedir informações relativos a ALPA, a Presidente da Comissão informa que a Comissão não tomará providências uma vez que não há previsão legal para que esse colegiado solicite informações a empresas privadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dezenove minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pela Presidente,

e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. e as Srªs Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram (*Pausa.*)

Aprovadas.

Item 1 da pauta:

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 20, DE 2012

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. MÁRIO RODRIGUES JÚNIOR para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

Requerimento:

“Requeiro, nos termos regimentais, a retirada de pauta da Mensagem nº 20, de 2012, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Mario Rodrigues Júnior para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

Sala das sessões,

Senador Vicentinho Alves.”

Portanto, está retirado de pauta o primeiro item, por pedido do relator.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Senador Lobão.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Eu estou acompanhando, aqui, a pauta, mas percebo que dos dois projetos que antecedem o meu, os relatores não estão presentes.

Eu pergunto a V. Exª se seria possível uma inversão de pauta.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Qual é o número do projeto?

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – O meu é o Item 3.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Submeto ao Plenário a inversão de pauta para analisarmos o Item 3, uma vez que os demais relatores não estão presentes.

Os Srs. e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Com a palavra o Senador Lobão.

Aprovado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – O item 4, Sr^a Presidente, é um requerimento do Senador Delcídio Amaral para que se proceda a uma audiência sobre a questão da Celpa, no Estado do Pará, do Grupo Rede.

Ele solicita uma audiência pública e eu já conversei com o Senador Delcídio para subscrever, junto com ele, o requerimento de audiência.

Eu encaminhei, também, um aditamento ao requerimento, incluindo o Governador Simão Jatene para a audiência.

Então, eu peço, também, que, quando for colocado em pauta, seja adicionado o requerimento que eu encaminhei à Mesa.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Ok. Será colocado em pauta e será colocado em votação após o item 3.

Senador Lobão, com a palavra.

Aliás:

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 582, DE 2011

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 11.337, de 26 de julho de 2006, que determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, bem como torna obrigatória a existência de condutor-terra de proteção nos aparelhos elétricos que especifica, para obrigar que todos os equipamentos elétricos e eletrônicos de baixa tensão para uso doméstico comercializados no Brasil sejam bivolt.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senador Lobão Filho

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

1– *A matéria será apreciada em decisão terminativa pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.*

2– *A matéria constou da pauta das reuniões dos dias 20 e 22/12/2011 e 09/02/2012.*

Concedo a palavra ao Senador Lobão Filho para proferir o seu relatório.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr^a Presidente, Srs. e Sr^{as} Senadoras, cabe a esta Comis-

são o exame do PLS nº 582, de 2011, uma vez que trata de matéria relacionada com a infraestrutura do País, em particular com a adoção de políticas para a infraestrutura da rede elétrica, inclusive para os equipamentos.

A iniciativa do Senador Marcelo Crivella é de grande importância para o cidadão que se muda para outra cidade com padrão de tensão diferente da tensão nominal de seus equipamentos domésticos. Ele é forçado a escolher entre trocar seus eletrodomésticos, adotar uma pequena subestação transformadora dentro de sua residência, ou mesmo comprar transformadores individuais para todos os equipamentos.

Efetivamente, é muito mais econômico e seguro o fabricante solucionar esse dilema, pois ele dispõe de todas as condições tecnológicas para oferecer, ao consumidor, equipamentos com tensão bivolt. Com isso, evita-se que o usuário dos eletrodomésticos corra riscos inerentes à realização de adaptações em sua rede elétrica ou tenha que lidar com transformadores em sua residência.

O projeto é inovador – e isso é importante, Sr^a Presidente – e não impõe aos fabricantes ônus excessivos, posto que não obriga a troca de equipamentos antigos e prevê uma cláusula de vigência mais do que suficiente para que os fabricantes nacionais e estrangeiros se adequem ao disposto nessa proposição.

Essa emenda muito feliz do Senador Marcelo Crivella coloca o Brasil na mesma condição que hoje permeia quase o mundo inteiro. Quase todos os equipamentos do mundo são bivolts. O nosso País tem dimensões continentais e tem regiões distintas, com tensões distintas, por exemplo, Rio e São Paulo são 110V, Brasília é 220V, o meu Estado é 220V. São Paulo produz um ventilador e eu tenho que usar na minha residência um transformador.

Então, essa emenda vem trazer equilíbrio a essa condição, obrigando que os fabricantes, a um custo mínimo, tenham obrigação de colocar em seus equipamentos um seletor ou fazer com que esse equipamento seja automaticamente em todas as voltagens possíveis.

Tenho ouvido muitas entidades reclamando que isso oneraria os equipamentos. Mas um carregador de celular custa R\$15 e é bivolt. Como podemos acreditar que isso pode onerar qualquer equipamento que seja? Temos equipamentos chineses que custam R\$2 ou R\$3 e são bivolts. Como isso pode nos fazer crer que vai onerar qualquer equipamento que seja? Já temos, no Brasil, muitos equipamentos bivolts. Mas aquele equipamento voltado à classe mais pobre, em geral, não é bivolt, obrigando essa classe a comprar transformadores para colocar nas suas residências.

Portanto, em relação a esse projeto, as únicas pessoas que poderiam reclamar são realmente os fabricantes de transformadores. O povo, 200 milhões de habitantes, certamente ficará muito feliz com este projeto. Assim, nesta oportunidade, parabeno o Senador Marcelo Crivella.

E o meu voto em relação ao mérito é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 582.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em discussão o projeto.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Só para fortalecer as palavras do nosso Relator, Senador Lobão Filho.

Quero dar um exemplo vivido por mim e pela minha esposa. Viemos de Rondônia para cá. Lá é 110V e aqui é 220V. O que acabou acontecendo? Fritaram todos os equipamentos, desde o secador de cabelo... E quando percebemos, já era tarde. Coloca o transformador, tira o transformador, vira o transformador de ponta cabeça. Realmente, temos que colocar isso na legislação brasileira como exigência a todos os fabricantes, uma vez que hoje não há dificuldade em fazer a transformação de 220V para 110V, como já é na maioria dos equipamentos pequenos, carregador de celular, esses utensílios pessoais.

Por exemplo, as mulheres não conseguem viajar de um Estado para outro se não tiverem dentro da mala um secador, alguma coisa elétrica.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – As mulheres e os homens também. É bom que se diga.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Eu citei a minha esposa, Senadora. Mas volta e meia os homens também levam equipamentos que nós precisamos. E essa troca de energia pega exatamente porque muitas vezes não está escrito.

Assim, é importante que esta Casa insira isso na legislação a fim de que os fabricantes coloquem de uma vez por todas no produto. Com isso, poderemos viajar Brasil afora que não teremos problema.

Portanto, sou favorável também.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em discussão a matéria.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria passa a constituir parecer da Comissão pela aprovação do projeto.

O projeto vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle em decisão terminativa.

Item 4 da pauta.

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 14, DE 2012 – CI

Requeiro, conforme o art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada nesta Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, audiência pública para tratar de assunto de interesse público relevante, consistente em se obter e discutir as informações vinculadas na imprensa sobre a situação da CELPA – Centrais Elétricas do Pará S.A., com a presença dos seguintes convidados: 1. JOSÉ DA COSTA CARVALHO NETO – Presidente da ELETROBRAS 2. NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA – Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL 3. JORGE QUEIROZ DE MORAES JUNIOR – Presidente do Conselho de Administração do Grupo Rede da CELPA 4. RONALDO ROMERO – Sindicato dos Urbanitários do Estado do Pará.

Acrescentando ainda o requerimento, ainda o requerimento, de 2012, do Senador Flexa Ribeiro:

REQUERIMENTO Nº 18, DE 2012 – CI

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta douta Comissão com a finalidade de discutir os desafios referentes à instalação do empreendimento Aços Laminados do Pará (ALPA) no município de Marabá, Estado do Pará, especialmente em relação às obras de infraestrutura, necessárias para viabilizar a execução do projeto. À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidados para participarem da presente audiência pública: – Dr. Simão Jatene, Governador do Estado do Pará; – Drª Miriam Belchior, Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão; – Dr. Murilo Ferreira, Presidente da Vale.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Então, peço desculpas, vamos apenas, no requerimento anterior, acrescentar a sugestão do Senador Flexa no sentido de convidar o Governador Simão Jatene, acrescidos os nomes já lidos no requerimento anterior.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – O requerimento está encaminhado à Secretaria, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pois não.

O Senador Flexa Ribeiro já formalizou o requerimento no sentido de acrescentar o nome do Governador Simão Jatene para a audiência pública para tratar de informações veiculadas na imprensa sobre a situação da Celpa.

Em discussão a matéria.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Eu só queria fazer um registro da importância desse requerimento subscrito pelo Senador Flexa, Senador pelo Pará, porque o Grupo Rede atua em vários Estados, inclusive no meu Estado. A Enersul é do Grupo Rede.

Acho que é importante fazer o debate do porquê de a Celpa ter chegado nessa situação. Tomando conhecimento do processo, inclusive ouvindo pessoas que acompanharam e conhecem bem as dificuldades que a Celpa enfrentou, o assunto não é tão simples como estão dizendo, simplesmente se joga a responsabilidade em cima do Grupo Rede e fim de papo. Não é bem isso, a situação da Celpa é uma situação muito mais complexa, até pelas características que o Estado do Pará detém. São grandes extensões, grandes propriedades, uma densidade de consumidores reduzida e algumas coisas chamam a atenção, especialmente no que se refere às tarifas praticadas, se compararmos com outros Estados e o nível de perdas. Então, acho que vamos ter uma oportunidade muito boa de discutir aqui o que efetivamente existe com relação à Celpa.

Depois, interagindo-me desse quadro, vi que a Eletrobrás tem 34% da Celpa.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– A Eletrobrás tem 34% da Celpa. Como deixaram a Celpa chegar nessa situação, levando a essas dificuldades todas e levando a esses transtornos que o povo do Pará não merece?

Tomei essa iniciativa, não só porque fui do setor elétrico. O Senador Blairo Maggi também tem o Grupo Rede lá em Mato Grosso. Temos preocupação com isso e precisa ser esclarecida essa questão, até pelo que representa a energia para o desenvolvimento do Brasil.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Inácio Arruda, há um orador na tribuna.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Então, Senadora Lúcia Vânia, era só isso que eu queria registrar.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço, Senador Delcídio.

Passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

Eu gostaria antes, Senador, de solicitar a V. Ex^{as} mais ou menos a data em que V. Ex^{as} gostariam de fazer essa audiência pública.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidenta, Senadora Lúcia Vânia, o Senador Delcídio, com toda expertise que tem da área, já foi Ministro de Minas e Energia, já diz com propriedade a situação que se encontra o Grupo Rede, em especial a Celpa, que detém a distribuição de energia no meu Estado. Mas que está em recuperação judicial, ou seja, a antiga situação de concordata. Só que o Grupo Rede é um grupo que tem também a distribuição de energia em outros Estados da Federação, no caso, Mato Grosso do Sul, do Senador Delcídio; Mato Grosso, do Senador Blairo; Tocantins; alguns Municípios de São Paulo. Isso pode levar essa situação a se estender nesses outros Estados. Então, esta audiência é da maior urgência. Eu pediria a V. Ex^a que marcasse essa audiência com a maior brevidade possível, mas em um dia que não coincidissem para não atrapalhar a pauta da Comissão, em um dia fora da pauta, porque nós vamos fazer essa audiência não só para tratar especificamente da situação da Celpa, mas como bem disse o Senador Delcídio, já estendendo para a situação de todo o Grupo Rede, porque vai atingir os outros Estados. Vamos ouvir a Eletrobrás, vamos ouvir a Anel e vamos ouvir o Grupo Rede.

No caso específico, eu aditei o Governador do Estado do Pará, Simão Jatene, porque é onde está situação do problema hoje do caso da Celpa. É uma situação de atender a distribuição de energia. Sem energia é situação de calamidade. Então, eu pediria a V. Ex^a se pudesse determinar a data com a maior brevidade possível seria necessário.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Pela ordem, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Senador Lobão.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Eu perguntaria ao autor desse requerimento se está incluso nesse requerimento que seja em conjunto com a CAE.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Não, Senador Lobão, nós só fizemos esse requerimento para a Comissão de Infraestrutura.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Eu acho que esse assunto é de tamanha relevância e tem um impacto econômico tão forte em diversos Estados brasileiros que eu sugeriria que pudéssemos fazer conjuntamente com a CAE, até para dar maior relevância ao evento, e que as pessoas possam ter maior atenção à discussão desse assunto, que pode ter uma reação em cadeia e, realmente, levar uma crise para o Mato

Grosso, para Tocantins; e eles operam em mais nove grandes centros urbanos.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra, o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Não há nenhum problema. Acho boa essa sugestão do Senador Lobão, que é Vice-Presidente da CAE também, e nós apresentaremos rapidamente isso, porque nós não podemos demorar, Senadora Lucia Vânia, para fazer essa discussão aqui. Esse é um tema importante.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Poderíamos nos reunir na quarta-feira da próxima semana, à tarde?

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Podemos. Aliás, na quarta-feira, Senadora Lúcia Vânia, nós teremos reunião conjunta da CCJ com a CAE para discutir o PRS nº 72, dentro daquela agenda que foi feita.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – E terça-feira, à tarde?

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Terça também terá outra audiência pública, CCJ e CAE, para discutir PRS nº 72. Vem uma multidão de gente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Então terá de ser na quinta-feira mesmo. Aliás, na quinta eu tenho a audiência da Ferrovia Centro-Oeste que já está marcada.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Poderia ser, sem ser nesta semana, na outra, porque, de qualquer forma, a recuperação judicial deu 60 dias para as dívidas de curto prazo para o Grupo Rede. Eles têm lá um prazo mais longo para consertar as outras coisas. Então, a gente tem aí um período. Daria para ser nessa semana, na outra semana.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Na outra semana, então.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Ok. Então, na terça ou quarta da próxima semana.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Perfeito.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Podemos definir logo? Terça ou quarta fica no ar...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – É melhor fazer terça ou quarta para vermos a disponibilidade dos convidados. Terça-feira é dia 20, e quarta, 21.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Não, essa já é a semana que vem, Presidenta. É na outra semana que é a sugestão.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Dias 27 e 28. Qual a melhor data para a Comissão de Assuntos Econômicos?

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Acho que a melhor seria na quarta-feira, dia 28.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Dia 28, então.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – À tarde?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – À tarde, às 14 horas.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permanecem como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Item 2:

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 430, DE 2011

– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, para disciplinar a aplicação dos recursos destinados a programas de eficiência energética.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Relatoria: Senador Francisco Dornelles

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1– Em 08/02/2012, a Comissão de Ciência Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática aprovou *Parecer favorável ao Projeto.*

Lembro aos Srs. Senadores que o projeto é terminativo e que exige quórum qualificado.

Concedo a palavra ao Senador Francisco Dornelles para proferir o seu relatório.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Srª Presidente, Senadora Lúcia Vânia, Srªs e Srs. Senadores, vem a esta Comissão, para análise e deliberação em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 430, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amélia, que propõe alterar a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, para conferir prioridade a iniciativas da indústria nacional na aplicação dos recursos destinados por empresas permissionárias e concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica a programas de eficiência energética.

O propósito do PLS nº 430, de 2011, é garantir que os projetos de iniciativa da indústria nacional recebam prioridade na concessão de financiamentos com os recursos da Lei nº 9.991, de 2000. Pretende-se, assim, incentivar a inovação na indústria nacional, com consequências benéficas sobre a criação de empregos, a geração de renda e a incorporação de tecnologias.

O PLS recebeu parecer favorável na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Recebi, também, Sr^a Presidente, um documento da Confederação Nacional das Indústrias apoiando o projeto. Fico satisfeito porque, até que enfim, o Governo Federal, em sua orientação, opinou favoravelmente à aprovação do projeto, o que raramente acontece em relação à iniciativa de um Parlamentar.

Análise.

A competência da União para legislar sobre energia está prevista no inciso IV do art. 22 da Constituição Federal. Além desse dispositivo, o § 2º do art. 218 da Carta Magna estabelece como objetivo precípua da pesquisa tecnológica a solução dos problemas brasileiros e o desenvolvimento do sistema produtivo nacional. O conteúdo do projeto está em sintonia com as competências previstas na Constituição.

Não há vício de injuridicidade na proposição.

A iniciativa não viola as hipóteses de reserva ao Poder Executivo.

A abertura comercial tem resultado em benefícios expressivos à economia brasileira. A redução das barreiras ao comércio entre nações gera um saudável intercâmbio de produtos e de tecnologias, além de intensificar a concorrência para o fornecimento de bens e serviços, o que é inegavelmente vantajoso para o consumidor. Entretanto, a priorização da indústria nacional está em sintonia com os interesses do País. Apesar de não caminhar na direção de uma política liberal, o PLS nº 430, de 2011, tem o mérito de estimular a indústria nacional em uma área especialmente sensível, que é a inovação tecnológica, razão pela qual recomendamos sua aprovação.

Voto.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 430, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amélia.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Cara Presidente, Senadora Lúcia Vânia, como já disse não participo mais como membro titular desta Comissão. Quero, em primeiro lugar, agradecer ao Senador Francisco Dornelles o relatório. Sobre tudo, como ele já mencionou, houve a disposição do Governo de endossar uma iniciativa. Seria, digamos, até estranho que não fosse essa a atitude do Governo. Na Comissão de Assuntos Econômicos, está semana, o próprio Ministro da Fazenda, Guido Mantega, falou sobre o interesse e o esforço que as políticas oficiais, no campo econômico, têm feito para estimular a neutralização do processo de desindustrialização do nosso País.

Como a energia é um insumo fundamental ao setor produtivo brasileiro, penso que a iniciativa chega numa hora oportuna.

Eu queria agradecer às lideranças do Governo por terem dado acolhida a essa iniciativa, que atende a uma demanda de interesse nacional para a indústria brasileira, para os setores de transformação, que vêm sofrendo nos últimos anos um problema gravíssimo por várias situações conjunturais: câmbio, tributação excessiva, logística deficiente, custo financeiro elevado. Então todos os fatores são adversos ao setor industrial.

Eu renovo o agradecimento ao Relator, Senador Francisco Dornelles, pela sua competência e respeitabilidade no campo econômico. Quero agradecer a S. Ex^a nossa querida Presidente Lúcia Vânia, que comanda esta Comissão de Infraestrutura, e quero agradecer o apoio que os Senadores possam dar a essa iniciativa. Muito obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em discussão a matéria.

Continua em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, como esta matéria exige quórum qualificado, nós vamos suspender a votação, aguardar o quórum e passar à matéria seguinte.

Item 5 da pauta.

Este requerimento já foi aprovado. Nós o estamos lendo aqui por solicitação do Senador Francisco Dornelles, que quer subscrever o requerimento.

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 15, DE 2012 – CI

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública conjunta entre esta Comissão e as Comissões de Assuntos Econômicos e de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a finalidade de instruir e debater o Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2009, de minha autoria, que altera a alínea “b”, do inciso II, do § 2º, do art. 4º da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, com vistas a permitir a exploração de instalações portuárias privadas para uso geral. À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidados para participar da presente audiência pública: o Ministro-Chefe da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República; Willen Mantelli, Diretor-presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários – ABTP; Eduardo Requião, ex-Superintendente do Porto de Paranaguá-PR; o Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI; Luiz Antônio Fayet, representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; e o Presidente

da ABRATEC – Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres de Uso Público.

Autoria: Senadora Kátia Abreu, Senador Jorge Viana, Senadora Ana Amélia e Senador Francisco Dornelles.

Em votação o requerimento.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Pela ordem.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – É só uma questão de informação. Eu subscrevi esse requerimento, mas requerimento idêntico já foi aprovado pela Comissão na semana passada. Não sei se existe; não tenho nenhuma objeção à aprovação. É só uma informação.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em discussão. *(Pausa.)*

Nós vamos colocar novamente em votação, pela presença agora do Senador Francisco Dornelles.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Item 1:

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 310, DE 2009

– Não Terminativo –

Institui o Regime Especial de Incentivos para o Transporte Coletivo Urbano e Metropolitano de Passageiros – REITUP, condicionado à implantação do bilhete único temporal ou rede integrada de transportes.

Autoria: Deputado Fernando de Fabinho

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Relatório da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

O Relator, Senador Ricardo Ferraço, solicita a retirada da matéria para reexame.

A matéria está retirada.

Requerimento do Senador Flexa Ribeiro. Eu já li esse requerimento aqui, de forma equivocada, na leitura anterior, mas eu vou voltar a lê-lo, para que possamos colocá-lo em votação.

Item extrapauta:

REQUERIMENTO Nº 18, DE 2012 – CI

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta douta Comissão com a finalidade de discutir os desafios referentes à insta-

lação do empreendimento Aços Laminados do Pará (ALPA) no município de Marabá, Estado do Pará, especialmente em relação às obras de infraestrutura, necessárias para viabilizar a execução do projeto. À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidados para participarem da presente audiência pública: – Dr. Simão Jatene, Governador do Estado do Pará; – Dr^a Miriam Belchior, Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão; – Dr. Murilo Ferreira, Presidente da Vale.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – É que eu não tenho tanta experiência, assim como muitos dos meus colegas, de participação nesta Comissão. Mas, em algumas reuniões anteriores, eu lembro que requerimentos colocados eram lidos e nunca votados na mesma reunião. Eles eram lidos e deixados para serem votados posteriormente. Eu indago a V. Ex^a: nós vamos fazer assim com este ou vamos mudar o procedimento?

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu submeto ao Plenário a decisão, uma vez que realmente V. Ex^a tem razão. Mas o Dr. Blairo Maggi, nosso Vice-Presidente, quebrou o nosso protocolo e, a partir daí, eu atendi à solicitação da maioria dos Senadores, que assim resolveram diante daquela solicitação que o Senador Blairo, presidindo esta Comissão, fez. Mas eu submeto ao Plenário da Comissão a votação do presente requerimento.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Então, não houve uma decisão se ele será votado ou não. Ainda está em discussão.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Não, a decisão é se vamos colocá-lo em votação, uma vez que ele não estava em pauta.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Agora, Senador Flexa, na realidade, o requerimento convida para discutir um investimento importante, um empreendimento importante, no Estado do Pará. Convida o Governador do Estado, a Ministra Miriam Belchior, do Planejamento...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – E o Presidente da Vale.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – ...e o Presidente da Vale.

É muito necessário votarmos hoje? Não há problema nenhum com o requerimento, Senador Flexa; absolutamente nenhum problema. Mas a questão é

somente de procedimento. Nenhum problema com o requerimento – convite ao Governador, à Ministra, ao Presidente da Vale. Nenhum problema em relação ao conteúdo. A questão que eu levanto aqui é em relação ao procedimento. Porque se iniciarmos a quebra do procedimento, a gente pode estar antecipando muitos problemas na Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu tomei a deliberação, Senadora Vanessa, de colocar em votação quando o requerimento não gera polêmica. Daí por que eu submeto ao Plenário a sua votação. Agora, quando o requerimento gera polêmica e exige um quórum qualificado, nós não vamos colocá-lo em votação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Para discutir, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Para discutir, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senadora Vanessa, a regra de todas as Comissões sempre foi votar o requerimento inclusive quando é solicitada a sua inclusão extrapauta. Sempre foi essa a regra. Eu lembro que, na legislatura passada, o Senador Collor, quando presidiu a Comissão de Infraestrutura, criou o regulamento de votar os requerimentos sempre na reunião seguinte ao registro do documento na Secretaria da Comissão. Foi um regulamento que ele instituiu.

A Senadora Lúcia deu continuidade àquilo que estava instituído na Comissão. Ela, agora, de forma inteligente, definiu que se o requerimento não for polêmico ela consulta o Plenário; e se o Plenário quiser votá-lo, pode ser votado inclusive extrapauta, como é o caso deste.

Eu quero dizer a V. Exª que este é um assunto, para o Estado do Pará, emergencial. Nós estamos aguardando essa obra, que é fundamental para a implantação do projeto da Alpa, há meses. Essa obra estava no PAC e foi retirada. O Governo não responde o porquê da retirada.

Quando a Ministra Miriam Belchior esteve, parece-me, na CAE ou aqui na Comissão de Infraestrutura – foi aqui na Infraestrutura, eu fiz a pergunta à Ministra, e ela ficou de fazer a avaliação e nos responder. Atendeu a um pedido de audiência, em que esteve o Governador Simão Jatene e toda a Bancada do Estado do Pará com ela. Ela disse que estava reestudando o projeto e que daria uma definição agora em fevereiro. Não deu a definição, e nós estamos pedindo uma nova audiência à Ministra.

V. Exª, que é da Amazônia, sabe que a época invernal vai terminar, e é preciso que haja uma definição.

A obra está parada; a Vale suspendeu a implantação da Alpa. É preciso que isso seja definido.

Esperar para a próxima semana só para cumprir o que foi acordado, pode-se esperar, mas, se V. Exª permitir que nós aprovemos hoje, eu pedira a V. Exª que pudéssemos fazê-lo, até porque nós vamos ter que esperar agenda da Ministra Miriam, esperar agenda do Presidente da Vale. A agenda do Governador Simão Jatene não, porque ele vai estar à disposição para vir discutir esse projeto, que é da maior importância para o Estado do Pará. Então, pediria o apoio de V. Exª para que a gente pudesse aprovar.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Srª Presidente!

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Eu não vejo nenhum inconveniente. Inclusive, na reunião em que fizemos essa alteração, eu consultei a nossa assessoria. Isso não é um regimento; é uma coisa prática que se pode mudar. Então, naquele dia entendi que tínhamos urgência em fazer, e fizemos a votação do requerimento sem dar o prazo necessário. Não vejo aqui também qualquer dificuldade nesse sentido, até pelos argumentos que o Senador Flexa tem de que nós temos de aguardar a Ministra e os demais membros se manifestarem sobre a possibilidade de virem aqui. Então, se tiver de votar, voto pela aprovação, pela continuidade do processo.

E, quando fiz aquela alteração, nem da oposição eu ainda. Agora, estamos em outra posição.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidenta, só para concluir.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Flexa. Logo em seguida, o Senador Delcídio do Amaral e, por fim, a Senadora Vanessa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu ontem dei as boas-vindas ao Senador Blairo à oposição, mas quero fazê-lo pela TV Senado, ao vivo e a cores. Seja bem-vindo, Senador Blairo e o PR à oposição.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – É também insistir, minha cara Presidente, Senador Lúcia Vânia.

A Comissão de Assuntos Econômicos tem esse procedimento. Foram os primeiros atos aprovados na Comissão de Assuntos Econômicos no ano passado, e a rotina nossa é: é apresentado o requerimento, é lido o requerimento com a presença do relator e, depois, é votado na semana seguinte. Eu acho que é uma boa conduta. Traz racionalidade aos trabalhos da Comis-

são. É um procedimento que na CAE tem funcionado extremamente bem. A própria Comissão de Infraestrutura inovou nesse aspecto, quando o Senador Collor era o Presidente da comissão.

Portanto, Presidente, eu entendo que o requerimento deveria ser lido e seguirmos os atos aprovados aqui na própria Comissão de Infraestrutura. Inclusive, eu votei esses atos quando eles foram apresentados pelo ex-Presidente da Comissão de Infraestrutura, o Senador Collor. Então, por uma questão de procedimento – entendo as ponderações do Senador Blairo Maggi –, o importante é lê-lo, e o votaremos na próxima semana, para que os atos venham a ser obedecidos. Senão, vamos começar a criar uma porção de penduricalhos que, acho, não é interessante e não é produtivo para o bom andamento dos trabalhos da Comissão de Infraestrutura.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra, o Senador Lobão.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Eu contei, aqui no plenário, e há 11, sem o Renan e sem a Senadora Ana Amélia. Acho que temos quórum.

Sem o Renan e sem a Ana Amélia.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – São 12, são 12.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Ah, são 12?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Doze. Nós precisamos de 12 votos. Falta apenas um.

Vamos aguardar mais um pouquinho e nós teremos o quórum.

Com a palavra, o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Senadora Lúcia Vânia, Presidente desta sessão, Srªs e Srs. Senadores, eu discordo do Senador Delcídio, porque eu acho que esse foi um instrumento usado para, na verdade, blindar o Governo, para não ser pego de surpresa nas outras votações, mas como o caso não é polêmico e S. Exª é republicana, coloque em votação. Se tiver um ou dois descontentes, vamos ver se a maioria resolve votar pelo requerimento hoje.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Senadora Lúcia Vânia, a palavra?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu vou decidir sobre essa situação.

Nós vamos continuar mantendo o que foi votado aqui, que são os procedimentos que nós havíamos adotado no começo.

Em votação o projeto relatado pelo Senador Francisco Dornelles, de autoria da Senadora Ana Amélia.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu peço a V. Exª que submeta ao Plenário a decisão de continuar ou não a votação do requerimento nesta sessão.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pela ordem, Srª Presidenta. Pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Esse assunto, Senador Flexa,...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. *Intervenção fora do microfone.*) – Já foi resolvido.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – ... é assunto vencido e os procedimentos foram votados no início desta gestão.

O que nós fizemos foi apenas abrir uma exceção, que, pelo que vejo, gera polêmica, gera dificuldades, e nada melhor que ter procedimentos votados desde o início desta Comissão, e acatados.

Assunto vencido. Vamos à votação.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 430, DE 2011 – Terminativo –

Altera a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, para disciplinar a aplicação dos recursos destinados a programas de eficiência energética.

Autoria: Senadora Ana Júlia. *(Pausa.)*

Desculpe, Senadora Ana Amélia.

Senadora Ana Amélia, isso é a perturbação do Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senadora Lúcia Vânia, Senadora Lúcia Vânia, o Senador Blairo veio para a oposição e a Senadora Lúcia vai para a situação.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – O Senador Flexa está deixando a nossa Presidente abalada.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Esse Senador Flexa perturba muito.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Flexinha, calma aí, Flexinha.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em votação o projeto da Senadora Ana Amélia. Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Com o relator e parabenizando a Senadora Ana Amélia.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Com o brilhante voto do relator e parabenizando, também, a autora pelo relevante projeto. “Sim”.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Francisco Dornelles, voto conhecido.

Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Parabenizando a autora e o relator – Ana Amélia e o Senador Dornelles.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Como sempre, a brilhante Senadora Ana Amélia relata com muita propriedade.

Meu voto é favorável.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – A Senadora Ana Amélia é autora do projeto.

Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Voto com o relator, cumprimentando a autora e lembrando, aqui, que o relator colocou que é um dos poucos projetos, de autoria de Senadores aqui da Casa, que recebeu parecer favorável do Governo para continuar o projeto. Parabéns.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Também elogiando a iniciativa e parabenizando a Senadora Ana Amélia, eu acho que é uma área que a gente precisa.

Nós vemos uma discussão toda sobre o preço da energia, sobre o custo de investimentos. E creio que disciplinar a aplicação dos recursos em programas de eficiência vai contribuir para não só melhorar o atendimento, como para trazer benefícios ao consumidor.

Então parabéns. Voto favorável.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Srª Presidente, acompanho a nobre Relatora Ana Amélia. Voto “Sim”. A autora, desculpe. O Relator é Dornelles. Voto “Sim”, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Eduardo Lopes.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Srª Presidente, acompanho também o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Com o Relator, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Cumprimento o Senador Pedro Taques pelo aniversário. Parabéns. (*Palmas.*)

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Obrigado. Nessa idade... (*Fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sim, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Voto com o meu Presidente, meu Líder Dornelles, o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Voto com o Relator, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Resultado: 13 votos “Sim”. Portanto o projeto está aprovado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Será feita a comunicação ao Presidente do Senado Federal, nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno.

Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidenta, ainda sobre o requerimento da audiência...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Só um instantinho, Senador Flexa.

Quero cumprimentar a Senadora Ana Amélia, porque é um orgulho para nós tê-la aqui, nesta Comissão, e parabenizá-la pela oportunidade do projeto, bem como ao nosso Relator, Senador Francisco Dornelles.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – GO) – Presidente, Senadora Lúcia Vânia, sobre o requerimento que aprovamos há pouco, da audiência conjunta da CAE e da CI, sobre a Celpa, primeiro teremos que aditar para que seja aprovada aqui a audiência conjunta, porque aprovamos só da CI. Então queria fazer o aditamento para que seja conjunta.

O Senador Edison Lobão Filho, conversando comigo, pediu que nós também incluíssemos um representante do Ministério de Minas e Energia e sugeriu o Secretário Executivo, Sr. Márcio Zimmermann.

Então pediria que fosse incluído que faremos, na terça-feira, a aprovação do requerimento na CAE de forma conjunta e com o Dr. Márcio Zimmermann. Pediria que fossem aprovadas pelo plenário as duas alterações.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Vou submeter à votação, Senador, e pedir a V. Exª que formalize o requerimento posteriormente.

Em votação a solicitação do Senador Flexa Ribeiro, acrescentando a sessão conjunta entre a Comissão de Infraestrutura e a Comissão de Assuntos Econômicos, bem como o nome do debatedor desta audiência pública, o Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia, Dr. Márcio Zimmermann.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Gostaria de comunicar, Senador Flexa, que há um requerimento de V. Ex^a solicitando informações ao Sr. Murilo Ferreira.

Esclareço a V. Ex^a que formalmente não podemos pedir informação ao setor privado. Nosso Regimento permite o requerimento de informações ao setor público. Portanto, posso pedir essas informações que V. Ex^a quer informalmente, mas não oficialmente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr^a Presidente, Senadora Lúcia Vânia, pelo que sei a Vale é uma empresa estatal. Quem tem o domínio da Vale são os fundos de pensão.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Mas para todos os efeitos ela é privada.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Entre aspas, não é?

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pode ser até entre aspas, mas que é privada...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Mas faça a solicitação pela Comissão de infraestrutura...

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu faço a solicitação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu espero que a Vale tenha a gentileza de atender a Comissão.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pois não.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo aos Srs. Senadores pela presença.

(Iniciada às 9 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 19 minutos.)

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NO PLENÁRIO 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e vinte e quatro minutos do dia vinte e dois de março de dois mil e doze, no Plenário 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente desta Co-

missão, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos **Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Flexa Ribeiro, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti, Blairo Maggi, Wellington Dias, Pedro Taques, Vanessa Grazziotin, Sérgio Souza, Lauro Antonio, Ivo Cassol, Jayme Campos e Vicentinho Alves**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Justifica ausência o Senador **Francisco Dornelles**. A Presidente declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da 5ª Reunião, que é dada como lida e aprovada. A Presidente comunica o recebimento do Aviso nº 207-Seses-TCU-Plenário, do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, encaminhando cópia do Acórdão referente ao relatório de levantamento de auditoria com enfoque na gestão da arrecadação de multas administrativas aplicadas por órgãos e entidades federais. Usam da palavra os Senador Pedro Taques e Jayme Campos. O Senador Blairo Maggi, Vice-Presidente desta Comissão, registra a presença do Deputado Federal Neri Geller, do Deputado Federal Homero Pereira, do Deputado Estadual Zeca Vianna e de prefeitos do Estado do Mato Grosso. A Presidente convida a tomarem assento à Mesa os expositores Senhor **José Eduardo Sabóia Castello Branco**, Diretor-Presidente da VALEC – Engenharia, Construção e Ferrovias; Senhor **Mário Dirani**, Diretor de Infraestrutura Ferroviária do DNIT, em substituição ao Senhor Jorge Ernesto Pinto Fraxe, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, que, tendo sido convidado, justificou ausência; e Senhora **Juliana Pontes Monteiro de Carvalho**, Secretária de Fiscalização de Obras do Tribunal de Contas da União – TCU; justificou ausência o Senhor Guilherme Henrique de La Rocque Almeida, Secretário-Geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União – TCU. A Presidente concede a palavra a cada um dos expositores. Usa a palavra o Senador Pedro Taques. A Presidente registra a presença do Deputado Federal, ex-Senador, Júlio Campos (DEM/MT). Os expositores respondem questionamentos. Usam a palavra os Senadores Valdir Raupp, Blairo Maggi e Jayme Campos. A Presidente lê perguntas, dirigidas aos expositores, de autoria dos Senadores Cyro Miranda e Gim Argello. A Presidente concede a palavra ao Senhor **Francisco Vuolo**, Secretário Extraordinário de Acompanhamento da Logística Intermodal de Transportes do Estado do Mato Grosso. Usa a palavra o Senador Delcídio do Amaral. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezessete minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada,

será assinada pela Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Bom dia a todos e a todas aqui presentes.

Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Antes de passar à pauta da Ordem do Dia desta Comissão, eu não poderia deixar de registrar algumas palavras sobre a decisão de Sua Excelência a Presidente da República de retirar as mensagens de indicação dos Srs. Mário Rodrigues Júnior e Hederverton Andrade Santos para ocupar o cargo de Diretores da ANTT.

Seguido das mensagens de retirada da indicação, o *Diário Oficial* trouxe-nos uma surpresa: a publicação de um decreto federal conferindo poderes para o Ministro dos Transportes indicar, designar e nomear um servidor de carreira da ANTT para ocupar interinamente qualquer diretoria daquela Agência até a posse efetiva do titular.

Eu gostaria de fazer algumas observações aqui a respeito do assunto.

O art. 52, §3º, alínea “f”, da Constituição não diz explicitamente que os diretores das agências reguladoras devam ter seus nomes aprovados pelo Senado Federal; isso é remetido à lei.

Os dispositivos acima mostram que não há ilegalidade e inconstitucionalidade no Decreto nº 7.703, de 2002. A Lei nº 9.986, de 2000, art. 10, deu ao Poder Executivo o poder de regulamentar a questão por meio de decreto.

O erro do Congresso foi ter aprovado esse dispositivo. Ele, na verdade, torna frágil a independência das agências reguladoras, uma vez que os dirigentes provisórios não têm mandato ou legitimidade, podendo ser demissíveis. Isso lhes retira a independência necessária para gerir as agências reguladoras, facilitando sua captura, quer pelos agentes privados ou pelo próprio Poder Executivo.

O Senado Federal não pode, por meio de projeto de lei de sua própria iniciativa, mudar o art. 10 da Lei nº 9.986, de 2000, uma vez que se trata de matéria relativa ao provimento de cargos públicos de iniciativa privada da Presidente da República, nos termos do art. 61, § 1º, alínea “c”, da Constituição Federal.

O que o Senado pode fazer é questionar junto ao Supremo Tribunal Federal a constitucionalidade do art. 10 da Lei nº 9.986, de 2000, uma vez que ele retira a independência das agências reguladoras, que deveriam ser órgãos de Estado, tornando-as órgãos de governo.

Poderia ser utilizado o argumento de que, na presença e vigência desses dispositivos, os servidores dos quadros das agências poderiam se perpetuar nos cargos de direção sem que seus nomes sejam submetidos à apreciação do Congresso e sem mandato fixo.

Quero aqui ressaltar ainda que esta Comissão, em nenhum momento, seguiu ou protelou a sabatina dos indicados.

Portanto, eu gostaria, como Presidente da Comissão de Infraestrutura, de prestar esses esclarecimentos aos Srs. Senadores.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Srª Presidente, Srs. Senadores, eu também gostaria de manifestar a contrariedade em razão da nomeação de membros de agências reguladoras através de decreto.

Com a criação de agências reguladoras, a ideia, como V. Exª bem disse, foi criar órgãos de Estado, não de governo.

Se o Presidente da República – não interessa o partido, não interessa o sexo de quem exerça esse cargo importante da Nação – pode, a qualquer momento, nomear por decreto, membros das agências, nós estamos transformando a agência num apêndice do Poder Executivo, e não foi assim que o constituinte e a norma subconstitucional entenderam. Tanto que os membros das agências devem ser aprovados por esta Casa, porque aqui estão os representantes da Federação.

Quero me associar a V. Exª nessa sua manifestação.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Passo a palavra, pela ordem, ao Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Quero apenas dizer o seguinte: além desse fato – e eu acho que é um fato grave, na medida em que o Governo se propõe a fazer indicações e nomeações por decreto –, o que esta Casa tinha que ter era uma missão mais nobre, quando fosse indicado o nome das autoridades para ocupar cargos aqui. Sou presidente também de uma comissão por que passam várias autoridades e diretores de órgãos, como a ANS e outros.

O Governo precisa ter mais responsabilidade na indicação dos nomes, na medida em que, infelizmente, os nomes que têm sido indicados, muitos deles não teriam capacidade técnica nem moral para ocupar cargos de agentes públicos, principalmente em direções importantes, como é o caso das nossas agências, que têm o papel de fiscalizar.

Só que, hoje, Pedro, o que se percebe aqui é que se criou um verdadeiro conluio entre o Governo e os diretores das agências. Isso, lamentavelmente, tem prejudicado o bom andamento dos trabalhos que as agências poderiam, com certeza, prestar ao povo brasileiro. Isso nos remete à preocupação de fazer com que o Congresso Nacional tenha sua plenitude, ou seja, a autoridade, a prerrogativa em toda a sua plenitude. O que se percebe hoje é que o Governo quer patrulhar de uma vez por todas o Congresso Nacional, tendo em vista que me parece que o Governo tem a impressão de que nós aqui somos meros – o quê? – capachos do Governo. E, na verdade, o Congresso Nacional tem um papel preponderante no sentido de ser o órgão que tem a competência de fiscalizar as ações do Poder Executivo.

De maneira que fica aqui o meu repúdio em relação a essa possibilidade, que, jamais, em tempo algum, poderá acontecer. E eu me solidarizo com V. Ex^a, neste caso particularmente, quando se poderiam, eventualmente, achar que V. Ex^a está segurando alguma indicação a diretor.

V. Ex^a tem meu apoio e solidariedade, Senadora Lúcia Vânia.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Obrigada, Senador Jayme Campos.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr^a Presidente, pela ordem.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Também quero me associar a V. Ex^a e fazer aqui mais um comentário.

Nós já tínhamos dois nomes aqui na Mesa, sendo que um chegou a ser lido, só faltou fazer a arguição, como V. Ex^{as} colocaram, e agora foram retirados. Então, fica uma pergunta no ar: será que aqueles que foram indicados não tinham competência suficiente para continuar a tarefa que lhes foi delegada?

Então, nós temos que ter, na Comissão, um pouco mais de atenção. Porque, se o próprio Governo que os indicou depois os retira porque acha que não têm condições de continuar, esta Comissão fica em uma situação bastante complicada.

Eu apenas gostaria, Sr^a Presidente, antes de V. Ex^a dar início à audiência pública solicitada pelo Senador Pedro Taques e subscrita por nós, de registrar a presença aqui conosco do Deputado Neri Geller, do Deputado Homero Pereira, do Deputado Estadual Zeca Viana, e de vários Prefeitos de Mato Grosso e várias lideranças, a exemplo do Movimento Pró-Logística. Tenho certeza de que todos estão bastante interessados na audiência pública para ouvir dos representantes que vão falar aqui sobre o projeto da Fico, que é um projeto sobre a ferrovia do Centro-Oeste e que interessa muito aos Estados de Mato Grosso, de Goiás e de Tocantins.

Então, a audiência pública de hoje, na Comissão de Infraestrutura, é uma reunião regional mesmo, que vem ao encontro de um problema que, se resolvido e quando resolvido, atenderá, no mínimo, três Estados, diretamente, e obviamente fará com que a economia dessas regiões seja rapidamente multiplicada.

Então, eu gostaria de, mais uma vez, registrar a presença desses senhores na nossa reunião e agradecer-lhes pela presença e pela consideração de estarem conosco nesta audiência pública.

Obrigado, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Obrigada, Senador Blairo.

Quero dizer aos convidados que todos são bem-vindos a esta audiência pública.

Comunicado.

Comunico o recebimento do Aviso nº 207-TCU/ Plenário, do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, encaminhando cópia do acórdão referente ao relatório de levantamento de auditoria com enfoque na gestão de arrecadação de multas administrativas aplicadas por órgãos e entidades federais.

O referido documento se encontra à disposição dos Srs. Senadores na Secretaria desta Comissão.

Com a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr^a Presidente, eu gostaria de cumprimentar também o Presidente da nossa associação, a Aprosoja, Carlos Fávaro, que está aqui representando todos os produtores de soja e de milho do Estado de Mato Grosso.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço, e sejam bem-vindos.

Convido, para que tomem assento à mesa, o Sr. José Eduardo Sabóia Castello Branco, Diretor-Presidente da Valec – Engenharia, Construção e Ferrovias. *(Pausa.)*

Convido o Sr. Mário Dirani, Diretor de Infraestrutura Ferroviária, do Dnit. *(Pausa.)*

Convido a Sr^a Juliana Pontes Monteiro de Carvalho, Secretária de Fiscalização de Obras do Tribunal de Contas da União – TCU. *(Pausa.)*

O Sr. Guilherme Henrique de La Rocque Almeida, Secretário-Geral de Controle Externo do TCU, justificou sua ausência.

Cumprimento todos os senhores expositores e quero aqui dizer a V. S^{as} da nossa satisfação de recebê-los para este debate.

Senhoras e senhores aqui presentes, ao iniciar esta audiência pública destinada a permitir que a Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal se inteire do cronograma, andamento e prestação de contas da construção da Ferrovia de Integração Centro-Oeste, conforme Requerimento nº 7, de 2012, de autoria do Senador Pedro Taques, Blairo Maggi e esta Presidente, dentre outros, eu gostaria de fazer alguns breves comentários.

É papel do Senado Federal e desta Comissão, em especial, o acompanhamento não apenas das políticas públicas voltadas ao setor de infraestrutura como também da aplicação correta dos recursos públicos a ele destinado.

Dessa forma, é nosso dever avaliar os resultados que estão sendo alcançados por meio do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, e seus desdobramentos.

Constatamos que, anualmente, são autorizados, pelo Congresso Nacional, vultosos recursos nessas rubricas orçamentárias.

Embora possam parecer a alguns insuficientes para o tamanho dos gargalos e dos problemas que nosso País apresenta no setor, representam, de qualquer maneira, um grande esforço nacional para recuperar o atraso.

Por isso, o objeto da audiência de hoje, ou seja, a Ferrovia de Integração Centro-Oeste, parece-nos de fundamental importância para estruturar um novo paradigma no setor de transporte, beneficiando diretamente extensa área que abarca, no total ou parcialmente, os Estados do Mato Grosso, Goiás, Rondônia, Pará e Amazonas.

E os números são expressivos: apenas a primeira etapa, incluída no PAC e prometida para 2014, representa aproximadamente 64% tanto da extensão total de 1.638km, quanto do custo total estimado, que alcança a cifra de R\$6,4 bilhões.

Sucede que, infelizmente, temos assistido, com certa regularidade, problemas sérios em várias ações do PAC. Custos subestimados, cronogramas inexequíveis, atrasos em licenças pelas mais diversas razões, são alguns fatores compartilhados especialmente pelas grandes obras. O resultado conhecido são aumentos de custos, obras paradas, soluções adiadas e prejuízos para o cidadão brasileiro.

Precisamos descobrir onde realmente estão os problemas. É falta de planejamento ou má qualidade dos projetos? É a questão da gestão e acompanhamento insuficiente da execução? É falta de coordenação entre os vários órgãos envolvidos nos licenciamentos e no andamento posterior das obras?

O mecanismo das audiências públicas nos permite agregar informação fundamental para orientar uma tomada de decisões legislativas, sejam elas referentes aos futuros Orçamentos federais, legislações específicas ou alterações de formas de acompanhamento.

Todos querem governos que finalizem mais do que anunciam, respeitando suas próprias estimativas de custos e cronogramas. Enfim, mais conclusões e menos inaugurações. Este, sim, é um bom conselho ao Executivo.

Concedo a palavra ao Sr. José Eduardo Sabóia Castello Branco, Diretor-Presidente da Valec – Engenharia, Construção e Ferrovias.

V. S^a dispõe de 15 minutos para sua exposição. Aliás, dez minutos, com cinco minutos de tolerância.

O SR. JOSÉ EDUARDO SABÓIA CASTELLO BRANCO – Bom dia, Senadora Lúcia Vânia, Senador Blairo Maggi, Srs. Senadores, autoridades, senhoras e senhores, hoje, nós vamos fazer uma apresentação bastante sucinta sobre a Ferrovia de Integração Centro-Oeste.

Eu pediria a gentileza de colocarem o vídeo, por favor.

Bom, enquanto aguardamos, já que o tempo é bastante exíguo...

Está aí.

A próxima, por favor.

Aí os senhores têm uma visão bastante ampliada dos empreendimentos que hoje estão a cargo da Valec assim como alguns outros empreendimentos ferroviários que não são da Valec, mas que estão também em andamento.

Então, do Norte para o Sul, temos, de Barcarena a Açailândia, um estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental em curso; segundo ponto, outro estudo também de viabilidade, interligando a Ferrovia Norte-Sul à Ferrovia Transnordestina, lembrando que a Ferrovia Transnordestina começa aqui – Eliseu Martins –, um tramo vem em direção ao Porto de Suape, em Pernambuco, e o segundo tramo em direção a Pecém, no Ceará.

Em seguida, nós temos um segmento, de Açailândia a Palmas, capital de Tocantins, que já se encontra em andamento, já se encontra em operação. Foi feita no passado, em 2007, e essa linha está concedida à Companhia Vale do Rio Doce – hoje é Vale, não é mais

Vale do Rio Doce – e transporta, anualmente, mais de dois milhões de toneladas.

Depois, nós temos, de Palmas, Tocantins, a Anápolis, cercanias aqui de Brasília, ramal de Anápolis: são aproximadamente 855Km, cuja inauguração está prevista para o segundo semestre deste ano, no início do segundo semestre. Já se encontram praticamente todos os lotes com mais de 90% de execução.

O terceiro, o extremo sul da Ferrovia Norte-Sul, que vem de Anápolis até Estrela do Oeste, Estado de São Paulo, mais ou menos aqui. É um trecho de 680Km, que se encontra em obras. São cinco lotes de construção, cujo término está previsto para julho de 2014. Esse tramo se interliga à malha da ALL e terá como destino, muito possivelmente, a maior parte dos fluxos, o Porto de Santos.

Em seguida, temos alguns estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental também com prolongamento da Norte-Sul, chegando ao Porto de Rio Grande, com uma perna em direção à Uruguaiana, já que em Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, ela se interliga à Ferrovia Mesopotâmica da ALL, que vai até Buenos Aires, embora a ALL esteja agora em vias de ceder a terceiros a concessão que ela detém na Argentina.

Especificamente com relação à Fico, ela se inicia aqui, em Campinorte e vem em direção a Rondônia. Há um desvio, que vocês podem ver, que é uma questão indígena. Em Rondônia, chega a Vilhena, de Vilhena vai a Porto Velho e, de Porto Velho, em direção ao Acre.

A próxima, por favor.

Aqui é apenas uma breve consideração – tenho números mais atualizados –, mostrando o extraordinário crescimento da soja, sobretudo no Estado de Mato Grosso, não só em quantidade, como mostra essa tela, como também na qualidade.

Próxima, por favor.

Nessa outra tela, as manchas mais avermelhadas, com um tom vermelho mais intenso, são sinal de maior produtividade.

Mato Grosso se destaca de uma maneira notável seja na quantidade, seja na qualidade da produção da soja, sendo que hoje Mato Grosso tem praticamente 10% da produção mundial de soja. Quase 10% estão no Mato Grosso. Nós temos, hoje, segundo dados que acabei de pegar na Embrapa, a produção mundial de soja de 260 milhões de toneladas anuais. Metade dessa produção de 260... Bom, eu estou ensinando o padre aqui a rezar missa. O Dr. Blairo é o maior especialista no assunto. Estou ousando apresentar algumas informações adicionais. Enfim, no mundo nós temos 260 milhões de toneladas. A América do Sul hoje produz metade da produção mundial, sabendo que os Estados Unidos são o maior produtor mundial. Mas a Améri-

ca do Sul hoje dispõe, planta e colhe 130 milhões de toneladas. Metade do que se produz na América do Sul é Brasil. São 65 milhões no Brasil e Mato Grosso está hoje com 20 milhões de toneladas. Dez por cento da produção mundial seriam 26. Então, acredito que Mato Grosso rapidamente irá alcançar o patamar de 10% da produção mundial. Lembro ainda que a produção de soja no Brasil, do complexo soja, farelo, grão e óleo, gerou um volume de exportação da ordem de US\$17 bilhões.

Próxima, por favor.

Bom, nessa imagem, uma imagem bastante clara, mostra que pelo menos o trecho inicial da Fico atravessa o coração da região produtora de Mato Grosso e a região de maior produtividade de soja no Brasil. De modo que o traçado dela é um traçado que realmente intercepta com absoluta precisão as regiões agrícolas dessa *commodity*.

A próxima, por favor.

Aqui, apenas mostrando os destinos possíveis da soja da Fico. Um seria através de Ilhéus, a Ferrovia de Integração Oeste-Leste, a outra seria descer, adentrar a malha da ALL e sair por Paranaguá ou por Santos.

A próxima também seria, havendo a interligação da Ferrovia Norte-Sul com a Transnordestina, sair por Suape ou, eventualmente, também por Pecém, e lá, ou por Barcarena, caso essa ligação venha a ser construída, ou por Itaqui, no Maranhão, que acaba de construir um grande terminal graneleiro, integrando a de São Luís, com capacidade de escoamento de 16 milhões de toneladas anuais.

Muito bem. Essa já é uma visão um pouco mais completa da Ferrovia de Integração, mostrando que ela, na realidade, a F-354, como é denominada pelo Governo Federal, se inicia num ponto norte do litoral fluminense, vai por Minas Gerais, chega ao Planalto Central e aí, então, gira, toma o rumo da esquerda, do oeste, e vai até o Peru.

Esse traçado, evidentemente, com base em alguns estudos muito preliminares que um grupo de consultoria espanhol vem desenvolvendo, é uma região de muito difícil travessia, com túneis de 60Km, em que, como eu conversava com alguns colegas ali antes, a tração diesel – já tive oportunidade de falar desse assunto com o Senador Blairo –, a operação diesel em túneis muito longos exige uma série de portões, há alguns efeitos de mecânica dos fluidos que precisam ser – ventiladores, portões, etc. – construídos para que haja trafegabilidade. Senão, há uma série de problemas de combustão e de aquecimento das locomotivas em que a locomotiva apaga dentro do túnel.

A próxima, por favor.

Aí, alguns detalhes desse empreendimento dizem, então, que o trecho prioritário do Governo Federal, com que estamos trabalhando, é o trecho Campinorte-Lucas do Rio Verde, com investimento previsto de R\$4,1 bilhões.

Próxima.

Bom, esse trecho Campinorte tem 889 quilômetros, um volume de terraplenagem estimado em 53 milhões de metros cúbicos. Esses são dados do Projeto Básico. Eu vou falar um pouquinho a respeito do Projeto Básico e, depois, do Projeto Executivo. São 88 pontes e viadutos, 13,5 quilômetros de comprimento agregado dessas obras de arte, sendo que a maior ponte é sobre o rio Araguaia, com 2,5 quilômetros.

Há também uma questão que se discute agora no Governo Federal, que não é tema desta reunião, que é o novo modelo concessório, o novo modelo operacional que se pretende implantar, que tende a ser o de uma ferrovia gerida por um mantenedor, operada por um mantenedor, sobre a qual possam circular diversos operadores, sendo que já temos aqui ao meu lado... Já tive oportunidade de conversar com o Senador Blairo, que já é um virtual candidato a ser um dos operadores dentro desse novo modelo para não ter que depender do transporte das atuais concessionárias.

Aqui, os Municípios abrangidos pelo projeto, de Campinorte a Vilhena.

Próximo.

Aqui, apenas para detalhar um pleito... Estou vendo aqui o Secretário de Infraestrutura de Mato Grosso. O Governador Silval Barbosa que esteve conosco há um ou dois dias. Então, nós tínhamos o Projeto Básico, que está aqui em vermelho, e em roxo é a MT-326. Nós optamos por colar o Projeto Executivo, que vai ser desenvolvido, na BR por vários motivos: facilidades ambientais, facilidades de logística de transporte de materiais... E também é um pleito de Mato Grosso que aqui seja uma ponte rodoferroviária, já que a travessia da MT-326 nesse ponto, hoje em dia, ainda é feito através de balsas. Então, é um pleito que eu me comprometi com o Governador Silval a levar ao Ministério dos Transportes para ver se o Governo Federal, então, faz uma ponte rodoferroviária que atenda aos interesses não apenas do Governo Estadual, mas aos interesses do País, pois não é interesse apenas do Governo Estadual. É que não faz sentido se fazer uma enorme ponte de 500m ou 600m unicamente ferroviária e a travessia rodoviária continuar sendo feita de balsa. Não há sentido nisso.

Próximo.

Aqui, algumas previsões das demandas que a Fico teria nesse segmento prioritário Campinorte-Vilhena. Chegaremos a 30 milhões de toneladas de transporte.

É possível que, pelo ritmo de produção da soja e pelo aumento da produtividade, esses dados sejam até subestimados, mas, enfim, é uma primeira avaliação que nós temos sobre a demanda nessa ferrovia.

A próxima, por favor.

Bom, esse é o ponto, talvez, central, Senadora Lúcia Vânia, desta reunião.

Nós temos um Projeto Básico de má qualidade concluído entre Campinorte e Água Boa e está sendo concluído o segundo segmento, de Água Boa a Lucas do Rio Verde. A má qualidade desse Projeto Básico determinou, fez com que o TCU inibisse o processo licitatório baseado nesse Projeto Básico. Está aí a representante do TCU, a Dr^a Juliana, que poderá fornecer mais detalhes sobre essa inibição.

Com isso, nós, então, fomos... É prazeroso até termos sido obrigados a fazer um Projeto Executivo, porque, com isso, nós teremos certeza do valor do orçamento e teremos certeza de que o ritmo da obra seguirá firme, sem atrasos, porque nós acabamos gastando pouco tempo com o projeto e, mais à frente, muito tempo consertando e mitigando todos os problemas que um mau projeto traz. Eu mesmo, assim que assumi a Valec, praticamente dediquei o mês de novembro todo do ano passado, meu primeiro mês, a resolver problemas aqui no Legislativo com relação à inserção de obras da Valec como obras irregulares, o que implicaria na paralisação dessas obras no exercício de 2012.

Muito bem. Então, só voltando ao anterior, nós já temos o *no objection* do TCU. O TCU, para a liberação da licitação do Projeto Executivo, fez algumas exigências, como adequação de algumas normas técnicas a algumas prescrições que eles, corretamente, apontaram e também a inserção de algumas observações que consideramos também corretas e que incluímos em nosso edital de licitação. Portanto, agora, no final de março, início de abril, estamos lançando o Projeto Executivo do trecho Campinorte-Lucas.

Próximo, por favor.

Bom, esses são alguns dados operacionais de como seria a operação ferroviária do trecho. Não vou perder muito tempo com isso. São algumas considerações técnicas, mas quero mostrar que a ferrovia tem condições geométricas muito boas que permitirão velocidades bastante grandes nesse trecho, já que o raio mínimo será de 500m – um ótimo raio –, e também a rampa para os trens que vão com a produção, carregados, a rampa máxima seria de 0,6%, que, em termos ferroviários, é uma rampa excelente. Vamos procurar fazer um projeto com características geométricas modernas.

Só para vocês terem uma ideia, eu tenho projetos hoje da Valec com raios mínimos de 290m, 280m, que são um verdadeiro entrave à boa operação ferroviária: desgaste de trilho, diminuição de velocidade de equipamentos, enfim, coisas que estamos tentando consertar, como os senhores estão vendo agora, através desse raio mínimo.

O último, por favor.

Aqui está o cronograma. Estamos já na fase de licitação, no final de março, início de abril, prazo necessário à execução do Projeto Executivo, e imaginamos poder dar a ordem de serviço já no segundo semestre de 2013.

Sucintamente, eram essas as considerações que eu tinha a fazer e me coloco à disposição dos senhores para qualquer questionamento que julguem oportuno.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Sr. José Eduardo Sabóia Castello Branco, Diretor-Presidente da Valec, e passo a palavra ao Sr. Mário Dirani, Diretor de Infraestrutura Ferroviária do Dnit.

O SR. MÁRIO DIRANI – Bom dia, Senadora Lúcia Vânia e Senador Blairo Maggi; bom dia, Srs. Senadores; bom dia a todos.

Eu gostaria de agradecer pelo convite para participar desta audiência pública. O convite foi dirigido ao Diretor-Geral do Dnit, General Jorge Ernesto Pinto Praxe, que não pôde comparecer por estar, hoje, conduzindo uma reunião, que começou ontem, com todos os superintendentes regionais do Dnit. Então, como essa reunião já havia sido marcada com antecedência, porque são mais de vinte – vinte e poucos – superintendentes a serem mobilizados para que se reunissem aqui, em Brasília, ele não pôde comparecer e me pediu que o representasse.

Acrescento que essa reunião se iniciou ontem, no gabinete do Sr. Ministro dos Transportes, e está tratando das diretrizes para o ano de 2012, principalmente com relação às ações para recuperação da malha rodoviária do País.

Bem, eu apenas me coloco à disposição para responder a qualquer questionamento que possa ser feito em relação ao Dnit.

O Dnit, realmente, não tem nenhum envolvimento com essa obra da Ferrovia de Integração Centro-Oeste. É uma obra que está totalmente a cargo da Valec, e o Dnit, hoje, enfrenta, logicamente em menor escala, os mesmos problemas que o meu colega José Eduardo está enfrentando com relação às obras da Ferrovia de Integração Centro-Oeste. Problemas de Projeto Básico deficiente. Muitas obras haviam sido licitadas com Projeto Básico; as licitações foram suspensas para que

se elaborasse Projeto Executivo, que, embora custe mais e requeira um tempo maior para a sua elaboração, ele nos dá uma segurança muito maior quanto ao orçamento e com possibilidade bem menor – não elimina totalmente – de revisão de projeto em fase de obras. Problemas sempre aparecem, mas, com um bom Projeto Executivo, eles serão sempre menores.

Também com relação às restrições que ocorrem, até em pequenas obras que a Diretoria de Infraestrutura Ferroviária do Dnit vem executando, com relação aos contornos ferroviários, que são obras de pequena extensão – 18 quilômetros, 15 quilômetros –, mas, muitas vezes, elas são realizadas em áreas onde se tem muitos problemas de impacto ambiental, áreas de preservação ambiental, reservas, áreas quilombolas, como é o caso da variante de Camaçari.

Esses problemas precisam ser enfrentados, e acho que é necessário que se desenvolva uma dinâmica mais objetiva para resolvê-los, porque não é admissível que uma obra fique parada por meses a fio para que se resolva um problema de uma licença ambiental ou de uma negociação com a Funai a fim de atender às exigências de compensações com interferências em áreas indígenas ou áreas quilombolas. Essa dinâmica precisa ser melhorada. Os problemas existem, merecem toda a nossa atenção, mas a dinâmica para a solução desses problemas precisa ser melhorada.

No mais, eu me coloco à disposição, posteriormente, para qualquer esclarecimento sobre as obras sob a responsabilidade do Dnit.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço, Sr. Mário Dirani.

Passo a palavra à Srª Juliana Pontes Monteiro de Carvalho, Secretária de Fiscalização de Obras do Tribunal de Contas da União, TCU.

A SRª JULIANA PONTES MONTEIRO DE CARVALHO – Exmª Srª Presidente da Comissão, Senadora Lúcia Vânia, Exmº Sr. Senador Blairo Maggi, Vice-Presidente desta Comissão, demais participantes da Mesa, Srªs e Srs. Parlamentares aqui presentes, senhores e senhores, bom dia.

Meu nome é Juliana, eu sou da 4ª Secretaria de Fiscalização de Obras do Tribunal de Contas da União, que é a Secretaria que cuida das obras ferroviárias e metroviárias.

Vou traçar um breve histórico de como foi a atuação do Tribunal na fiscalização da elaboração dos projetos da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste. O Tribunal esteve fiscalizando esses projetos em maio do ano passado. Foi a primeira fiscalização que nós fizemos. Quando chegamos lá, na fase de execução,

nós nos deparamos com o Projeto Básico do trecho 1, que é o trecho Campinorte...

Por favor, retorne o *slide*.

Nós nos deparamos com o Projeto Básico do trecho 1, que é o trecho Campinorte-Água Boa, já finalizado, e a correspondente licitação do Projeto Executivo do mesmo trecho em andamento. No trecho 2, durante a fiscalização, analisamos a elaboração, a contratação da elaboração do Projeto Básico. A elaboração do Projeto Básico estava em andamento.

O que percebemos? Em relação ao trecho 1, o Projeto Básico, que serviu de base para a licitação em curso do Projeto Executivo, apresentava algumas irregularidades, alguns indícios de irregularidades. Entre eles: a ausência da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART; não havia recebimento desse projeto, ele não tinha sido aprovado pelo setor responsável dentro da Valec; esse Projeto Básico tinha sido elaborado no escopo de um contrato que não se prestava a esse tipo de serviço, porque era um contrato de natureza contínua, um contrato em que os produtos eram serviços de gerenciamento e consultoria, aluguéis de veículos, realizações de algumas sondagens, era um contrato amplo e que abrigava uma série de outros serviços que não os destinados à elaboração do projeto.

Além disso, ele tinha uma deficiência muito específica na definição das sondagens em relação às obras de arte, como chamamos as pontes e os viadutos. Para melhor ilustrar, existia uma norma interna na Valec que previa o seguinte: para eu detalhar o projeto de uma ponte ou de um viaduto, eu vou ter que fazer uma sondagem em cada margem do obstáculo a ser transposto, ou seja, em nenhum ponto se fazia sondagens exatamente no local por onde essa ponte, esse viaduto passaria. Verificamos o seguinte: se o Dnit, que tem uma norma e mexe com obras rodoviárias, e as cargas que passam por uma rodovia são bem inferiores às que transitam por uma ferrovia, o Dnit possui uma norma que estabelece que, para elaborar um projeto desse tipo se faz necessária uma sondagem em cada apoio dessa ponte, por que existiu uma norma dentro da Valec que pede um furo de sondagem apenas nas margens? O primeiro apontamento foi esse.

O segundo apontamento é: quando fomos reparar quem, como esse projeto tinha sido feito para essas pontes, para esses viadutos, nem mesmo a norma interna da entidade tinha sido cumprida. Havia pontes de viadutos em que nenhum furo de sondagem, nem mesmo nas margens, tinha sido efetuado. E o que nos causou também surpresa foi como eu licito um Projeto Executivo – estava em fase de licitação – sem ter um Projeto Básico aprovado anteriormente? Posso licitar uma obra com Projeto Executivo? Posso. Mas não há

sentido eu partir para a licitação de um Projeto Executivo sendo que nem mesmo o Básico está adequado, o Básico que precedeu o Executivo. Desse modo, partimos para a análise desse Projeto Executivo e reparamos que algumas outras irregularidades se repetiriam. Por exemplo, a insuficiência de sondagens e a ausência – o que nos chamou bastante a atenção – de detalhamento estrutural das obras de arte especiais. Ou seja, no Básico, não tive o detalhamento da sondagem dessas pontes e desses viadutos; no Executivo, eu sequer previa o cálculo estrutural desses elementos. Por meio desse edital, eu condicionava esse detalhamento à empresa que fosse construir a obra.

Vejam como é complicado. Vou construir uma obra em que tive um projeto básico, paguei por isso. Tive, posteriormente, um projeto executivo. Mesmo assim, transferi o encargo de detalhar os elementos estruturais das pontes e viadutos para quem fosse realizar a obra.

Concluimos a fiscalização. Partimos para o trecho 2. Concluimos as análises do trecho 1, que é o trecho que vai de Água Boa até Lucas do Rio Verde. O Projeto Básico que analisamos estava em fase de elaboração. Nós nos deparamos com a mesma questão de insuficiência de sondagens para o detalhamento das obras de arte especiais, que é aquilo que eu já havia comentado. A Valec tinha uma norma interna, com a previsão de apenas um furo em cada margem, do obstáculo a ser transposto, e não estava sequer cumprindo a sua norma.

Depois da fiscalização, finalizada a fiscalização, submetemos o relatório ao Plenário do Tribunal. Foi determinada, cautelarmente, a suspensão da concorrência para a contratação do Projeto Executivo do trecho 1. Em paralelo, houve uma determinação para que a Valec não realizasse licitação para a elaboração de Projeto Executivo da obra com base naquele Projeto Básico elaborado dentro daquele contrato que não tinha um escopo pré-definido, que não tinha como objeto a elaboração de projeto.

As audiências dos responsáveis foram determinadas e a Concorrência 01/2001, que era o edital para a contratação do Projeto Executivo, teve recomendação de irregularidade com paralisação. No trecho 2, foi determinada a oitiva da Valec e a audiência dos responsáveis.

Posteriormente, após o envio da documentação pela Valec, foi prolatado outro acórdão, o Acórdão 2.851/2011, em que a Valec trouxe aos autos alguns argumentos, algumas justificativas. Esse acórdão alterou a classificação de “irregularidade grave com recomendação de paralisação” para “com recomendação de continuidade” porque houve a revogação daquele edital para a elaboração do Projeto Executivo, aque-

isso acontece, eu tenho atrasos, porque estou reformulando o projeto durante a execução da obra, eu tenho alterações de metodologia, eu tenho substituições de um serviço por outro. Na Norte-Sul Goiás, por exemplo, dois túneis, que estavam inicialmente previstos para serem executados dentro do contrato de construção da ferrovia, tiveram que ser licitados separadamente. Por quê? Porque os aditivos foram tantos, eu não podia superar o limite de 25%, que tive que extirpar aquilo do contrato.

Há trechos na Ferrovia Norte-Sul Goiás que não têm pátio de cruzamento. Como operar uma ferrovia sem pátio de cruzamento? O pátio de cruzamento era previsto inicialmente, mas tive que extirpá-lo do contrato para que eu pudesse lançar mão de aditivos de terraplenagem, por exemplo.

A Ferrovia de Integração Oeste-Leste também apresenta alguns problemas de projeto. Esses problemas estão sendo prontamente sanados pela Valec. Ela está reformulando projetos. Vamos fiscalizar a Fiol no início do ano, provavelmente em maio já tenhamos o relatório finalizado. Estamos acompanhando as ações adotadas pela Valec, e são muito promissoras.

Os riscos de alteração em projeto. Trouxemos também para ilustrar algumas das modificações em obras de arte especiais, que era o grande problema de projeto da Fico. Veja que, por eu não fazer a devida investigação do subsolo quando vou construir uma ponte ou um viaduto, muito provavelmente eu vou ter substituir a solução estrutural que eu tinha delimitado naquele projeto inicial por outra. O que se observou na Ferrovia Norte-Sul é que muitos lotes substituíram o tubulão, que é uma fundação mais robusta, por uma fundação de estaca raiz.

Outra ocorrência muito frequente é a substituição da laje. Falo laje porque a gente chama de superestrutura da ponte, mas é como se fosse a laje da ponte. As pontes que tinham sido inicialmente concebidas para serem de concreto armado foram substituídas pela metodologia de estrutura metálica. Aí, muita gente vai colocar a seguinte situação: mas se não aumentou o custo, qual seria o problema? O grande problema é que você licita uma coisa, você pede a qualificação da empresa para aquele tipo de metodologia e depois você muda isso depois da contratação. Quem nos garante, primeiro, que é o mais econômico? Segundo, quem nos garante que aquela empresa que venceu aquela licitação venceria se, naquele momento, aquela solução posteriormente adotada tivesse sido definida quando do lançamento do edital, quando da contratação da obra?

Eu agradeço e me coloco à disposição para alguma pergunta.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço à Sr^a Juliana Pontes Monteiro e passo a palavra ao autor do requerimento, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhores convidados, quero, inicialmente, relacionar as autoridades do Estado de Mato Grosso, cidadãos que aqui vieram, em razão da importância desta audiência: o Secretário de Logística do Estado de Mato Grosso, Francisco Vuolo, filho do ex-Senador Vicente Vuolo, que foi um dos idealizadores da Ferrovia que, se Deus quiser, vai chegar a Cuiabá; o Clomir Bedin, Prefeito de Sorriso; Milton Geller, Prefeito de Tapurah; Gercino Caetano, Prefeito de Nova Xavantina; Carlos Fávaro, Presidente da Aprosoja, já citado pelo Senador Maggi; Luiz Fábio, Vereador de Sorriso; Aluísio Bassani, Vereador de Lucas, representando o prefeito de Lucas; Fábio Rabin, Secretário Municipal de Lucas; Edu Laudi, Secretário do Meio Ambiente e Agricultura de Lucas do Rio Verde; Djalma Silvestre, da Aprosoja; Antônio Galvan, da Aprosoja; Edeon Ferreira, também da Aprosoja; José Resende; Rogério Ferrarin; Neila Araújo, Presidente do Movimento Mais Araguaia; e Deputado Zeca Viana, do Estado de Mato Grosso.

Agradeço a V. Ex^a, Senadora Lúcia Vânia, por aceitar a realização desta audiência no primeiro momento em que fizemos o pedido e aos Senadores Blairo Maggi e Jayme Campos, por concordarem com a sua realização.

Cumprimento os Deputados Federais do Estado de Mato Grosso e os demais Senadores.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Pedro Taques, eu gostaria de registrar também a presença do Deputado Federal Homero Pereira e do ex-Senador e ex-Governador de Mato Grosso Júlio Campos, que nos honram com a sua presença.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – E ex-Prefeito também.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – E ex-Prefeito; ex-tudo.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – A foto dele está ali. V. Ex^a está bem mais novo ali, não é Governador?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – E ex-Presidente do Tribunal de Contas do Estado.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Só não é ex-pessoa de bem. Continua sendo uma pessoa de bem, não é isso, Senador Júlio Campos?

A demonstração, Sr^a Presidente, da importância dessa ferrovia para o Estado de Mato Grosso é a presença desses cidadãos do nosso Estado aqui, nesta manhã.

Muito bem, vou fazer perguntas de ordem objetiva e gostaria, se possível, de respostas de ordem objetiva, para que possamos avançar e outros Senadores possam também fazer indagações.

No relato da Dr^a Juliana, do Tribunal de Contas, fica revelado, num primeiro momento, a total incompetência da Valec na administração passada. Vou dizer isso sem qualquer pejo, sem qualquer temor de cometer aqui irresponsabilidade na fala. Mas a incompetência grassava ali, de acordo com o que foi relatado pelo Tribunal de Contas. Eu tive a paciência e o prazer de ler todo o relatório do Tribunal de Contas no tocante à Valec na administração passada. Vi as falhas ali existentes e tive o prazer de reconhecer a eficiência dos técnicos do Tribunal de Contas, o que mostra que nós, no Brasil, estamos preocupados com a elaboração de projetos, sob pena de, mais à frente, termos de responsabilizar aqueles gestores incompetentes.

Quero cumprimentar o senhor pela assunção ao cargo na Valec, no final de 2011, e, como disse a Dr^a Juliana, por haver respondido ao Tribunal de Contas de uma forma razoável, no tempo, e com a competência que se exige de um servidor público da importância do senhor, que dirige essa empresa de significativo valor para o progresso da Nação. Muito bem. Nós constatamos algumas irregularidades e os acórdãos do Tribunal de Contas isso revelaram. E o senhor, como bem comprovou a Dr^a Juliana, tem procurado meios e modos para resolver isso.

Eu gostaria de indagar ao senhor, de uma forma objetiva: a Valec, hoje, tendo em conta o seu corpo técnico, tem condições de realizar essa obra? E especificamente quantos engenheiros da própria Valec estão destinados para a gestão do recebimento dos projetos da Fico?

Essa pergunta, a meu juízo, é significativa, sob pena de incorrermos nos mesmos erros daí para frente, e tenho a compreensão de que não é da intenção de V. S^a.

Quantos engenheiros da própria Valec, comissionados ou de livre nomeação, estão destinados também ao trabalho de fiscalização da execução dos contratos de obra a cargo da empresa?

O senhor considera suficiente esse número de engenheiros, tendo em conta as falhas constatadas pelo Tribunal de Contas na anotação da responsabilidade técnica nos projetos anteriores?

A Valec pretende contratar serviços terceirizados para executar tarefas de gestão da contratação de projetos para o gerenciamento e assessoria técnica do projeto?

Que medidas a Valec adotou para corrigir as gravíssimas deficiências técnicas relativas às exigências de sondagem na geotécnica de seus projetos?

Nós constatamos, junto aos relatórios do Tribunal de Contas, essas falhas. Eu tenho a certeza de que, em sua fala, V. S^a tenta consertar isso, mas precisamos de dados técnicos para que esses equívocos não possam ser constatados. Essas falhas foram reveladas pelos acórdãos citados aqui pela Dr^a Juliana.

O Projeto Básico da ferrovia, pelo o que todos sabemos, contempla a construção de uma ponte ferroviária sobre o rio das Mortes. V. S^a fez referência que agora a ponte será rodoferroviária. Daí, eu queria ouvir do Dr. Mário o que o Dnit já tem dessa interlocução junto à Valec, para que essa ponte realmente saia dos nossos sonhos, dos cidadãos mato-grossenses, notadamente ali do Vale do Araguaia, e seja concretizada. Queria que o Dr. Mário nos desse essa informação.

Não basta construir a ferrovia, como todos sabemos. É preciso saber quem e como vai ser feita a operação. Em Mato Grosso, como todos sabemos, já se tem a previsão, nunca inteiramente realizada, da Ferronorte. E aqui, mais uma vez, quero citar o Senador Vicente Vuolo, que foi um dos grandes idealizadores dessa ferrovia, e o cumprimento na pessoa do seu filho aqui.

A concessão da Valec vai ser uma concessão diversa daquela da Ferronorte. De que maneira a Valec está pensando nisso? Porque não adianta construirmos a ferrovia e o preço da tonelada transportada não ter condições de competir com outros modais de transporte. De que maneira a Valec está pensando nisso? Esse tema é de suma importância para esta audiência.

Então, qual é o modelo de exploração que a empresa utilizará para os muitos trechos ferroviários que está construindo? Vai operar a linha? Vai subconcessionar? Vai operar apenas a infraestrutura?

Segundo a própria Valec, e o senhor disse hoje aqui, isso tem sido pensado. E eu gostaria que o senhor detalhasse mais esse tema.

O orçamento da Valec para 2012 contempla R\$10 milhões para a manutenção da Ferrovia Norte-Sul. No entanto, o trecho de Açailândia, em Goiás, encontra-se subconcessionado à Vale e os demais trechos não foram recebidos. São, portanto, de responsabilidade dos construtores. Assim, eu pergunto ao senhor: então, esses recursos são suficientes para que a Valec possa desenvolver suas atividades?

São essas as indagações objetivas que faço a V. S^a.

E, Sr^a Presidente, gostaria que, em razão das respostas do Presidente da Valec, Sr. José Eduardo, a

Drª Juliana comentasse, tendo em conta os aspectos técnicos das respostas do Sr. José Eduardo.

Srª Presidente, gostaria de, mais uma vez, cumprimentá-la e dizer que esta Comissão, como de resto outras comissões do Senado da República, tem a função essencial de debater temas importantes para a República Federativa do Brasil. Debater desta forma: de forma preventiva. Porque se continuarmos na mesma lógica de apagar o fogo, sempre vamos responsabilizar os órgãos de fiscalização – o Tribunal de Contas, o Ministério Público, a Controladoria-Geral da União –, quando deveríamos evitar os erros.

E, mais uma vez, a administração anterior da Valec, sob a presidência do tal do Juquinha, mostra a total incompetência da administração pública na elaboração de projetos. Quero cumprimentá-lo pela modificação do sistema de administração dessa empresa, que é importante, e dizer que o Senado da República deve exercer suas atribuições no sentido de fiscalizar, evitar que acontecimentos, equívocos e incompetência, como ocorria na Valec, continuem a existir na República Federativa do Brasil.

São essas as indagações objetivas, Srª Presidente. Gostaria que as respostas também fossem dessa ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Pedro Taques.

Passo a palavra ao Sr. José Eduardo Sabóia Castello Branco.

O SR. JOSÉ EDUARDO SABÓIA CASTELLO BRANCO – Agradeço a V. Exª a oportunidade de esclarecer. São muitas perguntas, mas vou tentar ser breve sem perder a clareza e a densidade que cada resposta merece.

Quando assumi a Valec, surpreendi-me com o quadro funcional. O quadro funcional da Valec é um quadro extremamente heterogêneo. Tenho 80 funcionários Valec-Valec. Tenho 400 funcionários herdados da Rede Ferroviária Federal, espalhados pelo Brasil todo, e tenho ainda cerca de 90 funcionários do antigo Geipot. Então, tenho três quadros de funcionários distintos, cada um com o seu plano de cargos e salários, incomunicáveis. São quadros em extinção, à exceção dos da Valec – tanto Geipot quanto Rede. Os da Rede estão, a maioria deles, à disposição da inventariança, e os do Geipot estão aqui no Governo Federal, espalhados pelos mais diferentes órgãos. Do quadro próprio da Valec, há muito pouca gente, 80 pessoas. Engenheiros, sete ou oito apenas. Com isso, a Valec dispunha de um quantitativo enorme de cargos comissionados, 225 cargos comissionados, preenchidos das maneiras mais diversas possíveis. E a minha primeira preocupação foi procurar o departamento que controla

as estatais, o Dest, vinculado ao Ministério do Planejamento e Orçamento (MPOG), para a realização de concurso público.

Há a questão ainda sobre se eu posso ou não fazer esse concurso público, em função do pleito municipal; uma discussão jurídica sobre se nós podemos fazer concurso, muito embora o pleito seja municipal. É uma discussão lá no Ministério. Mas eu queria fazer, no primeiro semestre deste ano, um concurso público para suprimimento dessas vagas de substituição de boa parte dos terceirizados. Não de todos, porque eu tenho, dentre os terceirizados, alguns engenheiros da velha guarda que detêm bastante *know-how* e que precisariam transmitir esse *know-how* aos jovens concursados que vamos admitir.

Então, esse é o modelo geral do quadro de recursos humanos, o tratamento que estamos dando.

Com relação a projetos, também nós encontramos uma situação em que tínhamos núcleos de projeto, em Brasília e no Rio de Janeiro, em uma total falta de sinergia entre as equipes: eu tinha hidrólogo lá, hidrólogo aqui; geotécnico lá, geotécnico aqui; traçadista lá, traçadista aqui. E isso gerava uma dificuldade gerencial enorme.

A primeira providência que tomamos, também, foi concentrar em Brasília, uma nova diretoria. Esse era outro problema que existia também. A diretoria de engenharia da Valec se encarregava das obras e do projeto. Ela era uma diretoria superpoderosa, e as outras, praticamente esvaziadas de conteúdo. Então, nós transferimos o projeto para a diretoria de planejamento; ali geramos, para que a diretoria de engenharia se concentrasse na qualidade das obras e a diretoria de planejamento se concentrasse na qualidade dos projetos.

Nós tínhamos cerca de 85 profissionais no Rio de Janeiro; 50 vieram para Brasília, e os outros 30, que não quiseram vir, foram exonerados ou desligados, se fossem terceirizados. A primeira providência foi consolidar em Brasília toda a equipe de projetos.

Estou com o superintendente de projetos aqui presente, que hoje tem reuniões diárias; ele e o seu diretor fazem reuniões diárias. Antigamente, era na base do telefone, uma confusão danada.

Do ponto de vista gerencial, a decisão de fazer o concurso público e também de consolidar as equipes de projeto em Brasília foram as duas providências que eu podia, gerencialmente, adotar de imediato.

Se eu tenho profissionais para... O concurso, então, Senador, eu pretendo que, com esse concurso... A licitação da obra, como o senhor viu, só deverá ocorrer no segundo semestre de 2013. Até lá, terei já o concurso feito, já terei os engenheiros residentes desig-

nados, enfim, acredito que eu possa tocar a obra com quadros próprios na parte de fiscalização.

Isso não inibe, é claro, a necessidade da supervisora, porque a supervisora é um elemento adicional de fiscalização. O próprio Tribunal de Contas exige que toda obra seja supervisionada por uma consultora, que tenha equipes de topografia, enfim, tenha uma ampla estrutura operacional que ajuda os engenheiros residentes a fiscalizar.

Há um problema crônico na ferrovia, que também pretendo solucionar, que é o problema de medições, de fraudes em medições. Este é um campo muito sensível a fraudes: medição de obras. Nós hoje, no século XXI... Lembro que as medições são feitas, do tempo que comecei em ferrovia, há muitos, muitos anos. Então, não há nenhum uso da tecnologia de informação que nos ajude a coibir ou a inibir as fraudes em medição. Esse é outro tema a que pretendo me dedicar. É um leão a cada dia, mas, enfim, é um tema que não vou deixar passar despercebido, que é a necessidade de nós aprimorarmos os mecanismos de controle não só da qualidade como do gasto público. Se, de fato, o que está sendo medido é realmente o que está no campo. Essa é uma grande fuga de recursos públicos, que se dá pela ausência de mecanismos. E nós já temos inclusive um tema de referência pronto para estruturarmos esse processo de acompanhamento de medição com forte uso da tecnologia da informação.

A questão das sondagens. Eu até fico surpreso, porque sondar cada pilar é regra de bolo, é um negócio centenário, é absolutamente necessário, até porque pode-se até discutir alguma otimização, fazer sondagem rotativa em um, sondagem da percussão em outro e tal, são as modalidades de sondagens, mas não fazer é um contrassenso total e completo. E isso está corrigido, já corrigimos as normas, já corrigimos os termos editais. Além, vou também a um enorme conjunto de normas técnicas da antiga Rede Ferroviária Federal, que vou também tentar recuperar e trazer para o nosso *site*, como forma de mostrar que muitas normas atuais não obedecem aos critérios técnicos da antiga norma. Boa parte do conhecimento com a privatização da Rede e outros processos que ocorreram ao longo do tempo fez com que perdêssemos um pouco da memória técnica, algo que eu também pretendo resgatar.

Com relação à ponte rododotroviária, estive – anteontem, Vuolo? –, anteontem, com o Vuolo e com o Governador Silval, e estou levando esse pleito ao Ministro dos Transportes. É uma MT, por isso talvez não esteja sob a supervisão do Dnit, é uma rodovia, é estadual, mas a ideia básica é que o custo marginal de se construir a ponte rododotroviária, já tendo uma ferroviária

de 600m é... Não estamos falando de alguns bilhões, mas de um custo de alguns milhões de reais. Eu acho que é absolutamente significativo e o benefício que isso traz... Vou levar esse pleito ao Ministro dos Transportes para que possamos, de cara, já no Projeto Executivo, fazer o projeto de uma ponte já rododotroviária.

Com relação à operação ferroviária. O modelo brasileiro... Não sei se tenho medo de me alongar um pouco nesta questão Senadora, porque é um tema palpitante e o Governo está debruçado neste momento sobre esta questão. O modelo concessório brasileiro é um modelo que chamamos de modelo vertical, em que uma única empresa faz todo o serviço: ela mantém, ela opera, ela transporta e tudo o mais.

O modelo que está sendo gestado e que eu defendo, particularmente, mas evidentemente a decisão final não cabe à Valec, o Ministro do Planejamento opinará, o dos Transportes, obviamente, e tal. Qual é o modelo? É o modelo que chamamos de *open access*, em que a ferrovia passa a ter um caráter similar ao de uma ferrovia, ou seja, existe a figura de um mantenedor da infraestrutura, da via permanente e do controle de tráfego, e sobre essa via circulam diversos operadores devidamente habilitados.

Como é feito isso? A Valec contrataria um mantenedor ou faria essa manutenção por si própria e venderia a capacidade de carga dessa ferrovia, capacidade de vazão. Há operadores devidamente qualificados. Com isso, nós...

Hoje, na Europa Ocidental, esse modelo foi tornado compulsório. Todos os países da Comunidade Europeia foram obrigados a adotar esse modelo. Por quê? Porque a ferrovia de carga na Europa vinha, ano a ano, perdendo mercado. Para o senhor ter uma ideia, a participação modal da ferrovia de carga na Grã-Bretanha é de 5% do mercado; na França, de 17%; na Alemanha, de 19%; e esse é um patamar máximo. A ferrovia de carga, que já teve 60% ou 70% do mercado, vem paulatinamente perdendo mercado para o caminhão ou para a navegação interior, ou até de cabotagem marítima. Diante desse dilema, os europeus optaram por esse modelo, compulsoriamente, contra forte reação das ferrovias nacionais, SNCF, Renfe espanhola, SNCF francesa, etc., com pressões sindicais também muito poderosas contra esse novo modelo, mas foi tornado compulsório, e hoje é assim.

Hoje, a Europa Ocidental opera dessa maneira. Existe um mantenedor, que vende capacidade de carga para o mercado. Com isso, os transportadores, ou grandes produtores, como o Senador Blairo ou qualquer outro, pode constituir uma frota ou pode contratar uma frota com terceiros e ele fazer o seu próprio transporte ferroviário sem depender de ninguém.

No caso da Fiol, essa situação tem por detrás de si uma política de venda de capacidade latente. Por exemplo, no caso da Ferrovia Oeste-Leste, ela tem mil quilômetros, que vão de Ilhéus a Barreiras. Os primeiros quilômetros, terminam em Caetité, onde há um grande conjunto de mineradores de ferro interessados na ferrovia – Uzbequistão, Austrália e não sei mais o quê.

O trecho seguinte é o cerrado baiano: São Desidério, Luís Eduardo Magalhães, etc. Se nós fôssemos partir para um modelo tradicional e construir esses mil quilômetros e dar para alguém, os mineradores iam adquirir essa ferrovia e só iam transportar minério de ferro. Nós não íamos ter a chance de transportar grãos do cerrado baiano. Não podíamos incitar o desenvolvimento do cerrado baiano. Então, nessa política de venda de capacidade, como a Valec vai fazer, orientada pelo Ministério dos Transportes, ela vai dizer: “Olha, eu não vou vender toda a capacidade para os mineradores. Vocês vão ter 70% da capacidade e os outros 30% vou reservar para o desenvolvimento do cerrado baiano, seja exportando grãos por Ilhéus, seja subindo fertilizantes e outros insumos necessários à produção agrícola”.

Essa política de venda de capacidade é uma política pública que está por detrás dela. Não somos como algumas ferrovias hoje, que tem simplesmente interesse em transportar cargas dos seus acionistas que são, ao mesmo tempo, seus clientes. Não sobra espaço para ninguém transportar. A ANTT, recentemente, teve que arbitrar uma questão de transporte de minério de ferro numa dessas concessionárias que cobra dos clientes US\$18,00 por tonelada e, quando chegou um terceiro lá para transportar, a ArcelorMittal, cobrou US\$30,00. Isso foi objeto de arbitragem pela ANTT, diante da insatisfação da siderúrgica de ver que estava pagando muito mais do que os clientes acionistas. Então, é um modelo que rompe radicalmente contra o monopólio das ferrovias.

É claro que estou falando, Senador, um pouco empolgado até, porque é o modelo que eu defendo. Mas quero que V. Ex^a entenda que ele terá que ser ratificado, referendado por outras instâncias governamentais.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr^a Presidente, V. Ex^a me permite?

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Até que esse novo modelo seja gestado e, posteriormente, concretizado, de que maneira lá na ferrovia, será a concessão?

O SR. JOSÉ EDUARDO SABÓIA CASTELLO BRANCO – Da Norte-Sul?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Da Norte-Sul.

O SR. JOSÉ EDUARDO SABÓIA CASTELLO BRANCO – Uma das ideias é que seja feito um acordo pré-operacional com a FNS, que é o nome comercial da Vale do Rio Doce, que já opera Açailândia-Palmas, para que haja uso imediato do dinheiro público investido.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Isso sem concorrência?

O SR. JOSÉ EDUARDO SABÓIA CASTELLO BRANCO – Não, seria um período pré-operacional de um ano, até que o modelo ficasse de pé, só para que o dinheiro público investido tenha já uso imediato, não fique aguardando um processo burocrático que pode se alongar. O senhor sabe que isso terá licitação, uma série de coisas que poderá retardar, mas é para dar uso imediato ao dinheiro público investido. Mas também é uma decisão que vai precisar... Inclusive, a Presidente quer pessoalmente referendar esse modelo. É um assunto de que ela particularmente gosta e quer, de fato, participar.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Sr. Mário Dirani para suas observações.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Pela ordem, rapidinho, Senadora.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – No próximo bloco, eu queria sugerir... Próximo bloco não, porque está sendo individual. Que fossem feitos em bloco os questionamentos, até porque as perguntas, os questionamentos do Senador Pedro Taques já contemplaram quase todas as nossas perguntas. Mas sempre fica alguma coisa para questionar. Que pudesse ser em bloco...

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Raupp, após a intervenção do Senador Blairo, que também é autor do requerimento, eu passarei a fazer em bloco.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Muito obrigado.

(Manifestações fora do microfone.)

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Hoje o dia é de Mato Grosso. Mato Grosso tomou conta. Nós somos minoria aqui Raupp.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Não vai sobrar nada para Goiás, Presidente?

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Você já viu? Nós dois aqui como é que estamos?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – É duro ser minoria.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Sr. Mário Dirani.

O SR. MÁRIO DIRANI – Respondendo ao questionamento do Senador Pedro Taques com relação à ponte rodoferroviária, uma vez que haja a decisão de que ela seja feita dessa forma, como disse o colega José Eduardo, seria uma decisão do Ministério dos Transportes, de como materializar essa construção, ou seja, se a Valec assumiria. Se entraria no orçamento da Valec para a ponte ferroviária ou se a parte rodoviária ficaria a cargo do Dnit, entraria no orçamento do Dnit, e seria feito algum tipo de convênio ou acordo de cooperação. Não sei. A forma poderia ser discutida.

Eu creio que não haveria problema nenhum. Eu só alerto para a necessidade de que essa ponte – é só uma questão legal –, uma vez que seja feita a ponte rodoferroviária, a parte rodoviária dessa ponte tem que ser incluída no Sistema Nacional de Viação, para que não ocorra o mesmo problema que ocorreu com a ponte rodoferroviária utilizada pela Ferronorte, hoje a LL Malha Norte.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MÁRIO DIRANI – Não, é problema de manutenção, porque é uma ponte rodoferroviária que liga rodovias estaduais e não estava incluída no Sistema Nacional de Viação. Então, ela ficou manutenção, ficou sem responsável por sua manutenção. Hoje, o Dnit tem incluído na sua verba de custeio a manutenção da parte ferroviária, a parte de iluminação e segurança, até porque é uma ponte que fica relativamente isolada, e frequentemente havia problema de roubo de cabos de energia elétrica. Então, hoje, o Dnit assume a parte de manutenção e segurança da parte ferroviária, mas a parte rodoviária eu acho que ainda não está definida a forma de manutenção. Eu alerto apenas para essa necessidade, que seja rapidamente incluída, uma vez definida a questão, seja rapidamente incluída no SNV e que se passe ao Dnit, à Diretoria de Infraestrutura Rodoviária, a responsabilidade de manutenção da parte rodoviária da ponte.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra...

A SRª JULIANA PONTES MONTEIRO DE CARVALHO – Dentre as questões do Exmº Sr. Senador Pedro Taques, eu gostaria de saber, se me for permitido, do Presidente da Valec, em relação aos trechos da Ferrovia Norte-Sul Tocantins que já foram concluídos. Ele menciona que a partir de Tocantins já há conclusão, já há operação pela Vale. Eu queria saber se já existe termo de recebimento definitivo desses lotes, e as despesas de manutenção que atualmente estão sendo executadas ali, de quem é a competência, quem

está entrando com o recurso das despesas de manutenção desse trecho.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Srª Presidente da nossa Comissão de Infraestrutura, Senadora Lúcia Vânia...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu esqueci. Desculpa.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Volto a palavra à Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Volta a palavra para mim para eu passá-la ao Dr. José Eduardo.

O SR. JOSÉ EDUARDO SABÓIA CASTELLO BRANCO – Então, o trecho de Açailândia a Palmas foi concedido em dezembro de 2007. A Vale, o nome comercial com que hoje ela opera lá, a concessionária tem o nome de Ferrovia Norte-Sul, e isso dá uma certa confusão, até porque... Mas é Ferrovia Norte-Sul S.A. Então, a Ferrovia Norte-Sul S.A., quando recebeu essa ferrovia, recebeu com inúmeras obras inacabadas. A Vale recebeu, e isso gerou... Já houve uma primeira campanha de saneamento dessas obras inacabadas, que não afetavam o corpo estradal, digamos assim, propriamente dito no curto prazo, mas poderiam vir a afetar o corpo estradal no médio prazo. São problemas de dispositivo de drenagem que não foram construídos, bacias de dissipação, alguns compromissos ambientais etc.

Hoje, nós temos nessa ferrovia um passivo estimado de R\$45 milhões. Esse passivo, atribuível à Valec... O que estamos fazendo agora? Existe um passivo, Drª Juliana, de R\$45 milhões, e nós estamos fazendo o Projeto Básico dessas obras, não tínhamos o Projeto Básico, estamos fazendo agora, para podermos licitar essas obras. Além desses R\$40 milhões de obras para fazer, o Tesouro Nacional tem R\$100 milhões a receber de outorga dessa subconcessão, que não foram pagos exatamente pela existência ainda desses passivos. Então, há, de um lado, o compromisso de executar R\$44 milhões em obras, e, por outro lado, a Vale, uma vez essas obras realizadas, realizará o pagamento de outorga no valor de R\$100 milhões ao Tesouro Nacional, que é o poder concedente.

Então, nós estamos já terminando os projetos básicos dessas obras. E aí vamos, Drª Juliana, tentar com você no TCU... Para nós, seria ideal, já conversamos com a Vale, fazermos um encontro de contas. A Vale está disposta a licitar essas obras pela 8.666. Por quê? Porque é muito difícil executar obra numa ferrovia operada por terceiros, porque o acesso a cortes, com erosões, acessos a aterros e erosões, muitas vezes

se dá pela via ferroviária que é operada por ela. Então, eu contratar um empreiteiro, que muitas vezes vai ter dificuldade de acesso, que não vai conseguir chegar em tempo hábil, vai querer me cobrar lucro cessante, toda logística de acesso à obra, de ataque à obra depende da via ferroviária, que é da Vale.

Então, para nós, o ideal seria celebrarmos um termo de compromisso com a Vale e repassarmos esses R\$44 milhões a ela ou fazermos o encontro dos R\$44 milhões com os R\$100 milhões, mas ela executaria as obras, seguindo o rito processual da 8.666, e os entendimentos até agora são de que ela está disposta a fazer isso.

Então, esse é o *status quo* do problema.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra, o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Srª Presidente Lucia Vânia, Srs. Senadores, nossos convidados nesta audiência pública, mais uma vez quero cumprimentar todos os convidados que vieram do Estado de Mato Grosso e também de Goiás e de outros locais, que estão aqui.

Eu tenho duas ou três considerações a fazer e quero começar com o Dr. José Eduardo Castello Branco, fazendo uma pergunta. O Senador Pedro Taques fez aqui a pergunta mais importante do dia: como essa ferrovia vai ser operada depois de pronta?

Claro que nós temos todo o processo de construção, mas um dia ela ficará pronta, e espero que em 2014 e 2015. Como a Valec, como o Governo hoje está pensando em fazer a interação e a integração entre os dois modelos? Porque, se nós carregarmos um comboio lá em Água Boa e em Lucas e dentro da Fico, ela é operada de acordo com o novo modelo, que espero que seja o que para mim também é correto... Não acho justo sairmos de um cartel público, pode-se dizer, e passarmos para o privado, como aconteceu. Então, como vamos fazer para sair do modelo que vamos implantar e quando chegarmos à Norte-Sul já é concessionada para a Valec? Ou quando descermos para o Sul, ela é concessionada para a Valec? Quer dizer, então, nós vamos ter dois modelos transitando. A primeira pergunta é: como vamos fazer isso? Porque não adianta um novo operador sair com seus comboios de Mato Grosso... Ele vai andar livre até um pedaço; para frente, ele é cativo na mão de outros. Esta é a primeira pergunta: se temos já estudos ou como vamos pensar sobre esse assunto.

Outro ponto é uma preocupação que temos por parte dos agricultores, dos produtores do Estado de Mato Grosso. É uma ferrovia bastante longa. Só em Mato Grosso são mais de 500 quilômetros, entre Água Boa e Lucas do Rio Verde. Algumas regiões produto-

ras, como a região de Paranatinga, ali no meio, em Santiago do Norte, onde há uma zona de produção muito importante, fica sempre uma pergunta. E há um movimento, inclusive, de produtores, eles já estiveram aqui conversando conosco. Cada um gostaria que houvesse um terminal na sua fazenda, por onde ele está produzindo. Sabemos que isso não é possível.

Que metodologia a Valec vai usar para determinar os pontos de carga? É por volume? É por distância? Como esse ponto vai ser discutido?

A terceira pergunta: a Presidente Dilma por várias vezes me disse, em várias oportunidades, que ela tem compromisso e determinação de fazer a Fico. Eu quero saber de V. Sª se lá na Valec há essa determinação. E quando vamos começar a preparar o orçamento para a execução da ferrovia, uma vez que teremos ordem de serviço, segundo foi dito por V. Sª, em meados do ano de 2013. Seriam as três perguntas que tenho ao Castello.

E quero fazer uma constatação para a Drª Juliana, aproveitando a presença de usuários agricultores e daqueles que estão nos ouvindo pela rádio e depois vão ouvir este programa pela TV Senado.

Vocês perceberam, na apresentação da Drª Juliana, como é diferente o formalismo, seguir na regra o que a lei determina, o que as normas determinam, e aquilo que nós lá fora, usuários, achamos que poderia ser passado por cima porque não tem a menor importância. Nós, usuários, produtores, que não somos o Governo, pensamos assim: a ordem dos fatores não altera o produto. Ou como brincávamos na escola: a ordem dos tratores não altera o viaduto. A maneira como você faz está bem. E a Drª Juliana falou: se está prevista uma ponte de concreto, você não pode mudar para uma ponte de estrutura metálica. Para nós, não há problema nenhuma. O trem passa igual.

Então, em muitas oportunidades, vemos uma obra parar em função destas questões: a estaca era para ser de raiz e foi estaca de tubulão; não foram feitos os furos necessários na cabeceira da ponte, no local exato da ponte; foi feito aproximado.

Então, quero crer também que a nova determinação da Presidente Dilma, e acho que também é uma determinação também da sociedade, acho que a sociedade pensa assim: chegou o tempo de fazermos as coisas de forma empírica, começar para ver com termina, começa e depois vê como termina.

De agora em diante, se for seguir essa metodologia, quer dizer, Projetos Executivos para você fazer as licitações, tenho certeza de que, quando forem iniciadas, dada a ordem de serviço, vamos ver essas obras ocorrerem nos prazos especificados nos editais.

Com respeito à Dr^a Juliana, quero fazer esse registro. Porque, lá fora, Dr^a Juliana, o TCU é muito criticado. Qualquer coisa que dá errado, parou uma obra, é o TCU, é o Ministério Público. E a culpa é de todos nós políticos, que não damos conta de resolver os problemas.

Eram essas as minhas considerações.

Ao Dnit eu não tenho nenhuma pergunta, uma vez que ele já disse, nesta audiência pública, que a participação dele é só de representar o órgão.

Obrigado, Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Blairo.

Concedo a palavra ao Dr. José Eduardo.

O SR. JOSÉ EDUARDO SABÓIA CASTELLO BRANCO – Muito bem. Três perguntas na canela, que são perguntas-chave.

A primeira pergunta é sobre interoperabilidade, como as malhas se comunicam. Se a Fico fosse uma concessão vertical ou se fosse o novo modelo, persistiria o problema da interoperabilidade, porque, de qualquer maneira, fosse quem fosse o operador, ele terá que, se for sair pelo Norte, ele terá que passar pela FNS, que é um trecho já subconcedido à Vale, e pela Estrada de Ferro Carajás, que também é da Vale. Se for sair por Ilhéus, talvez não tenha tanto problema, porque já será dentro do novo modelo. Se sair pelo Sul, sairá pela ALL, que também é uma concessionária.

A ANTT acabou de promulgar três resoluções – se não estou enganado, 3.694, 3.695 e 3.696 –, regulamentando a questão do direito de passagem. Quer dizer, como uma ferrovia opera em outra ferrovia.

Essa questão, Senador, nós vamos ter dois desdobramentos aí. Uma é operar num trecho em que há capacidade, porque aí a questão é mais uma questão de acerto burocrático. Existem alguns acertos técnicos, por exemplo, a locomotiva que vai trafegar nos dois trechos deve ter compatibilidade nos sistemas de orientação, de recebimento de informações de satélites, do centro de controle operacional etc. Então, onde há capacidade, o problema é menor, que é o caso de sair pelo Norte. Tanto a Ferrovia Norte-Sul como Estrada de Ferro Carajás, que está em vias de duplicação... Carajás transporta hoje 100, 120 milhões de toneladas e está duplicando a via, se habilitando a transportar 240 milhões de toneladas por ano. Então, haveria capacidade, haveria espaço para trafegar. Aí devem-se acertar alguns de detalhes operacionais disso.

O problema maior está na ALL. Quando essa ferrovia for sair pela ALL e for pegar o trecho da antiga araraquarense, que é o trecho que vai de Fernandópolis até Campinas, esse trecho já vem com muita

soja da Ferronorte. Então, é um trecho que vai estar provavelmente com a capacidade de vazão esgotada.

Na resolução da ANTT, existe a figura do usuário investidor. O que é isso? O usuário que se depara com uma ferrovia já concedida com o trecho congestionado, ele pode fazer os investimentos para superar aquele congestionamento e passa a ser detentor da capacidade de vazão gerada por esses investimentos. Então, se há um trecho lá cuja capacidade é de 14 pares de trens por dia e o senhor precisa colocar mais quatro ou cinco pares lá, então se faz a duplicação e amplia-se alguns postos de cruzamento. E esses cinco pares gerados pelo seu investimento passam a ser de sua propriedade; ou usa ou comercializa com terceiros. Então, esse é o arranjo regulatório que já permitiria superar essas questões de interoperabilidade.

É claro que esse modelo precisará fortemente da atuação da ANTT, razão pela qual as indicações vão passar por esta Casa. É um problema crucial que a agência esteja dotada de profissionais adequados para essa questão da interoperabilidade seja rapidamente resolvida.

Outra questão é a determinação dos polos de carga. O princípio básico que eu defendo é que os polos de carga são livres. Quem quiser botar polo de carga ao longo da ferrovia terá direito de fazê-lo.

Por exemplo, na Norte-Sul há um caso curioso. Foi projetado um polo de carga em Santa Helena, e os agricultores e os industriais de Rio Verde resolveram, por sua conta, fazer um polo próprio, porque não concordam com a tese de que Santa Helena seja a melhor localização em Goiás. Então, vão construir seu próprio terminal em Rio Verde. A ideia básica é que a Valec construa alguns polos de carga, e os estudos de demanda nós ainda vamos fazer. Nós ainda não dispomos deles agora, mas nós vamos fazer alguns, para determinar alguns polos de carga, mas não serão todos os polos bastante e suficientes para o carregamento. A iniciativa privada terá absoluta liberdade para colocar os polos de carga, até porque, na maior parte dos casos, a ferrovia trabalha com os três “Gs”, como falamos: grandes volumes, grandes cargas, grandes clientes. Então, esses polos geradores de carga, de atração ou de geração de carga, normalmente são Cargill, ADM, Grupo Maggi, Petrobras, que têm condições de construir, com a sua logística própria, os pontos onde achar conveniente. Há pequenos detalhes, como não colocar um acesso de pátio numa curva, pequenos detalhes técnicos que precisam ser observados. Mas, afora isso, a via é franqueada a qualquer um que queira construir seu terminal.

A questão orçamentária vamos ter quando as obras começarem. Já em início de 2014, já vamos es-

tar no descenso, digamos assim, dos investimentos da extensão sul, de modo que deve haver uma certa compensação de recursos. Não haveria necessidade de incremento orçamentário da Valec, de modo que um dos empreendimentos já deve estar na descendente de gastos, enquanto se inicia outro, numa rampa ascendente, os investimentos da Fico. Então, acredito que haja um certo balanceamento orçamentário e não haja necessidade de aporte adicional de recursos em relação ao que já temos hoje.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Perguntaria à Drª. Juliana se há alguma coisa a acrescentar.

Dr. Mário.

O SR. MÁRIO DIRANI – Gostaria de colocar à disposição do colega José Eduardo todo o acervo técnico herdado da extinta Rede Ferroviária Federal. No início deste mês, eu tive a possibilidade de conhecer todo esse acervo técnico, que está depositado na antiga sede do edifício da administração geral da Rede Ferroviária Federal, no Rio de Janeiro. O pessoal ligado à inventariança da extinta rede está trabalhando na catalogação desse material. São várias publicações, mapas, plantas, estudos de viabilidade que já foram feitos. E mesmo hoje o Dnit já possui, com base nesse material, várias normas que estão sendo desenvolvidas, normas técnicas, de especificações, de recebimento de material, normas construtivas, e isso, desde já, fica à disposição da Valec para utilização no que for necessário.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Há engenheiro ferroviário? *(Fora do microfone.)*

O SR. MÁRIO DIRANI – Como? Se há?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Está perguntando se o Dnit tem engenheiros ferroviários.

O SR. MÁRIO DIRANI – Tem.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – E a Valec não tem? *(Fora do microfone.)*

O SR. MÁRIO DIRANI – Não. São poucos. São engenheiros que foram admitidos em concurso, com formação genérica, mas hoje estão se especializando nessa área.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra, a Drª Juliana, para algumas considerações.

A SRª JULIANA PONTES MONTEIRO DE CARVALHO – Eu queria fazer um breve comentário sobre o que o Senador Blairo Maggi comentou acerca da impressão que a população tem de que as obras não andam porque o TCU recomenda a paralisação. Até quando visitamos as obras e eventualmente algum jornalista nos pergunta, percebemos que, de fato, as pessoas têm essa impressão.

Só para ilustrar, de quase 18 lotes da Ferrovia Norte-Sul, atualmente, temos dois na Ferrovia Norte-Sul Tocantins com indicação de paralisação pelo Tribunal. Mesmo assim, não consta do quadro “bloqueio”. Apenas uma recomendação. A obra continua em andamento. E essas paralisações, não posso nem dizer paralisação, mas a diminuição do ritmo do contrato nada mais é do que aquela pequena substituição que, para a pessoa que está de fora, que é leiga, que não entende de engenharia, a população, o cidadão que paga seus impostos, pensa o seguinte: qual o problema de eu trocar uma ponte de concreto para uma ponte em estrutura metálica? É isso que faz com que o cronograma de obras se arraste. Porque vou ter que reformular o projeto, que revisar o projeto, uma série de tratativas que terão que ser efetuadas dentro do órgão da entidade, e tratativas com a construtora, o que acaba por atrasar o andamento dessa obra. Como ele mesmo colocou, a população tem essa impressão, mas a grande chaga do atraso dessas obras, de fato, é o projeto.

A SRª PRESIDENTE (Lucia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Senadora Lucia Vânia, Sr. Vice-Presidente Senador Blairo Maggi, senhores e senhoras convidadas, Srªs e Srs. Senadores, com as perguntas do Senador Pedro Taques e Senador Blairo Maggi nós já fomos contemplados; não vamos aqui fazer questionamentos técnicos, que já foram respondidos pela Drª Juliana, pelo Diretor Mario Dirani e pelo Dr. Castelo Branco, Diretor da Valec.

Uma das perguntas que eu quero fazer é: como se complementa a Diretoria de Infraestrutura Ferroviária do Dnit, a Valec? Nós Senadores temos dificuldade de entender quais são as atribuições. A Valec constrói ferrovias, o Dnit também deve ter atribuições para construir, para fiscalizar, e eu queria fazer esse questionamento.

Outra pergunta é para o Dr. Castello Branco e para o Diretor sobre o trecho de Rondônia. Nós temos estudos até Vilhena. Essa ferrovia é muito boa para o Brasil, mas será até ruim para Rondônia se chegar até Vilhena, mas não chegar a Porto Velho. Temos em Porto Velho três terminais graneleiros, fora as outras cargas transportadas para Manaus, Acre, daqui a pouco até para o Peru, porque temos uma rodovia bioceânica que liga Rondônia aos portos do Peru. Então esta ferrovia de Vilhena a Porto Velho, para nós, para Rondônia e Acre, é muito importante. Repito: até Vilhena, é boa para o Brasil; mas, para Rondônia, o trecho mais importante é de Vilhena a Porto Velho. E se trouxer um trecho de Vilhena a Porto Velho já podem as cargas

do noroeste do Mato Grosso, da região da soja, onde o Senador Blairo é produtor e tantos outros,...

Então, nós temos lá em Porto Velho o primeiro terminal construído, o Terminal da Margem, de quando eu era Governador e fiz uma parceria, acho que a primeira parceria público-privada do País foi aquela lá. Fizemos verdadeira parceria o Estado, a União... Envolveu o Estado de Rondônia, o Estado de Mato Grosso, o Estado do Amazonas – o Amazonino construiu também em parceria o Porto de Itacoatiara, nós construímos em Rondônia, e o Dante de Oliveira, que era o Governador do Mato Grosso construiu a rodovia para dar acesso àquela região da soja.

Mas, agora, com o volume de carga aumentando, vocês viram como está a nossa BR-364, não é? Em torno de mil a mil e duzentas carretas por dia, só de soja, transitam por aquela BR todos os dias. Uma rodovia de 30 anos de pavimento acabou; de Vilhena a Porto Velho não existe mais. Daqui a pouco, vai estar igual à Transamazônica e à BR-319, que tem que ser reconstruída. Não estou falando mais em recapeamento, tapa-buraco, restauração; estou falando em reconstrução. A rodovia 364, da divisa de Mato Grosso a Porto Velho, tem que ser reconstruída. Tem que arrancar tudo o que tem lá e reconstruir novamente.

Então, essa ferrovia, Dr. Castello Branco, de Vilhena a Porto Velho, é o trecho mais importante de toda a ferrovia transcontinental, da Baixada Fluminense até o Peru. O Jaime Martins foi relator na Câmara dos Deputados, e eu fui relator desse projeto, do Plano Ferroviário Nacional, aqui no Senado. Nós estendemos trechos para tudo quanto foi lado para ver se um dia ela chegaria a Rondônia. Em Mato Grosso ela já chegou, mas agora precisamos ver se ela chega até a divisa de Rondônia.

Outro ponto que eu queria abordar, eu falava para o Senador Pedro Taques antes da fala dele, e a Dr^a Juliana logo depois veio batendo nessa tecla, é que o mal do Brasil hoje na área de infraestrutura não é dinheiro. Não é fiscalização, que tem que ter, tem que existir a fiscalização, não é dinheiro, porque dinheiro tem no PAC, o Brasil tem reservas hoje, tem orçamento, está sobrando dinheiro no Orçamento, todos os anos, na área de infraestrutura. O problema são os projetos. Esse é o mal de que padecem os Municípios, os Estados e a União. Em Rondônia há um projeto de saneamento, obra de esgoto, há dois anos, no valor de 700 milhões, que o TCU mandou cancelar tudo porque licitaram com projeto básico. A empresa nem tinha terminado o projeto, porque ela abandonou o projeto depois que tudo isso aconteceu. O valor do Projeto Executivo era de R\$8 milhões. Ela já tinha recebido R\$5 milhões ou R\$6 milhões e abandonou o

projeto antes de ele ser concluído. Como é que você vai licitar e contratar uma obra se a empresa ainda não tinha terminado o projeto e, no meio do projeto executivo, ela abandonou o projeto?

Então, o problema do País são os projetos. Se houvesse projetos bem feitos, bem estruturados, bem licitados, não haveria problema de fiscalização. A fiscalização não está errada; o que está errado são os projetos.

Como último ponto, gostaria de dizer que está faltando – isso todo mundo sabe, a Valec, o Dnit – contratar engenheiros. Eu visitei uma empresa na China. A China tem duas empresas estatais de construção de ferrovias e fabricação de trens. Uma dessas empresas que visitamos tem 200 mil funcionários e 2 mil engenheiros. Quer dizer, a China está formando engenheiros em grande quantidade, e o Brasil está com esse problema. Nossos órgãos de infraestrutura têm que contratar engenheiros, engenheiros capacitados para fazer projetos, acompanhar projetos. Então, nosso mal são projetos e engenharia. Por isso, está tudo travado. Já fiz uns três pronunciamentos no Senado no ano passado e neste ano dizendo que a infraestrutura do Brasil está travada. Está mesmo, está completamente travada.

Parabenizo V. Ex^a que está tentando destravá-la e fazer projetos de boa qualidade para não ter problemas de continuidade. O mesmo tem de acontecer no Dnit, tem de acontecer em todos os órgãos que tocam as obras de infraestrutura do nosso País. É preciso mudar urgentemente. O Brasil é a sexta economia do mundo. Como justificar a sexta economia do mundo com todas as estradas esburacadas, com as ferrovias paradas, portos com problema, aeroportos com problema? Daqui a três anos vamos ser a quinta economia do mundo, a quinta economia do mundo com infraestrutura de Terceiro Mundo, pior que muitos países de Terceiro Mundo.

Era isso.

Obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador, tem a palavra.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr^a Presidente, eu gostaria de fazer apenas uma observação, até pelo adiantado da hora.

Já foram feitas aqui várias observações e questionamentos que me satisfazem plenamente. No entanto, depois de ver discorrerem aqui todos os convidados, imagino que é um assunto interessante, como bem disse o José Eduardo, e eu gostaria de falar muito mais tempo.

Quando o senhor disse que a pretensão e a perspectiva para 2013 são as de essas obras já terem

sido lançadas à concorrência pública e, se possível, terem ordem de serviço, eu, particularmente, faço um questionamento: na medida em que os projetos... Até então, não foi lançada nem a concorrência para que sejam feitos os projetos executivos dessas obras. Feita a concorrência, é dada a ordem de serviço para a execução dos projetos. Ela é uma obra longa, extensa. O projeto não é um projetinho qualquer; é um projeto que demanda tempo e, sobretudo, imagino que está tendo até alguns problemas de ordem ambiental.

Nesse caso, Dr. José Eduardo, quero crer que esse projeto ainda vai demorar muito mais, até por que a própria Dr^a Juliana, que foi muito pertinente na sua fala aqui, disse que tem de ser feito um bom projeto, sobretudo em razão até das pontes, como serão, se serão de tubulão ou de raiz.

Feito isso, só em termos de intervenção, parece-me que aqui foram apontadas cerca de 83 intervenções. Alguns, imagino, são projetos de bueiro celular duplo, outros de galerias, outros de travessias urbanas subterrâneas, que terão de ser feitas em alguns pontos dessa rodovia, terão de ser feitas, indiscutivelmente, até a questão ambiental, que é fundamental, de viventes, de animais que têm de passar por baixo.

Chego à seguinte conclusão: diante do fato de que para a obra da Norte-Sul a previsão era a de que seria concluída em 2001 e nós estamos em 2012... Eu imagino que ela ainda não toda concluída, falta grande parte dela. Então, Senador Pedro Taques, cara Senadora Lúcia Vânia, se ainda conseguirmos dar início à obra até 2014 ou 2015, acho que já estaria de bom tamanho.

Segundo: eu indago a V. Ex^a de onde virão os recursos, se estão previstos, se estão no PAC, se não estão no PAC. Porque o Valdir Raupp foi generoso aqui, dizendo: “Olha, tem dinheiro, falta um bom projeto”. Até certo ponto, eu acho que sim; entretanto, não representa a verdade, porque, infelizmente, muitas das obras do PAC passam a ser obras de ficção, tendo em vista que do PAC 1, ao que me consta, até agora, apenas 40% foram executados.

Eu fico muito preocupado quando é uma obra tão importante para a nossa região e para o Brasil. É uma obra que eu imagino ser da maior importância, na medida em que temos que mudar essa concepção de que 70% do transporte no Brasil, praticamente, é transporte rodoviário. Tem que haver uma inversão, para termos, se possível, 40% de transporte rodoviário ou aquaviário ou hidroviário, porque o Brasil tem um potencial fantástico, que infelizmente não é aproveitado.

Eu quero crer que temos que fazer o máximo possível, sobretudo nesse trabalho em conjunto: Valec,

Dnit, Tribunal de Contas da União, com a Dr^a Juliana, que se expôs toda a boa vontade do Tribunal.

Evidentemente, quando falo aqui do que existia até então na Valec, lamentavelmente... É um absurdo o que está acontecendo lá. É um absurdo! Agora, parece-me que as coisas mudaram. A impressão que tenho do senhor é a melhor possível. Nós vamos ter que fazer andar essa obra.

Agora, é uma obra longa, demorada, sobretudo em razão de como vai ser a exploração dela. Precisamos ter recursos suficientes. Não é uma obra baratinha não. É uma obra que demanda muitos investimentos. Vamos ver se o Governo vai ter, de fato, a vontade de aportar recursos.

Lá, inicialmente, quando falavam dessa obra, eu achava que seria até uma PPP, que iriam buscar parceiros, porque a Valec não tem capital suficiente para atender a essa demanda enorme. Vamos dizer aqui que é bem aquém da necessidade do enfrentamento que se tem que fazer em relação a outras ferrovias em nosso País. O Brasil tem que ter uma visão mais modernizada desse caso e buscar dinheiro por parceria privada; caso contrário, nunca vamos adiantar.

Eu acho que seria um grande avanço, em que pese não ser a tese do Governo atual deter parcerias, ou seja, fazer algumas privatizações. Mas já entenderam que o Brasil não teria recursos suficientes para atender à demanda não só em rodovias, ferrovias, aeroportos. Agora abriram a concessão dessa parceria de governo, a PPP feita nos aeroportos brasileiros.

Mas o que me traz também muito mais preocupação é a questão das desapropriações. Esse é um grande imbróglio que temos. Eu indago a V. Ex^a, meu caro Dr. José Eduardo, se já está sendo feito um trabalho nesse sentido, para quando, de fato, essa obra puder ser executada. Já está sendo feito um diagnóstico, um trabalho no sentido de facilitar até mesmo o bom andamento da obra? Porque no Brasil é complicado. Vai para a Justiça, vai emperrar. Você não vai entrar na minha propriedade com uma ferrovia se você não tiver feito de fato um acordo e o pagamento. É muito fácil dizer: “Ah nós vamos desapropriar”.

E aqui tem um mal muito mais grave, porque se desapropria e não se paga também. O Governo leva com a barriga o cidadão e não paga. Mas as coisas estão mudando. Então, eu faço objetivamente a minha pergunta: já estão sendo tomadas providências no sentido da questão das desapropriações? Caso contrário, vai ser muito mais demorado do que a ferrovia que o pai deste moço que está aqui, o Vuolinho, demandou desde a década de 1960. Só aconteceu depois de trinta anos.

Agora, estamos numa luta incessante para chegar até Rondonópolis e se possível até Cuiabá. Ela conseguiu chegar ao território mato-grossense quando fui governador. Lancei, junto com o governador Fleury e com Pedro Pedrossian, governador de Mato Grosso do Sul – naquela oportunidade o Presidente era o Collor –, a ponte rodoferroviária aqui em cima, passando por Santa Fé do Sul. Depois, como governador, tive a primazia de aprovar no Condell medidas em que se pudesse aportar dinheiro, recursos da Sudam, para essa tão importante ferrovia chegar até Mato Grosso.

Lamentavelmente, foi feito um contrato draconiano com a ALL, que foi detentor por alguns anos, e até hoje não conseguiu rever esse contrato. Lamentavelmente, como bem disse o Senador Pedro Taques aqui, hoje se paga o mesmo preço da ferrovia com a rodovia. Então, não tem nenhuma compensação. Por sinal, traz sérios transtornos para aquelas pessoas que transitam pela BR-364. Tomaram conta da rodovia. Às vezes tem quinze a vinte quilômetros de caminhões em cima da rodovia, porque não se preocupou em fazer nenhum parque para estacionamento dos caminhões. Hoje há um clamor dos moradores de Alto Garças, Alto Taquari, Alto Araguaia, todos reclamando que essa rodovia quase nada trouxe de proveito para comunidade ao longo da BR-364.

De maneira que quero, nesta oportunidade, dizer que, como brasileiro, como mato-grossense, como ex-governador, como Senador, como prefeito por três mandatos e, sobretudo, como homem que acredita nas potencialidades daquele Estado, espero que, de fato, a ferrovia seja uma realidade.

Sei que não é fácil, é uma luta. Você vai comer o pão que o diabo amassou para chegar lá, mas vai chegar. Espero que o Governo Federal tome isso como prioridade. Se ele não dá prioridade para essa ferrovia, daqui a vinte anos nós vamos dizer: lembra um dia, Pedro Taques, tivemos uma reunião na Comissão de Infraestrutura?

Eu conheço esse filme. Estou com sessenta e tantos anos de idade e já conheço bem esse filme. Estou aqui torcendo, ouvindo atentamente o entusiasmo do Zé dizendo: “Olha, em 2013...”.

Eu estou velho já, mas vamos torcer, vamos esperar, todo esse pessoal que está aqui, prefeitos, deputados, vereadores, produtores, presidentes de entidades de classe, que estão na expectativa. Já fizeram sabe quantas audiências públicas lá em Mato Grosso sobre essa ferrovia? Umas quinze ou vinte. Não tem um único Município naquela região que não tenha feito uma audiência pública, com o Juquinha, com o Paulo Passos, com o Pagot, que era diretor do Dnit. Então, há uma expectativa tão grande que vocês nem imaginam.

Então, estamos torcendo e, no que depender de nós aqui, como bancada de Mato Grosso, bancada de Goiás, podem ter a certeza de que vocês têm um grande aliado, sobretudo para ajudar a viabilizar até recursos orçamentários no sentido de que uma obra como essa é prioridade não só para o Mato Grosso, mas também para o Brasil. Desejo sucesso, sorte. Esperamos que sejam resolvidas as demandas que aqui surjam no decorrer, naturalmente, do andamento dos trabalhos, principalmente a questão da desapropriação, que acho que é muito preocupante.

Obrigada, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Obrigada, Senador Jayme Campos.

Vou passar a ler as perguntas do Senador Cyro Miranda, que não pôde estar aqui porque está presidiendo uma subcomissão. Então, gostaria que V. S^a pudesse respondê-las. Eu o faço em nome dele.

Qual a estimativa mais realista para a conclusão das obras da Ferrovia Integração Centro-Oeste – o Jayme já colocou isso muito claramente – para que essa ferrovia entre em efetiva operação? Como o Governo pode garantir que não acontecerão com ela os mesmos atrasos que arrastam as obras da Ferrovia Norte-Sul por quase um quarto de século?

Segunda pergunta: haverá transporte de passageiros na ferrovia? Em caso de resposta negativa, qual a justificativa para tal?

Terceira: qual a perspectiva, em termos numéricos, da redução dos custos de transporte, por exemplo, da tonelada de soja produzida no Centro-Oeste com a construção dessa ferrovia?

Quarta: sabemos que o TCU vem, reiteradamente, apontando deficiências de projeto em boa parte das obras de infraestrutura fiscalizadas por essa Corte. Nesse sentido, gostaria que os técnicos do TCU aqui presentes fizessem uma avaliação a respeito da qualidade dos projetos básicos e executivos utilizados nessa importante obra. Aliás, isso já foi feito.

Agora, uma pergunta do Senador Gim Argello, que é de Brasília e não pôde estar presente.

Ao Dr. Mário. Analisando a integração da Ferrovia Centro-Oeste com a Ferrovia Norte-Sul, constato que um importante eixo econômico e populacional não será contemplando por essas duas ferrovias, o eixo Brasília-Goiânia. Existe algum projeto ferroviário, no âmbito do Dnit, que esteja avaliando a implantação do trem de cargas e de passageiros entre Brasília e Goiânia?

Um ramal ferroviário ligando Brasília a Goiânia poderia ser incorporado no projeto da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste ou da Ferrovia Norte-Sul?

Essas seriam as perguntas para o Dr. Mário, do Senador Gim Argello.

Vou passar a palavra para o Dr. José Eduardo, mas antes gostaria, em homenagem à bancada de Mato Grosso, em homenagem ao requerimento dos Senadores Pedro Taques, Blairo Maggi e Jayme Campos e ao nosso ex-Senador e ex-Governador Júlio Campos, de passar a palavra, quebrando o Regimento Interno, para o nosso Secretário Extraordinário de Acompanhamento de Logística Intermodal de Transporte do Estado do Mato Grosso, Dr. Francisco Vuolo.

Faço isso em homenagem aos Senadores de Mato Grosso, que mostraram seu interesse e competência, trazendo setores expressivos daquele Estado. Nada mais justo que homenageá-los, passando a palavra ao Secretário.

O SR. FRANCISCO VUOLO – Ilustre Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Infraestrutura do Senado, agradeço, até emocionado, em especial a toda a bancada do Estado do Mato Grosso, porque nós tivemos a oportunidade de um dia ter o nosso pai sentado aqui nesta Casa.

Desculpe-me Senador.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Querido, respira fundo, lembra do seu pai.

O pai do Francisco foi um brilhante Senador, foi prefeito da cidade de Cuiabá, foi Deputado Federal, idealizador da ferrovia que hoje chega em Mato Grosso, briga a vida inteira para levar a ferrovia até dentro de Cuiabá.

Você vai conseguir fazer isso. Aproveita agora e abre o gogó.

O SR. FRANCISCO VUOLO – Muito obrigado.

Fico muito feliz e como fui pego de surpresa, embora esteja como Secretário do Estado do Governo Silval Barbosa, do Governo do Estado do Mato Grosso, não há como não reviver alguns momentos históricos de batalha por um pleito tão importante como este, que é ver o Brasil todo ser cortado por um modal importantíssimo e fundamental para que possamos ter competitividade em âmbito internacional, como é a ferrovia. Desde pequeno aprendi, e por isso, nesta posição, agradeço imensamente a Senadora e a bancada federal, a oportunidade.

O Governo do Estado, de Silval Barbosa, não tem medido esforços para criar os instrumentos necessários para que as ferrovias avancem dentro do Estado do Mato Grosso, e em especial a Ferrovia de Integração do Centro-Oeste, a Fico, que cumprirá um papel fundamental de integração, não só para o nosso Estado, mas também para os Estado de Rondônia e de Goiás, enfim, integrando nosso País e buscando alternativas de escoamento de produção, com preços mais competitivos e com outros portos. Que não

fiqamos exclusivamente dependentes dos portos do Sudeste e do Sul.

Quero agradecer e dizer que estamos confiantes nessa nova gestão da Valec, que também possa cumprir o seu papel e os prazos, assim como a Presidenta Dilma assumiu, por diversas vezes, ainda na gestão do ex-governador Blairo Maggi, compromisso com essa Ferrovia de Integração do Centro-Oeste, incluindo no PAC os recursos necessários para a sua conclusão da obra. Que isso, efetivamente, se cumpra.

Quero, mais uma vez, parabenizar a bancada federal, em especial nossos três Senadores – Senador Pedro Taques, Senador Jayme Campos e Senador Blairo –, que entendem e têm a visão estadista de defender e lutar por essa causa, essa bandeira fundamental para o nosso País.

Deixo o nosso Estado à disposição e parabenizo os integrantes da Mesa.

Estamos lá, nessa luta, porque entendemos da mesma forma, para o setor produtivo e para o que o Estado produz, a importância da sua efetivação.

Muito obrigado, de coração.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Obrigada, Secretário.

Passo, agora, a palavra ao Dr. José Eduardo Sabóia, para responder às perguntas.

O SR. JOSÉ EDUARDO SABÓIA CASTELLO BRANCO – Inicialmente, o Senador Valdir Raupp falou sobre a necessidade da ligação Vilhena-Porto Velho. Essa ligação tem, a meu ver... A discussão de hoje já trouxe outro enfoque importante para essa ligação: a questão da interoperabilidade.

Estávamos falando, antes, que os fluxos da Fico, da Ferrovia de Integração Centro-Oeste, se fossem migrar pelo Sudeste, teriam algum tipo de problema. A capacidade de vazão das linhas da ALL me parece que já está esgotada e precisaria de algum tipo... Então, essa ligação pode inverter a lógica da interoperabilidade na medida em que os fluxos da Fico podem ir no sentido oeste e, de lá, pegar o rio Madeira e ir por lá, atingindo o porto de Itacoatiara, não é isso? Ou outro porto fluvial que também possa ser construído.

Então, ela tem, talvez, uma virtude. Talvez não, certamente tem essa virtude, Senador Blairo, de inverter a questão, ou pelo menos de mudar a lógica.

Se fôssemos pela ALL, nós teríamos que, talvez, usar a figura do usuário investidor e de comprar, fazer duplicações de linha, lá, e adquirir essa capacidade.

Talvez essa lógica possa ser invertida e ser feita essa ligação. Aí, não precisaremos fazer nada na ALL e o fluxo sairá pelo Madeira. Talvez seja esse o mote que, talvez, dê mais consistência a essa ligação.

Então, eu acho que o primeiro passo, Senador, seria fazermos um estudo de viabilidade, mas com essa ótica de interoperabilidade incluída, porque ela me parece que será o grande ganho que essa alternativa poderá trazer para a Fico: abrir uma nova oportunidade de fluxo, sem interferência com ferrovias já concedidas.

Talvez esse seja o principal fator positivo em favor dessa ferrovia no seu Estado.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – O senhor falou, no início da sua fala, Presidente, que já estaria contratado serviço de apoio técnico para o trecho Campinorte-Rondônia.

O que é esse apoio técnico? São estudos?

O SR. JOSÉ EDUARDO SABÓIA CASTELLO BRANCO – Nós já temos, lá, a equipe de uma consultora, que já está apoiando aerofotogrametria, algumas coisas e tal, mas especificamente no seu caso, o que acho que nós precisamos desenvolver é um estudo de viabilidade mais denso, considerando essas questões de interoperabilidade e, mais do que isso, considerando também que a Presidente Dilma, na visita que fez à ferrovia Norte-Sul, insistiu muito numa lógica de que a ferrovia, na medida em que vai sendo construída, já tem de ir gerando resultado, sem esperar se construir todo o tramo.

Essa também é uma lógica favorável ao trecho, porque se ela vier numa frente – foi o senhor mesmo que me falou isso –, se vier uma frente construtiva de Porto Velho em direção a Vilhena, à medida que os quilômetros forem sendo implementados, já se estará tendo uso imediato disso. É a segunda lógica que o estudo de viabilidade poderá contemplar.

Então, eu acho que nós precisamos, agora, ver como é a questão financeira desse estudo e acho que com esses dois elementos adicionais ela tem tudo para ser um projeto viável.

Com relação, agora, às outras indagações, o prazo, Senador, que nós colocamos ali, de 2013, nós consideramos 12 meses de projeto executivo.

Já temos um projeto básico, ainda que deficiente, mas, de qualquer maneira, já não estamos saindo do zero. Já temos, ali... E como vamos dividir o projeto em lotes de construção, atacaremos os cerca de 900 quilômetros, divididos, se eu não estiver enganado, em cinco ou seis lotes de construção, de projetos que também serão de construção, nós teremos, então,... Na realidade, não estaremos desenvolvendo 900 quilômetros simultaneamente, de um único projetista; teremos seis projetistas desenvolvendo 150 quilômetros cada. De modo que o prazo é de 12 meses para desenvolver 150 quilômetros, o que eu acho que é uma coisa bastante factível.

O senhor mencionou também a engenharia nacional. Bom, esse é um tema que eu particularmente gosto, tenho uma passagem pelo meio acadêmico, duas passagens. De fato, a capacidade de geração de engenheiros não tem acompanhado o desenvolvimento da obras e das necessidades de infraestrutura. Há, porém, uma ótica que eu não sei como poderíamos inverter. O Governo Federal recentemente lançou um programa de incentivo de bolsas de estudo no exterior, seja bolsa sanduíche, seja estágio, um programa de R\$3 bilhões. Eu acho que essa ótica talvez pudesse ser invertida, de trazermos professores do exterior para cá, porque há um grande desemprego na Europa, há um grande desemprego nos Estados Unidos. Existem profissionais qualificados lá. E ao invés de mandarmos... Isso não inibe a necessidade de mandarmos nossos jovens para lá, mas eu acho que talvez o resultado mais rápido e mais prática seria engrossarmos o corpo docente das universidades brasileiras com profissionais do exterior. Inverter o fluxo que está previsto no projeto do MCT. Esta me parece que seria a forma mais rápida de solucionar o problema: trazer profissionais experimentados, inclusive de países em que a questão do idioma não é tão complicada assim, como Espanha, Portugal, Itália e outros, em que há possibilidade de as aulas serem em “portunhol”, em “portoitaliano”. Eu acho que a vinda de profissionais estrangeiros é que deveria ser estimulada pelo MCT. Talvez inverter a lógica.

Com relação às desapropriações, o senhor está absolutamente correto. Eu tenho grandes entraves nas ferrovias atuais. E o maior problema que tenho é a desapropriação. É o maior problema. E o que pretendemos fazer? Nessa última viagem da Norte-Sul, a própria Presidente Dilma, diante dos problemas que elencamos nessa área, ela chamou o Governador Perillo, de Goiás, e já se estabeleceu um protocolo de que o Estado de Goiás vai nos ajudar a fim de acelerar o ritmo das desapropriações. E é algo que eu pediria ao Secretário Vuolo – também pretendo fazer isso com Mato Grosso – que estabelecessemos uma parceria para que o Estado nos ajude no processo de desapropriação lá, a fim de dar celeridade ao tema. O Senador está absolutamente correto, esse é um ponto.

Além disso, precisamos modificar um pouco a prática de como deslançar o processo. Antes mesmo de o projeto executivo ficar pronto, na medida em que os elementos estiverem mais ou menos, já podemos adotar diversas ações preventivas na área de desapropriação, DUPs e outras, e, junto, já iniciarmos um programa de convencimento dos agricultores de que a estrada passará por lá, de modo que, quando formos efetuar as negociações finais, essa conversa anterior,

essa conversa preliminar já tenha sido estabelecida. Está certo, Vuolo? Então, vamos ver se fazemos um convênio para também acelerarmos a desapropriação no Mato Grosso. O senhor está absolutamente correto. Esse é o calcanhar de Aquiles do avanço das obras.

Com relação às perguntas formuladas pela Senadora Lúcia Vânia, a conclusão da obra. Se o início da obra está previsto para setembro ou outubro de 2013, nós teríamos dois anos de obra. Estou falando Lucas do Rio Verde-Campinorte. Teríamos 24, 36 meses de obra. Então, estamos falando de algo que findaria no final de 2015. Este seria o prazo factível: dois anos de obra, a partir de 2013.

A questão do trem de passageiro, evidentemente, é uma questão que precisa da interveniência de outras instâncias governamentais. Nosso papel é construir ferrovia de carga. Nós somos concessionários para ferrovia de carga.

O que existe hoje de trem de passageiro, apenas para situar um pouco o problema, é que os Estados Unidos e Canadá, que são grandes potências, não têm trem de passageiro de média e longa distância. Não têm. Todos os trens de passageiros de médias e longas distâncias nos Estados Unidos, Canadá e Austrália, sucumbiram diante do avião. Só recuperaram a sua importância, o seu desenvolvimento, com os trens de alta velocidade, porque aí, sim, a competição com o avião é uma competição séria. Em alguns casos, em algumas rotas na Europa, os trens de alta velocidade dominam de 70% a 90% do mercado – alguns dos senhores já devem ter viajado e sabem que são 70% a 90%.

Então, o trem de passageiro convencional é antieconômico, claramente antieconômico. Precisaríamos descobrir algum mecanismo de financiamento para também não implantarmos um serviço e, logo adiante, esse trem vir a não conseguir manter um bom padrão de qualidade. É preciso que nesse processo de discussão da introdução de algum serviço de trem de passageiros exista também a discussão concomitante de um mecanismo de financiamento. Lembrando que nos Estados Unidos e no Canadá os operadores de trem de médias e longas distâncias, são a Amtrak e a Via Rail, respectivamente, ambas estatais subsidiadas, com 50% a 60% dos seus orçamentos subsidiados.

Então, se pretendemos ter um modelo análogo no Brasil, precisaremos envolver nessa discussão também algum tipo de mecanismo, porque a competição com o avião é brutal. E dificilmente o trem de passageiros sobrevive nesse cenário sem subsídio.

Por último, a senhora fez a pergunta do trecho Brasília-Goiânia, talvez o Mário tenha mais informações, mas é um trecho que está em estudo. Existe um estu-

do de viabilidade do trecho Brasília-Goiânia, também com um ramal para Itumbiara. Um ramal de Goiânia para Brasília e um ramal de Goiânia para Itumbiara. São dois estudos que estão sendo feitos e que não têm, até o momento, resultados concretos deles. Ok?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr^a Presidente, pela ordem. Apenas para concluir minha participação.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Eu gostaria de saber se já existem recursos alocados para o projeto da obra.

O SR. JOSÉ EDUARDO SABÓIA CASTELLO BRANCO – Sim.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – E os demais recursos para o andamento da obra em si?

O SR. JOSÉ EDUARDO SABÓIA CASTELLO BRANCO – Como eu falei para o Senador Blairo, estaremos já na descendente de aplicação de recursos na Extensão Sul, que são 700 quilômetros praticamente. De modo que, como estamos na descendente da extensão sul e estaremos na ascendente da Fico, eu acho que não haveria de necessidade de acréscimo orçamentário em relação ao que eu já tenho hoje. Bastaria manter meu orçamento anual, que seria suficiente para dar curso às obras da Fico.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Que bom.

Outra coisa: o Dnit, neste caso agora, até avançou, lá em Mato Grosso particularmente, pois está previsto o projeto de execução de uma obra em uma rodovia que foi federalizada. Refiro-me à MT-170 – o Governador Blairo Maggi e as demais pessoas aqui de Mato Grosso a conhecem bem –, ou seja, a antiga MT-170, que foi transformada na BR-174 e que viria de Juína, Castanheira, Juruena, vai à frente, Colniza, Cotriguaçu e Aripuanã. Foi federalizada. E o Dnit, tendo uma inovação louvável e meritória iniciativa, está pedindo para os proprietários de terra das margens direita e esquerda dessa rodovia para doarem a área. Por incrível que pareça – eu tenho conhecimento disso até porque é onde eu tenho uma pequena propriedade –, 99,9% dos proprietários da direita e da esquerda estão doando a terra. Ou seja, estão facilitando sobremaneira para que a obra possa ter um bom andamento. Inclusive há alguns locais dessa rodovia, que faz escoamento de leite, em que terá de se fazer algumas correções. E todos, é claro, é natural, porque vão receber o benefício de uma pavimentação com essa, todos estão doando, facilitando para o Dnit.

Nesse caso, lanço aqui a ideia, para vocês da Valec e para o próprio Secretário de Estratégia do

Estado de Mato Grosso – por que não? –, quando do diagnóstico, ou seja, de onde eventualmente vai sair o traçado da ferrovia, já não faz um trabalho no sentido de que os proprietários doem, até porque, com a passagem da ferrovia, imagino que vá até valorizar a região, a propriedade do cidadão vai sofrer uma valorização, porque a ferrovia vai passar por dentro. Assim, por que não fazer esse trabalho com antecedência, o que diminuiria muito os valores da própria obra? Se vamos fazer uma obra como essa, tem que se incluir no orçamento o valor das desapropriações. Nesse caso, penso que diminuiria bastante os custos e facilitaria o bom andamento dos trabalhos.

Essa é a ideia que dou e que poderia ser encabeçada pela Valec, que é o órgão encarregado, e capitaneada pela Secretaria do Estado. Isso iria reduzir muito os custos da implantação da ferrovia. Colou, pegou. Só depende de o Governo lançar e executar a obra. Da nossa parte, fizemos algumas reuniões, a prefeitura capitaneou, os proprietários se reuniram, todo mundo cedeu de bom grado, permitindo que a obra seja executada da melhor forma possível.

O SR. JOSÉ EDUARDO SABÓIA CASTELLO BRANCO – Agradeço a ideia, agradeço a inventividade.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Nada como um governador.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr^a Presidente, pela ordem.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Só faltou o Presidente da Valec e o Diretor do Dnit responderem sobre a complementação desses dois órgãos, ou seja, como eles se complementam. Ainda tem a ANTT, que de vem em quando vemos discutindo sobre o lançamento de ferrovias, de projetos, etc. Além da Valec e da Diretoria de Infraestrutura do Dnit, tem a ANTT, que está discutindo o projeto do trem-bala, e ela seria só a regulamentadora, a parte de regulamentação.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr^a Presidente, pela ordem.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, o Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr^a Presidente, como cheguei atrasado, porque estava na Comissão de Agricultura – hoje tem quatro comissões funcionando e eu sou titular de três e suplente de uma – terminamos a audiência pública agora e não tenho direito, em respeito a quem está aqui desde o início, mas queria fazer apenas um registro: estou vendo aqui Mato Grosso sempre atuando, estou vendo a bancada inteira...

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Fecharam a Comissão.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – O Senador Raupp comandando as ações, como presidente. Vi que Mato Grosso está muito bem aquinhoado. Será que um projeto importante, absolutamente legítimo, vital para o Estado, para a região Centro-Oeste, mas Mato Grosso do Sul continua para trás. Anunciaram R\$7,5 bilhões de investimentos da ALL, uma operação no exterior, lastreada em cargas, e não vi um movimento... Aliás, eu me surpreendi quando tomei conhecimento que a Cosan comprou a participação dos principais acionistas da ALL. Já comecei a ficar de orelha em pé... Quando a coisa anda, tem barulho. Quando o negócio está muito quieto, é sinal que não tem nada.

Então, gostaria – e vou apresentar um requerimento – de discutir pelo menos o que sempre ouvimos da ANTT. Primeiro, a questão da revitalização da antiga Noroeste do Brasil, agora ALL. Segundo, assim como estou vendo aqui essa interligação com a Norte-Sul, pelo que entendi aqui da exposição, está previsto uma interligação também com Mato Grosso do Sul, mas, pelo jeito, Mato Grosso, mais uma vez, passou na nossa frente, meu caro Ministro Blairo.

E há um projeto também que pega a Ferro-Oeste, no Paraná, e, subindo por Mundo Novo, chegaria até Maracaju. Essa é uma região produtora de grãos, e isso seria fundamental para nós não só porque produzimos muito – somos grande produtores de grãos, como Mato Grosso o é –, mas também porque temos grande interesse nas ferrovias, especialmente para escoar a produção mineral do nosso Estado.

O minério de ferro está sendo escoado pelo rio Paraguai numa operação que, vira e mexe, apresenta restrições, porque esse transporte, essa logística depende do comportamento do rio Paraguai. Portanto, a ferrovia não só alavancaria o transporte desses minérios de Corumbá, da minha cidade, como também alavancaria o transporte de outras cargas, como etanol – se não sair o “etanolduto” lá de Mato Grosso do Sul –, papel, celulose, madeira certificada.

Há um sem-número de cargas que poderiam ser atendidas por esses ramais ferroviários e pela revitalização da ALL, mas, pelo jeito, as coisas continuam não andando, e isso preocupa bastante, até porque o modal ferroviário é fundamental para Mato Grosso do Sul e, lamentavelmente, estamos à deriva nisso. Eu só queria fazer este registro: estamos frustrados, porque acho que voltamos para o começo, ou seja, não há nenhuma ação efetiva no sentido de equacionar essa questão, especialmente em Mato Grosso do Sul.

Parabenizo Mato Grosso, que, unido competentemente, está viabilizando, está diversificando os seus modais de transporte. Isso traz eficiência, competitividade e barateia o custo dos alimentos produzidos no Estado, o que é fundamental, porque o consumidor final vai se beneficiar disso.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Delcídio e passo a palavra ao Dr. José Eduardo.

O SR. JOSÉ EDUARDO SABÓIA CASTELLO BRANCO – Eu só queria mostrar, se possível, alguns estudos de viabilidade relativamente a Mato Grosso. Se for possível, gostaria de apresentar aqui uma...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ EDUARDO SABÓIA CASTELLO BRANCO – Foi passado? Mas se a Secretaria pudesse...

A senhora me permite, Senadora, inverter a ordem e responder a pergunta do Senador Raupp sobre atribuições enquanto...

Bom, Senador, as atribuições do Dnit e da Valec diferem no sentido de que os contornos ferroviários são de responsabilidade do Dnit. É atribuição do Dnit tratar dos contornos ferroviários e também cuidar dos ativos da RFFSA não-operacionais – Mário, se eu estiver errado me corrija –, ativos de que os concessionários eventualmente não estejam fazendo uso. Esses ramais desativados da rede e tudo mais, isso passa ao encargo do Dnit. A Valec está simplesmente com a incumbência de executar as novas ferrovias que, por lei, foram-lhe atribuídas – ferrovias que vão aparecer na apresentação. Os contornos e os ativos da antiga RFFSA estariam com o Dnit, enquanto os novos e grandes empreendimentos estariam a cargo da Valec. Acho que fundamentalmente é isso.

A ANTT, nessa questão toda aí, eu não me sinto confortável de falar sobre suas atribuições, eu espero que o senhor entenda que essa é uma...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – O Dnit ficou só com o osso, não é?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – O senhor quer...

O SR. JOSÉ EDUARDO SABÓIA CASTELLO BRANCO – A primeira transparência, por favor, só para apresentar para o Senador Delcídio.

Então, Senador, o senhor está vendo que, em seu Estado, em tracejado, há alguns estudos de viabilidade em andamento, e o que está sendo licitado agora é o trecho de Maracaju, que vai se interligar com a ALL e se dirigir ou a Paranaguá ou a São Francisco do Sul, o próprio estudo vai dizer o que seria mais recomendável.

Mas o senhor falou em um ponto aqui, que não cabe à Valec e que eu acho que é o ponto chave de sua intervenção, que é a Bauru...

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Não. Bauru-Corumbá é ANTT...

O SR. JOSÉ EDUARDO SABÓIA CASTELLO BRANCO – É. Onde estão as jazidas de ferro.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – É, ANTT. Agora, minha preocupação são estes outros ramais aqui: o que sobe pelo sul do Estado e vai a Maracaju; o outro é um ramal que pega a Norte-Sul.

O SR. JOSÉ EDUARDO SABÓIA CASTELLO BRANCO – Então, este aqui nós estamos licitando agora, junto com o estudo de viabilidade da extensão sul. E dizemos ao senhor que o Estado de Mato Grosso está sendo contemplado pelo menos com o estudo de viabilidade.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Mato Grosso do Sul.

O SR. JOSÉ EDUARDO SABÓIA CASTELLO BRANCO – Mato Grosso do Sul, bem entendido.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Dr. Mário.

O SR. MÁRIO DIRANI – Só complementando a resposta do colega José Eduardo, não gostaria de me alongar, em função da hora e também em função de não ser objeto desta audiência pública.

As atribuições do Dnit, como o colega José Eduardo colocou, estão, com relação às malhas ferroviárias que hoje estão sob concessão... Quer dizer, o Dnit é o proprietário de toda a linha, de toda a faixa de domínio, todos os ativos operacionais que estão arrendados às concessionárias, tanto em termos de linhas, estações, locomotivas e vagões. As concessionárias têm uma parte própria que adquiriram ao longo da concessão, mas têm uma parte significativa, que é arrendada, e hoje é propriedade do Dnit. Era da extinta Rede Ferroviária Federal e hoje é do Dnit.

Com relação às obras ferroviárias, realmente, ficou a cargo do Dnit a construção dessas pequenas intervenções, que são a transposições de linha férrea para eliminação de conflitos rodoferroviários nas áreas urbanas, isso até dentro de um programa que foi desenvolvido, um estudo desenvolvido no Dnit, que é o Prosefer (Programa Nacional de Segurança Ferroviária em Áreas Urbanas), quando se fez o mapeamento de diversas intervenções ao longo da malha ferroviária e se priorizou essas intervenções. Elas se traduzem na construção de viadutos, nas transposições da linha férrea, passagens inferiores, sob a linha, ou, em casos em que esses conflitos são mais evidentes, mais gritantes, até a eliminação desses conflitos com a construção das variantes ou de contornos ferroviários.

O Dnit tem hoje em sua carteira cerca de 14 obras em andamento. Seis delas estão no PAC, como a variante de Camaçari e a adequação da linha férrea em Barra Mansa, onde a faixa de domínio está sendo confinada, as três linhas que passam ali, duas da MRS e uma da FCA, que estão sendo confinadas em uma faixa mais estreita. As áreas remanescentes vão ser liberadas para a utilização de equipamentos urbanos. Então, essa faixa vai ser confinada e vedada com cercas. E está em construção uma série de transposições tanto para veículos, com uma série de viadutos, como passarelas para pedestre. Isso deve resolver bastante o problema da interferência da ferrovia em Barra Mansa.

Temos o contorno ferroviário de São Francisco do Sul. A parte do contorno está quase concluída e está agora em projeto a questão da adequação do pátio, porque, com a construção do contorno, a linha atinge o pátio e o porto por outra extremidade. Então, nós tivemos de fazer toda adequação do pátio ferroviário. Temos também o contorno ferroviário de Joinville; contorno ferroviário de Araraquara e o rebaixamento da linha férrea em Maringá. Então, são essas seis obras e mais o estudo do corredor ferroviário de Santa Catarina, conhecida como Ferrovia do Frango. Tanto o Dnit como a Valec são órgãos executores da política de transportes definida pelo Ministério dos Transportes. Nenhum dos órgãos têm autonomia para decidir: “Não, eu vou fazer isso. José Eduardo, você faz essa, eu faço aquela outra”. Não é assim. O Ministério dos Transportes define a política e define o que será feito e por quem. Da mesma forma que a Valec detém a concessão para a construção, uso e gozo da Norte-Sul, da Fiol e da Fico, ela também desenvolve outros estudos, como o José Eduardo acabou de mencionar, que são da nova linha que partirá de Cascavel em direção a Maracaju, possivelmente atingindo o Porto de Paranaguá ou São Francisco do Sul.

Da mesma forma, hoje o Dnit está desenvolvendo os estudos e deve soltar a licitação para a elaboração de um novo estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental do corredor ferroviário, ligando Itajaí a Chapecó e com extensão até Dionísio Cerqueira, na fronteira com a Argentina. O primeiro estudo de viabilidade de Itajaí a Chapecó foi feito em 1999, portanto, bastante desatualizado. A ideia é que esse estudo seja refeito, com a extensão até Dionísio Cerqueira, na fronteira com a Argentina, e, posteriormente a isso, a elaboração do projeto básico, para que haja uma estimativa dos custos de implantação dessa ferrovia.

Este mês, a Diretoria Colegiada do Dnit aprovou os termos aditivos para os contratos de elaboração dos projetos executivos da Ferrovia Litorânea de Santa Catarina, ligando Imbituba, na malha da Tereza Cristina,

até Araquari, na malha da ALL. É uma ferrovia que terá aproximadamente 226Km de extensão, cuja elaboração do projeto executivo está prevista em dois lotes. Esses estudos já haviam sido iniciados, mas houve uma suspensão, uma paralisação, por determinação da Controladoria-Geral da União, em outubro de 2010. Agora que todos os problemas foram resolvidos e as recomendações atendidas, nós devemos retomar a elaboração desses dois projetos. Da mesma forma que o Dnit fica responsável por essas pequenas intervenções, tem a seu encargo esses dois empreendimentos, que são de maior vulto.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Obrigado, Srª Presidente. Serei muito rápido.

Pergunto ao Sr. Mário: se essas concessões são privadas, por que é o Dnit que realiza, por exemplo, as obras de contorno? Essa é uma dúvida que eu tenho.

E ao Sr. José Eduardo, uma última indagação: na chamada “concessão temporária Vale”, até que o novo modelo venha a lume, nós teremos custos com instalação dos terminais, porque nós teremos terminais. Quem pagará pela edificação dos terminais: a Valec ou a Vale, até que o novo modelo exista?

O JOSÉ EDUARDO SABÓIA CASTELLO BRANCO – Posso?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra, o Dr. José Eduardo.

O JOSÉ EDUARDO SABÓIA CASTELLO BRANCO – Nós já temos alguns terminais implantados na Norte-Sul. A Presidente Dilma, nessa última viagem, determinou que todos os outros pátios para os quais havia acabado o dinheiro fossem construídos agora. Então, o modelo operacional vigente é o seguinte, Senador: a Valec constrói um feixe de linhas, e as áreas contíguas a esse feixe de linhas são subdivididas e arrendadas, segundo processo licitatório. Essa é a mecânica com que se trabalha hoje. No novo modelo – já é uma especulação –, qual é a ideia? A ideia é a de que, se o mantenedor vier a ser contratado através de uma parceria público-privada na modalidade administrativa, como parte do pagamento do mantenedor, eu lhe daria os direitos de exploração desses terminais, como parte da contraprestação pecuniária. Daria uma parte em pecúnia e outra parte como cessão de direitos. Mas esse é um modelo que ainda vai precisar ser discutido e referendado, como disse a V. Exª.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) Posso colaborar?

O JOSÉ EDUARDO SABÓIA CASTELLO BRANCO – Claro.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR –MT) – Presidente, permita-me.

Senador Pedro, mesmo no modelo que tem hoje na ALL, por exemplo, o terminal de Itiquira, que vamos inaugurar eu acho que agora em abril, é, na verdade, quase uma concessão da ALL.

Ele permitiu a outra empresa que ela construa, opere e cobre as taxas para embarcar. A operação não é da ALL, a operação é de um terceirizado que está no meio.

Onde serão os terminais? Quem vai operar? O custo? No momento da implantação e do desejo de onde se implantar, tem de buscar o modelo mais adequado para fazer isso.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Dr. Mário.

E gostaria, Dr. Mário, que o senhor fizesse também as considerações finais para que, posteriormente, possamos passar a palavra para os demais fazerem.

O SR. MÁRIO DIRANI – Vou apenas responder ao questionamento do Senador Pedro Taques sobre a competência do Dnit em realizar essas obras de contornos ferroviários.

Realmente, em toda a base legal, a lei de criação do Dnit e consequentemente em seu regimento interno, dentre as atribuições da Diretoria de infraestrutura Ferroviária consta a elaboração de estudos, projetos e execução de obras na malha ferroviária, exceto nos trechos em concessão.

Na verdade, como podemos interpretar isso? O Dnit não poderia executar uma obra que visasse exclusivamente a concessionária.

Por exemplo, a concessionária tem um trecho ferroviário extremamente sinuoso. Então, ela tem um projeto de retificação desse trecho. Isso não seria competência do Dnit, porque seria um trecho concedido. O Dnit faz essas intervenções visando pleitos da cidade. Na verdade, atende o interesse da municipalidade, retirando aquela ferrovia ou eliminando o conflito, por um pleito da municipalidade. Logicamente que a concessionária acaba sendo beneficiada porque os trens passam a circular com velocidade maior, elimina a possibilidade de acidentes, mas é uma intervenção que é feita a pedido da municipalidade. Muitas vezes em convênio com a Prefeitura, ela entra com uma contrapartida.

Em alguns casos já houve acórdão do TCU, se não me engano foi com relação a contorno ferroviário de Campo Grande, em que o TCU determinou que se avaliasse – determinação feita à ANTT, que é a agência reguladora – os impactos positivos da construção do contorno ferroviário de Campo Grande e determinar seu reflexo no valor da concessão.

Atendido?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra a Drª Juliana.

A SRª JULIANA PONTES MONTEIRO DE CARVALHO – Finalizando, eu gostaria de agradecer o convite para a participação do Tribunal de Contas. O Presidente do Tribunal sempre menciona a importância de estreitarmos laços e de trabalharmos em conjunto. Afinal de contas, todos nós temos o mesmo objetivo. Nós nos colocamos à disposição dos senhores. Qualquer dúvida, qualquer apontamento, o Tribunal está lá exatamente para auxiliar o Congresso nessa importante tarefa, e eu me coloco à disposição para alguma eventual dúvida que os senhores tenham.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Dr. José Eduardo, para as considerações finais.

O SR. JOSÉ EDUARDO SABÓIA CASTELLO BRANCO – Agradeço a gentileza da Comissão, o honroso convite feito à empresa para mostrar que estamos num novo tempo, num novo rumo, com um novo desafio: fazer as coisas bem feitas, dentro prazo e dentro dos orçamentos.

É só isso e muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Dr. Mário, ainda quer usar a palavra?

O SR. MÁRIO DIRANI – Ficou uma pergunta do Senador Gim Argello com relação ao projeto. O José Eduardo já respondeu que existem estudos da ligação Brasília-Goiânia, mas, com relação ao transporte de passageiros, essa é uma questão delicada, porque quando pensamos em aproveitar a malha ferroviária existente, que é voltada hoje para o transporte de carga, para o transporte de passageiros surge um problema. Embora muitos trechos estejam ociosos, a utilização de trens de passageiros nessas ferrovias hoje voltadas para o transporte de carga traz a necessidade de adequações da linha, porque os raios de curvas são diferentes, rampas, etc. O material rodante precisa ser diferente, e, muitas vezes, isso não pode ser colocado diretamente naquele trecho porque poderia causar acidentes. Mas já foi dado um passo nesse sentido, em dezembro do ano passado, quando foi assinado um acordo de cooperação envolvendo o Dnit, a ANTT, a Sudeco, o Governo do Estado de Goiás e o Governo do Distrito Federal, para a elaboração dos estudos do trem Brasília-Luziânia, que já é um trecho da malha ferroviária hoje concedida à FCA. Então, acredito que, a partir daí, isso possa ser o embrião que vai demandar estudos em outros trechos ferroviários.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu perguntaria ao Senador Pedro Taques se quer fazer alguma consideração final.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Só agradecer à Comissão de Infraestrutura – eu sou suplente nesta Comissão – pela realização da audiência e agradecer a presença de todos os convidados, em especial aqueles que vieram do Estado de Mato Grosso, aos Parlamentares que aqui estão – o Deputado Homero, o Deputado Zeca Viana, o Deputado Júlio Campos –, o que mostra a importância disso para o nosso Estado.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra, o Vice-Presidente da Comissão, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Eu também quero aproveitar, Presidente, para agradecer a presença dos nossos convidados, que vieram de Mato Grosso, e cumprimentar o Senador Pedro Taques pela iniciativa da audiência pública. Mais uma vez, o Deputado Estadual Zeca Viana está aqui, conosco, o Deputado Homero e os secretários. E aproveito esta Comissão, Presidente, para me justificar com os mato-grossenses que estão aqui, porque muitos me perguntaram por que não aceitei o convite da Presidente da República para assumir o Ministério dos Transportes.

Eu acho que, hoje, ficou muito claro aqui, Senador Pedro Taques, e muito evidente, quando eu disse que não poderia aceitar o convite em função dos problemas éticos que eu teria dentro dessa atividade. Várias vezes, por brincadeira ou não, fui citado pelo Presidente da Valec como um possível operador do novo modelo. E fui citado, numa brincadeira entre os Senadores, quando o Senador Raupp disse: “A estrada 364 tem de ser consertada e feita nova, porque já estragou”. Brincaram: “São os caminhões de soja do Mato Grosso”, e, conseqüentemente, eu estaria junto nesse processo. Aí, você tem de construir, você tem de regular, você tem de autorizar e você vai operar.

Eu não tinha e não tenho a mínima condição de, neste momento, na posição em que me encontro como empresário e como Senador, aceitar um convite feito pela Presidente, a quem agradeço. Fiquei muito honrado com o convite, mas, infelizmente, eu não daria conta de atender às demandas do Ministério Público, das associações e da imprensa sobre todos e quaisquer assuntos que fossem tocados dentro desse Ministério de que eu poderia participar.

Só para justificar, já que aqui temos vários prefeitos e autoridades. Sei que até reuniões as associações fizeram em Mato Grosso. O Carlos Fávaro trouxe a mim uma relação das entidades pedindo que eu aceitasse. Todos entendem que seria a grande oportunidade de o Estado de Mato Grosso colocar em dia sua questão de logística, mas, infelizmente, não deu. Mas nós

nos comprometemos – eu, o Senador Pedro Taques, o Senador Jayme Campos e os Deputados Federais, aqui representados pelo Homero –, e estamos, no dia a dia, sempre que possível, demandado ou quando não demandado, juntos, tentando resolver ou amenizar os problemas do Estado do Mato Grosso.

Muito obrigado, Presidente.

(Intervenções fora do microfone.)

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Quero agradecer, de forma muito especial, todos os senhores – o Dr. Mário, o Dr. José Eduardo, a Dr^a Juliana – pela oportunidade que os senhores nos dão de conhecer os projetos de cada área.

Quero agradecer, com muita atenção, o Senador Pedro Taques, o Senador Blairo Maggi e o Senador Jayme Campos pela iniciativa de trazer essa discussão para a Comissão de Infraestrutura.

Quero agradecer a todos os convidados e parabenizar Mato Grosso pelo seu empenho, pelo seu interesse e, acima de tudo, pela sua determinação no sentido de fazer com que aquele Estado, que é hoje um Estado solução para o País, venha a colaborar, abrindo uma discussão que é extremamente importante não apenas para Mato Grosso, Goiás, Rondônia e outros Estados, mas principalmente para o Brasil.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente audiência pública.

(Iniciada às 9 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 17 minutos.)

ATA DA 11ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, REALIZADA PELA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA – CI (7ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE (11ª REUNIÃO), DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2012, QUARTA-FEIRA ÀS 14 HORAS, NO PLENÁRIO 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às quatorze horas e quarenta e oito minutos do dia vinte e oito de março de dois mil e doze, na sala de Reuniões nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do **Senador Flexa Ribeiro**, Presidente em Exercício da Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI; e do **Senador Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos – CAE; reúnem-se conjuntamente a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI e a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, com a presença da Senhora Senadora e dos Senhores Senadores: **Antonio Carlos Valadares, Antonio Russo, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Eduardo Suplicy,**

Humberto Costa, Inácio Arruda, Lúcia Vânia, Paulo Bauer, Romero Jucá, Valdir Raupp, Vicentinho Alves, Vital do Rêgo e Waldemir Moka. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Senador **Francisco Dornelles** justifica ausência. Assina a lista de presença o Senador, não membro dessas comissões reunidas, **Mário Couto**. O Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da 6ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura e da 10ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, que são dadas como lidas e aprovadas. O Presidente comunica o recebimento do Ofício nº 3/2012, do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, Senador Vital do Rêgo, encaminhando o relatório de atividade da CMO 2011. O Presidente convida os expositores a tomarem assento à mesa. Convidado, o senhor José da Costa Carvalho Neto, Presidente da Eletrobrás, justificou ausência. Informa também que havia sido convidado o Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia, o Dr. Márcio Zimmermann, que não pode comparecer e marca para uma próxima semana, ou para outra data em que se possa fazer uma segunda audiência. O Presidente informa que a presente Reunião destina-se a obter e discutir as informações vinculadas na imprensa sobre a situação da CELPA – Centrais Elétricas do Pará S.A., em atendimento aos Requerimentos nº 14 e 16, de 2012 – CI, de autoria dos Senadores Delcídio do Amaral e Flexa Ribeiro e Requerimento nº 6, de 2012 – CAE, de autoria do Senador Flexa Ribeiro. O Presidente registra a presença dos senhores: Luiz Augusto Lemos Burle, Presidente do Conselho de Consumidores e representante da classe comercial – Celpa; Rubens Ferreira Brito, Vice-Presidente do Conselho de Consumidores e representante da classe rural – Celpa; Carlindo Lins, Representante da classe industrial – Celpa; Josenir Gonçalves Nascimento, Representante da classe poder público – Celpa; Vereador Otávio Pinheiro; Deputado Estadual José Maria; e Hélivio Marcos Vargas – Presidente do Sindicato dos Eletricistas de Mato Grosso do Sul. A seguir, o Presidente concede a palavra aos expositores: **Jorge Queiroz de Moraes Júnior**, Presidente do Conselho de Administração do Grupo Rede da Celpa; **Ronaldo Romeiro**, Presidente do Sindicato dos Urbanitários do Estado do Pará; **Helenilson Cunha Pontes**, Vice-Governador do Estado do Pará; **Nelson José Hübner Moreira**, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Às quatorze horas e cinquenta e um minutos, assume a Presidência o Senador Delcídio do Amaral. O Presidente registra a presença dos senhores Deputado Federal Miriquinho Batista (PT/PA); André Pepitone da Nóbrega, Diretor da ANEEL; e Ex-Deputado Paulo

Rocha. Após a apresentação dos convidados, usam a palavra os Senadores Delcídio do Amaral e Flexa Ribeiro e o Deputado Federal Miriquinho Batista. Os expositores respondem questionamentos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e cinquenta e um minutos, lavrando nós, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão de Serviços de Infraestrutura, e Adriana Tavares Sobral de Vito, Secretária da Comissão de Assuntos Econômicos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Flexa Ribeiro**, Presidente em Exercício da Comissão de Serviços de Infraestrutura. – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Declaro aberta a Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, conjunta com a 11ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Comunico o recebimento do Ofício nº 03, de 2012, do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), Senador Vital do Rego, encaminhando relatório de atividades da CMO/2011.

Comunico também que o Senador Francisco Dornelles justifica sua ausência das reuniões desta Comissão, do período de 25 de março a 1º de abril do corrente ano, para representar o Senado Federal, como observador, no Seminário Internacional, promovido pela Organização Mundial do Comércio (OMC), a realizar-se em Genebra, Suíça, nos dias 27 e 28 de março de 2012.

Passemos à pauta.

Convido para que tomem assento à Mesa o Sr. Helenilson Cunha Pontes, Governador em exercício do Estado do Pará; o Sr. Nelson José Hübner Moreira, Diretor Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); o Sr. Jorge Queiroz de Moraes Júnior, Presidente do Conselho de Administração do Grupo Rede da Celpa (Centrais Elétricas do Pará), Sr. Ronaldo Romeiro, Presidente do Sindicato dos Urbanitários do Estado do Pará.

O Sr. José da Costa Carvalho Neto, Presidente da Eletrobras, justificou a sua ausência. Ele não pôde

estar presente hoje, Senador Delcídio, na audiência que estamos realizando.

Também tínhamos como convidado o Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia, o Dr. Márcio Zimmermann, que também não poderia estar hoje e marcou para uma próxima semana, ou para outra data em que possamos fazer uma segunda audiência.

A presente reunião destina-se a obter e discutir as informações veiculadas na imprensa sobre a situação da Celpa (Centrais Elétricas do Pará S/A), em atendimento aos Requerimentos nºs 14 e 16, de 2012, da Comissão de Infraestrutura, de autoria dos Senadores Delcídio do Amaral e Flexa Ribeiro, e Requerimento nº 06, de 2012, da CAE, também de autoria do Senador Delcídio do Amaral e do Senador Flexa Ribeiro.

Tenho a honra de dividir a presidência dos trabalhos desta audiência pública conjunta com o Senador Delcídio do Amaral, que preside, com a competência que é do conhecimento de todos, a Comissão de Assuntos Econômicos.

Estou aqui presidindo esta audiência, em função de a Senadora Lúcia Vânia estar participando da sessão de hoje da Comissão de Constituição e Justiça, onde se discute o Projeto de Resolução nº 72, que trata do incentivo à importação. Ela pediu-me, então, que a substituísse, enquanto ela discute lá esse projeto de resolução, que é do Senador Romero Jucá.

Quero saudar aqui a presença do nosso Deputado Federal pelo Estado de Tocantins Eduardo Gomes, 1º Secretário da Câmara Federal. Quero também saudar a presença do Dr. Luiz Augusto Lemos Burle, Presidente do Conselho de Consumidores e representante da classe comercial; do Dr. Carlindo Lins, Representante da classe industrial do Estado do Pará; Josenir Gonçalves do Nascimento, Representante do Poder Público; do Vereador Otávio Pinheiro, da Câmara Municipal de Belém; do Deputado Estadual José Maria, também do Estado do Pará; Dr. Elvio Marcos Vargas, Presidente do Sindicato dos Eletricitários de Mato Grosso do Sul.

Vou passar, então, como disse, ao dividir a presidência dos trabalhos com o Senador Delcídio, a presidência ao Senador, para que ele, então, ao assumi-la, dê início à audiência pública, passando a palavra ao nosso primeiro convidado. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Queria cumprimentar todos os convidados aqui presentes: no caso, Nelson Hübner, Diretor Geral da Aneel; caro Jorge Queiroz, Presidente do Conselho de Administração do Grupo Rede da Celpa; o Presidente do Sindicato dos Urbanitários do Pará, o Ronaldo. E cumprimentar também o nosso caro Governador Helenilson Cunha Pontes, mais uma vez aqui presente. Está virando *habitué* das audiências públicas nossas.

Quero cumprimentar todas as demais lideranças aqui presentes: José Maria, Deputado Estadual. Queria cumprimentar também o Vereador Otávio, lá de Belém, do nosso partido, como também o Deputado Estadual José Maria. E cumprimentar o Elvio, que é o Presidente do Sindicato dos Eletricitários do meu Estado, Mato Grosso do Sul. É uma honra tê-lo presente nesta audiência importante, em que teremos a oportunidade de ouvir um pouco sobre o assunto Celpa e, ao mesmo tempo, avaliar os reflexos dessa questão no que se refere às outras distribuidoras do próprio Grupo Rede.

Queria só registrar que o Dr. Márcio Zimmermann não pôde vir porque está presidindo um conselho de administração hoje no Rio. É por isso que ele não veio. Acredito que o próprio Presidente da Eletrobras também não pôde estar aqui presente por esse motivo, mas não perderemos a oportunidade de ouvir especialmente o Presidente da Eletrobras.

Vou iniciar aqui os trabalhos, passando inicialmente a palavra ao Dr. Jorge Queiroz de Moraes Júnior, Presidente do Conselho de Administração do Grupo Rede.

Vamos dar, até por uma... Evidentemente, não é nenhuma... Jorge, nós vamos dar liberdade para que as pessoas falem. Vamos estabelecer um tempo de 10 minutos. Se não for possível... Vinte minutos? Então, 20 minutos, e aí vamos administrando. Acho que hoje não vamos ter nenhum problema com relação à audiência pública, porque hoje temos uma medida provisória para ser votada em plenário, mas ela é relativamente tranquila, de consenso.

Então, vou passar a palavra ao Dr. Jorge Queiroz de Moraes Júnior, Presidente do Conselho do Grupo Rede, por 20 minutos.

O SR. JORGE QUEIROZ DE MORAES JÚNIOR

– Senador Delcídio, Senador Flexa Ribeiro, demais membros da Mesa, Vice-Governador, Presidente do Sindicato, Dr. Nelson Hübner, demais Senadores e autoridades aqui presentes, confesso que é muito triste para mim estar aqui nesta apresentação nas condições em que estou.

Sou empresário do setor elétrico há 44 anos. Fiz uma porção de coisas dentro do setor, muitas coisas até com pioneirismo, como é o caso do Tocantins, em que foi a primeira empresa privatizada. Agora, ela está com o serviço em ordem. Ela foi a primeira usina de grande porte feita inteirinha pela empresa privada, que foi a usina de Lajeado, desde o estudo de viabilidade. E hoje estou aqui prestando conta de uma recuperação judicial.

Para mim, é um momento triste, mas tenho a obrigação e a responsabilidade de explicar a vocês o que aconteceu, o que está acontecendo com a Celpa e o

que pretendemos fazer com a Celpa. E o que acontece com as demais empresas do grupo, que preocupam o Senador Delcídio lá em Mato Grosso do Sul.

Inicialmente, gostaria de dizer que o Pará... Você pode juntar a França, a Grécia, a Espanha e Portugal e você tem o Estado do Pará. Com uma diferença: aqui existe a Floresta Amazônica para todo lado, uma dificuldade enorme, uma complexidade enorme geográfica e econômica. É uma região pobre, com um PIB *per capita* muito baixo em relação à média do Brasil e uma dificuldade muito grande de se levarem as linhas de transmissão através da Floresta Amazônica.

Gostaria de lembrar que entramos na Celpa em 1998, em julho. Naquela época, a população estimada do Pará era de 5.757.000 habitantes. Hoje, ela é de 7.738.000 habitantes. Portanto, a população aumentou em quase dois milhões de habitantes. Isso, segundo os dados do IBGE.

Naquela época, tínhamos 717.000 ligações. Hoje, temos 1.835.000 ligações efetivas. Portanto, se considerarmos que cada ligação atende a quatro pessoas, que é uma média razoável para o Norte do País, quando entramos, em 1998, 2.888.000 pessoas não tinham energia elétrica; e, hoje, 394.000 pessoas não têm energia elétrica, e essas estarão sendo atendidas muito em breve num programa que, vocês vão ver, é uma continuação do nosso Luz para Todos.

Um acidente como esse com que estamos convivendo, com a Celpa, não acontece por uma única razão. Sempre os acidentes acontecem por várias razões. Um impacto brutal que tivemos foi o racionamento de energia. Durante o período do racionamento de energia não foi tão ruim, porque houve compensação pelo BNDES, mas o pós-acionamento, até a redução tarifária, que nos fez perder aí alguma coisa na ordem de R\$900 milhões a valores corrigidos. Por quê? Porque a população aprendeu a economizar energia.

Na Celpa, a média de consumo por consumidor ainda é menor do que antes do racionamento. Vou repetir: a média de consumo, por consumidor residencial, ainda é menor do que aquela de antes do racionamento.

Posteriormente, perdemos uma ação trabalhista do Plano Bresser que, a valores atualizados, significa R\$689 milhões. Ainda não acabamos de pagar esse plano. Ainda temos aí uns R\$70 milhões a serem pagos. Foram pagos a prazo, num acordo com o sindicato. Nos editais de privatização, isso era tido como zero, porque não havia nenhuma possibilidade de se perder. Fomos quatro vezes ao Tribunal Superior do Trabalho, e todas as vezes nós perdemos.

As perdas de energia. Existe lá um negócio, que são os “gatos” de energia, que é muito triste, e as perdas são muito altas. Temos investido bastante dinhei-

ro para recuperar as perdas e mal temos conseguido deixar que elas deixem de subir.

O programa Luz para Todos. Nós já ligamos, como vocês vão ver, 329.000 propriedades rurais. Já gastamos R\$2,150 bilhões, bruto, e R\$544 milhões de recursos próprios. Esses números são ligeiramente diferentes dos outros que vou apresentar à frente, porque são números corrigidos.

Em seguida, perdemos outra ação trabalhista, do PCCS, que foram R\$86 milhões. Em seguida, perdemos também uma ação – tudo isso, antes da privatização – de manutenção da Usina Hidrelétrica de Curuá-Una, da CR Almeida, que, depois de uma discussão ferrenha, conseguimos fazer um acordo por R\$69 milhões.

A Agência Nacional de Energia Elétrica mudou as multas regulatórias e criou níveis de DEC e FEC bastante restritos, bastante elevados, para a nossa zona de concessão.

Recentemente, num trabalho grande que fizemos junto com a Agência, esse número foi revisado. Não até onde pretendíamos, mas a um número que, para nós, é considerado atingível. Nós pagamos R\$208 milhões de multas aos nossos consumidores.

Finalmente, esperávamos ter, no dia 7 de agosto do ano passado, um aumento de tarifa que ficou postergado para um ano depois. Por quê? Porque a Agência Nacional de Energia Elétrica está fazendo a metodologia do terceiro ciclo de revisão tarifária. Portanto, não temos nenhum aumento tarifário desde 7 de agosto de 2010, certo? Certo. Isso tem complicado demais a nossa situação financeira durante esse período todo.

A próxima.

Aqui estão os nossos investimentos totais. No programa Luz para Todos, investimos, nos últimos cinco anos, R\$1,377 bilhão; na interligação da Ilha do Marajó – estamos levando energia para a Ilha do Marajó –, foram R\$175 milhões. Nesses R\$175 milhões, já estão energizados Portel, Breves, Bagre – foram desembargados 7 km de linha, fiquei sabendo sexta-feira, e deve estar pronto na semana que vem –, Melgaço – não sei quando vai ficar pronto, porque colocar torres em Melgaço para chegar até a cidade é uma loucura, porque aquilo é Floresta Amazônica dentro de um charco – e Curralinho, que também vai estar sendo ligado também agora. Então, Marajó I está praticamente pronto.

Redução de perda. Investimos um monte de dinheiro. Usamos sistemas novos. Mais atualmente, inventamos e desenvolvemos um novo sistema para evitar fraudes, que aparentemente poderá vir a ser um sucesso, e melhorias do sistema.

Portanto, no total, investimos R\$ 2,701 bilhões, dos quais R\$933 milhões foram subsidiados pelo Governo. Portanto, trata-se de dinheiro que não nos cus-

tou nada. Nosso investimento foi de R\$1,768 bilhão nesses cinco anos. E o Capex considerado no nosso fator X era de R\$810 milhões; nós investimos R\$1,768 bilhão. Portanto, continuamos investindo.

O endividamento financeiro nosso, com a falta de geração de recursos próprios, subiu de R\$612 milhões de endividamento financeiro – estou falando com as instituições financeiras – para R\$1,972 bilhão, que é a hora em que pedimos a recuperação judicial.

Pode continuar.

Aqui só gostaria de falar que o *ranking* tarifário da Celpa, dentro das tarifas, ocupa o 31º lugar. Se tirarmos as multas que são devolvidas aos consumidores diretamente nas contas, por mau serviço, ou por não atender aos serviços que a Aneel determina, iríamos a algum lugar perto da 50ª tarifa.

Pode ir para o próximo.

O programa Luz para Todos trouxe um impacto fantástico ao ligar quase todo o Estado do Pará. No entanto, trouxe uma perda de qualidade de serviço muito grande, e eu vou explicar por quê. Tínhamos uma meta original de ligar 236 mil propriedades rurais. Tivemos uma meta alterada, em 2009, para 349 mil propriedades rurais. Já realizamos 329 mil dessas ligações. O realizado em relação à meta original é de 139%, e o realizado em relação à meta alterada é de 94%, e o programa continua.

No ano passado, de 2011, executamos somente 60% do programa. Cada dia fica mais difícil para nós atingirmos as populações mais longínquas, mais matas, as populações ribeirinhas, enfim. Continuamos com o nosso programa, que, conforme nosso compromisso, deverá fazer aproximadamente 30 mil novas ligações neste ano, no ano de 2013 e 2014.

Total de custos. O valor de contratados pela Eletrobras foi de 1,5 bilhão. Já realizamos 1,2 bilhão. O Estado, é de 160 milhões a parte dele. Já realizamos 75; ele já entrou com 78; e a Celpa, 298 milhões. Esse é o valor histórico. Já liberamos 247. Portanto, tem um pedaço para cada um. Se não me engano, aí estão 70, 10 e 20. Deve ser alguma coisa assim.

Ligações realizadas, 329 mil; quilômetros de linhas, 60.420. Antes da privatização esse número não chegava a 10 mil quilômetros. Era de bem menos do que isso.

Postes implantados, 593 mil; e transformadores instalados, 73 mil no nosso programa Luz para Todos.

Agora eu tenho duas fotografias bem rápidas, só para os senhores terem uma ideia do que nós fizemos. Está aqui o que era antes, em 2003, e o programa Luz para Todos que foi realizado.

Deixei a presidência da Celpa no ano de 2003 e, em dezembro de 2010, eu voltei à Celpa, desespe-

rado com a perda de qualidade de serviço na Celpa. Portanto, a primeira coisa que eu fiz foi dividir a Celpa em regionais. A primeira regional foi a metropolitana de Belém, a segunda regional foi a de Castanhal, a terceira regional foi a de Marabá e a quarta regional foi a de Santarém. Além disso, criei três regiões especiais, porque elas são especiais: Baixo Tocantins, Marajó e Margem Esquerda.

O que são essas regionais?

Belém corresponde a 33% dos nossos consumidores e a 43% da energia vendida pela Celpa; Castanhal corresponde a 21% dos nossos consumidores e a 15% da energia vendida pela Celpa. Então, se juntarmos os dois, estaremos falando de 55 mil consumidores e de 58% da energia vendida.

Além disso, eu pretendia terminar até março, e vou terminar até o mês que vem, em abril, também as áreas urbanas das principais cidades: Santarém, Marabá, Tucuruí e Paraopebas. Está tudo em andamento.

Os investimentos dessas melhorias nessas quatro regionais foram de R\$460,130 milhões. Isso não leva em consideração nenhum investimento na Ilha do Marajó, que é outro programa, nem leva em consideração investimento em perdas de energia, que também corresponde a outro programa, nem o Luz para Todos, que é outro programa. Isso é somente no sistema existente.

Região metropolitana de Belém.

Isso foi construído em Belém e essas obras foram terminadas no dia 15 de agosto do ano passado, em 15 de agosto de 2011. Foram feitos 46 novos alimentadores, seis novas subestações – os senhores imaginam o que é construir seis novas subestações dentro de uma cidade altamente concentrada –, 180 megawatts de transformadores, 198 chaves religadoras e seccionadoras comandadas à distância pelo COS – Centro de Operação do Sistema, 186 quilômetros de linha dentro da cidade e 30 quilômetros de linha de transmissão.

Pode continuar.

E aqui eu tenho os resultados para apresentar.

Portanto, as obras básicas da metropolitana de Belém já foram feitas. O que estamos fazendo agora é um trabalho de manutenção das redes existentes e de reforma do secundário para a redução das perdas de energia.

Veja bem, em janeiro de 2011, a Região Metropolitana de Belém, ou seja, 33% dos consumidores da Celpa e 44% da energia vendida, tinha 52 horas. Portanto, em janeiro, nos últimos 12 meses, o consumidor ficou em média 52 horas sem energia. Quando passo para fevereiro de 2012, ele ficou com 39 horas sem energia nos últimos 12 meses.

No entanto, como falei para vocês, as obras terminaram em agosto. Então, se eu pegar os meses 1, 2, 3, 4, 5 e 6, somar, dividir por 6 e multiplicar por 12, terei 28,8 horas de interrupção. Já estou abaixo da meta da Aneel em um terço dos consumidores da Celpa.

O FEC é a mesma coisa. O FEC vem caindo, o anualizado. Se eu pegar os últimos cinco meses, terei 21,2 interrupções médias por consumidor/ano, e a meta da Aneel, que me foi fixada em 33. Portanto, com um terço dos nossos consumidores e 44 da nossa energia vendida, estamos dentro dos padrões exigidos pela agência reguladora.

Próximo.

São 100 turmas de trabalho e de obras que trabalham permanentemente na Celpa no momento. Terminadas em agosto as obras, nós fomos para Castanhal. Castanhal é um pouco mais complicado. São 400 mil consumidores, são diversas cidades. Estive lá terça-feira da semana passada e posso dizer que em abril as principais cidades estarão concluídas. Visitei Santa Maria, Castanhal, Capanema. Não visitei, mas tomei conhecimento de Bragança, Urém, Salinópolis, e Vigia também.

O que é basicamente esse programa de obras? É nenhum alimentador servindo as cidades e servindo o rural. O Luz Para Todos foi ligado nas pontas das cidades. Então, um alimentador servia a cidade e o rural. Estamos separando completamente o rural do urbano, completamente, e não deixando que um alimentador tenha mais de cinco mil consumidores; e que nenhum alimentador tenha menos do que uma chave seccionadora, de tal maneira que uma interrupção não atinja mais que 2.500 consumidores. Essas obras estão em andamento.

Sei que neste mês de abril eu terei 27 desses 31 alimentadores prontos; as subestações estão em andamento; os transformadores já estão chegando, já chegou mais da metade; chaves religadoras estão sendo instaladas, linhas urbanas estão sendo feitas.

Isto aqui está atrasado, porque é muito difícil, como os senhores sabem, hoje obter licenças ambientais para abrir uma faixa dentro da Floresta Amazônica. Mas estão todas as linhas – que são cinco – em andamento e estarão concluídas em junho. Mesmo assim, já temos alguns números para mostrar, de Castanhal.

Pode virar.

Está aqui: de janeiro, de 142 horas viemos, em fevereiro, para 116. Se nós pegarmos os últimos cinco meses, estamos com 115. O programa Meu, que está sendo revisto, previa trazer a Celpa, em dois anos, de 106 horas, que o pior que tivemos, em janeiro de 2011, para 53 horas no final de 2012. E vamos fazer isso. Ou seja, vamos iniciar o ano de 2013 com um sistema que

estará apto, na Celpa inteira, a ter 53 horas de interrupção. Mas vamos continuar trabalhando, e, no final de 2013, teremos atingido todas as metas da Aneel.

As metas fixadas pela Aneel em Castanhal serão todas atingidas nas áreas urbanas e não serão atingidas até junho na área rural. Portanto, nosso programa agora é refazer as linhas rurais.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JORGE QUEIROZ DE MORAES JÚNIOR

– Isso aí é alguma coisa para mim, não? (Pausa.)

É? Mais um minuto só, mais um pouquinho.

Então, estamos tocando. O FEC também despençou, estamos com 48 interrupções, e a meta da Aneel é 40. Essa vai ser atingida até junho, com certeza.

Pode tocar.

A região de Marabá. Não comecei; vamos começar em junho, está aí o programa.

Pode continuar.

Estou tocando a cidade de Marabá. Aqui não é a regional de Marabá. Já atingi o que a Aneel me exige para a cidade de Marabá. Pretendo atingir até junho também a cidade de Santarém, Paraopebas e Tucuruí. Quero dizer que, em abril, mês que vem, eu terei um milhão de consumidores da Celpa, do um milhão oitocentos e vinte, dentro das metas da Aneel; faltam 800 mil consumidores. Até o final do ano, 85% dos consumidores da Celpa estarão dentro das metas da Aneel. O FEC, a mesma coisa.

Não pode tocar, porque aí é Santarém. Nós estamos começando as regionais de Santarém e de Marabá a partir de junho até o final do ano.

Aí nós temos a região do Baixo Tocantins. São algumas obras, não são obras grandes, serão feitas também no segundo semestre, e a Baixo Tocantins vai passar a ser administrada pela Metropolitana de Belém.

Aí nós temos Marajó. Marajó é um Deus nos acuda.

Tucuruí. Nós fizemos essa linha que sai de Tucuruí, vai para Portel e vai para Breves. Tudo isto é Floresta Amazônica, sem estrada, sem nenhum acesso. Está concluído. A faixa que nos foi dada aqui foi de 30 metros. Felizmente, o Meio Ambiente nos autorizou – e nós estamos iniciando – aumentar essa faixa para 60 metros. Já tivemos duas interrupções grandes em Breves, de mais de 24 horas. Por quê? Porque as árvores em volta da linha têm 40 metros e estão a 15 metros da linha. Portanto, já está sendo feito o alargamento dessa faixa.

Daqui para cá, a linha ia sair e servir aqui: Ponta de Pedras, Cachoeira do Arari, Salvaterra, Soure, Afuá e... Bom, eu mudei completamente o programa. Aprovei na Aneel e também na Eletrobras também. A diferença de custo foi mínima. Aliás, foi um pouco menos.

Estou passando com dois cabos subaquáticos aqui, na região de Abaetetuba. Se Deus quiser, até o final deste ano os dois cabos serão ligados a Ponta de Pedras, e aí vamos levar energia para os outros. Porque essa região aqui é de campo, e aqui é uma região de floresta. E vou fazer uma segunda alimentação para Breves. Portanto, quando cair essa linha, eu terei outra maneira de alimentar Breves, dentro da boa técnica de termos dupla alimentação e um serviço adequado.

Finalmente, tem a margem esquerda do Amazonas.

Pode tocar mais uma.

Estamos aguardando a conclusão do linhão que vai ligar Manaus para fazer a eletrificação e retirar os motores diesel de lá. Eu calculo que, até o final do ano, Marajó esteja bem adiantado; que no começo de 2013 tenha sido concluído; e, no final de 2013, com a entrega de dois pontos da rede básica na margem esquerda do Amazonas... Porque lá é Oriximiná, é Breves... Breves não. É Oriximiná, Vista Bela, Bela Vista, Monte Alegre... Então, todas aquelas cidades que eu visitei, todas elas têm um serviço muito ruim. Terei o início desse trabalho no final de 2013.

Muito bem, era isso o que eu tinha a apresentar. Estou à disposição dos senhores para quaisquer outras perguntas que os senhores tenham.

Muito obrigado.

Não passei muito do tempo?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado. Um pouquinho, mas... Muito bom! Muito bom, Jorge!

Eu quero passar a palavra agora para o Sr. Ronaldo Romeiro, Presidente do Sindicato dos Urbanitários do Estado do Pará.

O SR. RONALDO ROMEIRO – Boa tarde, senhores; boa tarde, senhoras; Senadores presentes. Senador Delcídio, obrigado pela sessão; Senador Flexa Ribeiro, ex-Governador do Pará; Helenilson; Sr. Jorge Queiroz; Nelson Hübner, da Aneel, a Agência Nacional de Energia Elétrica.

Este é um debate importante para nós todos, principalmente para nós, trabalhadores, e para a população do Estado do Pará, em especial. O Grupo Rede Energia atua em oito Estados da Federação. No momento, temos uma situação que envolve o Estado do Pará, que é um Estado que, todos nós sabemos, produz e exporta energia para este maravilhoso País chamado Brasil. Um Estado que, infelizmente, ao longo da sua história, tem sido, na visão de alguns, apenas o quintal do nosso País. Um Estado em que vão lá pegar minério, pegar madeira, a biodiversidade da nossa Amazônia, do Pará em especial, e a nossa energia elétrica. Todos sabem que, com relação à energia elétrica, o ICMS não

é na geração, mas na distribuição de energia. Então, os grandes projetos do Brasil na área de energia passam pela Amazônia, em especial o Pará, Senadores. E aí é, exatamente, por que este debate é importante.

O Pará tem Tucuruí, mas tem Belo Monte chegando, usina no rio Tapajós e Marabá, ou seja, é um Estado em que o sistema nacional é interligado. É um Estado que vai continuar produzindo e exportando energia para o nosso País. E uma concessionária de energia elétrica do Estado do Pará, Centrais Elétricas do Pará – Celpa, desde 98 na mão do grupo Rede Energia, hoje está à beira da falência.

É bom registrar que não é por culpa dos trabalhadores e não é por culpa da população do Estado do Pará. A nossa visão é que uma gestão equivocada levou a empresa à beira da falência.

Nesse sentido, a gente pode lembrar aos senhores que não vivenciaram isso que a Celpa, quando o Grupo Rede chegou, de 98 para cá, demitiu mais de dois mil trabalhadores e trabalhadoras; fez uma terceirização pesada na empresa, fazendo com que a Celpa tivesse altos índices de acidentes do trabalho e sendo, em 2005, a campeã brasileira na frequência de acidentes e, em 2007, vice-campeã nacional. Perdeu um corpo técnico qualificadíssimo, achando que a gestão poderia ser comandada apenas da Avenida Paulista, numa visão equivocada. Como o Sr. Jorge Queiroz falou, realmente no Pará cabem vários países, mas na prática não se preocuparam com isso, centralizando serviços operacionais como o centro de operação da distribuição num Estado em que há dificuldades de comunicação. Isso pirou os índices de DEC, a duração, e de FEC. O TMA, tempo médio de atendimento, por exemplo, em 98, era de 99 minutos e alguns segundos. Arredondando, era de 100 minutos, uma hora e quarenta minutos. No final de 2010, o tempo médio de atendimento, que é contado desde o momento em que o consumidor, a população, liga até ser restabelecida ou atendida, chegou a 693, seis horas e meia, seis horas e trinta e três minutos. Em 2010.

A Celpa, infelizmente, aí... Para nós, é muito ruim. Dói, como trabalhador... Tenho orgulho de morar neste País, tenho orgulho de ser trabalhador urbanitário e de ser paraense, mas dói muito ver um Estado que produz, que ajuda no desenvolvimento, Vice-Governador, deste País ser tratado como quintal, ser colocado tipo assim “nós só queremos a energia de vocês”.

Belo Monte vai custar mais de 20 bilhões, 22, alguns falam em até mais. Mas o que vai ficar no nosso Estado? Os impactos sociais, os impactos ambientais.

Por isso que este debate ora em curso é importantíssimo para todos nós. É importante os Senadores que estão aqui presentes... Parabenizar, pela im-

portância deste debate, os Senadores que estão aqui, porque o interesse que está colocado não é apenas dos trabalhadores da Celpa. O Grupo Rede tem nove empresas distribuidoras de energia e pode haver uma reação em cadeia, um efeito dominó, e sair quebrando todas as empresas. E vai afetar Estados como o Pará, o Mato Grosso, o Mato Grosso do Sul, Tocantins e Municípios que o grupo atende, como em São Paulo e no Paraná. Então, é muito importante este debate e que nós estejamos aqui.

Nós, trabalhadores urbanitários, temos tido uma luta incansável nessa questão. Não estamos lutando apenas pela manutenção dos nossos empregos, dos nossos direitos, das nossas conquistas, mas, sobretudo, por melhores serviços à população.

A tarifa de energia elétrica de 98 para cá teve aumento acima da inflação. Então, isso não pode servir como argumento, como balizador. Há gestão equivocada. Nos próprios números apresentados pela empresa de 2007 para cá, quem bem observou, em 2007 foram investidos apenas 25 milhões na manutenção do sistema da rede básica, enquanto que, em 2010, já se chegou ao patamar de 300 milhões.

O que aconteceu? Deixou-se de investir no sistema. Deixou-se de investir no sistema. Os números são claros. Havia um patamar de pouco mais de 700 mil unidades consumidoras. Quando se cresce para um patamar de 1,800 milhão de consumidores, na população de um Estado que tem sete milhões e meio de habitantes, você teve uma expansão do sistema, você deve investir na manutenção. Isso serve para o nosso dia a dia, serve até para a nossa casa. Se cresce o ambiente, se você não fizer manutenção, vai deteriorar tudo. É o dia a dia, é o básico do ser humano. Mas não! Por que não investiram? É a grande pergunta. Porque repassaram recursos que arrecadavam no Estado do Pará para outras empresas do grupo. Foram mais de 600 milhões aí, Senadores. Falar talvez seja fácil, principalmente para quem tem experiência e queira passar. Aqui, nós temos um relatório – pode ser o Vice-Governador e todo mundo – que é a partir do balanço, dos balanços da empresa. Não é invenção nossa, não é um número que estou falando aqui. O saldo: o grupo, em 1999, em 99, um ano depois da privatização, a Celpa já repassou R\$99 milhões para as empresas do grupo, naquele ano de 1999, R\$93 milhões. Ao final de 2009, a Celpa tinha um saldo de R\$622 milhões, no grupo. Aí, em 2010, caiu porque veio FI e FGTS, que entrou com R\$600 milhões no grupo; e, desses R\$600 milhões, R\$530 milhões foram direcionados para a Celpa para diminuir o saldo que a Celpa tinha. Mas qual o problema que ocasionou?

Nós temos um grande período sem investimento. Por quê? Repasse de recursos para fora.

Agora, o que salta aos olhos nossos, aí está no balanço, é que o grupo, a Celpa se endividou financeiramente, porque, em 2012, ela pegou R\$472 milhões de empréstimo e, em 2010, o saldo foi colado aí na tela, o saldo de 2011, num patamar de quase R\$2 bilhões.

Ou seja, não dá para entender, nenhum de nós, aqui é um ambiente de pessoas preparadas: como é que, se eu tenho um saldo no grupo, eu ainda vou continuar me endividando? O que vai acontecer comigo, com a minha empresa? Ela tende a quê? A quebrar. Se eu tenho um saldo, tem que ter um aporte.

Então, essa questão de repasse para fora, a falta de investimento no sistema, levou a Celpa à beira da falência. Aí a Celpa hoje tem 2.100 trabalhadores, seu quadro próprio, em torno de 2.000 terceirizados, mas a dívida que a empresa declarou nesse processo de recuperação judicial foi de R\$2 bilhões, quase R\$2,5 bilhões; mas, com a contestação – o período de impugnação, o prazo final, foi na última sexta-feira –, ela já está em R\$3 bilhões.

Aí envolve Eletrobras, patamar de 500 milhões, envolve trabalhadores, várias empresas.

Então, o que está aqui é o interesse do Estado do Pará. E o Governo do nosso Estado tem que intervir nesse processo, o Governo do nosso Estado tem que intervir nesse processo.

Não foi ao debate na Assembleia Legislativa. Lamentamos muito, falando aqui, de público, não sabemos por que não foi o Governo do Estado. Porque, em 98, quando foi privatizada, prometeram o melhor dos mundos para o povo do Estado do Pará: ia melhorar saúde, educação, o desenvolvimento. E o que aconteceu? Nós não sabemos para onde foi o dinheiro da privatização.

Agora, o fundamental, senhores e senhoras, é que o Governo Federal, a Eletrobras tem 34,5% da Celpa; o BNDES Participações tem 9,38%, 9%; o Fundo de Investimento do FGTS tem um pouco mais de 15%, se aproxima de 59% de dinheiro público.

Então, é necessário, Senador Flexa Ribeiro, é necessário que todos os Senadores, independente de partido, Senador Delcídio, olhem essa questão como interesse do desenvolvimento do Estado do Pará e do Brasil, porque a energia de Tucuruí, que é a maior hidrelétrica genuinamente brasileira, porque a Itaipu é binacional, a energia de Tucuruí, a energia que vem de Belo Monte, das hidrelétricas do Tapajós, de Marabá, ela vai para o desenvolvimento do País. E o Pará não pode ficar com o bagaço da laranja, porque o suco não ficou no nosso Estado. É preciso que os Senadores e o Governo Federal tenham a obrigação,

é um dever o Governo Federal, através da Eletrobras – que a Presidente Dilma saiba disso, Senador Delcídio, é obrigação do Governo Federal –, intervir nesse processo, federalizando a Celpa. Porque não podemos aceitar, nem nós, os paraenses, nem os bons brasileiros – porque a maioria desse povo é muito boa –, que o Pará seja tratado como um quintal, que se possa ter dinheiro para gastar, como se gastou mais de R\$22 bilhões em Belo Monte, e não se possa investir nessa empresa para prestar um bom serviço à população do nosso Estado. É necessário!

A Celpa está com um endividamento da ordem de R\$3 bilhões. O Grupo Rede tem dinheiro para tirar essa empresa? Não. Então, eu queria ouvir aqui, como não há representantes da Eletrobras, mas tem da Agência Nacional de Energia Elétrica... Nós, como trabalhadores, acompanhamos permanentemente a situação da empresa e denunciemos. Os órgãos de fiscalização, o poder concedente, têm também que explicar o porquê de não ter feito uma intervenção para evitar que a Celpa chegasse à beira desse colapso, que pode prejudicar o Estado do Pará e o Brasil, uma vez que o sistema é interligado. Queríamos ouvir isso da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

É importante, senhores e senhoras, que a gente trate essa questão como não apenas uma reivindicação de trabalhadores que estão com os seus direitos e créditos trabalhistas em atraso. A ameaça de desemprego é grande, mas nós não podemos aceitar que alguém venha falar aqui em “solução de mercado”. Qual é a solução de mercado? Deixa esse barco afundar, faz uma intervenção, faz uma relicitação e passa para um novo grupo. Não podemos aceitar, porque estamos falando do Estado que produz e exporta energia para este País; estamos falando do Estado que tem o maior potencial hidrelétrico do Brasil; é para onde vêm mais usinas, onde ocorrerão os impactos ambientais, Deputado Miriquinho, e onde ocorrerão os impactos sociais dessas obras e das futuras.

Então, não podemos aceitar. A gente registra a nossa posição, a posição dos trabalhadores, e agradece. Mas queríamos que o Senado não apenas fizesse esta importantíssima audiência pública, mas que nos ajudasse nessa luta. O povo do Pará precisa que tenha uma intervenção do Governo Federal no sentido de federalizar; que tenha uma solução que não prejudique nem os trabalhadores do Pará nem, muito menos, a população do nosso Estado, que não tem culpa da situação por que passa a Celpa.

Nós nunca estivemos na gestão e sempre criticamos a forma – na nossa visão, equivocada – e não podemos aceitar que a Eletrobras, com mais de um

terço da empresa, se cale. A Agência Nacional de Energia Elétrica deve uma explicação para todos nós.

Obrigado pelo convite. Tenho certeza de que daqui sairá um debate que possa apontar no caminho da solução que interesse a todos e não apenas a alguns.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, meu caro Ronaldo Romeiro, Presidente do Sindicato dos Urbanitários do Estado do Pará.

Passo a palavra, agora, ao Vice-Governador do Pará, Sr. Helenilson Cunha Pontes, Governador em exercício. Quero registrar aqui a presença do nosso querido companheiro e amigo Deputado Paulo Rocha e do Deputado Miriquinho Batista, também do Estado do Pará.

É uma honra muito grande tê-los aqui! *(Pausa.)*

Quem foi rei nunca perde a majestade, e V. Ex^a retornará logo, logo ao Congresso Nacional pelas mãos do povo trabalhador e hospitaleiro do nosso querido Pará.

Com a palavra, o Governado Helenilson Cunha Pontes.

O SR. HELENILSON CUNHA PONTES – Boa tarde, meu caro Senador Delcídio do Amaral, Presidente desta reunião da Comissão; meu caro amigo Senador Flexa Ribeiro; Dr. Nelson Hübner, Diretor-Geral da Aneel; Dr. Jorge Queiroz, Presidente do Conselho de Administração do Grupo Rede; meu caro Ronaldo Romeiro, Presidente do Sindicato dos Urbanitários do Estado do Pará, a quem já cumprimento antecipadamente pela fala, que representa o sentimento de todos nós, paraenses – e do Governo do Pará também não é diferente –, seu sentimento de indignação com o que está acontecendo no nosso Estado em relação à Celpa.

Queria cumprimentar o Deputado Federal Eduardo Gomes; o Deputado Estadual José Maria, Líder do Partido dos Trabalhadores na Assembleia Legislativa do Estado do Pará; o Vereador Otávio Pinheiro, da Câmara Municipal de Belém, também do Partido dos Trabalhadores; o ex-Deputado Federal Paulo Rocha, sempre Deputado Federal no coração de todos os paraenses; o Deputado Federal Miriquinho Batista, do Estado do Pará, também do Partido dos Trabalhadores.

Senhoras e senhores, eu não vou aqui reproduzir as palavras de indignação do meu amigo Ronaldo. Eu queria apenas registrar a satisfação de ver o Senado Federal discutindo uma questão que, como disse o Ronaldo, não é do Pará. O problema do setor elétrico é um problema nacional, e o Estado do Pará, cada vez mais, assume um protagonismo nessa discussão.

Nós geramos, hoje, com exceção de Tucuruí, em torno de 12% da energia nacional, e, depois de Belo Monte, no Tapajós, nós vamos gerar próximo de 23,

24% da energia do Brasil. Portanto, é inaceitável que o Estado do Pará chegue à situação que chegou do ponto de vista de uma concessionária de energia elétrica.

Então, se o setor elétrico tem importância nacional para o desenvolvimento do Brasil, ainda maior é a importância do setor elétrico para o cidadão paraense, para o Estado do Pará. Nós não aceitamos ser, como disse o Ronaldo, apenas um Estado gerador de energia elétrica para o desenvolvimento do Brasil, quando, segundo os números apresentados aqui, quase 500 mil paraenses ainda não têm energia elétrica na sua casa. Como é que nós vamos explicar às futuras gerações de paraenses que nós vamos gerar mais de 20% da energia do Brasil e vamos ter um só paraense sem energia elétrica? Um só!

Não nos interessa a discussão, bizantina, se foi isso, se foi aquilo que levou a essa situação de calamidade que vive a distribuição de energia elétrica, o abastecimento de energia elétrica no Estado do Pará. Porque a palavra calamidade cabe adequadamente, à fiveleta, na situação que estamos vivendo no Estado do Pará.

Não é um fato novo. Como disse, já foi demonstrado aqui. Esse processo é um processo crescente, progressivo, permanente, visível, de deterioração na qualidade, na prestação do abastecimento de energia elétrica no Estado do Pará. Portanto, nós não estamos discutindo aqui algo novo. Isso é uma realidade presente, nos últimos anos, no abastecimento de energia elétrica no Estado do Pará.

E o problema da energia elétrica deixou de ser meramente um problema de abastecimento, deixou de ser, Ronaldo, meramente um problema de qualidade para o consumidor, o que já seria muito grave. Passou a ser uma questão de Estado, nos últimos meses.

O Grupo Rede representa hoje, em termos de arrecadação tributária, em torno de 10% da arrecadação de ICMS que o Estado do Pará auferia mensalmente. E há cinco meses o Estado do Pará não recebe o ICMS de energia elétrica que é cobrado de seus consumidores.

Então, vocês imaginem, o País imagine o que é um Estado, de uma hora para outra, ficar sem 10% da arrecadação tributária de ICMS, do ponto de vista do equilíbrio das suas finanças! Não há planejamento estatal financeiro que suporte a falha de um contribuinte que represente 10% da arrecadação tributária de qualquer Estado da Federação – não apenas do Pará.

Há cinco meses o Grupo Rede não cumpre sua obrigação fiscal de recolher aos cofres do Estado do Pará o ICMS que é cobrado dos consumidores paraenses. Esses débitos já estão devidamente executados junto à Justiça do Estado do Pará. Portanto, nós já estamos perseguindo judicialmente o recebimento

desses valores. Porque, como eu disse, não se trata mais apenas de um contribuinte, mas de um contribuinte que não cumpre as suas obrigações de forma contumaz, há cinco meses. Já disse que as causas nós todos conhecemos, foram bem ditas aqui, mas é preciso que a sociedade paraense, que a sociedade do Brasil entenda a repercussão, do ponto de vista da prestação dos demais serviços públicos, saúde, educação, transporte, enfim, que um contribuinte que representa 10% da arrecadação do Estado simplesmente não cumpra com a sua obrigação de recolher aos cofres públicos o ICMS que é recolhido dos consumidores que quitam as suas contas.

Essa dívida se soma a outro parcelamento, a uma dívida já existente que a empresa tem com o Estado do Pará, em torno de R\$100 milhões, de um parcelamento de outros débitos que a empresa já tinha com o Estado do Pará, de ICMS igualmente. Estamos falando em torno de R\$300 milhões de dívida fiscal que a empresa tem com o Estado do Pará.

Reconhecemos as dificuldades que a empresa tem do ponto de vista do seu equilíbrio. Isso foi bem dito e está claro. Sabemos que a recuperação judicial é um instrumento para a superação dessas dificuldades. No entanto, do ponto de vista de um gestor público responsável, temos o dever de informar à sociedade que uma empresa que deve aos cofres do Pará R\$300 milhões, comprometendo a execução orçamentária do Estado, a prestação adequada e tempestiva dos serviços públicos, merece uma atenção especial. Por isso, é louvável que o Senado Federal tenha convocado esta audiência pública para que possamos discutir alternativas para a saída dessa concessionária de energia, que se encontra em situação tão difícil.

Preocupa-nos também a ampliação dos serviços. O Estado do Pará vai ser objeto de grandes hidrelétricas nos próximos anos. A ampliação dos serviços no Estado do Pará, já foi dito aqui, é uma tarefa hercúlea, dadas as dificuldades geográficas. Exige, portanto, um aporte relevante de investimentos. Exige uma empresa equilibrada fiscalmente. Exige uma empresa que tenha lastro financeiro para fazer vultosos investimentos no sentido de levar energia elétrica aos paraenses que ainda não têm energia elétrica dentro das suas casas.

Como que essa empresa, claudicante no momento atual, submetida a uma recuperação judicial, vai cumprir com as necessidades, as esperanças e os anseios dessa população que espera ter energia elétrica em casa? Como que essa empresa claudicante, cujos números já foram expostos aqui, conseguirá sair dessa situação de dificuldade financeira sem um aporte extraordinário e importante de um acionista externo, seja ele público, seja ele privado? Qual a responsa-

bilidade – especialmente dos órgãos reguladores do Governo Federal, através das suas subsidiárias, das empresas estatais que estão lá participando do conselho do Grupo Rede, como a Eletrobras, o BNDES – de cada um desses atores no ressurgimento e na reconstrução dessa empresa que se propõe a prestar serviço de abastecimento de energia elétrica ao povo do Pará?

Quero dizer aos senhores e às senhoras que é muito preocupante do ponto de vista do governo do Estado, porque a mera má prestação de serviço público está-se transformando numa questão de equilíbrio das próprias finanças do Estado do Pará.

Não formulamos ainda nenhum pedido de bloqueio de contas judiciais da Celpa, porque não queremos que a perseguição de um crédito tributário venha inviabilizar a operação da própria empresa. Mas essa dívida, mês a mês, se transforma numa grande bola de neve, que não sabemos onde vai parar. E não podemos e não vamos permitir que essa conta seja jogada no colo do contribuinte do Pará. Não aceitaremos que essa conta de ICMS, que foi retirado do bolso de cada um dos consumidores paraenses, seja devolvida ao erário do Pará.

Essa forma como a empresa foi administrada nos últimos anos, que levou a essa condição de insolvência, a essa condição de recuperação judicial, não pode se transformar num alibi para que a conta seja paga pelo cidadão paraense.

O Governo do Estado do Pará não vai aceitar uma solução para a Celpa que implique transferir a conta da má gestão ou de outras responsabilidades de outros agentes desses problemas para o povo do Pará. Perseguiremos uma solução que ressalve, em primeiro lugar, os interesses do povo do Pará: os interesses no recebimento dos seus tributos, na manutenção dos empregos, no recebimento e na manutenção, sobretudo, de um serviço público de qualidade e que tenha condições de se expandir nos próximos anos.

Eu ouvi atentamente o Dr. Jorge e fiquei animado com as expectativas dele em relação à ampliação dos investimentos. Confesso que não compreendo como nós conseguiremos ampliar, Dr. Jorge, esses serviços, esses investimentos anunciados por V. S^a aqui com um quadro desse, fiscal e financeiro, que a Celpa vive dentro de uma recuperação judicial sem uma intervenção externa pública ou privada que venha a conferir oxigênio financeiro à empresa.

Essa solução evidentemente não é uma solução que deva ser construída exclusivamente dentro dos muros da empresa. Essa é uma solução que tem de se construída com toda a sociedade, com os trabalhadores, com o Governo do Pará, que é um grande cre-

dor; com o Governo Federal, que é o maior acionista da empresa; com a Agência Reguladora, que tem a responsabilidade pela manutenção do serviço de qualidade; com o Ministério de Minas e Energia, que tem a supervisão inteira do sistema elétrico nacional; com todos os atores envolvidos na prestação do serviço de energia elétrica.

Essa não é uma solução que possa ser construída exclusivamente pelos acionistas do Grupo Rede. Nós todos temos responsabilidade em construir uma solução que contemple os interesses da maioria do povo do Pará, que já vem sendo penalizado há alguns anos com serviços de péssima qualidade. A verdade é essa. Os indicadores da Aneel vão demonstrar e já demonstram bem isso.

Agora, a péssima qualidade se transformou em calote fiscal, penalizando duplamente o contribuinte paraense, que já não tem o serviço de qualidade e agora não vai ter sequer o seu tributo, que foi pago, repassado ao cofre público. Então, essa é uma situação insustentável. O Governo Federal tem, sim, uma responsabilidade grande com essa questão, porque impostos do povo do Pará estão sendo arrecadados nas contas de energia elétrica e não estão sendo repassados aos cofres do Estado.

Se fosse qualquer outra empresa já seria objeto de escândalo nacional, quanto mais uma concessionária de serviço público essencial, como é a energia elétrica. Repito: todos nós compreendemos a situação financeira a que a Celpa chegou. Não nos interessa um inquérito bizantino das suas causas; o que nos interessa é a esperança de uma luz de solução que represente a retomada dos investimentos, que represente a retomada do pagamento dos tributos que se devem ao povo do Pará e que represente a retomada, sobretudo, da qualidade dos serviços que a população do Pará espera.

A discussão das causas, o inquérito das causas fica aos agentes responsáveis, Deputado Paulo Rocha. Agora, não podemos permitir que esse problema seja visto apenas como um problema dos acionistas do Grupo Rede, como se coubesse aos acionistas do Grupo Rede ir ao mercado oferecer essas ações para quem desejar comprar. E se esse comprador não aparecer? O Estado do Pará está há cinco meses sem receber o ICMS da Celpa. São quase trezentos milhões de dívidas da empresa com o povo do Pará, de ICMS – repito – recolhido do povo do Pará, que pagou o seu ICMS na sua conta de energia.

Nós não podemos permitir privatizar um problema que é, agora, de todos nós. Não é um problema apenas do acionista; é um problema do Brasil, deste Brasil que precisa de energia do Belo Monte; deste

Brasil que precisa de energia de São Luiz do Tapajós, da Hidrelétrica Teles Pires, de todas as hidrelétricas que estão planejadas no Plano Nacional de Energia Elétrica a serem instaladas no Estado do Pará.

Então, não é um problema só do povo do Pará, dos urbanitários do Pará, do Governo do Pará; é um problema do Brasil, sim.

O que vai acontecer se nós tivermos Belo Monte, tivermos São Luiz do Tapajós e outras hidrelétricas, Teles Pires, Marabá, e não tivermos uma concessionária lá com capacidade de fazer a capilaridade dessa energia, Paulo? De levar a energia gerada nesses grandes projetos ao caboclo que está do lado lá do lago. Nós vamos ficar assistindo, como em Tucuruí, porque a distribuidora não tem capacidade para fazer a expansão de investimentos? Então, não é um problema do povo do Pará, nem só do Governo do Pará, nem dos urbanitários do Pará. Esse é um problema nacional.

A Eletrobras tem sim responsabilidade pelo que está acontecendo na rede Celpa. Mas é pena, Senador Delcídio, que a Eletrobras não esteja presente a esta audiência, porque essa situação não aconteceu do dia para a noite. Ela foi produto de um processo de desestruturação, foi bem citado aqui, de vários fatos que foram desequilibrando a empresa, levando a essa situação de hoje estar sob uma recuperação judicial.

Não vamos aceitar, como sociedade, nem como Governo, que esse seja um problema dos acionistas da rede Celpa. Esse é um problema do Governo Federal, do Governo Estadual, e de todos nós. E nós vamos pugnar e insistir por uma solução que contemple a ampliação dos investimentos; por uma solução que ressalve, fora de qualquer cogitação, o pagamento dos tributos devidos ao Estado do Pará, recursos que foram retirados, repito, dos bolsos dos paraenses, que pagaram suas contas de energia elétrica em dia e recolheram o seu ICMS dentro da conta de energia elétrica. Qualquer solução que se alvitre deve ressaltar imediatamente o pagamento do tributo devido ao Estado do Pará.

Nós vamos ser intransigentes na defesa desse pleito que é absolutamente imprescindível, fora de qualquer cogitação de negociação na transferência do controle ou no que venha a acontecer com a empresa, porque aqui há responsabilidades mútuas, e muitas, de todos os órgãos que têm a gestão do sistema, dos acionistas da empresa, dos diretores da empresa, de todos aqueles a quem compete a fiscalização da empresa, porque é inaceitável como uma empresa concessionária de energia elétrica, que arrecada impostos do consumidor não repasse ao fisco estadual.

É inaceitável que uma empresa que tenha, seguidamente, um estado de inadimplência continue

operando sob as vistas de todos os órgãos de regulação, uma empresa que tem mais de 50% dos seus acionistas no setor público.

Então, esse é um problema urgente, grave, que está comprometendo o equilíbrio financeiro e a execução orçamentária do Estado do Pará e que deve ser, sim, denunciado e registrado com a importância e relevância que ele tem.

De resto, ampliação dos serviços, manutenção da recuperação da qualidade, tudo isso só é possível se nós tivermos efetivamente uma solução que represente o aporte de recursos numa empresa que está sabidamente incapacitada para continuar promovendo os investimentos que planeja.

Sr. Presidente, absolutamente dentro do meu tempo, muito obrigado pela paciência e eu fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Governador Helenilson, também pela obediência do tempo.

Agora, passo a palavra ao Dr. Nelson Hübner, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, por 20 minutos.

O SR. NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA – Boa tarde a todos.

Gostaria de agradecer ao Senador Delcídio e ao Senador Flexa Ribeiro, que nos convidaram para participar aqui deste debate, discutindo uma questão que, de fato, como coloca o Governador Helenilson, é um problema não só do Pará ou dos paraenses, mas é um problema de todo o Brasil, porque está dentro do setor elétrico, que tem uma regulação justamente nacional. Ou seja, o bem de energia elétrica... Por isso, a única ressalva que eu faria, até, no discurso do Ronaldo, Governador, é que, embora as usinas estejam, de fato, no Estado do Pará – e tenho que concordar que não pode haver um paraense com uma energia sem qualidade, nisso aí nós concordamos 100% –, mas de fato não é uma energia do Pará, porque nós temos toda uma legislação no Brasil que nos leva que esse bem é um bem da União e que serve a todo o País. Senão, daqui a pouquinho, o Estado do Rio iria reivindicar só para ele o petróleo e nós estaríamos enrolados para atender de combustível o País. Todos nós precisamos de combustível e é uma riqueza do País, obviamente, não dos Estados.

Também tem toda a razão o Governador ao dizer que o problema não surgiu agora. É um problema que vem acontecendo aos poucos, foi surgindo. Como ele colocou – e tem toda a razão quando questiona –, como vai conseguir sair dessa situação sem um aporte financeiro? Vou fazer um pequeno histórico dessa situação, de como a gente tem evoluído nessa questão da Celpa.

A Aneel já vem acompanhando isso, porque ela tem até a obrigação legal de fazê-lo em seus processos de fiscalização, tanto com relação às questões econômicas e financeiras quanto com relação à qualidade do serviço, a fiscalização técnica de qualidade. Fazemos isso através, obviamente, dos limites da legislação que nos é imposta, ou seja, através de um processo onde nos definimos uma tarifa de equilíbrio para todas as concessionárias com regras que são definidas dentro de um processo que nós chamamos de revisão tarifária, que acontece, em média, a cada quatro anos. A da Celpa, por exemplo, foi uma questão, como o Dr. Jorge colocou, que deveria ter acontecido em agosto do ano passado. Tem razão nisso que ele colocou. A gente define, ali, não só a questão dessa tarifa de equilíbrio, mas também as metas de qualidade, as metas de perda, todas as condições de atendimento de uma concessionária de distribuição, que é um setor totalmente regulado, no Brasil.

A evolução do quadro da Celpa, realmente, vem de um estado crescente de piora dos índices de qualidade, praticamente desde o ano de 2004 e 2005, por aí, de forma bastante acelerada nos últimos anos. Lembro-me de que, logo que tomei posse na Aneel, no ano de 2009, sentei-me com todas as áreas de fiscalização e fizemos um diagnóstico de todos os setores, de todas as empresas do Brasil. Algumas empresas nos chamaram muito a atenção porque já tinham um quadro mais grave de piora nesses indicadores. Solicitamos dessas empresas, dentre elas a Celpa... Ou seja, tomei posse na Aneel em março, no mês de maio de 2009, a diretoria da Aneel solicitou que a empresa apresentasse para a agência um plano de recuperação desses índices de qualidade. E mais do que isso, a análise que foi feita pela nossa área de fiscalização econômica e financeira verificou que o nível de investimento necessário para recuperar os índices de qualidade da empresa não eram viáveis de acontecer sem um aporte – e aí não é nem financeiro, mas de capital. Ou seja, sem um aumento do capital da empresa, que entrasse dinheiro, mas não em forma de empréstimo, porque a empresa já não tinha mais capacidade, como não tem hoje, de pagamento de empréstimos. Não resolveria a situação, como não resolve hoje, nem simplesmente com um aporte financeiro em forma de empréstimo, seja do BNDES, seja da Eletrobras ou de quem quer que seja. Ela precisaria ser capitalizada. Só dessa forma conseguiria ter recursos suficientes para investir, sem penalizar mais ainda, ou complicar mais ainda a questão do equilíbrio econômico-financeiro e do nível de endividamento da empresa.

Isso foi apresentado. A empresa apresentou à Aneel, já no mês de junho de 2009, esse plano, que

indicava todos esses volumes bastantes significativos de investimentos, que, a partir do ano de 2010, começaram a acontecer de fato na empresa. Isso o Dr. Jorge mencionou, esse nível de investimentos que foram feitos nos últimos anos. Foram feitos efetivamente, principalmente em algumas regiões mais próximas da capital. Agora, estão acontecendo nas outras regionais da empresa.

Agora, tinha o outro lado do plano, o plano que nos foi apresentado, que colocava também como premissa um aporte de capital, em forma de aumento de capital ou até de uma redução do próprio controle do capital dos acionistas, com a entrada de algum sócio que aportasse recursos para a empresa e permitisse esse nível de investimentos.

Esse foi o lado, quer dizer, uma parte desses recursos que, inclusive, a empresa nos apontou que deveriam entrar pelo BNDES. De fato, houve um aporte de recursos do BNDES, ainda, não sei se em 2009 ou 2010, o Dr. Jorge pode nos confirmar. Foram feitos investimentos, acompanhamos os investimentos.

Eu responderia até um pouco da questão colocada pelo Ronaldo: por que a Aneel não fez uma intervenção na empresa? Quer dizer, eu acho que a intervenção é um fato limite, um dado limite, Ronaldo, que a gente, como o próprio processo de caducidade, que está previsto na nossa legislação e que, num caso extremo, nós temos que caminhar para essa direção também.

Agora, quando se está no meio de um processo que, naquele momento, a gente via, e que apontava para a empresa: tem um problema econômico-financeiro, tem um problema de qualidade, mas tem espaço para uma recuperação e para um saneamento da empresa, através de medidas como um aporte de capital e um nível de investimento bastante acentuado na empresa... E se fossemos, pelos primeiros índices de qualidade, onde tiver uma deterioração, fazer intervenção nas empresas, estaríamos fazendo intervenção a toda hora. Não só seria na Celpa, mas com certeza, você mesmo colocou, quase que teria que haver uma federalização da empresa. Boa parte das empresas do grupo Eletrobras talvez tivesse que passar por um processo de intervenção nesse momento baseado unicamente nos índices de qualidade.

A própria empresa, hoje de manhã, tinha uma reunião com a Comissão de Minas e Energia e foi questionada sobre a qualidade dos serviços prestados na Capital do Estado do Amazonas, que é uma empresa do grupo da Eletrobras, onde os índices de qualidade estão no mesmo nível, ou piores, do que os níveis da Celpa. Também o nível de perdas – essas, sim, piores do que na Celpa.

Então, a nossa legislação não tem nada disso e eu procuro me abster de fazer esta análise, se o problema está na origem do capital, onde está colocado. Agora, o fato é que nós temos que zelar pela qualidade do serviço prestado – é isso que o Governador está colocando – e pelo equilíbrio das empresas, porque, sem ter um equilíbrio econômico-financeiro, ela não vai prestar o serviço de forma adequada, e isso é o que nós compete fazer.

Agora, passamos a acompanhar permanentemente a empresa, prestando conta para a Aneel também permanentemente dos investimentos que foram sendo feitos, da melhoria de alguns índices de qualidades nos locais onde foram feitos esses investimentos. E, no setor de energia elétrica, especificamente, em distribuição e em todo ele, não tem mágica. Ou seja, quando você não tem investimento, a qualidade vai deteriorar e vai deteriorar muito rapidamente. E esse fato aconteceu, não é?

Eu pediria até que botassem só uma projeção de uma transparência, que é a evolução do índice de qualidade na própria Celpa, porque a Aneel também foi muito acusada – e, até, em uma discussão aqui, um Deputado colocou que os índices que a Aneel exigia para a Celpa, de qualidade, ninguém que entrasse lá conseguiria atender aqueles índices de qualidade, que esses índices eram inatingíveis. E a gente iria mostrar isso, ou seja, que na verdade não o são.

Estas duas linhas aqui... Esta aqui é o DEC – os índices DEC e FEC –, ou seja, a duração média que o consumidor tem, o tempo em horas, quantas horas em média um consumidor fica sem energia; e FEC é o número de vezes em média que um consumidor, ou seja, a média global da empresa fica sem energia.

Estas linhas aqui são as linhas de nível meta. Quer dizer, o vermelho aqui é o FEC; o azul é o DEC que a Aneel exigia.

Se você for olhar aqui, até o ano de 2004, ou mesmo até o ano de 2005, a empresa atendia às metas exigidas pela Aneel. Então, essas metas não eram impossíveis.

Agora, essas metas que a Aneel define – e define para todas as empresas do País – são sempre metas decrescentes; ou seja, sempre vou procurar reduzir essas metas dos índices de qualidade, porque não tem sentido em um País como o nosso, que está evoluindo, nós traçarmos metas para piorar a qualidade dos serviços prestados de energia elétrica no País.

Então, essas metas vão ser sempre decrescentes, que definimos.

E o que aconteceu, em especial, com o DEC é que houve um crescimento de forma vertiginosa, ou seja, quando atingiu esse patamar em 2007, 2008,

foi quando a Aneel disse: temos que recuperar isso rapidamente. Ai começaram a haver uns investimentos, mas agora é que estão revertendo esses índices, como o próprio Dr. Jorge mostrou, que alguns locais onde houve investimentos já sinalizam uma reversão desse nível de crescimento.

Agora, são índices absolutamente insustentáveis, que sociedade nenhuma pode aceitar. Nós estamos falando em 100 horas, em média, para o consumidor. Se estamos falando em média, imaginem determinadas regiões onde esses índices de qualidade são piores! Quer dizer, é impossível de ser mantido isso, e o número de interrupções também da empresa.

Estamos colocando isso aqui mais para se ver que não é impossível, que esses índices não são metas não-factíveis. Ou seja, não são impossíveis de atender. A mesma coisa aconteceu com os índices de perdas e isso aí levou também a um agravamento. Uma coisa puxa a outra. Ou seja, o que nós fomos analisar? Fomos analisar que, de fato, nesse período aqui, nesses primeiros anos, entre 2004, 2005, 2006 e 2007, o nível de investimento da empresa foi muito baixo na distribuição, abaixo da exigência regulatória dos índices que deveriam ter sido feitos e só retomaram já agora nos últimos anos nos patamares acima dos regulatórios. Quer dizer, boa parte dos investimentos que foram feitos aqui em 2004, 2005, 2006 e 2007 foram investimentos com recursos da CDE, quer dizer, para fazer o programa Luz para Todos. E, como o próprio Dr. Jorge coloca, se você não tiver um investimento adequado para fazer uma seletividade em termos de proteção de tudo, você vai agravar ainda mais a situação de qualidade do serviço prestado na empresa.

A diferença que a gente tem de todo o diagnóstico que foi colocado aqui pela empresa é isso. Ou seja, até o ano de 2009, a Aneel tinha um critério que nós fiscalizávamos a empresa; quando ela não atingia os índices de qualidade que nós exigíamos, as empresas eram multadas. Ou seja, aplicava-se uma multa à concessionária, e ela teve valores de multa muito significativos nesses anos.

A partir do ano de 2010, a Aneel mudou, quer dizer, teve uma regulação nova, que nós mudamos e passamos a definir para todas as empresas essas metas de qualidade e passamos a levar metas individuais. Esses indicadores DEC e FEC tinham duração individual e a frequência individual para o consumidor e, para todas as concessionárias, havia metas individuais. Quando a empresa não atinge essas metas individuais, ela, na verdade, indeniza o consumidor pela qualidade não prestada, pelos serviços não prestados. Essa penalização é pesada, embora pode não ser significativo quando você olha os números individuais

que até o consumidor recebe, mas para a empresa é muito pesado, o correspondente a mais ou menos dez vezes o valor da tarifa de energia fornecida, com o trecho que não é fornecido. Isso agravou mais ainda.

Então, se analisarmos uma situação da Celpa, nos últimos anos, é uma empresa que tem em torno de 560 milhões, mais ou menos, de e-bit, da ordem de grandeza mais ou menos essa, que é a receita que ela tem lá disponível para fazer os seus investimentos e todos os seus custos operacionais serem mantidos com isso. A empresa, por exemplo, no ano de 2010, teve comprometidos dessa receita dela quase R\$90 milhões só com o pagamento dessas indenizações de qualidade. Teve mais R\$65 milhões comprometidos com o não-atendimento dos índices de perdas. Ou seja, a Aneel também define para cada empresa no Brasil uma perda regulatória. O que é isso? Um nível de perda aceitável.

Nós traçamos o mesmo modo que os DEC e FEC, quer dizer, uma linha em projeções, metas, cada vez reduzindo esses níveis de perdas regulatórias aceitáveis, porque o que quer dizer uma perda regulatória? Quer dizer um valor de perda comercial que eu aceito que a empresa compre energia. Eu estou dando tarifa para ela comprar essa energia, de uma energia que não está sendo repassada. O consumidor está pagando isso. Então, é óbvio que nós temos que traçar essas metas e caminhar cada vez mais para zerar esses índices de perdas comerciais no Brasil. Quer dizer, perdas técnicas nós sempre vamos ter no setor de energia, mas, as comerciais, nós temos que zerar.

Então, traçamos essas metas também para a Celpa, como traçamos para todas as empresas do Brasil. E essas metas são traçadas considerando as particularidades de cada uma das áreas de concessão, onde nós olhamos as dificuldades de combate à perda, considerando uma série de indicadores econômico-financeiros: índices de criminalidade, situação econômico-financeira da população, nível, por exemplo, de propriedade das suas residências. Tem uma série de indicadores que nós cruzamos e criamos uma classificação.

A Celpa, por exemplo, é uma empresa que tem o maior índice do que a gente chama de dificuldade de combate à perda, que é na área de concessão dela. Com isso, ela tem, inclusive, perdas um pouco mais leves.

Então, teve uma evolução do nível de perdas no segundo ciclo da revisão tarifária. A Celpa já tinha reclamado para a Aneel que o índice de perdas que a Aneel definia como regulatória era muito difícil de a empresa atingir aqueles níveis de perda regulatória. E a Aneel, naquele momento, inclusive... Foi uma das poucas empresas, acho que foram duas empresas só,

no Brasil, que tinham esse nível de perda regulatória, que a empresa inclusive atendia, e atendia até o ano de 2003, 2004, ela estava atendendo.

Este vermelho é o índice de perdas exigido, porque definido pela Aneel, e a empresa atendia a isso. Então, houve um agravamento da situação de perdas da empresa, em especial de perdas comerciais. E, no ano, inclusive no segundo ciclo, a Aneel aumentou esse limite de perdas aceitáveis para a empresa, ou seja, regulatório, quase ao patamar praticado pela empresa naquele momento. Agora, obviamente, esse índice tem que ser cada vez mais decrescente, porque isso aqui o consumidor está pagando, ou seja, essa parte da perda comercial o consumidor está pagando pela energia que ele não recebe.

Então, mesmo assim, a meta que nós traçamos foi essa e o resultado que aconteceu foi este: piorou.

O que significa isso?

Significa que, como a Aneel reconhece na tarifa esse volume de perdas aqui, ou seja, regulatoriamente, significa que a empresa está desembolsando. Por exemplo, ela lançou no último ano R\$65 milhões a mais para comprar uma energia que ela não tem de receita. Então, naquele valor de receita que ela tem para investir, ela está perdendo quase R\$100 milhões com a indenização de consumidores pela qualidade de serviço, com mais R\$65 milhões só de índice de perdas, ou seja, só isso já compromete sobremaneira a possibilidade que ela tem de fazer os investimentos com seus recursos. Ou seja, isso poderia estar sendo investido na melhoria da qualidade de serviço, evitando essas penalizações.

Agora, esse acompanhamento, estava cada vez mais acompanhando de perto, a empresa levando isso, levando todas as alternativas que ela tinha desses aportes de capital. Ela já tinha colocado a possibilidade e já tinha aberto, inclusive através de um banco nacional, a possibilidade de ter uma solução que tivesse esse aporte, como a gente exigia. E, de repente, teve – fomos até um pouco surpreendidos – o processo de recuperação judicial, que a empresa verificou como a única alternativa naquele momento, em que poderia haver uma descapitalização maior ainda, até com o início de um processo de saques bancários, de questões de financiamentos que a empresa tinha. E é uma alternativa que, obviamente, o acionista tinha que tomar e tomou.

O que a Aneel está fazendo nesse processo? A Aneel, imediatamente procurou a própria juíza, porque quando está um processo desse, esse processo vai para a Justiça local – então, a Justiça do Pará. Discutimos isso com o Ministério Público, tanto Estadual como Federal. Estamos fazendo acompanhamento mais de

perto, usando a própria agência reguladora e a nossa própria agência mesmo. A nossa preocupação é manter absolutamente as condições, quer dizer, não permitir deteriorarem as condições dos índices de qualidade do Estado do Pará, ou seja, garantir esse suprimento de energia, com a qualidade que o Estado necessita nesse momento mais crítico dessa transição.

E a deliberação que a Aneel fez na sua reunião foi a seguinte: abrir um processo, que é um processo que a gente chama de verificar a inadimplência da empresa. Ou seja, damos um prazo para a empresa apresentar toda as condições de como ela vai recuperar essas condições de equilíbrio da qualidade da prestação do serviço ao Estado do Pará. E esse está casado com o próprio processo de recuperação econômico-financeira da empresa. Ou seja, esse é um período que nós temos para avaliar e não vemos nenhuma alternativa; ou seja, ou tem de fato um aporte de capital com uma recuperação da empresa para que ela consiga fazer esse investimento, ou o processo terá que caminhar para um processo mais radical, que é a caducidade da concessão. Não temos alternativa a fazer, mas a obrigação nossa é garantir a prestação do serviço ao Estado do Pará nas condições que são exigidas.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Dr. Nelson Hübner, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica.

Agora, passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, autor do requerimento, para fazer os questionamentos.

Só para todos os convidados entenderem: depois de feitas as perguntas, aí eu passo para cada um responder com tranquilidade todos os questionamentos e ,ao mesmo tempo, observações com relação ao que os outros convidados aqui disseram.

Passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, Senador Dalcídio do Amaral, Governador Helenilson, Presidente Nelson Hübner, Dr. Jorge Queiroz, Sr. Ronaldo Romeiro, Deputado Miriquinho, senhoras e senhores, Deputado José Maria, Vereador Otávio, ex-Deputado Paulo Rocha, bom, estamos aqui em mais uma reunião e, hoje, numa audiência pública no Senado Federal, para encontrarmos caminhos para que o Grupo Rede e a Celpa, em particular, voltem a atender o Estado do Pará, Senador Dalcídio. E não só o Estado do Pará. O Grupo Rede é um grupo que tem a distribuição de energia em vários Estados da Federação brasileira. Começou no Estado de Tocantins... Mais anteriormente, em alguns Municípios no Estado de São Paulo; depois, no Estado de Tocantins, Pará, Mato Grosso, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul.

Então, essa é a situação da Celpa – e tanto é verdade que o Senador Dalcídio, ao assinar e propor

esta audiência pública, junto comigo, já se antecipa ao que espero que não aconteça também no Estado de Mato Grosso do Sul.

O que buscamos, Dr. Jorge, é encontrarmos, Ronaldo, um caminho para que a Celpa volte a atender o Estado do Pará e os paraenses naquilo que é da maior importância, como disse o Governador Helenilson, porque nós precisamos de energia para desenvolver o nosso Estado.

O Estado do Pará, como aqui é colocado por todos, é um Estado exportador de energia. O Dr. Nelson colocou que a energia é do Brasil. Não temos dúvida disso. Nós, paraenses, temos consciência de que a energia é do Brasil, mas ela é gerada no Pará. Ela é gerada no Pará, e aí o Brasil tem essa dívida com os paraenses.

Nós temos a consciência de que temos e compartilhamos com todos os brasileiros essa riqueza que a generosidade divina colocou lá no Pará. Não foi só essa não. Colocou os minérios, colocou o subsolo, colocou o sobre solo, com as florestas.

Quer dizer, tudo isso estamos compartilhando de forma generosa com o Brasil. Ainda não tivemos, por parte do Governo brasileiro, a atenção que nos é devida. Está aí a Lei Kandir. Estão aí as desonerações, que nos impõem, lamentavelmente, um esforço sobre-humano – hercúleo, eu diria –, para poder atender às necessidades da nossa população nas ações de saúde, segurança, educação e infraestrutura.

Mas, Ronaldo, essa questão da cobrança do ICMS na geração – o Senador Dalcídio compartilha conosco – é uma questão de PEC. Teríamos que alterar a Constituição. Só dois produtos não cobrem o ICMS na origem: petróleo e energia. Temos que mudar a Constituição para isso e tal. Tenho uma PEC tramitando, ou melhor, “dormitando” no Congresso, porque o Governo não deixa andar, não deixa caminhar. E espero que consigamos avançar quando tivermos a vontade do Presidente de plantão. Não é só este Governo, não. Os outros Governos também não deixaram andar para fazer a revisão do Pacto Federativo, e aí nós vamos avançar com relação a isso.

Hoje, o Pará, talvez, no balanço do ICMS – já discuti isso aqui com nosso Vice-Governador, Governador em exercício, que é um tributarista competente em nível nacional e internacional –, se hoje ainda está no equilíbrio entre o ICMS cobrado na geração e o ICMS cobrado no consumo dos combustíveis, como ficaria essa conta? Mas, daqui a alguns anos, com Belo Monte, com São Luiz do Tapajós, com Marabá, não tenho dúvida de que aí será superavitária essa conta para o Estado do Pará, e muito. E nós vamos ter petróleo lá, na costa de Salinas, no Atlântico.

Lamentavelmente, Delcídio, a ANP está devendo os leilões, que há dois ou três anos não acontecem. Se tivessem acontecido, já estaríamos explorando petróleo ali, em Salinópolis, na costa do Pará. E do Maranhão, também, porque ali também tem petróleo. Aliás, tem petróleo por todo o Brasil. Só falta explorar lá na Amazônia. E só falta isso no Pará, o resto tem; só falta petróleo.

Mas vamos voltar para a Celpa.

O que vimos aqui, Dr. Jorge, e aí o senhor tem, de todos nós, da Bancada do Pará... Nós fizemos uma reunião com toda a Bancada do Pará para que V. S^a pudesse colocar as dificuldades da Celpa e de que forma a Bancada do Pará poderia ajudar para que a Celpa saísse dessa recuperação judicial e voltasse a colocar energia de qualidade para que o Pará colocasse em prática seu plano de crescimento.

Estivemos com o Dr. Nelson Hübner; com o Vice-Governador, Helenilson Pontes, lá atrás; com o Ministro Lobão, ainda nessa preocupação, bem antes da questão da recuperação judicial. O senhor fez essa apresentação que fez hoje aqui, na audiência pública. Mas, como hoje, o senhor não fez nenhuma colocação de um plano de recuperação com relação à questão de recursos para a saída da crise financeira do grupo. Ou seja, de que forma... O senhor colocou o programa de investimentos para recuperar os índices que a Aneel lhe colocou. E aqui quero dizer, da mesma forma que o Dr. Nelson colocou, que o senhor está fazendo um esforço hercúleo. O senhor disse que deixou a Presidência da Celpa em 2003, não é isso?

O SR. JORGE QUEIROZ DE MORAES JÚNIOR

– Em 2010 assumi a parte técnica. Dezembro de 2010.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Em

2010, voltou à Celpa para comandar a recuperação da companhia.

O SR. JORGE QUEIROZ DE MORAES JÚNIOR

– Técnica.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) –

Técnica, sim. O problema, o efeito se deu na Celpa em função da questão financeira.

Mas eu perguntaria, e aí vem talvez o espanto de todos nós: lá, na reunião com a Bancada, o senhor se referiu à questão da revisão tarifária e que essa revisão tarifária era devida contratualmente; que a Aneel não teria lhe concedido a revisão tarifária devida em agosto de 2011 e que isso teria ocasionado a dificuldade crescente da Celpa, não é? O senhor colocou isso como um ponto.

Na audiência que tivemos com o Presidente da Aneel, junto com o Vice-Governador, foi-nos dito que a revisão tarifária era condicionada à questão dos índices técnicos da Celpa. Entendi dessa forma. E o se-

nhor teria dito também que não havia ligação de uma com a outra.

Então, o senhor vai responder se havia essa ligação entre a revisão tarifária e os índices de DEC, FEC, se haveria esses condicionamentos.

O senhor coloca também como uma questão da dificuldade financeira da Celpa o Luz para Todos, o desembolso pesado que a Celpa teve que fazer para atender ao programa, da ordem de R\$2,15 bilhões, sendo que R\$544 milhões de recursos próprios.

O que me causa estranheza também é por que os sócios do Governo, (Eletrobras, BNDES, Fundo de Investimento do FGTS), que têm participação societária na Celpa e deveriam acompanhar a sua gestão, a gestão da Celpa, não detectaram a dificuldade que a Celpa teria ao longo desses anos todos. Ou seja: não entrevistaram na gestão da Celpa, a ponto de deixar chegar a essa situação. Evidentemente, está, junto com a Eletrobras, BNDES, Fundo de Investimento do FGTS, a própria Aneel, que é a agência reguladora do sistema de energia elétrica nacional.

O Governo Federal, que participa da empresa, deveria estar acompanhando *pari passu* e ter dito: “olhem, acendam a luz amarela aqui, porque vamos ter problemas daqui a pouco. Vamos identificar isso para que não possamos ter, lá na frente, uma dificuldade maior do grupo”. Isso seria até uma forma de auxiliar na gestão. São sócios também do sistema, com quase 50%, no caso específico da Celpa. Não do Grupo Rede, mas no caso específico da Celpa.

Então, a minha pergunta – no caso, para a Aneel – é se não há esse acompanhamento.

O Ronaldo fez uma referência à questão do mercado, à solução de mercado. A solução de mercado, Ronaldo, não é a intervenção. A intervenção, no caso da Celpa, é a pior das soluções. Parece-me isso, e entendo como a pior das soluções. Aí, vai haver uma intervenção. A Eletrobras vai assumir o Ministério, vai assumir a empresa e, então, ou vai haver, de novo, a federalização da empresa ou...

O que entendo como solução de mercado é, no caso, o Grupo Rede ir ao mercado procurar um sócio que vá capitalizar o Grupo. Como disse o Presidente da Aneel, não adianta tomar financiamento, é preciso injetar recursos. É sangue na veia, recursos novos na empresa para haver capital para fazer investimentos necessários. Não é financiamento, é capital. Essa, sim, a solução que estamos entendendo como sendo solução de mercado. Parece-me que o Grupo Rede, aliás, pergunto ao Grupo Rede se a solução que estão buscando é essa solução de mercado. Isso já está em andamento? A recuperação judicial tem um prazo para

que se tenha uma solução ao longo de 60, 90 dias, para que a Justiça possa responder.

Outra pergunta já foi respondida com relação à caducidade da concessão. Espero que isso não venha a ocorrer. No caso de se chegar a esse extremo, Dr. Nelson, de se cassar a concessão da Celpa, quais são as garantias que a União vai dar ao Estado do Pará? Qual a segurança que o Estado do Pará terá com relação a ter a energia necessária para atender à população, aos paraenses, e também aos funcionários, os trabalhadores da empresa, que, hoje, estão preocupados com essa situação por que a empresa Celpa atravessa.

Eram essas as perguntas, Presidente Delcídio, que eu gostaria de fazer por enquanto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Agradeço as perguntas do Senador Flexa Ribeiro.

Gostaria de perguntar se o Deputado Miriquinho Batista gostaria de... *(Pausa.)*

Por favor.

O SR. MIRIQUINHO BATISTA – Senador Delcídio do Amaral; Senador Flexa Ribeiro; Governador, em exercício, Helenilson; nosso Presidente do Sindicato dos Urbanitários, Ronaldo; quero saudar o Dr. Jorge, o Dr. Nelson e todos aqueles que acompanham esta sessão. Primeiramente, gostaria de louvar a atitude de trazer esse debate para o Senado Federal. Acho que é um problema que não é apenas do Estado do Pará, mas que atinge todo o povo paraense.

Aqui já foi levantada uma série de diagnósticos, como a questão da qualidade do serviço. Quantas vezes a gente, lá, no nosso Estado, percebe a queda de energia, a falta de energia. Eu, há pouco, estava no Município de Baião, o primeiro Município abaixo da hidrelétrica de Tucuruí, e ali falta energia praticamente a metade da noite. A população não consegue compreender como isso ocorre se a produção da energia está a uma hora do Município. E, constantemente, não só lá, tem essa questão da qualidade da energia. Então, eu acho que esse é um ponto importante para análise.

Segundo, eu estive na audiência da Bancada do Estado com o Dr. Jorge, e lá ele colocava toda essa situação e levantava algumas questões: primeiro, que não iria, de jeito nenhum, deixar de fazer os investimentos que a Rede Celpa está fazendo no Estado do Pará; que deixaria, inclusive, de honrar alguns compromissos bancários, enfim, mas que iria manter a atividade do ponto de vista dos programas que tem lá. E, depois, também colocava que não passa pela Rede Celpa, pelo menos pela sua direção, a possibilidade de venda, conforme o senhor colocou, da Rede, mas, sim, ir buscar novos investidores que poderiam... E a

Rede teve muita dificuldade com isso, porque, quando fala que é no Estado do Pará, devido à diversidade do Pará, às dificuldades do Pará, há dificuldade de encontrar novos investidores para poder trabalhar essa questão junto com a Rede.

A gente percebe – e queria aqui também, na minha observação, ressaltar – que a Rede Celpa tem um quadro técnico muito eficiente, Conheço muitos engenheiros, muitos técnicos ali dentro muito eficientes, mas acho que a Rede Celpa ainda utiliza muito pouco aqueles profissionais. Talvez pela terceirização, por alguma coisa nesse sentido, a gente acaba percebendo que esses grandes profissionais, esses grandes nomes não estão sendo bem utilizados do ponto de vista profissional.

Por outro lado, é uma preocupação por parte do próprio sindicato: qual vai ser o futuro? O que é que vem? É aquela história: o que nos espera?

O nosso Governador coloca aí cinco meses de atraso do ICMS. Então, em cada momento, a cada reunião de que participo, a minha preocupação é maior. A minha preocupação é maior, porque eu começo a não enxergar uma alternativa que não seja a presença do próprio Estado. E aí não há outra dúvida do que a federalização, porque como é que o Estado vai poder investir o dinheiro público numa iniciativa privada? Qual é a alternativa?

O Governo do Estado do Pará é que, por meio do seu Governador, coloca a impossibilidade, nenhuma expectativa de abrir mão do que é de direito do Governo. Então, eu queria aqui exatamente contribuir neste sentido: eu acho que nós temos que caminhar, e o caminho é o caminho da federalização. Qual é o outro? Não há quem faça investimento. O Estado não abre mão do seu direito, que é justo. Qual é o caminho? O que nos espera?

Então, eu queria aqui colocar uma reflexão exatamente nesse sentido, para ver se... Pelo menos, eu não estou enxergando nenhum outro caminho a não ser a presença do Governo no sentido da federalização mesmo, para ver se conseguimos resolver essas questões que considero gravíssimas, que vão desde a qualidade do serviço, a ampliação do serviço, de certa forma, a garantia dos trabalhadores no sentido da continuidade dos seus direitos.

Enfim, eu queria aqui dar esta contribuição e também ouvir mais, para ver quais são as expectativas que podemos tirar e encaminhar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Nós vamos fazer de uma vez só.

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não, guarde aí, para você responder com tranquilidade.

Você vai ter o tempo necessário para...

Eu queria, mais uma vez, registrar aqui a presença do ex-Deputado Paulo Rocha, do Deputado Estadual José Maria, da Assembleia Legislativa do Pará, do Vereador Otávio Pinheiro, aqui presente. Quero registrar que tive uma reunião hoje também com o Ronaldo, com o nosso Vereador Otávio Pinheiro, com o Deputado Estadual José Maria, pela manhã, conversando sobre a Celpa. Aproveitamos a ocasião para ouvi-los, porque eles, como todo o povo do Pará, estão muito preocupados com a situação da Celpa.

Gostaria também de cumprimentar o Sr. Luiz Augusto Lemos Burle, presidente do conselho de consumidores e representante da classe comercial; Sr. Carlindo Lins, representante da classe industrial, também aqui presente. São setores fundamentais para a economia do Pará. Cumprimento o Sr. Josenir Gonçalves Nascimento, que representa a classe do Poder Público. E, mais uma vez, o nosso companheiro Elvio, representando os eletricitários de Mato Grosso do Sul, especificamente ocupando a presidência do Sindicato.

Vou fazer algumas perguntas muito rapidamente e, depois, vou passar a palavra aos convidados. Algumas perguntas aqui foram feitas pelo Senador Flexa, mas eu queria fazer outras. Algumas perguntas já foram respondidas na exposição. A primeira é a seguinte: qual a participação da Eletrobras no Grupo Rede Energia e na Celpa? Qual a participação do BNDESPAR no Grupo Rede Energia e na Celpa? Qual a participação do Fundo de Investimento do FGTS no Grupo Rede Energia e na Celpa? Quanto atinge esse montante de participação de Eletrobras, BNDESPAR e Fundo de Investimento do FGTS? Quanto representa isso no controle acionário da Celpa? Em função desse quadro, que é um quadro preocupante, o que os representantes da Eletrobras e a própria Eletrobras, BNDESPAR e os responsáveis pelos Fundos de Investimento do FGTS que participam do conselho Administrativo fizeram? Se esse quadro é um quadro que já se apresenta aí com a história que o Jorge colocou de uma forma muito clara, muito didática, o que os outros sócios fizeram em função desse quadro.

Eu ia fazer uma pergunta sobre se a Celpa está adimplente com o Programa Luz para Todos, mas já vi a resposta na exposição do Jorge. Acerca da questão tarifária, já foi dito que a revisão não aconteceu, e com impactos na tarifa. Sobre DEC e FEC eu também ia fazer perguntas, mas, se eu usar os históricos que tenho, de 2003 para 2008, há um número; se pegarmos os últimos cinco anos, como o Jorge apresentou

e também o nosso Nelson Hübner aqui falou, veremos que evidentemente há um quadro de decréscimo. Então, não vou entrar nesse mérito, olhando especificamente a média dos últimos cinco anos.

Qual o investimento, Capex anual – e isso aí foi mostrado – descontado o que é relativo ao Luz para Todos? Isso foi apresentado também. Esse Capex é suficiente para atender às necessidades mínimas do sistema e para fazer face ao crescimento do mercado? Ou seja, não adianta termos uma empresa com crescimento de mercado e exigência mínima se não tem Capex suficiente para investir. Então, de onde vem esse dinheiro e como essa empresa resiste?

Sobre a questão das multas da Aneel, o Nelson Hübner já falou aqui. O meu entendimento – desculpe-me, Jorge, mas já estou meio enferrujado – é de que o problema da Celpa é um *mix*, um *mix* de ações na Justiça com o Plano Bresser, por exemplo, tem outro *claim* aí, o PCCS, multa em Curuá-Una também, outra derrota em Curuá-Una, provavelmente para o empreiteiro da obra, a CR Almeida.

Depois, Jorge, você pode responder. Além desses *claims*, estamos vendo a questão tarifária, quer dizer, o valor da tarifa, que é apontado como um dos problemas, e as perdas – vi perdas de, em média, 25%... (Manifestação fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Trinta e dois por cento? Então, vi errado. Trinta e dois por cento? Não sei se existe uma concessão no Brasil com uma perda desse tamanho! (Manifestação fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Maior? Quem? (Manifestação fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Amazonas e Light? É inacreditável, no Rio de Janeiro. Mas, na Light, deve ser “gato” esse tipo de coisa. Não sei se, aqui, seria o mesmo caso. E a outra questão é a seguinte: o Luz para Todos – não sei se entendi bem – atrapalhou a Celpa.

O SR. JORGE QUEIROZ DE MORAES JÚNIOR – Muito.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pois é.

O SR. JORGE QUEIROZ DE MORAES JÚNIOR – Mas por minha culpa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Bem, o Luz para Todos atrapalhou a Celpa, pelo que estou entendendo da exposição e das ponderações feitas pelo Governador e pelos sindicatos, enfim.

Então, essas são as questões que gostaria de apresentar e registrar o seguinte. Tomei esta iniciativa,

Jorge, até porque o Grupo Rede atua em Mato Grosso do Sul. Temos um relacionamento com o Grupo Rede em Mato Grosso do Sul muito profícuo. Entendemos até as dificuldades que o Grupo Rede enfrentou quando assumiu, quando a EDP comprou a Enersul da Eletricidade de Portugal.

Sei do esforço que o Grupo Rede faz para administrar de uma maneira eficiente a Enersul. Nosso Estado também tem uma característica muito parecida com a do Pará, de grandes distâncias; não do tamanho do Pará, mas de grandes distâncias também, uma densidade de consumidores pequena.

Isso também, de certa maneira, prejudicou o programa Luz para Todos, apesar de Mato Grosso do Sul, hoje, ser uma referência no Luz para Todos no Brasil. Só o meu Pantanal que está de fora. É inacreditável, Deputado, mas a minha região é a que foi menos atendida pelo Luz para Todos, mas entendo também as razões.

Só para atender à minha região, como vi falarem da Ilha de Marajó, como vivi no Pará durante muitos anos, botar rede no Pantanal não é mole, não. É difícil, até pelas características da região, mas vamos encontrar uma solução. Estamos trabalhando nesse sentido com a Eletrobras.

Por que perguntei isso? E aqui está o Elvio, preocupado, e o sindicato aqui presente, representando todos os trabalhadores da Enersul. Entendo que não é a mesma coisa. Até, no meu requerimento, Nelson, puxei o Enersul, porque ia ficar muito esquisito um Senador por Mato Grosso do Sul levantar um problema da Celpa. “Por que o Delcídio está olhando a Celpa, se lá a concessionária dele se chama Enersul?” Mas é que, na verdade, é o seguinte: por que eu fiz isso também? É porque precisamos encontrar uma solução estruturada e rápida, porque não tenho dúvida alguma de que, à medida que o tempo passa, naturalmente, por mais que outras concessionárias operem – e operem bem – isso vai contaminando. É o mesmo grupo. Pelo menos na minha leitura, mais simplista, que talvez não seja tão sofisticada quanto a dos dirigentes do Grupo Rede e do Jorge Queiroz.

Então, acho que isso é urgente. Esta audiência pública vai levar-nos naturalmente a uma ação forte junto ao Governo para buscar uma solução estruturada para a Celpa, porque não podemos conviver com essa realidade. É inadmissível um negócio como esse, com todos os reflexos que essa situação da Celpa traz para o dia a dia do paraense, para o povo do Pará. Quem não tem energia não tem futuro, não tem condição de crescer, de desenvolver-se. Segurança energética é fundamental.

Vivi no Pará, Deputado Miriquinho, quando fizemos Tucuruí – fui o primeiro chefe da Usina de Tucuruí. Tenho uma relação com o Pará intensa. Baião e Cametá não tinham energia, a jusante da Usina. Dava para se ver de Tucuruí Baião e Cametá. Outros projetos virão para o Pará. Estivemos agora, sob a coordenação do Senador Flexa, lá em Belo Monte. E virão as outras usinas: São Luiz do Tapajós, como foi dito aqui pelo Governador; Marabá; enfim.

Então, é inacreditável, enfrentarmos uma crise como essa em um Estado com um potencial de geração de energia extraordinário.

Era um pouco isso que queria comentar.

Agora, já passo de imediato a palavra ao Dr. Jorge Queiroz para discorrer sobre tudo aquilo que entende como importante nesse debate e também para, eventualmente, corrigir algumas conclusões ou colocar suas posições no que se refere a pontos de vista aqui externados por outros convidados.

Com a palavra, o Dr. Jorge Queiroz.

O SR. JORGE QUEIROZ DE MORAES JÚNIOR

– Eu vou tentar sem bem breve e bem sucinto nas minhas respostas.

As primeiras respostas que eu pretendo dar são ao Dr. Helenilson Cunha Pontes, digníssimo Vice-Governador do Estado do Pará. Ele falou do ICMS.

Realmente nós estamos devendo ICMS, mas este mês está sendo pago integralmente o ICMS, inclusive com pedaço anterior. Já falei com o Mauro e já tinha falado com o Dr. Costa: nós estamos pagando integralmente o ICMS do mês, vencido do mês, e estamos pagando já um pedaço do atrasado, porque deixamos de pagar aos bancos, entramos na recuperação judicial.

Eu gostaria que o senhor soubesse que eu tenho R\$150 milhões de dinheiro que nunca foi arrecadado e que virou imposto. Chama-se inadimplência. E não existe inadimplência perante o Governo. Não se dá baixa nessa conta. Paga-se de qualquer jeito. Não estou justificando. É assim que funciona, e é apenas uma atenuante, de que é um dinheiro que se paga e de que não se tem retorno, porque o consumidor não pagou.

Com relação ao problema de expansão, eu acho que ninguém expandiu mais do que a gente. Concorro com o senhor: expandimos mal. Expandimos mal, e estamos expandindo bem. Expandimos mal porque nos concentramos em ligar energia elétrica em todos os consumidores do Pará e não em nos preocupar com a qualidade de serviço. Quando entrei, em 2010, eu fui para botar em ordem a qualidade do serviço, e é o que estou fazendo.

Então, dizer que há 350 mil pessoas que não têm energia elétrica! Foram 4,5 milhão de pessoas que tiveram energia elétrica; faltam só 350 mil! Foi aquele

gráfico que eu coloquei. E vão ser colocados, neste ano, mais de 100 mil.

Agora, é cada vez mais longe, o rio é cada vez mais longe, a mata é cada vez mais densa, é cada vez mais charco, é cada vez mais chuva, é cada vez mais difícil.

Eu aceito qualquer solução para a Celpa, qualquer uma: um sócio, a Eletrobras federalizar. Recentemente, antes de pedir a recuperação judicial, tive uma reunião com o Ministro – não sei se o Dr. Nelson estava presente ou não – em que eu entreguei a ele um pedido de que a Eletrobras capitalizasse a Celpa em R\$1,6 bilhão; eu mostrava o fluxo de caixa dele, mostrava a previsão nossa da tarifa que vai sair no dia 7 de agosto, tudo direitinho. Ele poderia escolher: ela ficaria dona e comandaria a empresa. Ela poderia ficar com 49% das ordinárias, e nós continuaríamos comandando a empresa conjuntamente com ela, e eu daria a ela o direito de comprar o controle por um real na hora em que ela quisesse; eu daria a ela o que ela quisesse para que eu não precisasse entrar em recuperação judicial. Entrei em recuperação judicial.

Enquanto eu estou vivo, eu estou lutando. A minha vida inteira foi de luta no setor elétrico. Então, eu estou vivo, eu estou lutando. Ninguém me tirou da Celpa, e eu tenho que botar aquilo em ordem. Eu vou para lá toda a semana. Eu tenho 67 anos e estava aposentado desde 2003, e voltei em 2010. Toda a semana, eu estou lá. Se eu não estou lá, eu estou dois dias por semana em Brasília, ou na Aneel, pedindo, implorando, lutando, brigando pelos dados tarifários.

Nossa tarifa vai bem, nosso processo tarifário está em ordem. Não é que nós não ganhamos tarifa no dia 7 de agosto do ano passado: a nossa tarifa será no dia 7 de agosto do ano passado. E será compensado pelo tempo que não me deu. O que faltou foi caixa para eu aguentar esse tranco. Então, é esse o problema.

Expansão: estamos aguentando firme. Qualidade de serviço: estão todos vendo que está melhorando. Eu não paro as obras do Pará de jeito nenhum, enquanto não me tirarem de lá, porque eu vou botar aquilo dentro dos níveis de qualidade e de...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Dr. Jorge, só para eu poder entender: V. S^a disse que a tarifa será no dia 7 de agosto do ano passado?

O SR. JORGE QUEIROZ DE MORAES JÚNIOR – Deste ano, com base na de agosto do ano passado. Foi tudo reflexo financeiro...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Isso foi reflexo que se corrige em um ano.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Então, ela será, ela compensará esse...

O SR. JORGE QUEIROZ DE MORAES JÚNIOR

– Exatamente, exatamente. Estamos lá, puseram as tarifas adiantadas, estamos fazendo, temos reuniões regulares com os...

Portanto, voltando agora à solução, Deputado, o senhor me pediu a solução: qualquer uma eu aceito: um sócio novo, federalização. A Eletrobras não quer, não quer assumir a Celpa! Isso é dito com todas as letras. Estou certo ou estou errado? Ela não quer assumir a Celpa. Pode assumir imediatamente, não custa nada.

Então, tenho de lutar de algum jeito. Como arrumei? Uma recuperação judicial. Quem vai sofrer numa recuperação judicial? Os bancos. Eu acho que é o melhor setor para sofrer, porque são os mais ricos que temos.

Então, é a esses bancos que vamos pedir, provavelmente, uma redução da dívida e um alongamento da dívida.

O que estamos fazendo hoje? Fazendo um fluxo de caixa completo da Celpa para os próximos dez anos, dentro de hipóteses razoáveis, para que a gente diga aos nossos credores o que nós podemos fazer.

E também vamos solicitar à Eletrobras um aumento de capital bem mais modesto. Esperamos que isso seja mais fácil de conseguirmos.

Então, o plano seria um pequeno aumento de capital da Eletrobras sem ela ficar com controle – se quiser o controle, não tenho nada contra, nada, nada – e uma redução da dívida e um alongamento da dívida. Isso estará resolvido em 60 dias. Eu tenho que entregar até 05 de maio um plano de recuperação. Se o plano de recuperação não for aceito pelos credores, é a liquidação da Celpa.

Eu gostaria muito que o Ronaldo ouvisse o que vou falar: a liquidação da Celpa é uma catástrofe porque vai haver a caducidade da concessão, o Governo vai pagar para a Celpa, uma empresa que não existe mais como concessionária, uma quantidade de dinheiro, que vai indenizar todos os funcionários da Celpa – todos, sem exceção, e eles vão passar para outra empresa. Como vão passar... Neste Brasil, acho que só fui eu quem administrou uma empresa encampada: chama-se Companhia Geral de Eletricidade, com 22 mil consumidores. Ela tinha 52 funcionários. Ela foi encampada 11 dias depois que eu comprei o controle acionário. E eu sei o que foi isso: foram três anos de luta para avaliação, o dinheiro foi pago, todos os funcionários foram demitidos e alguns foram admitidos pela Cemig, a maioria foi admitida pela Cemig, mas não todos, e nem sei em que condições.

Portanto, com a caducidade, não sobra nada para ninguém. Sobra para os funcionários, alguma coisa para alguns credores, e acabou. Acho que esse é um

mau caminho para seguirmos. Já conversamos sobre isso até. Ninguém, nenhum grupo econômico veio com qualquer proposta para nós dentro dessas circunstâncias, qualquer uma, qualquer proposta, “vamos fazer isso”, “vamos fazer aquilo”, nada. Não tem nenhum. Falam, vão lá, conversam com Ministro, conversam com o Nelson Hübner, e nada.

Então, esse é o primeiro assunto. Eu aceito qualquer proposta, mas enquanto eu não tenho proposta, eu tenho de tentar sobreviver e tenho de fazer serviço. Não há jeito.

Aporte de capital, acho que já respondi, porque é o problema da Eletrobras, que é o único caso. Eu queria também que vocês soubessem que o BNDES, desde a privatização, virou as portas para o Grupo Rede de uma maneira bastante forte. Chegamos a dever no BNDES – não é, Hübner? – 2,8 bilhões. Eu consegui um empréstimo para a Celpa de 450 milhões, e nos liberaram 250 e cancelaram os outros 200 – quando eu mais precisava disso, no final do ano, pois eu queria começar o programa de redução de perdas.

Luz para Todos, o que fez de mal para a Celpa? O Luz para Todos foi feito com os dinheiros determinados pela Eletrobras, não suficientes para o Luz para Todos. Pronto. Mas eu tinha de fazer o programa, está assinado, tenho obrigação, ligamos. Então, foi feito colocando mais dinheiro de nossa parte e, por falta de dinheiro, sem o devido cuidado com a qualidade de serviço, o que estamos tendo agora, para poder melhorar o serviço que está sendo dado no Luz para Todos.

Portanto, naquele DEC que o Dr. Nelson colocou, de 101 horas, 44 horas vêm dos consumidores do Luz para Todos, que são 17% dos consumidores da Celpa. Portanto, ela agravou o problema em 44%. Hoje, eu faço linhas ao lado do Luz para Todos para dividir o Luz para Todos em um maior número de circuitos, para que possa trazer isso.

Esse programa que eu apresentei traz todo consumidor rural para 120 horas/ano, o que não é o suficiente, pelo que a Aneel nos deu, e estou refazendo o programa, mas só vou conseguir completá-lo em 2013, para chegar às metas da Aneel na parte rural. Na parte urbana, eu atingi as metas da Aneel este ano em todas as cidades do Pará, todas.

Sobre o ICMS eu já falei.

Sobre qualidade de serviço já falei. A qualidade de serviço, todo mundo está vendo que está melhorando, mesmo na grande Belém.

Sobre expansão já falei.

Perdas. Quando entrei na Celpa, em 1998, as perdas eram de 37%. Acho que só ganhava do Amazonas. Trouxe de 37% para 20%, quando deixei a presidência, em 2003. A perda subiu de 20% para 32%.

Muito bem. Primeiro que inventamos um negócio novo na Aneel que era trazer a medição para fora do consumidor, porque o consumidor, na Celpa, não nos deixava entrar na casa para ler o medidor – não pode entrar. Então, trouxemos a medição para fora. Isso foi um sucesso durante certo tempo. Nós conseguimos reduzir para 20%, aumento de fiscalização.

Deixei a presidência, o presidente novo, problemas financeiros complexos, reduziu esse serviço de fiscalização. Tentamos outros presidentes lá para a Celpa que também não obtiveram sucesso.

No final de 2010, eu mesmo estou lá e, falo a verdade para vocês, o sistema da Celpa não me assusta de jeito nenhum.

Toda a engenharia de que o senhor falou, dos técnicos de lá, o senhor tem toda razão, são espetaculares. Acabei com a engenharia de São Paulo, transferei toda a engenharia para lá. Toda a engenharia da Celpa é feita lá, salvo a rede básica, que é um problema comum. Todos os diretores são lá. Dividi em regionais; em todas as regionais foram levantados os engenheiros que lá estavam. Estão motivados e estão fazendo o serviço direito.

Eu agora inventei um negócio novo nas minhas horas de insônia. Às três da manhã, acordei e resolvi fazer uma coisa diferente, chama-se: distribuição de energia elétrica sem baixa tensão coletiva. Ou seja, não existe mais o fio 220/127 passando pelas ruas. Portanto, o transformador sai direto, baixa tensão direto dentro de um poste, entra numa caixa com cem medidores; dali saem cem cabos, cada um para cada consumidor. Apresentei à Aneel, onde foi aprovado. O primeiro circuito que acabo de fazer nessa circunstância deveria ter terminado em março e está terminando. Faltavam treze caixas. Eram cem caixas a serem feitas e faltaram treze caixas. Tem dois tipos de caixas: uma para cem consumidores e outra para sessenta.

A impressão que eu tenho – vou saber isso mês que vem – é que transformei uma perda num circuito de 65% para 4%; vou repetir: 65% para 4%. Não teve uma violação de nenhuma caixa. Se isso der certo é uma solução para o problema de perda do Brasil. Terei isso mês que vem. As 70 caixas que já foram medidas já estão mostrando um resultado excepcional. E o preço muito inferior – caro, mas muito inferior – ao preço dos medidores eletrônicos com os quais nós gastamos 120 milhões lá na Celpa para fazer cem mil consumidores; tem uma manutenção caríssima. Portanto, estamos lutando pelas perdas e, se der certo esse sistema, vamos fazer isso rapidamente, porque também é de fácil colocação.

Qual a participação?

A Eletrobras tem 34% da Celpa diretamente do capital total. Ela tem 40% da Cemat. E é essa a participação da Eletrobras no grupo. O BNDESPAR – posso estar errando, mas não muito – tem 15% da *holding*. FI-FGTS, ele tem, indiretamente, 23% da *holding*. O BNDESPAR tem o direito de vender um pedaço dessas ações, de maneira que ele vai acabar com alguma coisa tipo 10%.

Acho que expliquei bem aqui.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – E quanto representa, Jorge, no controle, BNDES, FI-FGTS?

O SR. JORGE QUEIROZ DE MORAES JÚNIOR – Aí, se o senhor falar direta e indiretamente, vamos fazer: são 23% mais 15% – são 38%. O grupo tem 62% da Celpa. Eles têm 40% direta e indiretamente da Rede, que tem 62%. Então, quatro vezes dois, oito; 62%, que é o que a gente tem; 24,8% diretamente, e indiretamente tem o BNDESPAR, mais FI-FGTS; e Eletrobras tem diretamente 34% – são 58,8% direta e indiretamente, o Governo, na Celpa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Ou seja, é majoritário. Aliás, não...

O SR. JORGE QUEIROZ DE MORAES JÚNIOR – Não tem nada de majoritária...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Ela tem participação direta e indireta...

O SR. JORGE QUEIROZ DE MORAES JÚNIOR – Dos lucros.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Isso, de 58%.

O SR. JORGE QUEIROZ DE MORAES JÚNIOR – Cinquenta e oito por cento iriam para o governo; 34% é direto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Ou seja, aumenta mais a responsabilidade de quem é sócio da Celpa.

O SR. JORGE QUEIROZ DE MORAES JÚNIOR – Há alguma pergunta que eu deixei de responder, qualidade, expansão?

Então, estou tocando a Celpa, estou fazendo as obras. Temos cem turmas de trabalho; estamos, agora em abril, chegando a um milhão de consumidores dentro das metas da Aneel; até o final do ano, 80%, 85% e, no outro ano, um novo plano, que vai trazer algumas metas. Eu pedi para a Aneel 53 horas: a Aneel me deu 38 horas. Não tenho condições de atender este ano, mas no ano que vem eu chego lá, porque aí é pouca coisa para fazer.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Dr. Jorge, de forma objetiva, temos três soluções: aprovação do plano de recuperação, que o senhor vai apre-

sentar; solução de mercado, que seria um novo grupo; ou a federalização.

O SR. JORGE QUEIROZ DE MORAES JÚNIOR – A solução de mercado pode ser com alguém do mercado, pode ser com a própria Eletrobras. Só tem essa saída.

Agora, veja bem, Senador, se a Eletrobras for capitalizada e aumentar a participação, for aumentar a gestão... porque eu também não tenho restrição de mandarem. Se quiserem mandar em tudo, que mandem. Não tenho restrição. O problema é que eu vou apresentar para o juiz um plano factível de sobrevivência da Celpa. É óbvio que, se uma Eletrobras vai entrar com algum dinheiro, é muito mais provável que os credores entendam o que está acontecendo e aceitem o plano. Então, quanto mais eu tiver uma capitalização de mercado, ou qualquer outra coisa, o plano de recuperação será mais facilmente aceito e a solução virá, porque eu não vou apresentar um plano... Nem que eu tenha que apresentar um plano que as dívidas tenham que virar zero. Não é o caso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Mas o plano que o senhor vai apresentar ao juiz não vai contemplar a participação da Eletrobras.

O SR. JORGE QUEIROZ DE MORAES JÚNIOR – Eu estou pedindo, não sei se vai ou não. Eu tenho que pedir. Estou apresentando à Eletrobras esse plano. Tenho um esboço, fiz uma série de outras hipóteses mais realistas. Porque eu hoje confesso que conheço a Celpa tecnicamente, financeiramente, inteiramente. Então, estou preparando isso e vou apresentar o plano. Se a Eletrobras disser não, se outro grupo disser não: “Olha, isso é o que faz com que a Celpa sobreviva. Ou aceitam ou não aceitam. Perdemos tudo”. Portanto, acho que quanto à possibilidade de o plano ser aceito, quanto mais a Eletrobras entrar, quanto mais a Eletrobras gerir a Celpa, melhor ficará para que o plano seja aceito e o risco de uma caducidade será menor.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Obrigado.

O SR. JORGE QUEIROZ DE MORAES JÚNIOR – Porque, se não for aceito, é imediatamente decretada a liquidação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Dr. Jorge.

O SR. JORGE QUEIROZ DE MORAES JÚNIOR – Aliás, eu pediria aos senhores que me ajudassem politicamente junto à Eletrobras para que participasse desse plano. Se ela quiser assumir, que assuma. Se ela não quiser assumir, que ajude.

Eu notei, na última conversa que tive com o Dr. Costa, que o coração dele estava mais mole. É só o que posso dizer.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Dr. Jorge, quero agradecer as palavras e só registrar.

Conheço o Dr. Jorge Queiroz há muitos anos e sei o empresário e o empreendedor que o Dr. Jorge Queiroz é. É uma história toda ela devotada ao setor elétrico brasileiro, começando por São Paulo. Eu acompanhei, como Diretor da Eletronorte à época, o processo de implementação da Celtins, que foi a primeira empresa privada de energia elétrica do Brasil. Evidentemente, havia outras experiências em São Paulo, menores, mas quanto à extensão e, dentro daquele momento, não tenho dúvida de que foi um grande desafio. Depois, todo trabalho que foi feito não só na Cemat, também na Celpa, com todos os equívocos que foram aqui colocados, erros mesmo, erros de estratégia, de planejamento, enfim, na própria Enersul. Nós já fizemos muitos embates lá em Mato Grosso do Sul com o Grupo Rede. Aliás, com o Grupo Rede não, com a Enersul, menos com o Grupo Rede e mais com os controladores anteriores, os portugueses, a EDP.

Então, sei o quanto é difícil, Dr. Jorge, o senhor vir aqui explicitar um quadro como esse da Celpa, preocupante, depois de tudo o que o senhor construiu. Não é fácil. Eu imagino o que o senhor sente.

Vou passar a palavra agora ao nosso Ronaldo Romeiro, Presidente do Sindicato dos Urbanitários do Estado do Pará.

O SR. RONALDO ROMEIRO – Obrigado, Senador.

Grande experiência para todos nós, seres humanos, quando se faz o *mea-culpa*. Temos que olhar com cautela e, ao mesmo tempo, prudência.

Aqui, o Sr. Jorge Queiroz fez o *mea-culpa* quando, ao se aposentar, deixou a direção do grupo, colocou em nome de pessoas que estavam totalmente equivocadas, desqualificando, com demissões de trabalhadores, não respeitando os trabalhadores e as trabalhadoras do Pará, porque a volta da engenharia para o Pará foi no ano passado.

O companheiro Manoel Vieira está aqui presente. O Presidente do Sindicato dos Engenheiros já foi, hoje Vice-Presidente, nós lutamos muito por isso, a gente anunciava. A palavra tragédia é muito pesada, mas era um erro anunciado quando desvalorizou a mão de obra local e colocou, Deputado Miriquinho, tudo em São Paulo, como se apenas algumas pessoas que trabalhavam na Avenida Paulista tivessem cérebro. Na verdade, isso é inerente ao ser humano. Há gente qualificada em todo este País, mas há também na Amazônia, no Pará, como há no Mato Grosso do Sul, no Tocantins, como há em Brasília.

É importante registrar isso. Um equívoco, quando a gente fala que foi a má gestão, foi uma visão equivocada, sim, de centralizar serviços, centralizar até o pensamento do grupo.

A questão do Pará. O Brasil é maravilhoso, mas cada Estado tem a sua especificidade, é um Estado com dimensões continentais.

Eu queria falar para o Diretor-Geral da Aneel, Nelson Hübner, eu não falei, queria que registrasse, que nós somos a favor de intervenção ou de caducidade. Falei que a Aneel, como um poder concedente, e a Eletrobras não agiram no devido tempo. Eu falei que não agiram no devido tempo. Somos contra a intervenção para criar solução de mercado para decretar caducidade, que é o pior para todo mundo, Governador. É pior para o Estado do Pará, pior para os trabalhadores próprios das terceirizadas. É o pior, inclusive, Senador Flexa Ribeiro, para o nosso País. Caducidade, nós somos contra, Diretor Nelson Hübner. Nós somos contra a caducidade. Não é essa a solução para um Estado que produz, um Estado que exporta energia para este País.

Seria tipo assim: “Olhem vocês, o problema não é nosso, vocês que se virem para lá”. Não podemos aceitar isso. Nós não falamos isso, nós não queremos isso e temos que lutar. Todos aqueles que têm responsabilidade – e o Senado Federal tem responsabilidade, por isso está fazendo esse debate – não podemos encontrar isso como alternativa. O Grupo Rede tem uma visão que a gente combate muito por dentro, é uma visão de terceirizar serviços.

Por exemplo, lá onde o companheiro Elvio é Presidente, o *call center* é de 400 trabalhadores dentro da Enersul, que ele é o presidente do sindicato. Mas são trabalhadores da Rede Serviços e que ganham menos que todos os trabalhadores de *call center* do grupo. Por exemplo, o salário de um trabalhador do *call center* de onde o Elvio é um grande dirigente é de R\$710,00, menor que o da Celtins, menor que o da Celpa, menor que o da Cemat. O ticket alimentação é de R\$190,00. Então, essa visão de terceirização é para assustar, é para abismar isso, mas essa é a realidade.

Então nós estamos numa luta. Acreditamos na importância desse debate. Alguns números... Tenho divergência, mas é normal para o ser humano entender. Os dados que apresentamos são do balanço da empresa. Eu queria só que o Presidente do Conselho de Administração do Grupo Rede, a Celpa não tinha 37% de perdas em 98, está no balanço. A gente tem que acreditar no balanço, não é isso? Em 98, ela tinha 32% de perda, não 37%. Dados do balanço, tudo bem, pode ter algum ajuste. O dado do próprio...

O SR. JORGE QUEIROZ DE MORAES JÚNIOR – ...pública e 100 mil consumidores eu não achei, eram consumidores fictícios. Isso para ser otimista.

O SR. RONALDO ROMERO – Tudo bem, só estou falando da questão do balanço.

Então, 32% em 98. Hoje está nos 32% também. No ano passado, discutimos a participação no resultado e passa por esses indicadores. Estava dando 32,16%, vamos arredondar para 32%. Então, são quase 14 anos estacionados. E nós, trabalhadores, não podemos aceitar a afirmação, Senador Delcídio, que o grupo apresenta, de que crédito trabalhista, como o Plano Bresser e PCCS, seja um problema que levou a empresa... Não. Primeiro, nós nunca participamos da gestão. Segundo, até do conselho curador da fundação... No início, quando chegou, fomos retirados. Eu era conselheiro, tiraram os trabalhadores da representação. E, terceiro, foi negociado e assinado o Plano Bresser em 92 parcelas; e o PCCS, em 48 parcelas. Devidamente negociados. Ou seja, não foi pagamento imediato. Então, não pode querer colocar isso como um problema. Na verdade, colocamos aqui, são dados incontestáveis. O repasse para as empresas do grupo de mais de R\$600 milhões, quando voltou...

O SR. JORGE QUEIROZ DE MORAES JÚNIOR – (*Intervenção fora do microfone.*) Eu não posso pagar o PCCS se a juíza não der ordem. Vou preso. Isso é uma recuperação judicial. Estou lutando junto com eles para que a juíza autorize a pagar as prestações do PCCS e do Plano Bresser. Estou do lado deles. Não sou contra. Não posso pagar. Sou proibido por lei. Isso é crime falimentar se eu fizer uma coisa dessa. Você sabe disso.

O SR. RONALDO ROMERO – Então, deixe-me dar-lhe uma informação. Eu estava falando que não pode creditar isso ao problema, que nós não geramos esse problema.

Tivemos uma reunião com a Juíza Maria Filomena e ela disse, Senador Delcídio, Senador Flexa: “Eu não impedi a empresa de pagar”. Ela podia continuar pagando. Se algum credor dissesse, aí era se manifestar. É diferente. Mas a empresa fez o inverso; disse que não poderia pagar e colocou na planilha como credores. Aí, Senadores... Palavra da juíza...

O SR. JORGE QUEIROZ DE MORAES JÚNIOR – (*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RONALDO ROMERO – Vai ficar um debate entre nós dois.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra, o Ronaldo Romero. Jorje, por favor.

O SR. RONALDO ROMERO – Obrigado.

Na verdade, tem muito debate sobre toda essa questão da Celpa. Mas o fundamental está claro: tem que ter uma ação do Governo Federal, do ponto de vista da Eletrobras. Não é intervenção da Aneel, não, Diretor-Geral. A Aneel tinha que agir junto com a Eletrobras para não deixar a situação chegar ao estado que chegou, próximo da falência.

Não queremos isso. É o pior para todos. Nós, trabalhadores, nenhum de nós, nem os trabalhadores do Grupo Rede. Tenho certeza de que o Elvio está preocupado, conversamos há pouco, porque pode ter uma reação em cadeia, o chamado efeito dominó, e atingir tudo, todos os trabalhadores do grupo. Vai penalizar a população dos Estados, começando pelo Pará, e, depois, todo o grupo.

É preciso que o Governo Federal, a Eletrobrás... E aí, Senadores, cada um de vocês tem um papel fundamental nessa história. Os Deputados Federais têm um papel fundamental nessa história. Essa questão é de interesse nacional e passa, fundamentalmente, já foi falado aqui do Estado, mas um País que tem para investir mais de R\$20 bilhões em Belo Monte, exatamente no Estado do Pará, tem que agora, neste momento, chegar e dizer assim: “Olha, o povo do Estado do Pará e o povo brasileiro merecem a prestação de um bom serviço”, num serviço que é essencial – nós sempre fomos contra a privatização –, uma atividade monopolista, que não tem uma redistribuição de um lado, alimentador de outro; não tem concorrência. É um serviço monopolista, que tem que ter uma intervenção no sentido de a Eletrobras assumir, federalizar e prestar um bom serviço, para que o sistema nacional... Nós não falamos que ele é do Pará. A energia que é gerada no Pará é exportada para o Brasil, mas o Pará tem que ser compensado por isso, porque os impactos sociais e ambientais ficam lá. De Tucuruí, vão ficar; de Belo Monte e de todos os outros projetos que vierem, Tapajós, Marabá. É preciso que o Governo tenha uma ação firme, porque o Presidente do Conselho de Administração, Sr. Jorge Queiroz, disse que não tem alternativa. São R\$3 bilhões da Celpa. Fala que o grupo tem compromissos de endividamento da ordem de R\$7 bilhões. Então, se o Governo Federal ou a Eletrobras não agirem, não tem alternativa.

Quero, então, agradecer em nome dos trabalhadores e das trabalhadoras do Pará, especialmente os urbanitários, e dizer, Senadores, este debate aqui é muito qualificado, mas cada um de nós tem responsabilidade nisso. Nós, trabalhadores, não podemos prestar um serviço, Governador, com a instabilidade emocional que está dentro da empresa, porque não sabemos o que pode acontecer. O que vai acontecer daqui para frente se não houver uma ação imediata do Governo?

Não à caducidade. Não à solução de mercado que bote na direção de outro grupo que possa virar as costas aos trabalhadores. E sim à federalização da Celpa, que é a alternativa que beneficia o Brasil e também o povo do nosso Estado do Pará.

Obrigado pelo espaço.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, caro Ronaldo Romeiro.

Passo a palavra agora ao Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, Nelson Hübner.

O SR. NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA – Antes de mais nada, gostaria de cumprimentar o meu colega André Pepitone, que chegou, estava em outro compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Quero registrar a presença do Dr. André Pepitone, Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica.

Seja bem-vindo, Dr. André.

O SR. NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA – É o Relator no caso da Celpa e conhece muito mais do que eu todos os detalhes de todo o processo, mas hoje não poderia estar conosco cedo por causa de outro compromisso, mas disse que ainda viria me acudir aqui, no final, cumprindo o compromisso dele.

Só resgatar algumas coisas. De fato, Senador Flexa, coloquei ali que o Brasil deve mesmo muito, e vai dever muito mais ao Estado do Pará ainda com todo esse potencial de usinas que existe lá. Tem que ter realmente um atendimento e um controle adequados da qualidade de energia.

Lembro-me de que, quando começamos o Luz para Todos, eu já tinha um ano e tanto andando, uma vez o Presidente Lula fez uma visita ao Estado, exatamente à usina de Tucuruí, e ele sofreu um bocado lá por causa das críticas, porque já tinha Luz para Todos no Estado e, em torno de Tucuruí, continuava sem energia. Era inadmissível isso, e o povo não conseguia entender que as linhas de transmissão que saíam de Tucuruí não davam para ligar diretamente na casa deles lá. E havia questionamento, porque havia para todo lado, em volta da usina. E foi feito inclusive todo um plano especial, um Luz para Todos B, só para atender o entorno de Tucuruí, onde há um investimento grande, inclusive com recursos por um sistema todo de subtransmissão, para permitir o atendimento de toda aquela região.

Isso é obrigação. A nossa legislação exige a universalização de todo o País. Quer dizer, o Luz para Todos veio para ajudar nisso. Por isso, não consigo entender o Luz para Todos como um problema de jeito nenhum. É muito recurso público a fundo perdido; tem determinados anos em que, se for olhar o nível de investimento da Celpa, quando se abate o que a gente

chama aqui – que é quando esses recursos entram a fundo perdido, com obrigações especiais –, quase que o nível de investimento da empresa ficaria positivo; recebeu mais recursos para investimento para o Luz para Todos do que investimento próprio da empresa. Então, isso não pode piorar empresa nenhuma. Acho que faltou, talvez, ter essa coordenação mesmo desses outros investimentos que cuidassem da qualidade.

Então, não tem sentido a gente pensar nisso aí.

Essa obrigação a gente tem mesmo. Só esclarecer a questão da revisão tarifária que o Senador Flexa colocou. O Jorge explicou um pouco também. De fato, a data-base da Celpa, que seria o mês de agosto do ano passado, não só ela como também diversas empresas tiveram suas datas-base postergadas. Por quê? Porque, quando criamos a metodologia para esse processo de revisão tarifária, isso deveria estar pronto no final de 2010, mas houve uma série de questionamentos das empresas, discussão também com a sociedade, que tivemos de reabrir esse processo todo de audiências públicas e, com isso, entramos no ano de 2011 e não conseguimos cumprir aquele cronograma.

Então, como é feito nesses casos? Isso aconteceu com a Eletropaulo, com a Coelce, como estamos fazendo agora – Dr. André também é relator lá da Coelce –, e com uma série de empresas. É garantida a data-base e todos os impactos da revisão tarifária na data em que ocorreu.

No caso da Coelce, estamos fazendo agora no mês de abril. Então, é calculado o mês de abril do ano passado e todos os reflexos para este ano. Se a empresa tinha, por exemplo, uma redução tarifária, é garantido ao consumidor que essa redução também seja corrigida financeiramente, monetariamente, assim como a repercussão. Se a repercussão, ao contrário, é a favor da empresa, também isso vai refletir. Então, no mês de agosto, quando houver esse processo de revisão tarifária, junto com o reajuste, toda a repercussão, ou seja, o que devia haver em agosto será devidamente corrigido, e ela receberá todos esses valores financeiros, tudo colocado na data-base.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – No caso da Celpa, seria redução ou reajuste?

O SR. NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA – Na Celpa, a situação está mais ou menos equilibrada. Ela deve ter um reajuste positivo, mas ainda não estão fechados todos os números, até porque o nível de investimento da empresa, nos últimos anos, foi muito grande e a tarifa é consequência de investimento, ou seja, é a base de remuneração.

Se você fez muito investimento, você tem uma base mais elevada e uma tarifa mais elevada. Isso explica um pouco aquela primeira transparência apre-

sentada pelo Dr. Jorge em que a Celpa, mesmo com um mercado tão complexo, num Estado tão grande e com nível de investimento necessário grande, tem uma tarifa ainda intermediária, bem mais baixa que a do Maranhão, por exemplo. Por quê? Porque o Estado do Maranhão teve um nível de investimento muito mais elevado que o do Estado do Pará nos últimos anos. Isso fez com que a base de remuneração fosse mais elevada, o que impacta mais na tarifa, sendo a tarifa mais elevada também. Então, uma coisa puxa a outra. Tudo isso está sendo garantido.

Foi muito questionada a ação das empresas federais, e o Ronaldo disse: “Não. Faltou a Aneel. Então, ela deve-se juntar com a Eletrobras para haver uma ação e a Eletrobras tomar conta da empresa”. Não cabe, obviamente, à agência esse papel. Não nos cabe... Ou interagir... Por exemplo, nós até interagimos com os acionistas, ou seja, diagnosticamos o problema, chamamos os acionistas e exigimos que os acionistas apresentem para nós um plano de recuperação.

Obviamente, quando a Celpa monta um plano de recuperação da empresa para apresentar à Aneel, isso é passado ao seu conselho de administração, que conta com a presença dos representantes do BNDES, da Eletrobras e com todos os acionistas que estão colocados ali. Mas não cabe à agência esse papel. Cabe à agência, sim, cobrar das empresas o nível de qualidade exigido, uma recuperação, um equilíbrio econômico financeiro da empresa. Portanto, para solucionar aqueles problemas que nós detectamos, exigimos da empresa esse plano de recuperação que ela tem colocado. Mas, obviamente, não nos cabe dizer à Eletrobras: “Vá lá, compre a empresa, coloque um recurso ou fique com o controle da empresa”. Obviamente, não nos cabe isso. É mais um poder político, e a agência não tem obviamente esse papel.

Nós poderíamos até questionar. Você abordou este assunto, com o qual eu concordo plenamente, Ronaldo: mais do que resolver o problema dos trabalhadores, o que obviamente é imensamente importante, porque sem trabalhador não tem serviço da concessionária adequado, não tem nada, é fundamental solucionar o problema do atendimento adequado ao Estado, o atendimento de energia. Acho que essa, sim, é a preocupação primeira de todo mundo. Eu também não incentivaria a Eletrobras por achar que não vai resolver o problema do atendimento do Estado do Pará. A Eletrobras também tem falhado no controle das empresas que estão sob o seu comando. Se compararmos, por exemplo, o próprio Estado do Piauí, que está ali pertinho, ao lado do Estado do Maranhão, e analisarmos os índices de qualidade, os resultados e as perdas, vamos ver que a empresa está longe de

ser também algum exemplo na prestação do serviço de distribuição. Então, não acho que essa é a solução.

Realmente, não nos cabe fazer isso. Agora, cabe-nos exigir dos agentes, dos controladores, da direção da empresa colocá-la no nível adequado, seja ela uma empresa estatal, seja uma empresa pública, seja uma empresa privada.

Em relação às regras que nós definimos quando fazemos as revisões tarifárias e a todas as exigências que fazemos em termos de qualidade, não distinguimos a origem do recurso, a origem do capital, o controlador da empresa. As regras são as mesmas para todas as empresas, observadas, obviamente, as características próprias das áreas de concessão.

Então, as características do Estado do Pará, do Estado do Maranhão, do Estado do Piauí, do Rio de Janeiro ou de São Paulo são verificadas para definirmos esses parâmetros de qualidade e mesmo de remuneração, perdas, ou seja, todos esses indicadores são analisados com base nas devidas características regionais e não, obviamente, na origem do capital. A exigência tem que ser igual para todas as empresas.

Há uma preocupação que estamos tendo também nesse processo. No fundo, estamos meio surpreendidos com essa questão toda da própria legislação de recuperação judicial. Essa é uma preocupação que manifestamos até para esta Casa, que é o espaço adequado para essa discussão. Quando isso foi colocado na lei... Nós estamos experimentando ainda as novidades que foram colocadas nessa lei e, na nossa visão hoje, estamos experimentando uma dificuldade muito grande para gerir isso, porque o papel da agência está bem definido, assim como aquilo que nos cabe fazer nesse processo todo até o processo mais radical, que poderia ser um processo de intervenção. Porém, um processo de recuperação judicial nós julgamos quase incompatível com a legislação própria de um serviço público, com a concessão de serviço público.

Acho que a lei não deu um tratamento adequado à questão de como lidarmos com a recuperação judicial de uma empresa que cuida da prestação de um serviço público essencial. Aí ficamos preocupados, porque, na hora em que você segura, por exemplo, os recursos de uma empresa e determina: “Não, não pode aplicar”, primeiro, não pode deixar de pagar servidor, não pode pagar serviço terceirizado e não pode deixar de pagar, por exemplo, compras de energia, encargos setoriais, impostos que são devidos, pelo menos os correntes. Nada disso pode cessar, porque esse é o espírito e temos que gerir essa questão. Então, temos uma dificuldade imensa de lidar com isso.

Temos procurado diminuir esse problema, discutindo o assunto. Fizemos reuniões com a juíza no

Estado do Pará – eu fui pessoalmente, e o Dr. André esteve lá também na semana passada. Temos discutido e estamos tentando diminuir, discutindo com os administradores, discutindo com o Ministério Público, que está fazendo o acompanhamento de todo esse processo, mas acho que faltou um tratamento adequado. Há alguns setores que foram excepcionalizados na lei com relação à possibilidade de recuperação judicial, mas um serviço público de energia elétrica? Já está havendo problema desse tipo. Na hora em que se deixa de pagar, por exemplo, a compra de energia – e há produtor independente que fornece energia –, o fornecedor diz: “Vou parar de fornecer energia”. Então, acho que o setor elétrico tem toda uma cadeia em que isso é absolutamente incompatível. Acho que essa questão deveria ser talvez discutida e aprofundada, e o espaço obviamente é aqui.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Dr. Nelson Hübner.

Agora, fechando a audiência pública, Governador Helenilson Cunha Pontes.

O SR. HELENILSON CUNHA PONTES – Senador Delcídio, meus colegas de Bancada, Senador Flexa, eu queria apenas registrar, nesta oportunidade, Senador Delcídio, que eu não sabia que o Pará tinha quatro Senadores. V. Ex^a tem tanta preocupação com os nossos problemas. Agradeço, em nome do povo do Pará, a dedicação, o apreço e o carinho que V. Ex^a tem revelado pelos nossos problemas, que são muitos. É bom saber que temos aqui no Senado mais um Senador paraense, com coração paraense, família paraense, que compartilha dos nossos problemas. Quanto mais aliados tivermos, melhor.

Então, muito obrigado pelo carinho.

Sem pretender fazer um esforço de síntese, de tudo que já se disse aqui, eu gostaria de separar o assunto entre o passado e o futuro. Acho que, depois de tudo a que assistimos aqui e que ouvimos, ficou claro que houve problema de gestão. O Dr. Jorge disse claramente que se afastou; os administradores não agiram com a presteza e com a competência que ele esperava, os presidentes da Celpa; os órgãos regulatórios também falharam, porque não foram ágeis o suficiente no momento adequado para que tivéssemos esse debate lá atrás e impedíssemos que chegasse à recuperação judicial; os acionistas do Poder Público, a Eletrobras, o BNDES, também falharam, porque, como acionistas, também deveriam ter-se preocupado com uma melhor gestão da empresa. Enfim, todos nós – talvez não o sindicato, que o Ronaldo disse que alertou várias vezes –, mas, de um modo geral, houve falhas coletivas. Isso é passado. Eu não gostaria de ficar, como eu disse aqui, num inquérito bizantino

da busca incessante das causas e dos culpados para açoiá-los em praça pública e continuar com o problema lá, no nosso Estado do Pará. Preocupa-me muito mais olhar à frente.

Eu gostaria de registrar a felicidade da fala do Dr. Jorge. Poucas vezes, Dr. Jorge, eu vi um empresário, um empreendedor, numa situação como essa, dizer publicamente: “Aceito qualquer solução, estou lutando para manter vivo o serviço e a empresa, estou me dedicando a manter vivo o serviço, abro mão do controle, faço qualquer tipo de acordo que permita que a empresa volte a funcionar de forma adequada e preste o serviço”. V. S^a dá o exemplo aqui do verdadeiro empreendedor, preocupado mais com a empresa do que com o benefício próprio. Eu acho que essa é uma lição que V. S^a dá ao Brasil de reconhecimento, como disse o Ronaldo, dos erros, dos equívocos na gestão da empresa, derivados do seu afastamento, da aposentadoria, e de preocupação com o povo do Pará também. Acho que isso é um gesto nobre que merece ser registrado.

Ficou claro também, olhando à frente, que nós temos pouca chance de melhorar num curto prazo sem um aporte objetivo de recursos de um investidor, qualquer que seja ele: público, pela Eletrobras, ou privado. Aqui já estamos na esfera política. Cabe a nós, da classe política, fazermos o debate aprofundado junto ao Governo Federal sobre a necessidade de um aporte da Eletrobras, seja para controlar a empresa, seja para ajudá-la, que é quem efetivamente tem aportes para fazer no setor elétrico. Não acredito que nós encontremos um investidor privado com a capacidade financeira de fazer um investimento relevante numa empresa na condição que está a Celpa. Sinceramente não acredito que nós encontremos esse investidor solto pela rua, disposto a topa um desafio dessa natureza.

A Eletrobras é a empresa que tem o colchão suficiente, a capacidade suficiente para ajudar neste momento. E aqui a ideia é ajudar mesmo. Não chego à ideia de federalizar, porque também não acredito que, federalizando, nós vamos ao paraíso no dia seguinte, como disse o Dr. Nelson, porque há empresas federalizadas que também estão ruins. Então, não é federalizando que nós vamos ao paraíso. Mas a empresa poderia ajudar.

O Governo Federal poderia fazer esse gesto em nome até da situação especial que o Pará apresenta do ponto de vista da geração de energia para o Brasil nos próximos anos. Por que o Governo Federal não faz um gesto, aumenta o seu investimento, o seu capital na Celpa através da Eletrobras, reconhece a sua capacidade, durante esses anos, de acompanhar a boa gestão da empresa? Com isso ganharíamos todos nós,

os paraenses e, sobretudo, o Brasil, que teria uma empresa saneada e com condição, daqui a alguns anos, de alienar o controle, de alienar as ações. E não precisaria ficar o resto da vida. Recupera a Celpa e, depois, aliena. O Governo Federal não precisaria ficar, mas poderia, sim, através da Eletrobras, fazer esse gesto.

Não entendo, Dr. Nelson, sinceramente por que o Governo Federal se recusa tanto em agir. Não entendo. Talvez se recusar, por política de energia mesmo, ser controlador eu até entendo, porque não é política, pode não ser a política da Eletrobras ser controladora da Celpa. Mas por que não aumentar o capital, não ajudar a recuperação da empresa? Não encontro motivo objetivo para que o Governo Federal não tome essa atitude e faça esse gesto na direção não da Celpa, mas do povo do Pará, dos seus trabalhadores e de todos aqueles que estão esperando um melhor serviço.

Então, de um modo geral, eu queria mais uma vez, Senador Delcídio, saudar V. Ex^a pela oportunidade da audiência, e também o Senador Flexa Ribeiro, que tem acompanhado esse assunto de perto, trabalhando de perto, dada a importância desse assunto para todo o povo do Pará, para toda a sociedade paraense e para o que representa o Estado, repito, para o setor elétrico nacional. Se nós já temos problemas com a sociedade paraense na aceitação de Belo Monte, São Luiz do Tapajós, Tucuruí, os senhores imaginem qual é a visão que a sociedade do Pará vai ter se esse colapso de energia aumentar na construção das novas hidrelétricas planejadas pelo Governo Federal para o Estado do Pará. Então, em nome até do equilíbrio, da manutenção, da expansão do sistema, é importante que esse assunto da Celpa receba, sim, uma atenção especial da Eletrobras e do Governo Federal.

Muito obrigado, Senador.

O SR PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Governador.

Eu acabei não perguntando, Dr. Jorge. O Ronaldo falou sobre essas questões de caráter trabalhista: PCCS e Plano Bresser, e não sei se ouvi bem, mas o senhor falou que não estavam previstas no processo de privatização. Não estava programado o pagamento do Plano Bresser e do PCCS?

O SR. JORGE QUEIROZ DE MORAES JÚNIOR – Não. No edital de licitação preparado pelo BNDES, dava-se que o plano – posso trazer para o senhor, mandar-lhe o edital – era uma ação simplesmente ganha, não haveria custo algum. E muitos advogados falaram a mesma coisa, não só esse do BNDES. Quanto ao PCCS é outra coisa, mas esse nós consideramos zero. Eu solicitei, à época, que fosse colocado como custo de serviço na tarifa, porque era custo, e me foi negado pela Agência Nacional de Energia Elétrica. Portanto,

quem está pagando isso são os acionistas da Celpa, inclusive a Eletrobras.

O SR PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu quero agradecer, mais uma vez, o Governador do Pará, Helenilson Cunha Pontes; nosso caro Nelson Hübner, Diretor-Geral da Aneel; cumprimento o Dr. André, Diretor da Aneel, mais uma vez; o Mesquitinha, paraense, representante do Estado do Pará lá na Agência Nacional de Energia Elétrica; quero cumprimentar o Dr. Jorge Queiroz, Presidente do Conselho do Grupo Rede; cumprimento o nosso Ronaldo Romeiro, mais uma vez, pela presença; quero também cumprimentar novamente o Deputado Miriquinho Batista, que esteve aqui; o Deputado Paulo Rocha; o Deputado Estadual Zé Maria, que nos acompanhou até agora; o Vereador Otávio Pinheiro, Presidente da Câmara de Vereadores de Belém; Luiz Augusto Burle, do Conselho dos Consumidores; Carlindo Lins, da área da indústria; Josenir Nascimento, do Poder Público; e o nosso querido Elvio Marcos Vargas, Presidente do Sindicato dos Eletricistas do Mato Grosso do Sul, que honra a nós e à nossa gente lá da Enersul e do nosso Estado com o seu trabalho.

Acho que foi uma audiência pública muito importante. Lamento que a Eletrobras não tenha participado dela. Quero deixar muito claro, em nome também do próprio Senador Flexa Ribeiro, que trabalha diuturnamente pelo Estado do Pará e também pelo País aqui, no Senado Federal, que nós vamos nos empenhar muito. Nós vamos nos empenhar. Eu vou procurar o Ministério de Minas e Energia, a Casa Civil e a própria Eletrobras para que a gente efetivamente busque uma saída, uma solução. Qual vai ser, eu acho que a circunstância e esses aspectos todos que foram aqui bastante reiterados vão estar na mesa. E eu acho que nós não podemos, de maneira alguma, deixar de lado, a partir desta audiência pública, deixar de priorizar esse tema, que é muito importante para o País.

Ao mesmo tempo, Nelson, quero aqui caracterizar que, de acordo com a Lei de Falências, que foi aqui amplamente discutida, esse caso da Celpa é emblemático e vai nos levar, inclusive, Senador Flexa, a mudanças, aos ajustes necessários.

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu já fui do setor elétrico, não sou mais. Hoje, estou Senador, mas fiquei impressionado quando veio a notícia do que aconteceu na Celpa, porque é uma concessionária de serviço público.

Agora, estamos vendo que a Lei de Falências, Jorge, que discutimos aqui durante muito tempo, num caso específico como esse e com a sofisticação do setor elétrico nos levará a apresentar aperfeiçoamen-

tos para fazer frente a essa nova situação. Quer dizer, é uma coisa absolutamente diferenciada.

Portanto, é importante também esta audiência pública para melhorar a legislação. Nós estamos aqui para isso, para ouvir de um Nelson Hübner, com a autoridade que tem, as preocupações, a forma como ele está enxergando essa situação e as deficiências de uma legislação que aprovamos não faz tanto tempo assim, mas que já merece uma revisão e um aperfeiçoamento.

Quero agradecer a todos vocês pela atenção e devo dizer que, sem dúvida nenhuma, vamos trabalhar firme, Jorge, para que efetivamente nós busquemos, na política, uma solução empresarial e econômico-financeira adequada, até porque todos nós temos consciência do que representa o Grupo Rede não só para o Pará, mas para o meu Estado, o Mato Grosso do Sul, e para o Brasil. Precisamos, acima de tudo, concentrar esforços para buscar uma solução definitiva.

Eu quero cumprimentá-los e desejar uma boa noite a todos – ainda não chegamos às 18 horas. Muito obrigado.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas.

A sessão está encerrada.

(Iniciada às 14 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 51 minutos.)

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 4 DE ABRIL DE 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NO PLENÁRIO 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e quarenta minutos do dia quatro de abril de dois mil e doze, no Plenário 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente desta Comissão, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença da Senadora e dos Senadores **Delcídio do Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Inácio Arruda, Flexa Ribeiro, Cyro Miranda, Blairo Maggi, José Pimentel, Vanessa Grazziotin, Romero Jucá, Clésio Andrade, Lauro Antonio, Ivo Cassol, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias e Armando Monteiro**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Assina a lista de presença o Senador, não membro da Comissão, **Gim Argello**. A Presidente declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da 7ª Reunião, que é dada como lida e aprovada. Em seguida, dá-se

início à deliberação das matérias constantes da pauta. **ITEM 1 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 191, DE 2010**, de autoria da Presidente da República, que “Institui o Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro – SIPRON e revoga o Decreto-Lei nº 1.809, de 7 de outubro de 1980.” A Presidente concede a palavra ao Senador **Delcídio do Amaral** para proferir o Relatório. Usam a palavra os Senadores **Walter Pinheiro, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro e Blairo Maggi**. Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer desta Comissão, pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda 01–CI (Substitutiva). A matéria vai à Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. A Presidente solicita o envio das publicações referentes às Audiência Públicas realizada em 2011 às Universidades Federais. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 94, DE 2011**, de autoria do Deputado **Lincoln Portela**, que “Altera o art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 – Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário, para dispor sobre a habilitação de amadores.” A Presidente concede a palavra ao Relator, Senador **José Pimentel**, para proferir o Relatório. Lido o Relatório. **ITEM 3 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 132, DE 2011**, de autoria do Deputado **Manoel Junior**, que “Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para dispor sobre a instalação de assentos especiais para pessoas obesas nos locais que menciona.” A Presidente concede a palavra ao Relator *ad hoc*, Senador **Walter Pinheiro**, para proferir o Relatório. Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer desta Comissão, pela aprovação do Projeto. **ITEM 6 – REQUERIMENTO Nº 19, DE 2012**, de autoria do Senador **Clésio Andrade**, que “Nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizada Audiência Pública na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura a fim de instruir o PLS 283, de 2011, cujo relator é o senador **Aécio Neves**, que “Altera o art. 2º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, para aumentar para 4% a alíquota da compensação financeira pela exploração de minério de ferro”, bem como discutir os efeitos e as consequências da exploração do minério de ferro sem a devida compensação financeira para recuperação dos danos causados ao meio ambiente, com representantes das entidades abaixo elencadas: 1) Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas – Fonasc.CBH 2) Associação para a Recuperação e Conservação Ambiental em Defesa da Serra da Calçada – Arca Amaserra 3) Associação Unidos Por Conceição do Mato Dentro – Unicon 4) Sindicato Metabase Inconfidentes – Congonhas-MG 5) Instituto de Estudos Pró-Cidadania – Pró-Città 6) CSP – Conlutas 7) 4 Cantos do Mundo.” Durante a

discussão foi incluída a participação de um representante do Instituto Imazon dentre os convidados para a Audiência Pública requerida. Usam da palavra os Senadores Clésio Andrade, Walter Pinheiro e Flexa Ribeiro. Aprovado. **ITEM 7 – REQUERIMENTO Nº 20, DE 2012**, de autoria do Senador Walter Pinheiro, que requer “nos termos regimentais, o aditamento ao Requerimento 11, de 2012, que solicita a realização, no âmbito desta Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – CI, de Audiência Pública, para debater o marco legal que rege o setor de informática, de forma a propor sua atualização, bem como avaliar ações de incentivo ao uso de software nacional, inclusive as empreendidas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), as políticas de desoneração fiscal e o estímulo a compras governamentais que envolvam o referido setor, para a inclusão, como convidado, do representante da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica – ABINEE.” Usa da palavra o Senador Walter Pinheiro. Aprovado. **ITEM 4 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 18, DE 2012**, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que requer “nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Douta Comissão com a finalidade de discutir os desafios referentes à instalação do empreendimento Aços Laminados do Pará (ALPA) no município de Marabá, Estado do Pará, especialmente em relação às obras de infraestrutura, necessárias para viabilizar a execução do projeto. À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidados para participarem da presente audiência pública: Dr. Simão Jatene, Governador do Estado do Pará; Dra. Miriam Belchior, Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão; Dr. Murilo Ferreira, Presidente da Vale.” Retirado pelo Autor. A Presidente determina seu arquivamento. **ITEM 5 – REQUERIMENTO Nº 1, DE 2012**, de autoria do Senador Acir Gurgacz, que “Em aditamento ao Requerimento de nº 04/2012-CI, que dispõe sobre a realização de Audiência Pública para discutir sobre Licitações de Sistemas Internacionais e Intermunicipal de Passageiros – “PROPASS”, requeiro que a mesma seja realizada em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, conforme requerimento da Senadora Ana Amélia (PP-RS). Para tanto, sugiro sejam convidados para participar da referida audiência: Representante da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); Representante do Ministério do Transporte; Representante da Associação Brasileira das Empresas de Transportes Terrestres (ABRATI); Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres (CNTTT); • Representante da Confederação Nacional dos Usuários

de Transportes (CONUT); Sr. José Antônio Fernandes Martins – Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Ônibus (FABUS); e Sr. José Ernesto Lima Gonçalves – Professor da Fundação Getúlio Vargas.” Adiado. Usa a palavra o Senador Walter Pinheiro, que apresenta sugestão de alteração do dia de reuniões desta Comissão para quarta-feira. A Presidente afirma que será analisada a proposta. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e um minuto, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pela Presidente, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Bom dia a todos e a todas aqui presentes.

Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada.

Item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 191, DE 2010 – Não Terminativo

Institui o Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro – SIPRON e revoga o Decreto-Lei nº 1.809, de 7 de outubro de 1980.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Delcídio do Amaral

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

1) Em 16/11/2011 a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania apresentou Parecer favorável ao Projeto;

2) A matéria será apreciada em decisão terminativa pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Concedo a palavra ao Senador Delcídio do Amaral para proferir o seu relatório.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Srª Presidente, esse relatório trata da instituição do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro – SIPRON.

Como V. Ex^a citou no início desta reunião, esse projeto já tramitou, já passou pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, vem agora para a Comissão de Serviços de Infraestrutura, e será votado terminativamente na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Queria registrar, Sr^a Presidente, a importância desse Programa. Nós vimos, recentemente, e, inclusive, um grupo de Senadores visitou as instalações de Angra, o desastre acontecido em Fukushima. O Senador Ciro foi conosco, o Senador Lindbergh, o Senador Walter Pinheiro não foi porque ele é contra o Programa Nuclear Brasileiro.

Foi muito importante essa visita para verificar o impacto que um acidente nuclear pode trazer, principalmente, para a população próxima às usinas ou próxima a instalações nucleares, até porque a atividade nuclear é muito mais ampla. Você tem atividade de enriquecimento, você tem atividade de geração de energia, centros de desenvolvimento tecnológico. E o objetivo desse Programa é exatamente estabelecer um sistema de proteção ao Programa Nuclear Brasileiro.

Esse projeto, Sr^a Presidente, Senadora Lúcia Vânia, foi encaminhado pelo Presidente Lula, Senador Walter Pinheiro, em 2004. E foi motivo de uma discussão ampla não só na Câmara, mas, quando veio tramitar no Senado, foram realizadas muitas reuniões, até para olhar esse projeto sob o ponto de vista da constitucionalidade de alguns artigos, olhar até a questão do mérito, porque a proposta inicial era uma estrutura rígida.

Um programa nuclear desenvolvido por um país é um programa muito mais amplo, tem uma dinâmica muito veloz. Então, nós optamos, até em função de reuniões realizadas no Palácio do Planalto, com o Gabinete de Segurança Institucional, com todos os órgãos envolvidos, por apresentar um substitutivo a esse programa porque entendíamos que o projeto inicial, Senador Walter Pinheiro, era um projeto muito restrito, incompatível com o que vem por aí ou com os avanços, especialmente da engenharia nuclear.

É importante destacar que esse projeto, o PLC nº 191, substitui um decreto lei de 7 de outubro de 1980, o Decreto Lei 1.809. O curioso é que, mesmo substituindo esse decreto, vários artigos, de certa maneira, repetiam o que o Decreto Lei 1.809 determinava.

Por esses motivos, Sr^a Presidenta, nós apresentamos um substitutivo.

Vou aqui relatar muito rapidamente, porque a pauta é longa.

Primeiro, cabe à Comissão de Infraestrutura, nos termos do art. 104 do Regimento Interno, o exame de proposições pertinentes a transportes de terra,

mar e ar, obras públicas, minas, recursos geológicos, telecomunicações, parcerias público-privadas e agências reguladoras pertinentes, além de outros assuntos correlatos.

A Carta da República determina, em seu art. 21, inciso XXIII, que compete à União explorar os serviços e instalações nucleares de qualquer natureza e exercer o monopólio estatal sobre a pesquisa, a lavra, o enriquecimento e reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios nucleares e seus derivados, podendo – em determinados casos muito específicos – a exploração de que trata ser autorizada a outras entidades, públicas ou privadas.

Mais tarde, Senador Walter Pinheiro, nós vamos fazer uma discussão sobre isso, porque há propostas, inclusive, de parcerias privadas no Programa Nuclear Brasileiro. Essa é outra questão que mostra a dinamicidade dessa área.

É importante destacar, com relação à relevância constitucional, o art. 49, inciso XIV, da Constituição Federal, que confere competência exclusiva ao Congresso Nacional para aprovar iniciativas do Poder Executivo referentes a atividades nucleares.

Aqui começam as coisas.

Quanto à análise constitucional, cabe salientar que, no art. 5º do projeto de lei, na primeira versão, há uma clara inconstitucionalidade, tendo em vista que esse artigo trata justamente de instalações nucleares que são objeto do Siproon.

E por que há inconstitucionalidade? Esse artigo atribuía a responsabilidade de operação de instalações nucleares a organizações estaduais e municipais. Essas responsabilidades são estritamente de competência da União. Então, tem um caráter, inclusive, inconstitucional o art. 5º.

Quando ao mérito, o PLC nº 191, que é o primeiro, como eu disse anteriormente, não inova com relação à legislação anterior e – outra coisa importante também – não aborda elementos essenciais e indispensáveis a qualquer atividade de proteção nuclear.

O importante é que essa lei, mais do que nunca, destaca quatro itens que são fundamentais:

a) a atuação do Siproon na proteção do Programa Nuclear;

b) as situações de emergência nuclear;

c) a atuação do Governo Federal – até porque, constitucionalmente, é competência da União – de promover as ações quando da impossibilidade de alguns membros nesse sistema de proteção em situações de emergência;

d) e a proteção do conhecimento e de tecnologia nucleares.

Esse é um item importante que não foi tratado no projeto encaminhado em 2004.

É importante destacar – eu já falei aqui – que fizemos essa discussão com os dirigentes da Comissão Nacional de Energia Nuclear, da Eletrobras Termonuclear, do Centro Tecnológico da Marinha e Indústrias Nucleares do Brasil e com o Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional. Fruto disso veio esse substitutivo. Não vou aqui citar todos os artigos, mas acho que o projeto ficou mais enxuto e eu só queria fazer um destaque adicional.

A conclusão é que o melhor órgão do Governo para suportar o SIPRON é o Gabinete de Organização de Segurança Institucional da Presidência da República e, última, fazer a estrutura do SIPRON através de uma regulamentação específica, através de um decreto e não colocar em lei porque como esse setor é um setor de alta dinamicidade é ruim colocá-lo em lei porque, senão, para mudar alguma coisa, tem de fazer outra lei.

Então, eu apresento aqui um substitutivo, bem mais resumido, com seis artigos, mais enxuto, com as considerações que eu faço apresentei aqui muito rapidamente.

Dentro dessas considerações, portanto, o meu voto é favorável ao substitutivo, porque foi fruto de discussões intensas com o Governo Federal, com autoridades do setor, e eu acho que atende muito bem esse objetivo, ou seja, de munir o Governo Federal e o País de todo um sistema para fazer frente a todos esses desafios que engenharia, que a energia nuclear, melhor dizendo, vai exigir de todos nós.

Esse é o meu relatório.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço-lhe, Senador Delcídio, o cumprimento pelo relatório e coloco em discussão o projeto. *(Pausa.)*

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Para discutir, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Para discutir, Senador Walter Pinheiro e, em seguida, o Senador Cyro Miranda.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr^a Presidenta, eu quero me somar às boas correções ou alterações introduzidas pelo Senador Delcídio do Amaral, principalmente no que tange à necessidade de permitir a órgãos, e aí de preferência inclusive que tenham tarefas de elaboração e acompanhamento, certa agilidade para compreender inclusive todas as alterações que esse segmento, de certa maneira, convive e às necessidades a cada tempo.

Mas uma coisa me chama mais a atenção – talvez até por isso que Delcídio tenha afirmado aqui tão categoricamente que eu sou contra o programa nuclear brasileiro. Eu tenho uma posição crítica a um pro-

cesso que não é do uso nem tampouco da pesquisa dessa importante matriz energética. Mas tem a ver, Senador Delcídio, com o que aconteceu exatamente em Fukushima, não como uma referência que só se apresenta a partir de cada desastre ou cada fato dessa natureza. E aí tem a ver com a perspectiva concreta de acompanhamento. Inclusive o próprio Senador Delcídio toca nessa questão quando faz a abordagem para a mudança. Refiro-me, por exemplo, na cultura de defesa civil, o nível de preparação nosso para situações de risco e, de certa maneira, um nível de preparação para utilização em larga escala de inovação nesse setor para permitir exatamente que cerquemos todas as possibilidades de risco.

O Senador Delcídio se recorda muito bem quando dos debates de Fukushima. Eu não fui fazer a visita a Angra, não por discordância, mas até porque me sentia sobejamente bem representado pelo Senador Delcídio, pelo Senador Cyro e até de certa maneira pelo Senador Lindbergh Farias e Aloysio Nunes também. Então, na realidade, pelo menos do ponto de vista da minha representação como bancada, estava plenamente coberto.

Mas a minha crítica vai exatamente a essa forma de como atuamos, do ponto de vista da defesa civil ou da preparação. Nós fizemos um longo debate nesta Casa sobre esse tema. A preparação, a própria relação com a comunidade, o plano de contingência, Senador Delcídio, e, inclusive, o plano de manutenção e a permanente necessidade de *up grade* que essa área atravessa, de como é que nós, de certa forma, nos articulamos mundialmente com isso.

Então, isso é uma coisa que está mais do que latente. Todo mundo conhece as necessidades e também os riscos para cobrir essas necessidades que temos, do ponto de vista energético, com a utilização, principalmente, de energia nuclear. Então, é importante que, em conhecendo esses riscos, tenhamos as condições para, inclusive, tratar essa matéria e não para simplesmente desenvolver ações que se configuram muito mais como ações de socorro a um processo posterior.

Estamos falando disso, Senador Delcídio, a partir exatamente de um exemplo extremamente – eu diria – dos mais bem claros que podemos utilizar e que retratam essa situação. Fukushima situa-se num país que tem uma cultura não só de defesa civil, como tem também um avanço tecnológico, e utiliza os avanços tecnológicos há muito mais tempo do que nós. No entanto, a própria estrutura do Japão não foi suficiente para que parte das coisas que decorreu daquele processo em Fukushima pudessem ser evitadas. Então, estou falando de um país onde a cultura de prevenção,

a cultura de orientação, a política de plano de contingência é prioridade. Então, acho que é importante.

Vamos votar favoravelmente ao seu relatório, Senador Delcídio, mas eu quero insistir que essa matéria tem de ter esse componente. Esta Comissão discutiu isso, tivemos o debate agora sobre defesa civil e não podemos tratar, principalmente nessa área, só e somente só, da ação *a posteriori*. Nós temos de ter, portanto, uma ação que arme a população de condições e, inclusive, de informações.

Vou apenas dar um exemplo claro, utilizado pelo próprio Senador Lindbergh quando falava da situação de Angra. Ele dizia que a única rota de fuga é uma BR, que não é duplicada naquele trecho e que, portanto, demonstra certo nível de isolamento da nossa unidade de processamento, a nossa usina. Então, esse exemplo ficou muito latente na minha cabeça – até a própria localização. Portanto, isso vale para outros aspectos: o manejo, o remanejamento de pessoas, a relação com a comunidade. Naquele caso específico, três mil pessoas moram ali próximas à usina nuclear. Então, é importante que essas pessoas tratem isso, ou sejam tratadas com toda essa importância que este tema requer.

Portanto, acho que é fundamental isso que o Senador Delcídio faz como modificação, para permitir agilidade no comando, mas é importante inclusive que esse comando também estruture cada vez mais áreas para uma permanente elaboração e um permanente cuidado com essas ações, envolvendo aí o plano de contingências e as ações de defesa civil.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB –GO)

– Antes de passar a palavra ao Senador Cyro, passo-a ao relator para comentar a respeito das colocações do Senador.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Senadora Lúcia Vânia, é só para registrar aqui os comentários muito pertinentes do Senador Walter Pinheiro.

Esse é um projeto que vem de encontro a essas preocupações, e muito mais amplo, porque cuida de tecnologia, de desenvolvimento tecnológico, cuida dos trabalhadores que atuam em instalações nucleares, cuida também dos rejeitos, que é um problemão no mundo inteiro – apesar de já existirem hoje reatores no mundo com uma produção muito menor de rejeitos, até pelas consequências que isso pode trazer. E ele destacou de forma muito pertinente...

Nós fomos a Angra e Angra, efetivamente, precisa tomar providências adicionais para, no caso de um acidente, a população não só ter todas as informações, a despeito até de muitas providências já tomadas, alertas, sirenes, trabalho nas escolas, especialmente para estimular essa questão junto aos jovens, às crianças,

mas ainda estamos aquém do que deveríamos efetivamente disponibilizar no caso de um eventual acidente.

Esse projeto é muito mais amplo, e eu queria só justificar o seguinte, a respeito do acidente de Fukushima. O reator de Fukushima é um dos mais antigos do mundo em operação e os peritos na área nuclear todos os anos sorteiam instalações nucleares, usinas, que vão visitar.

Senador Walter Pinheiro, Fukushima já tinha sido condenada várias vezes por esses peritos. Portanto, os próprios peritos e a sistemática adotada para controlar essas instalações estavam funcionando, mas a Tokyo Electric resolveu não tirar Fukushima de operação. E onde foi o problema de Fukushima? Perdeu o serviço auxiliar da usina e perdeu a alternativa que era via sistema de transmissão. As bombas de resfriamento do núcleo do reator não conseguiram bombear água pressurizada. Então, o reator simplesmente superaqueceu, e deu no que deu.

Angra II, por exemplo, tem o sistema alemão, cuja alimentação é pela força de gravidade, entre outras alternativas. Portanto, é muito mais... Pode-se resfriar o reator mesmo eventualmente tendo problemas com as bombas. Nessa visita que nós fizemos, o próprio Almirante Othon disse que eles já estão estudando outras alternativas; além do sistema e do *diesel* que existem ali, estão também estudando uma alternativa de uma usina na Serra do Mar, para atender também, para ser mais uma alternativa no sentido de atender Angra.

É impressionante, inclusive é objeto do relatório, como a tecnologia nuclear cresce. Os reatores modernos não têm mais resfriamento com água pressurizada, é convecção natural. Ou seja, é um avanço espetacular. E quero até dizer o seguinte: com as usinas hidrelétricas brasileiras, as grandes usinas que estão sendo construídas, operando a fio d'água, sem reservatório, temos que ter complementação térmica, e essa complementação térmica, pelo menos na minha leitura, é com gás natural ou nuclear e eventualmente carvão, agregando tecnologia ao carvão.

Então, essa discussão de usinas nucleares e do desenvolvimento tecnológico, principalmente nessa área do Brasil, é estratégica para o País, porque não é só para gerar energia ou, muitas vezes, como a gente vê aí, para fazer bombas e essas coisas. A energia nuclear traz uma série de avanços na área médica, na área industrial, em vários setores da nossa economia. Portanto, acho que esse projeto vem ao encontro dessas aspirações e é uma forma de estabelecer definitivamente a organicidade necessária para fazer frente a um setor absolutamente moderno e que avança dia a dia, e o Brasil não pode ficar fora disso aí de maneira nenhuma.

A Angela Merkel, recentemente, depois do acidente de Fukushima, disse que até 2023 a Alemanha pára todas as usinas nucleares. Eu quero estar vivo para ver.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Srª Presidente, Senadora Lúcia Vânia, Srªs e Srs. Senadores. Senador Delcídio, tenho certeza de que aquela visita nossa contribuiu sobremaneira para o brilhantismo desse substitutivo. O Senador Delcídio foi uma das pessoas na Comissão que mais inquiriu os técnicos, principalmente o engenheiro Othon, com perguntas bem fundamentadas. E dali trouxe muitas preocupações.

Então, quando ele menciona, no inciso III e II do art. 2º, a preocupação com planejar as coordenações e ações de emergência, as pessoas envolvidas na operação da instalação nuclear na guarda, manuseio e transporte de materiais nucleares, tem um fundamento muito grande. Eu acho que, em casos como esse, principalmente, o Relator tem que fazer uma visita. A elucidação e o que se vê no local, Presidente, é uma coisa totalmente diferente do que a gente estuda e vê no papel.

Quero parabenizar, mais uma vez, pela acuidade do Senador Delcídio e realmente espelha a preocupação e tudo aquilo que foi discutido.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Obrigada, Senador Cyro Miranda.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, Senadora Lúcia Vânia, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, quanto ao parecer do Senador Delcídio do Amaral, nós não temos o que discordar, até porque ele é um *expert* no assunto.

Mas fica a nossa preocupação, Senador Delcídio. O Senador Walter Pinheiro expressou, com propriedade, a preocupação de todos nós com relação à matriz nuclear. Eu também coloco aqui essa preocupação. E nós já discutimos esse assunto diversas vezes aqui na CI. Acho e concordo que o Brasil deve ter a matriz nuclear como uma questão de tecnologia de ponta, mas nunca como uma matriz que venha a ter uma importância na produção de energia para o nosso País. V. Exª sabe que a energia hídrica tem, no Brasil, hoje, e vai, cada vez mais, ter a capacidade de geração, hoje, de mais de 80% da energia gerada.

Então, nós aprovamos aqui, Senadora Lúcia, inclusive numa discussão de um projeto do Senador Cristovam Buarque que, se não me falha a memória, propunha que se suspendesse a implantação de usi-

nas nucleares no Brasil por trinta anos. Parece-me que esse era o projeto do Senador...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Uma moratória por trinta anos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Por trinta anos. E aí nós aprovamos aqui a vinda, uma audiência pública, mas com uma autoridade da Comunidade Europeia, que, àquela altura, tinha determinado a suspensão de todas as usinas nucleares na Europa, como fizeram os Estados Unidos, a revisão de todas as usinas, e o Brasil não tinha tomado nenhuma ação com relação a Angra III. Pelo contrário, tinha mandado continuar a obra de implantação.

Eu queria perguntar à nossa Presidente, Senadora Lúcia Vânia, se foi feito contato com a pessoa, com a autoridade lá da Comunidade Europeia para que ela viesse aqui expor por que a Comunidade Europeia tomou aquela posição em relação às usinas nucleares, porque é importante ouvir a experiência internacional com relação à geração nuclear de energia, para que o Brasil também pudesse, nós todos.

Eu concordo com o Senador Walter Pinheiro e quero dizer, Senador Delcídio, que o parecer de V. Exª é correto. Quer dizer, é preciso que se tomem as precauções necessárias. Deus queira que não haja nenhum acidente, mas é preciso que se esteja pronto para que haja alternativas de fuga caso haja necessidade e que hoje não existem – isto é importante que se diga, Senador Cyro – essas alternativas. Até naquela altura foi dito – não me lembro se era o Senador Requião que estava aqui naquele momento...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Era o Senador Requião.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – ...se levaria a família para morar em Angra, nas proximidades da usina, se algum Senador levaria a família. Acho que ninguém levaria, na possibilidade de um acidente e sem ter alternativa de fuga concreta para isso.

Eu queria, Senadora Lúcia Vânia, que nós retomássemos aquela discussão que consta aí nas notas taquigráficas, para que trouxéssemos realmente não só essa técnica ou autoridades da Comunidade Europeia, mas outros que pudessem trazer outras experiências, experiências internacionais, para que o Brasil tomasse realmente uma posição em relação à geração de energia nuclear.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Senador Flexa, V. Exª me permite? É só para colocar...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – A Presidente é que vai lhe dar a palavra, não eu. Eu lhe concedo um aparte...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – A todo o momento.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Gente, mas o Senador Flexa, hoje, está muito delicado. O senhor está com a palavra. *(Risos.)*

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Obrigado.

Senador Flexa, o senhor sabe o que nós constatamos? A pista do aeroporto não é balizada. Se acontecer alguma coisa à noite, não chega ninguém por via aérea, tem que esperar amanhecer – como se o acidente pudesse esperar alguma coisa. Não é balizada.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Flexa, o requerimento aprovado...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senadora Lúcia...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Deixe-me apenas completar aqui. O requerimento aprovado não diz respeito a nenhuma autoridade da Comunidade Europeia, são pessoas daqui mesmo. E nós aguardamos, porque eu queria distribuir as notas das audiências que tivemos aqui sobre energia nuclear para que a gente pudesse fazer uma avaliação: se voltaríamos ao tema no mesmo nível, ou se teria um avanço. Porque acredito que, com as autoridades que foram solicitadas no requerimento, nós iríamos repetir a audiência pública que foi feita aqui, em três audiências públicas, numa sessão conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão do Meio Ambiente. Então, fizemos três audiências, onde tratamos desse assunto em profundidade, culminando com essa visita que foi feita a Angra.

Então, para avançarmos, teria que ser, naturalmente, no nível que V. Exª pede. Mas o requerimento não aponta nenhum nome nessa direção.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Permita-me, Senadora Lúcia, para discutir?

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Para discutir também.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Nós estamos falando em Comunidade Europeia, mas eu acho que o alemão ainda não pegou nenhum de nós, graças a Deus, nem chegará aqui...

(Manifestações no recinto.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – A memória... *(Risos.)*

E aí eu pediria à Secretaria que reveja as notas taquigráficas da sessão. Eu lembro que foi discutido sim e ficou acordado, oralmente, não foi feito por requerimento, que se convidasse uma autoridade da Comunidade Europeia, que, à época, a imprensa divulgou que essa autoridade determinou que houvesse a suspen-

são dos investimentos ou das atividades previstas na geração de energia nuclear na Comunidade Europeia; que essa pessoa, então, seria convidada a vir até aqui, numa audiência na Comissão de Infraestrutura, para dar seu depoimento ao Senado Federal brasileiro. É só uma questão de se procurar nas notas taquigráficas, para que a gente possa realmente trazê-la.

Acho importante que o testemunho dessa experiência do que se vive na Europa, essa preocupação – e não só na Europa, mas nos Estados Unidos, no Japão – possa vir a ser feito aqui aos Senadores brasileiros.

Então, eu pediria a V. Exª que fizesse essa pesquisa nas notas taquigráficas e, na próxima reunião, da semana próxima, fosse dado conhecimento aos Senadores.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço, Senador Flexa. Vou solicitar à Secretaria que faça essa pesquisa.

Antes de passar a palavra ao Senador Delcídio, eu gostaria de dizer aos Srs. Senadores – não sei se V. Exªs receberam em seus gabinetes a coletânea das audiências públicas – que aqui está, energia nuclear, tudo o que foi discutido. Na próxima edição, nós vamos acrescentar esse projeto de lei do Senador Delcídio do Amaral.

Com a palavra o Senador Delcídio.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Srª Presidente, para discutir.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o relator primeiro e, posteriormente, o Senador Blairo.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Eu só queria, Senadora Lúcia Vânia, sugerir ao meu querido Senador Flexa que convide uma autoridade da Comunidade Europeia, por exemplo, francesa. A França tem 83% da sua geração nuclear. Então, a gente poderá até exercer o contraditório, se esse for o entendimento. E o alemão não precisará vir.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – O alemão viria aqui só para ativar a memória da Comissão.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – A Comunidade Econômica Europeia fez um discurso muito forte, mas a realidade é que existem países que proibiram a energia nuclear e que importam energia nuclear de outros países que geram energia por meio da fissão nuclear. Então, é um discurso do tipo “faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço”.

Há outro registro que eu queria fazer – sobre isso, o Senador Flexa falou rapidamente –, para deixar claro que o problema é que, nas grandes usinas hidrelétricas que estão sendo feitas no Brasil, não há bacia de acumulação. E, a partir do momento em que não há bacia de acumulação, não se pode otimizar a energia

ou não se pode acumular a energia, aproveitando o período de água em abundância, para guardá-la e para, depois, liberá-la. Ou seja, tudo que passa no rio essas usinas turbinam, grosso modo. Então, não há jeito de isso continuar assim no Brasil. Se isso continuar a ser feito, terá de haver no Brasil complementação térmica, porque a energia térmica é uma energia garantida. As hidrelétricas são fundamentais, é claro. E vamos ter uma matriz energética em cima das hidrelétricas. Mas, a fio d'água, não há acumulação, e, se não há acumulação, deve haver energia termoeletrica. Por isso, estou falando de gás natural, de energia nuclear e mesmo de carvão.

A energia eólica já é renovável. Todo mundo acha que a energia eólica entrou e vai resolver o problema do Brasil. Depois, vou disponibilizar para a Comissão de Serviços de Infraestrutura um estudo feito: quando nas usinas hidrelétricas não há bacia de acumulação, a energia eólica não opera complementarmente, e a vantagem da energia eólica é a de se fazer a complementação. Quando há pouca água, há muito vento; quando há pouco vento, há muita água. Esse é o problema.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Eu sei disso.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a discussão aqui levantada na Relatoria do projeto trata de tema importante e apaixonante, mas, acima de tudo, traz uma reflexão para todos nós, brasileiros.

O que o Senador Delcídio acaba de dizer em relação à energia hidrelétrica...

(A Sr^a Presidente faz soar a campainha.)

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Desculpe-me, Senador.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Está desculpado o Relator.

O que V. Ex^a diz a respeito da energia hidrelétrica e da energia eólica está absolutamente correto, porque a complementariedade da energia eólica serve para a hidrelétrica, não o contrário, ou seja, não se manda no vento, é preciso aproveitar o momento em que o vento vem. Se os reservatórios estão baixos e se o vento não é suficiente, não se consegue segurar a carga durante o período inteiro. Então, V. Ex^a está coberto de razão.

O Brasil tem cometido um erro na questão das grandes hidrelétricas ao não fazer lagos para manter a energia nos períodos de baixa pluviosidade. Todos nós sabemos do regime de chuvas no Brasil. Principalmente nas regiões Norte e Centro-Oeste, de outubro a maio, há chuva, mas, depois, não há chuva. Então, do jeito como estamos fazendo as hidroelétricas, tere-

mos energia nas chuvas, mas não a teremos na seca, e alguém terá de complementar isso. O Sul do Brasil já mostrou que não tem capacidade de gerar energia para o restante do País neste momento.

Então, o caminho da energia térmica é uma realidade.

Senador Flexa, neste momento, ainda há alguns potenciais a serem explorados da forma como estamos fazendo. Teles Pires e Juruena são grandes potenciais que vão entrar, mas, em dez ou quinze anos, isso terminará, e aí haverá um crescimento cada vez maior no consumo de energia, e não teremos a possibilidade de crescer na geração de energia mais na parte hidráulica.

Então, não há como o País afastar a discussão da energia nuclear, a não ser que nós, de repente, pudéssemos ter um sistema de produção de gás infinito ou coisa parecida, que também me parece estar um pouco longe.

A questão da energia nuclear, para mim, é um fato. Tem que ser discutida. Temos todos nós de ser convencidos, ou aqueles que não acreditam têm que ser convencidos, de que é uma matriz energética segura, passível de defeitos e passível de acidentes como qualquer outra. Uma barragem também pode ser rompida, também pode. Não está descartado um terremoto ou alguma coisa que um dia vá romper uma hidrelétrica dessas.

Acho oportuno, quando da discussão, Senador Delcídio, da implantação de mais usinas nucleares no País, que nós façamos isso em regiões desabitadas. Não consigo entender por que colocam uma usina nuclear dessa dentro das cidades, ali em Angra, onde há milhões de pessoas que moram, de difícil acesso, e saída rápida não existe, como dito aqui por todos que me antecederam. Mas se fizermos essas usinas em locais menos povoados ou totalmente sem população, e temos isso no País, no Centro-Oeste, na Amazônia, milhões de hectares que não tem ninguém. Ponham essas usinas lá.

Hoje, temos que construir redes de transmissão de Rondônia a São Paulo, três mil quilômetros. Estamos fazendo para trazer energia de duas hidrelétricas a fio d'água. Eu sei, o rio Madeira é usado para transporte de grãos, quando chega o mês de agosto, setembro, eu não consigo navegar naquele rio. Tenho que parar com as embarcações porque não tem água, não tem calado. Quer dizer, não vai energia também. Mas estamos fazendo linhas de transmissão de lá para cá. Então, por que não, então, colocar essas usinas em locais ermos, um pouco mais distante, com as redes que precisam?

E, se um dia, tomara que isso nunca aconteça, se vier a acontecer um acidente, as atitudes que tem que ser tomadas, as preocupações, serão bem menores. Teremos menos pessoas para serem movimentadas nesses lugares.

Então, gostaria de deixar esse comentário na Comissão. Sei que teremos que discutir isso. E, no dia em que for discutir, não tem que fazer esse negócio dentro de São Paulo, do Rio de Janeiro, onde há muita gente. Tem que fazer fora onde há pouca gente morando e onde os riscos e os perigos poderão ser minimizados com essa atitude.

Parabéns pela discussão.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Continua em discussão.

Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Senadora, tenho alguns pontos de discordância neste debate. Porém, acho que não podemos debater no sentido que estamos colocando uma matriz contra a outra, até porque todo mundo que interveio foi muito claro em dizer o seguinte: nós estamos discutindo como vamos trabalhar o implemento ou alternativas com utilização de determinadas matrizes energéticas. Esta Comissão inclusive, Senador Lúcia Vânia, pilotada por V. Ex^a, teve a oportunidade de cobrar do Ministério medidas a partir de uma leitura que fizemos aqui, do que precisaríamos para um país crescer.

O Ministro Guido Mantega, ontem, falou que o País pode crescer 4,5%. Para um país crescer 4,5%, e a partir dos entendidos do setor energético, precisaria crescer pelo menor 7% a oferta de energia, para se ter uma capacidade de ofertar infraestrutura energética para esse crescimento. Então, aí se apresentam as alternativas.

Concordo que a termo é uma alternativa com capacidade de instalação muito mais rápida e até de oferta de energia com nível de estabilidade, digamos assim, no seu fornecimento. Agora, há uma divergência quanto à história da eólica aqui com o meu amigo Delcídio do Amaral. É óbvio que no litoral é fundamental a relação vento e movimento das marés. Todo mundo sabe disso. O vento tem muito a ver com a chamada baixa maré e alta maré, numa linguagem muito de pescador, mas também há outra história que é onde não existe maré, onde não há rio, o sertanejo também tem avançado muito nessa questão.

Quanto mais seco, mais vento e é por isso que não chove em determinadas regiões. E aí, na linguagem do sertanejo, não é uma linguagem qualquer, é até o inverso, mas ele acerta na sua linguagem, Senadora Vanessa, porque o vento inclusive leva a chuva.

Então, a constância do vento em regiões secas do País, (?) semiárido, é exatamente o fator determinante inclusive de não proximidade ou até de aproximação de chuva. Então, portanto, é nessa esteira que os nossos técnicos estão instalando unidades de geração de energia eólica. A Bahia, por exemplo, numa região da Chapada, este é, inclusive, o elemento principal: a estabilidade do vento, não necessariamente a sua intensidade, mas a permanente rajada de vento, como diz o sertanejo, que permite exatamente a geração de energia. É óbvio que essa energia – eu estou falando, por exemplo, do caso baiano, são 52 parques – não será suficiente para resolver o nosso problema de oferta energética, em que pese na Bahia a gente não ter nenhuma grande energia a fio d'água. Então, portanto, a necessidade de termo nessa região também é importante para a gente suprir essa questão.

Então, acho que esse é um debate que foi um debate que nós patrocinamos aqui na Comissão. Não se trata de dizer assim: “nós vamos suspender todo o processo de energia nuclear e vamos investir agora exclusivamente em eólica, em solar ou coisa do gênero e tal”. Não foi esse o debate. Nós precisamos discutir todas as matrizes para identificarmos aqui exatamente qual deve ser o esforço nosso para garantir a geração de energia e, principalmente, a oferta de energia.

Quando o Delcídio fala exatamente do fio d'água é isto: o lago não é constituído como um local de enfeite ou de deleite ou de passeio; o lago é um grande capacitor. Portanto, ele faz exatamente o manejo. Ele armazena a água, já que a gente não pode armazenar energia.

Então, portanto, é nesse sentido do manejo d'água que você vai convivendo inclusive com as chuvas, as cheias e, conseqüentemente, a operação de uma usina, para você ir fornecendo energia. Fio d'água, não. Gerou, tem que estar na linha de transmissão, tem que estar chegando à ponta. Então, conseqüentemente, também convive com o problema no período da escassez. Portanto, o fio d'água, na época da seca, meu caro Delcídio, fica prejudicado, o que é diferente no contexto das usinas, onde nós constituímos grandes lagos.

Então, acho que é importante a gente retomar aqui o debate para a gente inclusive pressionar o nosso Ministério com uma questão que está extremamente atrasada, Delcídio, que dialoga com esta preocupação nossa: o que faremos nós com as concessões que vão vencer? O que faremos nós, além do vencimento das concessões, o que faremos nós para que nós tenhamos, num futuro bem próximo, novas concessões para geração de energia no Brasil? Não só a renovação, mas também a ampliação de concessões para geração de energia no Brasil.

Então, esse é um debate que, na minha opinião, está atrasado. Essa comissão foi ao Ministério, debateu isso aqui, nós divergimos do pensamento do Ministro nosso colega de Casa em relação a essa questão e em relação ao Governo. Eu apresentei, inclusive, uma PEC para que a gente tivesse a oportunidade de tratar disso de forma automática. Está aqui o meu companheiro Pimentel, que está na mesma área da Chesf, nosso Nordeste... Nós vamos conviver, em 2015, com.. A Chesf, por exemplo, vai ter quase 85% num processo de renovação, Pimentel. E aí? Nós vamos pegar isso e vamos dizer que dá para a gente desligar, como diz num bom português aqui, desligar a luz ou, como era numa época mais antiga, meter a mão no *switch*, no interruptor. Não é assim que a banda toca.

Então, portanto, eu acho que esse debate aqui que a gente está fazendo hoje tem duas vertentes: a preocupação de quais medidas devem ser adotadas para a convivência com essa geração nuclear e quais medidas devem ser adotadas para que a gente continue produzindo principalmente energia em condições de o nosso País crescer.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB –GO) – Agradeço ao Senador Walter.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório, que conclui pela aprovação do projeto, nos termos da emenda substitutiva.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer desta Comissão pela aprovação do projeto, nos termos da Emenda nº 1-CI.

O projeto será encaminhado à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para prosseguimento de sua tramitação.

Antes de passar ao item 2 da pauta, eu gostaria de perguntar aos Srs. Senadores se têm interesse nessas edições para mandarem para as universidades de seus Estados, uma vez que há várias intervenções dos Senadores da Comissão nessa edição. Então, se os senhores quiserem mandar para as bibliotecas de seus Estados ou outras entidades, a Secretaria está à disposição para fazer esse encaminhamento.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 94, DE 2011

– Terminativo –

Altera o art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 – Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário, para dispor sobre a habilitação de amadores.

Autoria: Deputado Lincoln Portela

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: pela aprovação do projeto, com a emenda que apresenta.

Observação: em 21/03/2012, o Relator, Senador José Pimentel, apresenta novo relatório.

Eu gostaria de informar aos Srs. Senadores que esse projeto é de extrema importância, uma vez que ocorreu recentemente um acidente muito grave com *jet ski*. O projeto trata da regulamentação do transporte aquaviário – acredito que o Senador Pimentel vai falar sobre isso – e regulamenta esse esporte.

Portanto, com a palavra o Senador Pimentel.

Como é um projeto terminativo, vamos apenas ler o relatório, para depois colocá-lo em votação.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr^a Presidenta, nossos Senadores, nossas Senadoras, como bem registra a nossa Senadora Lúcia Vânia, essa é uma matéria que está na ordem do dia, de grande preocupação de toda a sociedade brasileira, em especial da Marinha do Brasil, que é quem fiscaliza esse segmento.

Exatamente por isso, Sr^a Presidenta, tivemos o cuidado de ouvir vários segmentos que atuam nessa área, em especial a Marinha do Brasil, e construímos esse substitutivo em comum acordo, por entender que poderá ter uma legislação mais eficaz, mais eficiente sobre esse tema.

Portanto, compete à Comissão de Serviços de Infraestrutura, nos termos do art. 104, I, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre matérias relacionadas a transporte, objeto do PLC nº 94, de 2011, em exame. Compete ainda à CI o exame dos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa, dado que a proposição lhe foi distribuída com exclusividade e em caráter terminativo.

O projeto não apresenta vícios de iniciativa ou inconstitucionalidade que o desabonem, já que atende ao disposto no art. 22, inciso X, da Constituição Federal, que atribui à União competência privativa para legislar sobre navegação lacustre, fluvial e marítima, e aos comandos expressos nos arts. 48 e 61, não tratando de matéria reservada à iniciativa privativa do Presidente da República.

A proposição é justa também no que tange ao mérito, na medida em que busca a melhoria das condições de segurança do tráfego aquaviário em face da ocorrência de acidentes envolvendo a condução por amadores e embarcações de esporte e recreio.

Em contrapartida, cursos ou oportunidades para a prática de atividades em embarcações de esporte amador ou de recreio são oferecidos por diversos clu-

bes ou associações náuticas, podendo essas instituições atestar a experiência adquirida pelo candidato nesse campo.

De outra parte, é desnecessária a alteração do texto da alínea a do inciso I do art. 4º para explicitar que o disposto na lei se refere unicamente à habilitação de candidatos à categoria de amador, visto que a redação do novo parágrafo único acrescido ao dispositivo deixa bem clara essa condição.

Com vistas a evitar que as dificuldades acima apontadas possam comprometer o objetivo da proposição e, ao mesmo tempo, para promover a simplificação do texto, sugerimos que seja alterada a redação dada ao parágrafo único acrescido pelo art. 2º da proposição ao art. 4º da Lei nº 9.537, de 1997, nos termos da emenda adiante formulada.

Voto.

Em vista das razões apontadas, voto pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 94, de 2011, com a emenda a seguir:

EMENDA Nº – CI

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 94, de 2011, a seguinte redação:

Art. 4º (...)

Parágrafo único. A habilitação dos candidatos à categoria de

amador de que trata a alínea a do inciso I será obtida mediante

comprovação de estado psicofísico satisfatório e da realização de

embarque ou aulas práticas a bordo de embarcações de esporte ou

recreio, e a aferição de conhecimentos teóricos em exame escrito,

conforme definido pela autoridade marítima.

Portanto, Srª Presidenta, este é o nosso parecer, que foi objeto de um diálogo direto com a Marinha e com outras entidades, como forma de construir um normativo jurídico, atualizando a legislação existente, para que possamos diminuir a accidentalidade desse segmento, particularmente no que diz respeito aos amadores.

Muito obrigado, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Como esta matéria precisa de quórum qualificado, nós vamos suspender a sua votação para a próxima reunião.

Vamos ao item seguinte da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 132, DE 2011 – Não Terminativo –

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para dispor sobre a instalação de assentos especiais para pessoas obesas nos locais que menciona.

Autoria: Deputado Manoel Júnior.

Relatoria: Senador Inácio Arruda.

Relatório: Pela aprovação.

Observações: A matéria será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte e, posteriormente, em decisão terminativa, pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Perguntaria ao Senador Walter Pinheiro se ele poderia relatar esta matéria não terminativa, de relatoria do Senador Inácio Arruda.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Posso.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – É uma honra substituir, aqui, o sertanejo cearense Inácio Arruda.

Da Comissão de Serviços de Infraestrutura, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2011 (Projeto de Lei nº 668, de 2007, na origem), do Deputado Manoel Júnior, que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para dispor sobre a instalação de assentos especiais para pessoas obesas nos locais que menciona.

O nobre relator fez a análise nos termos regimentais, portanto de competência desta Comissão para opinar sobre a matéria, que trata da questão inclusive, no que tange aos índices de subnutrição e obesidade no Brasil. Convém observar a estatística do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): enquanto a subnutrição atinge hoje menos de 5% da população, os índices relativos à obesidade não param de crescer.

Portanto, é uma relação, eu poderia até dizer, inversa.

Diz aqui o nobre Relator que na faixa entre 10 e 19 anos de idade, cerca de 20% da população já apresentam sobrepeso. Assim, já temos uma necessidade efetiva de regular essa matéria. Aqui, ele toma como exemplo essa faixa da população, que, do ponto de vista da mobilidade ou da movimentação, utilizando o sistema de transporte de diversas formas, é considerável. Isso atinge uma população imensa. Ele dá dados indicando que 48% dessa população são representadas por mulheres e 50,1%, por homens com idade superior a 20 anos. Portanto, mais da metade

dos homens com idade superior a 20 anos, meu caro Pimentel, já começam apresentar problemas no que diz respeito à obesidade.

Ao determinar reservas de assentos especiais em auditório e meios de transportes, o PLC nº 132, de 2011, buscar mitigar o constrangimento e o desconforto a que têm sido submetidas as pessoas obesas quando frequentam espetáculos e conferências, assistem a jogos esportivos ou embarcam em algum meio de transporte coletivo, a exemplo do que já ocorre, especificadamente, em relação às pessoas com deficiência motora, auditiva ou visual.

De forma prudente, o projeto em pauta, a par de estabelecer a mencionada reserva, cuida de regradar a utilização dos assentos nos casos em que se materialize a demanda por parte de pessoas obesas.

Trata-se, em síntese, de medida de justiça social, plenamente justificável, razão pela qual opinamos pelo mérito da proposição.

Em face do exposto, das necessidades aqui relatadas e de todas essas condições já apresentadas, além da minuciosa pesquisa feita pelo nobre relator, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2011.

Esse é o voto, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, ele passa a constituir o parecer desta Comissão pela aprovação do projeto.

O projeto será encaminhado à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para prosseguimento de sua tramitação.

Agradeço ao Senador Walter Pinheiro.

Passo agora aos dois últimos itens da pauta. São o Requerimento nº 6, com a presença do Senador Clésio, e o Requerimento nº 7, com a presença do Senador Walter Pinheiro.

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº 19, DE 2012 – CI

Nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizada audiência pública na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura a fim de instruir o PLS 283, de 2011, cujo relator é o Senador Aécio Neves, que “Altera o art. 2º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, para aumentar para 4% a alíquota da compensação financeira pela exploração de minério de ferro”, bem como discutir os efeitos e as consequências da exploração do minério de ferro sem a devida compensação financeira para a

recuperação dos danos causados ao meio ambiente, com representantes das entidades abaixo elencadas: 1) Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas – Fonasc-CBH; 2) Associação para a Recuperação e Conservação Ambiental em Defesa da Serra da Calçada – Arca Amaserra; 3) Associação Unidos por Conceição do Mato Dentro – Unicon; 4) Sindicato Metabase Inconfidentes – Congonhas-MG; 5) Instituto de Estudos Pró-Cidadania – Pró-Città; 6) CSP – Conlutas; 7) 4 Cantos do Mundo.

Autoria: Senador Clésio Andrade

Concedo ao autor do requerimento a palavra para que possa argumentar.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (PR – MG) – Sr^a Presidente, é um requerimento de extrema importância, porque nós todos, Senador Aécio, Senador Zeze Perrella, em Minas Gerais, como também o Senador Flexa Ribeiro, no Pará, estamos preocupados com as consequências da exploração mineral. Sabemos da importância das nossas mineradoras, com a geração de emprego, com tudo de positivo que elas trazem, mas sabemos também que é preciso uma compensação maior, para compensar os Municípios. No caso de Minas Gerais, são 70 Municípios mineradores.

Como esse projeto está sendo relatado pelo Senador Aécio Neves, achamos importante a vinda dessas entidades para que elas pudessem mostrar esse lado que chamamos de negativo da mineração, no sentido de mostrar a importância do aumento desses valores dos *royalties*, para compensar esses Municípios, principalmente quanto às consequências relativas à área de saúde.

Então, seria essa a minha ponderação.

Obrigado, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr^a Presidente, considere importante a proposta do Senador Clésio. Acho que ela vai, Senador, ao encontro do apelo que temos feito ao Governo, para que possamos, de uma vez por todas, discutir esse tema e definirmos aqui uma política para essa área.

Portanto, é fundamental a realização de uma audiência pública.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (S/Partido – MG) – Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Obrigada, Senador Clésio.

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº 20, DE 2012 – CI

Requeiro, nos termos regimentais, o aditamento ao Requerimento 11, de 2012, que solicita a realização, no âmbito desta Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – CI, de Audiência Pública, para debater o marco legal que rege o setor de informática, de forma a propor sua atualização, bem como avaliar ações de incentivo ao uso de software nacional, inclusive as empreendidas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), as políticas de desoneração fiscal e o estímulo a compras governamentais que envolvam o referido setor, para a inclusão, como convidado, do representante da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica – ABINEE.

Autoria: Senador Walter Pinheiro.

Em discussão o requerimento.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Srª Presidenta, trata-se de um requerimento solicitando a participação da ABINEE nessa audiência. Acho que isso será reforçado pelas medidas anunciadas ontem.

Tive oportunidade de conversar, ontem à noite, com o Ministro Guido Mantega, em decorrência da Resolução nº 72, e aproveitei para discutir com ele a necessidade de olharmos as áreas que foram objeto da política de incentivos. Esses setores, inclusive, têm uma atuação muito própria, no que diz respeito à sua localização geográfica – nos referimos à indústria instalada aqui -, e acreditamos que eles também deveriam ser beneficiados.

Nesse particular, o Governo já tinha adotado uma política de compra nacional de software. Mas esse setor de informática, por exemplo, tem uma área muito importante. Refiro-me à área de manutenção, cujas empresas, de maneira quase que majoritária, atuam no Brasil. As empresas que fazem manutenção no Brasil têm, na sua maioria, um vínculo com o solo nacional. A manutenção, quando não é realizada por empresas genuinamente brasileiras, é por empresas estrangeiras instaladas em solo brasileiro, uma vez que manutenção não se faz a distância. Portanto, como, majoritariamente, essa manutenção é feita aqui no Brasil, essas empresas ficaram fora do pacote de benefícios.

Então, essa associação das empresas do setor eletro eletrônico virá em muito boa hora, para que possamos discutir essa política e também contribuir para que haja uma política de incentivo a determinados setores da indústria nacional que ficaram de fora dessa política de incentivo.

Esse é o objeto do nosso requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Continua em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Concedo a palavra ao Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Srª Presidenta, Senadora Lúcia Vânia, o item 4 da pauta é um requerimento de minha autoria que peço a V. Exª que desconsiderasse o requerimento que solicitava uma audiência pública, tendo como convidados o Governador Simão Jatene, do Pará, a Ministra Miriam Belchior e o Presidente da Vale, Dr. Murilo Ferreira, para tratar da questão do derrocamento do Pedral do Lourenço e da implantação da Alpa no Município de Marabá.

A Ministra Miriam Belchior nos recebeu há duas semanas. E aquela questão que estava em suspenso desde a audiência que concedeu ao Governador Simão Jatene e à Bancada do Pará, sobre a indefinição da execução da obra, que é da maior importância para que a hidrovía do Tocantins tenha navegabilidade em plenitude, e foi retirada do PAC e estava aguardando uma definição do Governo Federal... A Ministra esteve aqui, inclusive, numa audiência pública e nos chamou, ao Governador Jatene e à Bancada, disse que faria os estudos e daria resposta à população do Estado. Estávamos aguardando essa resposta e, como não vinha, eu fiz o requerimento da audiência.

Ela nos recebeu em audiência há duas ou três semanas e disse que o Governo Federal iria retomar as obras, inclusive já teria autorizado o Ministério dos Transportes a fazer a licitação para o projeto executivo do derrocamento do Pedral do Lourenço.

Estaremos com o Ministro dos Transportes agora, no dia 11, terça ou quarta-feira próxima, com a Bancada, para que ele nos informe a data do edital de licitação. Já na semana seguinte, com o Governador Simão Jatene, e a Bancada Federal com a Ministra Miriam Belchior novamente.

Então a audiência perdeu, neste momento, o sentido que tinha, de que o Governo Federal se posicionasse em relação a uma obra importante para o Estado do Pará.

Então pediria a V. Exª que tornasse sem efeito o requerimento. Vamos aguardar. Espero que efetivamente a Ministra dê andamento, porque tão logo o edital para o projeto se efetive, como ela disse, dirá não só a mim, Senador Flexa Ribeiro, mas ao Governador e à Bancada Federal do Estado do Pará que a obra voltará a fazer parte do PAC. Então terá um cronograma

efetivo de execução para que tanto a derrocada quanto a dragagem desse trecho do Rio Tocantins tenham uma data efetiva de conclusão e a Vale do Rio Doce possa efetivamente dar continuidade à implantação do projeto da metalúrgica de Marabá.

Era essa a questão e eu pediria a V. Ex^a para tornar sem efeito o Item 4 da pauta, que é o requerimento que trata da audiência pública que fiz chegar à Comissão.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – À Secretaria para o seu arquivamento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com relação ao pedido de informação que fiz chegar à Mesa sobre os investimentos mês a mês da companhia Vale para a implantação da Alpa, esse eu pediria a V. Ex^a que encaminhasse à companhia Vale para que ela pudesse fazer chegar à Secretaria essa informação desde o início da implantação até hoje. Esse eu mantenho.

Tive que me ausentar por alguns instantes, fui ao gabinete atender a uma pessoa do Pará, e quando voltei passou um requerimento do Senador Clésio Andrade de uma audiência pública sobre a alteração da alíquota do Cfm.

Quero parabenizar o Senador Clésio pela autoria do requerimento para essa audiência pública da maior importância, mas gostaria, se ele permitisse, de acrescentar o Imazon. É um instituto lá do Pará que ele pudesse ser também convidado. É um instituto de sustentabilidade da Amazônia, que tem uma ação muito importante lá no meu Estado.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Consulto o Senador Clésio se está de acordo.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (S/PARTIDO – MG) – Totalmente de acordo, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Vamos colocar em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Pediria ao Senador Flexa que formalizasse a solicitação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Farei o encaminhamento à Secretaria.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Aprovada a inclusão do nome citado pelo Senador Flexa Ribeiro.

São oito convidados.

Como estão ausentes os autores dos demais requerimentos, vamos adiar a sua votação.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada...

Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) –

Eu já insisti muito com esta Comissão – e até estou fazendo isto de público mais uma vez – sobre a possibilidade de transferirmos a reunião da nossa Comissão para quarta-feira. Tenho conversado com o Senador Eduardo Braga, que era o Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, e a proposta que fiz, à época, era de que fizéssemos uma troca de horários entre essas duas Comissões.

Nesta semana, ele voltou a me falar da sua disposição em fazer isso. É óbvio que agora ele está a caminho, talvez, de sair da Presidência da Comissão, e não sei se o próximo Presidente vai concordar, mas eu o fiz ver – não estabelecendo padrões de importância de uma Comissão em relação à outra –, até pela própria coincidência e pela reclamação de alguns Senadores, que, às quintas-feiras pela manhã, de certa maneira, também não tratando com menos importância esse dia, há uma queda considerável no *quorum*, como todo mundo sabe.

O processo, pelo menos na nossa visão, de atuação da Comissão de Infraestrutura, até pela sua amplitude – a Comissão de Ciência e Tecnologia, de qualquer maneira, é mais focada –, e também pela necessidade dos temas, abrange um universo um pouco maior.

Portanto, creio que essa mudança seria uma contribuição importante, já que diversos Senadores têm reclamado muito do horário da nossa Comissão e manifestado que gostariam de contribuir.

Nós estamos num ano em que o tema da infraestrutura é decisivo nesse campo de batalha da economia. Então, acho que é importante insistirmos nessa possibilidade de a Comissão passar a realizar-se às quartas de manhã e não às quintas-feiras pela manhã.

Se possível, V. Ex^a poderia encaminhar essas tratativas com as quais eu creio que o Senador Eduardo Braga já havia concordado. Ele até me disse que tinha feito uma opção de também trabalhar nesta Comissão, mas, em razão de as quintas-feiras serem dedicadas, às vezes, até a outras matérias e em que pese haver sessão plenária na parte da tarde, sabemos que temos tido dificuldades, principalmente no que diz respeito a temas importantes. Tanto é verdade isso que todas às vezes que esta Comissão faz audiências públicas com temas centrais, ela tem realizado as audiências públicas ou nas terças-feiras na parte da tarde ou na quarta-feira, porque sabemos que, na quinta-feira, há uma dificuldade natural desse tipo de debate.

Temos discutido – até brinquei com o pessoal – que os Senadores que efetivamente têm dado *quorum* e condições de sustentação à Comissão de Ciência e Tecnologia são os Senadores que têm um comprometimento, inclusive, com a permanência aqui

nas quintas-feiras. Então, não enfrentaríamos nenhum problema de solução de continuidade lá na Comissão de Ciência e Tecnologia, ao passo que criaríamos uma ambiência melhor e, portanto, haveria possibilidade de realizarmos as nossas audiências públicas às quartas pela manhã. Então a concorrência com a CCJ dar-se-á normalmente.

Assim fica a critério de cada Senador fazer a escolha, efetivamente optar tendo em vista a viabilidade. Se por um lado, uns reclamam da concorrência com a CCJ, esses mesmos, por sua vez, reclamam da dificuldade de realização de bons debates, de grandes debates nas quintas-feiras pela manhã.

Portanto, queria insistir nesse tema, porque não tem problema para mim. Mantido na quinta-feira, eu continuarei aqui na Comissão, mas essa troca me permitirá participar, até porque sou membro da CCJ também, aliás, perdoem-me, da CCT. Vou estar aqui quinta-feira da mesma forma se for marcada a reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia. Portanto, esse não é o meu problema.

Particularmente acho que esta Comissão tem um peso importantíssimo, principalmente porque aqui tratamos de energia, agora também da questão do código de mineração que nós estamos cobrando venha para cá, da questão do sistema de transporte, do PAC, das questões portuárias. Portanto, não dá para a gente ficar tratando isso sempre no afogadilho, até porque são temas cruciais para a economia, são temas cruciais para cada Estado.

Por isso, acho importante que a gente faça esse remanejamento de dia, a fim de permitir que também tenhamos uma maior participação como Comissão de Infraestrutura nesse debate.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço o Senador Walter Pinheiro.

Vou procurar o Senador Eduardo Braga. Se ele concordar, nós poderemos fazer. Eu acho que seria muito interessante e nós poderíamos obter um *quorum* muito mais expressivo na quarta-feira. E faríamos a reunião às 9 horas, porque a CCJ, parece-me, começa às 10 horas. Então nós teríamos uma hora para fazer um bom trabalho.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigada.

(Iniciada às 9 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 01 minuto.)

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 4ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 15 DE MARÇO DE 2012.

Às oito horas e trinta e quatro minutos do dia quinze de março de dois mil e doze, na Sala 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **ACIR GURGACZ**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos senadores(as) **DELCÍDIO DO AMARAL, ANTONIO RUSSO, WALDEMIR MOKA, CASILDO MALDANER, ANA AMÉLIA, IVO CASSOL, FLEXA RIBEIRO, CYRO MIRANDA, JAYME CAMPOS, CLÉSIO ANDRADE, EDUARDO SUPLICY, MOZARILDO CAVALCANTI e BLAIRO MAGGI**. Deixam de comparecer, os Senhores Senadores: Zeze Perrella, Rodrigo Rollemberg, Lauro Antonio, Benedito de Lira, Sérgio Souza e Sérgio Petecão. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Acir Gurgacz, informa que a presente reunião se destina à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: **ITEM 1: EMENDA(S) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, DE 1998 – Não Terminativo – EMENTA:** *Dá nova redação ao art. 52 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola.* **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Cyro Miranda. **Relatório:** Pela prejudicialidade do PLS Nº 126, de 1998, e das Emendas da Câmara dos Deputados oferecidas ao Projeto. Iniciada a discussão do Projeto, depois da leitura do relatório pelo Senador Cyro Miranda, não houve oradores inscritos. Passa-se à votação, ocasião em que o relatório do Senador Cyro Miranda foi aprovado. **Resultado:** Aprovado o relatório do Senador Cyro Miranda, que passa a constituir Parecer da CRA, pela prejudicialidade do PLS Nº 126, de 1998, e das Emendas da Câmara dos Deputados oferecidas ao Projeto. **ITEM 2: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 61, DE 2011 – Não Terminativo – EMENTA:** *Altera o art. 5º do Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, que institui normas para a fixação de preços mínimos e execução das operações de financiamento e aquisição de produtos agropecuários e adota outras providências.* **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Lauro Antonio (Substituído por *Ad Hoc*). **Relatoria Ad Hoc:** Senador Blairo Maggi. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. Iniciada a discussão do Projeto, depois da leitura

do relatório pelo Senador Blairo Maggi, o Senador Delcídio do Amaral faz uso da palavra para tecer considerações sobre a matéria. Passa-se à votação, ocasião em que o relatório do Senador Blairo Maggi foi aprovado. **Resultado:** Aprovado o relatório do Senador Blairo Maggi, que passa a constituir Parecer da CRA, pela rejeição do Projeto. **ITEM 3: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 423, DE 2011 – Terminativo – EMENTA:** Altera a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, para incluir os citricultores. **Autoria:** Senador Eduardo Amorim. **Relatoria:** Senador Benedito de Lira (Substituído por *Ad Hoc*). **Relatoria Ad Hoc:** Senador Antonio Russo. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. Iniciada a discussão do Projeto, depois da leitura do relatório pelo Senador Antonio Russo, não houve oradores inscritos. Passa-se à votação, ocasião em que o Projeto foi rejeitado por unanimidade. **Resultado:** Rejeitado o Projeto. **ITEM 4: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 592, DE 2011 – Consolidação – Não Terminativo – EMENTA:** Consolida a legislação sanitária vegetal e animal federal. **Autoria:** Senador Antonio Russo. **Relatoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com as emendas nº 1 e 2. **Resultado:** Retirado de Pauta. **ITEM 5: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 622, DE 2011 – Não Terminativo – EMENTA:** Altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para modificar os parâmetros de renegociação das dívidas oriundas de operações de crédito rural lastreadas em recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE. **Autoria:** Senadora Lídice da Mata. **Relatoria:** Senador Benedito de Lira (Substituído por *Ad Hoc*). **Relatoria Ad Hoc:** Senador Antonio Russo. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. Iniciada a discussão do Projeto, depois da leitura do relatório pelo Senador Antonio Russo, o Senador Delcídio do Amaral solicita vista ao Projeto, acompanhado pelo Senador Jayme Campos. **Resultado:** Vista coletiva concedida, solicitada pelos Senadores Delcídio do Amaral e Jayme Campos. **ITEM 6: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 680, DE 2011 – Não Terminativo – EMENTA:** Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir grupos formais e informais de mulheres da agricultura familiar entre os critérios de prioridade de compra de produtos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, e estabelecer que pelo menos 50% da venda da família sejam comercializados no nome da mulher. **Autoria:** Senadora Ana Rita. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. Iniciada a discussão do Projeto, depois da leitura do relatório pela Senadora Ana Amélia, não houve oradores inscritos.

Passa-se à votação, ocasião em que o relatório da Senadora Ana Amélia foi aprovado por unanimidade. **Resultado:** Aprovado o relatório da Senadora Ana Amélia, que passa a constituir Parecer da CRA, pela aprovação do Projeto. **ITEM 7: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 732, DE 2011 – Não Terminativo – EMENTA:** Altera o § 2º do art. 4º da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o cadastro informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais e dá outras providências, para estender a todos os produtores rurais a dispensa de apresentação de certidões comprobatórias de quaisquer tributos e contribuições federais como requisito à obtenção de crédito junto a instituições financeiras que operam programas oficiais de incentivo ao crédito. **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. Iniciada a discussão do Projeto, depois da leitura do relatório pela Senadora Ana Amélia, não houve oradores inscritos. Passa-se à votação, ocasião em que o relatório da Senadora Ana Amélia foi aprovado por unanimidade. **Resultado:** Aprovado o relatório da Senadora Ana Amélia, que passa a constituir Parecer da CRA, pela aprovação do Projeto. **ITEM 8: AVISO Nº 103, DE 2011 – Não Terminativo – EMENTA:** Encaminha cópia do Acórdão nº 2.903, de 2011, referente ao monitoramento da auditoria operacional no Programa de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura (TC 005.269/2011-3). **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relatoria:** Senador Waldemir Moka (Substituído por *Ad Hoc*). **Relatoria Ad Hoc:** Senador Delcídio do Amaral. **Relatório:** Pelo conhecimento do Aviso e, após a oitiva da CMA, pelo arquivamento. Iniciada a discussão da matéria, depois da leitura do relatório pelo Senador Delcídio do Amaral, não houve oradores inscritos. Passa-se à votação, ocasião em que o relatório do Senador Delcídio do Amaral foi aprovado. **Resultado:** Aprovado o relatório do Senador Delcídio do Amaral, que passa a constituir Parecer da CRA, pelo conhecimento do Aviso e, após a oitiva da CMA, pelo arquivamento da matéria. **EXTRAPAUTA: ITEM 1: REQUE-RIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA 6, DE 2012 – ASSUNTO:** Nos termos dos arts. 90, IX, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização, na cidade de Campo Grande-MS, de seminário do Ciclo de Palestras da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para debater com autoridades locais, federais e entidades de classe, sobre as ações e programas governamentais voltados à questão de terras degradadas, reflorestamento e sustentabilidade econômica. **Autoria:** Senador Antonio Russo. No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Passa-se à votação, ocasião

em que o Requerimento foi aprovado por unanimidade.

Resultado: Aprovado. **ITEM 2: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA 7, de 2012** – **ASSUNTO:** *Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença do Ministro do Desenvolvimento Agrário, Sr. Pepe Vargas, para apresentar suas estratégias à frente da pasta e avaliar as ações e avanços do programa de regularização fundiária Terra Legal.*

Autoria: Senador Acir Gurgacz. No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Passa-se à votação, ocasião em que o Requerimento foi aprovado por unanimidade.

Resultado: Aprovado. **ITEM 3: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA 8, DE 2012** – **ASSUNTO:** *Requeiro, nos termos regimentais, realização de Audiência Pública pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, para avaliar o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos, face aos altos níveis dos esmos encontrados nos alimentos, conforme noticiou a ANVISA em Dezembro de 2011 em matéria veiculada na imprensa nacional; “Agrotóxico irregular aparece em 28% dos vegetais no Brasil”, Folha de São Paulo, 06/12/2011, avaliar os procedimentos adotados nos processos de reavaliação quando há indícios de riscos à saúde, bem como a possibilidade da criação do Registro Único de Agrotóxicos.*

Autoria: Senador Acir Gurgacz. No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Passa-se à votação, ocasião em que o Requerimento foi aprovado por unanimidade. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e vinte e seis minutos, lavrando eu, Marcello Varela, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Acir Gurgacz**, Presidente da CRA.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Está aberta a 4ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à deliberação de matérias.

Sr^{as} e Srs. Senadores, estivemos, ontem, no Palácio do Planalto para a posse do Deputado Pepe Vargas, do Rio Grande do Sul, no Ministério do Desenvolvimento Agrário, no lugar do Ministro Afonso Florence.

O Ministro Florence vinha fazendo um bom trabalho à frente do Ministério, numa parceria com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado. E conquistamos alguns avanços principalmente no que diz respeito à regularização fundiária da Amazônia, especialmente no Estado da Amazônia, e ao projeto de desenvolvimento da agricultura familiar.

Portanto, ficamos satisfeitos, ao ouvir a Presidenta Dilma, que afirmou que o Governo manterá a trajetória de democratizar o acesso à terra e de promover o fortalecimento da agricultura familiar. A Presidenta disse também que o Governo lançará, nos próximos dias, o Pronacampo, que será um programa voltado para a educação da população rural.

Desejamos boa sorte ao novo Ministro e sucesso em suas ações à frente dessa importante pasta para a agricultura e para a economia brasileira.

Registramos também a determinação que o Ministro Pepe Vargas ontem demonstrou em atender a recomendação da Presidente de incluir na classe média o agricultor familiar e de acelerar o processo de regularização fundiária da Amazônia Legal.

Concordamos em que a reforma agrária não é pura e simplesmente uma distribuição de terra, mas uma estratégia que garanta as condições de desenvolvimento das populações que acessam essa terra.

Por isso, vamos acompanhar esse trabalho e cobrar resultados, assim como vínhamos fazendo até aqui, com o então Ministro Antonio Afonso Florence.

O Estado de Rondônia, em particular, necessita urgentemente de regularização fundiária das propriedades rurais, para que os agricultores tenham segurança jurídica e possam acessar créditos e as políticas públicas.

Registro também que, na última sexta-feira, a Senadora Ana Amélia presidiu o 2º Seminário do nosso Ciclo de Palestras e Debates da Comissão de Agricultura, realizado no Município de Não-me-Toque, como parte da programação da Expodireto, em que foi discutida a questão do Seguro Rural e da reformulação do modelo atual.

Destacamos, também, que o 1º Seminário do nosso Ciclo de Palestras e Debates foi realizado aqui, no Senado, na sexta-feira passada, quando a equipe do Ministério do Desenvolvimento Agrário representou o programa Brasil Rural.

Mas quero cumprimentar a Senadora Ana Amélia e também o ex-Senador e hoje Vice-Presidente do Banco do Brasil, Osmar Dias, que fizeram uma audiência pública de interesse muito grande da agricultura brasileira na cidade de Não-Me-Toque, colocando, assim, a Comissão de Agricultura cada vez mais próxima do nosso agricultor, atendendo a várias perguntas, a

várias sugestões de grande parte do nosso País, feitas pela Internet, pelo telefone 0800, dentro do nosso módulo, do nosso ciclo de palestras e debates.

A presente reunião destina-se à deliberação de matérias.

Fazendo uma inversão de pauta, vamos ao item 6, aproveitando que a Senadora Ana Amélia está presente.

Vamos ler o Item 6, Projeto de Lei do Senado nº 680, de 2011, não terminativo, de autoria da Senadora Ana Rita.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 680, DE 2011

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir grupos formais e informais de mulheres da agricultura familiar entre os critérios de prioridade de compra de produtos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, e estabelecer que pelo menos 50% da venda da família sejam comercializados no nome da mulher.

Autoria: Senadora Ana Rita.

Relatoria: Senadora Ana Amélia.

Relatório: pela aprovação do Projeto.

Observações:

– *Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CRA.*

– *A matéria será apreciada pela CDH em decisão terminativa.*

Com a palavra, a relatora, Senadora Ana Amélia, para proferir o seu relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Acir Gurgacz, agradeço-lhe, em primeiro lugar, as referências ao trabalho que foi feito. Também participei ontem da posse do Ministro Pepe Vargas no Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Para uma Senadora do Rio Grande do Sul, como é o meu caso, é muito bom ver que políticos gaúchos têm tido predominância num cargo tão relevante para a agricultura familiar. O primeiro foi Miguel Rossetto; o segundo, Guilherme Cássio, também gaúcho; depois veio o Ministro baiano Florence, Deputado Federal; também, agora, o Deputado Federal Pepe Vargas, que tem a experiência de uma região muito importante da agricultura familiar, que é a região das Serras do Rio Grande do Sul. Ele foi Prefeito de Caxias do Sul, uma cidade importantíssima, hoje polo metal-mecânico dos mais desenvolvidos do País, o segundo polo metal-mecânico brasileiro.

Então, eu queria fazer esse registro, sublinhando o fato de que aparentemente reconheço os méritos que o Governo vem fazendo, desde Lula até agora, mas

que é preciso também reconhecer que em um dos instrumentos mais importantes no apoio à agricultura familiar teve a participação do ex-Ministro da Agricultura do meu Estado, Francisco Turra, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, com a criação do Pronaf.

O Pronaf é um instrumento valioso em todos os aspectos da proteção para a agricultura familiar. Isso não foi sublinhado ou pelo menos reconhecido. E acho que é bom tom, numa relação republicana e respeitosa, fazer esse registro histórico, porque a história está aí para registrar.

Agradeço-lhe, então. Vou à análise do projeto.

O projeto da Senadora Ana Rita se insere naquelas iniciativas para estimular o protagonismo e o apoio às mulheres em todos os aspectos. Ele está agora distribuído, para decisão terminativa, na Comissão de Recursos Humanos e Legislação Participativa (CDH), do Senado Federal.

Como disse V. Exª, não foram apresentadas emendas aqui, na nossa Comissão. Na verdade, o mérito, como eu disse, insere-se no rol das iniciativas de fortalecimento das políticas afirmativas de valorização da mulher e não apresenta, Presidente Acir Gurgacz, um impacto orçamentário extraordinário no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar, que já prioriza a agricultura familiar, ao assegurar que 30% dos recursos destinados à aquisição de alimentos beneficiarão os pequenos produtores.

Então, não há uma alteração substancial, a não ser a proteção à mulher que é chefe de família nesses aspectos.

O projeto reconhece a importância fundamental do papel da mulher como mantenedora do núcleo familiar, principalmente diante de condições materiais precárias, quando revela a sua capacidade de tomar as decisões econômicas mais eficientes em favor dos filhos sob sua dependência.

A iniciativa merece, é claro, nosso apoio.

O voto é favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 680, de 2011.

Esse é o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

A relatora conclui pela aprovação do projeto.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo discussão, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam e que acompanham a relatora permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O Item 7 é o Projeto de Lei do Senado nº 732, de 2011, não terminativo, de minha autoria.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 732, DE 2011
– Não Terminativo –

Altera o § 2º do art. 4º da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o cadastro informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais e dá outras providências, para estender a todos os produtores rurais a dispensa de apresentação de certidões comprobatórias de quaisquer tributos e contribuições federais, como registro à obtenção de crédito junto a instituições financeiras que operam programas oficiais de incentivos ao crédito.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante esta Comissão.

Com a palavra a Relatora, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente, é com grande prazer que faço a relatoria de um projeto de sua autoria em relação a uma questão muito importante.

Está em exame na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 732, de 2011, que dá nova redação ao § 2º do art. 4º da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, para estender a todos os produtores rurais a dispensa de apresentação de certidões comprobatórias de quaisquer tributos e contribuições federais como requisito à obtenção de crédito junto a instituições financeiras que operam programas oficiais de incentivo ao crédito.

A matéria foi distribuída à apreciação das Comissões de Agricultura e Reforma Agrária e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.

Decorrido o prazo de cinco dias após a publicação e distribuição dos avulsos, a matéria não recebeu emendas perante esta Comissão.

Vou para a análise, caro Presidente.

As exigências oficiais para a concessão de financiamento rural são extensas, passando pela obrigatoriedade de apresentação do comprovante de pagamento do ITR (Lei nº 9.393, de 1996), do Certificado de Regularidade do FGTS-CRF (Lei nº 9.012, de 1995) e da Certidão Negativa de Débito do INSS – CND (Leis nº 8.212, de 1991, e nº 8.870, de 1994), entre outras, a depender da fonte de financiamento e do programa.

Atualmente, apenas os pequenos produtores rurais e agricultores familiares estão dispensados legalmente do cumprimento de algumas dessas exigências. Mas os demais produtores se vêem obrigados a buscar junto à Receita Federal, à Caixa Econômica Federal e às agências da Previdência Social as certidões necessárias ao atendimento dos requisitos.

Consideramos, como entende o autor da proposição, Senador Acir Gurgacz, nosso diligente Presidente, que não há razão para o tratamento discriminatório apontado, sendo um desrespeito ao precioso tempo dos produtores rurais brasileiros submetê-los a uma burocracia que a ninguém serve.

Por isso, sou pela aprovação do seu Projeto nº 732, de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Se as Srªs e os Srs. Senadores me permitirem, gostaria de fazer uma justificativa sobre este projeto.

Havia uma indicação de pedido de vistas, por isso a pressa em votar, o que conseguimos. Mas é importante colocar, Senadora Ana Amélia, que este projeto é um pedido do Banco do Brasil e a justificativa é que a concessão de crédito rural de programas oficiais dispensa apenas os pequenos produtores rurais da apresentação de certidões negativas de débitos tributários.

Todas as concessões de créditos lastreados com recursos públicos e incentivos fiscais são sujeitas à prévia consulta ao Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados em Órgãos e Entidades Federais. É o Cadin. Uma vez que haja algum problema, ele vai estar no Cadin. Portanto, não precisa ter uma duplicidade de informações, Senador Blairo, o que está atrasando os projetos, as aprovações de créditos nos bancos. Por isso, o pedido do próprio Banco do Brasil para aprovar este projeto a fim de dar mais celeridade na discussão e aprovação dos projetos, o que é importante para a agricultura como um todo e não se vai cometer nenhuma irregularidade. Pelo contrário, vai dar apenas celeridade.

Qualquer irregularidade vai estar no Cadin. E, estando no Cadin, automaticamente não será aprovado. Não precisa de certidão individual; tendo uma certidão, resolve. Isso desburocratiza.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Foi muito importante essa explicação de V. Exª, Presidente Acir Gurgacz, autor do projeto. Com disse bem, é de interesse do próprio Banco do Brasil, que é o principal agente financeiro para o crédito rural. Aliás, o maior agente financeiro do mundo em operação de crédito rural. Para não parecer que se está tentando buscar o privilégio ao agricultor. Não, é apenas simplificar os procedimentos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Exatamente.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – As leis todas terão que ser obedecidas. Todas as certidões terão que ser emitidas, mas o Cadin fornece a única certidão que dá para ele a facilitação de celeridade nesse processo.

Agora, a crise política que estamos vivendo aqui tem dado efeito positivo. Por exemplo, não pedi vista para esse processo tão importante.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Não havia ninguém aqui para pedir vista. Então, já que o nosso Senador Blairo não é mais da situação, e sim da oposição...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Ele jamais faria uma coisa para não ajudar produtor rural.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Eu sou da situação de melhorar a vida do agricultor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – É a nossa posição também. Nós somos da base, mas em tudo aquilo que for importante nós estaremos sempre trabalhando em comum acordo com os demais Senadores, sejam eles da oposição, sejam eles da situação. O nosso compromisso é com a população do nosso País.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 423, DE 2011 – Terminativo –

Altera a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, para incluir os citricultores.

Autoria: Senador Eduardo Amorim.

Relatoria: Senador Benedito de Lira.

Relatório: pela rejeição do projeto.

Observações:

1. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CRA.

2. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Com a palavra o Relator, Senador Benedito de Lira, para proferir o seu relatório.

Como relator *ad hoc*, eu convido o Senador Antonio Russo para fazer a leitura do relatório.

O SR. ANTONIO RUSSO (PR – MS) – Sr. Presidente, passo ao relatório do Senador Benedito de Lira.

Chega a esta Comissão para exame o Projeto de Lei do Senado (PLS) no 423, de 2011, do Senador Eduardo Amorim, que altera a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar

e Empreendimentos Familiares Rurais, para incluir os citricultores entre seus beneficiários.

A proposição contém apenas um artigo, que inclui entre os beneficiários da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, citricultores que atendam simultaneamente os requisitos previstos nos incisos II, III e IV do art. 3º da referida lei, quais sejam:

II – utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III – tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Conforme a justificação que acompanha o PLS, o autor argumenta que os pequenos produtores de laranja comercializam parte de sua produção através do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA – criado em 2003, cujo volume de aquisição deve aumentar com o Programa Brasil Sem Miséria. Complementa informando que o Estado de Sergipe possui cerca de 7.500 pequenos produtores de laranja.

O PLS será analisado somente pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), em decisão terminativa e não recebeu emendas no prazo regimental.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado.

O relator *ad hoc* concluiu pela rejeição do projeto. Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la e também não havendo quórum qualificado para votá-la, encerro a discussão e suspendo a votação até que haja quórum para podermos votar o projeto.

O Item 4 o Senador Rodrigo Rollemberg...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu pediria pela ordem, porque o Item 1, que vou relatar, é não terminativo.

Poderíamos aproveitar enquanto não...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Na sequência, será o Item 1.

O Item 4 o Senador Rodrigo Rollemberg pediu para retirar de pauta. É só para informar.

O Item 1 é não terminativo.

ITEM 1

EMENDA(S) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, DE 1998 – Não Terminativo –

Dá nova redação ao art. 52 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola.

Com a palavra o Relator, Senador Cyro Miranda, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Acir Gurgacz.

Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiro, eu queria me irmanar com o Senador Blairo Maggi e dizer que seja muito bem-vindo ao Bloco da Minoria.

Queria até pedir a sua assessoria, depois, para mudar a posição do PR aqui no caderno, porque agora ele faz parte da nossa base. Espero que assim, daqui a um tempo, o PP também, a Senadora Ana Amélia, esteja fazendo coro. Mas, independentemente disso, parabeno a todos pela coerência que têm em analisar projetos e não oposição e situação. Acho que esta Casa está bem acima dessas divergências.

Sr. Presidente, o Projeto de Lei do Senado nº 126, de 1998, de autoria do Senador Pedro Simon, fica prejudicado porque ele pede para determinar ao Poder Público que estenda a agricultores familiares, que atendam a condições específica, a concessão de crédito rural especial e diferenciado, já referida na Lei dos assentados de reforma agrária. O art. 2º atribui ao Poder Executivo prazo de 90 dias para regulamentar a lei, após sua publicação.

Acontece que, como esse projeto é de 1998, foi alterado na Câmara e está voltando para cá agora. Mas, depois desse longo tempo, o Programa Nacional da Agricultura Familiar foi estabelecido pelo Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996.

O Pronaf é uma política pública muito bem sucedida, de forma que no Plano Safra da Agricultura Familiar de 2011/2012 estão previstos R\$16 bilhões para essa importante e majoritária categoria de produtores rurais. Entretanto, após sucessivas alterações da norma que criou o Pronaf, de 30 de outubro de 2001 (posteriormente revogado pelo Decreto de 8 de outubro de 2003, ainda em vigor) deixou de tratar do Pronaf, porquanto o programa passou a ser regulamentado somente através de resoluções do Conselho Monetário Nacional.

A Lei Agrícola, que se pretende modificar, já assegura a oferta de crédito rural especial e diferenciado pelo Poder Público aos assentados em áreas de reforma agrária. O PLS em análise visa a estender aos agricultores familiares tal diferenciação do crédito, garantindo-se-lhes estabilidade legal, o que já lhes é garantido.

Então, Sr. Presidente, por esse motivo voto pela prejudicialidade do PLS nº 126, de 1998, e, consequentemente, pela prejudicialidade das emendas.

Era o que tínhamos a relatar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Cyro Miranda.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir,...

O relator concluiu pela rejeição das emendas da Câmara dos Deputados oferecidas ao PLS nº 126, de 1998, e pela prejudicialidade do referido projeto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o relator, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu alterei, pela prejudicialidade das emendas, se não, supostamente, teríamos que ter tido as emendas. O projeto ficou prejudicado. Então, é pela prejudicialidade também das emendas. Perfeito?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Feita a correção. Pela prejudicialidade do referido projeto, incluindo as emendas também.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o Relator queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório pela prejudicialidade.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 61, DE 2011

– Não Terminativo –

Altera o art. 5º do Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, que institui normas para a fixação de preços mínimos e execução das operações de financiamento e aquisição de produtos agropecuários e adota outras providências.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Lauro Antonio

Relatório: pela rejeição do projeto.

Observações:

1. a matéria foi apreciada pela CAE, tendo sido aprovado o Parecer pela rejeição do Projeto.

2. a matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Com a palavra o Senador Blairo Maggi, como Relator *ad hoc* em substituição ao Senador Lauro Antonio.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Bom dia, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou direto à análise.

Nos termos do art. 104-B, incisos II e VI, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CRA opinar sobre planejamento, acompanhamento e execução da política agrícola e fundiária e sobre comercialização de produtos.

Inicialmente, cabe esclarecer que entendemos que o PLC nº 61, de 2011, atende todos os requisitos

de constitucionalidade, técnica legislativa e mérito, entendido em sentido *stricto*.

No entanto, o Projeto fere pressupostos de juridicidade. O principal problema do PLC é o fato de que ele não inova o ordenamento jurídico. Como já observado pelo parecer da CAE, do eminente Senador Waldemir Moka, o PLC nº 61, de 2011, incorre em redundância e inocuidade, haja vista o art. 54 da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, portanto, posterior à iniciativa do Poder Executivo, que já imprimi os efeitos buscados pela proposição em exame devido à alteração promovida no Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966.

Para ser mais técnico, os ditames do vigente art. 5º do Decreto-Lei nº 79, de 1966, são mais precisos, pois inclui o Ministério da Fazenda na equipe que estuda e propõe os preços mínimos que são anualmente definidos pelo Conselho Monetário Nacional.

Dessa forma, a aprovação do PLC nº 61, de 2011, não dispõe elementos suficientes para inovar o ordenamento jurídico pátrio, devendo, portanto, ser rejeitado.

Ante o exposto, opinamos pela **rejeição** do PLC nº 61, de 2011, nos termos do inciso II do art. 133 do RISE.

Esse é o voto do Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado pela relatoria, Senador Blairo Maggi.

O Relator concluiu pela rejeição do projeto, assim como também aconteceu na CAE.

Em discussão. (*Pausa.*)

Com a palavra o Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Rapidamente, Sr. Presidente. Só para registrar e de acordo com as observações do Senador Blairo Maggi, que, na verdade, este projeto está prejudicado em função da própria Lei nº 11.775, art. 54. Portanto, acompanho o parecer do Relator, Senador Blairo Maggi.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Delcídio do Amaral.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras que concordam com o Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O projeto foi rejeitado, acompanhando o parecer do Relator.

Passamos ao item 5.

O item 4 foi pedido para ser retirado de pauta, pelo Relator.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 622, DE 2011 – Não Terminativo –

Altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para modificar os parâmetros de renegociação das dívidas oriundas de operações de crédito rural lastreadas em recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE.

Autoria: Senadora Lídice da Mata.

Relatoria: Senador Benedito de Lira.

Relatório: pela aprovação do projeto.

1. não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CRA.

Com a palavra o Senador Antonio Russo, como Relator *ad hoc*.

O SR. ANTONIO RUSSO (PR – MS) – Obrigando, Presidente.

Eu não sabia que, na oposição, a gente trabalha tanto. Meu Líder não havia falado. (*Risos*)

Vamos ao Relatório.

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária examina nesta oportunidade o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 622 de 2011, de autoria da Senadora Lídice da Mata, que *altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para modificar os parâmetros de renegociação das dívidas oriundas de operações de crédito rural lastreadas em recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE.*

A proposição contém três artigos. O art. 1º altera o art. 69 da Lei nº 12.249, de 2010, para aumentar de R\$10.000,00 (dez mil reais) para até R\$30.000,00 (trinta mil reais) os saldos devedores das operações de crédito rural renegociadas nas condições do art. 2º da Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006, que são anistiadas pelo referido artigo.

O art. 2º altera o art. 70 da Lei nº 12.249, de 2010, para estender, de 30 de novembro de 2011 para até 30 de novembro de 2012, o prazo da concessão de rebate para liquidação das operações de crédito rural que tenham sido renegociadas nas condições do art. 2º da Lei nº 11.322, de 2006. A extensão proposta no art. 2º abrange as operações de crédito que estejam lastreadas em recursos do FNE; em recursos mistos do FNE com outras fontes; em recursos de outras fontes efetuadas com risco da União; e das operações realizadas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em substituição a todos os bônus de adimplência e de liquidação previstos para essas operações na Lei nº 11.322, de 2006, e no art. 28 da Lei nº 11.775, de 17

de setembro de 2008, não remetidas na forma do art. 69 da Lei nº 12.249, de 2010.

O art. 2º do PLS nº 622, de 2011, altera também o § 4º do art. 70 da Lei nº 12.249, de 2010, para aumentar de R\$80.000,00 (oitenta mil reais) para R\$200.000,00 (duzentos mil reais) o limite do saldo devedor atualizado pelos encargos financeiros contratuais aplicáveis para a situação de normalidade, excluídos os bônus. Nesse caso, deve ser observado o disposto no § 2º do art. 69, e o benefício é válido para o mutuário que não disponha de capacidade de pagamento para honrar a sua dívida, recalculada nas condições e com o rebate de que trata o artigo, o qual poderá solicitar desconto adicional para liquidação da sua dívida mediante apresentação de pedido formal à instituição financeira pública federal detentora da operação, contendo demonstrativo da sua incapacidade de pagamento.

Ao projeto, cujo art. 3º contempla a cláusula de vigência, não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

O PLS será analisado também pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo à qual cabe a decisão terminativa.

Esse é o meu relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Obrigado, Senador Antonio Russo pelo seu relatório, como Relator *ad hoc*, que concluiu pela aprovação do projeto.

Em discussão.

Com a palavra o Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir vista do item 5.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Vista coletiva, então, Sr. Presidente. Quero me associar ao Senador Delcídio.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Vista coletiva concedida.

Passamos ao item 8. (*Pausa.*)

A situação também trabalha; não é só a oposição! Não é, Senador Delcídio?

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Está complicado. (*Risos.*) O jogo está complicado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – **Item 8:**

AVISO Nº 103, DE 2011

– Não terminativo –

Encaminha cópia do Acórdão nº 2.903, de 2011, referente ao monitoramento da auditoria operacional no Programa de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura (TC 005.269/2011-3).

Relator *ad hoc*, Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Só para registrar, Sr. Presidente, que o documento que V. Exª acabou de citar é subscrito pelo Presidente do TCU, pela Relatora da matéria e pelo Procurador-Geral junto àquela Corte de Contas, respectivamente, o Ministro Benjamim Zymler, a Ministra Ana Arraes e o Dr. Lucas Furtado.

É importante registrar que a matéria foi distribuída às Comissões de Agricultura e Reforma Agrárias, esta nossa Comissão, bem como à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

A análise de Avisos, inclusive daqueles relativos a monitoramento da observância de recomendações e determinações anteriores do próprio TCU, encaminhados à apreciação desta Casa, enquadra-se nas competências de controle do Congresso Nacional sobre as entidades integrantes da administração pública, de que trata o art. 70 da Constituição Federal de 1988, exercida com o auxílio daquele Tribunal, conforme o art. 71 da Carta Magna.

No caso em tela, cabe destacar que, por meio do Acórdão nº 2.903, de 2011, o Tribunal de Contas da União encerrou o ciclo de monitoramento do Acórdão nº 489, de 2008, considerando que as recomendações emitidas naquela oportunidade foram cumpridas, implementadas ou estão em fase de implementação.

Somente no caso em que a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República deveria, em conjunto com a Agência Nacional de Energia Elétrica, com a Agência Nacional de Águas e com as hidrelétricas, formular acordo e criar mecanismos para o compartilhamento sistemático das informações sobre os reservatórios das usinas e suas áreas de influência com os órgãos governamentais interessados, foi considerada que a recomendação não foi realizada. O órgão gestor, no entanto, argumentou que ainda não havia tido formalização de acordo para atendimento, apenas tratativas informais.

Por outro lado, importantes ações foram cumpridas integralmente, como nos casos da vinculação de liberação de recursos para instalação de unidade demonstrativa à obtenção de autorização prévia para sua implantação, como medida para evitar perdas de insumos, e adoção de providências para a edição das normas previstas quanto aos critérios para concessão de uso de áreas de preferência.

Analisando o Relatório de Monitoramento, observamos a importante ação de fiscalização e avaliação do Programa de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura realizada pelo TCU, que emitiu uma série de recomendações – quase todas atendidas a contento – que contribuiu decisivamente para que o gestor do

Programa aprimorasse essa importante ferramenta de geração de empregos, renda e crescimento econômico para o País.

Dessa forma, o Senado Federal encontra-se a par desse relevante monitoramento realizado pelo TCU, tomando ciência dos fatos relatados no Acórdão nº 103, de 2011, atento às possibilidades de aprimoramento da legislação e ciente de sua responsabilidade institucional de fiscalização das importantes políticas públicas desenvolvidas no Brasil.

Quanto ao voto, Sr. Presidente, em face do exposto, manifestamo-nos no sentido de que esta Comissão tome conhecimento do Aviso nº 103, de 2011, e, após a oitiva da CMA, que esta Casa determine o arquivamento da matéria, nos termos do art. 133, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Agradeço ao Senador Delcídio do Amaral pela relatoria *ad hoc*.

O Relator concluiu pelo conhecimento do aviso e, após a oitiva da CMA, pelo arquivamento.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que acompanham o Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa)*
Aprovado.

Voltamos ao Item 3, para aproveitar o quórum qualificado, cujo Relator *ad hoc*, Senador Antonio Russo, concluiu pela rejeição do projeto.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Esclareço que o presente projeto é de natureza terminativa, exigindo quórum e votação nominal. Portanto farei a chamada nominal.

Lembro que quem vota com o Relator vota “Não”, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Trata-se do item 3. O relatório é pela rejeição.

Como vota o Senador Delcídio do Amaral?

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Voto com o Relator, voto “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Como vota o Senador Antonio Russo?

Voto conhecido, já fez o seu relatório.

Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Como vota o Senador Ivo Cassol?

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pela rejeição. Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Como vota o Senador Jayme Campos?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Como vota o Senador Blairo Maggi?

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr. Presidente, eu sou suplente. Meu titular aqui é o Senador Antonio Russo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – O titular é Clésio Andrade.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Ainda está ainda? Então voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem.

Rejeitado o projeto.

Agradeço a presença dos Senadores para concluirmos esta votação importante e darmos sequência aos nossos trabalhos.

Requerimentos extrapauta.

Requerimento do Senador Antonio Russo:

Nos termos do art. 90, IX, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requero a realização, na cidade de Campo Grande – Mato Grosso do Sul, de seminário do Ciclo de Palestras e Debates da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para debater com autoridades locais, federais e entidades de classe sobre as ações e programas governamentais voltados à questão de terras degradadas, reflorestamento e sustentabilidade econômica com os seguintes convidados:

Sr. Erikson Camargo Chandoha, Secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

Sr^a Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias, Secretária de Estado de Desenvolvimento Agrário da Produção da Indústria, do Comércio e do Turismo de Mato Grosso do Sul;

Sr. Roberto Ricardo Vizentin, Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente;

Sr. Eduardo Riedel, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Mato Grosso do Sul;

Sr. José Antônio Roldão, Diretor Presidente da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural, Sr. Luiz Calvo Ramires Jr., presidente da Associação Sul-mato-grossense de Produtores e Consumidores de Florestas Plantadas; Sr. Cleber Oliveira Soares, chefe-geral da Embrapa.

Sugiro, Senador Antonio Russo, a data do dia 13 de abril.

O SR. ANTONIO RUSSO (PR – MS) –...para nós fazermos esse evento.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. (Não identificado.) – É cedo ainda?

O SR. ANTONIO RUSSO (PR – MS) – Eu queria um pouco depois, porque nós estamos fazendo um trabalho ainda.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – No segundo semestre?

O SR. ANTONIO RUSSO (PR – MS) – Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Então deixamos para fixar a data a posterior.

O SR. ANTONIO RUSSO (PR – MS) – A posterior. Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Com a palavra o Senador, para justificar, se assim quiser, Senador Antonio Russo.

O SR. ANTONIO RUSSO (PR – MS) – Eu queria dizer ao senhor que isso de muita valia para o meu Estado, porque nós temos muitas áreas degradadas. Hoje Mato Grosso do Sul tem diversas reivindicações e um desenvolvimento muito grande em silvicultura. E temos também uma vontade muito grande em desenvolver o novo segmento em nosso Estado.

Agradeço a sua concordância.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. *(Palmas.)*

Aprovado.

Senador Eduardo Suplicy com a palavra, pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, tem havido uma expectativa bastante grande com respeito ao projeto de lei que o Senador Osmar Dias e eu próprio apresentamos sobre as sociedades cooperativas.

A Senadora Ana Amélia solicitou que possa ainda haver uma audiência pública a respeito desse projeto aqui nesta Comissão, o que é muito importante e legítimo. Conversei há pouco com a Senadora Ana Amélia

no sentido de que possamos os dois – mas claro que isso está aberto aos demais membros desta Comissão –, na próxima semana, se possível, apresentarmos nomes de consenso com respeito a quem poderá colaborar para o aperfeiçoamento da proposição. Avalio que dentre os representantes das diversas entidades que estão aguardando a definição desse projeto de lei haja inúmeras pessoas, inclusive algumas já estiveram aqui presentes.

Eu quero lembrar que ainda ontem, no pronunciamento que fiz, por ocasião da posse do novo Ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, a Presidenta Dilma Rousseff ressaltou a importância das cooperativas.

Eu gostaria de sugerir, Presidente, que aqueles Senadores e Senadoras que tenham nomes possam sugerir juntamente comigo e com a Senadora Ana Amélia. Assim, V. Ex^a poderá já programar proximamente uma audiência, levando em conta o calendário de diversas audiências, como o que acaba de ser aprovado. Mas também seria importante programarmos essa para as próximas semanas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

Eu consulto os demais Senadores e Senadoras no sentido de nós aprovarmos esse requerimento extrapauta.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não, não! Ele está apenas fazendo um convite para que os Senadores participem, porque não há requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Não há requerimento?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não, não há. Nós vamos fazer um requerimento conjunto na próxima sessão, na próxima reunião de trabalho desta Comissão. Aí podemos colocar em ... Isso porque eu tenho que examinar; tenho vários nomes e eu tenho que fazer uma seleção. Certamente o Senador Suplicy também tem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Nós temos que chegar a um bom entendimento entre nós dois. Mas o que sugeri é que, se alguém tiver também sugestões de nomes...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ... que esteja aberto para... Assim, na próxima semana apresentaremos isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem. Está posto, e aguardaremos, então, o requerimento, para que possamos aprovar e fazer essa audiência pública, que realmente é da maior importância para os nossos agricultores.

Requerimento de minha autoria.

REQUERIMENTO Nº 7, DE 2012 – CRA

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença do Ministro do Desenvolvimento Agrário, Sr. Pepe Vargas, para apresentar suas estratégias à frente da pasta e avaliar ações e avanços do programa de regularização fundiária Terra Legal.

Em votação, o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento também de minha autoria.

REQUERIMENTO Nº 8, DE 2012 – CRA

Requeiro, nos termos regimentais, realização de Audiência Pública pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, para avaliar o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos, em face dos altos níveis desses resíduos encontrados nos alimentos, conforme noticiou a Anvisa em dezembro de 2011, em matéria veiculada na imprensa nacional – “Agrotóxico irregular aparece em 28% dos vegetais no Brasil”, Folha de S.Paulo, 6/02/2011 –; para avaliar os procedimentos adotados nos processos de reavaliação, quando há indícios de riscos à saúde, bem como a possibilidade da criação do Registro Único de Agrotóxicos, com a presença dos seguintes convidados: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério da Saúde; Ministério do Meio Ambiente; Anvisa – Agência Nacional de Vigilância Sanitária; Sindag, Sindicato Nacional de Indústrias de Produtos para a Defesa Agrícola; Ibama, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis; e Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Em votação, o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Não havendo mais nada a tratar, consulto os Senadores sobre se têm mais alguma matéria para discutir: Senador Delcídio, Senador Cassol – agradeço a presença –, Senador Flexa, Senadora Ana Amélia, Senador Suplicy.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 8 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 26 minutos).

ATA DA 5ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 22 DE MARÇO DE 2012.

Às oito horas e trinta e três minutos do dia vinte e dois de março de dois mil e doze, no Plenário 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **ACIR GURGACZ**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores: **DELCÍDIO DO AMARAL**, **ANTONIO RUSSO**, **WALDEMIR MOKA**, **LAURO ANTONIO**, **ANA AMÉLIA**, **IVO CASSOL**, **BENEDITO DE LIRA**, **FLEXA RIBEIRO**, **CYRO MIRANDA**, **JAYME CAMPOS**, **SÉRGIO SOUZA**, **ALFREDO NASCIMENTO**, **VALDIR RAUPP**, **BLAIRO MAGGI** e **WELLINGTON DIAS**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores: Zeze Perrella, Rodrigo Rollemberg, Casildo Maldaner e Sérgio Petecão. Registra-se a presença do Deputado Nelson Marquezelli – PTB/SP. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente informa que a presente reunião se destina à Audiência Pública, em cumprimento ao **Requerimento nº 8, de 2012**, aprovado em 15.03.2012, de autoria do Senador Acir Gurgacz, com a finalidade de avaliar o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos, face aos altos níveis dos mesmos encontrados nos alimentos, conforme noticiou a ANVISA em Dezembro de 2011 em matéria veiculada na imprensa nacional; “Agrotóxico irregular aparece em 28% dos vegetais no Brasil”, Folha de São Paulo, 06/12/2011, avaliar os procedimentos adotados nos processos de reavaliação quando há indícios de riscos à saúde, bem como a possibilidade da criação do Registro Único de Agrotóxicos, com a presença dos seguintes convidados: Sr. **Leandro Diamantino Feijó** – Coordenador de Resíduos e Contaminantes da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – **MAPA**; Sr. **Luís Eduardo Pacifici Rangel** – Coordenador-Geral de Agrotóxico e Afins do Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – **MAPA**; Sra. **Sergia de Souza Oliveira** – Diretora do Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria do Ministério do Meio Ambiente – **MMA**; Sr. **Luiz Cláudio Meirelles** – Gerente-Geral de Toxicologia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – **ANVISA**; Sra. **Karen Friedrich** – Tecnologista em Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz – **FIOCRUZ**; Sr. **Alécio Maróstica** – Presidente da Comissão de Grãos da Federação da Agricultura e

Pecuária de Goiás – **FAEG/CNA**; Sr. **Cleber Folgado** – Secretário-Geral da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida; Sra. **Kênia Godoy** – Coordenadora de Avaliação de Substâncias Químicas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – **IBAMA**; Sra. **Daniela Buosi** – Diretora Adjunta de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde – **MS** e Sr. **Guilherme Luiz Guimarães** – Gerente Técnico e de Regulamentação Federal da Associação Nacional de Defesa Vegetal – **ANDEF**. Após a exposição dos Senhores convidados, fazem uso da palavra para tecer comentários sobre os assuntos abordados, os Senadores Acir Gurgacz, Waldemir Moka e Delcídio do Amaral. **EXTRAPAUTA:** Aprovados o **Requerimento nº 9, de 2012-CRA (Requerimento de Informação)**, de autoria da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, por iniciativa do Senador Acir Gurgacz e outros senadores, que requer do Ministro de Estado da Justiça as informações que especifica, nos termos do § 2º, do art. 50, da Constituição Federal, combinado com os arts 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o Ato da Mesa nº 1, de 2001; e o **Requerimento nº 10, de 2012-CRA**, de autoria da Senadora Ana Amélia e Senador Eduardo Suplicy, que requerem, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para debater e aperfeiçoar a instrução dos textos dos Projetos de Lei do Senado nº 3 e 153, de 2007, que dispõem sobre as sociedades cooperativas, bem como do parecer já aprovado na CCJ, da lavra do Senador Renato Casagrande, que foi objeto de consenso entre as partes envolvidas no tema. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e dois minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Acir Gurgacz**, Presidente da CRA.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Informo à Comissão o recebimento dos seguintes expedientes:

– Aviso nº 208, do TCU, datado de 7 de março do corrente ano, subscrito pelo Ministro Benjamin Zymler, Presidente do Tribunal de Contas da União, no qual

encaminha os autos de relatório de monitoramento decorrente do Acórdão 1.817, de 2010, Plenário, em que o tribunal apreciou o relatório de levantamento de auditoria com enfoque na gestão da arrecadação de multas administrativas aplicadas por órgãos e entidades federais, ocasião em que expediu determinações aos entes fiscalizados com objetivo de aperfeiçoar a gestão da área enfocada;

– Aviso nº 103, do TCU, datado de 6 de março do corrente ano, subscrito pelo Ministro Benjamin Zymler, Presidente do Tribunal de Contas da União, no qual encaminha cópia do Acórdão nº 312, de 2012, que trata de relatório de auditoria realizada na Agência Nacional de Transportes Terrestres, com objetivo de avaliar a atuação da agência no controle e supervisão dos investimentos no setor ferroviário nacional.

A presente reunião destina-se à audiência pública em cumprimento ao Requerimento nº 8, de 2012, aprovado em 15/03/2012, de minha autoria, com a finalidade de avaliar o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos, face aos altos níveis dos mesmos encontrados nos alimentos, conforme noticiou a Anvisa, em dezembro de 2011, em matéria veiculada na imprensa nacional: “Agrotóxico irregular aparece em 28% dos vegetais no Brasil”, *Folha de S.Paulo*, 06/12/2011. A presente reunião tem como objetivo avaliar os procedimentos adotados nos processos de reavaliação quando há indícios de riscos à saúde, bem como a possibilidade da criação do Registro Único de Agrotóxicos, com a presença dos convidados, que chamo para compor a mesa: o Dr. Leandro Diamantino Feijó, Coordenador de Resíduos e Contaminantes da Secretaria de Defesa Agropecuária, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa; o Dr. Luís Eduardo Pacifici Rangel, Coordenador-Geral de Agrotóxicos e Afins do Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas da Secretaria de Defesa Agropecuária, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa; o representante do Ministério da Saúde; a Drª Sérgia de Souza Oliveira, Diretora do Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria, do Ministério do Meio Ambiente; o Dr. Luiz Cláudio Meirelles, Gerente-Geral de Toxicologia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa; o representante do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola – Sindag; o representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama; a Drª Karen Friedrich, Tecnologista em Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz; o Dr. Luismar Ribeiro Pinto, assessor da Secretaria de Assalariados Rurais da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura); o Dr. Manoel Galvão, assessor técnico da

Comissão Nacional de Cereais, Fibras e Oleaginosas da Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA.

Antes de iniciarmos a nossa audiência pública, eu gostaria de colocar em apreciação um requerimento em face de uma demanda feita pelo Sindicato dos Pecuáristas do Estado de Rondônia, datado de 21 de março, que passo a ler:

O Sinpec (Sindicato dos Pecuáristas do Município de Porto Velho) está preocupado com a expansão do frigorífico JBS no Estado de Rondônia e com a compra de diversas plantas.

O Estado de Rondônia hoje conta com 18 frigoríficos de médio e grande porte, sendo 14 em operação. Com as recentes aquisições – duas plantas do frigorífico Guaporé Carne, sendo uma no Município de São Miguel do Guaporé e outra no distrito de Extrema, no Município de Porto Velho; e também o frigorífico Santa Marina, em Ariquemes –, o JBS, atualmente, passa a ser proprietário de sete plantas no Estado, ou seja, praticamente 50%, sendo a região norte do Estado a mais prejudicada, pois tem, agora, como única opção, a rede de frigorífico JBS.

Considerando o exposto, solicitamos providências junto ao Cade – Conselho Administrativo de Defesa Econômica – e aos demais órgãos que se fizerem necessários.

Certos de podermos contar com o apoio de V. Ex^a.
Atenciosamente,

Wesley Vilaça Melo, Presidente do Sinpec – Sindicato dos Pecuáristas de Porto Velho.

Em face desse ofício, nós colocamos, antes de iniciarmos a nossa audiência pública, um requerimento.

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o Ato da Mesa nº 1, de 2001, solicito sejam requeridas ao Ministro de Estado da Justiça as seguintes informações:

1. O real grau de concentração dos frigoríficos no Brasil e, também, no Estado de Rondônia, bem como os pressupostos legais que garantem as negociações de compra dos frigoríficos;

2. O papel desempenhado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) de regulação no processo de negociação de frigoríficos no Brasil e, em especial, no Estado de Rondônia;

3. Análises dos últimos cinco anos do Conselho Administrativo de Defesa Econômica sobre as recentes aquisições de frigoríficos nos Estados brasileiros, mormente no Estado de Rondônia;

4. Balanços do Cade relativos aos últimos cinco anos sobre a negociação de frigoríficos no Brasil e, em especial, no Estado de Rondônia;

5. A opinião técnica do Cade sobre o papel desempenhado pelo frigorífico JBS nas negociações recentes de plantas no Estado de Rondônia; e

6. Que medidas vêm sendo tomadas pelo Cade para que sejam preservadas a livre concorrência e a defesa econômica no setor de carnes no nosso País.

JUSTIFICAÇÃO

Atualmente, o Estado de Rondônia conta com dezoito frigoríficos de médio e grande porte, sendo quatorze em plena operação.

Recentemente, o frigorífico JBS adquiriu duas plantas do frigorífico *Guaporé Carne*, uma no Município de São Miguel do Guaporé; outra no distrito de Extrema, em Porto Velho. Além disso, o JBS adquiriu o frigorífico *Santa Marina*, em Ariquemes. Com essas operações, o JBS se tornou detentor de 50% dos frigoríficos rondonienses. Muitos alegam que a região norte do Estado ficou muito prejudicada com a concentração, já que conta com apenas uma rede de frigorífico, o que acarreta sérios prejuízos para população pela falta de concorrência.

No nível nacional, a situação nos parece igualmente preocupante. Nos últimos anos, o BNDES investiu pesadamente nos frigoríficos de grande porte, como o JBS, com aporte de recursos com a finalidade de incentivar a aquisição de outros frigoríficos de menor porte.

Por outro lado, dados mostram que, concomitantemente a esse processo, houve grande ampliação da concentração de mercado. A participação dos três maiores frigoríficos passou de 22%, em 2009, para 36%, em 2010. E o pior é que pesquisas indicam que o preço da carne bovina, no período, subiu para os consumidores e caiu para os pecuaristas.

Esses sérios fatos nos levam a crer que as informações objeto deste Requerimento sejam essenciais para contribuir com a fiscalização desempenhada pelo Congresso Nacional e, em particular, pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal. Cabe ao Cade, vinculado ao Ministério da Justiça, orientar, fiscalizar, prevenir e apurar abusos de poder econômico e, também, zelar pela livre concorrência e pela defesa econômica no nosso País.

Em votação o requerimento de informações.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Esta é uma questão realmente importante: a carteliza-

ção de frigorífico no nosso País. Essa é uma questão que nos preocupa.

Acho que esse requerimento é bem-vindo.

É importante que o Ministério e especialmente a Casa possam realmente se pronunciar a respeito dessa questão.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Moka.

Esta é a nossa intenção: fazer com que o Cade se pronuncie no sentido de resguardarmos não somente a produção, mas principalmente o direito do consumidor, para que não tenhamos uma cartelização no comércio da carne bovina brasileira.

O requerimento foi aprovado e será encaminhado à Mesa para decisão.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a nossa audiência pública de hoje é para tratar do uso de agrotóxicos na agricultura brasileira. Entretanto, antes de iniciarmos, chamo atenção para outro tema que já abordamos em diversas ocasiões nesta Comissão, inclusive com audiências públicas, que é a questão do mercado da carne, porque, a cada dia que passa, aumenta a concentração de empresas e frigoríficos nas mãos de poucas empresas.

Em maio do ano passado, em audiência realizada aqui na Comissão de Agricultura, constatamos que essa situação é reflexo de uma conjuntura de mercado que sofreu impactos da crise sanitária de 2006 e da crise financeira internacional de 2008 e que foi agravada pela decisão do governo e do BNDES de priorizarem investimentos nos grandes frigoríficos. Essa política ampliou a concentração de mercado e continua prejudicando milhares de pecuaristas e dezenas de frigoríficos em todo o País.

Na época, cobramos o apoio do BNDES para os pequenos e médios frigoríficos brasileiros, em especial para os de Rondônia, e adoção de medidas de incentivo aos pequenos e médios frigoríficos de carne bovina dentro da nova política do desenvolvimento produtivo do Governo Federal, bem como acompanhamento pelo Cade dessa concentração de mercado que acontece em todo o País. No entanto, essa situação tem-se agravado.

Nesta semana, o Sindicato dos Pecuaristas de Porto Velho, através do seu Presidente, reporta-nos, em ofício, a aquisição de aproximadamente 50% do mercado rondoniense de carne.

Vamos remeter a situação ao Cade e ao BNDES, através do Ministério da Fazenda, para que as providências sejam tomadas.

A nossa audiência pública de hoje tem como objetivo avaliar o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos, em face dos altos níveis

encontrados nos alimentos, conforme noticiou a Anvisa em dezembro de 2011, quando ficamos sabendo que 28% das amostras de alimentos analisadas pela Agência apresentaram limites acima do recomendável ou substâncias não aprovadas para o produto.

O campeão de irregularidades é o pimentão, que teve 92% das amostras analisadas consideradas insatisfatórias no relatório do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos da Anvisa. Os outros dois alimentos mais problemáticos são o morango e o pepino, com 63% e 57% das amostras com mais agrotóxicos do que o permitido, respectivamente.

Foram analisadas 2.488 amostras em todos os Estados e no Distrito Federal, exceto São Paulo, que não quis participar da avaliação.

Dos 50 princípios ativos mais usados em agrotóxicos no Brasil, 20 já foram banidos na União Europeia.

O endossulfan achado no pimentão já não é usado nos Estados Unidos e China, por exemplo. Ele foi reavaliado pela Anvisa em 2010 e terá de ser banido do País até 2013.

A presença de química não permitida ocorre em 85% das amostras de pimentão. O uso excessivo do agrotóxico é prejudicial aos consumidores, bem como aos agricultores, que são os mais expostos aos produtos químicos.

Segundo o Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas, os agrotóxicos de uso agrícola e domésticos totalizaram quase 9.600 registros de intoxicação notificados no País em 2010. A maior parte delas ocorre no campo, entre trabalhadores rurais que não recebem treinamento adequado para entender o código de cores, que indica a toxicidade de cada produto, e para compreender as informações complexas apresentadas nas bulas ou interpretar corretamente o significado dos pictogramas que os avisam de que devem usar máscaras ou luvas.

Porém, os danos dos agrotóxicos também atingem a população urbana, pois parte considerável dos alimentos chega às mesas das pessoas com resíduos agrotóxicos acima do limite recomendável ou contaminada por agrotóxicos não apropriados para aquela cultura.

A indústria química alega que esse problema poderia ser amenizado, se a Anvisa aprovasse mais rapidamente os novos agrotóxicos lançados no mercado. Hoje, esse processo leva cerca de três anos.

A discussão sobre o uso de agrotóxicos já rompeu os limites do setor agrícola e ganhou eco em toda a sociedade. É um tema que interessa a todos os brasileiros e brasileiras, por isso esta audiência pública nesta quinta-feira.

Agradeço a presença das senhoras e dos senhores à nossa audiência.

Nós temos hoje vários participantes, Srs. Senadores e Sras. Senadoras. Vamos ter de limitar em dez minutos o tempo para cada um, para que possamos ter uma dinâmica e também a participação dos Senadores e Senadoras no nosso debate.

Iniciando, convido o engenheiro agrônomo Guilherme Luiz Guimarães, Gerente Técnico e de Regulamentação Federal, para fazer uso da palavra.

O senhor tem dez minutos para fazer as suas colocações.

O SR. GUILHERME LUIZ GUIMARÃES – Bom dia a todos.

Primeiramente, gostaria de agradecer à Comissão de Agricultura o convite feito ao Sindicato, ao Sindag, para participação neste evento.

Eu sou Gerente de Regulamentação Federal da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef).

Particularmente, em relação ao programa PARA e a outros programas sobre monitoramento de resíduos, o setor entende que, em um país como o Brasil, que talvez seja o maior provedor de alimentos do mundo em pouco tempo, devido à sua abrangência continental, dentro de uma agricultura tropical que foi e que continua sendo extensivamente estudada pela Embrapa e por outras instituições, o que faz dele hoje uma referência em termos globais, já que muitos técnicos nossos já se encontram na África, levando nossos conhecimentos a todos, programas de monitoramento têm de existir de maneira cada vez mais efetiva.

Todos os grandes países agrícolas do mundo, os Estados Unidos, a União Europeia de forma geral, a Austrália, a Nova Zelândia, a Inglaterra, o Canadá, todos esses têm programas de monitoramento, que, entretanto, não atingem só resíduos de defensivos agrícolas ou agrotóxicos, mas também outras áreas, principalmente a de contaminantes.

E, no Brasil, há, além do programa da Anvisa, o programa do Ministério da Agricultura PNCRC, que avalia contaminantes.

Então, estamos diante de dois programas, um – entendemos nós – um pouco mais completo que o outro, exatamente por avaliar também contaminantes. Além disso, temos vários Estados brasileiros onde existem alguns programas de monitoramento estadual.

O que gostaríamos como indústria é que tivéssemos apenas um grande programa que poderia, inclusive, na somatória, ser menos custoso aos cofres do Governo, mas que seja realmente um programa efetivo que monitore a agricultura brasileira e o alimento que o brasileiro está consumindo, determinando-se

não somente resíduos de agrotóxicos, como também contaminantes em alimentos.

Na semana passada, estando na Europa, fizemos uma visita a DG Sanco, que é o órgão do consumidor da União Europeia. Eles nos mostraram todo o sistema de alerta rápido. E pela quantidade de coisas que eles encontram, as menores são exatamente os agrotóxicos, principalmente contaminantes, em alimentos animais e vegetais, que vão para a população. Todos são analisados e comparados aos limites máximos de resíduos determinados. E o Brasil o faz de maneira muito correta.

O importante é que todos nós saibamos que, no momento, existe uma instrução normativa conjunta do Comitê Técnico de Assessoramento em Agrotóxicos – CTA, que é uma comissão que praticamente trabalha com todas as questões relacionadas com regulamentação no Brasil. A INC nº 01 regulamenta o uso de produtos para culturas com suporte fitossanitários suficientes, muitas vezes conhecidas como *minor crops*. Precisamos agilizar esse processo, já que se for agilizada toda a responsabilidade dos órgãos gestores de registro, nós poderemos ver diminuído e muito essa contaminação que aparece nos resultados, principalmente do programa PARA (Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos).

Então, uma coisa está diretamente relacionada à outra. Se não conseguirmos agilizar o registro de produtos para culturas menores, nós continuaremos, todos os anos, e os senhores podem ter certeza disso, a encontrar resultados não muito bons.

Da mesma forma entendemos que há necessidade que a parte estatística do programa PARA seja mais atualizada, e a comunicação seja mais efetiva. Esse é um problema e um ponto que consideramos vital para que esses programas possam efetivamente levar ao consumidor a verdade sobre o que está se passando.

Normalmente se coloca o verbo no presente “estão contaminados”, quando isso aconteceu há mais de um ano. Isso já foi consumido pela população. Então, esses programas têm que ser mais efetivos. Ações têm que ser tomadas em cima dos resultados obtidos. É importante que se coloque nesse ponto a rastreabilidade das amostras, pois através dela poderemos chegar ao agricultor, que hoje, senhoras e senhores, é a pessoa mais penalizada neste País.

A agricultura familiar brasileira é responsável por 70% da cesta básica e ele não pode ficar à mercê de qualquer coisa. Temos que ter produtos e, mais importante do que isso, assistência técnica. A Embrater, que foi desmantelada no início dos anos 90, ainda persiste em alguns Estados, mas é inócua frente ao grande número de propriedades agrícolas que este País tem.

Então, concluindo esta pequena colocação, gostaria de deixar como conclusão do que o setor químico, o setor de defensivos agrícolas vê: necessitamos, sim, de um sistema de monitoramento que seja realmente o melhor de todos, talvez um no âmbito federal; estadual, poderíamos ter alguns. Não vejo necessidade de termos dois, mas que tenhamos um completo, inclusive analisando produtos oriundos da agricultura orgânica.

Neste momento, no Estado do Paraná, temos inúmeras determinações de resíduos de agrotóxicos de produtos oriundos da agricultura orgânica feitos pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná e estão disponíveis a todos. Esse é o primeiro ponto.

Entendemos que a comunicação tem de ser mais efetiva, comunicando realmente o risco da forma como entendemos que deva ser. Que o Governo dê uma atenção especial à INC 01, volto a comentar, que é a INC que fala sobre registro de produtos para Culturas de Suporte Fitossanitário Insuficiente, onde estão o pimentão, o quiabo e todos esses produtos menores. E que tenhamos também extensão rural neste País, adaptada às condições nossas.

Este é um país tropical. Hoje, planta-se, por exemplo, soja do Rio Grande do Sul até o Piauí, que foi o campeão de produtividade da soja neste ano passado, na última safra. Temos uma tecnologia totalmente aperfeiçoada ao País, causando inveja aos países desenvolvidos. Nessas andanças que fizemos na semana passada pela Europa, vimos que o Brasil tem o que chamamos desk-Brasil, uma mesa especial para avaliar o Brasil do ponto de vista de país pujante, que, provavelmente, seja uma das principais – e já o é, no sexto lugar – economias do mundo.

Quanto à produção de alimentos, mais uma vez temos que parabenizar o agricultor brasileiro porque o Brasil foi, talvez, o único país do mundo que cumpriu as metas da FAO no tocante ao aumento da oferta de alimentos e diminuição da fome. De acordo com a FAO, já havia índices já determinados para o final de 2010 e o Brasil foi um dos poucos países que cumpriu, efetivamente, um pouco além disso.

Por outro lado, outros países que também são signatários da FAO não conseguiram fazê-lo, aumentando, portanto, a quantidade de pessoas famintas no mundo, que passa hoje de um bilhão de pessoas.

Quero somente, para terminar, lembrar que no ano passado saiu uma manchete muito grande na *Folha de S.Paulo*, dizendo: “Nesta semana, no chifre da África, morreram 29 mil pessoas de fome.” Isso foi maior que o *tsunami* do Japão, no ano passado, infelizmente, mas que, pela imprensa, teve muita reper-

cussão. Isso nos dói aqui como grande provedor de alimentos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Agradeço ao Engenheiro Guilherme Luiz Guimarães pelas suas colocações e passo a palavra à Dr^a Daniela Buosi, Diretora Adjunta de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. A senhora tem dez minutos para fazer as suas colocações.

Muito obrigado pela presença, Dr^a Daniela.

A SR^a DANIELA BUOSI – Obrigada. Eu agradeço pelo convite.

Nós, do Ministério da Saúde, entendemos como extremamente oportuno este momento de debates. Agrotóxico é um tema que a gente vem tratando há muito tempo, um tema de uma importância enorme, mas a gente entende que está faltando, talvez, uma resposta um pouco mais concreta das ações praticadas pelos órgãos.

Na fala agora do colega, foi dito que algumas das ações já estão sendo colocadas. Eu acho que o Luiz Cláudio vai esclarecer um pouquinho melhor, mas eu queria fazer alguns comentários quanto a três pontos que o senhor colocou. Um é quanto a ter um programa único. Eu acho que temos que ter essas informações públicas, acessíveis, de maneira clara, mas cada um dos entes que trata com agrotóxicos tem a sua competência. A Anvisa tem a competência relacionada à parte de registro dos produtos. Não sei se o Sérgio vai comentar, mas a ANA também já está começando a se estruturar para fazer análise de agrotóxicos nas bacias. Então, ela tem como responsabilidade água bruta. O Ibama também tem sua responsabilidade frente à questão dos agrotóxicos e o Ministério da Saúde, por meio do nosso Departamento. Nós fazemos a análise do agrotóxico em água por meio do programa do Vig-água, a água para consumo humano.

Entendo que cada um tem a sua competência. Eu não sei a viabilidade, a factibilidade de juntar isso tudo num grande programa. A gente estaria criando mais uma estrutura, mais uma instância, e acho que isso não é efetivo, porque cada órgão tem as suas competências. Acho que precisamos unificar essas informações para que possamos, sim, ter ações efetivas em cima daquilo que realmente está sendo utilizado, principalmente eu falo isso do lado de onde estou falando, que é o Ministério da Saúde.

A gente tem aí já uma casuística bastante importante: pessoas intoxicadas e pessoas expostas aos agrotóxicos, que são coisas distintas.

Entendemos que, dentro de um ponto que o senhor colocou, a comunicação de risco é um dos fatores que a gente mais tem que trabalhar, na promoção da saúde da população, o uso seguro; daquilo que é

legal, que está registrado, também ter o uso seguro disso. Porque mesmo aquilo que está registrado, se a gente não tiver um uso adequado, dentro daquilo que foi aprovado pelos órgãos, tanto o Ministério da Saúde, o Ministério do Meio Ambiente, quanto o Ministério da Agricultura, vai acarretar risco para a saúde da população, em especial a população de trabalhadores, que é um dos nossos focos principais de atuação, mas também a população em geral.

Então, o Luiz vai comentar aqui sobre o programa PARA, não só aquelas pessoas que manipulam agrotóxicos, mas também aquelas que depois vão consumir esses alimentos são os nossos focos de atuação, para que a gente possa fazer promoção e possa fazer prevenção, para que essas pessoas não venham a adoecer em função de exposição aos agrotóxicos.

Então, um dos pontos que a gente tem trabalhado bastante é a questão da comunicação de risco, que as pessoas entendam a que elas estão expostas. Acho que o PARA justamente vem para trazer esse tipo de informação, para que as pessoas entendam aquilo que elas estão consumindo. Claro que entendo que os contaminantes que nós encontramos nos alimentos não são apenas os agrotóxicos, mas, em se tratando de alimentos, o agrotóxico é um dos principais contaminantes que a gente encontra hoje com possibilidade de exposição da população.

Eu gostaria de destacar que, para este ano, entrou nos objetivos estratégicos do Ministério da Saúde o monitoramento da saúde da população exposta a agrotóxicos. Então, isso é importante, porque passa a ser um foco de monitoramento não só do Ministro, mas também para a Casa Civil, para a Presidenta da República, o que nos força a ter uma ação mais concreta para a vigilância em saúde dessas populações.

Nós temos como meta a implementação, já este ano, deste modelo de vigilância em saúde em populações expostas a agrotóxicos em seis Estados brasileiros, onde a gente vai começar justamente naqueles Estados que mais utilizam agrotóxico nas suas culturas, e, progressivamente, até 2015, nós vamos ter esse modelo implantado em todos os Estados.

Nosso objetivo é justamente esse: trabalhar a questão da promoção da saúde, da prevenção, e que a gente possa se antecipar que as pessoas venham a se expor aos agrotóxicos que estão sendo usados, realmente, em larga escala no País.

Eu acho que a gente ainda tem uma carência bastante grande – Sérgio e Luiz Cláudio podem complementar depois – na questão da análise laboratorial. Isso é uma deficiência que a gente tem ainda no País, são procedimentos bastante onerosos. Eu acho que a gente vem buscando, progressivamente, um fortalecimento dos nossos laboratórios de saúde pública,

mas isso ainda vai levar algum tempo para que a gente possa ter uma efetividade, uma abrangência nacional bastante grande. Eu acho que, talvez, em função disso também é que a gente não tenha programas de monitoramento com uma abrangência maior do que a gente tem hoje. Na verdade, o que a gente consegue analisar hoje é o que o tem capacidade laboratorial para fazer e ainda com bastante dificuldade, realmente priorizando a ação de agrotóxicos frente a outras atividades que são de nossa competência.

O que eu gostaria de aqui deixar de mensagem para todos é que há um esforço bastante grande dos órgãos de governo. No enfrentamento da questão dos agrotóxicos, eu acho que, nos últimos anos, a gente vem tentando ter esse corpo de conjunto de governo para adotar medidas realmente de monitoramento de produtos, de serviços, monitoramento ambiental, para que a gente venha a ter um menor impacto na saúde da nossa população.

Eu acho que nunca estivemos tão coesos, com os processos tão organizados como temos agora, mas falta muita coisa ainda. Falta fortalecimento laboratorial, falta recurso para os Estados e Municípios para que eles possam, dentro da nossa lógica do SUS de descentralização, atuar mais organizadamente para agrotóxico, mas acho que, progressivamente, a gente vem construindo esse caminho.

Era isso o que eu gostaria de colocar. Agradeço pela oportunidade e pelo convite.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr^a Daniela.

Eu peço licença aos nossos convidados, mas, atendendo ao Regimento Interno, vou ler um requerimento assinado pela Senadora Ana Amélia e pelo Senador Eduardo Suplicy, que diz:

“Requeremos, nos termos do art. 93, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater e aperfeiçoar a instrução dos textos dos projetos de lei do Senado nºs 3 e 153, de 2007, que dispõem sobre as sociedades cooperativas, bem como do parecer já aprovado na CCJ, da lavra do Senador Renato Casagrande, que foi objeto de consenso entre as partes envolvidas no tema.

Para tanto, indicamos como debatedores o Sr. Pepe Vargas, Ministro do Desenvolvimento Agrário; Sr. Paul Singer, Secretário Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego; Sr. Arildo Mota Lopes, diretor-presidente do conselho executivo da Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários – Unisol Brasil; Sr. João Muzzi, assessor jurídico da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB; Sr. Luiz Possamai, presidente da União Nacional de

Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária – Unicafe; Sr. Roberto Rodrigues, ex-Ministro da Agricultura; e Sr. Vergílio Frederico Perius, presidente do Sindicato de Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul – Ocergs”.

Em votação o requerimento.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy para as suas colocações.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, esse requerimento decorre de um bom entendimento que, com a Senadora Ana Amélia, tivemos no sentido de que esse projeto das sociedades cooperativas possa efetivamente ser apreciado ainda neste semestre.

Lembramos que este ano, como designado pela ONU, é o Ano Nacional das Cooperativas. Teremos a oportunidade de ouvir o Ministro Pepe Vargas, que é do Rio Grande do Sul, uma área onde as cooperativas são muito importantes, e Caxias do Sul, onde ele foi prefeito, é tipicamente uma das áreas onde as cooperativas têm grande relevância. Em todo o Rio Grande do Sul, Estado da Senadora Ana Amélia, como em todos os Estados do Sul, Sudeste, no Brasil inteiro, as cooperativas ganham mais e maior força.

Também será uma oportunidade para ouvirmos o secretário de Economia Solidária, Paul Singer, que, no dia 24, este sábado, completa 80 anos. Será uma oportunidade até para também homenageá-lo pela sua extraordinária colaboração e estímulo às formas cooperativas de produção, ele que, na Universidade de São Paulo, foi o criador da incubadora de cooperativas que estimula a criação de cooperativas. Isso se estendeu por outras instituições, como a própria Fundação Getúlio Vargas.

Aí, temos o convite também para o assessor principal da OCB, da Unisol, da Unicafe, os dirigentes dessas entidades e também o Sr. Vergílio Perius, que é presidente da entidade das cooperativas do Rio Grande do Sul. Enfim, temos, assim, uma visão equilibrada, e será uma oportunidade de iniciativa da Senadora Ana Amélia que avaliou que esta Comissão deveria, ainda, ouvir os seus representantes, nos mais diversos pontos de vista. Acho que será isto muito enriquecedor para nós, Sr. Presidente.

Passo a palavra para a Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Para debater, a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Acir Gurgacz, primeiro, cumprimentá-lo pela iniciativa desta audiência pública, em que está sendo examinada uma questão importante, não só em relação ao desenvolvimento do setor agropecuário

brasileiro – hoje, o Brasil é um protagonista mundial na exportação – mas que trata também da segurança não só de quem maneja os produtos e ainda da segurança de quem consome os produtos submetidos ao uso dos defensivos agrícolas. Então, a relevância do tema é inquestionável.

O nosso requerimento – nosso, porque o Senado Suplicy e eu estamos trabalhando nele – justifica-se pelo projeto que eu achei por bem submeter a esta Comissão na questão do ato cooperativo e nessa questão das cooperativas solidárias. A inclusão do ex-Ministro da Agricultura, tal como está, parece que é simplesmente por ser o ex-Ministro da Agricultura. Não. Roberto Rodrigues, como todos sabem, é uma das lideranças mais importantes no cooperativismo brasileiro e presidiu a Organização Internacional do Cooperativismo. Neste ano de 2012, que é o Ano Internacional do Cooperativismo, penso que tenha relevância fazer essa audiência pública, cujo requerimento eu, com muito bom grado, faço em parceria com o Senador Eduardo Suplicy. Essa é a justificativa.

E, quanto ao Dr. Vergílio Perius, que é um líder no meu Estado e preside a Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul, eu diria que é um acadêmico nessa matéria, porque viveu na Alemanha e conhece profundamente todos os sistemas cooperativos europeus e, claro, também do nosso País.

Penso que a colaboração de todos eles será extremamente relevante no exame da questão do ato cooperativo por esta Comissão.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia, Senador Eduardo Suplicy, e cumprimentos pela iniciativa. É um tema importantíssimo, principalmente neste ano, que é o Ano Internacional do Cooperativismo.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Só para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não. Para encaminhar, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu presido, aqui, no Congresso, a Frente Parlamentar do Cooperativismo.

Acho oportuno, acho que a Senadora Ana Amélia, ao pedir a tramitação também... Na verdade, é um projeto do ato cooperativo que, se não me engano, foi originário do ex-Senador Osmar Dias. Hoje, precisamos realmente votar o ato. Essa audiência pública tem como objetivo exatamente aproximar, pois, hoje, temos a OCB, mas temos também outras cooperativas. Na minha avaliação, é importante que possamos

fazer uma unidade nisso e que tenhamos realmente todas essas cooperativas juntas, para que possamos, cada vez mais, fortalecer o que chamo de alternativa entre o capitalismo selvagem e a utopia daqueles que defendem ainda, como alguns ainda defendem, uma coisa muito atrasada, um sonho mesmo. As cooperativas são capazes de produzir em grupo e elas repartem coletivamente. Daí por que acho que ela é e sempre será uma alternativa.

Parabéns à Senadora Ana Amélia e ao Senador Eduardo Suplicy por fazerem, juntos, um requerimento que vai oportunizar esse debate aqui, na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Moka.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Continuando o nosso debate, convido para fazer uso da palavra a Dr^a Sérgia de Souza Oliveira, Diretora do Departamento de Qualidade Ambiental da Indústria do MMA.

A SR^a SÉRGIA DE SOUZA OLIVEIRA – Bom dia a todos. Bom dia ao Senador Acir.

Muito obrigada pelo convite, pela oportunidade de falar um pouco sobre esse tema que, na verdade, é de uma importância fundamental para o nosso País, considerando, como já foi falado aqui por várias outras pessoas, a importância do País como produtor de alimentos e o potencial que temos de suprir a população mundial em relação a isso. Então, acho que realmente o assunto agrotóxico é um tema estruturante para o desenvolvimento do País.

Por causa disso, não é à toa que o País hoje possui uma estrutura de avaliação, de análise e de cuidado em relação aos agrotóxicos, em especial, que é realmente exemplar e que vem sendo copiada em vários outros países, em função das dificuldades que eles entendem que o Brasil tem, como a nossa diversidade e o tamanho do nosso País, e do modo como lidamos com isso.

O primeiro ponto que eu queria colocar para vocês aqui, sobre o que muitos falaram com muita pertinência, é a segurança que temos de ter com relação aos agrotóxicos. O Brasil possui um potencial, que, do meu ponto de vista, ainda é muito pouco aproveitado, que é o fato de os setores de saúde, meio ambiente e agricultura poderem conversar sobre esse assunto de forma igualitária e visando, os três, à produção de alimento, ao cuidado com a saúde e à manutenção e à preservação do aspecto ambiental, que, na verdade,

é a estrutura toda que permite, vamos dizer assim, a produção do alimento.

Então, acho que este potencial que o Brasil criou e que temos hoje, pronto, está sempre sendo aprimorado: de ação da saúde, agricultura e meio ambiente. Realmente, é uma estrutura ideal para que possamos permanecer, avançar e conseguir atingir os desafios que temos em relação à produção de alimentos.

Assim, essa questão do monitoramento é uma ação extremamente importante, é o fundo de toda essa discussão, é o modo como estamos utilizando agrotóxicos. Sou oriunda de uma universidade essencialmente agrícola, Universidade Federal de Viçosa e, conhecendo o cinturão verde das pequenas cidades, nós sabemos que o uso do agrotóxico, tradicionalmente, culturalmente, sempre foi muito – não descuidado – tido como um benefício. Então, mudar esse cenário e colocar o agrotóxico como mais um auxílio para a produção e não como o fundamental para a produção, tudo isso é uma questão cultural em que já avançamos muito hoje.

Então, o monitoramento visa a saber se estamos conseguindo atingir... E concordo com o Dr. Guilherme quando fala da extensão rural, que entendo ser super importante em um País como o nosso; que tem ido aos rincões do nosso País, locais que – sabemos – são muito diferentes da nossa vida normal, do que temos em cidade grande. A existência desse mecanismo de extensão rural é importante para mudar todo esse cenário.

E concordo com a Daniela em relação a essa questão do monitoramento. Acho que existem muitas iniciativas que têm de ser promovidas. Acho que elas precisam se falar um pouco mais, mas têm de obedecer ou atender às competências de cada um, porque, no caso do Ministério do Meio Ambiente, vinculada ao Ministério, temos a ANA trabalhando na água bruta. No nosso departamento, temos várias iniciativas voltadas à identificação de contaminação ambiental, um projeto muito grande voltado para a identificação de grandes bacias de contaminação, contaminação de solo, criando toda a estrutura dentro de laboratórios – estamos fazendo treinamento de 20 laboratórios para análise de produtos químicos mais complexos, com recursos do Governo. Então, acredito que todas essas atividades, que aparentemente são pequenas, no final, vão redundar em um grande trabalho.

E tudo isso faz parte do monitoramento. E, aí, obviamente, a questão da Anvisa, o PARA que vem sendo feito realmente é uma iniciativa que temos de incrementar, apoiar e ressaltar em todos os cenários, porque ele tem destacado alguns problemas. Está falando sobre tudo isto: a falta da extensão rural, a neces-

sidade que temos de continuar avaliando, monitorando e acompanhando o histórico desse monitoramento.

Então, quando o senhor fala sobre essa questão do monitoramento único, do meu ponto de vista, ele tem de ser único como Governo Federal, mas tem de ser particularizado como competência, porque, com certeza, o Ministério da Saúde vai saber analisar e monitorar muito melhor a saúde pública do que nós, da área ambiental, que nos vamos preocupar com o solo, com a água, com a contaminação atmosférica e tudo o mais, obviamente pensando nisso de forma integrada com a questão da saúde.

Então, gente, eu queria deixar para vocês uma mensagem de que o que o Brasil tem de potencial nesta possibilidade de integrar saúde, agricultura e meio ambiente, discutindo esse tema, é muito único no mundo, é muito bem visto e está sendo copiado hoje. Então, a gente tem de aproveitar essa integração dos três setores e aprimorar no sentido de monitorar, no sentido de fazer extensão rural, no sentido de avaliar os agrotóxicos e de substituir os agrotóxicos mais tóxicos por outros menos tóxicos. Obviamente, quanto aos mais modernos, vamos saber se são menos tóxicos daqui a alguns anos e alguns pontos. Eles são mais complexos.

De toda forma, eu acho que a estrutura que temos tem de ser fortalecida e tem de ser realmente trabalhada como um conjunto. Então, eu queria deixar para os senhores a mensagem de aproveitarem mais as estruturas de saúde, agricultura e meio ambiente, trabalhando juntas na discussão de agrotóxico, para atender a essa apreensão que existe com relação à contaminação. Nós temos uma relação muito estreita com os outros dois ministérios, na questão ambiental, em relação ao agrotóxico em especial. Eu acredito que esse ponto tem de ser colocado como positivo. Nós temos aqui uma oportunidade de mostrar para vocês a integração que existe nisso e a importância de vocês ressaltarem.

A Dr^a Kênia Godoy, que é Coordenadora de Substâncias Químicas do Ibama, é uma pessoa que lida com esses assuntos praticamente 24 horas por dia, se eu posso dizer isso, e conhece muito bem todos os percalços que temos na análise ambiental de um agrotóxico, o cuidado que temos, o tempo que se demanda para isso, a preocupação que temos, preventivamente, obviamente, para que consigamos prever alguns problemas antes da autorização. Isso tem de ser permanentemente atualizado. É dinâmico esse processo, justamente por conta da dificuldade que temos de fazer essa prevenção. Obviamente, o monitoramento tem de estar por trás de tudo isso. Temos, dentro do Ministério, iniciado muitas atividades em relação a isso.

Temos de saber que a área ambiental entrou na discussão de agrotóxicos há muito pouco tempo em relação a ministérios que já trabalhavam desde a década de 30. Nós entramos isso na década de 90. Então, temos uma estrutura que está sendo montada. Temos caminhado muito aceleradamente.

A nossa preocupação permanente, Dr. Guilherme, é promover o monitoramento ambiental dos agrotóxicos, porque, no Brasil, se eu monitoro um solo no Rio Grande do Sul – a Senadora é do Rio Grande do Sul –, o comportamento é completamente diferente do solo que monitoro no Ceará, diferente de um solo que tenho de monitorar no Piauí. Então, eu tenho uma diferença de comportamentos de produtos dependendo do solo.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SR^a SÉRGIA DE SOUZA OLIVEIRA – Meu tempo acabou. Então, eu queria deixar para vocês a mensagem de que estamos sempre dispostos a atuar conjuntamente nesse ponto. É permanente a nossa preocupação com o monitoramento, com a necessidade de gerar informações sobre isso.

Coloco-me à disposição, no Departamento de Qualidade Ambiental do Ministério. Os senhores têm os meus contatos. Não tem dificuldade nenhuma. No site do Ministério, é muito fácil de me achar.

Senador, eu estou à disposição para qualquer esclarecimento, para qualquer ação que vocês tenham. Nós temos uma agenda química dentro desse departamento que é muito grande que, um dia, ainda vou ter oportunidade de mostrar para os senhores.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Nós é que agradecemos a sua presença e as suas colocações, Dr^a Sêrgia.

Passo a palavra agora à Dr^a Kênia Godoy, que é Coordenadora de Avaliação de Substâncias Químicas do Ibama. Peço desculpas por não estar aqui, na mesa, mas, hoje, os convidados, realmente, são todos muito importantes e temos de dividir um pouquinho. Muito obrigado pela compreensão, Dr^a Kênia.

A SR^a KÊNIA GODOY – Bom dia a todos.

Vou apenas fazer uma complementação, porque a Sêrgia também é do Ministério do Meio Ambiente.

A competência de participar do registro de agrotóxicos é do Ministério do Meio Ambiente e esse trabalho é executado pelo Ibama. Então, o Ibama participa na parte de avaliação de produtos agrotóxicos, sempre com um enfoque – como já foi colocado, cada um tem a sua área de competência – na parte ambiental. Então, quando avaliamos um produto, queremos colocar todas as informações, para que o produto vá para o mercado com certa segurança com relação ao seu uso

e para não haver a contaminação ambiental, justamente isso. Então avaliamos o produto em termos da sua persistência no meio ambiente, se ele pode alcançar algum lençol freático. Temos que conhecer a toxicidade dele em vários organismos não alvos. Então o nosso enfoque é a parte ambiental.

Quando se faz essa avaliação, se o produto não é impeditivo de registro, porque pode haver algum fator que impeça esse produto de ir para o comércio, o que fazemos? Colocamos recomendações em rótulo e bula. Então todo o nosso trabalho é colocado como recomendação para o usuário no rótulo e na bula do produto. É nesse momento que colocamos frases de advertência e chamamos a atenção para o perigo de uso indevido. Então explicamos ali qual é o uso correto, para que o agricultor realmente utilize o produto conforme aquelas recomendações e advertências.

Quando vocês falam em se fazer um programa único, existe também, na própria lei, a competência estadual. O Estado tem a competência também para verificar o uso devido ou não, se há desvio de uso. Então nós precisamos da parceria dos Estados em qualquer programa. É necessário que as informações sejam unificadas, porque temos que divulgar para o público, mas precisamos sim da parceria dos Estados em todos os momentos, porque eles são capazes de nos alertar sobre se está havendo uma contaminação maior tanto para a saúde humana quanto para o meio ambiente, se está havendo a contaminação de uma área, ainda mais neste Brasil imenso que nós temos. São eles que podem nos alertar para rever alguma avaliação, monitorar mais uma determinada área. Então devemos pensar que o Estado é nosso parceiro sempre.

E, só para complementar, nós precisamos, em grandes áreas de agricultura e até mesmo com pequenos agricultores, do acompanhamento do engenheiro agrônomo sempre, para indicar aquilo corretamente. Apesar de constar de rótulo e de bula, é preciso que haja o acompanhamento, a assistência técnica, a parte de educação para a aplicação desses produtos, para não haver um desvio. O objetivo do registro, da integração dos três órgãos é realmente mostrar ao público quais são os perigos que aquele produto tem. Se ele utilizar conforme as recomendações, não haverá contaminações, mas isso acontece, inclusive a utilização de produtos não recomendados. O nosso trabalho é para mostrar que você pode usar o produto. Ele é eficaz para a agricultura e não vai causar problemas para a saúde, ou até esse limite não teria problema. E para o meio ambiente? Que recomendações se devem seguir para não causar um dano maior? Então deve haver um programa com informações integradas.

Essa é uma competência do Ministério da Agricultura e da Anvisa, essa parte de resíduos, o Ibama não é da nossa competência, mas, como fazemos parte do registro, devemos sempre alertar a população para o uso racional e correto desses produtos.

É essa a minha mensagem aqui.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr^a Kênia, pelas suas colocações. Passo a palavra a Dr^a Karen Friedrich, Tecnologista em Saúde Pública da Fiocruz.

A SR^a KAREN FRIEDRICH – Bom dia a todos.

Eu sou servidora da Fundação Oswaldo Cruz e pertenço ao quadro de uma das unidades técnico-científicas, o INCQS, que é o Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde.

A Fiocruz possui unidades em todas as regiões do Brasil, inclusive no exterior, e nós participamos de diversas maneiras na área de estudos de agrotóxicos. Nós temos unidades que estudam as pragas, os vetores, a morfologia genética até desses vetores e também unidades que estão voltadas para informação, capacitação e educação de recursos humanos na área. Temos também unidades que desenvolvem materiais didáticos para trabalhadores, para agricultores. E nós temos também uma unidade, que é o INCQS, a qual eu pertenço, que dá suporte a toda a rede de laboratório de saúde pública. Então, nós fornecemos material de referência, capacitamos esses laboratórios e damos esse suporte, inclusive, a esses laboratórios que auxiliam a Anvisa.

A Fiocruz é uma instituição que tem mais de um século de tradição, então todo o conhecimento de nossos servidores, de nossos pesquisadores está voltado para a saúde pública. Nesse contexto, nós auxiliamos, também, dando parecer, avaliando documentos públicos, para dar suporte à saúde pública brasileira.

Nós temos estudado muito a questão dos agrotóxicos. Há grupos que avaliam, realizam estudos epidemiológicos, há a rede de atendimento laboratorial, e o que se tem identificado nas pesquisas ou na pesquisa que nós avaliamos é a gravidade, o aparecimento de efeitos crônicos. Temos também um sistema de informação para intoxicação. E o que nós temos identificado também, e acho que é do conhecimento de todos, é que os casos de intoxicação são até mais graves dos que são notificados no sistema de informação. Então, a grande maioria dos casos notificados é de intoxicação aguda, ou seja, aqueles que aparecem logo após a exposição, geralmente exposição de trabalhadores a grandes doses, elevadas doses. Mas, na verdade, tão perigosos quanto esses casos são os efeitos crônicos, aqueles que aparecem meses ou anos após a exposição. Nesses efeitos crônicos, temos os efeitos

sobre o sistema reprodutivo, a fertilidade, efeitos sobre o sistema cognitivo e motor, efeitos sobre o sistema hormonal, efeitos sobre o sistema imunológico, que é também bem preocupante, porque torna o indivíduo mais suscetível à infecção por bactérias via parasitas, porque muitas dessas populações estão expostas também, e também torna o indivíduo mais suscetível ao aparecimento de câncer, que também é um efeito crônico bastante grave associado à exposição de agrotóxico. E esses efeitos crônicos podem aparecer após a exposição de pequenas doses desses agrotóxicos que estão presentes em alimentos, na água que bebemos, e isso se torna muito preocupante também, porque, na verdade, toda a população brasileira está exposta, está suscetível ao aparecimento desses efeitos crônicos.

No nosso ponto de vista, o monitoramento dos alimentos é uma ação muito importante, mas, como sabemos, ainda não é perfeita. É preciso ampliar a capacitação laboratorial de todos os laboratórios da rede pública e também melhorar a ação de monitoramento dessas populações expostas. Então, identificadas as populações que estão expostas e têm níveis mais elevados nos alimentos, promover ações para monitorar a saúde, vigiar a saúde dessas populações expostas.

Portanto, a Fundação Oswaldo Cruz tem essas linhas de pesquisa que poderiam auxiliar. Já auxiliamos a ANVISA; temos um grupo que auxiliou na reavaliação toxicológica desses ingredientes ativos, esses últimos que estão em consulta pública. E aí nós temos o conhecimento, o saber e a tradição em saúde pública, podendo dar suporte a todas essas ações com o nosso conhecimento, até aumentando o escopo de estudos para diminuir os agravos decorrentes da exposição de agrotóxicos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr^a Karen.

Passo a palavra ao Dr. Alécio Maróstica, da Câmara de Insumos da Confederação Nacional da Agricultura, representando a CNA.

O SR. ALÉCIO MARÓSTICA – Bom dia.

Nós gostaríamos de trazer o assunto para uma decisão, porque o que nós vimos aqui, hoje, até agora, é o mesmo que a gente vem ouvindo há muito tempo. Levanta-se o problema, daqui a alguns dias a Anvisa novamente vai fazer outro apanhado e novamente vai detectar que há produtos em desconformidade, produtos com excesso de agrotóxicos.

Eu acho que esse problema está na origem do receituário agrônomo. O receituário agrônomo foi montado para que o agrônomo seja responsável técnico pelo produto e não pela produção. Isso precisa mudar. Porque enquanto nós não tivermos alguém responsável pela produção que sai da propriedade

nós vamos ter esse problema. E o que a Anvisa fez eu até agora não entendo aonde ela quis chegar com esse levantamento. Porque nós somos produtores, no Município de Cristalina, de batatas, cenoura, pimentão, beterraba, tomate, ervilha, quiabo e fornecemos a uma gama de supermercados não só da região de Brasília, mas também lá em São Paulo. E quando a Anvisa coloca isso daí, e eu tenho certeza que lá se faz a agricultura com a melhor tecnologia, com a melhor responsabilidade técnica, todo mundo tem engenheiro agrônomo, quando ela faz aquilo e sai na televisão eu não sei quem ela quis atingir, porque nós que fizemos tudo coerente fomos atingidos, porque durante 15 dias você não vende nada, e aí perdemos tudo. Como é que fica? Ninguém vai nos pagar esse prejuízo. Quer dizer, quem faz direito paga a conta. E quem não faz direito não é penalizado. Então eu não sei aonde que ela quis chegar com isso.

Agora, se nós temos essa responsabilidade, lá tem responsável técnico em todas as propriedades, e tem propriedade que já faz sair de lá com código de barras e no dia que ele carregou caminhão de cenoura, caminhão de batata e aí ligam de lá: Não adianta trazer que nós não vamos ficar. O que é que nós fazemos com isso? Jogamos para o lixo. E aquilo é produto bom. Quer dizer, eu acho que a gente tem que tratar esses bons com um pouco mais de responsabilidade, porque aquilo que apareceu na televisão nos inclui no mesmo balaio. Então, tem de fazer essa distinção.

Nós somos pelo seguinte: o produto tem que sair da propriedade com responsabilidade técnica. E essa responsabilidade técnica tem que chegar à gôndola do supermercado, porque aí nós garantimos para o consumidor que ali atrás, se ele for buscar, tem alguém para responder. Não dessa maneira que é uma baderna. Responsabiliza-se pelo produto e não pela produção. Isso tudo tem que ser mudado, porque senão nós vamos estar em outra audiência aqui daqui a pouco com os mesmos problemas.

Outro detalhe que nós vemos aqui é que a grande maioria dos problemas que estão aqui não é por excesso de produto, é por desconformidade no uso de produto. Nós não vemos produtos recomendados para pequenas culturas faz muito tempo. E aí ou nós paramos de produzir, alguns produtores, ou nós vamos importar essa produção, porque não existe em algumas culturas número de produtos para aplicar suficiente para controlar as pragas que as atacam. E como é que fica? Só que esses produtos que são usados aqui são recomendados da seguinte maneira: eu recomendo para uma cultura, o agrônomo recomenda para uma cultura e ele usa cultura que está lá, e o agrônomo se safa disso. Se nós colocarmos a responsabilidade em cima

do agrônomo, e a hora que tiver que responder perante a sociedade, ele que responde – da maneira que está ninguém responde – mas quando ele é responsável técnico pela produção, ele vai ter que responder e aí ele não vai recomendar esse produto.

Eu acho que nós temos que mudar essa visão de fazer as coisas e não ficarmos esperando aí que governo vai fazer assistência técnica de graça e que um agrônomo dá assistência técnica governamental vai se responsabilizar por isso. Eu não vejo dessa maneira. Ou nós arrumamos uma responsabilidade técnica para isso e cobramos dessa responsabilidade técnica, para que a sociedade tenha certeza de que aquele produto tem um responsável técnico e está dentro daquilo que é mais pertinente à técnica para ele ter garantia de consumo, se não nós vamos estar sempre discutindo isso aqui.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado Dr. Alécio.

Passo a palavra agora ao Dr. Luiz Cláudio Meirelles, gerente-geral de toxicologia da Anvisa.

O SR. LUIZ CLÁUDIO MEIRELLES – Bom dia a todos.

Eu trouxe uma apresentação e já pedi para que ela fosse colocada. E em nome do presidente da Anvisa, Dr. Dirceu Barbano, e do nosso diretor-supervisor Dr. José Agenor, eu gostaria de cumprimentar aos Senadores, aos representantes da mesa e a todos os presentes nessa audiência pública.

Quero dizer que esse tema nos é muito caro. É uma oportunidade bastante importante estarmos aqui no Senado discutindo um programa dessa envergadura, porque em falas anteriores que a gente viu a gente sabe da carência que existe no País de programas de monitoramento. E os programas de monitoramento são uma ferramenta essencial para os tomadores de decisão e para os gestores públicos, porque sem dados a gente não consegue planejar o trabalho, amarrar diretrizes, estabelecer políticas que dêem conta dos problemas relacionados aqui aos agrotóxicos.

Informando ainda, a Anvisa trabalha na vertente da qualidade sanitária dos produtos, essa é a atribuição dela do ponto de vista institucional, garantido pela Constituição, pela Lei 8080, e por diversas outras legislações. Então ela é responsável por garantir a qualidade sanitária dos produtos que chegam à população, seja medicamentos, seja, no caso, alimentos, os contaminantes podem advir da manipulação desses produtos. E ela trabalha também com outros programas além do PARA que eu vou mencionar aqui. Nós temos um programa que é para produtos veterinários, para qualidade do frango, qualidade do leite que são tocados em outras gerências da casa para verificar a

questão de contaminantes, bactérias e outros agentes que podem causar danos à saúde humana, e olhando sempre do ponto de vista sanitário.

Próximo.

Primeiro, falar do marco legal. Isso já é bem falado. Pela natureza dos agrotóxicos, os Estados nacionais, não só o Brasil, têm a obrigação de controlá-los, de avaliá-los e de controlá-los. São substâncias, na sua gênese, na origem, tóxicas e que podem representar riscos para a saúde humana, para o meio ambiente, podem gerar acumulação e, como foi colocado aqui pela Fiocruz, trazer, no longo prazo, uma série de problemas relacionados a ele. Daí a necessidade de avaliar. A Kênia também abordou muito bem isso, e esse é o nosso papel dentro do governo, avaliar os produtos desde a sua eficácia até as questões ambientais que podem advir de muito longo prazo, não só de curto prazo.

E com relação à questão do monitoramento, também está estabelecido em lei, no Decreto nº 4074, que cabe aos órgãos de agricultura e saúde monitorar os resíduos de agrotóxicos em produtos de origem vegetal. Isso é uma competência legal estabelecida pelo legislador, que vem da lei, e no regulamento ela foi mantida, que é nossa obrigação fazer esse trabalho de monitoramento para conhecer a qualidade dos produtos e informar à sociedade e aos gestores o que deve ser feito, no caso de existir contaminação, como resolver o problema.

O Ministério da Agricultura tem trabalhado numa vertente maior dos produtos importados, que é uma atribuição deles, e a Anvisa daqueles produtos ofertados à população. Quer dizer, no último ponto imediatamente antes do consumo, que é a gôndola dos supermercados. E essa metodologia é internacionalmente adotada nos programas de monitoramento. Para você verificar a qualidade sanitária tem que ser no último ponto antes do consumo.

Próximo.

No regimento interno da ANVISA, essa competência também está esclarecida, que é fazer o monitoramento de resíduo de agrotóxico, componentes afins, drogas veterinárias e substâncias tóxicas aos alimentos. E também a Anvisa criou o programa em 2003. Ele foi iniciado com um projeto no ano de 2000; a partir daí, num trabalho com a Fundação Oswaldo Cruz, estabeleceram algumas bases. A gente estabeleceu então um programa e esse programa é trabalhado com os vários Estados do País como vou mostrar à frente. A RDC 119 cria o programa PARA (Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos).

Próximo.

É importante situar também essa questão. Acho que já foi falado aqui. A Karen abordou bem e outros também colocaram. Onde é que está inserida essa questão? No campo das doenças crônicas não-transmissíveis. Por que monitorar agrotóxico? A Anvisa não deseja só dizer que o produto de ninguém está ruim, não é nossa meta. Ela deseja que a qualidade dos produtos que chegam à mesa dos brasileiros seja a melhor possível. Um alimento contaminado pode representar risco a longo prazo. Hoje, o Brasil vem sendo signatário de acordos internacionais, inclusive, no campo das doenças crônicas não-transmissíveis. As doenças crônicas têm um papel bastante importante nesse cenário. Daí a necessidade de controle. O PARA está aí inserido, no monitoramento de resíduos de agrotóxicos. Temos aí metais pesados, contaminantes, solventes e uma série de outros produtos que podem contaminar. Não só os alimentos, mas a água potável, a água de balneabilidade, o solo, o ar e vários outros meios que podem expor a população, aumentando o risco de apresentarem doenças crônicas após uma série de anos de exposição.

A OMS já vê isso como um problema de saúde pública importante. Haverá um aumento do número de óbitos relacionados a essa tipo de agravo de 15% entre 2010 e 2020. Daí a necessidade de o setor de saúde pública atuar de forma bastante ativa nesse campo.

O PARA, rapidamente, foi iniciado em 2001, conforme falei. Tem esse objetivo de verificar a qualidade dos alimentos em relação à presença de agrotóxicos. Foi criado pela RDC. É desenvolvido pelo Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, que também foi estabelecido pela lei, e é coordenado em conjunto com os Estados. Não é uma coordenação exclusiva da Anvisa. Envolve, hoje, todos os Estados, o Distrito Federal e quatro laboratórios de saúde pública. É importante lembrar que monitorar agrotóxico é complexo e caro. Essa é uma atribuição específica de Estado, como falou a Kênia, ela nos lembrou. Aos Estados cabe monitorar o uso, só que os Estados não teriam condições de fazer isso. Então, os Estados, através de reuniões no Conselho Nacional de Saúde, nas Câmaras Técnicas de vigilância sanitária, resolveram se reunir para desenvolver esse trabalho em conjunto, agregar esforços e otimizar custos. Hoje, envolve 150 servidores estaduais e os federais, que estão na Anvisa. Quarenta milhões de investimentos foram colocados até agora no programa. É um valor bastante reduzido se pensarmos que o mercado de agrotóxicos, hoje, no Brasil, envolve US\$8,1 bilhões. Isso vai dar quase R\$15 bilhões. A gente já conseguiu analisar 14.712 amostras entre 2002 e 2010. Os R\$40 milhões são nesse período todo de 12 anos que o programa vem trabalhando com uma série de atividades

e estruturando os laboratórios, inclusive para darem conta dessa atividade.

Próximo.

Como está aí é em todos os Estados. Esses são os laboratórios que hoje dão suporte ao País inteiro. É o de Minas Gerais, o do Paraná, o Laboratório de Saúde Pública do Rio Grande do Sul e de Goiás. São laboratórios com capacidade instalada para fazer esse tipo de análise, coisa que nós não tínhamos há dez anos. Toda a questão da análise e de resíduos de agrotóxicos estava concentrada na área acadêmica, com trabalhos publicados isoladamente. Não será um serviço ofertado regulamente à população e para os gestores para que eles soubessem como reagir diante dos problemas aí colocados.

Esse programa, então, tem fornecido subsídios na decisão dos registros de agrotóxicos – já que a gente tem alguns produtos que têm sido muito encontrados e que são problemáticos para a saúde. Tem promovido mudanças no serviço de saúde, auxiliado na prevenção dos agravos. O Inca, hoje, está trabalhando com a gente, está fechando uma cooperação. Estão entendendo o agrotóxico como um dos fatores de aumento do número de casos de câncer. Restrição e banimento dos agrotóxicos perigosos, o programa também subsidia essa informação, estruturação de rede laboratorial, ferramentas informatizadas. Hoje temos ferramentas informatizadas ligando todos os Estados, ações de capacitação, articulação entre os órgãos de Governo. Aí sim, pela fala que a gente ouviu da CNA e de outros órgãos, esses dados são feitos por laboratórios qualificados. Esses têm de ser apropriados por outros setores para que possam, sim, desenvolver ações dentro de suas áreas de competências. Essa é a importância do trabalho. Não queremos causar problemas. Estamos dizendo aqui: temos um problema e toda a cadeia produtiva tem de ser reorganizada. A gente tem, como citou o Sr. Alécio, de acabar com essa baderna de que existem muitos problemas na área de produção por conta desse entendimento do papel da receita agrônômica. A articulação entre esses atores federais e a produção de documentos de pesquisa. O volume de pesquisas e de outros documentos gerados aumentou bastante com a divulgação dos resultados do PARA. Os cientistas estão, também, tendo dados e informações para agirem nesse campo.

Próximo.

Vou pedir para você passar lá para a última, para a penúltima. Esse tema estava colocado aí na pauta, mas vi que aqui no anúncio só ficou a questão do PARA. Pode passar, por favor. A penúltima.

Então, temos alguns desafios. Vou pedir também licença para passar um pouquinho do tempo. Vou falar

do aporte de recursos permanentes para o programa, principalmente garantindo essa capacidade analítica de transporte de amostras, o fortalecimento da articulação entre esses órgãos para que essa questão da extensão rural seja melhor estabelecida, que a gente diminua essas irregularidades encontradas que ficam hoje, na média, em 30%. É preciso ampliar a amostragem. A amostragem é, hoje, somente de 20 alimentos. Também estender um número maior de ativos para a água potável. Como a Daniela falou aqui dão 518. Ela está com um número de 22 ativos. Hoje, no PARA, a gente monitora 220 ativos, dos 430 que temos registrados no País. O aumento da rastreabilidade de amostras. É preciso conhecer esse fluxo, poder voltar ao produtor e orientá-lo adequadamente.

O PARA não trabalha com análise fiscal, ele não pune nem o setor varejista nem os agricultores. O PARA tem trabalhado com análise e orientação, justamente, para permitir que as instituições e os órgãos se articulem e construam uma estratégia de reduzir esses impactos que temos encontrado, melhorando a qualidade da produção no campo.

Vou parar por aqui. Deixo a Anvisa à disposição. Essa informação está com muitos detalhes em nosso *site*. Também poderemos fornecer ao Senado Federal dados mais restritos, para o caso de necessidade dessas informações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Luiz.

Concedo a palavra, agora, ao Cléber Folgado, Secretário-Geral da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida.

O SR. CLÉBER FOLGADO – Bom dia a todos!

Pode colocar a apresentação. Trouxe uma apresentação também.

Gostaria de cumprimentar a mesa e todos aqueles que se fazem presentes na pessoa do Senador Acir Gurgacz, que é meu conterrâneo do Estado de Rondônia. Gostaria de mencionar, também, de onde vou fazer minha apresentação, como sociedade civil organizada, como camponês criado usando muito veneno, não pela necessidade, mas pela imposição que os técnicos nos fizeram naquele momento, a partir de promessas de aumento de produtividade, de melhora nas condições de produção, o que de fato não foram reais. A gente teve a necessidade de partir para outro processo de transição e adotar outro modelo.

A gente queria, primeiro, contextualizar com elementos necessários para saber em que chão a gente está pisando. Desde 2008, ter o Brasil como o maior consumidor de agrotóxicos nos faz pensar que esse problema não é mais um problema relacionado só à

agricultura. Tornou-se um problema de saúde pública, como bem mencionado. O Inca tem trazido esses dados para a gente dessa grande possibilidade de relação entre os resíduos de agrotóxico e as incidências de câncer. Os últimos dados apresentados são absurdos. Estima-se em um milhão de pessoas com câncer nos próximos anos – 40% delas vão morrer, vão a óbito. São dados divulgados pelo Inca. Estamos falando de 400 mil pessoas. É muita gente que vai morrer pela irresponsabilidade, muitas vezes, da condução, do modelo e do processo de produção. Então, nesse sentido há alguns dados sobre os quais também estamos cansados de ouvir sobre a produtividade. O Brasil é um País agrícola, enfim. Nós, com apenas 5% da área cultivada, entre os 20 maiores países agrícolas do mundo, consumimos 20% da produção de agrotóxicos. É importante a gente ter esses dados em conta quando vai tratar da produtividade e da questão do uso de agrotóxicos.

Próximo, por favor.

Então, há o dado do um bilhão, de 5,2 litros de agrotóxico por pessoa. O que movimenta esse mercado? Na mão de quem está colocado? O Luiz Cláudio acaba de dizer que esse mercado movimenta mais de 8 bilhões. Tudo isso para a gente ter em conta qual o chão em que estamos pisando.

Próximo, por favor.

Vamos nos centrar um pouco no PARA, sobre o qual a gente gostaria de falar muito. Gostaríamos de nos centrar nele partindo de uma questão que os representantes da CNA trouxeram e que a gente acha que é importante. Ele coloca na fala dele que estamos enjoados de participar desses espaços em que o debate vem e que devemos de fato resolver o problema e que temos de partir da origem do problema. Agora, parece-me que a análise dele de origem do problema está extremamente equivocada. A origem do problema está na revolução verde, quando os restos da II Guerra Mundial, para salvar o capital das empresas, são adaptados para a agricultura, mas não para fazer o que se tinha prometido, que era acabar com a fome no mundo, e os dados hoje, da própria FAO, trazem mais de um bilhão de pessoas passando fome, ou seja, um em cada sete habitantes deste Planeta. Aquela promessa velha não foi resolvida. O que foi resolvido foi o problema das empresas naquele período, o que vemos ainda pelos dados econômicos hoje. Então, é importante partimos da premissa real, não partir de uma origem falsa, equivocada, manipulada, para poder ganhar a opinião pública.

Próximo, por favor.

Na nossa avaliação, o PARA tem sido um instrumento extremamente importante. É um instrumento antigo, mas que no último período tem ganhado vi-

sibilidade porque a sociedade, no seu conjunto, tem conseguido pautar também o tema dos agrotóxicos em função da problemática gerada, ou seja, em função da problemática que a gente tem hoje, do aumento do índice de casos de doenças crônicas e da incidência também das agudas, que é muito grande entre os camponeses. Como camponês, posso dizer isso porque conheço muita gente que se intoxica em função do uso de agrotóxico, até usando o IPI, usando tudo aquilo que está previsto. Então, para dizer que, necessariamente, o que a gente coloca, que está na lei, que a gente deve cumprir e que vai impedir as contaminações, também não é tão real. Se a gente pegar os dados colocados hoje pela Organização Mundial do Comércio, para cada caso registrado temos cerca de 50 casos que não são notificados. Então, esses dados de pessoas que estão sendo expostas a agrotóxico ou que estão sendo contaminadas, intoxicadas, são maiores do que os que a gente conhece.

Próximo, por favor.

A gente olhou, para trás, algumas coisas em relação à irregularidade. Pode colocar no próximo. O que a gente tem olhado é que, em relação à irregularidade, tem dois problemas grandes colocados. Um deles é o uso abusivo de fato, ou seja, que extrapola os limites permitidos, mas outro que está relacionado também ao uso de agrotóxicos não permitidos no País. Isso entra de forma ilegal no País. Infelizmente, o Brasil está se tornando a maior lixeira tóxica do mundo, até porque, em alguns países de origem das empresas que operam no País hoje esses agrotóxicos não são permitidos lá e a gente segue consumindo esses agrotóxicos aqui. E aí a lista de reavaliação que o PARA coloca dos 14 ingredientes ativos, que estão em processo de reavaliação desde 2008, traz presentes alguns daqueles que, justamente, estão em processo de reavaliação porque, em seus países de origem, já está comprovada a sua relação com problemas relacionados à saúde. E aí a gente traz muito a questão da produtividade, enfim.

Pergunto: o organismo humano sofre tanta diferença? Na produtividade falamos que somos um país de clima tropical. Agora, o organismo do ser humano se diferencia tanto de região para região? Não. Então, assim como as pessoas estão expostas nos seus países, correndo perigo de saúde, o povo brasileiro também corre perigo e precisamos dar um passo para cuidar disso.

Próximo, por favor.

Pode seguir. Queríamos colocar um pouco em relação ao que colocamos como problema no PARA, que tem como principal problema o fato de que a lista dele, de alimentos, é pequena. Precisamos, inclusive, ampliar essa lista. A companhia que me antecedeu

colocou bem que a gente também tem problemas do ponto de vista da análise laboratorial, tem uma carência disso. Isso ocorre por falta de investimento. Então, quando a gente fala de resolver o problema não é tentando amenizar a situação dos agrotóxicos, mas, sim, partir para um novo modelo de agricultura, que já é possível, cientificamente provado. Então, para dar mais um passo, colocamos que precisamos de novos laboratórios com condições. Ali, se não me engano, apresentaram quatro ou cinco, o que é um absurdo! Um País como este, com essa gama de movimentação econômica no setor do agronegócio e com todos esses impactos na saúde, a gente só tem essa quantidade de laboratórios em condições para fazer as análises.

Próximo, por favor.

Se a gente comparar um pouco os técnicos, precisamos avançar no corpo técnico para dar conta disso. Juntando, temos 46 técnicos hoje para dar conta disso. Nos Estados Unidos, na agência reguladora, são 850, que é o segundo no *ranking* de maior consumidor. Então, a gente pode olhar também essa disparidade colocada e tratar com responsabilidade essa questão.

Próximo.

Na nossa avaliação como organização, como campanha, precisamos garantir a reavaliação periódica dos agrotóxicos como algo obrigatório. Se para remédio neste País a gente tem de, a cada cinco anos, fazer uma reavaliação, por que para veneno, que mata, a gente não tem de estabelecer um processo de reavaliação obrigatoriamente? E que esse custo seja pago pelas empresas, que lucram muito hoje e pagam pouco.

Próximo, por favor.

No caso do registro, na nossa avaliação, precisamos ser mais rigorosos com o registro, rigorosos do ponto de vista da análise da liberação desses produtos e do ponto de vista econômico.

Próximo.

E aí queria fazer uma nova comparação. Veja o que temos nos Estados Unidos hoje em termos de custos para um novo ingrediente ativo: US\$630 mil. No Brasil, isso varia entre US\$53 e US\$1 mil para registrar um novo ingrediente. Uma taxa de manutenção lá é de US\$100 a US\$425 por produto; aqui é isento. Para avaliação de ingrediente ativo lá é de US\$150 mil; aqui é isento.

Próximo.

Só para concluir, na nossa avaliação, devemos avançar no investimento para registro, inclusive apostando em insumos alternativos. Estudei em escola pública e, infelizmente, neste País, também temos um problema, e é isso o que a gente coloca: dinheiro para corrupção sobra, mas para investimento na população brasileira está faltando. Então, estudei em escola pú-

blica que, infelizmente, tem uma qualidade de ensino deficitária em função dos Srs. Senadores, Deputados e outros não poderem priorizar a educação deste País.

Só para concluir, já passei do meu tempo, queria pedir licença ao Sr. Senador para dizer que nós, como campanha, estamos exigindo algumas questões. Primeiro, o banimento imediato de produtos já proibidos. Então, esses produtos proibidos lá fora precisam ser banidos aqui por causa do impacto que eles provocam à saúde – e aí tem uma lista.

Próximo.

Outro elemento que colocamos é o fim da pulverização aérea. Por mais que exista lei que determine como isso deve ser feito, isso não se aplica na prática. Quem conhece o campo brasileiro sabe muito bem que, na prática, isso não se aplica. A gente trouxe a lei, várias questões que, se quisermos, podemos debater depois.

Próximo, por favor.

Próximo.

Para concluir, dizer que, com relação à questão da isenção fiscal, as empresas ganham muito e pagam pouco. Há vários decretos e convênios como esse, que isenta do pagamento de ICMS até 60% das empresas, e isso pode chegar a 100% a partir dos Estados, como já fez o Estado do Ceará. Então, o que gente está querendo trazer para a preocupação das Senhoras e dos Senhores Senadores é que a sociedade brasileira é quem tem pagado pela irresponsabilidade do atual modelo de agricultura adotado no País e que temos, sim, alternativas. Como diz, inclusive, o relatório apresentado em dezembro de 2010, pelo relator especial da ONU para alimentação, a agroecologia tem condições de produzir em quantidade e qualidade para abastecer a população mundial. Então, a gente tem de deixar de se enganar por esses falsos argumentos, ir à origem do problema e não tentar remediá-lo. Ir à origem do problema significa pensar em desenvolvimento com responsabilidade social, que é o que o povo brasileiro precisa. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Agradeço a presença do Cléber.

Passo a palavra agora ao Dr. Leandro Diamantino Feijó, coordenador de resíduos e contaminantes da Secretaria de Defesa Agropecuária.

O SR. LEANDRO DIAMANTINO FEIJÓ – Bom dia a todos.

Também gostaria, por gentileza, que a apresentação fosse colocada.

Nesses dez minutos, gostaria de pontuar a nossa discussão em dois pontos. O primeiro, onde vou colocar para os Senhores as ações que são adotadas pelo Ministério da Agricultura no tocante ao controle

de resíduos e contaminantes. No segundo ponto, eu gostaria de colocar algumas questões para reflexão.

Como já foi bem colocado para todos os colegas, precisamos, a partir de agora, adotar, instituir novos procedimentos para que, no futuro, numa próxima sessão, a gente não gaste o tempo novamente levantando questões antigas, e eu gostaria de trazer para discussão com os Senhores.

Próximo, por favor.

Então, no plano de controle de resíduos e contaminantes, o Ministério da Agricultura instituiu um programa que visa a monitorar o grau de exposição da produção brasileira frente aos resíduos de agrotóxicos, de contaminantes ambientais.

Próximo, por favor.

Na reestruturação do Ministério da Agricultura, em 2005, foi criada a Coordenação de Resíduos e Contaminantes, que é responsável, na nossa Secretaria de Defesa Agropecuária, por coordenar as ações desse controle em todo o País.

Próximo, por favor.

Daí a identidade visual do nosso Programa, que é o Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes, que trabalha tanto a monitoria em produtos de origem animal, de produtos de uso veterinário, como na área vegetal também de resíduos de agrotóxicos e contaminantes ambientais.

Próximo, por favor.

Dessa forma, o Programa teve início no ano de 2008, de fato, e foi estruturada uma estratégia para a inclusão de produtos e para a expansão dos mesmos, levando em consideração, em primeiro ponto, os principais produtos que fazem parte da dieta do consumidor, da população brasileira, o que é importante na pauta de exportação em relação ao agronegócio internacional.

Próximo, por favor.

Só para mostrar aos Senhores a cronologia do processo, a base legal do Programa no Ministério foi instituída no ano de 2008 pela Instrução Normativa 42, e ano a ano nós publicamos o Ato Legal que oficializa perante a sociedade brasileira e aos parceiros comerciais do Brasil quais são as atividades que o Governo, o Ministério da Agricultura está adotando frente ao controle de agrotóxicos. Este ano estamos trabalhando com o ano safra 2011/2012, que finaliza no mês de junho, cujo instrumento legal que oficializa esse trabalho é a Instrução Normativa nº 25, de 2011.

Próximo, por favor.

Como esse programa funciona? Qual é o objetivo? Gerar informações. Eu quero tirar uma fotografia, um Raio-X do processo para verificar se esse agrotóxico, se esse contaminante ambiental está presente ou não na amostra a ser coletada. Então, não tenho

aqui nenhuma predisposição para tomar qualquer ação regulatória, quero somente verificar o que está acontecendo. Então, eu tenho uma amostragem aleatória. Como essa amostragem é realizada, considerando a dimensão do nosso País? Temos um acordo hoje firmado com a Ceagesp (Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo), um dos maiores centros de distribuição de alimentos do mundo, e lá se recebem produtos de todo o País, inclusive de produtos importados. Então, lá é um local importante de coleta de amostras. Também coletamos amostras em estabelecimentos, beneficiadores como as *packing houses* e agora estamos num processo amplo de discussão em vários Estados para que se faça um acordo entre o Ministério da Agricultura e as demais Centrais de Abastecimento, para que, de forma geral, possamos cobrir toda a produção de alimentos e dos principais centros de distribuição de alimentos do País.

Próximo.

Uma vez detectada uma não-conformidade, existem as ações que são determinadas pelo Programa que seria o que nos chamamos do subprograma de investigação. Então, a partir de uma não-conformidade, nós vamos a campo para verificar quais foram as possíveis causas que levaram àquela não-conformidade. Então, existe todo um procedimento oficial que é adotado para que essa não-conformidade seja investigada, levantada e para que ações possam ser tomadas no âmbito do Governo e no das indústrias para mitigar a ocorrência de novas não-conformidades.

Próximo, por favor.

Então, daí, nós partimos de princípios básicos do processo. São amostras oficiais. São amostras coletadas por funcionários do Ministério da Agricultura. Cem por cento das amostras são rastreadas até o produtor. Então, como foi bem abordado e creio que vai ser o ponto de discussão final das minhas colocações, o Ministério da Agricultura e a Anvisa possuem programas que não têm que ser iguais de fato. Eles são complementares. Cada um logicamente na sua égide de ação. Mas nós temos que pensar daqui para frente como nós podemos melhorar esse processo. Não adianta eu ter o maior número de laboratórios, aumentar o número de culturas a serem monitoradas se a base conceitual de como trabalhar esses resultados não-conformes, se essa base não estiver estruturada. E isso vai ser fato da minha explanação logo à frente. E logicamente nós trabalhamos com laboratórios do Governo, laboratórios nacionais agropecuários e laboratórios que são credenciados pelo Mapa, ambos acreditados pelo Inmetro na ISO 17025.

Próximo.

Então, todo o arcabouço legal do programa de resíduos do Mapa é pautado nas principais referências internacionais – chamo a atenção para o Codex Alimentarius, que se constitui como a base conceitual de todo o processo.

Próximo.

Daí nós temos o plano de amostragem. Nós utilizamos um plano de amostragem recomendado pelo Codex Alimentarius na determinação de amostras a serem coletadas.

Próximo.

E, para a rede laboratorial, como é um ponto que foi bem colocado, é um gargalo, sim, porque se demanda muito investimento. Não é barato a estruturação de uma rede laboratorial para pesquisa de resíduos.

Próximo.

Daí nós trabalhamos hoje com – o que posso falar para os senhores – o estado de arte de tecnologia para pesquisa de resíduos. Então, tanto a agricultura como a Anvisa já bem colocou, nós temos hoje no Brasil o que existe de mais moderno na pesquisa de resíduos e, no caso do Ministério da Agricultura, nós investimos desde 2005 mais de R\$50 milhões na estruturação dos nossos laboratórios para a pesquisa de resíduos e contaminantes.

Próximo.

Temos aí hoje a distribuição dos laboratórios. Hoje temos o Lanagro, em Minas Gerais, e dois laboratórios privados – o Bioensaio, no Rio Grande do Sul, e o Itep, em Recife, que nos dão hoje o aporte laboratorial.

Próximo.

Aqui temos os resultados do nosso programa que, de forma geral, coadunam-se com os achados do Programa PARA. Nós temos aí alface, o morango, o pimentão. Então, a questão da minor crops – o meu colega Luiz Rangel vai poder colocar muito bem a situação – por que essa situação persiste? Isso foi muito bem colocado pelo Alécio. Então, nós temos que refletir essas questões.

Próximo.

Daí nós também monitoramos, além da pesquisa de agrotóxico, a pesquisa das micotoxinas, as aflotoxinas, que eu considero também um risco muito grande para a produção vegetal no Brasil. Então, a gente não pode tão-somente focar os nossos esforços em resíduos de agrotóxicos. Eles são importantes sem dúvida nenhuma, mas nós temos que partir para uma sintonia – acredito – mais fina, também monitorando outros perigos químicos que podem expor a nossa população ao risco. Também fazemos a pesquisa de salmonela na pimenta do reino.

Próximo.

Este ano nós trabalhamos com 23 produtos, 23 culturas, como os senhores podem ver. Este ano/safra, nós vamos coletar mais de duas mil amostras e agora, no mês de julho, o ano/safra 2012/2013 vai ser desenhado com provável inclusão de novas culturas no monitoramento do PNCRC vegetal do Ministério da Agricultura.

Próximo.

Agora vem uma questão importante que a gente coloca aqui e sobre a qual temos que começar a refletir. Nós estamos, nos nossos programas, gerando dados, mas até quando esses dados têm sido trabalhados e transformados em informação, para que, de fato, o problema seja resolvido? Então, por exemplo, no Estado de São Paulo, nós tabulamos os dados, os achados de resíduos de agrotóxicos em alface. Então, onde é que está o problema? Eu não posso dizer simplesmente: “A alface do Estado de São Paulo está contaminada, está com problema”. Onde no Estado de São Paulo, por exemplo, isso pode estar acontecendo? Então, dessa forma, trabalhando os meus dados, transformando-os em informação, gero inteligência para o meu processo. E eu posso dizer de forma muito tranquila e clara para os senhores: está faltando esse trabalho ser realizado de fato pelas nossas instituições, pelo Ministério, pelos próprios colegas da Anvisa, os demais parceiros que trabalham nesse monitoramento. Como nós podemos aprimorar os nossos processos? Creio que é isto que temos que discutir aqui. Senão, todo ano, vamos nos sentar aqui para expor as não-conformidades. E o que de fato está sendo feito para realizar, para resolver esse problema?

Próximo.

Então nós temos que trabalhar de forma muito clara, primeiro, estabelecendo uma base conceitual para trabalhar esses dados aqui no Brasil. Daí venho trazer-lhes uma novidade muito importante, um projeto liderado pela Embrapa por todas as unidades que visa à instituição de uma plataforma nacional de análise de risco, o chamado Projeto Renara. Ele vai ser, dentro dos próximos meses, discutido de forma definitiva aqui na Embrapa e está para ser classificado como Macroprojeto I, ou seja, grandes desafios nacionais em que o Ministério, a Anvisa, o Ministério do Meio Ambiente, as universidades, todos os esforços vão ser unidos em prol de estruturar uma plataforma de análise de risco brasileira, genuína.

A partir desse ponto, eu acredito que nós vamos gerar inteligência aqui no Brasil para, de fato, resolver esse problema. Então, nós precisamos de um banco de dados que seja fidedigno, crível, para que os nossos avaliadores de risco... Quem são os avaliadores de risco? É a Anvisa? É o Ministério? Lógico que não.

São os pesquisadores. São os professores que estão nas universidades, nas Embrapas, nos centros de pesquisa. Essas pessoas é que vão trabalhar os dados. E aí nós temos que partir para uma nova abordagem no momento de fazer uma comunicação do risco. Nós estamos fazendo uma comunicação do risco no Brasil? Talvez não. Existe ciência para poder fazer comunicação do risco. Se eu tenho uma alface com resíduo de um agrotóxico X na gôndola do supermercado aqui em Brasília, qual é o risco dessa alface com esse agrotóxico nos níveis detectados? Pode ser que não seja risco. Eu ultrapassei a ingestão de área admissível, que é a ida, para eu poder dizer isto é risco? Não sabemos. Então, nós precisamos trabalhar esses dados, cruzar os bancos de dados dessas instituições do Mapa, da Anvisa. E o Projeto Renara visa a isso. Semana passada, estivemos com os colegas da Anvisa e demais parceiros na mesma mesa.

Agora, sim, isso para mim – vou pedir só mais um minuto para finalizar – vai permitir, de fato, que as instituições possam trabalhar em conjunto. Não dá para o Ministério da Agricultura trabalhar por um lado, a Anvisa trabalhar para o outro e os demais órgãos cada um na sua caixinha. Nós temos que trabalhar em conjunto. Eu já tive várias reuniões, Senador, no Ministério da Agricultura, uma vez até com intermediação da Casa Civil. Vocês precisam trabalhar juntos. E, de fato, isso está acontecendo? Digo aos senhores: Não está acontecendo. Nós não estamos cumprindo com o nosso objetivo final, que é trabalhar em conjunto para que, no final, se tenha a garantia do alimento seguro na mesa do consumidor brasileiro e que possa também nos dar garantias para o agronegócio internacional. Somente trabalhando em conjunto é que nós vamos conseguir fazer isso, Senadores, demais colegas aqui presentes. E isso, de fato, tem que acontecer. Não dá mais para ficar com palavras bonitas nos microfones. Em todos os locais do Brasil, de fato, a gente tem que sentar junto, e vejo agora, no Renara, com a Embrapa e os demais parceiros, é a primeira vez na história que as instituições vão trabalhar juntas com o intuito de resolver o problema.

Educação sanitária, por fim. Não se faz educação sanitária fazendo churrasco, fazendo dia de campo, entregando boné, bota, folheto. Existe ciência para fazer educação sanitária. Qual é o nível de letramento do meu público-alvo? Não adianta eu chegar aqui com um folheto bonito para entregar aos senhores: “Tomem cuidado. Leiam a bula”. Será que o produtor rural sabe o que significa bula? Existe, então, ciência. Os próprios colegas da Embrapa já mostraram isso. Então, nós temos que trabalhar os diversos órgãos para que o resultado final seja alcançado e nós, no Gover-

no, possamos atingir o nosso objetivo, que é garantir a qualidade do alimento para a população brasileira. Sem isso, Srs. Senadores, demais colegas, não vejo futuro. Ano que vem, vamos estar assentados mais uma vez aqui.

Coloco-me à disposição posteriormente para demais esclarecimentos. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Leandro.

Passo a palavra ao Dr. Luís Eduardo Rangel, Coordenador-Geral de Agrotóxicos e Afins do Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura.

O SR. LUÍS EDUARDO RANGEL – Obrigado, Senador, pela oportunidade. Mais uma vez estamos aqui nesta Casa. É uma honra estar aqui com o Senador Moka e o senhor, que são especialistas nessa área de agronegócio. Então, entendem bem as dificuldades do produtor e também essas polêmicas envolvidas nesse processo.

Eu penso que a apresentação do Leandro, como Ministério da Agricultura, foi muito bem feita. Creio que ele abordou um aspecto técnico muito profundo. Mas eu, por ser o último a fazer minhas ponderações, tenho a vantagem de poder pinçar alguns itens que foram expostos nas apresentações dos colegas e tentar entender qual o rumo que podemos tomar como Governo nesse cenário de defensivos agrícolas ou agrotóxicos nos alimentos.

Ficou muito evidente que nós estamos aqui mais uma vez. Não é a primeira vez que estamos em audiência pública e não é a primeira vez que estamos em audiência pública para falar do Programa de Análise de Resíduos. E eu acredito que, depois de expostos todos os itens pelos diversos colegas, o problema não é o Programa de Resíduos. Não existe problema nenhum com a metodologia que a Anvisa vem adotando. Não existe problema nenhum com a metodologia que o Ministério da Agricultura vem adotando, até porque os resultados, no final do dia, acabam atingindo o mesmo objetivo. O que fica claro é que existe uma falha governamental – isso é uma obrigação do Governo – na comunicação dos resultados desses programas, tanto por parte do Ministério da Agricultura quanto por parte do Ministério da Saúde.

É obrigação do Governo e a gente tem visto isso ao redor do mundo. Vários são os programas de monitoramento feitos nos moldes que o Brasil faz, inspirado no modelo do Codex Alimentarius. E nós não vemos essa polêmica ser discutida em nenhum país do mundo, mesmo na Europa, por exemplo, onde os programas de monitoramento acontecem até há mais tempo do que no Brasil. Então, é realmente uma obri-

gação e os outros países vêm trabalhando, como a Dr^a Sérgio disse muito bem. Quer dizer, é importante inserir o Brasil nessa questão governamental, legislativa no âmbito dos países desenvolvidos. Nós não somos uma das maiores economias do mundo só por causa da pujança da agricultura. É todo um processo de desenvolvimento governamental que nos traz esse nível. Então, é obrigação do Governo fazer também a gestão pública, as políticas públicas adequadas para esse processo.

E o Leandro disse muito bem: não existe efetividade no nosso trabalho. A gente tem discutido, divulgado informações há quase dez anos. Somando os dois programas, já gastamos quase R\$100 milhões em dez anos. E quanto foi gasto, por exemplo, no processo de educação sanitária? Quanto foi gasto no processo de fiscalização do uso?

Eu posso dizer aos senhores que quem faz isso lá no Ministério da Agricultura sou eu. E nós não gastamos, nestes últimos dez anos, mais do que R\$2 milhões na ajuda aos Estados para fazerem o que tem que ser feito: a fiscalização do uso, a fiscalização do comércio dessas substâncias.

O Dr. Alécio colocou muito apropriadamente que nós participamos da Câmara Temática de Insumos e vimos discutindo questões como: por que o sistema, tão bem elaborado, tão bem planejado para que funcionasse, como, por exemplo, o receituário médico, não funciona no receituário agrônomo? Nós identificamos os problemas e as soluções estão colocadas ali. Agora precisamos tomar as providências para que isso seja mitigado nesse projeto.

Fica muito claro dentro dos programas de monitoramento que o que falta não é somente o aporte a novas estruturas, mais laboratórios. É óbvio que isso é importante, mas o que falta são, de fato, políticas públicas com o objetivo de dar efetividade a esse trabalho. Por exemplo: em 2010, nós finalmente conseguimos aprovar uma instrução normativa entre os Ministérios, a instrução normativa de pequenas culturas, de culturas de suporte fitossanitárias insuficientes, que, no nosso entendimento, era, de fato, a política pública mais adequada para corrigir a maior das idiossincrasias apresentadas em todos os programas de monitoramento: o aparecimento de resíduos de agrotóxicos em produtos que não tinham registro para aquelas substâncias, não estavam indicados em bula. Isso é um paradoxo regulatório. Não é uma questão simplesmente de agronomia, mas um paradoxo regulatório, porque nós temos as informações dentro do Governo – seja na Anvisa, seja no Ibama, seja no Ministério da Agricultura – sobre o espaço de segurança que existe para o uso dessas substâncias.

O que nos surpreendeu é que essa situação não só é brasileira. Nós temos essa situação no mundo inteiro. E nós tivemos oportunidade de estar, em fevereiro deste ano, em Roma, numa discussão internacional sobre a questão desses *minor crops* e foi ressaltado, Senador – eu queria até dizer isso aqui com muito orgulho –, que o Brasil foi o País que mais avançou, nos últimos cinco anos, nessa questão dos *minor crops*, mas não foi suficiente, porque, de novo, no último resultado de monitoramento tanto do Ministério quanto da Anvisa, nós identificamos culturas com suporte fitossanitário insuficiente, com identificação de produtos não autorizados para aquilo. Não basta simplesmente fazer uma política de fiscalização e obrigar o agricultor a não utilizar o produto de que precisa para controlar as pragas na lavoura. O importante é fazer uma política mais complexa e séria para que a gente possa atingir os nossos objetivos.

Ficou muito claro, e eu gostaria até de discordar de alguns colegas e concordar com outros – eu queria concordar aqui com a Dr^a Sérgio –, que é fundamental a múltipla visão de saúde, agricultura e meio ambiente com relação aos agrotóxicos. Isso é fundamental. Foi um avanço que nós tivemos, nos últimos vinte anos, incrível, porque pudemos, nós do Ministério da Agricultura, calçar os sapatos tanto da saúde quanto do Ministério do Meio Ambiente em alguns casos e entender quais eram as preocupações desses órgãos e vice-versa. Em muitos casos, a gente observou que tanto o Ministério do Meio Ambiente quanto o da Saúde entendiam qual era a política que o Ministério da Agricultura tinha que traçar em alguns momentos. Isso foi muito interessante.

Agora, eu tenho que discordar da Daniela, porque é uma obrigação do Governo fazer uma gestão mais razoável desses projetos. Apesar de existirem competências específicas, não faz sentido gastar US\$50 milhões em um programa e US\$46 milhões em outro que teoricamente vão convergir para o mesmo lugar, sabendo que existem outras áreas que não têm investimentos mínimos para poder corrigir o problema e dar à sociedade o resultado que ela espera, que é a mitigação de riscos, que é a fiscalização mais efetiva, que é, talvez, a migração para um sistema produtivo diferenciado, o que o Ministério da Agricultura também apoia e fomenta, que é a agricultura agroecológica. Então, essas políticas têm que estar integradas.

Infelizmente, nós não temos no Brasil – e o Leandro colocou isso até com uma ênfase maior do que estou fazendo agora – algo que é preciso: a efetividade no trabalho que a gente faz. Nós temos nos esforçado muito para gerar informações, não temos conseguido ser competentes para comunicar essas informações de

maneira científica, razoável e com foco, assim somos vítimas de interpretações político-ideológicas desses resultados por diversos segmentos, porque os dados colocados de maneira superficial dão essa margem de interpretação tanto para quem é a favor, quanto para quem é contra. Então o governo é irresponsável ao colocar dessa forma, pois ele tem a obrigação de dar a interpretação científica e de segurança para aqueles dados ou não. Quer dizer, é o momento de dar alerta para a sociedade com relação às identificações que foram feitas? Ou não? Essa é uma obrigação do governo, e que não estamos fazendo. E o pior: não temos feito políticas efetivas para que isso não aconteça no ano seguinte, lembrando que os programas de monitoramento são os faróis que iluminam para trás, lembrando que todos nós já comemos esses alimentos no ano passado. Então, não houve identificação no monitoramento de resíduos, dizendo assim “não comam o pimentão porque ele está contaminado”. Não. Esse pimentão foi comido há dois anos.

Então, esse processo exige que se coloque um produtor rural sério – Dr. Alécio colocou muito bem –, e há uma heterogeneidade muito grande no Brasil, como bem colocou o Cléber. É importante que isto seja colocado na balança. É heterogêneo, é um pesadelo para o Ministério da Agricultura ter que tratar um ambiente tão heterogêneo como esse, de uma agricultura de altíssima tecnologia, que usa os insumos da maneira mais correta, conquista os mercados internacionais e alimenta o povo brasileiro e, ao mesmo tempo, ter um agricultura que precisa de uma atenção especial, de uma assistência técnica mais profissional.

É realmente um desafio grande, e entendemos que esse é o passo que tem que ser dado. Temos que dividir os esforços, manter os programas de monitoramento funcionando, comunicar melhor o risco, sem esquecer, Senador, de que precisamos de recursos para fazer o que te quem ser feito: políticas públicas, de fato, para resolver o problema. Tomara que, nos próximos anos – acho difícil que aconteça no ano que vem, provavelmente vamos estar juntos novamente –, em uma política de médio prazo, a gente consiga resolver esse problema definitivamente aqui, no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Agradeço, Dr. Luís Eduardo, sua participação.

Passamos, então, aos Senadores. O primeiro inscrito é o Senador Waldemir Moka, para fazer suas colocações.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Peço desculpas. Ouvi apenas uma parte, peço desculpas pessoalmente ao Dr. Luiz Cláudio Meirelles, mas tive que me ausentar por algum tempo.

Sou um crítico dessas audiências públicas em que se colocam um grande número de expositores porque isso dificulta o debate. Então, vários Senadores passaram, e temos um problema, que, é claro, é de estrutura da Casa. Sou muito tranquilo em relação a isso, porque, às vezes, a gente faz uma colocação e é mal-interpretado pelas pessoas, e o objetivo não é esse. Na hora em que se faz uma audiência pública, todos querem colocar uma representação para também ter direito, mas aí, acho que poderia ser em dois tempos ou, então, três ou quatro pessoas falam e você faz um debate, extrai realmente uma coisa que se possa depois recuperar. A própria comissão, depois, pode dizer: “isso aqui foi debatido em audiência pública e isso aqui é o consenso ou, pelo menos, a média do que se falou, do que se tratou lá.” Senão, vamos ficar ouvindo as representações. É claro que o debate é importante, mas eu gostaria que pudéssemos ser um pouco mais objetivos nessas questões.

Peço até desculpas ao jovem que estava falando, mas é mania de professor, já que dei aulas por quinze anos, e a gente acaba se manifestando. No entanto, evidentemente, não quis ofender ninguém com aquilo. Tenho certeza de que aquilo que ele falou também... tenho, jovem, trinta anos de mandato e nunca fui acusado de improbidade nenhuma durante minha vida. É só para deixar clara a nossa posição.

Quero dizer que a sua contribuição é importante, até para que possamos avaliar. Quero agora fazer a defesa do homem do campo, do produtor. Temos um problema, que é o seguinte: a Saúde, o Ministério da Saúde vai sempre olhar o seu médico. Então, é claro que o pessoal da Saúde vai sempre dizer: “olha, esse troço aqui vai fazer mal às pessoas, temos que retirar esse produto”. Isso, em alguma concentração, é muito maléfico. Muitas vezes, um determinado produto depende da concentração. Às vezes, só a inalação de um produto pode fazer mal, ao passo que outros precisam ter concentração. Então, há uma série de questões técnicas aqui, e o pessoal da Saúde vai ver.

O pessoal do Meio Ambiente vai dizer o seguinte: “isso aqui, em altas concentrações, via ferir o meio ambiente. Não pode ser usado, deve ser retirado.” E o produtor tem que produzir. E o produtor planta uma lavoura, mas tem uma outra questão: determinados produtos ele precisa colocar ali, senão ele não consegue colher. E ele tem uma preocupação.

Ora, se um produto passou pela Anvisa e está liberado para o uso, aí é verdade mesmo, nós precisamos colocar um pouco mais de responsabilidade no receituário daqueles que estão prescrevendo. Vai ter que ter isso, eu concordo. É como um médico que

prescreve uma receita e depois há uma contaminação. São essas questões.

Para finalizar, eu acho que é fundamental que Anvisa, Ministério da Saúde, Ministério do Meio Ambiente precisam conversar. E tem de ter na minha avaliação, Presidente, comandando isso. Tem que ter alguém que ouça todos vocês e em algum momento diga: não, a decisão é essa aqui.

Acontece que esse é um mercado que movimenta bilhões e bilhões de dólares. Às vezes, Senador Delcídio, Deputado Nelson Marquezelli, a própria indústria coloca um produto e vem pagando. Aí, o custo daquilo barateia porque é custo em escala. Então, a indústria muda uma estrutura molecular, um radical, e começa a dizer: “Olha, esse produto está fazendo mal à saúde”. E começa uma campanha para tirar aquele produto dali e já tem outro para ser colocado no lugar. Só que aquele que é colocado no lugar é muito, muito, muito mais caro. E aí justifica dizendo que é menos tóxico, faz menos mal à saúde, e o produtor tem que absorver todas essas questões. É isso que nos preocupa.

Faço coro, eu já disse ao Meirelles que temos que estruturar mais. É muito pouco técnico. Isso tem outro lado. Se são 1.600 processos e 46 técnicos para examinar e dar o parecer, o que vai acontecer? Um processo, que poderia ser decidido, ou pode ou não pode. Em 180 dias pode-se analisar um processo, principalmente em se tratando de genérico. Sou um defensor de genéricos porque eu acho que a indústria brasileira tem condições de fiscalizar melhor. São produtos nossos e não temos que ficar nas mãos de multinacionais. Há produtos na África e na Ásia que os caras vendem a oito dólares, para nós chega a sessenta.

E por que não conseguimos colocar isso aqui? Porque quando se fala de genérico, e isso vale para o humano, é a mesma estrutura molecular, é analisado. Se é um genérico, a primeira coisa que vão exigir é a mesma formulação química, o mesmo preço. Então, ele é um genérico. Há produto cuja patente já venceu em 2008. E, apesar de termos genéricos, não conseguimos.

E aí eu digo: isso é preocupante. Há desde a questão comercial, que envolve isso até discursos ideológicos. Às vezes até o cara é um inocente útil. O sujeito faz um discurso agressivo, do ponto de vista ideológico –contaminar, não sei o quê mais –, mas, sem querer, está protegendo grandes multinacionais que, naquele momento, têm interesse naquele discurso. Já vi isso acontecer.

Então, o que temos de fazer? Temos de nos isentar disso, ter uma preocupação com o consumidor. É evidente, nós estamos falando da vida das pessoas. Essa é a minha primeira preocupação, até pela minha formação médica, mas eu não posso também deixar

de me preocupar que este País tem a função de produzir alimentos.

Eu já vi aqui uma discussão sobre orgânicos. E aí falam: podemos fazer isso em grande escala? Por favor, o produtor rural não coloca o agroquímico ou o defensivo porque ele quer, até porque isso custa muito caro. Se ele pudesse fazer isso aí e não usar e baratear o custo dele, ele faria. Essa é a questão. Não pensem que o cara é cruel mesmo, joga aquilo lá para envenenar as pessoas. Não é isso, pelo amor de Deus, gente! Aí, nós estamos numa visão completamente distorcida da realidade. Não existe isso. Nós precisamos realmente de condutas. Na hora em que se juntarem laboratórios em maior quantidade e mais estruturados, tudo bem.

Fundamentalmente, em algum momento – o Ministério da Saúde tem um parecer; o do Meio Ambiente tem; o Mapa tem –, alguém acima fala: “Bom, a decisão está aqui. Na média, o que nós vamos fazer é isto aqui”. E nós vamos decidir, porque, senão, insisto em dizer, não é à toa que a Alemanha, que é deste tamanho, tem os três maiores laboratórios, ou seja, as maiores indústrias produtoras de agroquímicos estão na Alemanha. Se não venderem para o Brasil, os grandes países vão vender para quem? Então, há mesmo um interesse comercial nisso muito grande, e nós não podemos, às vezes, tirar o fio daquilo que é importante.

O que é importante? Para finalizar, Sr. Presidente. O importante, primeiro, é que a Anvisa esteja estruturada, com gente capacitada, com técnicos sérios, que eu sei que existem, e em quantidade, para dar uma resposta aos processos.

Entrou um processo aqui há 180 dias, seis meses. Nós temos que dizer: “Olha, isso dá para ser colocado no mercado. Isso dá”.

Cito outra questão relativa à patente – há até um projeto aqui. Uma pessoa não pode registrar uma patente e ficar por dois anos com essa patente aprovada sem colocar o produto no mercado para ser comercializado. Isto se chama demanda reprimida: uma pessoa patenteia algo e não deixa entrar outro produto semelhante àquele.

São essas as coisas que eu quero discutir com vocês. E quero discutir, com toda a minha sinceridade, dando prioridade ao ser humano.

Para aqueles que não me conhecem, eu não tenho nenhum interesse nisso. Eu não sou agricultor, eu não planto, eu não crio gado, eu não tenho propriedade rural. Acho que posso falar nesse tom, porque não estou advogando em causa própria. Estou querendo apenas que continuemos tendo uma agricultura competitiva.

Vou finalizar dizendo que o Brasil tem trinta e poucos bilhões de dólares de superávit. A indústria teve

uma defasagem de 34 bilhões. Quem está mantendo esse superávit na balança comercial? Senão a nossa economia já estaria... É exatamente quem? Grãos, *commodities* de minério e carne. É a nossa vocação. Por isso, eu tenho essa preocupação.

O meu Estado – aí vai a resposta – é o Mato Grosso do Sul. As escolas públicas de boa qualidade, os hospitais dependem da economia do meu Estado. Eu tenho que defender homens e mulheres de mãos calejadas que geram riqueza, emprego, renda e superávit da balança comercial de trinta e poucos bilhões. Nós pagamos uma conta que estava negativa – a corrente da indústria – e geramos um superávit de mais trinta bilhões. O conjunto dá sessenta bilhões. “Ah, mas isso não é importante.” Eu acho que é importante, porque, se não houver uma economia forte, não vai haver saúde de boa qualidade, educação de boa qualidade. Nós precisamos tratar isso com seriedade aqui.

Normalmente, sou o primeiro a chegar – o Presidente sabe disso – e o último a sair. Vão vindo as pessoas porque querem tirar dessas audiências públicas alguma coisa que seja objetiva. Espero que possamos implementar isso para a população realmente seguir.

Eu tenho certeza de que cada um de vocês faz o melhor do que precisamos. Talvez tenhamos, meu Presidente, de sentar – nem precisa ser uma audiência pública – com a Anvisa, meio ambiente, agricultura. Como vamos fazer isso? Será que precisa mudar a estrutura? É a Casa que tem que ir lá conversar com a Chefe da Casa Civil? Essa estrutura precisa de um comando. Esse comando precisa realmente fazer com que as pessoas possam, em algum momento, obter decisões mais rápidas. Agora, não posso culpar a Anvisa, que tem 46 técnicos e 1.600 processos para dar parecer. Aí realmente não posso culpar.

Desculpo-me com aquelas pessoas que eu não tive oportunidade de ouvir.

Feijó, se de alguma forma você se sentiu ofendido, eu não tenho dificuldade nenhuma. Sou um homem humilde. Eu só observei. Isso é mania de professor. Eu não tive intenção nenhuma de criar nenhum tipo de constrangimento. Ao contrário, quero louvar sua participação aqui. Posso até divergir dela, mas audiência pública tem essa finalidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Moka, pela sua participação.

Audiência pública é exatamente para debatermos, ouvirmos e colocarmos nossa opinião, nossa sugestão.

Agradeço a presença do nosso Deputado Nelson Marquezelli aqui junto conosco.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB – SP) – *(Inaudível. Fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Imagina. A sua experiência é muito grande nessa área, tem muito a nos ensinar.

Passo a palavra ao Senador Delcídio do Amaral, para fazer as suas colocações.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, hoje estamos com quatro comissões funcionando ao mesmo tempo: Agricultura, Infraestrutura, Ciência e Tecnologia e Relações Exteriores. Quando cheguei aqui, os últimos expositores já estavam concluindo as suas falas. Então não pude acompanhar de perto e por isso peço desculpas, é que a gente fica dividido entre uma comissão permanente e outra, e é muito complicado.

Eu ouvi algumas exposições aqui, rapidamente, agora ouvi o Senador Moka, que é do meu Estado, Mato Grosso do Sul, um Estado onde o agronegócio tem um papel preponderante, como V. Ex^a sabe muito bem, assim como o meu querido Deputado Nelson Marquezelli. Ele tem um vínculo forte com o nosso Estado e tem um vínculo forte com o agronegócio.

Este é um assunto muito importante. Eu fiquei impressionado, pelo o pouco que ouvi aqui, com a total descoordenação dos órgãos diretamente envolvidos com essa questão. Ouvi inclusive membros do governo admitindo isso. Não somos nós, Parlamentares, que falamos isso, mas membros do governo. E eu acho, até por muitas razões aqui que o Senador Moka elencou, temos, pelo que representa o agronegócio no Brasil – falo em agronegócio num sentido mais amplo –... Não dá para continuar desse jeito. Eu, pessoalmente, acho que essa descoordenação é inaceitável, por tudo que representa o agronegócio não só no nosso Estado, Mato Grosso do Sul ou em São Paulo, Estado do Deputado Nelson Marquezelli, mas para o Brasil.

Nós estamos falando aqui de resíduos de agrotóxicos em alimentos. Ficou muito nítida a falta de diálogo entre os principais envolvidos no governo, aqui, mais claramente, a Anvisa, o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Agricultura, a Embrapa. Eu acho que nós precisamos fazer uma varredura nesse setor do agronegócio para que ele, efetivamente, corresponda ao que o Brasil representa sob o ponto de vista de produção de alimentos. Não dá! Nós estamos querendo administrar agronegócio num momento em que as disputas, a concorrência internacional exige cada vez mais competitividade, exige cada vez mais compromisso com sustentabilidade, com o meio ambiente, com o controle de agrotóxicos. Nós não podemos continuar dessa maneira. Com todo respeito, isso não é de agora, Moka. É uma visão antiquada, uma visão

absolutamente retrógrada no que se refere ao que o agronegócio representa.

E essas providências, como foi dito aqui, alguns expositores até com mais veemência que os outros, mas o que sentimos é o seguinte: nós estamos sem ação, porque não conversamos. Então, isso é triste, sem falar em questão de saúde pública e outras preocupações absolutamente vitais.

Eu estou vendo aqui que a Embrapa apresenta ações para 2012 com foco na agricultura verde e tal; Rio+20. Acontece a Rio+20, aí aparece uma porção de boas ideias, que já deveriam ser implementadas não em função da Rio+20, mas em função de toda uma política de governo nessa área.

Nós temos que analisar a questão do próprio posicionamento da Embrapa nesse processo, o dos pesquisadores, como foi muito bem dito aqui.

Assim como o Senador Moka falou da Anvisa e dos quadros do Ministério da Agricultura, do MMA, nós temos que ter gente qualificada e pessoal necessário para corresponder ou para responder às demandas da sociedade. Afinal de contas, nós temos compromisso com a sociedade. Todos nós que estamos aqui temos compromisso com as pessoas. As pessoas são a razão de ser das políticas públicas governamentais e da nossa atuação aqui como Parlamentares.

A Embrapa não tem perna para tocar adiante o que ela, efetivamente, precisa fazer não só pelo País, mas com uma política vigorosa em outros continentes.

Agora, recentemente, visitei o Sudão. A África é um continente interessante: tem um solo extraordinariamente rico, e o povo passa fome. No Sudão, na região que visitei, a terra – para V. Ex^a ter ideia do que é isso aí –, o Ph é 7,5. Não precisa nem calcário. A terra é riquíssima. A imagem do Brasil é extraordinária; a imagem da Embrapa, fantástica; mas não temos estrutura para fazer frente a esses desafios, porque quem não tem estrutura para segurar os bons profissionais... A Embrapa tem profissionais de extrema qualidade. Se continuar desse jeito, vai perder gente.

Agora, estamos fazendo um debate na Embrapa para abertura de capital, que os retrógrados falam que é privatização. Privatização, coisa nenhuma! É abrir capital, agregar mais conhecimento, capitalizar a Embrapa para ela cumprir missões importantes. E aí começam a levar para o outro lado: ah, vamos privatizar a Embrapa, a propriedade intelectual. Tudo isso foi muito bem cercado, porque todo mundo sabe o que é propriedade intelectual. É fruto do trabalho dos pesquisadores competentes que a Embrapa tem.

Os processos que vi de capitalização... O Banco do Brasil, alguém tem alguma dúvida de que a capitalização do Banco do Brasil funcionou bem? Alguém tem

alguma dúvida de que a capitalização da Petrobras, com o governo mantendo o controle da Petrobras, não foi melhor para a companhia? O que é a Petrobras fechada e o que é a Petrobras hoje, com todas as mazelas? E aí nós estamos discutindo, como diz o Caetano Veloso, a eternidade da maçã com relação à Embrapa, inclusive com dirigentes preocupadíssimos com esse impacto. Não gostam nem de falar sobre esse assunto. Inacreditável! E com o agronegócio representando o que representa, como disse o Senador Moka muito bem. No momento em que a indústria patina, arrasta a barriga, o agronegócio vira o jogo.

Então, o importante desta audiência pública, Sr. Presidente, é que serviu, como as audiências públicas de que temos participado para esclarecer uma série de questões, especialmente ouvindo pessoas especializadas e pessoas que estão no dia a dia desses assuntos, mais especificamente nesse caso aqui de resíduos de agrotóxicos, mas precisamos mudar muito. Precisamos ter coragem e ousadia para, efetivamente, azeitar a máquina do governo principalmente com relação a esse setor, que é extraordinário, sem também deixar de compreender como os negócios acontecem.

Agrotóxico, o movimento que essa indústria promove é extraordinário. Então, temos que ter políticas públicas claras até também para não ficar à mercê de gente que faz um determinado discurso, que aparentemente é muito bonito, mas, na verdade, os interesses são outros. Temos que criar mecanismos e uma gestão à frente do agronegócio que, efetivamente, apaguem, de uma vez por todas, o proselitismo e a hipocrisia, que, lamentavelmente, prejudicam o Brasil. Pessoas que vêm com discursos maravilhosos – não estou falando em função desta audiência pública; estou falando de uma leitura de outros temas que nós aqui tratamos –, mas, na verdade, os interesses são absolutamente mercantilistas, quando não são interesses internacionais e outras coisas mais.

Então, só quero aqui, primeiro, constatar. Precisamos trabalhar muito aqui, na Comissão de Agricultura, para, efetivamente, promover esses ajustes, ajudar o governo a arrumar a casa, ajudar o governo a estimular esse diálogo franco, esse diálogo que é absolutamente necessário para que a sociedade seja protegida, e sabendo muito bem separar aquilo que é importante para a população e aquilo que é importante para aqueles que tentam, em função exatamente dessa descoordenação, se aproveitar dessas nossas falhas. E quero dizer que vejo isso sistematicamente.

Eu me lembro de quando nós, na CPI dos Correios, fizemos uma avaliação dos instrumentos de monitoramento, de controle de combate à ilegalidade, enfim, dentro da estrutura do Governo Federal. Nós

chegamos à mesma conclusão: que tem um departamento de recuperação de ativo que não conversa com o Coaf, que não conversa com a Receita. É um negócio inacreditável.

Então, acho que precisamos de gestão, porque, tendo gestão, vamos ter uma máquina pública em condição de atender à sociedade. A discussão é da sociedade, é do País.

E quero, mais do que nunca, registrar aqui a importância desse debate que V. Ex^a tem aqui promovido. Quero dizer que vou apresentar, na próxima reunião, fruto até desse diálogo que tivemos aqui, alguns requerimentos para aprofundar esse assunto e para discutir agronegócio de maneira mais ampla, como sei que é a intenção do Senador Moka e dos outros Senadores e Senadoras aqui da Comissão, especialmente da Presidência, que vem conduzindo com extrema competência e espírito público os trabalhos da Comissão de Agricultura.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Delcídio.

Senador Moka, Deputado Marquezelli, pedi esta audiência, Senador Moka, pela nossa preocupação com os alimentos que a população brasileira está consumindo, mas saio desta audiência mais preocupado ainda, em saber que o Brasil, que quer ser o maior produtor de alimentos do Planeta, nos próximos dez anos, que tem na nossa economia – a nossa balança comercial hoje é pautada pelo agronegócio – e fico preocupado, Deputado, em saber que a estrutura de governo que temos não dá vazão àquilo que estamos produzindo, não tem a capacidade de atender à nossa demanda, e que o produtor rural, que é quem produz, que faz essa balança comercial brasileira ser positiva, quer produzir o melhor alimento para a população brasileira e para a população mundial, mas não tem assistência técnica do governo, não tem acompanhamento do governo.

Quando ouço do próprio governo que não estamos concatenados entre saúde, agricultura, Anvisa e Embrapa, realmente é um assunto que precisamos, Senador Moka, debater mais vezes aqui, na Comissão, e dar uma sugestão, criar um aviso para que o governo possa realmente fazer frente a essa demanda reprimida, possa atender à necessidade da população brasileira. Nós não estamos falando aqui apenas do agricultor. Agricultor é o que produz, mas quem consome somos todos nós, toda a população brasileira. E é esta a nossa preocupação: dar essa qualidade de vida melhorada à população brasileira.

Teríamos vários assuntos aqui, mas temos que ter bastante cuidado, porque, se levarmos muito a fundo o que foi colocado aqui, nós vamos deixar a população

em pânico, pois ouvimos que não temos capacidade de medir a qualidade dos alimentos que nós estamos consumindo. Então, nós temos que ter muito cuidado em não levar essa situação dessa forma à população, porque estaríamos criando certo desconforto e preocupação a toda população.

Eu quero propor – e vamos fazer isso na próxima reunião –, assim como também o Senador Delcídio disse que vai trazer novas metas e sugestões, vamos ter que debater este assunto com mais profundidade, Senador Moka, para que a gente possa ajudar o governo a se organizar.

Pois não, Senador Delcídio.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Eu só queria fazer coro às conclusões de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Delcídio.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Eu vi agora recentemente um documentário sobre o Chacrinha. O Chacrinha tinha uma frase emblemática. Ele dizia assim: eu não vim aqui para explicar; eu vim aqui para confundir.

Eu confesso que, pelo pouco a que assisti aqui, saí mais confuso que entrei, exatamente por causa dessa falta de diálogo e dessa coordenação maior, que é absolutamente exigível especialmente num caso como este.

Eu não vim aqui para explicar. Eu vim aqui para confundir. Confundi mais ainda.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – O problema, Senador Delcídio, é que essa é a realidade da ação do governo com relação aos agrotóxicos. Já aprovamos aqui os genéricos, não é, Senador Moka? Mas os genéricos não estão nas nossas prateleiras. Ainda não chegaram. Não chegou ao ponto de o nosso agricultor ter acesso ao agrotóxico genérico, pela qualidade, pelo preço e por várias razões que são importantes. Nós utilizamos os genéricos como remédios, mas o agricultor não consegue utilizar o genérico para produção agrícola, Deputado. É um assunto em que precisamos avançar rapidamente.

Nós aqui tivemos o cuidado de andar com esse tema com rapidez. Foi concluído, foi aprovado e está em fase de conclusão em alguma comissão não aqui no Senado, mas, se não me engano, na Câmara dos Deputados. Aqui já conseguimos avançar e demos a celeridade necessária para a importância do tema.

Eu não quero mais me prolongar.

Vou pedir aos nossos convidados que utilizem um ou dois minutos para fazerem as suas conclusões finais sobre o tema.

Passo, então, ao Sr. Luiz Claudio Meirelles, da Anvisa.

O SR. LUIZ CLAUDIO MEIRELLES – Eu penso que o Brasil é confuso, é confuso em várias áreas. Eu, como cidadão, vejo isso. E a gente sente falta de muita coisa no País. A gente tenta fazer o nosso melhor, como instituição, para poder melhorar as condições de trabalho.

Vou dar um dado que é o seguinte: a gente está fazendo um seminário sobre mercado e regulação de agrotóxicos. Por exemplo, falou-se aqui de genéricos. Hoje há mais de 200 registrados. Quando a gente olha o que estão pleiteando, 40% dos que estão pleiteando para registro são apenas de oito ingredientes ativos. Cinquenta por cento dos produtos que o governo investiu em termos de trabalho sequer vão ao mercado. Metade do trabalho que o governo investe é jogado fora, porque as empresas não botam isso para o produtor na prateleira.

Então, é importante registrar essa discussão aqui.

Cinquenta e três por cento das empresas que estão instaladas no Brasil, muitas não terão condição de cumprir a lei no caso de um acidente com população ambiental, porque elas são apenas escritórios. E a lei é muito clara no sentido do que elas devem cumprir. Mas elas são apenas escritórios. Elas importam, distribuem, e acabou. Se acontecer qualquer problema, quem vai pagar é o contribuinte, não é? Essa questão.

Então, eu queria chamar a atenção para esses fatos, e queria deixar o convite, aqui na Comissão de Agricultura, para esse evento, que vai ser muito importante no agregar elementos de como é que esse mercado está estruturado, para tirar o peso e a culpa dos órgãos de registro em relação ao trabalho que vem sendo feito.

Os órgãos de registro, à luz da sua precariedade, chamo a atenção, Senador Moka, que 46 é o total, não é só a Anvisa não; a Anvisa tem 21 técnicos. É o total da Anvisa, Ibama e Mapa. São os três órgãos para dar conta disso. Agora, temos construído muito coisa ao longo desses anos. Construímos toda a avaliação por equivalência, equiparando a nossa capacidade de análise àquela dos países mais respeitados do mundo, e eu acho que eu tenho de registrar isso aqui. A gente não está atrasado. Nós somos hoje referência em toda a América Latina, no Caribe, em relação a essa qualidade da análise ambiental, que envolve os três órgãos, que têm uma relação que pode não parecer harmônica aqui na Mesa, mas que tem trabalhado conjuntamente, em vários momentos, para construir normas e desenvolver uma série de ações para dar conta do problema que o Brasil hoje enfrenta por ser um grande usuário de uma substância que, na sua origem, é tóxica.

Muito obrigado.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)

– Dr. Luiz Cláudio, Senador Acir, eu acho que, especificamente quanto a essa questão da Anvisa, essa quantidade de 46 técnicos, nós precisamos focar isso, porque às vezes, por trás disso, não há vontade política de se estruturar melhor. É isso que estou dizendo. E isso funciona para os dois lados, porque claro que um mais estruturado vai fiscalizar melhor; agora, mais estruturado você vai poder dar resposta dos pedidos, dos processos, com mais agilidade. É disso que estou falando.

Vamos discutir qual é a estrutura que hoje tem a Anvisa, o Meio Ambiente, o Mapa, para tratar, como ele disse: R\$40 milhões é o Orçamento, para um negócio que movimenta mais de R\$10 bilhões, com certeza. É a mesma coisa da carne. É um negócio que traz para o País R\$5 bilhões e, na hora de se colocarem recursos para a Vigilância Sanitária, não se consegue colocar R\$400 milhões para estruturar os órgãos de defesa ambiental e vegetal nos Estados.

Então, aí é que está. Acho que, entre outras coisas, esse é um foco: a prioridade no governo. Então, vamos ter como prioridade estruturar esses organismos. E ele está dizendo: somos referência; imaginem se, em vez de 46, nós tivéssemos 146 ou 150, que *show* não seria a nossa estrutura aqui!

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT

– RO) – Com a palavra a Dr^a Daniela Buosi.

A SR^a DANIELA BUOSI – Obrigada.

Eu queria só deixar uma mensagem final. Eu sempre fico muito incomodada quando a gente fala de um tema e o próprio governo não tem uma... Eu acho que a gente nunca vai ter um discurso unânime, de consenso, acho que é até saudável, salutar que seja assim, mas eu não sei se a gente tem de entender como uma descoordenação ou como interesses diversificados. A gente não conseguir ter o mesmo discurso do Ministério da Saúde, do Ministério da Agricultura, do Ministério do Meio Ambiente. Mas eu acho que a gente tem de entender qual é o problema. Eu acho que a gente vem no caminho disso, eu acho que a forma como isso foi colocado talvez tenha parecido uma descoordenação absoluta, mas eu acho que não é assim que as coisas acontecem.

O Luiz Cláudio colocou aqui, e a discussão que acontece no âmbito do CTA, que junta esses três Ministérios, que procura justamente isso, que a gente possa fazer o melhor pela população brasileira.

Existe já uma iniciativa da Casa Civil, eu acho que entendendo essa diversidade de pensamentos e diversidade de focos para o mesmo tema. Não é só agrotóxico que a gente encontra assim; há pouco tempo, tivemos a questão do amianto; são visões diferencia-

das. Se estivéssemos aqui discutindo, o Ministério da Saúde estaria defendendo uma posição, o Ministério do Meio Ambiente, bastante coeso com o Ministério da Saúde, e o Ministério de Minas e Energia está defendendo. É o negócio deles.

Por isso eu coloco que um programa único para monitoramento é inviável, porque cada um tem seus interesses, e é salutar que cada um mostre o seu ponto de vista. Não vai haver como a Saúde ter o mesmo ponto de vista da Agricultura, enfim. Mas é importante que cada um coloque o seu ponto de vista, para que a gente possa, aí, sim, ter um consenso do que pode ser utilizado em prol da saúde da população. O final que a gente quer é isto: é ter o meio ambiente equilibrado, é ter a saúde da população preservada.

Então, eu acho que a Casa Civil já entendeu essa descoordenação de entendimentos, vamos colocar assim, pelos interesses diversificados, e está buscando... Já fizemos duas reuniões. O de que me ressurto muito é que essas pessoas que estão ali defendendo os seus Ministérios... Essa discussão é muito mais ampla: envolve o Ministério da Justiça, envolve o Ministério do Desenvolvimento Agrário, envolve o Ministério do Desenvolvimento Social, o Ministério da Previdência, o Ministério do Trabalho. Todos estão envolvidos, porque cada um tem a sua competência, a sua responsabilidade em cima do tema de agrotóxicos. Não são só estes Ministérios que estão aqui hoje.

Então, eu tenho esta mesma visão. Eu fui a primeira a falar, e não gosto de ser a primeira a falar, porque depois vem uma série de outras pessoas que colocam coisas – e até não sei se fui muito clara, às vezes, no que disse –, dizendo que a gente coloca de uma forma ou de outra. Enfim, não é isso. O que a gente tem buscado mesmo é a unificação em prol... Estamos todos buscando isso. Como o Senador colocou, ninguém quer colocar veneno em lugar nenhum para fazer mal de propósito, mas o mau uso ocorre, o dano na saúde está ocorrendo. Nós temos muitos casos de intoxicação notificados no Brasil, e a subnotificação é enorme, a gente sabe disso.

Então, precisamos, sim, fortalecer os nossos processos. Precisamos, sim, ter laboratórios que tenham capacidade. O recurso é limitado. O recurso não só financeiro, mas humano é limitado, mas nós temos uma capacidade de resposta no Brasil muito grande. O que a gente precisa é potencializar, para que essa resposta realmente possa ser dada no nível em que a população merece receber essa resposta. Eu acho que é isso o que está faltando ainda hoje neste País.

Eu acho que cada Ministério aqui tem a sua competência, tem a sua responsabilidade, acredito que esteja, sim, fazendo o seu melhor, mas acredito que

cada um deve ter o seu monitoramento. Nós temos um informe que já fazemos há seis anos, em que nós unificamos as informações dos sistemas de informações que tratam da questão da intoxicação – Sinitox, Tusinam. Trazemos também informação nesse mesmo informe – esse se chama informe unificado – de qualidade da água, o que tem de agrotóxico na água.

O que a gente procura fazer com isso? Levar à população a informação de maneira unificada. Mas a Anvisa continua com os processos dela dentro da competência dela; nós, do Ministério da Saúde, vendo a vigilância da qualidade da água para consumo humano. E queremos ampliar isso cada vez mais: que a ANA faça isso para suas bacias, para que a gente saiba a qualidade da água bruta. Obviamente, se o Ministério da Agricultura também tiver suas informações, que a gente possa ter isso no mesmo informe público, acessível à população, mas que cada um tenha, sim, os seus processos de monitoramento, porque são diferenciados.

Eu queria só, por fim, ressaltar que eu acho importantíssimo este momento, é um debate extremamente apaixonante, é um debate em que todos nós podemos debater por semanas, meses, cada um defendendo o seu ponto de vista, mas precisamos chegar a um consenso. Precisamos, como o Luiz Cláudio colocou aqui... A Anvisa tem o seu papel, mas está limitada dentro da sua capacidade de responder de uma maneira, por vezes, até mais rápida, mas também temos uma série de processos jurídicos que impedem que essa resposta seja um pouco mais rápida, dentro daquilo, como o Senador colocou, de 180 dias.

Precisamos harmonizar, eu acredito. Não é uma descoordenação. Acho que há uma falta de harmonização dentro dos processos, mas entendo que cada um, dentro da sua competência, está aqui buscando fazer o seu melhor, sem dúvida alguma.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr^a Daniela Buosi.

Concordamos também com que cada um faz o seu melhor, não há dúvida. Dentro da capacidade de que se dispõe de infraestrutura, cada um faz o seu melhor. Nós entendemos é que todos nós, incluindo Congresso, Governo, precisamos ajudar para avançar com mais rapidez em relação ao auxílio ao nosso produtor e ao nosso consumidor.

Passo a palavra ao Cleber Folgado.

O SR. CLEBER FOLGADO – Eu só queria fazer também três considerações para reforçar talvez alguns elementos na exposição que, até em função do tempo, não ficam muito claros. De fato, a gente precisa garantir estas audiências com mais tempo, com mais reflexão, não só para gerar informações, mas para gerarmos –

acho que o companheiro colocou bem – ações concretas, propostas de ações concretas. E, na nossa avaliação, a gente traz uma questão que temos discutido muito aqui. Assim como na década de 50, 60, ou se a gente pega 75, quando no plano de desenvolvimento foi construída uma política de crédito, construída toda uma estrutura para que os agrotóxicos se fizessem presentes na agricultura e que gerou um ciclo vicioso. Isso é importante a gente entender: é um ciclo vicioso. Hoje, o pequeno agricultor, às vezes, ele quer sair dessa produção com agrotóxico, mas é difícil. E isso a gente comunga, porque o ambiente está totalmente desequilibrado, e em ambiente desequilibrado a praga vai atacar.

Então, pensando nesse sentido, nós acreditamos que precisamos construir um plano de transição para a agroecologia. Então, não é pensar que de hoje para amanhã nós vamos banir os agrotóxicos no País. Não é disso que a gente está falando. Agora, a gente está dizendo que há ingredientes ativos, que há agrotóxicos que, sim, são muito prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, e que nós já temos tecnologia e conhecimento para poder tirar isso do mercado e poder dar passos num processo de construções onde a gente possa investir numa política de crédito, onde a gente possa investir em pesquisa – aqui muito bem lembrado em relação à Embrapa. A Embrapa ficou um bom tempo sucateada. A gente pega hoje o orçamento da Embrapa e às vezes as pesquisas que foram feitas foram feitas de competência com as empresas de produção de agrotóxicos. Nós não precisamos fazer pesquisa de competência, nós temos é que buscar construir coisa nova. E, nesse sentido, nós temos profissionais qualificados; o que a gente precisa é de investimento nesse campo para poder fazer com que essa vocação do Brasil não seja uma vocação de país maior produtor agrícola do mundo, maior produtor de alimentos. Acho que a vocação do Brasil é ser o maior produtor de alimentos saudáveis do mundo, e para isso nós temos clima e condições suficientes para poder fazer. Então, vai precisar dessa construção.

E somente para concluir, dizer que nós, como campanha que reúne as principais organizações do campo, hoje, Contag, Via Campesina, enfim, temos hoje mais de 50 organizações dentro dessa campanha, desde organizações ligadas à saúde, como é o caso da Associação Brasileira de Saúde Coletiva – Abrasco; temos construído muitas informações com a Fiocruz, com o Incra; aproveitar das informações que têm produzido os diferentes ministérios para pensar nesse processo. Nós temos condições e acreditamos que precisamos, nesse processo, não somente melhorar o diálogo – e aí acho que entre os órgãos competentes,

e é exatamente isso que a Daniela coloca, existe conflito de interesse e isso é até importante para a gente saber que vivemos em uma democracia, e na democracia é isso mesmo: os interesses são colocados de formas diferentes e precisamos construir consensos.

E, nesse sentido, nos colocamos à disposição para construir consensos que possam vir preocupados com a saúde e com o meio ambiente do País.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Cleber.

Dr. Alécio Maróstica, do CNA.

O SR. ALÉCIO MARÓSTICA – Eu saio daqui do mesmo tamanho que entrei. E como disse o Senador, eu não vim aqui para trazer confusão. Mas eu gostaria de ter clareza a respeito disso aqui. Se é para nós, que produzimos direito – tem um grupo de produtores que quer produzir direito – com responsabilidade, chegarmos a um ponto de um novo levantamento, não falar de onde vem, quem fez, e aqueles que fizeram direito pagar a conta, quer dizer: que país é este? E é isso que acontece: nós produzimos direito, sabemos que não tem resíduo, e temos que jogar fora toneladas e toneladas de batata, de cenoura, de pimentão logo depois de uma notícia como essa que saiu na televisão. E o pior disso é que, quando nós colhemos e temos que jogar fora, aí se eu jogar concentrado o Ibama vai lá e nos multa. Quer dizer, se produzir direito também vira bandido. Que país é este?

Que vocês tenham que se estruturar, tudo bem; se a Anvisa tem que se estruturar, se a saúde tem que se estruturar, isso não é um problema do produtor. Agora, não pode pagar a conta pela falta de estrutura e pelas inconsequências que estamos vendo aí. Isso nós não queremos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado Dr. Alécio.

Com a palavra a Dr^a Karen Friedrich.

A SR^a KAREN FRIEDRICH – Eu gostaria de colocar somente a nossa interpretação aqui, que é científica. Então, o colega colocou que existe pouca interpretação científica nos dados de vocês.

Eu não quero causar pânico na população, mas, talvez, pânico em quem tem as rédeas da situação. A situação é para pânico sim. Esses alimentos possuem limites acima do que é preconizado pela Anvisa, eles apresentam risco, sim, à saúde. Por quê? Porque esses dados, esses limites são baseados em estudos científicos, seja em animais de laboratórios, em estudos epidemiológicos. Então, se a partir daquele estudo se mostra que uma dose X é segura, esse limite é calculado em cima dessa dose, em cima do que se consume daquele alimento pela população brasileira. Então, poucos miligramas que ultrapassem no pepi-

no, no pimentão, no abacaxi, isso pode, sim, chegar nesses limites que, experimentalmente, ou a partir de pesquisas científicas, são perigosos à saúde e que causam efeitos no longo prazo, são muito danosos e isso, realmente, é um risco.

Essa é a interpretação científica que nós da Fio-cruz temos. Nós fizemos um levantamento no âmbito do Fórum Estadual de Combate ao Impacto do Agrotóxico, no Estado do Rio de Janeiro. Então, como exemplo – vou tirar o pimentão da história – vamos pegar a banana, que geralmente não é um vilão, mas se ela tem mais de um ingrediente ativo presente acima do limite de resíduo, e se cada um, por exemplo, causa um efeito sobre a reprodução masculina ou feminina, todos esses efeitos somados na banana vão causar um efeito à saúde humana.

Então, por isso a importância do PARA, do monitoramento, e como vocês também colocaram, mais importante ainda as ações que vocês vão tomar com esses resultados.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Agradeço à Dr^a Karen.

Passo a palavra à Dr^a Kênia Godoy.

A SR^a KÊNIA GODOY – Eu queria só fazer uma complementação. Vou colocar uma visão que estou tendo de toda essa discussão, que talvez tenha que ser revista, não a questão do Programa PARA, como é feito o monitoramento em si, mas pela maneira com que está sendo divulgado. Essa é a visão que estou tendo aqui e que acho que precisa ser repensada se for este o problema; achar uma estratégia, tanto a agricultura, na sua divulgação, como a Anvisa também, como divulgar isso.

E gostaria de complementar também essa questão do desvio do uso, que acho bastante importante; quando vocês falam assim: cada um dos órgãos está falando uma coisa diferente. Não. Nós temos, realmente, enfoques distintos, como foi colocado, de acordo com suas competências.

O Ibama, realmente, não participa desse programa de monitoramento em alimentos, mas nós participamos juntamente com outros órgãos – e o Rangel chegou a colocar da nossa instrução normativa, que é conjunta. Apesar de não fazermos isso diretamente, nós participamos das decisões conjuntas, nós temos grupos de trabalho, nos reunimos bastante para, se extrapolar um limite de resíduos, o Ibama estar participando. O Ibama tem dado prioridade junto. Quer dizer, os três órgãos têm trabalhado o máximo que nós podemos em conjunto para todas essas decisões que possam melhorar a saúde pública e o meio ambiente.

Então, eu não vejo assim que esteja cada um falando de uma maneira distinta. Muito pelo contrário.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr^a Kênia pela sua participação.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Deixe eu só fazer um aparte...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não. Por favor, Senador Delcídio.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Nós não podemos distorcer as coisas. Uma coisa é descoordenação ou harmonização, e outra coisa é o contraditório. Tem que ficar muito claro isso.

Nenhum de nós, aqui, está querendo impor o regime do pensamento único. Isso tem que ficar muito claro, porque se não começa a passar a impressão de que todo mundo tem que falar a mesma coisa. Não, cada um tem o seu papel aqui. Portanto, o contraditório é absolutamente fundamental.

O que estamos aqui discutindo é o seguinte: o contraditório, como disse aqui o Cleber, leva a um trabalho forte para se buscar um consenso; é no contraditório que a gente constrói as políticas. Mas, pelo que constatamos aqui, há dificuldades nesse sentido. Tanto é que foi admitido pela Daniela que a Casa Civil está fazendo uma série de reuniões para tentar ajustar as coisas.

Então, tem que ficar muito claro isso: ninguém está desqualificando o trabalho e as atribuições de cada um aqui, porque a gente sabe das responsabilidades de cada um. Mas o problema é que se não há esse trabalho de harmonização, por mais que cada área, que cada instituição faça um esforço desumano para cumprir com o seu papel, não adianta, porque é um movimento browniano, as coisas não se somam, não há sinergia. Aí é que nós estamos batendo.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)

– Eu gostei do movimento browniano! Fazia tempo que eu não o ouvia. Quando eu dava aula de Física ou Química eu falava muito.

Mas eu acho que o Senador tem razão. São coisas diferentes. O enfoque da saúde vai ser um; o enfoque da agricultura vai ser outro; o do meio ambiente, outro. Mas alguém, em algum momento, ouvindo o contraditório, vai ter que dizer: mas o caminho, a média é essa aqui; e daí vira política de governo, aí é uma coisa só. Então, eu acho que isso é fundamental.

Agora, o que não pode, às vezes, é acontecer de pessoas apaixonadas acharem que o ponto de vista do outro, que não for o que esta está defendendo, não serve para consenso. O que é ruim também. Então, consenso é consenso, aquilo que é a média, mas, tem que ter, se não vamos ficar eternamente nesse puxa para um lado, puxa para o outro, e as coisas não avançam e você não chega ao final.

Eu acho que aí, realmente, é uma decisão política, e não é tão difícil assim. Em algum momento alguém vai ter que comandar esse processo. Não sei como será isso, se será por um decreto, mas a Presidenta, ouvindo os seus ministros, vai dizer: Olha, a forma correta, o comando está aqui com este ministério, ou está naquele ali; ou puxa para a Casa Civil. Enfim, em algum momento vai ter que ter uma decisão. Ou então vamos ficar com o argumento de que é um contraditório. Mas o contraditório, em algum momento, vai ter que virar um consenso para virar política pública.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Sem dúvida. Obrigado, Senador Moka.

Dr. Leandro Diamantino Feijó, do Ministério da Agricultura.

O SR. LEANDRO DIAMANTINO FEIJÓ – Eu acredito que agora, depois de toda essa discussão, o primeiro ponto é que eu saio muito feliz ou, talvez, mais confortável em saber que essa temática agora, mais do que nunca, está viva dentro da Casa. No ano passado nós tivemos a oportunidade de discutir essa mesma questão em relação a produtos veterinários na cadeia produtiva de bovinos. Foi na Comissão de Agricultura da Câmara, e agora com essa discussão, eu estou muito satisfeito. Vejo que o trabalho de vocês muito vai nos ajudar, por exemplo, lá na nossa casa, no Ministério da Agricultura, a fazer com que processos possam andar cada vez melhor.

Estamos discutindo uma questão e precisamos, mas do que nunca, sair daqui muito tranquilos e com uma maturidade muito bem estabelecida, porque temos que parar tudo, parar os processos e olhar para dentro, ver o que está errado, ver o que não está legal. Isso não é demérito para ninguém. E é ruim quando paramos para olhar, nos avaliar e verificar que talvez algum ponto não esteja tão adequado. Então, esse senso crítico vai ser importante. Eu acredito que esse é um dos objetivos desta audiência pública. Vamos ver onde a gente pode trabalhar melhor.

Todas as instituições aqui estão fazendo o seu melhor, mas tem assuntos que permeiam diferentes instituições e que são comuns. Será que podemos melhorar onde aconteçam esses assuntos comuns? Será que podemos ter uma melhor gestão dessas informações?

Então, acredito que isso fica talvez como uma lição, um ponto para melhor aprofundarmos. Lá na Agricultura nós colocamos todas as informações, toda a nossa estrutura à disposição da Comissão de Agricultura do Senado para aprofundamento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Leandro.

Com a palavra o Dr. Luís Eduardo Rangel, do Ministério da Agricultura.

O SR. LUÍS EDUARDO RANGEL – Obrigado, Senador.

Na verdade, fiquei satisfeito com pelo menos o Senador Delcídio e o Senador Moka terem captado, talvez, dois pontos críticos mais importantes nesse processo. Falta de estrutura. Não vou dizer falta de diálogo. Se nos fizemos interpretar mal aqui, de que existem discordâncias a ponto de falta de coordenação, eu lamento. Na verdade, existem discordâncias, sempre vão existir, porque nossas agendas são diferentes. E quando eu me coloquei contra a posição da Daniela, não é que eu seja contra necessariamente a Daniela; é uma visão diferente sobre esse assunto. Pelo contrário, o Ministério da Saúde e o Ministério da Agricultura têm agendas muito positivas.

Nesse caso, especificamente, há uma discordância em como conduzir uma determinada área, como o Leandro falou, que tenha zonas de sombreamento. E essas zonas de sombreamento têm ficado cada vez mais evidentes entre os ministérios; e é necessário, de fato, que haja uma coordenação, uma liderança. Isso já foi discutido e está em prosa e verso, relatado, inclusive, em nossas atas do CPA.

Mas eu fico com certa desesperança e estou muito preocupado, porque no final das contas – acho que foi colocado aqui até pela sociedade organizada, isso é público e notório e o Senador Moka colocou – a nossa estrutura lá na Agricultura, dentre os três ministérios, é a que tem menos pessoas. Eu sei o que tem que ser feito, nós sabemos o rumo que tem que ser tomado, nós que colocamos claramente que precisamos ter mais efetividade nos nossos trabalhos, mas, infelizmente, não temos estrutura suficiente para atingir esses objetivos.

Só para vocês terem uma noção, eu tenho hoje oito técnicos e duas estão em licença maternidade. Eu falei aqui para o Senador que vou fechar para balanço este ano 2012, porque está bastante complicado.

Então, são nuances do processo de gestão, e é importante que esta Casa saiba disso para que nos ajude a reforçar também essa estrutura, porque competência e dedicação nós temos visto nesses 46 técnicos; são pessoas abnegadas, pessoas que sabem o que tem que ser feito, com compromisso com o que tem que ser feito. Mas, de fato, precisamos reforçar esse processo de gestão.

A Daniela colocou bem, a Casa Civil nos ajuda no que é necessário; não é a primeira vez que ela está envolvida nesse processo e o que a gente gostaria de ver é, de fato, que esse tema agrotóxico não venha para cá sempre como uma polêmica negativa. Nós que

estamos nesta audiência pública, aqui, queremos ser referência internacional na área de defensivos agrícolas e agrotóxicos.

Tivemos a oportunidade, agora em fevereiro, de dar lampejos dessa liderança, só que nós queremos ser, de fato, uma liderança internacional e mostrar que estamos no mesmo nível dos Estados Unidos, do Canadá, da Austrália, dos países grandes nesse processo.

Nós gostaríamos da ajuda de vocês para que possamos levar o Brasil para esse nível.

Muito obrigado pela oportunidade, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Luís Eduardo.

Agradeço aos nossos convidados pela presença, principalmente o Senador Moka, que contribuiu muito para esta audiência, o Senador Delcídio também contribuiu muito para a nossa audiência pública de hoje. Eu tenho certeza de que aprendemos bastante com os nossos convidados. E esse tema não vai ficar por aqui, nós vamos continuar esse debate, essa discussão para que nós possamos ajudar o Governo a fazer aquilo que é importante para a população brasileira, e dando essa estrutura de que o Governo precisa e de que os organismos governamentais precisam para ajudar a população brasileira.

Muito obrigado a todos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.

(Iniciada às 8 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 32 minutos.)

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE MARÇO DE 2012.

Às nove horas e quarenta e quatro minutos do dia sete de março de dois mil e doze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhor Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Ângela Portela, João Capiberibe, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Paulo Paim, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Aloysio Nunes Ferreira e João Ribeiro, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Anibal Diniz, Walter Pinheiro, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira, José Agripino, Gim Argello e Alfredo Nascimento. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O

Senhor Presidente, Senador Eduardo Braga, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 1: Projeto de Lei da Câmara n.º 176, de 2009**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Celso Rissomanno, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de especificação de data de postagem nas correspondências que encaminham documentos de cobrança, alterando a Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978.” O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira e o parecer favorável, com as emendas de nº 01-CCT e 02-CCT, é aprovado. **Item 2: Projeto de Lei do Senado n.º 111, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, que “Institui a Política Nacional de Tecnologia Social.” A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Ângela Portela e o parecer é favorável, com uma emenda apresentada. A deliberação da matéria é adiada. **Item 3: Projeto de Lei da Câmara n.º 141, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Silvinho Peccioli, que “Dispõe sobre o encerramento das atividades de uma instalação radiativa e a limitação de sua radiação residual.” O relator designado é o Senador Lobão Filho e o parecer é favorável, com a Emenda n.º 01-CMA. A deliberação da matéria é adiada. **Item 4: Projeto de Lei do Senado n.º 238, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que “Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para instituir a obrigatoriedade de as prestadoras de serviços de telecomunicações oferecerem planos de serviço para atendimento específico de pessoas com deficiência auditiva ou da fala.” O relator designado é o Senador Paulo Paim e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 01-CDH/CCT, aprovada por 08 (oito) votos. **Item 5: Requerimento n.º 4, de 2012**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Ângela Portela que requer “... nos termos regimentais, pelo presente, e em aditamento aos Requerimentos da CCT nos 06/2011 e 07/2011, para a realização de Audiência Pública em torno do tema “Plano Nacional de Banda Larga no País e as deficiências de atendimento na transmissão de dados via Internet, com ênfase na Região Norte, bem como os subsídios, subvenções e demais Políticas Públicas destinadas aos fornecedores desse Serviço”, a inclusão de novo convidado, no caso o Diretor-Presidente da Empresa Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A – Eletronorte, o ilustíssimo Senhor Josias Matos de Araújo, e em havendo deliberação favorável, que sejam tomadas as providências necessárias para a formulação do convite. Submeto o presente Requerimento à apreciação dos

meus pares da CCT, na expectativa da sua aprovação.” O requerimento é aprovado. **Item 6: Requerimento n.º 5, de 2012**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Eduardo Braga, que requer “... nos termos regimentais, pelo presente, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com convite ao Excelentíssimo Senhor Marco Antonio Raupp, Ministro de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação, para a realização de debates em torno do tema “Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – Ações do MCTI para 2012 – Programas de Governo para o Desenvolvimento da Atividade Inovativa no País”, e em havendo deliberação favorável, que seja agendada data oportuna.” O requerimento é aprovado. **Item 7: Projeto de Decreto Legislativo n.º 444, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO RUY BARBOSA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ruy Barbosa, Estado da Bahia.” O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 8: Projeto de Decreto Legislativo n.º 328, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DE MINAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Félix de Minas, Estado de Minas Gerais.” A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Ângela Portela e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 9: Projeto de Decreto Legislativo n.º 349, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CONCÓRDIA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina.” A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Ângela Portela e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo n.º 224, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA APARECIDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas na cidade de Aparecida, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo n.º 282, de**

2011, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO IGUATEMI LTDA.** para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio de Posse, Estado de São Paulo.” A relatora designada é a **Senadora Ângela Portela** e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n.º 305, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE MORRO DA FUMAÇA – ARCOMF** para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina.” O relator designado, ad hoc, é o **Senador Ivo Cassol** e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo n.º 392, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV PLANÍCIE LTDA.** para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro.” O relator designado, ad hoc, é o **Senador Ivo Cassol** e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 318, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA.** para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o **Senador Ivo Cassol** e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 445, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUNDAÇÃO RÁDIO EDUCACIONAL DE VOTUPORANGA** para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Votuporanga, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o **Senador Luiz Henrique** e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo n.º 263, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DO BAIRRO PEDREIRA DO INSTITUTO** para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itabi-

ra, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o **Senador Valdir Raupp** e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo n.º 267, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA.** para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barretos, Estado de São Paulo.” O relator designado é o **Senador Valdir Raupp** e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo n.º 270, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO CIDADE FM DE PALHOÇA LTDA.** para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Veneza, Estado de Santa Catarina.” O relator designado, ad hoc, é o **Senador Flexa Ribeiro** e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo n.º 255, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO ARAUCÁRIA LTDA.** para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina.” O relator designado é o **Senador Rodrigo Rollemberg** e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo n.º 257, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO DIVINAL FM LTDA.** para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lagoa da Prata, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o **Senador Rodrigo Rollemberg** e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo n.º 586, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES DE NAZARÉ DA MATA** para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nazaré da Mata, Estado de Pernambuco.” O relator designado, ad hoc, é o **Senador Flexa Ribeiro** e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo n.º 442, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE CENTRAL DE COMUNICAÇÕES LTDA.** para

explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis.

Item 23: Projeto de Decreto Legislativo n.º 271, de 2011, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ALTO ITUÊTO (ACAI) DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita do Ituaçu, Estado de Minas Gerais.” A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Ângela Portela e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo n.º 279, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à COLINHAFIN EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina.” A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Ângela Portela e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo n.º 387, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RIBEIRÃO CORRENTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão Corrente, Estado de São Paulo.” A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Ângela Portela e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo n.º 335, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO JUNGUEIRÓPOLIS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Jungueirópolis, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Sérgio Souza e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo n.º 329, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCACIONAL E CULTURAL DE COMUNICAÇÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paracatu, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Sérgio Souza e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo n.º 301, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de

Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS MORADORES DA VILA CAMPANTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quintana, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Souza e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo n.º 316, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO TUPI AM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Osasco, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Ivo Cassol e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo n.º 223, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO VICENTE DE PAULA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Andradina, Estado de Mato Grosso do Sul.” O relator designado é o Senador Delcídio do Amaral e o relatório é favorável. A deliberação da matéria é adiada. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo n.º 278, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao SISTEMA DE COMUNICAÇÃO OURO VERDE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Manhumirim, Estado de Minas Gerais.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 32: Projeto de Decreto Legislativo n.º 283, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO UNIÃO DE JOÃO PINHEIRO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 33: Projeto de Decreto Legislativo n.º 313, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DE TOLEDO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Toledo, Estado de Minas Gerais.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. Nesse momento, os

Senhor Senador Eduardo Braga requer, oralmente, a inclusão extrapauta de Requerimento com o que todos concordam. **Extrapauta, Item 1: Requerimento n.º 6, de 2012-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Eduardo Braga, que requer "... nos termos regimentais, pelo presente, e em aditamento ao Requerimento-CCT no 02 de 2012, de autoria dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Eduardo Braga, aprovado no plenário da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática para a realização da Audiência Pública que discutirá "a escolha e contratação da entidade aferidora da qualidade da banda larga", a inclusão dos convidados abaixo relacionados: Eduardo Levy – Diretor Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal – SINDITELEBRASIL; Representante da Empresa de Consultoria PriceWaterhouseCoopers." O requerimento é aprovado. **Extrapauta, Item 2: Requerimento n.º 7, de 2012-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senadores Vital do Rêgo e Eduardo Braga, que requer "... nos termos do art. 90, inciso II, combinado com o art.93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública destinada a debater, no âmbito desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, a adoção da telefonia celular de quarta geração no Brasil, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Paulo Bernardo Silva, Ministro das Comunicações – MC; Sr. João Batista de Rezende, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL." O requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às dez horas e quarenta e sete minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Eduardo Braga**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Sr^{as} e Srs. Senadores presentes, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia e Inovação.

Proponho a dispensa da leitura e consequente aprovação da Ata da última reunião.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os trabalhos deliberativos da reunião, esta Presidência fará alguns comunicados ao Plenário.

Primeiro comunicado.

A Comissão de Ciência e Tecnologia recebeu do Ministério das Comunicações Ofício nº 7, resultante de consulta feita àquela Pasta pelo Senador Eduardo Suplicy e outros. Na mencionada consulta, solicitava ao Ministério das Comunicações informações acerca do processo de transferência da outorga de radiodifusão da antiga TV Manchete para a atual TV Ômega, RedeTV, pois ex-funcionários da primeira haviam apresentado denúncias sobre o não cumprimento de acordo de assunção de passivo trabalhista pela segunda.

O Ministério se manifestou no sentido de que não seria de sua competência a análise de parâmetro de questões relacionadas a eventuais acordos particulares, mesmo que relacionados ao tema da denúncia, mas informa que comunicação semelhante havia sido dirigida ao Ministério por ex-sócios da TV Manchete.

Por fim, o Ministério informa que o processo de renovação da outorga em nome da TV Ômega Ltda. dependerá do cumprimento de requisitos legais e informações sobre a sua regularidade, semelhante aos demais processos do tipo.

A CCT do Senado, ao receber a resposta do Ministério encaminhou cópia da mesma a todos os gabinetes dos senadores signatários do pedido de informações, tendo o Exmº Sr. Senador Eduardo Suplicy respondido por meio do Ofício 134, 20 e 12, com proposta à Presidência desta Comissão que, antes de iniciado o processo de apreciação da mencionada outorga, confira junto ao Ministério da Comunicações a apresentação das informações, notadamente quanto à sua regularidade fiscal e encargos sociais e débitos trabalhistas.

É importante informar a esta Comissão para que todos os seus membros tenham conhecimento em função da proximidade da renovação da outorga da referida matéria em pauta.

Segundo comunicado.

A Comissão de Ciência e Tecnologia e Inovação do Senado recebeu da Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão o direito e comunicação com participação popular o Ofício nº 04, de 2011, com o convite para que a Presidência participe da Mesa de abertura do referido seminário internacional, evento que se realizará no dia 21 de março, às 8 horas e 30 minutos da manhã, no auditório Nereu Ramos.

O convite é extensivo a todos os membros desta Comissão.

Terceiro comunicado.

A Comissão recebeu da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas, Ofício e convite circular para a Presidência participar de audiência pública no dia 27 de março, que debaterá sobre os problemas apresentados pela população do Serviço de Telefonia Móvel e fixo no Estado do Amazonas.

Está audiência se realizará em sequência a outra audiência pública acontecida no dia 11 de setembro, onde foi debatido o mesmo tema.

É importante destacar, portanto, que essa questão do não cumprimento dos planos de investimento nos referidos Estados está causando grandes demandas por parte da população, o que vem obviamente fazendo com que esta comissão debata entre seus membros para discutir possíveis posições mais severas com relação às operadoras do sistema de telefonia e de comunicação em cada um dos Estados.

Agenda da Comissão.

Aproveito a oportunidade para divulgar agora a programação da agenda de reuniões deliberativas e do dia de março para o dia 14/03, audiência pública, como Exmº Sr. Ministro das Comunicações, Sr. Paulo Bernardes, e o Sr. Presidente, e o Sr. Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações, Anatel, João Rezende, que debaterão os temas de licitação das faixas de 2,5 e 3,5 *gigahertz* e 450 *megahertz*.

Dia 21 de março audiência pública que interpretará o Plano Nacional de Banda Larga, de acordo com o ofício apresentado pela Senadora Angela Portela e do Senador Randolph Rodrigues e também do Senador Eduardo Braga.

No dia 22 de março, audiência pública de escolha de contratação entre outras na agenda que será obviamente apresentada na Ata da reunião.

Passamos à pauta da Ordem do Dia.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 176, DE 2009

– Não Terminativo –

Dispõe sobre a obrigatoriedade de especificação de data de postagem nas correspondências que encaminham documentos de cobrança, alterando a Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978.

Autoria: Deputado Celso Russomanno

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Com a palavra o Sr. Relator, o Sr. Aloysio Nunes Ferreira, que acaba de chegar a esta Comissão.

Passo a palavra, portanto, ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que apresentou relatório favorável com as emendas apresentadas.

Refere-se, portanto, ao Projeto de Lei da Câmara nº 176, Senador Aloysio Nunes Ferreira, de 2009.

O SR. ALOYSIO FERREIRA NUNES (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em continuação a nossa Comissão de Ciência e tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, o Projeto de Lei da Câmara nº 176, de 2009, de autoria do Deputado Celso Russomanno.

Mediante um acréscimo de um § 3º ao art. 12, da Lei nº 5.538, de julho de 1978, que dispõe sobre os serviços postais, o projeto determina a obrigatoriedade de aposição de data de postagem e de entrega de correspondências que encaminhem documentos de cobrança.

A cláusula de vigência fixa seu início fixa 60 dias para após a publicação da lei, em que inicialmente se converterá o projeto.

Na Comissão de Ciência e Tecnologia, nessa Comissão, a proposição foi originalmente despachada à relatoria do Senador Gerson Camata, que se manifestou favoravelmente à sua aprovação.

Em decorrência do final da legislatura, entretanto, o relatório de S. Ex^a não chegou a ser apreciado. Após o exame desta Comissão, o PLC em exame será encaminhado à Comissão de Defesa do Meio Ambiente e de Defesa e de Defesa do Direito do Consumidor, Fiscalização e Controle para decisão em caráter terminativo.

A proposição não recebeu emendas.

Ressalte-se de início que a análise constante deste relatório se aterá às atribuições regimentais desta Comissão de Ciência e Tecnologia.

Por sua natureza, os serviços postais estão inseridos no âmbito do seguimento de comunicação e, por conseguinte, no escopo de abrangência desta Comissão.

No entanto, em nossa avaliação, o exame de mérito do presente projeto é, na verdade, da competência da Comissão do Meio Ambiente e de Defesa do Consumidor, para onde a iniciativa deve seguir para análise em caráter terminativo.

Com efeito, trata-se de matéria com evidente viés do direito de consumidor, já que envolve as relações entre estes e os prestadores de serviços postais.

De qualquer modo, não podemos deixar de manifestar a nossa concordância com o fato de terem sido cada vez mais frequentes as ocorrências de prejuízos causados por atraso e encaminhamentos e recebimentos dos documentos de cobrança, apontados na justificação do projeto, atrasos esses decorrentes da degradação dos serviços postais em nosso País, mercê da falta de política pública para a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Dessa maneira, a especificação da data de postagem e de entrega desse tipo de documento pode servir como prova na hipótese de litígio no âmbito ad-

ministrativo ou judicial para a reparação de eventuais danos para os consumidores.

Reconhecemos, entretanto, a importância da proposição, mas fazemos uma ressalva do ponto de vista da técnica legislativa.

Entendemos necessário alterar a redação da ementa e do art. 1º da proposta, de modo a deixar clara a sua real intenção. Observe-se que, da maneira em que estão redigidos, os dispositivos fazem referência apenas à obrigatoriedade de especificação da data de postagem nas correspondências e não da data de entrega.

Entendemos, portanto, que a proposição merece a acolhida por parte desta Comissão, com as alterações que propomos.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do projeto de lei com as seguintes emendas:

Emenda. Dê-se à ementa do Projeto de Lei da Câmara nº 176, de 2009, a seguinte redação: Altera a Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978, para tornar obrigatória a especificação da data de postagem e da data de entrega nas correspondências que encaminham documentos de cobrança.

Outra emenda. Art. 1º – Esta lei dispõe sobre a obrigatoriedade de especificação da data de postagem e da data de entrega nas correspondências que encaminham documentos de cobrança.

É esse o meu parecer, Sr. Presidente.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – ...os Srs. Senadores que queiram discutir a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 111, DE 2011

– Não Terminativo –

Institui a Política Nacional de Tecnologia Social.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Relatoria Ad hoc: Senadora Ângela Portela

Solicito à nobre Senadora Angela Portela relatar, como relatora *ad hoc*, o Projeto de Lei nº 111, de 2011, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg. A relatora seria a Senadora Lídice da Mata, que apresentou parecer favorável, com as emendas apresentadas. É o item 2 da pauta. Peço a compreensão da Senado-

ra Angela Portela, para que possa fazer a leitura, em plenário, desse parecer.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Pela ordem, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Enquanto a nobre Senadora relatora examina o parecer a ser proferido, eu queria solicitar a V. Exª, se possível, que seja marcada audiência pública para debater a importante e relevante questão da industrialização de terras raras no nosso País. O País tem a maior reserva mundial e, no entanto, a China domina 97% do mercado internacional de terras raras.

O Brasil celebrou um acordo com a Alemanha, que é gerido aqui, no nosso País, pela Fundação Certi, de Florianópolis, e, na Alemanha, pela Fundação Fraunhofer, com o objetivo de estabelecer domínio tecnológico sobre toda a cadeia, desde a mineração, seleção, redução e até a produção de ímãs permanentes que são fundamentais para a nova fase industrial. Esses ímãs permanentes são o insumo básico para a futura geração eólica, para os carros elétricos, para os automóveis híbridos, para a ressonância magnética, para todo tipo de eletrodoméstico. No futuro, eles deverão ser produzidos com redução de consumo energético e os ímãs de terras raras produzem isso. Portanto, é assunto desconhecido, não é um assunto popular, mas é um assunto fundamental para o desenvolvimento deste País.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Concordando com V. Exª, eu queria dizer que, quando V. Exª teve de se ausentar ainda há pouco, eu estava exatamente mencionando as datas das audiências públicas e, no dia 25 de abril próximo, será realizada audiência pública com a finalidade de discutir o desenvolvimento de novas tecnologias pelo Brasil para viabilizar a exploração das terras raras, realizada a partir do Requerimento nº32/2011, de autoria do Senador Luiz Henrique.

Portanto, a demanda de V. Exª foi atendida, até porque entendemos que essa é uma das pautas interessantes para serem debatidas por esta Comissão tendo em vista que as terras raras também são fundamentais para a fabricação de display de iPad, iPhone, etc.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Disco rígido.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – O Brasil já teve relevância na produção de terras raras, na produção global, mas lamentavelmente hoje somos praticamente irrelevantes, responsáveis por menos de 1% da produção total enquanto a China produz algo como 30% do mercado mundial de terras

raras em função, exatamente, do desenvolvimento de tecnologias e de pesquisas em torno de terras raras. Portanto, concordando com V. Ex^a, está marcada a audiência pública para o dia 25 de abril.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Agradeço a V. Ex^a. Esse projeto binacional, alemão/brasileiro, vai redundar na construção de um laboratório fábrica, finalmente estabelecendo a intervenção do País em todo o ciclo de aproveitamento das terras raras e da sua transformação em produtos de tecnologia avançada. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB – AM) – Concordando com V. Ex^a, repito que a audiência está marcada para o dia 25 de abril.

Passo a palavra à Senadora Angela Portela.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Obrigada, Sr. Presidente. Vamos à leitura do relatório.

Submete-se ao exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 111, de 2011, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg. A proposição institui a Política Nacional de Tecnologia Social, com o objetivo de promover, potencializar, organizar, desenvolver, fomentar e fortalecer as atividades de tecnologia social.

Análise.

De acordo com os incisos I, II e VI do art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CCT opinar sobre assuntos atinentes ao desenvolvimento científico, tecnológico e inovação tecnológica; à política nacional de ciência, tecnologia e inovação; a criações científicas e tecnológicas, bem como ao apoio e ao estímulo à pesquisa e à criação de tecnologia.

De acordo com conceito da Rede de Tecnologia Social (RTS), as tecnologias sociais compreendem produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social.

Constitui erro muito comum acreditar que geram desenvolvimento apenas as grandes inovações tecnológicas, concebidas em sofisticados laboratórios de pesquisa, segundo técnicas e processos inacessíveis a grande parcela da população. É inevitável o papel das tecnologias sociais na promoção do desenvolvimento, em especial das comunidades mais carentes.

Essas tecnologias podem conjugar avançados conhecimentos científicos e saberes populares, mas devem, necessariamente, atender a requisitos de simplicidade, baixo custo, fácil aplicabilidade e reprodução e impacto social comprovado. Além disso, devem ser direcionadas para a solução de problemas básicos, como suprimento de água potável, alimentação, edu-

cação, energia, habitação, renda, saúde e meio ambiente, entre outras.

Vários são os exemplos de tecnologias sociais de sucesso no Brasil, que vão desde o soro caseiro, para combate à desidratação, até a construção de cisternas para armazenamento da água da chuva, destinadas a facilitar o convívio com as secas na região Nordeste do País.

As políticas públicas voltadas para tecnologias sociais vêm sendo gradativamente fortalecidas nos últimos anos no Brasil, em particular com a introdução dessas tecnologias como um dos eixos do Plano Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional (2007-2010), na gestão do Ministro Sérgio Resende, e com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária. Essa orientação política gerou importantes iniciativas no âmbito federal e dos Estados, como, por exemplo, o edital para seleção de projetos para o desenvolvimento de tecnologias para o semi-árido, lançado em 2007 pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia. Por meio desse edital, o governo do Estado investiu cerca de R\$ 5 milhões em projetos que visavam à melhoria das condições de vida da população e à geração de emprego e renda.

Ao estruturar conceitos, princípios, objetivos e instrumentos da Política Nacional de Tecnologia Social, o PLS nº 111, de 2011, vem, em boa hora, preencher uma lacuna importante no sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação. Além disso, a inclusão das atividades de tecnologia social no contexto da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação e de várias outras políticas setoriais induz a necessária articulação entre esses temas, o que possibilitará a maior difusão de iniciativas locais de solução de problemas básicos, contribuindo sobremaneira para a promoção do desenvolvimento sustentável em suas três dimensões: econômica, ambiental e social.

Entretanto, consideramos oportuno e conveniente o aprimoramento do projeto em dois pontos: no conceito de inovação em tecnologia social (inciso II do § 1º do art. 1º), para deixar claro que ela ocorrerá no ambiente produtivo ou no social; e no art. 3º do projeto, para incluir o estímulo ao associativismo e aos empreendimentos cooperativos e solidários entre os objetivos da Política Nacional de Tecnologia Social.

Nossa contribuição figura em duas emendas que apresentamos.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 111, de 2011, com as seguintes emendas:

Dê-se ao inciso II do § 1º do art. 1º do PLS nº 111, de 2011, a seguinte redação:

II – inovação em tecnologia social: introdução de novas tecnologias sociais, assim como de melhorias, avanços e aperfeiçoamentos em tecnologias sociais existentes, no ambiente produtivo ou social.

Segunda emenda:

Acrescente-se ao art. 3º do PLS nº 111, de 2011, o seguinte inciso VI:

VI – estimular o associativismo e a criação, a incubação e o fortalecimento de empreendimentos cooperativos e solidários capazes de realizar cooperações técnico-científicas com centros de geração de conhecimento e de aplicação ou reaplicação tecnologias sociais inovadoras.

Esse é o relatório da Senadora Lídice da Mata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – A matéria está em discussão.

Não havendo quem queira discutir...

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Para discutir, Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, como V. Ex^a sabe, tive a honra de ser Secretário de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social do Ministério da Ciência e Tecnologia. E após aquela experiência, tive a honra de ser eleito Deputado Federal pelo Distrito Federal e fui procurado, na ocasião por diversos segmentos que trabalhavam com a difusão de tecnologias sociais no Brasil, com objetivo de apresentar um projeto que instituísse uma política nacional de tecnologia social. Eu, naquela ocasião, e a Deputada Erundina acabamos incorporando todas essas sugestões e apresentando esse projeto.

Quero registrar que esse foi um projeto na época discutido não apenas com as organizações sociais que trabalhavam no setor, como também com técnicos do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Era esse o registro que gostaria de fazer, agradecendo o relatório da Senadora Lídice da Mata e da Senadora Angela Portela.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Cumprimentando, portanto, o Senador Rodrigo Rollemberg, coloco em votação o relatório da Senadora Angela Portela.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão.

Aprovado.

Passamos ao Item 3 da pauta, que, a pedido do senhor...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agora são os terminativos.

Bem, o item 3, a pedido do relator, estamos retirando da pauta para a próxima reunião deliberativa. Senador Lobão Filho.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 238, DE 2008

– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para instituir a obrigatoriedade de as prestadoras de serviços de telecomunicações oferecerem planos de serviço para atendimento específico de pessoas com deficiência auditiva ou da fala.

Autoria: Senador Flávio Arns

Relatoria: Senador Paulo Paim

Solicitaria ao Senador Valdir Raupp...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Perdão. Esse é o projeto que, inclusive, foi pauta da nossa audiência pública na última quarta-feira sobre a questão que trata da Lei Geral de Telecomunicações, para instituir a obrigatoriedade de as prestadoras de serviços de telecomunicações oferecerem planos de serviço para atendimento específico de pessoas com deficiência auditiva ou da fala, uma importante audiência pública que tivemos na última semana, nesta comissão.

O projeto é terminativo.

Indago aqui na Secretaria se já temos número.

(Pausa.)

Ainda não temos número. Então vamos ter que aguardar para termos número para votar os terminativos.

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 04, DE 2012

Requeiro nos termos regimentais, pelo presente, e em aditamento aos Requerimentos da CCT nos 06/2011 e 07/2011, para a realização de Audiência Pública em torno do tema “PLANO NACIONAL DE BANDA LARGA NO PAÍS E AS DEFICIÊNCIAS DE ATENDIMENTONA TRANSMISSÃO DE DADOS VIA INTERNET, COM ÊNFASE NA REGIÃO NORTE, BEM COMO OS SUBSÍDIOS, SUBVENÇÕES E DEMAIS POLÍTICAS PÚBLICAS DESTINADAS AOS FORNECEDORES DESSE SERVIÇO”, a inclusão de novo convidado, no caso o Diretor Presidente da Empresa Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A – ELETRO-NORTE, o ilustríssimo Senhor JOSIAS MATOS DE ARAÚJO, e em havendo deliberação favorável, que

sejam tomadas as providências necessárias para a formulação do convite. Submeto o presente Requerimento à apreciação dos meus pares da CCT, na expectativa da sua aprovação.

Autoria: Senadora Angela Portela

Com a palavra, a autora do requerimento, Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente, o Senador Randolph, que também é co-autor desse requerimento, solicitou a inclusão do Diretor Presidente da Eletronorte para também fazer parte dessa discussão nessa audiência pública em que vamos debater o plano nacional de banda larga no País e as deficiências na Região Norte. Ele considerou importante a inclusão do Diretor Presidente da Eletronorte, porque o cabeamento de fibra ótica pertence às linhas da Eletronorte. Então é fundamental a presença dele para que possa estar aqui esclarecendo e discutindo a respeito da extensão desse cabeamento para a Região Norte.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Concordando com V. Exª, a própria Telebrás está em negociação, neste momento, com a Eletronorte para que obtenha a permissão para fazer a passagem do cabo de fibra ótica em várias linhas de alta tensão da Eletronorte. Portanto, é absolutamente pertinente.

Em votação o requerimento da Senadora Angela Portela.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº 05, DE 2012

Requeiro nos termos regimentais, pelo presente, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com convite ao Excelentíssimo Senhor Marco Antonio Raupp, Ministro de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação, para a realização de debates em torno do tema “ESTRATÉGIA NACIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – AÇÕES DO MCTI PARA 2012 – PROGRAMAS DE GOVERNO PARA O DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE INOVATIVA NO PAÍS”, e em havendo deliberação favorável, que seja agendada data oportuna.

Autoria: Senador Eduardo Braga

Apenas para esclarecer a V. Exªs, acho oportuno o convite ao Ministro, tendo em vista que é o novo Ministro da Ciência e Tecnologia, em substituição ao

Ministro Aloizio Mercadante, que assumiu o Ministério da Educação.

Os Srs. Senadores que concordam com o presente requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Os próximos itens são projetos de decreto legislativo de caráter terminativo e exigem quórum qualificado.

Acabamos de alcançar, portanto, o quórum qualificado. Então volto ao Item nº4 da pauta, que não tivemos condições de votar ainda há pouco e que trata da questão da obrigatoriedade das prestadoras de serviços de telecomunicações oferecerem planos de serviços para atendimento específico de pessoas com deficiência auditiva.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 238, DE 2008 – Terminativo -

Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para instituir a obrigatoriedade de as prestadoras de serviços de telecomunicações oferecerem planos de serviço para atendimento específico de pessoas com deficiência auditiva ou da fala.

Autoria: Senador Flávio Arns

Relatoria: Senador Paulo Paim

A matéria está em discussão, já que o relatório já foi lido em sessão anterior e já houve audiência pública sobre a matéria.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo Senador inscrito para discussão, a votação nominal do projeto terminativo, Projeto de Lei nº 238.

Como vota a Senadora Ângela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Voto favorável da Senadora Angela Portela.

Como vota o Senador Rodrigo Rollemberg?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Valdir Raupp?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Luiz Henrique?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Ivo Cassol?

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Aloysio Nunes Ferreira?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Portanto, a matéria foi aprovada.

Com Emenda nº 1, da Comissão de Direitos Humanos e da Comissão de Ciência e Tecnologia, o relatório foi aprovado.

Consulto as Sras e os Srs. Senadores se também concordam com a aprovação da Emenda apresentada na Comissão de Direitos Humanos e na Comissão de Ciência e Tecnologia. *(Pausa.)*

Concordando, considero aprovada a Emenda.

Passamos ao Item nº 7, de Relatoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 444, DE 2011

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO RUY BARBOSA FM LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ruy Barbosa, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, a documentação que acompanha o PDS que estou relatando passou pelo rigoroso crivo da Assessoria do Senado, que não encontrou nenhuma violação, à legislação que disciplina a matéria, e não há reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Por isso opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rádio Rui Barbosa FM Ltda., para explorar o serviço de radiodifusão sonora, com frequência modulada, na cidade de Rui Barbosa, Estado da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Muito obrigado, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Apenas para dinâmica e economia processual, juntaremos todos os processos que são favoráveis e faremos uma única votação nominal ao cabo.

São os seguintes os itens:

ITEM 8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 328, DE 2011

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DE MINAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Félix de Minas, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Relatoria Ad hoc: Senadora Angela Portela

ITEM 9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 349, DE 2011

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CONCÓRDIA FM LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Relatoria Ad hoc: Senadora Angela Portela

Peço à Senadora Angela Portela para relatar em plenário o Item nº 8, Projeto de Decreto Legislativo nº 328, de 2011, que aprova ato de outorga, autorização Associação Comunitária Amigos do Município da São Félix de Minas, com a palavra a Senadora Angela Portela.

Com a palavra a Senadora Angela Portela, para relatar os itens 8 e 9.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Vou fazer a leitura do voto, Sr. Presidente.

Tendo em vista o exame da documentação que acompanha o PDS nº 328, de 2011, não evidenciei violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comu-

nitária Amigos do Município da São Félix de Minas, para executar serviço de radiodifusão na cidade São Félix de Minas, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de decreto Legislativo, originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Item nº 9.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – O voto do Item nº 9. Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 349, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à *Rádio Concórdia FM Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB – AP) – Agradeço a V. Exª.

ITEM 10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 224, DE 2011

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA APARECIDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas na cidade de Aparecida, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Lobão Filho

Relatoria Ad hoc: Senador Valdir Raupp

Peço ao Senador Valdir Raupp para relatar, em plenário, o item nº 10 da pauta, em substituição ao Senador Lobão Filho.

Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 224, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à *Fundação Nossa Senhora Aparecida* para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas, na cidade de Aparecida, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB – AP) – Agradecemos a V. Exª pela gentileza, atenção e presteza.

ITEM 11

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 282, DE 2011

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO IGUATEMI LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio de Posse, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senadora Angela Portela

Passo a palavra à Senadora Ângela Portela, como Relatora do Projeto de Decreto Legislativo nº 282, de 2011.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 282, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à *Rádio Iguatemi Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio de Posse, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB – AP) – Agradeço a V. Exª.

Passo a palavra ao Senador Ivo Cassol, para relatar, em plenário, os itens nºs 12, 13 e 14 da pauta. São os seguintes os itens:

ITEM 12

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 305, DE 2011

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE MORRO DA FUMAÇA – ARCOMF para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatoria Ad hoc: Senador Ivo Cassol

ITEM 13**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)****Nº 392, DE 2011****– Terminativo –**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV PLANÍCIE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatoria Ad hoc: Senador Ivo Cassol

ITEM 14**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)****Nº 318, DE 2011****– Terminativo –**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Gim Argello

Relatoria Ad hoc: Senador Ivo Cassol

Com a palavra o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado. Sr. Presidente, vamos direto ao voto.

Opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à *Associação de Radiodifusão Comunitária de Morro da Fumaça – ARCOMF* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O Item nº 13 também aprova a concessão outorgada à *TV Planície Ltda.*

Vamos ao voto:

Opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à *TV Planície Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É favorável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a.

Peço ao Senador Luiz Henrique para fazer o relatório de plenário.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sr. Presidente, o item 14 também era para ser *ad hoc*?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – O 14 também.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Passo a ler o voto do item 14, que renova a concessão da Rádio Progresso de São Carlos Ltda.

Opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rádio Progresso de São Carlos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo ao Senador, passo a palavra ao Senador Luiz Henrique, como relator de plenário para o Item 15.

ITEM 15**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)****Nº 445, DE 2011****– Terminativo –**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUNDAÇÃO RÁDIO EDUCACIONAL DE VOTUPORANGA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Votuporanga, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Com muito orgulho, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, substituo nesta função a nossa colega Senadora Maria do Carmo Alves, esposa do grande homem público brasileiro, o ex-Governador de Sergipe, por várias vezes, e nosso ex-colega João Alves.

A matéria foi distribuída e é de conhecimento de todos os Srs. Senadores. Trata-se de renovação de permissão de uma rádio que cumpriu sempre as suas obrigações legais.

O projeto é constitucional e legal.

Voto pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo a V. Ex^a, passo a palavra ao Senador Valdir Raupp para relatar os Itens 16 e 17 da pauta, como relator da matéria.

São os seguintes os itens:

ITEM 16**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)****Nº 263, DE 2011****– Terminativo –**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DO BAIRRO PEDREIRA DO INSTITUTO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itabira, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Valdir Raupp

ITEM 17**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)****Nº 267, DE 2011****– Terminativo –**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barretos, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Valdir Raupp

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – O exame da documentação que acompanha o PDS 263, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente.

Não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão do Bairro Pedreira do Instituto para executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Itabira, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto do item 16.

Passamos ao item 17.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 267, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rádio Independente de Barretos para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barretos, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Eu já fico aqui imaginando essa rádio da cidade de Barretos que, com certeza, vai prestar relevantes serviços porque Barretos acolhe gente de todo o Brasil, e o meu Estado tem centenas de pessoas se tratando de câncer no hospital na cidade de Barretos.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço.

ITEM 18**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)****Nº 270, DE 2011****– Terminativo –**

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO CIDADE FM DE PALHOÇA LTDA. Para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Veneza, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Benedito de Lira

Relatoria Ad hoc: Senador Flexa Ribeiro

Passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, como relator de plenário para o Projeto de Decreto Legislativo nº 270.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Braga, o voto é pela aprovação do ato que outorga a permissão à Rádio Cidade FM de Palhoça Ltda. para executar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Veneza, Estado de Santa Catarina, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 270, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu agradeço a V. Ex^a.

Vou pular os itens 19 e 20, porque o Senador Rodrigo Rollemberg esteve aqui ao lado, foi fazer um voto na Comissão aqui ao lado e retorna.

Eu solicito ao Senador Flexa Ribeiro que, como Relator de Plenário, relate o Projeto de Decreto Legislativo nº 586, item 21 e 22 da pauta.

O Item 21 é o Projeto de Decreto Legislativo nº 586, de 2010. Eu pediria ao Senador Ivo Cassol... (Pausa.)

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Nós estamos em votação terminativa.

Se o senhor sair termina o nosso quorum. Muito obrigado. Sei que V. Ex^a compreende a nossa situação.

São os seguintes os itens:

Itens 21 e 22:

ITEM 21

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 586, DE 2010

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES DE NAZARÉ DA MATA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nazaré da Mata, Estado de Pernambuco.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Relatoria Ad hoc: Senador Flexa Ribeiro

ITEM 22

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 442, DE 2011

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE CENTRAL DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, o voto com relação ao PDS nº 586, de 2010, é pela aprovação do ato que outorga a autorização à Associação das Mulheres de Nazaré das Mata para executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Nazaré da Mata, Estado de Pernambuco, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Em seguida, o voto com relação ao PDS nº 442, de 2011.

Também é pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rede Central de Comunicações Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário na Câmara dos Deputados.

No exame da documentação que acompanha ambos os projetos que acompanham os PDS não foi encontrada violação da legislação que disciplina a ma-

téria e também não houve reparos nos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Ambos pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo a V. Ex^a, retomamos agora o item nº 19 e o Item nº 20.

São os seguintes os itens:

ITEM 19

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 255, DE 2011

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO ARAUCÁRIA LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg

ITEM 20

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 257, DE 2011

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO DIVINAL FM LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lagoa da Prata, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Com a palavra o Senador Rodrigo Rollemberg, Relator de ambas as matérias.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero pedir desculpas a V. Ex^a e aos demais membros da Comissão por ter me ausentado em alguns momentos, porque estou participando, simultaneamente, das reuniões da Comissão de Ciência e Tecnologia e da Comissão de Assuntos Sociais, onde estamos votando importantes projetos em defesa da melhoria da qualidade de vida das mulheres brasileiras. Eu não poderia estar ausente.

Trata-se, em caráter terminativo, do Projeto de Decreto Legislativo nº 255, de 2011, da Câmara dos Deputados, que aprova ato que renova a concessão outorgada à Rádio Araucária Ltda., para explorar o serviço de radiodifusão sonora, em ondas médias, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, muito

bem representado pelo nosso querido Senador Luiz Henrique, aqui presente.

Peço permissão a V. Ex^a para ir direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 255, de 2011, não evidenciou a violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto ao aspecto de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Rádio Araucária Ltda, para explorar o serviço de radiodifusão sonora, em ondas médias, na cidade de Lajes, Estado de Santa Catarina, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Passo em seguida, com a autorização de V. Ex^a, para o Item 20, que também trata do Projeto de Decreto Legislativo nº 257, de 2011, nº 2.958, de 2010, na Câmara dos Deputados, que aprova o ato que renova a concessão à Rádio Divinal FM Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Lagoa da Prata, Estado de Minas Gerais.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL também não evidencia violação da legislação que disciplina a matéria e, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rádio Divinal FM Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Lagoa da Prata, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esses são os votos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo a V. Ex^a e, em uma homenagem à mulher brasileira, que é extremamente trabalhadora e que hoje preside todos os brasileiros, numa demonstração do esforço e do trabalho, a representante da mulher na nossa Comissão, a Senadora Angela Portela relatará os itens 23, 24 e 25 da pauta.

E, na pessoa da Senadora Angela Portela, quero cumprimentar a todas as mulheres brasileiras e a todas as mulheres trabalhadoras que labutam e que ajudam a construir o Brasil de hoje e a preparar o Brasil do futuro. Portanto, amanhã é o Dia Internacional da Mulher, não haverá reunião da nossa Comissão e nós, desde já, estamos prestando uma homenagem à mulher na figura da nossa queridíssima Senadora Angela Portela.

São os seguintes os itens:

ITEM 23

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 271, DE 2011

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ALTO ITUÊTO (ACAI) DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita do Ituí, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Ciro Nogueira

ITEM 24

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 279, DE 2011

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à COLINHAFIN EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Ciro Nogueira

ITEM 25

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 387, DE 2011

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RIBEIRÃO CORRENTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão Corrente, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Aníbal Diniz

Com a palavra a Senadora Angela Portela.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Senador Eduardo Braga pela homenagem à mulher brasileira. Certamente, Senador, a melhor forma de o Senado homenagear as mulheres é discutindo e aprovando os projetos que lhes assegure os seus direitos, que possam contribuir para combater a violência doméstica e familiar, que possam ajudar na questão da saúde da mulher brasileira.

Temos aqui muitos projetos importantes e tenho absoluta certeza de que com a sensibilidade dos Srs. Senadores, que são a grande maioria – dos 81 Sena-

dores, temos apenas 10 mulheres –, com a força de vocês, com a união de Senadores e Senadoras, certamente vamos conseguir aprovar esses projetos que são de fundamental importância para a melhoria da qualidade de vida da mulher brasileira.

Vamos ao voto.

Item 23:

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 271, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária Alto Ituêto (ACAI) de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita do Ituêto, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Próximo, item 24:

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 279, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Colinhalfin Empresa de Radiodifusão Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Item 25:

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 387, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária Ribeirão Corrente para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão Corrente, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

São os votos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a e cumprimento aqui o nosso Deputado Márcio Bittar, do Estado do Acre, que visita nossa Comissão, veio aqui prazerosamente visitar seu companheiro de partido Senador Flexa Ribeiro nesta Casa.

Passo a palavra ao Senador Sérgio Souza para relatar o item 26.

É o seguinte o item:

ITEM 26:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 335, DE 2011

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO JUNQUEIRÓPOLIS LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Junqueirópolis, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Sérgio Souza

O item 27 como redistribuição, tendo em vista que o Senador Marcelo Crivella, agora Ministro da Pesca, não se encontra mais na Casa.

É o seguinte o item:

ITEM 27

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 329, DE 2011

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCACIONAL E CULTURAL DE COMUNICAÇÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paracatu, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Marcelo Crivella

E o item 28:

ITEM 28

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 301, DE 2011

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS MORADORES DA VILA CAMPANTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quintana, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador João Ribeiro

Portanto, com a palavra o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quanto ao item 26, o voto é pela aprovação, nos seguintes termos: tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 335, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria e não havendo reparos quanto aos aspectos de constituição

nalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Rádio Junqueirópolis Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Junqueirópolis, Estado de São Paulo, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Passo, Sr. Presidente, ao item nº 27, que trata do PDS nº 329, de 2001.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária Educacional e Cultural de Comunicação para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paracatu, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Por fim, o PDS nº 301 também não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação dos Amigos Moradores da Vila Campante para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quintana, Estado de São Paulo, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Eram os votos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo a V. Ex^a, passarei a palavra ao Senador Ivo Cassol, como Relator do Projeto de Decreto Legislativo nº 316, de 2011.

É o seguinte o item:

ITEM 29
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 316, DE 2011
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO TUPI AM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Osasco, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Ivo Cassol

Com a palavra o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sr. Presidente, vamos direto ao voto.

Opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão de outorga à Rádio Tupi AM Ltda. para exploração de serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na

forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Com a economia processual de V. Ex^a, anuncio a retirada de pauta do item nº 30, a pedido do Relator da matéria.

Item 31, item 32 e item 33 da pauta.

Peço ao Senador Valdir Raupp para fazer o relatório de plenário dos itens 31, 32 e 33, Projetos de Decreto Legislativo nºs 278, 283 e 313 da pauta. São os três últimos itens terminativos da pauta.

São os seguintes os itens:

ITEM 31
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 278, DE 2011
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao SISTEMA DE COMUNICAÇÃO OURO VERDE LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Manhumirim, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço.

ITEM 32
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 283, DE 2011
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO UNIÃO DE JOÃO PINHEIRO LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Eunício Oliveira.

ITEM 33
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 313, DE 2011
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DE TOLEDO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Toledo, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Eunício Oliveira.

Passo a palavra ao Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o exame da documentação que acompanha o PDS nº 278, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada ao Sistema de Comunicação Ouro Verde Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Manhumirim, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto do item 31.

Item 32.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 283, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Rádio União de João Pinheiro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto do item 32.

Vamos ao item 33.

Tendo em vista que o exame da documentação que o PDS nº 313, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Amigos de Toledo* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Toledo, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo a V. Ex^a, vamos, portanto, à votação.

Votaremos em bloco.

Conforme o Regimento, vamos nominar os itens que estamos votando em bloco. Todos com parecer favorável. Item 07 da pauta; Itens 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32 e 33.

O Item 30 foi retirado da pauta por solicitação do seu Relator, Senador Delcídio do Amaral.

Como vota a Senadora Angela Portela?

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) (*Fora do microfone.*) Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Rodrigo Rollemberg?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Com os relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Com os relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Valdir Raupp?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) (*Fora do microfone.*) Com os relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Luiz Henrique?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Ivo Cassol?

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Voto com os relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com os relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – O Senador Aloysio Nunes Ferreira vota “Sim”.

Portanto, aprovados os itens da pauta.

Votando extrapauta os Requerimentos nºs 6 e 7:

REQUERIMENTO Nº 06, DE 2012

Requeiro nos termos regimentais, pelo presente, e em aditamento ao Requerimento-CCT nº 02, de 2012, de autoria dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Eduardo Braga, aprovado no plenário da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática para a realização da Audiência Pública que discutirá “a escolha e contratação da entidade aferidora da qualidade da banda larga”, a inclusão dos convidados abaixo relacionados: Eduardo Levy – Diretor Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal – SINDITELEBRASIL; Representante da Empresa de Consultoria PriceWaterhouseCoopers

Autoria: Senador Eduardo Braga

Justificação.

Considerando que houve a definição do processo de seleção da entidade aferidora da qualidade para execução dos procedimentos relativos à aferição dos indicadores de rede, conforme disposto pelo regulamento de gestão de qualidade do serviço de comunicação multimídia, aprovado pela Resolução Anatel nº 574, de 28 de outubro de 2011, com a seleção da consultoria Price Waterhouse Corporation, torna-se necessária a inclusão da representante da mesma no rol de convidados, juntamente com a também representação das empresas prestadoras de serviço.

Submeto, assim, o presente requerimento à apreciação das Sr^{as} e Srs. Senadores.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovados.

Requerimento de autoria dos Senadores Vital do Rêgo e Eduardo Braga:

REQUERIMENTO Nº 07, DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso II, combinado com o art.93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública destinada a debater, no âmbito desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, a adoção da telefonia celular de quarta geração no Brasil, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Paulo Bernardo Silva, Ministro das Comunicações – MC; Sr. João Batista de Rezende, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL

Autoria: Senadores Vital do Rêgo e Eduardo Braga

Essa reunião está, inclusive, agendada para a semana que vem.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Declaro, portanto, encerrada a pauta da reunião do dia de hoje, convocando nova reunião para a próxima semana no horário regimental.

(Iniciada às 9 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 47 minutos.)

ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 2012.

Às nove horas e cinquenta e quatro minutos do dia quatorze de março de dois mil e doze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comu-

nicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Angela Portela, Anibal Diniz, Walter Pinheiro, João Capiberibe, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, José Agripino, Alfredo Nascimento, Delcídio do Amaral, Paulo Paim, Eduardo Lopes, Ivo Cassol, Benedito de Lira e João Ribeiro, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Rodrigo Rollemberg, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Gim Argello. Comparece à reunião o Senador Eduardo Suplicy, não membro da comissão. O Senhor Presidente, Senador Eduardo Braga, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao **Requerimento n.º 03 de 2012-CCT**, de autoria do Senhor Senador Eduardo Braga que requer "..., nos termos regimentais, pelo presente, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com convite ao Excelentíssimo Senhor Paulo Bernardo, Ministro de Estado das Comunicações, para a realização de debates em torno do tema "Licitação das Faixas de 2,5 e 3,5 Ghz e 450 Mhz – Novos Serviços e Tecnologias, Grandes Eventos (Copa do Mundo e Olimpíadas) e Ampliação da Oferta de Banda Larga – Telefonia Rural", e em havendo deliberação favorável, que seja agendada data oportuna", e ao **Requerimento n.º 07 de 2012-CCT** de autoria dos Senhores Senadores Vital do Rêgo e Eduardo Braga que requer "..., nos termos do art. 90, inciso II, combinado com o art.93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública destinada a debater, no âmbito desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, a adoção da telefonia celular de quarta geração no Brasil, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Paulo Bernardo Silva, Ministro das Comunicações – MC e Sr. João Batista de Rezende, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL". Finda a exposição, o Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usam da palavra os Senhores Senadores Walter Pinheiro, Cyro Miranda, Eduardo Lopes, Anibal Diniz e Eduardo Suplicy, não membro da Comissão. Nesse momento, os Senhores Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Gim Argello e Flexa Ribeiro requerem, oralmente, a inclusão extrapauta de Requerimentos com o que todos concordam. **Extrapauta, Item 1: Requerimento n.º 08, de 2012-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do senhor Senador Eduardo Braga, que requer "..., nos termos do disposto no art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para a minha

participação, na qualidade de membro da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, em Audiência Pública a realizar-se na cidade de Manaus (AM) para discutir o tema: “Problemas apresentados pela população no serviço de telefonia móvel e fixa no Estado do Amazonas, bem como aferir a melhoria no sistema, conforme compromissos assumidos pelas concessionárias, em audiência ocorrida em novembro de 2011”, evento que se realizará em 27 de março de 2012 (terça-feira) às 14 horas, no Plenário Ruy Araújo, na sede da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas. Requeiro, ainda, que a Comissão, seja assessorada por um servidor da Secretaria da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática para prestar assistência”. O Requerimento é aprovado. **Extrapauta, Item 2: Requerimento nº 09, de 2012-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senhores Senadores Walter Pinheiro e Vital do Rêgo, que requer “..., nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), para debater o marco legal que rege o setor de informática, de forma a propor sua atualização, bem como avaliar ações de incentivo ao uso de software nacional, inclusive as empreendidas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), as políticas de desoneração fiscal e o estímulo a compras governamentais que envolvam o referido setor. Para participar da referida audiência sugiro que sejam convidados os representantes do (a): • Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); • Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG); • Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; • Associação de Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação (ASSESPRO). Requerimento de igual teor será apresentado junto à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), com o objetivo de promover audiência pública conjunta dos dois Colegiados”. O Requerimento foi aprovado. **Extrapauta, Item 3: Requerimento nº 10, de 2012-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos senhores Senadores Gim Argello e Vital do Rêgo, que requer “..., nos termos regimentais, pelo presente, e em aditamento ao Requerimento-CCT no 02 de 2012, de autoria dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Eduardo Braga, aprovado no plenário da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática para a realização da Audiência Pública que discutirá “a escolha e contratação da entidade aferidora da qualidade da banda larga”, a inclusão do convidado abaixo relacionado:

Demi Getschko – Membro do Comitê Gestor da Internet na qualidade de “Representante de notório saber em assunto da Internet”. O Requerimento foi aprovado. **Extrapauta, Item 4: Requerimento nº 11, de 2012-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do senhor Senador Flexa Ribeiro, que requer “..., em aditamento ao Requerimento nº 06, de 2011– CCT, de autoria dos Senadores Ângela Portela e Randolfe Rodrigues, para realização de audiência pública sobre o tema “A situação do Plano Nacional de Banda Larga em todo o Brasil e particularmente na Região Norte”, requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, sejam incluídos, como convidados: • Dr. Antonio Carlos Valente da Silva – Diretor Presidente da TELEFÔNICA do Brasil; • Dr. José Formoso Martínez – Presidente da EMBRATEL; • Dr. Luca Luciani – Presidente da TIM”. O Requerimento foi aprovado. Prosseguindo, o Senhor Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as notas taquigráficas sejam anexadas a esta ata para devida publicação. Nada havendo mais a tratar, a Presidência encerra a reunião, às onze horas e trinta e um minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eduardo Braga**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/ PMDB – AM) – Sr^{as} e Srs. Senadores presentes, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os trabalhos desta reunião, proponho a dispensa da leitura e a consequente aprovação da Ata da última reunião.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Convido o Sr. Ministro Paulo Bernardo, Ministro de Estado das Comunicações, e o Presidente da Anatel, Dr. João Rezende, para tomarem assento à Mesa.

A Comissão realizará hoje audiência pública para debater licitação das faixas de 2,5 GHz e 3,5GHz e de 450 MHz, novos serviços e tecnologias, grandes eventos, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, a ampliação da oferta da banda larga – telefonia rural

–, bem como a adoção da telefonia celular de quarta geração no Brasil.

A audiência pública decorre dos Requerimentos nº 03 e 07, de 2012, de autoria, respectivamente, dos Senadores Eduardo Braga e Vital do Rêgo, aprovados por esta Comissão.

Eu já compus a Mesa. Quero apenas agradecer, mais uma vez, ao Ministro Paulo Bernardo sua presença e dizer que é sempre uma alegria recebê-lo nesta Comissão. Fizemos um trabalho, ao longo de 2011, extremamente profícuo e proveitoso, com o Ministério das Comunicações. Grandes avanços a Comissão contribuiu para que acontecessem nessa área, numa parceria extremamente bem-sucedida com o Ministro Paulo Bernardo e com o Governo da Presidenta Dilma.

Também agradeço ao Presidente da Anatel, Sr. João Batista Rezende – esse, sim, vem pela primeira vez, na qualidade de Presidente, à nossa Comissão, para que possamos debater os temas já anunciados.

Como já afirmamos em outras oportunidades, o campo dos debates desta Comissão é amplo e rico, e aqueles assuntos sob a sua competência movimentam importante parcela do Produto Interno Bruto do Brasil, assim como são alguns dos principais pilares estruturantes do desenvolvimento, a exemplo da tecnologia, da inovação e das comunicações.

Hoje, somos a sexta economia do mundo, e já se anuncia que em 2013 poderemos ultrapassar a França, ocupando o quinto posto da economia mundial.

Temos de atentar, porém, para as várias crises econômicas que ameaçam a estabilidade e esse fluxo de desenvolvimento, sendo o fortalecimento da infraestrutura um dos caminhos para nos resguardarmos e criarmos uma maior proteção para a economia brasileira e para, ao mesmo tempo, melhorarmos a ambiência para novos investimentos e novas fronteiras econômicas.

Os assuntos relacionados para esta audiência guardam íntima vinculação com esse pensamento, pois as telecomunicações são um dos eixos de sustentação para o atingimento de metas, assim como para a inclusão de parcelas da população ainda carentes nos benefícios da tecnologia.

Teremos em breve novos leilões de frequências pela Anatel, e é importante que esta Casa possa compreender todo o processo e seus encaminhamentos.

A adoção de novas tecnologias e serviços impulsiona o segmento, e, se fechamos 2011 com 314 milhões de acessos aos diversos serviços, incluindo telefonia fixa, móvel, banda larga e TV por assinatura, a partir da entrada em funcionamento da quarta geração da telefonia móvel e da telefonia rural, por meio da

faixa de 450MHz, por exemplo, teremos, certamente, um incremento dos números.

Outros importantes assuntos tramitaram em nossa Comissão, a exemplo da lei da TV por assinatura, e não foram poucas as dúvidas e questionamentos.

Hoje, estamos na iminência da realização de grandes eventos, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, e será necessário termos a real segurança de que a infraestrutura e – por que não – os serviços disponíveis estejam à altura da dimensão desses acontecimentos.

Vale citar, apenas corroborando a nossa preocupação, declaração feita na última segunda-feira pelo Ministro Aldo Rebelo, preocupado com a qualidade de infraestrutura do sistema de telecomunicações para a Copa do Mundo.

Estamos certos de que tanto o Ministério das Comunicações quanto a Anatel vêm tomando providências, mas não podemos abrir mão de termos a certeza de que os objetivos serão atingidos. E mais importante: as empresas de telecomunicações devem apresentar garantias e demonstrações inequívocas de que conseguirão atender à demanda, sem sobressaltos e danos à nossa imagem perante o mundo e a própria sociedade brasileira.

Da mesma forma, temos de garantir que a licitação de 450MHz seja implementada com sucesso, pois o avanço dos serviços em zonas que hoje não são atendidas depende diretamente disso, mais especificamente nas regiões mais isoladas, como é o caso da Amazônia, do interior do Nordeste, onde as grandes distâncias não são cobertas pela tecnologia do GSM.

Nessa mesma linha, não é demais trazer a questão da atual qualidade dos serviços de telefonia, pois o índice de reclamações cresce de forma considerável, e já presenciamos várias iniciativas em diversos Estados, visando a apurar a responsabilidade das empresas, sendo importante que a Anatel também nos dê informações sobre isso, pois a CCT do Senado está olhando atentamente esse assunto.

Apesar de ser oportuno inserirmos objetivamente o debate sobre os leilões e sobre a quarta geração da telefonia móvel, é importante, contudo, valorizarmos ainda mais a vinda das duas autoridades a esta Comissão, não nos limitando aos temas propostos nos requerimentos, e podermos tratar de outros assuntos ligados ao Ministério e à Agência.

Dando, então, continuidade aos trabalhos, passamos, agora, a palavra aos nossos convidados, inicialmente, ao Ministro Paulo Bernardo e, posteriormente, ao Presidente João Rezende.

Antes de o nosso Ministro falar, gostaria de apresentar, Srs. Senadores, Sr^a Senadora: há um ano, desde quando chegamos à Comissão de Ciência e

Tecnologia, Ministro, nessa luta de modernização da plataforma de comunicação, etc., estamos trabalhando juntos – a Mesa Diretora do Senado e a Primeira Secretaria do Senado, com o Senador Cícero Lucena e com o Presidente José Sarney –, para que possamos, a exemplo do que já acontece na Câmara, implementar plataformas tecnológicas para modernização dos serviços.

Senador Walter Pinheiro, é com alegria que peço permissão ao nosso querido Senador Cícero Lucena, para mostrar, em primeira mão, a ação que vai ser distribuída pelo nosso Senado a cada Senador, um *tablet*, Sr. Ministro, em que teremos já todas as ações do Senado, a agenda, a Ordem do Dia, a sessão legislativa, a agenda de cada comissão. Tudo estará implementado nesse *tablet*.

O lançamento oficial será feito pelo Sr. Secretário do Senado, Senador Cícero Lucena, mas, diante de tanto esforço que foi feito pela Assessoria Técnica desta Comissão, com o apoio da direção das comissões. Eu gostaria de, na presença do Ministro Paulo Bernardo, mostrar aos nossos Senadores que o Senado adota a tecnologia desses *tablets*. A partir da semana que vem, provavelmente, o nosso 1º Secretário vá lançar esse programa para todo o Senado da República. Todos os Senadores receberão, portanto, um *tablet*. Nós não teremos mais a distribuição da Ordem do Dia em papel.

Com a palavra o Ministro Paulo Bernardo para sua apresentação.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Poderemos até falar com o Ministro Paulo Bernardo pelo *tablet*?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Com certeza. Já fala ao vivo, quanto mais pelo *tablet*.

O SR. PAULO BERNARDO – Podemos conversar pelo Facebook, Senador, pelo Twitter... Têm alguns sistemas de mensagens aí, mas...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Tem até sistema de videofone agora que dá para implementar no *tablet*.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO BERNARDO – Com certeza. Sempre o ouvi, Ministro.

Presidente e agora Líder do Governo, Senador Eduardo Braga, em primeiro lugar, muito obrigado pelo convite. Quero aproveitar para estender o agradecimento aos Senadores e Senadoras desta Comissão e cumprimentar os técnicos do Senado e diversas

pessoas que vejo aqui e que são dos setores que se envolvem mais diretamente com o Ministério das Comunicações, como radiodifusão: o pessoal da área de telecomunicação, os profissionais da mídia.

Senador, estamos de acordo com relação ao diagnóstico que V. Ex^a apresentou inicialmente na sua fala. O Brasil hoje ocupa um lugar de destaque como economia planetária e, com certeza, a área de comunicações é uma das áreas em que podemos dizer que estamos bem. O Brasil talvez tenha um dos sistemas de radiodifusão mais pujantes, mais fortes e um sistema de TV aberta que poucos países têm no mundo.

Na questão das telecomunicações, estamos com as mesmas condições tecnológicas que outras economias. Temos uma vantagem enorme, porque o nosso mercado continua em crescimento. Nós continuamos tendo crescimento, enquanto verificamos que em outros lugares, por exemplo, na Europa, em algumas áreas de telefonia, o mercado tem até decrescido. Nós aqui continuamos tendo crescimento, em alguns casos, com índices bastante expressivos. Tive oportunidade de, há poucos dias, ir à feira chamada CeBIT, a principal feira de tecnologia hoje do mundo, realizada em Hannover. Eu fui acompanhando a nossa Presidenta Dilma Rousseff. E o Brasil é o país-tema. Eu acho que, na semana passada, a CeBIT já foi encerrada, mas o Brasil era o país-tema da feira com grande destaque nos estandes, com chamadas na rua – no aeroporto, já tinha faixa. O Senador Walter Pinheiro esteve lá também. De fato, há uma grande atenção para aquilo que estamos fazendo. Com certeza, isso aumenta a nossa responsabilidade de procurar fazer as coisas certas.

Como disse o Senador Eduardo Braga, nós vamos discutir com foco especial na questão dos leilões que vamos realizar para a tecnologia de quarta geração de celulares e também para celulares e Internet na área rural, pois faremos o leilão também da frequência de 450 MHz. Mas combinamos com sua assessoria fazer inicialmente um panorama, um quadro mais de prestação de contas, até porque esta é comissão a qual se reporta o Ministério das Comunicações no Senado.

Até por conta desta vinda aqui, ao Senado, recebi um convite do Deputado Azeredo, que é o Presidente de Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara, que também quer uma apresentação e um debate semelhante na Câmara, e já estamos tratando de agendar com a Câmara dos Deputados.

Com relação ao leilão, Senador, nós pretendemos, com a faixa de 2,5 GHz, começar a implantar, no Brasil, as tecnologias de quarta geração, ou LTE, que propiciam velocidades até dez vezes mais rápidas do que a tecnologia de terceira geração. Para isso, será

feita uma implantação gradativa no País, mas com foco principalmente, no início, nas capitais onde vamos realizar a Copa do Mundo, em 2014. Talvez nós sejamos o primeiro país a realizar um evento do porte da Copa do Mundo com celulares já de quarta geração em operação, apesar de que vi, hoje, que há empresas querendo implantar ainda este ano tecnologia de quarta geração na Inglaterra, mas não será na escala que nós faremos aqui, porque eles estão também começando lá, mas também começarão a ter acesso a essa tecnologia.

Com relação à Internet Rural, 450 MHz, nós entendemos que há uma grande lacuna para as áreas mais remotas, principalmente a área de produção agrícola, área de agricultura familiar, agronegócio, ou mesmo onde vivem determinadas populações, porque o Brasil ainda tem um número expressivo de pessoas que vivem no campo e que não têm essa tecnologia à disposição.

Ontem mesmo, estive com o Presidente do Banco Central, quando estivemos discutindo a possível regulamentação de pagamentos através do celular e, com certeza, a implantação de Internet e telefonia na área rural vai ajudar muito a impulsionar a bancarização de mais um setor da população que precisa ser incluído.

Acho que foi oportuno a comissão ter convidado também o Presidente da Anatel, Dr. João Rezende, até porque, se a comissão desejar fazer uma discussão mais técnica sobre parâmetros, sob pontos do leilão, acho que ele tem condição de fazer isso melhor do que nós lá do Ministério, porque a Anatel está conduzindo o leilão.

Então, eu queria fazer uma apresentação rápida sobre o que nós temos observado.

Esse quadro aí é apenas para mostrar a evolução, no último ano, dos vários serviços, as várias modalidades, esses 314 milhões, 315 milhões de acessos a que se referiu o Senador Eduardo Braga.

Na telefonia móvel, nós experimentamos, em 2011, um crescimento de 19,5%, atingindo 245 milhões de linhas ativas. Na telefonia fixa, nós chegamos a 42,7 milhões, com um crescimento de 2,2%. Aí eu queria até observar que há um fenômeno: na verdade, onde está crescendo a telefonia fixa, está principalmente associado à TV por assinatura. A TV fixa convencional das concessionárias tem até decrescido. Não temos o número ainda do ano passado, mas, com certeza, foi superior a 1,5 milhão de linhas que diminuiriam. Portanto, onde está crescendo, de fato, está associado à TV por assinatura.

A TV por assinatura, por sua vez, cresceu 30,45%, ano passado, atingindo 12,75 milhões de pessoas. A nossa previsão é de que, este ano, vai crescer mais

ainda, por conta da lei aprovada no Senado, que já havia sido aprovada na Câmara, e está em fase final de regulamentação pela Anatel e pela Ancine.

Na banda larga móvel, nós tivemos um crescimento de 103%, no ano passado, fomos para quase 46 milhões de usuários, é onde está crescendo mais e acho que isso é uma tendência. V. Ex^a estava mostrando o *tablet* que os Senadores passaram a usar. Isso é uma tendência, as pessoas querem ter um *tablet*, querem ter um *smartphone*, querem andar com modeminho móvel para fazer acesso. Então, com certeza, esse setor vai crescer muito.

Na banda larga fixa teve um crescimento de 19,4%. Esse quadro é apenas para destacar algumas ações, boa parte delas do Ministério, mas algumas são do Congresso, outras do próprio mercado.

Aprovamos o Plano Geral de Metas de Universalização, com metas para a telefonia rural e um plano de telefonia específico para famílias de baixa renda do cadastro único. Foi lançado o Plano de Banda Larga Popular. Eu ainda não tenho o número oficial, mas sei que passa de 1,2 milhão de novas conexões que foram feitas no ano passado, e oficialmente só começamos em outubro.

Aprovamos as metas de qualidade para banda larga móvel e fixa. Isso é uma coisa importante, porque há muitas reclamações quanto à qualidade da Internet, muita gente reclama, e a verdade é que as empresas tinham contratos que diziam: “Contratamos ‘x’”, mas somos obrigados a entregar no mínimo 10% desse ‘x’”. Com o novo regulamento, o mínimo neste ano passa a ser 40%, e a média, 60%, e isso vai ser crescente nos próximos anos. Assim, acho que resolvemos essa questão da qualidade.

Aprovada a redução da tarifa de interconexão do telefone fixo para o telefone móvel em 26% em três movimentos, janeiro de 2012, janeiro de 2013 e janeiro de 2014. Na verdade, num período de dois anos, vamos ter uma... Isso aí é o seguinte: quando a pessoa liga para um telefone fixo, é cobrada uma tarifa que tem uma remuneração dividida desigualmente, a maior parte vai para o móvel. Isso foi feito quando se criou o celular. O objetivo era estimular o celular, mas hoje temos quase 250 milhões de celulares ativos, portanto, passa a fazer menos sentido fazer esse subsídio. Então, nós estamos diminuindo, e isso significa, de fato, baixar o preço para o consumidor nessas ligações.

O Senado, como disse, aprovou a lei da TV por assinatura. Isso vai abrir o mercado e vai aumentar muito o número de participantes.

Foi definido o modelo institucional para o lançamento do satélite geoestacionário brasileiro. Nós já temos uma negociação adiantada entre a Telebrás e

o grupo Embraer – na verdade, é a Embraer Defesa que vai participar como sócia para fazer a montagem do satélite – e firmamos um memorando de entendimento com países da Unasul para a implantação de um anel ótico sul-americano. O que nós queremos com isso é aumentar o número de conexões com os países da América do Sul, de maneira que tenhamos, com essa maior oferta, facilidade na comunicação e diminuição de preços, principalmente nos preços de *roaming* internacional, que são muito altos.

Fizemos, na área de radiodifusão, revisões normativas para radiodifusão comunitária, radiodifusão educativa e para retransmissoras de TV. Esses três movimentos foram discutidos tanto com a comissão do Senado quanto com a comissão da Câmara. Aprovamos medida para o aumento da transparência e planejamento das outorgas, com o Plano Nacional de Outorgas de Rádios Comunitárias, Plano Nacional de Outorgas de Rádio e TV Educativas e o Plano Nacional de Outorgas de Rádio Comunitárias, já para 2012-2013, abrangendo mais de 1,4 mil Municípios. Revisamos o decreto com regras de licitação para outorgas de rádios comerciais, que foi publicado este ano; elaboramos uma proposta anual de fiscalização da radiodifusão em parceria com a Anatel; adotamos medidas para conferir celeridade ao tratamento dos processos de radiodifusão no Ministério das Comunicações – esse é um motivo de reclamações permanentes, nós estamos fazendo um esforço para melhorar –; empreendemos testes de rádio digital em parceria com o Inmetro. Vamos ter de discutir no próximo período qual vai ser o modelo de rádio digital a ser adotado no País.

Na área de inclusão digital, realizamos uma consulta pública para a implementação do projeto-piloto de cidades digitais – a Senadora Angela Portela me cobrou isso no início. Nós pretendemos fechar essa consulta e publicar o edital. Realizamos seleção de instituições federais de ensino superior para atuarem na formação de jovens para a inclusão digital no âmbito do programa Juventude Rural. Formamos 2.562 monitores de inclusão digital com técnicas presenciais e à distância; foram disponibilizados mais de 13 mil pontos públicos de conexão à internet, instalados 3 mil novos telecentros, selecionados ainda em 2010 no âmbito do Programa Telecentros BR e realizamos a 10ª Oficina de Inclusão Digital. Isso aconteceu em Vitória. Na área de serviços postais, foram aprovadas medidas para reestruturação estatutária da ECT. Tem uma lei aprovada pelo Congresso, Lei nº 12.490 e também tem um decreto da Presidenta que mudou o Estatuto do Correio. Esse estatuto tinha 42 anos, portanto, era anterior à Lei das Sociedades Anônimas. Aprovamos normas de padronização da rede de atendimento pos-

tal e implantamos o sistema de atendimento ao usuário de serviços postais no âmbito do Ministério das Comunicações.

Com relação às nossas prioridades, já falamos aqui da licitação das faixas de 2,5 GHz e também a de 3,5, que vem na sequência, e da faixa de 450. A de 2,5 e de 450 serão licitadas a partir do edital que será publicado em abril. Deve ocorrer no começo de junho o leilão.

Estamos programando uma desoneração tributária para estímulo ao investimento em redes. Isso é para estimular a construção de redes de comunicação. A medida provisória está pronta. Havia uma necessidade de adequação orçamentária por parte da Fazenda. Parece que isso está sendo finalizado para mandarmos para o Congresso. Medidas para a ampliação do acesso a banda larga, terminais e serviços. Está em estudo e em negociação com as operadoras e fabricantes um plano de telefonia móvel que incluirá serviços de voz e dados voltados exclusivamente para a população de baixa renda.

Na verdade, o que nós percebemos é que a população pobre acaba pagando mais caro do que a classe média e as pessoas de renda mais alta, porque o pré-pago tem uma tarificação muito mais alta do que o pós-pago, e o pré-pago é muito mais disseminado para as pessoas de baixa renda.

Estamos trabalhando para montar a infraestrutura para a Copa do Mundo de 2014. A nossa programação é garantir infraestrutura de telecomunicações para todos os Estados com duplicidade, ou seja, redundância, de maneira que fiquemos absolutamente seguros da possibilidade de fazer a transmissão. Além disso, a rede também vai abranger centros de imprensa, os locais onde vai haver os quartéis gerais, os centros de treinamento promovidos pela Fifa.

Um decreto de implantação conjunta de infraestrutura e direito de passagem. Isso aí, Senador, nós estamos tentando disciplinar uma importante que é otimizar a construção de redes aproveitando as obras públicas que já estão planejadas, área de rodovias, energia. Estamos discutindo uma minuta de lei geral de infraestrutura de telecomunicações. Nós temos 5.564 Municípios mais os Estados e verificamos que deve ter pelo menos, hoje, uns 200 Municípios com legislação própria com relação a instalação de infraestrutura. Nós achamos que isso ficaria melhor disciplinado numa lei federal, de maneira a eliminar óbices que, às vezes, pode fazer sentido no âmbito da discussão municipal, mas que dificultam muito a implantação de infraestrutura.

O novo marco regulatório das comunicações eletrônicas. Nós fizemos todo um debate dentro do

Ministério e pretendemos submeter à Presidência da República a possibilidade de fazer uma consulta pública em torno dessa questão e abrir o debate de maneira pública. Estamos colaborando com a Secom (Secretaria Especial de Comunicação da Presidência da República) e com a EBC para montar um operador de rede da rede pública de tevê e pretendemos também levar esse debate para discussão no Governo. O satélite geoestacionário já disse. A Telebrás fechou o ano de 2011 com cerca de 10 mil Km de fibras óticas já preparadas para transmissão, com a parte eletrônica instalada, tudo, e pretende fechar este ano com mais de 31 mil km, com o atendimento alcançando 48% da população brasileira e 37% dos Municípios, convênio com 510 provedores de banda larga.

Estamos preparando um novo regulamento para o serviço de radiodifusão. O regulamento atual é de 1963, portanto, faz todo sentido fazer um esforço para modernizar isso.

Queremos acelerar a implementação da TV digital. Aliás, Senador, todos os pedidos de canal para geradora de TV digital que havia no Ministério nós atendemos. Agora estamos tratando de discutir com o setor, as retransmissoras, as...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Inclusive o do Senado...

O SR. PAULO BERNARDO – Inclusive o do Senado, mas eu tenho de falar baixo, porque não fizemos o da Câmara ainda – já está pronta lá, porém, a portaria que nós vamos levar para também atribuir os canais digitais da TV Câmara.

Bem, estamos trabalhando, como eu disse, nos planos nacionais de outorga de radiodifusão. Eu citei aqui a questão dos pagamentos via celular. Estamos de acordo com o Banco Central quando diz que é preciso fazer uma mudança legal. Então, estamos colocando como objetivo tentar mandar para o Congresso, este ano, a proposta de projeto de lei para ser debatida aqui, e estamos preparando o projeto-piloto para as cidades digitais.

Eu acho que, basicamente, é essa a... Há ali todo um detalhamento do que vai ser feito em termos de infraestrutura pela Telebrás para a Copa do Mundo. Não preciso fazer todo esse detalhamento, mas eu o deixarei aqui para a Comissão e poderemos debater se for o caso.

Acho que podíamos passar, Sr. Presidente, para o debate mais específico do leilão de 2,5 e de 450. Eu deixaria para o Presidente da Anatel, João Rezende, fazer essa discussão com a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu agradeço ao nosso...

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (PR – AM) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Alfredo Nascimento.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (PR – AM) – Em função de ter outro compromisso, quero registrar agora a minha satisfação em rever o Ministro Paulo Bernardo, registrar também a sua competência e o trabalho eficaz que está fazendo à frente do Ministério das Comunicações e dizer que, conhecendo-o como o conheço, sei que S. Ex^a deixará para o País, ao sair do Ministério das Comunicações – não há nenhuma previsão nesse sentido, eu espero, em função dos últimos acontecimentos –, um legado muito importante.

Quero também aproveitar a oportunidade, Presidente, para fazer outro registro. Sei que é fora de hora, vou fazer isso em plenário também, mas quero dizer que eu acompanhei o noticiário sobre a sua assunção ao cargo de Líder do Governo no Senado Federal e também acompanhei a imprensa do nosso Estado.

Nós somos adversários políticos lá em nosso Estado, mas temos a mesma origem e já estivemos juntos politicamente em outras ocasiões. Quero dizer que, da parte do Partido da República e de minha parte em particular, V. Ex^a terá o maior apoio deste seu conterrâneo para que possa desempenhar bem a sua função. Tenho certeza de que V. Ex^a encontrará dificuldades, porque vai substituir um craque nessa função de Líder – aliás, eu fui informado de que ele foi convidado pelas principais universidades do País para participar de curso de gestão e liderança em razão do conhecimento que adquiriu aqui no Senado Federal. Mas tenha a certeza de que, independentemente de nossas rusgas políticas e dos entevos políticos locais, em nenhum momento o seu desempenho será afetado. Pode contar comigo como seu colaborador, como seu aliado para que V. Ex^a possa desempenhar bem essa nova função.

Parabéns, Ministro Paulo Bernardo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu queria era agradecer ao Senador Alfredo Nascimento. Como ele mesmo disse, nós temos uma relação de muitos anos. Já fomos muito próximos, já fomos amigos íntimos, – íntimos, porém com limitações! –, tivemos boas relações.

O processo político, muitas vezes, impõe o distanciamento dessa relação próxima, mas o que fica sempre marcado e caracterizado é uma relação de respeito. Podemos ter divergências sobre alguns pontos, mas temos o respeito mútuo, um pelo outro, e o PR é um partido extremamente importante na base aliada da Presidenta Dilma e na sustentação do Governo.

Mas nós estamos nesse esforço continuado de poder consolidar cada vez mais. Discutir a relação.

Portanto, é com muita alegria e satisfação que ouço o depoimento de V. Ex^a e quero dizer e manifestar aqui, publicamente, que precisaremos muito da ajuda, da experiência de todos os companheiros da Casa, e V. Ex^a é um companheiro experiente, foi Ministro dos Transportes, Prefeito de Manaus, já tem uma longa carreira na vida pública; é característica de sua personalidade é a habilidade, a paciência, portanto, V. Ex^a será muito importante nesse espaço que nós queremos trabalhar.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (PR – AM) – Estou com paciência já faz muito tempo. Parabéns, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/ PMDB – AM) – Obrigado, Senador Alfredo. Obrigado pelas suas palavras.

Vamos passar a palavra, então, ao Presidente da Anatel, Dr. João Rezende, para fazer uso da palavra.

O SR. JOÃO REZENDE – Bom dia a todos. Eu gostaria de agradecer o convite do Presidente da Comissão, Senador Eduardo Braga, agradecer, também, a presença dos Senadores da Comissão e dizer que a Anatel está à disposição para os debates e estamos sempre abertos a trazer as informações quando solicitadas e também estamos abertos para receber os Senadores ou vir aqui no Senado para discutir as principais questões do setor.

Só vou abrir uma discussão porque, neste momento, estamos concentrados no Edital do 2,5 e do 450, embora o 3,5 também seja uma prioridade ainda para este ano. Na primeira versão da licitação da faixa de 3,5, houve uma discussão muito grande sobre a interferência que a faixa poderia ter nas frequências que fossem vendidas sobre as antenas parabólicas. Como nós temos estimadamente hoje muitas pessoas usando as parabólicas – alguns chegam a dizer 20 milhões de usuários – nós resolvemos abrir um debate. Chamamos a Abert, formamos um grupo de trabalho para que, até final de maio, tenhamos uma definição conclusiva em relação ao 3,5 e possamos licitar também o 3,5 ainda este ano, que é uma faixa um pouco mais alta, uma faixa basicamente para sistemas Wi-Fi, que é reforçamento de sinal. Então, o 3,5 também está na agenda como prioridade da Agência. Estamos só resolvendo essa discussão da interferência nas antenas parabólicas, no sentido de fazer uma reforma no final da faixa do 3,5, e é importante que nós demos uma destinação a ela.

Em relação ao 2,5 e ao 450, é bom dizer que essa consulta pública da discussão dessa faixa já foi realizada. Nós tivemos cerca de 120 contribuições dos

agentes públicos, dos setores do mercado e, evidentemente, que da versão que estou apresentando aqui até o edital final, que a gente espera publicar em 20 de abril, poderá ter algumas alterações, mas serão pequenas alterações que não mudam o espírito em relação ao total, ao que nós estamos propondo nesse início.

Nós temos a Resolução nº 429, que regia essa faixa anteriormente, previa 190 MHz para o Sistema MMDS, que é um sistema de tevê por assinatura por ponto, que é um sistema mais restrito do que a tevê a cabo. Nós fizemos, então, uma mudança nessa resolução, que foi a Resolução nº 544 e dividimos a faixa em 140 MHz para o serviço móvel pessoal em caráter primário e destinamos a faixa do meio, que pode ser utilizado pelo MMDS, mas vamos colocar que o MMDS está apenas em 230 cidades hoje, cerca de 5,3 mil Municípios não têm operação de MMDS nessa faixa. Então, nós vamos, fora as empresas que estão operando hoje nessa faixa do meio, que é 50 MHz, nós vamos licitar também essa faixa do meio nesse leilão. Então, nós temos licitação de serviços na tecnologia FDD, que é a tecnologia de quarta geração, e na TDD, que é a faixa do meio, sendo que, em 5,3 mil Municípios, nós temos 15MHz destinados ao serviço limitado público, que é o serviço que os Municípios podem utilizar para cidades digitais. Então, nós teríamos, na licitação, os 70MHz divididos em três blocos de 20, quer dizer, três operadoras poderiam trabalhar nessa faixa de 20MHz, e uma de 10MHz. No meio, nós teríamos 35MHz, que seriam vendidos em 5,3 mil Municípios, já que os outros 15 estão reservados para cidades digitais. Então, nós teremos possibilidade de competição entre cinco prestadoras nessa faixa.

Evidentemente que tanto a faixa do 2,5 como do 450 constam de um decreto presidencial, que é o Decreto nº 7.512, que foi o PGMU-3, que determinou os prazos para adotarmos essa modalidade e encaminharmos o processo de leilão.

Aqui estão as últimas faixas licitadas pela Agência. Nós tivemos, em 2007, sobras de radiofrequência na faixa. Nós licitamos a faixa de 900 a 1800, que é a adoção da terceira geração. A faixa 1,9 até 2100 GHz também foi licitada como contrapartida, houve a redução do preço mínimo mediante exigência de compromisso também em Municípios com menos de 100 mil habitantes. Na banda H, que nós terminamos em 2010-2011, foi licitada a faixa de 800 MHz, 900, também 1800, que eram sobras, também com redução do preço mínimo mediante exigência de compromisso, também em Municípios com menos de 100 mil habitantes.

E a proposta digital de 2012, 450 e 2,5: nós estamos discutindo também a questão do preço mínimo

mediante exigência de obrigações em áreas rurais e construção de infraestrutura.

É muito importante dizer quanto à elaboração do preço mínimo que, no dia 19 de março, nós estaremos protocolando o plano de negócios que foi previsto para as duas faixas no Tribunal de Contas, e o Tribunal de Contas da União tem um prazo de trinta dias para se pronunciar sobre o edital.

Então, o preço mínimo é feito... Inclusive, pela legislação de hoje, o Tribunal de Contas tem a palavra sobre o debate sobre o preço, essa questão do preço mínimo e das contrapartidas. É importante colocar para os Senadores que nós não vamos discutir o preço mínimo, até porque faz parte de uma estratégia da Agência. Ainda não está definido isso em relação ao Tribunal de Contas da União, que acompanha todos os planos de negócio feitos dentro das faixas, quanto isso geraria e, a partir daí, cada lote do leilão terá um preço mínimo definido em relação à Anatel e com o aval do Tribunal de Contas da União.

O objeto da licitação dessa faixa de 450 e também da de 2,5: nós temos cinco tipos definidos no edital. Quanto aos 450 MHz, há a possibilidade de uma operadora em nível nacional, é uma outorga na faixa de 450 por quinze anos. No 450 mais 2,5 – depois vou explicar por que nós estamos colocando 450 junto com 2,5 –, também uma outorga na faixa de 2,5 e, na faixa de 450, também nacional, também por quinze anos. Temos a possibilidade dos 2,5 sozinhos, que é uma outorga por quinze anos na faixa dos 2,5 na tecnologia de quarta geração. E nós temos o 2,5, o TDD, que é uma tecnologia, mais o FDD, que é aquela dos 35MHz que coloquei, aquela faixa do meio, porque 15 estão destinados à cidade digital, também uma outorga por quinze anos, também em âmbito nacional, a possibilidade de termos em âmbito nacional, e o 2,5, na faixa do TDD, também outra possibilidade, caso não haja competição em nível nacional, que, do ponto de vista da competição e do ponto de vista da competição regional, o 35 MHz naquela faixa que é dos 35 para TDD e mais 15 por serviço ilimitado público, serviço para cidade digitais, por área de registro. Nós temos hoje 67 áreas de registros. Nós acreditamos que, inclusive, se não vendermos tudo na primeira fase, nós vamos ter muito competidor regional adquirindo lotes regionais, por áreas de registro, que é interessante, inclusive, porque fomenta novos investidores oferecendo serviços nessa faixa. Então, nós estamos prevendo várias possibilidades de demanda em âmbito nacional e também por área de registro, que a Anatel entende que fortalece muito a competição se nós tivermos também, por área de registro, essa possibilidade.

Como é que vai funcionar o modelo do leilão. Nós vamos ter o lote 1, que seria o primeiro envelope a ser aberto. É o 450 em âmbito nacional. Você abre o 450 MHz e se tiver vencedor, nós passamos então para vender o 2,5; 20+20 sem o 450. Os limites estão definidos como 40 MHz por operadora. Então, nós temos que vender 140, daria três empresas com 40 e uma com 20. Isso se houver o vencedor do lote nacional do 450, que nós acreditamos que possa haver investidores interessados em explorar essa faixa no 450, sempre com a perspectiva de que nós viremos a discutir no futuro já o 700 MHz, que é uma faixa que se aproxima do 700 MHz, que hoje nós sabemos que está em 4,6 mil Municípios. Não tem ninguém operando no 700 MHz, e nós temos 1.000 Municípios mais ou menos que são os 1.000 Municípios mais competitivos. Nós precisamos discutir isso com a radiodifusão, que ocupa essa faixa, e acho que o Ministro também concordaria com isso, que é o primeiro passo para a gente discutir se no ano que vem a discussão do 700 MHz, que tem uma tecnologia que pode usar o 4G a faixa tem uma eficiência muito maior. Nos Estados Unidos se usa muito o 700 MHz para LTE, que era para aplicativos e transmissão de dados. Então, o 400 MHz criou muita importância, porque já que alguns operadores estão dispostos a desenvolver, algumas empresas, LTE, a quarta geração, também por 450, a gente acredita que o 450, no futuro será uma faixa tão eficiente como a 700 ou como o 2,5, já que as tecnologias vão circular dentro dessas faixas tranquilamente e acreditando que, no futuro, daqui a cinco ou seis anos, ninguém vai saber qual é a faixa, o consumidor não sabe qual é a faixa que ele está falando. Para ele pouco importa, o importante é que funcione a tecnologia. Ele não tem essa distinção.

Então, o lote do tipo III, que é o de 5 a 7 também é nacional, se houver vencedor no 450, nós partiremos, então, para vender os lotes do 2,5 separadamente. Caso não haja vencedor do 450, então nós vamos para o lote 2 a 4 nacional. Aí, sim, o 2,5 carrega as obrigações de infraestrutura do 450. Então nós estamos acreditando que esse modelo é uma possibilidade de a gente hoje complementar um pouco do déficit que temos de atendimento na área rural. Acho que é muito importante. A área rural do País, vendo na pauta de exportação, tem uma importância muito grande, as *commodities* em termos de País, e a zona rural no Brasil hoje é muito produtiva e tem uma qualidade. Temos que oferecer também uma qualidade de comunicação para esse setor.

Aí é rapidinho, é em relação à questão se nós... Que não haja disputa, que nós não acreditamos nessa possibilidade, mas tem uma segunda rodada, e

aí, sim, as empresas podem aumentar o *gap* de 40 para 80. Acho muito difícil que isso aconteça porque, evidentemente, na competição, as empresas não vão deixar lotes remanescentes. A gente vê que as sobras, quanto têm na Agência, também são muito concorridas. Isso é só uma questão de que se não houver alguém interessado em algum lote nós podemos fazer uma segunda rodada e propiciar que um operador que comprou 40 compre mais faixas. Nossa intenção é viabilizar o serviço. Evidentemente que essa proposta é uma concentração maior. Não é muito interessante, do ponto de vista da Anatel, que uma empresa compre muitas faixas e deixe as outras operadoras – são cinco possíveis competidoras – na faixa em que há uma diminuição dessa competição.

Em termos de compromisso, o que nós estamos propondo é que, no 450, 100% dos Municípios, até dezembro de 2015, tenham acesso a dados com uma velocidade evidentemente menor. E aí temos aquela escala: 30% até 2013; 30% até 2014; e 40% até 2015. E esses Municípios estão na área rural.

E aí nós temos, a partir de 2017, com acesso a dados, um mega de *download*, franquia de 500 mega em termos de atendimento, 100% das escolas rurais dentro da área de cobertura e 100% das escolas rurais até dezembro de 2007. Isso na zona rural. São obrigações do 450.

É evidente que o preço do lote do 450 será baixíssimo, porque nós vamos trabalhar pelo preço. É a primeira vez que a Anatel adota um modelo de disputa no preço, quer dizer, o preço máximo a ser cobrado do consumidor. E será inclusive um preço simbólico o da faixa de 450. O preço da outorga será um preço simbólico, mas nós vamos exigir garantias de pagamento, mais ou menos 10% do valor do total do investimento, para que uma operadora não compre essa faixa, deite-se sobre ela e não faça nada. Então, nós vamos exigir garantia de investimento.

Não está definido ainda, porque estamos trabalhando com o Tribunal de Contas, mas é na faixa de mais de um bilhão de garantia que a empresa vai ter que... Ela vai ter a faixa a preço de, digamos, R\$1 mil, mas ela tem que dar garantias de que vai, de fato, executar o serviço. Nós estamos exigindo carta fiança e um seguro garantia para que a empresa, de fato, cumpra isso. Nós não queremos aventureiros nessa faixa ou que um competidor entre, compre, deite-se sobre a faixa e não faça nada. Então, nós vamos exigir contrapartida no 450.

No critério de seleção do vencedor, no lote 1, se ele for sozinho e estiver um interessado, o menor preço é o consumidor. Isso estará especificado no edital. O menor preço para banda larga e serviço de voz. Vai

disputar os dois produtos no lote 1. Não será por preço o lote 1 do 450. Nós vamos fixar as garantias, mas será pelo menor preço ao consumidor.

Do lote 2 ao 76, como tem mais competição, será o menor preço ofertado no final da apresentação dos lances. Veja bem, se o 450 não for vendido separadamente, ele entra junto. Aí já não tem mais a condição do lote 1, e sim do lote 2 ao 76, que é o maior preço em relação a isso. E, veja bem, se o 450 não for vendido, continuam os compromissos com a zona rural para quem comprar do lote 2 ao 76. Nós não vamos abandonar a necessidade e a importância de se criar infraestrutura para a zona rural.

Em relação a compromisso, para não delongarmos muito, como eu disse, as contribuições foram muitas, podem alterar alguma coisa nesse cronograma, mas em termos de sede da Copa das Confederações, 100% das cidades, até 31 de maio de 2013. Estamos cobrando esse compromisso. Nas sedes e subsedes da Copa do Mundo, 100% também, até dezembro 2013. Capitais, Estados e Municípios com mais de 500 mil habitantes, 100% até 2014. E segue essa escala para as demais cidades. Hoje, aproximadamente 1.200 cidades ainda não têm o 3G. São 1.200 cidades que não foram cobertas nos leilões anteriores, e nós também estamos obrigando as operadoras a colocarem 3G nas cidades menores, cidades com menos de 30 mil habitantes e tem cidades pequenas, 100%, até 2019, nós completarmos, então, 3G nessas cidades com menor potencial econômico. Evidentemente, completar o que não foi feito no leilão anterior. Quer dizer, a obrigação de completar com 3G todas as cidades.

No leilão anterior obrigou-se a que todos os Municípios tivessem serviço de voz. Agora, nós estamos obrigando o 3G também, para expandi-lo até 2019.

Evidentemente que o 2,5 na faixa do TDD – e aí eu falo, são aqueles 35 MHz, para cidades onde não tem o MDS, porque o MMDS seria parte dos 50, têm aquelas obrigações de coberturas; nós já temos algumas experiências de lançamento do LTE nessa faixa do meio, no caso da Sky, que lançou aqui em Brasília, nessa faixa específica do meio. Nós acreditamos que também terá uma competição, porque ela vai ter uma competição maior, porque será por área de registro, propiciando a entrada de pequenos investidores, investidores regionais. Também tem a obrigação tanto a oferta de telefonia celular, se ele não quiser fazer serviço celular, mas serviço de dados, também naquelas condições de 100% até 31 de dezembro, 100% até 2014, e 100% até 31 de dezembro de 2015 em cidades com menos de 100 mil habitantes.

Nós acreditamos que, nesse caso especificamente, vão ter sobras, vamos fazer novos leilões depois

de terminado, se não houver um vencedor nacional, porque esse é por área de registro. Evidentemente, as empresas vão buscar por área de registro com maior rentabilidade primeiro e depois vão para as menores. A gente acredita que terá mais competidor nessa faixa aí.

Pode passar.

Bom, aí tem essa discussão do conteúdo e produção de tecnologia nacional. Nós temos dois parâmetros básicos que são produtos fabricados no Brasil e produtos com tecnologia nacional. Essa, praticamente, é a orientação que veio do Ministério da Ciência e Tecnologia, de nós termos aí compras nacionais, no primeiro ano, entre dezembro de 2012 e 2014, sessenta por cento dos investimentos em bens adquiridos de acordo com a portaria do Ministério da Ciência e Tecnologia, que são bens fabricados no Brasil, e 10% com tecnologia nacional.

Nós estamos vendo alguns debates em torno disso, tem setores se queixando dessa questão, mas, em conversa com o Ministro, colocamos que a intenção nossa é manter esse percentual tanto de tecnologia nacional quanto de compras nacionais, manter isso no edital, porque acho importante que o Brasil desenvolva pesquisa e desenvolvimento nessa área, porque hoje isso representa muito para os países emergentes, como o Brasil, a importância de termos tecnologia nacional, apontar para isso no longo prazo; o que gera dividendos, empregos e renda para o Brasil. Então, estamos mantendo esse debate. Acredito que isso, inclusive, vai continuar sendo muito debatida essa discussão até o leilão; acreditamos que esse é o caminho para reforçar a pesquisa e a produção tecnológica.

Acho que, basicamente, é isso. Estou à disposição para algumas perguntas, para dirimir algumas dúvidas e dizer que a Anatel está aberta e sempre que convidada comparecerá aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu agradeço a V. Ex^a e passo, imediatamente, aos Senadores inscritos para o debate.

Para iniciar os debates, pela ordem de inscrição, passo a palavra ao Senador Walter Pinheiro.

Antes, eu gostaria, Dr. João Rezende e Ministro Paulo Bernardo, de cumprimentá-los pelas exposições de V. Ex^{as} porque acho que apresentaram dados extremamente importantes e inovadores.

Eu comentava, inclusive, com o Ministro Paulo Bernardo, Senador Walter Pinheiro, que para mim era uma novidade poder-se associar a tecnologia do 450 com LTE; e Ministro dava-me conta de que, na realidade, foi configurada há apenas dez dias. É, efetivamente, uma novidade extremamente importante e eu gostaria

de fazer esse registro antes de passar a palavra ao Senador Walter Pinheiro.

Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, Ministro, Presidente da Anatel, Sr^{as} e Srs. Senadores, V. Ex^a apresentou o *tablet* aí, Presidente, mas antes eu quero, inclusive na própria linha da apresentação feita pelo Ministro, dizer um posicionamento que até muita gente me cobrou: eu não tenho nada contra a distribuição de *tablets*; pelo contrário, sou favorável ao uso da ferramenta, apesar de não ser usuário de nenhuma ferramenta de plataforma fechada. Eu inclusive, dentro da minha tradição desde que cheguei nesta Casa...

O SR. PAULO BERNARDO – Este aqui é androide!

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Esse aí? Não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Este aqui? É androide. Esse é androide. A diferença dele para o Apple é que ele é androide, ele é aberto.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Pois é, é o que estou dizendo. Essa foi uma reclamação... Eu sou usuário de plataforma aberta, e a reclamação... Pode ser até distribuído, não tenho nada contra a Apple, pelo amor de Deus. Inclusive seu sistema, do ponto de vista de interatividade, é um dos melhores sistemas desenvolvidos. Então, não tenho vocação para defender este ou aquele. Mas a briga vai exatamente na linha dos aplicativos. Por exemplo, estamos nesta hora aqui – V. Ex^a deve perceber que, em todas as sessões, todos nós aqui utilizamos bastante os equipamentos –, e a nossa oferta, já que a gente reclama tanto de banda larga, se conectarmos aqui via estrutura do Senado, aqui no serviço público, o sinal é muito ruim. Então, a gente distribui um *tablet*, e não tem as condições de tráfego. Eu estou usando aqui agora, Ministro Paulo Bernardo, via rede móvel, e não a nossa rede Wi-Fi, porque o sinal é muito ruim.

Portanto, essa é uma das brigas, que, aliás, é o tema deste debate nesta Comissão. Se isso vale para este ambiente aqui, imaginem o que não está acontecendo na pobre Chorrochó, lá da Bahia e por aí afora, lá no interior do Amazonas.

Então, eu queria só fazer esse registro, meu caro Senador, porque eu cobrei desta Casa exatamente isto: que a gente buscasse consolidar os aplicativos, melhorar a nossa rede e depois até fazer a adoção do equipamento, porque é a *posteriori*, que é exatamente o que foi apresentado aqui, sobejamente bem, tanto pelo Ministro quanto pelo presidente da Anatel.

Quanto a essa questão, vou entrar direto até nesse debate de 450 MHz e de 2,5 GHz, para que a gente

tenha claro exatamente o que é que significa isso para nós. E lembrando, meu Presidente, que foi esta Comissão que começou este debate aqui no ano passado. Nós trouxemos inclusive algumas experiências. V. Ex^a se lembra até de algumas empresas que operam na América Latina, apesar de serem indianas, outras experiências que esta Comissão até teve a oportunidade de me designar, no ano passado, para ver na Europa – eu não tive a oportunidade de ir no ano passado, mas fui neste ano –, e a Anatel e o Ministério tiveram a oportunidade de visitar experiências utilizando a frequência de 450 MHz em áreas remotas, assim como também agora o debate envolvendo a utilização. Portanto, desmistificando, Senador Eduardo Braga, essa história de que em 450 MHz não era possível operar numa faixa, usando tecnologia nessa faixa de frequência, a famosa LTE.

Digo isso, Sr. Presidente da Anatel, porque a gente faz uma discussão dessas aqui, e a gente fala muito em LTE, 450 MHz, banda, faixa. A Angela, por exemplo, estava me perguntando aqui: “Pinheiro, dá para traduzir isso aí?”

Então, acho que é importante a gente ter uma ideia do que significa isso do ponto de vista da abrangência, em uma linguagem em que possamos atingir os Senadores. Quando o Governo fala dessa discussão, por exemplo, de bancarização... A gente também tem um projeto nessa linha, Ministro Paulo, em que a gente associa exatamente os 450 MHz a isso, porque parte dos programas sociais, parte dos programas de incentivo e de financiamento se processam exatamente nas áreas remotas. É o caso do Pronaf, a situação do Bolsa-Família ou o chamado microcrédito. Eles se processam exatamente nos locais em que não temos cobertura. Então, associar a chegada do 450 MHz a esses outros programas... Ou até o próprio programa anunciado pelo Ministério da Educação, que é a distribuição de *tablets* para professores. Se a gente não tiver um cuidado...

E é por isso que acho importante essa associação do trabalho do Ministério das Comunicações com o Ministério da Educação. Nós vamos distribuir os *tablets* também só para sede de Municípios. Por isso é que é fundamental o leilão de 450 MHz, para permitir que a gente chegue nessas escolas, completando o trabalho, que, agora, já como dado bastante expressivo, porque o que crescemos em banda larga não é um crescimento qualquer. Ampliamos em 103% essa cobertura. Estimular, apesar de muita gente ter criticado aqui, Senador Eduardo Braga, a aprovação do projeto de lei, que todo mundo só chamava por TV por assinatura, mas continuo insistindo que aquilo não é só um projeto de lei de TV por assinatura... Aquilo é um

projeto do audiovisual brasileiro, e é a primeira vez que a gente mexe na lei de radiodifusão no País. Está aqui a prova disso. O aumento de uma área... Nesse ponto acentuou muito bem o Ministro Paulo Bernardo. Nós estávamos tendo um processo de descenso, ou seja, queda de utilização. E nós tivemos uma recuperação da utilização dessa rede, e via esse rede o Ministério, assim como a Anatel, começa a discutir alternativas. Via TV digital nós vamos poder fazer interatividade. Portanto, na TV por assinatura, nós vamos poder, de forma bem mais rápida, chegar com banda larga. Portanto, há essa opção.

O Ministro Paulo Bernardo, nós estivemos juntos agora num congresso em Barcelona, e o grande debate neste momento no mundo é exatamente este... O grande debate das operadoras, hoje, por exemplo, é este debate do conteúdo, porque, senão, as operadoras vão morrer. À medida que elas não tiverem oportunidade de produzirem o que produzem Google e outras estruturas, nós vamos ter só um mero meio de transporte.

Então, este debate é importante para o consumidor, porque ampliamos significativamente a oferta de serviços. Então, acho que são fundamentais essa estrutura de planejamento que a Anatel aponta em relação à distribuição das frequências, a forma como isso deve ocorrer, permitindo, inclusive, operação nacional, e a forma de jogar também sobre os ombros das operadoras um volume de carga, para que não se interessem só pelo 2,5.

E eu fiquei perplexo – o Ministro Paulo Bernardo sabe disso. As operadoras passaram a vida inteira chorando aqui no Congresso Nacional pelo leilão de 2,5. Quando o leilão de 2,5 chega, todo mundo começa a chorar pela faixa de frequência de 700. Para quem também não sabe, o grande debate de 700, nós precisamos devolver essa faixa de frequência, que é o grande debate da TV digital.

Eu não tenho nenhuma expectativa de que, até 2016, nós tenhamos já desligado o interruptor em relação a essa questão da faixa de 700, que seria devolver isso. E não acho que seja só uma birra dos radiodifusores em relação a essa questão.

Por isso, Presidente da Anatel, João Rezende, acho que é fundamental que nos antecipemos a isso. Então, não aguardemos a finalização desse processo para promover já serviços na faixa de 700, combinado com esse sistema atual. Então, continuam operando os radiodifusores, e a gente vai fazendo uma compatibilização de uso.

Aí, eu acho, Paulo, que, com isso, a gente poderia acalmar o choro um pouquinho dessas operadoras e dizer: vocês devem ir para 2,5; vocês passaram a

vida inteira dizendo que esse era o ouro da Babilônia. Agora virou o quê?

Então, na realidade, essa conjunção de ações, Ministério e Anatel, acho que, num momento nosso muito importante, essa não é uma decisão só de Brasil... Acho importante dizer isso, Senador Eduardo Braga. Acho que esta é a virtude destes debates de que participamos agora: ou nós entramos num nível de padronização mundial ou nós ganhamos também essa escala mundial; ou cada vez mais vai ficando difícil o acesso a cada equipamento desse. Você não tem escala, você efetivamente não tem preço. Então, conseqüentemente, não tem também a atração nessas leilões.

Então, acho que é importante isso. E a Comissão, em boa hora, faz esse debate, para a gente fechar com essas propostas que vamos ter conseqüência, o fato da “bancarização”, o fato do pagamento por celular, a inclusão de milhares e milhares de brasileiros, até porque há uma facilidade enorme... Eu, quando olho...

O Suplicy fez uma referência quando o Ministro Paulo falou da “bancarização”, porque não é uma coisa do outro mundo... O Quênia já faz isso com dois milhões de pessoas. As Filipinas. Estou citando esses, fora a estrutura de pagamento que é feita via alguns serviços já prestados nos Estados Unidos, na Europa. Também não é um tema tão avançado. Nós estamos entrando exatamente nele na hora correta.

Por último, Ministro Paulo, eu gostaria de acentuar que aqui aparece a questão da Copa. Eu acho que deveríamos aproveitar este momento da Copa para duas iniciativas fundamentais. A primeira, a estrutura de monitoração e acompanhamento. Debates muito aqui no ano passado estrutura de centros de emergência, monitoração e defesa civil. Obrigatoriamente, vamos ter que fazer, para as sedes da Copa, mini-centros que acompanham a segurança e a saúde. Ontem conversei muito isso com a Ministra Gleisi Hoffmann. Apresentamos isso como prioridade no PPA e seria fundamental que a gente pudesse, além desta experiência para a Copa, consolidar a estrutura de centros de emergência e monitoração para um processo adiante. O Brasil é um dos poucos países que não têm essa estrutura. Então, portanto, já está combinado com a Anatel o número único, a emergência, que também é fundamental, a exemplo de o 911 americano, o 112 europeu, enfim, e essa estrutura montada para atender a essa demanda.

Outro ponto ainda da Copa são os novos serviços que vão aparecer nas arenas, de forma cada vez mais crescente, a utilização de diversas formas, desde a compra do tíquete até a forma de se mover, de assistir, de ver e tal. Portanto, temos aí uma avenida enorme de serviços para este próximo período e que o

fundamental, e que fecha esta lógica, é conseguirmos – tenho certeza de que o ministério trabalhará nesta direção – chegar a 2014 com a inclusão e universalização dos serviços para que não fiquemos, mais uma vez, somente nos grandes centros. Portanto, a Copa é isto: serviços de segurança, educação, saúde, leitura de clima e ajuda na agricultura para que tenhamos capacidade de continuar incentivando a produção e o desenvolvimento local no País e usando as telecomunicações como verdadeira ferramenta de infraestrutura e não mais mero apêndice na estrutura econômica.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço ao Senador Walter Pinheiro e passo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy para sua participação.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Cumprimento o Presidente Senador Eduardo Braga pela iniciativa de estarmos hoje ouvindo o Ministro Paulo Bernardo e o Presidente da Anatel, João Rezende. Quero cumprimentá-los pela exposição feita.

Gostaria de solicitar ao Ministro Paulo Bernardo que, tendo em conta que ainda grande parte da população brasileira não compreende bem os termos técnicos utilizados, dada a velocidade com que tem se expandido a ciência e a tecnologia nessas áreas – mas acho que poderá ser útil para todos nós, para todos que estão nos assistindo –, que o Ministro Paulo Bernardo nos dê uma explicação sobre o significado de banda larga. Por que é tão importante este objetivo do Governo brasileiro de expandir a banda larga, sobretudo do ponto de vista de facilitar a maior comunicação em relação, por exemplo, a escolas, escolas nos locais mais distantes, no meio rural, e por que isso é tão importante. Se puder também nos explicar por que o leilão de frequências 4G já foi prorrogado mais de uma vez. Quais têm sido as dificuldades e resistências para que esse leilão possa vir a ser realizado. Tem havido resistência por parte das operadoras em fazer investimentos? Como é que hoje V. Ex^a qualifica a banda larga no Brasil? Ela é relativamente cara? Como ela poderá se tornar mais econômica para que haja uma democratização das oportunidades de educação – sobretudo de educação – e de utilização desses novos instrumentos a que até nós no Senado passaremos a ter acesso.

Gostaria de transmitir a V. Ex^a que há duas semanas, quando o Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, esteve aqui, sugeri a ele que examinasse o sistema de alfabetização que está sendo proposto pelo Instituto Palma, que é de alfabetização da língua materna através dos celulares.

V. Ex^a mostrou aqui o número de celulares – se não me falha a memória – em comparação aos tele-

fonos fixos. Esses estavam em torno de 46 milhões, e os celulares estão em 245 milhões, aproximadamente. Acho que foi esse o número, ou seja, há uma velocidade espantosa do acesso aos telefones celulares entre a população; inclusive a população com um nível de renda relativamente mais baixo tem tido acesso ao celular. Como para eles a comunicação... Um telefone que pode custar algo como R\$170,00 é um instrumento ao qual essas pessoas têm tido acesso. Elas usam suas parcas finanças para ter um telefone porque isso aumenta extraordinariamente sua possibilidade de comunicação com seus familiares, com os amigos. Usam o celular até como um instrumento para ter uma atividade profissional e melhorar a renda. Isso é fantástico!

O que perceberam alguns educadores foi que as pessoas passam a utilizar os celulares e sabem bem utilizá-los apertando aqui os números de 1 a 0, mas aqui também estão as letras e passar da utilização dos números para as letras e daí passar a ler e a escrever se tornou uma atividade muito interessante. Então eu lhe pergunto, Ministro Paulo Bernardo e Presidente João Rezende, se já conhecem esse possível caminho através da utilização dos telefones celulares.

Vou depois lhe encaminhar por e-mail a comunicação que recebi desse instituto que está propondo isso ao Governo brasileiro.

Meus parabéns!

Obrigado pelas informações que nos prestaram, inclusive a respeito das licitações e da maneira como a Anatel vem procedendo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a participação do Senador Eduardo Suplicy e passo a palavra, como próximo orador inscrito, ao Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Eduardo Braga.

Sr. Presidente; Exmº Sr. Ministro Paulo Bernardo; Sr. João Rezende, Presidente da Anatel; Ministro, peço-lhe desculpa se o senhor, por acaso, na apresentação tiver falado sobre o tema da minha pergunta. Infelizmente eu perdi boa parte de sua fala, mas tive notícia de que foi muito produtiva.

O Governo brasileiro tem sido questionado por outros países sobre sua decisão de impor quotas para a tecnologia nacional na licitação 4G, prevista para esse ano.

Alegam que tais restrições afrontam regras da Organização Mundial do Comércio – OMC.

O senhor poderia comentar tais acusações?

Quais são esses índices de nacionalização para o sistema de comunicação previsto nos editais e quan-

tas e quais são as empresas instaladas no Brasil que têm condições de atendê-los?

Era só isso, Sr. Ministro.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Com a palavra o nobre Senador, para a sua participação.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Cumprimento o Ministro Paulo Bernardo, pois não tive a oportunidade de cumprimentá-lo pessoalmente.

O senhor chegou e foi cercado e eu não quis me levantar.

Cumprimento o nosso Ministro, também o Presidente da Anatel João Resende. Acompanhando a explanação é que se percebe o quanto é importante essa questão.

Agora, eu gostaria de saber como o Governo pretende resolver os gargalos de infraestrutura que já foram percebidos na criação das redes 3G e impedir que se repitam nas redes 4G?

Estes gargalos de infraestrutura, inclusive, geraram atraso no cronograma de implantação dessas redes.

O senhor acredita que as atuais operadoras, mesmo com este histórico de atraso, têm condições tanto técnicas quanto de capital de investimento de implantar essas redes a tempo para a Copa das Confederações e para a Copa do Mundo?

Como o Ministério agirá caso ocorram atrasos?

Tendo em vista essa implantação em curto prazo, deslumbra-se a possibilidade da entrada de outras empresas além daquelas que já estão aqui?

Outra questão, também, como falamos da questão do atraso, a questão da própria saúde financeira, uma vez que essas empresas são de países que passam momentos difíceis, momento de instabilidade econômica.

Então, eu gostaria de saber a posição do nosso Ministro do Governo e do nosso Presidente.

Essa é a minha participação.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro – Bloco/PT – BA) – Nós vamos passar a palavra ao Ministro e na sequência ao Presidente da Anatel para que ele possa responder as indagações. E, até já aproveitando, não sei se tem algum outro Senador que gostaria de se inscrever, mas nós vamos fazer já as considerações finais dos palestrantes, obviamente dando direito a réplica aos demais Senadores.

Com a palavra o Ministro Paulo Bernardo.

O SR. PAULO BERNARDO – Quanto aos questionamentos feitos por V. Exª, eu queria dizer que estamos de acordo Senador Walter Pinheiro. É muito importante este leilão na frequência de 450 MHz, porque isso

vai preencher uma lacuna, uma dívida que nós temos com as áreas rurais do Brasil.

De fato V. Ex^a apontou bem. Nós temos inúmeras possíveis aplicações que, na verdade, representam necessidades básicas fundamentais das populações. Quem mora no campo, se tiver ligado à produção agrícola, agropecuária, quer ter assistência técnica, quer saber previsão de tempo, quer saber a cotação dos produtos na bolsa, quer vender os seus produtos ou até, simplesmente, comunicar-se, conversar com a família. Isso é muito importante.

É evidente que nós percebemos, quando discutimos com possíveis investidores, na formatação do edital, de que há dificuldades. O Brasil tem um tamanho colossal, com áreas onde a população é um pouco mais adensada, digamos que com pequenas propriedades, uma densidade habitacional que torna mais atraente, mas com áreas com vazios enormes. Mas, nós precisamos atacar esse problema.

Por isso que acho que foi sabia a forma como construiu as condições do leilão pela Anatel.

Nós vamos leiloar primeiro 450 MHz e temos evidências, temos feito contatos, temos recebido investidores que dizem ter interesse em participar e achamos que vai ser vendido primeiro os 450 MHz isoladamente.

Se isso não acontecer vai ser vendido junto com 2,5, que, digamos assim, para efeito de mercado, é o filé. Na verdade, o 450 não se presta à área rural, ele se presta a grandes áreas de concentração urbana, tem velocidade e deve ser um serviço, inicialmente, fornecido com um valor agregado, mais caro, para Senadores, para jornalistas, para Ministros, pessoas que têm que ficar mexendo aqui no aparelho. Então, ele é o filé e, com certeza, as pessoas vão comprar.

Eu queria dizer, Senador, que nós temos duas novidades. Uma o Senador Eduardo Braga já mencionou: foram lançados, recentemente, inclusive aqui no Brasil, equipamentos com tecnologia LTE, quarta geração, também com base na frequência 450. E nós, além disso, temos conversado, por conta das exigências do edital de investimento em pesquisa e desenvolvimento aqui, produção nacional, temos conversado com empresas que sinalizam a possibilidade de fazer o chamado *chipset*, que, na verdade, é a estrutura básica do celular ou do *tablet*, incluindo também a frequência de 450 MHz. Ou seja, o *chipset* já viria para os montadores, para os fabricantes de celulares ou de *tablets* com essa nova frequência incluída. Portanto, facilita o uso desses equipamentos também nessa frequência. É uma coisa muito importante para nós também.

O Senador Suplicy colocou uma série de questões. Eu não o vejo mais, mas quero dizer que a tendência que nós vemos é de fato a banda larga acontecer

com muito mais velocidade nos dispositivos móveis, celulares, *tablets*, *smartphones*. Por quê? Primeiro, porque nós temos um país imenso, colossal, é mais difícil fazer a estrutura para dispositivo fixo, e, depois, a verdade é que as pessoas querem ter equipamentos móveis. Fica evidente que a pessoa prefere andar, se tiver condição, com um *smartphone* no bolso, porque se tem acesso à *Internet*, faz as operações, faz todo esse trabalho. A tendência é essa. Por isso, cresceu no Brasil, no ano passado, 103%, mais do que duplicou. E no ritmo que vai este ano, vai também.

Nós estamos discutindo políticas capazes de baratear *smartphone*, talvez incluir na Lei do Bem, desonerar, fazer algumas medidas para facilitar esse movimento.

Com relação à qualidade, o que nós entendemos é que a *Internet* no Brasil tem muitas deficiências e, com certeza, é um serviço ainda caro para o conjunto da população. Agora, a tendência que temos observado é que ela tem melhorado a qualidade e vai baratear, vai continuar barateando os preços, porque nós temos quatro grandes operadoras. Agora tem uma nova operadora que vai entrar no 3G, que comprou a banda H, a Nextel vai começar a operar em 3G também. Então, aumenta o número de concorrentes, a oferta, os investimentos. É por isso que estamos fazendo medidas para desonerar o investimento, porque nós achamos que vai exigir muito investimento.

O regulamento de qualidade que foi feito pela Anatel vai obrigar as empresas a fazerem investimentos, porque, do contrário, vai ter um problema enorme aí, porque algumas pessoas podem medir a velocidade no próprio computador ou no dispositivo móvel que estiver usando.

Estou vendo aqui... Acho que era basicamente isso.

Esse programa de que o Senador falou, de alfabetização, eu não conheço. Depois vou ligar para ele e pedir para nos mandar.

Do Senador Eduardo, mas também do Senador Cyro, que perguntou sobre a questão de tecnologia nacional. Olha, nós colocamos nos editais de licitação exigência de fabricação nacional de 50% e mais, cumulativamente, 10% de desenvolvimento nacional. Ou seja, tem que fazer pesquisa e desenvolvimento aqui. Isso, é evidente, para alguns é uma beleza e para outros é problema, porque, para quem tem fábrica aqui, no Brasil, para quem investe aqui é muito bom.

Eu fui à Europa – o Senador Walter Pinheiro citou –, à feira de telefonia celular, telefonia móvel, em Barcelona, e conversei com várias pessoas, dentre elas, a Vice-Presidente da Comissão Europeia, Sr^a Neelie Kroes. Conversamos por uma hora, mais ou menos, e

45 ou 50 minutos foi sobre essa questão. E é verdade que eles estão muito incomodados com isso.

Qual é a nossa visão? Primeiro, se não adotarmos medidas para fomentar a produção e o desenvolvimento aqui, nós vamos aumentar o nosso problema nessa área de tecnologia – inclusive é enorme –, de celular, de telefonia, comunicação. Nós temos um déficit enorme na balança. Então, nós precisamos aumentar a produção interna. Acho que isso é absolutamente importante. Segundo, até disse para a Comissária Neline Kroes: “Olha, se não adotarmos medida, quem vai fornecer para o Brasil não vão ser as empresas europeias, mas as empresas asiáticas, principalmente as chinesas. Então, acho até estranho a União Europeia se mobilizar, porque nós temos empresas de capital europeu, como a Ericsson, como a Nokia Siemens, como outras empresas, que produzem aqui e são consideradas como empresas nacionais. A Constituição diz que uma empresa instalada aqui, mesmo que o capital seja estrangeiro, é uma empresa nacional. Então, nós temos que ter uma medida que facilite a vida dessas empresas. Nós não achamos que isso fere as condições da OMC. É claro que olhamos isso antes. Durante a finalização do edital, vamos examinar, mas não temos essa avaliação de que fira cláusulas da OMC. Para nós é absolutamente importante ter um componente nacional na produção.

E a questão do Senador Eduardo, que fala do 3G, a nossa visão, Senador, é a seguinte: as empresas, na verdade, não se prepararam para o crescimento que houve no mercado. Elas fizeram um investimento pressupondo um crescimento x, e a verdade é que o crescimento foi muito maior. Isso que aconteceu com a telefonia móvel, no ano passado, quer dizer, 103% de crescimento, mostra que as empresas foram pegadas de calça curta. Então, elas estão vendendo sem ter condição de dar o atendimento com a mesma qualidade. Isso, evidentemente, gera problemas. Há empresas que, em alguns casos, foram proibidas de continuar vendendo. Há um conflito enorme. E nós temos que empurrá-las, literalmente, no sentido de fazer investimento e atender com mais qualidade. Acho que isso está sendo feito. As empresas têm nos procurado lá, no Ministério, e apresentado planos importantes de investimento, seja no 3G... E, com certeza, vão fazer também no celular de quarta geração. Elas têm que fazer investimentos. O mercado está demandando, está comprando, e parar de fornecer é impossível. Às vezes, a justiça até manda parar de expandir a oferta, mas quem comprou tem que ser atendido e tem que ter atendimento bom. Então, o investimento é absolutamente importante. E nós temos feito a nossa parte, inclusive mandar para o Congresso uma medida provisória para desonerar

os investimentos de maneira que ajude também nesse aspecto. Também queremos que seja feito, tanto quanto possível, com equipamentos nacionais.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, o eminente Senador.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Ok.

Agradeço, Ministro Paulo Bernardo, pela resposta e agradeço a presença do nosso amigo João Rezende, mas quero pedir licença – foi muito importante a participação até agora na audiência –, pois tenho que me dirigir, agora, à CCJ, onde também temos trabalho. Obrigado.

O SR. – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço, Senador Eduardo.

Espere para lhe dar os cumprimentos de bem-vindo ao Senado. Não tive oportunidade de lhe dar as boas-vindas, Senador Eduardo. Seja muito bem-vindo.

Bom dia, senhoras e senhores. Estou aqui, eventualmente, ocupando esta Presidência, primeiro, para parabenizar e cumprimentar o meu amigo, o Ministro Paulo Bernardo, e dizer da satisfação sempre renovada em tê-lo no Senado.

O SR. PAULO BERNARDO – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – V. Ex^a é muito bem-vindo.

Com a palavra o Dr. João Rezende, Presidente da Anatel, para suas considerações derradeiras.

O SR. JOÃO REZENDE – Só queria fazer duas observações muito rápidas. Até já falei com o Senador sobre a preocupação dele caso os compromissos não sejam cumpridos. A Anatel tem carta de execução de garantia. Se a empresa não cumprir os calendários, nós temos formas de fazer essa execução.

Em relação à questão da produção nacional, é muito importante dizer que a faixa de frequência é um bem público. Nós entendemos que, em relação à OMC, toda vez que envolver relação com setor público, é evidente que podemos colocar – acreditamos nisso – alguns indicadores para garantir comprar nacionais. Então, nós não achamos que estamos interferindo em nada em relação à resolução da OMC, porque, como a frequência é um bem público, a licitação está associada a isso, e achamos que podemos, pelos mecanismos da OMC, colocar produção nacional. Não estaríamos, de maneira alguma, infringindo alguma regulamentação da Organização Mundial do Comércio. Esse é o entendimento no momento.

Nós estamos também preparando respostas para a OMC, caso surjam mais dúvidas, mas acreditamos

que é importante manter essa questão do produto nacional e da tecnologia nacional.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço as considerações ao Presidente da Anatel, dizendo que esta Comissão sempre será solidária e parceira nas diretrizes que a Anatel define na forma da lei.

Sr^{as} e Srs. Senadores, peço vênica a V. Ex^{as} para votar quatro requerimentos fundamentais para o andamento desta Comissão.

O primeiro é um requerimento do Senador Walter Pinheiro, com a minha subscrição. Nos termos do artigo da Constituição Federal com o nosso Regimento Interno, o Senador propõe um debate do marco legal que rege o setor de informática na forma da sua atualização.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Anibal.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Só para tirar uma dúvida. Já que vamos entrar em votação, acho que o Ministro fica liberado, não é?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Já.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Senão vamos deixá-lo de castigo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Deixe o Ministro conosco por um pouco mais de tempo. Se o Ministro sair, vai acabar a reunião.

Vamos votar.

Em votação o requerimento do Senador Walter Pinheiro e do Senador Vital do Rêgo – veja a confusão que você arrumou, Anibal? – para fazer um seminário sobre o marco legal no setor de informática.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação. (Pausa.)

Aprovado.

É o seguinte requerimento:

REQUERIMENTO Nº 09, DE 2012 – CCT

Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), para debater o marco legal que rege o setor de informática, de forma a propor sua atualização, bem como avaliar ações de incentivo ao uso de software nacional, inclusive as empreendidas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), as políticas de desoneração fiscal e o estímulo a compras governamentais que envolvam

o referido setor. Para participar da referida audiência sugiro que sejam convidados os representantes do (a):

• *Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)*; • *Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)*; • *Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social*; • *Associação de Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação (ASSESPRO)*.

Autoria: Senador Walter Pinheiro e outros.

O culpado é o Anibal.

Em aditamento ao Requerimento 06, de autoria do Senador Randolfe e da Senadora Angela, o Senador Flexa Ribeiro requer a realização de audiências públicas sobre a situação do Plano Nacional de Banda Larga.

Em discussão. (Pausa.)

Em votação. (Pausa.)

Aprovado.

É o seguinte requerimento:

REQUERIMENTO Nº 11, DE 2012 – CCT

Em aditamento ao Requerimento nº 06, de 2011–CCT, de autoria dos Senadores Angela Portela e Randolfe Rodrigues, para realização de audiência pública sobre o tema “A situação do Plano Nacional de Banda Larga em todo o Brasil e particularmente na Região Norte”, requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, sejam incluídos, como convidados: • *Dr. Antonio Carlos Valente da Silva – Diretor Presidente da TELEFÔNICA do Brasil*; • *Dr. José Formoso Martínez – Presidente da EMBRATEL*; • *Dr. Luca Luciani – Presidente da TIM*.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro.

Requerimento do Senador Eduardo Braga pedindo autorização para a participação em uma audiência pública na cidade de Manaus.

Em discussão. (Pausa.)

Em votação. (Pausa.)

Aprovado.

É o seguinte requerimento:

REQUERIMENTO Nº 08, DE 2012 – CCT

Requeiro, nos termos do disposto no art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para a minha participação, na qualidade de membro da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, em Audiência Pública a realizar-se na cidade de Manaus (AM) para discutir o tema: “Problemas apresentados pela população no serviço de telefonia móvel e fixa no Estado do Amazonas, bem como aferir a melhoria no sistema, conforme compromissos assumidos pelas concessionárias, em audiência ocorrida em novembro de 2011”, evento que se realizará em 27 de março de 2012 (terça-feira) às 14 horas, no Plenário Ruy Araújo

jo, na sede da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas. Requeiro, ainda, que a Comissão, seja assessorada por um servidor da Secretaria da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática para prestar assistência.

Autoria: Senador Eduardo Braga.

O último requerimento é de autoria do Senador Gim Argello, em aditamento ao requerimento dos Senadores Aloysio e Eduardo, solicitando audiência pública para escolha e contratação de entidades aferidoras da qualidade da banda larga.

Em discussão. (Pausa.)

Em votação. (Pausa.)

Aprovado.

É o seguinte requerimento:

REQUERIMENTO Nº 10, DE 2012 – CCT

Requeiro nos termos regimentais, pelo presente, e em aditamento ao Requerimento-CCT no 02 de 2012, de autoria dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Eduardo Braga, aprovado no plenário da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática para a realização da Audiência Pública que discutirá “a escolha e contratação da entidade aferidora da qualidade da banda larga”, a inclusão do convidado abaixo relacionado: Demi Getschko – Membro do Comitê Gestor da Internet na qualidade de “Representante de notório saber em assunto da Internet”.

Autoria: Senador Gim Argello e outros.

Paulo, um abraço.

Um abraço a todos.

Fiquem com Deus.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2012.

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e um de março de dois mil e doze, na sala dois da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Angela Portela, Anibal Diniz, Walter Pinheiro, João Capiberibe, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Flexa Ribeiro, Gim Argello, Alfredo Nascimento, Benedito de Lira, Cícero Lucena e João Ribeiro, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Lobão Filho, Ciro Nogueira, Cyro Miranda e José Agripino. Comparecem

à reunião os Senadores Randolfe Rodrigues e Romero Jucá, não membros da Comissão. O Senhor Presidente, Senador Eduardo Braga, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao **Requerimento n.º 06 de 2011-CCT**, de autoria da Senhora Senadora Ângela Portela que requer “..., nos termos regimentais, a realização de reunião de audiência pública com o objetivo de discutir a situação do Plano Nacional de Banda Larga no País e as deficiências de atendimento na transmissão de dados via internet, com ênfase na Região Norte, bem como os subsídios, subvenções e demais políticas públicas destinadas aos fornecedores desse serviço. Nessas condições, indico, na qualidade de convidados-expositores, os seguintes nomeados: Cesar Alvarez, Secretário Executivo do Ministério das Comunicações; Ronaldo Mota Sardenberg, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações, Anatel; Luiz Eduardo Falco, Presidente da empresa Oi; Rogério Santanna dos Santos, Presidente da Telebrás”, ao **Requerimento n.º 07 de 2011-CCT** de autoria do Senhor Senador Eduardo Braga que requer “Em aditamento ao Requerimento nº 06, de 2011-CCT, de autoria dos Senadores Ângela Portela e Randolfe Rodrigues, para realização de audiência pública sobre o tema “A situação do Plano Nacional de Banda Larga em todo o Brasil e particularmente na Região Norte”, requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, seja incluído, como convidado para a mesa de debates, o Deputado Marco Antonio Chico Preto – Presidente da Comissão de Gestão e Serviços Públicos (CGESP) da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (ALEAM)”, ao **Requerimento n.º 04 de 2012-CCT** de autoria da Senhora Senadora Ângela Portela que requer “..., nos termos regimentais, pelo presente, e em aditamento aos Requerimentos da CCT nos 06/2011 e 07/2011, para a realização de Audiência Pública em torno do tema “Plano Nacional de Banda Larga no País e as Deficiências de Atendimento na Transmissão de Dados Via Internet, com Ênfase na Região Norte, bem como os Subsídios, Subvenções e demais Políticas Públicas destinadas aos Fornecedores desse Serviço”, a inclusão de novo convidado, no caso o Diretor-Presidente da Empresa Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A – ELETRONORTE, o ilustíssimo Senhor Josias Matos de Araújo”, e ao **Requerimento n.º 11 de 2012-CCT** de autoria do Senhor Senador Flexa Ribeiro que requer “Em aditamento ao Requerimento nº 06, de 2011– CCT, de autoria dos Senadores Ângela Portela e Randolfe Rodrigues, para realização de audiência pública sobre o tema “A

situação do Plano Nacional de Banda Larga em todo o Brasil e particularmente na Região Norte”, requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, sejam incluídos, como convidados: • Dr. Antonio Carlos Valente da Silva – Diretor Presidente da TELEFÔNICA do Brasil; • Dr. José Formoso Martínez – Presidente da EMBRATEL; Dr. Luca Luciani – Presidente da TIM”. Comparecem à reunião os Senhores Cezar Alvarez, Secretário Executivo do Ministério das Comunicações – MiniCom; Caio Bonilha, Presidente da Telecomunicações Brasileiras S/A – TELEBRÁS; Marco Antonio Chico Preto, Deputado Estadual da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas – ALEAM; Marcos Augusto Mesquita Coelho, Gerente de Relações Institucionais da Telemar Norte – Leste da Oi; Enylson Flávio Camolesi, Diretor de Relações Institucionais da Telefônica do Brasil; Leandro Guerra, Diretor Executivo de Assuntos Institucionais da TIM; Adhemar Palocci, Diretor de Planejamento e Engenharia das Centrais Elétricas do Norte do País – ELETRONORTE; Bruno Ramos, Superintendente de Serviços Privados da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL e Ayrton Capella Filho, Diretor de Estratégia Regulatória da Embratel – EMBRATEL. Finda a exposição, o Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usam da palavra os Senhores Senadores Ângela Portela, Aníbal Diniz, Walter Pinheiro e Senadores Romero Jucá e Randolfe Rodrigues, não membros da Comissão. Prosseguindo, o Senhor Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as notas taquigráficas sejam anexadas a esta ata para devida publicação. Nada havendo mais a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e cinquenta e seis minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eduardo Braga**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Declaro aberta a 6ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os trabalhos desta reunião, proponho a dispensa da leitura e a consequente aprovação da Ata da última reunião.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunicados da Presidência.

A CCT recebeu do Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações o Ofício nº 249/2012, dando conhecimento à Comissão dos discursos proferidos pelo Exm^o Sr. Ministro de Estado das Comunicações nos seguintes eventos: reunião de Ministros das Comunicações dos países-membros da União das Nações Sul-Americanas (Unasul), ocorrida em Brasília no dia 29 de novembro de 2011; e Seminário Regulatório Latino-Americano, realizado em Barcelona, Espanha, no dia 29 de fevereiro do corrente ano. O mesmo expediente também trouxe a esta Comissão os textos da declaração dos Ministros das Comunicações dos países da Unasul, firmada pelos Ministros das Comunicações dos países-membros da Unasul no evento já mencionado acima.

Por fim, também foi recebido pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, do Tribunal de Contas da União, o Aviso nº 211-Seses-TCU-Plenário, com cópia do Acórdão nº 482/2011, em que o tribunal apreciou o relatório de levantamento de auditoria com enfoque na gestão da arrecadação de multas administrativas aplicadas por órgãos e entidades federais.

Os mencionados expedientes e textos estão sob a guarda da Secretaria da Comissão e as Sr^{as} e os Srs. Senadores que desejarem podem solicitar cópias oportunamente.

Dando início aos trabalhos da Comissão, realizaremos hoje audiência pública para debater sobre o tema: Plano Nacional de Banda Larga no País e as deficiências de atendimento na transmissão de dados via Internet, com ênfase na região Norte, bem como os subsídios, subvenções e demais políticas públicas destinadas aos fornecedores desse serviço.

A audiência pública decorre dos Requerimentos nºs 06 e 07, de 2011, e 04 e 11, de 2012, de autoria, respectivamente, da Senadora Ângela Portela e dos Senadores Randolfe Rodrigues, Eduardo Braga e Flexa Ribeiro, que foram aprovados por esta Comissão.

Vamos, então, à composição da mesa.

O Sr. Cezar Alvarez está representando, neste momento, o Ministro na Câmara dos Deputados e chegará logo mais.

O Sr. Caio Bonilha é engenheiro eletrônico, com especialização em Telecomunicações pela Unicamp. Também é especialista em tecnologias, negócios e estratégias para empresas de Telecomunicações e energia. Foi diretor comercial da Telebras e, desde junho de 2011, assumiu a presidência da empresa.

O Sr. Bruno Ramos é graduado em engenharia e mestre em regulação de Telecomunicações pela UnB. Ele atuou como engenheiro na Telesp e na Telebras. Na Anatel, ocupou gerências, como a de regulamentação de serviços móveis e de comunicações pessoais terrestres móveis. Atualmente, é Superintendente de Serviços Privados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

O Sr. Adhemar Palocci também ainda não se encontra.

O Sr. Marco Antonio Chico Preto, Deputado Estadual pelo Estado da Amazonas, é bacharel em direito, empresário e possui larga carreira pública, tendo ocupado a cadeira de vereador junto à Câmara Municipal de Manaus por três legislaturas, inclusive como presidente da casa no biênio 2005/2006. Possui mandato de Deputado Estadual para a legislatura de 2011/20124. Atualmente, é presidente da Comissão da Gestão de Serviços Públicos da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.

O Sr. Marcos Augusto Mesquita Coelho, advogado e administrador de empresas com pós-graduação em finanças, foi superintendente do Sindserv e atuou junto às instituições financeiras, ocupando atualmente a função de Diretor de Relações Institucionais da Oi.

O Sr. Enylson Flávio Camolesi, engenheiro com pós-graduação em economia, sistema de informações, possui 25 anos de experiência no setor de Telecomunicações e, atualmente, é o Diretor de Relações Institucionais da Telefônica.

O Sr. Ayrton Capella Filho, engenheiro e especialista em Telecomunicações no Brasil e no exterior, foi presidente da Telesc e dirigente das empresas Brasil Telecom, GVT e CRT, ocupando atualmente a função de Diretor de Estratégia Regulatória da Embratel.

Creio que o senhor seja o Sr. Ayrton. Seja bem-vindo. Como a mesa não é muito grande, nós já reservamos ali, perto da nossa Senadora Angela Portela, um lugar onde o senhor possa se sentar.

O Sr. Leandro Guerra, engenheiro, ocupou diversas funções de Telecomunicações e, atualmente, é Diretor Executivo dos Assuntos Institucionais da TIM.

Portanto, composta a mesa e, preliminarmente, ao início da exposição pelos convidados, é importante chamarmos a atenção do Plenário para o fato de que o assunto Telecomunicações vem sendo objeto de vários e importantes debates nesta Comissão desde o ano de 2011.

Na semana passada, a CCT teve a honra de receber as duas autoridades mais importantes do setor, o Exmº Sr. Ministro de Estado das Comunicações, Paulo Bernardo, e o presidente da Anatel, Sr. João Batista de Rezende. Eles nos deram valiosas informações

sobre os próximos leilões de frequências da Anatel e as ações do Ministério e da Agência com relação à Copa do Mundo da Fifa, em 2014, pois é fato de que a infraestrutura e a segurança sobre a qualidade da prestação dos serviços de comunicação nesse evento nos trazem grandes preocupações.

No mesmo sentido, teremos, amanhã, outra audiência pública que também tratará do tema banda larga, mais especificamente sobre a contratação da empresa aferidora de qualidade, conforme o regulamento de comunicação multimídia.

Ante toda a atenção e na medida em que a Comissão busca informações sobre ações, investimentos e políticas para o setor, também não podemos deixar de lado a necessidade de acompanharmos a atuação das empresas e a execução dos programas de Governo, bem como os seus planos de investimento assumidos junto à Anatel e ao Ministério das Comunicações.

O Programa Nacional de Banda Larga tomou grandes proporções e hoje é uma realidade. A Telebras, antiga *holding* das empresas estatais de telefonia brasileira foi reestruturada e reativada pelo Governo para ser a responsável pela execução dos objetivos previstos no referido programa.

Os termos de compromisso com as operadoras parceiras foram assinados com o estabelecimento de metas, compromissos e obrigações. Foi, então, extremamente oportuna a iniciativa tomada pela Exmª Srª Senadora Angela Portela e pelo Exmº Sr. Senador Randolfe Rodrigues, autores do requerimento originário para esta audiência pública, que foi posteriormente editado por outros requerimentos.

É fato que a infraestrutura de comunicações na região Norte apresenta grandes e graves deficiências sendo, de longe, a região com os maiores problemas e que apresenta as maiores necessidades de investimento e reconstituição da capacidade de investimento. Recentemente, recebemos convite da Assembleia Legislativa do Amazonas para que esta Comissão acompanhe e participe de audiência pública que será realizada no próximo dia 27 de março, em que serão tratadas questões ligadas à qualidade dos serviços de telefonia. E essa não é a única iniciativa regional sobre o tema. Também acompanhamos várias ações regionais em que a atuação das operadoras é questionada resultando, em alguns casos, em ações civis públicas e comissões parlamentares de inquérito visando à apuração de responsabilidades e caminhos que possam solucionar os problemas identificados.

A importância do setor e as necessidades do País são grandes e, por isso mesmo, não podemos deixar esse acompanhamento de lado. Para tanto, estamos realizando esta audiência pública com o fim de ouvir

as autoridades envolvidas e também os representantes das operadoras sobre como está a execução das metas e obrigações na região.

Agora, dando continuidade aos trabalhos, passarei a palavra aos convidados. Mas, antes, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de pedir escusas a V. Ex^{as}. Lamentavelmente ou felizmente pelas novas funções que tenho exercido, terei que me ausentar para ir a um compromisso fora da Casa, mais precisamente no Palácio do Planalto.

Na realidade, esta Comissão, Caio, tem a feliz coincidência de ter hoje o Líder do Governo e o primeiro Vice-Líder na Presidência e na Vice-Presidência da Comissão de Ciência e Tecnologia. Talvez seja a hora de termos implementações cada vez mais céleres e apropriadas sobre o tema. Portanto, antes de iniciar os debates, eu gostaria de agradecer a presença de todos os senhores e senhoras aqui presentes, logo mais teremos a presença aqui do nosso representante...

O Adhemar Palocci chegou... Vamos puxar uma cadeira para o Adhemar se sentar aqui conosco, onde for possível, registrando já a chegada do Adhemar Palocci aqui entre nós e logo mais teremos aqui conosco também o nosso Cezar Alvarez, que também vai tratar da questão abordada nesta audiência pública pela visão do Ministério de Comunicações do Governo Federal.

Vou passar, portanto, os trabalhos para o Gim Argelo para que ele possa dar prosseguimento a esta audiência pública.

Eu, que durante tanto tempo, Senadora, lutei ao lado de V. Ex^a para que esta audiência pública pudesse se realizar, exatamente no dia em que ela se realiza, sou chamado para tratar com a Ministra Ideli e com a Ministra Gleisi de assuntos pertinentes à Ordem do Dia de hoje no Senado. Espero poder retornar à Casa ainda durante a audiência pública, para que eu possa participar dos debates sobre a matéria.

Para finalizar, quero agradecer muito a presença do Deputado Chico Preto, que tem feito, na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, em parceria com os Parlamentares do Estado, um trabalho extremamente profícuo e importante nos serviços de concessão pública no Estado do Amazonas. Obviamente que um Estado da dimensão e da área do Estado do Amazonas tem, nas comunicações e nas telecomunicações, algo extremamente importante não só para a infraestrutura do desenvolvimento, mas também para a qualidade de vida do seu povo e daqueles que vivem no interior do Amazonas.

Dito isso, passo a palavra e a Presidência ao Senador Gim Argelo para que, com seu brilhantismo e habilidade peculiar, possa dar continuidade a esta audiência pública. Muito obrigado a todos que com-

pareceram. Eu espero poder retornar, Gim, a fim de poder participar dos debates.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Dando continuidade aos trabalhos e esperando que o nosso Presidente possa voltar, gostaria de passar a palavra ao primeiro convidado, Dr. Caio Bonilha, Presidente das Telecomunicações Brasileiras (Telebras).

O SR. CAIO BONILHA – Bom dia a todos.

Senadora Angela Portela, Senador Gim Argello, demais Senadores e Senadoras, meus colegas aqui da Mesa, senhoras e senhores jornalistas, é com grande satisfação que venho a esta Comissão, representando a Telebras, para explicar o que a Telebras está fazendo em prol da região Norte com os recursos que nos foram disponibilizados pelo Ministério das Comunicações em novembro passado.

Em novembro passado, o Ministro Paulo Bernardo, tendo sensibilidade para o problema da região Norte, repassou extraordinariamente à Telebras R\$66 milhões do orçamento do Ministério para que atuássemos diretamente na região Norte, já que, nos planos da Telebras, no planejamento inicial, a região Norte seria atendida somente a partir de 2014, com a chegada do Linha de Tucuruí.

Então, com essa missão que nos foi dada pelo Ministro e com esses recursos, nós iniciamos um trabalho que chamamos de projeto Rede Norte, que eu venho apresentar aos senhores.

Inicialmente, eu gostaria de mostrar que o que a Telebras está fazendo, na sua reativação e reestruturação, como bem disse o Senador Eduardo Braga, é ser parte importante – não o todo – do Programa Nacional de Banda Larga. Ou seja, nós temos, como missão, não só que executar diretamente, mas induzir os outros atores desse cenário de Telecomunicações a participarem desse Programa, que efetivamente vem acontecendo. Então, o nosso fundamento é aumentar a cobertura, aumentar a velocidade e baixar o preço. Essa é a missão que foi dada à Telebras na implementação do Programa Nacional de Banda Larga.

Evidentemente, a questão de cobertura, como já foi salientado pelo Senador Eduardo Braga, em relação ao Norte, é extremamente importante, dado que o Norte é hoje a região que tem a menor densidade de banda larga no País. Então, a nossa missão é massificar o acesso à banda larga para promover a oportunidade de concentrar renda e incorporar os excluídos.

O que nós fizemos? Nós temos um programa que chamamos de Internet Popular a R\$35,00 por megabit mensal com ICMS – nós estamos trabalhando com os provedores – ou a R\$29,00 ou menos nos Estados em

que há isenção de ICMS. Com isso, nós temos objetivos bem específicos.

O primeiro deles é reduzir as desigualdades sociais e regionais. O que estamos fazendo? Nos nossos programas, os preços são isonômicos em todo o País, ou seja, os R\$35,00 valem tanto no interior do Amazonas quanto em São Paulo. Então, esse é um dos grandes esforços que estamos fazendo no sentido de diminuir a desigualdade.

Segundo. Nós estamos incluindo cerca de dois mil provedores que hoje lutam, com muito esforço, para conseguir fornecer serviços em pequenas cidades e nas franjas das grandes cidades. Esses pequenos provedores geram emprego qualificado, geram renda. Então, eles estavam, de certa forma, trabalhando com os seus potenciais competidores. A Telebras, até pelo seu modelo de negócio, não compete com o usuário final.

E a terceira parte do nosso programa é o atendimento nos *campi* universitários, principalmente no interior do País. Uma das grandes obras que começou no Governo do Presidente Lula e que se estendeu, agora, no Governo da Presidente Dilma são os *campi* universitários que estão no interior do País – hoje são cerca de 800. Um dos grandes problemas de manter as pessoas nos *campi* é justamente a questão da banda larga. Então, nós estamos começando um programa juntamente com o Ministério da Ciência e Tecnologia, por meio da RNP e do Ministério da Educação, para levar no mínimo 100 megabits a cada um desses *campi*. Então, essa é outra das nossas missões.

Como eu falei, o nosso modelo de negócio... Nós vamos até o Município, nós temos uma rede nacional, e vou mostrar a parte da Rede Norte. Essa rede hoje praticamente já tem 11 mil quilômetros em operação ou quase em operação, em alguns casos.

E em nível regional, nós estamos desenvolvendo o que a gente chama de interligação de sedes municipais ao chamado *backbone*. Isso nós estamos fazendo. A partir daí, então, em nível local, a infraestrutura, nós nos conectamos a um provedor local ou a uma prefeitura; e esse provedor e essa prefeitura, então, são responsáveis pelo fornecimento de serviços aos cidadãos. Esse é o nosso modelo.

Especificamente em relação à região Norte, desde que nos foi dada essa atribuição pelo Ministro Paulo Bernardo, nós iniciamos um trabalho com os nossos parceiros na região Norte. O principal parceiro que nós temos na região Norte para atendimento é a Eletronorte. A Eletronorte vem trabalhando intensamente com a Telebras no sentido de nós, por meio dos próprios circuitos hoje existentes da própria rede da Eletronorte, anteciparmos esse atendimento.

Também estamos trabalhando com a Petrobras, particularmente no atendimento entre Manaus e Coari. Também que é o que dá para fazer hoje no interior do Amazonas, que nós julgamos que é muito importante.

E estamos trabalhando também – são três a mais; o que está em azul mostrado é rede própria da Telebras e o que está em vermelho nós estamos desenvolvendo com os nossos parceiros... Isso é um investimento inicial que nós estamos fazendo de 2,7 milhões dos 76 milhões dentro do que nós chamados de *backbone*; e aproximadamente 63 milhões do que estamos fazendo para integração do *backbone* às cidades.

Hoje foi lançado pela Telebras – e vou mostrar depois – um edital para construção de infraestrutura em 51 cidades nessa região toda. Nós estamos fazendo o que dá para fazer em cada um dos Estados e Municípios.

Então, por exemplo, para chegar a Macapá, inicialmente, nós estamos fazendo uma parceria com o provedor privado, que está indo buscar a nossa conexão em Belém.

Para atendimento de Manaus, nós estamos fazendo uma parceria muito importante com duas das nossas operadoras privadas, a Oi e a Embratel, para fazermos viabilizarmos o atendimento inicial de Manaus.

Então, esse é um trabalho em que estamos desenvolvendo, como eu falei, uma parceria nossa com a Eletronorte. Por meio dessa parceria com a Eletronorte e com a Petrobras, estamos viabilizando as demais parcerias não só com a Oi, como também com a Embratel, que é muito importante para tirar o isolamento principalmente de Manaus e do interior do Amazonas.

Aí estão os 56 Municípios. Como eu falei, hoje estamos lançando um edital para construção de infraestrutura. Aqui estão os pontos de presença que estamos construindo e a cidades que nós vamos atender em cada um dos Estados da região Norte. O que não está contemplado nesse orçamento é o Tocantins, porque o Tocantins naturalmente faz parte da nossa rede. Com isso, nós iniciamos, então, o resgate do isolamento da região Norte e a integração dela no Programa Nacional de Banda Larga e a rede da Telebras.

Ao longo do tempo, nós, juntamente com o Eletronorte, operadoras e posteriormente com o Linhão, nós pretendemos ampliar esse atendimento, chegando inicialmente a 198 Municípios. Nós já temos potencial para atender 198 Municípios, o que nos falta são recursos. A partir daí, com as demais operadoras, nós ampliamos isso até chegar a 347 Municípios, que é o que nós mapeamos que dá para fazer com o Linhão de Tucuruí.

O que temos feito, então? Fizemos um planejamento técnico para atendimento da Rede Norte, o que

você viram anteriormente, que vai de 2012 a 2014. Estamos fazendo essa licitação. Temos um termo de cooperação técnica com a Eletronorte e um termo de ajuste que estamos finalizando, que é muito importante, então, para esse atendimento. Temos um acordo com a RNP para utilização das Redecomps nas capitais da região Norte, Manaus, Belém, Rio Branco, Cuiabá e Palmas, temos uma negociação praticamente fechada com a Petrobras e com a TAG, que é uma subsidiária da Petrobras, para atender o trecho Coari-Manaus, temos uma negociação com a Embratel de troca de capacidade para atender Manaus, Porto Velho, Paraíso e Palmas, uma negociação com a Oi para atender Manaus-Boa Vista e iniciamos, recentemente, entendimentos com a O3B, que é uma empresa de satélite de baixa órbita, que estará lançando, em 2013, satélites para cobertura da região Norte, porque entendemos que outras cidades, principalmente na região amazônica, nós só vamos poder atender a banda larga através de satélite.

Temos acordos regionais, então, para cada um dos Estados, celebrados com provedores, no caso do Amazonas, por exemplo, com a Prodam, que é muito importante para o atendimento de Coari-Manaus, em Mato Grosso, com o Governo do Estado e com a Cemat, no Pará, com a Prodepa, além da própria Eletronorte, em Rondônia nós estamos com o Governo do Estado e em Roraima, como eu falei, essa negociação que nós estamos finalizando com a Oi.

Quais são os pontos críticos e os desafios que nós temos para atendimento na região Norte? Nós temos esse termo de ajuste, nós temos os prazos de atendimento, que nós temos que cumprir para cumprirmos os prazos que nós temos fornecido aos Srs. Senadores e às Senadoras.

A questão de implantação. Nós temos uma questão muito crítica na região Norte, que é a questão dos preços de obras civis, que lá são regulados pelo TCU através da tabela Sinapi, uma tabela que o TCU usa, então, para avaliar o correto preço de obras civis na Administração Pública.

Nós temos uma dificuldade na tabela Sinapi normalmente na região Norte porque ela, no interior, principalmente do Amazonas, os preços não são compatíveis, principalmente com a questão de transporte e de logística para levar o material e executar a obra no interior.

Estamos em negociação também com essa linha de Tucuruí-Manaus, para a gente atender, e Presidente Figueiredo e Boa Vista, para o atendimento que nós chamaríamos de definitivo, a partir de 2014, e temos, então, essas negociações que nós estamos conduzindo com as operadoras privadas.

Outra questão muito importante lá é a questão de localização, construção e alimentação dos nossos pontos de presença e obtenção de alvarás e licenças ambientais.

Com a visibilidade que nós temos hoje, que é uma pergunta recorrente, nós estamos executando, então, um trecho entre Barra do Peixe, que vai ligar a rede da Telebras até Cuiabá, para chegar a Mato Grosso, prevista para 30 de março, entre Cuiabá e Sinop também, entre Barra do Peixe e Porto Velho, para atendimento de Porto Velho, 30 de março, entre Cuiabá e Porto Velho também e entre Belém e Imperatriz, para atendimento, então, do Pará, a partir de 30 de abril, assim como o interior, Santarém, Belém e Presidente Dutra. São Luís, que é para atendimento do Maranhão, está previsto para 30 de maio.

Nós estamos trabalhando com a Eletronorte para tentar reduzir esses prazos, tá?

Era isto que eu tinha que apresentar.

Agradeço a atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Convido o nosso segundo palestrante, Dr. Bruno Ramos.

O SR. BRUNO DE CARVALHO RAMOS – Bom dia.

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer, em nome do Presidente da Anatel, o convite desta Comissão, ao Senador Gim Argello, como Presidente em exercício desta Comissão.

A Anatel sempre está pronta a atender o chamado da Comissão e mostrar as ações que a agência tem feito primordialmente no aspecto de planejamento e ações regulatórias no sentido de incentivar o desenvolvimento da infraestrutura no nosso País.

Antes de iniciar minha apresentação, é importante considerar onde a Agência Nacional de Telecomunicações se insere dentro desse contexto das melhorias ou do incentivo ao investimento na região Norte.

Dentro de uma política pública do Governo brasileiro, construída pelo Ministério das Comunicações e aprovada pela Presidência da República, a Anatel se insere na implementação, na fiscalização e no acompanhamento do desenvolvimento das Telecomunicações. Esse é o nosso papel. Então, nós implementamos as políticas públicas determinadas emanadas pelo Poder Executivo e fiscalizamos para que essas diretivas sejam realmente implementadas.

A minha vinda aqui foi exatamente para mostrar, sabendo dos outros, outras pessoas, as empresas vão apresentar o que elas fazem ou que elas estão nesse momento realizando, e a Telebras, no sentido de estímulo dentro do Plano Nacional de Banda Larga, trazer o ponto de vista da agência que, no fundo, faz, incentiva, constrói caminhos para que as empresas construam

ou incentiva as empresas no fundo, colocando nova regulamentação, novos editais, novas obrigações e fiscalizando esse cumprimento.

Então, esse é o meu papel aqui na Comissão.

A próxima.

Qual a agenda que eu gostaria de mostrar?

Temos na agência uma série de compromissos que seguimos, uma série de documentos que foram feitos dentro da construção da implementação desse marco legal. Por exemplo, uma anuência prévia que foi feita com a aquisição, a fusão da Brasil Telecom à Oi e foram inseridos condicionados dentro dessa anuência prévia, de forma a exigir que a empresa que se fundiu, com esses ganhos de escala e escopo, transformassem esses ganhos de escala e escopo também em investimentos, também em formas de levar à população o aumento da infraestrutura e a melhoria da condição da prestação de serviços de Telecomunicações em todo o Brasil, em especial na região Norte.

Outro aspecto é o próprio Plano Nacional de Banda Larga, emanado por um decreto presidencial, que traz dentro, desse contexto, como política pública, uma série de ações que a Anatel construiu de uma forma regulamentar, exigindo que as empresas, dentro desse princípio, dentro dessa direção de política pública, realizassem ações e implementações no sentido de atingir os objetivos emanados pela política pública.

O outro ponto é também um plano que foi feito há dois ou três anos que se chama Programa Banda Larga nas Escolas Públicas. Esse projeto também se baseia não somente na oferta de comunicação às escolas, mas também na instalação e implemento da infraestrutura de Telecomunicações de transmissão, para que seja possível oferecer a comunicação nessas escolas.

Projetos de terceira geração e quarta geração. Vou tratar muito rapidamente do planejamento da agência, de futuros editais que já foram tratados nesta Comissão na semana passada pelo Ministro das Comunicações e pelo presidente da Anatel, que trazem inúmeros compromissos e obrigações de implementação de infraestrutura, algo mais necessário na região Norte do nosso País.

A comunicação se estabelece não somente com o acesso, com a construção de novas torres, com a construção de telefones de uso público, mas primordialmente, na região Norte, como foi apresentado pelo Caio aqui, da construção de rotas de transmissão, de implementação de infraestrutura de comunicação que permita, com esse tráfego de comunicação gerado em determinada cidade, que ele possa ser escoado da região Norte para outras localidades ou mesmo entre a própria região.

Por fim, alguns tópicos muito rapidamente, porque sei que o Deputado Chico Preto também vai tratar disso, sobre uma grande audiência realizada no final do ano passado, e este ano temos um retorno na terça-feira que vem, em Manaus, sobre alguns compromissos que foram estabelecidos e devem ser realizados no investimento e na construção de infraestrutura na região Norte. Isso é rapidamente.

Trato a região Norte incluindo também o Maranhão, porque é uma situação da própria agência.

Pode passar.

Bem, anuência prévia da Brasil Telecom/Oi. De novo, a Anatel tem inúmeros instrumentos – temos contratos de concessão assinados com as empresas de telefonia fixa, temos termos de autorização que detêm compromissos inclusive para as empresas de comunicação móvel, termos de autorização com contratos aditivos aos contratos de comunicação multimídia, que é nossa comunicação de dados – que estabelecem compromissos. Adicionalmente a isso, quando da aquisição do controle da Brasil Telecom, empresa concessionária das regiões Centro-Oeste e Sul, ela foi modificada. A Anatel inseriu, dentro dessa possibilidade de fusão, uma série de condicionamentos, e desses condicionamentos é que hoje as empresas vão falar que fizeram ou vão fazer. Então, é importante dizer que, dentro desses condicionamentos, foram estabelecidos, por exemplo, a interligação de vários Municípios à infraestrutura de Telecomunicações, as obrigações de interligação de Manaus à infraestrutura de comunicações pela Telemar, e a interligação de Macapá à infraestrutura de Telecomunicações.

Todas essas obrigações foram estabelecidas, foram fiscalizadas pela Anatel, que determinou, dentro do cronograma de ativação, se elas foram cumpridas ou não.

O Programa Banda Larga nas Escolas é outro grande rol de compromissos estabelecidos dentro de um aditivo aos termos de autorização de contrato que temos para empresas de comunicação multimídia, que leva, necessariamente, comunicação de graça a escolas públicas urbanas.

Vou tratar um pouquinho sobre as escolas públicas rurais, mas isso vai ficar um pouquinho para frente, dentro da minha apresentação.

O que isso significa?

Numa negociação com o Ministério da Educação, nós recebemos uma lista das escolas públicas, fiscalizamos o cumprimento de interligação dessas escolas. Por que isso é importante? Não é só o acesso à escola, mas também a construção da infraestrutura de ligação. Essa infraestrutura que vai possibilitar o atendimento dessas escolas necessariamente vai fazer com que

também a região que é suprida por essa interligação possa escoar outro tipo de tráfico.

Como bem disse, a apresentação da Telebras e, com certeza, a apresentação de outras empresas vão mostrar que, na região Norte, é necessário um grande investimento em saída de infraestrutura de tráfico; quer dizer, transmissão para a região Norte é um ponto ainda muito carente de investimento e, com essas obrigações, tanto da parte do projeto de Banda Larga quanto do projeto de Banda Larga nas Escolas, quanto da fusão da Brasil Telecom/Oi, quanto dos editais de licitação da Anatel, eles sempre são cotejados na construção da regulamentação do setor.

Aqui, alguns números da região Norte com relação ao Programa Banda Larga nas Escolas; quantos acessos em banda larga, quantas escolas presentes em cada processo e o percentual das escolas atendidas.

Então, para cada Estado, eu tenho certo número. Por exemplo, no Maranhão, tenho 94% das escolas já conectadas; em Tocantins, 93%; 64% no Pará, e assim sucessivamente.

Onde se insere, então, o trabalho da Anatel? A partir do momento em que fizemos os termos aditivos e colocamos essas obrigações, a Anatel fiscaliza a execução. Temos, na página anterior do *slide*, uma área no *site* da Anatel – mais um – que todo o público pode conhecer. De três em três meses, nós publicamos relatórios de fiscalização, que mostram o cumprimento e o estágio do cumprimento de todas as obrigações.

Isso é público, tanto para o Plano Nacional de Banda Larga, que é o próximo tópico de que vou falar, quanto para o Projeto de Banda Larga nas Escolas. Estão no *site* da Anatel esses relatórios de fiscalização de ações da agência com relação ao cumprimento.

Próximo.

Plano Nacional de Banda Larga. Temos, então, os termos de compromisso, todos de 2011, participando o Ministério das Comunicações, Anatel e as concessionárias, que trazem, dentro do seu escopo, a quantidade de Municípios com oferta no varejo disponível. Aquela situação de R\$35,00 com 1Mb/s é dentro desse plano. Então, qual é o papel da Anatel? Estimular que esse contrato seja assinado, assinar os termos de compromisso em conjunto com o Ministério das Comunicações e fiscalizar o cumprimento. Também o cumprimento do Plano Nacional de Banda Larga se encontra em relatórios no *site* da agência, a sequência de cumprimento.

Rapidamente – sei que meu tempo deve estar no final – com relação ao projeto futuro de implementação de estrutura. O Ministro Paulo Bernardo veio a esta Comissão semana passada tratar exatamente do projeto de quarta geração da Anatel, que se ba-

seia primordialmente em dois aspectos. O primeiro aspecto é o de oferta de telefonia rural, que é emanado do Decreto nº 7.512, a política pública para oferta de comunicação rural no País, que vai ser construído em cima de um edital que será publicado no mês que vem pela Anatel. São três grandes compromissos que serão colocados nesse edital da agência: oferta de telefones individuais num raio de 30km a partir do final de um Município-sede; oferta de banda larga gratuita em todas as escolas públicas rurais e oferta de capacidade a concessionária. Por que isso é tão importante? Esses compromissos vão fazer com que as empresas invistam nas áreas rurais e, primordialmente, pela estrutura geográfica da região Norte, que invistam muito na região Norte com esses compromissos desse edital, que será lançado no mês de abril de 2012.

Quanto ao próximo tópico – vou pular essa faixa, que é muito técnica – trago, na parte do edital, uma série de compromissos, obrigações de oferta, tanto no varejo quanto no atacado. O que quer dizer oferta no atacado? Quer dizer construção de infraestrutura. Todos esses itens serão colocados no edital com um cronograma de efetivação da grande parte até 2015.

Próximo.

Aí estão as ofertas de varejo e de infraestrutura da faixa também. Se vocês forem ver, tenho uma oferta de construção em torno de cinco mil torres novas no nosso País, todas as torres em áreas rurais, permitindo com que acesso via comunicação sem fio seja oferecido à população da grande parte da região Norte.

Próximo.

Por fim, para terminar, a Anatel participou, dia 11 de outubro do ano passado, de uma audiência pública em Manaus, onde foi estabelecida uma série de compromissos de melhoria na oferta – aí eu falei bastante sobre o futuro, o presente – tanto de telefones de uso público quanto de melhoria de interrupções de serviços. Todos esses compromissos, a partir de outubro, foram estabelecidos. A Anatel tem feito reuniões periódicas, colocando que essas empresas devam cumprir esses compromissos. O retorno à audiência pública de Manaus será na próxima terça-feira, onde serão demonstradas todas as ações adotadas e tudo que melhorou com relação aos compromissos estabelecidos nessa audiência pública. Todas essas situações listadas para cada concessionária ou para cada empresa que oferece serviço móvel na região Norte foram fiscalizadas por uma ação grande de fiscalização da agência nesse período entre a última audiência e a próxima, na terça-feira que vem.

Fico à disposição.

Com isso, termino minha apresentação. São apenas as principais obrigações, alguns exemplos que estarão disponíveis aos senhores.

Coloco-me à disposição, ao final, para os debates com relação a esse tema.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Agradecemos a apresentação do Dr. Bruno Ramos, Superintendente de Serviços Privados de Telecomunicações. Registramos a presença do nosso Senador Alfredo Nascimento, do Amazonas, e também do Senador, autor deste requerimento, Randolfe Rodrigues.

Neste momento, quero fazer a apresentação do Diretor de Planejamento e Engenharia das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A., Adhemar Palocci.

O SR. ADHEMAR PALOCCI – Primeiramente, gostaria de dar um bom dia a todos e a todas e cumprimentar o Presidente, Senador Gim Argello. Ao cumprimentá-lo, quero cumprimentar também a todos aqui da Mesa.

Quero fazer um esclarecimento, já que o assunto é comunicação e banda larga, sobre o motivo pelo qual a Eletronorte está nesta audiência. Se estivéssemos discutindo o Programa Luz para Todos, seria bem própria a nossa presença. Mas como estamos discutindo Internet para todos e banda larga para todos, penso que o assunto é mesmo mais apropriado para o Ministério de Telecomunicações e a Telebras.

Na verdade, só a título de esclarecimento, quero dizer que a presença da Eletronorte é bastante complementar aqui. Obviamente que a política do Governo Federal em relação à banda larga cabe hoje toda para a Telebras elaborar e implantar, juntamente com o agente regulador, que é a Anatel. A questão é que a região Norte é carente não só de banda larga, mas de muitas coisas, inclusive de energia elétrica. Assim, a exemplo do que na área de comunicação está sendo feito para poder atender não só o Brasil inteiro, mas principalmente a região Norte, nós também, no setor elétrico, estamos fazendo um esforço muito grande para integrar a região Norte ao sistema elétrico brasileiro.

O nosso sistema, hoje, é todo interligado, mas alguns Estados ainda não estão interligados ao chamado SIN (Sistema Interligado Nacional) de energia. Basicamente o Estado do Amapá, do Amazonas e parcialmente, eu diria, o Estado de Roraima, porque é atendido através da Venezuela e não através do sistema elétrico nacional. No entanto, por uma necessidade do sistema, precisamos colocar fibra ótica para operar a nossa rede de energia elétrica. Obviamente que a fibra ótica atende as nossas necessidades, mas acabamos tendo uma capacidade extra e toda a infraestrutura para levar a energia elétrica acaba “dando

uma carona” em termos de fibra ótica para a área de comunicação.

Hoje, os aspectos principais que poderíamos citar aqui é que estamos construindo a linha Tucuruí-Macapá-Manaus, que deve dar um acesso à energia elétrica definitiva, principalmente à capital do Estado do Amazonas, Manaus e a boa parte do Estado de Manaus e, por intermédio dessa linha, vamos fazer também a interligação do Estado do Amapá. E por meio de outra linha, cuja construção deve começar no ano que vem, vamos interligar definitivamente o Estado de Roraima.

Assim, por meio desses circuitos, vamos ter fibra ótica no Estado de Roraima. Inclusive, a Senadora Angela Portela participou de um leilão, preocupada que estava com a linha. Obviamente, todo esse sistema tem fibra ótica e o grupo Eletrobras, por meio da própria Eletrobras e das suas empresas, tem um acordo de cooperação com a Telebras. Assim, onde a Telebras ainda não tem fibra e onde já possuímos dentro do nosso sistema, fazemos essa cooperação: situações em que a Telebras já atende e nós ainda não chegamos e onde nós atendemos e a Telebras ainda não tem acesso.

Isso é uma coisa bastante natural dentro do Governo e acho que temos uma cooperação muito grande aí, um intercâmbio muito grande com a Telebras e acho que o Presidente Caio já apresentou todo o planejamento. Então, da nossa parte, a única coisa que a gente faz é disponibilizar a infraestrutura, tanto para a Telebras, quanto para os operadores privados. Para onde ainda não há acesso, que esse acesso seja possibilitado.

Então, eu vejo hoje que, num espaço de tempo muito curto... A linha Tucuruí-Macapá-Manaus está em construção – parte dela vai ser concluída no segundo semestre deste ano e a outra parte, no ano que vem –, a linha para Boa Vista deve estar concluída em 2014, e temos, ainda, algumas linhas complementares, como, por exemplo, o linhão do sistema do Madeira, que vai dar uma redundância importante para todo o sistema. Temos, ainda, o circuito para Teles Pires, que foi leiloado há dez dias, que também vai não só permitir novos acessos, como dar novas redundâncias à Telecom, e eu diria que, do que está sendo construído hoje, a gente estaria, simultaneamente, tirando alguns Estados que ainda estão no isolamento elétrico. Isso não significa que não tenham energia elétrica, mas têm energia elétrica principalmente através de térmicas. Estaríamos tirando esses Estados do isolamento elétrico e, simultaneamente, estaríamos tirando, também, de um isolamento em termos de atendimento de banda larga e de comunicação.

Então, eu deixaria o resto para quem de direito, que são os senhores de comunicação, e a Anatel e a Telebras, aqui, mas apenas esclarecendo que a gente entra com uma atividade de apoio ao Plano Nacional de Banda Larga.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Nós agradecemos ao Diretor de Planejamento e Engenharia das Centrais Elétricas do Norte (Eletronorte), nosso querido Adhemar Palocci, e, neste momento, peço que faça uso da palavra o Deputado Estadual da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, Chico Preto.

O SR. CHICO PRETO – A Deus a minha gratidão, Sr. Presidente.

Cumprimento V. Ex^a e a todos da Mesa, e também cumprimento a Senadora Angela Portela, do nosso Estado irmão Roraima, e o Senador Randolfe, que é do Estado do Amapá. Todos, aqui, somos região Norte.

Sr. Presidente, eu quero reconhecer, em nome do povo do meu Estado, a pegada firme, intensa, determinada desta Comissão, de tornar reais objetivos da Nação brasileira para a integração do nosso País e nós, no Norte, temos a clara certeza de que a integração deste País, hoje, não se faz mais só por rodovias, hidrovias e aerovias. A integração deste País, no século XXI, far-se-á por infovias e é preciso que o Brasil, cada vez mais, aposte na integração, principalmente do norte do País, através dessas redes, dessas vias de comunicação que são as infovias.

Então, quero cumprimentar V. Ex^a e o Senador Eduardo Braga pela pegada firme junto à concretização desses objetivos.

Quanto ao cumprimento das obrigações das empresas que assumiram essas obrigações, ainda no processo de concessão, lá em 1998, no meu Estado, Presidente, todos os prazos dados não foram cumpridos até agora. Nenhum prazo.

Eu ousou, aqui, Sr. Presidente, trazer a seguinte mensagem do nosso Estado: o Estado do Amazonas é de características planas. A nossa geografia é plana e nós temos, ali, somos entrecortados por muitos furos, paranás, igarapés, rios, mas, recentemente, o povo do meu Estado começou a descobrir que lá existem abismos também, e o maior abismo é o tecnológico.

A região Norte, o Estado do Amazonas, assim como o Estado de Roraima, e por que não dizer, Rondônia, Acre, Amapá são isolados de outros processos, de políticas públicas de gerenciamento, que dependem, hoje, unicamente de Internet em banda larga.

Prefeitos do meu Estado ainda precisam pagar R\$20 mil por um mega de Internet para poder enviar relatórios para o Tribunal de Contas da União, para o

Tribunal de Contas do Estado, informações para os Ministérios, informações para secretarias. Pagam, no Amazonas, R\$20 mil por mês por um mega de informação. Isso quando esse mega é oferecido, porque senão o prefeito tem de fretar uma aeronave ou pegar um barco. E, no meu Estado, por certo na região Norte, as distâncias não são medidas por hora, as distâncias são medidas por dias de navegação. Lá, se navega. Então, as distâncias são medidas por 15, 20 dias de navegação. De modo que, quando não há oferta de Internet de banda larga, os prefeitos, as administrações municipais, que têm todas essas obrigações, precisam se deslocar pagando fretes absurdos ou enfrentar 20 dias de viagem. Então, o abismo que o Amazonas enfrenta é o abismo tecnológico.

Eu queria resgatar um pouco algumas siglas desse processo.

O PGMU. O PGMU é a origem disso tudo. É o Plano Geral de Metas de Universalização. Entre os objetivos do Plano Nacional de Banda Larga, Senadora Angela, tem: promover a inclusão digital, reduzir as desigualdades sociais e regionais. Na maioria dos Municípios da região Norte, a banda larga será conectada via satélite. Os troncos de fibras óticas ainda são muito pequenos. Então, para que isso se torne realidade, vai ser a banda larga, via satélite, que vai integrar esses Municípios.

Agora, regatando a sigla do PGMU, lembrando que a Oi, que é a operadora que tem a maior obrigação nesse processo, porque, na região Norte, é aquela que firmou o termo de adesão – quanto às operadoras de telefonia celular aqui, eu vou deixar para conversar com elas lá no Amazonas, no dia 27 –, agora, aqui é a Oi. E a Oi, Senador Randolfe, não cumpriu nenhum dos prazos, principalmente com uma infraestrutura que vai ser extremamente necessária para que o Plano Nacional de Banda Larga se torne realidade na região Norte. É uma palavra chamada *backhaul*.

O *backhaul* é a porta de entrada da Internet em qualquer Município. E esse *backhaul*, na região Norte, é medíocre a instalação desses equipamentos. Medíocre. No Estado do Amazonas talvez uma única prefeitura tenha instalado o *backhaul*, isso depois de dez anos. E agora quando, no Estado do Amazonas, as prefeituras aprenderam o caminho das pedras – e aqui uma crítica clara à Anatel que, conhecendo todo esse processo, não teve a sensibilidade de chamar as prefeituras e orientar para o cumprimento das obrigações do contrato por parte das operadoras, isso ficou na gaveta durante dez, doze anos –, as Assembleias Legislativas vêm tirando, batendo o pé desse assunto, tirando esse assunto da gaveta e mostrando às prefeituras como devem fazer para acessar um direito e

uma obrigação que é da operadora: de instalar o *backhaul* e prover a Internet em banda larga para essas prefeituras, barateando esse custo que, para uma prefeitura de orçamento pequeno, R\$20 mil por mês, faz a diferença no final de um exercício. Isso significa duas ou três escolas a mais para as comunidades ribeirinhas do Estado do Amazonas e porque não dizer da região Norte.

Então, o Plano Nacional de Banda Larga na região Norte, Senador Gim, ele só terá sucesso se o *backhaul* for instalado. Não há banda larga nos outros Municípios que não foram atendidos por fibra ótica, e é a grande maioria, se o *backhaul* não for instalado. Mas, até agora, o prazo de *backhaul*, que foi 31 de dezembro de 2010, todo ele está vencido. Nós estamos em 2012 e não há *backhaul* instalado.

Quando a gente pensa que isso vai começar a se tornar uma realidade, a Oi, pelo menos no meu Estado, inventa cobranças que nem mesmo a Anatel exige. A operadora Oi exige das prefeituras documentos e outros protocolos que sequer existem no regulamento da Anatel ou no do Ministério das Telecomunicações.

Então, a gente percebe, no Amazonas, Senadora, Senador Randolfe, porque não dizer no Norte, que há, sim, uma grande má vontade. Há uma visão muito mais de mercado do que de inclusão, que é aquilo que pressupõe o Plano Nacional de Banda Larga: promover a inclusão digital, que esse aqui é um objetivo social, é de inclusão, mas o foco da operadora na região Norte tem sido muito mais econômico. Senão, vejamos: banda larga nas escolas, Bruno, na capital de Manaus, está toda atendida: 46%. Mas, no interior do Estado não tem uma escola sequer, a não ser 15, de dois ou três Municípios mais próximos, que têm banda larga nas escolas. No interior do Estado, são 62 Municípios, nós temos a exclusão total de escolas municipais e estaduais de acesso à banda larga. Não há, não há no interior do Estado essa situação.

Então, o Plano Nacional de Banda Larga, que é algo para nós extremamente importante para essa juventude, que está cada vez mais conectada, segue pelo caminho de rede sociais, da conexão, nós queremos acreditar nele. Mas é preciso investir em infraestrutura, no resgate do cumprimento das obrigações das operadoras para que isso se torne uma realidade.

Eu vejo Manaus na Copa do Mundo, em 2014, e me pergunto: será que não vamos ter apagão de Telecomunicação como temos usualmente na cidade de Manaus? Porque, em Manaus, a Anatel ainda registra apagões de comunicação das operadoras, seja operadora de telefonia fixa ou móvel. A infraestrutura para a consolidação do Plano Nacional de Banda Larga é uma estrutura segura? Ela é uma estrutura condizente?

Porque, se hoje as operadoras cumprissem com todos os seus contratos, que são obrigações que datam de 1998, PGMU, 2003, PGMU2 e, agora, o PGMU3, em 2011, se tudo isso fosse cumprido, ainda assim haveria uma defasagem tecnológica, porque é um resgate de compromissos que refletiam a realidade de 1998. A realidade de 2012 é completamente diferente. Mas, no Estado do Amazonas, senhoras e senhores... Do planalto para baixo, as operadoras discutem TV por Internet, 4G e outras siglas; e, ainda no meu Estado, a gente tenta fazer telefone público funcionar, telefone público que, para muitas comunidades, nessa época de enchente, significa socorro imediato ou socorro atrasado, que pode significar uma série de outras consequências.

Então, trago aqui, Senador Gim, alguns questionamentos sobre o Plano Nacional de Banda Larga. Por exemplo, a oferta no atacado. O Presidente Bonilha falou que isso, para pequenos provedores, gera comércio, gera atividade econômica, porque pequenos provedores recebem o sinal e podem distribuir naquele Município. No Estado do Amazonas, no Estado de Roraima, no Estado do Amapá, no Estado do Pará, não existe oferta por atacado para pequenos provedores. Nas cidades dos nossos Estados, não existem oferta para atacado hoje no PNBL. Outros Estados possuem.

Os Estados da região Norte, de forma majoritária, não possuem oferta por atacado, o que significa dizer que não há a inclusão e a oferta no varejo. Poucas cidades – Roraima tem uma cidade; o Amapá, se não me engano, tem uma; o Amazonas tem uma – têm oferta no varejo, que é a possibilidade de as pessoas comprarem aquela Internet de R\$35,00, R\$29,90, se os Estados abrirem mão dos seus impostos. Mas, na oferta por atacado, que é a possibilidade de pequenos provedores receberem o sinal, distribuírem, comercializando, gerando cada vez mais inclusão, os Estados da região Norte, de forma majoritária, foram banidos da possibilidade de oferta por atacado, algo que precisa ser revisto por esta Comissão, por este Senado para que não fique a impressão de que o Plano Nacional de Banda Larga, com estes objetivos – inclusão digital e redução das desigualdades nacionais –, não seja um plano sectário, isolando o Brasil de Brasília para baixo e o Brasil de Brasília para cima.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Muito obrigado, Deputado Chico Preto.

Passo a palavra, de imediato, ao representante da Oi, Gerente de Relações Institucionais da Telemar Norte, Dr. Marcos Augusto Mesquita Coelho.

O SR. MARCOS AUGUSTO MESQUITA COELHO – Bom dia a todos. Obrigado, Senador Gim Ar-

gello, que preside esta reunião. Nossos agradecimentos também aos demais Senadores presentes, Senadora Angela, Senador Randolfe. Também queria cumprimentar os demais representantes na Mesa. É um prazer para a Oi estar aqui. Trago também o bom-dia a todos do nosso Presidente, Francisco Valim.

Falar sobre o Plano Nacional de Banda Larga é alguma coisa que é do dia a dia da Oi. Nós temos aqui uma apresentação, que focará nossas ações na região Norte. Espero ter aqui algumas respostas e complementações àquilo que já foi apresentado pelos representantes que me antecederam e também a alguns dados novos que a gente gostaria de antecipar para os senhores.

Por favor.

Eu vou seguir, rapidamente, uma sequência como esta, uma visão geral do assunto: a Oi na região Norte; depois, dados específicos do PNBL – perdão, obrigado –; e os nossos projetos de ampliação e melhorias da nossa rede na região Norte.

Por favor.

Esse é o mapa do Brasil, que demonstra a estrutura da Oi no Brasil. Já temos 66 milhões de clientes, são 138 mil quilômetros de cabos de fibra ótica. Nós ouvimos aqui o Dr. Caio Bonilha falando dos esforços da Telebras para a integração do Brasil, e a Oi, então, tem um papel representativo nesse serviço através da estrutura que já desenvolvemos no Brasil.

Nós estamos presentes em 34 mil localidades. É importante, aí entra o conceito do PGMU, o conceito de localidade no Brasil, ou seja, onde houver um aglomerado urbano de 100 pessoas, nós temos de ter lá um telefone público; onde houver um aglomerado urbano de pelo menos 300 pessoas, nós temos a obrigação de manter a telefonia fixa de uso individual.

E isso é, sim, um fator de integração. Na região Norte, em boa parte dela, servimos por satélites, e a Oi tem um conjunto de 1.400 mil estações de satélite, sendo boa parte delas na região Norte. Já temos hoje 49 mil acessos em banda larga, gratuitos, em escolas urbanas do Brasil.

Esses são os dados físicos da presença da Oi na região Norte. Nós temos, com telefonia fixa, 100% dos Municípios cobertos, os 449 Municípios da região Norte; 3.547 localidades servidas; e 77 mil telefones públicos instalados. Um milhão de famílias têm contas da Oi de telefonia fixa. Com telefonia móvel, ela cobre 52% dos Municípios e, com banda larga, 64%, ou seja, 285.

Esses números são de investimentos que a Oi fez até 2011. Aplicamos na região R\$310 milhões em investimentos. Quanto aos nossos investimentos para 2012, ainda estão sendo concluídos os nossos pla-

nejamentos. É um valor inferior aos R\$310 milhões, mas, em compensação, são situações já de final de implantação de projetos, ou seja, esses investimentos de 2011 demonstrarão resultados em 2012, o que amplia a nossa presença na região.

Por favor.

Nós falamos do Programa Banda Larga nas Escolas. Hoje, o Brasil já tem 58.171 Municípios com esse serviço. Trata-se de programa brasileiro de política pública com a maior participação da iniciativa privada. Não existe outro projeto no Brasil de política pública que tenha demandado tanto recurso. Só a Oi já investiu R\$200 milhões nesse projeto, que é, sim, um grande exemplo de política pública, em que se leva para a escola a capacidade de as crianças e os professores estarem ligados à rede mundial de computadores.

O Ministério da Educação provê os equipamentos, os computadores, e a Oi provê acesso gratuito e manutenção até 2025, que é o prazo das concessões. Então, esse é um projeto... Esse número é crescente, naturalmente crescente, porque, no que diz respeito a toda escola nova implantada no Brasil, escola urbana, as concessionárias assumem o compromisso de incluí-la no Banda Larga nas Escolas até o final do ano seguinte. Então, no ano que vem, quando estivermos falando sobre esse assunto, esses números serão maiores. A Oi é responsável por cerca de 82% desse projeto, ou seja, 49 mil escolas já instaladas.

Aquilo ali eu “printei” da tela do meu computador ontem. Então, é fácil: quem entrar no *site* do Ministério da Educação consegue acompanhar quantas, em cada região, em cada um dos Municípios daquele Estado, quais são as escolas que já contam com esse benefício. Na região Norte, são 3.961 escolas instaladas até ontem. E ali tem o discriminativo em cada um dos Estados.

Você pode voltar um pouquinho? Eu queria mostrar ali especificamente, para destacar: no caso do Acre, 298 escolas; no caso do Amapá, 202 escolas; no caso de Roraima, 101 escolas. Não vejo aqui o Senador Alfredo Nascimento, para falar sobre o Estado do Amazonas, com 553 escolas. Estou destacando os Estados dos Senadores que vejo daqui.

Por favor. Outra importante presença da Oi – e aí tipicamente também na região Norte – são as atividades que a Oi desenvolve para integrar as nossas unidades de fronteira do Exército Brasileiro. Levamos um mega de velocidade, além de telefonia, para cada uma das 66 unidades de fronteira que temos no Brasil. A região Norte conta com 40 ou 46 dessas unidades de fronteira. Há, também, uma no exterior, que é a posição que o Brasil defende lá no Haiti, em Brabatt, que também tem esse recurso.

Por favor. Falando especificamente do Plano Nacional de Banda Larga – e aqui é importante passar para os senhores a seguinte visão –, quando olhamos o mapa do Brasil, percebemos que temos desafios de cobertura, desafios de abrangência e desafios de velocidade.

Em relação aos desafios de cobertura, nitidamente, a região Norte é mais carente efetivamente. Então, esse é um objetivo da Oi, ou seja, cada vez mais estar presente na região Norte. Mas também há diferenças não só regionais, mas as chamadas diferenças sociais. Você também precisa servir melhor a periferia das grandes cidades, que também, hoje, em banda larga, contrasta muito com aquilo que você tem nas áreas centrais das grandes cidades, e também servir à área rural.

Na sequência, precisamos também crescer em abrangência, ou seja, é preciso popularizar para se ter escala. Logo em seguida, vê-se a questão da velocidade, para poder servir telemedicina, para poder servir as redes de tecnologia.

É importante entender que há metas, sim, mas são metas quantitativas, não são metas regionais. Então, a Oi cumpre e cumpriu todos os prazos estabelecidos em contrato para o Plano Nacional de Banda Larga. Na oferta de varejo, tínhamos o compromisso de, até 30 de junho, servir 1.200 cidades com a oferta do Plano Nacional de Banda Larga, que aqui já falamos o que é: um mega de velocidade a R\$35,00 e, nos Estados que têm isenção do ICMS, a R\$29,90. Tenho esses números. A Oi superará, até 30 de junho, as suas obrigações. Chegaremos a perto de 1.500 cidades com oferta do Plano Nacional de Banda Larga no varejo.

Por favor. Em relação à oferta no varejo ainda, cidades onde servimos por satélite, não por via terrestre, são 185 dentro do universo de cidades servidas pela Oi. Temos a obrigação – e é por demanda – de servir um *link* – vou ler para não falhar – um *link* de acesso em banda larga, com dois mega para um posto público de acesso coletivo à Internet, em cidades com até 20 mil habitantes. Cresce um posto público a cada dez mil habitantes que a cidade tiver a mais, até seis postos públicos, mas é importante, é uma oferta por demanda.

Os nossos 185 Municípios serão atendidos da seguinte maneira: 46 localidades até 30 de junho – essa oferta foi feita e superada –, 93 até 30 de junho de 2013; e assim por diante. Nós fizemos uma oferta para essas cidades e também para a oferta de atacado – por favor –, que significa você levar para as prefeituras ou levar uma oferta para os prestadores de serviço. Existe um preço público que é cobrado; para a prefeitura é gratuito, mas ela se obriga a servir a

população gratuitamente. Ou seja, é como se fossem centros comunitários de utilização de Internet.

O quantitativo é 20% das prefeituras nas áreas de atuação da Oi. São capacidades crescentes conforme o tamanho dos Municípios, variando de 32 mega até 256 mega para cidades de até 60 mil habitantes. Nós fizemos a oferta já para 544 Municípios, ou seja, tudo aquilo que a gente tinha de obrigação até o final de 2012 nós já antecipamos em 2011.

Quando da marcação desta reunião – nós estávamos em outubro do ano passado e ela foi postergada –, nós tínhamos oferta para 17 Municípios da região Norte, Plano Nacional de Banda Larga – oferta comercial ou oferta de varejo –, e até março de 2012 nós já fizemos essa oferta para 84 Municípios. Eu tenho o nome de cada uma dessas cidades e tenho a possibilidade de passar isso para o conhecimento de cada um dos senhores. Serão ofertados para mais 447 Municípios até junho de 2012. Então, essa soma, que supera 1,5 mil, é comparável com a meta de 1,2 mil Municípios, que foi o que assumimos em contrato – e vamos a cerca de 1,5 mil.

Aqui a gente já entra... Isto é, digamos, um mapa da região Norte com todas as possibilidades. Quando o nosso superintendente Bruno Ramos, da Anatel, falou sobre aquelas obrigações, era importante dizer que algumas dessas obrigações ainda estavam sob alguns condicionantes.

O pessoal da Telebras e também da Eletrobras falou dos prazos. É importante a gente destacar isso. Quer dizer, não é só mesmo uma carência de infraestrutura de Telecomunicações, é uma carência de infraestrutura.

Nós, da Oi, sabemos que a melhor forma de você levar banda larga para os consumidores é via terrestre, por fibra ótica. Eu estou levando com qualidade e estou levando a preços módicos.

Nossa operação por satélite existe, mas é muito cara. Eu tenho um exemplo típico. Na semana anterior à implantação de banda larga em Manaus... Nós servíamos Manaus com ofertas do tipo 300 quilobits de velocidade até 1 mega de velocidade a preços que variavam até R\$300,00. Essa era a forma econômica que a Oi tinha de oferecer via satélite.

Na semana que instalamos, essa oferta foi de 1 a 2 megabytes a R\$39,90 ou R\$69,00. Então, a gente fala: você pode prestar o serviço. O Deputado Chico Preto falou dos preços que algumas prefeituras pagam. Então, oferta e possibilidade de massificar, segundo nós entendemos, é assim: é a partir de você poder contar com uma infraestrutura, como esses linhões, etc., para que você compre essa capacidade e que sirva

e preste o serviço. Aí, sim, nós estamos falando da possibilidade de você massificar o serviço de Internet.

Na sequência, esse é o quadro demonstra o que a gente espera que aconteça em Macapá ou em outras cidades do Estado de Macapá até o final do ano, quando já deverá estar instalada nossa rede; um projeto muito bonito que estamos fazendo lá no Amapá em parceria com o Governo do Estado. É realmente importante a gente entender que, na medida em que a região Norte for servida de infraestrutura em geral, não tenha dúvida de que as Telecomunicações irão atrás disso e poderá integrar melhor a região ao restante do que já temos hoje no Brasil.

Próximo, por favor.

Amazonas, uma possibilidade que temos. Essa é a discussão que está em andamento para a utilização do gasoduto. Aí serão servidas pelo menos mais nove cidades.

Próximo, por favor.

Isto é importante: o terceiro caminho de Belém. É aquilo que, obviamente, a gente precisa levar aos nossos consumidores, não só a Internet, mas a segurança de que esse serviço será prestado com eficiência – e isso se faz com redundâncias. Esse terceiro caminho de Belém dá, para toda a região, uma tripla possibilidade de utilização. Então, qualquer evento que você tem de rompimento de fibras, de problemas de tecnologia, etc., outro sistema imediatamente entrará em operação, mantendo o serviço.

Esta é a configuração do projeto que estamos desenvolvendo no Amapá, trazendo o sinal a partir da Guiana Francesa. É um projeto que deverá consumir cerca de R\$30 milhões e será instalado em seis meses de instalação a partir da concessão das últimas licenças ambientais. Isso já está bastante bem andado, tanto com Dnit quanto com o pessoal das licenças ambientais e também com a Funai, em função de que estaremos nos utilizando de parte de terras indígenas.

Isso é importante para o Acre e para Rondônia. Nós já tínhamos lá uma dualidade. No entanto, essa rede está ligada à rede da Oi, no Mato Grosso, onde a gente tinha uma fragilidade. Fizemos uma contratação grande com a Eletrobras e conseguimos construir uma redundância, o que dá segurança tanto para as operações em Porto Velho quanto para as operações em Rio Branco, no Acre.

Próximo, por favor.

Em suma, em termo de região Norte, gostaria de me colocar à disposição dos companheiros de Mesa – e também dos Srs. Senadores – para detalhar algumas necessidades de informações que ainda ficaram.

Muito obrigado pelo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF)

– Nós que agradecemos sua explanação. Gostaria de registrar a presença do nobre Senador Anibal, do Acre, o nosso muito obrigado; do Senador Romero Jucá, nosso eterno líder. Gostaria de registrar também a presença do Senador Capiberibe.

Vou passar a palavra agora ao Secretário Executivo do Ministério das Comunicações, Dr. Cezar Alvarez. Mas, antes, há uma curiosidade, que foi levantada pelo nobre Diretor de Planejamento da Eletronorte, quanto à construção das linhas e que é... É um dado muito interessante, Dr. Adhemar Palocci comentou que estão construindo linhas de transmissão – Senador Romero, Senador Randolfe, Senadora Angela –, e a travessia em alguns pontos no norte de nosso País... Aí se vê como nosso Brasil é muito grande e muito amplo. É um dado muito interessante... Dr. Adhemar, comente sobre a altura dessas torres, que estão terminando de ser construídas, nessa travessia.

O SR. ADHEMAR PALOCCI – É que, na verdade, o desafio de chegar com o sistema interligado em Manaus não é uma coisa tão simples. Depois, eu acho que vai ser um pouco mais fácil chegar a Roraima, mas precisamos chegar a Manaus ainda.

Nós já estamos com torres construídas para a travessia do rio Trombetas, são 1,6 mil metros de largura no local, e essas torres, as mais altas têm um pouquinho a mais, Senador, 180 metros de altura. E para atravessar o rio Amazonas em Jurupari, as torres vão ter 290 metros de altura, dez metros a mais que a torre Eiffel. Por aí vão passar as fibras óticas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Presidente, V. Ex^a me permite só aproveitar a presença do Dr. Palocci, primeiro, porque eu também sou um pouco responsável, Dr. Palocci, pela sua presença aqui, pois foi de minha autoria também o requerimento para chamar a Eletronorte. Isso porque, conforme a apresentação da Telebras, que já foi feita muito bem pelo Dr. Caio Bonilha, no Amapá, um dos caminhos da chegada da banda larga é através de um acordo de cooperação firmado entre a Telebras e a Eletronorte, que consiste, como já foi dito aqui, permita-me utilizar o termo técnico, na iluminação das torres do cabo de fibra ótica até Belém e de Belém à Telebras, ampliando a oferta de *backbone* até Macapá.

Queria aproveitar o ensejo – iria fazer a pergunta depois, mas aproveito o ensejo do Senador Gim Argello –, para perguntar: o prazo, que inicialmente era para dezembro e me parece estar agora reprogramado para abril, será cumprido? Nós teremos agora em abril a conclusão da oferta até Belém para, de Belém, podermos ter essa primeira chegada de banda larga no Amapá?

O SR. ADHEMAR PALOCCI – No que diz respeito à parte que é nossa – há uma parte que estamos cedendo à Telebras e outra que são dos operadores –, então à chegada até Belém, não há problema. Já estamos ultimando os assuntos para esse próximo mês.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Será agora em abril?

O SR. ADHEMAR PALOCCI – Em abril. Agora, em uma complementação aí que eu não saberia informar. O nosso entendimento com a Telebras está tudo o.k.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Muito obrigado, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Desculpe-me, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Não tenho o que desculpar. Está tudo em ordem, tudo bem. Essa curiosidade foi muito boa, porque imaginem bem o que é atravessar cabos numa distância de quase dois quilômetros sobre água por duas torres maiores que a torre Eiffel. Isso é o Brasil, que é realmente muito pujante.

Peço que faça uso da palavra o Secretário Executivo do Ministério das Comunicações, Dr. Cezar Alvarez.

O SR. CEZAR ALVAREZ – Bom dia, senhoras e senhores. Bom dia, Senadores, Senadora. No nome do Senador Gim Argello, saúdo a todos: Capiberibe, Randolfe, Jucá, Angela, Anibal.

Primeiramente devo pedir desculpas pelo horário em que cheguei. Ainda ontem, o Ministro Paulo Bernardo, que estava previsto para participar da abertura do Seminário Internacional sobre a Regulação da Comunicação Pública teve uma nova agenda, pediu-me para substituí-lo e atrasou um pouco a abertura do evento. Era para ser às 8h30 e aconteceu às 9h30. Eu fiz rapidamente a abertura lá, pedi licença e peço desculpas aos senhores e senhoras.

Saúdo também os demais participantes da Mesa, Deputado Chico Preto, representante do conjunto das nossas operadoras com atuação no Brasil, o Senador Capiberibe já saudei – chamei de Capi, desculpem-me, talvez pela intimidade.

Bem, a minha tarefa aqui já estava facilitada pela presença do Caio Bonilha e do Bruno, trazendo elementos regulatórios *strictu sensu* e *lato sensu* da nossa atuação, *lato sensu* digo o aspecto regulatório de redes em que opera a Telebras, sempre em acordo com as redes disponíveis pelo sistema Eletrobras e Petrobras e agora também num acordo de troca de rede com as operadoras privadas, sejam elas concessionárias ou não.

Antes de fazer essa apresentação, eu vou pular 90% das lâminas, eu gostaria de contar do constrangimento que eu tive, em 18 de maio de 2010, creio, quando anunciamos o Plano Nacional de Banda Larga. A primeira entrevista que eu dei foi para a TV Amazônia e ela repórter disse: “E o Norte?”. Eu abri os braços e disse: Quer que eu minta? Não quer que eu minta, pois a Telebras, neste primeiro momento sabe que já nasce em dívida com o Norte. Por quê? Por isso me surpreendi com a afirmação que a minha assessoria anotou da intervenção do Deputado Chico Preto, de que teríamos um compromisso com o Norte em 2010.

Talvez possa ter sido esse o entendimento, no momento em que o Ministro Paulo Bernardo assume, em uma das nossas várias vindas dessas em outras comissões com esse tema, novos compromissos mais amplos para o Norte, mas no desenho original do PNBL o Norte não estava. Foi uma opção política? Evidentemente que não foi. Foi uma clara dedução do papel da Telebras e de como ela nasce ou ela renascer. Ela renasce para exercer um papel regulador no mercado privado, usando as redes previamente existentes e iluminadas pelo sistema Eletrobras e Petrobras.

O Norte, naquele momento, com exceção da linha ainda em construção Coari-Manaus, tinha uma ausência de redes, inclusive de distribuição de energia, com os OPGW capazes realmente de garantir qualidade que não estava no programa. Nós dizíamos, claramente, que o papel da Telebras é, aproveitando-se do investimento público já existente, fazer investimento no ramo intermediário, no *backhaul*. Nós já entramos no lançamento do programa em dívida com o Norte. Lembro-me das inúmeras discussões que tivemos com a ainda Deputada, depois candidata e hoje Senadora Angela Portela, justamente sobre isso, e com o Jucá, quando discutimos que acordo poderíamos fazer com a Venezuela, para chegar a Roraima por outra linha, pelas dificuldades que tínhamos.

Minha primeira lâmina tenta lembrar isso, e aqui não é juízo de mérito, aqui são os pontos de sedes de Municípios e a infraestrutura viária existente, por ocasião de 2009, na construção do Plano e o dado do que é hoje, evidentemente ainda em construção, ainda com enormes insuficiências.

Próxima lâmina.

Então, é evidente que é preciso reconhecer que foi apenas após o lançamento do Plano, depois uma articulação e uma decisão política estratégica e, evidentemente, também pela pressão da sociedade civil e política do nosso Amazonas no seu conjunto, que fomos incorporando obrigações, pressionando o plano de investimento, antecipando e mudando. Ao ponto, por exemplo, de, no

ano passado, cerca de R\$ 65 milhões que não foram usados em outras atividades no Ministério de Comunicação, o Ministro determinou, por portaria, evidentemente com acordo da SOF, a transferência desse recurso para a Telebras e, exclusivamente, para as redes intermediárias e articulações de trocas de rede para o programa do Norte.

Todos devem estar lembrados das críticas, ainda hoje existentes, mas com menor capacidade de audiência e menor intensidade, sobre o papel regulador da Telebras. Nós dissemos que ela irá usar a infraestrutura de transporte e de rede de fibra óptica, os troncos, os chamados *backbones*, já existentes no sistema elétrico e Petrobras, e vai, a partir daí, trabalhar apenas no mercado de atacado, democratizando o mercado de atacado.

Eu creio que, nesse tema de mais competição e participação, além das concessionárias, apesar de ainda não ter visto, hoje pela manhã, a intervenção do Bruno e do Caio, a mistura de rede *swap*, oferta de alternativa aos privados menores e a regulamentação da linha industrial dedicada – que hoje muitas vezes ainda não é ofertada de uma forma indiscriminada no mercado para o pequeno e o médio produtor, muitas vezes para o grande que não é concessionário – são parte de um conjunto de política que combinam iniciativa pública com redes de serviços privados.

Então, essa é uma equação sempre difícil de encontrar o exato meio termo, mas acho que essas dívidas devem ser cobradas. Esse é o papel dos senhores. Temos de ser cobrados permanentemente para fazer mais, mais rápido e melhor. Mas, creio que estamos incorporando uma dimensão de cidadania e serviço, no Norte, que, lamentavelmente, conscientemente, não esteve presente no primeiro momento de lançamento do então plano, hoje Programa Nacional de Banda Larga.

Vamos continuar.

Creio que o Caio já teve a oportunidade de demonstrar. Não! Tinha um anterior a esse que tinha um conjunto de medidas. Volte por favor. Acho que era o segundo da segunda lâmina. Aí!

Eu acho que aqui está a síntese não linear – é evidente, não sem dificuldades – do conjunto das ações desenvolvidas pelo Ministério no período de 2010/2011. Começamos a trabalhar intensamente um acordo e uma parceria, já existente e já prevista no decreto original, com conhecimento dos planos de extensão e capilaridade da Eletronorte e Petrobras, no sentido de também nos anteciparmos e projetar nossa rede a partir da rede de transmissão que chegaria do sistema Eletrobras.

As metas de universalização – ainda aquelas pendentes, porque fui informado de que há pendências. O PGMU chamado 2,5, realizado em 2008, que acrescentou metas de universalização, previa *backhaul*, que não existia em mais de 3 mil Municípios do Brasil. E eu imagino que deva ser esse percentual para a região Norte, em 2008, com a garantia de banda larga nas escolas públicas urbanas, ainda uma enorme dívida com mais de 90 mil escolas públicas rurais, onde está 15% da nossa “população” – entre aspas –, de cerca de 48 milhões, das redes municipais e estaduais do ensino básico e médio.

Agora, então por ocasião da renegociação dos planos de metas de universalização de 2011, estendemos essa obrigação a partir da possibilidade do uso da frequência do 450 no momento interno de consulta pública para licitação e metas de universalização, usando essa frequência mais potente e, ao mesmo tempo, com mais capacidade de jogar menor informação, mas com mais distância e, consequentemente, mais economia de proximidade de torres, para universalizar também a banda larga nas escolas rurais e nos postos de saúde.

Já fiz menção à destinação de 65 milhões para a Telebras, exclusivamente para o Projeto Norte. Estamos, no Plano Brasil Maior, na linha de medidas que acelerem competição, produtividade e aquecimento da economia, nos próximos dias ou semanas – essa decisão vai muito além do nosso Ministério –, lançando um conjunto de projetos. Um deles, já mencionado e divulgado, ainda carece de alguns detalhes, é o regime especial de tributação para o PNBL. Trata-se de uma tipificação de nove a dez tipos de rede, combinando tecnologia, tipicidade, inovação, construção de rede nova, mais uma vez trazendo – será polêmico, e ainda bem que será – a necessidade de equipamentos nacionais, produzidos no Brasil, e com tecnologia nacional, isentarmos de IPI... De ICMS é evidente que não, isso está na autonomia dos senhores governadores, mas podemos também discutir federativamente, com o Confaz, redes que terão contrapartidas.

Estamos com o regulamento em fase de últimação, digamos, mas a cada “x” volume de rede construído nos mercados mais competitivos, eles só terão isenção se tiverem como contrapartidas novas redes em regiões não adensadas e de pouca penetração e de “mercado” mais rarefeito – mercado entre aspas. A medida será polêmica, mas haverá compensações entre redes em áreas já com forte penetração e com forte competição e redes com não competição, como em áreas da Sudene e da Sudam, mantendo o mesmo marco regulatório do conjunto da especificidade prevista num conjunto de políticas tributárias e de incentivo à diminuição das nossas desigualdades regionais.

Devo fazer menção ao satélite. Ainda ontem, preparávamos uma reunião com a Presidenta na Casa Civil. Estamos ultimando, junto com a Embraer, a construção de uma sociedade de propostas específicas para explorarmos um satélite cuja órbita está garantida ao Brasil. Será um satélite que combinará o uso de frequências da chamada Banda X, para uso militar, o que também incidirá fortemente na qualificação das redes de comunicação para os postos de fronteira, seja do Exército, seja da área de segurança, como Polícia Federal, com consequências em nossas fronteiras (controle de criminalidade, invasão, desflorestamento não autorizado). Quer dizer, as bandas de uso para a defesa, para qualificar as áreas de polícia, segurança e prevenção, também poderão contribuir, trazendo a chamada Banda Ka, uma banda para Telecomunicações, dando conta, em princípio, de cerca de 1.200 Municípios que não estão atingidos e ficarão fora ainda do PGMU original e que não têm *backhaul* com capacidade de banda larga de média qualidade.

Aqui também é um projeto para ser lançado, a ideia é estarmos em órbita, claro que a agenda está um pouco apertada, até o final de 2014; na pior das hipóteses, 2015, se tudo correr certo. Esse investimento, então, cuja compra faremos com alguma transferência de tecnologia num primeiro satélite, relançando, inclusive, a atualização da agência espacial brasileira junto com o Inpe.

Finalmente, fui informado de que o próprio Caio e o Bruno também fizeram menção, sobre as possibilidades do uso da frequência do 450, que, se der certo no Brasil, pode inaugurar um patamar de redes que possam ser usadas em outros territórios nacionais e de outros países para dar conta da banda larga e ainda então chegar à escala em que ainda hoje faltam equipamentos com escala no uso dessa frequência para comunicação rural.

Eram esses os temas que eu gostaria de salientar, evidentemente reconhecendo aquilo que aqui já vi pelas transcrições e anotações das falas que me antecederam, do conjunto de críticas, ausências e lacunas da atuação executiva do Ministério das Comunicações, operacional da Telebras e, eventualmente, regulatória e muito mais fiscalizatória da Anatel.

À disposição na continuidade do debate.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Agradecemos ao Dr. Cezar Alvarez...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Senador Gim, pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Pois não, pela ordem.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Vou ter de me ausentar para relatar uma matéria agora na Comissão de Constituição e Justiça, mas não gostaria de deixar de aqui registrar a importância desta audiência pública; registrar o esforço que o Governo Federal está fazendo; registrar, no caso de Roraima, a participação importante da Eletronorte na utilização da linha.

O Dr. Adhemar Palocci e a direção da Eletronorte foram parceiros do nosso Estado. Tratamos disso; há dois anos que vimos lutando para que essa linha pudesse ser iluminada e pudesse ser repassada para utilização da Oi. Hoje temos dificuldade no Estado; reconhecemos o investimento que a Oi está fazendo, reconhecemos o esforço, mas é preciso que esse esforço seja feito de uma forma ainda mais forte. Temos ainda dificuldades no Estado, temos problemas. Temos que inserir a sociedade roraimense, o povo de Roraima, inclusive do interior, nesse processo de informatização no Brasil.

Hoje, quem não está ligado, na verdade, perde a condição até de cidadania quase; hoje, está em condições de interagir com a sociedade pela Internet. É algo que é fundamental.

Portanto, eu gostaria de registrar aqui o meu apelo ao Ministério das Comunicações, ao Dr. Cezar Alvarez, a todos os setores que estão envolvidos nesse esforço do Plano Nacional de Banda Larga para que tenhamos efetivamente na Amazônia uma priorização e a busca de avançar os calendários. A gente sabe que a ação, a implantação e o controle técnico demandam tempo, mas é preciso que tenhamos a premência de que temos que reduzir espaços e prazos no sentido de dotar essas regiões, os Estados de Roraima, Amapá, Amazonas, Rondônia, Acre, os Estados que têm mais dificuldade. Temos esse direito e apelamos para que esse direito seja feito de forma muito rápida.

Então, eu gostaria de registrar a importância e agradecer ao Ministério das Comunicações pelo esforço, ao Ministro Paulo Bernardo, ao Dr. Cezar Alvarez, a toda a equipe do Ministério, que, realmente, têm feito um esforço no sentido de vencer todas essas etapas.

Queria registrar aqui, em nome do povo de Roraima, que precisamos de apoio, de investimentos e é preciso que isso seja feito rapidamente.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Agradecemos ao Senador Romero Jucá.

Neste momento, passo a palavra ao Enilson Flávio Camolesi, Diretor de Relações Institucionais da Telefônica do Brasil.

O SR. ENYLSO FLÁVIO CAMOLESI – Bom dia, Srs. Senadores, Sr. Senador Gim Argello, Senadora Angela Portela, Senador Romero Jucá, Senador

Vital, Senador Anibal, Senador Randolfe. Para nós, é uma honra estar aqui presente, poder colaborar nesse processo de esclarecimento sobre o Programa Nacional de Banda Larga. Agradeço também o convite e trago uma saudação especial do nosso presidente, o Antônio Carlos Valente, a todos os Senadores e aos colegas da mesa que aqui estão.

Um esclarecimento inicial. A telefônica Vivo não tem obrigações especificamente no Programa Nacional de Banda Larga com a região amazônica; ela tem obrigações, sim, com a sua área de concessão, que é o Estado de São Paulo. Mas isso não quer dizer que não estejamos atuando na região Norte. E vamos procurar, nesta apresentação, mostrar um pouco do nosso esforço na região Norte.

Pode passar, por favor.

Por tudo o que foi dito aqui – e o último exemplo do Adhemar Palocci simplifica tudo –, quando a gente fala na região Norte, a gente fala em esforço, fala em desafio o tempo inteiro. Para cumprir desafio, é preciso muito esforço e ter muito comprometimento. E a gente vai falar um pouco aqui do esforço da Vivo na região Norte.

Começamos com um *slide* que fala um pouco do investimento na região Norte e também na Amazônia Legal. Nós tivemos um investimento, nos últimos cinco anos, da ordem de R\$2 bilhões na Amazônia Legal e, no ano de 2011, de R\$600 milhões. Aqui estão licenças, investimentos em torre etc. Nós temos um total de ERBs na Amazônia Legal da ordem de 2.013 ERBs, atendendo a um total de 10.829 clientes. Só de 3G, no Estado do Amazonas, nós temos 519 mil clientes; no Estado de Roraima, 72 mil clientes; no Estado do Amapá, 99 mil clientes ou usuários de Banda Larga 3G.

Pode passar, por favor.

Quando a gente passa a falar em cobertura e em Municípios atendidos, aí, sim, só na região Norte, a gente tem muito orgulho desses números, porque é de conhecimento público que um dos grandes esforços, uma das grandes prioridades da Vivo é o investimento em cobertura. Esses números falam por si só do resultado desse esforço. Nós temos hoje 356 Municípios cobertos em toda a região Norte, sendo que 202 Municípios só com a tecnologia 3G. No Amazonas, por exemplo, hoje, nós temos 18. Mas – o Deputado Chico Preto é um grande batalhador do Estado em compromissos assumidos na Assembleia Legislativa do Amazonas no ano passado –, vamos mostrar mais para frente como vamos terminar 2012. Hoje temos 18 Municípios; no Amapá, cinco; em Roraima, três Municípios com 3G. Assim, fica claro que, na região Norte, temos a maior cobertura 3G. Isso é esforço, isso é comprometimento.

Pode mudar, por favor.

Falando especificamente do Amazonas, a nossa meta até o final deste ano, Deputado Chico Preto e Srs. Senadores, é termos o 3G instalado em 36 Municípios. Então, quando a gente fala em atendimento de Internet Banda Larga no Amazonas, acho que já foi reiterado aqui que não adianta ter somente o acesso. Você tem que saber como fazer os dados desse acesso chegarem ao mundo, chegarem ao Brasil. Nós estamos falando de rotas de fibra ótica, rotas de rádios, rotas de satélite; enfim, são investimentos em infraestrutura, em *backhaul* e *backbone* muito grandes que têm que ser feitos.

E nós estamos aí, dentro dessas ações de melhoria, ativando nova rota de fibras óticas, permitindo a redundância da rota anterior entre Manaus e Porto Velho. Isso, sem dúvida alguma, vai refletir na melhoria da qualidade da banda larga; implantação de rota de fibra ótica, conectando Manaus a Belém, o que já foi amplamente comentado tanto pela Oi como pela Eletronorte. Ampliamos um *link* de rádio de Manaus a Belém e fizemos a instalação de *sites* de 1.800 MHz.

Eu colocaria essa observação do 1.800... Pode mudar, não tem problema; a gente comenta. Em Roraima, por exemplo, além dos Municípios onde já foram instalados o 3G, temos previsão para instalar em Caracará. A ampliação da rota de 1.800 é importante para a aplicação do acesso à Internet porque você consegue, através dela, deslocar ou remanejar usuários de hoje que estão ocupando a frequência de banda larga, que é de 850 MHz ou 2,1 GHz, para uma rota em que a gente não usa o 3G, sobrando mais canais para a gente operar o 3G junto aos usuários. Ou seja, estamos falando em melhoria de cobertura e também em melhoria de qualidade de banda passante.

Há a nova rota Amazonas-Roraima, que também já foi comentada. Também vamos nos beneficiar com os gigabits a serem implantados aí.

Por favor, pode passar ao próximo *slide*.

No Amapá, Senador, mais duas localidades serão atendidas com o 3G: Porto Grande e Vitória do Jari.

Lembro que todas essas cidades que estamos comentando – e vamos continuar comentando – não fazem parte de obrigações, mas são ofertas voluntárias de 3G que a Vivo tem feito lá.

A rota do Pará e do Amapá está em andamento e beneficiará o Estado principalmente em dados. Ou seja, não adianta a gente colocar uma rede de acesso técnica ou tecnologicamente adequada se não houver *backhaul* ou *backbone*, para escoar esses dados, adequado também ao tamanho do desafio.

No Maranhão, há a mesma coisa, existe um esforço muito grande. Por meio desse *backbone* próprio, que compreende Maranhão, Brasília e Fortaleza, acre-

ditamos que poderemos oferecer cada vez mais uma banda larga de qualidade, com maior banda passante no acesso.

Pode passar ao próximo *slide*, por favor.

No Acre, houve algumas ações muito importantes, entre as quais podemos citar a ampliação da capacidade 3G nos Municípios de Cruzeiro do Sul e de Rio Branco, a ativação de *site* para melhoria de aeroporto e também a ampliação do 1800 de novo, o que vai contribuir para a melhoria da qualidade da prestação de serviço 3G por meio de cobertura e ampliação de banda.

Em Tocantins, colocamos aí nove Municípios, somando-se aqueles já existentes. Em 2011, beneficiamos mais nove Municípios. Recentemente, estivemos em Nova Rosalândia e inauguramos uma antena 3G. Foi uma cerimônia cívica muito interessante e importante. Podemos ver como a população se mobiliza quando essa tecnologia chega à comunidade.

Concordo plenamente com o Deputado Chico Preto. Sabemos que a inclusão digital, a tecnologia, a banda larga são alguns dos principais instrumentos de integração social hoje.

Pode passar ao próximo *slide*, por favor.

Em Rondônia, foram 18 Municípios somente em 2011. Não vou citar todos, porque são vários. Há um total de 21 Municípios no Estado com tecnologia 3G. E também a implantação de rota entre Porto Velho e Vilhena foi concluída. Tudo isso visa a melhorar a qualidade do serviço prestado em banda larga.

No Pará, estamos trabalhando na implantação de rota própria, com fibra ótica, integrando Pará, Brasília e Fortaleza. Aqui, vale citar que, sem dúvida alguma, a Eletronorte também é parceira das empresas privadas na implantação desse *backbone*. Construir uma infraestrutura como essa mobiliza investimentos e esforços enormes, gigantescos. Nós temos de agradecer à Eletrobras a parceria.

Eu gostaria de comentar alguns números. Esse *slide* é muito importante e esclarecedor.

De fato, hoje, a Vivo tem a obrigação firmada com o Governo, pelo Plano Nacional de Banda Larga, de cobertura até junho de trezentos Municípios no Estado de São Paulo. Mas, hoje, a nossa oferta voluntária ocorre com banda larga móvel em 2.695 Municípios no Brasil. Ou seja, o número de hoje da Vivo de atendimento em 3G, com oferta do Plano Nacional de Banda Larga, é de 2.695 Municípios. Esse número dá muito orgulho à companhia e dá ideia do esforço que fizemos nos últimos anos.

Para se ter uma ideia do que foi isso, quero dizer que me recordo de que, no final de agosto e começo de setembro deste ano, estávamos uma localidade

no Nordeste chamada Lagoa do Carro, inaugurando a antena de nº 1.500. Estou falando do que ocorreu quase em setembro. De lá para cá, construímos, inauguramos, implantamos antenas em mais 1,2 mil Municípios. Em seis meses, implantamos antenas em 1,2 mil Municípios. Esse é um número absurdo! Estamos falando da ordem de sete Municípios por dia. Então, é um esforço de engenharia, é um esforço econômico e uma palavra só sintetiza tudo isto: comprometimento. Então, a Vivo tem muito orgulho desse compromisso assumido e desse esforço realizado.

Próximo, por gentileza.

Aí eu encerro mostrando uma figura de uma comunidade atendida por 3G e que tem banda larga, que tem PNBL numa região em que nós não temos obrigação: Suruacá. Uma localidade de 500 habitantes, à margem do rio Tapajós. Sem dúvida nenhuma, nós transformamos a inclusão digital, que foi promovida através da 3G da Vivo, em mobilidade social. Não há dúvidas sobre isso. E mobilidade social significa, entre outras coisas, melhoria de qualidade de vida, acesso à educação, acesso a informações.

Nós temos pesquisas feitas pela Universidade Federal do Pará que mostram claramente a transformação da qualidade de vida da população de Suruacá e Belterra. Inauguramos também em Primavera, em Nova Rosalândia, em Mãe D'Água, na Paraíba. Nós temos uma série de localidades que variam de 3 mil, 500, 600, 800 habitantes e, hoje, a gente tem muito orgulho de falar que estão conectadas ao mundo através da tecnologia 3G da Vivo. E aí também é oferecido um plano em acordo com o PNBL.

Próximo.

Eu termino, é uma apresentação bem rápida, mas de toda maneira, estamos à disposição dos Senadores para complementar as informações que se fizerem necessárias e continuar nesta audiência respondendo às perguntas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Agradecemos e passamos, de imediato, a palavra ao Sr. Ayrton Capella Filho, Diretor de Estratégia Regulatória da Embratel.

O SR. AYRTON CAPELLA FILHO – Mais uma vez bom dia a todos, trago a saudação do nosso Presidente José Formoso, que infelizmente não pôde comparecer por motivo de viagem. Saúdo o Presidente Gim Argello e, na pessoa da Senadora Angela, saúdo todos os demais Senadores.

Vou fazer uma breve apresentação da Embratel e a participação da empresa na inclusão social no Brasil. Inclusão social é voz, é banda larga, é cultura, é entretenimento, tem uma dimensão muito grande.

A Embratel é protagonista dos grandes eventos de Telecomunicações deste País. Desde a década de 60, quando foi criada, integrando o Brasil com a voz, ela fez a transmissão da descida do homem na lua – certamente poucos aqui presenciaram isso pela juventude, foi em 1969. Durante a década de 70, inventou e lançou o DDD no País, as fibras óticas, cabos submarinos e por aí afora.

Próximo.

Ela é, hoje, uma empresa convergente, tem soluções completas na parte de telefonia. A Embratel é uma concessionária de longa distância, não tem compromissos ou obrigações de acesso físico ou de acesso local e é autorizada na prestação de serviços de dados. Ela tem empresa de satélite, tem uma prestadora de TV por assinatura de satélite e agora, com aquisição da NET, ela passa a ser uma empresa também de acesso multisserviço. A Embratel tinha construção de acesso local, a Embratel já tem quase 20% de acesso local autorizada, ela passa a ser, com a aquisição da NET, uma prestadora de multisserviço.

Próximo.

Aqui está um pequeno resumo da Embratel. Ela tem o maior *backbone* ótico deste País, moderno, submarino e terrestre, seis satélites com cobertura.

Próximo, por favor.

A Embratel tem seis satélites e vai, agora em outubro, lançar mais um. É a grande empresa de integração nacional, 15 milhões de lares recebem TV aberta através da rede de satélites da Embratel. A presença, a inclusão social daquele que mora longe, daquele que não tem sinal de TV aberta, inclusive moradores e cidadãos de outros países na fronteira do Brasil são beneficiados com essa cidadania.

Próximo.

Nós também fornecemos o serviço para atendimento ao Gesac, que é o Governo eletrônico de serviço de atendimento do Ministério das Comunicações. São mais de 11 mil pontos de acesso com banda larga por todo o País; atendimento também via satélite em telecentros, aldeias indígenas, prestando serviços de telemedicina em escolas públicas, batalhões de fronteira, expedições fluviais.

É um grande projeto. É o maior projeto social do mundo, com essa abrangência e essa dimensão.

Próximo, por favor.

Essa é a presença do Gesac no Estado do Amazonas. São 317 pontos.

Próximo, por favor.

Esse é um projeto que a Embratel desenvolve em pareceria na cidade de Parintins. É o maior projeto de cidade digital do Brasil, com várias empresas, usando uma rede local WiMax sem fio e conexão via satélite,

de acesso à Internet, videoconferência, telemedicina. Um grande sucesso.

No sentido de incluir cultura e diversão, lançamos a nossa empresa de TV por assinatura. Na região Norte, ela atende hoje em torno de 90% dos Municípios. Lógico que, com satélite, eu cubro 100%, mas temos presença nos Municípios da região Norte, em torno de 90% dos Municípios, de serviço local. São 140 empresas locais, empregando 2.000 pessoas que prestam assistência e que dão assistência a esses serviços.

Próximo, por favor.

Essa é uma ideia da cobertura. Em 2012, 90% dos Municípios.

Próximo, por favor.

Em 2013, 95% dos Municípios.

Próximo, por favor.

Saindo agora do espaço e indo para a terra, a Embratel tem uma atividade muito grande. Foi a pioneira de integração dessa região via rádio, ou micro-ondas, ou tropodifusão.

A Embratel também foi a primeira a chegar a Manaus com fibra ótica. Essa é a nossa vocação; vocação de integração nacional. Quer dizer, apesar de não termos metas específicas, de o PNDE, por causa da nossa natureza, não ser uma empresa de concessão na área de acesso, nós temos essa missão e essa competência no transporte e na integração.

Próximo, por favor.

Essa rota de fibra ótica interligando Porto Velho a Manaus é um desafio tremendo. Nós já temos micro-ondas. A prestação desse serviço era via micro-ondas. Isso foi lançado em 2010. Ela representou um grande esforço de engenharia. Nós construímos não só a parte de posteação e lançamento de cabos, mas também reparo de mais de 300 pontes e pontilhões nessa picada, que existe ainda, remanescente, numa estrada, numa BR.

Próximo, por favor.

E nós cruzamos o rio Solimões não pelo ar. Não construímos uma torre de duzentos e poucos. Construímos pelo leito do rio, lançamos no leito do rio. Também foi uma ação pioneira.

Esse é um cabo lançado em 2010. Concluímos que foi uma obra épica com recursos próprios e com a iniciativa da Embratel.

Próximo, por favor.

Só como exemplo, reforçando aquilo que o Sr. Deputado falou, a importância da fibra ótica em termos da difusão da banda larga.

Hoje, a cidade de Manaus, com a chegada desse cabo, tem um provimento de serviço de qualquer outra cidade brasileira. Temos pacotes de serviços no varejo de 100 megabytes por segundo. Quer dizer, a

fibra ótica é, realmente, esse grande instrumento de difusão e de massificação da banda larga.

Próximo, por favor.

Bom, era isso.

Estou à disposição para qualquer esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF)

– Agradecemos e passamos, então, agora, a palavra ao Dr. Leandro Guerra, Diretor Executivo de Assuntos Institucionais da TIM.

Dr. Leandro, por favor.

O SR. LEANDRO GUERRA – Obrigado, Presidente.

Bom dia, Senador Gim Argello; bom dia demais Senadores e Senadora; bom dia demais colegas de Mesa; demais presentes. Na realidade, eu gostaria primeiro de agradecer, em nome do nosso Presidente Luca Luciani, pelo convite desta Comissão e destacar que o tema Plano Nacional de Banda Larga é um tema da maior relevância para a empresa, para o grupo TIM, por vários aspectos.

A gente entende que a banda larga, além de ser uma necessidade da sociedade, é um negócio que está em crescimento e é o futuro realmente das comunicações.

Nesse contexto, eu queria destacar o papel da TIM nesse cenário, uma vez que a TIM, na realidade, como uma grande operadora móvel – possui cerca de 165 milhões de clientes, 14 mil torres; nossa rede é basicamente com 14 mil torres –, é uma grande usuária de serviço de transmissão.

Vi aqui os meus colegas destacarem a importância da transmissão, da fibra ótica nesse processo de banda larga e, sem dúvida nenhuma, o nosso grupo contrata uma grande quantidade desses meios de transmissão. Isso se deve a um fato básico, que é o grupo TIM no Brasil não possuir um braço de concessão. O grupo possui autorização de serviço móvel pessoal, de serviço de telefonia fixa e de comunicação multimídia, mas não possui uma concessão no País, razão pela qual nós dependemos essencialmente da infraestrutura de terceiros e aluguel de linhas dedicadas, que a gente comentou muito aqui – ILD.

Nesse processo, gostaria de destacar também o papel fundamental da Telebras, porque nos trouxe uma nova baliza para esse mercado de atacado, com a qual estamos desenvolvendo importantes parcerias. Poderia dizer duas principais já alavancadas, já assinadas. Dentro do PNB, a TIM é a primeira operadora a ofertar o serviço para o usuário final usando a rede da Telebras, a primeira grande operadora. Esse é um contrato que foi assinado no ano passado e que já está em desenvolvimento.

Outro contrato importante é o compartilhamento das torres da TIM para uso da rede da Telebras, que está em fase de fechamento, está praticamente fechado.

Dentro desse contexto, gostaria também de destacar que a TIM possui, na sua origem, concessão. Nossa operação na origem, na Itália, possui braço concessionário. Então, essa questão do uso da infraestrutura, no nosso ponto de vista, precisa realmente de desenvolvimento do marco regulatório, que é o papel que a Anatel vem desempenhando, vem desenvolvendo esse trabalho com foco em dois elementos essenciais, que são: o plano geral de metas e competição e o novo regulamento de ILD que estão em curso. E a gente tem uma expectativa muito grande com relação a esses dois instrumentos.

Em relação à apresentação, eu serei muito breve. Temos alguns *slides* para mostrar.

Basicamente, este *slide* mostra um crescimento da base móvel aqui no Brasil, um crescimento bastante vigoroso. Chegamos, no final de 2011, a 124% de penetração, 242 milhões de usuários na telefonia móvel em geral.

Importante é destacar aquela parte de baixo, no lado direito. O que a gente via em termos de banda larga? Uma defasagem muito grande na utilização dela, no Brasil, porque ainda é um serviço caro. E o papel da TIM nesse processo é buscar, pelas suas ofertas, massificar esse uso.

Pode passar, por favor.

O aumento – esse é um dado geral, mundial – que a gente vê para o futuro, digamos, no horizonte – dados da OiT – de 2010 a 2020, é um crescimento exponencial do uso da banda larga, seja na parte de baixo à esquerda do *smartphone* – aumento de 30 vezes do uso –, seja do lado da parte direita embaixo, da banda larga móvel puramente pelo *modem* – 18 vezes. Quer dizer, crescimento exponencial.

Dentro do nosso ecossistema, do ponto de vista da estrutura de rede, o que o usuário quer? Ele quer, na realidade, uma Internet de qualidade, uma banda larga de qualidade, sempre conectada e com baixo preço. Para proporcionar isso para o usuário final, do que a gente precisa? Olhando cada segmento desses. O aparelho tem que ser de fácil acesso, e isso está ocorrendo; efetivamente, os preços dos *smartphones* têm despencado. Nós temos a outra parte, que é o espectro, que é a rede de acesso da telefonia móvel. É um trabalho árduo, constante. Nós, na realidade, precisamos de espectro. A gente costuma dizer que o espectro é o nosso ar, da operadora móvel, cada vez mais. À medida que você aumenta a banda, é necessário mais espectro.

A transmissão. Esse eu acho que é o fator fundamental que já estamos vivendo hoje. A rede de transmissão é fundamental para que a banda larga móvel chegue à casa do usuário, na mão do usuário, com preços acessíveis.

E os impostos. A questão tributária está sendo bem trabalhada pelo Governo Federal no aspecto, de impostos, de taxas federais, mas ainda precisamos dar vários passos à frente. Esse é um ponto que gostaríamos de destacar na apresentação.

Pode virar.

Muito bem, na nossa visão, existem três eixos de estímulo para que a banda larga seja bem desenvolvida no Brasil. No primeiro eixo, falamos de infraestrutura e competição. Porque, na realidade, são coisas integradas. A infraestrutura está diretamente relacionada à competição. A questão da EILD, da exploração industrial de linhas, da linha alugada, passa a ser essencial na competição, na medida em que é uma barreira para a entrada de uma operadora como a TIM no novo mercado ou mesmo nos mercados existentes. Então, precisamos realmente de balizas regulamentares bem efetivas para que essa competição seja garantida.

A política de espectro. Como comentei, o espectro é um insumo essencial para a efetiva exploração da banda larga em qualquer situação.

E o modelo tributário de fomento, que é um ponto em que o Governo, como comentei, vem trabalhando: isenção de PIS e Cofins para equipamentos, etc. Existem alguns pontos que, a nosso ver, precisam ser melhor desenvolvidos, até mesmo no Legislativo, como a questão do Fustel, que precisa ser revista, e a própria aplicação do Fust.

Pode virar, por favor.

Bom, esse é um desenho fundamental na nossa apresentação porque mostra basicamente os três grandes segmentos da rede. Então, se pegarmos o segmento da esquerda, é o *backbone* nacional, a rede nacional, a autoestrada. Nesse segmento, eu diria que os compartilhamentos de infraestrutura estão acontecendo. Nós mesmos temos alguns compartilhamentos já firmados, e eu diria que esse é um problema menor.

O segmento do meio, que é o *backhaul* – eu acho que foi bem destacado pelo Deputado Chico Preto –, eu acho que é fundamental discutirmos aqui. Quando falamos de *backhaul* é em sentido amplo, porque esse conceito pode ser utilizado, por exemplo, tanto na ligação de Manaus para Envira, Deputado, como dentro da própria Manaus. Quer dizer, temos a configuração de *backhaul* em várias situações. Se não houver uma baliza que incentive o compartilhamento, essa questão é fundamental para a redução do preço e para a competição.

E a rede local de acesso. No Brasil, até hoje, infelizmente, não existe uma figura que enxergamos lá fora, que é a abertura da rede de acesso fixa, mas que vem sendo desenvolvida na área de operação móvel, na medida em que há um compartilhamento de infraestrutura. Para vocês terem uma ideia, em metade das torres da TIM hoje nós temos algum tipo de compartilhamento. Quer dizer, é um ponto em que houve um avanço substancial nesse mercado. E como solução, como destaquei antes, são dois pontos fundamentais que vemos. A edição do PGMIC e do novo regulamento de EILD.

Por favor.

Quando enxergamos o mercado de atacado no Brasil, uma coisa interessante a observar é que no mercado atacado nós colocamos um gráfico na esquerda que mostra o custo individual por cada *site* da TIM. Essa é uma visão TIM. Houve um aumento de custo, de 2008 para 2010, especialmente na parte de EILD, da ordem de 88%. Quer dizer, somando os outros custos, quase que dobra esse custo para ligar uma estação radiobase, uma antena, na rede da TIM. E os outros custos que estão ali nos outros gráficos reduziram. Enxergamos, no custo com equipamentos uma redução significativa, 47%; e os terminais, como comentei antes, despencaram. Essa realidade é diferente, por exemplo, da Europa. Temos lá um custo por linha, por *site*, vamos colocar assim, menor. Então, o que estamos propondo é: vamos criar mecanismos para que esses custos sejam reduzidos. E o efeito disso é o que estamos indicando ali: com essas reduções de EILD, os custos de serviço para o usuário final vão reduzir, a cobertura vai aumentar e a qualidade vai melhorar.

Muito bem. O próximo gráfico mostra uma concentração no mercado brasileiro, visão TIM, no atacado. Temos, na esquerda, por região do PGO, o escuro, digamos, é o que contratamos das concessionárias. Então, há uma concentração muito grande desses meios das concessionárias. E da direita é uma coisa muito interessante: nos Estados mais pobres é onde existe maior concentração. Então, esse item, destacando mais uma vez, é fundamental para o desenvolvimento da banda larga no País.

Além disso, nós temos uma séria questão de qualidade mesmo. Só para se ter uma ideia, a gente tem um atraso, o problema dessa regulamentação, a empresa prestadora da EILD tem 30 dias para entregar o link. Nós temos situações em que se extrapola em muito esse tempo, aproximadamente 300 *sites* esperando só a transmissão, já montados, quer dizer, esse é um ponto que degrada a qualidade do serviço.

Com relação à frequência, como comentei antes, é um insumo importantíssimo para o desenvolvimento

da banda larga móvel, e a gente enxerga a questão do dividendo digital, que são os 700 MH, como uma questão essencial nesse contexto. O nível de investimento que seria feito numa rede de 700 MH é muito inferior quando a gente usa uma banda de 2,5. Então, esse é um ponto que a gente acha substancial.

Em relação aos tributos em si, uma conta média de R\$15 significa um tributo direito de R\$4,50 a R\$6, e ainda o Fistel pesadíssimo, porque, só para vocês terem uma ideia, no caso da TIM, da ordem de quase R\$1 bilhão por ano, um mercado na faixa de R\$4 bilhões. E esse recurso não retorna, porque a destinação dele, do Fistel, era para operação da agência reguladora, a Anatel. Mas uma boa parte, a maior parte dele hoje não é utilizada para o fim destinado. Então, a gente entende que, no tocante ao Fistel, seria uma ferramenta importante utilizar esse recurso para o desenvolvimento da banda larga, a massificação da banda larga.

Outro ponto importante é o uso do Fust. É um recurso que está contingenciado, mas não é utilizado, e é um recurso que as operadoras móveis, por exemplo, poderiam usar para atendimento de área rural.

Outro ponto que poderia ser relevante: o papel da Telebras nesse processo, que basicamente também é massificar. Uma ideia é a seguinte: por que não a Telebras utilizar o Fust para o seu próprio fomento, para o desenvolvimento da sua rede? É apenas uma ideia.

O que a TIM está fazendo na região Norte para o desenvolvimento da banda larga?

Em nível de oferta, nossa oferta é muito agressiva. Atualmente, temos uma oferta de pós-pago que a gente chama TIM Liberty Web Light, e ela é aderente ao PNBL, ou seja, em cada Município em que nós temos o 3G, temos uma oferta de pós-pago totalmente aderente ao PNBL, uma forma de desenvolver a banda larga na região.

As parcerias que nós fazemos, seja com a Telebras... Fizemos uma parceria com a Telefônica Vivo, do ponto de vista de uma fibra óptica, rota que sai de Brasília e vai até Belém. A parceria com a Telebras é bem destacada.

É um ponto que acho também importante destacar é a questão da rede Wi-Fi, que nós estamos desenvolvendo, por exemplo, na Rocinha. É uma rede Wi-Fi aberta. A gente pensa em Wi-Fi sempre num ambiente fechado, mas é uma solução bem interessante, em que nós colocamos uma cobertura de Wi-Fi numa comunidade como a da Rocinha, que pode ser expandida para a região Norte. Para isso, a gente precisa de parcerias, precisamos de acesso a uma fibra óptica de qualidade, de tal forma que, automaticamente, o usuário, quando está dentro dessa rede Wi-Fi, usando

seu *smartphone* ou banda larga móvel, comuta para essa rede automaticamente, de forma transparente o seu uso. Mas é uma maneira muito criativa e de baixo custo, para ampliar a cobertura da banda larga na região. A gente sugere essa solução que nós vamos estar desenvolvendo.

A ampliação da rede de fibra óptica. Também é um outro ponto que a gente está desenvolvendo. Há um projeto específico, que eu vou mostrar logo após.

Em termos de oferta, como eu comentei, nós temos oferta de pós-pago, de entrada, de R\$35 com impostos, e ele está bem aderente ao PNBL, e a gente oferta em todas as localidades em que a gente tem 3G na região.

Em termos de pré-pago, nós temos duas ofertas muito atrativas também. Uma oferta de R\$0,50 por dia para o *smartphone*, e uma outra oferta de R\$1,99 por dia, no pré-pago, para o *modem*. São duas ofertas bem agressivas, e está havendo muitas adesões.

Essa é a solução que eu comentei da Rocinha, em que temos a cobertura Wi-Fi abrangendo a comunidade, de tal forma que o usuário entra e sai dessa rede de forma transparente, usando o seu celular. Quando ele está dentro dessa região atendida, ele usa essa rede Wi-Fi, como autenticação automática. Entendemos que essa solução pode muito bem ser aplicada na região Norte para o desenvolvimento da banda larga.

Pode passar.

Esse é um projeto do qual a gente se orgulha muito. Este nome, Transamazônica Digital, foi batizado pela revista *Época*, em outubro. Ele basicamente é um projeto de uso da infraestrutura de transmissão no consórcio que está desenvolvendo o trecho Manaus-Macapá-Tucuruí, fazendo um “y” ali, usando a PGW por cima do leito do rio e o grupo está investindo cerca de R\$171 milhões nesse projeto. Como eu comentei no início, o compartilhamento é essencial para o desenvolvimento da banda larga. Nós já formalizamos para todos os outros grupos e operadoras a abertura dessa rede para que todos possam usar. Alguns contratos já foram assinados, inclusive dentro desse conceito de abertura total de rede e de compartilhamento, que, a nosso ver, Presidente, é a forma mais adequada de atingir, com o menor tempo, o objetivo do Governo, que é a massificação da banda larga.

Pode passar, por favor.

Essas são as fotos da obra, que já iniciou. Cerca de 7% daquele trecho de 1.900km já começou. A nossa expectativa, neste mês de março, é acelerar essa obra. Ela deve ser entregue no primeiro trimestre de 2013 e está aberta a todas as operadoras. Esse é o ponto principal da apresentação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Muito bem, nós que agradecemos e passamos, de imediato, a palavra às Senadoras e aos Senadores que aqui se encontram, começando com a Senadora Angela Portela, que é a autora do requerimento.

Senadora Angela Portela, V. Ex^a tem a palavra.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Vice-Presidente da nossa Comissão de Ciência e Tecnologia, Senador Gim Argello. Felizmente, a nossa audiência pública saiu. Nós aprovamos esse requerimento o ano passado, tivemos a participação do Senador Randolfe, do Senador Flexa Ribeiro e do Senador Eduardo Braga, que também são coautores desse requerimento para a realização desta audiência pública. Estou vendo de uma maneira satisfatória todos os atores envolvidos na questão da inclusão digital em nosso País, as empresas públicas e privadas, o Governo Federal, o Ministério das Comunicações.

Eu não posso deixar de valorizar aqui o Ministro Paulo Bernardo, que já veio inúmeras vezes nesta Comissão para mostrar os avanços que o Governo Federal, que o Ministério das Comunicações têm realizado no sentido de ampliar as metas para a inclusão digital. Exemplo disso são o Cidades Digitais, que está retomando, o Plano Nacional de Banda Larga, os avanços do programa Gesac. É muito bom para nós, da região amazônica, vermos a população isolada poder se conectar à Internet, através do programa Gesac, da Embratel.

Entretanto, não podemos deixar de fazer algumas cobranças, porque percebemos – e já há estudos, inclusive ontem um deles foi publicado – que a Internet banda larga no Brasil cresceu quase 100%; quer dizer, a média mundial foi 26% e nós, no Brasil, crescemos quase 100%. Esse é um dado importante, significativo e que não pode ser desprezado. Agora, o que chama a atenção é a desigualdade do acesso à Internet em nosso País. E, na região Norte, essa desigualdade é gritante, como muito bem colocado aqui pelo Deputado Chico Preto.

No dia 13 de julho do ano passado, o Ministro Paulo Bernardo nos convidou, a toda a bancada do Estado da região amazônica, e o Senador Randolfe estava presente, bem como os Senadores do Amapá, do Amazonas, para uma solenidade de assinatura de contrato com a Telebras e a Eletronorte, para o compartilhamento da rede de fibra ótica da região para o Plano Nacional de Banda Larga. Foi um momento de extrema felicidade para todos nós, porque isso significava que a região Norte e o meu Estado, Roraima, estariam incluídos, a partir daí, no Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), que prevê conexão de Internet 1 megabit por R\$35,00 – inclusive, o Presidente da

Telebras, nosso amigo Caio, disse aqui que são R\$66 milhões para a região Norte – e que as operadoras teriam um prazo de 90 dias para apresentar um plano de metas, para que os Estados da região Norte fossem incluídos no PNBL.

Ocorre que o tempo passou, e nós continuamos em situação de pura exclusão digital ainda. Cito o exemplo de Roraima, meu Estado: em 2009, havia 2,4 mil portas de Internet banda larga no Estado; em 2011, esse número passou para 13 mil; e a meta para 2012 é muito tímida, é de apenas sete mil novas portas de acesso à Internet. Somente na Capital, Boa Vista, há 70 mil domicílios, e, de acordo com a previsão da operadora Oi, que lá atua, haverá a expansão de apenas mais sete mil portas de banda larga.

Em Roraima, há 15 Municípios, e apenas cinco Municípios têm acesso à banda larga, de forma precária, com preços muito caros e cobertura deficitária. E a previsão para o PNBL para 2012, segundo a Telebras – o nosso Presidente colocou isso na tela –, é a de que apenas a Capital seja incluída no Plano, e, por meio da Oi, somente os Municípios de Mucajaí e de Caracaraí serão incluídos. O Município de Rorainópolis, o segundo maior Município do Estado, é o único que estava no PNBL em 2011. E a previsão de meta é de apenas dois Municípios a mais: um pela Telebras e dois pela Oi. Consideramos essa meta muito tímida.

Quanto ao PNBL, percebemos o interesse do Governo Federal, do Ministério das Comunicações, em diminuir essa exclusão, em diminuir a desigualdade entre as regiões. Esse é um fato.

Para se ter uma ideia, quero dizer que os fundamentos do PNBL são preço, cobertura e velocidade. Hoje, em Roraima, a Oi disponibiliza 1 mega por R\$54,90; no Distrito Federal, 1 mega custa R\$39,90. Hoje, lá, 2 megas são R\$69,90; no Distrito Federal – fiz uma comparação –, R\$49,90. Em Roraima, se se quiser contratar o melhor pacote que lá existe, na velocidade de 10 megas, será preciso desembolsar R\$129,90; no Distrito Federal, os mesmos 10 megas custam R\$69,90. Então, é claro que, no Estado, há deficiência de preço, de velocidade e de cobertura.

O que queremos é o compromisso – e eu queria pedir isto à Agência Nacional, à Anatel, à Telebras – de buscar mecanismos, meios para cobrar das operadoras privadas o cumprimento das metas, o compromisso firmado.

Vejam bem: a Oi obteve financiamento do BNDES para construir, para dar continuidade... Há os cabos de fibra ótica que vêm do linhão de Guri, da Venezuela, cortando Roraima de norte a sul. E a operadora Oi recebeu financiamento do BNDES para construção do Linhão de Boa Vista até Manaus. E tem previsão de

contrapartida dessas empresas, afinal de contas são recursos públicos que estão sendo investidos para que a empresa possa ampliar o acesso à banda larga nos Estados.

E veja bem, com nós temos cabos de fibra ótica cortando Roraima de norte a sul, como justifica termos uma situação tão precária como esta? Nós conversamos com alguns executivos da Oi e eles nos disseram que a estrutura está praticamente pronta, concluída, que estão avançando na construção do *backbone*. E por que os Municípios de Roraima não são atendidos se nós temos a infraestrutura? Por que nós temos só três Municípios com a possibilidade de estarem no PNBL? Por que nós temos só cinco Municípios com Internet banda larga, fora do PNBL?

Então, nós temos toda infraestrutura física, tudo fácil, não há essa dificuldade que foi colocada aqui da região Norte. Roraima não tem. E nós temos essa situação tão precária e tão difícil.

Então, nós queríamos sensibilizá-los em relação à situação da região Norte. Trouxe aqui esse quadro que mostra claramente os pontos de Internet banda larga no País. Olhem como está a região amazônica! Uma situação catastrófica. Os Estados da região Sul e Sudeste têm maior cobertura, maior velocidade, melhores preços.

Para finalizar, sei que posso contar com o apoio do Ministério das Comunicações, o Ministro Paulo Bernardo, do Secretário Executivo, nosso colega Cezar Alvarez, mas é preciso uma ação mais contundente, mais firme da Anatel, da Telebras no sentido de cobrar das operadoras os compromissos dos contratos para ampliar e possibilitar que a região Norte seja incluída nesse momento tão importante do País, que é a Internet, que a inclusão digital.

É inadmissível que estejamos ainda, em pleno 2012, com metas tão tímidas para a inclusão digital da nossa região e do nosso Estado de Roraima.

Era isso. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Agradecemos, nobre Senadora Angela Portela.

Já passo, de imediato, para fazer uma observação, ao Dr. Bruno Ramos e, em seguida, Dr. Caio Bonilha. Dr. Bruno, por favor.

O SR. BRUNO RAMOS – Em relação à solicitação da Senadora, o nosso... (*falha na gravação*) ...pelo Poder Executivo, pelo Ministério das Comunicações, a Anatel tem uma série de ações de cobrança e, posteriormente, caso isso não aconteça, de sanção às empresas.

Adicionalmente, nós temos também planejamento de implementação de novos contratos, de novas solicitações, novos compromissos, baseados, por exem-

plo, nos editais que vão acontecer. Esses editais vão ter uma série de compromissos que vão exigir investimentos das empresas e esses compromissos serão cobrados anualmente. Temos, dentro dos próximos editais e nos compromissos já assinados, Senadora, a cobrança das empresas anualmente.

Eu tenho uma visão de que, independentemente da cobrança, a gente tem que tentar construir um modelo no Brasil que faça com que o Governo coloque como meta algumas regiões no Brasil de incentivo à implementação de infraestrutura. Isso está sendo feito. A emissão do decreto do PGMU, no ano passado, pela Presidenta, deixou muito claro o incentivo ou a linha governamental de diretiva para levar comunicação a todos os lugares do Brasil. Isso, de qualquer maneira, está sendo feito com editais, mas isso ficou claro com a emissão da PGMU. As ações da Anatel, em conjunto com o Ministério das Comunicações, de cobrança, de construção de termos de compromisso, de verificação de que as empresas tenham um prazo para cumprir, e esse prazo ser cobrado, também está sendo feito.

Independentemente disso – entendi a posição da Senadora –, vou internalizar a Anatel. Teremos agora, na próxima terça-feira, uma audiência pública em Manaus, para a qual vamos levar as ações que tivemos nos últimos cinco meses de construção de uma reunião conjunta com as empresas, cobrando ações práticas de evolução da oferta de serviço. Isso vai ser feito durante o ano inteirinho de 2012. Não será apenas uma audiência. Acho que serão três, não é, Deputado? Serão mais duas, além dessa. Serão três audiências. Está dentro do nosso plano de trabalho uma cobrança mensal com as empresas da construção disso.

No final, Senador, podemos, inclusive, voltar a esta Casa, para mostrar, durante o período deste ano de 2012, o que a Anatel fez no cumprimento desses compromissos.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Caio Bonilha, Presidente da Telebras.

O SR. CAIO BONILHA – Senadora, eu acompanho sua luta por Roraima e lhe digo que a Telebras tem muita sensibilidade para o atendimento da região Norte.

Acontece que esse atraso que a senhora muito bem lembrou, com muita propriedade, decorreu do fato de que nós tivemos que cancelar uma concorrência de infraestrutura para a região Norte, em função de que os preços que obtivemos na nossa concorrência não obedeciam à tabela Sinapi. Por conta disso e até por determinação do TCU, nós tivemos que cancelá-la e refazê-la. Esse é o fato do qual me lembrei hoje: nós a relançamos em outra modalidade, até obedecendo à determinação do TCU. Nós a estamos fazendo por

partes. Então, estamos licitando, primeiramente, a infraestrutura.

Por outro lado, nós não ficamos parados. Nós buscamos, então, parcerias com as operadoras privadas, notadamente a Oi, e com a nossa parceira na região Norte, que é a Eletronorte. E para o atendimento, para a saída de Boa Vista – eu não queria anunciar aqui, mas, então, já vou falar –, a Telebras participa também do anel sul-americano. Esse anel sul-americano vai interligar, através das empresas estatais da América do sul, todas as empresas, dando uma volta na América, que começa, exatamente, na Venezuela.

Então, nós estamos em tratativas com a CANTV, na Venezuela, para a interligação, então, de Boa Vista, via aquela rota da Eletronorte, com a CANTV e, através da CANTV e das demais empresas que vão compor esse anel sul-americano, trazê-lo, então, de volta para dentro do Brasil. Desse esforço fazem parte: a Telebras, a Arsat, a Internexa e a própria CANTV.

Ontem, inclusive, em Montevideu, foi assinado um acordo de criação de uma organização que vai contar com a participação de todas as empresas na coordenação desses trabalhos de implementação desse anel sul-americano. Dessa maneira, pretendemos, então, integrar mais rapidamente Roraima.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Agora, o Secretário Executivo, Dr. Cezar Alvarez.

O SR. CEZAR ALVAREZ – Dois comentários. Como sempre, eu aceito todos os desafios, mas gosto de retribuir alguns desafios, pelas funções públicas que temos; vocês, Senadores, operadores, concessionários ou autorizados.

Eu tenho conversado com meu parceiro Caio Bonilha, no sentido de que temos dinheiro para iluminar 100% das fibras que vão às capitais, mas não temos dinheiro para descer com rede, ou rádio, ou, melhor ainda, se pudéssemos, com fibra ótica os 4.800 Municípios que estarão ao longo de 100 quilômetros ao lado dessa grande fibra. Qual é o critério para se chegar aonde antes?

É evidente que uma empresa estatal não pode ser vinculada exclusivamente à visão de mercado, mas ela também precisa ter receita. Ela precisa ter uma combinação estratégica. E, aqui, há demanda pública. Qual é a demanda pública? É uma compradora de serviço. A contribuição dela para a última milha a pequeno operador local e regional. É óbvio que também trabalho trazendo competição com a empresa privada. E, se não houver competição, há desagregação de rede.

Em algum momento, chegamos a discutir – e aprendi com as minhas assessoras, em particular, com a Elisa, que está aqui – que quando o BNDES fizer um financiamento de uma grande rede, deveria

ser obrigatório essa rede não ser exclusiva de quem tomou o empréstimo; deveria ser disponibilizada no conceito previsto na NGT de *unbundling*. E eu estaria fugindo da minha capacidade regulatória porque quem tem que fazer isso é a Anatel, que está se preparando para fazer. Mas eu não podia vincular.

A mesma coisa quando, voluntariamente –tenham ou não aspas nesse voluntariamente –, por ocasião do PGMU, discutimos com o SindiTelebrasil em particular, com as empresas concessionárias, e depois foi ampliado para as autorizadas participarem do PNBL – e, por favor, não confundam totalidade do PNBL com o chamado PNBL banda larga popular – voluntário, fazendo transcender 70% da banda larga brasileira com menos de 0,5 mega a um preço quase o dobro, de 70, que é de 35. Quer dizer, agora é um plano voluntário até 2014, em que também aqui, seguido principalmente com a Oi pela sua penetração nacional, dialogamos fortemente para, nesse processo voluntário, acelerar a implantação da chamada banda larga popular, levando o seu *backhaul* e a sua capilaridade para distintos Municípios. Inclusive tentando algumas vezes tirar aquele gatilho daqueles pequenos 300 *downloads*.

Fui informado de que está sendo oferecido um pequeno pacote por R\$3,00 ou R\$5,00 a mais para 2 mega. Então, acaba não acontecendo a dita capacidade de assinalarmos quantos por cento de banda larga popular porque, na verdade, teriam feito um pacote que cresce para R\$35,00 os 2 mega.

Então, são temas que nós, Poder Público e reguladores, temos que estar atentamente vendo: as necessidades de combinação com as demais operadoras, regras de competição, papel direto da competição e democratização de banda, que traz a Telebras e também, evidentemente, os recursos que nós temos. Então, quando você fala, Senadora, de três Municípios, eu acho que é meta Oi, é meta Oi, porque não temos um plano de metas de cidades. Não é meta. Eu fiquei confuso: por que três cidades e não sete? Nós estávamos falando em chegar o PNBL popular através do concessionário regional ou diretamente Telebras, Caio? (Intervenção fora do microfone.)

O SR. CEZAR ALVAREZ – Apenas concluindo, nós tomamos uma decisão no Conselho de Administração da Telebras de mandar correspondência direta para os prefeitos e Câmara de Vereadores, pedindo que, urgentemente, entrasse em contato conosco. Nós queríamos chegar com a Telebras lá, mas tínhamos muita dificuldade, dentro do mercado imobiliário urbano de cada localidade, de ter acesso a bons pontos de instalação de ERBs a bom preço. Faríamos negociações com prefeitos para contas públicas e bons locais para

rede. Lamentavelmente, ainda não tivemos a sensibilidade dos prefeitos e precisamos contar com vocês nessa possibilidade de começar uma articulação direta com o prefeito local para instalar a torre.

Uma encomenda pública significa trazer e antecipar a rede para o privado, que vai trazer competição, não apenas com a grande concessionária, mas também na prestação pública regional pelo operador privado de porte médio e pequeno.

O SR. CAIO BONILHA – Só complementando. Desculpa, Senador.

Senadora Angela, na verdade, naquela rota de Boa Vista até a fronteira com a Venezuela, todas as cidades podem ser atendidas, a partir de 2012. O que nós temos que fazer é ter recursos para fazer essa construção, já que temos essa parceria a partir da organização das empresas estatais sul-americanas. Então, tendo recursos e como o César (*falha na gravação*)... ...participação dos Municípios é muito importante porque acelera o processo. A participação do Município é um fator, para nós hoje, determinante na aceleração do processo de implantação.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Com a palavra agora o representante da Oi, Dr. Marcos Mesquita.

O SR. MARCOS AUGUSTO MESQUITA COELHO – Antes de responder à Senadora Angela, eu queria registrar a presença do Senador Anibal Diniz, a quem não tive oportunidade de cumprimentar no início da minha fala. E o Senador Walter Pinheiro também, que, logo depois, se juntou a nós.

Senadora Angela, importante: eu tive oportunidade de antecipar para a senhora alguns dados. Fundamentalmente, a obrigação que a Oi assumiu em contrato com a Telebras e com o Ministério das Comunicações é uma obrigação quantitativa, dentro de determinados prazos, mas não regionalizada. Não regionalizada.

Então, eu mostrei aqui, para os senhores, que nós tínhamos uma obrigação de chegarmos até 30 de junho com uma oferta de 1,2 mil cidades. Seriam as 300 de 2011 e mais 900 cidades agora, no primeiro semestre de 2012.

A Oi superará essa oferta. Nós iremos perto de 1,5 mil cidades. Até março de 2012, nós já temos oferta para o varejo em 1.082 cidades. Então, isso é importante, ou seja, quando nós falarmos de meta do PNBL, a Oi não só cumprirá, como superará essas metas.

Falando regionalmente, hoje, nós temos serviço de banda larga, não banda larga do PNBL, em cinco Municípios do Estado de Roraima. Teremos, até final de 2012, em seis Municípios, três deles atendidos dentro das regras do Plano Nacional de Banda Larga, ou

seja, banda larga de um mega a R\$35,00 e, quando o Estado de Roraima puder isentar o ICMS, a R\$29,90.

Então, é importante a gente separar. Realmente, esse foco que a senhora exige para o Estado de Roraima ainda falta. No entanto, a Oi é uma empresa de âmbito nacional e, como falei no início, nós temos as dificuldades de disparidades regionais, mas temos, também, as disparidades locais.

A periferia da cidade de São Paulo, hoje, precisa ser melhor servida de banda larga. A periferia de Porto Alegre também precisa, várias cidades do interior, e assim por diante.

Então, dentro da nossa capacidade de atender, nós estamos priorizando da forma que a Oi melhor possa atender a população.

Nós estamos, então, ampliando em sete mil portas. A senhora viu, eu até detalhei: nós temos algumas estações, em cidades de Roraima, que ainda estão lá, estão disponíveis. Não precisamos fazer novos investimentos para incrementar, ainda, bastante gente.

Então, sete mil. Ela é menor que a necessidade do Estado de Roraima, menor do que a senhora tem como visão do que seria, mas é, efetivamente, um esforço importante.

Os 100% de crescimento que a banda larga teve no Brasil... Certamente, na região Norte, é maior que 100% o aumento que houve. Infelizmente, a base é baixa, então, a comparação não pode ser feita de forma, vamos dizer assim, de maneira equânime, mas há, sim, e à medida que a infraestrutura nacional privilegia a região Norte, não tenha dúvida de que Telecomunicações vêm logo em seguida.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Agora, passo a palavra ao autor desse requerimento, o nobre Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado, Presidente Gim Argello.

Eu queria cumprimentar todos e cumprimentar a minha colega Senadora Angela Portela.

Eu estava comentando, ainda há pouco, com a Angela, como está sendo importante e como, embora com os adiamentos que tivemos, foi acertada a nossa decisão, a ideia da realização desta audiência pública.

Nós vimos, no decorrer desta manhã, as diferentes posições dos representantes do Estado brasileiro, dos representantes do mercado também, sobre a oferta de banda larga, em especial para a nossa região.

Vendo e prestando a atenção, em especial nos dados oficiais sobre a oferta da banda larga, construo uma convicção sobre o erro que foi, nos anos 90, a privatização total do sistema de Telecomunicações, sem nenhum tipo de regulação do Estado. Eu não vou

me reportar somente ao debate entre o que é Estado, sobre estatal e privado, não. É que me parece que a privatização ocorrida nos anos 90 foi sem nenhum tipo de regulação, de mediação por parte do Estado.

Isso me parece contraditório em uma Constituição como a nossa que, em 1988, fundou, no Brasil, um estado de bem-estar social, que estabelece que o Estado tem o papel de regular os excessos do mercado. Isso parece contraditório com a necessidade que se tem hoje do acesso à Internet. É direito, Dr. Cezar, é direito fundamental. É direito. Eu diria, não à toa que a ONU já proclamou.

O SR. CEZAR ALVARES – Finlândia já escreveu na sua constituição.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Exatamente. Não à toa que a ONU já proclamou o acesso à informação, o acesso à Internet como direito humano fundamental. Inclusive nos temos de atualizar o nosso Texto Constitucional em relação a isso.

Eu digo que não houve regulação por parte do Estado nesse processo dos anos de 1990 para cá porque o dado mais concreto disso – permita-me, Caio, utilizar uma lâmina da Telebras – é essa concentração absurda que vemos na lâmina abaixo: 63%, o verdinho, é o mercado de banda larga no Brasil. O verde, aqui, é a concentração de banda larga na região Sudeste. Somando as regiões Norte, Nordeste, Sul, Centro-Oeste não se chega à metade do atendimento de banda larga na região Sudeste.

Por que, querido Deputado Chico, isso aconteceu? Porque ficou ao bel-prazer do mercado a partir dos anos 1990. O mercado, literalmente, o *laissez-faire*, *laissez-passer* completo. Então, vamos para onde tem lucro, vamos para onde tem concentração. E nenhuma contrapartida para os pobres amazônidas que têm hoje a cobertura de 2% da oferta de banda larga. No meu Estado, o Amapá – o Dr. Caio me atualize –, mas era de 0,3%. A gente perde até para Roraima, Angela; perdemos para Roraima. É a menor cobertura. Isso porque se entregou somente ao mercado sem nenhum tipo de regulação.

Nesse sentido, Dr. Cezar, quero cumprimentar o Governo brasileiro, o Ministério das Comunicações por haver apostado na ressurreição da Telebras, por apostar na Telebras não somente como uma agência do Estado brasileiro, mas como uma agência que, junto com a Anatel, e aí mais a Telebras, porque a Telebras entra concretamente no mercado, faz a regulação, faz a mediação entre o mercado e o que é direito do cidadão, que é tarefa do Estado.

Portanto, quero reconhecer os esforços que haviam; a assinatura há pouco tempo, a assinatura em junho do ano passado, o Dr. Palocci comunicou aqui

que, em abril, então, estará concluída a iluminação do cabo até Belém. Fico feliz porque isso significará também o aumento da oferta *backbone* pela Telebras até Macapá.

É importante, é bom que inclusive nenhuma instância do Estado brasileiro também caia na sedução do mercado. Eu sei, a Eletronorte é também uma empresa; é uma empresa pública, mas é também uma empresa, pode, enfim, achar que facilitar só o caminho para a Telebras pode prejudicar os preços com as outras. É bom nós separarmos – e sem nenhuma aversão a mercado – o que é mercado, o que é Estado, o que é cidadão, o que é direito fundamental.

Este diagnóstico, este quadro, esta *pizza* aqui com os 63% no Sudeste, mostra que parte da população brasileira não está tendo acesso a um direito fundamental, a um direito básico, que é papel do Estado brasileiro assegurar-lo.

Fiquei feliz com as informações que tive sobre a oferta, sobre os investimentos da TIM, que dão conta, para 2013, na obra de interligação com o Amapá, do projeto Amapá, que o Dr. Marcos Mesquita comunicou, que, inclusive, é um projeto meio público, porque tem a participação do Estado do Amapá, concretamente, concedendo apoio tributário. Tem uma participação pública não só do Estado do Amapá. Vai ter participação da Telebras e da Eletronorte visto que a ação de Calçoene até Macapá também será pelos cabos da Eletronorte.

E da Telefônica Vivo, porque me parece – gostaria até que o Dr. Enylson deixasse mais claro; ele falou sobre uma obra que amplia a oferta *backbone* – que temos um problema no Amapá, que deve se repetir nos outros Estados da Amazônia, que é o fato de que o 3G... Eu sou objeto de piadas quando encontro alguns colegas do Pará que dizem que o 3G nosso não é igual ao 3G deles; e, de fato, a distância é enorme. Esse problema a Vivo tem comunicado que resolverá com a obra do *backbone*. Teríamos, então, um *backbone* próprio da Vivo. Eu queria só um detalhamento, Dr. Enylson, sobre o prazo da conclusão dessa obra.

Enfim, numa análise mais estrita, com as ações da Telebras, com a ação da Oi, com a ação da TIM, com a ação da Telefônica, vamos ter uma oferta... A nossa oferta vai melhorar, Senadora Angela, mas, convenhamos, a distância ainda é enorme, é gigantesca. O que temos de carência é do tamanho da nossa região. É uma carência amazônica de oferta de banda larga.

Por isso, quero cumprimentar o Ministério das Comunicações e a Telebras e recomendar que não mudem o rumo. Para ter ampliada a oferta na Amazônia precisamos do Estado. Não deixe a Amazônia nas mãos somente do mercado, porque, senão, vamos ter

uma carência. Nós estamos há 15 anos, pelo menos, em déficit com o restante do País. Se depender só do mercado, eu sei que essa carência pode se tornar secular, porque, com certeza, há mais opções de mercado no centro-sul do que haverá, de fato, na Amazônia.

Então, o elemento que acho fundamental a debater aqui é o elemento de Internet como direito fundamental, Internet como direito do cidadão e a desproporcionalidade que tem da oferta de Internet hoje.

Queria reiterar as palavras aqui do Senador Romero Jucá: não temos muito tempo a perder. A Angela estava dizendo, ainda há pouco, que estou meio viciado no Twitter. Sou um Twitter nato. Até “twitto” as sessões, todos os dias, o que estamos fazendo. É incrível a abordagem que tenho, no meu Estado, quando falo de banda larga.

Eu até falo com o Dr. Caio Bonilha: a televisão chegou ao Amapá em 1972. Foi um evento a chegada da televisão lá. Eu diria que chegar uma oferta maior lá corresponde à chegada da televisão pela primeira vez. Então, é necessário e até simbólico, Dr. Caio. Oxalá, agora em abril, façamos o primeiro grande lançamento, porque é simbólico, a primeira oferta para o Amapá ser por parte do Estado brasileiro. É simbólico não somente por isso, como também em relação aos provedores.

Nós temos hoje uma concentração no mercado de seis grandes provedores. E tenho receio também porque o mercado de Internet... O meu receio é em relação aos pequenos provedores, que tem muito no Amapá e deve ter em quantidade na Amazônia, em Rondônia e no Acre. Não podem as facilidades também dadas pela necessidade de cobertura de banda larga atrofiar o crescimento dos provedores locais de banda larga. Aliás, parece-me que, nesse sentido, há um papel importante também por parte do Estado. Não pode um grande tubarão entrar no mercado e comer todos os peixes menores, mesmo porque criará desemprego no espaço em que deveria ser possibilitado para ter uma oferta maior desemprego para os provedores locais.

Então, era essa consideração. Eu queria somente, enfim, reiterar o questionamento nessa preocupação em relação aos provedores, ao cuidado e à necessidade de regulação do Estado na relação com os provedores locais e solicitar as informações concretas sobre os prazos para o atendimento nas regiões da Amazônia, notadamente, como sou representante de lá, no Estado do Amapá.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Agradeço ao Senador Randolfe Rodrigues.

Passo a palavra ao Dr. Enylson Flávio, para esclarecer.

O SR. ENYLSO FLÁVIO CAMOLESI – Obrigado, Senador. Obrigado, Presidente.

Nós estávamos construindo uma rota de rádio que está para ligar o Amapá, o Pará, para, através de Belém, sair para uma rota de fibra, sem dúvida nenhuma, aumentando a eficiência e a qualidade do serviço prestado em banda larga. Nós tínhamos uma previsão inicial de terminá-la no final do ano. Esse cronograma foi atrasado, tivemos algumas dificuldades com terras ribeirinhas, com terras indígenas, porque é uma rota de rádio, estamos tentando vencer essas dificuldades e imaginamos que, ao longo de 2012, teremos concluído essa rota.

De toda maneira, eu me comprometo a dar um cronograma mais detalhado para essa rota, Sr. Senador. E aproveito para fazer o esclarecimento de que a nossa banda larga, na periferia de São Paulo, tem o mesmo preço da banda larga no Amazonas, em Roraima e no Amapá: R\$29,90; e a nossa banda larga fixa, R\$29,80. Eu queria deixar registrado isso.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Dr. Cezar Alvarez.

O SR. CEZAR ALVAREZ – Nada como uma boa competição. Alguns dos outros operadores querem se manifestar sobre seus preços? (Risos.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Eu gostei. Literalmente, quem dá menos.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Dr. Bruno, por favor.

O SR. BRUNO RAMOS – Muito obrigado.

Eu gostaria de... Em primeiro lugar, Senador, os fatos falam por si mesmos, o senhor está completamente com a razão. Eu tenho uma parte da família que vive no Acre, na capital, mas mesmo assim com uma falta de cobertura enorme. Então, não há muito que falar.

Eu gostaria de acrescentar, aqui, para esta Comissão – o senhor disse sobre a falta de regulação, sobre a falta de ação – alguns números. O Brasil, a partir de meados da década de 90, com a emissão da Lei Geral feita por esta Casa, modificou o modelo de prestação de serviços no Brasil, com a abertura para o setor privado e com a construção de um órgão regulador, que, a partir das diretivas do Governo brasileiro, do Poder Executivo, constrói um modelo de prestação.

Alguns números. Nós tínhamos em 1998, Senador, algo em torno de 800 mil acessos móveis no Brasil. Quer dizer, a partir do momento... É lógico que houve um grande investimento privado e ações; entretanto, a construção de um modelo regulatório infralegal no Brasil foi todo construído durante essa década.

Depois de 1998 até 2008, com a fusão da BRT/Oi, talvez depois da privatização, quando houve a mudança no Plano Geral de Outorgas, que foi uma mudança construída, refletida pelo Governo brasileiro, nós saltamos de um número de acessos no final da década de

90 para chegarmos hoje, no Brasil, com pelo menos quatro competidores nas grandes cidades.

Nós temos algo em torno de 200 mil acessos móveis, com atendimento em torno de 70% da população, porque as pessoas têm dois *chips*. Nós temos também, no Brasil, uma construção, a partir de 2007... Em 2007, tínhamos, por exemplo, 1.870 distritos-sedes e Municípios sem cobertura celular no Brasil. Foi feita a construção de um modelo, a partir de 2005, para que se construísse uma fórmula de se chegar a isso. Nós temos 5.565 Municípios. Em 2007, quer dizer, faz quatro anos e meio, 1.860 Municípios não tinham cobertura. Foi construído um edital de licitação, colocadas obrigações, trocado, é lógico, o interesse da empresa em atender os grandes centros, mas com obrigações de atendimento em outras cidades no Brasil.

Quer dizer, é lógico que é impossível contestar as palavras do senhor. Nós precisamos, naturalmente, crescer não só para a região Norte, mas também para as áreas rurais do Brasil. Temos uma lacuna enorme nas áreas rurais. Por exemplo, tem-se atendimento de distritos-sede, Senador, mas andando 20 quilômetros, sai-se da cobertura. Então, mesmo em outras localidades... O que foi feito? Com uma construção de um modelo de prestação que alinhe o atendimento nas grandes cidades para uma obrigação do atendimento rural, como o decreto do PGMU 3, feito no ano passado.

Então, acho que essa construção vai demorar muito. Temos um planejamento a longo prazo no Brasil. A agência tem um planejamento até 2025. Naturalmente, a linha do nosso trabalho, inclusive as diretivas emanadas pelo Ministério das Comunicações, é totalmente voltada para tentar diminuir esse abismo entre as áreas urbanas e as áreas rurais. Isso está sendo feito.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Muito bem. Passo a palavra ao nobre Senador Anibal Diniz, pela ordem. Não quer usar da palavra, Senador? (*Pausa.*)

Passo a palavra ao Senador Walter.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. *Fora do microfone.*) – O Senador Walter está na minha frente.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Não está, é V. Ex^a.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Então, ótimo.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. *Fora do microfone.*) – O Acre tem preferência.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Principalmente, em assunto de tal natureza.

Sr. Presidente, quero cumprimentar, primeiramente, o Senador Randolfe e a Senadora Angela, pela oportunidade da audiência pública proposta. É um assunto que tem de espelhar a intenção de transversalidade

de nosso Governo, quando se trata de Amazônia. Eu digo essa necessidade de espelhar a transversalidade, porque é muito fácil nós falarmos – isso me somando a todo raciocínio desenvolvido pela Senadora Angela e a todo raciocínio desenvolvido pelo Senador Randolfe – da necessidade de se buscar um mecanismo para desenvolver a Amazônia de maneira sustentável, sem que tenhamos acesso a esses mecanismos tecnológicos que poderiam proporcionar-nos, digamos assim, resultados mais interessantes nesse sentido.

Em 2010, no Acre, precisamente no carnaval de 2010, tivemos um tema, que era Viva o Carnaval na Floresta Digital. Isso porque nós nos lançamos ao desafio absolutamente ousado de proporcionar Internet de graça em todos os núcleos urbanos, a partir do programa Floresta Digital. E o governo do Estado fez um esforço muito além de suas condições para garantir isso. Buscou apoio tecnológico, trouxe infraestrutura externa, para garantir esse programa.

Eu diria que não conseguimos 100% desse objetivo, ficou muito aquém do que se imaginava ser possível, mas o sonho permanece, que é exatamente o sonho expresso nesse Plano Nacional de Banda Larga, de garantir a inclusão digital como um direito básico do cidadão, principalmente na Amazônia, onde vivemos um isolamento tão entristecedor, que se não tivermos acesso a essas tecnologias, esse isolamento se tornará muito pior.

No passado, nosso veículo de comunicação por excelência sempre foi a rádio AM, porque as FMs também só estão direcionadas para aquele núcleo urbano, e recentemente soubemos que a própria transmissão da Rádio Senado deixou de acontecer em AM, porque não ocorreu a renovação do contrato com a EBC, inclusive estou nessa discussão. Mas a Internet é algo absolutamente vital para essas comunidades isoladas, e o interessante é que tem um potencial de crescimento incrível. Se fizerem qualquer pesquisa na região Norte, tenho quase certeza de que, em relação ao número de acesso, à participação proporcional, o Acre está liderando. Tem uma moçada que gosta de participar de seus *blogs*, seus *sites*, participar de tudo, comentar tudo. A democracia acontece em sua expressão mais acabada por intermédio da Internet. Ainda ontem mesmo tivemos a aprovação da PEC nº 5/2012 e, tenho certeza, muitos Senadores receberam muitos apelos pelo Twitter para que votassem aquela PEC. Quer dizer, é uma forma de mobilização absolutamente diferenciada que está acontecendo.

E a discussão que a gente tem de fazer é: não é possível que a região amazônica fique alijada deste momento espetacular que o Brasil está vivendo, deste momento de fazer as coisas acontecerem. O Presidente

Lula inaugurou, decididamente, um novo Brasil quando ele disse que tinha de fazer com que o Brasil olhasse para o Brasil e que as políticas de Estado fossem políticas para todo o povo brasileiro.

No programa Luz para Todos – aqui há uma correlação muito interessante –, nós temos áreas no Acre nas quais o custo de implantação de uma unidade, de uma habitação, certamente equivale a dez em outros lugares do Brasil, mas é um direito que está sendo assegurado. Se custam 5, 6 ou 10 mil reais num ponto normal, no Acre certamente há pontos que custam 40, 50 mil reais, mas é o Estado brasileiro levando a um cidadão o direito de ter luz em sua casa para poder ligar a sua geladeira, para poder ligar a sua televisão, para poder ter um mínimo de conforto, o que é básico também.

E eu colocaria que esse mesmo esforço tem de ser feito tanto pelo Estado brasileiro quanto pelas operadoras e, principalmente, os nossos organismos reguladores precisam estar muito firmes nessa cobrança para a gente poder fazer acontecer.

Há possibilidades fantásticas – eu volto aqui à questão da floresta digital no Acre. Acho que seria muito interessante se a gente pudesse somar todos os esforços para fazer essas localidades... O Acre tem 700 mil habitantes; com todas as suas 16 tribos indígenas, com todas as comunidades isoladas, ainda assim, temos uma população de 700 mil habitantes. Eu acho que temos todas as possibilidades, com os esforços que já foram empreendidos, de ter ali uma unidade exemplar de plena inclusão digital, com acesso facilitado e de alta velocidade, para dar vazão às ideias todas e à criatividade toda dessa garotada que está no segundo grau.

Aliás, boa parte dela já recebeu computador, porque também houve um programa do Governo para distribuir laptops e *netbooks* para os estudantes. Até agora foram distribuídos sete mil exemplares, não foi possível atingir toda a rede, mas é possível que num futuro muito próximo a gente tenha isso.

Internet livre. Aí, a gente vai ter de voltar à nossa reunião com o pessoal da Oi, porque, verdadeiramente, o preço cobrado... Nós garantimos a infra, mas nós temos de contratar a banda e, daí, com todo esse apelo social, ainda assim a relação é uma relação muito mercadológica, muito do preço. Acho que tem de haver um preço social nessas circunstâncias, quando as intenções são bem mais abrangentes e têm um apelo social muito mais forte.

Acho que, para conseguir Internet livre e de graça para todos os núcleos urbanos e para fazer com que ela chegue às comunidades mais distantes, é preciso haver um esforço e um sacrifício de todas as partes.

A gente podia fazer um apelo às nossas operadoras para que lucrassem nos grandes centros, lucrassem em São Paulo, lucrassem em Porto Alegre, lucrassem aqui no Distrito Federal, onde a renda pode bancar acesso por valores mais significativos, agora, na Amazônia, vamos pôr parte desse lucro para fazer a inclusão digital acontecer para aqueles que menos podem e que têm menos oportunidade.

É nosso dever fazer este Brasil acontecer para todos. Eu acredito que esta audiência pública aqui pode ser um importante passo no sentido de a gente levar os benefícios deste Brasil que vêm acontecendo muito fortemente a partir do governo do Presidente Lula e, agora, com a Presidente Dilma, fazer com que esses benefícios cheguem àqueles que estão mais isolados. Acho que é um apelo que a gente pode fazer como participante desta audiência pública de tanta importância para os povos da Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Obrigado, Senador Anibal.

Passo a palavra agora a um membro aqui da Mesa, que está pedindo o uso da palavra, que é o nobre Deputado Estadual, da Amazônia, Deputado Chico Preto.

O SR. CHICO PRETO – Presidente Gim, mais uma vez obrigado. Quero cumprimentar o Senador Walter Pinheiro, do Estado da Bahia.

Eu queria destacar neste momento, antes de fazer duas indagações, os objetivos do Plano Nacional da Banda Larga: promover a inclusão digital; reduzir as desigualdades sociais; promover geração de emprego e renda.

A promoção da geração do emprego e da renda, em minha opinião, ela virá – se houver – um pisar mais forte no acelerador no oferecimento da banda larga por atacado. Se não, vejamos, no Estado do Amazonas, o oferecimento por atacado (a banda larga) é zero; no Acre, há dois Municípios; no Amapá, zero; no Estado da Bahia, somente seis de quatrocentos e dezesseite Municípios; no Estado do Pará, zero; no Estado de Roraima, zero.

O que significa o oferecimento do Plano Nacional de Banda Larga por atacado? A possibilidade, Senadora Angela, Senador Randolfe, de as prefeituras acessarem a banda larga para gerir política pública. Eu estou falando de prefeitura que paga, no meu Estado, até R\$20 mil do Erário, do município, para pagar por um serviço que, aos olhos do mercado, como bem colocou V. Ex^a, se ficar muito solto, se não houver intervenção firme do Ministério, da Anatel para direcionar isso, nós ficaremos, a exemplo do PGMU, do Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico

Fixo comutado Prestado no Regime Público –, a região norte ficará, mais uma vez, com déficit.

Eu afirmo que, no Plano Geral de Metas de Universalização, a região Norte tem um déficit de investimento e de providências das operadoras. Nós temos um novo marco legal: banda larga. Se não houver uma ação forte, firme e constante da Anatel e do Ministério das Comunicações, daqui a dois anos nós estaremos constatando o vazio que hoje aqui foi apresentado – nós estaremos constatando isso. Por que eu levanto essa tese? Pelo seguinte: quando a gente vai a outros Estados aqui, a gente vê que São Paulo tem 645 Municípios e lá já tem oferta por atacado em 350 Municípios. No Rio de Janeiro, quase 50% dos Municípios já têm oferta por atacado. É a possibilidade de as prefeituras, de pequenos provedores, se é para gerar emprego e renda, tomarem aquele sinal e distribuírem nos seus Municípios para gerar outros acessos para incluir outras pessoas. Mas na região Norte, o oferecimento por PNBL, pela tese do atacado, ele é zero!

Então, eu defendo aqui que haja uma intervenção do Ministério e da Anatel para rever isso e colocar as operadoras... No caso da região Norte, só é a Oi... Portanto que se cumpra da mesma forma, com a mesma celeridade e a mesma velocidade que se vem atendendo a outros Estados das regiões Sul e Sudeste, para que haja pelo menos uma proporcionalidade de velocidade na região Norte. Pelos dados da própria Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) aqui apresentados, essa velocidade é 10km/h para a região Norte e 80km/h para a região Sul e Sudeste.

Então, deixo aqui essa constatação e faço uma pergunta para concluir, Sr. Presidente. A Oi firmou o Termo de Adesão do Plano Nacional de Banda Larga. No meu Estado, um mega custa R\$50,00... Os R\$35,00 propostos pelo Plano Nacional de Banda Larga são para daqui a um ano, daqui a dois anos ou a partir do momento em que se firma? Eu acabei de ligar para o Amazonas e o oferecimento lá é de um mega por R\$50,00 e não por R\$35,00. Então, essa situação, à luz dos olhos do consumidor, como é que se explica isso?

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Passo a palavra novamente ao Dr. Marcos Mesquita.

O SR. MARCOS AUGUSTO MESQUITA COELHO – Eu queria fazer duas observações ao Senador Randolfe e à Senadora Angela, mas é importante responder primeiro ao Deputado Chico Preto.

O Plano Nacional de Banda Larga tem um cronograma assinado, confirmado até 31/12/2014. O ritmo de ofertas, para a Oi, que tem 4,8 mil Municípios sob a sua responsabilidade no Brasil, é da ordem de mil Municípios por semestre, *ok*? Então, em 31/12/2014, nós cumprimos o objetivo assinado com o Ministério

das Comunicações e a Anatel. Nós publicamos, nós divulgamos, em cada um desses períodos de acompanhamento, o cumprimento dessas metas. Reafirmo que, até 30 de junho de 2012, serão aproximadamente 1,5 mil Municípios.

Faremos todo o esforço interno para acelerar também na região Norte, mas lá, como todos nós sabemos, a dificuldade de qualquer outra operadora, neste momento, ainda é maior do que em outros centros onde precisamos também cumprir nossas metas. Então, isso é importante.

Hoje, no Estado do Amazonas, apenas a cidade de Presidente Figueiredo tem uma oferta do Plano Nacional de Banda Larga. Se o senhor ligar lá para alguns dos seus contatos, verá que há uma oferta de R\$35,00 para um mega. Não há em Manaus e não há ainda nos demais Municípios que entrarão de acordo com esse cronograma que falei: 4,8 mil Municípios até 31/12/2014.

Senador Randolfe, realmente, no Amapá, nós estamos fazendo praticamente uma parceria público-privada para o projeto de instalação de banda larga em todo o Estado do Amapá. Isso decorreu do quê? Nós temos uma obrigação assinada também com o Ministério das Comunicações e a Anatel de servir Macapá, mas ela depende do Linhão que corta pelo sul, pelo Pará. Como essa é uma obra que só estaria disponível para ser atendida a partir de 2014, o Governador teve a intenção de antecipar. E efetivamente nós, se fizéssemos o investimento sozinhos, não iríamos realizar, porque o investimento não se paga. Então, com essa solução de parceria, é possível então antecipar, ainda para 2012, a banda larga no Estado do Amapá.

A Senadora Angela lembrou que a Oi efetivamente pegou recursos de entidades públicas para fazer o seu projeto no Norte. Na verdade, são R\$890 milhões. Esses R\$890 milhões estavam divididos em dois grandes pedaços: um pedaço do FDA, quase R\$450 milhões, e outro pedaço, outra metade, sendo metade com recursos próprios da Oi e a outra do FNO. Infelizmente, apesar de assinados e comprometidos com o FDA, não houve a liberação de nenhum desses milhões de reais. Então, a Oi fez o investimento com recursos próprios e está remodelando toda essa fonte de recurso, vamos dizer assim, para dar continuidade aos seus projetos no Norte.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Nós agradecemos.

Quem pede para fazer uso da palavra é o Dr. Caio Bonilha, Presidente da Telebras.

Pois não.

O SR. CAIO BONILHA – Obrigado, Senador Gim Argello.

Eu gostaria só de fazer um esclarecimento, Deputado Chico Preto, de qual é o papel da Telebras nesse processo, com relação a isso.

A Telebras, como eu mostrei, é uma rede neutra. Nós temos o propósito de levar à população Internet de banda larga a R\$35,00 em todos os Municípios onde a Telebras começa o atendimento. Então nós temos um programa de atendimento aos provedores, que é uma preocupação, inclusive, aqui salientada pelo Senador Randolfe Rodrigues. A Telebras tem muito interesse em manter esses pequenos provedores vivos, dando a eles condições melhores de competir com os demais provedores.

Quando nós atendemos um determinado provedor numa cidade, ele tem a obrigação contratual de ofertar a banda larga popular a R\$35,00 ou R\$29,00, dependendo do Estado. É obrigação contratual. Por exemplo, em Macapá, que nós vamos começar a atender com um provedor privado, esse provedor contratualmente tem a obrigação de oferecer a banda larga a R\$35,00 lá.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Passo a palavra ao meu professor nesta área, Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Quero, primeiro, saudar a iniciativa dos Senadores e da Senadora pelo debate, lembrando, meu caro Presidente Gim Argello, que amanhã haverá a continuidade deste debate da banda larga nesta Comissão. Não sei se pela *overdose* nós vamos vencer este cansaço ou vamos nos cansar com a *overdose* deste debate.

Mas acho que é importante essa provocação por parte dos diversos Senadores, a partir do que a gente vem experimentando. Eu sei que se formos trabalhar com dados comparados a situações anteriores – e aí meu caro Randolfe, essa história da regulação de 98, que é o marco inicial do processo de privatização –, é óbvio que vamos encontrar, sem dúvida nenhuma, avanços significativos, não só desde o aspecto da cobertura do atendimento, como, inclusive, da alteração de política para essa área.

Quer dizer, nós estamos discutindo aqui, hoje, não mais o aspecto que norteou todo o processo regulatório, inclusive de 98; em momento nenhum aqui ninguém falou em voz. Eu não ouvi nenhuma reclamação aqui dos telefones públicos que, efetivamente, ainda têm um papel importante, principalmente no que diz respeito às áreas remotas, mas nós estamos discutindo aqui, neste novo tempo, o que é deste tempo – essa é que a grande virtude do debate deste momento.

E eu estou dizendo isso, meu caro Cezar Alvarez, porque eu participo desde o início desta jornada,

em 1997, e é interessante como a gente tem a possibilidade de fazer, hoje, no mesmo momento, o debate que o mundo inteiro faz. Então, eu acho que essa é a proeza deste momento.

Por outro lado, há necessidade de uma atuação cada vez mais vigorosa do Poder Público para que este debate que, hoje, ao mesmo tempo – e me refiro ao mesmo tempo, o debate do uso do espectro de frequência, qual a tecnologia... Eu estava vendo as tabelas aqui, onde é que temos 3G no Brasil afora, Roraima e tal, e, no mundo inteiro, aliás nós inseridos, inclusive, nisso, estamos discutindo agora não mais 3G, estamos discutindo já a outra geração sem ter experimentado essa geração, sem ter experimentado, em sua totalidade, essa terceira geração.

Lembro-me de que, quando fizemos o debate do 3G, aqui, o Cezar não estava ainda no Ministério, mas a grande oferta que se apresentava era a seguinte: “A gente chega com 2G nos lugares mais remotos e vai avançando para o 3G”. Este debate de agora não dá para ser da mesma forma como foi aquele, de chegar e dizer, Randolfe: “Nós vamos avançar para a quarta geração e, nesses lugares onde não tem nada, nós vamos chegar com a terceira geração, que já vai ser uma redenção”.

Acho que o debate é outro, e aí eu quero realçar muito o desafio assumido pelo Ministério das Comunicações, pela própria Telebras. Se não me falha a memória, no dia 9, houve uma reunião importantíssima no Paraguai, onde o Brasil já participou para discutir o anel ótico, que é um avanço considerável. Nós não tínhamos essa possibilidade, Senadora Angela, de cada vez mais fazer o compartilhamento dessa infraestrutura, inclusive com países vizinhos.

Então, quais são os caminhos que a gente pode extrair de uma audiência como esta?

Eu queria levantar alguns aspectos, Cezar, muito mais para você do que para as empresas, para que a gente pudesse utilizar os mecanismos de cobrança e até, eu diria, de pressão nas empresas em relação a isso.

Como é que a gente apresenta a demanda e, ao mesmo tempo, como a gente chega com a oferta? Por exemplo, hoje, exatamente no dia de hoje, o Governo brasileiro autorizou a liberação de R\$150 milhões para as fronteiras. Como é que monitoramos fronteira? Utilizando que base? Só com os caças? Não compramos ainda. Esses R\$150 milhões autorizados aqui devem ser utilizados, Randolfe, prioritariamente, na área de infraestrutura. Porque nós estamos tratando aqui da mesma área de infraestrutura.

Estou citando esse exemplo para dizer o seguinte: mais do que, Bonilha, a parceria com Municípios para fazer um processo de chegada de banda larga...

Porque, Chico Preto, na Bahia, dos 417, eu posso lhe dizer, sem medo de ser feliz, que 370 Municípios não têm bala na agulha para se somar à Telebras e dizer: “Nós vamos compartilhar os investimentos”. Eu faço isso em Luís Eduardo, mas não faço isso em Chorrochó. Não há como.

O SR. CHICO PRETO – Deve ter *backhaul* para lá.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Não, e tem outro... Não é *backhaul* não. *Backhaul* lá na Bahia é o quarto zagueiro, que se chama Haul, é o beque Haul. (*Risos*)

Estou falando de outra coisa. Essa história de *backhaul*... Lá na Bahia, *backhaul* é o sujeito que joga bola e que se chama Haul. Então, não tem. Não tem esse *backhaul*. Nós estamos fazendo uma discussão com a Telebras, por exemplo, com a cidade de Luís Eduardo, que é um oásis inclusive no nosso oeste, uma das cidades que mais crescem, e tem condições de fazer isso.

Como é que podemos fazer isso? Eu acho que essa é a questão. No interior de todos os Estados, em Roraima, na velha Bahia e em outros cantos, nós temos demanda por serviços. Nós temos demanda por serviços, por exemplo, em saúde, educação, segurança e cidadania. São quatro linhas de serviços que os Estados prestam hoje, e o melhor meio para se chegar a esses lugares se chama infraestrutura de Telecom... Eu não tenho como colocar um médico, sei lá, um nefrologista em todos os meus centros de nefrologia ou de diálise espalhados pela Bahia. Mas tenho como ter um centro de diálise funcionando em todos os lugares, ou pelos menos em diversas regiões, cujo resultado pode ser reportado para um centro maior, onde o nefrologista analisa isso. Esse dado vai ser transmitido por quem? A jegue, a galope? Ou vamos poder aproveitar essa infraestrutura?

Então, o Estado, Cezar, a Bahia, por exemplo, pode tranquilamente chegar aqui para a Oi, Vivo, TIM, Claro, Embratel, etc., e perguntar: “Que pacote eu posso fazer para essa demanda?”. E para as empresas tem um jogo que interessa. Se as empresas chegam a essas cidades com a sua infraestrutura para atender um serviço já contratado pelos Estados, o restante se agrega a isso e, portanto, ela pode prestar o serviço de banda larga para a população como um todo. Então, é juntar a fome com a vontade de comer. É juntar as duas coisas.

E eu concordo com você. Por mais que a Telebras chegue com o tronco, na última milha, índio velho não é garapa. É caro. Eu não sei se o Enylson, da

Telefônica – estou chamando pelo nome até porque fomos companheiros de trabalho nos 30 anos de Telebras, conheço-o dessa jornada –, pode nos dar um dado. Por exemplo, o que a Telefônica tem de última milha com fibra ótica em São Paulo chega a 50 mil? Não chega. Na cidade de São Paulo. O desafio dela é atingir 1 milhão. Por quê? Porque é caro. Eu sei disso. É uma estrutura. Imagine isso para você implantar na minha velha Bahia ou no norte do País.

Então, como é que vamos tratar dessa questão? O chamado compartilhamento de infraestrutura, que poderíamos chamar de tronco, a Telebras e o Ministério têm feito. Como vamos trabalhar isso? Agora, eu preciso chegar na ponta. Esse investimento... Seria importante fazer a concertação entre as operadoras como um todo e essa estrutura de Estado, porque seria a forma de viabilizar. Por mais que tenhamos colocado como prioridade no PPA, no Orçamento, etc., mas eu não tenho os milhões necessários para que o Bonilha chegue na Telebras e diga: “Fica frio aí que nós vamos entrar com infraestrutura em tudo que é lugar no Brasil”. Não vai, porque não tem. Por mais que a gente pegue alguma rede, e na ponta, não tem jeito. Penso que seria importante que dessa lição do Norte a gente pudesse entender como é que nós poderíamos trabalhar, fazendo esse encontro dos interesses de cada Estado, com a necessidade, inclusive, em cada área remota.

Segundo passo para isso, para o qual quero chamar a atenção. Vamos ter um leilão em maio. Na audiência passada, fiz uma reclamação às operadoras, e quero aproveitar para fazê-la novamente. As operadoras diziam: “Pelo amor de Deus, o 2.5, o 2.5”. Na hora em que chegou o 2.5, todo mundo só quer 700. Reconheço que é muito melhor operar em 700, até por causa da escala mundial. Lógico! Isso criaria um outro ambiente. Mas nós temos um problema. A previsão nossa de 2015, na minha opinião, Cezar, não se configurará, por isso acho que temos de antecipar isso. É possível tratar algumas coisas com 700, nessa compatibilização com o setor de radiodifusão, para a gente ir fazendo uma mesclagem. Antes de desligar o interruptor, que tipo de serviço nós já poderíamos disparar no Brasil com 700, mantendo o leilão das duas outras faixas? E, principalmente para nós, Chico Preto, 450. Para nós, a que me refiro aqui, Randolfe, os que reclamam por banda larga, por serviços e tal nas áreas remotas.

Então, até a gente não entrar muito nessa querela porque todo mundo vai dizer que o problema de 450, não tenho aqui, ali, acolá, o debate de LTE ninguém experimentou no mundo. Não é vero! Temos operadoras no mundo operando em 450. Há experiências no mundo.

A Presidenta Dilma vai para a Índia no sábado. Inclusive recebi um telefonema ontem de umas das pessoas, uma figura que já esteve aqui na Comissão. Por exemplo, são empresas que têm interesse. A Suécia faz isso; 80% do território sueco hoje e nas áreas remotas. Alguém falará do tamanho da Suécia em relação ao tamanho do Brasil. O tamanho da Suécia é exatamente o tamanho do semiárido baiano. É quase a mesma coisa; 70% do território na Bahia é semiárido e é exatamente do tamanho da Suécia. Na Suécia, tem cobertura. No Brasil, não tem. Na realidade, é importante a gente pegar essas coisas e ir combinando para ver também como a gente ajuda do lado de cá, como a gente pode ampliar esse nível de ponto de encontro para chegar ao atendimento.

A priorização do leilão de 450, essa forma de a gente compatibilizar a linha de serviço... Discutimos ontem, Senadora Angela, a questão da Defesa Civil. Não tem como monitorar ações de defesa civil se não usar infraestrutura de Telecom. Vai continuar do mesmo jeito, na base de autofalante, o sujeito com carro, ou então, no interior da Bahia, não é nem mais jegue, é moto, rodando de moto, avisando. E como olho isso? Como direciono isso? Como chego antes de o fato se consumir? São todas essas políticas que a gente pode inserir nessa lógica de atendimento para, indo ao encontro dessa demanda, efetivamente se providenciar a expansão para fazer o atendimento à população de um modo geral. Só vai dar para o meu companheiro Aloizio Mercadante distribuir um *tablet* para cada professor se houver condição desse professor utilizar o *tablet* em sala da aula.

Fui contra, Cezar, e você deve se lembrar disso, e o Deputado à época, Sérgio Miranda, nós dois éramos Deputados. Nós entramos na Justiça para evitar a compra de R\$1,5 bilhão em computadores para colocarem nas escolas. Se hoje estou dizendo isso, imagine naquela época. Vamos comprar R\$1,5 bilhão em computadores para colocar na escola e vai ligar em quê? Só para o cara usar um computador como máquina de escrever? Então, não é essa tese. Estamos em um tempo muito mais avançado. Não falamos mais nem computador para aluno, agora é *tablet*. Portanto, essa coisa também se soma. Então, vamos aproveitar essa demanda. Não tem essa demanda da educação? Como é que a gente junta educação, saúde, serviços de segurança e serviços de cidadania para a gente, de uma vez por todas, ajudar na expansão de algo que, para nós, é mais do que um direito agora, já ultrapassou a barreira desse direito, até porque nós temos o direito não só a falar, meu caro Rodrigues, mas também de nos informarmos e a informar a partir da nossa posição?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Nós que agradecemos, Senador Walter Pinheiro.

Fazemos um agradecimento especial à Senadora Angela Portela, ao Senador Eduardo Braga, nosso Presidente, aos Senadores Randolfe Rodrigues e Flexa Ribeiro, autores do requerimento para termos esta audiência pública.

A todos os senhores, ao Secretário Executivo do Ministério das Comunicações, Sr. Cezar Alvarez, aos representantes de todas as companhias aqui presentes, da Anatel, da Telebras, enfim, a todos vocês o nosso muito obrigado.

A todos vocês que nos acompanharam, nesta manhã muito profícua, nesta audiência pública, o nosso muito obrigado. Vão com Deus.

(Aberta às 9 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 56 minutos.)

ATA DA 7ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2012.

Às nove horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e dois de março de dois mil e doze, na sala três da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Walter Pinheiro, João Capiberibe, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral, Sérgio Souza, Ivo Cassol, Benedito de Lira, Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Angela Portela, Anibal Diniz, Lobão Filho, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira, José Agripino, Gim Argello e Alfredo Nascimento. O Senhor Presidente, Senador Eduardo Braga, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao **Requerimento n.º 02 de 2012-CCT**, de autoria dos Senhores Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Eduardo Braga que “**Nos termos do Art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal**, requeiro que sejam convidados para audiência pública, nesta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, as seguintes autoridades para discutirem a escolha e contratação da entidade aferidora da qualidade da banda larga: Sr. Paulo Bernardo, Ministro da

Comunicações; Sr. João Rezende, Diretor-Presidente da ANATEL; Sr. Luiz Carlos Peçanha Araújo, Presidente do Conselho da ABR Telecom; Sr. Milton Kaoru Kashiwakua, Diretor de Projetos do NIC.br; Sra. Lisa Gunn, Coordenadora Executiva do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor”, ao **Requerimento n.º 06 de 2012-CCT** de autoria do Senhor Senador Eduardo Braga que requer “..., nos termos regimentais, pelo presente, e em aditamento ao Requerimento-CCT no 02 de 2012, de autoria dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Eduardo Braga, aprovado no plenário da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática para a realização da Audiência Pública que discutirá “a escolha e contratação da entidade aferidora da qualidade da banda larga”, a inclusão dos convidados abaixo relacionados: Eduardo Levy – Diretor Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal e SINDITELEBRASIL – Representante da Empresa de Consultoria PriceWaterhouseCoopers” e ao **Requerimento n.º 10 de 2012-CCT** de autoria dos Senhores Senadores Gim Argello e Vital do Rêgo que requer “..., nos termos regimentais, pelo presente, e em aditamento ao Requerimento-CCT no 02 de 2012, de autoria dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Eduardo Braga, aprovado no plenário da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática para a realização da Audiência Pública que discutirá “A escolha e contratação da entidade aferidora da qualidade da banda larga”, a inclusão do convidado abaixo relacionado: Demi Getschko – Membro do Comitê Gestor da Internet na qualidade de “Representante de notório saber em assunto da Internet”. Comparecem à reunião os senhores Demi Getschko, Membro do Comitê Gestor da Internet – CGI.br; Bruno Ramos, Superintendente de Serviços Privados da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; Eduardo Levy, Diretor Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal – SINDITELEBRASIL, Milton Kaoru Kashikawa, Diretor de Projetos e de Desenvolvimento do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR – NIC.br, Luiz Eduardo Ganz Viotti de Azevedo, Sócio da Price Waterhouse Coopers – PWC. Finda a exposição, o Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usam da palavra os Senhores Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Walter Pinheiro. Prosseguindo, o Senhor Senador Eduardo Braga, **Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as notas taquigráficas sejam anexadas a esta ata para devida publicação. Nada havendo mais a tratar, a Presidência

encerra a reunião, às doze horas e quatorze minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eduardo Braga**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Sr^{as} e Srs. Senadores presentes, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os trabalhos desta reunião, proponho a dispensa da leitura e a consequente aprovação da ata da última reunião.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa*).

Aprovada.

Dando início aos trabalhos da Comissão, realizaremos, hoje, audiência pública para debater sobre o tema “A escolha e contratação da entidade aferidora da qualidade da banda larga no País”.

A audiência pública decorre dos Requerimentos n.ºs 02, 06 e 10, de 2012, de autoria, respectivamente, dos Exm^{os} Srs. Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Eduardo Braga e Gim Argello, que foram aprovados por esta Comissão.

Vamos, então, à composição da mesa: o Sr. Demi Getschko, Conselheiro do Comitê Gestor da Internet Brasil, na qualidade de representante com notório saber em assunto de Internet.

O Sr. Demi é engenheiro eletricista – meu colega, portanto –, formado pela Escola Politécnica da USP, além de mestre e doutor em Engenharia pela mesma instituição.

Seja muito bem-vindo, professor.

O convidado é considerado um dos pais da Internet no Brasil, pois foi Coordenador de Operações da Rede Nacional de Pesquisas entre os anos de 1986 e 1996, e também foi um dos responsáveis pela primeira conexão TCP/IP brasileira, que ocorreu em 1991.

Convido, também, o Sr. Bruno Ramos, Superintendente de Serviços Privados da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel –, que, aliás, é um *habitué* da Comissão de Ciência e Tecnologia. Ontem, estive em uma grande audiência pública sobre o Plano Nacional de Banda Larga.

O Sr. Bruno Ramos é graduado em Engenharia e mestre em Regulação de Telecomunicações pela UnB. Atuou como engenheiro na Telesp e Telebrás, e

na Anatel ocupou, anteriormente, gerências como a de Regulamentação de Serviços Móveis e a de Comunicações Pessoais Terrestres Móveis.

O Sr. Eduardo Levy, Diretor Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal – Sinditelebrasil.

O Sr. Eduardo Levy é engenheiro eletricista – já nos cumprimentamos, assim como os dois companheiros que, aqui, compõem a mesa –, formado pela PUC do Rio de Janeiro. Trabalhou no Sistema Telebrás e na Telerj, possuindo mais de 30 anos de experiência no setor de telecomunicações, com atuação nas áreas técnica, comercial e política de empresas do segmento.

O Sr. Milton Kaoru Kashikawa, Diretor de Projetos Especiais e de Desenvolvimento do NIC.br.

O Sr. Milton possui graduação em Engenharia e mestrado em Engenharia Elétrica pela USP, lecionando como assistente e mestre da PUC – São Paulo. Pela USP, no período de 1983 a 1997, foi Diretor da Divisão Técnica de Suporte a Usuários, coordenando a instalação da USPnet, uma rede com mais de 500 prédios em várias cidades de São Paulo. Foi Coordenador Técnico da Fapesp, responsável pela Rede ANSP, no período de 1998 a 2001, desenvolvendo outras atividades a partir daí.

O Sr. Luiz Eduardo Ganz Viotti, sócio e Consultor da Consultoria PriceWaterhouseCoopers.

O Sr. Luiz Viotti é formado em Economia e Ciências Contábeis pela PUC – Minas Gerais, e mestre em Administração de Empresas pela Universidade do Texas. Iniciou a sua carreira na PriceWaterhouseCoopers em 1986, na Divisão de Auditoria, transferindo-se, em 1999, para a Divisão de Consultoria e tornando-se sócio em 2001. Responde, desde 2004, pela divisão de consultoria no segmento de telecomunicações da PriceWaterhouse Brasil.

A Sr^a Lisa Gunn, Coordenadora Executiva do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – Idec.

Meu caro Senador Aloysio, em que pese todo o esforço da nossa secretaria, cumpre a esta Presidência informar que a despeito da indicação do Idec feita pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira e com o respectivo convite enviado pela secretaria da Comissão, a entidade não forneceu qualquer confirmação ou justificativa pela sua ausência, silenciando mesmo ante vários e insistentes contatos. Registra-se, então, a sua ausência.

A secretaria da Comissão irá enviar ao Idec novo ofício com esse registro, lamentando a ausência do Idec. Inclusive, em recente audiência pública de outra comissão, tive oportunidade de sair em defesa da representante do Idec na ocasião, quando tratávamos de aviação civil. Portanto, estranho muito o compor-

tamento que o Idec tem adotado em relação à Comissão de Ciência e Tecnologia. Acho que houve um desses ruídos de comunicação que em pleno século XXI ainda existem.

Para ilustrarmos inicialmente o tema deste debate, é importante situarmos a questão do regulamento de gestão da qualidade do serviço de comunicação multimídia aprovado pela Resolução Anatel nº 574, de 28 de outubro de 2011.

Esse regulamento – apenas a título de informação – foi alvo da Consulta Pública Prévia nº 46, de 2011, desta Comissão, encerrada em 16 de novembro do mesmo ano, e contou com 742 contribuições, Senador Flexa, o que denota a sua importância e a atenção que recaiu sobre a mesma.

Em que pese à conclusão objetiva de que um regulamento dessa natureza busca avanços no aspecto de melhor sistematizar a prestação de um serviço e também a preocupação do atendimento de questões ligadas aos direitos dos consumidores, não podemos esquecer que o assunto foi bastante polêmico.

É natural que qualquer processo nesse âmbito, em que são definidas novas obrigações para o setor, seja polêmico e traga inúmeras discussões, mas também é fato que o resultado atenda às expectativas e necessidades sem, no entanto, se abrir o flanco para questionamentos que possam colocar em xeque a sua eficácia.

O requerimento apresentando originalmente pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira registra ainda que perduram pontos controversos e passíveis de novos debates, sendo a Comissão de Ciência e Tecnologia o cenário adequado para tal.

O mencionado regulamento estabeleceu, dentro outras questões, em seu art. 33, a obrigação de contratação de uma entidade com a função de auferir a qualidade na execução dos procedimentos relativos aos indicadores de rede.

A obrigação desse processo de seleção e contratação pelo regulamento coube às prestadoras do SCM, assim como a responsabilidade pelo custeio da operação dessa entidade.

Fechada a seleção e contratação, em que foi vencedora a Consultoria PriceWaterhouseCoopers, surgiram, na mídia, questionamentos sobre uma eventual falta de transparência no processo, assim como novos comentários contrários à sua formatação, com base nas obrigações acima mencionadas.

A proposta de se estabelecer critérios de avaliação de qualidade para as prestadoras de serviço de acesso à Internet é justa e necessária, pois a evolução do serviço, seja no âmbito técnico e tecnológico, seja pela sua abrangência, assim o exige, e não podemos

esquecer que o acesso à banda larga cresce consideravelmente em nosso País, o que, conseqüentemente, demanda mais atenção a cada momento.

Sem entrarmos nas questões de natureza técnica, o que acreditamos que será feito, com propriedade, pelos expositores convidados para essa audiência, bem como na participação do debate pelos Srs e Srs. Senadores, uma ótica é pacífica: não pode o consumidor ser atendido por um serviço onde há tamanha disparidade naquilo que é ofertado e na real entrega. Os produtos são ofertados com velocidades definidas, mas sua entrega se dá na razão aproximada de apenas 10%. Assim como também não pode o usuário sofrer com deficiências na qualidade do serviço, interrupções, oscilações na velocidade, entre outras.

As justificativas que comumente se apresentam são de ordem e limitações técnicas ou características do próprio acesso e uso da rede. Há que se encontrar, contudo, algum ponto de equilíbrio que atenda à expectativa do usuário e coadune essa às questões mencionadas acima, se válidas, e sobre isso ressaltamos a importância desse regulamento. Mas, se existe dúvida quanto à forma, independentemente de já estar vigente o regulamento, no mínimo, devem ser postos novos esclarecimentos e, quiçá, se necessário, adequações ao formato.

E para isso servirá a nossa audiência pública como oportunidade para que os membros da Comissão possam receber informações, esclarecimentos de autoridades e empresas ligadas ao setor, assim como de especialistas de alto nível.

Reforçamos, por nunca ser demais, a importância de debate dessa natureza no âmbito da Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado, inclusive pelo fato de o tema telecomunicações ser recorrente objeto de debate. Tome-se como exemplo a rica audiência pública realizada no dia de ontem sobre o Programa Nacional de Banda Larga e as deficiências no atendimento à Região Norte. Nessa mesma linha, prevalecerá a agenda da Comissão com o privilégio, além das deliberações sobre os projetos que aqui tramitem, a debates sobre temas de semelhante importância.

Dadas essas palavras iniciais pela Presidência e em continuidade aos trabalhos – aqui quero fazer, talvez, uma inovação –, por propositura do Senador Aloysio Nunes, consulto o Senador Flexa e os demais Senadores sobre o desejo de inovarmos nessa audiência pública: em vez de iniciarmos pela apresentação dos senhores convidados, talvez um dos autores do requerimento, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, pudesse apresentar, desde já, algumas de suas indagações, para que na apresentação os senhores convidados já pudessem ir abordando os temas centrais desta

audiência pública, para que pudéssemos enriquecer o debate e, ao mesmo tempo, sermos mais eficientes do ponto de vista da execução desta audiência pública.

Os Srs. Senadores estão de acordo? *(Pausa.)*

Passo a palavra, então, ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB — SP) – Obrigado, Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhores convidados, quero agradecer imensamente a presença dos senhores aqui, porque seguramente vão contribuir para o esclarecimento de algumas questões polêmicas, algumas interrogações, muitas delas já resumidas pelo Presidente Eduardo Braga na abertura desta reunião.

Minha primeira série de questões se dirige ao representante da Anatel.

Tornou-se comum no setor das comunicações, por iniciativa da própria Agência, a delegação a entidades privadas da gestão das relações e obrigações críticas para a concorrência nesse mercado e na relação com os consumidores. Razões várias. Talvez entre uma delas esteja a penúria orçamentária em que vive essa Agência, assim como outras agências reguladoras.

Nos últimos anos surgiram várias propostas de transferir às operadoras a obrigação de selecionar, contratar, remunerar organismos privados para gerenciar, por exemplo, a portabilidade numérica, os pedidos de exploração industrial de linhas dedicadas e agora, mais recentemente, a aferição da qualidade do serviço da banda larga.

No caso da portabilidade numérica, Sr. Presidente, temos uma situação bastante característica que talvez constitua um caso de sucesso.

Coube à BR Telecom implantar um sistema de gestão dos códigos de acesso dos serviços de telefonia fixa e móvel, acesso a um recurso que é escasso e, portanto, essencial à oferta dos serviços.

Embora elas já recolham anualmente um montante muito expressivo ao Fistel, mais de R\$2,5 bilhões apenas com as taxas associadas à telefonia celular, as operadoras foram chamadas não apenas para pagar novamente os gastos com a atividade de fiscalização e regulação, mas selecionar e contratar as entidades que deveriam assumir as atribuições do órgão regulador.

No caso da portabilidade talvez o próprio mercado se encarregue de estabelecer um equilíbrio entre usuários e fornecedores de serviços, uma vez que, dado o trânsito livre de uma operadora para outra, acaba se estabelecendo um jogo de soma zero, permitindo que haja uma gestão aparentemente isenta da atividade.

No caso da gestão dos pedidos de exploração industrial de linhas dedicadas a situação já é um pouco mais melindrosa, na medida em que o conjunto das

operadoras está dividido em dois grupos, numa posição bastante assimétrica, uma vez que um conjunto é formado por empresas que possuem infraestrutura numa determinada localidade e outras empresas que não possuem essa infraestrutura e têm que alugar a capacidade naquela localidade.

Agora, no caso da aferição de qualidade a situação é bastante diferente, não há mais, digamos assim, conflito de interesses entre as operadoras. Todas têm o mesmo interesse, ou seja, todas têm o interesse de obter da entidade terceirizada por elas escolhida e paga relatórios que atestem os bons serviços prestados por elas, operadoras, porque qualquer restrição nesses relatórios em relação à qualidade desses serviços pode implicar sanções econômicas pesadas, entre outras sanções administrativas.

Faço um parêntese. Vou abordar mais adiante o tratamento da Anatel em relação às multas, porque o Tribunal de Contas da União acaba de apresentar um relatório de monitoramento da arrecadação de multas administrativas que mostra certa leniência nessa cobrança por parte da Anatel.

Voltando ao tema da aferição de qualidade, esse modelo que aparentemente funciona bem em determinadas atividades, como é o caso da portabilidade, suscita dúvidas no caso da aferição de qualidade. E é com essa linha de pensamento, já, aliás, abordada pelo Presidente, que eu vou apresentar o primeiro bloco de perguntas à Anatel.

Primeiro, a Consulta Pública nº 46 – V. Ex^a se referiu a um momento dessa consulta aqui na Comissão –, realizada em agosto de 2011, que apresentou a primeira proposta da Anatel para a regulamentação do serviço de qualidade da comunicação multimídia, que dá suporte e acesso à Internet banda larga, não havia nessa consulta nenhuma menção à figura de uma entidade aferidora terceirizada, embora a Agência já estivesse propondo que as empresas pagassem a conta.

O que determinou a mudança no caminho adotado inicialmente pela Anatel? Por que a Anatel reabriu tão rapidamente, depois de concluída a Consulta Pública nº 46, uma revisão das normas de qualidade, mediante a Consulta Pública nº 2, de 2012, atendendo a um pedido da Oi, depois de ter concluído um procedimento formal de aprovação do regulamento?

Essa é a primeira pergunta.

A questão dois diz respeito ao orçamento.

Na proposta orçamentária enviada ao Ministério das Comunicações no primeiro semestre de 2011, portanto antes da publicação da Consulta Pública nº 46, solicitou à Anatel ou não a ampliação de sua dotação orçamentária usual, para fazer face aos gastos com a contratação do serviço de aferição de qualidade que

já se previam necessários naquele momento. Quanto será pago anualmente à Price para que execute os serviços contratados? Na sua opinião, não caberia à Agência batalhar por recursos e deixar a decisão política final para o Ministério, em última instância para o Congresso Nacional na votação do Orçamento? A Anatel não tomou uma decisão equivocada nesse caso, assumindo responsabilidades que vão além de sua esfera de competência?

Outra questão diz respeito a quem certifica o certificador.

Os regulamentos de gestão de qualidade referentes aos serviços de banda larga exigem a certificação dos processos de aferição dos indicadores rede e do próprio *software* da medição. As operadoras poderão também elas contratar o organismo que se incumbirá de certificá-los? A Anatel pretender intermediar, influenciar ou determinar o processo de seleção, acompanhar esses testes, considerando as alegações públicas feitas pelo NIC.br de que os processos de aferição propostos pela Price não realizariam uma medição justa e correta da qualidade de serviço?

Depois vou fazer a referência concreta ao local e quando foi feita essa afirmação.

Outra pergunta... Quero me dirigir ao representante da Price. Nessa pergunta não há nenhum demérito à empresa, que é uma empresa conceituada, uma empresa correta. Eu estou me referindo ao procedimento. Há procedimentos que são legitimadores e outros não o são ou podem lançar dúvida à legitimação deles. Então, abstraindo do caso concreto e sem qualquer referência específica à Price, eu gostaria de fazer uma reflexão sobre esse modelo de aferição de qualidade.

Como é possível uma entidade qualquer, com fins lucrativos e com relações de mercado com as firmas que terá de avaliar, manter-se plenamente neutra em uma atividade de auditoria como a que caracteriza a aferição de qualidade de banda larga?

Essa pergunta, digamos assim, é referente mais ao método e não à empresa escolhida, porque houve casos noticiados de fatos que colocam em dúvida a isenção de auditorias em determinadas circunstâncias de mercado.

Outra questão: um dos principais argumentos para a contratação de entidade privada é a falta de recurso. Como explicar que a Anatel tenha cancelado ou suspenso, segundo relatório do TCU, mais de 15% das multas que ela mesma aplicou e tenha deixado de escrever quase 70% de seus devedores no Cadin e não tenha ingressado judicialmente para cobrar mais de 85% dos seus devedores? Como pode a Anatel, nesse caso, reclamar de falta de recursos para cumprir as suas obrigações?

São essas perguntas para a Anatel.

Para o representante do NIC.br.

Logo após o anúncio de que a Price havia sido escolhida como entidade aferidora, foi noticiado, no dia 2 de março de 2012, pelo Informativo TeleSíntese, que o NIC.br pediu revisão da decisão da Anatel.

Eu peço ao representante da NIC.br que explique didática e resumidamente, levando em conta não apenas o fato de que a maioria dos Senadores aqui entre nós não tem conhecimentos técnicos aprofundados sobre o assunto e sobretudo que aqueles que nos assistem pela TV Senado não dispõem desse cabedal de informações que V. S^{as} têm, as razões pelas quais entende que a técnica empregada pela Price não atenderá aos requisitos do regulamento aprovado pela Anatel ou não resultará numa medição justa e razoável da qualidade do serviço de banda larga.

E a outra pergunta ao NIC.br é a seguinte: a sua entidade tem condições de assumir a tarefa de certificar os processos e o *software* da medição de qualidade dos serviços de banda larga a serem utilizados pela Price?

Volto à questão de quem certifica o certificador.

Para o representante das operadoras: a Consulta Pública nº 46 foi encerrada em setembro de 2011 e os regulamentos de qualidade foram publicados no dia 31 desse mesmo ano. Em 16 de janeiro, a Anatel decidiu repercutir a insatisfação de uma operadora e publicou a Consulta Pública nº 2, permitindo que se abrisse uma discussão de mérito sobre a gestão da qualidade dos serviços de banda larga. Quais as razões alegadas pela operadora Oi que se transformaram em consulta pública em tempo recorde pela Agência? São fatos novos ocorridos ou os conceitos que integram o regulamento?

A outra pergunta diz respeito a um tema delicado, que é o controle de tráfego vis-à-vis a gestão da qualidade de serviço nas redes de banda larga.

Na maioria dos países cujo aparato estatal de regulação de telecomunicações é maduro existe uma disputa em torno da possibilidade de se efetuar controle de tráfego e gestão de qualidade do serviço nas redes de banda larga. As operadoras defendem o seu direito de realizar uma gestão razoável do tráfego enquanto as agências reguladoras quebram a cabeça para definir quais são os critérios segundo os quais essa gestão pode ocorrer.

Aqui estamos vendo talvez o carro adiante dos bois. A Anatel determina que se faça uma gestão da qualidade do serviço, que obviamente tem que ser feita, mas as operadoras relutam em aceitar uma auditoria que pode demonstrar suas boas práticas de gestão no tráfego dos usuários, como transparência de regras, não bloqueio e não discriminação de conteúdo lícito,

entre outras. Como o senhor interpreta esse aparente paradoxo, se é que existe?

Essa questão propositadamente foi deixada para o final e introduz um segundo bloco no debate desta audiência que procura tratar de uma questão central com todo mundo: a neutralidade das redes de suporte à Internet.

Diferentemente do que fizeram os Estados Unidos e a União Europeia, que vêm discutindo princípios e aprovando normas em defesa do princípio da neutralidade da rede há mais de quatro anos, nós, aqui no Brasil, fizemos o caminho inverso. Introduzimos a obrigação de as empresas entregarem padrões mínimos de qualidade do serviço de acesso à Internet, mas sequer iniciamos o debate legislativo que resultará nos critérios, formas e condições para que essa gestão de qualidade não se dê às custas de restrições à liberdade de escolha do usuário ou à inovação ou à competição no serviço, aplicações e conteúdos que circulam na rede.

Essa pergunta, meu caro Senador Walter Pinheiro, também se aplica a todos nós. Temos aí talvez uma questão legislativa importante a ser enfrentada. E nessa linha eu gostaria de solicitar a reflexão de todos os convidados.

Para o Dr. Demi Getschko: ao impor às operadoras padrões mínimos de qualidade no serviço de banda larga, a Anatel, implicitamente, lhes confere o direito de realizar a gestão de tráfego que cursa na rede sem que haja qualquer legislação ou regulamentação que defina os critérios ou a forma de se realizar essa gestão.

Sabe-se que o Comitê Gestor da Internet no Brasil já se manifestou contrariamente sobre projetos de lei norte-americanos, modelos norte-americanos, que, ao buscar defender os direitos de propriedade intelectual, ameaçam a natureza livre da Internet.

O senhor não vê riscos semelhantes no caminho que o Brasil está seguindo com essa regulamentação adotada pela Anatel, sem que haja a competente regulação do tráfego?

A representante do Idec, infelizmente, eu lamento que não tenha estado presente aqui, porque eu gostaria de ouvi-la a respeito do conjunto dessas questões.

Agradeço, Sr. Presidente, a oportunidade e a paciência dos senhores convidados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Obrigado, Senador Aloysio.

Quero só registrar que, na realidade, eu estou assumindo, nessa maratona de Comissões. Então, é para fazer esse registro, até porque essa é uma briga que tenho e V. Ex^a é parceiro disso.

Neste exato momento, a gente tem uma audiência na Comissão de Infraestrutura, porque é, inclusive, seu dia normal de funcionamento, mas julgo que esse tema que V. Ex^a aborda é de suma importância, inclusive para a gente resolver problemas de infraestrutura no País.

Então, vamos dar início às apresentações, com as respostas.

Já me foi passada a sistemática que foi adotada. V. Ex^a apresentou, invertendo, portanto, até de forma produtora. É lógico que com os questionamentos e, aí, cada palestrante terá oportunidade por 10 minutos, é o mesmo tempo, de apresentar as suas visões sobre essa questão da qualidade e da medição da qualidade no sistema de banda larga. Ao mesmo tempo, responderão, todos eles, aos questionamentos levantados por V. Ex^a.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu espero que essa Presidência *ad hoc* não iniba a sua participação, porque eu estava ansioso pela sua presença aqui.

Então, até proponho eu assumir a Presidência *ad hoc* para o senhor vir aqui à bancada, para poder participar do debate. É absolutamente indispensável a sua participação.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Mas V. Ex^a já deu uma grande contribuição e eu vou, aqui, participar.

V. Ex^a sabe que esse é um tema com que não só tenho envolvimento, mas pelo qual tenho paixão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – E autoridade, e autoridade sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Não sei se tanta autoridade assim, mas...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não, é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Então, por isso fiquei um pouco prejudicado, porque o tema que está sendo discutido lá, inclusive, é um tema importante também, lógico, que trata da questão das ferrovias, mas julgo que este tema, que até iniciamos ontem, aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia, com outra audiência, e eu diria que, de forma correta, antecede esse debate de hoje... Eu não sei exatamente definir como nós vamos atender essa demanda do Brasil aqui, agora. Acho que é muito mais importante esse segundo passo, porque não basta só estabelecer o que seria o atendimento. É necessário que se tenha o atendimento, através de banda larga, nas condições, inclusive, que o mundo inteiro discute.

Portanto, não bastam só a cobertura e a universalização. É necessário que essa cobertura e essa

universalização tenham, principalmente, qualidade na oferta desse serviço.

Então, vamos passar a palavra. Aqui, me foi apresentada pelo Presidente desta Comissão uma ordem que havia sido já previamente acertada entre os palestrantes.

Então, neste primeiro momento, falará o Conselheiro do Comitê Gestor de Internet Brasil, o Sr. Demi Getschko. É isso?

Estão vendo aí? Tem de ter qualidade inclusive na pronúncia.

Então, tem a palavra V. S^a.

O SR. DEMI GETSCHKO – Eu agradeço, imensamente, o convite para estar aqui, nesta Comissão. Agradeço ao Senador Aloysio pelo convite e ao Senador Walter Pinheiro pela Presidência da Mesa.

Eu tenho uma apresentação curta e vou tentar me ater mais a conceitos, e até, ouvindo as perguntas que foram feitas, tentar respondê-las da melhor forma possível.

Internet é um fato que há algum tempo afeta a nossa vida e é muito importante e é diferente do que tem acontecido até hoje. Queria lembrar que a Internet tem alguns pontos distintos do ambiente de telecomunicações anterior, que existe e é subjacente a ela. A Internet é uma coleção de milhares de redes que colaboram voluntariamente. Cada uma delas tem sua independência e sua autonomia, porém colaboram voluntariamente utilizando a mesma linguagem, os mesmos padrões e uma coordenação de numeração. A Internet gera *software* aberto e usa *software* aberto, que é uma sinergia interessante. A Internet normalmente não segue padrões de regulação convencionais, porque ela é mais do que uma rede de telecomunicações; é uma aplicação sobre rede de comunicações, e os padrões da Internet são em geral criados por um organismo que não tem nem membresia – o pessoal se reúne três vezes ao ano –, chamado IETF (Internet Engineering Task Force), e que gera por consenso o que seriam os futuros padrões. Então, isso é um mundo novo, que é diferente do mundo anterior, tradicional e que conhecemos na área das telecomunicações.

Isso é uma bobagem. Telefonia é um tipo de rede, Internet é outro tipo de rede, pacotes... Não vamos perder tempo com isso.

Essa transparência está aqui para dizer que o Brasil, na área da Internet, sempre foi muito atento. O mundo dispara na Internet por volta de 94; quer dizer, não havia praticamente máquinas na Internet até 94, e o mundo dispara na Internet, e o Brasil também. O Brasil também começa, em 94, a cuidar da Internet. Então, nós não perdemos essa primeira onda. Subimos juntos com o mundo, claro que numa escala menor do

que outros países mais poderosos, mais evoluídos, mas não nos distanciamos dessa primeira onda.

Só para provar isso, há um comunicado da Embratel, de dezembro de 1994, fornecendo conexão à Internet para pessoa física. Como podem ver, dezembro de 1994, é quando começa lá fora também algum tipo de movimento nesse sentido.

O primeiro ponto que eu queria lembrar na Internet – isso serve para a missão de qualidade e para reforçar o fato de que a Internet é uma coleção de redes independentes e autônomas que se comunicam – é que as primeiras grandes redes norte-americanas, da National Science Foundation, do Departamento de Energia, da Nasa e a rede militar são administradas independentemente, mas se comunicavam em dois pontos – hoje são muito mais do que dois pontos – que são os pontos de troca de tráfego. Então, essa é uma característica de redes tipo Internet. Pontos de troca de tráfego são pontos que estão acima das situações de troca de tráfego de telecomunicações normal, e são para troca de tráfego TCP/IP. Estou dizendo isso porque o Comitê Gestor começou uma iniciativa pesada nessa área que já tem aí 15 anos de estrada. Vamos comentar rapidamente.

O segundo ponto que vai um pouco na direção e que vai ser usado também no debate sobre neutralidade é que o Comitê Gestor foi criado em 95 – lembro de novo que a Internet no Brasil decola entre 94 e 95; entrando no mundo, decola entre 94 e 95, e o Comitê Gestor foi criado entre 94 e 95. Então, tudo isso segue a mesma cronologia.

Ele, além de cuidar do ponto BR, que é digamos o sobrenome dos sítios brasileiros e distribuição dos IPs, tem no seu decreto de criação propor programas de pesquisa em qualidade técnica, inovação, agregação de valor, procedimentos e normas técnicas operacionais, segurança de rede, serviços de Internet, normas e regulamentação, etc. Então, o Comitê Gestor nasce com uma missão que é tratar da Internet não no aspecto duro de um órgão regulador – ele não é um órgão regulador –, mas um órgão que propõe recomendações, que propõe critérios de qualidade, que propõe padrões técnicos e padrões de segurança, e isso é nativo no CG.

Para completar o cenário, a Norma nº 04, de 95 também – tudo converge nesse período importante da História, em que foi feita uma legislação específica, e temos orgulho dessa legislação – separa a infraestrutura de telecomunicações do serviço valor adicionado. Então, claramente, aparecem papéis para a Anatel, aparecem papéis para o Comitê Gestor e aparece uma separação de estruturas. Então, quando nós falamos em neutralidade na área de telecomunicações,

é uma neutralidade; quando falamos em neutralidade na área de Internet, é outra neutralidade que trabalha em cima de uma camada acima das telecomunicações, de valor adicionado.

Então, eu acho fundamental seja preservada essa multiplicidade de atores e essa riqueza de camadas e de leques, porque a Internet é uma coleção de esforços conjuntos. Quer dizer, existe o esforço regulador, existe o esforço na área de telecomunicações, existe o esforço na área da sociedade, existe o esforço na área de coordenação do processo, existe o esforço na área de boas normas, de boas práticas, assim por diante.

Então, isso não é na minha opinião algo que carece de regulação dura, mas algo que interage em todas essas áreas de diálogo.

Como intergestor, não perde tempo com isso, mas é multiparticipativo, tem representantes do setor privado e do Governo. Os do setor privado são todos eleitos pelos seus segmentos. Então isso é um modelo internacional. Todo mundo elogia imensamente a criação da gestão da Internet no Brasil. Nós geramos vários documentos. Há um decálogo importantíssimo – eu não o trouxe, mas recomendo a leitura dele –, que comenta quais os pontos que devem ser preservados na Internet, tais como neutralidade, abertura. Em suma, tivemos agora uma declaração importante sobre o negócio do Sopa (Stop Online Piracy Act). Foi muito bem colocado pelo Senador. Não é uma discussão sobre propriedade intelectual; é uma discussão de como a aplicação dessa eventual legislação afeta a rede se for aplicada daquele jeito duro e intempestivo que estava sendo proposto. Felizmente o próprio governo americano recuou em seguida.

Então, o CGI esteve atento, se posicionou e acho que isso foi muito bom.

O CGI tem um braço executivo, que é o NIC. O Milton falará sobre o NIC. O Milton, exatamente, cuida do Ceptro, que é uma segunda caixinha do NIC. O NIC recebe recursos do registro brasileiro e executa uma porção de atividades. Quer dizer, o registro brasileiro é a fonte de recursos e essas outras caixas gastam esses recursos que são recebidos pelo registro.

O que o registro faz? O registro...

O NIC tem essas atividades aí – não vou perder muito tempo –, o registro registra números do IP, distribui números do IP, versões 4 e 6, cuida do DNSSEC, estimula a adoção de IPv6.

O Ceptro, que o Milton coordena, falará sobre pontos de troca de tráfego, falará sobre a distribuição de hora oficial brasileira gratuita, medição de qualidade de Banda Larga, etc e tal.

O Cetic, que agora ganhou *status* de Centro Unesco nível II, o primeiro no hemisfério sul, que trata

de estatísticas TIC mundiais – temos orgulho de dizer que no dia 28 será assinado, em Paris, pelo Itamaraty e pela Unesco o acordo em que o Ceptro e o Cetic, guindado à categoria de Centro Unesco nível II, ou seja, os dados terão a assinatura, o aval adicional da Unesco.

O Ceptro é antigo. Vai fazer quinze anos. Vai haver festa na segunda-feira para comemorar os quinze anos do Ceptro, que cuida da segurança na Internet do Brasil e o escritório da W3C, que cuida da disseminação de padrões WEB no Brasil.

Nosso recurso vem desse mercado de compra de domínio sobre o BR. Nós temos praticamente 2.800mil domínios no BR.

O BR é um sucesso. O pessoal gosta do sobre-nome BR. Nós somos o quinto país que tem mais presença com nomes e domínios debaixo do país.

Esse dinheiro é usado para instalar pontos de droga, tráfico e iguais. Aqueles que mostrei nos Estados Unidos, que tinham FIX-East e FIX-West, têm vinte pontos instalados no país. Eles estão em todas as cidades que têm pontos de droga e tráfico. É um grande investimento de recursos, quer dizer, boa parte do que a gente recebe do registro é aplicada aqui, na faixa de 10 a 12 milhões/ano, aplicados nessa região. Só para dar um exemplo: o maior deles é o de São Paulo. Está aí o pessoal que constitui o PTT de São Paulo. Dá para ver que estão todos aí – USP, Vivo Telefônica, Algar, America NET. São provedores variados. Tem a Global Crossing, Eletropaulo, em suma, todo mundo mora aí para trocar tráfico.

A troca de tráfico chega a quase 100GB de pico diário agregado. Esse é o crescimento pelos anos. Acho que a figura diz por si que isso foi bem adotado e é um sucesso, que dizer, um negócio que em 2007 tinha 3GB e agora já está acima de 60 agregado.

Aí começamos a tratar, então, do Programa de Banda larga.

O primeiro comentário que eu já fiz outras vezes é que eu acho que Banda Larga é um nome infeliz porque larga é um adjetivo e nunca sabemos quão larga é esse larga. Então, se trocássemos Banda Larga por uma conexão perene, confiável e estável, que fornece ao usuário um acesso confortável aos principais serviços, talvez fosse mais adequado. Os principais serviços não envolvem, evidentemente, TV em 3D, mas envolve acesso à Internet.

Outra coisa que eu gostaria de comentar, porque é importante na parte de medição, é que Banda Larga Fixa e Banda Larga Móvel são bichos diferentes; Banda Larga Fixa vem da Internet e Banda Larga Móvel vem da telefonia. Então, têm DNA diferente.

Como medir a qualidade técnica da Internet brasileira?

Bom, temos aí vários padrões. Vai ser discutido melhor considerando o passado. Eu queria ressaltar que existem três pontos a serem medidos: o ponto da qualidade da prestadora, o ponto entre prestadoras e das prestadoras para fora do País.

É fundamental, no caso de medir uma rede da prestadora, que a medição seja feita por um ponto neutro fora do provedor, como foi feito nos Estados Unidos, conforme o *slide* de 86, que mostrei. Se você medir de dentro da rede da provedora o padrão de rede da provedora, você está medindo uma Intranet, você está medindo a qualidade do PBX do Senado. A telefonia do Senado não pode ser medida medindo a qualidade do PBX, tem de medir a qualidade do Senado para fora do Senado. Então, este é um ponto fundamental e um dos pontos que provavelmente vai dar motivo a discussão: entre operadoras, tem que ser entre os pontos de presença delas; e das redes para fora, algum ponto fora do País.

Há três formas de medir isto, o que vai ser mostrado depois: equipamentos, equipamentos que usam *modem* já modificado, e *software*. Também não vou entrar em detalhe sobre isso. E deve se medir esses parâmetros que estão aí. Agora vem a parte que eu queria comentar. Há dois anos que o CGI, a Anatel e o Inmetro trabalharam na definição dos parâmetros. Como se define o que é parâmetro? Banda larga não é algo determinístico, não se pode dizer que tem que dar um número “x”. É algo estatístico, tem que ser feito em um acordo entre operadoras, CGI, etc. e tal.

No começo do ano passado, depois de uma longa discussão, foi assinado um memorando de entendimentos pela Anatel, na época o Presidente era o Sardenberg, pelo CGI, cujo Coordenador era o Gadelha, e pelo Inmetro. Nesse memorando de entendimentos, com a ação do Inmetro, metodológica, se mediria a qualidade da Internet de banda larga no Brasil.

Isso gerou relatórios. Os padrões definidos foram discutidos com as operadoras por praticamente um ano até se chegar a um valor, que foi usado pela Anatel na resolução que dá objetivo e qualidade. Então, isso não saiu do nada, mas de uma longa discussão de um ano. Isso foi consequência do Fantástico que divulgou na metade do ano passado. Aqui embaixo tem uma caixinha que foi desenvolvida pelo Nick para fazer as medições. Isso pode ser tratado mais na frente. Isso foi medido pelo *software*. Com isso, aqueles pontos que mediam... Não vou perder tempo com isso.

Desde janeiro de 2011 já tínhamos medições importantes, mas depois do Fantástico, em junho, houve um grande aumento de medições. Com o CEP identificado, sabendo em que país está sendo usado... Aqui tem, por exemplo, por Estado, qual foi a velocidade

conseguida em cada caso, desde São Paulo, que tinha a melhor velocidade, até o Piauí, que tinha a pior. Aqui tem tempo de *round-trip*, ou seja, tempo de ida e volta de um pacote. De novo o Paraná, nesse caso, é o melhor. O Amapá é o pior. Aqui temos *jitter*, quer dizer, variação do atraso desde... Ou seja, há vários dados. Só quero mostrar que isso foi feito, já tem dois anos de medidas.

Essa é a medição internacional. E queria concluir dizendo que achamos fundamental que isso seja feito de forma neutra, ou seja, que não vise lucro. Aplique o recurso, de início por conta própria... Temos dois anos de aplicação de recursos... E vamos continuar medindo o que considerarmos importante para a Internet brasileira, independente se isso é ou não usado para uma coisa ou outra.

Concordo com o Senador que é diferente uma portabilidade, que é um serviço e pode ser feita pelo executante de um serviço, de uma avaliação de qualidade, que é uma medição, uma aferição, e que, em geral, não pode ser aferida, na minha opinião, pelos próprios executores do serviço, mas, sim, por um agente externo. E essa aferição, certamente, pode ser usada para melhorar a qualidade, mas é uma informação importante para as operadoras. Elas usam isso para determinar pontos negros de atendimento que podem ser consertados.

A nossa proposta sempre foi muito boa. Nunca tivemos atritos específicos. Acho que isso é uma colaboração de esforços que levam a um resultado que será bom para a comunidade como um todo. Quer dizer, as operadoras teriam um parâmetro para saber aonde vão bem e aonde não vão tão bem; os usuários saberiam o que contratar e como o serviço é apresentado; e nós teríamos um tratamento estatístico para termos uma visão brasileira melhor. Pensamos que esse caminho já estava sendo trilhado. Pode ter mudado de rumo ou não, mas isso não é um assunto sobre o qual vou tratar agora.

Para encerrar, a parte de neutralidade de rede faz parte do decálogo do CGI. É fundamental tratarmos disso. Sabemos que há um marco civil que, teoricamente, está a avançar. Mas pensamos que deve haver uma segunda discussão importante sobre privacidade, que é um argumento muito sério na área da Internet. Temos acompanhado isso nos fóruns internacionais e o Brasil está muito bem, não só pela legislação.

Às vezes é bom ter uma legislação mais lenta, porque quando a tecnologia é rápida e nos apressamos, comemos cru, o que não é correto. Ou seja, teremos que rever a legislação a partir de uma tecnologia mutante. Então, não estamos mal nisso e o importante é perseverar no caminho certo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Vamos na sequência. E para orientar os expositores, quero dizer que estamos dando dez minutos para que apresentem as suas visões e, depois, um tempo para responder as perguntas já apresentadas pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Com a palavra o Sr. Bruno Ramos, Superintendente de Serviços Privados da Anatel.

O SR. BRUNO RAMOS – Bom dia. Quero agradecer ao Senador Walter Pinheiro, na Presidência desta Comissão, em nome do Presidente da Anatel, que me ligou ontem de noite dando algumas indicações sobre a importância da participação da agência nesta Comissão. Nós sempre estaremos presentes, pela discussão extremamente útil que a Comissão de Ciência e Tecnologia traz para mostrar o trabalho da agência e o trabalho de evolução do setor de comunicações.

Eu gostaria de agradecer também ao Senador Aloysio Ferreira por este pedido muito importante da discussão da qualidade, onde eu pessoalmente trabalho há 15 anos na agência, exatamente na área de qualidade.

Peço a indulgência desta comissão, aos Srs. Senadores, mas eu vou mudar um pouquinho minha apresentação. Na minha apresentação, vou pegar apenas alguns *slides*, para tentar me ater às perguntas do Senador Aloysio, porque, entendendo a dinâmica, vou diretamente a alguns pontos. Entendendo também que esta audiência está sendo televisionada, vou passar alguns conceitos do regulamento, o que acho importante e, passando esses conceitos, eu entraria nas perguntas e respostas do Senador Aloysio Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sua apresentação está passando direto. (*Fora do microfone.*)

O SR. BRUNO RAMOS – Ela está passando?

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Deveria colocar em modo *slide*.

O SR. BRUNO RAMOS – É, se você conseguir voltar para PPT. Ou, então, não precisa colocar em modo apresentação, ela só vai passando. Se você puder dar um *escape*. Isso. Apresenta assim, acho que é bom. Pode ser?

Bem, eu gostaria de ir então para a questão do...

Próximo *slide*

Mais um. Pode ir. Pode ir.

O que é a gestão da qualidade?

A gestão da qualidade já é feita nos maiores serviços de telecomunicações do Brasil. Eu vou pegar um pouco o que o Demi colocou, a divisão clara da Lei Geral entre serviços de telecomunicações e serviços de valor adicionado.

Os serviços de telecomunicações, isso a Lei Geral de Telecomunicações, Lei nº 9.472, de 1997, estabelece, a partir dos arts. 60 e seguintes, bem definido, o que é serviço de telecomunicações, o que é valor adicionado, o que de alguma forma rege toda a estrutura de telecomunicações no nosso País. Passamos, então, à discussão – não vou entrar bem nos detalhes jurídicos. Mas, basicamente, a Anatel tem responsabilidade sobre a gestão de serviços de telecomunicações, que é exatamente a comunicação eletromagnética entre dois pontos, como se faz uma comunicação e como essa comunicação se roteia.

As aplicações, ou as facilidades, ou o que acrescenta à comunicação, conteúdo, que até não está na nossa competência na agência, isso é uma coisa que se encaixa em serviço de valor adicionado e, também o Demi disse muito bem, existe uma norma do Ministério das Comunicações que rege isso.

Então, o que a Anatel fez?

Nós estamos regulando qualidade em serviços de telecomunicações, exatamente o que um ponto, em termos de comunicação eletromagnética, fala com outro ponto, como isso, dentro de alguns critérios estabelecidos – por exemplo, conexões, quanto tempo aquela conexão fica no ar, quanto tempo ela pode cair, geralmente a gente chama de SLA, taxa de serviço, por exemplo, você tem que ficar sempre *on line* por 99,9% do tempo em conexões entre empresas... Todos esses fatores técnicos são tratados pela Anatel. E isso já tem um bom tempo. Desde o estabelecimento da agência em 1997, temos, em 1998, regulamentos de qualidade para os dois maiores serviços, que eram serviços telefônicos fixos e o serviço móvel pessoal.

O que aconteceu a partir de meados da década de 2000? O crescimento dos acessos de conexão banda larga – concordo totalmente com o Demi também, tanto que no nosso regulamento, Demi, nós não tratamos banda larga. Banda larga nós usamos de uma forma genérica para que as pessoas entendam, mas nós colocamos conexões em taxas de velocidades específicas.

Então, tecnicamente, o regulamento está correto, mas, quando a gente vai apresentar isso, se a gente não fala banda larga, as pessoas não vão entender.

Então, o regulamento faz exatamente o seguinte: como eu negocio com a minha empresa uma determinada taxa de transmissão? Quando essa taxa de transmissão for pequenininha, é uma conexão de voz; quando essa taxa de conexão for alta, e isso evolui com o tempo... Por exemplo, o Brasil pode definir, hoje, banda larga com uma taxa de conexão de 2 Mb/segundo, enquanto no Japão, hoje, também, nada mais do que 10 Mb/segundo se considera uma conexão baixa.

Falando isso, a Anatel, a partir do crescimento das conexões de dados, não só conexões de voz, começou a notar que a modificação do setor de telecomunicações exigia uma modificação nos parâmetros de qualidade que tínhamos já estabelecido desde 1998. Fizemos, então, um modelo de gestão de qualidade. O que é isso? Eu teria análise de conexões de rede, que seriam essas coisas muito técnicas de se saber, quando tento estabelecer uma conexão e recebo uma negativa do outro lado, qual o percentual disso que é permitido ou, quando estabeleço uma conexão e a conexão do outro lado me responde, em quanto tempo consigo ou em quanto tempo estabeleço. Todos esses parâmetros técnicos estão estabelecidos naquele item de rede.

Conexões de dados, começamos a tratar especificamente conexões de dados. O que quer dizer? Qual é a taxa, e vou usar de novo, desculpem-me, termo não técnico, de velocidade? As pessoas entendem o que é velocidade, mas seria técnico dizer a banda mais ou menos negociada. Qual a taxa de velocidade? Quanto contrato, quanto ele pode me entregar? Qual é o percentual? Qual é, por exemplo, a taxa de ida e de volta? Todas essas taxas estão estabelecidas tecnicamente naquele rol de conexões de dados.

Incluímos também dois grandes temas. Quando negocio uma conexão técnica, o usuário de telecomunicações, o consumidor, não entende isso. Ele vai entender o que é um *jitter*? Qual é a taxa? Criamos dois grandes blocos que seriam: a reação dos usuários, quer dizer, como ele entende aquela qualidade neste momento, e o atendimento, como é que ele é atendido pela sua empresa. Esses dois conceitos começam também a tratar, por quê? Pela experiência da Anatel, tenho, no tempo, duas formas como o usuário trata. Eu, agência, tenho que negociar qualidade técnica, por quê? Investimentos em rede, Senador, hoje, vão dar resultados daqui a dois anos. Então, exijo que se acompanhem os indicadores técnicos para verificar se a empresa está fazendo investimento na sua rede, mas, ao mesmo tempo, tenho que saber se o usuário, se o consumidor, hoje, enxerga aquela relação como boa ou não. Por quê? Porque, hoje, ele está sabendo o que está acontecendo: sou bem atendido, então, eu, como agência, posso agir de certa forma, ou sou mal entendido, ajo de outra forma.

Então, pode passar os *slides* até o atendimento. (Pausa.)

O atendimento é este aqui.

Tudo isso, todos esses indicadores são coordenados e juntados em alguns índices, índices de desempenho de atendimento, que projetamos no *site* da Anatel. Fazemos uma composição de todos esses indicadores e ranqueamos as empresas – qual é a

empresa que melhor atende o usuário? – para que o consumidor saiba hoje, isso está no *site* da Anatel, qual é o melhor que lhe atende. Temos também um indicador de desempenho de qualidade em que os indicadores técnicos são consolidados e também um *ranking*. Esse *ranking* de atendimento pode ser diferente do da qualidade. Então, uma empresa pode dar muita ênfase ao atendimento e um péssimo ou mau investimento em rede. Vai ter um bom atendimento, mas a qualidade não vai ser muito boa.

É interessante, teve um *benchmarking* na Inglaterra, Senador, para saber quem tinha a melhor rede, mas existia uma empresa que comprava tráfego de outra e revendia, o que chamam de operador virtual. Este operador virtual não tinha rede, não tinha rede nenhuma. Ele comprava tráfego de outra. Fizeram um *benchmarking* para saber quem tinha a melhor rede e o atendimento dessa outra empresa que vendia tráfego estava sendo comparado com essa outra empresa virtual. Deu que a empresa virtual tinha a melhor rede. Mas por quê? Porque o atendimento era mais importante do que a rede. Levando isso em consideração, tenho esses dois índices.

Pode passar.

Quero entrar na parte de velocidade. Quais foram os indicadores de comunicação de dados que foram criados? São principalmente dois indicadores: garantia de velocidade instantânea e garantia de velocidade média contratada. Esses dois indicadores estarão disponíveis para que a pessoa saiba qual velocidade instantânea que ele contratou ou que está utilizando e qual a velocidade média, em determinado período, sendo que, por exemplo, principalmente nas conexões via acesso por rádio, que seria celular, poderia ter variações, dependendo de onde ele está.

É importante dizer que a Anatel está tentando acabar com aquela postura de mercado onde a empresa vende uma determinada situação e garante somente 10%. Isso vai acabar. Por quê? Porque trago para uma normalidade, fazendo com que a empresa indique corretamente quais são as suas ofertas. Isso será dado por esses dois indicadores.

Dito isso, vou entrar um pouco nas perguntas do Senador Aloysio Nunes. Senador, vou começar com a parte da Consulta Pública nº 2, sobre a qual o senhor perguntou.

Todos esses indicadores foram colocados em consulta pública pela Anatel. Eu trabalho na parte móvel, na parte fixa. Desde 2006, trabalhamos esse regulamento. Internamente, na Anatel, se vocês forem verificar, o processo que culminou nos estudos técnicos, nas avaliações, em um trabalho enorme que fizemos, do qual participamos... A Anatel é parte do CGI, fize-

mos um acordo excelente com o NIC, o trabalho junto ao NIC trouxe muita informação para construção dos regulamentos. Mas, desde 2008, temos esse processo na Anatel. Ele foi muito bem pensado.

Esse processo foi para consulta pública e culminou nesses dois regulamentos, tanto do fixo quanto do móvel, que entendo que serão marcos na verificação da qualidade de serviço de telecomunicações. Não estamos tratando aqui de serviço de valor adicionado ou da Internet. Estamos tratando do serviço de telecomunicações que é base de comunicação.

Ao aprovar esse regulamento, estabelecemos um grupo chamado Grupo de Implementação dos Regulamentos de Qualidade – Gipaq. Eu sou coordenador do Gipaq. Temos dois grupos: um grupo jurídico, que estabeleceu a seleção da entidade aferidora, e foi selecionada a Price, que é exatamente alvo desta audiência, e um grupo técnico, que tem um ano, pelo regulamento, para decidir exatamente as questões que serão tratadas nesta audiência. Não decidimos ainda – existe uma posição com relação a qual ponto será medido, a partir de onde a rede –, isso está em discussão dentro desse grupo. O CGI é convidado a participar do grupo. Até convoquei o CGI para a próxima reunião do grupo. Todos os grupos técnicos são abertos a discussão também. Temos até outubro de 2012 para fecharmos, em conjunto com a entidade aferidora e seu parceiro técnico, porque a Price é entidade, mas existe um parceiro técnico com experiência mundial, que é a SamKnows, e juntamente com o parceiro técnico fecharmos as características muito técnicas dessa medição.

Todos que entregaram as propostas para a Anatel, menos o NIC, que veio sozinho, todos, tanto a BR quanto a Price e o ISPM, todos tiveram um parceiro técnico. Isso porque uma empresa administra e contrata um parceiro que tenha experiência em qualidade. Então, vamos deixar muito claro: não será a Price que fará a negociação técnica; será uma empresa contratada pela Price, que estava na proposta apresentada, que se chama SamKnows. O pessoal da SamKnows, convidado pela Price, está presente nesta audiência.

A Consulta Pública nº 2, de que o senhor tratou, respondendo especificamente a sua pergunta, não é uma consulta pública reabrindo o regulamento. Absolutamente. Ela não reabre.

O que acontece é o seguinte: a Oi entrou com um recurso administrativo de anulação dos regulamentos. Ela tem direito a isso pelo regimento da Anatel e pela Lei do Processo Administrativo. O que fizemos na Anatel foi coletarmos a sociedade para que nos ajudasse com a indicação de uma série de pontos que a Oi colocou a fim de que isso nos auxiliasse dentro do processo

administrativo de anulação totalmente correto dentro do processo administrativo.

Esse processo administrativo terminou. Coletamos da sociedade apoio para rebater esse pedido de anulação da Oi. E, agora, esse processo se encontra dentro da área técnica e será encaminhado para a Procuradoria da Anatel. É um pedido de anulação, não é modificação do regulamento. É um recurso administrativo. O pedido de anulação é específico no regimento da Anatel e segue a Lei de Processo Administrativo. Essa é a primeira pergunta.

Com relação especificamente ao orçamento, que V. Ex^a falou, e a contratação de entidades, queria mostrar um pouco sobre... Hoje já é assim. Estamos evoluindo. No regulamento, quando V. Ex^a falou que não tinha entidade, tinha o embrião porque exigia um organismo certificador. E hoje eu já faço isto: exijo que a empresa...

O que acontece hoje, Senador? A empresa coleta os indicadores, encaminha para a Anatel e passa para um organismo certificador. Esses regulamentos existem desde 1998. O que aconteceu é que entendemos que essa coleta... E a Anatel fiscaliza essa coleta. Vamos continuar fiscalizando a mesma coisa. O que estamos fazendo é retirando a coleta que já é feita pela empresa e que sempre será feita, porque quem tem o equipamento é a empresa. Ela retira os indicadores conforme a regulamentação... Os indicadores técnicos são a quantidade de chamadas terminadas num determinado ponto, quantidade dessas chamadas terminadas que tiveram conexão, dividimos um pelo outro e temos um indicador.

Essa coleta de indicadores era feita somente pelas empresas até a emissão desse novo regulamento. O que nós fizemos? Retiramos a coleta, colocamos em uma entidade à parte para dar exatamente a transparência necessária e continuamos a fiscalização. Vamos continuar fiscalizando as empresas e vamos continuar fiscalizando o processo de coleta. Então, no meu ponto de vista, sobre o qual pode haver críticas, evoluímos muito em relação à regulamentação anterior, porque quem regulamentava era a própria empresa. Agora, a coleta vai ser feita por uma entidade que tem uma transparência muito maior. E essa transparência, inclusive, está no termo de compromisso assinado pela Price. E a Anatel pode pedir a qualquer momento uma auditoria dos processos e eu mesmo posso fiscalizá-la e continuo fiscalizando a empresa. Portanto, Senador, não existe de forma alguma a transferência de possibilidade de fiscalização.

Com relação à possível... Isso é para a Price. Com relação às multas, tenho um ponto de vista que é o seguinte: a minha área é um pouco *sui generis* na

Anatel. Não sei se V. Ex^a sabe, mas temos, na Anatel, 40 serviços de telecomunicações. Mas geralmente só tratamos de quatro: serviço móvel, serviço fixo, comunicação multimídia, que seria a banda larga, e as TVs por assinatura, que são os *Top 4*, os grandes serviços, que todos fazem. Mas existem 36 outros serviços: móvel marítimo, móvel aeronáutico, rádio táxi, rádio cidadão, limitado privado, limitado especializado, todos pequenos serviços onde as multas e o que acontecia antes...

Eu, por uma regra, não mandava à prescrição do Cadin multas abaixo de R\$1 mil, mas houve uma modificação em relação a isso, até pelo custo da inscrição, porque a inscrição não é feita pela Anatel, mas pela procuradoria federal especializada. Eu, por exemplo, no ano passado, em dois meses, pedi prescrição no Cadin de três mil multas no valor de R\$15 ou R\$20. Quer dizer, as multas pequenas entram nesse patamar, mas nas multas grandes temos o transitado em julgado e as multas grandes entram no Judiciário também. Então, você tem de dividir a Anatel em duas, entre as multas das grandes empresas e uma enormidade em questões de pactos dos pequenos serviços em que ninguém presta atenção. E existem.

O que nós temos de fazer como reguladores é tentar simplificar a vida dos pequenos prestadores de serviços, para que esse peso administrativo seja ao máximo reduzido.

Nós levamos ao Conselho, neste ano, uma modificação da regulamentação do serviço limitado, pessoal, que é assim: eu simplifico 26 serviços da Anatel, diminuo o preço da outorga e diminuo ao máximo a questão de penalização, por quê? Porque eu quero que novos agentes, de alguma forma, em pequenos mercados, prestem serviços de telecomunicações, porque isso é importante, também, para a oferta de pequenos serviços.

O serviço limitado pode ser um grande serviço para os pequenos provedores. Eles podem ter um serviço limitado e custa R\$400,00 a outorga, só. Hoje, geralmente, uma outorga são R\$9 mil. Baixou para R\$400,00 a outorga, todo mundo pode ter, com um regulamento extremamente leve e moderno, possibilitando que esses agentes ofereçam a pequenos nichos serviços de telecomunicações.

Com relação à neutralidade de rede, a Anatel, em alguns regulamentos, nós participamos como, também, apoio técnico nas discussões do marco civil da Internet. Discutimos, quando da publicação do PNBL, em 2010, em que se tentou, na primeira minuta do PNBL, se discutir alguma coisa sobre neutralidade de rede.

Agora, os regulamentos da Anatel já trazem, Senador, alguns itens específicos sobre isso, por exemplo: eu começo a falar que eu não posso ter discrimina-

ção de tráfego – uma grande discussão com relação à neutralidade –, não permitindo que a empresa, de alguma forma, a empresa que detém serviços de telecomunicações, comece a bloquear alguma aplicação.

Então, nós já começamos a incluir isso. No próprio regulamento de qualidade, se o senhor for ver, nós temos alguns itens que bloqueiam determinadas ações de ranqueamento, ou por seletividade, de tráfego por meio da empresa de telecom.

O nosso interesse – essa é uma questão que a gente entende que tem de ser muito discutida, inclusive primordialmente, pelo Legislativo. É uma discussão do marco civil importantíssima e que, de alguma forma, traz, para a Agência Nacional de Telecomunicações, o ponto de vista técnico do setor de telecom.

A lei geral nos traz duas grandes prioridades no art. 2º: universalização, quer dizer, levar serviços de telecomunicações a todos, e competição.

Então, em todos os regulamentos, a Anatel tenta trazer... Inclusive, um regulamento que a gente pode trazer aqui para discutir, Senador Walter, que é o Plano Geral de Metas de Competição, traz exatamente isto: como eu trabalho os agentes de telecom para que eles não bloqueiem os outros agentes que trafegam em cima deles.

Eu não sei, o senhor falou alguma coisa sobre a EILD. A EILD está no regulamento, está tratada, também, no regulamento do Plano Geral de Metas de Competição, permitindo, ou obrigando que as prestadoras com poder de mercado significativo necessariamente tenham de abrir suas redes e oferecer Exploração Industrial de Linha Dedicada, que é a EILD, a preços baratos aos novos entrantes ou às empresas que não detêm poder de mercado significativo.

A parte da comparação entre a portabilidade e a aferição de qualidade, eu entendo que... Reconheço, a portabilidade é uma coisa muito técnica, até porque a portabilidade necessita de alguns parâmetros de rede para funcionar, quer dizer, eu não posso, por exemplo, ter alguma descontinuidade na prestação, porque, aí, eu afetaria a continuidade de prestação de serviço, mas a aferição de qualidade, eu entendo que a escolha ou a determinação da existência de uma entidade aferidora trouxe muito mais transparência à forma que é feita há 10 anos. É uma evolução.

Com relação à entidade de EILD, a ideia que está no PGM – por isso, Senador Walter, falei no PGM –, a ideia da entidade, de transparência, é que ela é uma entidade que vai coletar todos os dados de oferta de EILD e dar publicidade.

A publicidade é uma forma de estímulo à competição. A partir do momento em que tenho publicidade e transparência das ofertas de exploração de linha

dedicada, Senador, eu possibilito que os pequenos provedores saibam exatamente onde está a melhor oferta e possam, por exemplo, exigir isonomia de tratamento. Essa é uma questão que está sendo feita também pela regulamentação.

Especificamente – mais um minuto – com relação à seleção da entidade, que é o alvo desta audiência...

Você poderia, por favor, avançar um pouquinho o *slide*?

O Gipaq é aquele grupo de implementação. O que aconteceu no Gipaq, Senador? Como eu disse, dentro do trabalho do grupo jurídico – e a coordenadora jurídica se encontra aqui –, nós estabelecemos quatro princípios, que seriam: transparência, neutralidade na escolha, isonomia no tratamento e controle externo e interno. Então, a seleção da entidade foi tratada nesses quatro grandes princípios.

Nós, a princípio, tivemos, em janeiro ou dezembro do ano passado, um grande questionamento sobre a escolha direta por esse grupo de uma entidade, sabendo que há poucos grupos que entendem. Nós sabíamos que havia o NIC, nós já tínhamos conversado com a SamKnows; são poucos os grupos que têm a capacidade. Mas a minha decisão, a posição da agência foi a seguinte: dar transparência e possibilitar que, dentro de um termo de referência, todas as interessadas... Isso foi publicado no *site* da Anatel e todos os documentos ainda se encontram lá. E sempre falo que temos que evoluir em relação ao nosso *site*; ele tem muitas informações, mas talvez seja um pouco de difícil achá-las. Mas todos os documentos tratados estão disponíveis lá.

A questão da seleção da Price teve um rol técnico, um rol jurídico e uma questão comercial. Dentro da ação da agência, nós tratamos esses quatro grandes itens. Posso dizer que todas as quatro empresas que entregaram propostas passaram na questão jurídica, não havia nenhuma questionada juridicamente. Existiu, naturalmente, uma relação técnica, de análise técnica das propostas e uma questão comercial em que a Anatel não entrou. Por quê? Porque nós estávamos, primordialmente, tratando do controle interno e externo, neutralidades, isonomia e transparência. Nós exigimos que todos os entrantes tivessem que necessariamente ser empresas desvinculadas das prestadoras de serviço, ter possibilidade de auditorias a qualquer momento que a Anatel pedisse, emissão de relatórios, possibilidade de abertura de todos os dados. Tudo isso foi exigido dentro desse procedimento...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. *Fora do microfone.*) – Quem era o contratado, a empresa operadora ou a Anatel?

O SR. BRUNO RAMOS – Não, quem contrata, quem paga são as prestadoras de serviço. Só que, antes, adicionalmente, quem coletava era a prestadora de serviço como um todo. O que nós estamos fazendo é a coleta de dados. Ela vai ser feita. Tanto que a construção do indicador, Senador, será feita pela Anatel; eles vão me passar os dados brutos de quanto foi o indicador. Por exemplo, vou pegar o caso específico de taxa de chamadas terminadas. O que é isso? Taxa de chamadas terminadas é a quantidade de chamadas que eu tento estabelecer... Por exemplo, se eu ligo dez vezes para o Senador Walter Pinheiro, quantas eu tenho, de alguma forma, que ser atendido? O Senador pode não atender a minha chamada. Mas, teoricamente, eu tenho um número que tem, no numerador, as chamadas que foram atendidas e, no denominador, o número total de chamadas. O que vai acontecer? Essa entidade vai coletar o número total de chamadas estabelecidas e o número total de chamadas atendidas e encaminhar à Anatel esse indicador. A Anatel virá consolidar e, naturalmente, também fiscalizará as prestadoras para bater se os dados estão corretos ou não.

Por exemplo, Senador, eu tenho hoje um sistema interativo em que as empresas me encaminham esses dados. Eu não aceito somente esses dados. Eu vou lá e fiscalizo se, num determinado mês, aqueles dados batem. Se eles não batem, eu sujo todos os encaminhadores que as empresas me encaminham. Então, no nosso entendimento, a coleta dos indicadores estar fora das empresas é uma enorme evolução.

Bem, termino minha apresentação por aqui e me coloco à disposição, caso o Senador e o Senador Walter Pinheiro tiverem alguma outra dúvida. Agradeço muito a oportunidade dada à Anatel de esclarecer esse ponto extremamente importante na prestação de serviços de telecomunicações.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Vamos passar a palavra agora ao Sr. Eduardo Levy, Diretor Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal – Sinditelebrasil.

O SR. EDUARDO LEVY – Bom dia a todos.

Vou iniciar concordando, em tese, com o Demi e com o Bruno. Mas vou citar só num detalhezinho a respeito da ILD, que não faz parte da nossa apresentação. É que a ILD, os preços, na nossa visão, não têm que ser baratos; os preços têm que ser justos. Construir uma rede no Amazonas é muito diferente de construir uma rede no Paraná, por exemplo. Talvez o meio termo seja o Estado do Senador. Na Bahia não deve ser tão caro quanto no Amazonas e nem tão barato quanto no Paraná.

Vou pegar um pouco, porque acho que é um pano de fundo da nossa discussão e discordância, o que apresentamos quando fizemos a nossa contribuição à consulta.

Falar depois às vezes tem vantagens, não é? O Bruno comentou a respeito de preços, de ofertas, etc. E está muito certo. A diminuição da entrada de novos *players* no mercado, com a legislação e a regulação mais simplificada, porque são distintos dos demais, sem dúvida. E ele fala o seguinte: a publicidade é forma de estímulo à competição. Isso é, para nós, um ponto primordial. Nós estamos num mercado acostumado a uma competição ferrenha.

Em fevereiro de 2012, o Brasil atingiu quase 64 milhões de conexões chamadas banda larga, pela definição do Demi. Talvez não a definição que se utiliza. O que é banda larga para um e para outro? De qualquer forma, mais de uma nova ativação por segundo, em 2012. Todos os Municípios brasileiros contam com infraestrutura de banda larga fixa. E temos que ser justos: comparando o menor Município do Brasil com o maior Município do Brasil, em área geográfica, o atendimento a todo esse Município maior de todos traz uma dificuldade muito maior do que o do Município menor, além das questões ligadas às distintas localidades em termos de dificuldades de implantação de qualquer tipo de infraestrutura.

Hoje, já temos quase 2.800 Municípios com cobertura de banda larga móvel, e o mercado exige muito da nossa parte. As obrigações regulatórias levam a 928 Municípios no ano que vem, daqui a um ano. E atingimos hoje 2.769 Municípios.

Como é feita a aferição de qualidade hoje? Eu não vou me ater muito a esse ponto, mas é como o Bruno falou. Nós temos uma discussão, iniciou-se um debate na mídia, e o debate está aqui agora: cabe à empresa fazer a aferição? É assim que o Brasil funciona desde sempre. Desde sempre, os indicadores são coletados pelas empresas e entregues à Anatel.

Pode até parecer um paradoxo, mas, como ele disse, auditorias são feitas, são checados os indicadores. Quando os indicadores não batem com aquilo que a Anatel fiscaliza, ela cria, vamos dizer, um embate e um pedido de apuração. Ela abre um Pado, o conhecido Pado. As empresas hoje têm instrumentos de coleta porque elas precisam aferir o dia inteiro, todo o tempo, a qualidade do serviço que estão prestando. Elas pegam os índices que utilizam e encaminham, mensalmente, para a Anatel. Sempre foi assim, antes da privatização e posteriormente, após a privatização.

Então, talvez, haja uma evolução. Ou, de qualquer forma, há uma maneira diferente de se fazer isso hoje que, talvez, traga até mais transparência do que

já é feito com todos os demais indicadores de telecomunicações no Brasil. As multas que, hoje, são aplicadas às empresas são oriundas de informações que as próprias empresas prestam à Anatel.

A EAQ é a entidade que será responsável por essa qualidade. O regulamento, a resolução fala que se deve proceder à seleção e à contratação, o que foi feito. A EAQ será responsável pela coleta, pelo cálculo e pela armazenagem dos indicadores.

A definição de todos os requisitos – o Bruno comentou aqui – foi feita em conjunto com a Anatel. O processo de escolha considerou critérios técnicos, jurídicos e comerciais, em conformidade com a regulamentação – demoramos 25 dias. Houve a participação de todas as prestadoras e da Anatel.

Foram feitas várias avaliações de grupos independentes, tudo com a participação da Anatel, obviamente. Vários requisitos de habilitação, 75 critérios de propostas técnicas, todos esses índices de linguagem complexa, complicada, como aqueles de que falamos aqui, tudo isso foi considerado apto. Foi disponibilizado um *software* independente agora. E a Price, na nossa visão, foi a empresa que reuniu as melhores condições técnico-jurídicas regulatórias e comerciais.

Há um detalhe em relação à questão da SamKnows, que é uma empresa que não existe no Brasil. Essa empresa está sendo montada no Brasil agora e, acreditamos, vai trazer para o País um ganho muito interessante, em função da experiência que tem. Descobrimos essa empresa quando participávamos da discussão sobre a consulta pública que a Anatel tinha colocado à disposição do mercado.

Procuramos fazer um levantamento de como o mundo fazia sua medição, sua aferição de qualidade e de como o mundo apresentava à sociedade os seus dados, os dados das suas empresas. E o que o mundo mostra é algo muito diferente do que o Brasil estabeleceu. Independentemente de ser certo ou errado, entendemos que, no conceito da publicidade, a forma de estímulo é a competição. A grande maioria do mundo, com exceção de três países que não são tão representativos em termos de mundo, como disse o Bruno, Japão, Reino Unido, Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha, nenhum deles estabelece um valor exato para a obrigação que a empresa tem de apresentar. E, depois, vou procurar falar um pouco sobre o porquê disso.

A gente sempre fala que deve dar exatamente o que contratou para um cliente, mas vou lembrar um pouco o que o senhor comentou, quando conversamos pela manhã: “O Eixão, hoje, estava mais congestionado do que a média”.

A Internet – o Demi comentou – é muito diferente da telefonia fixa por uma série de pontos. A forma como

ela foi construída não traz o domínio de um determinado meio para determinado cliente, como ocorre, por exemplo, na telefonia fixa. A telefonia fixa é muito simples de entender: aquele fio está ligado ali e é só daquele telefone, e ninguém pode utilizá-lo mais. Não há, então, uma distribuição daqueles recursos. É um absurdo a telefonia fixa passar o telefone em casa 24 horas por dia, sendo que, por 23 horas, fica parado, com aquele meio preso à disposição. Isso é um desperdício de recurso. A Internet trouxe uma vantagem muito grande sobre isso: a popularização e o custo mais baixo.

Suponhamos uma estrada como o Eixão, a Marginal do Tietê ou a Avenida Brasil. No conceito da Internet, permite-se que todo e qualquer usuário entre nessa grande rede, nesse grande caminho. O que acontece é que, quanto mais carros entram nessa rede, menor é a velocidade média para todos, independentemente da infraestrutura. Como o senhor comentou hoje, o Eixão é um caso esporádico hoje, tanto é que chamou a atenção. Está com um congestionamento maior. A rede de internet não pode estar permanentemente congestionada, como, por exemplo, a Marginal de São Paulo, que está mais congestionada na média do que o Eixão. Se alguém quiser utilizar aquela pista somente para si, o Eixão tem um meio riscado à disposição de polícia, bombeiros, ambulâncias, etc., à sua disposição, 24 horas por dia. Aquele meio tem um custo maior para a sociedade ou para quem quer seja para poder dispor a todos.

Então, a Internet nunca vai conseguir, da forma como nós montamos, da forma como o mundo montou a internet, oferecer a um cliente que contrata um determinado valor, permanentemente, aquele valor alto. É diferente da telefonia fixa, por exemplo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO LEVY – Não! Nós não criamos objeção. É assim que ela existe. O que nós mostramos, a Anatel, quando discutimos, é que o mundo faz as medidas, mas não estabelece uma meta. O mundo faz as medidas e diz o seguinte: quem quer um serviço de maior qualidade ou maior velocidade ou melhor em qualquer ponto que, na visão do cliente, lhe dará melhor resultado, seja pelo atendimento ou seja pelo que for, pode escolher entre as ofertas disponíveis. O que nós discutimos e apresentamos como argumento foi a forma como estava sendo feita vai naturalmente trazer um incremento de custos, porque as empresas vão ter que fazer ofertas iguais para todos. Não vai haver distinção de qualidade, porque todos terão que oferecer um mínimo daquilo para o cliente, e eu costumo usar como exemplo o meu pai que, com 84 anos de idade, tem uma necessidade de qualidade diferente da minha, por necessidade de serviço. Então, eu me

disponho a pagar um serviço de um valor maior do que ele em tudo, inclusive no aspecto de telecomunicações.

A nossa questão maior foi esta: entendíamos que devíamos fazer como o mundo faz. O mundo apresenta os valores com a maior publicidade possível e, na competição, deixa os clientes fazerem a opção. Nunca nos opusemos a fazer as medidas – as medidas são bem-vindas e devem ser feitas –, mas a exigência de mesma qualidade para todo tipo de cliente onera a rede brasileira sem trazer um benefício maior a todos. Essa foi a nossa visão, que é diferente da visão. É claro! O certo ou o errado depende do resultado que vai dar.

Bom, gostaria de falar um pouco sobre o que o senhor falou de neutralidade de rede.

O setor de telecomunicações tem uma característica basicamente distinta da radio difusão porque nós não vemos o conteúdo. Temos uma caixa fechada em que nós levamos do ponto “a” ao ponto “b” e não devemos interferir em nada disso, desde que haja uma lógica para benefício de todos. Vou dar um exemplo do que ocorreu recentemente com, vamos dizer, a benção de diversos atores.

O sindicato que eu represento tem um assento no comitê gestor. A Anatel também tem assento, o Demi, com o seu notório saber em Internet, respeitado, e diversos outros atores. Somos 21 no comitê gestor. A Anatel, os órgãos de defesa do consumidor e as empresas. Existe dentro das máquinas de computação, no computador de cada uma das pessoas, uma forma de se utilizar para gerar *spam*, para gerar mensagens para todos – o que já se conhece e o Brasil é um grande gerador de *spam*. Vai deixar de ser até o final desse ano. O Brasil é um grande gerador de *spam*, o que gera um custo enorme, porque é um desperdício de rede que fica girando essas informações. Esse local onde é gerado o *spam* e é colocado alguma coisa na máquina através de terceiros, externamente, é conhecido como Porta 25. É o jargão do usuário: Porta 25. A Porta 25 é uma porta que não traz controle maior. Então ela foi inicialmente imaginada para determinado tipo de uso, mas acabou sendo utilizada por quem gostaria de fazer o *spam*. Se nós bloquearmos a Porta 25, vamos ter um ganho enorme no Brasil. Mas bloquear a Porta 25 é, de uma forma ou de outra, uma maneira de tirar a liberdade de determinado cliente de poder utilizar aquela porta da forma como ele queira. Então, para que a rede brasileira toda pudesse ter um ganho de qualidade para todos, os atores – comitê gestor, Anatel, órgãos de defesa do consumidor, para entender o assunto, e operadoras – reuniram-se e assinaram um documento. Nós estamos trabalhando durante o ano de 2012 no sentido de começarmos a fazer o bloqueio, na rede de Internet do Brasil, de qualquer tráfego oriundo da Porta 25. Nós vamos eliminar 90% do *spam* brasileiro. O Brasil é um dos campeões de *spam*.

Isto ofende a neutralidade da rede ou não? É um debate que se tem que fazer. E nós só o fizemos na medida em que todos esses atores participaram e assinaram determinado documento. Inclusive o órgão de defesa do consumidor, para entender que quando um consumidor venha reclamar que a sua Porta 25, que ele está tentando utilizar, não está tendo acesso à rede é porque houve uma ação nacional brasileira para impedir que isso ocorresse, em benefício de todos. Então há um cuidado que tem que ser tomado. Não é uma iniciativa que a empresa pudesse fazer e nem deveria fazer, mas é uma ação feita de tal forma que traga maior benefício a todos.

Eu falei do parceiro técnico. Na questão da OI, o próprio Bruno respondeu. Quer dizer, a OI, como todas as empresas, tem essa mesma visão que nós temos. E ela depois foi mais contundente ao colocar essa questão que foi feita.

Em relação ao Fistel, agradeceria muito que esta Casa colaborasse conosco no sentido de que o Fistel pagasse esse serviço. E não são dois bilhões que nós arrecadamos no ano de 2011. Até novembro foram 3,6 bilhões. Vai dar quatro. É o dobro do que o senhor falou.

O Fistel foi criado para fiscalizar o serviço de telecomunicações, para dar recursos à Anatel para fazer isso. A Anatel não recebe 10% desse valor para fazer a fiscalização. O custo disso recai sobre a sociedade. Cada vez que se ativa um telefone celular pré-pago que vai gerar uma conta de R\$6,00 ao mês, a ativação desse serviço gera R\$26,00 para o Estado brasileiro. E, a cada ano, a renovação em torno de R\$16,00. Não é justo que se faça isso.

Quando se acrescenta esse custo dessa entidade por parte das operadoras, não há uma forma de se fazer a não ser isto: ir ao serviço, o que não é justo. Nós estamos aqui lutando, brigando pela redução de impostos, de taxas, e estamos acrescentando um custo. Esse custo poderia muito bem ser financiado pelo Fistel. Até porque é para fiscalizar; é para isso mesmo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Vamos para o próximo.

Eu só pediria algo aos oradores. Eu estou sendo benevolente com o tempo, mas não dá para ser nem tanto, nem tão pouco.

O SR. EDUARDO LEVY – Senador, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Agora é o Diretor de Projetos e de Desenvolvimento do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR – NIC.br, Sr. Milton Kaoru Kashikawa.

O senhor tem a palavra.

O SR. MILTON KAORU KASHIKAWA – Agradeço o convite.

Vou tentar, durante a apresentação, responder a algumas ponderações que o Senador Aloysio fez. (Pausa.)

Eu sou diretor do projeto do NIC.br, que é uma instituição sem fins lucrativos. O meu papel é fazer os projetos que visam fomentar o desenvolvimento de serviços itinerantes no Brasil.

Termos vários projetos sendo conduzidos. Um deles é essa parte de medição de qualidade. Estamos nesse processo de medição de qualidade desde 2006. Fizemos trabalho para o Idec de São Paulo, em 2007. Temos parceria com o pessoal do Ripe, que é quem cuida da parte de distribuição dos endereços e IPs europeus. Em função disso, colocamos vários boxes de medição dentro das operadoras. Temos uma versão nacional desses mesmos TTM-box no Brasil, chamados Samas. Colocamos vários pontos de medição dentro das sedes dos principais ASS, e os medianos, e estamos tentando espalhar isso para todos os sistemas autônomos que estão existindo aqui.

Dentro dessa parceria eu gostaria de mostrar para vocês aqui um pequeno computador.

Isso daqui, por incrível que possa parecer, é um computador. Então, temos condições de embarcar *softwares* aqui dentro. Isso daqui é suficiente para poder fazer algumas medições. Não é suficiente para fazer alguns tipos de medidas, como velocidade, mas é perfeitamente possível de fazer latência unidirecional, aliás, RTT, Jitter, perda de pacotes, disponibilidade e traceroute. Latência unidirecional ele não faz, mas é um computador.

Nós somos aqui creditado por alguns laboratórios, a Info-exame é uma delas.

Temos aqui um mapa de qualidade. Todos os resultados são coletados por um Simet. Essa posição, essa localização é fornecida pelo usuário quando informa o CEP.

Aqui colocamos as informações.

Então, esse é um cenário que temos no Brasil de todas as informações que são coletadas via *software* de medição.

Queria salientar que o processo do Inmetro gerou esses processos mínimos de qualidade que hoje são utilizados nas Resoluções nºs 574 e 575. Ele estabelece a altura da vara. Se você imaginar um salto com vara, ele estabelece essa altura. E isso foi importante porque, em uma comparação com os copinhos que são utilizados para beber água, se eles forem muitos finos, acabam vazando. Então, tem que se estabelecer um mínimo de qualidade para poder ter – digamos assim – o mínimo de condições para que o usuário possa navegar.

Então, esses critérios foram estabelecidos, e há muito mais critérios do que os estabelecidos na Resolução.

Aqui temos também que endereçar alguns aspectos da parte de neutralidade de rede. Na parte de servidores de DNS, temos detectados alguns abusos. Todo teste é igualzinho ao exame de sangue: se não se faz direito, não se detecta aquela doença. Durante a medição, fizemos de certa maneira que não detectamos. Vimos, digamos assim, um tempo de resposta enorme sobre consultas de domínio que estavam sendo feitas, mas sabíamos a causa. Naquele momento não conseguíamos detectar a causa, mas hoje nós já sabemos.

Aqui é o esquema que foi adotado. Saliento que as medições foram sempre feitas, através do ponto de troca de tráfego, no equipamento que está no sistema autônomo, que é uma rede de administração autônoma e diferente daquela rede que estava sendo medida. Esse é o ponto que a gente põe aqui e que é importante, porque, se não fizemos dessa maneira, ficamos sujeitos a resultados que podem ser mascarados. Isso foi divulgado.

Só para vocês terem uma ideia, fomos chamados para discutir as métricas de banda larga junto às instituições como a OECD/FCC, em Washington. Apresentamos nosso esquema de medição, que foi muito bem aceito.

Só para vocês entenderem, aqui, no Brasil, temos uma diferença em relação a qualquer outro país. Se pegarmos os acessos de Internet e banda larga fixa, 94% dos assinantes só tem um computador na casa deles. É muito diferente do que qualquer cenário no mundo.

Obviamente, já foi explicado aqui. O que nos estranhou nesse processo, só para vocês entenderem, é que um representante do Gipaq, estranhamente, é Presidente do Conselho da ABR Telecom. Isso nos estranhou.

Quero, aqui, salientar alguns pontos. Por que o Gipaq juntou as duas resoluções, SCM e SMP, sendo que são tecnologias distintas? São recursos de transporte aos montes, enquanto o SMP tem limitações. Também há várias interferências que acabam afetando a medição da qualidade.

Os termos que a Anatel utiliza para a SCM, para a velocidade, são de um tipo, mas, no SMP, é taxa de transmissão, já indicando que são coisas diferentes. O Gipaq, por enquanto, está composto só por empresas de Telecom que prestam SCM e/ou SMP e Anatel. Foi isso o que direcionou toda essa escolha. A Anatel tinha e tem mecanismos para torná-lo multistackholder e poderia exercitar isso antes de começar essa solução. Multistackholder é quando você tem representantes de vários setores da sociedade. Não tem só representantes das indústrias de telecomunicações, quer dizer, das operadoras. Você pode chamar outras instituições para participar desse modelo e ajudar no processo.

Durante esse processo, nos deram um dia para que a gente colocasse as dúvidas, esclarecimentos e questionamentos sobre o que estava sendo pedido na solicitação de propostas. Fizemos mais de trinta questionamentos, em um dia. Dentre esses, há alguns que a gente acabou notando que estavam, vamos dizer assim, se direcionando nitidamente para uma solução conhecida no mercado. A Samhnows é bastante conhecida no mercado. Eram características de solução que estavam atendendo como a Samhnows faz. O Requisito nº 22, que é uma delas, dispõe sobre isolamento de tráfego da forma como Samhnows faz. Na hora em que a gente fez aquele estudo junto com o Inmetro, com a Anatel, a gente acabou usando equipamento dedicado na ponta do usuário. O acesso, então, era totalmente dedicado para aquela medição.

Todos esses questionamentos, aqui, foram ignorados.

Aqui diz respeito ao uso de um roteador, que você pode encontrar no mercado, mas tem que alterar o *software* para fazer essas medições. São características da Samhnows que estavam sendo bem avaliadas, mais ponderadas do que as outras.

Tinha alguns itens que acabaram demonstrando que são características de propostas conhecidas.

Isso aqui também diz respeito à característica desse roteador. Pelo menos três itens desse quesito, foram bem avaliados.

Em relação ao *software*, diz claramente que o cliente poderá consultar o seu histórico de medições armazenado ou localmente. O NIC faz centralizadamente, justamente para poder gerar aquele mapa de qualidade.

Isso aqui estava sendo bem pontuado. A gente também questionou, mas eles, simplesmente, disseram que deveria esclarecer. Era conhecida a maneira como a gente faz.

Houve, então, a divulgação. Na divulgação o que a gente viu? Nós temos o Simet, e o que foi colocado lá é o Speedtest. O Speedtest – se você for lendo o artigo 10 – não tem a localização da medição, não faz a velocidade instantânea do jeito que é definido no SCM, não faz variação de latência, não tem taxa de perda de pacote, a média das medições realizadas não é apresentada. Então, esse *software* aí é o *software* que acabou sendo disponibilizado em 120 dias, que era aquele da data de 28 de fevereiro. Então, a gente questiona aqui por que a Anatel coloca no seu *site* o Simet, que depois é substituído pelo Speedtest, que não atende o artigo 10 do jeito que está descrito aí. Mais um agravante: a medição tem de ser feita num servidor no ponto de troca de tráfego, coisa que não está sendo feita.

Então, é difícil aceitar que um *software* de medição, que deve obedecer ao que consta de um artigo muito

bem definido, não atenda o que o artigo está dizendo. Por quê? A velocidade, do jeito que está descrito no SCM, é capacidade de transmissão de informação multimídia expressa em *bits* por segundo. Quando a gente fala em multimídia, a gente tem várias literaturas que vão endereçar tráfego TCP e UDP, que é um jargão técnico na Internet que, simplesmente, se você pensar grosso modo, é transferência de arquivo num caso e, no outro, é utilizado para você passar aplicações utilizando recursos de vídeo, de voz, o que é muito comum aí. Então, a medição deveria ter obrigatoriamente as medidas TCP e UDP, quer dizer, medir transmissão de arquivo e medir o que a gente chama de tráfego multimídia, coisa que não faz. E mais ainda: o *software* Speedtest simplesmente faz medição utilizando o protocolo http, que é utilizado com porta 80, facilmente cacheado – os meus técnicos conseguem fazer alterações nessas medições facilmente simplesmente colocando um cache dentro de qualquer rede. Portanto, não atende o artigo 10.

Já falei sobre o conceito de ponto de troca de tráfego. Está descrito lá no SCM e no SMP o que é o ponto de troca de tráfego e, durante essa requisição de proposta, acrescentaram algumas palavrinhas que deturpam totalmente o conceito do que seja o ponto de troca de tráfego. Então, se a gente ilustrar o jeito que é feita a medição utilizando um ponto de troca de tráfego de fato... Você tem lá o servidor de medição dentro de um sistema autônomo diferente daquele sistema autônomo que está sendo medido. Do jeito que foi alterado, o servidor de medição pode ser dentro da rede do *autonomous system* que está sendo medido aí, ou seja, ele pode estar medindo simplesmente a qualidade de um equipamento. Quer dizer, o assinante chega nesse equipamento e o medidor está lá. Essa também é uma coisa que a gente salienta.

Sobre os indicadores de rede: a gente tem lá os equipamentos dedicados. A gente acaba percebendo que há um direcionamento para equipamentos que a gente chama de *routers*, com tecnologia embarcada.

Mais uma coisa que a gente queria salientar aqui: o critério que estabelece que as amostras coletadas devem ser estatisticamente válidas e representativas de todas as faixas de velocidade. Quer dizer, a SamKnows – é conhecida no mundo inteiro, divulga o que ela faz – usa um critério que abre para que haja a adesão de voluntários e, dentro dessa adesão de voluntários, seleciona e passa a medir a partir daí. Essa metodologia não garante que isso possa ser generalizado. Isso não garante que essas medições feitas com esses voluntários possam ser extrapoladas para o universo inteiro.

Então, nós aqui, por termos toda uma equipe, que é o Cetic, que agora está sendo certificado pela Unesco, fizemos todo o embasamento teórico, técnico,

em relação aos procedimentos estatísticos, que não foram sequer avaliados. Quer dizer então que, nesse processo de avaliação, foi totalmente ignorado, e a gente questiona... Realmente, a seleção de amostra utilizando voluntários que se propõem a fazer a medição... Quer dizer, você pode selecionar uma população que não vai representar o todo.

Isso encerra a minha apresentação, mas queria falar um pouquinho mais sobre o que o Senador Aloysio nos perguntou: se o NIC poderia ser o órgão certificador da Entidade Aferidora da Qualidade.

Nós aqui, durante o processo, estamos frequentemente em contato com o Inmetro, e o Inmetro tem um processo de certificação. Nós estamos trabalhando junto ao Inmetro para que certifique o nosso procedimento. Quer dizer, esse mesmo processo de certificação vai exigir que a gente monte um laboratório com certas características, e esse mesmo laboratório, com supervisão do próprio Inmetro, pode ser utilizado para fazer a certificação desse processo de mediação. Estamos trabalhando nisso.

Obviamente, nosso interesse vai além de simplesmente fazer a medição da banda larga, estamos medindo os sistemas autônomos, estamos bastante atentos à parte de neutralidade de rede para que possamos detectar possíveis abusos. O critério de medição, por exemplo, nesse tráfego UDP, que a gente chama de tráfego multimídia: a ideia surgiu pelo fato de que, no passado, houve até alguns questionamentos em relação a operadoras que estavam bloqueando o tráfego de voz. O tráfego de voz é basicamente UDP, que é multimídia.

Então, a gente fez questão de fazer essa medição e, hoje em dia, a gente desconhece qualquer *software* de medição no mundo que faça a medição UDP. Nós aqui somos pioneiros nisso.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Nós quem?

O SR. MILTON KAORU KASHIWAKURA – Nós, o NIC.

Estamos abertos às perguntas após a colocação dessas ponderações feitas em função do processo que foi conduzido.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Ok, muito obrigado.

Vamos passar a palavra agora ao Sr. Luiz Eduardo Ganz Viotti, sócio e consultor da PriceWaterhouse.

O SR. LUIZ EDUARDO GANZ VIOTTI – Primeiramente, bom-dia.

Muito obrigado pelo convite, Sr. Aloysio Nunes, Senador Walter Pinheiro, Presidente da Mesa.

A Price é uma empresa que está no Brasil já há bastante tempo. A gente, com muito orgulho, participou

dessa concorrência, e a apresentação visa demonstrar um pouco o nosso posicionamento em relação a essa concorrência, que foi uma concorrência, vamos dizer, pública, e como a gente se posiciona em relação a esse tema.

Por favor, primeiro *slide*.

Aqui, basicamente, é um sumário do processo de que a gente participou.

Esse processo começou em 18 de janeiro. Recebemos uma requisição de proposta, assim como os outros proponentes, e decidimos participar desse processo. A gente já tinha, na Inglaterra, um contato bastante forte com uma empresa que é a nossa parceira tecnológica, a SamKnows – já fizemos outros projetos com eles em outros locais do mundo –, e, a partir daí, começamos a preparar a nossa proposta para podermos ser competitivos nesse processo. Dia 19 de janeiro a gente já fez um primeiro pedido de esclarecimentos ao GipaQ. Em 23 de janeiro recebemos esses esclarecimentos para que pudéssemos nos preparar melhor para podermos ser competitivos. Dia 1º de fevereiro, portanto treze dias depois do recebimento da ORFP, entregamos a nossa proposta ao GipaQ em Brasília. Entre 8 e 13 de fevereiro tivemos oportunidade de esclarecer alguns pontos relacionados à proposta técnica – é o documento B. 16 de fevereiro foi a data final para esclarecimentos da proposta comercial. Fomos convidados à sede do Sinditelebrasil, onde o GipaQ se reuniu no Rio de Janeiro no dia 23 de fevereiro para falarmos sobre a proposta comercial, assim como os demais proponentes tiveram essa oportunidade – foi-nos dada uma hora, uma hora e meia para apresentar os detalhes da proposta comercial da PwC/SamKnows. Dia 28 de fevereiro recebemos, então, a comunicação de que tínhamos sido adjudicados, ou escolhidos, para ser a Entidade Aferidora da Qualidade no Brasil. Em 29 de fevereiro, ou seja, no dia seguinte, a gente já estava aqui em Brasília definindo os termos para que a gente pudesse, a partir desse dia, já assumir esse papel. Então, temos hoje um termo de compromisso firmado entre a PwC, as operadoras e a Anatel, que são representantes do GipaQ.

Não vou me ater muito a esse *slide*, porque já foi falado qual é o objetivo da Entidade Aferidora da Qualidade e que nós temos de atender os dois regulamentos, as duas resoluções – a 574 e a 575, uma que trata da gestão da qualidade do SMP e a outra do SCM. Basicamente, são dois temas principais: aferição dos indicadores de rede e o *software* de medição da qualidade da banda larga.

Em relação ao *software* de medição da qualidade da banda larga, eu tenho a dizer que nós colocamos no ar ontem o *software* da EAQ. O *software* que foi colocado o ar no dia 29 era um *software* que atendia algumas especificações – acho que o Bruno pode comentar um

pouco mais a respeito disso depois –, mas não era o *software* que foi desenvolvido pela EAQ com esse fim, até porque a gente assinou o termo de compromisso no próprio dia 29 – não teríamos como disponibilizar uma ferramenta para atender o regulamento nesse mesmo dia. Então, colocamos ontem no ar, e as operadoras e a Anatel vão divulgar hoje onde os usuários podem acessar para testar a qualidade de sua banda larga. Eu posso garantir que todos esses comentários feitos pelo representante do NIC.br estão 100% atendidos na ferramenta que foi colocada ontem, inclusive quanto a utilizar UDP para poder fazer esse tráfego. Então, é uma questão de a gente... Foi colocado no ar ontem já, em beta teste, e vai ser aprimorado nos próximos dias.

Obviamente, com a responsabilidade que temos, a partir do momento em que fomos adjudicados, vamos procurar monitorar e gerenciar a qualidade desses indicadores de rede e, como vamos ver um pouco mais adiante, vamos ter um prazo para fazer isso. A partir de 1º de novembro, a Entidade Aferidora da Qualidade vai ter de divulgar relatórios periódicos e, até lá, nós vamos ter reuniões periódicas para garantir que todo esse processo seja conduzido de forma aderente às resoluções já mencionadas, juntamente com o Gipaq obviamente.

Falarei um pouco de por que a gente fez essa parceria com a SamKnows – e aqui estou falando tanto em nome da firma brasileira quanto da inglesa; alguns sócios meus estão presentes, inclusive o sócio da firma inglesa, o Alastair, que será nosso parceiro nesse empreendimento.

A gente entende que tem conhecimento do mercado brasileiro de telecomunicações – daqui a pouco vou falar sobre os projetos que a gente tem conduzido nos últimos anos –; conhecemos projetos de grande porte em telecom – a gente tem feito diversos projetos de operações, de infraestrutura –; com bastante profundidade, conhecemos a regulação brasileira de telecom, porque a gente vem atuando desde a criação da Anatel em projetos bastante específicos; e a gente também tem uma área bastante forte aqui no Brasil que trata de *outsourcing*, de *information technology*, de *back office* etc. Portanto, temos experiência em conduzir empreendimentos semelhantes ao que vamos ter de conduzir com a instalação da EAQ no Brasil.

A firma inglesa, representada aqui pelo meu sócio Alastair Macpherson, tem profunda experiência no setor de telecomunicações no mundo inteiro, eles são o nosso *hub* de conhecimento de Telecom – o Alastair é consultor em mais de trinta países no mundo em assuntos regulatórios, em assuntos técnico-operacionais e tem bastante experiência em casos semelhantes a este junto com o nosso parceiro SamKnows, na Europa principalmente.

A SamKnows dispensa apresentações em relação a este tema específico.

É uma empresa relativamente jovem, foi criada em 2007, e foi criada sob a égide do Ofcom, que é o órgão regulador inglês, que, ao conhecer a solução que a SamKnows estava desenvolvendo, chamou a SamKnows para desenvolver junto com eles, junto com o Ofcom, um primeiro projeto de medição da qualidade da banda larga na Inglaterra e, a partir daí, divulgar relatórios periódicos, como foi dito pelo Levy, para que os usuários pudessem ter segurança de quais seriam as melhores operadoras em relação àqueles indicadores de qualidade e pudessem fazer suas escolhas de forma independente. A partir daí, a SamKnows expandiu bastante a sua atuação e hoje é uma empresa global. Está sediada em Londres e tem uma metodologia absolutamente testada e comprovada em diversos países, como eu vou mostrar a seguir.

Falarei um pouco da firma da qual eu sou sócio.

Estou nessa firma desde 86. Metade da minha carreira foi na auditoria, outra metade – os últimos doze anos –, na consultoria. Eu respondo pela área de consultoria em telecom no Brasil. Nós somos 160 sócios. Essa empresa foi criada em 1915.

Aliás, há um fato curioso sobre isso. Eram dois ingleses passando pelo Brasil que iriam abrir um escritório em Buenos Aires – Buenos Aires era realmente o centro da América Latina naquela época. Um desses sócios ingleses, passando pelo porto do Rio de Janeiro, resolveu ficar e disse: vai você para Buenos Aires; eu vou ficar aqui, porque acho que aqui tem negócio. Cinco gerações de sócios depois – e eu sou um deles: Otávio Maia que aqui está presente, é outro; Richard Buarque, também aqui presente é outro. Temos hoje 4.700 profissionais no Brasil; 17 escritórios e temos uma liderança incontestada – não somos nós quem o dissemos, pois todas as publicações especializadas nos colocam como líderes incontestados no mercado de auditoria e também no mercado de consultoria em assuntos regulatórios no setor de telecomunicações.

E aqui eu queria fazer um parêntese e mencionar alguns projetos que a gente tem conduzido. Nesse setor de telecomunicações, desde o advento do PGMU, Plano Geral de Metas e Universalização – para aqueles que não estão tanto no setor –, nós temos trabalhado como certificadores para as operadoras contendo como cliente final a Anatel. Ou seja, a gente trabalhou bastante na época para certificar as metas de universalização; fomos contratados em debates bastante polêmicos no setor em relação à precificação de co-billing entre as operadoras fixas locais e as operadoras de longa distância, na época. Fomos contratados, a pedido da Anatel, pelas operadoras, na discussão da VU-M, que é terminação fixo-móvel. O preço da terminação fixo-móvel no Brasil

ainda está em debate até hoje, e nosso relatório é considerado um pilar desse debate há mais de cinco anos.

Temos feito toda implementação da Resolução 396 no Brasil, que trata de custos regulatórios. Para todas as operadoras nós trabalhamos, praticamente, e a Anatel nos reconhece como uma empresa que tem especialidade nesse tema. Quando a gente foi convidado a participar da licitação (porque a Anatel contratou uma consultoria no passado para poder apoiá-la), no credenciamento das operadoras, nós mesmos nos retiramos desse credenciamento pelo fato de termos apoiado todas as operadoras na criação de seus processos de custeio dos elementos de rede. Então, à época, não participamos pelo lado da Anatel e estaremos sendo certificados (vamos chamar assim) pela consultoria que a Anatel contratou.

Há diversos outros temas que nós temos participado como na discussão agora do Plano Geral de Metas de Competição. Nós demos nossa contribuição na consulta pública; na questão da Resolução nº 477, que trata de bens reversíveis e que é um tema também bastante polêmico e que nós estamos fazendo trabalho para diversas operadoras, com o acompanhamento sistemático da Anatel sobre a qualidade do que está sendo feito pela PwC junto às operadoras. Tudo isso é para dizer que a gente está no setor, que a gente conhece os *players* e que a gente tem de atuar de forma bastante independente nesse setor.

E já tentar endereçar... A pergunta do Senador Aloysio em relação a nossa independência e o fato de estarmos sendo pagos pelas operadoras e, ao mesmo tempo, tendo de prestar serviços que podem não agradá-las... Esse é nosso negócio, Senador Aloysio. A gente está há 100 anos no Brasil, sendo auditores das maiores empresas brasileiras, durante todo esse período. Somos pagos por elas e não somos pagos para dar boas notícias. Muitas vezes a gente é pago para dar má notícia – e a gente continua dando essa má notícia, se não a gente não estaria há 100 anos no Brasil e não seríamos reconhecidos pelos próprios competidores pois, de acordo com as revistas especializadas, nossos competidores reconhecem que a marca PwC remete integridade e confiabilidade. Portanto, nós somos muito cavalheiros nessa questão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O senhor me permite uma interrupção?

O SR. LUIZ EDUARDO GANZ VIOTTI – Claro.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu deixei muito claro, quando fiz meu questionamento, de que não coloco em dúvida a idoneidade da Price, de jeito nenhum! Conheço a história da Price, conheço os trabalhos da Price... Eu me referi ao método! Eu acho que não haveria nenhum tipo

de questionamento se a própria Anatel contratasse o serviço. Entendeu? É esse o problema. Pode... Essa dúvida já foi levantada pela imprensa. Eu estou aqui focalizando objeções que foram feitas no momento em que esse processo se iniciou. E eu considero que a Anatel, tendo recursos e sendo essa sua função, deveria ser (digamos assim) a contratante dos serviços da empresa ou do organismo encarregado de fazer esse serviço. Essa é a questão. É o método que pode ser mais ou menos legitimador, mas, em nenhum momento, estou levantando qualquer dúvida quanto à idoneidade e competência da empresa que o senhor representa.

O SR. LUIZ EDUARDO GANZ VIOTTI – Muito obrigado pela colocação. Realmente, com esse sentido, eu não tenho como endereçar essa questão, porque eu participei de um processo que não foi elaborado por nós. Então, a gente é partícipe do processo.

Próximo.

Aqui só alguns exemplos de países em que nosso parceiro de tecnologia *Sa Nostra* tem trabalhado, desde 2008/2009, na Inglaterra; desde 2010, nos Estados Unidos; 2011, na Comunidade Europeia e em Cingapura e, a partir de agora, neste ano de 2012, no Canadá também. Aqui mostra um pouco as bandeirinhas nos países em que a *Sa Nostra* tem atuado na mediação da qualidade da banda-larga. Nós estamos falando, neste momento, de cerca de 50 mil usuários sendo medidos no mundo inteiro. Esse número está crescente. Eles acabaram de fechar contratos com outros *players* no *middle east* e hoje são uma empresa realmente global.

Aqui (não é para ler, mas só para saber que existe) recomendações da Ofcom... O material estará disponível para vocês. Desculpem-me o tamanho da letra. É uma Carta de Recomendação da Ofcom, que é um órgão regulador inglês, onde o diretor de qualidade de banda-larga atesta a qualidade do que está sendo feito pela *Sa Nostra*, demonstrando toda qualidade desse serviço prestado. Em seguida, a Carta de Recomendação da FCC, que é órgão regulador americano, também pelo gerente geral de qualidade da banda-larga, atestando a qualidade do serviço prestado e dizendo que recontrataria a *Sa Nostra* para prestar os mesmos serviços porque atenderam todas as especificações tanto técnicas quanto em cronograma no atendimento das resoluções específicas.

Aqui são três datas importantes que eu trago aos senhores. O compromisso nosso, enquanto entidades (da PwC e da *Sa Nostra*), como parceiros, de atendê-los. Já atendemos o primeiro compromisso que tivemos com a Anatel (e que foi ontem), 21 de março. O *site* está no ar. Nossa aplicação está funcional e poderá ser acessada por qualquer usuário da Internet brasileira a partir de hoje. Não vou dar aqui a URL, pois não

me cabe isso, as operadoras farão isso em seus sites, como também o fará a Anatel.

Em 31 de julho, a gente tem de estar com a infraestrutura de testes pronta – a gente está trabalhando para isso. Nesta semana inteira, a gente já teve diversas reuniões no âmbito do Gipac, nos grupos de trabalho I e II – e que já foram mencionados antes. Eu estou com parte de minha equipe, neste momento, reunida com representantes das operadoras e da Anatel para discutir o plano de trabalho e para que a gente possa chegar ao Plano Amostral, já mencionado. Obviamente, esse Plano Amostral irá considerar validações estatísticas. Temos estatísticos em nosso grupo, a gente vai usar diversas metodologias que serão detalhadas nos meses de março e abril.

Qualquer recomendação é muito bem-vinda. Está no Gipac, no Comitê Executivo do Gipac; portanto, poderá entender o Plano Amostral que nós estamos preparando e vai poder influenciar nesse Plano Amostral e qualquer recomendação será muito bem-vinda.

Dia 28 de outubro, portanto, é uma data final. O Manual de Operações tem de estar pronto e operativo para que, a partir de 1º de novembro, a gente possa efetivamente medir, com base não só da *Web*, porque isso já está disponível hoje, mas com base em equipamentos que serão disponibilizados nas casas dos usuários e em locais pré-definidos por nós (fixos e móveis) para que a gente possa gerar relatórios de forma completamente independentes e sigilosos com relação aos dados, base desses relatórios, para a Anatel e as operadoras tomarem as medidas necessárias.

Agradeço muito o tempo de vocês e estou à disposição para perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Tempo solicitado aqui, Aloysio, só para ele fazer uma ponderação. Não sei se o senhor...

O SR. DEMI GETSCHKO – Minha ponderação não é evidentemente nenhum tipo de questionamento técnico. A gente vê que, na verdade, o que foi solicitado à época não estava completo, mas nada impede que possa ser construído a contento.

Meu comentário é simples. A Ofcom, órgão regulador inglês, em 2007, ao precisar medir banda-larga estimulou a criação de uma empresa, a *Sa Nostra*, que fez o serviço com competência. No Brasil, temos trabalho na área, mas, de alguma forma, não estou querendo ser nem chauvinista nem nacionalista, nós preferimos apoiar um trabalho que foi feito fora... Nós temos trabalho anterior... Em 2006, já tínhamos serviços na área feito pelo Comitê Gestor, via Unic – e a Anatel conhece isso.

Complementando, como foi bem dito pelo Milton também, o FCC chamou Milton e Alexandre para explicarem o método lá fora, como era a banda-larga, em meado do ano passado. Então, há uma fertilização

cruzada e há, digamos, um reconhecimento de que tem sido feito coisas na área. Evidente que não se precisa usar uma solução nacional em todos os casos, Nós, lamentavelmente, não fizemos o que a Inglaterra fez em 2007. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – O Senador Aloysio quer fazer alguma ponderação, uma réplica ou...?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu só lamento essa concomitância de audiências públicas, Senador Walter Pinheiro e preza-dos convidados, porque um tema dessa importância e a qualidade das posições mereceriam Casa cheia. Mas, infelizmente, nós temos hoje duas audiências públicas ao mesmo tempo em que esta se realiza. Assim, infelizmente, não temos um número mais elevado de Senadores interessados neste tema. Seguramente, há muitos colegas nossos muito interessados e a presença deles na audiência pública, ontem, é a prova disso.

Mas eu quero agradecer a qualidade das exposições. Tenho ainda algumas dúvidas que poderão ser esclarecidas mediante requerimentos de informações. Acho que nós devemos acompanhar esse processo aqui de nossa Comissão. Seria importante que as etapas, que foram enumeradas pelo representante da Price, fossem acompanhadas por nossa Comissão de Ciência e Tecnologia. Há objeções que foram formuladas pelo NIC.br e que são mais dirigidas à Anatel. Eu não tenho condições de opinar sobre os temas que o senhor levantou, mas, seguramente, a Anatel tem respostas para isso. Nós vamos nos servir, inclusive, de sua intervenção para formular os requerimentos de informação, de modo que possamos ter a mais completa instrução sobre esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Senador Aloysio, obviamente eu lamento, porque acho que este tema é um tema... Realmente, eu continuo insistindo com o fato de ele não ser um tema periférico, mas um tema decisivo para não só a estrutura de comunicação, mas também para a economia em nosso País. Portanto, a aferição da qualidade não é somente uma questão de retórica.

Vou até tocar em alguns pontos, se V. Ex^a me permitir. É importante aproveitarmos o que aqui foi exposto e o que existe como possibilidade efetiva de esta Comissão agir à luz de uma audiência pública. Esta é outra preocupação: ao encerrarmos uma audiência pública, é fundamental que apontemos as consequências e os caminhos a serem trilhados.

Eu queria levantar alguns aspectos que aqui foram abordados, Senador Aloysio, e que ainda me preocupam muito. Quando tratamos das questões dos usuários e das operadoras, quando tratamos do debate sobre

o que acontece com o processo tecnológico, sobre a legislação e sobre o cumprimento dessas questões, temos enfrentado diversas dificuldades.

Legislamos aqui sobre esse tema, mais detalhadamente, em 1997. Portanto, na própria exposição da Anatel, podemos ver que há uma mudança substancial. O foco de 1997 se dava na voz, basicamente. Não vou dizer que, hoje, essa seja a menor tarefa, mas é uma tarefa que não representa mais o desafio a ser cumprido pela Anatel neste quadrante da nossa história. Até por conta disso, como disse bem o membro do Comitê Gestor, a nossa legislação não pode ser engessada, mas, por outro lado, com o avanço tecnológico se processando, corre-se o risco de se entregar, permanentemente, certo poder à Anatel e de, ao mesmo tempo, fragilizar a Agência no que diz respeito à sua tarefa.

Uso como exemplo, Senador Aloysio, a história do serviço de comunicação multimídia. Eu me recordo que, à época, debatemos muito isso, dizendo: “Nessa regulamentação, nessa pequena sigla, cabem diversas coisas”. Então, em nome de serviços de multimídia, quase trabalhamos com a burla. Isso vai permitindo uma fragilidade na ação da Agência.

Então, quando trabalhamos a qualidade desse serviço, a Agência pode nos informar: “Tenho 40”. Ou, se abrirmos isso, na realidade, vamos encontrar um universo de mais de 80, porque haverá um desdobramento ou a necessidade de acompanhamento. Mas, no fundo, o foco acaba caindo em três ou quatro áreas que têm visibilidade. E aí me refiro, por exemplo, à área de radiodifusão, que tem um peso enorme do ponto de vista da sua capacidade de pautar e de agendar. Então, a pressão desses *players* é muito maior, e há baixa pressão por parte da sociedade.

Eu poderia separar, quanto ao que o senhor levantou aqui de forma muito correta, Senador Aloysio, essa questão da banda, da faixa que utilizamos. Continuo extremamente preocupado, porque acho que o debate que estamos fazendo nessa área ainda guarda uma relação de conflito entre a Agência e os operadores. É óbvio que, para os operadores, interessa a utilização de uma faixa de frequência para operar numa melhor largura de banda, poderíamos dizer assim, numa linguagem mais simples para quem está nos ouvindo.

É preciso que haja mobilidade para se ampliar a estrada que foi citada aí. Tenho certa divergência com relação ao que disse aqui o representante do Sinditelebrasil, o Eduardo Levy. Na ampliação de uma estrada diferente de uma infovia no sentido físico, há outro tipo de intervenção. No caso da infovia, ou seja, de uma estrada em que se depende de maior largura de banda, eu dependo também de outra coisa que é o princípio básico desse setor. É diferente de uma simples licita-

ção para eu contratar uma máquina, uma patrol, ou indenizar quem está à margem da estrada e alargar...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Ou, então, dizer: “Você não pode entrar nessa estrada, que é o controle de tráfego.” Quem faz o controle de tráfego?

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Há algumas sutilezas e complexidades. Por exemplo, nós estamos discutindo agora, no mundo inteiro, Aloysio, essa coisa da padronização de uma nova tecnologia que efetivamente determinará esse aspecto da competitividade, da escala e ela não pode vir desacompanhada, dissociada desse aspecto da qualidade. Aí entra na questão que muito bem o senhor colocou, da publicidade e da informação – que é diferente.

Uma coisa é a publicidade que faz um operador me oferecendo X mega, outra coisa é como eu faço a partir da leitura dessa qualidade como usuário, onde eu vou efetivamente me ancorar para saber se essa informação que me foi prestada por publicidade eu tenho como acessá-la como veracidade. Se eu colocar um medidor me casa, eu fico lá, mas nem todo usuário vai ter essa capacidade. Tem usuário que tem até mais habilidade para medir isso. Mas, desses quase 250 milhões de usuários, ou seja, de equipamento, acesso, que você vai trabalhando, nem todo mundo vai poder medir isso.

Aí fica essa coisa do caminho de volta. O que efetivamente a empresa está podendo ofertar a partir do que ela tem de estrada, o que ela tem de largura de banda, o que encheu. Eu concordo que, na hora em que diversas pessoas entram na estrada, nós temos...mas como é que essa minha estrada pode operar, que é diferente da outra, de maneira a que eu trabalhe com o pico.

O Eduardo Levy veio do mesmo setor que eu. Lembro-me que, quando nós fazíamos planejamento de estrutura de rede, uma das coisas que nós trabalhávamos era com o velho HMM, você ia lá e fazia a medição da hora de pico no setor de telecomunicações. Nós fazíamos isso numa época que não havia a tecnologia que há hoje. Eu não fui da época do passo a passo – obviamente que eu não sou tão velho assim –, mas do *crossbar*, por exemplo, eu participei muito. Quando ele fala da medição, é vero que a medição sempre foi feita por empresas, pelos *players*. Como é que funcionava, Aloysio, só para tentar esclarecer isso aqui? Aliás as empresas ainda usam o desenvolvimento que foi feito pelos antigos CGO, óbvio que com modificações substanciais – isso na década de 80. Conseguiram padronizar no Brasil o que nós chamávamos de Cadastro Geral de Operação, em que se tinha condição de fazer a medição diária. Tanto é que havia uma gincana à época, Aloysio. As empresas – Telepar, Telebahia, Telemig, etc – faziam disputa nacional para informar a

qualidade de seus serviços. E internamente também uma certa gincana para, no final do dia, medir o que nós chamávamos de zero defeito – numa linguagem muito mais próxima –, para se ter exatamente esse tipo de atendimento. Dizia-se ao usuário que você ia colocá-lo para conversar com outro.

Então, para garantir isso, eu tinha que ter um planejamento de tronco, para tirar um sujeito de uma determinada área e botar em outra para conversar. Porque, senão, na hora em que eu fizesse a chamada – esse exemplo que o Bruno deu em relação à chamada –, obviamente que eu ia encontrar até disponibilidade nesse usuário, mas eu não teria como chegar a ele porque o tronco, o eixo interligador, essa infovia de hoje ou essa avenida foi planejada para um determinado tráfego. Se esse tráfego é atingido, mesmo que na ponta o sujeito estivesse lá disponível, de outra área ele não poderia falar.

Esse é o desafio também para o nosso tempo. Não dá para ficar falando em LTE, em quarta geração, sem colocarmos o dedo na ferida dessa questão. Por exemplo, um dado que o Levy traz aqui, eu poderia até estendê-lo para o eixo chinês, para termos uma ideia de dimensão.

Eu estive agora com diversas empresas chinesas, inclusive com representantes da China Mobile. Estamos falando de quase três vezes mais o número de telefones celulares que nós temos no Brasil. Uma empresa como a China Mobile tem mais de 400 milhões de usuários, som contar a China Unicom, que é uma outra empresa. Portanto, estaríamos caminhando para esses quase 750 milhões de usuários que os chineses experimentam nesse momento.

Então, é só eu distribuir isso? Qual é a certeza que esse sujeito vai ter de que, na hora em que eu pegar meu celular, eu não vou ficar restrito à voz? Aí a pessoa me diz: “Você agora vai trabalhar na terceira geração ou na quarta geração. Você vai ter voz, dados e alguma coisa a mais”. Porém, na hora em que você vai acessar, você tem esse problema, ou seja, tem-se um dimensionamento. Vai-se, então, para uma outra lógica, que foi muito bem tocada aqui também pelo Senador Aloysio, que foi respondida pela Mesa, que vou começar trabalhando diferença de localidades.

É óbvio, Levy, que vou ter um custo muito menor para fazer uma expansão, por exemplo, hoje, em São Paulo. E aí não é só uma questão de localização geográfica no Brasil, a velha dicotomia Sul/Norte. Mas eu poderia lhe assegurar hoje, aqui, que, no Rio de Janeiro, nós temos muito mais dificuldade do que em qualquer outro lugar do País, pelo envelhecimento da estrutura de rede, pelas dificuldades que nós temos de expansão, e o que significará de investimento, inclusive, numa cidade como o Rio de Janeiro, para se promover mudança na infraestrutura. Mas é óbvio que, por exemplo, numa

paulista, eu vou ter muito mais dificuldade para chegar com um investimento, ampliando a minha oferta, vamos falar assim, de banda larga, ou em velocidade, do que tentar superar os problemas que existem lá no sertão da Bahia ou no interior do Amazonas e por aí afora. Mas isso também está associado a uma palavrinha que não é nenhuma novidade. Há a historinha também da demanda. Portanto, esses aspectos também devem entrar na hora da leitura dessa questão da qualidade. Se não, vamos ficar só com a história da demanda e do preço.

Essa é uma matéria com a qual tenho muita preocupação. Acho que a Anatel tem que assumir um papel maior; a nós também cabe uma coisa fundamental. Vejo aqui cobrança da Fistel etc.. Que capacidade tem essa Anatel hoje, por exemplo, para promover esse rigor fiscalizatório ou esse rigor para a qualidade, a partir da estrutura que ela tem, de um orçamento que ela tem e da necessidade, inclusive, da sua reformulação?

Acho que há uma visão nossa aqui, desde a época do processo da privatização, em que sempre defendemos que o papel de uma empresa como a Telebras deveria ser muito mais um papel até de braço operacional do que efetivamente de um concorrente com os *players*, para que se vá criando para a Anatel uma estrutura capaz de ela mensurar isso e se antecipar, porque não adianta nosso amigo Bruno preparar um calhamaço de multas de serviços. As empresas vão lá e recorrem dessas multas, e nós continuamos sem ter o serviço. É muito melhor, inclusive, que a Anatel se prepare muito mais para garantir o serviço do que para multar as empresas. Acho que esse que é o desafio nesse momento da questão da qualidade.

E, quanto à coleta de dados, concordo também, Senador Aloysio, com V. Ex^a. Ainda que a Anatel tenha a capacidade de fazer, é preciso que melhoremos essa capacidade de fazer. Não que estejamos admitindo que as empresas vão dar informações distorcidas ou manipuladas, até porque acho que as empresas, hoje, não só sabem que não podem fazer isso como também, no seu próprio conceito, não vão arriscar um processo dessa natureza, porque sabem que isso pode ser desmascarado na porta seguinte. Agora, para isso, precisamos que essa agência tenha a capacidade de trabalhar nessa coleta e, portanto, garantir o serviço.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Então, pela oportunidade, Senador, eu queria aproveitar e fazer uma pergunta ao representante da Anatel que tem a ver com a nossa função aqui de falar em nome da sociedade que deseja ter segurança sobre a qualidade da medição que será realizada a partir desse processo que se inicia agora.

Não entendi como haverá uma entidade que certifique os processos de aferição usados pela Price. Qual

é o papel da Anatel nisso? Haverá uma metodologia que será aplicada...

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Ou se a Anatel fiscalizará a Price.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Exatamente. Como? Se existe uma entidade que será chamada a fiscalizar, a certificar os processos de aferição utilizados pela Price. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – É isso. Vamos fazer o seguinte: a partir dessas provocações, cada um aqui poderia fazer uma fala final e a gente encerraria a nossa audiência, que foi importante, principalmente com essas provocações – no bom sentido – feitas pelo Senador Aloysio. Mas eu queria exatamente acrescentar a essa formulação final, a oportunidade de cada um responder, que a gente tivesse exatamente a capacidade de entender esses três parâmetros: preço, serviço e, principalmente, essa questão do acesso, para a gente não criar a figura da segregação...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Certo. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – ... de dizer que eu posso entrar e o outro não. Enfim, para que não haja uma barreira ou um filtro passa-faixa. Mas, se essa questão não for definida, nós vamos ter exatamente o seguinte: a uma parcela será dado o direito de acessar numa velocidade, portanto, adentrar essa rua, mas quem está na transversal vai assistir, na via principal, todo muito transitar e assistir de camarote.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – E quem vai ser o guarda de trânsito?

No fundo, o guarda de trânsito é o Congresso. Deve ser.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Eu espero que a gente, em vez de operadoras, não coloque guardas de trânsito, como disse o Senador Aloysio. Mas uma coisa positiva colocada aqui foi o fato também – e aí vai como provocação principalmente para a Anatel, e isso cabe muito mais ao ministério – de se criar também um ambiente de estímulo ao surgimento de outros competidores. Porque acho fundamental a gente ir trabalhando a redução de preço e licenças, para permitir, principalmente, nas áreas remotas do Brasil, que você tenha a oferta do serviço, ainda que os *players* principais possam ser verdadeiros provedores. E isso bate numa questão crucial, e aí não tem como haver neutralidade de rede sem o velho, propalado e tão conclamado *unbundling*, portanto, o compartilhamento dessa infraestrutura. Então, eu vou abrir aqui, na mesma sequência que a gente abriu, e cada um aproveita para fazer suas considerações finais, responde isso e a gente conclui.

Então, vamos começar pelo Sr. Demi e, depois, vamos na linha de encerramento desta audiência.

O SR. DEMI GETSCHKO – A minha fala daria ênfase a esse caráter da Internet, que é um caráter rico e que facilita a entrada de novos atores em todo momento, que trouxe ao usuário final uma ação que não havia até agora. E eu gostaria muito que as entidades que trabalham no processo tivessem uma grande inter-relação e uma grande cooperação, desde o órgão regulador das telecomunicações até a proteção ao consumidor, passando pelo Comitê Gestor no meio do caminho. Então, esse é um espectro amplo e que deve ser respeitado.

No caso específico desta audiência de hoje sobre entidades avaliadoras de qualidade, o comentário meu é que nós temos competência nacional, nós temos história na área, outros têm competência também, não é uma relação de... Mas eu diria que nós tornamos isso mais complicado do que podia ter sido, já que a coisa vinha num certo ritmo. E eu acho que tudo que a gente puder reverter para a Internet brasileira é sempre muito bem-vindo. O Comitê Gestor tem, munido dos recursos que eu registro para prover, devolvido isso à Internet em pontos de troca de tráfego, em medição de banda larga, em estatísticas, e acho que, com isso, perdeu-se uma oportunidade de reforçar esse modelo de reinversão na Internet dos recursos gerados pela própria Internet.

Então, a gente se coloca sempre à disposição de continuar discutindo “n” aspectos da internet – neutralidade é um que certamente será discutido. O Milton, muito rapidamente, tocou na área de DNS, pois houve um período que se monetizou o DNS de alguma forma no Brasil, gerando problemas técnicos complicados para os usuários, inclusive interferindo na resposta do sistema de autoridade, quando alguém responde se o sítio existe ou não. Esse é um detalhe técnico que certamente tem de fazer parte da medição de qualidade.

A minha fala final é essa: estamos em um momento em que o usuário já é bem mais consciente do que ele pode esperar da rede e de quais são os seus direitos. A sociedade já se apossou, de alguma forma, das ferramentas que a Internet é e deu respostas em todas as tentativas mais abruptas ou mais truculentas de cercear esse tipo de crescimento. O caso do SOPA é o mais recente e bastante claro.

Então, eu diria que devemos batalhar para preservar o que a Internet nos trouxe, ou seja, essa abertura, essa neutralidade, esse poder a todos, e, certamente, uma das ferramentas disso é medir a qualidade do que é entregue ao usuário final. Estaremos atentos a isso.

Agradeço a oportunidade de participar desta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Muito obrigado.

Com a palavra, então, o Sr. Bruno Ramos, Superintendente da Anatel.

O SR. BRUNO RAMOS – Muito bem. Como disse o Senador Walter Pinheiro no início, esse tema é apaixonante. Eu trabalho nisso desde que entrei na Engenharia da Poli, como o Demi e o Milton também – só temos engenheiros –, e, infelizmente, podemos passar o dia inteiro falando sobre telecomunicações, que é um tema muito vasto.

Eu fecharia essa minha participação aqui, primeiro, pegando um pouco o que o Demi disse. Eu, pessoalmente, já fui conselheiro do Comitê Gestor. Hoje, é um conselheiro da Anatel que é o representante da Anatel. Nós temos representantes no Conselho do NIC. A Agência considera o CGI como uma questão de gestão, mas o NIC como um parceiro técnico nosso na construção desse modelo.

A Agência se divide em duas partes no meu ponto de vista: uma que pensa a regulação para implementação das políticas públicas e a outra que fiscaliza. Nós estamos agora na fase de fiscalização, mas nós continuamos, depois da publicação dos regulamentos em outubro, já pensando no que fazer no futuro.

Então, nós temos uma história enorme com o NIC. Já fui coordenador de algumas comissões de que o NIC participou. Temos essa relação de medição de internet junto com o NIC e com o Inmetro, do ano passado, onde, inclusive, a minha área participou ativamente. Então, nós contamos com a evolução dessa medição; entendemos que o NIC tem um papel crucial nesse auxílio técnico da Agência, nessa discussão entre suporte de telecomunicação à internet, apenas telecomunicações, que é a nossa responsabilidade. Nós também vemos esse ponto.

E isso faz com que, respondendo a pergunta específica do Senador, nós nos capacitemos também na forma de fiscalização, na forma de análise de como esse processo que nós iniciamos agora com a contratação da Price vai evoluir.

Senador, nós temos, especificamente no Regulamento, a exigência de certificação dos procedimentos das prestadoras e a exigência, a qualquer momento, de uma auditoria na EAQ. A EAQ responde diretamente à Anatel com todos os relatórios. E esse suporte que nós temos nesse convívio, que é muito profícuo para o nosso País, com o suporte técnico do NIC, com a experiência que tem no procedimento de evolução dessa medição, eu penso que esse modelo vai evoluir bastante e vai trazer benefícios, principalmente, para o consumidor de telecomunicações, que vai receber um produto com qualidade.

Eu agradeço. A Anatel sempre se coloca à disposição desta Casa para trazer os pontos que nós estamos pensando para o futuro também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Obrigado.

Dr. Eduardo Levy.

O SR. EDUARDO LEVY – Senador Walter Pinheiro, Senador Aloysio, muito obrigado. Isso me fez lembrar a minha vida inicial, na Telerj, onde, em 1975, eu ingressei como estagiário de engenharia. Deixei a empresa em...

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Então, é bem mais velho que eu, porque eu entrei em... *(Risos.)*

O SR. EDUARDO LEVY – Pois é; era isso que eu ia dizer.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Eu entrei no Sistema em 1979.

O SR. EDUARDO LEVY – Meus cabelos e minha barba não mentem aqui.

Eu saí de lá, em 1996, como Diretor de Operações, e vim para a Telebrás no mesmo ano. E, ao sair, a empresa tinha 240 mil linhas passo a passo. Então, eu conheci bem esse passo a passo.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Salvador só tinha uma, que era a Central de Roma, uma central Siemens passo a passo, inclusive com os contatos todos em platina.

O SR. EDUARDO LEVY – Aliás, quando eu vim para a Telebrás, o Bruno, que estava em São Paulo, foi uma das pessoas chamadas para trabalhar lá...

(Falha na gravação.)

O SR. EDUARDO LEVY – ...diretoria que eu estava tomando conta na época. Então, eu trabalhei com o Bruno por dois anos na Telebrás.

Eu queria deixar, como resposta de parte do Sindicato, uma coisa um pouco mais ampla. Em primeiro lugar, nós nunca faltamos a um convite para audiência e não faltaremos a nenhum convite para nenhuma audiência. Sempre debatendo de uma forma franca, aberta, clara.

Dia 11 de abril nós faremos o lançamento da nossa Agenda Legislativa das Telecomunicações, evento para o qual os Senadores aqui presentes, bem como os demais, serão convidados para que nós apresentemos a visão que nós temos de todos os projetos que estão em andamento na Casa – a nossa visão e o porquê. Então, estamos abertos. Mais do que isso: durante o ano de 2012, nós vamos realizar *workshops* com os assessores, tanto dos Senadores como dos Deputados, para aculturamento e para que possam debater em igualdade, digamos assim, conosco e, com isso, o debate ser até mais rico, com detalhes maiores da regulação e onde possam ser feitos debates

maiores, produzindo mais subsídios para os próprios Parlamentares.

Estamos à disposição para qualquer colocação, a qualquer tempo – o Senador Walter Pinheiro, que vive conosco por uma questão de formação e de paixão, sabe muito bem disso.

Então, reafirmando que continuamos sempre abertos, agradeço a oportunidade mais uma vez e friso que, ao estender esse debate, como o senhor disse, estou à disposição sempre.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Passo a palavra, agora, ao Sr. Milton, do NIC.br.

O SR. MILTON KAORU KASHIKAWA – Obrigado. Agradeço o convite.

O que eu tenho para falar é o seguinte: colocamos as nossas posições apontando alguns pontos que foram alterados ou desconsiderados em relação ao que diz a resolução, salientando os pontos de troca de tráfego, quer dizer, dando uma alteração no que seja ponto de troca de tráfego, o que, no mundo inteiro é conhecido como *internet exchange point*. Então, seria discutir com os principais *internet exchange points* para que coloquem medidores dentro de suas infraestruturas. Salientamos aqui o uso do Protocolo DP para que seja medido e seja considerado.

Todos esses parâmetros que acabamos levantando, que a Anatel acabou utilizando nessa resolução são bastante interessantes. O que estamos medindo é de que o usuário dispõe naquele momento que quer utilizar. Mas essa medição ocupa alguns segundos.

Eu queria apenas colocar um ponto aqui. No Japão, o Ministério do Comércio e Comunicações tem um dado muito interessante porque ajuda a esclarecer esse fato do uso estatístico da Internet. Se você considerar que se tem uma coleta de dados em que se pega toda a banda consumida pelos usuários de banda larga e divide pela quantidade de assinantes que eles têm lá – eles fazem isso ano a ano e divulgam – eles têm 45 kilobits/segundo no último ano. Essa é a média, considerando que cada usuário lá tem acesso de um gigabit por segundo. Quando ele quer usar um giga, ele tem um giga, mas, na média, como não usa isso a todo momento, dá os 45 kilobits/segundo. O que queremos medir é se, quando o usuário quer, se ele tem essa banda, se a banda está disponível para seu uso. Ele vai usar poucos segundos, poucos minutos, mas, na média, dentro daquela *highway*, dentro daquela via principal, o que está caindo é 45 kilobits/segundo. Então, é um dimensionamento que dá para ser feito pelas operadoras, dá para evitar o congestionamento, dá para trabalhar isso. São informações que podem ajudar nessa discussão.

O NIC obviamente vai continuar trabalhando porque temos a informação de que temos mil e quinhentos sistemas autônomos aqui no Brasil. Seis desses sistemas autônomos detêm mais de 90% dos acessos de banda larga. Vamos continuar medindo, disponibilizando o SIMET para fazer as medições, não só atendendo a essas seis empresas, mas a toda a comunidade brasileira. Vamos apontar as próximas evoluções que estamos fazendo, *softwares* de medição, principalmente na banda larga móvel, que é um assunto muito mais complexo. Então, estamos debatendo isso em conjunto com o Inmetro e Anatel. Vamos ter novidades mais em breve. Agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Com a palavra o Sr. Luiz Eduardo

O SR. LUIZ EDUARDO GANZ VIOTTI – Muito obrigado. Primeiramente, agradeço pelo convite.

Reforço que estamos completamente à disposição de novos convites desta Casa para debatermos esse tema, que é realmente apaixonante. Temos um contrato de cinco anos, estamos, obviamente, começando a trabalhar nos últimos vinte dias. É uma mensagem de responsabilidade que eu queria passar para vocês.

Ao entrar nesse processo, assumimos uma grande responsabilidade não só com a Anatel e as operadoras, mas com o conjunto da comunidade brasileira que usa a Internet. Assumimos essa responsabilidade com bastante veemência, a PwC e a SamKnows sabem que essa atribuição é do mais alto nível em um momento extremamente importante, que é o momento do plano nacional de banda larga, com todas as suas metas e todas as atribuições para os próximos anos. É um momento de mudanças no setor, mudanças rápidas, já que temos leilões de 4G em curto prazo, novas tecnologias, novos serviços nos próximos cinco anos. A única certeza que temos é de que, daqui a cinco anos, a Internet não será a mesma, a prestação de serviços não será a mesma, e temos que evoluir junto com esse processo. Ainda há a mensagem final de inclusão: essa entidade não será isolada, fechada. Isso vai fazer com que essa entidade tenha participação de toda a comunidade que gerencia a Internet no Brasil, juntamente com a Anatel e as operadoras.

Estamos à disposição dos senhores.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – OK. Eu agradeço aos palestrantes, aos convidados, ao próprio Senador Aloysio pelo requerimento.

Muito obrigado.

Está encerrada esta reunião.

(Iniciada às 09 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 14 minutos.)

Edição de hoje: 734 páginas

(OS: 11380/2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

